Revista do Instituto do Ceará

(Histórico, Geográfico e Antropológico)

Comissão da Revista

Presidente
José Augusto Bezerra

Eleitos
Pedro Alberto de Oliveira Silva
Francisco Fernando Saraiva Câmara
Francisco Ésio de Sousa
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Maria Clélia Lustosa Costa

(Publicada anualmente desde 1887 – Ano da
Fundação do Instituto do Ceará – sem interrupção)

Tomo CXXIII – Ano CXXIII

2009

Dedimus profecto grande
patientiae documentum

Fortaleza – Ceará – Brasil

Revista do Instituto do Ceará

Além dos 123 Tomos correspondentes aos cento e vinte e um anos de existência do Instituto do Ceará, foram editados os Tomos Especiais seguintes:
1924 – TE – 1 (Centenário da Confederação do Equador)
1929 – TE – 2 (Falecimento do Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil)
1938 – TE – 3 (Falecimento do Barão de Studart)
1956 – TE – 4 (Centenário do Barão de Studart)
1972 – TE – 5 (Sesquicentenário da Independência do Brasil)
1977 – TE – 6 (90º. aniversário do Instituto do Ceará)
1984 – TE – 7 (Centenário da Abolição da Escravatura no Ceará)
1987 – TE – 8 (Centenário do Instituto do Ceará)

Endereço:
Rua Barão do Rio Branco, 1594 - Centro
60025-061 – Fortaleza – Ceará – Brasil
Telefone: (85) 3231.6152 - Fax: (85) 3254.4116
http: www.institutodoceara.org.br
e-mail: contato@institutodoceara.org.br

Pede-se permuta
Pídese canje
On démande le change
We ask for exchange
Man bittet um austausch
Si richiede lo scambo
Ni petas cangon

A matéria assinada é de responsabilidade do respectivo autor

Revista do Instituto do Ceará
Fortaleza:
V. anual
Trimestral até 1928
1. Geografia, História, Antropologia – periódico
Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)
CDU: 91 + 93.572 (05

ISSN 0100-3585

Instituto do Ceará
(Histórico, Geográfico e Antropológico)

Diretoria
(4 mar. 2009 - 4 mar. 2011)

Presidente	José Augusto Bezerra
Vice-Presidente	Pedro Sisnando Leite
Secretário-Geral	Valdelice Carneiro Girão
1º. Secretário	Paulo Ayrton Araújo
2º. Secretário	Maria Clélia Lustosa Costa
1º. Tesoureiro	Francisco Fernando Saraiva Câmara
2º. Tesoureiro	Ednilo Gomes de Soarez
Diretor da Biblioteca e Arquivo	Pedro Alberto de Oliveira Silva
Diretor de Com. e Rel. Públicas	Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)

Conselho Superior
Tácito Théophilo Gaspar de Oliveira (ex-presidente)
Paulo Ayrton Araújo (ex-presidente)
Zélia Sá Viana Camurça
José Murilo de Carvalho Martins
Carlos Mauro Cabral Benevides

Comissões

História
Pedro Alberto de Oliveira Silva
José Caminha Alencar Araripe
Valdelice Carneiro Girão
João Alfredo de Sousa Montenegro
Gisafran Nazareno Mota Jucá

Geografia
Oswaldo Evandro Carneiro Martins
Caio Lóssio Botelho
Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos
José Cláudio de Oliveira
Maria Clélia Lustosa Costa

Antropologia
Zélia Sá Viana Camurça
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Dário Moreira de Castro Alves
José Murilo de Carvalho Martins
Rejane Maria V. Accioly de Carvalho

Revista
Pedro Alberto de Oliveira Silva
Francisco Fernando Saraiva Câmara
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Francisco Ésio de Souza
Maria Clélia Lustosa Costa

Verificação de Merecimento
Pedro Alberto de Oliveira Silva
Eduardo de Castro Bezerra Neto
Pedro Sisnando Leite
José Liberal de Castro
José Filomeno de Moraes Filho

Defesa do Patrimônio
Fernando Luiz Ximenes Rocha
Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)
Francisco Edson Cavalcante Pinheiro
Aroldo Mota Cavalcanti
Luiz de Gonzaga Fonseca Mota

Instituto do Ceará

(Histórico, Geográfico e Antropológico)

Fundado a 4 de março de 1887, na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, onde tem sede e domicílio.

Sociedade civil, de caráter científico e cultural, sem fins lucrativos, duração por tempo indeterminado. Reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Federal n. 94.364, de 22 de maio de 1987, Lei Estadual n. 100, de 15 de maio de 1936, e Lei Municipal n. 5.784, de 13 de dezembro de 1983.

Tem por finalidade específica o estudo da História, da Geografia, Antropologia e das Ciências correlatas, especialmente do Ceará.

Para alcançar seus objetivos precípuos, realiza sessões ordinárias, especiais e solenes, e mantém:

- intercâmbio cultural com instituições científicas e literárias nacionais e estrangeiras;
- a *Revista do Instituto do Ceará*, em que se publicam colaborações de sócios, documentos históricos e outros trabalhos que a comissão de redação achar conveniente;
- um Museu Histórico e Antropológico de caráter regional;
- Biblioteca, Hemeroteca, Mapoteca e Arquivo;
- Auditório Pompeu Sobrinho, para solenidades.

Ao Leitor

Prezado leitor, muitas coisas ocorreram nesses doze meses entre a revista anterior e esta, de número 123. Mudanças, grandes ou pequenas, universais ou regionais, continuam transformando as pessoas, as sociedades, e o futuro.

No Instituto, podemos destacar, entre outras ocorrências no período: restaurações e digitalizações dos acervos referentes ao Barão de Studart, a hemeroteca e a parte iconográfica, ainda não finalizadas. Criação do laboratório de restauração documental, o qual atende nossas necessidades rotineiras e pequena demanda externa, com uma bem-vinda renda adicional. Publicação dos livros: *A tragédia do Orós*, do confrade Pedro Sisnando Leite e *Geografia do Ceará*, do Barão de Studart (reedição). Inauguração da sala Geraldo da Silva Nobre, a qual, além da justa homenagem, abriga a Biblioteca de História do ex-consócio, doada pela família. Atualização do nosso site, pois o anterior não atendia às necessidades. Reativação do importante *Boletim do Instituto*, com as informações do dia-a-dia da Instituição. Envio de pormenorizados relatórios trimestrais, para os sócios da entidade. Lançamentos de livros, destacando-se os da Biblioteca Básica Cearense, da Fundação Waldemar Alcântara.

Os colaboradores do número 123 voltam a reafirmar, nesta centenária revista, que fatos históricos, levados pelo tempo, podem, em parte, ser recuperados e interpretados. Transformam-se em fontes de informações seguras para os que procuram lições no passado a fim de planejar o futuro.

A participação de doze consócios e de outros importantes pesquisadores, analisando relevantes temas, mostram o alto nível de comprometimento com a preservação da memória regional, por parte da nossa Instituição.

Ao BNB, que patrocinou mais uma vez a empreitada, e a todos que deram algo de si para o êxito desta obra, deixamos a palavra final de reconhecimento e gratidão.

A PRESIDÊNCIA

Revista do Instituto do Ceará

(Histórico, Geográfico e Antropológico)

Comissão da Revista

Presidente
Manuel Eduardo Pinheiro Campos

Eleitos
Pedro Alberto de Oliveira Silva
Francisco Fernando Saraiva Câmara
Francisco Ésio de Sousa
Eduardo Diatahy Bezerra de Meneses
Aroldo Cavalcanti Mota

(Publicada anualmente desde 1887 – Ano da Fundação do Instituto do Ceará – sem interrupção)

Tomo CXX – Ano CXX

2006

Dedimus profecto grande patientiae documentum

Fortaleza – Ceará – Brasil

Revista do Instituto do Ceará	Fortaleza	Vol. 120	384 p.	2006

Revista do Instituto do Ceará

Além dos 120 Tomos correspondentes aos cento e vinte anos de existência do Instituto do Ceará, foram editados os Tomos Especiais seguintes:

1924 – TE – 1 (Centenário da Confederação do Equador)
1929 – TE – 2 (Falecimento do Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil)
1938 – TE – 3 (Falecimento do Barão de Studart)
1956 – TE – 4 (Centenário do Barão de Studart)
1972 – TE – 5 (Sesquicentenário da Independência do Brasil)
1977 – TE – 6 (90º. aniversário do Instituto do Ceará)
1984 – TE – 7 (Centenário da Abolição da Escravatura no Ceará)
1987 – TE – 8 (Centenário do Instituto do Ceará)

Endereço:
Rua Barão do Rio Branco, 1594
60025-061 – Fortaleza – Ceará – Brasil
Telefone: (85) 3231.6152 - Fax: (85) 3254.4116
http: www.institutodoceara.org.br
e-mail: contato@institutodoceara.org.br

Pede-se permuta
Pídese canje
On démande le change
We ask for exchange
Man bittet um austausch
Si richiede lo scambo
Ni petas cangon

A matéria assinada é de responsabilidade do respectivo autor

Revista do Instituto do Ceará
Fortaleza:
V. anual
Trimestral até 1928
1. Geografia, História, Antropologia – periódico
Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)
CDU: 91 + 93.572 (05)

Instituto do Ceará
(Histórico, Geográfico e Antropológico)

Diretoria
(4 mar. 2005 - 4 mar. 2007)

Presidente de Honra	Geraldo da Silva Nobre
Presidente	Manuel Eduardo Pinheiro Campos
Vice-Presidente	Aroldo Cavalcanti mota
Secretário-Geral	Valdelice Carneiro Girão
1º. Secretário	Paulo Ayrton Araújo
2º. Secretário	Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos
1º. Tesoureiro	Francisco Fernando Saraiva Câmara
2º. Tesoureiro	Francisco Ésio de Sousa
Diretor da Biblioteca e Arquivo	Pedro Alberto de Oliveira Silva
Diretor de Com. e Rel. Públicas	Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)

Conselho Superior
Tácito Théophilo Gaspar de Oliveira (ex-presidente)
Zélia Sá Viana Camurça
Paulo Ayrton Araújo (ex-presidente)
José Liberal de Castro
José Borges de Sales

Comissões

História
Pedro Alberto de Oliveira Silva
José Caminha Alencar Araripe
Gisafran Nazareno Mota Jucá
Valdelice Carneiro Girão
João Alfredo de Sousa Montenegro

Geografia
Oswaldo Evandro Carneiro Martins
Rubens de Azevedo
Caio Lóssio Botelho
José Cláudio de Oliveira
Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos

Antropologia
Zélia Sá Viana Camurça
Dário Moreira de Castro Alves
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
José Murilo de Carvalho Martins
Rejane Maria V. Accioly de Carvalho

Revista
Pedro Alberto de Oliveira Silva
Francisco Fernando Saraiva Câmara
Francisco Ésio de Sousa
Eduardo Diatahy Bezerra de Meneses
Aroldo Cavalcanti Mota

Verificação de Merecimento
Vinícius Antonius H. de Barros Leal
Eduardo de Castro Bezerra Neto
Caio Lóssio Botelho
Marcelo Caracas Linhares
Francisco de Assis Arruda Furtado

Defesa do Patrimônio
José Liberal de Castro
Miguel Ângelo de Azevedo
Francisco Edson Cavalcante Pinheiro
Pedro Sisnando Leite
Vladir Pontes Meneses

Instituto do Ceará
(Histórico, Geográfico e Antropológico)

Fundado a 4 de maço de 1887, na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, onde tem sede e domicílio.

Sociedade civil, de caráter científico e cultural, sem fins lucrativos, duração por tempo indeterminado. Reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Federal n. 94.364, de 22 de maio de 1987, Lei Estadual n. 100, de 15 de maio de 1936, e Lei Municipal n. 5.784, de 13 de dezembro de 1983.

Tem por finalidade específica o estudo da História, da Geografia, Antropologia e das Ciências correlatas, especialmente do Ceará.

Para alcançar seus objetivos precípuos, realiza sessões ordinárias, especiais e solenes, e mantém:

- intercâmbio cultural com instituições científicas e literárias nacionais e estrangeiras;
- a Revista do Instituto do Ceará, em que se publicam colaborações de Sócios, documentos históricos e outros trabalhos que a comissão de redação achar conveniente;
- um Museu Histórico e Antropológico de caráter regional;
- Biblioteca, Hemeroteca, Mapoteca e Arquivo;
- Auditório Pompeu Sobrinho, para solenidades.

Ao Leitor

Nossa Revista, carinhosamente assistida pelos seus editores (competentes e aplicados ao longo do tempo), alcança nesta edição a sua centésima vigésima presença junto a seu ilustre e selecionado público leitor.

Coincidentemente em fase de esplendor de nossa instituição, o vetusto Instituto do Ceará, que vive uma de suas mais florescentes fases, acaba de organizar e resgatar todo o acervo diligenciado pelo Barão de Studart e por Capistrano de Abreu, além de digitalizar em CD-ROM, não só as 119 edições de nossa Revista, de 1887 até 2005, mas igualmente oito publicações comemorativas, já esgotadas.

O Instituto do Ceará, e é quanto nos basta de alegrias, mal acaba de executar com êxito todas estas atividades, ora referidas, sob o patrocínio do Ministério da Cultura e apoio das empresas Souza Cruz e Fábrica Fortaleza, já se aplica outra vez, com a também aprovação do Ministério da Cultura e importante aporte financeiro da Fábrica Fortaleza, cuja presidência é exercida pelo Sr. Ivens Dias Branco, sócio-benemérito, em organizar e montar até julho de 2007 o Museu de História Barão de Studart.

São iniciativas desse porte que atestam a pujante atualização de providências de nossa instituição em favor do resgate do passado cultural do Ceará.

De parabéns o nosso leitor e a comunidade que sempre nos têm distinguido com seu decidido e indispensável reconhecimento.

A Diretoria

Revista do Instituto do Ceará

(Histórico, Geográfico e Antropológico)

Comissão da Revista

Presidente
Ednilo Gomes de Soárez

Eleitos
Pedro Alberto de Oliveira Silva
Francisco Fernando Saraiva Câmara
Lúcio Gonçalo de Alcântara

Tomo CXXVIII – Ano CXXVIII

(Publicada anualmente, sem interrupção, desde 1887,
ano da fundação do Instituto do Ceará)

2014

Dedimus profecto grande
patientiae documentum

Fortaleza – Ceará – Brasil

Revista do Instituto do Ceará	Fortaleza	Vol. 128	516 p.	2014

Revista do Instituto do Ceará

Além dos 128 Tomos correspondentes aos cento e vinte e sete anos de existência do Instituto do Ceará, foram editados os Tomos Especiais seguintes:
1924 – TE – 1°. Centenário da Confederação do Equador
1929 – TE – Falecimento do Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil
1938 – TE – Falecimento do Barão de Studart
1956 – TE – 1°. Centenário do Barão de Studart
1972 – TE – Sesquicentenário da Independência do Brasil
1977 – TE – 90º. Aniversário do Instituto do Ceará
1984 – TE – 1°. Centenário da abolição dos escravos no Ceará
1987 – TE – 1°. Centenário de fundação do Instituto do Ceará

Endereço:
Rua Barão do Rio Branco, 1594 - Centro
60025-061 – Fortaleza – Ceará – Brasil
Telefone: (85) 3021.7559 - Fax: (85) 3231.6152
http: www.institutodoceara.org.br
e-mail: contato@institutodoceara.org.br

Pede-se permuta
Pídese canje
On démande le change
We ask for exchange
Man bittet um austausch
Si richiede lo scambo
Ni petas cangon

A matéria assinada é de responsabilidade do respectivo autor

Revista do Instituto do Ceará
Fortaleza:
V. anual
Trimestral até 1928
1. Geografia, História, Antropologia – periódico
Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)
CDU: 91 + 93.572 (05

ISSN 0100-3585

Instituto do Ceará
(Histórico, Geográfico e Antropológico)

Diretoria
(27 de maio de 2013 – 26 de maio de 2015)

Presidente de Honra	Paulo Ayrton Araújo
Presidente	Ednilo Gomes de Soárez
1°. Vice-Presidente	Pedro Sisnando Leite
2ª. Vice-Presidente	Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez
Diretor da Biblioteca e Arquivo	Pedro Alberto de Oliveira Silva
Diretor de Comunicação	Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)
Secretário Geral	Juarez Fernandes Leitão
1°. Secretário	Geová Lemos Cavalcante
2°. Secretário	Affonso Taboza Pereira
1°. Tesoureiro	Francisco Fernando Saraiva Câmara
2°. Tesoureiro	Eduardo de Castro Bezerra Neto

Conselho Superior Consultivo

José Augusto Bezerra - Zélia Sá Viana Camurça
José Murilo de Carvalho Martins - Carlos Mauro Cabral Benevides
Maria Clélia Lustosa Costa - Paulo Elpídio de Menezes Neto
José Filomeno de Moraes Filho - Luiz de Gonzaga Fonseca Mota
Lúcio Gonçalo de Alcântara - Cid Sabóia de Carvalho

História
Valdelice Carneiro Girão
Gisafran Nazareno Mota Jucá
Juarez Fernandes Leitão

Geografia
Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos
Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho
Maria Clélia Lustosa Costa

Antropologia
Zélia Sá Viana Camurça
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Osmar Maia Diógenes

Verificação de Merecimento
Pedro Sisnando Leite
José Augusto Bezerra
Francisco Ésio de Sousa

Defesa do Patrimônio
José Liberal de Castro
Carlos Mauro Cabral Benevides
Francisco Adegildo Férrer

Revista
Pedro Alberto de Oliveira Silva
Francisco Fernando Saraiva Câmara
Lúcio Gonçalo de Alcântara

Conselho Fiscal
Antônio Nilson Craveiro Holanda
Luiz de Gonzaga Fonseca Mota
Francisco Adegildo Férrer

Instituto do Ceará

(Histórico, Geográfico e Antropológico)

Fundado a 4 de março de 1887, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, onde tem sede e domicílio.

Associação civil, de caráter científico e cultural, sem fins lucrativos, duração por tempo indeterminado. Reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Federal n. 94.364, de 22 de maio de 1987, Lei Estadual n. 100, de 15 de maio de 1936, e Lei Municipal n. 5.784, de 13 de dezembro de 1983.

Tem por finalidade específica o estudo da História, da Geografia, Antropologia e das Ciências correlatas, especialmente do Ceará.

Para alcançar seus objetivos precípuos, realiza sessões ordinárias, especiais e solenes, e mantém:

- intercâmbio cultural com instituições científicas e literárias nacionais e estrangeiras;
- a *Revista do Instituto do Ceará*, em que se publicam colaborações de sócios, documentos históricos e outros trabalhos que a comissão de redação achar conveniente;
- um Museu Histórico e Antropológico de caráter regional;
- Biblioteca, Hemeroteca, Mapoteca e Arquivo;
- Auditório Pompeu Sobrinho, para solenidades.

Ao Leitor

Temos a intenção de entregar, com este número da tradicional *Revista do Instituto do Ceará* um documento essencial aos leitores interessados nas coisas culturais da terra de Capistrano de Abreu, quebrando o padrão dos tempos de valorização do efêmero por valorizar o que é parte definitiva da história de nosso Estado. O Instituto no ano que passou cumpriu a sua missão institucional e estabeleceu novos caminhos para aprimorar o que faz em favor da valorização da cultura cearense.

Reflete o que fizemos: o exitoso Ciclo de Conferências pronunciado pelos mais representativos expoentes de nossa cultura, os quais foram prestigiados sempre por um elevado número de consócios, pesquisadores e estudiosos dos assuntos relacionados com nossos objetivos.

Foi possível iniciarmos com muita eficiência dois dos objetivos colimados pela atual administração: a socialização da Entidade acolhendo estudantes, predominantemente das escolas públicas e iniciado um vigoroso programa de divulgar a Instituição junto aos comerciários e industriários. Iniciamos o programa de interiorização, promovendo intercâmbio cultural com entidades congêneres nos municípios cearenses.

Na busca da tão almejada autossuficiência financeira através um grande esforço da diretoria, mediante a prestação de serviços do Laboratório de Restauro e Conservação à Assembleia Legislativa recuperando preciosos documentos da Assembleia Provincial que estavam condenados ao desaparecimento. Foi possível adquirirmos importantes equipamentos para aumentarmos a capacidade operacional do Laboratório de Restauro e Conservação. Inauguramos o Setor de Audiovisual Francisco Paceli, composto por fitas cassete, discos de vinil, CD´S e DVD´S para preservar a memória do Instituto. Tivemos aprovados pelo Ministério da Cultura um projeto da Lei Rouanet que deverá ser apoiado pelo Banco do Nordeste o que possibilitará iniciar o próximo exercício recuperando as instalações físicas do centenário Palacete Jeremias Arruda, nossa sede.

Vários dos nossos sócios foram contemplados pelas diversas Instituições do Estado como reconhecimento aos relevantes serviços prestados na área da cultura.

Em nossas dependências foram lançados muitos livros de autoria dos consócios e de outros autores.

Esta edição é retrato do que fizemos no ano e anúncio do que será o programa de trabalho para o próximo ano, valendo para registro, repetir que o único compromisso de todos os integrantes do Instituto do Ceará deve ser o estudo e a valorização do que é histórico, geográfico ou antropologicamente importante para o Estado do Ceará.

É documento de consulta e guarda, indicador, no futuro, do que somos no presente.

Ednilo Soárez
Presidente

Revista do Instituto do Ceará

(Histórico, Geográfico e Antropológico)

Comissão da Revista

Presidente
José Augusto Bezerra

Eleitos
Pedro Alberto de Oliveira Silva
Francisco Fernando Saraiva Câmara
Francisco Ésio de Sousa
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Aroldo Cavalcanti Mota

(Publicada anualmente desde 1887 – Ano da Fundação do Instituto do Ceará – sem interrupção)

Tomo CXXII – Ano CXXII

2008

Dedimus profecto grande patientiae documentum

Fortaleza – Ceará – Brasil

Revista do Instituto do Ceará	Fortaleza	Vol. 122	390 p.	2008

Revista do Instituto do Ceará

Além dos 122 Tomos correspondentes aos cento e vinte e um anos de existência do Instituto do Ceará, foram editados os Tomos Especiais seguintes:
1924 – TE – 1 (Centenário da Confederação do Equador)
1929 – TE – 2 (Falecimento do Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil)
1938 – TE – 3 (Falecimento do Barão de Studart)
1956 – TE – 4 (Centenário do Barão de Studart)
1972 – TE – 5 (Sesquicentenário da Independência do Brasil)
1977 – TE – 6 (90º. aniversário do Instituto do Ceará)
1984 – TE – 7 (Centenário da Abolição da Escravatura no Ceará)
1987 – TE – 8 (Centenário do Instituto do Ceará)

Endereço:
Rua Barão do Rio Branco, 1594 - Centro
60025-061 – Fortaleza – Ceará – Brasil
Telefone: (85) 3231.6152 - Fax: (85) 3254.4116
http: www.institutodoceara.org.br
e-mail: contato@institutodoceara.org.br

Pede-se permuta
Pídese canje
On démande le change
We ask for exchange
Man bittet um austausch
Si richiede lo scambo
Ni petas cangon

A matéria assinada é de responsabilidade do respectivo autor

Revista do Instituto do Ceará
Fortaleza:
V. anual
Trimestral até 1928
1. Geografia, História, Antropologia – periódico
Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)
CDU: 91 + 93.572 (05

ISSN 0100-3585

Instituto do Ceará
(Histórico, Geográfico e Antropológico)

Diretoria
(4 mar. 2007 - 4 mar. 2009)

Presidente	José Augusto Bezerra
Vice-Presidente	Pedro Sisnando Leite
Secretário-Geral	Valdelice Carneiro Girão
1º. Secretário	Paulo Ayrton Araújo
2º. Secretário	Rejane Maria V. Accioly de Carvalho
1º. Tesoureiro	Francisco Fernando Saraiva Câmara
2º. Tesoureiro	Ednilo Gomes de Soares
Diretor da Biblioteca e Arquivo	Pedro Alberto de Oliveira Silva
Diretor de Com. e Rel. Públicas	Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)

Conselho Superior
Tácito Théophilo Gaspar de Oliveira (ex-presidente)
Zélia Sá Viana Camurça
Paulo Ayrton Araújo (ex-presidente)
José Liberal de Castro
Carlos Mauro Cabral Benevides

Comissões

História
Pedro Alberto de Oliveira Silva
José Caminha Alencar Araripe
Gisafran Nazareno Mota Jucá
Valdelice Carneiro Girão
João Alfredo de Sousa Montenegro

Geografia
Oswaldo Evandro Carneiro Martins
Rubens de Azevedo
Caio Lóssio Botelho
José Cláudio de Oliveira
Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos

Antropologia
Zélia Sá Viana Camurça
Dário Moreira de Castro Alves
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
José Murilo de Carvalho Martins
Rejane Maria V. Accioly de Carvalho

Revista
Pedro Alberto de Oliveira Silva
Francisco Fernando Saraiva Câmara
Francisco Ésio de Souza
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Aroldo Cavalcanti Mota

Verificação de Merecimento
Vinícius Antonius H. de Barros Leal
Eduardo de Castro Bezerra Neto
José Filomeno de Moraes Filho
Francisco de Assis Arruda Furtado

Defesa do Patrimônio
José Liberal de Castro
Miguel Ângelo de Azevedo
Francisco Edson Cavalcante Pinheiro
Pedro Sisnando Leite
Vladir Pontes Meneses

Instituto do Ceará
(Histórico, Geográfico e Antropológico)

Fundado a 4 de março de 1887, na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, onde tem sede e domicílio.

Sociedade civil, de caráter científico e cultural, sem fins lucrativos, duração por tempo indeterminado. Reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Federal n. 94.364, de 22 de maio de 1987, Lei Estadual n. 100, de 15 de maio de 1936, e Lei Municipal n. 5.784, de 13 de dezembro de 1983.

Tem por finalidade específica o estudo da História, da Geografia, Antropologia e das Ciências correlatas, especialmente do Ceará.

Para alcançar seus objetivos precípuos, realiza sessões ordinárias, especiais e solenes, e mantém:

- intercâmbio cultural com instituições científicas e literárias nacionais e estrangeiras;
- a Revista do Instituto do Ceará, em que se publicam colaborações de Sócios, documentos históricos e outros trabalhos que a comissão de redação achar conveniente;
- um Museu Histórico e Antropológico de caráter regional;
- Biblioteca, Hemeroteca, Mapoteca e Arquivo;
- Auditório Pompeu Sobrinho, para solenidades.

Ao Leitor

Cumpre-nos a satisfação de entregar aos leitores, pesquisadores e estudiosos, o número cento e vinte dois da *Revista do Instituto do Ceará.*

Ao vê-la concluída, vem-me à mente a dedicação e a persistência dos que vieram laborando, ano após ano, para que não deixasse de ser publicada, mesmo sob as condições mais severas. O esforço, entrementes, é recompensado quando a sua coleção é hoje reconhecida como a grande referência dos nossos estudos regionais.

Apenas uma instituição cultural da época do seu primeiro número resistiu aos óbices do tempo, em nosso estado – o Instituto do Ceará. Exemplo de trabalho e dignidade, tal entidade tem-se adaptado às necessidades de cada geração, influenciado seus contemporâneos e registrado informações inerentes a História, a Geografia e a Antropologia da nossa terra.

Principal instrumento desses estudos continuados, a Revista veio desde as fases antigas da Lei Áurea e da Proclamação da República. Continuou pelos tempos incertos das duas Guerras Mundiais. Superou períodos de revoluções, revoltas e ditaduras, entre outros. Mesmo em anos trágicos de epidemias, de secas e de forte instabilidade social, conseguiu forças e recursos para continuar a sua missão.

Por tudo isso, tal periódico anual é um pouco da saga da nossa gente e da nossa intelectualidade, que tão bem descreve. Um dia, no futuro, estamos certos de que será editado um tomo especial sobre a *Revista do Instituto do Ceará*, a exemplo do que já foi feito com outros temas.

Queremos agradecer aos colaboradores, que deram um pouco das suas almas, através de pesquisas, para enriquecimento do presente trabalho. Nossa gratidão ao Banco do Nordeste, oásis cultural dessa região carente, por patrocinar, mais uma vez, tal publicação. O reconhecimento ao coordenador da revista, cuja dedicação e competência tem sido um guia seguro para o alto nível da obra que estamos passando às mãos dos consulentes.

A Presidência

ARTIGOS

A “Phenix Caixeiral”* (1891-1979) e como desapareceram dois testemunhos importantes da história de Fortaleza

Pedro Alberto de Oliveira Silva**

A *Revista do Instituto do Ceará*, durante seus 121 anos de existência, é repositório de importantes fontes documentais e de pesquisas relacionadas com a história do Ceará. Entretanto, não contém nenhum registro sobre, talvez, a mais importante instituição sociocultural, educacional, beneficente e filantrópica criada em Fortaleza, em 1891, e extinta em 1979 – a Fênix Caixeiral. Contemporânea dela, apenas o Instituto do Ceará sobreviveu, ininterruptamente, nesse período histórico. Fundada como uma associação de classe, ampliou seus objetivos tornando-se “uma legítima gloria cearense”. Outras associações da mesma época ficaram na história, a Fênix Caixeiral fez e ficou na história.

---

* Emblema da Phenix Caixeiral.

** Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Rodolfo Teófilo (1853-1932),farmacêutico, filantropo, político, historiador, contista e considerado um dos pioneiros do sanitarismo no Brasil, escreveu um livreto, publicado em 1927, intitulado *O Caixeiro* (REMINISCÊNCIAS), dedicado "aos meus prezados confrades da Phenix Caixeiral". Nele faz um resgate histórico de um fato de sua adolescência, rememorando seu trabalho como *caixeiro*. Vale a pena transcrever um trecho como um testemunho de uma realidade social daquela profissão: "[...] A minha vida de estudante,que ia começar, e na qual as lutas não foram poucas, se tiver tempo a escreverei. Deixava uma classe de escravos que o tempo redimiu no espaço de meio século! O que é hoje a Phenix Caixeiral, surgida das cinzas da Beneficente Caixeiral, nascida e morta no mesmo dia em 1868?! Uma associação que impõe leis querendo. O caixeiro, hoje, o antigo creado de servir, com as mesmas regalias e direitos das *praças de pret* do nosso glorioso exercito, faz parte do governo da cidade, tem o seu dia feriado nacional. Tem férias marcadas por lei. O dia em que nasceu a Phenix também é feriado. Tem um banco commercial e funciona a sociedade em um palácio.Além disto, recebe uma subvenção do Governo Federal, que é muito bem aplicada, mantendo para seus associados aulas de preparatórios e uma escola de commercio,que dá annualmente alguns guarda-livros. A Phenix é hoje uma potencia! Os seus sócios, mais de mil, sabem manejar as armas e quem seria capaz de fazel-os(*sic)* pelas humilhações que nós passamos! São os tempos que se vingam uns dos outros." [...] Nasci velho. Adaptando-me àquelle meio eu estava completamente aniquilado. Os patrões tinham muitos filhos varões e assim não havia possibilidade de ser um dia sócio da casa...".

A dinâmica da história fundamenta-se na ação dos homens em sua luta pela sobrevivência no meio geográfico, econômico e social onde vivem.

O desenvolvimento da agropecuária cearense no decorrer da segunda metade do século XIX , como não poderia deixar de ser, trouxe benefícios para a vida sociocultural da Província. A Capital tornou-se, então, um núcleo de onde partiam as principais mudanças que vieram a se refletir por todo o Ceará. Enquanto o comércio varejista e de exportação tomava vulto, iniciaram reformas na educação pública e particular, surgiu uma atividade jornalística mais atuante e representativa dos partidos políticos existentes e a opinião pública ganhou mais constân-

cia. Fundaram-se vários estabelecimentos educacionais, tais como: o *Liceu do Ceará*, instituição modelo de ensino secundário, o *Seminário Diocesano*, para formação de sacerdotes, o *Atheneo Cearense*, colégio para rapazes, o *Colégio da Imaculada Conceição*, para moças, ambos particulares. Foram também criados uma *Biblioteca Pública e Arquivo,* inaugurados em 1867, com um acervo de 1.730 volumes, dos quais 614 comprados na Europa e 1116 doados por particulares A hemeroteca mantinha assinatura de revistas nacionais e estrangeiras. Pelos relatórios de seus diretores sabe-se que a freqüência de leitores era numerosa. Com pouca intensidade, aquelas mudanças refletiam-se em outras cidades importantes.

A situação socioeconômica, então vigente, concorreu para o surgimento de uma classe média citadina, composta de pequenos comerciantes, comerciários especializados, funcionários públicos, profissionais liberais, artífices especializados e estudantes. Esses últimos, em sua maioria, filhos de grandes, médios e pequenos proprietários rurais que procuravam as cidades para sobreviverem condignamente. Muitos deles seguiam para o Recife onde iam estudar Direito, o curso preferido pelos mais abastados, ou para a Bahia, Medicina.

O deslocamento dos jovens desse segmento da sociedade para as cidades prendia-se, também, a impossibilidade das atividades agropastoris interioranas oferecerem condições de eles manterem seu status social nos locais de origem. A permanência ou ascensão social era mais propícia quando nas cidades. Nessa conjuntura, destaca-se o fator *educação*, o grande nivelador das diferenças sociais.

As secas periódicas concorreram para o aumento populacional de Fortaleza. Apesar do desenvolvimento econômico ocorrido, a cidade somente pôde absorver parte daquele afluxo imigratório no serviço público, atividades comerciais e afins. O comércio varejista empregou grande parte daquela mão-de -obra sem qualificação profissional. As limitações do sistema educacional foi um fator negativo nesse processo de absorção social.

Os operários com um ofício não tinham destaque social, mas por serem imprescindíveis à vida da cidade, tinham um status reconhecido na comunidade. Os escravos e seus descendentes, mesmo depois da abolição, continuaram como *servos* exercendo atividades domésticas ou serviços avulsos.

A presença do *Caixeiro de balcão.*

Recorremos, ainda, ao citado livro de Rodolpho Theophilo, testemunha da época, no terceiro quartel do século XIX, quando diz: "o caixeiro não podia exercer o direito do voto porque era considerado *praça de pret*. O caixeiro era um creado de servir" (p. 10). "[...] Continuei na minha labuta do commercio, cada vez mais convencido de que só livro me libertaria" (p. 57). "[...] A esse tempo, como disse, os exames preparatórios eram feitos nas capitaes em que havia Academia... Logo que soube estar inscripto, tratei do mais difícil, obter dos patrões (que tudo indica eram seus parentes) licença para deixar a casa.. *Eu era um escravo branco.*(grifo nosso). Os patrões troçaram de minha pretensão" (p. 65-66).

O crescimento das atividades comerciais aumentou o número de empregados nesse setor, criando, conseqüentemente, uma classe numerosa e variada devido as múltiplas funções que exerciam. O *caixeiro de balcão (caixeiro de vassoura)* era apenas um segmento dela. Devemos esclarecer que muitas pessoas de destaque da história fortalezense iniciaram sua vida profissional como *caixeiro de balcão*. Portanto, o testemunho de Rodolpho Theophilo é importante quando descreve essa atividade exercida por ele em 1868, e quando, em 1926, o ex-empregado do comércio já havia conquistado, então sócio da Phenix Caixeiral, um lugar destacado na vida sociocultural de Fortaleza.

A ascensão dessa classe é comprovada pelos fatos ocorridos nas três últimas décadas do século XIX. Nessa época, a presença de estrangeiros era predominante nas atividades comerciais, destacando-se franceses, ingleses e portugueses, agregados a alta sociedade da Capital. É bem sintomática a prevenção social existente quando é fundado o Clube Cearense (1867), congregando a elite fortalezense. Fechado ao ingresso de pessoas consideradas não condizentes ao quadro social de seus associados. Em sua luxuosa sede foi expulso Antonio Costa Sousa – guarda-livros – quando convidado por um sócio, não tão preconceituoso, jogava uma partida de bilhar.(GIRÃO: 232). Junte-se a esse fato, outro ocorrido posteriormente ao "ter sido recusada a proposta, para sócio do Clube, do funcionário da Alfândega – Francisco Carneiro Monteiro".(GIRÃO: 233).

A Classe Caixeiral, já consciente de sua importância, cria em dezembro de l870 uma *sociedade beneficente* cujos estatutos foram aprovados em junho de 1871. O Barão de Studart afirma que "alguns caixei-

ros foram seus fundadores" (STUDART: 206, t.II), tomando ela o nome de "Oito de Dezembro". Tudo indica que essa entidade foi o núcleo inicial do *Reform Club,* em 1876. O historiador Raimundo Girão, anotando Antônio Bezerra em seu livro *Descrição da Cidade de Fortaleza*, registra que o *Reform Club* foi criado e inaugurado em 28 de janeiro de 1882 (referia-se ao novo prédio de sua sede) por uma sociedade constituída de empregados do comércio.(MENEZES:218). O Barão de Studart pode dirimir dúvidas com a seguinte anotação: "29 de Junho (1880) – Inauguração da bibliotheca do *Reform Club*, no prédio n.105 da Rua Formosa. Instituída em Fortaleza a 29 de Junho de 1876 uma sociedade de rapazes empregados no commercio, no caráter de sociedade de socorros mútuos, na presente data commemorou o seo 4º. anniversario iniciando a fundação de uma bibliotheca com o numero de 960 volumes offerecidos pelos sócios. Funccionou este estabelecimento litterario desde o dia 28 de Janeiro de 1882 em um edifício mandado construir na mesma rua pela sociedade. A pedra d'esse bello edifício fora assemtada a 28 de Junho de 1979 e começadas as respectivas obras a 9 de Novembro de l880.Teve essa sociedade o titulo de Imperial, em virtude de portaria do Ministério do Império de 30 de Outubro de 1883. Essa bibliotheca foi devorada por um incêndio." (STUDART: 281, t.II).

O progresso do *Reform Club* é um testemunho do fortalecimento da classe caixeiral. Contudo, continuava o preconceito de alguns contra aquela numerosa e laboriosa classe. Foi divulgado por ocasião daquele evento, pela *Sociedade Caixeiral do Ceará,* um manifesto escrito, datado de 22 de janeiro de 1882, assinado por uma *commissão executiva do Club Caixeiral* composta pelos sócios Joaquim Januário Jefferson de Araújo, Olympio Barreto, José Theodorico de Castro, Manoel Rodrigues Santiago e Antonio Dias Martins Junior intitulado *Manifesto ao Publico pela Sociedade Caixeiral do Ceará. Exclusão indevida de cidadãos da lista de eleitores por serem caixeiros, intelligencia do Art.92 §3º da Constituição Política do Império e da Lei Eleitoral.Fortaleza – 1882*.

Theodorico de Castro era empregado do comércio e depois funcionário da firma exportadora Casa Boris Frères; Martins Junior era caixeiro de escrita e depois funcionário da Alfândega. Ambos participaram na fundação da sociedade PERSEVERANÇA E PORVIR, núcleo inicial da SOCIEDADE CEARENSE LIBERTADORA, líder na abolição da escravidão no Ceará.

Protestava o manifesto contra uma decisão do judiciário, excluindo o direito ao voto aos caixeiros em geral. Deveu-se isso a uma interpretação equivocada da Lei n.3029 de 9 de janeiro de 1881 e seu Decreto n.7981 de 29 de janeiro, que equiparava, segundo a Constituição do Império, *Os criados de servir com os caixeiros.* Não cabe no presente trabalho comentar esse fato, mas ele demonstra, então, a existência de uma organização ativa da classe caixeiral. Alias, ela se fez presente no movimento abolicionista em curso na Capital, chegando a fundar o Clube Abolicionista Caixeiral.

Competindo com o *Club Cearense*, da elite, foi fundado o *Club Iracema*. "Uniram-se José Marçal, Antônio Costa Sousa e seu irmão Joaquim, os despachantes Francisco Carneiro Monteiro, Francisco Teófilo G. de Oliveira, Antônio Martins e mais Papi Junior, para formarem outra sociedade diversional. O último destes sugeriu o nome, que de pronto foi aceito – *Clube Iracema*. Papi era, ao mesmo tempo, guarda-livros e despachante da casa em que trabalhava, assim como despachantes eram Carneiro Monteiro e Dias Martins, sendo por isso fácil conquistar a solidariedade do conferente Francisco Perdigão de Oliveira, cidadão estimadíssimo da população e do comércio, foi escolhido seu primeiro presidente.Sem demora eleita a diretoria em 28 de junho de 1884, acertou-se o dia 19 de julho para a festa de inauguração."(GIRÃO: 233).

Vivenciamos assim uma realidade existente em Fortaleza, naquela época, na qual se contrapõe uma elite orgulhosa e uma classe média consciente de sua posição social. Essas diferenciações já se haviam demonstrado no movimento abolicionista entre "libertadeiros" e "emancipacionistas." O *Clube Iracema* era constituído, em sua maioria, por empregados no comércio e naturalmente absorveu o *Reform Club*.

Os homens fazem a sua época, dão-lhe características próprias. As últimas décadas do século XIX foram de progressos socioculturais e econômicos. Nem a seca de 1877-1879 deteve esse processo histórico. Foram construídos estradas de ferro, indústrias e melhoramentos outros no Ceará. Em Fortaleza surgiu vitorioso o movimento abolicionista (1880-1884); foram fundados o *Instituto do Ceará*, a *Academia Cearense (de Letras*), *o Gabinete Cearense de Leitura*, a *Fênix Caixeiral* e outras sociedades de intelectuais os quais vieram, posteriormente, a projetar o Ceará no mundo culto brasileiro

A população cresceu muito nesse período. Os dados estatísticos ainda eram limitados e muitas vezes contraditórios. Tomando-se como referência o historiador Barão de Studart, a cidade teria, em 1887, 26.943 habitantes. Parece-nos fidedignos os dados apresentados detalhadamente, conforme "arrolamento da cidade de Fortaleza" realizado naquele ano, a Capital possuía, como foi dito, 26.943 habitantes; sendo 26.624 brasileiros e 319 estrangeiros; 11.594 homens e 15.349 mulheres; 18.555 solteiros, 6.480 casados e 1.908 viúvos; 9.845 com profissão e 17.098 sem profissão; 9.656 sabendo ler e 17.287 analfabetos Casas com sobrados 72, térreas, 4.447 e choupanas 1.278. Edifícios públicos 36, compreendendo 10 igrejas.(STUDART: 355, t.II). Em 1872, o recenseamento registrou 21.372 almas, o de 1900, 48.369 moradores. (GIRÃO: 160, 319). Em termos comparativos a população cabia toda no Estádio Governador Plácido Aderaldo Castelo (Castelão) de Fortaleza, que comporta 58.000 espectadores.

O Almanach administrativo, estatístico, mercantil e industrial do Estado do Ceará para 1896 – confeccionado por João Câmara é importante fonte informativa, dando-nos um perfil detalhado de Fortaleza, quando relaciona os principais serviços públicos e atividades profissionais existentes e outras informações.

Encontramos nele os nomes e endereços de: casas de comércio, bancos (2); armazéns e depósitos (42); escritórios comerciais (2); hotéis (2); restaurantes (2); hospedarias (10); cafés (3); quiosques (14); bilhares (2); Sociedades Científicas e Literárias (7): *Instituto do Ceará, Academia Cearense, Padaria Espiritual, Centro Literário, Congresso de Ciências Práticas, Phenix Caixeiral, Propagadora da Arboricultura*. Imprensa (jornais e revistas): *A República, O Ceará, O Republicano*, *A Verdade; Diário do Ceará; O Pão; Penna, A Jandaia; Phenix Caixeiral; O Figarino;* e outros nas cidades de Baturité, Aracati e Sobral. Indústrias e Profissões: médicos (24); farmácias (10; drogarias (2); dentistas (5); advogados (18); fábricas (35); padarias (16); ourivesarias (9); alfaiatarias (15); marmorarias (2); fundição (2); guarda-livros (14); livrarias (4); litografia (1); oficinas tipográficas (8); fotografia (1); professores de música e piano (9); agências de leilões (4). Diversões: *Clube Cearense, Clube Iracema, Prado Cearense, Teatro São Luis.* Barbeiros e cabeleireiros (20); pintores (5); desenhistas (5); relojoeiros (2); oficinas de bauleiros (baús) (2); tinturarias (2); fabricante de carimbos (1); oficinas

de encadernação (9); oficinas de marceneiros (9); oficinas de carpinteiros (10); fogueteiros (2); oficinas de torneiros e tanoeiros (5); oficinas de ferreiros (5); colchoeiro (1); oficinas de seleiros (1); oficina de chapeleiro (1); oficinas de sapateiros (9); oficinas de funileiros (8); pedreiros (consta apenas os nomes, sem endereço) (15); empreiteiros e contratadores de obras (9); açougues (10). A citação de profissões, nomes e endereços é excelente referencial para o estudo do perfil social de Fortaleza naquela época (1896).

No registro sobre o Banco do Ceará, por exemplo, encontramos entre seus empregados, como guarda-livros, Joaquim Magalhães, um dos principais construtores da Sociedade Phenix Caixeiral, em seu período de ascensão e consolidação, presidente que foi desta instituição nos períodos de 1901-1902; 1905-1907 e de 1910-1919, exatamente quando foram construídas suas duas monumentais sedes. Outro funcionário daquela instituição, João Salgado, gerente, foi presidente da Phenix em 1895-1896.

Nesse ponto de nossa narração histórica, é preciso esclarecer certos fatos. Nas atividades comerciais havia o *caixeiro de balcão (caixeiro vassoura)* e outros empregados nas atividades comerciais ou a elas ligados; pessoas que possuíam certo grau de instrução e exerciam funções específicas naquela atividade.

Quem realizou a abolição da escravidão no Ceará não foram os chamados *Jangadeiros* mas a *Sociedade Cearense Libertadora (SCL)* constituída por lideranças esclarecidas. Assim como quem fundou e deu continuidade a *associação dos empregados do comércio* não foram os *caixeiros de balcão (caixeiros vassoura)*. Com uma diferença: os "jangadeiros" verdadeiros continuaram analfabetos e obscuros na sociedade. Os caixeiros de balcão, através da Educação (instrução), ascenderam no exercício das atividades comerciais e conquistaram *status social* mais elevado. "Subiram na vida" como comumente é dito.

A FÊNIX foi um símbolo, CAIXEIRAL uma tradição evocativa. Aquela associação de classe possuía lideranças autênticas, instruídas e verdadeiramente idealistas. A ESCOLA DE COMÉRCIO foi o instrumento de ação desse fato. Deu oportunidades a muitos jovens pobres, de vontade, para poderem viver com dignidade e crescerem socialmente com esforço próprio. Muitos deles vieram a ter notoriedade em profissões liberais.

A cidade poderia ser considerada pobre, a maioria de sua população não podia gastar com lazer, o qual era muito limitado. Tinha que se contentar com as festas religiosas e folclóricas tradicionais, as conversas na calçada ou nos quiosques. Daí quando ocorria um ato público político ou comemorativo haver uma grande afluência de público.

Geralmente a historiografia sobre a vida sociocultural daquela época dá um toque colorido aos eventos ocorridos. Os jovens de valor, muitos dos quais despontaram na intelectualidade brasileira, posteriormente, faziam o deleite da pequena classe média instruída, com suas criações em prosa e verso. A oratória era muito apreciada. Os pequenos jornais e sociedades literárias de curta duração foram numerosos. Veja-se a *História da Literatura Cearense*, *3º Tomo*, do historiador Dolor Barreira, que retrata com mestria esse fato, dedicando um estudo bem objetivo sobre a participação da Fênix.

Todo esse arrazoado pretende explicar o surgimento da Fênix Caixeiral em sua época. Ela não foi criada superficialmente pela boa vontade de poucos e permaneceu ativa, por décadas, sem causas históricas determinantes. O inter-relacionamento de certos fatos, devidamente aproveitados pelas lideranças caixeirais, mantiveram em evolução a existência de tão heróica associação de classe. Não foi também uma associação estática, no contexto das transformações socioeconômicas ao longo de sua existência. A atualização de seus estatutos foi um instrumento importante de sucesso, quando reformados em 1901, 1906, 1910, 1912, 1921, 1925, 1930 e 1938.

A promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em 24 de fevereiro de 1891, em seu Artigo 72 § 2, declarava que "Todos são iguais perante a lei." Entretanto se fazia necessário para a fruição deste princípio constitucional, que os cidadãos componentes de determinada classe, soubessem reclamar direitos sonegados por outros indivíduos que se julgassem membros de uma classe privilegiada. A educação do cidadão é o único meio que lhe abre o caminho de procurar seus direitos e conquistas sociais.

Em começo do mês de maio de 1891, dois jovens, Heráclito Domingues da Silva e Januário Augusto Fernandes, queixando-se a Antônio Alves Brasil, cidadão culto e experiente da sociedade fortalezense (STUDART: Dic.57), da desconsideração que existia com a classe caixeiral do Ceará, ouviu dele a seguinte opinião: *Fundem uma Socie-*

dade, escolham para dirigir rapazes de bom senso e força de vontade, e verão se o valor moral da classe não se elevará, e se ela não se tornará credora da consideração e respeito das outras classes. (MEMÓRIA: 18).

Foi formada, então, uma Comissão Iniciadora, composta por Raimundo Cabral, César A. da Silva, Miguel Teixeira de Castro Sobrinho, Januário Augusto Fernandes, Heráclito Domingues da Silva e Bemvindo Alves Pereira, os quais, unidos com vários caixeiros, reuniram-se na casa n. 193 da rua Formosa (atualmente Barão do Rio Branco), no dia 24 de maio de 1891, e fundaram a Sociedade Fênix Caixeiral. Na Ata dessa reunião consta a nomeação de uma comissão composta pelos senhores César A.da Silva, José da Silva Bomfim e Raymundo Chaves de Castro Ramos.

Em Assembléia ocorrida em 14 de junho de 1891, foram apresentados e aprovados seus primeiros estatutos. Uma Comissão formada pelos senhores Silvio Uchoa, Raymundo Cabral, Raymundo Cam, Afonso Lima, Antônio Porto e Bemvindo Alves Pereira, elegeram como Presidente Provisório, Antônio Alves Brasil confirmado na Instalação solene da sociedade, realizada no dia 24 de junho de 1891, em um dos salões do Clube Iracema.

Conta Antonio A. Brasil que não desejando assumir o cargo de Presidente, convidou outro colega obtendo a seguinte resposta: *Não vou perder tempo, aborrecer-me com uma meninada mal educada de que infelizmente é composta a classe caixeiral do Ceará.* (MEMÓRIA: 41). Aceitou, porém, naquela circunstância, aquele cargo, eleito que foi na instalação da Fênix, tornando-se seu primeiro Presidente. Jovino Guedes posteriormente veio a se tornar amigo da Fênix. (MEMÓRIA: 41).

A solenidade de Instalação "recebeu as homenagens de toda a população de Fortaleza representada por tudo quanto possuía de mais nobre."

Surgia a FÊNIX CAIXEIRAL. Um ano depois era convidada pelo Congresso Constituinte para comparecer à sessão solene de 12 de julho de 1892, para promulgação da Constituição Política do Estado, convite assinado pelo 1º secretário, Agapito Jorge dos Santos.

Seus objetivos principais, ao longo dos anos, foram atingidos: congregar, educar, instruir e proteger seus associados.

Logo no dia 1º. de agosto de 1891, sob festas e aplausos de enorme multidão, foi instalada uma ESCOLA DE COMÉRCIO. na casa n.

92 (sobrado) da rua Formosa (atualmente Barão do Rio Branco), no terceiro andar. Estavam presentes a essa solenidade representantes do Corpo Comercial, da Imprensa, das Letras, da Justiça, do Foro, das Artes, da Indústria. Na ocasião foram empossados os professores Thiago Ribas, de Português, Samuel Mundim, de Francês e Eugenio Brandão, de Aritmética. No final foi dada a palavra, fazendo uso dela os senhores: Dr. Raymundo Farias Brito, Temístocles Machado, pela União Estudantal; Eugênio Brandão, professor de Aritmética; Tenente Alfredo Peixoto; Comandante Joaquim Potiguara, pela Escola Militar; Abd El Raman Catunda, pela 19 de Outubro; A.da Cunha Mendes, aluno da Escola Militar e outros cinqüenta e cinco que assinaram a ata. (Ata de instalação) (CASTELO: 300).

As aulas eram ministradas à noite. Havia resistência ferrenha dos patrões em liberar seus empregados às 18 horas. Alguns comerciantes afirmavam: *Caixeiro é simplesmente caixeiro; não deve, não pode ser estudante.* Muitos estabelecimentos comerciais cerravam suas portas às 20 horas... Houve patrões generosos que ajudavam seus empregados. Somente em 1911, o Conselho Administrativo da Fênix com a concordância da Associação Comercial, tentaram o fechamento dos estabelecimentos às 18 horas, o que não foi conseguido. O interesse maior dos comerciantes era o lucro... Essa conquista somente veio a se concretizar com a Lei Municipal nº. 33, de 28 de dezembro de 1920, quando era Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, Adolpho Gonçalves Siqueira, que era Presidente da Fênix. Posteriormente foi Prefeito Interino de Fortaleza em 1923-1924.

A Fênix, juntamente com sua Escola de Comércio, funcionaram nos seguintes locais: 1. Rua Formosa nº. 103 (atualmente Rua Barão do Rio Branco) esquina com a Rua Guilherme Rocha. 2. Depois se mudou para a Rua Floriano Peixoto esquina com a Rua da Assembléia (hoje Rua São Paulo), ocupando o pavimento superior. Em seus salões fundaram-se a Academia Cearense (de Letras) em 15 de agosto de 1894 e o Centro Literário em 27 de setembro deste ano; 3. Transferiu-se daí para o sobrado da Rua Major Facundo nº. 2, esquina com a Rua da Misericórdia (atualmente João Moreira); 4. Por último ocupou o imóvel, de três andares, localizado à Rua Major Facundo nº. 28 (atualmente 154-156). Deste local transferiu-se para o palacete mandado construir pela Fênix, em 1905, na Rua Guilherme Rocha esquina com a Rua General

Sampaio, frente a Praça Marquês do Herval (hoje Praça José de Alencar). Finalmente, devido ao crescimento da associação, em 1915, foi inaugurado um edifício bem maior na esquina da Rua 24 de Maio com Guilherme Rocha, também em frente a Praça Marquês do Herval. Em sua época esses dois últimos prédios talvez fossem os mais bonitos da cidade.

O historiador Antônio Bezerra de Menezes no livro *Descrição da Cidade de Fortaleza,* publicado em 1895, afirma que as disciplinas que eram ministradas na Escola eram: português, francês, inglês, aritmética, escrituração mercantil e que a associação "começou com 123 e conta atualmente 300, e destes freqüentam as aulas 180"; "na sua modesta biblioteca encontram-se mais de 800 volumes de bons autores, sobre diversos autores."

O Barão de Studart em *Datas e fatos para a história do Ceará* registra que em 6 de fevereiro de 1898 "A Sociedade Phenix Caixeiral a 1 hora da tarde, faz inauguração de sua Bibliotheca no edifício à rua Major Facundo n. 34."

Neste mesmo ano, no dia 25 de junho, faleceu Pedro Muniz, segundo presidente da Phenix . Era destacado cidadão e intelectual merecendo verbete no *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense, volume I,* de autoria do Barão de Studart. A associação caixeiral publicou um jornal sob o título Pedro Muniz, homenageando o 30º. dia do passamento do seu Presidente.

Naquela época a associação dos caixeiros realizou o que o governo do Estado não conseguiu: fundar e dar continuidade a uma Escola de Comércio.

A Lei nº. 544, de 14 de agosto de 1899, assinada pelo Presidente do Estado, Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, criou uma Escola de Comércio, anexa ao Liceu do Ceará. O curso seria de dois anos abrangendo as disciplinas: português, francês, inglês, geografia, matemática elementar, contabilidade, escrituração mercantil, direito comercial e economia política.

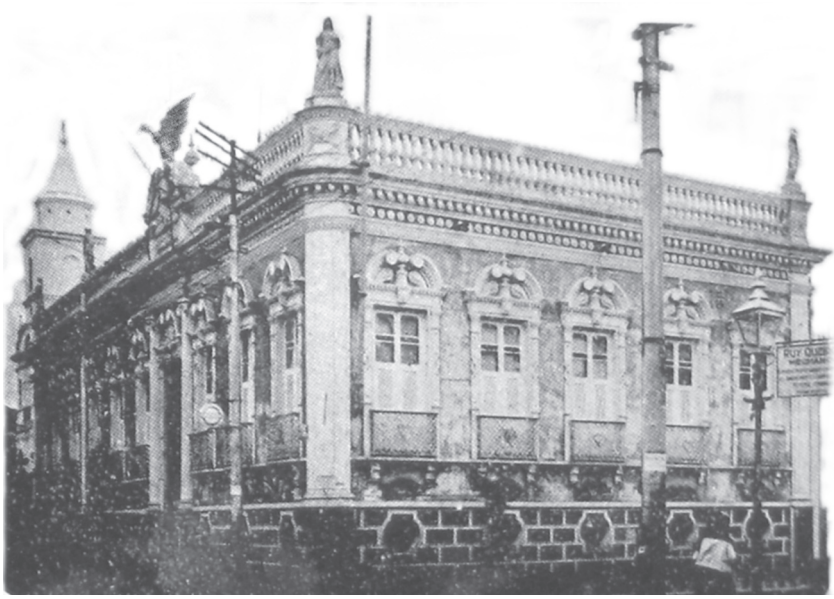
Seu regulamento foi publicado em fevereiro de 1900. Em 3 de agosto do mesmo ano a Lei nº. 597, assinada pelo Presidente Pedro Augusto Borges, autorizou a extinção da Escola. Seus professores ficaram adidos ao Liceu. Inexplicavelmente, outra Lei, a de nº. 752, de 20 de junho de 1904, sancionada pelo Presidente Antônio Pinto Nogueira

Accioly, extinguiu novamente a Escola de Comércio, "anexa ao Liceu do Ceará". Desta vez outra Lei, sancionada pelo Presidente Coronel Marcos Franco Rabelo, a de nº. 1078, de 14 de abril de 1913, restabelece aquele estabelecimento de ensino (CASTELO: 297-300). Por coincidência, em 1904 estava em construção o palacete da Fênix da Rua General Sampaio, e em 1914 aquele da Rua 24 de Maio.

A inauguração da primeira sede própria da Fênix Caixeiral, em 1905, foi uma prova da força da "classe caixeiral" representada por suas lideranças, tendo a frente Joaquim Magalhães, seu Presidente. O *Almmanach do Ceará 1906*, registra o que representou aquele fato em Fortaleza, tornando, ao ser publicado, um dos testemunhos históricos imorredouros de uma época.

A descrição é esmerada em sua síntese:

É de hontem, porém, altamente edificante, a história desta gravura. Representa ella o soberbo edificio que a brilhante sociedade de moços do commercio inaugurou em Junho do anno passado, especialmente construído para a sede social da Phenix, à praça Márquez de Herval.



Fachada do Palacete Phenix Caixeiral vista da esquina da Rua Guilherme Rocha com General Sampaio, vendo-se ao fundo a Igreja do Patrocínio - 1905

O magnífico palacete occupa o ângulo oriental da referida praça com a rua General Sampaio. Para o lado desta rua há cinco vãos de portas e dez outros, inclusive a porta principal, fitam a Avenida Nogueira Accioly (sic).

Esta parte constitue a frente de 160 palmos (35,20m) de comprimento, 65 (14,30m) de largura e 40 (8,80m) de altura, comprehendendo a rica platibanda que encima ambos os lances de edifício.

No alto da cornija correspondente à porta principal, ostenta-se o emblema da sociedade, uma Phenix, o formoso passaro de Osíris, que symbolisa as nobres aspirações da intrépida e valorosa mocidade.

Fachada do Palacete Phenix Caixeiral, lado ocidental na Rua Guilherme Rocha - 1905

Para o interior do edifício penetra-se por uma bonita escada de madeira do Ceará.

Nas paredes do vestíbulo estão pintadas figuras representativas da Industria e do Commercio. O fundo é de mármore cinzento com veias brancas e está tingido de óleo.

O primeiro salão em frente, é o da Bibliotheca, medindo no todo 30 palmos (6,60m) de largura por 90 (19,80m) de comprido. O vasto salão, forrado a papel, está mobiliado por oito grandes estantes envidraçadas

Phenix Caixeiral - escadaria na entrada

que circulam, e mezas adequadas ao fim a que é destinado. Contíguo fica o pequeno gabinete da administração, também confortável e elegante.

No vestíbulo, ao lado direito, encontra-se o salão de honra, medindo 40 palmos (8,80m) de comprimento por 35 (7,70m) de largura.

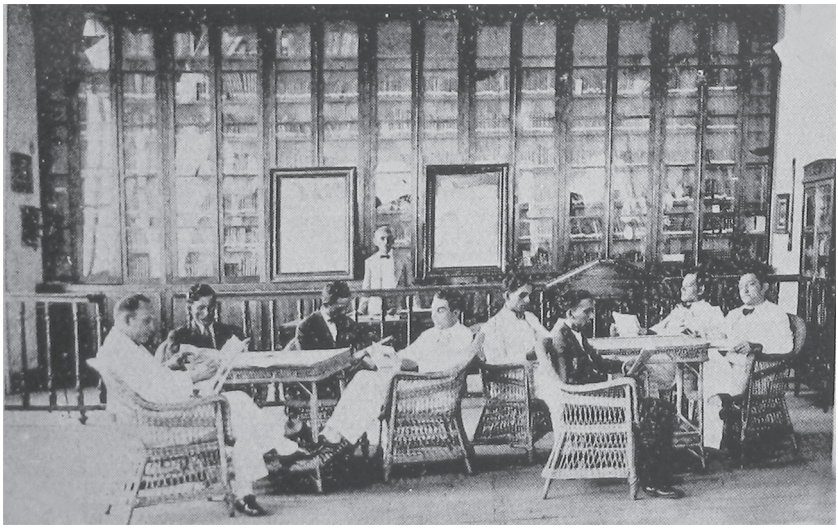
As paredes são forradas de papel de fundo azul claro, e o forro do tecto, como todos os outros forros do edifício, é de aço com explendidas ramagens em relevo, doiradas e prateadas.

O soalho é de pau setim com barras e enfeites de acapú.

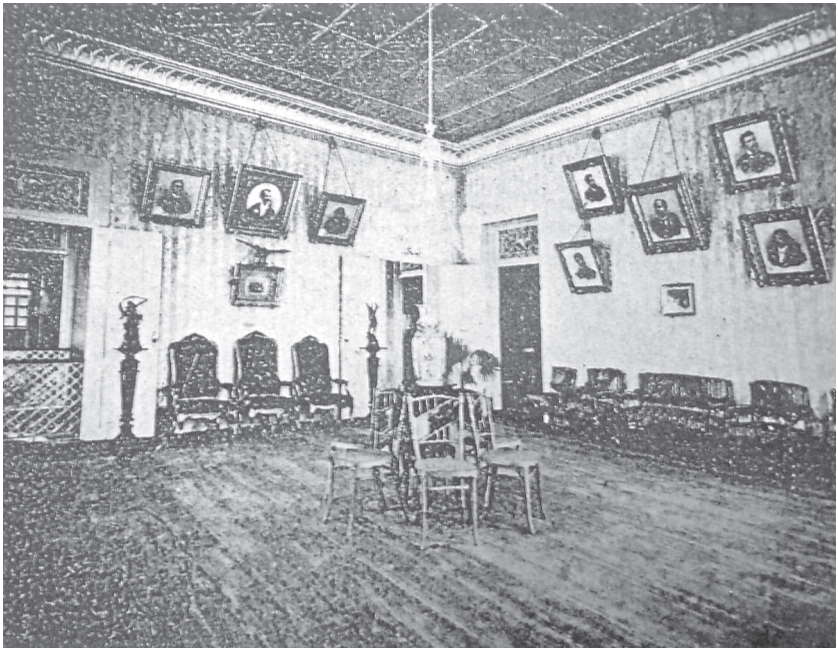
Este salão é mobiliado ricamente.

Ao lado esquerdo do vestíbulo ficam dispostos dois bellos compartimentos ou salões para as aulas, ambos pintados a óleo, um cor de salmon, outro azul saphyra, guirlandados de trepadeiras e jasmins, tendo ao canto festões de rosas.

Corre em todo o fundo do edifício uma primorosa varanda parallela à rua General Sampaio. É pintada de verde claro com lindos arabescos e desenhos.



Phenix Caixeiral - Salão da Biblioteca



Phenix Caixeiral - Salão de Honra

Dessa varanda desce-se ao pateo onde estão os apparelhos para exercícios physicos, etc.

O porão do edifício ao todo occupa uma área de 300 metros quadrados, está repartido em outras tantas dependências para aulas.

A construção que, iniciada em Março do anno passado, terminou a 10 de Junho do mesmo anno, orça por cerca de sessenta contos de reis.

Reproduzindo a estampa acima o Almanach do Ceará, o faz com o sincero intuito de uma expressiva homenagem à Constancia, ao civismo e ao valor dos moços abnegados que se congregam sob o labaro da instrução e do trabalho, ardentes e cheios de fé, congraçados por um symbolo immortal.

Assim, se expressou sobre ela, o Barão de Camocim, Vice-Presidente da Associação Commercial do Ceará, no Relatório do ano de 1906: *...Para prova do que tenho a dizer, sirva para nosso estímulo o preito que devemos render à mocidade do commercio de nossa praça; a esses moços que serão os commerciantes do futuro, pelo exemplo que nos deram com a creação da associação "Phenix Caixeiral."*

Em 15 de junho de 1906, no recém-inaugurado Palacete da Rua Guilherme Rocha, a Fênix Caixeiral recebeu a visita do Presidente do Brasil, Dr. Afonso Augusto Moreira Pena, acompanhado de ilustre comitiva na qual encontrava-se o Presidente Antônio Pinto Nogueira Accioly. Deve ter causado boa impressão ao Presidente aquele evento, tanto assim que na mensagem presidencial apresentada ao Congresso no ano seguinte "aconselhou a Nação que auxiliasse as escolas praticas de Commercio no Estados."

Apesar das dificuldades a Fênix atingiu os objetivos programados para os primeiros dez anos de existência. Em 1901 a *Revista Fênix Caixeiral,* órgão oficial da associação, afirmava: "Sobre todos os tentamens, visamos de preferência a Instrução; e nenhuma corporação congênere, em nosso país, dadas as relatividades do meio, pode registrar a respeito o resultado obtido pela Phenix Caixeiral". (MEMÓRIA: 20).

Entretanto, somente a partir de 1912 passou a conceder diploma de *guarda-livros* aos concludentes do Curso Comercial. Esse título conferia ao profissional prerrogativas específicas para executar a contabilidade mercantil. A formação técnica deles veio mudando, conco-

mitante com as necessidades complexas das atividades mercantis, sempre em progresso. O grande mérito e sucesso da Fênix Caixeiral foi acompanhar essas mudanças atualizando seu ensino, cumprindo determinações legais.

A Fênix sempre esteve presente nos eventos sociais e comemorativos ocorridos na cidade. Por ocasião das comemorações do 4º. Centenário da Descoberta do Brasil (1900), realizou sessão solene em sua sede localizada à Rua Major Facundo nº. 34. Foram expedidas correspondências para associações congêneres do Brasil, dentre elas para a dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, Perseverança e Auxílio de Maceió, Centro Caixeiral do Maranhão, Clube Caixeiral de Porto Alegre, Empregados do Comércio de Pernambuco, União Caixeiral de Sergipe. Fato esse que demonstra a existência de um movimento caixeiral em grande parte do Brasil.

Não menos expressivos foram os festejos organizados no 1º. Centenário da Independência do Brasil, em 1922. Foi publicado neste evento uma *Memória Histórica da Phenix Caixeiral do Ceará (1891-1922*), como contribuição dessa Sociedade na Exposição Nacional.

Dentre centenas de profissionais formados por ela, destacamos nominalmente, como homenagem, aqueles diplomados de 1912 até 1920. Integrados que foram às atividades do comércio de Fortaleza. Em 1912: Raymundo de Paula Vianna, Valmar Borges da Silva, 1913: Hippolito da Silva Mattos, Manoel Alves de Oliveira, Jader Augusto de Moraes, Alberico Gomes Parente. 1914: Eurico de Alencar Araripe, Alberto Façanha de Sá, Joaquim de Oliveira Lima. 1915: Sergio Rodrigues de Carvalho, José Joaquim de Oliveira Paiva, Anastácio Pessoa, José Bezerra da Rocha, Prisco Vieira de Brito, Raul Amora Gadelha. 1916: Edgar Dutra Nunes, Francisco Patrício de Barros, Renato Freire, Alípio Mattos. 1917: Francinet Correia Leitão, Manoel Marinho da Silva, Mario Ramos Torres de Melo. 1918: José Pinto Cavalcante. 1919: Anthero Gomes de Oliveira, Célio Augusto de Moraes, Fileto do Carmo, Josaphat Lima Linhares, Manoel Sadoc Cisne, Raymundo de Freitas Ramos, Waldemar Barros. 1920: Edgar Ramos de Alencar, José Waldizar Jucá, César Garcia Juaçaba, Walter Fernandes, Francisco Rangel Borges, Elias Mallmann.

Desde sua fundação em 1891 até 1922, no centenário da Independência do Brasil, foram matriculados na Escola de Comércio:

1891 -147 alunos; 1892 - 87; 1893 - 112; 1894 - 104; 1895 – 118; 1896 –111; 1897 – 122; 1898 - 131; 1899 - 108; 1900 - 117; 1901 – 120; 1902 – 106; 1903 – 121; 1904 – 123; 1905 - 176; 1906 – 254; 1907 – 147; 1908 – 168; 1909 – 132; 1910 – 122; 1911 – 186; 1912 – 149; 1913 – 136; 1914 – 162; 1915 – 243; 1916 – 197; 1917 – 187 – 1918 – 163; 1919 – 218; 1920 – 172; 1921 – 205; 1922 – 202. Total : 4.846 alunos. Média anual de alunos: 150.

Nesse mesmo período foram Presidentes da Fênix Caixeiral: 1891- 1892 – Antônio Alves Brasil (ver STUDART, Dicionário v. 1). 1893 – Pedro Muniz (ver STUDART, *Dicionário* – v. 3). 1894 – Francisco Barros Teles. 1895-1896 – João R.Salgado (Gerente do Banco do Ceará). 1897 – José Rodrigues de Carvalho (Contador do Banco do Ceará). 1898 - 1899 – Francisco Barros Teles. 1900 – Antônio Ivo de Matos. 1901-1902 **– Joaquim Magalhães** (Guarda-Livros no Banco do Ceará). 1903-1904 – João de Castro Ramos. 1905-1907 – **Joaquim Magalhães -** 1908 – Joaquim Sá. 1909 – Gabriel Fiúza Pequeno. 1910-1919- **Joaquim Magalhães.** 1920-1922 – Adolpho Gonçalves Siqueira. (Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza e posteriormente Prefeito Interino).

Ocuparam,também, durante tempo mais ou menos longo, a presidência da Sociedade, os seguintes sócios: Antônio Ivo de Matos (1897); José Perdigão Bastos e Raimundo Themistocles Barroso de Carvalho (1899); Francisco Pinto de Mesquita (1904); Antônio Nunes Valente (1909); Antônio Uchoa Mourão (1910): todos como substitutos legais e em virtude de retirada, definitiva ou temporária, dos presidentes efetivos, para fora do Estado. Dentre outros, Heráclito Domingues da Silva (fundador) e Prisco Cruz, serviram como presidentes, alternadamente com os efetivos durante anos. (MEMÓRIA. p.11).

Conforme os Estatutos de 1925 eram três os poderes sociais da Fênix: a Assembléia Geral, o Conselho de Honra e o Conselho Administrativo. Este último funcionava como um Poder Executivo. Era composto por 45 membros, todos sócios, assim distribuídos: um Presidente; 1º. e 2º. Vice-Presidentes; 1º, 2º, 3º e 4º. Secretários, 1 Secretário da Escola de Comércio; 1º e 2º Tesoureiros; 1º. e 2º. Bibliotecários; 12 Diretores, juntamente com 12 Adjuntos de Diretores, um em cada mês; Comissão de Sindicância – 3 membros; Comissão de Finanças – 3 membros; Comissão de Representação ; 3 membros. Além desses, havia um Médico; um "Administrador do Palácio Social", um

Procurador. Era uma organização complexa, mas eficiente, com funções definidas nos Estatutos. Os relatórios anuais eram circunstanciados, descrevendo todas as atividades realizadas durante cada administração.

Neste Estatuto destaca-se o **Art. 148. § Único – Qualquer Reforma, porém, que se proceda nesta Lei, não poderá, antes de 50 anos, alterar os artigos 137 e 138, cujas disposições textuais são irrevogáveis nesse período.** Os citados artigos afirmavam que *Os bens immoveis da Sociedade são inalienáveis de modo próprio, salvo si nove décimas partes dos sócios efetivos no gozo pleno de seus direitos e residentes nesta Capital, autorizarem por escripto ao Conselho Administrativo sua venda ou qualquer espécie de alienação*. Cinqüenta e quatro anos depois (1979) o *Palácio Social da Fênix Caixeiral* foi vendido e cinco anos depois (1984) demolido.

Local (hoje) onde ficava o Palacete da Fênix Caixeiral na esquina da Rua General Sampaio com Rua Guilherme Rocha

A inauguração do 2º Prédio Social da Phenix Caixeiral deu mais prestígio a classe caixeiral. Vejamos a descrição dele:

È o Palacete da Phenix Caixeiral, situado nas ruas 24 de Maio, frentes, e 24 de Janeiro (hoje Cel. Guilherme Rocha)*, literalmente, o mais bello e o mais importante edifício desta Capital, quer sob o ponto de vista architectonico, quer sob o ponto de vista de suas ornamentações, quer sob o ponto de vista de suas dimensões. A sua archictetura uma combinação do "Corinthio", no segundo pavimento, com o "Jonico", no primeiro, offerece um agradável conjuncto com apropriação aos fins da mesma Sociedade. Com effeito, o primeiro pavimento é destinado ao funccionamento da sua "Escola de Commercio" e da sua Bibliotheca, o que justifica o seu estylo – Jônico -, e o segundo foi preparado para a realização das festas commemorativas das suas datas grandiosas e das sessões do "Conselho Administrativo", o que, igualmente, fundamenta o seu estylo – Corinthio.*

Este elegante Palacete de custo aproximado de 350 contos, inclusive o preço do terreno e o prejuiso de um desastre, nelle verificado, foi projetado pelo hábil artista cearense J. de Paula Barros, sendo seu

Fachada do segundo prédio da Phenix Caixeiral esquina da Rua 24 de Maio com a Rua Guilherme Rocha - 1915

construtor o competente architecto Augusto Lopes, também cearense, sob a direção technica do illustre Dr. Anthero Freitas do Amaral. A sua pedra fundamental foi festivamente lançada em 24 de Junho de 1913, e as obras de sua construcção iniciaram-se em 18 de Agosto do mesmo anno, ficando da mesma encarregada uma commissão composta dos distinctos phenistas – Antonio Nunes Valente, presidente, Joaquim Jorge Vieira, thesoureiro; Arthur de Moura Ramos, secretario; Joaquim Sá, administrador, e João de Alencar Araripe, director financeiro, o qual, tendo falecido, foi substituído por Álvaro Nunes Weyne.

O importante edifício, que ocupa uma área de 1.163m², tem as fundações de concreto pedra britada com argamassa de cimento de 1:3 de areia – com dimensões de 1m,40 de altura e 1m de espessura: as paredes, de alvenaria de tijolo com argamassa de cal e cimento, medem de espessura, as principaes, do primeiro pavimento, 0,m60 as do segundo, e 0m,50, e as internas, divisórias.

A altura do rico Palacete é, actualmente, de 14m., comprehendendo o primeiro pavimento de 6m,50, o segundo 6m, e a platibanda 1m,50. Com a cúpula, a sua altura se elevará a 26m, inclusive o mastro de 4m., pois o zimbório mede 6m. e o lauternim (sic) *2m. A cúpula é complemento da obra.*

O primeiro pavimento (com 7 portas para a Rua 24 de Maio, 1 grande portão para a Praça Márquez do Herval, e 13 portas para a Rua 24 de Janeiro (hoje Cel.Guilherme Rocha)*, e mais 9 portas para o jardim desta ultima Rua, tendo 6m.25 de largura e 9m.52 (59.50m²) - de comprimento com um bellissimo portão de ferro e gradil – estylo moderno – e 18 para os pateos internos do arejamento, descobertos) está dividido em 9 compartimentos, sendo dois grandes salões de 18m. x9m.75(175,50m²) cada um e outro de 9m.15x6m.6m.50 (59,48m²) destinados às aulas da "Escola de Commercio"; um quarto salão de 13m.40x8m.28 (111m²), do lado da Rua 24 de Maio, para a Bibliotheca; um quinto de 14.20x 8.0 (113.60 m²)também para aulas; um salão de 8.0m x 5.0 (40.00m²) para consultas medicas; um espaçoso corredor 3.10x12.90m que conduz à escadaria interna; uma dependência de 6.30m x 3.40m (21.42m²) para archivo; outra, sob a escadaria interna com mictorios, e water-closets, e, finalmente, o vestíbulo de 8.28m x 8.20 (67,90m²), onde se acha montada uma riquíssima escadaria, com elegante balaustrada de pão setim e degraus de acapu, em dois*

ramos com dois patamares. Este pavimento é todo ladrilhado a mosaico allemão de lindos padrões, e os forros todos de cedro com finíssimas pinturas.

O segundo pavimento (com sete janelas para a Rua 24 de Maio, um janellão para a praça Márquez do Herval e 13 janellas para a Rua 24 de Janeiro (hoje Cel. Guilherme Rocha)*, e, mais 4 janellas e uma varanda, de 9.63m, de venezianas e vidraças para o jardim, 18 janellas para os pateos internos, e 2 portas para um pequeno terraço) está dividido em 6 compartimentos, sendo um grande salão (o maior desta capital) de 20m x 18.40m (368 m^2); um segundo salão de 19.85m x 8.00m (158 m^2), destinado a um museu; um terceiro de 12.45m x 9.93m (123,62 m^2) para as sessões do"Conselho Administrativo" da "Phenix"; uma sala de 6.30 x 3.40m (21.40m^2) para toilette das senhoras com lavatório, sanitário, boudoir e terraço; à dependência da escadaria e o salão nobre, para o lado da Rua 24 de Maio, estylo a Luis XVI. Os soalhos deste pavimento, todos de acapu, setim e violeta, em mosaico, montam sobre longarinas de ferro e apoiadas sobre as paredes e columnas do primeiro pavimento. O tecto do salão nobre é de estuque, e os forros dos demais salões são todos de cedro. Pinturas, lindíssimas bordam os tectos dos salões, notadamente, no salão grande, dividido em quatro paneis, representando o Commercio, a Agricultura a Industria e a Musica.*

As paredes deste pavimento, como o do primeiro, são todas pintadas a óleo, e as do "Salão Nobre" contem lindos paneaux, conforme o estylo de sua decoração.

O travejamento da coberta, de telhas de amianto e cimento, é todo de madeira de lei do pais.

O edificio é todo illuminado à luz electrica, sendo os lustres de bronze dourado. Finalmente, as portas e as janellas são todas de acapú.

Em ligeiros traços, aqui fica a descripção do Palacete que, hoje, se inaugura, supprindo o leitor intelligente a deficiência deste trabalho, que muito aquem está da imponência e magnificência deste edificio, que attestam o quanto podem a dedicação e o esforço pelas causas nobres e elevadas.

(Da edição especial do "Phenix Caixeiral", commemorativa do 24º. anniversário de sua instalação e da inauguração de seu novo Prédio).

Salão Nobre do Palácio Social - Reunião do Conselho Administrativo

Os Relatórios anuais são repositórios de sua história. Aqueles apresentados em 1908 e 1909 registram os seguintes dados:

A **Biblioteca** possuía 4.208 volumes e funcionava das 19h30 às 21h. Foram emprestados 5.192 volumes e consultados 5.781. O Mausoléu para seus associados, no Cemitério São João Batista, 1º. Plano, com 11 lugares, era de fino acabamento, e avaliado em 4:087$ 000 rs (oito contos e oitenta e sete mil réis). O Pecúlio para os associados era de 300$000 réis, com uma contribuição anual de apenas 6$000 réis. O Prédio da rua Guilherme Rocha, estava segurado em 60:000$000 réis (sessenta contos de réis) mas valia 66:000$000 réis (sessenta contos de réis). Assistência Médica foi criada em 1908. O médico, Dr. Eduardo Borges Mamede, recebia de honorários 100$000 réis mensais. Havia visitas domiciliares.Professores : os vencimentos mensais variavam de 40 a 110$000 réis Recebia subvenção do Governo Federal no valor de 5:000$000 réis anuais; para o orçamento de 1909.

Foi instituída uma **Secção Militar da Fênix.** O instrutor, Capitão Heráclito Helio Fernandes Lima, recebia honorários de 100$000 réis mensais. Foram importadas da Europa armas e munições. Inscreveram-se 45 associados; o Relatório relaciona o nome deles. Cada cartucho custava para o usuário 20 réis. As aulas de "Linha de Tiro" eram reali-

zadas no 2º. Plano do Passeio Público. Posteriormente foi denominado Tiro de Guerra. Daí Rodolpho Teophilo em suas "reminiscências", afirmar: *Os seus sócios, mais de mil, sabem manejar as armas* [...]; isso em 1926.

Salão da Biblioteca

No Relatório de 1919, constava que o patrimônio da Fênix, em 1901 era de 100:154$380 réis, em 1919, 260:892$960 réis. Neste ano arrecadou em mensalidades 20:146$382 réis. Recebeu em subvenções 10:000$000 réis do Governo Federal e a mesma quantia do Governo Estadual.

Foram muitas as realizações das lideranças fenixtas em benefício da associação, e da classe caixeiral.

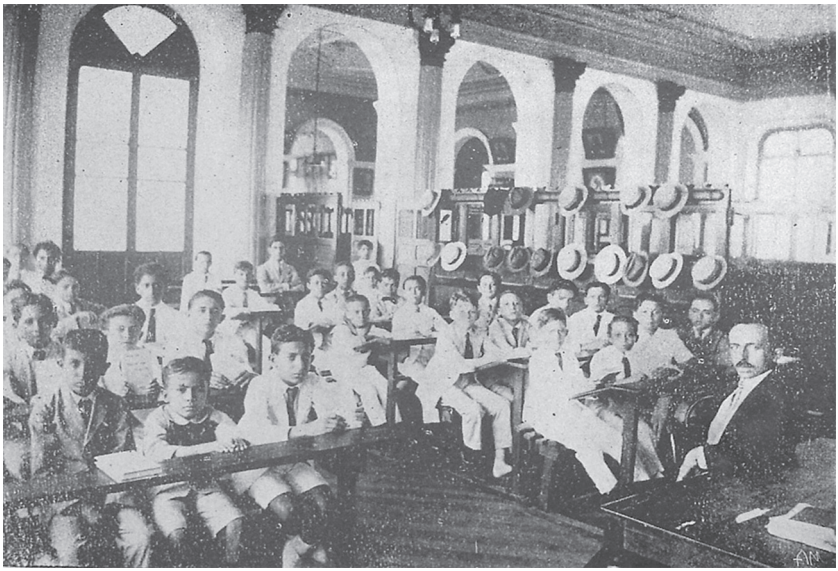
Lei Estadual nº. 1306, de 5 de setembro de 1915. Autoriza o Presidente do Estado a subvencionar, anualmente, até a quantia de 10:000$000 réis (dez contos de réis) a Escola de Comércio mantida pela Phenix Caixeiral.

Lei Municipal nº. 56, de 25 de junho de 1918. Considera feriado Municipal o dia 24 de junho, data da instalação da Sociedade Phenix Caixeiral.

Decreto Federal nº. 3523, de 28 de agosto de 1918. Considera de utilidade pública a Associação Comercial do Ceará e a Phenix Caixeiral, de Fortaleza.

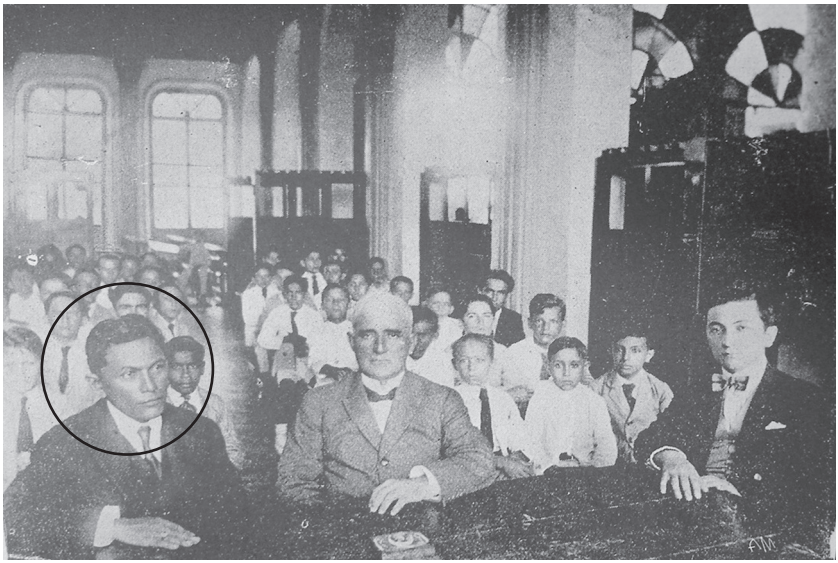
Lei nº. 33, de 28 de dezembro de 1920. Regulamentação do Fechamento de Portas no Município de Fortaleza. Art. 1º. - As casas bancárias, as lojas de fazendas e miudezas, as agências e escritórios comerciais, os armazéns e os estabelecimentos comerciais em geral, não poderão permanecer abertos além das 18 horas. § único - Os bancos e as casas bancárias poderão funcionar, realizando serões, até durante 10 dias em cada mês, sem contudo prolongá-los além das 23 horas. Art. 2º. - As oficinas de barbeiros e cabeleireiros fecharão, nos sábados, às 22 horas e, nos dias úteis restantes às 19 horas. Art. 3º. - Nenhuma loja de fazendas, oficina, fábrica, armazém, ou outro qualquer estabelecimento comercial, poderá abrir suas portas aos domingos ou feriados nacionais e dias santificados...".

A Câmara Municipal de Fortaleza tinha como Presidente Adolpho Gonçalves Siqueira (então Presidente da Phenix), Antônio de Alencar Araripe, Secretário, Cunegundes Rodrigues da Silva, João José Vieira da Costa, Demosthenes Brígido, Thuribio Motta, Luís Perdigão Bastos e José Arruda.



Escola de Comércio - Curso Anexo

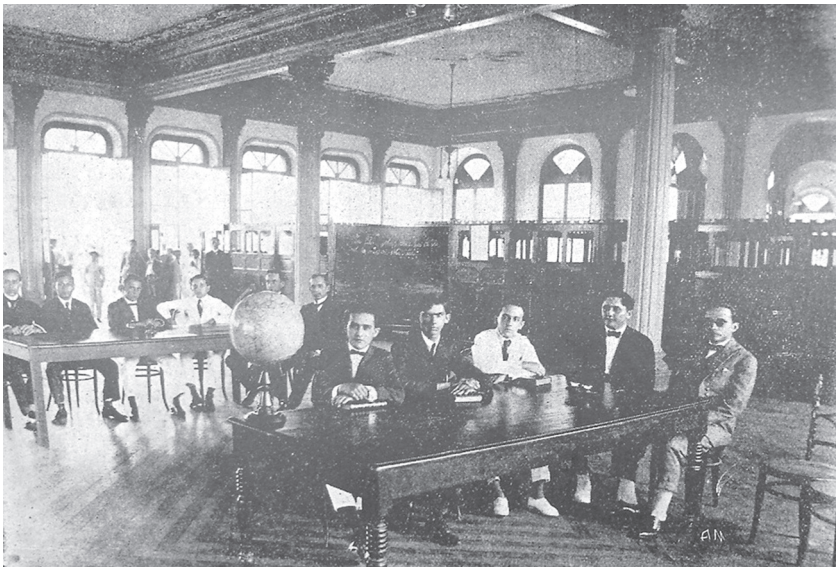
Escola de Comércio - 1º. Ano do Curso Profissional



Escola de Comércio - 2º. Ano do Curso Profissional - Está assinalado no primeiro plano, o professor Francisco de Menezes Pimentel, posteriormente governador e senador do Ceará

Escola de Comércio - 3º. Ano do Curso Profissional

Escola de Comércio - 3º. Ano do Curso Profissional



Escola de Comércio - 5º. e 6°. Anos do Curso Profissional

Decreto Lei Federal nº. 472 A, de 23 de agosto de 1923. Reconhece a **Escola Prática de Comércio** mantida pela Phenix Caixeiral de Fortaleza, os diplomas concedidos por ela, equiparando-os com os da **Academia de Comércio do Rio de Janeiro.**

Em 24 de fevereiro de 1926, são aprovados pelos acionistas os Estatutos do Banco de Crédito Caixeiral (Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada), cuja sede localizava-se à rua Floriano Peixoto, nº. 246. Seu capital social era constituído por ações de 20$000 réis.

Em 1932 foi a Escola Técnica reconhecida pelo Governo da União submetendo-se ao regime de inspeção federal.

Em 1936, pela Lei nº. 112 de 20 de maio, foram concedidas, anualmente, auxílios no total de 11:000$000 réis (cento e dez contos de réis), às Escolas Técnicas de Comércio da Fênix, em Fortaleza, e as de Crato e Sobral. Sendo 50:000$000 réis (cinqüenta contos de réis, para a Fênix, 30:000$000 réis para cada uma das duas citadas. Estes valores deveriam ser usados na construção e reforma de prédios para melhor funcionamento das aulas.

Título de Sócio Efetivo concedido naquela época, pela Phenix Caixeiral, a seus associados

Em 1931, em artigo publicado no **Album de Fortaleza**, organizado por Paulo Bezerra, é afirmado que o Banco de Crédito Caixeiral tem filiais em Iguatu e outra em Aracati.

Pelos novos estatutos, 1931, foi instalada a **Caixa dos Desempregados** cujos fundos eram formados com 10% da renda social ordinária.

A **Guarda Cívica Fenixta** desempenhou, em outubro de 1930, importante participação na segurança da capital. Era Presidente da associação caixeiral o Sr. Edgard Falcão.

Em 1937 o pecúlio pago para os associados já importava em 1:500$000 réis.

Nesse mesmo ano a administração fenixta era assim constituída: Conselho de Honra: Adolfo Gonçalves de Siqueira, Maximiano Leite Barbosa, Fausto Cabral, Carlos Ribeiro Calmon, Oscar Pettezzoni. Conselho Administrativo: Edgar Sá – Presidente; Elpídio Gladstone – Vice-Presidente; Francisco Vasconcelos de Arruda – 1º Secretário; Eliseu de Sousa Pereira – 2º Secretário; Carlos Brito – Tesoureiro; João Aderson

Nogueira de Sousa – Adjunto Tesoureiro. Comissão de Finanças: José Paulo Jucá, Eduardo Sabóia de Castro, Expedito de Castro. Comissão de Instrução: Moacir Mota, Raimundo Lopes, Reginaldo Rocha. Comissão de Assistência Social: Edgard Falcão, Aponiano Avelino de Sousa, José Jucá Albuquerque. Comissão de Higiene: Olavo Euclides de Araújo, Irajá Vasconcelos, Mario Fernandes Machado. Comissão de Representação: Artur Bezerra de Meneses, Agostinho Mendonça, Jefferson Braun. Comissão de Sindicâncias: José Bastos Filho, Antônio Oliveira Bino, Maranaldo Dias de Carvalho, Raimundo de Almeida Morais, Enoque Brasil de Matos, Eliseu Barros de Freitas, Salomão da Silva Carneiro, Joel Viana Camurça, João de Deus Oliveira.

A Fênix Caixeiral possuía, em 1931: um Cine-Teatro, Pátio de Diversões, Centro de Cultura Física (posteriormente Praça de Esportes) um **Tiro de Guerra** para formação de reservistas do Exército. A Secção Militar, criada em 1908, com a denominação de **Linha de Tiro**, foi uma pioneira dos **Tiros de Guerra**, mesmo antes da obrigatoriedade do serviço militar.

O seguinte documento constitui um registro na história da Fênix Caixeiral, trata-se do

Hino do Empregado no Comércio
(Letra de Bastos Tigre)
Força e glória ao comércio fecundo
Que progresso e concórdia produza;
A ligar os mil povos do mundo,
Elos de ouro são elos de luz!
Permutando as riquezas do solo,
Vai por terra, por mares, pelo ar,
Do Equador às geleiras do Pólo,
O conforto da vida levar.
Irmanados na ação progressista,
Vencerá nosso esforço tenaz;
É o comércio legião à conquista
Das incruentas vitórias da Paz.
Se é seu fito buscar a riqueza,
A ambição não se curva servil;
Visa a nossa labuta a grandeza,
A opulência, o esplendor do Brasil!

Se por mal de costumes iníquos
Foi o nosso mister – servidão,
Dão-nos hoje trabalhos profícuos,
Liberdade, conforto, Instrução.
Não nos fica na face impresso
O sinal de fadiga e de dor;
O trabalho conduz ao progresso,
Redobremos de extremo labor!

REFRÃO

Pela união fraterna e forte
Dez de nós valerão mil!
Aponte a paz o nosso norte,
Para a grandeza do Brasil!

(Este hino foi cantado, em solenidade do dia 30 de outubro de 1937 pelo "Orfeon Fenixta)".

Muitos personagens ilustres ligados à história de Fortaleza foram filiados a Fênix: como alunos, professores, sócios efetivos, beneméritos, honorários, ou pertencentes ao seu Conselho de Honra. Dentre muitos citamos: Desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca – primeiro Presidente do Instituto do Ceará; José Gentil Alves de Carvalho – comerciante, empresário e banqueiro; Henrique Theberge – Engenheiro Militar, sócio honorário; Antônio Nunes Valente, Eduardo de Castro Bezerra, Adolpho Gonçalves de Siqueira – ex-Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, ex- Prefeito Municipal (1923-1924), Presidente da Fênix Caixeiral; Francisco de Meneses Pimentel – ex-Governador do Estado do Ceará (1936-1945), Senador pelo Ceará, Diretor do Instituto São Luís, Professor da Faculdade de Direito do Ceará, Professor da Fênix; Plácido Aderaldo Castelo – ex-Governador do Estado do Ceará, Deputado Estadual, Professor e ex- Presidente da Fênix, como também Sócio Benemérito; Sócio Efetivo do Instituto do Ceará; Raimundo Leopoldo Coelho de Arruda – Catedrático do Liceu do Ceará; Henrique de Alencastro Autran – Professor do Liceu do Ceará e Colégio Militar do Ceará; Pedro Albano, Catedrático do Colégio Militar do

Ceará; Carlito Pamplona, D. Nila Gomes Soarez, viúva do conhecido educador cearense Edílson Brasil Soarez, Chistiano Câmara e mais recentemente, José Caminha de Alencar Araripe, Professor aposentado da Universidade Federal do Ceará, Jornalista renomado e escritor; Pedro Sisnando Leite – ex-Secretário de Estado do Ceará, Professor aposentado da Universidade Federal do Ceará, Economista destacado no Banco do Nordeste. Estes dois últimos são atualmente Sócios Efetivos do Instituto do Ceará.

Até a década de 1930 a Fênix Caixeiral esteve em ascensão, naquelas posteriores de 1940 e 1950, estabilizou-se. As mudanças da modernidade, em seguida, marcaram seu declínio. Seu desaparecimento não apagou ou desfez o que foi realizado no passado: inesquecível para a história, e para aqueles que foram seus beneficiários, que ainda, em número cada vez menor, guardam sua lembrança.

A Fênix perdeu o caráter classista e assistencialista para seus associados. Sobreviveu a Escola Técnica de Comércio. Posteriormente surgiram outras instituições congêneres, tanto no interior como na capital, tais como: Curso Francisco D´Auria; Escola Técnica de Comércio do Ceará; Escola Técnica de Comercio Padre Champagnat; Escola Técnica de Comércio Carlos de Carvalho. No interior: Escola Técnica de Comércio de Juazeiro do Norte; Ginásio Anchieta, de Maranguape; Escola Técnica de Comércio Dom José, de Sobral; Escola Técnica de Comércio, do Crato.

Passou alguns anos em decadência, e problemas internos contribuíram para seu fim. Hoje existe com o nome Colégio Fênix Caixeiral, funcionando, triste coincidência, na antiga residência do ex-Governador e Senador Francisco de Meneses Pimentel, um ex-professor destacado. Está ele presente em duas fotografias do novo prédio da Fênix, anexas a este trabalho. Por sinal, quase perdidas, pois foram tiradas de publicações impressas. Os originais não existem mais.

Quando a Fênix mudou-se para novo prédio, em 1915, sua primeira sede própria na Rua General Sampaio, foi alugada, trazendo rendimentos para a associação caixeiral. Posteriormente ela foi vendida e demolida no meado do século XX. Foi construído alí um novo edifício, no qual funcionam atualmente serviços da área de saúde. Perdia, assim, a Praça José de Alencar, uma de suas referências históricas.

O historiador Nirez escreveu em artigo publicado na *Revista do Instituto do Ceará,* de 2003, na efeméride do dia 10 de janeiro de 1979:

"A Fênix Caixeiral vende sua sede, na esquina da Rua 24 de Maio, nº. 446 com a Rua Guilherme Rocha nº. 648, ao Grupo Ximenes Tecidos S/A." Em artigo do mesmo nome publicado na mesma revista de 2006, efeméride do dia 8 de junho de 1984, "Inicia-se a demolição do prédio da Fênix Caixeiral na esquina da Rua Guilherme Rocha nº. 648, com Rua 24 de Maio, na Praça José de Alencar. Fora vendido ao Grupo Ximenes Tecidos S/A."

Local atualmente da antiga sede do Palacete da Fenix Caixeiral, na esquina da Rua 24 de Maio com Rua Guilherme Rocha

O tradicional jornal *O Povo* assim registrou o fim de um testemunho histórico da cidade de Fortaleza em sua edição de sábado, 6 de janeiro de 1979: *Vendido afinal o prédio da Fênix. Na ocasião O Povo ouviu Aloísio Ximenes, do Grupo Ximenes Tecidos S/A, que comprou o edifício. Ele explicou que "a decisão de concorrer à aquisição do prédio revestiu-se de caráter puramente comercial, levando-se em conta que a valorização determinada pela proximidade do centro de comércio justificava a oferta feita pela organização." Até aquela data, o prédio ainda estava sem destino."Pode virar um shoping center, uma incorporada, loja de departamentos, estacionamento ou mesmo a sede de nossa organização", previa o novo proprietário.*

Posteriormente, completa o histórico daquele fato em artigo intitulado: *O edifício pomposo tombou, mas a Fênix Caixeiral vive em prédio* ***de colégio****. ... Com ele, vieram abaixo a imponente escadaria de madeira, os grandes salões nobres e sociais, e até um pequeno museu. Mosaicos alemães, forro de cedro, assoalhos de pau-cetim. Parte do acervo interno e da mobília do prédio foram transferidos para a sede da avenida Imperador. A venda do antigo prédio foi realizada em janeiro de 1979 e sua demolição foi concluída nos primeiros anos da década de 80. As dívidas avolumadas foram a principal causa da "queda, vendida em 1979 para o Grupo Ximenes Tecidos S/A, em seguida, para a Caixa de Previdência do antigo BEC, que demoliu o passado, transformando-o em um "lojão bancário", com postos de prestação de serviços e captação de poupança.*

Prédio do Colégio Fênix Caixeiral na Av. do Imperador - (hoje)

Bibliografia

ADERALDO, Mozart Soriano. *História Abreviada de Fortaleza e Crônicas da Cidade Amada.* Fortaleza: Edições UFC/ Casa José de Alencar, 1993.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (NIREZ). *Fortaleza de ontem e de hoje*. Fortaleza: Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza, 1991.

BARREIRA, Dolor. *História do Ceará. História da Literatura Cearense. Tomo 11* Edição fac-similar. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1986.

BARREIRA, Dolor. *História do Ceará. História da Literatura cearense. Tomo 3.* Fortaleza: Instituto do Ceará, 1954.

BEZERRA, Paulo. *Álbum de Fortaleza.* Fortaleza: Meton Gadelha & Cia, 1931.

CÀMARA, João. *Almanach Administrativo, estatístico, mercantil e Industrial do Estado do Ceará para 1896.Confeccionado por João Câmara.* Fortaleza: Typ. da República, 1896.

CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do Ensino no Ceará.* Fortaleza: Instituto do Ceará, 1970.

GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza.* Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1959.

MENEZES, Antônio Bezerra de. *Descrição da Cidade de Fortaleza*. Introdução e notas de Raimundo Girão.

MEMÓRIA Histórica da *Fênix Caixeiral do Ceará.* (1891-1922). Fortaleza: Typografia Commercial, 1922.

JORNAL O POVO.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *Pequena História da Telefonia no Ceará.* Fortaleza: Telemar, 1982.

_____. *História da Escravidão no Ceará. Das origens à extinção*. Fortaleza: Instituto do Ceará. 2002.

STUDART, Barão de. *Datas e Fatos para a História do Ceará.* Edição fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. 3 volumes.

THEOPHILO, Rodolpho. *O Caixeiro (Reminiscências). Edição fac-similar*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura, 2002.

RELATÓRIOS DA SOCIEDADE PHENIX CAIXEIRAL. Referentes às administrações de 1909, 1919, 1925.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE PHENIX CAIXEIRAL – 1925.

MANIFESTAÇÃO AO PÚBLICO PELA SOCIEDADE CAIXEIRAL DO CEARÁ (**exclusão indevida de cidadãos da lista de eleitores por serem caixeiros).** Fortaleza, 1882.

Senado do Império: o senador Pompeu e o Ceará

Melquíades Pinto Paiva*

O senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (1818 – 1877) foi "a mais perfeita e íntima união do prestígio político e intelectual que registra a história do Ceará." (CÂMARA, 1960: V). Louvado como naturalista, educador, geógrafo, historiador, jornalista, escritor, empresário e político, é natural que sobre ele existam vários textos biográficos, destacando sua atuação na vida pública provincial e nacional, embora poucos deles tenham maior profundidade e/ou abrangência, compatível com as atividades desenvolvidas e conhecimentos acumulados.

Tratando-se de personalidade de projeção nacional durante o Império, de cultura das mais proeminentes na sua época de curta vida, sacerdote e bacharel em Direito, abordou nos seus escritos temas os mais diversos, relativos à terra e ao povo do Ceará.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Agora vamos elaborar um esboço biobibliográfico de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, com o apoio maior em trabalhos assinalados com asterisco, na bibliografia consultada, destacando-se entre eles os da autoria de Raimundo Girão (1900 – 1988) – [in: CÂMARA, 1960 : XI - XVI (prefácio) e GIRÃO, 1977].

Filho do capitão de milícias Thomaz de Aquino Sousa, natural do Rio Grande do Norte, e de sua mulher Jeracina Isabel de Sousa, cearense de Santa Quitéria, filha única do capitão de ordenanças José Luís Pestana e Isabel Pinto de Mesquita, ele nasceu no dia 6 de junho de 1818 na povoação de Santa Quitéria, vinte léguas distante de Sobral (Ceará). Tinha ancestrais portugueses da atual Penafiel, bispado do Porto, sendo parente dos padres Miguel Joaquim d'Almeida Castro (Padre Miguelinho) (1768 – 1817) e Gonçalo Ignácio de Loyola Albuquerque Mello Mororó (1778 – 1825), heróis republicanos nordestinos, participantes e mártires das revoluções de 1817 e 1824, respectivamente.

Após seus estudos em Campo Grande (atual Guaraciaba do Norte), Thomaz Pompeo foi mandado para Sobral, em 24 de fevereiro de 1834, para cursar aulas de latim e humanidades do tio materno e advogado Gregório Francisco de Torres e Vasconcelos, depois deputado na primeira legislatura da Assembleia Provincial do Ceará (1835 – 1837). Em 10 de agosto de 1835 embarcou com destino a Pernambuco, para iniciar estudos no Seminário de Olinda, recebendo ordens sacras em 18 de setembro de 1841; pouco depois, em 24 de outubro de 1843, obteve o grau de bacharel pela Faculdade de Direito de Olinda. Antes mesmo de sua ordenação, exerceu a função de substituto da cadeira de Teologia, no Seminário de Olinda.

Em 10 de novembro de 1843 embarcou de volta ao Ceará, convocado pelo presidente Ignácio Corrêa de Vasconcelos, para instalar o Liceu do Ceará, criado pela Lei nº. 304, de 15 de julho de 1845, sendo nomeado seu primeiro diretor e, como tal, Inspetor da Instrução Pública da Província do Ceará. No Liceu do Ceará foi professor da disciplina Geografia e História, ficando como diretor desde 19 de outubro de 1845 até 25 de abril de 1849, quando foi exonerado por motivos políticos; voltou à direção do educandário em 23 de outubro de 1853 e se aposentou em 17 de janeiro de 1865.

Pouco conhecemos a respeito do seu desempenho como padre católico. Durante oito anos esteve como vigário forâneo (geral) do Ceará, exonerando-se em 1860.

Na condição de advogado, salvo raras exceções, atuou apenas no cível, pois não gostava do foro criminal. Também neste campo, suas atividades não foram destacadas pelos que cuidaram de sua biografia.

No decorrer de toda a vida, mostrou-se zeloso na condução dos negócios, sempre econômico nos gastos e pontual nos compromissos financeiros. Foi um dos sócios fundadores da Companhia Cearense de Via-Férrea de Baturité S/A, constituída em 25 de julho de 1870, em decorrência de pacto associativo para fins de construção de uma estrada-de-ferro entre Fortaleza e Pacatuba, com ramal até Maranguape, assinado pelo senador e mais quatro outros fundadores da empresa pioneira (FERREIRA, 1989).

Celebrou contrato de trabalho com a presidência da província do Ceará em setembro de 1855, com vigência de dois anos, para apresentar uma resenha estatística sobre o Ceará. No desempenho do contrato, viajou durante todo o ano de 1856, visitando municípios das diversas regiões cearenses, mas teve muitas dificuldades para conseguir as informações necessárias, pela falta de colaboração das autoridades provinciais. Neste contrato se encontra a fonte primeira dos seus trabalhos posteriores sobre os diversos enfoques estatísticos e aspectos naturais do Ceará, que lhe deram merecido renome.

Em outubro de 1844 se candidatou a deputado da Câmara Geral, mas não foi eleito, ficando como primeiro suplente; em 1845 foi eleito deputado da Assembleia Provincial do Ceará (1846 – 1847). Com a morte do deputado-padre José da Costa Barros, chegou à Câmara Geral em 1846, ali permanecendo até 1848, cobrindo duas legislaturas. Nas eleições de 8 de fevereiro de 1863, foi incluído na lista tríplice para a escolha de novo senador pela província do Ceará, na vaga decorrente da morte do senador Miguel Fernandes Vieira, recebendo 602 votos; a escolha foi feita pelo Imperador, em 9 de janeiro de 1864, favorecendo o segundo colocado – Thomaz Pompeo de Sousa Brasil; sua posse ocorreu em 11 de fevereiro do mesmo ano, permanecendo como senador até 2 de setembro de 1877, data da sua morte em Fortaleza, onde foi sepultado no mesmo dia, em cemitério público e com hábitos talares, conforme sua expressa vontade.

Iniciou-se nas lides políticas como um dos fundadores do jornal *Cearense*, em 16 de outubro de 1846, órgão do Partido Liberal, assumindo a direção em 1850, onde ficou até a morte.

Sempre pertenceu aos quadros do Partido Liberal, tornando-se o seu chefe na província do Ceará, após a morte do senador José Martiniano de Alencar, ocorrida em 1860. Teve projeção política em escala nacional, havendo recusado o cargo de ministro do Império, quando os liberais ascenderam ao poder em 1864.

Não tinha condecorações, porque não as aceitava, mas foi enobrecido pelos diplomas honoríficos dados por instituições de ensino, profissionais e culturais, no país e no exterior. Foi sócio da Sociedade Literária Onze de Agosto (Recife), do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, da Sociedade Geográfica de Paris, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do Instituto Histórico da Bahia, do Instituto dos Advogados do Recife, do Instituto Histórico do Maranhão, da Sociedade Filomática do Rio de Janeiro, da Harmonia Maranhense e do Ateneu Maranhense (STUDART, 1915). Esta lista pode ser acrescida pelas seguintes instituições: Instituto Literário do Maranhão, Sociedade Amante da Instrução da Corte, Ateneu Paulistano e Ateneu Pernambucano.

Viveu com Filesmina Carolina Filgueira (1827 – 1905), com a qual teve os seguintes filhos: o primogênito nasceu e morreu em 1846; em 1849 nasceram gêmeos, o menino faleceu em 1850 e a menina Maria Tereza sobreviveu, tendo se casado com o comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly, seu sucessor nas atividades políticas, a qual faleceu em 1930; Antônio Pompeo de Sousa Brasil (1851 – 1886), médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (1852 – 1929), uma réplica do pai e homônimo, formado pela Faculdade de Direito do Recife; Hildebrando Pompeo de Sousa Brasil (1853 – 1907), engenheiro mecânico formado pela Escola Central do Rio de Janeiro.

A correspondência do senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (CÂMARA, 1960) está voltada para três vertentes principais: política provincial vista pelo ângulo do Partido Liberal; preocupação com a ocorrência de secas no Ceará; controle dos seus negócios particulares.

Além dos discursos e pareceres encontrados nos anais da Assembleia Provincial do Ceará, da Câmara Geral e do Senado do Império, bem como de artigos divulgados em jornais, ele deixou importante bibliografia contida em folhetos e livros, cujos principais títulos relacionamos a seguir.

BRASIL, Th. P. S. – 1851 – *Elementos de Geographia*. Edição do autor, 284 pp., Ceará (Fortaleza). Esta obra foi posteriormente ampliada e teve quatro outras edições, a primeira delas de 1856 e ainda publicada no Ceará (Fortaleza); as outras são de 1859, 1864 e 1869, editadas no Rio de Janeiro – ver BRASIL, Th. P. S. – 1869 – *Compendio Elementar da Geographia Geral e Especial do Brasil*. Eduardo & Henrique Laemmert, 5ª. ed., VIII + 680 pp., Rio de Janeiro. Foi adotada no Colégio Pedro II e nos liceus e seminários do Império.

BRAZIL, Th. P. S. – 1957 – *Memorias sobre a estatistica da população, e industria da provincia do Ceará em 1856*. Typographia de Paiva & Companhia, 50 pp., Fortaleza. Este é o primeiro zoneamento econômico do Ceará, a partir dos seus produtos naturais e atividades desenvolvidas pelo povo, com delimitação das regiões fisiográficas. Contém sério alerta contra a depredação dos recursos naturais sujeitos à explotação, tanto vegetais como animais.

BRAZIL, Th. P. S. – 1858 – *Memoria estatistica da provincia do Ceará: sob sua relação phisica, politica e industrial.* Typographia Brazileira de Paiva & Companhia, 68 pp., 13 tabelas em páginas não numeradas, Fortaleza. Versão ampliada do trabalho anterior, com dados mais recentes. Seu valor maior compreende os dados pluviométricos, coletados durante tantos anos, com rigor científico.

BRAZIL, Th. P. S. – 1859 – *Memoria sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da provincia do Ceará*. Typographia Brasileira de Paiva & Companhia, 36 p., Fortaleza. Concluiu que a destruição das matas e as queimadas têm contribuído para uma maior freqüência de seca, encurtando os períodos normais entre tais ocorrências. Foi incluído em seu livro *Memoria sobre o clima e seccas* (1877); em 1986 foi novamente publicado, inserido no *8º Livro das Secas* (pp. 95 - 125) da Coleção Mossoroense (volume CCXLII), editado na cidade de Mossoró; apareceu em edição *fac-simile*, publicada pela Fundação Waldemar Alcântara (Fortaleza, 1997).

BRASIL, Th. P. S. – 1861 – *Diccionario Topographico e Estatistico da Provincia do Ceará*. Eduardo & Henrique Laemmert, 90 pp., 2 mapas em páginas não numeradas, Rio de Janeiro. Este é o primeiro dicionário geográfico e estatístico do Ceará, preparado como postulação ao seu ingresso como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

BRASIL, Th. P. S. – 1863/1864 – *Ensaio Estatistico da Provincia do Ceará*. Typ. de B. de Mattos, tomo I – XVI + 839 pp., tomo II – 330 p., [São Luís]. Esta é a obra maior do senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, tanto em volume como em conteúdo, sendo mesmo uma verdadeira enciclopédia sobre o Ceará dos meados do século XIX. Existe uma edição *fac-simile* desta obra, publicada pela Fundação Waldemar Alcântara (Fortaleza, 1997).

BRASIL, Th. P. S. – 1877 – *Memoria sobre o clima e as seccas do Ceará*. Typographia Nacional, 100 pp., Rio de Janeiro. História das secas do Ceará, suas causas e meios de mitigar os seus efeitos. Contém lista das secas, desde 1711 a 1837, e outra sobre grandes inundações entre 1776 e 1876. A série com dados meteorológicos, antes divulgados, foi acrescida com os registros até 1876. Foi inserida no final a *Memoria sobre a conservação das mattas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da provincia do Ceará*. Publicado no *9º Livro das Secas* (p. 7 - 78), da Coleção Mossoroense (volume CCLXXXV), editado na cidade de Mossoró (1983).

Os serviços que prestou ao Ceará foram os mais proeminentes, nos diversos campos de suas atividades. "Era um philantropo, um sabio, que viveu bem pouco para tantas esperanças e beneficios que a patria aguardava ainda." (ANÔNIMO, 1877). "Thomaz Pompeo foi um brazileiro que se devotou á felicidade da sua terra, que amava de coração; um philamtropo modesto e recolhido, que escondia a mão fazendo o beneficio; a probidade, a honra em sua mais alta expressão." (BRÍGIDO, 1877). Ninguém, no seu tempo, foi intelectualmente mais ilustre do que ele no Ceará.

Como final desse esboço biobibliográfico, vamos indicar alguns dos pioneirismos do senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil:

– pioneiro dos estudos de estatística e demografia no Brasil, abordando aspectos da geopolítica regional e nacional;

– pioneiro do ensino secundário e público no Ceará, como diretor-fundador do Liceu do Ceará;

– pioneiro na publicação de livros didáticos e científicos no Ceará;

– pioneiro dos cientistas que pesquisaram as causas das secas nordestinas, com a coleta criteriosa e prolongada de dados meteorológicos;

– pioneiro dos estudos sobre a devastação das matas e conserva-

ção da natureza cearense, tendo em vista a melhoria do clima e maior defesa contra os efeitos das secas.

Apesar de tão estudado e muito louvado, pouco sabemos a respeito do seu desempenho como parlamentar, representante do povo cearense. Neste trabalho, vamos tentar melhor conhecer a atuação do senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, no Senado do Império, em favor da província do Ceará (1864 – 1877).

Senado do Império

Foram intensas as atividades de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil no Senado do Império. Conhecido como responsável e laborioso, aliou a estas qualidades sua vasta cultura. Teve brilhante atuação senatorial, em plenário e nas comissões, analisando e discutindo matérias as mais diversas. Em especial, foi atento às propostas de orçamento dos ministérios, procurando bem as conhecer e melhorar, discutindo a justeza das destinações dos recursos financeiros disponíveis.

A respeito da província do Ceará, sua ação parlamentar abrigou aspectos econômicos, sociais e políticos, com proeminência para as construções da estrada de ferro de Baturité e porto de Fortaleza; recrutamento militar e práticas eleitorais. Abaixo, alguns destaques, selecionados a partir de leitura dos *Annaes do Senado do Imperio do Brasil*.

Sessão de 27 de julho de 1864 – Tratando da saúde pública, protestou contra o descaso do Governo com respeito à epidemia do *cholera-morbus* que assolou a província do Ceará em 1862, fazendo 13.000 vítimas, e que continuou em 1863 (até junho), reaparecendo em março de 1864. Houve completa omissão governamental, sem dotação orçamentária para combater o flagelo.

Sessão de 22 de agosto de 1864 – Na presença do Ministro da Marinha, cobrou a promessa de dotar o Ceará de um porto ou de melhorar o existente em sua capital. Lembrou que há mais de 40 anos têm sido feitos estudos e/ou exames no porto de Fortaleza, a saber:

– em 1813, o governador Manoel Ignácio de Sampaio mandou fazer um exame por engenheiro português, oficial de Marinha;

– em 1833, na presidência de José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, fez-se novo exame;

– em 1840, na presidência de Manuel Felizardo de Souza Martins, novo estudo foi realizado;

– em 1857, o governo imperial mandou um oficial de engenheiros fazer exames no porto, demorando-se por alguns meses no cumprimento de sua missão;

– de 1859 a 1862, a província pagou um engenheiro francês para estudar o porto;

– o ministro presente pagou um engenheiro, que recebeu instruções para examinar o porto.

Defendeu o aproveitamento da enseada do Mucuripe como porto de Fortaleza, a qual "offerece capacidade e segurança para ancoradouro de mais de 300 navios de differentes calados; o fundo é de arêa, com quatro a cinco braças de agua; a arrebentação é ahi pequena e fraca. Os navios ali estão abrigados, porque o vento mais constante é de sueste, leste e nordeste, dos quaes os defende a ponta do Mucuripe. Portanto, como disse, o porto está feito e achado nesta enseada, onde existe já uma crescida povoação de pescadores com mais de 200 casas."

Indicou três providências a serem tomadas: construção de armazéns; ligação ferroviária com Fortaleza; construção de trapiche ou ponte de desembarque.

Afirmou que o dispêndio de 173:000 $ pode dotar a capital do Ceará com um excelente porto, "abandonando-se o actual, que não pode mais ter remedio, senão mediante uma enorme despeza, incompativel talvez com as forças do estado, ou ao menos para o Ceará, com quem até hoje não se tem despendido quase nada em obras publicas."

Disse que no ano financeiro de 1862 – 1863 entraram e saíram do porto de Fortaleza para a Europa 65 navios de longo curso, e 450 navios de grande cabotagem para diversos portos do Império.

Após afirmar que o Ceará era a única província em que a produção se fazia com braços livres, faltavam-lhe vias de comunicação e um porto.

Sessão de 24 de agosto de 1864 – Reclamou contra a desigualdade do recrutamento (imposto de sangue) que prejudica e impõe sacrifícios à população cearense, na proporção de 1:10.000 habitantes. Pediu igualdade de sacrifício, já que não há igualdade de benefícios, que também devia haver.

Sessão de 29 de agosto de 1864 – Tratou da irracionalidade de práticas agrícolas, que levam à esterilidade, ao deserto e à solidão, por causa da derrubada das matas, deixando atrás capoeiras abandonadas. Lembrou haver publicado em 1860 memória sobre a conservação das matas do Ceará, animando a silvicultura e a construção de açudes. Das derrubadas resultam a falta de lenha, a esterilidade do solo e a sequidão das fontes.

"Está mesmo conhecido que por causa da imprudencia dos nossos agricultores no Ceará, e do incendio continuado dos campos durante a estação secca, tem-se feito sentir os effeitos apontados, e talvez tenha-se aggravado a irregularidade das estações; e embora não seja esse o motivo principal, em todo caso é auxiliar, como demonstram exemplos repetidos, antigos e modernos em todo o mundo."

"Em minha provincia acredito que a destruição das matas na extensa serra da Ibiapaba, e em outras, igualmente ferteis, tem concorrido poderosamente para augmentar a sequidão do sólo, e a irregularidade das estações. Ainda no principio deste seculo a serra da Ibiapaba, que separa o Ceará do Piauhy, desde a praia da Timonha até o Cariri por 130 leguas, onde toma o nome de Araripe, era mais fresca, abundante de água, que descia em corregos até o sertão adjacente; outras serras erão tambem abundantes de fontes: de certos annos para cá, depois da derrubada das matas que guarnecião as encostas, para a cultura do algodão e legumes, as correntes seccárão e as seccas augmentárão."

Recomendou o estabelecimento de colônias agrícolas no Ceará, dirigidas por missionários capuchinhos, com a dupla vantagem do trabalho regular, constante e moral, pelo ensino e prática da religião, com o aproveitamento dos descendentes dos índios do Aquiraz, da Ibiapaba e dos mestiços abundantemente encontrados no Cariri, nas terras de antigas aldeias indígenas. Destacou a importância da educação agrícola em nível intermediário.

Informou que o Ceará pede um pouco de eqüidade na distribuição dos sacrifícios impostos ao povo brasileiro, "principalmente do recrutamento, e um auxilio dos cofres publicos para ajuda-lo a desenvolver sua riqueza natural, para augmentar sua industria, que apesar de sua actividade luta com embaraços superiores a seus esforços, embaraços que só a mão poderosa do estado lhe pode ajudar a remover."

Destacou a urgência da construção de estrada de ferro ligando Fortaleza a Baturité, para o transporte da produção agrícola – café, algodão etc.

Reclamou contra as irregularidades dos serviços postais, com freqüência quinzenal e estafetas carregando malas com cinco ou seis arrobas, ganhando um tostão por légua, com trabalho obrigado e péssimo procedimento.

No final do seu discurso, pediu desculpas por advogar os interesses da província do Ceará, com algum calor: "Eu sinto um amor estremecido por ella, e sinto tambem que por mais que faça, não pagarei jàmais essa divida de honra que contrahi pela confiança que em mim depositou elegendo-me para, como seu representante, occupar um logar nesta casa."

Sessão de 30 de maio de 1865 – Deplorou o continuado descaso do Governo com respeito à construção do porto do Mucuripe e da estrada de ferro para Baturité, apresentando emendas favorecendo estas construções, e uma outra destinada à construção do seminário do Ceará.

Sessão de 2 de junho de 1866– Falou contra o tratamento dado pelo Império aos familiares dos combatentes do Ceará na guerra do Paraguai, quanto à concessão de pensões, desatenção ou parcialidade com que se tem procedido para com eles.

Sessão de 6 de junho de 1866 – Tratou do não cumprimento da promessa de liberar cem contos de réis, para a melhoria da estrada de Baturité, bem como da pouca atenção do Governo em relação ao porto de Fortaleza.

Sessão de 21 de junho de 1866 – Voltou a reclamar contra a falta de recursos para a melhoria da estrada de Fortaleza a Baturité e da ausência de estradas para o Cariri.

Sessão de 14 de julho de 1866 – Defendeu a dispensa de direitos alfandegários para objetos importados por companhia estrangeira, destinados ao encanamento d'água para abastecer a cidade de Fortaleza. O mesmo favor deverá ser concedido à empresa que cuida da iluminação da capital cearense.

Sessão de 12 de setembro de 1866 – Prestou esclarecimentos sobre o contrato para o encanamento d'água para Fortaleza e leu a resolução nº. 1032, de 27 de novembro de 1862, que concede a José Paulino Hoonholtz o direito de construir a obra, a partir do sítio Benfica.

Sessão de 31 de maio de 1867 – Mais uma vez defendeu a isenção de direitos alfandegários, para a importação de objetos necessários à iluminação a gás de Fortaleza.

Sessão de 12 de setembro de 1867 – Pediu que os delegados do governo no Ceará mandem recolher às prisões homens ferozes que perturbam a ordem pública, uma vez que já havia passado a quadra eleitoral. Também protestou contra a violência do recrutamento na província do Ceará, viciado por critérios eleitorais.

Sessão de 11 de julho de 1868 – Novamente protestou contra o recrutamento, usado como arma eleitoral, praticado no Ceará.

Sessão de 9 de setembro de 1869 – Criticou o conselheiro José de Alencar, então Ministro da Justiça, pela insegurança individual e de propriedade imperantes no Ceará, com elevado número de assassinatos.

Sessão de 5 de outubro de 1869 – Protestou contra o descaso da administração dos Correios no Ceará, pedindo mais celeridade à expedição de malas terrestres, mais empregados e melhores meios para desempenhar a missão que lhes cabe realizar. Também falou contra a exclusão do porto de Fortaleza na linha de navegação do Rio de Janeiro ao Pará. Defendeu a concessão de auxílio para a companhia de navegação costeira que se organizou no Ceará, bem como a construção de estradas. Protestou contra o recrutamento de sertanejos livres, atuantes na agricultura, o mesmo fazendo a respeito do descaso pela construção do porto de Fortaleza, discutindo dados apresentados por ilustres engenheiros e os correspondentes à movimentação de cargas.

Sessão de 30 de maio de 1870 – Protestou contra a fraude generalizada, em recente eleição senatorial no Ceará.

Sessão de 4 de julho de 1870 – Voltou a falar da insegurança imperante no Ceará, com elevado número de assassinatos. Destacou as pressões e agressões sofridas pelos juízes de Direito, praticadas por potentados locais, que inclusive põem em liberdade presos condenados pela Justiça.

Sessão de 28 de julho de 1870 – Novamente protestou contra a insegurança imperante no Ceará. Comentou recentes eleições feitas no Ceará, com cinismo e postergação da Lei. Falou a respeito de absolvições irregulares de pessoas processadas em terras cearenses, por causa de influências políticas locais.

Sessão de 29 de agosto de 1870 – Defendeu a formação de celeiro de alimentos em Icó, tendo em vista a emergência de seca.

Sessão de 21 de junho de 1871 – Lamentou a não inclusão do Ceará no orçamento em discussão, sem dotação para a construção de estrada de ferro e do porto de Fortaleza. Em suma, falou da exclusão do Ceará no inventário de partilha dos benefícios concedidos às províncias do Império.

Sessão de 27 de junho de 1871 – Voltou a protestar contra a exclusão do Ceará, na partilha de recursos orçamentários para obras viárias, lembrando as condições físicas do território cearense como favoráveis à implantação de estradas, pela ausência de grandes rios e de altas montanhas, com terreno mais ou menos plano; por outro lado, a produção de algodão exige, pelo seu volume, a existência de boas estradas para transporte da safra até o porto de Fortaleza.

Sessão de 15 de julho de 1871 – Reclamou contra o não retorno ao Ceará do 14º. batalhão da tropa de linha, dali saído por ocasião da guerra com o Paraguai. A reclamação foi dirigida ao Ministro da Guerra, o senador cearense Domingos José Nogueira Jaguaribe; também, perguntou ao ministro a razão da não concessão de terras devolutas a voluntários cearenses, combatentes na guerra do Paraguai.

Sessão 8 de janeiro de 1873 – Relatou arbitrariedades policiais em diversas localidades do Ceará, nas eleições de agosto e setembro de 1872, e registrou a existência de 23 duplicatas de atas de seções eleitorais, onde as violências não tinham podido conseguir a paralisação dos trabalhos.

Sessão de 28 de janeiro de 1873 – Pediu a dispensa de direitos de importação para materiais destinados à estrada de ferro de Baturité, já em construção.

Sessão de 8 de maio de 1873 – Defendeu a magistratura do Ceará contra violências policiais, resultantes da concessão de *habeas corpus* a pessoas atingidas pelo recrutamento militar.

Sessão de 10 de maio de 1873 – Voltou a defender a magistratura do Ceará contra violências policiais, inclusive as próprias vidas dos juízes e de suas famílias. Protestou por terem sido empossados no Crato e em Quixadá vereadores eleitos em eleições fictícias. Também falou dos desmandos de policiais e até mesmo de oficiais e praças do 14º Batalhão, nas recentes eleições no Ceará.

Sessão de 23 de maio de 1873 – Defendeu ajuda à Casa de Caridade de Sobral, obra do padre José Antônio de Maria Pereira Ibiapina. Também falou sobre a liberdade de imprensa, ameaçada no Ceará.

Sessão de 26 de maio de 1873 – Relatou violências praticadas pelo recrutamento de cearenses, do desrespeito a *habeas corpus* concedido pelo juiz do Crato e da arbitrária remoção de juízes de Direito no Ceará.

Sessão de 27 de maio de 1873 – Voltou a protestar contra o recrutamento feito no Ceará, sem respeito ao direito que têm os recrutas de reclamarem, tendo sido *riscado* do Código o *habeas corpus*, violências estas praticadas por ordem de um Presidente (Francisco de Assis de Oliveira Maciel), que aliás é magistrado. Reclamou dos atentados contra a vida e propriedade, observados no Ceará, apesar das forças militares para os serviços de guarnição e de polícia. "Trazendo, Sr. Presidente, a noticia dos acontecimentos que deploro em minha provincia, não tenho por fim, repito, senão chamar a attenção do governo para uma policia mais regular, mais previdente, porque entendo que essa policia é possível, e não esperar pelo tempo, pelas estradas de ferro, crescimento de luzes e melhoria dos costumes para onde nos atira o discurso da Coroa." (...) "O recrutamento continúa a fazer-se de um modo barbaro e horroroso. Não há isenção que aproveite aos infelizes e os delegados escudados nas ordens do presidente e do celebre aviso reservado do exministro Jaguaribe (*refere-se ao senador cearense Domingos José Nogueira Jaguaribe, presente à sessão*), apenas recrutam o individuo deferem-lhe immediatamente o juramento, como do exercito, sem concederem-lhe uma hora se quer para allegarem suas isenções." Mencionou dezenas de casos das violências policiais, indicando lugares e nomes das vítimas, assim comprovando o aumento da criminalidade no Ceará.

Sessão de 29 de maio de 1873 – Perguntou ao Ministro da Marinha sobre emenda feita ao orçamento, na Câmara dos Deputados, destinando recursos para o porto de Fortaleza. "Não há talvez porto algum do Brasil em que o trafego do embarque e desembarque seja mais despendioso que o do Ceará. Entretanto podia-se remediar este defeito com as obras que se tem proposto em diversos pareceres de engenheiros, que teem ido alli estudar, não só por parte do governo, como alguns particularmente, a respeito do que há propostas particulares e estudos feitos por ordem do governo. Eu e todos os cearenses

que teem assento no parlamento, temos constantemente solicitado do governo geral que tome em consideração aquelle estado de cousas o melhore, ou autorizando a construcção da obra por conta da publica administração ou dando as garantias necessarias para a realisação de alguma proposta particular. Eu por minha parte e creio pela de meus honrados collegas, pois nenhum de nós faz questão quanto ao modo pratico, o que queremos é que se faça uma obra util, reclamada pela necessidade e pelo augmento da população e riqueza da capital do Ceará." Desabafo: "Tenho notado, Sr. Presidente, que cada vez que fallo aqui referindo-me aos negocios da minha infeliz provincia, victima da maior intolerancia partidaria, dou occasião a que os nobres ministros se exacerbem contra as victimas da intolerancia e teçam elogios ao administrador, de quem aliás tem a opposição fundadas queixas pelo seu procedimento parcial no Ceará. Por conseguinte, estou convencido de que as nossas reclamações não servem senão de irritar o governo e enfurecel-o mais contra nós. E como não ha para quem appelar, o silencio seria pelo menos mais prudente." Ainda defendeu, mais uma vez, a construção de uma estrada de ferro que ligue o Cariri a Fortaleza.

Sessão de 31 de maio de 1873 – Voltou a falar na criminalidade no Ceará.

Sessão de 5 de junho de 1873 – Insistiu na defesa da construção das vias de comunicação com o interior cearense, principalmente com o Cariri.

Sessão de 9 de junho de 1873 – "Ha quantos annos, Sr. Presidente, desde o governo colonial que o Ceará precisa de um porto. No tempo de El-Rei D. João VI foi mandado la um official examinar o porto; ainda em 1816 o governador teve ordem para mandar proceder a um exame a este respeito, subsequentemente tem-se feito uma serie de exames naquelle porto; entretanto até hoje, depois de meio seculo de vida e independencia do Brasil, não houve ainda um governo que mandasse realisar uma obra de tanta necessidade para o Ceará! Se, pois, o governo tem se esquecido de promover os interesses materiais da mesma provincia e sobre objecto que devia mais interessal-o, como é o porto, não admira que se esquecesse das vias de comunicação; eu, pois, cumpro, quanto em mim cabe, o dever de reclamar, de pugnar por seus interesses, embora sem melhor resultado."

Sessão de 13 de junho de 1873 – Defendeu a prestação de garantia do governo central (caução), a investimentos de capitais na construção da estrada de ferro de Baturité.

Sessão de 12 de julho de 1873 – Novamente protestou contra práticas arbitrárias do recrutamento, vigentes no Ceará.

Sessão de 16 de julho de 1873 – Falou de irregularidades cometidas pelas autoridades no Ceará, por ocasião das eleições de 1872, anulando votações regularmente feitas e aprovando atas falsas. Disse que isto mostra "até onde a intervenção do governo tem falseado, desmoralisado e nullificado o systema eleitoral." Afirmou que o governo faz eleições sem gente; seus amigos escrevem atas que serão aprovadas. Isto na hipótese da força pública não atacar o povo na véspera da eleição, como aconteceu em Missão Velha. Condenou o recrutamento ilegal e arbitrário, como arma eleitoral, para afastar os votantes das urnas.

Sessão de 5 de agosto de 1873 – Relatou procedimento do governo, a pretexto de suposta sedição, de reunir força pública em Sobral e Missão Velha, para evitar o comparecimento dos eleitores; assim, escreveram atas falsas e ganharam fictícia eleição em 1872.

Sessão de 26 de agosto de 1873 – "O valle do Cariry, na minha provincia, é considerado como o centro de producção mais rico das provincias do norte (*refere-se ao Nordeste*). Não me refiro ás do Sul, porque não as conheço do mesmo modo. É um espaço immenso circundado de serras, de onde correm arroios perennes que fertilisam aquelle sólo, rico em todo o genero de producção, principalmente de canna e algodão. Mas, como fica distante do littoral 80 leguas, é como um oásis encravado no deserto; não é possível virem dalli os generos para o littoral, senão quando estes sobem a um preço muito elevado, como no tempo em que o algodão subiu 20 $ por arroba. Desde que o algodão e o assucar descem a seus preços normaes, a exportação desses productos do valle do Cariry torna-se impossivel. Entretanto, aquelle valle contém uma população activa de mais de 200 mil habitantes, que poderia muito exportar; mas toda a producção actual é consumida alli e pelos arredores e sertões visinhos; porque concebe o senado que ella deve limitar-se ao consumo interno e circumvisinho, desde que não ha exportação em consequencia de longitude. Á vista disso, não tenho razão de perguntar: porque o governo não se lembra tambem de abrir communicação entre

o littoral do Ceará e o valle do Cariry? Pois os habitantes do Ceará, notadamente os daquelle importante valle encravado no centro, mas tão rico pella natureza, tão populoso, não são dignos das boas graças do governo?" Defendeu que se conceda a garantia de 7% à estrada, de Baturité até o Cariri; a que vai de Fortaleza a Baturité é uma estrada de 18 léguas, apenas a primeira secção da grande linha central do Ceará. Lembrou, ainda, a construção do porto de Fortaleza, a tanto reclamada.

Sessão de 3 de setembro de 1873 – Voltou a falar da garantia de 7%, ou antes, da fiança dessa garantia, já concedida pela Assembleia Provincial aos capitais empenhados na empresa da via férrea de Baturité, em construção, cujo prolongamento vai chegar ao Cariri.

Sessão de 8 de junho de 1875 – Informou que a Câmara de Vereadores do Crato é formada por indivíduos que não foram eleitos, compreendidos em uma duplicata clandestina, dizendo que esperava profligar esse crime, mas a Câmara intrusa continuava a funcionar.

Sessão de 9 de julho de 1875 – Retornou a falar sobre o porto de Fortaleza, em estudo desde 1816.

Sessão de 3 de agosto de 1875 – Registrou caso de violência policial em eleição na vila de Cascavel. Insistiu na condenação da Câmara Municipal apócrifa, funcionando no Crato.

Sessão de 18 de agosto de 1875 – Insistiu na necessidade de um porto em Fortaleza, bem como na construção da estrada para o Cariri.

Sessão de 27 de agosto de 1875 – Registrou dois casos de revolta do povo no Ceará: em 1º de julho anterior, foram rasgados editais do Exército e da Marinha para alistamento em Saboeiro; em Acarape aconteceu coisa semelhante.

Sessão de 1º de setembro de 1875 – Apresentou emenda aditiva ao orçamento, em favor da estrada de ferro de Baturité, e forneceu informações sobre localidades situadas no seu trajeto. Comentou as dificuldades financeiras por ela enfrentadas.

Sessão de 9 de setembro de 1875 – Informou que as Juntas de Qualificação não puderam funcionar em Limoeiro, Conceição, Quixadá e Acarape por terem sido dispersadas, e rasgados livros e papéis.

Sessão de 20 de setembro de 1875 – Voltou a defender a construção da estrada de ferro de Baturité.

Sessão de 21 de setembro de 1875 – Relatou o andamento da construção da estrada de ferro de Baturité, falando das possibilidades da produção agrícola a ser transportada. Apresentou emenda aditiva ao orçamento, para empréstimo de até 3.000.000 $ à companhia cearense da estrada de ferro de Baturité.

Sessão de 21 de fevereiro de 1877 – Disse que nas últimas eleições no Ceará, somente houve votação em 2 freguesias, do total de 53 que conta, por causa das violências policiais.

Doação ao Ceará

Thomaz Pompeo de Souza Brasil dedicou a vida ao Ceará – foi o mais importante dos seus filhos no século XIX. Louvou de forma incansável a terra e o povo, tendo sido condutor de ações em favor do progresso material, social e político: não ficou com palavreado vazio e sem conseqüências!

"A esta minha, mais afanosa do que proveitosa dedicação, a provincia do Ceará me ha retribuido com uma honrosa confiança, superior ao meu merecimento, mandando-me mais de uma vez represental-a no parlamento, o que me constitue em grande divida de gratidão e me obriga ainda mais a redobrar de esforços para prestar-lhe todo o concurso a meu alcance em prol de seus legitimos interesses." (Senador Pompeo – Senado do Império, sessão de 21 de setembro de 1875).

Nas suas atividades senatoriais, pouco se preocupou com temas políticos nacionais, que já agitavam a nação, tais como a emancipação dos escravos e o advento da República.

Na sessão de 18 de agosto de 1871, no Senado do Império, declarou-se abolicionista, talvez radical. "Por mim o digo, Sr. Presidente, muito antes do honrado Sr. Visconde do Rio Branco pensar na emancipação do elemento servil, ou ainda quando S. Ex. e seus honrados companheiros entendiam que só dos arcanos da Divina Providencia podia vir o remedio para a escravidão, já na minha provincia propagava pela imprensa a emancipação e influia para que meus amigos apresentassem na assembléa provincial projectos que se converteram em lei, promovendo a manumissão gradual, segundo as forças da thesouraria provincial."

Um outro tema, praticamente alheio às suas preocupações senatoriais, foi o da ocorrência de secas no Ceará. A explicação de tal proceder pode ser encontrada na ausência da calamidade, nos anos em que esteve no Senado do Império (1864 – 1877) – (ALVES, 1953). É bom lembrar que o senador morreu em 2 de setembro de 1877, ano inicial da grande seca que durou três anos.

No tempo em que esteve como senador do Império, o Ceará foi governado por presidentes do Partido Liberal, desde Lafayette Rodrigues Pereira (04/04/1864) até Pedro Leão Veloso (15/04/1868); depois, sofreu as conseqüências da sua escolha política, em oposição ao Partido Conservador, desde Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (27/08/1868) até Caetano Estelita Cavalcante Pessoa (10/01/1877 – 24/11/1877). Deste modo, penou com os seus correligionários as violências policiais e as fraudes eleitorais, freqüentemente denunciadas no Senado do Império, aliadas às arbitrariedades do recrutamento, atingindo desafetos políticos.

Sempre protestou contra o descaso com que o Governo Central tratou o Ceará, principalmente no tocante à construção de estradas e do porto de Fortaleza. Desiludido da ação governamental, ele próprio cuidou da construção da estrada de ferro de Baturité, pois foi um dos sócios fundadores da Companhia Cearense de Via-Férrea de Baturité S/A, constituída em 25 de julho de 1870.

A estrada de ferro atingiu o Cariri no início dos anos ’20 do século XX e o porto de Mucuripe foi operativo em meados do mesmo século. As sementes das idéias do senador Thomaz Pompeo de Souza Brasil, embora pioneiras, custaram a germinar. Coisas do Brasil!

Agradecimentos

Devemos sinceros e profundos agradecimentos ao senador Marco Maciel, por haver autorizado a realização de pesquisa nos *Annaes do Senado do Império*, em busca dos pronunciamentos do senador Thomaz Pompeo de Souza Brasil, serviço este realizado pela Sub-secretaria de Arquivo do Senado Federal, que igualmente merece nossos agradecimentos. Também, agradecemos as ajudas que recebemos da parte de George Luiz dos Santos e Rosemere Fernandes Saito, que trabalham na Biblioteca Nacional.

Bibliografia

ALVES, J. – 1953 – *História do Ceará. História das Secas (Séculos XVII a XIX)*. Instituto do Ceará. Fortaleza, 244 p.,

* ANÔNIMO – 1877 – Senador Pompeu. *Cearense*: Fortaleza, XXXI (74) : 1. (Edição de 4 de setembro de 1877).

* BRÍGIDO, J. – 1877 – [Necrológio do Senador Pompeu] *Cearense*: Fortaleza, *XXXI* (74) : 1. (Edição de 4 de setembro de 1877).

CAMARA, J. – 1906 – Senador Pompeu. *Almanach do Estado do Ceará*. Fortaleza, *12* : 143-145, 1 fig.

* CÂMARA, J. A. S. (org.) – 1960 – *Correspondência do Senador Pompeu*. Instituto do Ceará, Fortaleza. 216 p. [VIII] ests.

CÂMARA, J. A. S. – 1970 – *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*. Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará: Fortaleza. 352 p.

CÂNDIDO, T. A. P. – 2005 – *Trem da seca:* sertanejos, retirantes e operários (1877 – 1880). Museu do Ceará, Fortaleza. 127 p., [9] figs.,

CATUNDA, H. – 1943 – O Senador Pompeu. *Rev. Inst. Ceará*: *LVII*. Fortaleza, p. 39-43.

DORIA, E. – 1922 – Relação dos Principaes Cearenses Representantes do Ceará na Vida Politica do Império do Brazil. *Rev. Trim. Inst. Ceará*: Fortaleza, *XXXVI*, p. 361-373.

* FERREIRA, B. C. – 1989 – *A Estrada de Ferro de Baturité: 1870 – 1930*, Edições Universidade Federal do Ceará / Stylus Comunicações: Fortaleza. 198 p.

* GIRÃO, R. – 1977 – *O Senador Pompeu (1877 – 1977)*. Editora Henriqueta Galeno: Fortaleza. 26 p., 1 fig.,

GUIMARÃES, H. V. – 1952 – *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará*. Editora Jurídica Ltda: Fortaleza. 544 p., [44] figs., Biografia de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil nas páginas 509-511.

LEITE NETO, L. (coord.) – 1986 – *Catálogo biográfico dos senadores brasileiros de 1826 a 1986*. (Volume IV). Senado Federal, I - XLVI + 1967-2629 + I - CCXXXII pp., ilus., Brasília. Biografia de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil nas páginas 2547-2549.

MACEDO, J. M. – 1877 – Discurso. *Rev. Trim. Inst. Hist. Ethnog. Brasil*., Rio de Janeiro, *XL* (2) : 555-584. Necrológio de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil nas páginas 558-565.

MACEDO, N. – 1967 – *O clã de Santa Quitéria*. Empresa Gráfica O Cruzeiro S. A.: Rio de Janeiro. 90 p., [VI] ests.

OLIVEIRA, A. F. – 1994 – *A Estrada de Ferro de Sobral*. Expressão Gráfica e Editora Ltda.: Fortaleza. 144 p., [12] figs.

PAIVA, M. A. P. – 1979 – *A Elite Política do Ceará Provincial*. Edições Tempo Brasileiro Ltda.: Rio de Janeiro. XVI + 219 p., 4 figs.,

* PAIVA, M. P. – 1998 – Os naturalistas e o Ceará: IV - Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (1818 – 1877). *Rev. Inst. Ceará*, Fortaleza, *112* : 9-26. Inserido no livro do autor – *Os Naturalistas e o Ceará* (p. 107-124), editado pelo Instituto do Ceará (2002).

POMPEU, J. – 1877 – [Senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil]. *Cearense*, Fortaleza, *XXXI* (84): 1. (Edição de 4 de outubro de 1877).

* STUDART, G. (barão) – 1915 – *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense* (Volume terceiro). Typ. Minerva: Rio de Janeiro. 290 p. Bio-bibliografia de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil nas páginas 141-146.

VIANNA, [F. J.] O. – 1925 – *O Occaso do Imperio*. Comp. Melhoramentos de São Paulo: São Paulo. 212 p.

Padre Gabriel Malagrida
a grande vítima do Marquês de Pombal

Fernando Câmara*

Como entusiasta da história eclesiástica do Brasil, há muito desejava aprofundar-me na vida do grande missionário italiano, o jesuíta PADRE GABRIEL MALAGRIDA que, durante mais de trinta anos peregrinou pelo Norte e Nordeste brasileiros; ele percorreu, de pés descalços, mais de dez mil quilômetros em sua missão apostólica, catequizando índios, convertendo prostitutas, além de construir igrejas, seminários, mosteiros e abrigos.

Um precursor, digamos assim, do nosso conhecido Padre Ibiapina.

Este meu interesse pelo conhecimento de sua história foi despertado durante os anos em que residi em Belém, no Pará (1956/1962), onde desempenhava minhas atividades na empresa Pará Refrigerantes S.A., quando pude sentir a veneração do povo paraense pelo grande mártir da Inquisição em Portugal.

Depois de conhecer a sua majestosa catedral, visitei um dia o seu bissecular seminário, cuja fundação data de 16 de junho de 1749 e, sem dúvida alguma, a principal obra do padre Malagrida naquele Estado, durante o episcopado do bispo dominicano dom Miguel Bulhões.

Situado na praça Dom Caetano de Brandão, em plena Cidade Velha, fica defronte da Catedral de Nossa Senhora de Belém, tendo ao seu lado a igreja de Santo Alexandre e a residência arquiepiscopal.

Na época de minha visita, era seu reitor o cônego Milton Pereira, mais tarde promovido a bispo auxiliar da Arquidiocese de Belém, posteriormente bispo de Garanhuns, em Pernambuco, e finalmente arcebispo de Manaus, onde faleceu no exercício do cargo.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Grandes nomes do Episcopado brasileiro ocuparam a Mitra do Pará, destacando-se, em primeiro lugar, dom Antônio Macedo Costa, a maior expressão da Igreja no Brasil Império e uma das vítimas da Questão Religiosa; dom Jerônimo Tomé da Silva, ilustre cearense de Sobral, que sucedeu a dom Antônio Macedo Costa, tanto no bispado paraense como no arcebispado da Bahia, onde pontificou por trinta anos (1894/1924); dom Antônio de Almeida Lustosa, mais tarde arcebispo de Fortaleza, sendo considerado pelo saudoso papa João Paulo II "um sábio e um santo"; dom Jaime de Barros Câmara, depois cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro; dom Mário Villas Boas, insigne orador sacro; e muitas outras figuras de renome nacional.

A família

Feitas estas considerações, voltemos, porém, à figura do grande missionário da Amazônia, que era natural da Itália, como já foi dito, tendo nascido em 18 de setembro de 1689, na vila de Menággio (Comune di Menaggio), situada na margem ocidental do famoso Lago di Como, que fica ao Norte daquele País.

Seu pai, dr. Diogo Malagrida, era médico de grande talento e espírito humanitário, casado com d. Ângela Rusco, e o casal gozava da estima e consideração das mais ilustres famílias italianas da região, sendo amigo íntimo do duque de Parma, o qual se hospedava em sua residência todas as vezes que ia tratar de negócios na vila de Menággio.

Outro seu amigo era o duque de Savóia, fundador da Universidade de Turim, onde quis colocá-lo como professor de sua Faculdade de Medicina, cargo que gentilmente recusou para continuar morando em sua vila natal, cuidando sempre dos humildes e necessitados.

Quando visitava os enfermos mais distantes, muitas vezes levava o pequeno Gabriel, a quem chamava de "anjo de minha família".

O casal Ângela e Diogo Malagrida teve onze filhos, sendo o quarto o futuro padre Gabriel Malagrida; outros dois irmãos também abraçaram o sacerdócio: Carlos Ambrósio, falecido em 13 de maio de 1734, aos 38 anos de idade, como professor de Teologia em Roma, e Miguel Malagrida, cônego em Menággio.

Desde cedo, o jovem Gabriel já demonstrava pendores para as letras e aos doze anos de idade foi matriculado no colégio dirigido pelos padres So-

mascos, na cidade di Como. Tornou-se logo um aluno exemplar que passava horas lendo seus livros, privando-se sempre dos recreios ou passeios, chegando mesmo a conquistar prêmios por suas atividades literárias.

Não descuidava, porém, de sua vida religiosa, praticando atos de piedade cristã e mortificações, inclusive jejuando três vezes durante a semana. Estava constantemente a serviço do Senhor, ajudando a Santa Missa, doutrinando os pobres, e certa vez subiu ao púlpito para pregar ao povo e isto o fez com tanta eloqüência que muito impressionou o arcipreste de Menággio, Nicolau Tedeschi.

A vocação religiosa

Ainda se encontrava no colégio de Como quando sentiu o chamado de Deus para a vida religiosa. Depois de muita reflexão, consultou o seu confessor, um santo e prudente sacerdote, e este o aconselhou a ingressar na Companhia de Jesus, dos padres jesuítas, onde ele melhor desempenharia a sua missão evangélica.

Transferiu-se, a seguir, para o seminário de Milão, ali fazendo os cursos superiores e, no dia 27 de setembro de 1711, aos 22 anos de idade, ingressou no noviciado jesuíta em Gênova.

A Companhia de Jesus

Com este designativo castrense, foi fundada por Inácio de Loiola, um militar que, ferido no cerco de Pamplona, na Espanha, tornou-se religioso – depois Santo – e dizia mesmo que não havia abandonado a luta, mas apenas passado a servir às ordens de Deus, fazendo um voto de obediência passiva ao papa.

Adotando por lema PARA MAIOR GLÓRIA DE DEUS, achava que a vida religiosa era um afastamento do mundo; e, ao invés de conventos fundou colégios, formando, entre o seu clero, professores que abraçariam os estudos para os quais tivessem mais pendor, tornando-se, também, grandes nomes que iriam evangelizar as terras onde imperava o paganismo. Era a Providência Divina que se manifestava através dos inacianos, como eram conhecidos naquela época, para enfrentar os grandes males que a Igreja Católica vinha sofrendo com a Reforma do ex-monge agostiniano Martinho Lutero.

Vários foram os missionários jesuítas que se destacaram na evangelização dos povos: Francisco Xavier, no Oriente, Manoel da Nóbrega, Anchieta, Antônio Vieira, e outros, no Brasil.

Outro nome iria ser acrescentado na relação desses abnegados catequistas, o do nosso Gabriel Malagrida que, após dois anos de noviciado, em que se dedicou de corpo e alma à oração e às mais rigorosas mortificações, muitas vezes recriminadas por seus próprios superiores, voltou aos estudos literários que havia iniciado em Como, tornando-se em pouco tempo um respeitado professor.

Missionário e professor

Ordenado sacerdote aos 24 anos de idade, foi logo designado para missionar em uma aldeia na diocese di Como, juntamente com seu colega, padre Mariani, o que fez com muita abnegação e sucesso.

Todavia, não deixou de fazer o seu lamento:

"Aos povos da Itália não cansam os meios de chegar à salvação; além-mar, pelo contrário, inúmeras nações jazem ainda nas trevas da idolatria: vamos acudir essas almas desamparadas".

Resolveu escrever ao Geral da Companhia de Jesus, padre Miguel Ângelo Tamburini, fazendo um veemente apelo para ir servir na catequese dos selvagens nas missões existentes no Novo Mundo.

O Padre Geral louvou o seu gesto prometendo no futuro atender as suas súplicas e, tendo conhecimento de seus dotes culturais, o designou para o cargo de professor de Humanidades do colégio de Bástia, na ilha de Córsega, no Mar Mediterrâneo.

Ali soube desempenhar a nova função com muita dedicação e talento e, embora envolvido nas lides culturais, mantinha seu pensamento sempre voltado para as missões no Brasil. Insistiu com seu pedido ao Padre Geral e, com muita alegria, recebeu a autorização necessária para ir juntar-se aos jesuítas que catequizavam no Maranhão.

Embarcou imediatamente em Gênova com destino a Lisboa, onde tomaria um navio para nosso País. Depois de longa e cansativa viagem, desembarcou pelos idos de 1721 em São Luís, seu novo campo de atividades apostólicas.

No reinado de dom João III, de Portugal, a então capitania do Maranhão fora doada a João de Barros, mas nem ele nem seus filhos

empenharam-se em colonizá-la. O mesmo procedimento teve seu sucessor, Luís de Melo da Silva, ficando a mesma abandonada até 1612 quando foi ocupada pelos franceses, os quais, depois de três anos, foram expulsos pelos portugueses.

Em 1641 volta a ser ocupada, agora pelos holandeses, que ali permaneceram até 1644, quando foram definitivamente expulsos pelos lusitanos. Posteriormente aquele imenso território foi dividido em dois: Maranhão e Grão-Pará.

Os primeiros missionários que estiveram no Maranhão foram os padres Francisco Pinto e Luís Figueira, ambos jesuítas, os quais partiram de Pernambuco em 1607 e depois de um ano de viagem, vencendo cerradas florestas, onde padeceram toda espécie de privações e sofrimentos, chegaram ao seu destino. No ano seguinte tentaram uma missão na região da Ibiapaba, mas aconteceu o martírio do padre Francisco Pinto pelos selvagens, obrigando seu companheiro a retirar-se para Pernambuco.

Outro grande missionário que ali esteve, em 1652, foi o famoso orador sacro padre Antônio Vieira, o qual, fugindo dos aplausos da Corte, preferiu abraçar a vida missionária aqui no Brasil.

Cabia agora ao padre Gabriel Malagrida dar continuidade ao trabalho destes arautos da fé em terras maranhenses. Todavia, os seus novos superiores não lhe concederam logo a incumbência de evangelização dos gentios. Mandaram-no, juntamente com o padre Luís Maria Bucharelli, anunciar a Palavra de Deus aos habitantes de São Luís, e mais tarde, reconhecendo sua oratória, designaram-no pregador no colégio existente em Belém.

Fez a longa e cansativa viagem de São Luís ao seu novo destino a pé, carregando nas costas um alforje contendo seu breviário e todo o necessário para a celebração da Santa Missa, enfrentando as adversidades possíveis naquela região infestada de índios selvagens e ferozes animais. É certo que não lhe faltou a proteção Divina nessa viagem de mais de 200 léguas, tendo chegado ao novo campo de ação em 1722.

Com muito zelo e edificação conquistou a estima e a confiança de sua comunidade e dos jovens alunos daquele colégio, tornando-se confidente de seus colegas sacerdotes, sempre consultado na solução dos problemas da instituição.

Em pouco tempo era considerado o jesuíta de maior capacidade para reger a congregação dos jovens estudantes, o que fez com muito

amor e dedicação, inspirando em todos eles o horror ao pecado e fugir de tudo aquilo que pudesse "desbotar-lhes a flor da castidade" e incentivando sempre uma grande devoção à Virgem Maria, Mãe de Jesus.

Não se preocupava, porém, apenas com a juventude de seu colégio e um dia, percorrendo as ruas daquela cidade, sentiu como seus habitantes viviam distanciados da Palavra de Deus. Em acordo com seus superiores, resolveu fazer durante oito dias, missões na capital paraense, atraindo enorme multidão para ouvir suas prédicas, seguidas de confissões. Em pouco tempo a cidade era outra e o povo voltou a freqüentar com mais assiduidade as suas igrejas.

Resolveu, então, levar sua ação missionária para outras localidades interioranas, algumas das quais distantes mais de cem léguas da capital, atravessando florestas e muitas vezes sem encontrar nada para alimentar-se.

É chamado de volta para São Luís e depois de uma longa viagem, sempre a pé, chegou ao Maranhão, recebendo sua nomeação para reitor da missão dos índios tobajaras (não confundir com os tabajaras, do litoral nordestino) a vinte léguas daquela cidade e compreendia toda a margem esquerda do rio Itapecuru.

Além dos tobajaras, ali viviam outras tribos indígenas, como os tupinambás, que já possuíam certo grau de evangelização; os caicaizes, gentios ferozes até que os missionários, antecessores de Malagrida, conseguiram catequizá-los; também os temíveis guanarés, cuja catequese foi tentada pelo jesuíta padre João Villar, o qual acabou sendo morto por eles em 27 de agosto de 1719. Seu corpo foi encontrado dias depois incorrupto, boiando sobre as águas do rio, rodeado de peixes, os quais não tocaram em seu cadáver. A ira Divina abateu-se sobre estes selvagens através de uma epidemia que dizimou grande parte daquela tribo, a começar pelo índio que prostrara aquele mártir jesuíta: foi devorado por insetos e vítima de terríveis dores em todo o corpo.

Era este o novo campo de atividades para o qual o padre Gabriel Malagrida fora designado e que tanto aspirava em sua alma missionária. Ali, mal abrigado em uma choça de palha, iniciou seu apostolado junto àqueles silvícolas, ensinando-lhes o catecismo, as orações da Igreja, e falando-lhes, também, dos castigos e da recompensa Divinas. Visitava-os em suas cabanas, medicava os doentes e privava-se muitas vezes de seu alimento para doá-los aos enfermos.

A sua dedicação e o seu amor a estes selvagens foram aos poucos conquistando a confiança daquelas tribos e, algum tempo depois, muitos recebiam as águas lustrais do batismo. Era o próprio Cristo que, ouvindo as ardentes preces daquele abnegado missionário, atendia os seus pedidos.

Os caicaizes, em cujo meio se encontrava o padre Malagrida, eram constantemente atacados pelos guanarés, que já haviam morto, como vimos, o padre João Villar; para pôr fim a estas perseguições, resolveu o nosso santo missionário tentar a sua catequese. Conseguiu reunir alguns presentes e, na companhia de vinte catecúmenos caicaizes, foi ao encontro dos ferozes guanarés. Para surpresa geral, foram recebidos triunfalmente e conduzidos a uma cabana onde ficaram alojados.

Longe estava o padre Malagrida de suspeitar da traição que eles lhe preparavam. Enquanto dormiam, aqueles bárbaros reuniram-se em assembléia e decidiram liquidá-los ao alvorecer do dia seguinte. Quando acordou, o missionário ouviu uma voz misteriosa que lhe dizia: "fugi depressa, que estais em perigo". Olha em seu derredor e nada observou de anormal; tudo muito calmo.

Quando menos se esperava, os guanarés invadem aquela cabana atirando flechas por todos os lados e os catecúmenos se prostram aos seus pés pedindo insistentemente o batismo. Tranqüilo diante daquele terrível drama, o padre Malagrida vai buscar um vaso com água e batiza os companheiros, abrindo-lhes a porta do céu.

Depois de haver batizado o último catecúmeno, os bárbaros enfurecidos arrastam-no para fora da cabana, despem o seu hábito e o amarram em um tronco de árvore, saqueando, em seguida, os seus poucos pertences, inclusive os objetos sagrados para a celebração da Santa Missa. O santo missionário, sereno, volve os seus olhos para o céu e agradece a Deus a glória de ser digno de seu martírio.

Os indígenas se reúnem para decidir a sorte do prisioneiro, e os chefes daquela tribo pediram a sua morte e logo escolhem um índio bem robusto para executá-lo. Quando o selvagem, já de tacape na mão, ia cumprir a sua missão, uma velha índia se lança contra ele e exclama:

"Suspende! Não ouses matar o enviado do Grande Espírito! A sua morte ser-te-ia funesta. Eu conheci aquele que matou há anos o primeiro roupeta preta (referia-se ao mártir padre João Villar) que aqui

veio; vi-o morrer de horrível morte, comido pelos bichos e transpassado dos maiores sofrimentos."

Depois de ouvir esta admoestação, o silvícola soltou o tacape no chão e a velha índia convenceu o chefe daquela tribo a mandar embora, o mais rápido possível, o missionário, cuja morte traria muitos castigos para os guanarés. Padre Malagrida foi então solto e jogado em uma canoa no rio Itapecuru, a qual corre ao sabor das correntezas.

Já havia decorrido algum tempo quando ouviu uns gritos: "Padre, padre!" e aproximando-se da margem encontrou um garoto caicaize que o acompanhara para ajudar a Santa Missa e, ferido na carnificina, fora dado como morto. Escondera-se na floresta e acompanhou o julgamento do santo missionário e de longe viu o seu embarque na canoa.

Mesmo ferido, conseguiu falar com o padre Malagrida que, feliz, o acolheu naquela embarcação e depois de cuidar de seus ferimentos, prosseguiu viagem até chegar à aldeia dos caicaizes. Alguns dias depois, não resistindo aos ferimentos recebidos, o indiozinho veio a falecer.

Para Deus, ainda não havia chegado a hora do martírio do padre Gabriel Malagrida, que ainda tinha importantes missões a cumprir junto àqueles bárbaros selvagens.

Depois de algum tempo de catequese das tribos que integravam a missão dos tobajaras, tendo já conquistado a amizade e confiança dos selvagens, resolveu o incansável sacerdote, em 1725, tentar uma aproximação com os barbados, temível nação indígena daquela região, assim conhecidos por usarem barbas; andavam completamente despidos, estabelecidos em plena floresta, nas proximidades do rio Mearim.

Várias tentativas já haviam sido feitas pelos portugueses, sem nenhum sucesso. A oportunidade de conquistá-los apareceu quando alguns de seus chefes foram até a aldeia dos caicaizes e ali se encontrava o abnegado missionário.

Este procurou falar com o líder deles, tendo o mesmo concordado em sua visita à aldeia dos barbados e, antes de isto se concretizar, o padre Malagrida foi a São Luís para obter a necessária autorização de seus superiores e conseguir alguns presentes para serem distribuídos com os silvícolas.

Partiu, então, com destino àquela tribo, em longa viagem de barco, e quando atracaram na margem do rio, alguns dos barbados que lá estavam logo se apoderaram de seus pertences; ao chegarem à aldeia

não havia mais presentes para distribuir. Isto decepcionou os chefes da tribo, que o abandonaram e logo planejaram a sua morte e de seus companheiros de viagem.

Advertido do plano, o padre Malagrida fugiu com os companheiros - dois neófitos - na madrugada do terceiro dia, mas perderam-se na floresta; alcançaram, no entanto, o rio Mearim, quando improvisaram uma jangada e partiram ao sabor da correnteza. Mais uma vez a Providência Divina não lhe faltou e, depois de alguns dias de viagem, encontraram um batel abandonado, mudando-se eles para o mesmo, prosseguindo até chegarem à aldeia de onde haviam partido.

Depois de se refazer da longa e fracassada aventura à aldeia dos barbados, viajou para São Luís onde recebeu um veemente apelo de seus superiores para voltar às atividades escolares no Colégio Maranhense, o que atendeu, em espírito de obediência, pois em sua alma permanecia sempre o ardor missionário.

Não se dedicou, porém, somente ao magistério; pregava nas igrejas da periferia de São Luís, atendia nos confessionários, assistia aos enfermos e agonizantes. Não aproveitava o período das férias escolares para um merecido e essencial repouso, mas deslocava-se para localidades mais distantes levando a Palavra de Deus àquelas populações ausentes da Igreja.

Em 1728 conseguiu novamente de seus superiores a licença necessária para voltar à catequese dos barbados que, derrotados fragorosamente pelos portugueses, imploram a paz e a ida de um missionário para ensinar-lhes a religião do verdadeiro Deus.

Esquece o que acontecera no passado e, juntamente com o padre Jerônimo Pereira e pequena escolta, dirige-se à aldeia da temível tribo, sendo ali recebido com muito contentamento. Depois de distribuir os habituais presentes, constrói duas cabanas, sendo uma para servir de oratório e a outra para sua moradia.

Graças à sua caridade e benevolência, foi aos poucos conquistando a confiança e estima daqueles selvagens, principalmente das crianças, que se reuniam em volta de sua pessoa para ouvir as prédicas do desprendido missionário.

Certa ocasião, os barbados foram atacados pelos acroás, outra terrível tribo que ainda não havia sido catequizada pelos missionários. Depois de uma horrenda luta, os barbados foram derrotados e só a muito

custo, o padre Malagrida conseguiu acalmá-los, afirmando que os acroás não voltariam mais a atacá-los, o que realmente aconteceu.

Muitos anos depois essa tribo foi catequizada, cabendo este mérito a outro jesuíta, o padre Antônio Machado, que ali permaneceu por seis anos, de 1751 a 1757, sofrendo as maiores privações e tendo muita paciência no cumprimento de sua nobre missão evangélica.

Detentor de vasta cultura e saber teológico, os superiores mais uma vez convocam o grande missionário Malagrida para retornar ao magistério no Colégio do Maranhão, o que ele atende por sua índole de obediência, mas sentindo imenso pesar em abandonar suas lides evangelizadoras. Ali permaneceu durante cinco anos (1730/1735) não deixando, nas suas horas livres, de percorrer as vizinhanças de São Luís para levar a Palavra de Deus àquela gente esquecida.

Volta a insistir junto ao Padre Geral da Companhia de Jesus pelo seu retorno às atividades missionárias, mas a grande dificuldade era conseguir um substituto que ocupasse as cadeiras de Teologia e Literatura naquele colégio.

Resignou-se em continuar no magistério e algum tempo depois recebeu do Padre Geral a desejada autorização para prosseguir em sua missão apostólica. Iniciou, então, a sua mais longa peregrinação, percorrendo as mais inóspitas regiões, totalmente agrestes, levando sempre a sua palavra de fé a todos os que o procuravam.

Sua extensa jornada o levou até ao Piauí e encontrava-se em Parnaíba quando ali chegou uma representação dos habitantes da ribeira do rio São Francisco, fazendo um veemente apelo para que fosse também missionar o povo da Bahia, tão sedento da Palavra de Deus.

Se dependesse de sua vontade partiria incontinenti, mas teve que solicitar a devida autorização dos superiores e só depois de concedida, iniciou sua viagem, sempre a pé, jornada que duraria dezessete meses, desde sua partida de São Luís, até os sertões da Bahia, onde chegou em princípios de 1736.

Missionário no nordeste brasileiro

Até chegar a Salvador, o padre Malagrida foi pregando as verdades eternas, em verdadeira missão apostólica, nas paróquias que ficavam em seu caminho.

Dirigia a Igreja da Bahia o ilustrado dom frei José Fialho, que fora monge cisterciense e doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, antes de ser elevado às honras episcopais, primeiramente como bispo de Olinda (1725/1738) e, posteriormente, arcebispo da Bahia (1739/1741), quando foi removido para a diocese de Guarda, em Portugal, conservando, porém, o título de arcebispo-bispo deste bispado português.

Coube a este ínclito pastor receber em sua arquidiocese o nosso santo missionário, que ali permaneceu durante cinco anos, em constante atividade apostólica, pregando em suas igrejas e convertendo os pecadores para a prática do bem e o amor a Deus e ao próximo. Fundou um abrigo para as pobres mulheres vítimas de sedução, onde pudessem se regenerar e iniciar uma nova vida.

Tal foi o seu raio de ação na terra baiana que o próprio arcebispo dizia abertamente, a quem quisesse ouvi-lo, que "todo o bem praticado em sua vasta diocese era devido ao zelo apostólico do padre Malagrida". Ainda ali se encontrava no cumprimento de sua missão evangélica quando recebeu um pedido do bispo de Olinda para levar também a Palavra de Deus ao povo pernambucano.

Ocupava a mitra de Pernambuco dom frei Luís de Santa Teresa, da Ordem dos Carmelitas Descalços, sucessor de dom frei José Fialho que fora promovido para o arcebispado da Bahia. Era natural de Lisboa onde nasceu em 25 de março de 1692 e, antes de ingressar na vida religiosa, chamava-se Luís Salgado de Castilho. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, ali lecionou durante vários anos e, como magistrado, foi membro do Tribunal de Desembargo do Paço e Corregedor da dita comarca de Coimbra.

Apesar de seu sucesso na vida pública e se prevendo mesmo um futuro promissor, resolveu, porém, abraçar a vida religiosa como carmelita descalço, tendo professado solenemente em 20 de janeiro de 1724, contando na oportunidade 32 anos de idade. Ordenado sacerdote, tal era a sua vasta cultura que foi logo designado professor de Teologia Moral, uma cadeira da mais alta responsabilidade, sobretudo para quem se iniciava no sacerdócio.

Eleito, mais tarde, bispo de Olinda, fez tudo para recusar esta honraria, mas o rei João V insistiu e o papa Clemente XII confirmou a indicação real. Foi um verdadeiro missionário em sua

imensa diocese que compreendia os atuais Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, pregando em suas igrejas com grande eloqüência e permanecendo muitas vezes dia e noite no confessionário.

Coube a este notável bispo receber de braços abertos, em sua diocese, o seu colega missionário – digamos assim –, padre Gabriel Malagrida, que, partindo da Bahia no final de 1741, sempre a pé, veio peregrinando por onde passava, atraindo multidões e conquistando almas para o rebanho de Cristo.

Chegou a Olinda em março de 1742 e logo tratou de se apresentar a dom frei Luís de Santa Teresa, mas este, antecipando-se, foi ao encontro do santo missionário, manifestando na ocasião a grande alegria de tê-lo em seu bispado. Malagrida permaneceu em Pernambuco até pelos idos de 1746, sempre pregando em suas igrejas, promovendo concorridas procissões pelas ruas da cidade, atendendo os fiéis no confessionário, sem falar nas curas e conversões efetuadas. Posteriormente estendeu suas missões por outras localidades, como em Goiana, até chegar a Paraíba, em cuja capital marcou sua presença com a fundação de um seminário, tal como faria no ano de 1749, em Belém, no Pará.

Embora se mantivesse em constante atividade apostólica, o abnegado missionário observava sempre um rigoroso jejum e seu repouso noturno não ultrapassava três horas de sono, quando então se levantava para fazer suas preces junto a Deus Pai.

Teria permanecido por mais tempo no Nordeste brasileiro, mas o novo bispo do Maranhão, dom Manoel da Cruz, tomando conhecimento dos seus notáveis feitos, pediu a seus superiores que o trouxessem de volta para São Luís. Obediente às ordens recebidas, o padre Gabriel Malagrida iniciou sua longa viagem de regresso, sempre a pé, e uma das localidades cearenses onde ele permaneceu por alguns dias para se refazer da cansativa jornada foi Viçosa, onde também pregou a Palavra de Deus para seus habitantes.

Vejamos o depoimento do padre João Brewer, que ali se encontrava, sobre as atividades deste grande missionário:

> *Depois de um sono brevíssimo, o santo padre começava a meditar. Recitadas as horas canônicas, dirigia-se ao confes-*

sionário e daí por volta da hora décima da manhã, subia ao tablado e explicava a doutrina cristã.

Permanecia em ação de graças até a primeira hora da tarde e até mais. Voltando a casa, comia umas poucas favas ou um pouco de leite.

Sua estadia em Viçosa foi de 5 a 17 de fevereiro de 1747 quando reiniciou sua viagem, chegando à capital maranhense no dia 11 de maio desse mesmo ano. Foi recebido entusiasticamente pelo povo e conduzido processionalmente até à residência episcopal onde o aguardava o novo pastor, dom Manoel da Cruz. Iniciou, a seguir, as suas pregações que se estenderam depois ao interior, como aconteceu em Alcântara, ali passando oito dias na evangelização de seus habitantes.

Algum tempo depois, dom Manoel da Cruz foi transferido para a diocese de Mariana, em Minas Gerais, sendo substituído por dom Francisco de São Tiago, que encarregou o padre Malagrida de fazer uma missão geral em suas igrejas.

Tentou, sem sucesso, fundar um seminário em São Luís, como já o fizera na Paraíba e depois em Belém, mas o bispo dom Tiago não o permitiu, alegando que isto era competência do diocesano.

Mais uma vez foi enviado para missionar no Pará, atendendo o pedido do seu novo pastor, dom Miguel Bulhões, membro da ordem dos Dominicanos, que o encarregou de pregar em sua vasta diocese.

Várias foram as instituições fundadas pelo dinâmico missionário nas cidades onde realizou o seu trabalho apostólico, destacando-se um abrigo feminino, depois transformado no Colégio Santa Teresa, em São Luís; o convento da Soledade, em Salvador, que abrigava mulheres de vida pública e convertidas para o bom caminho; outro convento, o do Sagrado Coração de Jesus, em Igarassu, Pernambuco, inaugurado em 1742, também destinado a prostitutas regeneradas, além de muitos asilos e oito igrejas construídas ou restauradas.

Enfrentando dificuldades para a manutenção de tão beneméritas entidades, o padre Gabriel Malagrida, depois de obter a necessária autorização de seus superiores, viajou no dia 7 de dezembro de 1749 para Portugal; lá tentaria obter do piedoso rei dom João V, que se encontrava muito enfermo, uma ajuda financeira em benefício de tão meritórias obras sociais.

Na corte portuguesa

Depois de longa e tenebrosa viagem, o santo missionário desembarcou em Lisboa e, o soberano, tomando conhecimento de sua chegada, mandou chamá-lo ao palácio e, ao recebê-lo, ajoelhou-se com muita dificuldade, pois sofria de dolorosa paralisia em seus membros, pedindo a bênção e colocando a mão do sacerdote em seu rosto.

Emocionado diante deste quadro, vendo tão poderoso monarca genuflexo a seus pés, o padre Malagrida fez a seguinte prece: "Senhor, nós vos pedimos que olheis para o rei vosso servo!". Ao ouvir esta súplica, dom João V exclama com humildade: "Não, meu padre, não digais rei, dizei pecador".

Depois desta carinhosa recepção, ele expõe ao soberano o motivo de sua viagem a Portugal: obter ajuda financeira para as diversas obras sociais que fundara no Brasil.

Agravando-se o estado de saúde do monarca, coube ao venerando sacerdote prestar os socorros da Igreja, permanecendo na cabeceira do enfermo até seu falecimento, ocorrido no dia 31 de julho de 1750, por coincidência dia da festa de Santo Inácio de Loiola, fundador da Companhia de Jesus.

Ao tomar conhecimento de sua morte, o papa Bento XIV, que se encontrava reunido com os cardeais, exclamou: "Ditoso! Feliz aquele nosso fidelíssimo filho, que teve Malagrida por diretor e que em seus braços expirou!".

Antes de morrer, o piedoso monarca atendeu todos os pedidos que lhe haviam sido feitos pelo santo missionário, dando-lhe, inclusive, poderes para edificação de novas casas religiosas, onde julgasse necessárias e proveitosas para a salvação dos fiéis. Consignou, ainda, de sua renda pessoal, uma doação de oitocentos cruzados para cada entidade criada.

Quando foi despedir-se da rainha Maria Ana de Áustria, esta, que presenciara toda a dedicação do abnegado missionário no leito de morte do marido, manifestou o desejo de que ele permanecesse em Portugal, para assistir, também, sua partida para a eternidade, que julgava estar perto de acontecer. O padre Malagrida respondeu incontinenti que necessitava viajar para continuar sua missão apostólica, mas prometeu retornar a Portugal no tempo oportuno para assisti-la em sua última doença.

A rainha, concordando, respondeu com estas palavras: "Consinto em vossa partida, com essa condição; e não me olvideis em vossas orações".

Retornando ao Brasil

Após este entendimento, tratou de retornar ao Brasil em navio cargueiro que estava prestes a partir, mas a rainha obrigou-o a seguir viagem em uma nau do governo, na qual viajaria, também, d. Francisco Xavier de Mendonça, irmão do futuro marquês de Pombal, nomeado governador do Grão-Pará.

Antes de iniciar a longa jornada, veio a receber a bordo da embarcação uma carta do novo rei, dom José I, designando-o conselheiro real nas possessões portuguesas de além-mar.

Teve o desembarque em São Luís no dia 26 de julho de 1751 e seu primeiro ato foi promover uma procissão com a imagem milagrosa de Nossa Senhora das Missões, que o acompanhava sempre em suas peregrinações, até o colégio dos jesuítas.

Continuava o dedicado missionário com a idéia fixa de fundar o seminário do Maranhão, mas este seu desejo só veio a se tornar realidade quando do falecimento do opositor deste propósito, o bispo dom Francisco de São Tiago, tendo esta casa de formação religiosa sido inaugurada em 8 de setembro de 1753, contando com a presença de muitos jovens que desejavam abraçar a vida sacerdotal.

Quando se encontrava no desempenho de suas atividades apostólicas, eis que recebe uma carta do próprio punho da rainha Maria Ana de Áustria, viúva de dom João V, fazendo um veemente apelo para que ele retornasse a Lisboa, pois sentia, com imenso pavor, aproximar-se a hora final de sua existência. Diante desta situação e lembrando-se da promessa feita quando se despedira de sua augusta majestade, o padre Gabriel Malagrida teve de deixar suas atividades missionárias e preparar-se para viajar mais uma vez a Portugal, de onde não mais retornaria ao Brasil, pois um inimigo forte cruzaria em seu caminho: o marquês de Pombal.

Apesar de uma longa demora, fez uma viagem sem anormalidades e chegou em Lisboa em princípios de 1754 e no mesmo dia apresentou-se à rainha, a quem disse, na oportunidade, estas palavras:

– "Senhora, fiel à promessa que fiz à vossa majestade há três anos, antes de sair à América, venho consagrar ao vosso serviço o restante de meus dias."

Iniciou-se, então, uma convivência diária entre o santo missionário e a piedosa rainha, que confiava as suas mágoas e decepções àquele ministro de Deus. Este procedimento causou logo uma grande inveja, para não dizer ódio, a Sebastião José de Carvalho, recém-nomeado secretário de Estado do novo rei, dom José I, que não admitia a influência do padre Gabriel Malagrida na corte real.

O Marquês de Pombal

Sebastião José de Carvalho iniciou-se na vida pública como embaixador de Portugal, primeiramente na Inglaterra e depois na Áustria, praticamente as duas principais cortes européias daquela época.

Em Viena, contraiu segundas núpcias com uma senhora da ilustre casa de Daun e quando retornou para Lisboa encontrava-se vago o cargo de secretário de Estado, ao qual se habilitou, mas o rei de então, dom João V, jamais concordou em confiar-lhe este importante ministério.

O Marquês de Pombal fez tudo para obter a nomeação, valendo-se, inclusive, da rainha Maria Ana de Áustria. Esta ainda tentou ajudá-lo valendo-se do jesuíta padre João Batista Carbone, a quem o monarca dispensava especial atenção.

Dom João V, porém, mostrou-se sempre irredutível e, quando lhe falavam em Sebastião José de Carvalho para secretário do governo, dizia:

– "Conheço cabalmente o espírito turbulento, hipócrita e audacioso de Carvalho; descende de uma família vingativa, cruel e furiosa".

Quando aconteceu o falecimento deste soberano, ele voltou a reivindicar a função e, através da rainha Maria Ana de Áustria, conseguiu o seu intento.

O novo rei, dom José I, era casado com a princesa espanhola Mariana Vitória de Bourbon e tinha quatro filhas; a primogênita, Maria Francisca, o sucederia no trono português, quando de sua morte em 1777, com o nome de dona Maria I.

Ao receber o pedido de sua veneranda genitora, o monarca o atendeu em prova de consideração e respeito, nomeando o futuro Mar-

quês de Pombal para o cargo de secretário de Estado, função que correspondia ao posto de primeiro-ministro. A pobre rainha faleceu no dia 14 de agosto de 1754, não chegando a ver o grande mal que fizera ao indicar Sebastião José de Carvalho, o qual iniciaria tenaz campanha contra os jesuítas e, de modo especial, ao padre Gabriel Malagrida.

De início, ele soube logo granjear a confiança do inexperiente rei, fazendo uma administração centralizadora, anulando praticamente a ação de seus colegas de ministério.

Não se pode, todavia, desconhecer as suas realizações em longo governo de mais de duas décadas (1754/1777), como veremos a seguir, através das palavras de Aref Claude Srour, na Introdução do livro *História de Gabriel Malagrida,* de autoria do padre Paul Mury:

> No tocante às suas realizações, vejamos: para impedir o escoamento do ouro brasileiro para as mãos inglesas, proibiu a exportação do metal e combateu o predomínio britânico que praticamente satelitizava Portugal; liberalizou o regime de exportações, estimulando-as com a redução de gastos em que incorriam; reconstruiu Lisboa de forma magnificente, depois do mortífero terremoto de 1755; protegeu os cristãos novos (judeus convertidos); estimulou a agricultura, o comércio, a indústria e navegação; reorganizou a Universidade de Coimbra num espírito racionalista, sobretudo no aspecto do ensino das Matemáticas e das Ciências Naturais; disciplinou as despesas governamentais e modernizou a cobrança de impostos com uma burocracia competente e centralizada; proibiu o tráfico negreiro para Portugal em 1761 e declarou livres os descendentes de escravos, em 1773.
>
> No que diz respeito ao Brasil, liquidou o regime de donatarias, adquirindo ou confiscando as onze capitanias hereditárias restantes, para finalmente extingui-lo em 1759.
>
> Transferiu a capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, fixando judiciosamente o centro administrativo mais próximo às minas de ouro, bem como as regiões do Sul e Oeste, em virtude dos freqüentes conflitos com os espanhóis.
>
> Favoreceu os casamentos de brancos com indígenas, equiparando estes àqueles (1755). Promoveu a liberdade do gentio, em 1758.
>
> Pretendendo arrebatar aos ingleses o comércio entre Portugal e o Brasil, criou duas Companhias Gerais de Comércio: a do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a de Pernambuco e Paraíba (1759).
>
> Em contrapartida, perseguiu impiedosamente Malagrida, conver-

> tendo-o em bode expiatório de suas graves desavenças com a Companhia de Jesus."

Por sua dinâmica atuação na reconstrução de Lisboa, após o terrível terremoto, Sebastião José de Carvalho recebeu o título de conde de Oeiras e, posteriormente, em 1770, foi promovido a marquês de Pombal, como se tornou conhecido até os nossos dias.

Perseguição de Pombal ao padre Malagrida

A perseguição do Marquês de Pombal ao padre Gabriel Malagrida iniciou-se quando este, atendendo a um apelo da rainha-mãe, Maria Ana de Áustria, foi do Brasil para Portugal para assisti-la em seus últimos momentos, conforme já mencionado.

O missionário era visto diariamente na corte portuguesa, onde desfrutava de prestígio e grande influência, não só junto à rainha-mãe, como igualmente ao seu filho, o rei dom José I, o que era motivo de inveja e ódio do novo secretário de Estado.

Certa ocasião, o padre Malagrida, ao retirar-se do paço, encontrou-se na escadaria com o poderoso marquês e, como não o conhecia, passou adiante. Este gesto melindrou profundamente a Pombal que o reteve pelo braço e perguntou-lhe se não o conhecia.

– "Não tenho essa honra", respondeu o missionário.

– "Como"? exclamou o marquês, "o padre vive na corte e não conhece o secretário de Estado"?

O padre Malagrida, um tanto confuso e perturbado, lançou-se aos pés do ministro, pedindo as suas desculpas, alegando que acabara de chegar do Brasil, e lhe perdoasse essa falta involuntária.

Depois, em tom respeitoso, o missionário voltou a falar com o marquês, dizendo:

– "Agora que tenho a honra de conhecer e falar a V. Excia., permita-me, senhor, que lhe faça um pedido: é o de retirar do Brasil o seu irmão, o sr. Mendonça; porque é tanto o ódio que seus processos administrativos já lhe têm granjeado, que eu lhe futuro alguma desgraça, se ele não se evade depressa à vingança de seus inimigos."

Não sabia o padre Malagrida que Francisco Xavier de Mendonça estava no Brasil para servir aos desígnios de seu irmão, o marquês de Pombal.

– “Hei de pensar nisso”, foi a resposta ríspida do ministro.

Irritado, tanto pelo desconhecimento do missionário à sua pessoa como pela audácia de denunciar o seu próprio irmão, o marquês tomou a decisão de afastá-lo o quanto antes da corte e, mais tarde, desterrá-lo para Setúbal. Era um homem severo e cruel, descendente de um fidalgo provinciano que sempre fora desprezado pela velha nobreza de Portugal.

Várias vezes ocorriam desavenças de Pombal com os nobres da corte, toleradas pelo rei dom José I, que confiava cegamente no ministro, pela sua capacidade de trabalho, liderança competente e sobretudo pela sua atuação após o terremoto ocorrido em Lisboa no dia 1º. de novembro de 1755. Esta lamentável tragédia, que reduziu a capital portuguesa a um monte de ruínas, provocou o rompimento total de Pombal com o padre Malagrida.

Enquanto o marquês afirmava que o cataclismo não era nada mais que um fenômeno natural, o missionário publicou um livrinho que foi distribuído à população, atribuindo o terremoto aos pecados e à falta de piedade dos homens para com Deus e propondo ao povo rezar e fazer penitências para aplacar a ira do Senhor.

Irritado, Pombal conseguiu o desterro do padre para Setúbal, apesar de sua atuação em favor dos desabrigados e que foi inclusive motivo de elogios do próprio rei dom José I. Iniciou, também, uma terrível campanha contra a Companhia de Jesus, primeiramente proibindo os jesuítas de serem confessores da família real (1757) sob o pretexto de terem difamado o monarca.

Mais tarde, em 2 de maio de 1758, conseguiu que o papa Bento XIV interviesse na própria Companhia, nomeando um Visitador e Reformador, na pessoa do cardeal Saldanha, amigo pessoal de Pombal e a quem devia o seu chapéu cardinalício.

Em setembro de 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de seus domínios, sendo considerados corrompidos, rebeldes, traidores, adversários e agressores contra a figura do rei. No ano seguinte, eles se retiraram do Brasil, sendo 199 do Rio de Janeiro, 133 do Pará, 124 da Bahia e 53 de Pernambuco, tendo os seus colégios fechados e as missões indígenas abandonadas.

Não satisfeito ainda, Pombal influenciou outras cortes européias na campanha contra a Companhia de Jesus, como a França que os expulsou em 1764 e a Espanha em 1767.

Sebastião José de Carvalho conseguiu, enfim, realizar o seu grande sonho quando, com o apoio de outras nações católicas, obteve do papa Clemente XIV a extinção da Companhia de Jesus, em 1773.

Somente quarenta e um anos depois, ou seja, em 1814, ela seria reabilitada, no pontificado do papa Pio VII; e os jesuítas retornariam ao Brasil alguns anos mais tarde, primeiramente com um modesto colégio em Desterro, atual Florianópolis, Santa Catarina. Ali, eles receberiam em 1845, uma visita do imperador dom Pedro II, que se fazia acompanhar do bispo do Rio de Janeiro, dom Manuel Montes Araújo, que tinha o título de conde de Irajá.

Martírio do padre Malagrida

Retornemos, porém, ao passado e voltemos à presença do padre Gabriel Malagrida que se encontrava desterrado em Setúbal, dedicando-se à sua missão apostólica, junto aos seus habitantes, promovendo os conhecidos Exercícios de Santo Inácio, que atraíam multidões de fiéis e até mesmo os nobres da corte, como os marqueses de Távora.

Ali se encontrava quando, em 3 de setembro de 1758, houve um atentado contra a figura real de dom José I, atribuído injustamente à família Távora e, sendo o missionário amigo íntimo, conselheiro espiritual de vários membros desse clã, tornou-se alvo preferido do marquês de Pombal que recebera ordem do rei para punir os responsáveis por tão lamentável acontecimento.

Com esta autorização, Sebastião José de Carvalho entrou em ação, mandando prender os membros das famílias Távora e Aveiro, além de cercar as comunidades jesuítas. Criou um tribunal extraordinário para julgar os supostos réus, os quais sofreram as mais cruéis torturas como o duque de Aveiro que, vencido pela dor, citou os nomes do padre Malagrida e outros jesuítas, embora depois se retratasse.

O tribunal determinou a execução de todos, inclusive mulheres e crianças, e se não fosse a intervenção da rainha Mariana Vitória de Bourbon e de sua filha Maria Francisca – a futura rainha dona Maria I, teriam sido todos executados.

O padre Gabriel Malagrida tentou por todos os meios provar a sua inocência, não conseguindo sequer ser recebido pelo cardeal Saldanha e outras autoridades eclesiásticas.

No dia 11 de janeiro de 1759, ele foi preso juntamente com o provincial, padre João Henrique, e mais os padres José Moreira, Temóteo de Oliveira, João Alexandre de Souza e João de Matos, todos conduzidos às masmorras, onde aguardaram julgamento.

Além de considerá-lo implicado no atentado a dom José I, o marquês de Pombal denunciou Malagrida, como herege, no Tribunal do Santo Ofício. Os juízes, depois de examinarem o caso declararam que não havia razões plausíveis para condenar o religioso. Sebastião José de Carvalho não se deu por vencido: substituiu o inquisidor geral, por seu irmão Paulo de Carvalho Mendonça, e o dominicano frei Francisco de São Tomaz, outro membro do Santo Ofício, os quais se recusaram a manchar suas mãos no sangue inocente do padre Malagrida.

Assim, depois de mais de dois anos de prisão, um novo Tribunal do Santo Ofício, inteiramente manipulado pelo poderoso Marquês de Pombal, deu em janeiro de 1761 a sua sentença infame e escandalosa em que o padre Gabriel Malagrida era declarado réu de heresia, blasfêmias, falsas profecias e muitas outras acusações injustas. Foi degradado das ordens e condenado a ser queimado na fogueira em praça pública.

O dia 21 de setembro de 1761 foi a data escolhida para a execução do grande mártir jesuíta e Sebastião José de Carvalho empenhou-se para que o acontecimento fosse realizado com a maior pompa possível, assumindo pessoalmente a sua programação.

Fez construir em torno da praça do Rossio palanques para a nobreza e o povo, especialmente convidados para este horrendo espetáculo. A tropa ocupava a praça e as ruas vizinhas para manter a ordem da imensa multidão, e em frente ao cadafalso, em palanque luxuosamente decorado, encontravam-se o monarca e sua corte em lugares de destaque.

O padre Malagrida saiu do cárcere com as mãos atadas às costas, ladeado por dois padres beneditinos e outras duas pessoas a servirem-lhe de padrinhos na cerimônia do auto-de-fé, de acordo com o ritual. Atrás dele caminhavam mais de cinqüenta condenados, mas o santo missionário foi o único a ser executado naquele dia, de morte cruel e infame.

Quando o missionário se aproximou do patíbulo, um comissário do Tribunal do Santo Ofício leu a sua sentença de morte e, depois, o bispo coadjutor do cardeal patriarca de Lisboa procedeu a cerimônia de degradação, exortando-o, na oportunidade, a confessar os seus crimes e a pedir perdão ao rei e ao povo pelo escândalo que causara.

O padre Gabriel Malagrida respondeu com muita dignidade e altivez:

– "Desde que pus os pés na terra portuguesa, servi sempre a sua majestade fidelíssima como bom e leal súdito; contudo, se, por ignorância, o ofendi na mínima coisa, eu lhe peço humilde e sinceramente perdão."

Depois de proferir estas palavras diante de um profundo silêncio da multidão, entregou-se ao carrasco e antes de ser executado e queimado na fogueira, pronunciou suas últimas palavras: – "Senhor, havei piedade de mim; em vossas mãos entrego a minha alma". Contava na ocasião 72 anos de idade, dos quais vivera meio século na Companhia de Jesus.

O padre Rodrigues – cujo nome completo não conseguimos descobrir –, teve a ventura de conhecê-lo pessoalmente e fez uma descrição de seu retrato:

"Malagrida era de estatura mediana: em seu rosto, onde transparecia uma nobre dignidade, lia-se a índole modesta e branda; ordinariamente estava pálido, mas se falava das coisas de Deus, purpureavam-se-lhe as faces; brilhavam-se então os olhos com umas cintilações de extraordinário fulgor; a testa era saliente, mas não larga; o nariz era bem feito, os beiços rubros, os cabelos louros e as barbas longas que por maravilha encaneceram antes do cabelo. Todo o seu exterior respirava santidade, e ninguém que o visse deixaria de respeitá-lo e admirá-lo".

Quando a notícia desse terrível suplício se espalhou pela Europa uma onda de revolta e indignação se ergueu contra o autor de tamanha iniquidade e o grande pensador francês, Voltaire, fez este comentário ferino: "Assim, o excesso do ridículo e do absurdo juntou-se ao excesso de horror".

O então pontífice, Clemente XIII, ao tomar conhecimento da morte cruel e injusta do grande missionário, assim se pronunciou: "A Igreja de Jesus Cristo tem mais um mártir" e em seguida mandou gravar um retrato do padre Malagrida com uma honrosa inscrição onde se dizia que ele morrera pela justiça e pela verdade.

O seu martírio mereceu uma verdadeira consagração póstuma no mundo cristão e em todas as casas da Companhia de Jesus, os sinos repicaram durante vários dias, como se a sua morte fosse a de um santo, como realmente o era.

Em toda a sua vida missionária, por onde andou levando a Palavra de Deus, os elogios à sua pessoa eram constantes.

Eis o que disseram a seu respeito os capuchinhos da Bahia em carta ao seu superior geral, em Roma:

"Vão bem os nossos negócios, mercê dos muitos milagres do padre jesuíta Gabriel Malagrida. É um santo em obras e palavras: é o Xavier de nosso tempo. Bem que a corte de Lisboa, o reino de Portugal, e todas as suas colônias formem sublime conceito deste ardente apóstolo, fique nossa Paternidade certo que esta reputação está longe de corresponder ao seu imenso mérito, e a sua heróica virtude.

Temos sido e somos testemunhas oculares. Cada dia temos que admirar-lhe a austeridade de vida, o zelo ardente e o espírito de oração; cada dia lhe descobrimos novas virtudes e favores que o céu concede somente aos seus maiores servos. Quando for preciso para a glória de Deus e honra da douta Companhia a que ele pertence, prontos estamos a confirmar com juramentos tudo o que deixamos dito".

O elogio maior, e em poucas palavras, fez o superior geral da Companhia de Jesus, o padre Francisco Retz: "Eu não creio que a Sociedade toda hoje possua missionário comparável ao padre Malagrida".

A justiça divina castiga os seus opositores

Em 1777, faleceu o rei dom José I e foi sucedido pela sua filha, a princesa Maria Francisca, extremamente religiosa, que assumiu o trono com o nome de d. Maria I.

Ela sempre manifestou desprezo total pelo marquês de Pombal, desde as execuções da Família Távora, cujo acontecimento muito lhe abalou e um dos seus primeiros atos foi abolir a pena de morte.

Forçou, em seguida, a demissão de Sebastião José de Carvalho, despojando-o de todos os poderes, reduzindo-o à condição de simples cidadão e proibindo sua presença a uma distância de vinte milhas de Lisboa.

Um grito de vingança contra Pombal partiu de todos os recantos de Portugal, especialmente das oitocentas vítimas restituídas à liberdade e que pediam justiça.

O mesmo Tribunal com que ele havia condenado tantos inocentes, iniciou um processo contra sua pessoa, mas a interferência da própria rainha d. Maria I, por compaixão de sua velhice, o perdoou.

Desterrado para Pombal, ali faleceu aos 83 anos, recusando os favores da Religião e esquecido daqueles a quem tanto serviu.

Também as três personagens – Paulo de Carvalho Mendonça, João Mancilha e Nuno Álvares Pereira, que assinaram a sentença de morte do padre Gabriel Malagrida, tiveram os castigos divinos.

O primeiro, elevado pelo seu irmão, o marquês de Pombal, como inquisidor geral do Santo Ofício contra todas as regras de Direito e de Justiça, teve uma morte inesperada.

João Mancilha foi preso e processado por ordem de d. Maria I e condenado à prisão perpétua.

O inquisidor Nuno Álvares, que comemorou a execução do padre Malagrida com um lauto jantar, foi acometido de uma estranha doença, exalando de seu corpo um fedor insuportável, sendo abandonado por seus familiares e amigos. Faleceu impenitente e nunca quis reconciliar-se com a Igreja.

Como vimos, a Justiça Divina puniu todos aqueles que injustamente perseguiram e executaram este grande mártir, cuja gloriosa existência foi totalmente dedicada a Deus e ao próximo.

Decorridos quase dois séculos e meio de seu falecimento, estranhamos que o seu nome não figure ainda na galeria dos grandes santos que a Companhia de Jesus deu à Igreja de Cristo: Inácio de Loiola, Francisco Xavier, Luís de Gonzaga, João de Brito, Bernardino Realino e muitos outros, cujos nomes não me ocorrem no momento.

Através destas linhas, rendemos também a nossa homenagem de veneração e respeito a este grande apóstolo da Fé, nome que tanto honra e dignifica o mundo cristão!

Bibliografia

CALMON. Pedro. *História da Igreja no Brasil*.

CÂMARA, Fernando. O Tricentenário da Diocese de Pernambuco. *Revista do Instituto do Ceará*, 1976.

_____. A Diocese do Maranhão e seu Tricentenário. *Revista do Instituto do Ceará*, 1977.

_____. Dom Antônio Macedo Costa - um modelo para o episcopado brasileiro. *Revista do Instituto do Ceará*, 1980.

_____. O Seminário de Olinda e seu fundador. *Revista do Instituto do Ceará*, 1986.

_____. O sesquicentenário de Dom Jerônimo Tomé da Silva. *Revista do Instituto do Ceará*, 2000.

MURY, Padre Paul. *História de Gabriel Malagrida*.

Centenário de Paulo Sarasate

Política como instrumento de evolução e bem-estar social

J. C. Alencar Araripe*

Foto: arquivo Nirez.

Paulo Sarasate

Há um século, no dia 3 de novembro de 1908, nascia Paulo Sarasate. Foi batizado com um nome da familiaridade do pai, maestro Henrique Jorge, que talvez sonhasse com um filho envolvido nos doces e sedutores encantos da divina música. O homônimo espanhol, de tanto sucesso, seria forte inspiração.

Não sei se Paulo Sarasate tocou algum instrumento, mas, na partitura que o guiava simbolicamente, não se percebem dissonâncias que

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

gerem constrangimento; pelos caminhos por ele perlustrados, ouviram-se cantos de vitória, que não o ensoberbeciam, mas o encorajavam nas jornadas vindouras.

No centenário de nascimento de Paulo Sarasate, acodem-me à memória reminiscências de forte teor humano, político e social. Ele podia aparentar, em certas ocasiões, mais pelos gestos do que pela palavra, que era de trato difícil, mas, na verdade, prosperavam no seu interior disponibilidade e acolhimento. Quando se afeiçoava a uma pessoa, ia além do prosaico, do trivial. Perscrutava sentimentos, envolvia-se em aconselhamentos que traduziam preocupação e a intenção de apontar rumos. Não o animava a volúpia do ódio que destrói. Procurava ser bom, prestativo e generoso.

A política empolgava-o. Mas não fez dela um meio de vida, muito menos, de enriquecimento ilícito. Foi um irrepreensível prestador de serviço e animoso propulsor de obras de alcance econômico e social.

Assíduo no cumprimento do labor diário, obstinado na perseguição dos objetivos colimados, atento aos fatos e aos seus desdobramentos para servir-se de circunstância adequada, beneficiado por um fadário venturoso, Paulo Sarasate ajustava-se à sentença de Fernando Pessoa: "Para vencer – de forma material ou imaterial – três coisas definíveis são necessárias: saber trabalhar, aproveitar oportunidades e criar relações. O resto pertence ao elemento indefinível, mas real, a que, à falta de melhor nome, chamamos de sorte".

Sob o signo da vitória

Sarasate teve uma vida marcada de triunfos sem conta. O sucesso pessoal sorria-lhe a cada passo. No desdobramento de suas múltiplas atividades, não soube o que era fracasso. O êxito, eis uma constante.

Com 16 anos envolvia-se no exercício do magistério primário, para auxiliar o pai que não tivera emprego público e que vivera de sua arte e pela sua arte, persistiu na seara da educação, foi professor consciente e responsável, fundador de colégio e entusiasta disseminador de educandários, no Ceará como em outros Estados. Um benemérito autêntico. Paulo Sarasate tinha a vocação do educador. E era tão dominante essa faceta da sua personalidade, que mesmo fora das escolas, jornalista, parlamentar e governante, falava e agia como mestre, ensi-

nando pela palavra e o exemplo, dentro das normas do trabalho e da decência, como se deve servir ao Ceará e ao Brasil.

Paulo Sarasate foi cognominado de Deputado da Faculdade de Medicina, tanto pela assistência que deu às suas questões junto aos órgãos do Ministério da Educação, como pelos valiosos auxílios federais à escola que se fundava.

A criação da Universidade Federal do Ceará contou com seu apoio entusiástico, que se traduziu na disponibilidade do jornal que dirigia e na constante e vigilante atuação na esfera dos altos poderes da República. Foi distinguido com o título de *Doutor Honoris Causa* pela UFC.

A política fascinou-o, mas soube utilizá-la como instrumento de promoção do bem coletivo. Tinha obsessão de servir. E os mandatos, que o povo lhe conferiu, em pleitos sucessivos, garantiam-lhe a segurança de uma posição privilegiada, ocupada no proveito do Ceará.

Profundamente vinculado às reivindicações coletivas, delas sempre se fez intérprete através do jornal que ajudou a criar. O deputado foi a continuação na Câmara do jornalista da província. Ninguém o suplantou em espírito público, em dedicação na procura de solução dos problemas do Estado, na defesa intransigente dos interesses do povo. Sarasate desenvolveu uma atividade incomum, no afã de emprestar, como de fato emprestou, o melhor desempenho aos mandatos com que foi honrado. E não há quem, em sã consciência, deixe de reconhecer o mérito e o brilho da sua marcante atuação.

Pelo interior afora, como nesta capital, espalham-se os frutos da sua proveitosa e incansável ação parlamentar, que lhe granjeou as auras de raro prestígio. Com a larga e clarividente visão com que exerceu as funções legislativas, a partir de 1945, Paulo Sarasate deu incontestável projeção nacional à representação do Ceará, ocupando lugar de merecido relevo entre os mais ilustres componentes do Congresso. Deputado federal em várias legislaturas, de tal maneira se conduziu, com tanta elevação pautou a sua conduta, que conquistou também uma auréola de simpatia e respeito, que deve sempre ser realçada como justo prêmio aos seus reais merecimentos.

O empenho de carrear recursos para a sua terra natal não desfigurou a sua abordagem de problemas nacionais; foi a favor da criação da Petrobras e do Banco do Nordeste; defendeu a participação do em-

pregado na administração e nos lucros das empresas e apresentou, nesse sentido, emenda constitucional; coube-lhe a iniciativa de prorrogação da lei do inquilinato para conter os abusos de proprietários de imóveis; comportou-se sempre como paladino do funcionalismo público em suas justas causas; batalhador sem tréguas a favor das obras contra as secas, com ênfase na açudagem e na irrigação; fizeram-lhe justiça ao denominar de Paulo Sarasate o açude Araras no Rio Acaraú, com um bilhão de metros cúbicos, inaugurado em 1958, com seu cinqüentenário comemorado, este ano, em Sobral e Varjota.O Instituto Penal, localizado em Itaitinga, com o nome de Paulo Sarasate, não correspondeu aos elevados objetivos a que se propunha. Rebeliões, seqüestros, assassinatos enquadram o presídio no rol do desafortunado sistema penitenciário brasileiro, incapaz de abrigar os criminosos em número cada vez maior e proporcionar-lhes oportunidades de recuperação. Bem inspirada, pois, a decisão de desativá-lo para adaptação à moderna realidade carcerária.

Afonso Arinos de Melo Franco, companheiro de Paulo Sarasate no Palácio Tiradentes, faz-lhe apologia na apresentação do livro *A Constituição ao alcance de todos*. "Era inquieto, impulsivo, honrado, invariavelmente cortês e generoso, contando com amadurecida experiência tanto no Legislativo quanto no Executivo", acentua Arinos, que confessa haver aprendido a "admirar nele o zeloso deputado, estudioso do Orçamento, vigilante na defesa dos interesses do seu sofrido Nordeste". E acrescenta: "Orador trepidante e lúcido, contraditor de faiscante rapidez", defendia suas posições sem descambar para ataques pessoais.

O senador Josaphat Linhares, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no prefácio do livro acima citado, observa que Paulo Sarasate "reconhece, corretamente, que, nas suas origens e na sua eclosão, o movimento vitorioso de 1964 "não foi uma revolução de características sociais", nem "de feição política previamente delineada"; não possuía filosofia própria, prefixada". As "medidas reformistas" surgiram como conseqüência do poder. Daí ter faltado ao projeto da Constituição "aquele espírito criador indispensável, no campo das idéias políticas, às realizações de vulto". Não há exagero, portanto, em concluir-se que Paulo Sarasate expõe e defende a Constituição sem considerá-la perfeita e intangível. Se nela assinala virtudes, que elogia, faz-lhe também

objeções. Não confunde, enfim, seus deveres de analista e intérprete com suas vinculações de político e senador".

Sarasate e o esporte

Recordo uma imagem que me ficou do antigo e precário estádio do Prado. Ao pequeno palanque que se destacava em meio às arquibancadas de madeira, que circundavam o campo, tinham acesso algumas poucas personalidades. Entre elas, Sarasate ali se encontrava, com freqüência. Não era o assistente calmo, introspectivo, que se limitava à mera contemplação das jogadas em evolução no gramado. Como sempre, era o irrequieto, que torcia, que xingava o juiz, que se identificava com a massa esportiva nos seus transbordamentos de aplauso ou apupo.

Unindo a sua voz a voz da multidão, desejava Sarasate, como depois houve quem sugerisse, ter no estádio "um momento de si mesmo".

Vi-o depois no jornal, acompanhei-o depois nas jornadas políticas e nos comícios eleitorais. Onde quer que estivesse, Sarasate era sempre o mesmo, combativo, vibrante, apaixonado.

No futebol, acostumara-se a conviver com o povo; na política, fez do povo esteio de todas as suas vitórias. Porque entendia que a atividade político-administrativa necessitava, realmente, da entusiástica e comovida participação popular, tal como se verifica no futebol.

Nos últimos anos de sua existência, empenhado de corpo e alma na reformulação partidária, nem por isso esquecia o futebol. Tempo havia de sobrar, nas suas furtivas permanências em Fortaleza, para confundir-se com os desportistas cearenses e relembrar, no convívio amorável dos amigos, os saudosos dias das frenéticas torcidas de outras épocas.

Ei-lo no Presidente Vargas, alegre e expansivo. Quem o levava era o José Raimundo Costa. Mas, no estádio, tinham de separar-se, porque, no futebol, andavam sempre de ponta: um era Ceará, o outro, Fortaleza; eu nem sequer me insinuava: o Ferroviário não tinha vez.

Mas Sarasate, o desportista, não se limitava a prestigiar com a sua presença os prélios futebolísticos. Cooperou, como poucos, para o desenvolvimento dos esportes no Ceará. E a ele se deve um dos mais arrojados empreendimentos – o Ginásio Coberto -, uma esplêndida realidade que perpetua o seu nome no esporte.

Campanha vibrante

Com um lastro invejável de popularidade, em decorrência de frutos opimos colhidos ao longo do exercício do jornalismo e do mandato de deputado federal, Paulo Sarasate era, na União Democrática Nacional (UDN), o candidato natural ao Governo do Estado na sucessão de 1954, tendo como aliado o Partido Trabalhista Brasileiro. Armando Falcão concentrou as preferências como candidato do Partido Social Democrático e do Partido Social Progressista (PSD – PSP), depois da fracassada tentativa da candidatura de Plínio Pompeu, senador da UDN. Configurou-se uma situação atípica: partidos adversários no plano nacional, era o caso da UDN e do PTB, aliaram-se no Ceará e resistiram às vicissitudes decorrentes do suicídio de Getulio Vargas; o PSD distanciou-se do PTB, do qual era aliado pelo país afora, e sustentava candidatura própria com o apóio do PSP. Atípica, sim, àquela época, mas hoje o fenômeno se reproduz em maior escala pelo Brasil afora, a evidência mais notada nas eleições municipais de 2008.

A arregimentação partidária não tinha limites. Carreatas, comícios, passeatas sucediam-se nas cidades e vilas. O engajado prefeito Paulo Cabral lançara paródia da marcha *Avante* que incendiava os adeptos de Paulo Sarasate, candidato somente ao governo, prova de confiança na vitória, enquanto seu competidor disputava também a deputação federal, como, aliás, permitia a lei de então. Armando queria salvar a pele..., como de fato salvou.

A campanha concomitante para a Prefeitura de Fortaleza ensejava até surpreendentes desdobramentos propagandistas. O PSD lançara Ary de Sá Cavalcante como seu candidato a prefeito; o mesmo procedimento tivera a UDN com Raimundo Girão na liça; o curioso corria por conta de Acrísio Moreira da Rocha, (PR-Partido Republicano) e que pretendia voltar à Prefeitura com o seu ululante populismo. Em faixas difundidas pela cidade, lia-se: *Acrísio e Armando é bom; Acrísio e Sarasate é melhor.*

As eleições foram disputadíssimas, a apuração lenta e enervante. À noite, reuniam-se populares das duas candidaturas na Praça do Ferreira para acompanhar a marcha da apuração. Concluída a contagem, os números apontavam a vitória de Paulo Sarasate, em Fortaleza e no interior.

Armando Falcão não se conformou, denunciou fraude e recorreu ao Tribunal Eleitoral, onde não encontrou guarida. Tivemos, então, a revivência do jornalismo político no melhor estilo incisivo e brilhante.

No governo do Estado

Sarasate lançou-se de corpo e alma aos encargos da administração, desatento às horas no trato dos negócios do Estado. Era como se tivesse um organismo de ferro e lhe fosse possível resistir sem limites às manifestações de um cansaço inevitável, produzido pelo labor diuturno que chegava ao extremo.Não há de ter sido mera figura retórica, inadmissível pela seriedade da hora que vivia e pela indisfarçável emoção com que falava, aquela sua afirmação de que dera ao governo uma parte da própria existência.

Carlos Cavalcante, sob o pseudônimo de Caio Cid, apresenta importante depoimento sobre as angústias de Sarasate ante o infortúnio do Ceará em 1958. No livro *Conta Gotas*, sob o título "Timoneiro em mar revolto*",* revela o escritor que estivera "frente à frente com a maior vítima da presente seca do Ceará: o governador Paulo Sarasate. Eram cinco horas da tarde e o gabinete de trabalho do chefe do Executivo apresentava ainda desusado movimento. Deputados, prefeitos do interior e políticos em evidência – todos ´armados´ com telegramas de seus lugares – assoberbavam o homem-centro, pedindo-lhe providências, expondo a trágica situação sertaneja. O governador Sarasate, cuja sensibilidade tem sido sempre posta à prova, passeava de um lado para outro, inquieto, a receber nos nervos, no coração e no cérebro enorme carga emotiva. Vendo-o ali, exposto ao ambiente quase angustiante, eu não o considerava o chefe ou o político, mas, sobretudo, o cearense mais diretamente alcançado pelos efeitos morais da calamidade que nos abate. Analisando-o de perto, no seu nervosismo, claro que me deixava contagiar, atormentando-me com o seu drama interior. E não faço exagero nesta afirmativa: cheguei a surpreendê-lo de olhos umedecidos pela emoção. Havia nos seus gestos a inquietação do comandante que dita providências de última hora, ainda na esperança de conjurar uma catástrofe".

Renovação do teatro

Nem tudo era ou tinha sido angústia. Nada se fazia sem esforço constante e bem orientado, mas, em certos setores, os resultados compensavam pela repercussão na área econômica, social, artística e educativa. Relembro a reforma que promoveu no Teatro José de Alencar. Em funcionamento, então, por quase meio século, utilizado não só para as exibições de arte como para estrepitosas convenções políticas, concorridas solenidades de formatura e até festas carnavalescas, o Teatro estava, até 1956, muito maltratado, ressentindo-se de elementos mínimos para atender à sua finalidade precípua.

Transformações substanciais, profundas, foram determinadas pelo governador Paulo Sarasate e supervisionadas pelo incansável Paurilo Barroso, alma de artista e permanente apaixonado pelo teatro. De forma que a reabertura do José de Alencar, no dia 24 de março de 1956, haveria de ser uma ocorrência de raro brilhantismo, fazendo para ela convergir as atenções de todos os círculos sociais.

Por uma dessas admiráveis coincidências, a protofonia do *O Guarani* abriu o concerto de reabertura do José de Alencar, como há 47 anos marcara o início do concerto de inauguração. Um dos grandes daquele momento – Henrique Jorge – já não existia, mas a orquestra de agora, que executou a bela criação de Carlos Gomes, tinha o nome do aureolado maestro cearense.

Faltava o pai que, a 17 de junho de 1910, dirigiu um grupo de trinta professores que tocou o Hino Nacional à chegada e à saída do Presidente da Província. Mas estava presente o filho que, governando o Estado, promoveu no Teatro obra de recuperação merecedora de aplausos. Não se ouviu, desta feita, como em 1910, a ária da *Boheme* – Michiamano Mimi – entoada pela irmã Maria Amélia Jorge, mas lá estava o coral da instituição que seu pai fundara – o Conservatório de Música Alberto Nepomuceno, perpetuando através dos anos uma geração de artistas. Ao determinar a reforma do José de Alencar, Paulo Sarasate talvez não tenha atentado para esse mundo de saudosas evocações que a festa de reabertura iria proporcionar-lhe, tal a presença do seu genitor na vida do Teatro então quase cinqüentenário.

Na escola do jornalismo

A política sacrificara o intelectual, que já mocinho despontara e haveria de reafirmar-se ao ocaso prematuro. Por que maldizer, porém, o seu envolvimento com a política, se Sarasate soube ser grande, nobre e altruísta?

Deputado estadual, deputado federal, senador e governador, louve-se a lucidez da sua atuação na vida partidária, o desprendimento com que se entregava ao cumprimento do dever parlamentar e de governo, a vaidade de ser bom, honrado e trabalhador era atributo da sua personalidade. Sarasate o cultivaria em qualquer ambiente. Para tanto, não lhe faltaria fortaleza moral.

Mas foi na escola do jornalismo, que Paulo Sarasate aperfeiçoou qualidades que tanto o distinguiam. Não era sem razão que se afeiçoara ao jornal. Por mais que o projetassem os embates políticos, não esquecia a fonte de origem, à qual retornava, de quando em vez, como se nela retemperasse as energias para novas e aguerridas postulações. As vibrações do seu espírito arrebatado foram dimensionadas pela constância no trabalho, pelo senso da eqüidade, pelo calor humano das suas manifestações, pelo amor à verdade, pelo discernimento que via longe, pela honestidade das intenções, pela lisura do procedimento.

Sarasate e a lágrima

Três momentos na vida de Paulo Sarasate deram-me a marca da sua sensibilidade. No dia seguinte ao sepultamento de Demócrito Rocha, estava na redação do *O Povo* na hora habitual. Sem demora, iniciou a escrever o chamado artigo de fundo sobre o morto querido. As lágrimas escorriam ao mesmo tempo que as tiras de papel eram levadas ao linotipista.

Um quadro inesquecível para mim: fora à Casa de Saúde César Cals para visita de cortesia ao amigo João Dummar, operado de surpresa. Chegara tarde, porque o que presenciei foi o drama da lenta agonia do pioneiro da radiofonia, a exalar os últimos suspiros cercado da esposa, dos filhos e outros familiares; a um canto da sala, estático, o casal Albanisa - Paulo Sarasate, ambos emocionados, as lágrimas a escorrerem pelas suas faces. Aquela cena merecia o pincel de um Velásquez.

Nada se comparou ao pranto de Paulo Sarasate ao penetrar no Cemitério São João Batista acompanhando o féretro com o corpo de sua mãe Júlia Jorge, uma multidão no cortejo, a Bandinha que tinha o nome do deputado a tocar em funeral. Realmente, um tocante espetáculo!

A entrada e a saída

"Essa história de morrer precisa acabar. Ou, antes, a gente boa deveria viver até... quando ficasse ruim". Ah! Se fosse assim, como sugeria Demócrito Rocha! Outra a realidade, conforme a sentença do padre Manuel Bernardes: "A vida humana é um teatro com duas portas, uma defronte da outra: pela primeira entramos todos a fazer o nosso papel uns diante dos outros, ou, para melhor dizer, todos diante de Deus; pela segunda saímos todos, depois de haver representado. Uma entrada temos todos para a vida e assim mesmo uma saída; não sair quem uma vez entrou, por isso mesmo que entrou, é impossível".

A 23 de junho de 1968, no Rio de Janeiro, morreu Paulo Sarasate. O desenlace foi plácido, e em questão de poucos minutos, ao contrário da agitação que enfrentara, da turbulência que não era do seu desagrado. Sentia-se bem no fragor da luta. Abatendo-o de um golpe, porque chegara sua hora, parece que a Providência o quis privar de uma longa agonia e da prolongada angústia do instante final.

Homem que amava a vida, não pelos prazeres fáceis que oferece, mas pelo sentido construtivo com que a encarava, Paulo Sarasate deixou-nos – isso foi mais doloroso ainda – quando nos acenava com a perspectiva de opulentas criações, que o seu incansável labor descortinava. Na verdade, a morte o arrebatou do nosso convívio quando muito ainda esperávamos da pujança da sua inteligência, da fecundidade dos seus ideais, da experiência rica e dinâmica que acumulara.

Preservação do patrimônio cultural

José Liberal de Castro*

A preservação de bens culturais constitui tema que vem despertando amplo interesse nos dias atuais. A destruição incontida e sistemática de diferentes testemunhos da nossa herança cultural tem promovido justa e necessária reação aos desmandos, praticados de modo agressivo e inconseqüente por integrantes das mais diversas camadas sociais.

Afortunadamente, há algum tempo, o assunto tem merecido cuidados especiais, apesar de confinados a determinados círculos. Na realidade, conviria porém lembrar que, em sua quase totalidade, os estudos continuam cingidos às edificações e às obras de arte, fato explicativo para as velhas ligações de arquitetos e profissionais afins com a matéria. Outros bens culturais, de numerosas e diversificadas modalidades, ainda tentam obter menções mais frequentes.

Em quaisquer circunstâncias, vêm-se notando atitudes mais concretas a favor da preservação de bens culturais. Julga-o assim o próprio autor, (arquiteto de ofício) em vista de solicitações que tem recebido para ministrar palestras e comparecer a debates pertinentes ao tema, convites, com certa surpresa, formulados por setores universitários não vinculados à Arquitetura e ao Urbanismo.[1]

---

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

[1] O autor tem desenvolvido o tema principalmente em cursos de pós-graduação em Direito, setor universitário empenhado em conhecer, de modo objetivo, o significado e o valor de determinados bens culturais, cuja preservação é defendida por legislação pertinente. Como se sabe, os estudos de aplicação das leis que regem a matéria, envolvem, por competência profissional, docentes e discentes daqueles cursos.

A fim de atender aos pedidos, decidiu, pois, organizar a explanação de seus pontos de vista, apresentando-os por via de processos de comunicação visual, cuja linguagem requer frases reduzidas, quase telegráficas, suplementadas com imagens e apreciações orais. O desejo de divulgar a matéria de maneira mais ampla estimulou o autor a publicá-la na *Revista do Instituto do Ceará*, embora com exposição concisa e sem o devido aprofundamento, além de despojada das ilustrações comprobatórias das asserções expendidas.

Em decorrência de sua formação profissional, o autor considerou preferencialmente a problemática da preservação de obras de arquitetura, isoladas ou em conjuntos urbanos, embora não se tenha esquivado de tecer ligeiros comentários sobre outras modalidades de bens culturais. Sempre que possível, reflexões paralelas, enxertadas nas palestras com o intuito de enriquecê-las, foram remetidas neste artigo para notas de rodapé.

Patrimônio

Patrimonium, -i - subst. n. – patrimônio, conjunto e haveres do *pater familias*; herança [paterna]. (FARIA, 1943: 251).[2]

Por patrimônio, entendem-se hoje todos os bens pertencentes a uma pessoa, a uma família, a um grupo de pessoas, a uma firma, a um município, a um estado, a uma nação e à própria humanidade. Geralmente, a referência é feita a bens materiais, mas também se ouve dizer patrimônio cultural, moral, político, intelectual etc.

Como patrimônio, para os romanos, também significava herança (paterna), a expressão "patrimônio cultural" subentende "herança" cultural. Eis por que em língua inglesa, o termo aparece referido como *cultural heritage*.

O "patrimônio" ora em estudo divide-se em:

[2] O *pater* familias era figura jurídica, social e religiosa básica da Roma antiga, com poder e posição incomparavelmente superiores ao "pai de família" dos dias atuais. A expressão procede de: *pater*, -tris – subst. m. (latim) – pai. De *pater* - pai, vêm padre, compadre, compadrio, paterno, paternal, paternidade, pátria, pátrio, patriarca, patrício, patriota, patriotismo, patrimônio, patrão, patrono, patrocínio, patrocinador, patronímico.

• patrimônio natural – aquele criado pela natureza
• patrimônio cultural – aquele criado pelo homem[3]

1 Patrimônio Cultural

O adjetivo *cultural* vem do substantivo *cultura*, o qual, por sua vez, procede de idêntico vocábulo latino – *cultura*. Rápida incursão no terreno da etimologia pode oferecer compreensão mais abrangente do significado da palavra.[4]

Na Roma antiga, a par da origem do vocábulo, correlacionado com o trato da terra, com o campo, também já se admitia a *cultura do espírito*. Assim, o patrimônio cultural se compõe do acervo de bens produzidos pelo engenho humano, criados pela mente, podendo ser dividido em patrimônio imaterial e patrimônio material.

1.1 Patrimônio imaterial

O patrimônio imaterial começou a despertar atenção no século XIX. Seu estudo, desde cedo, abraçou aspectos amplos da cultura popular, particularmente, no âmbito das manifestações ditas folclóricas. No Brasil, as primeiras pesquisas enfocavam o romanceiro nacional e foram publicadas em jornais pernambucanos pelo maranhense Celso de Magalhães (1849-1879), em 1873, todavia, reunidas no livro *A poesia popular brasileira* somente um século depois. Manifestações culturais relativas ao folclore e à antropologia cultural foram investigadas no Ceará com declarado empenho por José Carvalho, Juvenal Galeno, João Nogueira, Leonardo Mota, Pompeu Sobrinho, Martinz de Aguiar, Josa Magalhães, Florival Seraine, Eduardo Campos, Zélia Camurça,

[3] A preservação do patrimônio natural brasileiro cabe ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A preservação do patrimônio cultural é tarefa atribuída ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

[4] Assinala Ernesto Faria: "Cultura, -ae (subst. f.), significa cultura, no sentido físico e moral. [Vem do verbo] colo, *colis*, -ui, *cultum*, *colere* = habitar, morar e daí, cultivar, sentido físico e moral, e daí, cuidar de, proteger, querer, e enfim, por extensão, honrar, cultuar" (1943: 60-1). Ainda segundo Faria, também procedem do mesmo verbo: "*Cultus*, *us* - Cultura, mais comum o sentido moral, educação, civilização (...)" e "*cultor, oris* – subs. masc. habitante, agricultor, lavrador e, em sentido moral, cultor". (1943: 60-1).

Valdelice Girão, todos membros do Instituto do Ceará. O tema, vale acrescentar, tem sido visitado com assiduidade por outros conhecidos nomes da intelectualidade cearense.[5]

Hoje, em maior parte e por conseqüência, as investigações relativas ao patrimônio cultural imaterial aparecem imbricadas em trabalhos atinentes ao campo da antropologia cultural. No Ceará, sob este aspecto, deve-se lamentar o encerramento das atividades do antigo Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará, dirigido por Thomaz Pompeu Sobrinho, medida que redundou em evidente prejuízo cultural, interrompendo o variado programa de investigações, então em curso. Os valiosos artigos publicados no *Boletim de Antropologia*, extinto no seu quinto número, em 1961, dimensionam a perda deplorável.

A sistematização e o alargamento do campo de estudos das várias modalidades de patrimônios imateriais procedem, entretanto, de proposições bem mais recentes, posto que obtiveram chancela internacional somente quando a UNESCO patrocinou a realização da *Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Natural Mundial*, em 1972. Posteriormente, em 1989, publicaram-se as *Recomendações sobre a Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional*, nas quais foram estabelecidas bases para ativar os esforços a favor de preservar o desde então denominado ”patrimônio cultural imaterial”.

No Brasil, o assunto mereceu amparo na Constituição de 1988, abrindo caminho para a sanção presidencial da Lei nº. 9.649, de 17 de maio de 1998, que criou o *Registro de Bens Culturais Imateriais* pertencentes ao patrimônio cultural brasileiro.

Foram então instituídos os respectivos *Livros de Registro*:

1. *Livro dos Saberes*, para registro dos saberes e dos *modi faciendi* enraizados no quotidiano nacional;

2. *Livro das Celebrações*, para registro dos festivais, dos rituais que imprimiram sua marca na vida coletiva, nos trabalhos, na religiosidade, nos entretenimentos e outras práticas sociais;

[5] Em termos cearenses, o interesse pela matéria é antigo. Basta lembrar que, em 1873, quando, durante todo o ano, esteve pela última vez em sua terra natal, José de Alencar se interessou em pesquisar histórias populares do ciclo regional do gado, escrevendo o *Rabicho da Geralda*, logo em seguida.

3. *Livro das Formas de Expressão*, para registro das manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e dos divertimentos;

4. *Livro dos Lugares*, para inscrição de espaços tais como praças, largos, feiras e santuários, onde se concentram práticas culturais coletivas.[6]

O reconhecimento oficial de determinados bens culturais como patrimônio cultural imaterial brasileiro verifica-se, pois, por meio das inscrições desses bens nos respectivos *Livros de Registros* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Os *registros* arrolam bens culturais de comprovada autenticidade, criações anônimas que tenham continuidade histórica e portem relevância nacional para a memória, para a identidade e para a formação da sociedade brasileira.[7]

A preservação dos bens integrantes do patrimônio imaterial enfrenta dificuldades, tanto por sua própria dinâmica, que os modifica com o passar do tempo, como por não serem admissíveis intervenções externas, artificiais, que desvirtuem o processo. A preservação se exerce de modo indireto, por força do reconhecimento, da valorização, do estímulo. Em vista das compreensíveis mutações observadas nos bens imateriais, recomenda-se que, a cada dez anos, os registros sejam reavaliados.

---

[6] Os velhos "lugares" fortalezenses por assim dizer desapareceram em decorrência do recente desmonte físico da cidade antiga, cuja área de ocupação, compacta e restrita, corresponderia aproximadamente ao atual centro comercial. O *genius loci*, que os velava, emigrou para sempre. Práticas sociais coletivas, ainda correntes não faz muito em tantos "lugares" da Cidade, também se esvaeceram, substituídas por um hedonismo comportamental generalizado, induzido por apelos comerciais, vassalos do consumo. Não há, pois, como conectar a memória pessoal (o autor fala por si) nem, muito menos, a memória coletiva, com espaços urbanos (e também com edificações) hoje totalmente descaracterizados, modificados, envilecidos, destruídos. Nada resta, salvo recorrer à fotografia na busca de reencontrar o passado em imagens retidas por meios mecânicos de preservação. Lamentavelmente, o drama da destruição física se repete em todas as cidades brasileiras, em particular, nas metrópoles. *São Paulo – três cidades em um século,* avulta como titulo amargo e autoexplicativo de um livro de Benedito de Toledo (1981, 2004), em que a capital paulista figura como se fosse um palimpsesto urbano, apagado e seguidamente reescrito. Diante de tantas reflexões acerbas, vale admitir que as considerações expendidas por Halbwachs em obra conhecida (1968: 131-160), no capítulo dedicado às relações entre memória coletiva e espaços urbanos, parecem ter ou tiveram validade unicamente européia...

1.2 Patrimônio material

O patrimônio material e sua preservação despertaram interesse oficial já bem mais antigo, tanto no plano internacional como no contexto nacional. Em conseqüência, discussões, métodos de ação, projetos de preservação e intervenções técnicas formam ponderável acervo de conhecimentos sobre o assunto, debatido de modo amplo e aprofundado por organismos internacionais e brasileiros.

• A preservação oficial do patrimônio material

De acordo com uma conceituação alargada, pode-se dizer que o patrimônio material compõe-se de *bens móveis* e *bens imóveis,* estes muitas vezes mencionados como *patrimônio construído*.

Os *bens móveis* são o mobiliário, as pinturas, as esculturas, os objetos artísticos e utilitários, os artefatos, em geral. A esta relação devem-se acrescentar os documentos de origem diversa, os livros, o material cartográfico, iconográfico, arqueológico etc.

Os *bens imóveis* são constituídos praticamente por *obras construídas* (obras de arquitetura, isoladas ou em conjuntos urbanos e cidades) e os sítios arqueológicos. Também participam desta categoria as *obras integradas*, isto é, pinturas, esculturas, mobiliário, enfim, todas aquelas aplicadas nos edifícios, irremovíveis, sob pena de descaracterização espacial ou estética do bem cultural construído.

• Fluidez de certos conceitos de materialidade e imaterialidade

As ruínas arquitetônicas, bem como os sítios arqueológicos, constituem bens imóveis, embora os achados arqueológicos possam constituir objetos arroláveis entre os bens materiais móveis. As epigrafias líticas constituem caso particular, visto poderem integrar ambos os grupos.

Os "lugares", *lato sensu*, até por decorrência de certa ambigüidade, podem ser considerados simultaneamente bens materiais e imateriais. Convém todavia fazer distinção entre os "saberes" e os objetos produzidos pelos "saberes". S*aber fazer* uma peça de renda de bilros é atividade que se inscreve entre os *bens culturais imateriais*, enquanto a peça de renda produzida participa do acervo dos *bens materiais móveis*.

No momento, vem prosperando o reconhecimento das chamadas *paisagens culturais*, matéria ainda não perfeitamente definida, pelo menos no Brasil.

2 Patrimônio construído

No amplíssimo elenco de bens culturais brasileiros, por várias razões, quer no entendimento popular, quer também em setores ilustrados, somente se compreende, como patrimônio cultural do País, o patrimônio construído. Conquanto esta acepção, pelo menos em parte, proceda do desconhecimento das demais modalidades de patrimônio cultural, na realidade, também decorre do alto poder simbólico das obras de arquitetura, poder ao qual se somam os vínculos afetivos das populações que com elas convivem, porque as encontram nos espaços públicos, postas à vista de todos, permanente e gratuitamente. Diante de tal quadro, o envolvimento intelectual ou sentimental, estimulado por contatos sensoriais e reforçado pela memória pessoal ou coletiva, desencadeia preocupações e provoca reações ante a perspectiva de destruição das obras arquitetônicas.

Os meios técnicos de preservação do patrimônio construído vêm despertando, por sua vez, atenção cada vez mais evidente, de sorte que os cursos de graduação em arquitetura hoje ministram disciplinas curriculares específicas, dedicadas a estudos propedêuticos de preservação, conservação, prospecção e restauração de obras arquitetônicas de interesse cultural (os estudos avançados somente se realizam em cursos de pós-graduação).

2.1 Destruição das obras arquitetônicas

Pode-se afirmar que a destruição, natural ou provocada, das obras arquitetônicas, em última instância, decorre da sua própria materialidade. Na busca de enfrentar a intempérie, de adiar um fim inexorável, desde a mais remota antiguidade patenteou-se o propósito do emprego de materiais e técnicas de construção que pudessem encarar os percalços do tempo. Ainda assim, ao contrário do que se pode presumir e como se pode demonstrar, o desaparecimento das obras de arquitetura mais se deve à intervenção humana do que à ação dos fenômenos naturais.

Marcos Vitrúvio Pólion, arquiteto romano contemporâneo de Cristo, entre várias considerações expostas em seu famoso tratado *Os dez livros de arquitetura* (Architectura Libri Decem), assinalava que uma obra de arquitetura possui, como características fundamentais, três condicionantes: a *Firmĭtas* - a estabilidade física, a *Utilĭtas* - a utilidade (social) e a *Venustas*, a beleza. (1787: cap. III**,** p. 14).

A observação de ocorrências verificadas no passado faz perceber que a *utilĭtas*, isto é, o uso, constituiu o fator preponderante na preservação das obras antigas, e não apenas a *firmĭtas*, como talvez se suponha à primeira vista. Inumerável lista de exemplos pode ser inventariada como comprovação dos fatos. O desaparecimento das obras de arquitetura também pode decorrer de mudanças no gosto, quer dizer, da modificação dos conceitos de *venustas*, de beleza.

A opinião de Vitrúvio sobrevive meio abalada nestes tempos ditos pós-modernos, quando as edificações têm obsolescência programada, integram os círculos de avidez de consumo e procedem da opção pelo mau gosto premeditado. De qualquer modo, os conceitos vitruvianos ainda prevalecem, e até se revigoram, quando as análises se apóiam em perquirições racionais.

2.2 Destruição de bens arquitetônicos pela perda da *utilĭtas*

Conquanto a qualidade material, a *firmĭtas*, prometesse permanência física às obras de arquitetura, quase todas conheceram destruição em decorrência da perda da *utilĭtas*. Como exemplo, basta referir a portentosa Roma imperial, cidade que, por volta do terceiro século d.C., contava com um milhão e duzentos mil habitantes, cifra fantástica, numa época quando não havia transportes motorizados nem telecomunicações. Nos primeiros séculos do 2º. milênio da era cristã, Roma não possuiria, entretanto, 40 mil moradores, embora boa parte do acervo arquitetônico antigo ainda se mantivesse de pé, apesar de arruinado. Após os papas retornarem de Avinhão, em torno do último quartel do século XV, a cidade, então praticamente reconstruída, expandiu-se de modo rápido. Na época, as velhas edificações, abandonadas e sem uso, transformaram-se em verdadeiros depósitos de materiais de construção, nos quais a população romana, em crescimento, buscava abastecimento para a remontagem da cidade.

Na Europa, obras antigas conheceram preservação por meio de *adaptação a usos novos*, apesar de comprometidas com descaracterizações. Muralhas de inúmeras cidades não foram desmontadas no século XIX porque a população delas se havia apropriado, transformando-as em morada ou comércio (em Portugal, lembrem-se os exemplos das cidades do Porto e de Guimarães).

Outras obras, perdidas as funções primitivas, foram salvas por meio de intervenções eruditas, entretanto, sem qualquer preocupação de manter as marcas originais. Em Roma, cite-se como exemplo o tratamento dispensado às partes remanescentes das termas de Deocleciano, obra grandiosa do século IV d.C. Em 1561, por ordem do papa Pio IV, os restos da edificação foram convertidos por Michelangelo, já muito idoso, na igreja de Santa Maria dos Anjos. Trecho do antigo *frigidarium* das termas tornou-se a capela-mor da igreja, o *tepidarium* transformou-se em nave, sob forma de transepto, e o antigo *laconicum* passou a funcionar como o vestíbulo do templo. O edifício, seguidamente alterado em dias posteriores, foi reordenado por Luigi Vanvitelli nos anos centrais dos setecentos, tal como hoje se apresenta. Em fins do século XIX, a edificação ganhou novos usos, pois, desde então, o conjunto recomposto abriga o Museu Nacional Romano. Os antigos jardins e espaços externos das termas tornaram-se jardins e áreas públicas da cidade de Roma, entre as quais avulta a ampla Piazza della Repubblica, outrora, a êxedra (das termas).

2.3 Destruição de bens arquitetônicos pela variação dos conceitos de *venustas*

As destruições sempre se verificaram, não apenas pela perda de uso, mas também em função das *mudanças no gosto*, quer dizer, em decorrência das variações dos conceitos de *venustas*. As asserções ficam facilmente confirmadas com exemplos de substituição de obras antigas por realizações novas ou da montagem de conjuntos arquitetônicos, formados por obras agregadas ao longo do tempo, com variadas mutações estéticas.

Exemplo canônico envolve o desaparecimento da primitiva Basílica de São Pedro, erguida no quarto século, em plano basilical,[8] por Constantino[9]. No começo do século XVI, o papa Júlio II decidiu erguer um suntuoso túmulo para si, idéia a qual, reconsiderada, resultou na demolição da vasta igreja antiga, construindo-se, em seu lugar, obra nova, edificação, na verdade, não muito maior do que a anterior. No concurso de projetos realizado por Júlio II, venceu o plano oferecido por Donato Bramante, em cruz grega, posteriormente ampliado e modificado consoante intervenções sucessivas, que resultaram na edificação gigantesca, sede da cristandade. Os trabalhos de construção da igreja, patrocinados por vários papas e postos a cargo de grandes arquitetos de seguidas gerações (Michelangelo, Giacomo della Porta, Carlo Maderno, Domenico Fontana, Lorenzo Bernini) consumiram 120 anos. Os fatos explicam porque a Basílica de São Pedro agrega trechos elaborados consoante o gosto das épocas respectivas, com partes criadas sob o rigor do classicismo renascentista, outras concebidas de acordo com o intelectualismo maneirista e, mais outras, marcadas pela força dinâmica do barroco.

Exemplos como o de São Pedro ou melhor, do Vaticano, formam um todo, objeto unificado de preservação. Na verdade, além da igreja, o conjunto compõe-se de um grupo de edificações de significativo valor, como a Sacristia, a Scala Regia, a Capela Sistina, a Villa Pia, o Palácio e os Jardins Pontifícios, as *Stanze*, os pátios do Belvedere e da Pinha (museus), enfim, um notável complexo arquitetônico, enriquecido com obras magníficas de pintura e de escultura integradas.

---

[8] Plano basilical subentende aquele semelhante ao das antigas basílicas romanas, edificações destinadas às atividades judiciais. Quando o cristianismo foi reconhecido oficialmente, as primeiras igrejas construídas se apropriaram da organização espacial das basílicas, quase sempre compostas por um amplo salão, dividido por duas filas paralelas de colunas, com o que se formavam uma nave central, bastante larga, e duas alas laterais, mais estreitas. A mesa do juiz transformou-se em altar e as tribunas dos advogados tornaram-se os púlpitos. A título de ilustração, registre-se que a maior parte das igrejas cearenses do século XIX, e ainda no século XX, recorreu a soluções de plano basilical. Basílica, vale lembrar, vem de *basileys/éos*, que em grego significa rei.

[9] O plano da igreja de Constantino foi repetido em igrejas romanas construídas pouco depois. A igreja de São Paulo Fora dos Muros, de fins do século IV, por suas dimensões e por se ter mantido com relativa integridade espacial, talvez seja aquela cujos interiores melhor reproduzem a igreja demolida. Restos dos alicerces e partes inferiores da antiga edificação ainda podem, aliás, ser vistos na cripta da atual igreja de São Pedro.

O mesmo se pode dizer do conjunto monumental de Versalhes, hoje visitado por milhões de turistas, cujas origens remontam a um pequeno pavilhão de caça adquirido e logo adaptado com acréscimos pelo rei Luís XIII. Seu filho, Luís XIV, decidiu transformar o pavilhão em palácio, parcialmente habitável três anos depois do início das grandes obras em 1661. Na época, a gleba pouco atraente foi submetida a uma total reformulação ambiental, alcançada por meio de aterros, desmontes, drenagens, implantação de amplíssimos jardins ornamentados com estatuária profusa e valiosa, jatos d'água e imensos parques cortados por canais. Os trabalhos, continuados pelo próprio rei em seu longo reinado, e por seus sucessores, prosseguiram com intervenções em curso durante ainda meados do século XIX, na época de Napoleão III. O atual conjunto resulta, assim, de construções, demolições, reconstruções, acréscimos, recobrimentos de partes construídas, enfim, de obras em andamento por três séculos, cada parte elaborada conforme o gosto vigente nas respectivas épocas.

Claras mutações nos conceitos de *venustas* também se verificaram no mundo lusitano, na reconstrução da cidade de Lisboa, em boa parte destruída por um terremoto em 1755. Na ocasião, os projetistas apresentaram ao Marquês de Pombal cinco "dissertações" para recuperação do desastre. Uma aconselhava a mudança do sítio urbano, enquanto outras tentavam restabelecer o antigo traçado espontâneo. Outra mais propunha uma malha ortogonal, o que facilitava o emprego de edificações resolvidas conforme determinados padrões construtivos (as "gaiolas"), técnica e esteticamente novos, morfologicamente despojados, de rápida execução e preparados para resistir aos sismos. As concepções urbanísticas e arquitetônicas desta última "dissertação", aliás, logo aceitas por Pombal, correspondiam aos anseios de um racionalismo de procedência iluminista, então em voga. A opção eleita, riscada em retícula, seria minimamente reproduzida por Antônio José da Silva Paulet na pequena vila da Fortaleza da Assunção, meio século depois.

Os exemplos assinalados, do Vaticano e de Versalhes, indicam, pois, haver prevalecido o conceito da noção de *conjunto arquitetônico*, tanto composto por edificações diversificadas como por obras erguidas com diferentes opções estéticas ao longo de períodos prolongados. Por tais razões, grandes obras de arquitetura se constituíram por via de *acréscimos*, convertendo-se em *conjuntos de unidades integradas*,

como a igreja de São Pedro ou o palácio de Versalhes[10], ambas ora mencionadas porque figuram como obras de expressão universal.

O desconhecimento de conceitos e de fatos como estes, correntes na História da Arquitetura, norteou a quase total demolição do Palácio da Luz, em Fortaleza, verificada em 1962. A destruição dos *acréscimos integrados* à edificação original (pátios, instalações de morada, corpo da guarda, antigas cavalariças etc) consumou equívoco injustificável, uma vez que os mentores dos trabalhos estavam empenhados apenas em manter o que lhes parecia corresponder à primitiva morada dos governadores.[11]

Em 1936, por decorrência do desejo de atualizações estéticas, o Teatro José de Alencar por pouco não foi radicalmente despojado das suas referências características de arquitetura eclética e de suas citações *art nouveau*. Havia manifesta intenção oficial de vesti-lo com roupagem nova, desenhada segundo o figurino *art déco*, a qual recobriria totalmente a edificação, inclusive a magnífica fachada interna em estrutura metálica!... A proverbial falta de verbas felizmente favoreceu a preservação do teatro.

2.4 A destruição por motivos ideológicos

Como foi visto, o desaparecimento de obras de arquitetura antiga decorreu do próprio natural desgaste das edificações, mas também se verificou por mudança do gosto e, principalmente, por perda do uso.

Durante a Revolução Francesa, a devastação arquitetônica efetuou-se todavia consoante novos propósitos, visto que inúmeros bens culturais materiais, em particular, igrejas, palácios, mobiliário, livros e

[10] Apenas em termos de acervo francês, como exemplos semelhantes, de agregações e demolições de partes, citem-se obras por demais conhecidas, como o Louvre, o palácio de Fontainebleau e os castelos de Blois e Chenonceau.

[11] A proposta lembraria algo como destruir o conjunto de Versalhes, a fim de restabelecer o pequeno pavilhão de caça adquirido por Luís XIII. Assim, remanescentes da primitiva morada dos governadores da Capitania, casa de aparência chã, dos inícios do século XIX, já muito alterada e transformada em ala de despachos do Palácio da Luz, foram recompostos na ocasião sem coerência arquitetônica. Examinados os fatos na distância dos anos, o autor compreende o engano lamentável mas já não recrimina, como outrora, a decisão tomada na época por dois altos administradores estaduais, cultos e respeitados, figuras de sua admiração e de cuja intimidade intelectual, é pena, somente veio a privar posteriormente.

arquivos foram destruídos por exacerbação política de procedência ideológica. Os revolucionários escolhiam, como alvo, propriedades pertencentes à aristocracia e às altas esferas da Igreja, entidades tidas como símbolos dos poderes contestados. Tratava-se de atitude irracional, pois aqueles bens haviam passado a integrar o patrimônio material e cultural do povo francês, de modo tal que, uma vez assim considerados, não havia qualquer justificativa para destruí-los.[12]

3 Novas idéias sobre preservação

O interesse pela preservação de bens culturais, embora envolvido com novos objetivos, já se vinha manifestando na ação dos antiquários, desde meados do século XVIII, ou até antes.

3.1 Os antiquários

Antiquários era a denominação conferida a colecionadores de obras de arte, os quais procuravam selecioná-las, analisando-as, entretanto, segundo novos critérios históricos e estéticos. Conquanto não se voltassem propriamente para obras de arquitetura, certos métodos específicos, que empregavam, servirão de apoio aos trabalhos de preservação postos em prática nos inícios do século XIX. Na ocasião, paralelamente à atividade dos antiquários, passam a ganhar força os conceitos de História da Arte, que começavam a defini-la como disciplina nova, independente dos estudos de História Geral, com metodologia e epistemologia próprias, oferecendo novos caminhos para exame das obras de arte.

[12] De certo modo, semelhantemente, devem-se incluir problemas que conduziram à desfiguração de bens artísticos por rejeição religiosa. Assim, vale registrar a destruição de obras de arte greco-romanas e cristãs ocorrida quando da difusão inicial do islamismo, aliás, repetida séculos depois, por ocasião das arremetidas dos turcos seljúcidas convertidos. Acrescentem-se a ação dos iconoclastas, na Europa Oriental, e da reforma protestante, em muitas partes da Europa Ocidental. No século XVIII e no século XIX, a expropriação de bens religiosos redundou em ampla devastação, particularmente no Império Austríaco e numa Alemanha ainda não unificada.

3.2 Bens arquitetônicos e "monumentos históricos"

A destruição de bens culturais materiais por motivos ideológicos teve forte impacto em muitos espíritos sensíveis, porque manifesta exatamente num instante em que as obras de arte começavam a ganhar novos significados. No contexto confuso da Revolução Francesa surgiram, pois, as primeiras manifestações a favor da preservação sistemática e oficial de bens culturais materiais, designadamente das obras de arquitetura. As considerações imbricavam-se no conceito de *monumento histórico*, divulgado na França em fins dos setecentos.[13]

As tentativas de salvaguarda dos monumentos históricos franceses em meio à tormentosa situação revolucionária receberam atenção de uns poucos interessados. Françoise Choay oferece valiosa contribuição ao analisar a matéria, quando destaca o nome de Félix Vicq d'Azyr (1746-1794), "um dos criadores da anatomia comparada", sucessor de Buffon na Academia Francesa, médico e anatomista que procurou transferir "para o domínio dos monumentos históricos a terminologia bem como os métodos descritivos e taxionômicos, que o haviam tornado célebre em sua disciplina. Igualmente pôs a serviço da proteção do patrimônio nacional seu saber pedagógico e a experiência de quadriculação territorial [tipo de mapeamento] da França, desenvolvida nas suas pesquisas sobre episootias" (1992: 90). Também cita o abade Henry Gregoire (1750-1831), por suas vigorosas denúncias na Convenção e por postular com veemência, em seus *Rapports,* a preservação dos monumentos históricos, cuja responsabilidade cabia ao poder público, monumentos ameaçados por efeito do "vandalismo", palavra por ele criada

[13] A propósito da palavra *monumento*, Faria esclarece-lhe a etimologia latina: "*Monumentum*, -i - subs. n. (Cic., Del. 40). O que faz lembrar alguma coisa, lembrança, recordação; daí – túmulo, estátua, inscrição, lápide, templo, monumento especialmente para lembrar um morto. / Vem de *Moneo, monere* – fazer pensar, lembrar. Posteriormente, chamar a atenção, advertir." (Op. cit., 207). Na acepção popular e também em alguns setores eruditos, são consideradas monumentos apenas as estátuas das praças públicas, enquanto o adjetivo *monumental* significa algo enorme. Incontestavelmente, as estátuas são monumentos, porque erguidas para lembrar as figuras que representam. Inúmeras outras criações humanas, todavia, também constituem monumentos, visto haverem sido realizadas com o mesmo objetivo de memorar fatos e pessoas.

para definir a destruição indiscriminada em curso. (1992: 76). Françoise Choay refere ainda que "o inventor do termo monumento histórico parece haver sido o antiquário naturalista Aubin Louis Millin, empregado em sua obra *Antiquités Nationales ou Recueil de Monuments*, apresentada à Assembléia Nacional Francesa em 11 de dezembro de 1790". (1992: 77).[14]

Na realidade, o conceito de monumento histórico, criado na ocasião, designava obras de arquitetura medieval, consideradas como testemunhos da própria formação da França, provas documentais incontestáveis, comprovantes físicos da História. Constituíam lembrança, memória materializada de um passado secular glorioso, alicerce das concepções nacionalistas defendidas pela burguesia vitoriosa. Explica-se, deste modo, a escolha inicial de determinadas realizações do período final da Idade Média, isto é, antigas muralhas urbanas e igrejas medievais, como as primeiras obras escolhidas para receberem os benefícios da preservação oficial.

3.3 A França: o Estado e a preservação do acervo construído

Na segunda metade do século XVIII, como foi mencionado, já se fizera sentir a ação dos *antiquários*, colecionadores atraídos pela preservação de obras de arte antiga, inventariando-as, classificando-as, identificando-as por suas características materiais. Napoleão Bonaparte interessou-se por arte, criando o Museu do Louvre, destinado a abrigar obras de pintura e esculturas de valia artística, agora expostas à visitação pública.[15]

Após a destituição do Imperador, em 1815, as tentativas de reorganização do Estado francês impuseram novas e conseqüentes formula-

[14] Ver, em *L'Allégorie du Patrimoine*, o capítulo III – La Révolution Française (CHOAY, 1992: 76-95). Millin, textualmente, alude ações "en détruisant les produits du génie et des monuments historiques qu'il serait intéressant de conserver" (1992: 77).

[15] Até então, rara e excepcionalmente, as coleções eram exibidas ao público. Os acervos de obras de arte pertenciam à realeza, à aristocracia, à Igreja e a seus altos dignatários, a par de alguns bens de propriedade burguesa. Quando da Revolução Francesa, boa parte dos bens culturais ficou abandonada por nobres e burgueses ricos, os "emigrados", que fugiram do país na ocasião, dirigindo-se preferencialmente para a Inglaterra.

ções políticas, embora muitos aspectos das reformas administrativas napoleônicas fossem mantidos. Nesse período de transição ocorreram, pois, os primeiros passos em busca da valorização dos "monumentos históricos", com ênfase nas obras tidas como documentos representativos, velhos testemunhos imbricados na história da formação da França.

As primeiras medidas objetivas tomadas oficialmente em benefício da preservação do patrimônio construído ocorreram, portanto, na França, todavia, já no segundo quartel do século XIX. Em 1830, foi criada por François Guizot (1787-1874), então ministro do Interior, a *Comissão dos Monumentos*, empenhada em recuperá-los por meio da ação dos *inspetores dos monumentos históricos*.[16]

De modo geral, as edificações selecionadas pela Comissão se encontravam em precário estado de conservação, modificadas por via de acréscimos e subtrações, o que suscitou discussões teóricas relativas à percepção e ao entendimento das questões concernentes à preservação de bens construídos, aos poucos orientadas por critérios oferecidos pelos estudos de História da Arquitetura e de Arqueologia. Por outro lado, os desejos de estabelecer, ou não, a integridade original dos monumentos históricos alterados, quer dizer, tentativas de recuperação de "documentos rasurados", abriram, desde então, os debates sobre a problemática da restauração arquitetônica.[17]

---

[16] Os serviços da Comissão dos Monumentos foram dirigidos inicialmente por Ludovic Vitet (1802-1873), político e teatrólogo, substituído por Prosper Mérimée (1803-1870), também interessado em teatro, historiador, arqueólogo, tradutor e autor da novela *Carmen* (1845), tragédia romântica, cuja ação transcorre em ambiente exótico, na Andaluzia. Em 1875, *Carmen* foi transformada no libreto de famosa ópera homônima, composta por Georges Bizet (1838-1875).

[17] Ações e trabalhos mais significativos, pertinentes à preservação de bens culturais no século XIX, são franceses. À parte o espírito britânico, cauteloso em matéria de intervenção do Estado, a Itália e Alemanha tiveram participação tardia nos debates, visto que apenas se unificaram territorialmente na segunda metade do século XIX. Esse fato histórico retardou o exame amplo dos problemas e o preparo de legislação pertinente, de abrangência nacional. Na Alemanha, o interesse pela preservação ocorreu bem cedo, todavia, com manifestações de caráter regional. A proteção dos monumentos em amplitude nacional somente se verificou em 1919, quando da aprovação da constituição de Weimar, aliás, mudada após a guerra de 1939-1945, quando foi concedida aos Länder larga autonomia cultural. A *Carta del Restauro* da Itália data de 1972.

3.4 A organização de serviços técnicos franceses de recuperação

Os arquitetos convocados para os trabalhos de restauração defrontaram-se com tarefas novas, que exigiam o estabelecimento de critérios de intervenção em obras antigas, muitas delas em total ruína. Assim, travaram-se discussões e foram oferecidas proposições, por vezes conflitantes, concernentes à recuperação e à restauração dos edifícios antigos, matéria até hoje pomo de discórdia.

3.5 Restauradores e antagonistas

No campo das atividades daqueles empenhados em trabalhos de restauração ou dos que se opunham a tais intentos, distinguiram-se autores de propostas expressivas, ora aceitas ora rejeitadas mas, de qualquer modo, mantidas em debate durante o século XIX e também no século XX. Pela importância de suas contribuições, citam-se três figuras de renome, sobre as quais se tecem ligeiros comentários:

- **Viollet-le-Duc**

Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) – francês. Arquiteto, para quem a restauração constituía uma recriação do monumento, interpretada por conhecimentos técnicos específicos e pelas concepções estéticas do restaurador. Iniciou suas atividades em 1836, nas obras de restauração da Sainte Chapelle, em Paris, como auxiliar de arquitetos de prestígio à época, entre os quais Jean Baptiste-Antoine Lassus (1807-1857), com quem dividiria futuras tarefas.

O interesse em trabalhos de restauração, realizados em meados do século XIX, nos chamados monumentos históricos franceses, isto é, em obras de arquitetura medieval, colidiam com o ensino ministrado na École de Beaux Arts e na École Polytechnique, instituições estas, cada qual a seu modo, fortemente impregnadas de valores da estética neoclássica em voga. Assim, na época, as igrejas, então genericamente denominadas "góticas", afiguravam-se confusos amontoados de pedras, cujos construtores ou ignoravam ou não obedeciam às regras das proporções greco-romanas. Constituíam absurdos arquitetônicos, repudiados, e cujo estudo era interditado nos cursos oficiais de ensino de arquitetura.

Teorizador culto e homem do canteiro de obras, Viollet-le-Duc inscreve-se entre aqueles que resgataram, não apenas o sentido estético, mas, principalmente, os valores construtivos das catedrais góticas, exaltadas como exercício superior de soluções de problemas estáticos, nas quais, cada componente, de audaciosa esbeltez, desempenhava claramente suas respectivas funções no sistema de equilíbrio estrutural do conjunto. Por tais e tantas razões, Viollet-le-Duc figura como um dos predecessores do racionalismo arquitetônico, apanágio característico da arquitetura internacional de grande parte do século XX.

Violet-le-Duc restaurou vários castelos e igrejas medievais, como a igreja de Saint Sernin, em Toulouse, o conjunto fortificado de Carcassone, a catedral de Notre Dame em Paris e também o castelo d'Eu, na Normandia, propriedade de família integrante da casa imperial brasileira. Escreveu vigorosa obra conceitual, em que avultam o *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française*, o *Dictionnaire Raisonné du Mobilier Français*, os *Entretiens sur l'Architecture* e a *Histoire de la habitation humaine.*

Viollet-le-Duc "concebia um sistema ideal de correspondência entre forma, estrutura e função, formando um sistema lógico, perfeito e fechado em si". (KÜHL, B. M., 2000: 17). Por tal razão, procurava "corrigir os erros" dos projetos antigos, amparado nos seus seguros conhecimentos das técnicas de construção medievais. Em tal instância, permitia-se, *sponte sua*, "concluir" catedrais, cujas obras haviam sido interrompidas, amparando-se, como referência, nos sumários desenhos distribuídos pelo *magister operis* aos seus colaboradores.[18]

Essa atitude, aceita por numerosos seguidores, recebeu duras críticas, de sorte que o pensamento de Viollet-le- Duc, no qual a invenção desempenhava papel evidente, conheceu posterior revisão no campo da restauração arquitetônica. Admitida ou recusada, a atuação do arquiteto permanece, sem dúvida, por sua inquestionável contribuição às teorias e ao debate da matéria, com significativa repercussão no século XIX.[19]

---

[18] Em vários países europeus, inúmeras catedrais góticas foram "concluídas" na segunda metade do século XIX, de modo tal que, ao vê-las, dificilmente se consegue distinguir o novo do antigo.

[19] O trecho inicial do longo verbete *Restauração* (20 páginas!), inserido por Viollet-le-Duc em seu *Dictionaire Raisonné de l'Architecture Française*, ora traduzido, explica o entendimento dos conceitos defendidos pelo arquiteto: *RESTAURAÇÃO, s. f. A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é recuperá-lo, repará-lo ou refazê-lo, mas o restabelecê-lo em um estado completo que pode nunca ter existido em um dado momento*. (1858, v. 8: 14-34).

• John Ruskin

John Ruskin (1819-1900) – inglês. Pintor, teórico, conferencista, seguro crítico de arte, verberava o fim do artesanato de vertente artística, gradativamente substituído pela produção industrial massificada. Entendia a arquitetura de modo abrangente, valorizando as criações vernáculas e populares, o que o coloca como antecessor dos projetos de preservação de conjuntos urbanos. Romântico, defendia o culto do pitoresco, a "piedade" pelas ruínas. Não aceitava a restauração, tida na conta de destruição. Seu pensamento influenciou o ambiente artístico britânico de fins do século XIX, exposto e aceito nas associações a que pertencia**,** em particular, o grupo *Arts and Crafts*, liderado por William Morris.

Entre os escritos de Ruskin, destacam-se os livros *Stones of Venice* e *Seven Lamps of Architecture*. *As* "sete lâmpadas" são o sacrifício, a verdade, o poder, a beleza, a vida, a memória e a obediência. Na *Lâmpada da Memória*, Ruskin expõe seus pontos de vista sobre preservação, verberando a restauração de edifícios, vista como irrealizável pela técnica e interditada pela ética. Acreditava que as obras de arquitetura deviam seguir a rota natural das criações humanas, arruinadas gradativamente, até a extinção. Para melhor se apreciar o pensamento de Ruskin, apresentam-se alguns trechos de suas considerações:

> *AFORISMA. 31. Restauração, assim dita, é a pior maneira de destruição.*
>
> *XVIII. [...] Nem o público nem aqueles que são responsáveis pelos monumentos entendem o verdadeiro significado da palavra* restauração*. Ela denota a mais completa destruição que um edifício pode sofrer; destruição da qual nenhum vestígio pode ser recolhido; destruição acompanhada de falsas descrições da coisa destruída. Não nos iludamos neste assunto importante. Do mesmo modo como é impossível fazer um morto levantar-se, também é impossível restaurar-se algo que foi grande e belo em arquitetura [...].*
>
> *Insisto em que (...) não há como reconvocar a marca do talento pessoal* [spirit]*, imposta a uma obra pela mão e pelo olho de um artesão. Pode até novamente ser solicitada, mas surgirá então um novo edifício. A marca do talento de um artesão morto não pode ser invocada para dirigir outras mãos e outros pensamentos.* (RUSKIN, 1925: p, 353).

> *XIX. Não falemos pois em restauração, que é uma mentira, do começo ao fim.* (ID.IB.: 355).
>
> *XX. Se é, ou não, conveniente preservar os edifícios, trata-se de verdade que não devo deixar de demonstrar.* Não temos o direito de tocar neles. *Pertencem ao passado, tanto aos que os construíram e, parcialmente, como às gerações que nos seguirão. Os mortos têm direitos sobre os seus edifícios [...] Desfrutamos a liberdade de destruir apenas aquilo que construímos.* (ID.IB.:358). (Tradução do autor).

Em suas considerações, na verdade, Ruskin fala em *spirit*, ora traduzido livremente como *marca do talento pessoal*. Com efeito, no texto, o substantivo *spirit* (empregado mais de uma vez) assume sentido que lembra proposições formuladas segundo a doutrina espírita.

Os conceitos radicais de Ruskin assumem validade particularmente quando se observam cenas urbanas brasileiras, hoje "restauradas". A alusão recai em obras realizadas mais por interesse político, as quais, a seu modo, tentam forçar o curso natural da História. Atendem a objetivos disfarçados em programas de assepsia social, envolvendo áreas postas à disposição de turistas, ávidos de consumo do novo, fantasiado de antigo.[20]

• Camilo Boito

Camilo Boito (1836-1914) – arquiteto italiano. Professor, restaurador, crítico de arte, tornou-se conhecido pelos conceitos desenvolvidos em seus escritos, principalmente em uma conferência realizada em 1884, em que defendia fosse mantida a distinção entre o novo e o antigo nos trabalhos de restauração. Esse modo de compreensão do problema, de certo modo intermediário entre as posições extremadas de Viollet-le-

[20] As atuais áreas "restauradas" com efeitos evidentes de cenografia urbana reproduzem-se em diferentes cidades brasileiras de modo cansativamente idêntico. Nada têm a ver com aquela aparência pobre, decaída socialmente, mas arquitetonicamente autêntica e humana, que o autor conheceu há décadas. Pouco importa que então revelassem, na vida social, aspecto por certo bem diferente dos dias faustosos dos anos centrais do século XIX, quando foram montadas e ocupadas por grupos conspícuos das classes dirigentes locais. Estas reflexões remetem principalmente ao Pelourinho, na Bahia, e à Praia Grande, em São Luis do Maranhão. O Sítio do Físico, nesta última cidade, mantido como ruína "ruskiniana" por quase dois séculos, mas hoje recuperado, também provocou as mesmas reflexões no autor.

Duc e Ruskin, serviu de base para o desenvolvimento dos conceitos de restauração desenvolvidos no século XX, em particular na Carta de Veneza (1964).

As proposições de Boito constituem matéria vasta e complexa. Consideram a continuidade da História, acatam as agregações integradas aos edifícios com o passar do tempo, aceitam as mudanças de uso e concordam com o emprego de técnicas antigas e de técnicas novas, bem como admitem recuperações executadas por via de pesquisas proporcionadas pela ciência moderna. Acolhem as transformações correntes no transcurso do tempo, uma vez que fiquem perceptíveis, desde que não haja embustes.[21]

***

A citação dos nomes de Viollet-le-Duc, Ruskin e Boito decorre da soma abrangente dos pontos de vista defendidos, já que contemplam a restauração entendida como recriação, a restauração elaborada cautelosamente com critérios específicos e a rejeição integral aos trabalhos de restauração. Cumpre, entretanto, esclarecer que a mesma matéria foi tratada consoante outros conceitos por diferentes autores, em boa parte, italianos, principalmente já no século XX. A brevidade desta notícia não enseja considerações mais prolongadas sobre valiosas contribuições ora omitidas.

3.6. Restauração e invenção

Na Europa oitocentista, o interesse pela arte medieval levou a distingui-la em dois períodos, ou melhor, em dois blocos formais, conhecidos por arte românica (i.e., contemporânea da formação das línguas românicas) e arte gótica, a fase posterior. O vocábulo *gótico* integrou-se à nomenclatura corrente nos estudos de História da Arte, embora tivesse origem pejorativa, difundida na Renascença para identificar obras construídas pelos godos, quer dizer, por povos bárbaros, estra-

[21] Camillo Boito procedia de meio familiar culto. Seu irmão, Arrigo Boito (1842-1918), poeta e libretista, foi consagrado compositor de óperas, das quais *Mefistófeles* é a mais solicitada.

nhos à estética greco-romana. Na verdade, havia duplo equívoco, tanto cronológico quanto pelo fato de que os godos não se distinguiram pela realização de obras arquitetônicas de vulto.

Um parêntese: o neogoticismo

A restauração e a "conclusão" de velhas catedrais no século XIX conduziram a uma admiração extremada pela arquitetura gótica, altamente considerada por criar formas e espaços ascencionais, gerando concepções que atendiam a interpretações místicas, provocadas pelo fervor religioso.[22] Assim, projetaram-se então obras novas que imitavam as antigas e, ante a impossibilidade de reprodução do passado, surgiram adaptações arquitetônicas, muitas vezes realizadas com materiais e processos construtivos contemporâneos, como o uso de estruturas metálicas. O apreço pela arquitetura gótica proporcionou, pois, a difusão do chamado neogoticismo, transcrição de formas e soluções antigas efetuadas conforme as circunstâncias, na verdade, repositório de elementos decorativos (vitrais, pináculos, arcos quebrados, platibandas respaldadas por merlões e ameias, arremates em flecha), empregados, não apenas em edificações religiosas, mas também em obras públicas e nas mais diversas realizações arquitetônicas comerciais, residenciais, universitárias e funerárias.

Conquanto a Idade Média tenha sido um período histórico unicamente europeu, o neogoticismo, *revival* artístico de uma época passada, encontrou franca aceitação nas Américas.

Nos Estados Unidos, firmou-se como movimento arquitetônico, por assim dizer, oficial das edificações universitárias de fins dos oitocentos.

---

[22] Riegl, escrevendo na entrada do século XX (1903), oferece explicações para a escolha: *Desde o surgimento do romantismo, quer dizer, desde que o culto do valor histórico entrou em sua última, maior e decisiva etapa, os estilos medievais ganharam destacada primazia na arte religiosa, especialmente o gótico, bem conhecido por seus inumeráveis monumentos. Cabe apenas duvidar qual a razão do fato: percebendo o distanciamento que se generalizou recentemente entre arte religiosa e arte profana, a arte religiosa tem buscado apoio nos estilos daquelas épocas nas quais não existia divisão entre arte profana e arte religiosa* (1999: p. 97).

No Brasil, o neogoticismo chegou em meados do século XIX, infiltrando-se nas cidades maiores. Manifestou-se inicialmente em obras de arquitetura funerária importada, quase sempre, edificações de pedra, remontadas nos locais de destino. Logo, porém, granjeou divulgação em ambientes urbanos conspícuos, nas mais das vezes em igrejas levantadas por ordens religiosas estrangeiras.

Na década de 1870, vale destacar, numa Fortaleza em evidente progresso material, já assomava a presença de elementos neogóticos nas fachadas de casas e edifícios comerciais, designadamente, vergas de arcos quebrados. No fim do século, ocorreria aceitação generalizada daqueles elementos, aliás, ampliada com o uso insistente de platibandas rasgadas em ameias. Ponto alto e prestigioso do período, a elegante igreja do Pequeno Grande (1897-1903), das Irmãs de Caridade, francesas, testemunha as relações da Cidade com o neogoticismo.[23]

Anos depois, na Cidade já na década de 1930, o neogoticismo ainda atraía adeptos, conforme o atestam a igreja do Cristo-Rei[24] e a nova Catedral. Na construção desta última, perpetuou-se equívoco lamentável, de que resultou a demolição da velha Sé, erguida entre 1823 e 1854, substituída por igreja de vulto bem maior, desproporcional ao espaço da praça circundante.[25]

---

[23] O emprego de materiais importados, a estrutura metálica belga, imagens, vitrais e ladrilhos franceses, bem como o pinho de Riga nos retábulos e no púlpito, tudo se congregou na igreja do Pequeno Grande, consumando, do ponto de vista formal, anseios estéticos atualizados, pelo menos se apreciados em termos europeus.

[24] A igreja do Cristo-Rei, erguida pela construtora baiana Norberto Odebrecht, segundo projeto de autor desconhecido, recorreria ao concreto armado e à alvenaria de tijolos, com paramentos rebocados. Sem possibilidade de êxito, tentava imitar, nos interiores, as soluções em pedra das igrejas góticas (pilares fasciculados, abóbadas de arestas). Como houvesse problemas quando da elevação da torre ou das torres, a pendência ficou resolvida com a ajuda local de José Barros Maia, o qual, segundo suas próprias declarações ao autor deste trabalho, desenhou a torre, construída na ocasião, transcrevendo-a da fotografia de uma igreja belga.

[25] O projeto da Catedral, concebido segundo uma versão neogótica fornecida por Joseph Monier, desenhista francês, à época radicado em Pernambuco, resumia-se a uma planta geral da igreja e a uma perspectiva. Estas indicações gráficas não foram compreendidas pelos construtores, o que resultou no abastardamento da proposta, a qual, por si, já se apresentava esteticamente anacrônica... Monier, eclético, aproveitou a visita à Cidade para elaborar o projeto do Palácio do Comércio, em versão *art déco*, empreendimento de instituição não governamental, erguido numa praça pública.

O *médiévisme* e as cidades

O interesse pelo *médiévisme* não se restringiu à arquitetura gótica e artes integradas, mas incitou o estudo da organização física das cidades medievais, cujo espaço fragmentado e aconchegante ganhou admiradores, em particular aqueles a quem desagradavam as amplas e extensas avenidas postas em moda por influência das intervenções de Haussmann em Paris. Pela difusão de seu pensamento, impõe-se nomear o arquiteto austríaco Camillo Sitte (1848-1903), preocupado com as transformações urbanísticas preconizadas para a cidade de Viena, em fins do século XIX, medidas contra as quais se insurgiu, oferecendo propostas específicas e conceitos gerais ainda hoje discutidos.

3.7 Transição para o século XX: Aloïs Riegl e os conceitos de monumento histórico

Nas mutações de conceitos verificadas nos anos finais do século XIX e nos dias de abertura do novo século, ganha realce a contribuição do austríaco Aloïs Riegl (1858-1905). Teórico, professor universitário, pesquisador, historiador da arte, filósofo, conservador do Museu de Artes Decorativas de Viena, foi autor de várias obras valiosas, entre as quais se destaca *Questões de Estilo* (Stilfragen), em que defende o princípio de "vontade artística" (Kunstwollen) como fonte de criação. Em sua obra escrita, aparecem com destaque *Arte industrial tardo-romana* e *O retrato holandês de grupo*, às quais se devem acrescentar valiosas contribuições publicadas postumamente.

Quando presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria, incumbida de preparar uma nova legislação sobre conservação, Riegl externou seu pensamento em um pequeno livro *O culto moderno aos monumentos. Caracteres e origem* (Der moderne Denkmalkultus. Sein Wesen und seine Entstehung), trabalho essencial ao debate sobre a preservação de monumentos arquitetônicos e de que se originaram muitos dos modos de conceituar os monumentos históricos, correntes no século XX, com rebatimento nas teorias e nos métodos de restauração. (1999: *pássim*.)

O pensamento abrangente de Aloïs Riegl não pode ser examinado com ênfase neste artigo. Para esclarecimentos mínimos, reproduzem-se

apenas os títulos dos capítulos do livro, seguidos de eventuais comentários. (1999: p. 9).

1. Os valores monumentais e sua evolução histórica
2. Os valores rememorativos em relação com o culto aos monumentos
   a. O valor de antiguidade
   b. O valor histórico
   c. O valor rememorativo intencionado
3. Os valores de contemporaneidade com relação ao culto dos monumentos
   a. O valor instrumental
   b. O valor artístico

   A. O valor de novidade
   B. Valor artístico relativo

Como se percebe, Riegl divide as suas teorias em dois grupos. Um grupo congrega os valores rememorativos e o outro, os valores de contemporaneidade. Discute o enunciado dos títulos, comentando os variados modos com que, ao seu ver, a matéria se apresenta. A transcrição de breves trechos dos comentários de Riegl oferece idéia sucinta do seu pensamento.[27]

Sobre o grupo dos valores rememorativos:

2a . *O* valor de antiguidade *de um monumento se descobre à primeira vista por sua aparência não moderna.* (1999: 49). (...) *O valor de antiguidade de um monumento reside, por conseguinte, na clara percepção das marcas do tempo.* (1999:50). [Deve-se] *impedir de modo categórico, do ponto de vista do valor de antiguidade, a intervenção arbitrária da mão humana no estado em que se encontre o monumento, pois este não deve sofrer adição, nem subtração nem restituição do que*

[27] "Aloïs Riegl (...) é o primeiro historiador a interpretar a conservação dos monumentos antigos por uma teoria de valores." (CHOAY, 2000: p. 91).

as forças naturais destruíram no correr do tempo, nem eliminação do que, pelas mesmas causas, se incorporou ao monumento, alterando assim sua forma original. (1999: 52-3).

2b. *O* valor histórico *de um monumento será tanto maior quanto menor seja a alteração sofrida em seu estado original* (...). *Para o valor histórico, as deformações e deteriorações parciais são um fator acessório, incômodo e desagradável. Isto é aplicável em igual medida, ao valor histórico artístico como a qualquer valor histórico cultural e, por certo, de modo especial, ao valor cronológico.* (...) *O trabalho do historiador* [da arquitetura] *é preencher de novo, com os meios auxiliares a seu alcance, os vazios que as influências da natureza produziram na forma original durante o transcurso do tempo.* (1999: 57).

2c. *O* valor rememorativo intencionado*, desde o princípio, isto é, desde que o monumento foi erigido, tem, de certo modo, o firme propósito de não permitir que esse momento se converta em passado, que se mantenha sempre presente e vivo na consciência da posteridade. Esta terceira categoria de valores rememorativos constitui, pois, um claro trânsito para os valores de contemporaneidade.* (1999: 67). (...) *O postulado fundamental dos monumentos intencionados é, pois, a restauração.*(1999: p. 68).

Sobre o grupo do valor de contemporaneidade, com relação ao culto dos monumentos:

3a. O valor instrumental [ocorre quando] *outras necessidades podem sobrepor-se à preservação, como o perigo de um desmoronamento, por exemplo, que leva a renunciar à preservação do monumento.* (1999: 74).

3b. O valor artístico *deve ser distinguido do elementar valor de novidade, enquanto o valor artístico relativo se baseia na coincidência do gosto artístico contemporâneo.* (1999: 71-2).

A. O valor de novidade *sempre tem sido o valor artístico das grandes massas, dos que possuem pouca ou nenhuma cultura. Boa parte da conservação no século XIX se realizou segundo a concepção tradicional de uma íntima fusão do valor de novidade com o valor histórico.* (1999: 80).

B. O valor artístico relativo [verifica-se] *quando aceitamos o lema de haver* uma arte para cada época. (1999: p. 92)[28] [e optamos pelas] *qualidades de concepção, forma e cor da vontade artística moderna.* (1999: 92-3).[29]

Frente ao valor de antiguidade, que valoriza o passado exclusivamente por si mesmo, o valor histórico já havia mostrado a tendência de tomar, do passado, um momento de sua história evolutiva e apresentá-lo ante nossa vista com tanta claridade como se pertencesse ao presente.(1999: p. 67).

Rápida observação da teoria de valores de Riegl faz perceber que o *valor de antiguidade* corresponde aos postulados de Ruskin.[30] O *valor histórico e de novidade* foram cultivados por Viollet-le-Duc, enquanto a Carta de Atenas, elaborada pelo 4º. CIAM, em 1933, defendia o *valor instrumental*. A opção pelo *valor artístico relativo* aparece nas modificações radicais ou atenuadas das cores, ocorridas em intervenções efetuadas em muitos interiores brasileiros de fins do século XIX.[31] O *valor*

[28] O conceito de que cada época tem sua arte, como o testemunha a História, responde pelas mutações formais ocorridas ao longo do tempo, favorecendo a justaposição de arquiteturas de idades e aparências diversas em muitos ambientes urbanos antigos. Esse fato vem incentivando os debates a favor da chamada *contextualização arquitetônica* ambiental, quer dizer, a inclusão de obras novas em áreas antigas, tombadas, desde que mantidas certas medidas de integração, como as alturas, os volumes, os ritmos, o emprego de elementos de realce assemelhados, embora contemporâneos. O que se teme, pelo menos no Brasil, é a burla às normas, para atendimento aos reclamos da especulação imobiliária.

[29] O programa dito do *Corredor Cultural*, adotado no Rio de Janeiro, admite a realidade física de arquiteturas justapostas, mas não propriamente contextualizadas. Como se reconhecesse que, uma vez perdidos os anéis, se salvem os dedos, esquece a presença impositiva e intercalada de obras novas, os arranha-céus, em procura de preservar pequenos conjuntos arquitetônicos contíguos, formados por construções de fins do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

[30] *A conservação eterna não é possível em absoluto, pois as forças naturais são, em última instância, mais poderosas que o engenho humano e, o próprio homem, enfrentando a natureza como indivíduo, é aniquilado por ela.* (RIEGL, 2004: 64). *Os partidários mais radicais do valor de antiguidade hoje* [1903] *ainda pertencem fundamentalmente às classes cultivadas* (ID., 2004: 59).

[31] Em termos fortalezenses, a última intervenção efetuada no Teatro José de Alencar, em alguns pontos, pautou-se nos critérios de valor artístico relativo. A alteração de cores e formas originais de esquadrias, e até de espaços, foi executada por decisão dos responsáveis pelos trabalhos. Os vitrais da fachada interna, todos novos, também ficaram recompostos

artístico se manifesta, até certo ponto, no uso de soluções cromáticas de exteriores, pintados a bel-prazer dos encarregados dos trabalhos de recuperação, segundo este ou daquele critério estético.[32] O *valor de novidade* aparece nas "restaurações" das fachadas de conjuntos urbanos, cuja pintura foi patrocinada por empresas que as transformam em mostruários de produtos à venda.[33]

4 A preservação no século XX

O interesse pela preservação de bens materiais, na realidade, adquiriu dimensão vasta e manifesto empenho no século XX, após as duas grandes guerras, em especial depois da última. Debates e valorização do tema amiudaram-se após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), ou melhor, de sua extensão cultural, a UNESCO (sigla inglesa referente à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), patrocinadora da realização de inúmeros congressos internacionais. Das discussões, resultaram seguidas *Cartas* e *Recomendações* específicas, efetivadas em encontros marcados pela atenção dispensada ao aprofundamento dos estudos dos problemas, reexaminados em cada nova reunião. Diferentemente, pois, dos anos oitocentos,

---

segundo critérios pessoais. Muitas peças primitivas estavam quebradas, outras desaparecidas, mas, por meio de velhas fotografias, havia condição de manter, pelo menos parcialmente, o "leque" de vitrais antigos e de repor as peças perdidas nas cores originais. Nos trabalhos, houve ainda inserções de valor instrumental ou, melhor, de posicionamento pragmático, no caso do emprego de instalações de ar-condicionado, necessárias, mas que deturparam a proposta original de um *teatro de jardim*, caracterizado por varandas, janelas e portas, simultaneamente abertas para o exterior e para o interior.

[32] Tem sido este o caso das pinturas externas de conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN, cujas cores (e até formas arquitetônicas) foram escolhidas pelos restauradores consoante deliberação pessoal. Esse modo de entendimento do problema procura atender à modernização ou à atualização do gosto estético, muitas vezes induzidas pela "novidade". Não se trata, porém, de inovação brasileira, pois a solução mostra abrangência internacional, conhecida em países de língua inglesa como *facadism* (fachadismo).

[33] Não faz muito, uma empresa multinacional, fabricante de tintas, patrocinou, em pontos diversos do País, uma campanha de "restauração" das "cores da cidade", na verdade, operação executada com tintas e pintura oferecidas gratuitamente, porém, de acordo com os padrões industriais e cromáticos de sua cartela... A capital cearense participou desses empreendimentos.

no transcorrer do século XX, debates e trabalhos de preservação de bens culturais materiais adquiriram amplitude internacional.

O primeiro congresso internacional de interessados em preservação cultural ocorreu em Atenas, em 1931, patrocinado pela Sociedade das Nações. Na ocasião, foi redigida a Carta de Atenas, preocupada com doutrina, princípios gerais, legislação, educação, valorização, deterioração, conservação, materiais e técnicas de restauração dos monumentos históricos. O documento também incentivava e valorizava a colaboração internacional

Essa carta, vale lembrar, não deve ser confundida com a célebre Carta de Atenas, datada de 1933, elaborada com outros objetivos, por ocasião do 4º. Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, o IV CIAM. A Carta de Atenas, de 1933, que define as chamadas funções urbanas - habitação, lazer, trabalho e circulação, dedica um capítulo ao *Patrimônio histórico das cidades* (itens 65/70). Sem dúvida, respeita a preservação do patrimônio histórico urbano, cujos valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados e conjuntos urbanos), mas a considera sob condições especiais, subordinada aos "elementos vitais de circulação". Admite a conservação de obras antigas desde que tal "não acarrete o sacrifício de populações mantidas em condições insalubres" e opõe-se declaradamente ao emprego de "estilos do passado".

Essa posição aparece nas teorias de valores propostas por Riegl, quando, em 1903, já discutia o *valor instrumental*:

> [...] *as exigências negativas do valor instrumental aparecem quando dadas considerações correlacionadas com as necessidades materiais dos homens exigem que não se conserve um monumento (uma torre sob ameaça de ruir) porque faz perigar a vida humana. Ponderações sobre o bem-estar físico acabarão prevalecendo de modo inquestionável sobre toda a possível consideração da necessidade ideal do valor de antiguidade* (1999: p. 74).

O Brasil, cumpre ressaltar, não se fez presente nesses dois encontros internacionais.

4.1 As cartas internacionais da 2a. metade do século XX

Como já se assinalou, as Cartas e as Recomendações internacionais pertinentes à preservação de bens culturais ganharam valor novo

em decorrência da criação da UNESCO, braço cultural da Organização das Nações Unidas. A fundação do ICOMOS (International Comitee on Monuments and Sites), associação de direito privado, sem fins lucrativos, patrocinada pelo UNESCO, permitiu a realização de uma seqüência de encontros internacionais, nos quais têm sido discutidas as mais diversas facetas dos problemas de preservação de bens culturais.

No que se relaciona com este artigo, entre as várias cartas elaboradas, mostram especial valia a Carta de Veneza e a Carta de Burra, as quais, por tal razão, ora são comentadas com destaque.

4.2 A Carta de Veneza

A Carta de Veneza / Carta internacional sobre conservação e restauração, foi redigida por ocasião do *II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, realizado em Veneza, entre 25 e 31 de maio de 1964. Procurou unificar vários modos de entendimento da problemática, então dispersos, além de constar como o primeiro texto abrangente, proposto e aprovado por interessados diretamente na matéria. Conquanto curto e conciso, formula definições básicas, pertinentes ao esclarecimento do que significam monumento histórico, conservação e restauração. Em vista da atenção que despertam, transcrevem-se alguns artigos da Carta de Veneza, cuja leitura, por si, esclarece cabalmente a matéria.

> *Art. 1º. A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que também adquiriram com o tempo uma significação cultural.*
>
> *Art. 3º. A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte como o testemunho histórico.*
>
> *Art. 6º. A conservação de um monumento implica a preservação de uma ambiência em sua escala. Enquanto sua ambiência subsistir, será conservada, e serão proibidas toda construção nova, toda destruição e toda modificação que possam alterar as relações de volumes e de cores.*

Art. 9º. A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjeturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável, por razões estéticas ou técnicas, destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Art. 10°. Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação do monumento poderá ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas de conservação e construção cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e comprovada pela experiência.

Art.11°. As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração. Quando o edifício comporta várias etapas de construção superpostas, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material revelado porta grande valor histórico, arqueológico e estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto.

Art. 12°. Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmonicamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte ou de história.

Art. 13°. Os acréscimos só podem ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.[34]

[34] Os artigos 9º. a 13º., alusivos a restauração, foram transcritos na íntegra. Nas decisões do Congresso, percebe-se claramente uma concordância sutil às considerações de Ruskin (no art. 9°.) bem como uma total aceitação dos conceitos emitidos por Camillo Boito. Vale porém lembrar que entre o fim do século XIX e a data da elaboração da Carta de Veneza, os problemas atinentes a preservação e restauração, foram discutidos, em várias ocasiões, por inúmeros interessados, em particular na Itália.

4.3 A Carta de Burra

A Carta de Burra[35], conquanto redigida por ocasião de um encontro da secção australiana do ICOMOS em 1980, obteve ampla aceitação internacional. Preocupada essencialmente com definições, busca eliminar variações de significados, a fim de evitar que muitas intervenções tenham seus objetivos mal entendidos e, portanto, mal orientados.

Eis algumas definições de interesse, constantes da Carta de Burra (2000: p. 247):

> *Art. 1º – Para os fins das presentes orientações:*
>
> • *o termo* bem *designará um local, uma zona, um edifício ou outra obra construída, conjuntos de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence;*
>
> • *a expressão* significação cultural *designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes e futuras;*
>
> • substância *será o conjunto de materiais que fisicamente constituem o bem;*
>
> • *o termo* conservação *designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstancias, a conservação* implicará ou não a preservação ou a restauração*, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de restauração ou adaptação que atendem às necessidades e exigências práticas;*
>
> • *o termo* manutenção *designará a proteção contínua da substância, do conteúdo e do entorno de um bem e não deve ser confundido com o termo reparação. A* reparação *implica a restauração e a reconstrução, e assim será considerada;*
>
> • preservação *será a manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada;*

[35] Burra é o nome de um balneário localizado na província da Austrália Meridional, não muito distante da cidade de Adelaide.

> • restauração *será o restabelecimento da substância de um bem em um estado anterior conhecido;*
>
> • reconstrução *será o restabelecimento, com o máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido; ela se distingue pela introdução de materiais diferentes na substância existente, sejam novos ou antigos. A reconstrução não deve ser confundida nem com a criação, nem com a reconstrução hipotética, ambas excluídas do domínio regulamentado pelas presentes orientações;*
>
> • adaptação *será o agenciamento de um bem a uma nova destinação, sem a destruição de sua significação cultural;*
>
> • *a expressão* uso compatível *designará uma utilização que não implique a mudança na significação cultural da substância, modificações que sejam substancialmente reversí veis ou que requeiram um impacto mínimo.* (2000: p. 247-248).

4.4 Ligeiros comentários sobre as definições da Carta de Burra

Conforme entendimento rigoroso da definição constante da Carta de Burra, a restauração de uma obra antiga é empreendimento bastante complexo, raras vezes com possibilidades de ser ultimado de modo cabal. Entretanto, por insciência ou por mero deslumbramento lexical, trabalhos de simples recomposição física de edifícios aparecem referidos como restauração, até em relatórios oficiais.[36]

A reconstrução não é aceita por inúmeros autores, entre os quais Cesare Brandi, adiante mencionado em tópico pertinente. Brandi recrimina as reconstruções do Campanile da Praça de São Marcos, em Veneza (ruiu em 1902), e da ponte da Santa Trinità, em Florença (bombardeada durante a última guerra), que procuraram imitar com exatidão as obras destruídas.

[36] Recentemente entrou em moda no Brasil dizer-se *restauro*, em vez de restauração. Trata-se de italianismo ou lusismo de procedência italiana, cujo emprego justifica-se em Portugal, a fim de evitar mal-entendidos, visto que a restauração de edifícios pode ser confundida com a restauração do trono português, ocorrida em 1640, após 60 anos de domínio espanhol. O episódio da restauração do governo lusitano assume, assim, importância histórica fundamental em terras portuguesas, referido com freqüência e conhecido de todos, desde a infância, no ensino de curso primário. No Brasil, o fato desperta pouco interesse, mas não se pode esquecer de que a Restauração portuguesa e os tratados internacionais conseqüentes responderam pela imensa ampliação territorial do País.

Não são freqüentes os casos de reconstrução, entretanto, mais comuns em estruturas metálicas do século XIX, montáveis e desmontáveis. O Crystal Palace, erguido para a Great Exhibition de Londres, em 1851, foi transferido posteriormente para Syndenham, onde veio a se incendiar em 1935. O antigo Mercado da Carne, de 1897, fortalezense, também foi desmontado e remontado, todavia, bipartido em dois pontos diferentes da Cidade.

Como exemplo recente de reconstrução de obras famosas, não metálicas, cite-se o Pavilhão da Alemanha, erguido na Feira de Barcelona, em 1929, projetado por Mies Van der Hohe, mas demolido pouco depois. Por ocasião dos Jogos Olímpicos realizados naquela cidade em 1992, o pavilhão foi reconstruído no mesmo local. Aponte-se também a reconstrução da Frauenkirche, em Dresde, destruída por bombardeio na última guerra, com trabalhos concluídos após a reunificação da Alemanha.[37]

4.5 Outras cartas

Depois de elaborada a Carta de Veneza, foram aprovadas inúmeras outras cartas, declarações e recomendações de interesse direto da preservação de bens culturais materiais. Algumas tratam de paisagem cultural, outras, lidam com as cidades, com os jardins públicos, com a arqueologia em geral, com a arqueologia arquitetônica (ruínas, vestígios de edificações), com o patrimônio submerso (embarcações). Também acercam novos aspectos da matéria, enfocando a problemática das obras integradas à arquitetura e a saída de obras de arte públicas e privadas para o exterior.[38]

---

[37] Em termos de Brasil, lembre-se o Palácio Monroe, obra de alvenaria e trilhos de ferro, construído para funcionar como sede do pavilhão do Brasil na Exposição de Saint Louis, em 1903, nos Estados Unidos. Reconstruído no Rio de Janeiro, veio a abrigar o Senado por mais de meio século, sendo demolido para atender ao traçado de uma linha de metrô. Exemplo comovente de reconstrução, mais que de restauração, feita a pedido dos habitantes da cidade, verificou-se ainda há pouco na matriz de Pirenópolis, em Goiás, praticamente destruída por incêndio, mal se haviam encerrado os serviços de restauração da igreja primitiva. Infelizmente, não foi possível repor as pinturas de forro nem os altares originais, destruídos pelo fogo.

[38] Para exame mais detido do assunto, recomenda-se a leitura de publicações pertinentes, editadas pelo IPHAN (procurá-las nas Delegacias Regionais). Algumas constam das referências bibliográficas apensas ao texto.

Quanto às mutações verificadas nos conceitos de restauração, do século XIX às cartas atuais, um fato curioso vale ser mencionado, pois testemunha duas atitudes confrontantes, que devem ser entendidas conforme critérios adotados em épocas diferentes. Em 1789, os revolucionários franceses destruíram a picaretas o revestimento escultórico das partes inferiores das portadas da catedral de Notre Dame, em Paris. Quando dos trabalhos de restauração, Viollet Le Duc refez os trechos danificados com estátuas novas, concebidas na ocasião. Não há muito, porém, ao se executarem trabalhos de reconstrução de um edifício em Paris, as peças originais foram encontradas nas escavações. Despedaçadas, mas logo recompostas, estão guardadas no *tesouro* da igreja, enquanto as estátuas novas permanecem nas portadas, porque o tempo, de mais de um século transcorrido, já as integrou à aparência do monumento.

5 Ainda o século XX

Na segunda metade do século XX, em decorrência das discussões nacionais e internacionais do tema, a preservação ganhou novas dimensões. Além dos valores percebidos por Riegl, muitos projetos de restauração se pautaram por ações que prestigiam os valores estéticos, os valores sociais e os valores simbólicos.

5.1. Cesare Brandi

Por sua contribuição multiforme, deve ser ressaltado o nome do italiano Cesare Brandi (1906-1988), excepcional figura de intelectual. No campo da restauração, distinguiu-se quer como teorizador influente, quer como portador de comprovada experiência operativa, adquirida como diretor do Istituto Centrale del Restauro, em Roma, por vinte anos. Entre seus textos, avulta a *Teoria da Restauração*, obra fundamental. Filósofo, crítico e historiador da arte, Brandi considera a restauração como atividade previamente condicionada à estética, ao estudo crítico da obra de arte, o qual deve antecipar quaisquer outras iniciativas. Na obra de arte, o tempo, isto é, a história, aparece em função da estética, uma vez que a obra de arte, somente por ser obra de arte, é o objeto de restauração. Assim, afirma Brandi, que

> *depois de se ter reconhecido a peculiar estrutura da obra de arte como unidade e de se haver explicitado como e até que ponto é possível a reconstituição da unidade potencial, que é o próprio imperativo da instância estética em relação ao restauro, deve-se aprofundar, em relação à instância histórica, o exame do tempo no que se refere à obra de arte* (2004:53).

Unidade e unidade potencial ganham percucientes considerações de Brandi, contudo, mais voltadas para a pintura. A fim de ser fazer idéia do seu pensamento no campo da restauração das obras de pintura, Brandi chama atenção para a diferença entre o inteiro e o total, pois este é uma soma de parcelas. Em determinadas situações, prefere que se deixem na tela lacunas dispersas, em vez de encobri-las, visto a percepção da imagem poder ficar facilmente completada por recurso à Gestalt. (2004: p. 41-51).

Para Bandi, "o tempo, além de ser estrutura de ritmo, está na obra de arte não mais sob o aspecto formal, mas fenomenológico, em três momentos diversos". (2000: p. 53-4). O primeiro momento, dito *duração*, é o tempo transcorrido desde quando a obra foi elaborada; o segundo momento corresponde ao "*intervalo* inserido entre o fim do processo criativo e o momento em que a nossa consciência atualiza a obra de arte." (2000: p. 54); enquanto o terceiro momento aparece como *átimo,* ou seja, a fração mínima de tempo "dessa fulguração da obra da arte na consciência". (2000: p. 54). Assim, ao considerar o passado visto pelo presente, Brandi admite todas as agregações na obra de arte, desde que respeitado o quadro estético. E, mais ainda, aceita novas ou até futuras inclusões.

Conquanto mais dedicada à restauração de pintura e escultura, a obra de Brandi também envolve a arquitetura

> *dado que também a arquitetura, se tal, é obra de arte e, como obra de arte, goza da dúplice e indivisível natureza de monumento histórico e de obra de arte, e o restauro arquitetônico recai também sobre a instância histórica e a instância estética.* (2004: 131)

Brandi acrescenta que se deve ter "presente em primeiríssimo lugar a estrutura formal da arquitetura, que difere daquela das obras de arte, entendidas na acepção empírica" (2004: p.132). As obras de arte

(pintura, escultura), aduz, não estão presas a um determinado lugar; ao contrário, pois, do que ocorre "na arquitetura [em que] a espacialidade própria do monumento é coexistente com o espaço ambiente em que o monumento foi construído" (2004:132), o que permite se estabeleçam, portanto, "relações entre o sitio histórico e o monumento e também do monumento como elemento desse sítio ambiente". (2004: 135).

Esses conceitos também condicionam a posição restritiva de Brandi quanto às reconstruções, por parecerem falsificações. Uma vez desaparecida uma obra antiga, quando necessária, funcional ou espacialmente, deve ser substituída por obra nova, como já insistia Ruskin.[39] Embora não propriamente no campo das reconstruções, os conceitos e recomendações de Brandi, também incidem nas obras de ampliação de edificações.[40]

5.2 Valor simbólico

Os estudiosos consideram altamente significativo o valor simbólico dos bens culturais, pois entendem que esse tipo de qualificação presta evidente ajuda à preservação, tal a força do prestigio adquirido por certas edificações perante a população.

As obras de arquitetura, já se disse, portam valores simbólicos que não se sabe exatamente como surgiram, como foram atribuídos ou como se mantêm. Em termos fortalezenses, vale registrar um fato auspicioso. Quando se incendiou parcialmente o Palacete Ceará, localizado na Praça do Ferreira, prédio não tombado pelo governo federal nem

[39] A solução adotada na reconstrução da Coluna da Hora, na Praça do Ferreira, em Fortaleza, seguiu as proposições de Brandi, optando-se por obra nova, em aço, com o propósito de reconstituir simbolicamente referências formais, espaciais e funções antigas, porém deliberada e inconfundivelmente dessemelhantes da demolida coluna primitiva, levantada segundo padrões *art déco*, em alvenaria de tijolos e concreto armado.

[40] No âmbito fortalezense, deve ser mencionada a antiga casa de morada da família Gentil, enormemente aumentada e transformada por Martins Filho em sede da Reitoria da Universidade Federal do Ceará. A intervenção, tal como foi realizada, levanta dúvidas, pois faz supor que a casa original, elegante, mas relativamente pequena, possuía a forma e as dimensões ora vistas. Decisões semelhantes também se verificaram em outras edificações antigas da Cidade, como ocorreu no palacete Carvalho Mota (primeira sede do DNOCS, no centro da Cidade), no sobrado Fernandes Vieira (Arquivo Público do Estado), na sede da antiga Companhia União Cearense, no Passeio Público (propriedade atual do SESI).

pelo governo estadual, mas edificação amada como símbolo de uma *belle époque* da Cidade, a Caixa Econômica, proprietária do imóvel, decidiu demoli-lo. Campanha então liderada por um grupo de arquitetos, com geral apoio dos mais diversos estratos da população, fez revisar a decisão da entidade bancária, redundando na criteriosa preservação dos exteriores (apenas dos exteriores, esclareça-se, já que os interiores, haviam sido totalmente alterados havia muito).

O edifício da Reitoria da Universidade Federal do Ceará, já referido, é outro exemplo arquitetônico de expressivo valor simbólico na Cidade. Trata-se de uma antiga casa de chácara, realização conspícua de arquitetura eclética, cujas elegantes *travées rythmiques* do desenho original foram reproduzidas na vultosa ampliação que a transformou, em 1967, no atual palácio. As dimensões do edifício, a repetição da colunata da casa primitiva, períptera, de viés pompeiano, e mais, a localização no cruzamento de duas avenidas de maior movimento, a generosidade dos espaços de envoltura, a densa arborização, o afastamento da via pública, além de sede de uma instituição de alto poder cultural e forte peso na economia do Estado, contaram como fatores que, por certo, logo se congregaram a favor da valorização simbólica da edificação.[41]

5.3 Uso social dos bens restaurados: Bolonha

Muitos arquitetos conferem alta valia ao uso social dos bens restaurados. Sob este aspecto, no campo das referências urbanas, merece citação a cidade italiana de Bolonha, prestigioso centro cultural, onde se encontra a mais antiga universidade européia em funcionamento. A requalificação do seu centro histórico, com forte cunho social, ocorreu depois da 2ª. Guerra Mundial, quando a cidade por longo tempo foi administrada pelo PCI. Na realidade, as ações programadas integravam o Plano Regulador, proposto com objetivos gerais de resgatar a zona central da cidade, abandonada e descaracterizada por intervenções físicas verificadas na época do fascismo. Importância básica foi, porém, conferida à recuperação social, em particular à habitação popular, re-inserida

[41] Se alguém tomar um táxi em distante ponto da Cidade e disser apenas "Leve-me à Reitoria", indubitavelmente, chegará ao seu destino, sem que ocorra qualquer engano.

no centro da cidade. A administração pública aproveitou-se das fortes tradições de vida comunitária bolonhesa, desenvolvendo soluções aceitas pelos moradores, apoiadas em intensa propaganda educativa. Em termos de preservação, realizaram-se trabalhos de largo espectro, que abrangiam restaurações gerais, rigorosas ou parciais, intervenções conservativas, reconstruções, isto é, obras novas, contextualizadas, e demolições de obras irrecuperáveis, neste caso, em busca da obtenção de espaços de uso público.

A expressão *centro histórico*, mencionada acima, e hoje usada correntemente sem exame, não agrada a muitos arquitetos, entre os quais se inclui o autor. Termo de origem italiana, faz sentido nas cidades peninsulares, nas que mantêm um centro antigo mais ou menos preservado, o *centro storico*, junto ou próximo de um ou até mais centros comerciais modernos e ativos. Isto não ocorre no Brasil, onde o antigo ou o pseudo-antigo se misturam com o moderno ou com o pseudo-moderno. Na verdade, de acordo com uma visão crítica conseqüente, não se deve esquecer de que todas as partes da cidade são históricas, tal como, aliás, as próprias cidades, entendidas como um todo.[42]

6 Preservação oficial no Brasil

As primeiras demonstrações de interesse pela preservação de bens culturais materiais no Brasil datam do período colonial, embora ocasionais e pessoais.

No Ceará, a primeira manifestação oficial a favor da preservação arquitetônica provavelmente foi aquela que consta do relatório enviado à Assembléia Provincial pelo presidente João Silveira de Souza, em 1859, então preocupado com problemas de conservação da Fortaleza de

[42] Não há "centro histórico" em Fortaleza, como alguns referem, mas uma zona central de comércio, cuja expansão destruiu a antiga zona residencial circundante, por invasão, zona na qual, como em outras partes da Cidade, restaram algumas marcas do passado. Fato idêntico ocorreu praticamente em todas as cidades brasileiras maiores ou até no estrangeiro. O Rio de Janeiro e São Paulo também não possuem "centro histórico", mas áreas com referências arquitetônicas antigas, dispersas e, quando muito, datadas de um século.

Nossa Senhora da Assunção, belicamente superada por seguir padrões de arquitetura militar do século XVIII.[43]

No Brasil, somente nas primeiras décadas do século XX, a matéria apareceu considerada de modo amplo, ainda assim, sob uma perspectiva tradicionalista, nas mais das vezes correlacionada à celebração de feitos e à valorização e exaltação de bens pertencentes a grupos familiares de relevo no cenário político-econômico nacional.

Na década de 1920 foram criadas inspetorias estaduais, destinadas a velar pelos monumentos históricos em Minas, Pernambuco e Bahia, estados de maior acervo de bens culturais. A Revolução de 1930 abriu novos caminhos, verificando-se a indicação de Ouro Preto como monumento nacional. No curto período constitucional, entre 1934 e 1937, o interesse pela preservação cultural tomou vulto, amparada pelo manifesto empenho do ministro da Educação, o mineiro Gustavo Capanema, instigado pelo grupo de intelectuais modernistas que o cercavam.

Durante sua rápida vigência, o governo constitucional aprovou a Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, integrado ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

Na ocasião, Mário de Andrade, incumbido pelo ministro, havia preparado o texto básico de um projeto referente à preservação do "patrimônio artístico nacional", encaminhado ao Congresso para o devido exame, oportunidade em que sofreu alterações. O golpe de 10 de novembro, de que resultou a instalação do Estado Novo, impediu a imediata aprovação presidencial. Deste modo, vinte dias depois, foi sancionado o Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que "organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional".

6.1 O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Como já se disse, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, repartição pública integrante do então Ministério da Educação

[43] Assim se manifestava aquela autoridade: "Esta fortaleza, porém fóra de todas as condições d'arte militar, na opinião dos entendidos, nunca será uma obra de fortificação e defeza; e se merece cuidado e as despezas com ella se tem feito e continua-se a fazer, é mais como monumento de aformoseamento da cidade do que sob aquella relação". (1859: p. 18).

e Saúde, foi criado durante a vigência do governo constitucional pela Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937, regulamentada pelo já referido Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, [o qual] *Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) constituiu, pois, o instrumento administrativo oficial de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, designadamente dos bens culturais inscritos em livros específicos, postos sob seus cuidados, na ocasião. Em 1946, foi transformado em Diretoria (DPHAN), esta, por sua vez, denominada Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1970, o IPHAN, sigla pela qual desde então se tornou conhecido.

A antiga DPHAN, há quase seis décadas, apresentava-se como uma repartição pública diminuta, se comparada com as tarefas que lhe eram atribuídas por lei. Instalada na então capital da República, na Esplanada do Castelo, no recém-inaugurado e já famoso edifício do Ministério da Educação, ocupava metade do 8º andar. Na sede, trabalhavam quando muito umas 30 pessoas e mais meia dúzia de funcionários em cada um dos Distritos, localizados em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife.[44]

As tarefas, em boa parte, eram complementadas graciosamente pelos "amigos do Patrimônio", quase todos jovens arquitetos e estudantes de arquitetura, entre os quais o autor se incluía honrosamente. Como retribuição cultural, os "amigos do Patrimônio" tinham livre acesso à DPHAN, em particular à biblioteca especializada e aos arquivos, desfrutando do agradável intercurso intelectual oferecido por um ambiente refinadamente culto e despretensioso.[45]

---

[44] Entre as personalidades de relevo na DPHAN, o autor relembra as figuras de Rodrigo Mello Franco de Andrade (1898-1969), diretor da Casa por 30 anos, do arquiteto Lúcio Costa (1902-1998), diretor técnico, futuro urbanista de Brasília, e do poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), chefe do Arquivo, bem como mantém vivo na memória o grupo seleto de amigas e amigos, funcionários da repartição - arquitetos, historiadores da arte, restauradores, professores, servidores dos quadros técnicos e administrativos, auxiliares de serviço, quase todos hoje desaparecidos.

[45] A DPHAN constituía ponto de encontro semanal de nomes de destaque na intelectualidade do Rio de Janeiro, então Capital da República, reunidos por Rodrigo Mello Franco de Andrade em seu gabinete, numa roda de que o autor deste texto, jovem, participava no circuito externo, humilde, reverente e atento. Por conseqüência desse antigo relacionamento, tornou-se representante honorário da DPHAN/IPHAN no Ceará, entre 1957 e 1982, e atualmente é membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, do IPHAN, na condição de representante do Conselho Superior do Instituto dos Arquitetos do Brasil.

No início da década de 1980, o IPHAN foi extinto e substituído por uma fundação e uma repartição pública, ambas interessadas em assuntos culturais, participantes do Ministério da Cultura, este criado na ocasião, pelo Decreto nº. 91.144, de 15 março de 1985. Como a bipartição administrativa deparasse problemas, foi restabelecido o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com atribuições mais amplas, e retomada a sigla IPHAN, já tradicional. Em 1982, as ações do IPHAN foram divididas e postas a cargo de Superintendências Regionais, estabelecendo-se uma presença abrangente da repartição em todo o território nacional (Fortaleza é sede da 4ª. SR).

6.2. O Decreto-lei nº. 25

O Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, como foi referido, regulamentou a Lei nº. 378, de 13 de janeiro daquele mesmo ano. No seu capítulo I, que trata *Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, o Decreto-Lei nº. 25 assim se expressa:

> *Artigo 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.*[46]

No capítulo II, o Decreto-Lei nº 25 trata *Do tombamento*, isto é, da inscrição dos bens culturais a preservar em livros para tal fim designados, os chamados *Livros de Tombo.*. Assim reza o Artigo 4º:

Art. 4º – O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º. desta Lei, a saber:

[46] O número de tombamentos concedidos pelo IPHAN tem crescido enormemente, nem sempre pautados pelo texto severo do art. 1º. do Decreto-lei n°. 25, instrumento legal sancionado há mais de sete décadas e que busca uma relativa imutabilidade física da obras. No entender do autor deste trabalho, deveria ser proposta uma legislação suplementar, que contemplasse situações intermediárias, situadas entre o tombamento, entendido rigorosamente conforme a lei, e os registros de "lugares".

> 1) o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º .
> 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
> 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita nacional e estrangeira;
> 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais e estrangeiras.
>
> § 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.
>
> § 2º Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente Lei.

O tempo consagrou o vocábulo *tombamento* como o ato de inscrever um bem cultural nos respectivos e pertinentes livros do IPHAN. Em sua origem, o vocábulo se correlaciona com a velha Torre do Tombo, na qual os soberanos portugueses guardavam os documentos do Reino. Na acepção ora empregada, até certo ponto ambígua, trata-se de brasileirismo, visto que, em outros paises, inclusive em Portugal, em vez de tombar, tombamento, bem tombado, diz-se classificar, classificação, bem classificado.

O tombamento, no âmbito federal, pode ser solicitado por qualquer cidadão brasileiro. É concedido, entretanto, por via de processos de tramitação às vezes demorada, que percorrem os setores técnicos do IPHAN, quando são analisados criteriosamente. Remetidos, por fim, à consideração do Conselho Consultivo, recebem o parecer, aprobatório ou não, de um conselheiro relator. Em seguida, uma vez aceitos, os processos submetem-se a votação no colegiado, quando podem ser aprovados ou rejeitados. Se aprovados, sobem à sanção do Ministro da Cultura.

O tombamento de um bem imobiliário não afeta o direito de propriedade, embora restrinja os usos indevidos. Permite intervenções necessárias mas interdita alterações desfiguradoras. A fim de ressarcir certos efeitos do tombamento, há inúmeras contrapropostas oferecidas por alguns municípios como benefício compensatório, entre as quais a isenção de impostos e a transferência de direitos de construir para outras áreas urbanas, além de favorecimento da legislação urbana incidente sobre "solo criado" e outras concessões.

6.3 O Compromisso de Brasília

Ante a impossibilidade de longas e complexas listas de bens culturais de interesse regional serem inscritas nos Livros do Tombo do IPHAN, autoridades estaduais acordaram assinar o chamado *Compromisso de Brasília*, assumido em abril de 1970, quando do *1º Encontro dos governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais*. Por força do Compromisso, os governos estaduais se obrigaram a criar serviços dedicados à preservação cultural.

Em termos cearenses, o cumprimento do Compromisso de Brasília redundou na instalação de serviços estaduais de preservação de bens culturais, integrantes da Secretaria Estadual de Cultura, tais como o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (COEPA), bem como resultou em ações de incentivo financeiro, apoiadas por legislação pertinente à criação de fundos especiais, formados por renúncia fiscal.

7 Fim do monumento como documento histórico?

O conceito de monumento histórico, considerado como documento material, espécie de retrato do passado, vem deparando empecilhos.

Primeiro porque, em boa parte, as realizações de arquitetura poucas vezes foram expressamente construídas com propósitos de perpetuar a memória de pessoas ou de atos humanos, enfim, de comemorar feitos ou de consagrar vultos históricos à posteridade. Em sua totalidade, sem dúvida, sempre tiveram origem circunstancial e utilitária.

Por outro lado, desde o século XIX, os monumentos históricos, tidos *lato sensu* como documentos, notação material dos fatos, passaram a deparar concorrência em novos veículos de preservação da memória, tais como os registros da imprensa, em particular a fotografia. Perdiam, assim, valor como meio perene, até então viável, de registrar as ocorrências, preservando-as para o futuro. Na passagem para o século XX, Aloïs Riegl, com extraordinária visão, já percebia as transformações, como antevia:

> *o crescente desenvolvimento dos meios de reprodução artístico-técnicos fazem confiar que, em um futuro previsível (especialmente com o descobrimento de uma fotografia com cores absolutamente convincentes e da combinação desta com cópias tipo fac-símile) poderemos encontrar substituições, as mais perfeitas possível, dos originais dos documentos* (1999: 65).

A situação, já observada no século XIX, conheceria agravamento no transcorrer do século XX, em face da participação cada vez mais intensa do cinema e da televisão, como assinala Françoise Choay:

> *Um século e meio depois de expresso o elogio de Perrault* [46]*, Victor Hugo proferiu a oração fúnebre do monumento, condenado à morte pela invenção da imprensa. Sua intuição de visionário foi confirmada pela criação e aperfeiçoamento de novos modos de conservação do passado: memória das técnicas de registro da imagem e do som, que aprisionam e liberam o passado sob forma mais concreta, porque diretamente dirigida aos sentidos e à sensibilidade, "memórias" dos sistemas eletrônicos, mais abstratas e imateriais.* (1992: p. 18).

O emprego dessas conquistas tecnológicas a serviço da retenção da memória explica o abandono da elaboração de estátuas representativas de figuras humanas, principalmente daquelas que encimam grandes conjuntos escultóricos. Hoje, em muitas situações, as estátuas, quando implantadas, aparecem em vulto natural, dispersas nos espaços usuais do quotidiano das cidades. As figuras representadas surgem nas praças, sentadas em bancos, ora como se estivessem apreciando a paisagem, ora conversando com os passantes, ou de pé, como se caminhassem pelos jardins.

8 Considerações finais

Este artigo objetivou oferecer indicações correlacionadas unicamente com preservação de bens culturais materiais. Na verdade, preo-

[47] Claude Perrault (1613-1688), arquiteto, autor de várias obras, entre as quais a Colunata do Louvre (fachada leste). Seu irmão, Charles Perrault (1628-1703) foi literato de expressão, mais conhecido pelos contos infantis que escreveu.

cupou-se estritamente com arquitetura, ou seja, com trabalhos executados para atendimento a necessidades específicas e por meio de técnicas especializadas.

A preservação dos bens culturais, entretanto, pode ser apreciada de modo amplo, sob outras facetas, em particular, no campo do direito, da história, da educação, da manutenção da memória coletiva, do uso social das edificações e dos espaços urbanos. O autor também se eximiu de discutir as razões que justificam os tombamentos, mas acredita que ações de salvaguarda podem ser resumidas em quatro perguntas incitantes:

Por que preservar? (memória, valor artístico, econômico, uso social)
O que preservar? (inventário e seleção de bens)
Como preservar? (critérios e técnicas)
Por quanto preservar? (custos das obras de intervenção e de manutenção)

9 Adendo

Após décadas de envolvimento com preservação arquitetônica e mantida a mesma firmeza de propósito dos dias de mocidade, as reflexões pessoais do autor, contudo, já não são estimulantes, particularmente quando percebe muitos dos problemas de hoje serem os mesmos de dias longínquos, seculares, problemas nacionais e também de outras terras. Por tais razões, o autor se permitiu transcrever o texto desiludido e amargo de um resistente lusitano:

> É importante ter em conta que a principal causa da deterioração do patrimônio não é, como geralmente se pensa, a ação do tempo nas suas diversas formas mas antes a atividade humana, sintetizada por Max Dvorak[13], em 1918, em diversas categorias:
>
> *- negligência devida à ignorância ou ausência de interesse cultural;*
> *- intenção deliberada de destruição;*
> *- destruição provocada por interesses econômicos;*
> *- intervenções incorretas, motivadas por confusão de valores* [...].
>
> *Note-se que é incorreta a associação exclusiva que em geral é feita entre este tipo de ações nefastas e a ausência de educação cívica e escolar. Neste domínio é sempre útil recordar as palavras de Alexandre Herculano [15] escritas em 1839:*

"apesar da ferocidade nervosa do vandalismo, não se creia, todavia, que ele é desalinhado na catadura, descomposto nos meneios. Nada disso. O vandalismo é aprimorado no traje, lhano e grave a um tempo, no porte, pontual na cortesia. [...] O vandalismo é culto, instruído, civil, afável."
Mais de um século e meio depois, estas palavras mantêm total atualidade.

---

[13]. DVORÁK, Max. Katechismus der Denkmalpfliege*. Viena, Julius Bard, 1918.*

[15]. HERCULANO, Alexandre. Monumentos pátrios. Opúsculos. Lisboa, Editorial Presença, 1982, v. 1.

(HENRIQUES, Fernando M. A., 2000: 95).[48]

10 Bibliografia

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Cotia, SP: Ateliê, 2004.

CARTAS Patrimoniais. Brasília: Edições do Patrimônio, 1ª. ed. 1955 / 2 . ed. 2000.

CHOAY, Françoise. *L'Allegorie du Patrimoine*. Paris: Seuil, 1992.

COLETÂNEA de Leis sobre a Preservação do Patrimônio. Brasília: Edições do Patrimônio, 2006.

FARIA, Ernesto. *Vocabulário latino-português*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1943.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968. 2. ed.

HENRIQUES, Fernando M. A. A conservação em Portugal: balanço e perspectivas. Lisboa. *Monumentos*. 12, mar. 2000: 90-5

INVENTÁRIO Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

LOPES, Ana Elvira Barros Ferreira & SANTOS, Aline Nunes (org)**.** *Cidadania Cultural*. Legislação v.1. São Luís: Estação Produção, 2003.

---

[48] Max Dvorák (1874-1921), historiador da arte, austríaco de origem tcheca, entendia a História da Arte como a História do Espírito (Kunstgeschischte als Geistgechischte), título de uma das suas obras mais consideradas. Foi o paladino do resgate do Maneirismo como categoria histórico-artística autônoma, respeitada e criativa. Alexandre Herculano (1810-1877), nome de alto prestígio na literatura e na historiografia portuguesas, participou, em primeira linha, das lutas a favor do constitucionalismo liberal, comandadas pelo rei D. Pedro IV, o nosso Imperador Pedro I. Após a vitória, Herculano recebeu a incumbência de organizar os bens culturais dos conventos masculinos, então nacionalizados, em especial, as bibliotecas. As palavras desalentadas do historiador datam desse período.

MAGALHÃES, Celso de Magalhães. *A poesia popular brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.

REGISTRO del Patrimonio Inmaterial, Brasília: IPHAN, 2002.

09. KÜHL, Beatriz Mugayar. *Os restauradores. Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000.

___ *Os restauradores. Camillo Boito*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000.

RIEGL, Aloïs. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor, 1999.

RUSKIN, John. *The Seven lamps of Architecture*. London: George Allen & Unwin, 1925.

SOUZA, João Silveira de. *Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1859 o Excelentissimo Senhor Dr. João Silveira de Souza* [Presidente da Província]. Fortaleza: Typographia Cearense, 1859.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural*. São Paulo: Petrópolis / EDUSP, 2003.

TOLEDO, Benedito de Lima. *São Paulo:* três cidades em um século. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI^e^ au XVI^e^ siècle.*. Paris: B. Dance, 1858, 10v., v.8.

___ *Dictionnaire Raisonné du Mobilier Français* de l'époque carlovingienne à la Renaissance. Paris: V^e^. A. Morel, 1875, 6 v.

___*Histoire de l'habitation humaine;* depuis les temps préhistoriques jusqu'a nos jours. Paris: Bibliotheque d'Éducation et de Récréation, (s.d.)

VITRUVIO POLION, Marco. *Los Diez Libros de Architectura.* Trad. latim Joseph Ortiz y Sanz. Madrid: Imprenta Real, 1787.

UNES, Wolney; Sílvio. *Fênix / Restauro da Matriz de Pirenópolis.* Goiânia: ICBC, 2008

Comentários sobre a Resenha Bibliográfica, apresentados por ordem numérica.

01. Foi citada a tradução brasileira. A obra original é de 1963.
02. Coletânea de *Cartas* internacionais e nacionais concernentes à preservação do Patrimônio Construído.
03. Há tradução brasileira.
04. Coletânea abrangente que relaciona artigos do Código Penal, Leis, Decretos-lei, Decretos, Portarias bem como Resoluções de Convenções Internacionais.

06. Há tradução brasileira
07. Revista semestral tecno-cientí fica editada em Lisboa pela Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
08. Apresenta padrões para a solicitação de registros de bens imateriais e assuntos correlatos
09. Trata-se de prestimosa coleção de obras de divulgação – *Os Restauradores***,** organizada pela arquiteta, professora doutora Beatriz Magayar Kühl, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. No livro respectivo, Beatriz Kühl traduziu o longo verbete *Restauração***,** escrito por Viollet Le Duc. Também traduziu o livro *Teorias da Restauração***,** de Cesare Brandi, acima citado.
10. Coletânea de Leis e Recomendações internacionais, nacionais e, em particular, da legislação estadual do Maranhão e municipal de São Luís sobre a matéria. Quanto ao último aspecto, seria interessante fosse publicada obra semelhante, referente ao Ceará e à sua capital.
11. Celso Magalhães (1849-1879), maranhense. Como ficou dito, os artigos de Magalhães sobre o romanceiro nacional foram publicados em jornal pernambucano, mas apenas reunidos em livro, pela Biblioteca Nacional, numa edição comemorativa, exatamente um século depois.
12. Publicação destinada a divulgar o patrimônio cultural imaterial brasileiro em países da América espanhola.
13. Pequeno livro pouco conhecido e de valor inestimável.
14. Ver o capítulo *A lâmpada da memória* (The Lamp of Memory), p. 320-60. O Setor de Obras Raras da Biblioteca do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará dispõe do livro *Stones of Venice***,** de John Ruskin. Bibliotecas particulares locais contam com o livro *The Seven Lamps of Architecture***,** mencionado no texto.
16. Na origem, trata-se de uma dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. O texto examina de modo circunstanciado a legislação internacional e nacional pertinente.
17. Há uma nova versão deste livro, editado por Cosac Naify / Duas cidades, 2004.
18. A par da memória descritiva dos trabalhos técnicos executados na Matriz de Pirenópolis, o livro, primorosamente ilustrado, apresenta sucinta mas abrangente lista de informações de interesse. Inclui um glossário técnico e uma relação de comprovantes das ações institucionais brasileiras no campo do patrimônio cultural, referindo pessoas, acontecimentos, além de um quadro sobre as teorias de restauração, mencionando obras e autores destacados. Estende comentários ao sítio urbano de Pirenópolis.
19. A Biblioteca do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará – Setor de Obras Raras possui as obras mais significativas de Viollet Le Duc, menos os *Entretiens sur l'Architecture***.**

22. Como os códices da obra não se acompanhavam de referências gráficas, por certo, extraviadas, as sucessivas edições do livro, desde o Renascimento, incluíram desenhos interpretativos, executados ou mandados executar pelos tradutores. A Biblioteca do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará – Setor de Obras Raras possui prestigiosa tradução espanhola do tratado de Vitrúvio, publicada em 1787, da autoria de Ortiz y Sanz, da qual consta notável coleção de gravuras pertinentes ao texto.

* * *

O arquiteto, professor doutor Augusto Carlos da Silva Telles, antigo Presidente do IPHAN, organizou uma bibliografia exaustiva sobre restauração e atividades correlatas. O autor deste trabalho foi presenteado com uma cópia mimeografada da bibliografia, infelizmente não publicada.

Correção

O autor se penitencia do lapso de redação incorrido em artigo constante do tomo 121 da *Revista do Instituto do Ceará*, de 2007, página 55, linha 1. Ao mencionar a restauração do trono português, trocou o ano de 1640 pelo de 1580, este exatamente o de início da anexação. Certo da benevolência do leitor, solicita o obséquio da correção do engano.

SUMÁRIO

Este artigo trata da preservação do patrimônio cultural brasileiro, com ênfase no patrimônio construído. Destaca passos históricos do processo de consolidação das atividades pertinentes, no exterior e no Brasil, anotando os respectivos instrumentos legais de amparo. Relaciona conceitos alusivos a preservação bem como técnicas de intervenção física nos monumentos.

ABSTRACT

This work intends to comment on the preservation of the Brazilian cultural heritage, especially of the built heritage. It emphasizes the historical development process of legal protection instruments creation in Brazil and in others countries, noting different forms of physical intervention in monuments.

A ética partidária

Oswaldo Evandro C. Martins*

Toda organização possui uma correspondente Ética profissional. Deve analogar-se deontologicamente à sua atividade, fazendo que concordem a conduta exteriorizada e a atitude mental. Qualquer membro de um partido político, por exemplo, assim procede. Tal é a pauta filosófica que define o dever.

Qual o dever do político? Não é o dogmatismo de negar, *in limine* e *ex abrupto* os juízos de valor. Compete e obriga a ele – *verbi gratia vereador* – alcandorar a escala de valores, quer dizer, promover o progresso axiológico, desde a infra-estrutura (valores inerciais e orgânicos), a médio-estrutura (valores socioeconômicos e ludo-estéticos) e a supra-estrutura (valores éticos e místicos). Configura esse esquema a escada de Lavelle,(1) subjacente à Figura 1.

Os valores éticos escalonam-se em políticos, jurídicos e éticos propriamente ditos e são objetivos, mas os valores místicos, diferentemente, são subjetivos – os litúrgicos, os sagrados e os místicos propriamente ditos. Pinçado assim na escala o valor político, não significa que ele se isole e se absolutize. Os valores existem num sistema. O valor social de uma cabeça humana que o homem primitivo exiba fincada numa estaca no terreiro de sua casa era um troféu consentâneo a seus mores, o qual sem dúvida alguma propiciava a seu proprietário uma possibilidade de poder, isto é, um credenciamento político. Outro exemplo: o botim de guerra de um legionário romano conferia poder ao seu titular.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

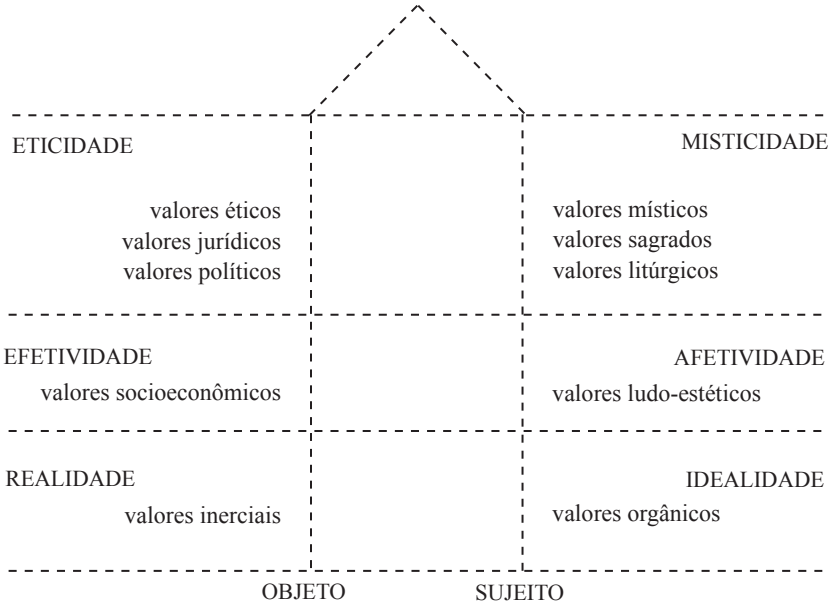


Figura 1 - Escala de Lavelle.

Infere-se dessas ilustrações como o valor político contamina os que lhe estão acima na escala, o que não quer dizer, muito ao contrário, a inexistência de um fluxo inverso, ou seja, de que os valores jurídicos e éticos influam nos valores políticos. O progresso, falando-se axiologicamente, isto é, em valores positivos, é como gás expandindo-se e acumulando-se, quando aquecido, nos níveis superiores.

Hoje, o assassínio e o roubo exemplificados retro são valores negativos, sendo repelidos imediatamente pelos valores jurídicos e éticos. *Ipso facto*, os valores políticos os reprimem também, mercê das respectivas condutas exteriorizadas que passam a sancioná-los e levam as atitudes mentais à condenação de ambos, tudo em função de uma nova cultura política, de uma educação a esta consentânea, de uma consciência do dever perfectivamente calcada na práxis.

O que sucede em face dos valores jurídicos decorre também dos valores éticos. Há igualmente processo de moralização a condicionar os valores políticos. A atividade política faz parte desse processo, de

forma que o conceito de política transcende francamente e se sobrepõe ao que se vai arcaizando.

A Ética é a ciência filosófica que resolve o problema gnosiológico em todas as estruturas axiológicas e decide das contradições entre conduta exteriorizada e atitude mental. Na mesma ciência considera-se o caráter moral, que é a mais alta expressão de como se desfecha a contradição mencionada, configurado cientificamente pela Caracterologia.

Quando se incute um valor ético na atitude mental, a conduta exteriorizada muda necessariamente, isto é, ocorre uma transmutação de valor. O caráter moral é *conditio sine qua non* de um valor novo e se manifesta: 1) na realidade – vg. Valores inerciais – e na idealidade – vg. Valores orgânicos -; 2) na efetividade – vg. Valores socioeconômicos – e na efetividade – vg. Valores ludo-estéticos -; 3) na eticidade – vg. Valores políticos, jurídicos e éticos – e na misticidade – vg. Valores litúrgicos, sagrados e místicos. Esses, os degraus da escada.

A política evolui não só na região da eticidade, pois os seus valores repercutem na região da misticidade, correspondentemente, tanto que eram os valores religiosos os primeiros que influíram na história. Os governos da proto-história eram teocráticos, isto é, os valores estavam na subjetividade e exerciam efeitos reflexos sobre os demais, os da objetividade. Desse modo, o soberano era às vezes um deus em pessoa para quem todos trabalhavam. Se os súditos percebiam que estavam sendo enganados, deflagravam a luta contra semelhante imoralidade.(2)

A Ciência Política, entendida como tal em critério e rigor, verificará nos seus protagonistas o caráter moral, a fim de que aflorem conceitos mais adequados ao objeto. Um grupo social que se conscientialize da dignidade, ou repudia e suprime o seu constrangimento, ou se desmoraliza e se deixa aniquilar. A primeira hipótese é a que consente com o caráter moral, sob a égide do qual eclodem os valores éticos que conjuram imoralidade e aniquilamento. Configuram-se então os valores a ser substituídos, que evidentemente serão despojados do poder pelo grupo social que desservem e dessoram mediante a vulneração do dever, o ludíbrio da consciência e a exploração do homem.

Os ritmos do progresso axiológico se aceleram propelidos pela Informática graças à massa crescente de subsídios políticos, suscitando aprimoramento dos valores éticos. A compreensão de política de que

falaram, em tempos menos ou mais recentes, o político Martinho Rodrigues, o jurista Edgard Mirada de Paula Pessoa e até o autor do presente texto filosófico, humilde cultor do conhecimento axiológico, não é mais essa que antes fora. É que a Ciência Política não se coaduna com escritos poéticos anacrônicos dos três, a saber:

MESSALINA

(A. J. Olympio)

Vês aquela mulher? Tem no semblante
As frescas rosas de mentido gaudio.
Formosa como Aspasia deslumbrante,
Possue os crimes da mulher de Claudio.

Encantadora e má! O seu sorriso
Tem veneno subtil que endoida e mata,
Nos prometem deleites do p'raiso
Os lábios onde o goso se retrata

Ai daquelle, porém, que no seu collo
Deitar a fronte em horas de delírio;
Marcará co seu sangue o negro solo,
Terá no corpo as chagas do martyrio.

Não te deixes cahir na tentação!
Despresa o seu amor. Que importa a crítica
D'outra doida mulher, a Opinião...
Sabe-lhe o nome? Chama-se... a Política.

(Martinho Rodrigues, in *A Quinzena*, Fortaleza, 1984, p. 23, fac-símile do original de 02/02/1887, reproduzido pela Academia Cearense de Letras e o Banco do Nordeste do Brasil).

POLÍTICOS

Toda essa corja antipática
Que só vive de política
Tem a consciência apática,
Tem a moral paralítica.

Furtar, furtar, eis a tática
Desta praga apocalíptica
Que põe o Brasil na estática
E faz a Nação raquítica.

E sempre se diz católica
Essa casta diabólica
Que mete o povo nas trápolas...

De pacífico e famélico,
Ó, Brasil, muda-te em bélico,
Reduz a pó esses crápulas!

(Edgard Miranda de Paula Pessoa,
Manuscrito, s/d).

A POLÍTICA

Rapinagem, arte bélica,
Pertinência de grupúsculo,
A ciência maquiavélica
Se escreve com pê minúsculo.

De sangue humano famélica,
Sempre opera no crepúsculo:
Vampiro de cara angélica,
Dessora do povo o músculo.
Magistério da sordície,
Retira da superfície
Indícios do que perpetra.

Organiza enfim a máfia:
Faz que sua ação se safe a
Reação que acaso a soletra.

(Oswaldo Evandro Carneiro Martins,
manuscrito de 12/04/2001).

Os valores criam, correspondentemente novos, os deveres éticos, as condutas exteriorizadas e as atitudes mentais. A atividade política se desenvolve sob novos parâmetros. Então passam a viger preceitos de novo código de ética partidária, que se aplica adequadamente aos políticos. O ludibriar, explorar ou vulnerar as normas promulgadas por esse diploma novo deve acarretar punição política aos seus fautores, pelo menos partidariamente.

Cada corrente de opinião cultiva eticamente ao seu modo a democracia como valor universal. Essa a sua peculiaridade deontológica. Do contrário, seria como é o politeísmo para a religião. Já se dissera na Bíblia que não se serve a dois senhores.

No mundo inevitavelmente multipartidário não há outra regra para alianças à esquerda. É infração mortal concertar-se ideologicamente com a direita, abstendo-se de eticidade na política e assumindo outra conduta exteriorizada, portanto comportar-se incompativelmente com a Ética Partidária. Esta não se compadece com nova atitude mental – extemporânea, outra ou estranha – a presidir o valor político com o cunho de adesão efetiva e não de acordo eventual, a rendição ou o engajamento às hostes a que se deveria opor por dever, e conseqüente chafurdo e engolfamento final da corrupção.

Fique consigo quem assim procede. Quando na prática se faz, na teoria já se fez. Por afeição ao conhecimento axiológico já se advertiu o crivo moral sobre conduta e atitude.(3)

O compromisso ético permeia os dois pólos da luta política entre valores positivos e negativos e diz respeito particularmente ao poder que executa o código de ética partidária em vigor. As coisas assim são postas no seu devido lugar. Há que confutar o oportunismo político, combater a amoralidade e a imoralidade, erradicar os vícios de partido e extirpar como parasitas os fatores desideologizantes, anti-esquerdistas ou fisiológicos.

Notas

(1) Pode chamar-se a escala de valores de escala de Lavelle (cf. figura 1). É que o filósofo recorrido tem uma concepção vetorial do sistema axiológico, que parte didaticamente do sujeito e do objeto. Compreende-se gnosiologicamente que ambas essas categorias filosóficas reciprocam-se, além de convergirem e coincidirem no máximo da subjetividade e no mínimo da objetividade, respectivamente como valores místicos e éticos em acepção genérica.

Configura-se tal taxionomia e algoritmo com duas retas axiais e paralelas – concorrentes no infinito –. Então se torna fácil inferir onde os valores são, por sucessão ascendente, dispostos e inscritos, e classificados por analogia ao par superior.

Não se faria como não o fizeram os editores póstumos de Lavelle, distorção da idéia originária. Fica-se atreito a isto. "É a esta tarefa que nós nos esforçamos por satisfazer o mais respeitosamente e o mais fielmente quanto possível" (Cf. Louis Lavelle, *Traité des Valeurs*. Tomo II, Presses Universitaires de France, Paris, 1955, p. VIII).

O esquema em questão é perfectível, reportando-se a uma forma anterior, embora renomeie valores. "Estrutura-se a escala de valores, que se poderia representar por duas colunas em um artefato artesanal divididas em três degraus correspondentes aos saltos qualitativos da objetividade e da subjetividade, ou seja, horizontalmente, dos valores materiais aos orgânicos, dos intelectuais aos ludo-estéticos, e dos morais aos espirituais; e, verticalmente, na ordem decrescente da objetividade (os valores materiais, intelectuais e morais) e na ordem crescente da subjetividade (os valores orgânicos, ludo-estéticos e espirituais)" (Oswaldo Evandro Carneiro Martins, "Disquitação Axiológica", in *Revista do Instituto do Ceará* – 2002, Fortaleza, volume 116, p. 88).

(2) Entre a cabeça degolada e o botim de guerra inserem-se na evolução os valores políticos propriamente ditos, ao que se alude na mencionada tomada de consciência escrevemos a respeito:

"Neste período, houve lutas de classe. Na Suméria, por exemplo, o príncipe Urukagina, no ano 2670 a. C., procedeu a uma profunda reforma social para atender as reivindicações e pressões dos súditos explorados pelo sistema vigente, determinando a supressão dos cargos odientos (Grão-sacerdote, arrecadador de imposto e chefe de armazém de templo subordinado), das normas fiscais injustas (taxa de repúdio da esposa, cobrada pelo rei e pelo ministro, e o tributo em espécie dos pescadores, que foi substituído por dinheiro); e dos abusos econômicos (a utilização e a apropriação dos bens do templo pela família do governante). (Cf. Gabriel Franco, *História de La Economia por los Grandes Maestros*, Aguilar: Madri, 1965, p. 27). No Egito, por outro lado, houve um levante geral por várias décadas, durante o Médio Império (2065-1785), que foi descrito numa carta do súdito Ipour ao Faraó de cujas informações consta que "os rebeldes eram miseráveis que nada possuíam. Aprisionaram o rei, expulsaram os ricos de seus palácios, arrastaram as múmias dos Faraós para fora de suas tumbas, ocuparam os templos e puseram fim aos ofícios religiosos. Apoderaram-se dos armazéns dos senhores e dos sacerdotes, e declararam de propriedade nacional todo o trigo que eles continham. Instalados nas residências dos ricos, os insurretos vestiram as roupas e usaram os adornos dos senhores que obrigaram a trabalhar para eles. Segundo expressão de Ipour, a terra girou como um torno de oleiro. Os insurretos tomaram o Palácio da Justiça, destruíram os processos, lançaram à rua os pergaminhos da lei e suprimiram os escribas e suas listas de coleta. A casa do rei ficou sem contribuições e os templos sem oferendas". (Cf. V. Diácov e S. Covaliov, *História da Antiguidade*, primeiro volume, Fulgor: São Paulo, 1965, p. 195, in Oswaldo Evandro Carneiro Martins, "Lutas de Classes na História", autógrafos).

(3) "Ser ético, portanto, é ter a ciência e consciência do dever, a responsabilidade por sua ação, a identidade atitudinal entre o que se faz e o que se pensa". (Cf. Oswaldo Evandro Carneiro Martins, "Uma abordagem da Ética Profissional", in *Revista do Instituto do Ceará*, tomo CXII, ano CXII, volume 112, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 1998, p. 218).

Impõe-se, pois, um código de ética partidária como instância atualizadora, isto em termos amplos de conhecimento axiológico. Há um quartel de século o constatamos:

"Percorrendo a escala de valores no sentido da superestrutura para a base, viu-se quanto decresce a subjetividade. Os valores subjetivos terminam em contradição com os que o são em menor proporção, isto é, àqueles que lhes ficam abaixo na escala. Tal contradição lhes trava o desenvolvimento, como se constata com facilidade. Exemplifique-se: 1) inexiste uma estatuária islâmica, em virtude da interferência dos valores religiosos nos estéticos; 2) Gauss deixou de divulgar a sua descoberta da geometria hiperbólica antes de Lobatchevsky e de Bolyai, por temor à celeuma que provocariam suas idéias, isto é, impuseram-se-lhe valores sociais em detrimento de valores intelectuais; 3) o funcionário público é um trabalhador acicatado pelo custo de vida, tanto ou mais que os trabalhadores marítimos, mas em virtude de prescrição legal do seu estatuto não faziam greve, o que demonstra prevalência dos valores jurídicos sobre os econômicos, a qual pode inclusive levar à proibição política geral das greves" (Cf. Oswaldo Evandro Carneiro Martins, *O Autor e o Ator – Ensaio Marxista de Antropologia Filosófica*, Fortaleza: Barraca do Escritor Cearense, 1994, p. 159).

A Impressão Régia no Brasil e no Ceará

José Augusto Bezerra*

Ao focalizarmos a Impressão Régia, vislumbramos o teatro da história, cheio de lendas, heroísmos e criações.

Em um dos palcos, pode-se ver a *Guerra entre Portugal e França*, na qual o Brasil desempenhou importante papel e adquiriu experiência para os espetáculos que se seguiram.

Traços deixados por nossa primeira tipografia permitem-nos recriar, no imaginário, atores e interpretações; glórias e tragédias dos que contracenaram, em última análise, com o destino. Deles próprios, dos seus países e de províncias distantes, como a do Ceará.

A Imprensa nas Américas

A imprensa chegou ao México em 1533/39; em 1584, principia no Peru; na Bolívia, em 1610; nos Estados Unidos, em 1638; na Argentina, em 1705, e em Cuba, em 1707.

Registre-se o pioneirismo dos portugueses nesse campo, porquanto, em 1556 introduziram a imprensa em Goa, na Costa da Índia, primeira impressão da Ásia, e, em 1590, instalaram-na na cidade de Nagasaki, no Japão.

O Brasil, entretanto, mesmo sendo a mais importante colônia de Portugal, por fatores ainda não suficientemente esclarecidos, só veio a ter imprensa própria em 1808. De acordo com Semeraro/Ayrosa, em *História da Tipografia no Brasil*, do Museu de Arte de São Paulo (MASP), fomos o antepenúltimo país do Mundo a ter esse instrumento de comunicação (SEMERARO/AYROSA, 1979: p. 6).

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Fatos anteriores à Impressão Régia

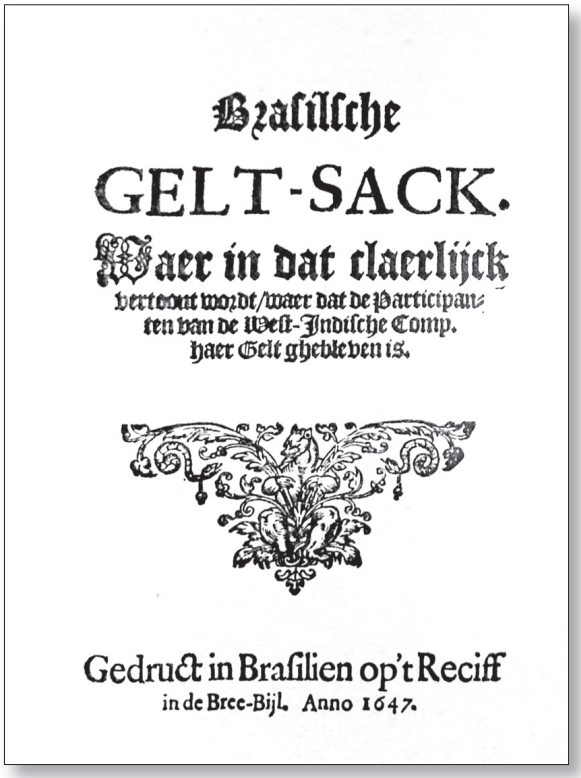
A hipótese de uma possível oficina tipográfica, na cidade do Recife, no século XVII, baseia-se no opúsculo intitulado *Brasilsche Gelt-sack*, que teria sido impresso em 1647, na cidade acima, conforme imprenta ao pé da página desse folheto.

O historiador Moreira de Azevedo, em *Origem e Desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro (*1865*),* foi o primeiro a considerar tal possibilidade.

Em sua obra *O livro no Brasil*, Laurence Hallewell diz acreditar-se que aquele colofão é falso e fora feito para encobrir o impressor, já que o trabalho era um grosseiro ataque aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais (HALLEWELL, 1985: p, 86).

Rubens Borba de Moraes, no livro *O Bibliófilo Aprendiz*, esclarece:

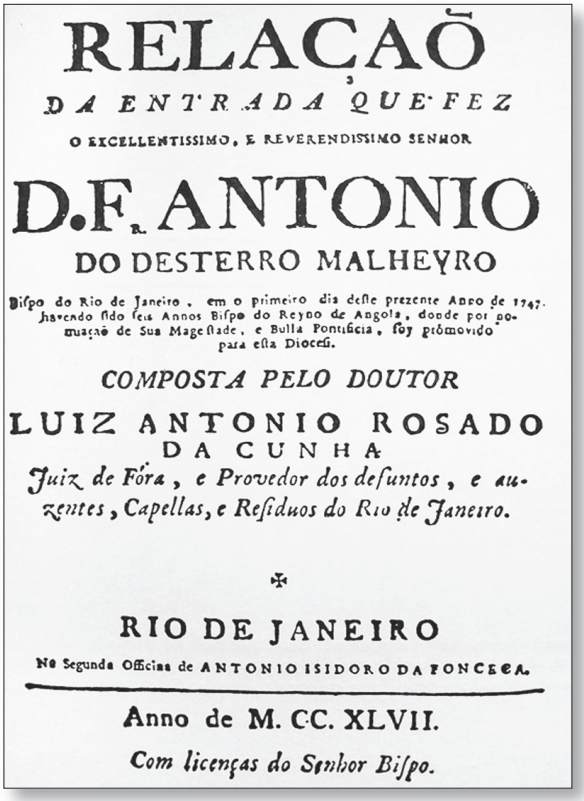
Houve quem pensasse ter sido esse folheto impresso em Recife. Alfredo de Carvalho (in Rev. do Inst. Arq. e Geog. de Pernambuco, vol. XI, n. 64, 1904) provou que tinha sido impresso na Holanda (MORAES, 1979: p. 136).


Brasilsche
GELT-SACK.
Waer in dat claerlijck
vertoont wordt/waer dat de Participan-
ten van de West-Indische Comp.
haer Gelt gheblcven is.
Gedruct in Brasilien op't Reciff
in de Bree-Bijl. Anno 1647.

Semeraro/Ayrosa, *História da Tipografia no Brasil, 1979:23*

No mesmo livro *O Bibliófilo Aprendiz*, Rubens Borba de Moraes observa o intrigante fato de os Jesuítas – que haviam levado a imprensa para as reduções do Paraguai, pelos anos de 1700 e, em 1766, fizeram-na chegar ao rio da Prata, como já tinham feito por outros países – não terem se interessado em trazer prelos para o Brasil. No Brasil, diz ele, onde os Jesuítas ministravam instrução superior e defendiam tese, onde redigiam Gramática e Catecismo das línguas indígenas, tudo era impresso em Coimbra, Évora e Lisboa (MORAES, 1979: 135).

Estudiosos, como Laurence Hallewell, aceitam que o tipógrafo português Antonio Isidoro da Fonseca tenha sido o primeiro impressor do Brasil. Instalou uma tipografia clandestina na cidade do Rio de Janeiro, e em 7 de fevereiro de 1747, publicou um folheto de vinte e quatro páginas in quarto, com o título de *Relação da Entrada que Fez o Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. F. Antonio do Desterro Malheyro, Bispo do Rio de Janeiro*[...] *composta pelo doutor Luiz Antonio Rosado da Cunha*, tido como o primeiro impresso feito em nosso País. (cf. HALLEWELL, 2005:p. 88-95).



RELAÇAÕ

DA ENTRADA QUE FEZ

O EXCELLENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR

D.F. ANTONIO

DO DESTERRO MALHEYRO

Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747. havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola, donde por promoçaõ de Sua Magestade, e Bulla Pontificia, foy promovido para esta Diocesi.

COMPOSTA PELO DOUTOR

LUIZ ANTONIO ROSADO DA CUNHA

Juiz de Fóra, e Provedor dos defuntos, e auzentes, Capellas, e Resíduos do Rio de Janeiro.

✠

RIO DE JANEIRO

Na Segunda Officina de ANTONIO ISIDORO DA FONSECA.

Anno de M. CC. XLVII.

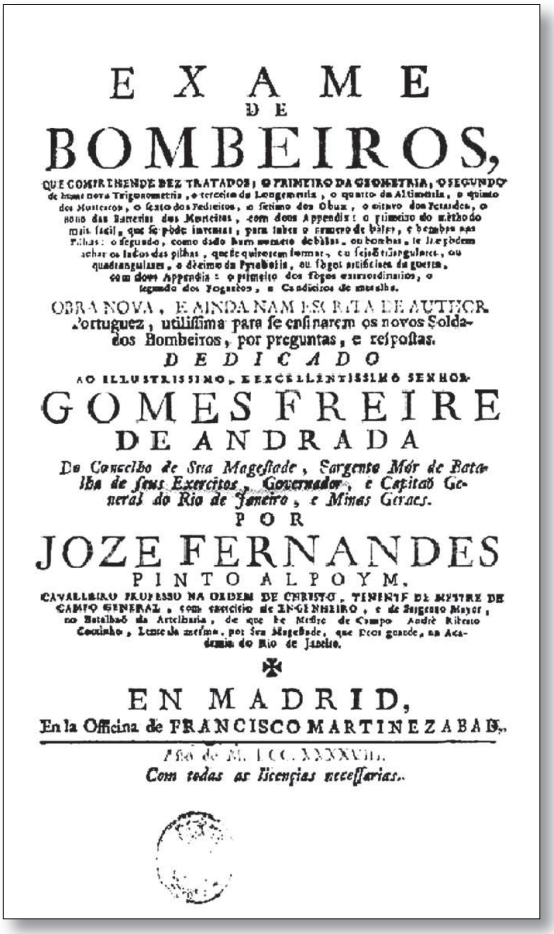
Com licenças do Senhor Bispo.

Semeraro/Ayrosa, *História da Tipografia no Brasil, 1979:24*

Embora tenha editado mais dois trabalhos, a tentativa terminou malograda, porquanto, em 6 de julho de 1747, o mencionado tipógrafo, por ordem régia de D. João V, teve seus bens

seqüestrados e ele próprio foi deportado para Lisboa (SEMERARO/ AYROSA, 1979: p. 6).

Os meandros da proibição de impressão no Brasil levam muitos historiadores, encabeçados por F. A. Varnhagen, a acreditar que o livro *Exame de Bombeiros,* de José Fernandes Pinto Alpoym, tenha sido impresso pela oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, embora conste na folha de rosto haver sido impresso em Madri, em 1748, com as licenças de um ano antes. Possível falha de revisão da obra nos deixa importante pista, pois, na gravura n.º XVII, do mesmo livro, está escrito *Rio de Janeiro – 1749*. Os caracteres da fundição Villeneuve, utilizados em Lisboa e Rio de Janeiro, dão a quase certeza de que a informação de Madri seria um disfarce e de que aquela teria sido, portanto, uma edição feita em Portugal ou a última edição desse impressor, no Brasil. O assunto parece ser ainda um campo aberto a pesquisas documentais, comprobatórias e definitivas.



E X A M E
DE
BOMBEIROS,

QUE COMPREHENDE DEZ TRATADOS; O PRIMEIRO DA GEOMETRIA, O SEGUNDO de huma nova Trigonometria, o terceiro da Longimetria, o quarto da Altimetria, o quinto dos Morteiros, o sexto dos Pedreiros, o setimo dos Obuz, o oitavo dos Petardos, o nono das Bateiras dos Morteiros, com dous Appendix: o primeiro do methodo mais facil, que se póde inventar, para lançar o remuro de balas, e bombas nas Pilhas: o segundo, como dado hum momento debilas, ou bombas, se lhe podem achar os lados das pilhas, que se quizerem formar, ou sejão triangulares, ou quadrangulares, o decimo da Pyrobolia, ou fogos artificiaes da guerra, com dous Appendix: o primeiro dos fogos extraordinarios, o segundo dos Foguetes, e Candieiros de mesilha.

OBRA NOVA, E AINDA NAM ESCRITA DE AUTHOR Portuguez, utilissima para se ensinarem os novos Soldados Bombeiros, por preguntas, e respostas.

D E D I C A D O

AO ILLUSTRISSIMO, E EXCELLENTISSIMO SENHOR

GOMES FREIRE
DE ANDRADA

Do Conselho de Sua Magestade, Sargento Mór de Batalha de seus Exercitos, Governador, e Capitaõ General do Rio de Janeiro, e Minas Geraes.

POR

JOZE FERNANDES
PINTO ALPOYM,

CAVALLEIRO PROFESSO NA ORDEM DE CHRISTO, TENENTE DE MESTRE DE CAMPO GENERAL, com exercicio de ENGENHEIRO, e de Sargento Mayor, no Batalhaõ da Artilharia, de que he Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho, Lente da mesma, pot seu Magestade, que Deos guarde, na Academia do Rio de Janeiro.

EN MADRID,
En la Officina de FRANCISCO MARTINEZ ABAD.

Año de M. DCC. XXXXVII.
Com todas as licenças necessarias.

Alpoym, 1748.
(Acervo de José Augusto Bezerra).

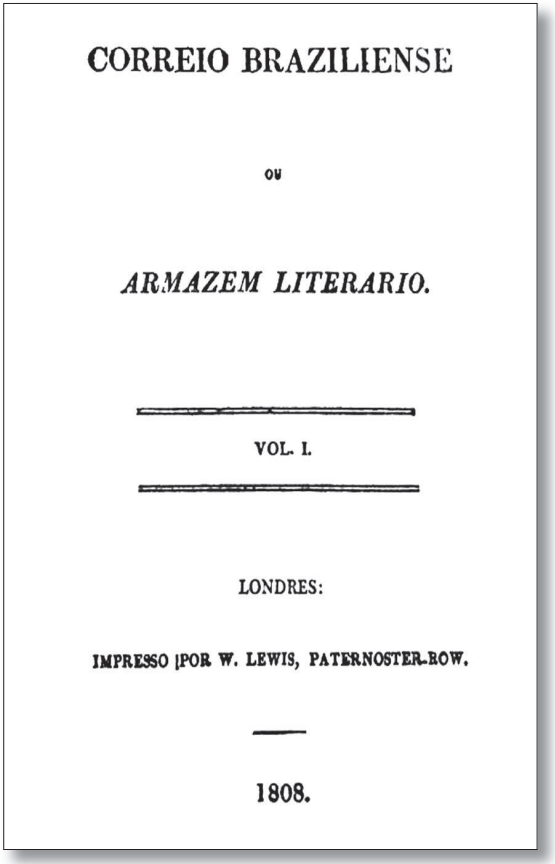
O padre mineiro José Joaquim Viegas de Menezes, em 1807, um ano antes da Impressão Régia, imprimiu em Vila Rica um opúsculo de 18 páginas. Não usou tipos, abriu-o em chapas de cobre, inserindo na capa gravura representando o

governador e sua mulher, conforme registro da historiadora Isabel Lustosa (LUSTOSA, 2000: p. 66). O autor do opúsculo foi Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, que homenageava o governador da Província, Pedro Maria Xavier de Athayde e Melo.

O primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, fundado por Hipólito da Costa, em 01/06/1808, editado em Londres, antecipou-se à Impressão Régia, no gênero. Poucos meses depois, em 10/09/1808, surgiu a *Gazeta do Rio de Janeiro*, órgão oficial do governo. O *Correio Braziliense* funcionou de 1808 a 1822 como o mais completo órgão informativo da imprensa brasileira, no período, tendo deixado impressos 29 grossos volumes. Deu por terminada a sua missão quando o seu fundador viu a Independência do Brasil se tornar realidade.

Em 13/09/1999, por iniciativa do Congresso Nacional, a Lei Federal nº. 9831 consagrou o dia 1º. de junho como o *Dia da Imprensa Brasileira*.

Isabel Lustosa, usando as palavras de Carlos Rizzini, declara que o *Correio* foi o nosso único jornal "informativo, doutrinário e pugnaz", e, por conta dele, Hipólito é não só o fundador da imprensa brasileira como também o criador da imprensa política lusitana (LUSTOSA, 2000: 73).



CORREIO BRAZILIENSE

OU

ARMAZEM LITERARIO.

VOL. I.

LONDRES:

IMPRESSO POR W. LEWIS, PATERNOSTER-ROW.

1808.

Primeiro número do *Correio Braziliense*.
(Acervo de José Augusto Bezerra)

Esses acontecimentos pré-Impressão Régia no Brasil mostram a engrenagem dos nossos quase trezentos anos de atraso em relação ao início da imprensa no Continente.

Embora tal atraso possa parecer humilhante, em nosso entendimento, porém, não podemos considerar apenas a linha do tempo, mas também e, principalmente, a importância da imprensa em cada região.

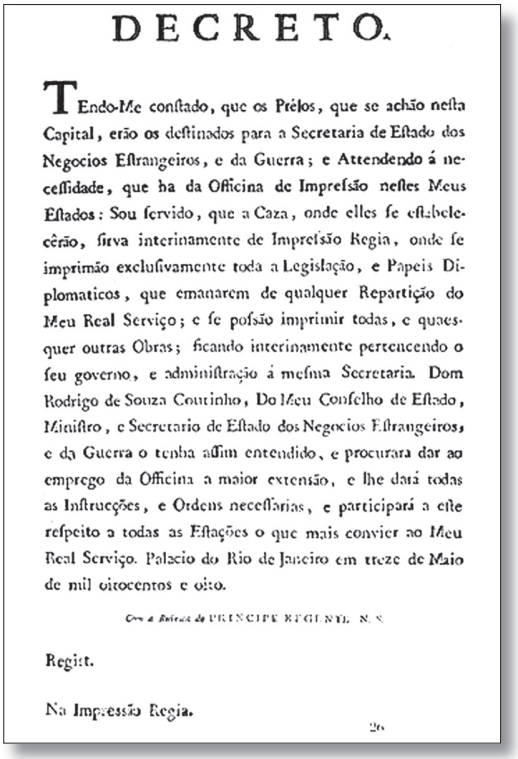
A imprensa no Brasil surgiu como o centro das comunicações de um Reino que, a partir da América do Sul, comandava Portugal e outras regiões do mundo.

Queimou etapas, produziu belas obras e documentos da maior relevância, utilizou profissionais de nomeada e máquinas modernas. O que semelha, à primeira vista, desvantagem, pode ter sido, assim, pela mão do destino, vantagem.

Imprensa Régia ou Impressão Régia?

É comum encontrarmos, mesmo entre estudiosos, o uso da expressão *Imprensa Régia* em vez de *Impressão Régia*. Talvez a palavra imprensa seja usada tão freqüentemente, na atualidade, que pareça normal utilizá-la como sinônimo de impressão.

Para dirimir dúvidas, é oportuno esclarecer que o nome da primeira Editora do Brasil é *Impressão Régia*, o qual consta no decreto da sua criação.



DECRETO.

TEndo-Me conſtado, que os Prélos, que se achão neſta Capital, erão os deſtinados para a Secretaria de Eſtado dos Negocios Eſtrangeiros, e da Guerra; e Attendendo á neceſſidade, que ha da Officina de Impreſsão neſtes Meus Eſtados: Sou ſervido, que a Caza, onde elles ſe eſtabelecêrão, ſirva interinamente de Impreſsão Regia, onde ſe imprimão excluſivamente toda a Legislação, e Papeis Diplomaticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço; e ſe poſsão imprimir todas, e quaesquer outras Obras; ficando interinamente pertencendo o ſeu governo, e adminiſtração á meſma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Do Meu Conſelho de Eſtado, Miniſtro, e Secretario de Eſtado dos Negocios Eſtrangeiros, e da Guerra o tenha aſſim entendido, e procurara dar ao emprego da Officina a maior extensão, e lhe dará todas as Inſtrucções, e Ordens neceſſarias, e participará a eſte reſpeito a todas as Eſtações o que mais convier ao Meu Real Serviço. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Maio de mil oitocentos e oito.

Com a Rubrica do PRINCIPE REGENTE N. S.

Regist.

Na Impressão Regia.

Decreto de criação da Impressão Regia (Acervo de José Augusto Bezerra)

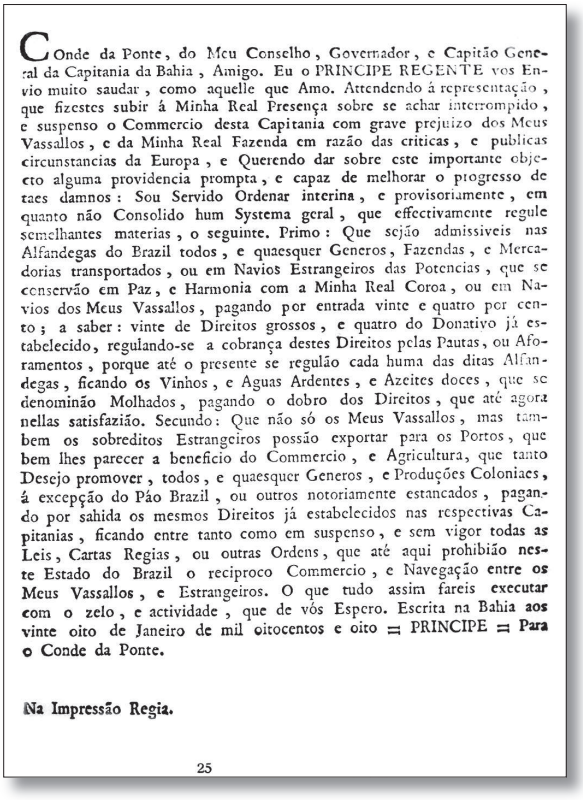
A chegada da Corte ao Brasil em 7 de março de 1808

A partir de novembro de 2007 e por todo o ano de 2008, se comemoraram os 200 anos da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil.

Em virtude de um decreto de 26 de novembro de 1807, que temos em nosso acervo, assinado pelo próprio D.João VI, a Corte saiu do rio Tejo em 29 de novembro do mesmo ano, em uma esquadra de sete naus, cinco fragatas, dois brigues, duas charruas e muitos navios mercantes, escoltados pela esquadra inglesa, comandada pelo vice-almirante Graham Moore (VARNHAGEN, *História Geral do Brasil,* 1962, t.5, 34, 105).

Em 22 de janeiro de 1808 atracaram na Bahia e ali permaneceram até o dia 26 de fevereiro. Nessa curta temporada assinou-se a Carta Régia da abertura dos portos às nações amigas e fundou-se uma Escola Médico-Cirúrgica em Salvador. Continuando a viagem, chegaram ao Rio de Janeiro em 7 de março de1808 (VARNHAGEN, 1962, t.5, 89, 90).

É conveniente observar que os atos anteriores à Impressão Régia, como o da abertura dos portos, só foram impressos após a criação dela, em 13 de maio de 1808. Neles constam o nome "Impressão Régia", não existente antes daquela data.



Conde da Ponte, do Meu Conselho, Governador, e Capitão General da Capitania da Bahia, Amigo. Eu o PRINCIPE REGENTE vos Envio muito saudar, como aquelle que Amo. Attendendo á representação, que fizestes subir á Minha Real Presença sobre se achar interrompido, e suspenso o Commercio desta Capitania com grave prejuizo dos Meus Vassallos, e da Minha Real Fazenda em razão das criticas, e publicas circunstancias da Europa, e Querendo dar sobre este importante objecto alguma providencia prompta, e capaz de melhorar o progresso de taes damnos: Sou Servido Ordenar interina, e provisoriamente, em quanto não Consolido hum Systema geral, que effectivamente regule semelhantes materias, o seguinte. Primo: Que sejão admissiveis nas Alfandegas do Brazil todos, e quaesquer Generos, Fazendas, e Mercadorias transportados, ou em Navios Estrangeiros das Potencias, que se conservão em Paz, e Harmonia com a Minha Real Coroa, ou em Navios dos Meus Vassallos, pagando por entrada vinte e quatro por cento; a saber: vinte de Direitos grossos, e quatro do Donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes Direitos pelas Pautas, ou Aforamentos, porque até o presente se regulão cada huma das ditas Alfandegas, ficando os Vinhos, e Aguas Ardentes, e Azeites doces, que se denominão Molhados, pagando o dobro dos Direitos, que até agora nellas satisfazião. Secundo: Que não só os Meus Vassallos, mas tambem os sobreditos Estrangeiros possão exportar para os Portos, que bem lhes parecer a beneficio do Commercio, e Agricultura, que tanto Desejo promover, todos, e quaesquer Generos, e Produções Coloniaes, á excepção do Páo Brazil, ou outros notoriamente estancados, pagando por sahida os mesmos Direitos já estabelecidos nas respectivas Capitanias, ficando entre tanto como em suspenso, e sem vigor todas as Leis, Cartas Regias, ou outras Ordens, que até aqui prohibião neste Estado do Brazil o reciproco Commercio, e Navegação entre os Meus Vassallos, e Estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo, e actividade, que de vós Espero. Escrita na Bahia aos vinte oito de Janeiro de mil oitocentos e oito = PRINCIPE = Para o Conde da Ponte.

Na Impressão Regia.

25

Carta régia promovendo a Abertura dos Portos no Brasil. Manuscrita na Bahia em 28/01/1808. Impressa depois de 13/05/1808. (Acervo de José Augusto Bezerra).

Os eventos comemorativos lembraram uma decisão corajosa, porquanto nunca uma família real européia havia posto os pés no Novo Mundo. Ao transferir a sua Corte para o Rio de Janeiro, Portugal surpreendeu o próprio Napoleão Bonaparte que, nas suas memórias, escritas pouco antes de morrer, disse que D. João VI fora o único que o enganara (GOMES, 2007: 27).

Em virtude da iniciativa, o Brasil foi o único país das Américas a possuir reis e imperadores, o que muito influenciou na sua unidade territorial e política posterior.

Embora os números sejam discutíveis, supõe-se que naquele tempo a cidade do Rio de Janeiro possuía 60.000 habitantes, conforme o viajante e historiador John Luccock (1820: 42). Subitamente teve que abrigar 10.000 a 15.000 novos personagens, na maioria composta de nobres e burgueses, que chegavam ao Brasil com a perspectiva de uma longa temporada entre nós. Para grande parte deles e para muitos parentes que depois vieram, a vinda se tornaria definitiva.

Os costumes e as necessidades dos membros da comitiva provocaram uma revolução cultural. O Brasil, que não existia como nação, foi sendo estruturado. A abertura dos portos, a criação do Banco do Brasil, da Escola Médico-Cirúrgica, da Biblioteca Real, da Impressão Régia, do Jardim Botânico, da Escola de Ciências, Artes e Ofícios, da Academia Militar, do Teatro São João e de muitas outras instituições, pavimentaram um caminho sem volta em direção ao crescimento. Em dez anos, a cidade duplicou o número de habitantes e se projetou internacionalmente.

A Impressão Régia

A nau *Meduza,* uma das que compunham a frota que conduzia a Corte Portuguesa para o Brasil, trazia entre importantes pertences da sua carga, *uma tipografia completa.* Encomendada à Inglaterra para a Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra, de Portugal, ainda estava encaixotada no porto de Lisboa, quando foi desviada para o novo endereço da família real, no Rio de Janeiro. Tudo isso feito sob a inspiração de Antonio de Araújo, futuro Conde da Barca (LUSTOSA, 2000: 66*).*

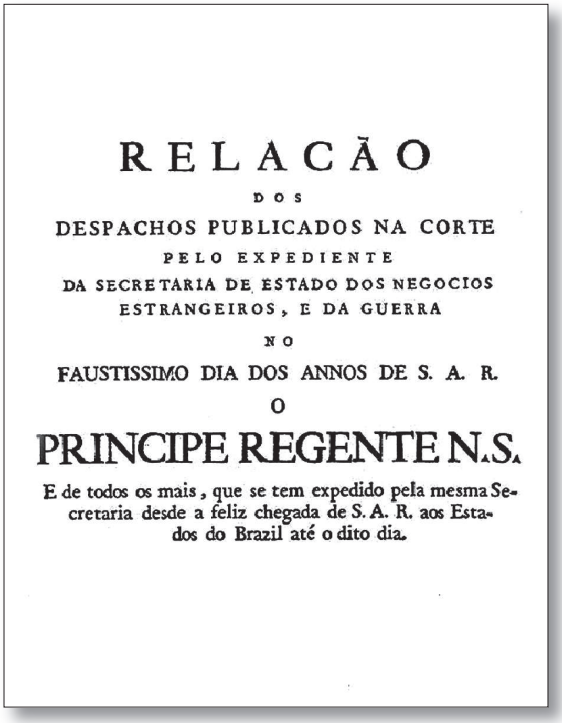
Tais prelos e material tipográfico da melhor qualidade foram instalados no andar térreo de um prédio da rua dos Barbonos, esquina da

rua das Marrecas. O decreto que criava a Impressão Régia, feito apenas dois meses após a chegada da família real, tinha uma data especial: 13 de maio, dia do aniversário de D. João VI.

Sobre o acontecimento exultou Luiz Gonçalves dos Sanctos, o famoso Padre Perereca, em *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil*: "*O Brasil até o feliz dia 13 de maio de 1808 não conhecia o que era Tipografia. Foi necessário que a brilhante Face do Príncipe Regente Nosso Senhor, bem como refulgente Sol, viesse vivificar este Pais [...] dissipando as trevas da ignorância, cujas negras e medonhas nuvens cobriam todo o Brasil e interceptavam as luzes da sabedoria...*" (SANCTOS, 1825, t. I, 80).

Hipólito da Costa, anteriormente mencionado, assim também se expressou no *Correio Braziliense*: "[...] Tarde, desgraçadamente tarde, mas, enfim, apareceram tipos no Brasil, e eu de todo meu coração, dou parabéns aos meus compatriotas brasilienses*"* (COSTA, t.I, 394).

No mesmo dia do decreto, surge a primeira publicação da Impressão Régia, uma espécie de Diário Oficial, com o resumo das nomeações, promoções, reformas, etc. no Exército Brasileiro, depois da chegada da Corte ao País, até o dia 13 de maio de 1808, e também com uma relação de decretos e cartas régias, com o título de *Relação dos Despachos Publicados na Corte pelo Expediente da Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra.*



RELACÃO

DOS

DESPACHOS PUBLICADOS NA CORTE

PELO EXPEDIENTE

DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS, E DA GUERRA

NO

FAUSTISSIMO DIA DOS ANNOS DE S. A. R.

O

PRINCIPE REGENTE N.S.

E de todos os mais, que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de S. A. R. aos Estados do Brazil até o dito dia.

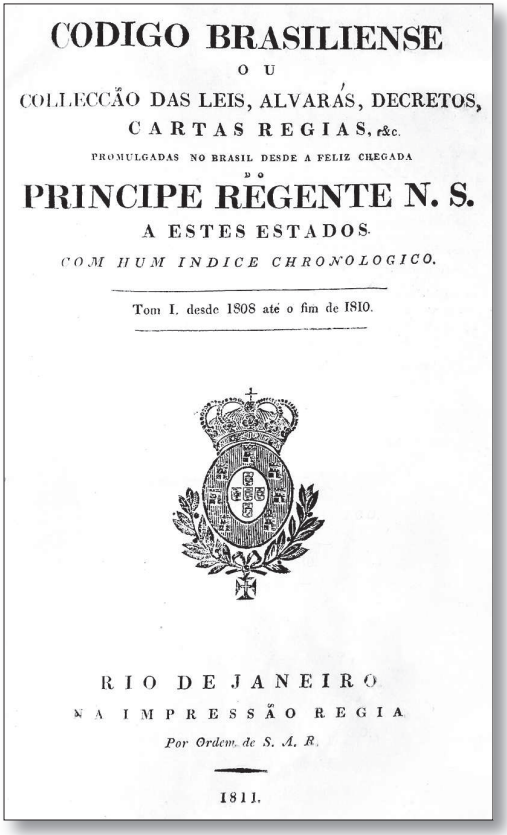
13/05/1808 – Primeira Impressão Régia. (CAMARGO/MORAES, Bibliografia da Impressão Régia no Brasil, 1993: p. 13).

Esta primeira publicação, simples no conteúdo, é importante para a bibliografia brasileira por significar o início de uma poderosa transformação em nossa história.

Em virtude da emergência e da falta de compreensão sobre a importância daqueles instantes iniciais, não se foi documentando a ordem cronológica nem os títulos, tornando-se, hoje, impossível dizer com segurança qual foi o segundo documento impresso.

Observe-se ainda que a dificuldade de se encontrarem papéis oficiais (cartas-régias, alvarás, decretos), levou, em 1811, à compilação de todos os atos do governo, editados desde a chegada do Príncipe Regente ao Brasil.

A Impressão Régia mandou imprimir um índice cronológico e uma folha de rosto para o tomo I, com o título *Código Brasiliense*, que enfeixava todas as leis, alvarás, decretos, Cartas Régias, tratados, editais etc, publicados entre 1808 e 1810. O tomo II, após atualizações das folhas de rosto e índices, em 1812, 1814 e 1815, foi, por último, concluído em 1820, com as leis até 1819. Portanto, a legislação publicada de 1808 a 1819, com exceção de pouquíssimas leis avulsas, estava contida em dois volumes, com seus respectivos índices anuais (MORAES, 1975: 151).


CODIGO BRASILIENSE
OU
COLLECÇÃO DAS LEIS, ALVARÁS, DECRETOS,
CARTAS REGIAS, &c.
PROMULGADAS NO BRASIL DESDE A FELIZ CHEGADA
DO
PRINCIPE REGENTE N. S.
A ESTES ESTADOS.
COM HUM INDICE CHRONOLOGICO.
Tom I. desde 1808 até o fim de 1810.
RIO DE JANEIRO
NA IMPRESSÃO REGIA
Por Ordem de S. A. R.
1811.

Impressão Régia, 1811.
(Acervo de José Augusto Bezerra)

A Presidenta da Associação Brasileira de Livreiros Antiquários, Ana Maria Bocayuva de Miranda Jordão, informa: "O *Código Brasiliense* contém os documentos originais, i.é, como impressos na época e postos

em circulação. Os primeiros impressores utilizavam os tipos a seu gosto, daí as diferentes formas de impressão apresentadas" (Disponível em http://sebofino.sites.uol.com.br).

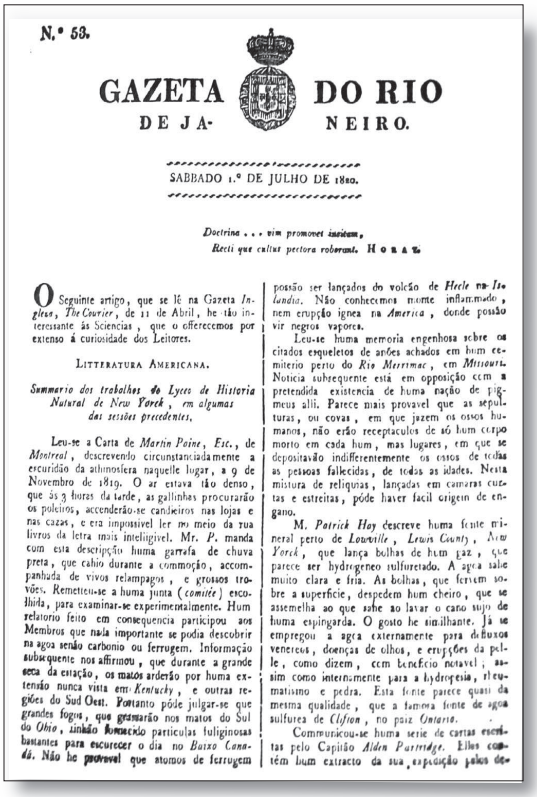
O Código Brasiliense, na atualidade, é raríssimo, existindo pouquíssimos exemplares no mundo.

Alfredo do Valle Cabral procedeu a importante pesquisa e publicou valioso catálogo, em 1881, hoje considerado muito raro, das obras que foram feitas na Impressão Régia.

Posteriormente, a Biblioteca Nacional, em separata dos seus *Anais*, publicou catálogo citando os documentos que Alfredo Cabral não mencionara. Mais à frente, Rubens Borba de Moraes e Ana Maria de Almeida Camargo continuaram esses estudos iniciais e, após a morte do primeiro, Ana Maria de Almeida Camargo, publicou, em 1993, a *Bibliografia da Impressão Régia no Rio de Janeiro (1808-1822),* tendo Rubens Borba de Moraes como co-autor.

A primeira publicação periódica feita no Brasil surgiu no dia 10 de setembro de 1808, com a *Gazeta do Rio de Janeiro,* e a primeira revista apareceu em 1813, com o título de *O Patriota*, sob a égide de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Até 1821 não surgiram outras publicações do gênero.

Em 2 de março de 1821, às vésperas de deixar o Brasil, D. João VI providenciou um decreto que abolia a censura prévia e regulava a liberdade de im-



N.º 53.

GAZETA DO RIO DE JA- NEIRO.

SABBADO 1.º DE JULHO DE 1820.

Doctrina . . . vim promovet insitam,
Recti que cultus pectora roborant. HORAT.

O Seguinte artigo, que se lê na Gazeta *Inglesa*, *The Courier*, de 11 de Abril, he tão interessante ás Sciencias, que o offerecemos por extenso á curiosidade dos Leitores.

LITTERATURA AMERICANA.

Summario dos trabalhos do Lyceo de Historia Natural de New Yorck, em algumas das sessões precedentes.

Leu-se a Carta de *Martin Paine*, *Esc.*, de *Montreal*, descrevendo circunstanciadamente a escuridão da athmosfera naquelle lugar, a 9 de Novembro de 1819. O ar estava tão denso, que ás 3 horas da tarde, as gallinhas procurarão os poleiros, accenderão-se candeiros nas lojas e nas casas, e era impossivel ler no meio da rua livros da letra mais intelligivel. Mr. *P.* manda com esta descripção huma garrafa de chuva preta, que cahio durante a commoção, accompanhada de vivos relampagos, e grossos trovões. Remetteu-se a huma junta (*comité*) escolhida, para examinar-se experimentalmente. Hum relatorio feito em consequencia participou aos Membros que nada importante se podia descobrir na agoa senão carbonio ou ferrugem. Informação subsequente nos affirmou, que durante a grande seca da estação, os matos arderão por huma extensão nunca vista em *Kentucky*, e outras regiões do Sud Oest. Portanto póde julgar-se que grandes fogos, que gramarão nos matos do Sul do *Ohio*, sinhão fumaceiro particulas fuliginosas bastantes para escurecer o dia no *Baixo Canadá*. Não he provavel que atomos de ferrugem possão ser lançados do volcão de *Hecle* na *Islandia*. Não conhecemos monte inflammado, nem erupção ignea na *America*, donde possão vir negros vapores.

Leu-se huma memoria engenhosa sobre os citados esqueletos de arbres achados em hum cemiterio perto do *Rio Mesrimac*, em *Missouri*. Noticia subsequente está em opposição com a pretendida existencia de huma nação de pigmeus alli. Parece mais provavel que as sepulturas, ou covas, em que jazem os ossos humanos, não erão receptaculos de só hum corpo morto em cada hum, mas lugares, em que se depositavão indifferentemente os ossos de todas as pessoas fallecidas, de todas as idades. Nesta mistura de reliquias, lançadas em camaras cuctas e estreitas, póde haver facil origem de engano.

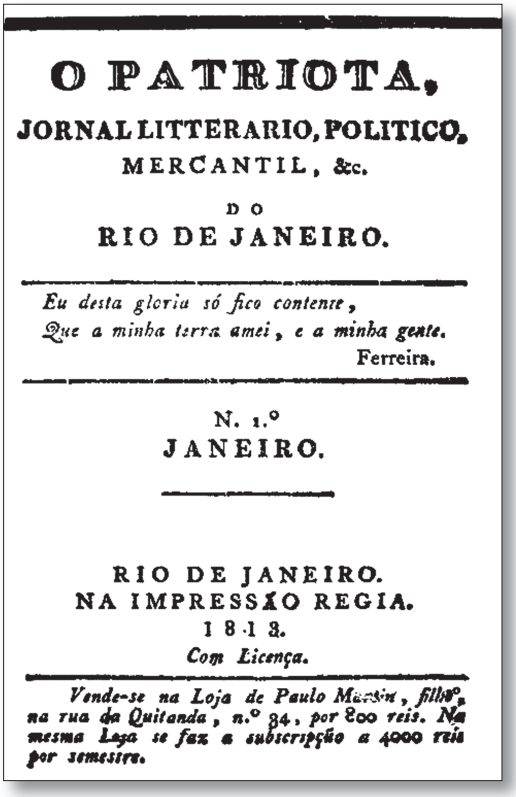
M. *Patrick Hoy* descreve huma fonte mineral perto de *Lowville*, *Lewis County*, *New Yorck*, que lança bolhas de hum gaz, que parece ser hydrogeneo sulfuretado. A agoa sahe muito clara e fria. As bolhas, que fervem sobre a superficie, despedem hum cheiro, que se assemelha ao que sahe ao lavar o cano sujo de huma espingarda. O gosto he similhante. Já se empregou a agoa externamente para defluxos venereos, doenças de olhos, e erupções da pelle, como dizem, com beneficio notavel, assim como internamente para a hydropesia, rheumatismo e pedra. Esta fonte parece quasi da mesma qualidade, que a famosa fonte de agoa sulfurea de *Clifton*, no paiz *Ontario*.

Communicou-se huma serie de cartas escritas pelo Capitão *Alden Partridge*. Ellas contém hum extracto da sua expedição pelos de-

Semeraro/Ayrosa, *História da Tipografia no Brasil,* 1979: 41.

prensa. Não extinguia a prática da censura, mas atenuava a forma como era feita. Em 28 de agosto do mesmo ano, entretanto, D. Pedro I complementou a lei, ao expressar, contundentemente: "[...] que não se embarace por pretexto algum a impressão que se quiser fazer de qualquer texto escrito" [...] (LUSTOSA/entrevista: disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub181120032. htm).

A Impressão Régia, como única impressora do Rio de Janeiro, até 2 de março de 1821, quando foram permitidas outras impressoras de particulares, publicou um imenso número de obras sobre os mais variados temas, os quais abrangeram campos como os da Matemática, Medicina, História, Poesia, Música, Teatro, Arte, Religião, Astronomia, Jornalismo, Romance, Botânica e tantos mais, numa fantástica contribuição ao nosso progresso em todos os domínios da cultura.



O PATRIOTA,

JORNAL LITTERARIO, POLITICO,

MERCANTIL, &c.

DO

RIO DE JANEIRO.

Eu desta gloria só fico contente,
Que a minha terra amei, e a minha gente.
Ferreira.

N. 1.º
JANEIRO.

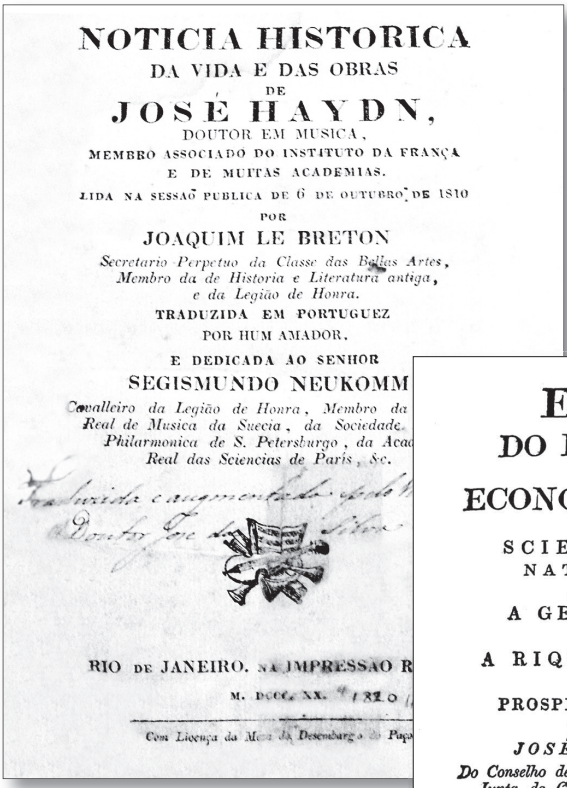
RIO DE JANEIRO.
NA IMPRESSÃO REGIA.
1813.
Com Licença.

Vende-se na Loja de Paulo Martin, filho, na rua da Quitanda, n.º 34, por 200 reis. Na mesma Loja se faz a subscripção a 4000 reis por semestre.

Semeraro/Ayrosa, *História da Tipografia no Brasil,* 1979: p. 35.

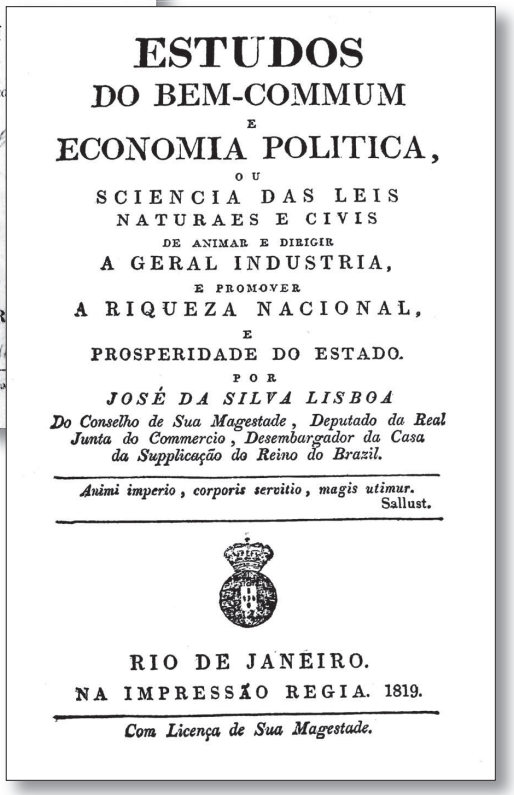
Exemplos da Impressão Régia em vários campos de atividade

Obras do acervo de José Augusto Bezerra



NOTICIA HISTORICA
DA VIDA E DAS OBRAS
DE
JOSÉ HAYDN,
DOUTOR EM MUSICA,
MEMBRO ASSOCIADO DO INSTITUTO DA FRANÇA
E DE MUITAS ACADEMIAS.
LIDA NA SESSÃO PUBLICA DE 6 DE OUTUBRO DE 1810
POR
JOAQUIM LE BRETON
Secretario Perpetuo da Classe das Bellas Artes, Membro da de Historia e Literatura antiga, e da Legião de Honra.
TRADUZIDA EM PORTUGUEZ
POR HUM AMADOR.
E DEDICADA AO SENHOR
SEGISMUNDO NEUKOMM
Cavalleiro da Legião de Honra, Membro da Real de Musica da Suecia, da Sociedade Philarmonica de S. Petersburgo, da Academia Real das Sciencias de Paris, &c.
RIO DE JANEIRO. NA IMPRESSÃO R
M. DCCC. XX. 1820
Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço

Primeiro livro sobre Música no Brasil - 1810



ESTUDOS
DO BEM-COMMUM
E
ECONOMIA POLITICA,
OU
SCIENCIA DAS LEIS
NATURAES E CIVIS
DE ANIMAR E DIRIGIR
A GERAL INDUSTRIA,
E PROMOVER
A RIQUEZA NACIONAL,
E
PROSPERIDADE DO ESTADO.
POR
JOSÉ DA SILVA LISBOA
Do Conselho de Sua Magestade, Deputado da Real Junta do Commercio, Desembargador da Casa da Supplicação do Reino do Brazil.
Animi imperio, corporis servitio, magis utimur.
Sallust.
RIO DE JANEIRO.
NA IMPRESSÃO REGIA. 1819.
Com Licença de Sua Magestade.

Estudos sobre Economia e Política - 1819

O clássico da Medicina
no Brasil Colonial - 1815

COMPENDIOS

DE

MEDICINA PRATICA

FEITOS POR ORDEM

DE

SUA ALTEZA REAL

ORGANISADOS POR

JOSÉ MARIA BOMTEMPO,

MEDICO DA SUA REAL CAMARA.

RIO DE JANEIRO 1815.

NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.

MONUMENTO

Á

ELEVAÇÃO DA COLONIA DO

BRAZIL A REINO,

E AO

ESTABELECIMENTO

DO

TRIPLICE IMPERIO LUSC

AS OBRAS DE

PUBLIO VIRGILIO MARO,

TRADUZIDAS EM VERSO PORTUGUEZ,

E ANNOTADAS POR

ANTONIO JOSE' DE LIMA LEITÃO,

Cavalleiro da Ordem de Christo, Doutor em Medicina pela Escola de Paris, e Physico Mor da Capitania de Moçambique.

Contendo as Bucólicas, e as Geórgicas.

B.C.N.S.

RIO DE JANEIRO: 1818.

NA TYPOGRAPHIA REAL.

Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

Tradução das obras
de Virgilio - 1818

A Impressão Régia possuiu várias denominações: *Imprensa Nacional; Typographia Real; Typographia Régia; Typographia Nacional; Régia Typographia* e, finalmente, o nome atual de *Imprensa Nacional*. Tomando o Rio de Janeiro como ponto de partida, em 1808, podemos observar o surgimento da imprensa brasileira, em cada Estado (SEMERARO/AYROSA, *História da Tipografia no Brasil*, 1979: p. 8-20):

Rio de Janeiro 1808	Paraíba 1826	Sergipe 1832
Bahia 1811	Rio G. do Sul 1827	Piauí 1833
Pernambuco 1817	São Paulo 1827	Mato Grosso 1840
Maranhão 1821	Goiás 1830	Espírito Santo 1849
Pará 1821	Santa Catarina 1831	Amazonas 1851
Minas Gerais 1822	Alagoas 1831	Paraná 1854
Ceará 1824	Rio G. do Norte 1832	

A Impressão Régia no Ceará

O Ceará estivera subordinado à Província de Pernambuco até 1799. Em 1808, era uma economia basicamente agrícola, de modesta importância, começando a se organizar administrativamente.

Na primeira fase desse estudo, quando discorremos sobre a Impressão Régia no Brasil, recorremos a várias importantes fontes sobre o tema. No caso do Ceará, como não localizamos estudos acerca da matéria, valemo-nos dos dados possíveis de coletar. Esperamos que tal contribuição seja acrescida de mais pesquisas, no sentido de aprimorá-la, futuramente.

O objetivo é preservar a nossa memória, por meio desses raros ou raríssimos documentos (em alguns casos só conhecemos um original em bom estado), para não correrrmos o risco de que futuras gerações venham a ficar desprovidas de registros que elucidem ou comprovem fatos da nossa história.

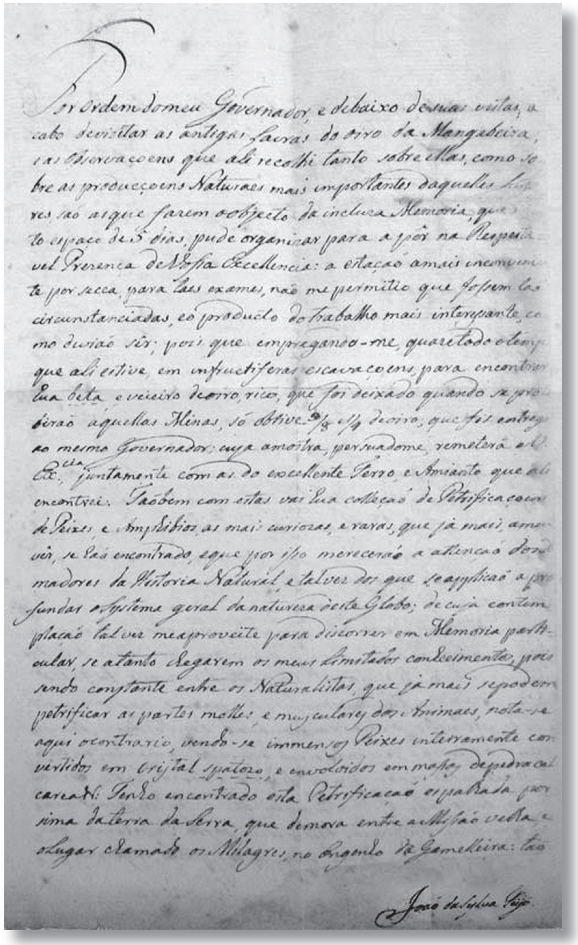
1810

Preambulo ao Ensaio filosofico, e politico sobre a Capitania do Ceará para servir á sua Historia geral, pelo Sargento Mór, e Naturalista João da Silva Feijó, Encarregado das Investigações Filosoficas da mesma Capitania. (*Sic*)**.**

A obra foi anunciada na *Gazeta do Rio de Janeiro* de 9 jun. 1810. Cabral, baseando-se nesta fonte e no Registro da Biblioteca Nacional, acresce ao seu comentário a referência ao original manuscrito de João da Silva Feijó, datado de 17 dez. 1808, conservado na própria Biblioteca Nacional; menciona igualmente algumas cartas geográficas relativas ao Ceará feitas pelo Naturalista. Sobre o autor, consultar G.S. Nobre - *João da Silva Feijó: um Naturalista no Ceará.* (VALLE CABRAL, 155); (CAMARGO/MORAES, *Bibliografia da Impressão Régia,* 1993, v.1: 173).

Obs: Em nossa biblioteca particular existe manuscrito de 1800, assinado pelo mesmo naturalista, sobre as antigas lavras de ouro da Mangabeira. Tal documento, dos mais antigos do Ceará Independente, pertenceu, anteriormente, à famosa biblioteca do bibliófilo Clado Ribeiro de Lessa.

A carta introdutória do relatório das minas pode ser considerada parte da pré-Impressão Régia. Nela



Primeiras informações sobre o futuro impresso *Preâmbulos ao Ensaio Filosófico*. (Acervo de José Augusto Bezerra)

o autor menciona diligências filosóficas, com vistas, certamente, ao trabalho *Preâmbulos ao Ensaio Filosófico e Político Sobre a Capitania do Ceará[...]* mencionado há pouco, e que em nosso entender é o primeiro impresso feito no Brasil, sobre o nosso Estado.

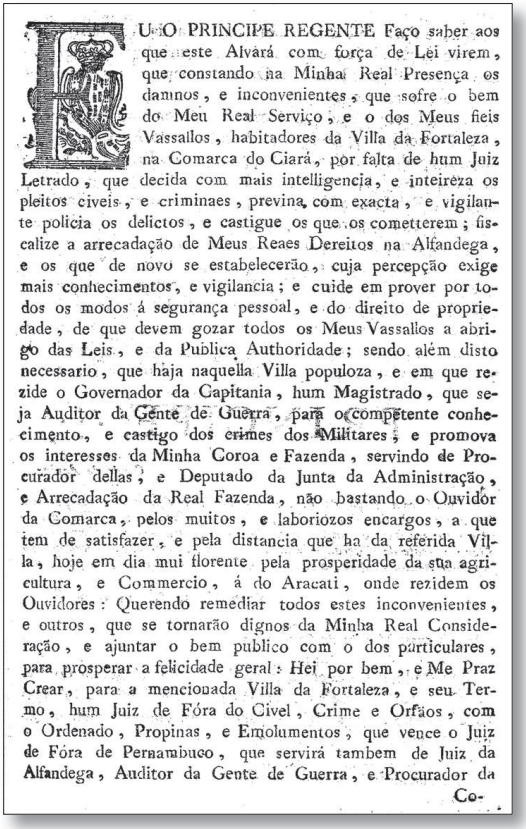
1810

EU O PRINCIPE REGENTE Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem, que constando na Minha Real Presença os damnos, e inconvenientes, que soffre o bem do Meu Real Serviço, e o dos Meus fieis Vassallos, habitadores da Villa da Fortaleza, … [no fim] **Na Impressão Regia.**

31,5 X 21,5; 2 pp. S. n.; imprenta ao fim da 2ª p.

Datado de 24 jun. 1810, é o "Alvará com força de Lei, pelo qual Vossa Alteza Real Ha por bem Crear hum Juiz de Fóra do Civel, Crime, e Orfãos para a Villa da Fortaleza, e seu Termo, na Comarca do Ciará, para servir tambem de Auditor da Gente de Guerra, Juiz da Alfandega, Procurador, e Deputado da Junta da Administração, e Arrecadação da Real Fazenda", conforme ementa. Há outra edição, com pequenas diferenças de grafia.

(CAMARGO & MORAES, v. 2, 149).



EU O PRINCIPE REGENTE Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem, que constando na Minha Real Presença os damnos, e inconvenientes, que soffre o bem do Meu Real Serviço, e o dos Meus fieis Vassallos, habitadores da Villa da Fortaleza, na Comarca do Ciará, por falta de hum Juiz Letrado, que decida com mais intelligencia, e inteireza os pleitos civeis, e criminaes, previna com exacta, e vigilante policia os delictos, e castigue os que os cometterem; fiscalize a arrecadação de Meus Reaes Dereitos na Alfandega, e os que de novo se estabelecerão, cuja percepção exige mais conhecimentos, e vigilancia; e cuide em prover por todos os modos á segurança pessoal, e do direito de propriedade, de que devem gozar todos os Meus Vassallos a abrigo das Leis, e da Publica Authoridade; sendo além disto necessario, que haja naquella Villa populoza, e em que reside o Governador da Capitania, hum Magistrado, que seja Auditor da Gente de Guerra, para o competente conhecimento, e castigo dos crimes dos Militares; e promova os interesses da Minha Coroa e Fazenda, servindo de Procurador dellas, e Deputado da Junta da Administração, e Arrecadação da Real Fazenda, não bastando o Ouvidor da Comarca, pelos muitos, e laboriozos encargos, a que tem de satisfazer, e pela distancia que ha da referida Villa, hoje em dia mui florente pela prosperidade da sua agricultura, e Commercio, á do Aracati, onde rezidem os Ouvidores: Querendo remediar todos estes inconvenientes, e outros, que se tornarão dignos da Minha Real Consideração, e ajuntar o bem publico com o dos particulares, para prosperar a felicidade geral: Hei por bem, e Me Praz Crear, para a mencionada Villa da Fortaleza, e seu Termo, hum Juiz de Fóra do Civel, Crime e Orfãos, com o Ordenado, Propinas, e Emolumentos, que vence o Juiz de Fóra de Pernambuco, que servirá tambem de Juiz da Alfandega, Auditor da Gente de Guerra, e Procurador da Co-

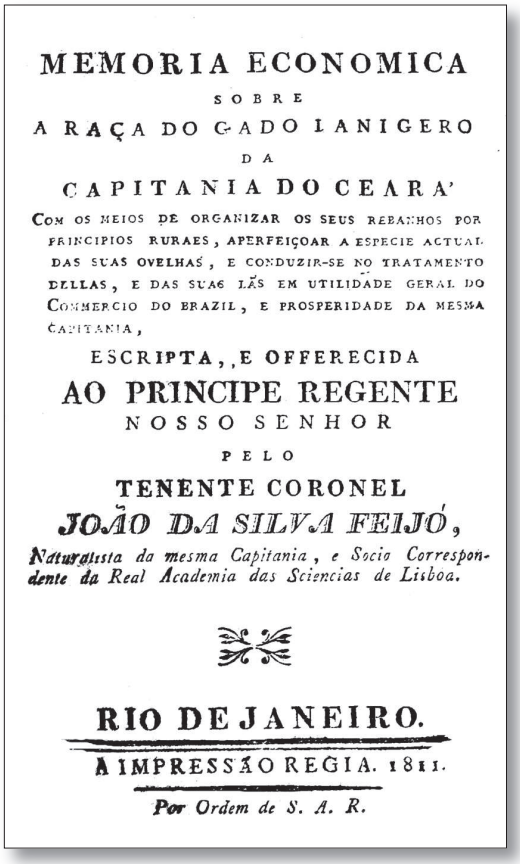
Alvará de 1810
(Acervo de José Augusto Bezerra)

1811

MEMORIA ECONOMICA SOBRE A RAÇA DO GADO LANIGERO DA CAPITANIA DO CEARÁ Com os meios de organizar os seus rebanhos por princípios ruraes, aperfeiçoar a espécie actual das suas ovelhas, e conduzir-se no tratamento dellas, e das suas lãs em utilidade geral do Commercio do brazil, e prosperidade da mesma capitania, ESCRIPTA, E OFFERECIDA AO PRINCIPE REGENTE NOSSO SENHOR PELO TENENTE CORONEL JOÃO DA SILVA FEIJÓ, Naturalista da mesma Capitania, e Socio Correspondente da Real Academia das Sciencias de Lisboa. [vinheta] **RIO DE JANEIRO. NA IMPRESSÃO REGIA. 1811. Por Ordem de S.A.R.**

20,5 X 12,5; f. de rosto, p. s.n., p. II a XIV, p. 1 a 38, p. s.n. com erratas, p. em branco.

Nesta conhecida memória, o autor estuda a produção da lã e o seu preparo, recomendando a intensificação da criação de carneiros no Ceará. Alguns trabalhos de Feijó foram publicados n'**O PATRIOTA**. Sobre sua bibliografia, consultar Blake (4, 49-50). (VALLE CABRAL, 221); (J. C. RODRIGUES, 968); (CAMARGO & MORAES, v. 1, 242).


MEMORIA ECONOMICA
SOBRE
A RAÇA DO GADO LANIGERO
DA
CAPITANIA DO CEARA'
COM OS MEIOS DE ORGANIZAR OS SEUS REBANHOS POR PRINCIPIOS RURAES, APERFEIÇOAR A ESPECIE ACTUAL DAS SUAS OVELHAS, E CONDUZIR-SE NO TRATAMENTO DELLAS, E DAS SUAS LÃS EM UTILIDADE GERAL DO COMMERCIO DO BRAZIL, E PROSPERIDADE DA MESMA CAPITANIA,
ESCRIPTA, E OFFERECIDA
AO PRINCIPE REGENTE
NOSSO SENHOR
PELO
TENENTE CORONEL
JOÃO DA SILVA FEIJÓ,
Naturalista da mesma Capitania, e Socio Correspondente da Real Academia das Sciencias de Lisboa.
RIO DE JANEIRO.
A IMPRESSÃO REGIA. 1811.
Por Ordem de S. A. R.

Livro sobre princípios rurais, 1811. (Acervo de José Augusto Bezerra)

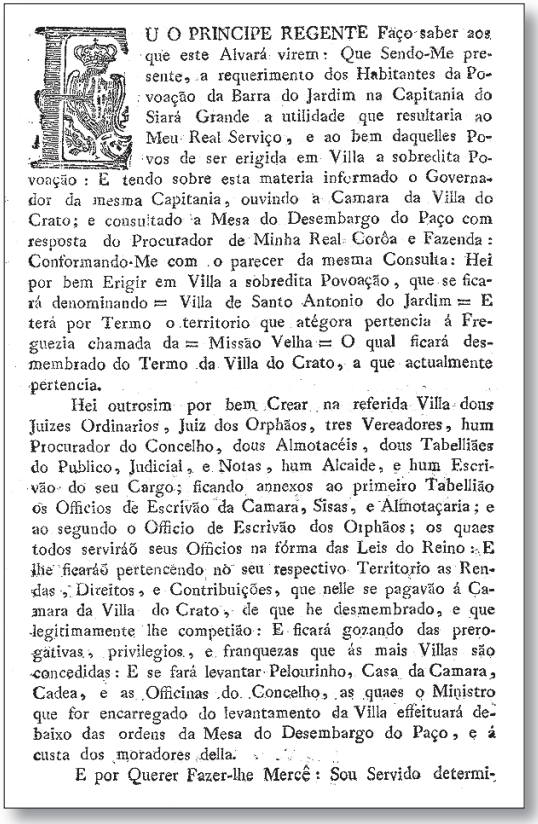
1814

EU O PRINCIPE REGENTE Faço saber aos que este Alvará virem: Que Sendo-Me presente, a requerimento dos Habitantes da Povoação da Barra do Jardim … [no fim] **Na Impressão Regia.**

29 X 20; 3 pp. S.n., p. em branco; imprenta ao fim da 3ª p..

Datado de 30 ago. 1814, é o "Alvará, por que Vossa Alteza Ha por bem Erigir em Villa a Povoação da Barra do Jardim na Capitania do Siará Grande com a denominação de = Villa de Santo Antonio do Jardim = Desmembrando-a do Termo da Villa do Crato; Creando as Justiças, e Officiaes necessarios; e Concedendo-lhe para seu Patrimonio huma Sesmaria d'huma legoa de terra em quadro conjuncta, ou separadamente", conforme ementa. Foi sumariado n'**O PATRIOTA** de nov.-dez. 1814 (p. 115).

(CAMARGO & MORAES, v. 2, 274).



EU O PRINCIPE REGENTE Faço saber aos que este Alvará virem: Que Sendo-Me presente, a requerimento dos Habitantes da Povoação da Barra do Jardim na Capitania do Siará Grande a utilidade que resultaria ao Meu Real Serviço, e ao bem daquelles Povos de ser erigida em Villa a sobredita Povoação: E tendo sobre esta materia informado o Governador da mesma Capitania, ouvindo a Camara da Villa do Crato; e consultado a Mesa do Desembargo do Paço com resposta do Procurador de Minha Real Corôa e Fazenda: Conformando-Me com o parecer da mesma Consulta: Hei por bem Erigir em Villa a sobredita Povoação, que se ficará denominando = Villa de Santo Antonio do Jardim = E terá por Termo o territorio que atégora pertencia á Freguezia chamada da = Missão Velha = O qual ficará desmembrado do Termo da Villa do Crato, a que actualmente pertencia.

Hei outrosim por bem Crear na referida Villa dous Juizes Ordinarios, Juiz dos Orphãos, tres Vereadores, hum Procurador do Concelho, dous Almotacéis, dous Tabelliães do Publico, Judicial, e Notas, hum Alcaide, e hum Escrivão do seu Cargo; ficando annexos ao primeiro Tabellião os Officios de Escrivão da Camara, Sisas, e Almotaçaria; e ao segundo o Officio de Escrivão dos Orphãos; os quaes todos serviráõ seus Officios na fórma das Leis do Reino: E lhe ficaráõ pertencendo no seu respectivo Territorio as Rendas, Direitos, e Contribuições, que nelle se pagavão á Camara da Villa do Crato, de que he desmembrado, e que legitimamente lhe competião: E ficará gozando das prerogativas, privilegios, e franquezas que ás mais Villas são concedidas: E se fará levantar Pelourinho, Casa da Camara, Cadea, e as Officinas do Concelho, as quaes o Ministro que for encarregado do levantamento da Villa effeituará debaixo das ordens da Mesa do Desembargo do Paço, e á custa dos moradores della.

E por Querer Fazer-lhe Mercê: Sou Servido determi-

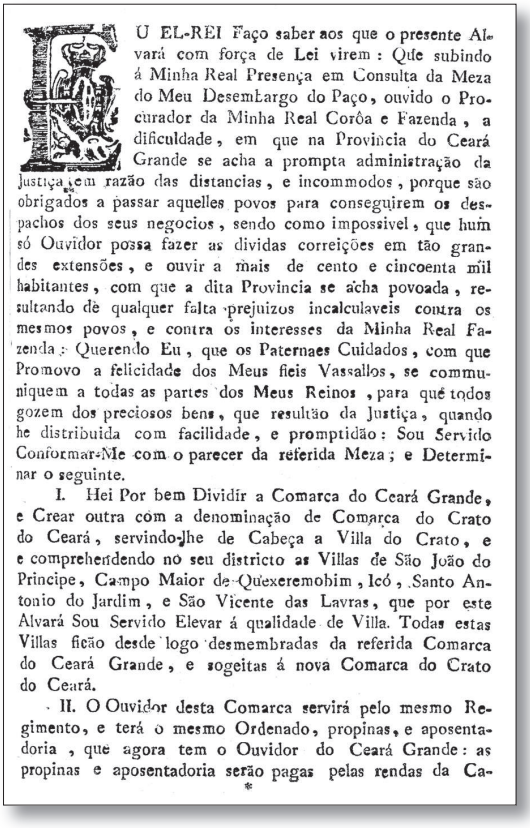
Alvará de 1814.
(Acervo de José Augusto Bezerra)

1816

EU EL-REI Faço saber aos que o presente Alvará com força de Lei virem: Que subindo á Minha Real Presença em Consulta da Meza do Meu Desembargo do Paço, ouvido o Procurador da Minha Real Corôa e Fazenda, a dificuldade, em que na Provincia do Ceará Grande… [no fim] **Na Impressão Regia.**

29 X 20; 5 pp. S.n., p. em branco; imprenta ao fim da 5ª p..

Datado de 27 jun. 1816 e dividido em 8 itens, é o "Alvará com força de Lei, porque Vossa Magestade Ha por bem dividir a Comarca do Ceará Grande, e Crear outra com a denominação de = Comarca do Crato do Ceará =, e os Officios de Escrivão, e Meirinho, para Ella; Annexar ao Lugar de Juiz de Fóra da Villa da Fortaleza as Villas d'Aronches, Messejana, Soure, e Aquiraz; Crear hum Lugar de Juiz de Fóra do Civel, Crime, e Orfãos na Villa do Sobral, ficando-lhe annexas á Villa da Granja, Villa Nova d'El-Rei, e Villa Viçosa Real; e outro na Villa do Aracaty, annexando-lhe a Villa de S. Bernardo, supprimindo-se em todas as Villas annexas os Lugares de Juizes Ordinarios, e dos Orfãos, vencendo os Juizes de Fóra pela Real Fazenda o Ordenado do Juiz de Fóra de



EU EL-REI Faço saber aos que o presente Alvará com força de Lei virem: Que subindo á Minha Real Presença em Consulta da Meza do Meu Desembargo do Paço, ouvido o Procurador da Minha Real Corôa e Fazenda, a dificuldade, em que na Provincia do Ceará Grande se acha a prompta administração da Justiça em razão das distancias, e incommodos, porque são obrigados a passar aquelles povos para conseguirem os despachos dos seus negocios, sendo como impossivel, que hum só Ouvidor possa fazer as dividas correições em tão grandes extensões, e ouvir a mais de cento e cincoenta mil habitantes, com que a dita Provincia se acha povoada, resultando de qualquer falta prejuizos incalculaveis contra os mesmos povos, e contra os interesses da Minha Real Fazenda: Querendo Eu, que os Paternaes Cuidados, com que Promovo a felicidade dos Meus fieis Vassallos, se communiquem a todas as partes dos Meus Reinos, para que todos gozem dos preciosos bens, que resultão da Justiça, quando he distribuida com facilidade, e promptidão: Sou Servido Conformar-Me com o parecer da referida Meza; e Determinar o seguinte.

I. Hei Por bem Dividir a Comarca do Ceará Grande, e Crear outra com a denominação de Comarca do Crato do Ceará, servindo-lhe de Cabeça a Villa do Crato, e e comprehendendo no seu districto as Villas de São João do Principe, Campo Maior de Quexeremobim, Icó, Santo Antonio do Jardim, e São Vicente das Lavras, que por este Alvará Sou Servido Elevar á qualidade de Villa. Todas estas Villas ficão desde logo desmembradas da referida Comarca do Ceará Grande, e sogeitas á nova Comarca do Crato do Ceará.

II. O Ouvidor desta Comarca servirá pelo mesmo Regimento, e terá o mesmo Ordenado, propinas, e aposentadoria, que agora tem o Ouvidor do Ceará Grande: as propinas e aposentadoria serão pagas pelas rendas da Ca-

Alvará de 1816
(Acervo de
José Augusto Bezerra)

Pernambuco, e as mesmas propinas, e apozentadorias, pagas pelas Camaras; e o Ouvidor da nova Comarca, o mesmo Ordenado, propinas, e apozentadorias, pago da mesma fórma, como vence o Ouvidor da Comarca do Ceará Grande; e Erigir em Villa a Povoação de São Vicente Ferrer das Lavras da Mangabeira com a denominação de = Villa de São Vicente das Lavras =; Dando-lhe para patrimonio de Sesmaria huma legoa de terras em quadra, conjuncta, ou separadamente, onde a houver devoluta, com faculdade de afforar em pequenas porções em foros perpétuos, e razoaveis com os Laudemios da Lei", conforme ementa. Foi reproduzido e comentado no **CORREIO BRAZILIENSE** de jul. 1818 (p. 9-12 e 112-113).

(CAMARGO & MORAES, v. 2, 317).

1818

ORAÇÃO DE GRAÇAS RECITADA NO DIA 12 DE OUTUBRO DE 1816 NA IGREJA MATRIZ DA VILLA DA FORTALEZA, CAPITAL DA CAPITANIA DO CEARÁ, PELA FELIZ UNIÃO DOS TRES REINOS DE PORTUGAL, BRAZIL, E ALGARVES; NA SOLEMNIDADE, QUE FEZ CELEBRAR O BATALHÃO DE LINHA DA MESMA CAPITAL, OFFERECIDA AO ILLUSTRISSIMO SENHOR MANOEL IGNACIO DE SAMPAIO, GOVERNADOR DA MESMA CAPITANIA, PELO PADRE GONÇALO IGNACIO DE LOIOLA ALBUQUERQUE E MELLO. RIO DE JANEIRO: 1818. na Typographia Real. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

20 X 14; f. de rosto, 2 pp. S.n. com dedicatória, p. 5 a 30.

O autor tomaria parte na revolução de 1824, no Ceará, sendo preso e executado. Cabral cita a partir de Innocencio (3, 157) e do Registro da Biblioteca Nacional. (VALLE CABRAL, 527); (CAMARGO & MORAES, v. 1, 621).

Exemplar consultado: biblioteca particular de Rubens Borba de Moraes.

Obs:. O padre Gonçalo Ignácio de Loiola Albuquerque e Mello é o mesmo Padre Mororó.

1819

DECRETO. [no fim] **Na Impressão Regia.**

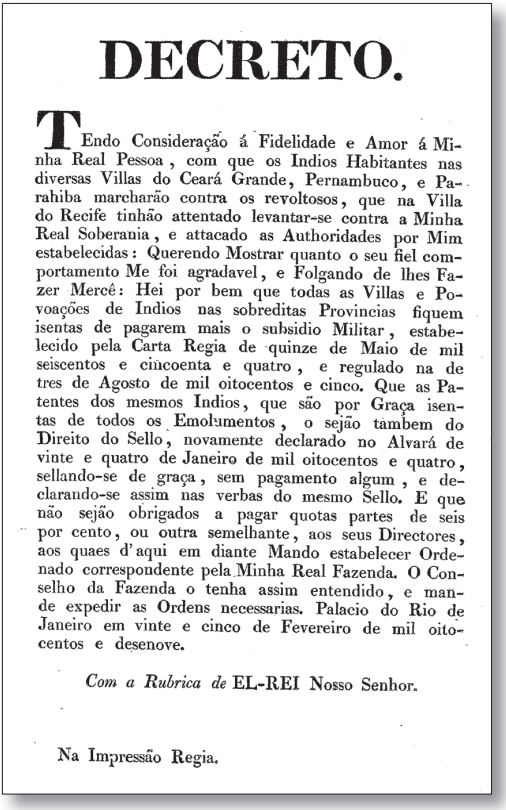
Começa: Tendo Consideração á Fidelidade e Amor á Minha Real Pessoa, com que os Indios Habitantes nas diversas Villas do Ceará Grande, Pernambuco, e Parahiba marcharão…

29 X 20; p. s.n., p. em branco; tít. ao alto e imprenta ao fim da p..

Datado de 25 fev. 1819, é o "Decreto, no qual Sua Magestade Concede varias Graças e Mercês aos Indios das diversas Villas do Ceará Grande, Pernambuco, e Parahiba pela Fidelidade e Amor á Sua Real Pessoa, com que marcharão contra os revoltozos da Villa do Recife", conforme índice do **CODIGO BRASILIENSE.**

Foi transcrito no **CORREIO BRAZILIENSE** de nov. 1819 (p. 473-474).

(Camargo & Moraes, v. 2, 387).



DECRETO.

TEndo Consideração á Fidelidade e Amor á Minha Real Pessoa, com que os Indios Habitantes nas diversas Villas do Ceará Grande, Pernambuco, e Parahiba marcharão contra os revoltosos, que na Villa do Recife tinhão attentado levantar-se contra a Minha Real Soberania, e attacado as Authoridades por Mim estabelecidas: Querendo Mostrar quanto o seu fiel comportamento Me foi agradavel, e Folgando de lhes Fazer Mercê: Hei por bem que todas as Villas e Povoações de Indios nas sobreditas Provincias fiquem isentas de pagarem mais o subsidio Militar, estabelecido pela Carta Regia de quinze de Maio de mil seiscentos e cincoenta e quatro, e regulado na de tres de Agosto de mil oitocentos e cinco. Que as Patentes dos mesmos Indios, que são por Graça isentas de todos os Emolumentos, o sejão tambem do Direito do Sello, novamente declarado no Alvará de vinte e quatro de Janeiro de mil oitocentos e quatro, sellando-se de graça, sem pagamento algum, e declarando-se assim nas verbas do mesmo Sello. E que não sejão obrigados a pagar quotas partes de seis por cento, ou outra semelhante, aos seus Directores, aos quaes d'aqui em diante Mando estabelecer Ordenado correspondente pela Minha Real Fazenda. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido, e mande expedir as Ordens necessarias. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e cinco de Fevereiro de mil oitocentos e desenove.

Com a Rubrica de EL-REI Nosso Senhor.

Na Impressão Regia.

Decreto de 1819
(Acervo de José Augusto Bezerra)

1819

DECRETO. [no fim] **Na Impressão Regia.**

Começa: Havendo-Me representado a Camara da Villa de Santa Cruz do Aracaty da Comarca do Ceará Grande, sobre a illegalidade com que João Francisco de Sampaio, …

29 X 20; p. s.n., p. em branco; tít. ao alto e imprenta ao fim da p..

Datado de 12 jul. 1819, é o "Decreto, Revalidando e Ratificando a Nomeação de João Francisco de S. Paio no lugar de Juiz dos Orfãos da Villa de Santa Cruz do Aracaty, &c.", conforme índice do **CODIGO BRASILIENSE.**

(CAMARGO & MORAES, v. 2, 397).

Exemplar consultado: biblioteca particular de Rubens Borba de Moraes.

1821

DECRETO. [no fim] **Na Impressão Regia.**

Começa: CONSTANDO na Minha Real Presença, que na Villa da Fortaleza da Provincia do Ceará não he bastante hum só Tabellião…

28,5 X 18,5; p. s.n., p. em branco; tít. ao alto e imprenta ao fim da p..

É o Decreto de criação de um ofício de Tabelião em Fortaleza.

(CAMARGO & MORAES, v. 2, 608).

Exemplar consultado: Biblioteca Nacional.

1822

Tabella do estado da conta geral e actual da receita e despeza da Fazenda Nacional da provincia do Ceará, pertencente a todo o anno de 1821. Rio de Janeiro, na Impr. Nac., 1822.

Este in-fol, segundo Cabral, vem indicado no Registro da Biblioteca Nacional. O anúncio da obra foi publicado no **DIARIO DO RIO DE JANEIRO** de 2 out. 1822.

(VALLE CABRAL, 1145); (CAMARGO & MORAES, v. 1, 1416).

Os estudos deste ensaio são uma homenagem e um reconhecimento particular à nossa Impressão Régia, pois, ao examiná-la, descobrimos, surpresos, que o Brasil de hoje é tão-somente o resultado das sementes que ela plantou.

No limiar de novas formas de comunicação – seja pelos computadores, com o contato virtual, seja pela Internet, com pesquisas feitas em casa – estamos certo de que antigos e novos sistemas caminharão juntos pelos anos afora e que só o futuro dirá o que vai acontecer.

Outros conceitos, que ainda nem sequer imaginamos, deverão surgir, porquanto um dos segredos da comunicação é o de se reinventar, vez por outra, para atender às necessidades de um mundo que muda.

Na essência, entretanto, não importa se estamos escrevendo numa pedra, num pedaço de couro ou num disco de DVD. O destino da escrita, mesmo em diferentes roupagens, é o de preservar o conhecimento humano, para que as novas gerações comecem de onde as anteriores terminaram. Só assim é possível o crescimento contínuo e, nesse sentido, as edições primeiras do país, com seus desdobramentos, foram uma bênção.

Um brinde, numa taça feita com o alfabeto romano, aos que bebem desse vinho envelhecido em barris de pau-brasil e, por isso, tinto da cor do nosso sangue. No rótulo traz escrito: *Imprensa Brasileira. Origem: Impressão Régia. Reserva da safra de 1808*. O sabor, preservado por mais de duzentos anos, está cada vez melhor!

Bibliografia

AZEVEDO, Moreira de (1865): *Origem e Desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro – Quarto trimestre.

BERGER, Paulo (1984): *A tipografia no Rio de Janeiro: impressores bibliográficos, 1808-1900*. Rio de Janeiro: Cia. Ind. de Papel Pirahy. . [Acervo de José Augusto Bezerra].

CABRAL, Alfredo do Vale (1881): *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. [Acervo de José Augusto Bezerra].

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de (1993):

Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro: (1808-1822). São Paulo: Edusp/ Kosmos, 2. v. [Acervo de José Augusto Bezerra].

CÓDIGO BRASILIENSE *ou Colleção das Leis, Alvarás, Decretos, CARTAS REGIAS, etc* **(1811**). Rio de Janeiro: Impressão Regia. [Acervo de José Augusto Bezerra].

COSTA, Jose Hipólito da (1808-1823): *CORREIO BRAZILIENSE ou Armazém Literário.* Londres: W. Lewis, v. 1-30. [Acervo de José Augusto Bezerra].

FRIEIRO, Eduardo (1957): *Os livros nossos amigos*, São Paulo: O Pensamento. [Acervo de José Augusto Bezerra].

GOMES, Laurentino (2007*): 1808*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil. [Acervo de José Augusto Bezerra].

HALLEWELL, Laurence (1985): *O Livro no Brasil: sua história.* São Paulo: T.A. Queiroz Ed. [Acervo de José Augusto Bezerra].

JORDÃO, Ana Maria de Miranda. Disponível em http:// sebofino.sites.uol.com.br**.** Acesso em 11 mar.09.

LUCCOCK, John (1820): *Notes on Rio de Janeiro, and Southern Parts of Brazil; taken during a Residence of ten Years in that Country, from 1808 to 1818*. London: Samuel Leigh. [Acervo de José Augusto Bezerra].

LUSTOSA, Isabel (2000): *Insultos impressos*: *a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823).* São Paulo: Companhia das Letras. [Acervo de José Augusto Bezerra].

_____ (2003): *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. [Acervo de José Augusto Bezerra].

_____(2003): Entrevista. Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub181120032.htm). Acesso em 11 mar.09.

MINDLIN, José (1997*): Uma vida entre livros: reencontros com o tempo.* São Paulo: Edusp; Companhia das Letras. [Acervo de José Augusto Bezerra].

--------- (2009): *Bibliografia sobre o livro no Brasil.* Disponível em http:// www.sibi.usp.br/sibi/Crescer/Leitura/bibliogr. htm. Acesso em 8 jan. 09.

MORAES, Rubens Borba de(1975): *O bibliófilo aprendiz*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional. [Acervo de José Augusto Bezerra].

RIZZINI, Carlos(1946): *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1882)* – com um breve estudo geral sobre a informação. Rio de Janeiro/São Paulo/ Porto Alegre, Liv. Kosmos Ed. /Erich Eichner & Cia. Ltda. [Acervo de José Augusto Bezerra].

RODRIGUES, J. C. (1907): *Bibliotheca Brasiliana: catálogo annotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autographos e manuscriptos pertencentes a J. C. Rodrigues*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 680p. [Acervo de José Augusto Bezerra].

SANCTOS, Luiz Gonçalves dos, Pe. (1825): *Memórias para servir a história do reino do Brasil*. Lisboa: Impressão Regia. [Acervo de José Augusto Bezerra].

SCHRAPPE, Max H. G. (2002). *O legado de Gutenberg e a indústria gráfica brasileira*: *(1454-2001*). São Paulo: EP & Associados. [Acervo de José Augusto Bezerra].

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo Cesar de (²2007). *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil.* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras. [Acervo de José Augusto Bezerra].

SEMERARO, Claudia Marino; AYROSA, Christiane (1979): *História da tipografia no Brasil*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo. [Acervo de José Augusto Bezerra].

SODRÉ, Nelson Werneck (1966). *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. [Acervo de José Augusto Bezerra].

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (1854): *História Geral do Brasil.* Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert.2 vols. [Acervo de José Augusto Bezerra].

_____. (⁷1962): *História Geral do Brasil.* São Paulo: Edições Melhoramentos. 6 tomos.[Acervo de José Augusto Bezerra].

Urbanização da sociedade fortalezense

Maria Clélia Lustosa Costa*

No século XIX e até a primeira metade do século XX, em virtude das fortes marcas das atividades e do modo de vida rural no espaço urbano, as fronteiras entre o mundo rural e o urbano eram muito tênues. O fenômeno da urbanização no Ceará foi marcado também pela natureza, ou seja, pelos longos períodos de estiagem que caracterizam o semi-árido nordestino. Como a seca desestruturava o espaço rural, provocava a migração. Esta concentração populacional no espaço urbano não era apenas sazonal, pois parte desta população migrante fixava-se na cidade e, dessa forma, interferia nas práticas urbanas. A população migrante guardava características provincianas, um modo de vida rural, e mantinha algumas atividades, como a criação de animais domésticos, a agricultura de subsistência e o cultivo de hortas e frutas. Na cidade, estes novos habitantes tinham de se adaptar ao modo de vida urbano, com normas de comportamento e de organização específicas. Isto muitas vezes gerava conflitos. Com vistas a disciplinar os recém-chegados, que desconheciam os códigos de urbanidade, o poder público elaborava leis. Houve, então, lento processo de urbanização desta sociedade. Num segundo momento ocorreu uma mudança de mentalidade desta população, sobretudo ao absorver o modo de vida urbano, que se *civilizou* e passou a copiar os modelos de urbanidade de outras sociedades, a exemplo da européia.

Conforme podemos observar, a sociedade cearense tem sofrido um processo crescente de urbanização. Mas o que seria a urbanização da sociedade? A transformação de toda a sociedade em urbana, ou seja,

* Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

a concentração da população em áreas urbanas? Embora o aspecto material da concentração populacional pareça de evidente relevo, o aspecto "ideológico", referente às idéias, deve ser levado em consideração. Atualmente, de acordo com o consenso, é possível uma população, mesmo sem habitar a cidade, assimilar modo de vida urbano. O urbano é uma forma e um processo de diferenciação do espaço social, gerador de um modo de vida específico.

Para o geógrafo francês Paul Claval, a urbanização apresenta duplo sentido. "O termo cidade contém ao mesmo tempo a idéia de agrupamento e de forma de civilização diferente e superior". (1981, p. 31).

A urbanização da sociedade cearense, em particular a fortalezense, será discutida, a princípio, como resultado do crescimento populacional da cidade e, posteriormente, como fruto das mudanças em seu modo de vida.

Este processo de urbanização não é específico da sociedade fortalezense. Ele também se aplicaria às outras cidades do Nordeste semiárido brasileiro, marcadas pela seca, pelo disciplinamento e pelo modelo ocidental europeu de civilização. Podemos até extrapolar esta discussão para outros países colonizados, mantidas as diferenças naturais e a cultura local.

Neste artigo faremos uma análise, numa perspectiva histórica, do processo de urbanização da sociedade fortalezense. Para isto, iniciaremos pelas definições de urbanização e tentaremos aplicá-las à realidade de Fortaleza, a partir do século XIX.

1 Urbanização - crescimento da população urbana

O Nordeste brasileiro, desde o século XIX, foi marcado por longos períodos de estiagem, os quais provocaram a migração e a concentração da população nas cidades, principalmente nas capitais, pois estas, em decorrência da proximidade do poder público, ofereciam mais apoio aos "retirantes". Posteriormente, com a lei de terras (1850), agravou-se este quadro. Como sabemos, a estrutura fundiária concentradora contribui para expulsão do homem do campo, enquanto os equipamentos urbanos, infra-estrutura, serviços e a possibilidade de empregos também são fatores atraentes para esta população. Numa

sociedade rural, o surgimento desse fenômeno urbano explicava-se também pela degradação das condições de vida no campo.

Ao longo do tempo, as secas periódicas desestabilizavam a economia local e obrigavam grandes levas de pessoas a se deslocar para áreas mais úmidas ou para as cidades, desestruturando o espaço, ou criando uma nova organização espacial, típica dos períodos de grandes estiagens. A maior parte desta população migrava para terras distantes da Amazônia, para trabalhar nos seringais, ou para o Centro-Sul, onde havia mais oportunidades de emprego. Outra parte fixava-se nas cidades, despreparadas para receber esta massa de trabalhadores e seus familiares. Pouco a pouco, o sertão se esvaziava e as cidades apresentavam-se superlotadas, enfrentando problemas de déficit habitacional, infra-estrutura urbana e saneamento, fome, miséria, violência. Gerava-se, assim, o chamado caos urbano.

No século XIX, os migrantes, ao chegar a Fortaleza, alojavam-se sob árvores, nas praças, no Passeio Público, nas ruas, em terrenos vagos. Diante da situação, a administração pública tentava impor ordem no espaço do migrante da seca: construía abarracamentos, distribuía alimentos, oferecia assistência médica e, em troca, exigia desta população o trabalho para realização de obras públicas.

No espaço do migrante, imperava a superconcentração de pessoas enfraquecidas, favorecendo a promiscuidade. Tornava-se difícil manter o mínimo de higiene cotidiana. Como este ambiente era propício à propagação de doenças e ao surgimento de epidemias, passou-se a fazer associação entre pobres e insalubridade, contribuindo para a segregação socioespacial.

De modo geral, a história do Ceará foi marcada pelas migrações, pelas secas, quase sempre acompanhadas por epidemias e grande mortandade. Das muitas secas, a responsável pelo maior número de vítimas foi a "seca dos dois setes", que durou de 1877 a 1879. Esta seca foi acompanhada por grande movimento da população. Fortaleza, à época com uma população de 20.098 habitantes, segundo o censo de 1872, atingiu em dezembro de 1878 160.000. Isto significou falta de alojamentos, de água, de alimentos, de remédios, de infra-estrutura urbana e sanitária. Enfim, inúmeros problemas de saúde pública. Em agosto de 1878, Fortaleza tinha 113.900 indigentes abarracados em seus subúrbios. (BARROS LEAL, 1978).

Estas secas, além dos sérios prejuízos sociais e econômicos para o Ceará, contribuíram para o crescimento de várias cidades litorâneas. Posterior a estes fenômenos cíclicos, parte desta população que não migrava para fora da província ou do estado, fixava-se na capital e seus arredores.

No século XX, com a estagnação da economia da região amazônica (crise da borracha), a população migrante dirigia-se principalmente para o Centro-Sul ou fixava-se na capital. A ampliação das atividades terciárias (comércio e serviços) e a instalação de indústria de beneficiamento de produtos primários em Fortaleza atraíam novos moradores para esta cidade. Fortaleza teve acentuado crescimento populacional e a malha urbana expandiu-se, com a formação de bairros ao longo das linhas de bonde elétrico.

A urbanização fortalezense foi marcada pelo fenômeno das secas. Não seria exagero afirmar que estas concorreram para a formação do fenômeno urbano no Ceará, aqui caracterizado como aumento da concentração da população. Tal concentração num mesmo espaço é, em si, um elemento importante pelas implicações mentais verificadas sobre os indivíduos.

Como afirma o geógrafo americano David Clark (1985, p. 61-62) o crescimento urbano "é um processo espacial e demográfico e refere-se à importância crescente das cidades como locais de concentrações da população numa economia ou sociedade particular". Enquanto a urbanização

> [...] é um processo social e não espacial que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidades. Essencialmente, isso se refere às mudanças complexas do estilo de vida, que decorrem do impacto das cidades sobre a sociedade.

Para Claval (1981), a cidade cresce, favorecendo a especialização e diversificação do corpo social. A urbanização acentua a divisão do trabalho e implica "ao mesmo tempo em uma certa maneira de explorar o meio, retirando dele o excedente útil".

> A urbanização atende a uma necessidade de aprofundamento e de diversificação da vida social, favorecendo as trocas e as relações mais variadas: ela tem a vantagem de permitir a convivência com os parceiros mais diversos, que proporcionam muitas idéias e co-

> nhecimentos; a cidade oferece a segurança das muralhas e ainda possibilita cultuar o sagrado e se aproximar das forças superiores. A urbanização corresponde então a uma transformação desejada por muitos, permitindo alcançar um estilo de vida superior (p. 32).

O termo urbanização foi amplamente usado para descrever tanto o crescimento das cidades como o impacto das cidades sobre a sociedade. Crescimento urbano e urbanização são os dois processos principais do desenvolvimento urbano e historicamente interdependentes, pois, à medida que as pessoas se congregavam nas cidades, sofriam mudanças profundas e irreversíveis em seus modos de vida. (CLARK, 1985).

Após estas primeiras discussões, nesta segunda parte analisaremos outro aspecto da urbanização, ou seja, a forma como a Fortaleza do século XIX alterava o comportamento dos migrantes, dos novos habitantes que chegavam para se fixar na cidade.

2 Urbanização - mudança de comportamento

O processo forçado de crescimento da cidade, em decorrência da migração nos períodos de longas estiagens, provocou um tipo diferente de organização espacial, qual seja: a população de migrantes tentava manter o modo de vida rural, reproduzindo nos pequenos quintais ou mesmo nas ruas da cidade a vida do campo. Não consegue separar o espaço público do privado. Mantém hortas, fruteiras, cria galinhas, porcos e até vacas soltas pela cidade e arredores. Seu modo de vida entra em choque com o padrão urbano.

A Fortaleza do século XIX não era realmente urbana, pois a população não estava impregnada do espírito urbano, isto é, da urbanidade, definida por Brunet (1992, p. 498) como "caráter do que é urbano". Para Claval (1981), o termo urbanidade é utilizado para designar a polidez que permite usufruir o que o mundo urbano oferece.

> A civilidade, a civilização são em primeiro lugar apanágio do citadino, daquele que cresceu dentro da cidade. A idéia de comunidade evoluída e larga está então associada intrinsecamente àquela de agrupamento físico, de cidade (p. 31).

Esta concepção de urbanidade é reiterada em *Le Mots de la Géographie: dicionário critique*:

> Diz-se também civilidade: conjunto de traços de comportamentos positivos, implicando cortesia, respeito pelo outro, bons modos e costumes, e que se assegura ser próprio dos citadinos, por oposição aos habitantes do campo, ditos rústicos e mesmo rudes (de *rus*, campo, oposto a *urbs*, cidade). (BRUNET, 1992, p. 499).

A população que chegava tinha de ser "civilizada", urbanizada, para aprender, ou seja, para adaptar-se ao modo de vida urbano. Para regulamentar este comportamento nas áreas urbanas, o poder público criou leis, normas, como se observa nos Códigos de Posturas, desde o início do século XIX.

Tal como nas outras cidades brasileiras, a legislação urbana de Fortaleza tinha forte influência da Corte Imperial. Conforme mencionava Castro (1994), as Câmaras Municipais das províncias adotavam integralmente ou adaptavam à realidade local as posturas urbanas do Rio de Janeiro.

Em Fortaleza, a população interiorana mostrava a influência com seu modo de vida rural. O primeiro Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Fortaleza, aprovado pela Assembléia Legislativa Provincial em 1835, foi uma tentativa de mudar este estilo de vida marcado pela ruralidade, determinando a apreensão de animais domésticos soltos na rua e a proibição da criação de animais na área urbana. Segundo afirma o Art. 56:

> Ninguém poderá crear porco dentro desta Cidade, senão em chiqueiro, e que não cause mau cheiro a vizinhança, e fora della no termo não se poderá crear taes animais, se não em cercados fortes de pau a pique, ou chiqueiros. (apud CAMPOS, 1988, p. 74).

Este código disciplina também o comportamento dos novos habitantes da cidade. O Art.14 diz:

> Que nenhuma pessoa a qualquer hora da noite, dentro desta Cidade será permitido o andar pelas ruas della gritando, e inquietando assim os cidadãos pacíficos, e o sucego público, sob pena de ser condemnado a dois mil réis para as despesas do Conselho, ou quatro dias de prisão, e na reincidência o duplo... (Apud CAMPOS, 1988, p. 65).

As proibições vão mais além. Por exemplo, a Lei n° 308 de 24.7.1844, publicada pelo Presidente José Maria da Silva Bittancourt, aprovando artigos de posturas da Câmara Municipal da Capital, de-

notava preocupação com o modo de vestir. Em seu Art. 69 determinava multa de mil réis, ou dois dias de prisão, para qualquer pessoa livre ou escrava que entrar "nesta cidade ou percorrer suas ruas, de camisa e ceroula, pela immoralidade e indecência do trajo". Jader de Carvalho (1963), no romance *Aldeota*¸ mostra o tratamento desrespeitoso dos policiais para com os matutos, o que provocava revolta e violência.

O uso das águas públicas também foi controlado, pois os novos citadinos já não podiam manter hábitos típicos da zona rural, como tomar banho nu a qualquer hora do dia, em virtude da concentração da população. Em 19.08.1844, o Presidente Bittancourt aprovou a Lei nº 328, a qual determinava em seu Art. 70:

> Fica prohibido a qualquer pessoa apresentar-se nua, das seis da manhã a seis da tarde, nos lagos ou riachos desta cidade, sob qualquer pretexto, que seja. Os contraventores soffrerão a multa de quatro mil réis, ou oito dias de prisão. (Apud CAMPOS, 1988, p. 78).

Ao se pronunciar sobre o assunto o escritor Eduardo Campos, no livro *A Fortaleza Provincial: rural e urbana* (1988), mostra a influência interiorana ou rural no urbano durante todo o século XIX.

> Aliás, o "matuto" e o "sertão" não se desvinculam da evolução urbanística. Têm presença obrigatória, ditada pelo relacionamento sociológico, pelo proveito quanto ao desfrute dos serviços ofertados pelo próprio município. Daí a preocupação do legislador em compatibilizar, tanto quanto possível, o interesse ou interesses dos dois modos de viver.

Campos exemplifica este fato ao analisar a legislação de 1864, que dispõe sobre o uso das aguadas, garantindo o seu acesso aos matutos e seus animais em trânsito. O Art. 72 adverte estarem "proibidas as cercas e plantações em rodas das aguadas públicas, como a edificação de casa, quando a distância das mesmas, às margens das ditas aguadas, não exceda pelo menos 60 palmos." (Lei nº. 328, apud CAMPOS, 1988, p. 83).

O "matuto" era motivo de chacota por parte dos habitantes da cidade e com freqüência era enganado e desrespeitado. Diante disto, com vistas a protegê-lo, segundo a administração, determinou no

Art. 7 da Lei nº 1013 de 6.10.1861, entre as várias atribuições dos fiscais, caberia a de "vigiar os matutos para que não fossem atropelados nem enganados na venda de suas mercadorias, prendendo os que deles abusassem".

Este tratamento era dispensado não somente aos matutos pobres, como aos ricos sertanejos e senhores de engenho, alvo também do deboche, do olhar enviesado dos "civilizados" habitantes da cidade. A cidade dependia do campo, vivia em função da riqueza produzida no mundo rural, materializada no espaço urbano na forma de edificações, monumentos, obras públicas, casarões e sobrados e da aquisição de objetos importados.

Conforme mostra o antropólogo Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos*, a praça venceu o engenho:

> Quase sempre respeitando nos vencidos umas tantas virtudes e gabolices, procurando imitá-las: às vezes até romantizando-as e exagerando-as nessa imitação de "inferiores" por "superiores". Outras vezes troçando do matuto rico, do fazendeiro opulento, mas atrasado nos seus modos de falar e nas suas modas de vestir-se, do senhor de engenho fanfarrão e até quixotesco, de toda a "gente do matto", de todo roceiro e de "serra acima". Destacando-lhe os vícios de linguagem, os atrasos de cinqüenta, cem anos em estilos de habitação e de meios de transporte, os ridículos de moral e de etiqueta também atrasada um século, dois, às vezes três. Porque esses atrasos variavam de região para região, dando ao país variedade pitoresca, mas às vezes dramática, de estilo e estágios de cultura. Variavam de região para região como de sexo para sexo, de raça para raça, de classe para classe. (FREYRE, 1990, p. 30).

Como modo de vida, a urbanização da sociedade cearense impôs-se aos moradores da cidade orientada pela administração da Província. Em face das circunstâncias, a população migrante foi forçada a submeter-se a estas normas determinadas pela legislação e pelo Código de Posturas. Estes exigiam do homem do campo, que chegava às feiras semanais, o respeito às normas urbanas (uso de roupas adequadas, proibição de andar pela rua apenas de ceroulas, proibição de banhos nus em açudes e riachos da cidade) e, ao se fixar, a adaptação ao novo *habitat* e seus costumes. A legislação propunha-se a orientar, a disciplinar o modo de vestir e de comportar-se na cidade. Para atingir este objetivo, a po-

pulação e o espaço tinham de ser disciplinados, policiados[1]. Portanto, a cidade era um ambiente também policiado, controlado, daí tantas legislações para disciplinar a vida nas áreas urbanas.

3 Urbanização: sinônimo de disciplinamento

Ante a concentração da população nas cidades exigia-se o disciplinamento deste espaço e desta população. As cidades eram consideradas sinônimos de doença e perversão. Foram apontadas como os grandes focos disseminadores de epidemias que devastaram a população europeia. Várias teorias médicas relacionaram estas doenças com as condições de higiene, com o ambiente natural e construído, com o modo de vida da população. Também a falta de moral, o vício, a desordem da família do trabalhador eram responsabilizados pelos sérios problemas apresentados pelas cidades. Logo, era preciso higienizar e moralizar o espaço urbano e sua população. Normas rígidas foram impostas no intuito de pôr ordem no espaço e na população e foram divulgadas nos tratados médicos. Além da doença, os administradores preocupavam-se ainda com o embelezamento das áreas urbanas.

Em Fortaleza, a disciplina do espaço estava presente no ato do primeiro presidente da Província, Bernardo Manoel de Vasconcelos, ao nomear o primeiro arruador Manoel Francisco da Silva, em 1800. Em 1813, o engenheiro Silva Paulet foi contratado pela Província para fazer a planta de expansão da cidade. Os presidentes e legisladores elaboraram normas, contrataram engenheiros, arquitetos, médicos, visando a ordenação do espaço e o comportamento dos citadinos, como podemos observar através dos planos e plantas de expansão da cidade, na legislação e em documentos.

Conforme lei imperial, as Câmaras Municipais, a partir de 1º.10.1832, tiveram novas diretrizes e atribuições. Elas ficaram com o

[1] A palavra pele, que significa habitat fortificado (cf. a língua francesa *pieu, palissade*), dá origem à palavra polis, e tem como derivados polícia, política, metrópole, etc. (BRUNET, 1992, p. 508). As palavras *policy*, "política" e "político" são derivadas da palavra grega polis que significa "cidade": do mesmo modo como as palavras "cidade" e "civilização" são derivadas da palavra latina civitas. "Os primeiros Estados eram cidades-Estados. Originalmente, a cidade era o Estado; assim, a política, a civilização e a cidade podem ser consideradas como tendo surgido juntas e como representando os diversos elementos de um único complexo." (PARK, 1970, p. 592).

encargo de tudo quanto dizia respeito "à polícia e economia das povoações, e seus termos". Deveriam deliberar e elaborar suas posturas sobre os seguintes objetos:

> § 1º: Alinhamento, limpeza, iluminação e desempachamento das ruas, cais e praças, conservação e reparos de muralhas feitas pela segurança dos edifícios e prisões públicas, calçadas, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques e quaisquer outras construções em benefício comum aos habitantes ou para decoro e ornamento das povoações;
>
> § 2º: Sobre o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, conferindo a esse fim a principal autoridade eclesiástica o lugar; sobre o esgotamento de pântanos, e qualquer estagnação das águas infectas; sobre a economia e asseios dos currais, sobre os depósitos de imundícies e quanto possa alterar a salubridade da atmosfera;
>
> § 3º: Sobre edifícios ruinosos, escavações e precipícios nas vizinhanças das povoações, mandando-lhes por divisa para advertir os que transitarem; suspensão e lançamento de corpos que possam prejudicar, ou enxovalhar aos viandantes; cautela conta o perigo provindo da divagação dos loucos, embriagados, de animais ferozes, ou domados, e daqueles que, correndo, podem incomodar os habitantes: providências para acautelar e atalhar incêndios.
>
> § 4º: Sobre as vozerias nas ruas em horas de silêncio, injúrias, e obscenidades contra a moral pública;
>
> § 5º: Sobre daninhos, e os que trazem gado sem pastor em lugares aonde possam causar qualquer prejuízo aos habitantes, ou lavouras; extirpação de répteis venenosos, ou de quaisquer animais, e insetos devoradores de plantas e, sobretudo o mais que diz respeito à polícia. (CAMPOS, 1988, p. 26).

Diante de tal poder concedido às Câmaras Municipais, o boticário Ferreira, presidente da Câmara de Fortaleza (1843-1856), tenta disciplinar, urbanizar e embelezar a cidade, em observância à planta da cidade elaborada por Silva Paulet. Além de desobstruir ruas, alinhar e aformosear praças, o intendente contratou o arquiteto Adolpho Herbster para elaborar plantas de expansão de Fortaleza e fazer o nivelamento de praças e ruas.

Códigos de Posturas são considerados importantes documentos tanto para discutir o disciplinamento do urbano, como para interferir no comportamento dos citadinos e dos seus visitantes, como já vimos na seção anterior. Os Códigos de Posturas de Fortaleza ordenaram o es-

paço dos cemitérios, das ruas, das praças, dos hospitais, dos matadouros, do porto. Obrigaram os habitantes a caiar as casas depois das chuvas e a manter limpos ruas, calçadas, quintais, riachos e lagos, etc. Eles também normatizaram a construção das casas, a altura, a disposição de cornijas, o tamanho do pano das calçadas, etc., "tudo servido de informações quanto aos palmos admitidos, estipulados no Art. 6º da Lei nº 1.007 de 11.9.1866". (CAMPOS, 1988, p. 86).

Como consta em Liberal de Castro (1994) "o dimensionamento dos elementos arquitetônicos tinha correlação direta com as posturas da corte (Rio de Janeiro) datadas de 1838 e lá ainda em vigor no terceiro quartel dos oitocentos."

> As normas gerais que norteavam a matéria, na verdade acatavam, na sua origem, o pensamento dos engenheiros militares egressos da Academia Imperial, formados à luz dos ensinamentos expostos por Durand na École Polytechnique de Paris e complementados no campo estético, por aplicações expedidas por princípios divulgados pelos tratados do maneirismo italianos, particularmente o Vignola. (p. 82).

Estas normas contribuíram para que Fortaleza mostrasse uma imagem agradável e de cidade organizada a seus visitantes, como podemos observar em muitos relatos de viajantes.

4 Urbanização - sinônimo de civilização

Urbanização é também utilizada como sinônimo de civilização. A palavra cidade se origina do latim "civis" (*civis*, *civitas*, *cité*, civilidade), que deu origem também a civilização. Portanto, podemos fazer uma relação entre civilização e urbanização. Esta busca de disciplinar a população da cidade significou ao mesmo tempo a tentativa de civilizá-la, colocá-la dentro dos moldes do mundo civilizado. No século XIX, o mundo civilizado para os brasileiros era o europeu. Uma das justificativas dos governantes para a prática da política de imigração de europeus era favorecer o branqueamento da raça e que estes, em contato com o mestiço, contribuíssem para a criação de hábitos para o trabalho e apreensão de novas tecnologias. As grandes missões científicas, artísticas e culturais vieram ao Brasil trazidas pelo Imperador com o objetivo de elevar o saber científico e a cultura do povo.

O sociólogo alemão Nobert Elias, em *La Civilisation des Moeurs*, apresenta, num primeiro momento, a noção de civilização como informações variadas relativas "ao grau da evolução técnica, às regras do *savoir-vivre*, ao desenvolvimento do conhecimento científico, às idéias e usos religiosos". O termo também pode ser aplicado: "ao habitat e à co-habitação do homem e da mulher, aos métodos de repressão judiciária, a preparação do alimento, e – observando de mais perto – a tudo o que pode se realizar de uma maneira 'civilizada' ou 'não civilizada'.". Segundo o autor, "é sempre difícil resumir em algumas palavras o conjunto de fenômenos susceptíveis de ser designado pelo termo de 'civilização'.". (ELIAS, 1979, p. 11)

Ao pesquisar sobre a função geral da noção de civilização e o elemento que permite qualificar tais atitudes de civilizadas, Elias (1979) chega à expressão de consciência ocidental, de sentimento nacional ocidental.

> Efetivamente, o termo (civilização) resume o avanço que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos acredita ter alcançado sobre os séculos precedentes e sobre as sociedades contemporâneas mais "primitivas". É por meio deste mesmo termo que a sociedade ocidental tenta caracterizar a sua singularidade, o seu orgulho: o desenvolvimento de sua técnica, de suas regras de "savoir-vivre", a evolução de seu conhecimento científico e de sua visão do mundo, e muitas outras coisas do gênero, (p. 11).

O modo de vida ocidental, a forma de pensar, tendo como modelo a corte francesa, passa a guiar o comportamento da nobreza e da burguesia européia nos séculos XVII e XVIII. Conforme mostra Nobert Elias, na Alemanha, as cortes imitavam, mesmo com meios insuficientes, a vida na corte de Luis XIV e falavam o francês. Todos *les honettes gens* se expressavam em francês. O uso da língua francesa era a marca das classes superiores. E quando se falava o alemão era aconselhável o uso de palavras ou expressões francesas em meio a frases. "A partir das cortes principescas, o francês se expande para as altas camadas da burguesia." (ELIAS, 1973, p. 20-21).

Historicamente o Brasil, colônia portuguesa, foi sede do Império de 1808 a 1821. Com a chegada da família real, um novo modo de vida, dominante na Europa, difundiu-se na sociedade brasileira, principalmente entre os moradores da capital, Rio de Janeiro, mais próximos da

nobreza que habitava a corte. Novos hábitos e normas foram impostos e divulgados pelas diversas províncias, por meio de legislação, códigos de posturas, que as sociedades locais mediante contato e literatura importada foram absorvendo.

Como evidenciado, a chegada da corte gerou problemas de ordem demográfica e habitacional, pois a cidade não estava preparada para receber moradores de hábitos tão diversos, em termo de "consumo, lazer, higiene, moradia, etc." Os ritmos econômicos impressos ao Brasil acentuavam as deficiências urbanas da capital. "Por outro lado, indústria e comércio internacionais precisavam modernizar a rede de serviços urbanos e a rotina de subsistência da população a fim de escoarem seus produtos". (COSTA, 1989, p. 52).

Segundo Gilberto Freyre, a sociedade brasileira passou por um processo de "reuropeização". Uma série de mudanças nos hábitos coloniais, "como a progressiva ocidentalização das velhas influências orientais na cidade e na população, mostra o alcance dessas modificações". (COSTA, 1989, p. 53)

Jurandir Freire da Costa, ao analisar o processo de urbanização e higienização da família colonial brasileira no início do século XIX, ressalta o papel dos médicos e da disciplina. Para implementar esta mudança, os meios utilizados foram a lei, a punição e o aparelho jurídico-policial como instância e parâmetro de correção. Conforme ele mostra, "a transformação do espaço urbano procurava atender, exclusivamente, ao bem-estar e ao enriquecimento da aristocracia portuguesa e do capitalismo europeu." (COSTA, 1989, p. 53).

Para exemplificar como se deu a imposição de novos costumes, Costa analisa dois fatos: a lei das aposentadorias e a ordem de abolição das rótulas. "Pela lei das aposentadorias, os membros da administração real tinham o direito de requisitar casas particulares para sua estadia em cidades onde iam realizar inspeções jurídicas, fiscais, etc." Com a chegada de D. João, aristocratas e serviçais da corte passaram a fazer uso da lei, sistemática e inescrupulosamente. Residências das pessoas mais ricas foram tomadas de seus proprietários sem nenhuma indenização ou ressarcimento, o que gerou grande descontentamento e desavenças entre portugueses e "brasileiros." (COSTA, 1989, p. 54).

As rótulas e gelosias, elementos arquitetônicos, de influência árabe nas edificações portuguesas, eram empregadas abundantemente

nos sobrados e casas das classes mais abastadas do Brasil colônia. Estes elementos foram considerados pelos "aristocratas portugueses, políticos e comerciantes europeus" como "sintoma de atraso cultural e 'barbárie' estética, donde a ordem de extinção". De acordo com o observado por Jurandir Freire da Costa, a abolição das rótulas visava prevenir os atentados políticos e favorecer economicamente o comércio europeu. "Além disso, eram fabricadas em madeira, e à indústria européia interessava comercializar grades de ferro e vidraças". (COSTA, 1989, p. 54-55).

O presidente Alencar (1834-1837) pensou no processo de civilização do povo cearense, ou seja, no "melhoramento da raça" e no seu avanço tecnológico. Para isto buscou trazer "artistas europeus que viessem trabalhar nas obras públicas da Província". Como consta em ofício de 28.5.1835, entre os melhoramentos que poderia promover estava a colonização estrangeira, que "me tem parecido um dos mais importantes, e por isto não tenho cessado de applicar a ella os meos cuidados..." (Apud NOGUEIRA, 1889, p. 123-124).

Em carta de 20.01.1836, ao cônsul geral do Brasil em Lisboa, o presidente ressaltava a necessidade de importar "braços industriosos" que impulsionassem nossa agricultura, pois a Província do Ceará era "assáz extensa e muito despovoada". Depois de travar uma longa correspondência com o cônsul, em junho de 1837, chegam a Fortaleza 120 colonos das Ilhas de Açores. O historiador Paulino Nogueira (1889), ao analisar os relatórios do Presidente Alencar, avalia como positiva a vinda destes migrantes, pois eram:

> Todos, homens válidos, trabalhadores e bem comportados, que fizeram fortuna e constituíram famílias numerosas e honradas, que ainda hoje honram-lhes o sangue e o nome com uma descendência abastada e conceituada, composta de estimáveis conterrâneos e dignos concidadãos. (p. 130).

Com o objetivo de melhorar o estado de viação da Província, Alencar mandou contratar mão-de-obra especializada na Europa, como fazia a monarquia. No Palácio do Governo do Ceará baixou a seguinte Portaria em 15. 09.1836:

> O Presidente da Província, autorisado pela Lei Provincial n°. 43 de 14 do corrente mez para mandar engajar em S. Cloud 50 trabalhadores

> adestrados na factura de estradas, para serem empregados nas obras públicas desta mesma. (Apud NOGUEIRA, 1889, p. 131).

Este fato foi motivo de chacota na Câmara Temporária no Rio de Janeiro, pois a oposição, que já se levantava veementemente contra a administração de Alencar, procurou "metê-lo ao ridículo". Na sessão de 19 de julho de 1837, o deputado pela Bahia, Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro Marquês de Abrantes, criticou o presidente:

> O dictador procura captar a benevolência do Governo Geral, imitando-o em grandes medidas; manda o nosso Governo buscar agricultores a Fellemburg; o Presidente do Ceará manda buscar trabalhadores a St. Cloud na França! ... a St. Cloud, Senhores, sítio que só é notável, porque nelle há um palácio de verão dos Reis da França! ... (risadas). Entretanto eu não posso deixar de felecitar ao Sr. Alencar por se haver voltado tanto para a monarchia! Já não quer trabalhadores sinão Reaes!! (NOGUEIRA, 1889, p. 134).

Apenas 16 franceses foram contratados e chegaram ao Ceará em janeiro de 1838. Para Paulino Nogueira: "A colonisação européa, promovida por Alencar, bem que diminuta, muito deveo o Ceará". (1889, p. 135).

Com a abertura dos portos, decretada por D. João VI, as relações comerciais de cada província passaram a ser feitas diretamente com o exterior, o que permitiu não só as trocas de mercadorias, mas também contatos culturais e a fixação de estrangeiros nestas províncias. O Ceará, dependente administrativamente da província de Pernambuco até 1799, tinha suas relações comerciais quase exclusivamente com a "praça do Recife". Em 1809, o governador Luiz Borba Alardo de Menezes, "pondo-se a testa da agricultura e do commercio, conseguiu por meio de associações, que os negociantes da capitania abrissem communicação directa com alguns portos da Europa (Lisboa e Liverpool)". (BRASIL, 1863, p. 413).

Para o Senador Pompeu esta tentativa teria produzido "excellentes resultados, deu animação à cultura do algodão, e teria desenvolvido os recursos da terra", se alguns obstáculos como a presença de "corsários francezes, e depois os de Artigas, e mais tarde os de Buenos-Aires, sem fallar nas convulsões políticas de 1817 e 1825, não tivessem contrariado essa indústria nascente." (BRASIL, 1863, p. 413).

No *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, publicado em 1863, o Senador Pompeu afirma existirem na capital sete casas importadoras, sendo uma inglesa, uma alemã, uma suíça, uma francesa, duas portuguesas e uma brasileira. O comércio se fazia "directamente com o estrangeiro, ou indirectamente por cabotagem, ou finalmente de mercadorias nacionaes com as praças do Imperio". (BRASIL, 1863, p. 414).

Fortaleza também civiliza-se, quando entra na rota do mundo, quando se insere na divisão internacional do trabalho. Quando passa a exportar algodão, peles, etc. e consumir produtos distribuídos em amplitude mundial.

O sociólogo americano Robert Park, da Escola de Chicago, relaciona a idéia de civilização a cidade. A cidade é "a criação mais imponente do homem, o mais prodigioso artefato humano. Portanto, devemos conceber nossas cidades, não apenas como centros de população, mas como oficinas de civilização e, ao mesmo tempo, como o habitat natural do homem civilizado". A civilização moderna, diferentemente das civilizações precedentes, atinge uma escala mundial, "atraindo para o seu vasto círculo as mais distantes regiões e os mais isolados povos do mundo". Esta visão de civilização de Park enquadra-se dentro do atual discurso de globalização. "Por toda a parte encontram-se evidências da integração e interpenetração de povos e culturas". (PARK, 1970, p. 593).

No Brasil das "ilhas econômicas", as relações comerciais se faziam diretamente com a Europa e os Estados Unidos. Em Fortaleza, destacou-se a Casa Exportadora dos Irmãos Boris. Graças ao grande poder econômico destes irmãos, o mar era denominado popularmente de "açude do Boris". Por meio da Casa Boris muitos bangalôs de Fortaleza foram decorados com móveis, louças, grades de ferro e outros objetos de origem européia. Esta empresa importou a estrutura metálica do Teatro José de Alencar e dos três galpões do Mercado da Praça da Carolina.

A "aristocracia cearense" vestia-se com tecidos e segundo a moda européia. As jovens dominavam o francês e o piano. Isto caracterizava a "civilidade", a "urbanidade" daqueles tempos, como se pode observar em trechos do romance *A Normalista,* de Adolfo Caminha. Os anúncios em jornais da época deixavam captar o interesse pelos produtos consumidos na cidade. O jornal *Constituição* (05.10.1865) anunciava os pro-

dutos chegados de Liverpool, via Lisboa, pela barca Flor de S. Simão: bebidas (genebra holandesa, cervejas "Bass" e "Tenente"; vinho tinto PRR), suprimento variado para cozinha e mesa: azeite doce, alho, arroz indiano, canela, cravo, pimenta-da-índia, doce em calda; e mais louça inglesa, cadeiras importadas de "diferentes feitios", ferros suecos, cera branca em velas, velas "stearinas", flor de alfazema, papel para tipografia, chapas para fogão, etc. (Apud CAMPOS, 1988, p. 103).

No jornal *Pedro II*, de 1867, um alfaiate se anunciava em inglês. O comércio supria a população feminina "de um tudo em matéria de moda". As mulheres, que mais citadinas, se interessavam pelos "veludos, as 'cachemiras', as sedas, as rendas de Molechinia e das Valenciènnes". (CAMPOS, 1988, p. 90).

Durante a segunda metade do século XIX, "impõe-se aos mundanos elegantes a moda francesa. Casas, como a 'Loja americana', vendem 'chapéus franceses muito finos, última moda de Paris' (...) e de igual procedência tem os mais abonados 'calçados para Sra.' e redes, seguramente parisienses, muito afamados..." (CAMPOS, 1988, p. 103).

Os poucos teatros existentes eram freqüentados pela sociedade fortalezense. Em 1830, as encenações eram feitas no pequeno Teatro Concórdia, chamado Casa da Ópera. Depois, com a mudança de endereço em 1842, passou a chamar-se de Thaliense. As peças eram de autores que faziam sucesso na Europa. No Teatro Thaliense, exibiu-se com sucesso Emília Neves em 14.06.1868, encenando a "Dama das Camélias" de Alexandre Dumas, que tinha se publicado em 1852 na França. (CAMPOS, 1988, p. 103). Este teatro resistiu até 1872. Outros surgiram até a construção em 1910 do teatro oficial - José de Alencar, como o Teatro São José, em 1876, o Teatro de Variedades, em 1877, depois chamado S.Luís. (GIRÃO, 1979, p. 138-140).

Os bailes se davam nos palacetes, nos sobrados ricos e mesmo na moradia do presidente: "Na ausência de salões para as festas, o Palácio do Presidente, nos dias de grandes comemorações, abre as portas a dançarinos, pessoas de bom-tom que cumprem o ritmo e os passos de quadrilhas francesas, polkas, 'schotischs' etc." (CAMPOS, 1988, p. 90). Com o surgimento do Clube Cearense, em 1867, e do Clube Iracema, em 1884, outros espaços abriram-se para os jogos de recreação. (GIRÃO, 1979).

A França, o grande modelo cultural, estava presente através das irmãs de Caridade (Colégio Imaculada Conceição e Santa Casa de Misericórdia), dos padres da Congregação de S. Vicente de Paula (Seminário), e principalmente da literatura, gerando na "elite culta" da Província o desejo de criar, em 1872, uma Academia Francesa, em Fortaleza. As classes abastadas mandavam os filhos estudar em Paris, Londres, Montpellier, Lisboa, etc., de onde voltavam formados em Medicina, Engenharia. Ingleses e franceses, atraídos pelo comércio de exportação de algodão e de importação, criaram laços, casando-se com moças da terra, e hoje os seus descendentes fazem parte das tradicionais famílias cearenses: os Boris, os Studart, os Ellery, os Smith.

Adolfo Caminha, romancista cearense do final do século XIX, "foi sempre fiel à estética naturalista, iniciada na França, com Émile Zola" (IANNONE, 1973, apud CAMINHA, 1973). A Fortaleza descrita no seu romance *A Normalista* ressaltava a busca de imitar modos europeus. A influência da "civilização francesa" marcava os hábitos da população cearense, principalmente da "burguesia". O personagem João da Mata criticava a escola de formação religiosa das irmãs de Caridade e defendia a escola laica, conquista do Ministro da Educação da França Jules Ferry, no final do século XIX:

> Queria a educação como nos colégios da Europa, segundo vira em certo pedagogista, onde as meninas desenvolvem-se física e moralmente como a rapaziada de calças, com uma rapidez admirável, tornando-se por fim excelentes mães de família, perfeitas donas de casa, sem a intervenção inquisitorial da irmã de caridade. Não compreendia (...) como pudesse instruir-se na prática indispensável da vida social uma criatura educada a toques de sineta, no silêncio e na sensaboria de uma casa conventual entre paredes sombrias, com quadros alegóricos das almas do purgatório e das penas do inferno; com o mais lamentável desprezo de todas as prescrições higiênicas, sem ar nem luz, rezando noite e dia - ora pro nobis, ora pro nobis. (...) O diabo é que no Ceará não havia colégios sérios. A instrução pública estava reduzida a meia dúzia de conventilhos: uma calamidade pior que a seca. (CAMINHA, 1973, p. 29-30).

O discurso higienista, dominante na Europa, foi ressaltado ao descrever o personagem Zuza, estudante de Direito em Recife, filho de família importante da Província do Ceará.

> Adorava a boêmia, mas a boêmia que não cospe no assoalho e que toma banho uma vez ao menos por dia. Nisso de asseio... era correto... Ma cabine à coucher, dizia Zuza, mostrando aos amigos este interior confortável de boêmio rico. (CAMINHA, 1973, p. 97).

Através da personagem Maria do Carmo, a normalista, descreve os costumes parisienses do Presidente da Província Dr. Caio Prado, que morre de febre amarela na seca de 1888.

> Não podia se conformar com a idéia da morte do presidente, o homem da moda, o "querido das moças", o grande amigo do Ceará, que tantos benefícios fizera a essa província, mandando construir açudes no sertão, reconstruindo o passeio público, ativando as obras do porto, facilitando a emigração, prodigalizando esmolas, e, finalmente, introduzindo em Fortaleza certos costumes parisienses, como por exemplo, o sistema de passear a cavalo a chouto, de aparar a cauda aos animais de sela. Lembrava as qualidades do fidalgo paulista... (CAMINHA, 1973, p. 180-181).

A "mania do brasileiro" querer imitar a arquitetura e a moda européia, inadequadas à realidade dos trópicos, e que não levava em consideração o clima, as necessidades da população local, era criticada por alguns pensadores, como o médico Afrânio Peixoto.

> Neste clima, para tratar dos rudimentos de biologia, fisiologia e higiene, quais são as necessidades humanas de alimentação, vestuário, costumes sanitários, defesa contra as infestações e infecções, autoctones e forasteiras? Havemos para nossa nutrição de citar tabelas de Voit, Rubner e Atwater? Adoptar e suportar a moda de Paris, Londres ou Nova York, embora em hemisférios opostos? Copiar as posturas municipais das velhas cidades européias, com os defeitos da rotina, todas as prementes necessidades de climas diversos e hábitos desencontrados? Legislar sobre saúde pública, pelos regulamentos dos chamados países cultos, sem nenhum resguardo aos hábitos do nosso povo, dessa indisciplina americana, tão cara em certos momentos, tão perniciosa quando uma necessidade assume o aspecto de coação, e que é preciso contornar para vencer? (PEIXOTO, 1938, p. 315).

O chamado processo de "civilização", de urbanização da sociedade fortalezense foi lento e marcado pelas idéias dominantes na Europa. Ainda não se estava no atual processo de globalização da sociedade, mas o comércio, a difusão cultural e científica muito contribuíram para a disseminação e domínio da cultura, da civilização ocidental.

Vistos como civilização e civilidade da população cearense, os processos de urbanização e de urbanidade deixaram marcas na literatura e na sociedade local e podem ser recuperados e reconstruídos mediante consulta nos inúmeros documentos, jornais, livros que retrataram a realidade local nos séculos XIX e XX. A população e a cidade incorporaram várias das normas estabelecidas.

No entanto, esta tentativa de civilizar, higienizar e disciplinar a sociedade fortalezense tornava-se mais difícil em momento de longas estiagens, pois a migração para a capital desorganizava o espaço e favorecia a disseminação de doenças. Acomodados em praças e abarracamentos, os milhares de migrantes de hábitos rurais tinham dificuldades em entender e respeitar as normas de urbanidade.

Considerações finais

Com base em um conceito mais abrangente de urbanização, tentamos mostrar como este processo realizou-se no espaço cearense, sobretudo na cidade de Fortaleza, que mais fortemente se transformou nestes dois últimos séculos. Analisamos a urbanização a partir de quatro aspectos: urbanização como resultado do crescimento da população; urbanização como modo de vida; urbanização como disciplinamento da sociedade e do espaço; e urbanização como processo civilizatório.

A urbanização da sociedade cearense foi iniciada no século XIX. Ao expulsar a população do campo que se fixa nas cidades, a seca contribuiu para o fenômeno urbano no Ceará. Como é notório, as condições climáticas levaram à concentração destas populações nas cidades desprovidas de qualquer traço urbano. Estas populações são obrigadas a alterar seu modo de vida, a adaptar-se às normas, aos costumes citadinos. Fortaleza tem, portanto, uma urbanização forçada ou causada pelo fenômeno das secas.

Chegada à cidade, a população do campo também deve *civilizar-se*, ou absorver o comportamento *civilizado* do homem citadino. E um dos meios utilizados foi através da lei, de normas, de códigos de posturas que disciplinavam tanto o comportamento da população quanto o espaço urbano, seus usos e ocupações. Por conseguinte, o processo de urbanização foi também um processo de disciplinamento e controle do espaço urbano e da sociedade, a quem é imposto um modo de vida urbano.

Mencionado processo manifesta-se por meio de mudança de comportamento, de hábitos, do modo de vida. No passado, o Imperador mandava vir da Europa profissionais habilitados, escritores, artistas com o objetivo de *civilizar* a população brasileira. E *civilizar* significava vestir-se, pensar, ler, falar de acordo com o modelo europeu. Depois da Segunda Guerra Mundial, outro modelo se impõe - *way of life*. O mundo passa a guiar-se pelo modo de vida dos Estados Unidos. Na era da globalização, com os rápidos meios de comunicação, busca-se uma linguagem universal, um modo de vida global, mas existem resistências e as comunidades locais reagem na tentativa de manter a sua identidade.

Bibliografia

BARROS LEAL, Vinicius. *História da Medicina no Ceará*. Fortaleza: SECULT, 1978.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa (Senador Pompeu). *Ensaio Estatístico da Província do Ceará***.** Tomos I e II. Ed. fac.-sim. publicada em 1863. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.

BRUNET, Roger, FERRAS e R. THÉRY, H. *Les Mots de la Géographie* : dictionnaire critique. - La Documentation Française (3a édition). Montpellier-Paris: RECLUS, 1992.

CAMINHA, Adopho. *A Normalista*. Obras imortais da nossa literatura. Rio de Janeiro: Editora Três, 1973.

CAMPOS, Eduardo. *A Fortaleza Provincial*: rural e urbana. Introdução ao estudo dos códigos de posturas de 1835, 1865, 1870 e 1879. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

CARVALHO, Jader. *Aldeota*. São Paulo: Exposição do Livro, 1963.

CASTRO, José Liberal de. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, p. 43-90,1994.

CLAVAL, Paul. *La Logique des Villes*. Essai d'urbanologie. Paris: LITEC, 1981.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989.

ELIAS, Nobert**.** *La Civilisation des Moeurs***.** Colection AGORA. Paris: Calman-Lévy Presses Pocket, 1993.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 1990.

NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará durante a Monarquia - Período Regencial - 7º presidente - Senador José Martiniano de Alencar. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typografia Studart, 1889.

PARK, Robert. A cidade e a civilização. In: PIERSON, Donald. *Estudos de Organização Social* (tomo I) - Leituras de Sociologia e Antropologia Social. Biblioteca de Ciências Sociais - vol. IX, São Paulo: Martins Editora, 1970.

PEIXOTO Afrânio. *Clima e Saúde:* introdução biogeográfica à civilização brasileira. S.Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei*: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

O Seminário de Olinda segundo a historiografia

Francisco Adegildo Férrer*

Este trabalho de pesquisa faz uma incursão, uma leitura e uma tentativa de análise da produção historiográfica, fartamente divulgada em que se tratam de questões pertinentes ao **Seminário de Olinda**. Pretende-se analisar essas formas de abordagem e suas conclusões. Ressaltamos também algumas interpretações consensuais que estão a necessitar de explicações complementares. Essas interpretações, inseridas nas obras em estudo, dão margem a diferentes interpretações.

É um trabalho descritivo e, como tal, inicia-se pela apresentação dos conteúdos das obras em estudo, passando pela análise de monografias acadêmicas e encerrando-se com a exposição das interpretações emitidas por seus autores.

Nem sempre todas as obras, que tratam da História da Educação no Brasil deram uma maior atenção ao Seminário de Olinda. Percebe-se, ao se analisar a produção historiográfica de autores brasileiros, uma certa tendência de se ignorar este estabelecimento de ensino.

José Ricardo Pires de Almeida, autor da *primeira história sistematizada da educação brasileira*, nada diz acerca do colégio olindense. Registra, apenas algumas notas acerca da vida do seu fundador, informando que *D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Bispo de Elvas*, é uma figura que se pode destacar *entre os homens instruídos, sábios, eruditos, dos quais o Brasil se orgulha ainda hoje*; informando ainda que ele é formado na Universidade de Coimbra. Afrânio Peixoto, em sua obra *História da Instrução Pública no Brasil - 1500/1899* (São Paulo, 1989) apenas o cita em sua obra.

* Professor Doutor em História e Filosofia da Educação/USP.

Primitivo Moacyr, frequentemente detalhista e minucioso, se restringiu a informar o ano da criação da escola: "Em 1798, é creado, em Olinda, o Seminário pelo bispo D. Azeredo Coutinho." E o certo é que o Seminário de Olinda, desde a sua fundação, em 1800, exerceu poderosa influência na formação intelectual no norte do Brasil. Era o curso secundário mais completo do país. Acolhia elevado número de alunos, não só os que se destinavam ao sacerdócio, como ainda todos quantos não podiam ir a Coimbra fazer os seus estudos.

A filosofia em voga em suas cadeiras era a cartesiana, a ponto do Seminário se converter em ninho de idéias liberais e adotar como evangelho político a doutrina dos filósofos do século 18. Mais que as ciências eclesiásticas eram divulgados os episódios da Revolução francesa, partindo daquele núcleo intelectual o gosto pelas idéias renovadoras, à época consideradas *subversivas*, cujos adeptos passaram a organizar academias secretas...

Alguns manuais contemporâneos também se incluem entre os que omitem informações sobre o colégio pernambucano[1]. A tendência, presentemente, é inversa. O Seminário de Olinda ganha progressivo relevo, nos textos dos compêndios, à medida que avançam as investigações, que se publicam a respeito ou se recuperam documentos essenciais à compreensão histórica das idéias e instituições educacionais brasileiras. Em especial, essa nova compreensão deve-se à "redescoberta" dos *Estatutos* daquela escola e da publicação de *Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho*. As investigações de Luiz Antônio Cunha, de Maria Beatriz Nizza da Silva, de Leonardo Trevisan, de Elpídio M. Cardoso, de Severino Leite Nogueira, assim como alguns escritos que delas decorreram, como é o caso do artigo, publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, pelo pesquisador Francisco Adegildo Férrer.[2]

Três ordens de considerações estão presentes nestas obras, quando se analisa o Seminário. A primeira delas se refere à estrutura do

---

[1] Veja, por exemplo, FERREIRA, Tito Livio. *História da educação luso brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1966 e LIMA, Lauro de Oliveira, *Estórias da educação no Brasil:* de Pombal a Passarinho. Brasília: 1974 e BERGER, Manfredo. *Educação e dependência*. São Paulo: DIFEL.Porto Alegre: URGS, 1976.

[2] *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará*, v. 109, Fortaleza, Ceará: 1995, p. 365- 378.

ensino, que envolve os aspectos de organização curricular, de divisão do trabalho docente e de relação entre professor e aluno. A segunda delas se relaciona a curiosidades históricas acerca do funcionamento da escola. E, finalmente, a terceira, correspondente à vinculação do estabelecimento de ensino às idéias vigentes no século XVIII e início do século XIX.

Tomando-se como exemplos as obras de Fernando Azevedo[3] (1976), é possível verificar que todas sempre evidenciam aspectos da estrutura do ensino, assim como fazem registros de curiosidades ligadas ao funcionamento do Seminário; há uma preocupação de todos, em fazer a vinculação da escola, direta ou indiretamente, às reformas pombalinas da instrução pública. Valnir Chagas, Fernando de Azevedo e José Antonio Tobias são os únicos que avançam mais, relacionando aquele estabelecimento de ensino a movimentos ideológicos e idéias filosóficas que agitaram Portugal e a Europa. São nomeados, explicitamente, o Iluminismo, o enciclopedismo, a filosofia de Descartes, as idéias liberais, os ideais republicanos e democráticos do século XVIII, o despotismo esclarecido e a reação antijesuítica.

Para ilustrar, com maior riqueza de detalhes, Fernando de Azevedo realça a organização curricular do Seminário de Olinda em função da "importância dada, no plano de estudos, ao ensino das matemáticas e das ciências físicas e naturais", matérias novas que se acrescentaram "ao lado das (...) que constituíam o currículo tradicional". Ribeiro (1978) reconhece, igualmente, que o colégio "dava maior atenção às matemáticas e às ciências naturais"; enquanto Silva (1969) destaca tanto a organização das ciências naturais "e dos estudos clássicos num currículo unificado", como "a divisão do trabalho docente entre vários professores e a reunião de alunos em classes ou séries de estudos". Para Tobias (1982), Coutinho elaborou um plano de estudos que "conservava (...) a tradicional educação brasileira, literária e jesuítica, acrescentando-lhe, porém, um elemento novo, científico e pombalino". Chagas (1978) se refere à "estrutura bem definida" do Seminário, que incluía "um plano articulado de ensino". Em oposição às aulas ré-

[3] Para mais esclarecimentos, ver : AZEVEDO, Fernando de."A transmissão da cultura". In: *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Brasília, INL.1976, principalmente as páginas 66/76.

gias, constata na escola olindense a existência de "ordenação lógica e gradual das disciplinas, duração prefixada dos cursos e reunião dos estudantes em classes".

Ele reitera, também, a informação de que o currículo do Seminário ligava "o clássico ao moderno".

Dos compêndios, ora tomados como objetos de estudo, o de Fernando de Azevedo,ao longo de quatro páginas, é o mais copioso em considerações. Em seguida, aparecem os de José Antonio Tobias, com três, e de Valnir Chagas, com duas páginas. Geraldo Bastos Silva redige um período que não chega a tomar meia página, enquanto Maria Luisa Santos Ribeiro emite suas idéias acerca do Seminário de Olinda numa nota de rodapé.

Para Chagas (1978), o "clássico", parte corresponde ao conteúdo do currículo denominado de "tradicional" por Fernando de Azevedo, por Geraldo Bastos Silva e por José Antonio Tobias, seria representado, basicamente, pela gramática, retórica, filosofia e teologia. Já o "moderno", o "novo", se expressaria, fundamentalmente, na física, na química e na história natural, ainda desenvolvidas dentro da filosofia, bem como na geometria – abrangendo a aritmética, a geometria propriamente dita, a trigonometria e a álgebra – e no desenho.

Quanto ao fim perseguido pela sua organização curricular, as informações dos autores nem sempre são explícitas, mas são convergentes. Para Chagas (1978), tal currículo visava ao "preparo 'de um bom cidadão e de um indagador da natureza' que aprenda a 'procurar a verdade nas suas fontes'". Os instrumentos dessa procura seriam a observação direta e a experiência. Fernando de Azevedo, nesse aspecto, repete Oliveira Lima e Gilberto Freyre, mas, como as citações de ambos são reiterativas, registra-se somente a do primeiro, segundo o qual o bispo de Olinda "visava a formar no Seminário que fundava com certo luxo de ensino das ciências naturais, – cadeiras de física, química, mineralogia, botânica e desenho –, gerações de párocos-exploradores, os quais há um tempo pastoreassem as almas e devassassem as riquezas vegetais e minerais de suas freguesias, podendo compreender os descobrimentos que fizessem e sabendo tirar deles proveito". Maria Luiza Santos Ribeiro entende que o Seminário formou "párocos mais voltados para o ambiente urbano e para os métodos exploratórios de investigação na natureza".

A propósito da relação entre professor/aluno, os comentários destes pesquisadores também não apresentam divergências. Azevedo (1976) destaca as novas tendências pedagógicas, refletidas dentro do Seminário de Olinda "no ambiente liberal que nele se criou".

Ribeiro (1978) afirma que a escola "empregava métodos mais suaves". Chagas (1978) realça o "relacionamento mais vivo e cordial entre mestre e discípulo". Tobias (1982) por fim, associa Azeredo Coutinho a Comênio, por entender "Notável a pedagogia humana e compreensiva do inteligente bispo; exigia compreensão para com o educando e tratamento humano para com a criança".

Já as curiosidades históricas, frequentemente referidas pelos pesquisadores, em suas obras, servem para ilustrar e enriquecer os registros acerca do Seminário de Olinda. São de dois tipos. O primeiro, repetido com insistência, faz a vinculação do colégio com a revolução liberal pernambucana de 1817. Fernando de Azevedo, na mesma trilha de Lima (1974) afirma que a escola influenciou "no preparo e na direção da revolução pernambucana de 1817". José Antonio Tobias também reconhece a existência de "ligação, direta e fecunda, do Seminário de Olinda com a Revolução Pernambucana, de 1817". Ribeiro (1978) vincula, não o estabelecimento de ensino, mas os párocos, por ele formados, à revolução. Valnir Chagas fala de uma contribuição indireta do Seminário para a eclosão desse movimento liberal.

O segundo tipo de curiosidades históricas é expresso pelo próprio conteúdo das citações de outros estudiosos ou pelas referências indiretas de suas idéias. Não acrescenta novidades, pois só reforça juízos emitidos pelas fontes exploradas. Em Fernando de Azevedo as citações são abundantes. Além das já referidas, retiradas de obras de Gilberto Freyre e de Oliveira Lima[4], e de Capistrano de Abreu. Todos comparam o Seminário "a um Liceu francês dos departamentais". Conclui-se que "sem Azevedo Coutinho não surgiria a geração idealista de 1817". Gilberto Freyre e Oliveira Lima são citados em oportunidades que não as já descritas: o primeiro, para contrapor o educandário pernambucano

[4] A interpretação de Oliveira Lima é a seguinte: "*A independência foi mais diretamente servida no seu preparo pelo Seminário que, em Pernambuco fundou Azeredo Coutinho*". Apud BARATTA, cônego José do Carmo. Escola de heróis: o Colégio de N. S. das Graças o Seminário de Olinda. 2.ed. Recife:1972, p. 58.

aos seminários Companhia de Jesus, pois aquele "já não era o jesuítico, com seu ensino excessivamente retórico, literário e religioso"; e, o segundo,

Para expressar o julgamento de que, em Olinda, se implantara "o melhor colégio de instrução secundária no Brasil". Reitera o último julgamento a assertiva de um viajante, que, em 1808, segundo Geraldo Bastos Silva[5], teria afirmado ser o Seminário "talvez o melhor que temos no Brasil, não pelo edifício (...) mas pela polícia e economia não só no que respeita à educação ingênua e liberal, mas principalmente à educação científica". José Antonio Tobias, igualmente, recoloca algumas impressões de Oliveira Lima, citando Gilberto Freyre, com base na obra de Fernando Azevedo. Primitivo Moacyr inseriu, em sua obra, textos das pesquisas compendiadas, repetindo e reforçando as idéias extraídas daquelas fontes. Necessariamente, como decorrência, as citações ligam e homogeneízam os citadores e citados, de tal forma que em nada avançam os conteúdos das obras, anteriormente citadas.

Finalmente, à exceção de Geraldo Bastos Silva, todos os demais autores estabelecem relações entre o Seminário de Olinda e movimentos e idéias, difundidas em seu tempo. Maria Luisa Santos Ribeiro faz a vinculação indireta da escola com as reformas pombalinas da instrução pública, ao afirmar que sua concepção "pretendia seguir o modelo do Colégio dos Nobres criado em Lisboa em 1761". Essa intenção não teria chegado a se concretizar, porém. José Antonio Tobias reforça essa interpretação, mas vai além. A criação de Azevedo Coutinho seria um "fruto remoto do 'Colégio dos Nobres'" e teria "pregado" e "espalhado", também, a "filosofia de Descartes, as idéias liberais e os ideais republicanos e democráticos do século XVIII. Para Valnir Chagas, o Seminário de Olinda teria sido uma das formas de manifestação do

[5] Segundo SILVA, esses fatos foram relatados, originalmente, pelo cronista Pereira da Costa nos Anais Pernambucanos: "O Seminário, escreveu um viajante ilustre que o visitou em 1808, é talvez o melhor que temos no Brasil, não pelo edifício, que, todavia, está reedificado, e tem uma cerca, mas pela política e economia não só no que respeita à educação ingênua e liberal, mas principalmente à educação científica ...Não há número certo de pensionistas, e cada um paga anualmente 100$000. Além de aulas de belas-artes, tem ainda as de todas as ciências que podem formar um bom cidadão e um eclesiástico instruído; os seus professores se fazem dignos do conceito público de que gozam pelos seus abalizados conhecimentos e o reitor é um homem sábio, vigilante, e incansável".

Iluminismo no Brasil. Nesse sentido, seria mais expressivo do que as aulas régias e o Seminário do Convento de Santo Antonio, educandário franciscano localizado no Rio de Janeiro, pois somente ele teria produzido uma ruptura em relação à "tradição deixada pela Companhia", abrindo, dessa forma, "a primeira fenda por onde enfim penetrariam no Brasil as idéias iluministas".

As reformas pombalinas, "híbrido de classicismo e modernismo", teriam sido o canal veiculador dessas idéias, assim como foram, em Portugal, expressão de movimentos convergentes que convulsionavam a Europa. Valnir Chagas faz referências especiais ao "iluminismo católico-maçônico e pedagógico", ao enciclopedismo, ao liberalismo, ao despotismo esclarecido e à reação antijesuítica. Fernando de Azevedo vê o Seminário de Olinda como uma das manifestações das reformas pombalinas da instrução no Brasil. As duas outras não referidas por qualquer outro compendiador, teriam sido "Projeto de organização do ensino de Garção Stocler" e a "primitiva organização do Colégio Pedro II (1837-1838)". Fernando de Azevedo associa, também, as reformas pombalinas às "teorias dos enciclopedistas" e às "novas tendências liberais e democráticas".

Mesmo constituindo um painel de caráter impressionista, as descrições e transcrições apresentadas resumem, do ponto de vista do conteúdo, as características mais marcantes das obras pesquisadas.

Bibliografia

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil (1500 – 1899)*. São Paulo, PUC/Brasília, INEP, 1989, 365 p. (Memórias da Educação Brasileira)

ALVES, Gilberto Luiz. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda: 1800 – 1836*. Ibitinga, São Paulo: Humanidades,1993.

AZEVEDO, Fernando de."A transmissão da cultura". In: *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Brasília, INL, 1976,268 p.

BARATTA, cônego José do Carmo. *Escola de heróis*: *o colégio de N.S. das Graças o Seminário de Olinda*. 2. ed. Recife: Comissão Estadual das Comemorações do Sesquicentenário da Independência, 1972, 98 p.

BERGER, Manfredo. *Educação e dependência***.** São Paulo: DIFEL/ Porto Alegre: URGS , 1976, 354 p. (Corpo e Alma do Brasil, v. 45)

CHAGAS, Valnir. *Educação brasileira: o ensino de 1º. e 2º. graus – antes, agora e depois?* São Paulo: Saraiva, 1978, 386 p.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade temporã: da Colônia à era Vargas. 2. ed. versão ampliada .Rio de Janeiro: Francisco Alves,1986, 339 p.

ESTATUTOS, do Seminário Episcopal de N. Senhora da Grasa da Cidade de Olinda de Parnambuco ordenados por D. Jozé Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho XII Bispo de Parnambuco do Conselho de S. Magestade Fidelisima fundador do mesmo Seminário. Lisboa, Typografia da Acad. R. das Ciências 1798, 109 p.

FÉRRER, Francisco Adegildo. "A proposta pedagógica do Bispo Azeredo Coutinho para a educação dos rapazes e raparigas no Brasil Colonial (1798-1802)". *Revista do Instituto do Ceará*, v. 109, Fortaleza, Ceará: 1995, 365- 378 p.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. *Origens da educação pública: a Instrução na revolução burguesa do século XVIII*. São Paulo: Loyola, 1981, 127 p. (Coleção "Educ – Ação",v.3)

MOACYR, Primitivo. A instrução e as províncias (Subsídios para a história da educação no Brasil): 1834-1899. São Paulo: Nacional,1936.

ORGANIZAÇÃO e Plano de Estudos da Companhia de Jesus. In: FRANÇA , pe. LEONEL. O método pedagógico dos jesuítas. Rio de Janeiro: Agir, 1952, 119-230 p.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978, 139 p. (Coleção Educação Universitária).

SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Nacional,1969,416 p. (Atualidades Pedagógicas, v. 94).

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981, 172 p. (História Brasileira, v. 6).

TOBIAS, José A. *História da educação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Juriscredi,1982.

A vida empresarial de Pedro Philomeno: um longo e fundamental capítulo da história industrial do Ceará

Carlos Negreiros Viana*

Pedro Philomeno Gomes Ferreira

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma reconstituição da vida empresarial de Pedro Philomeno Ferreira Gomes e das histórias dos dois principais empreendimentos industriais que lhe pertenceram, a Fábrica Iracema e a Fábrica São José.

* Mestre em Economia pela UnB e professor do curso de Ciências Econômicas da UFC/Campus de Sobral.

Ele cobre um período de 74 anos, que tem início quando Pedro Philomeno se associa ao pai e irmãos na firma Philomeno Gomes & Filhos, proprietária da Fábrica Iracema, e se encerra em 1983, quando o empresário falece.

1 A vida empresarial de Pedro Philomeno

Pedro Philomeno Ferreira Gomes, que nasceu em Sobral, a 07/07/1888, iniciou suas atividades empresariais no ramo de fumos preparados, em 1909, como sócio do pai (Francisco Philomeno Ferreira Gomes) e irmãos, na firma Philomeno Gomes & Filhos, proprietária da Fábrica Iracema (VIANA e NIREZ, 1991)[1].

Por volta de 1922, a Philomeno Gomes & Filho, firma sucessora da anterior, de propriedade apenas do Cel. Philomeno Gomes e de Pedro Philomeno, instala uma pequena fábrica de óleos vegetais e sabão no bairro de Jacarecanga, onde já funcionava a Fábrica Iracema (VIANA, 1994).

Com o falecimento de seu pai, em fins de 1923, a Philomeno Gomes e Filho é sucedida, a partir do início de 1924, pela firma Philomeno Gomes & Cia., com um capital de 400 contos de réis, que o tinha como sócio solidário e sua mãe (Maria Izabel Ferreira Gomes), como sócia comanditária (Ibidem).

Com a constituição dessa nova firma, Pedro Philomeno continuará a atuar no ramo de fumos e seus preparados e no de óleos e sabão, e, no decorrer ainda de 1924, a Philomeno Gomes & Cia. se associa às firmas Joaquim Markan (seu irmão) e Caminha, Diogo & Cia. Ltda., e

[1] O Cel. Francisco Philomeno Ferreira Gomes teve 14 filhos em dois consórcios: do primeiro, com Maria Izaura Carneiro de Messias, nasceram sete filhos, e, do segundo, com Maria Izabel Carneiro de Messias, irmã da precedente, a outra metade.

De sua descendência, destacaram-se, por desenvolver relevantes atividades para a vida econômica do Ceará, em vários setores, os seguintes filhos: Pedro Philomeno Ferreira Gomes – cigarros, óleos, vegetais e sabão, tecidos, redes de dormir, hotelaria, negócios imobiliários e construção civil, agricultura, etc.; Francisco Otávio Philomeno Ferreira Gomes – tecidos e negócios imobiliários; Joaquim Markan Philomeno Ferreira Gomes – cigarros e comércio; e José Maria Philomeno Ferreira Gomes – cigarros e refrigerantes, tendo sido ele um dos sócios da Fortaleza Refrigerantes S.A., empresa que, no início dos anos 1950, instalou uma engarrafadora da Coca-Cola em Fortaleza.

é constituída a firma Philomeno, Markan & Caminha Ltda., com um capital de 750 contos de réis e o objetivo de explorar o comércio de fumos e seus preparados ao mesmo tempo que ele adquire a patente, para produzir o sabão líquido Aseptol, da família do médico Meton de Alencar, seu inventor (Ibidem).

Quando as firmas produtoras de óleos e sabões de Fortaleza resolvem instalar um escritório para distribuir, conjuntamente, os sabões produzidos, por cada uma delas, nas suas fábricas, Pedro Philomeno é indicado, por Antônio Diogo de Siqueira, para ser o seu gerente (Ibidem).

No final de 1924, torna-se ele um dos sócios da firma Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda., da qual se retirará, em 1927, por desentendimentos com Antônio Diogo, de quem passou a ser sócio também na firma Frota, Siqueira & Cia. Ltda., constituída, em 1926, com o objetivo de construir e explorar a Fábrica São José (Ibidem).

Após o rompimento com Diogo, em 1927, e a morte de Raimundo da Silva Frota, no ano posterior, constitui a firma Gomes & Cia., em sociedade com seu irmão Francisco Otávio Philomeno Ferreira Gomes, com um capital social de 1.000 contos de réis, que inaugurará a Fábrica S. José em 01/06/1928 (Ibidem)[2].

Ao se retirar da Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda., Pedro Philomeno não mais retornará ao ramo de óleos e sabão, continuando, a princípio, a atuar apenas no ramo fumageiro (Fábrica Iracema) e, depois, nesse ramo e no têxtil (Fábrica S. José) (Ibidem).

Em 1939, ele se afasta da Fábrica Iracema, para se dedicar, exclusivamente, à Fábrica de Tecidos São José, deixando em seu lugar, na direção daquela fábrica de cigarros, seu sócio e irmão mais moço, José Maria[3].

Sob a direção de José Maria, a Fábrica Iracema permanecerá em atividade até 1941, quando Pedro Philomeno ao decidir concentrar seus esforços e capitais integralmente na Fábrica S. José, aproveitando a

[2] Raimundo da Silva Frota era filho de João Evangelista da Frota, rico comerciante em Sobral e grande proprietário de terras no Ceará e Piauí. Possuidor de grande fortuna, foi, por muito tempo, sócio da firma Frota & Gentil, juntamente com José Gentil Alves de Carvalho, seu cunhado, e Francisco da Silva Frota, seu irmão.

[3] As informações sobre a Fábrica Iracema, que constam nesse parágrafo e no próximo, foram colhidas em depoimento oral de Francisco de Assis Philomeno Gomes (Chico Philomeno), filho de Pedro Philomeno.

conjuntura econômica extremamente favorável à indústria têxtil, resolve fechá-la.

No final da década de 1940, a firma Gomes & Cia. Ltda., de propriedade de Pedro Philomeno, instala a primeira usina termoelétrica privada do Ceará, para suprir de energia elétrica a Fábrica S. José. Essa usina desempenhou fundamental papel também para o fornecimento de energia para a cidade de Fortaleza, mesmo depois da inauguração da Usina do Mucuripe, em 1955 (VIANA, 1988).

A extração de madeiras na Fazenda Guarany, no atual município de Pacajus, que fora comprada com a finalidade de suprir de lenha a referida usina termoelétrica, serviu de inspiração para torná-lo o pioneiro do cultivo sistemático de cajueiros no Brasil. Ali, além da plantação inicial de 200.000 pés de caju, introduziu ele, também, a cultura do eucalipto e de outras espécies vegetais no Ceará (GOMES, 1988).

Antes de comprar a Fazenda Guarany, Philomeno já possuíra a Fazenda Grossos e a Fazenda Formosa, onde se dedicava à pecuária, e que foram vendidas, mais tarde, ao seu genro Stênio Gomes da Silva (Ibidem).

Pedro Philomeno também atuou no setor imobiliário (Imobiliária Pedro Philomeno Ltda.), construindo casas de luxo e prédios de apartamentos, e, no setor de hotelaria, através do Lord Hotel, situado na Praça José de Alencar, e do Iracema Plaza Hotel, o primeiro estabelecimento desse gênero a se localizar na orla marítima de Fortaleza (Ibidem).

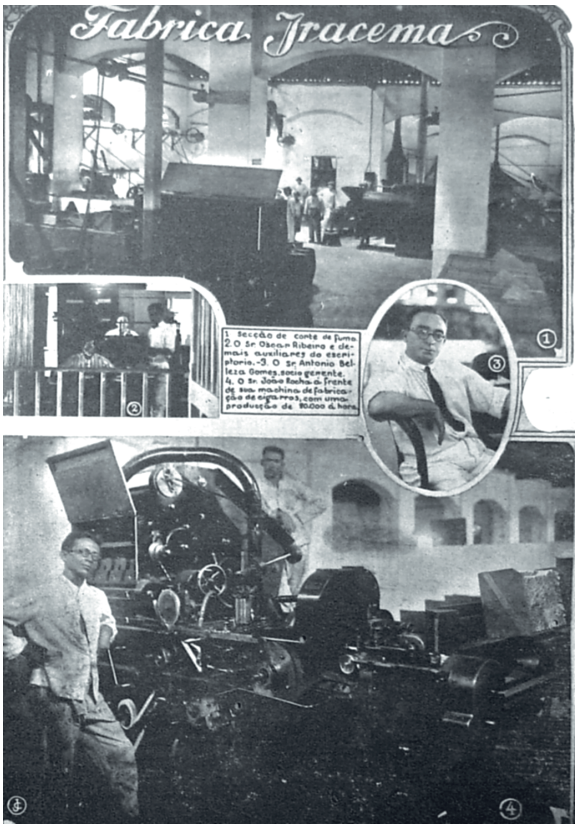
Foi ele, ainda, sócio fundador, e primeiro presidente, da Companhia Ceará de Seguros Gerais, que tinha o historiador Raimundo Girão também como um dos sócios (Ibidem).

Além das atividades empresariais, Pedro Philomeno também desempenhou funções político-partidárias e classistas: foi vereador de Fortaleza, de 1916 a 1920, pelo Partido Republicano Conservador Cearense (PRCC); participou, em 1932, da Comissão Executiva Central Provisória do Partido Economista (PSD) e, posteriormente, da Comissão Organizadora do Partido Economista. Já no desempenho de atividades classistas, foi Secretário do Centro Industrial Cearense, do qual foi um dos fundadores, de 1919 até 1921, quando passou a fazer parte apenas do seu conselho consultivo, e participou da Comissão Fiscal do Centro dos Importadores do Ceará, de 1925 a 1928 (VIANA, 1988).

Dois de seus genros foram políticos de grande destaque no Ceará: Stênio Gomes da Silva foi Governador do Estado e Acrísio Moreira da Rocha, Prefeito de Fortaleza (Ibidem).

Pedro Philomeno Ferreira Gomes faleceu, em Fortaleza, a 07/12/1983, aos noventa e cinco anos de idade (GOMES, 1988).

2 A Fábrica Iracema



Em 1900, a firma Gomes & Reishofer, pertencente a Francisco Philomeno Ferreira Gomes e a Charles Reishofer, adquire a fábrica de cigarros de Theodósio Freire e a transfere, com o nome de Fábrica Iracema, da Rua Pedro Pereira para a Praça do Ferreira, para o local onde hoje funciona o Cine São Luiz.

A Fábrica Iracema dispunha, em 1902, dos seguintes maquinismos e equipamentos: um locomóvel, máquinas de cortar fumo e papel, peneiras, torrador e rebolo. Manufaturava, mensalmente, 700.000 cigarros, no valor oficial de seis contos de réis, e empregava 30 operários (ALMANAQUE DO CEARÁ DE 1902).

Com a saída de Charles Reishofer, em 1907, é extinta a firma Gomes & Reishofer e a Fábrica Iracema passa a ser propriedade da firma Philomeno Gomes, que dispõe, nesse ano, de um capital de 50 contos de réis, emprega 25 operários, utiliza a força de 5 cv e tem o valor da produção estimado em 90 contos de réis (ALMANAQUE DO CEARÁ DE 1908; VIANA e NIREZ, 1991).

Em 1908, a Fábrica Iracema produzia as seguintes marcas de cigarros: Zig-Zag, Afonso Penna, Predilectos, Populares, Centro Cearense, Joaquim Nabuco, Touro e Pio X (Ibidem).

O Cel. Philomeno Gomes admite, em 1909, alguns dos seus filhos como sócios e a firma passa a se denominar Philomeno Gomes & Filhos (Ibidem).

Em 1911, os produtos da Fábrica Iracema participam de uma exposição em Turim (Itália) e ela ganha um diploma de honra (Ibidem).

Joaquim Markan, filho e um dos sócios do Cel. Philomeno Gomes, compra, em 1916, a Fábrica de Cigarros São Lourenço, que era de propriedade da Lopes Sá & Cia., e deixa a sociedade proprietária da Fábrica Iracema (Ibidem).

Em 1918, a firma Gomes & Messias, de propriedade do Cel. Philomeno Gomes e do seu filho Godofredo Messias, adquire a tradicional Fábrica de Cigarros Fortaleza, pertencente a Marianna Gurgel de Lima. Tal fábrica teve duração efêmera nas mãos dos novos proprietários (Ibidem).

Ainda em 1918, a Fábrica Iracema produzia as seguintes marcas de cigarros: Zig-Zag, Luiz Felippe, Dernier Cri, Dois Kilometros, Cecy, Joaquim Nabuco, Republicanos, Renascença, João Thomé, Laurita, Zoe, Eduardo VII, Carapuça, Cão, Zita e outras (Ibidem).

A firma proprietária da Fábrica Iracema passa a se denominar, em 1919, Philomeno Gomes & Filho, permanecendo, como sócio do pai, apenas Pedro Philomeno (Ibidem).

Pelo Decreto N°. 1708, de 04/10/1919, é concedida, a Philomeno Gomes & Filho, isenção de impostos estaduais e municipais, durante

dez anos, para a fábrica de fósforos que fundarem em Fortaleza ou em qualquer outro lugar do Ceará.

A intenção de instalar essa fábrica de fósforos que nunca se concretizou, estava associada ao grande sucesso que alcançou, em todo o Brasil, a marca de cigarros Zita, lançada em 1918, pela Fábrica Iracema, com a presença de fósforos em suas carteiras. É oportuno lembrar que não existiam fábricas de fósforos no Ceará à época (Ibidem).

Em 1920, a Fábrica Iracema é transferida para o bairro de Jacarecanga (para a avenida que hoje é denominada Cel. Philomeno Gomes). Nesse mesmo local, cerca de dois anos depois, a Philomeno Gomes & Filho instalará uma fábrica de óleos vegetais e sabão (Ibidem).

Em 09/11/1923, falece, aos 69 anos, o Cel. Philomeno Gomes. Com o falecimento do seu sócio majoritário, a Philomeno Gomes & Filho é sucedida pela firma Philomeno Gomes & Cia., que tem, como sócios, Pedro Philomeno e Maria Izabel Ferreira Gomes, sua mãe (Ibidem).

Essa firma, apesar de ter vinculações com a Fábrica Iracema, não será juridicamente a sua proprietária, já que esse estabelecimento industrial, a partir de 1924, passará a ser propriedade da firma Belleza & Garcez, constituída também naquele ano, com um capital de 20 contos de réis, por Gustavo Garcez Ferreira Gomes, irmão do Cel. Philomeno Gomes, e Francisco Andrade Belleza (VIANA, 1994).

Em 1924, ainda, será constituída a firma Philomeno, Markan & Caminha Ltda., com sede na Rua Barão do Rio Branco, pertencente a Philomeno Gomes & Cia, a J. Markan e a Caminha, Diogo & Cia. Ltda. Essa empresa terá, como um de seus objetivos, a comercialização dos produtos da Fábrica Iracema e ficará em atividade até 1927 (Ibidem).[4]

Pedro Philomeno é admitido oficialmente, em 1928, como sócio majoritário da Belleza & Garcez, que se torna uma companhia limitada, com um capital social de 400 contos de réis (Ibidem).

[4] A firma Philomeno, Markan & Caminha Ltda., constituída em 01/04/1924, tinha o capital social assim dividido: Philomeno Gomes & Cia – 270 contos de réis; Joaquim Markan – 240 contos de réis; e Caminha, Diogo & Cia. Ltda. – 240 contos de réis. É oportuno lembrar que a firma Caminha, Diogo & Cia. Ltda., constituída em 01/12/1922, tinha um capital social de 200 contos de réis, assim distribuído entre os sócios: A. D. Siqueira & Filho – 100 contos de réis; João Caminha Muniz – 90 contos de réis; e Raymundo Augusto Paiva Motta – 10 contos de réis. (Cadastro das Casas Comerciais do Estado do Ceará, Vol. I, Junta Comercial do Estado do Ceará, 1928).

Nesse ano, a Fábrica Iracema dispõe, num prédio cuja área é de 5.000 m^2, de três seções: a primeira, onde são escolhidos, qualificados e manipulados os fumos; a segunda, onde são fabricados, à maquina e à mão, os cigarros; e a última, onde ocorre o encarteiramento e a embalagem. Emprega 400 operários, entre homens, mulheres e crianças, e sua produção ultrapassa a de todos outros fabricantes reunidos dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão (REVISTA DOS INDUSTRIAES, 1929).[5]

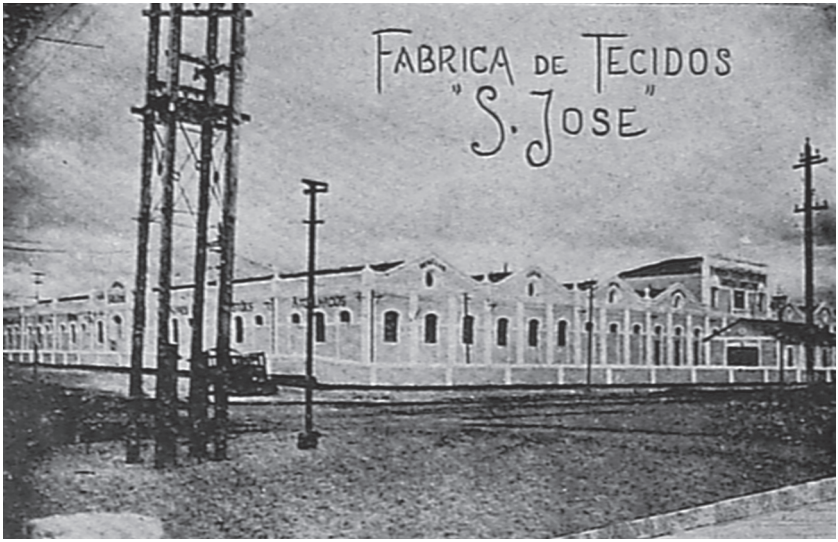
Ao se afastar, em 1939, da Fábrica Iracema para se dedicar exclusivamente à Fábrica de Tecidos São José, inaugurada, em 1928, Pedro Philomeno deixa, na direção daquela fábrica de cigarros, seu sócio e irmão mais moço, José Maria.[6]

A Fábrica Iracema é levada a encerrar atividades, em 1941, por uma série de fatores, dos quais os seguintes merecem destaque: a elevada tributação sobre a indústria cigarreira; a concorrência interna da Araken (fundada em 1928) e externa da Souza Cruz, cuja presença, desde o começo da década de 1930, já se fazia notar no mercado cearense, sobretudo no de Fortaleza. E, como resultado de todos eles, o próprio desinteresse de Pedro Philomeno de continuar a atuar no ramo cigarreiro, preferindo concentrar seus esforços e capitais na fabricação de tecidos, indústria que estava a apresentar altíssima rentabilidade, em conseqüência dos fatos relacionados à 2ª Guerra Mundial.

[5] É oportuno lembrar que somente no final de 1928 será inaugurada a Fábrica Araken, por Diogo Vital de Siqueira, que lhe superará em capacidade produtiva. Em 1928, a Fábrica Iracema produzia, entre outras marcas, as seguintes: Altair (carteira com 20 cigarros, mistura suave), Acácia, Blanchette, Olga, Yole Club, 101, Iracema, Cine-Arte e Dados (VIANA e NIREZ, 1991).

[6] Conforme o já citado depoimento oral de Chico Philomeno.

3 Fábrica São José



Em 01/06/1928, a Gomes & CiC. Ltda., firma de propriedade de Pedro Philomeno Ferreira Gomes e de Francisco Otávio Philomeno Ferreira Gomes, inaugurava a Fábrica São José, em amplo edifício próprio, abrangendo uma área de 10.000m^2, no bairro de Jacarecanga, em Fortaleza. A fábrica achava-se aparelhada de maquinismos modernos, de fabricação inglesa, alemã e norte-americana, com capacidade para 6.800 fusos e 250 teares, dos quais, naquela data, estavam, em pleno funcionamento, 3.600 e 120, respectivamente, ocupando 300 operários, sob a direção de técnicos ingleses (VIANA, 1988).

Dois anos após a sua inauguração, em 1930, a Fábrica São José produzia os seguintes tipos e marcas de tecidos: mesclas (Dragão do Mar e Pescador); brins (Casemiras Gomes, Frota, Philomeno, Cariri, Sobralense e Sport); atoalhado (Olga); zefires (Iracema e Mimoso); riscados (Cearense e Jaguaribe) e cáquis (Ibidem).

Em 1934, a Fábrica São José era a maior fábrica de tecidos do Ceará e produziu 3.000.000m de tecidos, 300.000kg de fios e 240.000kg de redes, ocupando 300 teares, 9.364 fusos e 1.000 operários e consumindo 1.000.000kg de algodão (Ibidem).

Em 29/07/1943, o capital social da Gomes & Cia. Ltda., proprietária da Fábrica São José, passa de Cr$ 1.000.000,00 para Cr$ 2.000.000,00. Três anos depois, em 09/05/1946, é elevado para Cr$ 7.000.000,00. Seu capital aumentou, ainda, pela última vez, nos anos quarenta, em 09/08/1948, para Cr$ 10.000.000,00 (Ibidem).

Pelo *Almanaque do Ceará* de 1945, a Fábrica São José está aparelhada com 9.000 fusos e 300 teares, que produzem, diariamente, 15.000m de tecidos diversos, 33 sacos de fios em novelo e 100kg de trancelim; e, mensalmente, 2.500 dúzias de toalhas felpudas e de 8 a 10.000 redes de tipos diversos. O seu consumo é de 80.000kg de algodão em pluma por mês, sendo o capital realizado, na fábrica, de três mil contos de réis, com a reserva de mais três mil contos, e os maquinismos orçados em quatro mil contos. Dispõe das seguintes seções: sala de preparação do algodão, onde o trabalhador pode respirar, saudavelmente devido à existência de aspiradores elétricos, que conduzem a poeira para o ambiente externo; sala de cardas; seção de massaroqueiras; seção de tinturaria, composta de máquinas alemãs (Zitani Macchini Frabrif); e seção de alvejamento.

Ali é também mostrado que toda a tecelagem é automática e seus teares de fabricação inglesa e que a fábrica dispõe, ainda, de oficinas mecânicas, de fundição e de serviços de assistência social, com 180 casas na vila operária.

A década de 1940 pode ser considerada a "época de ouro" da indústria têxtil de algodão do Ceará, já que, em nenhum outro período de sua história, auferiu-se lucros tão elevados, e com tantas facilidades, a exemplo do que ocorreu com o setor no resto do Brasil (VIANA, 1988).

A indústria têxtil cearense teve parte desses lucros gerados com as exportações para o exterior, podendo seus tecidos, durante a 2ª Guerra Mundial, e um pouco depois de seu término, ser encontrados em alguns países das Américas Central e do Sul e África (União Sul-Africana). Em propagandas, nos *Almanaques do Ceará*, de 1946 até 1949, são encontradas informações de que tecidos da Fábrica São José eram exportados para alguns países latino-americanos e para a União Sul-Africana (Ibidem).

Na década de 1950, a Gomes & Cia. Ltda. eleva seu capital social duas vezes: a primeira, em 1952, para C$ 15.000.000,00; e, a segunda,

em 1957, para Cr$ 50.000.000,00. Em 1956, a Fábrica S. José produziu 1.469.162m de tecidos, 75.428kg de fios, 70.009kg de redes e 1.604.347 toalhas (Ibidem).

Em 1961, a Gomes & Cia. Ltda., transforma-se em sociedade anônima, com a denominação de S/A Philomeno Indústria e Comércio (Ibidem).

A partir de 1964, a Fábrica São José suspende, definitivamente, sua produção de tecidos e passa, daquele ano até hoje, a fabricar somente redes de luxo e toalhas (Ibidem).

Em 01/06/2008, a Fábrica S. José comemorou 80 anos de atividades ininterruptas.

Bibliografia

ALMANAQUE DO CEARÁ (1900 – 1960).

GOMES, F. de. A. Philomeno. *Centenário de Nascimento de Pedro Philomeno Ferreira Gomes (1888-1988).* Fortaleza, s. ed., 1988.

JUNTA COMERCIAL DO CEARÁ. *Cadastro das Casas Comerciaes do Estado do Ceará.* V. 1. Fortaleza, 1928.

REVISTA DOS INDUSTRIAES. V. 1, n. 1, dez, 1929.

VIANA, C. N. *A indústria têxtil de algodão do Ceará (1881-1973)*: uma experiência de industrialização fora do centro-sul. Brasília: UnB, 1988. (Dissertação de Mestrado).

_____. Os fatores determinantes do primeiro surto de investimentos em industria têxtil no Ceará (1881 – 1895). In: *Revista Econômica do Nordeste.* Fortaleza: V. 21, n. 1, jan/mar, 1990.

_____. A indústria de óleo de caroço de algodão no Ceará: o surto de investimentos de 1919 a 1925. *In: Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza: v. 25, n. 3, jul/set, 1994.

VIANA, C. N e NIREZ. Fábrica Iracema – origem de um capítulo de 90 anos da história industrial do Ceará. In: *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 04/01/1991.

EFEMÉRIDES

Datas e fatos para a história do Ceará (1988 - 1989)

Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)*

Janeiro 1988

02 - Assume, pela terceira vez, a presidência do *Tribunal de Contas do Estado - TCE*, o conselheiro *Stênio Dantas* de Araújo, substituindo o conselheiro *Luciano Barreira*.

14 - A *10ª Região Militar* tem novo comandante. Assume o general *Inaldo Seabra de Noronha*, em substituição ao general *Luís Pires Ururahy Netto*.

18 - Termina o *racionamento de energia elétrica* em Fortaleza.

28 - Chega a Fortaleza *Ronaldo Caiado*, para instalar a *União Democrática Ruralista - UDR*-CE.

29 - Entra no ar, oficialmente, em Fortaleza, a *rádio Casablanca FM*, pertencente a *Carlos Benevides*, *Emílio Ary Filho*, *Paulo Jereissati Ary* e *Pedro Jorge Jereissati Ary*, tendo na direção geral *José Américo de Sousa*.

29 - Eleito o *rei Momo-88* do *carnaval* cearense, *Paulo Sérgio Luz* e *rainha do canaval-88*, a candidata do Vila União Atlético Clube, *Jaqueline de Moraes*. *Paulo Sérgio* é o primeiro *rei Momo* negro.

Fevereiro

01 - Toma posse, na presidência da *Academia Cearense de Retórica - Acere*, o escritor e jurista Francisco *Osmundo Pontes*.

06 - Assume o comando do *23º Batalhão de Caçadores - 23BC*, o

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

coronel *Paulo César Romero Castelo Branco*, em substituição ao coronel *Rômulo de Oliveira Maciel***.**

14 a 16 - Dias dedicados ao *carnaval*.

22 - Toma posse no *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)***,** o historiador Joaquim Lobo de Macedo *(Joaryvar Macedo)***.**

25 - A Polícia Federal desarticula quadrilha internacional de *traficantes de crianças* do Ceará para os Estados Unidos e Europa.

26 - O capitão-de-fragata *Paulo Roberto Jordão Marinho* deixa o comando da *Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará - EAM*, passando ao também capitão-de-fragata *Napoleão Bonaparte Gomes*.

26 - Sai o primeiro número do jornal *Vassourão*, informativo da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização - Emlurb, da Prefeitura Municipal de Fortaleza, que tem *Verônica Prado* como jornalista responsável.

Março

09 - Morre, às 13h, aos 82 anos de idade, o ex-Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, dom *José de Medeiros Delgado*, no Recife, Pernambuco. Era paraibano de Pombal, hoje Condado, nascido em 28/07/1905. É sepultado em Caicó, sua primeira diocese. Em sua administração foi vendido o Palácio do Bispo à Municipalidade.

15 - O Diário Oficial do Município - Diom nº 9.576 publica o Ato nº. 7.889 que cria a *Escola de 1º Grau Parque São Miguel*, que funciona em casa na Rua Lourdes Vidal Alves, nº 444, na Lagoa Redonda.

15 - Empossado o novo reitor da Fundação Universidade do Ceará - UECE, Perípedes Franklin Maia Chaves *(Perípedes Chaves)***.**

23 - Inaugura-se a sede própria do *Clube dos Empregados da Petrobras - Cepe*, na Avenida Dioguinho, nº 5530, Praia do Futuro, projeto do arquiteto *Jaime Leitão*.

23 - Morre o médico pediatra cearense João Valente de Miranda Leão *(João Miranda Leão)***,** Professor Emérito da UFC.

28 - As Indústrias Alimentícias *Wal-Can S. A*., vendem o prédio de sua fábrica, na Rua Capitão Gustavo nº 3552, São João do Tauape, em frente à praça do mercado, à *Igreja Evangélica Assembléia de Deus Betesda - Ceará*, que para ali muda-se no mesmo ano.

28 - Circula o primeiro número do periódico de bairro *Jornal Aldeota*, de circulação quinzenal que tem como diretor presidente *Sílvio Rui Costa Almeida*; editor, Tertuliano Petter Siqueira *(Tertuliano Siqueira) "Terto"*; diretor executivo, *Ricardo Albino*; diretor comercial, *Sued Pinheiro*; diretor de marketing, *Ricardo Bandeira de Melo*; diagramação e arte, *Jorge Freire* e *Armando Oliveira*; composição de textos, *Aldeci Costa*. Impresso pela Impressora São Benedito Ltda. Rua 25 de Março, n°. 167-429.

Abril

02 - Morre, no Rio de Janeiro, RJ, o instrumentista Esdras Falcão Guimarães *(Pijuca)***,** um dos integrantes do *Conjunto Liceal* e que depois foi violonista no conjunto *Quatro Ases e Um Coringa*. Nascera a 05/03/1921 em Fortaleza.

04 - A *Rádio Assunção Cearense* muda-se da Rua Irauçuba, nº 55, para a esquina da Rua Marcondes Pereira nº. 684, com Avenida Barão de Studart. Hoje é a Rádio Globo.

13 - Reinaugurada, após reforma, a *Praça José de Alencar*, sendo entregue ao povo novamente como praça, pois estava transformada em terminal de ônibus.

13 - Abre-se, às 19h30, o *XXXVIII Salão de Abril* (deveria ser o XXXIX), na Casa de Cultura Raimundo Cela, no Palácio da Luz, homenagem ao casal de artistas plásticos Nilo de Brito Firmeza *(Estrigas)* e Maria de Castro Firmeza *(Nice)***.** A promoção foi da Prefeitura Municipal de Fortaleza, com apoio de Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Varig-Cruzeiro, Cetusa Turismo, CAU-Cinema de Arte da UFC, Fundação Demócrito Rocha e Tiprogresso.

14 - Assume, às 11h, no Palácio do Governo, o novo Reitor da Universidade Estadual do Ceará - UECE, professor Perípedes Franklin M. Chaves *(Perípedes Chaves)***,** tendo como vice o professor *Luís Tavares Júnior*.

16 - Morre em Fortaleza, vítima de AIDS, o artista plástico *Isaías*, oriundo do Maranhão e radicado em Fortaleza.

18 - Morre, aos 62 anos de idade aproximadamente, o médico cearense de Viçosa do Ceará, *Gerardo Assunção Magalhães*.

Maio

03 - Morre, aos 78 anos de idade, o jornalista e fotógrafo Antônio Figueiredo Monteiro *(Antônio Monteiro)*, aracatiense, representante em Aracati do jornal *O Povo*.

04 - Oito pessoas morrem eletrocutadas, na Praça José de Alencar, no palanque do comício de lançamento do Partido da Juventude, quando, sob forte *chuva* misturavam-se os fios elétricos com os fios das caixas de som da Black Banda.

05 - *Gerardo Bastos S. A.* inaugura nova loja, agora na Avenida Barão de Studart nº 3100.

07 - Morre, em Fortaleza, o comerciante *José Aquino de Alencar*, da firma J. Aquino de Alencar.

10 - Assume o comando da *Capitania dos Portos do Ceará* o capitão-de-fragata *Carlos Eduardo Massayoshi Naito*, que veio substituir seu colega de posto *João Alberto Sant'Anna Sampaio*.

18 - Aceito pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJEC, o pedido de concordata da *Brasil Oiticica S. A.*, rejeitado em maio.

20 - Tomam posse na *Academia Cearense de Retórica* os novos acadêmicos Geraldo da Silva Fontenele *(Geraldo Fontenele)***,** Joaquim Lobo de Macedo *(Joaryvar Macedo)***,** José *Ribeiro Ramos* e *Raimundo Bezerra Falcão*. A solenidade foi à noite, no auditório do Tribunal Regional do Trabalho - TRT.

23 - Exonerado o *Secretário de Segurança Pública Gilberto Aparecido* Américo, ficando em seu lugar o delegado José *Jaime de Paula Pessoa Linhares*, interinamente.

27 - Assume a *Secretaria de Segurança Pública do Estado*, o delegado federal Moroni Bing Torgan *(Moroni Torgan)*.

Junho

03 - Morre, em São Paulo, aos 68 anos de idade, o senador Virgílio de Moraes Fernandes Távora *(Virgílio Távora)***,** vítima de carcinomatose generalizada (câncer), cearense de Fortaleza, era membro do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*. Foi governador do Estado por duas vezes. Nascera em Fortaleza a 29/09/1919.

03 - Morre, em São Paulo, no Hospital Albert Einstein, aos 50 anos de idade, o engenheiro e arquiteto cearense Pedro Natale Rossi *(Pedro Rossi)***.** Seu corpo chegou no dia seguinte a Fortaleza, sendo sepultado no Cemitério de São João Batista. Nascera em Fortaleza no dia 29/06/1938.

04 - Inaugura-se em Fortaleza, a *Crasa Shopping Car nº 2*, na Avenida Heráclito Graça nº 1035.

06 - Morre em Fortaleza, aos 61 anos de idade, a artista veterana do rádio e televisão cearenses, Aneide Maia Nogueira *(Neide Maia)*, locutora que se iniciou na Rádio Iracema em 1949.

16 - Às 20h30, na Galeria Tukano, na Rua Carolino Sucupira nº 1304, Aldeota, realiza-se o lançamento do livro *A Bandeira Nacional* e a exposição individual de aquarelas, do escritor e artista plástico *Rubens de Azevedo*.

23 - Morre, no Rio de Janeiro, onde residia, o musicólogo cearense José *Mozart de Araújo*, uma das maiores autoridades em história da música brasileira, professor, historiador. Cearense de Campo Grande, foi para o Rio em 1928. Possuía uma grande coleção de documentos históricos sobre nossa música, como partituras, livros, revistas, discos, manuscritos, principalmente do período colonial.

29 - A *Academia de Ciências Contábeis do Estado do Ceará* empossa, às 19h45, nove novos acadêmicos, os contabilistas *Paulo Feijó de Sá e Benevides*, *Eliseu de Sousa Pereira*, *Jaime Avelino Chagas*, *José Hamilton Mota Vieira Filho*, *Sílvio Leitão de Castro e Silva*, *Paulo Afonso Costa de Moraes Lima*, *João Moreira Vale*, *José Pessoa de Araújo* e *Maria da Glória Arrais Peter*, saudados por Pedro Paulo Vieira.

30 - Fundada, em Fortaleza, a *Academia de Ciências Sociais do Ceará - ACSC*, no Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA, da Universidade Estadual do Ceará - UECE, tendo na presidência o acadêmico Francisco *Tarciso Leite* que assumiu na ocasião.

Julho

01 - A prefeita Maria Luísa Fontenele sanciona a Lei nº. 6.297 que preserva o *Riacho Papicu* e suas margens.

01 - A Lei nº. 6.318, que institui normas de proteção do *Centro Artístico*

Cearense e do *Teatro São José* é sancionada pela prefeita Maria Luísa Fontenele.

08 - Inaugurado o edifício do *Centro Empresarial Clóvis Rolim*, na esquina da Rua Sena Madureira com Rua dos Pocinhos nº 20, no local onde funcionara o Instituto de Humanidades do cônego Vicente Salazar da Cunha e do médico Antônio Augusto de Vasconcelos. Projeto de Nasser Hissa Arquitetos Associados Limitada.

10 - O mestre pescador *Luís de Queirós Monteiro*, comandando a jangada "Cobal", vence a *XXI Regata de Jangadas Dragão do Mar*.

15 - José Maria Barros de Pinho *(Barros Pinho)* deixa a *Secretaria de Cultura e Desporto* para desincompatibilizar-se e concorrer à Prefeitura Municipal de Fortaleza.

18 - Morre, aos 84 anos de idade, em Cachoeira do Sul, RS, o compositor e pianista João *Souto Menor*, cearense radicado naquela cidade desde 1924 quando convidado pelo intendente João Neves da Fontoura para fundar o Conservatório de Música daquela cidade. Nascera em Fortaleza, CE, em 07/1903

19 - Falece, aos 65 anos de idade, o médico *Rigoberto Romero* de Barros, cearense de Itapipoca nascido em 01/07/1923, que foi deputado estadual em três legislaturas e Secretário de Estado.

20 - O *Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS* muda de diretor-geral quando é exonerado e engenheiro *Uirandé Augusto Borges*, sendo nomeado o também engenheiro José Ribamar de Oliveira Simas *(José Ribamar Simas)***.**

21 - Morre, aos 75 anos incompletos, o ex-deputado, advogado *Manuel Gomes Sales*, cearense de Acaraú nascido em 26/07/1913.

21 - O Banco Central determina a fusão do BEC com o Banco de Desenvolvimento do Ceará - Bandece, resultando somente no *Banco do Estado do Ceará - BEC*.

21 - Falece, em Fortaleza, Waltério Alves Cavalcante *(Waltério Cavalcante)*, proprietário das indústrias *Wal-Can*, iniciada com um café expresso na esquina da Rua Floriano Peixoto nº. 703 com Travessa São Francisco (hoje Rua Perboyre e Silva) nº. 30.

24 - Morre, no Prontocárdio, o escritor e historiador *Raimundo Girão*, aos 87 anos de idade. Foi prefeito de Fortaleza e primeiro secretário de Cultura. Era membro do *Instituto do Ceará (Histórico,*

Geográfico e Antropológico) e da *Academia Cearense de Letras - ACL*. Foi sepultado no Cemitério Parque da Paz. Era cearense de Morada Nova onde nascera em 03/10/1900.

25 - Assume a *Secretaria de Cultura e Desporto*, a psicóloga *Violeta Arrais* de Alencar Gervaiseau, com a presença de seu irmão Miguel Arraes de Alencar.

25 - Em Maracanaú, Região Metropolitana de Fortaleza, é lançado o nº. 1 do jornal *Tribuna Liberal*, dirigido por *Tarcísio Nunes* e editado por *Francisco Félix*, com a colaboração de *Overton Mota*, *Tarquilo Pimentel*, *Flávio Leitão* e *Antônio Gonçalves*. A redação fica na Rua 09, casa 420, Conjunto Novo Maracanaú. Em Fortaleza, na Rua Luís Mendes nº. 220, Cajazeiras.

25 - Com esta data é lançado o primeiro número do jornal *O Vovô*, órgão oficial de informação do Ceará Sporting Clube.

Agosto

06 - Preso, após 11 anos de fugas e assassinatos, Ildefonso Maia Cunha *(Mainha)***,** considerado o maior pistoleiro do Nordeste.

06 - O Tribunal do Júri Popular julga e condena, a 18 anos de reclusão, o comerciante Wilmar Ulisses Campelo *(Mazim)*, mandante do assassinato do advogado Francisco *Flósculo Barreto* em 15/10/1981 em São Gerardo, pelos pistoleiros Domingos Danísio Feitosa de Castro "Leandro" e José Lauro Matos Celestino.

15 - Toma posse na Cadeira nº. 33, da *Academia Cearense de Letras - ACL*, Noemi Elisa Costa de Soriano Aderaldo *(Noemi Elisa Aderaldo)***,** sendo saudada por Horácio Dídimo Pereira Barbosa Vieira.

30 - Toma posse no *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, *Vladir Pontes Menezes*.

31 - Às 20h30 o *Grupo Cidade de Comunicação (ou Patriolino Ribeiro de Sousa)* inaugura as novas instalações de sua sede, na Avenida Desembargador Moreira nº. 2055, na Estância (Dionísio Torres), o Edifício Raimundo Pessoa de Queirós que na ocasião recebeu novo nome, o do fundador do grupo, *Edifício Patriolino Ribeiro*.

Setembro

07 - O *Ferroviário Atlético Clube* vence o *Fortaleza Esporte Clube* por 1x0 em partida realizada no Estádio Plácido Aderaldo Castelo "Castelão", conquistando o título no *Campeonato Cearense de Futebol*.

14 - Incêndio com início às 18h10, destrói a *Casa Havaí*, de propriedade de *Antônio Shirley Cruz Jucá*, na Rua Pedro Pereira.

16 - Instala-se a *Academia de Ciências Sociais do Ceará - ACSC*, que fora fundada em 30/06/1988, no Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA, Universidade Estadual do Ceará - UECE, com a posse de 23 acadêmicos: Francisco *Tarciso Leite*, Geraldo da Silva Nobre *(Geraldo Nobre)*, João Alfredo de Sousa Montenegro *(João Alfredo Montenegro)*, Francisco Josênio Camelo Parente *(Josênio Parente)*, João Gonçalves de Lemos *(João Lemos)*, *Pedro Sisnando Leite*, *Dorian Sampaio Filho*, Joaquim *Fernando Pimentel* Fernandes, *Maria Tereza Pires de Paula*, *Francisco José Loiola Rodrigues*, Eduardo *Diatahy Bezerra de Menezes*, monsenhor *Francisco Manfredo Tomás Ramos*, *Arnoldo Parente Leite Barbosa*, *José Jucá Neto*, *Maria do Socorro Vasconcelos*, *José Teodoro Soares*, *Dimas Macedo*, *Ilaílson Silveira Araújo*, *Valdelice Carneiro Girão*, César Oliveira de Barros Leal *(César Barros Leal)*, *Antônio Carlos de Almeida Machado*, *Ari Bezerra Leite* e *Veralúcia Gomes Maia.*

30 - O Troféu *Sereia de Ouro*, do Sistema Verdes Mares de Comunicação, criado por Edson Queirós e distribuído anualmente pelo Sistema Verdes Mares de Comunicação, sendo este o 18º. ano, é entregue em festa no Ideal Clube, ao industrial *Carlos Pereira de Sousa*, cardeal *José Freire Falcão*, poetisa e teatróloga *Nadir Papi Sabóia* e cantor e compositor *Raimundo Fagner* Cândido Lopes.

Outubro

05 - Criadas, pelo Decreto nº. 7.824, publicado no Diário Oficial do Município nº 8.970, a *Escola de 1º . Grau Santa Maria*, funcionando na Rua Cuiabá nº 1465, no Henrique Jorge – Era a antiga Escola Reverendo Teixeira Rego - e a *Escola de 1º. Grau Alvorada*, na Rua Angra dos Reis, nº. 234, no Conjunto Alvorada.

19 - A *terra treme* em Fortaleza, aos 30 minutos, durante poucos segundos, sendo sentido em vários locais, principalmente nos bairros de Fátima, Dionísio Torres, Praia do Futuro, Pio XII, Eusébio e também algumas localidades do interior do Estado.

Novembro

03 - Lançado, nos jardins da sede do jornal *O Povo*, o livro *O Povo de Novo - Memória de um jornal*, de autoria do vice-presidente da empresa, José Raimundo de Albuquerque Costa *(José Raimundo Costa)***.**

04 - No *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, toma posse a historiadora *Valdelice Carneiro Girão*, substituindo Raimundo Girão.

14 - Inaugurada a *Casa de Parto da Água Fria*, na Favela do Dendê, iniciativa da Associação dos Moradores do Dendê.

15 - Realizam-se eleições para prefeitos e vereadores em Fortaleza. Para reger os destinos da Cidade, foram candidatos: *Aguiar Júnior*, vice: *Lalinha Pimentel*; Ciro Ferreira Gomes *(Ciro Gomes)* - vice: Juraci Vieira Magalhães *(Juraci Magalhães)***;** *Dalton Rosado* - vice: *Cristina Baddini*; *Edson Silva* - vice: Mariano Araújo Freitas *(Mariano Freitas); Gidel Dantas* Queirós - vice: Osmar Maia Diógenes *(Osmar Diógenes)***;** *Marcos Cals* - vice: *Ciro Régis*; *Mário Mamede Filho* - vice: *Maria Pontes*; *Pedro Gurjão* - vice: *Cláudio Marinho*; e *Francisco Batista Torres de Melo* - vice: *Eliseu Becco*.

17 - A casa *C. Rolim Magazine* muda-se, e inaugura sua nova sede na Rua Barão do Rio Branco nº. 1156.

18 - Chega a Fortaleza, pela segunda vez, a *Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima*, sendo recebida às 21h no Aeroporto Pinto Martins. A primeira vez fora em 1952.

19 - Morre, aos 77 anos de idade, o médico e político de esquerda José *Vulpiano Cavalcante*, cearense de Fortaleza nascido em 15/03/1911.

21 - Definidos os resultados da eleição do dia 15 tendo como resultado a eleição de Ciro Ferreira Gomes *(Ciro Gomes)* (PMDB/PMB) como prefeito tendo Juraci Vieira Magalhães *(Juraci Magalhães)* como vice-prefeito, que tiveram 175.138 votos; *Edson Silva* (PDT/PcdoB) com o vice Mariano Araújo Freitas *(Mariano Freitas)***,** teve

169.501 votos; *Gidel Dantas* Queirós (PDC/PFL) vice: Osmar Maia Diógenes *(Osmar Diógenes)*, 91.813 votos; *Francisco Batista Torres de Melo* (PDS/PMN) vice: *Eliseu Becco*, 60.783 votos; *Mário Mamede Filho* (Frente Progressista) vice: *Maria Pontes*;, 33.249 votos; *Pedro Gurjão* (PL) vice: *Cláudio Marinho*, 16.221 votos; *Dalton Rosado* (PH) vice: *Cristina Baddini* 13.574 votos; *Marcos Cals* (PSD) vice: *Ciro Régis*, 6.102 votos; e *Aguiar Júnior* (PJ) vice: *Lalinha Pimentel*, 5.945 votos.

Dezembro

05 - Morre, aos 59 anos de idade, o médico *Cândido Ribeiro da Nóbrega*, cearense de Quixadá.

07 - Inaugurado o edifício sede filial do Ceará, da *Caixa Econômica Federal do Ceará*, no primeiro quarteirão da Rua Guilherme Rocha que vai da Rua Sena Madureira à Rua do Rosário, local do antigo jardim do Palácio da Luz.

10 - A *Praça da Piedade* passa a denominar-se *Praça Salesiano Dom Bosco*, na gestão da Prefeita *Maria Luísa* Fontenele de Almeida.

12 - Circula o último *trem de passageiros* de Fortaleza a Crato, puxado pela locomotiva 2210-AB, dirigida pelos maquinistas *Paulo Tavares Camelo* e *Ivanildo Serafim Maia*.

14 - Circula o *último trem* de Fortaleza a Crateús, com a locomotiva 2226-1B, conduzida pelos maquinistas *Antônio Nogueira Costa* e *Eldeni José de Sousa*.

20 - Morre, aos 76 anos de idade, o médico oftalmologista *Honório Correia Pinto*, cearense de Fortaleza nascido em 17/09/1912, ex-deputado estadual, constituinte de 1947.

20 - *Chuva* de 71,6mm cai sobre Fortaleza causando transtornos vários, entre eles inundações, desabamentos, queda de árvores, engarrafamentos e deixando muitos desabrigados.

21 - Suspensa a intervenção no *Banco do Estado do Ceará - BEC*, que volta a ser administrado pelo governo estadual, e o presidente *João Batista Santos* permanece.

26 - Entra no ar a *Rádio FM Tempo*, de *Jaime Azulay* e *Carmen Lúcia Dummar* Azulay.

28 - Morre, aos 71 anos de idade, o agrônomo *Gustavo Augusto Lima*,

ex-prefeito de Lavras da Mangabeira, foi suplente de deputado estadual e exerceu o cargo de sub-assistente da Secretaria de Agricultura, além de servidor do Tribunal de Contas de Ceará. Nascera a 05/01/1917 em Lavras da Mangabeira.

- Com a promulgação da Constituição Federal a *Guarda Municipal* recebe a denominação de *Guarda Municipal de Fortaleza*, incorporando nova estrutura organizacional, quando passa a subordinar-se à Secretaria de Administração do Município.

Janeiro 1989

01 - Ciro Ferreira Gomes *(Ciro Gomes)* recebe das mãos de *Maria Luísa Fontenele* de Almeida, o cargo de prefeito de Fortaleza, tendo como vice Juraci Vieira Magalhães *(Juraci Magalhães)* que assumiria o cargo após a renúncia de Ciro para candidatar-se ao governo do Estado.

08 - Morre, em Fortaleza, o médico *Paulo Marcelo Martins Rodrigues*, vítima de enfarte agudo no miocárdio e edema pulmonar. Era professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará - UFC e médico do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. Era nascido em Fortaleza no dia 29/12/1933.

13 - Toma posse na Cadeira nº. 21, da *Academia Cearense de Letras - ACL*, o jornalista e jurista Francisco *Osmundo Pontes*, sendo saudado por Manuel Eduardo Pinheiro Campos (Eduardo Campos).

15 - O Governo Federal lança novo pacote econômico mudando a unidade monetária de *Cruzado* para *Cruzado Novo* e congela preços e salários por tempo indeterminado.

21 - Morre, aos 75 anos de idade, *Osvaldo de Oliveira Riedel*, membro do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)***.** Nascera em 20/07/1913.

25 - Forte *chuva* (81.2mm) cai sobre Fortaleza na madrugada e na manhã, causando transtornos principalmente na periferia, com desabamentos e inundações.

25 - Toma posse na Cadeira nº. 35, da *Academia Cearense de Letras - ACL*, o médico e escritor Antônio Argos Ponte de Vasconcelos

(Argos Vasconcelos), sendo saudado por Manuel Eduardo Pinheiro Campos (Eduardo Campos).

28 - Eleita *Rainha do Carnaval*, no Grêmio dos Ferroviários, *Letícia Menescal*, candidata da Sociedade Esportiva e Cultural Arco-Íris. O *Rei Momo* é Paulo Sérgio, o *Paulão I e Único*.

Fevereiro

05 - Morre, aos 90 anos, o agricultor, criador, engenheiro agrônomo Paulo de Almeida Sanford *(Paulo Sanford)*, ex-deputado, cearense de Sobral, nascido em 17/08/1898.

05 a 07 - O *carnaval* ocorre normalmente.

06 - Morre em Fortaleza, aos 78 anos de idade, o jornalista e contabilista Olavo Euclides Araújo *(Olavo Araújo)*, ex-proprietário do jornal *Gazeta de Notícias*. Era cearense de Sobral nascido a 20/07/1911.

20 - Suicida-se, às 17h, com um tiro no ouvido, aos 50 anos de idade, o jornalista Francisco Ezaclir Pereira, que assinava-se *Ezaclir Aragão*. Foi sepultado no Cemitério Parque da Paz.

Março

03 - Em apartamento na Rua Silva Paulet, nº. 2355, Bloco D, apartamento 205, ocorre a sessão de instalação do *Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB*. Assinaram a ata de instalação no Ceará, Moema Correia São Thiago *(Moema São Thiago)*, Benedito Cleyton Veras Alcântara *(Beni Veras)*, *Francisco Antônio Barros Farias*, *Maria da Natividade Pinho Belém Rocha*, *César Augusto Couto Martins*, *Luís de Melo Andrade Filho* e *Luzia Leite Ferreira*.

05 - Chega a Fortaleza o presidenciável *Roberto Freire*, deputado pernambucano do *Partido Comunista Brasileiro - PCB*.

06 - Assume, pela segunda vez, a Presidência do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, o escritor *Mozart Soriano Aderaldo*, substituindo o professor *Antônio Martins Filho*.

16 - Em Fortaleza o presidenciável Guilherme *Afif Domingues* (PL).

26 - Às 10h28 a terra *treme* em Fortaleza, sendo sentido em vários bairros.

26 - Morre, aos 71 anos incompletos, o professor e filósofo Francisco *Alcântara Nogueira*, sendo seu corpo velado na Faculdade de Direito, de lá saindo no dia seguinte para o Cemitério de São João Batista. Era cearense de Iguatu nascido em 15/04/1918.
27 - Chega em Fortaleza o presidenciável *Mário Covas*, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.
27 - O *Instituto de Prevenção à Desnutrição e à Excepcionalidade - Iprede*, muda-se, de uma enfermaria do Hospital Infantil Albert Sabin para a sede própria, na Rua Professor Carlos Lobo, nº 15, na Cidade dos Funcionários.

Abril

07 - Reinaugurada, após reforma, a sede social do *Ceará Sporting Club*, na Avenida João Pessoa nº. 3532, no Benfica.
12 - Morre em Fortaleza, José Guilherme Girão Vieira *(J. G. Vieira)***,** comerciante.
16 - Fundado o *Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - Sintsef*, com sede na Rua 24 de Maio nº. 1201, com fundos para a Rua General Sampaio, na Praça Clóvis Bevilaqua.
16 - Morre, aos 83 anos de idade, o comerciante *Almino Loiola* de Alencar, cearense de Araripe nascido em 01/01/1906, que foi deputado estadual.
21 - Abre-se, na Galeria Antônio Bandeira, no sub-solo da Praça do Ferreira, sob o patrocínio da Fundação Cultural de Fortaleza, sob a presidência de Augusto Pontes, o *XXXIX Salão de Abril* (deveria ser o XL), homenagem ao pintor José Fernandes de Alencar (J. Fernandes).
22 - Em Fortaleza o artista Paulo César Farias *(Paulinho da Viola)***,** que faz apresentação no Imperial Othon Palace.
26 - Morre, em Fortaleza, aos 78 anos de idade, o bacharel em Direito, professor, escritor e poeta *José Valdivino* de Carvalho. Era cearense de Água Verde, Pacatuba, onde nascera em 25/02/1911. Membro da *Academia Cearense de Letras - ACL*.
27 - Instala-se a *Federação das Empresas de Transportes Rodoviários dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão - Cepimar*.

Maio

04 - Fundado em Fortaleza o *Sindicato dos Corretores de Seguros e de Capitalização no Estado do Ceará - Sincorce*, no Edifício Alvorada, sala 515, na Rua Perboyre e Silva nº. 111, Centro, tendo como Presidente *Manoel Sousa*

11 - Toma posse no comando da *Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará - EAM***,** o capitão-de-fragata *José Luís Freitas Pereira*, substituindo *Napoleão Bonaparte Gomes*, do mesmo posto.

11 - Em Fortaleza o presidenciável, senador *Marco Maciel* (PFL).

30 - Conferido ao professor e escritor *Clodomir Teófilo Girão*, pela Câmara Municipal de Fortaleza, o *Título de Cidadão de Fortaleza*. Ele era natural de Morada Nova.

Junho

05 - Reinaugurada a *Praça Clóvis Bevilaqua*, após reforma que durou muitos anos em virtude da construção de uma caixa dágua subterrânea

06 - Chega, pela madrugada, em Fortaleza, o presidenciável *Luís Inácio Lula da Silva*, do Partido dos Trabalhadores (PT), para lançamento oficial no Estado, da Frente Popular Brasil, coligação formada pelo PT, PV, PSB e PCdoB, com vistas à sucessão presidencial.

08 - Morre, aos 91 anos de idade, em São Benedito, onde nasceu, o agropecuarista Francisco Júlio Filizola *(Chico Filizola)***,** ex-deputado estadual. Nascera no dia 25/11/1897.

08 - Morre, aos 72 anos de idade, o médico cirurgião traumatologista da UFC e do IAPC Paulo de Melo Machado *(Paulo Machado)***,** cearense de Fortaleza nascido a 09/08/1917.

08 - O empresário *José Dias de Macedo* recebe, às 20h, da Presidência da Assembléia Legislativa do Ceará, a *Medalha Edson Queirós*, por ter sido escolhido o *Empresário do Ano*.

24 - O *Estádio Plácido Aderaldo Castelo*, o *Castelão* é interditado após vistoria causada pelo desabamento de uma parte da estrutura de concreto, sendo os jogos transferidos para o Estádio Presidente Vargas.

Julho

03 - A Empresa J. Melo Importação e Exportação, dos *Mercadinhos São Luís*, adquirem os *Supermercados Bom Preço S. A*.
05 - Abre-se, no espaço cultural do Palácio da Abolição, a exposição *Fortaleza Tempos de Guerra*, formada por manifestações culturais dos anos 1940, bem como fotografias do *Arquivo Nirez* sem que fosse dado o devido crédito.
10 - Fundada em Fortaleza a *Funerária Ternura*, localizada na Rua Padre Valdivino nº 2255, na esquina com a Rua Ildefonso Albano.
22 - Morre, aos 71 anos de idade, a professora e escritora Cândida Maria Santiago Galeno *(Nenzinha Galeno)***,** cearense de Russas, CE, nascida em 18/03/1918. Pertencia à *Academia Cearense de Letras - ACL*, à Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno e à Associação Profissional dos Escritores do Ceará.
24 - Cai um *avião bimotor* na lagoa de Parangaba, às 19h, sendo resgatados, com vida, os dois tripulantes, piloto e co-piloto.

Agosto

04 - Repercute de maneira dolorosa na Cidade a morte do compositor, instrumentista e cantor *Luís Gonzaga* do Nascimento, o criador do baião urbano e grande parceiro do cearense Humberto Cavalcanti Teixeira (*Humberto Teixeira*). Nascera em Exu, PE, em 13/12/1912.
13 - Muda-se, do Palácio da Luz, na Rua do Rosário nº 1, para o Palácio da Abolição, na Avenida Barão de Studart, a pinacoteca da *Casa de Cultura Raimundo Cela***.**
16 - *Eclipse* total da lua é observado em Fortaleza com início às 21h30, terminado às 3h do dia seguinte.
18 - Chega a Fortaleza, em campanha para a presidência da República, o candidato Leonel de Moura Brizola *(Leonel Brizola)***,** do Partido Democrata Trabalhista - PDT.
27 - O *Ceará Sporting Clube* vence partida decisiva do *Campeonato Cearense de Futebol*, derrotando o *Tiradentes* por 2x0 no Estádio Plácido Aderaldo Castelo, "Castelão", sagrando-se Campeão.
30 - Morre o jornalista, poeta, escritor e historiador *Nertan Macedo* de

Alcântara, membro da *Academia Cearense de Letras - ACL*. Nascera no Crato, CE, em 20/05/1929.

Setembro

01 - Morre, aos 32 anos de idade, o jornalista e radialista Francisco José Rodrigues dos Santos *(Franzé Rodrigues)***,** do Diário do Nordeste e da Rádio Universitária FM. Foi sepultado no Cemitério de São João Batista.

07 - Incêndio destrói a loja *Samasa,* na Rua Major Facundo, na Praça do Ferreira, debelado pelo Corpo de Bombeiros após várias horas de trabalho. A polícia técnica considerou o incêndio criminoso.

07 - Lançada a pedra fundamental da *Casa da Indústria*, do Ceará, com a presença do presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco.

14 - Morre, aos 98 anos de idade, o médico *José Deusdedith de Vasconcelos*, nascido em Santana do Acaraú a 15/12/1890. Foi o primeiro diretor da Assistência Municipal de Fortaleza, hoje Instituto José Frota.

15 - Circula o último número do Jornal do Dorian, *JD - A Coragem de dizer*, que começou a circular no dia 13/08/1985, sob a responsabilidade do político de oposição e jornalista *Dorian Sampaio*.

15 - A *Academia de Medicina* dá posse, às 20h30, aos cardiologistas Eduardo Régis Monte Jucá *(Régis Jucá)***,** *Glaura Férrer Dias Martins* e *Heládio Feitosa*, no Auditório Castelo Branco da Reitoria da Universidade Federal do Ceará - UFC, na Avenida Treze de Maio nº. 2694, no Benfica.

21 - Toma posse na Cadeira nº 24 da *Academia Cearense de Retórica*, cujo patrono é Leonardo Ferreira da Mota Filho (*Leonardo Mota*), a escritora Raimunda Olga Monte Barroso *(Olga Barroso)***,** sendo saudada pelo magistrado Francisco Osmundo Pontes.

23 - Pousa no Aeroporto de Fortaleza um pequeno monomotor pilotado pela enfermeira australiana *Gabrielle Kennard*, que empreende uma volta ao mundo solitariamente em homenagem à aviadora norte-americana Amelia Earhart, que pretendia o feito mas desapareceu após passar por Fortaleza em 1937.

29 - O Grupo Edson Queirós através da TV Verdes Mares faz a entrega,

em solenidade realizada no Ideal Clube, do *Troféu Sereia de Ouro* a quatro personalidades que projetaram o Ceará: o presidente da Câmara de Deputados Antônio *Paes de Andrade*, a artista plástica Heloísa Ferreira Juaçaba *(Heloísa Juaçaba)***,** o médico urologista *José Edson Pontes* e o presidente do Conselho Estadual de Educação, *Cláudio Martins*. O Troféu Sereia de Ouro foi criado por Edson Queirós, sendo este ano o 19º. de sua criação.

Outubro

11 - Falece, aos 84 anos de idade, o advogado e ex-deputado estadual em três mandatos, *Samuel Lins* Cavalcante, cearense de Crateús nascido a 07/01/1905.

19 - Toma posse, na Cadeira nº. 11, da *Academia Cearense de Letras - ACL*, vaga com a morte de *José Valdivino* de Carvalho, o escritor *Dimas Macedo*, sendo saudado por Rafael *Sânzio de Azevedo*.

26 - Chega a Fortaleza o líder comunista *Luís Carlos Prestes*, que participa da campanha de Leonel de Moura Brizola *(Leonel Brizola)*, do Partido Democrata Trabalhista - PDT, à Presidência da República.

29 - Morre, às 13h, em Fortaleza, vítima de câncer da próstata, aos 66 anos de idade, o tenente *José Francisco Cadete*, herói da 2ª Guerra Mundial, e fundador da *Associação Nacional dos Veteranos da FEB - ANVFEB - Seção Regional do Ceará*, hoje nome de praça no Montese, onde existe um busto seu, como os demais, todo grafitado. Seu corpo é velado na ANVFEB sendo levado no dia seguinte para o Cemitério de Cascavel onde é sepultado. Nascera a 06/07/1922 em Cascavel, CE.

Novembro

04 - Em Fortaleza o candidato à Presidência da República, *Roberto Freire*, do *Partido Comunista Brasileiro - PCB*.

06 - *Luís Inácio Lula da Silva*, do Partido dos Trabalhadores - PT, está em Fortaleza participando de comícios pela sua candidatura à Presidência da República.

08 - Em Fortaleza, o candidato à Presidência da República Leonel de Moura Brizola *(Leonel Brizola)***,** do Partido Democrata Trabalhista

- PDT, para campanha política, realizando, à noite, um grande comício na Praça José de Alencar.

12 - Chega a Fortaleza o candidato à Presidência da República, *Mário Covas*, do PSDB, para fazer sua propaganda.

14 - Morre, no Rio de Janeiro, aos 77 anos de idade, o escritor e repórter cearense José *Edmar Morel*, nascido em Fortaleza, a 17/03/1912.

15 - Todos os eleitores vão às urnas para escolher seus candidato a Presidência da República, existindo muitos candidatos, sendo os principais Leonel de Moura Brizola *(Leonel Brizola)* (PDT), *Luís Inácio Lula da Silva* (PT), *Fernando Color de Melo* (PRN), Paulo Salim Maluf *(Paulo Maluf)* (PDS), *Ulisses Guimarães* (PMDB), *Roberto Freire* (PCB), *Mário Covas* (PSDB), Guilherme *Afif Domingues* (PL), *Aureliano Chaves* (PFL), *Ronaldo Caiado* (UDR) e *Enéas* Carneiro (Prona).

21 - A Superintendência da *Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima - RFFSA* no Ceará, que era subordinada ao Recife desde 15/11/1969 ganha autonomia, sendo superintendente o engenheiro *Rui do Ceará*.

23 - Abre-se, no Cine São Luís, o *VI Festival Internacional de Cinema, Televisão e Vídeo do Rio de Janeiro***,** *FestRio-Fortaleza*, versão 89, com a exibição do filme *A Sociedade dos Poetas Mortos*.

26 - Morre, aos 78 anos de idade, o comerciante e agropecuarista *Cândido Ribeiro Neto*, ex-deputado estadual, natural de Aurora, nascido a 28/10/1911.

27 - Falece, em Juazeiro do Norte, aos 89 anos de idade, o juiz e ex-deputado estadual *José Monteiro de Macedo*, paraibano de Cabaceira nascido em 02/09/1900.

27 - Reabre a loja *Samasa*, com três frentes, para a Rua Major Facundo, Rua Liberato Barroso e Rua Barão do Rio Branco, 20 dias após ter sido destruída por um incêndio.

Dezembro

01 - Criação da *Faculdade de Veterinária*, com o desmembramento do Curso de Medicina Veterinária do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual do Ceará - UECe (Resolução nº. 54d).

02 - *Incêndio* criminoso destrói três armazéns de cereais na Rua

Meton de Alencar, na Praça Paula Pessoa, em frente ao Mercado São Sebastião.

17 - Eleito, no segundo turno, presidente do Brasil, o *playboy Fernando Color de Melo* do PRN, tendo como vice Itamar Augusto Cautiero Franco *(Itamar Franco)***.** Concorria com Luís Inácio *Lula* da Silva, do PT.

22 - Toma posse no *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)***,** *José Borges de Sales*.

27 - Falece, em Juazeiro do Norte, aos 89 anos de idade, o juiz e ex-deputado estadual *José Monteiro de Macedo*, paraibano de Cabaceira.

31 - Chegam em Fortaleza os dois primeiros *ônibus sanfonados* da marca Volvo, com capacidade para 200 passageiros, pertencente à CTC, que em fase experimental rodarão nos corredores de tráfego da Avenida Bezerra de Menezes/Mister Hull, Avenida José Bastos, e Avenida Aguanambi/BR-116. São conhecidos no Sul do País por "papa-filas".

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE passa a fornecer dados censuais ano a ano; até então os *recenseamentos* eram feitos de dez em dez anos. Neste ano vamos encontrar Fortaleza com uma população de 1.763.546 habitantes.

Os 200 anos da vinda da Família Real para o Brasil (1808 - 2008)

Elmo Vasconcelos*

O Brasil comemorou com festas, palestras e publicações várias o transcurso dos 200 anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil e a abertura dos portos. Não resta dúvida de que foi um acontecimento ímpar de nossa História. Assim entendendo, achamos oportuno registrar a grande efeméride em nossa revista, embora fazendo um relato rápido.

Na história, todos os acontecimentos são precedidos por fatores de ordem econômica, política, cultural e outros. Para entendermos os fatos, vamos didaticamente nos aproximar deles. Primeiramente, falaremos da Revolução Francesa.

Comecemos pelas causas políticas: como sabemos, a França era o País mais importante da Europa na época. Era o modelo que os demais países copiavam. A sociedade francesa estava dividida em três classes: clero, nobreza e o povo. As duas primeiras classes gozavam de grandes privilégios, mas o terceiro estado, o povo, só tinha obrigações e deveres. O governo era absolutista, o rei tudo podia.

Os intelectuais franceses eram sensíveis ao sofrimento do povo. VOLTAIRE, com sua teoria política liberal, pregava mudanças. MONTESQUIEU, pensador profundo, autor do *Espírito das Leis*, preconizava uma nova concepção de Estado. Acreditava na importância do fator geográfico para a cultura. ROSSEAU, no seu *Contrato Social*, lançou novas idéias sobre o poder soberano do Estado.

Novas teorias econômicas, representadas por MIRABEAU, TURGOT, pregando o laisser – faire, ao mesmo tempo em que, na Inglaterra, ADAM SMITH, no seu grande livro, *A Riqueza das Nações*, pregava um Estado que não interviesse tanto na economia e afirmava

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

que o trabalho, mais que a natureza e a agricultura, era a fonte de todas as riquezas.

Veio a Revolução em 1789. O rei Luiz XVI convocou os Estados Gerais, mas a assembléia foi dominada pelo terceiro estado, que pregava a abolição de todos os privilégios feudais, a secularização da Igreja e o confisco de seus bens e a famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

O rei foi deposto, preso e logo depois guilhotinado. Instituiu-se a República, e a Assembléia passou a ser dirigida pelos radicais seguidores de ROBESPIERRE. Foi a época do terror!

Toda Europa reagiu com pavor e coligaram-se contra a França revolucionária. O novo governo francês, republicano, não se deixou amedrontar! Aos brados de a República está em perigo e ao som do hino revolucionário, A MARSELHESA, organizaram um exército popular que enfrentou o resto do continente e afastou o perigo da invasão.

Nesse contexto revolucionário, apareceram grandes chefes militares, sendo a maior deles, NAPOLEÃO BONAPARTE.

O jovem general, aos 26 anos de idade, notabilizou-se nas campanhas da Itália e depois no Egito. Aos 30 anos de idade, tornou-se o primeiro cônsul e virtualmente o ditador da França.

Com ele, a Revolução Francesa tomou novo rumo, mais conservador. Em 1805, depois de enfrentar vitoriosamente os exércitos europeus, tornou-se Imperador da França, dando um novo sentido à Política Francesa, criando uma nova Aristocracia, não de sangue, mas baseada no dinheiro e no valor militar, intelectual e em outros valores.

Napoleão foi um gênio militar e também administrativo. Reorganizou a França, combatendo as inseguranças das estradas, reorganizou a educação, e promulgou o Código Civil que serviu de modelo para todo o mundo. Criou também a Legião de Honra para premiar os grandes homens, com dinheiro, honra e pensões vitalícias. Combateu a corrupção e estimulou o comércio; criou uma burocracia competente a qual aliou-se a uma elite militar.

A situação da Inglaterra

Napoleão venceu a todos seus inimigos, menos a Inglaterra, isolada do continente por ser uma ilha e por possuir a maior marinha do

mundo. Ela era a senhora dos mares... Além disso, a Inglaterra era um país rico, possuía uma burguesia esclarecida que tinha iniciado a Revolução Industrial. Mas ela precisava negociar, vender seus produtos manufaturados. Ela precisava negociar principalmente com os países americanos a fim de vender seus produtos industriais. Incapaz de invadir a Inglaterra, Napoleão decretou o Bloqueio Continental, proibindo a Europa de negociar com ela.

A situação de Portugal

País pequeno, situado no sul da Europa, pobre de recursos e de população, mas senhor de um império colonial grande na América, África e Ásia.

Era porém, dependente econômica e militarmente da Inglaterra.

A sua classe dominante era de mentalidade muito conservadora e católica. O Marquês de Pombal, através de suas reformas, procurou modernizar Portugal, mas não conseguiu. Para sobreviver, Portugal não podia abrir mão do monopólio do comércio exterior colonial com o Brasil.

Pressionado pelos franceses e pelos ingleses, o rei de Portugal viveu momentos difíceis...

A invasão francesa

Napoleão que já tinha invadido a Espanha, cansado das negativas da corte de Lisboa, resolveu invadir Portugal também. Como sabemos o Rei Dom João VI, acompanhado de toda a corte e com a proteção inglesa, fugiu para o Brasil onde chegou em janeiro de 1808.

A chegada da Família Real ao Brasil

Depois de uma travessia marítima de sessenta dias, muito cansativa e desconfortável, a comitiva real desembarca em Salvador, sendo recebida com muitas festas. Chegando a Salvador, Dom João VI encontrou-se com José Maria Lisboa, o futuro Visconde do Cairu, que tinha sido um dos maiores alunos da Universidade de Coimbra, admirador de Adam Smith (pai do liberalismo econômico e contrário aos monopó-

lios), homem que acreditava no livre comércio e na livre concorrência. Ele influenciou o príncipe na decisão de abrir os portos às nações amigas.

Dom João VI seguiu seu conselho e decretou a abertura dos portos do Brasil às nações amigas.

A medida rompia o Pacto Colonial. Ela beneficiou principalmente a Inglaterra, que obteve vantagens nas tarifas alfandegárias e também porque a Inglaterra era o único país realmente industrializado capaz de invadir os portos brasileiros com seus produtos manufaturados. A partir daí, o Brasil passou a gravitar na órbita do capitalismo inglês.

O decreto da abertura dos portos era provisório – já em julho do mesmo ano, a medida restringia a atividade exportadora aos portos do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Também restringia a navegação de cabotagem entre os portos nacionais aos navios de bandeira portuguesa.

Apesar das restrições posteriores, o decreto da abertura dos portos foi um marco da transição do Brasil, de colônia a Estado soberano.

O decreto continha uma diretiva liberal e esclarecida – era contra os malefícios dos monopólios e práticas comerciais.

A montagem do estado português no Brasil

Poderíamos falar ainda na montagem do Estado Português no Brasil, toda a máquina administrativa, militar e religiosa teve de ser montada aqui. O Estado soberano português foi recriado no Brasil.

A burocracia generalizada, pouco eficiente, o apadrinhamento, o nepotismo, tudo como existia em Portugal.

O tratado de 1810 com a Inglaterra

Os tratados de aliança e amizade e de comércio e navegação com a Inglaterra fizeram com que o Brasil passasse a gravitar na órbita do capitalismo inglês, o mais avançado da época, pois a Revolução Industrial começara lá.

A Inglaterra obteve vantagens, tarifas alfandegárias e preferências nos portos brasileiros:

- Os produtos ingleses pagavam 15% do imposto;
- Os portuguêses pagavam 16% do imposto;
- E outras nações pagavam 24% do imposto.

Os comerciantes de Lisboa foram praticamente afastados dos portos brasileiros!

Para o Brasil, a possibilidade de desenvolvimento industrial foi afastada com a ausência da proteção alfandegária.

O tratado também impôs limitações à soberania portuguesa: os cidadãos ingleses residentes no Brasil gozavam de imunidades – só podiam ser julgados por um juiz inglês residente no Rio de Janeiro!

Essas vantagens e privilégios para os ingleses permaneceram por alguns anos. Apesar disso, a abertura dos portos foi muito importante para o Brasil.

A elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e a Algarves

Desde 1809, os franceses tinham sido expulsos de Portugal. O general inglês Beresford era o virtual ditador de Portugal.

Aos ingleses não interessava a volta da família real a Portugal. Os comerciantes de Portugal poderiam pressionar Dom João a restabelecer o monopólio, o que os prejudicaria.

Outro fator importante: os portugueses sentiam-se muito bem no Brasil – país grande – e o Rio de Janeiro era muito agradável. Muitos deles compraram terras aqui e casaram-se com brasileiras.

Em 1815, Napoleão foi derrotado em Waterloo e as potências vencedoras se reuniram no Congresso de Viena para restaurar o mapa político europeu.

Portugal deveria participar, mas estava dependente dos ingleses.

Para que pudesse participar, o Brasil, como sede da monarquia portuguesa, foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e a Algarves.

A cooptação da elite brasileira

Para ganhar a simpatia da elite, Dom João VI distribuiu fartamente os títulos de nobreza e títulos da Ordem de Cristo; Ordem

de Santiago; Ordem de São Bento de Aviz; Ordem da Torre e Espada e outras.

Em 12 anos, mais de 3.000 brasileiros foram agraciados com títulos honoríficos.

Eles não eram hereditários, nem implicavam em vantagens materiais, significavam apenas prestígio, status, satisfação pessoal e senso de obrigação para com a coroa portuguesa.

Os títulos tinham nomes de rios, províncias, acidentes geográficos, locais de batalhas, etc.

Foram escolhidos personagens importantes, grandes proprietários rurais, comerciantes, magistrados, políticos e militares.

A velha aristocracia européia, orgulhosa dos seus antepassados, de sua eugenia, olhava com certa ironia a nossa que, segundo eles, era novíssima, uma aristocracia tropical... Lembremos que o Brasil é o único país americano que tem um passado monárquico.

Concluindo, podemos afirmar que a vinda da família real para o Brasil trouxe imensa vantagem para nós. Basta lembrar a fundação do Banco do Brasil, a Imprensa Régia, a Academia Militar, as primeiras instituições de Ensino Superior (Medicina e Direito), a criação do Jardim Botânico, a Fábrica de Pólvora, a Biblioteca Real, a Academia de Belas-Artes, a vinda da missão francesa com Debret e outros artistas, etc.

Enfim, a transmigração da Família Real foi um dos acontecimentos mais importantes de nossa história.

DISCURSOS

Saudação à professora Maria Clélia Lustosa Costa como sócia do Instituto do Ceará

Valdelice Carneiro Girão*

Estamos hoje em festa, e esta festa tem significado especial, mudanças na Casa do Barão de Studart com a aceitação de mais uma mulher como Sócia Efetiva, que sucede o consócio Marcelo Caracas Linhares. Alguns anos atrás, isto não era comum.

Em 2001, escrevi na *Revista do Instituto*, reclamando que o nosso sodalício, com 114 anos de existência e um número de 126 membros, até aquele momento, só elegera para seu quadro social, cinco mulheres. Parece que a minha reclamação surtiu efeito, pois logo chegaria a esta Casa a Professora Dra. Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho, prima de Júlia Carneiro Leão de Vasconcelos, a primeira mulher a receber as honras de Sócia Efetiva da Instituição. Apesar da descendência ilustre, filha de um dos fundadores do Instituto, destacando-se pela sua inteligência e cultura, uma vez que falava corretamente português, inglês, francês e alemão, dedicando-se por mais de 30 anos ao magistério, como professora dos cursos de Geografia e História Geral da Escola Normal do Ceará, além de jornalista e escritora de renome, sofreu restrições.

A ata da revista de 5 de junho de 1930, publicada no tomo XLV, do ano de 1931, documenta que o Sócio Efetivo do Instituto Dr. Antônio Teodorico da Costa, na sessão de posse da Professora Júlia de Vasconcelos, usou da palavra para reafirmar seu ponto de vista contrário à participação do elemento feminino, em certames científicos e concluiu pedindo "que a nova sócia se lembrasse sempre que um membro daquela assembléia se opusera ao seu ingresso no seio do Instituto".

* Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

Nas atas analisadas, não encontrei nenhuma outra presença da sócia eleita. A Professora Júlia mudando-se depois para o Rio de Janeiro, passou a sócia honorária. Na vaga deixada, em 1936, tomou posse a Professora Maria Rodrigues Peixe, conhecida pelo pseudônimo de Alba Valdez. Não pertencia a elite social, como sua antecessora, nem por isso podemos classificá-la menos culta.

Segundo o Dr. Eusébio de Sousa "sua atividade, exercida, durante o período de 32 anos, não se restringiu ao âmbito da escola primária, a qual dedicou o maior carinho, apesar das circunstâncias precárias em que se debatia o professorado miseravelmente pago". Os árduos encargos do magistério aguçaram seu espírito de luta pela liberdade e amor ao próximo. Fundou a Liga Feminista Cearense, da qual foi presidente e cuja finalidade era trabalhar pelo soerguimento intelectual da mulher no Ceará. Tomou parte ativa no Centro Literário da Bohemia e do Iracema Literário. Pertenceu a Sociedade Cearense de Geografia e História e foi a primeira mulher a ser eleita Sócia da Academia Cearense de Letras, de cuja cadeira, nº. 22 é patrono Justiniano de Serpa.

No Instituto do Ceará, a professora Alba Valdez paticipou ativamente. Foi membro da diretoria por mais de uma vez; como Bibliotecária, Membro da Comissão de Ciências e Letras, assumindo, também, a 2ª Vice-Presidência; cargos existentes no estatuto da época.

Apesar dos currículos das suas antecessoras, só trinta e dois anos depois, em 1968, entrava para confraria a também professora Dra. Zélia Sá Viana Camurça; Maria da Conceição Sousa recebeu o título após 23 anos, em 1981. Valdelice Carneiro Girão em 1988. Em 2002, tomou posse a Dra. Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho.

Felizmente as restrições ao elemento feminino no Instituto do Ceará estão desaparecendo. A mulher já participa das iniciativas da Agremiação como membro da Diretoria e outras atividades.

Minhas senhoras e meus senhores. Está chegando ao nosso Sodalício um elemento que já se fazia necessário para completar seu quadro social – um Geógrafo, ou melhor uma Geógrafa. A Professora Maria Clélia Lustosa Costa é licenciada em Geografia pela Universiddae Federal do Ceará, Bacharel em Geografia, pela mesma Universidade, em Estudos Urbanos e Regionais; Mestre em Geografia pelo Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo, com a Dissertação: *Cidade 2000: Expansão Urbana e Segregação Espacial em Fortaleza*.

Com uma produção científica alentada, com livros, capítulos de livros e artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais; trabalhos apresentados e publicados em Congressos, destacando-se entre eles: - "Desigualdade sócio - espacial e vulnerabilidade na Região Metropolitana de Fortaleza" - In Anais do XI Encontro de Geógrafos da América Latina - Bogotá: Universidade da Colômbia; as "Disparidades nos Índices Educacionais na Região Metropolitana de Fortaleza - In Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos, Rio Branco – Acre"; "Água e Saúde Pública na cidade de Fortaleza do Século XIX - Anais do VIII Simpósio de Geografia Urbana, Recife – Pernambuco"; "Os Serviços Urbanos na Fortaleza do Século XIX" - In Anais do XII Encontro Nacional da AGB, Florianópolis.

Pelo currículo da Professora Clélia conclui-se que se trata de uma pesquisadora; qualificação indispensável àqueles que desejam ingressar na instituição cultural, mais antiga do nosso Estado: o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

A Instituição, tida como o ápice da cultura do Ceará, precisa cada vez mais alargar seu campo de atividade e divulgar os estudos, e, para isto, será preciso penetrar no âmbito fertílissimo das pesquisas e descobertas aptas a fornecer as desejadas e indispensáveis interpretações .

A vida do Instituto, ao longo de 121 anos, seria impossível de resumir em poucas páginas de inúmeras pesquisas a instituição já se tem ocupado, e muito ainda se poderá dizer, de sua profícua atividade.

Cento e vinte e oito números de sua revista e inúmeras outras publicações de sua responsabilidade, inclusive a alentada coleção inicializada pelo Mestre Thomáz Pompeu Sobrinho, intitulada *Grande História do Ceará*, em número de 26 estudos, dos quais apenas 7 foram publicados. Entre eles *História Econômica do Ceará* de Raimundo Girão; *Pré – História, Proto-História do Ceará* de Thomaz Pompeu Sobrinho, *História do Ensino no Ceará* de Plácido Aderaldo Castelo, *História Militar* de Eusébio de Sousa e *História da Literatura Cearense* em 4 volumes de Dolor Barreira, a *História das Secas* de Joaquim Alves. Plano que mereceu de José Honório Rodrigues a classificação de um "empreedimento monumental e mais amplo jamais tentado por qualquer instituição histórica regional" Por que não reativá-lo?

Não somente pelo realizado e a realizar, deveria merecer o Instituto do Ceará, o apoio de todos, inclusive dos poderes públicos,

mais ainda pelo significado do elenco de sócios efetivos, gente da importância do Barão e ainda pelo não menor brilho de seus onze companheiros fundadores desta entidade.

Temos que aceitar que as mudanças no Instituto já se fazem necessárias. Em primeiro lugar, a reforma do Estatuto, com normas que nos levem a escolha de candidatos a sócios efetivos. intelectuais, que, além de cultos, sejam comprometidos com a instituição e sua história.

Não podemos esquecer que estamos formando futuros dirigentes da agremiação mais antiga do Ceará.

A verdade é que além das dificuldades financeiras que é acrescida, a cada dia; a participação dos sócios, no momento, não condiz com o pensamento daqueles entusiásticos da História.

O quadro social composto de 40 sócios efetivos, tem hoje uma participação pequena de seus pares. Isto acontece em razão da ausência daqueles membros ativos anteriormente, hoje por força da idade e estado de saúde, são obrigados ao recolhimento doméstico; alguns passaram a residir fora do Estado, além de justificativas outras.

Não sou pessimista. Acredito que as mudanças virão: a colaboração do Governo Estadual e Municipal na manutenção desta Casa do Saber, agora belamente reformada, apta a receber a todos que desejam estudar a História, a Geografia e Antropologia do Ceará.

Os documentos estão ai, onde passaram por meticuloso trabalho de digitação de todas as revistas publicadas pelo Instituto, a reorganização da fabulosa documentação da coleção Barão de Studart, Capistrano de Abreu e outros tantos.

Professora Clélia, confiamos que sua vivência no magistério e na pesquisa virá somar esforços na tarefa de bem servir a este Sodalício. Repito o pensamento do Dr. Raimundo Girão: "há necessidade cada vez maior da integração do Instituto às inteligências jovens, aos estudiosos da História da Geografia e da Antropologia". Seja bem-vinda.

Discurso de posse de Maria Clélia Lustosa Costa como sócia do Instituto do Ceará

Maria Clélia Lustosa Costa*

É com profunda satisfação e alegria que tomo posse como sócia efetiva do Instituto do Ceará, responsável pela preservação de documentos, elaboração de estudos e divulgação da Geografia, História e Antropologia do Ceará. Este é um momento muito importante em minha vida, não só pelo que representa, mas também pelos fatores que justificaram minha indicação para esta instituição do saber, uma das mais antigas da sociedade civil, fundada em 4 de março de 1887: o fato de ser geógrafa e mulher, pontos fundamentais para a escolha pelos meus pares.

Quero prestar uma homenagem especial ao meu antecessor, o escritor e ex-deputado federal Marcelo Caracas Linhares, que morreu aos 83 anos, deixando a viúva Irismar Machado e uma vasta produção literária.

Escreveu oito livros e vários folhetos, como ele dizia, aqueles livros que não se mantinham em pé. Todos oferecidos a D. Irismar, sua âncora, sempre presente em todos os momentos, inclusive ajudando-o a superar as dificuldades na vida política. Ele dizia que Deus fora pródigo ao colocá-la em seu caminho. Em uma das suas dedicatórias afirma: "Não constituímos famílias, mas construímos um grande amor".

Sua obra retrata seu amor pela política, pela família, por sua terra Guaramiranga. Destacam-se a *Questão religiosa, Os Caracas de Guaramiranga, Governo Linhares – transição para a democracia, Virgílio Távora – sua época, Governo Castelo Branco – isto é verdade.*

* Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

Marcelo Linhares passou a infância em Guaramiranga. Meio autodidata, prestou o vestibular para a Faculdade de Direito e, ao mesmo tempo, foi aprovado em concurso do Banco do Brasil, uma das carreiras mais cobiçadas da mocidade de então. Transferido para a Agência de Crato e depois para a de Quixadá, preparou-se sozinho, pois vinha a Fortaleza apenas fazer as provas. No Banco do Brasil terminou a carreira como advogado.

A política estava no sangue. O pai e o irmão José foram deputados federais. O tio, Francisco Linhares Filho, deputado estadual por alguns mandatos. Outro tio, o ministro José Linhares, presidiu o Supremo Tribunal Federal e chegou a Presidência da República. VirgílioTávora também era primo, da família Caracas de Guaramiranga. No governo Plácido Castelo, Linhares ocupou a Secretaria de Planejamento do Ceará, e depois, o cargo de deputado federal por quatro mandatos seguidos.

Lúcio Alcântara o descreve como homem elegante, de agradável convívio, formando com sua mulher Irismar, um casal sempre benquisto na sociedade.

Lustosa da Costa foi um dos seus grandes amigos. Apesar da distância física e diferenças políticas e ideológicas, se comunicavam quase diariamente. Lustosa o considerava "um dos caras mais educados" que conheceu até hoje. Educado a ponto de conviver com sua postura "apaixonada diante da vida pública, sem que isso ensombrasse suas afetuosas relações". Um dos pilares da sua amizade residia no respeito mútuo.

Aos 83 anos mantinha a coragem para trabalhar, para estudar, para ler. Lia dois livros por semana, e lamentava, pois via tanta coisa para ler. Para ele, o mais importante em um homem é o caráter, a palavra. Dizia: "Quando me perguntam o que eu sou, respondo ser apenas um contador de histórias".

Sinto-me profundamente honrada ao tomar posse nesta instituição fundada por Paulino Nogueira, Barão de Studart, Antônio Bezerra de Menezes e Juvenal Galeno, autores que me ajudaram a compreender a formação socioespacial do Ceará e as transformações urbanas de Fortaleza. Com Paulino Nogueira percorri a história da província do Ceará por meio dos relatos dos seus presidentes. Antônio Bezerra de Menezes levou-me a percorrer o norte da província do Ceará e a co-

nhecer a Fortaleza do final do século XIX. Por meio dos livros *O Ceará no começo do século XX e O Ceará no centenário da Independência do Brasil,* de Thomaz Pompeu de Souza Brasil, entendi melhor o Ceará. Barão de Studart, com suas *Datas e fatos, Dicionário bibliográfico* e tantos outros livros e artigos, principalmente *Climatologia e epidemiologia do Ceará*, ajudou-me a recuperar a História e Geografia médica do século XIX. A maior parte deste conhecimento está publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, a mais antiga do estado.

Graças a eles e a tantos outros, temos hoje um grande acervo bibliográfico sobre a Geografia, a História e a Antropologia cearense. Capistrano de Abreu em carta a Barão de Studart afirmava que o Ceará era a província mais estudada do norte do país.

Tudo isto agora está disponível pelo empenho do último presidente, Manuel Eduardo Pinheiro Campos, que partiu em meio a muitas realizações. Com apoio de setores empresariais cearenses, em especial o grupo Dias Branco, construiu o Memorial Barão de Studart, restaurou inteiramente as instalações e reabriu as portas do palácio de Jeremias Arruda, atual sede, à visitação. Sob sua direção, em fins de 2005, o Instituto do Ceará estabeleceu um Programa de Modernização do seu Acervo, com a construção de um site e a digitalização das *Revistas do Instituto do Ceará*, Atas da Província do Ceará e outras coleções valiosas. Como falou Lúcio Alcântara no momento da sua partida: Manuelito Eduardo era "extrovertido, caloroso, dono de impressionante energia, nunca capitulou diante das vicissitudes da vida. Superou tudo com altivez e incansável capacidade de produção intelectual na literatura, no teatro, na imprensa e na administração de entidades culturais, sempre atento aos avanços da tecnologia e da modernidade".

Entre os fundadores não podemos esquecer Antonio Augusto Vasconcelos, de uma família de intelectuais, pai da primeira mulher eleita para o Instituto do Ceará, Júlia Vasconcelos. Na sessão de sua posse, o sócio Antonio Teodorico da Costa, que não votou na candidata, fez questão de reafirmar ser contrário à "co-participação da mulher nos centros de cultura lítero-científico". Talvez quisesse lembrar que as mulheres deveriam se restringir às atividades domésticas. Júlia não retorna fisicamente ao Instituto, mas mantém-se presente com seus artigos na revista.

Zélia Camurça a descreve como a grande mestra da Escola Normal: "Uma mulher culta, para quem o português, o francês, o in-

glês, o alemão, a história, a geografia e a literatura lhes eram familiar desde os 14 anos".

No discurso de posse, publicado na *Revista do Instituto* de 1931, Júlia Vasconcelos mostra-se antenada com os grandes avanços da ciência. Recupera a evolução do pensamento geográfico, enaltece a geografia científica e ressalta o papel de Humboldt, Ritter e principalmente de Ratzel, que colocou a "geografia sobre rígidas bases científicas". Destaca Delgado de Carvalho, o "Ratzel do Brasil", professor do Colégio Pedro II, pelo esforço de reconstruir a Geografia no país. Ela desejava uma Geografia como idealizou Ratzel, girando em torno das realizações humanas. Uma Geografia apresentando "conexão racional de princípios, sistematização científica de fatos, que falem à razão e tenham para o espírito o valor de uma disciplina educativa". Para ela uma Geografia inspirada em tais moldes exigia a confecção, um roteiro seguro, o espelho vivo da sua representação material, a carta geográfica.

Critica a falta de exatidão do mapa do Ceará, pela incoerência das coordenadas geográficas, pela configuração externa inexata do nosso Estado. Defende a carta geográfica como alicerce resistente na qual repousava o edifício da Geografia. A carta rigorosamente construída, matematicamente levantada, era "o melhor espelho para esclarecer qualquer dificuldade que se apresente no labirinto multiforme das questões econômicas ou da morfologia mundial". Lamenta que estas bases sejam muito frágeis no Ceará.

Outro ponto essencial no seu discurso é a preocupação com o ensino da Geografia. Propõe a remodelação do ensino "em que o aluno apreende a Geografia do Ceará, através do binóculo da imperfeição". Insiste também na necessidade de elaboração de uma carta geográfica nacional, pois as existentes apresentam muitos problemas.

Depois de Júlia Vasconcelos outras mulheres virão que representam e representaram tão bem o intelectual cearense, a condição feminina. Alba Valdez instala a primeira agremiação feminina de fins culturais, ao presidir a Liga Feminista Cearense. Maria da Conceição Souza especialista na pesquisa bibliográfica, é chamada por Valdelice Girão de papisa da biblioteconomia no Ceará. Zélia Camurça, professora da Faculdade de Educação da UFC, doutora na Pensylvania, destaca-se na área da educação e da etimologia. A socióloga Rejane Vasconcelos Accioly, coordenadora do curso de pós-graduação em Sociologia da

UFC, com diversas publicações no campo da Sociologia e da Política, uma das mais recentes aquisições. E por final, temos a minha querida historiadora, professora da UFC, Valdelice Girão, uma das mais dedicadas à Casa do Barão, com vasta obra, destacando-se o livro sobre as charqueadas, referência obrigatória para pesquisadores brasileiros.

Fico feliz com o espaço que o Instituto abre para as mulheres e para a Geografia, sobretudo por serem poucas as mulheres e os geógrafos a participar do atual quadro.

Na área da Geografia temos o professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Ceará, Caio Lóssio Botelho, que fez escola e sobressai na academia.

Neste ano o Instituto perdeu o professor de Geografia astronômica da Universidade Estadual do Ceará, Rubens de Azevedo, conhecido por seu empenho em difundir estes estudos no Ceará, tendo sido homenageado com o nome do planetário do Instituto Dragão do Mar. Criador da primeira associação amadora de astronomia do Brasil, a Sociedade Brasileira dos Amigos da Astronomia (SBAA) e fundador do primeiro observatório popular brasileiro. De família de grandes estudiosos, é filho do pintor Otacílio de Azevedo e da poetisa Teresa Almeida de Azevedo e irmão do Nirez, Sócio Efetivo do Instituto, referência obrigatória a todo pesquisador cearense.

Não posso deixar de mencionar o Senador Pompeu (1818-1870), autor do primeiro livro didático de Geografia, *Compêndio elementar de Geografia*, com 519 páginas, publicado em 1859, no Rio de Janeiro, e adotado no Colégio Pedro II. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, aqui representado por Isabel Lustosa, a mais nova sócia efetiva.

Estudou na Faculdade de Direito do Recife e no Seminário de Olinda. Foi professor de História e Geografia, diretor de Instrução Pública do Ceará e o primeiro diretor do Liceu do Ceará, em 1845. Na política, foi líder do Partido Liberal no Ceará, deputado geral a partir de 1845 e indicado senador pela província do Ceará, em 1864. Publicou várias obras sobre História e Geografia. Como principais trabalhos cito os dois tomos dos *Ensaios estatísticos da Província do Ceará* publicados em 1863 e 1864, com 1179 paginas – um tratado da Geografia do Ceará dos meados do século XIX. Deixou muitos descendentes ilustres, a exemplo do terceiro presidente do Instituto do Ceará – Thomaz

Pompeu de Souza Brasil, e do fundador da antropologia cearense – Thomaz Pompeu de Souza Brasil Sobrinho.

Nesta oportunidade quero fazer um agradecimento póstumo ao médico José Borges Sales, que me abriu as portas da biblioteca da Academia de Medicina do Ceará e me iniciou nos caminhos da Geografia médica cearense. Através dele, conheci a obra do Dr. Vinicius Barros Leal, *História da medicina do Ceará*, muito útil nos meus estudos de Geografia médica e histórica do Ceará.

Diante de tão renomados pensadores e de todos os outros não mencionados, só me resta tentar corresponder às expectativas dos meus pares, ávidos pela presença de membro não só acadêmico, mas também interessado na produção do conhecimento na área da ciência geográfica e que viesse somar aos esforços do seu colegiado, participando ativamente das suas atividades e contribuindo para dar visibilidade científica a esta instituição centenária.

Gostaria de agradecer, também, a algumas pessoas, sem as quais eu não estaria vivendo este momento de júbilo.

Agradeço, inicialmente ao José Augusto Bezerra pela coragem de assumir a presidência do Instituto em momento tão delicado e que tem dado continuidade ao trabalho até então desenvolvido por seu antecessor.

Ao eficientíssimo tesoureiro Fernando Câmara, que faz milagres para administrar os parcos recursos desta instituição.

Ao secretário Paulo Ayrton Araújo, que de modo tão gentil, não mediu esforços para me enquadrar nos padrões sofisticados do Instituto e cumprir as formalidades.

Aos professores José Liberal de Castro e Valdelice Girão, os primeiros a me convidar para participar do Instituto do Ceará, e que são desde longas datas, minhas referências bibliográficas. Ao arquiteto Liberal de Castro pela notória contribuição para a recuperação da História e da Geografia de Fortaleza no século XIX.

Aos sócios que me indicaram, Rejane Vasconcelos Accioly, Paulo Aryton Araújo e Valdelice Girão e ao José Filomeno Moraes, pelo parecer favorável a minha candidatura.

Em nome da Marineide Alves, minha ex-aluna do curso de Geografia da UFC, quero agradecer a todos os funcionários do Insitituto que sempre me trataram com muito carinho em todas as atividades desta Casa e muito contribuíram para a beleza desta festa.

Agradeço, também, a D. Dolores, minha mãe, fundadora da Revista *Flor de Lis*, em Cajazeiras, que muito se orgulha, não da riqueza material da família, mas da educação e formação intelectual que ela e o Costa propiciaram aos 13 filhos, 50 netos, 40 bisnetos e 1 trineto.

Agradeço, ainda, ao cientista político Valmir Lopes que, com seu estilo polêmico e instigador, tem tornado nosso casamento animado nestes vinte anos de convivência.

Quero agradecer a minha família, na pessoa do meu irmão mais velho, Lustosa da Costa, o cajazeirense, mais cearense, que pelas pesquisas sobre Sobral tem recuperado não só a história do Ceará, mas o modo de vida da região norte, de meados do século XX. Como ele sempre fala em seus discursos, nossa maior riqueza são os amigos. Ao fazer a minha lista de convidados, vi o quanto eu era rica.

Quero agradecer ao Prof. Paul Claval, da Universidade Paris IV-Sorbonne que, com sua gentileza e perspicácia, me encaminhou na abordagem da Geografia histórica e cultural. Meu orientador ajudou-me a entender o papel das idéias, o impacto das mudanças de mentalidade na geração de formas, na organização do espaço, na configuração territorial, na paisagem geográfica. A compreender como a difusão de teorias, de hábitos, de valores entre a população teve efeitos significativos na ordenação das cidades brasileiras, em especial na cidade de Fortaleza.

Quero agradecer aos meus colegas das universidades cearenses (Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará, Universidade do Vale do Acaraú e Universidade Regional do Cariri) das várias áreas do conhecimento técnico, científico e cultural, na pessoa do Prof. José Borzacchiello da Silva, atual coordenador da área de Geografia na CAPES, meu amigo há trinta anos, por simbolizar para mim o compromisso com a produção e divulgação do conhecimento geográfico. Sua dedicação à AGB, ao departamento, ao mestrado e ao futuro doutorado em Geografia da UFC, a esta cidade e aos movimentos sociais lhe renderam o título de Cidadão Fortalezense e a medalha Chico Mendes.

Finalmente, quero agradecer aos estudantes, em especial aos dos cursos de Geografia. Espero que aproveitem este espaço para a realização de pesquisas, pois provavelmente no futuro alguns deles estarão neste lugar, que ora ocupo com orgulho e alegria.

Saudação de Pedro Sisnando Leite ao novo sócio efetivo do Instituto do Ceará, professor Luiz de Gonzaga Fonseca Mota

Pedro Sisnando Leite*

Honrou-me o presidente do Instituto do Ceará, escritor José Augusto Bezerra, com o convite para saudar nesta solenidade o novo Sócio Efetivo, professor Luiz de Gonzaga Fonseca Mota.

Esta é para mim uma tarefa agradável, por vários motivos. Dentre os quais destaco a admiração e amizade de longas datas, e a satisfação de tê-lo doravante como confrade vitalício desta tradicional academia. É com satisfação e alegria, portanto, que apresento ao professor Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, em nome dos membros desta secular Instituição, um abraço de fraternal acolhimento em nossa comunidade. Sinta-se em casa.

Considero de bom alvitre frisar inicialmente, para os ilustres convidados para esta solenidade, que o Instituto do Ceará é uma entidade de interesse público de caráter interdisciplinar. Mas focada principalmente no estudo, difusão e preservação do acervo histórico, geográfico, antropológico e de ciências afins.

Em vista de tais objetivos, podemos concluir que os membros desta instituição têm um vasto campo de atuação conforme as suas experiências, formação acadêmica e vocação científica. As metodologias para lidar com a escritura da história, por exemplo, foram e estão sendo discutidas com fervor por muitas pessoas, inclusive aqui no Instituto do Ceará.

O intercâmbio de conhecimentos da história com a geografia, antropologia e a economia ampliou as possibilidades de interpretação histórica. O conhecido historiador Fernand Braudel, em sua obra *O Medi-*

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

terrâneo, demonstra como pode ser escrita a história com esse enfoque de teorização sobre a realidade e a qualidade literária. Diz ele: "Não precisamos ignorar a poeira dos arquivos, mas não devemos respirá-la com muito ímpeto".

De sua parte, o historiador Keith Jenkins diz que se a narrativa de acontecimentos não nos remete aos eventos como realmente aconteceram, mas são pontos de vista discursivos do autor, não deve ser considerada história. Para tal, é necessária alguma localização no tempo e no espaço. Ou seja, o trabalho histórico requer um embasamento factual, com elementos múltiplos de natureza social, política, étnica, cultural e econômica. É o tempo medido ao ritmo do cotidiano, do indivíduo e de suas experiências.

É a história social ou a narrativa histórica do que guardamos seletivamente em nossa memória que nos orienta em compreender o presente e moldar o futuro. Como disse o educador Paulo Freire, em depoimento ao Museu da Pessoa: " as memórias de mim mesmo me ajudaram a entender as tramas das quais fiz parte". São exemplos dessa experiência intelectual as vidas dos saudosos confrades Raimundo Girão, Marcelo Linhares e Manuel Eduardo Pinheiro Campos, todos comprometidos com a atuação no mundo político e na produção literária.

A tese que estou defendendo, portanto, é de que o professor Luiz de Gonzaga Fonseca Mota com sua atual vivência, vai enriquecer a galeria de historiadores do nosso Instituto.

Essa visão abrangente do mundo cultural, por sinal, já constou do denominado Plano Estadual de Desenvolvimento (PLANED) do governo Gonzaga Mota, vigente no período de 1983-87. Neste amplo e bem estruturado programa governamental, as ações destinadas à cultura, no seu sentido antropológico, era encarada como um processo que deveria promover, integralmente, o desenvolvimento político, social e econômico do homem cearense. Essa estratégia visava atuar na produção, distribuição, consumo e preservação dos bens culturais, assim como a formação dos recursos humanos necessários ao planejamento e gestão do sistema cultural cearense.

Afirmava o Plano do então governador Gonzaga Mota, que hoje ingressa como Sócio efetivo do Instituto do Ceará: "Há de se englobarem nesse sistema, com ênfase, os setores menos favorecidos da população, igualmente representativos do sistema cultural do Estado".

Metas, aliás, que estão sendo preconizadas nos planos atuais para esse segmento.

O próprio Instituto do Ceará foi indiretamente beneficiado por essa política, com recebimento de ajuda financeira para sua manutenção e apoio determinante para a construção deste auditório. Por esses e outros benefícios foi que o então presidente do Instituto, o saudoso Professor Antônio Martins Filho, propôs e concedeu o diploma de Sócio Benemérito ao Governador Luiz de Gonzaga Fonseca Mota. Assim, o homenageado agora acumula a condição de Sócio Benemérito e de Sócio Efetivo.

Na verdade, o economista Gonzaga Mota tornou-se conhecido do povo do Ceará como Governador, razão porque sua carreira política teve prosseguimento com sua eleição para Deputado Federal por três legislaturas, entre 1991-2002. Notabilizou-se nesse período com sua ativa atuação na defesa dos interesses do Ceará e do Nordeste.

Durante essa fase de sua vida política, foi agraciado com dezenas de medalhas, condecorações, títulos de cidadania e outorgas acadêmicas. Inclusive de *Doutor Honoris Causa* da Universidade Estadual do Ceará e, recentemente, da Universidade Regional do Cariri, que foi organizada e instalada no seu governo.

A minha convivência e relacionamento de amizade com Gonzaga Mota, porém, começou há mais de quarenta anos. Vejamos alguns fatos do itinerário de sua rica experiência de vida e que ao saudá-lo, nesta ocasião, não posso, por espírito de justiça, deixar de relatar.

Não quero parecer dogmático ou exagerado em minhas considerações. Mas depois de relutar no que estou narrando, entretanto, tranqüilizei-me com a reflexão de Jean Jacques Rousseau, quando disse em situação semelhante: "Minha função é dizer a verdade; não fazer com que se acredite nela".

A história da vida intelectual e profissional do professor Gonzaga Mota, é bem ampla. Desde o período de seus estudos iniciais na Faculdade de Economia, da Universidade Federal do Ceará, quando se revelara como detentor de uma inteligência privilegiada, como constatei na condição de seu professor nessa fase de sua formação acadêmica. Segundo a imprensa local, o Ministro da Fazenda de então, professor Mário Henrique Simonsen, comentara para um político cearense que Gonzaga Mota foi um brilhante estudante quando cursou o programa de pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas (1968-69).

Quando ainda era aluno da Faculdade de Economia (UFC), acrescente-se, em meados da década de 1960, foi selecionado em concurso nacional para estágio no Departamento de Estudos Econômicos do BNB. Nesta ocasião fui seu orientador, principalmente nas técnicas estatísticas de estudos econômicos. Posteriormente (1971), foi selecionado em concurso público para técnico em desenvolvimento econômico do BNB. No ano anterior, é oportuno lembrar, já havia obtido aprovação para professor do Departamento de Economia Aplicada, da Universidade Federal do Ceará.

A sua ascensão profissional no BNB foi surpreendente, em face da saudável concorrência de seus brilhantes colegas de trabalho. Tornou-se assessor especial da presidência do BNB (1975) e, em seguida, Coordenador de Planejamento Integrado, quando elaborou, com sua equipe, os Planos Estratégico e Tático que foram implementados por esse Banco. A seguir, assumiu a chefia do Departamento de Assessoria do BNB (1978), donde se licenciou para ocupar o cargo de Secretário de Planejamento e Coordenação do Ceará (1979-82).

Dessa forma, o professor Luiz de Gonzaga Fonseca Mota durante toda a sua vida dedicou-se a pesquisa, ensino, viagens de estudo e missões oficiais ao exterior, em trabalho denodado de luta pelos interesses do nosso Estado. Para tratar dessas questões, publicou livros, ensaios, monografias, documentos variados e muitos artigos em jornais e revistas especializadas.

Tudo o que disse, resumidamente, acredito que explique porque subscrevi com muita satisfação a sua candidatura para Sócio Efetivo desse sodalício, juntamente com os consócios Paulo Ayrton Araújo e Francisco Ésio de Souza. O tempo será o juiz do que ocorrerá quanto à contribuição do novo confrade para a cultura e a historiografia do Ceará.

Durante os últimos quarenta anos, ele foi um testemunho e importante protagonista da própria história política, econômica e cultural do nosso Estado. Poucos têm a sua autoridade para, doravante, fazer uma narrativa dos acontecimentos que marcaram a vida de nossa sociedade, nesse meio século, de modo realista e sem retoque ideológico.

Meus parabéns, confrade Gonzaga Mota, e sinceros cumprimentos a sua esposa Miriam Porto Mota e seus filhos Antônio José, Luiz Fernando, Miriam, Luiz Gonzaga e Sabrina. Que Deus o abençoe

e lhe favoreça com uma longa vida em nosso convívio, nesta provecta instituição científica.

Muito obrigado a todos pela simpática atenção.

Fortaleza, 20 de junho de 2008.

Discurso de posse como sócio efetivo do Instituto do Ceará

Luiz de Gonzaga Fonseca Mota*

Eminente presidente do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), escritor José Augusto Bezerra.

Digníssimas autoridades.
Prezados Consócios e Consócias.

Familiares e amigos do inesquecível Manoel Eduardo Pinheiro Campos, a quem os saúdo na pessoa da ilustre senhora dona Heldine Cortez Campos.

Membros da família Studart aqui presentes, na Casa do Barão, os saúdo nas pessoas de minha querida m+ãe, Maria Helena Fonseca Mota, e do querido primo, Evandro Studart da Fonseca, ambos sobrinhos - netos de Guilherme, o Barão de Studart.

Minha mulher Mirian – companheira e luz da minha vida – meus filhos e meus netos.

Meus parentes e amigos.
Senhoras e Senhores.

Gostaria de salientar que farei, neste momento de grande emoção, um discurso externando palavras vindas do coração e recordando fatos que mostram uma louvação à "Cearensidade" ou ao "Cearensismo".

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Antes, porém, desejaria fazer alguns agradecimentos a ilustres pares que colaboraram e ajudaram a me tornar Sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) em 23 de abril de 2008, uma vez que em 6 de fevereiro de 1987 já havia recebido, por indicação do grande mestre Antonio Martins Filho, o título de Sócio Benemérito.

Inicialmente, destacaria o estímulo dos meus diletos amigos Ézio de Souza, Padre Sadoc Araújo, Cel. Paulo Ayrton Araújo, Caio Lóssio Botelho, José Augusto Bezerra e Fernando Câmara.

Num momento seguinte, tive minha proposta elaborada pelos consócios Cel. Paulo Ayrton Araújo, Pedro Sisnando Leite e Ézio de Souza, bem como analisada e aprovada pelo jurista José Filomeno Moraes Filho. Como já mencionado, fui eleito no dia 23 de abril de 2008, pelo que sinceramente agradeço a todos que fazem parte deste Sodalício.

Senhoras e Senhores,

As palavras do professor Pedro Sisnando Leite, deixaram-me extremamente feliz. Sisnando, como assim o chamo, é uma das maiores autoridades em Economia Agrícola deste País. Sua militância no Banco do Nordeste do Brasil, como chefe da Divisão de Agricultura do ETENE, órgão maior do BNB, e a sua capacidade como professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará traduzem o seu reconhecido valor de homem intelectual e de significativa importância para o desenvolvimento do Ceará e do Nordeste. Além de redigir e publicar vários textos e livros, Sisnando se destacou como eficiente e eficaz Secretário de Agricultura do Estado do Ceará. Agradeço sensibilizado ao amigo e mestre, não só por suas palavras, mas pelo que aprendi com ele, mediante o seu exemplo de dignidade, no Banco e na Faculdade. Meus sinceros agradecimentos.

Dona Heldine, filhos, parentes e amigos de Eduardo Campos, sinto-me honrado em ocupar a cadeira de nosso Manoelito. Ocupar, sim. Jamais, teria a pretensão de substituí-lo. Eduardo Campos era um homem múltiplo: radialista, jornalista, contista, pesquisador, dramaturgo, romancista, escritor, enfim um dos maiores intelectuais do Brasil. Era um homem inteiro, de caráter e sempre de bom humor, ou seja, sempre de bem com a vida.

Nasceu em Guaiúba, então distrito de Pacatuba, em 11 de janeiro de 1923 e, para tristeza de seus familiares e admiradores, faleceu em Fortaleza no dia 19 de setembro de 2007. Fui colega de Manoelito no segundo Governo Virgílio Távora. Ele ocupava com competência e dinamismo a Pasta da Cultura, e sob a minha responsabilidade estava a Secretaria de Planejamento. Seu trabalho à frente da Cultura do Ceará foi exemplar. Lembro-me bem dos elogios que Eduardo Campos recebia do Governador, como também dos seus colegas. Desenvolveu uma série de programas e projetos visando o progresso intelectual do nosso povo. Foi sem dúvida, um grande secretário. Tivemos uma conversa que nunca esquecerei. Certa vez viajávamos num avião, lado a lado, a Brasília. Conversa vai, conversa vem, perguntei-lhe: por que você não se candidata à Academia Brasileira de Letras ? Respondeu com aquele sorriso que lhe era peculiar: não tenho força política. Infelizmente, era verdade, mas ressaltei sua força intelectual e disse-lhe, *data vênia*, que ele era culturalmente superior à maioria dos que integravam a Casa de Machado de Assis. Deu outra gargalhada. Efetivamente, Eduardo Campos é um ícone e uma referência da cultura brasileira.

Estimados consócios e consócias.

Ressaltei, no início, minha intenção de fazer uma louvação à "Cearensidade" ou ao "Cearensismo". Disse Euclides da Cunha em *Os Sertões*: "o sertanejo é, antes de tudo, um forte". Muitos já disseram e dizem com razão: "o cearense é , antes de tudo, um forte". O Ceará é o Estado síntese do nordeste brasileiro. Sua gente heróica, batalhadora e obstinada proporcionou e continua oferecendo ao Brasil figuras e celebridades que honram a nossa Pátria.

Lembro-me das aulas do saudoso professor Mozart Soriano Aderaldo, ex-presidente deste Instituto, quando dizia que o Ceará, em muitas áreas de ação, era o Estado da Federação berço das maiores figuras brasileiras. Quarenta anos depois, continuo concordando com o mencionado mestre. Registro, no entanto, que novos nomes estão sendo incorporados à sua relação de quatro décadas atrás.

Se não houver consenso quanto aos nomes que citarei a seguir, tenho a certeza que todos merecem o respeito e a admiração do povo brasileiro.

Eis algumas figuras cearenses ilustres, dentre outras:

Capistrano de Abreu – o maior historiador do Brasil; Barão de Studart – o maior historiógrafo; Dragão do Mar – símbolo da resistência contra a escravidão; Farias Brito – o maior filósofo; Clovis Beviláqua – o maior jurista; José de Alencar – principal representante do romantismo; Alberto Nepomuceno – o maior maestro inspirado na temática popular; Padre Cícero R. Batista – o maior sacerdote; Rachel de Queiroz – a maior escritora; Patativa do Assaré – o maior poeta popular; Chico Anysio – o maior humorista; Edson Queiroz – o empresário de maior visão estratégica; Martins Filho – o maior benemérito do ensino universitário no Brasil; Marechal Casimiro Montenegro Filho – o precursor no Brasil da indústria aeronáutica.

O cearense tem a força definida tão bem por Scott Fitzgerald, isto é: "vitalidade não se demonstra apenas com a persistência, mas também com a capacidade de começar de novo". Para os cearenses o centro dos sentimentos não está apenas na cabeça, mas principalmente no coração, mediante a solidariedade e o amor ao próximo. Assim disse Eça de Queiroz : "o coração faz o caráter".

Acredito, por sua vez, que a grande maioria do povo do Ceará segue o Sermão da Sexagésima, do Padre Antonio Vieira, onde lembramo-nos dos Evangelhos de São Lucas (VIII, 11) *Semen est verbun Dei* – A semente é a palavra de Deus – e de São Mateus (XIII, 3) *Ecce exiit qui seminati seminare* – Eis que o semeador saiu a semear.

O cearense, este grande semeador, mediante o estudo e o trabalho sempre buscará alcançar melhores condições de vida para o seu povo.

Finalizando, gostaria de ressaltar que estou ingressando no Instituto do Ceará para pesquisar, estudar, trabalhar e escrever, dentro das minhas possibilidades, ao lado dos prezados consócios e consócias, pelo desenvolvimento cada vez maior da cultura brasileira e cearense, principalmente nas áreas da história, da geografia e da antropologia.

Muito obrigado.

ARTIGOS

Arquitetura no Ceará.
O século XIX e algumas antecedências

José Liberal de Castro*

Há algum tempo, em congresso nacional promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, ficou acertado que o Departamento de Minas Gerais publicaria um livro intitulado *Arquitetura Brasileira – Redescobertas*. A obra reuniria textos com abrangência nacional, porém, no possível, limitados ao panorama arquitetônico brasileiro do século XIX. Quando da discussão da temática do livro, os organizadores optaram por destacar o Ceará como referência autônoma, afastada de certos vínculos regionais. Na ocasião, proposto como responsável pelo capítulo cearense, o autor deste artigo permitiu-se externar algumas ponderações, sob o argumento de que a decisão acatava pontos discutíveis, fosse quanto à hipótese de uma total autonomia arquitetônica local, fosse porque um estudo abrangente da matéria não poderia enquadrar-se exatamente nos marcos cronológicos sugeridos. Por tais razões, argumentava que, considerada a continuidade do uso de espaços e formas setecentistas no século XIX, bem como, em conseqüência de expansões semelhantes, com avanço e proposições oitocentistas no século XX, o trabalho impunha aumento do arco temporal proposto, não obstante restrito ao essencial. No fim de contas, a divisão estanque do tempo em séculos é convencional, sem correspondência direta com a História[1].

---

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

[1] Assinala Hauser, em termos europeus: "Como idade da arte moderna, o século XX se inicia realmente depois da Primeira Guerra Mundial, nos anos vinte aproximadamente, do mesmo modo que o século XIX começou por volta de 1830". (HAUSER, 244, 1977, p. 836).

Uma vez aceita a incumbência, o indicado procurou satisfazê-la, desenvolvida de conformidade com o entendimento pessoal da matéria e ajustada ao quadro que se lhe afigurava delineado pelos fatores condicionantes do processo. Entregue o texto aos editores no prazo estipulado e escrito em duas versões - uma circunstanciada e outra resumida, por este ou aquele motivo, a publicação do livro coletivo deparou seguidos adiamentos, até quando, por fim, o projeto foi suspenso em definitivo. Transcorrido razoável tempo, decidiu o autor apresentar a versão resumida do trabalho na Revista do Instituto do Ceará, devidamente adaptada aos novos propósitos, embora reconhecesse certas dificuldades, em virtude do formato e dos padrões gráficos empregados. Do texto original, porém, foram eliminadas as partes últimas, pertinentes às realizações ditas neogóticas e ao Ecletismo Arquitetônico, manifestações compostas por obras quase todas já do início do século XX. A exclusão tanto se impôs por adaptação às novas normas de edição da Revista, que reduziram a extensão dos artigos, como também por se tratar de matéria específica, examinada pelo autor em várias oportunidades (inclusive no anterior número da Revista - t. 127, 2013, p. 47-130)[2]. A decisão de trazer o texto a público em sua versão abreviada, mas abrangente, mostrando apenas ilustrações alusivas a obras de arquitetura popular, quase sempre de distante e inconsciente origem portuguesa, louvou-se no possível interesse que o tema possa despertar, pelo menos naqueles interessados em estudos de História da Arquitetura.

1 Introdução

Certos aspectos do passado explicam particularidades do desenvolvimento material do Ceará, somente consolidado em meados do século XIX, em época, portanto, quando muitas unidades federativas do Nordeste brasileiro já eram conhecidas pela magnificência de obras famosas elaboradas em tempos já bem anteriores. Assim, por seu aspecto singular, a apreciação da arquitetura cearense tida como antiga deve

[2] Contribuições um tanto extensas, publicadas pelo autor em tomos anteriores, constituíam prática comumente observada nos primeiros números da Revista do Instituto de Ceará e ainda mantida em edições de meados do século passado. Acolhiam textos longos, classificados sob o título de "ensaios".

acompanhar-se de concisas informações históricas, ora concentradas em tópicos específicos, ora distribuídas ao longo do texto.

Colonização retardada

Entre os estados marítimos brasileiros, o Ceará figura entre aqueles marcados pelo povoamento retardado. Duplamente retardado, aliás. Primeiro, por força do total abandono em que ficou relegada, durante todo o século XVI, a outrora chamada costa Leste-oeste, longo trecho do litoral brasileiro, *grosso modo* paralelo ao Equador, da qual fazia parte a terra cearense, mantida alheia às primeiras rotas comerciais portuguesas. Como segundo fato, avultava a pouca atração econômica despertada pela Capitania no século XVII, cujo litoral, visto do mar ou percorrido a pé ou em lombo de animais, afigurava-se como sem préstimo para desenvolvimento da agroindústria do açúcar. Além do mais, situado em posição geográfica de transição, o Ceará pertenceu de inicio ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, vindo depois a integrar o Estado do Brasil, de que era capital a Cidade do Salvador.

A divisão da América Portuguesa em dois Estados separados administrativamente, mas ligados de per si a Lisboa, visava a superar as enormes dificuldades nas comunicações oceânicas em navios a vela, impostas pelo sistema de ventos e correntes marítimas reinantes, dirigidos num mesmo sentido e que se superpunham em trechos situados entre a costa ocidental cearense e o Maranhão. (ABREU, C. 1960, p. 117-123). Por tal motivo, se as viagens de ida se tornavam rápidas, o retorno revelava-se problemático. Impôs-se, assim, a superação do entrave por meio de novas rotas diretas de São Luís e Belém a Lisboa. A Capitania do Ceará, como dito, inicialmente integrante do Estado do Grão-Pará e Maranhão, mas depois transferida para o Estado do Brasil, permaneceu, em consequência, praticamente terra de ninguém durante bom período. Situado em área de transição, isolado, após haver servido de ponto de apoio para a conquista do Maranhão e da foz do Amazonas, "perdeu o Ceará o pouco valor que lhe reconheciam. Não era mais base de operação." (ABREU, C., 1960, p. 253).

Esse conjunto de ambigüidades geográficas explica, em parte, o demorado desinteresse lusitano pela terra cearense, por longo tempo considerada zona inóspita, amargo exílio dos funcionários reinóis para

ela transferidos. Premida por tantos obstáculos, a colonização do Ceará somente se iniciou no século XVIII, à custa da pecuária extensiva, atividade que requeria parcos investimentos, todavia pouco rentável, além de marcada por um povoamento rarefeito e disperso. A penetração do gado nos sertões tornara-se possível após morte, expulsão ou aculturação dos indígenas, conhecidos por tapuias, que os ocupavam.

Dependente do Governo de Pernambuco ao longo do século XVIII, por fim, o Ceará obteve autonomia administrativa em 1799. Regido agora por membros da administração real, pôde vislumbrar novas perspectivas, estabelecendo comércio direto com Portugal e África, sem intermediários, atividade logo ampliada após a abertura dos portos em 1808.

A dizimação do gado nas seguidas secas ocorridas nos anos finais dos Setecentos induziu o cultivo do algodão na Capitania. A ainda recente produção agrícola, somada às vantagens obtidas com a autonomia administrativa redundaria em produção de riquezas, pois deixava a Capitania livre de expropriações econômicas em favor de terceiros. Conquanto limitadas, as riquezas viriam a se ampliar gradativamente depois de 1808, em decorrência da inclusão do Ceará no comércio internacional. O desenvolvimento inconteste, entretanto, somente foi atingido depois de meados dos Oitocentos, apoiado principalmente na cotonicultura, desde então e ainda em boa parte do século XX, base da economia e do progresso da Província. A guerra da Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), privando os teares britânicos do algodão americano, intensificou as exportações do produto cearense, proporcionando intensa euforia econômica. Apesar dos efeitos maléficos da grande seca ocorrida entre 1877 e 1879, o Ceará conheceu ativo florescimento material e intelectual no último quartel do século XIX, que permitiu, à sua capital, adquirir feições físicas e culturais próprias. A cidade da Fortaleza desde então passou a ocupar posição hegemônica no Estado e hoje, transformada num dos maiores centros urbanos do País, derrama sua influência sobre vasta área nacional.

Arquitetura antiga cearense: alguns conceitos

O quadro histórico ora sucintamente exposto gera especulações, em particular quando se cogita de arquitetura ou, mais precisa-

mente, quando se examina a arquitetura antiga. No imaginário da população, arquitetura cearense antiga é toda aquela anterior ao Modernismo Arquitetônico. Nas mais das vezes, entretanto, as novas propostas estéticas são entendidas como uma estilização formal expressa por reduzida ornamentação geométrica, filiada ao sistema *Art Déco* e aplicada depois de 1930, quando passa a ser aceita sem restrições, concomitantemente com o emprego usual do concreto armado.

Como se repete, os anos oitocentos assumiram papel preponderante na formação do Ceará contemporâneo, em particular após sua segunda metade. Quando, contudo, se busca obter uma visão ampla do processo de implantação da arquitetura, o século XIX cearense, como já se assinalou, requer dilatação de suas balizas cronológicas. Deve-se, portanto, recuar o marco histórico para o último quartel dos Setecentos, em período quando a produção da "carne do Ceará" (o charque) responde totalmente pelas atividades econômicas da Capitania, tempo em que se anunciam os começos da formação de sua incipiente rede urbana. Por seu turno, encerrar o período nos dias da Revolução de 1930, resultaria admitir-se um compromisso duplo entre um passado já distante e dias mais recentes, isto porque, nas três primeiras décadas do século XX, as aspirações de progresso, acompanhando as diretrizes ideológicas da República, correspondem a visíveis mudanças em todos os setores. Novos programas e técnicas novas, entre as quais sobressaem as realizações do ferro, bem como o uso de equipamentos mecânicos, alteram as formas das edificações, engalanadas exteriormente com elementos decorativos. A Arquitetura Eclética então em voga, emblema estético, distintivo desses decênios, tidos por alguns como um período de transição para o moderno ou, como pretendem outros, o término de uma época comumente designada como antiga, torna-se o traço expressivo da imagem urbana da capital cearense, elegante e harmoniosa, hoje praticamente desaparecida.

De um modo ou de outro, no Ceará, tal como em quase todo o País, o ciclo dito antigo se encerra em definitivo ante a adesão, consciente ou não, ao Modernismo, termo genérico, muitas vezes subentendendo, no campo da arquitetura, mensagens mal decodificadas, paralelas a anseios políticos e sociais de renovação que empolgam o País.

2 Antecedentes setecentistas

No Ceará, dois fatores parecem condicionar certa homogeneidade formal arquitetônica, há pouco mencionada, perceptível na interpenetração da quadra final dos Setecentos em uma boa parte do século XIX, particularmente no mundo rural.

Primeiro, sobressai o fato de a Capitania, inibida por condições ambientais desfavoráveis à produção do açúcar, não haver conhecido no período colonial o desenvolvimento de uma agricultura de *plantation*, que exigia sistema complexo de instalações agro-industriais, cujo funcionamento dependia do trabalho escravo. Num segundo momento, nos anos iniciais do século XVIII, dizimados, expulsos ou aculturados os índios belicosos que se interpunham à posse dos sertões cearenses, verificou-se a rápida ocupação de terras favoráveis ao pastoreio, doadas em sesmarias. Em conseqüência, o território cearense logo se viu ocupado por imigrantes vindos do Nordeste Oriental, moradores das zonas produtoras de açúcar em crise ou pequenos proprietários, em maior número, pernambucanos, paraibanos e rio-grandenses, bem como portugueses, todos com interesse na pecuária extensiva. Uma vez obtida a posse de terras, a viabilidade dos empreendimentos pastoris requeria capital reduzido, já que as glebas eram concedidas de graça – as sesmarias, além de que o gado se reproduzia rapidamente em pastos inexplorados e podia transportar-se, com os próprios passos, por trajetos longos e penosos. Consequentemente, os investimentos eram mínimos, não obstante gerassem lucros parcos. Limitavam-se praticamente à construção da casa de fazenda e das moradas dos agregados, às cercas dos currais, programas a que, quando muito, se poderiam acrescentar a pequena casa de farinha ou uma engenhoca destinada à eventual produção da rapadura.

A sobrevivência nos sertões exigiu adaptações e criatividade, em que se destacou o uso generalizado do couro – na roupa, no encilhamento, nos utensílios domésticos, no mobiliário, enfim, objetos impostos pela busca de superação do isolamento do quotidiano. Na arquitetura, o couro foi empregado, ora na amarração das varas dos taipais, em tiras, ora em laços, à guisa de armadores de redes, ou como folhas ou dobradiças das portas. Enfim, instrumentos de montagem de uma

"civilização do couro", de que nos fala Capistrano de Abreu. (ABREU, C., 1954, p. 217-224)[3].

Os sertões: pecuária extensiva e arquitetura rural

O quotidiano dos sertões da pecuária, marcado pelo dinamismo do campeio do gado, diferia por completo da vida nas casas grandes de engenho do Nordeste Oriental, onde se desenvolviam práticas culturais fruto de outros modos de relações sócio-econômicas. As reduzidas aplicações financeiras solicitadas pela implantação e pela manutenção das fazendas concentravam-se na edificação da casa, em especial na chamada casa de fazenda, expressão maior e inconfundível da arquitetura dos sertões.

Nos primeiros tempos, em face da insegurança reinante, fosse contra o ataque dos índios, fosse contra o ataque de outros fazendeiros ou de "vadios", as casas mostravam um mínimo de fenestração, às vezes resumida unicamente a uma porta de entrada. Logo, porém, as aberturas surgem, ampliadas aos poucos. Com o tempo, melhorada a segurança, a casa ganha alpendres, que beneficiam inicialmente apenas a fachada de frente, mas depois, as laterais e, finalmente, a casa toda. O alpendre de contorno total da casa tornava-se uma imposição de defesa contra a canícula forte do sertão: a leste, contra o sol da manhã, já intenso; a oeste, contra a forte insolação vespertina. Em decorrência das latitudes próximas do Equador, os alpendres voltados para norte e sul protegiam semestralmente cômodos opostos, conforme o caminho alternado do sol. As dimensões dos alpendres, sempre correlacionadas com a penetração solar, cristalizariam soluções atemporais, utilizadas

[3] "De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado sobre o chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas das facas, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se o tabaco para o nariz." (ABREU, C. 1954, p. 217-218).

até o presente, embora de modo geral dependessem das posses ou da posição social do proprietário[4].

Do ponto de vista morfológico, no que respeita ao modo de inserção, os alpendres configuram dois tipos de casas rurais. Um grupo, mais numeroso, é formado por exemplares cujo corpo central mostra telhado de duas águas, às quais a cobertura dos alpendres frontais dá continuidade, embora algumas vezes os acréscimos apareçam rebaixados. Em consequência, nos trechos laterais da edificação, surgem dois pequenos oitões interceptados pelos alpendres de contorno, o que leva a crer influência do prestígio do desenho da casa urbana, com telhado em cangalha, de linhas bi-apoiadas em empenas. Figura 1.

O outro grupo compõe-se das casas com telhados piramidais de quatro águas, que descem por todas as faces da casa, cobrindo os alpendres. Figura 2. Apesar de bem mais complicado como sistema construtivo de cobertas, em decorrência dos esforços aplicados diagonalmente sobre os cunhais, isto é, os cantos da edificação, sem dúvida, esta solução foi importada do Nordeste Oriental, onde já aparece no século XVII, nos engenhos maiores, como mostram os desenhos de Frans Post, transcritos no livro do Barlaeus (1647, passim.). Essas abas triangulares

Figura 1 - **Casa da fazenda Nova Empresa. Canindé, CE**. Casa rural com vínculos urbanos, isto é, com telhado de duas águas e oitão lateral, contornada por alpendre e colunata. Foto J. J. Rescala. 1941. Arquivos IPHAN.

[4] O texto emprega repetidamente o vocábulo alpendre, termo então usual, mas hoje praticamente substituído por varanda. Na acepção arquitetônica cearense, varanda significava (e ainda significa) o gradil de defesa das janelas rasgadas, com sentido semelhante em outras partes do País e em Portugal. No Ceará, o termo também é extensivo ao adorno das redes de dormir.

Figura 2 - Chácara Salubre. Fortaleza. Notável exemplar de casa do final do século XIX, localizada nos arredores da Cidade, à margem da antiga estrada de Soure (BR 222), em área então ainda rural. Coberta com quatro águas, que descem pelo alpendre de contorno apoiadas em colunas de alvenaria e de madeira, estas quase imperceptíveis, quando vistas de longe. Sobre o mais, a simetria dos componentes da fachada é aparente. Enganadora. Estas ambiguidades, provocadas por efeito de *trompe l'oeil*, constituem marca identificadora das obras maneiristas eruditas, como se vê, aplicadas em realização de arquitetura popular. Foto do Autor. 1970.

do telhado não recebem denominação específica, embora sejam conhecidos em outras regiões por tacaniça, palavra raramente usada no Ceará.

Ambos os tipos de cobertas são atemporais e utilizados até hoje, já se disse. No início ou em meados do século XIX, entretanto, as colunas dos alpendres, até então construídas sem maior apuro, tornam-se robustas, encimadas por capitéis em que repousam as linhas das beiradas da coberta. Essas colunas, de perfis inspirados na chamada ordem toscana, adotadas na Bahia e no Rio de Janeiro provavelmente em dias um pouco antes da Independência (CARDOZO, 1943, passim.), por certo chegaram ao Ceará por influência das grandes casas rurais erguidas nos arredores da Corte Imperial. (CASTRO, 1978, p. 86-97). Figuras 1 a 9.

Talvez trazidas para o Brasil quando da vinda da família real, essas proposições formais, que evocam reminiscências paladianas, podem ser vistas em casas senhoriais minhotas, no norte de Portugal, particularmente ao longo do rio Lima. (AZEVEDO, 1969, passim.). Aparecem com dois pavimentos e mostram os pisos superiores resolvidos com pesadas e longas lajes de granito apoiadas nas vigas de externas de contorno e nas paredes internas. Figuras 3 e 8.

Figura 3 - **Casa de Pomarchão. Arcozelo / Ponte de Lima, Minho. Portugal. 1756**. Nesta, bem como em outras casas senhoriais de meados e fins do século XVIII, localizadas ao longo do curso inferior do rio Lima, o tempo reuniu torre antiga (à direita), capela com elementos barrocos e contribuições maneiristas (ou talvez já neoclássicas), na colunata do alpendre, a par do emprego de vasta coberta com telhas de canudo. Foto do autor, 1976.

Figura 4 - **Casa da Fazenda do Columbandê. São Gonçalo, RJ.** Realização brasileira de inícios do século XIX, erguida sob influência dos solares minhotos (ver figura 3), talvez materializada por meio de mensagens trazidas por membros da Corte portuguesa recém-chegada ao Rio de Janeiro. Na casa, eliminada a torre, foram mantidas a capela, a coberta de telhas de canudo, o alpendre e a colunata. Foto: TELLES, A. C. S., [1980], p. 141).

Figura 5 - **Casa da Fazenda Triunfo. Ocara, CE**.Versão cearense de um modelo de longínqua procedência lusitana (ver figuras 3 e 4). Reduzido o programa original, já sem a capela e sem a torre, a edificação manteve o alpendre, a colunata, a coberta de telhas de canudo e adaptou-se ao clima, às funções rurais e a às disponibilidades técnicas e econômicas do meio. Foto do Autor. 1975.

Figura 6 - **Casa da Fazenda Triunfo. Ocara, CE**. Alpendre com colunas encimadas por capitéis dóricos de procedência neoclássica, elaborados segundo uma concepção sertaneja. Foto do Autor. 1975.

Figura 7 - **Pensão Neco. Canindé, CE**. Colunata aplicada na frente da casa (hoje descaracterizada). Concepção popular de feição neoclássica ou talvez de remota influência paladiana. Foto J.J. Rescala. 1941. Arquivos IPHAN. Ver também figs. 1 e 2.

Figura 8 - **Casa da Fervença. Barcelos, Minho. Portugal.** Casa rural dos anos finais do século XVIII, obra singela com arcaria ao rés do chão e colunata na planta alta.
Foto: AZEVEDO, 1969, p. 136 / estampa 79.

Figura 9 - **Pensão Neco. Canindé, CE.** Fachada de fundos, com arcaria no térreo e colunata no pavimento superior (ver figs. 7 e 8). Foto J. J. Rescala, 1941. Arquivos IPHAN.

Nos sertões cearenses, ao fim de longa viagem temporal e espacial, essas formas traduzem, em linguagem nitidamente popular, mensagens maneiristas de procedência erudita, reflexos esmaecidos da obra influente do arquiteto italiano Andrea Palladio (1508-1580).

Nascimento da rede urbana

À medida que o processo de ocupação do território cearense se consolida, nascem aos poucos os primeiros povoados, alguns deles logo organizados administrativamente em vilas. As aglomerações aparecem

em torno de igrejas, às vezes, junto de casas de fazenda, quase sempre nos cruzamentos dos caminhos. Apesar de iniciada no século XVIII, a frágil rede urbana cearense, cabe ressaltar, somente se consolidou no correr dos Oitocentos e ainda em começos do século XX.

As primeiras vilas

Em 1699, o rei D. Pedro II deliberou criar uma vila "no Ceará". Ato que consumava o reconhecimento oficial de uma organização urbana, a ordem régia respectiva, no caso, afigurava-se geograficamente limitada, pois a palavra Ceará designava e designa um pequeno rio que banha o município da Capital, a oeste, rio cujo nome depois se estendeu à Capitania. Assim, interpretados objetivamente os termos da ordem régia, a vila deveria ser implantada na foz do rio, na Barra Ceará, onde houvera uma pequena povoação, abandonada em decorrência de assoreamento do acesso fluvial, e desaparecida. Esse entrave físico serviu de argumento para que a sede da vila perambulasse por vários pontos, até ser instalada à margem do rio Pacoti, em 1713, no sítio Aquirás, a uma légua do mar e longe do lugar "Ceará". A decisão, de agrado dos proprietários de terras das vizinhanças, foi obtida do ouvidor Cristóvão Soares Reimão, da Paraíba, que andava pelo Ceará encarregado da concessão de sesmarias. Salvo interpretações outras pouco lisonjeiras à decisão do ouvidor, a instalação da vila no Aquirás expressava intentos explícitos de evitar concentração de poder no Forte, ou melhor, em mãos dos capitães-mores, chefes militares com os quais ouvidores sempre mantiveram acirrados desentendimentos. Inconformados com a decisão, os comandantes do povoado do Forte encetaram campanha iniciada pelo capitão-mor Manuel da Fonseca Jaime e continuada por seus sucessores, Salvador Álvares da Silva e Manuel Francês, os quais, ajudados pelo empenho do capelão, Padre João de Matos Serra, todos reinóis, e pela população, conseguiram do rei D. João V a criação da vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção da Capitania do Ceará Grande, instalada em 13 de abril de 1726.

Nos sertões, a primeira vila surgiu em 1738, no Icó e, logo após, outra, no Aracati, em 1748, quase à foz do rio Jaguaribe. Estas duas vilas formavam binário, isto é, aquela operava como ponto de encontro interiorano das boiadas remetidas para o litoral, enquanto a última fun-

cionava como centro praieiro de abate do gado e salga da carne, embarcada para vários pontos do País. Na segunda metade do século XVIII, o quadro urbano ampliou-se com o estabelecimento de "vilas de índios" nas missões da Ibiapaba (Viçosa), Caucaia (Soure), Parangaba (Arronches) e Paupina (Messejana), erigidas quando da expulsão dos jesuítas em 1759 / 1760, lista a que se deve acrescentar a "vila de índios" de Baturité (Montemor-o-novo), criada de 1764. Nesse mesmo ano, foram instaladas a vila do Crato, no extremo sul da Capitania e, logo depois, as do Sobral (1773), da Granja (1776), de Santo Antônio do Quixeramobim (1789) e Vila Nova del Rei [Guaraciaba] (1791), além de, já na mudança do século, as vilas de São Bernardo das Russas (1801) e São João do Príncipe [Tauá], (1802). O transcorrer dos anos oitocentos assiste à instalação de mais vilas, gradativamente alçadas à categoria de cidades.

Algumas vilas erigidas no século XVIII conheceram modos especiais de implantação urbana. No Icó e no Aracati, a legislação determinava a abertura de uma praça ampla e de ruas largas e retas, entretanto sem dimensionar os espaços. No Sobral, a malha urbana dividiu-se em setores organizados segundo os lados de um triângulo formado pelas vias primitivas que interligavam a Matriz, a igreja do Rosário e a gangorra do gado. (CASTRO, 1973, passim.). Na vila de Montemor-o-novo (atual Baturité), a instalação foi acompanhada da respectiva demarcação feita por um engenheiro, que lhe imprimiu traçado regular, de conformidade com os preceitos pombalinos então vigentes. (CASTRO, 1999, passim.). As cidades que nasceram ou se desenvolveram no século XIX reproduziam, no possível, espaços das vilas setecentistas, particularmente a grande praça central, conhecida popularmente por "quadro". Algumas das cidades cearenses de origem setecentista – Viçosa, Icó, Aracati e Sobral, tiveram reconhecida nacionalmente a valia urbana e arquitetônica de seus trechos antigos, tombados pelo IPHAN.

Deve-se, porém, ressalvar que essas vilas de origem setecentista não passavam de pequenos aglomerados humanos, até ainda nas primeiras décadas do século XIX. O Aracati, por muito tempo a vila mais importante da Capitania, "continha nos seus muros uma população de mais de 2.000 almas". (BRÍGIDO, 1919, p. 212), todavia com dimensões reduzidas, a julgar-se por uma "Planta e porto da villa do Aracati", levantada por Silva Paulet em 1813. (REIS, 2000, p. 132). Na mesma

época, visitantes estrangeiros davam à vila da capital entre 1.000 e 1.200 habitantes, (KOSTER, 1816, p. 113; TOLLENARE, 1908, p. 274), imobilizados em "um montão de areia profundo [e] prezenteada dos lados [por] pequenas Cazas térreas (...) [que] formão esta assim chamada villa", segundo Bernardo Manuel de Vasconcelos, o primeiro governador da capitania autônoma. (VASCONCELLOS, 1914, p. 332).

Arquitetura urbana tardo-setecentista

As obras levantadas no século XVIII, em sua totalidade praticamente destruídas ou modificadas em dias posteriores, ganharam roupagem formal oitocentista. Quanto aos programas de edificações urbanas, então desenvolvidos, ao autor, pareceu preferível, em vista da concisão do texto, assinalar apenas determinadas realizações, bem como relacionar certas tipologias arquitetônicas específicas, acompanhadas de eventuais exemplos.

Arquitetura residencial urbana

Pouco se pode comentar no que concerne à forma da arquitetura residencial urbana setecentista, consideradas as diminutas dimensões das vilas bem como as modificações aplicadas em dias posteriores, além da destruição imposta ao casario primitivo.

A documentação gráfica pertinente é reduzida e não confiável. A propósito da afirmação, tome-se como exemplo um desenho da Vila do Forte, mandado executar e enviado a Lisboa, em 1731, pelo já mencionado capitão-mor Manuel Francês, a fim de demonstrar seus serviços prestados à Coroa, quando da instalação da Vila, aliás, discretamente cobrados. (LEITE, 1943, p. 84 e IRIA, 1966, p. 49). Conquanto belo na sua apresentação *naïve*, o desenho oferece uma visão pouco precisa das casas, talvez fantasiosa, apresentando sobradinhos com aparência incomum no Ceará, mais parecidos com moradas portuguesas da Beira Alta. (ARQUITETURA Popular em Portugal, 1980, p. 215). Como alusão à provável inverdade do desenho, por mostrar edificações não construídas, além de sobrados, ressalte-se o fato de que os primeiros exemplares fortalezenses dessa tipologia somente viriam a ser construídos na segunda ou terceira década do século XIX, portanto, um século depois. (KOSTER, 1816, p. 113).

Quanto ao parcelamento das glebas urbanas, cumpre lembrar que para instalação da "vila de índios" de Montemor-o-Novo (Baturité), em 1764, as determinações pombalinas exigiam casas com fachadas uniformes, de 30 palmos (6,60 m) de frente. Embora naquela cidade ainda hoje se encontrem muitas moradas com frontarias que mostram aproximadamente aquela medida, pouco ou nada se pode inferir quanto ao real aspecto do casario original, tais as alterações a que o submeteram no passar do tempo. (CASTRO, 1999, passim.).

Em fins do século XVIII, em outros pontos da Capitania, especialmente no Aracati, a vila setecentista cearense mais rica, já havia sobrados, aliás, dispostos ao longo de uma rua única, muito longa. Construídos para livrar os moradores das enchentes do rio Jaguaribe (KOSTER, 1816, p. 112), sem dúvida, os sobrados utilizavam materiais duradouros, no caso, tijolos assentados com argamassa de cal de ostras e areia, tijolos, cales e telhas muitas vezes remetidos para a vila do Forte da Assunção. Nesta última, bem mais à frente, em meados do século XIX, quando já elevada à condição de cidade e como indício evidente da pobreza do meio, pelo menos a metade das moradas não passava de "palhoças", a se julgar pelas indicações da planta compilada por Adolfo Herbster em 1859.

De qualquer modo, nas cidades e vilas cearenses, talvez diferentemente de outras partes do País, mais ricas, vale afirmar que, salvo conhecidas exceções, no começo e ainda nos anos centrais dos Oitocentos, as casas de morada eram térreas, quase em sua totalidade. Na capital, a vila do Forte, visitada por KOSTER em fins de 1811, somente havia casas térreas (*the dwellings have only a ground floor*) (1816, p. 113), sempre justapostas umas às outras, com paredes de meação, cobertas com telhados de duas águas, em cangalha, uma para a rua outra para o quintal, apesar de que, em bom número, prevalecessem as pequenas casas de meia-água.

Arquitetura institucional

O campo institucional, representado por um limitadíssimo programa de edificações religiosas e administrativas, compunha-se de um reduzido quadro de obras iniciadas nos anos setecentos, mas, vale sempre lembrar, quase todas concluídas no século XIX.

O acervo de arquitetura militar compunha-se de restos de fortificações pequenas e frágeis, desmoronadas pelo abandono, ante a inutilidade bélica, além de precariamente construídas ou reerguidas nos anos iniciais do século XIX nos arredores da Capital. O forte da Assunção, de origem seiscentista, desmoronado e reconstruído várias vezes, terminou, por fim, como se verá adiante, substituído no começo dos Oitocentos por obra maior, totalmente nova, de "pedra e cal" (e tijolos...), como tanto desejavam os moradores da Vila.

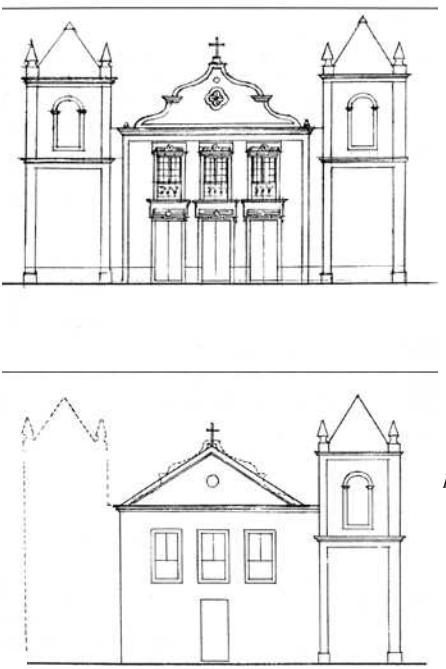
As casas de câmara e cadeia, muitas delas somente se viram concluídas no último quartel do século XIX, quando da execução de um plano provincial de obras desenvolvido durante a grande seca de 1877-1879, época em que as funções carcerárias de há muito haviam sido subtraídas do poder municipal, por força do Ato Adicional de 1834. Na ocasião, sobre as paredes de pedra do pavimento inferior primitivo, ocupado pela cadeia, foram executadas, com tijolos, obras de emergência na planta alta, destinadas ao funcionamento das câmaras (Aquirás, Icó). Cabe também lembrar que, apesar das mudanças na legislação imperial, edifícios novos de Casas de Câmara e Cadeia ainda foram construídos durante o século XIX (Jaguaribe, Itapipoca, Granja). Por outro lado, a extinção de antigas vilas no começo do século XX (Parangaba, Messejana), redundou na demolição das suas respectivas sedes.

Arquitetura religiosa

Em boa parte, as igrejas paroquiais e outras igrejas de porte, iniciadas no século XVIII, conheceram posterior conclusão. Sempre edificadas de modo parcelado, nas mais das vezes tinham, como núcleo gerador, pequenas capelas de fazendas ou de missões, ampliadas por acréscimos sucessivos. Essas adições tendiam a uma busca de traça oitocentista conseguida com uma planta final de desenho retangular, na qual a pequena capela primitiva, absorvida pelo conjunto, se transformava na capela-mor da igreja ampliada.

Nesse processo de seguidos acréscimos, raras parecem ter sido as exceções. Nomeem-se como obras integralmente executadas no século XVIII apenas a igreja de Nossa Senhora da Assunção, na antiga missão jesuítica da Ibiapaba (iniciada em 1695), e a igreja de Nossa Senhora da Conceição da Almofala (primeira metade do século XVIII), ambas tom-

badas pelo IPHAN como monumentos nacionais. A igreja da Almofala, no norte do Estado, erguida perto do mar por irmandade local, acha-se hoje descontextualizada de sua ambientação original. Permaneceu quarenta anos soterrada pelas dunas, quando ressurgiu por força da ação dos mesmos ventos que a haviam encoberto por completo. Ao que se supõe, obedeceu a projeto de feição barroca, vindo da Bahia, com torre filiada às do convento lusitano de Mafra. Na primitiva igreja da missão jesuítica da Assunção, na Ibiapaba, praticante refeita no século XIX, restaram talvez somente uma das torres e a capela-mor, em cujo forro subsiste um conjunto magnífico de doze painéis pintados com alegorias barrocas, dedicados às virtudes capitais e cardeais e aos sentidos humanos. (CASTRO, 2001).



Igreja de N.S. da Assunção, Viçosa. (fachada atual). (desenho do autor, a lápis).

Igreja de N.S. da Assunção, Viçosa. (aspecto atual). Reconstituição da provável forma primitiva da fachada da igreja jesuítica. (desenho do autor, a lápis).

Figura 10 - **Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Matriz de Viçosa, CE.**
Estudo comparativo efetuado entre uma reconstituição da fachada jesuítica primitiva, de início do século XVIII, e a aparência atual da igreja, modificada. A forma original seguia os padrões comuns às igrejas menores da Companhia de Jesus, absorvendo referências populares procedentes do desenho do frontispício da igreja-sede de São Roque, em Lisboa, padrão plástico e espacial da ordem no mundo lusófono. Estudo de reconstituição, levantamento gráfico e desenho do Autor. (CASTRO, 2001, p. 68)

O "barroco" cearense

As realizações barrocas brasileiras encontraram na arquitetura religiosa sua expressão maior. Salvo algumas referências pontuais, não se podem, entretanto, rigorosamente filiar as igrejas cearenses às obras barrocas, quer pela concepção geral, quer pela forma exterior e, menos ainda, por seus interiores, seja nos espaços, seja na decoração, já condizentes com o posterior ciclo artístico em que foram concluídas.

O "barroquismo" dessas igrejas sempre se cingiu ao eventual emprego de restrito vocabulário convencional específico nos exteriores das igrejas, ornatos epidérmicos (volutas, coruchéus, óculos e arcos abatidos), muitos deles de ascendência rococó, transcritos de igrejas pernambucanas ou, mais raro, baianas, nas mais das vezes de modo anacrônico, posto que acolhidos em pleno século XIX. Os retábulos são simplíssimos e poucos, muito poucos aqueles dourados a ouro. Compostos segundo sentimento oitocentista, mostram, numa deriva nacional, "um tratamento de filetes dourados como sinal de escassez aurífera" (MELLO JÚNIOR, 28, 1988, p. 28), enfim, colunas, nicho e trono que valorizam a linearidade decorativa, na verdade, refletindo ecos populares embutidos em mensagens já neoclássicas.

Como já assinalado, quase todas as igrejas cearenses iniciadas no século XVIII permaneceram inacabadas durante aquele período, tendo sido concluídas durante a centúria seguinte, quando sopravam novos ventos estéticos. Além do mais, embora guardassem nas fachadas traços de um barroco, dir-se-ia, sertanejo, muitas delas tiveram seus espaços alterados por introdução de arcaria interna, por influência do plano da matriz da Capital, elevada em 1854 à alta posição de Sé Diocesana. Filiam-se a essas expressões formais mistas a Sé sobralense de Nossa Senhora da Conceição da Caiçara, cujo frontispício é o mais elegante do Ceará, e a igreja do Menino Deus, na mesma cidade; as igrejas icoenses (Matriz da Expectação, Bonfim, Rosário e Conceição do Monte); as igrejas do Rosário e dos Prazeres, no Aracati; as matrizes do Rosário, no Tauá (com nave coberta por uma abóbada de berço), de São José, na Granja e no Aquirás (esta com a fachada de frente em ressalto poligonal), da Palma, em Baturité, de Santo Antônio, no Quixeramobim. Muitas dessas igrejas cearenses, infelizmente mostram-se prejudicadas pelo desenho oitocentista das torres, estas quase sempre piramidais, por vezes com perfis desproporcionados, até grosseiros, coroa-

mento em moda nos anos finais do século XIX. A concisão do texto impede comentários extensos, de sorte que as referências ora apresentadas restringiram-se apenas a algumas igrejas.

Tombada pelo IPHAN como monumento nacional, faz-se necessária a menção à igreja matriz do Rosário, no Aracati. Deve ser ressaltado o relacionamento formal de sua fachada de frente com padrões setecentistas pernambucanos, congruentes com o período, visto que as obras foram iniciadas em 1761, todavia, ainda em curso um século depois, sem que, aliás, nunca lhe fosse concluída uma das torres. A matriz do Aracati figura, se não como única, pelo menos como uma das raras igrejas cearenses antigas cuja proposta original não foi modificada posteriormente, embora seu plano final, retangular, já o aproximasse das igrejas da primeira metade do século XIX. Os altares mostram aspecto barroco tardio, muito simplificado, quase sugerido. O altar-mor data de 1814 e o altar das Almas, de 1820. O altar da Conceição, cópia literal deste último, é de 1845. Desmontado em 1927, o altar das Almas teve seus componentes dispersos sobre o forro da igreja, onde, escondidos sob espessa camada de poeira, foram encontrados três décadas depois e identificados pelo autor deste trabalho, que lhes procedeu à recomposição por anastilose.

Ocorrência especial, mas conseqüente e de suma importância, a Capitania não conheceu conventos ou instalações semelhantes, centros valiosos de difusão da arte barroca no Brasil. Este fato, aliado à pobreza da terra, ganha significativa importância justificativa para a ausência de obras realmente barrocas no Ceará. A Companhia de Jesus, a única ordem religiosa a se estabelecer arquitetonicamente no Ceará, permaneceu na Capitania, entretanto, por tempo relativamente curto, com ação reduzida a conjuntos missioneiros, menores ou maiores, marcados por arquitetura efêmera. Como obras de vulto dos jesuítas, restaram apenas a já mencionada Igreja da Assunção, na Viçosa, aliás, praticamente refeita no século XIX, e as ruínas de um hospício no Aquirás, fundado em 1717, concluído em 1753 e demolido em 1854, por ordem dos bispos de Olinda. (LEITE, 1943, p. 80, 83).

3 O Ceará do século XIX

As considerações expendidas sobre as limitadas atividades setecentistas objetivaram fazer claramente perceber que todas as obras ditas

como integrantes da chamada arquitetura antiga cearense são remanescentes arcaicos alterados ou já procedem do século XIX. Não se trata de fato unicamente local, mas comum em todo o País, até em áreas de colonização florescentes nos primeiros séculos. Salvo em certas edificações administrativas ou religiosas, de forte carga simbólica, ou monumentais, pode-se, pois, de modo generalizado, dizer que o casario antigo das cidades brasileiras ou remonta aos Oitocentos ou, em sendo mais antigo, adquiriu, por via de remodelações, aparência formal comum à arquitetura do século XIX.

A organização sócio-econômica oitocentista cearense e o algodão

O cultivo do algodão era corrente em Pernambuco e no Maranhão. Nos anos finais do século XVIII, as lutas pela independência americana provocaram escassez do produto no mercado internacional, já sob controle britânico, fato este indutor do aumento da produção brasileira, ao qual se juntou, na época, um posicionamento econômico lusitano de cunho fisiocrático. Sobre o mais, nos anos derradeiros daquele século, a Capitania se viu assolada por longa seca, quando o rebanho bovino foi em maior parte dizimado. A soma dessas ocorrências redundou na introdução e na expansão do plantio do algodão no Ceará, incentivado por comerciantes portugueses moradores na vila do Forte.

O sedentarismo da cotonicultura, oposto à dinâmica do criatório, em pouco ou nada modificou a vida e a arquitetura do mundo rural cearense, tanto porque a exploração da pecuária extensiva foi mantida paralelamente, tanto porque a nova faina agrícola se apoiava em tarefas quase sempre executadas por mão de obra livre, ao contrário, portanto, dos sistemas de produção impostos pela monocultura escravocrata do Nordeste Oriental. O Ceará, é claro, também conheceu a escravidão, todavia de modo atenuado, quase sempre restrita a encargos domésticos e, portanto, com maior presença feminina, escravidão usada por alguns proprietários nas zonas de pastoreio como forma de ostentação e prestígio.[5] Esta particularidade notou-a Capistrano de Abreu (ABREU,

[5] A propósito de escravidão e obras de arquitetura religiosa, vale ressaltar a ocorrência de igrejas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário não apenas na Capital, mas em muitas vilas setecentistas sertanejas cearenses, como o Icó, Aracati, Sobral, Quixe-

1960, p. 261-2), ao analisar aspectos da formação brasileira, fato assinalado também por visitantes contemporâneos do historiador. Conforme o censo de 1872, contando proporcionalmente com o menor contingente de escravos do País (exclua-se o Amazonas, então quase desabitado), pôde o Ceará, por decisão geral de sua população, libertar os cativos quatro anos antes da Lei Áurea.

Autonomia administrativa e desenvolvimento material

Nas últimas décadas do século XVIII, o desejo e a necessidade de alargar a pauta de produção, até então restrita à pecuária extensiva, levou muitos dos dirigentes da Capitania, capitães-mores e ouvidores, a oferecerem informações alvissareiras à Metrópole sobre potencialidades econômicas não exploradas. Criou-se, pois, um clima de expectativas de que resultou a concessão da autonomia administrativa cearense, obtida por Carta Régia de 17 de janeiro de 1799, medida de amplo alcance, provocando transformações imediatas na vida cearense. A nova situação, por um lado, redundava na presença de governadores na Capitania, isto é, de representantes diretos do rei, todos empenhados em demonstrar o acerto da decisão de Sua Majestade. Por outro, franqueava o comércio direto com o Reino e, logo depois de abertos os portos do País em 1808, com todas as nações, ou melhor, obviamente, com a Inglaterra, grande importadora de algodão. Durante

ramobim, além de Russas e Tauá. A devoção a Nossa Senhora do Rosário, cabe esclarecer, firmou-se como preferida dos escravos brasileiros desde as primeiras levas, confundida com Nossa Senhora das Mercês, cuja intercessão redentora era invocada pelas populações ibéricas no distante período da ocupação muçulmana. Essas igrejas, ora mencionadas, localizavam-se coincidentemente nos raros municípios cearenses cujo número de escravos (sempre mais mulheres do que homens) ultrapassava o percentual dos 5%, portanto, superior à média da Província, da ordem de 4,66 %, conforme censo de 1872. Na mesma ocasião, como quota irrelevante numa população total de 721 mil habitantes, vale apontar que, havia no Ceará um total de 233 africanos de origem, dos quais 99 eram escravos, isto é, 62 mulheres e 37 homens! (MELLO, 1911, p. 50-52 - Censo de 1872). Quanto ao fato, esclarece João Brígido: "Até 1818 não tinha havido importação de escravos directamente da costa d'Africa" (BRIGIDO, J., 1919, p. 216), importação a qual, então iniciada, ficou suprimida pouco tempo depois, em 1850, quando da vigência da Lei Eusébio de Queirós, que resultou na extinção do tráfico.

o século XIX, o Ceará, que em 1775 contava com apenas 34 mil habitantes (BRASIL, T.P.S., 1863, t. 1, p. 289), conheceu rápido progresso, como o comprova o aumento da população, que passou, nos dias da Independência, para 125 mil ou para 201 mil habitantes (BRASIL, T. P. S., 1863, t. 1, p. 289), chegando aos 721 mil, no censo de 1872. (MELLO, 1911, p. 50-2).

A pequena vila da Capital, beneficiada com as novas medidas políticas, transformou-se em centro administrativo e em porto de escoamento algodoeiro, duplicidade funcional que lhe deu apoio efetivo para se destacar no cenário urbano cearense, cuja hegemonia começou a se patentear naquele momento.

Em 1812, a vila do Forte da Assunção, embora capital primeira e única da Capitania, era lugarejo praticamente implantado com forma linear à margem esquerda do riacho Pajeú. Na ocasião, conheceu um plano de desenvolvimento em malha ortogonal, oferecido pelo tenente coronel de engenheiros Antônio José da Silva Paulet (Vila Nogueira de Azeitão, 1778 - Porto, 1837), oficial português nascido nos arredores de Setúbal. Concomitantemente, Paulet ofereceu o risco da nova Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, por ele construída em pedra, tijolos e cal, com baluartes à Vauban (CASTRO, 2012, p. 9-72), e também, entre outras obras, levantou um mercado público, demolido em 1930, cuja portada em pedra de lioz se conhece por meio de fotografia antiga.

O traçado em xadrez, proposto por Paulet, era velho conhecido dos portugueses, desde fins da Idade Média, aplicado em algumas "vilas novas" lusitanas. Adquiriu, porém, reconhecimento oficial após a destruição parcial da cidade de Lisboa por terremoto ocorrido em 1755, logo reconstruída consoante um programa elaborado pela equipe técnica do Marquês de Pombal. Traçados regulares, amparados por visões iluministas impregnadas de conceitos racionalistas, serão inúmeras vezes reproduzidos no Brasil setecentista e oitocentista, inclusive na capital cearense, como se assinalou. (CASTRO, 1994, p. 47-51).

Aceitas com interesse desde o primeiro momento pelos edis locais, as ideias de Paulet passaram a caracterizar o espaço urbano fortalezense, cujos habitantes - dirigentes e população, sempre se posicionaram em favor da manutenção do plano em xadrez. O desenvolvimento material, não obstante, processou-se com vagar, pois, ainda em meados do século XIX ou, mais precisamente, em 1859, a cidade continuava

bem pequena, conforme o atesta a *Planta Exacta da Capital do Ceará*, preparada pelo engenheiro e arquiteto pernambucano Adolfo Herbster (1826-1893), contratado pela Câmara havia pouco. Quatro anos depois, em 1863, não se sabe se atendendo a solicitações camarárias ou por deliberação própria, Herbster apresentou um plano de vasta ampliação da Cidade segundo risco ortogonal, plano revisto em 1875, o qual irá definir a *forma urbis* fortalezense e de cuja implantação cuidará persistentemente enquanto viveu. (CASTRO, 1994, p. 84 - 87). O plano recobria as vias radiais primitivas, velhos caminhos de penetração ao interior, que nasciam na Fortaleza da Assunção, todavia, mantidas após a cota de 24,50 m.

Materiais e técnicas de construção

As circunstâncias e a pobreza sempre impuseram o emprego de soluções criativas, contudo, às vezes, precárias. No Ceará, a luta contra um meio adverso conduziu à busca e à adaptação de materiais e técnicas de construção compatíveis com a realidade, a fim de atender, no possível, aos programas edificatórios impostos pelas necessidades imediatas.

Para se fazer ideia dos problemas, bastaria lembrar as dificuldades que retardaram, durante longo tempo, o crescimento da Capital da Província, premido pela pouca disponibilidade de materiais de construção duráveis.[6] Como gravame, acresça-se, o solo arenoso, que tanto impressionava os visitantes, tais as dificuldades de locomoção, deixando-os aturdidos com ondas de poeira provocadas pelo vento. A reduzida área pavimentada das ruas, executada com arenito do Mucuripe por calceteiros portugueses então contratados, teve os benefícios ampliados somente depois da implantação da ferrovia em 1872/73, quando foi possível transportar granito explorado em pedreiras nas serras próximas.

Sobre o mais, quando a cidade se afastou das margens do riacho Pajeú, surgiram mais problemas gerados pela falta de água potável. Em meados do século XIX, várias medidas foram tomadas a fim de superar o impasse, tais como a abertura de cacimbas públicas no meio de am-

[6] Na época da instalação da vila, "a falta de materiais foi precisamente um dos motivos para recair a escolha em Aquirás para sede do Hospício [dos jesuítas]". (LEITE, 1943, v. 3, p.79). A escolha, cabe lembrar, também se deveu a outras interveniências. (CASTRO, 2001, p. 24).

plos espaços retangulares desobstruídos, quase todos transformados nas praças do atual centro urbano. O abastecimento de água extraída de poços profundos, instalados no Sítio Benfica pela firma inglesa Ceará Waters Co. e fornecida em chafarizes localizados em praças, tornou-se inviável durante a grande seca de 1877-1879, além de posteriormente suspenso em definitivo

Também foram descobertas jazidas de cal em municípios vizinhos, já que até então o material de melhor qualidade vinha até de Lisboa, bem como se iniciou o fabrico de tijolos de diatomito, que se tornaram, por longo tempo, característica das obras da Cidade.

A palha e a taipa

Paredes e cobertas de folhas de palmeiras (palha), bem como paredes de taipa de sopapo, ontem e ainda hoje, seriam amplamente utilizadas pelas populações mais pobres. A palha constituía material comum no cotidiano de índios e africanos, com técnicas semelhantes às das coberturas de colmo (espécie de palha), de velhas tradições pré-romanas em Portugal. No que concerne à taipa, sempre executada no Ceará com barreamento aplicado sobre faxina, isto é, sobre cerca de ramos entrançados, pareceria melhor denominá-la taipa de sebe, à moda lusa, visto que, ante as dificuldades de obtenção de madeira, as taipas de pilão ou de paus-a-pique figuram como técnicas de construção desconhecidas no Ceará.

A pedra

A pedra não aparelhada, *opus incertum*, encontrou guarida nas fundações de algumas obras de maior compromisso, utilizando-se arenito de praia ou granito, conforme a disponibilidade. Já a pedra calcárea, pelo menos a aparelhada, passa por desconhecida na arquitetura antiga cearense, salvo nas raras obras executadas, em parte ou até no todo, com pedras de lioz, material importado de Lisboa, neste caso, restrito a pórticos, soleiras, lajes de pisos, lancis, aduelas de cacimbas, lajes sepulcrais ou capelas cemiteriais pré-fabricadas. O arenito local foi utilizado, porém, em ombreiras e vergas de aspecto singelo em al-

gumas portadas de igrejas, apicoado nas faces aparentes. No terceiro quartel do século, estabeleceram-se marmorarias na Capital, dedicadas principalmente à execução de epigrafia em lápides funerárias, à parte o ocasional emprego do material em soleiras.

O tijolo

No Ceará, o uso do tijolo tornou-se corrente desde os tempos antigos. Vale ressaltar que as posturas municipais cearenses do século XIX exigiam fossem construídas de tijolos pelo menos as fachadas de frente das moradas, determinação derrogada com o passar do tempo, porém mantida como hábito generalizado, ainda hoje em curso, tão logo as condições econômicas dos proprietários das casas de taipa o permitem. É que, tanto a taipa como a palha, dadas a fragilidade e a pouca durabilidade, sempre figuraram como materiais sem prestígio, provocando discriminações de ordem social.

A fabricação de tijolos vermelhos verificou-se em quase todos os recantos cearenses. Uns, mal cozidos; outros, bem feitos, enormes, ligados com massa de areia, cal de ostras e óleo de baleia, quando em zonas de praia. Nessa arquitetura do tijolo, entretanto, verificou-se insistência do emprego da argamassa de barro e areia, cujos resultados tantas vezes negativos, punham em risco boa parte das obras, que se rachavam, ora sob o peso dos telhados, ora por acomodação do solo, ocado por formigueiros. Essa particularidade construtiva, comum em outras regiões do País, era notada pelos visitantes, que denunciavam as condições aparentemente pouco estáveis de igrejas, edifícios públicos e moradas de gente importante. Em algumas zonas, particularmente na serra da Ibiapaba, preparavam-se adobes, isto é, tijolos crus.

Os tijolos supriram a falta de madeira, sendo intensivamente usados nos arcos das padieiras, nas platibandas ou aplicados em balanços sucessivos, na confecção de cimalhas lançadas no respaldo das paredes externas, neste caso, integrando os perfis executados com massa, destinados a sustentar as telhas das beiradas. Esta solução das cimalhas feitas de tijolos generalizou-se, varando todo o século XIX e invadindo o século XX, embora às vezes substituída, nas obras mais antigas ou menos apuradas, por cimalhas ditas de boca de telha, as beiradas de beira sob beira, isto é, de telhas superpostas, no Ceará,

popularmente denominadas beira sobeira (beira seveira, em alguns pontos do País). Os tijolos eram muito empregados à galga (em cutelo), servindo de arremate às calçadas, fazendo de meio-fio. Também foram largamente utilizados como piso, quando se chamavam ladrilhos, quadrados ou retangulares, uso que exigia cozimento especial, a fim de evitar o desgaste por abrasão. Cuidado semelhante, por outras razões, também era dispensado aos tijolos assentados nos fornos de preparo da farinha.

Na Capital, a falta de tijolos de boa qualidade constituiu por longo tempo um dos empecilhos à expansão urbana, posto que o material de melhor fabrico procedia de longe, preferencialmente do Aracati. Finalmente, como não se achava o barro apropriado para cozimento, começaram a se produzir tijolos de diatomito, obtido no leito das inúmeras lagoas existentes nos arredores da cidade, tijolos brancos, leves, chatos, ainda hoje usados, tijolos "romanos" (pelas dimensões), no dizer de autor abalizado (RODRIGUES, W., 1945, p. 167-8), traço inconfundível da arquitetura fortalezense. A interdição das explorações do diatomito reduziu o preparo dos tijolos brancos, hoje substituídos por tijolos vermelhos, produzidos industrialmente.

As dificuldades da obtenção de material apropriado fez com que ocorresse em pouquíssimas obras o emprego das velhas técnicas de uso simultâneo da madeira e de tijolos, os chamados frontais à galega, ou à francesa, em alguns locais conhecidos por enxaiméis.[7] A propósito, vale ressaltar que a Casa de Câmara e Cadeia da Caucaia, construída na segunda metade do século XVIII, apresenta paredes internas do pavimento superior, talvez por arcaísmo, executadas segundo a técnica dos frontais.

A carnaúba

Terra de madeira difícil, restrita ao uso do pau branco ou, em obras de maior exigência, ao pau d'arco ou à aroeira[8], obrigado quantas

[7] Esclarece Luiz Augusto Leitão: "[...] frontal á gallega, cuja construcção é identica á do enchamel ou enchemez, conhecido na Beira pela denominação de francezas". (LEITÃO, 1896, p. 29).

[8] Em *Plantas do Nordeste*, especialmente do Ceará, Renato Braga discorre sobre a matéria. (BRAGA, pássim. 1976). Por suas propriedades mecânicas e imunidade aos cupins, o pau d'arco (ipê) e a aroeira apareciam como as "madeiras de ar" mais requestadas.

vezes ao uso de espécies quase arbustivas, o Ceará descobriu meios de contornar as dificuldades, recorrendo aos vastos carnaubais que outrora lhe cobriam boa parte do território.

A carnaúba (*copernicia prunifera*) é uma palmeira de belo talhe, comum nas várzeas do Ceará e do Piauí. Diziam-na a "árvore da vida", porque dela tudo se aproveitava. As folhas, desde os primeiros tempos, serviam de paredes e cobrimento das casas mais pobres. Com elas se faziam chapéus, urupemas, urus, cestos, vassouras. Delas se extraía a cera valiosa, empregada industrialmente tanto para dar lustre a pisos e móveis como na fabricação de velas e discos. Os talos das folhas se transformavam em adufas, nas janelas, ou em brinquedos infantis, à feição de cavalos de pau. Os fustes eram usados como linhas e caibros nas cobertas, e também empregados em obras de marcenaria. Apareciam, ora como cercas, metidos a pique, ora como condutos de água ou calhas de escoamento. Os frutos figuravam como sucedâneo do café, enquanto as raízes serviam de remédio.

Provavelmente, no último quartel do século XVIII, os construtores começam a recorrer gradativamente à carnaúba como "madeira de ar". De início, empregavam os troncos como linhas, apoiadas em paredes paralelas, com o que se viam obrigados a limitar os vãos em torno dos vinte palmos (4,40 m), medida de comprimento útil da peça. Em uma segunda fase, abertos os troncos ao meio, passaram a ser usados como robustos caibros de apoio à trama do ripamento (Figura 11a). Logo, porém, os troncos foram divididos aos diâmetros, em quatro partes, de modo tal que os caibros passaram a dispensar o uso de ripas, pois serviam de encaixe direto das telhas. Essa técnica de eliminação das ripas, absolutamente generalizada no Ceará do século XIX e ainda comum no século XX (também praticada em outras partes do País, com outras madeiras), tornou-se conhecida por madeiramento de "caibro junto". Os exemplares mais antigos mostram as fibras internas do tronco voltadas para baixo (Figura 11b), enquanto nos mais novos aparecem

Empregavam-se também outras espécies tais como a andiroba, o angelim, o angico, o cedro, a maçaranduba, o pereiro, ainda que fosse amplo o uso do pau branco, decorrente da oferta e do preço. À medida que as serras conheceram desmatamento, quer para extração de lenha, usada em fogões e fornalhas, quer para o cultivo do café, ocorreu importação de madeiras da Amazônia, já corrente nas décadas finais do século XIX.

aplicadas de modo inverso, com as fibras tocando as telhas, neste caso, com a secção dos caibros melhor acomodada (Figura 11c).[9]

Nos primeiros decênios do século XX, a valorização da cera da carnaúba no mercado internacional, reclamada por vários usos industriais, levou à suspensão do corte da planta. A posterior substituição do produto por sucedâneos sintéticos praticamente eliminou a demanda da cera, embora o fuste da palmeira já não voltasse a ser utilizado como material de construção.

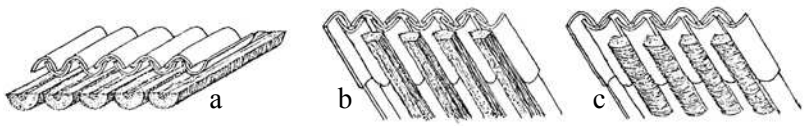


Figura 11 - a, b, c. **Evolução no uso de "caibros juntos" de carnaúba nas estruturas de cobrimento.** 1. fuste cortado ao meio recoberto pelas telhas. 2. fuste cortado em quatro partes, aplicado com fibras para baixo. 3. fuste cortado em quatro partes, aplicado com fibras para cima, de modo a facilitar o encaixe das telhas com secção em v. Desenho do autor. (CASTRO, 1987, p. 308, fig. 517).

Telhas, cobertas e forros

Apesar das dificuldades iniciais, inclusive na Capital, sempre se praticou o cobrimento com telhas de barro, em canudo, às quais ainda até hoje recorrem as próprias moradas mais pobres, em contraste com as paredes, feitas com materiais precários. De modo geral, as telhas eram enormes, tanto maiores quanto mais antigas. Peças de fabrico artesanal, como nota curiosa, ganharam secção em *v*, forma que lhes foi dada certamente para adaptá-las ao sistema de "caibros juntos".[10] As telhas planas, ditas francesas ou de Marselha, somente foram empregadas no século XX, restritas à Capital e, ainda assim, em curto pe-

[9] O emprego de "caibros juntos" de carnaúba ocorreu aos poucos, misturado com ripamento de cedro e madeiras afins, tal como ainda se pode ver na pequena casa natal de José de Alencar, nos arredores da Messejana, provavelmente construída em 1805.

[10] O autor localizou telhas com secção em *v* nos arredores de Braga, em Portugal. Freire Alemão, palmilhando os sertões cearenses, alude a "telhas angulosas em vez de curvas" (ALEMÃO, MS. BNRJ).

ríodo. Também eram chamadas paraenses, pois, antes de conhecerem fabricação local, as primeiras remessas vinham de Belém.

Não era costume forrar os compartimentos das casas, fosse pela limitação do uso de madeiras, a fim de não agravar os orçamentos, fosse para favorecer a circulação do ar, obtida por convecção, através das frestas das cobertas de telhas vãs ou obter iluminação diurna, por meio de telhas de vidro, usuais já no século XIX. Difundidos à medida que passa o tempo, os forros de madeira encontraram aplicação, entretanto com incidência maior nas casas de vulto, entabeirados e restritos geralmente à sala de visitas ou a algum cômodo de prestígio. De início, aparecem tábuas justapostas, tomadas com mata-juntas, depois, em meia madeira e, finalmente, aquelas do tipo de saia e camisa. Na virada do século XIX, tornou-se comum rasgar os forros em faixas preenchidas por painéis entreliçados, os quais, embelezando os ambientes, beneficiavam o conforto ambiental, promovendo a tiragem de ar. Muito raro se notam aplicações de elementos decorativos nos forros, ocasionalmente, florões usados com referência ao ponto de descida de luminárias. Com freqüência também se empregavam os forros de lona, ou melhor, de aniagem, não sendo usual, pelo acúmulo de poeira, a palha em faixas entrançadas, comum em outras regiões.

Muitas igrejas não possuíam forro, quando muito limitado à capela-mor ou à nave principal. Neste caso, empregava-se o tabuado de saia e camisa, pendurado por travejamento atirantado nas linhas das tesouras, embora uma ou outra igreja mostrasse forro em gamela, com aproveitamento da forma reentrante das tesouras de linha alta. Não há pintura de forros de alta valia, salvo aquela já referida, aliás, datada da primeira metade do século XVIII, na Matriz da Viçosa, antiga igreja jesuítica. Como obras já oitocentistas, citem-se a representação da Sagrada Família, em relevo, no forro da nave da igreja do Menino Deus, no Sobral, e a seqüência de pequenos painéis historiados que se vêem na capela-mor da Matriz de São José, no Aquirás, pintura ingênua, por certo transcrita de gravuras eruditas, pertinentes à vida do orago.

Revestimentos e cores

Não havia grande variedade cromática, dado o uso corrente de pigmentos minerais. Os exteriores podiam aparecer inteiramente pintados de cal, mas em muitas obras os panos recebiam tons suaves, ama-

relos ou, mais raro, em outras cores, deixando-se o branco para os ressaltos. Às vezes, empregavam-se cores cinza, nas edificações públicas, imitando a aparência do granito. De modo geral, prevaleceram os amarelos, ou melhor, as superfícies pintadas de ocre, menos sujeitas ao desbotamento provocado pela luz forte da terra. Com pequenas variações nas tonalidades, os amarelos também apareciam como cor usada nos panos de fundo, deixando-se os brancos para as saliências decorativas, como já se assinalou. Nas igrejas, pelo lado externo, ao pé das paredes caiadas, tornou-se comum pintar uma barra preta de alcatrão, à guisa de rodapé de defesa contra as águas das chuvas. Internamente, optava-se pelo branco, a fim de clarear os ambientes, dedicados ao culto.

Como valorização dos paramentos, recorria-se à execução pouco dispendiosa de ressaltos ornamentais em massa, à imitação de pedras aparelhadas, mas pouquíssimos os frisos externos, executados sobre relevo. Apesar do reduzido emprego no Ceará, acrescente-se o eventual revestimento parietal exterior com azulejos, moda oitocentista brasileira logo introduzida em Portugal como contribuição de emigrantes enriquecidos, retornados às suas origens. Aplicavam-se então nas fachadas peças já produzidas industrialmente e, portanto, mais baratas, os chamados azulejos estampilhados, portugueses ou de outras origens, geralmente limitados a barras, quando nos interiores.[11] Toque de requinte, mínimo, aliás, algumas casas mostravam nas paredes internas frisos com padrões fitomórficos, executados com a ajuda de estresidos e, em raríssimas ocasiões, ocorreu uso do papel de parede importado. Como reminiscências coloniais, as portas recebiam

[11] A propósito, diga-se que o Ceará somente conheceu azulejos estampilhados, produzidos depois das primeiras décadas do século XIX, de fabricação já industrializada. Vale aduzir que os azulejos de épocas anteriores, artesanais, artisticamente mais valiosos, apresentavam "cenas" (paineis figurativos) ou unidades que formavam "padrões". Ao longo dos Setecentos, prevaleceram peças com tonalidades azuis, as quais se viram substituídas pelos amarelos na transposição do século, então arranjadas com tratamento linear, de gosto neoclássico. O Brasil antigo nunca fabricou azulejos, técnica procedente do Oriente Médio, propagada no sul da Itália, e logo na Espanha e em Portugal. Azulejo é palavra difundida pelos árabes, como assinala frei João de Sousa: "AZULEJO – *Azzalujo*. Espécie de ladrilho pintado, e vidrado usado entre nós [Portugal], e bem conhecido. Deriva-se do verbo zallaja ser lizo, escorregadio." (SOUSA, 1789 [1981], p. 70). A expressão *azulejo azul,* como se vê, não constitui pleonasmo...

os azuis, os verdes, em tonalidades fortes, se bem que fosse comum pintá-las de um vermelho queimado, dito sangue de boi, às vezes bastante escuro. No avançar do século, apareceram nas esquadrias os cinzas e os brancos.

Como cunho identificador de algumas obras do século XIX, ou talvez mais antigas, entrou em uso um revestimento, substitutivo da pintura, que hoje se torna difícil reproduzir, espécie de estuque, executado com a própria massa do reboco peneirada, proporcionando uma textura lisa, quase brilhante, de longa duração. Popularmente conhecida por "esguarnecido", consta dos livros portugueses oitocentistas de construção como guarnecido, isto é, o guarnecimento a branco e a cores, de que falam Luiz Augusto Leitão e João Emílio Segurado. (LEITÃO, 1896, p. 269; SEGURADO, [s.d], p. 145-6). Algumas vezes, o "esguarnecido" incorporava clara de ovos à massa, resultando paramentos revestidos por uma espécie de têmpera. Na Capital, em fins do século, nos exteriores de casas comerciais e residenciais, ocorreu a moda dos guarnecidos em faixas horizontais vermelho-escuras e brancas.

4 Neoclassicismo no Ceará

Os termos correntes em história da arte e em história da arquitetura, nasceram, em boa parte, de apreciações muitas vezes jocosas, feitas por contemporâneos ou pósteros. Arraigados de modo tal, não se lhes consegue, entretanto, evitar o emprego, sejam quais forem as discordâncias quanto à sua real e justa significação.

Eis por que, conquanto discutíveis, neste texto se acatam expressões tais como neoclassicismo e termos assemelhados, admitidos com o intuito de identificar formalmente numerosas obras brasileiras (cearenses) executadas no século XIX. Na realidade, não há como fugir à terminologia que se enraizou, cujas amplitude alcança até realizações de cunho popular, designadas sob aquela denominação tão apenas porque valorizam a simetria a eixos de composição ou se adornam com uns raros elementos, formais ou decorativos, tomados como emblemas lexicais, apropriados de matrizes neoclássicas importadas.

Não se deve esquecer de que nas edificações neoclássicas européias, evidentemente, o espaço e os sistemas construtivos, que presidiam

à elaboração das obras, resultavam de condições sociais, econômicas e artísticas outras, integrantes de um processo histórico em pouco ou nada correlacionado com a realidade brasileira.[12] Deste modo, a adesão ao emprego de um vocabulário arquitetônico de procedência erudita, procurava nobilitar obras singelas, tantas vezes populares, a fim de fazê-las ascender à elevada categoria de realizações de alto prestígio estético e social.

Características locais

Como se disse, o chamado neoclassicismo cearense (e brasileiro) privilegiava o léxico, em detrimento da sintaxe, conquanto esta surgisse discretamente em muitas composições, definidas pelo emprego de eixos de simetria e por volumetria compacta ou blocos interpenetrados.

Nas casas urbanas brasileiras, em maioria com plantas marcadas por um longo corredor lateral, o emprego de eixos de simetria ficava inviabilizado, fato percebido com ressalvas pelo francês Louis Léger Vauthier, ao deparar a tipologia das moradas do Recife[13], cuja disposição em planta decorria da forma dos lotes, estreitos e compridos, comuns no País. O desencontro histórico, nascido da aplicação de desenho moderno sobre substrato antigo, fatalmente iria refletir-se nos exteriores do edifício, isto é, na consagração de um vocabulário plástico formado por colunas, pilastras, frontões, cornijas, platibandas lisas ou decoradas, estas mais raras, e, principalmente, portas e janelas encimadas por vergas de arco pleno. Enfim, o emprego de um *maquillage* decorativo de feição neoclássica, logo generalizado.

---

[12] Entre outras ponderáveis fontes setecentistas europeias, "a arte neoclássica [seria] originária da cultura iluminista". (ARGAN, 1993, p. 198).

[13] Louis Léger Vauthier (1814-1891), jovem engenheiro francês, viveu no Recife entre 1840 e 1846, contratado pelo governo de Pernambuco. Efetuou valiosas observações em suas *Cartas* e em seu *Diário* sobre arquitetura brasileira de morada e o consequente relacionamento com valores da sociedade patriarcal. A propósito das ordenações espaciais de viés neoclássico, assinala: "E, contrariando as leis da simetria, tão caras ao coração dos brasileiros, a porta quase sempre fica de um lado, enquanto as janelas formam um pequeno par." (VAUTHIER, 1943, p. 170-171). *As Cartas e o Diário* foram também publicados por Gilberto Freyre, acompanhadas de comentários. (ver FREYRE, 1960, 2. v., p. 850).

Forma arquitetônica

Uma das origens das modificações morfológicas solicitadas pelo neoclassicismo brasileiro, procedia da valorização social da via pública, operada no Segundo Reinado. As novas posturas urbanas passavam a exigir o controle da queda das águas pluviais nas ruas, anteriormente lançadas direta e indistintamente das beiradas, mas agora disciplinadas pelo emprego por buzinotes (os "jacarés", no dizer popular) que vertiam das calhas, estas quase sempre contornadas externamente por platibandas pontuadas por pinhas, jarrões ou estátuas. Por outro lado, lisas, perfuradas ou em balaustradas, as platibandas pareciam conferir maior porte aos edifícios, aliás, conforme o ensejo, às vezes apresentados à romana, quer dizer, sobre plataformas cujos patamares eram galgados por escadas ou escadarias.

Em termos de cena urbana fortalezense, a busca de organização premeditada do espaço por meio de eixos de simetria ordenadores, em particular nas casas de fachadas mais largas ("casas de cinco portas"), correlacionava-se com o risco reto das ruas e retangular das praças, enfim, condizia com o traçado ortogonal da cidade, de vertente histórica ligada ao neoclassicismo. Em termos nacionais, com maior ênfase quando se tratava de edificação pertencente a alguma figura expressiva da vida imperial, na Corte ou nas províncias, todos aqueles elementos normativos reuniam-se de modo conciso em favor de um enobrecimento do edifício, posto que a economia de meios, como expressão formal, sempre foi um dos traços marcantes das obras clássicas ou com tal aspiração.

Ao aparato formal, junte-se ainda a exigência de atendimento a tipos de fenestração constantes das posturas, as quais determinavam o dimensionamento homogeneizado de janelas e portas, mais cuidadas e um tanto padronizadas com o passar do tempo, favorecendo os efeitos rítmicos de repetição. As determinações oficiais também interferiam externamente na altura das cimalhas e das platibandas, bem como nas portas internas.

No caso especial das casas de esquinas, urbanas, inseridas no alinhamento da quadra, o uso da platibanda de contorno exigia total modificação no desenho das tradicionais cobertas de duas águas, do que, na Capital, resultou a eliminação dos elevados oitões voltados para

as travessas laterais, usuais no Ceará da primeira metade do século XIX. Em conseqüência, tornou-se comum recorrer aos telhados de três águas, agora com ponto mais baixo. Comparação entre edificações mais antigas com aquelas mais novas, ainda pode ser efetuada em cidades como o Icó, o Aracati e o Sobral. Nesta ultima, muitas vezes as cobertas tradicionais de duas águas foram mantidas, oferecendo-se, porém, em troca, tratamento especial às empenas dos oitões, curiosamente transformadas e valorizadas como frontões, articulados ao restante da fachada por meio de janela ou janelas. Esta solução de compromisso entre o passado e o presente impressionava a sensibilidade daqueles que, como Antônio Bezerra, visitavam a cidade no último quartel do século XIX. (BEZERRA,1965, p. 306).

Figura 12 - **Sobral. Casa de oitão enobrecido. Segunda metade do século XIX**.
Oitão transformado em frontão tratado com referências neoclássicas, mostrando a cimalha horizontal cortada por janela ou janelas de rasgo, que servem de articulação entre o triângulo de arremate e o retângulo de base. Solução inconfundível e característica do Sobral oitocentista. Foto do Autor, 1973.

Quanto aos arcos de meia volta (em semicircunferência), emblema neoclássico, cuja aplicação se generalizou, tratava-se de novidade construtiva executada sem problemas para a estabilidade das obras. Implantados com a ajuda de cambotas padronizadas, apareciam defendidos por arcos de descarga sobrepostos, isto é, por arcos aba-

tidos, escondidos pelo reboco e já empregados em períodos anteriores. Havia também vergas retas, às quais sempre se sobrepunham obrigatoriamente os arcos de descarga, às vezes encimadas por tímpanos triangulares fingidos, usados em obras de maior vulto. O aumento do número de vãos nas fachadas, conduziu à gradativa redução dos cheios, ocorrência que permite distinguir visualmente as obras mais novas e as mais antigas. (COSTA, Lúcio, 1937, p. 37-39).

Plantas das casas

Ocorriam diferenças entre as plantas das casas rurais e das casas urbanas, aquelas, isoladas no meio dos terrenos e estas, contíguas, de paredes meias com os vizinhos, formando conjuntos. De modo geral, nas casas rurais de maior porte havia sala na frente, duas filas de quartos ladeando um corredor central e alpendre de serviços nos fundos, com depósito de gêneros. Era comum um alpendre de estar, pelo menos à frente, cujas dimensões e cuja ampliação ao contorno, como já se disse, ficavam correlacionadas com a insolação e, principalmente, com as posses do dono da morada. Nas casas menores, as soluções se ajustavam às necessidades sociais, mínimas, aliás. Na zona do criatório, em particular nos Inhamuns certamente por influência do prestígio do Icó, ocorriam plantas curiosas em muitas casas de fazenda, cujas amplas fachadas de frente como que resultavam da justaposição de uma sequência de fachadas de pequenas casas de padrões urbanos, fingindo conjuntos de moradas contíguas, em vez de uma unidade domiciliar única.

Quanto às casas térreas urbanas, ressalte-se que as diferentes regiões brasileiras guardavam entre si forte semelhança, sem dúvida provocada pelas dimensões dos lotes, sempre estreitos e compridos, de procedência colonial, ou mais, de longínqua tradição medieval. As impressões deixadas por visitantes e a observação direta de exemplos remanescentes comprovam a assertiva, justificando a conhecida declaração do engenheiro francês Louis Léger Vauthier (1943, p. 170-1): "Quem viu uma casa brasileira, viu quase todas" (FREYRE, 1960, 819), sempre traindo uma "monotonia desesperadora" (FREYRE, 1960, p. 849). As considerações de Vauthier sobre as casas urbanas térreas, em especial as construídas com tijolos, podem ser estendidas ao País. O Ceará, é claro, não fugiria à regra.

Figura 13 - **Casa da fazenda Belmonte, Inhamuns, CE.**
Conquanto se trate de uma única morada, a fachada e a coberta se assemelham a um conjunto de casas dispostas ao longo de uma rua, sem dúvida, solução eleita sob influência e prestígio da arquitetura urbana da cidade do Icó.
Foto: J. J. Rescala, 1941 – Arquivos do IPHAN.

Nas cidades cearenses, com ênfase na Capital, prevaleceu a tipologia nacional da casa de corredor, ditada pela maior ou menor largura dos lotes, desenvolvendo variantes tipológicas locais, conhecidas popularmente por designações próprias. Assim, implantadas nos lotes mais estreitos, as casas de "duas portas" constituíam um modelo básico, tendo uma sala à frente, seguida de um ou dois quartos, sala de jantar nos fundos, cômodos estes todos interligados por um corredor e complementados pelos compartimentos de serviço, nos fundos, após os quais, finalmente, vinha o quintal, ensombrado com árvores frutíferas e geralmente beneficiado com uma cacimba. As casas de "três portas" repetiam a mesma planta básica, mas introduziam um compartimento de recepção à frente, conhecido por "entrada", que antecipava o imprescindível corredor, ao longo do qual se alinhavam dois ou três quartos. As soluções com "entrada" valorizavam socialmente a morada, porque deixavam a sala de visitas isolada de fluxos nascidos de solicitações múltiplas. As casas de "quatro portas" reproduziam a planta da casa de "três portas", justapondo, à "entrada" e ao corredor, uma fileira de cô-

modos estreitos, encabeçados pelos chamados gabinetes. A coberta, em todos os casos, ficava sempre resolvida com duas águas, em cangalha, ajustadas, por um rincão, ao telhado em meia água que cobria o prolongamento da casa, ocupado pelo setor de serviço. Na Capital, os prédios térreos de esquina, de função comercial, aproveitavam o pé direito elevado, construindo sótãos de morada, iluminados por um correr de pequenas janelas abertas sob a cornija de contorno e a platibanda.

Numerosas eram as casas pequenas e pobres nas quais os usos não impunham diferenciação espacial ou social. Denominavam-se casas de "meia-água" porque tinham telhado com aba de um só caimento, voltada para o quintal. A fachada, muito estreita, quase sempre admitia duas portas, mas às vezes, apenas uma. Como acesso a casas mais modestas, urbanas e rurais, tornou-se comum o emprego das "portas roladas". Para tal, seccionava-se horizontalmente a folha ou uma das folhas da porta, ao meio, permanecendo a parte inferior fechada com ferrolho, à feição de peitoril, enquanto o trecho superior se abria, como janela. Vale lembrar que o termo "rolada", no sentido de cortada, decepada, era usual em expressões populares tais como "rolou um dedo", "rolete de cana".

Figura 14 - **Casa do Capitão-mor. Sobral-CE.**
Pequena casa do capitão-mor (municipal) José de Xerez Furna Uchoa, erguida na segunda metade do século XVIII, contemporânea dos primórdios da cidade. Observar o emprego de "porta rolada". (Foto SOBRAL, SOLAR, p. 49).

Os sobrados

Os sobrados figuravam como tipologia arquitetônica de alta expressão social no Brasil antigo.[14] Comuns em suas versões urbanas, apresentavam-se como edificações de dois ou mais pavimentos, nas quais o rés do chão aparecia ocupado com atividades comerciais, enquanto os demais andares abrigavam morada dos senhores, dos agregados e dos fâmulos.

Os pavimentos em sobrado reproduziam de modo geral as plantas das casas térreas, adaptadas para receber inserção das escadas internas, além de acrescidas, nos fundos, com escadas de alvenaria, descobertas, para descida ao quintal. Na verdade, embora parecessem amplas casas térreas desenvolvidas em pavimento superior, os sobrados brasileiros guardavam semelhanças, porém conheciam diferenças nas plantas. Pode-se, pois, falar em sobrados maranhenses, pernambucanos, baianos, cariocas, mineiros ou ainda com mais variantes, sempre definidos pela largura dos lotes, com evidentes conseqüências na fenestração das fachadas, no lançamento das escadas e nas formas das cobertas. (CASTRO, 2013: 58-62). No capítulo das diferenças formais, vale lembrar que pouquíssimas vezes os sobrados cearenses apareciam arrematados por mirantes, apêndices de emprego generalizado no vizinho Maranhão.

O exercício de diferentes funções no pavimento térreo, alheias à vida familiar dos proprietários, implicava o desenho da planta do sobrado. Assim, quando dedicado exclusivamente ao comércio, ficava eliminado o longo corredor lateral de acesso direto da rua ao quintal, pois o saguão de entrada social conduzia diretamente à escada que, com lanços em reta, levava ao pavimento superior. Em outras situações, procurava-se obter solução intermediária, alargando-se o corredor de modo a conter a escada e, ao mesmo tempo, dar passagem ao quintal, caso em que a escada ficava bastante estreita. Às vezes, para ligação da rua com o quintal, a escada, ao se expandir, preenchia toda a largura do corredor

[14] O engenheiro Vauthier, já mencionado, assinalava em suas cartas sobre arquitetura brasileira: *Na classificação das habitações, o sobrado significa a aristocracia e a casa térrea, a plebe. Habitar um sobrado é o objeto único de certas ambições e a condição obrigatória de certas posições sociais.* (VAUTHIER, 1943, p. 170-171). A opinião de Vauthier foi transcrita por Gilberto Freyre. (ver FREYRE, 1960, 2. v., p. 853).

no térreo, mas, uma vez alcançado um primeiro lanço, findava a meia altura, em um patamar. Nesse ponto, a escada tanto se dirigia ao pavimento superior como prosseguia em linha reta para o quintal, entalada no corredor, com degraus de descida que reconduziam ao piso do térreo. Caso não houvesse uso comercial explícito, que exigia espaço contínuo, após fletir em esquadro, a escada podia atingir o pavimento superior, com lanços de ida e volta, transversais, ocupando posição habitualmente destinada a um dos quartos. Deste modo, o espaço, que eventualmente sobrava entre o fundo da escada e o oitão oposto ao do corredor, transformava-se em pequeno oratório familiar. Em quaisquer hipóteses, o pavimento superior era alcançado em ponto já central do sobrado, isto é, posterior ao ponto de acesso direto aos compartimentos de uso social, que se abriam para a rua, mantidos isolados e, portanto, valorizados. Todas essas disposições espaciais acima referidas encontraram larga aceitação nos sobrados cearenses, sendo comum transformar o alto desvão das cobertas em sótãos habitáveis, com janelas abertas sobre as casas vizinhas, hábito interditado posteriormente pelo Código Civil.

De início, por falta de disponibilidade de madeira, evitavam-se as janelas de rasgo, substituídas por peitoris de alvenaria, solução comum na primeira metade do século XIX. Ainda assim, havia guarda-corpos de madeira, excepcionalmente resolvidos com painéis entreliçados, resquícios de muxarabis, arabismos vistos em obras de fins dos Setecentos, como no demolido Sobrado das Corujas, no Aracati. Depois de meados do século XIX, os vãos recebem rasgo até o piso, requerendo gradis de defesa em sacada, conhecidos no Ceará por varandas, executados com barras de ferro chato, forjado, repetindo à exaustão um padrão comum em todo o Brasil e até em Portugal, com variações eruditas. Essas varandas podiam ficar entaladas nas ombreiras ou sacadas, apresentando-se ora singelas, isto é, isoladas em cada vão ora, corridas, em balcão, estas mais raras.

Com o tempo, por influência francesa, às folhas cegas das esquadrias, então usuais, aplicaram-se folhas sobrepostas, envidraçadas ou em venezianas, com palhetas horizontais ("tabuletas", no Ceará), nas mais das vezes, com vidro e fasquias empregados na mesma folha. Tais inovações requeriam a aquisição de dobradiças já industrializadas ou produzidas por imitação, no local, artesanalmente. Por tais razões, descartaram-se os velhos gonzos de procedência setecentista, com giro

sobre "cachimbos", espécie de pivôs encravados em ombreiras maciças, de madeira com secção quadrada, substituídas aos poucos por marcos de tabuado, espessos de uma polegada, conhecidos no Ceará como "forramentos", "forramentas" ou "forras".

Valorização simbólica do sobrado

A valorização simbólica do sobrado também ocorreria no Ceará, todavia limitada às contingências do meio, já comentadas. Na verdade, os sobrados nunca foram numerosos, embora marcassem a paisagem de algumas cidades, principalmente o Aracati e o Icó.

Na Capital, ou porque não favorecessem uma sociedade tipicamente patriarcal ou por falta de meios materiais, os sobrados conheceram um processo de difusão retardada, preteridos pelas moradas térreas. Ainda assim, Studart contava-os em quase cem, no findar do século XIX. (STUDART, 1887, pág. 355). Não assumiam aspectos característicos, mas reproduziam de modo geral as plantas das chamadas casas térreas de "três" e de "quatro portas", patenteando, como já mencionado, um reduzido jogo de variantes espaciais, decorrentes do modo de implantação das escadas, estas executadas sem aparato. Não obstante já houvesse um ou outro exemplar de pequeno vulto nos começos do século XIX, os primeiros grandes sobrados fortalezenses somente foram edificados depois de 1825. Além de tardio, o ciclo de construção de sobrados na Capital, vale ressaltar, não se prolongou por muito tempo, visto já mostrarem perda de prestígio no último quartel do século, pois, à volta de 1880, surgiam casas de porão baixo afastadas das divisas laterais dos lotes, conquanto ainda dispostas no alinhamento das ruas.

Localização urbana e prestígio social

Na Capital, em face do traçado em xadrez, a posição do lote valorizava social e imobiliariamente as casas conforme a incidência da insolação. Em consequência, aquelas localizadas nas ruas norte-sul, com frente voltada para o leste, desfrutavam de especial condição. Chamavam-se casas do "lado da sombra", porque recebiam frontalmente, na sala de visitas, o sol matinal benfazejo e a contínua ventilação amenizadora, além de permitirem que à tardinha a família pudesse es-

pairecer à frente da casa, todos sentados à calçada, formando rodas de conversação. O mesmo não ocorria nas casas do "lado do sol", cuja sala de visitas, exposta ao sol quente da tarde, obrigava à reclusão, ao encontro familiar no alpendre da cozinha ou no quintal. O traçado urbano também propiciava um terceiro tipo de lotes, localizados nas "travessas", isto é, nas ruas leste-oeste. Resultavam do aproveitamento dos quintais das casas de esquina, divididos em pequenas parcelas ocupadas por uma seqüência de quartos onde vivia gente menos favorecida, dedicada a tarefas humildes. Morar em "casa de travessa" redundava em demérito social.

Perto do fim do século, muitas famílias abandonam o trecho compacto da Cidade, na busca de viver em arrabaldes tranqüilos, onde pudessem desfrutar das vantagens da vida urbana em meio às delícias do campo. Prosperam as chácaras, que elegem os chalés como tipologia de morada. Estes últimos, os chalés, introduzidos no Brasil nas décadas iniciais do século XIX por suíços imigrados na serra dos Órgãos, nas proximidades da Corte, caracterizavam-se por telhados com duas águas, longitudinais, que vertiam lateralmente, quase sempre sobre alpendres, amenizadores do clima.[15] Os chalés recebiam tratamento decorativo característico, com sancas de madeira apostas às beiradas em tiras rendilhadas, conhecidas por lambrequins ou sinhaninhas. (CASTRO, 2004, p. 83-114). A introdução do emprego das serras "tico-tico" facilitou a execução desses adornos com desenhos rebuscados.

Os projetistas

No capítulo da difusão do neoclassicismo no Brasil, deve-se declarar que a arquitetura cearense nunca manteve qualquer ligação direta com a Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, apesar do alto prestígio desfrutado por aquela instituição. Os projetistas ativos no

[15] Temor e defesa contra a canícula permanecem até hoje. O receio da insolação perdura nos novos tipos de morada, entre os quais, nos altos edifícios de apartamentos, uma vez que o conforto ambiental obtido por meio de processos artificiais resulta caro, particularmente em fachadas expostas a determinadas orientações. Eis por que, ainda nos dias atuais, os anúncios de venda de apartamentos de luxo, climatizados artificialmente, insistem em proclamar que o edifício "é todo voltado para o nascente".

Ceará durante o século XIX eram ou se diziam engenheiros, militares ou civis, estrangeiros ou filhos de estrangeiros, tais como Paulet, Seraine, Seiffert, Gouveia Filho, Herbster, Berthot, Foglare, Pierrelevée, Privat, todos membros dos quadros profissionais do governo ou visitantes contratados para gerir obras públicas, muitos dos quais se radicaram na Província. (STUDART, 1918, 1919, 1920 e 1922, passim). Acrescentem-se referências a alguns mestres de obras portugueses e cearenses, acompanhados do nome de Pedro Théberge, médico francês e historiador, autor de obras arquitetônicas no Cariri e no Icó, onde viveu.

Obras cearenses ditas neoclássicas

No caso brasileiro (particularmente do Ceará), os vocábulos "neoclássico" e "neoclassicismo" ganharam uso amplo, até popular. Pelas razões anteriormente expostas, embora com reducionismo sígnico, o termo aparece aplicado a toda e qualquer edificação mais antiga que se apresente simplesmente marcada pelo emprego de platibandas lisas e com fenestração encimada por arcos plenos, em particular, se mostra um frontão triangular enobrecedor. Considerada a matéria sob vistas tão abrangentes, seria relativamente numerosa a relação de obras entendidas como neoclássicas, em boa parte, é pena, descaracterizadas ou demolidas. Considerado, porém, o acervo cearense sob aspecto mais restrito, a lista se reduziria à citação de exemplares de reconhecido interesse arquitetônico, como ora se faz.

Obras públicas na Capital

A mais antiga obra do ciclo neoclássico do Ceará seria a portada de pedra lioz do primitivo mercado da Capital, já referido, obra de Paulet, portada desaparecida quando da reconstrução do mercado em 1930.

Nas províncias, no transcorrer do século XIX, em obras oficiais, a par de uma ou outra realização de antigos alunos da Academia Imperial, prevaleceu o neoclassicismo dos engenheiros militares formados pela Escola Central do Exército, com projetos apoiados nos conceitos de economia, isto é, despojamento formal e simplicidade de fun-

cionamento, elaborados segundo tratadistas italianos, como Vignola, e franceses, principalmente, Durand.

Em termos fortalezenses, a lista das obras eruditas de maior valor é encabeçada pela antiga sede da Assembleia Legislativa Provincial, hoje Museu do Ceará, edificação de prestígio nos quadros do neoclassicismo brasileiro, tombada pelo IPHAN como monumento nacional brasileiro. Adolfo Herbster, já citado, considerado o autor do projeto, dirigiu as obras por longo tempo, em particular no período de encerramento dos trabalhos, aliás, iniciados em 1856 e somente concluídos em 1871.

O projeto do edifício evidencia claro relacionamento com as concepções neoclássicas acatadas na Escola Central do Exército, consoante lições hauridas nos métodos de *composição arquitetônica* expostos por Durand na École Polytecnique de Paris, instituição paradigma da congênere militar brasileira.[16] A entrada nobre do edifício faz-se através de um pórtico de pedra lioz, vindo de Portugal e resolvido segundo os padrões da chamada ordem dórica simplificada, sem dúvida, transcritos com fidelidade de alguma versão do tratado do Vignola (VIGNOLA, 1953), aliás, autor difundido no País segundo interpretações nacionais. (RAINVILLE, 1880). O pórtico leva a um espaço de recepção que conduz a uma escada de aparato, com degraus de madeira, os quais, todavia, não atendem a certas regras ergométricas. A coberta do prédio, desenvolvida em quatro águas, apoia-se numa sequência de tesouras ditas paladianas, reforçadas por tirantes de ferro. O plenário e as salas de recepção funcionavam no pavimento superior, outrora forradas com papel de parede importado da França. Nos compartimentos térreos, reservados aos serviços burocráticos, os corredores de circulação do público aparecem revestidos com barras de azulejos estampilhados e as esquadrias da edificação refletem apuro de cunho erudito, patente na obra.

[16] A Repartição de Obras Públicas da Província, por bom tempo dirigida por Herbster, contava em sua pequena biblioteca com exemplares dos tratados da autoria do arquiteto francês Jean-Nicolas-Louis Durand (1760-1834), tais como o *Précis de leçons d'Architecture données à l'École Royale Polytecnique e o Recueil et parallèle des édifices à tout genre, anciens et modernes* [...]. Como se pode inferir, os tratados de Durand, nome de alto prestígio (ver SZAMBIEN, 1984), eram utilizados no Ceará correntemente por Herbster e contemporâneos, profissionais formados pela Escola Central da Corte.

Obra oficial de meados do século é a Cadeia Pública da Província, hoje transformada em centro de vendas de artesanato. Iniciada em 1850, materializou projeto do jovem e malogrado engenheiro militar, o primeiro tenente Manoel Caetano Gouveia Filho (1824-1852), cearense, filho de rico português homônimo. O projeto cumpria determinações do Ato Adicional de 1834, expedido na época da Regência, que retirou das câmaras municipais os poderes de detenção, transferindo-os para os governos provinciais. A edificação contemplava deliberadamente os mais recentes conceitos de respeito à vida prisional, com celas amplíssimas, aeradas, prevendo compartimentos destinados ao trabalho dos detentos, além de oferecer pátios circundantes como solário. (GOUVÊA, 1936, p. 136-140). No período em que dirigiu as obras, vale patentiar, Gouveia somente admitia trabalhadores livres. Como solução raríssima no Ceará, o prédio conta com uma escada helicoidal de madeira, de belo desenho, semelhante àquela que havia no sobrado do Barão de Ibiapaba, hoje demolido.

Na Capital, deve ainda ser mencionada a Estação Ferroviária Central, inaugurada em 1882, erguida segundo projeto de vertente paladiana devido ao austríaco Henrique Foglare, também autor do pequeno prédio da Escola Normal, inaugurado dois anos depois e onde hoje funciona a sede do IPHAN no Ceará.

Infelizmente, como dito, resta um reduzido número de obras públicas de expressão neoclássica na Capital, sabido que muitas foram destruídas. Algumas compreendiam antigas residências de maior porte, adquiridas ou alugadas pelo poder imperial, transformadas em sedes de repartições, por exigência dos negócios da Província em expansão.

Das grandes edificações remanescentes, pelo menos três delas pedem menção. Uma, a casa de três pavimentos em sobrado, construída pelo Dr. José Lourenço de Castro e Silva (1808-1875), médico de grande prestígio político, provavelmente datada de meados do século XIX e cuja fachada, revestida com azulejos em relevo, apresenta frontão de ponto ao baixo, proporção incomum nas edificações neoclássicas cearenses, em maior parte, obras de engenheiros. Nessa casa de alta valia arquitetônica (Rua Major Facundo, 154-156), hoje próprio estadual, recuperada, funciona um centro de atividades artísticas. Nela funcionou o Tribunal da Relação do Ceará, instalado em 1875. (CASTRO, 2003:103-133).

Uma segunda casa, pertencente aos herdeiros do senador Fernandes Vieira e adquirida pelo governo imperial em 1883, figura como uma das poucas obras residenciais da época que exibiam soleiras, cunhais e enquadramentos dos vãos executados com pedra vinda de Portugal. No segundo quartel do século XX, conheceu duplicação imitativa da parte original, perdendo a aparência residencial. Quando das obras de acréscimo, introduziram-se ressaltos de contorno dos vãos em massa, como fingimento de pedra, bem como lajes de concreto armado em todo o edifício, hoje sede do Arquivo Público Estadual.

Nesse processo de ampliações necessárias ao atendimento de novas funções, deve ser citada a sede da União Cearense, associação que congregava os altos comerciantes da Cidade, nacionais e estrangeiros, edificação fronteira ao Passeio Público, erguida provavelmente em 1872, em local aprazível, atual sede do Serviço Social da Indústria. Abrigou posteriormente o Club Cearense, ambiente de convívio social das famílias do empresariado local. Transformada em hotel, em seguida, adaptada no fim do século XIX para sede dos Correios (e, depois, sede da Ceará Light), também ganhou duplicação da área original, facilmente comprovada pela coberta piramidal nova, justaposta à pré-existente. Elementos de ferro, tais como a escada interna, de fabricação inglesa, os guarda-corpos das sacadas, a arcaria sobreposta à entrada principal e um trecho da platibanda em gradil, devem ter sido aplicados no edifício quando da ampliação. Antes de se mudar para o prédio da União Cearense, o referido Clube Cearense ocupara um sobrado erguido na vizinha esquina da rua Major Facundo, no qual funcionaram o Liceu do Ceará e o Hôtel de France, sobrado este, por sua vez, ampliado e remodelado em 1927 para funcionamento do Palace Hotel. Hoje pertence à Associação Comercial do Ceará.

Na história da apropriação social dos espaços públicos urbanos, não pode ser esquecido o Passeio Público fortalezense. Dividia-se em três planos, dispostos em patamares que desciam até o mar. Resta hoje apenas o antigo Primeiro Plano, localizado no planalto onde a cidade se assenta, resolvido segundo traçado geométrico de discreta composição neoclássica e adornado com peças de estatuária, cópias de originais greco-romanos ou de obras neoclássicas francesas. Nivelado o terreno em rampa e ajardinado o logradouro por volta de 1880 pelo português Tito Rocha, desde logo se tornou centro de encontro da população da

cidade nos anos finais dos Oitocentos. À entrada dos jardins do Passeio, admira-se um soberbo baobá, plantado pelo Senador Pompeu em 1860. Até meados do século XIX, no local, ainda não aterrado, funcionou o paiol da pólvora da contígua fortaleza da Assunção, implantado em chão baldio, onde se despediam da vida os condenados à forca, chão regado pelo sangue dos revoltosos da Confederação do Equador, ali fuzilados em 1825, episódio consagrado na denominação Praça dos Mártires, concedida ao logradouro. (CASTRO, 2009, p. 41-114). Os temores de explosão do paiol mantiveram baldia a ampla área de vizinhança, posteriormente transformada em afamados jardins.

Contar com um Passeio Público figurava como velho desejo dos fortalezenses. No fim de contas, a denominação assim já constava de desenho do Capitão Francisco Giraldes, executado de 1810, subentendendo localização próxima da atual. (CASTRO, 1997, p. 41-2). Referência homônima reaparece no relatório enviado à Assembléia Provincial em 1847 pelo Presidente da Província, tenente-coronel de engenheiros Ignácio Correa de Vasconcellos (CASTRO, 1994, p. 75), projeto concretizado nos jardins do antigo palácio governamental, hoje Praça General Tibúrcio, o primeiro espaço público urbanizado na Capital.

As igrejas: exemplos fortalezenses

Durante muito tempo, a diminuta população da Vila assistia aos ofícios na pequena capela localizada no interior da Fortaleza da Assunção, constrangendo-se ante a presença inoportuna dos soldados. (CASTRO, 2012, p. 9-72). Assim, tão logo foi possível, iniciaram-se as obras da matriz de São José, erguida em meio de uma praça quase fronteira ao forte. Precariamente construída e mal conservada, a igreja não resistiu ao tempo. Os trabalhos de total reedificação começaram por volta de 1820, mas a novo templo foi somente inaugurado em 1854, às vésperas de se tornar sede episcopal da diocese do Ceará, instalada pouco depois, em 1861. No começo, os trabalhos ficaram sob as ordens do administrador das obras reais Antônio Simões Ferreira de Faria, português, antigo auxiliar de Paulet, continuados pelo engenheiro Seiffert e, finalmente, concluídos pelo mestre cearense Francisco de Paula Tavares Coutinho. Impiedosamente demolida em 1938 por decisão arquiepiscopal, a igreja caracterizava-se externamente por um frontão

triangular de severa aparência, ladeado por duas torres, desenvolvendo interiores ditos em plano basilical, solução que veio a exercer fortíssima influência germinativa na organização espacial das igrejas cearenses mais novas, e também nas antigas. Nas recentes, por lhe adotarem o plano e, noutras, por terem tido as paredes cegas da nave central abertas em arcaria, tanto sob o argumento de lhes ampliar o espaço interno, como, e também, a fim de acompanharem a nova mensagem estética, então ainda desconhecida na Província, mensagem valorizada por sua aplicação em igreja recentemente elevada à condição de sede episcopal. O aspecto despojado, a simplicidade dos retábulos, a eliminação de adornos, a pintura branca das paredes da Sé fortalezense coadunavam-se arquitetonicamente às propostas de romanização da Igreja, introduzidas no Ceará pelos novos bispos, com a ajuda dos padres lazaristas franceses do Seminário da Prainha, inaugurado na ocasião. À frente, em meados do século, sob incentivo de frei Serafim de Catânia, foi erguido um belo cruzeiro, adornado de imagens e demolido com a igreja.[17]

Como se disse, o plano basilical da nova Sé foi fiel e generalizadamente adotado pelas edificações religiosas cearenses, em particular nas igrejas fortalezenses concluídas no quartel final dos anos oitocentos ou no começo do século XX (Patrocínio, Coração de Jesus, Carmo, Remédios), não obstante todas recorrerem ao partido de torre única, central, talvez por medida de economia ou já por influência neogótica.

No acervo de igrejas fortalezenses cuja aparência integra as obras de vertente neoclássica, não se podem esquecer duas obras. Aponte-se, primeiro, a pequena igreja do Rosário, de certo modo a mais antiga da Capital, talvez iniciada em 1730 como simples capela de taipa. Reconstruída em alvenaria, foi totalmente modificada em 1872, quando adquiriu frontão de linhas neoclássicas. Permaneceu na igreja o plano da antiga nave, onde havia campas, todavia, com o espaço acrescido de uma nave lateral arrematada por torre única (solução semelhante à capela de São Bernardo, de 1854 / 1859). Em tempo mais à frente, a igreja recebeu forro de chapas metálicas, de produção industrial. Como outro exemplo na Cidade, anote-se a igreja de Nossa Senhora da Conceição da Prainha, com obras iniciadas em 1839. Caracteriza-se por duas torres

[17] Os pregadores franciscanos em missão na Província estimulavam a ereção de cruzeiros no adro das igrejas, prática que desde então se tornou corrente no Ceará.

piramidais, entaladas entre um frontão triangular, as quais arrematam frontispício revestido de azulejos estampilhados portugueses e franceses, identificáveis pelas dimensões das peças. Posteriormente transformada em capela do Seminário Episcopal, seus interiores encontram-se totalmente desfigurados, havendo desaparecido, há muito, o pequeno cemitério implantado nos fundos do templo.

As igrejas: exemplos no interior da Província

Não há como apresentar uma relação numerosa de todas as igrejas cearenses tidas como neoclássicas, uma vez que elas sempre acusam envolvimento com certas ambiguidades formais e históricas, além de que muitos dos exemplares mais significativos, conquanto procedentes do século XVIII, em maioria, foram ampliados e alterados nos Oitocentos. Na verdade, apreciadas como edificações marcadas por forte apelo popular, acusam interpenetração de formas e técnicas que dificultam o estabelecimento de referências cronológicas ou estilísticas. Os frontões triangulares, por exemplo, nem sempre indicam concepções estéticas do século XIX, mas preservação de arcaísmos morfológicos. Podem proceder de soluções originadas da tradicional disposição das cobertas em duas águas ou repetir, talvez inconscientemente, o apuro de formas eruditas de igrejas maneiristas italianas, com ocasionais reflexos no Brasil. (BAZIN, 1956, p. 335-8).

Em muitas igrejas, o vão das naves, por pouco largo que fosse, pedia especial cuidado na armação dos telhados, tornando-se comum o emprego de tesouras de "linhas altas", cujo "coice" nas paredes laterais ficava amenizado por várias soluções. Menos comum é a nave sem forro, cujo teto recorre ao sistema de caibros armados postos à vista, como na matriz do Aquirás, cujas torres de fins do século XIX enquadram frontaria abaulada, prismática, talvez proposição setecentista.

Pela reforma radical a que foi submetida, merece citação a igreja matriz de Santo Antônio, no Quixeramobim, iniciada à volta de 1789 pelo próprio fundador da vila, o português Antônio Dias Ferreira. Tinha aparência barroca, como se vê em um desenho antigo. Foi, entretanto, inteiramente modificada no começo do século XX, quando ganhou feição neoclássica, por certo inspirada no Vignola. Seus interiores acham-se descaracterizados e os belos ladrilhos hidráulicos de fabri-

cação cearense, que pavimentavam o piso do altar-mor, foram removidos recentemente.

Ainda no Quixeramobim, não pode ser omitido o caso especial da capela do cemitério, de plano circular, coberta com telhas cerâmicas. Construída em mutirão pelo povo da cidade sob orientação do já mencionado franciscano Frei Serafim de Catânia, italiano, em missão nos sertões do Ceará e do Piauí em fins dos anos 60 do século XIX, mantém-se íntegra em sua forma original, menos no emparedamento de uma seqüência de portas.

O conjunto sobralense

Durante os anos finais do século XVIII, embora com força menor, o Sobral exercia no vale do rio Acaraú o mesmo papel de ponto focal de encontro das boiadas, desempenhado pelo Icó, na bacia do Jaguaribe. Paralelamente à pecuária extensiva, o município também se dedicou à agricultura, mas a aglomeração urbana, favorecida por sua posição geográfica, tornou-se ponto de distribuição comercial no norte e no oeste da Província e no norte do Piauí. Alçada à condição de cidade em 1841, durante a segunda metade dos Oitocentos conheceu progresso material, que se prolongou até os dias da Revolução de 1930, quando as ligações rodoviárias e, logo depois, ferroviárias lançaram a cidade no raio de domínio da Capital. Os sonhos de industrialização, tentados na época, falharam por falta de disponibilidade de energia elétrica, provocando estagnação econômica, fator preponderante, sem dúvida, na preservação do conjunto urbano antigo. Há duas décadas, superados aqueles entraves, a cidade entrou em franco progresso material, situando-se como ativo centro industrial e centro universitário promissor, consciente, porém, e envaidecido do seu passado arquitetônico, hoje tombado pelo IPHAN.

Salvo obras mais antigas, remodeladas no século XIX ou mais recentemente, boa parte do acervo sobralense data da segunda metade daquela centúria e das primeiras décadas do século XX, período este último marcado por valiosas realizações já filiadas ao ecletismo arquitetônico. Entre as obras de feição neoclássica, alinham-se vários sobrados, cujas etapas de evolução formal podem ser observadas, a par de casas já citadas, cujos oitões, voltados para ruas laterais, foram incon-

fundivelmente transformados em frontões vazados por janelas, particularidade já assinalada. (Ver figura 12).

Entre as realizações sobralenses de maior significado, deve ser referido o Teatro São João, com obras iniciadas em 1875, caracterizado por frontão curvo. Mencionem-se também a antiga Casa da Câmara e Cadeia, onde hoje funciona unicamente a Câmara, edificação arrematada por platibandas decoradas com motivos *Empire*, bem como a Cadeia Nova, infelizmente descaracterizada para funcionamento de um quartel de polícia. A trama do romance *Luzia Homem*, de Domingos Olímpio, envolve-se com as obras da Cadeia, realizadas durante a seca de 1877. Acrescente-se ao acervo, a estação ferroviária, construída no último quartel do século XIX, segundo projeto de José Privat, também autor da estação inicial da antiga ferrovia, no porto do Camocim, obras ambas de valia arquitetônica regional.[18] Merece também citação o cemitério de São José, por seu desenho regular, composto com espírito geométrico de viés neoclássico. (ver CASTRO, 1973, p. 29-35.)

O Aracati

Entre obras espalhadas em vários pontos do Estado, geralmente casas e sobrados convencionalmente citadas como obras neoclássicas, assumem particular relevo no Aracati e no Icó, cidades cujos trechos antigos foram tombados pelo IPHAN. Ambas controlavam a bacia do rio Jaguaribe, cuja área ocupa metade do território cearense.

Como já se assinalou, no século XVIII e em boa parte dos anos oitocentos, o Icó funcionava como centro sertanejo coletor dos rebanhos de gado, encaminhados para as "oficinas" de abate do Aracati, onde era preparada a "carne de Ceará", remetida para outras partes do País. O prestígio das duas cidades, imbricado em atividades terciárias, urbanas, prolongou-se até o fim do penúltimo quartel do século XIX, quando ambas foram definitivamente absorvidas pela influência cultural e econômica da Capital.

[18] A propósito das estações ferroviárias já referidas, poderia ser acrescentada a estação do Crato, como as demais, também desativada, edificação inscrita nos Livros de Tombo da Secretaria Estadual de Cultura. Trata-se, porém, de obra do século XX, inaugurada em 1926, alheia, portanto, aos marcos cronológicos deste artigo.

No Aracati, ao longo de ruas largas e paralelas ao rio (semelhantes às do Icó), destaca-se um conjunto de sobrados e casas, particularmente na antiga rua do Comércio, infelizmente com formas originais nem sempre mantidas íntegras. A Casa de Câmara e Cadeia, obra do século XVIII, foi modificada com um desenho que a assemelha morfologicamente às obras oitocentistas, intervenção semelhante àquela imposta à igreja do Bonfim. O sobrado das Corujas, já referido, imenso e imponente, talvez setecentista, com portão lateral encimado por volutas, desapareceu há muito. A Casa das Correias, apesar de inscrita nos Livros do Tombo Estadual, foi demolida festivamente pelos proprietários. Algumas casas de feição rural nos arredores da cidade pedem menção.

O Icó

No conjunto do Icó, vários sobrados e casas apresentam homogeneidade formal de vertente neoclássica (e neogótica), seja em planta seja nos detalhes construtivos, gerando padrões tipológicos locais. Na parte mais antiga, verificou-se a introdução de uma rua de serviço, a "Rua do Meio", entre duas ruas amplas e paralelas, a Rua Grande e a Rua Larga. Essa via intermediária, ao permitir acesso pela parte posterior dos lotes, gerou uma disposição espacial que favoreceu a implantação de pátios nos fundos das edificações, influindo inconfundivelmente nas plantas dos sobrados icoenses. Estes, aliás, sempre apresentam no pavimento superior uma varanda descoberta, voltada para o quintal, estabelecendo articulação espacial entre os compartimentos íntimos e a parte de serviço. Essa varanda, cujo piso ladrilhado se apoia em lastro de tijolos assentados sobre travejamento de madeira roliça, mostra solução construtiva semelhante às técnicas populares alentejanas, em Portugal. Por outro lado, a incomum disposição viária primitiva talvez revele reminiscências do traçado pombalino da Baixa lisboeta, marcado por uma sequência alternada de ruas largas e estreitas. Ainda a propósito, nas casas icoenses são comuns fachadas térreas que se mostram com a sequência porta / janela / porta, em vez da habitual disposição porta / janela / janela. Assinale-se também o desenho das esquadrias como nota característica da arquitetura residencial do Icó, em que avulta um sobrado com mirante.

Figura 15 - **Rua Grande. Icó, CE.**
Rua longa e ampla, assim dimensionada em cumprimento às normas de urbanização correntes na época da instalação da vila. À esquerda, observar um sobrado com mirante, coroamento arquitetônico pouco comum no Ceará. Desenho do Autor, 1983.

Nos programas institucionais, sobressai a Casa da Câmara e Cadeia, iniciada nos anos finais dos Setecentos mas ampliada no último quartel do século XIX com referências neogóticas. Também avulta o Teatro da Ribeira dos Icós, projeto do anteriormente aludido Pedro Théberge (1811-1864), médico e historiador francês radicado na cidade.[19] Arquiteto amador, Théberge, com sua mulher, Élise, aparecem citados no *Diário* de seu compatriota, o já referido engenheiro Louis Léger Vauthier, que os conheceu e os freqüentou por volta de 1840 / 1841, no Recife, onde o casal morava havia dois anos e meio. (VAUTHIER, 1945, p. 39 e passim.). O Teatro do Icó, entretanto, quer

[19] O Teatro do Icó é o mais antigo teatro público do Ceará, seguido do Teatro São João, no Sobral, ambos próprios municipais. Na Capital, houve salas construídas anteriormente, todavia, obras particulares. Os teatros do Icó e Sobral, localizados em áreas urbanas tombadas pelo IPHAN, foram recuperados na segunda metade do século XX e adaptados ao conforto e às solicitações cenográficas contemporâneas, benefício, pelas mesmas razões, estendido ao Teatro Pedro II, na Viçosa.

nos seus interiores precariamente solucionados, quer na sua fachada de reminiscências paladianas, em nada se relaciona com o Teatro Santa Isabel, no Recife, obra projetada por Vauthier, antigo e fiel aluno da École Polytechnique de Paris.

Outras cidades

Em vários pontos do Estado subsistem edificações de aparência neoclássica, sempre elaboradas com evidente apelo popular, edificações que deixam de ser nomeadas em função das limitadas aspirações do texto. Merecem lembrança algumas obras espalhadas em cidades localizadas ao pé ou no alto das serras vizinhas à Capital, cuja ocupação demográfica se iniciou nas primeiras décadas do século XIX, serras então recobertas por vegetação frondosa, gradativamente eliminada para obtenção de madeira de lei ou para o plantio do café, de há muito já desativado. Os exemplares mais significativos compreendem casas de morada, urbanas e rurais, entre estas o conjunto do Sítio Cachoeira, em Maranguape. Pedem referência algumas instalações mais cuidadas de engenhos dedicados à produção da rapadura e da aguardente, também vistos no litoral e no Cariri. Em meados do século XIX aparecem moendas e centrifugadoras de ferro, movidas a vapor (as primeiras, no Sítio Alagadiço Novo, na Messejana, propriedade do Senador Alencar), em substituição às bolandeiras, isto é, moendas de madeira tangidas a bois, aparelhagem antiga de que restam raros exemplares. No Cariri, em termos de arquitetura residencial, principalmente no Crato e na Barbalha, reproduziram-se os mesmos programas, com casas e alguns sobrados de valia. Na Barbalha, destacam-se o conjunto da rua do Videu, bem como, nos arredores da cidade, o Engenho Tupinambá, hoje discretamente alterado.

Os mercados públicos

Não se pode concluir esta exposição sem mencionar o particular interesse que despertam os inúmeros mercados públicos erguidos em muitas cidades cearenses envolvidas num processo de consolidação da vida urbana no século XIX, infelizmente, em boa parte, hoje descaracterizados. A planta em quadro, beneficiada com amplo pátio interior, a

observância a um sistema de eixos ortogonais de composição, o ritmo impresso às aberturas, as padieiras em arco pleno, as platibandas de contorno, constituem elementos que conferem aos conjuntos reminiscências de feição neoclássica, embora envolvidas com viés popular. No pátio destinado aos feirantes, por vezes se implantava um pequeno pavilhão, reservado à venda de carne. Entre os exemplares remanescentes, destaca-se o pavilhão central do mercado do Aquirás, de planta quadrada, cuja cobertura piramidal se apoia em um magnífico sistema estrutural resolvido com estipes de carnaúba. A pequena edificação desenvolve um desenho que explora um jogo de possibilidades oferecidas pelo inter-relacionamento das propriedades geométricas do quadrado, refinamento construtivo que a qualifica como realização popular de excepcional mérito. O conjunto encontra-se registrado pelo IPHAN no Livro do Tombo Artístico como monumento nacional brasileiro. (Figura 16).

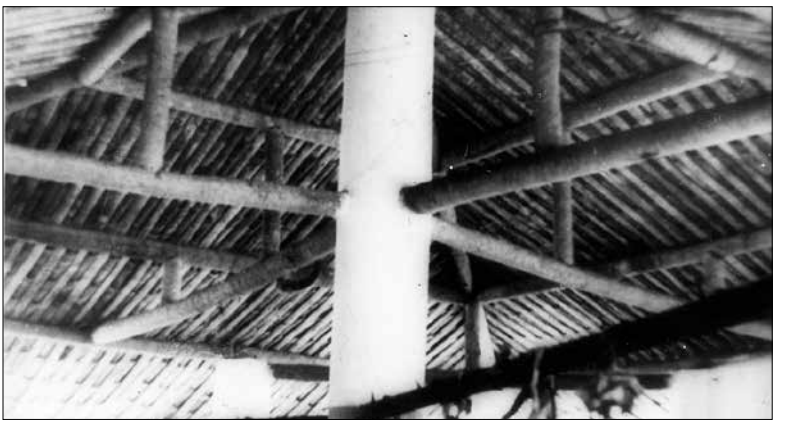


Figura 16 - **Mercado Público. Antigo pavilhão de venda da carne. Aquirás, CE.** Valioso conjunto de arquitetura popular tombado pelo IPHAN em 1983. Notável solução do uso da carnaúba, em que estrutura e forma da coberta definem a organização espacial, cuja concepção recorre às propriedades do quadrado. Observar o emprego de "caibros juntos" no telhado. Foto: G. E. Bormann, c. 1975.

***

Nota – O autor agradece ao arquiteto Ramiro Teles Beserra e à assessora técnica Francisca Denise Granjeiro y Martin, da 4ª. SR do IPHAN, bem como ao técnico em computação Heron Cruz, da Imprensa Universitária da UFC, pela valiosa colaboração prestada no preparo de ilustrações deste trabalho.

Bibliografia

ABREU, João Capistrano. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1960.

_____. *Capítulos de História Colonial*: 1500-1800. 4. ed. Rev. José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Briguiet, 1954.

ALEMÃO, Francisco Freyre. Manuscritos guardados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

ARGAN. Giulio Carlo. *A história da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

AZEVEDO, Carlos de. *Solares portugueses*. Lisboa: Horizonte, 1969.

ARQUITECTURA popular em Portugal. 2. ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980. [obra coletiva].

BARLEI [Barlaeus], Casparis. *Rerum per octennium in Brasiliaj*. Amsterdam: Blaev, 1647.

BAZIN, Germain. *L'architecture religieuse baroque au Brésil*. 2 v. Paris: Plon, 1958.

BRAGA, Renato. *Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará*. Mossoró: s.ed. 1976.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. *Ensaio estatistico da Provincia do Ceará*. São Luís: B. de Mattos, 1863.

BEZERRA, Antônio. *Notas de viagem* [ao Norte do Ceará]. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965.

BRIGIDO, João. *Ceará* (Homens e factos). Rio de Janeiro: Besnard, 1919.

CARDOZO, Joaquim. Um tipo de casa rural do Distrito Federal e do Estado do Rio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 209-56, 1943.

CASTRO, José Liberal de. Aspectos da arquitetura no Nordeste do País (Ceará, Piauí e Maranhão). In: *História Geral da Arte no Brasil* / org. Walter Zanini. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983, v. 1, p. 299-319.

_____. *Influências recíprocas na arquitetura luso-brasileira*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1978 (tese a concurso de professor titular / inédita).

_____. *Igreja Matriz de Viçosa do Ceará*. Arquitetura e pintura de forro. Fortaleza: Edições IPHAN/UFC, 2001.

_____. A localização da chácara Villa Izabel, propriedade do livreiro Gualter da Silva. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, t.118, p. 83-114, 2004.

_____. Centenário da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. *Revista do Instituto do Ceará*, t.126, p. 9-72, 2012.

_____. Contribuição de Adolpho Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, t. 108, p. 43-90, 1994.

_____. O palacete Carvalho Motta, um dos poucos exemplares de casas de "porão alto" na cidade da Fortaleza. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*. t. 127, p. 47-130, 2013.

_____. Passeio Público: espaços, estatuária e lazer. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, t. 123, p. 41-114, 2009.

_____. Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará. Fortaleza, *Aspectos*, 5, p. 9-32. 1973.

_____. Preservação do Patrimônio Cultural. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, t. 122, p. 99-148, 2008.

_____. Tombamento do sobrado do Dr. José Lourenço. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará.* t.117, p.103-133, 2003.

_____. Urbanização pombalina no Ceará: paisagem da vila de Montemor-o-novo d'América. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, t. 113, p. 35-81, 1999.

COSTA, Lúcio. Documentação necessária. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, 1937.

FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2 v. 1960.

GOUVÊA, Manoel Caetano de. Relatório apresentado ao Conselho Provincial de Obras Públicas. *In*: ABREU, José da Cruz. Relatório do Presidente Joaquim Marcos de Almeida Rego. Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, t. 50, 1936).

HAUSER, Arnold. *Sociologia del arte: Estamos ante el fin del arte?* Madrid: Guadarrama, 1977 (Punto y Omega, 244).

KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1816.

LEITÃO, Luiz Augusto. *Curso elementar de construcções*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 v. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugália, 1943. v 3.

MELLO, Manoel Nunes de. Provincia do Ceará. Quadro da população segundo recenseamento procedido nas diversas parochias no 1º. de Agosto de 1872. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 25, p. 50-57, 1911.

MELLO JÚNIOR, Donato. Arquitetura imperial brasileira. In: *Rio Imperial*. São Paulo: Sanbra, 1988.

RAINVILLE, César de. *O Vignola brazileiro*. Rio de Janeiro: Eduardo Henrique Lammaert, 1880.

REIS, Nestor Goulart et allii. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial do Estado / FAPESP, 2000 (Uspiana / Brasil / 500 anos).

RODRIGUES, José Wasth. A casa de moradia no Brasil antigo. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 9, p. 159-197, 1945.

SEGURADO, João Emílio do Santos. *Acabamentos das construções*. 5. ed. Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, [s.d.].

SOBRAL SOLAR. Org. Patrícia Veloso. *Fortaleza*: Terra da Luz, 2014.

SOUSA, João (frei). *Vestígios de língua arábica em Portugal*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1789. [cópia fac-similar A. Farinha de Carvalho, 1981].

STUDART, Guilherme, Barão de. *Datas e Factos para a Historia do Ceará*. v. 2. Fortaleza: Typ. Studart, 1896. 3 v.

_____. Estrangeiros e Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 32, p. 191-274, 1918; t. 33, p. 239-48, 1919; t. 34, 351-58, 1920; t. 36, 381-89, 1922.

SZAMBIEN, Werner. *J-N-L. Durand*. Paris: Picard, 1984.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos brasileiros*. Rio de Janeiro: FENAME/SEAC, 1980.

TOLLENARE, F. L. de. Trechos das Notas Dominicaes de Tolenare que se referem ao Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 22, p. 272-5, 1908.

VAUTHIER, Louis Léger. Casas de residência no Brasil. *Revista do Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 127-208, 1943.

_____. *Diário íntimo do engenheiro Louis Léger Vauthier*. Rio de Janeiro: MES, 1945 (Publicação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4).

VASCONCELLOS, Manoel Bernardo de. Documentos para a historia do governo de Bernardo Manuel de Vasconcellos [Coleção Studart]. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 28, p. 330-66, 1914.

VIGNOLA, Giacomo Barozzi da. *Tratado de los cinco órdenes de arquitectura*. Buenos Aires: Editorial Construcciones Sudamericanas, 1953.

***

Sumário

O presente artigo objetiva apresentar uma visão sucinta de aspectos característicos da arquitetura cearense no século XIX, porém acrescida de contribuições do século anterior. O artigo focaliza a colonização retardada da Capitania, cujos sertões foram ocupados pela pecuária extensiva, atividade parcialmente substituída pelo cultivo do algodão no século XIX. A autonomia administrativa cearense, a inclusão da Capitania no comércio internacional, a difusão de novas tecnologias na construção bem como a absorção de ideias estéticas novas de procedência européia, envolvidas com mensagens neoclássicas e neogóticas, causaram forte impacto na produção arquitetônica local, apesar da permanência de um marcado viés popular nas realizações do período.

Abstract

This work intends to present a concised view of some distinctive aspects of the nineteenth-century architectural from Ceará, however increased by contributions assimilated from the preceding century. This work focuses on the delayed colonization of the Province (Captaincy until 1815), whose interior was occupied by extensive cattle breeding, though this kind of action was partially changed into cotton cultivation during the 19th Century. Ceará's self-government and insertion of the Province in international commerce, the diffusion of new building technologies as well as absorption of new European aesthetical ideas, embraced by neo-classical and neo-gothical traces, caused strong impact on the local architectural production, despite of the permanence of a clear popular bias during the period.

ARTIGOS

Uma semente fecunda: Commissão Téchnica de Piscicultura do Nordeste (1932 – 1945)

Melquíades Pinto Paiva*
Pedro Eymard Campos Mesquita**

Sumário

Este trabalho trata dos resultados científicos e práticos da Commissão Téchnica de Piscicultura do Nordeste (1932 – 1945), criada para atuar na área semiárida do nordeste brasileiro. Seu chefe-fundador foi o cientista Rodolpho von Ihering. Estão relacionados o pessoal que serviu à instituição, instalações e equipamentos disponíveis, e apresentado o seu organograma. Especial atenção foi dada à fase primeira de suas atividades, expedições e sede em Campina Grande (PB), antes da mudança para Fortaleza (CE). Os fecundos resultados dos trabalhos da Commissão e seus sucessores abrangem os seguintes aspectos: biodiversidade regional, limnologia dos açudes, biologia de peixes, reprodução induzida de peixes, peixamento dos açudes, melhoria das pescarias e cultivos intensivos de tilápia-do-Nilo. Um bom exemplo da aplicação de achados científicos para o desenvolvimento econômico e social de uma região.

Abstract

A fecund seed: Northeast's Technical Commission of Fishculture (1932 – 1945)

This paper deals with scientific and practical results from the Northeast's Technical Commission of Fishculture (1932 - 1945), created to work in the semi-arid northeastern Brazil. Its chief- founder was the scientist Rodolpho von Ihering. The personnel who served the institution, instalations and available equipments are listed, and its chart is presented. Special atten-

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
** Coordenador de Pesca e Aquicultura do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

tion was given to the first phase of its activities, expeditions and headquartered in Campina Grande (PB), before moving to Fortaleza (CE). The fecund results of the Commission's work and its successors cover the following aspects: regional biodiversity, limnology of dams, fish biology, induced breeding of fish, stocking the dams, improving fisheries and intensive cultivation of Nile-tilapia. A good example of the application of scientific findings to the economic and social development of one region.

Represamentos de águas dos riachos periódicos, na área das secas nordestinas do Brasil, já eram feitos por indígenas ali radicados. Com o barramento dos rios, começou em verdade a açudagem, como prática de assegurar o suprimento d'água para crescentes populações humanas, irrigação das lavouras e bebida dos rebanhos. Desde cedo, os açudes mostraram-se bons produtores de pescado.

Através de portaria firmada em 12 de novembro de 1932, no auge de grande seca, o então Ministro de Estado de Viação e Obras Públicas, o eminente nordestino **José Américo de Almeida** (1887 – 1980) – FIGURA 1, resolveu criar a Commissão Téchnica de Piscicultura do Nordeste, subordinada à Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, com os seguintes objetivos:

– promover o povoamento das águas interiores regionais com peixes de boa qualidade, prolíficos e precoces, e defender essa fauna contra os seus inimigos e moléstias;

– metodizar as pescarias e determinar as épocas de sua realização;

– divulgar os processos de conservação do pescado.

Tendo em vista o alcance destes objetivos, ela deveria estudar o maior número possível de espécies, para escolher as que convinham ser disseminadas nas águas interiores nordestinas, com preferência para aquelas pertencentes à ictiofauna nacional; pesquisar as condições limnológicas das diferentes coleções d'água encontradas na região nordestina; escolher as plantas aquáticas adequadas à alimentação dos peixes herbívoros; ensaiar a criação metódica dos alevinos e estabelecer normas para o cultivo de peixes em larga escala no nordeste do Brasil; investigar as moléstias e os inimigos naturais dos peixes e os modos de prevenção/debelação; estabelecer os meios de combate às piranhas e impedir sua expansão em águas ainda indenes. (ANÔNIMO, 1932; PAIVA, 1972).

FIGURA 1 – José Américo de Almeida (1887 – 1980).

Primeiros anos

Para a chefia da nova e importante Commissão foi designado o notável cientista brasileiro **Rodolpho** Theodor Wilhelm Gaspar **von Ihering** (1883 – 1939) – FIGURA 2, que pouco antes havia se demorado na Paraíba, a convite do Interventor Federal **Anthenor** de França **Navarro** (1898 – 1932), com o objetivo de estudar as possibilidades de utilização econômica da fauna regional. Belo relato sobre estes anos primeiros e heróicos foi escrito por BONANÇA (1983), filha e secretária voluntária do chefe.

A equipe pioneira dos pesquisadores recrutados por Rodolpho von Ihering esteve assim constituída: Achilles Scorzelli Jr. (1908 – 1984), Antônio Carlos Estevão de Oliveira (1880 – 1946), Benedito Borges Vieira (1910 – 1989), Luiz Canale (1908 – 1950), Mário Ulysses Viana Dias (1914 – 2001), Pedro de Azevedo (1908 – 1973) e Stillman Wright (1898 – 1989). Isto sem contar com nove pesquisadores de contratos temporários, os estagiários, os visitantes e os colaboradores (FIGURAS 3 – 5).

FIGURA 2 – **Rodolpho** Theodor Wilhelm Gaspar **von Ihering** (1883 – 1939).

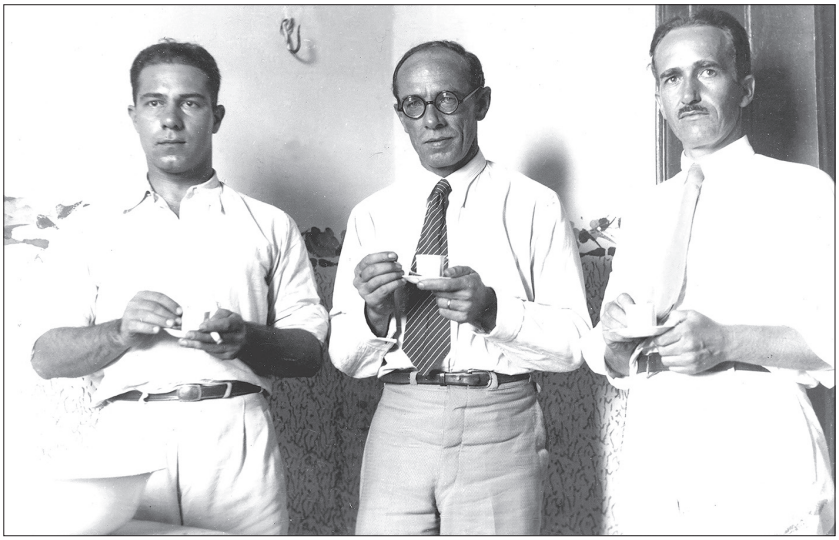


FIGURA 3 – Rodolpho von Ihering, ladeado por Pedro de Azevedo (à esquerda) e Stillman Wright (à direita) – (Campina Grande – PB) – (Ano de 1934).

FIGURA 4 – Reunião social do pessoal da Commisão Téchnica de Piscicultura do Nordeste, possivelmente em algum lugar da Paraíba. À direita: em pé e de óculos, Rodolpho von Ihering, e sentada Dora von Ihering (nome de solteira); à esquerda e sentada, Isabel von Ihering; no centro (de frente e sentados), o casal vestido de branco, Doris A. Wright (de boina) e Stillman Wright.

FIGURA 5 – Pessoal da Commissão Téchnica de Piscicultura do Nordeste, à margem do rio São Francisco (PE). Os três últimos, da direita para a esquerda, são Rodolpho von Ihering, Isabel von Ihering e Stillman Wright, vendo-se ainda a criança Stillman Wright III.

A preocupação inicial dos trabalhos de campo, desenvolvidos pela Commissão, foi a de conhecer as características das águas dos açudes, tendo em vista as necessidades da piscicultura. *"A qualquer trabalho de piscicultura deve preceder uma meticulosa inquirição que permita conhecer minuciosamente a flora e a fauna, tanto das margens como do fundo do açude e em especial da microfauna, aquella que fornece o bom alimento aos peixes recemnascidos. Ahi estão incluidos os protozoarios, os pequenos vermes, as larvas de insectos e tanta outra bicharia miúda que escapa ao conhecimento de quem não presta atenção a estes habitantes da vasa. Além disto, é preciso conhecer algo da temperatura e da composição chimica das aguas, factores que determinam modificações essenciais na biologia (limnologia)."* (IHERING, 1933: 19 – 20).

A fase expedicionária da Commisão teve início na Paraíba (FIGURAS 6 – 7), em viagem por todas as suas zonas fisiográficas (abril/maio – 1933). Em seguida, começaram as investigações na metade oriental do Rio Grande do Norte (maio/junho – 1933). Após demorada permanência no Recife (PE), ela se dirigiu a Jatobá de Tacaratu (atual Petrolândia), na margem pernambucana do rio São Francisco, para estudar a biologia dos seus peixes e começar o peixamento de açudes com espécies mais promissoras (FIGURA 8).

FIGURA 6 – Carro-laboratório da Commissão Téchnica de Piscicultura do Nordeste, usado durante as suas expedições. Em frente: Rodolpho von Ihering.

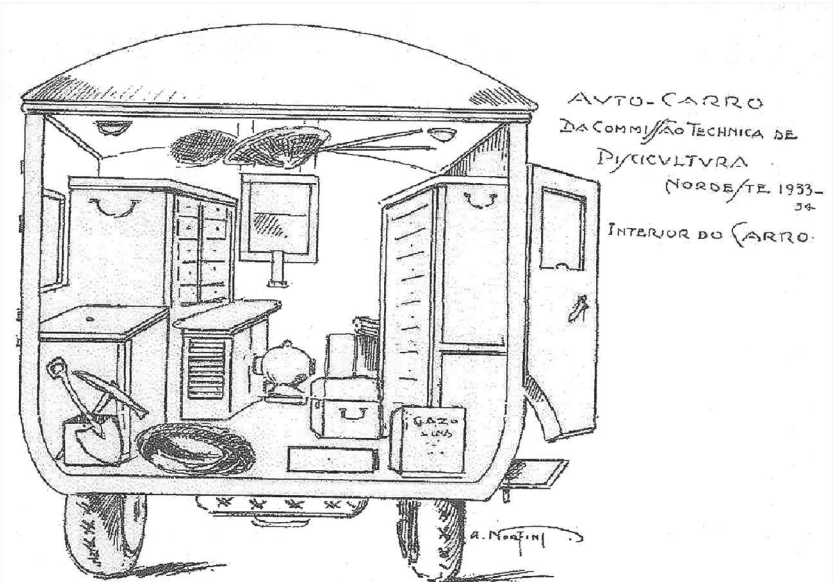


FIGURA 7 – Interior do carro-laboratório da Commissão Téchnica de Piscicultura do Nordeste.

FIGURA 8 – Primeiro transporte de peixes, feito pela Commissão Téchnica de Piscicultura do Nordeste, em Jatobá de Tacaratu (atual Petrolândia) – (PE – 1933).

No início de 1934, a Commissão ficou sediada em Campina Grande (PB), à rua dos Paus Grandes, nº 62 (agora rua João Alves de Oliveira), perto do açude Bodocongó, onde foi instalado o primeiro posto de piscicultura da região nordestina do Brasil (FIGURA 9). Foram selecionados quatro açudes dos seus arredores, para realização de estudos mais detalhados.

Finalmente, em maio de 1935, sua sede foi transferida para Fortaleza (CE). Antes de se fixar na nova sede (1936), a Commissão esteve no Pará, explorando a ilha de Marajó e o rio Tocantins. Fez ainda estudos no rio Parnaíba (PI) – em ambas as viagens, procurou espécies mais promissoras de peixes, para aclimação nos açudes nordestinos.

FIGURA 9 – Vista recente (setembro/2012) do açude Bodocongó, em plena área urbana de Campina Grande (PB). Foto de Francisco Crêunio Pinto Lima.

Anos de consolidação

Com a transferência da sede para Fortaleza (FIGURA 10), o corpo de pesquisadores da Commissão foi acrescido com o ingresso de ex-estagiários, a saber: Oceano Atlântico Linhares (1904 – 1984), Osmar Fontenele (1915 – 1993), Rui Simões de Menezes (1917 –

2001) e Waldemar Carneiro de França (1909 – 1970). Ainda com os naturalistas Francisco de Oliveira Melo (1914 – 2007) e José Salles de Oliveira (1903 – 1962).

FIGURA 10 – Fachada da casa na rua Rodolfo Teófilo (hoje Waldery Uchoa) nº 198, na Gentilândia (Fortaleza – CE), primeira sede cearense da Commissão Téchnica de Piscicultura do Nordeste. Da esquerda para a direita: em pé – Rodolpho von Ihering, Mário Viana Dias, Luíz Canale e Waldemar Carneiro de França; sentados – Pedro de Azevedo e Herman Lent.

Também, passou a contar com modernas instalações administrativas e laboratórios situados no bairro Gentilândia (FIGURA 11), tendo em anexo o Posto de Piscicultura de Fortaleza e tanques de criação de peixes junto à lagoa do Tauape (FIGURAS 12 – 13).

Um grande progresso foi alcançado com a definição e aprovação do organograma da Comissão Téchnica de Piscicultura do Nordeste, no âmbito da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (FIGURA 14).

Rodolpho von Ihering chefiou a Comissão Téchnica de Piscicultura do Nordeste até novembro de 1937. Foi substituído, sucessivamente, por

Pedro de Azevedo (1937 – 1940), Benedito Borges Vieira (1940 – 1941) e Antônio Carlos Estevão de Oliveira (1942 – 1946).

FIGURA 11 – Novas instalações administrativas e laboratórios da Commisão Téchnica de Piscicultura do Nordeste, no bairro Gentilândia (Fortaleza – CE).

FIGURA 12 – Tanque para estágio de reprodutores do Posto de Piscicultura de Fortaleza, no bairro Gentilândia (Fortaleza – CE).

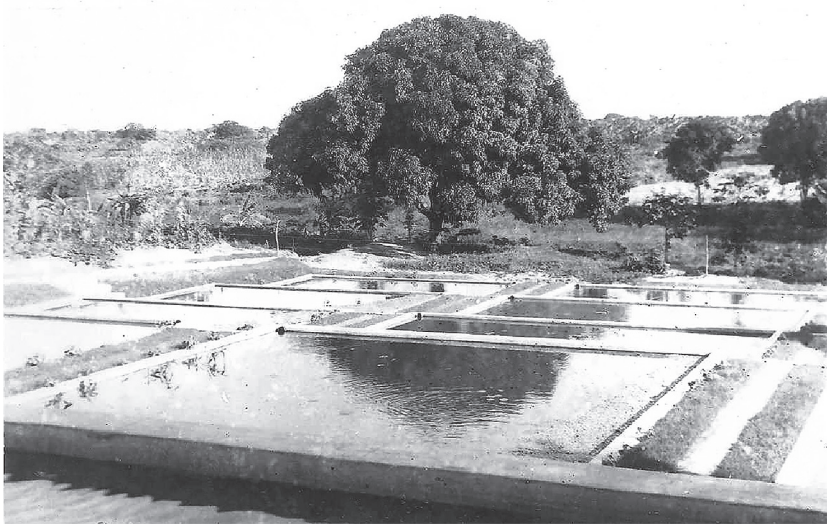


FIGURA 13 – Tanques de criação de peixes junto à lagoa do Tauape (Fortaleza – CE).

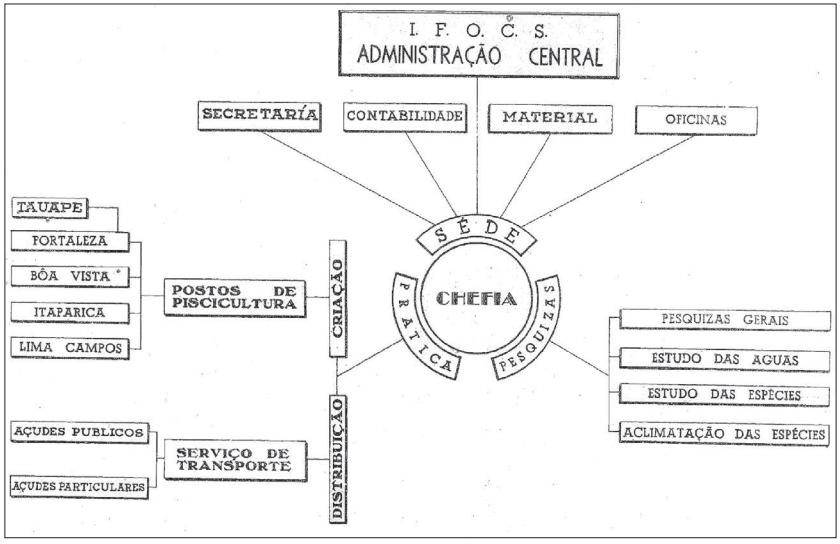


FIGURA 14 - Organograma da Commisão Téchnica de Piscicultura do Nordeste.

Em decorrência do decreto-lei nº 8.436, de 28 de dezembro de 1945, a Commissão foi transformada em Serviço de Piscicultura, setor permanente do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

"Durante cinco (5) anos como chefe da CTPN, Rodolpho von Ihering montou no semiárido nordestino uma sólida estrutura para desenvolvimento da pesca e da piscicultura, cujo ponto mais alto foi a fundação de uma escola de cientistas pesqueiros de mais alto nível, que até hoje vem repassando de geração em geração a valiosa experiência adquirida, como garantia para o povo do sertão de uma vida digna e abundante." (GURGEL 2011 : 248).

Principais trabalhos publicados

AZEVEDO, P. – 1935 – Explicação dos quadros expostos pela Comissão Technica de Piscicultura do Nordeste na Feira Internacional de Amostras do R. de Janeiro. *Campo*, Rio de Janeiro, *6* (11) : 17 – 21, 16 figs.

AZEVEDO, P. – 1938*a* – Da Biologia dos Peixes Nordestinos (Fragmento Biocenotico. **In:** *Livro Jubilar do Professor Lauro Travassos*, p. 51 – 60, Rio de Janeiro. Editado pelo Instituto Oswaldo Cruz.

AZEVEDO, P. – 1938*b* – O cascudo dos açudes nordestinos "*Plecostomus plecostomus*". *Arq. Inst. Biol.*, São Paulo, *9* (20) : 211 – 224, 14 figs., est. 24.

AZEVEDO, P. & CANALE, L. – 1938 – A hipófise e sua ação nas gonadas dos peixes neotropicos. *Arq. Inst. Biol.,* São Paulo*, 9* (17) : 165 – 186, 3 figs., est. 16.

AZEVEDO, P.; DIAS, M. V. & VIEIRA, B. B. – 1938 – Biologia do saguirú (*Characidae, Curimatinae). Mem. Inst. Osw. Cruz*, Rio de Janeiro, *33* (4) : 481 – 553, 4 + 12 figs., 3 ests.

AZEVEDO, P. & GOMES, A. L. – 1942 – Contribuição ao estudo da biologia da Traíra, *Hoplias malabarica* (Bloch, 1794). *Bol. Ind. Anim,* São Paulo, *5* (4) : 15 – 64, 4 + 7 + 44 figs.

AZEVEDO, P. & OLIVEIRA, A. C. E. – 1939 – Sôbre o emprêgo da hipófise conservada em álcool na desova dos peixes. **In:** *Livro de Homenagem aos Professores Álvaro e Miguel Ozório de Almeida,* pp. 35 – 42, Rio de Janeiro. Editado pelo Instituto Oswaldo Cruz.

AZEVEDO, P. & VIEIRA, B. B. – 1938*a* – Contribuição para o Catálogo Biológico dos peixes fluviais do Nordeste do Brasil. *Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas*, Rio de Janeiro, *9* (1) : 82 – 92, [3] ests.

AZEVEDO, P. & VIEIRA, B. B. – 1938*b* – Contribuição para o Catálogo Biológico dos peixes fluviais do Nordeste do Brasil II. Piábas (Characidae, Tetragonopterinae). *Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas*, Rio de Janeiro, *10* (1) : 71 – 75, [3] ests.

AZEVEDO, P. & VIEIRA, B. B. – 1939 – Contribuição para o Catálogo Biológico dos peixes fluviais do Nordeste do Brasil III. Saguirú, *Curimata elegans* Steindachner (*Characidae, Curimatinae*). *Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas*, Rio de Janeiro, *11* (2) : 181 – 184, 1 ests.

AZEVEDO, P. & VIEIRA, B. B. – 1940 – Realizações da Comissão Técnica de Piscicultura – 1940 . *Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas*, Rio de Janeiro, *13* (2) : 113 – 124, [28] ests.

CARDOSO, D. M. – 1934 – Relação genito-hipofisaria e reprodução nos peixes. *Arq. Inst. Biol.,* São Paulo, *5* : 132 – 136, 2 figs.

DROUET, F.; PATRICK, R. & SMITH, L. B. – 1938 – A flora de quatro açudes da Paraíba. *An. Acad. Brasil. Ciên.,* Rio de Janeiro, *10* (2) : 89 – 103.

IHERING, R. v. – 1933 – 1º, 2º e 3º Relatórios Parciaes (Parahyba, Rio G. do Norte, Pernambuco). **In:** *Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste do Brasil*, pp. 19 – 52, [2] mapas, [3] figs. (em páginas não numeradas). Ministério de Viação e Obras Públicas, 52 pp., ilus., Recife.

IHERING, R. v. – 1934*a* – *Commissão Technica de Piscicultura do Nordeste do Brasil – Programa de Trabalho – 5º Relatório Parcial referente ao periodo de janeiro a julho de 1934.* Ministério de Viação e Obras Públicas, 19 pp., [2] ests., São Paulo.

IHERING, R. v. – (1934*b)* 1985 – Aspectos biológicos do sertão. *Ciência e Cultura,* São Paulo, *37* (2) : 308 – 316.

IHERING, R. v. – 1935*a* – Progressos technicos realizados pela

Commissão Technica de Piscicultura do Nordeste. *Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas*, Rio de Janeiro*, 4 (1) : 18 – 19, 1 est.*

IHERING, R. v. – 1935*b* – O papel da hipófise na piscicultura nacional. *Campo,* Rio de Janeiro, *6* (11) : 22 – 23, [8] figs.

IHERING, R. v. – 1935*c* – Die Wirkung von Hipophyseninjektion auf den Laichakt von Fishen. *Zool. Anz.,* Leipzig, *3* (11/12) : 273 – 279.

IHERING, R. v. – 1936 – Fischereiliche Erfalrungen in Nordost – Brasilien. *Zeitsch. f. Fisch.,* n. d., *Hilfswiss,* Neudamm und Berlin, *34 :* 549 – 559, 8 abb.

IHERING, R. v. – 1937*a* – *Piscicultura no Brasil.* Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas, 57 pp., 16 figs., Fortaleza.

IHERING, R. v. – 1937*b* – A method for inducing fish to spawn. *The Progressive Fish – Culturist,* Washington, (34) : 15 – 16.

IHERING, R. v. – 1937*c* – Bewegung des Ei – Inhaltes zweier brasilianischer Süsswasserfische. *Zool. Anz.,* Leipzig, *120* (3/4) : 45 – 51.

IHERING, R. v. & AZEVEDO, P. – 1934 – A curimatã dos açudes nordestinos (*Prochilodus argenteus*). *Arq. Inst. Biol.,* São Paulo, *5* : 143 – 184, 6 figs., ests. 4 – 9.

IHERING, R. v. & AZEVEDO, P. – 1936 – As piábas dos açudes nordestinos (*Characidae, Tetragonopterinae*). *Arq. Inst. Biol.,* São Paulo, *7* (8) : 75 – 106, 2 figs., ests. 9 – 12.

IHERING, R. v.; CARDOSO, D. [M.]; AZEVEDO, P. & PEREIRA Jr., J – 1935 – Hypophysis and fish reproduction. *Proc. XXth Internat. Physiol. Congress,* Moscow, *21* (5/6) : 211 – 212.

IHERING, R. v. & WRIGHT, S. – 1935 – Fisheries investigations in N. E. Brazil. *Trans. Amer. Fish. Soc.* Washington, *65* : 267 – 271.

MENEZES, R. S. – 1943 – O método da hipofisação de peixes na piscicultura. *Campo,* Rio de Janeiro, *14* (abril) : 39 – 44.

MENEZES, R. S. – 1945 – Ação de hipófises de peixes doadores em diestro sôbre peixes reprodutores em estro. *Rev. Brasil Biol.,* Rio de Janeiro, *5* (4) : 535 – 539.

MENEZES, R. S.; FONTENELE, O. & CAMACHO, E. C. – 1945 – Sôbre o uso do extrato glicerinado de hipófises de peixe na reprodução dos peixes do nordeste do Brasil. *Rev. Fac. Med. Vet.*, São Paulo, *3* (1 / 2) : 175 – 182.

PEREIRA, C. – 1935 – Ascaridata e Spirurata parasitos de peixes do nordeste brasileiro. *Arq. Inst. Biol.,* São Paulo, *6* (6) : 53 – 62, 25 figs.

PEREIRA, C. – 1938 – *Travema travema* n. g. e n. sp. (Nematoda, Oxiuridae, parasito de *Curimatus elegans* (Pisces: Characinidae) no nordeste brasileiro. **In:** *Livro Jubilar do Professor Lauro Travassos*, pp. 381 – 383, Rio de Janeiro. Editado pelo Instituto Oswaldo Cruz.

PEREIRA, C.; DIAS, M. V. & AZEVEDO, P. – 1936 – Biologia do nematoide "*Procamallanus cearensis"* n. sp. *Arq. Inst. Biol.,* São Paulo, *7* (17) : 209 – 226, 8 figs., ests. 30 – 33.

WRIGHT, S. – 1934*a* – Alguns dados da physica e da chimica das águas dos Açudes Nordestinos. *Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas,* Rio de Janeiro, *1* (4) : 164 – 169, [4] ests.

WRIGHT, S. – 1934*b* – Da Physica e da Chimica das águas do Nordeste do Brasil. II. Chloretos e Carbonatos. *Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas,* Rio de Janeiro, *2* (5) : 206 – 211, 1 est.

WRIGHT, S. – 1937 – Da Physica e da Chimica das águas do Nordeste do Brasil. III. Condições Thermicas. *Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas,* Rio de Janeiro, *8* (2) : 179 – 186, 1 fig.

WRIGHT, S. – 1938 – Da Física e da Química das águas do Nordeste do Brasil. IV. Condições Químicas. *Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas,* Rio de Janeiro, *10* (1) : 37 – 54, 3 + 3 ests.

Anos subsequentes

Após a administração de Antônio Carlos Estevão de Oliveira, já referida, o setor de pesca e piscicultura do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas teve os seguintes dirigentes: Waldemar Carneiro de França (1946 – 1952), Carlos Bastos Tigre (1952 – 1956), Osmar Fontenele (1956 – 1961), Rui Simões de Menezes (1961 – 1962), Osmar Fontenele (1963 – 1972), Raimundo Adhemar

Braga (1973 – 1974), José Jarbas Studart Gurgel (1974 – 1989), José Napoleão de Carvalho (1989 – 2000), Renata Teles Polary Bovigueiro (2000 – 2008), João Fernandes Fontenelle (2008 – 2009) e Pedro Eymard Campos Mesquita (2010 –).

As estações de piscicultura da Inspetoria Federal / Departamento Nacional de Obras Contra as Secas foram/são as seguintes:

1 – Estação de Piscicultura de Campina Grande (PB), junto ao açude Bodocongó, extinta com a mudança da Commissão Téchnica de Piscicultura do Nordeste em 1935.

2 – Estação de Piscicultura da Gentilândia (Fortaleza – CE) e o anexo da lagoa do Tauape, inaugurada(o) em 1936 e 1939, já extinta(o).

3 – Estação de Piscicultura Pedro de Azevedo, abastecida pelo açude Lima Campos (Icó – CE), inaugurada em 1942.

4 – Estação de Piscicultura Waldemar Carneiro de França, junto ao açude Amanari (Maranguape – CE), inaugurada em 1956.

5 – Estação de Piscicultura Estevão de Oliveira, junto ao açude Itans (Caicó – RN), inaugurada em 1966.

6 – Estação de Piscicultura Oceano Atlântico Linhares, junto ao açude Jacurici (Itiúba – BA), inaugurada em 1968.

7 – Estação de Piscicultura Adhemar Braga, junto ao açude Caldeirão (Piripiri – PI), inaugurada em 1977.

8 – Estação de Piscicultura Bastos Tigre, junto ao açude Poço da Cruz (Ibimirim – PE), inaugurada em 1982.

9 – Estação de Piscicultura Osmar Fontenele, abastecida pelo açude Aires de Sousa (Sobral – CE), inaugurada em 1995.

10 – Estação de Piscicultura Rui Simões de Menezes, junto ao açude Castanhão (Alto Santo – CE), inaugurada em 2006.

11 – Estação de Piscicultura Joaquim Firmino Filho, junto ao açude São Gonçalo (Souza – PB), inaugurada em 2008.

12 – Estação de Piscicultura José Ailton Nogueira Mota, junto ao açude Jaramataia (AL), inaugurada em 2010.

13 – Estação de Piscicultura de Gracho Cardoso, junto ao açude Três Barras (SE), que não teve inauguração oficial, mas já está funcionando desde 2010.

14 – Estação de Piscicultura de Porto Alegre (PI), ainda não inaugurada. Operou por algum tempo sob gestão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, mas está retornando ao controle do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Os previstos postos de piscicultura de Boa Vista (Santa Maria da Boa Vista) e Itaparica, ambos na margem pernambucana do rio São Francisco, não foram construídos.

Desde 1985 está em atividade o Centro de Pesquisas Ictiológicas Rodolpho von Ihering, junto ao açude Pereira de Miranda (Pentecoste – CE) – FIGURAS 15 – 16.

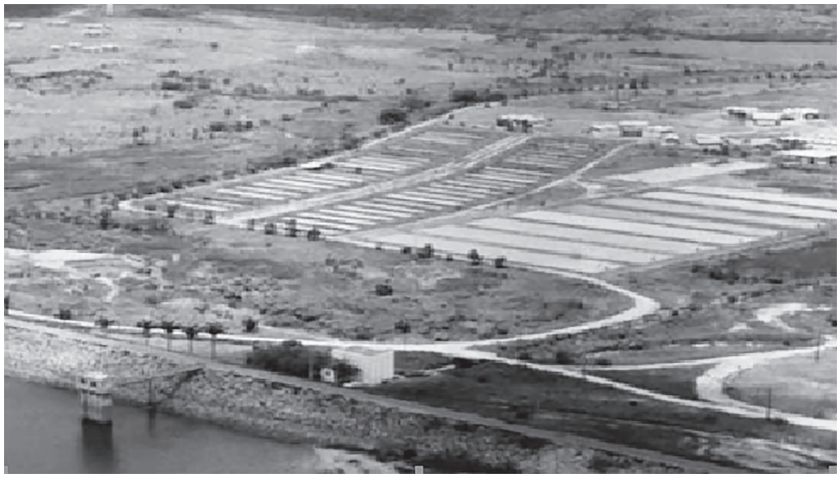


FIGURA 15 – Vista do Centro de Pesquisas Ictiológicas Rodolpho von Ihering, a jusante do açude Pereira de Miranda (Pentecoste – CE).

FIGURA 16 – Entrada do edifício central do Centro de Pesquisas Ictiológicas Rodolpho von Ihering (Pentecoste – CE), vendo-se os dois autores deste trabalho, o primeiro com sua bengala.

Ao longo do tempo, foram introduzidas nos açudes nordestinos pela Inspetoria Federal/Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, 1 espécie de crustáceo e 20 espécies de peixes (TABELA I), isto sem contar com outro camarão-sossego, ambos trazidos do rio Amazonas para alimentar espécies carnívoras.

Além das espécies efetivamente introduzidas nos açudes (TABELA I), 21 outras permaneceram ou ainda se encontravam restritas a ambientes controlados (1987), sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contras as Secas (TABELA II).

TABELA I – Espécies de crustáceos e peixes introduzidos nos açudes públicos controlados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Espécies	Anos	Procedências
Ocorre(ra)m nas pescarias comerciais		
camarão–canela*	1939	Rio Amazonas
apaiari*	1938	Pará – Brasil
carpa–espelho	1972	São Paulo – Brasil
curimatã–pacu*	1935	Rio São Francisco
pescada–cacunda*	1935	Rio Amazonas
pescada–do–Piauí	1949	Rio Parnaíba
piau–verdadeiro*	1938	Rio São Francisco
pirapitinga	1970	Amazonas – Brasil
pirarucu*	1939	Pará – Brasil
tambaqui	1966	Amazonas – Brasil
tilápia–de–Zanzibar	1971	Costa do Marfim
tilápia–do–Congo	1956	São Paulo – Brasil
tilápia–do–Nilo	1971	Costa do Marfim
tucunaré–comum*	1939	Pará – Brasil
tucunaré–pinima*	1944	Pará – Brasil
Não aparecem nas pescarias comerciais		
barbusa	1961	Índia
mandi–amarelo*	1933	Rio São Francisco
pacu*	1935	Rio São Francisco
pescada–do–Amazonas*	1936	Rio Amazonas
pirá*	1934	Rio São Francisco
sofia*	1933	Rio São Francisco

Observação: as espécies assinaladas com asterisco (*) foram introduzidas pela Commissão Téchnica de Piscicultura do Nordeste.
Fonte: GURGEL & OLIVEIRA (1987) – Efeitos da introdução de peixes e crustáceos no semiárido do nordeste brasileiro.

TABELA II – Espécies de crustáceos e peixes introduzidos no semiárido nordestino, que permaneceram ou ainda se encontravam restritas a ambientes controlados (1987), sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (DNOCS).

Espécies	Anos	Procedências
camarão–de–pedra	1968	Rio Parnaíba
camarão–de–Penedo	1972	Rio São Francisco
bagre–branco	1975	Rio Parnaíba
bagre–de–canal	1973	Estados Unidos
bozó	1958	Rio São Francisco
carpa–cabeça–grande	1979	China
carpa–capim	1979	China
carpa–prateada	1979	China
fidalgo	1953	Rio Parnaíba
frexeiro	1971	Rio Parnaíba
mandubé	1953	Rio Parnaíba
mapará	1975	Rio Amazonas
matrinchão	1949	Rio São Francisco
pacu–manteiga	1961	Rio Amazonas
peixe–rei*	1935	Argentina
pescada–cacunda*	1942	Rio São Francisco
piramutaba	1973	Rio Amazonas
surubim	1973	Rio Parnaíba
surubim–pintado	1979	Rio São Francisco
tamoatá	1979	Rio Amazonas
truta–arco–íris	1983	Estados Unidos

Observação: as espécies assinaladas com asterisco (*) foram introduzidas pela Commissão Téchnica de Piscicultura do Nordeste.
Fonte: GURGEL & OLIVEIRA (1987) – Efeitos da introdução de peixes e crustáceos no semiárido do nordeste brasileiro.

Semente fecunda

A produção científica sobre pesca e piscicultura da(o) Inspetoria Federal/Departamento Nacional de Obras Contra as Secas é abundante e valiosa. Da mesma forma, é louvável o aumento da produtividade pesqueira nos açudes nordestinos e a expansão dos cultivos regionais de peixes. São frutos de semente fecunda.

Aqui serão detalhados resultados positivos em diferentes áreas do conhecimento e atuação, a saber: biodiversidade regional, limnologia dos açudes, biologia de peixes, reprodução induzida de peixes, peixamentos dos açudes, melhoria das pescarias e cultivos intensivos da tilápia–do–Nilo. Tudo a partir do pioneirismo da Commissão Téchnica de Piscicultura do Nordeste e/ou de suas instituições sucessoras.

Biodiversidade regional

Desde o início das atividades da Commissão, foi permanente o interesse em aumentar conhecimentos sobre a flora e a fauna regionais, com a coleta sistemática de plantas e animais das caatingas e de suas águas.

Logo se constatou e confirmou-se a pobreza da biota semiárida, em qualidade e quantidade, com baixo endemismo. Foram encontradas 106 espécies novas, sendo 14 de vegetais e 92 de animais, das quais 18 de peixes. Na ictiofauna, poucas espécies de valor comercial. (GURGEL, 2011 : 246).

Já em 9 de dezembro de 1933, na cidade do Rio de Janeiro e durante o I Congresso dos Problemas do Nordeste, Rodolpho von Ihering apresentou importante comunicado sob o título "Aspectos Biológicos do Sertão", onde mostrou a sua visão abrangente e integral sobre a natureza do nordeste do Brasil (DIAS, 1984). Esta contribuição está antes referida [IHERING (1934*b*) 1985].

Limnologia dos açudes

Os primeiros estudos sobre as características físicas e químicas das águas dos açudes nordestinos foram conduzidos por Stillman Wright, a serviço da Commissão.

Após o breve período anual de chuvas, a distribuição dos gases e sais em solução, bem como a temperatura, passam a ser estratificadas nos açudes: as águas se tornam mais limpas, por causa da decantação do material em suspensão (FIGURA 17).

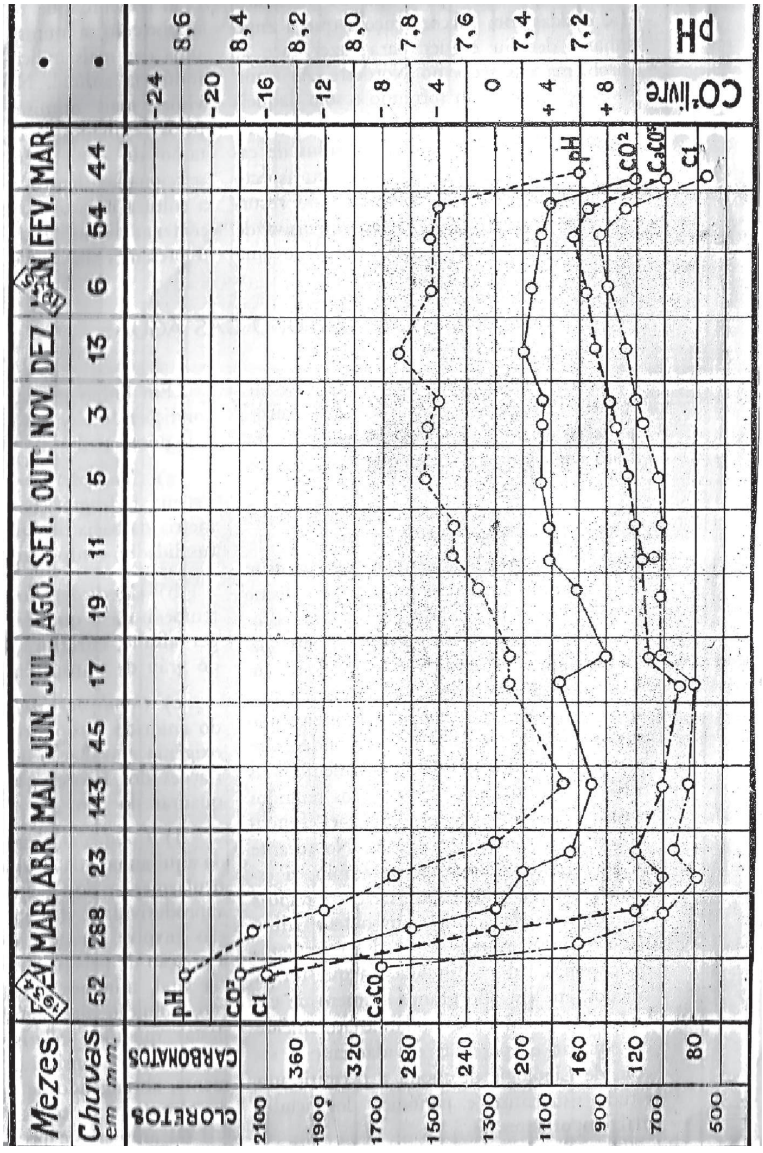


FIGURA 17 – Esquema padrão das variações mensais sofridas pelos principais fatores químicos que caracterizam as águas de um açude (AZEVEDO & VIEIRA, 1940).

Biologia dos peixes

Séria preocupação dos técnicos da Commissão esteve dedicada ao estudo da biologia dos peixes regionais, principalmente no que diz respeito à reprodução, alimentação, crescimento e precocidade, alcançando maiores tamanhos, à procura das espécies mais apropriadas às pescarias comerciais (FIGURA 18).

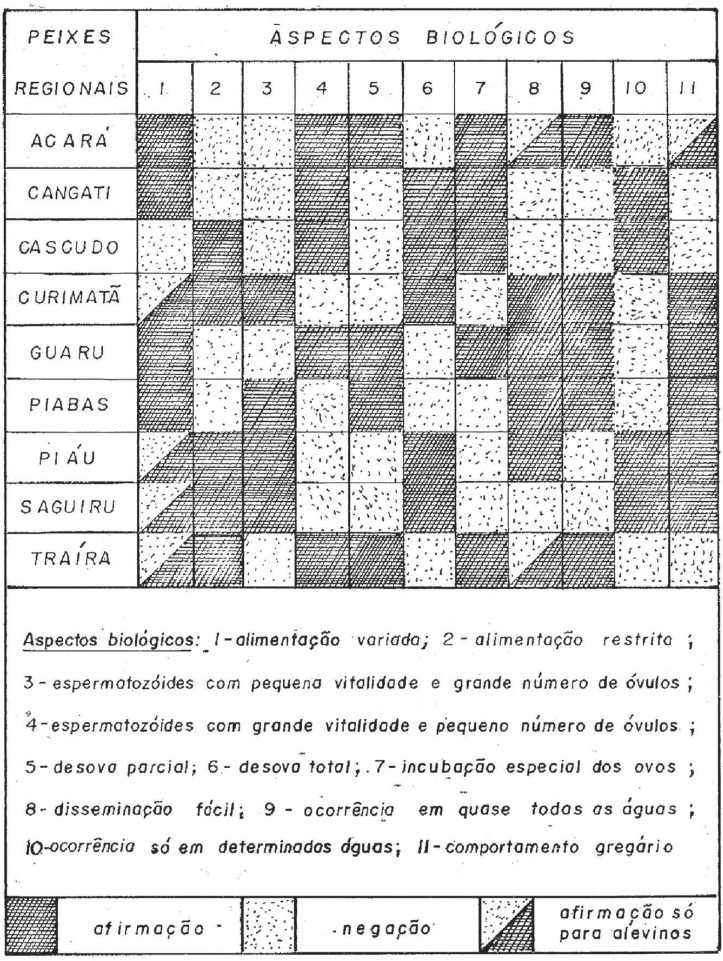


FIGURA 18 – Alguns dados comparativos da biologia dos peixes do nordeste brasileiro. Informações originais contidas em AZEVEDO, 1938 : 58 – In: PAIVA, 1974 : 6.

Reprodução induzida de peixes

O maior obstáculo para a criação dos peixes de piracema está na incapacidade de sua reprodução em águas lênticas.

Tendo em vista a necessidade de povoar os açudes nordestinos com tais peixes, a Commissão avolumou pesquisas sobre o assunto, disto resultando o seu maior achado científico, com o método da hipofisação, para a indução da desova dos peixes de piracema em cativeiro.

Em março de 1934, foi conseguida a primeira desova induzida de peixes no nordeste do Brasil, com exemplares da curimatã, no laboratório junto ao açude Bodocongó (Campina Grande – PB) – FIGURAS 19 – 21. Desde então, tornou-se possível a reprodução em cativeiro e criação dos alevinos de peixes migradores, para povoamento dos açudes regionais.

O método da hipofisação foi posteriormente aperfeiçoado, sendo agora de uso rotineiro nas estações de piscicultura (MENEZES, FONTENELE & NEPOMUCENO, 1982).

FIGURA 19 – Acesso à hipófise de curimatã, pela abertura do crânio de exemplar doador.

FIGURA 20 – Remoção do encéfalo de curimatã, para retirada da hipófise.

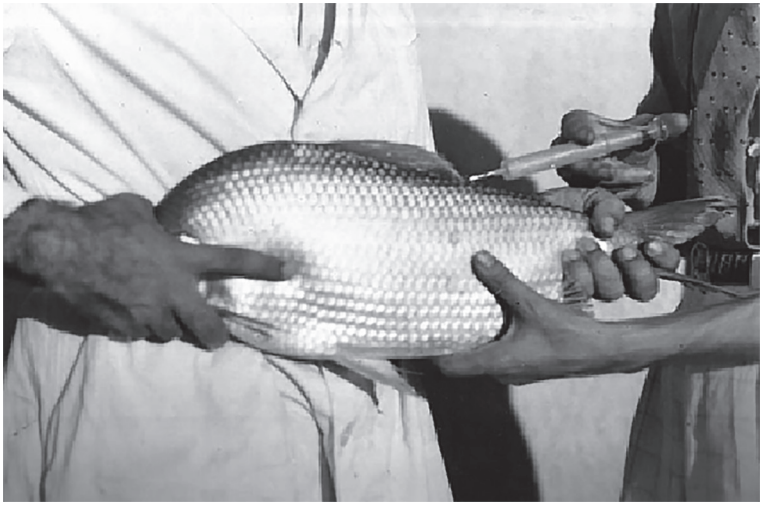


FIGURA 21 – Suspensão em soro fisiológico do hormônio hipofisário, sendo injetada no dorso de reprodutor(a) da curimatã.

Peixamento dos açudes

Logo em 1933 começou a produção de alevinos nas estações de piscicultura, tanto de espécies regionais como aclimadas, para peixamento dos açudes. Isto para aumentar a produtividade das pescarias, evitar a depleção/sobrepesca de espécies e fazer o peixamento de novos corpos d'água (TABELA III).

Pelos dados apresentados, verifica-se o predomínio da produção de alevinos das espécies aclimadas, o que comprova a eficiência das práticas adotadas no manejo de seus reprodutores, nos postos de piscicultura.

Melhoria das pescarias

No tocante ao aumento da produtividade pesqueira dos açudes nordestinos, as atividades compreendem as seguintes vertentes:

– obras de engenharia, tais como escada-de-peixe, para a subida dos peixes de piracema, e escama-peixe, para impedir o acesso de piranhas aos açudes (FIGURA 22);

FIGURA 22 – Escada-de-peixe e escama-peixe construídas junto ao açude Lima Campos, (Icó – CE), pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

– erradicação de piranhas em bacias hidrográficas (MENEZES, FONTENELE & NEPOMUCENO, 1982);

– peixamentos com alevinos de espécies prolíficas, precoces e de alto valor comercial (TABELA III);

TABELA III – Alevinos de espécies regionais e aclimadas, produzidos pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (2008 – 2012).

Alevinos			
anos	espécies regionais	espécies aclimadas	totais
2008	2.832.247	45.817.422	48.649.669
2009	1.490.400	42.721.680	44.212.080
2010	919.361	37.392.668	38.312.029
2011	571.361	33.317.703	33.889.064
2012	318.366	36.219.752	36.538.118
Médias	1.226.347	39.093.845	40.320.192

Fonte: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

– melhoria dos barcos e aparelhos de pesca;

– controle estatístico da produção pesqueira, para avaliar resultados e evitar depleção e/ou sobrepesca de espécies (TABELA IV).

Como era de se esperar, principalmente por causa dos peixamentos, é grande o predomínio da produção pesqueira das espécies aclimadas.

TABELA IV – Produção de pescado de 186 açudes públicos administrados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Produção de pescado (t)			
anos	espécies regionais	espécies aclimadas	totais
2008	4.956,40	12.626,40	17.582,80
2009	4.830,00	13.470,60	18.300,60
2010	4.949,90	13.715,70	18.665,60
2011	4.843,90	13.639,00	18.482,90
2012	2.325,49	3.415,58	5.741,07
Média	4.381,14	11.373,46	15.754,60

Observação: a queda de produção em 2012, que deve continuar em 2013, foi causada por grande seca em toda a região nordeste do Brasil.
Fonte: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

Cultivos intensivos de tilápia–do–Nilo

Com a aclimação da tilápia–do–Nilo em 1971 (TABELA I), tornou-se possível o seu cultivo intensivo no nordeste do Brasil, cuja produção alcançou a média anual de 24.301 toneladas nos últimos anos no Estado do Ceará (TABELA V).

TABELA V – Produção de tilápia-do-Nilo, resultante de cultivos intensivos no Estado do Ceará (2008 – 2012).

Anos	Toneladas
2008	20.790
2009	22.788
2010	23.927
2011	26.280
2012	27.720
Média	24.301

Fonte: Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE.

Agradecimentos: Somos gratos às seguintes pessoas: Anésia Torres Vieira Bayma, Francisco Crêunio Pinto Lima, Hitoshi Nomura, Isabella Bernstein Scorzelli, Jesualdo Pereira Farias, Mariana Ferreira de Menezes, Marize Procópio e Miguel Angelo de Azevedo (Nirez). Todos nos ajudaram a preparar este trabalho, fornecendo informações, bibliografia e fotografias.

Bibliografia consultada

ANÔNIMO – 1932 – *Instruções para os Serviços de Piscicultura e de Reflorestamento e Postos Agrícolas do Nordeste Brasileiro.* Oficina dos Correios e Telégrafos, II pp., Rio de Janeiro.

ANÔNIMO – 1944 – Peixamento dos açudes dp Nordeste, executado pela Comissão Técnica de Piscicultura, até 31/12/1943. *Voz do Mar,* Rio de Janeiro, *23* (191) : 179 – 181, 183.

BONANÇA, D. v. I. – 1983 – Ciência e Belezas nos Sertões do Nordeste.

In: IHERING, R. v. & BONANÇA, D. v. I. – *Ciência e Belezas nos Sertões do Nordeste,* pp. 31 – 139, 25 figs. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, 305 pp., ilus., Fortaleza.

BRAGA, R. A. – 1972*a* – Pesca e piscicultura continentais no nordeste do Brasil (Resenha histórica). *Bol. Cear. Agron*., Fortaleza, *13* : 57 – 67.

BRAGA, R. A. – 1972*b* – *Ecologia e etologia de piranhas (gen*. Serrasalmus) *no Nordeste do Brasil.* Universidade de São Paulo, tese de doutoramento em Ciências, 305 pp., ilus, São Paulo.

DIAS, M. V. – 1984 – O naturalista Rodolpho von Ihering. **In:** PAIVA, M. P. (coord.) – *A permanência de Rodolpho von Ihering,* pp. 76 – 85. Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 211 pp., [1] + 28 figs., Rio de Janeiro.

FONTENELE, O. – 1961 – Escadas de peixes nos açudes do nordeste brasileiro. *Bol. Soc. Cear. Agron.,* Fortaleza, *2* : 11 – 21, 6 figs.

GURGEL, J. J. S. – 2011 – 80 anos da pesca e piscicultura do DNOCS (1932 – 2012). *Rev. Inst. Ceará,* Fortaleza, *125* : 235 – 266, 9 figs.

GURGEL, J. J. S. & OLIVEIRA, A. G. – 1987 – Efeitos da introdução de peixes e crustáceos no semiárido do nordeste brasileiro. *Coleção Mossoroense,* sér. dB/nº 453, 28 pp., 6 figs. (em páginas não numeradas), Mossoró.

MENEZES, R. S. – 1960 – Notas sôbre as piranhas e pirambebas, *Serrasalmus* Lacépède no nordeste brasileiro (*Pisces, Characidae, Serrasalminae). Bol. Soc. Cear. Agron.,* Fortaleza, *1* – 83 – 101.

MENEZES, R. S. – 1964 – A Pesca e os Peixes da Bacia do Rio Parnaíba, Piauí. *Chácaras e Quintais,* São Paulo, *110* (5) : 625 – 626, 628 – 630; *110* (6) : 745 – 752.

MENEZES, R. S.; FONTENELE, O. & NEPOMUCENO, F. H. – 1982 – *Lista de trabalhos sobre pesca continental e recursos da biomassa nordestina.* Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, 70 pp., Fortaleza.

NOMURA, H. – 1984 – Análise sucinta da obra científica, literária e de divulgação do doutor Rodolpho von Ihering. In: PAIVA, M. P. (coord.) – *A permanência de Rodolpho von Ihering.* Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. 211 pp., [1] + 28 figs., Rio de Janeiro.

NOMURA, H. – ( ) 1997 – *Vultos da Zoologia Brasileira.* Coleção Mossoroense, 2ª. ed., volume I, 155 pp.; volume II, 139 pp.; Mossoró. Os anteriores volumes I – V estão reunidos em dois novos volumes.

NOMURA, H. – 1995 – *Vultos da Zoologia Brasileira – VI.* Coleção Mossoroense, sér. C / vol. 861, 139 pp., Mossoró.

PAIVA, M. P. – 1963 – Sinopse sobre as águas interiores do nordeste do Brasil. *Bol. Soc. Cear. Agron.,* Fortaleza, *4* : 1 – 15.

PAIVA, M. P. – 1972 – As investigações científicas e o aproveitamento de recursos pesqueiros dos açudes nordestinos. *Bol. Cear. Agron.,* Fortaleza, *13* : 17 – 28.

PAIVA, M. P. – 1973 – Recursos pesqueiros e a pesca na bacia do Rio Parnaíba (Brasil). *Bol. Cear. Agron.,* Fortaleza, *14* : 49 – 82.

PAIVA, M. P. – 1974 – *Crescimento, alimentação e reprodução da traíra,* Hoplias malabaricus (*Bloch), no nordeste brasileiro,* Universidade Federal do Ceará, 32 pp., 21 figs., Fortaleza.

PAIVA, M. P. – 1982 – *Grandes represas do Brasil.* Editerra Editorial Ltda., 292 pp., 3 figs., X ests., Brasília.

PAIVA, M. P. (coord.) – 1984 – *A permanência de Rodolpho von Ihering.* Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 211 pp., [1] + 28 figs., Rio de Janeiro.

PAIVA, M. P. – 1995 – Fauna do nordeste do Brasil : I – Conhecimento científico. **In**: PAIVA, M. P. & CAMPOS, E. – *Fauna do nordeste do Brasil : conhecimento científico e popular,* pp. 7 – 194, 4 figs. Banco do Nordeste do Brasil S.A., 273 pp., ilus. Fortaleza.

PINHEIRO, L. C. M. & FERREIRA, N. G. (orgs.) – 1960 – *Catálogo das publicações editadas pelo DNOCS.* Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, sér. I, E / nº 193, 44 + 8 pp., (as últimas não numeradas), Rio de Janeiro.

REID, J. W. – 1989 – Stillman Wright (1898 – 1989). *Journal of Crustacean Biology,* San Antonio, *9* (4) : 680 – 683, 1 fig.

WRIGHT, D. A.; FREDINE, G. & STEVENSON, J. – 1989 – Obituary : Dr. Stillman Wright (1898 – 1985). *Fisheries,* Washington, *14* (3) : 22, 1 fig.

ANEXO I

Glossário de nomes vulgares e científicos de crustáceos e peixes nativos e introduzidos no nordeste do Brasil, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Camarão–canela = *Macrobrachium amazonicum* (Heller); **camarão–de–pedra** = A*tya scabra* (Leach); **camarão–de–Penedo** = *Macrobrachium acanthurus* (Wiegmann); **camarão(ões) – sossego** = *Macrobrachium amazonicum* (Heller) e/ou *Macrobrachium jelskii* (Miers).

Acará = *Cichlaurus bimaculatus* (Linnaeus); **apaiari** = *Astronotus ocellatus* (Cuvier); **bagre–branco** = *Selenaspis herzbergii* (Bloch); **bagre–de–canal** = *Ictalurus punctatus* (Rafinesque); **barbusa** = *Barbus conchonius* (Hamilton–Buchanan); **bozó** = *Franciscodoras marmoratus* (Reinhardt); **cangati** = *Trachycorystes striatulus* (Steindachner); **carpa–cabeça–grande** = *Hypophthalmichthys nobilis (*Richardson*);* **carpa–capim** = *Ctenopharingodon idella* Valenciennes*;* **carpa–espelho** = *Cyprinus carpio* Linnaeus; **carpa–prateada** = *Hipophthalmichthys molitrix* Valenciennes; **cascudo** = *Plecostomus plecostomus* Linnaeus; **curimatã** = *Prochilodus cearensis* Steindachner; **curimatã–pacu** = *Prochilodus marggravii* (Walbaum); **fidalgo** = *Ageneiosus valenciennes* Bleeker; **frexeiro** = *Hemiodus parnaguae* Eigenmann & Henn; **guaru** = *Poecilia vivipara* Schneider; **mandi–amarelo** = *Pimelodus clarias* (Bloch); **mandubé** = *Ageneiosus brevifilis* Valenciennes; **mapará** = *Hypophthalmus edentatus* Spix; **matrinchão** = *Brycon hilarii* (Valenciennes); **pacu** = *Myleus micans* (Reinhardt); **pacu–manteiga** = *Myletes edulis* Castelnau; **peixe–rei** = *Odonthestes bonariensis* (Valenciennes); **pescada–cacunda** (rio Amazonas) = *Plagioscion surinamensis* (Bleeker); **pescada–cacunda** (rio São Francisco) = *Pachyurus squamipinnis* Agassiz; **pescada–do–Amazonas** = *Plagioscion squamosissimus* (Heckel); **pescada–do–Piauí** = *Plagioscion squamosisssimus* (Heckel); **piabas** = espécies da família Tetragonopteridae; piau = *Leporinus friderici* (Bloch); **piau–verdadeiro** = *Leporinus elongatus* Valenciennes; **pirá** = *Conorhynchus conirostris* (Valenciennes); **piramutaba** = *Brachyplatystoma vaillantii* (Valenciennes); **piranhas** = espécies de *Serrasalmus* Lacépède; **pirapitinga** = *Colossoma brachipomum* (Cuvier); **pirarucu** = *Arapaima*

gigas (Cuvier); **saguiru** = *Curimata elegans* Steindachner; **sofia** = *Pachyurus francisci* (Cuvier); **tilápia–de–Zanzibar** = *Oreochromis hornorum* (Trewavas); **tilápia–do–Congo** = *Tilapia rendalli* (Boulenger); **tilápia–do–Nilo** = *Oreochromis niloticus* (Linnaeus); **surubim** = *Pseudoplatystoma fasciatum* (Linnaeus); **surubim–pintado** = *Pseudoplatystoma corruscans* Agassiz; **tambaqui** = *Piaractus macropomum* (Cuvier); **tamoatá** = *Hoplosternum littorale* (Hancock); **traíra** = *Hoplias malabaricus* (Bloch); **tucunaré–comum** = *Cichla ocellaris* Schneider; **tucunaré–pinima** = *Cichla temensis* Humboldt; **truta–arco–íris** = *Salmo gairdinerii irideus* Gibbons.

ARTIGOS

Pedro Jaime de Alencar Araripe (1809-2009) – bicentenário de nascimento
(História e Genealogia)

Pedro Alberto de Oliveira Silva*

Descendentes de Pedro Jaime, liderados em Fortaleza por Maria Helena Alencar Scutti, e em Salvador por Guarani Valença de Araripe, homenagearam seu ancestral comum. Na capital cearense foi celebrada uma missa no dia 17 de outubro de 2009, ocasião em que rememorou o evento o jornalista José Caminha Alencar Araripe, pronunciando um discurso evocativo, como seu último neto vivente. Foi, também, lançado um selo postal pela ECT alusivo a efeméride, devidamente acompanhado de um "carimbo de 1º. dia", e uma placa metálica contendo uma réplica dele, cunhada em número reduzido, sendo uma oferecida ao orador da cerimônia e outra ao representante dos correios ali presente.

Na capital baiana, na mesma data, foi afixada no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, por seu sócio efetivo Guarani Valença de Araripe, placa comemorativa do bicentenário de Pedro Jaime ao lado de outra lá existente que comemorava o Centenário da Revolução de 1817, na qual participou Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, como um de seus heróis, pai do homenageado. No dia seguinte, 18 de outubro, realizou-se um almoço de confraternização de parentes e amigos, comparecendo cento e trinta convidados residentes na Bahia, Rio de Janeiro e Paraná.

Pretendemos esclarecer no presente artigo um fato genealógico pouco conhecido, mas, que certamente enriquece os conhecimentos históricos relativos ao Ceará. A origem da família **Alencar Araripe**.

A mais das vezes, as pesquisas sobre famílias cometem muitos erros, principalmente aquelas que abrangem épocas mais antigas.A falta de documentação original, ou fontes fidedignas, é suprida com informações falsas ou incorretas, que são repetidas por outros pesquisa-

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

dores, concorrendo para o descrédito da genealogia como ciência afim da história. Um estudo genealógico exige muita investigação de fontes confiáveis, tempo disponível e paciência É melhor não informar, do que fazer registros inverídicos.

Uma das particularidades desse tipo de pesquisa é que somente sobrevivem ao tempo aquelas personalidades que tiveram destaque em sua época. Refiro-me a sequência ascendente descendentes.O sobrenome de família geralmente vai desaparecendo no ramo feminino, e aquelas pessoas de posição social mais comum são esquecidas. Perdem-se no tempo. Seus nomes eram registrados nos "livros de batismo" e de "óbitos" das paróquias e, quando esses são destruídos, deixam de existir documentalmente para investigadores que irão recorrer à tradição oral, muitas vezes deturpada. Por isso, na contextura de uma genealogia não aparecem todos.

Numerosos clãs de origem portuguesa, desde o século XVIII, tiveram destaque na colonização e evolução histórica do Ceará. Interligaram-se por consanguinidade, afinidade e miscigenação com outros conterrâneos. Multiplicaram-se ao longo dos anos e se foram dispersando; ficando, às vezes, como testemunho desse fato a conservação dos sobrenomes.

Dentre outras famílias, destacaram-se os **Pereira de Alencar**, que participaram de acontecimentos importantes da nossa história, tais como, a Revolução Pernambucana de 1817, a Guerra da Independência (1822), e a Confederação do Equador (1824). Ganharam notoriedade nesses acontecimentos, Leonel Pereira de Alencar, sua irmã Dona Bárbara Pereira de Alencar, e seus filhos José Martiniano, Tristão Gonçalves e Carlos José. O primeiro foi senador, por duas vezes esteve na presidência da província do Ceará, sendo considerado pelos historiadores um dos mais importantes do período imperial. Os descendentes daquela heroína cearense festejarão, em 2010, os 250 anos do seu nascimento.

Dona Bárbara nasceu em Exu, Pernambuco, em 1760, e faleceu no Ceará em 1832. Era casada com o português José Gonçalves dos Santos e foram seus filhos: João Gonçalves de Alencar, Carlos José dos Santos (padre), Joaquina Maria de São José, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar e José Martiniano de Alencar (padre). Esses dois últimos tiveram numerosa descendência, e muitos deles destacaram-se na vida política, social e cultural brasileira.

O ramo familiar **Araripe** é, em sua origem, genuinamente cearense. Surgiu por ocasião da Confederação do Equador no Ceará (1824), quando Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, na presidência da Província revoltada, retirou o **Pereira** e acrescentou o cognome **Araripe**, passando a se assinar Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Nessa época apareceram outros nomes de famílias, numa manifestação de nativismo, tais como: Carapeba, Mororó, Sucupira, Timbó, Carapinima, Anta, Ibiapina e alguns outros.

Tristão nasceu em Barbalha, Ceará, em 17 de setembro de 1790, e foi morto em 31 de outubro de 1824, no povoado de Santa Rosa (Jaguaribara), atualmente sob as águas do açude Castanhão. Casou-se, em 1810, com Ana Porcina Ferreira de Lima; com a qual teve sete filhos: Xilderico Cícero de Alencar Araripe, Neutel Norton de Alencar Araripe, Aderaldo Aureolo de Alencar Araripe, Carolina Clarense de Alencar Araripe, Maria Dorgival de Alencar Araripe, Tristão de Alencar Araripe e Delecarliense Drumond de Alencar Araripe. D. Ana, depois da morte trágica do marido, passou a chamar-se Ana Triste de Alencar Araripe (1789-1874).

Esclarecemos que no surgimento dos **Alencar Araripe** originaram-se dois ramos familiares; o primeiro provindo do casamento de Tristão com Ana Porcina Ferreira Lima (1810) e o segundo com Pedro Jaime de Alencar Araripe, filho daquele herói cearense, nascido quando seu pai era solteiro, no Crato, em 1809. Era filho natural legitimado.

A origem da mãe de Pedro Jaime ainda não foi totalmente esclarecida na história. Seu nome verdadeiro é quase uma incógnita por faltar documentos comprobatórios. Alguém afirmou, e outros repetiram, que "poderia ter sido filho de uma escrava de Dona Bárbara", com sentido depreciativo. Não há nenhum fundamento histórico ou documentos que comprovem isso. Muitas vezes a lenda persiste mais do que o fato verdadeiro. Os genealogistas que estudaram os Alencar e o ramo Araripe preferiram esquecer Pedro Jaime e seus descendentes. Talvez, devido sua origem, filho natural, por falta de informações, ou porque, em sua maior parte, permaneceram no Ceará.

Fosse verdadeiro aquele fato, que excepcional exemplo de fraternidade e justiça de seus parentes tê-lo aceito e integrado na família, numa época em que o preconceito social e racial eram imperantes. É evidente que Pedro Jaime não nasceu escravo. É mais provável ter sido rejeitado pela família de sua mãe, por conveniência de honra.

Lembramos, nesta oportunidade, que os filhos de escravas eram legalmente escravos, mesmo que o pai fosse um homem livre. Isso até a Lei do Ventre Livre promulgada em 1871, quando, oficialmente, não nasceram mais escravos no Brasil. É crença costumeira ligar a condição de *Escravo* à etnia negra. No Ceará existiram escravos de toda nuança. Não era, portanto, a cor da pele que caracterizava o escravo. No espólio do *Inventário de filho de D. Bárbara*, estudado por Antônio de Alencar Araripe arrolavam-se 38 escravos, classificados como *crioulos, cabras, cabrochas, mulatas* e *caboclinhos,* (ITAYTERA. Crato, n.18, p.174, 1974). Havia grande quantidade de pessoas livres "de cor".

É subjacente a discriminação ou complexo de inferioridade racial, que hoje existe, entre muitos dos mestiços brasileiros, porque ignoram esse fato. A ligação Trabalho, Escravo e Negro ainda está muito impregnada no imaginário popular. No norte do Brasil, principalmente, a maioria da população é mestiça. Ninguém é capaz de afirmar que é de raça branca, negra ou indígena apenas pela cor da pele. É tendencioso dizer "minha mãe África"; temos origens portuguesas, indígenas e africanas; a imigração de outros povos europeus e asiáticos é mais recente. A"negritude" é, muitas vezes, manifestação de complexo racial. Os "afrodescendentes" poderiam ter orgulho de serem provindos de escravos brasileiros, pois eles ajudaram a construir a civilização brasileira. Aliás, eles já eram vendidos escravizados por seus irmãos africanos.

Retornando ao tema, fatos posteriores da vida de Pedro Jaime demonstram que não foi rejeitado. Tudo indica que durante a infância teve educação semelhante à dos seus meios-irmãos. Adquiriu conhecimentos suficientes para ser, posteriormente, professor de escola pública, e ter exercido cargos de certa relevância em Quixeramobim. Portanto, certamente foi integrado à família de sua mãe adotiva, Ana Triste, a excepcional esposa de seu pai, como também foi aceito por seus tios.

No inventário datado de 19 de abril de 1860 de um filho de Dona Bárbara, João Gonçalves Pereira de Alencar, (citado anteriormente); na descrição dos bens do espólio, encontra-se o sítio "Pau Seco", antes pertencente àquela heroína. Nele consta Pedro Jaime, juntamente com seus meios-irmãos: Neutel, Aderaldo,Tristão e Delecarliense, dentre os herdeiros. (ITAYTERA, Crato: n.18, 1974, p. 173).

Em um momento crítico de sua vida, aos quinze anos de idade, viu-se envolvido, juntamente com seu pai, nos acontecimentos

dramáticos da Confederação do Equador, no Ceará, quando então ficou órfão.

Sua aceitação pela família **Alencar Araripe** é comprovada naquele fato, quando seu tio José Martiniano de Alencar (o futuro senador) enviou carta datada, 20 de janeiro de 1825 ao Imperador D. Pedro I, isentando-se de sua participação na Confederação do Equador e atenuando a presença de seu irmão Tristão Gonçalves naquela revolução. Em uma passagem daquele documento, transcrito *ipsis litteris* por Pedro Theberge, em seu livro *Esboço histórico sobre a província do Ceará*, tomo III, p. 9, escreve: " Outro, sim, achando feito 1º. Membro do Governo a meo irmão Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, cuja falta de conhecimentos e nenhuma experiência eu temia que o livrassem a excessos políticos; e desejando desvial-o (sic) deste perigo, e vel-o antes cuidando da criação de 8 tenros filhinhos ..." Observe-se- que Tristão teve com Dona Ana Triste 7 filhos. Pedro Jaime foi incluído como o oitavo.

Dois documentos historiográficos, idôneos, confirmam a citada passagem histórica.

Roque C. de Alencar Peixoto em *Um trecho da vida de Senador Alencar – narrado por seu parente* descreve um episódio da fuga de José Martiniano de Alencar, após a derrocada da Confederação do Equador, nos seguintes termos: "...Uns desceram pela margem do rio, em direção a Pernambuco; outros subiram para Boa - Vista, Alencar, com seus sobrinhos Joaquim Antão, Manoel Antão e Pedro Jaime de Alencar Araripe, com João Franklin de Lima e José Francisco Gouveia Ferraz regressou para o Exu". (RIC, T. XXXVI, 1922, p.328).

O segundo, *Alencares de sangue e afins (Páginas de história e de família oferecidas ao Instituto pelo Dr João Franklin Alencar Nogueira, que o anotou*, da autoria de João Nogueira Jaguaribe, assim narra o mesmo episódio:.. " José Martiniano de Alencar, vencida a revolução de 1824, fugiu para Exu acompanhado de seus parentes Pedro Jaime de Alencar Araripe Joaquim A. de Carvalho, Manoel Antão de Carvalho, João Franklin de Lima, e mais cem soldados fiéis, com o intuito de homiziar-se na Baia (sic); regressou, porem, nas margens do S.Francisco, onde não achou passagem, e a sua comitiva debandou". (RIC, T.LIV, 1940, p. 208).

Posteriormente, o inter-relacionamento familiar continuou normal. Otaviano Cícero, filho mais novo de Pedro Jaime, casou-se em primeiras núpcias com sua prima Matilde Sucupira de Alencar Araripe, filha de seu

tio Neutel Norton, irmã do coronel Tristão Sucupira de Alencar Araripe, morto em Canudos.

Fica assim comprovada a incorporação de Pedro Jaime na família **Alencar Araripe.** Há mais um adendo: talvez tenha sido o mais jovem participante (14 anos) nas refregas daquela revolução, no Ceará.

Esteve também presente em pequenos acontecimentos históricos ocorridos em Quixeramobim, testemunho de sua presença nessa cidade histórica cearense, onde viveu grande parte de sua existência e ali morreu.

Nela surgiu, praticamente, a Confederação do Equador no Ceará, contra decisões políticas do imperador D.Pedro I, trazendo consequências trágicas para a família Alencar. A Abdicação daquele monarca ao trono, em 7 de abril de 1831, trouxe grande alegria para muitos brasileiros.

Em Quixeramobim a satisfação não foi menor. Nos dias 11,12 e 13 de junho daquele ano, organizaram-se grandes festejos, "o que nem sempre se verá". Transcrevemos aqui o trecho do jornal *Cearense Jacaúna,* que circulou em Fortaleza a partir de 1831. Era seu redator José Ferreira Lima Sucupira. O jornal obedecia à orientação política da facção de José Martiniano de Alencar, o futuro Senador Alencar. (CÂMARA, José Aurélio Saraiva; *Fatos e documentos do Ceará provincial*.Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1970, p.72).

> [...] " Encarregaram-se, pois, de dirigirem a função o Illustríssimo Senhor Capitão e Comandante do Esquadrão de Cavalaria, Manoel Alexandre de Lima, e o Ilustríssimo Professor de primeiras letras Senhor Pedro Jaime de Alencar Araripe, que incansáveis no desempenho de suas honrosas comissões, tiveram a indizível satisfação de apresentarem aos seus concidadãos e amigos da Pátria tudo quanto podia concorrer para maior aumento e perfeição de tão festival contentamento, aquele em preparar um suntuoso banquete, a este em encenar uma excelente contradança".

Pedro Jaime desempenhou funções no judiciário. No excelente trabalho de pesquisa histórica da autoria do Desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca, *Execuções de penas de morte no Ceará* (RIC T. VIII, 1894) encontramos sua presença em processos vários, como aquele em que era réu Estácio José da Gama e vítima Luciano Domingues de Araújo (1834) onde aparecem seu sogro José Joaquim da Silva Lobo, como Escrivão do Crime e Pedro Jaime da Alencar Araripe como Secretario do Conselho de jurados.

Mais momentoso foi o processo contra o escravo José – vulgo Fuisset – 1837, assassino do seu senhor, a mando de sua amante, esposa daquele. Transcrevemos um trecho dele por ser muito curioso: *"*[...] Ocorreo então ao Juiz de Execução, Tenente-Coronel Pedro Jayme de Alencar Araripe, ir a cadeia que estava cheia de recrutas para o exército e offerecer soltura daquele que se quizesse" prestar para ser carrasco. "O executor receberia o pagamento de 5$000 reis, uma garrafa de vinho e uma galinha gorda...*"*.

Pedro Jaime de Alencar Araripe nasceu no Crato a 17 de outubro de 1809, casou-se no dia 23 de outubro de 1835, em Quixeramobim, onde residiu e faleceu do *cólera morbus* a 3 de julho de 1862.

Sua mulher, Isabel Valdinar de Alencar Araripe, solteira Isabel Sabina da Silva, nasceu no Icó, em 11 de julho de 1810, era filha de José Joaquim da Silva Lobo e Simoa Joaquina da Silva Lobo. Antonio de Alencar Araripe, o maior estudioso desse ramo dos Araripe, afirma que a avó do jornalista e historiador João Brígido era irmã gêmea de Isabel Sabina, sua avó paterna; e sobre esse casamento diz: " [...] tendo havido, de seu aludido consórcio, 14 filhos, entre os quais nos cumpre relembrar os dos professores Antonio Jaime e Pedro Jaime de Alencar Araripe, filho, tradicionais chefes políticos e deputados provinciais do regime passado, e o advogado Otaviano Cícero de Alencar Araripe". (ITAYTERA, n. 9, 1963/1964).

Diz, ainda, que seu avô escreveu de seu próprio punho os seguintes apontamentos:

> "Alguns atos mais notáveis de minha vida.
>
> a) Fui provisionado de Professor de Primeiras Letras para Quixeramobim em 1829, cargo de que tomei posse a 15 de julho de mesmo ano, com os vencimentos anuais de 300$000 reis. Dei minha demissão do governo da Província a 31 de dezembro de 1835. Foi esse meu primeiro emprego público que ocupei, em nota alguma publicada.
>
> b) Em 1837, na lista tríplice dos votados para Juiz de Paz em Quixeramobim, fui pelo Governo tirado para servir o ano.
>
> c) Em data de 17 de maio do mesmo ano fui competentemente nomeado Escrivão do Troco da Moeda de Cobre com vencimento mensal de trinta mil reis.
>
> d) Em 1840 fui nomeado pela respectiva Câmara de Juiz de Di-

reito "ad hoc" para julgar certas causas cíveis em que o Dr Juiz de Direito se dera de suspeito.
e) Em 1841, sendo o 1º. proposto a 23 de abril pela Câmara Municipal na lista tríplice ao Governo Provincial para juiz municipal, fui pelo mesmo Governo escolhido e titulado, e exerci o cargo então, interinamente, de Juiz de Direito, que se achava vago".

Foi nomeado, em 1847, tenente-coronel da Legião de Quixeramobim, onde chefiou o Partido Liberal.(Itaytera, Crato, nº 13).

Quanto aos citados quatorze (14) filhos, supomos que alguns por não terem destaque social, e talvez por serem do ramo feminino, perderam o sobrenome Alencar Araripe, não dando continuidade a esse nome de família; ou ainda, permaneçam em documentos esquecidos nos arquivos.

Naquela época, quando a necessidade da sobrevivência dispersava as famílias do sertão, geralmente numerosas, seus membros perderam-se uns dos outros na voragem do tempo. Os registros escritos que poderiam perpetuar seus nomes foram, quase todos, destruídos por omissão ou descaso dos seus responsáveis.

Fica assim definido o surgimento do ramo dos **Alencar Araripe** proveniente de Pedro Jaime de Alencar Araripe, filho mais velho de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe.

A partir daqui é genealogia. Porém, iremos apenas caracterizar, sucintamente, os citados personagens e seus descendentes mais próximos, os quais, em sua maioria, permaneceram no Ceará e representam condignamente seu antepassado.

PEDRO JAIME DE ALENCAR ARARIPE (Filho)

Desconhecemos uma fonte historiográfica que retrate melhor uma síntese biográfica desse personagem histórico do que aquela apresentada por Hugo Victor Guimarães, em seu livro *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará. Assembléias Legislativas – 1835-1947.* Fazemos uma transcrição para sermos objetivos:

"Nasceu em Quixeramobim a 14 de março de 1838 e faleceu em Mombaça (Maria Pereira antigamente) a 31 de janeiro de 1913. Na idade

de 20 anos foi nomeado pelo presidente da província, Dr João Silveira de Souza, professor público, interino, da então vila de Maria Pereira, e a 16 de outubro de 1860 prestou exame, em Fortaleza, para a cadeira de Santa Quitéria, sendo nomeado pelo presidente Nunes Gonçalves (Visconde de São Luis do Maranhão). Antes, por título de 3 de setembro de 1859, tinha sido nomeado sub-delegado de polícia de Quixeramobim. Em Santa Quitéria permaneceu cerca de três anos, exercendo, além de professor, outras funções públicas, e tendo patente de Capitão comandante da Companhia Avulsa n.7 da Guarda Nacional, por portaria do vice-presidente em exercício, Comendador José Antônio Machado, precedendo proposta do Comandante Superior, Coronel Joaquim Ribeiro da Silva (citao). Removido em setembro de 1863 para a cadeira do Crato, por portaria do presidente José Bento da Cunha Figueiredo Junior, entrou em exercício em 15 de outubro, sendo dali removido, novamente, para a cadeira de Maria Pereira, onde passou, também, a advogar, uma vez provisionado pelo Tribunal da Relação do Distrito. Em 1878, "acossado pela seca e por motivo de doença tendo deixado sem licença o exercício de seu emprego, veio a Fortaleza, requerendo, a 1º. de abril, 15 dias para retornar à sede da aula, e a 22 pedia para ser adido à cadeira da vila de Pacatuba. Como deputado atuou brilhantemente em defesa da ordem pública, dos interesses da justiça e da instrução, notadamente do ensino primário, apresentando em 1883 um projeto que justificou e defendeu, autorizando o governo da província a despender Cr$ 500.000$00 (500:000$000 reis – 500 contos de reis) com a construção de açudes em diversas zonas da província. Foi por assim dizer, um precursor do plano de defesa das Obras Contra as Secas, posto em prática, em 1909, pelo governo federal."

Noticiando seu falecimento, o historiador e jornalista João Brígido escreveu no jornal *Unitário*, de Fortaleza, transcrito no verbete acima citado, um extenso necrológio destacando sua vida política.

Hugo Victor cita os nomes de dez filhos de Pedro Jaime com "Ana de Alencar Araripe"(Ana Benevides de Alencar Araripe):"**Cipriana Benevides de Alencar Feijó**, casada.com Francisco de Assis Barroso Feijó; **Marcelo Jaime de Alencar Benevides**, falecido; **Antônio Jaime de Alencar Benevides** ; **Maria Augusta de Alencar Benevides**, casada com José Augusto Feijó Benevides; **Manuel Jaime de Alencar**

Benevides; **Beatriz de Alencar Benevides Teixeira**, casada com Eurico Benevides Teixeira; **Otaviano Jaime de Alencar Benevides**, falecido no Rio; Augusto Jaime de Alencar Benevides (**Augusto Jaime Benevides de Alencar Araripe**), casado com sua prima D. Nair Benevides de Alencar, em Mombaça. FILHOS**:** Iran de Alencar Benevides, José Marijeso de Alencar Benevides, Maria Mirtes Benevides de Alencar; **José Jaime de Alencar Benevides**, residente em São Paulo; **Isabel de Alencar Benevides**, Religiosa." Não menciona **Maria José Benevides de Alencar.**

Celina Maria Montenegro Castelo, bisneta de Pedro Jaime Filho, em livro de sua autoria, *Na Poeira do Tempo. Memórias*. (Fortaleza: Inforgraf, 1999), faz referência à sua avó paterna, **Maria José Benevides de Alencar**, como a décima primeira filha de Pedro Jaime. E prossegue: "Interessante que, exceto Maria José Benevides de Alencar (depois casada com o vovô Manuel, Maria José de Alencar Castelo) e Augusto Jaime Benevides de Alencar Araripe, os demais irmãos tiveram a ordem do sobrenome invertida: o Benevides da mãe depois do Alencar do pai. Esse fato fez com que as mulheres descendentes desses filhos de Pedro Jaime, perdessem o nome Alencar ao casarem-se".

A maior parte da descendência de Pedro Jaime reside em Mombaça e Fortaleza, porém não conseguimos mais informações sobre eles.

ANTÔNIO JAIME DE ALENCAR ARARIPE

"Nasceu a 10 de junho de 1840, e faleceu em Quixeramobim a 22 de outubro de 1903. Dedicando-se ao magistério, submeteu-se a concurso, sendo nomeado professor de primeiras letras de Jardim, em 1862, removido a 8 de agosto de 1865 para a cadeira de Maria Pereira (Mombaça), voltando a Jardim onde por portaria de 3 de agosto de 1871 teve nomeação de alferes-cirurgião da Secção do Batalhão da Reserva da Guarda Nacional. Removido novamente, desta vez para São Mateus, e em seguida para Maria Pereira..(GUIMARÃES, Hugo Victor, *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará – Assembléias Legislativas 1835-1947*. Fortaleza: Editora Jurídica Ltda, 1947.p.178).

Foi eleito deputado provincial na última legislatura do Império (1888-1889). Casou-se três vezes; no primeiro relacionamento tiveram 4 filhos: Leovigilda (Leó), Antônio, Filomena e Maria. Do segundo ca-

samento com Ana Josefina de Almeida, 6 filhos: Pedro, Isabel (Besinha), Joana, Sinharinha (irmã Antonia), Maria Madalena (Mazinha) e Maria do Carmo (Carmin). Do terceiro: Iracema, Pery, Ceci e Etelvina. Totalizando 11 mulheres e 3 homens. Maria Madalena (Mazinha), (avó do autor deste registro) afirmava que ele era muito caridoso e manipulava remédios naturais e outros que distribuía gratuitamente aos necessitados. Sua nomeação como *alferes-cirurgião* da Guarda Nacional talvez se relacionasse a esse fato.

Dos seus filhos sabemos apenas que: **Antônio**, o mais velho, foi muito jovem para o Rio de Janeiro. Casou-se com uma carioca e tiveram cinco filhos: Lauro, Maria do Carmo (Morena), Jandyra, Zaíra e Dalva. Com o falecimento de seu pai, chamou para sua companhia os irmãos Pedro Jaime, Joana, Isabel e Sinharinha. Duas das quais foram religiosas, tendo sido uma Superiora de um Convento no Rio de Janeiro. Antônio Jaime, filho, chegou a ocupar o cargo de diretor da Imprensa Nacional. Seu filho Lauro de Alencar Araripe foi destacado médico no Rio de Janeiro.

Os Alencar e Alencar Araripe têm muitos homônimos na família.

Pedro Jaime casou-se no Rio de Janeiro e teve três filhos: Celso, Celmy e José que faleceu bem jovem. Celso Freire de Alencar Araripe foi Coronel de Artilharia, tendo comandado um Regimento em São Paulo e sido afastado da ativa, em 1964, por razões políticas.

Das filhas que permaneceram no Ceará temos algumas notícias:

Maria Filomena de Alencar Araripe (Maria Rangel), casada com Domingos Rangel de Alencar. FILHO: Antônio Jaime de Alencar Araripe Neto.

Leovigilda de Alencar Araripe (Leó), casada com Mariano Lameu Camelo (era irmão de João Evangelista da Silva, casado com Maria do Carmo de Alencar Araripe – Carmim), não deixou descendentes.

Maria Madalena de Alencar Araripe (Mazinha), casou-se com Joaquim Leão de Oliveira. FILHOS: José Leão de Alencar Oliveira, casado com Valdívia Monte e Silva. NETOS: Roberto, Leone, Lúcia, Lucione, José Leão de Alencar Oliveira Júnior, Walter, Walder. Rita de Alencar Oliveira, casada com Antônio Alberto da Silva.NETOS: Pedro Alberto, Simone, Ruth, Daniel Alberto, Valéria. Maria de Lourdes Alencar Oliveira, casada com Fleury Linhares (sem descendentes). Maria do Carmo de Alencar Oliveira, casada com Humberto Pinheiro

Fontes.NETOS: Eduardo Fontes, Ernesto, Ângela, Roberto, Expedita, Helena. Antônia de Alencar Oliveira, casada com Francisco Hindenburg Carneiro Vasconcelos.NETOS: Elba, Hugo, Nilo, Diva, Leda, Ciro, Iara, Ieda, Elno. Joana D'Arc de Alencar Oliveira, casada com Pedro Jaime Benevides (primo).NETOS: José, Pedro, Maria Gláucia, Maria Lúcia, Maria das Graças, Maria de Fátima, Antônio de Pádua, Thomas Edson, Paulo de Tarso, Ana Paula.

Maria do Carmo Alencar Araripe (Carmim), casou-se com João Evangelista Lameu Camelo (à época do casamento, aproveitou para trocar o nome para João Evangelista da Silva, em razão de briga com a família ancestral). FILHOS: João Batista de Alencar Silva, casado com Maria Umbelina da Silva.NETOS: Antônio, Cesário, Cristóvão, Francisco, José, Luís, Maria do Carmo, Maria das Graças, Maria do Socorro, Pedro. José Jaime de Alencar Silva, casado com Rosa Pereira dos Santos.NETOS: Maria Helena, casada com Apparecido Scutti, (não tem descendentes), Francisco, Maria do Carmo, Pedro Jaime, Bárbara, Rosa Maria, Ana Maria, José Jaime (Junior), Renato Eduardo e Maria de Nazaré. Ana (Anita) solteira, sem filhos; Antônio Jaime de Alencar Silva, casado com Leomar Ferreira (1º casamento). NETOS: Francisco, Ceci, Vilanir, Celmo, Celso, Célio, Maria de Fátima, Maria do Socorro, Estela, Salete, Marta, João Evangelista, Antônio Jaime, Messias, Marcelo (15 filhos). Viúvo,casou-se com Maria Luiza Silva Rego. NETOS: Mauro, Madalena, Marlene, Jonas, Antônio Carlos, Mariana e Alberto (sete filhos).Fixou residência no Pará. Pedro Jaime de Alencar Silva, casado com Zuleica Barros. NETOS**:** Alberto**,** Bernardo, Márcia, Maristela, Mônica, Ricardo, Roberto. Maristela Alencar Silva, casada com Adauto Costa. NETOS: Rossini, Nasser. Sebastião Alencar Silva (solteiro sem filhos). Mario Alencar Silva, casado com Maria Bezerra. NETOS: Francisco, Iracema, Íris, Ivone, João Bosco, Jeová, Margarida, Maria de Fátima, Maria do Carmo, Mônica e Turis. Raimundo Fernando de Alencar Silva. Seguiu a carreira militar na Marinha.

Iracema de Alencar Araripe, casou-se em João Pessoa com Graciliano Targino Delgado. FILHOS: Iraci Delgado de Alencar, casada com Giacomo Porto. NETOS**:** Domingos, Mário. Luzia Delgado de Alencar, casada com Italmar Monteiro. NETOS**:** Maria Helena, Elizabeth, Tânia, Sandra, Graciliano. Nair Delgado de Alencar, casada com João Gadelha. NETOS**:** Fátima, Gadelha, João, Eliane. Nadir Delgado

de Alencar (solteira sem filhos). Jaci Delgado de Alencar, casada com Hélio Pinheiro. NETOS**:** Heloisa, Lúcia, Leila. Waldir Delgado de Alencar, casado com uma prima (Didi).NETOS: Walmir, Cleni. Walter Delgado de Alencar, casado com Maria Auxiliadora de Lima.NETOS: Fábio, Luciana, Rafael, Alan.

Etelvina de Alencar Araripe (Nenê), casou-se com Edgar Monteiro e tiveram quatro filhos.

OTAVIANO CICERO DE ALENCAR ARARIPE

Nasceu Otaviano no dia 22 de março de 1849, em Quixeramobim, e faleceu no dia 12 de março de 1937 em Várzea Alegre. Durante sua vida pública, "coube-lhe exercer o cargo de escrivão da Coletoria Geral de Quixeramobim, ao tempo da gestão do cel. Silva Souza, tabelião público e escrivão do geral de Pereiro, onde permaneceu cerca de 25 anos, escrivão de órfãos, interino, de Fortaleza e promotor de justiça de Jaguaribe Mirim, Senador Pompeu, Tauá, Iço, Jardim e Lavras".

"Comissário encarregado da direção da distribuição de gêneros aos flagelados da seca de 1877, em Fortaleza, nesse tocante prestou, ao lado de João Cordeiro e outros patriotas, relevantes serviços à coletividade."

"Como causídico, no interior do Estado, figurou entre os que ali mais se destacaram no exercício daquela nobilitante profissão".

Casou-se três vezes: a primeira, a três de março de 1872, com a prima Matilde Sucupira de Alencar Araripe, filha do seu tio Neutel e irmã do coronel Tristão Sucupira de Alencar Araripe, morto em Canudos; a segunda com Rita Cavalcante Araripe, filha de Alberto Cavalcanti de Morais Rego, e a terceira com Joana Caminha Gondim Araripe.

Do seu primeiro matrimônio, desapareceram cedo os filhos havidos desse consórcio.

"O segundo, celebrado no termo de Pereiro, deu ao casal avultada prole, sobrevivendo-lhe nove filhos: Tristão, Artur, Ovídio, Cícero, Antônio, Amélia, Geórgia, Maria, Alice, Socorro".

Tristão, residente no Acre, casado com Maria Augusta.FILHOS: Araripina, casada com Antônio Fecuri, comerciante em São Luis. Nini, casada com o promotor de Tarauacá, Dr Dornelas Câmara. Moacir, casado com Ozarina...

Ovídio, "do alto comércio do Acre", casado com Amélia. FILHOS: Tarcila, casada com o primo Jaime Alencar Araripe (desembargador). NETOS: Márcia, Marco, Antônio Jaime Filho. Edson, casado com Nair. NETOS: Manoel, Lena, Amélia. Ovília, casada com Rui Lino. NETOS: Regina, Beth, José Rui, Ovídio. Domitila, casada com Eldon. NETOS: Ana, Amélia, Pergentino, Ovídio. Alencarina, casada com Adib. NETOS: Adib Junior, Hanne, Amélia. Amédio, casado com Eliane. NETOS: Ovídio, Eduardo, Vladimir. Maria Rita. Maria Amélia, casada com Carlos Abrantes.NETOS: Carlos Filho, Isla Amélia, Ana Cláudia.

Cícero, casado com Gualterina (Terezinha). FILHOS: Maria do Céu (sem filhos). Valquíria, casada com Cardoso. NETO: George. Luiz Gualter, casado com Mazé. NETOS: Lorena, Frederico, Veleda, Luiz Gualter, Séfora.Ossian, casado com Maria do Céu. NETOS: Ossian Filho, Samuel, Ana Gualterina, Lana, Péricles, Ítalo. Zuleica, casada com Luiz Mario Mamede. NETOS: Luiz Mário Filho, Márcio, Ângela, Valéria. Jacira, casada com José Maria.NETOS: Francisco Cláudio, Cícero Neto, Sergio, Ana Cláudia.Jairo, casado com Zilda. NETOS: Mario, César, Silvana, Jaqueline, Jairo Júnior. Ielda, casada com Aristeu. NETOS: Leda, Ricardo Roberto, Lísia, Regis, Luana. Neidja (sem filhos). Maria de Fátima, casada com Wander. NETOS: Adriana, Marcos, Marcelo. Cícero foi casado 37 anos e deixou uma

descendência de 37 netos, 80 bisnetos e 6 trinetos.Conforme informa seu irmão J. C. Alencar Araripe.

Antônio, casado com Donita. FILHOS: Rivanda. Jósio, casado com Eneida. NETOS: Tiago, Flamínio, Zínia, Leonel, Donita. Edda, casada com Aderson. NETOS: Aderson, Sérgio, Bartira. Jales, casado com Adília Maria. NETOS: Ana Lídia, Antônio, Raquel, Alice, Anabela. Moema.

Amélia, casada com Teixeira Lima. FILHO: Quintílio, casado com Júlia Ciarline. NETOS: Carlos Augusto, Roberto Ney, Maria Isa, Maria Inez, Maria Cláudia, Mônica, Maria Célia. Em segundas núpcias (Amélia de Alencar Lima), casada com seu primo Antônio Jaime de Alencar Araripe (Neto), passou a chamar-se Amélia de Alencar Araripe. FILHO: Jaime de Alencar Araripe (desembargador).

Geórgia, Maria Alice, Socorro.

Sua terceira esposa deu-lhe um filho único:

José Caminha Alencar Araripe, Casou-se duas vezes: no primeiro matrimônio com Noeme Benevides Alencar Araripe. FILHOS: Otaviano, casado com Silvânia.NETOS: Fábio, Fabiana, Juliana, Renata e Noeme. Maria Leone, NETOS: André, Alexandre, Leonardo, Fernando Fátima Maria, NETOS: Joana, João Paulo, Carolina, Pedro. Rui, casado com Tereza Fiúza. NETOS: Rui Filho, Geórgia, Bruno. José Caminha Júnior. NETOS: Tobias, Monique, José Caminha Neto. Maria Helena. NETOS: Edgar, Fabrício. Noeme, casada com Sergio Cordeiro. NETOS: Davi, Victor e Gabriel.

No segundo, com Ilka Monteiro Tigre, não deixando descendência.

Registramos assim uma parte da descendência de Pedro Jaime de Alencar Araripe (o velho). Os lapsos cometidos ficam por conta das dificuldades de informações. As pesquisas ficam abertas para futuros estudiosos.Como consequência historiográfica apresentamos a origem desse ramo dos **Alencar Araripe** e sua história.

Bibliografia

Revista do Instituto do Ceará (RIC). Fortaleza: Tomos, VIII – 1894; XXXV – 1922; LIV- 1940; XCV – 1981; CIV – 1990.

2. Revista ITAYTERA. Crato: n. 3 – 1957; n.8 – 1962; n. 9 – 1963/1964; n. 13 – 1969; n. 18 – 1974; n. 21 – 1977.

3. ARARIPE, J.C. *Bárbara e a saga da heroína. José de Alencar e o desafio da escravidão.* Rio, São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2006.

4. ARARIPE, Antônio Alencar. *Pedro Jaime de Alencar Araripe.* Fortaleza: jornal *O Povo*, Ed. 22.05.1962

5. CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Fatos e documentos do Ceará provincial.* Fortaleza: Imprensa Universitária, 1970.

6. CASTELO, Celina Maria Montenegro. *Na poeira do tempo (Memórias).* Fortaleza: Inforgraf, 1999.

7. GUIMARÃES, Hugo Victor. *Deputados provinciais e estaduais do Ceará. Assembléias Legislativas. 1835-1947.* Fortaleza: Editora Jurídica Ltda, (1951).

8. MOREIRA, José Roberto de Alencar, ALENCAR, Raildson Jenner Negreiros de. *Vida e Bravura – Origens e genealogia da família Alencar*. Brasília: CERFA, 2005.

9. *Revista do Ceará*, sobre direção de Murilo Mota. n. III. Fortaleza, 1936.

10. STUDART, Guilherme. Dicionário bio-bibliográfico cearense. v. 3. Fortaleza, 1915.

11. Centenário de Augusto Jaime Benevides de Alencar Araripe.1894-1994. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, (s.d.).

12. Apontamentos genealógicos da família Alencar Araripe da pesquisadora Maria Helena Alencar Scutti.

13. Obtivemos informações importantes de artigos da autoria de Antônio de Alencar Araripe, filho de Otaviano Cícero de Alencar Araripe, publicados na *Revista Itaytera*, (Instituto Cultural do Cariri), do Crato-CE. Foi professor, advogado, jornalista, escritor, deputado federal (deputado constituinte) em duas legislaturas e prefeito municipal do Crato-CE por duas vezes.

ARTIGOS

Bicentenário da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção: o caso singular de uma obra de arquitetura militar com função simbólica*

José Liberal de Castro**

Neste ano de 2012, transcorre o 2º. centenário do início das obras da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, provavelmente a última das fortificações abaluartadas erguidas pelos portugueses no Brasil**.** Os trabalhos foram iniciados em 12 de outubro de 1812, um decênio antes da Independência, embora se deva lembrar que a atual fortaleza, edificação bissecular, foi antecedida, desde meados do século XVII, por várias pequenas obras de defesa, localizadas no mesmo sítio, feitas e refeitas, porque sempre resolvidas construtivamente de modo precário.

Quanto a essas precedências efêmeras, vale assinalar que, por longo tempo, os pedidos dos dirigentes da Capitania, encaminhados em favor da execução de obra "de pedra e cal", jamais se viram atendidos, fosse por falta de interesse das autoridades reais, fosse por não haver necessidade de investimentos. O acúmulo de negativas motivava frustração amarga nos moradores da Vila, inconsiderações que explicam as obras tardias da presente versão da Fortaleza, na verdade, efetivadas por esforço dos próprios moradores, empenhados no financiamento dos trabalhos, com dádivas diversificadas, de doações polpudas a contribuições mínimas. As ideias sobre empreendimento de porte surgiram na administração do governador Luiz Barba Alardo de Meneses, transcor-

---

* Este artigo, dedicado à Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, embora considere matéria de certo modo especializada, talvez árida, entretanto, vale antecipar, procura amenizá-la nos itens finais – 7, 8 e 9, concernentes a aspectos outros, não militares, correlacionados à fortificação.

** Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

rida entre 1808 e 1812, mas somente se materializariam na gestão de seu sucessor, o governador Manuel Ignácio de Sampaio Pina e Freire, conforme projeto do tenente-coronel de engenheiros Antônio José da Silva Paulet, responsável pelos trabalhos de construção. (Figura 1).

1 Antecedências

Durante todo o primeiro século de permanência no Brasil, os portugueses não se interessaram pela então chamada "costa leste-oeste", da qual o Ceará fazia parte. Sem dúvida, a imensa região que ia do cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, ao braço oriental da foz do Amazonas, teve suas terras desprezadas, por se afigurarem impróprias à implantação da agroindústria do açúcar. Esse extenso litoral, formado por praias arenosas, ora perlongadas por infindas sequências de dunas móveis, ora recoberto de mangues espalhados e densos, mostrava-se, portanto, à primeira vista inviável a qualquer projeto de exploração agrícola.

No fim do século XVI, a notícia da presença de franceses no Ceará, divulgada e interpretada em Pernambuco como decorrente da descoberta de riquezas minerais, entusiasmou Pero Coelho de Sousa, açoriano residente na Paraíba, o qual, com recursos próprios, acrescidos com a ajuda de um cunhado rico, decidiu organizar uma expedição ao Ceará, em 1603. Com efeito, expulsou os franceses para o Maranhão e, de retorno, tentou fixar-se perto da embocadura do rio Ceará, levantando um forte incipiente, cercado por pequena povoação. Ocorrências adversas e o próprio comportamento de Pero Coelho inviabilizaram o intento.

A propalação de posteriores propósitos de estabelecimento definitivo dos franceses no Maranhão levou os governadores de Pernambuco a organizar expedições militares com o intuito de expulsá-los. Nos planos de conquista do território, previram-se ações em dois momentos. Inicialmente, reunião da tropa no Ceará, a fim de, em seguida, transferi-la para o Maranhão, ultimando o assalto, tentado no momento devido. A organização da primeira fase ficou a cargo de Martim Soares Moreno (1585-1650?), sobrinho do Governador de Pernambuco, militar integrado aos índios potiguaras desde a adolescência e já conhecedor da terra cearense, pois havia participado da incursão de Pero Coelho, ainda muito jovem. Em 1611, no mesmo local onde se instalara Coelho, na margem direita e perto da foz do rio Ceará, Martim ergueu

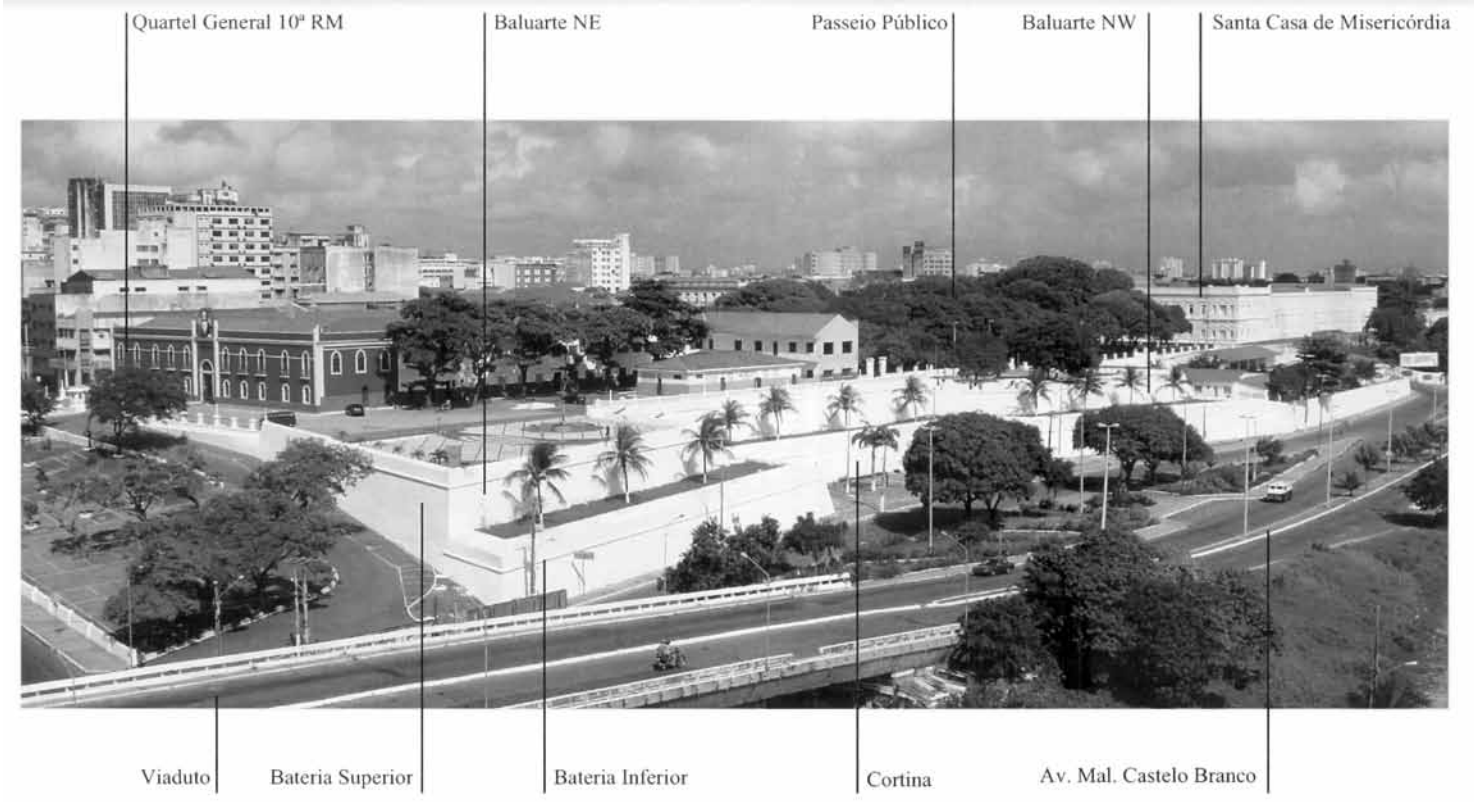


Figura 1 - Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Vista geral.
Foto Francisco Veloso.

novo forte, decisão que faz admitir o total desaparecimento das instalações primitivas. A segunda fase das operações, desenvolvida no Maranhão por tropa numerosa, finalizou-se com a conquista de São Luís, em 1615. No ano seguinte, os portugueses já fundavam Belém do Pará, numa das bocas do Amazonas.

A subsequente ocupação das terras ocidentais da "costa leste-oeste" deparou, contudo, problemas provocados por dificuldades de interligação marítima de São Luís e Belém com o Recife e Salvador, a capital da Colônia, então efetuada em navios a vela. Como as correntes oceânicas e os ventos corriam no mesmo sentido, de leste para oeste, as viagens de ida se faziam rapidamente, mas o retorno tornava-se difícil ou até inviável. Esse impasse logo foi superado com o estabelecimento de rotas diretas de São Luís e Belém a Lisboa, propiciando a formação de um sistema isolado de relacionamento que induziu a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, administrativamente separado do Estado do Brasil. No começo, o Ceará ficou vinculado àquele primeiro Estado, sendo depois transferido para alçada do Estado do Brasil, na condição de capitania subalterna aos governadores de Pernambuco.

Quanto às ações de Martim Soares Moreno em terras cearenses, esclareça-se que, concluída a conquista do Maranhão e após várias peripécias, retornou ao seu forte, na Barra do Ceará, onde permaneceu por 10 anos na condição de capitão-mor, até 1631, quando se retirou para Pernambuco, a fim de combater os holandeses. Em 1637, no cumprimento de determinações do recém-chegado Conde Maurício de Nassau, relativas à ampliação das terras ocupadas no Brasil, tropas vindas do Recife conquistaram o forte construído por Martim, então defendido por uma pequena guarnição. Instalados por sete anos na antiga fortificação portuguesa, mas desentendidos com os índios, os holandeses foram por estes atacados e, por fim, trucidados, em consequência de revolta contra as tentativas de escravizá-los.

Em 1649, passado um lustro, durante o qual o território cearense ficou desabitado de europeus, novamente os holandeses retornaram ao Ceará, agora, na expectativa de explorar a prata. Orientavam-se pelas indicações extorquidas de um soldado português que servira com Soares Moreno, aprisionado em Pernambuco, e torturado. Não se instalaram, porém, na barra do rio Ceará, já assoreada, sem acesso, mas em ponto mais de uma légua a leste, à margem esquerda do riacho

Pajeú, onde Mathias Beck, comandante dos exploradores, levantou um pequeno forte, denominado Schoonenborch, em homenagem a seu chefe em Pernambuco.

Derrotados seguidamente nos Guararapes em 1648 e 1649, os holandeses mantiveram-se confinados no Recife e arredores em precária situação. Encontrar algo de valia em ponto não muito distante, acessível por mar, avultava como substitutivo à produção de açúcar interceptada. A prata buscada por Beck, cumpre lembrar, já havia sido procurada por Moreno, todavia sem resultados objetivos, com catas suspensas por ordem dos reis de Espanha, a fim de evitar concorrência com as minas da Bolívia. Em 1654, em obediência aos termos da capitulação assinada no Recife, a fortificação foi entregue pacificamente aos portugueses, que a denominaram Forte de Nossa Senhora da Assunção.

Não se sabe o que motivou a escolha do nome, conferido pelo próprio comandante Álvaro de Azevedo Barreto à fortificação. Supõe-se que a preferência decorreu de provável devoção pessoal do militar, porque, um pouco antes, em 1640, quando da restauração do trono lusitano, D. João IV havia consagrado Portugal e seus domínios a Nossa Senhora da Conceição, invocação mariana cultuada em Vila Viçosa, sede do palácio ducal da nova dinastia de Bragança. Conquanto esta decisão real certamente fosse do conhecimento de Barreto, o comandante optou por homenagear Nossa Senhora da Assunção, venerada como padroeira do Reino durante a anterior dinastia de Avis, iniciada em 1385 e extinta, havia em 1580.[1]

As indicações fornecidas pelo soldado português aprisionado, a mesma localização das catas interrompidas, além de outras informações documentais pertinentes constituem dados que levam a admitir tenham

[1] Conquanto a fortificação fosse dedicada a Nossa Senhora da Assunção, padroeira do povoado e da futura Cidade da Fortaleza, o culto àquela invocação jamais despertou o entusiasmo dos fieis, o que explica a acolhida fervorosa de outras devoções marianas, aliás, difundidas somente no século XX. Quando dos primeiros dias da Vila, como os habitantes somente dispunham da capela da Fortaleza para assistir aos ofícios religiosos, as mulheres muitas vezes se sentiam constrangidas pela importunação dos soldados. A fim de contornar a situação desagradável e para geral alívio dos aborrecimentos, foi erguida uma Igrejinha no exterior do quartel, em suas proximidades, dedicada a São José. A população logo demonstrou simpatia pela nova capela e por seu orago, cuja devoção fortaleceu-se com o estabelecimento de correlações entre o dia da festa do santo e a confirmação do inverno ou da deflagração de uma seca. Transcorrido o tempo, a pequena igreja de São José, demolida, reconstruída e aumentada mais de uma vez, tornou-se matriz da Vila, transformando-se, por fim, na atual Catedral Metropolitana fortalezense.

os holandeses montado suas instalações em ponto já ocupado por Martim Soares Moreno.[2]

As obras militares holandesas no Brasil eram sabidamente frágeis, deficiência que explica a pouca resistência oferecida ao assédio das tropas luso-brasileiras nas guerras da Restauração em Pernambuco.[3] Por tal razão, o forte levantado no Ceará, em decorrência da debilidade de sua construção, já se mostrava arruinado pouco tempo depois da rendição, em 1654. Refeita em 1660, por ordem dos governadores do Maranhão, a nova fortificação também logo se desmoronou, sendo posteriormente demolida e reconstruída várias vezes.[4]

Tantas vezes desmoronado como refeito ao longo de sua história, o Forte de Nossa Senhora da Assunção conheceu várias versões. Algumas referidas vagamente, outras com a aparência física documentada, como é o caso da mencionada fortificação holandesa e também da defesa em estacada, que se vê no desenho dito *Villa nova da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção da Capitania do Ciará Grande*. Trata-se de uma perspectiva de concepção *naïve*, mandada executar pelo capitão-mor Manuel Francês em 1731, preservada no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa (IRIA, 1966: 49), desenho divulgado pelo padre Serafim Leite no tomo III, de sua *História da Companhia de Jesus no Brasil* (p. 84-5).

Informações escritas e gráficas mais pormenorizadas concentram-se, porém, na penúltima versão da Fortaleza, provavelmente construída entre 1790 e 1799 pelo derradeiro dos capitães-mores, Luiz da Mota Féo e Torres. Pequena obra de defesa demolida para a construção

---

[2] O diário de Matias Beck (1903: 357, 568, 574, 581) apresenta duas informações de interesse. A primeira assinala que os holandeses chegaram em 3 de abril de 1649, enquanto a segunda afirma que o forte já se encontrava em condições de ser ocupado em 22 de abril. Desenho pertinente, guardado no Arquivo Real Holandês, da Haia, elaborado na ocasião pelo construtor do forte, mostra-o cercado por galpões, estes indicados como "velhos armazéns" (*oude magazyn*). Em vista do rápido transcurso das obras, de vinte dias apenas, a indicação constante do desenho faz admitir que no local escolhido por Beck havia instalações antigas, os "velhos armazéns", indubitavelmente construídos por Martim Soares Moreno, quando dos trabalhos de prospecções da prata.

[3] "(...) a maior parte dos fortes [holandeses] era construída de terra socada, que se deteriorava rapidamente sob a ação das chuvas." (BOXER, 1961: 345).

[4] Assinala Antônio Bezerra: " (...) a fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção, a qual foi mandada levantar por D. Pedro de Mello, governador do Maranhão, no anno de 1660." (1895, 167).

da fortificação atual, ficou devidamente documentada em 1800 por meio de levantamento gráfico elaborado quando da inspeção efetuada pelo então 1º. tenente de Artilharia Francisco Xavier Torres. O desenho, conservado no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (IRIA, 1966: 49), mostra um retângulo murado, com dimensões reduzidas, em torno de 160 x 130 palmos (35,20m x 26,60m), apresentando dois dos cantos chanfrados. (Figura 2). Seria apenas uma "bateria", como consta do *Auto de Demarcação* da nova fortaleza, documento transcrito à frente[5]. A mesma fortificação também aparece lançada em perspectiva no *Prospecto do porto da Fortaleza Do Siará Gr*, tirado pelo Capitão de Fragata Francisco Antônio Marques Giraldes, em 1811, belo desenho guardado no Arquivo Histórico do Exército. (CASTRO, 1997: 46-54). Na mesma ocasião, em visita ao Ceará, o comerciante Henry Koster, súbdito inglês. confirmava com palavras a aparência da fortificação, "da qual procedia o nome da Vila", assinalando-a situada no alto de um morro arenoso, junto da área construída, formada por um talude de areia ou terra na face voltada para o mar e reforçada, no lado interno, por estacaria enfiada em chão frouxo[6].

Os sertões

No primeiro quartel do século XVIII, índios tapuias que habitavam os sertões do Ceará foram dizimados ou expulsos por força das ações punitivas dos terços paulistas contratados pelos governadores de Pernambuco. Aculturados os índios remanescentes e removidos os entraves à penetração, o interior da Capitania recebeu levas de gentes vindas do Nordeste Oriental, em que se incluíam colonos portugueses. A criação do gado, desenvolvida pelos ocupantes de terras concedidas

[5] De acordo com a definição de Fortes: *Bateria he um parallelogramo sobre citio conveniente com que se faz um leito solido com massame de pedra e cal, ou de pranchoens para jogar a Artelharia por canhoneiras abertas no seu parapeito, como mostra a letra A: o seu leito se chama ordinariamente plata-forma.* (FORTES, 1729: 16). Fortes acrescenta que as baterias podiam ser levantadas, horizontais ou enterradas. A antiga bateria da Assunção, localizada no alto de uma colina, seria do tipo *levantada.*

[6] *The fort, from which the place derives its name, stands upon a sand-hill close to the town, and consists of a sand or earth rampart toward the sea, and of stakes driven into the sand on the land side. (KOSTER, 1816: 113).*

em sesmarias, objetivava o suprimento dos engenhos de açúcar, principalmente em Pernambuco, com gado consumido como alimento ou utilizado como força de tração. As atividades promovidas pelos migrantes, ligadas à pecuária extensiva, rapidamente prosperaram em campos inexplorados, de sorte que, no fim do século, o território cearense já se mostrava de todo conhecido por seus habitantes. Como as glebas eram cedidas em sesmarias, a instalação de uma fazenda exigia parcos investimentos, embora, em contrapartida, os lucros fossem reduzidos.

Estabelecidas as primeiras fazendas, algum tempo depois, em vez de o gado ser enviado vivo para o Nordeste Oriental, os proprietários decidiram reunir suas boiadas na vila do Icó, ponto central da Capitania, de onde desciam em tropel pelas margens do rio Jaguaribe, até a foz, na vila do Aracati. Nas "oficinas" dessa vila, com fartura de sol e sal, as reses eram "carneadas", isto é, abatidas, além de retirado e atanado o couro. Talhada a carne em mantas, salgada e transformada em charque, o produto seguia por mar para Pernambuco, onde era consumido ou exportado para outras partes do País com o nome de "carne do Ceará". Ambas as vilas, do Icó e do Aracati, beneficiadas com essas atividades terciárias, tornaram-se as mais prósperas da Capitania no século XVIII.

***

Durante o ciclo da pecuária, embora o litoral cearense, de praias arenosas e desertas, não mostrasse préstimos, ainda assim, sempre foi mantida a incipiente povoação nascida junto do forte da Assunção. O precário e isolado estabelecimento humano, apesar pouco proveitoso, preenchia um longo vazio no litoral, mostrando-se útil como ponto de ajuda a naus desgarradas e à observação de barcos estranhos. Ocupava ponto estratégico, pois se situava na metade do caminho marítimo entre o Recife e São Luís do Maranhão, pontos básicos da administração portuguesa na Colônia. Sem dúvida, a presença forçada da guarnição no pequeno estabelecimento, embora diminuta, atendia à recomendação de Soares Moreno em sua *Relação do Ceará*, enviada aos reis de Espanha em 1618, que assim se expressava:

> (...) *se deve sustentar aquillo* [o ponto de apoio] *para estalagem dos que forem e vierem do Maranhão e Pará para Pernambuco, que hindo*

> *destroçados do caminho alli refazem assim de mantimentos como de Indios para os acompanhar tambem servirá para nossos Navios para o que lhe for necessario* (...). (1903: 196).

Amparada militar e economicamente pela tropa mínima de um forte desguarnecido, a povoação continuou pequena e relegada ao longo do século XVIII, apesar de erigida em vila no ano de 1726. Não desaparecera, de certo modo, apenas porque nela residiam os capitães-mores, representantes militares dos governadores de Pernambuco.

2 Emergência da Vila da Fortaleza

Às vésperas do alvorecer do século XIX, registraram-se na Capitania dois eventos que iriam alterar o sistema econômico vigente, com reflexo imediato na vida da pequena vila do forte da Assunção.

O primeiro fato recaiu na introdução do plantio do algodão em terras próximas, financiado por portugueses moradores na Vila. As atividades decorrentes da exportação do produto escoado por porto, embora precário, serviriam de alicerce à expansão urbana fortalezense. O segundo evento consubstanciou-se na concessão de autonomia administrativa à Capitania, em 1799, até então, subalterna ao gov**e**rno de Pernambuco. A nova situação favorecia o Ceará sob vários modos, que agora ficava vinculado, sem intermediários, ao sistema de administração real. Deste modo, ganhava dirigentes próprios, nomeados pelo rei, e passava a contar com permissão de firmar comércio diretamente com Portugal e África, vantagem esta logo ampliada para diferentes países, após a abertura dos portos em 1808. Os efeitos dessas providências benéficas seriam imediatos, pois, em 1811, já se instalava na Vila uma firma britânica, interessada em negócios do algodão.

Nesse quadro em mutação, os novos dirigentes procurariam deixar sua marca. Na administração de Luís Barba Alardo de Meneses, 3º. Governador da Capitania, entre 1808 e 1812, junto com outras aspirações, prospera a ideia, acalentada por todos, de se construir uma nova fortaleza, obra à altura da recente posição da Vila, até então capital de fato, mas agora capital de fato e de direito da Capitania. A construção deveria ser financiada pelos próprios moradores, por meio de donativos em dinheiro ou em materiais, desde polpudas contribuições de pessoas

ricas à ajuda mínima, depositada pelos próprios soldados da guarnição. Como Barba Alado não dispunha de uma equipe técnica para realização da obra, os bens materiais e dinheiro que arrecadou, devidamente guardados, favoreceriam o seu sucessor.

Sampaio e Paulet

A construção da nova Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção efetivou-se, portanto, na administração do 4º. governador da Capitania, o Coronel Manuel Ignácio de Sampaio Pina e Freire (Lisboa, 17.08.1779 - Lisboa, 7.08.1856), transcorrida entre 1812 e 1820. Enérgico e empreendedor, contou com a qualificada colaboração profissional de seu ajudante de ordens, o Tenente-coronel de Engenheiros Antônio José da Silva Paulet (Vila Nogueira de Azeitão, 1778 - Cidade do Porto, 11.11.1837), figura de interesse maior neste trabalho.[7]

A Paulet, no campo da cartografia, deve-lhe o Ceará mapas de vilas e uma carta geográfica, a primeira elaborada com razoável exatidão. De Paulet, a Cidade recebeu seu primeiro plano de urbanização, em quadras retangulares, semelhantes às da Baixa lisboeta. Foi Paulet o responsável pelo prosseguimento dos trabalhos de batimetria do porto da vila, bem como o autor de projetos e construtor de várias obras, entre as quais o mercado novo, um chafariz e a nova Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Em 1820, Paulet deixou o Ceará, transferido para o Rio Grande do Sul, de onde retomou a Lisboa em 1823. Em Portugal, participou da Guerra Civil, travada entre o exército formado por constitucionalistas liberais, comandado pelo Imperador Pedro I, e as facções absolutistas, postas sob as ordens de seu irmão, Dom Miguel. Paulet teve presença destacada nas operações, particularmente durante o prolongado cerco da cidade do Porto, como comandante do quartel do Trem [de Artilharia] do Ouro, posição-chave no

[7] Sampaio e Paulet serviam no Rio de Janeiro, quando foram enviados para o Ceará. Eram oficiais de Marinha. Sampaio ocupava o posto de Capitão de Fragata e Paulet, o de Capitão Tenente. Ainda na Corte, amparados em legislação recente, ambos solicitaram transferência para o Exército, acolhidos respectivamente nos postos de coronel e tenente-coronel. Paulet veio para o Brasil na armada que trouxe a família real. Sampaio chegou um pouco depois, uma vez que fazia cursos em Paris na ocasião em que Portugal foi invadido pelos franceses.

abastecimento alimentar e bélico da Cidade, ponto de ligação desta com o setor de suprimento marítimo, na foz do rio Douro. Após a vitória final dos liberais, em retribuição aos serviços prestados em atividades militares e civis, recebeu da rainha D. Maria II, pouco antes de falecer, a patente de Brigadeiro do Real Corpo de Engenheiros, com honras de Marechal de Campo.

A capital cearense guardou memória da contribuição de Paulet, nome consagrado em longa rua que atravessa bairro da zona leste da Cidade.

3 Início das obras no governo Sampaio

No transcurso dos doze primeiros anos de vida autônoma, começada em 1799, a Capitania havia conhecido mutações significativas, curto período quando, em termos de administração do território, se impusera o predomínio da autoridade dos governadores. Por sua vez, a pequena capital, até então isolada, começara a se inserir no mercado internacional, gerido por um capitalismo ainda em fase inicial de expansão, que a integrava, como porto exportador de algodão, direta e aceleradamente à rede das rotas de comércio com a Europa. O comércio e as atividades administrativas de vila-capital criariam condições para exercício de relações terciárias essenciais em um período de formação, que se diria *proto-urbano*, base do futuro desenvolvimento da Cidade[8]. O empenho de Sampaio na construção da nova fortaleza da Assunção refletia, pois, as ambições gerais do momento que o governante deparava, entendida como obra grandiosa, e não o simples *projectado reducto*, pretendido por seu antecessor.

[8] O autor deste trabalho reconheceria três períodos na formação urbana fortalezense. Um primeiro período, pré-urbano, de origem obscura e distante, que se encerra com a concessão de autonomia administrativa à Capitania, em 1799. Nessa ocasião, no começo do século XIX, desponta um novo período, chamado *proto-urbano*, acima referido. Por fim, entre meados e fins do século XIX, a Cidade alcança realmente um terceiro período, *dito urbano*, com forma e vida *urbanas* plenas, marcado por contínuo desenvolvimento e constantes mutações, numa escala que viria conduzir a Capital cearense à condição superior de integrante do conjunto das chamadas metrópoles nacionais brasileiras.

O Auto de demarcação

Manuel Ignacio de Sampaio, como já relatado, tomou posse do governo da Capitania do Ceará em 19 de março de 1812, afastando-se do cargo em 12 de janeiro de 1820, após oito anos de profícua administração. Pouco depois de assumir o comando governamental, deu inicio a um conjunto de realizações que beneficiariam particularmente a Vila-capital. Entre várias obras, ganhou especial relevo a edificação da nova Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, com obras começadas mal haviam decorrido seis meses de gestão, fato que demonstra o espírito resoluto de Sampaio e a operosidade profissional de Paulet, seu ajudante de ordens.

Transcrição do *Auto de Demarcação* da Fortaleza

Como notícia de primordial interesse para a história da fortificação, impõe-se transcrever na íntegra a ata do *Auto de Demarcação para a edificação da Fortaleza de N. S. d'Assumpção*, por constituir uma descrição sucinta do projeto e o primeiro passo direcionado para sua consecução. O *Auto* foi comemorado festivamente em 12 de outubro de 1812, dia do aniversário do "Senhor Príncipe da Beira", o "Snr. D. Pedro de Alcântara", herdeiro do trono e futuro primeiro imperador do Brasil:

> *Auto de demarcação para a edificação da Fortaleza de N. S. d'Assumpção. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e doze aos doze dias do mez de outubro do dito anno n'esta villa da Fortaleza de N. S. d'Assumpção Capitania, do Ceará Grande e sendo presente o Ill.mo Governador desta Capitania Manoel Ignacio de Sampaio e sendo ahi presentes o Dr. Juiz de Fora, presidente José da Cruz Ferreira e os mais vereadores, o capitão João Gomes Ferreira, o capitão Francisco Alves Pontes, Manoel Ferreira Guimarães e o procurador José Antonio Machado, nobresa e povo desta Villa em memoria do anniversario do serenissimo Senhor Príncipe da Beira, o Snr. D. Pedro de Alcantara, lançou o Ill.mo Governador desta Capitania perante toda a Camara, nobresa e povo os fundamentos da Fortaleza que se vai edificar n'esta mesma villa, para o que o mesmo Ill.mo Governador tomou uma enxada, cavou e deo trez enxadadas na terra, desta forma dando principio a edificação da dita Fortaleza no mesmo sitio em que havia a dita bateria, cuja fortificação*

> *é um quadrado fortificado, segundo as dimensões da fortificação pequena real, de que* [a] *alinhada do censo é de quatrocentos palmos, medida portugueza, a qual fortaleza ha de conter quatro baluartes o da parte do nordeste ha de ter a invocação de N.S. da Assumpção, o da parte do sueste a invocação de S. José, o da parte do norueste o Snr. D. João, Principe Regente, o da parte do sudueste o Principe da Beira o Snr. D. Pedro d'Alcantara, sendo architecto o engenheiro da mesma Fortaleza o tenente Coronel de engenharia Antonio José da Silva Paulet. Declaro que a bateria era a antiga. E para constar fiz este auto em que assigna o mesmo Governador e o Dr. Presidente* [da Câmara Municipal] *e mais vereadores; e eu Joaquim Silvestre da Fonseca Prata, escrivão que o escrevi. Manoel Ignacio de Sampaio, José da Cruz Ferreira, João Ferreira Gomes, Francisco Alves Pontes, Manoel Ferreira Guimarães, José Antonio Machado.* (Coll. Studart vol. 6º / STUDART, 1896: 492).

O documento, assinado por Sampaio e por integrantes da Câmara Municipal, vereadores e antigos vereadores, esclarece que a nova fortaleza ocupou o "mesmo sitio em que havia a dita bateria". Substituía, portanto, o pequeno reduto que portava com exagero o nome de forte de Nossa Senhora da Assunção, erguido nos tempos de Féo e Torres. Demolida na ocasião, restou um desenho raro da "dita bateria", o qual mostra a planta respectiva, obtida por levantamento realizado em 1802, por Francisco Xavier Torres, como foi relatado.

Conquanto informação subentendida, os termos do *Auto de Demarcação* aludiam à nova fortaleza como um projeto definido por um "quadrado fortificado", com "quatro baluartes". O documento também oferecia ideia das dimensões da fortaleza, com "quatrocentos palmos em medida portuguesa" (88,00m), por certo, restritas à cortina, já que não pormenorizava a localização dos pontos extremos.

A denominação dos quatro baluartes não seguia, porém, as tradições lusitanas de consagrá-los a santos padroeiros. Com efeito, reverenciava apenas dois santos – o baluarte de nordeste, consagrado a Nossa Senhora da Assunção, padroeira do forte e da própria vila, e o de sudeste, a São José, padroeiro da Capitania e orago da matriz da vila. Ao mesmo tempo, homenageava duas figuras reais, no caso, o Príncipe Regente D. João e o Príncipe da Beira, o futuro imperador D. Pedro I, aos quais eram dedicados os baluartes, noroeste e sudoeste, respectivamente.

Custo da obra e donativos

Apesar de não claramente expressos, os desejos da população em prol da construção de uma sólida fortaleza à frente da Vila pareciam assumir três objetivos. Primeiro, confiar belicamente a uma obra de aspecto físico respeitável a defesa dos habitantes contra eventuais ataques externos. Em segundo, construir edificação que avultasse, valorizando material e simbolicamente a vila modestíssima. Finalmente, como terceiro objetivo, possuir realmente uma fortificação cuja aparência identificasse o nome que a Vila portava secularmente.

Com relação a este último objetivo, deve-se lembrar que o topônimo da pequena aglomeração sempre se confundira sucessivamente com os nomes de fortificações sem maior valia militar, embora se tornasse cada vez mais pomposo: povoado do Forte, vila do Forte, vila da Fortaleza do Ceará e, finalmente, vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Sem dúvida, a contradição entre topônimos e a realidade física da fortificação, a "bateria" pequena e arruinada que dava nome à Vila, provocava reações, despertava desejos e ativava fantasias de grandeza por parte dos munícipes, tanto percebidos como logo materializados por Sampaio.

Todas as contribuições, feitas desde o governo Barba Alardo em favor das obras, foram cuidadosamente arroladas na ocasião por Vicente Ferreira de Castro Silva, oficial da secretaria de Governo de Sampaio, listadas numa *Relação dos principaes donativos offerecidos voluntaria e, gratuitamente a bem da construcção da nova fortaleza do Ceará pelas pessôas abaixo declaradas*, na qual figuram 263 doadores. (CASTRO SILVA, 1905: 311). Trata-se de numeroso rol de colaboradores, comparados aos prováveis 1.200 habitantes da vila, se aceita a população estimada por visitantes e estrangeiros que então a conheceram [9]. As ofertas em favor dos trabalhos variavam de altos valores, de mais de 700$000, até as participações mínimas, de 4$000. Estas últimas compreendiam trinta por cento do total arrecadado, oferecidas por pessoas de posses menores, inclusive cabos e soldados da guarnição da

[9] Henry Koster, súbdito inglês que permaneceu na vila entre dezembro de 1810 e janeiro de 1811 assim se expressava: "The number of inhabitants I judge to be from one thousand to twelve hundred" (KOSTER, 1816, p. 113).

Fortaleza. Muitas doações compreendiam materiais de construção e de cabeças de gado, com valores convertidos em moeda corrente.

Torna-se difícil quantificar o montante exato das despesas totais ocorridas na construção da nova Fortaleza. Studart assinala o custo da obra até quando os serviços foram encerrados (ou paralisados), entretanto, sem mencionar as parcelas formadoras dos totais:

> *Dispendeu-se com a reconstrução da fortaleza de N. S. d'Assumpção a quantia de 20:362$390 afora 16:103$267 de donativos promovidos pelo governador, afora um donativo feito por José Alves Feitosa, capitão mor dos Inhamuns, o material fornecido por particulares e o serviço prestado não só por estes como por seus escravos. O donativo feito por Alves Feitosa valeu-lhe o habito de Christo.* (1896, p. 491).

A coleta de contribuições dos súbditos para a construção da nova Fortaleza da Assunção, deve-se assinalar, integrava as normas administrativas portuguesas, embora, no caso, parecesse ultrapassar os padrões comuns de colaboração, esta muitas vezes recompensada com a concessão de comendas e outras honrarias aos doadores.

A delineação da atual fortaleza da Assunção

O estudo da forma arquitetônica assumida pela Fortaleza da Assunção constitui um dos objetivos deste trabalho. Para melhor entendimento da matéria, faz-se pois necessário contextualizar as obras da fortificação, tanto em termos temporais como de inserção no sistema de defesa empregado. Na época da construção da fortaleza da Assunção, vale lembrar, os projetos arquitetônicos eram quase sempre elaborados de maneira simplificada, obedecendo a determinados padrões. Resumiam-se à chamada delineação da obra. Delinear, no caso, significava lançar graficamente no papel as ideias concernentes à futura edificação. Enfim, transcrever com um mínimo de traços, mas de modo inequívoco, a concepção mental que virá a se materializar, aquilo que será construído, quer dizer, de certo modo algo aproximado do que hoje se chamaria anteprojeto.

No campo da nomenclatura específica, a fortificação delineada por Paulet, desde então e para sempre, será denominada *fortaleza*, ficando esquecidas as antigas referências ao *forte* da Assunção. Esses

vocábulos, conquanto muitas vezes empregados de maneira indistinta, tinham significado diverso, como os define um tratadista:

> *Fortaleza se chama huma Praça de moderado recinto, que serve ordinariamente a guardar algum porto de mar, ou rio importante para a segurança de um rio, cujos baluartes devem ser distantes hum dos outros de 108, até 110 braças.* [237,6m a 242,00m].
> *Forte he huma semelhante Praça de igual ou pouco menor recinto, e serve para occupar algum padastro ou quartel, que poderia servir ao inimigo se não fosse do forte deffendido*[10]. (FORTES, 1729, p. 15-16).

4 O desenho da nova Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção elaborado por Paulet

O único documento gráfico, que se conhece, concernente à nova Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, é aquele preservado no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar de Lisboa, desenho encaminhado em 1825 aos seus superiores portugueses pelo próprio Paulet. Decorridos então já dois anos de seu retorno a Portugal, após longa ausência de três lustros, ao certo, por se sentir deslocado profissionalmente, o retornado procuraria reintegrar-se entre seus pares, apresentando obra de defesa realizada no Brasil.

O desenho acompanhava-se de uma carta de esclarecimentos, a seguir transcrita:

> *Exmo. Snr. Tenho a honra de levar á presença de V. Exa. a Planta da Fortaleza de N. Senhora d'Assumpção, projectada e em parte já desempenhada na Capital da Província do Ceará.*
>
> *He um Quadrado fortificado acomodado ás circunstancias do terreno; bate prefeitam.te com duas ordens de fogo cruzado o ancoradouro do Porto q' lhe fica ao Norte e os caminhos q' conduzem, da Praia pa. a Villa (actualm.te Cidade da Fortaleza). A frente do Mar está completamente acabada, e a da parte do Nascente até junto dos Quarteis da tropa, os quaes já existião qdo se formou o Projecto e p.r essa razão se não achão situados em semetria com os lados da Fortaleza.*

[10] A palavra padastro tinha significado específico: *Padastro ordinário se chama qualquer oiteiro vizinho à Praça, do qual* [a praça] *póde ser batida com Artelharia.* (FORTES, 1729:18). Em vocabulário militar da época, como se vê, a fortaleza da Assunção estava instalada em um padastro, isto é, em um oiteiro ou, mais precisamente, na colina de Marajaituba, vizinho à *Praça*, isto é, à Vila.

D.s G.de a V Ex.a Quartel da Rua do Conde de St.a Catherina 9 de Agosto de 1825.

Il.mo e Ex.mo Snr. Marechal Manoel de Sousa Roma.

Antonio Jose da S.a Paulet. Cor.el de Engenheiros.

A ressalva *actualm.te Cidade da Fortaleza* e a indicação *Capital da Provincia do Ceará* fazem ver que Paulet, embora já morando em Portugal, tinha ciência tanto da elevação da Vila à condição de cidade, conforme ato do Imperador D. Pedro I, datado de 17 de março de 1823, bem como não esquecia da recente transformação das antigas capitanias brasileiras em províncias. Continuava, pois, informado de alguns acontecimentos posteriores à sua saída do Brasil.

O desenho da Fortaleza da Assunção, preservado nos arquivos militares portugueses, dificilmente poderia ter sido utilizado na obra, quer por suas pequenas dimensões, aproximadas de um e meio palmo por um palmo (33cm x 22 cm), quer pelo tipo de apresentação, aquarelada. (Figura 3). Tratar-se-ia, pois, de uma adaptação ou de uma transcrição do risco original, de que, aliás, devem ter sido executadas várias cópias. Uma delas, necessariamente seria oferecida a Sampaio; outra, entregue à Câmara Municipal, além daquela usada na obra. Talvez ainda houvesse mais outra cópia, conservada com o próprio Paulet, possivelmente retida em seus arquivos pessoais, desde quando ainda vivia no Ceará. Esta última versão ou, com maior probabilidade, uma transcrição ou reconstituição dos originais, efetuada já em Portugal pelo próprio autor ou sob suas vistas, talvez tenha sido aquela encaminhada às autoridades militares lusitanas.

Quaisquer que sejam as suposições formuladas, o desenho entregue por Paulet aos seus superiores portugueses em 1825 é a única informação disponível, referente à visão que o projetista tinha da sua fortaleza[11]. Por tal razão, somente esse documento gráfico receberá os comentários analíticos pertinentes à delineação da obra, bem como a comparação entre a obra proposta e aquela que foi construída.

---

[11] Na *Exposição de História do Brasil***,** realizada no Rio de Janeiro em 1881, que reuniu inúmeras coleções de documentos particulares e de órgãos públicos, foi exibida uma cópia do desenho de uma fortaleza, acompanhada dos seguintes dizeres: *Planta da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção da Capitania do Ceará Grande. 0ᵐ,243 x 0ᵐ,322 / cópia auth. moderna / Exp: Dr. L. da Ponte Ribeiro.* (CATÁLOGO. 1881, v.1: 221). O título e as dimensões do desenho fazem supor que se trata de uma cópia da planta de Paulet.

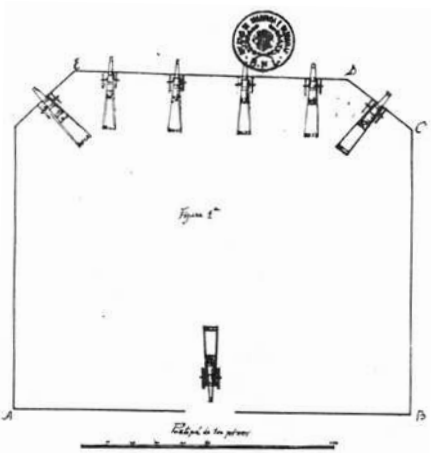


Figura 2 - Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (penúlltima versão). Levantamento. Inspeção de Francisco Xavier Torres. 1800. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

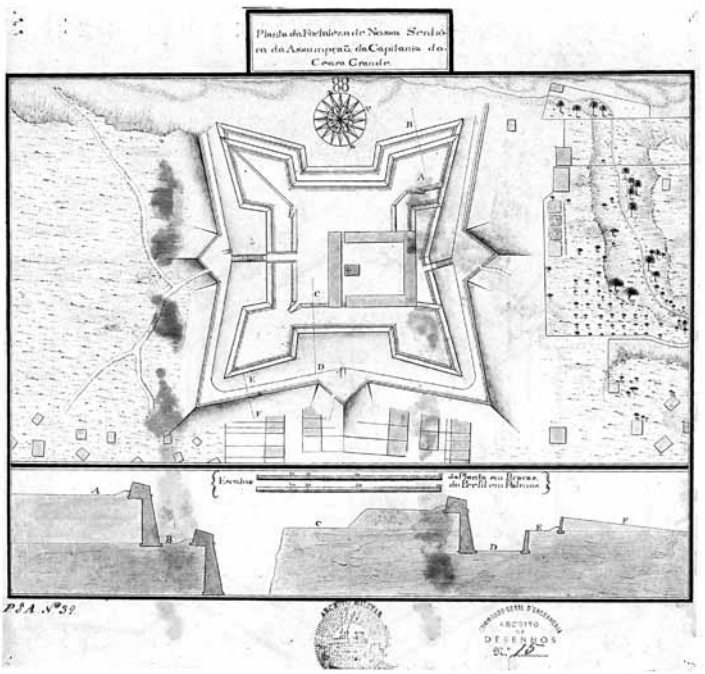


Figura 3 - Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Projeto de Antônio José da Silva Paulet. Desenho (1825?). Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar. Lisboa.

Fontes de delineação da nova Fortaleza da Assunção

A delineação das obras de defesa não era tarefa posta à mercê do devaneio dos projetistas. Pautava-se por padrões morfológicos próprios, particularmente quando se tratava das chamadas fortificações regulares, isto é, daquelas resolvidas com polígonos regulares, entre os quais, por sua singeleza, sobressaía o quadrado como forma a mais requisitada.

A preferência pela regularidade não apenas decorria da simplificação no risco dos projetos, das facilidades na demarcação da obra e na elaboração dos orçamentos, mas também por razões de defesa, na procura de dificultar a ação do inimigo, eliminando os pontos fracos, onde atacar. Sousa Lobo explica os motivos da opção:

> *As obras de fortificação eram sempre projetadas procurando a regularidade. Partia-se do princípio que havia assim maior fortaleza* [segurança]. *Dessa forma o inimigo hesitava em escolher qual a cortina ou baluarte para atacar. A acontecer essa hesitação seria altamente positivo. Era sinal que a praça não tinha pontos fracos.* (LOBO, 2000: 45).

Na Fortaleza da Assunção, em virtude dessas várias e evidentes razões, obviamente Paulet optaria por um quadrado, aceito como definição do reparo, sobre o qual desenvolveria o delineamento dos baluartes, dos fossos, das contra-escarpas, dos revelins, enfim, dos elementos constitutivos das plantas e dos perfis da fortificação, traçados segundo as recomendações dos tratadistas (o significado desses termos aparece em tópico mais à frente). Quanto a autores especializados, Paulet iria recorrer às lições professadas no livro de Azevedo Fortes, então praticamente adotado por todos os seus compatriotas e também por estrangeiros. Entre estes, mencionam-se Galuzzi e Sambucetti, italianos postos a serviço de Portugal, com soluções semelhantes, aplicadas nas fortalezas de Macapá e do Príncipe da Beira, construídas três décadas antes, a fim de constarem como marcos referenciais físicos na definição das fronteiras da Amazônia. De qualquer modo, a bem da verdade, deve-se ter sempre em conta o fato de que, recorrer a Azevedo Fortes, seria consultar Vauban e, de modo remissivo, a obra de Serrão Pimentel, atualizando-a.

Vauban e seus seguidores

O emprego de fortificações abaluartadas aparece muitas vezes unido ao nome de Sébastien Le Prestre (1633-1707), Senhor de Vauban, Marquês de Vauban, grande figura da história militar na França. Comissário Geral das Fortificações nos tempos de Luis XIV, Marechal de França, Vauban organizou um plano envoltório de defesa do território francês, um dito "hexágono", constituído de praças fortes e cidades fortificadas dispostas nas fronteiras e no contorno marítimo do país, realizações em boa parte até hoje preservadas. Particularidades de vizinhança exigiram concentração de obras defensivas nos limites com Itália e Bélgica, desenvolvidas principalmente junto desta última sob a denominação de *pré carré*, termo cuja tradução literal – *prado quadrado*, deve ser entendida como um sistema de defesas de um "território cercado em anel", de certo modo, aliás, estendido a todo o país. (GRIFFITH, 2009, 12).

Não se sabe o exato número de obras projetadas, construídas ou remodeladas por Vauban, talvez umas 160, embora, por seu prestígio, muitas daquelas, que lhe são atribuídas, nunca foram sequer visitadas pelo fortificador... Por questões de segurança militar, o Marechal jamais organizou uma compilação de seus escritos, sempre remetidos diretamente ao rei e seus assessores ou imediatamente aplicados nas obras de defesa. A influência e a importância de Vauban nasceram do êxito de suas realizações, de modo que a dispersão das obras e dos ensinamentos nelas contidos levou alguns admiradores, na época, a reunir os trabalhos do fortificador, procurando sistematizá-los em três "sistemas", segundo o grau de complexidade.

Como pouco mais à frente o texto menciona e valoriza o "primeiro sistema" de Vauban (às vezes dito "primeiro método"), conviria ficasse a matéria antecipadamente esclarecida por meio das palavras de um especialista:

> *Por iniciativa própria, jamais Vauban projetou ou tentou difundir qualquer "sistema" de fortificações. Certos autores (neste caso, Müller, 1746), sentiam-se incapazes de entender os trabalhos de Vauban, a menos que pudessem reduzi-los a uma série de "sistemas". O "primeiro sistema" é atraente, mas elementar, e deixa algumas formas de escolha sem solução entre o emprego de orelhões* [flancos substituídos

> por arremates redondos] *ou flancos retos nos baluartes, bem como entre revelins sólidos ou abaluartados.* (Charles Blackwood, *apud* GRIFFITH: 2009: 24 / trad. Autor).

O "primeiro sistema", acima referido, de modo geral abrange as fortificações isoladas (Figuta 4), com cortinas defendidas por revelins, como é o caso de algumas fortalezas francesas, de certo modo semelhantes à fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e a tantas outras realizações brasileiras, embora sejam estas bem menores. (Figura 5). A propósito, compete lembrar que os comentadores de Vauban, como já referido, propuseram ainda um segundo e um terceiro "sistema", cada vez mais complexos. (Figura 6).

As fortificações abaluartadas, cabe contudo assinalar, constituíam forma adotada em tempos já bem anteriores a Vauban, originadas do desenvolvimento dos processos de defesa adotados na Europa contra a ação das armas de fogo. Os novos artefatos de destruição surgidos no século XIV, empregados inicialmente na Itália[12], tornaram obsoletas as altas muralhas de pedra construídas no período medieval, visto que exigiam interceptações mais baixas e sequenciais, construídas para ajudar no lançamento dos projéteis ou de lhes anular ou reduzir os impactos. Enfim, traduziam um novo sistema, que vinha substituir a verticalidade antiga por uma horizontalidade das defesas. (Figura 7)**.**

A par de suas intensas atividades militares, vale lembrar, Vauban também participou da vida civil, envolvido com teses socioeconômicas pertinentes à taxação, referidas a um sistema fiscal que propusesse a contribuição justa de uns e distribuição equitativa a outros. Entende-se por que Voltaire o tinha na conta de "o primeiro dos engenheiros e o melhor dos cidadãos" (SARTIAUX, 2007: 3) e por que o coração de Vauban, está guardado no Panteon Militar da Église des Invalides, em Paris, por ordem de Napoleão, templo o mesmo em que viria a ser sepultado o próprio Imperador.

[12] Desde meados do século XVI, eram inúmeros os fortificadores italianos em atividade, alguns deles já a serviço dos reis de França. Segundo Fortes, alinhavam-se "entre os primeiros Authores que usaraõ reparos, e baluartes (...)". (1729: 35-37).

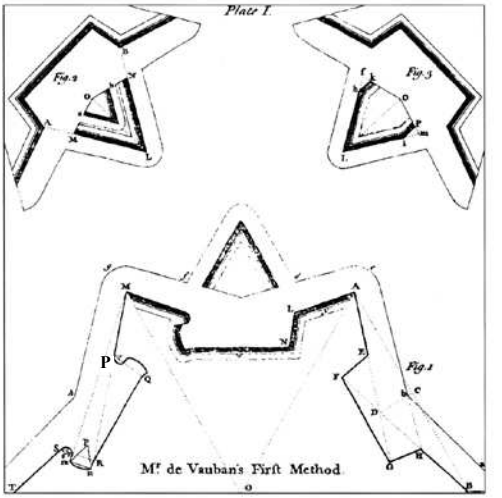


Figura 4 - Vauban. Exemplo de defesa dita do 1º. sistema (1º. método).
Plano de uma fortaleza hexagonal. Observar baluarte em orelhão, à esquerda letra P e revelim, à frente de uma cortina.
Fonte: GRIFFITH. The Vauban fortifications of France.

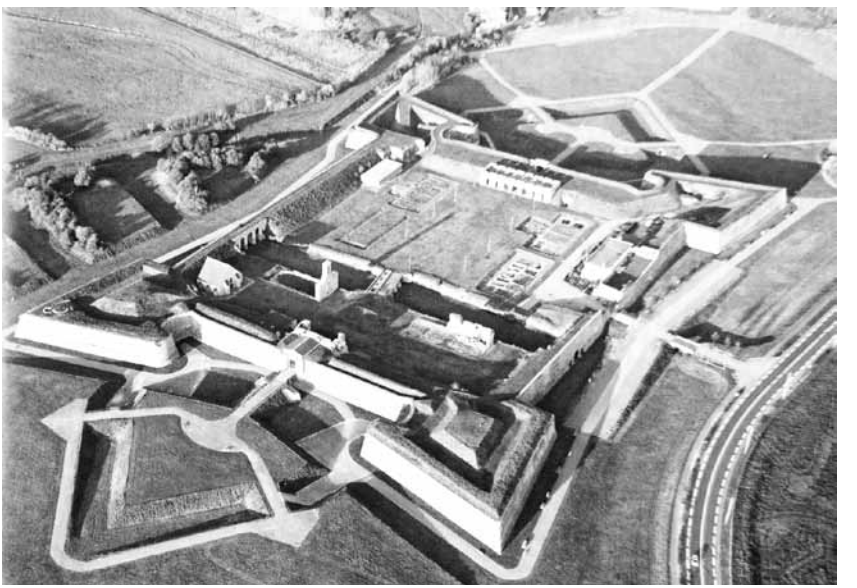


Figura 5 - Vauban. Fortaleza dita do 1º sistema, em Nieulay. Calais, França.
Fortaleza de tamanho "médio" de plano quadrado.
Observar baluartes com flancos retos e com orelhões.
Fonte: SARTIAUX ET ALLII. Plein ciel sur Vauban. 2007: 77.

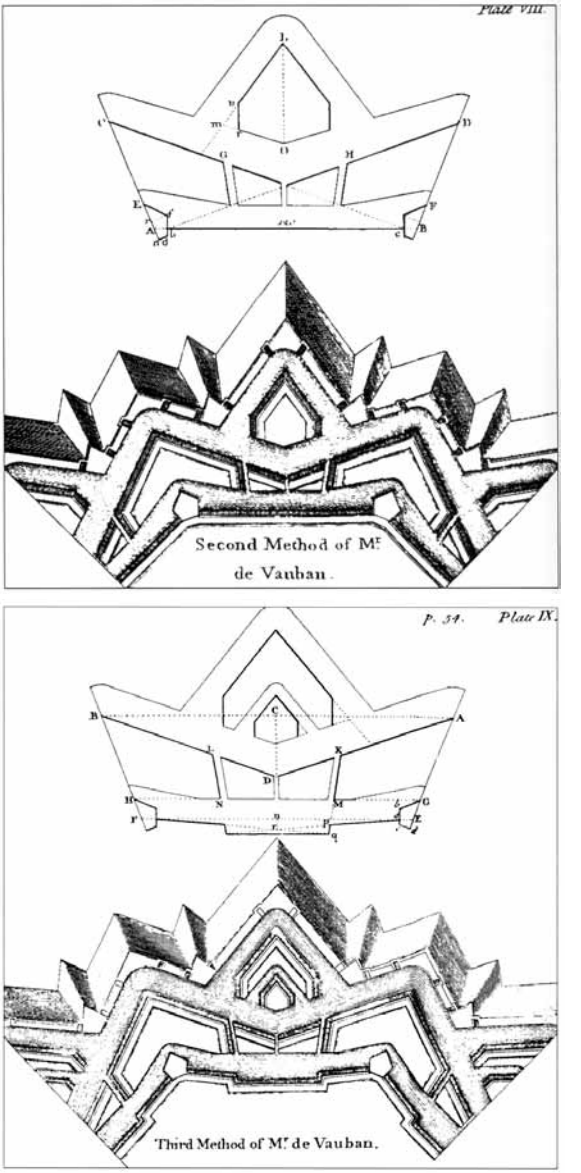


Figura 6 - Vauban. Exemplos de fortalezas ditas dos 2º. e 3º. sistemas (1º. e 2º. métodos).
Fonte: GRIFFITH. The Vauban fortifications of France.
Oxford: Osprey, 2009: 24 e 25.

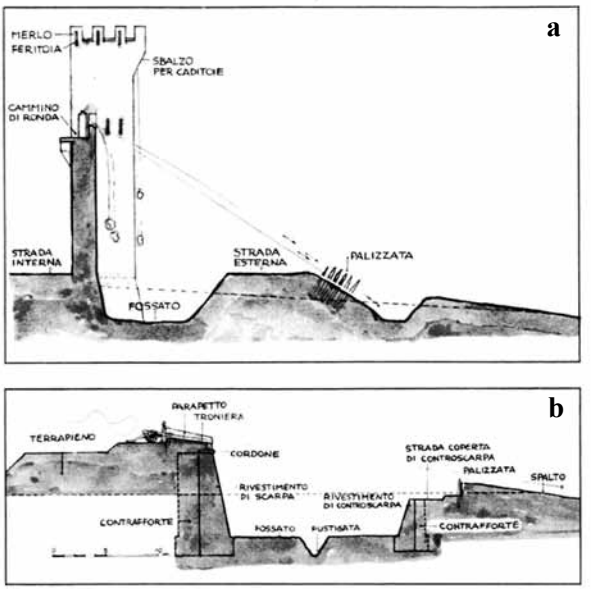


Figura 7 - Perfis: (**a)** castelo medieval; (**b**) uma fortaleza assediada por armas de fogo. Fonte: FAGNELLI &TREVISONNO. Toscana. La Cultura della Città. Firenze [Cortine defensive urbane], 1990: 29. Desenhos na mesma escala.

Figura 8 - Almeida, Portugal. Defesas urbanas executadas conforme solução à Vauban. Antigo centro português de formação militar, na Beira Alta, perto da Espanha. Fonte: Coleção Antônio Menéres.

Influência de Vauban em Portugal

A influência das proposições de Vauban alcançou grande repercussão na Europa. A fim de se fazer ideia do alto conceito desfrutado em Portugal pelo fortificador francês, basta avaliar as palavras de Azevedo Fortes, que o denominava o "oráculo dos nossos tempos" (1729, v. 2, p. 39). Ao elogio, acrescentava: "(...) o methodo precedente de Monsieur de Vauban (falamos do seu primeiro Systema) he o melhor de todos os que até o prezente tem havido, e foy o Author, que com mais ajuizadas reflexoens soube usar dos inventos dos mais Authores que o precederão (...)". (1729, v. 2, p. 71). Cabe ainda aduzir que Fortes dedica a Vauban o capítulo IV do Livro I do Tomo 2 do seu tratado, bem como, citando devidamente a fonte, transcreve desenhos de sistemas de defesas propostos por Vauban. (1729, v.2: estampas 6ª., 7ª. e 8ª.).

Os "sistemas" de Vauban mais complexos obtiveram aceitação em Portugal, todavia, de modo contido, aplicados em praças fortificadas (Valência, Almeida, Elvas), próximas às fronteiras da Espanha. (Figura 8). Em Portugal, certas lições de Vauban viram-se absorvidas de modo indireto, reproduzidas pelos tratadistas lusitanos que acatavam o mestre francês, aplicadas, contudo, em fortificações isoladas (Figura 5), neste caso, obras integrantes do "primeiro systema", com baluartes sem orelhões[13]. No Brasil, os ensinamentos de Vauban foram professados nas Aulas de Fortificação de São Luís, Recife, Salvador e Rio de Janeiro, todavia, como exercícios didáticos[14].

Libertado do domínio espanhol em 1640, Portugal deparou problemas os mais conturbados, entre os quais se encontrava o desbarato dos antigos sistemas de defesa militar. Nos esforços de remontagem do

[13] No sistema de proteção militar da França promovido por Vauban, as "praças", envolvendo cidades inteiras, ficavam contornadas por complexo e inexpugnável conjunto defensivo. Foram poucas, entretanto, as fortalezas isoladas concebidas por Vauban consoante o "primeiro systema", resolvidas com plano regular, abaluartadas. Entre estas, como exemplo, citam-se as de Fort Barraux, Fort Carré (Antibes), Bayonne, Calais, que se assemelham de certo modo à fortaleza da Assunção, embora com dimensões muitíssimo maiores e cujos interiores abrigavam instalações militares vastas. (SARTIAUX, 2007: pássim). Em Portugal, salvo em reduzido número de vilas fortificadas, as lições de Vauban, como assinalado, conheceram aplicação em fortalezas isoladas, comuns no Brasil, o que explica os elogios de Fortes ao "primeiro systema", referido acima.

[14] (BUENO, 2011: p. 225, 240, 243). Diogo Vellozo, adiante referido, professor na Aula de Fortificação do Recife, assim se expressava: "Monsieur Vauban um dos mayores Engenheyros dos presentes seculos." ([1743] 2005: 91).

poderio bélico, constava a instalação da Aula de Fortificação e Arquitetura Militar de Lisboa, de cuja organização foi responsável Luís Serrão Pimentel (1613-1678), nome respeitado, autor do *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares & Irregulares, Fortes de Campanha, e outras obras pertencentes á Architectura Militar*, obra póstuma de prestígio, editada em 1680. O livro de Serrão Pimentel, cabe registrar, ainda não faz referências a Vauban.

Ampla repercussão em Portugal e no Brasil, sem dúvida, obtiveram os posteriores ensinamentos de Azevedo Fortes. Aluno de Serrão Pimentel, pensador, teórico, cartógrafo, engenheiro militar, Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749) foi autor de tratados de defesa e obras filosóficas de vertente cartesiana, que o inscrevem entre os pensadores racionalistas portugueses, às vésperas das primeiras manifestações do iluminismo pombalino. (BERNARDO, 2005: pássim). Nos escritos de Fortes, angariou nomeada, como texto fundamental, o livro o *Engenheiro Portuguez*, em dois volumes, editados em 1728 e 1729, obra várias vezes citada neste trabalho[15].

A propósito da nomenclatura pertinente, deve-se registrar que era comum, na época, a flutuação do termo *Arquitetura Militar*, constante do título do livro de Serrão Pimentel, já mencionado, mas substituído por *Engenheiro* [Militar], na obra de seu aluno, Azevedo Fortes. Engenharia, em sua origem, referia-se a atividade relacionada com a Artilharia, i. é., com os engenhos bélicos, nascidos do emprego da pólvora, descoberta chinesa divulgada na Europa nos primeiros séculos do milênio passado. Por parecer justo que quem sabia destruir também soubesse reconstruir, explica a transformação dos artilheiros em engenheiros militares, termo já empregado no século XVIII, como assinala Vellozo: *Engenheyro chamam hoje todas as nações politicas ao architecto das fortificações*. ([1743] 2005:48)[16]. Expressões como Engenharia

[15] A Biblioteca do Instituto do Ceará – Coleção Eurico Facó de Obras Raras possui exemplares originais de ambas as obras - o *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares & Irregulares***,** *Fortes de Campanha e outras obras pertencentes a Architectura Militar*, de Luiz Serrão Pimentel, e o *Engenheiro Portuguez***,** de Azevedo Fortes.

[16] O vocábulo *Arquitetura,* usual em língua portuguesa, procede diretamente do latim - *architectura,* versão do grego *arkhitektonikè* (αρχιτεκτονική)*,* palavra quase trimilenar, concernente à ação do *arkhitékton* (αρχιτέκτων), o arquiteto, aquele que comanda o cobrimento do edifício, a operação de responsabilidade maior nos trabalhos de construção. Aquele que vence o vão; que confina o espaço.

Civil e Engenheiro Civil, eram então desconhecidas. Somente no século XIX, as mutações técnicas solicitadas pela Sociedade Industrial fizeram surgir os engenheiros mecânicos e, em sequência, os engenheiros civis.

O tratado de Azevedo Fortes e a delineação da Fortaleza da Assunção

Para exame da forma da Fortaleza da Assunção, o tratado de Azevedo Fortes tem de ser seguidamente consultado, embora se façam alusões a diretrizes já propostas por Serrão Pimentel. Assim, uma primeira apreciação do plano construtivo da Fortaleza conduz à hipótese de que Paulet seguiu rigorosamente a orientação de Azevedo Fortes, afirmativa que revela entretanto, uma meia-verdade. Por conseguinte, se o traçado das faces dos baluartes da fortificação obedecia ao esquema dos triângulos equiláteros, recomendado por Fortes, todavia, de modo diferente, as linhas que comandavam o traçado dos flancos fugiam discretamente dos ensinamentos do tratadista.

Segundo a metodologia de Fortes, ao se projetar de uma fortificação, primeiramente devia ser escolhido o tipo de polígono – regular ou irregular, que a definiria. Se regular, podia ter forma de quadrado, pentágono, hexágono ou heptágono (escreve *eptagono*). No caso da fortaleza da Assunção, Paulet optou pelo tipo regular, quadrado.

Quanto às dimensões, ainda de acordo com Fortes, uma fortificação abaluartada poderia ser grande, mediana e pequena, no que repete tratadistas estrangeiros, os quais, todavia, sempre preconizavam medidas bem mais generosas do que as lusitanas.

Por razão desconhecida, em seu livro *O Engenheiro Portuguez*, Fortes omite o dimensionamento das fortificações pequenas, referindo-se apenas à delineação das fortificações grandes e medianas. Com efeito, no que cabe às obras maiores, assim aconselha:

> *Capitulo I - Da delineaçam da grande fortificação./ DO QUADRADO / Na grande fortificaçaõ daremos ao lado AA 117 braças* [257,40m]*: (Estampa 12. Figura 1a.) às demigolas AAB 22 braças e meia* [49,50m]*; e o compaço aberto do comprimento da diagonal BCB, dos dous lados contiguos (de que se tem tirado a cada hum as demigolas de 22 braças, e meia) descreveremos dous arcos de circulo para a parte do angulo,*

> *servindo-nos alternativamente dos ponto B, B como de centros, e do ponto D, em que os arcos se cortaõ, lançaremos as linhas da defença, aos mesmos pontos B, B, que servirão de centro; e para formar os flancos, levantaremos dos mesmos pontos as linhas BE perpendiculares as linhas de defença, e será feita a delineaçam.* (cf. Tomo Segundo, Livro Quarto – Da Delineaçam do Corpo da Praça, e obras exteriores / Capitulo I, p. 183). (Figura 9).

Para melhor aclaramento quanto ao método de traçado, as recomendações de Fortes poderiam resumir-se:

1. no desenvolvimento de um sistema baseado nas diagonais do quadrado;
2. nos registros dos triângulos equiláteros sobre as diagonais, que marcarão as demigolas, isto é, a nascença das faces dos baluartes;
3. na ligação do ponto extremo dos triângulos (no prolongamento das diagonais) com o meio da cortina oposta, a fim de se definirem as linhas que determinarão os flancos.

No caso das fortificações medianas, Fortes propõe seja repetido o traçado anterior, entretanto, com dimensões reduzidas:

> *DO QUADRADO / Daremos ao lado AA do quadrado 108 braças: (Estampa 1. 2. Figura 5.) às demigolas AB a sexta parte do lado, a saber 18 braças* [39,60m]*, e tudo o mais como na grande fortificação* (OP. CIT., cf. Tomo Segundo, Livro Quarto – Da Delineaçam do Corpo da Praça, e obras exteriores / Capitulo II - Da delineaçam da Fortificaçaõ mediana, p. 186).

As 108 braças (237,60 metros), estabelecidas por Fortes como medidas dos lados do quadrado básico formador das fortificações medianas, na realidade, alcançam dimensão muito maior do que aquela lançada por Paulet em seu projeto. Assim, aceitas as proposições do tratadista lusitano, a fortaleza da Assunção se enquadraria nos padrões de uma fortificação pequena (ou, pelo menos, relativamente pequena), como o confirma, aliás, o *Auto de Demarcação*, ao esclarecer que a fortaleza seria construída segundo as dimensões da fortificação *pequena real*.

Glossário elucidativo

A fim de facilitar a compreensão das referências feitas a termos de arquitetura militar, optou-se pela inclusão de um glossário específico. Vale mencionar que as *definições* constituíam parte indispensável nos tratados de construção civil e militar, ocupando seguidas páginas iniciais. No presente caso, apenas se listam termos empregados neste trabalho ou que portem interesse correlato. Conviria lembrar que nos tratados e livros especializados, as definições constavam das páginas iniciais. Antecediam o desenvolvimento do texto. No presente artigo, por motivos óbvios, estão intercaladas em páginas centrais.

As definições ora apresentadas foram extraídas do já mencionado livro *O Engenheiro Portuguez*, de Manuel de Azevedo Fortes ("diffinições pertencentes a Arte de fortificar"), as quais, infelizmente, à primeira vista, talvez não facilitem entendimento cabal do enunciado. (1729, v.2: 7-19). Algumas dificuldades afloram porque Fortes quase sempre complementa as definições mediante a observação de desenhos respectivos, nomeando pontos de encontro ou de interseção de linhas assinalados por letras. Em outras palavras, remete à consulta das respectivas estampas incluídas no tratado, algumas delas ora transcritas, embora prejudicadas por limitações editoriais. (Figuras 9 e 10).

Arrolam-se, pois, algumas definições oferecidas por Fortes, no Livro Primeiro, Capítulo III, tomo 2º. do seu tratado (1729, v. 2: 7-30), matéria de interesse do texto:

> (...) a ***fortificaçaõ*** *se divide em fortificação regular, e irregular, segundo o poligono que forma a sua figura. / Fortificaçaõ* ***regular*** *he aquella cujo poligono tem todos os angulos, e lados iguaes; e a fortificação que os não tem iguais se chama* ***irregular****.*
>
> *As linhas que terminam ou cercaõ a figura de qualquer fortificaçaõ se chamaõ* ***lados****.*
>
> ***Reparo*** *he a terra levantada com sufficiente altura, e largura que cerca em roda qualquer citio como mostram na mesma figura as linhas paralellas DE, ZY. O reparo quando não revestido de muralha, comprehende em si parapeito, banqueta, terrapleno, escarpa interior e escarpa exterior.*
>
> ***Muralha*** *he a parede, ou obra de pedra, e cal arroda da fortificaçaõ para sustentar as terras do reparo, e o seu grande pezo, e para o mesmo reparo resistir ao tempo.*

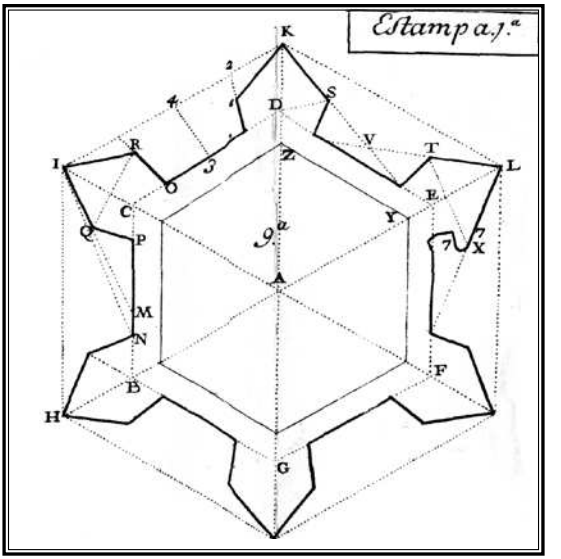


Figura 9 - Fortaleza de tipo regular hexagonal. Nomenclatura.
Indicação de traçados e referências à nomenclatura pertinente.
Fonte: FORTES, M.A. O Engenheiro Português: 1729: Estampa 1ª. , v. 2.

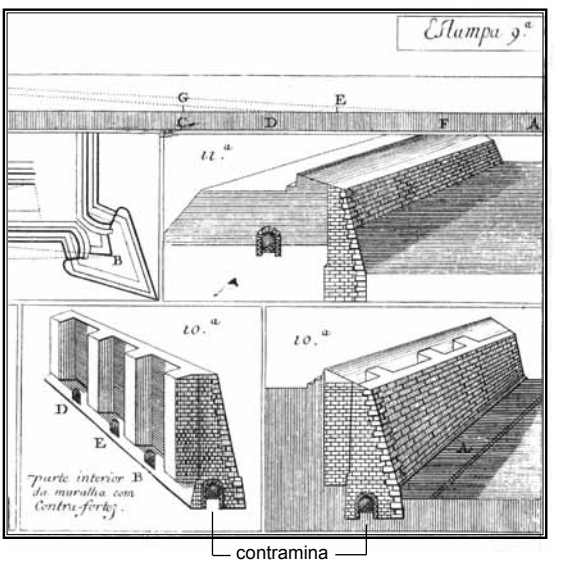


Figura 10. Muralhas defensivas: Nomenclatura.
Indicações em corte e referências à nomenclatura pertinente.
Fonte: FORTES, M.A. O Engenheiro Português: 1729: Estampa 9ª. , v. 2.

A muralha comprehende em si escarpa, e talud exterior, fundamento, ou allicerce, sapata ou cepo, camiza, cordão, parapeito de rondas; e o todo se reprezenta pela figura 5.

***Escarpa interior** he a inclinação que tem o reparo da parte interior,* (...)*, que também se chama talud.*

***Escarpa exterior** he a inclinação, ou declive que tem a muralha para a parte da campanha.*

***Contra-escarpa** he o lado do foço* [fosso] *mais próximo da campanha, e quando he de pedra, e cal serve para sustentar a terra da estrada cuberta.*

***Terrapleno** he o recinto interior de um reparo; defende a banqueta até a escarpa interior* (...)*.*

***Banqueta** he hum degrau, que se faz na parte interiordos parapeitos*

***Parapeito** he a terra levantada sobre o reparo com sua altura, e largura conveniente como mostra a letra P.*

***Cortina** he aquella parte do reparo que fica entre dois flancos, como a linha NP.*

***Camisa** he o solido da muralha, sem comprehender a escarpa, nem talud, e a sua figura mostra a letra* h.

***Cordaõ** he uma banda* [faixa] *ou guarnição de pedra redonda, que se poem em todas as muralhas aonde acaba a escarpa, como mostra a letra A, que serve para hornato, e alguns Authores o rejeitaõ com razaõ.*

***Contra-fortes** são humas paredes unidas à camiza lançadas para dentro do reparo.*

***Contra-mina** he um caminho com a bobeda* [abóbada] *que se faz na grossura da camiza. / As contra-minas correm em roda toda a muralha, e são assim chamadas, porque servem para espreitar donde vem o mineiro, para se lhe impedir o effeito da mina, que pertende fazer para abrir brecha, que assim he chamada uma rotura feita na muralha.*

***Portas falças**, ou **poternas**, são humas portas estreitas, ou postigos por onde secretamente se fazem as sortidas, e se recebem os socorros.*

***Revelim** he uma obra exterior composta de duas faces, e de duas demigolas* (...) *algumas vezes se fazemos revelins com flancos.* (...) *Servem estas obras para cobrir as portas das praças, as pontes e as cortinas.*

***Tenalha** simples he uma obra exterior composta de dous ramaes, três angulos salientes, e hum reintrante na frente.*

Quanto a *baluarte*, vocábulo tantas vezes mencionado no texto, esclareça-se que se trata de um apêndice amuralhado, em forma de losango, aposto aos cantos dos polígonos que definem os reparos; ou melhor, ajustado aos reparos em posições angulares. A forma dos baluartes, em planta, decorre das hipóteses dos tiros de flanco. Os lados dos

baluartes que formam o ângulo de espalda (que define a aresta da ponta do baluarte) chamam-se *faces*, enquanto aqueles mais próximos das cortinas dizem-se *flancos*. O traçado das faces e dos flancos, do qual dependerá a validade do sistema defensivo, é matéria insistentemente comentada e discutida pelos tratadistas desde o século XVI.

As definições relativas aos componentes dos baluartes, ora apresentadas, procedem do já citado Livro Primeiro, Capítulo III, tomo 2º. do tratado de Azevedo Fortes (FORTES, 1729, v. 2: 7-30), (Figura 9):

> ***Face*** *he uma linha, ou parte do baluarte, desde o angulo da espalda até o angulo flanqueado, que com outra linha do mesmo nome formam o ângulo flanqueado, e cercaõ exteriormente o baluarte, como na figura a linha IR terminada entre o angulo da espalda IRO, e o angulo flanqueado RIQ.*
> ***Flanco*** *é a linha que da face do baluarte cahe sobre a cortina, como mostra a linha OR. Esta linha se chama flanco primário* (...).
> ***Angulo de espalda*** *he aquelle, que se forma da face e do flanco, como PQR (ou IRO)*
> ***Gola*** *he a garganta, ou entrada do baluarte, que se compõem das duas demigolas, como na figura mostraõ as linhas CP, CO.*
> ***Orelhaõ*** *he um corpo solido de figura redonda, avançado sobre a espalda do baluarte, para cobrir o canhaõ, como mostram as letras.*

Nessas definições, conviria levar em conta a opinião concisa de Vellozo:

> *A face, flanco e cortina são só as três linhas que se fazem realmente de muralha, e com as quais se forma o recinto de toda a fortificação: as mais são imaginarias, mas sua contemplação concorre muyto para intelligencia, de correspondencia que devem ter as ditas tres – face, flanco, e cortina, como se verá nos discursos seguintes*. (VELLOZO, [1743]: 2005: 53][17].

***

[17] O tenente general Diogo da Sylveira Vellozo (1680?-1750), citado por Fortes, era um engenheiro militar português radicado em Pernambuco, autor de um tratado composto de texto e desenhos, divulgado, na época por meio de cópias do códice original. Autor erudito, finalmente, Vellozo teve há pouco sua obra editada sob a orientação do professor arquiteto Mário Mendonça de Oliveira, numa promoção conjunta da Universidade Federal da Bahia e da Universidade de Évora. Vellozo consta da lista de fortificadores relacionados por Studart, os quais, em visita ao Ceará no século XVIII, discordaram dos desejos locais em favor da construção de uma fortaleza de "pedra e cal" à frente da Vila. (STUDART, 1896: 180). Informações daquele historiador, relativas a problemas de incapacidade profissional demonstrados por Vellozo (ID. IB. 1923: 347), não encontram qualquer confirmação em sua brilhante e longa folha de serviços e sua elevada patente militar.

A terminologia de arquitetura militar, nascida do uso da artilharia, em maior parte tem origem italiana, embora absorvida posteriormente pelos franceses, que a enriqueceram com novos vocábulos. Muitas palavras nasceram de analogias. Assim, *tenalha* vem do francês *tenaille*, por sua vez, procedente do italiano *tenaglia* (ou *tanaglia*), que significa tenaz, torquês. Em língua portuguesa, houve aquisições lexicais de procedência ítalo-francesa, todavia, curiosamente mais absorvidas por homofonia, em vez de traduzidas. Deste modo, *tenaille* transformou-se em *tenalha* e *orillon* tornou-se *orelhão*, embora este último vocábulo, em sua origem, signifique "pequena saliência em forma de orelha" (PETIT LAROUSSE, 1964: 719). Enfim, subentenda uma orelhinha!...[18]

5 O método de delineação empregado por Paulet na Fortaleza da Assunção

O exame do plano de Paulet conduz a determinadas considerações, que somente podem ser explicitadas graficamente. Deste modo, para tanto, o autor deste artigo elaborou um desenho em que procura reconstituir o provável traçado empregado pelo projetista na delineação da fortaleza da Assunção.

Paulet, como tudo leva a admitir, não consultou o já antigo tratado de Serrão Pimentel, pois este recomendava que os flancos dos baluartes fossem perpendiculares às cortinas, método não utilizado no delineamento da fortificação. Ao lançar os riscos iniciais do projeto, conforme se pode observar, Paulet seguiu as lições do livro de Azevedo Fortes, traçando o triângulo equilátero *a*, *b*, *c* (Figura 11), por meio do qual, em conseqüência, pôde determinar as faces dos baluartes. Quando, porém, procurou definir os flancos dos baluartes, recorreu a uma solução não registrada no livro de Azevedo Fortes. Quase sem

[18] Nas fortificações francesas, havia as *caponnières*, do italiano *capponiera*, pequenos espaços, assim referidos por semelhança com certas gaiolas gradeadas, destinadas à guarda de galináceos (capões). Em Portugal, a peça denominava-se *capoeira*, portando sentido duplo, avícola e militar (ver a etimologia**:** *Capão (frango). Do lat. vulgar* cappone ***por*** capone. / NASCENTES, 1966: 143). No Brasil, como se sabe, o vocábulo ***capoeira*** adquiriu significado paralelo, mas distinto, de mato de pequeno porte, variante lexical de origem indígena, derivada de ***caa*** (mato) e *puera* (extinto). (NASCENTES, ID.: 145-6). A capoeira avícola portuguesa corresponde ao nosso *garajau* (grajau)...

dúvida, ao interligar os pontos extremos da parte alta dos revelins (estes estendidos em circuito, à guisa de contra-escarpas), propôs um vasto quadrado exterior (*hijk*), de cujos vértices fez partir as linhas que definiriam os flancos. Os pontos *hd* e *ie*, do desenho, esclarecem o traçado dos flancos do baluarte nordeste, repetido nos demais.

Nesta e em outras simulações tentadas, pairam sempre incertezas, que se evidenciam de modo claro, quando se compara o desenho de Paulet com a realidade da obra, como se sabe, inconclusa. De qualquer modo, conquanto a matéria volte a exame em item posterior, no atual estado das pesquisas, não há como explicar a decisão de Paulet no que concerne à opção escolhida para traçado dos flancos da sua fortaleza. Em outras palavras, não se sabe se fruto de deliberação pessoal ou de solução encontrada em outros tratados de fortificação. (Figura 12).

Resposta ou respostas à pergunta talvez jamais sejam encontradas, em particular por causa da não conclusão das obras planejadas. O fato leva até à suposição de que o projeto de Paulet envolveria, em parte, representações fantasiosas, simplesmente deitadas no papel pelos embalos da imaginação, a fim de atender aos anseios de governante e governados.

O projeto proposto e a parte construída

Comparação entre o desenho da Fortaleza da Assunção, entregue por Paulet aos seus superiores em Portugal, e o trecho realmente construído, há de ser tentada em dois instantes. Primeiro, na análise do que foi e do que não foi realizado. Segundo, no cotejo das dimensões indicadas no desenho, que coincidem ou não coincidem com medições encontradas na parte realmente construída.

Quanto ao primeiro exame, relativo à falta de conclusão dos trabalhos, o próprio Paulet, quando ofereceu o desenho às autoridades portuguesas em 1825, já esclarecia estar a fortaleza "em parte já desempenhada" e que

> *A frente do Mar está completamente acabada, e a da parte do Nascente até junto dos Quarteis da tropa, os quaes já existião qdo se formou o Projecto e p.r essa razão se não achão situados em semetria com os lados da Fortaleza.*

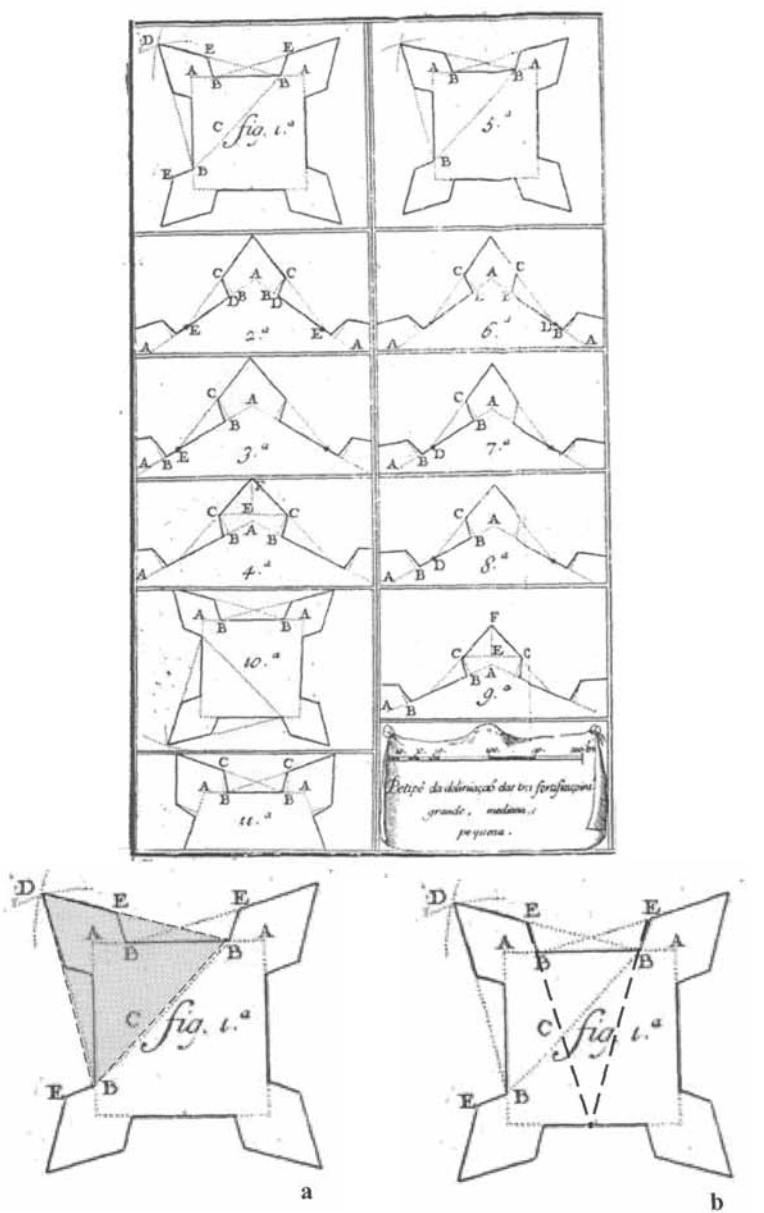


Figura 11 - Traçados construtivos de baluartes em fortalezas de plano quadrado.
Traçado de faces e flancos - figuras 1ª., 5ª. e 10ª.
Observar os triângulos equiláteros. Observar ampliações em **a** e **b**.
Fonte: FORTES, M.A. O Engenheiro Português: 1729: Estampa 12ª. , v. 2.

A afirmação de Paulet era verdadeira, mas incompleta. Por um lado, não explicava por que razão, "qdo se formou o Projecto", deixou de ajustá-lo aos "quartéis da tropa, os quaes já existião". Por outro, dava a entender que as obras da fortaleza ainda teriam prosseguimento, pois apenas a frente do mar "está acabada". Omitia, neste caso, problemas incontornáveis, visto que a posterior implantação das avantajadas dimensões do projeto exigiriam o recobrimento de vasta área da Vila, já urbanizada. Por tal motivo, não se sabe se o projeto deixou de ser integralmente construído por força deste último empecilho, mas também se por falta de verbas; ou, talvez ainda, por ambas ou por outras razões desconhecidas.

O projeto da Fortaleza da Assunção oferecido por Paulet e a expansão da Vila

Como visto, ao mesmo tempo em que assinalava estar "a frente do Mar" "completamente acabada", Paulet procurou justificar aos seus superiores as razões pelas quais o eixo de simetria este-oeste da fortificação não correspondia ao eixo longitudinal dos quartéis. Conquanto se tratasse, à primeira vista, de pormenor de pouca importância, deve-se ter em conta o fato de que, na época, em quaisquer edificações regulares, inclusive, é claro, naquelas construídas nos terraplenos das fortalezas em quadro, as partes componentes se dispunham segundo eixos de simetria, a fim de cumprir regra básica de composição. No caso, embora o quartel aparecesse como obra levantada anteriormente à nova fortaleza da Assunção, o argumento de Paulet parecia relevável porque os eixos da fortificação e do quartel, mostrados no desenho, além de absolutamente paralelos, corriam a uma distância aproximada de apenas dez metros. Em outras palavras, bastaria, quando da locação da Fortaleza, ter ocorrido pequeno deslocamento do conjunto de muralhas para o sul e o problema, aliás, unicamente formal, estaria praticamente resolvido. Assim, ocorre perguntar: o que teria levado Paulet a se preocupar com tão pequeno desencontro de eixos ou, mais ainda, por que razão deixou de recorrer a medidas de correção assim tão simples?

Como resposta, pode-se considerar a hipótese da impossibilidade de estabelecer o ajuste dos eixos da fortificação e do quartel a um eixo único, tendo em vista que a muralha proposta abraçaria a bateria antiga,

esta ainda não demolida de todo, mas incorporada ao terrapleno da nova fortaleza. Com efeito, tal solução impediria maior flexibilidade na locação da muralha, intervindo consequentemente nas suas relações com o Quartel. De outro modo, os ajustes em direção ao sul, por soma de acréscimos, invadiriam trecho da Vila, então já definido.

Não se encontram, portanto, resposta ou respostas cabais à divergência. Em tais circunstâncias, contudo, nada inibe sejam formuladas conjecturas, com esta ou com aquela possibilidade de acerto, como se tentará. De qualquer modo, deve-se ter em conta a inversão de serviços deparada por Paulet, pois, de modo corrente, a construção das muralhas antecedia quaisquer obras internas lançadas posteriormente no recinto da fortificação.

Interferências urbanas

A elaboração do projeto da Fortaleza deve ter sido concluída em começos de outubro de 1812, isto é, pouco antes da solenidade do *Auto de Demarcação*. Naquela altura, Paulet já havia iniciado ou definido as linhas básicas do seu "Plano de edificação desta villa", entregue à Câmara Municipal na vereação de 8 de outubro de 1812 (CASTRO, 1994: 49), plano que previa a ampliação física da vila em traça ortogonal. De acordo com o projeto, a nova fortaleza da Assunção tanto se estenderia às frentes norte e oeste do quartel como também se expandiria sobre ampla área situada ao sul, área talvez ainda desabitada, mas já cordeada segundo o citado "plano de edificação" da Vila, entregue por Paulet na ocasião. Em outras palavras: ou o plano de urbanização recobriria parcialmente a fortaleza projetada ou a conclusão desta interferiria no plano. A alternativa torna-se complicada porque ambos os projetos, da obra de defesa e do plano de ampliação urbana, traziam a assinatura do mesmo autor. (Figura13).

Como todo o trecho do projeto da Fortaleza situado ao sul do quartel deixou de ser construído, ficaram eliminados os baluartes sudeste (São José), voltado para a Matriz, e sudoeste (Príncipe da Beira), bem como cortinas, fossos, contraescarpas e revelins, conjunto de partes que compreenderia mais da metade da fortificação. Em conseqüência, o setor da Vila, destinado ao aumento da fortificação, deve ter sido imediatamente loteado e construído, se é que tal já não havia ocor-

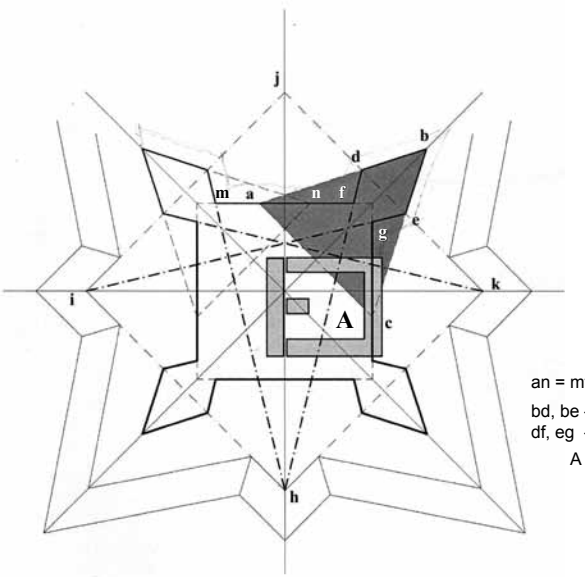


Figura 12 - Reconstituição do traçado da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Traçado empregado por Paulet na definição das faces e flancos dos baluartes. Estudo do Autor, 2005.

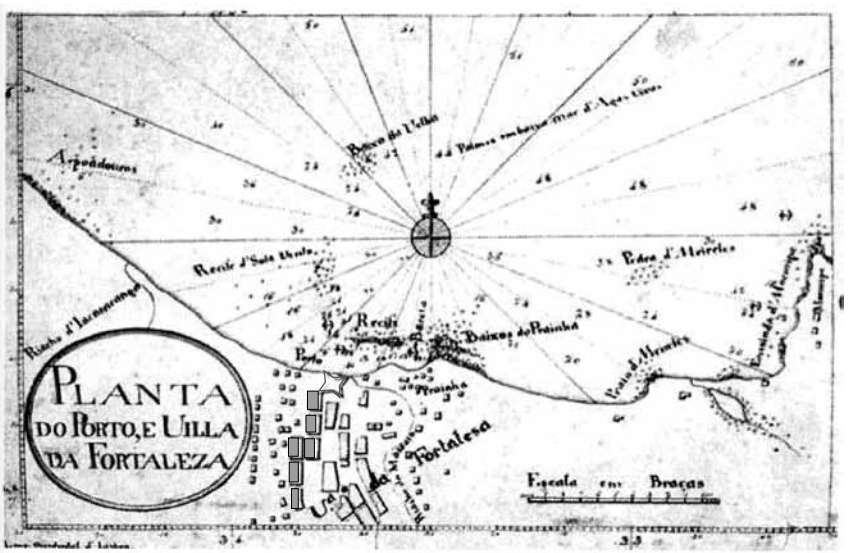


Figura 13. Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.
Plano de A. J. da Silva Paulet, com a expansão da Vila em destaque.
Fonte: Acervo da Mapoteca do Itamarati, 1813 (original extraviado).

rido antes, como se observa no desenho respectivo. De acordo com a última hipótese, a execução completa do projeto de Paulet, como já mencionado, redundaria na superposição da parte sul da fortificação sobre área recentemente ocupada ou em vias de ocupação urbana, bastante ampla, se comparada com as pequenas dimensões da Vila. A fim de se aquilatar que trecho da zona central da cidade de hoje teria sido recoberta, caso tivesse sido a fortaleza totalmente construída, o autor se permitiu elaborar um ensaio gráfico, em que demonstra as relações do projeto completo da fortificação com a atual malha urbana circunvizinha. (Figura 14).

Superposição dos planos de expansão da Vila ao projeto da nova fortaleza

A inviabilidade de aplicação da área requerida para expansão da nova fortaleza sobre o trecho ocupado pelo plano de expansão da Vila, sem dúvida, constituiu impedimento à completa execução do projeto da fortaleza da Assunção. Deve-se, porém, alertar para o fato de que, à parte esse embaraço, a realização integral do projeto da Fortaleza se defrontava com uma interceptação preliminar intransponível, provocada por uma rua que já se achava aberta, rua de significativa importância na antiga malha da cidade. Essa via pública, como já se comentou e como se nota no ensaio gráfico há pouco referido, fora implantada em dias anteriores à construção da nova fortaleza e à elaboração do plano de Paulet, provavelmente na anterior administração Barba Alardo. Constituía o caminho mencionado no desenho de Giraldes, em 1810, como "Gravatá ou Passeio Público" (CASTRO, 1997: 41-42 / fig. 4 e 4ª.), logo depois conhecido como rua Nova da Fortaleza, denominado rua da Misericórida em tempos posteriores e, finalmente, hoje designada rua Dr. João Moreira. Sem dúvida, a via primitiva correspondia à "rua adicional" (*additional street*) encontrada por Koster em fins de 1810 e início de 1811, que não desembocava na futura praça da Sé[19].

[19] "The town of the fortress of Searà is built upon heavy sand, in the form of a square, with four streets leading from it, and it has an additional street on the north side of the square, which runs in a parallel direction, but it unconnected with it." (KOSTER, 1816: 113).

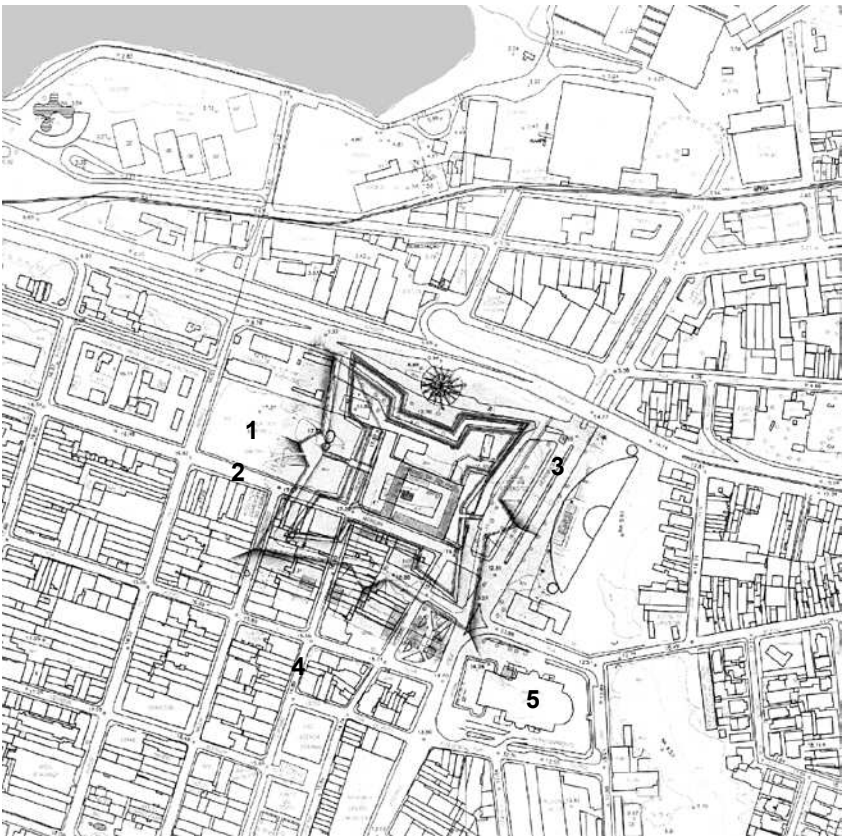


Figura 14. Projeto original da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (1825?). Projeto de Paulet lançado sobre a cidade atual. Observar os recobrimentos. Estudo do Autor.

Referências atuais:

1. Passeio Público
2. Rua Dr. João Moreira
3. Av. Alberto Nepomuceno
4. Rua Floriano Peixoto
5. Catedral Metropolitana

Saber-se como Paulet pretendia resolver o encaixe da fortificação no traçado urbano por ele próprio proposto e praticamente definido, é impossível, tanto por se desconhecerem as justificativas do projetista**,** como também em decorrência do extravio do "dito plano de edificação desta Villa, que ficará guardado na mão do Procurador do Concelho". Nesta situação, a *Planta do Porto, e da Vila da Fortaleza*, da autoria do mesmo Paulet, constitui o único documento cartográfico de que se dispõe, na verdade, desenhado em 1813, portanto, após o inicio das obras da nova fortificação. (CASTRO, 1997:/ fig. 22 e 23). Cumpre notar que a *Planta do Porto* pretendia estudar, como objetivo principal, a batimetria da bacia marítima, motivo pelo qual as referências gráficas à Vila, quer dizer, à parte terrestre, figuravam de modo complementar e conciso. Basta lembrar que a fortaleza da Assunção (Figura 13), aparece no desenho representada como uma estrela de quatro pontas, mostrada de modo convencional, alheio à realidade.

Por tais razões, pode-se assim acreditar que Paulet, ao elaborar o projeto da fortificação, ou ignorou a rua já aberta, que corria ao pé da fachada sul dos quartéis, ou supôs que poderia eliminá-la, quando do transcorrer das obras. Indubitavelmente, o projetista tinha consciência dos problemas que se lhe antepunham, pois, ao desenhar a referida ***Planta do Porto, e da Vila da Fortaleza***, em 1813, evitou de nela transcrever, em escala devidamente adequada, a forma correta da fortificação, então já projetada. Não seria, aliás, por mero acaso, que, no projeto de Paulet, a cortina sul da fortaleza coincidiria com o traçado do alinhamento da face sul da mesma rua Dr. João Moreira, como o comprova a superposição do desenho da fortaleza de Paulet no levantamento aerofotogramétrico da malha atual da cidade.

À parte a interferência criada por essa via transversal (Dr. João Moreira), também não se deve esquecer de que, na planta da fortaleza da Assunção (entregue em 1825), os trechos iniciais das atuais ruas General Bezerril (do Quartel ou dos Quartéis) e Floriano Peixoto (rua das Belas, rua da Boa Vista) esbarravam abruptamente nas contra-escarpas projetadas por Paulet com o objetivo de integrar o lado sul da fortificação. Transparecia assim a ideia de interceptação premeditada do prosseguimento das ruas, solução inaceitável em termos de princípios de defesa. Além do mais, conforme se observa na aludida planta, (Figura 14), os trechos desses quarteirões situados ao pé da Fortaleza,

conquanto talvez ainda não construídos, já acusavam parcelamento imobiliário, que os fragmentava, isto é, que já os dividia entre inúmeros proprietários. Esse fato não apenas comprova a inviabilidade de consecução plena do projeto da nova fortaleza como também confirma a suposição de que o desenho, oferecido às autoridades portuguesas em 1825, fora executado tempos depois da entrega do original ou de cópias da planta original a Sampaio e à Câmara Municipal, em 1812.

6 Dificuldades de justificar militarmente as obras da nova fortaleza da Assunção

Como ora se tenta recapitular, a frontaria da Vila, ao longo do tempo e por mutáveis desejos, sempre exigiu se erigissem obras de defesa, mínimas que fossem. Primeiro – durante a metade inicial do século XVII, medida indispensável para servir de ponto de apoio aos navegantes, nas viagens entre Pernambuco e o Maranhão, apoio já sem necessidade maior, após a introdução das rotas de comércio direto de Belém e São Luís com o Reino. Segundo – na metade final do século XVII, quando a fortificação foi utilizada como instrumento de proteção contra eventuais investidas dos índios, todavia, rapidamente desaparecidas depois da chamada Guerra dos Bárbaros. Terceiro – no fluir do século XVIII, quando o forte serviu como defesa contra as ocasionais agressões de corsários e contrabandistas, ocorrências também, de certo modo, já sem sentido após a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, em 1808. Por fim, ainda no mesmo período, em face da conjuntura política europeia, a Vila reclamava o amparo de uma fortaleza, ante a hipótese de incursões navais francesas. Essas invasões, é verdade, tornaram-se improváveis e praticamente inviabilizadas depois do desfecho da batalha de Trafalgar, em 1805, embora, após essa data, o território lusitano fosse invadido três vezes pelas tropas napoleônicas, além de que houvesse projetos de subdividir Portugal (e também o Brasil), em fatias entregues ao comando de generais de Bonaparte.

Defesa militar da vila e ameaças imaginárias

Às vésperas da vinda da família real, já eram conhecidos certos desígnios napoleônicos, de início, restritos a Portugal, mas também

logo ampliados ao Brasil. Por tal razão, na Corte portuguesa, instalada no Rio de Janeiro desde 1808, prosperavam hipóteses de ataques franceses ao território brasileiro, procedentes da Guiana, formuladas de modo confuso, por via de suposições mirabolantes, oníricas, nascidas de intrigas palacianas, açodadas pelas divergências entre grupos partidários dos ingleses - o Príncipe Regente, e dos franceses - a princesa Carlota Joaquina.

Ainda que realmente inviáveis, as tentativas de ataque forçosamente seriam efetuadas por mar, todavia desestimuladas em decorrência de restrições várias, como o fato de, em virtude das distâncias, somente poderiam utilizar contingentes reduzidos. De qualquer sorte, no âmbito da Capitania, se acaso se concretizasse a remotíssima hipótese de algum ataque vindo do exterior, impunha-se, antes de tudo, melhorar as condições de defesa da costa como um todo, afigurando-se aconselhável fortificar o Mucuripe, e não a frontaria urbana fortalezense.

De qualquer modo, persistiam na Vila antigos temores, apesar da nova situação. A vinda de Dom João VI para o Brasil tanto frustrara por completo os projetos napoleônicos do domínio de Portugal e seu território americano, como eliminara os intentos de uma intervenção francesa no Brasil. Fantasiosas que fossem as hipóteses, ainda assim, provocavam temores que ecoavam no Ceará, conquanto, como medida preventiva, tropas portuguesas houvessem ocupado Caiena em 1809, onde permaneceram até 1814.

Como se vê, a edificação da nova fortaleza, realizada com a possível rapidez, não se escudava em justificativas militares evidentes. Por outro lado, o desenho da fortificação proposta já não encontrava aceitação na Europa, pois, contemporaneamente, em um Portugal invadido pelos franceses, a defesa do País, logo posta sob comando inglês, recorreria a operações bélicas totalmente renovadas.

Mais inexplicável se torna o fato de Paulet, em seu projeto, ter alvitrado reforços no sistema defensivo exatamente nos lados da fortificação opostos ao mar, portanto, voltados para o interior, os quais, embora não edificados, seriam desenvolvidos com contraescarpas e revelins. Proposição sem justificativa, repita-se, porquanto, do ambiente urbano, da Vila, enfim, não procedia qualquer perigo de ataque, quer de índios, de há muito já miscigenados e aculturados,

quer da população, que custeara a realização da obra, considerada bem de todos.

O declínio do sistema abaluartado

Desde o último quartel do século XVIII, alterações nos armamentos e modificações nas táticas bélicas começavam a evidenciar a contraindicação do emprego dos pontos fixos de defesa, os quais haviam encontrado na fortaleza abaluartada a forma até então preferida. Assim, na Europa do início dos anos oitocentos, os novos sistemas de ataque e defesa já anunciavam "a superação do modelo abaluartado", como refere Francisco Sousa Lobo, engenheiro militar português, especialista na matéria:

> *(...) Soldados altamente instruídos e pouco numerosos são substituídos por soldados baratos e em grande número.* (...) *Os exércitos de massas tornam inviável um sistema logístico pesado. Tira-se partido dos recursos locais. Abandonam-se as regras corteses do período anterior.* (...) *A nova situação, exigindo longas linhas de defesa, que se estendem pelo território, elimina o papel desempenhado pelas antigas fortificações isoladas.* (...) *Estão, pois, criadas as condições para desenvolvimento em poucas décadas de outro tipo de fortificação.* (LOBO, 1989: 273).

O sistema aplicado tirava partido do relevo e da amplitude do campo de ação operacional, pois

> *Agora é todo o território que subitamente adquire valor. Interessa conferir rapidamente proteção a grandes massas de humanas. O ondulado e as dobras do terreno, os rios, as florestas assumem novo significado militar.* (LOBO, 1989: 273A).

Como se nota, as mutações haviam ocorrido rapidamente, "em poucas décadas", oferecendo "condições para desenvolvimento (...) de outro tipo de fortificação", ainda desconhecido no Brasil. Por outro lado, a mudança valorizava a topografia, obrigando à confecção de mapas territoriais mais acurados, resolvidos com auxílio da Geodesia, aliás, já postos em execução pelo governo lusitano desde as décadas finais do século XVIII, orientados pelo italiano Antônio Ciera, contratado para divulgação dos novos processos cartográficos Nessa época, ainda vi-

vendo em Portugal, Paulet estaria informado desses modos de mapeamento de amplas superfícies, executado por triangulação, com resultados relativamente precisos, pois, embora com outros objetivos, já os havia empregado quando da elaboração de suas cartas geográficas no Ceará. Quanto ao projeto da Fortaleza da Assunção , no qual prevaleceu o emprego de soluções abaluartadas, ainda que Paulet pudesse dominar os novos sistemas de defesa, estes pecariam por falta da representatividade volumétrica material desejada por todos e, por tal razão, despidos de valia simbólica, solução decepcionante para os munícipes, porque se afiguraria alheia à ideia de grande fortaleza, alimentada por todos.

Validade e superação dos sistemas abaluartados no Brasil

No Brasil, apesar de uns poucos manifestarem pontos de vista em contrário, o sistema de defesa com fortificações abaluartadas mantinha-se válido. A distância da recente realidade europeia explicava o desinteresse pelas novas proposições, pois não havia inimigos afastados ou vizinhos próximos que ameaçassem o País com invasões, as quais somente ocorreriam de modo passageiro e logo repelidas, quando do início da Guerra do Paraguai, meio século depois. Por tais razões, diante de um quadro de expectativas reais ou imaginárias, as fortalezas abaluartadas continuaram ainda a se afigurar úteis, como certamente pareceu a Paulet quando foi convocado a projetar uma delas, no Ceará[20].

A propósito e a fim de se apreciar direta ou indiretamente a divergência, cabe referir um trabalho divulgado, por assim dizer, contemporaneamente aos dias em que Paulet construía a fortaleza da Assunção. Em opúsculo publicado em janeiro de 1822, denominado *Reflexão sobre o systema de fortificação abaluartada e tenalhal*, José da Costa Azevedo, o 2º Barão de Ladário, emitia sua opinião, de certo modo conciliatória, sobre sistemas de defesa ainda então em voga. Nesse trabalho, dizendo-se amparado numa definição de Guy de Vernon, Azevedo atestava haver

[20] Nas últimas décadas do século XVIII, grandes fortalezas abaluartadas haviam sido construídas na Amazônia pela Comissão de Demarcação dos Reais Domínios, utilizadas como marcos simbólicos de posse de território lusitano em disputa com a Espanha. Entre obras de vulto, projetadas por fortificadores italianos contratados pela Comissão, nomes já referidos,mencionam-se a Fortaleza de São José de Macapá, no Amapá, de Enrico Antonio Galuzzi, e a Fortaleza do Príncipe da Beira, em Rondônia, de Domenico Sambucetti, esta concluída em 1783.

"duas classes de fortificações", a abaluartada e a tenalhal. (AZEVEDO, 1822: 21), afirmação confusa, pois, muitas vezes, na mesma fortaleza, ocorria o emprego simultâneo de tenalhas e baluartes.

Documentação alusiva à Fortaleza da Assunção

Descrições da Fortaleza da Assunção e seu armamento constam de relatórios oficiais, avultando como talvez o mais significativo aquele preparado em 1843, pelo Brigadeiro José Maria da Silva Bittencourt, presidente da Província e oficial de Artilharia. (*apud* STUDART FILHO, C. 1937: 61-2). Também cumpre ser registrada a *Descripção da Cidade da Fortaleza,* de Antônio Bezerra Meneses (1841-1921), publicada na Revista do Instituto do Ceará de 1895 (refêrencias à Fortaleza da Assunção nas páginas 167-168). No campo da manutenção física da fortificação, vale mencionar os relatórios de obras e levantamentos gráficos executados pelos engenheiros Adolpho Herbster (1826-1893), Eduardo Saulnier de Pierrelevée (1839-1908), Antônio Gonçalves da Justa Araújo, além da inspeção realizada em 1881 pelo Brigadeiro General Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza (1837-1884), documentos estes guardados no Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Deve também ser acrescentada a documentação formada na antiga Repartição de Obras Públicas da Província, hoje preservada no Arquivo Público Estadual.

Todo esse acervo documental refere modificações materiais verificadas antes ou durante trabalhos de recuperação, executados em tal monta, que às vezes impossibilitam uma restauração correta daquilo que foi alterado. Entre outras perdas, cita-se o desaparecimento quase total das contraminas, já mencionado, e a destruição da poterna original, posto que a atual comunicação com o exterior há de ser obra nova, reintroduzida por exigência dos serviços.

Ainda no âmbito da bibliografia pertinente, impõe-se consulta aos trabalhos de Carlos Studart Filho sobre fortificações no Ceará, bem como um artigo de Eduardo Peixoto, inserido na *Revista do Instituto do Ceará* de 1905. (PEIXOTO, 1905: 187-302)[21].

[21] Acrescente-se um artigo de Gustavo Barroso (1962: 106-110), com interesse maior no destino imposto a uma imagem da Assunção, outrora venerada na capela da Fortaleza, "que ali estava sobre o altar desde o século XVIII." (1962: 109), posta à guarda de terceiros por decisão do bispo

7 Outras funções da Fortaleza

O texto ocupou-se até agora com antecedências históricas, decisões administrativas, tipologias arquitetônicas, processos construtivos, problemas de defesa militar, construtores e referências correlatas. Admitida a suposição de que os habitantes da Vila buscavam na obra outros valores além de seus méritos bélicos, impõe-se apreciar esses desejos, imbricados em demonstrações afirmativas de hegemonia urbana e expressos por via simbólica. Deste modo, não há como omitir aspectos aparentemente alheios ao tema, sejam aqueles concernentes ao quotidiano da Vila, em especial quanto às primeiras manifestações de sua vida cultural e social, sejam as dificuldades de preservação física da fortaleza da Assunção, materialidade indispensável como símbolo de prestígio urbano[22].

Nascimento de uma consciência urbana

O processo de formação de uma consciência da nova situação urbana ocorreu rapidamente. Quatro ou cinco anos depois de obtida a autonomia administrativa do governo cearense, o Senado da Vila enviou valioso documento às "Piadozas vistas de Sua Mag.ª", a rainha D. Maria I (então já demente), sobre o "augmento e felicidade desta Cap.nia", acompanhado de uma *Lista dos homens brancos que habitam dentro desta Villa da Fortaleza do Ceará* (refere-se a um rol de contribuintes do fisco), comentários e relação elaborados provavelmente em 1803, talvez em 1804, conforme vários indícios o fazem admitir. (AHU - Ceará – ver CATÁLOGO de Documentos (...): doc. 721).

Dom Joaquim. Esta informação de Barroso faz crer que, apesar de antiga, não seria a imagem provavelmente trazida pelo comandante Álvaro de Azevedo Barreto em 1654. Sobre o mais, como obra de arte sacra pertencente ao quartel da Fortaleza, no mínimo, deveria ter retornado ao local de origem, como patrimônio histórico não alienável.

[22] Quanto ao quotidiano da Vila na época de Sampaio e Paulet, ver trabalho de reconstituição histórica escrito por João Brigido, intitulado *A Fortaleza em 1810*, publicado na Revista do Instituto do Ceará de 1912 (t. 26: 83-131) e incluído com acréscimos no livro *Ceará (homens e factos)*, publicado em 1919, bem como transcrito em *Antologia de João Brígido*, organizada por Jader de Carvalho (1969).

Ao mesmo tempo em que descreve a pequena vila, em começo de rápida montagem material e administrativa, embora ainda marcada com precariedades, o documento faz previsões alvissareiras, amparadas em excelências de condicionantes geográficos e vantagens ambientais, "por que está plantada a beira mar no principio de uma dilatadissima assentada em que se pode fundar huma boa Cidade, se nella houver Policia que até hoje lhe tem faltado[23]."

As vantagens de localização geográfica, em termos de relacionamento com a Capitania e com o exterior, base de futuro engrandecimento da Vila, ficavam expressas de modo objetivo:

> *Ella He cercada por hum e outro lado de dois riaxos perenes de puras, e Cristalinas agoas* [riachos Pajeú e Jacarecanga] *e de dois rios abundantissimos de peixes* [rios Cocó e Ceará] *livre de inundaçõens, ainda no rigor do mais espantozo inverno. Seo clima muito benigno, os ares muito saudaveis; as terras e serras de todo o seo termo, e as de quatro Villas vizinhas que são as mais ferteis de toda a Cap^nia^.* [vilas de Soure (Caucaia), Arronches (Parangaba), Messejana e Aquirás]. *He muito abundante em generos de primeira necessidade com que Socorre a huma grande parte della mais principalmente a Villa do Aracati, que não obstante haver nella maior negocio do q nesta, com tudo hé mais estavel e mais Sugeita do que todas as da Cap.^nia^ as imundaçoens com que p. varias vezes se tem visto Submergidas as suas Cazas em mais de doze palmos d'agoa.*

O documento, como se observa, elogia a Vila e indiretamente desqualifica as concorrentes. Exalta-lhe as vantagens portuárias, as únicas do litoral cearense

> *em que pode fundiar uma grande esquadra bem ao pé da terra po.^r^ ser o fundo Limpo, o q não encontra nos Portos da Cap.^nia^*

[23] Uma década depois, as previsões do documento e mais outras já começavam a se cumprir, como se lê no *Soneto 3° / Ao aumento da Vila da Fortaleza* ("que polícia já tem"), de Pacheco Spinoza, transcrito mais adiante. (p. 59).

> *por não podem entrar mais q embarcações m.to pequenas com grande risco",*

embora admita dependência, de que a Vila logo se desembaraçará:

> *a maior parte dos comerciantes[24] posto que tenham Loges de trabalhos costumam vender atacado amaior parte da Fazenda que trazem de Pernambuco, podemos afirmar que são bem estabelecidos, bem acreditados e Capazes de manejarem avultadas negociaçoens em direitura para o Reyno.*

Condições portuárias minimamente adequadas emergiam na ocasião como requisito indispensável à navegação de longo curso, facultada havia pouco pelas novas decisões reais em favor da autonomia cearense. As viagens "em direitura do Reyno" ocorreriam quase de imediato, pois, em 28 de dezembro de 1804, já chegava o brigue *Bons Amigos*, vindo da cidade do Porto diretamente para a Vila da Assunção. (AHU - Ceará – ver CATÁLOGO de Documentos (...): doc. 1068). A abertura dos Portos, em 1808, logo faria a Vila manter contato com outros destinos no exterior.

A Fortaleza e o nascimento da vida cultural na Vila

Paralelamente às obras de arquitetura com que beneficiava a Vila, Sampaio procurou incentivar o nascimento de atividades culturais, com reflexo evidente no campo dos valores simbólicos. Patrocinou a organização de uma vida palaciana, é claro, restrita às possibilidades de um meio material e intelectualmente limitado. Vida palaciana, esclareça-se, voltada para a realização de "oiteiros", espécie de torneios literários de inspiração arcádica, correntes na Lisboa das décadas finais do

[24] A denominada *Lista dos Homens Brancos* compreendia 47 tributados. Salvo poucos nomes de outras procedências, contavam-se 21 portugueses e 19 cearenses. Em larga maioria, os contribuintes abastados eram reinois. Entre os nascidos na terra, apenas um deles figurava como dono de *negócio grosso.* Os demais exerciam atividades modestas, ofícios de alfaiate, carapina, "caxeiro", ainda que alguns tivessem conseguido rápida ascensão social, pois, uma década após, já apareceriam arrolados entre os signatários do *Ato de Demarcação* da nova Fortaleza.

século XVIII. Na produção poética do grupo, quase sempre de caráter áulico, destacavam-se peças laudatórias a Sampaio e também a Paulet, com versos plenos de elogios às realizações materiais de ambos.

Os originais da produção poética dos "oiteiros", preservados nos arquivos de família, tiveram cópias oferecidas ao Barão de Studart por Antônio, filho mais novo de Sampaio, com quem o historiador se relacionava pessoalmente[25]. Era desejo de Studart publicar o material com que fora presenteado, infelizmente, divulgado apenas em parte por Dolor Barreira. (1943:148-204).

O círculo literário palaciano do governador era frequentado por um grupo de amigos, roda intelectual em que se destacavam, entre outros, os poetas Pedro José da Costa Barros (1779-1839), aracatiense, e o português José Pacheco Spinoza (? – 1814). Costa Barros, militar de carreira, figuraria algum tempo depois como o primeiro governador de um Ceará, então alçado à categoria de Província, bem como alcançaria os postos de deputado, senador e ministro. Na ocasião, servindo na Vila, mandou apor na muralha da Fortaleza, como ainda lá se vê, uma placa encomiástica, em louvor da realização maior de Sampaio e Paulet, redigida em latim:

ANNO 1817

Informem Montem me derisere carinae
Nunc Arcem Magnam Respectu Longe pavescunt
Hic me Sampayus, Sexto Regnante Joanni,
Fundavit Pulchram: Pauleti cura refulget.
Muris Me Fortem Reddunt civilia dona;
Armis me Fortem Faciunt Dispendia Regis.

Costa Barros Fecit

[25] O casamento de Antônio de Sampaio e Pina de Broderode (1836-1910) com Maria Luisa de Sousa Holstein (1841-1909), 3ª. Duquesa de Palmela, realizado com estrondosa repercussão social, fê-lo ingressar naquele tradicional grupo familiar português, cujos arquivos guardam os papéis de seu pai, o governador Sampaio. Maria Luísa, senhora culta e de pendores artísticos, era neta de Pedro de Sousa Holstein (1781-1850), Duque de Palmela e primeiro titular da Casa, figura de grande destaque na Guerra Civil em Portugal, ministro de Dom João VI, no Brasil, e amigo íntimo do Imperador Pedro I. O governador Sampaio, vale lembrar, acha-se sepultado no grandioso conjunto tumular erigido pelo 1º. Duque de Palmela, anexo ao cemitério dos Prazeres, em Lisboa.

Para melhor compreensão do elogio de Costa Barros, apresenta-se tradução efetuada por Paulino Nogueira (1842-1908), um dos fundadores do Instituto do Ceará e professor de latim no Liceu do Ceará:

> *Anno de 1817 / As naus escarneciam de mim quando eu era um monte informe; agora sou uma grande fortaleza, de longe tomam-se de respeito. Aqui, reinando João VI, Sampaio me fundou bela: o engenho de Paulet resplandece. Os donativos dos cidadãos me tornam forte pelas muralhas e os dispêndios reais me fazem forte pelas armas. / Costa Barros Fez*. (NOGUEIRA, 1888: 125)

Pacheco Spinoza, comerciante açoriano[26] autor de vários sonetos, em um dos quais resume o quadro de realizações materiais e valores reconhecidos na época, externa referências tais, que pedem a devida transcrição (em ortografia atual):

> *Soneto 3º*
> *Ao aumento da Vila da Fortaleza*
>
> *Vai ó Fama, por toda a redondeza,*
> *Publicando por tuas bocas cento.*
> *Do Ceará que foi pobre o muito aumento,*
> *A grande exportação, suma riqueza.*
>
> *Dize que já se vê fausto e grandeza,*
> *Na sua Capital do Chefe assento,*
> *Que polícia já tem, tem luzimento,*
> *E tem o que não tinha, Fortaleza.*
>
> *Dize que do Governo a alta mente*
> *Essas obras brotou assaz louvadas,*
> *Por todos, sim, por todos geralmente,*
>
> *Erários novos, rampas e calçadas*
> *Aterro, Chafariz, aula excelente,*
> *Novas ruas, muralhas elevadas!*
>
> **(**BARREIRA. 1943: 183)

[26] José Pacheco Spinoza aparece na *Lista dos Homens Brancos* da Vila como nela radicado havia "12 anos", o que quer dizer, chegado ao Ceará por volta de 1790. Nascido "nas Ilhas" e casado no Aracati, movimentava um "negócio" que contribuía para o fisco com "12 mil cruzados". Como "negociante", o poeta ocupava uma posição intermediária na *Lista***,** que era encabeçada por

A par do enaltecimento da *alta mente* do governador, Spinoza consegue compactar nas quatorze linhas do soneto as visíveis mutações, o *muito aumento do Ceará*, quer dizer, o rápido crescimento da Vila, pois esta era então mais conhecida como Ceará. No campo do desenvolvimento econômico, com vinculações fisiocráticas, exalta a *grande exportação* de produtos agrícolas, como fonte de *suma riqueza*. Elogia a *polícia*, *que já tem*, isto é, o conjunto de leis e disposições que servem de garantia à organização social da polis. Valoriza o ensino público, com *aula excelente*, e fala em *luzimento*, termo de clara procedência iluminista. No âmbito material, aponta as obras novas, tais como prédio do *Erário*, o *aterro* da praia, quer dizer, a abertura da *rampa* de acesso ao centro da Vila (futura avenida Alberto Nepomuceno), o *chafariz*, as *novas ruas,* as *calçadas* (caminhos pavimentados) e, com destaque, aponta a *Fortaleza*, *que não tinha*, quer dizer, a fortificação que a Vila não possuía, com suas *muralhas elevadas*.

Nos poemas de Spinoza, compostos em elogio a Paulet (às vezes dito *Paulete*, talvez por solicitação de rimas), sobressai a construção de um chafariz, citado no Soneto 3º, melhoramento localizado na esquina da atual avenida Alberto Nepomuceno com rua José Avelino, a antiga rua do Chafariz, e destinado a abastecer parte da Vila, bem como a ajudar na "aguada" dos navios, cuja frequência ao porto aumentara sensivelmente.

A Fortaleza e o nascimento da vida social na Vila

No âmbito das exterioridades sociais, a Fortaleza da Assunção bem cedo serviria de palco a grandes festejos como aquele realizado em 12 de outubro de 1817, em regozijo à derrota dos "massonistas" da Revolução Pernambucana de 1817, dia em que o Príncipe Dom Pedro completava dezenove anos. Na ocasião, houve "missa cantada por vozes escolhidas", "Te-Deum de muzica", "illuminação espontanea de toda a Villa e na vespera um fogo de artificio brilhantissimo", "descarga

Antônio José Moreira Gomes, português, o homem mais rico da Capitania, taxado em setenta mil cruzados. Moreira Gomes era proprietário do já mencionado brigue *Dois Amigos***,** que realizou a primeira viagem direta de Portugal ao Ceará. Ainda quanto a Pacheco Spinoza, assinale-se que um dos seus filhos adquiriu amplas terras na margem esquerda da foz do Rio Ceará, hoje denominadas praia do Pacheco.

de mosquetaria" e "salva da fortaleza", repetida por uma galera surta no Porto. Como prosseguimento das festividades que homenageavam Sampaio, verificou-se um desfile de crianças bem como a apresentação "publica e gratuita [de] huma pesça Dragmatica aceadamente executada", seguida de farta distribuição de licores. Ao ensejo, "offereceo-se huma lauta e magnífica merenda debaixo de huma espaçosa barraca [palanque] no baluarte da Fortaleza denominado Nossa Senhora da Assumpção", enfim, uma sucessão de eventos registrados em pormenores por um súbdito anônimo. (UMA FESTA, 1900: 272-3). Como se vê, o baluarte nordeste, com vista magnífica sobre ao mar, que então batia quase ao pé da muralha da Fortaleza, constituía local privilegiado para as primeiras manifestações de congraçamento social da pequena Vila, cercadas de pompa.

Mitos, inutilidade bélica e a difícil preservação material da Fortaleza

Durante o século XIX, a muralha da Fortaleza arruinava-se com frequência, o que exigia intervenção do corpo técnico do governo provincial. Os relatórios da Repartição de Obras Públicas da Província e documentos guardados no Arquivo Histórico do Exército fornecem informações sobre os trabalhos executados. Em certa ocasião, talvez em busca de funções objetivas para a Fortaleza, ocorreu tentativa de transformar em "calabouços", partes arruinadas das contraminas, isto é, do túnel de comunicação, estreito e de baixa altura, que se desenvolvia internamente em circuito, ao longo da muralha, ao pé das cortinas (Figura 10). Mitos divulgados pela população asseguravam que em um dos pequenos trechos remanescentes desses caminhos subterrâneos teria ficado presa Dª. Bárbara de Alencar, acusada de envolvimento no movimento revolucionário de 1817. A falsidade da notícia, ainda assim ratificada e dramatizada por Pedro Théberge (1875:19) com sua autoridade de historiador, induziu um dos comandantes da guarnição a assentar no local uma placa com dizeres que não reproduzem a verdade. A matriarca, de fato, esteve encarcerada, entretanto, no quartel, numa cela imunda. Jamais nos restos dos subterrâneos da Fortaleza, sobre os quais os canhões troavam.

Construída com muralhas em contrafortes, feitas com tijolos do Aracati, cal de Lisboa e recheio de terra, a Fortaleza sofria a ação de

formigueiros, requerendo do erário cearense seguidas verbas de recuperação. No entendimento cultural lúcido de João Silveira de Souza, presidente da Província entre 1857 e 1859, as solicitações deveriam ser atendidas porque

> *Esta fortaleza, porem fóra de todas as condições d'arte militar, na opinião dos entendidos, nunca será uma obra de fortificação e defesa, e se merece cuidado e as despezas que com ella se tem feito e continua-se a fazer, é mais como monumento de aformoseamento da cidade do que sob aquella relação.* (SOUZA, 1859: 18).

As palavras de Silveira de Souza, expressas com sensibilidade e compreensão, constituem uma das primeiras manifestações oficiais em favor da preservação da arquitetura brasileira antiga.

Em posição oposta à opinião manifestada por Silveira de Souza, a "inutilidade" bélica da fortaleza vai aparecer no noticiário do século XIX, principalmente na pena de cronistas não contemporâneos de Sampaio, na verdade, pessoas que jamais conviveram com o governador, mas seus inimigos gratuitos!... João Brígido, um deles, de modo absolutamente injusto, entremeando referências mitológicas e metonímias, desancava "a nulidade" da Fortaleza. Em dias, quando já finda a Grande Guerra de 1914-1918, um século depois de construída a fortificação, com manifesto alheamento às mutações do tempo e às transformações tecnológicas, debochava dos dizeres da placa aposta por Costa Barros na muralha, proclamando com vitupérios:

> *Assumpção que hoje é nullidade em cousa de Bellona* [deusa romana da guerra]*, como está pelas ruas, que se podem tambem chamar suas netas, foi posta ali como espantalho aos monstros alados que vieram pelo mar, cuspir fogo e ferro sobre a terra. Uma insania da sciencia, que supunha tambem ser a derradeira palavra em materia de resistencia.*
> *O desengano tinha sido maior. Aos cysnes de então, boiando sobre as ondas, succederam as enormes tartarugas de aço com suas antennas, que calam ao abysmo do oceano, e a medonha guela* [sic] *que importa a cratera de um vulcão. / Pobre Assumpção! Hoje della escarnece o mar, por terem acreditado*

> *em Vauban, por não concederam – o demain a l'Eternel./ A impafia* [sic] *tinha sido grande. (...)* (BRIGIDO, 1919: 183-4; CARVALHO, 1969:356).

Extremado, exaltava a ineficácia de uma fortificação de raiz setecentista para enfrentar o poder de fogo das "tartarugas de aço", as belonaves encouraçadas do século XX, comparadas superiormente com os navios de madeira antigos, os "cysnes", impulsionados pelo vento e pelas correntes marítimas!...

8 A Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção como símbolo de prestígio urbano: considerações remissivas

Conforme exposto, ao ver de alguns especialistas, a construção de uma fortaleza abaluartada, à época, constituiria obra de pouca utilidade militar, tanto pela superação em termos de estratégia e tecnologia, já correntes na Europa, como pela quase inviabilidade de ataques externos ao País. Válido o sistema, ou não, as aspirações coletivas locais em prol das obras da nova fortaleza da Assunção, na verdade, escudavam-se em outras justificativas não de todo militares. No caso, apareceriam correlacionadas com demonstrações de prestígio urbano e de envolvimento com representações simbólicas, imbricadas em um panorama de rápidas transmutações físicas e sociais da Vila, já em busca de hegemonia no limitado quadro urbano cearense.

A autonomia administrativa da Capitania tinha franqueado expectativas em favor do progresso, com reflexos imediatos na vida da vila-capital. A procura de meios e modos que pudessem expressar material e simbolicamente os desejos coletivos de prestígio urbano seriam confirmados com o tempo.

Como já assinalado, as aspirações locais, pelo menos aquelas dirigidas em favor da construção de uma nova fortaleza, já se vinham avolumando desde a anterior administração de Barba Alardo, todavia, interditadas por várias dificuldades, principalmente pela falta de apoio técnico especializado, já que havia disponibilidade de meios financeiros com os quais, pelo menos, pudessem as obras ser iniciadas. Ao assumir o governo da Capitania, Sampaio procurou, pois, desenvolver um programa em proveito da situação excepcional que deparava. Deste

modo, concomitantemente, ao iniciar um conjunto de edificações novas, procedeu ao imediato começo das obras da Fortaleza da Assunção, cometimento para o qual contava com a manifesta cooperação do popular. Ao mesmo tempo, como se viu, incentivava a expansão urbana, ratificando um traçado proposto por Paulet, instrumento modelador da urbe fortalezense. Recorria, pois, a um planejamento mínimo que fosse, como modo seguro de conferir rapidez à efetivação de obras de interesse coletivo.

O fato de a Vila apenas haver conhecido, até então, meros fortins, erguidos com estacadas ou com paredes de terra, às vezes reforçadas por faxina, explicava o desejo por obra perene. As seguidas protelações, quanto ao pretendido levantamento de uma fortificação de pedra, tijolo e cal, sem dúvida, aumentavam a vontade de realizar algo que constituísse um símbolo de afirmação de poder da Vila. Determinadas obras de Arquitetura sempre adquiriram especial significado para as populações. Mais que qualquer outra, portanto, tornava-se perfeitamente compreensível que, nos dias dos primeiros governadores da Capitania, a edificação de uma grandiosa fortaleza de pedra, tijolos e cal, patenteando e justificando a origem do nome da própria vila, figurasse como marco avalizador de uma hegemonia urbana aspirada por todos, quaisquer que fossem as dificuldades de realização de uma obra de magnitude inconteste.

O entendimento entre as partes, quer dizer, entre governante empreendedor recém-chegado, Câmara Municipal e população, encontraria na Arquitetura o meio de materialização simbólica das aspirações gerais em favor da afirmação de uma nova fase na história da Vila, modo de demonstrar e consagrar, objetivamente, sua superioridade urbana sobre as comunas interioranas.

Nos dias de Sampaio, apesar das mudanças em curso, a Vila continuava ainda pequena. Na verdade, não passava de um diminuto aglomerado humano, fisicamente inferior ao Aracati, ora mencionado apenas para efeito de comparação. Não possuía sobrados, já numerosos na vila jaguaribana, tipologia arquitetônica com exemplares que também se destacavam no Icó. Por tais razões, entre outras, exatamente nesse contexto, a construção de uma fortaleza abaluartada surgia como um marco simbólico para o qual convergiam os desejos e a própria confiança depositada pela população no futuro da Vila. A construção de

uma fortaleza materializava, pois, como nenhum outro empreendimento, o duplo significado de *arx* e de *fortitudo*, quer dizer, de defesa física e de força moral, patentes nas proporções agigantadas de uma obra arquitetônica única, com suas características programáticas específicas, irreproduzíveis nas outras vilas da Capitania.

Não se deve esquecer de que a pequena capital, por sua condição de sede administrativa e posto militar, constituía ponto de concentração lusitana. Este fato significativo, tanto amparava solidamente o processo de valorização da recente autonomia administrativa cearense como explicitava a nova realidade, marcada pelo início da concentração do poder político e econômico na capital da Capitania. Estas e outras circunstâncias conjugadas conduziriam a vila do Forte à sucessiva eliminação do poder de suas irmãs, concorrentes urbanas. Todos estes acontecimentos recentes, sobre o mais, colaborariam em favor da nova situação, fosse pelos intentos de domínio acalentados e expressos pelos administradores e comerciantes da Vila-capital, fosse pela pouca ou nenhuma percepção que as demais comunas mantinham quanto ao instante histórico de transição que atravessavam. Estes e outros eventos reunidas conduziriam a Capital à caminhada que resultou no gradativo enfraquecimento do prestígio das demais vilas da Capitania.

Ajudada pelas posições econômicas e sociais conquistadas, uma elite comercial majoritariamente reinol, cônscia do instante histórico, passava a comandar, sem intermediários, um sistema em mudança, pleno de fatores todos que confluiriam para a futura hegemonia urbana da Vila. Embora o desenvolvimento material e cultural somente viesse a ganhar contornos definidos nos anos centrais do século XIX e, incontestáveis, no fim do seu terceiro quartel, a Vila-capital, todavia, desde cedo, como se vê, já reclamava exterioridades físicas e eventos correspondentes à nova posição de destaque. A construção da nova fortaleza figuraria assim como marco simbólico imbricado nas aspirações gerais de euforia e de poder[27].

[27] A busca e o emprego de símbolos com objetivos ligados ao exercício do poder são matéria examinada por vários estudiosos. Considerações específicas sobre o assunto excedem os propósitos deste artigo, além de que não se incluem precipuamente nas competências profissionais do autor.

9 Conclusão

Este trabalho restringiu-se unicamente à fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, apreciada como obra de arquitetura militar. Limitou-se à história de sua construção, dos processos de castrametração empregados, de sua inserção urbana e de sua valia simbólica. Não tratou do Quartel, mais antigo do que a anterior versão da Fortaleza, nem das Capelas do Quartel, demolidas no século XIX. Muito menos aludiu às antigas imagens de Nossa Senhora da Assunção, dispersas. Não fez referências ao ponto de origem da Cidade, ao *locus* de implantação da fortaleza, nem as suas relações com a *forma urbis* fortalezense. Não lembrou a gradativa elevação do nível do chão circundante, na avenida que hoje contorna a fortificação, ocorrência comum em edificações antigas de grande porte, patente no alçamento do solo, rebatido na diminuição da altura aparente das muralhas, como eram vistas nos dias de Paulet. Não citou o paiol da pólvora, anexo à Fortaleza, cuja transferência para o morro do Croatá, em meados dos anos oitocentos, acompanhada da demolição do pequeno prédio onde se guardava a pólvora, liberou vasta área em rampa, na qual foi implantado o Passeio Púbico. Também omitiu referências específicas ao viaduto construído no começo da década de 1970, o qual, de acordo com o projeto de locação original, por pouco não tangenciou o ângulo de espalda no baluarte de Nossa Senhora da Assunção[28].

***

Apesar da circunstancial correção do desenho, elaborado consoante as recomendações dos tratadistas portugueses, percebe-se que a fortaleza não foi construída apenas por necessidades bélicas, mas como referência simbólica, consumada para atendimento aos desejos de uma

[28] De acordo com a locação estabelecida no projeto original proposto pelo Município, o viaduto ficaria lançado a meio metro do ângulo de espalda do baluarte nordeste da Fortaleza! Relacionamento pessoal muito próximo, mantido com o então prefeito municipal, engenheiro Vicente Fialho, e com o calculista da estrutura, professor engenheiro Hugo Alcântara Mota, permitiu que o autor deste texto oferecesse proposição, logo aceita, no sentido de revisar a implantação do viaduto, distanciando-o da Fortaleza o quanto possível.

população plena de entusiasmo com os últimos acontecimentos. Sem dúvida, as fortalezas abaluartadas haviam perdido valia militar desde os anos finais do século XVIII, nas guerras napoleônicas. Constituíam, entretanto, tipologias arquitetônicas de defesa, as únicas a prevalecer no entendimento dos habitantes da Vila, como imagem de uma verdadeira e incontestável fortificação, fato este, sem dúvida, percebido por Sampaio, com rapidez, e interpretado por Paulet, no projeto.

Passado o tempo, permanecem, pois, ainda hoje, dúvidas quanto à intencionalidade da elaboração de projeto grandioso. Símbolo de uma ansiedade coletiva, pouco importava a deliberação tácita de ser construída apenas metade do previsto, posto que a parte ultimada abrangia o trecho mais visível, implantado no alto da colina, de execução menos complexa, além de valorizado como ponto de magnífico desfrute da paisagem.

Quaisquer que sejam, todavia, as interpretações dos fatos, vale aludir o superior reconhecimento conferido ao conjunto arquitetônico da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e anexos no quadro dos bens culturais brasileiros, uma vez que se acha inscrito como *Monumento Nacional Brasileiro* nos Livros de Tombo do Histórico, Paisagístico e das Belas Artes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / IPHAN, desde 2008, por interesse da própria 10ª. Região Militar [29].

10 Adendo explicativo

O presente artigo constitui uma das três versões de matéria concernente à Fortaleza da Assunção, preparadas pelo autor. A primeira delas constituiu o pedido do tombamento desejado pela 10ª. Região Militar, remetido à Presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

[29] O processo de tombamento teve início em 1962 (nº 0651-T-62), foi retomado em 1974 e, mais uma vez, em 1997, sempre sem êxito, talvez porque fizesse referência "aos remanescentes da Fortaleza" [sic]. Esta informação imprecisa e a falta de dados pertinentes provavelmente impediram a consecução dos objetivos do processo. Somente numa quarta tentativa, amparada por manifesto interesse da 10ª. Região Militar, tendo à frente o seu então comandante, o General de Divisão Júlio Limaverde Campos de Oliveira, foi finalmente considerado o tombamento da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e Anexos. Assim, foi formado e instruído o processo 04150.00953 19/2005-31, e obtida a concessão do tombamento da Fortaleza na 57ª. Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada na cidade do Salvador, em 15 de julho de 2008, conforme consta dos Livros do Tombo Histórico (v.3, fl.21- 601), do Tombo das Belas Artes (v. 2, fl. 60 – 631) e do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (v.2, fl. 63 – 151) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Nacional / IPHAN, do qual este artigo constitui uma variante bastante resumida, ainda que com uma ou outra parte transcrita literalmente. A referida primeira versão do trabalho, atinente ao tombamento, deveria ser publicada em livro editado pelo IPHAN, como atendimento à especial recomendação do General Synésio Scofano Fernandes, ilustre Conselheiro Relator do Processo de Tombamento da Fortaleza no Conselho Consultivo Cultural daquela instituição. A vontade do autor de ampliar o texto com mais informações biográficas de Paulet, acrescidas de comentários sobre as relações histórico-espaciais da Fortaleza da Assunção com a Cidade da qual foi polo gerador, redundou praticamente numa terceira versão substitutiva do aludido texto original, entretanto, mantida inédita. Pede a verdade, todavia, declarar que esta versão última, se ainda não foi publicada**,** deve-se mais à pachorra do autor do que por falta de interesse do IPHAN.

Bibliografia

AZEVEDO, José da Costa. *Reflexão sobre o systema de fortificação abaluartada e tenalhal.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822.

BARREIRA, Dolor. Associações literárias e científicas no Brasil, particularmente no Ceará. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará,* v. 51, p. 148-204, 1943.

BARROSO, Gustavo. *À margem da História do Ceará.* Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962.

BECK, Mathias. Diário da expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649. Traduzido do hollandez por Alfredo de Carvalho. In: *O Tricentenario do Ceará 1603-1903*. Fortaleza: Minerva: 333-417.

BERNARDO, Luiz Manuel. *O projecto cultural de Manuel de Azevedo Fortes*. Lisboa: Casa da Moeda, 2005.

BEZERRA DE MENESES, Antônio. Descripção da Cidade da Fortaleza. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, v. 9, p. 147-290, 1895.

BOXER, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

BRÍGIDO DOS SANTOS, João. *A Fortaleza em 1810.* Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará* de 1912, v. 26, p. 83-131, 1912.

_____. *Ceará (homens e factos)*. Rio de Janeiro: Besnard Fréres, 1919.

BUENO, Beatriz P. Siqueira. *Desenhos e designio*. O Brasil dos Engenheiros Militares. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FATESP, 2011.

CARVALHO, Jader de. *Antologia de João Brígido*. Fortaleza: Terra de Sol, 1969.

CASTRO, José Liberal de. Contribuição de Adolpho Herbster à forma urbana fortalezense. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, v. 108, p. 43-96, 1994.

_____. Cartografia Cearense no Arquivo Histórico do Exército. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará,* v. 111, p. 9 -79, 1997.

CASTRO SILVA, Vicente Ferreira de. Relação dos principaes donativos offerecidos voluntaria e, gratuitamente a bem da construcção da nova fortaleza do Ceará pelas pessôas abaixo declaradas. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. l9, p. 303-11, 1905.

CATÁLOGO da Exposição de História do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. 3.v.

CATÁLOGO de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Ceará; 1618-1832 / organizador Gisafran Nazareno Mota Jucá. [Transcrição de documentos preservados no Arquivo Histórico Ultramarino / AHU, de Lisboa]. Brasília: Ministério da Cultura; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Fundação Demócrito Rocha, 1999.

FORTES, Manoel de Azevedo. *O engenheiro português.* Lisboa: Manoel Fernandes da Costa, 1728, 1729. 2 v.

GRIFFITH, Paddy. *The Vauban fortifications of France.* Oxford: Osprey, 2006.

IRIA, Alberto. Inventário Geral da Cartografia Brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino. *Studia*. Coimbra, v. 17, p. 35-117, 1966.

KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1816.

LOBO, Francisco Sousa Lobo. O fim de uma era. In *História das fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa: Alfa, 1989: 273-324.

MORENO, Martim Soares. Relação do Ceará (1618). In *Commemoração da chegada dos primeiros portuguezes ao Ceará / Tricentenário do Ceará / 1603-1903*. Fortaleza: Minerva, 1903: 191-198.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico Resumido*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966.

PETIT LAROUSSE. Paris: Larousse, 1964.

PEIXOTO, Eduardo M. A Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção. *Revista do Instituto do Ceará,* Fortaleza, v. 19, p. 297-302, 1905.

PIMENTEL, Luiz Serrão. *Methodo Lusitanico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares, fortes de campanha e outras obras pertencentes a architectura militar*. Lisboa: Antonio Craesbeck de Mello, 1680.

SARTIAUX, Frédéric et allii. *Plein ciel sur Vauban*. Paris: Cadré Plein Ciel, 2007.

SOUSA, João Silveira de. *Relatorio enviado á Assembléa Provincial pelo Presidente da Provincia*. Fortaleza: Typographia Cearense, 1859.

STUDART, Guilherme Barão de. *Datas e factos para a Historia do Ceará***.** Fortaleza: Typ. Studart, 1896.

STUDART Filho, Carlos. As fortificações do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará,* Fortaleza, v. 43-44, p. 48-94, 1929-30.

_____. *Nota para a história das fortificações do Ceará*. Fortaleza: Ramos & Pouchain, 1937.

THÉBERGE, Pedro. *Esboço Historico sobre a Provincia do Ceará.* Fortaleza: Typ. Imparcial, 1875, v. 2.

UMA festa em Fortaleza no tempo do governador Sampaio. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará,* v. 14, p. 271-4, 1900.

VELLOZO, Diogo da Sylveira. *Arquitetura militar ou fortificação moderna.* Notas de Mário Mendonça de Oliveira. Salvador: PPG-AU / EUFBA / Universidade de Évora, 2005. (título original dos códices: *Architectura Militar ou Fortificação Moderna*, 1743).

Sumário

Este artigo, dedicado à Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, constitui modesta homenagem do autor às comemorações do bicentenário da fortificação, cujas obras foram iniciadas em 1812. Conquanto o projeto do tenente coronel de engenheiros português Antônio José da Silva Paulet previsse obra com quatro baluartes, somente foram construídos os dois fronteiros ao mar. Supõe-se que esse fato decorreu de já estar parcelada ampla área da Vila homônima, cujo desenho urbano, proposto pelo próprio Paulet, ficaria recoberto pela parte não concluída da fortificação. Esse impedimento, somado à consecução tardia da obra, em época quando já se considerava superado o sistema de defesa abaluartado, não impediu, todavia, que a construção da Fortaleza se efetivasse financiada por contribuição popular e fosse a realização recebida jubilosamente pela população da Vila. Por tais motivos, acredita-se que a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção constitui, também ou, antes de tudo, o caso singular de uma obra de arquitetura militar com função simbólica.

Abstract

The present work, dedicated to the Fortress of Nossa Senhora da Assunção (Fortaleza, Brazil), represents a modest homage, by the author, to the 200th anniversary of that monument, which had its construction started in 1812. Although that fortress' original design, done by light colonel Antonio José da Silva Paulet, a Portuguese military engineer, previewed four bulwarks, only two, those directed to the sea front, were built. That may have happened due to the fact that that village's urban design, also done by Paulet, already parceled the land which would be covered by the other two bulwarks. That constraint, together with the fact that the use of bulwarks was already considered obsolete by the time that fortress was built, did not prevent financial contributions, to cover construction costs, given by the village's population, which also received that accomplishment with great joy. For these reasons, the Fortress of Nossa Senhora da Assunção is also supposed to be a remarkable case of a military building which holds a strong symbolic meaning.

Retificações

Por obséquio, corrigir enganos verificados em artigos do autor publicados em números anteriores da Revista do Instituto do Ceará:

- t. 122 / 2008, p. 102, rodapé 5 – em vez de *durante todo o ano*, ler **durante meio ano**.
- t. 123 / 2009, p. 49, linha 31 – em vez de *lagoa da Sentinela*, ler **lagoa do Boqueirão**.
- t. 124 / 2010, p. 126, linha 9 – em vez de *figura 25*, ler **figura 26**. p. 107 – inverter as legendas das **figuras 15 e 16**.

***

ARTIGOS

A “Phenix Caixeiral”* (1891-1979) e como desapareceram dois testemunhos importantes da história de Fortaleza

Pedro Alberto de Oliveira Silva**

A *Revista do Instituto do Ceará*, durante seus 121 anos de existência, é repositório de importantes fontes documentais e de pesquisas relacionadas com a história do Ceará. Entretanto, não contém nenhum registro sobre, talvez, a mais importante instituição sociocultural, educacional, beneficente e filantrópica criada em Fortaleza, em 1891, e extinta em 1979 – a Fênix Caixeiral. Contemporânea dela, apenas o Instituto do Ceará sobreviveu, ininterruptamente, nesse período histórico. Fundada como uma associação de classe, ampliou seus objetivos tornando-se “uma legítima gloria cearense”. Outras associações da mesma época ficaram na história, a Fênix Caixeiral fez e ficou na história.

---

* Emblema da Phenix Caixeiral.

** Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Rodolfo Teófilo (1853-1932),farmacêutico, filantropo, político, historiador, contista e considerado um dos pioneiros do sanitarismo no Brasil, escreveu um livreto, publicado em 1927, intitulado *O Caixeiro* (REMINISCÊNCIAS), dedicado "aos meus prezados confrades da Phenix Caixeiral". Nele faz um resgate histórico de um fato de sua adolescência, rememorando seu trabalho como *caixeiro*. Vale a pena transcrever um trecho como um testemunho de uma realidade social daquela profissão: "[...] A minha vida de estudante,que ia começar, e na qual as lutas não foram poucas, se tiver tempo a escreverei. Deixava uma classe de escravos que o tempo redimiu no espaço de meio século! O que é hoje a Phenix Caixeiral, surgida das cinzas da Beneficente Caixeiral, nascida e morta no mesmo dia em 1868?! Uma associação que impõe leis querendo. O caixeiro, hoje, o antigo creado de servir, com as mesmas regalias e direitos das *praças de pret* do nosso glorioso exercito, faz parte do governo da cidade, tem o seu dia feriado nacional. Tem férias marcadas por lei. O dia em que nasceu a Phenix também é feriado. Tem um banco commercial e funciona a sociedade em um palácio.Além disto, recebe uma subvenção do Governo Federal, que é muito bem aplicada, mantendo para seus associados aulas de preparatórios e uma escola de commercio,que dá annualmente alguns guarda-livros. A Phenix é hoje uma potencia! Os seus sócios, mais de mil, sabem manejar as armas e quem seria capaz de fazel-os(*sic)* pelas humilhações que nós passamos! São os tempos que se vingam uns dos outros." [...] Nasci velho. Adaptando-me àquelle meio eu estava completamente aniquilado. Os patrões tinham muitos filhos varões e assim não havia possibilidade de ser um dia sócio da casa...".

A dinâmica da história fundamenta-se na ação dos homens em sua luta pela sobrevivência no meio geográfico, econômico e social onde vivem.

O desenvolvimento da agropecuária cearense no decorrer da segunda metade do século XIX , como não poderia deixar de ser, trouxe benefícios para a vida sociocultural da Província. A Capital tornou-se, então, um núcleo de onde partiam as principais mudanças que vieram a se refletir por todo o Ceará. Enquanto o comércio varejista e de exportação tomava vulto, iniciaram reformas na educação pública e particular, surgiu uma atividade jornalística mais atuante e representativa dos partidos políticos existentes e a opinião pública ganhou mais constân-

cia. Fundaram-se vários estabelecimentos educacionais, tais como: o *Liceu do Ceará*, instituição modelo de ensino secundário, o *Seminário Diocesano*, para formação de sacerdotes, o *Atheneo Cearense*, colégio para rapazes, o *Colégio da Imaculada Conceição*, para moças, ambos particulares. Foram também criados uma *Biblioteca Pública e Arquivo,* inaugurados em 1867, com um acervo de 1.730 volumes, dos quais 614 comprados na Europa e 1116 doados por particulares A hemeroteca mantinha assinatura de revistas nacionais e estrangeiras. Pelos relatórios de seus diretores sabe-se que a freqüência de leitores era numerosa. Com pouca intensidade, aquelas mudanças refletiam-se em outras cidades importantes.

A situação socioeconômica, então vigente, concorreu para o surgimento de uma classe média citadina, composta de pequenos comerciantes, comerciários especializados, funcionários públicos, profissionais liberais, artífices especializados e estudantes. Esses últimos, em sua maioria, filhos de grandes, médios e pequenos proprietários rurais que procuravam as cidades para sobreviverem condignamente. Muitos deles seguiam para o Recife onde iam estudar Direito, o curso preferido pelos mais abastados, ou para a Bahia, Medicina.

O deslocamento dos jovens desse segmento da sociedade para as cidades prendia-se, também, a impossibilidade das atividades agropastoris interioranas oferecerem condições de eles manterem seu status social nos locais de origem. A permanência ou ascensão social era mais propícia quando nas cidades. Nessa conjuntura, destaca-se o fator *educação*, o grande nivelador das diferenças sociais.

As secas periódicas concorreram para o aumento populacional de Fortaleza. Apesar do desenvolvimento econômico ocorrido, a cidade somente pôde absorver parte daquele afluxo imigratório no serviço público, atividades comerciais e afins. O comércio varejista empregou grande parte daquela mão-de -obra sem qualificação profissional. As limitações do sistema educacional foi um fator negativo nesse processo de absorção social.

Os operários com um ofício não tinham destaque social, mas por serem imprescindíveis à vida da cidade, tinham um status reconhecido na comunidade. Os escravos e seus descendentes, mesmo depois da abolição, continuaram como *servos* exercendo atividades domésticas ou serviços avulsos.

A presença do *Caixeiro de balcão.*

Recorremos, ainda, ao citado livro de Rodolpho Theophilo, testemunha da época, no terceiro quartel do século XIX, quando diz: "o caixeiro não podia exercer o direito do voto porque era considerado *praça de pret*. O caixeiro era um creado de servir" (p. 10). "[...] Continuei na minha labuta do commercio, cada vez mais convencido de que só livro me libertaria" (p. 57). "[...] A esse tempo, como disse, os exames preparatórios eram feitos nas capitaes em que havia Academia... Logo que soube estar inscripto, tratei do mais difícil, obter dos patrões (que tudo indica eram seus parentes) licença para deixar a casa.. *Eu era um escravo branco.*(grifo nosso). Os patrões troçaram de minha pretensão" (p. 65-66).

O crescimento das atividades comerciais aumentou o número de empregados nesse setor, criando, conseqüentemente, uma classe numerosa e variada devido as múltiplas funções que exerciam. O *caixeiro de balcão (caixeiro de vassoura)* era apenas um segmento dela. Devemos esclarecer que muitas pessoas de destaque da história fortalezense iniciaram sua vida profissional como *caixeiro de balcão*. Portanto, o testemunho de Rodolpho Theophilo é importante quando descreve essa atividade exercida por ele em 1868, e quando, em 1926, o ex-empregado do comércio já havia conquistado, então sócio da Phenix Caixeiral, um lugar destacado na vida sociocultural de Fortaleza.

A ascensão dessa classe é comprovada pelos fatos ocorridos nas três últimas décadas do século XIX. Nessa época, a presença de estrangeiros era predominante nas atividades comerciais, destacando-se franceses, ingleses e portugueses, agregados a alta sociedade da Capital. É bem sintomática a prevenção social existente quando é fundado o Clube Cearense (1867), congregando a elite fortalezense. Fechado ao ingresso de pessoas consideradas não condizentes ao quadro social de seus associados. Em sua luxuosa sede foi expulso Antonio Costa Sousa – guarda-livros – quando convidado por um sócio, não tão preconceituoso, jogava uma partida de bilhar.(GIRÃO: 232). Junte-se a esse fato, outro ocorrido posteriormente ao "ter sido recusada a proposta, para sócio do Clube, do funcionário da Alfândega – Francisco Carneiro Monteiro".(GIRÃO: 233).

A Classe Caixeiral, já consciente de sua importância, cria em dezembro de l870 uma *sociedade beneficente* cujos estatutos foram aprovados em junho de 1871. O Barão de Studart afirma que "alguns caixei-

ros foram seus fundadores" (STUDART: 206, t.II), tomando ela o nome de "Oito de Dezembro". Tudo indica que essa entidade foi o núcleo inicial do *Reform Club,* em 1876. O historiador Raimundo Girão, anotando Antônio Bezerra em seu livro *Descrição da Cidade de Fortaleza*, registra que o *Reform Club* foi criado e inaugurado em 28 de janeiro de 1882 (referia-se ao novo prédio de sua sede) por uma sociedade constituída de empregados do comércio.(MENEZES:218). O Barão de Studart pode dirimir dúvidas com a seguinte anotação: "29 de Junho (1880) – Inauguração da bibliotheca do *Reform Club*, no prédio n.105 da Rua Formosa. Instituída em Fortaleza a 29 de Junho de 1876 uma sociedade de rapazes empregados no commercio, no caráter de sociedade de socorros mútuos, na presente data commemorou o seo 4º. anniversario iniciando a fundação de uma bibliotheca com o numero de 960 volumes offerecidos pelos sócios. Funccionou este estabelecimento litterario desde o dia 28 de Janeiro de 1882 em um edifício mandado construir na mesma rua pela sociedade. A pedra d'esse bello edifício fora assemtada a 28 de Junho de 1979 e começadas as respectivas obras a 9 de Novembro de l880.Teve essa sociedade o titulo de Imperial, em virtude de portaria do Ministério do Império de 30 de Outubro de 1883. Essa bibliotheca foi devorada por um incêndio." (STUDART: 281, t.II).

O progresso do *Reform Club* é um testemunho do fortalecimento da classe caixeiral. Contudo, continuava o preconceito de alguns contra aquela numerosa e laboriosa classe. Foi divulgado por ocasião daquele evento, pela *Sociedade Caixeiral do Ceará,* um manifesto escrito, datado de 22 de janeiro de 1882, assinado por uma *commissão executiva do Club Caixeiral* composta pelos sócios Joaquim Januário Jefferson de Araújo, Olympio Barreto, José Theodorico de Castro, Manoel Rodrigues Santiago e Antonio Dias Martins Junior intitulado *Manifesto ao Publico pela Sociedade Caixeiral do Ceará. Exclusão indevida de cidadãos da lista de eleitores por serem caixeiros, intelligencia do Art.92 §3º da Constituição Política do Império e da Lei Eleitoral.Fortaleza – 1882*.

Theodorico de Castro era empregado do comércio e depois funcionário da firma exportadora Casa Boris Frères; Martins Junior era caixeiro de escrita e depois funcionário da Alfândega. Ambos participaram na fundação da sociedade PERSEVERANÇA E PORVIR, núcleo inicial da SOCIEDADE CEARENSE LIBERTADORA, líder na abolição da escravidão no Ceará.

Protestava o manifesto contra uma decisão do judiciário, excluindo o direito ao voto aos caixeiros em geral. Deveu-se isso a uma interpretação equivocada da Lei n.3029 de 9 de janeiro de 1881 e seu Decreto n.7981 de 29 de janeiro, que equiparava, segundo a Constituição do Império, *Os criados de servir com os caixeiros.* Não cabe no presente trabalho comentar esse fato, mas ele demonstra, então, a existência de uma organização ativa da classe caixeiral. Alias, ela se fez presente no movimento abolicionista em curso na Capital, chegando a fundar o Clube Abolicionista Caixeiral.

Competindo com o *Club Cearense*, da elite, foi fundado o *Club Iracema*. "Uniram-se José Marçal, Antônio Costa Sousa e seu irmão Joaquim, os despachantes Francisco Carneiro Monteiro, Francisco Teófilo G. de Oliveira, Antônio Martins e mais Papi Junior, para formarem outra sociedade diversional. O último destes sugeriu o nome, que de pronto foi aceito – *Clube Iracema*. Papi era, ao mesmo tempo, guarda-livros e despachante da casa em que trabalhava, assim como despachantes eram Carneiro Monteiro e Dias Martins, sendo por isso fácil conquistar a solidariedade do conferente Francisco Perdigão de Oliveira, cidadão estimadíssimo da população e do comércio, foi escolhido seu primeiro presidente.Sem demora eleita a diretoria em 28 de junho de 1884, acertou-se o dia 19 de julho para a festa de inauguração."(GIRÃO: 233).

Vivenciamos assim uma realidade existente em Fortaleza, naquela época, na qual se contrapõe uma elite orgulhosa e uma classe média consciente de sua posição social. Essas diferenciações já se haviam demonstrado no movimento abolicionista entre "libertadeiros" e "emancipacionistas." O *Clube Iracema* era constituído, em sua maioria, por empregados no comércio e naturalmente absorveu o *Reform Club*.

Os homens fazem a sua época, dão-lhe características próprias. As últimas décadas do século XIX foram de progressos socioculturais e econômicos. Nem a seca de 1877-1879 deteve esse processo histórico. Foram construídos estradas de ferro, indústrias e melhoramentos outros no Ceará. Em Fortaleza surgiu vitorioso o movimento abolicionista (1880-1884); foram fundados o *Instituto do Ceará*, a *Academia Cearense (de Letras*), *o Gabinete Cearense de Leitura*, a *Fênix Caixeiral* e outras sociedades de intelectuais os quais vieram, posteriormente, a projetar o Ceará no mundo culto brasileiro

A população cresceu muito nesse período. Os dados estatísticos ainda eram limitados e muitas vezes contraditórios. Tomando-se como referência o historiador Barão de Studart, a cidade teria, em 1887, 26.943 habitantes. Parece-nos fidedignos os dados apresentados detalhadamente, conforme "arrolamento da cidade de Fortaleza" realizado naquele ano, a Capital possuía, como foi dito, 26.943 habitantes; sendo 26.624 brasileiros e 319 estrangeiros; 11.594 homens e 15.349 mulheres; 18.555 solteiros, 6.480 casados e 1.908 viúvos; 9.845 com profissão e 17.098 sem profissão; 9.656 sabendo ler e 17.287 analfabetos Casas com sobrados 72, térreas, 4.447 e choupanas 1.278. Edifícios públicos 36, compreendendo 10 igrejas.(STUDART: 355, t.II). Em 1872, o recenseamento registrou 21.372 almas, o de 1900, 48.369 moradores. (GIRÃO: 160, 319). Em termos comparativos a população cabia toda no Estádio Governador Plácido Aderaldo Castelo (Castelão) de Fortaleza, que comporta 58.000 espectadores.

O Almanach administrativo, estatístico, mercantil e industrial do Estado do Ceará para 1896 – confeccionado por João Câmara é importante fonte informativa, dando-nos um perfil detalhado de Fortaleza, quando relaciona os principais serviços públicos e atividades profissionais existentes e outras informações.

Encontramos nele os nomes e endereços de: casas de comércio, bancos (2); armazéns e depósitos (42); escritórios comerciais (2); hotéis (2); restaurantes (2); hospedarias (10); cafés (3); quiosques (14); bilhares (2); Sociedades Científicas e Literárias (7): *Instituto do Ceará, Academia Cearense, Padaria Espiritual, Centro Literário, Congresso de Ciências Práticas, Phenix Caixeiral, Propagadora da Arboricultura*. Imprensa (jornais e revistas): *A República, O Ceará, O Republicano*, *A Verdade; Diário do Ceará; O Pão; Penna, A Jandaia; Phenix Caixeiral; O Figarino;* e outros nas cidades de Baturité, Aracati e Sobral. Indústrias e Profissões: médicos (24); farmácias (10; drogarias (2); dentistas (5); advogados (18); fábricas (35); padarias (16); ourivesarias (9); alfaiatarias (15); marmorarias (2); fundição (2); guarda-livros (14); livrarias (4); litografia (1); oficinas tipográficas (8); fotografia (1); professores de música e piano (9); agências de leilões (4). Diversões: *Clube Cearense, Clube Iracema, Prado Cearense, Teatro São Luis.* Barbeiros e cabeleireiros (20); pintores (5); desenhistas (5); relojoeiros (2); oficinas de bauleiros (baús) (2); tinturarias (2); fabricante de carimbos (1); oficinas

de encadernação (9); oficinas de marceneiros (9); oficinas de carpinteiros (10); fogueteiros (2); oficinas de torneiros e tanoeiros (5); oficinas de ferreiros (5); colchoeiro (1); oficinas de seleiros (1); oficina de chapeleiro (1); oficinas de sapateiros (9); oficinas de funileiros (8); pedreiros (consta apenas os nomes, sem endereço) (15); empreiteiros e contratadores de obras (9); açougues (10). A citação de profissões, nomes e endereços é excelente referencial para o estudo do perfil social de Fortaleza naquela época (1896).

No registro sobre o Banco do Ceará, por exemplo, encontramos entre seus empregados, como guarda-livros, Joaquim Magalhães, um dos principais construtores da Sociedade Phenix Caixeiral, em seu período de ascensão e consolidação, presidente que foi desta instituição nos períodos de 1901-1902; 1905-1907 e de 1910-1919, exatamente quando foram construídas suas duas monumentais sedes. Outro funcionário daquela instituição, João Salgado, gerente, foi presidente da Phenix em 1895-1896.

Nesse ponto de nossa narração histórica, é preciso esclarecer certos fatos. Nas atividades comerciais havia o *caixeiro de balcão (caixeiro vassoura)* e outros empregados nas atividades comerciais ou a elas ligados; pessoas que possuíam certo grau de instrução e exerciam funções específicas naquela atividade.

Quem realizou a abolição da escravidão no Ceará não foram os chamados *Jangadeiros* mas a *Sociedade Cearense Libertadora (SCL)* constituída por lideranças esclarecidas. Assim como quem fundou e deu continuidade a *associação dos empregados do comércio* não foram os *caixeiros de balcão (caixeiros vassoura)*. Com uma diferença: os "jangadeiros" verdadeiros continuaram analfabetos e obscuros na sociedade. Os caixeiros de balcão, através da Educação (instrução), ascenderam no exercício das atividades comerciais e conquistaram *status social* mais elevado. "Subiram na vida" como comumente é dito.

A FÊNIX foi um símbolo, CAIXEIRAL uma tradição evocativa. Aquela associação de classe possuía lideranças autênticas, instruídas e verdadeiramente idealistas. A ESCOLA DE COMÉRCIO foi o instrumento de ação desse fato. Deu oportunidades a muitos jovens pobres, de vontade, para poderem viver com dignidade e crescerem socialmente com esforço próprio. Muitos deles vieram a ter notoriedade em profissões liberais.

A cidade poderia ser considerada pobre, a maioria de sua população não podia gastar com lazer, o qual era muito limitado. Tinha que se contentar com as festas religiosas e folclóricas tradicionais, as conversas na calçada ou nos quiosques. Daí quando ocorria um ato público político ou comemorativo haver uma grande afluência de público.

Geralmente a historiografia sobre a vida sociocultural daquela época dá um toque colorido aos eventos ocorridos. Os jovens de valor, muitos dos quais despontaram na intelectualidade brasileira, posteriormente, faziam o deleite da pequena classe média instruída, com suas criações em prosa e verso. A oratória era muito apreciada. Os pequenos jornais e sociedades literárias de curta duração foram numerosos. Veja-se a *História da Literatura Cearense*, *3º Tomo*, do historiador Dolor Barreira, que retrata com mestria esse fato, dedicando um estudo bem objetivo sobre a participação da Fênix.

Todo esse arrazoado pretende explicar o surgimento da Fênix Caixeiral em sua época. Ela não foi criada superficialmente pela boa vontade de poucos e permaneceu ativa, por décadas, sem causas históricas determinantes. O inter-relacionamento de certos fatos, devidamente aproveitados pelas lideranças caixeirais, mantiveram em evolução a existência de tão heróica associação de classe. Não foi também uma associação estática, no contexto das transformações socioeconômicas ao longo de sua existência. A atualização de seus estatutos foi um instrumento importante de sucesso, quando reformados em 1901, 1906, 1910, 1912, 1921, 1925, 1930 e 1938.

A promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em 24 de fevereiro de 1891, em seu Artigo 72 § 2, declarava que "Todos são iguais perante a lei." Entretanto se fazia necessário para a fruição deste princípio constitucional, que os cidadãos componentes de determinada classe, soubessem reclamar direitos sonegados por outros indivíduos que se julgassem membros de uma classe privilegiada. A educação do cidadão é o único meio que lhe abre o caminho de procurar seus direitos e conquistas sociais.

Em começo do mês de maio de 1891, dois jovens, Heráclito Domingues da Silva e Januário Augusto Fernandes, queixando-se a Antônio Alves Brasil, cidadão culto e experiente da sociedade fortalezense (STUDART: Dic.57), da desconsideração que existia com a classe caixeiral do Ceará, ouviu dele a seguinte opinião: *Fundem uma Socie-*

dade, escolham para dirigir rapazes de bom senso e força de vontade, e verão se o valor moral da classe não se elevará, e se ela não se tornará credora da consideração e respeito das outras classes. (MEMÓRIA: 18).

Foi formada, então, uma Comissão Iniciadora, composta por Raimundo Cabral, César A. da Silva, Miguel Teixeira de Castro Sobrinho, Januário Augusto Fernandes, Heráclito Domingues da Silva e Bemvindo Alves Pereira, os quais, unidos com vários caixeiros, reuniram-se na casa n. 193 da rua Formosa (atualmente Barão do Rio Branco), no dia 24 de maio de 1891, e fundaram a Sociedade Fênix Caixeiral. Na Ata dessa reunião consta a nomeação de uma comissão composta pelos senhores César A.da Silva, José da Silva Bomfim e Raymundo Chaves de Castro Ramos.

Em Assembléia ocorrida em 14 de junho de 1891, foram apresentados e aprovados seus primeiros estatutos. Uma Comissão formada pelos senhores Silvio Uchoa, Raymundo Cabral, Raymundo Cam, Afonso Lima, Antônio Porto e Bemvindo Alves Pereira, elegeram como Presidente Provisório, Antônio Alves Brasil confirmado na Instalação solene da sociedade, realizada no dia 24 de junho de 1891, em um dos salões do Clube Iracema.

Conta Antonio A. Brasil que não desejando assumir o cargo de Presidente, convidou outro colega obtendo a seguinte resposta: *Não vou perder tempo, aborrecer-me com uma meninada mal educada de que infelizmente é composta a classe caixeiral do Ceará.* (MEMÓRIA: 41). Aceitou, porém, naquela circunstância, aquele cargo, eleito que foi na instalação da Fênix, tornando-se seu primeiro Presidente. Jovino Guedes posteriormente veio a se tornar amigo da Fênix. (MEMÓRIA: 41).

A solenidade de Instalação "recebeu as homenagens de toda a população de Fortaleza representada por tudo quanto possuía de mais nobre."

Surgia a FÊNIX CAIXEIRAL. Um ano depois era convidada pelo Congresso Constituinte para comparecer à sessão solene de 12 de julho de 1892, para promulgação da Constituição Política do Estado, convite assinado pelo 1º secretário, Agapito Jorge dos Santos.

Seus objetivos principais, ao longo dos anos, foram atingidos: congregar, educar, instruir e proteger seus associados.

Logo no dia 1º. de agosto de 1891, sob festas e aplausos de enorme multidão, foi instalada uma ESCOLA DE COMÉRCIO. na casa n.

92 (sobrado) da rua Formosa (atualmente Barão do Rio Branco), no terceiro andar. Estavam presentes a essa solenidade representantes do Corpo Comercial, da Imprensa, das Letras, da Justiça, do Foro, das Artes, da Indústria. Na ocasião foram empossados os professores Thiago Ribas, de Português, Samuel Mundim, de Francês e Eugenio Brandão, de Aritmética. No final foi dada a palavra, fazendo uso dela os senhores: Dr. Raymundo Farias Brito, Temístocles Machado, pela União Estudantal; Eugênio Brandão, professor de Aritmética; Tenente Alfredo Peixoto; Comandante Joaquim Potiguara, pela Escola Militar; Abd El Raman Catunda, pela 19 de Outubro; A.da Cunha Mendes, aluno da Escola Militar e outros cinqüenta e cinco que assinaram a ata. (Ata de instalação) (CASTELO: 300).

As aulas eram ministradas à noite. Havia resistência ferrenha dos patrões em liberar seus empregados às 18 horas. Alguns comerciantes afirmavam: *Caixeiro é simplesmente caixeiro; não deve, não pode ser estudante.* Muitos estabelecimentos comerciais cerravam suas portas às 20 horas... Houve patrões generosos que ajudavam seus empregados. Somente em 1911, o Conselho Administrativo da Fênix com a concordância da Associação Comercial, tentaram o fechamento dos estabelecimentos às 18 horas, o que não foi conseguido. O interesse maior dos comerciantes era o lucro... Essa conquista somente veio a se concretizar com a Lei Municipal nº. 33, de 28 de dezembro de 1920, quando era Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, Adolpho Gonçalves Siqueira, que era Presidente da Fênix. Posteriormente foi Prefeito Interino de Fortaleza em 1923-1924.

A Fênix, juntamente com sua Escola de Comércio, funcionaram nos seguintes locais: 1. Rua Formosa nº. 103 (atualmente Rua Barão do Rio Branco) esquina com a Rua Guilherme Rocha. 2. Depois se mudou para a Rua Floriano Peixoto esquina com a Rua da Assembléia (hoje Rua São Paulo), ocupando o pavimento superior. Em seus salões fundaram-se a Academia Cearense (de Letras) em 15 de agosto de 1894 e o Centro Literário em 27 de setembro deste ano; 3. Transferiu-se daí para o sobrado da Rua Major Facundo nº. 2, esquina com a Rua da Misericórdia (atualmente João Moreira); 4. Por último ocupou o imóvel, de três andares, localizado à Rua Major Facundo nº. 28 (atualmente 154-156). Deste local transferiu-se para o palacete mandado construir pela Fênix, em 1905, na Rua Guilherme Rocha esquina com a Rua General

Sampaio, frente a Praça Marquês do Herval (hoje Praça José de Alencar). Finalmente, devido ao crescimento da associação, em 1915, foi inaugurado um edifício bem maior na esquina da Rua 24 de Maio com Guilherme Rocha, também em frente a Praça Marquês do Herval. Em sua época esses dois últimos prédios talvez fossem os mais bonitos da cidade.

O historiador Antônio Bezerra de Menezes no livro *Descrição da Cidade de Fortaleza,* publicado em 1895, afirma que as disciplinas que eram ministradas na Escola eram: português, francês, inglês, aritmética, escrituração mercantil e que a associação "começou com 123 e conta atualmente 300, e destes freqüentam as aulas 180"; "na sua modesta biblioteca encontram-se mais de 800 volumes de bons autores, sobre diversos autores."

O Barão de Studart em *Datas e fatos para a história do Ceará* registra que em 6 de fevereiro de 1898 "A Sociedade Phenix Caixeiral a 1 hora da tarde, faz inauguração de sua Bibliotheca no edifício à rua Major Facundo n. 34."

Neste mesmo ano, no dia 25 de junho, faleceu Pedro Muniz, segundo presidente da Phenix . Era destacado cidadão e intelectual merecendo verbete no *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense, volume I,* de autoria do Barão de Studart. A associação caixeiral publicou um jornal sob o título Pedro Muniz, homenageando o 30º. dia do passamento do seu Presidente.

Naquela época a associação dos caixeiros realizou o que o governo do Estado não conseguiu: fundar e dar continuidade a uma Escola de Comércio.

A Lei nº. 544, de 14 de agosto de 1899, assinada pelo Presidente do Estado, Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, criou uma Escola de Comércio, anexa ao Liceu do Ceará. O curso seria de dois anos abrangendo as disciplinas: português, francês, inglês, geografia, matemática elementar, contabilidade, escrituração mercantil, direito comercial e economia política.

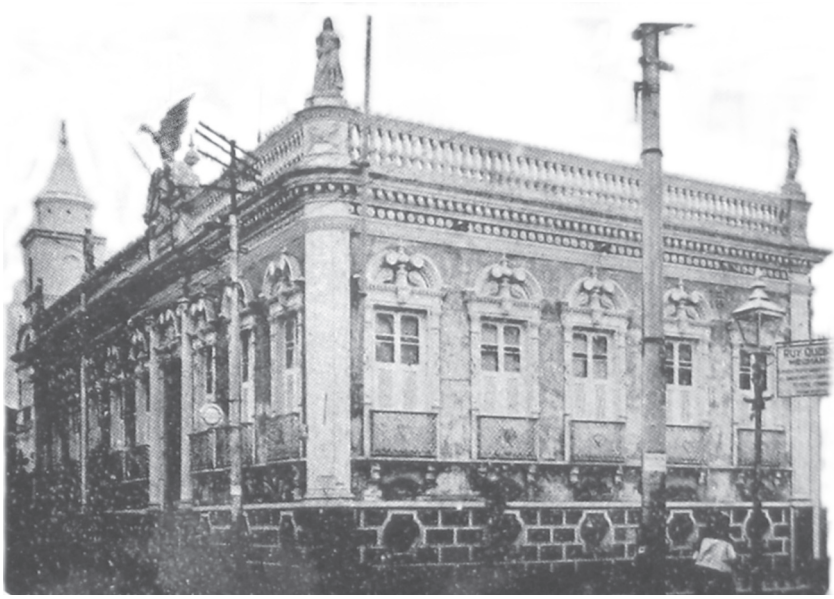
Seu regulamento foi publicado em fevereiro de 1900. Em 3 de agosto do mesmo ano a Lei nº. 597, assinada pelo Presidente Pedro Augusto Borges, autorizou a extinção da Escola. Seus professores ficaram adidos ao Liceu. Inexplicavelmente, outra Lei, a de nº. 752, de 20 de junho de 1904, sancionada pelo Presidente Antônio Pinto Nogueira

Accioly, extinguiu novamente a Escola de Comércio, "anexa ao Liceu do Ceará". Desta vez outra Lei, sancionada pelo Presidente Coronel Marcos Franco Rabelo, a de nº. 1078, de 14 de abril de 1913, restabelece aquele estabelecimento de ensino (CASTELO: 297-300). Por coincidência, em 1904 estava em construção o palacete da Fênix da Rua General Sampaio, e em 1914 aquele da Rua 24 de Maio.

A inauguração da primeira sede própria da Fênix Caixeiral, em 1905, foi uma prova da força da "classe caixeiral" representada por suas lideranças, tendo a frente Joaquim Magalhães, seu Presidente. O *Almmanach do Ceará 1906*, registra o que representou aquele fato em Fortaleza, tornando, ao ser publicado, um dos testemunhos históricos imorredouros de uma época.

A descrição é esmerada em sua síntese:

É de hontem, porém, altamente edificante, a história desta gravura. Representa ella o soberbo edificio que a brilhante sociedade de moços do commercio inaugurou em Junho do anno passado, especialmente construído para a sede social da Phenix, à praça Márquez de Herval.



Fachada do Palacete Phenix Caixeiral vista da esquina da Rua Guilherme Rocha com General Sampaio, vendo-se ao fundo a Igreja do Patrocínio - 1905

O magnífico palacete occupa o ângulo oriental da referida praça com a rua General Sampaio. Para o lado desta rua há cinco vãos de portas e dez outros, inclusive a porta principal, fitam a Avenida Nogueira Accioly (sic).

Esta parte constitue a frente de 160 palmos (35,20m) de comprimento, 65 (14,30m) de largura e 40 (8,80m) de altura, comprehendendo a rica platibanda que encima ambos os lances de edifício.

No alto da cornija correspondente à porta principal, ostenta-se o emblema da sociedade, uma Phenix, o formoso passaro de Osíris, que symbolisa as nobres aspirações da intrépida e valorosa mocidade.

Fachada do Palacete Phenix Caixeiral, lado ocidental na Rua Guilherme Rocha - 1905

Para o interior do edifício penetra-se por uma bonita escada de madeira do Ceará.

Nas paredes do vestíbulo estão pintadas figuras representativas da Industria e do Commercio. O fundo é de mármore cinzento com veias brancas e está tingido de óleo.

O primeiro salão em frente, é o da Bibliotheca, medindo no todo 30 palmos (6,60m) de largura por 90 (19,80m) de comprido. O vasto salão, forrado a papel, está mobiliado por oito grandes estantes envidraçadas

Phenix Caixeiral - escadaria na entrada

que circulam, e mezas adequadas ao fim a que é destinado. Contíguo fica o pequeno gabinete da administração, também confortável e elegante.

No vestíbulo, ao lado direito, encontra-se o salão de honra, medindo 40 palmos (8,80m) de comprimento por 35 (7,70m) de largura.

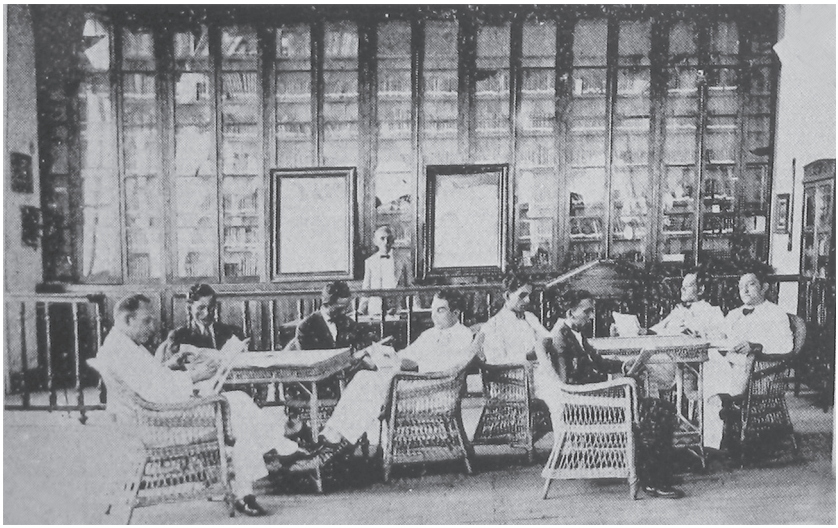
As paredes são forradas de papel de fundo azul claro, e o forro do tecto, como todos os outros forros do edifício, é de aço com explendidas ramagens em relevo, doiradas e prateadas.

O soalho é de pau setim com barras e enfeites de acapú.

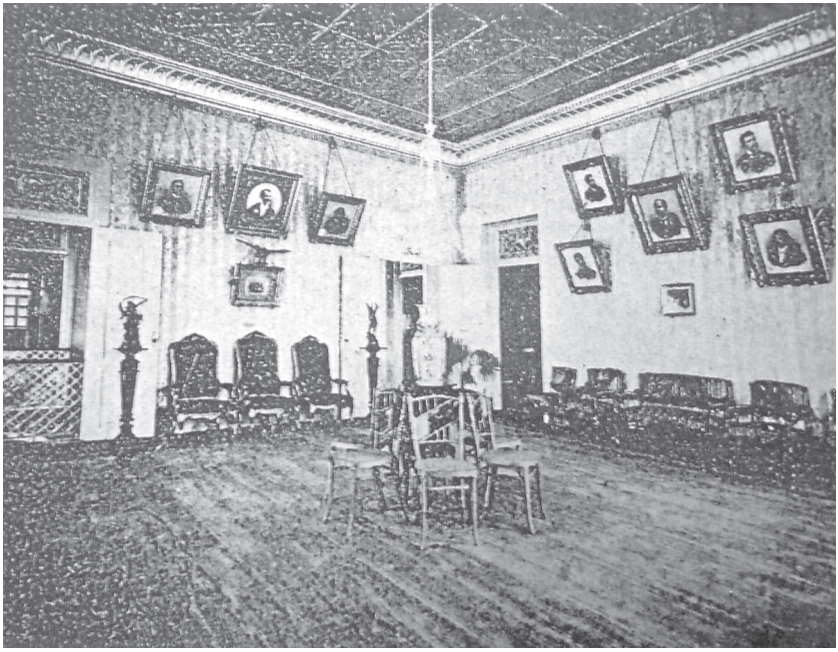
Este salão é mobiliado ricamente.

Ao lado esquerdo do vestíbulo ficam dispostos dois bellos compartimentos ou salões para as aulas, ambos pintados a óleo, um cor de salmon, outro azul saphyra, guirlandados de trepadeiras e jasmins, tendo ao canto festões de rosas.

Corre em todo o fundo do edifício uma primorosa varanda parallela à rua General Sampaio. É pintada de verde claro com lindos arabescos e desenhos.



Phenix Caixeiral - Salão da Biblioteca



Phenix Caixeiral - Salão de Honra

Dessa varanda desce-se ao pateo onde estão os apparelhos para exercícios physicos, etc.

O porão do edifício ao todo occupa uma área de 300 metros quadrados, está repartido em outras tantas dependências para aulas.

A construção que, iniciada em Março do anno passado, terminou a 10 de Junho do mesmo anno, orça por cerca de sessenta contos de reis.

Reproduzindo a estampa acima o Almanach do Ceará, o faz com o sincero intuito de uma expressiva homenagem à Constancia, ao civismo e ao valor dos moços abnegados que se congregam sob o labaro da instrução e do trabalho, ardentes e cheios de fé, congraçados por um symbolo immortal.

Assim, se expressou sobre ela, o Barão de Camocim, Vice-Presidente da Associação Commercial do Ceará, no Relatório do ano de 1906: *...Para prova do que tenho a dizer, sirva para nosso estímulo o preito que devemos render à mocidade do commercio de nossa praça; a esses moços que serão os commerciantes do futuro, pelo exemplo que nos deram com a creação da associação "Phenix Caixeiral."*

Em 15 de junho de 1906, no recém-inaugurado Palacete da Rua Guilherme Rocha, a Fênix Caixeiral recebeu a visita do Presidente do Brasil, Dr. Afonso Augusto Moreira Pena, acompanhado de ilustre comitiva na qual encontrava-se o Presidente Antônio Pinto Nogueira Accioly. Deve ter causado boa impressão ao Presidente aquele evento, tanto assim que na mensagem presidencial apresentada ao Congresso no ano seguinte "aconselhou a Nação que auxiliasse as escolas praticas de Commercio no Estados."

Apesar das dificuldades a Fênix atingiu os objetivos programados para os primeiros dez anos de existência. Em 1901 a *Revista Fênix Caixeiral,* órgão oficial da associação, afirmava: "Sobre todos os tentamens, visamos de preferência a Instrução; e nenhuma corporação congênere, em nosso país, dadas as relatividades do meio, pode registrar a respeito o resultado obtido pela Phenix Caixeiral". (MEMÓRIA: 20).

Entretanto, somente a partir de 1912 passou a conceder diploma de *guarda-livros* aos concludentes do Curso Comercial. Esse título conferia ao profissional prerrogativas específicas para executar a contabilidade mercantil. A formação técnica deles veio mudando, conco-

mitante com as necessidades complexas das atividades mercantis, sempre em progresso. O grande mérito e sucesso da Fênix Caixeiral foi acompanhar essas mudanças atualizando seu ensino, cumprindo determinações legais.

A Fênix sempre esteve presente nos eventos sociais e comemorativos ocorridos na cidade. Por ocasião das comemorações do 4º. Centenário da Descoberta do Brasil (1900), realizou sessão solene em sua sede localizada à Rua Major Facundo nº. 34. Foram expedidas correspondências para associações congêneres do Brasil, dentre elas para a dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, Perseverança e Auxílio de Maceió, Centro Caixeiral do Maranhão, Clube Caixeiral de Porto Alegre, Empregados do Comércio de Pernambuco, União Caixeiral de Sergipe. Fato esse que demonstra a existência de um movimento caixeiral em grande parte do Brasil.

Não menos expressivos foram os festejos organizados no 1º. Centenário da Independência do Brasil, em 1922. Foi publicado neste evento uma *Memória Histórica da Phenix Caixeiral do Ceará (1891-1922*), como contribuição dessa Sociedade na Exposição Nacional.

Dentre centenas de profissionais formados por ela, destacamos nominalmente, como homenagem, aqueles diplomados de 1912 até 1920. Integrados que foram às atividades do comércio de Fortaleza. Em 1912: Raymundo de Paula Vianna, Valmar Borges da Silva, 1913: Hippolito da Silva Mattos, Manoel Alves de Oliveira, Jader Augusto de Moraes, Alberico Gomes Parente. 1914: Eurico de Alencar Araripe, Alberto Façanha de Sá, Joaquim de Oliveira Lima. 1915: Sergio Rodrigues de Carvalho, José Joaquim de Oliveira Paiva, Anastácio Pessoa, José Bezerra da Rocha, Prisco Vieira de Brito, Raul Amora Gadelha. 1916: Edgar Dutra Nunes, Francisco Patrício de Barros, Renato Freire, Alípio Mattos. 1917: Francinet Correia Leitão, Manoel Marinho da Silva, Mario Ramos Torres de Melo. 1918: José Pinto Cavalcante. 1919: Anthero Gomes de Oliveira, Célio Augusto de Moraes, Fileto do Carmo, Josaphat Lima Linhares, Manoel Sadoc Cisne, Raymundo de Freitas Ramos, Waldemar Barros. 1920: Edgar Ramos de Alencar, José Waldizar Jucá, César Garcia Juaçaba, Walter Fernandes, Francisco Rangel Borges, Elias Mallmann.

Desde sua fundação em 1891 até 1922, no centenário da Independência do Brasil, foram matriculados na Escola de Comércio:

1891 -147 alunos; 1892 - 87; 1893 - 112; 1894 - 104; 1895 – 118; 1896 –111; 1897 – 122; 1898 - 131; 1899 - 108; 1900 - 117; 1901 – 120; 1902 – 106; 1903 – 121; 1904 – 123; 1905 - 176; 1906 – 254; 1907 – 147; 1908 – 168; 1909 – 132; 1910 – 122; 1911 – 186; 1912 – 149; 1913 – 136; 1914 – 162; 1915 – 243; 1916 – 197; 1917 – 187 – 1918 – 163; 1919 – 218; 1920 – 172; 1921 – 205; 1922 – 202. Total : 4.846 alunos. Média anual de alunos: 150.

Nesse mesmo período foram Presidentes da Fênix Caixeiral: 1891- 1892 – Antônio Alves Brasil (ver STUDART, Dicionário v. 1). 1893 – Pedro Muniz (ver STUDART, *Dicionário* – v. 3). 1894 – Francisco Barros Teles. 1895-1896 – João R.Salgado (Gerente do Banco do Ceará). 1897 – José Rodrigues de Carvalho (Contador do Banco do Ceará). 1898 - 1899 – Francisco Barros Teles. 1900 – Antônio Ivo de Matos. 1901-1902 **– Joaquim Magalhães** (Guarda-Livros no Banco do Ceará). 1903-1904 – João de Castro Ramos. 1905-1907 – **Joaquim Magalhães -** 1908 – Joaquim Sá. 1909 – Gabriel Fiúza Pequeno. 1910-1919- **Joaquim Magalhães.** 1920-1922 – Adolpho Gonçalves Siqueira. (Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza e posteriormente Prefeito Interino).

Ocuparam,também, durante tempo mais ou menos longo, a presidência da Sociedade, os seguintes sócios: Antônio Ivo de Matos (1897); José Perdigão Bastos e Raimundo Themistocles Barroso de Carvalho (1899); Francisco Pinto de Mesquita (1904); Antônio Nunes Valente (1909); Antônio Uchoa Mourão (1910): todos como substitutos legais e em virtude de retirada, definitiva ou temporária, dos presidentes efetivos, para fora do Estado. Dentre outros, Heráclito Domingues da Silva (fundador) e Prisco Cruz, serviram como presidentes, alternadamente com os efetivos durante anos. (MEMÓRIA. p.11).

Conforme os Estatutos de 1925 eram três os poderes sociais da Fênix: a Assembléia Geral, o Conselho de Honra e o Conselho Administrativo. Este último funcionava como um Poder Executivo. Era composto por 45 membros, todos sócios, assim distribuídos: um Presidente; 1º. e 2º. Vice-Presidentes; 1º, 2º, 3º e 4º. Secretários, 1 Secretário da Escola de Comércio; 1º e 2º Tesoureiros; 1º. e 2º. Bibliotecários; 12 Diretores, juntamente com 12 Adjuntos de Diretores, um em cada mês; Comissão de Sindicância – 3 membros; Comissão de Finanças – 3 membros; Comissão de Representação ; 3 membros. Além desses, havia um Médico; um "Administrador do Palácio Social", um

Procurador. Era uma organização complexa, mas eficiente, com funções definidas nos Estatutos. Os relatórios anuais eram circunstanciados, descrevendo todas as atividades realizadas durante cada administração.

Neste Estatuto destaca-se o **Art. 148. § Único – Qualquer Reforma, porém, que se proceda nesta Lei, não poderá, antes de 50 anos, alterar os artigos 137 e 138, cujas disposições textuais são irrevogáveis nesse período.** Os citados artigos afirmavam que *Os bens immoveis da Sociedade são inalienáveis de modo próprio, salvo si nove décimas partes dos sócios efetivos no gozo pleno de seus direitos e residentes nesta Capital, autorizarem por escripto ao Conselho Administrativo sua venda ou qualquer espécie de alienação*. Cinqüenta e quatro anos depois (1979) o *Palácio Social da Fênix Caixeiral* foi vendido e cinco anos depois (1984) demolido.

Local (hoje) onde ficava o Palacete da Fênix Caixeiral na esquina da Rua General Sampaio com Rua Guilherme Rocha

A inauguração do 2º Prédio Social da Phenix Caixeiral deu mais prestígio a classe caixeiral. Vejamos a descrição dele:

È o Palacete da Phenix Caixeiral, situado nas ruas 24 de Maio, frentes, e 24 de Janeiro (hoje Cel. Guilherme Rocha)*, literalmente, o mais bello e o mais importante edifício desta Capital, quer sob o ponto de vista architectonico, quer sob o ponto de vista de suas ornamentações, quer sob o ponto de vista de suas dimensões. A sua archictetura uma combinação do "Corinthio", no segundo pavimento, com o "Jonico", no primeiro, offerece um agradável conjuncto com apropriação aos fins da mesma Sociedade. Com effeito, o primeiro pavimento é destinado ao funccionamento da sua "Escola de Commercio" e da sua Bibliotheca, o que justifica o seu estylo – Jônico -, e o segundo foi preparado para a realização das festas commemorativas das suas datas grandiosas e das sessões do "Conselho Administrativo", o que, igualmente, fundamenta o seu estylo – Corinthio.*

Este elegante Palacete de custo aproximado de 350 contos, inclusive o preço do terreno e o prejuiso de um desastre, nelle verificado, foi projetado pelo hábil artista cearense J. de Paula Barros, sendo seu

Fachada do segundo prédio da Phenix Caixeiral esquina da Rua 24 de Maio com a Rua Guilherme Rocha - 1915

construtor o competente architecto Augusto Lopes, também cearense, sob a direção technica do illustre Dr. Anthero Freitas do Amaral. A sua pedra fundamental foi festivamente lançada em 24 de Junho de 1913, e as obras de sua construcção iniciaram-se em 18 de Agosto do mesmo anno, ficando da mesma encarregada uma commissão composta dos distinctos phenistas – Antonio Nunes Valente, presidente, Joaquim Jorge Vieira, thesoureiro; Arthur de Moura Ramos, secretario; Joaquim Sá, administrador, e João de Alencar Araripe, director financeiro, o qual, tendo falecido, foi substituído por Álvaro Nunes Weyne.

O importante edifício, que ocupa uma área de 1.163m², tem as fundações de concreto pedra britada com argamassa de cimento de 1:3 de areia – com dimensões de 1m,40 de altura e 1m de espessura: as paredes, de alvenaria de tijolo com argamassa de cal e cimento, medem de espessura, as principaes, do primeiro pavimento, 0,m60 as do segundo, e 0m,50, e as internas, divisórias.

A altura do rico Palacete é, actualmente, de 14m., comprehendendo o primeiro pavimento de 6m,50, o segundo 6m, e a platibanda 1m,50. Com a cúpula, a sua altura se elevará a 26m, inclusive o mastro de 4m., pois o zimbório mede 6m. e o lauternim (sic) *2m. A cúpula é complemento da obra.*

O primeiro pavimento (com 7 portas para a Rua 24 de Maio, 1 grande portão para a Praça Márquez do Herval, e 13 portas para a Rua 24 de Janeiro (hoje Cel.Guilherme Rocha)*, e mais 9 portas para o jardim desta ultima Rua, tendo 6m.25 de largura e 9m.52 (59.50m²) - de comprimento com um bellissimo portão de ferro e gradil – estylo moderno – e 18 para os pateos internos do arejamento, descobertos) está dividido em 9 compartimentos, sendo dois grandes salões de 18m. x9m.75(175,50m²) cada um e outro de 9m.15x6m.6m.50 (59,48m²) destinados às aulas da "Escola de Commercio"; um quarto salão de 13m.40x8m.28 (111m²), do lado da Rua 24 de Maio, para a Bibliotheca; um quinto de 14.20x 8.0 (113.60 m²)também para aulas; um salão de 8.0m x 5.0 (40.00m²) para consultas medicas; um espaçoso corredor 3.10x12.90m que conduz à escadaria interna; uma dependência de 6.30m x 3.40m (21.42m²) para archivo; outra, sob a escadaria interna com mictorios, e water-closets, e, finalmente, o vestíbulo de 8.28m x 8.20 (67,90m²), onde se acha montada uma riquíssima escadaria, com elegante balaustrada de pão setim e degraus de acapu, em dois*

ramos com dois patamares. Este pavimento é todo ladrilhado a mosaico allemão de lindos padrões, e os forros todos de cedro com finíssimas pinturas.

O segundo pavimento (com sete janelas para a Rua 24 de Maio, um janellão para a praça Márquez do Herval e 13 janellas para a Rua 24 de Janeiro (hoje Cel. Guilherme Rocha)*, e, mais 4 janellas e uma varanda, de 9.63m, de venezianas e vidraças para o jardim, 18 janellas para os pateos internos, e 2 portas para um pequeno terraço) está dividido em 6 compartimentos, sendo um grande salão (o maior desta capital) de 20m x 18.40m (368 m^2); um segundo salão de 19.85m x 8.00m (158 m^2), destinado a um museu; um terceiro de 12.45m x 9.93m (123,62 m^2) para as sessões do"Conselho Administrativo" da "Phenix"; uma sala de 6.30 x 3.40m (21.40m^2) para toilette das senhoras com lavatório, sanitário, boudoir e terraço; à dependência da escadaria e o salão nobre, para o lado da Rua 24 de Maio, estylo a Luis XVI. Os soalhos deste pavimento, todos de acapu, setim e violeta, em mosaico, montam sobre longarinas de ferro e apoiadas sobre as paredes e columnas do primeiro pavimento. O tecto do salão nobre é de estuque, e os forros dos demais salões são todos de cedro. Pinturas, lindíssimas bordam os tectos dos salões, notadamente, no salão grande, dividido em quatro paneis, representando o Commercio, a Agricultura a Industria e a Musica.*

As paredes deste pavimento, como o do primeiro, são todas pintadas a óleo, e as do "Salão Nobre" contem lindos paneaux, conforme o estylo de sua decoração.

O travejamento da coberta, de telhas de amianto e cimento, é todo de madeira de lei do pais.

O edificio é todo illuminado à luz electrica, sendo os lustres de bronze dourado. Finalmente, as portas e as janellas são todas de acapú.

Em ligeiros traços, aqui fica a descripção do Palacete que, hoje, se inaugura, supprindo o leitor intelligente a deficiência deste trabalho, que muito aquem está da imponência e magnificência deste edificio, que attestam o quanto podem a dedicação e o esforço pelas causas nobres e elevadas.

(Da edição especial do "Phenix Caixeiral", commemorativa do 24º. anniversário de sua instalação e da inauguração de seu novo Prédio).

Salão Nobre do Palácio Social - Reunião do Conselho Administrativo

Os Relatórios anuais são repositórios de sua história. Aqueles apresentados em 1908 e 1909 registram os seguintes dados:

A **Biblioteca** possuía 4.208 volumes e funcionava das 19h30 às 21h. Foram emprestados 5.192 volumes e consultados 5.781. O Mausoléu para seus associados, no Cemitério São João Batista, 1º. Plano, com 11 lugares, era de fino acabamento, e avaliado em 4:087$ 000 rs (oito contos e oitenta e sete mil réis). O Pecúlio para os associados era de 300$000 réis, com uma contribuição anual de apenas 6$000 réis. O Prédio da rua Guilherme Rocha, estava segurado em 60:000$000 réis (sessenta contos de réis) mas valia 66:000$000 réis (sessenta contos de réis). Assistência Médica foi criada em 1908. O médico, Dr. Eduardo Borges Mamede, recebia de honorários 100$000 réis mensais. Havia visitas domiciliares.Professores : os vencimentos mensais variavam de 40 a 110$000 réis Recebia subvenção do Governo Federal no valor de 5:000$000 réis anuais; para o orçamento de 1909.

Foi instituída uma **Secção Militar da Fênix.** O instrutor, Capitão Heráclito Helio Fernandes Lima, recebia honorários de 100$000 réis mensais. Foram importadas da Europa armas e munições. Inscreveram-se 45 associados; o Relatório relaciona o nome deles. Cada cartucho custava para o usuário 20 réis. As aulas de "Linha de Tiro" eram reali-

zadas no 2º. Plano do Passeio Público. Posteriormente foi denominado Tiro de Guerra. Daí Rodolpho Teophilo em suas "reminiscências", afirmar: *Os seus sócios, mais de mil, sabem manejar as armas* [...]; isso em 1926.

Salão da Biblioteca

No Relatório de 1919, constava que o patrimônio da Fênix, em 1901 era de 100:154$380 réis, em 1919, 260:892$960 réis. Neste ano arrecadou em mensalidades 20:146$382 réis. Recebeu em subvenções 10:000$000 réis do Governo Federal e a mesma quantia do Governo Estadual.

Foram muitas as realizações das lideranças fenixtas em benefício da associação, e da classe caixeiral.

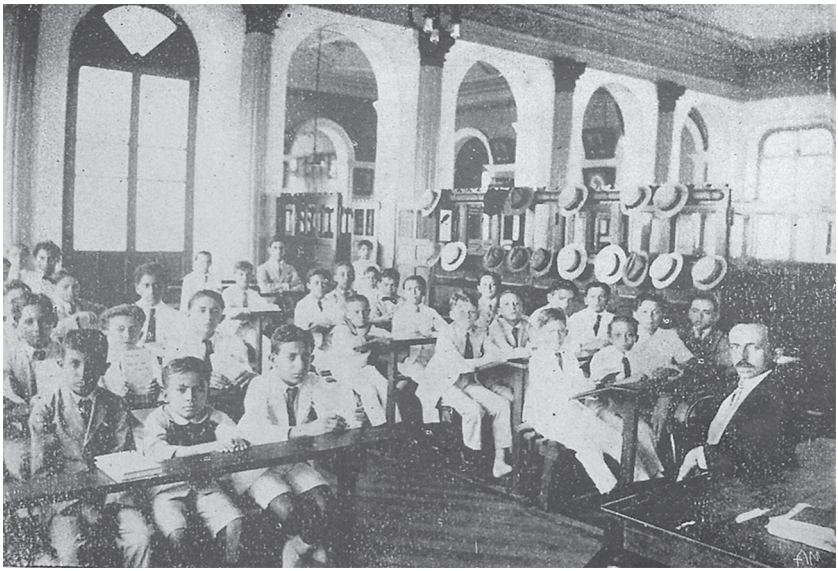
Lei Estadual nº. 1306, de 5 de setembro de 1915. Autoriza o Presidente do Estado a subvencionar, anualmente, até a quantia de 10:000$000 réis (dez contos de réis) a Escola de Comércio mantida pela Phenix Caixeiral.

Lei Municipal nº. 56, de 25 de junho de 1918. Considera feriado Municipal o dia 24 de junho, data da instalação da Sociedade Phenix Caixeiral.

Decreto Federal nº. 3523, de 28 de agosto de 1918. Considera de utilidade pública a Associação Comercial do Ceará e a Phenix Caixeiral, de Fortaleza.

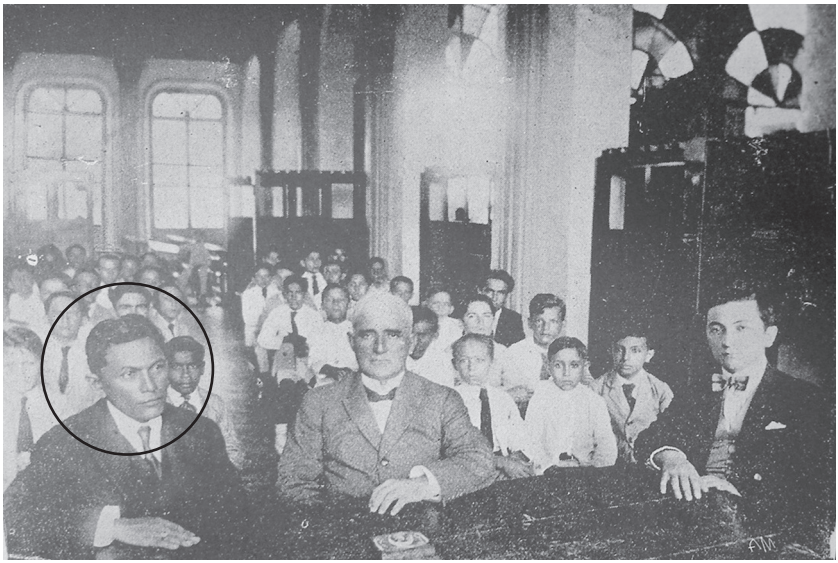
Lei nº. 33, de 28 de dezembro de 1920. Regulamentação do Fechamento de Portas no Município de Fortaleza. Art. 1º. - As casas bancárias, as lojas de fazendas e miudezas, as agências e escritórios comerciais, os armazéns e os estabelecimentos comerciais em geral, não poderão permanecer abertos além das 18 horas. § único - Os bancos e as casas bancárias poderão funcionar, realizando serões, até durante 10 dias em cada mês, sem contudo prolongá-los além das 23 horas. Art. 2º. - As oficinas de barbeiros e cabeleireiros fecharão, nos sábados, às 22 horas e, nos dias úteis restantes às 19 horas. Art. 3º. - Nenhuma loja de fazendas, oficina, fábrica, armazém, ou outro qualquer estabelecimento comercial, poderá abrir suas portas aos domingos ou feriados nacionais e dias santificados...".

A Câmara Municipal de Fortaleza tinha como Presidente Adolpho Gonçalves Siqueira (então Presidente da Phenix), Antônio de Alencar Araripe, Secretário, Cunegundes Rodrigues da Silva, João José Vieira da Costa, Demosthenes Brígido, Thuribio Motta, Luís Perdigão Bastos e José Arruda.



Escola de Comércio - Curso Anexo

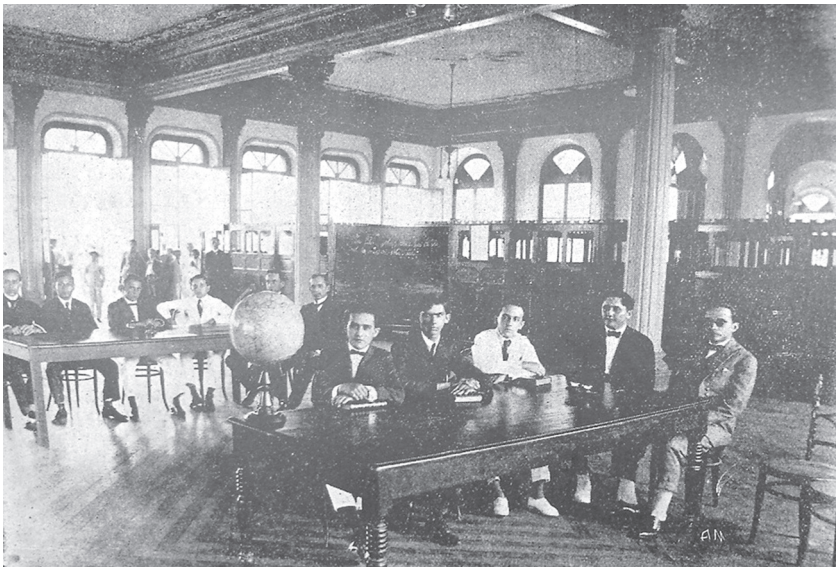
Escola de Comércio - 1º. Ano do Curso Profissional



Escola de Comércio - 2º. Ano do Curso Profissional - Está assinalado no primeiro plano, o professor Francisco de Menezes Pimentel, posteriormente governador e senador do Ceará

Escola de Comércio - 3º. Ano do Curso Profissional

Escola de Comércio - 3º. Ano do Curso Profissional



Escola de Comércio - 5º. e 6°. Anos do Curso Profissional

Decreto Lei Federal nº. 472 A, de 23 de agosto de 1923. Reconhece a **Escola Prática de Comércio** mantida pela Phenix Caixeiral de Fortaleza, os diplomas concedidos por ela, equiparando-os com os da **Academia de Comércio do Rio de Janeiro.**

Em 24 de fevereiro de 1926, são aprovados pelos acionistas os Estatutos do Banco de Crédito Caixeiral (Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada), cuja sede localizava-se à rua Floriano Peixoto, nº. 246. Seu capital social era constituído por ações de 20$000 réis.

Em 1932 foi a Escola Técnica reconhecida pelo Governo da União submetendo-se ao regime de inspeção federal.

Em 1936, pela Lei nº. 112 de 20 de maio, foram concedidas, anualmente, auxílios no total de 11:000$000 réis (cento e dez contos de réis), às Escolas Técnicas de Comércio da Fênix, em Fortaleza, e as de Crato e Sobral. Sendo 50:000$000 réis (cinqüenta contos de réis, para a Fênix, 30:000$000 réis para cada uma das duas citadas. Estes valores deveriam ser usados na construção e reforma de prédios para melhor funcionamento das aulas.

Título de Sócio Efetivo concedido naquela época, pela Phenix Caixeiral, a seus associados

Em 1931, em artigo publicado no **Album de Fortaleza**, organizado por Paulo Bezerra, é afirmado que o Banco de Crédito Caixeiral tem filiais em Iguatu e outra em Aracati.

Pelos novos estatutos, 1931, foi instalada a **Caixa dos Desempregados** cujos fundos eram formados com 10% da renda social ordinária.

A **Guarda Cívica Fenixta** desempenhou, em outubro de 1930, importante participação na segurança da capital. Era Presidente da associação caixeiral o Sr. Edgard Falcão.

Em 1937 o pecúlio pago para os associados já importava em 1:500$000 réis.

Nesse mesmo ano a administração fenixta era assim constituída: Conselho de Honra: Adolfo Gonçalves de Siqueira, Maximiano Leite Barbosa, Fausto Cabral, Carlos Ribeiro Calmon, Oscar Pettezzoni. Conselho Administrativo: Edgar Sá – Presidente; Elpídio Gladstone – Vice-Presidente; Francisco Vasconcelos de Arruda – 1º Secretário; Eliseu de Sousa Pereira – 2º Secretário; Carlos Brito – Tesoureiro; João Aderson

Nogueira de Sousa – Adjunto Tesoureiro. Comissão de Finanças: José Paulo Jucá, Eduardo Sabóia de Castro, Expedito de Castro. Comissão de Instrução: Moacir Mota, Raimundo Lopes, Reginaldo Rocha. Comissão de Assistência Social: Edgard Falcão, Aponiano Avelino de Sousa, José Jucá Albuquerque. Comissão de Higiene: Olavo Euclides de Araújo, Irajá Vasconcelos, Mario Fernandes Machado. Comissão de Representação: Artur Bezerra de Meneses, Agostinho Mendonça, Jefferson Braun. Comissão de Sindicâncias: José Bastos Filho, Antônio Oliveira Bino, Maranaldo Dias de Carvalho, Raimundo de Almeida Morais, Enoque Brasil de Matos, Eliseu Barros de Freitas, Salomão da Silva Carneiro, Joel Viana Camurça, João de Deus Oliveira.

A Fênix Caixeiral possuía, em 1931: um Cine-Teatro, Pátio de Diversões, Centro de Cultura Física (posteriormente Praça de Esportes) um **Tiro de Guerra** para formação de reservistas do Exército. A Secção Militar, criada em 1908, com a denominação de **Linha de Tiro**, foi uma pioneira dos **Tiros de Guerra**, mesmo antes da obrigatoriedade do serviço militar.

O seguinte documento constitui um registro na história da Fênix Caixeiral, trata-se do

Hino do Empregado no Comércio
(Letra de Bastos Tigre)
Força e glória ao comércio fecundo
Que progresso e concórdia produza;
A ligar os mil povos do mundo,
Elos de ouro são elos de luz!
Permutando as riquezas do solo,
Vai por terra, por mares, pelo ar,
Do Equador às geleiras do Pólo,
O conforto da vida levar.
Irmanados na ação progressista,
Vencerá nosso esforço tenaz;
É o comércio legião à conquista
Das incruentas vitórias da Paz.
Se é seu fito buscar a riqueza,
A ambição não se curva servil;
Visa a nossa labuta a grandeza,
A opulência, o esplendor do Brasil!

Se por mal de costumes iníquos
Foi o nosso mister – servidão,
Dão-nos hoje trabalhos profícuos,
Liberdade, conforto, Instrução.
Não nos fica na face impresso
O sinal de fadiga e de dor;
O trabalho conduz ao progresso,
Redobremos de extremo labor!

REFRÃO

Pela união fraterna e forte
Dez de nós valerão mil!
Aponte a paz o nosso norte,
Para a grandeza do Brasil!

(Este hino foi cantado, em solenidade do dia 30 de outubro de 1937 pelo "Orfeon Fenixta)".

Muitos personagens ilustres ligados à história de Fortaleza foram filiados a Fênix: como alunos, professores, sócios efetivos, beneméritos, honorários, ou pertencentes ao seu Conselho de Honra. Dentre muitos citamos: Desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca – primeiro Presidente do Instituto do Ceará; José Gentil Alves de Carvalho – comerciante, empresário e banqueiro; Henrique Theberge – Engenheiro Militar, sócio honorário; Antônio Nunes Valente, Eduardo de Castro Bezerra, Adolpho Gonçalves de Siqueira – ex-Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, ex- Prefeito Municipal (1923-1924), Presidente da Fênix Caixeiral; Francisco de Meneses Pimentel – ex-Governador do Estado do Ceará (1936-1945), Senador pelo Ceará, Diretor do Instituto São Luís, Professor da Faculdade de Direito do Ceará, Professor da Fênix; Plácido Aderaldo Castelo – ex-Governador do Estado do Ceará, Deputado Estadual, Professor e ex- Presidente da Fênix, como também Sócio Benemérito; Sócio Efetivo do Instituto do Ceará; Raimundo Leopoldo Coelho de Arruda – Catedrático do Liceu do Ceará; Henrique de Alencastro Autran – Professor do Liceu do Ceará e Colégio Militar do Ceará; Pedro Albano, Catedrático do Colégio Militar do

Ceará; Carlito Pamplona, D. Nila Gomes Soarez, viúva do conhecido educador cearense Edílson Brasil Soarez, Chistiano Câmara e mais recentemente, José Caminha de Alencar Araripe, Professor aposentado da Universidade Federal do Ceará, Jornalista renomado e escritor; Pedro Sisnando Leite – ex-Secretário de Estado do Ceará, Professor aposentado da Universidade Federal do Ceará, Economista destacado no Banco do Nordeste. Estes dois últimos são atualmente Sócios Efetivos do Instituto do Ceará.

Até a década de 1930 a Fênix Caixeiral esteve em ascensão, naquelas posteriores de 1940 e 1950, estabilizou-se. As mudanças da modernidade, em seguida, marcaram seu declínio. Seu desaparecimento não apagou ou desfez o que foi realizado no passado: inesquecível para a história, e para aqueles que foram seus beneficiários, que ainda, em número cada vez menor, guardam sua lembrança.

A Fênix perdeu o caráter classista e assistencialista para seus associados. Sobreviveu a Escola Técnica de Comércio. Posteriormente surgiram outras instituições congêneres, tanto no interior como na capital, tais como: Curso Francisco D´Auria; Escola Técnica de Comércio do Ceará; Escola Técnica de Comercio Padre Champagnat; Escola Técnica de Comércio Carlos de Carvalho. No interior: Escola Técnica de Comércio de Juazeiro do Norte; Ginásio Anchieta, de Maranguape; Escola Técnica de Comércio Dom José, de Sobral; Escola Técnica de Comércio, do Crato.

Passou alguns anos em decadência, e problemas internos contribuíram para seu fim. Hoje existe com o nome Colégio Fênix Caixeiral, funcionando, triste coincidência, na antiga residência do ex-Governador e Senador Francisco de Meneses Pimentel, um ex-professor destacado. Está ele presente em duas fotografias do novo prédio da Fênix, anexas a este trabalho. Por sinal, quase perdidas, pois foram tiradas de publicações impressas. Os originais não existem mais.

Quando a Fênix mudou-se para novo prédio, em 1915, sua primeira sede própria na Rua General Sampaio, foi alugada, trazendo rendimentos para a associação caixeiral. Posteriormente ela foi vendida e demolida no meado do século XX. Foi construído alí um novo edifício, no qual funcionam atualmente serviços da área de saúde. Perdia, assim, a Praça José de Alencar, uma de suas referências históricas.

O historiador Nirez escreveu em artigo publicado na *Revista do Instituto do Ceará,* de 2003, na efeméride do dia 10 de janeiro de 1979:

"A Fênix Caixeiral vende sua sede, na esquina da Rua 24 de Maio, nº. 446 com a Rua Guilherme Rocha nº. 648, ao Grupo Ximenes Tecidos S/A." Em artigo do mesmo nome publicado na mesma revista de 2006, efeméride do dia 8 de junho de 1984, "Inicia-se a demolição do prédio da Fênix Caixeiral na esquina da Rua Guilherme Rocha nº. 648, com Rua 24 de Maio, na Praça José de Alencar. Fora vendido ao Grupo Ximenes Tecidos S/A."

Local atualmente da antiga sede do Palacete da Fenix Caixeiral, na esquina da Rua 24 de Maio com Rua Guilherme Rocha

O tradicional jornal *O Povo* assim registrou o fim de um testemunho histórico da cidade de Fortaleza em sua edição de sábado, 6 de janeiro de 1979: *Vendido afinal o prédio da Fênix. Na ocasião O Povo ouviu Aloísio Ximenes, do Grupo Ximenes Tecidos S/A, que comprou o edifício. Ele explicou que "a decisão de concorrer à aquisição do prédio revestiu-se de caráter puramente comercial, levando-se em conta que a valorização determinada pela proximidade do centro de comércio justificava a oferta feita pela organização." Até aquela data, o prédio ainda estava sem destino."Pode virar um shoping center, uma incorporada, loja de departamentos, estacionamento ou mesmo a sede de nossa organização", previa o novo proprietário.*

Posteriormente, completa o histórico daquele fato em artigo intitulado: *O edifício pomposo tombou, mas a Fênix Caixeiral vive em prédio* ***de colégio****. ... Com ele, vieram abaixo a imponente escadaria de madeira, os grandes salões nobres e sociais, e até um pequeno museu. Mosaicos alemães, forro de cedro, assoalhos de pau-cetim. Parte do acervo interno e da mobília do prédio foram transferidos para a sede da avenida Imperador. A venda do antigo prédio foi realizada em janeiro de 1979 e sua demolição foi concluída nos primeiros anos da década de 80. As dívidas avolumadas foram a principal causa da "queda, vendida em 1979 para o Grupo Ximenes Tecidos S/A, em seguida, para a Caixa de Previdência do antigo BEC, que demoliu o passado, transformando-o em um "lojão bancário", com postos de prestação de serviços e captação de poupança.*

Prédio do Colégio Fênix Caixeiral na Av. do Imperador - (atualmente)

Bibliografia

ADERALDO, Mozart Soriano. *História Abreviada de Fortaleza e Crônicas da Cidade Amada.* Fortaleza: Edições UFC/ Casa José de Alencar, 1993.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (NIREZ). *Fortaleza de ontem e de hoje*. Fortaleza: Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza, 1991.

BARREIRA, Dolor. *História do Ceará. História da Literatura Cearense. Tomo 11* Edição fac-similar. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1986.

BARREIRA, Dolor. *História do Ceará. História da Literatura cearense. Tomo 3.* Fortaleza: Instituto do Ceará, 1954.

BEZERRA, Paulo. *Álbum de Fortaleza.* Fortaleza: Meton Gadelha & Cia, 1931.

CÀMARA, João. *Almanach Administrativo, estatístico, mercantil e Industrial do Estado do Ceará para 1896.Confeccionado por João Câmara.* Fortaleza: Typ. da República, 1896.

CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do Ensino no Ceará.* Fortaleza: Instituto do Ceará, 1970.

GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza.* Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1959.

MENEZES, Antônio Bezerra de. *Descrição da Cidade de Fortaleza*. Introdução e notas de Raimundo Girão.

MEMÓRIA Histórica da *Fênix Caixeiral do Ceará.* (1891-1922). Fortaleza: Typografia Commercial, 1922.

JORNAL O POVO.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *Pequena História da Telefonia no Ceará.* Fortaleza: Telemar, 1982.

_____. *História da Escravidão no Ceará. Das origens à extinção*. Fortaleza: Instituto do Ceará. 2002.

STUDART, Barão de. *Datas e Fatos para a História do Ceará.* Edição fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. 3 volumes.

THEOPHILO, Rodolpho. *O Caixeiro (Reminiscências). Edição fac-similar*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura, 2002.

RELATÓRIOS DA SOCIEDADE PHENIX CAIXEIRAL. Referentes às administrações de 1909, 1919, 1925.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE PHENIX CAIXEIRAL – 1925.

MANIFESTAÇÃO AO PÚBLICO PELA SOCIEDADE CAIXEIRAL DO CEARÁ (**exclusão indevida de cidadãos da lista de eleitores por serem caixeiros).** Fortaleza, 1882.

ARTIGOS

Caldeirão: subsídios à redefinição de sua história

Eduardo Campos*

A história nutre-se de fatos, de situações que, sob as mais variadas feições, marcam presença da atividade do homem em seu campo de ação. Mas a compreensão do que acontece, e nesse caso melhor será dizer do que aconteceu, como vem lembrar Paul Veyne, deve ter legitimada sua veracidade.

Dele, isto é, do autor de *Como se escreve a história* (Universidade de Brasília, DF, 1998), outro conceito de que me acudo para arrimar meu pensamento: "A história é, em essência, *conhecimento por meio de documentos*" (grifo nosso).

No episódio do Caldeirão, sítio organizado por operosa comunidade constituída de penitentes e que acaba sendo sufocado por enérgica ação policial, o forte das observações dos que dele se têm ocupado não tem sido a presença de documentação hábil.

Ao contrário, ajunte-se: a ausência de fontes confiáveis vem sendo um vezo a agudizar o significado daqueles deploráveis fatos ocorridos em 1936 e 1937 no Cariri, fatos, sem dúvida, que se iniciam no próprio ambiente da propriedade – detalhe que o leitor não deve esquecer -, e vão alcançar inesperado desdobramento com numerosas perdas de vidas humanas em locais mais afastados, algo mensurável pelo menos em boa dezena de quilômetros.

Desse modo, e nessas circunstâncias, dão-se confrontos da polícia com os penitentes em área de conflito que se vai estender até mais de cem quilômetros, sucessos que transbordam da moldura do ecúmeno cearense em direção ao território de estados próximos, quais Pernambuco e Bahia.

Aproveitando a proximidade do assunto, convém esclarecido: os que ao longo dos últimos anos têm se ocupado em relatar

*Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

o episódio do Caldeirão, acabam por incidir em referências exageradas, procedimento que vigora levianamente a caracterizar progressiva deformação dos acontecimentos registrados na região, de que resultam numerosos mortos em crescente e exagerada estatística.

Senão vejamos: o Tenente Alfredo Dias, corajoso militar que participou ativamente na luta travada com os penitentes (não na área ocupada pelo Caldeirão, mas na chamada Mata dos Cavalos, o que ocorre em 1937), ao final da refrega pôde contar estendidos pelo chão, sacrificados, "oitenta cadáveres", gente que sucumbiu no combate corpo-a-corpo, em que predominou o uso da baioneta calada. Número de mortos bastante elevado, convém admitido, em se considerando que a tropa em ação era constituída de apenas 45 soldados.

A outra parte da milícia, também integrada por igual número de soldados, depreende-se ter ido pelejar mais distante, na Serra de Ouricuri, abatendo ali, como confusamente relatado, o improvável saldo de mais de 400 penitentes mortos. A não ser que para esse combate, de resultado tão inesperado, além dos soldados do contingente originário do Ceará, tenha acudido ali, a reforçar a operação, tropa extra fornecida, –pode-se especular – pelo governo pernambucano.

Essa referência não se encaixa bem na narração dos fatos, pois divergem todos os autores de textos a respeito da localização dos confrontos, havendo menção (ver em livro das professoras Vilma Maciel e Célia Magalhães, citado adiante) nomeando o lugar "Pau de Colher", na Bahia, como cenário da luta com a morte de 400 pessoas, o que pode ser tomado como a mesma arrolada de acréscimo ao total de vítimas ligadas à tragédia do Caldeirão.

Em virtude dessas referências, que desconcertam o leitor mais curioso e exigente, tomei a iniciativa de tentar organizar a estatística dos mortos, como repassado pelas mais diversas publicações e comentaristas que escreveram a respeito.

A começar por declarações atribuídas ao então Ten. Cel. Cordeiro Neto, o balanço final das vítimas começa a ter soma diferente (200) daquela originalmente apresentada pelo Tenente Alfredo Dias, 80.

Já na longa e bem escrita reportagem assinada pelo jornalista Tarcísio Holanda (In *Jornal do Brasil*, 1º. de fevereiro de 1981) já se alude a 400 mortos.

Assim, em breve recapitulação, partindo de 80 mortos em combate, tem-se por diante 200, depois 400, quantidade que infelizmente tende a subir, a se conhecer a informação prestada ao repórter Tarcisio Holanda pelo farmacêutico José Geraldo da Cruz, de Juazeiro do Norte. Já aí, em seu dizer, o total de vítimas ascende a 700!

E quanto não bastasse, ainda no mesmo local, isto é, na matéria escrita pelo jornalista cearense para o *Jornal do Brasil*, como antes mencionado, peremptório vem firmar o escritor Jader de Carvalho: "[...] ali (na área dos combates) morreram cerca de 1000 pessoas".

Mais recentemente as professoras Vilma Maciel e Celina Magalhães (*Nordeste Místico, Império da Fé*, Casa José de Alencar, UFC, Fortaleza), voltam a insistir (e não aludem em que se arrimam) no registro da morte "de 700 a 1000 camponeses".

A identificação de penitentes como camponeses é uma nova conotação semântica e política, sinal de que em futuro próximo não estaremos longe de ver penitentes confundidos com os "sem-terra".

No caso da estatística dos sucumbidos nos episódios já relatados o mais grave é que o exagero desse tipo de informação não se firma em nenhum documento confiável, parecendo de tudo que se mencionou a respeito, mais aceitável, a já referida declaração prestada pelo Tenente Alfredo Dias. Na maior parte dos registros os fatos são aumentados de modo desordenado e leviano.

Nesse breve e modesto trabalho move-me tão só a intenção de chamar a atenção para a freqüência desses exageros tantas vezes repetidos por quantos, não por má-fé, posso admitir, mas por desinformação, acabam concorrendo para comprometer o papel do historiador, o de recontar os fatos legitimados em documentos.

Em rigor, por outro lado, discutível a qualificação de "Chacina do Caldeirão", pois naquele sítio os penitentes em verdade sofreram inúmeros vexames, agressões, tiveram suas casas de moradia incendiadas, perderam as economias, a tranqüilidade, mas não foram chacinados.

Rememorando os fatos atinentes ao Caldeirão, o historiador Lutigarde de Oliveira Cavalcante Barros, por sinal muito mal informado, escreve que em 1937 o "Caldeirão é atacado pelo oficial José Bezerra". E acrescenta: "Diante da ferocidade do ataque de surpresa, o povo do Caldeirão reage travando-se combate a 10 de maio, morrendo José Bezerra", etc (In *História do Ceará*, organizada por Simone de Souza, Fundação Demócrito Rocha – UFC, Fortaleza, 4. ed. 1995, p. 285).

O trabalho ora referido, pelo menos nesse trecho, esta eivado de equívocos. Primeiro o oficial não atacou, foi emboscada. Segundo o grave incidente não aconteceu em Caldeirão e sim nas "imediações da Serra do Araripe", no lugar "Mata dos Cavalos". A história é amplamente argüida, e repetida na reportagem em que me arrimo, melhor texto jornalístico já escrito a respeito.

Antes de mim o sociólogo e professor Diatahy Bezerra de Menezes – como registrou o repórter Tarcísio Holanda – confessava que depois de cinco anos de pesquisa (sobre o Caldeirão) sentia-se "desolado" em razão de os sobreviventes não saberem "transmitir com fidelidade informações sobre os fatos "em face dos poucos conhecimentos de que são dotados".

Verdade. Os que se manifestam sobre as ocorrências do Caldeirão e das que dele decorreram – e nem sempre bem esclarecidas – desdobradas por diante , são confusos e quase sempre exagerados.

Assim, me parece válida a tentativa de contribuir para que deixem de circular tão desencontradas versões a propósito dos fatos de que me ocupo nesta oportunidade, alusões deturpadas não só quanto à destruição de vidas humanas mas pouco ou nada fiéis a detalhes e circunstâncias, como se cada informante, falando ou escrevendo, pretendesse estar sempre indiferente às impropriedades que comete.

Por esse tom de desencontros, por exemplo, vale contar que o Sr. José Alves de Figueiredo narra ter sido obsequiado pelo beato José Lourenço com a mão-de-obra de 400 trabalhadores, gente que em dois dias efetuou a limpeza de área agricultur̀avel superior a mil hectares , missão hercúlea mesmo para o tamanho grupo de pessoas, pois nesse mutirão gigante vai caber para cada homem, em apenas dezesseis horas, o trato de dois hectares.

Esse mesmo episódio, documentado antes na matéria escrita por Tarcisio Holanda, está repetido pelo mesmo José Alves de Figueiredo, mas já aí com a alteração do número de trabalhadores e área aprazada para o mutirão. Nessa segunda versão, não são 400 mas 600 os homens cedidos para limpar e cultivar, e a área reduz-se a 32 tarefas...

Dessa feita a mão-de-obra é flagrantemente exagerada para acudir a tão insignificante área, a não ser, aceite-se o alvitre, que por lapso o Sr. José Alves de Figueiredo quisesse dizer 320 tarefas ... e não 32.

Convém esclarecer: tarefa é medida agrária antiga mas significa, ainda hoje, no interior do Ceará, algo em torno de 3.025 metros quadrados. Admitidas, a *grosso modo*, três tarefas constituindo 1 (um) hectare, e a se aceitar tenham sido 320 e não 32 as tarefas cultivadas pelos penitentes, o campo de trabalho fica aproximadamente do tamanho de 106,66 hectares.

As declarações atribuídas a José Alves Figueiredo, na última versão do episódio, a anotou o escritor Abelardo Montenegro, relatando tê-la ouvida ao Sr. Otacílio Anselmo e Silva, e agora aproveitada por mim para a seqüência dessa análise que me induz sinceramente pesar fragilidade de outras referências de dimensionamento da atividade agrícola dos beatos, principalmente lembradas para nomear ou definir o total de cabeças de gado, de aves criadas em cativeiro, de porcos (em torno de 1.500!), e das tarefas de algodão não apenas plantadas mas colhidas, etc., estatística não de raro divulgada para comprovação do esforço do trabalho comunitário no Caldeirão.

Ser-me-á grato saber que essas minhas linhas terão boa acolhida como subsídios a quem, com mais merecimento e disponibilidade de tempo, anime-se a prosperar a revisão de pelo menos os pontos que acabo de mencionar, e que perturbam a realidade do que aconteceu antes e depois no Caldeirão, trabalho a ser exercitado, espero, tendo como objetivo redefinir aqueles sucedidos, libertando a triste mas fascinante história de suas presumíveis distorções...

Quem se dispuser a redefinir a área dos sucessos de Caldeirão, terá de situar com mais adequação os pontos em que se verificaram,

principalmente em 1937, a luta e perseguição aos penitentes remanescentes do núcleo que formou o arraial do beato José Lourenço.

Desse modo cuidará de fazer o levantamento topográfico da região, situando os sítios costumeiramente lembrados pelas testemunhas desses feitos: Mata dos Cavalos, Rasgão, Conceição, Cruzeiro, serra de Ouricuri e Pau de Colher.

A tarefa não será fácil em virtude de esses topônimos não figurarem nos mapas do Ceará, pelo menos, a exemplo, em dois de diferentes procedências, um editado pelo IBGE e outro pelo próprio governo do estado do Ceará, o primeiro, de 1969, e o segundo, de 1972, mas ambos caracterizados por boa apresentação cartográfica, exibindo a projeção de curvas de níveis, demarcantes da altura dos acidentes orográficos.

As datas em que sucederam os eventos, como se sugere, não devem ser omitidas como freqüentemente ocorrem na maioria dos estudos, circunstância decorrente da insegurança, estou certo, dos que documentam com açodamento.

Tomo a liberdade de alinhar, data vênia, os indicadores que me parecem mais importantes sobre o binômio penitentes-Caldeirão: a) Plaqueta escrita pelo então Tenente José Góes de Campos Barros, *A Ordem dos Penitentes*, texto limpo e de apreciável nível, sobre a comunidade do Caldeirão; b) Reportagem inserida na *Revista Policial*, edição do dia 26 de maio de 1937 sob o título: "Os sangrentos e impressionantes acontecimentos de Conceição, ao sopé da serra do Araripe"; c) O capítulo IV do livro *História do Fanatismo Religioso no Ceará*, de autoria de Abelardo Fernando Montenegro; d) Reportagem "A Chacina do Caldeirão", assinada por Tarcisio Holanda e inserta – *Jornal do Brasil*, edição de 1º. de fevereiro de 1981, não obstante a impropriedade do título; e) Reportagem publicada na *Revista Policial*, no número 26, mês de agosto de 1936 (e divulgada antes no jornal *Gazeta de Notícias*, de 11.07 do mesmo ano, sob o título "O Drama Vermelho", relatando "a descoberta dos planos moscovitas no Ceará, "sistema de guerrilhas", com detalhes sobre a morte de dois comunistas no interior do estado, integrantes da Comissão de Organização dos Campos, o que foi se verificar em luta armada contra a polícia.

O último tópico é importante pois sugere a expectativa de temor das autoridades policiais do governo à possibilidade de mais movimentos contestadores no interior do estado, circunstância posta em dúvida pelos que ainda hoje dão por infundado esse receio que se vê sugerido pelo então Tenente José Góes de Campos Barros, em *A Ordem dos Penitentes*.

Em verdade é preciso olhar e ver a tragédia de Caldeirão com os olhos de ontem, o que quer dizer, procurando pelo menos absorver as razões (justificáveis ou não) que influenciaram as decisões do poder constituído naquele momentoso instante, político e social, vivido pelo país.

Árdua tarefa, sem dúvida, mas não impossível.

EFEMÉRIDES

Datas e fatos para a história do Ceará

Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)*

1984

Janeiro

1°. - Encerrado, no Pirambu, o *Jejum Pela Paz*, dentro do *Movimento Nacional Contra a Fome e o Desemprego*, que durou nove dias.

2 - Dado a um terreno no bairro do Papicu, entre a Rua Almeida Prado, Rua Doutor Zamenhoff, Rua Guilherme Studart e Rua Bento Albuquerque, o nome de *Praça Martins Dourado*.

8 - Tomam posse em *Aratuba* o prefeito *José Martins de Sousa* e o vice-prefeito *João Leite Filho*.

9 - Morre em Fortaleza, durante convalescença de intervenção cirúrgica realizada em dezembro, o advogado e crítico de arte *José Julião* de Freitas Guimarães. Era natural de Belém, PA, e trabalhava no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS como procurador. Escrevia regularmente no jornal *O Povo*.

17 - Morre, aos 88 anos de idade, o agrimensor, ex-vereador, ex-prefeito e ex-deputado estadual, *Randal Pompeu* de Sabóia Magalhães, pernambucano de São Caetano, nascido a 26/08/1895.

22 - Realizam-se plebiscitos para a emancipação dos distritos de *Icapuí* e *Ibicuitaba* em *Aracati*; *Milhã* em *Solonópole*; e em *Uruburetama*, *Umirim* e *São Joaquim*.

24 - Toma posse no comando da *Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará - EAM*, o capitão-de-fragata *Sérgio Oliveira de Araújo*, em substituição a *José Mauro de Vasconcelos Rocha*.

---

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

26 - Morre o comerciante Antônio Montenegro Figueiredo *(Figueiredão)*, conhecido antes como o homem do picolé e depois como "o rei da noite", por ter militado em várias casas noturnas de Fortaleza. Era nascido em Mossoró, Rio Grande do Norte, no dia 12/06/1911.

26 - No *23º Batalhão de Caçadores - 23BC* toma posse novo comandante, o coronel *Raimundo Soares Bulcão*, substituindo o coronel *Nílton Guimarães Novaes*.

29 - Morre, em Fortaleza, aos 94 anos de idade, o ex-prefeito de Fortaleza, *Raimundo de Alencar Araripe*, bacharel em direito. Nascera no dia 23 de janeiro de 1890, em Fortaleza.

Fevereiro

5 - O passageiro *Fernando Antônio Santiago* e sua mulher *Raimunda Cunha Santiago*, que embarcaram no Aeroporto Pinto Martins, tomam um avião da Cruzeiro do Sul procedente de São Paulo com destino a Manaus, e o seqüestram, desviando sua rota para Cuba.

7 - Anúncio de boas *chuvas* em todo o território cearense. Em Fortaleza, precipitação que mede 127 milímetros.

9 - Entra no ar, no Canal 2, antes ocupado pela *TV Ceará* dos *Diários Associados*, a *TV Manchete do Ceará*, com sede na Avenida Antônio Sales nº. 2666. Hoje o canal está ocupado pela Rede TV.

13 - Morre, em Fortaleza, aos 58 anos de idade, o odontólogo e professor Antônio *Fernando Melo*, ex-deputado estadual. Era cearense de Ibiapina nascido em 05/11/1925.

14 - Depois de reformados pelo Patrimônio Histórico Nacional, são inaugurados o Mercado de Carne de *Aquiraz* e a Igreja de *Almofala*, em *Itarema*.

16 - Empossada a nova diretoria da *Associação Cearense das Emissoras de Rádio e Televisão - Acert*, que tem na presidência o jornalista *Demócrito Rocha Dummar*.

22 - O Decreto n. 89.396 separa o transporte ferroviário urbano de passageiros do transporte de carga e cria a *Companhia Brasileira de Transportes Urbanos - CBTU*.

Março

4 a **6** - Desfile nas ruas e festas nos clubes marcam a passagem do *Carnaval* em Fortaleza.

5 - A Sudene comunica a desativação dos Bolsões da Seca e marca a desmobilização para o dia 30.

6 - Chove copiosamente em quase todo o estado, banhando a cidade de Jaguaribe com uma chuva de 111mm; Iguatu, 74mm; e na bacia do sistema Pacoti-Riachão, 21mm.

6 - Morre, aos 63 anos de idade, o jornalista editorialista e bacharel em direito *Odalves Lima*, cearense de Redenção nascido em 16/04/1927.

15 - Fortes chuvas banham todo o estado causando transtornos. Um açude arromba em Quixelô, no Iguatu; a BR-304 é cortada entre Aracati e Mossoró; a BR-116 está quase cortada próximo à cidade de Jaguaribe.

17 - Falece em desastre automobilístico, o sociólogo *Francisco Eudes Feitosa*, funcionário da Divisão de Relações Públicas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

21 - Cheia no Rio Jaguaribe isola e inunda Jaguaretama.

21 - Plebiscito no distrito de Varjota (ou Araras) no município de Reriutaba, para sua emancipação.

22 - Sai o resultado do plebiscito realizado para emancipação do distrito de Varjota (ou Araras), com predominância do "sim" em larga escala.

21 - Morre em Fortaleza o ex-funcionário do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS e do Banco do Brasil, *Oceano Atlântico Linhares*.

22 - Em *Tianguá* a Câmara Municipal cassa o mandato da prefeita *Rina Márcia de Albuquerque* (PDS) por irregularidades na sua administração.

24 - Inaugura-se o *Museu do Maracatu*, iniciativa da professora *Lirysse Porto*, na época Secretária de Cultura do Município. O museu tem sede no Teatro São José, na Rua Rufino de Alencar n. 362, anexo ao Teatro São José, na Praça do Cristo Redentor.

26 - Inaugurado no centro da Praça Castro Carreira (Praça da Estação), um monumento em comemoração ao *Centenário da Libertação dos Escravos no Ceará*. Hoje ele não mais lá está. Foi destruído e saqueado.

26 - Lançamento da Medalha cunhada pela Casa da Moeda do Brasil, em comemoração ao *Centenário da Libertação dos Escravos no Ceará*. O selo que seria lançado na mesma ocasião, não o foi, por dar ao estado do Amazonas, a mesma condição.

27 - Aberta a *XIX Festa Anual da Árvore*, enquanto a Prefeitura Municipal de Fortaleza distribui 10 mil mudas.

28 - O Conselho Consultivo da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN aprova, em Brasília, o tombamento do Açude do Cedro, em Quixadá.

29 - Morre em Fortaleza o ex-jogador de futebol Raimundo Augusto Cunha *(Farnum)*.

30 - A Superintendência da *Fundação do Bem-Estar do Menor - Febence* tem novo comando, *Herbert Alcântara* é o novo presidente.

30 - O médico *Antero Coelho Neto* declara "missão cumprida" e deixa a *Superintendência Regional do INAMPS*.

30 - Assume o comando da *Capitania dos Portos do Ceará*, o novo titular, capitão-de-fragata *Francisco Nogueira de Oliveira Filho*, recebendo o cargo das mãos de *Franklin Storry*, do mesmo posto.

31 - A Sudene desativa o trem da água que servia aos municípios de Crateús, Nova Russas, Reriutaba e Tamboril, em razão da chegada das chuvas.

Abril

4 - A Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC indica o vice-governador José *Adauto Bezerra* de Menezes, *Albanisa Sarasate*, diretora-presidente do jornal *O Povo* e Francisco *Ariosto Holanda*, presidente do Nutec, para receberem a *Medalha do Mérito Industrial*.

4 - No *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, a posse do geógrafo *Caio Lóssio Botelho*.

4 - Reinaugurado o *Palacete Ceará*, sede da Caixa Econômica Federal, na Praça do Ferreira, devorado por um incêndio em 1982 e totalmente recuperado.

6 - Eleito novo reitor na Fundação *Universidade Estadual do Ceará - UECE*, o professor *Cláudio Régis Quixadá*. Foi nomeado vice-reitor *João Nazaré Cardoso*. Foram empossados no dia 13.

9 - Falece em Fortaleza, vítima de cepticemia aguda, aos 59 anos de idade, *Valdemar Alves de Lima*, último fiscal do Matadouro Modelo de Fortaleza quando fora desativado em 25/07/1959. Era administrador, militante sindical e escritor de cordel. Nascera em Jucás, CE, em 02/12/1924.

12 - Inaugurada a estátua do *Chanceler Edson Queirós*, na Praça da Imprensa em solenidade presidida pelo governador do Estado, Luís Gonzaga da Fonseca Mota "Totó" (Gonzaga Mota), escultura feita por *João Bosco do Vale*, iniciativa do deputado Almino Menezes.

12 - Terminado em Fortaleza, o *racionamento dágua* pela Cagece, que durou dez meses. No dia 14 sangrou o Açude Gavião, do sistema que abastece Fortaleza.

14 - Abertura no Parque de Exposições da Maraponga do *III Festival da Moda*, com a participação de 196 expositores de vários estados.

18 - Toma posse o superintendente da *Cobal*, *Sebastião Célio de Carvalho*.

21 - Morre em desastre automobilístico o jornalista *Teobaldo Landim*, editor do jornal *O Estado* e professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará - UFC.

22 - Fecha as portas, definitivamente, o *Restaurante Lido*, bar e hotel, na Praia de Iracema, com endereço na Avenida Getúlio Vargas (Beira-Mar) n. 801.

23 - Toma posse o escritor, tabelião e poeta *Cláudio Martins*, no *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*.

24 - O general *Francisco Batista Torres de Melo* é o novo comandante da *10ª Região Militar*, substituindo o general *Haroldo Erichsen da*

Fonseca. Sua posse conta com a presença do comandante do 4º. Exército, general Jorge Sá Freire de Pinho.

27 - Morre, aos 77 anos de idade, o agropecuarista e ex-deputado estadual Péricles Gomes de Araújo *(Péricles Araújo)*, iguatuense de 14/07/1906.

Maio

1°. - Inicia-se a desativação dos Bolsões da Seca no Ceará, sendo desmobilizados 586.949 agricultores nas frentes de serviço mantidas pela Sudene.

1°. - Morre aos 66 anos de idade, o médico ginecologista, obstetra cirurgião, e ainda músico, Francisco da Costa Gadelha *(Doutor Gadelha)*, cearense de Fortaleza nascido em 15/10/1917, pessoa vastamente conhecida nos meios musicais. Era compositor e bandolinista.

2 - Toma posse na Presidência do *Tribunal Regional Eleitoral - TRE*, o desembargador *José Ferreira de Assis*.

4 - Atropelado e morto o advogado e suplente de deputado, *Cid Peixoto do Amaral*, nascido em Fortaleza a 17/08/1922.

7 - O Rio Catu transborda e avança sobre várias casas no Aquiraz.

8 - O professor *Francisco Ari Othon Sidou*, graduado em Letras, Direito e Economia assume a presidência da *Associação dos Professores do Ensino Superior do Ceará - APESC* em substituição ao engenheiro agrônomo *Raimundo Gladstone M. Aragão*.

10 - Toma posse na Cadeira n. 34, da *Academia Cearense de Letras - ACL*, o médico e historiador Vinicius Antonius Holanda de Barros Leal *(Vinícius Barros Leal)*, sendo saudado por Joaryvar Macedo.

22 - Morre, no Hospital Fernandes Távora, em Fortaleza, vítima de síncope cardíaca, o mestre de obras *Antônio Domingos da Silva*, espírita fundador e colaborador de vários núcleos espíritas de Fortaleza. Era nascido em Aracati, em 13/03/1897.

25 - Cumprindo a resolução da Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC, que no dia quatro de abril anunciou os ganhadores da Medalha do Mérito Industrial, realiza-se a entrega da

comenda aos agraciados: José *Adauto Bezerra* de Menezes, vice-governador; *Albanisa Sarasate*, Diretora Presidente de *O Povo*; e *Ariosto Holanda*, Diretor Administrativo do Nutec.

25 - Reassume, por força de liminar, o prefeito de Pacajus José Wilson Alves Chaves.

25 - Morre em Fortaleza, aos 71 anos de idade, o médico e ex-deputado estadual Antônio de *Melo Arruda*, cearense de Massapê nascido em 29/03/1913.

25 - Morre, aos 77 anos, *Maria Marçal* da Silva, ex-funcionária da Tipografia Minerva e cantora de modinhas.

- Abre-se o *XXXIV Salão de Abril* (deveria ser o XXXV e deveria ter acontecido em abril), em homenagem ao pintor *Mário Barata*, um dos fundadores da Sociedade Cearense de Artes Plásticas - SCAP, na Galeria Antônio Bandeira, no subsolo da Praça do Ferreira.

Junho

5 - Nomeado *Presidente do Instituto de Previdência do Estado - IPEC*, o médico *Domingos Gomes Aguiar*.

6 - Passa a denominar-se *Praça Professor Antônio Gondim*, o triângulo que fica entre a Rua Jaime Benévolo, a Avenida Luciano Carneiro, e a Rua Mário Mamede, no Bairro de Fátima, próximo ao Instituto de Educação do Ceará, onde ele era professor. Nunca teve uma placa indicativa.

6 - Morre aos 78 anos de idade o líder empresarial *Clóvis Arrais Maia*, presidente da Delegacia Estadual do Serviço Nacional do Comércio. Era cearense de Campos Sales nascido a 08/03/1906.

8 - Inicia-se a demolição do prédio da *Fênix Caixeiral*, na esquina da Rua Guilherme Rocha n. 648, com Rua 24 de Maio, na Praça José de Alencar. Fora vendido ao Grupo Ximenes Tecidos S. A.

9 - Morre em Fortaleza, aos 74 anos de idade, o pintor *Jean-Pierre Chabloz*, nascido em Lausanne, Suíça.

10 - Morre em Fortaleza o coronel do Exército *Jerônimo Alberto Montenegro (Jiruca)*, nascido em 30/10/1919.

12 - Sangra o Açude Acarape, com uma lâmina de 10 centímetros.

15 - Morre, um dia antes de completar 58 anos de idade, o radialista João de Medeiros Ramos *(João Ramos)*. De tudo ele fez nos meios de comunicação: foi locutor, radioator, teleator, animador, além de entender da parte técnica. Ao fechar a TV Ceará, que ele ajudou a fundar, passou a trabalhar em jornal, sendo, ao falecer, diretor industrial do jornal *Diário do Nordeste.* Era cearense de Guaiúba, nascido a 16/06/1926, criou-se no Crato e veio para Fortaleza em 1944. Em sua homenagem, existe no Parque Novo Mondubim a Avenida Jornalista João Ramos, que une a Maraponga à Cidade José Walter, iniciativa do jornalista Durval Aires de Menezes.

23 - Morre o ex-deputado de esquerda e operário *José Marinho de Vasconcelos*, vítima de embolia pulmonar. Nascera a 13/06/1913 em Natal, Rio Grande do Norte.

Julho

1°. - Morre em Sobral o advogado João Batista Esmeraldo de Vasconcelos.

8 - Realiza-se a tradicional corrida de jangadas, a *XVII Regata Dragão do Mar*.

12 - Aberto o *I Encontro de Secretários de Comunicação Social*, no Palácio da Abolição.

14 - Morre, aos 71 anos de idade, o vereador *José Barros de Alencar*, vítima de colisão entre seu carro e um ônibus, próximo a Açu, RN. Tem o corpo velado na Câmara Municipal de Fortaleza e na Prefeitura de Messejana, terra que o viu nascer a 04/01/1923. Seu enterro foi no dia seguinte, sendo seu corpo levado pelo Corpo de Bombeiros até o Cemitério .

15 - Morre o empresário natural de Aquiraz, *Genésio Queirós*, pai de Edson Queirós.

17 - O Diário Oficial do Município - DOM n. 7.932 traz a Lei n. 5.848, de 29/06/1984, que denomina de *Praça Senador Teotônio Vilela*, espaço existente entre a Rua Teodorico Barroso, Rua São Mateus e Rua Vicente Silveira, na Vila União.

20 - Cem mil romeiros chegam a Juazeiro do Norte para a comemoração dos 50 anos da morte do Padre Cícero Romão Batista.

20 - Reinaugura-se a *Fonte das Sereias*, importada da Alemanha, com três cavalos e sereias, que foi inaugurada na Praça da Lagoinha (atual Praça Capistrano de Abreu) em 1930, após ter sido de lá retirada e ter estado na Praça Clóvis Bevilaqua e em um balão no cruzamento da Avenida 13 de Maio com Avenida da Universidade, em frente à Reitoria da UFC, sendo restaurada e colocada na Praça Murilo Borges, do BNB, que mandou apanhá-la no depósito da Superintendência Municipal de Obras e Viação - Sumov (PMF) e restaurá-la. A praça data de 14/03/1983.

31 - Morre, em Fortaleza, aos 83 anos de idade, *Estevam Emigdio* de Castro, comerciante que juntamente com seu irmão gêmeo liderou vários estabelecimentos comerciais, sendo o mais famoso o Café Emygdio. Nascera a 28/07/1902 na Rua Major Facundo n. 484, na Praça do Ferreira.

Agosto

7 - A gangue do "Louro de Caucaia", que vinha agindo e aterrorizando o Icaraí, é presa e sofre tentativa de linchamento por parte da população.

7 - Grava depoimento para o *Arquivo Nirez*, em sua sede, na Rua Professor João Bosco n. 560, no Rodolfo Teófilo, o percussionista pandeirista Nilo Cláudio Barbosa Falcão *(Nilo Falcão)*, que substituiu o André Vieira (Coringa ou Melé) no grupo *4 Ases e 1 Coringa*, com a presença do pesquisador Aldo Santiago de Freitas.

11 - Inaugurada a sede própria da *Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Ceará*, na Avenida Pontes Vieira.

17 - Entregue a *Medalha do Mérito de Exportação* do Centro de Exportadores do Ceará, ao vice-governador José *Adauto Bezerra* de Menezes, ao superintendente de operações do Banco do Brasil em Fortaleza, *José Magno de Leão Brasil* e ao industrial *Francisco Anastácio Carneiro*.

17 - Na Casa de Juvenal Galeno é aberta a *II Mostra de Fotojornalismo do Ceará*, dentro da *III Semana Nacional de Fotografia*, com 68 trabalhos de repórteres fotográficos de Fortaleza.

20 - Morre, aos 99 anos incompletos, o padre *Misael Gomes* da Silva. Foi um dos fundadores do Colégio Cearense e por muitos anos, professor do Colégio Militar. Era membro da *Academia Cearense de Letras - ACL* e do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). Nascera em Milagres a 21/09/1885.

23 - Detectado, no *Banco do Estado do Ceará - BEC*, grande descalabro administrativo envolvendo grandes quantias em dinheiro. O governador Luís Gonzaga da Fonseca Mota "Totó" determinou no dia seguinte instauração de inquérito.

24 - Aberta em Fortaleza a *XIII Feira dos Municípios*, com a participação de 53 municípios.

27 - Morre, em Fortaleza, aos 79 anos de idade, o agropecuarista e ex-deputado estadual, *Jerônimo Alves de Araújo*, cearense de Ipueiras nascido em 24/02/1905.

28 - Aberto, no Auditório Castelo Branco da Universidade Federal do Ceará - UFC, o *Seminário de Cinema e Literatura*, reunindo nomes como *Alex Viani* e *Hermano Pena*.

30 - Inaugurada a *Unidade de Reabilitação do Deficiente Motor Dr. João Alberto Gurgel*, no Centro Social Urbano Governador César Cals, no Henrique Jorge, com a presença do Ministro da Saúde, Waldir Arcoverde.

31 - Em Sobral realiza-se a 290ª Reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, com a presença de vários governadores de estados do Nordeste.

31 - Funda-se o *Núcleo Independente de Estudos e Pesquisas do Ceará - Niepce*.

Setembro

2 - Morre, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, o escritor, advogado, jornalista, ex-professor do Colégio Militar do Ceará, *Sílvio Júlio* de Albuquerque Lima.

6 - Exonerado o superintendente da *Cobal*, *Sebastião Célio de Carvalho*, por irregularidades, assumindo *Eurípedes Neto*, vindo de Brasília.

7 - Reinaugurado, após grande reforma, o *Estádio Presidente Vargas*, com o jogo Fortaleza x Calouros do Ar, que termina com o placar de 3 x 1.

11 - Caso inédito no Ceará, casam-se *Jadir Jucá* e *Nutreia Hollidea Garcia*, Rei e Rainha do *carnaval* cearense de 1984.

20 - O médico, antropólogo e folclorista Florival Alves Seraine *(Florival Seraine)* recebe o título de *Cidadão Cearense*. Ele era paraense de Viseu.

21 - Morre, aos 76 anos de idade, o advogado, professor e jornalista *Hilário Gaspar* de Oliveira, cearense de Maranguape nascido em 22/04/1908. Autor do livro *Ceará Hilariante* (1970).

23 - Funda-se a *Academia Cearense de Odontologia*, tendo como primeiro presidente o odontólogo *Francisco Wilson de Vasconcelos Dias*.

25 - Morre, aos 53 anos de idade, vítima do coração, o médico Humberto de Araújo Rocha *(Humberto Rocha)*, alagoano de Maceió nascido a 03/10/1930.

27 - A Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF faz entrega à Casa de Juvenal Galeno, do busto do poeta *Juvenal Galeno*, que fora retirado da Praça Clóvis Bevilaqua e recolhido ao depósito da Prefeitura. Hoje encontra-se no jardim interno daquela casa de cultura.

28 - O médico Antônio Vandick de Andrade Ponte *(Vandick Ponte)*, o marechal-do-ar *Casimiro Montenegro Filho*, o industrial *Ivens Dias Branco* e o sanfoneiro, cantor e compositor *Luís Gonzaga* do Nascimento, recebem, em festa e jantar no Ideal Clube, o Troféu *Sereia de Ouro*, do Sistema Verdes Mares de Comunicação, sendo esta a 14ª entrega.

30 - Inaugurada a primeira etapa do *Pólo Turístico Atlântico Sul*, grande praça ao longo da Avenida Clóvis Arraes Maia, na Praia do Futuro, com a presença do governador Luís Gonzaga da Fonseca Mota "Totó" (Gonzaga Mota) e do prefeito César Cals Neto.

Outubro

3 - Chega em Fortaleza, para visita oficial, o Primeiro-Ministro português *Mário Soares*.

3 - O Tribunal Regional Eleitoral - TRE pede a cassação do mandato do deputado federal *Sérgio Filomeno*, por abuso de poder econômico em propaganda eleitoral, durante a campanha de 1982.

3 - Morre, aos 54 anos de idade, o industrial *Aloísio Ximenes* de Farias, vítima de enfarte, proprietário das organizações Armazém do Sul e Ximenes Confecções. Cearense natural de Cariré.

12 - Termina a sindicância realizada na *Cobal*., *Sebastião Célio de Carvalho* será demitido e processado.

12 - Instalam-se no auditório do Centro de Treinamento do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no Passaré, o *VII Congresso Nacional de Radialistas* e o *III Encontro de Radialistas do Ceará*.

19 - Assinado Convênio entre a Nuclebrás e a Petrofértil, para estudos da viabilidade do aproveitamento do minério uranofosfático de Itataia, em Santa Quitéria.

23 - O Tribunal Regional Eleitoral - TRE cassa, por unanimidade, o mandato do deputado federal *Sérgio Filomeno*, do PDS.

27 - É instalado na Serra do Estêvão, em Quixadá, o II Encontro de Radiodifusores do Ceará, aberto pelo presidente da ACERT, jornalista Demócrito Dummar.

30 - Morre o publicitário, seresteiro e funcionário público do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, contabilista *Alciro Kleber Granjeiro*.

Novembro

8 - É encontrado em um sítio em Pacajus um cemitério de carros roubados, sendo preso no local o fugitivo do Instituto Penal Professor Olavo Oliveira - IPPOO, Francélio Leitão. No dia 9 é encontrado enterrado no mesmo local um cadáver em avançado estado de putrefação.

16 - Realiza-se eleição municipal em Maracanaú, novo município criado após a realização de plebiscito popular.

18 - Inaugura-se a Creche Mirian Mota, no Conjunto Jereissati, em Maracanaú.

19 - Termina a apuração em Maracanaú, com a vitória do candidato virgilista Almir Dutra.

17 - Irrompe um *incêndio* no mais antigo pavilhão do Mercado São

Sebastião, destruindo todas as mercadorias. O sinistro foi debelado pelo Corpo de Bombeiros, antes que atingisse o teto.

19 - Morre o empresário *Clóvis Rolim*, uma das quatro fortunas do Ceará. Começou com a *Magen Roupas*.

25 - Confrontam-se o *Ceará Sporting Clube* e o *Guarany* de Sobral, em partida no Estádio Plácido Castelo, "Castelão", final do *Campeonato Cearense de Futebol*, que termina com o resultado de 2x0 para o *Ceará Sporting Clube* que recebe a faixa de Campeão.

27 - Passa por Fortaleza o médico *Albert Sabin*, que recebe homenagem na Câmara Municipal de Fortaleza.

29 - Morre, no Rio de Janeiro, o jornalista cearense *Francisco Nogueira Saraiva*, da Empresa Brasileira de Notícias.

Dezembro

1°. - O governador Luís Gonzaga da Fonseca Mota "Totó" (Gonzaga Mota) manda que o prefeito César Cals Neto exonere o Secretário de Finanças do Município, *Idalmir Feitosa*. Em seguida é nomeado para o cargo *Antônio Luís Abreu Dantas*, que assume no dia três.

2 - Morre, vítima de desastre automobilístico, o escritor *Yehudi Bezerra*.

7 - Morre, em Fortaleza, o comerciante e industrial Pedro Filomeno Ferreira Gomes *(Pedro Filomeno Gomes)*, sobralense nascido em 07/07/1888.

9 - Morre o comerciante Pedro Alves da Silva, o *Pedão da Bananada*, vulto popular que apareceu na sorveteria "Cabana" e depois no Abrigo Central, onde tinha uma casa de merendas e era líder da torcida do Ceará Sporting Clube.

11 - Entrega, pelo governador Luís Gonzaga da Fonseca Mota "Totó" (Gonzaga Mota), da *Medalha da Abolição* a quatro personalidades: *Dom Hélder Câmara*, general *Afonso Albuquerque Lima* (falecido), o fazendário *Audísio Mosca de Carvalho* e o professor Luís Cavalcanti Sucupira *(Luís Sucupira)*.

11 - No Centro de Convenções é aberta a *I Exacta, Exposição Anual da Construção, Tecnologia e Arquitetura*.

11 - Morre o compositor e cantor cearense, de projeção nacional, Hermenegildo Evangelista de Paula *(Catulo de Paula)*, cearense de São Benedito nascido a 13/08/1923.

14 - Grava depoimento para o *Arquivo Nirez*, o musicólogo, historiador e escritor cearense José *Mozart de Araújo*, radicado no Rio de Janeiro. O entrevistador foi o pesquisador cearense Jairo Severiano.

15 - O prefeito César Cals Neto inaugura a ampliação da *Avenida Borges de Melo*, unindo a Avenida Luciano Carneiro à Avenida Expedicionários, com a presença do Ministro das Minas e Energia.

17 - O governador Luís Gonzaga da Fonseca Mota "Totó" (Gonzaga Mota) inaugura o *Conjunto Residencial Morada do Sol*, construído pelo Instituto de Previdência do Estado do Ceará - IPEC.

23 - Inaugura-se a sede própria da *Federação Cearense de Futebol*, prédio construído na administração de Josenéas Barroso Arraes. O arquiteto foi Reginaldo Rangel. O supervisor foi o engenheiro major João Porto Pinheiro. Localiza-se na Rua Paulino Nogueira n. 77, no Benfica, por trás do Estádio Presidente Vargas.

- Mais um observatório astronômico é anunciado, o *Observatório Santos Dumont*, do Colégio Batista, na Aldeota que, infelizmente, não chegou a ser instalado.

1985

Janeiro

3 - São empossados os novos presidente e vice-presidente do *Conselho de Contas do Município*, *Aírton Maia Nogueira* e *Francisco de Almeida*, respectivamente.

3 - Morre em Fortaleza o desembargador *Péricles Ribeiro*, cearense de Fortaleza nascido a 25/02/1899.

5 - Forte incêndio destrói dois galpões da indústria de torrefação *Café Guimarães*, no Montese.

5 - Diplomado o prefeito eleito de *Maracanaú*, *Almir Dutra*. Sua posse dá-se no dia seguinte.

5 - Vendaval seguido de fortes chuvas de mais de 100 milímetros

atingiu a cidade de *Juazeiro do Norte*, causando uma morte, destruição de residências e casas de comércio.

5 - Morre, aos 94 anos incompletos, o ex-deputado Francisco *Silveira Aguiar*, cearense de Tauá nascido a 15/01/1891.

7 - A *vaca mecânica* "Amélia", inventada pelo professor *Expedito Parente*, do Curso de Engenharia da UFC, é exportada para outros países.

9 - Profeta popular de Ubajara, *Pedro Nogueira Lima*, anuncia bom inverno para 1985.

11 - Morre, aos 86 anos de idade, o farmacêutico Joaquim *Roque de Macedo*, conhecido como "o profeta da chuva". Era cearense de Iracema nascido em 08/04/1898.

12 - Reeleito para presidente do *Sindicato dos Médicos*, Mariano Araújo Freitas *(Mariano Freitas)*.

16 - Comemorada em Fortaleza a vitória de Tancredo de Almeida Neves *(Tancredo Neves)* para a Presidência da República, eleito por votação indireta.

20 - Fortaleza é inundada por grande *chuva* que deixa ao desabrigo mais de 600 famílias.

22 - O governador Luiz Gonzaga da Fonseca Mota suspende a intervenção estadual no município de Reriutaba.

22 - Morre, em sua terra natal, Trairi, CE, o compositor, músico e bandolinista *Ferdinand Damasceno*. Vivia da exploração da pesca.

23 - *Sebastião Célio de Carvalho*, ex-superintendente da *Cobal* e *Célio Capistrano* são demitidos, acusados de envolvimento no escândalo do órgão.

30 - Assume a direção da *Casa de Cultura Raimundo Cela* a artista plástica *Maria Quintela* de Almeida, substituindo o artista plástico *Rubens de Azevedo*. Hoje a casa chama-se *Centro de Cultura Raimundo Cela*.

Fevereiro

2 - Eleito presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, o vereador *Djalma Eufrásio* Rodrigues, do PMDB.

2 - Posse, na Presidência do *Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJEC*, do desembargador *Júlio Carlos de Miranda Ribeiro*.

4 - Moradores da *Favela Verdes Mares* têm suas casas alagadas e ficam intoxicados, com o cheiro de óleo proveniente das caldeiras do Hospital Geral de Fortaleza, no Papicu.

5 - *Luciano César Cabral Montenegro* é empossado *Cônsul da Holanda* no Ceará, substituindo seu pai, *João Montenegro*.

6 - São criados mais sete municípios cearenses: Forquilha, Milhã, Paraipaba, Amontada, Itarema, Varjota e Umirim.

9 - Operação surpresa, do Departamento de Vigilância do Município na Praça José de Alencar, expulsa centenas de *vendedores ambulantes* que ficam ao mesmo tempo revoltados e desesperados.

14 - Morre, aos 79 anos, o médico ginecologista *Lercy de Holanda*.

15 - A *Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece* inaugura o telefone 195, para reclamações.

17 - Inicia-se o desfile de rua do *carnaval* de Fortaleza, totalmente desfigurado em virtude de regulamento oficial da Prefeitura através de seu Departamento de Turismo. Apesar da desfiguração, um bloco resiste, ainda guardando as características cearenses, conservando nossa tradição, o "Prova de Fogo". O *carnaval* foi nos dias 17, 18 e 19 de fevereiro de 1985.

22 - Todo o Estado é banhado por boas chuvas, em algumas localidades chuvas em demasia, havendo o perigo de inundações.

24 - Fortaleza está sob forte *chuva*, principalmente na Serrinha e na Cidade 2.000.

27 - Morre, aos 65 anos de idade, o empresário *Luís Crescêncio Pereira*. Nascera a 23 de setembro de 1917.

28 - Inaugura-se o prédio da Superintendência do *Banco do Nordeste do Brasil - BNB*, no Centro Administrativo Getúlio Vargas, no Passaré, obra da construtora OAS Ltda.

Março

1°. - Mais *chuvas* caem sobre Fortaleza, inundando o Bairro Ellery e ameaçando derrubar várias casas.

1°. - Morre, em pleno exercício de suas atividades, aos 70 anos de idade, o deputado Murilo Rocha Aguiar *(Murilo Aguiar)*, comerciante, cearense de Camocim nascido em 25/11/1914, que era presidente da Assembléia Legislativa. Hoje o auditório da Assembléia Legislativa tem seu nome.

1°. - Morre, vítima de doença degenerativa, o médico gastroenterologista e proctologista *Walder Bezerra Sá*, com 75 anos incompletos. Nascera em Fortaleza a 18/05/1910.

4 - Assume a Presidência do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, o professor *Antônio Martins Filho*, substituindo o general *Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira*.

5 - Em Fortaleza abre-se o *II Ciclo de Estudos e Debates de Administração Hospitalar Norte-Nordeste*, no Imperial Othon Palace, sob o tema "Administração - a solução para a crise no âmbito da Saúde".

6 - O tenente-coronel da Polícia Militar, *Manuel Portela Mena Barreto*, é empossado no comando da *Academia de Polícia Militar Edgar Facó*.

8 - Inaugurado o *Museu das Secas*, em prédio na esquina da Rua General Sampaio com Rua Pedro Pereira n. 683/741, tentativa tardia do *Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS*, de reunir seu antigo acervo. Só restavam o prédio (Palacete Carvalho Mota), um teodolito e fotografias ampliadas do *Arquivo Nirez*.

15 - No dia de assumir a Presidência da República, o presidente eleito, Tancredo de Almeida Neves *(Tancredo Neves)* adoece e baixa o hospital, assumindo o vice *José Sarney*.

22 - Toma posse na Cadeira n. 13, da *Academia Cearense de Letras - ACL*, *João Ribeiro Ramos*, sendo saudado pelo padre Francisco Sadoc Araújo.

30 - Por pressão da Presidência Nacional da *Cruz Vermelha do Brasil*, renuncia o presidente da Seção do Ceará, *Eduardo Bezerra Neto*.

Abril

1°. - Continua subindo o nível das águas do Rio Jaguaribe. Jaguaruana já tem dez mil desabrigados.

2 - O governador Luiz Gonzaga da Fonseca Mota (Totó), decreta situação de emergência em 22 municípios inundados, com perto de 40 mil desabrigados.

3 - Cai sobre Fortaleza uma *chuva* de 225 milímetros, das 6 às 21 horas, deixando 600 desabrigados.

4 - O número de desabrigados em todo o estado do Ceará já é de 66 mil pessoas.

6 - Morre, aos 68 anos incompletos, vítima de enfisema pulmonar, o médico José *Galba Araújo*, pioneiro da medicina social. Foi o primeiro diretor da Maternidade Escola Assis Chateaubriand. Nascera a 31/05/1917 em Sobral.

7 - Morre em Fortaleza, aos 73 anos de idade, o comerciante e ex-vereador José Aluísio de Castro Correia *(Aluísio Correia)*, autor, entre outros, do projeto que deu o nome de Rua Lauro Maia.

8 - Morre, aos 78 anos de idade, o farmacêutico e depois médico, *Edson Braga*, da Farmácia São José.

15 - Falecimento do engenheiro *Antônio Ferreira Antero*, que por muitos anos serviu no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. Fez parte da equipe que construiu, no Rio de Janeiro, o Cristo Redentor. Era cearense de Icó nascido em 18/07/1903.

15 - Destruída pelas *chuvas*, a ponte que ligava a Favela do Lagamar ao bairro Pio XII. Hoje o chamado Lagamar chama-se Conjunto Tancredo Neves.

17 - Interrompida a estrada BR-116 na altura do quilômetro 216, na localidade de Peixe Gordo, onde a água lava a pista.

18 - O engenheiro *Uirandé Augusto Borges* assume a direção geral do *Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS*, com a presença do Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, em substituição ao engenheiro *José Osvaldo Pontes*.

21 - A notícia da morte do presidente eleito Tancredo de Almeida Neves *(Tancredo Neves)* causa consternação em toda a cidade, no estado, como em todo o país.

21 - É inaugurado o reservatório público do DNOCS, Açude Manuel Balbino, em Caririaçu.

25 - Morre, aos 60 anos de idade, em Fortaleza, o médico *Valderilo Saldanha Fontenele*, cearense de Junco, Quixadá, onde nascera a 13/05/1925.

27 - Morre, aos 76 anos de idade, o empresário *Gontran Nascimento*, da Casa das Máquinas, "o maior crediário do Ceará". É sepultado em Maranguape, terra em que nascera a 18/09/1909.

28 - O *Conjunto Novo Lagamar* passa a chamar-se *Conjunto Tancredo Neves*, homenagem ao presidente eleito Tancredo de Almeida Neves *(Tancredo Neves)* que não chegou a assumir.

Maio

8 - Instala-se o *Salão dos Recusados* do Salão de Abril, na Casa de Cultura Raimundo Cela.

11 - Morre em Fortaleza, aos 94 anos de idade, o advogado *Francisco Ferreira da Ponte*, constituinte de 1947 e presidente da Assembléia Legislativa no período 1952-1954. Era cearense de Licânia, hoje Santana do Acaraú, nascido em 05/04/1891. Era tabelião titular do Cartório Ponte.

18 - Abertos, no Centro de Convenções, o *IV Congresso Nordestino de Odontologia e o VI Congresso Cearense de Odontologia*.

21 - Morre, aos 69 anos de idade, a empresária Albanisa Rocha Sarasate *(Albanisa Sarasate)*, presidente da Empresa Jornalística *O Povo* S. A., no Hospital Prontocárdio, vítima de câncer na garganta, viúva de Paulo Sarasate Ferreira Lopes, sendo sepultada no Cemitério de São João Batista. Nascera a 05/01/1916, filha do jornalista Demócrito Rocha.

23 - Pela primeira vez Fortaleza ouve falar em *AIDS*, a *Síndrome da Imuno-Deficiência Adquirida*, no *I Congresso Cearense de Saúde*, que no Brasil, se não fôssemos dominados culturalmente pelos americanos, deveria chamar-se SIDA.

- Abre-se o *XXXV Salão de Abril* (deveria ser o XXXVI) e deveria ter acontecido em abril, no Praiano Hotel, na Avenida Beira-Mar.

Junho

3 - Os professores *Gilmar de Carvalho* e *Vianney Mesquita*, do *Curso de Comunicação Social* da Universidade Federal do Ceará - UFC, lançam *Estudos de Comunicação Social no Ceará*.

13 - A *Casa de Rodolfo Teófilo*, na Avenida da Universidade, é derrubada sob protestos da imprensa.

14 - O presidente do Banco do Brasil, *Camilo Calazans*, recebe, da Prefeitura Municipal de Fortaleza, a *Medalha Soares Moreno*.

16 - Morre em Fortaleza, *Plácido Gurgel Nogueira*, que exerceu por muitos anos o cargo de Inspetor do Departamento de Correios e Telégrafos - DCT (atual Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT). Era cearense de Aracati.

24 - O ex-ministro *Armando Falcão* grava depoimento no *Arquivo Nirez*, levado pelo dicionarista Roberto Ribeiro.

25 - O governador Luís Gonzaga da Fonseca Mota "Totó" (Gonzaga Mota) exonera o prefeito *César Cals Neto* e nomeia prefeito o deputado José Maria Barros de Pinho *(Barros Pinho)*.

Julho

1°. - Morre, em Fortaleza, CE, o comerciante livreiro Clóvis Ribeiro Mendes *(Clóvis Mendes)*. Começou a trabalhar, criança, na Livraria Humberto; em 1936 adquiriu a Livraria Imperial na Rua Guilherme Rocha. Nascera em 04/07/1899 em Fortaleza.

2 - Fortaleza tem novo prefeito. Assume, apesar de nomeado no dia 25/06, José Maria Barros de Pinho *(Barros Pinho)*.

3 - O Centro de Hemoterapia e Hematologia Edmar Fujita inicia os testes para averiguação do quadro de *AIDS* em Fortaleza.

4 - Morre, aos 61 anos de idade, o médico pediatra, Fernando César Vieira Diógenes *(Fernando Diógenes)*.

4 - Grava depoimento no *Arquivo Nirez* o cantor, produtor de rádio, televisão e jornalista cronista João Guilherme da Silva Neto *(Guilherme Neto)*.

5 - O prefeito José Maria Barros de Pinho *(Barros Pinho)*, exo-

nera o diretor do Departamento de Limpeza Pública, *Adail Fontenele*, designando em seu lugar o engenheiro *Marco Antônio de Aguiar Couto*.

7 - *César Cals Neto* volta à Prefeitura por decisão do Tribunal de Justiça que notifica o governador Luís Gonzaga da Fonseca Mota "Totó" (Gonzaga Mota), saindo José Maria Barros de Pinho *(Barros Pinho)*. No dia nove, o Supremo Tribunal Federal confirma *César Cals Neto* na Prefeitura.

10 - José Maria Barros de Pinho *(Barros Pinho)* volta à Prefeitura por decisão final do Supremo Tribunal e *César Cals Neto* promete continuar a briga.

11 - Em Fortaleza o jornalista *Barbosa Lima Sobrinho*, que na Associação Cearense de Imprensa - ACI, profere a palestra "Imprensa e Constituinte".

11 - O prefeito José Maria Barros de Pinho *(Barros Pinho)* exonera a superintendente da Fundação do Serviço Social, *Francisca Firmo Fontoura*; o secretário de transporte, *Cyro Régis*; o assessor especial, Vicente Ferrer Augusto Lima *(Vicente Augusto)*; e o procurador do Município, *César Asfor*.

13 - O prefeito José Maria Barros de Pinho *(Barros Pinho)* anula 4.500 contratos da administração de César Cals Neto.

14 - Realiza-se a *XVIII Regata de Jangadas Dragão do Mar*, sendo vencedor *José Ferreira Nunes*, o Mestre Dedé.

14 - Assassinado por assaltantes o artista plástico e funcionário público *Joaquim Evangelista de Sousa Filho*, de 40 anos de idade.

15 - Instituída a *Medalha Risoleta Neves*, pela Lei n. 11.062, e com ela a Assembléia Legislativa do Ceará -AL homenageia "mulheres que tenham se destacado em suas atuações profissionais e contribuído para elevar o papel da mulher na sociedade". Foi criada por proposição do deputado Figueiredo Correia e recebeu o nome de Risoleta Neves em homenagem à viúva do ex-presidente Tancredo Neves.

16 - O ator de teatro, rádio e televisão Clóvis Pereira Matias *(Clóvis Matias)* grava depoimento para o *Museu Cearense do Teatro* e para o

Museu Cearense da Comunicação *(Arquivo Nirez)* orientado pelo ator *Ricardo Guilherme*.

19 - Assume a *Delegacia Regional do Trabalho - DRT*, o advogado *Amadeu Arrais* de Araújo.

31 - Assume a Superintendência Regional da *Legião Brasileira de Assistência - LBA*, *Maria Marta de Oliveira*.

31 - Funda-se a *Associação dos Servidores da Educação e Cultura do Município*, com sede na Rua Solon Pinheiro nº 1059, no José Bonifácio.

- Sai o primeiro número da revista *ParticipAÇÃO - o Ceará em Revista*, mensário da *Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado do Ceará*.

Agosto

2 - O Supremo Tribunal Federal - STF, assegura a permanência de José Maria Barros de Pinho *(Barros Pinho)* à frente da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

6 - Assume a frente da *Coordenadoria de Transportes Metropolitanos - CTM* o engenheiro *Francisco Roberto Santana*, em substituição a *Edílson Rocha Porfírio*.

6 - Morre o artista plástico *Joaquim de Sousa*, detentor de prêmios nacionais e internacionais. Nascera a 14/02/1945 em Fortaleza.

7 - Morre, aos 83 anos de idade, o poeta, jornalista e político Jáder Moreira de Carvalho *(Jáder de Carvalho)*, vítima de uma crise de vesícula. Era cearense de Quixadá onde nascera a 29/12/1901 na Serra do Estêvão.

9 - *José Ribamar Colaço* é substituído, interinamente, na *Superintendência Regional da Cobal*, pelo auditor *Geová Lins dos Santos*, por ser responsabilizado pelas irregularidades no órgão.

13 - Sai o primeiro número do jornal *JD-A coragem de dizer*, diário de oposição, editado por *Dorian Sampaio*. Sua equipe de jornalistas reunia os nomes: *Agostinho Gosson*, *Eunivaldo Pereira*, *Júlia Miranda*, *Paulo Limaverde*, *Rodolfo Espínola* e *Valdemar Menezes*. A redação ficava na Rua Carlos Câmara n. 1048, Gentilândia. Curio-

sidade: neste número é publicado o último artigo escrito por Jáder Moreira de Carvalho *(Jáder de Carvalho)*. Quando o jornal saiu, Jader já era morto.

13 - Morre, em Fortaleza, às 22h30, o conhecido comerciante *Gustavo Silva*.

15 - Criada, na cidade do Rio de Janeiro, reunindo intelectuais e cientistas cearenses residentes naquela cidade, a *Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro*, que teve como primeiro presidente *Dagmar Aderaldo Chaves*.

17 - Morre, aos 74 anos de idade, o empresário Antônio Gomes Guimarães *(Antônio Guimarães)*, vítima de parada cárdio-respiratória, sendo sepultado no dia 19.

17 - O jornalista *Nelson Faheina* recebe, na Câmara Municipal de Fortaleza, o título de *Cidadão de Fortaleza*.

17 - Empossado na *Coordenação do Projeto Rondon* em Fortaleza, José Ribamar *Aguiar Júnior*.

20 - Morre, em Fortaleza, vítima de enfarte do miocárdio, no Hospital do INPS, o médico cearense de Fortaleza nascido em 16/02/1927, Germano Fabrício Riquet *(Germano Riquet)*, aos 58 anos de idade.

23 - Posse, no *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, de Carlos Mauro Cabral Benevides (*Mauro Benevides*).

Setembro

1°. - Veículos em "pega" matam três pessoas na Aldeota: o jornalista *Edvar de Sousa*, o gráfico *Francisco Nonato de Amorim Alves*, da *Tribuna do Ceará*, e o jovem *Ricardo Martins Bayma*, que vinha no carro causador do acidente.

1°. - Morre, aos 67 anos de idade, na Casa de Saúde São Raimundo, vítima de desastre automobilístico ocorrido no km 103 da BR-222, na localidade de Moreiras, Itapajé, o comerciante e deputado estadual *Osiris Pontes*, cearense de Massapê nascido em 19/08/1918. Seu corpo foi velado na Assembléia Legislativa e sepultado no Cemitério São João Batista. Foi deputado constituinte em 1947 ao lado de seu irmão José Pontes Neto.

6 - Inaugurada a nova sede do jornal *Tribuna do Ceará*, na Avenida Desembargador Moreira, em frente à Assembléia Legislativa.

6 - O Tribunal Regional Eleitoral - TRE, por unanimidade, acolhe o recurso impetrado pelo Ministério Público, determinando a cassação do registro da candidatura de *Sérgio Filomeno* à Prefeitura de Fortaleza.

10 - A Emurf inicia o alargamento da *Rua Liberato Barroso* entre a Rua 24 de Maio e a Avenida Tristão Gonçalves, para facilitar a entrada e saída dos ônibus da Praça José de Alencar. Nada adiantou, pois hoje os ônibus só entram e há um grande espaço ocioso.

11 - A antiga praça da Igreja Matriz de Messejana, que se chamou *Praça Conselheiro Tristão* e depois foi *Praça da Conceição*, passa a denominar-se *Praça Vereador José Barros de Alencar*. O vereador bem que merece o seu nome em uma praça, mas não aquela, que desde tempos imemoriais era dedicada ao Conselheiro Tristão de Alencar Araripe.

16 - Eleito o primeiro presidente do *Sindicato das Agências de Propaganda do Ceará*, o publicitário *Assis Vieira*.

20 - Encontrado morto em seu apartamento, no Papicu, o engenheiro *Ian de Sousa Carvalho*, de 51 anos de idade.

23 - Morre, aos 43 anos de idade, José Pinto Teixeira Filho, o *Jet Ring*, vítima de acidente quando realizava testes com um motor de um girocóptero que montava em sua própria casa.

28 - Entrega do Troféu *Sereia de Ouro*, do Sistema Verdes Mares de Comunicação, no seu décimo quinto ano, ao político Carlos Mauro Cabral Benevides *(Mauro Benevides)*, artista plástico Clidenor Capibaribe Moura *(Barrica)*, diplomata Dário Moreira de Castro Alves *(Dário de Castro Alves)* e *Dom Raimundo de Castro e Silva* em festa no Ideal Clube.

Outubro

3 - *João Batista Alexandre da Silva*, débil mental, 25 anos de idade, sobe na torre da TV Cidade, Canal 8, às duas horas da manhã e fica até 8h30, dando um pulo para a morte que foi documentada por vários repórteres fotográficos.

4 - Criado em Fortaleza o *Serviço Especial de Defesa Comunitária - Decom*, para proteger a economia popular. Hoje chama-se *Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Decon*. O órgão é um dos primeiros do país, só antecedido pelo de Santa Catarina.

5 - Nos 50 anos do *Tribunal de Contas do Ceará* são inaugurados um busto do *ministro Antônio Coelho de Albuquerque* feito pelo escultor *César Teles* e uma placa de bronze na entrada do Edifício Presidente Antônio Coelho (antigo Edifício Pajeú), sua sede, na Rua Sena Madureira n. 1047.

9 - Tem nova denominação, a *Praça Martins Dourado*, que passa a chamar-se, por força da Lei n. 5.995, do dia 20 de setembro, publicada no Diário Oficial do Município n. 8.236, *Praça Deputado José Filomeno*, espaço entre a Rua Doutor Zamenhoff, Rua Gilberto Studart, Rua Almeida Prado e Rua Bento Albuquerque.

9 - Morrem nove pessoas e quatro outras saem gravemente feridas em conseqüência de desastre envolvendo uma camioneta Rural e um caminhão transportador de gado bovino, ocorrido no km 205 da BR-116.11.

- Sai a Lei Municipal n. 6.512, que tomba a *Ponte dos Ingleses*, na Praia de Iracema, que tinha o nome oficial de Viaduto Lucas Bicalho.

11 - O juiz de menores *José Maria Melo* é escolhido para o posto de desembargador do *Tribunal de Justiça*.

18 - O comerciante Antônio Alberto Ramalho Gondim, o *Gumercindo*, aos 52 anos de idade, morre, na sala de julgamento do Fórum Clóvis Bevilaqua, após ter confessado que matou sua esposa. Foi sepultado no dia 20, no Cemitério Parque da Paz.

21 - Aberto o *I Festival de Fortaleza do Cinema Brasileiro*, em sessão solene no Cine São Luiz, com apresentação do filme "Tudo é verdade", filmado em Fortaleza.

22 - Morre, aos 50 anos de idade, o comerciante Aurilo Gurgel Nepomuceno *(Mincharia)*, boêmio da Praia de Iracema, aracatiense nascido em 03/12/1934.

27 - Morre, vítima de acidente automobilístico, o comerciante *João Assunção Cavalcante*.

28 - A *Associação dos Servidores Civis do Brasil - Delegacia Regional do Ceará* instala-se em sede própria na Rua Nunes Valente n. 1560, que recebe o nome de Delegacia Regional Governador Gonzaga Mota. A sede anterior ficava na Rua João Cordeiro n. 881.

Novembro

9 - Terminada a auditagem na *Cobal*, sendo demitido o ex-superintendente *José Ribamar Colaço*.

15 - 492.802 eleitores vão às urnas em Fortaleza para escolha do novo prefeito. Há 23 anos não havia eleições para o cargo. O favorito é Antônio *Paes de Andrade* (PMDB), que tinha como vice Narcélio Sobreira Limaverde *(Narcélio Limaverde)*; seguido de Lúcio Gonçalo de Alcântara *(Lúcio Alcântara)* (PFL) vice: *Evandro Ayres de Moura*; *Maria Luísa Fontenele* de Almeida (PT) vice: *Américo Barreira*; Moema Correia São Thiago *(Moema São Thiago)* (PDT) vice: Francisco *Flávio Torres* de Araújo, Antônio Alves de Morais *(Antônio Morais)* (PTB/PDS) vice: *José Aragão e Albuquerque* Júnior (PDS); *Humberto Bevilaqua* Vieira (PL) vice: *Célia Maria Gaspar Albano*; e Francisco *Tarciso Leite* (PSC) vice: *Marcelo de Melo Brasil*.

18 - Surpreendente o resultado das eleições: vence as eleições *Maria Luísa Fontenele* de Almeida, com mais de 11 mil votos acima do segundo colocado. *Maria Luísa Fontenele* de Almeida (PT) obtém 159.846 votos; Antônio *Paes de Andrade* (PMDB), 148.437; Lúcio Gonçalo de Alcântara *(Lúcio Alcântara)* (PFL), 121.326; Antônio Alves de Morais *Antônio Morais* (PTB-PDS), 27.204; *Tarciso Leite*, (PSC), 4.303; Moema Correia São Thiago *(Moema São Thiago)*, (PDT), 3.692; e *Humberto Bevilaqua* Vieira (PL), com 405 votos.

24 - Apavorada, a população do Conjunto Prefeito José Walter, com a presença de um *maníaco* que ataca crianças e idosos, *cortando-lhes as nádegas*.

26 - Morre em Fortaleza, aos 87 anos de idade, o comerciante *Pedro Eugênio de Sousa*, ex-proprietário da Empresa de Doces Gelados

Ltda., da qual fazia parte a Sorveteria Nice, na Rua Guilherme Rocha. Era natural de Fortaleza, nascido em 02/12/1897.

Dezembro

5 - A Lei n. 6.038 extingue o *Departamento de Vigilância Municipal* e cria a *Guarda Municipal de Fortaleza*, de funções similares.

6 - Morre, aos 63 anos de idade, o pintor primitivista Francisco Domingos da Silva *(Chico da Silva)*, natural de Alto Tejo, Amazonas.

6 - Assume a presidência do *Centro Industrial do Ceará - CIC*, o industrial Francisco de Assis Machado Neto *(Assis Neto)*.

13 - A *Cobal* tem nova direção. Assume a Superintendência *Regina Pimentel*, no lugar de *José Ribamar Colaço*, que foi demitido no dia nove do mês anterior.

13 - O Diário Oficial do Município - Dom n. 8.280 publica em suas páginas o texto da Lei n. 6.030, de 26/11, que concede o título honorífico de *Cidadão de Fortaleza* ao artista plástico Clidenor Capibaribe, conhecido por *Barrica*.

14 - *Maníaco sexual* volta a atacar, desta feita no Conjunto Industrial, onde retalhou as nádegas de uma menor de 13 anos de idade.

14 - Cai uma *chuva* de 67,6 milímetros em Fortaleza, causando a interdição do Aeroporto Pinto Martins, derrubando árvores, causando inundações, matando uma pessoa e deixando muitas ao desabrigo.

22 - Encerra-se o *Campeonato Cearense de Futebol* com o jogo entre o *Fortaleza Esporte Clube* e o *Ceará Sporting Clube*, empatado em 0x0, realizado no Estádio Plácido Aderaldo Castelo, "Castelão". O *Tricolor* jogava pelo empate, sagrando-se assim *Campeão de 1985*.

23 - Assassinado, no Clube Líbano Brasileiro, na Rua Tibúrcio Cavalcante n. 271, Aldeota, o fotógrafo *José Pontes Rocha*, proprietário do *Estúdio Fotográfico Pontes*.

23 - Morre, aos 35 anos de idade, o advogado *José Carvalho Maia*, vítima de desastre automobilístico na BR-222.

24 - Morre, aos 70 anos de idade, o farmacêutico Eliezer Forte Magalhães *(Eliezer Magalhães)*, ex-deputado estadual, cearense de Quixadá nascido em 29/07/1915.

27 - Morre, vítima de atropelamento, no cruzamento da Rua Clarindo de Queiroz com Rua Barão do Rio Branco, o coronel da Polícia Militar do Ceará, João Batista de Sousa Brandão *(João Batista Brandão)*, músico que dirigiu a Banda de Música de sua corporação em 1935. Pai do também maestro e músico Mozart Brandão. Era nascido em Santana do Acaraú, CE, no dia 15/05/1891.

- Fortaleza contava com uma população de 1.582.414 habitantes, em recenseamento oficial realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Dessa população, 386.835 são flagelados, das secas ou das enchentes.

NOTAS E TRANSCRIÇÕES

Geopark Araripe
A história do passado escrevendo o futuro*

Geopark Araripe: o primeiro do Hemisfério Sul

As riquezas geológicas e paleontológicas engrandecem a região do Cariri e escrevem os cadernos de memórias da história do planeta. Um privilégio que com muita honra chama atenção do mundo para o estado do Ceará.

A instalação do Geopark Araripe complementa um cenário que é de poucos – hoje existem somente 50 geoparks no mundo, sendo 18 na China, 30 na Europa e 1 no Irã. O Geopark Araripe é o primeiro do continente americano e do Hemisfério Sul.

A Bacia do Araripe é detentora do maior depósito geológico e paleontológico da era cretácea do mundo, caracterizado pela elevada densidade, diversidade e excepcional preservação de seus fósseis. São reservas com muitas áreas ainda inexploradas, com significado geológico especial e registro de rochas das eras pré-cambriana, paleozóica e mesozóica. O Geopark da Bacia do Araripe envolve uma área de 10 mil km², sem equivalente no mundo na presença da fauna e da flora, com fósseis de 70 a 120 milhões de anos em abundância, diversidade e estado de preservação. Há similares das espécies na África, indício de quando os continentes foram um só.

O Araripe tem mais de um terço de todos os pterossauros descritos no mundo, mais de 20 ordens de insetos, único registro de interação insetoplana. No Geopark, com sítios de visitação dotados de painéis educativos, vai ser possível acompanhar a evolução das rochas, minerais e da vida no continente.

---

*Edição: Mara Cristina Castro. Estagiária: Lisiane Linhares. Transcrição do jornal *Diário do Nordeste.* Fortaleza, Ceará. 21 de dezembro de 2006.

As rochas do Geopark Araripe também comprovam de forma convincente a ocorrência, já de épocas remotas da história da terra, de diversas mudanças climáticas, com grandes modificações ambientais. Regiões terrestres, por exemplo, foram recobertas com depósitos de lagos de água doce e de lagunas com sedimentos marítimos.

As condições climáticas tropicais e subtropicais alternaram-se com a formação de desertos. De maneira geral, o Araripe é uma janela única que possibilita o conhecimento de uma fase extremamente interessante da história da Terra e, juntamente com a biosfera como um todo, um excepcional parque natural internacional.

Decreto viabiliza avanços na região

O primeiro passo para a conquista do Geopark foi dado no dia 4 de dezembro, com a assinatura do decreto de criação das Unidades de Conservação que formam o projeto pelo governador do estado, Lúcio Alcântara, e do secretário da Ciência e Tecnologia, Hélio Barros.

Durante a solenidade realizada no Memorial Padre Cícero, em Juazeiro do Norte, o governador do estado destacou a importância do projeto ao ressaltar o avanço considerável na área do turismo e da paleontologia. Lúcio Alcântara acrescentou ainda a possibilidade de um trabalho mais eficaz das pesquisas direcionadas ao potencial da região.

Com a riqueza de vestígios da vida há 110 milhões de anos, a bacia sedimentar do Araripe abriga partes da história evolutiva do planeta. Abrangendo ainda os estados de Pernambuco e Piauí, a bacia se estende do Ceará à fronteira da Paraíba, o que amplia a influência do Geopark em outros estados do Nordeste, de acordo com recomendações da Agenda 21, consenso internacional nas políticas de meio ambiente.

A criação do Geopark Araripe é um marco para a história do país. Para a região do Cariri, a conquista vai além da preservação da história e do meio ambiente, trazendo também a possibilidade

de atração de adeptos do turismo científico de todas as partes do mundo. Isso significa ainda o desenvolvimento do estudo de fósseis da região, que teve início há 144 milhões de anos e marcou a extinção dos dinossauros.

Selo Unesco: visibilidade internacional

Em setembro, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) aprovou o projeto de criação do Geopark Nacional da Bacia do Araripe. O reconhecimento é resultado de pesquisa realizada pela comitiva da Unesco realizada entre os dias 19 e 23 de junho, com o objetivo de reconhecer os trabalhos preparatórios de implantação do Geopark.

Durante cinco dias, a diretora da Divisão de Ciências da Terra, Margarete Pstzak, a diretora do Geopark Bergstrasse Odenwald, Jutta Weber, e o paleontólogo Gero Hillmer, da Universidade de Hamburgo, Alemanha, visitaram os locais escolhidos para sediar os nove "Geotopes" que formam o Geopark. Três são localizados em Santana do Cariri (no Pontal de Santa Cruz, no Sítio Cana Brava e na mina de Gipsita Chaves); dois em Missão Velha (um na cachoeira e outro na floresta fóssil); um em Nova Olinda (na mina do Triunfo); um no Crato (pedras do Rio Batateiras, na cascata do Lameiro); um em Juazeiro do Norte (na Colina do Horto) e um em Barbalha (no Riacho do Meio).

O Geopark é uma proposta da divisão de ciências da terra da Unesco, voltada principalmente à promoção e proteção de territórios especiais com relevantes valores de patrimônio geológico-paleontológico, educacional, cultural e recreativo em nosso planeta, Sua criação garante a proposta de desenvolvimento auto-sustentável, proporcionando melhoria de vida para a população da área, mas preservando a valorização do meio ambiente. Com a aprovação do projeto, o Geopark no Ceará passa a ser o único das Américas. O selo da Unesco faz com que a região ganhe visibilidade internacional e abre caminho para a captação de recursos no Brasil e em outros países.

O espaço atrai interesse para o turismo científico e ecológico, gerando renda para o setor hoteleiro da região e para a população local.

O nascimento da proposta

A instalação do Geopark Araripe foi proposta pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará e está sendo coordenada pela Universidade Regional do Cariri (URCA), com o apoio do governo do estado. O projeto conta ainda com o apoio do governo da Alemanha, via Serviço Acadêmico de Intercâmbio Alemão (DAAD) e fundos do Ministério Alemão para a Cooperação e Desenvolvimento-BMZ. As seguintes instituições também são parceiras da iniciativa: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Serviço Geológico do Brasil (CPRM); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Centro de Tecnologia Mineral (CETEM); Fundação Casa Grande Nova Olinda; prefeituras dos municípios que integram o Geopark; e Universidade da Califórnia, em Berkeley, entre outros.

De acordo com o secretário de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará, Hélio Barros, o projeto surgiu a partir de uma iniciativa do então diretor do DAAD no Brasil, Friedhelm Schwamborn. Em seguida, ele indicou o geólogo Gero Hillmer, da Universidade de Hamburgo, para visitar o Ceará e discutir um projeto para desenvolver a paleontologia da região do Araripe, no Cariri. Como fruto dessa colaboração, em 2003, surgiu a idéia de criação do Geopark. Ainda, segundo Barros, a última etapa foi uma conversa com o diretor-geral adjunto da Unesco, Márcio Barbosa, que lhe assegurou o apoio para a iniciativa.

Uma das instituições que apoiou financeiramente a fase de elaboração do projeto foi o DAAD que concedeu, durante um ano, uma bolsa para que o geólogo Gero Hillmer atuasse como consultor do trabalho no Brasil.

A instituição alemã também pagou as passagens para viagens do reitor da Urca, André Herzog, e do diretor do Museu de Paleontologia da Universidade Alexandre Feitosa, para conhecerem os Geoparks da Europa e participarem de estágios na Universidade de Hamburgo.

Em dezembro de 2005, o governo do estado do Ceará apresentou postulação, junto à Divisão de Ciências da Terra da Unesco, para o reconhecimento e aceitação do Geopark Araripe como membro efetivo da rede mundial de Geoparks, sob a direção da Unesco."O governo do Ceará apoiou a iniciativa com a ação de oito secretarias, com destaque para a Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional e para o reitor da Urca, André Herzog, que tem sido o grande condutor do projeto", afirma Barros.

O Geopark Araripe esta situado a 540 quilômetros de Fortaleza, com acesso por estrada asfaltada ou pelo aeroporto de Juazeiro do Norte. Ele conta com uma área de 5 mil quilômetros quadrados que envolve seis municípios da região do Cariri, no sul do Ceará: Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Barbalha e Santana do Cariri.

A riqueza do passado

Há vinte anos a Urca trabalha esta riqueza do passado com a instalação do Museu de Paleontologia de Santana do Cariri, com acervo de mais de 5 mil peças, avaliado em US$ 20 milhões. Por isso, as instalações estão sendo ampliadas, com novo projeto arquitetônico. O governo do estado já investiu mais de R$ 3 milhões no Geopark.

O projeto aprovado inclui a instalação de pontos de visitação em Santana do Cariri, Nova Olinda, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha e Barbalha com a potencialização de corredores turísticos e com a atração do turismo científico internacional. Placas didáticas foram afixadas em mais de 60 localidades na região sul do estado.

A história geológica da terra está documentada na região, com maior visibilidade no Pontal de Santana, na cachoeira de

Missão Velha, nas aflorações de granito no horto, em Juazeiro do Norte, e floresta de fósseis em Abaiara (Barbalha). A Urca já recebeu uma área de 18 hectares onde funcionava uma mina de calcáreo laminado em Nova Olinda.

Outro ponto que se destaca no conjunto é a Floresta Nacional do Araripe. Com 60 anos, ela é a primeira unidade de proteção do país e conta com 500 km². Uma ilha de biodiversidade no semi-árido nordestino que atende ao interesse da Unesco em promover a proteção ao meio ambiente.

Uma lei estadual já declarou Santana a capital cearense da paleontologia. "O Geopark vai contribuir para gerar uma nova consciência" afirma André Herzog.

Compreendendo a evolução

O Geopark do Araripe é formado por nove sítios de interesse, definidos pela relevância geológica e paleontológica e que receberam a denominação de geotopes. "Os geotopes são considerados imprescindíveis à compreensão da origem, evolução e atual estrutura da bacia sedimentar do Araripe", explica Hélio Barros, secretário de Ciência e Tecnologia.

Entre os geotopes que compõem o Geopark, constam o de Santana, no Sítio Cana Brava, próximo da cidade de Santana do Cariri. Considerado como um dos principais componentes do parque,o geotope de Santana está situado numa área da Universidade Regional do Cariri, de 18 hectares, rica em concreções fossilíferas do Cretáceo. É vinculado ao museu de Paleontologia da Urca, que conta com uma coleção de cerca de sete mil fósseis do Cretáceo e recebe mais de 20 mil visitantes por ano.

Outro geotope é o de Arajara. Trata-se de uma área de floresta de mata úmida, nascentes e estrutura para recepção de turistas, estudantes e pesquisadores, situada no Parque Riacho do Meio, em uma altitude de 960 metros acima do município de Barbalha. Entre as atrações, também consta o geotope Nova Olinda, situado a 3 quilômetros da cidade do mesmo nome, que guarda fósseis de invertebrados, vertebrados e plantas.

Os fósseis de Santana

"Todos os nove geotopes representam situações de grande significado científico para a compreensão da Terra e da vida, que precisam de preservação por serem únicos no planeta com suas características", afirma o secretário.

Os fósseis mais conhecidos mundialmente, únicos quanto ao estado de conservação, são os de Santana, presentes hoje em dia em todas as coleções científicas do mundo. Levam esse nome por causa da localidade de Santana do Cariri, na Chapada do Araripe, Ceará.

O Museu de Paleontologia, que faz parte da Urca, localizado desde 1986 em Santana do Cariri, atualmente está sendo reformado e modernizado, com custos elevados.

Os fósseis de Santana permitem reconstruir uma das fases mais importantes da história da Terra; a separação do continente primordial de Gondwana, ocorrida há cerca de 120 milhões de anos, quando surgiu, entre outras coisas, o Oceano Atlântico.

Antes de preservar um dos maiores tesouros arqueológicos do planeta, o Geopark Araripe está preservando a qualidade de vida do homem do Cariri.

Por iniciativa do governo do estado através da secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação, coordenado pela Universidade Regional do Cariri, foi criado o Geopark Araripe. Considerado o maior depósito paleontológico da era cretácea do planeta, localizado no Sul do Ceará, com aproximadamente 5.000 km² de área, reconhecido pela UNESCO como membro efetivo da rede mundial de Geoparks. Hoje o Geopark Araripe colabora para a divulgação das geociências, principalmente da paleontologia, propiciando a educação ambiental, o estímulo à preservação e à divulgação do patrimônio paleontológico com o turismo científico qualificado, contribuindo diretamente para o desenvolvimento sustentável da região do Cariri.

PALESTRAS

O Banco Provincial do Ceará

Eduardo Bezerra Neto*

Após a criação do Banco do Brasil, em 1808, várias Províncias do Império constituiram seus bancos provinciais. Os estatutos dispunham que realizariam operações de financiamento mediante desconto de títulos, mas que também seriam bancos emissores de papel-moeda. Houve iniciativas dessa natureza no Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul. Por razões diversas e em datas distintas todos encerraram suas atividades.

O primeiro Banco Provincial constituído foi o do Ceará. A iniciativa coube ao Presidente da Província, José Martiniano de Alencar, pessoa dotada de mente brilhante, criativa e de grande capacidade de ação. O Presidente Alencar tornou oficial idéia de criação do banco no pronunciamento proferido na sessão da primeira legislatura da Assembléia Provincial do Ceará, no dia 7 de abril de 1835. A constituição e instalação ocorreram no dia 7 de setembro do mesmo ano. Entrou em funcionamento em 1836.

A transcrição integral dos Estatutos está preservada na *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo XIII, 1899, p. 176 a 179. Nela existe referência que a publicação original foi feita na Typographia Patriotica, também no ano de 1835. Respeitando a grafia da época, tinham a redação que se segue:

ESTATUTOS DO BANCO PROVINCIAL DO CEARÁ

Art. 1. - Estabelecer-se-ha, na cidade de Fortaleza, um Banco de Circulação e Depósito, que se denominará Banco Provincial do Ceará, o qual durará por espaço de dez an-

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

nos, se antes disto a maioria dos Accionistas não resolver a sua extincção: o tempo de sua duração será contado do dia do começo das suas operações.

Art. 2. - O seu capital não poderá ser elevado acima de 400 contos de réis, divididos em acções de 100$000 réis, que serão realisadas pelos subscriptores em moeda de prata ou oiro pelo valor designado na Lei de 8 de Outubro de 1833, em pagamentos periodicos de maneira seguinte: no 1.° periodo 30$000 réis, no 2.° 35$000 réis, e no 3.° igual quantia, intermediando o prazo de seis mezes de um a outro pagamento.

Art. 3. - Qualquer subscriptor poderá no 1.° fazer effectiva a entrada do total das acções que subscrever, ou de duas partes dellas, das quaes terá o dividendo correspondente; aquelle, porem, que deixar de fazer as entradas das contas de suas acções nos periodos designados não terá direito a dividendo algum.

Art. 4. - A proporção que se for realisando a entrada das acções, a Commissão nomeada para recebel-as, dará ao Accionista uma cautela, que depois de installado o Banco, será substituida por uma apolice, que lhe servirá de titulo de suas acções: esta apolice poderá ser transferida a outrem, precedendo as necessarias declarações no livro competente; e o novo possuidor ficará gosando dos mesmos direitos que, aquelle que transferir, gosava.

Art. 5. - Será livre a qualquer individuo, Nacional ou Estrangeiro, da Companhia, subscrever até duzentas acções, e não mais, e nem será permittido á alguém accumular maior numero, ainda que seja por meio de compra.

Art. 6. - Logo que a Commissão nomeada para receber o valor das acções tiver a quantia de vinte contos de réis, convidará a todos os possuidores das mesmas, para em Assembléia Geral fazerem a installação do Banco e nomeação dos Directores.

Art. 7. - Reunida a Assembléia Geral dos Accionistas, proceder-se-ha á eleição de tres Directores e tres Thesou-

reiros, dos quaes cada um servirá dous mezes effectivamente, e todos juntos formarão a Junta de Direcção do Banco, que se reunirá em sessão ordinária duas vezes por semana, e extraordinariamente todas as vezes que for necessario. Esta eleição será renovada de seis em seis mezes.

Art. 8. - A Junta será presidida pelo Director que estiver de serviço effectivo, e na sua falta pelo Thesoureiro, e em falta deste pelo Director que tiver servido no mez antecedente. Todos os negocios serão decididos á pluraridade de votos: o empate importa a regeição da questão. Quatro membros reunidos podem deliberar.

Art. 9. - A nomeação da Junta de Direcção do Banco será feita por votação de todos os Accionistas, podendo os que morarem fora da Capital remetter seus votos em carta fechada, e só não votarão os que residirem fora da Provincia.

Art. 10. - O numero de votos, a que os Accionistas terão direito para a elição da Junta, será regulado pelo numero de acções, nas proporções seguintes: por uma acção até 2, um voto; por cada 2 acções, não excedendo de 10, um voto; por cada 4 acções acima de 10, não excedendo de 30, um voto; por cada 6 acções acima de 30 e não excedendo 60, um voto; por cada 8 acções acima de 60, e não excedendo 100, um voto; por cada 10 acções acima de 100 e não excedendo de 150, um voto; por cada 25 acções acima de 150, e não excedendo de 200, um voto.

Art. 11. - O Banco terá por objecto de suas operações dar dinheiro a premio, nunca a menos de meio por % ao mez, nem por maior prazo do que o de um anno: 1.° sobre hypotheca de joias de oiro e prata, pedras preciosas e moradas de casas, dentro da Cidade, por dous terços do seu valor em moeda de prata ou oiro, na forma da Lei; 2.° sobre fiança de qualquer Accionista até o valor de suas respectivas acções; 3.° sobre letras endossadas por tres negociantes ou quaesquer outros individuos chãos e conhecidamente abonados.

Art. 12. - Findo o prazo da hypotheca, se não forem remidos os penhores, proceder-se-hão immediatamente ás formalidades legaes para o pagamento do Banco, pondo-se em deposito o excesso para ser entregue ao seu respectivo dono.

Art. 13. - Os Directores que derem dinheiro a premio sem as seguranças exigidas no art. 11, serão responsaveis por seus bens pelo bom e real embolso das quantias que tiverem sahido do cofre.

Art. 14. - O Banco poderá também descontar letras de cambio pagaveis na mesma especie de oiro e prata, na razão do valor legal, sendo as letras revestidas dos requisitos exigidos no art. 11; e os que fizerem semelhantes transacções serão por ellas responsáveis na forma do artigo antecedente.

Art. 15. - Do dinheiro, que se depositar no Banco, não se pagará premio algum; dos trastes, porem, de oiro, prata ou joias pagarão seus donos meio por % ao mez sobre seo valor.

Art. 16. - O dividendo dos lucros do Banco será feito todos os semestres.

Art.17. - O banco não poderá celebrar transacções algumas com o governo sob pena de ficarem inteiramente, nullas.

Art. 18. - Os predios ou trastes de oiro, prata e pedras preciosas, que o Banco houver de possuir em solução de suas dividas, serao immediatamente vendidos em hasta publica, e seo producto posto em giro.

Art. 19. - As notas do Banco terão a seguinte inscripção – *Ao Portador desta nota pagará á vista o Thezoureiro do Banco Provincial do Ceará a quantia de...em moeda de prata ou oiro na forma da Ley -*, e serão assignadas pelo Presidente e Thezoureiro em effectivo exercício, e endossadas no verso por alguns dos outros Directores. Estas notas serão das quantias de 6$ réis, 10$ réis, 20$ réis, 50$ réis e 100$ réis.

Art. 20. - Para a escripturação do Banco haverá um Guarda-livros, que vencerá o ordenado de 360$ réis annuaes, e um Caixeiro, que também servirá de porta fóra, com o ordenado de 240$ réis, também annuaes, pagos ambos a quartéis vencidos em notas do banco.

Art. 21. - Sempre que um ou outro Accionista, que possuão um número de acções acima de 20, exigirem um balanço no cofre do Banco, será este effectuado.

Art. 22. - O cofre do banco terá três chaves, das quaes uma estará na mão do Director, outra na do Thesoureiro, e a outra na mão do Guarda-livros, e, não poderá ser aberto sem a comcurrencia de todos tres.

Art. 23. - As operações do Banco, assim como os respecivos balanços, publicar-se-hão pela imprensa todos os semestres.

Art. 24. - Os presentes Estatutos serão obrigatorios até que uma Assembléia Geral de Accionistas julgue necessario alteral-os ou revogal-os.

Art. 25. - Os Directores farão os Regulamentos necessarios para o regimen interno da casa do Banco e de seus empregados; mas nunca alterando os Estatutos, que só poderão ser pela Assembléia Geral dos Accionistas.

Pelo que se constata, o capital não podia ultrapassar 400:000$000 (quatrocentos contos de réis), dividido em ações de 100$000 (cem mil réis). Este detalhe não contém novidade. Contudo, os Estatutos contemplavam três elementos distintivos: (1) Duração de 10 anos, salvo dissolução anterior mediante deliberação da maioria dos acionistas - art. 1. (2) Limite de subscrição de ações, por acionista, até duzentas, ou seja, 20:000$000 (vinte contos de réis) - art 5. (3) Sistema diferenciado de correspondência entre o número de ações subscritas e o número de votos correspondentes nas Assembléias Gerais - art. 10. Merece registro especial a redação do art. 5, que impedia a existência de um sócio majoritário, controlando individualmente o banco. Nenhum sócio poderia subscrever ações acima de metade do capital.

O maior acionista foi o próprio Presidente José de Alencar, com 20 ações, ou seja, o equivalente a 2:000$000 (dois contos de réis). Outros fizeram subscrições de 10 ações, ou 1:000$000 (um conto de réis); de 5 ações, ou 500$000 (quinhentos mil réis); de 4 ações, ou 400$000 (quatrocentos mil réis); de 2 ações, ou 200$000 (duzentos mil réis); de 1 ação, ou 100$000 (cem mil réis). Apenas para efeito de comparação, considere-se que a moeda de ouro de maior valor facial, em circulação, era de 20$000 (vinte mil réis). Vale dizer que uma ação do banco correspondia a cinco dessas moedas de ouro de maior valor. A partir dessa base pode-se calcular o que representou as subscrição de número mais elevado de ações do Banco Provincial do Ceará.

No início, o quadro de acionistas esteve assim composto:

ACIONISTAS

Com 20 ações: José Martiniano de Alencar.

Com 10 ações cada um: Joaquim Mendes da Cruz Guimarães e Manoel Caetano de Gouveia.

Com 5 ações cada um: José Antonio Machado, José Joaquim da Silva Braga, Martinho de Borges, Luiz Rodrigues Samico, José Maria Eustaquio Vieira, Francisco de Paulla Pessoa, Padre Manoel Ribeiro Bessa de Holanda Cavalcante e Manoel José de Albuquerque.

Com 4 ações cada um: Joaquim José Barbosa, Vicente Alves da Fonseca.

Com 2 ações cada um: José Dias Macieira, Antonio Telles de Menezes, Henrique Alves, Joaquim José Machado Pimentel, Pedro Lopes de Azevedo, João Facundo de Castro Menezes, Benedicto dos Santos.

Com 1 ação cada um: Joaquim José Rodrigues, João Franklin de Lima, Antonio Joaquim Pereira, Simão Barbosa Cordeiro, Francisco Xavier de Araújo Morgado, André Bastos de Oliveira, João Paulo de Miranda, Luiz Vieira da Costa Delgado Perdigão, Jorge Accursio Silveira, Pe. Bento Antonio

Fernandes, Manoel de Torres Câmara, Pe. Manoel Severino Duarte, Pe. Carlos Augusto Peixoto de Alencar, José de Castro e Silva, Manoel José de Vasconcellos, Ignácio Pinto de Almeida e Castro, Pe. Francisco de Paula Barros, Agostinho Francisco Barreto Tocantins, Pedro José Antonio Vianna, Manoel Delermano Paes, Francisco de Paula Martins, José de Castro Silva Junior, João da Rocha Moreira, Thomaz Lourenço da Silva Castro, Joaquim José Barbosa Junior e Pe. Antonio de Castro e Silva.

Desta primeira lista de acionistas constata-se que o capital inicial subscrito do Banco atingiu a 12:800$000 (doze contos e oitocentos mil réis).

Tendo o banco sido criado em 1835 e datando o início de suas operações de 1836, deduz-se que a subscrição e integralização do capital mínimo de 20:000$000 (vinte contos de réis) para a realização da Assembléia Geral somente ocorreu no ano seguinte ao da criação. Desconhece-se os componentes do quadro de acionistas no ano da Assembléia Geral e o respectivo número de ações subscritas.

Não deve ter sido fácil o entendimento do artigo 10 dos Estatutos. Revelou-se bastante confuso o sistema de correspondência entre o número de ações subscritas e o número de votos admitidos nas Assembléias Gerais. Sem dúvida, foi em meio a vários questionamentos sobre a interpretação do citado artigo 10, que se realizou a Assembléia. Nela foi eleita a primeira Junta de Diretores, composta pelos acionistas Joaquim José Barbosa, José Antonio Machado e Joaquim da Silva Braga. Para Tesoureiros foram eleitos os acionistas Manoel Caetano Gouveia, Martinho de Borges e Luiz Rodrigues Samico. João Batista de Castro Silva foi nomeado Guarda-Livros (Contador).

Permaneceu longe de ser obtida a subscrição e integralização do teto do capital, conforme previsto nos Estatutos. Apesar de incontáveis apelos feitos pessoalmente pelo Presidente da Província, José de Alencar, seguindo-se ao valor inicial subscrito o máximo alcançado foi de 60:000$000 (sessenta contos de réis), equivalentes a apenas 15% do teto admitido estatutariamente.

Foi um banco emissor de dinheiro. Os valores previstos no art. 19 dos Estatutos foram modificados para comportar notas (cédulas) de 1$000, 2$000, 5$000, 10$000, 20$000, 50$000 e 100$000. Todas eram assinadas por membros da Junta Diretora. Circulavam como moeda corrente, visto que em acordo com os Estatutos eram lastreadas em prata ou ouro.

Convém reproduzir a redação do que deveria constar nas notas do banco, consoante o citado art. 19:

> Ao Portador desta nota pagará á vista o Thezoureiro do Banco Provincial do Ceará a quantia de ... em moeda de prata ou oiro na forma da Ley.

É preciso ter em conta que, em pleno século XIX, o meio circulante em todos os países tinha base em lastro metálico. Usualmente ouro, mas também prata. O padrão ainda prevalecia no Brasil República. A título de exemplo, em 1891 foi feita uma emissão de moedas de prata com valor facial de 2$000 que praticamente foi toda ela destinada ao Banco da Inglaterra, como pagamento de parte da dívida brasileira. As poucas moedas disponíveis entre colecionadores são hoje bastante raras.

A regra básica que regia o meio circulante ligava-se à competência dos respectivos governos em estabelecer o peso de ouro correspondente à unidade monetária do país. Ou o equivalente em prata. Dessa forma, as cédulas funcionavam como elementos facilitadores das transações correntes e de guarda de valores. Aos detentores de papel-moeda, era facultado recorrer ao banco emissor para receber o ouro (ou a prata) correspondente às cédulas apresentadas.

Esta regra da política monetária praticada oferece o fundamento para entender a curta vida do Banco Provincial do Ceará. Várias razões permitem deduzir o insucesso do banco. De imediato, existem as de ordem técnica. Em estreita conexão, as de ordem política.

As de ordem técnica principiam pelo fato de que negociantes de sucesso não se transformam de imediato em banqueiros bem-sucedidos. Administrar uma casa comercial e um banco são

duas realidades distintas. Faltou uma pessoa que dominasse Técnica Bancária nos escalões de gestão do Banco Provincial do Ceará. Decorrente do desconhecimento, segue-se o fator imediato: emitir moeda não se resume a lançar cédulas no mercado. O banco realizou financiamentos de 170:000$000 (cento e setenta contos de réis), dispondo de um capital subscrito e realizado de apenas cerca de um terço desse valor. Ao financiar atividades econômicas, a instituição estava cumprindo a sua finalidade e o fez com real proveito para a dinamização dos negócios na Província. Porém, a fragilidade do lastro contribuiu para determinar o término das operações.

Quanto às razões de ordem política, estas se ligam a que em 1837 assumiu um novo Presidente da Província, Manuel Felizardo de Souza Melo, filiado ao Partido Conservador. Este reuniu notas (cédulas) no valor de 12:590$000 (doze contos, quinhentos e noventa mil réis), assinadas por Diretores do Banco Provincial filiados ao Partido Liberal e exigiu a cobertura em ouro e prata, como previam os Estatutos.

Representou, sem dúvida, um golpe político de impacto. No entanto, ao mesmo tempo, configurou-se como uma manobra econômica calamitosa. O dinheiro estava aplicado em empréstimos, com prazos contratuais para reembolso. Era inviável fazer a entrega imediata do lastro de um valor assim tão elevado

A medida adotada pelo Governo da Província foi logo transformada em boato, com repercussão negativa na continuidade do banco. Como usualmente ocorre, o boato teve rápida propagação. A conseqüência foi uma corrida das pessoas que possuiam notas ou apólices em seu poder, exigindo o lastro metálico em ouro ou prata. As pressões do Governo e dos particulares colocaram a instituição em situação insustentável. As negociações de resgate foram penosas. Em 30 de maio de 1839 o Banco Provincial do Ceará encerrou suas operações.

O golpe político surtiu efeito naquele primeiro momento, porém deixou seqüelas. Outras iniciativas para criar bancos no Ceará, no século XIX, nenhuma delas teve sucesso. O Presidente Souza Melo revelou competência em aplicar um golpe baixo político-

partidário. Junto ao golpe, demonstrou mediocridade na gestão econômica da Província. Prejudicou a economia de uma terra em eterna luta para elevar o volume das suas transações e melhorar o padrão de vida da sua população.

João Brígido, um jornalista extremamente crítico ao analisar a realidade cearense, na sua obra clássica *Ceará (Homens e Fatos)*, em relação ao Banco Provincial formulou uma avaliação que surpreende:

> 1836 – Neste ano instalou-se na Fortaleza um banco provincial de emissão e desconto, por iniciativa do presidente Alencar. Esta instituição de crédito influiu muito para o incremento que teve a cidade nessa administração, e fomentou o desenvolvimento da província no sentido da viação, colonização, açudagem, artes, ofícios etc.

O ano de 1839 assinala o encerramento das atividades regulares do Banco Provincial do Ceará, mas não o encerramento das questões de direito decorrentes da dissolução. Em 18 de março de 1851, doze anos após o encerramento das operações, o jornal *O Cearense* publicou um edital que reflete a seriedade dos acionistas e gestores:

> De ordem da Diretoria do extincto Banco Provincial do Ceará se faz publico que, tendo-se de ultimar a liquidação das contas do mesmo Banco, devem todos os possuidores de apolices e aquelles que se acharem por pagar de quaesquer dividendos, apresentar seus titulos legaes no prefixo prazo de 90 dias, a contar da data do presente annuncio, a fim de serem pagos com os fundos existentes em letras do dito Banco, que se passão a cobrar; e findo o mencionado prazo não serão mais admittidas reclamações.
>
> Fortaleza 25 de janeiro de 1851 – Augusto Carlos de Amorim Garcia.

A nota expressa que a Junta de Diretores honrou a sua responsabilidade de cobrar os devedores do banco, repassando o dinheiro correspondente aos credores.

Particularizando Joaquim José Barbosa, sócio e principal gestor do Banco Provincial do Ceará, que se esforçou ao máximo

para sustentá-lo, a ele não se aplica a responsabilidade direta pelo insucesso como banqueiro. Faltou-lhe conhecimento de Técnica Bancária, campo de estudo raro em seu tempo. Muito ao contrário, tem a seu crédito a visão e ousadia em conceber a economia cearense crescendo a um ritmo mais acelerado do que vinha acontecendo até então, reaplicando a poupança aqui mesmo gerada. Merece louvor e respeito pela coragem que demonstrou. Já não mais vivia quando o edital de 1851 foi publicado. Havia falecido em 1847.

Em conclusão, somente no século XX, quase um século mais tarde, o estado do Ceará passou a contar com bancos de capital local. Porém as condições de gestão eram outras bem diferentes.

Referências Bibliográficas

BACEN. *Iconografia do meio circulante do Brasil.* Brasília: Banco Central do Brasil, 1972.

BRÍGIDO, João. *Ceará (Homens e Factos)*. Rio de Janeiro: Typographia Bernard Frères, 1919.

GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará.* Fortaleza: Casa José de Alencar, Programa Editorial, 2000.

RIC. Estatutos do Banco Provincial do Ceará, in *Revista do Instituto do Ceará.* Anno XIII, Tomo XIII, Fortaleza: Typographia Studart, 1899.

Cédula (nota) de dois mil réis emitida pelo Banco Provincial do Ceará.

DISCURSOS

Saudando Ednilo Gomes de Soárez como Sócio Efetivo do Instituto do Ceará

Eduardo Campos*

Minhas Senhoras,
Meus Senhores;

Abro os braços, e os elasteço bem, sob a receptiva intenção de vos receber nessa Casa, Senhor Ednilo Soárez, centenária instituição a que os bons fados me ensejam, circunstancialmente e não por méritos, a privilegiada oportunidade de presidi-la. Mas atentai, não me vejo apenas assim, só de braços, que mais que braços o coração vos dou, largamente sensitivo e acolhedor.

Minhas Senhoras, meus Senhores;

Deixai-me reincidir em vezo meu de estando espertado a falar de outrem, o faça também de mim mesmo. O que, a bem pensar, poderia sugerir-vos atitude presunçosa ou de disfarçada impertinência, nada mais é que a necessidade de testemunhar, modo agradecido e pessoal, a tornar mais participativo e humano o tom do discurso.

Dessa forma mencionado, permito-me acrescentar, esclarecer:

Sempre considerei brevíssimo o espaço reservado pelos oradores postos na figura de recipiendários em sodalícios qual o nosso, à rememoração de circunstâncias que contribuíram, gizando-lhes, a formação educacional.

E assim mencionado, e sob o amparo desse raciocínio doume a empenho de, a esse instante, tentar reparar a omissão, tocado por boas lembranças que me animam quando a recordar as per-

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

sonalidades que mais contribuíram, a exemplo, para o meu aperfeiçoamento na vida: minha adorável mãe de berço, a Maria Dolores, historicamente minha primeira professora; a Senhora Maria de Jesus Melo, enternecida mestra que me garantiu desde cedo o direito de ousar, e finalmente - e dessa vez um irrepreensível varão, diligente e responsável educador, professor Edilson Brasil Soárez.

Quanto ao vosso genitor, Senhor Ednilo Soárez, há episódio que demonstra as dificuldades do relacionamento, pelos anos trinta, entre protestantes e católicos.

Na casa do menino que fui, e continuo sendo, esplendoroso céu de catecismo, aprendido à Igreja do Patrocínio, deixava-se caber por inteiro no oratório de cedro de minha mãe.

Aí, nesse santuário que hoje desapareceu na maioria dos lares, substituído por arremedo de bar, estacionavam misericordiosos santos reservados à proteção de cada um dos membros da família. Assim, como se descreve, cabia-me a mais doce das santas, a angelical Terezinha do Menino Jesus.

Éramos católicos e indisfarçadamente preconceituosos, pois minha mãe inflava de vaidade a jactar-se de, em breve, ter sobrinho padre, o então seminarista Expedito Eduardo de Oliveira, mais adiante Bispo de Patos, em Paraíba. Era o que na verdade pesava mais na reação quase ostensiva à possibilidade de o professor protestante incumbir-se de subtrair-me à minha visível insuficiência escolar.

Não foi ponderação do tolerante vigário da paróquia do Patrocínio; algum possível esmorecimento da ingênua intransigência doméstica sob conotação religiosa, ou submissão a insondáveis desígnios da vida humana, o fator modificador, decisivo, que culminaria por minar a resistência daquela fervorosa Mãe Cristã.

Não. Foi tão-só o renome da alta respeitabilidade do protestante professor, que aquiescia prazerosamente em me instruir, ensinando-me a mim ao que fazia de comum aos demais discípulos de sua escola, aí orientados como se o determinado mestre o fizesse aos próprios filhos.

Vem hora de esclarecer detalhe. O estabelecimento de ensino do professor funcionava na parte superior de edificação comple-

mentar da Igreja Presbiteriana de Fortaleza, fator a influir também, antes, negativamente, na imatura intransigência preconceituosa de minha mãe.

Mas nem isso foi-nos obstáculo.

Fizeram-me afinal aluno do 7 de Setembro, matriculado ao lado de Nertan Macedo, para curso intensivo de pelo menos quatro meses até o desafiador momento de admissão ao Liceu do Ceará.

Corrigidas as provas, coube ao mestre Edilson Brasil Soárez a inesperada iniciativa de adentrar a Secretaria do estabelecimento e, de lá, qual herói de grande batalha, exultante, surgir diante do pasmo do aluno afortunado a comemorar aos gritos: "Passamos!" - "Passamos!"

Fazia dele, merecidamente, a minha vitória.

Minhas Senhoras, meus Senhores:

A vida é realmente cheia de surpresas, e de caminhos que, sob caprichos inexplicáveis, muita vez se cruzam, pois, a meu ver, nada acontece por acaso.

Anos à frente, muito por diante, o professor ilustre e o aluno amadurecido novamente estão unidos, – e como! –, aquele à frente de vitorioso educandário que por então prosperara na cruzada de aperfeiçoar a mocidade estudantil, e o outro, não mais bisonho aluno mas radialista assumido, locutor de rádio, ambos significativamente responsáveis pela apresentação, nos estúdios da Ceará Rádio Clube, de programa especial comemorativo do 7 de Setembro.

Mais caminhos percorridos, e outra vez o mesmo cenário de inspiração religiosa, o da Igreja Presbiteriana da Sena Madureira – hoje de pé apenas na minha recordação –, balizando o nosso relacionamento.

O locutor está ali para transmitir o grande culto de Ação de Graças pelo término da Segunda Grande Guerra, e ali, mais uma vez vai deparar no templo – não podeis imaginar! – o ex-mestre, já agora destacado presbítero do templo.

E no coro, com voz e feição de anjo, a moça protestante com quem casaria depois de um ano, se tanto, o primo do Bispo, o filho da Mãe Cristã.

Mais dias vividos, mais surpresas, até o refulgir de novo dia, o de hoje, a culminar com aquele menino, cujos preconceitos religiosos se apagaram com o ecumenismo, a assumir a honrosa incumbência de presidir à expressiva solenidade de vossa posse, Senhor Ednilo Soárez, vós que sois ilustre descendente do inesquecível mestre, nos quadros do Instituto do Ceará, a mais expressiva instituição cultural do Ceará.

Mencionado em instigante livro de extraordinárias revelações, *O Poder do Mito*, de Joseph Campbell:

"Os navajos dizem: 'Oh beleza diante de mim, beleza atrás de mim, beleza à minha direita, beleza à minha esquerda, beleza acima de mim, beleza abaixo de mim, estou no caminho do pólen'".

Minhas Senhores, meus Senhores:

Os que adentram essa Casa, como vós, Senhor Professor Ednilo Soárez, tomam-se de espírito navajo, principalmente no trânsito desse esplêndido momento em que o Instituto altana-se, reconforta-se, com novas e significativas vitórias de sua atual Diretoria, e chama a atenção pelos ousados projetos que acaba de implementar, passando a viver com o agradável sentimento de que os bons fados, mais do que nunca, jamais o prodigalizaram com tamanha esplendência.

Em peça de Lope de Vega, "Fonte das Ovelhas", a personagem queria que a deixassem entrar no cenáculo das decisões, para participar do Conselho dos Homens, pois se não a permitissem dar votos, daria vozes.

Votos e vozes vós os dará nessa Casa, temos absoluta convicção, que em vós persevera a tradição de lutar até vencer, e a disponibilidade social e cristã de servir em todos o momentos .

Devo dizer-vos: o Instituto do Ceará está-se inaugurando em nova fase mais consentânea com o avanço tecnológico.

Não nos basta, a partir de agora, apenas cultuar o passado, a exercício de disciplina pelo reconhecimento do considerável acervo documental que nos legaram homens sábios como Capistrano de Abreu, Barão de Studart, Eurico Facó e os mais que nos precederam.

Impõe-se-nos o aproveitamento de novas técnicas, valorizar o livro e a sua propagação virtual; aproveitar os surpreendentes caminhos da informática, encurtar a distância entre os que se querem entender através da leitura, do conhecimento.

Desse modo criam-se e altanam-se os procedimentos de aplicação intelectual, de trabalho, de compreensão e utilização do documento histórico.

Não sem estorvos, obstáculos, para os que empreendem nesse desejável processo de revitalização.

Inquietante, por outro lado, afrontando-nos, o desestímulo em favor da cultura.

Os pobres não podem ler. E os ricos, inesperadamente, alimentam estatísticas de surpreendente omissão à leitura.

Nesse cenário em que cada vez mais padece o estímulo ao aprimoramento intelectual, dificil a manutenção, com dignidade, de instituições como a nossa.

Para atenuar ao menos essa situação urge estejamos constituídos não apenas corno bem comportada companhia de guardião de tradições.

Deveremos ser mais que retratos vaidosamente pendurados às paredes.

Senhor Consócio Ednilo Soárez;

Vós adentrais essa Casa em momento histórico de nossa afirmação cultural e científica, quando, e estamos a nos repetir, inauguramos diligente e ambiciosa postura de trabalho e realizações para os pósteros.

Logo mais, a toda certeza, seremos referência pelo bem-sucedido projeto de Organização e Disponibilização do Acervo Documental do Instituto do Ceará.

Sede, portanto, bem-vindo não para o ócio, mas para o trabalho, para a ventura dos grandes desafios que nos aguardam.

Os navajos têm razão.

Com certeza nessa Casa a beleza está na nossa frente, atrás de nós, à direita, à esquerda, abaixo de nós, por cima de nossas cabeças! De agora por diante estaremos juntos no caminho do pólen.

Ariano Suassuna e o imaginário popular do sertão

Eduardo Diatahy B. de Menezes*

O Sertão

O Sertão é o nervo e o osso do Nordeste. E o Nordeste é o centro do Brasil. Não podemos nos esquecer de que do Nordeste para Minas corre um eixo que, não por acaso, segue o curso do rio da unidade nacional, o São Francisco. E a esse eixo que o Brasil tem de voltar de vez em quando, se não quiser se esquecer de que é Brasil. Então o Brasil é o centro do Terceiro Mundo, o Nordeste é o centro do Brasil e o sertão é o centro do Nordeste.

Ariano SUASSUNA
[Entrevista à revista *PALAVRA*, Ano I, nº 10, Jan.-Fev. 2000]

Antes de começar a expor algumas das reflexões que venho desenvolvendo sobre aquilo que entendo pelo que vai sugerido no título desta comunicação, esboçarei, de entrada, um retrato sumário da condensação de imagens e representações coletivas acerca dessa realidade multiforme e heteróclita que leva o título de **Sertão** – sem nenhuma dúvida, uma das matrizes mais fecundas do imaginário erudito e popular da chamada cultura brasileira.

Na sua formação social e histórica, a principal área do território nacional subsumida mais freqüentemente pelo nome de Sertão constitui um espaço geográfico e um processo de experiência socioeconômica de

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará. Sócio honorário brasileiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

nossa formação como povo e nação, que gerou a cultura característica de uma sociedade, que assenta sobre a ordem privada e familiar em seu caráter de instituição axial, com seu sistema de dominação autoritária e patrimonial, cujo instrumento básico de exercício do poder é a violência generalizada. Em seus demais caracteres, traz a pecuária extensiva como atividade produtiva dominante; com suas fazendas, povoados e vilas entremeando raras cidades; com sua estratificação polarizada entre os potentados (*coronéis*) e a "plebe rural"; formação societária com sua ética da honra, da bravura e da vingança; com sua religião sertaneja, herança do catolicismo ibérico em seu arranjo brasileiro, que incorpora fortes componentes indígenas e alguns traços de culturas negras; enfim, com seu estilo geral de vida, um universo de dominação masculina cujo grupo familiar Capistrano de Abreu definia genericamente como *«um tripé: o pai autoritário, a mãe submissa e os filhos aterrados»*. Em compensação, o seu imaginário comporta uma série de representações coletivas e tem suscitado um sem-número de transfigurações literárias e expressões simbólicas de amplo valor estético, de que a obra de um Guimarães Rosa é fonte indispensável e a de Ariano Suassuna é um poço inexaurível. Assim, no imaginário popular, o Sertão é concebido em geral como uma região interior (em oposição ao litoral), de predominante criação de gado, desértica e dura, mais ou menos parada num tempo do passado, que se evoca como ***locus*** mais ou menos sagrado e como reserva de tradições ancestrais, depósito cultuado de linguagem e costumes antigos; é o grande mediterrâneo semiárido que compreende parte do Maranhão, os estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, grande parte da Paraíba, de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e o norte de Minas Gerais.

Henry KOSTER, cidadão inglês que viveu em Pernambuco no início do século XIX, relata longa viagem que empreendeu em extensa área dos sertões nordestinos, num livro maravilhoso[1] pela riqueza de suas observações e pelas descrições dos costumes e da vida das populações rarefeitas que aí habitavam àquela época (1810), abandonadas à própria sorte,

[1] Cf.: KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil.* (Tradução e notas de L. da Câmara Cascudo). Col. "Brasiliana" - 221. São Paulo: Ed. Nacional, 1942. [Edição original: *Travels in Brazil.* London, 1816]. Assinalo o anacronismo cometido por mestre Cascudo ao deturpar o título original desta obra: ali, então, era de fato o Brasil.

distantes do controle direto do aparelho institucional da civilização litorânea, mas próximas da ação dominadora dos potentados rurais.

Com efeito, nas largas extensões do mediterrâneo pastoril, onde a criação extensiva de gado condicionou a forma de ocupação humana, onde também a presença do Estado era tênue, onde a Justiça e mesmo a Igreja eram quase ausentes, os potentados – senhores de gados, terras e gentes – instituíram uma ordem social baseada no seu mandonismo local e na sua autoridade absoluta, assentada sobre a violência e a submissão, ordem social relativamente paralela ao sistema oficial, vigente nos centros urbanos e faixas litorâneas. Para tanto, os mais poderosos constituíam verdadeiros exércitos privados, recrutando os elementos diretamente entre seus agregados ou entre os sem-terra, e acolhendo criminosos comuns, escravos fugidos etc. Essa ordem social gerava uma espécie de permanente estado de guerra entre os domínios, lutas de famílias ou clãs parentais que perduraram durante quase todo o período colonial, estendendo-se pelo Império e até mesmo na República Velha[2]. Tais conflitos se perpetuavam mediante mútua pilhagem, incêndios e destruições; e frequentes vezes se decidiam pela eliminação recíproca dos adversários. Contudo, podiam ressurgir em novo ciclo, mediante a vingança praticada pelos descendentes. Só muito lentamente a modernização do campo e a introdução de relações de produção capitalistas foram transformando essa ordem tradicional do Sertão.

Foi, pois, nessa paisagem descrita aqui a largos traços, que surgiram líderes do povo: ***Profetas, Conselheiros*** e ***Beatos***, que ocuparão os espaços vazios dessa ordem social e mobilizarão atrás de si as populações sertanejas em busca de formas alternativas de existência, livres da dominação tradicional; ou ***Chefe de cangaceiros*** que os organizarão em bandos rebeldes armados, que viviam de assaltos e afrontavam a força dos "coronéis" e das milícias provinciais e polícias estaduais. Eram essas as únicas opções de saída, que se ofereciam às camadas subalternas de nossos sertões daquele período. Constituem elas as duas faces de um mesmo círculo relativamente fechado que compõe o universo popular sertanejo, onde opera, portanto, uma como **dialética do rifle e do rosário**[3].

---

[2] Cf.: VIANNA; Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1949, p. 223.

[3] Em conversa com Ariano Suassuna, este lembrou que existia uma terceira via: tornar-se **cantador** ou **poeta narrador** de *romances*. Com efeito, alguns poucos membros das classes subalternas escolhiam essa via nos interstício daquela dialética dominante a que me refiro.

Gostaria de abrir um parêntese aqui para sublinhar o fato de que essa dialética nem sempre tem sido, em geral, percebida nos estudos realizados por cientistas sociais brasileiros. Quase sempre eles constatam e mencionam com desprezo a presença, nos movimentos sociais do homem do sertão, de um ***êthos*** religioso invariavelmente classificado de "fanatismo", mas nenhum chegou a captar com argúcia a sua significação crucial na estruturação sociocultural desse mundo de vida. Curiosamente foi a sensibilidade acurada de alguns dos nossos melhores ficcionistas que logrou compreender esse sentido. É o caso de um Guimarães ROSA em sua obra maior, *Grande Sertão: Veredas,* cuja tessitura elabora talvez o melhor painel dessa dialética, onde Deus e o Diabo convivem em íntima simbiose. Mas é também o caso de José Lins do REGO que, na sua obra dupla e complementar – *Pedra Bonita* e *Cangaceiros* – captura essa tensão entre as duas metas históricas que se propõem como saídas à nossa plebe rural. Aliás, José Lins do REGO põe como epígrafe, do seu segundo romance aqui mencionado, esta afirmação luminosa:

> *«Continua a correr neste* **Cangaceiros** *o rio da vida que tem as suas nascentes em meu anterior romance* **Pedra Bonita**. *É o sertão dos santos e dos cangaceiros, dos que matam e rezam com a mesma crueza e a mesma humanidade. »*

* * *

Eis em traços sumários o retrato desse território misterioso, encantado e seu tanto indecifrável, suporte do universo mitológico que se exprime no sonho poético de Ariano Suassuna, que é provavelmente a figura mais alta e fecunda da elaboração estética do imaginário popular do Sertão. Sonho poético que ele revela com frequência e a que atribui ênfase cada vez maior em seus escritos atuais, em seus depoimentos da maturidade, como este que cito textualmente:

> *« ... sempre fiel àquele sonho da* ***épica pobre****, (...) de um espetáculo total brasileiro, no qual se usassem as máscaras, o canto, a música, a dança e as roupagens imaginosas dos espetáculos populares. (...) Nosso povo, com uma arte estranha e poderosa, sabe criar a beleza*

> *até a partir da miséria e consegue manter sua dignidade no meio da maior degradação... São os pobres e belos sonhos do povo, que se veste assim para ter acesso a uma beleza, que, na vida, lhe é injustamente negada... ; heróis infortunados, anônimos e altivos de uma epopéia pobre; heróis que, em seu pauperismo descarnado, sofrem, lutam e reagem, e que pelo simples fato de sobreviverem na dureza e na adversidade, participam da epopéia brasileira que a nossa Arte deve perenizar.»*[4]

Essa declaração mais recente, que acabo de mencionar, constitui uma espécie de *Leitmotiv* nas reflexões e depoimentos de Ariano Suassuna. Com efeito, quase quatro décadas antes deste artigo de onde retirei a citação, numa época em que nem bem iniciara a elaboração de sua obra romanesca, ou seja, no período em que o teatro dominava as suas preocupações de artista e escritor, num ensaio em que faz densa reflexão sobre o sentido de sua dramaturgia, confrontada com o «movimento do regionalismo tradicionalista» liderado por Gilberto FREYRE, ele já fazia declarações deste gênero:

> *« ...arte tem de se enriquecer da luz do real pelo sensível, pelos homens, pela vida, pelas coisas que nos cercam, sendo, portanto, algo muito mais profundo. É por isso que procuro um teatro que tenha ligações com o clássico e com o barroco: em minha opinião, esta é a posição que pode atingir melhor o real, no que se refere a mim e a meu povo. Faço da originalidade um conceito bem diferente do de hoje, procurando criar um estilo tradicional e popular, capaz de acolher o maior número possível de histórias, de mitos, personagens e acontecimentos, para atingir assim, através do que consigo entrever em minha região, o espírito tradicional e universal. Quero ser, dentro de minhas possibilidades, é claro,* ***um recriador da realidade como tragédia e como comédia****, a exemplo do que foram Plauto, Brueghel, Molière, Bosch, Shakespeare, Goya e nossos grandes pintores coloniais. Quero um teatro trágico e cômico, vivo e vigoroso como nosso romanceiro popular... (...) E foi à fonte tradicional e popular que eu voltei. Repito: não somente porque ela é a nossa, mas porque* ***a poesia épica popular do Nordeste*** *dá uma lição a todos nós, está a um passo da dramaturgia,* ***da épica e da novelística com que secretamente sonho*** *como as únicas formas*

[4] Cf.: SUASSUNA, Ariano. «O cinema, o Brasil e eu», *BRAVO*, Ano II, nº 18, março 1999, pp. 18-19.

> *aptas a reconduzir nossa literatura e nossa arte a seu verdadeiro caminho – tradicional, realista e barroco – no sentido de posição e não histórico.»*[5]

Retomo, pois, o fio do meu comentário.

Essa tradição, essa região e essa gente, que ele aí refere, resumem-se, em especial, no que se pode chamar o povo do Sertão, território de sua predileção, onde os homens ou são irmãos ou são inimigos, conforme assinalava ALENCAR, em seu *O Sertanejo* (1875), talvez a grande obra primordial na invenção desse imaginário. Invenção que, de fragmento em fragmento, vai encontrar em *Os Sertões* de Euclydes da CUNHA, já no século XX, a primeira tentativa de expressão épica (1902), assim como receberá seu estofo mais positivo na obra renovadora de nossa historiografia moderna que é *Os Capítulos de História Colonial* (1907), de Capistrano de ABREU, que pela vez primeira introduz o povo como protagonista de nossa história e dedica um terço deste seu texto fundamental à, até então, pouco conhecida história do Sertão.

Seria talvez injusto, nessas considerações gerais sobre essa área nuclear de nosso imaginário cultural, deixar de mencionar uma obra pioneira de nossa historiografia social (1929) e que se tornou um clássico do pensamento brasileiro, que é *Vida e Morte do Bandeirante*, de Alcântara MACHADO. Com efeito, em seu capítulo final intitulado «O Sertão», ele o inicia por duas ou três páginas maravilhosamente elaboradas e de onde retiro estes trechos, que constituem na verdade observações quase exclusivas no grande conjunto de descrições e análises com que o autor constrói a panorâmica caraterística do universo (paulista) do Bandeirante:

---

[5] Cf.: SUASSUNA, Ariano. «Teatro, Região e Tradição», **in** VV. AA.: *Gilberto Freyre: Sua Ciência, sua Filosofia, sua Arte*. Ensaios sobre o autor de *Casa-Grande & Senzala* e sua influência na moderna cultura brasileira, comemorativos do 25º aniversário da publicação desse seu livro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962, pp. 477 e 485. [**Os trechos grifados o foram por mim**].

Gostaria de abrir um parêntese para assinalar que a leitura completa desse rico ensaio de Ariano Suassuna, onde revela as influências que recebeu e, sobretudo, apresenta lúcida e clara reflexão sobre sua concepção de arte, que ele insiste em qualificar de tradicional, regional e universal, mas também não modernista, porém perene – ideia que deve ter bebido na filosofia da arte de MARITAIN – a leitura desse ensaio, repito, mostra quão injusta é a crítica vazia e presunçosa que lhe faz o Sr. François Silvestre de Alencar, que se diz seu parente, num texto publicado na revista *BRAVO* [Ano I, nº 10, julho de 1998, p. 14], onde em resumo afirma que «Em tudo ele – Ariano Suassuna – é genial. Mas é ingênuo em filosofia ».

> *«O SERTÃO... De espaço a espaço, com a teimosia de um estribilho obsidente, com a insistência tirânica de um* leit-motiv, *a palavra aparece e reaparece nos inventários paulistanos dos dois primeiros séculos, a denunciar que para o sertão está voltada constantemente a alma coletiva, como a agulha imantada para o pólo magnético.*
>
> *Porque o sertão é bem o centro solar do mundo colonial. Gravitam-lhe em torno, escravizados à sua influência e vivendo de sua luz e de seu calor, todos os interesses e aspirações. Sem ele não se concebe a vida...*
>
> *O sertão, ao contrário* [dos povoados do litoral], *conhece a pobreza dos que demandam o Brasil com os olhos na fortuna, e se contenta em pedir-lhes a robustez e a audácia que lhes sobram... (...) Para melhor seduzi-los não lhes assanha apenas a ambição do ganho. Empolga-lhes a imaginação, encarnando, como encarna, esplendidamente, o imprevisto e o mistério, com todas as volúpias másculas do risco e da luta. E é nele que se encontram as forças de destruição mobilizadas contra o invasor pela natureza rebelada:* onças, tigres e outros bichos mui indômitos, *desertos e miasmas, febres e peçonhas. É dentro de suas furnas e na penumbra de seus desvãos que moram o saci, o boitatá, o curupira, os demônios petulantes das águas e das matas. Tudo concorre para fazer do sertão uma provocação permanente ao espírito imaginoso e à índole aventureira dos conquistadores e dos naturais da terra. »*[6]

Portanto, a área aqui referida pelo autor é o sertão das matas e selvas afrontadas pelo espírito guerreiro e predador das entradas e bandeiras, dos primeiros séculos da colonização, bem diverso daquele cujo imaginário constitui objeto de minhas reflexões. Retorno, pois, a elas.

***

Ariano está visceralmente ligado a essa tradição literária, estética e ensaística centrada nesse espaço crucial de nossa formação, eis por que, em sua obra, ele sempre lhe atribui dignidade e nobreza, e por isso grafa-lhe o nome sempre com maiúscula.

Efetivamente, ao Sertão devemos dois ciclos fundamentais de nossa gênese socioeconômica: o do **criatório**, sobretudo no grande me-

[6] Cf. MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. Introdução de Sérgio Milliet e ilustrações de J. Wasth Rodrigues. São Paulo: Martins, 1955, pp. 237-238.

diterrâneo semiárido, que tem o São Francisco por eixo; e o ciclo da **mineração**, estendendo-se das gerais para Oeste.

Norte e Sul, Litoral e Sertão eram os eixos conceptuais com que a inteligência brasileira, até recentemente, pensava o Brasil em sua unidade diversificada, construindo assim o espaço semântico da nacionalidade.

E o Sertão é o polo desse espaço cognitivo onde reside a reserva de nossas tradições mais enraizadas. Ele expressa a nossa permanência histórica, que Euclydes cunhou como *«o cerne da nacionalidade».* Já o Litoral remete para as influências externas, para as marcas dos vínculos colonialistas, que perduram ainda hoje numa cultura menos peculiar e mais geral. Ou como afirma Eidorfe MOREIRA: *«Pelo litoral somos universais; pelo sertão somos nós mesmos.»*[7] Eis a razão por que Cassiano RICARDO podia afirmar, em seu *Marcha para Oeste*, que *«quando a bandeira penetra o sertão termina a história de Portugal e começa a do Brasil.»* [*Apud* MOREIRA, Eidorfe. *op. cit.*, p. 10].

O Sertão é assim o Reino sagrado de Ariano Suassuna. Estamos aí em face de uma de suas intuições mais profundas: a dignidade, a nobreza e altivez do povo sertanejo. Ora, todos os reinos e todas as dinastias que conhecemos na História são ou nascem de usurpações. Todos os reinos são igualmente inautênticos ou espúrios, visto serem produtos de atos de violência que instituem uns poucos como Senhores e os demais como súditos sem escolha. Assim, os Reinos ou Impérios criados por Ariano Suassuna, em especial em seu "romance armorial-popular brasileiro" ou na "novela romançal", são tão ou mais legítimos, pois se geraram de seu generoso, fraternal e fecundo imaginário sertanejo.

Mas esse território místico e mitopoético de Ariano Suassuna não pode, por exemplo, ser confundido com a região compreendida pela socioantropologia de Gilberto FREYRE. Só em aparência, eles habitam o mesmo espaço e numa perspectiva estritamente física. Na sua dimensão mais profunda, o "Nordeste" de Ariano é radicalmente diferente do de Gilberto FREYRE: o daquele é o duro e ascético Reino do Sertão; o deste é a obesa e abundante região da zona da mata e do litoral com sua

[7] MOREIRA, Eidorfe: *Sertão: a palavra e a imagem*, 57 pp., vol. I de *Obras Reunidas de Eidorfe Moreira* (8 vols.). Belém: CEJUP, 1959, p. 9.

maritimidade. Ou conforme este mesmo assevera: *« O Nordeste do massapé, da argila, do húmus gorduroso é o que pode haver de mais diferente do outro, de terra dura, de areia seca. (...) O massapé é acomodatício. É uma terra doce ainda hoje. Não tem aquele ranger de areia dos sertões que parece repelir a bota do europeu e o pé do africano, a pata do boi e o casco do cavalo, a raiz da mangueira-da-Índia e o broto da cana, com o enjôo de quem repelisse uma afronta ou uma intrusão. A doçura das terras de massapé contrasta com o ranger de raiva terrível das areias dos sertões. »*[8]

Identifico outra intuição fecunda de Ariano Suassuna na insistência com que assinala seu sonho poético de realizar uma Epopeia do Sertão – que de fato ele já logrou em sua monumental obra-prima que é o *Romance D'A Pedra do Reino*, principal referência e esteio de meus comentários marginais. Com efeito, parece legítimo afirmar que não há um ***epos*** urbano, mas seguramente este existe na gênese do Sertão. Aliás, sob o véu simples desse termo dissimula-se um universo de imagens e representações, aspectos físicos, sociais e culturais exóticos e cheios de estranha singularidade. Eis que Eidorfe MOREIRA já assinalava esse caráter do Sertão, quando dizia: *« Há um acento épico e uma ressonância bárbara nesta palavra, onde a idéia de aventura paira sobre um fundo ermo e dilatado, um fundo de remota agrestia, que domina e engrandece a impressão do conjunto. Se há palavras másculas, independente da simples indicação gramatical de gênero, esta é uma delas. »* [**op. cit**., p. 8]. E, de fato, foi o Sertão que propiciou a nota mais típica de nosso processo histórico.

É a essa intuição da índole épica do Sertão, em Ariano, que me refiro agora. Nisso ele se inclui na alta estirpe dos escritores-profetas que constroem a arquitetura do ***epos*** nacional, como um Euclydes da CUNHA ou um Guimarães ROSA, dentre outros. Não era, pois, sem razão que Samuel PUTNAM, o tradutor d'*Os Sertões* para o inglês, considerava essa obra como *a epopeia das Américas*.

O próprio Ariano Suassuna revela sua intuição ao explicar o sentido do conjunto de seu romance, que ele considera como uma obra única, intitulada *A Maravilhosa Aventura de Quaderna, O Decifrador* e

[8] Cf.: FREYRE, Gilberto. *Nordeste*, 3ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961, pp. 6-7.

comportando em suas duas primeiras partes os volumes já publicados – *Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta* e *História do Rei Degolado nas Caatingas do Sertão, ao Sol da Onça Caetana* – e uma última, *Sinésio, O Alumioso,* ainda inédita:

> *« essa obra é fundamentalmente e antes de tudo uma Epopéia. Não certamente uma Epopéia como a entenderiam os teóricos jansenistas que, nos séculos de Luís XIV e Luís XV, consideravam "bárbaras" e "impuras" as tragédias shakespearianas. Mas uma Epopéia como a concebe um brasileiro sertanejo – uma Epopéia que não se limitasse a examinar somente os Heróis saídos das famílias poderosas, mas que estendesse o conceito do Herói e das famílias trágicas e épicas às famílias ilustres pertencentes à aristocracia do Povo; e também uma Epopéia e Novela de Cavalaria que, examinando a sociedade em todos os níveis, partisse das casas-fortes da "Aristocracia do couro", do Sertão, para chegar até as mulheres, os almocreves e os tangerinos de gado das empoeiradas estradas sertanejas, isto é, que unisse aos outros, já referidos, o espírito realista, crítico e satírico das novelas picarescas.»*[9]

Mas de onde lhe vêm tais intuições? De onde emana essa inclinação dominante a se apropriar do multiforme imaginário popular do Sertão para realizar suas recriações literárias e artísticas. Muitas das explicitações dessas razões de sua obra se acham disseminadas nas discussões de Quaderna e demais personagens do *Romance d'A Pedra do Reino*, bem como nas inúmeras manifestações públicas do autor. Assim, sem a pretensão de fazer psicanálise de sua literatura ou de sua mentalidade, força é reconhecer que tem amplo fundamento essa corrente hermenêutica quando situa na infância a gênese de nossa psicologia de adulto: a criança é o pai do homem. Com efeito, ninguém conseguirá jamais esgotar as fontes do lúdico em que se banha a infância, imaginariamente onipotente. É essa a matriz criativa que movimenta o imaginário ficcional ou poético do artista. Penso nisso sempre que tento apreender o sentido mais profundo da obra de Ariano Suassuna: ela é por excelência o fruto estético das marcas indeléveis

[9] Retiro esta citação do belo texto intitulado modestamente «Nota do Autor», que aparece como um posfácio de seu *História d'O Rei Degolado nas Caatingas do Sertão ao Sol da Onça Caetana* – romance armorial e novela romançal brasileira. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977, p. 129.

guardadas de uma infância sertaneja na região do semiárido, por meio de sua inserção e iniciação no imenso patrimônio das tradições coletivas dessa área, como encruzilhada e adensamento de vários fluxos culturais, mas também mediante suas experiências pessoais, em particular e acima de todas aquela de ter vivido aos três anos de idade o assassinato de seu pai. Ele mesmo, aliás, como num eterno retorno, refere-se em inúmeras passagens de seus pronunciamentos, escritos, entrevistas etc., ao fato de explorar essa memória longínqua que mergulha na sua remota infância e nos refolhos do seu inconsciente, sempre que examina a gênese de sua obra romanesca, do mesmo modo como volta sempre às raízes culturais do Sertão.

Tomo só um exemplo, dentre os muitos que ele forneceu, para ilustrar essa origem de que falo aqui. Refiro-me à iluminadora entrevista que ele concedeu, no início deste ano 2000, à revista *PALAVRA*, de onde retiro este trecho forte e significativo:

> *« Perdi meu pai* [João Suassuna, ex-presidente da Paraíba] *muito cedo, — rio com margens cobertas de lajedos e pequenos trechos de areia. Ali, num crepúsculo cheio de prenúncios, vi o único pôr-do-sol que tive o direito de ver ao lado do meu pai. »*[10]

Nessa mesma entrevista, que mal resisto à tentação de transcrever na íntegra, há um momento em que o repórter indaga: «Essa simbologia do sertão, que está em seus livros, até que ponto ela é real e até que ponto é uma invenção sua?» Obviamente, não podia ser outra a reação de Ariano, que lhe responde: *«Acho que são as duas coisas. Porque o que eu encontro, eu recrio. Gosto de partir de uma invenção coletiva. Por exemplo: o* ***Auto da Compadecida*** *é baseado em três folhetos, "O Enterro do Cachorro", "O Cavalo que Defecava Dinheiro" e "O Castigo da Soberba", todos os três do Leo Marques. Outro exemplo: na minha terra no sertão da Paraíba, a morte é representada por uma mulher e tem nome: chama-se Caetana. Realmente, a morte tem que ser uma mulher bonita, para poder seduzir a gente a ir com ela. Assim fica mais fácil aceitar a morte. São mitos coletivos que eu procuro recriar literariamente.»* Em seguida, Ariano acrescenta outro es-

[10] *PALAVRA*, Ano I, nº 10, Jan.-Fev. 2000.

clarecimento: *« Eu considero a minha poesia fonte de tudo o que eu escrevo. Na* ***Pedra do Reino*** *tem um trecho de um folheto chamado "A Visagem da Moça Caetana", que é um poema sobre um sonho que o personagem Quaderna sonha enquanto tira um cochilo numa espreguiçadeira. (...) Este poema é a origem profunda da história da* ***Pedra do Reino.*** *»* Enfim, ao ser indagado « Já que estamos falando em sonhos, poemas revelados, como é o seu processo de criação? Existe inspiração?», ele relata então sua discordância em relação a João Cabral de MELO NETO sobre tal questão e conclui: *se ele tivesse conhecido, como eu conheci, um artista popular de Pernambuco chamado Fuliô, ele teria mudado de idéia. Fuliô dizia assim: "Tudo o que eu faço, vem de um córrego que eu tenho aqui dentro." E completava: "O córrego é uma coisa que a pessoa que não tem o Dom não possui e não sabe o que é. Mas tudo o que eu faço vem do córrego..." Quero dizer: é esse córrego que eu acho que todo artista tem.»* [**ibidem**].

* * *

Embora tenha sido o *Auto da Compadecida* a primeira obra de Suassuna que me caiu às mãos e que me conquistou definitivamente, porém, para não mais me alongar, retorno ao seu *Romance d'Pedra do Reino*, que constitui, como já afirmei, o principal texto em que me apoiei para elaborar os meus comentários. Há nesse livro outra genial intuição de seu autor. O movimento sociorreligioso de Pedra Bonita (1835-1838) – que lhe serviu de motivação para o seu romance em tela – já suscitou pelo menos três criações literárias que tentaram dar conta desse surto sebastianista no Sertão de Pernambuco: a primeira, ainda no século XIX, *O Reino Encantado* (1878), de ARARIPE JÚNIOR; a outra é o romance *Pedra Bonita*, de José Lins do REGO; e, enfim, esta de Ariano Suassuna. Posto seja bastante original o percurso narrativo e a interpretação que José Lins do REGO elabora em seu livro ao ambientar a narrativa em período do século XX, dessas três obras, porém, inegavelmente, é a de Suassuna a mais rica e mais lúcida. Com efeito, a construção da dinastia de que provém o seu Quaderna constitui uma invenção mitopoética genial na medida em que revela **o sentido de continuidade das lutas do povo brasileiro**, apesar das fraturas da história positiva, sentido este que vem expresso esteticamente desde o tí-

tulo: *O Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*. O leitor que conseguir uma comunhão com o espírito dessa obra, saberá por certo quem é o *Príncipe* de que aí se fala.

Finalmente, a despeito de o estilo de sua narrativa ser em grande parte alegórico, há um inelutável tom ou aspecto **guerreiro** que percorre todo o seu curso e atribui ênfase à sua **retórica do sublime**. Outro aspecto dominante dessa narrativa reside numa cosmovisão que está atrelada a uma dimensão entranhadamente **monárquica** [*V., por exemplo, as epígrafes do início da obra*], não propriamente como opção política, mas antes como recurso estético de nobilitação e grandeza dos humilhados e ofendidos do Sertão. Já o aparente **acento picaresco** que acompanha toda a intriga é antes, no meu entender, uma espécie de ironia socrática de que se serve seu autor para desvelar sua apreensão mais profunda.

Na «Nota do Autor», que vem no final da *História d'O Rei Degolado*, misto de lúcida análise e sincera confissão, Ariano termina o esforço de esclarecimento de sua obra, de que essa história é parte, revelando:

> *« comecei estas palavras pretendendo, com elas, explicar algo a respeito do sentido do meu* ***romance****; mas chego ao fim dizendo que não sei, de fato, o que é que venho fazendo com esse estranho livro que brotou dos subterrâneos do meu sangue. (...) Não fui eu que escolhi nem sua forma, nem seu tamanho, nem seu modo de narrá-lo: tudo isso me foi sendo imposto aos poucos pelo próprio universo da obra, de modo que, à falta de uma explicação melhor, dou esta – trata-se de uma* ***lumiara****, disforme e bruta como as enigmáticas* ***lumiaras*** *de pedra do Sertão. »* [pp. 134-5].

Tudo o mais o que eu pudesse acrescentar, seria excessivo ou já foi dito por minha cara amiga Idelette Muzart Fonseca dos SANTOS, em sua Tese de Doutorado, verdadeira *Suma* sobre a obra de Ariano Suassuna e o Movimento Armorial[11].

Fortaleza, 17 de Junho de 2000 [Revisado em 18/07/2013].

[11] Cf.: *Em Demanda da Poética Popular*: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial. Paris, 1998, 300 pp. [texto enviado *on-line*, gentilmente, pela autora].

Algumas Fontes Bibliográficas

ACCIOLY, Marcus:
1971 *Nordestinados*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de:
1989 *Um Sertanejo e o Sertão*. *Moxotó brabo • Três ribeiras*. Belo Horizonte: Itatiaia.

ALENCAR, Francisco Silvestre:
1998 «Rica literatura, pobre filosofia», *BRAVO*, Ano I, nº 10, p. 14.

ALENCAR, José de:
1965 *O Sertanejo*, **in** *Ficção Completa e Outros Escritos*, v. III. Rio de Janeiro: Aguilar, pp. 525-736.

ANÔNIMO:
S/d. *História Completa do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França*. São Paulo: Comp. Editora Nacional.

ARARIPE JÚNIOR, T. A:
1878 *O Reino Encantado*. Chronica Sebastianista. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Noticias.

BARROSO, Gustavo (João do Norte):
1923 *O Sertão e o Mundo*. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro.

BOURDON, A. A.:
1977-8 «Messianisme Sébastianiste et Messianisme Révolutionnaire au Brésil. Le Mouvement de la *Pedra Bonita* dans l'Histoire et la Littérature du *Nordeste», Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes* (Institut Français de Lisbonne), Nouvelle série, Tomes 37 3t 38, pp. 155-197.

CAMPOS, Maximiano:
1998 *Sem Lei Nem Rei*. Posfácio de Ariano Suassuna: «Novo romance sertanejo». São Paulo: Melhoramentos.

COSTA, F. Augusto Pereira da:
1908 Folk-Lore Pernambucano, **in** *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brazileiro*, Tomo LXX (1907), Parte II: 3-641.

FREYRE, Gilberto:
1961 *Nordeste*, 3ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.

LEITE, Antonio Attico de Souza:
1904 «Memória sobre A Pedra Bonita ou Reino Encantado na Comarca de Villa Bella, Provincia de Pernambuco», *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, tomo XI: 216-248.

MENEZES, Djacir:
1970 *O Outro Nordeste*, 2ª ed. refundida e aumentada. Rio de Janeiro: Editora Artenova.

MOREIRA, Eidorfe:
1959 *Sertão: A Palavra e a Imagem*, vol. 1º de *Obras Reunidas de Eidorfe Moreira* (8 volumes). Belém: CEJUP.

MOTA, Mauro:
1958 «Pedra Bonita e Caldeirão», **in** *Paisagem das Secas*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

SANTOS, Idelette Muzart F. dos:
1999 *Em Demanda da Poética Popular*. Ariano Suassuna e o Movimento Armorial. Paris, 300 pp. [policopiado, remetido via Internet].

SUASSUNA, Ariano:
1959 *Auto da Compadecida*. Rio de Janeiro: Agir.

1962 «Teatro, Região e Tradição», **in** VV. AA.: *Gilberto Freyre: Sua Ciência, Sua Filosofia, Sua Arte.* Rio de Janeiro: J. Olympio, pp. 474-495.

1971 *Romance D´A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*. Romance armorial-popular brasileiro. Nota de Rachel de Queiroz e Posfácio de Maximiano Campos. Rio de Janeiro: J. Olympio.

1974 a «A *Farsa* e a Preguiça Brasileira», **in** *Farsa da Boa Preguiça*. Rio de Janeiro: J. Olympio, pp. XVII-XXVIII.

1974b *O Movimento Armorial*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

1974c *Ferros do Cariri – Uma Heráldica Sertaneja*. Recife: Guariba-Editora de Arte.

1977 *História D´O Rei Degolado nas Caatingas do Sertão, ao Sol da Onça Caetana*. Romance armorial e novela romançal brasileira. Estudo de Idelette Muzart Fonseca dos Santos. Rio de Janeiro: J. Olympio.

1994 a*Aula Magna*. João Pessoa: Editora da UFPb.

1994b *Fernando e Isaura*. Recife: Edições Bagaço.

1999 «A fonte de Euclydes: José de Alencar inspirou o criador de *Os Sertões*» *BRAVO*, Ano II, nº 16, pp. 25-26.

1999 «O cinema, o Brasil e eu», *BRAVO*, Ano II, nº 18, pp. 18-19.

2000 «Entrevista», *PALAVRA*, Ano I, nº 10, Jan.-Fev., pp. 1-11.

A Arquidiocese do Rio de Janeiro e seus bispos

Fernando Câmara*

A Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro conta, desde abril do corrente ano de 2009, com um novo Arcebispo Metropolitano, Dom Orani João Tempesta, que veio de Belém, PA, suceder a Dom Eusébio Oscar Scheid, o qual, por haver atingido a idade limite (75 anos) no exercício do cargo, havia renunciado, em obediência ao artigo 402, parágrafo 1º., do Código de Direito Canônico.

A antiga diocese do Rio de Janeiro foi criada em 16 de novembro de 1676, juntamente com o bispado de Pernambuco, através da Bula *Inter Pastoralis Officii Curas*, do Papa Inocêncio II, a qual promovia igualmente a sede episcopal da Bahia à categoria de arquidiocese e ficando como suas sufragâneas as duas novas mencionadas dioceses.

Desde a sua fundação, em 1676, até os nossos dias, a atual arquidiocese do Rio de Janeiro, hoje também sede cardinalícia, teve a sua mitra ocupada por nada menos de onze bispos e sete arcebispos, sendo que, destes últimos, cinco atingiram as honras cardinalatas: dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, Dom Jaime de Barros Câmara, Dom Eugênio de Araújo Sales e Dom Eusébio Oscar Scheid.

Por ser Sede Cardinalícia, tudo indica que, no próximo Consistório o novo arcebispo, Dom Orani João Tempesta receberá, também, o barrete de cardeal.

Quando em 1976 se comemorou os trezentos anos de fundação das dioceses de Pernambuco e do Rio de Janeiro, fiz um pronunciamento na sessão realizada em 20 de dezembro, no Instituto do Ceará, abordando o tema O TRICENTENÁRIO DA DIOCESE DE PERNAMBUCO e

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

enumerando os trinta bispos que dirigiram a Igreja pernambucana, desde Dom Estêvão Brioso de Figueiredo, o qual inaugurou a nova sede episcopal e ali permaneceu de 1678 a 1685, até o cearense Dom Hélder Pessoa Câmara, então ocupando a mitra de Olinda e Recife, trabalho este publicado em sua Revista - Tomo XC - Ano 1976.

Agora, quando a Arquidiocese do Rio de Janeiro recebe o seu 18º. Pastor, Dom Orani João Tempesta, antigo monge cisterciense antes de ser alçado às honras episcopais, gostaria de evocar as figuras de seus ilustres antecessores, que muito realizaram pela Igreja de Cristo.

1º. Bispo

Dom Frei Manuel Pereira, dominicano, natural de Lisboa, onde nasceu em 1615. Eleito Bispo do Rio de Janeiro em 1676, teve a sua sagração episcopal realizada em Roma. Desconheço o motivo de sua renúncia, antes mesmo de tomar posse de sua diocese, em 1680. Veio a falecer no dia 6 de janeiro de 1688, em Lisboa, onde foi sepultado.

2º. Bispo

Dom José de Barros Alarcão foi o seu sucessor e nasceu em Leiria, Portugal. Em 1680 teve a sua nomeação para Bispo do Rio de Janeiro, tomando posse por procuração em 14 de dezembro de 1681.

Desembarcou no Rio de Janeiro em 1º. de junho de 1682 e assumiu o governo de seu bispado doze dias depois, em 13 de junho de 1682.

Criou o Cabido e visitou pastoralmente grande parte de sua Diocese, fundando em São Paulo o Recolhimento de Santa Tereza.

Faleceu no dia 6 de abril de 1700 e seus restos mortais foram transladados para Santa Iria, perto de Lisboa, onde foram sepultados.

3º. Bispo

Dom Francisco de São Jerônimo era formado em Teologia pela Universidade de Coimbra e durante muitos anos exerceu o magistério, escrevendo diversas obras. Grande orador sacro, era um exemplo para o Clero e gozava da fama de santidade.

Eleito bispo do Rio de Janeiro, tomou posse em 11 de junho de 1702, realizando um dinâmico episcopado. Criou, só em Minas Gerais,

quarenta paróquias. Instalou-se na Casa e Capela da Conceição, antiga residência dos Capuchinhos franceses. Foi este abnegado Pastor que lançou a pedra fundamental das igrejas do Bom Jesus do Calvário (1719), de Santa Rita (1720) e, também, da igreja do Rosário, que funcionou como Sé durante mais de 70 anos.

Muito caritativo, passava privações para socorrer os pobres, principalmente órfãos e viúvas.

Faleceu aos 83 anos de idade, em 1721, e foi sepultado na capela do Palácio da Conceição.

4º. Bispo

Dom Frei Antônio de Guadalupe era bacharel em Direito quando professou na Ordem dos Franciscanos.

Eleito Bispo pelo Papa Bento XIII, em 21 de fevereiro de 1725, foi sagrado na Sé de Lisboa pelo cardeal patriarca Dom Tomaz de Almeida no dia 13 de maio do mesmo ano.

Chegando ao Rio de Janeiro em 2 de agosto de 1725 tomou posse do bispado por seu procurador, o Deão da Sé, Gaspar Gonçalves de Araújo, e dois dias depois fez sua entrada solene na catedral.

No ano seguinte visitou pastoralmente Minas Gerais e o interior do Rio de Janeiro. Em sua Carta Pastoral de 18 de setembro de 1728 lembrava ao clero a obrigação de doutrinar os fiéis.

Grande parte de seu tempo era dedicado às orações e leituras espirituais, não se esquecendo de socorrer os indigentes que batiam à sua generosa porta.

Por provisão de 5 de setembro de 1739, fundou o Seminário de São José e, mais tarde, reformou o Cabido dando-lhe novos Estatutos.

Transferido para a diocese de Viseu, em Portugal, em 12 de fevereiro de 1740, ali faleceu naquele mesmo ano, no dia 31 de agosto, contando na oportunidade 68 anos de idade. Foi sepultado no cemitério dos padres franciscanos.

5º. Bispo

Dom Frei João da Cruz era membro da Ordem dos Carmelitas Descalços e fez curso de Ciências em Coimbra. Eleito bispo em 1740,

tomou posse solene no dia 9 de maio de 1741. Era um pastor zeloso e de muita fibra, chegando mesmo a excomungar o provedor da Fazenda Real, Francisco Cordovil de Siqueira e Melo.

Através de sua Carta Pastoral de 30 de maio de 1742 adotou em sua diocese as Constituições da Bahia (Código elaborado por Dom Sebastião Monteiro de Vide, considerado o maior canonista no Brasil Colônia).

Quando visitava pastoralmente a capitania de Minas Gerais sofreu um desacato, o que motivou a sua transferência, em 1750, para o bispado de Miranda, em Portugal, onde faleceu no dia 20 de outubro de 1756, aos 62 anos de idade.

6º. Bispo

O beneditino Frei Antônio do Desterro era Doutor em Teologia e professor de Filosofia quando teve a sua nomeação para bispo de Angola, no continente africano, onde muito realizou.

Transferido para o Rio de Janeiro, tomou posse solenemente no dia 1º. de janeiro de 1747.

Ali proibiu os escândalos e profanações ocorridos nas festas religiosas e igualmente as procissões de penitentes com açoites.

Através de um Edital ameaçou os senhores de escravos com pena de excomunhão, obrigando-os a tratá-los como cristãos, com enterro e sufrágio devidos.

Lembrava constantemente aos vigários e capelães a obrigação de ensinarem aos fiéis a doutrina cristã.

Fundou a Ordem Terceira e a igreja de São Francisco de Paula e, mais tarde, lançou a pedra fundamental do Convento de Santa Teresa.

Conseguiu que a Irmandade da Candelária cuidasse dos leprosos e socorreu financeiramente as igrejas pobres da diocese.

Faleceu no dia 5 de dezembro de 1773 com a idade de 79 anos e foi sepultado no Mosteiro de São Bento.

7º. Bispo

Dom José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco foi o único brasileiro, no período colonial, a ocupar a mitra do Rio de Janeiro, de onde era natural.

Antes de ascender ao episcopado, primeiramente como bispo coadjutor de Dom Frei Antônio do Desterro, estudou no Colégio dos Jesuítas e doutorou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra.

Com o falecimento de seu antecessor, tomou posse solenemente no dia 29 de maio de 1774 e dedicou-se de modo especial à formação do seu Clero, a quem obrigava a usar os hábitos talares.

Promovia constantemente, inclusive para os sacerdotes, palestras sobre Moral e estimulava os jovens a abraçar a vida sacerdotal.

Foi este notável bispo que oficiou em 8 de maio de 1788 a ordenação sacerdotal de Dom Francisco Ferreira de Azevedo, o bispo cego de Goiás, caso único na história eclesiástica do Brasil e talvez da própria Igreja, conforme assegurava o saudoso cardeal Dom Sebastião Leme.

Como provedor da igreja da Candelária, promoveu a sua reconstrução e veio a falecer no dia 28 de janeiro de 1805, sendo sepultado na Capela do Palácio da Conceição.

8º. Bispo

Dom José Caetano da Silva Coutinho, bacharel em Cânones, era vigário e pregador em Lisboa quando teve a sua nomeação episcopal, primeiramente para arcebispo de Granganor, na Índia, em 24.junho.1804, e depois bispo do Rio de Janeiro, em 5.novembro.1805, tomando posse no dia 13 de maio de 1808.

Um dos seus primeiros atos foi a transladação da Sé e do Cabido da igreja do Rosário para a igreja dos Carmelitas, a qual foi elevada às honras de catedral e capela real.

Restaurou o Seminário do Rio Comprido, onde empregou muitos recursos financeiros.

Visitava constantemente a sua imensa diocese, desde o rio Belmonte, na Bahia, até o Rio da Prata, utilizando para isto transporte animal ou embarcações.

Coube a este abnegado Pastor a honra insigne de sagrar Dom Pedro I, Imperador do Brasil e batizar seu filho, o futuro Dom Pedro II, além de assistir os momentos finais da primeira imperatriz, Dona Leopoldina.

Foi, ainda, o bispo sagrante do paraense Dom Romualdo Antônio de Seixas, futuro arcebispo primaz da Bahia, que marcou época pela sua brilhante atuação apostólica.

Dele se diz que era um cavalheiro de fino trato, caráter nobre e muito caritativo. Em seu longo episcopado, de mais de vinte e cinco anos, sempre foi considerado um sábio e um santo.

Faleceu no dia 27 de janeiro de 1833 e foi sepultado na capela do Palácio da Conceição.

9º. Bispo

Dom Manuel do Monte Rodrigues de Araújo nasceu em Recife, no dia 17 de março de 1798 e fez seus primeiros estudos com os padres da Congregação do Oratório.

Depois de receber a ordenação sacerdotal no Rio de Janeiro, recolheu-se ao Seminário de Olinda onde lecionou Teologia durante 17 anos. Detentor de notável talento, publicou um compêndio de Teologia Moral e, como deputado, defendeu no Parlamento brasileiro os Direitos da Igreja, juntamente com Dom Romualdo Antônio de Seixas, acima citado.

Eleito bispo do Rio de Janeiro, foi sagrado na Capela Imperial no dia 24 de junho de 1840. Durante o seu episcopado escreveu mais de quarenta Pastorais e coube-lhe a honra de sagrar o bispo de Mariana, o santo Dom Antônio Ferreira Viçoso, um dos reformadores do clero brasileiro.

Chamava os pobres que batiam à sua generosa porta de "minha guarda de honra" e, muitas vezes, privava-se de sua alimentação em favor dos necessitados.

Foi agraciado pelo Imperador Dom Pedro II, em 23 de março de 1845, com o título de Conde de Irajá. Faleceu em 1863, contando na oportunidade 66 anos de idade.

10º. Bispo

Dom Pedro Maria de Lacerda nasceu no Rio de Janeiro no dia 31 de outubro de 1830 e estudou primeiramente no Colégio do Caraça e posteriormente no Seminário de Mariana,

Ordenado sacerdote, doutorou-se no Colégio Romano, na Cidade Eterna, sendo depois designado para professor do Seminário de Mariana.

Ali o encontrou a sua designação para bispo do Rio de Janeiro, sendo sagrado por Dom Antônio Ferreira Viçoso na Catedral de Mariana. Sua posse solene na Catedral do Rio de Janeiro ocorreu no dia 1º. de março de 1869.

Foi um verdadeiro missionário em sua vasta diocese, pregando constantemente em suas igrejas, promovendo o ensino do Catecismo nas paróquias e reunindo o seu clero em exercícios espirituais das quais também participava com muita edificação.

Participou ativamente do Concílio do Vaticano, em 1870, em Roma, ocupando por diversas vezes a tribuna, dando a sua palavra que era ouvida com muita atenção pelos presentes.

Através do Decreto Imperial de 16 de maio de 1888, o Imperador Dom Pedro II o fez Conde de Santa Fé.

Em seu profícuo episcopado, coube-lhe a honra de oficiar a sagração de dois ilustres bispos: Dom João Fernando Tiago Esberard, um dos seus sucessores na mitra do Rio de Janeiro, onde foi o seu 1º. arcebispo, e Dom Frei Vital Maria Gonçalves Oliveira, bispo de Olinda e Recife e a grande vítima da Questão Religiosa.

Combateu tenazmente a maçonaria e quando Dom Vital desembarcou, preso, no Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda foi recebê-lo, ajoelhando-se aos seus pés e dizendo na oportunidade que "a sua diocese sentia-se feliz em tê-lo como Pastor".

Mais tarde, durante o júri em que o grande bispo foi condenado à prisão, ele se sentou ao seu lado e ali permaneceu até o final do julgamento.

Em 1887 foi indicado para arcebispo primaz da Bahia, mas não aceitou o novo cargo.

Durante a sua gloriosa existência sempre observava um rigoroso jejum, acompanhado de penitência.

Assistiu à queda do Império e à proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Faleceu no dia 12 de novembro de 1890 e teve sepultura no Palácio da Conceição.

11º. Bispo

Dom José Pereira da Silva Barros era natural de Taubaté, em São Paulo, onde nasceu no dia 24 de novembro de 1835 e iniciou seus estudos

no Convento de Santa Clara para concluí-los no Seminário Episcopal, na capital paulista.

Ordenado sacerdote, sua primeira função foi a de vigário em sua cidade natal, tendo um longo e proveitoso paroquiato, destacando-se pela fundação do Hospital da Misericórdia e do Colégio Bom Conselho.

Nomeado bispo de Pernambuco em 7 de janeiro de 1881, teve a sua sagração episcopal em Taubaté, oficiada pelo então bispo de São Paulo, Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, cearense de Russas, no dia 28 de agosto desse mesmo ano.

Em 1888 teve a sua transferência para o Rio de Janeiro onde reconstruiu a sua catedral e fez melhoramentos no Seminário de São José.

Renunciou ao cargo em 1893, retirando-se para Taubaté, ali falecendo no dia 15 de abril de 1898.

1º. Arcebispo

Em 12 de setembro de 1893, o então Pontífice, Leão XIII, através do Breve Apostólico *Apostolatus Officium*, promoveu o então bispado do Rio de Janeiro à categoria de arquidiocese, nomeando como seu 1º. arcebispo o espanhol de Barcelona, Dom João Fernando Tiago Esberard, na época bispo de Pernambuco.

Dotado de uma inteligência notável, Dom João Esberard estudou no Seminário de São José e recebeu o presbiterato das mãos de Dom Pedro Maria de Lacerda, que o tinha como seu consultor para os mais importantes assuntos da Diocese.

Jornalista e tribuno, foi um grande defensor dos dois bispos durante a Questão Religiosa, tornando-se amigo íntimo de Dom Frei Vital, a quem visitava constantemente na prisão.

Antes de ele ser indicado para a mitra de Pernambuco, Dom Pedro Maria de Lacerda o havia proposto para seu sucessor, não obtendo, porém, o êxito desejado.

Sua posse em Recife ocorreu no dia 12 de maio de 1891, conquistando em pouco tempo a estima e veneração não só do seu clero como também de seu rebanho.

Dirigiu com muita diplomacia e harmonia a sua diocese, principalmente nos primeiros anos da República, quando houve a separação da Igreja com o novo sistema de governo.

Isto lhe valeu a promoção para a recém-criada arquidiocese do Rio de Janeiro tomando posse no dia 24 de agosto de 1894, mas teve um episcopado efêmero, pois veio a falecer no dia 22 de janeiro de 1897, sendo sepultado na capela do Palácio da Conceição.

2º. Arcebispo (1º. Cardeal)

Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti era pernambucano e nasceu no dia 17 de janeiro de 1850, fazendo os seus primeiros estudos no colégio do famoso educador paraibano, Padre Inácio de Souza Rolim, em Cajazeiras, ali se matriculando em 22 de junho de 1863.

A fama deste exemplar estabelecimento de ensino ultrapassou as fronteiras da Paraíba, atraindo jovens do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, e muitos de seus alunos se projetaram no cenário nacional, como o presidente Epitácio Pessoa e o nosso futuro cardeal Dom Joaquim Arcoverde.

Resolvendo abraçar o sacerdócio, viajou para Roma matriculando-se primeiramente no Colégio Pio Latino-Americano e posteriormente na Pontifícia Universidade Gregoriana onde se laureou em Filosofia e Teologia.

Após sua ordenação sacerdotal, ocorrida no dia 4 de abril de 1874 na Basílica de São João de Latrão e oficiada pelo cardeal Constatini Patrizzi, viajou para Paris, ali fazendo, também, o curso de Ciências Naturais pela Universidade de Sorbonne.

Retornando ao Brasil, fixou-se em Pernambuco, sendo nomeado reitor do Seminário de Olinda pelo então bispo diocesano, Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Em 27 de maio de 1884 foi distinguido pelo Papa Leão XIII com o honroso título de Prelado Doméstico.

Apresentado para bispo coadjutor do arcebispo da Bahia, Dom Luís Antônio dos Santos, por Decreto de 9 de maio de 1888, renunciou a esta indicação.

Designado em 20 de junho de 1890 para bispo de Goiás, foi posteriormente, por Decreto de 26 de agosto de 1892, nomeado bispo coadjutor de Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, em São Paulo, e, com o falecimento deste, tomou posse solene no dia 30 de setembro de 1894.

Sua permanência na chefia da Igreja paulista foi de apenas três anos, pois com o falecimento de Dom João Fernando Tiago Esberard,

ocorrido no dia 22 de janeiro de 1897, teve o seu nome indicado para sucessor, assumindo solenemente o cargo em 16 de dezembro daquele mesmo ano.

No Consistório convocado pelo Papa Pio X, hoje Santo da Igreja Católica, ocorrido no dia 11 de dezembro de 1905, foi escolhido para membro do Sacro Colégio dos Cardeais, o primeiro da América Latina. Isto porque Dom Jerônimo Thomé da Silva recusou sistematicamente o convite da Santa Sé, que por direito lhe caberia na qualidade de arcebispo primaz do Brasil, declinando esta honraria em favor de Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti.

Teria sido, Dom Jerônimo, o primeiro cearense a alcançar o cardinalato, honra esta concedida, muitos anos depois, a Dom José Freire Falcão, hoje arcebispo emérito de Brasília.

Durante o seu episcopado na antiga capital da República, Dom Joaquim Arcoverde estabeleceu as mais cordiais relações entre a Igreja e o Poder Civil, dando inclusive total apoio e colaboração quando das comemorações centenárias de nossa emancipação política, em 1922.

Por ocasião de suas bodas de ouro sacerdotais, inaugurou a nova residência arquiepiscopal – o Palácio São Joaquim e teve como arcebispo coadjutor Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, que o substituiu no cargo, quando de seu falecimento, ocorrido no dia 18 de abril de 1930.

3º. Arcebispo (2º. Cardeal)

Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra nasceu em São Paulo no dia 20 de janeiro de 1882 e muito jovem ingressou no seminário episcopal daquele Estado.

Mais tarde, viajou para Roma, matriculando-se no Colégio Pio Latino-Americano, procurando completar os seus estudos eclesiásticos e, posteriormente, ingressou na Pontifícia Universidade Gregoriana, defendendo com muito brilho as teses para láureas de Filosofia e Teologia.

No dia 28 de outubro de 1904 recebeu a sua ordenação sacerdotal, retornando ao Brasil e cantou sua primeira missa na igreja Matriz de Espírito Santo do Pinhal, onde fora batizado e fizera sua primeira comunhão.

Em 7 de março de 1905 teve a sua primeira nomeação para vigário cooperador na paróquia de Santa Cecília, na capital paulista, e dois

anos depois era designado cônego da catedral. Mais tarde, em 1910, era nomeado provigário geral, com poderes ordinários de vigário geral.

Contando sete anos apenas de sacerdócio, foi eleito, no dia 24 de março de 1913, bispo auxiliar do cardeal Joaquim Arcoverde, arcebispo do Rio de Janeiro, que oficiou sua sagração episcopal na capela do Colégio Pio Latino-Americano, em Roma, no dia 4 de junho desse mesmo ano.

Cinco anos depois, ou seja, em 26 de abril de 1916, era promovido pelo Papa Bento XV para o arcebispado de Olinda e Recife, como sucessor do maranhense Dom Raimundo da Silva Brito na mitra pernambucana; sua posse ocorreu no dia 17 de agosto do dito ano. Os pernambucanos esperavam, porém, que o escolhido fosse o bispo auxiliar Dom Irineu Joffily e receberam com certa restrição a notícia de sua nomeação para o cargo.

Entretanto, Dom Sebastião Leme, em pouco tempo, soube conquistar os seus corações, a confiança de seu clero e de Dom Irineu, de quem se tornou um amigo inseparável por toda sua existência.

Durante o seu episcopado conseguiu a criação das dioceses de Nazaré da Mata e Garanhuns. Restaurou a catedral e adquiriu uma nova sede arquiepiscopal para residência dos Pastores de Recife.

Como membro efetivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, foi o grande orador nas comemorações do centenário da Revolução de 1817.

Em 15 de março de 1921, a Santa Sé o transferiu para o Rio de Janeiro, agora na função de arcebispo coadjutor com direito à sucessão do cardeal Joaquim Arcoverde, e, com o falecimento deste, em 18 de abril de 1930, assumiu automaticamente a mitra carioca.

No Consistório convocado pelo Papa Pio XI, no dia 30 de junho de 1930 Dom Leme foi escolhido para o Sacro Colégio dos Cardeais, motivo de grande satisfação para o povo brasileiro.

Por seus inestimáveis serviços prestados à Igreja de Cristo, tornou-se conhecido como o Cardeal da Eucaristia e da Ação Católica.

Quando da Revolução de 1930, coube ao cardeal Dom Sebastião Leme conduzir do Palácio Guanabara para o Forte de Copacabana, de onde partiria para o exílio, o presidente Washington Luiz, deposto pelo movimento vitorioso.

Idealizou os Congressos Eucarísticos Nacionais, o primeiro deles realizado em Salvador, Bahia, em 1933, sob os auspícios de seu arcebispo

primaz, Dom Augusto Álvaro da Silva, seguidos de outros, ocorridos em vários Estados do Brasil

Veio a falecer no Rio de Janeiro no dia 17 de outubro 1942 e foi sucedido no cargo pelo então arcebispo de Belém, Dom Jaime de Barros Câmara.

4º. Arcebispo (3º. Cardeal)

Dom Jaime de Barros Câmara era natural de São José, Santa Catarina, tendo nascido no dia 3 de julho de 1894 e, ingressando no seminário de São Leopoldo, RS, dirigido pelos padres jesuítas, recebeu o presbiterato no dia 1º. de janeiro de 1920 em Florianópolis, das mãos do arcebispo, Dom Joaquim Domingos de Oliveira.

Foi reitor do seminário e do santuário de Nossa Senhora de Caravaggio, em Azambuja, SC, e no dia 18 de abril de 1935 teve a sua nomeação de camareiro secreto de Sua Santidade o Papa Pio XI, passando a usar o título de monsenhor.

No dia 19 de dezembro de 1935 era promovido a bispo da diocese de Mossoró, RN, criada em 28 de julho de 1934. Sua ordenação episcopal realizou-se em Florianópolis no dia 2 de fevereiro de 1936, sendo sagrante o arcebispo Dom Joaquim Domingos de Oliveira e consagrantes os bispos Dom Pio de Freitas Silveira C.M. e Dom Frei Daniel Henrique Hosting OFM.

Em Mossoró, desenvolveu intensa atividade apostólica e social, sobretudo nos meios proletários. Fundou o Seminário Diocesano e construiu um Abrigo para a Velhice Desamparada, aplicando nesta meritória obra toda uma herança particular que havia recebido.

Dele disse o Monsenhor Melo Lula:

"Atendia a tudo e a todos. Percorreu todo o território da diocese, viajando sempre, em automóvel, em caminhão, a cavalo e a pé, doutrinando, ensinando, aconselhando. Nas freqüentes visitas pastorais, era o mais assíduo no confessionário, horas seguidas.

Não conhecia canseiras. Os pobres aproximavam-se do Pastor solícito com a mais inefável alegria e a confiança ilimitada.

Na cidade episcopal era o dinamismo. Deixou ali obras notáveis. Ninguém o esquecerá jamais."

Com a transferência de Dom Antônio de Almeida Lustosa de Belém para Fortaleza, o Papa Pio XII o designou seu substituto em 15 de setembro de 1941.

Sua posse naquele Estado da Amazônia ocorreu no dia 1º. de janeiro de 1942 e sua permanência ali foi efêmera, pois, falecendo o cardeal Dom Sebastião Leme em 17 de outubro de 1942, teve o seu nome indicado pela Santa Sé para chefiar a arquidiocese do Rio de Janeiro. Sua nomeação data de 3 de julho de 1943 e a posse ocorreu em 15 de setembro daquele mesmo ano.

Muito realizou este insigne pastor no Rio de Janeiro, e como um verdadeiro missionário, percorreu pastoralmente todas as suas paróquias, favelas e morros, levando a palavra de Cristo aos seus fiéis, sobretudo os desfavorecidos.

O Seminário do Rio Comprido e o início da nova catedral foram outras obras desse benemérito arcebispo, que escreveu, também, para seu clero, o Compêndio de Teologia Pastoral, obedecendo às normas da Pastoral Coletiva e do Concílio Plenário Brasileiro.

No Consistório presidido pelo Papa Pio XII, a 18 de fevereiro de 1946, Dom Jaime de Barros Câmara foi eleito cardeal com o título dos Santos Bonifácio e Aleixo, do qual tomou posse solenemente no dia 22 imediato. Neste mesmo Consistório foi também eleito cardeal o arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota.

Foi legado papal no Congresso Eucarístico Nacional realizado em Porto Alegre, RS, em outubro de 1946, e no de Curitiba, PR, em março de 1960, e também no Congresso Interamericano, realizado em janeiro de 1951, no Rio de Janeiro.

Participou da Primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM) realizada em 1955 no Rio de Janeiro, e foi presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Compareceu a todas as sessões do Concílio Vaticano II, em Roma, e participou dos conclaves que elegeram os papas João XIII e Paulo VI.

Faleceu, inesperadamente, no dia 18 de fevereiro de 1971, aos 76 anos de idade, quando se encontrava em Aparecida, SP, comemorando, juntamente com o cardeal Dom Carlos Carmelo, as bodas de prata do cardinalato, sendo sepultado na nova Catedral do Rio de Janeiro.

5º. Arcebispo (4º. Cardeal)

Dom Eugênio de Araújo Sales foi o 2º. cardeal da Bahia, o 4º. do Rio de Janeiro e o 7º. do Brasil.

Era natural da cidade de Acari, no Rio Grande do Norte, onde nasceu no dia 8 de novembro de 1920; estudou no Seminário da Prainha, em Fortaleza, mas teve a sua ordenação sacerdotal, em 21 de novembro de 1943, em Natal, RN.

Onze anos depois de sua ordenação sacerdotal, foi eleito bispo auxiliar e posteriormente administrador apostólico da arquidiocese de Natal, funções estas desempenhadas com muita operosidade.

Removido para a Bahia como arcebispo coadjutor do cardeal Dom Augusto Álvaro da Silva, tornou-se, em 1968, seu sucessor.

Durante a sua permanência na chefia da Igreja baiana organizou, nos anos de 1969 e 1970, os Planos de Pastorais em Conjunto, em consonância com o Concílio Vaticano II e tendo em vista as transformações do mundo atual.

Criou em Itaparica um curso para candidatos ao diaconato, iniciando uma experiência que foi pioneira no Brasil, segundo afirma o Padre José Martins em seu trabalho *Diaconato – Experiência de Base*.

Em 1968, juntamente com o então arcebispo de Porto Alegre, Dom Alfredo Vicente Scherer, passou a fazer parte do Sacro Colégio dos Cardeais.

Com o falecimento do cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, em 1971, foi nomeado seu sucessor na arquidiocese do Rio de Janeiro, onde pontificou durante trinta anos, muito realizando em favor do povo de Deus.

Veio a renunciar alguns anos após completar a idade limite e permaneceu residindo no Rio de Janeiro, onde desenvolve outras atividades extrapastorais.

6º. Arcebispo (5º. Cardeal)

Dom Eusébio Oscar Scheid foi nomeado pelo então Papa João Paulo II para sucessor do cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, em 2001.

Iniciou o seu episcopado primeiramente como bispo da diocese de São José dos Campos, SP, permanecendo durante oito anos, e ali fixou residência após renunciar à mitra do Rio de Janeiro no corrente ano de

2009. Promovido para o arcebispado de Florianópolis, SC, destacou-se por suas atividades apostólicas durante os dez anos em que dirigiu essa arquidiocese.

Removido para o Rio de Janeiro, como sucessor de Dom Eugênio de Araújo Sales, foi agraciado pelo Papa João Paulo II com o barrete cardinalício e, depois de oito anos e quatro meses, renunciou ao cargo por ter atingido a idade limite,

Ao comunicar à imprensa carioca a sua renúncia, declarou "ter feito uma administração transparente, clara, lúcida e segura".

7º. Arcebispo

Dom Orani João Tempesta é natural da cidade de São José do Rio Pardo, em São Paulo, onde nasceu em 23 de junho de 1950 e muito jovem ingressou na Ordem Cisterciense, onde foi ordenado monge em 7 de dezembro de 1974.

Desconhecemos as suas atividades antes de revestir-se das vestes episcopais, primeiramente como bispo de São José do Rio Preto, nomeado em 1997 pelo Papa João Paulo II, ali desenvolvendo intensas atividades pastorais, nas áreas de Educação, Ensino Religioso, Comunicação, Menor Abandonado, Mulheres Marginalizadas e Casais em Segunda União.

Sete anos depois, ou seja, em 2004, foi promovido para arcebispo de Belém, em plena região amazônica, enfrentando uma nova pastoral muito diferente daquela em que iniciara em seu episcopado.

Cedo, porém, ele se familiarizou com o novo campo de atividades, visitando as suas paróquias e comunidades, muitas delas de difícil acesso. Em certa oportunidade visitou a ilha de Outeiro misturando-se com o seu povo, ali fazendo refeições com os pobres e dando bênçãos aos enfermos com todo o amor e carinho.

No dia 27 de fevereiro do corrente ano foi surpreendido com a sua nomeação para arcebispo do Rio de Janeiro, como sucessor do cardeal Eusébio Oscar Scheid. Ele mesmo confessou que Belém o havia cativado e não estava em seus planos deixar a cidade.

Em carta à Nunciatura Apostólica revela não se sentir atraído por cargos ou títulos, mas manifesta sua alegria em "servir à Igreja e ao povo de Deus". Ele chegou a revelar para a imprensa as suas experiências de vida no trabalho com as comunidades carentes de Belém e de suas 39 ilhas.

Foi o segundo arcebispo do Pará a ocupar a mitra do Rio de Janeiro, sendo Dom Jaime de Barros Câmara o primeiro a ser removido daquele Estado nortista para a antiga capital da República.

No Rio de Janeiro, Dom Orani contará com a colaboração de seis bispos auxiliares, destacando-se Dom Dimas Lara Barbosa, atual secretário geral da CNBB.

Como já foi dito no início deste trabalho, desde a fundação do então bispado do Rio de Janeiro em 1676 até os nossos dias, verificamos que a mitra desse Estado foi ocupada por 11 bispos e 7 arcebispos, dos quais cinco atingiram as honras cardinalícias. Acreditamos que, no próximo Consistório, o novo arcebispo, Dom Orani João Tempesta será escolhido também cardeal, como igualmente já referimos, tendo em vista ocupar uma arquidiocese sede cardinalícia.

Nos 333 anos de existência do atual arcebispado, dois importantes acontecimentos tiveram lugar na antiga capital da República: a realização do Congresso Eucarístico Internacional, em 1955, com as presenças de vários cardeais de outros países e as visitas dos Papas João Paulo II e Bento XVI àquela cidade.

Bibliografia

CALMON, Pedro. *Brasília – Catedral do Brasil (História Eclesiástica do Brasil)*. 1970.

CÂMARA, Fernando. O Cardinalato no Brasil. *Revista do Instituto do Ceará*. 1976.

_____. O Tricentenário da Diocese de Pernambuco. *Revista do Instituto do Ceará*. 1976.

_____. O Seminário de Olinda e o seu fundador. *Revista do Instituto do Ceará*. 1986.

Cortejo Glorioso dos Pastores Espirituais do Rio (Jornal Comemorativo da Posse de D. Jaime de Borges Câmara (Rio – 22/8/2008).

Jornal O Povo (Edição de 28/2/2009).

Jornal O Povo (Edição de 8/3/2009.

LA PAZ, Reynaldo de. Diocese de Mossoró (1939).

O Legionário (Ano LXI – 3232 (Belém-Pará 19/04/2009).

O Mensageiro de Santo Antônio (abril de 2009).

O centenário do Doutor José Parsifal Barroso

Fernando Câmara*

O ano de 2013 corrente registra, dentre outras importantes efemérides, o centenário de nascimento de cinco saudosos membros efetivos do Instituto do Ceará: Francisco Martins, conhecido por Fran Martins (1913-1996) – Francisco Alves de Andrade e Castro (1913-2001) – José Parsifal Barroso (1913-1986) – Oswaldo de Oliveira Riedel (1913-1989) e Maria da Conceição Sousa (1913-1991).

Quando fui admitido em 17 de outubro de 1975, nesta Casa de Cultura, sendo hoje o seu quinto membro em antiguidade, ainda alcancei todos estes consócios em seu quadro social.

Na merecida homenagem que o Instituto do Ceará prestou a esses seus sempre lembrados confrades coube ao consócio Geová Lemos Cavalcante fazer o pronunciamento de praxe.

De todos eles, tive porém mais afinidade com o inesquecível Dr. José Parsifal Barroso, cuja amizade com a minha família remonta ao tempo de seu saudoso genitor, Dr. Hermínio Barroso, amigo íntimo de meu pai, que sempre o acompanhou em suas atividades políticas.

Ele foi admitido no Instituto do Ceará na vaga decorrente do falecimento do meu saudoso parente e conterrâneo Ismael de Andrade Pordeus e, em seu discurso de posse ocorrida em 4 de dezembro de 1967, ressalta a grande honra de integrar a bancada de Quixeramobim neste centenário Sodalício. Vejamos as suas próprias palavras:

> "Confesso-vos que minha cordial gratidão sobe de ponto ao considerar a excelente honraria que me conferistes de integrar a mais numerosa e respeitável bancada desta Casa do Ceará, através dessa abençoada substituição que me veio dadivosamente, em-

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

> bora muito a desejasse para ficar ao lado dos ilustres quixeramobinenses Andrade Furtado, José Aurélio Câmara, Saraiva Leão e daqueles outros que, ligados embora a municípios depois surgidos, se acham vinculados ao grande Quixeramobim de outrora, como Plácido Aderaldo Castelo e Francisco Alves de Andrade e Castro, filhos de Mombaça. E de Mozart Soriano Aderaldo que embora não nascido em Mombaça, descende de famílias lá radicadas. E de Clodoaldo Pinto, filho de Itatira."

Na vida pública, o Dr. Parsifal Barroso foi eleito primeiramente deputado estadual classista em 1935 e, posteriormente, deputado estadual constituinte em 1947, deputado federal, senador da República e no governo do Presidente Juscelino, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Quando foi eleito Governador do Ceará em 1958, derrotando, até então o imbatível Cel. Virgílio Távora e antes de tomar posse, resolveu viajar para a Europa, conseguindo, na oportunidade, uma audiência com o Sumo Pontífice, João XXIII.

Terminado o memorável encontro com o chefe da Cristandade, Parsifal Barroso pede a João XXIII que rezasse para que ele fizesse um bom governo.

O saudoso Pontífice, que já se encontra a caminho dos altares, respondeu com estas palavras: "É bom que você me faça este pedido, pois eu diariamente peço a Deus que me dê forças para suportar a sua Igreja..."

Isto me foi revelado pelo próprio Dr. Parsifal Barroso, quando de um dos nossos encontros aqui no Instituto do Ceará.

A política não o divorciou das atividades culturais e, como já disse, foi membro efetivo deste Sodalício, onde fez importantes pronunciamentos, quando dos centenários de falecimento do Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (Senador Pompeu) e de nascimento do Senador Fernandes Távora, genitor do ex-Governador Virgílio Távora.

Exerceu também o magistério em diversos estabelecimentos de ensino, destacando-se na Faculdade de Filosofia e Colégio da Imaculada Conceição.

Foi autor de algumas obras, tais como *História Política do Ceará* e *Vivências Políticas*.

Sua última atividade pública foi de Ministro-Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, cuja nomeação ocorreu em 1977 e quando se aposentou retornou definitivamente ao nosso Ceará.

Passou então a frequentar o Instituto do Ceará e eu que trabalhava na filial do Grupo Eliseu Batista em Fortaleza e sediada na Praia do Futuro, quando vinha participar destas reuniões, apanhava sempre este inesquecível amigo em seu apartamento na Avenida Beira-Mar.

No retorno, era o nosso saudoso confrade Vinicius Barros Leal que o deixava em casa.

Tornamo-nos amigos íntimos e pude observar como ele ficou esquecido daquelas pessoas às quais tanto serviu na vida pública.

Ele mesmo chegou a dizer aqui no Instituto em um de seus pronunciamentos que "não havia gratidão no Ceará".

Quando a família Saraiva Leão realizou em 1981 a sua VI Convenção na antiga Escola Apostólica dos Padres Jesuítas, em Baturité, congregando parentes de vários Estados do Brasil, lembrei-me de convidá-lo a participar deste original Encontro do Presente com o Passado.

O homenageado desta Convenção era o saudoso parente e antigo membro efetivo do Instituto do Ceará, Professor Dr. João Batista Saraiva Leão, uma das pessoas mais queridas em nossa família.

Ele aceitou prazerosamente o nosso convite e também o de evocar a memória de nosso homenageado, o inesquecível João Saraiva.

O Dr. Parsifal Barroso gostou tanto de nossa Convenção que escreveu depois esta crônica em suas VIVÊNCIAS POLÍTICAS e que transcrevo com muita honra neste modesto trabalho:

> "Em pronunciamentos, artigos e discursos tenho insistido, de há muito, no crescente desamor pelo seu passado e na ausência da tradição que marcam a especificidade sócio-cultural do povo cearense, cada vez mais imediatista e predatório.
>
> Verifico que meus apelos e minhas análises cada vez mais caem no vácuo, sem nenhuma ressonância.
>
> Ocorre que de 5 a 7 de setembro participei da VI Convenção da família Saraiva Leão, na Escola Apostólica dos Jesuítas, numa encosta da Serra de Baturité. Embora preponderassem os Saraiva Leão do Ceará, muitos vieram dos Estados vizinhos, mas alguns se abalaram do Rio e de São Paulo.
>
> O vetusto e enorme prédio da antiga Escola Apostólica dos Jesuítas abrigou, gasalhosamente, para mais de cem membros da tradicional família Saraiva Leão, durante três dias para sempre inefáveis.

Rendi-me logo à evidência da muita verdade que se contém no velho aforisma: "toda regra tem exceção".

Porque quase não acreditava nos benéficos frutos dessa VI Convenção, como os vi e senti ao vivo, a ponto de haver fraternizado na identidade dos mesmos sentimentos que uniam os convencionais.

Confesso que aquiesci em participar dessa VI Convenção, para solver antiga dívida que me prendia ao saudoso prof. João Batista Saraiva Leão.

Quando Fernando Câmara, incansável e benemérito organizador dessas Convenções, me fez seu gentil convite para falar sobre Saraiva Leão, de logo aceitei a honrosa incumbência, mas longe de imaginar que iria me confortar, e muito, com os espetáculos de culto ao passado com que ali me deparei.

Acabei por me deixar enlear naquela gostosa e espontânea fraternidade que me ensejou o reencontro com antigos alunos, como o admirável Caubi Bezerra, já às voltas com as festas do próximo Centenário da "Tipografia Minerva", e o ilustre Luiz Edgar de Andrade Furtado, o notável Chefe de Redação do "Jornal Nacional", da Globo.

Ali estava o grande e velho tronco da família Saraiva Leão, com todos os seus galhos, em plena florescência e frutescência, numa continuidade histórica sempre ligada a "Papai Saraiva".

Como figura central dessa VI Convenção encontrei, a modo de um simples sacerdote, o Arcebispo das Alagoas, d. Miguel Fenelon Câmara, um legítimo Saraiva Leão.

Aliás, o Superior da Escola Apostólica de Baturité, padre José Abner de Andrade Furtado, apostólico jesuíta, tudo fez para que nada faltasse aos convencionais a ponto de poder me considerar um devedor insolvável do Irmão Antônio, que de mim tomou conta com devotado zelo, e inexcedível dedicação.

Como delineasse o perfil do admirável prof. Saraiva Leão, de improviso, sua neta Cláudia me intimou a escrever o que dissera sobre seu grande avô, rendendo-me a essa intimação, sem vacilações.

Ao fim dessa memorável Convenção, algo de inesperado me ocorreu, antes do encerramento da última sessão.

Estava-se no início daquele inevitável período da palavra facultada, a quem dela quisesse fazer uso.

Levanta-se Luiz Edgar de Andrade Furtado a justificar algumas oportunas proposições, desde a que vai instituir a "Fundação Saraiva Leão", até a que me transformou e converteu em um Saraiva Leão honorário.

Comovi-me a lágrimas porque, descendendo de famílias pequenas, tanto do lado paterno como do lado materno, conforteime em pertencer, mesmo honorariamente, a uma imensa família que se entronca com as famílias Furtado, Arruda e Bezerra de Menezes, para citar somente as principais.

Minha família materna, os Cunhas que vieram com o comendador Luiz Ribeiro da Cunha, está praticamente extinta, porque antigamente os pais não registravam seus filhos com o sobrenome materno. Os Barrosos do que venho, do Canindé, constituem um pequeno tronco, se comparado ao Baobá da Família Saraiva Leão.

Pela circunstância política de meu pai, Benjamim e Gustavo Barroso haverem governado o Ceará juntos, não há alguma ligação de parentesco entre os Barrosos do Aracati e os do Canindé, sendo de expansão maior o grupo de Uruburetama.

Resta-me apreciar sumariamente, os sermões proferidos nas duas Missas a que toda a comunidade assistiu.

A primeira homilia, na Missa celebrada pelo Sr. Arcebispo das Alagoas, d. Miguel Câmara, foi de uma simplicidade encantadora e fez renascer, mais vivos, os laços entretecidos pela família Saraiva Leão.

Expliquei a muitos por que deixara a militância política partidária, e não mais voltaria ao seu exercício, malgrado meu e pena de muitos. Mas da política do momento não se falou, até porque os assuntos e as notícias da família empolgaram as conversas.

Cabe-me agradecer, finalmente, ao meu amigo e consócio do Instituto do Ceará a oportunidade que me concedeu de compartilhar dos bens que fluíram dessa VI Convenção da Família Saraiva Leão a quem fico devendo mais um valioso presente que me proporcionou grande bem fazendo-me mais um Saraiva Leão.

> Desejaria finalizar essa crônica de um convencional ressaltando o alto e profundo sentido da homilia pronunciada pelo Superior padre José Abner de Andrade Furtado, na Missa final de que foi celebrante, com o intuito de manter a família Saraiva Leão fiel à tradição religiosa, que é uma constante em sua existência e consagrado por isso aos corações de Jesus e de Maria, dentro do espírito de fé que sempre a caracterizou.
>
> Sua voz e seus gestos revelam uma profunda piedade em sua vida religiosa, transmitindo a todos os convencionais uma mais viva confiança na luta de cada dia, rumo à vida eterna.
>
> Do ponto de vista prático, guardo comigo a certeza de que na VII Convenção em 1982 todas as indicações propostas pelo jornalista Luiz Edgar de Andrade Furtado estarão transformadas em esplêndidas realidades a começar pelo agenciamento de atividades de que resultará o surgimento da Fundação Saraiva Leão".

O ano de 1986 soou para o Dr. José Parsifal Barroso como o de sua despedida deste mundo menor e cujo doloroso acontecimento verificou-se no dia 26 de abril daquele ano, depois de ocupar durante quase vinte anos a cadeira que pertencera ao saudoso parente e conterrâneo, Ismael de Andrade Pordeus. Que Deus-Pai o tenha em sua Glória!

História e mito na origem do Patronímico Bezerra

Eduardo de Castro Bezerra Neto*

Existindo vasta literatura heráldica e genealógica disponível nos dias atuais, é natural encontrar diferentes brasões de armas, junto com teses sobre as origens dos patronímicos das pessoas que foram distinguidas para usá-los.

Nomes de famílias e seus respectivos brasões de armas situam as linhagens no tempo. A propósito dessa visão, Carl Gustav Jung, um dos pais da Psicologia e da Psicanálise, tem um argumento que convém ser lembrado:

> *"Pensar que um homem nasceu sem uma história dentro de si próprio é uma doença. É absolutamente anormal, porque o homem não nasceu da noite para o dia. Nasceu em um contexto histórico específico, com qualidades históricas específicas e, portanto, só é completo quando tem relações com essas coisas. Se um indivíduo cresce sem ligação com o passado, é como se tivesse nascido sem olhos nem ouvidos e tentasse perceber o mundo exterior com exatidão. É o mesmo que mutilá-lo."*
>
> *Carl Jung*

Se as pessoas nascem em um contexto histórico específico, com igual lógica também as famílias. Os patronímicos, nomes de família, antecedem os brasões de armas. Quem os recebeu já trazia o seu patronímico. Este, o patronímico, ao ser acrescido de um brasão de armas, tornou-se diferenciado em razão de um feito julgado rele-

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

vante na época em que a outorga foi feita a um membro da linhagem, pelo rei no exercício do seu cargo. A partir da outorga, o direito ao brasão de armas era reconhecido em relação a todas as pessoas que portavam o patronímico.

A família Bezerra situa-se nesse contexto. Em Galicia, na Espanha, os brasões são vários, outorgados a diferentes ramos, em razão de diferentes feitos históricos. Em Portugal é um só, demonstrando que um tronco comum une a todos os portadores da distinção.

Porquanto os brasões eram desenhados pelos reis de armas credenciados pelos monarcas, em seguida registrados em livro próprio, não há problema em identificar a origem. O mesmo já não acontece com os patronímicos. Surgem no decorrer do tempo sem que haja registros. Na sequência do tempo, um evento relevante gera a permanência do patronímico em um documento.

Após o primeiro, outros documentos mais projetam o patronímico no desdobramento dos séculos.

Por isso mesmo, deduzir as origens dos nomes de família é algo bem mais complexo, porquanto as incertezas superam as evidências. Este parâmetro também se aplica à família Bezerra.

Não obstante, existe arquivado em Madri um processo para expedição de Carta de Nobreza, datado de 1787, onde o requerente, D. José Antonio Becerra y Rial, agrega um documento sobre a origem dos Becerras no século I. No conteúdo do processo se entrelaçam história e mito.

No livro "Linajes Galicianos", em português "Linhagens da Galicia", de Pablo Pérez Costanti, editado por Eduardo Pardo de Gueva y Valdés, Editorial Ara Solis, 2002, encontra-se o registro do ingresso da família Becerra na história. Primeiro na Hispania romana, depois em Asturias, a seguir Galicia, Castela, Extremadura. Muito à frente, e por isso não mais no livro, como Bezerra em Portugal e Brasil.

Como parte do processo de nobreza de D. José Antonio Becerra y Rial, nele existe referência a um antepassado seu que requereu e obteve brasão de armas. Nele está o registro escrito da referida entrada da familia Becerra na História. Consta na Certidão expedida em Madri a 26 de junho de 1765. A transcrição do texto no espanhol original revela:

A instancia del repetido D.Manuel Huberto Becerra, para que se señalasen los blasones que debia usar, expidióse certificación en

Madrid a 26 de junio de 1765 por D. Julián José Brochero, rey de armas de Carlos III, expressando éste em la misma que

En tiempo de Galba existía en España un famosísimo capitán llamado Vitelio, "voz latina, que traducida a nuestro idioma castellano, quiere decir Becerra", el cual era "Señor de todas las montañas y tierras de Campos, donde fundó el pueblo que hoy permanece con el nombre de Becerril", cuya tierra dio en dote a una hija cuando la casó con un sobrino suyo llamado asimismo Becerra, de quienes proceden todos los que, con este nombre, se hallan en el principado de Asturias, Reinos de Castilla y Galicia, Extremadura y otras provincias; que conociendo los romanos el alta origen y valeroso espíritu de Vitelio, le aclamaron por legítimo Emperador, procediendo de este tronco Rodrigo Becerra, Capitán esforzado de la Jineta del Rey Don Juan de Aragon; Diego Becerra, Comendador de Rodas en la Orden de San Juan; y Vasco Gil Becerra que, con García Becerra, se distinguió en la conquista de Trujillo, año de 910, haciéndoles merced, por sus méritos, Don Alonso III el Magno, de muchas ciudades y villas.

Que entre los caballeros que en el año de 718 eligieron en Asturias por su caudillo a Pelayo, figuró Diego Becerra, que servió valerosamente en la conquista de Oviedo y casó con Dª Gimena de la que hubo por hijo a Fernan Diaz Becerra, quien sirvió al Rey D. Alfonso el Catolico, y fundó en el coto de Lamas en Galicia su solar y Torre fuerte en la que estaban las armas de la casa de Becerras, organizadas en faja, el primer quartel de oro con águila negra esployada, insignia de los Emperadores romanos, y en el segundo, azul, con un castillo de plata mazonado de negro, puertas e ventanas azules, empinado a cada lado un león de oro."

A tradução para o português corresponde a:

Por solicitação do já referido D.Manuel Huberto Becerra, para que se assinalassem os brasões que devia usar, expediu-se certidão em Madri a 26 de junho de 1765 por D. Julián José Brochero, rei de armas de Carlos III, expressando esta na mesma que

No tempo de Galba existia na Espanha um famosíssimo capitão chamado Vitelio, "expressão latina, que traduzida ao nosso

idioma castelhano, quer dizer Becerra", *o qual era* "*Senhor de todas as montanhas e terras de Campos, onde fundou o povoado que hoje permanece com o nome de Becerril", cuja terra deu em dote a uma filha quando a casou com um seu sobrinho chamado igualmente Becerra, de quem procedem todos os que com este nome se encontram no principado de Asturias, Reinos de Castela e Galicia, Extremadura e outras províncias; que conhecendo os romanos a alta origem e espírito valoroso de Vitelio, o aclamaram por legítimo Imperador, procedendo deste tronco Rodrigo Becerra, Capitão esforçado da Jineta do Rei Dom João de Aragão; Diego Becerra, Comendador da Ordem de São João de Rodes; e Vasco Gil Becerra que, com García Becerra, se distinguiu na conquista de Trujilho, ano de 910, fazendo-lhes mercês, por seus méritos, Dom Afonso III o Magno, de muitas cidades e vilas.*

Que entre os cavaleiros que no ano de 718 elegeram em Asturias por seu chefe militar [caudilho] *a Pelayo, figurou Diego Becerra, que serviu valorosamente na conquista de Oviedo e casou com Da. Gimena, de quem teve por filho Fernan Diaz Becerra, que serviu ao Rei D. Afonso, o Católico, e fundou no coto de Lamas na Galicia seu solar e Torre forte na qual estavam as armas da casa de Becerras, organizada em cinta, no primeiro quartel de ouro com águia negra de asas abertas, insígnia dos Imperadores romanos, e no segundo, azul, com um castelo de prata com as pedras desenhadas* [destacadas, mazonado] *em negro, portas e janelas azuis, de cada lado empinado um leão de ouro."*

A fim de separar história e mito, convém examinar por partes o relato contido na Certidão expedida em Madri a 26 de junho de 1765.

I - "N*o tempo de Galba.*"

Governador da Hispania de 60 a 68 d. C. Comandou a Legião VI Victrix e a Legião VII Galbiana. Em 68 foi aclamado Imperador por suas tropas. Partiu para Roma, onde o Senado reconheceu o título imperial. Reinou menos de um ano. Foi assassinado pela Guarda Pretoriana no ano 69 seguinte.

II - "*Existia na Espanha um famosíssimo capitão chamado Vitelio,* "*expressão latina, que traduzida ao nosso idioma castelhano, quer dizer Becerra.*"

Capitão equivale a Centurião nas Legiões Romanas. Na organização militar romana a expressão "famosíssimo capitão chamado Vitelio" corresponde a "Centurião Vitellius". O comando de um capitão no século XVIII correspondia ao de um centurião romano. Portanto, o ajustamento da Certidão de 1765 tem validade real.

A Centúria constituiu a unidade operacional básica das Legiões Romanas. Por isso, a promoção de um legionário a Centurião exigia dele demonstrar capacidade de comando e lealdade para lutar até à morte. Equivale a reconhecer capacidade de liderança.

Adotar o nome Becerra para substituir Vitelio é simples adaptação para o vocabulário local. O nome latino Vitellius tem sua correspondência em "vitelo", ou seja "bezerro". Mas, por que "Becerra" e não "Becerro"?

Aqui entra uma questão de estética. Será visto que Vitelio tinha uma filha, embora seu nome não seja referido. Admitindo por hipótese que se chamasse "Livia", o que soaria melhor: Livia Becerro, ou Livia Becerra? Evidentemente a segunda forma. E assim ficou.

III - "*O qual era* "*Senhor de todas as montanhas e terras de Campos, onde fundou o povoado que hoje permanece com o nome de Becerril.*"

No Império Romano a propriedade privada de terras beneficiou militares instalados em territórios ocupados. A legalização é atribuída ao Imperador Augusto. Foi utilizada como instrumento econômico e político, beneficiando legionários ao término do serviço militar. Do lado econômico ampliava a fronteira agrícola do Império. Do lado político mantinha a presença de cidadãos romanos nos territórios ocupados.

Por seu posto, o Centurião Vitelio recebeu mais terras que as distribuídas aos legionários de posições mais baixas. São duas coisas distintas: a Terra de Campos, referida na Certidão de 1765 por "Senhor de todas as montanhas e terras de Campos", e o povoado Becerril de Campos.

A primeira mantém a sua identidade, com fronteiras conhecidas, apesar do território cobrir parte do espaço geográfico de quatro Províncias da Espanha atual: Palencia, León, Valladolid e Zamora. Isto é um indicativo muito forte de identidade sociológica, que ultrapassa os limites dos territórios provinciais politicamente demarcados séculos depois, sem consulta à população local.

É válido admitir que as "terras de Campos" doadas a Vitelionão deveria ter a extensão da Tierra de Campos da Espanha de hoje. O mais

provável é que na origem formou um núcleo amplo para a época, mas que ao se multiplicar a população novos espaços agropecuários foram agregados por etapas, até chegar ao que se configura no tempo presente. Surpreende ter mantido a denominação, que revela identidade própria. Apesar de alguns ajustes por conta das línguas dos sucessivos povos invasores, dos reinos que se formaram e desapareceram, dos limites políticos das Províncias da Espanha, o nome permanece. Realmente extraordinário. Daí por que não se pode afastar o fato real da doação no século I a Vitelio, que adotou o Becerra em substituição à expressão latina Vitellius do seu nome.

Outra coisa é o povoado Becerril de Campos, que Vitelio (Becerra) fundou e nele imprimiu o seu nome, tornado sobrenome para seus descendentes. É notável o fato de preservar também o mesmo locativo, com identidade própria, sintonizada com as características sociais da Tierra de Campos.

Com o passar do tempo, nele se registra a invasão dos visigodos no século V e dos mouros no século VIII. Não há indicação escrita sobre o destino dos Becerras. Apesar da lacuna, eles aparecem adiante, lutando ao lado dos monarcas cristãos no combate aos mouros, a partir do século VIII. O provável é que tenham se deslocado em direção ao reino de Asturias. Ali instalaram novo local de permanência.

Associando a história e a geografia, quem no século XXI se detém sobre o mapa da Espanha, encontra o lugar Becerril. Localiza-se na Região Autônoma de Castela e Leão, Província de Palencia. Este é um fator para reflexão de consistência. A permanência geográfica de Becerril respalda a antiguidade do patronímico Becerra, trazendo-o para o século I. Por acréscimo, a Tierra de Campos guarda a memória da doação feita ao Centurião que passou a chamar-se Vitelio (Becerra). Preservando a identidade geográfica, associa-se a uma dimensão sociológica forte, que também remete ao século I.

Por conseguinte, em mais estes referenciais, a memória contida na Certidão de 1765 é válida.

IV– "*Cuja terra deu em dote a uma filha quando a casou com um seu sobrinho chamado igualmente Becerra, de quem procedem todos os que, com este nome, se encontram no principado de Asturias, Reinos de Castela e Galicia, Extremadura e outras províncias*."

A doação das terras em dote à filha foi estratégia para protegê-la. O Centurião tinha ciência de que enquanto durasse o seu serviço militar estaria sempre sujeito a deslocamentos. Sua mulher não é mencionada. Deduz-se ter enviuvado. Concentrou na filha a sua dedicação. Assim, procurou assegurar estabilidade a ela. A solução pensada foi dá-la em casamento a um primo.

A filha foi referida com o nome hipotético de Livia Becerra. E o sobrinho, que também adotou o mesmo sobrenome? Este simplesmente adotou o sobrenome da esposa. Por essa forma o Becerra foi confirmado como nome de família, seja para mulheres, seja para homens.

V – *"Que conhecendo os romanos a alta origem e espírito valoroso de Vitelio, o aclamaram por legítimo Imperador."*

Aqui o mito é evidente. O Centurião romano Vittellius (Vitelio) prestava serviço militar na Hispania, ao passo que o Vittellius que se tornou Imperador foi comandante das tropas da Germania.

Situando os fatos no tempo, Galba foi Governador da Hispania de 60 a 68 d.C. O Centurião Vitellius serviu sob seu comando. Seria impossível a Galba aceitar a aclamação de Vitellius como Imperador, permanecendo ele, Galba, em posição de menor relevo.

A história registra que após o suicídio de Nero o primeiro Governador aclamado por suas tropas foi Galba. As Legiões VI e VII lhe conferiram poder para ocupar a posição imperial vacante. Em Roma o Senado aprovou a sucessão e Galba assumiu por direito o status de Imperador.

Após o assassinato de Galba em 69 abriu-se espaço para que Otho, Comandante das Legiões da Lusitânia, o sucedesse como Imperador. Também por curto período. Em abril do mesmo ano Otho suicidou-se.

Em julho Vittellius, comandante das Legiões da Germânia, entrou em Roma, aclamado Imperador por suas tropas. Tinha o mesmo nome do Centurião Vittellius (Vitelio) da Hispania. Contudo, na hierarquia de comando ser Governador estava bem acima de ser Centurião. Vittellius também foi assassinado pela Guarda Pretoriana, desta vez em 20 de dezembro do mesmo agitado ano de 69.

Se os habitantes da Hispania admitiram a ideia de que o Centurião Vitelio havia sido aclamado Imperador é porque ele acompanhou Galba até Roma. No entanto, existia uma distância política viável para um Governador ser aclamado Imperador. Outra, a distância política impos-

sível para um Centurião transpor o seu posto e atingir funções imperiais mediante simples aclamação das tropas. O Senado Romano, jamais admitiria esse salto.

Unindo os elementos conhecidos e os presumidos, a história situa o Governador Galba e o Centurião Vittellius (Vitelio) como contemporâneos. Realmente. Porém há uma questão de lugar: o Vittellius que veio a ser aclamado Imperador por suas tropas e aprovado pelo Senado veio a Roma partindo da Germânia e não da Hispania. E não fez qualquer adaptação do seu nome.

Existe o outro lado do contexto. Longe de Roma, na Hispania, o mais provável a admitir nas difíceis condições de comunicação na época é que os habitantes de Becerril de Campos confundiram os nomes: Vittellius, do Governador da Germania e depois Imperador, e o Vitelio Centurião que nunca chegou a Imperador. A imagem criada na Hispania resultou em admitir como novo Imperador o Centurião Vitelio que conheciam, e desconsiderando o Imperador Vitellius que não conheciam.

Encerrando as sucessões violentas do ano 69, Vespasiano, que se encontrava na Judéia, sucedeu a Vitellius como Imperador de Roma. Deixou seu filho Tito para encerrar a guerra judaica, o que realmente veio a acontecer. A ordem foi retomada em Roma. Ao morrer em 79 o filho Tito o sucedeu como Imperador.

Onde a "história" não revela espaço de trabalho, o "mito" estende seu espaço. Intercalando "história" e "mito", existem deduções consistentes e suposições.

O Centurião Vitelio, fundador de Becerril de Campos, jamais teve possibilidade para ser considerado entre os candidatos possíveis a assumir o Império Romano. Não obstante, a precariedade das comunicações entre Roma e a Hispania concorreu para criar uma imagem mítica quanto a ele ter se tornado Imperador. A notícia carente de base segura foi difundida nos lugares onde exerceu liderança. Como memória oral foi retransmitida na família de geração em geração. Tempos depois passou de memória oral para memória escrita. Por este segundo meio veio a introduzir erro histórico na Certidão de 1765. Como erro histórico deve ser mantido.

VI – "*Procedendo deste tronco Rodrigo Becerra, Capitão esforçado da Jineta do Rei Dom João de Aragão; Diego Becerra, Comendador da Ordem de São João* [na ilha] *de Rodes; e Vasco Gil*

Becerra que, com García Becerra, se distinguiu na conquista de Trujilho, ano de 910, fazendo-lhes mercês, por seus méritos, Dom Afonso III o Magno, de muitas cidades e vilas."

VII – "*Que entre os cavaleiros que no ano de 718 elegeram em Asturias por seu chefe militar* [caudilho] *a Pelayo, figurou Diego Becerra, que serviu valorosamente na conquista de Oviedo e casou com Da. Gimena, de quem teve por filho Fernan Diaz Becerra, que serviu ao Rei D. Afonso, o Católico, e fundou no coto de Lamas na Galicia seu solar e Torre forte na qual estavam as armas da casa de Becerras".*

A Certidão indica nominalmente descendentes do Centurião Vitelio nos séculos XIV, XII, X, IX e VIII. Para melhor entender a evolução da família convém inverter a ordem, situando os nomes do século VIII ao século XIV.

Há um Diego Becerra citado no ano de 718, quando Pelayo foi eleito primeiro chefe militar de Asturias. Exerceu sua liderança de 718 a 737. O filho de Diego, Fernán Díaz Becerra, serviu a D. Afonso, o Católico, Rei de Asturias de 739 a 757. O mesmo Fernán fundou no couto de Lamas, na Galicia, o seu solar, onde construiu uma Torre forte onde colocou as armas dos Becerras. É provável que a transferência da família Becerra de Asturias para Galicia teve início com Fernán Díaz Becerra, ao se estabelecer no couto de Lamas. Porém não há documentação escrita a respeito. Não obstante, está claro que Diego e Fernán estiveram em ação no século VIII.

Vasco Gil Becerra e García Becerra, estão datados em 910, associados a Afonso III, o Magno, rei de Asturias, Leão e Galicia. O rei nasceu em 838, iniciou suas campanhas em 867 e faleceu em 910. Resulta ser admissível que se Vasco e Garcia Becerra são referidos no ano do falecimento do rei, certamente serviram também antes. Estiveram em ação nos séculos IX e X.

Um segundo Diego Becerra teve o título de Comendador da Ordem de São João de Jerusalém, mas que tinha sua sede na ilha de Rodes. Foi fundada em 1099 e reconhecida pelo Papa em 1113. Em qual época Diego Becerra serviu à Ordem? Provavelmente entre os séculos XII e XIII.

Rodrigo Becerra foi Capitão da Jineta de D. João de Aragão, que nasceu em 1350 e faleceu em 1396. Portanto, serviu no século XIV. O Capitão da Jineta estava sempre próximo ao rei, a fim de

atendê-lo no que fosse necessário. O posto revela ter sido pessoa de absoluta confiança.

Em resumo, a Certidão de 1765 relaciona pessoas da família Becerra engajadas em atividades militares no século I, com seguimento desde o século VIII até ao XIV. Há, portanto, que se entender o vínculo entre o primeiro Becerra romano e os Becerras asturianos e galegos. Em algum ano no início do século XIII, um ramo reentrou na História em Galicia e depois se transferiu para Portugal. Resultou que o Becerra foi transposto para Bezerra. Como Bezerra chegou ao Brasil.

Existe descontinuidade temporal entre o século I do Império Romano e os séculos da Idade Média. Ainda assim, é válido deduzir que o espírito do CenturiãoVitelio (Becerra) continuou em seus descendentes. Conforme já referido, a linhagem atravessa os séculos até chegar à então "época atual" do século XVIII, quando a Certidão de 1765 foi redigida.

Merece reflexão a lacuna entre os séculos I a VIII e seguintes. É facil reconhecer que até ao século V o Império Romano conseguiu se manter. A partir de 406, portanto século V, ocorreram as invasões bárbaras, de povos que habitavam além do rio Danúbio. Os visigodos se estabeleceram no que havia sido a Hispania romana. À sua vez, no século VIII os mouros invadiram o sul da Península Ibérica e prosseguiram em direção ao norte, espaço onde os visigodos cristianizados constituíram o reino de Astúrias. Seguiram-se os reinos de Leão, Galicia e Castela. Nesse período não se encontram registros genealógicos, salvo dos reis que foram se sucedendo e de famílias com as quais se relacionaram. A pesquisa de pessoas com sobrenome Becerra remete apenas às que participaram das principais batalhas.

Nos séculos IX a XI algumas famílias se destacaram e genealogias foram escritas. A família Becerra não se inclui entre estas. Mesmo assim, alguns nomes aparecem referidos em eventos especiais. A Certidão de 1765 faz menção a pessoas com destaque em batalhas ou junto a reis.

A partir do século IX, identificam-se os ascendentes maternos de Maria Rodrigues Codorniz, que João Bezerra veio a raptar no início do século XIII.

Vale a pena retornar outra vez ao personagem principal do início e as ações ligadas à sua pessoa. No contexto impõe-se levar em conta

que "probabilidade" tem um significado; "certeza" tem outro; "inverdade" tem ainda um outro. Existe uma exigência fundamental para avaliar a Certidão de 1765 sob a ótica desses três parâmetros. Nela existem registros de história e estórias.

A atitude mais fácil é admitir que a Certidão de 1765 contém uma estória bem contada, não se enquadrando como história. Consequentemente, de pouco valeria, comportando ser descartada. Atitude fácil de assumir, porém não inteiramente defensável.

Existe lógica no fato de que o Vitelio romano do relato ter prestado serviço militar na Hispania, como a memória familiar o recorda. Por acréscimo, a individualidade sociológica da Tierra de Campos e a subsistência atual de Becerril servem de testemunhos da pessoa que tomou a iniciativa de criar essas duas realidades: geogrática e sociológica. Ambas oferecem respaldo indireto, todavia forte, quanto à criação do patronímico Becerra, mediante tradução do nome latino Vitellius.

A geografia não mente. Ela revela a realidade do espaço e da identidade da população que o ocupa. A partir deste fato, a Certidão de 1765 comporta ser admitida como história, embora seja estória, (com "e") quanto ao episódio do Centurião elevado à condição de Imperador. A Certidão não pode ser simplesmente rejeitada. Ainda que parcial, sua consistência é aceitável.

Comum na época, não houve um único cidadão romano com o nome Vitellius. Houve vários. Portanto, não se pode afastar a probabilidade de ter vivido o Vitelio do relato. Serviu como legionário, no posto de Centurião, na Hispânia. Foram muitos os Centuriões nas cortes romanas. Portanto, nada impede ter o mesmo Vitelio, exercidoo referido posto de Centurião.

A persistência secular do patronímico sinaliza que "hispanizou" o nome para Becerra. Por sua vez, a doação de terras a militares fez parte de uma política adotada pelo Imperador Augusto, que visava perpetuar a ocupação romana nos espaços conquistados. Decorre ser fato natural ter recebido a propriedade de terras em Campos, onde fundou o povoado de Becerril. Doarem dote à filha e ao genro não contraria o costume na época. Em conjunto, são elementos plenamente aceitáveis.

Qualquer que seja a atitude do analista, o relato é interessante. Em sua configuração os componentes reais superam os componentes

desprovidos dessa base. Admitir a consistência e verdade parcial é o entendimento do Autor deste estudo.

Concluindo, destacando-se acima de todas as versões a respeito da origem de Becerras em Espanha, Bezerras em Portugal e Brasil, o relato sobre Vitelio, criador do patronímico no século I, merece aceitável acatamento.

Senado do Império: o senador Pompeu e o Ceará

Melquíades Pinto Paiva*

O senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (1818 – 1877) foi "a mais perfeita e íntima união do prestígio político e intelectual que registra a história do Ceará." (CÂMARA, 1960: V). Louvado como naturalista, educador, geógrafo, historiador, jornalista, escritor, empresário e político, é natural que sobre ele existam vários textos biográficos, destacando sua atuação na vida pública provincial e nacional, embora poucos deles tenham maior profundidade e/ou abrangência, compatível com as atividades desenvolvidas e conhecimentos acumulados.

Tratando-se de personalidade de projeção nacional durante o Império, de cultura das mais proeminentes na sua época de curta vida, sacerdote e bacharel em Direito, abordou nos seus escritos temas os mais diversos, relativos à terra e ao povo do Ceará.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Agora vamos elaborar um esboço biobibliográfico de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, com o apoio maior em trabalhos assinalados com asterisco, na bibliografia consultada, destacando-se entre eles os da autoria de Raimundo Girão (1900 – 1988) – [in: CÂMARA, 1960 : XI - XVI (prefácio) e GIRÃO, 1977].

Filho do capitão de milícias Thomaz de Aquino Sousa, natural do Rio Grande do Norte, e de sua mulher Jeracina Isabel de Sousa, cearense de Santa Quitéria, filha única do capitão de ordenanças José Luís Pestana e Isabel Pinto de Mesquita, ele nasceu no dia 6 de junho de 1818 na povoação de Santa Quitéria, vinte léguas distante de Sobral (Ceará). Tinha ancestrais portugueses da atual Penafiel, bispado do Porto, sendo parente dos padres Miguel Joaquim d'Almeida Castro (Padre Miguelinho) (1768 – 1817) e Gonçalo Ignácio de Loyola Albuquerque Mello Mororó (1778 – 1825), heróis republicanos nordestinos, participantes e mártires das revoluções de 1817 e 1824, respectivamente.

Após seus estudos em Campo Grande (atual Guaraciaba do Norte), Thomaz Pompeo foi mandado para Sobral, em 24 de fevereiro de 1834, para cursar aulas de latim e humanidades do tio materno e advogado Gregório Francisco de Torres e Vasconcelos, depois deputado na primeira legislatura da Assembleia Provincial do Ceará (1835 – 1837). Em 10 de agosto de 1835 embarcou com destino a Pernambuco, para iniciar estudos no Seminário de Olinda, recebendo ordens sacras em 18 de setembro de 1841; pouco depois, em 24 de outubro de 1843, obteve o grau de bacharel pela Faculdade de Direito de Olinda. Antes mesmo de sua ordenação, exerceu a função de substituto da cadeira de Teologia, no Seminário de Olinda.

Em 10 de novembro de 1843 embarcou de volta ao Ceará, convocado pelo presidente Ignácio Corrêa de Vasconcelos, para instalar o Liceu do Ceará, criado pela Lei nº. 304, de 15 de julho de 1845, sendo nomeado seu primeiro diretor e, como tal, Inspetor da Instrução Pública da Província do Ceará. No Liceu do Ceará foi professor da disciplina Geografia e História, ficando como diretor desde 19 de outubro de 1845 até 25 de abril de 1849, quando foi exonerado por motivos políticos; voltou à direção do educandário em 23 de outubro de 1853 e se aposentou em 17 de janeiro de 1865.

Pouco conhecemos a respeito do seu desempenho como padre católico. Durante oito anos esteve como vigário forâneo (geral) do Ceará, exonerando-se em 1860.

Na condição de advogado, salvo raras exceções, atuou apenas no cível, pois não gostava do foro criminal. Também neste campo, suas atividades não foram destacadas pelos que cuidaram de sua biografia.

No decorrer de toda a vida, mostrou-se zeloso na condução dos negócios, sempre econômico nos gastos e pontual nos compromissos financeiros. Foi um dos sócios fundadores da Companhia Cearense de Via-Férrea de Baturité S/A, constituída em 25 de julho de 1870, em decorrência de pacto associativo para fins de construção de uma estrada-de-ferro entre Fortaleza e Pacatuba, com ramal até Maranguape, assinado pelo senador e mais quatro outros fundadores da empresa pioneira (FERREIRA, 1989).

Celebrou contrato de trabalho com a presidência da província do Ceará em setembro de 1855, com vigência de dois anos, para apresentar uma resenha estatística sobre o Ceará. No desempenho do contrato, viajou durante todo o ano de 1856, visitando municípios das diversas regiões cearenses, mas teve muitas dificuldades para conseguir as informações necessárias, pela falta de colaboração das autoridades provinciais. Neste contrato se encontra a fonte primeira dos seus trabalhos posteriores sobre os diversos enfoques estatísticos e aspectos naturais do Ceará, que lhe deram merecido renome.

Em outubro de 1844 se candidatou a deputado da Câmara Geral, mas não foi eleito, ficando como primeiro suplente; em 1845 foi eleito deputado da Assembleia Provincial do Ceará (1846 – 1847). Com a morte do deputado-padre José da Costa Barros, chegou à Câmara Geral em 1846, ali permanecendo até 1848, cobrindo duas legislaturas. Nas eleições de 8 de fevereiro de 1863, foi incluído na lista tríplice para a escolha de novo senador pela província do Ceará, na vaga decorrente da morte do senador Miguel Fernandes Vieira, recebendo 602 votos; a escolha foi feita pelo Imperador, em 9 de janeiro de 1864, favorecendo o segundo colocado – Thomaz Pompeo de Sousa Brasil; sua posse ocorreu em 11 de fevereiro do mesmo ano, permanecendo como senador até 2 de setembro de 1877, data da sua morte em Fortaleza, onde foi sepultado no mesmo dia, em cemitério público e com hábitos talares, conforme sua expressa vontade.

Iniciou-se nas lides políticas como um dos fundadores do jornal *Cearense*, em 16 de outubro de 1846, órgão do Partido Liberal, assumindo a direção em 1850, onde ficou até a morte.

Sempre pertenceu aos quadros do Partido Liberal, tornando-se o seu chefe na província do Ceará, após a morte do senador José Martiniano de Alencar, ocorrida em 1860. Teve projeção política em escala nacional, havendo recusado o cargo de ministro do Império, quando os liberais ascenderam ao poder em 1864.

Não tinha condecorações, porque não as aceitava, mas foi enobrecido pelos diplomas honoríficos dados por instituições de ensino, profissionais e culturais, no país e no exterior. Foi sócio da Sociedade Literária Onze de Agosto (Recife), do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, da Sociedade Geográfica de Paris, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do Instituto Histórico da Bahia, do Instituto dos Advogados do Recife, do Instituto Histórico do Maranhão, da Sociedade Filomática do Rio de Janeiro, da Harmonia Maranhense e do Ateneu Maranhense (STUDART, 1915). Esta lista pode ser acrescida pelas seguintes instituições: Instituto Literário do Maranhão, Sociedade Amante da Instrução da Corte, Ateneu Paulistano e Ateneu Pernambucano.

Viveu com Filesmina Carolina Filgueira (1827 – 1905), com a qual teve os seguintes filhos: o primogênito nasceu e morreu em 1846; em 1849 nasceram gêmeos, o menino faleceu em 1850 e a menina Maria Tereza sobreviveu, tendo se casado com o comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly, seu sucessor nas atividades políticas, a qual faleceu em 1930; Antônio Pompeo de Sousa Brasil (1851 – 1886), médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (1852 – 1929), uma réplica do pai e homônimo, formado pela Faculdade de Direito do Recife; Hildebrando Pompeo de Sousa Brasil (1853 – 1907), engenheiro mecânico formado pela Escola Central do Rio de Janeiro.

A correspondência do senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (CÂMARA, 1960) está voltada para três vertentes principais: política provincial vista pelo ângulo do Partido Liberal; preocupação com a ocorrência de secas no Ceará; controle dos seus negócios particulares.

Além dos discursos e pareceres encontrados nos anais da Assembleia Provincial do Ceará, da Câmara Geral e do Senado do Império, bem como de artigos divulgados em jornais, ele deixou importante bibliografia contida em folhetos e livros, cujos principais títulos relacionamos a seguir.

BRASIL, Th. P. S. – 1851 – *Elementos de Geographia*. Edição do autor, 284 pp., Ceará (Fortaleza). Esta obra foi posteriormente ampliada e teve quatro outras edições, a primeira delas de 1856 e ainda publicada no Ceará (Fortaleza); as outras são de 1859, 1864 e 1869, editadas no Rio de Janeiro – ver BRASIL, Th. P. S. – 1869 – *Compendio Elementar da Geographia Geral e Especial do Brasil*. Eduardo & Henrique Laemmert, 5ª. ed., VIII + 680 pp., Rio de Janeiro. Foi adotada no Colégio Pedro II e nos liceus e seminários do Império.

BRAZIL, Th. P. S. – 1957 – *Memorias sobre a estatistica da população, e industria da provincia do Ceará em 1856*. Typographia de Paiva & Companhia, 50 pp., Fortaleza. Este é o primeiro zoneamento econômico do Ceará, a partir dos seus produtos naturais e atividades desenvolvidas pelo povo, com delimitação das regiões fisiográficas. Contém sério alerta contra a depredação dos recursos naturais sujeitos à explotação, tanto vegetais como animais.

BRAZIL, Th. P. S. – 1858 – *Memoria estatistica da provincia do Ceará: sob sua relação phisica, politica e industrial.* Typographia Brazileira de Paiva & Companhia, 68 pp., 13 tabelas em páginas não numeradas, Fortaleza. Versão ampliada do trabalho anterior, com dados mais recentes. Seu valor maior compreende os dados pluviométricos, coletados durante tantos anos, com rigor científico.

BRAZIL, Th. P. S. – 1859 – *Memoria sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da provincia do Ceará*. Typographia Brasileira de Paiva & Companhia, 36 p., Fortaleza. Concluiu que a destruição das matas e as queimadas têm contribuído para uma maior freqüência de seca, encurtando os períodos normais entre tais ocorrências. Foi incluído em seu livro *Memoria sobre o clima e seccas* (1877); em 1986 foi novamente publicado, inserido no *8º Livro das Secas* (pp. 95 - 125) da Coleção Mossoroense (volume CCXLII), editado na cidade de Mossoró; apareceu em edição *fac-simile*, publicada pela Fundação Waldemar Alcântara (Fortaleza, 1997).

BRASIL, Th. P. S. – 1861 – *Diccionario Topographico e Estatistico da Provincia do Ceará*. Eduardo & Henrique Laemmert, 90 pp., 2 mapas em páginas não numeradas, Rio de Janeiro. Este é o primeiro dicionário geográfico e estatístico do Ceará, preparado como postulação ao seu ingresso como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

BRASIL, Th. P. S. – 1863/1864 – *Ensaio Estatistico da Provincia do Ceará*. Typ. de B. de Mattos, tomo I – XVI + 839 pp., tomo II – 330 p., [São Luís]. Esta é a obra maior do senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, tanto em volume como em conteúdo, sendo mesmo uma verdadeira enciclopédia sobre o Ceará dos meados do século XIX. Existe uma edição *fac-simile* desta obra, publicada pela Fundação Waldemar Alcântara (Fortaleza, 1997).

BRASIL, Th. P. S. – 1877 – *Memoria sobre o clima e as seccas do Ceará*. Typographia Nacional, 100 pp., Rio de Janeiro. História das secas do Ceará, suas causas e meios de mitigar os seus efeitos. Contém lista das secas, desde 1711 a 1837, e outra sobre grandes inundações entre 1776 e 1876. A série com dados meteorológicos, antes divulgados, foi acrescida com os registros até 1876. Foi inserida no final a *Memoria sobre a conservação das mattas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da provincia do Ceará*. Publicado no *9º Livro das Secas* (p. 7 - 78), da Coleção Mossoroense (volume CCLXXXV), editado na cidade de Mossoró (1983).

Os serviços que prestou ao Ceará foram os mais proeminentes, nos diversos campos de suas atividades. "Era um philantropo, um sabio, que viveu bem pouco para tantas esperanças e beneficios que a patria aguardava ainda." (ANÔNIMO, 1877). "Thomaz Pompeo foi um brazileiro que se devotou á felicidade da sua terra, que amava de coração; um philamtropo modesto e recolhido, que escondia a mão fazendo o beneficio; a probidade, a honra em sua mais alta expressão." (BRÍGIDO, 1877). Ninguém, no seu tempo, foi intelectualmente mais ilustre do que ele no Ceará.

Como final desse esboço biobibliográfico, vamos indicar alguns dos pioneirismos do senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil:

– pioneiro dos estudos de estatística e demografia no Brasil, abordando aspectos da geopolítica regional e nacional;

– pioneiro do ensino secundário e público no Ceará, como diretor-fundador do Liceu do Ceará;

– pioneiro na publicação de livros didáticos e científicos no Ceará;

– pioneiro dos cientistas que pesquisaram as causas das secas nordestinas, com a coleta criteriosa e prolongada de dados meteorológicos;

– pioneiro dos estudos sobre a devastação das matas e conserva-

ção da natureza cearense, tendo em vista a melhoria do clima e maior defesa contra os efeitos das secas.

Apesar de tão estudado e muito louvado, pouco sabemos a respeito do seu desempenho como parlamentar, representante do povo cearense. Neste trabalho, vamos tentar melhor conhecer a atuação do senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, no Senado do Império, em favor da província do Ceará (1864 – 1877).

Senado do Império

Foram intensas as atividades de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil no Senado do Império. Conhecido como responsável e laborioso, aliou a estas qualidades sua vasta cultura. Teve brilhante atuação senatorial, em plenário e nas comissões, analisando e discutindo matérias as mais diversas. Em especial, foi atento às propostas de orçamento dos ministérios, procurando bem as conhecer e melhorar, discutindo a justeza das destinações dos recursos financeiros disponíveis.

A respeito da província do Ceará, sua ação parlamentar abrigou aspectos econômicos, sociais e políticos, com proeminência para as construções da estrada de ferro de Baturité e porto de Fortaleza; recrutamento militar e práticas eleitorais. Abaixo, alguns destaques, selecionados a partir de leitura dos *Annaes do Senado do Imperio do Brasil*.

Sessão de 27 de julho de 1864 – Tratando da saúde pública, protestou contra o descaso do Governo com respeito à epidemia do *cholera-morbus* que assolou a província do Ceará em 1862, fazendo 13.000 vítimas, e que continuou em 1863 (até junho), reaparecendo em março de 1864. Houve completa omissão governamental, sem dotação orçamentária para combater o flagelo.

Sessão de 22 de agosto de 1864 – Na presença do Ministro da Marinha, cobrou a promessa de dotar o Ceará de um porto ou de melhorar o existente em sua capital. Lembrou que há mais de 40 anos têm sido feitos estudos e/ou exames no porto de Fortaleza, a saber:

– em 1813, o governador Manoel Ignácio de Sampaio mandou fazer um exame por engenheiro português, oficial de Marinha;

– em 1833, na presidência de José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, fez-se novo exame;

– em 1840, na presidência de Manuel Felizardo de Souza Martins, novo estudo foi realizado;

– em 1857, o governo imperial mandou um oficial de engenheiros fazer exames no porto, demorando-se por alguns meses no cumprimento de sua missão;

– de 1859 a 1862, a província pagou um engenheiro francês para estudar o porto;

– o ministro presente pagou um engenheiro, que recebeu instruções para examinar o porto.

Defendeu o aproveitamento da enseada do Mucuripe como porto de Fortaleza, a qual "offerece capacidade e segurança para ancoradouro de mais de 300 navios de differentes calados; o fundo é de arêa, com quatro a cinco braças de agua; a arrebentação é ahi pequena e fraca. Os navios ali estão abrigados, porque o vento mais constante é de sueste, leste e nordeste, dos quaes os defende a ponta do Mucuripe. Portanto, como disse, o porto está feito e achado nesta enseada, onde existe já uma crescida povoação de pescadores com mais de 200 casas."

Indicou três providências a serem tomadas: construção de armazéns; ligação ferroviária com Fortaleza; construção de trapiche ou ponte de desembarque.

Afirmou que o dispêndio de 173:000 $ pode dotar a capital do Ceará com um excelente porto, "abandonando-se o actual, que não pode mais ter remedio, senão mediante uma enorme despeza, incompativel talvez com as forças do estado, ou ao menos para o Ceará, com quem até hoje não se tem despendido quase nada em obras publicas."

Disse que no ano financeiro de 1862 – 1863 entraram e saíram do porto de Fortaleza para a Europa 65 navios de longo curso, e 450 navios de grande cabotagem para diversos portos do Império.

Após afirmar que o Ceará era a única província em que a produção se fazia com braços livres, faltavam-lhe vias de comunicação e um porto.

Sessão de 24 de agosto de 1864 – Reclamou contra a desigualdade do recrutamento (imposto de sangue) que prejudica e impõe sacrifícios à população cearense, na proporção de 1:10.000 habitantes. Pediu igualdade de sacrifício, já que não há igualdade de benefícios, que também devia haver.

Sessão de 29 de agosto de 1864 – Tratou da irracionalidade de práticas agrícolas, que levam à esterilidade, ao deserto e à solidão, por causa da derrubada das matas, deixando atrás capoeiras abandonadas. Lembrou haver publicado em 1860 memória sobre a conservação das matas do Ceará, animando a silvicultura e a construção de açudes. Das derrubadas resultam a falta de lenha, a esterilidade do solo e a sequidão das fontes.

"Está mesmo conhecido que por causa da imprudencia dos nossos agricultores no Ceará, e do incendio continuado dos campos durante a estação secca, tem-se feito sentir os effeitos apontados, e talvez tenha-se aggravado a irregularidade das estações; e embora não seja esse o motivo principal, em todo caso é auxiliar, como demonstram exemplos repetidos, antigos e modernos em todo o mundo."

"Em minha provincia acredito que a destruição das matas na extensa serra da Ibiapaba, e em outras, igualmente ferteis, tem concorrido poderosamente para augmentar a sequidão do sólo, e a irregularidade das estações. Ainda no principio deste seculo a serra da Ibiapaba, que separa o Ceará do Piauhy, desde a praia da Timonha até o Cariri por 130 leguas, onde toma o nome de Araripe, era mais fresca, abundante de água, que descia em corregos até o sertão adjacente; outras serras erão tambem abundantes de fontes: de certos annos para cá, depois da derrubada das matas que guarnecião as encostas, para a cultura do algodão e legumes, as correntes seccárão e as seccas augmentárão."

Recomendou o estabelecimento de colônias agrícolas no Ceará, dirigidas por missionários capuchinhos, com a dupla vantagem do trabalho regular, constante e moral, pelo ensino e prática da religião, com o aproveitamento dos descendentes dos índios do Aquiraz, da Ibiapaba e dos mestiços abundantemente encontrados no Cariri, nas terras de antigas aldeias indígenas. Destacou a importância da educação agrícola em nível intermediário.

Informou que o Ceará pede um pouco de eqüidade na distribuição dos sacrifícios impostos ao povo brasileiro, "principalmente do recrutamento, e um auxilio dos cofres publicos para ajuda-lo a desenvolver sua riqueza natural, para augmentar sua industria, que apesar de sua actividade luta com embaraços superiores a seus esforços, embaraços que só a mão poderosa do estado lhe pode ajudar a remover."

Destacou a urgência da construção de estrada de ferro ligando Fortaleza a Baturité, para o transporte da produção agrícola – café, algodão etc.

Reclamou contra as irregularidades dos serviços postais, com freqüência quinzenal e estafetas carregando malas com cinco ou seis arrobas, ganhando um tostão por légua, com trabalho obrigado e péssimo procedimento.

No final do seu discurso, pediu desculpas por advogar os interesses da província do Ceará, com algum calor: "Eu sinto um amor estremecido por ella, e sinto tambem que por mais que faça, não pagarei jàmais essa divida de honra que contrahi pela confiança que em mim depositou elegendo-me para, como seu representante, occupar um logar nesta casa."

Sessão de 30 de maio de 1865 – Deplorou o continuado descaso do Governo com respeito à construção do porto do Mucuripe e da estrada de ferro para Baturité, apresentando emendas favorecendo estas construções, e uma outra destinada à construção do seminário do Ceará.

Sessão de 2 de junho de 1866– Falou contra o tratamento dado pelo Império aos familiares dos combatentes do Ceará na guerra do Paraguai, quanto à concessão de pensões, desatenção ou parcialidade com que se tem procedido para com eles.

Sessão de 6 de junho de 1866 – Tratou do não cumprimento da promessa de liberar cem contos de réis, para a melhoria da estrada de Baturité, bem como da pouca atenção do Governo em relação ao porto de Fortaleza.

Sessão de 21 de junho de 1866 – Voltou a reclamar contra a falta de recursos para a melhoria da estrada de Fortaleza a Baturité e da ausência de estradas para o Cariri.

Sessão de 14 de julho de 1866 – Defendeu a dispensa de direitos alfandegários para objetos importados por companhia estrangeira, destinados ao encanamento d'água para abastecer a cidade de Fortaleza. O mesmo favor deverá ser concedido à empresa que cuida da iluminação da capital cearense.

Sessão de 12 de setembro de 1866 – Prestou esclarecimentos sobre o contrato para o encanamento d'água para Fortaleza e leu a resolução nº. 1032, de 27 de novembro de 1862, que concede a José Paulino Hoonholtz o direito de construir a obra, a partir do sítio Benfica.

Sessão de 31 de maio de 1867 – Mais uma vez defendeu a isenção de direitos alfandegários, para a importação de objetos necessários à iluminação a gás de Fortaleza.

Sessão de 12 de setembro de 1867 – Pediu que os delegados do governo no Ceará mandem recolher às prisões homens ferozes que perturbam a ordem pública, uma vez que já havia passado a quadra eleitoral. Também protestou contra a violência do recrutamento na província do Ceará, viciado por critérios eleitorais.

Sessão de 11 de julho de 1868 – Novamente protestou contra o recrutamento, usado como arma eleitoral, praticado no Ceará.

Sessão de 9 de setembro de 1869 – Criticou o conselheiro José de Alencar, então Ministro da Justiça, pela insegurança individual e de propriedade imperantes no Ceará, com elevado número de assassinatos.

Sessão de 5 de outubro de 1869 – Protestou contra o descaso da administração dos Correios no Ceará, pedindo mais celeridade à expedição de malas terrestres, mais empregados e melhores meios para desempenhar a missão que lhes cabe realizar. Também falou contra a exclusão do porto de Fortaleza na linha de navegação do Rio de Janeiro ao Pará. Defendeu a concessão de auxílio para a companhia de navegação costeira que se organizou no Ceará, bem como a construção de estradas. Protestou contra o recrutamento de sertanejos livres, atuantes na agricultura, o mesmo fazendo a respeito do descaso pela construção do porto de Fortaleza, discutindo dados apresentados por ilustres engenheiros e os correspondentes à movimentação de cargas.

Sessão de 30 de maio de 1870 – Protestou contra a fraude generalizada, em recente eleição senatorial no Ceará.

Sessão de 4 de julho de 1870 – Voltou a falar da insegurança imperante no Ceará, com elevado número de assassinatos. Destacou as pressões e agressões sofridas pelos juízes de Direito, praticadas por potentados locais, que inclusive põem em liberdade presos condenados pela Justiça.

Sessão de 28 de julho de 1870 – Novamente protestou contra a insegurança imperante no Ceará. Comentou recentes eleições feitas no Ceará, com cinismo e postergação da Lei. Falou a respeito de absolvições irregulares de pessoas processadas em terras cearenses, por causa de influências políticas locais.

Sessão de 29 de agosto de 1870 – Defendeu a formação de celeiro de alimentos em Icó, tendo em vista a emergência de seca.

Sessão de 21 de junho de 1871 – Lamentou a não inclusão do Ceará no orçamento em discussão, sem dotação para a construção de estrada de ferro e do porto de Fortaleza. Em suma, falou da exclusão do Ceará no inventário de partilha dos benefícios concedidos às províncias do Império.

Sessão de 27 de junho de 1871 – Voltou a protestar contra a exclusão do Ceará, na partilha de recursos orçamentários para obras viárias, lembrando as condições físicas do território cearense como favoráveis à implantação de estradas, pela ausência de grandes rios e de altas montanhas, com terreno mais ou menos plano; por outro lado, a produção de algodão exige, pelo seu volume, a existência de boas estradas para transporte da safra até o porto de Fortaleza.

Sessão de 15 de julho de 1871 – Reclamou contra o não retorno ao Ceará do 14º. batalhão da tropa de linha, dali saído por ocasião da guerra com o Paraguai. A reclamação foi dirigida ao Ministro da Guerra, o senador cearense Domingos José Nogueira Jaguaribe; também, perguntou ao ministro a razão da não concessão de terras devolutas a voluntários cearenses, combatentes na guerra do Paraguai.

Sessão 8 de janeiro de 1873 – Relatou arbitrariedades policiais em diversas localidades do Ceará, nas eleições de agosto e setembro de 1872, e registrou a existência de 23 duplicatas de atas de seções eleitorais, onde as violências não tinham podido conseguir a paralisação dos trabalhos.

Sessão de 28 de janeiro de 1873 – Pediu a dispensa de direitos de importação para materiais destinados à estrada de ferro de Baturité, já em construção.

Sessão de 8 de maio de 1873 – Defendeu a magistratura do Ceará contra violências policiais, resultantes da concessão de *habeas corpus* a pessoas atingidas pelo recrutamento militar.

Sessão de 10 de maio de 1873 – Voltou a defender a magistratura do Ceará contra violências policiais, inclusive as próprias vidas dos juízes e de suas famílias. Protestou por terem sido empossados no Crato e em Quixadá vereadores eleitos em eleições fictícias. Também falou dos desmandos de policiais e até mesmo de oficiais e praças do 14º Batalhão, nas recentes eleições no Ceará.

Sessão de 23 de maio de 1873 – Defendeu ajuda à Casa de Caridade de Sobral, obra do padre José Antônio de Maria Pereira Ibiapina. Também falou sobre a liberdade de imprensa, ameaçada no Ceará.

Sessão de 26 de maio de 1873 – Relatou violências praticadas pelo recrutamento de cearenses, do desrespeito a *habeas corpus* concedido pelo juiz do Crato e da arbitrária remoção de juízes de Direito no Ceará.

Sessão de 27 de maio de 1873 – Voltou a protestar contra o recrutamento feito no Ceará, sem respeito ao direito que têm os recrutas de reclamarem, tendo sido *riscado* do Código o *habeas corpus*, violências estas praticadas por ordem de um Presidente (Francisco de Assis de Oliveira Maciel), que aliás é magistrado. Reclamou dos atentados contra a vida e propriedade, observados no Ceará, apesar das forças militares para os serviços de guarnição e de polícia. "Trazendo, Sr. Presidente, a noticia dos acontecimentos que deploro em minha provincia, não tenho por fim, repito, senão chamar a attenção do governo para uma policia mais regular, mais previdente, porque entendo que essa policia é possível, e não esperar pelo tempo, pelas estradas de ferro, crescimento de luzes e melhoria dos costumes para onde nos atira o discurso da Coroa." (...) "O recrutamento continúa a fazer-se de um modo barbaro e horroroso. Não há isenção que aproveite aos infelizes e os delegados escudados nas ordens do presidente e do celebre aviso reservado do exministro Jaguaribe (*refere-se ao senador cearense Domingos José Nogueira Jaguaribe, presente à sessão*), apenas recrutam o individuo deferem-lhe immediatamente o juramento, como do exercito, sem concederem-lhe uma hora se quer para allegarem suas isenções." Mencionou dezenas de casos das violências policiais, indicando lugares e nomes das vítimas, assim comprovando o aumento da criminalidade no Ceará.

Sessão de 29 de maio de 1873 – Perguntou ao Ministro da Marinha sobre emenda feita ao orçamento, na Câmara dos Deputados, destinando recursos para o porto de Fortaleza. "Não há talvez porto algum do Brasil em que o trafego do embarque e desembarque seja mais despendioso que o do Ceará. Entretanto podia-se remediar este defeito com as obras que se tem proposto em diversos pareceres de engenheiros, que teem ido alli estudar, não só por parte do governo, como alguns particularmente, a respeito do que há propostas particulares e estudos feitos por ordem do governo. Eu e todos os cearenses

que teem assento no parlamento, temos constantemente solicitado do governo geral que tome em consideração aquelle estado de cousas o melhore, ou autorizando a construcção da obra por conta da publica administração ou dando as garantias necessarias para a realisação de alguma proposta particular. Eu por minha parte e creio pela de meus honrados collegas, pois nenhum de nós faz questão quanto ao modo pratico, o que queremos é que se faça uma obra util, reclamada pela necessidade e pelo augmento da população e riqueza da capital do Ceará." Desabafo: "Tenho notado, Sr. Presidente, que cada vez que fallo aqui referindo-me aos negocios da minha infeliz provincia, victima da maior intolerancia partidaria, dou occasião a que os nobres ministros se exacerbem contra as victimas da intolerancia e teçam elogios ao administrador, de quem aliás tem a opposição fundadas queixas pelo seu procedimento parcial no Ceará. Por conseguinte, estou convencido de que as nossas reclamações não servem senão de irritar o governo e enfurecel-o mais contra nós. E como não ha para quem appelar, o silencio seria pelo menos mais prudente." Ainda defendeu, mais uma vez, a construção de uma estrada de ferro que ligue o Cariri a Fortaleza.

Sessão de 31 de maio de 1873 – Voltou a falar na criminalidade no Ceará.

Sessão de 5 de junho de 1873 – Insistiu na defesa da construção das vias de comunicação com o interior cearense, principalmente com o Cariri.

Sessão de 9 de junho de 1873 – "Ha quantos annos, Sr. Presidente, desde o governo colonial que o Ceará precisa de um porto. No tempo de El-Rei D. João VI foi mandado la um official examinar o porto; ainda em 1816 o governador teve ordem para mandar proceder a um exame a este respeito, subsequentemente tem-se feito uma serie de exames naquelle porto; entretanto até hoje, depois de meio seculo de vida e independencia do Brasil, não houve ainda um governo que mandasse realisar uma obra de tanta necessidade para o Ceará! Se, pois, o governo tem se esquecido de promover os interesses materiais da mesma provincia e sobre objecto que devia mais interessal-o, como é o porto, não admira que se esquecesse das vias de comunicação; eu, pois, cumpro, quanto em mim cabe, o dever de reclamar, de pugnar por seus interesses, embora sem melhor resultado."

Sessão de 13 de junho de 1873 – Defendeu a prestação de garantia do governo central (caução), a investimentos de capitais na construção da estrada de ferro de Baturité.

Sessão de 12 de julho de 1873 – Novamente protestou contra práticas arbitrárias do recrutamento, vigentes no Ceará.

Sessão de 16 de julho de 1873 – Falou de irregularidades cometidas pelas autoridades no Ceará, por ocasião das eleições de 1872, anulando votações regularmente feitas e aprovando atas falsas. Disse que isto mostra "até onde a intervenção do governo tem falseado, desmoralisado e nullificado o systema eleitoral." Afirmou que o governo faz eleições sem gente; seus amigos escrevem atas que serão aprovadas. Isto na hipótese da força pública não atacar o povo na véspera da eleição, como aconteceu em Missão Velha. Condenou o recrutamento ilegal e arbitrário, como arma eleitoral, para afastar os votantes das urnas.

Sessão de 5 de agosto de 1873 – Relatou procedimento do governo, a pretexto de suposta sedição, de reunir força pública em Sobral e Missão Velha, para evitar o comparecimento dos eleitores; assim, escreveram atas falsas e ganharam fictícia eleição em 1872.

Sessão de 26 de agosto de 1873 – "O valle do Cariry, na minha provincia, é considerado como o centro de producção mais rico das provincias do norte (*refere-se ao Nordeste*). Não me refiro ás do Sul, porque não as conheço do mesmo modo. É um espaço immenso circundado de serras, de onde correm arroios perennes que fertilisam aquelle sólo, rico em todo o genero de producção, principalmente de canna e algodão. Mas, como fica distante do littoral 80 leguas, é como um oásis encravado no deserto; não é possível virem dalli os generos para o littoral, senão quando estes sobem a um preço muito elevado, como no tempo em que o algodão subiu 20 $ por arroba. Desde que o algodão e o assucar descem a seus preços normaes, a exportação desses productos do valle do Cariry torna-se impossivel. Entretanto, aquelle valle contém uma população activa de mais de 200 mil habitantes, que poderia muito exportar; mas toda a producção actual é consumida alli e pelos arredores e sertões visinhos; porque concebe o senado que ella deve limitar-se ao consumo interno e circumvisinho, desde que não ha exportação em consequencia de longitude. Á vista disso, não tenho razão de perguntar: porque o governo não se lembra tambem de abrir communicação entre

o littoral do Ceará e o valle do Cariry? Pois os habitantes do Ceará, notadamente os daquelle importante valle encravado no centro, mas tão rico pella natureza, tão populoso, não são dignos das boas graças do governo?" Defendeu que se conceda a garantia de 7% à estrada, de Baturité até o Cariri; a que vai de Fortaleza a Baturité é uma estrada de 18 léguas, apenas a primeira secção da grande linha central do Ceará. Lembrou, ainda, a construção do porto de Fortaleza, a tanto reclamada.

Sessão de 3 de setembro de 1873 – Voltou a falar da garantia de 7%, ou antes, da fiança dessa garantia, já concedida pela Assembleia Provincial aos capitais empenhados na empresa da via férrea de Baturité, em construção, cujo prolongamento vai chegar ao Cariri.

Sessão de 8 de junho de 1875 – Informou que a Câmara de Vereadores do Crato é formada por indivíduos que não foram eleitos, compreendidos em uma duplicata clandestina, dizendo que esperava profligar esse crime, mas a Câmara intrusa continuava a funcionar.

Sessão de 9 de julho de 1875 – Retornou a falar sobre o porto de Fortaleza, em estudo desde 1816.

Sessão de 3 de agosto de 1875 – Registrou caso de violência policial em eleição na vila de Cascavel. Insistiu na condenação da Câmara Municipal apócrifa, funcionando no Crato.

Sessão de 18 de agosto de 1875 – Insistiu na necessidade de um porto em Fortaleza, bem como na construção da estrada para o Cariri.

Sessão de 27 de agosto de 1875 – Registrou dois casos de revolta do povo no Ceará: em 1º de julho anterior, foram rasgados editais do Exército e da Marinha para alistamento em Saboeiro; em Acarape aconteceu coisa semelhante.

Sessão de 1º de setembro de 1875 – Apresentou emenda aditiva ao orçamento, em favor da estrada de ferro de Baturité, e forneceu informações sobre localidades situadas no seu trajeto. Comentou as dificuldades financeiras por ela enfrentadas.

Sessão de 9 de setembro de 1875 – Informou que as Juntas de Qualificação não puderam funcionar em Limoeiro, Conceição, Quixadá e Acarape por terem sido dispersadas, e rasgados livros e papéis.

Sessão de 20 de setembro de 1875 – Voltou a defender a construção da estrada de ferro de Baturité.

Sessão de 21 de setembro de 1875 – Relatou o andamento da construção da estrada de ferro de Baturité, falando das possibilidades da produção agrícola a ser transportada. Apresentou emenda aditiva ao orçamento, para empréstimo de até 3.000.000 $ à companhia cearense da estrada de ferro de Baturité.

Sessão de 21 de fevereiro de 1877 – Disse que nas últimas eleições no Ceará, somente houve votação em 2 freguesias, do total de 53 que conta, por causa das violências policiais.

Doação ao Ceará

Thomaz Pompeo de Souza Brasil dedicou a vida ao Ceará – foi o mais importante dos seus filhos no século XIX. Louvou de forma incansável a terra e o povo, tendo sido condutor de ações em favor do progresso material, social e político: não ficou com palavreado vazio e sem conseqüências!

"A esta minha, mais afanosa do que proveitosa dedicação, a provincia do Ceará me ha retribuido com uma honrosa confiança, superior ao meu merecimento, mandando-me mais de uma vez represental-a no parlamento, o que me constitue em grande divida de gratidão e me obriga ainda mais a redobrar de esforços para prestar-lhe todo o concurso a meu alcance em prol de seus legitimos interesses." (Senador Pompeo – Senado do Império, sessão de 21 de setembro de 1875).

Nas suas atividades senatoriais, pouco se preocupou com temas políticos nacionais, que já agitavam a nação, tais como a emancipação dos escravos e o advento da República.

Na sessão de 18 de agosto de 1871, no Senado do Império, declarou-se abolicionista, talvez radical. "Por mim o digo, Sr. Presidente, muito antes do honrado Sr. Visconde do Rio Branco pensar na emancipação do elemento servil, ou ainda quando S. Ex. e seus honrados companheiros entendiam que só dos arcanos da Divina Providencia podia vir o remedio para a escravidão, já na minha provincia propagava pela imprensa a emancipação e influia para que meus amigos apresentassem na assembléa provincial projectos que se converteram em lei, promovendo a manumissão gradual, segundo as forças da thesouraria provincial."

Um outro tema, praticamente alheio às suas preocupações senatoriais, foi o da ocorrência de secas no Ceará. A explicação de tal proceder pode ser encontrada na ausência da calamidade, nos anos em que esteve no Senado do Império (1864 – 1877) – (ALVES, 1953). É bom lembrar que o senador morreu em 2 de setembro de 1877, ano inicial da grande seca que durou três anos.

No tempo em que esteve como senador do Império, o Ceará foi governado por presidentes do Partido Liberal, desde Lafayette Rodrigues Pereira (04/04/1864) até Pedro Leão Veloso (15/04/1868); depois, sofreu as conseqüências da sua escolha política, em oposição ao Partido Conservador, desde Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (27/08/1868) até Caetano Estelita Cavalcante Pessoa (10/01/1877 – 24/11/1877). Deste modo, penou com os seus correligionários as violências policiais e as fraudes eleitorais, freqüentemente denunciadas no Senado do Império, aliadas às arbitrariedades do recrutamento, atingindo desafetos políticos.

Sempre protestou contra o descaso com que o Governo Central tratou o Ceará, principalmente no tocante à construção de estradas e do porto de Fortaleza. Desiludido da ação governamental, ele próprio cuidou da construção da estrada de ferro de Baturité, pois foi um dos sócios fundadores da Companhia Cearense de Via-Férrea de Baturité S/A, constituída em 25 de julho de 1870.

A estrada de ferro atingiu o Cariri no início dos anos ’20 do século XX e o porto de Mucuripe foi operativo em meados do mesmo século. As sementes das idéias do senador Thomaz Pompeo de Souza Brasil, embora pioneiras, custaram a germinar. Coisas do Brasil!

Agradecimentos

Devemos sinceros e profundos agradecimentos ao senador Marco Maciel, por haver autorizado a realização de pesquisa nos *Annaes do Senado do Império*, em busca dos pronunciamentos do senador Thomaz Pompeo de Souza Brasil, serviço este realizado pela Sub-secretaria de Arquivo do Senado Federal, que igualmente merece nossos agradecimentos. Também, agradecemos as ajudas que recebemos da parte de George Luiz dos Santos e Rosemere Fernandes Saito, que trabalham na Biblioteca Nacional.

Bibliografia

ALVES, J. – 1953 – *História do Ceará. História das Secas (Séculos XVII a XIX)*. Instituto do Ceará. Fortaleza, 244 p.,

* ANÔNIMO – 1877 – Senador Pompeu. *Cearense*: Fortaleza, XXXI (74) : 1. (Edição de 4 de setembro de 1877).

* BRÍGIDO, J. – 1877 – [Necrológio do Senador Pompeu] *Cearense*: Fortaleza, *XXXI* (74) : 1. (Edição de 4 de setembro de 1877).

CAMARA, J. – 1906 – Senador Pompeu. *Almanach do Estado do Ceará*. Fortaleza, *12* : 143-145, 1 fig.

* CÂMARA, J. A. S. (org.) – 1960 – *Correspondência do Senador Pompeu*. Instituto do Ceará, Fortaleza. 216 p. [VIII] ests.

CÂMARA, J. A. S. – 1970 – *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*. Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará: Fortaleza. 352 p.

CÂNDIDO, T. A. P. – 2005 – *Trem da seca:* sertanejos, retirantes e operários (1877 – 1880). Museu do Ceará, Fortaleza. 127 p., [9] figs.,

CATUNDA, H. – 1943 – O Senador Pompeu. *Rev. Inst. Ceará*: *LVII*. Fortaleza, p. 39-43.

DORIA, E. – 1922 – Relação dos Principaes Cearenses Representantes do Ceará na Vida Politica do Império do Brazil. *Rev. Trim. Inst. Ceará*: Fortaleza, *XXXVI*, p. 361-373.

* FERREIRA, B. C. – 1989 – *A Estrada de Ferro de Baturité: 1870 – 1930*, Edições Universidade Federal do Ceará / Stylus Comunicações: Fortaleza. 198 p.

* GIRÃO, R. – 1977 – *O Senador Pompeu (1877 – 1977)*. Editora Henriqueta Galeno: Fortaleza. 26 p., 1 fig.,

GUIMARÃES, H. V. – 1952 – *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará*. Editora Jurídica Ltda: Fortaleza. 544 p., [44] figs., Biografia de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil nas páginas 509-511.

LEITE NETO, L. (coord.) – 1986 – *Catálogo biográfico dos senadores brasileiros de 1826 a 1986*. (Volume IV). Senado Federal, I - XLVI + 1967-2629 + I - CCXXXII pp., ilus., Brasília. Biografia de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil nas páginas 2547-2549.

MACEDO, J. M. – 1877 – Discurso. *Rev. Trim. Inst. Hist. Ethnog. Brasil*., Rio de Janeiro, *XL* (2) : 555-584. Necrológio de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil nas páginas 558-565.

MACEDO, N. – 1967 – *O clã de Santa Quitéria*. Empresa Gráfica O Cruzeiro S. A.: Rio de Janeiro. 90 p., [VI] ests.

OLIVEIRA, A. F. – 1994 – *A Estrada de Ferro de Sobral*. Expressão Gráfica e Editora Ltda.: Fortaleza. 144 p., [12] figs.

PAIVA, M. A. P. – 1979 – *A Elite Política do Ceará Provincial*. Edições Tempo Brasileiro Ltda.: Rio de Janeiro. XVI + 219 p., 4 figs.,

* PAIVA, M. P. – 1998 – Os naturalistas e o Ceará: IV - Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (1818 – 1877). *Rev. Inst. Ceará*, Fortaleza, *112* : 9-26. Inserido no livro do autor – *Os Naturalistas e o Ceará* (p. 107-124), editado pelo Instituto do Ceará (2002).

POMPEU, J. – 1877 – [Senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil]. *Cearense*, Fortaleza, *XXXI* (84): 1. (Edição de 4 de outubro de 1877).

* STUDART, G. (barão) – 1915 – *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense* (Volume terceiro). Typ. Minerva: Rio de Janeiro. 290 p. Bio-bibliografia de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil nas páginas 141-146.

VIANNA, [F. J.] O. – 1925 – *O Occaso do Imperio*. Comp. Melhoramentos de São Paulo: São Paulo. 212 p.

Barão de Studart - o pesquisador (Sesquicentenário de nascimento)

Valdelice Carneiro Girão*

Logo após a morte do Barão de Studart, ocorrida em 25 de setembro de 1938, o ilustre membro da Academia Brasileira de Letras, por vários anos presidente, Austregésilo de Athaide, escreveu: "Desaparece com o Barão de Studart uma tradição das letras cearenses. Pesquisador sem vaidade, trabalhava sem idéias de recompensa, escrevia sem outras esperanças da glória literária.

Era o tipo do humanista conhecedor profundo das línguas neolatinas e do inglês, que tudo sabia sem pretensão ou soberba.

Foi uma glória do Brasil, que talvez receba depois de morto homenagens de apreço que a ignorância e o esquecimento não lhe tributaram em vida[1].

Não conheci Guilherme Studart, e de sua obra tomei conhecimento a partir de meus contatos com o Instituto do Ceará – a Casa do Barão, especialmente com o historiador Raimundo Girão, que já tinha com o Mestre antes mesmo de se tornar Sócio Efetivo desta Casa.

Quando Secretário Geral, juntamente com Pompeu Sobrinho, Carlos Studart Filho e outros comandaram as homenagens prestadas ao Barão na data de seu centenário, 1958. Estavam fazendo justiça reclamada por Austregésilo.

Agora como Membro desta Casa fico feliz em prestar a minha homenagem ao "Mestre maior" da historiografia cearense. Tarefa difícil!...

Não tratarei aqui do médico Dr. Guilherme Studart, uma das figuras mais representativas e um dos maiores batalhadores da medicina no Ceará; nem biografarei o filho primogênito de John

* Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

William Studart, o 1º. Vice-Cônsul Britânico do Ceará, nascido em Fortaleza em 5 de janeiro de 1856; nem destacarei o caritativo Membro e Presidente, por vários anos, da Confêrencia de São Vicente de Paulo, quando Studart prometeu a Deus consagrar seus dias ao serviço da verdade e da pobreza desvalida, ou mesmo como idealizador, fundador e dirigente, por vários anos, do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), editando a revista, publicação de renome nacional; da Academia Cearense de Letras de que foi não apenas fundador mas ardoroso animador, e tantas outras agremiações de destaque a que pertenceu.

Desejo comentar sobre o pesquisador incansável, o documentarista que foi à Torre do Tombo, em Lisboa, coletar a numerosa documentação do Brasil-Colônia, remexer arquivos na Espanha, a Biblioteca de Sta. Genoveva em Paris. Em toda parte onde existia um documento que se referia ao Brasil, de modo especial ao Ceará, o Barão de Studart copiava-o como um monge incansável.

É ele próprio que afirma "por longos meses e ininterruptamente consagrei-me a pesquisar e estudar velhos manuscritos [...] consegui retirar do pó dos arquivos alguns preciosos documentos que em breve estariam perdidos, tal é o estado em que já se encontram e poderei proporcionar também o meu contingente para que em futuro não remoto possua sua história escrito o belo torrão em que nasci". Publicou cada documento, e o fazia com modéstias, reconhecendo suas falhas metodológicas quando declara: Já que me falecem os requisitos para ser historiador, entrego-me ao santo Júbilo de colaborar também com alguma cousa que outrem de mais luzes e de maior consistência realize, obra de tamanha magnitude".

Não foi menos consciente ao expressar: "História é assim mesmo que se apura. Longos anos são narrados os atos desta ou daquela forma, até que do pó dos arquivos se desentranham um documento que merecedor de fé, bem interpretado dá aos indivíduos e aos seus atos uma ficção diferente daquela com até então haviam sido encarados e julgados". Seu pensamento na nova concepção histórica, "revisão histórica."

Capistrano de Abreu, historiador extremamente severo em suas críticas, em carta de 29 de dezembro de 1894 afirmava: "O

Ceará é incontestavelmente o estado do norte cuja história está mais investigada". E ao Barão cabia o mérito, acrescentando: "Podes te gabar que ainda ninguém fez tanto como tu para esclarecer períodos ignorados de 1600-1630."

As críticas do autor de *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, feitas ao Barão como editor destes documentos, aparece na *Revista do Instituto do Ceará* – Tomo XVIII quando opina:

"Para ser o ideal do editor de papeis velhos pouco lhe falta. Falta declarar sempre o paradeiro dos seus documentos deixando de parte as tristes reservas de Varnhagem [...]. Falta-lhe ocupar-se com os escritos das pessoas não conhecedoras de documentos por ele revelados..." E continua: "Se em vez disso se aplicasse exclusivamente ao exame do material assombroso que tem acumulado, o estudo intensivo dos documentos, facilmente lhe daria resultados mais fecundos do que retificações que de qualquer forma à vista deles."[5]

As críticas construtivas de Capistrano ao benemérito da História do Ceará, não invalidaram a importância dos trabalhos publicados pelo Barão. Trabalhos esses que podem ser exemplificados com obras do quilate de:

Notas para História do Ceará. (segunda metade do Século XVIII, publicada em 1892). Com observação de sua autoria como "cópias de documentos que são uma revelação para História do Ceará, não só pelo seu número que excede a dois mil, como por sua antiguidade".

Datas e Fatos para a História do Ceará (1896). Sucessão cronológica dos fatos e coisas ocorridas no Ceará. Ponto de partida para mais aprofundados estudos da nossa história.

Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense, publicado em três volumes: 1910, 1913, 1915. Onde o autor reconhece na biografia um dos elementos da história que oferece elementos de grande valor aos estudos da psicologia social.

Para a História do Jornalismo Cearense, catálogo em ordem cronológica a partir do primeiro jornal – *Diário do Governo do Ceará*, editado em 1824. Com o mesmo título continuou lista de periódicos de 1924 a 1932.

Geografia do Ceará, publicado em 1924 é um resumo histórico-geográfico do Ceará.

Na *Revista do Instituto do Ceará*, o seu relicário cultural, escreveu trabalhos de vulto, tais como: *Documentos para Biografia do Fundador do Ceará*, 1985, Francisco Pinto e Luis Figueira – o mais antigo documento existente sobre a História do Ceará – 1903; *Administração Barba Alardo* - Resumo Histórico (1908) e tantos outros de valor; vastíssimos elementos para interpretação historiográfica tão bem analisada por José Honório Rodrigues:

"A História não é só fato; é também a emoção o sentimento e o pensamento dos que viveram – a parte mais difícil de captar dos negócios humanos [...] os sentimentos, as especulações os pensamentos do povo; suas aspirações são uma coisa que nunca se repetirá que viveu e que interesse ao Historiador tanto quanto ao fato material"[6].

A excelente matéria-prima – o documento, o Barão nos legou, teremos de lançar mão continuamente para obter os esclarecimentos críticos e exatos da História Regional do Ceará, nos seus vários aspectos.

Disse bem Raimundo Girão: "Não foi para guardar-se bolorento e inútil nas prateleiras das bibliotecas que o velho Barão anos e anos manipulou o seu opulento cabedal de investigações. Pelo contrário, este cabedal está cada vez mais se apresentando como desafio à inteligência e ao amor da cultura – ele próprio o disse".

Atualmente todos aqueles que se preocupam com a documentação que o Barão sabiamente nos legou ficarão felizes ao saberem que todo o material se encontra hoje, reorganizado modernamente. Trabalho que muito auxiliará aos pesquisadores.

Cabe-nos a tarefa – mãos à obra.

Notas

[1] Athaide Austregésilo – Barão de Studart. RIC – T. Especial, 1936.

[2] Coleção Studart – Instituto do Ceará.

[3] Idem.

[4] Idem.

[5] ABREU, Capistrano. *Tricentenário do Ceará* – RIC – Tomo XVIII. Ano 1904.

[6] Índice Anotado da *Revista do Instituto do Ceará*.

Capistrano de Abreu

Dário Moreira de Castro Alves*

Feliz idéia a da Academia Brasileira de Letras de publicar *Ensaios Inéditos*, de autoria de Afonso Arinos de Melo Franco, com a transcrição, atualização ortográfica, introdução e notas de autoria de seu filho, e titular do mesmo nome Afonso Arinos de Melo Franco. Ambos são ilustres expressões da Academia Brasileira de Letras. E ambos profundamente vinculados ao Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, porque foram ambos diplomatas, tendo o pai ocupado missões diplomáticas diversas, e sido nada menos que o chefe da diplomacia brasileira, isto é, o Ministro das Relações Exteriores, ou Chanceler, como o chamamos no Brasil. Envaidece-me assinalar que fui seu auxiliar de gabinete, ainda no tempo do velho Itamaraty da rua Larga de São Joaquim, ou Marechal Floriano, no Rio de Janeiro, nos anos 1960. O filho, tam-

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

bém Afonso Arinos de Melo Franco, foi diplomata de carreira e terminou seu serviço ativo, antes de aposentar-se, num dos mais nobres e dignos postos da *Carrière*, embaixador do Brasil na Santa Sé, junto a um Papa de extraordinário relevo que foi João Paulo II, não apenas para a História da Igreja mas para a História da Humanidade.

O ensaio de Afonso Arinos é uma pintura em estilo vivo e original, em evocação, no dia do nascimento de Capistrano de Abreu, da grande figura que tão importante e extraordinário papel desempenhou na historiografia brasileira. O ensaio foi escrito sob o impacto do comparecimento a uma sessão da Sociedade Capistrano de Abreu, uma discreta entidade que se reunia em Botafogo, na casa em que morou no Rio de Janeiro o grande mestre.

Afonso Arinos assinala que Capistrano fez incursões altamente proveitosas e decisivas nos campos da etnografia, da geografia, da bibliografia, da lingüística indígena, do folclore e da historiografia brasileira. Foi ele uma figura absolutamente excepcional. Não somente no Brasil mas em toda a América Latina. Tão excepcional ou mais quanto Machado de Assis o foi no campo literário, no Brasil. Afonso Arinos lembra que o historiador alemão Karl von Koseritz esteve presente na sessão em que Capistrano prestava exame para chefiar a cadeira de História do Brasil no Colégio Pedro II. Tinha pouco mais de 30 anos, nos idos de 1880, por ocasião de triunfo arrasador na sessão do concurso para uma cadeira das mais prestigiosas do ensino no Brasil do nosso Capistrano.

* * * * *

João Capistrano de Abreu nasceu em Maranguape, próximo à cidade de Fortaleza, Ceará, em 23 de outubro de 1853, num lugarejo chamado Columinjuba. Estudou no Ateneu Cearense e no Seminário Episcopal. Dizem seus biógrafos, sem rebuços, que ele era mau estudante, porém um ledor verdadeiramente infatigável, devorando livros de geografia, história e literatura, no que demonstrava já espírito crítico independente, no dizer de Sílvio Romero, grande homem de letras do Brasil, conhecido além-frontei-

ras. Pouco depois, Capistrano já lia grandes autores e pensadores europeus como Augusto Comte, "papa" do Positivismo; o grande pensador e historiador francês Hipólito Taine; Henrique Buckle, historiador inglês; Herbert Spencer, grande filósofo e pensador inglês, mestre da filosofia evolucionista. O menino de Maranguape continuava mau aluno, no Recife também, onde se instalou e viveu algum tempo, mas as suas leituras vieram dar-lhe uma formação intelectual riquíssima.

Cedo começou a trabalhar para a livraria Garnier, onde escrevia notas sobre livros publicados pela editora e passou a lecionar mais tarde num colégio em que foi professor de alunos como Olavo Bilac, Raimundo Corrêa, Fausto Barreto etc. Em 1879, verdadeiramente um jovem ainda, entrou e foi aprovado em primeiro lugar num concurso para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Em 1878 publicou, no *Jornal do Commércio* do Rio de Janeiro, o necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagem. O estudo sobre Varnhagem é considerado ainda hoje como fundamental para a compreensão tanto de Varnhage assim como do próprio Capistrano de Abreu. Ao longo de sua vida de 70 e alguns anos publicou obras de valor fundamental para a História do Brasil, dentre ensaios e estudos: *O Brasil no Século XVI*; *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*; *Capítulos de História Colonial*. Edições críticas de extraordinário valor fez ele sobre a *História Geral do Brasil*, de Varnhagem, e *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador. Traduziu do alemão importantes obras de geografia.

O domínio do alemão, as traduções de Wappeus, Sellin, Kirchoff, entre outros, o conduziram a uma crescente familiaridade com a historiografia alemã, sua metodologia e seu processo essencialmente crítico em relação às fontes documentais, que tendiam a afastá-lo de esquematismos simplificadores.

As palavras aqui escritas sobre Capistrano de Abreu devem ser tomadas todas como merecido legado do excelente ensaio de Afonso Arinos de Melo Franco, em seu livro *Espírito e Ação*, ensaios escritos pelo grande mestre sobre os mais variados temas. O livro é constituído de quase uma centena deles, desencavados por seu filho Afonso Arinos, na década de 1940, portanto há mais de 60

anos. Pedia Afonso Arinos exaltação da memória de um grande e extraordinário brasileiro sobre quem ele ouvira falar no recinto de "uma das mais modestas sociedades deste mundo", uma casa em Botafogo, que era a "Sociedade Capistrano de Abreu", do Rio de Janeiro.

Discurso de posse como Sócio Efetivo do Instituto do Ceará

Ednilo Gomes de Soárez*

Um discurso de posse no Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) envolve uma grande responsabilidade, uma vez que o novo recipiendário precisa satisfazer em poucos minutos a expectativa daqueles doutos que lhe outorgaram um mandato vitalício.

Ingressar no respeitável Instituto do Ceará representa para qualquer cultor do Conhecimento um zênite em sua trajetória. Quem escala o Everest não busca riquezas. Um cenobita que vergalha o corpo não quer nada material. Um guerreiro, que de batalha em batalha se defronta com a morte, não tenciona fortuna. Quem faz do conhecimento uma paixão e uma causa para toda a vida não mira o pagamento. O alvo, em todos estes casos, é a glória, reconhecimento e recompensa superior a todos e quaisquer bens materiais.

No meu caso específico, acrescento a inaudita oportunidade de aprender, obtida pela generosidade dos ilustres confrades do sodalício. Agradeço poder freqüentar o mesmo ambiente de cultura, onde, ao longo de cerca de 120 anos, mulheres e homens ilustres têm engrandecido e perenizado a cultura da terra que viu nascer Capistrano de Abreu.

Vive o Instituto do Ceará um momento historicamente importante, em que Manuel Eduardo Pinheiro Campos, seu presidente, seguindo a trilha dos seus antecessores, luta com toda a intrepidez e competência profissional para inserir o Instituto na era digital.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

No mês de outubro passado, o nosso presidente, orgulhosamente, apresentou, em memorável sessão, o projeto de digitalização e disponibilização do acervo documental do Instituto do Ceará, que, dentre outros importantes trabalhos, exibiu na internet e em *compact disc* todas as 127 revistas do Instituto, com 3.200 artigos; trabalhos dos mais relevantes, ofertando a todos os estudiosos a produção intelectual que marca a *Revista do Instituto* e configura a formação de um pensamento social cearense.

A atual diretoria empenha-se em ampliar ainda mais a ação do Instituto como um centro de pesquisas culturais, em que os devotados à prática científica da história e seus afins poderão aprofundar seus conhecimentos, por intermédio do Museu da Instituição, um arrojado projeto doado pela macrovisão e despreendimento de seu Sócio Benemérito, Ivens Dias Branco, que, por uma questão de justiça, merece também o reconhecimento de todos nós, por seu empreendedorismo, oferecendo milhares de empregos em empresas que já ultrapassaram as fronteiras do Ceará e do Brasil.

Recentemente, por seu pionerismo, estampou seu sinete na história econômica do estado por ser a primeira empresa cearense a ter suas ações negociadas pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo. Embora assoberbado por suas múltiplas atividades empresariais, sempre "fabrica" tempo em sua apertada agenda para contribuir e participar de eventos culturais.

No alvorecer de seus primeiros cento e vinte (120) anos de proficiente existência, o Instituto do Ceará constitui um patrimônio importante da nossa própria história. Foi nele que gerações de intelectuais encontraram espaço para o registro dos fatos e para a análise acurada da realidade social, política, econômica e cultural do Estado.

Ressalte-se que, numa sociedade onde a devoção à ciência e às letras foi sempre considerada privilégio e mais ornamento do que saber crítico do mundo, a existência e a persistência do Instituto se configuram como um *locus* de valorização da atividade livre do pensamento.

Portanto, sinto a suprema honra de sentar-me na cadeira que pertenceu a Virgílio Brígido, de 1887 a 1922, ao Padre Rodolfo

Ferreira da Cunha, de 1922 a 1967, ao Dr. Oswaldo de Oliveira Riedel, de 1969 até 1989, quando assumiu com todos os méritos o Dr. José Borges de Sales. Todos são nomes ilustres que mantiveram acesa a legendária chama do Instituto do Ceará. Como reza a tradição dos grandes silogeus, desde Atenas, nos jardins de Academos, espera-se do novo membro do quadro social palavras e considerações sobre aqueles que, por tanto tempo, contribuíram para engrandecer a história cultural e social desta terra única e milagrosa, de uma natureza que se renova pelas quadras invernosas, tão bem aludidas por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, o qual, não fosse o ranço preconceituoso do autor, seria obra completa.

Em face da existência ímpar do Dr. Borges de Sales, como era tratado por todos aqueles que usufruíram de sua companhia, peço vênia aos presentes para me fixar apenas na inesquecível figura humana do meu último antecessor. Natural da Paraíba, no município de Areia, onde nasceu no dia 10 de fevereiro de 1911. Iniciou seu curso de medicina na faculdade do Recife. Após concluir o 2º. ano transferiu-se para a famosa Escola da Bahia, onde se formou. Em janeiro de 1937, conheceu uma jovem também paraibana, Dirce Bonavides, irmã do nosso confrade, constitucionalista Paulo Bonavides. Namoraram, brincaram juntos um inesquecível carnaval, havendo ele se impressionado bastante com a referida senhorita. Regressou à Bahia, concluiu seu curso e trabalhou em São José dos Patos, Maranhão, em Senador Pompeu, Ceará; reencontrou-se com a senhorita Dirce com a qual convolou núpcias em setembro de 1942. Desse feliz casamento, nasceram Norma, Elizabeth, Humberto e Dulce. O casal conviveu harmoniosamente durante 64 anos.

Depois de casado, radicou-se em Baturité; posteriormente transferiu-se para Sobral e fixou residência em Fortaleza. A maior dificuldade que enfrentei, ao tentar traçar um perfil do Dr. Borges de Sales, foi a multiplicidade e a intensidade de suas atividades, como médico, cientista, professor, pesquisador e historiador.

Professor catedrático de microbiologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, lente da Faculdade de Farmácia na mesma matéria, que assumiu o nome de Método e

Técnicas de Análises Microbiológicas e Imunológicas. Foi médico de saúde pública do Departamento Nacional de Saúde, tendo sido também um dos fundadores do Rotary Club Fortaleza-Oeste e seu presidente de 1957/1958. Sócio fundador da Academia Cearense de Medicina, Presidente dessa Arcádia no biênio 1986 - 1988.

Publicou os seguintes livros:

- Contribuição ao estudo dos métodos bacteriológicos indicados na pesquisa de portadores de *corynebacterium diphtheriae*;
- *Bibliografia Médica do Ceará*;
- *Alagoa Nova*; e
- *Notícias sobre a trajetória de cearenses na Paraíba e paraibanos no Ceará*.

Concluiu 9 cursos de extensão universitária, pertenceu a 12 agremiações científicas, compareceu a 25 congressos científicos, recebeu 14 títulos acadêmicos, entre os quais o de Professor Emérito da Universidade Federal do Ceará; teve 54 trabalhos publicados em revistas técnicas e culturais, incluindo a revista do Instituto do Ceará, deixando ainda o acervo de 9 trabalhos apresentados e não publicados.

Concluindo essa síntese da vida do Dr. José Borges de Sales, faço minhas as palavras do Dr. Vinícius Barros Leal, ao saudar o Dr. Borges de Sales por ocasião do seu ingresso na casa do Barão de Studart, em 1989: "O prof. Borges de Sales é um apaixonado pelos livros e assim cumpre ele a sentença muito sábia de Sêneca: "Se tens amor aos livros, escaparás ao tédio da vida e não suspirarás pela chegada da noite para afogar os aborrecimentos do dia; tampouco viverás insatisfeito contigo mesmo ou inútil aos outros".

Embora a minha alopecia avantajada, e os poucos fios, que ainda não me abandonaram, estejam quase todos encanecidos, e, portanto, não me permitam mais devaneios juvenis, senti pelo Instituto do Ceará um amor à primeira vista, tão próprio aos sonhadores, onipotentes e adoráveis adolescentes.

Adentrei suas imponentes dependências em 1993, quando regressei do Rio de Janeiro, onde vivi 37 longos anos.

Inicialmente, não ousava pensar em ser efetivo do Instituto, mas, com o tempo, fui me familiarizando, conhecendo lentamente um a um dos consociados, até que, um dia, piscou uma luz amarela, quando recebo, com muita alegria, pelas mãos da primeira-dama do Instituto, Sra. Heldine Cortez Campos, o título de Sócio Benemérito. Fiquei muito sensibilizado com a fidalguia do Presidente, uma vez que Heldine, a quem trato afetuosamente de Nedinha, somos herdeiros da sólida amizade entre nossos inesquecíveis pais, Natanael Cortez e Edilson Brasil Soárez.

Posteriormente, um ou outro consócio me dizia com certo ar de incentivo: "quando você será um dos nossos efetivos?".

Até que um dia o respeitável ex-presidente da Casa do Barão, como é conhecido o Instituto do Ceará, Gen. Tácito Teófilo Gaspar de Oliveira, me pergunta inesperadamente, para minha surpresa: "Soube que você quer integrar o Instituto. É verdade?"

Modestamente e muito assustado, respondi: "É verdade, general, mas não depende apenas da minha vontade. Preciso ser eleito".

A partir daí, senti que, para ser fiel a linguagem de minha origem de oficial de marinha, que os ventos sopravam a favor. Fui recebendo acenos encorajadores de alguns confrades e tive a honra de ver meu nome apresentado pelos associados Coronel Paulo Ayrton de Araújo, ex-Secretário de Educação do Estado e uma das vigas-mestras desta instituição, onde exerceu com muita eficiência a Presidência; Dr. Eduardo de Castro Bezerra Neto, ex-vice Presidente deste Silogeu e Superintendente do centro internacional de negócios da Federação das Indústrias do Ceará - FIEC, e meu fraterno amigo; José Augusto Bezerra, companheiro de Rotary Club, onde foi presidente de seu clube e, posteriormente, Governador do distrito 4490, também na Associação Brasileira dos Bibliófilos, da qual é o presidente, sendo também um dos maiores bibliófilos do Brasil.

A minha felicidade maior viria quando comecei, no inesquecível dia 5 de outubro passado, a receber telefonemas de amigos, membros do Instituto, informando-me de que havia sido eleito pela unanimidade dos que votaram. Conseguir 33 votos de um pugilo tão significativo da cultura alencarina representa para mim

um motivo de muita satisfação, no entanto, aumenta significativamente a minha já pesada responsabildiade de sentar-me à cátedra de sócio do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico.

Hoje é um dos dias mais felizes que o Senhor nosso Deus, generosamente, me concedeu, no entanto, todos já vivemos o suficiente, para sabermos que a felicidade nunca é plena. E a minha, inditosamente, não representa exceção. Sinto, hoje, mais do que em qualquer outro momento, o vazio e a ausência dos dois incríveis seres que me deram a vida.

De meu pai, Edilson Brasil Soárez, imagino o orgulho que ele sentiria ao ver, o "seu menino", como ele carinhosamente se referia a mim, ingressando neste sodalício em que me sentarei, de hoje em diante, ao lado de seus ex-alunos: Manoel Eduardo Pinheiro Campos, Paulo Elpídio de Menezes Neto, Pedro Alberto Oliveira Silva, José Cláudio de Oliveira, Caio Lóssio Botelho, Melquíades Pinto Paiva, Vladir Menezes, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos. Perdoem-me se omiti alguém.

Meu pai nasceu vocacionado para o magistério. Nos idos de 1954, quando a televisão ainda engatinhava no Ceará, ele foi entrevistado. Como ainda era uma grande novidade, ele me levou para assistir à entrevista e conhecer os estúdios. A repórter perguntou-lhe:

- Dr. Edilson, se o senhor não houvesse sido professor, qual a profissão que teria escolhido?" Ele, muito sério, e sem titubear respondeu:

- Teria sido professor, minha jovem.

A outra grande ausência é a de minha mãe, Nila Gomes de Soárez, de quem sinto sempre uma saudade perfumada. Ela, pela primeira vez, não está sentada na primeira fila, como fez, quando assumi a Secretaria de Finanças do Rio de Janeiro, a Academia Fortalezense de Letras e a Academia Cearense de Retórica. Desta vez, não verei o seu sorriso de felicidade, nem receberei o seu beijo carinhoso por ocasião dos cumprimentos.

Lembro-me de uma citação de um saudoso amigo, Odilo Costa Filho, imortal da Academia Brasileira de Letras, que, do alto de sua sábia experiência de vida, sentenciava, como se fora

um escritor da escola realista: "Quando atingimos os patamares superiores da existência, vamos nos tornando, simultaneamente sobreviventes e mutilados, por isso cada vez precisamos de mais próteses".

Agora, como parte do Instituto serei um discípulo privilegiado neste templo do saber. Um aprendiz de todos aqueles que dedicaram a vida a contar a história de um povo e de uma cultura. Também estarei devotado à tarefa de fazer do conhecimento sedimentado ao longo da minha formação, como nos relatou tão acertadamente Joaquim Nabuco acerca de sua própria vida: "uma fonte para apreciação e cultivo da inteligência que se debruça sobre o mundo em busca dos sentidos e das razões obscuras com as quais vamos tecendo a história".

É na história que encontramos os homens em ação, vivendo suas tragédias e epopéias individuais e coletivas. Como nos ensinaram os gregos, sobretudo Heródoto de Halicarnasso, eternizado no Ocidente como o "pai da história antiga", "devemos olhar para o passado à luz da razão inquieta, perscrutando-o e inquirindo-o, na ânsia de encontrarmos indicações sobre o comportamento humano e acerca das configurações originais tecidas pela nossa capacidade intelectual para representarmos o mundo em formas, símbolos e culturas."

É no palco da história que se trava um espetáculo pela afirmação da vida humana face à natureza, mas também, onde os homens se lançam, agonicamente, em busca da imortalidade, pela realização de obras cujos vestígios não desapareçam perante o tempo.

Por isso, devo narrar minha história, no percurso individual de cultivo do conhecimento e de ação diante das situações mundanas com que fui me defrontando. Na minha formação acadêmica, cursei a Escola Naval, a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, ambas no Rio de Janeiro, onde me graduei em Administração de Empresas.

Foram experiências significativas para a formação de uma consciência cartesiana, pragmática, no desvendamento do sentido e da motivação da ação econômica. Ainda foi neste ambiente que

fui seduzido a pensar na formação de um espírito que deve encarar o mundo como um livro aberto, no qual nossa ação tem implicações e repercussões que nos fogem ao controle.

Gravada na minha retentiva e em meu cotidiano está a conceição de que a disciplina é um bem para a vida do indivíduo e do social. Viver em sociedade é carregar cicatrizes e a disciplina talvez tenha sido a que mais me marcou. Foi na trilha de Michel Foucault que descobri que as instituições modernas são disciplinares em sua essência, o corpo e o espírito imprimem uma forma, um modelo de adestramento do sujeito. A crítica foucaultiana foi fundamental para perceber os limites da disciplina e a sua importância para o projeto de formação de um espírito livre. A disciplina é fundamental para o progresso da ciência, em virtude do vigor e do compromisso com a verdade, *La verité avant tout*, no entanto, não deve exercer nenhuma influência na liberdade para pensar, sob pena de asfixiarmos a criatividade e a inventividade humanas.

Apesar da crítica do cientista social francês de nomeada, foram a análise weberiana sobre a formação do capitalismo na Alemanha e a importância da burocracia para a estabilização das relações capitalistas que mais me impressionaram. Weber acreditava que havia sido o rígido modelo burocrático e disciplinar do exército prussiano o responsável pelo desenvolvimento vertiginoso da Alemanha, bem como pela incorporação das massas à esfera produtiva da economia. Essa concepção penetrou tão fundo meu espírito que me serve até hoje para compreender fenômenos, às vezes, os mais díspares.

Por um lado, a forma impressionante como nas últimas décadas do século passado o capitalismo racional floresceu no Leste Asiático e, ao mesmo tempo, não consegue obter um desenvolvimento pleno na América Latina e, por outro, as mudanças culturais e sociais que se processam na sociedade contemporânea e os impactos provocados nas organizações escolares formadas a partir dessa matriz burocrática e disciplinar.

Quando do regresso ao estado do Ceará, pude satisfazer a dois desejos que, embora diferentes, se complementavam e me fariam ainda mais apaixonado pela história do meu povo, como

uma forma de entender a minha história e dedicar-me à educação, ao projeto de toda uma vida, que fora de meu pai, de minha mãe e de meus irmãos, Ednilton e Ednilze. Esses dois anelos trouxeram-me de volta a necessidade e o prazer de ter que me envolver, na prática e na teoria, com a formação do homem.

No curso de pós-graduação em Psicologia Educacional, ao mesmo tempo em que fazia justiça ao meu espírito, palmilhando a senda dos conhecimentos humanísticos, reencontrava-me com Max Weber e a disciplina.

A formação do homem parecia uma tarefa prática, cotidiana, mas também um objeto de reflexão ansiosa por encontrar um caminho mais apropriado rumo à formação de um indivíduo livre, justo e feliz e uma sociedade equânime e democrática.

O ideal de formação do homem, "Paidéia", como diriam os gregos, cultura, como definiriam os romanos, ou, como se referem os alemães com a palavra "Bildung", passava a ocupar minhas preocupações. Foi nas páginas do célebre livro de Werner Jaeger, que defrontei o fenômeno da educação na Grécia Antiga e pude perceber que o contexto sociohistórico era inseparável dos ideais educativos existentes ou propostos.

Desse confronto que começava a se estabelecer em relação às ciências humanas e da necessidade de conduzir com sobriedade a atividade educativa de milhares de crianças e jovens, desenvolveria uma certeza: a de que era preciso mergulhar na história do Brasil e do Ceará para conhecer os elementos constituintes da nossa cultura, com a finalidade de relacioná-los aos elementos da sociedade globalizada e dos possíveis ideais educativos do nosso tempo.

O conflito permanente entre o eu e o *alter*, que se fazia a cada novo livro, construía pontes dialógicas para pensar a realidade e ao mesmo tempo organizava as idéias.

A obsessão pelas leituras não era superior à fixação pelo registro do pensamento que se delineava a partir desta dialética da cognição. A cada página que transpunha de *Viagens ao Nordeste do Brasil*, do brasilianista inglês Henry Koster, ficava deslumbrado com sua narrativa e inspirado para penetrar no processo de formação da nossa sociedade.

Foi neste mesmo livro que encontrei, no prefácio de Câmara Cascudo, um belo comentário: "Henry Koster não é um viajante, caçando anedotas e filmando o pitoresco, nem um naturalista, tendo a investigação anteriormente programada. Não há nele missão unilateral de estudar um aspecto ou fixar pormenores. Não subsidia Museu ou Instituto. É uma curiosidade ampla e livre, sem compasso, sem barras, nem limites. É uma criatura humana, vivendo humaníssima e logicamente (...) Independe de qualquer autoridade uma sua conclusão".

Minha identificação com esta liberdade para pensar, que se constitui num decurso lento e demorado, porém sem apadrinhamentos, arremessava-me ao encontro dos clássicos do pensamento social brasileiro e cearense.

Nada mais inesperado e não menos sedutor do que se defrontar, em *À Margem da História do Ceará*, de Gustavo Barroso, com um texto sobre a "Vida e História da Palavra Sertão".

Foi este texto que me fez reler *Os Sertões*. Um homem nunca está fora do seu tempo, do seu contexto histórico, nem mesmo um gênio do porte de Mozart, como relata o escritor tedesco Norbert Elias, em *Mozart, a sociologia de um gênio*.

Apesar de obra magnífica e de importância incomensurável, a orientação positivista e a influência das teorias raciais do século XIX, sobretudo as idéias de Ludwig Gumplowicz e do Conde de Gobineau, levaram o autor fluminense a uma caracterização da nossa sociedade pelo conceito de raça. "A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável 'força motriz da história' que Gumplowicz, maior do que Hobbes lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes", sentencia Euclides da Cunha. Gobineau em *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* postulava uma raça nórdica pura, que denominava-se ariana, e atribuiu o declínio das civilizações ao "sangue misto" da miscigenação.

Dessa forma, a matriz do pensamento positivista e evolucionista produzia a crença de que essa afirmação era uma lei da história, portanto, absoluta e universal.

Minha relação muito próxima com a cultura dos EUA, o debate sobre as cotas nas universidades públicas no Brasil e o Estatuto da Igualdade Racial, bem como certo incômodo, discordância talvez, com o uso ideológico do conceito anticientífico de raça, transformaram páginas de anotações e de leituras no livro de minha autoria, com prefácio do consócio Paulo Elpídio de Menezes Neto, *Miscigenação nos trópicos: tristeza ou alegria*?

Nossa cultura é um mosaico de variadas combinações, razão por que, durante tanto tempo, se apresentou para o mundo como uma terra livre, aberta para o encontro com o outro. Esse debate, que parecia esquecido pelo tempo, retornou ainda mais forte no Ocidente e no Brasil.

Gilberto Freyre e sua tese da democracia racial, tão ferozmente combatida pela acusação de conservadora e acobertadora da violência colonial, volta para demarcar o debate da miscigenação como um fenômeno real e um ideal de cultura, de espírito. De acordo com Joaquim Falcão, citado por Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Gilberto Freyre transformou a miscigenção de "hipoteca em lucro".

Somente aos poucos a história social começa a contar sobre a existência dos negros nestas plagas sendo metodicamente analisadas pelo consócio Pedro Alberto Oliveira e Silva em *História da escravidão no Ceará: das origens à extinção* e a miscigenação que, entre nós, foi mais forte com o índio.

Minha paixão por este tema da miscigenação levou-me a redescobrir *Iracema* e a obra de José de Alencar, mas também a pensar que podemos estar mais bem preparados para a globalização e a questão da alteridade. Se não é mais possível fugir ao debate do preconceito racial em nossa sociedade, uma conquista da democracia e dos movimentos sociais, e que assumamos nossa tarefa histórica de paradigma moderno para a convivência e a interpenetração cultural e étnica. Como assinala Darcy Ribeiro, "surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos. Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições

culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo, num novo modelo de estruturação societária. Novo, inclusive, pela inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade, de um povo tão sacrificado, que alenta e comove a todos os brasileiros" (RIBEIRO, 1970).

Esta pequena aventura me fez ainda mais um entusiasta da pesquisa histórica, em suas diferentes matizes. A possibilidade de encontrar as conexões de sentidos, resultantes da ação social e perdidas pelo tempo, coloca-me diante de desafios com os quais deverei tratar a cada momento. Dessa forma, ser agraciado com o ingresso no Instituto transforma minhas inquietações intelectuais, antes descompromissadas, numa convenção que se renovará a cada novo livro ou texto.

Para minha felicidade, como Diretor Acadêmico do Colégio 7 de Setembro, durante o dia, e da FA7 – Faculdade 7 de Setembro, à noite, vivo em um ambiente cultural, cercado de professores, de mestres e doutores, os quais freqüentemente me sugerem novos títulos para ler.

Sempre que possível, participo de grupos de estudos para aprofundar-me nos assuntos com os quais me identifico.

Na análise da literatura portuguesa do século XIX, em particular Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, encontro nela a mesma robustez com que Machado de Assis descreve a formação da sociedade brasileira. Coube a tarefa de mostrar a imensa contribuição da literatura machadiana para a interpretação do Brasil a Raymundo Faoro e seu clássico *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*.

Finalmente, agradeço o constante apoio e incentivo que tenho recebido de minha família, desde a minha companheira de vida, Fanizinha, sem a qual não conseguiria o reconhecimento que tenho recebido nas minhas diversas atividades culturais, de meus irmaõs Ednilton, Leninha, Ednilze, de meus sobrinhos aqui presentes – Edilson, Henrique e Alessandra. Registro também a presença de queridos tios e primos.

Um obrigado de coração aos amigos, aos companheiros do Rotary Club, aos confrades da Academia Fortalezense de Letras, da Academia Cearense de Retórica, da Associação Brasileira de Bi-

bliófilos, dos meus mestres e alunos do Colégio e da Faculdade 7 de Setembro, cujas presenças ornamentam e abrilhantam esta solenidade.

Seria hipócrita dizer que não sinto vaidade ao tornar-me membro desse sodalício, no entanto, não me move apenas esse sentimento. Tenho, em todas as instituições das quais participo, uma atividade efetiva.

Tenciono contribuir para divulgar o Instituto aos jovens cearenses, para que eles conheçam a história de nossa terra por meio do seu rico acervo, convivam com os seus ilustres sócios, das mais privilegiadas mentes de nosso estado. É preciso que as novas gerações se acostumem a ver o Instituto do Ceará como uma fonte para as suas pesquisas, adquiram livros, participem das importantes palestras, enfim, enriqueçam as suas vidas por intermédio do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

Encerro minhas palavras, deixando-os na companhia do maior pensador político do moderno Ocidente, Nicolau Maquiavel: "[...] os homens trilham quase sempre caminhos abertos por outros e pautam suas ações sobre essas imitações, embora não possam repetir tudo da vida dos imitados nem igualar sua *virtú*. Um homem prudente deve sempre seguir os caminhos abertos pelos grandes homens e espelhar-se nos que foram excelentes, deve pelo menos fazer como os arqueiros prudentes que, julgando muito distantes os alvos que pretendem alcançar e conhecendo bem o grau de exatidão de seu arco, orientam a mira para bem mais alto que o lugar destinado, não para atingir tal altura com a flecha, mas para poder, por meio de mira tão elevada, chegar ao objetivo".

Que Deus nos abençoe.

O que foi a Revolução Cultural na China?

Caio Lóssio Botelho*

É um dos países mais complexos do nosso planeta. Com uma superfície de mais de 9.500.000 km², com a população superior a 1.180.000.000 habitantes. Essa nação se comporta como um verdadeiro "formigueiro" humano.

Características:

- Possui 21% apenas de sua população concentrada nos grandes centros urbanos;
- O crescimento demográfico é de 1,34% ao ano;
- Com taxa de fertilidade de 2,4% número de filhos por mulher (1 filho por ano);
- Constitui-se o maior adensamento demográfico da Terra;
- É o centro do mundo amarelo;
- Embora adote a filosofia marxista, a China professa o Confucionismo, no trabalho ou na rua; o Taoísmo em casa ou na vida privada e o Budismo por ocasião da morte. Estas religiões pregam o culto à família;
- Hong-Kong funcionou como modelo de psicologia coletiva para a sua revolução cultural.

Um *estado* pode ser formado por povos e nações diversas, como acontece com a China.

Vejamos no quadro a seguir, a distinção entre Povo e Nação:

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

POVO	NAÇÃO
Entidade política, fundada em princípios jurídicos.	Entidade ética, psicológica e cultural, fundada em princípios políticos, dentro da realidade histórica.
Baseia-se numa solidariedade jurídico-local da cidadania.	Baseia-se numa solidariedade histórica das lutas, dos triunfos, das derrotas, onde se cria uma hegemonia espiritual.
Uma sociedade política apoiada em princípios jurídicos	Uma comunidade política apoiada em princípios histórico-sócio-morais.
A unidade política é apoiada numa cultura.	A unidade política é apoiada numa civilização.
A unidade é feita por leis (coação), conjunto heterogêneo.	A unidade é feita por integração espontânea de fundo psicológico (conjunto homogêneo).
Baseia-se numa cidadania, isto é, os direitos e os deveres para com o Estado (Leis).	Baseia-se numa consciência coletiva (comum): de origens, crenças, costumes, tradições, vontades, necessidades, aspirações e ideais comuns, de origem cultural mas que procura se assentar numa civilização.
É uma sociedade política, onde se estuda a forma, a ordem; e a solidariedade é mecânica com base na razão e organização (aí a gente está).	É uma comunidade política, onde se estuda a matéria, a substância; e a solidariedade é orgânica, com base no instinto e organismo (aí a gente é).

Até o início da década de 1950, a China era um país de pouca expressividade no contexto internacional das nações. Só após a Revolução Cultural, imposta por Mao-Tsé-Tung, em 1957, é que realmente o Estado chinês vem assumindo gradualmente o papel de certo relevo na realidade mundial.

O que constitui a chamada Revolução Cultural?

Mao-Tsé-Tung, depois de conviver com um vasto período revolucionário (aproximadamente 30 anos) e de consolidar a sua posição político-militar na China continental, deu uma guinada de 180º, no que tange à essência do materialismo dialético.

Na sua nova doutrina, Mao-Tsé-Tung aliou a filosofia do marxismo, a do Confucionismo, a do Taoísmo e a do Budismo,

incorporando um conjunto de princípios e regras morais para o soerguimento da comunidade chinesa.

Tornou-se, destarte, uma espécie de Lutero Social do Oriente, devido sua interferência no dogma destas diversas religiões ou filosofias de vida, através de uma profunda modificação política, espiritual e também demográfica.

A sua ação se fez inicialmente no *plano religioso* ou filosofia de vida.

> 1. O chinês era de um modo geral, no trabalho, nos negócios, nas ruas e nas cidades, de um pragmatismo doutrinário dentro do Confucionismo que é muito mais que uma religião, é, portanto, uma filosofia de vida, baseada num profundo conhecimento (teórico e técnico), que leva a uma economia de energia e recursos, através de uma universalização na administração do mundo globalizado;
>
> 2. Na sua vida privada (em casa), com a família e os amigos, demonstra claramente um equilíbrio, uma elegância, um requinte em sua existência por intermédio do Taoísmo (Yin e do Yang);
>
> 3. Na hora da despedida deste mundo (morte), o chinês procura renunciar a tudo (Budismo), se deixa tomar pelo sentimento de compaixão universal e parte sem culpa nem remorso para o Nirvana.

Os quase cem anos de colonização britânica em Hong-Kong, foram um dos pilares para a Revolução Cultural na China, tendo em vista a criação de uma mentalidade capitalista naquela região.

Os chineses de Hong-Kong estabeleceram uma estratégia de ajustamento cultural, psicológico e moral dentro de uma visão ocidental para a abertura do comércio e indústria no mundo amarelo.

O governo chinês adotou ainda, a *centralização política* apoiada numa *descentralização econômica*.

Com esta modificação, conseguiu aquele líder político alterar toda a estrutura milenar chinesa que se encontrava cristalizada psicológica e socialmente. Graças a essa revolução, pôde efetuar reformas profundas no substrato da cultura chinesa.

A revolução cultural de Mao-Tsé-Tung, além de tentar estabelecer a unidade filosófica dentro da ontologia do ser, interferiu também na questão da rigidez demográfica de sua população, através da adoção da *Densidade de População Fisiológica* e *Densidade de População Funcional*, medidas estas que não foram adotadas por nenhum outro Chefe de Estado do nosso Planeta. Senão vejamos:

> **1.** *Densidade de População Fisiológica* – consiste em redistribuir o número de habitantes de uma determinada região, tendo em vista a capacidade produtiva do seu solo e o "optimum" ecológico de sua região;
>
> **2.** *Densidade de População Funcional* – consiste em redistribuir o número de habitantes de uma determinada microrregião homogênea, em relação à tendência psicológica de cada grupo (povo ou nação) e em relação também à sua própria produção.

Temos, por exemplo, os *Kamulkos* – habitantes do centro daquele país. Submetidos a um teste de psicologia coletiva, demonstraram tendência para atividade industrial; foram os mesmos automaticamente transferidos para os grandes centros industriais do país (Densidade de População Funcional).

Destacamos, por outro lado, que, se um outro grupo, os Miao-Tsé – habitantes de uma microrregião homogênea A, que tenha a capacidade de suportar apenas 90 milhões de indivíduos, mas está com uma população superior a 120 milhões. Esses 30 milhões excedentes foram automaticamente transferidos para a microrregião B. O "optimum" ecológico dessa região permitiria uma concentração de 90 milhões de indivíduos, mas só possuía 60 milhões (Densidade de População Fisiológica).

Com a implantação dessas duas medidas, verificou-se **a** *maior migração forçada da História da Humanidade*, a qual originou o rompimento de toda a estrutura psicológica e sociológica daqueles agrupamentos, dando ensejo à impregnação de uma ideologia imposta a curto e a médio tempo. Só uma medida dessa natureza poderia fazer mudanças tão radicais, como as ocorridas naquele País.

Se não fora a execução dessas mudanças elaboradas simples e puramente por um só processo, por exemplo, a velocidade de *transformação da mentalidade* dos diversos povos do estado chinês teria sido lenta e paulatina.

Após essas transformações ocorridas na China, *e toda questão geopolítica do Extremo Oriente passou necessariamente por esse país oriental.*

Considerações finais

- A China convive com a questão do ingurgitamento demográfico, que, se não fosse dado um tratamento à altura, levaria, inexoravelmente, esse Estado a problemas gravíssimos de patologia social, face à sua elevada pressão e explosão demográfica;
- A China apoiada numa filosofia de natureza psicológica, ontológica e, sobretudo, científica (Densidade de População Funcional e Fisiológica), conseguiu transformar-se numa potência mundial;
- A adoção destas medidas poderia alterar a visão malthusiana?
- Como o leitor encararia estes fatos em face da Teoria de Darwin?
- O desenvolvimento dessas duas técnicas demográficas, aliadas à unidade espiritual, teria concorrido para um reajustamento da desigualdade social?
- Será que o fato de a Ásia ter sido o berço das religiões daria a esse país o privilégio para a compreensão das questões de psicologia social?
- Por que na América Latina a explosão demográfica concorreu para aumentar o desassossego social, e, na China levou à formação dessa potência?
- O disciplinamento do espaço e da população chinesa foi realizado através do Estado, por uma filosofia e uma política demográfica, que procuraram amenizar a rigidez social, com estratégias mais direcionadas para o campo da psicologia coletiva (ontologia do ser), da democracia, da História e da Geografia, em que os seus aspectos espaciais não foram desprezados dentro da Psicologia de cada povo e de cada nação.

Raimundo de Alencar Araripe e a Prefeitura Municipal de Fortaleza (1936 – 1945)

Pedro Alberto de Oliveira Silva*

Raimundo de Alencar Araripe nasceu em Fortaleza no dia 23 de janeiro de 1890 e faleceu, também em Fortaleza, em 09 de janeiro de 1984. Era filho de Ernesto de Alencar Araripe e Carolina Pereira de Araripe; no diploma da Faculdade de Direito do Recife consta Carolina Leopoldina de Araripe.

Em 1908, concluindo os *exames do curso integral do ensino secundário* no *Lyceu do Ceara,* recebeu o titulo (diploma) de *Bacharel em Sciencias e Lettras, como galardão de seus méritos* como está escrito naquele documento. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife, em 1913. Casou-se em 1915 com Julia Gondim de Araripe (nascida Júlia Monteiro Gondim). Não deixaram descendência.

Naquela época, a sobrevivência não era fácil para jovens da classe média – seu pai era funcionário da alfândega. As profissões liberais não tinham muito campo de expansão. O serviço público era um dos principais refúgios desse tipo de posição social, oferecendo uma relativa compensação financeira e estabilidade. Ingressou, então, no Departamento de Correios e Telégrafos (DCT) como telegrafista, uma profissão promissora. Assim como fizeram o expresidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que passou oito anos naquele emprego até se formar em medicina; Valdemar Cronwell do Rego Falcão, Raimundo Girão e tantos outros aqui no Ceará.

Tendo sido nomeado Juiz de Direito, renunciou o cargo, pois era mais compensador e conveniente continuar como telegrafista do DCT, como nos declarou pessoalmente.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

A década de 1930, estendendo-se pelo *Estado Novo*, marcou o início de uma nova época na história do Brasil. Desde 1920 já ocorria, em Fortaleza, um relativo progresso na estrutura urbana e na vida social. O sistema administrativo, instável, prejudicou aquele processo.

De 1920 até 1934 estiveram na gestão da capital cearense os prefeitos Godofredo Maciel, Ildefonso Albano, Adolfo Siqueira, Álvaro Weine, Dr. César Cals, Dr. Antonio Urbano de Almeida, Major Tibúrcio Cavalcante, Dr Raimundo Girão (1933-1934), Dr Plínio Pompeu de Sabóia Magalhães e Dr. Gentil Barreira. Todos em períodos irregulares, uns maiores e outros menores.Raimundo de Alencar Araripe inicia seu mandato em 1936, como primeiro prefeito de Fortaleza eleito pelo voto popular, conforme determinava a Constituição de 1934.

Uma longa e profícua administração municipal ficou como um hiato na historiografia sobre Fortaleza. Tal fato constitui uma ingratidão flagrante a um homem público que realizou destacadas melhorias para o progresso urbano e social da cidade. Chamamos a atenção para isso, quando notamos que não existe uma rua, avenida, praça ou bairro que evoque sua pessoa: honesta, responsável e empreendedora. Araripe morreu como telegrafista aposentado do ex DCT; e como patrimônio deixou apenas sua casa de moradia.

Sem vocação para a vida política, seu destaque nessa atividade deveu-se somente a sua permanência como prefeito de Fortaleza.

A documentação original de sua gestão pública não é do nosso conhecimento existir nos arquivos públicos estadual e municipal. Tivemos, porém, em mãos, um relatório intitulado " Administração Dr. Raimundo Araripe – Síntese histórica" (Fortaleza, Of. Gráfica Monitor Comercial, 1944) usado por nós no livro *Pequena história da telefonia no Ceará*. Infelizmente esse documento encontra-se perdido. Informações detalhadas sobre esse período histórico podemos encontrar nos periódicos daquela época.

Católico convicto e praticante, com o afastamento do Dr. Guilherme Studart (Barão de Studart) da presidência do Conselho Central do Ceará da Conferência Vicentina (Sociedade São Vicente

de Paulo), onde permaneceu de 1889 até 1931, Raimundo Araripe o sucedeu dessa última data até 1956.

As Conferências Vicentinas foram fundadas no Ceará em 1879 (a primeira na cidade de Aracati); a de Fortaleza em 1882. Os"Vicentinos" (confrades), eram conhecidos pelo seu zelo religioso e assistência aos pobres. Várias vilas de casas para seus protegidos foram construídas em Fortaleza. Destacando-se, dentre outras, aquela que atualmente localiza-se entre a Av. Antônio Sales e ruas Tibúrcio Cavalcante e João Brígido.

Aliás, ela surgiu quando estava na presidência dos vicentinos o Dr. Raimundo Araripe. Essa obra tem uma história muito edificante e nos foi confidenciada pelo próprio. O terreno teria sido presenteado pelo proprietário, Dionísio Torres, nome de bairro, ao prefeito em reconhecimento da abertura de uma via pública naquela área. Araripe, prontamente, mandou que fosse doada para a Conferência Vicentina.

Esta instituição se caracterizava em possuir como associados (confrades), em grande número, pessoas de humilde condição social. Bem sugestivo é o trecho do artigo "Cem anos de atividades vicentinas no Ceará", de autoria do professor doutor Mozart Soriano Aderaldo, publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, 1982, quando após enumerar os nomes de vários presidentes dela, refere-se a um confrade nos seguintes termos: "E, ainda, por motivos sentimentais, meu saudoso amigo e sapateiro José Vicente, o Casusa da Estância, que nasceu em Aracati e viveu com Deus, em Deus, morreu, e aos pés de Deus há de estar descansando eternamente."

Saindo vencedora a revolução de 1930, foi instituído um Governo Provisório chefiado por seu líder o gaúcho Getúlio Vargas. Não se legalizando esse governo através de uma Constituição democrática, o estado de São Paulo levantou-se em armas contra ele.

A Revolução Constitucionalista de 1932, como ficou conhecido este movimento, não saiu vencedora, mas forçou o governo central a convocar uma Assembléia Nacional Constituinte, o que realmente ocorreu, quando foi instalada solenemente no dia 15 de novembro de 1933. No ano seguinte foi promulgada , no dia 16 de julho, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.

Desde a convocação da Assembléia Constituinte, o Ceará viveu uma efervescência política intensa, constituída por uma grande variedade de tendências ideológicas partidárias e interesses outros. Tal fato se materializou com o surgimento de muitas siglas partidárias.

Foram organizados os seguintes partidos políticos: Liga Eleitoral Católica (LEC), Partido Social Democrático (PSD), Partido Republicano Nacionalista, Partido Agrário, Ceará Irredento, Partido Economista, Coligação dos Funcionários Públicos, Partido Republicano Democrata, Partido Social Nacionalista.

Comentar a formação e características de cada um foge aos limites deste trabalho.

Devemos ressaltar, entretanto, a composição do Partido Social Democrático (PSD), o primeiro a se definir. Comissão Central: Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora (médico), Pedro Philomeno Gomes (industrial), Dr. José Borba de Vasconcelos (professor da Faculdade de Direito), Elísio Aires (comerciante), coronel Alfredo Dutra, Demócrito Rocha (jornalista). O mais definido, em seus objetivos, foi a Liga Eleitoral Católica, (LEC), partido oficial da Igreja Católica, tendo como órgão oficial na imprensa o jornal *O Nordeste*.

Em reunião realizada em dezembro de 1932, a qual compareceram o Arcebispo Metropolitano, D. Manuel da Silva Gomes e dignitários da Igreja Católica; foi escolhida uma Comissão Diretora da LEC, assim constituída: Dr. Edgard de Arruda, Professor Manuel Antônio de Andrade Furtado, Melo Machado, Coronel José Magalhães Porto, Dr. Raimundo de Alencar Araripe, Dr. Neném Vieira, Dr. Ubirajara Índio do Ceará e Professora Rosita Paiva.

Depois de uma campanha eleitoral efervescente, como já dissemos, venceram os candidatos da LEC (Liga Eleitoral Católica): Francisco de Meneses Pimentel, para governador, e Raimundo de Alencar Araripe, para prefeito de Fortaleza. Um professor, dono de colégio, e outro funcionário público federal. Escolhidos exatamente por não serem políticos atuantes, como também por serem idôneos e competentes. Em declarações dadas ao jornal *O Povo*, edição de 17/02/1936, o secretário do Arcebispado, Monsenhor José Quinderé, assim se expressou*: A LEC não será a segunda linha de nenhuma facção política.*

O jornal *O Nordeste*, em edição de 20/03/1936, na primeira página, fazia propaganda eleitoral de Raimundo de Alencar Araripe, ao lado de seu retrato: *Ser catholico é affirmar a sua fé por actos e não apenas por palavras. Votar na chapa que consulta os interesses da causa constitue um nobre gesto de coherencia religiosa. Tendo em vista, pois,o imperativo da nossa consciência christã, devemos suffragar o nome do Dr. Raimundo de Alencar Araripe para Prefeito de Fortaleza e o dos vereadores integrados no seu programma de dedicação aos princípios da verdade e ao bem publico.*

Um jornal daquela época, *A Rua*, edição de 17/03/1936, publicava o seguinte texto: *DECLARAÇÕES DO SENADOR VALDEMAR FALCÃO* AO REPRESENTANTE DA A RUA. 'Rio, 16 – O Senador Valdemar Falcão fez as seguintes declarações ao representante desse matutino, a respeito da próxima eleição do prefeito de Fortaleza./*

Minha impressão sobre o candidato a prefeito de Fortaleza, apresentado pelo Partido Progressista, é a melhor possível./Acho mesmo que as correntes que apóiam o Governo cearense não poderiam ser mais felizes./

Conheço Raimundo Araripe de há muitos anos, desde o tempo em que juntos mourejávamos na Repartição Geral dos Telégrafos, serviço a que muito me honro de haver pertencido.

Desde esse tempo, senti de perto as qualidades de caráter e de inteligência do futuro prefeito da capital do meu Estado

Tem ele predicados de talento, cultura e energia, que muito proveitoso serão na função publica a que se propõe.

Ademais, Raimundo Araripe é um dos mais autênticos católicos do meio cearense. Sagrando-o nas urnas de 29 de março, o eleitorado cristão de Fortaleza estará prestando um tributo de justiça a um dos mais decididos e valorosos batalhadores da causa católica

Porque o atual presidente da Liga Eleitoral Católica é um dos que servem aos princípios religiosos não somente com a sua palavra ou com o exemplo de sua piedade, mas também sobretudo com o vigor de sua ação social.

---

* Valdemar Cromwell do Rego Falcão. Cearense, nasceu em Baturité (1895-1946). Advogado, jornalista, catedrático da Faculdade de Direito do Ceará. Foi eleito deputado federal constituinte em 1933, e logo depois senador. Ministro do Trabalho, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), presidente do Superior Tribunal Eleitoral.

Presidente do Conselho Central das Conferencias de São Vicente de Paula, onde substituiu essa veneranda e nobre figura de apostolo do Bem que é o Barão de Studart, Raimundo Araripe é bem um católico que se multiplica nos vários setores de atividade do apostolado leigo, demonstrando quão sincero é o ardor com que serve dedicadamente à causa benemérita da renovação cristã da Sociedade.

Por outro lado o tirocínio administrativo do candidato das forças governistas cearenses já vem assinalado por um passado de serviços à causa publica, na repartição federal a que pertence e que já chegou a chefiar, com muito brilho. Por tudo isso, é com entusiasmo que aplaudo a escolha feita pelo Partido Progressista, com o apoio da invicta Liga Eleitoral Católica, do nome desse querido e velho amigo as elevadas funções de prefeito da capital do Estado'.

Publicando linhas acima as impressões do maior vulto da representação cearense no parlamento nacional, respeito ao candidato apoiado por este jornal, fazemo-lo com a mais viva simpatia e um agrado todo especial. O citado jornal tinha como diretor Paes de Castro.

Essas mensagens políticas evidenciam as qualidades pessoais de Raimundo Araripe e caracterizam a força da Igreja Católica (LEC). Seus candidatos venceram as eleições em todo o Ceará. Convém lembrar que, Araripe teve apoio de outros partidos, dentre os quais o Partido Republicano Progressista.

As funções administrativas de uma prefeitura são numerosas e complexas, tais como: abrir e dar manutenção em ruas, avenidas e praças; construir pontes, manter a iluminação e limpeza pública. Criar e dar manutenção ao ensino público (educação); prestar assistência médica aos munícipes, e outras ações correlatas. Todos esses serviços exigem uma base logística, tanto de material como de pessoal (funcionários públicos).

O novo prefeito não tinha feito promessas demagógicas, mas cumpriu quase todo o seu plano de governo, dentro dos limites econômicos e financeiros disponíveis.

Fortaleza vinha recebendo um afluxo populacional muito numeroso do interior do estado. Em 1940 possuía cerca de 200 mil habitantes, apresentando um índice de crescimento inter censitário de 101,7 em 20 anos.

No mesmo ano de sua posse, em 1º. de novembro de 1936 a Câmara Municipal, pela sua maioria, aprovou a reforma dos serviços municipais e o reajustamento de salários do pessoal titulado e foram criadas as subprefeituras de Messejana e Parangaba e duas diretorias – uma de viação e obras públicas e outra de finanças.

Na área de saúde, em 27 de dezembro o prefeito enviou mensagem a Câmara pedindo a criação de um Serviço de Assistência Pública, desde uma vez que o serviço de Pronto-Socorro não atendia as necessidades crescentes de Fortaleza neste setor. Em 1937, a recém-criada Assistência Municipal dispunha de uma verba anual de 115 contos de réis (115:000$000rs), a anterior contava com 34 contos de réis (34:000$000 rs).

A lei orçamentária em 1937 apareceu com um déficit de 1200 contos de réis (1200:000$000 rs); em 1938 as finanças municipais estavam equilibradas.

Em 1940 foi inaugurada a nova sede da Assistência Municipal de Fortaleza em moderno prédio localizado na Praça da Bandeira, exatamente na esquina das ruas Senador Pompeu e Antônio Pompeu. Possuindo trinta leitos em quatro excelentes enfermarias e o mais completo e moderno equipamento cirúrgico, além de ambulâncias para pronto-socorro.

Prédio da Assistência Municipal de Fortaleza - 1940.

Estava à frente de seu corpo médico o Dr. José Frota, auxiliados pelos médicos Estanislau Façanha, Vulpiano Cavalcanti, Wandick Ponte, Lauro Chaves, Turbay Barreira, Jair Câmara, F. Bezerril e Gomes da Frota, também uma farmacêutica, Maria Laureta Monteiro Gurgel. O serviço de Assistência Municipal foi uma das grandes realizações da prefeitura naquela época, por sua abrangência popular.

No dia 26 de maio de 1937 foi inaugurada a *Cidade da Criança* no antigo Parque da Liberdade. A Cidade da Criança foi instituição modelo de educação, como poucas existiam no Brasil. Seguindo o lema político de Miguel Couto (1865-1934) médico, político e professor que afirmou em conferência pronunciada quando lhe foi concedido o título de presidente honorário da Sociedade Brasileira de Educação, em 1927, ao afirmar que: "No Brasil só há um problema: a educação do povo". Seu corpo docente era constituído pelas professoras: D.Zilda Martins Rodrigues – Diretora; Alba Frota, auxiliada por Maria Augusta Gadelha; Maria José Fontes, auxiliada por Cleide Leda Gondim Monteiro; Aderbalina Freire, auxiliada por Ailze F. Costa. Biblioteca: Luiza Gomes de Freitas e Stela Machado Rocha; Sessão de Música: Sulamita Antonele Bezerra; Sessão de Jogos Esportivos: Emilia Brito Bertrand e Iracema Araújo; Jogos de Salão: Maria de Lourdes Acioli; Sessão de Brinquedos: Livres: Diva

Cidade da Criança, Fortaleza - 1937, ao fundo a igreja do Sagrado Coração de Jesus.

Cidade da Criança, Fortaleza - 1937, vista parcial do lago.

Mendes Moura, Elisabete Monteiro Osório, Francisca Pedreira. Raimundo Araripe fundou várias escolas de ensino primário nos bairros de Fortaleza, o material escolar era gratuito.

O Decreto Lei n. 367 de 28 de janeiro de 1938 instituiu o Serviço de Educação Infantil,que abrangia: a) educação e ensino pré-primário nos moldes do jardim da infância, para crianças dos três aos seis anos; b) os parques de recreio, para educação física e social dos escolares dos sete aos quatorze anos.

Comemorando o aniversário da cidade, o prefeito, em memorável discurso pronunciado no dia 13 de abril de 1939 na PRE-9, rememorou várias realizações de sua gestão dentre as quais destacamos: o prolongamento das ruas Liberato Barroso e Assunção, realizada com muita dificuldade, devido as indenizações pedidas pelos proprietários daquela área, próximo à Praça do Ferreira; a iluminação pública estendida até o Campo de Aviação (hoje Aerolândia), Barro Vermelho (hoje Antônio Bezerra), e Mondubim e outros locais. Construção de ponte de cimento armado no Riacho Vila Velha, na Avenida Francisco Sá. Foi tam-

bém construído,"com todo o rigor da técnica", um bueiro na rua Rufino de Alencar que liga a Praça da Sé à Praça do Cristo Redentor. Várias ruas e avenidas foram calçadas com paralelepípedos de granito, dentre outras a Avenida Bezerra de Menezes. Muitas outras obras públicas, foram realizadas e que não cabe aqui enumerar.

Criou-se um serviço de fomento agropecuário para o cultivo de hortaliças, frutas e flores, em terreno vizinho ao Matadouro Modelo – junto a aterrada lagoa do Tauape, hoje "canal do Jardim América – sob a supervisão geral do agrônomo José Abreu Pita Pinheiro. Foi, também construído um aviário modelo para criação de aves domésticas no bairro do Itaperi e um Fomento Rural da Prefeitura de Fortaleza.

A criação do Serviço Telefônico de Fortaleza foi realmente um salto para o futuro. Em 1º. de janeiro de 1938, aquele benefício foi inaugurado em Fortaleza. Instalado em moderno prédio vizinho a Cidade da Criança, possuía equipamentos automáticos considerados um dos melhores do mundo. Todo o equipamento técnico foi vendido pela Ericsson do Brasil e instalado por ela. Em dezembro de 1937 foram concluídos os trabalhos de assentamento da rede telefônica, que tinha uma extensão de 1.602 quilômetros

Prédio da Central Telefônica, Fortaleza - 1937

de fios condutores. O prédio da Telefônica custou ao município a importância de trezentos e noventa e oito contos e quinhentos mil réis (398:500 $000 rs) e as despesas com aquele serviço mil e vinte nove contos noventa e sete mil e quatrocentos réis (1.029: 097$400 rs). Fortaleza saía da época do antigo telefone magnético para o mais moderno serviço automático.

Antes mesmo da inauguração, as assinaturas já haviam se esgotado, ultrapassando a capacidade da Central instalada. O que antes era visto como um luxo ou sem utilidade, tinha se tornado um utilitário. Em 1939, a Prefeitura assinou com a Sociedade Ericsson do Brasil Ltda um contrato de ampliação da rede telefônica em mais 1.000 aparelhos. Em 19 de dezembro de 1944, o prefeito Raimundo de Alencar Araripe baixou Decreto Lei n. 119, daquela data, autorizando a implantação de mais 5000 linhas no serviço telefônico. As despesas com a ampliação seriam feitas com as próprias rendas do Serviço Telefônico, inclusive a adaptação do prédio da Estação Central para o recebimento dos novos aparelhos. A execução desse serviço não foi realizada devido a saída do prefeito de seu cargo, e razões outras, no ano seguinte

A criação de um matadouro modelo, vizinho ao horto da prefeitura, próximo a lagoa do Tauape, foi outro melhoramento importante para Fortaleza , mas, também, nos dá uma demonstração do espírito esclarecido do governo de então. Próximo àquele prédio foi construída uma vila de casas denominada Vila Monsenhor Tabosa, destinadas à moradia dos funcionários que ali trabalhavam.

Outra grande obra realizada foi a construção de um forno crematório para o lixo da cidade. Inaugurado em 27 de maio de 1939, estava localizado próximo ao açude João Lopes, na chamada Estrada do Urubu (rua Francisco Sá) que levava ao aeroporto da Barra do Ceará, onde aterrissavam os hidroaviões que vinham para Fortaleza.

A aparelhagem usada nele era muito adiantada para a época, e foi importada da Inglaterra, custando aos cofres públicos a quantia de 350 contos de réis (350:000$000 rs). Apresentava externamente uma chaminé com 15 metros de altura e possuía uma capacidade de incineração de 30 toneladas de lixo em oito horas.

"Protegido por uma estrutura metálica de teto e partes laterais de folhas de *asbesto corrugado*, e construído com material absolutamente incombustível, o novo forno compõe-se, principalmente, de uma peneira fixa, que apanha o lixo e procede à separação do que não deve ser queimado; de um incinerador compreendendo quatro fornalhas, cada uma das quais dotada de portas de carga e de cinza; uma câmara de combustão, com uma porta tipo guilhotina, destinada a incinerar grandes animais; um depósito de cinzas com reservatório d´água, empregado na retenção das cinzas para que elas não saíssem pela chaminé e, finalmente, um possante ventilador elétrico utilizado na tiragem forçada".

Forno crematório de lixo, Fortaleza - 1937.

A construção do estádio Presidente Vargas foi outra grande realização da prefeitura de Fortaleza. O projeto inicial era construir uma praça de esportes completa, mas outras prioridades surgiram, ficando mesmo assim uma obra que beneficiou muito o desenvolvimento do futebol cearense. Mesmo com dificuldades, foi construída na gestão Araripe a arquibancada de cimento armado que veio a valorizar aquela praça de esporte.

Registramos aqui a contribuição, pouco conhecida,da prefeitura para instituições de caridade, obras sociais e culturais. Foram assim contemplados: o Patronato de N. S. Auxiliadora, Asilo de Mendicidade, União dos Moços Católicos, Sociedade Cristo Rei, Escola Doméstica de Fortaleza, Escola Doméstica São Rafael, Patronato de São João do Tauape, Náutico Atlético Cearense, Associação Desportiva Cearense. Subvencionava anualmente com importâncias "apreciáveis: Santa Casa de Misericórdia, Asilo de Mendicidade, Sociedade das Senhoras de Caridade, Sociedade de São Vicente de Paulo, Asilo de Alienados de Parangaba, Asilo do Bom Pastor, Asilo de Menores Juvenal de Carvalho, Leprosário Antônio Diogo e sua creche, Sociedade Cearense de Assistência aos Lázaros, Dispensário dos Pobres, Maternidade Dr. João Moreira, Instituto de Proteção e Assistência a Infância, Maternidade Senhora Juvenal de Carvalho, **Instituto do Ceará**, Almanaque do Ceará. Essas subvenções custavam aos cofres públicos perto de duzentos contos de réis. Destacamos nesta oportunidade que em sessão do Instituto do Ceará, realizada em 5 de agosto de 1942, doou para guarda e posse ao Instituto do Ceará a Coleção das Atas da antiga Câmara Municipal de Fortaleza., ato de muita confiança e distinção ao sodalício do Barão de Studart.

Naquela época, os valores éticos e morais, na política eram diferentes dos atuais. O relacionamento do interventor Meneses Pimentel com o prefeito Raimundo Araripe era muito amigável. Revelador desse fato é o bilhete abaixo transcrito:

Meu caro Araripe

A posição em que nos encontramos é, de fato, um pouco difícil: temos que ouvir todos que nos procuram. Ouça-me, Frei Bernardino deseja continuar os serviços do Convento de Mecejana. Obteve que o Cel Juvenal custeasse a construção. Alcançou do Construtor Ferreira postar assinatura gratuita. Falta-lhe, disse-me ele, numerário para a licença na Prefeitura e a aprovação de planta. Pede que lhe fale. É o que estou fazendo. Examine a possibilidade de conceder a licença gratuita. Na falta reduza ao mínimo e mande-me a conta que pagarei (grifo nosso). *Por tudo muitos agradecimentos. Do colega e amigo*

Meneses Pimentel

Muitos outros benefícios foram realizados para a população de Fortaleza pela administração do Prefeito Raimundo de Alencar Araripe, cuja enumeração não cabe dentro das dimensões do presente artigo.

Bibliografia consultada

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *Pequena história da telefonia no Ceará*. Teleceará, 1982.
MOTA, Aroldo. *História política do Ceará, 1930-1945*. Fortaleza: ABC Fortaleza, 2. ed., 2000.

Periódicos consultados

O Nordeste – 1936 a 1945.
Gazeta – 1036 a 1945.
Unitário – 1936 a 1945.
O Povo – 1936 a 1943.
Correio do Ceará – 1936, 1937, 1938, 1941, 1942, 1943, 1944.
A Rua – 1936.
A Razão – 1937.
Maranhão – 1938.
Noite Ilustrada – 1939.
Vida Doméstica – 1940.
Revista da Semana – 1940 (Novembro)
Valor – 1941, 1942.
Monitor Comercial – 1941
O Momento – 1941.
Jornal do Comércio – (Recife). 1942.
A Manhã. (Rio de Janeiro) – 1943, 1943.
A Noite – (Rio de Janeiro) – 1943.
Ceará Agrícola -12/ 03/ 1945.

Essas fontes de periódicos bem como as fotos deste artigo, pertencem ao arquivo do autor.

Passeio Público: espaços, estatuária e lazer

José Liberal de Castro*

Este artigo tenciona estabelecer algumas origens do Passeio Público fortalezense. Tenta examinar as obras de implantação do conjunto paisagístico ao longo da segunda metade do século XIX, dispensando especial atenção ao período transcorrido entre 1880 e 1915, marcos cronológicos aceitos por dois motivos. O ano de 1880, porque, à sua volta, foram concluídas as etapas finais dos trabalhos de instalação do parque, que logo se transformou em ponto de encontro da população, atraindo animada frequência de diferentes camadas sociais da Cidade. O segundo marco, o ano de 1915 (ou, talvez melhor, os anos em torno de 1915) foi escolhido por corresponder a um fim de ciclo, época em que os velhos admiradores do Passeio já começavam a trocá-lo por novas seduções.

Distinções simbólicas de amplitude nacional

O Passeio Público, o Quartel General e a fortaleza de Nossa Senhora da Assunção formam um conjunto paisagístico histórica e arquitetonicamente valioso, embora cada componente proceda de épocas respectivas e guarde suas especifidades funcionais. Por estas e por outras razões, foram inscritos como monumentos nacionais brasileiros em diferentes ocasiões e em diferentes Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional.[1]

Se a fortaleza da Assunção e seu quartel foram tombados em 2008 (processo nº 04150.0095519/2005), o pedido de inscrição do Passeio Público remonta a 1964 (processo nº 744-T-64), inscrição concedida sob

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

[1] O presente trabalho deveria integrar matéria longa, pertinente à fortaleza da Assunção, ainda que como texto suplementar. Reconsiderada a proposição, o autor decidiu adaptá-la e publicá-la separadamente na Revista do Instituto do Ceará.

nº 38, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 13 de abril de 1965. O arco de quatro décadas que separa os dois atos do IPHAN tem suas explicações. À parte o valor histórico e paisagístico do parque, de interesse nacional, a premência do tombamento do Passeio Público ligou-se ao fato de, em 1963, haver a prefeitura fortalezense decidido doar o chamado 2º. Plano do logradouro à 10ª Região Militar. Ante tal motivo, a instrução do processo tramitou com urgência por temor de que a generosidade municipal se ampliasse aos espaços restantes. O tombamento da Fortaleza, embora cogitado na mesma ocasião (processo 651-T-62), foi protelado e até desconsiderado, em vista da atenção permanentemente dispensada pelas autoridades militares à integridade física do monumento. O pedido de inscrição da Fortaleza nos Livros de Tombo do IPHAN, atendido recentemente, efetivou-se por desejo manifesto do Comando da 10ª. RM, com vistas, na verdade, mais à honraria do que por necessidade de amparo dos estatutos legais em favor da preservação da obra, sempre cuidada.

Espaços públicos urbanos: praças, avenidas e jardins

As organizações urbanas de formação espontânea surgiram em pontos de encontro ocasional de populações dispersas, que buscavam trocar produtos excedentes. A criação da moeda, ao favorecer a formação e a manutenção de estoques, tornou contínuos os postos de comércio, criando aos poucos núcleos humanos permanentes. De maneira simplista, seria esta a origem das cidades, perdida em eras longínquas.Comumente diz-se que as cidades se compõem de uma estrutura física que serve de suporte ao intercurso social, estrutura a qual, por sua vez, se constitui de cheios e vazios. A Arquitetura forma os cheios urbanos, enquanto os vazios correspondem aos espaços abertos destinados ao uso público. Desde épocas remotas, os espaços abertos dos núcleos urbanos foram fruídos de modo continuo ou ocasional e utilizados no atendimento de necessidades várias, particularmente com o objetivo de exercer atividades comerciais, políticas, religiosas, militares. Em consequência e de maneira concomitante, surgiram os vazios de interligação, componentes dos sistemas viários. Com o passar do tempo, os vazios urbanos receberam denominações específicas. Uns, transformados em espaços de encontros dos habitantes, tornaram-se conhecidos por terreiros, campos, largos, rossios, praças, enquanto os

espaços de comunicação receberam denominações tais como avenidas, ruas, becos, travessas. A apropriação social dos espaços urbanos resultou na maior das obras humanas, a cidade.

Praças e vias urbanas

No capítulo dos vazios urbanos, as praças, ora entendidas de modo genérico, configuram espaços privilegiados para o exercício da vida social das populações. O tempo as delineou consoante determinadas formas – imensas, amplas, pequenas, aconchegantes, de contorno regular ou irregular, cercadas por pórticos ou expostas à intempérie, todavia, sempre palco de intensas atividades sociais, comerciais, religiosas, politicas, militares.

Nas cidades europeias, os usos sociais das praças logo as conformaram como espaços públicos destinados à ação, marcadas por densa presença popular, particularmente nas cidades mediterrâneas, ensolaradas e barulhentas.

A necessidade de conexão das funções urbanas, como visto, estabeleceu as redes viárias, definidas por traçados espontâneos ou regulares, estes aplicados com ênfase no caso das fundações premeditadas.

Vias de ligação e exibição pública

Com o passar do tempo, praças e ruas tornaram-se espaços não apenas destinados ao atendimento de necessidades essenciais e convívio dos habitantes, mas também se transformaram em palco montado para apresentação vaidosa de grupos dominantes, donos do poder, ou em ascensão social.

Nas cidades europeias da era moderna, os modos de exibição pública ganhariam novas expressões espaciais, incentivadas por novas tipologias viárias, em bom número nascidas de ampliações ou de remodelações urbanas, que se espelhavam direta ou indiretamente no plano de interligação de marcos conspícuos da cidade de Roma, proposto pelo papa Sixto V, entre 1585 e 1590. (GIEDION, 1954: 82-3).[2]

[2] As concepções de Sixto V conheceram larga repercussão nos planos de várias cidades, como em Versalhes (na cidade e nos jardins), em São Petersburgo, em Karlruhe, em Washington, na Paris de Haussmann, apenas para citar exemplos mais conhecidos. Sobre a matéria, considerar em *Space Time and Architecture,* de Sigfried Giedion, o capítulo intitulado *Sixtus V and the planning of Baroque Rome* (1954: 75-106, 3. ed.).

Ao longo do século XVIII, a abertura de novas vias largas e contínuas nas cidades antigas em expansão, a melhoria na pavimentação e nos padrões de conforto, advindos do aprimoramento das técnicas de fabricação de veículos, favoreceram o surgimento paralelo de novos modos de ostentação. Prospera então o hábito dos passeios pelas vias públicas em carros abertos, conhecidos por *il corso,* na Itália (do lat. *cursus*), *le cours*, *la promenade*, franceses, *el paseo*, em Espanha e colônias americanas, vocábulos logo transformados em muitas cidades como designativos das próprias vias, recentemente delineadas e já prestigiosas.

Esses novos tipos de vias urbanas, vale lembrar, apareceriam no Brasil tardiamente, apenas na segunda metade do século XIX, por influência francesa, quase sempre referidas como *boulevards*, jamais como "passeios". A primeira delas assim denominada, o Boulevard 28 de setembro, surgiu no Rio de Janeiro, em Vila Isabel, bairro novo nascido da urbanização de uma antiga fazenda e cujo nome homenageava a Princesa e a Lei do Ventre Livre, promulgada naquela ocasião, em 1871. Como as cidades têm suas birras, o futuro pretendido pelos empreendedores não se confirmou. Com o tempo, entretanto, o bairro tornou-se um simpático reduto de classe média carioca, berço do samba letrado.[3]

Desejos de abrir avenidas ou prevê-las já figuravam nos planos de expansão urbana do Brasil Imperial, mas somente se consumaram nos primeiros dias da República. Algumas dessas avenidas brasileiras *fin-de-siècle* mostravam-se bastante largas e longas, como a avenida Paulista, em São Paulo, de 1891, ou como as avenidas do plano de Belo Horizonte, cidade inaugurada em 1897, com larguras de 35 e 50 metros. No Rio de Janeiro, rasgar uma avenida na zona central era ideia alimentada por Pereira Passos e outros urbanistas desde a década de 1870. A

[3] A fazenda, dita do Macaco, pertencia à princesa Leopoldina, irmã de D. Isabel e casada com o duque de Saxe. Quando da abertura da avenida, nem os loteamentos nem a *promenade* tiveram êxito, de sorte que o idealizador do empreendimento, João Batista Vianna Drummond, o futuro Barão de Drummond, implantou, como apelo mercadológico, uma linha de bondes que, atravessando o bairro, se destinava a levar o público até um jardim zoológico, criado no extremo oposto da gleba. Diante de novo fracasso, o barão, algum tempo depois, a fim de atrair o público, decidiu bancar a adaptação de um jogo das flores, que vira promovido por um mexicano no Largo do Carmo (Praça Quinze de Novembro). Trocadas as 25 flores por outros tantos animais, exibidos ou não no zoológico e numerados por ordem alfabética, nascia o famoso Jogo do Bicho. (EDMUNDO, 1938, v. 3: 889-907). A novidade empolgou os frequentadores do zoológico, angariando rápida e apaixonada aceitação na capital do Império. Logo depois, espalhado triunfalmente pelo País, o Jogo do Bicho transformou-se em instituição popular nacional.

materialização dos projetos somente ocorreu na República, entre 1903 e 1906, quando da abertura da avenida Central (depois, Rio Branco), esta reduzida todavia a 150 palmos de largura (33 metros), e da avenida Beira-mar, via magnífica, que se estendia do Passeio Público até o Pavilhão Mourisco, em Botafogo.[4] As avenidas republicanas, nomeadamente as do Rio de Janeiro, tanto se mostravam largas nas pistas de rolamento[5] como também nas calçadas, estas pavimentadas com pedras à portuguesa, amplas e contínuas, já iluminadas com luz elétrica, destinadas à circulação vagarosa de pedestres, em particular, do mundo feminino.

Os jardins

O Passeio Público fortalezense, tema enfocado neste artigo, participa de matéria consagrada aos jardins. Por tal razão, o autor procura formular apreciações concernentes a modelos estéticos e sociais norteadores, ora expostos.

Desde a antiguidade, àqueles que quisessem desfrutar de convívio tranquilo em ambientes urbanos tumultuados, que desejassem entregar-se à contemplação, impunha-se-lhes a busca de espaços confinados, de uso restrito. Deveriam procurar os jardins.

Num entendimento amplo, os jardins podem ser referidos como inconfundível modalidade de ocupação física dos espaços urbanos ou não urbanos. Datariam do começo dos tempos, criações divinas, como o Éden, Jardim das Delícias, de que falam as Escrituras Sagradas. Outros jardins,

---

[4] A passeata de veículos, comum na Europa, tornou-se usual no Brasil, ao que parece, somente após o início do século XX, quando da abertura das avenidas de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, já contemporâneas do automóvel. Em consequência, nos carnavais de rua, surgiram o *corso* e as batalhas de *confetti* motorizadas, desfile de ricas fantasias em carros abertos, promovido com grande animação pelos segmentos mais abastados da então capital da República, criando nova modalidade de exibição pública, logo copiada pelas capitais de estados e cidades maiores. O racionamento de combustíveis durante a última guerra fez suspender os corsos carnavalescos. Novos hábitos pós-guerra extinguiram os desfiles em definitivo.

[5] Conquanto rebatimento fortalezense da novidade, os *boulevards* sugeridos em 1861 por Adolpho Herbster, na ocasião chamados *ruas largas*, tinham 100 palmos de largura, isto é, apenas 22 metros, ladeadas por calçadas estreitas, de 8 palmos, raramente de uma braça, padrões viários que têm prevalecido até o presente! (CASTRO, 1994: 84-87). Conquanto definidas havia muito, vale porém lembrar que, ainda nos dias de infância do autor deste trabalho, muitas das *ruas largas* ainda não estavam sequer pavimentadas, tais como as atuais avenidas Padre Ibiapina e Filomeno Gomes, estas por inteiro e, por metade, as avenidas do Imperador e Duque de Caxias...

realizações humanas surgidas ao longo da História, trazem à mente obras maravilhosas que excitam a imaginação. Os jardins suspensos da Babilônia, da rainha Semíramis, os famosos jardins de Academos, em Atenas, onde Platão mantinha sua escola. Na Roma Imperial, os vastos jardins da vila Adriana, em Tívoli, com tanques, repuxos e estatuária, já acolhendo concepção assemelhada aos futuros jardins italianos pós-renascentistas. Na península Ibérica, jardins dos palácios mouriscos, marcados por soluções que visavam à economia do emprego da água, jardins do Generalife, do Alhambra. Na própria Idade Média, reduzido o comércio e limitada a vida urbana, ainda assim, os jardins se desenvolveram nos pátios e nos anexos dos conventos, conquanto muitas vezes de mistura com hortas.

Na era moderna, os jardins do ocidente europeu ganharam características identificadoras, que os fazem agregar-se pelo menos em três vertentes:

• Os jardins italianos, surgidos na Renascença, em planos superpostos, densamente arborizados, com suas cascatas e grutas, adaptados à topografia montanhosa da Península.

• Os jardins franceses, da segunda metade do século XVII, projetados segundo traçados geométricos e efeitos de longas perspectivas, reflexos do absolutismo politico, cujas aspirações de mando se estendiam ao domínio da natureza. *Il faut forcer la nature*, ordenava Luís XIV à sua equipe de arquitetos e paisagistas, entre os quais André Le Nôtre, projetista dos jardins de Vaux-le-Vicomte e de Versalhes, insistentemente copiados na própria França, na Europa e em todo o mundo europeizado.

• Os jardins ingleses, tentativa de reproduzir a natureza que fora devastada pela derrubada de florestas para extração da madeira e expansão dos rebanhos, madeira e lã, imprescindíveis à implantação da revolução industrial. Jardins marcados pelo emprego das curvas, pelo imprevisto, por ruínas artificais, espaços nostálgicos, fruto de aspirações estimuladas pelos impulsos do romantismo.[6]

[6] Quanto a considerações mais circunstanciadas sobre a matéria - história e conceitos, em especial no pertinente a exemplos brasileiros, ver SEGAWA, Hugo. *Ao Amor Público / Jardins no Brasil.* São Paulo, Studio Nobel / EDUSP, 1996. Parte do título do livro de Segawa transcreve inscrição gravada em uma das pirâmides que ornam os jardins do Passeio Público do Rio de Janeiro.

Os jardins públicos

Os jardins amplos e cuidados, por vezes realizações míticas, há pouco referidos, constituíram por longo tempo espaços de uso particular, pertencentes à coroa, à nobreza e ao alto clero ou, mais recentemente, a uns raros burgueses infliltrados. Jardins abertos ao público, ainda que de acesso selecionado, eram poucos, contados como exceções no sistema.

Na Europa ocidental, a presença maciça da população nos jardins urbanos remonta, pois, ao século XVIII. A pouco e pouco tornados públicos, patenteavam tentativas conciliatórias de valorização social de espaços abertos para frequência da burguesia, cada vez mais poderosa, pois, até então, como visto, as doçuras de um relacionamento despreocupado com a natureza ficavam praticamente restritas à aristocracia, em seus parques de uso privado.

Jardins setecentistas no mundo luso-brasileiro

Jardins de frequência pública, muitas vezes denominados *Passeios Públicos*, *Jardins Públicos* ou denominações assemelhadas, tornaram-se elementos paisagísticos comuns nas cidades portuguesas e brasileiras, particularmente durante o século XIX. Procuravam localizar-se em áreas de interesse urbano, embora nem todos ocupassem pontos de contemplação de paisagens marítimas, como ocorria nos passeios públicos do Rio de Janeiro, de Fortaleza ou o Passeio Público da Cidade do Salvador, na Bahia, este favorecido por uma vista privilegiada sobre a baía de Todos os Santos, do alto de uma escarpa de 60 metros de altura.

O Passeio Público lisboeta

Em meados do século XVIII, em países periféricos, como Portugal, os refluxos da modernização encontrariam eco em remodelações urbanas comandadas pelo Marquês de Pombal, fincadas em decisões rápidas e objetivas, de raízes iluministas, consequentes à reconstrução da cidade de Lisboa, destruída por terremoto em 1755. Impunha-se, portanto, compensar a rigidez geométrica dos planos urbanísticos e o asceticismo arquitetônico das obras novas encomendadas pelo Marquês, com a oferta de lugares de convívio afetuoso da população. Esta é a origem do

Passeio Público de Lisboa, implantado em 1764, denominação e tipo de agenciamento de espaços urbanos que se espalharam pelo Reino, logo trasladados para o Rio de Janeiro, duas décadas depois.

José-Augusto França descreve o Passeio Público lisboeta em seus dias iniciais como uma

> *[...] alameda ajardinada e murada, à saída da cidade, primeiro logradouro burguês convocando a novos hábitos de merecido ócio, estabelecido, em 1764, em certa medida contra o Rossio* [atual praça D. Pedro IV] *popular, com apertadas regras de utência* [de uso] (1980: 51). Ao que acrescenta: *(...) iniciativa urbana que adaptaria o local, nos terrenos da Horta de Cera, que pertenciam, por ali, aos Ericeiras e aos Castelos-Melhor. Com efeito, Reinaldo Manuel, em 1764, recebeu ordem de traçar ali um Passeio Público sobre projecto anterior de arruamentos, figurados nas novas plantas das freguesias, e, em 1771, devidamente aprovada por Pombal. Uma alameda de 1300 palmos de comprimento por 400 de largura* [300m x 88m] *era aberta, o primeiro jardim público de Lisboa, com o significado progressista que se impunha. 1123 árvores lá foram plantadas (...)*. (2008: 379). [7]

O Passeio Público de Lisboa todavia não obteve a acolhida esperada, talvez por constituir uma doação real historicamente antecipada, em vez de realização afirmativa de uma burguesia, ainda em formação à época. Deparara alguns percalços, como a localização em um vale, os altos muros que o cercavam e a falta de maiores atrações, à parte a concorrência logo estabelecida com os jardins de Alcântara, situados no alto da colina fronteira, com vista ampla sobre grande parte da cidade.[8]

---

[7] Sobre o Passeio Público e, em particular, a Lisboa pombalina ver, na extensa obra de José-Augusto França, principalmente, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* (1977) [tese de doutoramento publicada originalmente em francês (1965)], *A reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina* (1978), *Lisboa: urbanismo e arquitectura* (1980), *Lisboa / história física e moral* (2008), obra monumental, abrangente, da pré-história ao dias atuais. Deste último livro, ora se transcreve trecho alusivo ao Passeio lisboeta, quando de sua implantação: *Rodeadas por altos muros, com janelas gradeadas de grossas barras servidas por poiais de pedra para conversações, o " Passeio" pombalino tinha a aparência rústica de uma quinta do interior do País. O seu acesso era severamente condicionado a gente da burguesia, com exclusão do povo de tamanco ou pé descalço e de capote e lenço que ficava à porta de suas grades, encontrando ali novo local de mão à caridade que a desaparição do hospital do Rossio lhe retirara...* (2008: 379-80).

[8] *Numa cidade ainda traumatizada pela catástrofe que a vitimara, e onde a classe média não tinha o costume de espairecer, e ainda menos no seu elemento feminino, sempre recolhido em casa, o "Passeio" não pôde , porém, vingar – o que só veremos daí a três gerações...* (FRANÇA, 1980: 51).

José-Augusto França consigna uma recuperação física e social do logradouro ocorrida mais de um século à frente, após encerradas as guerras constitucionais comandadas pelo nosso imperador D. Pedro I (D. Pedro IV em Portugal). O período de animação começa, pois, nos anos seguintes à década de 1840, favorecido por novas aspirações de uma sociedade em mudança.

O Passeio lisboeta pautou-se por projeto de Reinaldo Manuel dos Santos (1740-1790)**,** arquiteto da equipe formada por Pombal para executar os trabalhos de recuperação da Baixa, devastada pelo terremoto. Localizava-se em zona periférica à parte norte da cidade. Começava pouco depois do Rossio, com portão de entrada voltado para o largo do Passeio, hoje praça dos Restauradores (Figura 1). Desapareceu em fins do século XIX, incorporado pela Avenida da Liberdade, aberta na ocasião. Os 400 palmos (88,00 metros) de largura do Passeio serviram de padrão à nova avenida, marco inicial do programa de implantação das grandes vias da capital portuguesa, traçadas por influência dos *boulevards* e dos *ronds points* haussmanianos de Paris.

O Passeio Público do Rio de Janeiro

O Passeio Público do Rio de Janeiro é obra que se deve ao vice-rei D. Luís Vasconcelos e Sousa (1740-1807), à frente do governo da Colônia entre 1778 e 1790**.** Filho do 1º. Marquês de Castelo Melhor, integrava, portanto, a família dos Condes de Castelo Melhor, proprietária das terras adquiridas pela Coroa, a fim de nelas localizar o Passeio Público de Lisboa. Provavelmente, reminiscências familiares de fatos correlatos à instalação do Passeio lisbonense hão de ter pesado na decisão do vice-rei de dotar a capital da Colônia com melhoramento semelhante.

Deve-se, porém, assinalar que o Passeio Público do Rio de Janeiro pouco ou nada tinha a ver com o de Lisboa, tanto no que se prendia à localização e ao delineamento quanto ao público beneficiado. O Passeio carioca situava-se à beira-mar, entre o caminho da Glória e a praia, em local ocupado pela chamada lagoa da Sentinela, junto do limite de área central então urbanizada continuamente e quase ao pé do vasto convento da Ajuda (demolido no começo do século XX). A implantação do projeto exigiu o aterro da lagoa, medida reclamada pela população em favor do saneamento ambiental. A decisão de eliminar as águas paradas com

objetivo de evitar a propagação de epidemias, como se vê, já se ajustava às concepções nascentes do sanitarismo, motivo de muitas intervenções urbanas levadas a efeito no Rio de Janeiro do século seguinte. Por outro lado, o aterro da lagoa permitiu a realização do parque, demarcado por um terraço com belíssima vista para a baía da Guanabara. Ponto privilegiado de observação oferecido aos frequentadores do Passeio, o terraço, balizado por dois mirantes envidraçados, atendia aos propósitos de contemplação da natureza, esta quantas vezes "corrigida" nos parques, quer para valorização da paisagem quer para cumprimento das pregações iluministas em favor da salubridade, do bem-estar, da educação, enfim, do progresso, fruto da intervenção humana sob o comando da razão.

Quanto ao interesse despertado pelos Passeios Públicos, de Lisboa e do Rio de Janeiro, marcado pela frequência, irregular naquele e assídua no último, não se pode esquecer de que muitas práticas sociais comuns no Reino diferiam daquelas correntes na Colônia. Nesta, assomava numericamente a presença mestiça e negra (em Portugal, também havia africanos), e não prevalecia a nobreza, praticamente reduzida aos representantes diretos do rei na administração, com permanência temporária no País.

O projeto do parque foi confiado por D. Luís Vasconcelos à competência de Mestre Valentim da Fonseca e Silva (1744-1813). Nascido em Minas, filho de um contratador de diamantes português com uma escrava, Valentim foi levado pelo pai para o Reino, onde recebeu esmerada educação artística. De retorno ao Brasil em 1770, fixou-se no Rio de Janeiro, exercendo atividades de entalhador, marceneiro de móveis finos, escultor, fundidor e arquiteto, que lhe asseguraram destaque entre os nomes prestigiosos na História da Arte brasileira.[9] Trabalhando numa fase de transição do barroco para o neoclassicismo, Valentim executou trabalhos que revelam a mutação estética do período, perceptível nas obras de talha de várias igrejas do Rio de Janeiro, com especial menção

[9] Estas são as informações correntes sobre Valentim, artista cuja pessoa e cuja obra despertaram o interesse de historiadores do Rio de Janeiro desde o século XIX. Em publicação recente, intitulada *O Rio de Janeiro Setecentista (*2004: 310-13), o arquiteto Nireu Cavalcanti, referindo "contraditórios" biográficos, demonstra, como resultado de cansativas pesquisas em documentação pertinente, que são inverídicos muitos fatos divulgados sobre a vida do artista. Confirma que Valentim era mestiço, pois participava da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, a qual acolhia "homens pardos como ele, tendo a ela se filiado em 1766". Acrescenta que Manuel da Fonseca e Silva, pai de Valentim, era realmente tesoureiro da Intendência dos Diamantes do Serro Frio, em Minas, mas teria falecido em 1744, provável ano de nascimento do filho...

no retábulo do altar-mor da igreja de São Francisco de Paula. "Artista polivalente" (CAVALCANTI, 2004: 310), também construiu vários chafarizes, com evidência para aquele implantado no largo do Carmo, a atual praça Quinze de Novembro, em frente à casa dos vice-reis, depois transformada em Paço Real e Paço Imperial.

O Passeio Público foi a primeira obra importante confiada pelo Vice-rei a Valentim, executada segundo uma concepção que traduzia a concordância com os conceitos estéticos então em voga: "Valentim projetou o Passeio Público na forma de um hexágono irregular, todo cortado por aléias, uma reta principal, com vista direta para o fundo e outras secundárias, também retilíneas, num traçado barroco de paralelas, perpendiculares e diagonais (...)" (CARVALHO, A . M., 1999: 18), alamedas e jardins, acrescente-se, ornados com estatuária da autoria do próprio artista. (Figura 2)

Sob o peso de profundas mudanças sociais ocorridas durante o Século XIX, o Passeio Público do Rio de Janeiro foi trocado por novos pontos de encontro surgidos na capital do Império, em particular, pelos salões e teatros, beneficiados com frequência noturna, porque iluminados a gás desde 1845. "Relegado ao abandono a partir da Regência" (GERSON, 1954: 234), em busca de recuperar o prestígio antigo, o Passeio Público teve seu agenciamento espacial modificado em 1860, de acordo com um projeto romântico, elaborado pelo paisagista francês Glaziou.[10] Na ocasião, havendo prevalecido a ética e o bom senso, foram preservadas as esculturas da autoria de Mestre Valentim, ainda hoje vistas nos pontos em que foram implantadas. As concepções de paisagismo aplicadas no Passeio Público do Rio de Janeiro fazem ver as alterações de gosto, entre a primeira versão, projetada por Valentim segundo um traçado barroco à

[10] Auguste-François-Marie Glaziou, francês (1833-1897), reformulou o Passeio Público em 1860/62. Tornou-se diretor dos jardins imperiais, foi autor dos projetos paisagísticos da Campo de Santana (Praça da República) e da Quinta da Boa Vista. Botânico e publicou estudos sobre a flora brasileira. Vale lembrar que, mais de meio século depois, às vésperas da Revolução de 1930, em claro contraste com os jardins de Glaziou, à inglesa, foram instalados na vizinha praça Paris, jardins projetados à francesa, os quais, influenciados pelas concepções de Le Nôtre, integravam o plano urbanístico proposto pelo arquiteto francês Alfred Agache (1875-1934). Os jardins da praça Paris hoje se mostram pouco à vista. Foram praticamente absorvidos por belos e amplos espaços contíguos, cobertos com jardins integrantes de parque magnífico, criado por Roberto Burle Marx e Afonso Eduardo Reidy, sobre aterros da baía da Guanabara.

francesa, marcado por cruzamento de aleias retas, e a proposta de Glaziou, romântica, de desenho em curvas, à inglesa. (Figura 3)

Nos anos iniciais do Século XX, em consequência das obras de modernização da cidade dirigidas pelo prefeito engenheiro Francisco Pereira Passos (1836-1913), o Passeio Púiblico teve suas bordas diminuídas, com interferência maior no terraço fronteiro ao mar, então eliminado. As obras exigidas para implantação da avenida Beira-mar isolaram o Passeio da beira da água, além de que, os sucessivos e vastos aterros da baía, levados a cabo no transcorrer do século, o puseram definitivamente muito distante da orla marítima.

Apesar das modificações e ablações sofridas pelo Passeio Público durante o correr do tempo, as obras artísticas de Mestre Valentim ainda se mantém íntegras. O autor deste trabalho, estudante de arquitetura no Rio de Janeiro de meados do século passado, conserva na memória a ambiência do velho parque, escolhido pelo professor de desenho artístico como *locus* privilegiado, tanto por se situar no centro da Cidade como por seu excepcional valor paisagístico.[11]

O Passeio Público fortalezense

Nas cidades do Brasil Imperial, por imitação da Corte fluminense, surgiram novas e amplas áreas arborizadas e ajardinadas, oferecidas ao público e fruídas por uma população avidamente voltada à aquisição de hábitos ditos civilizados, tantas vezes permeados com modos de comportamento de viés romântico.

Por força da dimensão dos espaços requeridos por esses programas paisagísticos, os passeios ou jardins públicos nasceram da intervenção física ou da recomposição ambiental de vastas glebas urbanas devolutas, então sem interesse de uso, consubstanciando realizações surgidas do aplanamento de morros, secagem de charcos e apiloamento de aterros. Beleza e convívio amável, obtidos sob a égide do salubrismo, irmanavam-se consoante o pensamento do século**.**

[11] O autor mantém na lembrança as árvores, os portões e as esculturas de Mestre Valentim - as duas pirâmides, os jacarés, as estátuas, o famoso chafariz do menino, dito "Sou útil ainda brincando". O chafariz hoje se encontra fora dos roteiros de circulação urbana do Rio de Janeiro, conquanto fosse outrora visto, admirado e utilizado cotidianamente por público numerosíssimo, pois ficava em frente a uma parada dos bondes que se dirigam à zona sul da Cidade.

O Passeio Público da capital cearense participou desses tipos de intervenções urbanas, pois, em sua origem, não passava de um vasto areal em rampa, que descia da rua da Misericórdia (Dr. João Moreira) até a praia, então ainda próxima. Mantivera-se inóspito e íntegro durante longo tempo por temor de explosões, pois a área fora ocupada pelo paiol da pólvora da fortaleza da Assunção, até quando este foi removido para o alto do morro do Croatá.

Antecedências: a sugestão de Giraldes

A instalação do Passeio Público, tentada objetivamente apenas depois de meados dos oitocentos, viria atender com retardamento às aspirações de sociabilidade que a Cidade manifestava desde o inicio do Século XIX, não materializadas mas sugeridas havia muito.

Luiz Barba Alardo de Meneses, 4º. governador da Capitania autônoma, interessando-se em inserir o Ceará nas rotas do comércio internacional, procurou estabelecer condições mínimas necessárias à utilização do porto da Vila. Assim, aproveitou a passagem do capitão de fragata Francisco Antônio Marques Giraldes, em 1810, para conseguir o preparo do levantamento batimétrico da bacia marítima fronteira à Vila, mapeamento imprescindível à penetração segura de navios. Giraldes, além de desempenhar as tarefas solicitadas, acrescentou indicações de certos marcos terrestres, úteis no balizamento das manobras portuárias, conforme os mostra no seu *Plano aproximado da Enseada da Villa de N. S. da Assumpção*. (CASTRO, 1997: 46-57 e 62-3). Na ocasião, executou importante desenho a que deu o título de *Prospecto da Villa da Fortaleza de N. Snrª. da Assumpção ou Porto do Seará*. (CASTRO, 1997: 64-65), bela perspectiva em aquarela, marcada a *vol d'oiseau*, a primeira representação pictórica real da Vila. Ambos os desenhos se encontram guardados no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro (*Plano aproximado* (...) - Des. 02.04.377 / AHEx e *Prospecto* (...) - Des. 02.04.340 / AHEx).

Não há informações precisas sobre Giraldes, embora se saiba haver deixado a Marinha Real logo depois, fato que dificulta a obtenção de dados biográficos. De qualquer modo, pode-se assegurar que o capitão de fragata não apenas admirava paisagens mas procurava representá-las pictoricamente. Por sua condição de viajante, tinha conhecimento de

outras terras, cujas imagens deviam tocar sua sensibilidade de artista. Ante tais razões, ao caminhar na fímbria do tabuleiro em que a Vila se assentava, de onde se descortinava ampla e contínua vista para o mar, Giraldes vislumbrou a possibilidade de implantação de uma via paralela à praia (talvez já prevista), em cotas altas, transformando-a em um "passeio público". Esta é a denominação que se lê em seu *Plano aproximado da enseada,* designando um caminho reto, dito *Gravatá ou Passeio Público*, o qual, iniciado junto do quartel da Fortaleza, seguia para oeste, até o pé do morro do Gravatá, também conhecido por Croatá, numa época em que a vista do mar se apresentava totalmente desimpedida.

Não se conhecem outros trabalhos de Giraldes. Por sua formação, integraria aquele grupo de pintores que retrataram o Brasil do Século XIX, chamados por Ana Maria Belluzzo de "amadores (...) orientados por modelos naturalistas", com "visualidade embebida de saber científico". (v.1, 1994: 11).

O levantamento de Giraldes foi transcrito, em encarte, no canto inferior esquerdo da *Carta Topographica da Capitania do Ceará*, sob o título *Plano Hidrographico da Enseada de Nossa Senhora da Assumpção ou Porto do Ceará*, mapa executado em 1812, a mando de Barba Alardo e atribuído ao naturalista João da Silva Feijó (des. 002.04.364 AHEx). Na transcrição, lê-se claramente a indicação *Gravatá ou Passeio Publico*, o que demonstra a aceitação da proposta.[12] (Figura 4)

O "Passeio Público" de Giraldes, contudo, não seria um jardim no sentido literal da palavra, mas um "passeio", isto é, uma avenida, longa e reta, diferindo do modelo fornecido pelos congêneres de Lisboa e do Rio de Janeiro. Informações sobre as andanças do oficial talvez permitissem apontar as fontes de sua proposição, quem sabe, talvez influenciada por algum *paseo* de procedência espanhola.

[12] O levantamento e a aquarela ora citados foram incluídos em artigo do autor intitulado *Cartografia cearense no Arquivo Histórico do Exército*, apresentado na *Revista do Instituto do Ceará*, t. 111, 1997, p. 9-79. Infelizmente, na ocasião, não foi possível apresentá-los em reproduções coloridas. Por falta de nitidez no desenho de Giraldes, a Figura 4 transcreve trecho do encarte do mapa de 1812, atribuído a Feijó. O levantamento e a aquarela de Giraldes constam do supramencionado artigo do autor, todavia, apresentados em reproduções não coloridas. À parte às considerações formuladas, alguns indícios levam o autor à dúvida de que, por ocasião da visita de Giraldes, o *Caminho do Gravatá ou Passeio Público* já estava delineado.

Figura 1 – Lisboa, Passeio Público
(J.A. França, 2008, mapa XIII)
1. Passeio Público
2. Rossio
3. Baixa
4. Bairro Alto

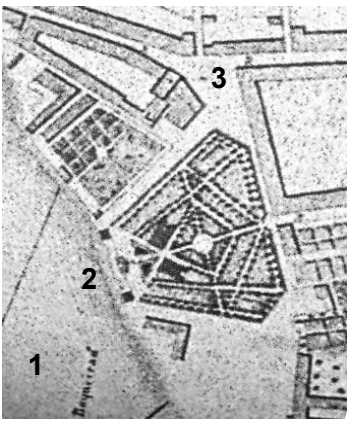


Figura 2 – Rio de Janeiro, Passeio Público
Projeto Valentim
(Do cosmógrafo ao satélite, mapa 29, 62-3)
1. Baía
2. Terraço
3. Largo da Lapa

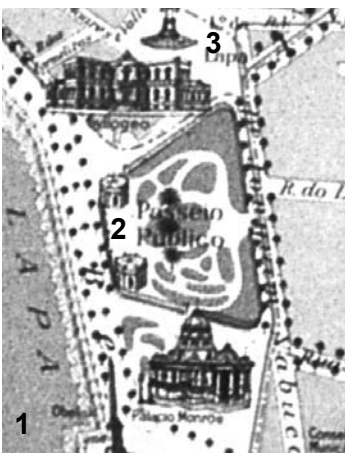


Figura 3 – Rio de Janeiro, Passeio Público
Projeto Glaziou
(Do cosmógafo ao satélite, mapa 36, 73)
1. Baía
2. Terraço
3. Largo da Lapa

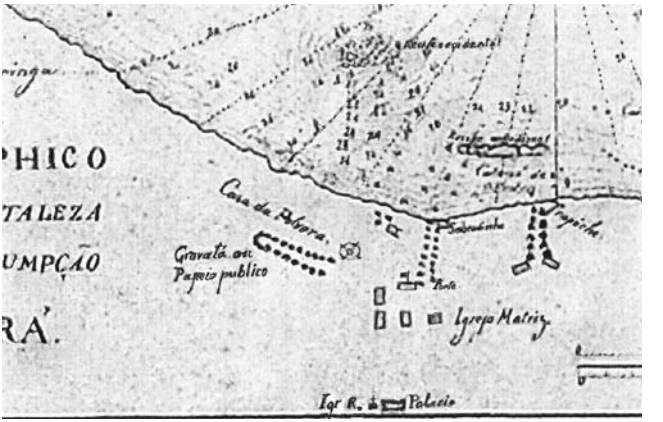


Figura 4 – Fortaleza. Bacia portuária
J. Silva Feijó (atrib.), Plano Hidrographico da Enseada da Villa (...), 1812.
Observar a indicação Gravatá ou Passeio Público

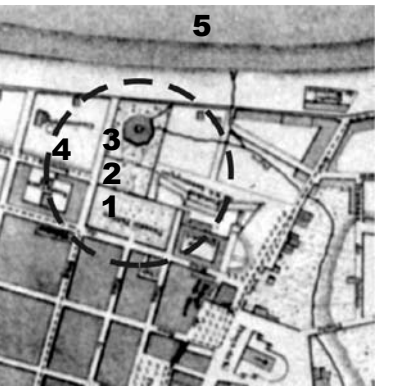


Figura 5 – Fortaleza
O Passeio Público com os três planos.
A. Herbster, Planta da Cidade da Fortaleza 1888
1. 1º. Plano
2. 2º Plano
3. 3º Plano e o lago
4. Gasômetro
5. Praia

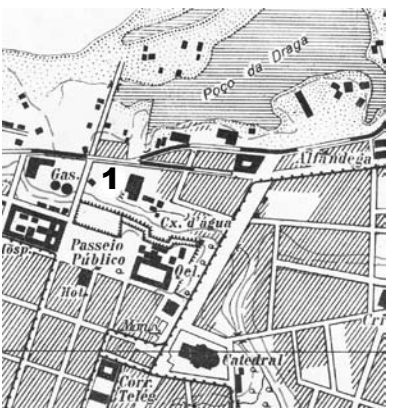


Figura 6 – Fortaleza
O Passeio Público com dois planos.
Mapa do Serviço Geográfico do Exército, 1945
Observar o desaparecimento do 3º. Plano, ocupado por 1. Usina da Light

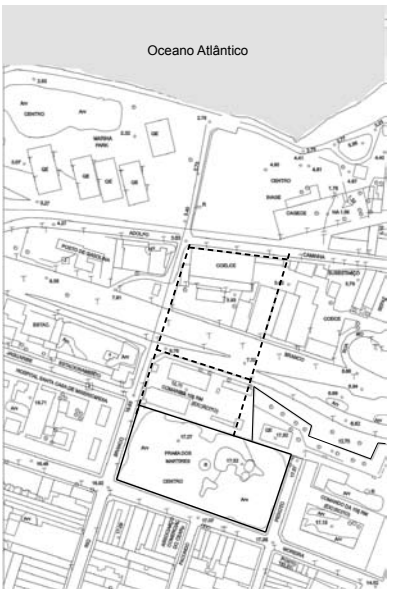


Figura 7 - Fortaleza – Passeio Público.
Planta Cadastral da Cidade, PMF, 2001-2002.

Em destaque - o atual Passeio Público
Em tracejado - os antigos 2º. e 3º. Planos

Observar a ocupação desordenada do solo, o afastamento do mar, por aterro, bem como a quantidade e dimensão das obras.

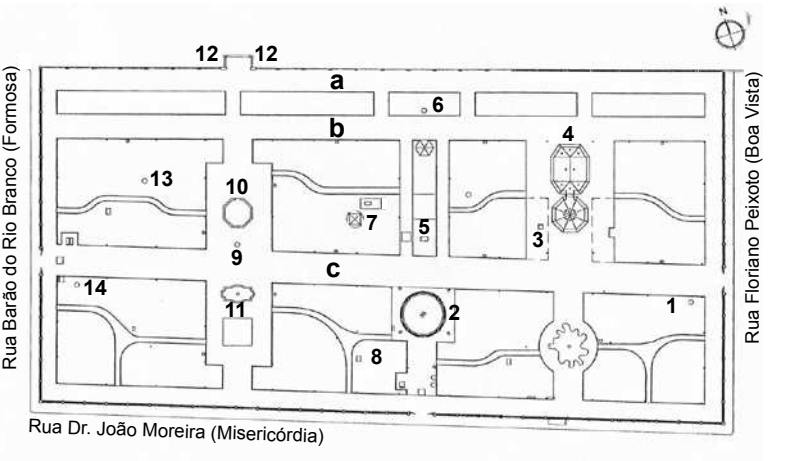


Figura 8 - Fortaleza – O Passeio Público atual, reduzido ao 1º. Plano
Planta PMF/IPHAN, 2009 - digitalizada e adaptada

a. Avenida Caio Prado; b. Avenida Carapinima; c. Avenida Mororó.

1. Vênus de Milo; 2. Tanque com repuxo e a pequena *baigneuse* no alto da coluna;
3. Vênus com Cupido; 4. Antigo "botequim do Amarílio"; 5. Lutador Borghese;
6. *Baigneuse* maior; 7. Caixa d'água nova, de ferro, com bomba Neide; 8. Baobá;
9. Deusa não identificada; 10. Coreto; 11. Menino com ganso; 12. Esfinges (descidas para o 2º. Plano); 13. Prometeu. 14. Pedestal remanescente (portava o Mercúrio).

Foto 1 - Netuno
(então no Parque da Liberdade)
Foto Coleção Nirez [s.d.]

Foto 2 - Mercúrio (desaparecido)
Foto Álbum, 1908

Foto 3 - Ceres (desaparecida)
Ao fundo, o coreto com o toldo.
Foto Álbum, 1908

Foto 4 - Gladiador
Foto F. Veloso, 2009

Foto 5 - Vênus de Milo
Foto F. Veloso, 2009

Foto 6 - Menino com um golfinho (Praça General Tibúrcio)
Foto F. Veloso, 2009

Foto 7 Menino com um ganso (Passeio Público)
Foto F. Veloso, 2009

Foto 8 - Deusa não identificada
(A *Diana (?)* de João Nogueira).
Foto F. Veloso, 2009

Foto 9 - Esfinges confrontantes
Foto F. Veloso, 2009

Foto 10 - *Baigneuse* **menor no alto da coluna do chafariz. Caixa d'água, ao fundo (demolida).**
Foto Álbum, 1908

Foto 11 - *Baigneuse* **menor no alto da coluna do chafariz na entrada**
Foto F. Veloso, 2009

Foto 12 - *Baigneuse* maior
(no tanque demolido)
Foto Album, 1908

Foto 13 - *Baigneuse* maior
Foto F. Veloso, 2009

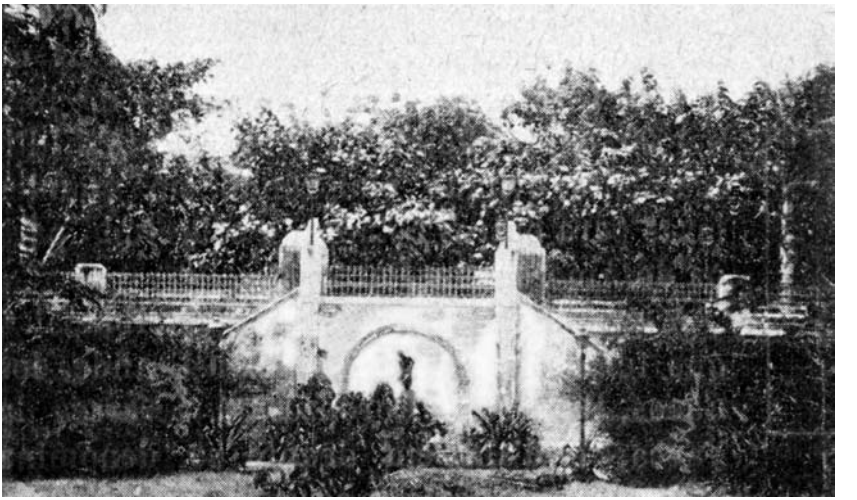


Foto 14 - Escadaria do 2º . plano.
Baigneuse, no tanque sob o arco, e as esfinges no alto.
Foto Coleção Nirez [sd]

Foto 15 - ***Baigneuse*****.**
Praça Marquês do Herval
(Praça José de Alencar)
Foto Álbum, 1908

Foto 16
"Paulo e Virginia"
(ainda no Passeio Público)
Foto: Coleção Nirez [sd]

Foto 17 - "Paulo e Virginia"
(no Parque da Liberdade)
Foto coleção do autor, 2009

Foto 18 - Prometeu
Foto F. Veloso, 2009

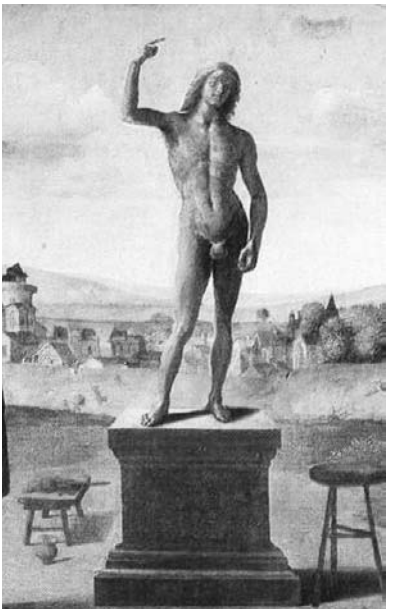


Foto 19 - Prometeu
Pintura de Piero di Cosimo
Alte Pinakothek, Munique

Foto 20 - Vênus com Cupido
Foto F. Veloso, 2009

Foto 21 - Vênus com Cupido
Ao fundo, o "botequim do Amarílio"
Foto Álbum, 1908

Foto 22 - Avenida Caio Prado
Ao fundo, a Santa Casa, antes da ampliação de 1914
Foto Álbum, 1908

Foto 23 - Avenida Caio Prado
Foto Álbum, 1908

Foto 24 - Avenida Mororó
À direita, Ceres. Observar a vegetação densa
Foto Álbum, 1908

Foto 25 - Avenida Carapinima
À direita, catavento e a coberta do Cassino
Foto Coleção Nirez [s..d]

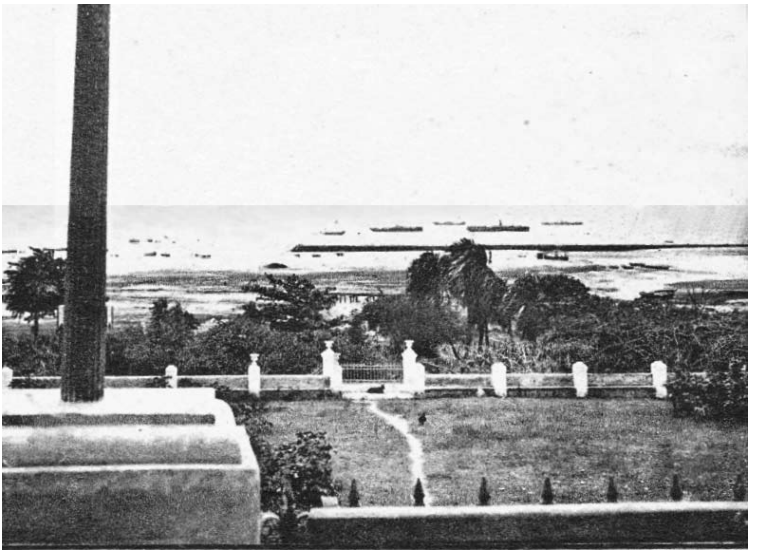


Foto 26 - O mar visto da Avenida Caio Prado em 1908
Por ordem de afastamento: Poste de combustor no 1º. Plano; 2º. Plano e a mureta de separação do 3º. Plano; Poço da Draga; Quebra-mar Hawkshaw; navios ao largo
Foto Álbum, 1908

Foto 27 - O mar visto da avenida Caio Prado em 2008
Foto F. Veloso, 2008

Foto 28 – Rua da Misericórdia
1. União Cearense; 2. Casa Liebmann; 3. Casa Mississipi;
4. Club Cearense (Hotel de France)
Foto Álbum, 1908

Foto 29 - Perda de arborização c. 1939
A arborização atual provém quase toda de replantio. Comparar o mesmo trecho com a figura 24
Foto Coleção Nirez, c.1939

Aspirações coletivas ou concessões do poder?

Logo após a Independência, em 1825, retomando ideias correntes na década anterior, o Presidente da Província, coronel Azevedo e Sá, em ofício, ordenava ao capitão-engenheiro João Bloem iniciar as obras de um Passeio Público, encarecendo: "Apenas V. Sª este receba faça tomar as precisas medidas para dar princípio à conclusão do Passeio Público, que vai fazer-se no caminho do Morro do Gravatá. Deus guarde a V. S ª. José Félix de Azevedo e Sá" (NOGUEIRA, 1954, p. 9-10).

O teor da ordem parece confuso, pois manda "dar principio à conclusão" de algo "que vai fazer-se". Talvez se referisse à elaboração de desenhos de um "passeio", ao que se presume, jamais ultimados. Assim se supõe, porque nada consta como documentação gráfica referente a qualquer passeio público fortalezense no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), embora se encontrem outros desenhos de Bloem executados no Ceará, fato explicável, pois, como militar, o projetista estava obrigado a apresentar os resultados de suas atividades a seus superiores.

Por outro lado, também se desconhece se o empreendimento de Azevedo Sá procuraria materializar a sugestão oferecida por Giraldes. Talvez buscasse outra solução, ocupando parte do terreno rampado mais próxima do local onde estava instalado o paiol da pólvora da fortaleza da Assunção, cuja posição, duas décadas antes, Barba Alardo já criticava. Em tal caso, constituiria uma extensão do espaço em que veio a ser implantado o atual Passeio Público. Essa hipótese, em sendo afirmativa, talvez quem sabe se implicaria o anseio de rasurar paisagisticamente o cenário onde ocorrera o fuzilamento dos revoltosos da Confederação do Equador, executados por pelotão comandado pelo próprio capitão Bloem, sob as vistas coniventes de Azevedo e Sá, em cumprimento de decisão autoritária e precipitada de Conrado Jacob Niemeyer.

O Passeio Público de Azevedo e Sá por certo não passaria de mero desejo de governante alheio à realidade. Fortaleza, elevada à categoria de cidade na ocasião, era muito pequena. As aspirações dos moradores em favor de práticas de lazer público seriam bastante limitadas.[13] Um

[13] Em *A Fortaleza de 1810*, João Brígido (1919: 189-243) procura reconstituir os modos de relacionamento social dos fortalezenses nos primeiros anos do Século XIX, ainda nos tempos de vila. Na lista de hábitos e folguedos referidos pelo cronista, observam-se fortes ligações com práticas correntes no período colonial.

"passeio público", naquele momento, por certo constituiria dádiva alheia às preocupações dos habitantes.

A urbanização do Largo do Palácio, modelo do futuro Passeio Público

Em meados do Século XIX, a expansão física da Cidade já começava a ganhar dimensões que exigiam a solução antecipada de futuros problemas. As iniciativas dos gestores da Província e do Munícipio não se cingiam, portanto, apenas aos aspectos materiais, mas transbordavam, envolvendo aspectos sociais da vida urbana. Deste modo se explicam as ideias constantes dos planos administrativos dos presidentes Inácio Correia de Vasconcelos (gestão entre 1844 e 1847) e Fausto Augusto de Aguiar (gestão entre 1848 e 1850), idéias que se rebatiam em projetos de intervenção ambiental.

A tentativa de introdução de um jardim ou parque, na Cidade, conquanto de área reduzida, logo se consubstanciou em obra patrocinada pelo presidente Coronel Inácio de Vasconcelos (1847: 20-21). Engenheiro militar, Vasconcelos fez implantar um "passeio público" no largo do Palácio (atual praça General Tibúrcio), provável primeira realização no campo do paisagismo fortalezense. Caracterizada pelo nivelamento do piso do logradouro, que apresentava caimento para o riacho Pajeú, a solução de Vasconcelos de certo modo reproduzia proposta análoga, que já havia sido aventada em projeto, aliás não executado, elaborado por Simões de Farias, cordeador da Câmara, em parceria com o construtor Brás Quintão (BEZERRA, 1905, p. 154). Farias, português de nascimento, já idoso à epoca, havia iniciado suas atividades como cordeador municipal sob a direção de Silva Paulet, a volta do ano distante de 1812.

Estudado o problema, Vasconcelos resolveu-o com a proposição de um aterro destinado a nivelar o logradouro, decisão de que resultou a instalação de uma praça estendida sobre amplo patamar, escorado por muro de arrimo levantado no alinhamento da rua de Baixo (Sena Madureira), como ainda hoje se vê.[14]

[14] Depois de nivelada, a praça recebeu poucas melhorias, apesar de nela erguido o monumento a Tibúrcio em 1888. Tratamento paisagístico compatível somente se verificou em 1914, quando da intendência de Ildefonso Albano.

A inovação de Vasconcelos logo influiu no partido adotado quando das obras iniciais de implantação do atual Passeio Público, aceita e assim determinada pelo presidente Fausto Aguiar, três anos depois:

> *Uma muralha que estendendo-se em frente do largo do Paiol desde a ponte da Fortaleza, até o logar onde se acha localizado o Hospital de Caridade* [Santa Casa de Misericórdia] *se tornará um bello passeio publico.* (AGUIAR,1850, p. 23).

Em ambos os casos, no largo do Paço e no largo do Paiol, o nivelamento do piso buscava o atendimento de medidas mais efetivas, destinadas a eliminar os efeitos da erosão, provocados pelas chuvas intensas em terrenos arenosos rampados. Ao mesmo tempo, interditava usos que colidissem com os preceitos higiênicos vigentes, à parte visar melhoramento de condições físicas em favor da apropriação social de um espaço público.

A viabilidade do projeto do atual Passeio Público todavia teve de esperar um pouco, visto somente se pôde concretizar depois que o Paiol da Pólvora da fortaleza da Assunção, localizado no logradouro, foi transferido em 1855 para o morro do Croatá. Na época, já parcialmente obstruído o descampado dos tempos de Giraldes, ainda havia restado um amplo espaço com vista para o mar, demarcado, a leste, pelo lado posterior do quartel da Fortaleza e, no lado ocidental, pela frente do Hospital da Caridade, a atual Santa Casa de Misericórdia.

Prosperidade e novos hábitos

Entre a seca geral de 1845, quando se iniciou a emigração para a Amazônia, e a grande seca de 1877-1879, transcorreram 32 anos sem que a Província conhecesse calamidades climáticas, embora convivesse com estiagens ocasionais e invernos irregulares. Nesse período, verificou-se perceptível progresso material, acompanhado de paralelo enriquecimento de alguns setores da população, em particular nos anos correspondentes à Guerra da Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), cujos estados sulinos forneciam algodão às indústrias britânicas de tecelagem. Suspensa a entrega do produto norte-americano e ante a insuficiência das remessas egípcias e de problemas ainda não resolvidos após a dominação da revolta dos Cipaios, na Índia, os importadores britânicos recorreram ao

Brasil, intensificando transações comerciais que beneficiaram sobremodo o Ceará, produtor de algodão de fibra longa. Pouco mais de um decênio depois de findo esse período de euforia, a vida da Província viu-se, porém, inesperada e fortemente abalada pela seca ocorrida entre 1877 e 1879 e também pela de 1888, não obstante logo encontrasse meios de recuperação relativamente rápida.

Na Capital, durante a grande seca, a se julgar pelos registros do cotidiano, as práticas sociais de certas camadas da população não se alteraram. Na verdade, os reflexos materiais da calamidade no âmbito fortalezense haviam sido amenizados tanto pela continuidade de abastecimento, efetuado por via marítima, como porque, durante os três anos de duração da seca, a presença dos flagelados, dez vezes superior à população urbana, ficara espalhada em instalações erguidas apressadamente nos arredores da Cidade.

As medidas drásticas de isolamento faziam-se necessárias para interditar a difusão de epidemias, medidas aliás ainda hoje aplicadas, conquanto mitigadas pelo progresso da ciência. Resultavam, portanto, precaríssimas as condições de sobrevivência dos retirantes, dada a absoluta impossibilidade de se encontrarem espaços que os pudessem conter na área urbanizada, ainda bem pequena. Assim, ficavam instalados num circuito exterior, em conjuntos de palhoças improvisadas, os "abarracamentos", cuja ocupação promíscua se agravava com a impossibilidade de oferta de trabalho a todos O isolamento em grupos, como dito, procurava interditar principalmente a propagação da varíola e do cólera, que dizimavam os flagelados, epidemias incontidas em face do alto número de infectados, mal assistidos, pois, na Província, os recursos médicos eram limitados e os quadros técnicos e administrativos reduzidos, face à magnitude dos problemas.[15]

Ainda assim, finda a grande seca de 1877-1879 e a de 1888, a população fortalezense não mostrou aumento sensível, talvez porque

[15] Em 1887, conforme censo efetuado pela Chefatura de Polícia, a Cidade contava com 19.281 moradores em sua área de ocupação contínua. Dez anos anos antes, quando foi deflagrada a seca em 1877, teria uns 15 mil e tantos habitantes. Na ocasião, cercada por flagelados, a Cidade logo viu sua população tornar-se dez vezes maior, distribuida em "abarracamentos", os quais, salvo um ou outro mais distante, ocupavam pontos na periferia urbana da Fortaleza de então, hoje situados nas expansões da zona central da Cidade. Como tentativa de quantificar as dimensões da tragédia, assinale-se que, antes da seca, o obtuário anual urbano fortalezense variava entre pouco mais de 600 e menos de 900 pessoas. Somente no ano de 1878, atingiu a cifra impressionante de 57.780 mortos! (STUDART, 1896, p. 253).

ou os flagelados sobreviventes retornaram ao interior ou emigraram em massa para a Amazônia, atraídos pelo fascínio enganador da obtenção de riqueza fácil, produzida pela exploração da borracha. De qualquer modo, sem ter sofrido impactos materiais e, de certo modo, pouco alterada a sua organização social, além de ajudada por fatores positivos, a Cidade logo superou os efeitos do cataclisma.

Na segunda metade do Século XIX, com mais força no quartel final, refletindo o processo em curso, Fortaleza assumiu rápida e definitivamente sua posição de hegemonia no contexto provincial. Absorveu novos hábitos e valores de vida urbana, ajustados não apenas à população em crescimento e à expansão edificatória, mas principalmente em decorrência da instalação de serviços vários, pertinentes ao conforto material. As inovações sobressaíam no campo das comunicações, pois a navegação a vapor e o telégrafo traziam com rapidez as notícias. Por sua vez, os equipamentos mecânicos transformavam os sistemas de produção, enquanto a iluminação a gás, os livros, as revistas, a fotografia influenciavam o pensamento, as artes, os paladares, as modas, os costumes. Os anos finais do Século XIX assistem a uma efervescência cultural, com matizes próprios, a mais significativa da história da Cidade.

Ante tal quadro, compreendem-se as mutações comportamentais dos setores mais abastados da população, sempre empenhados na absorção de novidades materiais e culturais trazidas da Corte fluminense ou diretamente da Europa, pelos navios britânicos da Red Cross e da Booth Line. Entre os novos modos de intercurso social, sem dúvida, encontrava-se o uso elegante dos espaços públicos - ruas, avenidas e parques, aspirações acalentadas pelos fortalezenses, mas atendidas com vagar, como o comprovam as obras demoradas de pavimentação das ruas e de implantação do Passeio Público.[16]

Os passos largos da Capital na senda do progresso não puderam ser acompanhados pelas comunas sertanejas, pequenas e empobrecidas. Desde então, inícia-se um distanciamento, hoje manifesto em escala desmedida.

[16] Nesse ciclo de novidades e mudanças, por um lado, prevaleceu a ação direta ou indireta da tecnologia e do capital britânicos e, por outro, a influência cultural francesa. A propósito desse relacionamento, ressalte-se que no inicio do último quartel do Século XIX a Cidade mantinha, entretanto, ligação marítima internacional, de passageiros e cargas, apenas com Liverpool e Lisboa, efetuadas pelos vapores da Liverpool and Northern Brazil Steamers, de Alfred Booth (depois Booth Line) e a Red Cross Line of Steamers.

Fase primeira das obras de implantação do Passeio Público

Não se sabe se por decisão própria ou com o objetivo de materializar as ideias dos governantes, Adolpho Herbster, "engenheiro da Província" e responsável pela Repartição de Obras Públicas, assinala haver executado o projeto de uma praça em área correspondente ao atual Passeio Público. Esta informação consta de ofício de 2 de setembro de 1857, dirigido ao Presidente da Província (cf. documentação pertinente, guardada no Arquivo Público do Estado), no qual presta contas das tarefas de elaboração de um levantamento gráfico do quartel da fortaleza da Assunção. No ofício, discorda dos desejos do comandante da guarnição militar, que pretendia construir um *sobrado que afeia e torna m^to. irregular a praça do Hospital, q com a construcção do caes* [muro de contenção] *q está sendo projectado* [pelo próprio Herbster] *se tornaria uma das melhores praças desta Capital*. E pede (...) *vista da planta da praça q' executei n'um dos cantos do dezenho*. Infelizmente, na prancha do levantamento elaborado por Herbster, preservada no Arquivo Histórico do Exército (Des. AHEx nº. 02.04.344), não consta qualquer desenho relativo à *praça*. O fato leva a supor que o projetista desistiu do intento ou deve ter apresentado seu plano em outra folha, hoje destruída ou extraviada. Oxalá, a última das hipóteses seja verdadeira e o desenho um dia venha a ser reencontrado.

Algum tempo depois, Herbster recebia novas ordens, agora do presidente José Bento da Cunha e Figueiredo Júnior (ofício de 05.02.1864), no sentido de providenciar:

> *l. gradeamento de ferro; 2. muro preciso para fechar o Passeio e o Jardim, no qual ficará compreendido o terreno que foi desapropriado a José Dias Macieira, para esgotamento do cano de esgoto; 3. os aterros necessários no dito terreno e nos outros que se mandaram desapropriar para o Jardim.* (NOGUEIRA, 1954, p. 11).

Não se sabe que terrenos ou trechos de terrenos José Bento da Cunha Figueiredo Júnior mandou desapropriar, medida sem dúvida necessária à execução dos serviços de expansão da área do parque.[17]

[17] Gustavo Barroso informa: "a parte em ladeira que descia até à praia do Maceió [Poço da Draga ?], foi somente cercada, constituindo uma espécie de pequeno sítio ou chácara, que a câmara municipal alugava a particulares par hortas e capinzais" (1962: 278). Na declaração de Barroso,

De qualquer modo, as ações solicitadas demonstram que, como o trecho resgatado com a mudança do paiol não satisfazia de todo os projetos governamentais, a área disponível deveria ser ampliada por meio de desapropriações, embora mantivessem a solução em aterro e insistissem no emprego de uma cerca de defesa do jardim. Na mesma oportunidade, Figueiredo Júnior autorizou a aquisição antecipada de estatuária para adorno dos jardins do Passeio, matéria adiante comentada.

O projeto previa, pois, o gradativo nivelamento da área originalmente em declive, aterro para cuja contenção foi erguido um muro de arrimo projetado por Adolpho Herbster, mas executado de modo lastimável por um construtor improvisado, como assinala o relatório do presidente da Província José Lafayette Rodrigues Pereira, datado de 1864: "Aquella muralha construída, infelizmente, sem a necessaria solidez para sustentar o aterro da plataforma está fendida em varios pontos e ameaça ruir". (1864: 36). "Completamente desaprumada", denuncia outro documento do mesmo governante (1868: 13).[18] Ainda assim, os trabalhos prosseguiram, o que levava o presidente Lafayette Rodrigues a declarar

> *Ainda não se acha concluído o passeio publico projectado no espaço entre a casa de Misericordia e o quartel da guarnição. (...) O nivelamento do primeiro plano foi contractado pelo preço de 2:841$320, a plantação de arvores pelo de 763$620, e o calçamento na rasão de 9$900 por braça quadrada. O nivellamento acha-se concluido, aceito e pago.*
>
> *Por conta do exercício passado 6:173$446*
> *" " " " " actual 3:969$286*
> *10:162$732*

permanece, entretanto, uma dúvida, pois, se os terrenos pertenciam à Câmara, como poderiam ser desapropriados? Desde começo do século XVIII, muitas glebas a oeste da fortaleza da Assunção, até a Barra do Ceará, haviam sido concedidas em sesmarias, inclusivamente a soldados. Talvez José Dias Macieira fosse hereu de algumas das velhas datas e seu terreno estivesse localizado em nível inferior, por onde deveria passar o "esgotamento do cano de esgoto", quer dizer, em terras dos futuros 2º. ou 3º. Planos do Passeio Público.

[18] Após nivelado o terreno em declive, que ia da Fortaleza à Cadeia Nova, mantiveram caimento original apenas as descidas para o mar, pelas ruas Formosa (Barão do Rio Branco) e da Amélia (Senador Pompeu). Funcionavam como rampas que conduziam às partes baixas, junto da praia, transformadas em lixeiras e pontos de despejo dos dejetos da Cidade. Desde aquela época, na fala dos fortalezenses, rampa e lixeira passaram a constituir sinônimos, tornando-se comuns expressões ainda hoje em voga, tais como "rampa de lixo", "o terreno de fulano é uma rampa", "ponha seu lixo bem longe: você pensa que a minha calçada é rampa?".

As obras, na ocasião restritas ao futuro 1º. plano, corriam com vagar, por certo entremeadas aos trabalhos de pavimentação das ruas circundantes, os quais se haviam prolongado por quase cinco anos, quando ficaram prontos, como assinalava o vice-presidente da Província, Sebastião Gonçalves da Silva em documento oficial datado de 16 de novembro de 1867: "Calçamento da praça da Misericórdia contratado com Francisco Luiz de Vasconcellos em 12 de janeiro de 1863, somente agora pode ser concluído" (1867: 7), quer dizer, quase quatro anos depois.

A arborização do Passeio, providenciada na época e favorecendo espécies da flora local ou adaptada, deveu-se a "um certo Barbosa, Engenheiro da Província", segundo informação colhida por João Nogueira (1954: 14).[19] Assim, tudo leva a crer que, nesse período, na parte mais alta, já consolidada, foi plantado pelo Senador Pompeu o sesquicentenário baobá do Passeio, com muda talvez vinda do Recife, onde já floresciam inúmeros espécimes trazidos da África.[20] Na mesma ocasião, efetuou-se o contrato da confecção dos portões e do gradil com o serralheiro alemão Henrique Erich, medida essencial para se manter a arborização do parque defendida da ação de animais soltos (PEREIRA [rel.],1864).

A interrupção das obras da primeira fase de aterro decorreu dos problemas na estabilidade do solo, já referidos, advindos da muralha de contenção imperfeita, a qual, apesar de "fendida" e "desprumada", além de condenada, foi mantida. Sua demolição ficaria muito cara[21],

---

[19] O engenheiro chamava-se João Eduardo Barbosa, como se lê no relatório do presidente Lafayette Rodrigues Pereira, enviado à Assembléia Provincial em 1º. de outubro de 1864: *Ao tomar conta da administração, achei as obras publicas provinciaes sob a direcção do engenheiro encarregado das* [obras] *geraes, 1º. tenente bacharel José Eduardo Barbosa, o qual tendo-se retirado para a côrte* (...). (1864: 34). Na época, a Escola Central [do Exército] formava engenheiros militares com estudos paralelos de engenharia civil, pois ainda não havia cursos dessa modalidade no País, somente criados em 1874. Na Escola Central, os alunos que haviam obtidos melhores notas recebiam o título de Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, como era o caso de Eduardo Barbosa e tantos outros seus contemporâneos.

[20] João Nogueira informa: *Um antigo "Baobá", oferecido pelo Senador Pompeu, figura entre as árvores do jardim. Aliás não é este o único exemplar desta gigantesca planta africana, na Fortaleza. Outro existe na chácara do Dr. Luiz Caracas, à Rua do Conde d'Eu, trazida pelo cel. Manuel Caetano de Gouveia, de honrada memória.* (1954: 14). Não apenas no Recife, mas também havia baobás em outras cidades brasileiras. Somente no Passeio Público do Rio de Janeiro, vê-se um conjunto de cinco dessas àrvores.

[21] Quando da recuperação física do Passeio (concluída em 1994), executada pela Superintendência Regional do IPHAN, com obras realizadas sob a direção do arquiteto Domingos Cruz Linheiro, as prospecções puseram à mostra o muro defeituoso escondido sob o atual piso do logradouro. Sobre esse muro foi lançada a avenida Carapinima.

principalmente pelo fato de desequilibrar o escoramento do aterro.A fim de contornar o problema, Herbster levantou sólido muro de arrimo um pouco mais à frente, paralelo ao defeituoso, do que resultou na ampliação da área aterrada, beneficiando o Passeio com maior largura. (cf. Docs. Repartição de Obras Públicas / APEC). A expansão deixou a antiga muralha escondida, enquanto a nova, construída corretamente, ainda hoje pode ser vista, resistindo ao tempo.

Partido de implantação do conjunto paisagístico

Previsto inicialmente o Passeio Público para se desenvolver em "dous planos" (RODRIGUES JR. [rel.], 1868: 13), a demora das obras redundou em um projeto paisagístico composto por três patamares, popularmente conhecidos por *planos*. O 1º. Plano, em posição elevada, na cota dos 17 metros sobre o nível do mar, densamente arborizado e iluminado a gás hidrogenado, estendia-se (e ainda se estende) da rua da Misericórdia (Dr. João Moreira) até o novo muro de arrimo, transformado em alameda de onde se descortinava esplêndida vista do mar. O 2º. Plano, situado uns seis metros mais baixo, podia ser divisado do alto do guarda-corpo da esplanada superior. No 3º. Plano, ainda mais abaixo, mas um pouco acima do nível do mar, foi escavado um lago artificial alimentado pelas águas do riacho Pajeú, onde "pela tarde e pelas noites de luar vogava-se, cantando. / As margens do lago eram revestidas de pedra vinda do Mucuripe; e bem ao centro, sobre uma coluna destas pedras, de tridente em punho, uma estátua de Netuno olhava e dominava o oceano." (Foto1) / "Completavam o aformoseamento do terceiro plano dois torreões encimados por zimbórios em estilo indu." (NOGUEIRA, 1954: 14).[22]

[22] Gustavo Barroso (1962: 278-9) fala que no "1º. plano", junto do "lago em piscina", havia "dois pavilhões em estilo oriental, que ornavam suas margens" (talvez por lapso de memória, no texto, Barroso inverteu a ordem dos "planos", pois, na verdade, aludia ao 3º. plano). Os torreões eram ditos em "estilo oriental" ou "indu", porque teriam arremates de cúpulas bulbosas, metálicas, pré-fabricadas, material importado. Desativado o 3º. plano para construção da usina termelétrica da Light, "o pobre do Netuno levado para o lago do Parque da Liberdade, depois Cidade das Crianças, passou a ameaçar com o tridente inútil as água doces da antiga lagoa do Garrote." Uma fotografia da coleção Nirez, concernente ao Parque da Liberdade, realmente, mostra o Netuno (figura 9), porém à margem do lago, em terra firme. Conquanto maior do que as demais, não ultrpassaria os dois metros de altura. A estátua de Netuno foi transferida para a avenida Beira-mar, onde já não mais se encontra. Certanente acabou destruída ou tomou rumo desconhecido.

A planta da cidade, elaborada em 1888 por Adolpho Herbster, oferece idéia do conjunto dos três "Planos", então já concluído, mostrando o lago. (Figura 4)

A implantação do Passeio Público fortalezense, tal como ocorreu em outras cidades brasileiras, resultou na criação de agradáveis ambientes paisagísticos, embora construídos artificialmente, nascidos de vigorosas intervenções físicas.[23] No caso local, deve-se, entretanto, relembrar que, após a remoção do paiol da Fortaleza para o morro do Croatá, a ampla gleba em declive somente se manteve não ocupada em decorrência dos cuidados de Adolpho Herbster, como se infere de sua correspondência remetida à administração provincial. Primeiro, quando procurou evitar que as obras de extensão do quartel da Fortaleza avançassem na área destinada ao futuro Passeio Público, dissuadindo as autoridades militares da edificação de um sobrado, "porq' afeia e torna mu^to^ irregular a praça do Hospital [futuro Passeio], q' com a construção do caes que está projectado, se tornaria uma das melhores praças désta Capital". Depois, quando projetou a nova muralha [o "caes"] de arrimo do aterro, já referida, obra que permitiu a expansão do atual 1º. plano do logradouro (cf. Relatórios da Repartição de Obras Públicas / APEC).

Aspirações de lazer

Ainda nos anos centrais da segunda metade dos oitocentos, talvez por falta de opções, constituía lazer preferido pelos fortalezenses passear ao entardecer na parede do açude do Pajeú, construído na primeira administração do Senador Alencar, hoje aterrado e transformado parcialmente em um pequeno parque que vai da esquina da rua Pinto Madeira com Visconde do Rio Branco até a avenida Dom Manuel. Anos depois, por certo já suspensos os passeios da população sobre a parede, o açude permaneceu como obra útil e necessária à Cidade, pois foi submetido a serviços de conservação em 1877-1878. Naqueles dias trágicos, a situação calamitosa exigiu a recomposição da pequena

[23] O Passeio Público ocupava aproximadamente uma área total de 23.420 m^2, isto é, 9.920 m^2 no 1º Plano, 4.500 m^2 no 2º Plano e 9.000m^2 no 3º Plano. O 1º Plano tem forma ligeiramente trapezoidal, pois a rua Dr. João Moreira não corta em ângulo rigorosamente reto as ruas Floriano Peixoto e Barão do Rio Branco. O trecho há de ter mantido o traçado do Caminho do Gravatá ou Passeio Público, de Giraldes, já concebido em 1810, portanto, anterior ao plano ortogonal de Silva Paulet, de 1812.

represa, fonte para abastecimento d'água, serviços pagos com verbas ditas de Socorro Publico, destinadas à execução de obras de emergência durante a terrivel seca.

De qualquer modo, deve-se lembrar de que ainda nos anos centrais do século XIX a Cidade não oferecia condições para espairecimento público elegante, fosse por falta de espaços adequados fosse pelas dificuldades de locomoção interpostas pelo imenso areal que se alastrava por ruas e praças, provocando o espanto dos visitantes

Em meados dos oitocentos, quando os problemas de acessibilidade urbana conheceram melhorias promovidas pela pavimentação das ruas, a sociabilidade da população passou a se desenvolver, traduzida com festas e recepções, todavia realizadas em ambientes residenciais. No 3º quartel do século, os encontros já ocorriam em clubes sociais, recintos também fechados, que estimulavam relações de grupos homogêneos. A mais importante dessas associações era o Club Cearense, fundado em 1867, que reunia as figuras de maior projeção social e econômica da Cidade.[24] O Club Cearense aparecia como uma espécie de braço diversional da Companhia União Cearense, formada em 1869 por acionistas nacionais e estrangeiros, integrantes do alto empresariado local. O clube e a companhia mantinham suas sedes na rua da Misericórdia (Dr. João Moreira), em frente do Passeio Público. O Club Cearense funcionava na esquina da rua da Palma (Major Facundo), mas no fim do século mudou-se para a sede da União Cearense, situada na esquina com a rua da Boa Vista (Floriano Peixoto) (ADERALDO, 1959, p. 335-6).

Em contraposição a esses nichos sociais, logo surgiu o Reform Club, em 1876 (GIRÃO, 1959, p. 238). Apesar de criado por rapazes empregados no comércio, reproduzia, talvez com intenção irônica, o nome de famosa instituição social inglesa, instalada em Pall Mall, via elegante de Londres. O Reform cearense tinha sede própria, todavia localizada em ponto já distante do Passeio (atual rua Barão do Rio Branco, 1321).[25]

---

[24] Consoante a própria associação divulgava, (...) *o Club Cearense Praça da Misericórdia / É destinado para bailes e partidas. Dá partidas todos os sabbados, e ha reunião todas as noites dos socios para a distração de jogos lícitos etc*. (ALMANAK, 1873: 388).

[25] Sobre clubes sociais fortalezenses, ver GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza***,** p. 228-245. O palacete Guarany, inaugurado em 1908, referido por Girão, onde funcionou por muitos anos o Clube dos Diários e sede da Associação Comercial, não tem origem francesa, como muitos o supunham. Foi projetado pelo tenente José Castelo Branco. (CASTRO, 1987: 220).

Além dos clubes diversionais, de frequência restrita, havia as associações religiosas e de benemerência,[26] à parte os locais de encontro, públicos ou de uso público, como as igrejas, os ocasionais espetáculos teatrais, as rodas de boticas, as bodegas, as feiras.

Lazer coletivo público

Os anseios em busca de espaços destinados ao lazer coletivo público, como visto, foram atendidos aos poucos, fruto de iniciativa de seguidos governos provinciais, uma vez que as obras do Passeio se arrastaram por uma década e meia, com adições e melhoramentos. Apesar das menções à frequência festiva, da população ainda assim os trabalhos do Passeio estavam inconclusos, como se depreende do testemunho do próprio João Nogueira, segundo o qual, apenas uma das três avenidas do Passeio ficara pronta: [27]

> *Pelos anos de 1882 demorou em nosso porto a corveta Paraense, cuja oficialidade, patinando com requintada elegância na avenida Mororó (única que então havia), fez furor. Foi a inveja dos rapazes e o deslumbramento das moças."* (1954: p. 15).

No transcorrer da década de 1880 foram executadas obras complementares de paisagismo, beneficiando os 2º e 3º Planos, situados em patamares inferiores, além da concluída e inaugurada a afamada avenida Caio Prado.

O testemunho de João Nogueira

Diante de tantas dúvidas e de mais dificuldades em desvendar os caminhos que conduziram à forma com que o Passeio Público passou à

[26] Os sócios do Club Cearense eram quase todos os mesmos acionistas da União Cearense e, também, os mesmos membros da Maçonaria (ALMANAK, 1873: 419-22), os mesmos irmãos das Irmandades da Santa Casa (1873: 391-4) e de São José (1873: 407-09), esta última, entidade católica, vinculada à Sé, esteio da Diocese...

[27] Em 1882, como se vê, partes significativas do Passeio já estavam prontas, tais como, a avenida Mororó e a alameda de acesso pela rua Major Facundo, bem como a arborização e os elementos ornamentais. Apesar dos fatos ora referidos, na verdade, jamais houve uma *inauguração* do Passeio Público. A palavra não aparece mencionada nos relatórios dos presidentes da Província nem em autores ou jornais da época, como *O Cearense*, orgão do Partido Liberal, na ocasião, folha oficial do governo.

posteridade, rareiam as possibilidades de se encontrarem informações documentais, hoje talvez perdidas ou dispersas em arquivos não organizados. Em vista do impasse, como solução, ao autor pareceu consequente acatar a opinião de João Nogueira, exposta em seus trabalhos, nos quais tanto recorre à documentação dos arquivos oficiais a que teve acesso, como se ampara, ao mesmo tempo, em sua própria memória e nos depoimentos de coevos. Reconhecido estudioso da cidade antiga, quer como engenheiro ou como cronista, suas notícias sobre o Passeio Público são fidedignas, não apenas pela honestidade do informante, mas também porque procedem do testemunho pessoal dos acontecimentos, pois, nascido em 1867, Nogueira pôde acompanhar as etapas de implantação do parque e seus dias posteriores, apreciadas com o rigor de técnico e desvelos de fortalezense apaixonado pela sua Cidade.[28]

A transcrição, embora parcial, de escritos de João Nogueira oferece ideia geral do seguimento das obras de implantação do Passeio Público e aponta o nome do verdadeiro responsável pela consecução dos trabalhos e dos eventos de animação popular.

> *Se não me engano, foi pelos anos de 1879 que o negociante Tito Antônio Rocha, português de nascimento, mas cearense pelo coração, tomou a si o encargo de transformar aquela praça cheia de areia em um logradouro público excelente.*
>
> *Para atrair o povo, e antes de começar os trabalhos, fez com que aos domingos, pela tarde, a música do 15º tocasse dentro do recinto e junto do portão que dava para a Misericórdia.*
>
> *Em Novembro desse mesmo ano de 79 abria ele o Passeio aos exercícios de* Skating-Rink *(patinação) a 200 rs. por hora, e prometia um prêmio de 20$000 ao vencedor da primeira corrida, que ali se fizesse.*
>
> *Esse bom cearense adotivo construiu uma avenida cimentada* [avenida Mororó] *ligando o portão que ficava em frente ao Quartel; o*

[28] João Franklin de Alencar Nogueira (Fortaleza, 1867 - Fortaleza, 1942) – "o noivo de Cidade", como o chamavam seus amigos - era engenheiro civil, diplomado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Filho do desembargador e historiador Paulino Nogueira Borges da Fonseca, herdou do pai as excelências morais, temperadas com uma bondade pessoal, quase humilde, adoçada no convívio cotidiano com os escalões subalternos de sua faina profisional. Morava na avenida Tristão Gonçalves, ao pé da Lagoinha, numa casa do lado do sol, hoje desaparecida, onde veio a falecer, casa localizada em quarteirão junto daquele onde o autor deste trabalho nasceu e se criou. Permanecem vivas, na memória do menino de então, lembranças da figura do vizinho amável, o "doutor Joãozinho", ora evocada com saudade, admiração e respeito.

> *tanque circular, em cujos bordos estavam lindos repuxos, e tendo ao centro a coluna que ainda ali se vê; e sobre quatro pedestais, fazendo corpo com as paredes do tanque, outros tantos jarrões, verdadeiras preciosidades por serem de legítima louça chinesa.*
>
> *Levantou uma torre para a caixa dágua, bem em frente à Rua da Palma* [Major Facundo] *construção de arquitetura admirável, ao tempo. O coreto da música e o botequim são obra sua, sendo que o primeiro tinha uma elegante coberta em forma de pirâmide. Retirou o gradil que havia do lado do mar e, com a área do antigo corredor, aumentou a do primeiro plano do Passeio.* (NOGUEIRA, J. ,1954, p. 12-3).

As informações de João Nogueira pormenorizam os passos do empreendimento e esclarecem muitos pontos obscuros. Subentendem que quase todo o prolongado período de obras voltou-se para a montagem da infraestrutura do futuro parque. Também fazem perceber que os trabalhos finais foram rápidos, iniciados em 1879, ano quando, entre outros melhoramentos, o Passeio ganhou iluminação a gás e o logradouro recebeu a denominação de praça dos Mártires. Ressalte-se, porém, que se o "coreto da música" e o "botequim" permanecem íntegros, a caixa d'água foi demolida e substituida por outra, metálica.

João Nogueira assinala com ênfase que a participação decidida de Tito Rocha fez o Passeio adquirir finalmente a aparência com que encantaria por mais de três décadas os seus frequentadores.

Antônio Tito Rocha, nome indissoluvelment ligado à história física e social do Passeio Público, o "cearense de coração", era um comerciante português, naturalizado brasileiro. Mantinha loja especializada em vendas de fazendas e roupas feitas, por atacado e no varejo, localizada na atual rua Barão do Rio Branco, em ponto próximo à praça do Ferreira, como revela anúncio da firma. (ALMANACK, 1873, p.s/n.).[29]

---

[29] TITO ROCHA & COMPa. 91 Rua Formosa 91

Armazem com fazendas de todas as qualidades e roupa feita, por atacado e a retalho.

Para homem – Camisas, ceroulas, collerinhos postiços, lenços de mão, meias, gravatas, camisas de meia flanellas, luvas etc. Para senhora – Camisas, calças, saias, mandriões [robes]*, camisinhas, meias, colletes, vestidos, luvas etc. Para crianças – Camisas, saias, meias, vestidinhos e enxovaes para baptizados. Finalmente doutros muitos objectos de gosto.*

CIDADE DA FORTALEZA

Quanto às obras de Tito Rocha no Passeio, entrevê-las nas fotos: nº 3 – coreto com toldo; nº 10 - tanque circular com repuxo e caixa d'água; nº 21 - botequim; nº 29 - Avenida Mororó.

Urbanizado e embelezado com jardins, espelhos d'água, repuxos e estátuas mitológicas, cópias do acervo de museus europeus, o Passeio Público reproduzia padrões materiais e práticas sociais de ambientes "civilizados". Entretanto, ressalte-se mais uma vez, naquele ano de 1879, quando se iniciou a ação pessoal de Tito Rocha, ainda prosseguia a tragédia da grande seca. Exatamente naquela ocasião, os trabalhos do Passeio foram retomados com intensidade, ou porque a rotina da vida dos fortalezenses não se alterara com a calamidade, ou porque a busca de prazeres procurava compensar, com alegria, convívio amável e música, o drama que cercava os habitantes da Cidade.

A propósito e em termos de música, se, por um lado, as fotografias e os relatos escritos testemunham e reconstituem a paisagem urbana dos velhos tempos, por outro lado, no escorrer de um século, de modo lamentável, a memória musical da cidade antiga - retretas, saraus, serenatas, ocasional música sacra (missas) ou cênica (burletas, *vaudevilles*), tudo praticamente desapareceu. Ao contrário de outras capitais do "Norte" (Belém, São Luís, Recife, Salvador), por longo tempo Fortaleza não dispôs de gráficas que imprimissem as composições locais. Por tal motivo, a produção da época, quase sempre escrita para violão, piano e bandas militares, ficou registrada em manuscritos, copiados artesanalmente, e com falhas. Dispersos, esquecidos pela mudança de gosto musical, perderam-se com o passar dos anos.[30]

Esculturas ornamentais

Modificações nos hábitos da população sempre redundaram em interesse ou desinteresse por determinados sítios urbanos. O aumento das dimensões da Cidade, conjuntamente com mutações nos modos de viver, impostas pelo fluir do tempo, diminuiriam a atração que o Passeio Público exercia sobre os fortalezenses. Apesar de hoje esquecido, ainda

[30] Na época, vale lembrar, não havia microfones nem alto-falantes, de sorte que a execução de música em espaços públicos competia às bandas militares, cujo repertório compunha-se de marchas, dobrados, polcas, valsas, fragmentos de músicas eruditas. Da produção do período, Edigar de Alencar (Fortaleza, 1901 - Rio de Janeiro, 1993), historiador da música popular brasileira, conseguiu reunir razoável acervo em *A modinha cearense*, livro voltado para composições cantadas, registro de letras brejeiras ou impregnadas do lirismo ingênuo das serenatas. Quanto às dificuldades deparadas na consecução do livro, o pesquisador depõe: *Empreguei esforços durante vários anos para juntar alguma coisa. Pode-se avaliar o que foi essa luta. Depois de conseguir os poemas, como descobrir as melodias? Mas afinal obtive alguma coisa*. (1966: 13).

assim, os efeitos do abandono se evidenciam mais no campo social do que nos aspectos físicos do logradouro. A assertiva pode ser comprovada pela apreciação comparativa do estado atual do logradouro com as fotografias incluídas no *Album de Vistas do Ceará*, editado pela Casa Boris em 1908, ou com o texto descritivo do Passeio antigo, publicado por João Nogueira em 1933 e ampliado em 1939.

No cotejo das fotografias do *Album* e da descrição de João Nogueira com o que se vê presentemente no Passeio, sem dúvida, há muitas diferenças físicas, mas observa-se a manutenção dos elementos fundamentais do partido paisagístico adotado e da ornamentação instalada há mais de um século. Assim, ainda se conservam as três famosas avenidas, o tanque circular com repuxo, o baobá, o coreto da música (hoje, sem "a elegante coberta em forma de pirâmide" em toldo), o "botequim",[31] bem como as grades originais da avenida Caio Prado (as grades externas do Passeio são novas, mas semelhantes às antigas). Também permanecem algumas das estátuas importadas, que se tornaram elementos escultóricos característicos dos jardins e cuja origem e identificação, é pena, ainda não puderam ser de todo esclarecidas.

Restam, pois, vários marcos dos tempos áureos do Passeio, embora a arborização já não se mostre tão densa igual à de antigamente, como o demonstra a comparação das fotografias do *Album de Vistas do Ceará*, de 1908, com as de épocas mais recentes ou atuais.

A aquisição das esculturas

A ornamentação de jardins com estátuária remonta à antiguidade. Os compromissos renascentistas e de épocas posteriores com a cultura greco-romana redundaram na valorização da temática mitológica, embora no Século XIX despertassem atração as representações alegóricas, muitas vezes envolvidas por apelos da moral burguesa.

A primeira encomenda de estátuas para o Passeio Público foi feita, segundo João Nogueira, "por conta do Cofre Provincial". Ocorreu em

[31] Arapucas da semântica: Botequim era palavra outrora usual e digna ("Botequim do Theatro " [José de Alencar], lê-se nos jornais da época). Ganhou referências sociais depreciativas após a ampla acolhida do vocábulo inglês *bar*, difundido no Brasil por influência do cinema americano. Botequim procede do grego *apotheke*. É irmão de botica, bodega e boutique... (HOUAISS & VILLAR, 2001, p. 475, 497, 498, 535). Observar trechos do "botequim" nos fundos da foto 31.

15 janeiro de 1864, conforme correspondência dirigida a Henrique M. Brum pelo já referido presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, quando ainda do início das obras de implantação do parque:

> *Oito (8) estatuas de vulto natural, de pedra artificial moldada, representando as 4 estações do ano e 4 divindades alegóricas como a Fé, a Esperança, o Trabalho, a Inocência ou então Vênus, Diana, Mercúrio, Baco e Hebe; 50 vasos e jarros para flores também de pedra artificial moldados de diversas formas".* (1954: 10).

Pouco tempo antes, o Campo das Princesas, no Recife, havia recebido tratamento paisagístico valorizado com peças alegóricas e cópias de estatuária greco-romana. Como o presidente José Bento era pernambucano, o fato pode explicar o interesse em dar ao Passeio Público fortalezense aparência semelhante aos jardins de sua terra.

A solicitação deve, porém, ter sido cancelada, levando-se em conta não haver notícias do recebimento, nem das esculturas alegóricas, que representavam as virtudes e as estações do ano, nem outras peças, propostas como alternativa à aquisição de figuras mitológicas. Por outro lado, a maneira concisa do pedido governamental, sem especificações, faz presumir que, no todo ou em parte, as esculturas, ainda hoje vistas no Passeio, dificilmente seriam aquelas relacionadas pela presidência da Província: "Não temos notícias de que os 21 vultos encomendados pelo Presidente José Bento tenham chegado à Fortaleza", assegura João Nogueira (1954: p. 14).

Muitas têm sido as dificuldades deparadas na obtenção de esclarecimentos precisos quanto à origem da estatuária do Passeio, provavelmente adquirida em datas diversas. Se a encomenda do presidente Bento Figueiredo remontava a 1864, anos depois, já inaugurados quase todos os recantos do Passeio, "em fevereiro de 1881, tem autorização o pagamento de Rs.303$340 a Boris Frères, pela compra de duas estátuas para o Passeio Público", afirma Raimundo de Meneses, sem identificar as peças. (1977: p. 65-6). É provável que as demais ou quase todas as esculturas tenham sido compradas por volta de 1880, quando o Passeio ganhou condições de funcionamento, tendo como intermediária a mesma poderosa firma franco-cearense, então encarregada de todas as transações de vulto realizadas pela Província com praças da Europa. Os registros das aquisições por certo constariam (ou constam) dos arquivos

da empresa, os quais, cedidos ao Estado há algum tempo, continuam não organizados.

A estatuária do Passeio em 1939

Diante de tantas dúvidas, melhor pareceria esquecer as buscas das origens da estatuária e apeciar o acervo escultórico remanescente, composto ainda por quase todas as peças listadas por João Nogueira (em 31.8.1939), ora transcritas (1954: p. 13-4):

> *A ornamentação do Passeio consta de estátuas e figuras que se contam, entrando pelo portão da Rua Formosa:*
> *01. Prometeu, apontando para o céu;*
> *02. Mercúrio;*
> *03. Menino montado em um golfinho;*
> *04. Estátuas (De Ceres?) na Avenida Mororó;*
> *05. Estátua conhecida por Gladiador desde os tempos de Tito Rocha, mas que à falta de escudo, da espada e do capacete que os gladiadores exibiam na arena, mais parece representar um atleta grego ou romano empenhado em qualquer jogo;*
> *06. Uma deusa (Venus?)confronte à morada do Sr. R. Liebmann.*
> *07. Venus de Milo - Avenida Mororó no extremo fronteiro ao Quartel;*
> *08. Diana (?);*
> *09. Venus e Cupido (?) junto ao botequim do Amarílio;*
> *10. Duas esfinges guardando a escada que desce para o 2º plano;*
> *11. A famosa "Jia do Passeio" . Sapo de louça grande e horrível.*

Tentativas de estudo das obras relacionadas por João Nogueira pedem que o acervo seja ser examinado segundo:

- peças agrupadas conforme os materiais empregados e as técnicas de execução;
- peças identificadas ou não identificadas (quer dizer, reconhecimento dos respectivos originais, com os seus valores estéticos e simbólicos);
- peças remanescentes ou desaparecidas;

A ordem de itens acima não passa de uma sugestão para análise, pois ocorre mistura dos enunciados. No concernente ao vulto das escul-

turas, pode-se adiantar que todas são cópias em dimensão bem menor que os originais conhecidos. Quanto aos materiais empregados, umas foram executadas com ”pedra artificial moldada” e outras, com ferro fundido. Entre estas últimas, algumas podem ter a origem comprovada, por trazerem a marca da firma de fundição estampada em ponto discreto.

Dificuldades de identificação de algumas esculturas

As representações escultóricas e pictóricas dos deuses greco-romanos buscavam semelhança com a descrição física das divindades representadas, acrescidas dos chamados atributos, isto é, indicações simbólicas específicas.[32] As representações todavia modificaram-se com o tempo e também de acordo com os lugares, sujeitas a variações dos poderes atribuídos aos deuses. Além do mais, conheceram compreensíveis mutações e adaptações ocorridas no culto em Roma, após a absorção do panteon grego.

Diante de tantas dificuldades deparadas, tendo em vista os poucos ou nenhuns atributos exibidos, várias esculturas do Passeio tiveram a identificação posta sob interrogação pelo próprio João Nogueira, coincidentemente, todas referindo figuras femininas.

As dúvidas se agravam porque tanto se desconhecem os originais das cópias, com o quais pudessem ser comparadas, bem como porque muitos dos atributos nas peças subsistentes não ficam cabalmente explícitos. Mais difícil se torna a identificação quando se analisam as fotografias antigas de peças desaparecidas, que perderam a nitidez.

Obras desaparecidas

Algumas esculturas vistas no *Album* de 1908 já não constam da lista de João Nogueira. Por sua vez, da mesma lista, num confronto com

[32] Explica o Diccionario de Rodrigues: *ATTRIBUTOS, s.m. pl. do latim symbola, fr. attribut, it. attributo, ing. attribute, (pint., esculp. e archit.) symbolos destinados a mostrar o caracter e officios das divindades da fabula, e dos heroes da antiguidadade, e a personalisar os seres moraes: assim a aguia e o raio eram os attributos de Jupiter, o tridente o de Neptuno etc. Entre os egypcios e outros povos todas as divindades tinham sceptro e emblemas proprios* (1875: 65). A hagiografia cristã herdou os sistemas greco-romanos de representação por símbolos, aplicado posteriormente às imagens dos santos.

o estado atual do Passeio, faltam mais peças. Mencionadas por João Nogueira e hoje desaparecidas, estão as esculturas *02. Mercurio*, *06 Uma deusa (Vênus)* e *11. A famosa "Jia do Passeio"*. Esta última e mais os "jarrões de procelana chinesa", obras de adorno, sem dúvida, sumiram por furto. Na citação *06. Uma deusa (Vênus)*, João Nogueira pode ter-se confundido com outra escultura, ainda remanescente.

Da estátua de Mercúrio, restou apenas o pedestal vazio, à direita de quem entra na Avenida Mororó, pela rua Barão do Rio Branco (Foto 2). Em decorrência da instabilidade da figura, unicamente apoiada na ponta do pé esquerdo, talvez se tenha despedaçado por ocasião de algum trabalho realizado no parque. A fim de conferir estabilidade e rigidez, algumas esculturas recebiam vergalhões internos de ferro, mais do que necessários no caso do *Mercúrio*.[33]

Entre as peças também desaparecidas, aliás mencionada com interrogação por João Nogueira, consta uma *4. Estátua (De Ceres?)*. Trata-se de alusão feita pelo historiador a uma escultura, a qual pode ser identificada por meio das fotografias incluídas no *Album de Vistas do Ceará*, de 1908. Ceres, versão romana da Deméter grega, deusa serena, de vocação maternal, era a protetora da agricultura. Trajando longo vestido, às vezes com véu sobre a cabeça, mostrava, como atributos, o cetro, a espiga, a tocha. Apesar da falta de nitidez da fotografia antiga, que impede se aprecie com a necessária clareza a escultura exibida, vê-se uma figura feminina trajada com severidade, trazendo às mãos algo que se supõe uma cornucópia ou uma braçada de frutos e ramos. (Foto 3)

Ainda no item dos desaparecimentos, ou melhor, dos supostos desaparecimentos, registre-se fato curioso verificado com *03. O Menino montado num golfinho*, mencionado por João Nogueira. Peça de pequeno vulto, em ferro fundido, sumiu do Passeio, mas se encontra hoje meio escondida nos jardins da praça General Tibúrcio!... (Foto 6). Em seu lugar, no Passeio Público, foi posto um *Menino com um ganso*, também de ferro fundido, tema explorado pela arte helenística (Foto 7). Não se

[33] Fotografias antigas do Passeio mostram o desaparecido *Mercúrio alçando vôo*, cópia de obra do escultor Jean de Boulogne, mais conhecido como Gianbologna (1524-1608), maneirista francês, radicado na Itália. A peça, cujo original pertence ao Bargello, em Florença, teria inspirado os coreógrafos italianos do século XVIII na criação de um dos passos de ballet, conhecido por *arabesque*.

sabe se o cronista incorreu em engano, o que parece difícil ou se, entre a data da crônica (1939) e os dias atuais, as esculturas simplesmente trocaram de jardim! Esta última hipótese, é a mais provável.

Fotografias antigas mostram uma dupla juvenil, conhecida pelos frequentadores do Passeio como *Paulo e Virginia* (Foto 16), alusão a personagens do romance homônimo de Bernardin de Saint-Pierre. A denominação seria indevida, pois se trata de obra de terracota, de fabricação milanesa, que mostra uma dupla de pequenos camponeses descalços, talvez irmã e irmão, embevecidos com algum achado. As fotos antigas do Passeio fazem perceber que a peça era colorida, porém, mudada para o Parque da Liberdade (Cidade da Criança), acha-se hoje pintada à imitação de ferro ou bronze...[34] (Foto 17).

As *baigneuses*

A referência feita por João Nogueira a *6. Uma deusa (Venus?) confronte à morada do Sr. R. Liebmann* não parece muito clara, seja pela localização, seja pela identificação. Como a casa Liebmann conserva-se em perfeito estado (rua Dr. João Moreira nº 163), pode ser tomada como referência para a pesquisa. Em frente da casa, nos jardins do Passeio, ainda se vê um tanque, mas cujo centro se mantém vazio.

Em tal passo, uma pergunta se impõe: será que em 1939, quando João Nogueira fez sua descrição, estaria a escultura de *Uma deusa (Vênus)* temporariamente no tanque fronteiro à casa Liebmann? Nas fotografias do *Album de Vistas do Ceará* aparece uma figura feminina, entretanto, emersa de outro tanque, hoje desaparecido, que havia junto do coreto (Foto 12), portanto, localizado bem mais ao poente, longe da casa Liebmann. Desfeito esse tanque, a escultura hoje se encontra em ponto

[34] Essa escultura italiana, de clara feição oitocentista, aparece, muito reduzida, no *Álbum de Vistas do Ceará*, de 1908, mas não consta da relação elaborada por João Nogueira em 1939, decerto porque na ocasião, conjuntamente com o Netuno, já não estava no Passeio. A procedência, gravada no plinto da peça, de certo modo alheia aos velhos vínculos culturais da Cidade com a França, leva à suposição de que pode ter sido presenteada por algum membro do pequeno grupo de italianos radicados no Ceará. No Parque da Liberdade, a escultura veio a ocupar o pedestal do já mencionado Netuno, após este ser transferido para a avenida Beira-mar. No que se refere às outras duas peças que mudaram de lugar, tanto o *Menino montado num golfinho* como o *Menino com um ganso* não trazem a marca dos fabricantes estampada à vista.

situado entre as avenidas Carapinima e Caio Prado, no eixo transversal do Passeio, traçado em continuação à rua Major Facundo. (Foto 13)

Ainda que seja essa escultura aquela vista por João Nogueira em frente à casa Liebmann, deve-se esclarecer que a peça não representaria propriamente uma deusa. De fato, trata-se de uma *baigneuse*, jovem que sai do banho e se enxuga, mal envolvida por uma toalha. Essa *baigneuse* do Passeio é cópia em ferro fundido de conhecida obra de Christopher Allegrain (1710-1790), cujo original, de dimensões muitíssimo maiores, em mármore, integra o acervo do Museu do Louvre, em Paris. Na graça distraída da figura feminina transparece discreta sensualidade, tradução refinada da arte ambígua da corte de Luís XV, sonsa e libertina, da qual a obra de Allegrain foi lídima representante.

A escultura traz estampada a marca das fundições francesas de Val d'Osne, a mesma aposta nas esculturas animalísticas da praça General Tibúrcio, também de ferro fundido, estas entretanto adquiridas um bom tempo depois, em 1914, pelo intendente Ildefonso Albano, quando foram realizadas as obras de paisagismo, felizmente mantidas.

Curiosamente, há uma segunda cópia da mesma *baigneuse*, em vulto menor e também de ferro fundido, encimando a coluna que se ergue no centro do "tanque circular com repuxo", lançado à entrada do Passeio, pela rua Major Facundo, tanque e repuxo devidos a Tito Rocha. (Fotos 10 e 11)

Da mesma *baigneuse*, mais uma terceira cópia aparece em fotografias antigas, peça que adornava um tanque situado no 2º. Plano do Passeio, localizado entre os dois lanços das escadas que desciam da avenda Caio Prado.[35] (Foto 14)

A propósito dessa peça, Gustavo Barroso, nascido e criado às ilhargas do Passeio, contemporâneo dos dias áureos do logradouro, presta informações que não revisou. Assim, em crônica intitulada *O Netuno de água doce* (1962, p. 277-80), dedicada ao Passeio Público, cita a *bai-*

[35] Como mostra o *Álbum de Vistas do Ceará*, havia na Cidade ainda mais outra cópia da mesma *baigneuse*, aposta nos jardins da praça Marquês de Herval (atual praça José de Alencar), inaugurados em 1903! (Foto 15). Não se sabe se essa escultura teria sido removida posteriormente para o Passeio Público (colocada no tanque, ao pé da escadaria do 2º. plano) e nem se tem notícia que fim lhe deram. A *baigneuse* de Allegrain é uma das obras mais reproduzidas da estatuária francesa. Miniaturas da escultura famosa, em mármore, bronze, ferro fundido ou de gesso ainda hoje são facilmente adquiridas em lojas de decoração que negociam peças "de estilo".

gneuse, porém de modo equivocado: *O Segundo Plano teve* (...) *a Diana no Banho, de Jean Goujon, mirando-se no espelho dum tanque* (1962: 279). Jean Goujon (1510-1564), escultor maneirista francês, da corte de Henrique II, realmente esculpiu uma Diana, peça que absolutamente em nada se assemelha à *baigneuse* do Passeio. A Diana de Goujon aparece nua, sentada no chão, com a mão direita sobre o dorso de um cervo, e com a esquerda, empunhando um arco. Outras obras de Goujon, quase todas agregadas à Arquitetura e em posturas formais, dificilmente poderiam ser copiadas.[36]

Esculturas remanescentes identificadas

Três das esculturas nominadas por João Nogueira como *01. Prometeu*, *05. Gladiador* e 07. *Vênus de Milo*, remanescem no Passeio, peças sobre as quais se alinham alguns comentários.

Sobre a *Vênus de Milo*, praticamente nada resta a dizer, pois se trata de cópia de conhecidíssima obra de estatuária grega, mármore de autor discutido, descoberta na ilha de Milos em 1830 e integrante do acervo do Louvre. Embora se trate de produção helenística, mostra enganosamente a beleza idealizada, a serenidade e a calma das obras do Século V A.C., período clássico da arte grega. Poucas peças escultóricas foram tão reproduzidas, em tamanho natural e em escala reduzida, como a Vênus de Milo. A versão do Passeio Público (Foto 5), em pedra artificial, mantém-se em razoável estado de conservação, facilitada pela própria forma maciça da escultura.

Quanto ao *Prometeu, apontando para o céu*, vale registrar que, apesar dos esforços, o autor deste trabalho não conseguiu descobrir de que original erudito teria sido extraída a cópia da estátua, aliás, sempre referida nos escritos sobre o Passeio como *Prometeu* e cuja aparência esbelta e descontraída mais se assemelha a um Apolo. De acordo com a mitologia grega, Prometeu havia moldado o homem mas faltava dar-lhe

[36] O ambiente político, religioso e artistico da França quinhentista, em que Goujon viveu, de modo algum poderia relacionar-se com o cotidiano da corte de Luís XV, dos tempos de Allegrain. Em 1559, a rainha Catarina de Médicis, por morte de Henrique II, seu marido, assumiu o trono como regente. De imediato, destituiu a amante do rei, a famosa e formosa Diana de Poitiers, talvez modelo da escultura, e perseguiu os protestantes. Goujon, que era huguenote, caindo em desgraça, refugiou-se na Itália, onde veio a falecer.

o fogo, elemento essencial de transformação da natureza. Tentou furtá-lo a Zeus, este porém, cônscio dos poderes de que as criaturas humanas passariam a dispor, puniu Prometeu, condenando-o ao suplício de ter o fígado arrancado aos poucos por uma águia. Decepcionado por não haver conseguido identificar o original da escultura, o autor deste trabalho sentiu-se porém mais tranquilo quando se lembrou de que, em um dos quadros da série intitulada *O mito de Prometeu*, da autoria do pintor Piero di Cosimo, a figura central da composição (Fotos 18 e 19) muito se assemelha à estátua do Passeio.[37]

05. Estátua conhecida por Gladiador. Na verdade, a denominação tradicionalmente aplicada à peça é *Gladiador Borghese*, embora talvez se trate de um atleta ou lutador, que teria uma faca ou punhal na mão (Foto 4). A obra vista no Passeio, "em pedra artificial", é cópia reduzida de um mármore de Agasias de Éfeso, escultor grego do período helenístico, por sua vez, provável cópia de original em bronze, da autoria de Lísipo.[38]

Esculturas remanescentes não identificadas devidamente

Da lista de João Nogueira, constam mais duas estátuas femininas. Uma delas aparece mencionada como *09. Venus e Cupido (?) junto do botequim do Amarílio*. A referência procede, pois a deusa, aliás, ainda mantida no mesmo ponto, junto do "botequim", tem aos pés a figura alada de Cupido, com sua aljava carregada de setas, localização e atributos que indicam tratar-se da escultura referida por João Nogueira. Os comentários do autor deste trabalho se resumem todavia às informações do cronista, visto, infelizmente, não ter ainda conseguido identificar que original serviu de modelo à cópia do Passeio, também executada em "pedra artificial" (Fotos 20 e 21).

[37] A parecença do gesto da escultura com o da figura do quadro justificaria o nome da peça, a qual seria provável versão maneirista da pintura. Piero di Lorenzo, dito Piero di Còsimo (1462-1521), florentino, é conhecido nome da arte renascentista italiana. O quadro ora referido, pintado em 1500, pertence à Alte Pinakothek de Munique.

[38] Diz-se *Gladiador Borghese* porque a escultura de Agasias foi adquirida por Napoleão na Itália, à família Borghese, e remetida para o Museu do Louvre. O imperador relacionava-se com a família Borghese, pois sua irmã, a bela e trêfega Paulina Bonaparte (1780-1825), casou-se com o príncipe Camillo Borghese.

Na lista de João Nogueira, resta uma estátua por identificar, aquela que o cronista supôs representar *08 Diana (?)*. Por exclusões sucessivas, o exame recai numa peça, até agora não considerada, embora surjam dificuldades de comprovação da hipótese. Diana, deusa da caça e, ao mesmo tempo, virgem protetora da natureza e da vida, ora aparece com arco e flecha à mão, ora acompanhada de pequenos animais. A estátua do Passeio (Foto 8), de "pedra artifical moldada", poderia ser aquela referida com interrogação por João Nogueira, mas se deve ter em conta que a peça não mostra quaisquer dos atributos portados pela deusa Diana. Assim, resulta praticamente impossível identificar a escultura, que mostra, aos pés, apenas uma folha de acanto estilizada.[39]

Entre as peças remanescentes identificadas, Nogueira, por qualquer razão, deixou de assinalar as duas pequenas esfinges confrontantes, localizadas na avenida Caio Prado. Feitas de "pedra artifical", marcavam a descida da escada que levava ao 2º. Plano. Ambas ainda podem ser vistas no mesmo ponto onde as instalaram, todavia hoje sem as funções sígnicas, de "convite", que lhes eram atribuídas, pois a escada foi demolida (Foto 9).

Insistência no tema das peças escolhidas

Como visto, na relação formulada em 1864 pelo presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, a preferência, no campo mitológico, recaía em Vênus, Diana, Mercúrio, Baco e Hebe. As esculturas de Vênus, Diana (sob interrogação) e Mercúrio constam da lista de esculturas formulada por João Nogueira em 1939. Deve-se, porém, consignar que em fotografias antigas do parque aparecem peças que lembrariam Hebe e Baco, embora mal entrevistas e, portanto, sem possibilidades de confirmação. Visto o próprio João Nogueira acreditar que jamais foi recebida a primeira encomenda de esculturas,

[39] Para ilustração do trabalho, quase sempre foram reproduzidas fotos apresentadas no *Album de Vistas do Ceará*, de 1908 (referidas como *Foto Álbum, 1908*). Outras fotos integram a Coleção Nirez. Quanto às esculturas remanescentes no Passeio, houve preferência por fazer fotos contemporâneas, tarefa gentilmente executada pelo arquiteto Francisco Augusto Sales Veloso, a quem o autor agradece penhorado. Os mesmos reconhecimentos se estendem a Miguel Ângelo Azevedo (Nirez). Duas outras fotos, sem referências, integram as coleções do autor. No preparo da documentação cartográfica do Passeio, formulam-se agradecimentos ao arquiteto Alexandre José Martins Jacó, da 4ª. SR do IPHAN, pela ajuda valiosa.

feita pelo presidente Figueiredo Júnior, a recorrência das mesmas figuras mitológicas em posteriores aquisições deve constituir mera coincidência, salvo se a relação inicial foi novamente retomada.

Cópias de obras de arte

Cópias de obras de arte remontam a épocas longínquas. Boa parte da estatuária grega seria desconhecida se não tivesse sido reproduzida em mármore ou fundida em bronze pelos romanos. Acresça-se que desde o Renascimento, muitas instituições de ensino artístico passaram a utilizar métodos de iniciação apoiados na execução de cópias de obras célebres. Ressalte-se também que, por cautela, espaços abertos de muitas cidades, sujeitos à intempérie, exibem cópias de esculturas, em vez dos originais, que ficam resguardados em museus.

No transcorrer do século XIX, a fim de atender aos anseios de uma sociedade burguesa em ascensão e em busca de inclusão cultural, multiplicaram-se os processos de reprodução de obras de arte, assestando novos objetivos e recorrendo a novas técnicas.[40] Reproduções de obras de arte consagradas conquistaram espaços públicos e privados, com o intuito de os nobilitar. Foi este o caso do Passeio Público fortalezense, palco elegante montado para fruição de novos modos de afirmação cultural.

Frequência e frequentadores do Passeio Público

O areal baldio do antigo largo do Paiol[41] transformou-se em logradouro seguidamente conhecido por denominações tais como largo da

[40] Esclarece Walter Benjamin, ao tratar da reprodução e consequente dessacralização das obras de arte: *A obra de arte, por princípio, foi sempre suscetível de reprodução. O que alguns homens fizeram podia ser feito por outros. (...) As técnicas de reprodução são, todavia, um fenômeno novo, que nasceu e se desenvolveu no curso da história, mediante saltos sucessivos, separados por longos intervalos, mas num ritmo cada vez mais rápido.* (1975: p. 11).

[41] No antigo largo do Paiol esteve ocasionalmente erguida a forca. Quanto às referências ao Passeio, como palco de execução dos revolucionários da Confederação do Equador em 1825, deve-se ter em conta que, naquele ano trágico e por longo tempo, o piso do logradouro, um areal de marcado caimento para a praia, apresentava aparência muito diversa da atual. O local das execuções corresponderia ao ângulo noroeste do 1º. Plano, perto do antigo paiol da pólvora. Diz-se *corresponderia* porque está recoberto por várias camadas de aterro, não podendo ser hoje precisado o ponto exato. Ficaria, pelo menos, uns 4 metros abaixo do atual nível do solo. A posição do antigo paiol aparece determinada na *Planta Exacta da Capital do Ceará*, tirada por Adolpho Herbster em 1859, anterior ao início da obras de urbanização.

Fortaleza, praça do Hospital e praça da Misericórdia. Por fim, oficialmente denominou-se Praça dos Mártires em homenagem aos participantes da Revolução do Equador, executados no local, em 1825.

As obras do Passeio Público, como se nota, executadas ao longo do tempo, na verdade, assumiram aspectos característicos e definitivos apenas depois de 1880, por esforço do português Tito Rocha, que introduziu atrações várias, entre as quais, a transformação da avenida central em *rink* de patinação. A frequência noturna do parque somente se tornou viável depois de 1879, quando foi ultimada a iluminação a gás, melhoramento já conhecido pela Cidade desde 1867, portanto, instalado já às vésperas da conclusão de muitas obras. Naqueles dias, logo teve início a frequência maciça da população ao parque, com as consequentes referências no noticiário dos jornais, nas crônicas e nas cenas do enredo dos romances.

O Passeio Público passou rapidamente a exercer as funções de centro de encontro festivo dos fortalezenses, em particular dos segmentos da classe média. No romance *A Normalista*, do "padeiro" Adolpho Caminha, cuja ação se desenrola às vésperas da Proclamação da República e um pouco antes da fundação da Padaria Espiritual (1892), o Passeio Público figura como o fascinante espaço de lazer coletivo da Cidade:

> *Toda uma geração nascente, ávida de emoções, cansada de uma vida sedentária e monótona ia espairecer no Passeio Público aos domingos e quintas-feiras, gratuitamente, sem ter que pagar dez tostões por entrada, como no teatro e no circo. / Ali não havia distinção de classes, nem camarotes nem cadeiras de primeira ordem: todos tinham ingresso para saracotear nas avenidas ao ar puro das noites de luar.* (1967: 136).

O testemunho do romancista faz perceber que, nas últimas décadas dos oitocentos, a Cidade começava a assumir comportamentos e cultivar uma gama de valores característicos, marcas inconfundíveis de seu caráter urbano, com fortes reflexos no dia a dia da população, pelo menos até um pouco além da primeira metade do século XX. Quanto à vida cultural, o fim de século XIX constitui o período mais rico da história fortalezense, seja pela produção intelectual seja pela criação de inúmeras associações culturais cujas atividades obtiveram repercussão nacional.[42]

[42] Entre asssociações reconhecidas além das divisas estaduais, citem-se a Padaria Espiritual e o Instituto do Ceará, este último há mais de 120 anos em contínua atividade. Sobre relações entre a Cidade, ou melhor, entre espaço urbano e ficção literária nesse período, ver *Seis romances Seis visões*, de Caterina Maria de Sabóya Oliveira.

Organização espacial e uso social

De início, o Passeio Público ocupava apenas o plano aterrado, disposto no nível das ruas vizinhas. Compreendia um retângulo dividido longitudinalmente por uma longa alameda central, a avenida Mororó (Figura 8c e Foto 24), esta cortada transversalmente por outra alameda, disposta em continuação à rua Major Facundo. Na sua forma plena e final, o Passeio passou a constar de três planos, embora praticamente o trecho mais elevado, dito 1º. Plano, recebesse a atenção dos frequentadores. Tinha portões localizados nos pontos de acesso às alamedas e, como referido, era cercado com gradis, interdição necessária para evitar a invasão de animais, em especial, caprinos e asininos, soltos nas ruas da Cidade, cuja presença indesejada, no mínimo, destruiria os jardins.

A organização espacial do Passeio Público não denunciava influências de concepções eruditas. O agenciamento em patamares procedia do aproveitamento da disposição rampada do terreno, sem quaisquer vínculos com os jardins à italiana, estes animados pela fartura hídrica, em canais, lagos, fontes e cascatas. Na verdade, minguava a água na Cidade, obtida de cacimbas, com dificuldades, e elevada às caixas de distribuição por meio de bombas movidas a braço ou por cataventos. A longa avenida Mororó, bipartindo o retângulo ajardinado, poderia representar distantes reminiscências do Passeio Público de Lisboa (Figura 1), de caras lembranças à colônia lusa, não muito numerosa mas detentora de grande poder em várias instâncias da vida de Cidade de então. Ainda assim, dificilmente seria uma reprodução nascida no imaginário dos interessados, pois o Passeio fortalezense, fronteiro ao mar e com a entrada principal, disposta lateralmente, desfazia por completo a semelhança com o Passeio lisboeta, tais as diferenças na implantação em ponto elevado e nos fluxos de acesso.

A Avenida Caio Prado

Já quase no fim da década de 1880, por aproveitamento do espaço ganho com a incorporação de área contígua, sobre a nova muralha, o Passeio ampliou-se com a adição de uma alameda, lançada no limite norte do plano superior. Substituía um "corredor empedrado que ligava a Rua da Boa Vista com a Formosa. / Foi aí que em 1888 construiram a avenida

Caio Prado." (NOGUEIRA, 1954: 12-13). Instalada em belvedere, com vista direta para o mar e inaugurada em 9 de julho de 1888 (STUDART, 1896: 362), a celebrada avenida Caio Prado, (Figura 8a e Fotos 22 e 23), transformou-se em palco de desfile feminino, passando a exercer forte atração nos setores da classe média, nomeadamente os intelectualizados, dos quais os moços da *Padaria Espiritual* eram lídimos representantes.[43] A denominação Avenida Caio Prado homenageava o presidente da Província, figura querida da população, falecido inesperadamente pouco tempo depois, em maio de 1889.[44] A outra avenida, Carapinima, discretamente localizada entre as duas primeiras, espécie de variante da Caio Prado, foi lançada sobre o respaldo da muralha mal construída, que ficara encoberta pelo prosseguimento do aterro[45] (Figura 8b e Foto 25).

Acomodação social

A acomodação social voluntária dos frequentadores não procedia propriamente de separações físicas na organização paisagística do Passeio Público, pois a proximidade entre as três "avenidas" paralelas, e cujos acessos eram comandados pelos mesmos portões, abertos em pontos opostos, promovia intimidade espacial ou, pelo menos, visual, facilitando a

[43] Somente se pode fazer ideia do alto conceito desse melhoramento, lembrando o artigo nº. 30 dos Estatutos da Padaria Espiritual: *A Avenida Caio Prado é considerada a mais útil e a mais civilizada das instituições que felizmente nos regem, e, por isso, ficará sob o patrocínio da "Padaria".* Lastimavam os *padeiros* a proximidade da *Rampa* (do lixo), pois, no escuro da noite, a reduzida separação espacial transformava o trecho em declive do "muro preto do Gasometro" na "Rocha Tarpeia da prostituição": "Em cima a Avenida alagada de luz e sonorisada de musica (...); em baixo, o vicio sórdido florescendo na lama illusoria da treva". Entretanto, a recuperação moral, segundo os *padeiros*, logo deveria ocorrer com a iluminação pública da área, instalada na ocasião (O PÃO, 1:5, 10.07.1892)

[44] A denominação da avenida homenageava o presidente da Província, Antônio Caio da Silva Prado (São Paulo, 13.6.1853 – Fortaleza, 25.5.1889), que faleceria no ano seguinte. Filho de D. Veridiana Prado, tipo elegante, figura querida da população por seu modo gentil de relacionamento com todos, da alta roda às camadas menos favorecidas, a morte inesperada de Caio Prado traumatizou a Cidade. Seu enterro marcou época, tal a multidão que o acompanhou a pé, comovida e inconformada. Caio Prado encontra-se sepultado em túmulo reconhecido pela coluna de granito decepada, vista logo à direita de quem entra no Cemitério de São João Batista.

[45] Gustavo Barroso menciona os nomes de mais três avenidas – Azevedo Bolão, Ibiapina e Pessoa Anta, as quais, na verdade, designavam as calçadas de contorno do Passeio, exteriores aos gradis. (1962: 279). Conjuntamente com as avenidas Mororó e Carapinima, homenageavam os fuzilados em 1825.

permeabilidade. Talvez por tal razão, Adolpho Caminha, espírito pouco conciliador, afirmasse que *não havia distinção de classes*. A cidade era pequena e os ricos, pouco numerosos, dispunham de outros pontos de encontro. Apreciavam a festa do alto das sacadas.

A conclusão do Passeio Público fortalezense, após obras de três lustros, constituiu um marco na apropriação de espaços destinados ao exercício de práticas sociais "civilizadas", requeridas pela Cidade em mutação. Em 1879 e, principalmente, nos anos iniciais da década de 1880, finda a seca prolongada e trágica que assolara a Província, transcorreu o período no qual o logradouro logrou alcançar sua forma definitiva, adquirindo a aparência alegre e festiva com que marcou época.

Na organização paisagística do parque, a disposição intermediária da avenida Carapinima, de espaço ambíguo, permitia abrigar frequentadores das avenidas contíguas. Por seu lado, a avenida Mororó (Figura 8c e Foto 24), embora socialmente modesta, tinha suas compensações porque era larga e beneficiada com portões de entrada confrontantes. Transformava-se assim em via de acesso e distribuição, valorizada com a estatuária, o repuxo e o coreto, que a ornamentavam, além de servir de eventual pista de patinação.[46] As camadas realmente mais pobres da população, ou as menos consideradas, circulavam nas calçadas lindeiras, na rua, no exterior do Passeio.[47]

Os outros dois "planos"

A ocupação social intensa, como dito, somente se concentrou no chamado 1º. Plano, o único concluído de todo, conquanto logo interligado aos demais planos.

---

[46] Raimundo Ramos (1871-1916), mais conhecido como Ramos Cotoco, dizia, em *Meu gosto (1902),* uma de suas canções*: Eu satisfaço o meu gosto: Vou namorando as creadas. / (...) Quando é noite de Passeio / Vão todos, ninguem vai só: / Eles vãos á Caio Prado, / Nós vamos á Mórórό. / Vão eles tomando / conhaque. Sorvetes: / Nós nos tabuleiros / Compramos roletes*. (1906: 157-8). Figura querida na Cidade, boêmio, solteirão convicto, o irreverente Raimundo Ramos desfrutava de livre acesso a diferentes camadas sociais fortalezenses. Músico e poeta popular de livro publicado, pintor reconhecido, com trabalhos realizados em casas particulares e em igrejas, Ramos integrou a equipe de artistas que decorou o teatro José de Alencar sob o comando de Jacinto Gomes de Matos.

[47] Ver na nota 7, o trecho relativo à citação de José-Augusto França sobre frequentadores do Passeio Público de Lisboa.

O 2º Plano, patamar intermediário, ganhou acesso por meio de uma escadaria de dois ramos, anunciada no alto pelas esfinges e, em baixo, por um tanque com estátua, além de ter contado com uma construção indesejada, matéria adiante referida. A data de elaboração daquelas obras fica comprovada com a solicitação de pagamento encaminhada pelo "Engenheiro da Província", Alfredo Augusto Borges, ao Presidente da Província, por oficio de 7 de agosto de 1881 (cf. docs. de Inspecção de Obras Públicas, anos de 1880 a 1882 /APEC), em que solicita pagamento ao "artista Alexandre Bevilaqua", pela execução do gradil da escada que ligava o 1º. ao 2º. Plano (Foto 14) e daquela que encaminhava ao 3º. plano, trabalho devidamente especificado e quantificado.

O 3º. Plano constou de uma última, porém, imediata etapa dos trabalhos, como assinalava o 1º. vice-presidente da Província Torquato Mendes Vianna em relatório datado de 22 de março de 1882: "Vão bastante adiantadas as obras do 3º. Plano do Passeio Publico, com as quaes se tem gasto sete contos novecentos e oitenta e sete mil e novecentos e vinte e nove reis (7:987$929)". Os vários ofícios de Henrique Théberge à Presidência Provincial, como "Engenheiro da Provincia" à frente da Direcção de Obras Públicas, dão conta de despesas com o pagamento de operários e aquisição de materiais de construção, em particular, de tijolos. Dificuldades de implantação do lago, com água tomada ao riacho Pajeú, devem ter redundado no atraso das obras, que se estenderam de meados de 1881 até depois do meio do ano de 1882 (cf. docs. APEC citados). Essas obras, todas realizadas sob comando do corpo técnico da Província, indicam as devidas responsabilidades na divisão profissional das tarefas. Paralelamente, também esclarecem quanto ao valioso mas determinado papel de idealizador e animador cultural desempenhado por Tito Rocha.

***

Diferentemente de outros Passeios Púbicos, como já se viu, não houve no caso fortalezense um plano geral adotado e perseguido, mas uma ocupação de espaços promovida pela lógica das circuntâncias, se assim se pode expressar. Como resultado final, prevaleceram, portanto: *a*. - em corte, setorização proposta primeiramente em dois planos, depois, em três, por força do caimento da rampa; *b.* divisão do retângulo

superior nivelado (o 1º. Plano) por metades, ou melhor, por uma alameda longitudinal que ligava o portão da Santa Casa ao portão dos fundos do Quartel (avenida Mororó), seccionada por outra alameda transversal como que prolongava a via pública e valorizava o acesso pela rua Major Facundo (Foto 10); *b.* uma alameda sobre a muralha recoberta (Carapinima), perpendicular à rua da Boa Vista (Floriano Peixoto); c. adição de uma avenida nova (avenida Caio Prado), em beveldere, paralela à já instalada; *d*. inclusão de caminhos de interligação internos e obras de ornamentação (repuxos, estatuária, coreto, botequim).

Vizinhança urbana e frequentadores

No capítulo de suas relações com a cidade, não se pode esquecer de que, em sua época áurea, o Passeio Público se inseria em trechos próximos de uma zona residencial de alta valia, embora, aqui e ali, já se insinuasse discreto uso comercial.

O contorno arquitetônico do Passeio Público

Em fins do século XIX, no contorno do Passeio, havia a leste, o quartel do Batalhão de Linha, onde funcionava a Escola Militar. O lado oeste ficava balizado pelo prédio da Santa Casa, então, pequeno e térreo. A aparência atual do edifício, com dois pavimentos, é recente. Data de 1914, decorrente de reforma comandada por Paschoal Fiorillo, projetista e construtor italiano, com rápida passagem pela Cidade.

A face sul do Passeio Público era limitada por dois quarteirões na rua da Misericórdia (João Moreira), em que se destacavam algumas edificações. Na esquina da rua da Boa Vista (Floriano Peixoto), em diagonal com o quartel da Fortaleza, havia um sobrado antigo, transformado com melhorias, para sua sede, pela Companhia União Cearense, sociedade que reunia a nata empresarial da Cidade.[48] No mesmo quarteirão, como recente exemplar de casa de porão baixo, aparecia a casa Liebmann,

[48] Como já referido, nesse sobrado, construído em 1871 (NOGUEIRA, J., 1954: 19), também funcionou, em seu´periodo final, o Clube Cearense. Após dissolvidos a União Cearense e o Club Cearense, o prédio abrigou, em sequência temporal, um hotel, os Correios, a Ceará Light e a estatal que a substituiu. Abandonado por bom tempo, hoje pertence à Federação de Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), entidade que patrocinou os trabalhos de recuperação do imóvel.

ainda de pé, e já referida (Foto 28). Via-se ainda a casa Bulhões, que mostrava curiosa fachada revestida por densa aplicação de elementos decorativos em massa e pintados de vermelho escuro, lamentavelmente demolida há alguns anos, aliás, construída já depois, em 1914, quando o Passeio começava a perder seus encantos.

Mais adiante, na esquina com a rua Major Facundo, no lado do sol, o meio-sobrado da família Mississipi, hoje totalmente descaracterizado. Diga-se "meio-sobrado" porque acolhia solução outrora comum na Cidade em casas de lotes de esquina, nas quais o pavimento térreo era usado para comércio, enquanto um pavimento superior rebaixado servia de morada em sótão, iluminado e ventilado por pequenas janelas que deitavam sobre a cornija de amparo à platibanda.[49] Na mesma esquina, no lado da sombra, em ponto oposto, tinha sede o já citado Club Cearense, depois substituído pelo Hotel de France, edificação acrescida de um pavimento em 1927, quando se transformou no Palace Hotel.

Na esquina seguinte, com a rua Formosa (Barão do Rio Branco) e em diagonal com o Passseio, funcionava o Teatro São Luís, cujas atividades se viram suspensas em 1895. Demolido o teatro, no local, levantaram-se duas casas de porão alto, das quais resta uma, com monograma e a data de 1897 no portão.

Entre essas edificações de maior vulto, nos dois quarteirões fronteiros havia algumas casas de pavimento térreo, mais antigas, provavelmente construídas ou reformadas na década de 1870, a se julgar pela aparência das fachadas.

Sobrados da vizinhança e moradas já distantes

Em decorrência da elevada consideração de seus proprietários, no período colonial e em boa parte do século XIX, os sobrados portavam referências de poder as mais significativas no contexto urbano brasileiro. Ao atenderem a um programa arquitetônico duplo, comercial no térreo e residencial nos altos, assumiam aparência inconfundível. Em Fortaleza, atingiram uma centena. Elevavam-se em maior número nos trechos mais

[49] Em *Coração de Menino*, Gustavo Barroso faz referência à "casinha de sotéa da familia Mississipi" (1939: 236), embora a casa não tivesse "açotéia", termo de origem árabe, que é um tipo de coberta em terraço, comum no sul de Portugal, no Algarve. No romance *Mississipi*, escrito posteriormente, Barroso corrigiu o equívoco, empregando adequadamente o vocábulo "sótão".

antigos e mais prestigiosos da Cidade, em pontos próximos do Passeio. Agrupavam-se ao longo das ruas da Boa Vista (Floriano Peixoto), Major Facundo e Formosa (Barão do Rio Branco), entre a rua da Misericórdia e a praça do Ferreira. Nas mais das vezes isolados, juntavam-se entretanto em pequenos grupos, preferencialmente nas esquinas ou proximidades, não formando sequências contínuas, como noutras cidades do País.

Em fins do século XIX, por vários motivos, os sisudos sobrados começavam a perder prestígio em favor das casas de porão alto e das casas de porão baixo, alegres e mais confortáveis, construídas na periferia do centro e nas saídas da cidade, à parte a especial valia então atribuída às moradas em chalés suburbanos e em casas de chácara.

O Passeio Público, na verdade, não contava apenas com frequentadores vindos de sua vizinhança conspícua. Atraía-os de áreas urbanas já mais longe, trechos em processo de valorização imobiliária, onde não havia comércio. Enfim, em vista do acesso fácil proporcionado pelos serviços das linhas de bondes à tração animal, inaugurados em 1880, o Passeio congregava todas as camadas da população, gente que se deslocava de pontos distantes. Uma das linhas de bonde tangenciava o Passeio, procedente da praça do Ferreira. Vinha pela rua Formosa (Barão do Rio Branco) até a rua da Misericórdia, pela qual prosseguia, passando pela Cadeia Pública, para alcançar, enfim, a estação ferroviária da Baturité, de onde retornava.

Glórias de um jardim público

Por bom tempo, o Passeio Público constituiu superior referência social e urbana da Cidade.[50] Em suas aleias ensombradas desfilavam estratos diversificados da população. De dia, para divertir as crianças, observar a movimentação das catraias na bacia portuária, ouvir os apitos e ver os vapores ancorados ao largo; para acompanhar a dança graciosa das velas das jangadas distantes e apreciar a imensidão do mar, sempre verde.

[50] O *Álbum de Vistas do Ceará*, editado em 1908 sob patrocínio da poderosa Casa Boris, apresenta um conjunto de 160 fotografias, das quais 144 pertinentes à capital do Estado. Dessa relação, 35 fotografias focalizavam o Passeio Público, o que corresponde praticamente a 25% das vistas fortalezenses mostradas no *Álbum*! Essa relação numérica comprova o prestígio inquestionável de que o Passeio desfrutava como *locus* privilegiado no acervo das imagens referenciais da Cidade de então.

Às noites, frequentavam o logradouro, iluminado à luz de gás, em busca de espairecer, de gozar a brisa fresca, de degustar guloseimas da cozinha regional, tomar refescos e cerveja, de ouvir música nas retretas, de exibir as novas modas, de conversar, de bisbilhotar, de tentar um *flirt*.

Do gradil da avenida Caio Prado, a paisagem marítima ao longe impressionava a imaginação dos frequentadores do Passeio (Foto 26). Na percepção da Cidade, o mar se afigurava contudo como via misteriosa e infinda, por onde os navios levavam e traziam gente e mercadorias. Temidos, e apreciados de longe, envolvidos por mitos e poesia, os "verdes mares bravios", e também a praia, exerciam funções unicamente utilitárias. Do mar vinha o peixe, de muito além da risca, colhido pela coragem audaciosa dos jangadeiros, alheia aos perigos. *Com o mar não se brinca*, era o aviso dado por todos e a todos, desde a infância, nem sempre ouvido pelos afoitos. Vez por outra a cidade se abalava com a notícia de afogamentos, nas mais das vezes vitimando forasteiros incautos. As duas correntes marítimas praieiras que contornavam a ponta do Mucuripe eram bem conhecidas. Uma atingia a frente da Cidade; a outra passava por fora, mais longe. Os despojos ou logo apareceriam na praia Formosa, até os Arpoadores, ou seriam devolvidos no Pecém, no Paracuru, dias depois. Ou nunca seriam encontrados.

Decadência de um jardim público

Nos primeiras décadas do Século XX, novos hábitos e novas formas de lazer passaram a valorizar a praça do Ferreira, carrossel de passagem de todas as linhas de bondes elétricos, animada com suas vitrinas, cafés, cinemas, clubes, cabarés, edifícios novos ou velhos reformados, obras de arquitetura eclética, símbolos de modernidade.

João Nogueira, memorialista da Cidade, queixava-se numa crônica escrita em 1933[51]:

[51] A crônica sobre o Passeio Público, com que João Nogueira brindou os pósteros, foi publicada em 31 de agosto de 1939 e incluída, com tantas outras, em livro editado postumamente em 1954, por seus admiradores, e reeditado em 1981. As citações deste trabalho recorrem à la. edição do livro. A crônica de 1939 na verdade constitui uma ampliação de outra crônica mais antiga, ora mencionada, intitulada *O Passeio Público – Ad Seniores Fortalexienses*, reproduzida na *Revista do Insttituto do Ceará* de 1933 (t. 47, 1933, p. 221-6).

> *O nosso Passeio já teve o seu tempo, os seus seis mezes, e como estes já passaram ha bem annos, não ha voltar á vida ativa; o publico que o frequentava e tanto o apreciava já está mui reduzido e a nova geração não o procura.* (1933: 221). Pouco tempo depois, em 1939, de volta ao tema, concluía desolado*: O passeio é lugar morto; o público fugiu e não há esperança de animá-lo mais.* (1954: 20).

Nas crônicas de 1933 e de 1939, João Nogueira reclamava a retirada das grades do Passeio (1954:18), então desnecessárias, pois no centro da Cidade já não se viam animais soltos. Uma fotografia, provavelmente de 1939, mostra a parte oeste do Passeio privada da densa arborização primitiva, o que demonstra proceder o atual revestimento vegetal de datas não muito recuadas (Foto 29). Algumas estátuas ocupam hoje posições diferentes do passado, mudanças que aumentaram as dificuldades de identificação das esculturas por meio de observação da localização antiga.

Sinais já antigos de decadência

A decadência do Passeio, lastimada por João Nogueira, entretanto já se anunciara mais de duas décadas atrás, como depunha Carlos Câmara em *Entrelinhas*, crônicas publicadas no jornal *A Republica*:

> *As novas avenidas das praças do Ferreira e Marquez do Herval* [atual praça José de Alencar]*, e, principalmente, os cinemas, foram, a meu ver, a causa de decadencia do jardim, que ficou equiparado ao Parque da Liberdade, tambem de saudosa memoria. / Nossas patricias deixaram–se tomar por amores novos, abandonando, sem remorsos, o melhor ponto de reunião que possuimos".* (A REPUBLICA, 21.07.1910).

O cronista, inconformado e relembrando fatos então ainda recentes, conclamava em vão "por que o Passeio volte a ser frequentado como d'outrora". (ID.IB. 21.07.1910).[52]

[52] Carlos Torres Câmara (1881-1839) integrava o quadro redatorial de *A República*, jornal do governo, folha que desempenhava a dupla função de órgão oficial do Estado e de porta-voz politico do grupo aciolino, em cujas crônicas o articulista propugnava pela adoção de padrões civilizados de comportamento da população. Após a queda da oligarquia a que se ligara e destituído dos postos administrativos até então ocupados, Câmara dedicou-se proveitosamente a outros campos de atividades. Dirigiu por longo período a Escola de Aprendizes Artífices, instalada desde 1909 pelo governo federal, e organizou, em 1918, o Grêmio Dramático Familiar, grupo teatral de amadores para o qual escrevia peças cômicas, musicadas, de cunho popular, que empolgaram a

As descaracterizações físicas, se não do 1º. Plano do Passeio Público, mas das suas vizinhanças, já vinham de muito tempo. Na verdade, por volta de 1867, quando ainda não se definira a aparência do logradouro, perto do canto noroeste, do outro lado da rua Formosa, foi implantada a escura e volumosa estrutura metálica do gasômetro que garantia a iluminação da cidade (RODRIGUES JR, 1868: 13 [Rel.}).

As tentativas de ocupação indevida de trechos desocupados do Passeio Público ocorreram já durante os próprios anos festivos do parque. Manifestaram-se na última década do Século XIX, quando da instalação de um "cassino" no 2º. Plano, cuja demolição, reclamada em favor da estética urbana, constituía uma das aspirações dos irreverentes membros da famosa Padaria Espiritual (Foto 25). O artigo XL, dos estatutos da associação, assinalava textualmente: *A "Padaria" declara, desde já, guerra de morte ao bendengó do Cassino*. Os "padeiros" se referiam ao cassino como *bendengó* pelo fato de haver a obra vultosa surgido de modo inesperado, como se vinda do céu. Apesar dos esforços de um empresário, "abrindo [em] seus salões aulas de esgrima, de gymnastica e patinação", o cassino mantinha-se abandonado, parecendo "um casarão lúgubre que afeia e entristece o 1º plano do Passeio Público". (...)[53] "Fechado. Silencioso e escuro como está hoje, lembra as casas mysteriosas onde se reuniam as sociedades secretas dos romances de Ponson". (...) (O PÃO, 2, p. 6, 17, jul. 1892).[54]

Nem mesmo a tentativa de transformação do Cassino em sede da Biblioteca Pública arrefecia a má vontade dos "padeiros" (O PÃO, 3, p. 7-8, 6 nov. 1892). Inconformados, proclamavam: "O Cassino é uma ex-

---

Cidade durante duas décadas. Por certo, inconformado com o que admitira anteriormente e talvez procurando contestar suas próprias previsões amargas, Carlos Câmara, em um dos seus maiores sucessos cênicos, a burleta *O casamento da Peraldiana*, estreada em 1919, dedicou todo o 2º ato ao Passeio Publico e suas "avenidas", que impressionavam personagens da peça, sertanejos ingênuos recém-chegados à Capital. (1979: 117-37).

[53] Em 1892, quando da fundação da Padaria Espiritual, entrara em moda o emprego do termo *Bendengó*, para designar algo imenso que se despenca imprevistamente do céu. *Bendengó do Cassino* era assim uma referência zombeteira à construção surgida inesperadamente no 2º. plano do Passeio. A nova acepção da palavra buscava analogia com um meteorito, enorme pedra caída em Bendengó, no interior da Bahia, no século XVIII, a qual, transportada para a Corte em 1888, obteve notoriedade nacional quando ficou exposta ao público, causando espanto geral. Surgiu assim a expressão popular *Bendengó (p. ext) - coisa descomunal*, como define Nascentes (1972: 250). A pedra encontra-se hoje no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro.

[54] A citação "Romances de Ponson" constituía uma referência dos "padeiros" aos livros do francês Pierre Aléxis, visconde Ponson du Terrail (1829–1871), autor do famoso romance *As aventuras de Rocambole*.

crescencia que precisa ser extirpada". E concitavam "todos os cidadãos que possuissem acções do Cassino" a se reunir aos sócios da "Padaria", a fim de queimá-las publicamente, num verdadeiro "auto de fé", findo o qual, acompanhados de banda de música, iriam "armados de alviões e picarêtas", demolir "aquillo". (O PÃO, 2: 6-7, 17.jul. 1892). Três meses depois, agora amparados em artigo escrito por Antônio Bezerra, novo grito dos "padeiros" contra a obra do cassino: "Rasguemos esse abcesso a golpe de picareta, senhores accionistas! Abaixo o Cassino!" (O PÃO, 2, p. 4, 30.10.1892).[55]

Desmonte gradativo do conjunto: cessão dos planos inferiores do Passeio

O desprezo e a descaracterização desmontaram aos poucos o conjunto paisagístico do Passeio Público, propiciando situações que redundaram na posterior cessão de partes do logradouro para usos diversos. A bem da verdade, deve-se pois dizer que as doações dos planos de nível inferior decorreram do próprio abandono a que desde longo tempo haviam sido relegados.

Gustavo Barroso, em *Coração de Menino*, livro de memórias de infância, recorda os dias em que frequentava o 1º. Plano: "Quando eu tinha quatro ou cinco anos adorava aquela parte do Passeio Público. Quando lá me levavam, não queria mais sair e ia para casa em prantos" (1939: 223). Ao mesmo tempo em que elogiava "aquela parte do Passeio Público", denunciava o abandono dos dois planos de níveis inferiores, todavia, sem precisar a época em que os fatos ocorrem. Como o livro

[55] Com respeito à implantação do 2º plano, João Nogueira, testemunha pessoal dos fatos, assim se expressava: *Ligou* [Tito Rocha] *por escadas, que ainda existem, o primeiro ao segundo plano, que é esse terrapleno sustido por um muro de arrimo do lado do mar. / Não foi, propriamente, ajardinado: servia de passagem para o terceiro plano, ao qual se descia por escada semelhante às primeiras e que lá se acham. Ao tempo da Escola Militar foi entupido por um cassino, o qual por tirar a vista do mar foi depois, em boa hora, demolido* (1954:13–4). Na reedição do livro (Edições UFC, 1981; 19) a descrição do Passeio, tal como então o via João Nogueira, teve palavras alteradas não se sabe por quem, pois foram mudados alguns verbos, do presente para o passado (*escadas que ainda existem* para *escadas, quando existiam; escadas* (...) *que também lá se acham* para *escadas* (...) *que tambem lá se achavam* (!). A alteração temporal do texto, inaceitável pela ética, talvez procurasse adaptar a descrição de João Nogueira ao período quando foi providenciada nova edição do livro.

avança até 1898, ocasião em que Barroso teria entre nove e dez anos de idade, as lembranças dos dois planos talvez datassem de dias mais à frente, já nos anos iniciais do Século XX. Em contraste com o elogiado 1º Plano, então em plena vitalidade, o memorialista paralelamente oferece testemunho sobre a decadência prematura dos outros planos:

> *Agora o Terceiro Plano está completamente abandonado. O Segundo também. Somente abre ao público o Primeiro, onde as bandas militares vêm tocar às quintas e domingos. Fecharam os dois por causa da Escola Militar. Não havia guarda que quisesse dar serviço lá em baixo, depois que os cadetes chefiados por um tal Racha ou Rache, ali mataram as emas, os veadinhos e o Pindoba, coitado, que não fazia mal a ninguém. No Segundo, o mato invade tudo e o cassino cai aos pedaços. No Terceiro, a aluvião do riacho vai lentamente tomando o lago, as pontes tombam e o vento leva o zinco dos zimbórios orientais dos quiosques.*(1939: 223).

O desaparecimento do 3º. Plano

No começo do século XX, o 3º. Plano do Passeio ficou completamente abandonado, a ponto de a rapaziada nadar no lago em trajes paradisíacos, como depõe Gustavo Barroso em *Coração de Menino*, obra já mencionada (e também em *Mississipi*, 1996: 23):

> *O lago do Terceiro Plano é uma verdadeira piscina que oferece três vantagens: nadar, pescar e pegar passarinhos. Nada-se em traje de Adão, deixando a roupa escondida nas canaranas das beiras. Pescam-se com um lacinho de palha de coqueiro os camarões canelas e os pitus que moram nas locas sombrias. Pegam-se os passarinhos com visgo de maçaranduba ou de jaqueira.* (1939: 224-5).

Diante de tal situação, irreversível, o 3º. Plano e seu lago, desapareceram, sacrificados para construção de uma termoelétrica explorada por firma inglesa[56] (Figura 6). Na ocasião, como se vê, os fortalezenses já haviam esquecido o lago romântico, formado com as águas do Pajeú,

[56] Quando da inauguração do fornecimento de energia elétrica à cidade em 1912, a Ceará Gas Company conseguiu manter a concessão de iluminação pública, definitivamente caducada em 1935. Os postes de ferro fundido dos combustores foram mantidos de pé e retirados aos poucos, mas a vultosa câmara do gasômetro, vizinha do Passeio, inútil, ainda perdurou por bom tempo, sendo, por fim, desmontada e vendida como ferro-velho.

objetivamente trocado pelos feios e negros galpões, pelas caldeiras, pela elevada chaminé da usina da Ceará Light, fonte de fornecimento de um novo tipo de luz, a elétrica, que atualizava a Cidade com os progressos da tecnologia.[57]

O fim do 2º. Plano

Desmontado o 3º. Plano, com seu lago, restou o patamar intermediário, o 2º. Plano, entretanto, já abandonado desde o início do século, como depunha Gustavo Barroso: *No segundo* [Plano] *o mato invade tudo e o cassino cai aos pedaços.* (1939: 223). Demolido finalmente o Cassino, pouco tempo permaneceu o 2º Plano como espaço sem serventia explícita, pois logo, e por muitos anos, se transformou em palco de atividades atléticas, ou melhor dito, em campo de futebol de uso popular.

Os desportos, nova e apaixonante modalidade de lazer, penetraram no Brasil durante o Século XIX por meio do cultivo da ginástica e do remo. Os jogos de futebol somente apareceram nas décadas finais dos oitocentos, timidamente, introduzidos por empregados das ferrovias britânicas e em colégios de instrução secundária, dirigidos por religiosos estrangeiros. Apresentado aos jovens fortalezenses na primeira década do novo século, o futebol despertou entusiasmo imediato. À falta de locais adequados, travavam-se animadas disputas em campos de areia frouxa, praticadas em praças públicas não ajardinadas, preferencialmente nas praças de Pelotas (Clovis Beviláqua) e Fernandes Vieira (Gustavo Barroso, dita do Liceu).

Em 1912, ocupado o 3º. Plano pela usina termoelétrica da Ceará Light, o 2º. plano perdeu sua função de acesso ao lago e à praia. Logo e em consequência, a área descampada ganhou novos usos[58], um dos quais ainda um tanto desconhecido, novidade assinalada pela imprensa:

---

[57] A chaminé da usina da Light fazia previsão do tempo. Nos dias de inverno, ao anoitecer, quando deitava a fumaça negra das caldeiras sobre a Cidade, todos tratavam de se recolher cedo, pois vinha chuva forte. Na época, e por longos anos, a poderosa firma dos irmãos Boris mandava nos negócios do Ceará, de tal sorte que seu domìnio se ampliara enormemente, mitificado no imaginário popular. O mar era o açude do Boris. A justiça, a mãe do Boris. Numa alusão simbólica à empresa onipotente, o perfil da chaminé da usina, por sua dimensão avantajada, tornou-se conhecido pelo espírito fescenino de certas rodas da praça do Ferreira como o falo do Boris...

[58] Por volta de 1908 e 1909, foi utilizado pelos sócios da Fênix Caixeiral como *stand* de tiro, ocasião em que "as aulas de *Linha de Tiro* eram realizadas no 2º. Plano do Passeio Público." (SILVA, P. A. O., 2008, p. 32-33).

> *(...)* [O] *Fortaleza Football Club* [,] *cujo campo está sendo preparado no segundo plano do Passeio Publico. / É uma iniciativa que muito louvamos e que, por certo, merecerá a sympathia do publico. / Aguardamos o primeiro match dos novos sportmens* [sic] *de cujo meio sahirão mais tarde notaveis foot-ballers. Os nossos desejos de prosperidade ao novel "club".* (FOLHA do *Povo*, 27 set. 1913).[59]

Em 1963, em dias mais próximos, o 2º. Plano foi cedido pela Prefeitura ao Exército, a fim de acolher obras militares de emergência, embora atualmente esteja ocupado com edificações de porte. (Figura 7)

Imagens do patamar intermediário e do 3º. Plano, bem anteriores às duas cessões municipais, podem ser colhidas em fotografias da época, como as apresentadas no centenário e valioso *Álbum do Ceará*, editado pela Casa Boris, em Nancy, em 1908. As fotografias testemunham a vista magnífica do mar, que então se descortinava (Foto 26), atualmente.interditada tanto pelas construções erguidas no antigo 2º. Plano como pelo distanciamento do mar, consequência de aterros feitos por particulares em benefício próprio (Figuras 7 e Foto 27).

Praças e jardins fortalezenses

Os vocábulos *praça* e *jardim* desde muito assumiram significados e formas físicas distintos. Diferentemente dos jardins, as praças pediam espaços pavimentados, amplos, desimpedidos, nas mais das vezes não arborizados. Ocupadas pelo comércio, pelas feiras, paralelamente destinadas a reuniões políticas e religiosas, sempre desempenharam papéis comerciais, cívicos, sacros e militares.

Nos anos iniciais do Século XX, quando as praças fortalezenses começaram a ser urbanizadas por Guilherme Rocha, a nomenclatura urbana conheceu uma solução conciliatória. Por praças ficavam assinalados os contornos formados pelas ruas lindeiras, destinados a usos específicos, enquanto o núcleo do logradouro, a parte interna, com tratamento

[59] Desse grêmio desportivo, Fortaleza Football Clube, logo extinto, participava a figura de Alcides Santos, o jovem *sportman* que, cinco anos depois, em 1918, fundaria o Stella, imediatamente denominado ou redenominado, Fortaleza Sport Club, futura associação desportiva de prestígio nacional. Edigar de Alencar, referindo-se a fatos ocorridos naquele ano de 1913 e apoiado no testemunho de terceiros, admite "que muito antes, em 1904, teria havido no mesmo local [no 2º. Plano] partidas de *football*, onde apareceram rapazes da alta sociedade". (1980: 59).

paisagístico especial, chamava-se jardim. Essas propostas se refletiam na duplicidade da toponímia urbana, aparecendo em denominações tais como praça do Ferreira e jardim Sete de Setembro, praça Marquês do Herval (José de Alencar) e jardim Nogueira Accioly. O Passeio Público, na verdade, já antecipara essa toponímia dupla, pois, às vésperas da "inauguração" de 1880, havia ganho oficialmente o nome de Praça dos Mártires, todavia conferida de modo inadequado, visto desempenhar unicamente as funções de jardim, fato que talvez explique a rejeição, popular à denominação oficial[60].

Desapreço e esquecimento

A duplicidade de nomenclatura dupla aplicada a vazios urbanos fortalezenses no começo do Século XX, proposta para referir conjuntamente os espaços de lazer ocioso e de lazer ativo, na verdade, encontrou pouca aceitação, pois, salvo no caso do Passeio Público, sempre prevaleceu a designação dos nomes das praças, e não dos jardins. A escolha da população fazia perceber que o imaginário urbano começava inconscientemente a dirigir ouvidos atentos aos apelos que envolviam a apreciação de bens materiais e imateriais, propagados em mensagens anunciadoras de valores novos e suas referências espaciais.

Em elegendo as "praças" e esquecendo os "jardins", a Cidade valorizava a procissão às vitrines, o *footing*[61] nas vias públicas e os cinemas, ensaiando passos tímidos e talvez prematuros em busca de inserção em uma sociedade de consumo ainda distante, mas já entrevista. Novos usos requeriam especialização dos espaços urbanos, uns ainda procurados para o lazer contemplativo[62], mas outros, em maioria, preferidos para atividades dinâmicas.

---

[60] As praças contavam com cacimbas de uso público, escavadas em ponto central. Quando ajardinadas, ganhavam caixas d'água e cataventos, instalações usadas na elevação e na rega dos jardins. Observar, na Foto 10, a caixa d'água do Passeio Público (demolida) e, nas Fotos, 15 e 22, os cataventos levantados no Jardim Nogueira Accioly (praça José de Alencar) e no 2º. Plano do Passeio.

[61] No Brasil, o passeio vagaroso, processional, pelas calçadas, tornou-se conhecido por *footing*, palavra hoje pouco usada. Curiosamente, o vocábulo em nada se relaciona com o termo inglês homônimo, que significa base, embasamento, fundação (dos edifícios), apoio do pé...

[62] A inauguração dos jardins Thomaz Pompeu e praça Comendador Theodorico, em 12 de julho de 1931 (MOTA, 1955: 144), fez reviver, durante mais de duas décadas, em escala menor e informal,

O Passeio Público, sem condições de acompanhar as funções ambas atribuídas aos logradouros recentemente urbanizados, sofria duplamente. João Nogueira, em suas crônicas, percebia o drama. Desperançado, lastimava não apenas o esquecimento a que o velho Passeio fora relegado pela Cidade, mas não se conformava com a perda das referências, dos significados "recolhidos pela História", apagados na memória urbana fortalezense, então e hoje, sempre frágil e mutável, queixa aliás recorrente em quase todos outros escritos seus:

> *Conquanto nunca fosse o coração de Fortaleza, como hoje é a praça do Fereira, ali* [no Passeio] *se passaram factos importantes da vida da cidade recolhidos pela Historia; e tambem successos divertidos que ficaram na meia chronica desta Fortaleza de Nova Bragança.* (NOGUEIRA, J.,1933: 221).

Submetido a intervenções e perdas várias, o complexo paisagístico do Passeio Público, hoje restrito ao antigo 1º. Plano (Figura 8), beneficiou-se com trabalhos de recuperação física executados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1994. Lamentavelmente, mais do que contar com reposições materiais, afiguram-se difíceis a recomposição e a revitalização social do logradouro, necessárias e abrangentes, na realidade, extensivas às circunvizinhanças e à propria zona central da Cidade.

Espaço urbano, cuja magia fascinava a Cidade de outrora, o Passeio Público, pelo menos fisicamente, continua resistindo, mas já não alimenta esperanças vãs nem se embala com sonhos de volta ao passado.

Bibliografia

Livros, revistas e jornais

ADERALDO, Mozart Soriano. Percorrendo a Rua da Palma. Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*. 1959, t. 73: 334-387.

os antigos dias do Passeio Público. O local - jardim e praça -, que havia muito era conhecido na toponímia popular como Lagoinha, transformou-se em pequeno e gracioso recanto, com sua fonte dos cavalos, com sua circulação elipsoidal interna, com seu coreto em forma de lira, hoje impiedosa e desnecessariamente demolido, com suas retretas às quartas-feiras. O *black-out* imposto pela Guerra e as mudanças de costumes encerraram, em meados do Século XX, um capítulo de certas sociabilidades fortalezenses de origem oitocentista.

ALENCAR, Edigar de. *A modinha cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1967.

____ . *Fortaleza de ontem e anteontem*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1980

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Provincia do Ceará para o anno de 1873. Fortaleza, João Baptista Pereira, 1873.

ALBUM de vistas do Ceará. Nancy, Imprimeries Reunies, 1908.

BARROSO, Gustavo. O netuno de água doce In: *À margem da história do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962, p. 277-84.

____. *Coração de Menino.* Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1939.

____. *Mississippi*. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1996.

AZEVEDO, Sânzio de. *Literatura Cearense*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976

BELLUZZO, Ana Maria. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Metalivros; Salvador: Fundação Emílio Odebrecht, 1994. 3v.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In *Os Pensadores*. São Paulo, Victor Civita, 1975, v. 48, p. 9-34.

BRÍGIDO [DOS SANTOS], João. *Ceará* (homens e factos). Rio de Janeiro: Besnard Frères,1919.

CÂMARA, Carlos Torres. *A República,* 21.07.1910.

____. *Teatro. Obra completa*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. *Mestre Valentim*. Sâo Paulo: Cosac & Naify, 1999.

CASTRO, José Liberal de. Arquitetura eclética no Ceará. In *Ecletismo na Arquitetura Brasileira* / org. Annateresa Fabris. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

____. Cartografia cearense no Arquivo Histórico do Exército. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, 1997 t. 111: 9 –79.

____. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, 1994 t. 108: 43-90.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CZAIKOWSKI, Jorge (Org.). *Do cosmógrafo ao satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 2000.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, 3 v., v.3, p. 889-907.

FRANÇA, José-Augusto. *Lisboa Pombalina e Iluminismo*. Lisboa: Bertand, 1977, 2ª. ed.

_____. *Lisboa: urbanismo e arquitectura*. Lisboa: Instituto de Cultura e Lingua Portuguesa, 1980.

_____. *Lisboa / história física e moral*. Lisboa: Horizonte, 2008.

GÉRSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Souza, 1954.

GIEDION, Sigfried. *Space Time and Architecture.* Cambridge / Mass., Harvard Press, 1954. 3. ed.

GIRÂO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceara, 1959.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio: Objetiva, 2001.

MARIANO FILHO, José. *O Passeio Público do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: [...], 1943.

MOTA, Leonardo. *A Padaria Espiritual*. Fortaleza: Edésio, 1938.

_____. Datas e Fatos para a História do Ceará. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, t. 69, 1955.

NOGUEIRA, João. *Fortaleza Velha.* Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1954.

_____. *Fortaleza Velha.* Fortaleza, Edições UFC, 1981.

_____. O Passeio Publico. Ad Seniores Fortalexienses. Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*. 1933, t. 47: 221-6.

OLIVEIRA, Caterina Maria de Sabóya. *Seis romances, seis visões.* Fortaleza: Edições UFC, 2000.

O PÃO da Padaria Espiritual. Fortaleza, nos 2 (17 jul.), 2 (30 nov.) e 3 (6 nov.), 1892.

RAMOS, Raimundo. *Cantares Bohemios*. Fortaleza: Empreza Typographica-Lithographica, 1906.

RODRIGUES, Francisco de Assis. *Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor público. Jardins no Brasil.* São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1996.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. A Phenix Caixeiral (1891-1979) e como desapareceram dois testemunhos importantes da história de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 2008, t. 122: p. 9-44.

STUDART, Guilherme. *Datas e factos para a Historia do Ceará.* Fortaleza: Typographia Studart, 1896.

Relatórios dos Governos Provinciais

AGUIAR, Fausto Augusto de. *Relatório apresentado à Assembléia Provincial pelo Presidente da Província*. Fortaleza, Typographia O Cearense, 1850.

BITTENCOURT, José Maria da Silva. *Relatório apresentado à Assembléia Provincial do Ceará* em 1º de junho de 1843. Fortaleza: Typ. de José Pio Machado, 1843.

_____. *Relatório apresentado á Assembléa Provincial do Ceará* em 1º de julho de 1844. Fortaleza: Typ. de José Pio Machado, 1844.

COUTINHO, Lafayette Pereira. *Relatório enviado à Assembléia Provincial* pelo Presidente da Província. Fortaleza, Typographia Brazileira, 1864.

FIGUEIREDO JÚNIOR, José Bento da Cunha. *Relatório apresentado à Assembléia Provincial do Ceará em 1º de outubro de 1862*. São Luiz: Typ. de B. Mattos, 1863.

_____. *Relatório apresentado à Assembléia Provincial do Ceará em 9 de outubro de 1863*. Fortaleza: Typ. O Cearense, 1863.

SILVA, Sebastião Gonçalves da. *Relatório transferindo o governo provincial para o Senador Pedro Leão Velloso em 16 de novembro de 1867*. Fortaleza, Typ. Brasileira, 1867.

VASCONCELLOS, Ignácio Correa de. *Relatório enviado à Assembléia Provincial* pelo Presidente da Provincia. Fortaleza: Typographia Fidelissima,1847.

VIANNA, Torquato Mendes. *Relatório do 1º vice-presidente da Provincia* (...), *de 22 de março de 1882*. Fortaleza, Typ. O Cearense, 1882.

Mapas

AENISHÄNSLIN, Carlos, 1914. *Cidades de Rio de Janeiro e Nictheroy. In* Do Cosmógrafo ao Satélite, 2000. Mapa 36.

CARTA Topographica de Lisboa, 1871-1911. *In* França. J-A., 2008. Mapa XIII.

FEIJÓ, João da Silva (atrib). *Plano Hidrographico da Enseada da Villa da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção*. Encarte *in* Carta Topographica da Capitania do Ceará, 1812 (AHEx nº 02.04.364).

HERBSTER, Adolpho. *Planta Exacta da Capital do Ceará, 1859*. Coleção do autor.

_____. *Planta da Cidade da Fortaleza / Capital da Provincia do Ceará*. Paris; Becquet Frères, 1888. Coleção do autor.

PREFEITURA Municipal de Fortaleza, Planta Cadastral, 2001-2002.

_____. Passeio Público. Planta. Adaptação do IPHAN, 2009.

REIS, J. A. dos e SOUTO, Paulo dos Santos Ferreira. *Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1812*. *In* Do Cosmógrafo ao Satélite, 2000. Mapa 29.

SERVIÇO Geográfico do Exército. *Fortaleza e seus arredores*, 1945 / prancha 3. Coleção do autor.

Fotografias

Álbum de Vistas do Ceará, 1908 – fotos nºs 10, 11, 12, 18, 20, 23, 29, 30, 31, 32, 34, 36.
Coleção Nirez – fotos nºs 9, 22, 24, 33, 37.
Francisco Veloso, 2009 – fotos nºs 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 26, 28, 35.
Coleção do Autor, 2009 - nº 25.

Fontes de consulta primárias

Arquivo Público do Estado do Ceará - Fortaleza.
Documentos da Repartição (Direcção) de Obras Públicas:

Ofícios dirigidos à Presidência da Província, 1857, 1880, 1881, 1882.
Arquivo Histórico do Exército / AHEx – Rio de Janeiro.
Desenhos e mapas relativos ao Estado do Ceará.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / IPHAN
4ª. Superintendência Regional - Fortaleza
Desenhos e informações pertinentes ao tombamento do Passeio Público.

Sumário

O presente trabalho tenciona esclarecer algumas origens do Passeio Público fortalezense, registrado nos Livros de Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como monumento paisagístico brasileiro. O autor confere especial atenção ao período áureo do logradouro, transcorrido entre 1880 e 1915 e dispensa declarado interesse ao conjunto escultórico do parque, hoje privado de algumas peças, por destruição ou desaparecimento.

Abstract

This work intends to clear up some origins of the Passeio Público, a public garden in the city of Fortaleza, classified by the National Institute of Historical and Artistic Heritage (IPHAN) as a Brazilian landscape monument. The author gives special attention to that garden's golden days, occurred between 1880 and 1915. He also considers, as a matter of real interest, its sculpture pieces, some of which that have been destroyed and others that have disappeared.

***

O palacete Carvalho Motta, um dos poucos exemplares de casas de "porão alto" na cidade da Fortaleza

José Liberal de Castro*

Em tomos recentes da *Revista do Instituto do Ceará*, o autor deste trabalho publicou artigos dedicados a alguns dos bens culturais fortalezenses, inscritos como monumentos nacionais brasileiros nos Livros de Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nos artigos, distinguiu o Passeio Público (TOMO 123, 2009: 41-114), o Teatro José de Alencar (TOMO 124, 2010: 73-150), bem como a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e seus anexos militares (TOMO 125, 2012: 9-72). Agora, como encerramento dos propósitos que se vinha impondo, oferece considerações sobre o Palacete Carvalho Motta, também inscrito nos Livros de Tombo daquela instituição, edifício com destacada presença no centro da Cidade, antiga sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, situada na esquina da Rua General Sampaio com a Rua Pedro Pereira.

A decisão de interromper a sequência de artigos alusivos a obras pertencentes a um acervo cuja preservação se encontra sob guarda de legislação federal, explica-se com o fato de já haver o autor, em outras ocasiões, externado particular interesse pelos demais bens culturais da também tombados pelo IPHAN, na capital, ou, precisamente, pelo o conjunto Casa de José de Alencar/Sítio Alagadiço Novo e pelo o edifício da antiga Assembleia Provincial.

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

O Sítio Alagadiço Novo, onde se localiza a Casa de José de Alencar, originalmente propriedade do Senador Alencar, foi desapropriado no Governo Castelo Branco em 1965 e doado à Universidade Federal do Ceará, hoje integra o conjunto de bens imobiliários da instituição. Tanto o Sítio como a própria Casa, já obtiveram do autor comentários pertinentes, embora sucintos, em *Martins Filho – de corpo inteiro*, livro organizado por Paulo Elpídio de Menezes Neto, editado em 2004, quando do transcurso do 1º. Centenário de nascimento do insígne fundador daquele prestigioso centro de educação superior. (CASTRO, 2004: 181-227).

No pertinente à sede da antiga Assembleia Provincial, esclareça-se que a edificação, pelo menos de modo indireto, recebeu menção do autor, todavia em matéria referida à figura de Adolpho Herbster (1826-1893), projetista e construtor do prédio. Quanto ao fato, cumpre lembrar que Adolpho Herbster exerceu atividades profissionais concomitantes em diferentes setores técnicos, quer no campo administrativo da Província, quer na Câmara fortalezense. Se as ações de Herbster no plano municipal apareceram comentadas em artigo inserido na Revista do Instituto do Ceará (CASTRO, t.108, 1984: 43-90), seus trabalhos profissionais, no âmbito das obras provinciais (entre as quais, como mencionado, se incluem o projeto e a construção do edifício da Assembleia), não conseguiram igual referência em textos publicados pelo autor. A lacuna, sem dúvida, decorreu da falta de oportunidade de divulgar, em edição especial, comentários alusivos ao corpo de informações valiosas encontradas nos registros da antiga Repartição de Obras Públicas, guardados no Arquivo Público Estadual. A documentação, ainda inédita, localizada por pesquisadores do quadro especializado daquela repartição pública e posta à consideração do autor deste artigo, conquanto examinada no ensejo, não pôde ser incluída na *Revista do Instituto do Ceará* porque ultrapassaria, por sua extensão, as normas editoriais vigentes.

1 Origens do artigo

O presente artigo, dedicado ao Palacete Carvalho Motta, encerra, pois, aquele ciclo de trabalhos já referidos. Deparou algumas dificuldades em sua elaboração, seja pelo modo especial como se verificou o respectivo processo de tombamento, seja porque o imóvel participa de um limitado grupo de edificações fortalezenses, genericamente deno-

minadas casas de "porão alto". Conquanto cada exemplar dessa tipologia arquitetônica guarde procedências comuns, cabe lembrar que todas mostram características próprias, motivo por que cada qual exige apreciação particular.

O relacionamento mais aproximado do autor com o palacete, como explica, remonta a dias já distantes, quando das propostas, que apresentou, de recuperação física do edifício. Inaugurada a nova e ampla sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, na avenida Duque de Caxias[1], em 1973, o Palacete Carvalho Motta ficou praticamente abandonado. Nos anos iniciais da década de 1980, foi desenvolvida vigorosa campanha com o duplo objetivo de preservar a edificação e coletar e expor equipamentos técnicos utilizados pela repartição ao longo de sua trajetória. O acervo arrecadado seria reunido no *Museu das Secas*, centro cultural instalado no Palacete, transformado, portanto, em centro de estudos das atividades desenvolvidas pelo DNOCS ao longo de três quartos de século na região, museu cuja a inauguração integraria as festas comemorativas dos 75 anos de fundação daquela prestigiosa entidade, conferiria ênfase à proteção de instrumentos e mecanismos utilizados na construção de portos, açudes e rodovias, conjunto de atividades-fim determinadas por estatuto legal[2].

Solicitada colaboração financeira do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a fim de viabilizar o empreendimento, a contribuição ficou correlacionada com o exame dos méritos arquitetônicos do edifício e das possibilidades de sua adaptação a novo uso. Em contrapartida, o imóvel permaneceria sob custódia do IPHAN, conforme cláusulas dos termos de tombamento, concedido de modo compulsório. Aceitas pelo DNOCS as condições de ajuda, o palacete foi devidamente inscrito nos Livros do Tombo Artístico daquele Instituto, conforme Processo nº 1057-82 – Inscrição nº 551, em 11.5.1983, nº. 36 - Livro das Belas Artes.

O artigo ora apresentado apóia-se pois, em partes, na memória justificativa que acompanhou o projeto arquitetônico elaborado pelo

[1] A nova sede do DNOCS foi projetada pelo arquiteto professor Marcílio Dias de Luna, saudoso amigo.

[2] O movimento em favor da criação do Museu teve como mentor apaixonado, um velho e sempre lembrado amigo, o engenheiro professor José Amaury Aragão Araújo, destacada figura nos círculos técnicos e intelectuais da profissão.

autor, concernente à restauração e adaptação do edifício aos novos propósitos. Conquanto especificamente dedicado à arquitetura do Palacete Carvalho Motta, o presente trabalho, além de transcrever passagem que se afiguraram de interesse na memória justificativa, recebeu inúmeros acréscimos em substituição aos trechos eliminados. Em busca de favorecer melhor entendimento de certas particularidades, o texto foi acrescido de comentários afins, bem como ganhou um rápido exame relativo à arquitetura de outras casas de "porão alto" remanescentes na Cidade. A amplitude da matéria e as ilustrações respectivas ficaram, todavia, limitadas aos padrões editoriais adotados pela *Revista do Instituto do Ceará.*

No preparo do texto, evidenciou-se a valiosa ajuda da 4ª. Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, intermediada pelo arquiteto Francisco Augusto Veloso e pela assessora técnica Denise Grangeiro e Martins, bem como contou com a inestimável cooperação de amigos – o arquiteto Ricardo Figueiredo Bezerra (CAU/UFC), o assessor técnico Heron Cruz de Almeida (Imprensa Universitária / UFC), a assessora cultural Gertrudes Sales Costa (Biblioteca Pública Menezes Pimentel) e de Miguel Ângelo Azevedo (Nirez). O autor, penhorado, agradece a todos.

Apesar do destaque com que é nomeado, o Palacete Carvalho Motta, por suas idiossincrasias arquitetônicas e compromissos com a cena urbana fortalezense, não foge às diretrizes gerais de um processo de mutações arquitetônicas instalado no País durante a segunda metade do século XIX. Neste particular, devem ser postos em relevo os problemas deparados na tentativa de acomodar o prédio em um sistema de divisão fundiária caracterizada por traçado em retícula, mais rígido na parte antiga da Cidade, e claramente perceptível no padrão dos lotes urbanos. As interferências tornaram-se consequentes no partido adotado em uma obra de função residencial de vulto, resolvida segundo um programa de necessidades atendido por uma tipologia arquitetônica conhecida como casa de "porão alto".

Nomenclatura

O presente artigo versa sobre Arquitetura. Não há, pois, como fugir de determinadas expressões empregadas no tópico anterior, muitas das quais, não obstante usadas no quotidiano, ganham significado pró-

prio, quando aplicadas em realizações arquitetônicas. O sentido particular avocado por esses termos pode ser compreendido por contextualização, embora em alguns casos se aclarem por via de comentários indiretos, inseridos ao longo do artigo. O vocábulo "tipologia", menos comum, mas insistentemente empregado no texto, por tal razão, recebeu esclarecimentos específicos no tópico à frente.

Tipologia

A palavra "tipo", em sua origem grega, significa marca, impressão, forma, figura. Aparece empregada com acepção particular por enciclopedistas do século XVIII, nomeadamente nos estudos de Teoria da Arquitetura, como naquele sentido em que A. C. Quatremère de Quincy (1755-1849) refere a diferença entre *modelo* e *tipo*, vocábulos muitas vezes dicionarizados como sinônimos:

> *O modelo, entendido segundo a execução prática da arte, é um objeto que se deve repetir, tal como é. O tipo, pelo contrário, é um objeto, segundo o qual, cada um pode conceber obras que não se assemelhem nada entre si. Tudo é preciso e dado no modelo; tudo é mais ou menos vago no tipo.* (apud PATETTA 1984: 206).

Em arquitetura, portanto, tipologia constitui o estudo dos tipos arquitetônicos, estes compreendidos como formas que atendem à distribuição dos espaços com fins de cumprimento das solicitações de um determinado programa de necessidades. Surgiram à medida que

> *se constituem* [constituíram] *as primeiras formas e os primeiros tipos de habitação, e os templos e os edifícios mais complexos. O tipo vai-se constituindo, pois, de acordo com as necessidades e com as aspirações de beleza. Único e contudo variadíssimo em sociedades diferentes, está ligado à forma e ao modo de vida.* (ROSSI, 1977: 43).

Para melhor entendimento do sentido dos vocábulos, considere-se o caso de uma escola de ensino fundamental cujo programa de necessidades pode ser atendido por meio de duas ou mais "tipologias" diferentes. O programa da escola (compartimentos de administração, salas de aula, salas especiais, instalações desportivas etc), sem dúvida, pode ser desenvolvido espacialmente por uma edificação com "tipologia" centralizada, isto é, em um só bloco, com dois, três ou mais pa-

vimentos. Pode, porém, recorrer a uma outra solução, quer dizer, traduzida conforme uma "tipologia" pavilhonar, caracterizada por blocos térreos interligados. Ambas as soluções, de "tipos" arquitetônicos distintos, podem satisfazer plenamente os requisitos de um mesmo programa alusivo à pretendida escola de ensino fundamental, embora efetivadas com projetos totalmente distintos.

No caso das tipologias habitacionais, entre os vários "tipos" de moradas (casas térreas, sobrados, chalés, palácios, palacetes, bangalôs, edifícios de apartamentos etc), as casas ditas de "porão alto", de interesse deste artigo, formam um grupo identificado por semelhanças, embora marcado por perceptíveis variações formais, apesar de atenderem a programas arquitetônicos análogos.

O presente trabalho, dedicado ao Palacete Carvalho Motta, e incidentalmente à pessoa de Antônio Frederico de Carvalho Motta (Figura 1), deparou algumas dificuldades em sua elaboração. Seja pelo modo especial como se verificou o tombamento, seja porque o imóvel participa de um reduzido número de edificações fortalezenses conhecidas genericamente como casas de "porão alto". Conquanto cada exemplar dessa tipologia guarde origens comuns, cabe lembrar que todas mostram suas distinções próprias, motivo por que exigem apreciação particular.

As considerações expostas neste artigo, contudo, apesar de pertinentes ao Palacete Carvalho Motta (Figura 2), foram acrescidas em busca de referências comparativas tanto do rápido exame de outras casas de "porão alto" remanescentes na Cidade, como de tipologias diversas, difundidas no ambiente urbano brasileiro, entre as quais se mencionam as casas térreas, os sobrados e as casas de "porão baixo".

2 Mutações na morada urbana

O relacionamento direto com a Europa, desde a Abertura dos Portos, havia alterado a vida urbana brasileira, em particular no Rio de Janeiro. Franqueara o ingresso de novidades construtivas produzidas industrialmente, na quase totalidade de procedência britânica, redundando em modificações no sistema de edificar. Bastaria referir o interesse maior logo concedido à aplicação do ferro fundido e dos vidros, materiais importados, que reformulavam os exteriores das casas e o iluminamento interior, mudando-lhes o desenho dos gradis

Figura 1 - Retrato de Antônio Frederico de Carvalho Motta.
Foto: *Xavier, Lívio. Infância na Granja, 1974.*

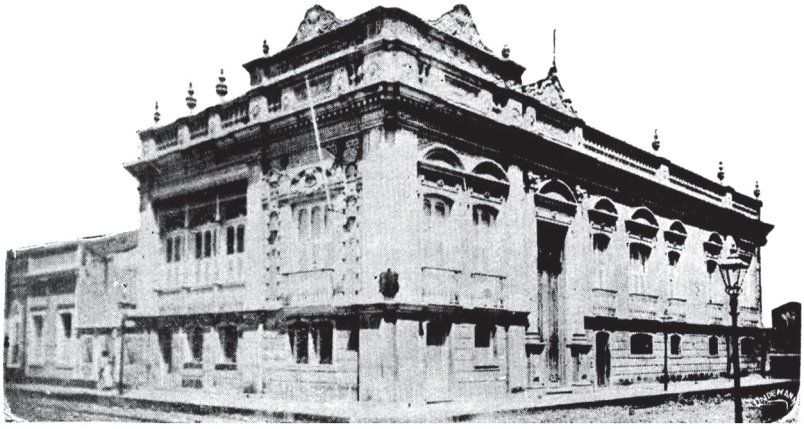


Figura 2 - Casa Carvalho Motta. Forma original sem os acréscimos introduzidos em dias posteriores.
Foto: N. Savastano, *Terra Cearense, 1925.*

das sacadas e das esquadrias e redefinindo os sistemas estruturais. Até então, os gradis eram feitos de madeira, os mais antigos, ou de ferro forjado, enquanto as esquadrias, sempre resolvidas em madeira, constituíam obras de artesanato, apresentando folhas cegas ou em panos

formados por fasquias dispostas em treliças, elementos estes utilizados na segregação feminina, vestígios de distante origem muçulmana. Paralelamente, penetraram os refinamentos franceses, derramados em todos os campos da vida sócio-cultural brasileira, envolvendo a arquitetura e as artes em geral e, por extensão, o mobiliário e os elementos decorativos. A gradativa introdução da energia a vapor modificaria os sistemas de produção, passando a liberar muitas atividades da dependência da tração animal ou da força humana, particularmente do trabalho escravo, além de oferecer produtos de rápida execução e perfeito acabamento.

As novas condições modernizadoras, vale, entretanto ponderar, não deviam pautar-se apenas pela aceitação das mensagens culturais procedentes da Europa ou, mais precisamente da França. Mais ainda, cumpre ressaltar: impunha-se que fossem divulgadas e executadas por europeus experimentados, franceses, sempre que possível.

A morada brasileira na segunda metade do século XIX

As relações com a Europa, como se vê, não se restringiram à importação de ideias e produtos, mas logo se ampliariam com a presença dos próprios profissionais habilitados, acolhidos desde os tempos de Dom João VI, insistentemente requisitados pela Corte e pelas províncias mais ativas, com valorização preferencial para os vindos da França.

Entre os profissionais de destaque, menciona-se Louis-Léger Vauthier (1815 -1891), jovem engenheiro francês diplomado pela École Polytechnique de Paris, viveu no Recife entre 1840 e 1846, contratado pelo Governo de Pernambuco para organizar a recém-criada Repartição de Obras da Província. Na ocasião, conjuntamente com outros técnicos que com ele vieram, desenvolveu amplas atividades nos setores das obras civis, entre outras, consagrando-se como autor do projeto e construtor do Teatro Santa Isabel. As "cartas" de Vauthier, longas considerações apreciativas enviadas para a *Revue Générale de l'Architecture et des Travaux Publics* (VAUTHIER, 1943, pássim), bem como o seu *Diário*, oferecem grande interesse para os estudos de História da Arquitetura e dos valores sociais da época. Durante sua permanência em Pernambuco, Vauthier também se envolveu na difusão de idéias po-

líticas novas, o que o faz figurar como um dos primeiros intelectuais preocupados com problemas de justiça social no Brasil.[3]

Nas "cartas" sobre arquitetura, publicadas na *Revue des Travaux Publics*, dirigida por um amigo, o arquiteto César Daly, Vauthier externava uma afirmação sua muito conhecida: "quem viu uma casa brasileira viu quase todas". "É uma monotonia desesperadora", acrescentava. (VAUTHIER, 1943: 143 e 170). A generalização, referida apenas à morada urbana, seria discutível pelo menos em parte, pois, no território nacional, se havia evidentes conformidades espaciais nos interiores e certa parecença formal nas fachadas, também se notavam diferenças impostas pelo relevo e pela dimensão dos lotes, embora prevalecessem os mesmos padrões de largura dos terrenos urbanos, sempre estreitos. Ademais, embora os processos construtivos e as condições climáticas praticamente não impusessem traços específicos, apareciam certas diferenças regionais nas obras de morada, provocadas pela economia e pelos hábitos, sempre condicionadas à posição e ao comportamento social do proprietário.

Como outros visitantes que o precederam, Vauthier também observava que, em esmagadora maioria, as casas das cidades brasileiras eram térreas, fazendo contraste com o menor número de sobrados (VAUTHIER, 1943: 172), tipologia examinada adiante por suas interligações com o tema deste artigo. As casas térreas também receberam referências concisas nos tópicos seguintes, além de reaparecerem inseridas quando da análise geral do quadro fortalezense, todavia, de maneira ocasional, já que o seu estudo foge aos propósitos deste trabalho.

Casas térreas

A casa térrea, modesta e pequena, constituía (e ainda constitui) a parte maior do conjunto imobiliário das cidades brasileiras. Abrigo das populações menos favorecidas, a casa térrea sempre trouxe consigo o

[3] Adepto das proposições socialistas de Charles Fourrier, Vauthier manteve relacionamento muito próximo com os dirigentes da Revolução Praieira de 1848, dos quais foi um dos mentores. Vauthier divulgou pessoalmente suas ideias no Recife e, após regressar à França, sustentou-as por meio de correspondência trocada com os antigos companheiros, remetida de sua terra, onde, aliás, enfrentou implacável perseguição política. (ver FREYRE, Gilberto, 1960; SVENSSON, Frank, 2010, p. 231-234).

reflexo da organização sócio-econômica do País, portando como marca identificadora a pouca largura dos lotes que ocupa. Deste modo, seja por decorrência da forma e das medidas do terreno disponível, seja por falta de meios financeiros, ou por quais outros motivos, as casas térreas sempre prevaleceram numericamente em todas as partes do País. Vauthier acreditava que, ao contrário da Europa, a morada em casa térrea, no Brasil, procedia do pouco valor do solo urbano, pois, como "o terreno não é ainda disputado tão avidamente, é a casa que só tem o rés-do-chão, a *casa térrea*, que só por si enche uma rua inteira." (VAUTHIER, 1943: 170).

As moradas ao rés-do-chão, no entendimento de Vauthier, pelo menos as menores, sempre numerosas, despertavam forte discriminação principalmente em consequência de serem usadas como casas de frequência pública, ocupadas por "os múltiplos exemplares da *Vênus Vulgívaga* encontrados em excessiva abundância nestas latitudes". (VAUTHIER, 1943: 172).[4]

A casa térrea não apenas participava de tipologia corrente mas também possuía padrões semelhantes em todo o País. A comparação das casas térreas fortalezenses com as recifenses, estas mencionadas por Vauthier, comprova as conformidades, tanto nas divisões espaciais internas como na largura das frentes. Quanto à primeira analogia, descreve-as concisamente:

[4] Em muitas cidades, o topônimo rua da Alegria mantinha correlação com o uso assinalado por Vauthier. Em Fortaleza, a denominação aparece na planta elaborada por Adolpho Herbster em 1859, designando um trecho da periferia da cidade de então, situada na atual rua Floriano Peixoto, entre as ruas Pedro Borges (rua do Cajueiro) e Pedro Pereira (rua de São Bernardo). A denominação depreciativa e discriminativa desapareceu nas plantas posteriormente organizadas por Herbster, em 1875 e 1888, provavelmente porque casas como aquelas se misturavam com as demais, diluídas na malha urbana, como se pode comprovar pelos registros de atividades profissionais, cuidadosamente anotadas no recenseamento efetuado pela Chefia de Polícia em 1887. A concentração somente se verificou tempos mais adiante, na rua Castro e Silva, ainda então referida como rua das Flores, assim poeticamente denominada porque ligava a Sé ao Cemitério. Suas moradoras foram transferidas em fins da década de 1930 para trecho do Arraial Moura Brasil, a Vila Azul, popularmente referida como Curral (das Éguas), situado em zona confinada alheia ao traçado em xadrez. Outra concentração semelhante, porém menor, desapareceu conjuntamente com a rua Franco Rabelo, esta absorvida espacialmente pela Avenida Leste-Oeste, quando da abertura da nova via. A imagem social desses segmentos não deve ser confundida com a daqueles que ocupavam discretamente os altos de antigos sobrados, das ruas centrais, as "pensões alegres", cujas atividades, escudadas na influência de seus frequentadores, não sofriam restrições oficiais.

> *Mas penetremos na casa térrea. Ao fundo da sala de frente, encontraremos as alcovas – ou a alcova única se a largura for pequena -, bem como a porta do corredor que conduz à sala posterior, para a qual dão um ou dois quartos sem iluminação. Esta sala disposta com a da frente, abre-se sobre um pequeno pátio contíguo à casa e serve, ao mesmo tempo, de sala de jantar e de cozinha, a menos que um pequeno apêndice, que se prolonga sobre o pátio não desempenhe este ofício.* (VAUTHIER, 1943: 170-171).

Conquanto Vauthier se referisse com ênfase às casas térreas menores, também mencionava padrões mais generosos para as frentes: "teremos mais largura 6,60m a 7,70m; 8,80 talvez, mas isso seria enorme. A primeira dimensão é a mais provável." (VAUTHIER, 1943: 148).[5]

As casas térreas recifenses menores, mencionadas por Vauthier, correspondiam em Fortaleza às chamadas "casas de duas portas", com frentes aproximadas de duas braças, isto é, 20 palmos (4,40m). As "casas de três portas", com três braças (6,60m) de frente, possuíam os quartos mais amplos e contavam com a adição de um espaço isolado da "entrada", voltado para a rua e com prosseguimento no corredor, que conferia privacidade à sala de visitas, valorizando socialmente a casa. As "casas de quatro portas", em menor número, com frente de quatro braças (8,80m) assemelhavam-se à planta anterior, mas agregavam lateralmente, uma sequência de compartimentos estreitos, chamados "gabinetes". Possuíam uma "primeira sala de jantar", espaço de uso formal, e uma "segunda sala de jantar", unida à copa, e aos aposentos de serviço e sanitários, bloco voltado para o quintal. Havia as "casas de cinco portas", com cinco braças, isto é, 50 palmos (11,00m), já mais raras, cujo corredor central, ladeado por quartos, definia simetricamente os espaços.

De modo geral, apenas a sala de visita recebia forro de madeira, entretanto, de lona ou aniagem, nas casas mais modestas. Os quartos ou a primeira sala de jantar podiam mostrar-se eventualmente beneficiados com forro de madeira, muitas vezes perfurados com fasquias dispostas em treliças nas casas de maior porte, a fim de promoverem a ventilação por convecção. Todas estas variantes tipológicas recorriam ao telhado

[5] Esses padrões, traduzidos em medidas, usuais no Brasil de então, 20, 30, 40 e 50 palmos, talvez ainda se relacionassem com aqueles determinados pela legislação pombalina, aplicados nos projetos setecentistas de implantação de vilas de índios. (CASTRO, 1999: 49).

de duas águas, em cangalha, uma voltada para a frente e outra para os fundos. Sempre dispunham de quintal plantado com árvores frutíferas, onde se cavavam cacimbas, cuja água era tirada em baldes, a braço, ou elevada por cata-ventos a uma caixa d'água de alvenaria ou metálica. A propósito desses confortos, cabe lembrar que a Fortaleza somente dispôs de serviço público de adução de água tratada e coleta de esgotos em 1927.

Com o passar do tempo, semelhanças e dessemelhanças, referidas à primeira metade do século, desapareceriam ante a aceitação de novas tipologias. Não obstante, os dois tipos da morada – a casa térrea e o sobrado atravessariam a segunda metade dos anos oitocentos, em particular, a casa térrea, esta ainda com vultosa presença no século XX, embora já tratada com dimensões amplas e resolvida com outra aparência:

> *Segue-se de tudo isso que habitar ao nível do chão era quase uma vergonha até bem poucos anos. Mas, recentemente, começou-se a construir casas desse gênero com mais cuidados, nos bairros novos, e alguns inovadores ousados tendem, instalando-se nelas, a fazer desaparecer o velho preconceito.* (VAUTHIER, 1943: 172).[6]

Os sobrados

Os sobrados, conquanto tipologia habitacional portadora de valor simbólico, traziam consigo, em sua proposição programática de uso misto, uma contradição latente, nascida de um agenciamento de espaços que se caracterizavam por abrigar, conjuntamente, morada senhorial, no alto, e loja, armazém ou atividades correlatas ao comércio, no térreo[7]. Por tais ra-

[6] Como já comentado, Vauthier percebia mudanças que alteravam suas referências restritivas às casas térreas, na verdade, dirigidas às moradas modestas ou antigas, numericamente majoritárias. No fim do século XIX, a casa térrea, agora com aparência burguesa, espaçosa e confortável, livre das cansativas escadas externas ou internas, cercada por varandas e jardins, adquiriu vasta aceitação e incontestável prestígio social.

[7] Neste artigo, o vocábulo *sobrado* aparece cingido a essa tipologia de funções duplas, portanto, com redução de significado. Numa acepção ampla, Tacla assim define a palavra: **"*Sobrado,*** Sn. [ETIM. Do lat. *superatus***,** p.p. de *superare***,** 'passar por cima'. // 947 a 1070. *Superato***,** cit. DE 2ª s. v. *sobrado* / 1520 (...).] 1. *Arq. & constr***.** O pavimento de uma casa por cima e mais elevado de que o andar térreo. / 2. O edifício de dois pavimentos, um térreo e um sobrado. / 3. O andar formado por sobrado [1], paredes e cobertura correspondentes." (TACLA, 1984: 396). No artigo, como se percebe, prevaleceu a acepção 2, da definição do dicionarista.

zões, o exercício de funções duplas – morada na parte superior e comércio no térreo, figurava como principal característica dos sobrados, ora reiterada.

Como já assinalava Vauthier (1943: 146-7), deve-se ressaltar que em meados dos Oitocentos, nem todos os sobrados possuíam atividades comerciais no andar térreo, uma vez que já se erguiam fora das zonas centrais congestionadas. Como se observa, o sobrado sem função comercial conhecia uso antigo, conquanto revalidado por hábitos novos.

De qualquer modo, vale lembrar que no século XIX, apesar das longas permanências formais, a casa térrea e o sobrado evidenciariam gradativas alterações, parciais ou totais, nos espaços, no desenho das cobertas, na altura dos pisos, na fenestração, nos elementos decorativos das fachadas e, mais ainda, no isolamento da casa no centro do terreno.

Prestígio do sobrado

O sobrado, um dos símbolos referenciais da sociedade patriarcal, encontrou larga aceitação no País desde os tempos da Colônia. Vauthier percebia com clareza os valores:

> *Conheceis bem a espécie humana para que eu precise dizer-vos que, na classificação das habitações, o* sobrado *significa a aristocracia e a* casa térrea*, a plebe. Habitar um sobrado é o objeto único de certas ambições e condição obrigatória de certas posições sociais. Há sobre esse ponto uma separação marcada [...] No litoral e no interior, algumas pequenas cidades não possuem senão casas térreas. Aos raros viajantes que as visitam, apressam-se em mostrar o sobrado, orgulho da localidade. Se tem dois ou três andares, é citado dez léguas em torno.* (VAUTHIER, 1943:172).

No que diz respeito à implantação urbana, o sobrado ocupava integralmente a parte frontal do lote, erguendo-se no alinhamento da rua e confinando com as edificações vizinhas, às quais quase sempre se unia com paredes de meação.

Observados em corte, os sobrados mostravam elevados pés-direitos, além de recorrerem ao emprego de coberta de ponto alto, com duas águas, em cangalha, uma caindo para a rua e outra, para o quintal. Com o passar do tempo, os sobrados de esquina optaram por cobertas de três águas, uma das quais vertia para a fachada lateral, e as duas ou-

tras lançavam-se à frente e aos fundos, em tacaniça, numa solução que eliminava as empenas elevadas, também conhecidas por oitões.

Embora geralmente tivessem dois pavimentos, em algumas cidades, como no Recife, os sobrados eram estreitos e ganhavam maior altura (os sobrados "magros"). Na Bahia, também se contavam com vários pavimentos, mas eram largos (os sobrados "gordos"). Em São Luís do Maranhão, a dimensão da frente dos lotes permitia a introdução de um vasto saguão de entrada, valorizado por escadas de aparato, de ida-e--volta, e encimado por sótão habitável, quase sempre arrematado por um mirante, no alto. No Rio de Janeiro, qualquer que fosse a posição dos sobrados nas quadras, quase sempre tinham dois pavimentos, com telhados de ponto baixo porque recorriam à solução de coberta com quatro águas, as quais deitavam para a frente e para os fundos, bem como descarregavam lateralmente em calhas dispostas sobre as paredes de meação, proposição comum em Portugal.

Quanto a esse particular, no fluir do século XIX, as posturas dos municípios começaram a exigir que os sobrados (e as casas térreas) deixassem de lançar diretamente, nas ruas, as águas pluviais captadas das cobertas. Surgiram, então, no alto, platibandas de contorno com as respectivas calhas, elementos que provocaram visíveis alterações na forma externa das edificações. Cumpriam disposições legais, exigidas em favor da higiene urbana e do uso civilizado das ruas, imbricadas em apelos estéticos de procedência neoclássica, na verdade, já expressas nas velhas ordenações do Reino, desde o século XVI.

Perda de prestígio do sobrado

Ultrapassada a primeira metade do século XIX, a estrutura sócio--econômica do País conheceu modificações proporcionadas pela tranquilidade nacional[8] consequente à consolidação do poder imperial após

[8] A expressão tranquilidade nacional refere-se ao fim das revoltas regionais armadas, ocorridas no período regencial e ainda mais um pouco mais à frente, já envolvidas com reivindicações sociais (Revolução Praieira, 1848). No meio político, sem dúvida sempre se verificaram divergências entre as facções radicais dos partidos Conservador e Liberal, amenizadas por ocasionais entendimentos entre os moderados de ambas as partes. Paralelamente, no plano econômico, desde a década de 1850, avolumaram-se problemas latentes, ligados à emissão da moeda, ao sistema bancário, à redução das exportações e à perda de lastro monetário, dificuldades que avultariam na crise financeira gerada pela falência do Banco Souto em 1864, ano de início da Guerra do Paraguai.

a proclamação da Maioridade, em 1840. Por outro lado, o cumprimento da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, ocorrido por via da intervenção marítima inglesa, bélica, eliminou rapidamente o tráfico africano. Os capitais, antes aplicados na importação de escravos, foram transferidos para atividades produtivas no campo e na cidade, em parte já realizadas com a ajuda de imigrantes europeus. Paralelamente, intensificaram-se as relações comerciais com o exterior, atendidas pela navegação a vapor, recentemente introduzida, com viagens agora rápidas e sem atrasos.

Os avanços tecnológicos europeus favoreciam, em contrapartida, o acolhimento de novas mensagens culturais importadas, mais precisamente da França, que iriam colidir com velhos modos de comportamento presos às tradições lusitanas. Formam-se, de modo gradativo, principalmente no Sudeste do País, novas camadas sociais, enriquecidas com a produção e com a intermediação da venda de produtos de origem rural, em particular com a exportação do café. Surge uma situação comandada por grupos emergentes, nobilitados com títulos honoríficos imperiais, reunidos em estratos que passam a utilizar a cidade como palco de exibição social. Cedo, hão de recorrer à Arquitetura como forma simbólica de expressar o poder econômico, já consolidado ou adquirido em dias recentes.

Aos poucos e por várias razões, no transcurso do século XIX, o grande sobrado urbano foi perdendo, porém, o elevado valor de símbolo superior de prestígio social, conferido pela riqueza e pelo poder de seus proprietários. Entre os fatores intervenientes na perda da importância, cite-se o desejo de separar e distanciar as funções residenciais das funções comerciais, até então exercidas conjuntamente no mesmo prédio, materializado com a transferência da morada para local tranquilo e afastado. A proposição procurava superar liminarmente a duplicidade de funções exercidas pelos sobrados, tornada contraditória e incompatível pelas mudanças de valores em curso. Por outro lado, a fim de assumirem funções exclusivas, as zonas comerciais em expansão expulsam as residências para os arrabaldes, então já servidos por transportes coletivos. Os sobrados remanescentes nas áreas centrais transformam os pavimentos superiores em dormitórios de empregados ou em escritórios, isto quando não os convertem em moradas de pessoas de inferior condição econômica ou em depósitos. No caso fortalezense, vale lembrar, o pavimento superior de muitos sobrados maiores, com

poucas modificações, passou a abrigar as chamadas "pensões alegres", funções que por bom tempo os manteve preservados.

Por outro lado, tempo mais à frente, por várias injunções, entre as quais a extinção da escravatura e a consequente redução de agregados domésticos, a par de outras incidências, as edificações de morada tendem a diminuir em área e em volumetria. Sob este aspecto, apenas à guisa de lembrança, citem-se como fatores de contributo da redução da força de trabalho humano, os melhoramentos tecnológicos introduzidos na segunda metade do século XIX. Todos interferem na execução dos serviços domésticos - na higiene (água encanada e esgotos), na iluminação (a gás e, pouco depois, a eletricidade) e nas comunicações a distância (telefonia), à parte o emprego das máquinas a vapor, nas fábricas, nos trens, nos navios, abreviando o tempo de execução das tarefas e dos deslocamentos. Enfim, as novidades passam a se interpor de modo direto no agenciamento dos espaços, além de intervirem na qualificação da paisagem urbana, com os cuidados concedidos à imagem da via pública, das praças e dos jardins.

Tudo conduz, portanto, ao surgimento de casas com nova aparência, de início, implantadas na periferia das zonas comerciais e, posteriormente, em pontos mais distantes, ao longo dos caminhos de expansão urbana. O crescimento material das cidades patenteia-se, seja induzido pela pavimentação das áreas ampliadas e pelos anseios de salubridade, seja pelas melhorias técnicas nos equipamentos de transporte e pela difusão das novas condições de mobilidade e acessibilidade urbanas, promovidas pela introdução de sistemas viários sobre trilhos, à parte as amenidades oferecidas pelos novos jardins públicos e pelos recentes modos de intercurso social elegante.

De certo modo, "por influência do espírito moderno", como já mencionava Vauthier, e por força do entrechoque de funções arquitetônicas pouco compatíveis, ou por outras causas, o prestígio dos sobrados se extinguiu aos poucos. Trocado por tipologias recentes, será substituído pelas chamadas casas de "porão alto" e logo também pelas genericamente denominadas casas de "porão baixo".

Transformações na tipologia da morada

A valorização de um novo sistema de vida exacerba o desejo de construir residências urbanas com aparência distinta das moradas rurais,

estas últimas caracterizadas não apenas pelo jeito desataviado da coberta e dos alpendres, mas principalmente pelo modo deliberado de implantação das casas, sempre isoladas no meio de ampla gleba, às vezes circundadas por pavilhões destinados à faina agrícola ou por pequenas casas de moradores. Começa também a perder valia a morada em chácaras[9], tentativa conciliatória de conjugar, num mesmo espaço, a tranquilidade do quotidiano rural com as atrações da vida urbana.

O processo de variações na forma da casa, designadamente a casa burguesa, marcado com avanços e recuos, com permanências e mutações, prolonga-se ao longo de toda a segunda metade dos oitocentos, invadindo as primeiras décadas do século XX. Os caminhos palmilhados variam na Corte e, em particular, nas capitais das províncias, ajustados às circunstâncias, como é o caso da cidade da Fortaleza, analisado mais à frente.

3 As casas de "porão alto"

As novas casas construídas nos arredores dos centros urbanos, conquanto eliminem as lojas e os armazéns do pavimento térreo, preservam um traço inconfundível dos sobrados, isto é, mantêm os espaços de morada na planta alta. Não descem para o rés-do-chão. Pelo contrário, fixam-se em um nível de piso que permite novos usos ou nenhum uso dos espaços inferiores. Em lugar de lojas e armazéns, ocorrerá, pois, a introdução de um porão de pé direito pouco elevado, mas habitável, alterações de que resulta uma tipologia da habitação nova, conhecida por casas de "porão alto".

No exame dos fatos, cabe lembrar que, de modo geral, essas mutações na volumetria da casa e em sua distribuição espacial se correlacionavam diretamente com os modos de implantação no lote. Neste passo, não se deve esquecer de que as primeiras casas erguidas já fora

[9] Embora a localização e o sistema de produção fizessem as chácaras diferir dos sítios, nas mais das vezes, a escolha da denominação – chácara ou sítio - flutuava conforme escolha pessoal dos proprietários. Sobre chácaras, casas de chácaras e chalés fortalezenses, ver do autor o artigo *A localização da chácara Vila Izabel, propriedade do Livreiro Gualter da Silva.* Rev. Inst. do Ceará, t. CVIII, 2004: 83-114 (p. 103-4). Chácara é palavra andina, de língua quíchua, introduzida no Brasil, entre outras, durante o período colonial por contrabandistas da prata, que desciam da Bolívia em busca de portos brasileiros.

do circuito comercial, permaneceram entaladas entre vizinhos, semelhantemente aos sobrados, com paredes de meação, sempre dispostas no alinhamento da rua, aliás, ocorrência comum na Fortaleza, nomeadamente vistas na rua do Benfica (Avenida da Universidade) e na estrada da Messejana (Avenida Visconde do Rio Branco). Numa segunda etapa, porém, começaram aos poucos a se afastar dos lindes laterais, embora os compartimentos da frente da edificação ainda se conservassem no alinhamento. Somente numa etapa última se verifica o recuo na fachada de frente, ocasião, por fim, quando a casa se isola totalmente no meio do terreno.

Do ponto de vista unicamente cronológico, em particular no caso fortalezense, vale ressaltar que as mutações não ocorrem com a linearidade temporal com que ora estão arroladas. Na realidade, a observação dos exemplos atesta avanços, paradas e retrocessos, além das misturas dos tipos de implantação, variações estas quase sempre nascidas de decisões pessoais dos proprietários.

Forma e espaços das casas de "porão alto"

As chamadas *casas de porão alto*, há pouco mencionadas, aparecem como primeiras novidades no ciclo evolutivo das tipologias da morada urbana. Implantadas em pontos localizados já fora das zonas centrais, marcaram a paisagem de todas as cidades brasileiras em fase de desenvolvimento entre as décadas centrais e finais dos Oitocentos e até mesmo, ainda que em menor número, nos começos do século XX.

Nestor Goulart Reis Filho, estudando principalmente o Rio de Janeiro, considera as *casas de porão alto* como uma transição entre os velhos sobrados e a casa térrea de gente de fino trato (1970: 33-42). Toma a primeira metade dos oitocentos ("1800-1850") como período de implantação desse tipo de morada (no Ceará, as novidades ocorreriam bem mais à frente, como se verá) e assim define as mutações:

> *Um novo tipo de residência, a casa de porão alto, ainda "de frente da rua", representava uma transição entre os velhos sobrados e as casas térreas. Longe do comércio, nos bairros de caráter residencial, a nova*

> *forma de implantação permitia aproximar as residências da rua, sem os defeitos das* [casas] *térreas, graças aos porões mais ou menos elevados, cuja presença era muitas vezes denunciada pela existência de óculos e seteiras com gradis de ferro, sob as janelas do salão".* (REIS FILHO, 1973: 40).

Explica-se deste modo a difusão de um sistema de implantação da casa, à primeira vista semelhante ao dos antigos sobrados, tanto porque os paramentos frontais das edificações permaneciam no alinhamento, tanto porque o piso de vivenda senhorial se mantinha em pavimento superior. Falsa aparência, entretanto, pois as novas edificações exibiam espaços e forma absolutamente distintos dos antigos sobrados, além de que, conquanto às vezes construída no alinhamento, a casa ficava isolada lateralmente, quer dizer, separada dos vizinhos. A aeração e a insolação dos compartimentos, em particular dos quartos, efetivava-se agora de modo direto, redundando na eliminação das alcovas, exigência esta posteriormente requerida pelos códigos urbanos, a fim de atender aos preceitos de higienização postos em prática desde então.

O acesso ao pavimento superior, de uso social conspícuo, bem menos elevado do que nos sobrados, recorria a uma escada de aparato, de um só lanço, acoplada à varanda lateral, proporcionando solução que aos poucos se tornou comum em todo o País. Essa escada externa, relativamente curta, integrada por justaposição à volumetria da casa, responderia claramente pela diferença formal entre casas de "porão alto" e sobrados, cujo elevado pé direito do pavimento térreo exigia soluções especificas, com escadas longas, com mais de um lanço, escondidas ou diluídas nos interiores da edificação.

Casas de "porão alto" – incidências fortalezenses

As casas de "porão alto" foram pouco numerosas em Fortaleza, pelo menos aquelas que podem ser arroladas sem contestação nos cânones da tipologia. O acervo reduzido estaria relacionado com o tardio acolhimento da tipologia quando outras modalidades de morada disputavam, com vantagens, a preferência dos novos proprietários. Em detrimento das casas de "porão alto" avultava, sem dúvida, a extensa área

do porão, tantas vezes sem utilidade prática, parcialmente ocupada, quando muito, com alojamento da criadagem, esta diminuída com a gradativa redução de agregados. Assim, os espaços restantes do porão mantinham-se vazios – ou utilizados, ora como depósito de trastes, ora como local de guarda de produtos agrícolas destinados ao consumo doméstico, – ou à venda, recebidos de propriedades interioranas pertencentes à família. Essa última destinação, entretanto, gerava conflitos de uso, no mínimo, ante a incompatibilidade de correlação de atividades ou referências rurais com uma vida urbana, pretendida moderna e distinta.

A reduzida lista de casas de "porão alto" em Fortaleza não facilita, contudo, a análise dos exemplares identificados. Ao contrário, as dificuldades de exame aumentam em decorrência da diversidade de opções formais características de cada uma das realizações arquitetônicas, a ponto de praticamente nenhuma delas guardar semelhanças entre si (salvo em uma dupla de casas). Além do mais, no período em estudo, não se observa uma marcha cronológica perceptívelmente correlacionada com a incorporação sequencial de determinados refinamentos espaciais ou ornamentais.

4 Comparação com formas de um "modelo pleno" da tipologia

Diante da diversidade formal dos exemplares considerados, levanta-se a hipótese de estabelecimento de um "modelo pleno" da tipologia, eleito como protótipo de comparação. Para tanto, seriam lembradas casas de "porão alto" remanescentes na cidade do Rio de Janeiro, construídas em fins do século XIX e inícios do século XX, em zonas de expansão ou em fase de renovação urbana da antiga Capital Federal. A escolha do Rio de Janeiro como centro de referência nacional deveu-se à sua condição de metrópole emissora das novas mensagens arquitetônicas, não obstante os estudos atuais naquela cidade, deparem dificuldades em consequência de que quase todas as numerosas realizações significativas da tipologia estejam hoje demolidas para a construção de edifícios de apartamentos. Entre as casas que podem ser apreciadas como edificações de elevado valor, por sua qua-

lificação e por se manter perfeitamente conservada, menciona-se pelo menos uma, aquela erguida por Fred Figner, no bairro do Flamengo, à rua Marquês de Abrantes,[10] entre 1911 e 1912. (Figura 3).

Figura 3 - Casa Fred Figner. Rio de Janeiro.
Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro, 2000: 100.

Casas de "porão alto" – forma identificadora de um "modelo pleno" da tipologia

Consoante ajustamento formal a um "modelo pleno" da tipologia e até como justificativa da própria denominação, a casa de "porão alto" seria uma edificação que congregaria obrigatoriamente todas as suas

[10] Frederico Figner (1866-1947), um dos pioneiros da indústria fonográfica nacional, era tcheco de origem judaica. Emigrou para os Estados Unidos em fins do século XIX, de onde trouxe para o Brasil aparelhos de reprodução sonora, exibidos quando visitou várias cidades, entre as quais Fortaleza. Estabeleceu-se por fim no Rio de Janeiro, tornando-se empresário de posses, filantropo reconhecido, pessoa querida e respeitada. Atraído pelo espiritismo, transformou-se em um dos patrocinadores da divulgação da doutrina, para o que fez vultosas doações, como a própria morada, dádiva generosa que a preservou da destruição. Posteriormente repassado o imóvel ao SESC, nos fundos do amplo terreno foram erguidas edificações administrativas novas, mas a casa permaneceu íntegra, implantada com destaque, hoje transformada em espaço cultural da instituição. (SÁ, M.M., 2004 (pássim) e GUIA, 2000: 100).

funções habitacionais em um pavimento superior, este lançado sobre porão habitável, ocupado, ou não, por depósitos ou eventuais moradores. A coberta sempre mostrava ponto baixo, geralmente resolvida com quatro ou mais águas.[11]

Segundo esse modelo sugerido como modo de materialização do atendimento a altas aspirações de distinção social, a casa aparecia com a frente recuada do alinhamento da rua, além de desligada dos vizinhos, ocupando o centro de um terreno amplo. O acesso ao andar de morada, no alto, recorria a uma escada de aparato, com implantação que a destacasse como elemento de diferenciação da casa. Essa escada, vertendo numa varanda lateral, conduzia a um átrio de recepção, localizado em ponto central da casa, do qual se irradiava a circulação da morada. Os espaços destinados à vida social ficavam distribuídos na frente da casa, enquanto a parte íntima ocupava as laterais, entretanto, dispostos de modo tal que, resguardados com a devida discrição, os quartos recebessem ventilação e iluminação diretas.

Havia duas salas destinadas a refeições, aliás, duplicidade espacial comum nas casas de certa presença urbana. Uma das salas, a "segunda sala de jantar", menor, destinava-se ao quotidiano, ligada à copa e, por extensão, aos compartimentos de serviço. Funcionava como um ponto nodal da casa. A outra, dita "primeira sala de jantar", bem mais ampla, lugar de ostentação, abria-se aos convidados nos jantares formais e nos dias de festa. Esta última sala, vale lembrar, além de servida por larga circulação interna, podia ser alcançada pela varanda lateral, a qual, por sua condição de espaço aberto, conquanto constituísse ambiente de estar valorizado pela brisa refrescante e envolvido pela natureza, também se transformava em local de passagem.

As escadas externas figuravam como elementos de inconfundível efeito plástico, com formas que tantas vezes identificavam a edificação. Recorriam ao mármore no piso dos degraus ou, ocasionalmente, ao ferro, material este quase sempre empregado nos componentes estruturais e nos guarda-corpos, ferro também usado nos gradis das varandas e nas sacadas. Algumas vezes, junto da escada, à frente da casa, erguia-se

[11] A proposição "modelo pleno" da tipologia pode ser acusada de contraditória, particularmente se levadas em conta as definições de "tipo" e "modelo" apontadas por Quatremère de Quincy, transcritas em páginas anteriores. Na verdade, houve do autor o desejo de encontrar um "tipo ideal" de casa de "porão alto", analogia de certo modo inspirada em conhecida asserção weberiana, alusiva a cidades.

um vigoroso corpo cilíndrico independente, arrematado no alto com cúpula geralmente bulbosa, composta de gomos ou folhas de metal tratadas à guisa de escamas. (Ver figura 3).

Conforme hábito em voga, os interiores das casas de "porão alto" recebiam tratamento decorativo. Nos forros, havia sobreposições de madeira ou de chapas de metal moldadas. Nas paredes, eram aplicadas pinturas ornamentais realizadas por meio de estresidos, raramente mostrando figuras humanas ou paisagens. As casas exibiam mobiliário condizente com o gosto da época, em particular nos espaços de exibição, na sala de visitas ou na "primeira sala de jantar", onde relevava o inescusável piano[12].

Os pisos das áreas de uso social e de intimidade eram assoalhados com tábuas dispostas segundo desenhos geométricos, executados em algumas casas, com marchetaria de madeira. Nos compartimentos de serviço e áreas laváveis, empregavam-se ladrilhos hidráulicos de fabricação nacional, substituídos ocasionalmente por ladrilhos cerâmicos importados. Em tempos anteriores, esses pisos eram aplicados sobre abóbadas de tijolos, recheadas com entulho seco, não obstante também recorressem à aplicação de barrotes de madeira entremeados com tijolos, solução já conhecida nos sobrados. Este último processo construtivo se tornou comum nas casas de "porão alto", formando lajes planas, porém, com os barrotes de sustentação substituídos por vigotas de ferro ou trilhos ferroviários. Chamavam-se abobadilhas, termo em desuso, de solução aparentada com as atuais lajes pré-moldadas, hoje resolvidas com vigamento de concreto armado. O emprego de fogões de ferro, compactos, facilitava o serviço e diminuía as amplas áreas ocupadas pelos enormes fogões e chaminés de alvenaria, habituais nos sobrados.

Padrões de plantas comuns nas casas de maior vulto à época

Nos dias da construção do palacete Carvalho Motta, algumas residências de maior presença arquitetônica na Cidade já recorriam ao partido das casas de "porão alto". Conquanto se mantivessem dispostas

[12] Salvo em circunstâncias excepcionais, pinturas de paisagens ou de figura humana praticamente não obtiveram curso nas casas fortalezenses de quaisquer tipologias. Também não havia ambientes com destinações especiais, tais como, salas de música ou espaços de uso masculinos, as salas de fumar ou de jogos, maiores (bilhares) ou menores (gamão, cartas). Sobre *estresir*, ver nota 47.

no alinhamento, estas ou aquelas já apareciam isoladas das divisas dos vizinhos, portanto, podendo dispor de acessos laterais.

A planta alta de algumas dessas casas de "porão alto", de certo modo, reproduzia o modelo da casa de quatro, ou melhor, de cinco portas, caracterizada pelo uso de um corredor central ao longo do qual, em ambos os lados, se alinhavam os quartos. Este plano básico, que ora complementa referências já expendidas, todavia, ao ser aplicado nas casas de "porão alto" caracterizadas por disporem de faces laterais isoladas dos vizinhos, conheceu perceptíveis modificações espaciais. As alterações procediam principalmente da introdução de uma escada social externa, paralela à fachada lateral, peça que desembocava em um patamar externo, de onde se alcançava o interior da casa por via um saguão, utilizado como ponto de articulação espacial da casa. O saguão quase sempre aparecia flanqueado por um gabinete de trabalho, ao qual se acoplava a ampla sala de visitas, compartimentos ambos lançados, de canto a canto, na frente da casa, de tal sorte que podiam abrir janelas concomitantemente para a rua e para os pátios laterais. Junto do saguão de acesso, também aparecia uma saleta, onde nascia curto e largo corredor interno, que se desenvolvia ladeado por uma dupla sequência de dormitórios, iluminados por janelas voltadas para os pátios laterais.

O corredor penetrava até a vasta sala de refeições, "a primeira sala de jantar", junto da qual se agregava uma "segunda sala de jantar", larga peça avarandada, aberta para o pátio de fundos ou, melhor dito, para o quintal.[13] Seguia-se uma fileira de espaços de serviço, encabeçados pela cozinha e complementados por banheiros, quartos da criadagem e depósitos. Na Fortaleza, esse apêndice era comum nas demais tipologias de habitação, geralmente aberto, mas que algumas vezes contava com os vãos preenchidos por um correr de janelas com folhas venezianas, como ainda se pode ver nas residências Neutel Maia e Leite

[13] Estes espaços mencionados ao longo do texto, cumpre ressaltar, apareciam reproduzidos com ligeiras variações em outras partes do País. A propósito, esclareça-se que sempre foram usuais as designações "sala de visitas" e "sala de jantar", embora, com o passar do tempo, a primeira expressão ficasse simplesmente reduzida à palavra "sala" ou a "sala de estar", neste caso, por provável adaptação do *living room*, de língua inglesa. Atualmente, aqueles termos vêm perdendo sentido, em face da gradativa redução dos espaços, particularmente nos apartamentos, os quais reúnem visitas, estar e refeições em um só ambiente. De certo modo, o uso da expressão "sala de jantar", corrente no Ceará e em outros locais do Brasil, constitui uma espécie de arcaísmo, ou melhor, um foco de resistência semântica, pois, outrora jantava-se ao meio dia e ceava-se ao entardecer.

Gondim, referidas mais à frente. Nesse trecho final, já nos extremos da casa, no pavimento superior implantava-se uma escada descoberta, que conduzia ao porão.

A comunicação direta entre os dois níveis da casa somente se fazia por meio das duas escadas a céu aberto, na frente e nos fundos, limitação que poderia demonstrar a ocorrência de segregação social entre a família e os empregados. Por certo, havia segregação, relativa, no entanto, dado que comumente algumas criadas ocupavam compartimentos na parte posterior do piso residencial, em condição de poder prestar eventual ajuda à noite, ou até dormir em companhia das crianças.

Como índice de conforto, várias casas *fin-de-siècle* de maior porte possuíam "água encanada" na cozinha, nos banheiros e nos jardins. "Encanada", convém explicar, porque aduzida em canos. Como a Cidade ainda não contava com serviços públicos de fornecimento hídrico e nem havia rede de energia elétrica que movimentasse as bombas elétricas (rede inaugurada em 1912), a água era retirada das cacimbas à força de cata-ventos metálicos, que a elevavam aos reservatórios, em muitos casos construídos isoladamente, nos quintais. O fornecimento de água por gravidade limitava-se às partes de serviço, de sorte que como os banheiros se localizavam no trecho final da casa, justificava-se a manutenção do emprego noturno de urinóis.

Casas de "porão alto" fortalezenses

Conquanto este artigo trate diretamente do palacete Carvalho Motta, pareceu acertado apresentar uma relação de outras casas de igual valia, acompanhadas de sucintos comentários, entremeados com eventual cotejo com o "modelo pleno" proposto em tópico anterior. Como as casas de "porão alto" fortalezenses não mostram unidade formal, figuram relacionadas segundo uma conjectural ordem cronológica de construção.[14]

A lista se inicia por duas casas, uma delas localizada na esquina da rua Dr. João Moreira com a rua Barão do Rio Branco e outra, vi-

[14] As edificações aparecem ordenadas sob denominação genérica de "casa", nomenclatura usual nos registros dos órgãos de preservação arquitetônica (IPHAN e repartições estaduais). No falar comum, em busca de expressividade, muitas vezes são citadas como palacetes ou mansões.

zinha, localizada nesta última rua. Ambas as edificações foram erguidas em terreno ocupado, havia pouco, pelo demolido Teatro São Luís, cujo lote original ficou bipartido. Devem ter sido construídas em 1897, como o atesta a referência aplicada em um portão de entrada remanescente. Chamavam atenção na época, como refere o romance *Mississipi* de Gustavo Barroso: "São dois palacetes de moradia. Um é para o Dr. Moreira da Santa Casa, o outro para um comemdador do Pará que tem nome estrangeiro". (BARROSO, 1996: 114).

1. Casa Dr. João Moreira, hoje demolida situada em esquina no alinhamento das ruas Formosa (Barão do Rio Branco) e da Misericórdia (Dr. João Moreira), com acesso pela face lateral voltada para esta última rua. Recuada, em boa parte, usufruía da introdução de um jardim seccionado pela escada social. Essa casa pertenceu ao Dr. João da Rocha Moreira (1845-1913), médico respeitado na Cidade como pioneiro da realização de partos em maternidade. (NOGUEIRA, 1954: 43). Derrubada para construção de um prédio comercial, obtém-se idéia da forma original por meio de fotografia incluída no *Album de Vistas do Ceará*, tomada em 1907. (Figura 4). Recentemente, o terreno ocupado pela casa foi, por sua vez, subdividido em dois lotes estreitos (ver Figura 6).

2. Casa localizada na rua Formosa nº.2 (Barão do Rio Branco, nº. 520), vizinha à anterior. Ainda continua de pé, embora privada do revestimento original da fachada, executado com guarnecido disposto em listras

Figura 4 - Casa Dr. João Moreira, na esquina (demolida), e casa na rua Barão do Rio Branco, 520. Observar nesta última, à aplicação de "guarnecidos" em listras nas fachadas. *(Album do Ceará, 1908)*.

horizontais, hoje removido.[15] O recuo da entrada da casa formou um pátio frontal, aberto para a rua, no qual foi introduzida uma varanda no pavimento superior, servida por escada externa. (Figuras 4 e 5). No portão ainda se lê o ano de construção da casa (1897) e, em monograma, as letras PS (ou SP). Apesar dos esforços, não se conseguiu a identificar o proprietário do imóvel, cujo nome aparece subentendido nas letras do monograma.[16]

O porão dessa casa tem pé direito de 2,50 m, medida comum em quase todas as demais casas de "porão alto" fortalezenses. Essa altura era, todavia, bem menos elevada na vizinha Casa João Moreira, cujo nível do

Figura 5 - Casa rua B. Rio Branco, 520. Foto atual.
Edificação alterada: com a remoção dos "guarnecidos" nas fachadas e aplicação de encasque de pedra na altura correspondente ao portão.
(Col. Autor).

[15] Guarnecido, guarnecimento ou guarnição. De acordo com Tacla: "Guarnição, s.f. [...] 2. *Constr*: Acabamento sobre o reboco da parede, que consiste na aplicação de uma fina camada de pasta de cal alisada a colher, para formar uma base lisa de pintura." TACLA, 1984, 240 (ver também GUERRA, M. J. J., 1850: 146 e LEITÃO, L. A., 1896: 269). No Ceará, o revestimento era conhecido por "esguarnecido". Fotografias do começo do século XIX apresentam inúmeras casas de morada e prédios comerciais tratados com guarnecidos monocrômicos, mas também aplicados em faixas horizontais, nas mais das vezes listras alternadas, brancas e de cor vermelho escura ("sangue de boi"), como ora mencionado, ou à imitação de mármore, como na varanda da Casa Jeremias Arruda, citada à frente.

[16] As letras do monograma não correspondem às iniciais do nome do respectivo contribuinte relacionado nas listas de décima predial publicadas oficialmente. De acordo com a cobrança da décima urbana de 1898, a casa situada na "Rua Formosa, 2" pertencia a José Felix Gemaque [?] F. [?] de Mello. (*A Republica,* 05.02.1898, p. 8). O monograma pode ter sido aplicado posteriormente por novo proprietário, que fez substituir as letras primitivas pelas suas.

pavimento superior se desenvolvia aproximadamente a 1,80 m com relação à calçada, fato que implicaria o porão ter tido piso escavado no solo.

Na dupla citada, cada casa, como referido, mantinha soluções próprias, que as caracterizavam de modo inconfundível, embora ambas e, particularmente, a última se distanciasse bastante do "modelo pleno" proposto em tópico anterior. (Figuras 4, 5, 6 e 7).

Figura 6 - Casa rua B. Rio Branco. 520 e construções erguidas na esquina, em lugar da antiga casa Dr. João Moreira. Foto atual. Observar a desordem arquitetônica. *(Col. Autor)*.

Figura 7 - Casa rua B. Rio Branco, 520. Foto atual. Observar monograma e ano no portão. Foto atual. *(Col. Autor)*.

3. Casa Neutel Maia[17], construída em 1898 (ano assinalado no portão de entrada) na rua Visconde do Cauípe, hoje Avenida da Universidade, 1940, no Benfica. (Figura 8). Este exemplar de alta valia arquitetônica preenche totalmente a mencionada organização espacial

[17] Neutel Newton Maia era *paroara* (palavra irmã de *parauara*, i.é., paraense). Em Fortaleza, designava os cearenses, como Neutel Maia, que retornavam à terra natal enriquecidos na Amazônia com os negócios da borracha. Rio Branco, futura capital do Acre, nasceu e floresceu em torno da casa do seringal Empresa, de Neutel Maia, figura hoje reverenciada como nume tutelar, fundador da cidade. A casa de Neutel Maia, no Benfica, logo foi vendida a Adolpho Campelo e posteriormente repassada a outros proprietários. Comentários à inesperada transação aparecem em diálogos do romance *Mississipi*, de Gustavo Barroso "*Seu* Neutel fez aquele casarão no Benfica que hipotecou antes de morar nele." (BARROSO: 1996, 55).

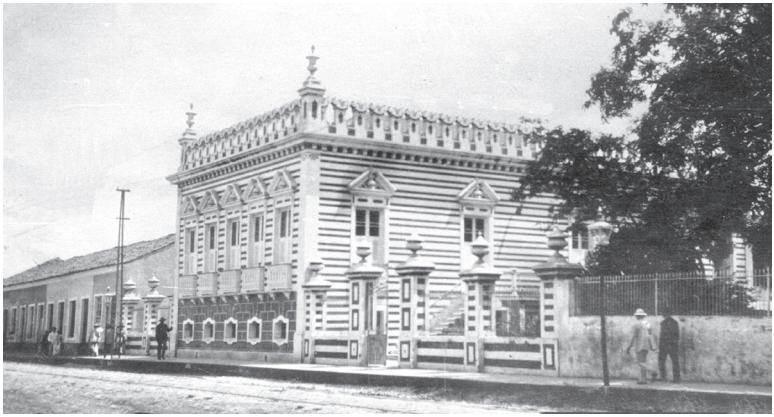


Figura 8 - Casa Neutel Maia. Aspecto original.
(Col. Nirez).

plena da tipologia das casas de "porão alto", menos na decisão de ter sido levantada no alinhamento da rua. Sobre o mais, entre as congêneres fortalezenses, é aquela que se encontra em excelente estado de conservação, mantendo preservados todos os seus espaços originais. Quanto aos exteriores, pede apenas a reconstituição do portão de entrada, modificado para entrada de veículos motorizados, e a recuperação das fachadas, originalmente tratadas com guarnecido em faixas horizontais. A platibanda recebeu um correr de merlões estilizados, reminiscência decorativa neogótica, outrora comum nas casas do Benfica. O estado de conservação da casa constitui ocorrência singular, pois, pouco depois de inaugurada, foi adquirida por terceiros, à parte o fato singular de que, durante seu percurso centenário, atendeu a diversos usos (residência, escola secundária, clinica traumatológica). Pertence hoje à Prefeitura Municipal de Fortaleza, fato auspicioso para a preservação do imóvel.

4. Casa Manços Valente Cavalcante, vizinha à anterior, situada na avenida da Universidade, nº. 1896, também no Benfica. (Figura 9). Doada pelo proprietário a uma instituição religiosa, hoje mantém, da forma original, apenas os compartimentos de frente, ainda assim com a escada de mármore e guarda-corpos de ferro quase escondidos à vista dos transeuntes. Construída em meio a amplíssimo terreno, diminuído

Figura 9 - Casa Manços Valente Cavalcante. Foto atual.
(Col. Autor).

com o passar dos anos e gradativamente ocupado por edificações de vulto, a casa perdeu a generosidade espacial e imponência de sua implantação original. As dimensões da gleba primitiva, a sisudez da aparência formal e a forma dos ornatos aplicados remetem à hipótese de que a Casa Manços Valente Cavalcante possa figurar como o mais antigo dos exemplares fortalezenses da tipologia, pelo menos em termos de implantação isolada no lote.

5. Casa João Evangelista da Frota, na esquina das ruas Floriano Peixoto e Pedro Pereira, canto sudoeste. (Figura 10). Edificação, hoje demolida, apresentava-se, de modo curioso, como uma transcrição quase absolutamente literal da Casa Neutel Maia, aliás, até mais valorizada aos olhos dos passantes, em decorrência da localização. Nos fundos do terreno, na rua Major Facundo, havia um pequeno bloco complementar, destinado ao lazer. A incomum similitude das duas casas, no partido, nas próprias fachadas, tratadas com guarnecidos aplicados em listras, e nos elementos decorativos, certamente se explica pelas relações de parentesco entre as famílias de José

Figura 10 - Casa João Evangelista da Frota. Demolida.
Observar semelhança formal com a casa Neutel Maia (ver Figura 8).
(Col. Nirez).

Evangelista da Frota e Adolpho Campelo, o segundo proprietário da Casa Neutel Maia.

6. Casa Carvalho Motta, tema deste artigo, recebe considerações pormenorizadas mais à frente. (Ver figura 2).

7. Casa José Leite Gondim Filho. Edificação erguida em 1915 na rua General Sampaio, nº 1406 (GONDIM, Linda M. P. p. 69-77),

Figura 11 - Casa José Leite Gondim Filho.
Foto atual.
(Col. Autor)

implantada com certo viés arcaizante, pois, embora dispusesse de terreno amplo, foi construída no alinhamento e pegada à casa vizinha. (Figura 11). De modo singular, conquanto recorresse a uma circulação interna larga, reproduzia em planta o padrão das chamadas casas de "três portas" localizadas em esquinas, uma vez que tinha os dormitórios voltados para o interior, sem iluminação e ventilação diretas. Contraditoriamente, entretanto, a "segunda sala de jantar" diluía-se como uma copa alargada, já à moderna, seguida por uma área de serviço defendida por um correr de janelas com folhas venezianas.[18] O nível do piso superior, de 2,30 m com relação à calçada, é dos mais baixos da tipologia.

8. Casa Morais Correia, propriedade de Luiz de Moraes Correia (Amarração [Parnaíba], 1881 – Fortaleza, 1934), professor da Faculdade de Direito, construída em 1918/1919, hoje demolida. (Figura 12). Por certo, o mais elegante dos exemplares de casas de "porão alto" fortalezenses, recuada do alinhamento, com solução em plano compacto, desprovida do habitual puxado ocupado pelos ser-

Figura 12 - Casa Luiz de Moraes Correia. Demolida.
(Col. Nirez).

[18] Conhecida nas proximidades (onde vivia o autor, quando menino) como morada em que se cultivava a música - erudita e popular, instrumental e cantada, a casa remanesce silenciosa e em processo de desfiguração, indiferente aos ouvidos e aos olhos dos que hoje a contemplam. Não se sabe ainda quanto durará, admirada como testemunho material dos refinamentos artísticos de uma Fortaleza desaparecida. Sobre proprietários e casa, ver GONDIM, Linda M. P. *Uma dama da belle époque de Fortaleza*. Maria de Lourdes Hermes Gondim. Fortaleza: LCR, 2001.

viços. Traduzia o modelo pleno da tipologia, esteticamente atualizado, resolvido, portanto, com proposições decorativas da segunda fase do ecletismo arquitetônico na Cidade. Erguia-se na Jacarecanga, na atual praça do Liceu, esquina sudoeste, no início da avenida Francisco Sá. Aparece como a única das casas de "porão alto" cujo projeto original é conhecido, não obstante sem assinatura do autor, mas provável obra de João Sabóia Barbosa. (Arquivo CAU/UFC).

9. Casa Jeremias Arruda. Situada na rua Barão do Rio Branco nº 1594, faz *pendant* com a casa Neutel Maia, figurando como uma das realizações mais aproximada das casas de "porão alto" ditas de modelo pleno. (Figura 13). Edificação inscrita na lista de bens culturais cearenses nos Livros de Tombo da Secretaria Estadual de Cultura. Inaugurada em 1920, mostrava-se já integrada, portanto, às variações formais da segunda fase do ecletismo arquitetônico fortalezense, da qual há de ser a última edificação residencial de significativo prestígio arquitetônico. A localização em área periférica ao centro da Cidade obrigou à implantação da casa em terreno relativamente limitado para as aspirações do projeto, talvez elaborado com vistas a outro local. Não se sabe, aliás, por que a localização em praça já totalmente habitada teria atraído o proprietário, decisão que implicou a demolição de um chalé erguido no lote, imóvel pertencente à viúva de Adolpho Herbster.

Figura 13 - Casa Jeremias Arruda (Instituto do Ceará). Foto atual. *(Col. Autor).*

A escada metálica de plano *bombé* avulta como marco distintivo da casa, lançada ao pé de um volume cilíndrico, cujo coroamento, talvez hemisférico ou bulboso, não foi construído. Os espaços sociais cumpriam os ritos solicitados pelo programa da edificação, definidos por ampla varanda de acesso, larga circulação interna em galeria, iluminada por lanternim, à parte o emprego de materiais de construção selecionados, como uso de telhas de Marselha, procedentes do Pará, de onde vieram, aliás, todas as madeiras – estruturais [da coberta], esquadrias, forros e pisos, estes valorizados com a aplicação de ornatos, alguns resolvidos com trabalhos de marchetaria. A solução do telhado em abas do tipo "dente de serra", desconhecida no Ceará, faz supor que o projeto da casa não foi elaborado na Cidade.[19]

Vendida a casa à filial paraense do Banco Nacional Ultramarino, de Lisboa, logo foi alugada por órgãos públicos, do Estado e do Município. As alterações nos espaços, entretanto, somente ocorreram quando da instalação do Ginásio Municipal em 1951, instituição que permaneceu no palacete até 1966. Na ocasião, paredes divisórias dos dormitórios foram removidas, a fim de transformá-los em salas de aula, bem como introduzidas modificações que atingiram a segunda "sala de jantar", além de que, paralelamente, todos os espaços de serviço acabaram demolidos para a construção de instalações sanitárias coletivas. No antigo quintal, restou apenas a caixa d'água de alvenaria, desacompanhada do indefectível cata-vento metálico, talvez retirado anteriormente. Essas intervenções, que descaracterizaram a forma primitiva da casa, bem como a falta de informações pertinentes, impedem a reconstituição do uso dos espaços originais do imóvel, menos a sala onde funcionava uma capela doméstica, perceptível por uma cruz aplicada no forro de madeira.

***

[19] Jeremias Arruda (Santo Antônio do Aracatiaçu, 1883 - Rio de Janeiro, 1959) viveu na nova casa entre 1920 e 1926, quando teve de se desfazer de seus bens a fim de saldar débitos provocados por decisão unilateral do Banco do Brasil, entidade que lhe financiava os negócios. Retirou-se do Ceará, movendo ação contra aquela casa bancária durante trinta anos, findos os quais obteve ganho de causa, na verdade, vitória moral, mais em favor de sua idoneidade comercial do que em ressarcimento dos prejuízos financeiros. (FURTADO, F. A. A. Centenário de Jeremias Arruda. 1984: 147-156).

Fortaleza conheceu outras casas de "porão alto", algumas já mais recentes e, por tal razão, sem efetiva definição da tipologia. Pede registro a casa pertencente ao empresário Francisco Philomeno Ferreira Gomes (1854-1923), já demolida, a qual, embora portasse elementos característicos, seu piso inferior, com pé direito relativamente elevado, não poderia ser considerado propriamente um "porão alto", uma vez que, de fato, resultara em um pavimento térreo. Aplicações decorativas da década de 1920 e o falecimento do proprietário, ocorrido em 1923, levam a datar-se a construção da casa naquele interstício. Localizada em esquina, caracterizava-se tanto por exibir os espaços de recepção, à frente, dispostos em recuo na rua Padre Mororó (escada e longa varanda interna), como por desenvolver lateralmente corpo no alinhamento rua Guilherme Rocha, entremeado com trecho com varanda.

Outras referências, como dito, mostram soluções aproximadas da tipologia, como é o caso de um conjunto de casas de "três portas" construídas na rua Sólon Pinheiro, em frente do Parque da Liberdade (nº. 38 e vizinhas), hoje descaracterizadas, no todo ou em parte. Ganharam porão habitável apenas na parte frontal, certamente introduzido como aproveitamento da declividade do terreno. No grupo, difere e sobressai aquela com número 76, situada mais ao sul, que mantém certos vínculos com as casas de "porão alto", embora se trate de obra mais nova, já posterior a 1920.

Houve também edificações semelhantes a casas com porão habitável, sem comércio no pavimento térreo, entretanto, ainda ordenadas espacialmente como sobrados. Entre algumas, pede menção a casa de Antônio Diogo de Siqueira, obra do começo do século, hoje demolida. Localizava-se na esquina das avenidas Tristão Gonçalves com Duque de Caxias, onde atualmente se ergue o Fórum Autran Nunes.[20]

[20] A morada do empresário Antônio Diogo de Siqueira, na realidade, constituía uma raríssima "casa da sete portas" com piso sobrelevado, mostrando aparência austera, apesar de construída na primeira década do século XX. Na infância do autor, nascido na quadra vizinha, nela criado e nas redondezas, a avenida Duque de Caxias ainda não estava pavimentada no trecho entre a parte lateral da casa e o fronteiro Centro Artístico. O chão de areia, coberto por fina camada de grama, chamado "Patecão" pela meninada, constituía palco para infindáveis partidas de futebol que se prolongavam ao escurecer, como sempre, entremeadas de ensurdecedora gritaria e assuadas, aceitas com simpática tolerância por "Seu Tó" (Antônio), morador da casa, um dos herdeiros, filho do proprietário.

Como mencionado, os porões das casas de "porão alto" tinham pés direitos pouco elevados, quase sempre em torno de 2,50 m, raros aqueles um pouco mais altos ou mais baixos, neste caso, escavados no solo, pois tinham piso inferior ao da calçada.[21] Essas alturas limitadas dos porões faziam contraste com os elevados pés direitos dos pavimentos superiores, ainda semelhantes aos dos velhos sobrados, como podem ser vistos na própria Casa Carvalho Motta (5,10 m), nas Casas Neutel Maia (4,92 m) e Jeremias Arruda (4,96 m), bem como no desenho da Casa Moraes Correia (4,45 m).

As casas de "porão baixo"

Do mesmo modo como foram nomeados os sobrados, tipologia de que derivaram as casas de "porão alto", também pedem referências as casas de "porão baixo", denominação genérica e até imprecisa, sobre a qual se prestam algumas informações. À medida que o fim do século XIX se aproxima, o piso superior da casa desce para um nível de pouca altura, o que significa dizer - ocorre supressão definitiva do porão habitável. Erguidas inicialmete no alinhamento, de meação com os vizinhos (Figura 14), as casas de "porão baixo" logo conheceram nova versão, com recuo e isolamento lateral, aparecendo agora emolduradas por jardins, quer dizer, envolvidas por vegetação ornamental que se integrava aos espaços domésticos, por proximidade e interpenetração. (Figura 15). Surge assim uma nova tipologia de morada, a qual, como mencionado, se convencionou denominar *casa de porão baixo*. Esta busca pelo rés-do-chão, nessas casas, ressalte-se, não deve ser confundida com retorno a velhas tipologias, nem às antigas casas térreas, lançadas no alinhamento e, nem muito menos, às antigas chácaras, propriedades estas de maior porte, mas sem atavios paisagísticos, também caracterizadas

[21] De modo geral, em consequência de desnível da rua, somente em raríssimas situações se observam escavações do solo para rebaixamento do piso do porão, com ganhos de altura que pudessem permitir morada. Citam-se como exemplos as mencionadas casas da rua Sólon Pinheiro, em frente do Parque da Liberdade, cujas soleiras do plano superior não alcançam 1,50 m de altura com relação à calçada. No Brasil, revelou-se incomum a introdução de um pavimento em nível inferior à calçada, com entrada independente, direta da rua, tipologia de morada comum no mundo anglo-saxônico, conhecida como *basement.*

por morada erguida em meio a densa arborização, todavia, de fins utilitários, e quase sempre resolvida com a tipologia dos chalés.

À parte o conforto proporcionado pela eliminação das escadas, a reduzida altura do nível do piso da casa praticamente o transforma em pavimento térreo, embora discretamente elevado com relação ao solo.

Figura 14 - *Casa de porão baixo:* Casa Liebmann.
Construída no alinhamento e de meação com os vizinhos. Rua Dr. João Moreira, 163. Esta casa já aparece no *Álbum de Vistas do Ceará*, publicado em 1908. Foto atual.
(Col. Autor).

Figura 15 - *Casa de porão baixo:* Casa João Thomé de Saboya - Vila Angélica.
Isolada dos vizinhos e recuada da rua.
Observar o *perron* de acesso. Avenida da Universidade, 2762. Antiga sede da Escola de Engenharia/UFC. Demolida.
(Col. Nirez)

O pouco alçamento do pavimento das casas de *porão baixo* imbricava-se em razões estéticas, sociais e construtivas. Razões estéticas, porque, conquanto desligada minimamente do chão, a casa era exibida sobre um pedestal amplo, que a tornava mais destacada; razões sociais, porque, no desejo de mostrá-la aos passantes, procurava interceptar, entretanto, os olhares indiscretos lançados aos seus interiores; razões construtivas, porque, optando pelo uso do piso de madeira, tantas vezes tratado com desenhos refinados, não havia como aplicá-lo diretamente sobre o solo.[22]

Inúmeras foram as variantes na implantação das casas de *porão baixo*, sempre dessemelhantes em planta, entre as quais avultam numericamente aquelas mais simples, construídas em meação com vizinhos, com opção por soluções ditas de "três ou mais portas". Abundantes, não apenas na paisagem urbana fortalezense, mas comuns em todo o País, deixam de lhes ser dispensadas referências mais longas ante o fato de se mostrarem já bem distantes das características tipológicas das casas de "porão alto".

Outras variantes contemporâneas

Contemporaneamente às casas de "porão alto", vale mencionar, foram erguidas casas de dois pavimentos, tantas vezes designadas de modo impreciso pelo nome genérico de palacete. Resolvidas com organização espacial condizente com as elevadas aspirações afirmativas de seus proprietários, compendiavam um tipo de morada cujo pavimento superior se mantinha reservado unicamente à intimidade do lar (dormitórios), enquanto a planta baixa destinava-se agora à vida social, nas salas, nas varandas e nos jardins. A esses espaços de fruição elegante, agregavam-se, na parte posterior das casas, as atividades de serviço, discretamente confinadas, quase sempre encobertas com cercas ou por outros artifícios. Como se vê, conquanto edificadas com dois pavi-

[22] A elevação do piso, mínima que fosse, era necessária para evitar o contato do soalho de madeira com o solo. Somente após a década de 1930, a introdução do concreto – simples ou armado - permitiu a proximidade com o chão. A nova técnica construtiva incentivou o emprego de parquetes *(parquet*) nos pisos térreos (tacos, no falar popular), aplicados sobre uma camada de impermeabilização de concreto simples, conhecida popularmente (no Ceará) como "piso morto".

mentos, as relações entre os espaços ficavam resolvidas de modo diferente das casas de "porão alto" (e dos sobrados), que dispunham todas suas as funções em um mesmo piso elevado.

Essa nova tipologia residencial de morada criada de conformidade com variadas expressões formais e espaciais, ora mencionada sem clara identificação, pede estudo que ultrapassaria o balizamento cronológico deste artigo. Recebe citação porque se explicitou traduzida segundo diversificados padrões de casas brasileiras construídas durante e depois da década de 1920 (ou até antes), concebidas consoante expressões de um ecletismo arquitetônico já desligado de referências decorativas greco-romanas ou dos estilos franceses ditos *louises*. A alusão abrange designadamente casas de um ou dois pavimentos, em bom número conhecidas, quase sempre sem razão, como bangalôs.[23]

5 Ecletismo arquitetônico

As casas de "porão alto" integram um amplo grupo de edificações que se expressam de acordo com soluções formais múltiplas, geralmente inspiradas no passado. Segundo alguns autores, essas referências englobariam proposições já manifestadas desde meados do século XVIII, participantes de um sistema estético difuso, posteriormente denominado "ecletismo arquitetônico". Cabe, entretanto, ponderar que a expressão, quando tomada *stricto sensu*, na verdade, congregaria realizações francesas dos anos posteriores à era napoleônica, projetadas segundo asserções emanadas da École de Beaux Arts de Paris, posteriormente difundidas e acatadas nos mais distantes recantos.

O século XIX europeu, particularmente em sua segunda metade e com extensões no mundo ocidental, corresponde à ascensão definitiva da burguesia, cujas aspirações estéticas passam a se evidenciar sob os

[23] Os bangalôs de raiz pautavam-se por uma tipologia de morada indiana com marcas tropicais. Difundidos no Ocidente pelo colonialismo britânico, procediam da província de Bengla (Bengala), origem do nome *bungalow*. Fortaleza contou com um exemplar valioso, hoje demolido, a *Itapuca Villa*, casa marcada por mensagens estéticas vindas do exterior, pelo menos nas varandas, além de que a garagem, isolada do bloco residencial, se apresentava como pequena construção de madeira, pré fabricada, cuja procedência inglesa aparecia atestada nos desenhos remetidos ao proprietário. Localizava-se na Jacarecanga e pertencia a Alfredo Salgado, exportador de algodão, empresário de posses, ligado comercialmente à Inglaterra.

mais diversos modos. Assim, tanto por não haver conseguido desenvolver um estilo artístico próprio, bem como pelo desejo de incluir suas recentes criações arquitetônicas no acervo amplo, acumulado ao longo da história, a burguesia busca realizá-las deitando raízes, ora em um passado distante, heróico ou cristão, ora mais próximo, de fonte aristocrática. Eis, pois, como se explica o direcionamento acelerado da classe vitoriosa em favor da acolhida de propostas apoiadas na reprodução, geralmente parcelada, de elementos tomados à arquitetura antiga, embora as obras em curso fossem destinadas a atender a programas arquitetônicos criados por uma sociedade industrial que se consolidava.

A busca de nobilitação legitimadora, traduzida em tentativas de harmonizar a acirrada contradição entre anseios e realidade, entre romantismo e objetividade burguesa, gera os chamados "estilos históricos", comumente conhecidos por "neos", isto é, neoclássico, neobarroco, neogótico, neorromânico, neobizantino etc. Na Europa, todavia, desde meados do século XIX, muitos daqueles velhos e díspares modelos inspiradores da arquitetura dita historicista, que se compraziam em copiar "fielmente" determinados estilos antigos, começaram a ser substituídos por um *mélange* formal com aspirações conciliadoras. Torna-se comum, na mesma edificação, portanto, o emprego conjunto de elementos constitutivos de procedências várias, históricas e geográficas, provocando o aparecimento de uma mistura estilística, que veio a ser conhecida por *ecletismo arquitetônico*.[24]

O ecletismo arquitetônico, de rápida e unânime aceitação universal, tinha como ampla vitrine urbana a cidade de Paris, totalmente remodelada, entre 1853 e 1870, por Napoleão III, imperador de origem burguesa, com trabalhos postos sob a direção do prefeito da cidade, o Barão Eugène Haussman, no comando de uma prestigiosa equipe de arquitetos e engenheiros. Novo e fascinante ícone urbano, Paris rapidamente se transformou na "Capital do Século XX". (BENJAMIM, W., 1989). A requisitada presença da metrópole francesa refletida num refinamento do quotidiano e nas artes, em particular na arquitetura, projeta

[24] O vocábulo ecletismo remete ao filósofo francês Victor Cousin (1792-1867), envolvido por "um "espiritualismo histórico [...] que procurou construir uma doutrina escolhendo em outros sistemas as teses que lhe pareciam verdadeiras". (JAPIASSÚ, H. e MARCONDES, D., 1996: 78). Ecletismo vem do verbo grego *eklegò*, que significa escolher.

uma imagem admirada nos *boulevards*, nos *carrefours*, nos parques, jardins, *passages*, nas lojas de departamentos, nas exposições internacionais, que se vai espalhar pelo mundo, reproduzida como prestigioso símbolo de progresso, modernidade e de novos modos de viver, traduzido pela expressão *belle époque*, conferida ao período.

Ecletismo arquitetônico no Brasil

No Brasil, as primeiras manifestações deliberadas do ecletismo arquitetônico surgem em fins do século XIX, intensificadas desde a abertura da Avenida Central (1903-1906), depois Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, operação haussmanniana amparada num programa de renovação urbana e saneamento da cidade insalubre, obra grandiosa com ampla repercussão em todo o País. As ideias de transformação física da Capital Federal, contudo, já datavam de três décadas, não consubstanciadas por falta de meios e pela ausência de interesse imperial. A República, tomando o progresso material como lema de legitimação política rebatido no plano artístico, procurava romper com o passado, recorrendo a formas simbólicas novas de afirmação cultural. Tentava reproduzir no trópico, conquanto em ponto menor, um cenário urbano transcrito da capital francesa, de modo a emular com Buenos Aires, cidade republicana de aparência européia, com rápido e fabuloso crescimento material e cultural, que vaidosamente se autodenominava a Paris da América. Num instante, portanto, de consolidação das novas instituições, a Capital Federal, o Rio de Janeiro, pairava como guia nacional, não apenas no campo da orientação política, social e artística, mas modelo acabado, enfim, protótipo atualizado, moderno, para a elaboração do edifício e de sua inserção na paisagem urbana.

A imagem europeizada que o ecletismo arquitetônico conferiu às cidades brasileiras durou pouco, entretanto. Após a Revolução de 1930 e, principalmente, depois da Segunda Grande Guerra, ocorreu rápida e generalizada dizimação da arquitetura eclética no País, em parte consequência das campanhas discriminativas e pejorativas empreendidas pelos modernistas, adversários radicais. Por outro lado, os lotes generosos e a posição urbana privilegiada de que muitas realizações do ecletismo arquitetônico desfrutavam, fizeram com que o solo por elas ocupado fosse eleito como alvo preferido da especulação imo-

biliária, deixando-as totalmente indefesas por falta de salvaguardas legais de proteção.

Ecletismo arquitetônico na Fortaleza

Os primeiros decênios do século XX vão corresponder a uma grande transformação na fisionomia fortalezense, talvez iniciada em 1894, com a inauguração do novo prédio do Liceu do Ceará, na praça dos Voluntários. (BEZERRA, 1895: 158). De modo lento e, logo depois, já rápido, a Cidade se envolveria no mesmo processo renovador de abrangência nacional e internacional, embora compreensivelmente concretizado em nível mais modesto. As mutações, conquanto em boa parte, fossem meramente epidérmicas, restritas à remodelação de velhas fachadas oitocentistas, havia, porém, intervenções mais profundas, que punham a capital cearense em passo aproximado com as novidades acolhidas pelas cidades maiores, destacadamente com o Rio de Janeiro. Desponta, assim, em Fortaleza, um ciclo de realizações ligadas ao ecletismo arquitetônico, que se inicia logo depois da Proclamação da República e dura até a Revolução de 1930, praticamente encerrado com a inauguração do Excélsior Hotel.

Pode-se dividir o ecletismo fortalezense em dois períodos. O primeiro corresponde aos anos do governo Nogueira Accioly, que encontra no Teatro José de Alencar sua obra mais significativa. O segundo período se inicia timidamente na administração municipal de Ildefonso Albano, ganhando expressiva força ao longo da década de 1920, em obras públicas e privadas. O começo dessa fase relacionou-se com os trabalhos de reurbanização da Praça General Tibúrcio e retificação de sua face oeste, conhecida por "quarteirão barrigudo", fronteiro à mesma praça,

O tempo consolidou a aceitação do ecletismo arquitetônico na capital, tanto por parte dos grupos dirigentes, como por vastos escalões da classe média, dos mais altos aos menos elevados. A aparência urbana fortalezense se modificou rapidamente em três decênios, adquirindo aquele aspecto harmonioso que a cidade chegou um dia a exibir, gradativamente descaracterizado ou destruído, a tal ponto que hoje rareiam os exemplares representativos remanescentes da época.

As realizações daquele ciclo vieram a se configurar verdadeiros arquétipos arquitetônicos, queridos e entendidos pelo povo como sím-

bolos de um passado feliz e amável, de uma *belle époque* fortalezense, na realidade, vivida por reduzido grupo de felizardos em um mundo alheio à vida de expressiva parte de uma população, pobre e não participante.

6 Carvalho Motta e seu palacete

A História da Arte tem como escopo intrínseco o estudo da história das realizações pictóricas, escultóricas e artes aparentadas. Sua irmã, a História da Arquitetura, dedica-se à história do projeto, da edificação, de sua execução e de eventuais modificações, enfim, interessa-se pela obra e pelo ambiente que a cerca, com extensões pertinentes à chamada História da Forma Urbana. Os métodos de trabalho empregados em ambas essas histórias particulares (autônomas, dizem alguns) se escudam na observação do objeto arquitetônico considerado, encontre-se este íntegro, esteja alterado ou eventualmente desfeito em restos.

Na História da Arquitetura, consequentemente, os estudos recorrem à ajuda de referências objetivas, isto é, à análise da obra em si, à utilização de levantamentos gráficos (medições) do edifício, às prospecções técnicas, aos processos arqueológicos, à documentação iconográfica disponível - fotografias, desenhos descritivos ou técnicos, croquis, bem como representações que forneçam ideias das múltiplas dimensões da obra, geométricas ou sensíveis, possibilitando hipóteses de reconstituição e de restauração. O uso e as mudanças de uso também ganham importância, uma vez que respondem quase sempre pela mutação física das edificações. Como processos de identificação ou de interpretação da obra, a Arquitetura (como as demais artes plásticas e visuais) vale-se da análise estilística, da filiação artística ou das influências estéticas absorvidas pelo projeto, próximas ou distantes, contemporâneas ou antigas. Também afeta a História da Arquitetura o exame de documentos históricos ligados a fatos concernentes à construção do edifício, tais como exigências contratuais técnicas e artísticas, honorários, orçamentos, salários, pagamentos a terceiros, despesas com a aquisição de materiais, datas, prazos de entrega ou quaisquer outras informações pertinentes, não se devendo também descurar das descrições dos cronistas e dos viajantes.

Os estudos de História da Arte e de História da Arquitetura não se preocupam necessariamente com biografias, sejam de patronos

das edificações, sejam de vultos cujos feitos aparecem consagrados em referências políticas, sociais ou artísticas. O conhecimento de dados relativos à vida ou à personalidade de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com as obras, entretanto, sempre enriquece a análise, muitas vezes fornecendo informações significativas para a história dos objetos analisados. Podem, assim, complementar e até ajudar a esclarecer, por vias não artísticas nem técnicas, pontos de interesse dos estudos específicos realizados pelos historiadores da Arte ou da Arquitetura.

Admitidas tais considerações, o texto arrola, portanto, referências à pessoa e à vida de Antônio Frederico Carvalho Motta, destacando acontecimentos alusivos ao curto período em que, com sua família, ocupou o palacete.

A figura de Antônio Frederico de Carvalho Motta

Antônio Frederico de Carvalho Motta nasceu na Granja em 23 de março de 1856 e faleceu no Rio de Janeiro em 2 de fevereiro de 1927. (MOTA. L., 1952: 271). (Ver figura 1). Filho do Coronel Francisco de Carvalho Motta, iniciou-se nas lides comerciais em sua cidade natal, desenvolvendo a firma Carvalho Motta & Irmão. Mudou-se para a Capital, provavelmente à volta de 1897 e, já desligado comercialmente do irmão, Zeferino Celso, transferiu, em 1900, a direção dos negócios granjenses para Ignácio Xavier, seu antigo auxiliar, que os continuou. (XAVIER, 1974: 23). Casado com Dª. Regina Ribeiro Motta, o consócio lhe deu oito filhos: Valdemar, Artur, Anésia, Cleonice, Carmen e Alaíde, e mais dois outros, falecidos na infância.

Na Capital, de início integrado no comércio de exportação, vem a dedicar-se ao setor bancário, com o que logo atinge posição de diretor e, depois, a de presidente do Banco do Ceará. (XAVIER, 1974: 98). Homem de fino trato, "um capitalista típico e não o clássico coronel do interior", Motta visitara a Europa várias vezes. (XAVIER, 1974: 27). Na Granja, onde havia exercido o comando do batalhão de infantaria da Guarda Nacional no posto de tenente-coronel, já era considerado um modelo de requintado comportamento social.

Participava com destaque na sociedade e na política cearense, figurando como deputado estadual pertencente à poderosa facção diri-

gida pelo Comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly (1840-1921). Mantinha, portanto, relacionamento com a oligarquia, a qual, dominando o Ceará desde a proclamação da República, foi destituída por rebelião popular ocorrida em janeiro de 1912, em ocasião quando Motta veio a ocupar o prestigioso cargo de 3º. vice-presidente do Estado. (GUIMARÃES, 1951: 175-6).[25]

Dias fugazes no palacete e outros dias

Em 1907, aos 50 anos, muda-se para o palacete que acabara de erguer no cruzamento das ruas General Sampaio com Pedro Pereira[26], obra de vulto para a cidade de então. A nova residência localizava-se no primeiro circuito periférico ao centro urbano, a dois passos da praça Marquês do Herval (hoje Praça José de Alencar), logradouro este ajardinado havia pouco tempo pelo Intendente Guilherme Rocha e cuja face sul logo se tornaria enobrecida pela presença do Teatro José de Alencar, com obras já por iniciar. Entre a praça e casa, ocupando metade do quarteirão, localizava-se a sede do Batalhão de Segurança (Polícia Militar). Na outra metade da quadra, ao sul, havia casas amplas, entre as quais a morada do poeta Juvenal Galeno, todas de porão baixo, não habitável.

É provável que antes de se mudar para o palacete, Carvalho Motta estivesse residindo numa casa térrea de "três portas", na Rua Formosa (hoje, Barão do Rio Branco), de sua propriedade, entre as ruas Senador Alencar e da Assembleia (atual São Paulo), então sob

[25] Neste artigo, boa parte da matéria referente a Carvalho Motta e seu palacete apoia-se no livro *Infância na Granja***.** de Lívio Xavier. Ampara-se também no texto original da *Memória Justificativa e Opinativa* encaminhada pelo autor ao DNOCS, conjuntamente com o projeto de restauração do prédio. A propósito, vale registrar a recente publicação do livro *Carvalho Motta, Capitalista e Governador*, circunstanciada obra biográfica da autoria de José Xavier Filho, editada sob patrocínio do Instituto José Xavier, da Granja. (2010).

[26] Na escritura de venda, em 1913, o imóvel aparece localizado "à rua do 'General Sampaio' de numero 94-B, do lado poente, [...] fazendo esquina com a rua 'Pedro Pereira', antiga 'São Bernardo' (escritura constante do Livro de Notas do Cartório Feijó, passada em 22 de maio de 1913, com cópia do traslado em anexo). O lançamento da décima predial urbana de 1907, ano da construção do palacete, apresenta vários imóveis sob o número 94, tais como "94. – Antonio F. C. Motta – 120$000; 94-B. – Clotilde A. de Alencar – 156$000; 94-C – José Cândido Freire – 84$000 (*A República*, 23.01.1907). O ano 1907 aparece numa cartela localizada no alto, na fachada leste do palacete.

número 68 (possivelmente hoje sob número 846). A rua Formosa, em particular nesse trecho no qual se levantavam os sobrados de maior porte, apresentava-se como a via mais elegante da cidade de então, embora alguns estabelecimentos comerciais já se entremeassem às residências, prenunciando com grande antecipação o futuro tipo de uso da área. Carvalho Motta, ao procurar zona ainda não integrante do centro comercial da cidade para morar, percebia e prestigiava as alterações que começavam a se fazer sentir no tecido urbano fortalezense, definidas por um zoneamento natural embrionário.[27]

Inaugurado festivamente o palacete[28], contudo, Motta mal pôde desfrutá-lo, visto que a 17 de fevereiro de 1908, vítima de apendicite, falecia Alaíde, sua filha caçula, menina de 13 para 14 anos. Tudo transcorrera com total surpresa, já que a doença acamara a jovem por pouco tempo.[29]

Em vista da elevada posição social de Carvalho Motta, pode-se avaliar a repercussão do desenlace, noticiado no longo necrológio inserido no órgão de imprensa governista, impregnado de referências sentimentais, tão ao gosto da época.[30]

O túmulo da família

O túmulo da família era uma capela com motivos neogóticos, localizada no lado sul da parte da frente do cemitério de São João Batista, a uns 20 metros do alinhamento. (Figura 16). Construção em pedra lioz, pré-fabricada, vinda de Portugal, concebida segundo mo-

[27] A casa da rua Formosa pagava uma décima predial urbana de 60$000 (*A República,* 19.02.1907). De acordo com a relação municipal de cobrança da décima predial, como tantos outros "capitalistas", Carvalho Motta possuía na cidade mais de três dezenas de casas alugadas, tipo de investimento comum àqueles que dispunham de reservas financeiras. (*A República,* 23.01.07).

[28] A casa de Carvalho Motta "fora inaugurada em festas muito antes do seu governo" (XAVIER, 1974: 93).

[29] Alaíde faleceu às 10:30 horas do dia 17 de fevereiro de 1908, sendo sepultada no mesmo dia, às 5 horas da tarde. A doença havia deixado "a senhorita presa ao leito por poucos dias" (*A República,* 17.02.1908).

[30] O necrológio falava em "galante criança", que partira para os "páramos ditosos", aos "reflexos flavos da tarde". E invocava: "Desparzamos goivos mas não acordemo-la do seu dormir", "ósculo perene de inocência". (*A República*, 18. 01.1908). A missa de sétimo dia realizou-se a 21 de fevereiro, às 7 horas da manhã, na vizinha igreja do Patrocínio (*A República*, 20.01.1908).

delos padronizados, a capela procedia das oficinas de "Luiz Filippe da Silva / Rua do Senado 187 / Lisboa", como se pode ler nas referências gravadas no paramento do túmulo.[31] Os registros epigráficos da capela apenas consignam pertencer à família Carvalho Motta, sem mostrar quaisquer inscrições relativas a enterramentos de pessoas. Completamente abandonada, sem porta, apresentando o interior desnudo, não se sabe se foi erguida em data posterior à morte de Alaíde, cujo nome teria sido omitido de modo proposital, ante o desespero dos pais amargurados, sem conforto. A transferência de Carvalho Motta com a família para o Rio de Janeiro, ocorrida não muito tempo depois, leva à suposição de que somente Alaíde foi sepultada na capela, talvez com posterior exumação e remoção para aquela cidade.

Figura 16 - Túmulo da família Carvalho Motta. Cemitério de São João Batista. Foto atual. *(Col. do Autor).*

[31] A pedra lioz é explorada na região de Lisboa. Esclarece Rodrigues: "LIOZ, adj. Do fr. [ant.] *liais*, do gr. *leiós*, liso (archit. e esculp.), pedra calcarea dura, branca, de grão mui fino, de que se faz uso não só para obras de architectura, mas para estátuas." (RODRIGUES, 1875: 241). Sobre uso de pedras importadas pelo Brasil, vindas de Portugal, em particular quanto à pedra lioz, Vauthier assim a descreve: "é um calcáreo de grãos compactos, entremeados de contextura saponácea, de bela cor branca, ligeiramente rosada". (VAUTHIER, 1943:156-157).

Mudança de morada e fechamento do palacete

O duro golpe da perda da filha desnorteou Carvalho Motta, que logo abandonou o palacete, mudando-se para a Jacarecanga, bairro então mais conhecido por Fernandes Vieira, antigo nome da atual praça Gustavo Barroso, popularmente denominada Praça do Liceu. Consoante Lívio Xavier, membro da família amiga, à qual Carvalho Motta transferira seus negócios e a casa da Granja quando se mudou para a Capital em definitivo, fica subentendido que a nova morada se localizava "Já na reta que levava [o bonde] da igreja do Patrocínio à residência de Carvalho Motta" (XAVIER: 91), ou melhor dito, na rua Municipal,[32] via indutora da posterior transformação da Jacarecanga em bairro elegante, hoje descaracterizado.

Após a deposição e consequente renúncia de Nogueira Accioly em 24 de janeiro de 1912, seguida da renúncia de Graccho Cardoso, 1º. vice-presidente do Estado, e com a ausência de José Bastos, 2º. vice-presidente, Carvalho Motta, na condição de 3º. vice-presidente, foi investido na direção dos negócios do Estado, num dos momentos mais graves da história política cearense. "Não obstante pertencer ao partido aciolino, era o coronel Carvalho Motta um espírito moderado, contra quem não havia odiosidade pública. Pôde, assim, assumir o Governo livremente, ante os aplausos e a confiança de todos", conforme assinala Hermenegildo Firmeza, participante dos acontecimentos (FIRMEZA, 1963: 36).

Eleito Franco Rabello e empossado em 14 de julho daquele mesmo ano de 1912, certamente prevendo mais acontecimentos desagradáveis e, sem dúvida, desiludido com a política, Carvalho Motta decidiu afastar-se do Ceará.[33]

Pouco antes de se retirar, vendeu o palacete à Inspectoria [Federal] de Obras contra as Seccas, que o já mantinha alugado desde em 1909,

[32] Rua Municipal, porque em seu começo se erguia o prédio da Câmara Municipal. Nascia na porta do Palácio da Luz e terminava na então praça Fernandes Vieira. É a atual rua Guilherme Rocha.

[33] Lívio Xavier explica que o amigo se sentira frustrado nas suas aspirações políticas. Esperava ser indicado deputado federal, contudo, Franco Rabelo se decidira por Paula Rodrigues (XAVIER, 1974: 25).

quando a repartição se instalou no Estado. Para se fazer melhor ideia da transação, vale registrar que o prédio, situado na "Rua do General Sampaio numero 94-B", foi vendido em 23 de maio de 1913 por 150 contos de réis, pagos a Carvalho Motta e sua mulher pela Fazenda Nacional. De acordo com a escritura respectiva, o terreno tinha as dimensões de 58 palmos por 250 palmos, isto é, 12,76 metros por 55,00 metros (escritura constante do Livro de Notas do Cartório Feijó, passada em 22 de maio de 1913), medidas que não coincidem exatamente com aquelas obtidas no levantamento gráfico executado pelo DNOCS.

No Rio de Janeiro, para onde se mudou, Carvalho Motta construiu nova casa em Botafogo, bairro carioca da moda, na Rua Marquês de Olinda[34]. Anos depois, essa casa seria demolida e, em seu lugar, se ergueriam as instalações da Editora José Olympio (XAVIER, 1974: 25). Na então Capital Federal, já idoso, Carvalho Motta foi atropelado por um automóvel, vindo a falecer em 3 de fevereiro de 1927 (GUIMARÃES, 1951).

***

Os trabalhos de revisão e ampliação da nomenclatura urbana fortalezense, realizados em 1961 sob o comando de Raimundo Girão, procuraram fixar para a memória dos pósteros a figura de Carvalho Motta, homenageado com o nome de uma rua localizada entre o Parque Araxá e o bairro de Porangabuçu. (GUIA turístico, 1961: 65).

7 A arquitetura do palacete

O exame da arquitetura do Palacete Carvalho Motta pode ser efetivado sob vários aspectos. Assim, devem ser apreciados:

- a implantação;
- a tipologia arquitetônica;
- a forma e os espaços primitivos;
- o uso social dos espaços do palacete;

[34] Lívio Xavier informa que Carvalho Motta "possuía uma bela casa, do estilo que o coronel mais apreciava, cujos característicos arquitetônicos pude ainda ver em certos edifícios parisienses". (XAVIER, 1974: 92-3).

- os elementos construtivos;
- as inserções decorativas;
- as modificações e adaptações posteriores impostas pelas circunstâncias.

Este último item, por sua especificidade, será considerado à parte.

Implantação arquitetônica

À luz de uma primeira observação, salta à vista o contraste oferecido pela implantação arquitetônica do palacete, resolvida consoante disposição oitocentista, oposta aos atributos formais da edificação, que a inscrevem, sem dúvida, como uma das primeiras manifestações do ecletismo arquitetônico cearense, obra de inquestionável contributo à valorização estética da cidade das décadas iniciais do século XX.

As considerações, já externadas, relativas às mutações observadas na casa de morada brasileira do século XIX e sua acolhida no meio fortalezense, norteiam os comentários que a seguir se apresentam, pertinentes à implantação do palacete, todavia agora centrados na apreciação específica da edificação, principalmente no seu relacionamento urbano. As dificuldades de apresentação do texto segundo uma linearidade expositiva em termos de tempo e espaço, à parte esta ou aquela redundância, talvez possa haver resultado em ocasional mescla de conceitos gerais com particularidades, falhas de que o autor se penitencia.

Imagem da Cidade à época

Apesar do evidente progresso material e cultural alcançado na segunda metade dos Oitocentos, a Fortaleza, na entrada do século XX, ainda era uma cidade pequena e acanhada, onde as novidades arquitetônicas chegavam com vagar. As fotografias inseridas no *Álbum de Vistas do Ceará*, editado na ocasião pela Casa Boris[35], mostram que o casario

[35] Nenhuma informação verbal relativa à cidade da Fortaleza nos dias da inauguração do palacete Carvalho Motta pode superar a documentação fotográfica feita naquele próprio ano de 1907, às expensas da poderosa Casa Boris, e publicada em 1908 nas duas versões do *Álbum de Vistas do Ceará*, impressas em Nancy, na França. Entre as fotografias do álbum, tomadas em fins de 1906 e começo do ano seguinte, não aparece, todavia, o Palacete Carvalho Motta, certamente porque ainda estava em construção (ALBUM, 1908, passim.).

da cidade ainda não fugira à aparência pesada e triste das nossas aglomerações urbanas do Império.

De qualquer modo, parece bastante difícil conseguir-se explicar a implantação do Palacete Carvalho Motta, pouco usual ou até desatualizada, quando posta em confronto com alguns indicadores de renovação em voga na cidade. Embora arcaizante em sua implantação (fachadas dispostas no alinhamento) e também na interpretação da tipologia (casa de "porão alto"), deve ter sido, entretanto, forte o impacto do palacete no imaginário fortalezense, fato compreensível pelo vulto da edificação e por exibir uma aparência formal praticamente desconhecida na cidade, traduzida por novidades estéticas.

Considerações sobre a implantação arcaizante do palacete

Rápida observação da volumetria da coberta do palacete conduz à hipótese aceitável de poder ter ocorrido adaptação da proposta espacial elaborada para outro local. Tal conjectura encontra apoio na introdução de um esguio pátio interno, remediando uma solução almejada, mas não realizada integralmente. O recurso ao pátio interno, não obstante já corrente em centros maiores, era inusitado na cidade, além de despropositado, se admitidas as aspirações superiores do empreendimento. Na realidade, não se entende a preferência dispensada a um lote, cuja forma compelia elaboração de projeto contido fisicamente pelas circunstâncias, pois, a Motta, sobravam-lhe meios com que adquirir gleba ampla, permitindo implantação à moderna. Nada o impediria de optar por local bucólico, mais distante, talvez no Benfica ou na própria Jacarecanga, bairro para onde se mudou logo após o falecimento da filha. Que razões o teriam levado a insistir na escolha do terreno onde veio a construir o palacete? Algum interesse em se manter não muito distante da zona comercial? Vaidade pessoal não moderada, traduzida pela busca de maior exposição visual do palacete à cena urbana? Desejo de não viver "no meio do mato"? Não se sabe.

Hipóteses de admiração por modelos oitocentistas conspícuos

A escolha de solução que resultou no desajuste entre terreno e obra, leva a se admitir a suposição de que teria ocorrido simples ca-

pricho do proprietário, seduzido em reproduzir com aproximada fidelidade algum modelo que admirava, conhecido quando de suas viagens, ou do qual tivera ciência por meio de revistas ou cartões-postais, fontes de inspiração comuns na época. Não se descartaria a hipótese de haver Carvalho Motta tentado repetir implantação semelhante à de algumas casas senhoriais antigas do Rio de Janeiro, erguidas em zonas urbanas centrais já densamente ocupadas. Não se pode esquecer de que Motta visitava com assiduidade a Capital da República, para onde, aliás, se transferiu posteriormente, em definitivo, e onde veio a falecer. Entre modelos de seu apreço, talvez constassem duas casas de grande expressão social e arquitetônica, erguidas em meados do século XIX, cinquentenárias, portanto, postas em destacada evidência na ocasião, pois ambas haviam sido recentemente adquiridas pelo Governo Federal para transformá-las em palácios presidenciais, logo conhecidos por Palácio do Itamarati e por Palácio do Catete. O primeiro, construído entre 1851 e 1855 por Francisco José da Rocha, o Conde de Itamarati, fora comprado para sede do governo federal imediatamente após a Proclamação da República, mas logo transformado em sede do Ministério das Relações Exteriores.[36] O segundo, o Palácio do Catete, antiga residência dos Barões de Nova Friburgo, inaugurado em 1864 após reforma com contribuições ecléticas em 1896, passara a integrar o rol dos bens imobiliários nacionais, no quadriênio Prudente de Morais.

Realizações valiosas da arquitetura imperial brasileira, os dois palácios, conforme hábito da época, achavam-se localizados no alinhamento, embora mostrassem um dos flancos isolado das divisas laterais, ocupado por jardins. Coincidentemente e principalmente, o Palácio do Catete, o qual, de modo semelhante ao palacete Carvalho Motta,

[36] O Palácio do Itamarati, vai citado somente para correlacionar época da construção (meados do século XIX) com implantação arquitetônica no alinhamento, sem intuito de outras comparações ("fachada frontal diretamente aberta sobre a calçada", refere o *GUIA da Arquitetura* [...] *Neoclássica* [...]. (2000: 74). Projetado pelo arquiteto José Maria Jacintho Rebello (1821/1871) e adquirido para morada presidencial nos tempos de Deodoro e Floriano, passou a abrigar o Ministério das Relações Exteriores após a aquisição do Palácio do Catete pelo Governo Federal. Antiga casa de residência de Francisco José da Rocha, o conde de Itamarati, conheceu o palácio várias agregações em blocos independentes e um lago artificial, onde vagavam cisnes. A pompa de sua arquitetura original condizia com a alcunha "Menino de ouro", conferida pelos cariocas ao proprietário, cujo pai fizera uma promessa de pagar, em ouro, o peso do filho enfermiço, caso a criança viesse a vingar...

também se implantava em esquina formada por rua importante e por outra rua, secundária, transversal e relativamente estreita.

Escusa lembrar de que a comparação ora tentada se refere apenas à implantação arquitetônica, em particular à do Palácio do Catete. Não há como confrontar os dois palácios cariocas com o palacete Carvalho Motta em termos de concepção ou de riqueza material e artística. O Palácio do Itamarati, obra de vertente erudita, é um dos exemplares de maior valor no acervo do neoclassicismo brasileiro, projetado que foi por Jacintho Rebello, aluno das primeiras turmas da Academia Imperial de Belas Artes. O Palácio do Catete, com seus três pavimentos, segue também uma linha neoclássica fortemente inspirada nos *palazzi* renascentistas italianos. Grandiosa residência urbana dos Barões de Nova Friburgo (Antônio Clemente Pinto), ricos cafeicultores no interior fluminense, foi projetada pelo arquiteto alemão Carl Friedrich Gustav Waehneldt (1830-1873) e ricamente decorada por conhecidos artistas da época, com antecipações ecléticas. Toda a parte posterior da gleba ganhou jardins amplos, voltados para a praia do Flamengo, naquela época ainda não urbanizada. A referência enfática que o texto faz ao Palácio do Catete[37], insista-se mais uma vez, deriva única e exclusivamente de sua implantação, disposta no alinhamento e em esquina, não cabendo referências comparativas no campo da arquitetura. De qualquer modo, percebe-se que a solução adotada no Palácio do Catete demonstra, mesmo em termos de Corte, vacilações no processo evolutivo das tipologias da casa imperial brasileira. Em quaisquer hipóteses, comprova que o modo de implantação do Palacete Carvalho Motta desenvolvia sistema já velho de pelo menos meio século.

[37] À guisa de esclarecimento, deve ser assinalado que o Catete não figura propriamente como versão luxuosa de uma casa de "porão alto" ou de um palacete. Sem dúvida, trata-se de um palácio. Ainda assim, seu modo de implantação na esquina do lote, na risca da via pública, adquire especial interesse por se saber que foi deliberadamente imposto por decisão da Baronesa: "Ó Barão, pensas que vou descer lá da Fazenda, no meio do mato, para viver aqui cercada de mato também? Quero a casa dando janelas para a rua!" (GÉRSON, Brasil, 2000: 250). Vendido pelos herdeiros do Barão a terceiros e depois, em 1897, ao Governo Federal, tornou-se o paço residencial dos presidentes da República até a inauguração de Brasília. Como é fácil presumir, as vontades das gentes ricas contemporâneas da Baronesa, de morar à beira da "rua", foram-se arrefecendo nas cidades brasileiras, à medida que aumentava a agitação da vida urbana nos trechos centrais, agravada pelo barulho e pela poluição, aborrecimentos trocados por ambiente tranquilo, em zonas mais distantes, arborizadas, à parte desejos de autossegregação.

Implantação urbana e lotes de esquina

Falar-se do arcaísmo de implantação do Palacete Carvalho Motta, é afirmação que merece esclarecimento. Na realidade, ainda ao longo das primeiras décadas do século XX, a cidade continuou construindo casas de meritória qualidade arquitetônica no alinhamento e em esquinas, enfim, casas de "porão baixo", implantadas em lotes de largura razoável, embora com aparência arquitetônica diferente do Palacete Carvalho Motta.

Os lotes de esquina, estreitos, vale a propósito ressaltar, desde o século XIX, nas mais das vezes apareciam ocupados por pontos comerciais, as tradicionais "bodegas", cuja parte posterior às vezes abrigava uma morada modesta. Era comum, nesses pontos comerciais de esquina, principalmente na zona central da cidade, o aproveitamento do elevado pé direito prescrito pela legislação urbana, introduzindo-se um pavimento em jirau, iluminado por um correr de pequenas janelas no alto, rasgadas na platibanda alteada. Esse acréscimo não infringia as posturas municipais, aliás pouco preocupada com índices de ocupação do solo, pois, conquanto exigissem o uso de platibandas, apenas reclamavam obediência à altura das cornijas e às dimensões dos vãos.[38] Em algumas esquinas, em vez das bodegas, havia esguias casas térreas de morada, com organização espacial semelhante às das demais unidades do quarteirão, mas cujos corredores de circulação dispunham-se curiosamente no alinhamento das "travessas" e para as quais abriam janelas, enquanto os quartos se voltavam para o interior, reclusos.[39]

A tipologia arquitetônica

As generalizações sobre a arquitetura do século XIX, expendidas anteriormente, fazem perceber que o palacete Carvalho Motta, além de implantado à antiga, também ainda participava, como solução tipológica, dos padrões das chamadas casas de "porão alto" erguidas no ali-

[38] A Cidade ainda conta com algumas dessas casas, entre as quais aquela que foi propriedade de João Mississippi, fronteira ao Passeio Público, na esquina com a rua Major Facundo, lado impar, apesar de hoje descaracterizada, com vãos completamente alterados. O romance *Mississipi,* de Gustavo Barroso, tem como protagonista o dono da casa. (BARROSO, G. 1939: 236 e 1962, pássim.).

[39] A Casa José Leite Gondim Filho, já mencionada, optou pelo emprego desse modo de agenciamento espacial.

nhamento das ruas. Acompanhava, deste modo, modelos nacionais já não reproduzidos em várias cidades do País e até na própria Fortaleza.

Em 1907, portanto, quando o palacete Carvalho Motta foi inaugurado, repita-se, muitas realizações residenciais fortalezenses de maior porte já haviam encerrado o ciclo evolutivo oitocentista de inserção do edifício no lote, com atualizações demonstradas pelo gradativo afastamento da casa, tanto das divisas vizinhas como da rua. Não era, porém, este o caso do palacete, como se observou.

Partido arquitetônico e localização urbana

Apesar de localizado no alinhamento de duas ruas, em esquina, o Palacete Carvalho Motta recusava as tipologias de circulação central contínua, comuns na Cidade, nas casas maiores, caracterizadas por longo corredor que as atravessava, ligando diretamente a frente, ou melhor, a rua ao quintal. Esse corredor, lançado com largura generosa, de certo modo permaneceu em muitas casas de "porão alto", embora não se iniciasse na frente, na rua, uma vez que nascia em um saguão, tanto localizado a meia profundidade da casa como servido com acesso lateral, como se comentará mais adiante. O Palacete Carvalho Motta optara pela adoção de partido semelhante, que dispunha a entrada social lateralmente, mas eliminara o corredor interno, talvez por imposição da pouca largura do lote, perda de que decorreriam possíveis entraves na circulação interna, efetivada em espaços não definidos.

O acesso lateral, convém ressaltar, nem sempre conhecia os deméritos sociais originados de sua localização em "travessas", pois alguns desses logradouros se beneficiavam de determinados fatores de nobilitação. Não era, todavia, bem este o caso do palacete Carvalho Motta, cuja entrada social se fazia em uma "travessa" estreita, sem prestigio urbano, com trecho pavimentado que mal alcançava a quadra vizinha, aliás, interditada pelos trilhos da Estrada de Ferro de Baturité (na atual avenida Tristão Gonçalves).

No caso, é bem verdade, havia compensações, pois, se a "travessa" Pedro Pereira[40] conhecia restrições, a larga rua General Sampaio,

[40] Rua Pedro Pereira, já era assim denominada oficialmente, como assinalam os documentos de venda do palacete. A população, entretanto, ainda a conhecia por rua de São Bernardo, referência toponímica esta ligada à pequena igreja homônima, situada a uma quadra do palacete, construída por fiel homônimo, Bernardo José de Mello.

para a qual se voltava a fachada de apresentação do palacete, figurava como via de prestígio, valorizada pela passagem de uma linha de bondes à tração animal que demandavam o arrabalde do Benfica. Sobre o mais, como fator de valorização, o palacete distava apenas um quarteirão da Praça Marquês do Herval, hoje José de Alencar, ajardinada havia cinco anos, referências que certamente, ao ver do proprietário, justificavam a escolha do local.

A forma arquitetônica

Na primeira década do século XX, a cidade passou a conhecer edificações de grande porte e de alto significado nos quadros da arquitetura cearense. O palacete, por suas aspirações eruditas, conquanto não alcançadas de todo, figuraria como marco referencial de uma primeira fase de ecletismo arquitetônico da cidade, pondo-se, no plano residencial, de paralelo com a sede da Associação Comercial (1908) e com o Teatro José de Alencar (1910).

As turbulências advindas das contestações ao governo oligárquico de Nogueira Accioly e das consequências de sua deposição, em 24 de janeiro de 1912, paralisaram temporariamente o curso de obras maiores, públicas e privadas. No final da Grande Guerra, em 1918, a cidade conheceu, entretanto, rápido desenvolvimento, ganhando uma imagem urbana totalmente nova, numa segunda fase marcada pela aceitação generalizada dos padrões do ecletismo arquitetônico, empregados em todas as casas, ricas ou remediadas, recentes ou remodeladas.[41]

Semelhanças e diferenças com realizações arquitetônicas da época

Já se sabe que não eram novos na Cidade o ecletismo arquitetônico nem o partido que caracterizava o Palacete Carvalho Motta. Como

[41] Fugiria ao escopo deste trabalho tecer considerações sobre o ecletismo arquitetônico no Ceará, particularmente na fase pós-aciolina. As referências restringem-se ao mínimo, apenas no necessário à contextualização da matéria. Para esclarecimentos mais abrangentes sobre o tema, ver, do autor, o texto *Arquitetura eclética no Ceará*, in *Ecletismo na Arquitetura Brasileira* (coord. Annateresa Fabris. São Paulo, Nobel / EDUSP, 1987, p. 208-55), bem como o trabalho *Sylvio Jaguaribe Ekman e a arquitetura do Ideal Clube*, publicado no tomo 112 da *Revista do Instituto do Ceará*, 1998, p. 27-72.

referência e por sua similitude, apesar da diferença de uso, bastaria nomear a primeira sede própria da Fênix Caixeiral, com projeto de autor desconhecido, inaugurada dois anos antes, edifício que compendiava inúmeras alterações introduzidas na arquitetura da Cidade. Algumas novidades na concepção e na proposta estética da Fênix, sem que se atine o motivo, seriam transcritas na residência Carvalho Motta, embora ao prédio dos empregados no comércio lhe faltassem a volumetria, a modenatura e os elementos decorativos que enobreciam o palacete.[42] A semelhança se verificava na implantação no lote, na tipologia em porão alto, na escada nobre embutida no corpo da obra, no uso dos materiais, até no próprio muro do pequeno quintal de ambos os prédios, com seteiras de desenho absolutamente igual. A Fênix Caixeiral ocupava posição de destaque urbano, localizado na Praça Marquês de Herval (José de Alencar), entre a igreja do Patrocínio e a rua General Sampaio.

Projetista não identificado

Os autores dos projetos da maior parte das obras fortalezenses antigas são desconhecidos. Da primeira década do século XX, sabem-se com certeza apenas os nomes dos responsáveis por dois projetos, o do Teatro José de Alencar e o da Associação Comercial, por certo, exemplares da mais alta significação nos quadros arquitetônicos da cidade. Na década de 1920, muitos projetos já contam com autores identificados, entre os quais se destacam José Gonçalves da Justa (1870-1944) e João Sabóia Barbosa (1886-1972), figuras de maior destaque na segunda fase do ecletismo arquitetônico fortalezense.

Os responsáveis pelos desenhos do Teatro e da Associação Comercial eram comprovadamente cearenses, ambos militares, embora, a platéia do teatro, a sua parte mais valiosa, resolvida com estru-

[42] Havia várias as obras já filiadas ao ecletismo arquitetônico, anteriores à Fênix. Mencionem-se pelo menos o primeiro edifício do Liceu do Ceará, de 1894, localizado na Praça dos Voluntários e demolido na década de 30, bem como a Escola Jesus, Maria e José, de 1905, localizada no Outeiro do Colégio. Esta última edificação, de *allure* eclética, mostrava-se, porém, impregnada de discretas reminiscências neoclássicas, evidenciadas em um partido de organização simétrica, cuja frente, com corpos extremos salientes, voltava-se para uma das fachadas laterais da Igreja do Pequeno Grande. Nenhuma dessas duas realizações (e nem a casa Neutel Maia), cabe aduzir, nenhuma delas porém se correlacionava formalmente com o plano do Palacete Carvalho Motta.

tura metálica, procedesse da Escócia, onde foi projetada e executada por Walter Macfarlane & Co., na época, a mais importante firma europeia especializada em fundição de ferro.[43]

Estabelecer a autoria de uma obra de arquitetura, por si, não lhe altera o valor intrínseco da realização, mas ajuda a explicar particularidades de sua forma, porque pode dirimir dúvidas ou complementar informações de interesse objetivo. Infelizmente, por maior que fossem os esforços envidados, não se conseguiu localizar documentação pertinente, que possibilitasse a identificação do autor do projeto original do Palacete Carvalho Motta. Identificação, frise-se, por meio da metodologia recomendada, isto é, por via de afirmações positivas, comprovadas com desenhos assinados pelos autores, ou por referências escritas, oficiais ou até oficiosas, relativas à autoria. Não se deve descartar a hipótese de que Carvalho Motta poderia ter mandado executar o projeto no Rio de Janeiro, inspirando-se, pelo menos em parte, em algum modelo daquela cidade ou estrangeiro, o que explicaria os desajustes assinalados, decorrentes do desconhecimento da localização do lote e do meio onde a obra seria erguida.

Conquanto sem a devida competente comprovação documental, o projeto do palacete aparece atribuído a Bernardo José de Mello (1868-1910)[44], o já mencionado autor do plano geral e projetista das partes do Teatro José de Alencar, construídas em alvenaria de tijolos (o trecho valioso foi importado, como se disse).[45] Também há notícia de envolvi-

---

[43] O projeto do edifício da Associação Comercial teve como autor o tenente José de Castelo Branco. O partido e as partes de alvenaria do projeto do Teatro se devem ao capitão Bernardo José de Mello (cujo pai, homônimo, fora o construtor da vizinha igreja de São Bernardo).

[44] A notícia sobre a autoria do projeto do palacete foi repassada verbalmente ao autor deste trabalho, à volta de 1985, por Dª. Eurides de Mello Villela, filha de Bernardo José de Mello, então já idosa. Transmitia o que ouvira, não de seu pai, que perdera ainda criança, mas de sua mãe, Dª. Dustana Rabello de Mello, prima de Franco Rabello. Infelizmente, Dª. Eurides confessou que não dispunha de quaisquer informações quanto a desenhos, fossem do palacete Carvalho Motta, fossem do teatro José de Alencar, este último com obras comprovadamente dirigidas por seu pai.

[45] Como ocorreu com o palacete Carvalho Motta e tantas outras edificações fortalezenses, os desenhos do Teatro José de Alencar, elaborados tanto por Bernardo José de Mello e como por Walter Macfarlane & Co., desapareceram. Pode-se assegurar que houve extravio, pois, pouco antes do início das obras, foi exibida a "projecção do Theatro", isto é, um desenho exposto publicamente em vitrine de livraria localizada no centro da cidade. (*A Republica*, 19.05.1908). Não pairam dúvidas, aliás, quanto à autoria (pelo menos parcial) do projeto do Teatro, tanto por se tratar de fato amplamente noticiado nos jornais, como pelas referências feitas a Bernardo José de Mello na documentação oficial e na inscrição constante da cartela que adorna o saguão de entrada do teatro. (ver CASTRO, 1987: 224-5).

mento de Francisco de Paula Barros no projeto do palacete, nome às vezes indicado como autor da segunda sede da Fênix Caixeiral, inaugurada em 1915, já demolida.

A análise estilística comparativa dos projetos acima citados, particularmente dos elementos decorativos externos, pede reservas às atribuições do projeto do palacete, visto que não se obtém resposta positiva à luz de um cotejo efetuado entre as quatro obras citadas - Palacete, Teatro, primeira e segunda sede da Fênix Caixeiral. Não deve esquecer de que os projetistas da época se "inspiravam" em modelos de procedências várias, nos quais captavam vocabulário decorativo diversificado, misturando-o, de acordo com as próprias diretrizes da arquitetura eclética.

Bernardo José de Mello, suposto projetista do palacete, não era engenheiro militar, mas militar de carreira, que se dedicara às artes. Conjuntamente com vários moços da Fortaleza de então, havia estudado com o pintor Luís Sá (1845-1898), o *Corrégio del Sarto* da Padaria Espiritual, este, por sua vez, aluno de Johann Brindseil, pintor alemão que aportou no Ceará em meados do século XIX, desligado de uma comissão cientifica e, durante bom tempo professor de desenho no Liceu do Ceará. (STUDART, 1918, 205-6). Além de Bernardo de Mello, entre os discípulos de Luís Sá mais conhecidos, devem ser citados o referido Paula Barros, o pintor e decorador Raimundo Ramos (Ramos Cotoco) e o desenhista Antônio Rodrigues. Esses artistas relacionavam-se fraternamente, muitas vezes trabalhando todos em uma mesma obra, fato que torna difícil delimitar a participação de cada qual, seja na elaboração de desenhos de projetos seja na execução principalmente dos trabalhos de ornamentação. Alguns indícios conduzem à hipótese de admissível participação desses e de outros artistas da época na decoração de casas de "porão alto" ou de outras casas, isoladamente ou em parcerias.

O uso social dos espaços do palacete

O palacete Carvalho Motta apresentava um tipo de organização espacial nascida de um programa destinado a atender os reclamos de uma vida social distinta, aspirações até certo ponto contidas pela implantação do prédio no alinhamento de duas ruas em esquina e cingida a um lote relativamente estreito.

Ajustado, portanto, às disponibilidades da área, a edificação procurava organizar-se em atendimento a necessidades e ambições de um grupo familiar de posses, deparando embargos no uso social dos espaços. Acrescentem-se certas segregações, aliás, já demarcadas no emprego da tipologia de "porão alto", a qual dissociava, em alturas separadas, o *piano nobile*, de ocupação familiar, do pavimento térreo, destinado à criadagem e a depósitos, fato já referido.

O uso ora aventado para os espaços do palacete é conjectural. Apoia-se nos espaços remanescentes no pavimento térreo, visualizados por meio de levantamento gráfico, partições que foram alçadas e projetadas no nível do piso superior, de morada.

Na saída da escada, ligada ao saguão e ao provável escritório, desenvolvia-se uma ampla sala de frente, voltada para a rua General Sampaio, iluminada e ventilada por um grupo de esquadrias contínuas, de madeira e vidro. Esse conjunto de esquadrias, defendido por um correr de guarda-corpos de ferro fundido, aparecia encimado por bandeiras de ferro e vidro, em arco, conferindo inconfundível referência estética ao ambiente e à fachada. (Figura 17). Talvez servisse de estar íntimo, funcionando como uma espécie de "jardim de inverno" (no sentido europeu), pois aparece na escritura de venda do palacete como "um terraço envidraçado, com rotulas venezianas". (cf. escritura constante do Livro de Notas do Cartório Feijó, passada em 22.05.1913)[46].

Conquanto haja dúvidas quanto à delimitação da zona do pavimento superior destinada a uso social elegante, esta era alcançada do exterior por uma escada embutida no corpo da casa, cuja concepção aparece comentada mais à frente. Larga, íngreme e de madeira, sem patamar intermediário, a escada desembocava, no alto, no imprescindível saguão de distribuição dos fluxos, compartimento comprido, além de disposto

[46] No Ceará, não fazia muito sentido usar a expressão "rótula veneziana", uma vez que, no caso do palacete, a referência recaía em folhas de abrir, segundo um eixo vertical, portanto, não propriamente *rotulantes* em um eixo horizontal superior. Em muitas casas de padrão popular, erguidas no alinhamento das ruas, havia janelas cujas folhas correspondiam a rótulas, isto é, giravam em dobradiças dispostas no alto das folhas, embora fossem conhecidas na Cidade como postigos. Essas janelas tiveram o uso abolido pelas posturas municipais, posto que, ao abrirem, invadiam a rua, correndo o risco de atingir os transeuntes nas calçadas. Convém esclarecer que em muitas partes do País, a expressão *janelas de rótula*, qualquer que seja a maneira de abri-las, designa aquelas que têm as almofadas substituídas por fasquias de madeira dispostas como treliças (também chamadas *urupemas*), tipo de semi-vedação de distante origem mourisca.

Figura 17 - Casa Carvalho Motta. Foto atual do "terraço envidraçado".
(Col. Autor).

transversalmente no prédio. Logo à esquerda do saguão, havia uma sala, aberta para as duas ruas, na esquina, provavelmente utilizada como escritório, quer dizer, destinada a atendimento comercial ou político.

No lado da rua Pedro Pereira, à direita da chegada, o saguão confinava com um salão amplíssimo, já referido, provável ambiente de estar nobre da casa, destinado a recepções e, consequentemente, a refeições formais.

Como de hábito em todas as casas cearenses, os quartos se intercomunicavam, no entanto, no palacete, por ter sido eliminada a circulação íntima, alguns deles abriam portas diretamente para o grande salão de aparato. Este fato insólito não encontra explicações nem antecedentes locais, particularmente por se tratar de família de vida requintada. Tal solução, à falta de espaço, faz admitir provável adaptação do projeto à largura do terreno, com retirada do corredor, trocado pela introdução do pátio interno. Outra hipótese aceitável seria acreditar que a disposição das peças, ora aventada, poderia, pelo menos em parte, ter ocorrido quando da recuperação do prédio após o incêndio, então já adquirido pela IFOCS e, portanto, adaptado para uso burocrático e sem implicações na privacidade familiar.

Salvo se os aposentos voltados para a rua General Sampaio (o escritório e o jardim de inverno) também fossem utilizados como dormitórios, é difícil saber como o pavimento superior, embora amplo, po-

deria abrigar uma família constituída nuclearmente de oito membros, distribuídos em três conjuntos de pessoas de diferentes idades e sexos (o casal, dois filhos e quatro filhas). Trabalhos de prospecção nas paredes desses compartimentos, entre outros dados, possibilitariam esclarecer quanto ao uso de redes, comum em casas de ricos e de pobres, pois, provavelmente apareceriam nas paredes as marcas dos inevitáveis armadores, retirados quando da venda do imóvel. A indicação da posição exata dos armadores daria resposta mais objetiva à indagação, por evidenciar indícios sobre o uso espacial dos dormitórios.

A sala de jantar, já referida, atravessava toda a largura da casa, ligada ao salão amplo por um corredor estreito e curto, para o qual davam as portas de um dos quartos de dormir e de uma saleta (indicada como gabinete em desenho - figura 21), a qual, voltada para a rua Pedro Pereira, constituiria pequeno recanto, por certo destinado às tarefas do *ménage*. À ampla sala de jantar se acoplavam os compartimentos de serviço, já aos fundos, os quais contariam com as peças habituais (cozinha, despensa e banheiros), talvez ladeados por uma varanda. Esse grupo de espaços contava com uma escada de alvenaria de tijolos, que descia ao quintal, entalada entre a cozinha e o muro do vizinho. Escadas de serviço, ligadas a quintais, aparecem com tratamento desqualificado em todas as casas de "porão alto" fortalezenses, menos em uma delas, resolvida com esmero, como se via na Casa Moraes Correia.

Das escadas ainda hoje encontradas no prédio, pelo menos aquela de acesso nobre e outra, ligada à cozinha, seriam originais. As demais escadas parecem mais novas, por certo construídas quando da reforma geral do prédio ou até posteriormente, a julgar-se pela relação degrau / piso, aplicada de acordo com as recomendações dos tratadistas, ao contrário das duas primeiras, as antigas, muito íngremes.

Infelizmente, a reconstituição ora tentada não pôde precisar as dimensões nem a disposição das divisões da parte posterior. Não responde também se havia uma chamada "segunda sala de jantar", espaço comum até em moradas menos prestigiosas. Por esta razão, já foi aventada a hipótese de que o amplo salão, contíguo ao saguão de entrada, funcionasse como ambiente destinado a refeições realizadas com formalidade, reservando-se o espaço mencionado como "sala de jantar" para uso cotidiano.

O quintal tinha dimensões reduzidas já que estava parcialmente ocupado por um galpão, citado na escritura de venda do imóvel como "o armazem existente nos fundos", o qual foi posteriormente reformado pela IFOCS e transformado em garagem, quando ganhou o aspecto com que hoje se apresenta. No quintal, haveria cacimba e cata-vento, aparelho este comum em todas as casas de alta classe média ou ricas, certamente metálico, perceptível em uma foto antiga, embora sem muita clareza.

A escada social

Casas fortalezenses de porte, pelo menos nas duas décadas seguintes, ainda recorreriam ao tipo de planta genérica, servida por corredor central, todavia sem o acesso direto pela frente, visto que se valiam de uma entrada lateral. A diferença entre o palacete Carvalho Motta e outros exemplares da tipologia evidenciava-se na implantação, como já se alertou, visto que, erguida a edificação no alinhamento, em lote estreito, possuía a escada de acesso social embutida na própria edificação, além de não dispor de circulação interna em galeria, vista em outras casas de "porão alto".

Na morada de Carvalho Motta, portanto, a posição oferecida à escada social deixava de valorizar elemento de alto significado na composição arquitetônica das realizações de prestígio. Desenvolvia-se de modo contrário à organização espacial de outras casas "de porão alto", como na residência de Jeremias Arruda, à qual a escada externa confere aparência inconfundível. A escada do palacete Carvalho Motta não apenas era interna, furtada à vista dos passantes, mas resolvida de modo circunstancial, isto é, com arranque apenas a 1,20 m da soleira da entrada social. Além do mais, apresentava inclinação, até íngreme, infringindo os preceitos ergonômicos preconizados em favor da diminuição de esforço físico empregado no uso de escadas. A fim de galgar uma altura de 2,62 m, nível do pavimento superior, foram utilizados 13 degraus, com espelhos de 20 cm, medida que supera de muito os padrões correntes em escadas usuais em edificações de menor expressão, cujos degraus geralmente contam com espelhos de 17,5 cm e 28 cm de piso, este acrescido de mais 2 cm de bocel. A relativa estreiteza do lote e os espaços disponíveis para encaixe da escada, desprovidos da amplitude

necessária, forçaram um ângulo de inclinação incompatível com as pretensões faustosas do palacete.[47]

Elementos construtivos

As obras anteriores ao advento do concreto armado recorriam a processos construtivos muito simples, de sorte que a aplicação das madeiras na armação das cobertas, nos pisos elevados e nos forros, figurava nas realizações de vulto, praticamente, como único problema técnico de maior compromisso. Este fato explica por que, comumente, na Cidade, as serrarias apareciam como empreiteiras das obras, nas quais lhes cabiam as tarefas de maior responsabilidade, tanto nas soluções estruturais como nos acabamentos mais refinados, em particular, nas esquadrias. Deste modo, para consecução dos serviços contratados, os proprietários das serrarias formavam equipes em que agregavam aos quadros profissionais um grupo mínimo de pedreiros hábeis, permanentes ou ocasionais.

Os processos e elementos construtivos observados no palacete Carvalho Motta acompanhavam os padrões locais, ora com certos cuidados, ora com menor empenho. Na sua totalidade, cabe lembrar, as obras de arquitetura da época se caracterizavam tanto pela singeleza do agenciamento dos espaços como por técnicas de construção usuais. Maiores ou menores, todas se constituíam de um arcabouço de alvenaria de tijolos brancos, coberto com telhado de peças cerâmicas, de canal, produzidas artesanalmente, aplicadas sobre armação e encaibramento de carnaúba ou de outras madeiras "de ar", estas então já desdobradas à máquina. A escolha da carnaúba conduzia ao emprego dos chamados "caibros juntos", isto é, sem ripas. Pisos, forros e esquadrias dos compartimentos de maior conforto recorriam a madeiras vindas do Pará, particularidade justificada pelo intensíssimo intercâmbio migratório e comercial do Ceará com a Amazônia naqueles dias. Nos pisos, após a introdução das serrarias mecanizadas na Cidade, tornou-se

[47] Ângulos de inclinação alheios a considerações ergonômicas apareciam na Cidade em escadas de muitas edificações do século XIX, algumas delas projetadas por profissionais habilitados. A propósito, em matéria de conforto e desembaraço no acesso, conviria lembrar que, para atendimento das aspirações destes ou daqueles projetos suntuosos, as escadas, pelo menos as externas, deveriam ter espelhos menos altos e pisos mais largos, que estimulassem passos lentos e elegantes, solicitados pela etiqueta.

comum a aplicação de tabuado com encaixes conhecidos por macho e fêmea, com revezamento de faixas escuras e claras, resultantes do uso de madeiras como o acapu e o pau cetim.

Nas partes de serviço, empregavam-se ladrilhos hidráulicos de boa qualidade, já de produção local, embora nas casas mais modestas o piso fosse de tijolos ou eventualmente cimentado. Nos trechos avarandados do pavimento superior, usavam-se abobadilhas, isto é, pisos sobre vigotas de ferro paralelas, às vezes simples trilhos ferroviários descartados, com apoio nos quais, aplicavam-se tijolos recobertos por ladrilhos hidráulicos ou cerâmicos importados. O gás encanado servia somente para a iluminação da casa, pois eram raríssimas as residências que o empregavam na cocção de alimentos, apesar desse uso aparecer divulgado em anúncios da Ceará Gas Company.

Em decorrência do emprego de técnicas simples, as obras de arquitetura de maior expressão na época, por seu lado, também requeriam, quando muito, um ou dois desenhos em planta e, às vezes, um corte esquemático, visto que todo o valor do projeto recaía nas elevações do prédio, isto é, em exteriores desenhados ou aquarelados com certo esmero. Por tal razão, os proprietários frequentemente recorriam a desenhistas exímios, ou até a pintores, para elaborar projetos, pois as tarefas de desenhar as fachadas, sem dúvida, apresentavam-se como as mais difíceis no processo. Esses pintores, qualificados por habilidades específicas, também intervinham nas obras quando solicitados para executar pintura parietal, figurativa ou ornamental, nos interiores, as chamadas "obras de decoração", termo aliás empregado, no caso, consoante velhas tradições de origem renascentista. Nas casas de menor presença, o uso habitual de frisos decorativos também se impunha, desenvolvendo muitas vezes motivos fitomórficos estilizados, reproduzidos nas paredes com a ajuda de chapas lisas de estresir.[48] Os profissionais envolvidos nessas tarefas não devem ser confundidos com os chamados pintores de liso, numerosos na Cidade.

Em boa parte, as medidas geométricas básicas das edificações vinham consignadas nas posturas municipais, especialmente as alturas

[48] Tacla assim define: "Estresir, v. tr. / [...] *Pint.* copiar um desenho a traço sobre uma parede, tela, etc., feito em folha de papel cujas linhas, depois, são picadas a agulha, mediante decalque por esfregaço de uma boneca de carvão em pó que, assim, passa através dos furinhos e deixa impressa na base sólida os traços da figura em linhas pontilhadas". (TACLA, 1984: 200).

dos pisos, dos forros e das cornijas, além dos vãos de portas e janelas, prescrições que de certo modo explicavam a homogeneidade e a harmonia da aparência física da Cidade no período, preservadas enquanto foram obedecidas as determinações municipais aprovadas em 1893, por certo, acatadas no próprio projeto do palacete.

À época, a Câmara Municipal (depois Intendência e depois Prefeitura) solicitava a apresentação apenas daqueles projetos que deviam submeter-se às respectivas apreciações técnicas e estéticas, principalmente à aprovação dos serviços de saúde. Como a municipalidade não arquivava os desenhos, estes eram preparados em papel *canson* e passados aos construtores, que os enviavam devidamente coloridos ao cotidiano dos canteiros de obras, onde se dilaceravam e, finalmente, terminavam destruídos. Diante de tais circunstâncias, raramente os desenhos de projetos antigos chegaram aos dias atuais, sequer em cópias, embora, na ocasião, conquanto conhecidas, ainda não se havia difundido o uso de desenhos em folhas transparentes (telas de linho, depois, papel vegetal), que facilitavam a extração de cópias heliográficas, todavia, monocromáticos.

A não retenção dos desenhos pela municipalidade e o consequente descarte constituem fato lastimável, pois inabilitam a consulta a fontes documentais gráficas preciosas, utilíssimas e necessárias à reconstituição de obras antigas desaparecidas. Em tal contexto, não seria de admirar tivessem sumido os desenhos concernentes ao projeto do palacete Carvalho Motta.

Elementos de sustentação

Considerado o rol de limitações acima expostas, a pretendida análise dos componentes construtivos do palacete restringe-se, na verdade, apenas ao exame das partes remanescentes da obra original, enfim, às paredes, aos pisos, aos forros e, finalmente à coberta. Os demais elementos, ainda assim, aparecerão considerados oportunamente.

As paredes foram construídas conforme as técnicas usuais na cidade, com emprego de tijolos de diatomito, unidos com argamassa de barro e areia, na parte primitiva da casa, e de cal e areia, na extensão realizada pela IFOCS, obedecidas as espessuras recomendadas pela tradição. Os pisos e os forros também recorriam aos materiais e às técnicas correntes, privilegiando madeiras vindas do Pará, embora boa parte do

forro do palacete fosse composta por chapas metálicas importadas. A coberta, em si, pede esclarecimentos mais circunstanciados, em consequência dos problemas deparados.

Os problemas da coberta

Já se comentou que em período mais antigo, na Fortaleza (e de modo geral no Ceará), as casas urbanas de esquina tinham a coberta resolvida de modo semelhante às casas de meio dos quarteirões, quer dizer, o costumeiro telhado de duas águas, em "cangalha", do que resultava o aparecimento de um vasto oitão na rua lateral à casa.

Se esta prática prevaleceu no interior cearense, desde cedo surgiram na Capital as casas que utilizavam as cobertas em quatro águas, usual em edificações isoladas, aliás, reduzidas a três abas, quando em prédios de esquinas. Não constituía surpresa, portanto, a coberta do palacete Carvalho Motta aparecesse resolvida com quatro águas.[49] Como uma das divisas do palacete tinha contiguidade com o vizinho, a solução escolhida solicitava que uma das abas do telhado vertesse sobre casa alheia ou exigisse o uso de uma longa calha, em busca de precária solução destinada a encaminhar o escoamento das águas pluviais para as extremidades da edificação.

Não se sabe exatamente se por esta ou por aquela razão, a fim de evitar problemas com terceiros ou por outros motivos, foi introduzido um pátio interno, trecho vazio que desligou o palacete parcialmente da casa vizinha, mas provocou modificação da coberta, recortando-a. Como já se assinalou, sem dúvida, a forma da coberta do palacete, em quatro águas, uma delas voltada para o pátio interno, fazia subentender o desejo de se construir casa com implantação à moderna, desligada das divisas laterais, a fim de ficar iluminada e ventilada por todas as faces, pretensão inviabilizada, contudo, pelas dimensões e pela localização do

[49] Na cidade, desde as décadas iniciais do século XIX, havia edificações com telhados de quatro águas, entretanto, com todas as faces isoladas dos vizinhos, como no sobrado de Francisco José Pacheco de Medeiros, o Pachecão, adquirido pela Câmara Municipal em 1831 para sua sede. (BEZERRA DE MENEZES, 1895: 178). Em meados dos oitocentos, surgiriam casas justapostas a vizinhos resolvidas com telhados de quatro águas, com calhas sobre uma ou duas paredes das divisas laterais de meação, sistemas adotados nos sobrados do Barão de Ibiapaba e do Dr. José Lourenço, este último ainda de pé.

terreno. A introdução de um pátio interno comprova, portanto, o desejo triplo de isolar o palacete da pequena casa vizinha, pelo menos parcialmente, de facilitar o exercício da função dupla de recolher as águas vertidas pela aba interna do telhado, além de, finalmente, permitir a iluminação dos quartos, precária, aliás.

Com efeito, o problema correlacionado com a pequena casa vizinha, justaposta à divisa sul do palacete, levou Carvalho Motta a tentar comprá-la, operação diligenciada ao ensejo, mas inviabilizada por quaisquer motivos, embora a transação viesse a ocorrer posteriormente. Esse pequeno imóvel aparece nas listas de cobranças da décima predial de 1907 como pertencente a Manoel F. dos Santos, enquanto já figurava como propriedade de Carvalho Motta, conforme consta da escritura de venda do palacete à Inspectoria de Obras Contra as Seccas, em 1913.[50]

De qualquer forma, fica desconhecido o motivo por que as tesouras transversais de apoio da coberta, dimensionadas em função da largura do lote, aparecem secionadas nos trechos onde se implantou o pátio interno, resolvidos por meio de solução de emergência. Em tais circunstâncias, portanto, não funcionam estaticamente como tesouras, ficando o peso do telhado descarregado nas esguias paredes internas do segundo pavimento.

Esquadrias, vãos de iluminação e ventilação

O projeto de construir um palacete com janelas abertas em todas as faces encontrava empecilhos, talvez não tanto na forma do terreno, relativamente estreito, como se assinalou, mas porque havia uma das divisas em regime de meação. Conforme já aventado, a fim de iluminar diretamente todas as peças, foram introduzidas janelas, as quais, de início, abriam sobre a coberta da casa ao lado, na parte mais próxima de rua General Sampaio. Como a solução infringia a legislação, é possível que a elevada posição social e política de Carvalho Motta o fizesse inclinar-se a adquirir a pequena casa vizinha, a fim de ressarcir o prejuízo da desvalorização causada ao proprietário. Se verdadeira esta suposição, não devemos acoimar Carvalho Motta de haver assumido decisão

[50] Assinala a escritura de venda do palacete que este se limitava "ao sul, com uma casa delles mesmos outorgantes". A pequena casa, quando ainda pertencente a Manoel F. dos Santos, pagava 24$000 de décima predial urbana (*A República*, 31.01.1907).

arrogante, pois abrir janelas nos pavimentos superiores dos sobrados, sobre o vizinho telhado alheio, era prática habitual no interior do Ceará e até na Capital, embora, nesta última, à época, a valorização urbana já não condescendesse com o velho costume.[51]

Por força de reclamações do vizinho, certamente para contornar o problema, foi providenciada a introdução do referido estreito pátio interno, rasgado no trecho de divisa correspondente à parte mais elevada da coberta, perto da cumeeira, pátio para o qual foram abertas janelas. (Figuras 18 e 19).

Quanto à fenestração primitiva voltada para o exterior, a escritura de venda alude claramente à disposição dos vãos, assinalando:

> *O palacete tem dois pavimentos – um terreo, e o outro superior, o terreo tem quatro portas para a frente, uma grande porta de entrada, trez ditas pequenas, e quatro janellas com grades, de ferro fixas para a sobre dita rua Pedro Pereira, bem como um portão, serventia do quintal do predio vendido; e o pavimento superior tem um terraço envidraçado, e com rotulas venezianas, e uma sala, com uma porta de frente, para a fallada rua do General Sampaio, e seis portas e uma grande rotula veneziana para a Pedro Pereira.*

Figura 18 - Casa Carvalho Motta.
Foto atual do "torreão'.
(Col. Autor).

[51] A legislação municipal fortalezense interditava a prática, aliás, já condenada nas velhissímas Ordenações Filipinas, vigentes em Portugal desde 1603 (LIVRO I, titulo LVIII, § 23-34). (2004: 160-162), ainda parcialmente em voga no Brasil até a aprovação do Código Civil de 1916. As Ordenações Filipinas, por sua vez, reproduziam em boa parte as Ordenações Manuelinas compiladas por Dom Manuel I e editadas em 1513...

Figura 19 - Casa Carvalho Motta já ampliada pela IFOCS.
Foto: *Illustração Brasileira, 1922.*

No pavimento superior, a descrição enumera todas as "portas" que ainda hoje se vêem, na verdade, ditas "janelas rasgadas", isto é, com vãos abertos do piso às vergas, defendidos por guarda-corpos de ferro em sacada, estes conhecidos no Ceará, em outros lugares do Brasil e em Portugal por varandas. Chama atenção o fato de a escritura nomear uma "grande rotula veneziana para a Pedro Pereira", cujo desenho diferenciado, tinha o intuito de valorizar algum ambiente de prestígio, no caso, sem dúvida, a sala de refeições do palacete. A descrição constante da escritura permite reconstituir a forma original da edificação, embora omita uma janela larga que havia no pavimento térreo, sob a sala de jantar, posteriormente transformada em porta, bem como as quatro janelas pequenas que se abriam em pares para a rua General Sampaio. A fotografia do palacete, anterior ao acréscimo, dirime a omissão. (ver Figura 2).

A metade talvez das esquadrias do palacete data dos dias inaugurais. A outra metade foi executada pela IFOCS, quando das obras de ampliação, com peças semelhantes às esquadrias originais.

Fachadas e elementos decorativos

O tratamento decorativo constituía a marca inconfundível das realizações ecléticas. No caso do palacete Carvalho Motta, todavia, talvez

tenha predominado o desejo de elaboração de um projeto que também valorizasse aspectos "mais arquitetônicos". Isto se conclui ante a hipótese de haver prevalecido a intenção de desenvolvimento de uma composição volumétrica básica formada por três paralelepípedos, quer dizer, um paralelepípedo posto ao alto, na esquina, com aparência de "torreão", sobressaindo entre os outros dois, estes longos e deitados, que constituem as partes restantes das fachadas[52]. O jogo formal, entretanto, não nascia da justaposição de volumes arquitetônicos independentes, condicionadores de espaços: bem ao contrário, para obter os efeitos almejados, resultava da aplicação de elementos bidimensionais, enfim, planos ressaltados, recuados ou superpostos.

Deste modo, o passante que observa o ângulo formado pelas fachadas da rua General Sampaio e da rua Pedro Pereira, nota que houve intenção de valorizar o bloco com aparência de "torreão", no qual foi conferido destaque aos retângulos enquadrados entre duas pilastras de desenho estilizado (Figura 18).

Na busca de conferir imagem de solidez à obra, as partes inferiores das fachadas, correspondentes ao porão, figuram um embasamento, ou melhor, um pseudo-embasamento, já que não passa de um fingimento decorativo aplicado ao reboco, imitando sólida almofada de pedra (bossagens), cuja força se acentua principalmente com o emprego de fenestração reduzida. Como recurso de *trompe l'oeil*, sobre esse pseudo-embasamento se estende o *piano nobile* da edificação, cujo paramento também finge uma parede de tijolos aparentes. A atual pintura do prédio esconde essas intenções.

A fim de obter integração do conjunto de paralelepípedos, o projetista procurou conectá-los, não apenas com a ajuda do pseudo-embasamento, mas também e principalmente por meio de uma platibanda com balaustrada, que contorna toda a edificação pelo exterior, aliás, sublinhada continuadamente por uma cornija pronunciada, disposta sobre um extenso lacrimal constituído de peças muito robustas, embora interrompida em determinados trechos por painéis decorados.

No todo, as fachadas ficam demarcadas por subdivisões retangulares, definidas pelos tramos da platibanda, no alto. Estes aparecem

[52] Esse destaque volumétrico também aparece na Casa Francisco Philomeno Ferreira Gomes, construída pelo menos uma década e meia depois (ver pág. 81).

formados por apoios prismáticos, alegrados com a aplicação de rosáceas, na face externa, e arrematados por coruchéus, no alto. (ver Figuras 17 e 18).

O "torreão", certamente a fim de valorizá-lo, aparece encimado por uma platibanda dupla, ou melhor, pela platibanda que contorna o prédio, à qual foi superposta uma outra, cega, decorada com motivo repetido em ambas os lados do "torreão", isto é, com guirlandas, além de arrematada por duas volutas confrontantes, encimadas por um leque de coroamento da composição. As prumadas das pilastras que definem o retângulo correspondente ao "torreão" receberam, no alto, coruchéus de pequeno volume, contraditoriamente muito menores que as peças semelhantes, distribuídas ao longo do edifício.

Observada de leste para oeste, a fachada da rua Pedro Pereira, tem começo com o citado "torreão", estando porém logo interrompida pela elevada porta de entrada do palacete. A porta, cujo rasgo alcança ambos os pavimentos do edifício, mostra aspirações de monumentalidade, apesar de voltada para uma rua estreita que não pode proporcionar os necessários ângulos de visibilidade. As ombreiras da elevada porta são ladeadas por duas colunas aparentemente imitadas da ordem coríntia, ou melhor, estilizadas, pois, em vez das volutas de acanto características, mostra algo como uma folha espalmada. Ao longo da fachada, conferindo expressiva unidade ao conjunto, estende-se um correr de "janelas rasgadas", já referidas anteriormente, todas semelhantes, menos uma, dita de "venezianas", correspondente à sala de jantar do palacete.

A parte da fachada, contida entre a porta de acesso social e a antiga sala de jantar, foi duplicada mais para oeste, quando da ampliação do edifício. O desenho dessa parte antiga ficou rigorosamente transcrito no trecho novo, tomado como limite inicial do rebatimento o eixo vertical da janela que ilumina a sala de jantar. No coroamento de todos os vãos, aparecem tímpanos cegos sobrepostos às vergas, resolvidos por lintéis almofadados, recobertos com perfis arqueados, cujo raio se adapta à largura dos vãos respectivos, por certo extraídos de exemplos das janelas ditas em tabernáculo, adotadas pelo maneirismo italiano.

Ainda mais a oeste, ergue-se um pequeno e esguio anexo construído pela IFOCS, mencionado anteriormente, cujas linhas imitam os motivos decorativos da obra primitiva, junto do qual fica a garagem.

A fachada da rua General Sampaio, bem mais estreita, mostra-se em parte ocupada pelo "torreão" e, em parte, dominada pela arcaria do "terraço envidraçado com rotulas venezianas," citadas na escritura de venda do palacete, esquadrias que ventilam e iluminam o "jardim de inverno". A arcaria de ferro, apoiada em colunelos do mesmo material e superposta, às esquadrias de madeira, confere um toque diferenciado no tratamento desse trecho da fachada do palacete.

Salvo o fuste das citadas duas pilastras estriadas que demarcam a entrada nobre do palacete, os restantes elementos decorativos constituem uma mistura estilística de procedências diversas ou talvez de invenção do projetista, não acusando ligações diretas com fontes greco-romanas, comuns nas realizações ecléticas de origem acadêmica.

8 A ampliação do palacete executada pela IFOCS

Abalado por seguidos acontecimentos funestos, como o falecimento da filha, o incêndio premeditado do palacete, então já alugado ao governo federal, e as desilusões políticas, Carvalho Motta decidiu deixar o Ceará, transferindo-se para o Rio de Janeiro. A venda do palacete à IFOCS constituiu decisão consequente.

O incêndio parcial do palacete

Carvalho Motta estava ausente do País quando ocorreu o incêndio parcial do palacete em 1 de dezembro de 1912, pois chegara ao Rio de Janeiro a 9 do mesmo mês, procedente da Europa. (FOLHA DO CEARÁ, 10.12.1912). Da Capital Federal, retornou à Cidade, onde já encontrou os fatos consumados.

Conquanto o sinistro tenha sido alvo de investigação policial, consignada em processo competente, e ocupado seguidas edições dos jornais, a história do palacete ressente-se de informações objetivas sobre o vulto da ocorrência, nomeadamente no que tange às partes danificadas. Segundo o jornal *Folha do Ceará*, o autor confesso do "incêndio criminoso" fora o servente Lúcio Lopes, a mando de Pompeu Pequeno de Sousa Brasil. Ambos eram funcionários da Inspectoria, mas havia outras pessoas envolvidas no episódio. Tencionavam esconder a tentativa de apropriação do dinheiro guardado no volumoso e pesado cofre da repartição, transferido

para o pavimento superior, de onde deveria despencar-se no térreo, em consequência de combustão provocada na madeira do piso danificado. O dinheiro, retirado previamente do cofre, havia sido substituído por pedaços de papel cortado à imitação de cédulas, os quais seriam queimados à força do calor. (FOLHA DO CEARÁ, 2, 14, 15, 17, 18 e 19.12.1912). Consoante o depoimento de Francisco Benjamim de Meneses, que morava em frente do palacete, "o incêndio se propagou com rapidez extraordinária, ficando o prédio em pouco tempo, preso às chamas, que devoraram de modo especial as portas, soalhos e forros". (FOLHA DO CEARÁ, 17.12.1912). Essa e outras notícias nada referem quanto a boa parte do prédio, presumivelmente não atingida. Os relatórios da Inspectoria de Obras Contra as Seccas, alusivos às atividades da repartição em 1912 e 1913, não fazem qualquer alusão à ocorrência. Muito tempo depois, num documento de 1921, Thomaz Pompeu Sobrinho, já então prestigioso engenheiro da IFOCS, externa referência episódica ao incêndio, afirmando que o sinistro não havia destruído a coleção de desenhos da repartição.

Não se sabe como justificar a omissão do sinistro nos relatórios enviados anualmente pela direção local da Inspectoria de Obras Contra as Seccas às autoridades superiores, embora, na ocasião do incêndio, o imóvel ainda pertencesse a Carvalho Motta, Provavelmente, a fim de não prejudicar o funcionamento dos serviços burocráticos, os trechos atingidos devem ter sido recompostos com certa rapidez, antes da venda do imóvel, realizada pouco tempo depois. Caso os trabalhos de recuperação se tenham processado de imediato e executados por intermediários, as despesas foram possivelmente lançadas à conta de outros serviços de rotina. Carvalho Motta, neste caso, teria os prejuízos ressarcidos por via de terceiros, mas inquestionavelmente arcados pelos cofres da União. A falta de documentação respectiva preservada pela repartição, especificando e quantificando os trabalhos de restauração, elimina a hipótese de se saber quais as partes do edifício ficaram realmente comprometidas com o incêndio.

Modificações introduzidas pela IFOCS, posteriores à aquisição do imóvel

O Palacete Carvalho Motta, quando adquirido pela então Inspectoria [Federal] de Obras Contra as Seccas, como se viu, era uma casa de

"porão alto", quer dizer, uma edificação residencial de dois pavimentos, figurando o rés-do-chão como porão habitável. (ver Figura 19).

Por certo, logo depois de adquirido pelo governo federal, o prédio foi modificado com ligeiras alterações internas na parte antiga e avultada ampliação externa, ou melhor, a mencionada duplicação da fachada da rua Pedro Pereira. Conquanto as intervenções da IFOCS tenham mudado a aparência do edifício, aumentando-lhe as dimensões, na verdade, nos espaços interiores, resumiram-se à introdução de uma ampla sala de trabalho no pavimento superior, que passou a ocupar as antigas dependências de serviço do palacete e parte do quintal. Na ocasião, também ocorreu uma completa reformulação do já mencionado armazém que Carvalho Motta possuía nos fundos do terreno, transformado em garagem. Como trabalho complementar, entre garagem e a parte nova, foi construído um pequeno anexo de dois pavimentos. Verificaram-se ainda algumas pequenas mudanças introduzidas a fim de unificar espaços contíguos, alargados com a derrubada de paredes, bem como foram também lançadas passadiços e escadas de intercomunicação, necessários à boa marcha dos serviços de uma repartição pública.

Por sorte, os antigos compartimentos primitivos da zona de serviço, no térreo, mantiveram-se inalterados, fato que tornou possível reconstituir graficamente os espaços originais do palacete na parte superior, conforme disposição apresentada em desenhos pertinentes. (Figuras 20 e 21).

Data ignorada da recomposição do palacete

A data de reformulação dos espaços do palacete resta desconhecda. Em nenhum dos relatórios da IFOCS consta qualquer referência aos acréscimos do prédio, por parecer atividade menor ou talvez porque houvesse interesse em lançar silêncio sobre o que a ampliação encobria.

Como, ao que se pressupõe, os danos do fogo foram parciais, pode-se admitir que as atividades da repartição, embora de modo precário, não foram suspensas. Mantiveram-se provavelmente em uso as partes íntegras do palacete, tendo sido tomadas medidas emergenciais em favor de precária recomposição do trecho prejudicado. Por ocasião do incêndio, o palacete pertencia a Carvalho Motta, sendo vendido à Inspectoria Federal de Obras Contra as Seccas seis meses depois de ocorrido o sinistro. Assim, não se sabe se a recuperação técnica do imóvel se

verificou posteriormente à aquisição, neste caso diretamente já por conta da IFOCS, como propriedade do governo federal. A ampliação do imóvel, também não mencionada nos relatórios dos *Inspectores*, pode ter-se verificado, portanto, na mesma ocasião, de tal modo que a recuperação dos trechos danificados ficasse diluída nas obras gerais então realizadas.[53]

Relembrando a planta antiga

A sequência expositiva da matéria obrigou, como visto, a antecipar considerações pertinentes à forma primitiva da edificação. Deste modo, o presente item restringe-se apenas ao arrolamento de alguns comentários complementares, concernentes à planta antiga do palacete, matéria, aliás, já tratada de modo pontual em várias passagens deste trabalho.

A ampliação executada pela IFOCS visou mais à parte posterior do piso alto do prédio, não tendo alterado substancialmente os espaços do pavimento térreo, como se disse. O fato de ter sido o palacete construído com o sistema de paredes portantes, superpostas, em que as divisórias inferiores de sustentação não podiam ser eliminadas, facilitou a tentativa de reconstituição gráfica do pavimento residencial do palacete. Rápido exame do prédio permitiu recompor o arranjo dos espaços antigos, particularmente as salas de aparato, os quartos e a varanda posterior, assunto este, aliás, já tratado anteriormente. A cozinha, por ter sido demolida, teve a reconstituição dificultada, mas seu traçado pode ser pressentido nos compartimentos remanescentes no rés-do-chão.

Como é habitual dizer-se que as imagens melhor informam do que as palavras, em vez de se proceder a uma descrição verbalizada da disposição dos espaços, pareceu preferível nomeá-los em desenhos anexos. (ver Figuras 20 e 21).

Velhas e novas técnicas construtivas

Curiosamente, apesar do esmerado tratamento decorativo conferido às fachadas, certos elementos construtivos do palacete foram exe-

[53] O palacete deve ter sido ampliado depois da aquisição, em 1913 e antes de 1922, pois já aparece com as dimensões atuais em uma fotografia inserida na revista *Ilustração Brasileira* de setembro de 1922. (Figura 22).

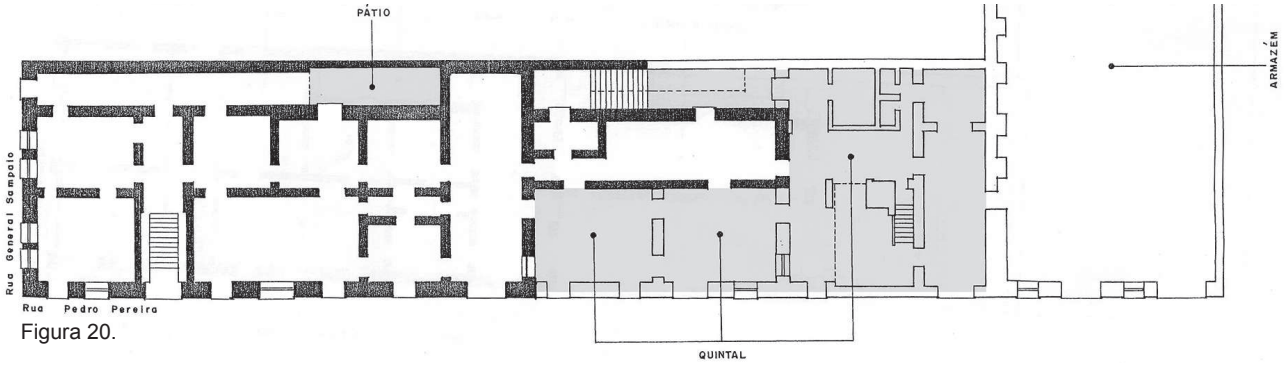


Figura 20.

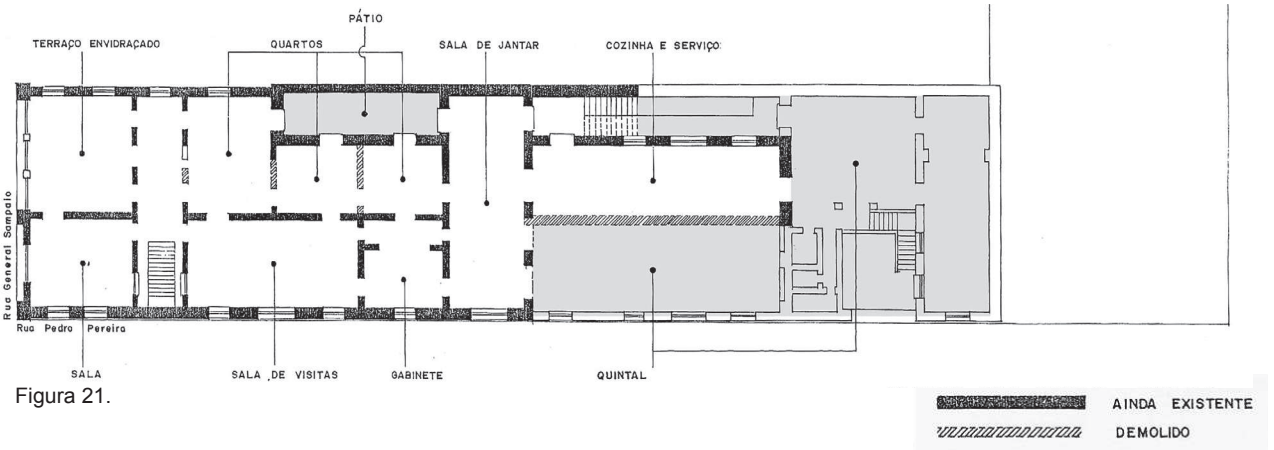


Figura 21.

Reconstituição da forma original da Casa Carvalho Motta (proposição do autor).
Figura 20 - pavimento térreo.
Figura 21 - pavimento superior.

cutados por via de velhas técnicas, recurso pouco adequado às elevadas aspirações do proprietário. Rápida prospecção efetuada no prédio fez ver que a parte primitiva tinha paredes de tijolos brancos rejuntados com argamassa de barro e areia, como era, aliás, comum nas edificações fortalezenses e do interior do Estado, ao longo dos anos oitocentos e ainda nos primeiras décadas do século XX. A pouca solidariedade desses materiais explica as rachaduras observadas nas paredes de tantas casas e igrejas antigas no Ceará, principalmente em consequência de abalos nas paredes provocados por movimentos do solo, em geral causados por formigueiros. O trecho ampliado pela IFOCS corrigiu a deficiência construtiva, empregando argamassa de cal e areia na parte nova.

Se em seu trecho primitivo, como já citado, o palacete mantinha paredes construídas à moda antiga, com argamassa de barro e areia, contraditoriamente, entretanto, alguns dos elementos de coroamento dessas mesmas paredes recorriam a material industrializado moderno, no caso, placas metálicas prensadas, com motivos fitomórficos, usadas como forro. As placas, cuja procedência estrangeira não se conseguiu precisar, foram empregadas no palacete somente nos compartimentos de uso social distinto, consoante composição que indica cuidado em aplicá-las esteticamente. O palacete também participava de outras soluções modernas no trecho da fachada da rua General Sampaio, correspondente a um "jardim de inverno", onde se empregavam pilares e perfis de ferro, preenchidos por vidraçaria colorida importada.

No Palacete, como se percebe e como se conclui, a superação de divergências, a conciliação entre o antigo e o novo, entre o tradicional e o moderno, figurava em última instância como uma das diretrizes do ecletismo arquitetônico, evidentes na edificação.

Adaptação a novo uso

Não se pode ajuizar rigorosamente o uso a que se destinavam os espaços originais do palacete, conquanto possam ter sido aqueles aventados nos desenhos respectivos. (ver Figuras 20 e 21). De qualquer modo, a intervenção da IFOCS alterou o plano primitivo, com vistas à adaptação do prédio às novas funções de repartição pública. Por tal razão, foram demolidas as paredes divisórias dos dormitórios, com duplicação dos espaços, além de retiradas as portas que ligavam um dos

quartos ao saguão de distribuição, localizado junto da entrada. O piso desses aposentos difere dos demais compartimentos, embora as tábuas situadas junto do rodapé pareçam antigas. Na época, as áreas dos quartos, no palacete e alhures, eram bem menores, porque definidas para o uso de redes. A integração dos espaços antigos, contíguos, em espaços novos, redundou em compartimentos de dimensões generosas, que não figuravam na versão original do palacete. Fato semelhante ocorreu em outros edifícios adaptados para funções não residenciais, tal como também se vê no já citado Palacete Jeremias Arruda.

A ampliação vista do exterior

Em termos de aparência dos exteriores da edificação, as diretrizes estéticas do projeto de ampliação foram desenvolvidas conscientemente, uma vez que, visto da rua, não se nota o acréscimo no prédio, perceptível apenas quando observado em ponto alto, de onde possam ser divisados os dois corpos da coberta, totalmente distintos. A parte nova da fachada, rebatimento da fachada primitiva, decorrente da introdução do grande salão de trabalho no pavimento superior, como já assinalado, resultou na duplicação da fachada, conferindo ao palacete o caráter solene de edificação pública, que hoje apresenta.

A decisão, buscada intencionalmente, engana o observador desprevenido, levando-o a supor que a aparência atual traduz a forma original do palacete. Proposição como esta seria hoje pouco aceitável, já que feriria as recomendações internacionais vigentes no campo das intervenções modernas, efetuadas em obras antigas. Essas recomendações, que se encontram expressas de modo categórico na afamada Carta de Veneza, elaborada em 1962 em congresso patrocinado pela UNESCO, determinam que acréscimos e adaptações sejam patenteados como realizações novas, claramente diferenciadas, evitando logros, embora tratadas de modo harmonioso, sem comprometer nem confundir as partes antigas com as agregações feitas no edifício. Em conseqüência, quaisquer alterações necessárias a novos usos do edifício não devem ser mascaradas, mas postas à vista, realizadas por processos construtivos contemporâneos, esteticamente contextualizados, em operação que exige conhecimentos profissionais específicos e refinamentos intelectuais do projetista. (CARTAS PATRIMONIAIS [Carta de Veneza, art. 12, 1964]).

Na época da ampliação do palacete, é claro, a matéria era entendida de modo diverso, sendo portanto perfeitamente compreensível a diretriz impressa aos trabalhos. Fatos idênticos ao do palacete Carvalho Motta, com escamoteação da forma primitiva, também ocorreram em intervenções efetuadas em edifícios antigos no Brasil e nos mais diversos os países.[54]

A conversão da Casa Carvalho Motta em próprio federal, sede de prestigioso órgão do serviço público, ocorreu em 1913, exatamente há um século, marco cronológico ora evidenciado. (Figura 22).

Figura 22 - Antiga sede do DNOCS (Casa Carvalho Motta). Foto atual. Observar pichamento das fachadas e o empachamento visual provocado pela rede elétrica.
(*Col. Autor)*.

Se a edificação, por longo tempo, mereceu empenhos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, transformando-se em referência material de uma instituição administrativa da mais alta significação no quadro de interesses do Estado e da Cidade, hoje mostra

[54] Na Cidade, como ampliações realizadas de modo semelhante, basta lembrar o caso do prédio do antiga Companhia União Cearense, localizado em frente do Passeio Público (posteriormente sede de um clube, de um hotel, dos Correios, da Light, da Coelce e hoje do SESI), bem como as ampliações do palacete Fernandes Vieira, atual Arquivo Público Estadual, ou do palacete José Gentil Alves de Carvalho, no Benfica. Este último, antiga morada do proprietário, foi vastamente aumentado para funcionar como sede da Reitoria da Universidade, ocasião quando se ergueu obra praticamente nova, na qual o frontispício e a colunata da casa primitiva foram tomados como tema para variações.

aparência lastimavelmente descuidada. Espaço cultural que viria a ocupar os salões do palacete, apesar de proposto há três décadas, o Museu das Secas nunca foi oficialmente instalado. O acervo arrecadado encontra-se disperso, à espera de compreensão e ajuda.

9 Bibliografia

Livros

ÁLBUM de Vistas do Ceará. Nancy: Imprimeries Réunies, 1908.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (NIREZ). *Fortaleza de ontem e hoje*. Fortaleza: s.e., 1991.

BARROSO, Gustavo. *Coração de menino*. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa. 1939.

_____. *Mississipi*. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1996.

BENJAMIN, Walter. *Paris, Capitale du XIXe. Siècle*. Paris: Éditons du Cerf, 1989.

BEZERRA DE MENEZES, Antônio. Descripção da cidade da Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 9, 1895, p. 118-290.

CARTAS PATRIMONIAIS [Carta de Veneza], 1964. Brasília: Edições do Patrimônio, 1ª ed. 1955/ 2ª. ed. 2000.

CASTRO, José Liberal de. Arquitetura eclética no Ceará, in *Ecletismo na Arquitetura Brasileira /* coord. Annateresa Fabris. São Paulo: Nobel / EDUSP, 1987, p. 208-55.

_____. Arquitetura do ferro no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará,* Fortaleza, t. 106, 1992, p. 63-94

_____. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t.108, 1994, p. 43-90.

_____. Localização da Chácara Villa Izabel, propriedade do livreiro Gualter da Silva. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, t. 118, 2004, p. 83-114.

_____. Urbanização pombalina no Ceará: paisagem da vila de Monte-mor-o-Novo-d'América. *Revista do Instituto do Ceará.* Fortaleza, t.113, 1999, p. 35-81.

_____. Sylvio Jaguaribe Ekman e a arquitetura da sede do Ideal Clube. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 112, 1998, p. 27-77.

CÓDIGO Municipal. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza / Tip. Minerva, 1933.

CODIGO Philippino ou Ordenações e Leis do Rei de Portugal Recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I. ed. fac.similar da 14a. ed, segundo a 1a. de 1603. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

FIRMEZA, Hermenegildo. A revolução de 1912 no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará.* Fortaleza, t. 77, 1963, p. 25-59.

FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. 2. v.

FURTADO, Francisco de Assis Arruda. Centenário de Jeremias Arruda. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 94, 1984, p. 147-156.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro.* 5. ed. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

GIRÃO, Raimundo. *Famílias de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1975.

GONDIM, Linda M. P. *Uma dama da* belle époque *de Fortaleza. Maria de Lourdes Hermes Gondim.* Fortaleza: LCR, 2001.

GUERRA, M. J. Julio. *Guia do operário*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1850.

GUIMARÃES, Hugo Victor. *Deputados provinciais e estaduais do Ceará.* Assembléias legislativas 1835-1947. Fortaleza: Editora Jurídica, 1951.

GUIA da Arquitetura Colonial, Neoclássica e Romântica no Rio de Janeiro (org. Jorge Czajkowski). Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

GUIA da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro (org. Jorge Czajkowski). Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

GUIA turístico da cidade. Fortaleza: Secretaria Municipal de Urbanismo, 1961.

ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro, set. 1922 (edição comemorativa do Centenário da Independência).

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar,1996

LEITÃO, Luiz Augusto. *Curso elementar de construcções*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

MOTA, Leonardo. Datas e Fatos para a História do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 66, 1952, p. 269-306.

NOGUEIRA, João. *Fortaleza Velha*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1954.

QUINCY, A. C. Quatremére de. Diferencia entre "tipo" y "modelo" (1792). In: PATETTA, L. *Historia de la Arquitectura*. Antologia crítica Madrid: Hermann Blume, 1984.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado; FAPESP, 2000.

_____. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

ROSSI, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Cosmos, 1977.

SÁ, Marcos Moraes de. *A mansão Figner: o ecletismo e a casa burguesa de início do século XX*. Rio de Janeiro: SENAC, 2004.
SAVASTANO, N. (org). *Terra Cearense*. Fortaleza: [s ed.],1925.
STUDART, Guilherme. *Diccionario bio-bibliographico cearense*. 3 v. Fortaleza: Minerva, 1915, v. 2.
SVENSSON, Frank. Faits et interrogations concernant la vie et l'oeuvre de Louis-Léger Vauthier: témoinage. In: *Un ingenieur du progress: Louis-LégerVauthier entre La France et Le Brésil*. (org.) Claudia Poncioni e Virgínia Pontual. Paris: Michel Houdiard, 2010. 231-234.
TACLA, Zake. *O livro da arte de construir*. São Paulo: Unipress, 1984.
VAUTHIER, Louis Léger. Casas de residência no Brasil. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 7; 1943, p. 127-208, 15 il.
XAVIER, José. *Carvalho Motta, Capitalista e Governador*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.
XAVIER, Lívio. *Infância na Granja*. São Paulo: Massao Ohno, 1974.

Jornais
A República - 23.01.1907, 31.01.1907, 17.02.1908, 20.01.1908.
Folha do Ceará - 10.12.1912, 17.12.1912.

Outros
Arquivos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IV Superintendência Regional, Fortaleza.
Arquivo Iconográfico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará.
Livro de Notas do Cartório Feijó.
Relatórios enviados pelos *Inspectores* de Obras Contra as Secas aos Ministros da Viação, 1912, 1913, 1914, 1915, 1934.

***

Sumário

Este artigo trata de casas de "porão alto" fortalezenses, exemplares de uma tipologia arquitetônica brasileira em voga na segunda metade do século XIX e ainda acatada nas primeiras décadas do século XX. As modificações ocorridas no meio urbano após a consolidação do poder no Segundo Reinado, seja no plano social seja pelo emprego de equipamentos mecanizados, incentivaram aspirações que conduziram à gradativa substituição dos antigos sobrados pelas chamadas casas de "porão alto". A nova tipologia alterou os espaços da morada, tanto nas divisões internas como nas relações com o exterior, relegando o velho hábito de implantação da casa em zonas centrais, trocado pelo valor conferido à vida urbana desfrutada nos arredores agradáveis e elegantes das cidades em progresso.

Abstract

This work is about to so called casas de "porão alto" (high basement houses) in Fortaleza, Brazil. That architectural home design conception became frequent from the second half of the 19th century until the first decades of the 1900s. Changes occurred on Fortaleza's urban environment right after the Brazilian Second Empire, specially consolidated in terms of social aspects and the use of mechanised equipment induced new social aspirations implying on a gradual change from old "sobrados" (two or more story houses) to those casas de "porão alto". On that new architectural building typology, both indoor and outdoor living spaces are rearranged. Besides that, old habits such as living on the central area, are exchanged by the attraction to reside on that city's pleasant and elegant outskirts.

A turma de 1962 de Engenheiros Agrônomos da UFC e seu contexto histórico

Francisco Ésio de Souza*

Era noitinha de 3 de janeiro de 1963. Quando os 49 formandos em Engenharia Agronômica – Turma Professor Hugo Lopes de Mendonça da Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará – escalavam os batentes da Faculdade de Direito da UFC em direção ao local de diplomação. Trajados elegantemente de becas pretas, com suas madrinhas ou padrinhos, cruzaram o portal da Faculdade e adentraram em seu auditório.

Difícil era mensurar qual dos dois sentimentos mais transitava no imaginário de cada formando: se o orgulho ou a esperança?

O Brasil, como o resto do mundo, escravizado ao imperativo da latitude e longitude, apresentava-se, como milenarmente, multifacetado em diversos cenários físicos, mas com todos eles, sejam do mundo ou específicos como os do Brasil, constituindo campo de atuação do Engenheiro Agrônomo. Pela dimensão territorial, pela diversidade ecológica, por sua potencialidade agrícola, o Brasil apresentava-se como um país do futuro supridor de alimentos e matéria-prima para o mundo a modo de contradizer a teoria de Malthus.

Desgraçadamente, no contraponto, o Nordeste, à época, expunha-se como um desafio maior para o Engenheiro Agrônomo do que o de hoje. Contudo, a década imediatamente anterior a de nossa formatura, o Brasil respirava um ar otimista e com o privilégio das gestões de grandes chefes do Estado Nacional. A começar por Getúlio Vargas (e seus sucessores *pro-tempore*), e Juscelino Kubischek que iniciaram um

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

ciclo de progresso e desenvolvimento para o Brasil, com reflexos diretos no Nordeste. Ciclo esse interrompido pela renúncia de Jânio Quadros, que frustrou a Nação. Getúlio Vargas, em seu incompleto período democrático, voltou-se para o Nordeste e criou o Banco do Nordeste do Brasil (1952). Já Juscelino, feito um bandeirante avançou Brasil adentro, abrindo estradas, ligando a Amazônia a Brasília, transferindo o centro do poder politico para o Planalto Central. E, específicamente para o Nordeste, criou a SUDENE (1959) e fortaleceu o DNOCS.

Foi, pois, nesse "approach" desenvolvimentista e de esperança para o país que começamos e terminamos nosso curso convicto da importância de nossa participação nesse processo. Ainda, no Nordeste, Celso Furtado, a toda pressa, conclamava às alturas para que o Nordeste todo ouvisse: "vamos diversificar a zona da mata; fortalecer a economia do semiárido; expandir a fronteira agrícola para o meio norte maranhense e fazer da industrialização o carro-chefe do desenvolvimento do Nordeste".

À época, a América Latina e o Caribe, impregnados pelas teorias estruturalistas da Comissão de Estudos Econômicos para a América Latina (CEPAL-ONU), defendidas por Raul Presbich e Celso Furtado, esperançavam-se no planejamento como elemento-chave para arrancá-los do subdesenvolvimento. No Brasil, especialmente no Nordeste, este esforço foi atribuído à SUDENE, que, infelizmente, não pôde cumprir seus "Planos Diretores", como previamente estabelecidos.

Como se vê, quando de nossa formatura, a SUDENE já punha em marcha seu I Plano Diretor (1960-62) e iniciava o II (1963-65). No primeiro elegia como prioridades: "criação de uma infraestrutura econômica; aproveitamento racional dos recursos de água; reestruturação da economia agrícola; colonização; racionalização do abastecimento; industrialização; aproveitamento dos recursos minerais; saúde pública; educação de base e levantamentos cartográficos." Já para o II Plano Diretor: algumas das prioridades acima citadas foram mantidas e outras introduzidas.

Com esse *approach* desenvolvimentista não carece raciocinar muito para entender que o mercado de trabalho gerado pelo momento politico-administrativo do país era altamente proativo. E não demorou muito para que a região Nordeste contasse com dinâmicos polos industriais: Aratu e Camaçari (BA); Cloro-Químico (Alagoas); Cabo e

Paulista (PE); Químico-Metalúrgico (RN) e Têxtil (CE). E haja matéria-prima!

Tudo isso ainda é pouco para dar uma ideia de progresso do setor rural do Brasil nesse curto período temporal.

No Ceará, governava Virgílio Távora com seu Plano de Metas do I Veterado, trazendo a energia de Paulo Afonso, abrindo estradas, estabelecendo as residências agrícolas no interior do estado, incentivando a cultura do algodão para atender à demanda dos teares modernos.

Em sucessivo, com destaque para Cesar Cals de Oliveira, quando implantou a floresta do caju e com ela a explosão da exportação da amêndoa da castanha industrializada.

Com a volta de Virgílio Távora, inaugurou-se o incentivo da irrigação privatizada como o apoio do estado – PROMOVALE – até então restrita a competência do DNOCS e SUVALE e em sucessivo a CODEVASF. Ainda no II Governo VT, iniciaram-se também, com incentivos do estado, os trabalhos de experimentação com o cultivo do camarão em cativeiro (Acaraú). Atividade que a iniciativa privada logo percebeu sua viabilidade técnica e econômica para a produção em larga escala.

Outros governos farejando a importância dos microclimas serranos e percebendo sua grande potencialidade, interferindo no tradicional sistema de produção – cultura do café, frutícolas e algumas hortícolas e introduziram a nobreza da floricultura. Todavia, nada disso surgiu como geração espontânea. Não fora o trabalho de Irineu Cabral em imbricar todos os Institutos de Pesquisas Agropecuárias do Brasil, como: IPEAN (PA); IPEANE (PE); IPEAL (BA); IPEACO em uma só instituição, potencializando e criando a EMBRAPA, hoje considerada um dos maiores Centros de Pesquisas Agropecuárias do mundo, onde o Engenheiro Agrônomo é peça central dessa extraordinária engrenagem, a EMBRAPA não existiria e a historieta agora contada não seria a mesma. É inquestionável que, passados 50 anos, muito progresso ocorreu no Brasil.

No Nordeste, não mais se semeia somente grãos, mas sementes melhoradas; a irrigação toma vulto na produção de frutícolas; a matriz energética da região, outrora, alimentada, sobretudo, pelo lenho extraído da sofrida caatinga, cedeu lugar a de origem hídrica e os simplórios cata-ventos foram substituídos por modernos parques eólicos; o

sol, antes somente agente de estiolamento, já caminha também como substancial fonte energética.

Em contraponto, desgraçadamente, tudo isso ainda é pouco, porquanto perduram na região as temíveis secas que me informo, ainda mais, pelas notícias de manchetes de jornais enquanto escrevo este artigo e que por certo levará sofrimento a milhares de compatriotas e à biota da região no repetir secular.

Voltando a Turma de 1962, melhor do que palavras é ler o contido no resumido currículo de cada membro da Turma, que, no dizer do colega Antônio de Albuquerque, "é uma Turma de vencedores"!

Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX

Maria Clélia Lustosa Costa*

Fortaleza, até o início do século XIX, era um povoado sem nenhuma importância econômica, mas a presença da fortaleza, garantia apoio aos barcos que navegavam entre o Maranhão e o Piauí e aí aportavam para se abastecer. Adquire o status e as características de cidade, no século XIX, após a separação da província de Pernambuco e, principalmente, com a inserção do Ceará na divisão internacional do trabalho, como exportador de algodão. O crescimento econômico da província e a política do Império de fortalecimento das capitais da províncias, atraíram moradores, investimentos foram realizados em edificações e infraestrutura e serviços foram implantados em Fortaleza.

Este artigo tem como objetivo discutir as transformações no espaço urbano de Fortaleza durante o século XIX, em virtude da dinâmica econômica e da ação do poder público direcionando a expansão da vila e depois da cidade.

Fortaleza, como muitas outras cidade, tem no quadro natural sua limitação, que cresce acompanhando a margem esquerda do rio Pajeú. Além dessas condições naturais, para a compreensão da formação de Fortaleza, é fundamental analisar o papel dos diferentes agentes produtores do espaço, principalmente o Estado, que investiu na construção de edificações públicas, estradas, ferrovias, legislou e aprovou Códigos de Posturas e concedeu a exploração dos serviços públicos (iluminação, distribuição de água, transporte, comunicações) a empresários nacio-

* Sócia Efetiva do Instituto do Ceará.

nais e estrangeiros, como a Ceará Water Company, Ceará Gas Company e a Ceará Harbour Corporation. Os exportadores e importadores, fazendeiros, industriais, comerciantes, prestadores de serviços que organizavam e coletavam a produção, beneficiavam a matéria prima e distribuíam os produtos locais e importados contribuíram na organização do espaço urbano de Fortaleza. A população, de acordo com suas condições financeiras, edificava suas habitações. Aqueles com melhor renda moravam no centro e nos bairros que vão surgindo no final do século XIX, quando as linhas de bonde são implantadas. A população mais carente autoconstruía suas choupanas com material local nas chamadas "areias", nos arredores da área mais urbanizada.

Inicialmente apresentaremos o processo de ocupação do território da atual Fortaleza e as dificuldades enfrentadas na formação da vila, em virtude das condições naturais. Posteriormente, o artigo trata da tentativa de disciplinar o espaço da cidade, desde a chegada do primeiro arruador (1800), passando pela planta em traçado de xadrez do Coronel engenheiro Antônio José da Silva Paulet (1812) e a aprovação do primeiro Código de Posturas, em 1835, até os levantamentos e as plantas de expansão de Fortaleza elaboradas por Adolfo Herbster (1859, 1875 e 1888).

1 A natureza e a ocupação do território

A história urbana de Fortaleza não é somente a descrição de um pequeno núcleo de povoamento que vai progressivamente tornando mais complexas as suas relações, mas também o predomínio das implacáveis forças naturais que vão perdendo importância, de acordo com o avanço do conhecimento científico.

No século XVII, o território da futura cidade de Fortaleza foi ocupado com objetivo militar, de entreposto comercial entre as capitanias do Norte. O pequeno povoado tinha como função apoiar a passagem para os que vinham do Pará ou Maranhão em direção a Pernambuco. A cidade, nascida entre outros núcleos urbanos já desenvolvidos, terá que esperar mais de um século para se tornar um aglomerado populacional importante.

Um forte, um riacho e poucos moradores esta é a imagem da antiga vila de Fortaleza, conhecida e descrita pelos viajantes. A luta dos

seus moradores e governantes será inicialmente contra as condições naturais, principalmente a seca. Como em todo aglomerado humano, a determinação primeira será natural. É o quadro natural em sua determinação que modelará as ações necessárias e depois possíveis dos habitantes. Os séculos seguintes darão prova da dependência dos habitantes de Fortaleza ao quadro natural. Passa então a predominar a lógica da organização social e principalmente do poder político como fator organizador da cidade.

O Ceará não apresentava os atrativos naturais da zona da mata do Nordeste oriental. A ausência de produtos de interesse dos colonizadores e a natureza marcada pela semiaridez dificultaram a ocupação da capitania do Ceará. A primeira tentativa de apropriação do território, onde hoje está situada a cidade de Fortaleza, ocorreu com a chegada da expedição de Pero Coelho de Souza, em 1603. Depois de muitas lutas com indígenas e franceses, Pero Coelho de Souza fundou às margens do Rio Ceará a povoação de Nova Lisboa, mas "acossado pelo silvícola inimigo e pela trágica seca de 1605-1607" e tendo perdido parte de sua família, ele foi obrigado a retirar-se para o Jaguaribe e, depois, para o Rio Grande. (apud GIRÃO, 1984).

A posse efetiva da terra só se deu a partir de Martim Soares Moreno[1] que, chegando em 1611, construiu, na Barra do Ceará, o Forte São Sebastião (Figuras 1 e 2).

Soares Moreno exalta, em sua "Relação do Ceará", datada de 1618, - o mais antigo documento descritivo da região circunvizinha do Rio Ceará, então conhecida como Siará - a excelente qualidade da terra e pede apoio para a criação de um aldeamento na região que servisse "para estalagem dos que forem e vierem do Maranhão e do Pará a Pernambuco". (apud CASTRO, 1982, p. 35).

[1] Martim Soares Moreno inspirou o escritor cearense José de Alencar na criação do personagem de Martim, o "guerreiro branco", do romance Iracema, obra famosa da literatura brasileira do século XIX.

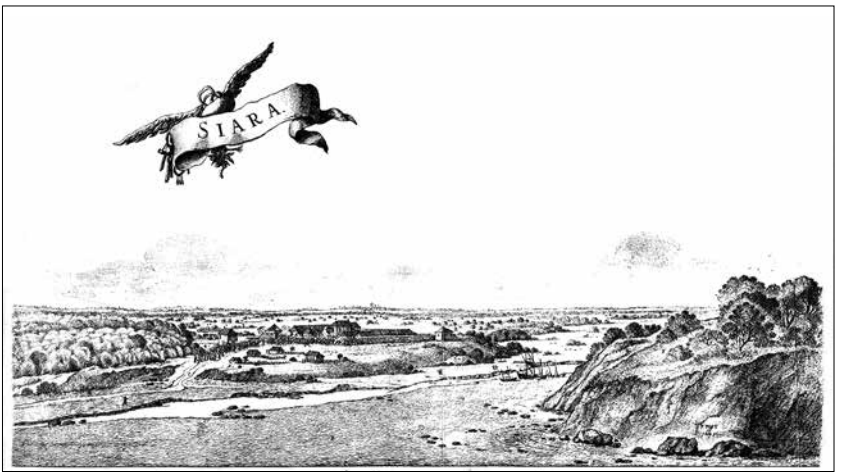


Figura 1 - Forte de São Sebastião. Desenho de Frans Post. Fonte: Barleus, 1647.

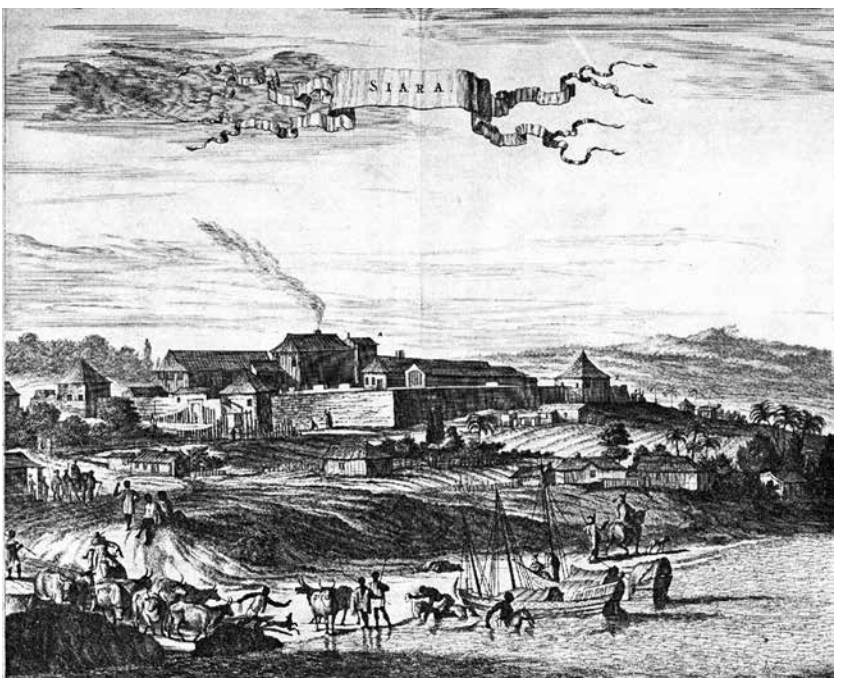


Figura 2 - Forte de São Sebastião. Fonte: Montanus, 1671.

De sua base às margens do rio Ceará, Soares Moreno partiu para observar a presença dos franceses no Maranhão, mas teve seu barco desgarrado para as Antilhas. De volta ao Ceará, em 1621, com o título de Capitão-Mor, permaneceu na capitania até 1631, quando novamente partiu, desta vez definitivamente, para combater os invasores holandeses em Pernambuco. Com o afastamento de Soares Moreno, arruinou-se o Forte São Sebastião e, em 1637, a região passou a ser controlada pelos holandeses. Liderada por Matias Beck, uma expedição holandesa desembarcou na baia do Mucuripe, em 1649, na esperança de encontrar prata na Serra de Maranguape. Constatando a ausência de água doce no Mucuripe, os holandeses estabeleceram, em 1649, na margem esquerda do rio Pajeú, sobre a colina de Marajaitiba - o que lhes propiciava uma visão geral da baía - o forte de Schoonenborch e ali permaneceram por sete anos, até sua expulsão definitiva do Brasil, em 1654.[2] (MENEZES, 1897, p. 42).

Com a capitulação dos holandeses, os portugueses retomaram o controle da região. Deram ao forte holandês o nome de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção e se fixaram definitivamente nas margens do rio Pajeú, pois o sítio onde anteriormente se haviam estabelecido, às margens do rio Ceará, apresentava alguns inconvenientes, como a insalubridade e o assoreamento no leito fluvial que lhes dificultava o acesso[3]. A vila de Fortaleza estava situada "a mais de légua ao oeste da ponta do Mucuripe, e de dois da barra do rio Ceará", em região considerada salubre por Thomas Pompeu de Souza Brasil (1896). As características naturais do sítio onde foi localizada a vila foram descritas por Brasil:

[2] Em 1630, os holandeses invadiram Pernambuco e sua passagem pelo Recife propiciou discutida contribuição para a nossa história. A principal personalidade holandesa desse processo foi o Conde João Maurício de Nassau Siegen que chegou a Recife em 1637. Autêntico espírito da Renascença, Nassau trouxe consigo dois grandes pintores Frans Post e Albert Eckout, além de cartógrafos e cientistas. Depois de sua partida, em 1644, deu-se a derrocada do domínio holandês no Nordeste e, em fevereiro de 1649, depois da derrota na Batalha dos Guararapes, os holandeses enfrentaram duros problemas até serem expulsos do Brasil, em 1654.

[3] Em documento datado de 1814, o governador Barba Alardo de Menezes (1808-1810), explica que a transferência da vila se dera em função da insalubridade da Barra do Ceará. (CASTRO, 1997, p. 42).

> A extensa área do littoral se alonga por 3 a 4 kilometros para o interior, compõem-se na sua quase totalidade de terreno silicioso, grés, decomposição de quartz, com profundidade de alguns metros, repousando, ora sobre a rocha primitiva, ora sobre delgada camada de marga ou argila. A inclinação geral para o mar com as pequenas depressões para leste, oeste e norte, seguindo o leito do riacho Pajehú, Jacarecanga e praia, servem de escoadouro as águas pluviaes. Em um outro trecho, accidentes do solo permittiram a acumulação dos detrictos que formam estreita camada de alluvião. A não ser a orla marítima, na qual os comoros de aréa, impedindo o escoamento das águas pluviaes e retendo grande marés, originaram anteriormente lagamares, maceiós, pequenos pântanos, em parte dessecados, e o vale superior do riacho do Pajehú, nenhum outra fonte de insalubridade natural existe na Fortaleza. (BRASIL, 1896, p.8-9).

Apesar da temperatura semelhante à de outras cidades litorâneas do semiárido brasileiro, o calor de Fortaleza era amenizado pelos ventos alísios. O Barão de Studart compara o clima da capital do Ceará com outras cidades da região:

> Em Fortaleza (3°43'38" Lat. S, 4°39'23" Long. E, Rio), a média da temperatura annual é de 26°6', a das máximas 30°4'e das mínimas 23°31', a média da pressão barométrica 762,4, da chuva 998 mm, da humidade relativa 72,6, da tensão do vapor d'água 20,3... Belém, Natal e Recife dão médias de 26°21, 26°5 e 26°3 respectivamente, mas nenhuma dessas capitaes tem como Fortaleza o calor amenizado pela constante viração. (STUDART, 1910, p. 24).

Em 13 de abril de 1726, a Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção (Figura 3) foi elevada à categoria de vila pelo governo metropolitano. Durante todo o século XVIII, mesmo sendo a vila, morada dos capitães mores da capitania, Fortaleza continuou um povoado pobre, abandonado e insignificante, mantendo função puramente administrativa e não se destacando pelas atividades econômicas, pois estava isolada dos principais centros populacionais do Ceará.

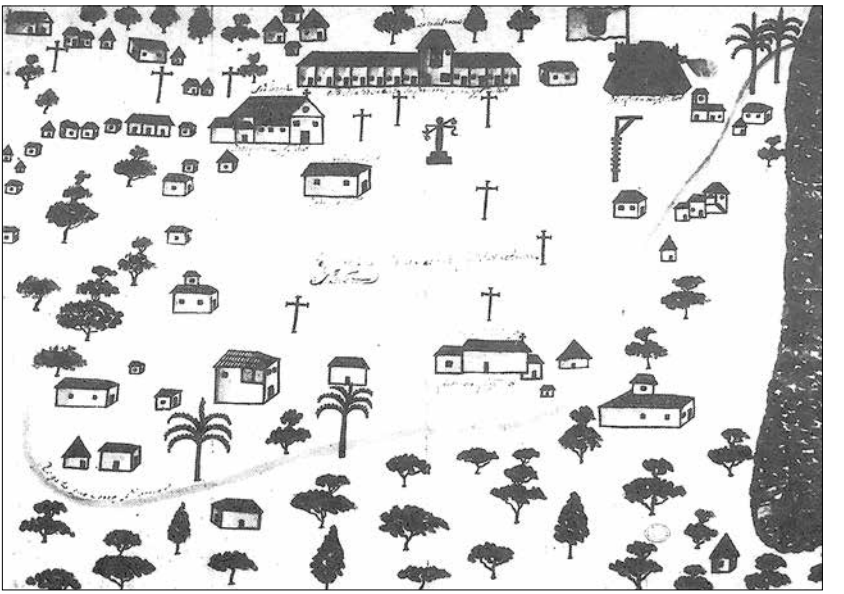


Figura 3 - Carta de Fortaleza em 1726, mandada executar por Manuel Francês.
Fonte: Castro, 1982.

Numa classificação estabelecida por Maria Salete de Souza (1975), no Século XVIII, as vilas de maior importância do Ceará estavam no interior Sobral e Crato, à exceção de Aracati, no litoral leste. Em seguida estava o Quixeramobim no sertão central. Em terceiro lugar estavam as vilas de Fortaleza, Granja e Aquiraz.

O primeiro presidente da capitania autônoma, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao chegar a Fortaleza, espantou-se com a pobreza da capital onde havia "uma falta absoluta de todas as cousas de primeira necessidade". E comparou-a à vila de Aracati de "numerosa população, comércio bem estabelecido", acrescentando que: "A civilidade, a polidez de seus habitantes fazem esta Vila [o Aracati] assás recomendável, juntando a isso uma agradável e regular arquitetura nas suas casas, e no grande número delas os donos possuem avultados cabedais". Enquanto a vila de Fortaleza era "um montão de areia profundo apresentando do lado pequenas casas térreas, encontrando nesta classe a muito velha e arruinada casa dos governadores". (Ofício de 1º. 01.1800).

2 Sítio urbano: aspecto da vila no começo do século XIX.

> O vento que vinha de longe, na tarefa de dar à costa do Ceará a forma retilínea que um dia tomará, alinhando-se por ele, incumbiu-se de aterrar os lagamares do perímetro da futura cidade, lançando sobre eles uma quantidade enorme de areias e fazendo-os perder o seu primitivo caráter de marinhas. A esse poderoso instrumento das transformações da terra, deve Fortaleza o assento que lhe coube. (JOÃO BRÍGIDO, Fortaleza de 1810).

No começo do século XIX, Fortaleza ainda crescia lentamente, à margem esquerda do Pajeú, acompanhando as tortuosidades deste rio, principal fonte de abastecimento de água. O riacho do Pajeú dividia as terras imediatas à Fortaleza de N. Senhora da Assunção em duas zonas distintas. Na margem direita, a elevação do Outeiro da Prainha, alargava-se até a descida para o mar, cujas águas lambiam suas encostas. Ali foi construído o seminário episcopal que ficou conhecido como Seminário da Prainha. À margem esquerda, com seu terreno ondulado pelas dunas formadas pela força do vento era cortada por um tributário do Pajeú: o córrego do Garrote que formava a lagoa do Garrote. As duas elevações separadas pela depressão onde corriam os córregos ficaram conhecidas como: colina do Teatro Taliense, ao sul, na Rua Formosa, e colina da Misericórdia ou Marajaitiba, ao norte onde se erguia o forte e foram estabelecidas a Santa Casa de Misericórdia e a Cadeia Pública. Em torno dessas duas principais colinas, erguiam-se outras cinco pequenas formando um total de sete. Dentre elas destaque merece pela importância posterior para a cidade, a elevação da Aldeota, antiga povoação de índios. (GIRÃO, 1997, p. 35).

O comerciante inglês Henry Koster fixou-se em Pernambuco no começo do século XIX a ver se o clima quente e seco do Nordeste o ajudava a tratar uma tuberculose incipiente. Em *Viagens ao Nordeste do Brasil* (1941), publicado em 1816, em Londres, Koster descreve Fortaleza, entre o final do ano de 1809 e começo de 1810:

> Não há rio nem cais e as praias são más e de acesso difícil. As vagas são violentas e o recife oferece proteção diminuta aos navios, viajando ou ancorados perto da costa (...) A vila, edificada sobre terreno arenoso, (...) situava-se numa colina ao pé da for-

> taleza que lhe deu o nome e, tanto a Fortaleza quanto o paiol de pólvora erguiam-se sobre uma montanha de areia. Não obstante a má impressão geral, pela pobreza do solo em que esta Vila está situada, confesso ter ela boa aparência, embora escassamente possa este ser o estado real dessa terra. (KOSTER, 1942, p.165).

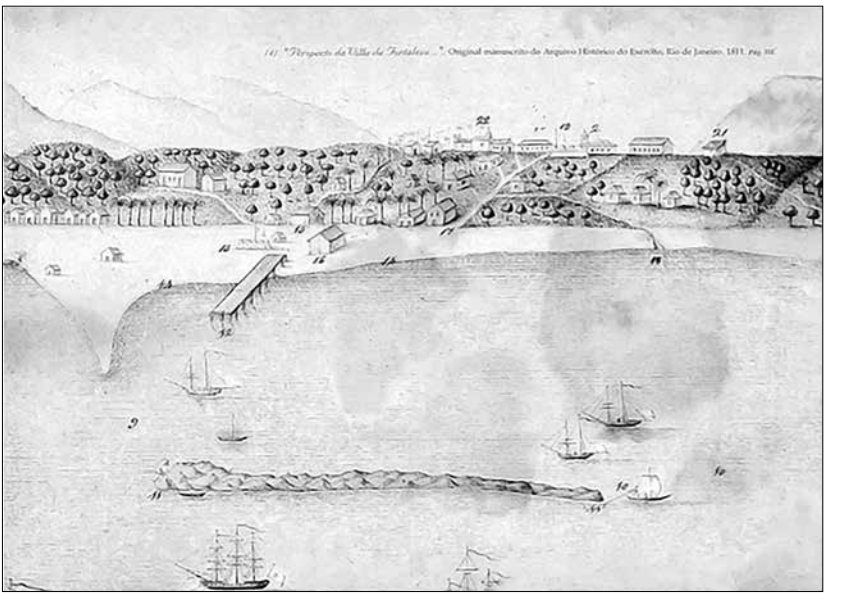


Figura 4 - A vila de Fortaleza em 1811. Aquarela de Francisco Antônio Marques de Giraldes. Fonte: Reis Filho, 2000.

A vila de Fortaleza apresentava formato quadrangular com quatro ruas partindo da Praça do Conselho (atual Praça da Sé), onde ficavam o pelourinho e a Igreja da Matriz. De acordo com Malmmann, as quatro ruas mencionadas por Koster eram a antiga Rua da Cadeia ou do Quartel; a Rua da Boa Vista, atual rua Floriano Peixoto; a rua dos Mercadores, na margem oriental do riacho do Pajeú e a rua da Fortaleza, depois denominada rua da Misericórdia. Havia também, outra rua, a das Flores, "bem longa, do lado norte desse quadro, correndo paralelamente, mas sem conexão" e que passava defronte à Matriz. (Koster apud MALMMANN, 1931, p.19).

Na planta de Fortaleza, elaborada por Silva Paulet, em 1813, pode-se visualizar a vila visitada por Koster. Observa-se um aglomerado de casas na altura da ponta da Prainha, próximo ao ancoradouro. A maior concentração de edificações está à esquerda do riacho Pajeú, se espalhando para o interior, na direção sul da lagoa do Garrote. Já estão presentes os caminhos, que orientaram inicialmente o crescimento de Fortaleza, dispostos de modo mais geral, em forma radioconcêntrica: Estradas de Jacarecanga, de Soure, de Arronches, do Aquiraz, da Precabura, e a Picada de Macoripe. Posteriormente a vila cresceria, obedecendo ao traçado em xadrez que seria proposto por Paulet.

Os edifícios públicos - Palácio do Governador, Casa da Câmara, Cadeia, Alfândega e a Tesouraria - eram pequenos e baixos, "mas limpos e caiados, e perfeitamente adaptados aos fins a que se propunham", diz Koster (1942). Estava em construção a igreja matriz que tinha "por invocação São José de Ribamar". O Palácio do Governo era a única habitação da cidade assoalhada. Koster, que foi recepcionado pelo presidente da capitania Luiz Barba Alardo de Menezes (1808-1811), observou que eram excelentes as casas de governo, dos camaristas e da inspeção do algodão e bom o quartel de infantaria, onde se localizava a Capela de Nossa Senhora d'Assumpção, "com bastante perigo o hospital militar". (1897, p. 42). O governador concordava que a localização de alguns equipamentos públicos era imprópria. A Casa da Junta da Real Fazenda, Contadoria e Real Erário que ficavam "por cima da cadeia e calabouço, com tanta impropriedade, risco e encommodo dos officies das ditas", o que levou a que os "claviculários" solicitassem sua mudança. (MENEZES, 1897, p. 41)

O autor da *Descripção geográfica abreviada da capitania do Ceará,* incorretamente atribuída a Silva Paulet, criticou o mau uso e a decadência da Casa da Câmara.

> Há uma caza de câmara arruinada: não tem cadeia, e servem-se as autoridades civis de uma cadeia militar; o que dá motivo a uma infinidade de contradições e etiquetas, que se não podem emendar, em muito detrimento da expedição das dependências criminaes. (1898, p. 16).

O mesmo autor também ressaltou a pobreza do comércio de Fortaleza: "A villa é pobre, seo commercio de pouco vulto, ainda que o

porto é soffrivel, (...) o commercio é muito menor do que o de Aracati". (1898, p. 16). Impressão que levara poucos anos antes o inglês Koster:

> A dificuldade de transportes, terrestres, particularmente nessa região, e a falta de um porto, as terríveis secas, afastam algumas ousadas esperanças no desenvolvimento de sua prosperidade. O comércio do Ceará é limitado e, provavelmente, não tomará grandes impulsos. (1942, p. 164).

Apesar de pobre, a vila de Fortaleza cresceu sob a égide do vento, da luz, do clima quente, porém pouco úmido e dos espaços largos, que a cercaram, associados a uma condição natural de salubridade.

3 O tenente coronel de engenharia Silva Paulet e o disciplinamento da vila

A carta real de 17 de janeiro de 1799 emancipou o Ceará da Capitania de Pernambuco. Este fato, que resultou na permissão de comércio direto com o reino, contribuiu para o crescimento da Capital. O primeiro governador da capitania, Bernardo Manuel de Vasconcelos, registrou: "progressos do dito comércio têm resultado um bom número de casas de que a mesma vila se vê acrescentada chegando ao todo dezesseis, todas térreas, as quais acabadas até julho e estariam antes se houvesse artífices suficientes para este fim." (apud GIRÃO, 1979, p. 67).

A abertura dos portos em 1808 possibilitou o incremento do comércio direto da Capitania com alguns portos da Europa, o que até então era intermediado por Pernambuco. Em 1809, saíram pelo porto de Fortaleza, 3.386 sacas de algodão com 11.271 arrobas, com destino a Pernambuco e Inglaterra. (STUDART, 1896, p. 488). Em maio de 1811, o irlandês William Wara fundou a primeira casa estrangeira de comércio direto com a Europa, ampliando-se o volume exportado, que atingiu uma média de 16 a 17 mil arrobas por ano. (STUDART, 1896, p. 489).

Luiz Barba Alardo de Menezes (1808-1811), terceiro governador da Capitania, impulsionou a agricultura e fundou uma fábrica de louça vidrada (1809), em Fortaleza. Preocupado com o abastecimento da população local, em 15.06.1809, determinou a construção de um mercado público, em que estava definido: "vendam aos sábados todos os víveres

de primeira necessidade e se faça annualmente uma feira franca". A primeira feira semanal de Fortaleza ocorreu em 1º. 7.1809. (STUDART, 1896, p. 483).

Neste novo cenário teve inicio a preocupação do poder público em organizar e direcionar o crescimento de Fortaleza. Um marco na ordem urbana foi a contratação de Manuel Ferreira da Silva, para o cargo de arruador, em 1º de julho de 1800 com o objetivo de dar às ruas certa orientação e regularidade e disciplinar o traçado da vila de Fortaleza. Essa mesma administração ordenou também a construção de um açougue, em 1802. (MALMMANN, 1931).

Em decreto datado de 06.02.1808, o ouvidor Francisco Affonso Ferreira, com o objetivo de conter a ocupação rarefeita da vila e a má distribuição da população, determinou que a Câmara de Fortaleza proibisse a edificação de casas no fim da rua que seguia para a Estrada de Messejana "afim de que os povos com esta prohibição se desponhão a fazel-o no centro da villa e no terreno da casa da pólvora". (STUDART, 1896, p. 480). O levantamento da *décima urbana*[4] de 1808 revelou a existência de 150 prédios para uma população de aproximadamente 1.000 habitantes, segundo avaliação de Sabóia Ribeiro (1955, p. 3). Na vila havia três igrejas, a da Matriz, a capela da Fortaleza da Assunção e a ermida do Rosário.

Constatada a necessidade de se construir edificações públicas e elaborar normas para a expansão da vila, o governador da Capitania do Ceará, de 1812 a 1820, Coronel Manuel Inácio de Sampaio, trouxe como seu ajudante de ordens, o português Tenente-Coronel Engenheiro Antônio José da Silva Paulet. Sampaio iniciou a organização administrativa da Capitania instalando a Alfândega (1º.07.1812), repartição destinada a arrecadação dos impostos de entrada e saída de gêneros; implantando o Correio (1º.5.1812) e promovendo a reconstrução da

[4] "Décima Urbana" ou "Décima dos Rendimentos dos Prédios Urbanos" era um imposto arrecadado pela Superintendência da Décima, órgão criado pelo alvará de 27/6/1808. No início este imposto era cobrado apenas no município do Rio de Janeiro, mas logo depois foi estendido às "cidades, vilas e lugares notáveis situados à beira-mar". A Décima Urbana converteu-se, muito mais tarde, no Imposto Predial e Territorial Urbano, que subsiste até hoje. (LEIS DO BRASIL, 1808, 1830 e 1831, apud http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/SRF/Historia/.htm).

Fortaleza da Assunção de pedra e alvenaria, bem como a construção de edifícios públicos, dentre eles o mercado (1815-1818), obras todas sob a orientação de Paulet. O Conselho da vila celebrou contrato com o tenente coronel João da Silva Feijó[5], em 11.07.1812, de cessão de uma das nascentes de água de seu sítio, para a construção de um chafariz público. (STUDART, 1896).

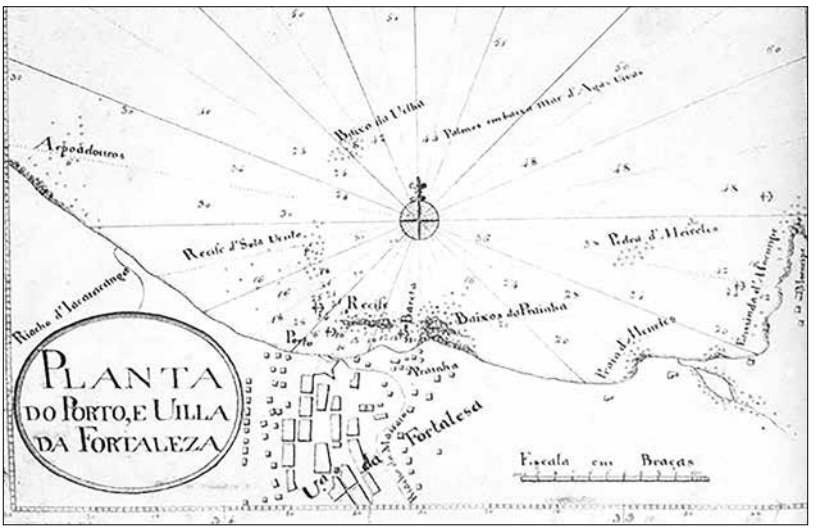


Figura 5 - Planta de Fortaleza elaborada por Silva Paulet, 1813. Fonte: Castro, 1982.

Silva Paulet elaborou o primeiro plano de expansão da vila, que se tornou a matriz básica da forma urbana da cidade de Fortaleza. Inspirado no traçado em xadrez, desprezou o sentido de seu crescimento natural, que tendia a acompanhar as tortuosidades do Pajeú. Daí em diante, as novas edificações passaram a ser guiadas pelo traçado urbano de ruas paralelas (xadrez), interrompendo assim "o seguimento natural de ruas do núcleo primitivo". (SABÓIA RIBEIRO, 1955, p. 226).

[5] Naturalista brasileiro João da Silva Feijó (1760-1824), comissionado pela Coroa Portuguesa, foi enviado à Capitania do Ceará em 1799, para ocupar o posto de "sargento mor das milícias", tendo sido incumbido de vários estudos de História Natural.

Para Liberal de Castro, apesar da reduzida área ocupada pelo plano de Paulet, este orientou o crescimento da malha urbana:

> Constava de duas ou três ruas perpendiculares à linha de continuação da divisa do terreno do quartel da Fortaleza, portanto paralelas e dispostas na direção norte-sul, além de cortadas ortogonalmente por "travessa". (1994, p. 50).

Fortaleza nasceu, realmente, de um traçado sobre um papel. O plano de expansão orientou as ações do poder público local e só assim foi possível que o traçado de linhas fixado no projeto servisse de modelo à dinâmica de uma cidade real. Em 1823, alguns meses após a Independência, o imperador Pedro I elevou por decreto todas as vilas que fossem capitais de província à categoria de cidade[6]. Assim, Fortaleza, vila desde 1726, tornou-se cidade, com a denominação de Fortaleza de Nova Bragança.

4 A hegemonia urbana de Fortaleza e o governo de Alencar

Desde o final do século XVIII, o algodão do Ceará fazia parte da agenda de produtos exportados pelo Brasil. A vila, aos poucos, foi sendo dotada de infraestrutura e serviços para atender às transações comerciais diretas com Lisboa, iniciadas em 1804. Durante o século XIX, com o avanço da indústria têxtil na Europa, aumentou consideravelmente a demanda pelo produto. A partir de meados do século XIX, a queda na produção de outros fornecedores e a Guerra da Secessão (1861-64) nos Estados Unidos, poderoso concorrente, contribuíram para expandir significativamente a indústria algodoeira cearense e para dinamizar o comércio de sua capital.

O processo de hegemonia urbana de Fortaleza se iniciou, portanto, na primeira metade do século XIX e se completa na segunda metade. A centralização do poder político e administrativo iniciada no primeiro Reinado e que marcou todo o período imperial privilegiou as

[6] No momento da Independência do Brasil, em 1822, Fortaleza contava com 45 ruas espaçosas, 2 travessas, 4 bulevares, 16 praças, 3.855 casas compreendendo as estradas empedradas do Visconde de Cauhipe e da Pacatuba, 10 igrejas e 24 edifícios públicos. (STUDART, 1896).

capitais das províncias. (LEMENHE, 1991). Este fato e a concentração de um volume maior da produção para o comércio externo favoreceram o crescimento econômico de Fortaleza e contribuíram para que a maior parte de investimentos governamentais em edificações, infraestrutura e serviços se fixasse na capital.

Na primeira gestão do cearense José Martiniano de Alencar, entre 1834 e 1837, quando implantou a Assembleia Legislativa (1835), o progresso econômico e político-administrativo do Ceará ganhou forte impulso. Em 1835, foi criado o Banco Provincial do Ceará, com capitais privados (extinto em 1851). Alencar estimulou a construção de açudes de pedra e cal; importou o primeiro engenho a vapor da província e incentivou o cultivo e a fabricação do chá, café e açúcar. A fim de suprir a falta de braços para a lavoura, organizou uma Companhia de Trabalhadores cujos salários seriam pagos pelos próprios agricultores e mandou buscar colonos estrangeiros - trabalhadores agrícolas e especializados nos ofícios de ferreiro, pedreiro, *carpina* e *factura* de estradas. Também solicitou ao governo imperial o envio de cinco "professores dignos deste nome" para residir nas cinco primeiras localidades da Província, isto é, Fortaleza, Aracati, Icó, Crato e Sobral. (NOGUEIRA, 1889).

A administração de Alencar foi muito benéfica para o progresso de Fortaleza. Ele dotou a capital com iluminação a azeite; fez o reservatório do Pajeú; construiu chafarizes, uma aguada pública para as lavadeiras de roupa, uma ponte de pedra e cal sobre o riacho do Pajeú, facilitando o acesso ao bairro da Prainha, onde se encontrava a Alfândega; abriu poços (Cacimba do Povo, próximo ao Colégio das Órfãs); mandou construir estradas "da capital para Mecejana e d'ahi para Aracati, Icó e Crato; e ainda da capital para Soure, Maranguape, Baturité, e Sobral" e fazer estudos para o melhoramento do porto. (NOGUEIRA, 1889).

Alencar determinou a plantação de árvores de ambos os lados das estradas para sombreá-las e que nenhuma tivesse menos de 32 a 40 palmos de largura, aproximadamente 7 e 8 metros (NOGUEIRA, 1889). Estas estradas, ligando as regiões produtoras de algodão e de culturas de subsistência, facilitaram o deslocamento da produção para a capital, colaborando para o desenvolvimento do seu comércio. Visando a orientar o crescimento da cidade e dar instrumentos à administração para agir legalmente e com desembaraço, Alencar aprovou a lei nº 36 de

05.10.1837, que permitia a desapropriação por utilidade Municipal e Provincial. (CAMPOS, 1988, p. 50).

O botânico Freire Alemão[7], em 3 de maio de 1859, descreve em diário as conversas com o Sr. Franklin de Lima[8], quando ressalta o papel do futuro senador Alencar para o desenvolvimento da província.

> Diz que a cidade era insignificante, sem estabelecimento, mas que na administração do senador Alencar tudo prosperou muito, principalmente com o estabelecimento dum banco provincial; que antes dele não havia dinheiro, era tudo miséria; que com a criação do banco apareceram edifícios e muito prosperou a cidades. Foi Alencar o que deu impulso à cultura da cana e fabrico do açúcar, etc.! (1859/1964, p. 206).

5 A Fortaleza de Boticário Ferreira (1843-1859)

O período entre as secas de 1845 e 1877 é considerado pelos historiadores como um dos mais ricos para a economia cearense, pois foi de bons "invernos" e com o algodão alcançando preços elevados no mercado internacional (GUABIRABA, 1989). Aumentaram-se as trocas. O comércio diversificou-se, com o desenvolvimento da cultura de café e da exportação da borracha de maniçoba. O excedente da produção de açúcar e da cultura de subsistência era vendido para outras províncias. O forte desenvolvimento econômico experimentado pelo Ceará contribuiu para atrair novos moradores e ampliar o número de empregos e de serviços urbanos na Capital.

A proximidade das zonas agrícolas mais produtivas e das rotas comerciais e marítimas e o comércio importador e exportador favoreceram a drenagem dos excedentes da província para capital, o que favoreceu a sua expansão. O crescimento econômico refletiu-se na paisagem urbana e na organização do espaço, que exigiu um maior controle. A cidade foi crescendo, seguindo em parte a legislação. Em 1848, a popu-

[7] O médico Freire Alemão foi responsável pelo setor de Botânica da Comissão Cientifica de Exploração das províncias do Norte, organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que chegou a Fortaleza em 1859.

[8] Franklin de Lima responsável pela introdução do teatro em Fortaleza e da contratação do primeiro músico, em 1834, para ensinar piano às filhas.

lação de 8.900 habitantes estava distribuída em 1.418 casas, das quais 571 de tijolo e telha. Naquele ano foi inaugurada a iluminação pública a azeite de peixe, que foi substituída pelo gás carbônico, em 1866. (SABÓIA RIBEIRO, 1955, p.226).

Antônio Rodrigues Ferreira foi o presidente da Câmara entre os anos de 1842 e 1859 e teve um papel importante na organização espacial da cidade. O Boticário Ferreira, como era mais conhecido, procurou seguir à risca as diretrizes de Silva Paulet: providenciou o aumento e a abertura de ruas, modificando o traçado defeituoso e ampliando o traçado em xadrez projetado por Paulet; demoliu casebres, vielas e becos escusos, como o do Cotovelo, encravada na futura Praça Municipal e desapropriou os chamados quartos da Agostinha, onde foi construída a Assembleia Provincial; desobstruiu, alinhou, arborizou e aformoseou as praças Municipal (Feira Nova) e da Carolina, mandando cavar nelas dois cacimbões revestidos de pedra de Lisboa para fornecer água à população; promoveu um novo alinhamento na Praça do Garrote (atual Praça dos Voluntários da Pátria), abrindo passagem para a atual avenida Visconde do Rio Branco e retirou "as casas de palha que existiam entre a Sé e o Palacete do Dr. José Sabóia, próximo ao palácio Episcopal". (NOGUEIRA, 1887).

As mudanças no aspecto geral da cidade podem ser constatadas nas descrições de Fortaleza feitas por estrangeiros que a visitaram na segunda metade do século XIX. Alexandre de Belmar, em sua *Voyage aux Provinces Brésiliennes du Pará et des Amazones em 1860, precedé d'un rapide coup d'oeil sur le littoral du Brésil*, publicado em Londres em 1861, assim descreve a cidade:

> Fortaleza é uma cidade nova, de aspecto europeu, cujas ruas, alinhadas a cordão, são embelecidas com alguns edifícios de notável elegância, no número dos quais convém colocar o palácio do governo, um belo quartel e, sobretudo a igreja catedral. Sua população é de cerca de 25 mil almas. Encontra-se aí um Liceu, uma Junta de Comercio, hospital e, nos arrabaldes, cerca de 1500 casas de palha, que servem de abrigo à classe pobre. (BELMAR, 1898, p. 20).

O suíço Agassiz deixou suas impressões sobre Fortaleza no livro Viagem ao Brasil (1865-1866):

> Amo a physionomia do Ceará. Amo suas ruas largas, asseiadas, bem calçadas, resplandescentes de todas as cores, porque as casas que as bordam são pintadas de tons os mais variados. (...). O Ceará não tem esse ar triste, sonolento de muitas cidades brasileiras; sente-se aqui movimento, vida e prosperidade. (AGASSIZ, 1938, p. 532).

As várias descrições de Fortaleza feitas por viajantes, historiadores, presidentes de província, escritores ressaltavam a salubridade da cidade em diferentes momentos. Agassiz destacava sua localização salubre:

> Na frente da pequena cidade, corre uma extensa praia e o barulho do mar, batendo forte nos recifes, chega até o quarteirão central. Assim, colocada entre a montanha e o mar, Ceará deve ser uma cidade salubre; é, com efeito, a reputação que gosa. (1938, p. 532).

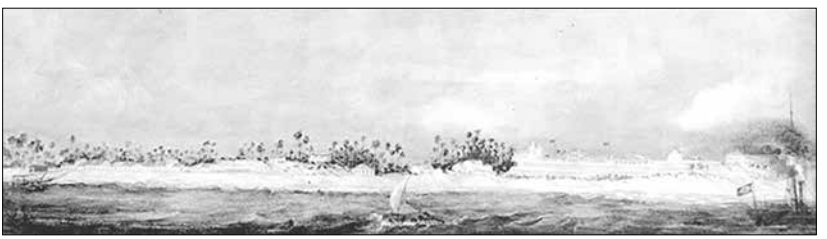


Figura 6 - A cidade de Fortaleza. Desenho de José dos Reis Carvalho – Comissão Cientifica de Exploração (1859). Fonte: Chaves *et al.,* 2009.

Em 1859, a frente marítima de Fortaleza foi retratada pelo pintor José dos Reis Carvalho, membro da Comissão Cientifica formada de membros da Academia de Ciência do Império. Segundo Gonçalves Dias[9], responsável pelo levantamento etnológico, os estabelecimentos públicos, que não eram poucos, "são grandiosos relativamente e têm

[9] Antônio Gonçalves Dias, poeta romântico brasileiro (Caxias, MA, 1823 - no mar, perto de Guimarães, MA, 1864), foi considerado o criador da imagem romântica e épica do índio brasileiro. Obras principais: *Primeiros cantos* (1847); *D. Leonor de Mendonça* (drama, 1847); *Segundos cantos* (1848); *Últimos cantos* (1851); *Os timbiras* (1857); *Dicionário da língua tupi* (1858); *Vocabulário da língua geral usada no alto Amazonas* (1859); *O Brasil e a Oceania* (1910).

uma arquitetura simples e elegante", adequada às suas funções. Destaca o Palácio do Governo, "vasto e singelo, com sobrado pela frente e fundos térreos", quartéis para as tropas e para a Polícia, Tesouraria, Liceu, Casa de Educandos, Igreja Matriz, Cadeia, Cemitério, etc. (DIAS apud BRAGA, 1962, p. 227).

> No que esta pequena cidade leva vantagem ao monstruoso Rio de Janeiro, é que seus estabelecimentos públicos, que não são poucos, são grandiosos relativamente, têm uma arquitetura simples e elegante; e mais que tudo são feitos de propósito e acomodados ao seu destino. (DIAS apud BRAGA, 1962, p. 227).

O desenvolvimento de Fortaleza continua durante a década seguinte. Em 1863, segundo a descrição do Senador Pompeu, tinha oito praças providas de cacimbas públicas, três delas muito arborizadas. Sua população alcançava 16.000 habitantes, "contando com os subúrbios occupados por casa de palha." Edificada quase "a borda do mar" tinha oito extensas ruas muito direitas, espaçosas e calçadas, onde se distribuíam 960 casas de tijolo e, entre estas, uns 80 sobrados. Fora do alinhamento "equilibravam-se sobre as dunas" mais de 7.200 casas de palha.

> Os edifícios mais notáveis são: o palácio do governo, o hospital da Mizericórdia, os quartéis militares de primeira linha e polícia, a casa dos educandos artífices, a cadeia, o paço da municipalidade, a cathedral, as duas thesourarias, a alfândega, o armazém da pólvora, o cemitério &. Seu porto, formado por um arrecife, e que vae areiando consideravelmente, tem uma ponte ou trapiche de desembarque, e na ponta do Mucuripe um pharol de luz fixa. (T. P. S. BRASIL, 1863, p. 23).

Em 1867, ao sul do córrego do Garrote, num divisor de água que hoje tem como ápice topográfico a atual Praça Clovis Beviláqua, foram instalados os reservatórios da Ceará Water Works Co. nos quais a água era impulsionada para os chafarizes pela lei da gravidade. No sopé do morro do Croatá, foram construídas em 1873 as instalações da estrada de ferro e, ao sul, na margem direita do riacho do Garrote, no alto do Pimenta, também chamado de alto da Boa Vista, foi construída a igrejinha de Nossa Senhora das Dores, no mesmo lugar onde se ergueu mais tarde a Igreja do Coração do Jesus. (GIRÃO, 1997).

William Seully, autor do livro "*Brazil; its Provinces and Chief Cities; the manners and customs of the People; Agricultural, commercial and other Statistics*", publicado em Londres, em 1866, destaca as ruas largas e cuidadosamente calçadas. "Uma das suas sete praças é bem plantada e a cidade contém uma fonte e três reservatórios d'água". (apud STUDART, p. 354).

O censo de 1° de agosto de 1872 revelou que o município possuía 42.458 habitantes, dos quais, menos da metade morava na área urbana. A população do Ceará era de 721.686 pessoas. (CASTRO, 1982).

6 Plantas[10] que orientaram a expansão da cidade

A forma urbana de Fortaleza resultou da ação de diversos agentes, que elaboravam plantas de expansão da cidade. De modo geral, aqueles que modelaram a paisagem da cidade tiveram o apoio dos que comandavam a execução de obras e dos administradores e legisladores que aprovavam os códigos de posturas e outras leis. Não podemos esquecer como afirma Claval (1981, p.294), que "a organização do espaço urbano não é fruto apenas de uma única vontade que tudo planeja e atribui a cada um o seu lugar". [11]

> As formas urbanas são sempre o fruto de múltiplas iniciativas individuais. Elas nascem sempre de uma organização coletiva; a arte urbana torna-se então a realização de uma elite distinguida por seus conhecimentos e por sua cultura: são eles que controlam a construção e impõem as cidades seus traços (1981, p. 294).[12]

[10] Essas plantas, ora em exame, compreendem: 1. Levantamentos da situação existente (Herbster, 1859 e 1888); 2. Levantamento das partes construídas e propostas não executadas (Farias, 1850; Medeiros, 1856); 3. Planos de expansão urbana (Herbster 1861/63 e 1875). (CASTRO, 2011)

[11] "…l'organisation de l'espace urbain n'est jamais le fruit d'une seule volonté qui planifie tout et attribute à chacun a sa place" (p.294).

[12] "Les formes urbaines ne sont pas toujours le fruit d'une multitude d'initiatives individuelles. Elles naissent souvent d'un aménagement colectif; l'art urbain deviant alors le fait d'une élite de gens distingués par leurs connaissances et par leur culture: c'est eux qui contrôlent la construction et imposent aux cités leurs traits". (CLAVAL, 1981, p. 294).

Nos países de origem colonial como o Brasil, segundo Claval (1981), as formas urbanas criadas pelo colonizador se impõem às populações muito mais do que aquelas criadas por elas mesmas. Em muitos casos ocorreram modificações ou reinterpretações dos projetos pelos agentes locais. "O estudo da forma revela a diversidade dos planos, a proliferação de tipos de construção e a multiplicidade das tradições populares".[13] (CLAVAL, 1981, p. 514).

No caso de Fortaleza, a análise das quatro plantas elaboradas durante a década de 1850 revela que a cidade foi se definindo pelo traçado em tabuleiro de xadrez, projetado pelo tenente coronel dos engenheiros português Silva Paulet.

O arruador-cordeador do município Antônio Simões Ferreira organizou duas plantas a pedido da Câmara: a primeira planta foi levantada em 1850 e a segunda em 1852. O arquiteto Liberal de Castro analisa a planta de 1850 e destaca os limites da cidade: ao norte, rua Nova da Fortaleza (depois da Misericórdia, e hoje, João Moreira), a oeste a rua Amélia (Senador Pompeu), ao sul a rua Pedro I, a sudeste estão a lagoa do Garrote (futuro Parque da Liberdade) e o açude do Pajeú, hoje aterrado, (esquina da Visconde do Rio Branco com Pinto Madeira). O riacho Pajeú apresentava-se como uma barreira física à expansão para o leste e a chamada Praia tinha uma ocupação irregular, "quase espontânea". Dentre os marcos urbanos mais significativos estavam: a fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, a matriz de São José, o quartel da tropa de linha, o pequeno prédio da Tesouraria Provincial, o largo do paiol (terreno baldio, local do futuro Passeio Público), a praça Municipal, a praça Carolina, onde se vê o mercado publico, com pátio interno. No lado leste estão a igreja da Conceição da Prainha e um cemitério, que logo foi interditado, por sua localização imprópria. Já estava prevista uma gleba para a construção do Colégio das Educandas, realizada em 1855. (CASTRO, 2005).

[13] "L'étude de forme revele la diversité des plans, le foisonnement des types de construction et la multiplicité des traditions populaires". (CLAVAL, 1981, p. 514).

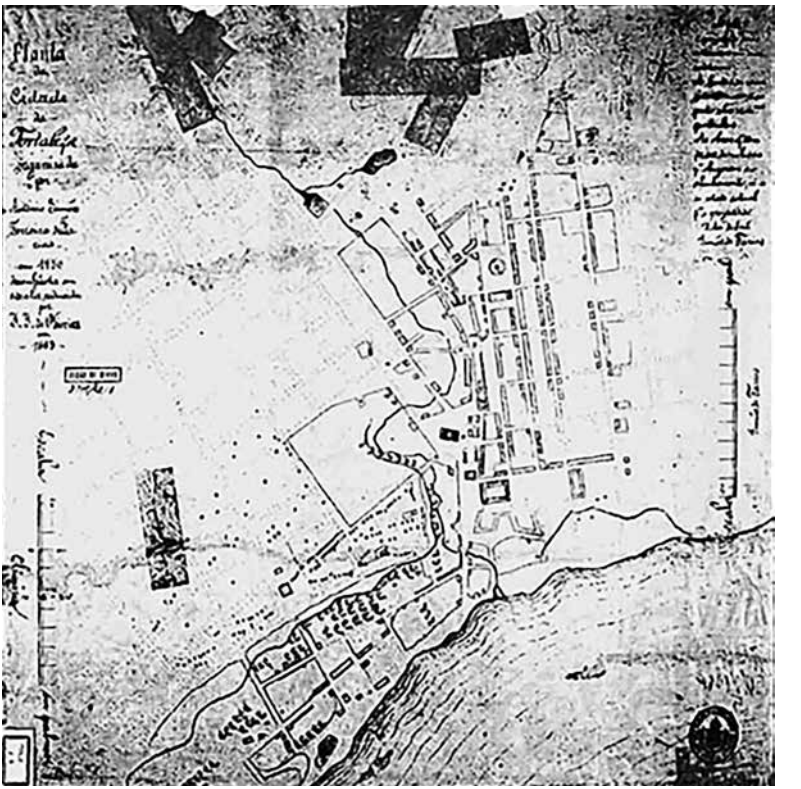


Figura 7 - Planta de Fortaleza (1850) elaborada pelo arruador-cordeador da municipalidade Antônio Simões Farias. Fonte: Castro, 2005.

Padre Manuel do Rego de Medeiros, a partir do levantamento cadastral, elabora a planta de 1856. Esta é uma boa representação cartográfica, em termos de detalhamento da área arruada, da que seria a Fortaleza do Boticário Ferreira. A planta do padre Manuel Rego apresenta ruas bem alinhadas, praças bem delimitadas e vários edifícios públicos[14].

[14] Nessa planta há vários locais e edificações fáceis de identificar: o cemitério de S. Casemiro, a Cadeia (Centro de Turismo), o Hospital de Caridade (Santa Casa de Misericórdia), o quartel (fortaleza), Tesouraria central, Tesouraria Provincial e as várias praças - Praça da Amélia (da Estação), Largo do Hospital de Caridade (Passeio Público), Praça do Patrocínio (José de Alencar), Praça Nova (do Carmo), Largo da Matriz (Praça

O historiador Barão de Studart atualiza os nomes das ruas dessa planta para o ano de 1906. Muitos deles permanecem até hoje:

> Nella figuram as ruas da Lagoinha (Tristão Gonçalves), do Patrocínio (General Sampaio), Amélia (Senador Pompeu), Formosa, da Palma (Major Facundo) com o seu prolongamento - Rua do Fogo, ruas da Alegria, da Pitombeira e das Bellas que constituem hoje a Rua Floriano Peixoto, Rua Larga que é a actual Cel. Bezerril, Rua do Rosário ainda hoje com o mesmo nome, rua dos Mercadores, chrismada depois com o nome de Conde d'Eu e hoje Senna Madureira, rua da Matriz, Rua do Norte, Rua do Oiteiro, Rua da Ponte, Rua dos Chafaris e rua d'Alfandega. (1906, p. 111).

Figura 8 - Planta da cidade de Fortaleza, levantada no ano 1856, pelo Padre Manoel do Rego Medeiros. Fonte: Castro, 1982, p. 58.

da Sé), Praça Municipal (Ferreira), Largo do Garrote (Praça dos Voluntários, Polícia). Mais afastado, ultrapassando o rio Pajeú já existia a capela da Conceição, que deu lugar ao Seminário da Prainha e o Cemitério da Praia, que após um único sepultamento foi interditado, pois a sua localização a barlavento foi considerada perigosa para a cidade.

A planta da cidade, datada de abril de 1859, foi levantada por Adolpho Herbster: "Planta Exacta da Capital de Fortaleza". O engenheiro fora contratado pela Câmara Municipal para planejar e controlar a expansão de Fortaleza e teria grande papel no aspecto com que a cidade chegou ao século XX.

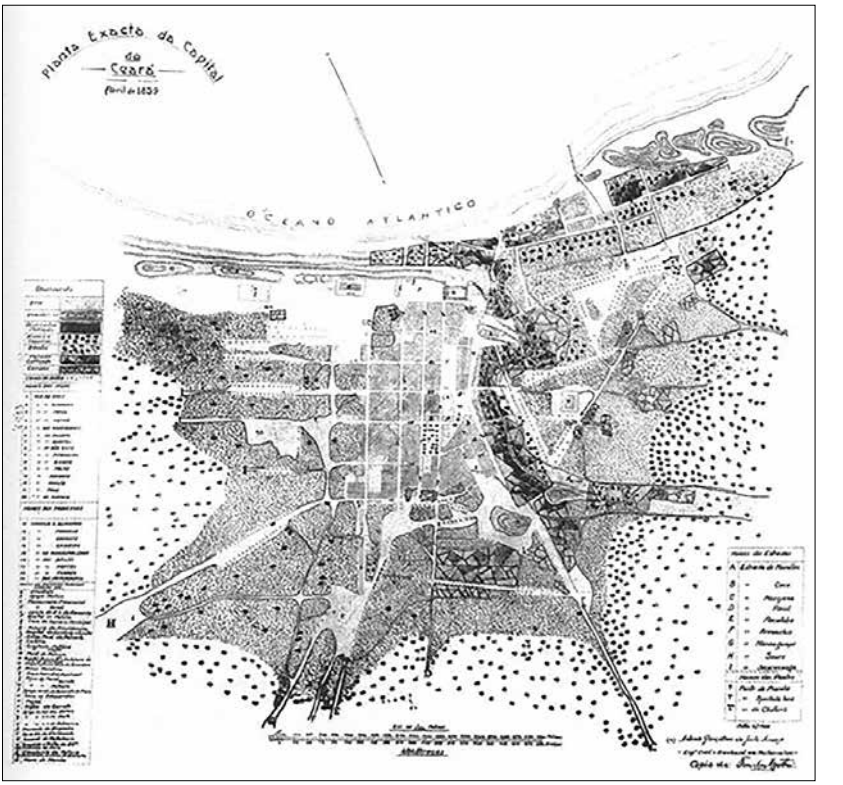


Figura 9 - Planta exacta da capital do Ceará por Adolphe Herbster, abril 1859.
Fonte: Castro, 1982.

Em 1868, foi publicada no Atlas do Império do Brasil, do maranhense Candido Mendes de Almeida, editado, "Planta topographica da cidade da Fortaleza, Capital do Ceará, levantada e organizada em 1863 pelo engenheiro da província e archicteto da câmara municipal Adolpho Herbster" (manuscrito). Esta planta, de acordo com Castro (1994, p. 85), atendia a uma demanda da Câmara, de elaboração de um plano de

expansão para "resolver problemas surgidos com o crescimento fortalezense". Ressalta-se ainda a presença do cemitério São Casemiro e o anexo dos Ingleses.

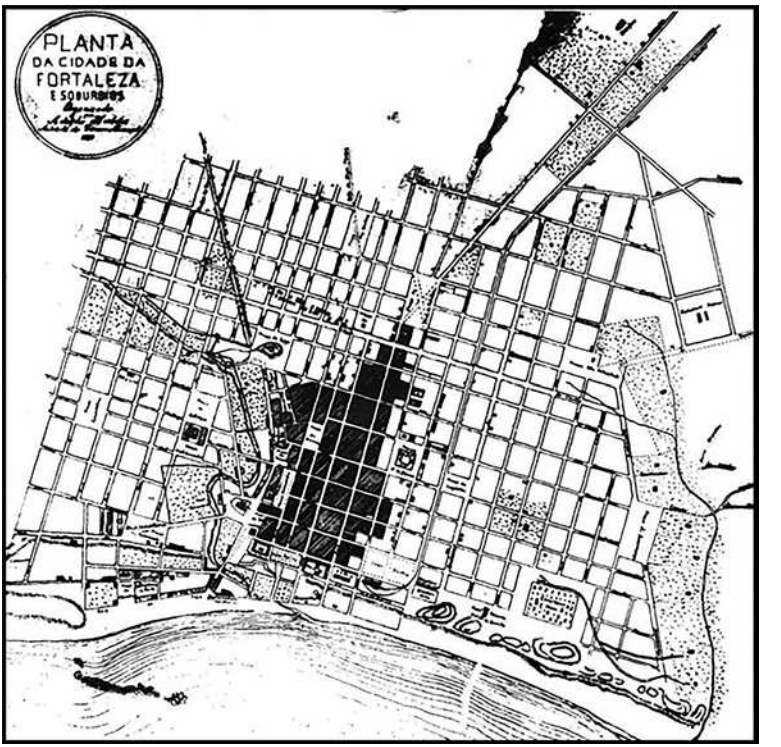


Figura 10 - Planta topographica da cidade de Fortaleza e seus subúrbios (1875) por Adolphe Herbster. Fonte: Castro, 1982.

Em 1875, Herbster elaborou a "Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios", influenciado pelo urbanismo do Barão Haussmann, reformador de Paris (1853-1870). Nela, Herbster projetou uma sequencia de "ruas largas", limitando o núcleo urbano da cidade e que receberiam os nomes de Boulevard do Imperador (Avenida do Imperador), Boulevard da Conceição (Avenida D. Manuel) e Boulevard do Livramento (Avenida Duque de Caxias). O plano, de traçado expansionista, levava o sistema xadrez muito além da parte construída, esten-

dendo a cidade para leste, até a Rua da Aldeota (hoje Nogueira Acioli); para sul, até a rua dos Coelhos (Domingos Olímpio), e para oeste até as Praças Gustavo Barroso e Paula Pessoa. O alinhamento de algumas ruas exigiu a eliminação de alguns arruados.

Figure 11 - Planta da cidade de Fortaleza (1888) por Adolphe Herbster. Fonte: Castro, 1982.

Em 1888, a terceira planta de Fortaleza levantada pelo engenheiro, ampliava e consolidava ainda mais o enxadrezamento e a remodelação da cidade. A proposta de Herbster foi tão significativa para Fortaleza, que, até hoje, o centro principal da cidade está ainda circunscrito aos limites das avenidas por ele traçadas. O censo de 1887, feito pela Chefia de Policia, encontrou 19.281 habitantes na área urbanizada.

Segundo Malmmann (1931), a cidade se concentraria na área delimitada pelos três bulevares traçados por Herbster, onde habitava a maior parte da população, que estavam distribuídos em 72 sobrados, 4.447 casas térreas e 1.278 choupanas e os 36 edifícios públicos.

A implantação de infraestrutura e serviços em áreas de adensamento e de população de maior poder aquisitivo, foi o fator preponderante no direcionamento da expansão de Fortaleza e da valorização da terra. Cresce a população, aumenta a cidade, assim como os problemas de ordem sanitária. Enquanto os serviços de iluminação a gás (1867), telefonia (1891), sistema de transporte urbano (1880) foram os primeiros a serem implantados, a rede geral de água e esgoto, fundamental para garantir a salubridade urbana, somente é inaugurada em 1927, contemplando o centro e os bairros de população de maior renda.

7 Considerações finais

> Desde a chegada, a marca que a seca imprimiu a região torna-a sensivel. Um longa linha de dunas, fulvas e nuas, brilhando sob o sol, borda o mar resplandescente. A pequena « cité » de Fortaleza se esconde detras, cercada de um oasis de coqueiros; nos arredores da cidade, construída à moda europeia, um povoado de casas primitivas se abriga entre palmeiras. (DENIS, 1909, p. 271).[15]

A paisagem da Fortaleza descrita pelo francês Pierre Denis, no início do século XX, expressa as condições naturais que marcaram a sua edificação, como tambem a presença europeia em seu traçado e arquitetura. Ele descreve uma pequena cidade escondida por trás de coqueirais. Cidade pequena, acanhada com casas primitivas construídas entre coqueiros, mas, ressalta o autor, construída à moda europeia.

Procuramos descrever nesse texto a evolução urbana dessa pequena cidade ao longo do século XIX, dando ênfase aos seus planos de

[15] Dès l´arrivée, la marque que la sécheresse a imprimée au pays devient sensible. Une longue ligne de dunes, fauves et nues, éclatantes sous le soleil, borde la mer resplendissante. La petite cité de Fortaleza se cache derrière, entouré d'une oasis de cocotiers : autour de la ville, bâtie à l'européenne, un peuple de cases primitives s'abrite entre les palmiers. (DENIS, 1909, p. 271).

expansão elaborados ao longo deste século. Sua localização, isolada das áreas economicamente produtivas até o início do seculo XIX, teve por muito tempo como principais funções a de centro administrativo da Capitania e ponto de apoio para o abastecimento dos navios que viajavam entre Recife e São Luís do Maranhão. Este fato explicava a pobreza da vila que só vai alterar a sua dinâmica após a separação da Capitania de Pernambuco (1799), a produção do algodão e sua exportação pelo porto de Fortaleza e a política do Império de fortalecimento das capitais das províncias. A construção da ferrovia no final do século XIX, fortalecerá ainda mais o papel da capital na rede urbana cearense. O crescimento econômico favorece os investimentos na capital e atração de migrantes, principalmente nos longos periodos de estiagem. A seca é um elemento importante para se compreender essa evolução urbana pela situação de centralidade urbana que Fortaleza passou a ocupar na rede urbana do Ceará.

Quando reconstruímos a história urbana de Fortaleza é impressionante a presença dos planos de ordenamento de uso e ocupação do seu espaço. De vila pobre do final do século XVIII, Fortaleza tem sua primeira tentativa de organização formal em 1800, com a contratação de um arruador, visando dar orientação e regularidade às ruas e disciplinar o traçado da vila de Fortaleza.

Constata-se que a organização espacial de Fortaleza ao longo de todo o século XIX foi em grande parte de responsabilidade da posição da sede do poder político, secundado pela centralização das riquezas produzidas por outras cidades do interior da província. Essa condição de capital será de fundamental importância para se entender a lenta expansão da cidade, sempre sujeita às condições econômicas da própria província. O traçado urbano e a forma de ocupação do espaço da cidade de Fortaleza desde o início da sua transformação em capital da Capitania é repleto de desejo de seus governantes preocupados com seu ordenamento.

Referências

AGASSIZ Luís, AGASSIZ Elizabeth. *Viagem ao Brasil* (1865-1866). São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1938.

BARLAEUS, Caspar. História dos feitos recentemente praticados du-

rante oito anos no Brasil e noutras partes sob o govêrno do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau […]. Tradução e anotações de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

BRAGA Renato. *História da Comissão Científica de Exploração de 1859*. Fortaleza: EDUFC, 1962.

BRASIL Thomaz Pompeo de Sousa (Senador Pompeu). *Ensaio estatístico da província do Ceará*. Tomos I e II. Ed. fac. sim. publicada em 1863. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.

BRASIL (filho) Thomaz Pompeo de Sousa. Importância da vida humana como factor da riqueza – O desenvolvimento da população da Fortaleza. Sua natividade e mortalidade. Taxa excessiva desta. In: *Revista da Academia Cearense*. Fortaleza, Typ. Studart, 1896, p. 3-67.

BELMAR, Alexandre de. Voyage aux provinces brésiliennes du Pará et des Amazones em 1860, precedé d'un rapide coup d'oeil sur le littoral du Brésil. Londres. Trezise, Imprimeur, 4 Beach Street Barbican, 1861. In: *Revista do Instituto do Ceará*, t.XII, Fortaleza, Typ. Studart, 1898.

CAMPOS Eduardo. *A Fortaleza provincial: rural e urbana.* Introdução ao estudo dos códigos de posturas de 1835, 1865, 1870 e 1879. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988. 121 p.

CASTRO, José Liberal. Arquitetura eclética no Ceará. In: FABRIS, Anateresa (org.) *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo, Nobel/ EDUSP, 1987, p. 210-255.

_____. Cartografia urbana fortalezense na colônia e no império e outros comentários. In: PMF. *Fortaleza*: A administração Lúcio Alcântara (1979-1982). Fortaleza, PMF, 1982.

_____. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. In: *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza: 1994 p. 43-90.

_____. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo CXVIX, Instituto do Ceará, Fortaleza, 2005.

_____. Planos para Fortaleza esquecidos ou descaminho de desenhos da Cidade. In: *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza: 2011 p. 65-1360.

CLAVAL, Paul. *La logique des villes. Essai d'urbanologie*. Paris: LITEC, 1981.

DENIS, Pierre. *Le Brésil au XX^eme^ siècle*. Paris: Librairie Armand Colin, 1909.

FREIRE ALEMÃO, Francisco. *Os manuscritos de Freire Alemão* (1859). Catálogo e Transcrição por Darcy Damasceno e Waldir da Cunha. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. 1964.

FREIRE, José Cândido. O melhor clima do mundo - Ideia humanitária. In: *Almanach dos municípios do Estado do Ceará para 1908*. Fortaleza: Livraria Araújo, 1908.

GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1979/1997.

_____. *Pequena História do Ceará*., Ed. UFC, Fortaleza, 1984 (Coleção Estudos Cearenses).

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. S.Paulo: EDUSP, 2000.

GUABIRABARA, Maria Célia de Araújo. Ceará. *A crise permanente do modelo exportador (1850-1930)*. Fortaleza: Edições IMOPEC, 1989.

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. (Travels in Brazil, XXX). São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade: Fortaleza em questão*. Fortaleza: Stylos Comunicações, 1991.

MALMMANN, Elias. *Fortaleza histórica:* Álbum. Fotografias e diversos aspectos da cidade, de seus principais representantes no comércio, indústria, ciências e artes. Fortaleza : 1931.

MENEZES, Luiz Barba Alardo de. Memória sobre a capitania independente do Ceará Grande escripta em 18 de abril de 1814 pelo governador da mesma. Copia de documento existente no Archivo Publico. *Revista do Instituto do Ceará*. V. 11, T.11, Fortaleza: Typographia Studart, 1897.

MONTANUS, Arnoldus. *De nieuwe en Ordekende Weereld* (...). Amsterdam: Jacob Meurs, 1671.

NOGUEIRA Paulino. Presidentes do Ceará durante a monarquia. Período regencial - 7º presidente - Senador José Martiniano de Alencar. In: *Revista do Instituto do Ceará***.** Fortaleza: Typografia Studart, 1889.

NOGUEIRA Paulino. Vida de Antonio Rodrigues Ferreira. *Revista do Instituto do Ceará.* t.I, Fortaleza: Typ. do Cearense, 1887, p.13-55.

SABOIA RIBEIRO, J. O. Memorial justificativo do Plano Diretor para a cidade de Fortaleza apresentado a Prefeitura de Fortaleza em junho de 1947. In: *Revista do Instituto do Ceará*, t. LXIX, Fortaleza: Imprensa Universitária, 1955.

PAULET, Silva. Descripção Geográfica abreviada da capitania do Ceará. In: *Revista do Instituto do Ceará.* t. XII, Fortaleza, Typographia Studart, 1898.

SANTOS, João Brígido. Fortaleza de 1810. (1ª. edição 1882). Fortaleza: Edições UFC, 1976.

SOUZA, Maria Salete. Fortaleza. Uma análise da estrutura urbana. AGB (Org.). In: *Guia de Excursões* do 3º. Encontro Nacional de Geógrafos. Fortaleza, AGB/SUDEC/UFC, 1978.

STUDART, Guilherme (Barão de Studart). *Datas e factos para a história do Ceará*. Fortaleza: Typographia Studart, 1896.

_____. Resenha de cartas e mappas do Ceará. Ligeira noticia dos seus autores. In: *Revista da Academia Cearense.* t. X, Fortaleza: Tipografia Minerva, 1906, p.65-136.

_____. Climatologia, epidemias e endemias do Ceará. In: *Revista da Academia Cearense.* Tomo XIV, Fortaleza: Tipografia Minerva, 1910.

Padre Gabriel Malagrida
a grande vítima do Marquês de Pombal

Fernando Câmara*

Como entusiasta da história eclesiástica do Brasil, há muito desejava aprofundar-me na vida do grande missionário italiano, o jesuíta PADRE GABRIEL MALAGRIDA que, durante mais de trinta anos peregrinou pelo Norte e Nordeste brasileiros; ele percorreu, de pés descalços, mais de dez mil quilômetros em sua missão apostólica, catequizando índios, convertendo prostitutas, além de construir igrejas, seminários, mosteiros e abrigos.

Um precursor, digamos assim, do nosso conhecido Padre Ibiapina.

Este meu interesse pelo conhecimento de sua história foi despertado durante os anos em que residi em Belém, no Pará (1956/1962), onde desempenhava minhas atividades na empresa Pará Refrigerantes S.A., quando pude sentir a veneração do povo paraense pelo grande mártir da Inquisição em Portugal.

Depois de conhecer a sua majestosa catedral, visitei um dia o seu bissecular seminário, cuja fundação data de 16 de junho de 1749 e, sem dúvida alguma, a principal obra do padre Malagrida naquele Estado, durante o episcopado do bispo dominicano dom Miguel Bulhões.

Situado na praça Dom Caetano de Brandão, em plena Cidade Velha, fica defronte da Catedral de Nossa Senhora de Belém, tendo ao seu lado a igreja de Santo Alexandre e a residência arquiepiscopal.

Na época de minha visita, era seu reitor o cônego Milton Pereira, mais tarde promovido a bispo auxiliar da Arquidiocese de Belém, posteriormente bispo de Garanhuns, em Pernambuco, e finalmente arcebispo de Manaus, onde faleceu no exercício do cargo.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Grandes nomes do Episcopado brasileiro ocuparam a Mitra do Pará, destacando-se, em primeiro lugar, dom Antônio Macedo Costa, a maior expressão da Igreja no Brasil Império e uma das vítimas da Questão Religiosa; dom Jerônimo Tomé da Silva, ilustre cearense de Sobral, que sucedeu a dom Antônio Macedo Costa, tanto no bispado paraense como no arcebispado da Bahia, onde pontificou por trinta anos (1894/1924); dom Antônio de Almeida Lustosa, mais tarde arcebispo de Fortaleza, sendo considerado pelo saudoso papa João Paulo II "um sábio e um santo"; dom Jaime de Barros Câmara, depois cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro; dom Mário Villas Boas, insigne orador sacro; e muitas outras figuras de renome nacional.

A família

Feitas estas considerações, voltemos, porém, à figura do grande missionário da Amazônia, que era natural da Itália, como já foi dito, tendo nascido em 18 de setembro de 1689, na vila de Menággio (Comune di Menaggio), situada na margem ocidental do famoso Lago di Como, que fica ao Norte daquele País.

Seu pai, dr. Diogo Malagrida, era médico de grande talento e espírito humanitário, casado com d. Ângela Rusco, e o casal gozava da estima e consideração das mais ilustres famílias italianas da região, sendo amigo íntimo do duque de Parma, o qual se hospedava em sua residência todas as vezes que ia tratar de negócios na vila de Menággio.

Outro seu amigo era o duque de Savóia, fundador da Universidade de Turim, onde quis colocá-lo como professor de sua Faculdade de Medicina, cargo que gentilmente recusou para continuar morando em sua vila natal, cuidando sempre dos humildes e necessitados.

Quando visitava os enfermos mais distantes, muitas vezes levava o pequeno Gabriel, a quem chamava de "anjo de minha família".

O casal Ângela e Diogo Malagrida teve onze filhos, sendo o quarto o futuro padre Gabriel Malagrida; outros dois irmãos também abraçaram o sacerdócio: Carlos Ambrósio, falecido em 13 de maio de 1734, aos 38 anos de idade, como professor de Teologia em Roma, e Miguel Malagrida, cônego em Menággio.

Desde cedo, o jovem Gabriel já demonstrava pendores para as letras e aos doze anos de idade foi matriculado no colégio dirigido pelos padres So-

mascos, na cidade di Como. Tornou-se logo um aluno exemplar que passava horas lendo seus livros, privando-se sempre dos recreios ou passeios, chegando mesmo a conquistar prêmios por suas atividades literárias.

Não descuidava, porém, de sua vida religiosa, praticando atos de piedade cristã e mortificações, inclusive jejuando três vezes durante a semana. Estava constantemente a serviço do Senhor, ajudando a Santa Missa, doutrinando os pobres, e certa vez subiu ao púlpito para pregar ao povo e isto o fez com tanta eloqüência que muito impressionou o arcipreste de Menággio, Nicolau Tedeschi.

A vocação religiosa

Ainda se encontrava no colégio de Como quando sentiu o chamado de Deus para a vida religiosa. Depois de muita reflexão, consultou o seu confessor, um santo e prudente sacerdote, e este o aconselhou a ingressar na Companhia de Jesus, dos padres jesuítas, onde ele melhor desempenharia a sua missão evangélica.

Transferiu-se, a seguir, para o seminário de Milão, ali fazendo os cursos superiores e, no dia 27 de setembro de 1711, aos 22 anos de idade, ingressou no noviciado jesuíta em Gênova.

A Companhia de Jesus

Com este designativo castrense, foi fundada por Inácio de Loiola, um militar que, ferido no cerco de Pamplona, na Espanha, tornou-se religioso – depois Santo – e dizia mesmo que não havia abandonado a luta, mas apenas passado a servir às ordens de Deus, fazendo um voto de obediência passiva ao papa.

Adotando por lema PARA MAIOR GLÓRIA DE DEUS, achava que a vida religiosa era um afastamento do mundo; e, ao invés de conventos fundou colégios, formando, entre o seu clero, professores que abraçariam os estudos para os quais tivessem mais pendor, tornando-se, também, grandes nomes que iriam evangelizar as terras onde imperava o paganismo. Era a Providência Divina que se manifestava através dos inacianos, como eram conhecidos naquela época, para enfrentar os grandes males que a Igreja Católica vinha sofrendo com a Reforma do ex-monge agostiniano Martinho Lutero.

Vários foram os missionários jesuítas que se destacaram na evangelização dos povos: Francisco Xavier, no Oriente, Manoel da Nóbrega, Anchieta, Antônio Vieira, e outros, no Brasil.

Outro nome iria ser acrescentado na relação desses abnegados catequistas, o do nosso Gabriel Malagrida que, após dois anos de noviciado, em que se dedicou de corpo e alma à oração e às mais rigorosas mortificações, muitas vezes recriminadas por seus próprios superiores, voltou aos estudos literários que havia iniciado em Como, tornando-se em pouco tempo um respeitado professor.

Missionário e professor

Ordenado sacerdote aos 24 anos de idade, foi logo designado para missionar em uma aldeia na diocese di Como, juntamente com seu colega, padre Mariani, o que fez com muita abnegação e sucesso.

Todavia, não deixou de fazer o seu lamento:

"Aos povos da Itália não cansam os meios de chegar à salvação; além-mar, pelo contrário, inúmeras nações jazem ainda nas trevas da idolatria: vamos acudir essas almas desamparadas".

Resolveu escrever ao Geral da Companhia de Jesus, padre Miguel Ângelo Tamburini, fazendo um veemente apelo para ir servir na catequese dos selvagens nas missões existentes no Novo Mundo.

O Padre Geral louvou o seu gesto prometendo no futuro atender as suas súplicas e, tendo conhecimento de seus dotes culturais, o designou para o cargo de professor de Humanidades do colégio de Bástia, na ilha de Córsega, no Mar Mediterrâneo.

Ali soube desempenhar a nova função com muita dedicação e talento e, embora envolvido nas lides culturais, mantinha seu pensamento sempre voltado para as missões no Brasil. Insistiu com seu pedido ao Padre Geral e, com muita alegria, recebeu a autorização necessária para ir juntar-se aos jesuítas que catequizavam no Maranhão.

Embarcou imediatamente em Gênova com destino a Lisboa, onde tomaria um navio para nosso País. Depois de longa e cansativa viagem, desembarcou pelos idos de 1721 em São Luís, seu novo campo de atividades apostólicas.

No reinado de dom João III, de Portugal, a então capitania do Maranhão fora doada a João de Barros, mas nem ele nem seus filhos

empenharam-se em colonizá-la. O mesmo procedimento teve seu sucessor, Luís de Melo da Silva, ficando a mesma abandonada até 1612 quando foi ocupada pelos franceses, os quais, depois de três anos, foram expulsos pelos portugueses.

Em 1641 volta a ser ocupada, agora pelos holandeses, que ali permaneceram até 1644, quando foram definitivamente expulsos pelos lusitanos. Posteriormente aquele imenso território foi dividido em dois: Maranhão e Grão-Pará.

Os primeiros missionários que estiveram no Maranhão foram os padres Francisco Pinto e Luís Figueira, ambos jesuítas, os quais partiram de Pernambuco em 1607 e depois de um ano de viagem, vencendo cerradas florestas, onde padeceram toda espécie de privações e sofrimentos, chegaram ao seu destino. No ano seguinte tentaram uma missão na região da Ibiapaba, mas aconteceu o martírio do padre Francisco Pinto pelos selvagens, obrigando seu companheiro a retirar-se para Pernambuco.

Outro grande missionário que ali esteve, em 1652, foi o famoso orador sacro padre Antônio Vieira, o qual, fugindo dos aplausos da Corte, preferiu abraçar a vida missionária aqui no Brasil.

Cabia agora ao padre Gabriel Malagrida dar continuidade ao trabalho destes arautos da fé em terras maranhenses. Todavia, os seus novos superiores não lhe concederam logo a incumbência de evangelização dos gentios. Mandaram-no, juntamente com o padre Luís Maria Bucharelli, anunciar a Palavra de Deus aos habitantes de São Luís, e mais tarde, reconhecendo sua oratória, designaram-no pregador no colégio existente em Belém.

Fez a longa e cansativa viagem de São Luís ao seu novo destino a pé, carregando nas costas um alforje contendo seu breviário e todo o necessário para a celebração da Santa Missa, enfrentando as adversidades possíveis naquela região infestada de índios selvagens e ferozes animais. É certo que não lhe faltou a proteção Divina nessa viagem de mais de 200 léguas, tendo chegado ao novo campo de ação em 1722.

Com muito zelo e edificação conquistou a estima e a confiança de sua comunidade e dos jovens alunos daquele colégio, tornando-se confidente de seus colegas sacerdotes, sempre consultado na solução dos problemas da instituição.

Em pouco tempo era considerado o jesuíta de maior capacidade para reger a congregação dos jovens estudantes, o que fez com muito

amor e dedicação, inspirando em todos eles o horror ao pecado e fugir de tudo aquilo que pudesse "desbotar-lhes a flor da castidade" e incentivando sempre uma grande devoção à Virgem Maria, Mãe de Jesus.

Não se preocupava, porém, apenas com a juventude de seu colégio e um dia, percorrendo as ruas daquela cidade, sentiu como seus habitantes viviam distanciados da Palavra de Deus. Em acordo com seus superiores, resolveu fazer durante oito dias, missões na capital paraense, atraindo enorme multidão para ouvir suas prédicas, seguidas de confissões. Em pouco tempo a cidade era outra e o povo voltou a freqüentar com mais assiduidade as suas igrejas.

Resolveu, então, levar sua ação missionária para outras localidades interioranas, algumas das quais distantes mais de cem léguas da capital, atravessando florestas e muitas vezes sem encontrar nada para alimentar-se.

É chamado de volta para São Luís e depois de uma longa viagem, sempre a pé, chegou ao Maranhão, recebendo sua nomeação para reitor da missão dos índios tobajaras (não confundir com os tabajaras, do litoral nordestino) a vinte léguas daquela cidade e compreendia toda a margem esquerda do rio Itapecuru.

Além dos tobajaras, ali viviam outras tribos indígenas, como os tupinambás, que já possuíam certo grau de evangelização; os caicaizes, gentios ferozes até que os missionários, antecessores de Malagrida, conseguiram catequizá-los; também os temíveis guanarés, cuja catequese foi tentada pelo jesuíta padre João Villar, o qual acabou sendo morto por eles em 27 de agosto de 1719. Seu corpo foi encontrado dias depois incorrupto, boiando sobre as águas do rio, rodeado de peixes, os quais não tocaram em seu cadáver. A ira Divina abateu-se sobre estes selvagens através de uma epidemia que dizimou grande parte daquela tribo, a começar pelo índio que prostrara aquele mártir jesuíta: foi devorado por insetos e vítima de terríveis dores em todo o corpo.

Era este o novo campo de atividades para o qual o padre Gabriel Malagrida fora designado e que tanto aspirava em sua alma missionária. Ali, mal abrigado em uma choça de palha, iniciou seu apostolado junto àqueles silvícolas, ensinando-lhes o catecismo, as orações da Igreja, e falando-lhes, também, dos castigos e da recompensa Divinas. Visitava-os em suas cabanas, medicava os doentes e privava-se muitas vezes de seu alimento para doá-los aos enfermos.

A sua dedicação e o seu amor a estes selvagens foram aos poucos conquistando a confiança daquelas tribos e, algum tempo depois, muitos recebiam as águas lustrais do batismo. Era o próprio Cristo que, ouvindo as ardentes preces daquele abnegado missionário, atendia os seus pedidos.

Os caicaizes, em cujo meio se encontrava o padre Malagrida, eram constantemente atacados pelos guanarés, que já haviam morto, como vimos, o padre João Villar; para pôr fim a estas perseguições, resolveu o nosso santo missionário tentar a sua catequese. Conseguiu reunir alguns presentes e, na companhia de vinte catecúmenos caicaizes, foi ao encontro dos ferozes guanarés. Para surpresa geral, foram recebidos triunfalmente e conduzidos a uma cabana onde ficaram alojados.

Longe estava o padre Malagrida de suspeitar da traição que eles lhe preparavam. Enquanto dormiam, aqueles bárbaros reuniram-se em assembléia e decidiram liquidá-los ao alvorecer do dia seguinte. Quando acordou, o missionário ouviu uma voz misteriosa que lhe dizia: "fugi depressa, que estais em perigo". Olha em seu derredor e nada observou de anormal; tudo muito calmo.

Quando menos se esperava, os guanarés invadem aquela cabana atirando flechas por todos os lados e os catecúmenos se prostram aos seus pés pedindo insistentemente o batismo. Tranqüilo diante daquele terrível drama, o padre Malagrida vai buscar um vaso com água e batiza os companheiros, abrindo-lhes a porta do céu.

Depois de haver batizado o último catecúmeno, os bárbaros enfurecidos arrastam-no para fora da cabana, despem o seu hábito e o amarram em um tronco de árvore, saqueando, em seguida, os seus poucos pertences, inclusive os objetos sagrados para a celebração da Santa Missa. O santo missionário, sereno, volve os seus olhos para o céu e agradece a Deus a glória de ser digno de seu martírio.

Os indígenas se reúnem para decidir a sorte do prisioneiro, e os chefes daquela tribo pediram a sua morte e logo escolhem um índio bem robusto para executá-lo. Quando o selvagem, já de tacape na mão, ia cumprir a sua missão, uma velha índia se lança contra ele e exclama:

"Suspende! Não ouses matar o enviado do Grande Espírito! A sua morte ser-te-ia funesta. Eu conheci aquele que matou há anos o primeiro roupeta preta (referia-se ao mártir padre João Villar) que aqui

veio; vi-o morrer de horrível morte, comido pelos bichos e transpassado dos maiores sofrimentos."

Depois de ouvir esta admoestação, o silvícola soltou o tacape no chão e a velha índia convenceu o chefe daquela tribo a mandar embora, o mais rápido possível, o missionário, cuja morte traria muitos castigos para os guanarés. Padre Malagrida foi então solto e jogado em uma canoa no rio Itapecuru, a qual corre ao sabor das correntezas.

Já havia decorrido algum tempo quando ouviu uns gritos: "Padre, padre!" e aproximando-se da margem encontrou um garoto caicaize que o acompanhara para ajudar a Santa Missa e, ferido na carnificina, fora dado como morto. Escondera-se na floresta e acompanhou o julgamento do santo missionário e de longe viu o seu embarque na canoa.

Mesmo ferido, conseguiu falar com o padre Malagrida que, feliz, o acolheu naquela embarcação e depois de cuidar de seus ferimentos, prosseguiu viagem até chegar à aldeia dos caicaizes. Alguns dias depois, não resistindo aos ferimentos recebidos, o indiozinho veio a falecer.

Para Deus, ainda não havia chegado a hora do martírio do padre Gabriel Malagrida, que ainda tinha importantes missões a cumprir junto àqueles bárbaros selvagens.

Depois de algum tempo de catequese das tribos que integravam a missão dos tobajaras, tendo já conquistado a amizade e confiança dos selvagens, resolveu o incansável sacerdote, em 1725, tentar uma aproximação com os barbados, temível nação indígena daquela região, assim conhecidos por usarem barbas; andavam completamente despidos, estabelecidos em plena floresta, nas proximidades do rio Mearim.

Várias tentativas já haviam sido feitas pelos portugueses, sem nenhum sucesso. A oportunidade de conquistá-los apareceu quando alguns de seus chefes foram até a aldeia dos caicaizes e ali se encontrava o abnegado missionário.

Este procurou falar com o líder deles, tendo o mesmo concordado em sua visita à aldeia dos barbados e, antes de isto se concretizar, o padre Malagrida foi a São Luís para obter a necessária autorização de seus superiores e conseguir alguns presentes para serem distribuídos com os silvícolas.

Partiu, então, com destino àquela tribo, em longa viagem de barco, e quando atracaram na margem do rio, alguns dos barbados que lá estavam logo se apoderaram de seus pertences; ao chegarem à aldeia

não havia mais presentes para distribuir. Isto decepcionou os chefes da tribo, que o abandonaram e logo planejaram a sua morte e de seus companheiros de viagem.

Advertido do plano, o padre Malagrida fugiu com os companheiros - dois neófitos - na madrugada do terceiro dia, mas perderam-se na floresta; alcançaram, no entanto, o rio Mearim, quando improvisaram uma jangada e partiram ao sabor da correnteza. Mais uma vez a Providência Divina não lhe faltou e, depois de alguns dias de viagem, encontraram um batel abandonado, mudando-se eles para o mesmo, prosseguindo até chegarem à aldeia de onde haviam partido.

Depois de se refazer da longa e fracassada aventura à aldeia dos barbados, viajou para São Luís onde recebeu um veemente apelo de seus superiores para voltar às atividades escolares no Colégio Maranhense, o que atendeu, em espírito de obediência, pois em sua alma permanecia sempre o ardor missionário.

Não se dedicou, porém, somente ao magistério; pregava nas igrejas da periferia de São Luís, atendia nos confessionários, assistia aos enfermos e agonizantes. Não aproveitava o período das férias escolares para um merecido e essencial repouso, mas deslocava-se para localidades mais distantes levando a Palavra de Deus àquelas populações ausentes da Igreja.

Em 1728 conseguiu novamente de seus superiores a licença necessária para voltar à catequese dos barbados que, derrotados fragorosamente pelos portugueses, imploram a paz e a ida de um missionário para ensinar-lhes a religião do verdadeiro Deus.

Esquece o que acontecera no passado e, juntamente com o padre Jerônimo Pereira e pequena escolta, dirige-se à aldeia da temível tribo, sendo ali recebido com muito contentamento. Depois de distribuir os habituais presentes, constrói duas cabanas, sendo uma para servir de oratório e a outra para sua moradia.

Graças à sua caridade e benevolência, foi aos poucos conquistando a confiança e estima daqueles selvagens, principalmente das crianças, que se reuniam em volta de sua pessoa para ouvir as prédicas do desprendido missionário.

Certa ocasião, os barbados foram atacados pelos acroás, outra terrível tribo que ainda não havia sido catequizada pelos missionários. Depois de uma horrenda luta, os barbados foram derrotados e só a muito

custo, o padre Malagrida conseguiu acalmá-los, afirmando que os acroás não voltariam mais a atacá-los, o que realmente aconteceu.

Muitos anos depois essa tribo foi catequizada, cabendo este mérito a outro jesuíta, o padre Antônio Machado, que ali permaneceu por seis anos, de 1751 a 1757, sofrendo as maiores privações e tendo muita paciência no cumprimento de sua nobre missão evangélica.

Detentor de vasta cultura e saber teológico, os superiores mais uma vez convocam o grande missionário Malagrida para retornar ao magistério no Colégio do Maranhão, o que ele atende por sua índole de obediência, mas sentindo imenso pesar em abandonar suas lides evangelizadoras. Ali permaneceu durante cinco anos (1730/1735) não deixando, nas suas horas livres, de percorrer as vizinhanças de São Luís para levar a Palavra de Deus àquela gente esquecida.

Volta a insistir junto ao Padre Geral da Companhia de Jesus pelo seu retorno às atividades missionárias, mas a grande dificuldade era conseguir um substituto que ocupasse as cadeiras de Teologia e Literatura naquele colégio.

Resignou-se em continuar no magistério e algum tempo depois recebeu do Padre Geral a desejada autorização para prosseguir em sua missão apostólica. Iniciou, então, a sua mais longa peregrinação, percorrendo as mais inóspitas regiões, totalmente agrestes, levando sempre a sua palavra de fé a todos os que o procuravam.

Sua extensa jornada o levou até ao Piauí e encontrava-se em Parnaíba quando ali chegou uma representação dos habitantes da ribeira do rio São Francisco, fazendo um veemente apelo para que fosse também missionar o povo da Bahia, tão sedento da Palavra de Deus.

Se dependesse de sua vontade partiria incontinenti, mas teve que solicitar a devida autorização dos superiores e só depois de concedida, iniciou sua viagem, sempre a pé, jornada que duraria dezessete meses, desde sua partida de São Luís, até os sertões da Bahia, onde chegou em princípios de 1736.

Missionário no nordeste brasileiro

Até chegar a Salvador, o padre Malagrida foi pregando as verdades eternas, em verdadeira missão apostólica, nas paróquias que ficavam em seu caminho.

Dirigia a Igreja da Bahia o ilustrado dom frei José Fialho, que fora monge cisterciense e doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, antes de ser elevado às honras episcopais, primeiramente como bispo de Olinda (1725/1738) e, posteriormente, arcebispo da Bahia (1739/1741), quando foi removido para a diocese de Guarda, em Portugal, conservando, porém, o título de arcebispo-bispo deste bispado português.

Coube a este ínclito pastor receber em sua arquidiocese o nosso santo missionário, que ali permaneceu durante cinco anos, em constante atividade apostólica, pregando em suas igrejas e convertendo os pecadores para a prática do bem e o amor a Deus e ao próximo. Fundou um abrigo para as pobres mulheres vítimas de sedução, onde pudessem se regenerar e iniciar uma nova vida.

Tal foi o seu raio de ação na terra baiana que o próprio arcebispo dizia abertamente, a quem quisesse ouvi-lo, que "todo o bem praticado em sua vasta diocese era devido ao zelo apostólico do padre Malagrida". Ainda ali se encontrava no cumprimento de sua missão evangélica quando recebeu um pedido do bispo de Olinda para levar também a Palavra de Deus ao povo pernambucano.

Ocupava a mitra de Pernambuco dom frei Luís de Santa Teresa, da Ordem dos Carmelitas Descalços, sucessor de dom frei José Fialho que fora promovido para o arcebispado da Bahia. Era natural de Lisboa onde nasceu em 25 de março de 1692 e, antes de ingressar na vida religiosa, chamava-se Luís Salgado de Castilho. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, ali lecionou durante vários anos e, como magistrado, foi membro do Tribunal de Desembargo do Paço e Corregedor da dita comarca de Coimbra.

Apesar de seu sucesso na vida pública e se prevendo mesmo um futuro promissor, resolveu, porém, abraçar a vida religiosa como carmelita descalço, tendo professado solenemente em 20 de janeiro de 1724, contando na oportunidade 32 anos de idade. Ordenado sacerdote, tal era a sua vasta cultura que foi logo designado professor de Teologia Moral, uma cadeira da mais alta responsabilidade, sobretudo para quem se iniciava no sacerdócio.

Eleito, mais tarde, bispo de Olinda, fez tudo para recusar esta honraria, mas o rei João V insistiu e o papa Clemente XII confirmou a indicação real. Foi um verdadeiro missionário em sua

imensa diocese que compreendia os atuais Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, pregando em suas igrejas com grande eloqüência e permanecendo muitas vezes dia e noite no confessionário.

Coube a este notável bispo receber de braços abertos, em sua diocese, o seu colega missionário – digamos assim –, padre Gabriel Malagrida, que, partindo da Bahia no final de 1741, sempre a pé, veio peregrinando por onde passava, atraindo multidões e conquistando almas para o rebanho de Cristo.

Chegou a Olinda em março de 1742 e logo tratou de se apresentar a dom frei Luís de Santa Teresa, mas este, antecipando-se, foi ao encontro do santo missionário, manifestando na ocasião a grande alegria de tê-lo em seu bispado. Malagrida permaneceu em Pernambuco até pelos idos de 1746, sempre pregando em suas igrejas, promovendo concorridas procissões pelas ruas da cidade, atendendo os fiéis no confessionário, sem falar nas curas e conversões efetuadas. Posteriormente estendeu suas missões por outras localidades, como em Goiana, até chegar a Paraíba, em cuja capital marcou sua presença com a fundação de um seminário, tal como faria no ano de 1749, em Belém, no Pará.

Embora se mantivesse em constante atividade apostólica, o abnegado missionário observava sempre um rigoroso jejum e seu repouso noturno não ultrapassava três horas de sono, quando então se levantava para fazer suas preces junto a Deus Pai.

Teria permanecido por mais tempo no Nordeste brasileiro, mas o novo bispo do Maranhão, dom Manoel da Cruz, tomando conhecimento dos seus notáveis feitos, pediu a seus superiores que o trouxessem de volta para São Luís. Obediente às ordens recebidas, o padre Gabriel Malagrida iniciou sua longa viagem de regresso, sempre a pé, e uma das localidades cearenses onde ele permaneceu por alguns dias para se refazer da cansativa jornada foi Viçosa, onde também pregou a Palavra de Deus para seus habitantes.

Vejamos o depoimento do padre João Brewer, que ali se encontrava, sobre as atividades deste grande missionário:

> *Depois de um sono brevíssimo, o santo padre começava a meditar. Recitadas as horas canônicas, dirigia-se ao confes-*

sionário e daí por volta da hora décima da manhã, subia ao tablado e explicava a doutrina cristã.

Permanecia em ação de graças até a primeira hora da tarde e até mais. Voltando a casa, comia umas poucas favas ou um pouco de leite.

Sua estadia em Viçosa foi de 5 a 17 de fevereiro de 1747 quando reiniciou sua viagem, chegando à capital maranhense no dia 11 de maio desse mesmo ano. Foi recebido entusiasticamente pelo povo e conduzido processionalmente até à residência episcopal onde o aguardava o novo pastor, dom Manoel da Cruz. Iniciou, a seguir, as suas pregações que se estenderam depois ao interior, como aconteceu em Alcântara, ali passando oito dias na evangelização de seus habitantes.

Algum tempo depois, dom Manoel da Cruz foi transferido para a diocese de Mariana, em Minas Gerais, sendo substituído por dom Francisco de São Tiago, que encarregou o padre Malagrida de fazer uma missão geral em suas igrejas.

Tentou, sem sucesso, fundar um seminário em São Luís, como já o fizera na Paraíba e depois em Belém, mas o bispo dom Tiago não o permitiu, alegando que isto era competência do diocesano.

Mais uma vez foi enviado para missionar no Pará, atendendo o pedido do seu novo pastor, dom Miguel Bulhões, membro da ordem dos Dominicanos, que o encarregou de pregar em sua vasta diocese.

Várias foram as instituições fundadas pelo dinâmico missionário nas cidades onde realizou o seu trabalho apostólico, destacando-se um abrigo feminino, depois transformado no Colégio Santa Teresa, em São Luís; o convento da Soledade, em Salvador, que abrigava mulheres de vida pública e convertidas para o bom caminho; outro convento, o do Sagrado Coração de Jesus, em Igarassu, Pernambuco, inaugurado em 1742, também destinado a prostitutas regeneradas, além de muitos asilos e oito igrejas construídas ou restauradas.

Enfrentando dificuldades para a manutenção de tão beneméritas entidades, o padre Gabriel Malagrida, depois de obter a necessária autorização de seus superiores, viajou no dia 7 de dezembro de 1749 para Portugal; lá tentaria obter do piedoso rei dom João V, que se encontrava muito enfermo, uma ajuda financeira em benefício de tão meritórias obras sociais.

Na corte portuguesa

Depois de longa e tenebrosa viagem, o santo missionário desembarcou em Lisboa e, o soberano, tomando conhecimento de sua chegada, mandou chamá-lo ao palácio e, ao recebê-lo, ajoelhou-se com muita dificuldade, pois sofria de dolorosa paralisia em seus membros, pedindo a bênção e colocando a mão do sacerdote em seu rosto.

Emocionado diante deste quadro, vendo tão poderoso monarca genuflexo a seus pés, o padre Malagrida fez a seguinte prece: "Senhor, nós vos pedimos que olheis para o rei vosso servo!". Ao ouvir esta súplica, dom João V exclama com humildade: "Não, meu padre, não digais rei, dizei pecador".

Depois desta carinhosa recepção, ele expõe ao soberano o motivo de sua viagem a Portugal: obter ajuda financeira para as diversas obras sociais que fundara no Brasil.

Agravando-se o estado de saúde do monarca, coube ao venerando sacerdote prestar os socorros da Igreja, permanecendo na cabeceira do enfermo até seu falecimento, ocorrido no dia 31 de julho de 1750, por coincidência dia da festa de Santo Inácio de Loiola, fundador da Companhia de Jesus.

Ao tomar conhecimento de sua morte, o papa Bento XIV, que se encontrava reunido com os cardeais, exclamou: "Ditoso! Feliz aquele nosso fidelíssimo filho, que teve Malagrida por diretor e que em seus braços expirou!".

Antes de morrer, o piedoso monarca atendeu todos os pedidos que lhe haviam sido feitos pelo santo missionário, dando-lhe, inclusive, poderes para edificação de novas casas religiosas, onde julgasse necessárias e proveitosas para a salvação dos fiéis. Consignou, ainda, de sua renda pessoal, uma doação de oitocentos cruzados para cada entidade criada.

Quando foi despedir-se da rainha Maria Ana de Áustria, esta, que presenciara toda a dedicação do abnegado missionário no leito de morte do marido, manifestou o desejo de que ele permanecesse em Portugal, para assistir, também, sua partida para a eternidade, que julgava estar perto de acontecer. O padre Malagrida respondeu incontinenti que necessitava viajar para continuar sua missão apostólica, mas prometeu retornar a Portugal no tempo oportuno para assisti-la em sua última doença.

A rainha, concordando, respondeu com estas palavras: "Consinto em vossa partida, com essa condição; e não me olvideis em vossas orações".

Retornando ao Brasil

Após este entendimento, tratou de retornar ao Brasil em navio cargueiro que estava prestes a partir, mas a rainha obrigou-o a seguir viagem em uma nau do governo, na qual viajaria, também, d. Francisco Xavier de Mendonça, irmão do futuro marquês de Pombal, nomeado governador do Grão-Pará.

Antes de iniciar a longa jornada, veio a receber a bordo da embarcação uma carta do novo rei, dom José I, designando-o conselheiro real nas possessões portuguesas de além-mar.

Teve o desembarque em São Luís no dia 26 de julho de 1751 e seu primeiro ato foi promover uma procissão com a imagem milagrosa de Nossa Senhora das Missões, que o acompanhava sempre em suas peregrinações, até o colégio dos jesuítas.

Continuava o dedicado missionário com a idéia fixa de fundar o seminário do Maranhão, mas este seu desejo só veio a se tornar realidade quando do falecimento do opositor deste propósito, o bispo dom Francisco de São Tiago, tendo esta casa de formação religiosa sido inaugurada em 8 de setembro de 1753, contando com a presença de muitos jovens que desejavam abraçar a vida sacerdotal.

Quando se encontrava no desempenho de suas atividades apostólicas, eis que recebe uma carta do próprio punho da rainha Maria Ana de Áustria, viúva de dom João V, fazendo um veemente apelo para que ele retornasse a Lisboa, pois sentia, com imenso pavor, aproximar-se a hora final de sua existência. Diante desta situação e lembrando-se da promessa feita quando se despedira de sua augusta majestade, o padre Gabriel Malagrida teve de deixar suas atividades missionárias e preparar-se para viajar mais uma vez a Portugal, de onde não mais retornaria ao Brasil, pois um inimigo forte cruzaria em seu caminho: o marquês de Pombal.

Apesar de uma longa demora, fez uma viagem sem anormalidades e chegou em Lisboa em princípios de 1754 e no mesmo dia apresentou-se à rainha, a quem disse, na oportunidade, estas palavras:

– "Senhora, fiel à promessa que fiz à vossa majestade há três anos, antes de sair à América, venho consagrar ao vosso serviço o restante de meus dias."

Iniciou-se, então, uma convivência diária entre o santo missionário e a piedosa rainha, que confiava as suas mágoas e decepções àquele ministro de Deus. Este procedimento causou logo uma grande inveja, para não dizer ódio, a Sebastião José de Carvalho, recém-nomeado secretário de Estado do novo rei, dom José I, que não admitia a influência do padre Gabriel Malagrida na corte real.

O Marquês de Pombal

Sebastião José de Carvalho iniciou-se na vida pública como embaixador de Portugal, primeiramente na Inglaterra e depois na Áustria, praticamente as duas principais cortes européias daquela época.

Em Viena, contraiu segundas núpcias com uma senhora da ilustre casa de Daun e quando retornou para Lisboa encontrava-se vago o cargo de secretário de Estado, ao qual se habilitou, mas o rei de então, dom João V, jamais concordou em confiar-lhe este importante ministério.

O Marquês de Pombal fez tudo para obter a nomeação, valendo-se, inclusive, da rainha Maria Ana de Áustria. Esta ainda tentou ajudá-lo valendo-se do jesuíta padre João Batista Carbone, a quem o monarca dispensava especial atenção.

Dom João V, porém, mostrou-se sempre irredutível e, quando lhe falavam em Sebastião José de Carvalho para secretário do governo, dizia:

– "Conheço cabalmente o espírito turbulento, hipócrita e audacioso de Carvalho; descende de uma família vingativa, cruel e furiosa".

Quando aconteceu o falecimento deste soberano, ele voltou a reivindicar a função e, através da rainha Maria Ana de Áustria, conseguiu o seu intento.

O novo rei, dom José I, era casado com a princesa espanhola Mariana Vitória de Bourbon e tinha quatro filhas; a primogênita, Maria Francisca, o sucederia no trono português, quando de sua morte em 1777, com o nome de dona Maria I.

Ao receber o pedido de sua veneranda genitora, o monarca o atendeu em prova de consideração e respeito, nomeando o futuro Mar-

quês de Pombal para o cargo de secretário de Estado, função que correspondia ao posto de primeiro-ministro. A pobre rainha faleceu no dia 14 de agosto de 1754, não chegando a ver o grande mal que fizera ao indicar Sebastião José de Carvalho, o qual iniciaria tenaz campanha contra os jesuítas e, de modo especial, ao padre Gabriel Malagrida.

De início, ele soube logo granjear a confiança do inexperiente rei, fazendo uma administração centralizadora, anulando praticamente a ação de seus colegas de ministério.

Não se pode, todavia, desconhecer as suas realizações em longo governo de mais de duas décadas (1754/1777), como veremos a seguir, através das palavras de Aref Claude Srour, na Introdução do livro *História de Gabriel Malagrida,* de autoria do padre Paul Mury:

> No tocante às suas realizações, vejamos: para impedir o escoamento do ouro brasileiro para as mãos inglesas, proibiu a exportação do metal e combateu o predomínio britânico que praticamente satelitizava Portugal; liberalizou o regime de exportações, estimulando-as com a redução de gastos em que incorriam; reconstruiu Lisboa de forma magnificente, depois do mortífero terremoto de 1755; protegeu os cristãos novos (judeus convertidos); estimulou a agricultura, o comércio, a indústria e navegação; reorganizou a Universidade de Coimbra num espírito racionalista, sobretudo no aspecto do ensino das Matemáticas e das Ciências Naturais; disciplinou as despesas governamentais e modernizou a cobrança de impostos com uma burocracia competente e centralizada; proibiu o tráfico negreiro para Portugal em 1761 e declarou livres os descendentes de escravos, em 1773.
>
> No que diz respeito ao Brasil, liquidou o regime de donatarias, adquirindo ou confiscando as onze capitanias hereditárias restantes, para finalmente extingui-lo em 1759.
>
> Transferiu a capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, fixando judiciosamente o centro administrativo mais próximo às minas de ouro, bem como as regiões do Sul e Oeste, em virtude dos freqüentes conflitos com os espanhóis.
>
> Favoreceu os casamentos de brancos com indígenas, equiparando estes àqueles (1755). Promoveu a liberdade do gentio, em 1758.
>
> Pretendendo arrebatar aos ingleses o comércio entre Portugal e o Brasil, criou duas Companhias Gerais de Comércio: a do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a de Pernambuco e Paraíba (1759).
>
> Em contrapartida, perseguiu impiedosamente Malagrida, conver-

> tendo-o em bode expiatório de suas graves desavenças com a Companhia de Jesus."

Por sua dinâmica atuação na reconstrução de Lisboa, após o terrível terremoto, Sebastião José de Carvalho recebeu o título de conde de Oeiras e, posteriormente, em 1770, foi promovido a marquês de Pombal, como se tornou conhecido até os nossos dias.

Perseguição de Pombal ao padre Malagrida

A perseguição do Marquês de Pombal ao padre Gabriel Malagrida iniciou-se quando este, atendendo a um apelo da rainha-mãe, Maria Ana de Áustria, foi do Brasil para Portugal para assisti-la em seus últimos momentos, conforme já mencionado.

O missionário era visto diariamente na corte portuguesa, onde desfrutava de prestígio e grande influência, não só junto à rainha-mãe, como igualmente ao seu filho, o rei dom José I, o que era motivo de inveja e ódio do novo secretário de Estado.

Certa ocasião, o padre Malagrida, ao retirar-se do paço, encontrou-se na escadaria com o poderoso marquês e, como não o conhecia, passou adiante. Este gesto melindrou profundamente a Pombal que o reteve pelo braço e perguntou-lhe se não o conhecia.

– "Não tenho essa honra", respondeu o missionário.

– "Como"? exclamou o marquês, "o padre vive na corte e não conhece o secretário de Estado"?

O padre Malagrida, um tanto confuso e perturbado, lançou-se aos pés do ministro, pedindo as suas desculpas, alegando que acabara de chegar do Brasil, e lhe perdoasse essa falta involuntária.

Depois, em tom respeitoso, o missionário voltou a falar com o marquês, dizendo:

– "Agora que tenho a honra de conhecer e falar a V. Excia., permita-me, senhor, que lhe faça um pedido: é o de retirar do Brasil o seu irmão, o sr. Mendonça; porque é tanto o ódio que seus processos administrativos já lhe têm granjeado, que eu lhe futuro alguma desgraça, se ele não se evade depressa à vingança de seus inimigos."

Não sabia o padre Malagrida que Francisco Xavier de Mendonça estava no Brasil para servir aos desígnios de seu irmão, o marquês de Pombal.

– “Hei de pensar nisso”, foi a resposta ríspida do ministro.

Irritado, tanto pelo desconhecimento do missionário à sua pessoa como pela audácia de denunciar o seu próprio irmão, o marquês tomou a decisão de afastá-lo o quanto antes da corte e, mais tarde, desterrá-lo para Setúbal. Era um homem severo e cruel, descendente de um fidalgo provinciano que sempre fora desprezado pela velha nobreza de Portugal.

Várias vezes ocorriam desavenças de Pombal com os nobres da corte, toleradas pelo rei dom José I, que confiava cegamente no ministro, pela sua capacidade de trabalho, liderança competente e sobretudo pela sua atuação após o terremoto ocorrido em Lisboa no dia 1º. de novembro de 1755. Esta lamentável tragédia, que reduziu a capital portuguesa a um monte de ruínas, provocou o rompimento total de Pombal com o padre Malagrida.

Enquanto o marquês afirmava que o cataclismo não era nada mais que um fenômeno natural, o missionário publicou um livrinho que foi distribuído à população, atribuindo o terremoto aos pecados e à falta de piedade dos homens para com Deus e propondo ao povo rezar e fazer penitências para aplacar a ira do Senhor.

Irritado, Pombal conseguiu o desterro do padre para Setúbal, apesar de sua atuação em favor dos desabrigados e que foi inclusive motivo de elogios do próprio rei dom José I. Iniciou, também, uma terrível campanha contra a Companhia de Jesus, primeiramente proibindo os jesuítas de serem confessores da família real (1757) sob o pretexto de terem difamado o monarca.

Mais tarde, em 2 de maio de 1758, conseguiu que o papa Bento XIV interviesse na própria Companhia, nomeando um Visitador e Reformador, na pessoa do cardeal Saldanha, amigo pessoal de Pombal e a quem devia o seu chapéu cardinalício.

Em setembro de 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de seus domínios, sendo considerados corrompidos, rebeldes, traidores, adversários e agressores contra a figura do rei. No ano seguinte, eles se retiraram do Brasil, sendo 199 do Rio de Janeiro, 133 do Pará, 124 da Bahia e 53 de Pernambuco, tendo os seus colégios fechados e as missões indígenas abandonadas.

Não satisfeito ainda, Pombal influenciou outras cortes européias na campanha contra a Companhia de Jesus, como a França que os expulsou em 1764 e a Espanha em 1767.

Sebastião José de Carvalho conseguiu, enfim, realizar o seu grande sonho quando, com o apoio de outras nações católicas, obteve do papa Clemente XIV a extinção da Companhia de Jesus, em 1773.

Somente quarenta e um anos depois, ou seja, em 1814, ela seria reabilitada, no pontificado do papa Pio VII; e os jesuítas retornariam ao Brasil alguns anos mais tarde, primeiramente com um modesto colégio em Desterro, atual Florianópolis, Santa Catarina. Ali, eles receberiam em 1845, uma visita do imperador dom Pedro II, que se fazia acompanhar do bispo do Rio de Janeiro, dom Manuel Montes Araújo, que tinha o título de conde de Irajá.

Martírio do padre Malagrida

Retornemos, porém, ao passado e voltemos à presença do padre Gabriel Malagrida que se encontrava desterrado em Setúbal, dedicando-se à sua missão apostólica, junto aos seus habitantes, promovendo os conhecidos Exercícios de Santo Inácio, que atraíam multidões de fiéis e até mesmo os nobres da corte, como os marqueses de Távora.

Ali se encontrava quando, em 3 de setembro de 1758, houve um atentado contra a figura real de dom José I, atribuído injustamente à família Távora e, sendo o missionário amigo íntimo, conselheiro espiritual de vários membros desse clã, tornou-se alvo preferido do marquês de Pombal que recebera ordem do rei para punir os responsáveis por tão lamentável acontecimento.

Com esta autorização, Sebastião José de Carvalho entrou em ação, mandando prender os membros das famílias Távora e Aveiro, além de cercar as comunidades jesuítas. Criou um tribunal extraordinário para julgar os supostos réus, os quais sofreram as mais cruéis torturas como o duque de Aveiro que, vencido pela dor, citou os nomes do padre Malagrida e outros jesuítas, embora depois se retratasse.

O tribunal determinou a execução de todos, inclusive mulheres e crianças, e se não fosse a intervenção da rainha Mariana Vitória de Bourbon e de sua filha Maria Francisca – a futura rainha dona Maria I, teriam sido todos executados.

O padre Gabriel Malagrida tentou por todos os meios provar a sua inocência, não conseguindo sequer ser recebido pelo cardeal Saldanha e outras autoridades eclesiásticas.

No dia 11 de janeiro de 1759, ele foi preso juntamente com o provincial, padre João Henrique, e mais os padres José Moreira, Temóteo de Oliveira, João Alexandre de Souza e João de Matos, todos conduzidos às masmorras, onde aguardaram julgamento.

Além de considerá-lo implicado no atentado a dom José I, o marquês de Pombal denunciou Malagrida, como herege, no Tribunal do Santo Ofício. Os juízes, depois de examinarem o caso declararam que não havia razões plausíveis para condenar o religioso. Sebastião José de Carvalho não se deu por vencido: substituiu o inquisidor geral, por seu irmão Paulo de Carvalho Mendonça, e o dominicano frei Francisco de São Tomaz, outro membro do Santo Ofício, os quais se recusaram a manchar suas mãos no sangue inocente do padre Malagrida.

Assim, depois de mais de dois anos de prisão, um novo Tribunal do Santo Ofício, inteiramente manipulado pelo poderoso Marquês de Pombal, deu em janeiro de 1761 a sua sentença infame e escandalosa em que o padre Gabriel Malagrida era declarado réu de heresia, blasfêmias, falsas profecias e muitas outras acusações injustas. Foi degradado das ordens e condenado a ser queimado na fogueira em praça pública.

O dia 21 de setembro de 1761 foi a data escolhida para a execução do grande mártir jesuíta e Sebastião José de Carvalho empenhou-se para que o acontecimento fosse realizado com a maior pompa possível, assumindo pessoalmente a sua programação.

Fez construir em torno da praça do Rossio palanques para a nobreza e o povo, especialmente convidados para este horrendo espetáculo. A tropa ocupava a praça e as ruas vizinhas para manter a ordem da imensa multidão, e em frente ao cadafalso, em palanque luxuosamente decorado, encontravam-se o monarca e sua corte em lugares de destaque.

O padre Malagrida saiu do cárcere com as mãos atadas às costas, ladeado por dois padres beneditinos e outras duas pessoas a servirem-lhe de padrinhos na cerimônia do auto-de-fé, de acordo com o ritual. Atrás dele caminhavam mais de cinqüenta condenados, mas o santo missionário foi o único a ser executado naquele dia, de morte cruel e infame.

Quando o missionário se aproximou do patíbulo, um comissário do Tribunal do Santo Ofício leu a sua sentença de morte e, depois, o bispo coadjutor do cardeal patriarca de Lisboa procedeu a cerimônia de degradação, exortando-o, na oportunidade, a confessar os seus crimes e a pedir perdão ao rei e ao povo pelo escândalo que causara.

O padre Gabriel Malagrida respondeu com muita dignidade e altivez:

– "Desde que pus os pés na terra portuguesa, servi sempre a sua majestade fidelíssima como bom e leal súdito; contudo, se, por ignorância, o ofendi na mínima coisa, eu lhe peço humilde e sinceramente perdão."

Depois de proferir estas palavras diante de um profundo silêncio da multidão, entregou-se ao carrasco e antes de ser executado e queimado na fogueira, pronunciou suas últimas palavras: – "Senhor, havei piedade de mim; em vossas mãos entrego a minha alma". Contava na ocasião 72 anos de idade, dos quais vivera meio século na Companhia de Jesus.

O padre Rodrigues – cujo nome completo não conseguimos descobrir –, teve a ventura de conhecê-lo pessoalmente e fez uma descrição de seu retrato:

"Malagrida era de estatura mediana: em seu rosto, onde transparecia uma nobre dignidade, lia-se a índole modesta e branda; ordinariamente estava pálido, mas se falava das coisas de Deus, purpureavam-se-lhe as faces; brilhavam-se então os olhos com umas cintilações de extraordinário fulgor; a testa era saliente, mas não larga; o nariz era bem feito, os beiços rubros, os cabelos louros e as barbas longas que por maravilha encaneceram antes do cabelo. Todo o seu exterior respirava santidade, e ninguém que o visse deixaria de respeitá-lo e admirá-lo".

Quando a notícia desse terrível suplício se espalhou pela Europa uma onda de revolta e indignação se ergueu contra o autor de tamanha iniquidade e o grande pensador francês, Voltaire, fez este comentário ferino: "Assim, o excesso do ridículo e do absurdo juntou-se ao excesso de horror".

O então pontífice, Clemente XIII, ao tomar conhecimento da morte cruel e injusta do grande missionário, assim se pronunciou: "A Igreja de Jesus Cristo tem mais um mártir" e em seguida mandou gravar um retrato do padre Malagrida com uma honrosa inscrição onde se dizia que ele morrera pela justiça e pela verdade.

O seu martírio mereceu uma verdadeira consagração póstuma no mundo cristão e em todas as casas da Companhia de Jesus, os sinos repicaram durante vários dias, como se a sua morte fosse a de um santo, como realmente o era.

Em toda a sua vida missionária, por onde andou levando a Palavra de Deus, os elogios à sua pessoa eram constantes.

Eis o que disseram a seu respeito os capuchinhos da Bahia em carta ao seu superior geral, em Roma:

"Vão bem os nossos negócios, mercê dos muitos milagres do padre jesuíta Gabriel Malagrida. É um santo em obras e palavras: é o Xavier de nosso tempo. Bem que a corte de Lisboa, o reino de Portugal, e todas as suas colônias formem sublime conceito deste ardente apóstolo, fique nossa Paternidade certo que esta reputação está longe de corresponder ao seu imenso mérito, e a sua heróica virtude.

Temos sido e somos testemunhas oculares. Cada dia temos que admirar-lhe a austeridade de vida, o zelo ardente e o espírito de oração; cada dia lhe descobrimos novas virtudes e favores que o céu concede somente aos seus maiores servos. Quando for preciso para a glória de Deus e honra da douta Companhia a que ele pertence, prontos estamos a confirmar com juramentos tudo o que deixamos dito".

O elogio maior, e em poucas palavras, fez o superior geral da Companhia de Jesus, o padre Francisco Retz: "Eu não creio que a Sociedade toda hoje possua missionário comparável ao padre Malagrida".

A justiça divina castiga os seus opositores

Em 1777, faleceu o rei dom José I e foi sucedido pela sua filha, a princesa Maria Francisca, extremamente religiosa, que assumiu o trono com o nome de d. Maria I.

Ela sempre manifestou desprezo total pelo marquês de Pombal, desde as execuções da Família Távora, cujo acontecimento muito lhe abalou e um dos seus primeiros atos foi abolir a pena de morte.

Forçou, em seguida, a demissão de Sebastião José de Carvalho, despojando-o de todos os poderes, reduzindo-o à condição de simples cidadão e proibindo sua presença a uma distância de vinte milhas de Lisboa.

Um grito de vingança contra Pombal partiu de todos os recantos de Portugal, especialmente das oitocentas vítimas restituídas à liberdade e que pediam justiça.

O mesmo Tribunal com que ele havia condenado tantos inocentes, iniciou um processo contra sua pessoa, mas a interferência da própria rainha d. Maria I, por compaixão de sua velhice, o perdoou.

Desterrado para Pombal, ali faleceu aos 83 anos, recusando os favores da Religião e esquecido daqueles a quem tanto serviu.

Também as três personagens – Paulo de Carvalho Mendonça, João Mancilha e Nuno Álvares Pereira, que assinaram a sentença de morte do padre Gabriel Malagrida, tiveram os castigos divinos.

O primeiro, elevado pelo seu irmão, o marquês de Pombal, como inquisidor geral do Santo Ofício contra todas as regras de Direito e de Justiça, teve uma morte inesperada.

João Mancilha foi preso e processado por ordem de d. Maria I e condenado à prisão perpétua.

O inquisidor Nuno Álvares, que comemorou a execução do padre Malagrida com um lauto jantar, foi acometido de uma estranha doença, exalando de seu corpo um fedor insuportável, sendo abandonado por seus familiares e amigos. Faleceu impenitente e nunca quis reconciliar-se com a Igreja.

Como vimos, a Justiça Divina puniu todos aqueles que injustamente perseguiram e executaram este grande mártir, cuja gloriosa existência foi totalmente dedicada a Deus e ao próximo.

Decorridos quase dois séculos e meio de seu falecimento, estranhamos que o seu nome não figure ainda na galeria dos grandes santos que a Companhia de Jesus deu à Igreja de Cristo: Inácio de Loiola, Francisco Xavier, Luís de Gonzaga, João de Brito, Bernardino Realino e muitos outros, cujos nomes não me ocorrem no momento.

Através destas linhas, rendemos também a nossa homenagem de veneração e respeito a este grande apóstolo da Fé, nome que tanto honra e dignifica o mundo cristão!

Bibliografia

CALMON. Pedro. *História da Igreja no Brasil*.

CÂMARA, Fernando. O Tricentenário da Diocese de Pernambuco. *Revista do Instituto do Ceará*, 1976.

_____. A Diocese do Maranhão e seu Tricentenário. *Revista do Instituto do Ceará*, 1977.

_____. Dom Antônio Macedo Costa - um modelo para o episcopado brasileiro. *Revista do Instituto do Ceará*, 1980.

_____. O Seminário de Olinda e seu fundador. *Revista do Instituto do Ceará*, 1986.

_____. O sesquicentenário de Dom Jerônimo Tomé da Silva. *Revista do Instituto do Ceará*, 2000.

MURY, Padre Paul. *História de Gabriel Malagrida*.

Os naturalistas e o Ceará: XII - Raimundo Renato de Almeida Braga (1905 - 1968)

Melquíades Pinto Paiva*

Dos naturalistas estudados nesta série, Raimundo Renato de Almeida Braga (1905 - 1968), conhecido como Renato Braga, foi o que nos proporcionou mais longa convivência, como diretor e amigo, recebendo-nos em freqüentes visitas domiciliares, estas alimentando demoradas conversas sobre temas de comum interesse. Com a sua morte, tivemos o privilégio de o suceder em cadeira do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), na condição de sócio efetivo da agora centenária instituição cultural, que tanto enobrece o Ceará.

Estes antecedentes bem que poderiam comprometer a seriedade do presente estudo, o que não acontece por duas fortes razões: o autor está acostumado aos rigores metodológicos e conceituais da pesquisa científica; o homenageado nunca precisou de fáceis elogios e sempre se mostrou como homem de espírito superior, desenvolvendo trabalho continuado com os objetivos claros e alcançáveis – não foi um intelectual perdido no universo de suas preocupações culturais. Entretanto, temos que conter emoções, quando escrevemos sobre o pranteado chefe e amigo.

Das fontes bibliográficas relativas a Renato Braga, três delas se sobressaem, a saber: informações por ele fornecidas a Hugo Victor Guimarães (1952: 117 - 120) e os livros de Francisco Alves de Andrade (1969 e 1979).

Renato Braga nasceu no seringal Vitória, município de Cruzeiro do Sul, no atual estado do Acre, em 20 de dezembro de 1905,

*Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

filho do casal de cearenses Antônio Bruno de Almeida Braga e Maria José Rosas Braga, desbravadores do alto Juruá, onde começou os seus estudos.

Vejamos algumas das belas palavras contidas no discurso de sua posse no Instituto do Ceará: "Devoto humilde e obscuro do regionalismo nordestino, e duplamente cearense porque nasci no Acre, conquistado à selva e aos rifles estrangeiros pelo braço e pelo sangue dos vossos pais e dos vossos irmãos, pelo meu pai e pela minha mãe, bato às portas desta casa, para colaborar convosco, convicto de que na vossa companhia encontrarei a mais alta expressão das velhas tradições cearenses: trabalho, bravura, persistência, honradez e hospitalidade." (BRAGA, 1944: 256).

Em 1918 a família chegou ao Ceará, fixando-se na fazenda Volta, no atual município de Acopiara, onde o filho adolescente se iniciou nas atividades agrícolas, ao lado de genitores e parentela, em terras semi-áridas do sertão. Ali, Renato Braga adotou simbolicamente a cidadania cearense, começando a caminhada que o levou a ser o consolidador do ensino agronômico no Ceará. No ano seguinte, sua família veio para Fortaleza, onde ele ultima o curso primário.

Os estudos secundários se iniciaram em Fortaleza, no Colégio São Luiz, fazendo os respectivos exames preparatórios no Liceu do Ceará. Em 1924 ingressou na Escola de Agronomia do Ceará, onde permaneceu até 1927, quando recebeu o grau de Engenheiro Agrônomo. Foi o primeiro presidente do Centro Acadêmico da Escola de Agronomia (agosto/1927 – agosto/1928) e também o orador da turma de agronomandos de 1927.

Em 1926, ainda como aluno da Escola de Agronomia do Ceará, foi nomeado seu secretário, onde permaneceu até 1934. Entre março/1934 e outubro/1935, esteve como secretário da Escola Nacional de Agronomia, então situada na cidade do Rio de Janeiro.

A seguir, tentaremos acompanhar o desempenho profissional do nosso homenageado: em janeiro/1929 foi nomeado engenheiro-agrônomo da Prefeitura Municipal de Fortaleza, para cuidar da arborização, jardins e aguadas, quando organizou o Horto Florestal, permanecendo no cargo até dezembro/1937; em

1933 tornou-se sub-assistente dos Serviços Experimentais de Irrigação do Nordeste, depois passando a assistente e chefe, saindo em março/1934; de agosto/1940 a dezembro/1944, respondeu pelo expediente da Diretoria Geral de Agricultura (Secretaria dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas do Estado do Ceará), quando instalou a Fazenda Normal de Criação, o Campo de Fruticultura do Crato, a Estação Agrostológica de Quixadá e reformou diversos dos seus serviços; em fevereiro/1946 assumiu o cargo de Secretário Estadual dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas, ficando até outubro do mesmo ano – nesta curta gestão, entre outros serviços/atividades, criou o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem; em maio/1959 tornou-se Secretário da Fazenda do Estado do Ceará, onde permaneceu até novembro daquele ano.

Foi eleito deputado estadual nas legislaturas 1947 – 1950 e 1951 – 1954, preocupando-se com os problemas relacionados com a agricultura, a pecuária e a economia rural do Ceará.

Entre 1930 e 1940, com algumas interrupções, exerceu o magistério secundário na cidade de Fortaleza, no Colégio Castelo e no Ginásio São João – aqui, foi um dos fundadores e seu diretor, ocupando a cadeira de História Natural.

Ainda como agronomando, foi designado professor substituto de Álgebra e, logo após a sua formatura, foi indicado para a cadeira de Zootecnia Geral da Escola de Agronomia do Ceará. Com a estadualização desta instituição (decreto estadual n. 1550, de 7 de maio de 1935), foi confirmado catedrático da 15ª cadeira - Zootecnia Exterior e Raças, Zootecnia Geral e Genética, com posse em 3 de junho de 1935. Na época da federalização (lei n. 1055, de 16 de janeiro de 1950), estava como professor catedrático da 15ª cadeira - Zootecnia Geral e Genética. Entre abril/1938 e fevereiro/1946 foi o diretor da Escola de Agronomia do Ceará, quando consolidou o ensino da Agronomia em terras cearenses; depois, entre agosto/1967 e junho/1968, dirigiu o Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará. Com a criação do Instituto de Zootecnia da Universidade do Ceará (resolução n. 91, de 1º. de dezembro de 1960), vinculado à Escola de Agronomia, foi nomeado seu diretor, assim ficando até agosto/1967. Entre ja-

neiro/1960 e junho/1967 esteve como vice-reitor da Universidade Federal do Ceará.

Renato Braga pertenceu às mais importantes instituições culturais do Ceará, a saber: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), com posse em 31 de agosto de 1944, tornando-se seu presidente, substituindo Thomaz Pompeu de Souza Brasil Sobrinho, entre 9 de novembro de 1967 e 20 de março de 1968; Academia Cearense de Letras, onde ingressou em 21 de maio de 1930, tendo sido seu presidente no biênio 1961 - 1962; Instituto do Nordeste, já extinto, criado em 24 de julho de 1945, sendo um dos fundadores; em 1939 já estava na relação dos sócios da Sociedade Cearense de Geografia e História, criada em 25 de agosto de 1935. Também foi um dos fundadores da Sociedade Cearense de Agronomia (atual Associação de Engenheiros Agrônomos do Ceará), em 19 de setembro de 1942, tendo sido o segundo presidente, no biênio 1945 - 1946.

Foi o proprietário-editor da revista *Nordeste Agrícola*, de curta existência (1936 - 1938), que abrigou importantes e originais contribuições científicas relativas à natureza do Nordeste do Brasil.

Renato Braga casou-se com Miriam Gonçalves da Justa, na cidade de Fortaleza, em 31 de maio de 1930, de cujo consórcio teve cinco filhos; da família, sobrevivem quatro dos filhos (2001). Faleceu na mesma cidade, em 13 de junho de 1968, e foi sepultado no Cemitério São João Batista.

Trabalhos e livros publicados

Em toda a sua vida, Renato Braga foi um trabalhador metódico e persistente, acumulando conhecimentos hauridos em constantes leituras e anotando observações feitas no decorrer de freqüentes viagens.

Na bibliografia que nos deixou não se encontram trabalhos em co-autoria, e mesmo eles não podem ser considerados numerosos (ANDRADE, 1967: 44 - 46). Entretanto, os seus três livros têm valor alto e permanente, consagrando-o como um dos mais importantes escritores voltados para diferentes aspectos do Ceará

– geografia, recursos naturais e história. Em várias ocasiões, ele nos disse que gostava de escrever livros que " ficassem em pé ", ou seja, que fossem volumosos, pouca atenção dando a trabalhos de pequeno porte e de restritas informações, mais apropriados para publicação em revistas especializadas.

A seguir, vamos apenas destacar e comentar textos de sua autoria, bem relacionados com a natureza cearense, nos mais diversificados aspectos, tendo abrangência compatível com a sua vasta cultura.

* * * BRAGA, R. A. - 1936 - Notas sobre o Mosaico da Cana-de-Açúcar. *Nordeste Agrícola*, Fortaleza, I (1) p. 14-16.

Artigo de divulgação sobre o mosaico da cana-de-açúcar, abordando sua origem, causa, sintomas, danos, transmissão e combate.

Diz que a doença apareceu no Ceará em canaviais de Acarape, no ano de 1929, quando foi identificada oficialmente, mas que ela já ocorria no Cariri, trazida por estacas oriundas de Pernambuco ou Sergipe.

Sobre prejuízos causados à lavoura canavieira cearense, postula: " Sitios que rendiam 25.000 canadas de cachaça ficaram reduzidos a 3.000 e 1 carga de rapadura passou a ser fabricada com 14 cargas de cana, em vez de 8, como era anteriormente." (p. 14-15).

* * * BRAGA, R. A. - 1937 - A Lagarta do Algodão. *Nordeste Agrícola*, Fortaleza, II (3): 51 - 53.

Artigo de divulgação sobre a lagarta do algodão, forma larval da mariposa *Alabama argilacea* Hubn. Trata da biologia da espécie, nos seus quatro estados evolutivos: ovo, larva, ninfa e inseto perfeito. Também cuida do combate à praga, sob a forma de lagarta, que causa completa destruição dos algodoais.

* * * BRAGA, R. A. - 1944 - Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, IV (38): 70 - 78.

Este é um importante artigo sobre a história da indústria da carne-seca no nordeste do Brasil.

"O período áureo da pecuária nordestina estadea-se no século 18, quando flue generosamente a fonte das concessões ter-

ritoriais e ultima-se o povoamento, graças ao boi, cujo passo tardo mas persistente conquista as catingas e o tapuio bravio, acolchetando econômicamente, aqui como alhures, os sertões aos núcleos consumidores da periferia açucareira e do centro minerador." (p.70).

A expansão da pecuária no bioma das caatingas e o deslocamento das boiadas em busca dos mercados consumidores, com perda de peso e custos elevados, explicam a origem da indústria da carne-seca no litoral nordestino, com o estabelecimento de *fábricas*, *oficinas* ou *feitorias*, como eram chamadas as unidades produtoras, que dominaram ao longo das costas do Ceará, onde elas começaram a aparecer, expandindo-se para o Rio Grande do Norte e o Piauí. Ficavam localizadas nas embocaduras dos rios, por causa da disponibilidade da água e do sal, acessíveis à frota de sumacas, transportadoras da produção. A então vila do Aracati, junto à foz do rio Jaguaribe, maior empório comercial da costa do Ceará, era a porta de entrada para os sertões criadores do grande vale – ali nasceu e floresceu a nova indústria, onde alcançou o seu máximo desenvolvimento.

Além da abundância da matéria-prima sob a forma das boiadas, que chegavam às unidades processadoras da carne-seca, no litoral pastoril nordestino estavam presentes outros fatores locacionais, tais como vento constante e de baixa umidade, existência de sal e barras acessíveis à cabotagem. Cada sumaca carregava em seus porões a carne de 2.000 bois, cerca de 72 toneladas de carne seca, atribuindo-se a cada rês o peso médio de 12 arrobas, com apenas 20% de rendimento. Aracati carneava, anualmente, entre 20.000 e 25.000 bois.

Os locais onde se estabeleceram as *oficinas* produtoras de carne-seca foram os seguintes: Aracati, Granja, Camocim, Sobral e Acaraú, no Ceará; Mossoró e Açu, no Rio Grande do Norte; Parnaíba, no Piauí.

A grande seca de 1777-1778 foi a causa primeira do desaparecimento da indústria nordestina da carne seca, em decorrência da morte dos rebanhos, nos sertões que ficaram quase desertos. "No Ceará não houve decadência na indústria da carne, ruiu de uma vez, caiu para nunca mais se levantar." (p.75).

O fundador da indústria saladeiril no Rio Grande do Sul, à margem direita do Pelotas, foi o cearense José Pinto Martins, isto em 1780. Ele era natural de Aracati, donde emigrou por causa da grande seca dos anos 1777 -1778 – esta marcou, em definitivo, a decadência dos setores nordestinos, como abastecedores de carne.

Este trabalho também foi publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, na cidade de Fortaleza, volume 61: 149 - 162, 1947. Aparece, ainda, em ANDRADE (1969: 93 - 106).

* * * BRAGA, R. - 1949 - Açudagem – Orós – Irrigação. *Revista da Escola de Agronomia do Ceará*, Fortaleza, I (1): 65 - 80.

Tese apresentada pela Federação das Associações de Comércio e Indústrias do Ceará à II Conferência Nacional das Classes Produtoras, realizada em Araxá (MG), nos dias 24 - 31 de julho de 1949.

O autor trata da área das secas nordestinas, da sua ocorrência e conseqüências, concluindo que elas, em última análise, constituem um problema social.

Discute os efeitos diferenciados das secas sobre as propriedades sertanejas, com efeitos desastrosos sobre os despossuídos de terra e os pequenos proprietários; o grande proprietário não perde tudo, uma vez que fica com a pastagem e os restolhos das lavouras mortas pela falta d'água.

Entrando mais no problema em estudo, volta sua atenção para a açudagem, como principal política de combate aos efeitos negativos das estiagens anuais e das secas propriamente ditas, que acarretam profundas mudanças na ambiência semi-árida – domínio das caatingas.

"As águas remansadas conferem um tom diverso ao quadro geográfico e fazem surgir nova paisagem biológica e humana. A flora e a fauna enriquecem-se. A modificação fundamental porém é a fixação do homem. Sob as suas mãos criadoras vai se desenhando outra paisagem, paisagem amável emoldurada na tristura cinzenta da caatinga, oásis emergindo na aspereza da mata decídua. É o milagre fecundo da água, a melhor das cousas criadas, na expressão de Píndaro." (p.69).

Cuida da prática da açudagem, com a construção de pequenos, médios e grandes açudes, com seus diversos usos, vantagens e

desvantagens. Os pequenos açudes resultam da iniciativa dos proprietários e começaram a aparecer já no século XVIII, no espaço da Paraíba, destinados então à bebida dos gados. Os médios açudes representam diferentes graus de participação privada e pública, no custeio das obras; já a grande açudagem fica sob a exclusiva responsabilidade dos governos, tanto estaduais como federal.

"As grandes obras não devem excluir as pequenas. Nem estas são de molde a dispensar aquelas. A grande, a média e a pequena açudagem encontram campos perfeitamente delimitados pelas condições restritivas da natureza e da sociedade." (p.69).

A seguir, faz comentários e apresenta dados relativos ao açude Orós, na bacia do rio Jaguaribe (CE), cujos trabalhos de construção foram iniciados em 1921 e paralisados em 1929 – o grande açude veio a ser concluído somente no governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902 - 1976), no período em que governou o Brasil (1956 - 1961). Discute assuntos os mais diversificados, como a alteração do regime do rio Jaguaribe, o controle de enchentes, o uso e valor das vazantes, a produção de pescado, o preço das terras, a geração de energia elétrica e a irrigação – esta cobrindo as várzeas do Icó, que vão das proximidades de Orós até perto de Lavras da Mangabeira, com cerca de 10.000 hectares, e a planície que se estende de Aracati até o Boqueirão do Cunha, acrescida das várzeas do Banabuiú, formando área de 120.000 hectares. Conclui que a construção do Orós é um dos problemas de base do Ceará.

Criticando o descaso dos governos com respeito à irrigação propiciada pelos açudes, nos diz: "A maioria deles está mais na fase de monumento público, a nos impressionar pela grandiosidade, que centro de uma ativa produção rural." (p.78).

Em resumo, as conclusões foram as seguintes: conclusão do açude Orós, com suas obras complementares, atribuindo-se quota anual de recursos da União; política de apoio à pequena e média açudagens, com prêmios e créditos para os proprietários cooperantes; imediata elaboração/aprovação do código de irrigação.

*** BRAGA, R. - 1951 - Pteridófitas cearenses. *Boletim da Secretaria da Agricultura e Obras Públicas do Ceará*, Fortaleza, (2): 77 - 101.

Relação das pteridófitas encontradas no Ceará, perfazendo 94 espécies determinadas e 4 a classificar, coletadas por Jacques Huber (1867 - 1914), nos arredores de Fortaleza, serra de Baturité (em torno de Guaramiranga) e nas vizinhanças de Baturité e Quixadá; por Francisco Dias da Rocha (1869 - 1960), que explorou a serra de Maranguape; por Philipp von Luetzelburg (1880 - 1948), na serra do Araripe; por Francis Ellioutt Drouet (1907 - 1982), nos municípios de Fortaleza, Maranguape, Pacatuba, Aquiraz, Soure (atual Caucaia) e Quixadá; pelo jesuíta José Eugênio Leite (1907 - 1950), da Escola Apostólica de Baturité. Os determinadores do material foram os botânicos Alexander Curt Brade (1881 - 1971), Charles Alfred Weatherby (1875 - 1949) e Konrad Hermann Heinrich Christ (1833 - 1933).

Para cada espécie, além do nome científico, são apresentados os seus sinônimos (quando existentes), distribuição geográfica e locais de coleta no Ceará.

As pteridófitas estão agrupadas segundo famílias e gêneros, conforme indicamos: Cyatheaceae - 1 gênero e 3 espécies; Polypodiaceae - 24 gêneros e 76 espécies; Parkeriaceae - 1 gênero e 2 espécies; Gleicheniaceae - 1 gênero e 2 espécies; Schizaeaceae - 2 gêneros e 3 espécies; Salviniaceae - 2 gêneros e 3 espécies; Lycopodiaceae - 1 gênero e 5 espécies; Selaginellaceae - 1 gênero e 4 espécies.

* * * BRAGA, R. - (1953) 1960 - *Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará*. Imprensa Oficial, Fortaleza, 2ª ed., VIII + 540 p.

Este é o mais importante título da lavra de Raimundo RENATO de Almeida BRAGA, na área das Ciências Naturais.

"Nos volumes II e III (1937 e 1938) de *Nordeste Agrícola*, revista editada em Fortaleza, comecei a publicar a *Relação Alfabética das Plantas do Ceará* (*Naturais e Exóticas Cultivadas*), abrangendo nomes vulgares, científicos e de família. Essa *Relação* interrompeu-se na letra M, inclusive, em março de 1938, com o desaparecimento do citado periódico. Finalmente, na *Revista do Instituto do Ceará*, a partir de 1948, venho escrevendo uma espécie de dicionário – *Plantas do Ceará* – , atualmente na letra

C, cuja parte impressa transpagino para êste volume, ampliando o trabalho em aprêço." (p.VII).

No prefácio da primeira edição, o autor apresenta breve resumo dos estudos botânicos realizados no Ceará, cujo pioneiro foi o naturalista João da Silva Feijó (1760 - 1824), que viveu no Ceará entre outubro/1799 e agosto/1816 (PAIVA, 1991), cuja *Collecção Descriptiva das Plantas da Capitania do Seara*, escrita em 1818, veio a ser publicada em 1984 (in NOBRE, 1984: 87 - 212), abrigando o que restou do manuscrito, agora sob a guarda da Biblioteca Nacional.

O texto completo deste livro é o que se encontra em sua segunda edição, com a incorporação de modificações e o estudo de novas fontes, revista por Adolpho Duke (1876 - 1959).

"A cópia de notas referentes à sistemática, sinonímia científica e vulgar, propriedades, usos, ecologia, geografia e história das plantas aqui tratadas, foi se estratificando vagarosamente, através de observações diretas, de informações e de leituras, cuja amplitude vai do livro especializado ao artigo de jornal." (p.VII). Além de vasta bibliografia, há uma relação nominal dos classificadores das plantas e respectivas abreviaturas; também, um índice de nomes e sinônimos científicos.

Esta é uma obra maior sobre a flora do Nordeste brasileiro, especialmente do Ceará, agora na sua quinta edição, publicada pela Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, na Coleção Mossoroense, série C/volume 1204, editada na cidade de Mossoró (2001).

* * * BRAGA, R. - 1962 - *História da Comissão Científica de Exploração*, Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 410 p., [III] + 39 ests.

Esta é obra de merecido destaque na bibliografia sobre as expedições científicas que exploraram o território brasileiro, sendo aquela de maior importância sobre a Comissão Científica de Exploração. A idéia da sua criação/organização nasceu e se desenvolveu sob o amparo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a partir de proposta feita por Manuel Ferreira Lagos, na sessão de 30 de maio de 1856, presidida pelo Imperador Pedro II.

"Sempre me causou estranheza o silêncio dos estudiosos cearenses a respeito da Comissão Científica de Exploração. Aqui ela estêve durante mais de dois anos. Percorreu a Província em todos os sentidos, procurando realizar amplo programa de investigações, o primeiro a ser tentado no Império por um grupo de naturalistas e técnicos exclusivamente brasileiros." (p.7).

O índice (sumário) deste livro compreende os seguintes tópicos: 1 - Origem da Comissão Científica; 2 - Organização; 3 - Os Chefes de Secções e seus Auxiliares; 4 - Demora no Rio de Janeiro; 5 - Partida e Instalação em Fortaleza; 6 - Fortaleza em 1859; 7 - Os Primeiros Seis Meses; 8 - O Episódio dos Camelos; 9 - Viagens ao Interior; 10 - O Processo Abel; 11 - O Naufrágio do **Palpite**; 12 - O Regresso da Comissão; 13 - Gonçalves Dias na Amazônia e 14 - No Rio de Janeiro. Os seus anexos são os seguintes: Relatório do Sr. Dr. Capanema lido na sessão do IHGB, de 4-12-1857; A Exposição no Museu Nacional; Bibliografia sobre a Comissão Científica de Exploração; Trabalhos da Comissão Científica de Exploração; Instruções para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil; Instruções gerais para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Império menos conhecidas; Relatórios dos membros da Comissão lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Notas aos trabalhos da Comissão Científica de Exploração; Desenhos e aquarelas de José dos Reis Carvalho.

A chefia da Comissão Científica de Exploração foi entregue ao conselheiro Francisco Freire Alemão (1797 - 1874), que também dirigiu a sua Secção Botânica – já incluído nesta série sobre os naturalistas e o Ceará (PAIVA, 1995). As demais secções tiveram os seguintes chefes: Secção Geológica e Mineralógica – Guilherme Schüch de Capanema (Barão de Capanema) - (1824 - 1908); Secção Zoológica – Manuel Ferreira Lagos (1816 - 1867); Secção Astronômica e Geográfica – Giacomo Raja Gabaglia (1826 - 1872); Secção Etnográfica e Narrativa da Viagem – Antônio Gonçalves Dias (1823 - 1864).

A Comissão Científica de Exploração desembarcou em Fortaleza, no dia 4 de fevereiro de 1859 e deixou definitivamente o Ceará em 13 de julho de 1861, de volta ao Rio de Janeiro.

"A Comissão Científica de Exploração, às vezes designada por *Imperial Comissão Científica* ***e*** *Comissão Exploradora das Províncias do Norte*, nasceu de uma idéia generosa, mas acima da compreensão do govêrno e do povo. As circunstâncias de meio e de tempo lhe eram adversas. Por isso viveu e se foi quase sem deixar traços de sua existência. Não passou de um belo plano frustrado em suas esperanças." (p.106).

Uma edição *fac-símile* desta valiosa obra foi publicada em Mossoró (1982), pela Fundação Guimarães Duque/Escola Superior de Agricultura de Mossoró, na Coleção Mossoroense (volume CC).

* * * BRAGA, R. - 1964/1967 - *Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará*. Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, letra A: 249 p., 1964; letras B - C: 499 pp., 1967.

Desta gigantesca obra apenas foram publicados os dois volumes, aqui indicados; os demais restaram praticamente prontos, sujeitos às inevitáveis atualizações, permanecendo inéditos.

Na introdução ao volume da letra A, o autor apresenta valiosas informações a respeito do dicionário, incluindo as razões do seu preparo e a sistemática do trabalho desenvolvido.

Sobre tais razões, levanta a oportunidade da série iniciada, relembrando três antecedentes, a saber: *Diccionario Topographico e Estatistico da Provincia do Ceará*, elaborado por Thomaz Pompeo de Souza Brasil (1818 - 1877), o futuro senador Pompeu, publicado por Eduardo & Henrique Laemmert, com apenas 90 páginas e dois mapas (estes em páginas não numeradas), publicado em 1861, na cidade do Rio de Janeiro; *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Estado do Ceará*, da autoria de Álvaro Gurgel de Alencar (1861 - 1945), com 383 páginas + 1 tabela em página não numerada, editado em 1903 na cidade de Fortaleza, por Editor – Louis C. Cholowieschi, com segunda edição (aumentada), com 416 páginas, publicada em 1939 pela Tipografia Minerva, também na cidade de Fortaleza; *Diccionario Historico e Geographico da Ibiapaba*, da autoria de Pedro Ferreira, com 192 páginas, [2] estampas, publicado por Ramos & Pouchain em 1935, na cidade de Fortaleza.

As informações que dão suporte ao dicionário foram colhidas nas mais diversas fontes, durante sucessivas e freqüentes viagens e na bibliografia existente, além da colaboração de amigos que redigiram certos verbetes, que aparecem assinados.

Ao concluir a sua introdução, acima referida, postula: "Enfim, aqui estão muitos anos de labor, de investigação honesta e desinteressada, que, para alegria minha, concretizam um projeto acalentado na juventude e norteado no único desejo de servir ao Ceará." (10).

Não compreendemos e profundamente lamentamos que esta obra não tenha ainda sido publicada, na sua completude, mesmo considerando as falhas ou omissões encontradas nos volumes deixados inéditos.

Ao saudar o lançamento do *Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará* (letra A), eis o que nos disse Francisco de Souza NASCIMENTO (1964: 271) : "Fruto de numerosas viagens, de informações sem conta e de porfiadas pesquisas bibliográficas, a obra que o Professor Renato Braga ora nos entrega, em sua etapa inicial, representa o maior esforço já realizado por um intelectual cearense no sentido de escrever um trabalho enciclopédico sôbre a toponímia do nosso Estado, em seu aspecto geográfico e histórico."

* * * BRAGA, R. - 1965 - Introdução da semente pecuária no Brasil. *Bol. Soc. Cear. Agron.*, Fortaleza, *6*: 23 - 26.

Trata da ausência de animais domésticos nas Américas, na época do descobrimento pelos europeus; existiam os chamados xerimbabos e algumas espécies semidomesticadas, tais como a lhama, a alpaca e a cobaia, nos altiplanos andinos.

A princípio, os animais domésticos trazidos para as Américas vieram da península ibérica, dos Açores e dos arquipélagos fronteiros à África, principalmente das Canárias e do Cabo Verde. Para o Brasil, algum gado veio do próprio Portugal, mas o grosso foi oriundo do Cabo Verde.

A distribuição dos primeiros núcleos pecuários, ao longo da costa brasileira, esteve associada às feitorias, oficiais ou clandestinas, destinadas ao tráfico do pau-brasil. O povoamento dos

sertões, com animais domésticos, ocorreu a partir de Pernambuco, Bahia e São Paulo.

O homem e o tempo

Renato Braga foi um homem polivalente, destacando-se como administrador de serviços públicos, político militante, educador e intelectual. Sem qualquer dúvida, consolidou a então Escola de Agronomia do Ceará, no difícil tempo de sua passagem de instituição privada para a esfera da administração do estado do Ceará. Então, mostrou-se de extrema competência e habilidade, vencendo obstáculos e reformulando o ensino da Agronomia.

Convém aqui salientar que, sendo ele um professor de Zootecnia Geral, as obras que asseguram a sua permanência como intelectual de elevado valor, tratam das plantas do Nordeste do Brasil (especialmente do Ceará), da geografia e da história do Ceará – é o grande revelador das atividades e resultados da Comissão Científica de Exploração, que percorreu terras da então Província do Ceará (1859 - 1861), sob a chefia do conselheiro Francisco Freire Allemão (1797 - 1874).

"Como escritor, Renato Braga filia-se, não pelo estilo, mas pelo ideal telúrico, ao regionalismo cultivado por Tomás Pompeu, Rodolfo Teófilo, Pompeu Sobrinho, Ildefonso Albano, Joaquim Alves, Guimarães Duque e outros que, integrando-se nas letras como obreiros de novas esperanças, procurando largar as amarras da simples literatura como arte. E voltaram-se para as ciências dos recursos naturais, tratando diretamente das coisas da terra e do homem do nordeste e do Ceará." (ANDRADE, 1969: 38).

Agradecimentos: Formulamos agradecimentos aos que, de alguma forma, nos ajudaram a escrever este trabalho, entre os quais destacamos as seguintes pessoas: Lucília Caliman Medeiros, Madalena Maria Montenegro Figueiredo, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos e Valdelice Carneiro Girão.

Bibliografia consultada

A bibliografia consultada para a elaboração do presente estudo, está abaixo relacionada. Os trabalhos e livros referidos no texto são indicados por asterisco (*), antecedendo o(s) nome(s) do(s) respectivo(s) autor(es).

*ANDRADE, F. A. - 1969 - *Renato Braga*: *In Memoriam (Subsídios para a História da Cultura no Nordeste)*. Imprensa Universitária do Ceará: Fortaleza, 242 p., [IV] ests., *Observação*: neste livro estão transcritos textos de muitos autores sobre o nosso homenageado, produzidos em decorrência de sua morte.

*ANDRADE, F. A. - 1979 - *Ensino e desenvolvimento das ciências agrárias no Nordeste (Ceará): 1918 - 1978*, Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil S/A, 555 p., ilus.

*BRAGA, R. - 1944 - [Discurso de posse no Instituto do Ceará]. *Rev. Inst. Ceará*, Fortaleza, 58: 246 - 256.

FIGUEIREDO FILHO, J. - 1968 - O vice-reitor Renato Braga. *Rev. Inst. Ceará*, Fortaleza, 82: 302 - 304.

GIRÃO, R. (org.) - 1957 - *Antologia Cearense (1ª série)*. Academia Cearense de Letras, XXIX + 439 p., ilus., Fortaleza. Nota sobre Raimundo Renato de Almeida Braga: p. 403 - 407.

GIRÃO, R. - 1975 - *A Academia de 1894*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 263 p., [XI] ests.,. Nota sobre Raimundo Renato de Almeida Braga: p. 116 - 117.

*GUIMARÃES, H. V. - 1952 - *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará*. Editora Jurídica Ltda: Fortaleza, 544 p., ilus.. Nota sobre Raimundo Renato de Almeida Braga: p. 117 - 120.

INESP. 1998 - *Deputados Estaduais: Legislatura 1951 - 1954*. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - INESP: Fortaleza, 199 p., ilus. Nota sobre Raimundo Renato de Almeida Braga.

*NASCIMENTO, F. S. 1994 - Historiador da Comissão Cientifíca escreve uma enciclopédia do Ceará. *Rev. Inst. Ceará*, Fortaleza, 78: 271 - 273.

*NOBRE, G. S. 1984 - *Estudos sobre a Coleção Descritiva das Plantas da Capitania do Ceará*. Gráfica Editora Cearense Ltda: Fortaleza, 281p.

NOMURA, H. 1992 - *Vultos da Botânica no Brasil* (Parte II). Coleção Mossoroense, série C/volume 774, p.101-102, Mossoró. Nota sobre Raimundo Renato de Almeida Braga, p. 130-131.

OLIVEIRA, G. A. 1987 - Jubileu do Instituto do Ceará no transcurso do primeiro centenário de sua fundação. *Rev. Inst. do Ceará*, Fortaleza, TE 8: 443-468. Nota sobre Raimundo Renato de Almeida Braga, p. 467-468.

*PAIVA, M. P. - 1991 - Os naturalistas e o Ceará: I - João da Silva Feijó (1760 - 1824). *Rev. Inst. Ceará*, Fortaleza, 105: 21 - 44.

*PAIVA, M. P. - 1995 - Os naturalistas e o Ceará: III - Francisco Freire Allemão (1797 - 1874). *Rev. Inst. Ceará*, Fortaleza, 109: 51 - 88.

PORDEUS, I. - 1964 - Mais um livro de mérito. *Rev. Inst. Ceará*, Fortaleza, 78: 269 - 270.

RAMOS, J. W. - 1944 - Recepção de novos sócios: III - Dr. Raimundo Renato de Almeida Braga. *Rev. Inst. Ceará*, Fortaleza, 58: 236 - 245.

Discurso de saudação ao bibliófilo e imortal José Mindlin

José Augusto Bezerra*

Em um dos seus mais admiráveis quartetos, Olavo Bilac, o celebrado cantor da Via Láctea, dizia:

> Olhai estas velhas árvores, mais belas
> do que as árvores mais novas, mais amigas,
> tanto mais belas quanto mais antigas,
> vencedoras dos anos e procelas...

Assim deveria dizer também dessa Instituição centenária, tanto mais bela quanto mais antiga, vencedora dos anos e das procelas. O mobiliário do recinto que nos acolhe pertenceu à Assembléia Provincial desta cidade. As paredes do casarão solene, cheias de quadros, deixam ver a nossa história através deles. O retrato mais ao alto – o do Barão de Studart – neste ano em que se comemoram cento e cinqüenta anos do seu nascimento, parece-nos dizer que a mais antiga entidade cultural da nossa terra – a velha árvore, plantada por ele e alguns outros – continua forte e generosa.

Começo as minhas palavras relevando a figura do seu atual presidente – Dr. Eduardo Campos.

Esse homem invulgar, que honra a literatura, as artes, a vida pública e a vida privada, do estado e de além-fronteiras, tem-se notabilizado pela coragem, ousadia e tenacidade com que procura transformar sonhos em realidades. Em seu nome cumprimento a mesa diretora, os confrades e as demais personalidades que conosco escrevem mais uma página dessa declaração de amor à nossa terra - o Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico e Antropológico.

---

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Tenho a missão de saudar uma lenda viva do nosso tempo, Dr. José Mindlin, o príncipe dos bibliófilos do nosso país. Um homem que se não existisse, também não poderia ser inventado, pois é produto de uma conjugação de fatos e acontecimentos, que só os insondáveis mistérios do destino são capazes de produzir.

Na realidade, até o título de sócio-honorário do ano do sesquicentenário do Barão, que lhe é outorgado, é incomum, pois une duas pessoas, distantes nascidas, que se foram aproximando, através de gostos e sonhos semelhantes, para, em determinado momento histórico, no tempo e no espaço, tocarem-se, de uma forma honorífica, que enobrece a ambos.

O Dr. Mindlin poderia ser analisado como um vencedor em todo os campos por onde passou. Como repórter, advogado, empresário, militante pelos direitos humanos, homem público, escritor, editor, pai de família e, de modo particular, como bibliófilo.

Ao ser eleito, basicamente por unanimidade, para a Academia Brasileira de Letras, recebe o coroamento pelo trabalho na área de literatura, que o consagra e abre novas vertentes, para pessoas e entidades, como nosso Instituto, que laboram em prol da preservação da memória cultural.

A imagem mágica do momento inicial, quando o menino de treze anos adquiriu o primeiro livro raro, está preservada apenas nas retinas dos seus olhos. Sabemos apenas, que a partir de então e pela vida afora, continuou lendo, de seis a oito livros por mês, e acumulando, uma após outra, obras raras. Era o profeta que recriava o passado para conceber o futuro.

Nessa caminhada, achegaram-se-lhe figuras notáveis, como Rubens Borba de Moraes e Luiz Camillo de Oliveira Netto, companheiros de idéias e garimpagens, que o seguiram juntos pelo tempo.

A última publicação acerca dos destaques da Biblioteca de Guita e José Mindlin, da EDUSP/ FAPESP / Edições Biblioteca Nacional, considerada a mais importante obra de bibliofilia já feita no Brasil, mostra os frutos desse trabalho que, a partir daquele primeiro livro, transformou-se no maior acervo particular de obras raras da América Latina, e um dos maiores, senão o maior, de Bra-

siliana, no mundo. O nome do Dr. Mindlin, então, transformou-se em sinônimo de amor aos livros.

Nesse ponto, Dr. Mindlin, gostaria de destacar que o Instituto do Ceará procura seguir a sua linha de raciocínio, ao restaurar e preservar documentos e livros raros, como a correspondência de Capistrano de Abreu, do Barão de Studart e o acervo de Eurico Facó, além de disponibilizar para entidades culturais, em todo o país, dez mil cópias em CD's dos cento e vinte seis números das Revistas do Instituto do Ceará, pois embora a entidade tenha cento e dezenove anos, publicaram-se sete números especiais.

Mais ainda, prepara-se para construir o Museu de História Barão de Studart, investimento de meio milhão de reais, com o apoio de um desses raros homens que sabem que, pela educação e cultura nos salvaremos, o empresário Ivens Dias Branco. A implantação do projeto colocará o Instituto na vanguarda dos congêneres brasileiros.

Feitas tais considerações, necessárias, quero retornar ao nosso homenageado, para dizer que apesar de todas suas grandes realizações, pessoalmente, considero que a maior conquista, a demonstração maior do seu carisma, o que lhe abriu as portas para tudo o mais, ocorreu no dia em que disse a D. Guita, na Faculdade, em meio a um grupo de alunos que debatiam política, que ele era o melhor partido para ela, e a jovem acreditou. Foi a primeira e mais importante vitória!

Ao longo de sessenta e oito anos de um feliz casamento, provou a Dona Guita que lhe dissera a verdade. Durante esse tempo viveram o paraíso de estarem lado a lado, abriram uma trilha por onde outros nunca haviam passado e deixaram a sua marca.

Embora há pouco Dona Guita tenha deixado de estar ao seu lado, fisicamente, ele vem ao Ceará, acompanhado da sua filha, a antropóloga e escritora Dra. Betty Mindlin, seja para espairecer um pouco o seu pesar, seja para dar apoio à causa do livro – ideal que era comum ao casal, seja para provar a sua família que o General Douglas MacArthur tinha razão, em 1945, quando dizia "Jovem é aquele que pergunta como a criança insaciável: e depois? Que desafia os acontecimentos e encontra alegria no jogo da vida. Ju-

ventude, portanto, é uma qualidade da imaginação, uma vitória da coragem sobre o medo. Do gosto da aventura sobre o amor ao conforto. E o homem será sempre tão jovem como a sua fé, a sua confiança e a sua esperança".

O Dr. Mindlin é esse espírito bem-humorado, que descobre, sempre, a forma descontraída de falar sobre os mais variados assuntos. Jatobá da floresta, tão alto, que em suas frondes, por vezes, repousam as próprias nuvens.

Nós, bibliófilos, criamos uma medalha com o nome dele, antes que outros o fizessem e antes que a Academia Brasileira de Letras o elegesse, pois aquilo que se-lhe tornou um direito, ao ser chamado de imortal, para nós já era um fato.

Os bibliófilos cearenses também estão aqui, nesta homenagem, Dr. Mindlin, e esperamos fazer uma comitiva para sua posse na ABL, no mês de outubro.

Ao terminar a saudação, lembro-me de velha história, contada com gravidade, pelos oásis do Saara.

Falava de alguns viandantes que cavalgavam no deserto, em noite escura, e foram surpreendidos por uma voz que vinha dos céus e lhes dizia para descer das montarias, apanhar o que pudessem e sair, pois não teriam outra oportunidade.

Nervosos, apavorados mesmo, obedeceram. Desceram e saíram tateando o chão. Na escuridão acharam apenas pedras e areia, suas velhas conhecidas. Apanharam algo e fugiram o mais rápido que puderam.

Ao clarear do dia vieram a observar que as pedras eram preciosas – brilhantes, rubis, esmeraldas - e a areia, ouro fino. Uns ainda tentaram voltar, mas as dunas do deserto, movediças, sem pegadas e na escuridão, jamais deixariam saber o local exato por onde estiveram.

Apenas um deles, mais tranqüilo e curioso, guardara o maior número de pedras que pudera e enchera a mochila de areia. Nada disse aos outros e, voltando para a sua cidade, foi, vagarosamente, transformando o achado em palácios e obeliscos, até se tornar um dos homens mais ricos e importantes do Reino.

O Dr. Mindlin tem sido um desses viandantes eleitos. Ao ouvir algo como uma voz interior, obedeceu-a – pois a palavra vocação, que vem do latim, quer dizer, justamente, chamado.

Atendendo o chamado, veio recolhendo as pedras – nesse caso, os livros, também preciosidades – e com eles, pacientemente, por quase oitenta anos, construiu uma biblioteca monumental que, de fato e de direito, o imortalizará, principalmente agora que a doou à Universidade de São Paulo, e servirá de referência pelos séculos adiante.

Cremos então, que após fazermos tais reflexões sobre pessoas como o Dr. Eduardo Campos, Dr. José Mindlin e o próprio Instituto do Ceará, podemos concluir as palavras de Olavo Bilac, com que iniciamos essa saudação, as quais terminavam dizendo:

Não choremos, amigo, a mocidade!
Envelheçamos rindo! envelheçamos
Como as árvores fortes envelhecem.

E podemos assinalar que o nosso homenageado, aos noventa e dois anos, continua a perguntar: e depois?

Formação do povo brasileiro e da nação, seu agonístico caráter nacional – alguns balizamentos

Eduardo Diatahy B. de Menezes*

Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome - o Monte Pascoal e à terra - a Terra da Vera Cruz. (...) Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte cinco léguas por costa. (...) Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.

Pero Vaz de CAMINHA (1500)
Enfim, esta terra parece já um novo Portugal.
Fernão CARDIM (1585)

O Estado do Brasil, Províncias de Santa Cruz, é a parte oriental do Peru povoada na costa do mar Etiópico, e repartida em partes a que chamam capitanias, que em tal forma foram servidos os passados reis de Portugal de as encarregar, com largas doações, a certos donatários. Corre a costa de seu distrito desde o rio Mearim ou Maranhão até a boca do rio da Prata ou Paraná, como na Carta Geral se mostra.

Livro Qve Dá Rezaõ Do Estado do Brasil (1612)

Ora, uma organização coletiva da indústria é tão irrealizável... A falta de consumidor aparece à inspeção da população. A classe baixa tinha necessidades muito simples que podiam ser satisfeitas sem que a indústria se organizasse separadamente, isto é, sem que se aperfei-

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

çoasse, pois, ...divisão de trabalho e aperfeiçoamento são dois termos extensivos. Quanto à classe superior, era dominada pela *emoção de inferioridade a Portugal* e considerava suspeito todo o produto brasileiro que não fosse metal, fumo, açúcar e café. Havia pessoas que mandavam afiar as navalhas na Europa. Para estas, mesmo se as nossas manufaturas produzissem objetos superiores em qualidade e barateza aos que vinham de além-mar, estes seriam preferidos.

João Capistrano de ABREU
«O caráter nacional e as origens do povo brasileiro»
(O Globo, Rio, 1876)

Há uma única economia possível e superior aos nossos cálculos para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas. (...) As formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas. Há, porém, um demônio pérfido e pretensioso, que se ocupa em obscurecer aos nossos olhos estas verdades singelas. Inspirados por ele, os homens se vêem diversos do que são e criam novas preferências e repugnâncias. É raro que sejam das boas.

Sérgio Buarque de HOLLANDA,
Raízes do Brasil (1936)

Somos, por tudo isso, uma República Mestiça, étnica e culturalmente; não somos europeus nem "latino-americanos"; fomos tupinizados, africanizados, orientalizados e ocidentalizados. A síntese de tantas antíteses é o produto singular e original que é o Brasil atual.

José Honório RODRIGUES,
Brasil e África (1982)

1 Preliminares

Aceitar a proposta desta exposição tal como vinha sugerida no título da segunda versão deste texto seria, no mínimo, despudorada pretensão de minha parte[1]. Não teria muito ânimo para tanto, ainda menos no espaço reduzido de um ensaio que se quer curto. Por outro lado, ocorre-me de imediato a frase emblemática com que Lezama Lima inicia o enorme cometimento de decifrar a significação histórico-cultural das Américas: «Somente o difícil é estimulante; somente a resistência que nos desafia é capaz de assestar, suscitar e manter nossa potência de conhecimento...» (*La Expresión Americana*). Assim, aceito parcialmente a tarefa e passo desde logo a definir as minhas inevitáveis preferências teóricas e os limites do meu próprio itinerário nesta problemática sem final visível.

Se Shakespeare pôde dizer, no *Hamlet,* que há mais coisas entre o céu e a terra do que suspeita nossa vã filosofia, penso que poderei parodiá-lo, atualizando-o, para asseverar que há mais coisas entre a superestrutura e a infraestrutura do que pretende explicar nossa vã sociologia. Pessoalmente, desconfio dessa epistemologia de inspiração positivista que encara os fatos de consciência como reflexo de forças e relações produtivas. Inverter os termos do suposto paradigma hegeliano não altera a lógica da explicação: idealista ou realista, ela permanece mecanicista ou reducionista. Do mesmo modo que reificar a metáfora arquitetônica, proposta por Marx para pensar a realidade social, não representa uma homenagem à razão dialética. Felizmente, as múltiplas mediações, as zonas de sombra e de mistério desbordam as fronteiras de nossos modelos teóricos e perduram como desafio cognitivo.

[1] Esta ressalva nasce do fato de este ensaio, em primeira versão, publicado na *Revista USP* (Nº 12, Dez – Jan – Fev, 1991-1992: 76-93, com o título de **«A Cultura Brasileira "descobre" o Brasil, ou «Que país é este?!» - uma pergunta à cata de resposta.»**), foi republicado, com acréscimos e alterações, com o título de **«Um Itinerário da Formação do Homem Basileiro, do Descobrimento à Época Contemporânea»,** capítulo introdutório do livro *Perturbador Mundo Novo: história, psicanálise e sociedade contemporânea (1492, 1900, 1992)*, São Paulo: Escuta Editora, 1994, pp. 13-41. Esta versão tinha sido objeto de exposição como Conferência Inaugural do I ENCONTRO BIANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE DE SÃO PAULO: «Perturbador Mundo Novo – História, Psicanálise e Sociedade Contemporânea (1492 – 1900 – 1992)», São Paulo, de 25 a 27 de setembro de 1992. A versão atual, totalmente revista, funde os dois textos originais numa exposição algo diferente, mais ampla e por isso mais rica, segundo creio.

Além disso, já que a lógica formal é excludente e só opera no espaço da racionalidade analítica, em sua abstrata universalidade, penso que a *lógica do real*, vivido e sofrido, existencial e histórico, é aquela implícita à modalidade de consciência capaz de apreender a realidade mutante, não propriamente por meio de categorias conceptuais, mas pela incorporação do jogo sutil e sinuoso dos conflitos, dos contrários, das contradições, como dimensão intrínseca e fundante da contextura ôntica do mundo dos homens. São essas intrínsecas divergências da humana aventura que tornam as suas coletividades ou nações radicalmente diferentes das colmeias harmoniosas e recorrentes. Um formigueiro de hoje tende a ser exatamente igual a um formigeiro do pleistoceno inferior. Ao passo que é a **memória** cultural e a **esperança** que constituem o corpo e a alma da História humana. Portanto, se essa outra racionalidade mais abrangente ainda puder ser chamada de lógica, por certo ela não comporta uma axiomática, que esse é o mundo exsangue dos formalismos abstratos; a lógica, cuja silhueta apenas vislumbro aqui, é aquela que se banha no desejo, na paixão, na errância e no claro-escuro do imaginário coletivo, os quais se exprimem nos arranjos simbólicos da *mitopoíesis.* Isso que Lezama Lima designou com diferentes expressões: «**eros relacional**», «**logos poético**» - essa dialética dos sentidos, liame de ciência e arte, é capaz de apanhar o devir ou o ***sendo*** de uma cultura.

Inúmeras tentativas já foram realizadas em obras que se consagraram como momentos decisivos do pensamento brasileiro, compondo as pedras e a argamassa da arquitetura cognitiva que tenta dar conta do enigma 'Brasil'. Este, como toda nação viva, tem escapado aos ensaios que pretendem subsumi-lo num esquema, numa tipologia, numa definição. Seja porque é próprio de enigmas suplantar as decifrações, seja porque ainda não sedimentou-se o processo que adensa no tempo e na memória coletiva as peculiaridades da construção nacional, abrindo possibilidades para as vias que permitem rastrear o sentido do itinerário do *homem brasílico*.

Constitui quase um lugar-comum tentar equacionar esse problema em termos de 'brasilidade' (noção mais ou menos tautológica: qualidade do que é Brasil), ou dessa expressão mais que problemática, inválida, inadequada e tola, usada mais recentemente de modo insidioso – "**identidade nacional**". A rigor, 'identidade' só existe nos conceitos abstratos e no plano do pensamento formal da lógica e das matemáticas. Mesmo

aí, a identidade não ultrapassa a tautologia e os limites de validade dos sistemas em apreço. Quando passamos ao domínio do comportamento humano, sobretudo o coletivo, deparamo-nos com um universo axiológico e semiótico que se elabora historicamente em incessante construção e cuja interpretação exige outros instrumentos hermenêuticos variados e até contraditórios ou ambíguos, porque são assim os caminhos da existência social. Eis por que Nietzsche tinha razão ao dizer que *«os conceitos que configuram a significação de* ***um processo*** *tendem a esquivar-se à definição,* ***pois só o que não tem história é definível»***. Isso posto, podemos afirmar que uma nação comporta, não uma identidade, mas uma **identificação** contrastiva que se reinventa e se reconstrói de modo incessante.

De forma satírica, tal questão foi solucionada por Lamartine Babo, numa marcha, homenagem galhofeira e implícita a José de Alencar, e que fez muito sucesso no Carnaval de 1934, significativamente intitulada ***História do Brasil****:*

«Quem foi que inventou o Brasil?
- Foi seu Cabral... Foi seu Cabral!...
No dia 21 de Abril...
Dois meses depois do Carnaval!

Depois...
Cecy amou Pery
Pery beijou Cecy
Ao som...
Ao som do... Guarany!...
Do Guarany ao guaraná...
Surgiu a feijoada,
E mais tarde o Paraty

Depois...
Cecy virou Yayá...
Pery virou Yoyô...
De lá,...
Pra cá, ***tudo mudou!***
(.....)»

Como, de ofício, não gozo da mesma liberdade criativa do compositor popular, ensaio aqui a minha alternativa pelo viés que me é próprio.

Num belo estudo sobre Rembrandt, Georg Simmel sublinhava que a arte do retrato desse gênio holandês se distingue das demais do seu tempo, justamente porque ele soube captar, num só instante, todo o curso vital de quem ele pintava, e não, um momento isolado de sua existência[2]. Penso que essa observação pode servir de ponto de partida para desenvolver a ideia segundo a qual uma resposta à indagação a respeito do significado de *homem brasileiro* estaria na capacidade de, como Rembrandt, elaborar um retrato do País que, ao invés de fixar um momento qualquer de seu itinerário vital (um corte sincrônico ou transversal), fosse capaz de capturar num dado instante a configuração longitudinal de sua inteira formação, o fluxo todo de sua história. Pessoalmente, ando à busca dessa via, e não me sinto capaz de produzir tal retrato.

***

Na verdade, o termo "descobre", que vinha no título original deste ensaio, aí comparecia por simetria ou por concessão às reflexões, comemorações e revisões acerca do quinto centenário do "**descobrimento"** do Novo Mundo. Eis por que, ao atribuir-lhe significação dúbia no caso de que me ocuparei aqui, vem ele entre aspas.

Com efeito, *descobrir* significa, mais propriamente, retirar a coberta, a tampa, o véu, ou o que ocultava, velava, escondia algo etc.; mas também pode significar 'resolver, decifrar, evidenciar, expor, dar a conhecer, tomar consciência' etc. Demais, *descoberta* ou *descobrimento* constituem atos que dizem respeito àquilo que se descobriu ou encontrou por acaso ou mediante busca, pesquisa, observação, dedução etc. Acontece que, no caso, o '**aquilo**' que está sendo descoberto consiste em algo não inteiramente constituído, algo *in fieri,* algo histórico: portanto, algo a ser antes construído, fabricado, **inventado** e, não, exatamente descoberto. Aliás, ao intervir nas discussões acerca da intencionalidade ou acaso do descobrimento do Brasil, a mestra Carolina Michaëlis de Vasconcelos,

---

[2] *Apud* Franklin de OLIVEIRA. *Morte da Memória Nacional,* ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1991.

entre outros estudiosos, tece considerações filológicas sobre termos que, na *Carta* de Caminha, apontam para um *achamento* deliberado. Por outro lado, *inventar* ou *invenção* consiste no agenciamento ou arranjo de componentes de qualquer ordem de modo a produzir a urdidura de algo *material*, empírico, real; ou *simbólico*, teórico, imaginário. Isso remete mais diretamente para as criações e recriações no campo das ciências, das técnicas, das artes ou dos universos simbólicos (mito, fabulação, fantasia, ficção, imaginação, utopia, ideologia, etc.). Assim, seria mais adequado se aquele título dissesse: «A Cultura Brasileira *inventa* o Brasil» - pois é bem de invenção ou de construção que se trata, na perspectiva atual; porque na época dos "descobridores" tratava-se de fato de uma **conquista guerreira**, que era a diplomacia dominante entre reinos da época.

Ora, sequer conseguimos ainda definir precisamente a origem do nome do País nem estabelecer corretamente o patronímico que designaria o seu povo. Aliás, essa indecisão constitui, talvez, o traço mais forte do segmento dominante em quase todos os campos, mas sobretudo em matéria de política e de cultura. Por isso, até hoje, concordamos em chamar de Rio uma baía descoberta num mês de Janeiro.

> Or, je trouve, pour revenir à mon propos, qu'il n'y a rien de barbare et de sauvage en cette nation, à ce qu'on m'en a rapporté, sinon que chacun appelle barbarie ce qui n'est pas de son usage; comme de vray il semble que nous n'avons autre mire de la verité et de la raison que l'exemple et idée des opinions et usances du païs où nous sommes. Là est tousjours la parfaicte religion, la parfaicte police, perfect et accomply usage de toutes choses. (...) jugeans bien de leurs fautes, nous soyons si aveuglez aux nostres. Je pense qu'il y a plus de barbarie à manger un homme vivant qu'à le manger mort, à deschirer, par tourmens et par geénes, un corps encore plein de sentiment, le faire rostir par le menu, le faire mordre et meurtrir aux chiens et aux pourceaux (... et, qui pis est, sous pretexte de pieté et de religion), que de le rostrir et manger apres qu'il est trespassé.
>
> MONTAIGNE
> *Essais,* Bibl.de la Pléiade, Paris: Gallimard, 1958,
> Livre I, Chap. XXI, «Des Cannibales», pp.242-8.

Contudo, compartilhamos essa origem ingrata com a Argentina e com outros rebentos do colonialismo europeu (alguns países da África negra, por exemplo). Ainda hoje os nossos manuais de história repetem

o modelo de explicação a que Varnhagen deu a sua chancela no primeiro grande texto de nossa historiografia oficial: *«TERRA DO BRASIL, ou somente BRASIL, foi o nome dado pelos Portugueses à parte mais oriental do novo continente, em virtude de haverem aí encontrado, com abundância, certo lenho, que subministrou ao comércio uma tinta vermelha análoga à que até então, com esse nome, a Europa importava da Ásia.»* É verdade que o cauteloso historiador não afirmou que se tratava de «madeira da cor de *brasa»,* como qualquer criança escolarizada aprendeu em suas cartilhas.

Mas Clio e o Mito percorrem o tempo num conúbio persistente. Assim, a despeito da nota erudita que Capistrano de Abreu acrescentou, desde 1906, a esse texto de Varnhagen, examinando as grafias e acepções do termo, sua antiga presença como ilha na cartografia lendária da Idade Media e na posterior, aliás referendada pelo almirantado britânico; apesar do bem documentado estudo que ao assunto dedicou Gustavo Barroso; além disso, não obstante a polêmica de Sérgio Buarque de Holanda contra a tese do «mito geopolítico» de Jaime Cortesão (que, numa como ironia, reaparece de algum modo, posto que transmudado, em seu *Visão do Paraíso*); sem embargo de seu belo topônimo indígena – *Pindorama* – e dos bons sentimentos cristãos que presidiram à escolha do nome que fez Cabral ou do desígnio coletivo expresso pelo Poeta, em 1572: «De **Santa Cruz** o nome lhe poreis» (*Os Lusíadas,* X, 140); enfim, a despeito dessas e de outras circunstâncias, prevaleceu sintomaticamente a designação proveniente da expropriação colonizadora, de modo que ela surge já num documento como *A Nova Gazeta do **Brasil**,* de 1515[3]. Portanto, entre a **Fé** e o **Império**, o predomínio foi deste.

> BRASIL, or BRAZIL, a large maritime country of South America, lying between 35º and 60º W. lon. and between the equator and 35º S. lat.

[3] Cf.: Francisco Adolfo de VARNHAGEN. *História Geral do Brasil.* Antes de sua separação e independência de Portugal. 4ª ed. integral, 5 vols. Revisão e notas de Rodolfo Garcia e Capistrano de Abreu. São Paulo: Melhoramentos, 1948, v. 1º, p. 11. [A referida *Nota* de Capistrano de Abreu acha-se: pp. 20-21]. Gustavo BARROSO. *O Brasil na Lenda e na Cartografia Antiga.* Brasiliana - 191. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. Relato sumário da polêmica com Jaime Cortesão é dado na Introdução de Sérgio Buarque de HOLANDA, em seu livro *Tentativas de Mitologia.* São Paulo: Perspectiva, 1979.

> It is bounded by the Atlantic ocean and the river Amazon on the north, by the same ocean on the east, by the river of Plate on the south, and by Paraguay on the west; being computed to be 2500 miles in length, and 700 miles in breadth. The Portuguese have now the sole dominion of this extensive country, where, **besides** sugar and tobacco, there are rich mines of gold and diamonds; from whence his Portuguese majesty draws a very considerable revenue.
>
> *Encyclopaedia Britannica (1771)*

Parece ainda mais significativa a ironia com que nos presenteou a nossa história em relação ao termo que nos nomeia como povo. Estranhamente, não se trata de um adjetivo pátrio, à diferença do que ocorre noutras línguas que não nos chamam com tal desprimorosa designação profissional. De fato, o sufixo «**eiro**», que ele porta, designa na verdade o sujeito que exerce um ofício conhecido. Portanto, em bom português, **ser brasileiro** é como ser pedreiro, porteiro, sapateiro, bodegueiro: um meio de vida. E até concordaremos que isso se dá frequentes vezes entre nós. Nas suas origens coloniais, *brasileiros* eram os **marinheiros**, como eram chamados os portugueses que vinham *«fazer o Brasil»,* explorar a madeira e os produtos da terra, enriquecer e retornar para a metrópole: *«Vá degradado para o Brasil, donde tornará rico e honrado»,* dizia em 1627 Frei Vicente do Salvador, nosso primeiro historidador[4].

> Il faut l'avouer, la plus grande partie de ce qu'on appelle *Brésiliens* se compose de sang-mêlé, mulâtres, quarterons cabocles de degrés différents. On en trouve dans toutes les situations sociales. M. le baron de Cotegipe, ministre actuel des Affaires étrangères, est un mulâtre, il y a au Sénat des hommes de cette classe; en un mot qui dit Brésilien, à peu d'exceptions près, dit homme de couleur. Sans entrer dans l'appréciation des qualités physiques ou morales de ces

[4] Vale assinalar que, em seu típico nacionalismo crítico, Roquette-Pinto foi um dos raros estudiosos brasileiros a combater esse termo. Eis que em sua obra passou a usar o termo *brasiliano*. Todavia, em seu livro de ensaios, de 1927, *Seixos Rolados*, que ainda trazia como subtítulo "Ensaios brasileiros", mantinha a posição tradicional e geral. Não obstante, a partir de certo momento, só escreverá *brasiliano* e rejeitará com veemência o termo *brasileiro*, por falso e inadequado. Vale sublinhar ainda que, a despeito do cavalo de batalha que fazia quanto ao uso de *brasiliano*, o emprego desse termo já havia sido suscitado muito antes por Hipólito José da Costa, em seu *Correio Braziliense ou Armazém Literário* (Londres, 1808-1923), utilizando o mesmo argumento contra o termo *brasileiro*.

> variétés, il est impossibles de méconnaître qu'elles ne sont ni laborieuses, ni actives, ni fécondes. Les familles métisses se détruisent si vite que certaines catégories de mélanges existant il y a vingt ans à peine ne se retrouvent plus...
>
> Comte de GOBINEAU
> *Question de l'esclavage au Brésil* (1869)

Portugal preservou o termo e o estendeu aos que aqui permaneceram e aos seus descedentes[5]. Aceitamos essa impostura passivamente. E permanecemos brasil***eiros*** até hoje. Parece indubitável que isso não se deu sem graves consequências em nosso inconsciente coletivo. Analogamente a outras profissões, *brasileiro* é assim aquele que vive de explorar o Brasil e a sua gente. Essa generalização parece eticamente espúria. Mas podemos reservá-la como injúria para aquela minoria de donos do poder que efetivamente exercem o ofício habitual de explorar os demais, isto é, a imensa maioria do País. Para esta, imaginemos verdadeiro adjetivo pátrio, que bem poderia ser *brasilienses,* ou *brasileses*; ou, então, numa desforra histórica, mas com duplo efeito numa única decisão, readjetivaríamos o velho termo mercantilista que marcou o País, e suas maiorias exploradas seriam ditas *os brasis.* As coisas ficariam mais claras e mais justas, pois reconheceríamos a existência distinta de «brasileiros» e «brasis». Há que se reconhecer que não vai nisso nenhum nominalismo ou mera querela lexical. Poderíamos mesmo encarar uma revisão radical de nossa história, com capítulos novamente escritos: «Formação e desenvolvimento político dos Brasileiros», «O autoritarismo dos Brasileiros»; ou, então, «Lutas e rebeliões dos Brasis», «Servidão e miséria dos Brasis», «Formação e perspectiva da cultura brasília, também chamada brasílica» etc. Chego a fazer a generosa fantasia de que, com a nitidez desses novos horizontes conceituais e com o passar dos anos, muitos dos mais cruéis *brasileiros* de agora passariam a declarar, alto e bom som, que sempre alimentaram, nos seus sentimentos mais nobres e profundos, a certeza de que eram autênticos *brasis.* Dar-se-ia, finalmente, a grande transformação?!

---

[5] Conforme diz, mui judiciosamente, Frei Joaquim de SANTA ROSA DE VITERBO: «Ora, os Portugueses que descobriram o Brasil, no [*ano*] de 1500, deram os nomes às cousas daquele continente, segundo a linguagem da sua pátria...», *ELUCIDÁRIO das Palavras, Termos e Frases* que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram. Edição crítica por Mário Fiúza. Porto-Lisboa: Livraria Civilização, 1983, 1º vol., p. 329.

2 O Padeiro, sua Geografia existencial e nosso "Caráter Nacional"

Penso que a melhor maneira de examinar esta ingente e inesgotável questão é começar por uma reminiscência pitoresca que me ressurgiu dos refolhos da memória quando li, faz algum tempo, esta curiosa notícia que nossos irreverentes modernistas divulgaram numa seção chamada mui significativamente «**Brasiliana**», do número 2 da *Revista de Antropofagia:*

COMÉRCIO

> Telegrama de Fortaleza para a *Folha da Noite* de S. Paulo, n. de 11.2.1928:
>
> «As padarias que se encontravam em greve acabaram com essa situação. Mas prometteram que se forem multadas novamente, por qualquer motivo, mesmo que seja fraude no peso do pão, voltarão a fechar os estabelecimentos.»[6]

Esse primor de atitude malsã ocorria num tempo em que esses estabelecimentos, em Fortaleza, eram predominantemente de lusitanos, como a Padaria **Brasil**, do simpático Siqueira, próxima à casa paterna. Na minha infância, na segunda metade dos anos 1940, a tarefa de comprar o pão consumido pela família era feita segundo um rodízio semanal entre os irmãos. Assim, quando chegava o meu turno, lá ia eu duas vezes ao dia cumprir aquela rotina que se acumulava às obrigações escolares. Acontece que, nas tardes de sábado, o ritmo era quebrado pela pequena multidão que se comprimia junto ao balcão. A natural curiosidade de criança, aguçada pela ocasião, levava-me astutamente a burlar a vigilância e penetrar no setor de fabricação das massas. Então, observava, mexia, indagava. De uma feita, tendo lido o rótulo «Talharim com ovos», nos sacos à espera do macarrão que secava estendido em varas, perguntei ao padeiro encarregado da seção, com alguma desconfiança mas com bastante inocência: – *«Vocês põem, realmente, ovos nesse talharim?!»*. E ele me olhou do alto de sua posição de adulto e disse com desprezo:

[6] *Revista de Antropofagia,* São Paulo, Anno I - Numero 2, junho 1928, p. 8.

«São Paulo, que é São Paulo, não bota ovos nessa porcaria, quanto mais aqui no Brasil!». Obviamente, não ri da hierarquia axiológica de sua geografia, mas aquela foi por certo uma de minhas primeiras experiências desse brasílico caleidoscópio mental e cultural.

> On remarque dans tout cela une tendance constante des couleurs foncées à rapprocher la postérité de la couleur blanche: c'est ce qui donne la clef de beaucoup de choses qui pourraient être pour l'Européen un sujet d'étonnement. Il serait difficile de peindre en traits prononcés et généraux *le caractère national des Brésiliens*; d'autant plus difficile qu'ils commencent à peine à former une nation.
>
> Maurice RUGENDAS
> *Voyage Pitoresque dans le Brésil* (1835)

A questão da brasilidade, como se convencionou chamá-la, tem preocupado permanentemente a *inteligência* do País, pelo menos desde que certo grau de unidade e de consciência nacionais começou a despontar na Colônia e, sobretudo, a ser proposta como projeto político e intelectual após a Independência. Aliás, todos os povos, ao longo dos tempos, sempre desenvolveram alguma forma de autoconhecimento e de preservação desse estoque d e informações vitais – dispositivos materiais e simbólicos da memória coletiva: monumentos, esculturas, túmulos, templos, abrigos, moradias, meios de ação e de circulação; registros diversos: mitos, lendas e contos, epopeias e cantos, ritos e ritmos, saberes e sabores, imaginários. Em sociedades mais complexas e, em particular, nos tempos modernos, os recenseamentos, as reflexões filosóficas, os estudos comparativos, enfim, as ciências sociais e históricas passaram a ocupar um espaço privilegiado na sua produção.

Se dermos crédito à precisão do *Petit Robert,* a expressão «caráter de uma nação» surge em 1751. No Brasil, – onde, segundo sublinhava José Bonifácio de Andrada e Silva, *«a esfera do possível é muito maior que a do real»* –, aí pelos inícios de nossa Independência, um dos primeiros intelectuais a falar em «caráter geral dos Brasileiros» foi talvez o Patriarca, num velho manuscrito, onde esboça um retrato favorável e bem-humorado de nossos patrícios:

> «Os brasileiros são enthusiastas do bello ideal, amigos da sua liberdade, e mal soffrem perder as regalias que hua vez adquirirão.

> Obedientes ao justo, inimigos ao arbitrario. Supportão milhor o roubo, que o vilipendio: ignorantes por falta de instrucção, mas cheios de talento por natureza: de imaginação brilhante, e por isso amigos de novidades que promettem perfeição e ennobrecimento: generozos mas com basofia: capazes de grandes acções, comtanto q. não exijão attenção aturada, e não requeirão trabalho assiduo e monotonico: apaixonados do sexo por clima, vida e educação. Emprehendem muito, acabam pouco. Serão os Athenienses da America, se não forem comprimidos e dezanimados pelo Despotismo.»[7]

Mais de meio século depois, Capistrano de Abreu, jovem de 23 anos de idade – recém-chegado à Corte vindo da província –, porém utilizando métodos mais seguros e um rigor analítico admirável, retoma a expressão **«caráter nacional»** e sua problemática num ensaio de 1876, em que polemiza com Sylvio Romero, demonstrando as «singularidades» e inconsistências dos argumentos deste na matéria. Assim, depois de examinar a influência diferencial de fatores em jogo em nossa formação, depois de mostrar a real e significativa importância das contribuições indígenas e africanas – que Sílvio Romero tenta negar ou considera desprezíveis, mediante argumentos contraditórios e até primários –, e depois de analisar o funcionamento de processos econômico-industriais, morais, estéticos, científicos e governamentais que explicariam o nosso atraso, apoiando-se no léxico sistemático de uma sociologia positivista então vigente, Capistrano de Abreu sugere que esse quadro se resume num sentimento de desdém, num sentimento de superioridade face aos Portugueses, gerado no 7 de Setembro, porém aliado a um sentimento de inferioridade em relação à Europa[8].

---

[7] Transcrevo esse documento a partir de Alberto RANGEL. *No Rolar do Tempo.* (Opiniões e Testemunhos respigados no Archivo do Orsay - Paris). Coleção "Documentos Brasileiros". Rio de Janeiro: José Olympio, 1937, pp. 13-14. O autor nada diz sobre data e origem do texto, mas informa que ele foi divulgado a 27 de fevereiro de 1918, numa conferência política na cidade de Santos. José Honório Rodrigues afirma que o manuscrito está no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro). Em ortografia atualizada e com modificações em sua última frase, modificações que me parecem equivocadas, esse texto é republicado em José Bonifácio de ANDRADA E SILVA. *Projetos para o Brasil*. Coleção 'Retratos do Brasil'. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 183-4.

[8] Cf.: «O Caráter Nacional e as Origens do Povo Brasileiro», *O Globo,* Rio de Janeiro, 21 de janeiro e 9 de março de 1876. [Republicado em J. Capistrano de ABREU. *Ensaios e Estudos* (Crítica e História), 4ª série. Edição preparada e prefaciada por J. Honório Rodrigues. Rio de Janeiro e Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1976, pp. 3-24]. Capistrano tomou esse título do ensaio, de mesmo nome, de Sílvio Romero incluído no seu: *Etnologia Selvagem,* Recife, 1875.

Pinço ainda um exemplo dentro da fortuna dessa noção cujo processo reflexivo se tem mostrado tão oscilante. Exemplo prenhe de significação por seu quadro ideológico, pela época em que ocorre, fecunda de novas interpretações do Brasil, e pela densidade intelectual da personagem nele envolvida. Com efeito, Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, em setembro de 1933, numa conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, examina aquilo que intitula de «Traços da Psicologia do Povo Brasileiro».

> Quanto aos traços psíquicos que somados ao tipo físico vêm a formar a matéria humana de uma nacionalidade, já podemos encontrar também no brasileiro, se bem que ainda pouco acentuados e confundidos com certos defeitos de índole.
> A douçura do trato, porém, o desinteresse financeiro, a afetividade, a instabilidade, a impulsividade, a bondade de coração, a hospitalidade, a vivacidade de inteligência, o sentido da família, e outros traços análogos já demonstram que há uma alma brasileira. Podemos mesmo dizer que a alma brasileira existe mais concretamente do que o tipo brasileiro. (...) A nação brasileira, portanto, é uma realidade de formação espontânea, cujos imperativos de caráter e de raça não podem ser desconhecidos.
>
> Alceu AMOROSO LIMA
> *Política,* 4ª ed. Rio: Agir, 1956, p. 173.

A despeito de tentar um balanço amplo de nossos supostos «defeitos» e «qualidades», o perfil geral que daí resulta é claramente opulento e risonho - lido na perspectiva do atual quotidiano brasileiro, chega a ser ingênuo ou risível. Entretanto, aquilo que realmente chama a atenção na sua proposta é o fato de o autor, em aparente indiferença a toda produção ensaística e literária do movimento modernista e das reações que este suscitava, retomar as categorias básicas da intervenção de Euclydes da Cunha, inovadora para a sua época. Quero referir-me à constelação de conceitos segundo os quais o Brasil era pensado então por nossa tradição letrada: em função de diferenciações espaciais, segundo três eixos fundamentais: **(i)**«o **Litoral** e o **Sertão**»; **(ii)** «o **Norte** e o **Sul**»; e **(iii)** «a **Cidade** e o **Campo**»; e, dentro dessa grade, A. Amoroso Lima procura caracterizar os diversos tipos psicológicos: «o homem do litoral» e «o homem do sertão», «o nortista» e «o homem do sul». Importa ainda assinalar que, em sua atuação de jovem crítico literário, desde 1919-20,

ele operava já com os dois primeiros desses eixos conceituais. Todavia, mais grave impressão nos causa o fato de que essa formulação será literalmente aproveitada, vários anos mais tarde, noutros trabalhos seus, tendo inclusive recebido parecer favorável para publicação nos *Anais do IV Congresso de História Nacional*, em 1949.[9]

* * *

«Caráter nacional», alma do povo, espírito do povo, psicologia do povo, personalidade e cultura, personalidade básica, personalidade modal, caráter social, áreas e complexos culturais, tradições e caraterísticas nacionais, "identidade" nacional, *êthos* cultural, "identidade" étnica, o nacional-popular etc., tudo isso na perspectiva de dar conta ou explicar os sujeitos de uma cultura ou, no caso, o homem brasileiro, as instituições nacionais, a brasilidade, a «cultura brasileira». A riqueza desse patrimônio lexical é diretamente proporcional à incerteza da construção teórica, que não aponta para uma análise conclusiva. De fato, ainda hoje, «caráter nacional» – que aqui tomo, com algum arbítrio, como gênero ou rubrica – não possui uma significação precisa e delimitada no plano teorético, mas parece ser de longe o mais adequado do ponto de vista etnológico e descritivo, como singularidade ou perfil dominante de um povo e de uma nação.

Quando, no Brasil, a produção de tipo mais ensaístico predominava no campo das Ciências Humanas, a *inteligência* do País era mais intensamente ocupada pela questão do «caráter nacional», da **singularidade** brasileira, nacional e regional – com esses mesmos nomes ou não, pois então se falava mais frequentes vezes em *«psicologia do povo brasileiro»* ou nos seus traços e características. Agora que essas

[9] Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia* nº 60, 1934: 119-239, com o título de «Psicologia do Povo Brasileiro», o texto dessa conferência pronunciada em 9 de setembro de 1933 no referido Instituto, aparece em livro pela primeira vez no seu *Humanismo Pedagógico,* Rio de Janeiro: Stella Editora, 1944, pp. 91-116. É reproduzido em sucessivas edições de sua *Introdução à Literatura Brasileira,* Rio de Janeiro: Agir, 1956, pp. 152-167. Fato curioso merece sublinhado aqui: desde os anos '40, no plano de «Obras Completas de Alceu Amoroso Lima», em 35 volumes, sob a responsabilidade editorial da Livraria Agir, aparece mencionado um tomo 30 intitulado "*O Homem Brasileiro* (em preparo)" e a partir do final de 1956 esse título desaparece da lista. [**Nota**: devo a cópia original dessa conferência a meu saudoso amigo, o historiador José Calasans].

disciplinas, ditas de preferência *Ciências Sociais* e *Históricas*, criaram tradição acadêmica e ganharam sistematicidade, tal problemática parece ter perdido parte de seu vigor ou interesse, e tendem a ser menos numerosos os estudiosos que dela se ocupam. Ora, o paradigma de ciência cultivado sobretudo no Ocidente inclina-se para a progressiva especialização dos problemas e, portanto, evita as questões excessivamente abrangentes e generalizantes como essa. Eis aí, por certo, uma das razões de sua presença mais rarefeita no panorama atual dos estudos antropológicos, políticos, psicossociais e históricos que tomam o Brasil como fenômeno total.

> De ser esta reunión exclusivamente de antropólogos daríamos por descontada una definición de cultura, discutiríamos en una especie de metalenguaje, cumpliendo cabalmente lo señalado por G. Steiner de que gran parte del pensamiento occidental es «...una repetición constante, por medio de alusiones e variantes, de un repertorio estabelecido de motivos»: un pensamiento *acerca* de pensamientos previos, sin que en la mayoría de los casos las premisas iniciales sean explicitadas. Tal vez el aforismo de Montesquieu sea más cierto de lo que parece a primera vista: *«...autrefois on estimait les **hommes**; à présent, les **livres**»*. Tampoco las ideas, sino los libros, las mercancías.
>
> Stefano VARESE
> «Una Dialética Negada: notas sobre la multietnicidad mexicana», **in** VV.AA.: *En Torno a la Cultura Nacional,* México: Instituto Nacional Indigenista, 1976, p. 137.

De fato, com a institucionalização acadêmica das Ciências Sociais nos anos 1930, desde os estrangeiros que aqui deixaram o fruto de seu labor e formaram as primeiras gerações do novo tipo de pesquisador, os projetos e a tarefa de **redescobrir** o Brasil ou decifrar o seu enigma continuam, porém, por vertentes que variam em grande parte ao sabor dos modismos teóricos imigrantes e em função das conjunturas políticas e econômicas. Situam-se nessa perspectiva vários estudos de perfil mais segmentário ou monográfico, como os esforços de **Sociólogos** e **Cientistas Políticos** que se aplicam, v.g., na pesquisa e na compreensão das origens e do sentido de nosso «*autoritarismo*», sobretudo depois do

Estado Novo e mais ainda após o Golpe de 64.[10] Igualmente na **Antropologia**, tenta-se desvendar, mediante a análise de nossos códigos culturais e de nossos rituais civis, militares e religiosos, aquilo *«que faz o brasil, Brasil»*, para uso doméstico ou *«para inglês ver»*.[11] Enfim, a **História Social**, território mais fecundo desses estudos nas últimas três ou quatro décadas, mergulha no esclarecimento setorial de aspectos pouco conhecidos ou analisados; enquanto a **Psicologia Social** e a **História das Idéias** empenham-se em demonstrar dimensões e mecanismos ideológicos do «caráter nacional» e da «cultura brasileira».[12]

Entretanto, nessas elaborações de conjunto, nessas sínteses abrangentes não estaria embutido um impulso triunfalista próprio de situações hegemônicas, uma manifestação não declarada daquele «*paulistismo*» prontamente assinalado e criticado por Mário de Andrade quando de sua afirmação por Sérgio Milliet em 1926 nas páginas da revista «*Terra Roxa e outras terras*»? Como quer que seja, no primeiro desses dois últimos casos mencionados acima, ao recolher determinados autores consagrados para exame da *«ideologia do caráter nacional brasileiro»*, o pesquisador introduziu ampla distorção em seu procedimento analítico. Em primeiro lugar, ficaram excluídos inúmeros outros autores e suas obras, tão ou mais relevantes do que os contemplados. Ora, a história da cultura tem mostrado significativos casos de figuras desprezadas ou despercebidas em sua época, mas ulteriormente redescobertas e reavaliadas, assim como casos de retumbantes consagrações por contemporâneos, que o tempo reduziu ou apagou. Parece um sábio processo esse esquecimento das gerações sucessivas que borra personalidades e obras que não deixaram

[10] Menciono apenas alguns exemplos: Azevedo AMARAL. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional.* Brasília: Câmara dos Deputados-Edit. Univ. de Brasília, 1981 [1938]; Raymundo FAORO. *Os Donos do Poder.* Formação do Patronato Político Brasileiro. Porto Alegre: Edit. Globo, 1958; R. A. Amaral VIEIRA. *Intervencionismo e Autoritarismo no Brasil.* São Paulo: Difel, 1975; Wanderley Guilherme dos SANTOS. *Poder & Política.* Crônica do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976; José Murilo de CARVALHO. *A Construção da Ordem.* A elite política imperial. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980; Simon SCHWARTZMAN. *Bases do Autoritarismo Brasileiro.* Brasília: Editora da Univ. de Brasilia; etc..

[11] Cf. as duas versões de Roberto da MATTA. *Carnavais, Malandros e Heróis.* Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 e *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986; e Peter FRY. *Para Inglês Ver.* Identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

[12] Dou exemplos apenas das duas últimas vertentes desses estudos: Dante Moreira LEITE. *O Caráter Nacional Brasileiro.* História de uma ideologia. São Paulo: Pioneira, 1969; e Carlos Guilherme MOTA. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974).* "Ensaios - 30". São Paulo: Ática, 1977.

marcas significativas no caminho dessa construção. Cito um caso exem plar: quem percorre o extenso recenseamento "literário" empreendido por Sylvio Romero em sua *História da Literatura Brasileira* (1888), por certo se espanta com o vasto elenco de autores hoje completamente esquecidos, a não ser dos que, por dever de ofício, escarafuncham os subterrâneos dessa memória. Frequentes vezes a persistência de valores e formas ainda vigentes em períodos que já iniciaram a sua superação como critérios de recepção, ou os modismos diversos que entram como ingredientes dos contraditórios processos de avaliação estética, projetam e consagram supostas figuras criadoras que somem, depois, sem retorno. Em segundo lugar, mas ainda em relação com esse mesmo fato, há que se submeter a um exame mais rigoroso os critérios de consagração, em particular nos seus dispositivos sociais de poder. Quanto ao segundo desses dois estudos, relativo à *«ideologia da cultura brasileira»*, acredito que a justa apreciação que lhe faz Alfredo Bosi no prefácio de sua segunda edição é o que de mais lúcido poderia ser dito a seu respeito, em especial se atentarmos para a crucial citação de Vieira com que a ilumina e a encerra.

Seria legítimo indagar ainda qual a validade explicativa desses procedimentos que buscam identificar como "ideológico" o debate ou a reflexão sobre a problemática da brasilidade. Antes de mais nada, esse percurso do pensamento brasileiro é intrinsecamente político e, portanto, não há como sair de seu caráter ideológico. Por outro lado, não existe uma instância – a não ser recaindo na ilusão positivista, onde se paga o preço da falsa moeda – que salve dessa condição o intelectual empenhado em tal projeto: como falar do homem genérico e mais ainda de um homem concreto e particular, sem tomar partido? Além disso, nesse terreno, mais do que talvez noutros campos, nossas análises tendem a configurar uma grande tautologia onde se perpetua o comentário dos comentários e onde nossas observações permitem reencontrar nossas teorias e crenças, ou, na bela e *virulenta* observação de Proust: *«Les théories et les écoles, comme les microbes et les globules, s'entredévorent et assurent par leur lutte la continuité de la vie».*[13] Não era outro o sentido do malicioso reparo de Lévi-Strauss, segundo o qual a Psicanálise em sua degradação

[13] **In** *Sodome et Gomorrhe,* citado por Pierre BOURDIEU. *A Economia das Trocas Simbólicas.* São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 99.

ritual deixou de ser uma interpretação do Mito de Édipo para se tornar uma variante deste. Como quer que seja, restam, entre outros méritos, a grandeza substantiva do esforço crítico, os seus efeitos pedagógicos, a preservação desse repetório cultural e a periodização dos percursos hesitantes de um pensamento brasileiro.

Em suma, nesse longo e tortuoso processo histórico, quem cometeria a proeza de apontar o momento em que se dá a passagem da *América Portuguesa* para a entidade *Brasil* e que sentido assumiu essa mutação? Tal indagação obsedante está condenada sem dúvida a jamais obter resposta precisa, pelo menos no que concerne à sua primeira parte, que se inscreve no registro do real e das práticas concretas, ou das *«entranhas dos homens sacrificados»* conforme assevera Vieira no mencionado sermão. Quanto à resposta ao segundo membro do questionamento, já estava em elaboração desde antes do ponto de mutação e continua a se propor como desafio dessa "descoberta" que se refaz incessantemente numa dialética entre uma razão arquitetônica e uma razão polêmica, e que, por sua vez, situa-se mais propriamente no plano da consciência ou do *«assento do entendimento»,* segundo o mesmo pregador.[14]

Quero crer que uma via de superação progressiva dessas dificuldades próprias da segunda parte desse questionamento reside na exploração das diversas **imagens do Brasil**: (**a**) nas diferentes fases de nossa história; (**b**) nas diferentes regiões de nosso continente ou arquipélago sociocultural; (**c**) nos vários olhares forasteiros que nos estudaram ou apreciaram; (**d**) no pensamento de nossa «ilustração» e nas imagens da prosa de ficção e da poesia, incluindo aí as visões dos ufanistas contumazes e as dos pessimistas mórbidos; (**e**) nas concepções das elites econômicas e políticas e nas das massas e classes subalternas.

Pretender examinar cada um desses percursos desbordaria de muito os limites e intuitos deste ensaio. Assim, para concluir esta segunda parte, apenas alguns comentários curtos que podem ser pertinentes. Escolho, pois, um ponto que me parece crucial: uma fonte inestimável para a "descoberta" e construção de uma imagem mais justa do Brasil – até hoje não explorada seriamente, segundo me parece –, estaria (**1**) num estudo sistemático e exaustivo dos olhares estrangeiros sobre diversos aspectos de nossa realidade. Obviamente, isso incluiria não só os viajantes e na-

[14] Cf. Padre Antônio VIEIRA. *Sermões,* vol. I. Porto: Lello & Irmãos, 1959, pp. 209-10.

turalistas que no passado – especialmente no século XIX – devassaram quase todo o nosso território e deixaram análises e observações preciosas sobre a terra, a gente, os costumes e as instituições. Mas também (**2**) o riquíssimo *corpus* constituído pela correspondência e pelos relatórios que enviavam os agentes diplomáticos de países aqui representados, quase sempre livres de autocomplacência e protegidos das censuras pelo sigilo da função, embora não estivessem isentos de etnocentrismo e de outras modalidades de viés. E ainda, enfim, (**3**) toda a mais recente elaboração dessas mesmas fontes externas, acrescidas das obras, tematicamente monográficas ou abrangentes, dos «*brasilianistas*» de origem vária que nos têm estudado. É verdade que um Gilberto Freyre foi um dos iniciadores dessa tarefa ao se utilizar amplamente da primeira vertente dessas fontes, porém ele o fez de modo tão arbitrário e desordenado que seus resultados mais significam uma colheita tendenciosa de materiais para ilustrar e reforçar suas próprias e quase sempre boas interpretações. Quanto ao segundo conjunto de fontes acima arroladas, Alberto Rangel, no mesmo período que Gilberto Freyre, realizou a exploração do material relativo ao Brasil, nos arquivos do Ministério *des Affaires Étrangères,* em Paris, trabalho que, embora rico, esclarecedor e pitoresco, padece também de inconsistências por seu andamento fragmentário e quase maledicente. Por sua vez José Honório Rodrigues tanto ensaiou sumário exame da *«imagem do Brasil pelos estrangeiros»* até a primeira década do século XX, quanto realizou o extraordinário esforço preliminar de levantamento de fontes e inventários sobre arquivos estrangeiros concernentes ao Brasil, assim como dos estudos brasileiros feitos por *brazilianists* de várias procedências.[15] Contudo, esses esforços e outros menores ou mais específicos, apenas afloram tal estudo e apontam para a imensa tarefa de recomposição dessas fontes e para o longo e paciente trabalho de análise e interpretação de seus materiais, que só será posível de realizar-se mediante esforço coletivo e apoio institucional de uma política cultural deliberada e ousada. Tarefa incessante e permanente.

[15] O trabalho de Alberto RANGEL aqui referido acha-se no seu livro citado acima, na nota 4. Quanto aos trabalhos de José Honório RODRIGUES encontram-se, respectivamente, em: *Aspirações Nacionais* - Interpretação histórico-política, 2ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Fulgor, 1965, p.54-64; *A Pesquisa Histórica no Brasil,* 3ª ed., Brasiliana (grande formato), v. 20. São Paulo: C.E.N., 1978, p. 210-28; e *História Combatente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 54-93.

Se, em seu tempo, Capistrano de Abreu insistia na impossibilidade de se escrever a história do Brasil enquanto não se tivesse feito a história da ação jesuítica em nosso país, tal a importância desse molde na conformação de nossa ontologia como povo e nação, ainda agora perduram enormes lacunas nesses domínios. Amplas zonas de silêncio recobrem o território dos estudos brasileiros: do meu conhecimento, só recentemente começam a surgir **(a)** trabalhos monográficos sobre nossas forças armadas no sentido mais lato do termo; também recente é **(b)** a reavalição do papel histórico da Igreja e de outras confissões; **(c)** a indigência é enorme de estudos de valor analítico no que tange à maçonaria e a outras sociedades semelhantes; **(d)** são relativamente incipientes os exames sistemáticos das falas parlamentares e dos programas governamentais; **(e)** é quase amazônica a nossa ignorância e injustificável o desdém da inteligência brasileira em relação à chamada América Latina;[16] **(f)** são pobres os nossos estudos comparativos ou transculturais; e **(g)** mais uma longa lista de etc.... Finalmente, a nossa maior e mais grave lacuna talvez se situe na perversa excludência das numerosas populações subalternas cuja voz jamais participa do coral que pretende cantar o Brasil; o «povo» no Brasil, cuja inexistência fora constatada com espanto por um professor francês, contratado pela Escola Politécnica, Louis Couty, nos seus trabalhos *L'Esclavage au Brésil* (Paris, 1881) e *Ébauches sociologiques: le Brésil en 1884,* quando, ainda no final do século XIX, prevalecia uma sociedade de senhores e escravos e onde tudo dependia da única vontade de D. Pedro II; este povo quase nunca protagonista ou sempre admitido como mero figurante do cenário em cujo palco têm sido teatralizados os fastos grandiloquentes de suas elites, como, nos inícios de nossa história, a indiada abertamente pacóvia de *A Primeira Missa,* de Victor Meireles, ou tenuemente visibilizado, mais tarde, no ar «bestializado» do carreiro de *O Grito do Ipiranga,* de Pedro Américo:

[16] Naturalmente, há que se considerar a existência de exceções. Entre elas merece registro o caso da lucidez e antecipação de Manoel BOMFIM: *A América Latina – males de origem*. Rio de Janeiro: Garnier, 1905 [com Advertência assinada de Paris, março de 1903]. Este estudioso, caso raro de intelectual brasileiro da época que não sucumbiu às explicações racistas, analisa nesse ensaio, numa perspectiva histórica, o atraso de nosso continente em consequência da dilação do estatuto colonial, que se exprime sobretudo na persistência das oligarquias e no imperialismo estrangeiro. Todavia, ele não extrai as consequências contidas em sua argumentação e retorna à proposta da ilustração brasileira de que também era herdeiro.

> «Em termos de História: desde a implantação da cultura letrada portuguesa no Brasil, ficaram abaixo do *limiar da* escrita quase todos os conteúdos da vida indígena, da vida escrava, da vida sertaneja, da vida artesanal, da vida rústica, da vida proletária, da vida marginal; abaixo do limiar da escrita ficaram as mãos que não puderam contar, no código erudito, a sua própria vida».[17]

Ao resumir as tentativas interpretativas empreendidas até então (1965), José Honório Rodrigues insistia em que não bastava uma fórmula simplificadora do tipo: o brasileiro é triste, não é triste, é ou não cordial; a chave não se encontra no índio, nem no negro, pois a mistura dissolvera as culturas; tampouco está no português, de quem nos distanciamos passo a passo desde o primeiro dia (os dois grumetes que fugiram da nau de Cabral para a aventura da «terra nova» simbolizam metonimicamente esse processo de ruptura); não é a fronteira, nem o sertão, nem o litoral; não é o cangaço, nem o alienado euro-afrancesado; não é o pai-de-santo, nem o fanático rural ou urbano, nem o capoeira, nem o coronel; não é o lavrador, nem o senhor de engenho, nem o fazendeiro, o comerciante, o industrial, o banqueiro; não é o medalhão erudito, nem o esnobe, nem o finório ou o malandro, nem o alienado ou caiado - *«porque é tudo isso e mais algo que se tenta exprimir e que exige pesquisa mais ampla e séria».*[18]

3 «As Promessas Divinas da Esperança», ou o Sentido Agonístico de nossa construção nacional

Penso que a melhor imagem da elaboração histórica da "cultura brasileira" em seu esforço de decifração desse ente chamado Brasil, – talvez fosse mais correto dizer: em sua tentativa de solucionar a *nossa aporia ôntica* –, reside na incessante e ingente tarefa a que foi condenado o astuto Sísifo, e que constitui, aliás, a característica geral do território da História, conforme assinalou A. Rangel. E o princípio epistemológico de base que subjaz a essa construção nacional foi enunciado com clareza por Pero Vaz de Caminha, em nossa «certidão de batismo», segundo Capistrano definia sua Carta:

---

[17] Alfredo BOSI: «Um Testemunho do Presente», Prefácio **in** Carlos Guilherme MOTA. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*: pontos de partida para uma revisão histórica, 4ª ed. São Paulo: Ática, 1978, p. XVI.

[18] Cf.:*Aspirações Nacionais,* op. cit., p. 20.

«Isso tomávamos nós assim por assim o desejarmos».[19]

Somos, provavelmente, o único povo civilizado que se pensa a partir de um grau zero da História. Não conseguimos ver-nos de fato nas nações indígenas que aqui existiam anteriormente à vinda dos europeus. Não conseguimos pensar-nos ou imaginar-nos antes de 1500. Daí para trás, só admitimos um salto por sobre o Atlântico e recorremos a *outro tempo* que vai, no mínimo, até a dinastia de Aviz. Não conhecemos, por exemplo, ao contrário do Peru, da Guatemala ou do México, o orgulho nacional de tradições culturais pré-colombianas. Desse modo, como construto histórico-intelectual, '**Brasil**' é uma noção que se inicia com as caravelas de Cabral, ou de Colombo, como queria Machado de Assis. Não é, pois, por acaso que só muito recentemente os nossos estudos arqueológicos começaram a tornar-se ponderáveis e significativos. E, exceto para os bons especialistas na matéria, as fragmentárias noções de nossa pré-história que divulgam os manuais escolares soam-nos tão estranhas quanto as que dizem respeito aos Sumérios ou aos Etruscos.

Por outro lado, se durante longo tempo fomos um país cuja realidade manifestava-se numa curiosa estratificação histórica, conforme a observação de Pedro Calmon em sua vetusta *História Social do Brasil* – retomada por Roger Bastide no seu *Brasil: Terra de Contrastes* –, segundo a qual o viajante, ao recuar do litoral para o sertão interior, remontava no tempo até as condições socioculturais e econômicas do final do século XVII, é mais que provavel que a integração centralizadora desde os anos 1930 e mais intensamente nas últimas quatro décadas (sistema nacional de telecomunicações, internacionalização da economia, progressiva expansão da indústria cultural etc.), aplainando as diferenças e produzindo crescente homogeneização de padrões culturais pela medianização do gosto e dos valores, tenha começado a borrar esse perfil diferenciado, produzindo o delineamento de nova inscrição histórica que apenas se esboça com horizontes ainda incertos. Pálida imagem desse panorama foi captada pelo filme *«Bye, bye, Brasil»,* de Cacá Diegues, e claramente reforçada por seu tema musical (de Chico Buarque de Holanda). Contudo, perduram diferenças socioeconômicas abissais; a ponto de o espectro

[19] Cf. Jaime CORTESÃO: *A Carta de Pero Vaz de Caminha.* Col. Clássicos e Contemporâneos. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1943, p. 207.

de situações estender-se até a «classe Z», segundo Joãozinho Trinta que sabe dessas coisas,[20] e mais houvera, acrescento eu, se para tão intensa diferenciação social fosse mais numeroso o nosso alfabeto...

Tais "singularidades" dessa ex-França Antártica, com a aparência de fatos desconexos, não são tão singulares, nem inteiramente incoerentes. Na verdade, pode-se dizer que esses e outros muitos fatos semelhantes constituem efeitos de poder, na produção social do sentido, que, grosso modo, instituem-se sob a forma de matriz de um modelo de racionalidade, com base na subjetividade privada, mas imposta como universal e excludente, e cuja gestação, como estilo cognitivo dominante no Ocidente, vem pelo menos desde o Renascimento, com o reforço do Cristianismo europeu, inclusive como suporte moral de veridicidade dos discursos.

É com base nessa gênese que se formula, por exemplo, a visão tradicional, holística e harmoniosa, disso que se convencionou chamar de "**cultura brasileira**", em particular na sua concepção ilusória de uma síntese das "**três raças**", em seus acervos específicos e com a dominância da vertente branca europeia. Contudo, mais que falsa ou quimérica, é perversa essa recorrente melopeia, que busca assim ocultar a crueldade de suas raízes históricas. Um só caso basta para ilustrar: transformar o sumiço dos índios em grande atributo da harmonia despreconceituosa das raças – como o faz Plínio Salgado e os «verdes-amarelos» em pleno modernismo –, tomar o *tupi* ou a *anta* como sinais distintivos da síntese positiva das qualidades da alma brasileira constitui, na verdade, o processo discursivo com que se reveste a operação ideológica que busca elidir a brutalidade material do empreendimento colonial e a violência simbólica da catequese, procedimentos ambos que efetivaram esse genocídio em nome da Civilização e do Cristianismo. Além disso, essa proposta que reproduz o silêncio sobre **o negro** tenta livrar do sentimento de culpa que provém da escravidão e dissimular a vergonha que constrange as elites face a verdade de nossas origens.[21]

---

[20] Tanto sabe de nossas coisas que chega a sustentar com toda convicção e fundamento que a única instituição seriamente organizada e britanicamente confiável deste País são «os corretores zoológicos», eufemismo saboroso com que designa os vendedores do Jogo do Bicho.

[21] Embora não pareça ser este o lugar para examinar os meandros desse discurso, na perversão e na impostura de sua rica semântica, não seria inútil assinalar a espantosa frequência com que o termo "*sangue*" nele comparece, numa como metonímia do retrato do Brasil que se adensa na inversa proporção do seu vazio teórico e interpretativo.

É conhecida a irônica observação de Nietzsche, segundo a qual os donos do poder adoram inventar palavras nas quais terminam por acreditar. E dificilmente encontraremos um termo-chave do léxico moderno que não tenha sido construído às custas de milhares de seres sacrificados, *«ou que não deixe transparecer em seus produtos os traços de destruição de outras organizações étnicas ou simbólicas, – o genocídio se faz alternar por semiocídios».*[22] Ora, justamente a *cultura* é uma dessas palavras-fetiche, constituinte ideológico da modernidade ocidental que a universaliza discursivamente de modo a tornar a sua acepção social a classe de todos os significados, num procedimento que, simultaneamente, vela a arbitrariedade de sua construção e constrange ou mesmo elimina outras modalidades de arranjos simbólicos e de relacionamento com o real, como de fato se deu com as culturas indígenas originárias e com as culturas negras em sua reposição brasileira. Assim, as variações semânticas desse termo podem ser melhor esclarecidas nas suas relações com a *ideologia,* que enfatiza os efeitos sociais de poder sobre o sentido, finalístico e universalista, em nossa civilização. Como, porém, esse modo de relacionamento com o **sentido** e com o **real** não é inteiramente recoberto pelo campo do **poder**, restam sempre alternativas que podem subverter a interpretação ocidental dominante, abrindo possibilidades para outras regras do jogo humano. Daí que o confronto desses diferentes modos de agenciamento, além de sua problemática específica, pode suscitar o repensar de questões mais amplas que implicam crenças e valores cultuados por essa tradição, tais como a do progresso ilimitado, a da suposta superioridade da História sobre o Mito, ou da Modernidade sobre a Antiguidade e sobre as culturas arcaicas etc. Enfim, esse jogo dos possíveis que não evita o confronto com outras perspectivas e mostra que outras histórias podem ser narradas além daquelas que a ideologia constrói sobre si mesma (como, por exemplo, o padrão do senhor e do escravo que se repõe nas atuais relações de produção ou entre brancos e negros), não só permite vislumbrar alguma forma de paridade entre a

[22] Muniz SODRÉ. *A Verdade Seduzida.* Para um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Codecri, 1983, p. 7. Não apenas esta citação, mas ainda retomo boa parte das reflexões deste tópico numa espécie de contraponto cordial com meu colega e amigo Muniz Sodré, que vem de longa data e se intensifica a partir deste livro inovador e ousado, mas que lamentavelmente parece ter passado meio despercebido na debilidade de nosso mercado intelectual. É, pois, justo que lhe reconheça o mérito.

Arkhé e o *Logos* na existência social de hoje, assim como sublinha com certa intensidade o caráter agonístico do andamento histórico da "descoberta" ou invenção do Brasil pela "cultura brasileira", sentido que pode e deve ser tomado como um processo de luta ou trabalho que, mediante as diferenças, permite o jogo de oposições no interior do sistema, tanto para produzir as significações quanto para aniquilá-las.

* * *

Embora os produtos literários possuam sua realidade peculiar e se inscrevam antes de tudo na esfera dos valores estéticos, não constituindo assim, primariamente, fatos de conhecimento ou documentos de investigação sociológica e histórica, parece indubitável que, entre os dispositivos coletivos de autoconsciência, a literatura constitui um dos modos mais significativos graças ao qual uma sociedade se exprime e toma ciência de si mesma. Assim, conforme sustentava quem entendia bem da matéria: *«Para apreender a riqueza social em toda sua farta complexidade, precisamos recorrer aos mais variados métodos, mesmo ao método poético, caso seja necessário».*[23]

No Brasil, onde a busca de caracterização da sua singularidade constitui o traço dominante de nossa literatura doutrinária e de nossa literatura ficcional e mesmo da poética, essa função *segunda* parece manifestar-se com mais força, *pelo menos na esfera de nossa tradição letrada e dos segmentos culturais de elite.* Eu arriscaria mesmo a hipótese segundo a qual, mais do que as Ciências Sociais que até hoje, na maior parte de seus resultados, estiveram umbilicalmente atreladas a categorias e doutrinas elaboradas noutros espaços sociais e noutros horizontes mentais, sempre a reboque dos derradeiros modismos teóricos dos países centrais,[24] provavelmente é na literatura e talvez no ensaio

[23] Cf. Roger BASTIDE. «A propósito da Poesia como Método Sociológico», **in** *Roger Bastide: sociologia.* Col. Grandes Cientistas Sociais - 37. Introd. e Org. de Mª Isaura P. de Queiroz. São Paulo: Ática, 1983, p. 84.

[24] Entre 1870 e 1930, seus ciclos de vigência perduravam cerca de duas a três décadas e às vezes mais; atualmente tais ondas imitativas oscilam entre 5 e 10 anos. No início dos anos '40 do século XX, Oswald de ANDRADE registrava já, com ironia, essa aceleração geral no ritmo desses processos miméticos: «A rapidez com que vão se processando os fatos deste século fez do homem um ser onipresente e tumultuário. (...). Tudo se atropela e justapõe. E as proezas outrora herméticas do surrealismo e do cubismo, são hoje menos complexas e obscuras que a contínua foto-

que encontraremos o nervo e o osso de nossa experiência histórica e a melhor elaboração acerca de nossa ontologia como povo e cultura. Mesmo porque a produção de **cientistas sociais** está bem mais submetida a instâncias de consagração mais restritas e presas à «honra estamental», mais dependente do reconhecimento acadêmico que costuma privilegiar muito mais o pensamento de autores estrangeiros no obrigatório ritual das citações. Por sua vez a **literatura ficcional**, no seu contraponto polissêmico entre as pulsões do desejo e os compromissos com a realidade que reconstrói ou inventa simbolicamente, assim como **o ensaio**, livre das camisas-de-força teórico-conceituais e da obsessiva coerência do paradigma científico, constituem uma matriz mais criativa e uma fonte mais rica da cambiante imagem brasílica. Não haveria, portanto, exagero em afirmar que a melhor semiose de nossa realidade tem sido produzida nos registros de nossa ***mitopoíesis***.

Um dos aspectos agonísticos da elaboração de nossa cultura mosaica, que até hoje não conseguiu articular os fragmentos desconexos e estratos conflitantes de que se compõe, reside numa espécie de tragédia que acompanha os seus percursos: seus criadores parecem condenados a gerar «montadoras», a saber, a maioria dos produtos *«made in Brazil»* não passa de um arranjo interno de componentes externos, embora com alguma cor local. Foi assim no passado com as ideias e as criações artísticas; continua a ser assim agora também no que concerne às produções tecnológicas. Seria, pois, uma crônica insuficiência de originalidade? Seriam a dependência e a debilidade culturais que não têm permitido afirmar um perfil nacional ao nosso ser coletivo e às suas manifestações, marcas duradouras que estariam na gênese e no processo de permanente busca de definição ou de identificação com um modelo?

Dependência e debilidade que devem, porém, ser matizadas segundo campos específicos – literatura, teatro, cinema, televisão, música, canto, dança, artes plásticas, arquitetura etc. – pois se apresentam em

---

montagem processada na cabeça quente do homem cotidiano e normal. Foi isso decerto que fez com que um jovem se reclamasse o prestígio de pertencer à geração de 12 de agosto de 1939, pois que agora era assim: após a geração de 22 que sucedeu a de Machado de Assis, tinha aparecido penosamente a de 30, em seguida a de 35, depois a de 36, a do 1º. semestre de 1937, a do 2º, enfim, a dele. E como eu lhe perguntasse que tinham feito essas gerações, respondeu-me: – «Estudado problemas». [*Ponta de Lança.* São Paulo: Martins, 1945, p.59].

graus diversos em cada caso. No conjunto, porém, caberia, a esse propósito, certas indagações: – Não seria esse «*o fardo do* [nosso] *homem branco*»? – Não seria isso uma espécie de maldição que recai sobre nossas elites e as acompanha em sua errância histórica e em seus contraditórios projetos? – Relativamente à margem da influência dominante das culturas centrais, as nossas classes subalternas e as "minorias" étnicas não teriam elaborado alguns dos produtos mais criativos e originais dos nossos universos simbólicos? – Não consistiria nisso a «consciência infeliz» de nossos intelectuais empenhados que, desde o romantismo até os diferentes modernismos, têm suscitado ou renovado movimentos na tentativa de redefinir a problemática da brasilidade e redesenhar o projeto de construção de uma «cultura nacional»?

Seria por demais fastidioso transcrever aqui a longa lista de citações em abono da tese segundo a qual toda a nossa tradição literária e ilustrada tem sido um incansável esforço de busca para "descobrir" ou inventar o Brasil. Por essa razão, a vertente do pensamento crítico tem sido batizada de *«tradição afortunada»* por um de seus cultores contemporâneos. Além do que, inúmeros trabalhos bem fundamentados já demonstraram-na melhor do que eu seria capaz de fazê-lo nos parcos limites de um ensaio que se quer deliberadamente curto e exploratório. Em resumo e grosso modo, no seu processo narrativo de conjunto, essa elaboração mental do Brasil, operando com uma *linguagem* que se recria aos poucos na sua especificidade brasílica e na tentativa de dar conta de uma *realidade* contextual, inseperável desse modo de expressão peculiar, passa por três grandes ciclos criativos: (**I**) o *Barroco*, que representa o processo de *apropriação* da nossa realidade e cuja obra-protótipo é a criticamente inovadora produção do poeta baiano Gregório de Matos Guerra (1633-1696), mas que se prolonga em inúmeras obras das outras fases; (**II**) o *Romantismo*, que constitui o processo de *posse* da realidade e cuja obra-protótipo se exprime no painel intencionalmente desenhado na ficção de José de Alencar (1829-1877); e (**III**) o *Modernismo*, que realiza o processo de *reflexão* crítica sobre a realidade e cuja obra-síntese é o *Macunaíma* de Mário de Andrade (1893-1945), mas passando pelo romance nordestino das décadas seguintes, e atingindo um ponto de acabamento e transição no *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa (1908-1967), em paralelo dialético com o *Romance d'A Pedra do Reino e o*

Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta, de Ariano Suassuna, que decifra, metafórico e picaresco, o sentido das lutas de nosso povo.[25]

IF I WERE A BRAZILIAN

In seeking the unity of a society and national culture so complex as that of modern Brazil, I realize that certain things cannot be state scientifically, with full substantiation.
Much of the unity of Brazil comes from just being a Brazilian - feeling and acting like a Brazilian. These implicit, almost intuitive, aspects of a culture are difficult to make explicit and to define, even for the native observer, although they are expressed every day in books, newspapers, and movies, and in the common understandings which the members of a culture share. (...).
I have often daydreamed about what I might do or be if I were a Brazilian. Sometimes I have thought that I would be a revolutionary, attempting to break rapidly and drastically through the lethargy of an archaic class system. Yet, if I were a Brazilian, I would, of course, almost certainly want to be of the upper class. I would not want to be one of the unfortunate 49 percent who cannot read or write, and I would want to be one of the small minority who somehow achieve a university education. I would want to travel abroad to Europe, to the United States, and perhaps even beyond the Iron Curtain to compare my own country and society with that of others...

Charles WAGLEY
An Introduction to Brazil. New York and London: Columbia Univ. Press, 1963, p.267-8.

Após nossa independência política, porém, é inegável que os dois momentos mais significativos dessa espécie de *«mito do eterno retorno»* foram, como se sabe, o romantismo e o movimento modernista. Se o romantismo foi pensado em Paris (1836) por Domingos Magalhães e colegas, com muitos *suspiros poéticos e saudades*, é sobretudo com Alencar que ele se adensa como desenho cultural da brasilidade, pois

[25] Tomo esquematicamente essa hipótese do ensaio de Affonso ÁVILA. «Do Barroco ao Modernismo - o desenvolvimento cíclico do projeto literário brasileiro», **in** Affonso ÁVILA (org.). *O Modernismo,* São Paulo: Perspectiva/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1975, p. 29-38. Uma versão alternativa dessa interpretação pode ser vista em Flávio AGUIAR. «Os enredos da cultura brasileira», *Revista do Brasil,* Rio de Janeiro, Ano 2, n. 4 (1985): p. 116-123.

foi este que alargou, com seu obstinado projeto romanesco e teatral, os horizontes da consciência possível de sua época; foi ele que, em sua polêmica com Magalhães, a propósito de *A Confederação dos Tamoios* (poema épico de 1856), percebia que a forma literária do romance correspondia às possibilidades de expressão de uma estética nacional face àquela forma passadista: de um lado, um jovem de 20 anos, ainda desconhecido, a combater com rigor o poema épico, numa série de cartas; do outro, significativamente, encontravam-se Araújo Porto Alegre, Monte Alverne, Alexandre Herculano, Castilho, Pinheiro Guimarães e Dom Pedro II, amigo e patrocinador do autor do poema. Naturalmente, a questão sobre a qual discutiam e que empolgava a inteligência romântica consistia em caracterizar a nacionalidade de nossa literatura, a busca da autoexpressão literária do *jovem país* independente e que poderia dar corpo ao «caráter nacional brasileiro». Esse sentido polêmico, no confronto entre brasilidade e universalidade, perdura e se renova em Alencar contra outros protagonistas: Franklin Távora, José Feliciano de Castilho, Joaquim Nabuco... Até que Machado de Assis, lúcido e privilegiado observador de nosso quotidiano – isso lhe permitirá ser, mais tarde, um dos raros intelectuais brasileiros que, *«no calor da hora»*, ousou defender Antônio Conselheiro contra a histeria nacional que se abateu criminosamente sobre o sonho de Canudos, em nome da ordem e do progresso –, em célebre artigo de 1873 sobre *«o instinto de nacionalidade»* na literatura brasileira, formula com equilíbrio a sua definição nos termos que correspondem à ideologia ilustrada dessa fase:

> «Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo. (...) Devo acrescentar que neste ponto manifesta-se às vezes uma opinião, que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura. (...) e perguntarei mais se o *Hamlet,* o *Otelo,* o *Júlio César,* a *Julieta e Romeu* têm alguma coisa com a história inglesa nem com o território

> britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês».[26]

Obviamente, o vaticínio otimista de Machado de Assis – «muitas [gerações] trabalharão para ela *até perfazê-la de todo* » – não se realizou *de todo*, porém perdura como desafio, que a ruptura *modernista,* intensificada a partir da segunda década do século passado, tomou vigorosamente como bandeira ideológica, que assinala a passagem da imagem de país jovem com sua rica *natureza americana,* da fase anterior, para a pré-consciência de que enfrentava, na república das letras, a condição de um *país subdesenvolvido.* Concepção que se fará consciente e será teorizada decênios mais tarde. Todavia, o modernismo também tem seu momento d'além-mar, pois no dizer emblemático de Paulo Prado (1924), no prefácio de *Pau Brasil*: «Oswald de Andrade, numa viagem a Paris, do alto de um ateliê da Place Clichy – umbigo do mundo – *descobriu, deslumbrado, a sua própria terra*» [o grifo é meu]. Se toda caraterização é contrastiva, é normal que assim tenha ocorrido, sobretudo em se tratando da tradição letrada brasileira. Amigos cordiais e adversários íntimos, Oswald de Andrade e Mário de Andrade desempenham o papel de prógonos, ou antes, de personalidades-síntese do movimento que atualizou a marca nacional num estilo cognitivo e estético.

Que *«as luzes do saber dissipariam as trevas da ignorância»* do nosso atraso, esse constitui um truismo tão banal que só uma fé ingênua como a da ilustração sentia necessidade de repeti-lo como numa litania. Que, porém, isso fosse tomado como premissa para a conclusão segundo a qual essa solução bastaria para assegurar a passagem do atraso ao progresso, só uma ilusão iluminista e idealista poderia aceitá-lo. Ao rejeitar esse velho legado candidamente pedagógico, a vanguarda do novo movimento estético e de ideias via no acesso do país à modernidade o caminho da superação de nossas debilidades. Começava a tomar corpo nova utopia e nova e sofisticada mitologia da brasilidade. Mas o problema reside em: *que entender por modernidade?* Em meu juízo, porém, o marco histórico que institui os inícios da modernidade ocidental acha-se no momento em que os Romanos clássicos inventaram ou adotaram o dedal para que suas mulheres não furassem os dedos com agulhas de

[26] *Obra Completa.* Organizada por Afrânio Coutinho. Vol. III: Poesia, Crítica, Crônica e Epistolário. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 801, 803-4.

coser. Que exato momento foi esse, que o estabeleçam ou datem os que possuírem melhores enciclopédias do que disponho. Mas sou forçado a reconhecer que, no plano das criações simbólicas e, em particular, das literárias, isso começou para nós mais claramente um pouco antes e ao redor da Semana de 1922, ano em que muitas outras inovações e mutações também se instituíram.

Em Oswald de Andrade, o sentido da paródia antropofágica reside no fato de comer o *outro* para realizar uma síntese mais forte, mais autêntica, menos dependente: autoafirmação e originalidade pela desconstrução canibálica da colonização europeia. Essa reinvenção da mitologia brasílica por um novo arranjo do imaginário ficcional e poético assumirá outras roupagens, como em Raul Bopp, em Cassiano Ricardo, em Plínio Salgado, e, por mutações sucessivas, será reaproveitada mais recentemente, por exemplo, num Antônio Callado do *Quarup* (1967) - cujo coronel Ibiratinga, em sua retórica guerreira e quiliástica, exige banhos de sangue para construir, com grandeza e dignidade, a nacionalidade brasileira -, ou na antropofagia concreta, mas também simbólica, de um João Ubaldo de *Viva o Povo Brasileiro* (1984), que é, do meu conhecimento, a primeira obra nacional a incorporar radicalmente a presença efetiva do negro no nosso itinerário histórico-cultural, porém em contraponto com o pensamento e a ação de nossas elites acerca desse povinho, sintetizados na retórica do Cônego Visitador para o Barão de Pirapuama e seus hóspedes.

> Dom Anselmo começou a andar pela sala, nervoso.
> - (...) Aliás Ibiratinga fala da Igreja em tom respeitoso mas duro. "É preciso que a Igreja não perca o seu caráter sagrado. Ela não deve dar explicações, bater boca com o comunismo. São Jorge não discutia com o dragão. Comunismo se extermina, como o exterminaram os espanhóis". (...) ele ainda me disse: "Cuidado, D. Anselmo, o Partido Comunista está tentando se apresentar ao povo como a Igreja sem o outro mundo". (...) Preciso de argumentos contra Ibiratinga. Eu sei que esse cacete volta a me procurar. Jesus! Quando ele fala parece que os russos já andam pelos telhados do Mosteiro. [p. 40-42]
> (.....)
> Agora era o Coronel Ibiratinga. Numa sala ampla, muito melhor que a do Major Clemente. (...) O coronel ofereceu cigarros.
> - Obrigado, disse Nando, não fumo. (...)
> O soldado desapareceu, deixando os dois homens frente a frente. (...)

- A alma doente do Brasil, disse o Coronel Ibiratinga, tinha chegado em março de 1964 ao fundo de sua própria corrupção. (...) Há mais de dez anos, na Escola Superior de Guerra, eu apresentei minha tese sobre os *Verdadeiros Entraves ao Desenvolvimento do Brasil.* Caiu até hoje em ouvidos moucos.(...) Seu próprio Superior, D. Anselmo, se tivesse me ouvido, talvez estivesse vivo ainda hoje. (...) o que eu quis dizer é que me cansei de alertar D. Anselmo contra o demônio. Porque eu tenho uma tese sobre o Brasil, a mais séria que já se propôs sobre o Brasil. E a estou agora desenvolvendo em livro, depois de havê-la exposto aos pedaços – mas pedaços vivos e sangrentos – à Escola Superior de Guerra, ao próprio D. Anselmo, a todos que me pareciam dignos de ouvi-la. (...) Falta uma cinza de virtude em nossos campos, é o título do capítulo inicial do meu tratado. Nunca tivemos esse adubo. Nunca queimamos hereges e infiéis, nunca matamos aqueles que insultam as coisas sagradas. No fim do primeiro século tivemos a grande opotunidade de criar na alma do Brasil o arcabouço de ferro da alma dos grandes países. O senhor deve conhecer bastante bem a história das duas visitações que fez o Santo Ofício ao Brasil, entre 1591 e 1595. (...) Há um fato, disse Ibiratinga, um fato importante. No Brasil nunca se queimou um só herege!.(...) Criava-se então, ao contrário do travejamento férreo da alma nacional, o imperativo categórico kantiano às avessas, que em linguagem chula se intitula o Jeitinho Brasileiro. Não quisemos saber de queimar ninguém e por outro lado exportamos aquela cinza de virtude para os campos lusos.

- Mas sua tese é de que os grandes países do mundo de hoje são os países que naquele tempo foram mais inquisitoriais? A Espanha , por exemplo?

O Coronel Ibiratinga sorriu com superioridade.

- Eu esperava esse argumento. Ele vem sempre. Acontece, porém, que é falso. A Inquisição leva a fama, devido ao aparato litúrgico com que combatia o demônio, mas os países do Norte da Europa, a partir da Escócia, queimaram muito mais bruxas e feiticeiras do que a Inquisição. Eu tenho as cifras. (...)

- Coronel, disse Nando, aquele seu porão me dá vergonha de ser brasileiro.

- Vergonha eu só tenho de precisar fazer o que faço num porão. Eu faria o mesmo em salas de vidro, para que todos vissem da rua, ao passar, que este país defende sua herança cristã. (...) Tenho de arrancar a verdade dos pobres-diabos que o senhor viu no porão. É como quebrar espelhos, em lugar de quebrar a cara que se reflete neles.

(...) Eu vou lhe dizer uma coisa, senhor Nando, que hoje talvez lhe pareça ridícula. O senhor sabe que eu comungo todos os dias? Sabe que hoje já comunguei? [p. 369-382]

Antônio CALLADO
Quarup, 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Armação do Bom Jesus, 11 de junho de 1827.
(...)
- Ora, Senhor Barão, pode falar, sei o que quer dizer. (...)
- Pois então! Mas onde está a autoridade do governo, onde está o discernimento do bem geral, que não se pode nem falar em meter essa gentalha ociosa a trabalhar forçada nas obras públicas e em tantas outras onde teria serventia, sem que se levantem esses que julgam poder fazer prosperar um Império com luvas de pelica e obras de caridade? Hoje o que se vê é que paga mais a pena ser vadio e sem ocupação que indivíduo prestante, e ainda lá dizem mal, sem nada conhecerem do que se passa, dos homens como eu, que no ostracismo carregam a Nação às costas! Que fariam sem produção? Viveriam de almoçar discursos e beber as lágrimas que derramam pelos desocupados e inúteis? (...) Sou sincero com Vossa Reverendíssima quando digo que, como brasileiro, patriota e temente a Deus, não posso deixar de abrigar esperanças, embora não as justifique senão pela fé. De resto, Monsenhor, temo, temo, temo pelo futuro do Brasil!
O cônego fez o bico costumeiro, balançou a cabeça aprovando tudo aquilo, suspirou como quem já desesperou de tentar fazer ouvir a razão. Comentou distraidamente a solução encontrada pela América do Norte, país pouco civilizado mas de gente decidida e de caráter, para limpar-se de seus pretos e mestiços libertos – pois lá não se faz como aqui, onde se permite aos pardos e cafusos a vida em comum com a gente branca até como se brancos fossem -, solução esta que consistiu em estabelecer para eles seu próprio Estado em algum lugar da Costa da Pimenta, para as bandas da Guiné, no qual podem continuar seu viver de animais sem a ninguém incomodar. Nisto, aliás, seguiram os americanos o exemplo de seus ancestrais ingleses, que desde muito já haviam feito o mesmo na Serra Leoa – acrescentou, suspirando mais uma vez e vaticinando o brilhante futuro da América do Norte, se comparado ao do Brasil, embora não se saiba se são adiantados os de fala inglesa por praticarem tais idéias ou se praticam tais idéias por serem adiantados, uma coisa, afinal, não se

podendo, em última análise, distinguir da outra. *Parvis componere magna?* – indagou dando de ombros (...)
- Espero que me desculpem, mas talvez me compreendam melhor se partilharmos algumas reflexões, reflexões estas, tenho certeza, que já ocuparam, ou permanentemente ocupam, o pensamento dos presentes. Não podem elas deixar de ocorrer, é forçoso que ocorram, é imperioso que ocorram, é inevitável que ocoram, é inelutável que ocorram, ao espírito civilizado aqui perplexo pelo muito de inusitado que a experiência européia encontra no Novo Mundo. (...) Os mestiços são muito entusiasmáveis, não se lhes pode negar esta nem outras qualidades, que muitas vezes se sobrepõem à preguiça que lhes marca a reputação. Na verdade, sustento que a mestiçagem é uma real alavanca do progresso desta terra, pois que o espírito do europeu dificilmente suporta as contorções necessárias para o entendimento de circunstâncias tão fora da experiência e vocação humanas. Eis que o Brasil não pode ser um povo em si mesmo, de maneira que as forças civilizadoras hão de exercer-se através de uma classe, no caso os mestiços, que combine a rudeza dos negros com algo da inteligência do branco. As classes sociais das cidades gregas oferecem preciosas lições, a serem aproveitadas dentro das exigências modernas. Somente o ócio, o *otium cum dignitate*, permitiu o florescer do pensamento grego, pois do resto cuidavam os escravos. Mas eram escravos de raças letradas e inteligentes, brancos da Ásia Menor, às vezes gregos mesmo. As circunstâncias eram diversas, bem diversas. Os desafios que se abrem para nós são formidáveis, são imensos, são incomensuráveis, são inauditos. E com que contamos, como elemento servil? Com os negros, com a raça mais atrasada sobre a face da Terra, os descendentes degenerados das linhagens camíticas, cuja selvageria nem mesmo a mão invencível da Cristandade conseguiu ainda abater ou sequer mitigar. De certa maneira, nisto se vê o dedo da Providência, embora a princípio não o se perceba. É que a selvageria da terra só pode ser enfrentada pela igual selvageria dos negros – e nisto são eles insuplantáveis, pois que vêm de terra ainda mais hostil que esta, ainda mais eivada de perigos, sezões e animais nocivos. Se não temos escravos inteligentes, a quem possamos confiar até mesmo a formação dos jovens, como faziam os helenos, temos em compensação escravos rudos, capazes de enfrentar, sob boa, tenaz e dura direção, os trabalhos ensejados por nossos cultivadores e por nossas fábricas. Isto nos deixa somente a questão de quem irá ocupar-se da capatazia imediata dos escravos, quem cuidará dos assuntos intermediários, daqueles assuntos que, se não requerem inteligência superior – antes pelo contrário, estiolam

essa inteligência pela mesmice, pela falta de invenção e pela ausência do sublime e do transcendental, galardão do verdadeiro pensamento e do espírito superior -, também não podem ser assimilados pela estupidez dos negros. Eis aí onde se encaixa como uma luva o contingente de mestiços na perfeita organização social, a única que poderá conferir a este país uma *élite*, como dizem os franceses, uma nata, uma aristocracia capaz de, como a grega, produzir e fazer medrar uma cultura de escol. Não vejo nem mesmo, e nisto também se sublinha o que pode ser nossa fortuna, nossa única boa fortuna, a necessidade de leis que refreiem a mestiçagem, pois, à medida que se solidifique, se enraíze, nutra suas tradições, fortaleça suas estirpes nossa aristocracia de fundamentos espirituais europeus, na pureza da raça, de temperamento e de apego aos valores mais altos, as próprias forças sociais se encarregarão de prevenir tal ocorrência. A natural repulsa do civilizado ao contacto com o negro ou o mestiço, os bons instintos cultivados, com espontaneidade e sem cuidados maiores do que governos cientes de suas responsabilidades históricas, porão as coisas a acontecer como é de sua tendência normal, ditada pelos impulsos corretos da História. É assim que vejo o papel dos mestiços, importante, importantíssimo papel...

- Sim! Falava que não sou jesuíta, pois tem a *Societas Iesu* a reputação de agir assim: a uma pergunta, disparam-nos outra. Conhecem-se por essa prática, freqüentemente enervante, os egressos de seus liceus e colégios. Mas eu ia fazer a mesma coisa que eles, pois, afinal, não são estultos os jesuítas, nem serei eu como os estultos de Horácio que, para evitar um vício, *vitia in contraria currunt*, caem no vício oposto. Não. Se a perseguição assídua desse vício dialético o torna cansativo, quiçá odioso, seu emprego ocasional não deixa de ter algum encanto e utilidade. Sim, a pergunta que vos fazia no fundo tem a ver com o que acabo de falar. Pois perguntar-vos-ia simplesmente: que faz o Senhor Barão aqui? Que faz ele? Qual a sua missão? Pois eu mesmo, *data venia*, respondo-vos. O que faz ele aqui é lutar contra sua inclinação natural de homem superior e forcejar, premido pelas carências deste país, contra as acabrunhantes dificuldades do meio e das condições existentes. Vedes como nos trata, com que fidalguia, com que fineza, com que delicadeza. E aqui, neste breve hiato, sob esta sombra amena, *sub tegmine fagi*, dir-se-ia mesmo que estamos num bosque d'Áustria. Mas não estamos. Sabe o Senhor Barão, por muitos títulos herói e maior herói ainda quando se pensa na contínua guerra que aqui peleja, que não estamos. Vereis que ainda há mais razões que as expostas para que a organização nacional se faça dentro dos moldes que descrevi, pelos motivos que

descrevi. Falei em bosques. Haverá bosques aqui? Ou tão doce palavra não passa de reminiscência avoenga que perdura em nossos corações, pois não foi feita a nossa raça para aqui habitar, estando aqui apenas como num penhor de sacrifício à Cristandade e à civilização, como missionários, verdadeiros missionários, que somos? É preciso que a Cristandade e a civilização venham para aqui, somos os seus sustentáculos, a sua linha de frente, os seus soldados mais martirizados. Mas isto não significa que nos deixemos corromper pelo meio enfraquecedor, debilitante, degenerescente e isolado em que somos forçados a viver... Perguntava eu: é isto aqui um bosque? Não é um bosque... nem pode haver paz bucólica entre bichos venenosos, cobras, plantas que causam todos os males, chuvas desmesuradas, calores insofríveis, insalubridade perpétua, em clima cuja umidade de tal forma sustenta os vapores e pneumas que transportam as pestes, sendo de admirar-se que haja tão poucas delas. Não temos estações, chove ou não chove. Não temos frutas – e sei como se esforça o Senhor Barão, este varão eminentíssimo, para implantar aqui novos cultivares, mas simplesmente as boas árvores frutíferas cá não vingam... Onde estão as cerejas do outono, os pêssegos perfumados, a salubérrima maçã, as delicadas peras, as suavíssimas ameixas? Onde está a alegria luminosa da primavera, a sucessão das sazões ano a ano, lembrando sempre ao homem a mão do Criador e inspirando-o a novas conquistas? Onde estão as vinhas e os parreirais, os inspirados espíritos de vinho que delas derivam seus princípios inefáveis? Não, senhores, é o que vos digo e o que bem sabeis: ou nos conservamos em moldes aristocráticos e organizados da forma que já tive oportunidade de descrever, ou fatalmente seremos os governantes de um povo fraco, nós mesmos contaminados por tudo aquilo que devemos abominar. (...) eis que o meditar sobre nossa condição se torna cada vez mais imperativo.Que vimos na capela dos escravos, onde generosamente permitiu o Senhor Barão que trabalhassem libertos e mestiços em artes que não têm aptidão para abraçar, pois que são próprias da civilização superior – a arte tem cãs, como dizia o grande mestre da parenética? Vimos muitas coisas, todas as quais corroboram o que digo. Vimos visões e milagres pintados contra todas as boas regras da composição artística. Em tudo e mais tudo, credências, castiçais, serafins, cimalhas, palmas, tocheiros, a talha miúda, em tudo e tudo, lá está o toque grosseiro da mão inculta e sem educação. Vimos santos mulatos! Representações ofensivas de doutores da Igreja assemelhados em aparência a uma gente que se expressa por batuques e grunhidos, incapaz de assimilar um instrumento tão nobre e perfeito como a língua portuguesa, a qual

fazem decair assombrosamente a cada dia que passa, a ponto de doerem os ouvidos e sofrer a mente diante de sua algaravia néscia e primitiva! (...) A língua, aviltam-na e degradam-na. A moral – sabemos bem disto e como sabemos! – empalideceria o próprio Inimigo ao conhecer tudo o que fazem e praticam eles, a quem hoje chamamos de povo e a quem ainda por cima chamamos de povo brasileiro, como se fosse possível a atenienses chamar hilotas e escravos de atenienses, como se o espírito da Ática viesse pelo ar e pela convivência, em lugar da nascença, da estirpe e da boa formação racial e pedagógica. (...) os próprios mosteiros e irmandades se transformaram, pela influência corrutora do meio, em verdadeiros poços de inqüidade e crimes, tanto assim é que, depois de pilharem dezenas e mais dezenas de frades a contrabandear ouro e pedrarias, os funcionários do Reino tiveram de proibir que se estabelecessem essas ordens na região das Minas. (...) a que ponto a falta de vontade nacional, o comando não fundado em bases filosóficas profundas como as que aqui tangenciei, pode estar levando este país sobre o qual temos responsabilidade, somos os únicos que têm essa responsabilidade, os que têm a portar a maior carga sobre as espáduas, pois nos espreita e vigia a História, pode estar levando este país, dizia eu, a tornar-se exemplo tão hediondo da degradação da civilização, da cultura e do espírito humano, que talvez nem mesmo a infinita misericórdia divina encontre razões para absolver-nos por nossa incúria e, em muitos casos, até mesmo grossa cobardia? (...) Se desde o início nunca fomos capazes de manter corporações formadas na boa hierarquia do trabalho – sim, porque estamos em país no qual o companheiro é mestre e o aprendiz é oficial! – a cada dia se vê que a ordem e a tradição são violadas, com conseqüências que, Deus nos ajude, podem ser tão horripilantes que nos custa estimá-las. Há uma corporação a assinar a autoria das peças da capela? Não. Há os nomes dos pretos e mestiços que as trabalharam? *Qui pinxit?* Deixai que ria! *Pinxit* um Bonfim qualquer, um Conceição qualquer, um Anunciação qualquer, um do Amor Divino qualquer! Ora, a autoria individual é para a grande arte, não para esse simulacro grotesco que hoje se espalha por toda a Nação, cujos dirigentes precisam enxegar que ou tomamos as rédeas agora, neste instante, ou jamais as tomaremos! Mas não, acontecem essas coisas, vem para cá uma tal Missão Francesa a divulgar impropriamente as belas-artes, como se aqui tivéssemos um povo igual ao francês e não uma súcia de frascalhos, pirangueiros, servos rudíssimos, um povo feiíssimo, malcheiroso, mal-educado, ruidoso, estólido, preguiçoso, indolente e mentiroso, como sabeis muito bem todos... Cruzaremos os braços? Assistiremos a tudo sob um pálio mortal de indiferença? Continuaremos a tratar o nosso elemento

servil melhor do que tratam o elemento servil nos países civilizados? Permitiremos que a educação se faça da mesma forma para todas as classes, assim perpetuando e agravando a degradação já tão tristemente exibida em toda parte? Pérolas aos porcos? Pergunto-vos: pérolas aos porcos? A verdadeira educação leva em conta a necessária distinção entre as diversas classes de homens. Os maiores danos estão a germinar agora, para mais tarde eclodir. Onde está o Grão-Capataz indispensável para organizar o elemento servil e o elemento intermediário, deixando assim à aristocracia nacional a tarefa de erguer aqui uma verdadeira cultura, uma verdadeira civilização? Onde vemos o traçado dos destinos nacionais? O nosso fardo é pesado, nossa senda é madrasta, mais do que nunca *ad augusta per angusta*! É esta a arte e essência de nossa política, da política que só podemos perder de vista à custa da nossa própria sobrevivência e de tudo o que prezamos, amamos e representamos. A arte da política nada mais é do que isto: é a arte da conservação do bom e da extirpação do mau. Sopesai minhas palavras, senhores. Não podemos deixar de esvurmar as feridas, por mais que nos seja doloroso. Tenho, apesar de tudo, fé e confiança no futuro, pois que, louvado seja Deus, homens como o Senhor Barão ainda adornam nossa vida pública, nosso comércio, nossa indústria e nosso governo, e eles não permitirão, não deixarão, não consentirão, não admitirão que o sol da verdade seja obumbrado pela nuvem atra da ignorância e da inconsciência!

João Ubaldo RIBEIRO
Viva o Povo Brasileiro, 2ª ed. Rio: Nova Fronteira, 1984 [p. 100-126].

Como em Alencar, havia em Mário de Andrade a mesma vontade de recensear o repertório de dados que comporia uma panorâmica do homem brasileiro e da cultura nacional, porém com a diferença de que, no primeiro, o trabalho analítico, o estudo da realidade básica termina por exprimir-se numa obra mais de ficção, enquanto, no segundo, numa obra multiforme, seus estudos acerca de nossa produção artística, musical, literária e folclórica, assim como sua atuação e militância político-cultural ocupam espaço maior do que sua criação poética e ficcional, posto que a presença e o peso histórico do seu *Macunaíma* equilibrem a balança do seu desempenho. Na verdade, no conjunto dos modernismos, situado a meio caminho entre o ensaio e a ficção, este livro constitui o esforço mais bem-sucedido para realizar a "descoberta" e a invenção do

Brasil, num deliberado mosaico, fiel à realidade que configura em seus simbolismos rapsódicos.

Com o tempo, as vanguardas modernistas, tanto em sua vertente de esquerda quanto de direita, passaram da estética da ruptura para a técnica e a rotina, o ritual e a cerimônia; numa palavra, a tradição da analogia que tende a desembocar no culto restaurador da memória e do patrimônio, garante da cultura letrada pela gestação de modelos que inovam incorporando a gênese e perpetuando as posições de poder. Essa tradição da ruptura, que se metamorfoseia e se institucionaliza, nos vem pelo menos do projeto romântico, no imediato seguimento aos inícios da formação de um Estado nacional. Até hoje, um processo hesitante, apoiado num solo social que se caracteriza por diferenciações assustadoras, por regimes políticos que assentam em dissonâncias gritantes; processo que se exprime em formas mentais que não conseguem ou não pretendem incorporar suas entranhas.

Enfim, no domínio da literatura doutrinária, o prenúncio euclydiano (1902) antecipa este período da grande proliferação dos «retratos do Brasil» e dos seus célebres interpretadores. Num primeiro momento, estes ainda realizam a "descoberta" do Brasil com olhos, corações e mentes europeus, disputando a primazia de alguma das ideologias colonialistas e reforçando o sentimento comparativo de inferioridade. Todavia, novos arsenais teóricos aos poucos foram alterando e ampliando os quadros analíticos. Como quer que seja, mesmo renovando sua plumagem conceitual, o antigo debate sobre a "cultura brasileira" e o "caráter nacional", qual fênix, ressurge sempre de suas cinzas sem vislumbre de solução plausível. Sempre a mesma busca entre oposições dicotômicas: os males do presente e as esperanças do futuro, o Brasil real e o legal, o Brasil aparente e o Brasil profundo, o litoral e o sertão, o Norte e o Sul, o Brasil arcaico e o moderno, a consciência ingênua e a consciência crítica, o autêntico e o espúrio etc. Na sua inconsistência, essa espécie de psitacismo ou de maniqueismo intelectual, a despeito de algumas tentativas de síntese, tenta dar conta de nossa aporia ôntica, cultivando-a sem enfrentá-la.

* * *

Como desvendar o enigma 'Brasil'? Que somos nós realmente ou que nos tornaremos? Onde acharemos o caminho de uma justa constru-

ção nacional? Estas e outras questões do gênero só encontrarão alguma resposta no modo como for realizada a gestão do presente e do futuro imediato. Mas, – a burla, o lapso, o simulacro, o pastiche, a fraude ou a tragédia? – não sabemos verdadeiramente que nos reserva o esforço para abrir essa nossa «boceta de Pandora», como dizia Machado de Assis... Afirmava o arguto criador de *The Innocence of Father Brown* (1911) que, quando desejava saber das novidades sobre o mundo contemporâneo, consultava o *Apocalipse* de João. Eu não iria tão longe na ironia amarga, mas para concluir, e já que falamos de um devaneio ou utopia, evocaria como insígnia do meu argumento a epígrafe extraída da *Eneida* com que Freud inicia o seu *A Interpretação dos Sonhos* (1899):

«Flectere si nequeo superos, acheronta movebo»[27]

Fortaleza, 6 de novembro de 1991-19 de novembro de 2009.

[27] Traduzo livremente: *«Se não posso conciliar os deuses celestiais, moverei os infernais.»*

Memória individual sobre o Seminário da Prainha, revelação de experiências coletivas

Gisafran Nazareno Mota Jucá*

De acordo com a tradição no meio intelectual, onde a manutenção dos valores consagrados se afigura como um guia dos estudos propostos, a memória individual e memórias coletivas são consideradas como fontes de informações secundárias, pois o documento oficial permanece como única fonte confiável. Entretanto, graças ao avanço das proposições teórico metodológicas, não apenas no campo da História, mas nas demais ciências sociais, a memória é reconhecida como uma das fontes a ser considerada e, portanto, sujeita à análise e interpretação dos pesquisadores.

A diversidade de fontes apresenta as peculiaridades de cada uma delas, mas o ponto comum divisado pelo pesquisador da história é que todas elas não devem ser consideradas como receptáculo de verdades impostas, mas como campo de análise do pesquisador, capaz de apresentar a sua maneira de indagar e responder às questões propostas, como revelação da originalidade dos trabalhos elaborados.

O Seminário da Prainha se nos apresenta como "um lugar social,"[1] levando-nos a refletir sobre o "Enredo e verdade na escrita da história" (MALERBA, 2006, p. 192-210),onde o individual e o coletivo se associam, lembrando o ímpeto da subjetividade, florescido com maior intensidade, a partir do modernismo, uma vez que "relatos narrativos"

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

[1] Para Michel Certeau, "Toda pesquisa historiográfica se articula com um local de produção sócio-econômica, política e cultural..Implica em um meio de elaboração que circunscrito por denominações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados,etc."- (CERTEAU,2000,p,66.

não se expressam apenas como reproduções factuais, mas deixam-se identificar pela maneira específica como os fatos são reconhecidos.

Dessa maneira, "um relato narrativo pode representar um grupo de eventos que tem a forma e o significado de um épico ou uma estória trágica, e um outro pode representar o mesmo grupo — com igual plausibilidade e sem violar nenhum registro factual — descrevendo uma farsa." Aqui, o conflito entre "narrativas que competem" tem menos a ver com os fatos da matéria em questão de que com os diferentes significados da estória pelos quais os fatos possam ser contemplados na elaboração do enredo. (MALERBA, 2006, p. 193).

Nessa perspectiva, a representação que se delineia de forma figurativa, na narrativa proposta, constituiu um estímulo persistente à revelação de parte do meu processo de "individuação".[2]

O meu ingresso no Seminário da Prainha, em 1960, aos onze anos de idade, ainda permanece vivo. O velho casarão do Seminário se me afigurava disforme, com suas inúmeras janelas, no térreo e no andar superior, figurando ao lado uma Igreja azulejada, na esquina da Avenida Monsenhor Tabosa com a Avenida D. Manoel. Os sinos, a marca indelével da centenária instituição, expressavam alegrias sentidas ou marcavam momentos sofridos. O carrilhão da Prainha sempre dobrava melancólico ao entardecer, externando a instabilidade do anoitecer.

Transpus rápido pela grande porta. Meu pai ficou sereno, aparentemente. Um nó na garganta impedia-me a voz, oprimindo saudades. Mamãe ficara a chorar, quando da despedida, como se a partida fosse definitiva. Só ao ingressar no prédio percebi o sentido daquelas lágrimas. Escurecia. Penetrei silente. As paredes espessas deixavam-me inquieto. As arcadas dos longos corredores, de cada lado do grande pátio, mal cuidado e coberto com fícus verdejantes, elas eram parte de um cenário, que tinha seu centro no velho pedestal de São Vicente de Paulo, marco do cinquentenário da casa, disseram-me, cobrindo com um manto uma

[2] "O processo de individuação", "um processo lento" e "imperceptível do crescimento psíquico" assim nos é explicado: "Observando um grande número de pessoas e estudando seus sonhos (calculava ter interpretado ao menos uns 80.000 sonhos), Jung descobriu não apenas que os sonhos dizem respeito, em grau variado, à vida de quem sonha mas que também são parte de uma única e grande teia de fatores psicológicos. Descobriu também que, no conjunto, parecem obedecer a uma determinada configuração ou esquema. A este esquema Jung chamou o processo de individuação". — JUNG e VON FRANZ, 2002, p. 160 e 161.

criança e conduzindo outra pela mão. Diziam as boas línguas que o pequeno, encoberto pelo manto, conseguira fechar os ouvidos às picantes anedotas, contadas por alguns seminaristas. De um lado, cinco salas de aula, de outro, o longo refeitório dividia o Seminário Menor do Seminário Maior.

Ao fundo, um velho galpão, onde os pequenos — no Menor havia a divisão entre pequenos e grandes — se compraziam, foi a primeira visão do futuro palco cotidiano. Um grande viveiro fora colocado perto do corredor, que levava à capela, por trás da estátua de São Vicente e à frente de um pequeno campo de basquete. Uma rolinha mansa e diversos pássaros, presos em um grande viveiro, expressavam um ar de tranquilidade.

Dirigi-me à rouparia, ou melhor, até lá fui conduzido por um levita fanhoso. Velhos guarda-roupas com uma prateleira, porta sem fechadura, continham os pertences de cada um. Ali era proibida a conversa, como se o segredo das queixas fossem pacientemente dobradas, como as peças de roupas.

Desarrumei a mala, retirei uma colcha de cama, lençol, pijama, pasta, sabonete e pente, sem excluir a indispensável batina, peça de grande utilidade, não apenas para as missas solenes, mas para a troca das surradas roupas. Subi a escada, cruzei as anti-higiênicas privadas, as "casinhas", como por lá eram denominadas. Coube-me uma velha cama de ferro. Três prolongadas filas de camas, algumas delas da marca "patente", de madeira, espalhavam-se pelo soalho antigo, que terminava aos pés de uma imagem de Nossa Senhora das Graças. Era o velho dormitório, onde ao apagar das luzes, apenas permanecia a débil iluminação de três frágeis lâmpadas, pendentes do teto. Antes de deitar, jovens sonolentos, às vezes bocejando, postavam-se reverentes ante a imagem, já vestidos com os pijamas, toalhas aos ombros, recitavam três "Ave Maria", tradição que garantia uma noite tranquila. Para escovar os dentes, além de uma pia antiquada no dormitório, as mais procuradas situavam-se no térreo, entre o "Salão de Estudos" e a capela. O meio desse espaço era ocupado por uma caixa d'água. Em torno dela, algumas banquetas, em alvenaria, cada uma com quatro torneiras, para o banho de rosto e o escovar dos dentes.

Ao pisar forte de um passante, todo o dormitório se embalava ao compasso das passadas pausadas. Contíguo a esse, ficava o novo,

que se destacava pelo forro ainda conservado, poucas camas de ferro, mosaicos capelenses, janelas menores e um crucifixo na parede. No novo, além das diversas janelas laterais, duas se voltavam para o campo de futebol, permitindo alongar o olhar, pois se podia ver nitidamente, à noite, o farol do Mucuripe acendendo e apagando, como se representasse uma ilusão nascente e uma esperança decadente. Às noites, costumava debruçar-me sobre uma das janelas para contemplar o pisca-pisca insistente, acariciado pela brisa. Ao lado direito, a caixa d'água destacava-se como sentinela avançada, de onde se tinha uma visão para além dos muros. O contínuo pestanejar do farol longínquo se associava ao silêncio que envolvia em seu manto calmo as inquietudes cotidianas.

Ao procurar trocar de roupa, colocavam-nos numa encruzilhada: dirigir-se às sempre molhadas "casinhas" ou enfiar-se na própria batina e, metendo as mãos em uma abertura por trás dos dois bolsos laterais, passagem secreta para tais emergências, podia-se tirar a incômoda cueca. Tarefa simples, mas estafante pra um novato como eu. Ainda bem que um companheiro socorreu-me no fatídico momento, demonstrando como banalizar o que parecia complexo.

Deitado, travesseiro recebendo o peso das preocupações, eu procurei localizar-me na incômoda cama, comparada com a costumeira rede caseira. Em uma alta noite, numa inexperiência latente, despenquei dela, acordando com o baque no tabuado antigo. Levantei-me atordoado e de novo me vi "nos braços de Morfeu".

Em mais de uma noite fui acordado com a pressa de um colega, que se levantava de súbito, fazendo barulho, e corria em direção ao banheiro. Como o hábito tornara-se diário, durante o recreio, pois no dormitório o silêncio era obrigatório, insisti em que me explicasse, no dia seguinte, o motivo de tanta pressa no simples ato de levantar-se e o mais curioso, em quase todas as noites. Ele me pediu segredo absoluto para a sua resposta e fui fiel a seu pedido em não divulgar a razão do seu mistério: como ele costumava fazer xixi na cama, todas as noites, antes de dormir, amarrava um cordão na extremidade do pênis e ao acordar incomodado, corria ao sanitário, onde cortava com uma tesourinha, para dar vazão à urina retida. Às vezes acontecia de ferir com a ponta da tesoura a parte onde se localizava o nó, em virtude da pressa em livrar-se do incômodo. De acordo com sua opinião, melhor submeter-se a tal

prática do que dormir numa parte do dormitório, mal vista por todos, reservada só aos "mijões".

Às cinco e trinta, um barulho súbito, vinha roubar-nos o sono profundo. Levantava-nos às pressas, ao som do sino, que regia os diversos horários do cotidiano. Com o banho de rosto, escova de dentes e toalha pequena às mãos, a preguiça era espantada.

Passeando no galpão, em absoluto silêncio, nós aguardávamos o tinir da sineta, às vezes de uma forma lacônica, outra prolongada, sempre definida como a "voz de Deus." Será que a voz do Pai Eterno seria estridente como aquela que ressoava aos nossos tímpanos, com tanta insistência? De imediato, cada um se alinhava em uma das duas tradicionais filas, paralelas, organizadas por ordem de tamanho. A fila tornara-se uma tradição respeitada. Nela íamos à capela, ao refeitório, ao salão de estudos, acompanhado pelos regentes ou pelo "Padre Prefeito", responsável pela disciplina dos menores. Os regentes eram personagens estranhos, nomeados anualmente pelo Prefeito, de quem recebiam as ordens do dia, vigiando e denunciando os que infligissem as normas estabelecidas. Havia o "regente", espécie de oficial do dia, encarregado de puxar a fila aonde ela fosse. Os outros três regentes postavam-se nos pontos estratégicos, às vezes com uma caderneta em punho, assinalando os fatos. Em todos os recantos suas figuras vagarosas nos acompanhavam, sempre com lugares marcados em espaços estratégicos, no dormitório, na capela e no salão de estudo.

Certa vez, o Lazarista Padre Mendes, Prefeito de disciplina, ameaçou meus anseios sacerdotais: "você quer ser padre ao seu modo. Acabar com a fila, absurdo." A fila nos conduzia a todos os espaços traçados, inclusive à merenda, às nove horas da manhã. No galpão dos menores havia duas linhas paralelas, pintadas de preto, com uma certa distância entre ambas, onde se organizavam as filas e também eram distribuídas duas bananas a cada um, para o lanche.

Na capela pela manhã uma missa, uma breve oração após o almoço, à tardinha uma ladainha comprida e o "ângelus", rezado em pé. Estranho local a capela. Abafada e em estilo exótico. Dizem que a sua instalação fez parte das comemorações do cinquentenário da Prainha. Janelas ogivais com vidraças coloridas, com pequenos ganchos pendentes, presos à parede. Bancos lisos com porta missais. Um complexo altar de madeira, um trabalho bem acabado à mão, com vários nichos,

onde se situavam São Luiz Gonzaga, São Vicente, Santo Antônio, dentre outros. No alto, uma imagem de Nossa Senhora, esmagando a serpente, muito semelhante a outra que se encontrava no dormitório, onde muitos dos colegas, antes de dormir, se ajoelhavam para rezar. Um arco verde e branco imitava um desbotado céu. Um harmônio velho acompanhava os arrastados cantos cotidianos.

A sacristia, pobre em paramentos e ornamentos, completava a Capela. Iniciada a missa, o ajudante vestia a batina e os presentes seguiam um rigoroso senta-levanta, marcado pelo estalar de uma "cacholeta" de madeira, posta entre as mãos de um dos regentes. Todos se posicionavam na longa fila, destinada à comunhão.

O Seminário Menor era dividido entre os grandes e pequenos, de acordo com a idade e, consequentemente, o ano cursado. Havia dois dormitórios, dois salões de estudo e era proibida a comunicação entre grandes e pequenos e também com os seminaristas dos cursos de Filosofia e de Teologia, que compunham o Seminário Maior.

O Salão de estudos, com as tradicionais janelas no modelo das existentes na capela e, ao fundo, um soturno estrado, ladeado por duas escadinhas. Ali, sentado a uma mesa, ficava o regente do dia, tentando pôr ordem ao grande público. Extensas carteiras, com cinco lugares cada, estendiam-se até o final do salão. No mais, o silêncio dos estudantes atarefados, problemas a resolver, redações rabiscadas, passa tempo garatujado, livros folheados.

Batida a sineta, uma campainha prolongava o alerta com impertinência. Um canto sacro era entoado em latim e a fila se arrastava pelos corredores estreitos. Ao lado do Salão de estudos ficava o galpão dos grandes, destacando-se pelo pequeno palco, com uma tradicional Virgem Maria, montando guarda. A rouparia dos grandes ficava contígua.

No refeitório, ocupávamos a ala esquerda, de quem vinha do Menor, sob a proteção de um crucifixo envidraçado. Longas e lisas mesas, em "marmorite", sem toalhas, com toscos e longos bancos laterais, os canecos de ágata ou copos de alumínio, nunca de vidro, caracterizam o refeitório. No alto, em meio ao colossal ambiente, um púlpito com microfone e um pequeno tamborete, local supliciado aos leitores. O Padre Tomé Verman reclamava irritado do "converseiro" quase diário. Para ele, "no meu tempo" e lembrava a tradição, pois só no dia

de São Vicente, na Páscoa e em alguma outra data significativa, a leitura às refeições era dispensada. Ao final das refeições, ouvia-se a leitura do "*Martiriologium Romanum*", relatos sobre os mártires católicos da perseguição romana, segundo o qual, "in Cesarea na Capadocia.."

Apesar da seriedade das leituras, quando se ouvia um nome que, direta ou indiretamente, se referia ao de algum colega, parte dos ouvintes, sobretudo dentre os menores, rompia em irreverente riso, apesar da vigilância severa do Padre Prefeito. E a referência à "Virgem Anastácia" era o suficiente para encabular um Anastácio presente. "A Cabana do Pai Tomás", "Convertidos do Século XX" ou "Vingança, Não", do Padre Pereira Nóbrega, foram alguns dos livros apresentados, que permaneceram na memória. Sobretudo esse último tornava o jantar mais ameno, graças ao relato do filho sobre a coragem e audácia do pai do autor, o indomável Chico Pereira, nos sertões da Paraíba.

Quando o leitor gaguejava ouvia-se o tinir da campainha, em mãos do Padre Prefeito, que se sentava na extremidade da mesa central, bem defronte ao Cristo Crucificado. Sua pequena mesa, onde se sentava, agregava-se a uma extremidade da mesa central, ocupada pelos pequenos. Algumas sobras nas travessas, frutas ou restos de sobremesas, o Prefeito passava aos dois menores, que lhe estavam próximos. "Os beques", como eram chamados os dois felizardos, devoravam com avidez tudo o que lhes caía às mãos.

Certa vez, ao saborear uma banda de pão, molhada numa caneca com café com leite, "leite de padre", assim denominado o leite em pó, de origem americana, proveniente de doações internacionais, um dos colegas pegou uma chaleira, que se esvaziara rápida e começou a rodopiá-la. A chaleira não continha mais o café com leite, mas os mais vagarosos ainda prolongavam aquele momento, bebericando. Em seguida, um deles retirou a tampa e, para estupefação dos que estavam próximos, descobriu lá no fundo, esparramada, uma mísera rã. Arrepios e protestos tardios em nada modificaram a ocorrência considerada banal.

Casos curiosos às vezes divertiam os presentes. Na época do Seminário regional, após a saída dos padres Lazaristas da direção do Seminário, o colega "marralhas", proveniente do Maranhão e sempre perfeito na sua dicção, enchera o prato, quando lhe jogaram uma casca de banana dentro. Baixo e gordo, mais vermelho do que sua aparência

tradicional de costume, ele levantou-se de forma solene, despejando todo o conteúdo sobre o "marmorite". Em outra ocasião, enquanto raspava com uma colher os sobejos de arroz em uma travessa, um colega, conhecido pela alcunha de 'Pirambu", o cutucou sorrateiramente. Irritado, levantou-se sisudo, pegou a travessa, dando com ela fortes bordoadas no magricela atônito. Não me recordo se recebeu punição e se a ela foi submetido, deve ter sido daquelas mais brandas, afinal o rigor da disciplina dos lazaristas já não se fazia presente na disciplina dos internos.

Em raras ocasiões faltava energia durante a leitura efetuada no decorrer dos jantares e, segundo boatos, quando as leituras se tornavam insuportáveis, "os cursistas", apelido dos seminaristas do Maior, que cursavam Filosofia ou Teologia, desligavam a energia, provocando a raiva dos padres, responsáveis pela manutenção da disciplina.

Do meio do salão em diante, o aspecto do refeitório era outro: pequenas mesas com toalhas simples, cinco lugares em cada uma. "Humanismo comestível", diziam, expresso inclusive no direito a beber água gelada, sagrado privilégio dos "cursistas", diferente da situação dos menores, que só tinham direito a água das quartinhas. Em 1964, passou a haver verdadeira disputa pelas garrafas de água gelada, que restavam ao final das refeições, mas isso era regalia dos tempos democráticos, posteriores à aplicação da rígida disciplina pelos Lazaristas.

Um carrinho médio, de madeira e com quatro rodas de ferro, com doces, sopas e comidas finas era dirigido pelo rubicundo "Frotinha", levita do Maior, que se encarregava de levá-lo aos Padres, que ficavam na outra extremidade do refeitório, em uma grande mesa, dirigida pelo Padre Reitor.

Os serventes eram escolhidos com diligência. Havia indicação pelos regentes, mas o veredito final cabia ao padre prefeito. Com brancos aventais, circulavam radiantes, pois, ao final, usufruíam do privilégio de transportar doce e mais carne na travessa, como regalo de bem servir.

Um costume tradicional diluiu-se no tempo: os tradicionais sermões dos seminaristas do Curso de Teologia, uma espécie de treinamento efetuado durante a refeição, sob os olhares vigilantes dos superiores, que perscrutavam quaisquer deslizes teológicos ou de expressão.

O refeitório servia de divisa, marco avançado entre o Seminário Maior e o Menor. Impossível atravessá-lo sem a ordem expressa do

padre prefeito. Uma vez, ferindo as santas regras, arrisquei-me por aqueles lados e fui, de modo grotesco, chamado à ordem pelo culto e respeitado Padre Marçal Versianni dos Anjos: "o lugar dos incircuncisos é do outro lado."

Um pátio pequeno, em mosaico, uma pintura retratando o venerando Monsenhor Tabosa, uma pracinha com poucos bancos, um tanque com uma magra garça em cimento, uma velha tamarineira a servir de abrigo. No pátio um crucifixo grande, ao lado a quadra de futebol de salão, uma infinidade de cubículos de madeira, razoáveis para a maioria, "pocilgas sub-habitáveis", para um exigente aluno de Filosofia. Alguns quartos mais bem acabados, em alvenaria, em frente à quadra, pareciam mais simpáticos, com uma cama, uma mesinha de madeira, além de um velho guarda-roupa, constituíam o recanto dos invejáveis diáconos e de uns poucos levitas tonsurados.

A Igreja da Prainha, com o seu velho altar-mor, num estilo rebuscado, centrado no espaço reservado à singela Nossa Senhora da Conceição da Prainha, ostentava na lateral o brasão de seu Arcebispo Metropolitano, D. Antônio de Almeida Lustosa: "sub umbra alarum tuaraum" ("à sombra das tuas asas"). Por isso que D. Antônio não podia sentar-se, durante as solenidades, pois logo cochilava, às asas do Senhor, segundo observadores atentos.

A parte central era dividida por uma pequena mesa da comunhão e um velho púlpito. Dois confessionários velhos quedavam-se imponentes. Um São Jorge, que posteriormente teria os seus direitos cassados, ameaçador, dava um exemplo de força cristã. Os altares laterais, o da Medalha Milagrosa, bastante procurado, e o da Piedade, local preferido pelo Padre Pedro Zingerlé, para as suas missas.

Na ala direita, o altar do Sagrado Coração, onde o Padre Tomé Verman costumava celebrar. Na parte central da Igreja, de cada lado, mais dois altares, um, bastante enfeitado, de São Francisco, ladeado pelo de Santo Antônio, mais singelo, palco das "missas relâmpagos," do Padre Barros.

O coro, na parte superior da entrada da Igreja, pouco era ocupado, mas muitas vezes servia para os "adoentados" assistir as cerimônias religiosas, mesmo dormitando.

As torres esguias da Prainha desafiavam o céu, voltadas para o infinito, em sua singeleza escultural, escamadas de azulejos. E os

sonoros sinos da Prainha, o centenário, a dobrar nas manhãs festivas das Ordenações Sacerdotais, quando o "Ecce Sacerdos" ecoava pela igreja, enquanto vagaroso e solene, Sua Excelência Reverendíssima, D. Antônio de Almeida Lustosa, entrava paramentado, acompanhado de quatro ajudantes, vestindo batinas e portando roquetes. O Arcebispo contrastava seu perfil esguio com as entradas triunfais, envolto em uma longa vestimenta roxa.

A ordenação sacerdotal constituía o alvo final da trajetória percorrida, ao longo de mais de dez anos de internato. Um privilégio "de poucos escolhidos, dentre os muito chamados". Geralmente ocorriam no final do ano, a oito de dezembro, dia da Imaculada Conceição. Na entrada triunfal do Arcebispo, alguns apetrechos litúrgicos chamavam a atenção: além do paramento episcopal, complementado pela longa alva, a estola era usada de forma cruzada sobre ela. Também eram usados o manípulo, uma pequena peça pendurada ao pulso direito, além do cíngulo, cordão com que o celebrante apertava a alva na cintura, o amito, um pano retangular preso às costas por duas longas tiras, o báculo trabalhado, levado à mão esquerda, a mitra posta sobre a cabeça, que davam um aspecto peculiar àquela solenidade, como se fosse um mistério a ser revelado. O Arcebispo dirigia-se a uma vistosa cadeira, ante a qual se ajoelhavam dois acólitos, para lhe lavar as mãos. Outro, portando um grande missal, sustentava-o para leitura das orações, enquanto um outro acólito segurava uma candeia, que continha uma vela. Iniciava-se a cerimônia e a "Schola Cantorum" entrava em ação, com a junção de diferentes tonalidades de vozes e idades.

Além das chamadas ordens menores, iniciadas com a concessão da tonsura, havia o Subdiaconato e o Diaconato que, juntamente com a ordenação, constituíam as mais belas cerimônias. Quem recebia o diaconato, podia distribuir a comunhão, batizar e auxiliar mais diretamente no ministério sacerdotal. Entretanto, eram as ordenações sacerdotais as mais significativas na vida cotidiana da Prainha. Ante o Arcebispo, o candidato ao sacerdócio, de alva e estola, submetia-se a uma queda simbólica; ajoelhava-se e, de súbito, com um baque surdo punha-se de bruços, apoiando-se sobre os braços cruzados, à altura da testa. A partir daquele momento, o jovem renunciava aos desejos da carne e prometia dedicar a sua vida inteira à missão que lhe seria confiada. A família, em irradiante contentamento, acompanhava a ce-

rimônia, que atingia seu ápice com a definitiva consagração: "Tu es sacerdos in aeternum, secundum ordinem de Melquisedec". Após o beija-mão, iniciado pelos pais, com o abraço demorado da mãe, a primeira benção era dada, acompanhada de efusivos cumprimentos dos demais familiares e colegas.

O rigor disciplinar nos remetia ao perfil dos que dirigiam o Seminário, em sua maioria padres sisudos e exigentes. Entretanto, havia exceções. O padre Barros, um tipo estranho, moreno, renomado apreciador de fedorentos charutos. No seu quarto, chamava atenção o amontoado de livros e o cheiro forte do charuto a dominar o ar. Sempre andava com uma pequena chibata de couro no bolso da batina, pois quando se sentia incomodado, sacava da chibata e punha o intruso para correr. Ensinava geometria, tentando explicar os complicados "teoremas pitagóricos": "Eu traço um triângulo de lá p'ra cá, ficando um espaço vazio no meio, macaco."

— Padre, não podíamos ir ao meio...

— Ó estúpido, ali é um pântano de merda, você não pode atravessar.

Ante qualquer movimento suspeito, arreganhava os dentes desbotados pelo fumo e ameaçava colocar o "macaco" de joelhos, por "estar namoriscando, trocando beijocas", ou seja, conversando com os mais próximos.

Quando o sol da tarde batia de chapa, através da porta da sala de aula, refletindo na sua batina, deixava à mostra o reflexo de um velho calção surrado, por baixo da batina. Ele ficava furioso, quando os alunos começavam a sorrir, sem perceber o porquê da questão.

Ao passar pelo galpão do recreio, alguns seminaristas corriam-lhe ao encalço e ele tirava a célebre chibatinha do bolso e a pândega estava feita. Interessante é que o padre Barros não impunha receio, pelo contrário, divertia a todos. A bondade transparecia por trás daquela carcaça caruteira. Às vezes, quando vinha da merenda, jogava uma ou duas bananas e divertia-se com a disputa travada pela posse das mesmas. Dizem que zombava amigavelmente de algumas decisões dos "brancos", seus companheiros de vida religiosa, os Lazaristas. Feio e irrequieto, com os cabelos eriçados, muito zombava, mas pouco ofendia. Humilde e singelo trazia-nos momentos de uma alegria espontânea, nem sempre presente num sistema de internato. Poderia mostrar-se orgulhoso ou cheio de si, com o domínio da complexa matemática. Para ele, contudo, a sim-

plicidade era contínua, como o eram as brincadeiras que preparava e as histórias contadas sobre a sua Juiz de Fora ou em relação ao presidente Juscelino. Sabia aproximar-se dos outros, despertando sentimentos, dissipando mágoas. Curioso foi o caso contado a seu respeito em relação à confissão. Todos os demais padres aceitavam ser confessores dos seminaristas, com exceção dele e do padre Pedro Zingerlé, em virtude de sua idade avançada. Um dia, um seminarista decidiu se confessar com o Padre Barros e dirigiu-se ao seu quarto, batendo à porta:

— Padre Barros, Padre Barros.

— Que é que é, macaco?

— Padre, quero confessar-me.

— P'ra que pecou, macaco?

— Foi sem querer, padre.

— Então não há pecado. Vá embora.

E soltava uma sonora gargalhada, expressão da sua simplicidade.

Padre Fernando Van Dick, holandês, olhos vivos como a tonalidade da sua careca. Fumava charutos finos, não tão redondos como os óculos que usava. Matemático severo, professor sarcástico. E lá se ia mais teorema, esparramado no quadro, não importava se fora entendido ou não, valia o horário cumprido.

Padre Tomé Verman, grandalhão, também holandês, uma capa "a la Dom Bosco" aos ombros, olhos azuis, com seu andar vagaroso, cabeça branca e a voz pausada e sonora. Sempre atraía muitos penitentes, muitos o preferiam para confissão obrigatória, pois não ouvia bem, assim diziam. Necessário ter um confessor fixo, sem excluir a ação de um outro padre, o guia coletivo, denominado "Diretor Espiritual". As confissões em geral eram à noite. Colocava-se o nome do penitente e do confessor, em um pedaço de papel, em formato retangular ou no verso de um santinho, e um colega se encarregava de levá-lo ao sacerdote destinatário, que mandava chamar o penitente.

Um penitente peçonhento, desejando confessar-se, dirigiu-se ao quarto do reverendo e enquanto relatava seus pecados, começou a coçar-se com afinco. Intrigado com a ocorrência, o Padre Tomé afirmou: "Bom, amigo, vamos interromper a confissão, aprofunde mais, pode ser uma pulga".

O quarto do velho padre Pedro Zingerlé ficava por cima do seu. Numa noite, o Pe. Pedro se esquecera de fechar a torneira e a pia

passou a transbordar, espalhando água pelo soalho gasto, gotejando sobre o aposento do Pe. Tomé, que apanhou uma vara, usada em emergências e com três pancadas sonoras, sentenciou: "Pedro, Oh! Pedro, isso é água mesmo?"

Professor de latim, ele chegava pontualmente à pequena sala de aula do quinto ano. Certa vez atrasou-se um pouco e a satisfação tomou conta da meninada. Súbito, no seu andar balançado, ofegante, chegou afirmando: "Meninos, eu caí"; "oba, não haverá aula", comentava-se na surdina. Mas para surpresa geral, ele continuou:"eu caí neste artigo e vou lê-lo, pois."Como professor de história, no segundo ano ginasial, vibrava com as façanhas de Júlio Cesar e num arroubo de eloquência, ora imitava com as pesadas mãos o trote dos cavalos, afirmando: "lá vem Cesar." E os gaiatos dirigiam o olhar à janela, à espera do vencedor, bem para o local onde o Padre estendia o braço. Nas notas era sovino, se o sem sorte tirasse um cinco, continuaria pelo ano afora com tal nota: "O Valmir está melhorando, dei-lhe um cinco, pois" e a esperança de melhor nota ficava para ano seguinte.

O Padre ..., vaidoso, marcou época. Foi nosso primeiro prefeito. Nomeou uma infinidade de regentes, uns doze, aproximadamente. Havia o regente de dormitório, regente de cada quadrado, do espaço de quatro em quatro pessoas, no refeitório, um batalhão vigilante, na caça aos infratores. Escondido por trás das colunas, vigiava os nossos passos. Ainda me lembro da carreira e do susto que sofri, ao dirigir-me ao dormitório à tarde, aonde só se podia ir com autorização. Ouvi a sonora voz, que me amedrontava: "*aonde vai?"* Uma meia volta respondeu ao exigente "prefeito".

Às vezes interrompia as manifestações espontâneas, durante o recreio, reunia um grupo e punha-se a cantar: "não jogue pedra no telhado de seu vizinho, que é de vidro...". Também costumava nas sessões "chato-musicais" cantar o "quiça, quiça", escandalizando consciências amedrontadas. Segundo os que eram seus alunos, ele sempre se considerava o maior "quem sabe mais dogma ou inglês, nesta casa, respondam? "Perto de sua longa viagem, tornou-se diretor espiritual, por sinal considerado ótimo diretor, segundo alguns. Numa palestra matinal, verberava convicto: "não desgracem uma vida. Conheço um jovem que se ordenou apenas para satisfazer sua mãe, prejudicando a alegria de seus dias." Pouco depois dessa declaração, partiu para o Rio de Janeiro, deixando a

ordem religiosa e lá conseguiu um emprego na VARIG, como intérprete. A explicação para sua saída surpreendeu a todos: ofendera uma freira, que engravidou e fora embarcada para a Alemanha. Diziam as más línguas que se a freira fosse do Colégio da Imaculada, a honra da casa havia sido maculada. Comentava-se que ele tivera outros casos: com uma senhora casada, com outra moça, que o teria acompanhado.

Quando o acontecimento eclodiu, o Reitor do Seminário ficou muito abalado. Imediatamente telefonemas soaram, providências foram tomadas e bocas foram caladas. Na manhã do dia seguinte, na capela dos menores, antes da missa das seis, anunciaram que o Pe. ... partira por motivo de grave enfermidade, que atingira sua mãe. Orações foram pedidas pela cura de uma doença fictícia de uma mãe saudável. O Pe. Pedro Zingerlé prometeu ao... rezar pelo pronto restabelecimento de sua mãe e, posteriormente, indagou: "A mãe do ... melhorou?' "Ainda não, Padre Pedro, mas tenhamos confiança em Deus."

O Seminário Maior obteve imediata explicação, enquanto o Menor só soube do ocorrido posteriormente, pois não devia tomar conhecimento de tais ocorrências. Dizem que o reitor, aflito e preocupado, media as afirmações, abordando diplomaticamente o ocorrido.

O padre Pedro Zingerlé, sempre curvo, continuaria a debulhar o seu velho rosário, pelos corredores afora, intercedendo pelos que lhe recomendaram orações. Sua batina surrada, a barba por fazer, a faixa sobre a batina, à altura da cintura, mal colocada, parecia uma cauda": "*Hélas, miserable*"e se ia com suas saudosas lamentações. Por ser da região da Alsácia Lorena não simpatizava com os alemães. Viera para o Brasil há muito tempo e pôde acompanhar parte da conclusão das obras do prédio da Prainha. Dizem que o velho relógio do seminário fora por ele comprado, por cinco mil réis e brigara com o relojoeiro sovina, que não quis deixar por quatro e quinhentos. Contavam-se muitas histórias a seu respeito. A santa Infância era a sua preocupação constante. De Colégio em Colégio, de sala em sala, angariava pequenas doações para enviá-las à Ásia, onde trabalhavam os padres da Congregação da Missão. Para combater a preguiça, contava o caso de um aluno de filosofia que, indisposto a ler um estudo de Santo Tomás de Aquino, rapidamente cochilara, enquanto um jumento penetrou no seu quarto e devorou o pesado texto. Segundo Padre Pedro, "o jumento saiu relinchando, filosoficamente."

Pe. Antônio da Silveira Paixão, personagem enigmático, responsável pelo programa "A Hora do Pobre", apresentado na Rádio Iracema, com o objetivo de colher contribuições em donativos ou em dinheiro. Ensinava Geografia, no primeiro ano. Suas aulas eram ministradas no amplo salão de estudos. Ao entrar, soltava a sua arrastada voz, iniciando uma "Ave Maria" caminhando em direção à mesa, situada num estrado, ao final da sala. De lá dominava toda classe, olhando por baixo das lentes, como se não quisesse estragá-las.

Uma vez o ... chegou atrasado à aula, pois fora ajudar o "Biluca", um colega de Milhã, a tirar a mala, que ficava guardada na parte superior da caixa d'água, toda forrada, pois ia sair do Seminário. Ao descer, percebeu que haviam retirado a escada de madeira e o jeito foi descer como podia, esparramando-se no chão. Pálido e trôpego, chegou atrasado à sala de aula:

— Moço, de onde vem?

— Pe. Paixão, eu fui ajudar o ... a retirar sua mala.

— Você devia ter ido na mala do ... .

Numa manhã silenciosa, antes da missa, aguardávamos o toque da sineta, quando o Pe. Paixão chamou o ... . Mandou que, com uma flanela, limpasse o Jeep, que pertencia à "hora do pobre". E em seguida afirmou:

— Vamos dar um passeio de Jeep.

Após efetuar o serviço solicitado, ... abriu o portão, entrou no Jeep e, ao transpor o portão, o Pe. Paixão afirmou enfático:

— Desça, ... , o passeio terminou.

O Pe. Gumercindo Sampaio, baixinho e intransigente, professor do primeiro ano, sempre às voltas com as complicadas regras do latim. A aprovação nessa disciplina era a garantia de ascensão na íngreme rota da formação sacerdotal. Qualquer erro em uma das arguições feitas em sala de aula, o aluno era condenado a fazer até cem cópias da palavra ou regra desrespeitada. Quando as cópias exigidas superavam a cem, alguns condenados ao castigo ousavam fazer apenas a metade do exigido, colocando papel em branco, no final, para fazer volume. Com piadas jocosas, era o assombro dos iniciantes.

"*Qui, quae, quod, quem tem barba é bode"*. Desde o diaconato que lecionava, satisfeito em ser reconhecido como autor dos "Elementos de Latim", com regras e mais regras, declinações e vozes verbais. O

"decoreba" constituía o principal meio de avaliação. Sofri um bocado em suas mãos.

Se deixasse a memória fluir num estágio contínuo, as reminiscências reveladas continuariam a me fazer penetrar, através dos corredores da Prainha, nos diferentes espaços e temporalidades de sua composição material, até ultrapassar a sua simples paisagem externa. Refiro-me ao misterioso corredor do nosso inconsciente, que é acionado através das possibilidades do rememorar e das circunstâncias cotidianas, no curso íntimo de cada um de nós. A maneira como a recomposição do passado é elaborada depende do estágio interior do narrador, ao expressar seus sentimentos e ver revelações através do caudal que transcorre no decurso dos relatos apresentados. Por isso não colocamos um ponto final do nosso depoimento, mas reticências que garantem a possibilidade de sua continuidade, através de outras narrativas.

O respeito às fronteiras estabelecidas ao pesquisador, de acordo com as normas técnicas recomendadas e a permanência do modelo valorizado, cria uma barreira simbólica ao possível avanço de outras modalidades interpretativas, em virtude do rígido respeito aos pressupostos básicos dos pressupostos teóricos cultuados. Mas cedo ou tarde, dependendo da noção de temporalidade, outras maneiras de contar história são reveladas, através da adoção de moldes representativos, que não repetem o que se costumava fazer, mas abre caminhos antes considerados imponderáveis.

Como demonstrativo dessas considerações, remeto-me mais uma vez à profícua dimensão da "micro-história", que sem desmerecer experiências anteriores, busca ir mais além, para evitar a limitação de uma permanência metodológica em um campo do saber, marcado por contínuas mudanças. Com a revisão ou reinvenção da história, Hobsbawm denomina tal postura como ingresso na "grande época da mitologia histórica", após os anos sessenta do século passado, mas também observa que a historiografia passou "de uma perspectiva quantitativa a uma perspectiva qualitativa, da macro-história à micro-história, das análises estruturais às narrativas, da história da sociedade à história da cultura." (GINZBURG, 2001, p. 156 – 157)

Através dessa rota reveladora, as lembranças de um ex-seminarista, que ingressou no Seminário da Prainha, aos onze anos de idade, ali permanecendo até os dezessete, não se restringem a uma auto-reve-

lação de experiências narcisistas, limitadas à ação do "eu" como roteiro principal do conteúdo narrado. Creio que as revelações apresentadas ultrapassam o estreito espaço do meu mundo particular, pois revelam o que se apresentava fora do narrador, no labirinto dos corredores reais e simbólicos do histórico daquela instituição.

Por trás de cada caso relatado sempre figura uma mecha de ação coletiva, reveladora da memória social, que aproxima espaços geográficos distantes, considerando a origem de cada um dos colegas seminaristas, fossem originários de Fortaleza, de cidades distantes ou de outros estados do Nordeste. Todos haviam atendido "ao chamado do Senhor", embora conscientes de que "muitos eram chamados e poucos os escolhidos".

Os limites da "Ego-História" não impedem as possibilidades de divisar nela rastros que sirvam de roteiro a uma possível trilha inédita, símbolo de uma modalidade diferenciada de análise e fruto de uma associação entre o individual e o coletivo. Nessa perspectiva, as barreiras que lhe são impostas me remetem à persistente querela entre as dimensões da história e da memória, que reforça as nítidas fronteiras entre ambas. E por não serem convergentes, persiste "*a irredutibilidade da memória à história"* (GINZBURG, 2001, p. 178).A memória, por mais significativa que seja não permite uma reconstrução real da temática evocada, pois o narrador se situa no presente, que molda sua maneira de analisar as experiências passadas.

O narrado sobre uma individualidade rima com coletividade e dela não pode ser dissociada, pois ninguém é uma ilha isolada, mesmo no mar revolto da pós-modernidade ou de uma "modernidade líquida" (OLIVEIRA, 2012, p.37).[3]

Referências Bibliográficas

CERTEAU, Michel. **A escrita da história.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

[3] Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, "Professor emérito de sociologia da Universidade de Leeds, propõe o conceito de "modernidade líquida" para definir os tempos atuais, em vez do já batido termo "pós-modernidade", que, segundo ele, virou mais um qualificativo ideológico que um conceito."

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

JUNG, Carl Gustav e VON FRANZ, M.L. et al. **O homem e seus símbolos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

MALERBA, Jurandir (Org.) **A história escrita:** teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Dennis de Bauman. O caçador e o jardineiro in **Revista CULT - Revista Brasileira de Cultura.** São Paulo, n. 4, ano 15, p. 27-29.

Breve nota sobre a passagem de Teresa Princesa da Baviera pelo Ceará

Lúcio Alcântara*

Desde o século XVI acumulam-se impressões de viagens sobre o Brasil com maior incidência durante o século XIX. São homens e mulheres de procedências e profissões variadas que vieram até aqui motivados por interesses diversos. Comerciantes, militares, diplomatas, missionários, educadores, artistas e cientistas deixaram registradas suas observações em diários e correspondências dirigidas a familiares mais tarde transformadas em livros, alguns póstumos. As expedições científicas integradas pelos que se dedicavam ao estudo da história natural, os naturalistas, conforme os conceitos vigentes à época, tinham um cunho pacifista e a preocupação de conhecer a terra e o homem, fauna, flora e costumes desse novo mundo que se abria ao estrangeiro como uma jovem nação independente. Estávamos diante do que foi chamada uma "anticonquista" (MACHADO, Lisanea, 2010:36), intuito civilizador que embutia uma forma de apropriar-se do saber e do potencial dos recursos da natureza.

Mulheres viajantes estrangeiras

No elenco de viajantes que nos visitaram, as mulheres são franca minoria. Até o ano de 2008, há registro de 260 obras, em vários idiomas, publicadas com relatos de viajantes sobre aspectos físicos e humanos do Brasil. (Machado, Lisanea, 2010:26). Camurça, em estudo que realizou sobre o tema, identificou 18 mulheres que pisaram o solo brasileiro entre os séculos XVIII e XIX. A inferioridade numérica não tira o

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

mérito da contribuição feminina a começar pela coragem de algumas de superar preconceitos, enfrentar os riscos de uma longa viagem marítima, a insalubridade e os percalços esperados numa jornada a vencer em terra distante e estranha. Tudo isso na época em que estava reservada à mulher um papel subalterno de coadjuvante do homem, restrito a tarefas domésticas cumpridas no ambiente familiar, vedado o acesso a certas atividades como a científica. As que se insurgiam contra essas limitações foram transgressoras pioneiras. Não obstante o desnível intelectual e os diferentes propósitos determinantes das viagens, foi possível entrever nas escritas dessas senhoras alguns traços comuns.

Comparações com a origem, descrições minuciosas, interesse pelo cotidiano, observações facilitadas pelo maior acesso social na condição de mulheres. Expressadas predominantemente sob a forma de cartas e diários. Obras despretensiosas que acabaram por adquirir valor como gênero literário e fontes históricas.

Dada a heterogeneidade do grupo, foi esboçada uma tentativa de classificação de suas integrantes (LEITE, Miriam, 2000:137) que rotulou a todas, por terem em comum o hábito de colecionar conchas, plantas e animais, mas também de descreverem festas, cerimônias religiosas e costumes locais, de "antropólogas iniciantes", divididas em "amadoras e profissionais", as últimas formadas por um contingente de naturalistas, jornalistas e escritoras aí incluídas Elizabeth Agassiz e Teresa Princesa da Baviera, ambas com passagens pelo Ceará. A americana Elizabeth Cabot Cary Agassiz, casada com o pesquisador Louis Agassiz, a quem chamava de chefe da expedição, escreveu um diário assinado pelo casal cujo conteúdo traz informações relevantes sobre a leitura e a educação das mulheres no Brasil com o olhar de quem era diretora de uma instituição superior para meninas.

Teresa Princesa da Baviera (1850-1925)

Essa representante da nobreza alemã, incansável viajante, percorreu muitos países em vários continentes, corajosa e determinada, investigando e aprendendo. Neta de rei, filha de príncipe regente, irmã de rei, tinha posição de relevo na nobiliarquia alemã. Conservou-se solteira frustrada no amor ao primo Oto incapacitado de reinar acometido pela doença mental.

Católica convicta apoiou organizações religiosas e ao mudar-se para uma vila em Lindau transformou sua casa no lago de Constança em Lazareto.

Só na América do Sul, sua prioridade, esteve por três vezes dando sequência à tradição de seus patrícios Spix e Martius. Em 1880 publica sua primeira obra versando sobre excursão à Tunis a que se seguiriam outros, frutos de suas observações de viagens. Além dos relatos que publicou reuniu uma coleção de vegetais, animais e objetos diversos que expunha publicamente. Atividade tão intensa e produtiva lhe rendeu o reconhecimento de instituições científicas e o título de *Doctor Philosophiae Honoris Causa* (1897) sendo a primeira mulher a receber tal honraria. Recorde-se que somente a partir de 1903 as universidades da Baviera passaram a admitir mulheres.

Em 1888 empreende viagem ao Brasil com uma pequena comitiva composta por uma dama, um cavalheiro da corte e um criado com habilidade de taxidermista, na bagagem equipamento fotográfico. Segundo suas próprias palavras a viagem tinha o objetivo de "conhecer os trópicos, possivelmente procurar tribos indígenas e coletar plantas, animais e objetos de caráter etnográfico". Mediante um plano bem elaborado e cumprido com rigor foi possível em quatro meses e meio percorrer treze províncias brasileiras malgrado a precariedade das comunicações ao tempo da visita. De forma organizada e bem apoiada consegue cumprir o programa e os objetivos da viagem não sem perceber que "os brasileiros são rápidos no prometer e duvidosos no cumprir" (LEITE, Miriam, 2000:135). A curta duração da expedição terá levado a princesa a conferir prioridade à reunião de material a ser tratado no regresso em colaboração com cientistas e museus de outros países. Apesar do pioneirismo que a caracterizou e da valiosa contribuição que deu para o estudo de matérias, tais como botânica, zoologia, etnologia, geografia, enfeixadas sob a etiqueta de história natural assim consideradas no ambiente científico do século XIX tem sido pouco considerada mesmo por especialistas.

Minha viagem aos trópicos brasileiros

Com este título, Teresa Princesa da Baviera estampou em livro o resultado de sua jornada ao Brasil, concluída meticulosa análise do material que trouxera consigo mediante intercambio com colegas aos quais

agradece no prefácio onde constam Emílio Goeldi no Pará e Orville Derby, americano radicado em São Paulo. A obra vai dedicada ao imperador Pedro II cuja cultura e interesse pela ciência muito apreciou. A obra da nobre alemã destaca-se das demais produzidas por outras viajantes por seu porte, matéria tratada e a preocupação científica que norteou sua elaboração. Fartamente ilustrada, contém dois mapas, quatro tabelas, dezoito quadros completos e sessenta reproduções de fotografias e desenhos da autora.

Lamenta, e é a única a fazê-lo entre as mulheres viajantes, ter aceito o conselho de organizá-la no formato de diário o que dificultou a sistematização do conteúdo, correções e acréscimos posteriores desarticulados da cronologia que o modelo impunha. Dela não havia até há pouco tradução em português. Há referência bibliográfica (LEITE, Miriam, 1997: 140-191) de tradução não publicada de autoria de Anna Lifschitz. Anos atrás tive minha atenção despertada para a notável figura dessa aristocrata germânica e sua tumultuada vilegiatura cearense pelo arquiteto e professor Liberal de Castro com quem costumo entreter-me em proveitosos diálogos. Logo conseguiria junto à Biblioteca Nacional cópia do prefácio e do trecho da passagem pelo Ceará que traduzidos integram o presente trabalho. Mais tarde vim a adquirir um exemplar da primeira edição do livro da qual foram reproduzidas as imagens que compõem o presente texto. Ao pesquisar mais dados para a elaboração desta nota, dei com a notícia da edição de dois livros pelo Arquivo do Estado do Espírito Santo que reproduzem a parte do livro concernente àquele estado. Surpresa maior viria em seguida no curso de minha busca ao deparar-me com o anúncio da tradução para o português da obra completa pelo diligente e laborioso pesquisador cearense André Frota Oliveira, datada de 2014, enriquecida por notas explicativas de sua lavra e oportuna introdução destinada ao leitor brasileiro a cargo de Christian Hempel. Cumpria-se afanosa tarefa com a qual esteve envolvido por muito tempo sem que sua modéstia ensejasse divulgação ampla do memorável feito.

A passagem pelo Ceará

A visita ao Ceará, procedente do norte, em decorrência de um imprevisto acabou dilatada por vinte e quatro horas. O navio que de-

veria largar no mesmo dia da chegada acabou por prorrogar a permanência no porto o que levou a princesa a logo organizar uma ida com pernoite à vizinha Maranguape.

Fortaleza causa-lhe impressão favorável de cidade limpa e mais civilizada que Manaus, Belém e São Luis, enfeitada por jardins públicos e particulares. Dada a comparações, a visão do casario branco, o céu azul, a luminosidade intensa e as pessoas trajando roupas brancas recordam-lhe a Grécia e o norte da África. Assim como o vale situado entre as serras de Maranguape e da Aratanha, tirante a vegetação tropical, recorda-lhe trecho do vale do Reno que fica às margens do lago de Constança. Para ela as encostas dos morros assemelhavam-se às montanhas gregas e os caminhos imitavam trilhas montanhosas do sul da Europa. Há vestígios de poesia no encantamento com o alvorecer e na imagem de jangadeiros que de longe parecem sentados sobre o mar. O trajeto atribulado entre o navio e a terra aponta o porto que ainda nos faltou por muitos anos. A vegetação é descrita na sua variedade que vai da "mata anã feia e seca" a uma surpreendente exuberância da flora serrana, à menção das culturas agrícolas e à beleza útil das carnaubeiras.

De volta a Fortaleza

Transportando um mocó (Cavia rupestris Wied), mimo ofertado por amáveis brasileiros de Maranguape, a princesa e seus acompanhantes foram surpreendidos pelo que denominou de "verdadeiro motim popular" rebelde à ação policial, obrigando o grupo a refugiar-se em um armazém próximo. Tomando o bonde que chegava foram quase apeados por zeloso motorneiro a custa demovido de seu intento pela iminência de levar o pequeno séquito a perder o embarque no navio. O evento não teria passado de uma manifestação da molecagem cearense fruto da índole provinciana dos locais, aguçada pelo exotismo dos europeus em trânsito.

O simpático animalzinho foi levado até a Alemanha onde viveu por um ano aos cuidados de sua proprietária, descrito por ela como mimoso, manso, mas atrevido.

MEINE REISE

IN DEN

BRASILIANISCHEN TROPEN

VON

THERESE PRINZESSIN VON BAYERN

(TH. VON BAYER*).

MIT

ZWEI KARTEN,

4 TAFELN, 18 VOLLBILDERN UND 60 TEXTABBILDUNGEN

zum Theil nach Photographien der Reisegesellschaft und Zeichnungen der Verfasserin.

BERLIN 1897.

VERLAG VON DIETRICH REIMER

(ERNST VOHSEN).

Minha viagem aos trópicos brasileiros**

Princesa Theresa da Baviera
(TH. da Baviera)

Prefácio

Empreendi minha viagem ao Brasil na companhia de uma dama, um cavalheiro em serviço e um criado que havia adquirido habilidades no campo da taxidermia. O objetivo da minha viagem era conhecer os trópicos, possivelmente procurar tribos indígenas e coletar plantas, animais e objetos de caráter etnográfico. Como resultado da viagem pode-se registrar, entre outras coisas, a descoberta de algumas espécies e variedades novas de animais e plantas e a constatação da existência de algumas novas jazidas e sítios.

Foi, em primeiro lugar, a intenção de contribuir de modo complementar para a zoologia e a botânica que me levou a organizar os resultados da minha viagem relacionados a esses campos e a cogitar a sua publicação. Enquanto estava ocupada com esse trabalho, ocorreu a grande revolução política no Brasil, e também logo em seguida o nobre casal imperial daquele país foi levado para o repouso eterno. Agora, aquilo que eu havia visto e vivido na corte do Brasil pertencia a um período histórico encerrado, e muito daquilo ganhava em interesse pelo fato de que dali em diante não poderia mais ser observado. Isso me levou finalmente a organizar também esta parte da minha viagem, que a princípio não se destina a publicação, e incorporá-la às descrições geográficas.

Infelizmente, não foi possível encaminhar estas páginas para impressão com mais antecedência, uma vez que foram necessários cinco anos só para fazer a classificação das plantas e dos animais vistos e coletados por mim e a comparação dos objetos de caráter etnográfico com aqueles que se encontram em diversos museus de etnografia.

** Traduzido do Alemão por Miguel Araújo de Matos. Dedicado à memória de sua majestade, o muito estimado e inesquecível Imperador Dom Pedro II do Brasil.

Especialistas tiveram a bondade de classificar a maioria dos objetos, porém não me dei por satisfeita e estudei eu mesma cada um mais uma vez, tendo para isso que, primeiramente, me familiarizar com a literatura especializada. A publicação também sofreu outro atraso devido ao fato de que me vi obrigada a fazer várias viagens a fim de completar os meus estudos. Assim, em 1889 estive em Paris a fim de submeter os objetos de cerâmica indígena primitiva mexicana e de diversos países da América Central e do sul, lá expostos com uma clareza nunca vista, a um exame para fins de comparação com os objetos do Brasil. Depois estive na América do Norte em 1893 a fim de me informar sobre a maior quantidade possível de material etnográfico comparativo. Isso me foi possível por meio de visitas às coleções e também a dezessete tribos indígenas diferentes, do Canadá ao Sul do México.

Fui aconselhada a registrar minhas experiências de viagem na forma de um diário. Segui o conselho. Porém, quanto mais eu avançava na redação do meu livro, mais me conscientizava de que esta forma não era conveniente. Ela impede, por exemplo, o resumo das impressões e a utilização de experiências complementares adquiridas posteriormente. Mas se ainda assim estas últimas forem utilizadas, isso resultará no inconveniente de que aparentemente se sabia de coisas a um tempo em que era impossível ou quase impossível sabê-las. Quando percebi estas e muitas outras desvantagens de escrever em forma de diário, o trabalho já estava adiantado demais para ser reiniciado em uma outra forma de redação.

Além do embaraço supracitado, também fui impedida de organizar o meu livro do modo como desejava devido à escassez de literatura especializada. Apenas para citar alguns exemplos, várias das famílias de plantas mais importantes ainda não constam na Flora Brasiliensis, de von Martius, bem como ainda não foi lançado o volume do catálogo ornitológico, publicado pelo Museu Britânico, que trata das garças. Como durante o meu trabalho de muitos anos diversos novos pontos de vista no campo das ciências naturais fizeram-se valer, mais tarde fui obrigada a realizar várias alterações na obra já concluída. Pode ser que eu tenha feito as correções em um trecho e esquecido de fazê-las em outro e por isso tenham surgido contradições em meu livro. Enfim, apesar de diversas revisões cuidadosas do todo, é possível que tenham ocorrido muitos erros.

Antes de encerrar esta introdução, não posso deixar de agradecer a todos aqueles que tão gentilmente me ajudaram na classificação do material científico por mim coletado ou que me prestaram algum outro tipo de ajuda. Entre eles encontram-se os senhores do Museu de Zoologia, Paleontologia, Mineralogia e Pré-história e do Museu Etnográfico e Botânico de Munique, vários senhores do Museu de História Natural de Viena, do Museu de História Natural e do Museu Botânico de Berlim, do Museu Britânico de Londres, os botânicos Profs. Drs. Weiss, de Freysing, Dingler, de Aschaffenburg, Schenk, de Darmstadt, Köhne, de Berlim, Mez, de Breslau, Cogniaux, de Verviers, Drs. Stapf, de Kew e Petersen, de Copenhague, os zoólogos Conde Otting, de Munique, Conde Berlepsch, de Münden, Prof. Dr. Forel, de Zurique, o Barão de Sélys-Longchamps, de Lüttich e o Dr. Goeldi, do Pará, e finalmente o geólogo Prof. Orville A. Derby, de São Paulo.

Munique, 1897
A autora

A bordo. Costa do Ceará. Terça-feira, 31 de julho

Às 6 horas da tarde, ergueu-se diante de nós, a sudeste, a Ponta de Jericoacoara, com duas cúpulas, iluminada pela luz rosada do pôr-do-sol.

Tínhamos diante de nós a costa da província do Ceará, que a princípio se estendia a oeste e agora a sudeste. Trata-se de uma província que tem, de fato, uma extensão menor que a das outras províncias vistas por nós até agora – apenas 104.250 Km² - [1], ainda assim é maior que a pátria-mãe Portugal e suas ilhas. É uma das regiões mais povoadas do Brasil, uma vez que dentro dos seus limites contam-se 9 habitantes por quilômetro quadrado. Embora predomine a população mestiça – perfazendo aqui 49% -, como em média

[1] Compare Wappäus (?): Das Kaiserreich Brasilien (O Império do Brasil), pp. 1213-1214.

nas regiões Norte e Central do Brasil, já vemos em relação às províncias mais ao norte um aumento significante da presença do elemento branco, que aqui representa 38% da população, enquanto os negros limitam-se a 6%. Por outro lado, o número de índios civilizados, com 7%, volta a aumentar em comparação com o Maranhão.

O Ceará faz parte das verdadeiras províncias de campos, uma vez que, desde o Maranhão até o Rio São Francisco, ao longo de sete graus de latitude, os campos avançam desde o interior do Brasil até o mar. A região costeira do Ceará é baixa e em grande parte arenosa, porém também apresenta trechos férteis. Em direção ao interior, o terreno eleva-se aos poucos contra os montes. Campinas alternam-se com a caatinga e outras formas de vegetação de campos. Os sertões, próprios para a pecuária, também existem em abundância. Assim como as demais províncias de campos do litoral, em comparação com as outras terras costeiras do Brasil o Ceará também é pobre em espécies vegetais e animais. O clima litorâneo caracteriza-se de maneira vantajosa por uma umidade mais alta e temperatura mais moderada que no interior. A isoterma anual de Fortaleza, situada a 3°43'36'' de latitude sul, é de 26,6° C, a temperatura média do mês mais quente é de 30,4° C e a do mês de mais frio é de 23,1° C. O volume anual médio de precipitação é de 1941 mm, mas também já se registraram até 2500-3000 mm. No outono, que vai de março a maio, ocorre a maior quantidade de chuvas, porém os meses de fevereiro e junho também apresentam um aumento razoável das precipitações, enquanto a primavera é a estação menos chuvosa. O interior apresenta um clima mais continental. A isoterma anual aumenta para até 40,8° C. A média do mês mais quente é de 35,2° C e do mês mais frio é de 26,6° C. Nos planaltos do interior, o sertão, a temperatura diurna no verão eleva-se a 37° C e à noite cai para 19° C. O clima é não apenas muito quente, mas também extremamente seco. A estação chuvosa, que começa em janeiro ou março, dura até junho. Os demais meses caracterizam-se por um período muitas vezes completamente sem chuvas. Os cursos de água secam, e quando a estação chuvosa não ocorre durante um ou vários anos, o que costuma acontecer periodicamente, ocorrem secas que obrigam o homem e o gado a emigrar ou provocam sua morte em consequência da fome.

A bordo. Costa do Ceará. Quinta-feira, 2 de agosto

Na noite de anteontem para ontem tivemos marulho bastante forte. Ontem de manhã cedo avistamos as belas linhas da Serra de Maranguape, com 920m de altitude e constituída de granito. Ao tom cinza esverdeado predominante na encosta da serra, que fazia lembrar as vestes de um carrasco, juntavam-se nos barrancos tons avermelhados, produzidos por jogos de sombras escuras bem delimitadas. Diante da serra encontravam-se as dunas da costa deserta, coroadas em pequenos trechos por uma vegetação não muito exuberante. Servindo como triste cenário, um vapor encalhado da "Companhia brazileira", o qual se havia acidentado nesta costa famigerada por seus muitos bancos de areia e frequentes naufrágios, apesar de ter a sua disposição os práticos mais experientes do local. Pouco tempo depois, situada sobre uma duna amarela, surgiu no horizonte Fortaleza, a capital da província do Ceará. A oeste, a uma distância considerável, morros formavam o segundo plano.

Pescadores vagavam em direção ao mar em jangadas, os veículos mais estranhos e semelhantes a barbatanas que se podem ver. Trata-se de balsas construídas com troncos, que já eram utilizadas em tempos primitivos pelos indígenas brasileiros do litoral. Agora esses veículos primitivos servem aos índios e mestiços ao longo da costa plana entre o Pará e a Bahia tanto para a pesca quanto para o transporte de pessoas e o intercâmbio comercial. Em geral, eles estão equipados com mastro, vela latina, leme e um banco. Quando as jangadas são muito pequenas, a vela está recolhida e o banco é muito baixo, de longe não se vê o veículo, tendo-se a impressão de que o jangadeiro está sentado sobre a água e é arremessado para cima e para baixo pelas ondas que de vez em quando batem sobre suas pernas. A segurança absoluta que este tipo de veículo parece oferecer é apenas ilusória. Os pequenos entre eles às vezes soçobram e aí os pescadores lançados à água devem sua salvação somente à habilidade de nadar.

Nosso vapor fundeou no ancoradouro aberto da cidade de Fortaleza, que se erguia diante de nossos olhos branca como a neve, como uma cidade oriental, a qual não tem porto e é protegida apenas por um recife baio. Jangadas mais aperfeiçoadas que aquelas descritas anteriormente deveriam nos levar à terra. Cada uma dessas jangadas

tinha capacidade para duas pessoas, que deveriam se sentar em um banco, o qual se encontrava no ponto mais alto de uma superfície de tábuas inclinada colocada sobre os troncos da jangada. Na parte dianteira, no final dessa traseira, sobre os troncos amarrados, havia um segundo banco para a tripulação da jangada. Como nossas jangadas, cujas partes mais baixas eram levadas pelas ondas, balançavam bastante, nós nos segurávamos firmemente nos bancos durante o curto trajeto. Uma forte vaga arremessou a jangada sobre a areia, e antes que uma outra se seguisse, braços firmes já haviam nos retirado da jangada e conduzido através da rebentação espumante para a terra seca.

Logo ali acima da praia encontrava-se um jardim público encantador que ia subindo em forma de terraços. Nos terraços inferiores habitava um pássaro característico da região dos campos, uma ema de penas cinzentas (Rhea macrorhyncha Sclat), que aqui lamentava sua liberdade perdida. As partes superiores do jardim eram adornadas por estátuas. Mongubeiras (Bombax Monguba Mart) carregadas de grandes frutos marrons e lenhosos de forma oval estendiam ali sua folhagem escura. Além delas havia espinheiros (Mimosa sepiaria Benth), árvores encontradas com frequência no sul do Brasil. Também não faltavam as plantas vermelho-fosforescentes, em forma de árvores, muito disseminadas por aqui e que os nativos chamam de logura ou jasmim e que supostamente seriam Bougainvillea pomacca Choisy. Pequenos riachos cortavam o jardim e aráceas de folhas grandes cobriam em alguns lugares o chão de areia clara.

Esse não era o único jardim existente em Fortaleza. Jardins particulares muito bonitos intercalavam-se com as fileiras de belas casas de um e dois andares recém-caiadas. Adornos ornamentavam as fachadas das residências. Gárgulas representando cabeças de dragão erguiam-se dos telhados sobre as calçadas bem conservadas das ruas limpas, largas e retilíneas e tornavam um passeio sob a chuva pouco atraente. Coqueiros, isolados ou reunidos em grupos e arvoredos, alçavam aqui e ali suas partes peniformes sobre as casas. Também não faltavam algumas das singulares bananeiras em forma de leque (ravenala), e pela primeira vez vimos um mandacaru (cereus), uma daquelas estranhas formações vegetais que são típicas tanto das paisagens mexicanas quanto dos campos do Ceará. Nas estradas fora da cidade e nos subúrbios, choças pitorescas cobertas com folhas de pal-

meira, como as que havíamos visto às margens do Amazonas, juntavam–se às casas e mansões bem cuidadas. O pano de fundo da paisagem das estradas era formado pelo mar azul cintilante ou pela região tropical de cores magníficas.

Em comparação com Manaus, o Pará e São Luís, Fortaleza, com seus 30 mil habitantes, mostrava no estado das casas e ruas um grande progresso no que diz respeito a um aspecto civilizado. Os negros, cuja quantidade havia chamado nossa atenção em São Luís, apareciam aqui em um número muito menor e em vez disso havia muitos brancos. Também notamos nas ruas alguns índios pardos, de olhos oblíquos e malares salientes, enquanto que na capital do Maranhão não havíamos visto um sequer, embora bem perto dali, na mesma ilha, ainda habitem alguns tupis. Não ficamos sabendo a que tribo pertenciam os índios que encontramos em Fortaleza e em seus arredores. Os índios que vivem na costa do Ceará são tupis, porém não mais de raça pura. Os que vivem no interior são cariris, membros de uma tribo que atualmente não se classifica em nenhum dos oito grupos indígenas principais do Brasil. Além disso, citam-se ainda cerca de doze tribos ou hordas existentes no Ceará, das quais cerca de metade são designadas como não sendo tupis, enquanto não se tem qualquer informação positiva sobre a que grupo todas pertencem[2]. Porém, hoje em dia esses índios parecem em parte não mais existir e em parte ter-se miscigenado.

Em Fortaleza, pela primeira vez no Brasil, algo nos lembrou a Grécia e a África do Norte. O céu era de um azul mais escuro que no Amazonas e a vegetação menos exuberante. As ruas e praças eram mais desertas, arenosas e queimadas pelo sol. Em lugar das árvores típicas daquela região (*Mauritien*), com suas palmas em forma de leque, havia os coqueiros com suas folhas pinuladas que se assemelham às tamareiras da costa do Mar Mediterrâneo. Também as muitas casas brancas de um pavimento e as pessoas que andavam pelas ruas vestidas de branco e com as cabeças envoltas em tecidos brancos, das quais muitas montadas a cavalo e em lombo de jumento, lembravam latitudes ao sul do Velho Mundo. E finalmente o pano de fundo, formado pela estrada

[2] Pompeu: O Ceará em 1887, pp. 185, 262, 275, 281, 282 – Moreira Pinto: Apontamentos para o Diccionario Geographico do Brazil I 55, III 229, V 197 e 346 – Moura: Diccionario Geographico do Brazil II 720.

de aspecto bastante oriental e margeada por densa vegetação que percorre o bairro próximo de Benfica e sobe em linha reta um morro abobadado, trouxe-nos imediatamente à memória uma estrada de Corinto com Acrocorinto como remate.

Como nosso vapor havia adiado sua partida do mesmo dia da chegada para o dia seguinte, voltamos rapidamente a bordo a fim de nos preparar para um passeio a Maranguape, com pernoite lá mesmo. A volta ao navio, ou seja o balançar da jangada na maré cheia, foi ainda mais excitante que o desembarque ocorrido algumas horas antes. Depois de algumas pessoas entroncadas terem empurrado com dificuldade a jangada para dentro da água pouco profunda e de nós termos sido transportados através da escuma, chegou o momento de afastar-nos da praia, e era aí que estava a dificuldade. Uma onda após a outra arrebentava contra a nossa jangada – poupando apenas os bancos – e a atravessava de volta à água rasa antes que pudéssemos atingir águas mais profundas. Porém, mais emocionante foi o nosso terceiro percurso de jangada, aquele de volta do vapor para a terra, pois quase naufragamos. O mastro alto da jangada ficou preso no cordame do navio, enquanto a forte ondulação puxava o corpo da jangada em direção à terra e o tirava da horizontal de maneira cada vez mais preocupante. Somente a ação de marinheiros que pularam do convés do [vapor] Maranhão e um forte solavanco da nossa jangada livraram-nos daquela situação no mínimo desagradável.

Às 4 horas da tarde, partimos de trem de Fortaleza para Maranguape, uma cidadezinha do interior situada ao pé da serra de mesmo nome e que desfruta de um clima particularmente úmido. Esta viagem de trem de 28 km, a primeira que fizemos no Brasil, não nos inspirou grande respeito pela empresa ferroviária brasileira. No meio do caminho, em uma subida insignificante, nossa locomotiva parou. Estava sem vapor, um fato que, segundo declarações dos nossos companheiros de viagem nativos, se repete diariamente e que estes saudavam com ironia: "Está cansada". Esta estrada de ferro, cuja construção serviu em parte para proporcionar trabalho à população expulsa do interior pela seca e pela fome ocorridas em 1878, conduziu-nos à região dos campos, até então desconhecida para nós. A mata atlântica, que tivemos que atravessar, era muito bonita, porém não se podia comparar com a magnífica Hiléia. A ela seguia-se um cerrado ou carrasco,

que cobria todo o resto da região, uma mata de arbustos, a qual havia perdido suas folhas, pois era inverno. As altas palmeiras só podiam atenuar um pouco a impressão extremamente desoladora que esta paisagem de brenhas causava sobretudo em nós, que havíamos acabado de chegar do Amazonas, o mundo vegetal mais exuberante da terra. Muitos mandacarus (Cereus) estendiam seus fantásticos caules e ramos bem alto. Ao lado da primeira estação cresciam anonáceas e jenipapeiros (Genipa americana L.). Mais para o interior apareceram, além dos catolés (Cocos comosa Mart.) com suas pequenas coroas, as belas carnaubeiras (Copernicia cerífera Mart.), com suas folhas em forma de leque e fileiras de espinhos que subiam pelo tronco em forma de espiral. Estas últimas eram palmeiras, as famosas palmeiras de cera do Brasil, que ocorrem principalmente no Ceará. Além de a decocção de suas raízes servir como medicamento, seu tronco como madeira para construção, suas folhas para cobrir as casas, suas fibras para fazer trabalhos artesanais, a medula, os brotos das folhas e os frutos como alimento, essas palmeiras ainda fornecem como produto característico uma cera retirada de suas folhas, muitas utilizada para fazer velas. Desta cera, que é consumida na própria província e exportada para o resto do Brasil e para a Europa, obtivemos uma amostra em uma das estações na forma de uma pequena vela verde-acinzentada.

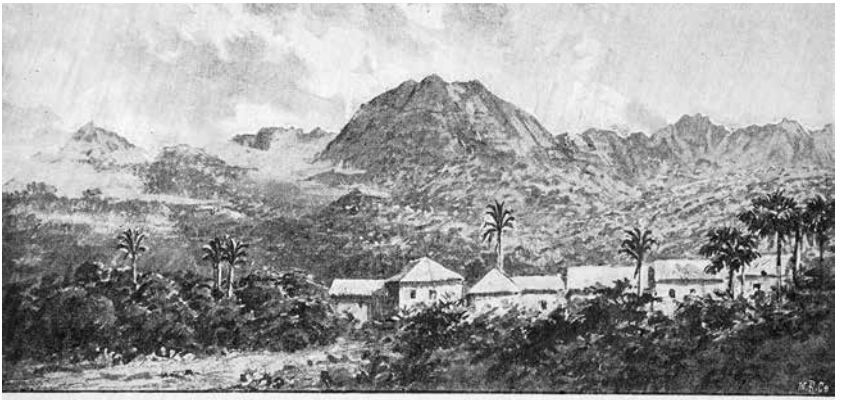
Carnaúbapalmen. (Nach Reclus.)

Além das plantas úteis e culturas supracitadas, notamos durante nossa viagem a Maranguape cajueiros (Anacardium occidentale), mandioca, algodão e algumas plantações de cana-de-açúcar, perto das quais erguiam-se engenhos. O principal artigo de exportação do Ceará é o algodão, do qual pelo menos três espécies são nativas do Brasil. Mais ainda que no Ceará, o algodão é cultivado nas províncias próximas da Parahyba do Norte. Pernambuco e Alagoas, porém floresce em todo o país. Trata-se de uma planta que, assim como o tabaco, resiste melhor às secas mais prolongadas. A produção brasileira anual média de algodão é estimada em cerca de 40 milhões de quilogramas[3]. No ano de 1887, a exportação chegou a 23 milhões de quilogramas[4].

Quanto mais nos aproximávamos dos morros, mais atraente se tornava a região. A mata anã, feia e seca recuava cada vez mais e diante de nossos olhos descortinava-se uma paisagem tropical encantadora, que nós não esperávamos encontrar no Ceará. Alguns pequenos lagos com margens pouco profundas estendiam suas superfícies lisas como espelhos. Pitorescos grupos de carnaubeiras, cujos troncos robustos inclinavam-se graciosamente, cercavam e sombreavam as águas serenas. Como pano de fundo, um semicírculo de belos montes completava a paisagem, esteticamente perfeita. À nossa frente erguia-se a Serra da Aratanha, construída de granito e com 780m de altitude, à nossa direita a magnífica Serra de Maranguape, ambas distinguem-se tanto pelo clima agradável quanto pela qualidade do seu solo para o cultivo do café. Aliás, o café cultivado na Serra de Maranguape é considerado excelente e já chegou ao mercado europeu.

Penetrávamos cada vez mais fundo entre essas duas serras, no vale quase circundado por elas, o qual, tirando sua vegetação tropical, lembrou-nos do trecho do vale superior do Reno que fica às margens do Lago de Constança. Ainda tivemos que passar por todo um bosque de carnaubeiras, depois disso, ao pé do morro de mesmo nome, surgiu diante de nós a cidadezinha de Maranguape, conhecida pelo cultivo da laranja.

[3] N. do T.: 40 mil toneladas.
[4] N. do T.: 23 mil toneladas.



Maranguape. (Nach Natur skizzirt von der Verfasserin, ausgeführt von B. Wiegandt.)

Embora Maranguape tenha 12 mil habitantes, não possui uma hospedaria. Assim, encontramos abrigo em uma casa particular, na qual nos foram destinadas redes que em geral servem para os negros dormirem. As demais instalações do quarto eram extremamente simples e primitivas, porém tudo isso pouco nos preocupava, ruim foi apenas o fato de o dono da casa, depois de não termos comido nada desde as 10 horas da manhã, nos fazer esperar até 9 da noite por um refresco. Acalmamos nossos estômagos – que roncavam – por meio de um passeio até o pé do morro, por entre choupanas e uma população de cor. Nossa chegada deixou meia Maranguape em alvoroço, um sinal de quão raramente estrangeiros, e principalmente estrangeiras, visitam este lugar. Além disso, só o fato de sermos senhoras viajantes já era algo inédito, uma vez que as brasileiras das classes mais altas são excluídas da vida pública quase do mesmo modo que as orientais.

Os belos touros que encontrávamos por toda parte e que contrastavam como vantagem com os bois magros das margens do Amazonas lembraram-nos da pecuária ainda importante no interior da província. Ontem e hoje vimos com freqüência juntas de bois de seis a dez cabeças. Também não faltavam cavalos, e quase toda a população tinha montaria. Além das secas, um outro estranho inimigo ameaça a pecuária do Ceará. Trata-se da grande quantidade de morcegos, que durante o dia vivem nas cavernas e ao anoitecer, esvoaçando, devastam o rebanho bovino devido ao seu grande número.

Uma luz morna de pôr-do-sol meridional sobre a Serra de Aratanha, coberta por uma vegetação rala, e uma vista avermelhada do sol no alto da Serra de Maranguape foram as últimas impressões aprazíveis do dia de ontem. À nossa volta erguiam-se coqueiros e também o amplo vale entre as duas serras era enfeitado por palmeiras.

Hoje de manhã cedo, às 5 horas, partimos para uma excursão à Serra de Maranguape. Como os cavalos encomendados não chegaram, nossa pequena comitiva pôs-se a caminho a pé. Um luar deslumbrante iluminava a trilha, porém logo começou a amanhecer lentamente. Na subida passamos por choupanas de índios e entre carrasco sem folhas e campos feios de subarbustos de algodão amarelos. O caminho muito acidentado e empoeirado tinha o aspecto de uma trilha de montanha do sul da Europa. A própria encosta do morro, coberta até o alto por arbustos, era irregular como as encostas das montanhas gregas. No caminho havia alguns tanques rodeados de palmeiras. Catolés (Cocos comosa Mart) e outras palmeiras pareciam gigantes em meio à floresta baixa. Alguns mulatos e índios passaram por nós, descendo em direção à cidade. A alvorada durou mais de três quartos de hora. Só por pouco tempo o céu ficou coberto por uma vermelhidão escura, depois empalideceu em tons amarelos e logo o firmamento estava descorado pelo azul do dia, quando o globo de fogo solar despontou poderoso no céu. Devido a sua órbita quase vertical nestas latitudes, o sol se afastava do horizonte a uma velocidade incomum para nós, que vínhamos de países nórdicos.

A paisagem estranha achava-se desvendada diante de nossos olhares. Aos nossos pés, em direção ao norte e ao nordeste, a planície coberta pela vegetação estendia-se até o mar, mergulhada em um brilho violeta. No leste e no sul, erguia-se a Serra de Aratanha, também bafe-

Ochsenfuhrwerk.

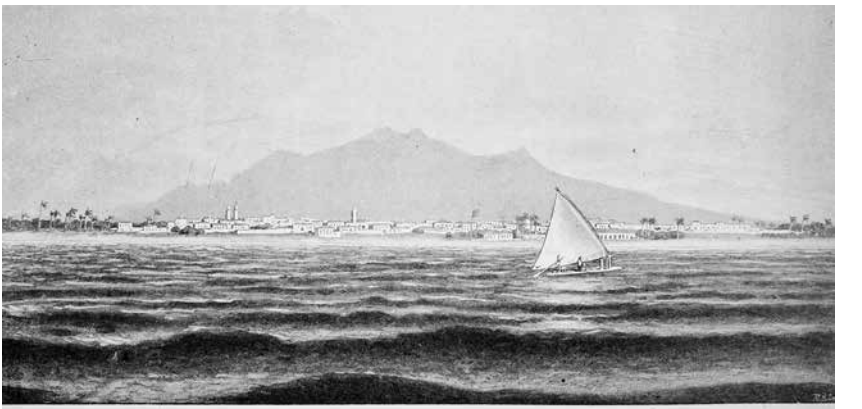
jada por tons violeta. A oeste, atrás de nós e ao nosso lado, as encostas cobertas de palmeira da Serra de Maranguape formavam um talude com o vale. Não se podia deixar de notar a leve semelhança com montanhas gregas, porém, devido à vegetação que aqui tudo cobria, faltavam os tons de cor intensos das terras helênicas.

Por volta das oito horas deu-se o nosso retorno a Fortaleza. Nesse ínterim nossa bagagem havia sido enriquecida com um volume vivo. É que a caminho da estação, em uma loja cujas portas estavam escancaradas, eu havia notado a presença de um roedor encantador – um mocó (Cavia rupestris Wied) – e o havia acariciado. Um quarto de hora mais tarde, numa autêntica demonstração da amabilidade brasileira, alguns senhores desconhecidos vieram nos trazer o animalzinho de presente. O animal é uma criaturinha mansa, completamente sem cauda, com cerca de 27 cm de comprimento. Sua pele é da cor da pele da nossa lebre, suas orelhas são baixas, seus movimentos muito mais vivos e graciosos que os do nosso porquinho-da-índia. Seu habitat é a serra pedregosa da região de campos nordestina, onde o animal vive sua alegre existência e, graças a suas pernas muito altas, dá grandes saltos e não se importa com as condições do solo.

Em Fortaleza passamos por uma situação ainda pior que em Maranguape. Enquanto esperávamos por um bonde, surgiu um verdadeiro motim popular em torno de nossa presença aparentemente um tanto exótica. Policiais tentaram dispersá-lo, mas como isso foi em vão, pediram-nos para entrar em uma loja para que o povo que nos olhava embasbacado não pudesse nos ver. No meio da multidão notamos a presença de um negro que sofria de elephantiasis graecorum, a lepra verdadeira. Até então ele ainda não apresentava mutilações dos membros, porém a lepra se manifestava por meio de manchas cinza esbranquiçadas ou tumores que cobriam ambos os pés e todos os dedos de cada pé. Esta terrível doença, que no Brasil acomete principalmente os negros, mas também não poupa os brancos, ocorre no país todo, porém com mais freqüência no interior do que no litoral.

O bonde que descia em direção à praia libertou-nos finalmente do nosso estado de sítio. Porém, mal havia eu tomado assento no bonde, tendo ao colo meu mocó, abrigado provisoriamente em uma ratoeira, quando o condutor quis me obrigar a descer por causa do animal. O perigoso sol tropical do meio-dia brilhava com um calor indescritível,

não havia nenhuma sombra à vista, além disso, a ida a pé, que parecia estar-se tornando necessária, em vez do percurso de bonde, ameaçava fazer-nos perder o vapor. A situação estava crítica. Por fim, palavras suplicantes amoleceram o coração do homem resmungão e a condessa, como eu era conhecida entre os meus companheiros de viagem do navio, pôde utilizar o bonde até a praia juntamente com o seu animal.



Fortaleza, mit einer Jangáda im Vordergrund.
(Nach Natur skizzirt von der Verfasserin, ausgeführt von E. Berninger.)

Pouco depois do meio-dia, o "Maranhão" levantou âncora e seguiu novamente o seu curso em direção ao sul. À medida que o navio avançava, a Fortaleza branca como a neve, também chamada simplesmente de Ceará, surgia com suas linhas distintamente longas ao pé da Serra de Maranguape, e desse modo oferecia um quadro graciosamente pitoresco. Aos poucos desapareceram os montes e apenas uma costa de areia desconsoladamente plana e uniforme, formada por dunas de um amarelo vivo, limitava o horizonte. À noite, uma fogueira acesa por moradores da praia e o farol de Aracaty, localizado na barra do Rio Jaguaribe enviaram-nos as últimas saudações da interessante província de campos do Ceará.

Bibliografia

BAVIERA, Princesa Teresa da (TH. Von Bayer). Minha viagem nos trópicos brasileiros. Fortaleza: André Luis Frota de Oliveira, 2014. 677p.

BAYERN, Therese Von (1850-1925) – Teresa da Baviera. *Nomes da história intercultural em contextos euro-brasileiros.* Disponível em: <http://www.academia.brasil-europa.eu/Materias-abe-87.htm>:23 out.2014.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes***.** São Paulo: Metalivros, 1999. 192p.

CAMURÇA, Zélia Sá Viana. Mulheres viajantes no Brasil, Século XIX**:** *agentes e intérpretes da 'visão de mundo' do brasileiro – uma análise etno-histórica*. Fortaleza: Pouchain Ramos, 2012. 160p.

Em 1888 a Princesa da Baviera...- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <http:www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=649345301820592&id=112621358826...>.Acesso em: 19 dez. 2014.

LEITÃO, C. de Mello. *História das Expedições Científicas no Brasil.* Porto Alegre: Nacional, 1941. 360p. (Biblioteca Pedagógica Brasiliana – Série Brasiliana 209).

LEITÃO, C. de Mello. *Visitantes do primeiro império.* São Paulo: Nacional, 1934. 251p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira – Série Brasiliana 32).

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de viagem (1803 – 1900)***.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. 263p.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Mulheres viajantes no século XIX*. São Paulo, 2000. P. 129-143 (Cadernos Pagu 15).

MACHADO, Lisanea Weber. O Romance epistolar de Ina Von Binzer**:** *um documento de interculturalidade brasileiro-alemã.* Porto Alegre, 2010. 117 f.

PRINCESA TERESA DA BAVIERA**.** Disponível em: <http://www.brasilalemanha.com.br/novo_site/noticia/princesa-teresa-da-baviera-por-i...>. Acesso em: 19 dez. 2014.

O sesquicentenário do Seminário da Prainha, 1864-2014, nas revelações da memória individual e da memória coletiva

Gisafran Nazareno Mota Jucá*

A vida é uma indagação contínua e a própria configuração do ser humano, com o passar dos anos se afigura como a revelação de uma insistente indagação, afinal todo indivíduo é uma indagação ambulante e não é à toa que no curso da nossa biogenética nos curvamos ao passar dos anos, quando a maneira pesada de andar, com o pescoço curvo, seja de forma acentuada ou de modo discreto, a ameaça de uma curvatura indesejada , cada um de nós se afigura como a representação de uma constante revelação, da nossa fragilidade existencial, afinal somos indagações ambulantes, conscientes ou inconscientes, em contínua busca de soluções aos insolúveis dilemas que nos rodeiam.

A procura de salvação não se afigura exclusivamente como uma revelação da identidade de uma determinada crença religiosa, igreja ou religião, ou de um determinado país ou sistema, mas permanece estampada, no palco da história universal, como a semente fecunda de todo o conhecimento do processo histórico, sem fronteiras, na busca da almejada realização humana. A sua própria configuração se revela em forma indagável e o *continuum* da história não é explicado apenas no livro dos livros, a Bíblia, mas permanece em debate ao longo da história, seja qual for o período ou século evocado, seja qual for a cultura reverenciada, sempre fulgura uma indagação. Somos indagações contínuas, cercadas de múltiplas questões, na tentativa de compreender o curso histórico no qual estamos inseridos.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

No peso das indagações que me acompanharam, ao longo dos anos vividos, uma delas perdurou de forma constante e dizia respeito exatamente ao histórico do Seminário da Prainha na história da minha vida e dos que comigo viveram: o que representou, na década de sessenta do século passado o meu internato, dos onze aos dezessete anos e dos demais colegas de internato, na Prainha, ou a vida cotidiana dos sacerdotes que ocuparam cargos do magistério à sua direção, ao longo do período de formação eclesiástica, do seis anos do chamado Seminário Menor até os cinco anos do chamado Maior, dedicados à formação filosófica e teológica de muitos convidados e poucos escolhidos, como nos transmitia a tradição católica?

A primeira vontade de escrever sobre o Seminário se manifestou, logo após a minha saída, dessa instituição, em 1963, ao término da quarta série ginasial, coincidindo com a saída dos Padres lazaristas da direção da Prainha, precisamente um ano antes de completar o centenário de dedicação da referida ordem religiosa à formação do clero cearense e de parte do clero de outras dioceses do Ceará. Um detalhe complementar, saí por recomendação do Reitor Lazarista, que não me via como alguém apto a seguir a carreira eclesiástica, modelada no sentido da manutenção de uma obediência contínua aos seus superiores. Nada de condenável havia praticado, mas a minha insistência em fazer coro às críticas constantes ao rigor disciplinar dos lazaristas e à severa vigilância, que nos era direcionada, como algo fora do tempo, expressando uma insatisfação coletiva, no início da década de sessenta, presente no chamado Seminário Menor e mais acentuada no Seminário Maior, revela o estado de inquietação reinante entre os internos da Prainha daqueles dias.

A saída dos padres lazaristas da direção da Prainha, em 1963, um ano antes da comemoração do centenário da respeitada instituição nos deixou cercados de indagações, sempre levantadas, mas nunca respondidas a contento: por que os lazaristas deixaram a direção do seminário? Foi apenas em decorrência e como uma reação da direção da instituição a um caso ocorrido contra "a moral e os bons costumes" ou teria sido, sobretudo, uma decisão do polêmico Arcebispo de Fortaleza, Dom José de Medeiros Delgado, louvado pelos que com ele trabalharam, como seus assessores imediatos ou mesmo pelos seminaristas que o conheceram de perto, mas criticado, pelos que o acompanharam,

indiretamente, ao longo de sua estada como Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, seja, por seminaristas, oriundos de outras dioceses, seja pela opinião de alguns padres que com ele conviveram, como os próprios padres lazaristas.

A respeito da polêmica presença de Dom Delgado, na Arquidiocese de Fortaleza, no período em que o Concílio Vaticano II despontava, (1962 -1965) como uma renovação eclesiástica, com os prós e os contra sua atuação, além da monografia do Professor José Fernandes Brandão, em defesa e reverência a Dom Delgado, intitulada *A Verdade sobre Dom José de Medeiros Delgado, arcebispo* de *Fortaleza,* ao término do Curso de Especialização em Ciência da Religião: o fenômeno religioso, cursado em 1999, merece destaque a dissertação de Mestrado/UFC, do historiador Márcio de Souza Porto, intitulada "Dom Delgado na Igreja do Seu Tempo. (1963-1969)". O autor analisa a ação social de D. Delgado, que se apoiava nas decisões do Concílio Vaticano II, destacando o seu envolvimento com a pastoral adotada, em prol do "aggiornamento" (atualização) da igreja, seguindo a trilha alimentada por Dom Helder Câmara, no Recife e Dom Antônio Fragoso, na diocese de Crateús, aqui no Ceará. Entretanto, fica explícito nessa dissertação que Dom Delgado não pode ser definido como um membro da chamado esquerda católica, nem pode ser considerado um aliado da chamada facção da direita, presente na igreja católica dos anos sessenta.

O curioso é que a mudança registrada, na história do Seminário, com a saída dos lazaristas, substituídos em sua direção pelos padres seculares, provenientes da Arquidiocese de Fortaleza e das demais dioceses do estado, integrantes do quadro docente do Seminário intitulado Regional, sacerdotes vindos de Sobral, Crato, Limoeiro, foi mais passageira do que alvissareira, pois em menos de cinco anos, uma nova crise se manifestou,na Prainha, ou melhor, a velha crise ressurgiu, demonstrando que a questão básica não se restringia ao tipo de direção da consagrada instituição, mas ao modelo de formação adotado que já não atendia ao turbulento cenário da época. Sobre o porquê da crise vivida pelo Seminário, em dois momentos de uma mesma década, com os lazaristas e sem os lazaristas, sem menosprezar as explicações apresentadas pelos mais de cinquenta entrevistados, envolvendo um Arcebispo, três Bispos, alguns padres lazaristas, como dois ex-reitores, dom

Vicente Zico e Padre Agatão e um professor, diretor espiritual, professor de português, o estimado Padre Gomes, lembrando que uma parte dos docentes era constituída por padres seculares e mesmo por ex-seminaristas, quando da instalação do Seminário regional. Sobre essa época, eu destaco dois reveladores depoimentos: o primeiro é do Padre Osvaldo Carneiro Chaves, o consagrado e louvado professor de português, do Seminário de Sobral:

> "*Sobre a saída dos padres lazaristas da direção da Prainha, no meu entender não foram os lazaristas que saíram, foi um barco que afundou.Não foi o rato que saiu do navio, foi o barco que afundou. O seminário se acabou.Foi uma encruzilhada do Vaticano, uma encruzilhada histórica. Eu acho que foi o barco do Seminário que naufragou, porque fechou o nosso seminário, aqui, em Sobral, fechou o da Prainha, aqui foi em 1967. Ninguém sabia onde colocar os seminaristas. O reitor do Seminário inventou de colocá-los no Colégio Sobralense, que é diocesano: os seminaristas vão para lá, são estudiosos, acabam convencendo os outros para serem seminaristas também, para entrarem no Seminário, o que não aconteceu. Não por deficiência dos seminaristas, mas por causa do contexto histórico.O Concílio de Trento já acabara.Era uma madrugada."*

A segunda explicação nos foi apresentada pelo Monsenhor João Olímpio Castello Branco, da diocese de Limoeiro, que passou apenas quatro anos na Prainha, pois foi cursar Teologia em Roma. Segundo ele, "Você imagina o mar revolto, você conduzir uma barca num mar revolto, não é qualquer timoneiro que conduz. Então, a coisa estava efervescendo, esse vírus, se e que a gente pode chamar assim, esse desejo de liberdade.É proibido proibir, estava escrito lá em Paris. É proibido proibir. Trabalhe para viver, não viva para trabalhar. Então isso pegou dentro da igreja, dos seminaristas. Crise de autoridade, crise de obediência e os padres não estavam preparados e então não souberam enfrentar..."

O livro, de minha autoria, ainda não publicado, *Seminário da Prainha: indícios da memória individual e da memória coletiva* resultado do meu estágio de pesquisa de pós-doutorado, cursado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, sob a supervisão da Professora Dra. Sandra Jatahy Pesavento, que já partiu dessa vida e a quem apresento uma dedicatória especial, evocando o poeta Carlos Drumond de Andrade, para quem "a morte é algo perfei-

tamente natural desde que não aconteça com aqueles que nos são caros," esse livro está dividido em tópicos temáticos, que não intitulei capítulos, envolvendo desde "O Seminário da Prainha na micro história urbana e sua memória," - dedicado à memória social de Fortaleza, expressa pela Literatura,através das produções literárias, *A Normalista*, de Adolfo Caminha e Aldeota, outra obra de destaque da literatura cearense, do romancista Jader de Carvalho, reveladores do cotidiano de Fortaleza, na segunda metade do século XX e da Fortaleza do pós-guerra, com seus contrastes sociais, sempre presentes ao longo da sua história.

Também recorri ao que denominei de "resquícios da memória individual", ou seja, memória da Prainha no processo de "individuação", além de algumas memórias individuais, reveladoras de uma memória coletiva, composta pelos depoimentos de Dom Vicente Zico,um dos últimos Reitores da Prainha, Arcebispo Benemérito de Belém do Pará, Padre Sebastião Agatão Dias, último reitor lazarista da Prainha e o Padre Antonio Gomes Pereira,outro lazarista benquisto e relembrado pelos depoentes, além dos cearenses Dom Paulo Eduardo Andrade Ponte, Professor Alberto Barbosa Viana, Monsenhor Dermival de Andrade Gondim, Padre Osvaldo Carneiro Chaves, Padre Gotardo Thomaz de Lemos, Padre Francisco Alves Teixeira, Professor Raimundo de Assis Holanda, Modesto Siebra Coelho, Roberto Caminha Cavalcante e Professor Paulo Cartaxo Andriola. O total foram 51 entrevistas, das quais 14 as reproduzi na íntegra, não em virtude de uma simpatia especial, para com os entrevistados, mas pelo caráter representativo de cada uma delas.

O critério de escolha desses depoimentos, que denomino integrais, deveu-se ao significado revelador de cada uma dessas experiências, como por exemplo a do Padre Teixeira, que deixou a vida eclesiástica, casou e após ficar viúvo voltou ao sacerdócio, a dos meus amigos, "quase irmãos" Modesto Siebra Coelho e Raimundo de Assis Holanda ou ainda do Professor Paulo Cartaxo Andriola, oriundo da Diocese de Cajazeiras, PB, mas que cursou um ano no Seminário de Olinda, além da sua estada na Prainha.

As outras valiosas revelações, extraídas dos depoimentos dos demais entrevistados, envolvendo os residentes nas cidades de Fortaleza, Limoeiro do Norte, Crato, Sobral, João Pessoa, São Luiz, Teresina e

Belém do Pará nos fizeram compreender o significado de cada uma das experiências aqui vividas e ali rememoradas, não como se costuma generalizar na classificação das entrevistas, como um "resgate", pois nada se resgata, na história, mas se rememora e se reconstrói o passado, no presente e com os olhos do presente, partindo das revelações,dos entrevistados, fornecidas não apenas pelo nosso modo racional de pensar, mas como uma demonstração da força reveladora do inconsciente coletivo.Cada uma das entrevistas é um livro aberto acerca do papel do velho Seminário da Prainha, o que denominei no início da pesquisa como uma outra Fortaleza, uma fortaleza fortalecida pela fé na busca da remissão dos pecados de uma desfortalecida Fortaleza, capital do estado do Ceará.

Tais depoimentos nos conduzem ao que denominei "representação do imaginário sacralizado e os contrastes redimidos", além de focalizar "o peso do celibato e o ideal de sua sublimação", sem esquecer "a crise no anos sessenta do Seminário da Prainha, antes das considerações finais.São mais de 500 páginas moldadas espontaneamente, sem dificuldade em redigi-las, ou melhor, digitá-las, na revelação de um curso espontâneo da narrativa, pensada e confrontada, na busca de uma compreensão do curso de um processo de "longa duração", que reconheço como o continuum da história, em dois tempos significativos, repensando as condições de formação religiosa, na segunda metade do século XIX, quando o racionalismo expresso no ímpeto positivista almejava destronar a Igreja católica do seu papel de Mater et Magistra, naqueles dias e a outra Prainha, mais recente, às vésperas do Concílio Vaticano II.

Ao longo desse trabalho, com um total de 507 páginas, o tempo histórico da Prainha fluiu de forma espontânea e reveladora, embora um capítulo do livro tenha sido escrito, como frisei, logo após a minha saída da Prainha, em 1966. São Rabiscos rebuscados e reveladores do meu inconsciente, que se associam ao inconsciente coletivo, na formação da nossa memória acerca do nosso Seminário da Prainha. Vejamos dois reveladores depoimentos acerca dos seus dois momentos históricos elencados:

> *"Situado no bairro Outeiro da Prainha, ao lado leste da cidade, por sua posição sobre a colina, a poucos passos da praia, se apresenta al-*

> *teroso e imponente a quem o vê do mar com a sua espaçosa frontaria de 24 janelas, tendo ainda à esquerda a linda capela de Nossa Senhora da Conceição.(Bezerra de Menezes, a descrição da cidade de Fortaleza, na segunda metade do século XIX.)*

A ânsia de penetrar no labirinto da chamada "Ego-história" me acompanhou no curso "do fio e dos rastros", nas palavras de Carlo Ginzburg, da minha experiência existencial, mesmo antes de que esta opção metodológica fosse inserida na produção acadêmica. Se esse desafio persistiu, ao longo de mais de meio século existencial, por outro lado sempre o senti barrado, pois a sua representação se me afigurava de uma forma desestimulante. Entretanto, graças à descoberta do alcance da "história oral" e às revelações dos encontros da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), as fronteiras entre história e memória, ao invés de constituírem uma barreira, afloravam como representações que possibilitavam aproximar o que parecia impossível. É como se fossem duas fontes, em posições paralelas, mas com traços comuns, simbolizados por uma água cristalina, fluida. Mas foi a leitura de *Memórias, Sonhos e Reflexões,* de Jung (2006), que me fez descobrir as dimensões do inconsciente. Nas palavras de Jung,

> *Minha vida é a história de um inconsciente que se realizou.Tudo o que nela repousa aspira a tornar-se acontecimento, e a personalidade, por seu lado, quer evoluir a partir de suas condições inconscientes experimentar-se como totalidade. A fim de descrever esse desenvolvimento, tal como se processou em mim, não posso servir-me da linguagem,científica, não posso experimentar como um problema científico.*

O pesado conceito do que se concebia como científico explica o dilema de Jung em aproximar o seu mundo interior do crivo acadêmico de sua época, panorama bem diferente dos dias atuais, em que o "não dito" e a "desconstrução" expressam a ânsia de romper com verdades anteriormente consagradas.

Alegoricamente ou como uma transubstanciação, nós mesmos , com o passar dos anos, quando percebemos que "a existência é rápida e falaz", como nos disse o Pe. Antonio Tomas, passamos a perceber o presente não apenas como um estágio diferenciado do passado, mas como um curso normal, ao longo da história, na busca de um amanhã,

quer queiramos ou não, estejamos em um estágio otimista, contagiante, ou atormentado pela incerteza de um amanhã ameaçador, temendo o "dies irae, dies irae, calamitatis et miseriae, dies magna et amare valde". [Dia de ira, aquele dia de calamidade e de miséria, grande dia, cheio de amarguras"] Ao longo da minha formação, incluindo a própria conclusão no ensino superior, a divisão do tempo nos foi transmitida como se houvesse uma separação total, entre o passado, que já teria morrido e o presente, cercado de indagações, com a esperança de um futuro melhor ou um amanhã temerário. É como se fossem três ilhas, representativas das nossas existências, mas a vida é formada por um arquipélago conectado, onde os laços de ternura ou de rupturas nos associam.

A melhor explicação do tempo nos foi transmitida por Santo Agostinho, conforme nos demonstra o filósofo Paul Ricouer, um protestante, revelador do peso do definidor do "Deus sem Nome":

> *"Lembramo-nos das declarações estrondosas do autor das Confissões: existem três presentes, o presente do passado, que é a memória, o presente do futuro, que é a expectativa, o presente do presente, que é a intuição (ou a tenção). Esse triplo presente é o princípio organizador da temporalidade; nele se declara a deiscência íntima denominada por Santo Agostinho de distentio animi, que faz do tempo humano a réplica deficiente da eternidade divina, esse eterno presente". (RICOEUR, 2007, p. 360-361).*

Por isso, as nossas recordações representam uma revelação, consciente ou inconsciente, de um passado distante ou imediato, dependendo da lembrança evocada ou da experiência rememorada.Na evocação das revelações de um passado, ainda presente, no meu inconsciente, relembro que em 1967, aos dezessete anos, saído da Prainha e aluno do terceiro ano do Curso Clássico do Liceu do Ceará, como representação das minhas dúvidas e angústias, passei a escrever mecanicamente, em dois cadernos, as lembranças guardadas sobre o cotidiano, dos anos 1960.

O primeiro caderno intitulei "Rabiscos", onde retratava a vivência cotidiana, envolvendo desde uma aula assistida no Liceu do Ceará, onde fui concluir o terceiro ano do denominado Curso Clássico, onde além das disciplinas básicas eram ofertadas o latim, o grego, o alemão e o francês, sem esquecer a literatura brasileira, em síntese, era

um curso destinado aos candidatos a profissões no campo das ciências humanas, os prováveis candidatos a uma das vagas no Curso de Direito, da UFC, ou a uma das licenciaturas, ofertadas na UFC e na Faculdade de Filosofia do Ceará, essa última dirigida pelos Irmãos Maristas e encampada pelo Governo estadual em 1966. Também faziam parte dessas evocações alguns filmes elencados, como "Zorba, o grego", "Advogado do Diabo" ou "Vidas Secas", filmes considerados clássicos e projetados aos sábados, no Cine Diogo, em sessão especial, denominada "cinema de arte," reservada aos universitários e intelectuais da cidade ou comentários sobre acontecimentos rememorados, como um acidente, que abalou a cidade, por ocasião da queda súbita de uma caça da FAB, que sobrevoava a beira-mar, na comemoração do dia sete de setembro.

Em geral o tempo reservado à escrita do diário acontecia à noite, antes de dormir, quando me concentrava em uma pequena mesa e a caneta corria leve e ligeira, na evocação dos fatos rememorados.

O segundo caderno, referente àqueles manuscritos, intitulei "Reminiscências Rotas", relativas ao meu período de internato no Seminário da Prainha, de 1960 a 1963 e de 1964 a 1965, que parcialmente fazem parte da almejada publicação.. Essa subdivisão em dois períodos assim se justifica: o primeiro correspondeu aos quatro primeiros anos do Seminário Menor, a ser concluído em um total de seis, equivalente ao antigo ginasial, concluído com a saída dos padres lazaristas da direção da Prainha e os outros dois anos, correspondentes ao primeiro e segundo ano do Curso Clássico, adotado, após a saída dos Lazaristas, quando os padres seculares assumiram a direção do Seminário Regional, que contava com padres, oriundos de outras dioceses, como o Padre Manfredo Tomás Ramos, o então Pe. Edmilson Cruz e o Padre Irismar Petrola.

Dois momentos decisivos da história da Prainha são abordados na minha pesquisa, do pós-doutorado, mas, neste momento, desejo incluir mais uma terceira divisão temporal da Prainha, a Prainha de hoje em face das pesadas praias de um mundo, afigurado como um mar revolto, cada vez mais complexo: 1864, 1963 e 2013, o ontem, o depois e o aqui e agora.

O meu interesse inicial em relatar a vida limitada pelas simbólicas muralhas que cercavam uma Velha Fortaleza, de identidade religiosa, ante uma Fortaleza, ontem remodelada, quando da urbanização dos cen-

tros urbanos, sob a tutela financeira da Inglaterra e na adoção de uma arremedo do modelo social da França, na segunda metade do século XIX, até uma Fortaleza cada vez mais desfortalecida, a melhor definição da Fortaleza nos dias atuais, onde o peso das notícias sempre retratado com o vermelho do sangue derramado em diferentes espaços socais, cada vez mais inseguros, material e espiritualmente a todos preocupa.

Os dois períodos históricos, analisados em minha pesquisa, representados pela instalação do Seminário, em 1864, pelos Padres Lazaristas, como um testemunho do processo de romanização versus o impetuoso desafio da racionalização do século XIX e a turbulência da crise vivida nos início da década de sessenta do século passado, até o fechamento temporário dessa instituição, com a saída dos lazaristas e mais incisiva com a decisão tomada pelos padres seculares e pelo Arcebispo Metropolitano, de "fechar" o Seminário, em 1966, constituem os dois cortes cronológicos por mim elencados, na revelação do processo de uma história de longa duração, maneira de definir a divisão temporal, defendida pelo consagrado historiador Fernand Braudel.

Mas, ao ser convidado para esta palestra, comemorativa do sesquicentenário da Prainha, diviso outro corte cronológico, outro desafio, a Prainha nos dias atuais. Afinal a relação entre o ontem, o hoje e o amanhã, constituem a meta primordial da história, apesar da velha e vesga visão da ruptura entre os três tempos históricos como se o presente fosse a completa negação do passado. O *continuum* da história nos remete ao amanhã, em decorrência do hoje e do ontem vivido e sofrido, negado ou relegado, mas presente como se fosse a força da luz solar no nosso curso existencial.

Refiro-me ao papel do Seminário, como expressão das perspectivas doutrinárias e pastorais apresentadas pela Igreja Católica e, para tanto, é bom abrir os olhos e os ouvidos ao mundo laico, campo a ser semeado e cultivado, de acordo com os preceitos evangélicos.

Sobre o papel da religião nos dias atuais, prendeu-me a atenção um artigo publicado pela *Revista Super Interessante*, na edição de setembro deste ano. Sob o título "A Nova Cruzada" e assim é iniciada a reportagem:

"È a vontade de Deus", clamou o papa à multidão. Seu grito foi saudado com empolgação e rapidamente se espalhou por todo o mundo católico.A Igreja estava em crise, rachada, acuada pela expansão do

Islã. Estamos em Clermont, na França, o ano é 1095, e Urbano II convocava os clérigos e nobres a iniciar a retomada da Terra Santa, conquistada por árabes no século 7. Prometendo indulgência plena (perdão de todos os pecados) para quem partisse para Jerusalém, Urbano II iniciou a Primeira Cruzada da Igreja Católica.

"O Senhor continua precisando de vocês, jovens, para a sua igreja... Não sejam covardes. Saiam às ruas como fez Jesus" diz o papa. desta vez, o papa é Francisco e o ano 2013. Diante dele 3 milhões de pessoas fazem vigília em Copacabana.Outros milhões o assistem pela televisão ou pela internet. Novamente a igreja está em crise. Depois de anunciar indulgência pela remissão a todos que o acompanhassem - mesmo que pelo Twitter -, Francisco convoca os seus soldados na última jornada Mundial da Juventude do Rio de Janeiro e, mais recentemente, pediu aos fiéis da Igreja que não sejam "cristãos de vitrine" e trabalhem pela paz. (O POVO, 13 out. 2013, 2º. clichê). É o início da Nova Cruzada.

E a reportagem acrescenta: "os números são claros: a igreja está em declínio.O catolicismo perde influência na Europa e só cresce nas periferias do planeta.Não é à toa que o Vaticano foi buscar seu papa "no fim do mundo".

Observem o peso dos dados apresentados nessa revisita: "Embora abrigue a sede da igreja, a Europa deixou de ter o maior número de católicos, sendo superada pela América Latrina. E o declínio continua com a secularização e a imigração. Em 1910, 65% dos católicos eram europeus e em 2010 são 44%.

O continente onde a Igreja mais cresce é na África, onde a igreja mantém 55 mil escolas, várias gratuitas, 20 universidades e 16 mil centros médicos e hospitais.E a maior população católica do mundo - a da América Latina - está em declínio, por causa da competição com os evangélicos. Enquanto isso a igreja norte-americana luta contra escândalos sexuais e o Brasil se orgulha de ser considerado o maior país católico do planeta. Segundo a reportagem, "o declínio do catolicismo é assustador - maior do que em qualquer outro país. Em 1950, 95,7% dos brasileiros eram católicos, hoje são só 57%. Ainda assim é a maior população católica do mundo.Mas não nos esqueçamos de que o Brasil é o país que mais perde católicos no mundo. Dos brasileiros, atualmente 28% são evangélicos. E, 1950 eram 3,4%.

E continua o teor da reportagem: "Hoje há um livre mercado espiritual na região, onde empresas novas e agressivas vendem os Evangelhos com linguagem mais atraente e apoio social às comunidades," diz o professor Roger Finke, professor de estudos religiosos da Universidade Estadual da Pensilvânia, nos Estados Unidos.Para combater essa tendência, a cruzada do Papa Francisco vai valorizar a renovação carismática - a resposta católica ao neopentecostalismo, a la Padre Marcelo Rossi. "Nos anos 70, início dos 80, eu não podia nem vê-los", admitiu o Papa Francisco, enquanto voltava do Rio para Roma."Agora vejo que esse movimento faz muito bem à igreja,"

Ao ler, costumeiramente, o jornal *O Povo*, em um desses finais de semana, prendeu-me a atenção, no caderno Vida &Arte, deste jornal, (O POVO, de 15 set. deste), artigo do médico cearense, residente no Recife, Ronaldo Correia de Brito, conhecido entre nós como autor das obras literárias *Estive Lá fora*, *Retratos Imorais* e *Galileia*.

Sob o titulo "Na academia e na Igreja", ele comenta o teor do discurso de posse do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, na Academia Brasileira de Letras, ao destacar a importância dos rituais na vida do homem:"Num mundo secularizado, onde as festas são apenas datas nos calendários e os ciclos agrários desapareceram, os ritos que marcavam as estações e as idades das pessoas - infância, adolescência, juventude, maturidade, velhice - agora são determinados pelas engrenagens de produção e consumo.Quase ninguém guarda o sentido sagrado do Natal, Carnaval, São João, Corpus Christi, Assunção, Ressurreição, solstícios e equinócios.Nem lembra que essas festas de origem pagã obedeciam às quatro estações do ano, aos plantios e às colheitas, aos movimentos dos astros no céu, e que o cristianismo apôs sobre elas as suas celebrações religiosas".

E no decorrer do artigo, acrescenta: "Até mesmo a religião católica afastou-se do sagrado. Algumas celebrações parecem mais aulas de ginástica, comandadas por um padre professor de educação física, de voz impostada e olhos falsamente virados para cima, que falam de Deus como se vendessem bolsas Louis Vuitton.As igrejas velhas, construídas para os fieis sentirem no seu interior a presença de Deus, exercem ""uma impressão de oprimente tristeza, pela atmosfera de museu turva e morta que exala: pela plenitude de seus passados exumados e fatigosamente conservados, de que se nutre um presente mesquinho..." "Não

apenas o canto gregoriano foi substituído pela voz melíflua de padres cantores bregas, os próprios rituais se esvaziaram de sua essência: o sagrado. A igreja tornou-se social, pop, natural, um Shoping Center de Deus Mix." E ao final do artigo, o articulista foi mais taxativo: "O sagrado foi banido de nossas vidas, dos rituais católicos, das seitas evangélicas caça-níqueis. Recentemente, fiz questão de assistir algumas missas, de percorrer igrejas superlotadas e impressionei-me com o número de pessoas que comparecem a esses encontros sociais, comandados por padres de discursos incoerentes, sem força de convencimento, como se neles mesmos, os padres, faltasse crença no que afirmam e prometem. Os sermões não tocam em questões transcendentes nem se adéquam às questões modernas. São discursos técnicos, burocráticos, de um hermetismo sem poesia e sem iluminação."

Não tomo tais afirmações como minhas, mas as respeito e nelas percebo a cobrança que os leigos nos fazem, ao nos advertirem que o avanço dos dias atuais em busca do amanhã compensador, na tônica da contraditória definição de pós-modernidade, ou globalização agonizante, não pode ser compreendida nem definida, se, ilusoriamente, manifestar um desejo de romper com o passado, pedra fundamental do hoje, que não pode ser entendido como uma ruptura com o ontem, definido como algo velho, superado, descartável.

Preocupante e contraditória é a indicação da Igreja Católica, Apostólica Romana no cenário internacional. Por isso, é bom não esquecer da sensível mensagem do apóstolo, ao afirmar:"Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos Anjos, se não tiver caridade, seria como o bronze que soa ou como o símbolo que tine. Se tivesse o dom da profecia, conhecesse todos os mistérios e possuísse toda a ciência, e se tivesse toda fé, de modo a transportar os montes, mas não tivesse a Caridade, não seria nada. E ainda que distribuísse todos os meus bens para mantimento dos pobres, e entregasse meu corpo para ser queimado, se não tivesse a Caridade, nada me aproveitaria.A caridade é paciente,é benigna; a caridade não é invejosa, não trata levianamente, não se ensoberbece, não é ambiciosa, não cuida [apenas] de seus interesses, não se irrita, não julga mal, não folga com a injustiça, porém, alegra-se com a verdade; tudo suporta, tudo crê, tudo espera, tudo sofre."(1 Cor.13,1-13).

No mundo atual muito se fala, muito se propaga, mais ainda se divulga, mas as vozes voláteis se perdem na ânsia da autoafirmação

onde o Ego pesa mais forte do que o saber ouvir, saber atentar, menosprezando o valor do senso coletivo em escala inferior ao absurdo do egocentrismo consumista.As costumeiras confissões, ao longo da história da Igreja Católica, já não mais são tão usuais, como nos velhos tempos, ou mais precisamente no século passado. Os laços de solidariedade e fraternidade, revelados através dos depoimentos dos entrevistados, na minha pesquisa, nos convencem da necessidade da busca de um coletivo do outrem e dos outros modos de ser e ser e perceber a realidade existencial, que não devemos menosprezar, nem colocar a reboque da mercantilização da vida atual, em que tudo se comercializa, tudo se vende, tudo perde o seu valor intrínseco.

As respostas às impostas indagações constantes do mundo que nos cerca constituem um desafio a todos nós e máxime aos que se dizem católicos, apostólicos, romanos. Ao Arcebispo Metropolitano de Fortaleza aos demais Bispos do Ceará, aos padres, seminaristas e leigos as indagações se multiplicam e, ao nosso redor, o peso dos pesares hodiernos constitui um desafio a todos nós e o que a Igreja no Ceará tem a nos apresentar ante tal desafio? A Fortaleza simbólica e concreta, que é como denomino o Seminário da Prainha desmoronou ou se sente impotente para enfrentar a turbulência do novo século?

Para encerrar minhas palavras, apresento-lhes meu próprio depoimento, que está presente nos dois últimos parágrafos do meu livro:

"Os laços de solidariedade e o respeito aos outros, desde que não maculem o potencial da "individuação",merecem ser preservados como legado valioso do velho casarão da Prainha.Se a caridade cada vez mais se descaracteriza nos dias atuais e a esperança pode ser diluída pela falta de perspectivas de melhorias, é preciso ter fé e caridade, que nos façam persistir na luta em prol do coletivo. Afinal, conforme mais uma vez nos lembra Jung, o consagrado psicólogo,

> *A aventura espiritual do nosso tempo consiste na entrega da consciência humana ao indeterminado e ao indeterminável, embora nos pareça- e não sem motivos - que o ilimitado também é regido por aquelas leis anímicas que o homem não imaginou, ecujo conhecimento adquiriu pela "gnose" no simbolismo do dogma cristão, e contra o qual só os tolos e imprudentes se rebelam; nunca porém, os amantes da alma.*

À primeira vista, a afirmativa de Jung poderia ser considerada extemporânea, mas para reforçar a argumentação da sua validade, é importante considerar o papel das Religiões nos dias atuais. O comentário do nosso conhecido teólogo, padre Manfredo Oliveira bem o define: "Os grandes analistas, mesmo aqueles que não têm fé nenhuma, voltam a insistir na importância fundamental das religiões na nossa sociedade e até advogam o papel que as religiões podem contribuir para ajudar no processo de humanização da vida.Eles dizem que as religiões têm uma longa tradição ética e que podem, se elas forem capazes de traduzir sua linguagem para uma linguagem secular, elas podem dar enormes contribuições na busca da construção de um mundo alternativo.As religiões para eles seriam uma enorme significação, sobretudo no nível da busca de princípios que possam orientar o ser humano no mundo."(Jornal O POVO, 24 abr. 20011, p, 4).

É verdade que as minhas palavras são a expressão de uma experiência pessoal, de um ex-interno da Prainha, dos seus onze aos dezesseis anos, mas que não podem ser excluídas de uma experiência coletiva, revelada pela memória dos entrevistados, afinal o individual e o coletivo se imbricam e se complementam, na busca da compreensão do processo histórico. Os velhos dilemas e desafios, como o do celibato, devem ser encarados com transparência, como uma autêntica modalidade de opção individual, voltada ao desafio do social hodierno.

Nas palavras de Dom Pietro Pardin, indicado para Secretário do Estado do Vaticano, o celibato "não é um dogma da igreja e pode ser discutido porque é uma tradição eclesiástica". Vários dos depoentes criticaram a permanente exigência do celibato ou reconheçam a sua contradição embora outros o defendam como uma opção existencial.

Como demonstrativo dessas opções, enquanto um afirma "Olha, o celibato, na verdade, é um bem e é um bem pessoal.O negativo do celibato é que seja uma coisa imposta, sem o qual não se chega ao almejado", outros dois se revelam como defensores espontâneos dessa discutida opção existencial.Para o Padre João Firmino Cruz, da Diocese de Iguatu, "Se casar passa a ser uma cruz, para o homem e para a mulher, se você quer ser revolucionário, você não pode se casar.Para ser um revolucionário mesmo, você tem que estar livre.Essa foi a experiência de Jesus Cristo, que nunca impunha, mas apresentava a sua maneira de vida a quem o quisesse seguir..." E o Padre José Maria

Cavalcante Costa , da Arquidiocese de Fortaleza, reforça esse depoimento ao ressaltar que "o celibato hoje, em vez de apelar muito no sentido místico, de ser uma imagem, meu lugar vai ser do céu.... é o testemunho da pobreza, por conta do reino de Deus, que quero abraçar,numa radicalidade do Evangelho. Há um direito que me assiste para me casar, mas eu deixo tudo para me entregar totalmente, ser livre de uma forma total, sem um apego a nada. Eu vejo o celibato nessa linha, da pobreza".

Para o hoje agrônomo Tarcísio Holanda, ex-interno da Prainha "quando a gente se reunia com os vigários, eu passei a vivenciar, a ver o que era uma vida de vigário, de padre diocesano, então me apavorei. É um homem sozinho, isolado que se dispunha a ajudar todo mundo, e não recebia a ajuda de ninguém. Quando terminava de rezar, todas as famílias iam para suas casas e ele ficava sozinho, só ele e Deus, precisava ter muita fé mesmo, pois não tinha com quem conversar, a quem perguntar, nem para perguntar se as coisas estavam no lugar, nem quem fizesse um chá. Não tinha nada. Era um homem abandonado. Eu vi muito padre chorando por causa dessa solidão. Não era só o celibato, em si, mas o isolamento social e afetivo, porque se você tem um amigo, você fica afeiçoado ao amigo, com quem você conversa..."

O peso da solidão, no cotidiano de um sacerdote, pode ser expresso em diferentes maneiras de manifestar os sentimentos vividos. Para o padre Giovanni Saboia, foi o herege Voltaire que lhe deu uma definição de Padre: "que nenhum papa, nenhum santo, nenhum teólogo deu." E acrescentou: "padre é uma classe que estuda junta, trabalha separado e morre abandonado." O Professor Gerardo Campos explicou, na sua entrevista, que o peso maior para a sua saída da vida sacerdotal "foi mais a solidão.O padre era muito só.Lembro-me muito bem dessa experiência.O padre era muito só."

Imprescindível é não esquecer a mensagem do apóstolo Paulo, insisto em repetir, na necessidade de uma total doação, quando destacou: se eu falar a língua dos anjos e dos homens, mas não tiver caridade, nada sou... O reconhecimento do valor de uma ação concreta, baseada na sinceridade, que rima com caridade, ecoa em diferentes espaços, no vulgar e no incomum, no trágico e no hilário, afinal a mensagem do conhecido, mesmo após falecido, Professor Raimundo, na sua escolinha, nos é valiosa:"palavras são palavras, nada mais do

que palavras" ou, rememorando a tradição latina, *verba volant*, só os exemplos atraem. Sem a caridade, nada se obtém na busca de uma coerência existencial.

No temido século XXI, a desfortalecida Fortaleza, que não mais parece ser a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, mas uma insegura capital, descapitalizada espiritualmente, cada vez mais ferida pela força do capital, ela se encontra à espera de uma redenção, ansiosa por uma fortalecida e concreta proposta existencial, pastoral, baseada na caridade. A resposta aos anseios contemporâneos e às indagações, não respondidas, é um desafio direto aos que compõem a Igreja e ainda acreditam *in unam sanctam catholicam et apostolicam Ecclesiam* e esperam *ressurrectionem mortuorum Et vitam venturi saeculi*.

Bibliografia

BRANDÃO, José Ribamar Fernandes. *A Verdade Sobre Dom José de Medeiros Delgado, Arcebispo de Fortaleza.* (Monografia) Universidade Estadual do Ceará. Curso de especialização em Ciência e Religião: o fenômeno religioso. Fortaleza,1999.

CAMINHA, Adolfo. *A Normalista.* Fortaleza: ABC, 2005.

CARVALHO. Jader. de. *Aldeota.* Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003. (Coleção Clássicos cearenses). [1a. edição, 1963].

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais:* morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Jornal *O Povo,* 24 abr. 2011 e 15 set. 2013.

JUNG, Carl Gustav. *Memórias, sonhos, reflexões.* Org. e edição de Aniela Jaffé. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

JUNG, Carl Gustav. *Psicologia e religião.* 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

MENEZES, Antonio Bezerra de. *A descrição da cidade de Fortaleza.* Introdução e notas de Raimundo Girão. Fortaleza: Edições UFC/ Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

PORTO, Márcio de Souza. *Dom Delgado na igreja de seu tempo.*

(1963-1969). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado em História Social. Fortaleza, 2007. Dissertação de Mestrado.

Religião, a nova cruzada. In *Revista Super Interessante,* set. 2013, p. 66 - 75.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento.* Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2007.

Centenário de Paulo Sarasate

Política como instrumento de evolução e bem-estar social

J. C. Alencar Araripe*

Foto: arquivo Nirez.

Paulo Sarasate

Há um século, no dia 3 de novembro de 1908, nascia Paulo Sarasate. Foi batizado com um nome da familiaridade do pai, maestro Henrique Jorge, que talvez sonhasse com um filho envolvido nos doces e sedutores encantos da divina música. O homônimo espanhol, de tanto sucesso, seria forte inspiração.

Não sei se Paulo Sarasate tocou algum instrumento, mas, na partitura que o guiava simbolicamente, não se percebem dissonâncias que

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

gerem constrangimento; pelos caminhos por ele perlustrados, ouviram-se cantos de vitória, que não o ensoberbeciam, mas o encorajavam nas jornadas vindouras.

No centenário de nascimento de Paulo Sarasate, acodem-me à memória reminiscências de forte teor humano, político e social. Ele podia aparentar, em certas ocasiões, mais pelos gestos do que pela palavra, que era de trato difícil, mas, na verdade, prosperavam no seu interior disponibilidade e acolhimento. Quando se afeiçoava a uma pessoa, ia além do prosaico, do trivial. Perscrutava sentimentos, envolvia-se em aconselhamentos que traduziam preocupação e a intenção de apontar rumos. Não o animava a volúpia do ódio que destrói. Procurava ser bom, prestativo e generoso.

A política empolgava-o. Mas não fez dela um meio de vida, muito menos, de enriquecimento ilícito. Foi um irrepreensível prestador de serviço e animoso propulsor de obras de alcance econômico e social.

Assíduo no cumprimento do labor diário, obstinado na perseguição dos objetivos colimados, atento aos fatos e aos seus desdobramentos para servir-se de circunstância adequada, beneficiado por um fadário venturoso, Paulo Sarasate ajustava-se à sentença de Fernando Pessoa: "Para vencer – de forma material ou imaterial – três coisas definíveis são necessárias: saber trabalhar, aproveitar oportunidades e criar relações. O resto pertence ao elemento indefinível, mas real, a que, à falta de melhor nome, chamamos de sorte".

Sob o signo da vitória

Sarasate teve uma vida marcada de triunfos sem conta. O sucesso pessoal sorria-lhe a cada passo. No desdobramento de suas múltiplas atividades, não soube o que era fracasso. O êxito, eis uma constante.

Com 16 anos envolvia-se no exercício do magistério primário, para auxiliar o pai que não tivera emprego público e que vivera de sua arte e pela sua arte, persistiu na seara da educação, foi professor consciente e responsável, fundador de colégio e entusiasta disseminador de educandários, no Ceará como em outros Estados. Um benemérito autêntico. Paulo Sarasate tinha a vocação do educador. E era tão dominante essa faceta da sua personalidade, que mesmo fora das escolas, jornalista, parlamentar e governante, falava e agia como mestre, ensi-

nando pela palavra e o exemplo, dentro das normas do trabalho e da decência, como se deve servir ao Ceará e ao Brasil.

Paulo Sarasate foi cognominado de Deputado da Faculdade de Medicina, tanto pela assistência que deu às suas questões junto aos órgãos do Ministério da Educação, como pelos valiosos auxílios federais à escola que se fundava.

A criação da Universidade Federal do Ceará contou com seu apoio entusiástico, que se traduziu na disponibilidade do jornal que dirigia e na constante e vigilante atuação na esfera dos altos poderes da República. Foi distinguido com o título de *Doutor Honoris Causa* pela UFC.

A política fascinou-o, mas soube utilizá-la como instrumento de promoção do bem coletivo. Tinha obsessão de servir. E os mandatos, que o povo lhe conferiu, em pleitos sucessivos, garantiam-lhe a segurança de uma posição privilegiada, ocupada no proveito do Ceará.

Profundamente vinculado às reivindicações coletivas, delas sempre se fez intérprete através do jornal que ajudou a criar. O deputado foi a continuação na Câmara do jornalista da província. Ninguém o suplantou em espírito público, em dedicação na procura de solução dos problemas do Estado, na defesa intransigente dos interesses do povo. Sarasate desenvolveu uma atividade incomum, no afã de emprestar, como de fato emprestou, o melhor desempenho aos mandatos com que foi honrado. E não há quem, em sã consciência, deixe de reconhecer o mérito e o brilho da sua marcante atuação.

Pelo interior afora, como nesta capital, espalham-se os frutos da sua proveitosa e incansável ação parlamentar, que lhe granjeou as auras de raro prestígio. Com a larga e clarividente visão com que exerceu as funções legislativas, a partir de 1945, Paulo Sarasate deu incontestável projeção nacional à representação do Ceará, ocupando lugar de merecido relevo entre os mais ilustres componentes do Congresso. Deputado federal em várias legislaturas, de tal maneira se conduziu, com tanta elevação pautou a sua conduta, que conquistou também uma auréola de simpatia e respeito, que deve sempre ser realçada como justo prêmio aos seus reais merecimentos.

O empenho de carrear recursos para a sua terra natal não desfigurou a sua abordagem de problemas nacionais; foi a favor da criação da Petrobras e do Banco do Nordeste; defendeu a participação do em-

pregado na administração e nos lucros das empresas e apresentou, nesse sentido, emenda constitucional; coube-lhe a iniciativa de prorrogação da lei do inquilinato para conter os abusos de proprietários de imóveis; comportou-se sempre como paladino do funcionalismo público em suas justas causas; batalhador sem tréguas a favor das obras contra as secas, com ênfase na açudagem e na irrigação; fizeram-lhe justiça ao denominar de Paulo Sarasate o açude Araras no Rio Acaraú, com um bilhão de metros cúbicos, inaugurado em 1958, com seu cinqüentenário comemorado, este ano, em Sobral e Varjota.O Instituto Penal, localizado em Itaitinga, com o nome de Paulo Sarasate, não correspondeu aos elevados objetivos a que se propunha. Rebeliões, seqüestros, assassinatos enquadram o presídio no rol do desafortunado sistema penitenciário brasileiro, incapaz de abrigar os criminosos em número cada vez maior e proporcionar-lhes oportunidades de recuperação. Bem inspirada, pois, a decisão de desativá-lo para adaptação à moderna realidade carcerária.

Afonso Arinos de Melo Franco, companheiro de Paulo Sarasate no Palácio Tiradentes, faz-lhe apologia na apresentação do livro *A Constituição ao alcance de todos*. "Era inquieto, impulsivo, honrado, invariavelmente cortês e generoso, contando com amadurecida experiência tanto no Legislativo quanto no Executivo", acentua Arinos, que confessa haver aprendido a "admirar nele o zeloso deputado, estudioso do Orçamento, vigilante na defesa dos interesses do seu sofrido Nordeste". E acrescenta: "Orador trepidante e lúcido, contraditor de faiscante rapidez", defendia suas posições sem descambar para ataques pessoais.

O senador Josaphat Linhares, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no prefácio do livro acima citado, observa que Paulo Sarasate "reconhece, corretamente, que, nas suas origens e na sua eclosão, o movimento vitorioso de 1964 "não foi uma revolução de características sociais", nem "de feição política previamente delineada"; não possuía filosofia própria, prefixada". As "medidas reformistas" surgiram como conseqüência do poder. Daí ter faltado ao projeto da Constituição "aquele espírito criador indispensável, no campo das idéias políticas, às realizações de vulto". Não há exagero, portanto, em concluir-se que Paulo Sarasate expõe e defende a Constituição sem considerá-la perfeita e intangível. Se nela assinala virtudes, que elogia, faz-lhe também

objeções. Não confunde, enfim, seus deveres de analista e intérprete com suas vinculações de político e senador".

Sarasate e o esporte

Recordo uma imagem que me ficou do antigo e precário estádio do Prado. Ao pequeno palanque que se destacava em meio às arquibancadas de madeira, que circundavam o campo, tinham acesso algumas poucas personalidades. Entre elas, Sarasate ali se encontrava, com freqüência. Não era o assistente calmo, introspectivo, que se limitava à mera contemplação das jogadas em evolução no gramado. Como sempre, era o irrequieto, que torcia, que xingava o juiz, que se identificava com a massa esportiva nos seus transbordamentos de aplauso ou apupo.

Unindo a sua voz a voz da multidão, desejava Sarasate, como depois houve quem sugerisse, ter no estádio "um momento de si mesmo".

Vi-o depois no jornal, acompanhei-o depois nas jornadas políticas e nos comícios eleitorais. Onde quer que estivesse, Sarasate era sempre o mesmo, combativo, vibrante, apaixonado.

No futebol, acostumara-se a conviver com o povo; na política, fez do povo esteio de todas as suas vitórias. Porque entendia que a atividade político-administrativa necessitava, realmente, da entusiástica e comovida participação popular, tal como se verifica no futebol.

Nos últimos anos de sua existência, empenhado de corpo e alma na reformulação partidária, nem por isso esquecia o futebol. Tempo havia de sobrar, nas suas furtivas permanências em Fortaleza, para confundir-se com os desportistas cearenses e relembrar, no convívio amorável dos amigos, os saudosos dias das frenéticas torcidas de outras épocas.

Ei-lo no Presidente Vargas, alegre e expansivo. Quem o levava era o José Raimundo Costa. Mas, no estádio, tinham de separar-se, porque, no futebol, andavam sempre de ponta: um era Ceará, o outro, Fortaleza; eu nem sequer me insinuava: o Ferroviário não tinha vez.

Mas Sarasate, o desportista, não se limitava a prestigiar com a sua presença os prélios futebolísticos. Cooperou, como poucos, para o desenvolvimento dos esportes no Ceará. E a ele se deve um dos mais arrojados empreendimentos – o Ginásio Coberto -, uma esplêndida realidade que perpetua o seu nome no esporte.

Campanha vibrante

Com um lastro invejável de popularidade, em decorrência de frutos opimos colhidos ao longo do exercício do jornalismo e do mandato de deputado federal, Paulo Sarasate era, na União Democrática Nacional (UDN), o candidato natural ao Governo do Estado na sucessão de 1954, tendo como aliado o Partido Trabalhista Brasileiro. Armando Falcão concentrou as preferências como candidato do Partido Social Democrático e do Partido Social Progressista (PSD – PSP), depois da fracassada tentativa da candidatura de Plínio Pompeu, senador da UDN. Configurou-se uma situação atípica: partidos adversários no plano nacional, era o caso da UDN e do PTB, aliaram-se no Ceará e resistiram às vicissitudes decorrentes do suicídio de Getulio Vargas; o PSD distanciou-se do PTB, do qual era aliado pelo país afora, e sustentava candidatura própria com o apóio do PSP. Atípica, sim, àquela época, mas hoje o fenômeno se reproduz em maior escala pelo Brasil afora, a evidência mais notada nas eleições municipais de 2008.

A arregimentação partidária não tinha limites. Carreatas, comícios, passeatas sucediam-se nas cidades e vilas. O engajado prefeito Paulo Cabral lançara paródia da marcha *Avante* que incendiava os adeptos de Paulo Sarasate, candidato somente ao governo, prova de confiança na vitória, enquanto seu competidor disputava também a deputação federal, como, aliás, permitia a lei de então. Armando queria salvar a pele..., como de fato salvou.

A campanha concomitante para a Prefeitura de Fortaleza ensejava até surpreendentes desdobramentos propagandistas. O PSD lançara Ary de Sá Cavalcante como seu candidato a prefeito; o mesmo procedimento tivera a UDN com Raimundo Girão na liça; o curioso corria por conta de Acrísio Moreira da Rocha, (PR-Partido Republicano) e que pretendia voltar à Prefeitura com o seu ululante populismo. Em faixas difundidas pela cidade, lia-se: *Acrísio e Armando é bom; Acrísio e Sarasate é melhor.*

As eleições foram disputadíssimas, a apuração lenta e enervante. À noite, reuniam-se populares das duas candidaturas na Praça do Ferreira para acompanhar a marcha da apuração. Concluída a contagem, os números apontavam a vitória de Paulo Sarasate, em Fortaleza e no interior.

Armando Falcão não se conformou, denunciou fraude e recorreu ao Tribunal Eleitoral, onde não encontrou guarida. Tivemos, então, a revivência do jornalismo político no melhor estilo incisivo e brilhante.

No governo do Estado

Sarasate lançou-se de corpo e alma aos encargos da administração, desatento às horas no trato dos negócios do Estado. Era como se tivesse um organismo de ferro e lhe fosse possível resistir sem limites às manifestações de um cansaço inevitável, produzido pelo labor diuturno que chegava ao extremo.Não há de ter sido mera figura retórica, inadmissível pela seriedade da hora que vivia e pela indisfarçável emoção com que falava, aquela sua afirmação de que dera ao governo uma parte da própria existência.

Carlos Cavalcante, sob o pseudônimo de Caio Cid, apresenta importante depoimento sobre as angústias de Sarasate ante o infortúnio do Ceará em 1958. No livro *Conta Gotas*, sob o título "Timoneiro em mar revolto*",* revela o escritor que estivera "frente à frente com a maior vítima da presente seca do Ceará: o governador Paulo Sarasate. Eram cinco horas da tarde e o gabinete de trabalho do chefe do Executivo apresentava ainda desusado movimento. Deputados, prefeitos do interior e políticos em evidência – todos ´armados´ com telegramas de seus lugares – assoberbavam o homem-centro, pedindo-lhe providências, expondo a trágica situação sertaneja. O governador Sarasate, cuja sensibilidade tem sido sempre posta à prova, passeava de um lado para outro, inquieto, a receber nos nervos, no coração e no cérebro enorme carga emotiva. Vendo-o ali, exposto ao ambiente quase angustiante, eu não o considerava o chefe ou o político, mas, sobretudo, o cearense mais diretamente alcançado pelos efeitos morais da calamidade que nos abate. Analisando-o de perto, no seu nervosismo, claro que me deixava contagiar, atormentando-me com o seu drama interior. E não faço exagero nesta afirmativa: cheguei a surpreendê-lo de olhos umedecidos pela emoção. Havia nos seus gestos a inquietação do comandante que dita providências de última hora, ainda na esperança de conjurar uma catástrofe".

Renovação do teatro

Nem tudo era ou tinha sido angústia. Nada se fazia sem esforço constante e bem orientado, mas, em certos setores, os resultados compensavam pela repercussão na área econômica, social, artística e educativa. Relembro a reforma que promoveu no Teatro José de Alencar. Em funcionamento, então, por quase meio século, utilizado não só para as exibições de arte como para estrepitosas convenções políticas, concorridas solenidades de formatura e até festas carnavalescas, o Teatro estava, até 1956, muito maltratado, ressentindo-se de elementos mínimos para atender à sua finalidade precípua.

Transformações substanciais, profundas, foram determinadas pelo governador Paulo Sarasate e supervisionadas pelo incansável Paurilo Barroso, alma de artista e permanente apaixonado pelo teatro. De forma que a reabertura do José de Alencar, no dia 24 de março de 1956, haveria de ser uma ocorrência de raro brilhantismo, fazendo para ela convergir as atenções de todos os círculos sociais.

Por uma dessas admiráveis coincidências, a protofonia do *O Guarani* abriu o concerto de reabertura do José de Alencar, como há 47 anos marcara o início do concerto de inauguração. Um dos grandes daquele momento – Henrique Jorge – já não existia, mas a orquestra de agora, que executou a bela criação de Carlos Gomes, tinha o nome do aureolado maestro cearense.

Faltava o pai que, a 17 de junho de 1910, dirigiu um grupo de trinta professores que tocou o Hino Nacional à chegada e à saída do Presidente da Província. Mas estava presente o filho que, governando o Estado, promoveu no Teatro obra de recuperação merecedora de aplausos. Não se ouviu, desta feita, como em 1910, a ária da *Boheme* – Michiamano Mimi – entoada pela irmã Maria Amélia Jorge, mas lá estava o coral da instituição que seu pai fundara – o Conservatório de Música Alberto Nepomuceno, perpetuando através dos anos uma geração de artistas. Ao determinar a reforma do José de Alencar, Paulo Sarasate talvez não tenha atentado para esse mundo de saudosas evocações que a festa de reabertura iria proporcionar-lhe, tal a presença do seu genitor na vida do Teatro então quase cinqüentenário.

Na escola do jornalismo

A política sacrificara o intelectual, que já mocinho despontara e haveria de reafirmar-se ao ocaso prematuro. Por que maldizer, porém, o seu envolvimento com a política, se Sarasate soube ser grande, nobre e altruísta?

Deputado estadual, deputado federal, senador e governador, louve-se a lucidez da sua atuação na vida partidária, o desprendimento com que se entregava ao cumprimento do dever parlamentar e de governo, a vaidade de ser bom, honrado e trabalhador era atributo da sua personalidade. Sarasate o cultivaria em qualquer ambiente. Para tanto, não lhe faltaria fortaleza moral.

Mas foi na escola do jornalismo, que Paulo Sarasate aperfeiçoou qualidades que tanto o distinguiam. Não era sem razão que se afeiçoara ao jornal. Por mais que o projetassem os embates políticos, não esquecia a fonte de origem, à qual retornava, de quando em vez, como se nela retemperasse as energias para novas e aguerridas postulações. As vibrações do seu espírito arrebatado foram dimensionadas pela constância no trabalho, pelo senso da eqüidade, pelo calor humano das suas manifestações, pelo amor à verdade, pelo discernimento que via longe, pela honestidade das intenções, pela lisura do procedimento.

Sarasate e a lágrima

Três momentos na vida de Paulo Sarasate deram-me a marca da sua sensibilidade. No dia seguinte ao sepultamento de Demócrito Rocha, estava na redação do *O Povo* na hora habitual. Sem demora, iniciou a escrever o chamado artigo de fundo sobre o morto querido. As lágrimas escorriam ao mesmo tempo que as tiras de papel eram levadas ao linotipista.

Um quadro inesquecível para mim: fora à Casa de Saúde César Cals para visita de cortesia ao amigo João Dummar, operado de surpresa. Chegara tarde, porque o que presenciei foi o drama da lenta agonia do pioneiro da radiofonia, a exalar os últimos suspiros cercado da esposa, dos filhos e outros familiares; a um canto da sala, estático, o casal Albanisa - Paulo Sarasate, ambos emocionados, as lágrimas a escorrerem pelas suas faces. Aquela cena merecia o pincel de um Velásquez.

Nada se comparou ao pranto de Paulo Sarasate ao penetrar no Cemitério São João Batista acompanhando o féretro com o corpo de sua mãe Júlia Jorge, uma multidão no cortejo, a Bandinha que tinha o nome do deputado a tocar em funeral. Realmente, um tocante espetáculo!

A entrada e a saída

"Essa história de morrer precisa acabar. Ou, antes, a gente boa deveria viver até... quando ficasse ruim". Ah! Se fosse assim, como sugeria Demócrito Rocha! Outra a realidade, conforme a sentença do padre Manuel Bernardes: "A vida humana é um teatro com duas portas, uma defronte da outra: pela primeira entramos todos a fazer o nosso papel uns diante dos outros, ou, para melhor dizer, todos diante de Deus; pela segunda saímos todos, depois de haver representado. Uma entrada temos todos para a vida e assim mesmo uma saída; não sair quem uma vez entrou, por isso mesmo que entrou, é impossível".

A 23 de junho de 1968, no Rio de Janeiro, morreu Paulo Sarasate. O desenlace foi plácido, e em questão de poucos minutos, ao contrário da agitação que enfrentara, da turbulência que não era do seu desagrado. Sentia-se bem no fragor da luta. Abatendo-o de um golpe, porque chegara sua hora, parece que a Providência o quis privar de uma longa agonia e da prolongada angústia do instante final.

Homem que amava a vida, não pelos prazeres fáceis que oferece, mas pelo sentido construtivo com que a encarava, Paulo Sarasate deixou-nos – isso foi mais doloroso ainda – quando nos acenava com a perspectiva de opulentas criações, que o seu incansável labor descortinava. Na verdade, a morte o arrebatou do nosso convívio quando muito ainda esperávamos da pujança da sua inteligência, da fecundidade dos seus ideais, da experiência rica e dinâmica que acumulara.

Dom Francisco Xavier Aranha e a Paróquia de Quixeramobim

Fernando Câmara*

Em 15 de novembro de 1955 a Paróquia de Quixeramobim, minha cidade natal, comemorou festivamente dois séculos de gloriosa existência.

Recordo-me bem desse importante acontecimento religioso, de cuja programação esteve à frente o saudoso parente e conterrâneo Ismael de Andrade Pordeus, o qual escreveu na oportunidade um trabalho intitulado "Antônio Dias Ferreira e a Matriz de Quixeramobim" que foi publicado no jornal católico *O Nordeste* e posteriormente na *Revista do Instituto do Ceará*, 1955 e 1956.

Prestigiando a esse Jubileu estiveram presentes o arcebispo de Fortaleza, dom Antônio de Almeida Lustosa, o bispo de Limoeiro do Norte, dom Aureliano Matos – pois a Paróquia de Quixeramobim fora desmembrada da de Russas, esta integrando a diocese jaguaribana, – e também o padre Antônio Vieira, representante de dom Francisco de Assis Pires, bispo do Crato, tendo em vista haver sido quixeramobiense o primeiro ocupante da mitra caririense, dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva. Também lá estavam dois sacerdotes conterrâneos, monsenhor José Gaspar de Oliveira e padre dr. Miguel Fenelon Câmara Filho, este, mais tarde promovido às honras episcopais, além de alguns outros padres das paróquias vizinhas.

Uma presença muito honrosa, a do historiador Gustavo Barroso, membro efetivo da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, autor de muitos livros, e que

*Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

escreveu posteriormente, publicadas na revista *O Cruzeiro*, várias reportagens sobre fatos ocorridos na história de Quixeramobim.

Os saudosos confrades drs. Andrade Furtado e João Batista Saraiva Leão, foram alguns dos conferencistas dessa grande festa.

Cinqüenta anos depois, ou seja, em 15 de novembro de 2005, a Paróquia de Quixeramobim, agora administrada pelos padres lazaristas e integrando a Diocese de Quixadá, promoveu justas homenagens na decorrência dos 250 anos de sua criação, contando com a participação do bispo diocesano, dom Adélio Tomazin, dos padres Manuel Bonfim Soares, vigário, padre José van Esch, vigário cooperador, e autoridades civis, dentre as quais o prefeito municipal Edmilson Júnior.

Por motivos superiores, lamentavelmente, não pude participar desses festejos, embora tenha recebido gentil convite do professor Marum Simão, um dos promotores do evento.

Na época da fundação, em 15 de novembro de 1755, a Paróquia de Quixeramobim integrava o bispado de Pernambuco, criado em 16 de novembro de 1676, no Pontificado do Papa Inocêncio XI, e que compreendia, ainda, os atuais estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Durante os 178 anos (1676-1854) em que a Igreja cearense esteve subordinada à mitra pernambucana, as nossas paróquias eram visitadas pastoralmente pelos representantes do bispo de Olinda, os Visitadores ou Procuradores, como eram conhecidos, e um deles, o carmelita frei Manuel de Jesus Maria, Visitador dos sertões do Norte, foi quem erigiu a freguesia de Santo Antônio, em Quixeramobim.

Por coincidência, o último destes Procuradores para o Ceará, foi o próprio vigário de minha terra natal, cônego Antônio Pinto de Mendonça (1804-1872), empossado no cargo em 11 de janeiro de 1844 e que desempenhou esta função até a chegada do nosso primeiro bispo, dom Antônio Luís dos Santos, em 1861. Durante este período, Quixeramobim tornou-se praticamente a capital religiosa do Ceará, de onde partiam as determinações do Pastor de Pernambuco para a Igreja de nossa então província.

Feitas estas considerações, gostaria de evocar a figura de dom Francisco Xavier Aranha, oitavo bispo de Olinda e que chefiava a Diocese de Pernambuco quando da criação de nossa paróquia, em 15 de novembro de 1755, e do qual nada foi dito nestas duas festas comemorativas, realizadas em 1955 e em 2005.

Ele foi inegavelmente um grande pastor e logo no começo de seu dinâmico episcopado, iniciado em 1754, criou várias paróquias no Ceará, como veremos adiante, algumas das quais seriam futuras sedes episcopais, a exemplo de Fortaleza, Sobral e Itapipoca, em nosso estado, e Campina Grande, na Paraíba.

Era natural da vila de Arronches, Província de Alentejo, em Portugal, onde nasceu no dia 5 de abril de 1692. Abraçando a vida eclesiástica, fez os primeiros estudos de Latim no convento dos Eremitas de Santo Agostinho, prosseguindo depois com a Filosofia, na Universidade de Évora, e Teologia, na diocese de Portalegre, naquele país. Ordenado sacerdote, veio a colar grau de Doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra.

Na diocese de Miranda ocupou as mais destacadas funções: cônego doutoral, visitador geral, deão da catedral, vigário capitular e governador desse bispado, quando sede vacante. Todas estas atividades exerceu com muita prudência e abnegação, o que lhe valeu a nomeação, primeiramente como bispo coadjutor e depois sede plena da diocese de Olinda, em Pernambuco, pelo Papa Bento XIV, em 13 de fevereiro de 1754.

A sua sagração episcopal ocorreu em 21 de junho daquele mesmo ano, na igreja de São Miguel dos Anjos, tendo como oficiante o arcebispo de Lacedemônia, dom José Dantas, e como bispos consagrantes dom José Correia de Souza e dom frei Hilário de Santa Rosa, ambos membros do episcopado português.

Quatro dias depois, ou seja, em 25 de junho, dom Francisco Xavier Aranha teve a honra e satisfação de participar da sagração episcopal do cardeal-arcebispo eleito de Lisboa, dom José Manuel da Câmara, acontecimento este realizado no Oratório do Palácio do marquês de Sanches, irmão mais velho do novo representante de Portugal no Sacro Colégio dos Cardeais.

Partindo de Lisboa para tomar posse como bispo coadjutor de Olinda, desembarcou em Recife em 29 de setembro de 1754, e dada a ausência do diocesano, dom frei Luís de Santa Tereza, que se encontrava em Portugal, assumiu o governo do bispado, iniciando um brilhante episcopado, caracterizado pelo seu espírito missionário, maior zelo ao culto divino e especial atenção pelas obras sociais.

Era realmente um bispo talhado para aquela época e uma de suas primeiras providências foi conhecer as necessidades de sua vastíssima diocese, que compreendia, como já disse, os atuais estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

No ano seguinte ao de sua posse teve início a criação de várias paróquias cearenses: Santo Antônio, em Quixeramobim (15.11.1755), Jucás (07.12.1755), São Mateus (18.04.1756), Viçosa do Ceará (07.07.1757), Itapipoca (30.08.1757), Baturité (08.05.1758) e Fortaleza, tendo como padroeiro São José, em 6 de agosto de 1761. Outra grande realização deste notável bispo foi a sua Provisão de 30 de agosto de 1757, em que dividiu o antigo Curato de Acaraú em quatro freguesias: Amontada, Granja, Ipu e Nossa Senhora de Caiçara, hoje Sobral.

Observe-se que das paróquias criadas, Fortaleza é hoje sede do arcebispado cearense, enquanto Sobral e Itapipoca são, ambas, dioceses sufragâneas.

Na Paraíba, devido a mais fáceis comunicações com Pernambuco, ele visitou pastoralmente quase todo seu território, criando também diversas paróquias, dentre as quais merece destaque Nossa Senhora da Conceição, em Campina Grande, hoje importante sede episcopal nordestina.

A Catedral de Olinda mereceu especial atenção de sua parte, mandando vir de Portugal ornamentos para seus altares, alfaias e até mesmo dois sinos. Concluiu, igualmente, a construção do Palácio da Soledade, residência oficial dos bispos de Pernambuco, e cujas obras haviam sido iniciadas pelo seu antecessor, dom frei Luís de Santa Tereza.

Foi, portanto, dos mais fecundos o brilhante episcopado deste dinâmico antístite que entregou sua alma a Deus em 5 de

outubro de 1771, aos 79 anos de idade, amado por todos os seus diocesanos e sepultado na Catedral de Olinda com todas as honras militares.

Ele jamais poderia ser esquecido de Quixeramobim e por que não dizer do nosso Ceará, quando das comemorações dos 250 anos da criação da paróquia de Santo Antônio, em minha cidade natal.

Discurso proferido pelo deputado Mauro Benevides na Câmara dos Deputados em 16 de janeiro de 2006

Mauro Benevides*

Senhor presidente,
senhoras e senhores deputados,

Transcorreu, na última quarta-feira, o centenário de nascimento do ex-governador do Ceará, Plácido Aderaldo Castelo, homem público de virtudes excepcionais, que prestou os mais relevantes serviços ao nosso estado.

Antes de ascender à chefia do Poder Executivo, o eminente conterrâneo desempenhou sucessivos mandatos à Assembléia Legislativa, quando revelou o seu talento fulgurante e a rara sensibilidade para debater questões atinentes ao desenvolvimento do Nordeste e ao bem-estar de nossa gente.

Escolhido pelo então Presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, ele foi chancelado para exercer a governadoria no período 1966/1971, pondo à prova as suas invejáveis qualidades como administrador de larga visão, aplicando os recursos públicos com incomparável austeridade.

Uma de suas maiores realizações foi a construção da Estrada do Algodão, ligando o Sertão Central à região do Cariri, numa obra que o consagrou como um dos mais dinâmicos gestores do século passado.

Mesmo enfrentando dificuldades orçamentárias, soube conviver com a escassez de disponibilidade do Erário, patrocinando iniciativas que, à sua época, pudessem significar a concretização de antigas aspirações de nossa gente.

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Intelectual de méritos incontáveis, é autor de várias obras, o que lhe garantiu cadeira vitalícia no Instituto do Ceará e na Academia Cearense de Letras, instituições vetustas que prosseguem na sua faina de defender a nossa cultura e os estudos históricos, geográficos e antropológicos.

Com trânsito fácil no Poder Legislativo, contornava os impulsos oposicionistas do MDB, à cuja presidência estive durante 27 anos, na maior longevidade de comando partidário do nosso país.

No próximo dia 27, o Instituto do Ceará estará homenageando a memória de Plácido Aderaldo Castelo, num evento que servirá para pôr em evidência a sua figura imperecível, a ser reverenciada pelas gerações porvindouras.

Através de artigo que fiz publicar no jornal *O Estado*, destaquei o esforço empreendido pelo saudoso estadista, inclusive mencionando que, como juiz municipal, promotor público, secretário de Agricultura e governador, ele perlustrou todos os caminhos da vida pública local, fazendo-o com inegável brilhantismo e invulgar proficiência.

Por isso, entendi de meu dever homenageá-lo desta tribuna, levando à sua família o testemunho de meu preito a um coestaduano eminente, que soube honrar e dignificar as nossas mais caras tradições de civismo.

A família do senador Miguel Leite

Geová Lemos Cavalcante*

Miguel Augusto Ferreira Leite

Esta exposição tem o objetivo de eliminar algumas dúvidas relacionadas a vínculos de parentesco entre os descendentes e colaterais de **Miguel Augusto Ferreira Leite,** apoiando-se quase exclusivamente em prova documental; foram resgatados elucidativos Testamentos e Inventários constantes do acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará, servindo como exemplo os Inventários de Theresa de Jesus

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Barbosa (1875), José Freire Bizerril (1879), Miguel Augusto Ferreira Leite (1899), Cândida Firmina Leite (1899), José Leite Barbosa (1917), Maria da Conceição Barbosa Bizerril (1926), Maria de Moura Barbosa (1928) e de Maria da Conceição Leite Barbosa (1908).

Com exceção do último, os demais Inventários giram em torno de Miguel Augusto Ferreira Leite, o fundador da ilustrada família *Leite Barbosa,* em Fortaleza. O Inventário dos bens de Maria da Conceição Leite Barbosa (1908) é para realçar os perigos da homonímia em estudos genealógicos, como se evidenciará.

Miguel Leite é considerado o fundador do ramo da família *Leite Barbosa* em Fortaleza, mas no Ceará o fundador é José Baptista Leite, do Aracati.

Com efeito, José Baptista Leite, o pai de Miguel Leite, foi casado com Maria Angélica Barbosa. Ao contrário do sistema espanhol, pelas convenções reinantes entre os brasileiros, o sobrenome dos filhos de José Baptista Leite e de Maria Angélica Barbosa seria *Barbosa Leite*. Ocorre que Maria Angélica era filha de Francisco Xavier Barbosa e sobrinha do Capitão-Mor Joaquim José Barbosa, um dos poderosos de seu tempo, e que está sepultado na Igreja do Rosário, e por isso nada mais prudente seria prestar homenagem ao parente ilustre, criando o sobrenome composto *Leite Barbosa*, adotando-se a sistemática espanhola. Para maiores detalhes, confira-se o que assevera o Barão de Studart no *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense* no verbete correspondente a Joaquim José Barbosa.

Maria Angélica Barbosa,
matriarca da família Leite Barbosa.

José Baptista Leite colocou o sobrenome Barbosa em todos os seus filhos com exceção de Miguel Augusto Ferreira Leite, que provavelmente é o primogênito. Os demais são, por ordem alfabética: 1) Alfredo Leite Barbosa;

2) Antônio Leite Barbosa; 3) Francisco Leite Barbosa; 4) João Evangelista Barbosa; 5) José Leite Barbosa; 6) Lourença Leite Barbosa; 7) Maria Angélica Leite Barbosa; 8) Maria de Jesus Barbosa; 9) Thereza Leite Barbosa.

O Barão de Studart, em *Datas e Factos para a História do Ceará*, registra que em 25 de agosto de 1890 "publica-se o manifesto eleitoral do Partido Operário do Estado do Ceará. Subscrevem-o Aderson Ferro, Joaquim Lino da Silveira, **Miguel Augusto Ferreira Leite**, Olegario Antônio dos Santos, Antônio Joaquim Victoriano da Silveira, Augusto Thomé Wanderley, Antônio Joaquim Belleza, Antônio Pinto Maia, João Xavier de Góes, Victorino Gomes de Oliveira, João de Medeiros Sobrinho, José Domingues de Souza, José Gonçalves da Silva, Antônio José dos Santos, Zeferino Hypolito de A. Belezza, Domingos Rodrigues da Silva e João Benevides Costa. Começa pelas palavras: "É esta a primeira vez que nós, os artistas, constituídos em partido e de nossa conta própria, pleiteamos uma eleição no intuito de, como as demais classes sociaes, - também tomarmos parte nos altos problemas da pátria", e termina pelas palavras: "Diremos que, como eles, somos os homens do trabalho, legítimos filhos do povo, e, portanto, os mais identificados com as suas necessidades e aspirações. Seja esta a nossa recomendação. Seja este o nosso único merecimento".

No dia 14 do mês de setembro do mesmo ano, o Barão de Studart assinala que "sob o pretexto de conspirarem contra o governo são presos por ordem do governador Ferraz os seguintes cidadãos: Conselheiro Antônio Joaquim Rodrigues Junior (este foi conduzido para bordo do vaso de guerra *Carioca*), Dr. Francisco Barbosa de Paula Pessoa, **Tenente Miguel Augusto Ferreira Leite,** Aderson Ferro, Tenente Juviniano Pio de Moraes, Francisco Barbosa Lima, Miguel Fernandes Vieira, Joaquim Lino da Silveira e Felipe Nery da Costa". Os presos foram postos em liberdade no dia 25 de setembro por determinação do governo federal. Aproveitando-se da mesma ordem, Francisco Leite Barbosa, filho de Miguel Leite, que andava às escondidas para evitar sua prisão, reapareceu. Francisco era comerciante, estabelecido com a "Casa Maracanã", na Praça Capistrano de Abreu.

"Maracanã" era a alcunha aposta a Miguel Leite e que se estendeu à família, pela sua característica de falar em alta voz e com sonoridade metálica, com algazarra, à moda da conhecida ave; os homens eram "os maracanãs" e as mulheres da família, "as maracanãs".

Abelardo Montenegro, em *Os Partidos Políticos do Ceará*, informa que "no Rio de Janeiro, o Centro Artístico transforma-se em Partido Operário, assumindo a presidência o tenente José Augusto Vinhais. Em sessão realizada no Teatro São Luís a 15 de junho de 1890, fundava-se, em Fortaleza, uma filial do Centro Artístico, ou seja, do Partido Operário, sendo eleito o cirurgião-dentista Aderson Ferro, e secretários Augusto Tomé Wanderley e Joaquim Vitoriano da Silveira. Os estatutos saíam publicados em *Cearense* edição de 31 de janeiro de 1891. Integravam, ainda, o Partido Operário **Miguel Augusto Ferreira Leite**, o alfaiate Olegário Antônio dos Santos, o mecânico Taodomiro de Castro, o marceneiro José Façanha de Sá, os mecânicos Olavo Pinto de Andrade, Joaquim Pinto do Carmo e Raimundo Soares Freire, o sapateiro Joaquim Rodrigues de Lima, o ourives Gonçalo José Júlio do Nascimento, o seleiro Zeferino Beleza e os gráficos Antônio de Morais e Raimundo Pinto de Vasconcelos.

Pátria manifestava-se contrária ao Partido Operário, alegando que, no Ceará, não tinha razão de existir, a não ser por espírito de imitação. Aderson Ferro, pelas colunas de *Cearense*, edição de 19 de junho de 1890, justificava a necessidade do Partido Operário, dizendo que o regime republicano visava ao progresso do país e que esse progresso se tornava incompatível com o não aperfeiçoamento da classe operária. Considerando o Ceará *Terra da Luz*, não podia concebê-la a não ser regido pela lei do progresso e da evolução. Concluía, afirmando que a fundação de uma filial do Centro Artístico do Rio podia ser imitação, mas "uma imitação que constitui a propugnação de uma ideia, a vulgarização de um princípio".

Rodrigues Junior oferecia ao Partido Operário as colunas do *Cearense* para defesa dos direitos e interesses da classe. Alguns associados, na edição de 8 de junho de 1890 do *Libertador* diziam que o Partido Operário tivesse cuidado com os obséquios. Na mesma edição do *Libertador*, Ildefonso Amorim não considerava autônomo o Partido Operário, porque "elementos estranhos às classes proletárias é que estão movendo todos os atos do partido operário". *Charuto,* em editorial transcrito em *Libertador*, edição de 19 de setembro de 1890, definia o Partido Operário como agremiação explorada por ex-chefes monarquistas".

Quer nos parecer que assistia razão a Ildefonso Amorim, particularmente em relação a Miguel Leite. O Diário Oficial da União, do dia

21 de junho de 1866, comprova que Miguel era um empreiteiro de obras públicas, oferecendo lanço para construir armazém da Alfândega de Fortaleza; na descrição dos bens nos inventários de suas duas mulheres e, no seu próprio, é de impressionar a quantidade de madeiras de carnaúbas para linhas e caibros e madeiras para soalhos e isso não era mais compatível com as atividades de um simples carpinteiro e, sim, de um construtor. E construtor de obras públicas, conforme se extrai da transcrição de matéria publicada no Diário Oficial aludido:

N. 232. - FAZENDA. - Em 21 De Junho De 1866.

Adverte a Thesouraria do Ceará pelo seu procedimento relativamente ao contracto para as obras do armazém da Alfandega, indicamdo-lhe qual o processo a seguir-se em casos idênticos.

Ministério dos Negócios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 21 de Junho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Ceará nº 14 de 15 de Janeiro ultimo, transmitindo cópia do contracto para as obras do armazém da respectiva Alfandega; declara ao mesmo Sr. Inspector que, tendo a Junta da Thesouraria resolvido rejeitar o lanço único offerecido, de Miguel Augusto Ferreira Leite, por entender que não era razoável, e presumir que o orçamento da obra admitia abatimento maior de 3%, deveria addiar-se a praça para outro dia previamente annunciado, procurando-se obter no concurso de licitantes condições mais vantajosas á Fazenda Publica.

Que havendo o dito Ferreira Leite offerecido á Presidência um lanço com abatimento de seis por cento, e não estando a arrematação approvada pela Presidência, cumpria que fosse admittido, annunciando-se nova praça com a precisa antecedência.

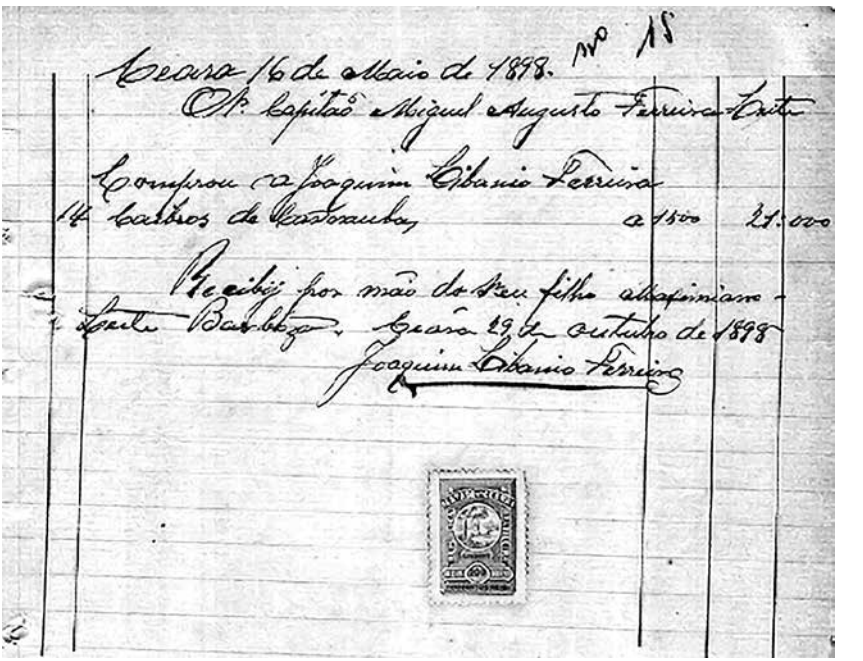
E que, portanto, é extranhavel o procedimento do Sr. Inspector neste assumpto; cumprindo que em casos idênticos siga o processo acima indicado, embora justifique a preferencia dada a Antonio da Rosa Oliveira com a sua abonação e idoneidade, sendo o prego igual ao supradito lanço de Ferreira Leite.

Outrosim, convém que o Sr. Inspector informe como procedeu a respeito da fiança deste contracto, prestada depois da nova Lei

Hypothecaria, e que por conseguinte devia ter sido não por simples obrigação pessoal, mas com segurança real de hypolheca, ou penhores, ou depósitos de dinheiro.

João da Silva Carrão.

Em 19 de outubro de 1898, pouco mais de 1 mês após sua morte, o filho Maximiano Leite Barbosa pagou a Joaquim Libanio Ferreira a importância de 21.000 por compra de 14 caibros de carnaúbas feita pelo Capitão Miguel Augusto Ferreira Leite 4 meses antes de morrer. Eis o recibo:


Ceara 16 de Maio de 1898. Nº 15

Sr. Capitão Miguel Augusto Ferreira Leite

Comprou a Joaquim Libanio Ferreira

14 caibros de Carnaubas a 1$500 21.000

Recebi por mão de seu filho Maximiano Leite Barbosa. Ceará 19 de outubro de 1898

Joaquim Libanio Ferreira

Abelardo Montenegro acrescenta que o Partido Operário, em seu Programa, batalhava por 8 horas de trabalho, redução de horas de trabalho de mulheres e crianças, democratização do capital e habitação higiênica. Iniciava campanha contra os artigos 204 e 206 do novo Código Penal que "negam aos operários a qualidade de direitos e os fez

párias". Organizava comissão recenseadora para proceder ao recenseamento dos operários e um Conselho de Instrução para combater o analfabetismo e desenvolver o gosto literário.

Na *Revista do Instituto do Ceará* (1983), o historiador e genealogista Eduardo de Castro Bezerra Neto, trineto de Miguel Augusto Ferreira Leite, discorre sobre o Senado Estadual, de efêmera existência no Estado do Ceará; o Ceará foi um dos oito estados da federação a adotar o sistema bicameral.

Em 12 de junho de 1891, o Conselheiro Rodrigues Junior lança uma Chapa para concorrer ao Senado Estadual, nela figurando Miguel Augusto Ferreira Leite, qualificado como Artista, informa Aroldo Mota, em *História Política do Ceará.*

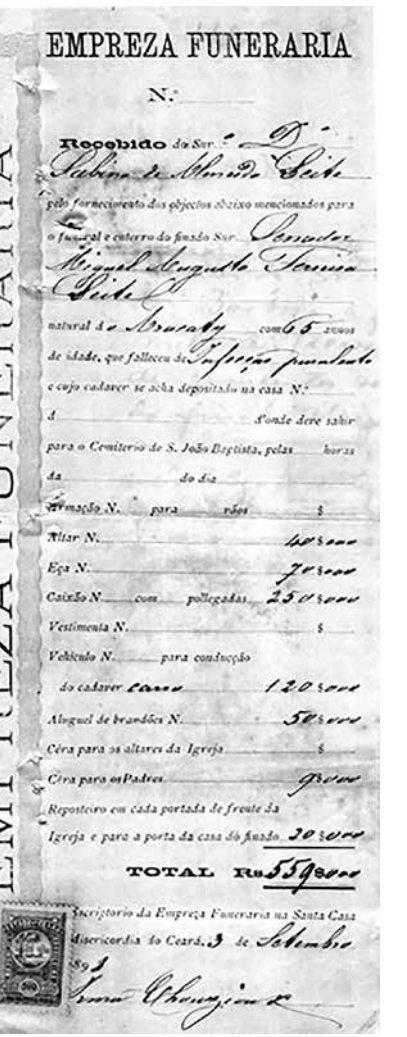
Artista, no linguajar da época, era a pessoa que exercia o ofício de Alfaiate, Carpinteiro, Marceneiro e Pedreiro, dentre outras profissões.

De carpinteiro a senador

Na eleição procedida em 15 de agosto de 1891 foram eleitos doze Senadores: Arcelino de Queiroz Lima, Francisco de Assis Bezerra de Menezes, Francisco Barbosa de Paula Pessoa, Gonçalo de Almeida Souto, Manoel Ambrosio da Silveira Portugal, **Miguel Augusto Ferreira Leite**, Padre Antero José de Abreu Lima, Antônio Fernandes da Silva, José Pacífico Caracas, José Mendes Pereira de Vasconcelos, Antônio Dias Martins Junior e Clementino Finéas Jucá.

Hugo Victor Guimarães, em *Deputados Estaduais e Provinciais* (1951), referindo-se ao Senador Miguel Leite, anota: "O 2º operário a ter assento na Assembleia. Natural do Aracati, iniciou a vida como carpinteiro, e vindo para Fortaleza, foi nomeado em 1881 porteiro da Câmara Municipal, ano em que se candidatou a um lugar de vereador, sendo eleito, e considerada nula a eleição, por viciada, interpôs recurso, constituindo advogados Luiz Miranda e o dr. Teófilo Rufino Bezerra de Menezes, tornando-se uma questão ruidosa, que resultou na suspensão do escrivão Raimundo Peixoto. Ao lado de Aderson Ferro, cirurgião-dentista maranhense, que agitou os meios artísticos de Fortaleza, fundou em 1890 o Partido Operário, cabendo-lhe a 2ª vice-presidência. Esse partido tentou promover a deposição do Coronel Ferraz, mas cientificadas as autoridades do que se tramava, prenderam todos os cabeças

a 14 de setembro de 1890, e o movimento ficou só em projeto. Entretanto, a fim de satisfazer as aspirações das classes trabalhadoras, o partido oposicionista incluiu na sua chapa para senadores à Constituinte estadual, o nome de Miguel Augusto Ferreira Leite, que foi eleito, e no Congresso não ficou silencioso, porque não era homem de letras, mas dotado de grande inteligência e acuidade de espírito, assimilando imediatamente qualquer assunto, por mais complexo. A sua grande preocupação era educar os filhos, o que, embora com sacrifício, conseguiu, e isto constitui, por sem dúvida, um título de recomendação para quem tanto trabalhou e soube se impor à consideração geral, começando a vida no anonimato das massas".


EMPREZA FUNERARIA

N.

Recebido do Snr. D. Fabiana de Almeida Leite

pelo fornecimento dos objectos abaixo mencionados para o funeral e enterro do finado Snr. Senador Miguel Augusto Ferreira Leite

natural de Aracaty com 65 annos de idade, que falleceu de Insuficiencia pulmonar e cujo cadaver se acha depositado na casa N.

d Sonde deve sahir para o Cemiterio de S. João Baptista, pelas horas da do dia

Armação N. para rdes $

Altar N. 40$000

Eça N. 30$000

Caixão N. com pollegadas 250$000

Vestimenta N. $

Vehiculo N. para conducção do cadaver carro 120$000

Aluguel de brandões N. 50$000

Cêra para os altares da Igreja $

Cêra para os Padres 90$000

Reposteiro em cada portada de frente da Igreja e para a porta da casa do finado 30$000

TOTAL Rs 559$000

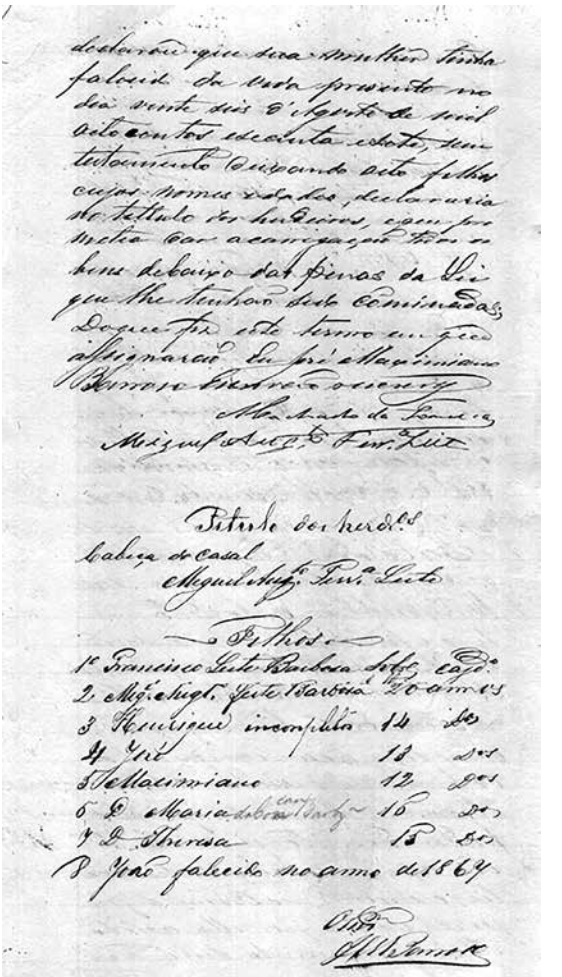
Escriptorio da Empreza Funeraria na Santa Casa Misericordia do Ceará, 3 de Setembro 1890

Denota-se que Miguel Leite teve uma ascensão social e econômica pelo seu trabalho e relacionamento com personalidades influentes; ora é tratado como *Tenente* ora como *Capitão*. É provável que tenha integrado os quadros da Guarda Nacional, a exemplo de seu filho Miguel, aquinhoado com a Patente de Major da Guarda Nacional. No outono da vida seu título foi o de *Senador* e isso se constata nesse recibo da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza por ocasião de seu sepultamento.

Para comprovar o relacionamento com pessoas influentes, extraia-se a certidão de batismo de seu filho Henrique, realizado na Igreja Matriz de Fortaleza: "*Henrique, filho de Miguel*

Augusto Ferreira Leite e de Thereza de Jesus Barbosa, nascido em sete de julho de mil oitocentos e sessenta e um, foi de minha licença solenemente baptizado nesta Matriz pelo Reverendo Galindo Firmo da Silveira Cavalcante, aos dois de setembro do mesmo anno e forão seus padrinhos Doutor Manoel Franco Fernandes Vieira e D. Barbara Fernandes Vieira. Do que fiz este assento e assigno. O Vigário Carlos Augusto Peixoto de Alencar".

O inventário de D. Theresa de Jesus Barbosa



declarou que sua Mulher tinha
falecido da vida presente no
dia vinte dois d'Agosto de mil
oito centos e secenta e oito, sem
testamento deixando oito filhos
cujos nomes vão dados, declarou
mais de título de herdeiros, e que por
morte sua a companhia fica em
bens debaixo das penas da Lei
que lhe tinhão sido cominadas.
Do que fiz este termo em que
assignarão Ele pró e Maximiano
Ramos Barbosa e comigo
Manoel da Fonseca
Miguel Aug.to Ferr.a Leite

Partido dos herd.os
Cabeça de casal
Miguel Aug.to Ferr.a Leite

Filhos
1º Francisco Leite Barbosa solt.o cap.es
2. Mg.el Aug.to Leite Barbosa 20 annos
3 Henrique incompleto 14 dº
4 João 13 dº
5 Maximiano 12 dº
6 D. Maria 10 dº
7 D. Theresa 8 dº
D. João falleceu no anno de 1864

Vista

O Senador Miguel Leite casou-se três vezes; a primeira, com Theresa de Jesus Barbosa, falecida em 1875; o viúvo funcionou como Inventariante dos bens deixados por D. Theresa e, de suas declarações prestadas em juízo, constam como filhos do casal:

1. Francisco Leite Barbosa Sobrinho, casado;
2. Miguel Augusto Leite Barbosa, 20 anos;
3. Henrique, 14 anos incompletos;
4. José, 13 anos;
5. Maximiano, 12 anos;
6. D. Maria da Conceição Barbosa, 16 anos;
7. D. Theresa, 15 anos;
8. João, falecido em 1864.

É de notar-se que Miguel seguiu o exemplo do pai, colocando em todos os filhos o sobrenome composto *Leite Barbosa*, excetuando José, que era *Baptista Leite,* evocando o avô paterno, e Eduardo Augusto e Júlia Firmina, do segundo casamento. Uma dúvida que somente será deslindada com aprofundadas pesquisas: seria Theresa de Jesus Barbosa, mulher de Miguel Leite, irmã de sua mãe Maria Angélica Barbosa? É possível! O Barão de Studart, ao relacionar as filhas de Francisco Xavier Barbosa, indica uma de nome Theresa de Jesus Barbosa. O casar sobrinho com tia repetir-se-ia com os filhos Miguel Leite Barbosa e Maximiano Leite Barbosa.

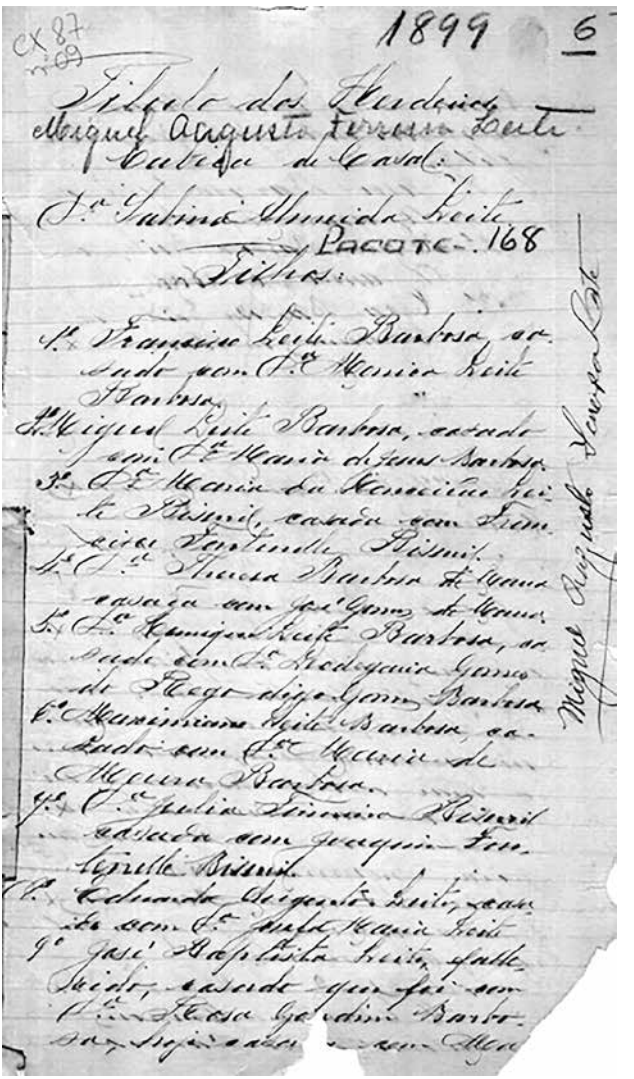
Depreende-se que Miguel homenageou seu irmão, 14 anos mais novo, Monsenhor Francisco Leite Barbosa, figura notável do clero cearense, nascido no lugar Barreiros, em Aracati, em 13 de dezembro de 1847, apondo no primeiro filho nome idêntico ao do ilustre e virtuoso sacerdote, acrescendo-o com o *Sobrinho.*

No Inventário de D. Theresa de Jesus Barbosa, o filho Miguel Augusto Leite Barbosa, que residia no seringal de sua propriedade em Lábrea, nas margens do Rio Purus, de passagem por Belém, outorgou procuração ao tio João Evangelista Barbosa para que o representasse:

GRAM-PARÁ
TRASLADO
TABELLIÃO
QUADROS.
L.º 3.º
Fl.º 38
Procuração que faz Miguel Augusto Leite Barbosa
SAIBAM quantos este publico instrumento de procuração bastante virem, que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos setenta e cinco aos vinte e um dias do mez de Maio, nesta cidade de Santa Maria de Belem do Gram-Pará, no meu cartorio á rua Formosa foi presente Miguel Augusto Leite Barbosa, reconhecido pelo proprio, e disse que constituia seu bastante procurador na Capital da Provincia do Ceará, a João Evangelista Barbosa, especialmente para representar a elle outorgante no inventario e Partilhas de que se trata de proceder aos bens deixados por finada mãi Dona Theresa de Jesus Barbosa, requerendo e assignando tudo que for abem da sua justiça, finalmente qualquer juiz ou tribunal, dando mais poderes de idoneidade de poderes numerados neste instrumento
1. Usar de todos os poderes geraes e especiaes em direito concedidos á elle outorgante afim de que em seu nome possa figurar em todas as suas pretenções, causas e demandas civeis, civeis, commerciaes e ecclesiasticas, movidas e por mover, em que elle outorgante for autor ou reo ante quaesquer autoridades policiaes ou administrativas, repartições publicas, auditorios tribunaes de justiça, desde os juizes de paz e de subdelegacias até o supremo tribunal de justiça.

Com o falecimento de D. Theresa de Jesus Barbosa, Miguel Leite casa-se com Cândida Firmina Leite, gerando os filhos Eduardo Augusto Leite e Júlia Firmina Leite. Novamente viúvo, Miguel casa-se a terceira vez com D. Sabina Almeida Leite, com quem não teve filhos.

O inventário de Miguel Augusto Ferreira Leite


1899 6

Miguel Augusto Ferreira Leite

Em 3 de setembro de 1898, aos 65 anos, Miguel Augusto Ferreira Leite falece em Fortaleza e então D. Sabina Almeida Leite, como cabeça do casal, é nomeada Inventariante, comparece a juízo e declara que Miguel Leite gerara nos dois leitos anteriores os seguintes filhos:

1. Francisco Leite Barbosa, casado com D. Monica Leite Barbosa;
2. Miguel Leite Barbosa, casado com D. Maria de Jesus Barbosa;
3. D. Maria da Conceição Leite Barbosa, casada com Francisco Fontenelle Bizerril;
4. D. Theresa Barbosa de Moura, casada com José Gomes de Moura;
5. Doutor Henrique Leite Barbosa, casado com D. Leodegaria Gomes do Rego digo Gomes Barbosa (sic);
6. Maximiano Leite Barbosa, casado com D. Maria de Moura Barbosa;
7. D. Julia Firmina Bizerril, casada com Joaquim Fontenelle Bizerril;
8. Eduardo Augusto Leite, casado com D. Josefa Maia Leite;
9. José Baptista Leite, falecido, casado que foi com D. Rosa Gondim Barbosa, hoje casada com Manoel Baptista Maia, representada por seus três filhos:

    1º. João Barbosa Leite, de 10 anos de idade;

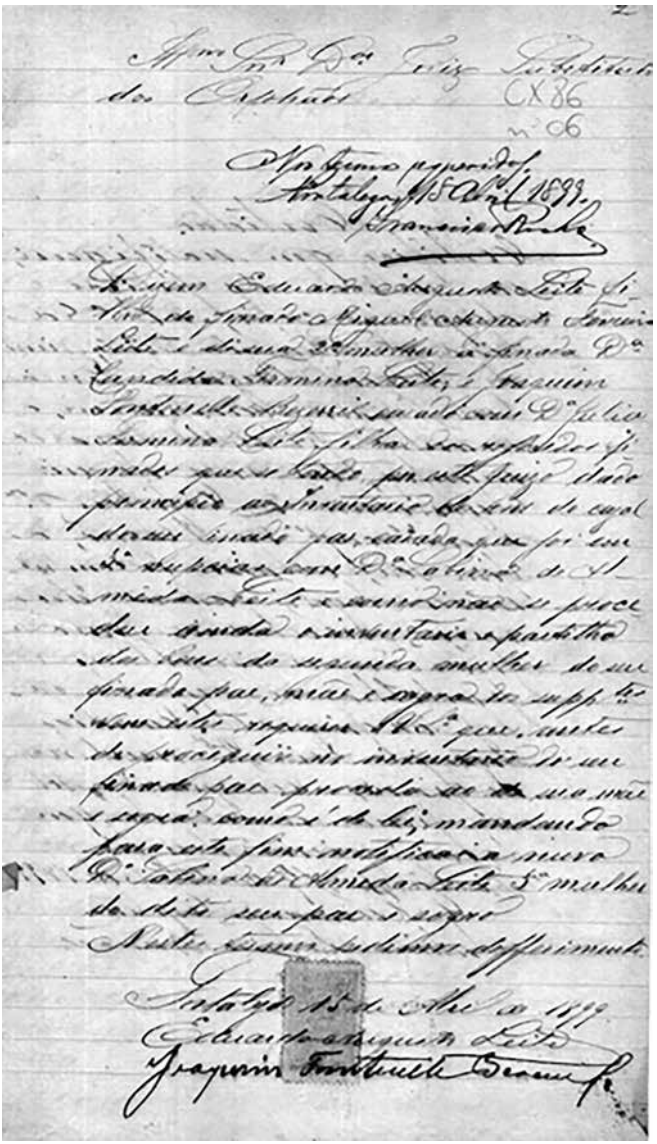
    2º. Enéas Barbosa Leite, de 8 anos de idade;

    3º. Oscar Barbosa Leite, de 5 anos de idade.

Há aqui algumas diferenças terminológicas nos nomes: eliminou-se o *Sobrinho* de Francisco e *Augusto* de Miguel, tais como estavam informados no inventário de D. Theresa de Jesus Barbosa.

Os autos do inventário informam que o Juiz nomeou Maximiano Leite Barbosa, tio dos órfãos João, Enéas e Oscar, para exercer o encargo de tutor; Maximiano escusou-se, sendo substituído por José Bonifácio Baptista Leite.

O inventário de Candida Firmina Leite



O processo de Inventário de Miguel Leite estava em tramitação, quando em 15 de abril de 1899 foi formulada a seguinte petição:

"Illmo. Snr. Dor Juiz Substituto dos Orphãos da Fortaleza

Dizem Eduardo Augusto Leite filho do finado Miguel Augusto Ferreira Leite e de sua 2ª mulher e finada Dª Candida Firmina Leite; e Joaquim Fontenelle Bizerril casado com Dª Julia Firmina Leite filha dos referidos finados que se tendo, por este juízo dado principio ao Inventario dos bens do cazal do seu finado pae, casado que foi em 3ª núpcias com Dª Sabina Almeida Leite e como não se procedeu ainda o inventario e partilha dos bens da segunda mulher do seu falecido pae, mãe e sogra dos suplicantes vem estes requerer a V. Sª. que, antes de prosseguir no inventario de seu finado pae proceda ao de sua mãe como é de lei, mandando para este fim notificar a viúva Dª Sabina Almeida Leite 3ª mulher do dito seu pae e sogro.

Nestes termos pedimos defferimento
Fortaleza 15 de Abril de 1899
Eduardo Augusto Leite
Joaquim Fontenelle Bizerril".

O Juiz deferiu o pedido e nomeou Inventariante D. Sabina Almeida Leite, 3ª mulher de Miguel Augusto Ferreira Leite, de tal modo que ela exerceu simultaneamente as funções de inventariante: dos bens do seu falecido marido e dos bens da falecida Cândida Firmina Leite, 2ª mulher de Miguel Leite.

Sabina Leite declarou como filhos do casal Cândida-Miguel Leite:

1. Eduardo Augusto Leite, casado com Josepha Maia Leite
2. Julia Leite Bizerril, casada com Joaquim Fontenelle Bizerril.

Julia, do seu casamento com Joaquim Bizerril, teve o filho Júlio Leite Bizerril, nascido a 29 de setembro de 1893. Joaquim Bizerril faleceu em 27 de agosto de 1909, conforme declaração prestada em juízo por Júlia Bizerril em 23 de setembro de 1909. Por sua vez, Júlia faleceu no dia 24 de outubro de 1916, sem deixar herdeiros diretos, consoante afirmou em Testamento, ficando os bens para seus irmãos Francisco Leite Barbosa e Maximiano Leite Barbosa e para o sobrinho Gilberto Augusto Leite, filho do seu irmão Eduardo Augusto Leite. Depreende-se, portanto, que o filho Júlio Leite Bizerril falecera antes.

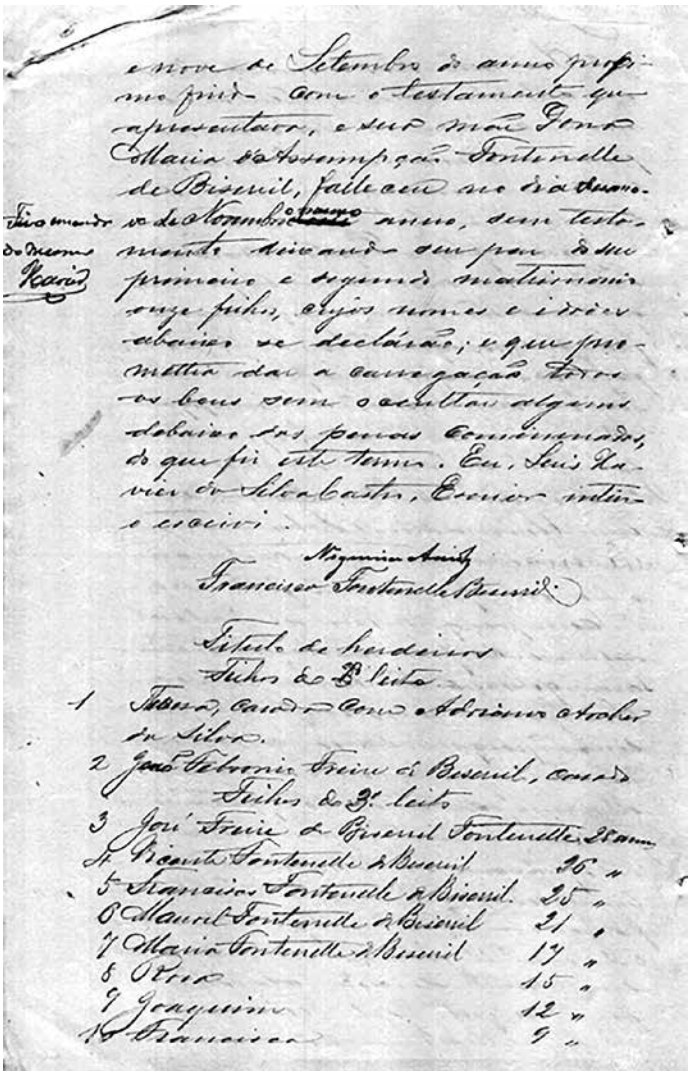
Eduardo residia no Boulevard Visconde do Rio Branco, nas proximidades da residência de seu pai Miguel Leite; faleceu em 17 de abril de 1904, deixando o filho Gilberto Augusto Leite. No inventário havia uma dívida passiva do espólio contraída com Maximiano Leite Barbosa, oriunda de despesas realizadas com o funeral.

Neste Inventário percebe-se que Miguel Leite acumulou muitos bens, considerando-se ainda o fato de que em 1875 havia sido realizada a partilha dos bens deixados por sua 1ª mulher, D. Theresa de Jesus Barbosa. Com efeito, a Inventariante Sabina Leite, somente de bens de raiz, relacionou várias casas, a de morada no Boulevard Visconde do Rio Branco nº 102, e diversas outras na vizinhança e um vasto terreno ocupando um quarteirão. É de notar-se que havia uma tendência da família de Miguel Leite morar em suas proximidades, como denota os termos do Inventário de Ernani Leite Barbosa, neto de Miguel, porque filho de Maria Angélica Barbosa e de Francisco de Oliveira Barbosa. Este casal teve 13 filhos, mas sobreviveu somente Ernani, o qual casou-se com Alice Bezerra Barbosa e veio a falecer em 5 de fevereiro de 1911, deixando os filhos Clóvis e Ernani. Sua mãe Maria Angélica sobreviveu-lhe e em 28 de maio de 1922, aos 81 anos de idade, comparece a cartório para ditar seu Testamento. Pois bem, conforme declarações da viúva Alice, Ernani tinha casa de morada no Boulevard Visconde do Rio Branco, com fundos de quarteirão inteiro, sendo vizinho de José de Oliveira Mariano Barbosa.

O inventário de José Freire Bizerril

Compulsando-se os autos do inventário de José Freire Bizerril, falecido em Fortaleza no dia 29 de setembro de 1878, casado com D. Maria da Assumpção Fontenelle de Bizerril, inventário processado em 1879 perante o Juiz de Direito, Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly, prova-se que Francisco Fontenelle Bizerril e Joaquim Fontenelle Bizerril eram irmãos e casaram-se, respectivamente, com as irmãs Maria da Conceição e Júlia, filhas de Miguel Augusto Ferreira Leite. A titulo de ilustração, registre-se que Francisco e Joaquim eram irmãos do General José Freire Fontenelle Bizerril, que exerceu os cargos de Governador do Ceará, Deputado Federal e Senador. José Freire Bizerril foi casado 3 vezes; do primeiro casamento não houve filhos; o

Inventariante Francisco Fontenelle Bizerril relacionou 11 filhos do Inventariado, oriundos de dois leitos.



e nove de Setembro do anno proximo findo com o testamento que apresentaro, e que mãe Dona Maria da Assumpção Fontenelle de Bizerril, falleceu no dia dous. Fiz o mandado de Novembro deste anno, sem testamento deixando seu pay do seu primeiro e segundo matrimonio onze filhos, cujos nomes e idades abaixo se declarão; e que promettia dar a carregação [illegible] os bens sem o acrescimo algum debaixo das penas comminadas, do que fiz este termo. Eu, Luis Xavier da Silva Castro, Escrivão interino o escrevi.

Benjamin Amaty
Francisco Fontenelle Bizerril

Titulo de herdeiros
Filhos do 2º leito

1 Thereza, casada com Adriano Arthur da Silva.
2 João Fontenelle Freire de Bizerril, casado
Filhos do 2º leito
3 José Freire de Bizerril Fontenelle 28 annos
4º Ricardo Fontenelle de Bizerril 26 "
5º Francisco Fontenelle de Bizerril 25 "
6º Manoel Fontenelle de Bizerril 21 "
7º Maria Fontenelle de Bizerril 17 "
8 Otto 15 "
9 Joaquim 12 "
10 Francisco 9 "

Esta exposição não tem a pretensão de ser trabalho de natureza genealógica, por isso menciona-se somente herdeiros do casal Francisco Fontenelle Bizerril e Maria da Conceição Barbosa Bizerril, em razão de

outros vínculos que serão demonstrados, notadamente em relação a Elisa Bizerril Corrêa Lima.

O inventário de Maria da Conceição Barbosa Bizerril

Maria da Conceição Barbosa Bizerril, filha de Miguel Augusto Ferreira Leite e viúva do Ten. Cel. Francisco Fontenelle Bizerril, faleceu em Fortaleza no dia 25 de setembro de 1926, aos 68 anos, de insuficiência cardíaca, conforme atestado passado pelo Dr. Clóvis Barbosa de Moura, seu sobrinho, filho de sua irmã Theresa, casada com José Gomes de Moura. As declarações foram prestadas em juízo no dia 14 de outubro de 1926 pelo Dr. Augusto Corrêa Lima, seu genro, nomeado Inventariante, indicando os seguintes filhos, netos e legatários:

Elisa Bizerril Corrêa Lima, casada com o Dr. Augusto Corrêa Lima;
Francisca Bizerril Fontenelle, casada com João Fontenelle;
Capitão Dr. Guilherme Barbosa Fontenelle Bizerril, falecido, casado com D. Guilhermina Lopes Fontenelle Bizerril, representado por seus 5 filhos que são:

- Aroldo, com 15 anos de idade;
- Araldo, com 14 anos de idade;
- Arinda, com 12 anos de idade;
- Armando, com 10 anos de idade;
- Arilda, com 13 anos de idade.
- Adalgizo Fontenelle Bizerril, casado, residente em Aracaju;

Dr. Francisco Fontenelle Bizerril, casado, médico, "residente no sul do país em lugar ignorado".

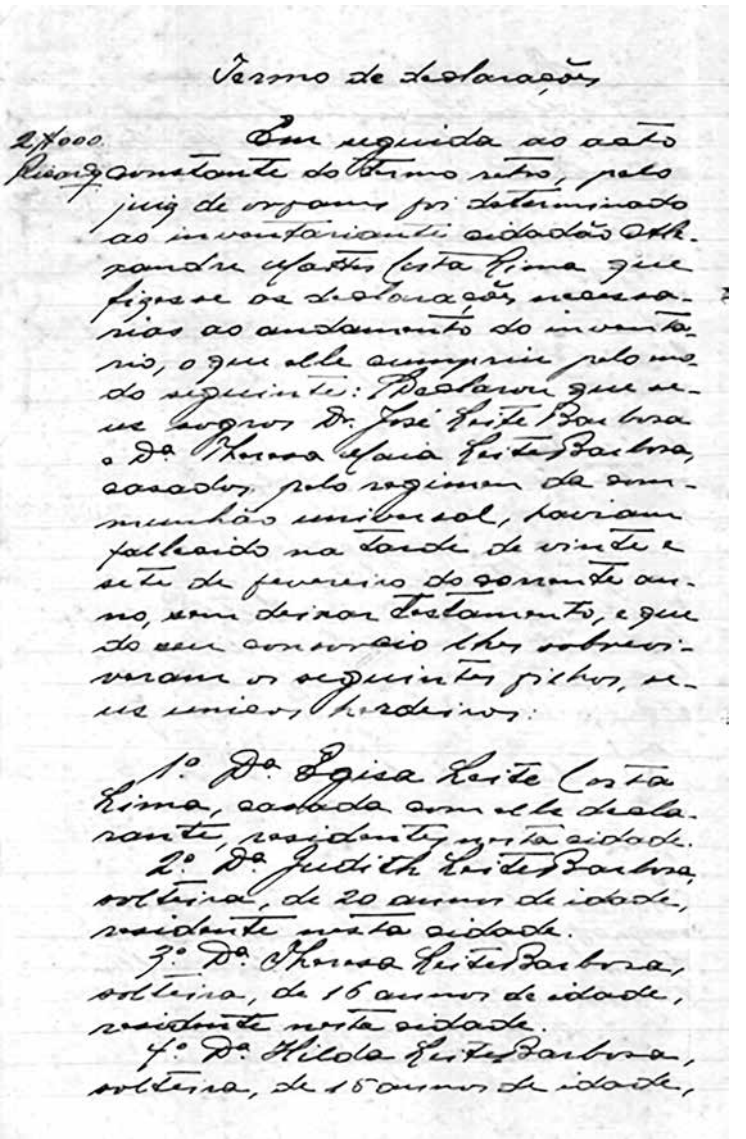
Foram relacionados, portanto, netos e bisnetos de Miguel Leite.
O 3º. filho, Guilherme Barbosa Fontenelle Bizerril, era Oficial de Engenharia do Exército; foi professor da Universidade Federal do Paraná. Faleceu em 1921 em Curitiba aos 41 anos. No Ceará, exerceu o mandato de Deputado Estadual, sendo objeto de breve perfil lançado por Hugo Victor às páginas 279 de *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará.* Seus três filhos – Aroldo, Araldo e Armando Lopes Fontenelle Bizerril - atingiram o posto de General do Exército brasileiro.
Como legatários foram discriminados:

1. Dr. Dario Bizerril Corrêa Lima
2. D. Jacy Corrêa Lima da Costa Ribeiro, casada com o Dr. Affonso Feijó da Costa Ribeiro
3. Arinda, de 12 anos de idade
4. Arilda, de 13 anos de idade, ambas filhas do falecido herdeiro Guilherme Fontenelle Bizerril
5. Augusto Hyder, com 18 anos de idade, filho do Dr. Augusto Corrêa Lima
6. Lauro, com 16 anos de idade, filho do mesmo Dr. Augusto Corrêa Lima
7. Claudio Emanuel, com 3 anos de idade, filho do mesmo Dr. Augusto Corrêa Lima.

Augusto Hyder Corrêa Lima tornou-se conceituado e humanitário médico em Fortaleza e foi pai de Emília Barreto Corrêa Lima, Miss Brasil em 1955.

O inventário de José Leite Barbosa

Em 27 de fevereiro de 1917, decorrente de um naufrágio no Rio Jaguaribe, falece José Leite Barbosa, médico, sócio da fábrica de tecidos Santa Theresa, de Aracati. No mesmo sinistro faleceu sua esposa Theresa Maia Leite Barbosa e seu filho menor Eurico. O Dr. José Leite Barbosa era irmão do Senador Miguel Augusto Ferreira Leite. Na ocasião, Miguel Leite Barbosa, seu sobrinho, filho do Senador Miguel Leite, era também sócio da fábrica de tecidos. Entre tio e sobrinho havia a diferença de idade de treze anos; José nascera em 1863 e Miguel em 1850, daí se propalar que eram irmãos; a idade, o mesmo sobrenome e o exercício de atividades em sociedade no mesmo ambiente de trabalho eram circunstâncias favoráveis a essa conclusão. Ademais, a diferença de idade entre Miguel Leite Barbosa e Monsenhor Francisco Leite Barbosa, o outro sócio, era de somente 3 anos. O Monsenhor Leite nascera em 12.12.1847 e Miguel em 1850. Diga-se, finalmente, que Miguel Leite Barbosa era casado com D. Maria de Jesus Barbosa, irmã do Dr. José Leite Barbosa e do Monsenhor Francisco Leite Barbosa, significando que era cunhado deles e casado com uma tia.



Termo de declarações

2$000. Em seguida ao acto Rio[illegible] assistente do Termo retro, pelo juiz de orphams foi determinado ao inventariante cidadão Alexandre Mattos Costa Lima que fizesse as declarações necessarias ao andamento do inventario, o que elle cumprio pela maneira do seguinte: Declarou que seus sogros Dr. José Leite Barbosa e Dª Thereza Maria Leite Barbosa, casados pelo regimen da communhão universal, haviam fallecido na tarde de vinte e sete de fevereiro do corrente anno, sem deixar testamento, e que do seu consorcio lhes sobrevivaram os seguintes filhos, seus unicos herdeiros:

1º Dª Eliza Leite Costa Lima, casada com o declarante, residente nesta cidade.

2º Dª Judith Leite Barbosa, solteira, de 20 annos de idade, residente nesta cidade.

3º Dª Thereza Leite Barbosa, solteira, de 16 annos de idade, residente nesta cidade.

4º Dª Hilda Leite Barbosa, solteira, de 15 annos de idade,

Aberto o inventário, Alexandre Mattos Costa Lima, Prefeito Municipal de Aracati e genro do Dr. José Leite Barbosa, é nomeado Inventariante e em juízo presta declarações, enumerando os filhos deixados pelo casal:

1ª) D. Egisa Leite Costa Lima, casada com o declarante
2ª) D. Judith Leite Barbosa, de 20 anos
3ª) D. Theresa Leite Barbosa, de 16 anos
4ª) D. Hilda Leite Barbosa, de 15 anos
5ª) D. Alda Leite Barbosa, de 13 anos.

D. Egisa Leite Costa Lima e Alexandre Mattos Costa Lima foram os pais do Dr. José Flávio Leite Costa Lima, Deputado Federal e Industrial.

Há nos autos a informação de que antes do falecimento do casal inventariado falecera o filho menor de nome Lauro.

Dentre os bens, o declarante informou haver "*Saldo de seu capital e lucros na Fabrica Santa Theresa, desta cidade, de que era sócio, trinta contos de reis:30:000$*".

Em 22 de junho de 1917 o Juiz nomeou a Sra. Egisa Leite Costa Lima tutora de suas irmãs menores, mas D. Egisa recusou a tutoria e indicou o tio paterno, Monsenhor Francisco Leite Barbosa, que residia em Fortaleza. O Juiz julgou procedente a escusa e nomeou o Monsenhor Leite, o qual em 23 de junho assinou o termo de compromisso.

Em 28 de janeiro de 1921, o Monsenhor Francisco Leite Barbosa falece em Fortaleza. Diante do fato, em 23 de fevereiro o Curador Geral de Órfãos, Dr. Cesar Cunha Fontenelle, peticiona ao Juiz para que o cidadão Alfredo Leite Barbosa, empregado do Telégrafo Nacional, irmão e testamenteiro do Monsenhor Francisco Leite Barbosa, seja citado "*para que venha prestar contas referentes às tuteladas Thereza, Hilda e Alda Leite Barbosa*".

As contas são prestadas e aprovadas, sem antes de merecer tocante homenagem ao Monsenhor Leite pela forma honesta e diligente em que se houve no encargo de Tutor de suas sobrinhas.

Em vista do falecimento do Monsenhor Leite, o Juiz novamente nomeia a Sra. Egisa Leite Costa Lima tutora de suas irmãs e ela outra vez se escusa.

Cumprindo despacho do Juiz, o Escrivão informa: "*que não há, nesta cidade residindo, parente algum das filhas do Dr. José Leite Barbosa, compreendido na ordem estabelecida pelo Código Civil, afora a irmã das mesmas D. Egisa Leite Costa Lima, que se escusou. Há, entretanto, os Srs. Alexandre Mattos Costa Lima,*

cunhado daquelas órfãs – casado com a irmã das mesmas – D. Egisa – e o Major Miguel Leite Barbosa, primo das mesmas, ambos os quais são pessoas idôneas".

A propósito dessa Patente de Major, transcreva-se a petição de Maximiano Leite Barbosa, irmão de Miguel Leite Barbosa, juntando em Autos no dia 8 de agosto de 1899 a seguinte procuração: "*Miguel Leite Barbosa, Major Ajudante de Ordem do Comando da Guarda Nacional da Comarca de S. Luiz de Labrea, Estado do Amazonas. Pela presente procuração por mim feita e assignada constitue aqui na Cidade da Fortaleza Estado do Ceará, meus bastantes procuradores aos Senrs. Francisco Leite Barbosa e Maximiano Leite Barbosa na ordem em que estão escriptos, especialmente para me representarem como se eu presente fosse no inventario que se está processando nos bens deixados por falecimento de meu pai Miguel Augusto Ferreira Leite, para cujo fim dou aos mesmos ditos procuradores todos os direitos. Ceará 21 de Abril de 1899 Miguel Leite Barbosa".*

Levando em conta a informação prestada pelo Escrivão, o Juiz nomeia Tutor o Sr. Alexandre Mattos Costa Lima.

Em 11 de setembro de 1923, Alexandre Costa Lima presta contas relativas as pupilas Thereza e Hilda, informando que havia cessado o encargo de vez que haviam se casado, respectivamente, com o Dr. Justiniano de Serpa Filho (em 21.08.1922) e Dr. Jorge de Serpa (4.04.1922), filhos do ex-presidente Justiniano de Serpa. Alexandre juntou comprovante de que em 21 de dezembro de 1922 entregara a Justiniano de Serpa Filho a importância de 22.085$250 (vinte e dois contos oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reis), valor da herança pertencente a Thereza Leite Barbosa; e ao Dr. Jorge de Serpa entregara em 30 de novembro de 1922 a importância de 26:603$260, valor da herança de Hilda Leite Barbosa.

Registre-se que o Dr. Jorge de Serpa Filho, renomado advogado e interlocutor privilegiado de diversos presidentes da república brasileira, filho do casal Jorge e Hilda, sendo neto do Dr. José Leite Barbosa, é sobrinho-neto do Senador Miguel Augusto Ferreira Leite.

Em de março de 1924, Alexandre Costa Lima informa ao Juiz que a tutorada Alda Leite Barbosa contraíra matrimônio com o Dr. Dario Bizerril Correia Lima e, por procuração outorgada por Alda e Dario ao Major Miguel Leite Barbosa, entregara ao procurador em

1º. de março de 1924 a importância de R$ 27:365$020, valor da herança de Alda Leite Barbosa.

O Dr. Dario Bizerril Correia Lima, casado com Alda Leite Barbosa e que veio a ser Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, é filho de Elisa (casada com o Dr. Augusto Correia Lima) Bizerril Correia Lima, por sua vez filha de D. Maria da Conceição Leite Barbosa (casada com Francisco Fontenelle Bizerril). Ou seja, Alda é prima legítima de sua sogra D. Maria da Conceição, pois esta era filha de Miguel Augusto Ferreira Leite, irmão do Dr. José Leite Barbosa.

No Testamento de D. Thereza Barbosa da Franca, irmã do Dr. José Leite Barbosa e viúva de Hermino Monteiro da Franca, sua afilhada e sobrinha Judith Leite Costa Lima é contemplada com cinco contos de reis, o mesmo acontecendo com as outras sobrinhas Thereza, Hilda e Alda.

O inventário de D. Maria de Moura Barbosa

Maximiano Leite Barbosa

A 17 de abril de 1928, Maximiano Leite Barbosa, casado em segundas núpcias, filho do Senador Miguel Leite, dirige petição ao Juiz da 1ª Vara de Fortaleza dizendo que no dia 28 de outubro de 1900 fale-

cera sua primeira mulher, D. Maria de Moura Barbosa, de Uremia, aos 33 anos de idade, "deixando bens a inventariar". Acrescentando: "Entretanto, tendo o Supplicante deixado até a presente data de dar esses bens á partilha, embora, assim procedendo, não houvesse tido o intuito de prejudicar os referidos herdeiros desde seu primeiro casamento – quer elle, agora, proceder á descripção, avaliação e partilha dos aludidos bens, para o que, em sua qualidade de cabeça do casal, vem, respeitosamente, requerer a V. S. que se digne de admittil-o a assignar o competente termo de compromisso de inventariante e fazer as necessárias declarações, prosseguindo-se, na forma da Lei, em os ulteriores termos desse inventario, até final sentença". No dia 25 de abril, Maximiano, na qualidade de Inventariante, declarou que de sua primeira mulher, D. Maria de Moura Barbosa, havia os seguintes filhos:

> "1º. Eloisa Barbosa Nottingham, nascida em 08 de dezembro de 1887, casada comStanley Nottingham, residente nesta Capital.
> 2º. Maximiano Leite Barbosa Filho, nascido em 08 de setembro de 1889, casado, aqui residente.
> 3º. Olga Barbosa Accioly, nascida em 1º. de novembro de 1891, casada com o Dr. Hildebrando Pompeu Pinto Accioly, residente na Capital Federal.
> 4º. Alice de Moura Barbosa, nascida em 26 de janeiro de 1894, solteira, residente nesta Cidade.
> 5º. Liberalina Barbosa Gurgel Nogueira, nascida em 1º. de outubro de 1895, casada com o Dr. José Gurgel Nogueira, residente nesta Cidade.
> 6º. Thereza de Moura Barbosa Mamede, nascida em 22 de julho de 1897, casada com Emilio Cesar Façanha Mamede, residente no Rio de Janeiro.
> 7º. Maria Luiza Barbosa Câmara, nascida em 25 de julho de 1899, casada com Adriano Câmara, residente nesta Capital". Maria Luiza, ISA na intimidade, foi mãe do refinado advogado Adrísio Barbosa Câmara e o nome integral de seu marido era Adriano da Silva Correia Câmara.

Maximiano esqueceu de declinar o nome da mulher de Maximiano Leite Barbosa Filho (conhecido na intimidade por *Nestor*), por isso so-

corre-se de Newton Jacques Studart para anotar que Maximiano Leite Barbosa Filho estava, desde 1911, casado com Cecy de Camocim, filha de Geminiano Maia, o Barão de Camocim, com os filhos:

1) Newton de Camocim Leite Barbosa, c.c. Elsa Barroso Parente
2) Carmen Leite Barbosa, c.c. Dr. Lauro Vieira Chaves
3) Lygia Leite Barbosa, c.c. Dr. João Gabriel de Perboyre Quinderé
4) Ilnah Leite Barbosa, c.c. Audízio Pinheiro
5) Neide Leite Barbosa, c.c. Dr. Eleazar de Aguiar Campos
6) Lucy Leite Barbosa, c.c. Carlos Alberto da Costa Ferreira Belchior
7) Olga Leite Barbosa, c.c. Dr. José Helito Gondim Pamplona
8) Aila Leite Barbosa, c.c. Rafael Emanuelle Matarazzo.

Maximiano e Miguel Leite Barbosa casam-se com as tias

Maximiano informara ao Juiz, em sua petição de 17 de abril de 1928, que era casado em segundas núpcias. Examinando-se o Testamento lavrado no Cartório Silveira Marinho (livro 41 – fl. 48v – 49) em 21 de junho de 1922, dele consta que a testadora Lourença Leite Barbosa, nascida em Aracati em 10 de agosto de 1864, filha de José Baptista Leite e de Maria Angélica Barbosa, por não ter filhos, podendo dispor livremente de seus bens, "*quer que, por sua morte, passem ditos bens à propriedade de seu marido Maximiano Leite Barbosa*".

Sabe-se que José Baptista Leite e Maria Angélica Barbosa são os pais de Miguel Augusto Ferreira Leite, pai de Maximiano. Conclui-se, sem dúvida, que Maximiano é sobrinho de Lourença Leite Barbosa, haja vista que Lourença e Miguel Augusto eram irmãos. Idade não era variável a se considerar, pois Miguel era 31 anos mais velho que a irmã.No tocante a idade, frise-se que Maximiano era 1 ano mais velho do que sua tia Lourença.

Adicione-se que há também a informação de que Maria de Jesus Barbosa, casou-se com o sobrinho Miguel Leite Barbosa, conforme se verifica no Testamento de Thereza Barbosa da Franca, quando consigna que "*o restante que se verificar seja partilhado em partes iguais entre as suas duas irmãs Lourença Leite Barbosa, casada com Maximiano Leite Barbosa, e Maria de Jesus Barbosa, casada com Miguel Leite Barbosa.*" (Testamento de Theresa Barbosa da Franca, livro 41, fl. 6v,

do Cartório Silveira Marinho, em 22 de fevereiro de 1922); Thereza, a testadora, uma das filhas de José Baptista Leite e Maria Angélica Barbosa, foi casada com Hermino Monteiro da Franca, sem filhos. No dia do Testamento contava 71 anos de idade.

Nesse Testamento são contempladas as filhas de Francisco Leite Barbosa (sobrinho), embora não nominadas, e os filhos de seu irmão Alfredo Leite Barbosa (Adhemar, Francisco e Alfredo), bem como uma sobrinha-neta, Alayde, filha de Egisa e Alexandre Mattos Costa Lima.

Do casamento de Miguel Leite Barbosa com Maria de Jesus Barbosa, nasceram:

a) Isaura Leite Barbosa, casada com Bruno Porto Figueiredo (Major Bruno), com os filhos: Mario Leite Barbosa Figueiredo, casado com Tarcila Gurgel Cintra; Francisco Leite Figueiredo, casada com Maria Isabel Philomeno Gomes (pais dos empresários Claudio Philomeno Gomes Figueiredo e Alberto Jorge Philomeno Gomes Figueiredo e Miguel Philomeno Gomes Figueiredo); Alzira, casada com Francisco Salles Gurgel (pais de Antônio de Pádua Gurgel Figueiredo e Lúcia Dantas); Heloisa; Eunice Figueiredo Bezerra, casada com José Moacyr Bezerra (pais do Dr. Eduardo de Castro Bezerra Neto); Geraldo; Isolda; Júlio.
b) Julieta Leite Barbosa, casada com o Dr. Edgard Augusto Borges, nascido em 12.9.1885, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito (turma de 1908), Deputado e Secretário de Estado, nascendo-lhes os filhos Julieta Leite Barbosa Borges, casada com Almérico de Castro Neves, Edgar Leite Barbosa Borges, Oficial do Exército, casado duas vezes, e Marina Leite Barbosa Borges.

Por configurar um ramo vigoroso que saiu das fronteiras do Ceará em direção ao Maranhão, registre-se que do casamento do Dr.Henrique Leite Barbosa, médico militar, filho do Senador Miguel Leite, com Leodegária (Lalá) Gomes do Rego, filha de Cândido Gomes do Rego (Presidente do Banco do Ceará) e de Iluminata Florentine Pereira Lago do Rego, nasceram:

a) Heloisa, casada com o Desembargador Bento Moreira Lima, formado em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará em 1909; natural de Colinas no Maranhão, pais de 10 filhos: 1)

Brigadeiro Rui Barbosa Moreira Lima, que nasceu em Colinas em 12 de junho de 1919, tendo falecido aos 94 anos de idade no dia 13 de agosto de 2013, 2) Carlos, estudou Medicina mas desistiu, tornando-se Aviador; 3) José Henrique, médico, residente no Rio de Janeiro; 4) Helosine, casada com o médico Odorico; 5) Major Aviador Abelardo Barbosa Moreira Lima, casado com Regina Targino, dessa família de Redenção, no Ceará, tendo os filhos Abelardo, Paulo, Regina, Helosine, Alberto e Vera (Doutora em Farmacologia pela UFC); 6) Antônio; 7) Bento Jr; 8) Raimundo; 9) Clodomir; 10) Cecília. Clodomir e Cecilia são gêmeos. O Major Abelardo e seu irmão Antônio falecerem em acidente aéreo no interior da Bahia, em avião pilotado por Abelardo;

b) Abelardo, (pai de Maria Elisa);

c) Henrique Leite Barbosa Filho, radicado em Colinas no Maranhão, onde casou-se com Noeme, de expressiva liderança comunitária, tendo os filhos: 1) Heloisa c. c. o médico Carlos Orleans Brandão, sendo os pais de José Henrique Barbosa Brandão, ex-prefeito de Colinas, e de Carlos Orleans Brandão Junior, atual Vice-Governador do Maranhão; 2) Roseane; 3) Heloisa Helena; 4) Marcos; 5) Ana Luiza. Existe em Colinas a Praça Henrique Leite, em sua homenagem;

d) Nestor Barbosa Leite (inverteu o sobrenome), formado na Faculdade de Direito do Ceará na turma de 1918, que se casou com D. Anita Frota Gentil, filha do Cel. José Gentil, pais, dentre outros, do Dr. Jorge Augusto Gentil Barbosa, graduado na turma de 1944, da Faculdade de Direito do Ceará, e Maria Luiza Gentil Barbosa, casada com o Dr. Antônio Fiúza Pequeno Filho, pais do Dr. Antônio Fiúza Neto e dos demais irmãos *Barbosas Fiúzas*.

Monsenhor Francisco Leite Barbosa

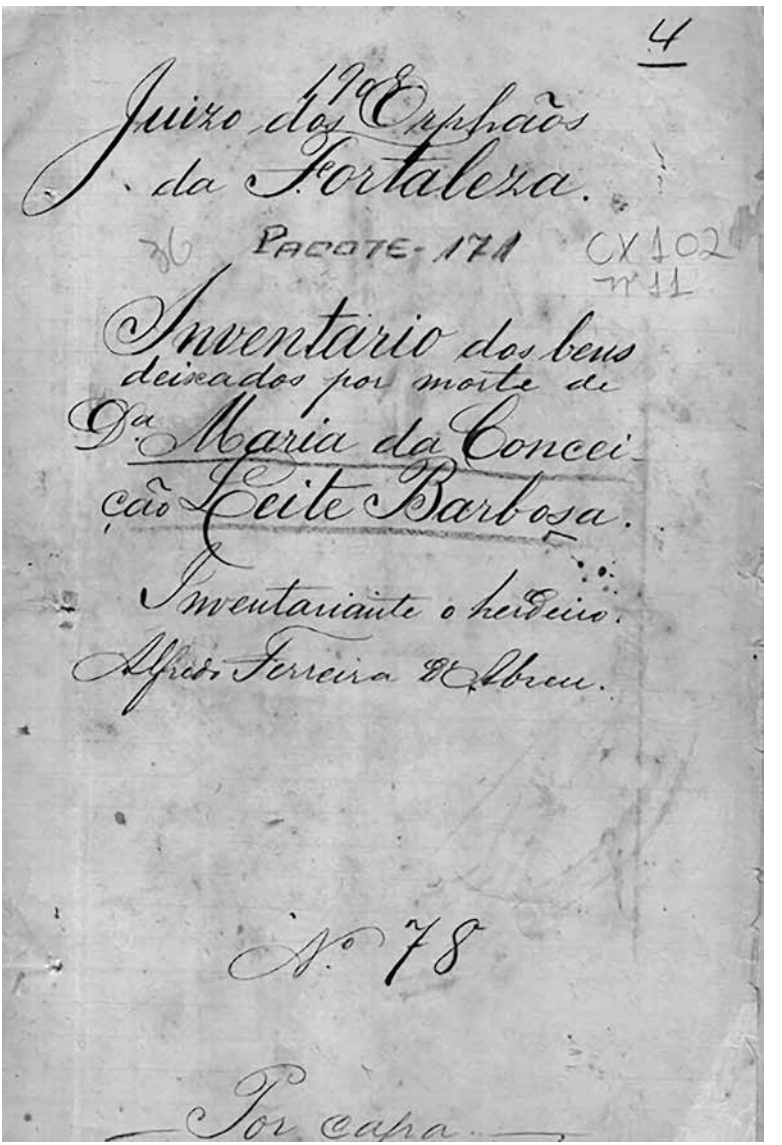
Embora sem perder as esperanças, é de lastimar-se que não tenha sido localizado o Testamento cerrado do Monsenhor Francisco Leite Barbosa; Monsenhor Leite, após exercer seu ministério no Amazonas, fixou-se em Fortaleza no ano de 1911, falecendo em 28 de janeiro de 1921. Em 5 de setembro de 1897, um ano antes da morte de seu irmão Miguel Leite, esteve na Catedral de Fortaleza presidindo a cerimônia de batismo da criança de nome Jorge, filho de Honoradino Barbosa e de Francisca Rodrigues Brandão. Foram padrinhos, o padre oficiante e D. Maria Angélica Barbosa Leite. Com o Testamento, tem-se a certeza que ai se encontra um roteiro seguro sobre o seu irmão João Evangelista Barbosa. Ainda assim, Fernando Borges Moreira Monteiro alcança-lhe os passos em Camocim onde casou-se com Carlota Sabóia (filha de Domingos Saboia, de Aracati); a filha Maria Luiza casou-se com o parente Antônio Carlos Viriato de Sabóia, gerando os filhos Carlota Barbosa de Sabóia, Maria Luiza Barbosa de Sabóia, João Evangelista Barbosa de Sabóia, Carlos Viriato Barbosa de Sabóia, Antônio Carlos Viriato de Sabóia Filho e José Carlos Figueira de Sabóia Neto.

Não é por acaso que Antônio Carlos Viriato de Sabóia Filho vai associar-se a Francisco Sabóia Barbosa (Chico Leite), filho de João Evangelista Barbosa (irmão do Senador Miguel e do Monsenhor Leite), em empreendimento industrial em Aracati. Antônio Carlos Viriato de Sabóia Filho é sobrinho de Chico Leite, pois é filho de sua irmã Maria Luiza.

Chico Leite, de seu casamento com Nair Gurgel do Amaral, realizado em Aracati, gerou: Francisco Sabóia Barbosa, José Adolfo Sabóia Barbosa, Aglair Gurgel Barbosa, c.c. Flávio Barreto Parente, Aila Gurgel Barbosa, Celeste Gurgel Barbosa, c.c. Antônio Eduardo (Totonho) Alves Dias, e João Carlos Gurgel Barbosa.

Sendo Francisco Sabóia Barbosa (Chico Leite) e Liberalina Leite Barbosa, respectivamente, sobrinho-neto e neta do Senador Miguel Leite, é oportuno registrar que há outro entrelaçamento entre a família Leite Barbosa e a família Gurgel através do casamento do Dr. José Gurgel Nogueira com Liberalina Leite Barbosa, filha de Maximiano Leite Barbosa e Maria de Moura Barbosa, nascendo-lhes:Neile Leite Barbosa Gurgel Nogueira, c.c. com Carlos Geminiano de Franca, Helena Leite Barbosa Gurgel Nogueira, c.c. Eric Cristian Solberg, Walter Leite Barbosa Gurgel Nogueira, c.c. Maria Helena Cabral, Haroldo Leite Barbosa Gurgel Nogueira, c.c. Sonia Carneiro Castro, Yeda Leite Barbosa Gurgel Nogueira, c.c. Manoel Castro Monteiro, Maurício Leite Barbosa Gurgel Nogueira, Lúcia Leite Barbosa Gurgel Nogueira, c.c. Maurício Pinheiro Medeiros, e Silvia Leite Barbosa Gurgel Nogueira, c.c. Hugo Martins.

Inventário de Maria da Conceição Leite Barbosa


4

Juizo dos Orphãos
da Fortaleza.

Pacote- 171 CX 102
nº 11

Inventario dos bens
deixados por morte de
Dª Maria da Concei-
ção Leite Barbosa.

Inventariante o herdeiro.
Alfredo Ferreira d'Abreu.

Nº 78

Por cópia.

Finalmente, para evitar que futuros pesquisadores fiquem embaraçados, julgou-se conveniente referir-se ao Inventário de D. Maria da

Conceição Leite Barbosa, homônima da 3ª filha de Miguel Augusto Ferreira Leite e que não guarda relação de parentesco entre si, pelo menos em linha próxima; remotamente, de acordo com o Barão de Studart, existiria um parentesco pois Maria Angélica Barbosa, a mãe de Miguel Leite, tem um irmão de nome Delfino José Barbosa, nome idêntico ao do marido de D. Maria da Conceição. Atente-se ainda que o 9º filho de D. Maria da Conceição tem o nome de José Leite Barbosa. Há também a neta Alice Leite Barbosa, representando seu falecido pai, o Major Alfredo José Barbosa, homônima de uma filha de Maximiano Leite Barbosa, e outra Alice, viúva de Ernani Leite Barbosa. O inventário de Maria da Conceição Leite Barbosa foi iniciado em 23 de fevereiro de 1908 e tramitou perante o Juizado de Órfãos da Comarca de Fortaleza, processo nº. 78. D. Maria da Conceição era viúva de Delfino José Barbosa e faleceu em 2 de agosto de 1907. O Inventariante foi o genro Alfredo Ferreira de Abreu. Há, coincidentemente, um ramo dessa família, entroncada na família Archer, que se transplantou para o Maranhão, o que também aconteceu com descendentes do Dr. Henrique Leite Barbosa, que se estabeleceram na cidade de Colinas, no Maranhão.

Fontes consultadas

AMARAL, Aldysio Gurgel do (s/d), *Na Trilha do Passado. Genealogia da Família Gurgel.* Tipografia Minerva. Fortaleza-Ceará.

BEZERRA, Eduardo de Castro Neto. (1983). *Revista do Instituto do Ceará*.

CÂMARA, José Bonifácio Paiva (1990), *Um Mergulho no Passado*. Fortaleza-Ceará.

GIRÃO, Raimundo. (1960). *História da Faculdade de Direito do Ceará*. Imprensa Universitária do Ceará.

GIRÃO, Raimundo. (s/d), *Famílias de Fortaleza (Apontamentos Genealógicos)*. Fortaleza-Ceará.

GUIMARÃES, Hugo Victor. (1951). *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará*. Editora Jurídica. Fortaleza-Ceará.

MOTA, Aroldo. (1987). *História Política do Ceará (1889 – 1930)*. Stylus Comunicações. Fortaleza.

MONTEIRO, Fernando Moreira Borges (2013), *Uma Família Açoriana no Ceará. Genealogia da Família Castro e Silva, Vol.* I. Expressão Gráfica e Editora. Fortaleza-Ceará.

MONTENEGRO, Abelardo, F. (1980), *Os Partidos Políticos do Ceará*. Edições Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-Ceará.

STUDART, Barão de (1980), *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense, vols. I, II, III,* Edição fac-similar. Imprensa Universitária do Ceará.

STUDART, Newton Jacques (1985). *Barões do Ceará.* Tipografia IOCE. Fortaleza-Ceará.

SILVEIRA, Aureliano Adamantino (2004), *Ungidos do Senhor na Evangelização do Ceará (1700 a 2004),* Premius Editora Fortaleza-Ceará.

Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará:

a) Inventários:

1875 – Theresa de Jesus Barbosa – Inventariante Miguel Augusto Ferreira Leite (viúvo).

1879 - José Freire de Bizerril e de sua mulher Maria da Assumpção Fontenelle Bizerril – Inventariante Francisco Fontenelle de Bizerril (filho).

1899 – Miguel Augusto Ferreira Leite – Inventariante Sabina Almeida Leite (viúva – 3ª mulher).

1899 – Cândida Firmina Leite (2ª mulher de Miguel Augusto Ferreira Leite) – Inventariante Sabina Almeida Leite (viúva – 3ª mulher de Miguel Augusto Ferreira Leite).

1904 – Eduardo Augusto Leite – Inventariante Josepha Maia Leite (viúva).

1908 –Maria da Conceição Leite Barbosa – Inventariante Alfredo Ferreira de Abreu (genro).

1909 – Ernani Leite Barbosa – Inventariante Alice Bezerra Barbosa (viúva).

1909 – Joaquim Fontenelle Bizerril – Inventariante Júlia Leite Bizerril (viúva).

1912 – Dr. José Leite Barbosa – Inventariante Alexandre Mattos Costa Lima (genro).

1917 – Júlia Leite Bizerril – Inventariante Francisco Leite Barbosa (irmão).

1926 – Maria da Conceição Barbosa Bizerril (viúva de Francisco Fontenelle Bizerril) – Inventariante Dr. Augusto Corrêa Lima (genro).

1927 – Inventário de José Gomes de Moura – Inventariante Thereza Barbosa de Moura (viúva).

1928 – Maria de Moura Barbosa – Inventariante Maximiano Leite Barbosa (viúvo).

b) Testamentos:

1922 – D. Thereza Barbosa da Franca, viúva de Herminio Monteiro da Franca.

1922 – D. Maria Angélica Barbosa, casada com Francisco de Oliveira Barbosa.

1922 – D. Lourença Leite Barbosa, casada com o Cel. Maximiano Leite Barbosa.

1922 – Maximiano Leite Barbosa, casado com Lourença Leite Barbosa.

1923 – Capitão Antônio Leite Barbosa, viúvo, sem filhos.

A razão feliz

Oswaldo Evandro C. Martins*

I

O conceito de razão feliz remonta a Epicuro (341-270), significando a vivência do agradável, o estado dalma de bem-estar consigo, a satisfação sublimada com as próprias ações. Se constrange a alguém proceder mal, conquanto de conformidade com sua grei, é que está sendo olvidado o sujeito, desumanizada a pessoa e sacrificado o prazer espiritual.

Três razões se registram na Filosofia: teosófica, científica e feliz. O saber se refere ao estágio histórico em que o homem se enquadra no seu desenvolvimento e ao sistema crático que o subjuga. Deus, ciência e felicidade significam respectivamente metas supremas que a mente estatui, cultiva e, às vezes, cultua.

A supremacia relativa desses pontos propõem os pensadores atuais – tomistas, positivistas e marxistas -, que se polarizam e polemizam. Os primeiros deificam a regionalidade ontológica ou intencionalidade, até à sua feição máxima com Husserl (1859-1938); os segundos a reificam em todo o campo do social com Durkheim (1958-1917); e os últimos a reduzem à extinção das classes com Marx (1818-1883).

Essa discussão filosófico-antropológica pode ser trazida para o terreno político. As três entidades citadas – divina, científica e eudemonística – implicam o exercício do poder, mas é a terceira que se desenreda da gregariedade zoológica. O animal é instintivo, porém o homo sapiens é consciente. Esta a diferença essencial: o clã é aceito.

Preconizava-se enfrentar o Estado adverso dividindo-o moralmente. Isto em Roma, desde o estratego de legião ao senador. Depois,

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

já em Florença, Maquiavel (1469-1527) teorizava a questão à margem de qualquer consideração relacionada à divindade, à cognição ou à eticidade. O que importava não seria o caráter dos meios utilizados, mas a eficiência dos fins perseguidos. Isto era incontestável, porque contra os fatos não há argumento.

Aristóteles (384-322) pouco divergia disso. Aconselhou Alexandre (356-326) a tratar os persas como animais, pelo que não professava uma doutrina humanística, cousa que se pode monitorar no terrorismo estatal.

A internacionalização da economia ou globalização aboliu a alçada das nações, sob a égide e dominação do dólar norte-americano, isto é, do imperialismo. Ora, não há líder sem liderados, mas torna-se incômodo a estes qualquer liderança, que é sempre um detrimento psicológico.

Essa consciência o ser humano já a manifestara na confissão religiosa ou judicial, mas fundava-se num crivo ou estamental ou particular, não individual ou singular. Houve que consumar, equalizar e generalizar o conhecimento para todos e para cada um, sustando quaisquer conveniências do socius ou do grupo social e cedendo a percepção mais pura e ao dever mais ético.

II

Aquela disciplina partidária dos comunistas, frequentemente extremada em dogmatismo, submissão, obediência, absolutismo da função de militância política, não mobilizava a razão feliz. A acusação de facciosismo era ameaça permanente as cabeças pensantes, de modo que a nietzscheana conformação de rebanho se impunha ao individuo jungido ao grupo, que vedava atender o sentimento mais intimo.

A extensão do saber para todos lhes possibilitou o advento da autocritica de cada qual. O que incomoda e desagrada é uma regra de exclusão, que surde dos refolhos da mente. Então, o homem deixa de reprimir-se, de submeter-se, de tanger-se de fora de sua própria identidade, ao perceber, na atitude – mental – , como a pessoa – social – é usada, explorada, molestada, tolhida e mutilada.

Em principio, arvorar-se em líder não consente com a liberdade do liderado. A este tampouco se coaduna um papel de liderança – vice, sub, co ou anti –, pois incorre na mesma dissuasão.

Não se trata aqui de uma indução dos livres, mas de uma constatação dos iguais produzidos pela ciência, pelo método, pela técnica e pela organização. Estas condições exaurem o conhecimento do objeto, e não o do sujeito, que se faculta e enseja uma injunção fruitiva, reciprocada, fraternal e ética.

A razão vigente é replicante, diacrítica, aporetica e circunscrita a objetividade. Cumpre transcender esse estorvo ôntico e comtemplar os elementos da subjetividade mencionados acima.

Vai-se ao critério consentâneo, já indiciado pelo epicurismo: o prazer. O trabalho pretérito o doa ao futuro. De natureza subjetiva que ele é, não se lhe opõe o regime de classes, porquanto a sociedade não mais a possuirá.

A intelectualidade se diversifica e se avoluma, avassalando toda a estrutura em que se insere. O propósito é derrogar o cansaço e penosidade laborais, mediante o domínio cognoscitivo e ergonômico sobre o conjunto das forças produtivas, incluídos os intelectuais. O equivoco estava em que partidariamente se criticava o militante, compelindo-o a autocriticar-se e cumulando a paternidade única da crítica e da autocrítica.

Enquanto se ignoram as virtudes, é que vícios as estão sobrestando com proibição ostensiva ou a arguição de risco iminente ou latente. Semelhante paradigma atitudinal frena e estagna o pensamento, promovendo chantagem e corrupção contra a inteligência, até que a racionalidade – adquirida, desenvolvida e fixada – eclode gnosiologicamente. Acolhe o verdadeiro e descarta o aparente, como hipocritamente já se recomendava.

Configura-se a democracia – sistema igualitário –, que é causa eficiente da mudança psicofísica. O temor, a inveja, a hostilidade e o acusamento – anímicos – exaurem-se, instaurando-se o reinado da confiança recíproca – a confraternidade –, sem confrarias particularizadas, sem instâncias disputantes, sem liderancas paralelas.

III

A igualdade faz os homens concidadãos, plenos, satisfeitos, fraternos e éticos. Residuais e intransitivos, os antagonismos de classe se desmotivam, deperecem e desaparecem no curso da aplicação da razão feliz.

A congerie de circulo vicioso e de mesmice recorrente satura o objeto e o conhecimento, com alienações, estereotipias, erronias e contumácias, mas evidencia afinal o sujeito e sua faculdade de autocritica singular. É Camões (1524-1580) quem já assuntava a tal mudança axiológica – alternativa e propiciada pelo "valor mais alto" (cf. *Os Lusíadas*, Porto, Lello & Irmao, 1949, fls. 1)-.

O prazer é obscurecido pelos critérios objetivos e posto em suspenso. Todavia, não há porque ficar atreito a objetividade apenas, privado do senso profundo e da busca da medida isenta e alcandorada. A veracidade eticamente insatisfatória inexiste sempre. Em adota-la, é que se foi chantageado ou corrompido.

Para as duas categorias filosóficas, isto é, a realidade e sua reprodução mental, o autor do presente artigo, há mais de uma década, atentava no seguinte: "O homem, sujeito-objeto, que é, jamais se transformará, se omitir a subjetividade, porque é somente em função desta que operam a luta ideológica em prol da humanização, a consciencialização dos interesses humanos, as mudanças humanas da sociedade e , em suma, a desalienação do homem " (cf. *O autor e o ator*, Fortaleza, Barraca do Escritor Cearense, 1994, p. 36).

Quem se deixa intimidar e manipular está conscientemente infeliz. Evidentemente este estado psíquico era desconhecido daquela piedosa velhinha que levou uma acha de lenha para a fogueira inquisitorial de Savanarola. Exemplo contrário é o do carrasco que se recusa a executar sua repugnante tarefa. Quando gesto desse jaez se torna repercussivo, brada a convicção de que todos podem considerar-se irmãos.

O erudito filósofo Mário Ferreira dos Santos elaborou, no seu dicionário de Filosofia e Ciências Culturais, o longo e trabalhado verbete "Cratos", mas no mesmo não fala de condições éticas e fraternais. As comunidades fragmentadas; as organizações não-governamentais, também; e até as associações e firmas em geral: pretendem monopolizar uma fatia mercadológica do saber, o que entanto os progressos – cibernéticos e informáticos, computacionais e comunicacionais – democratizaram e liberaram. Que o digam os internautas.

Se se consegue a formação do intelecto, isto é, os direitos a ela – iguais ao ar que se respira ou o sol que, como se diz, nasce para todos –, a vida, o convívio e o comportamento seriam cabais e equânimes. A luta

darwiniana para a evolução biológica e a luta marxiana para a marcha histórica são uma remotíssima e a outra remota.

E não haverá, pois, as demandas reprimida e insatisfeita do capitalismo, nem, na forma delas, a desmoralização de hipossuficientes, inexpertos, obumbrados ou deslumbrados.

Consuntivo o trabalhador e produtiva a empresa, o prazer seria perfeito, mas o capital engendra o lucro e institui a exploração dos consumidores. A previsão marxista, porém, assegura "que dia virá em que é preciso privilegiar os valores propriamente éticos da fraternidade, do serviço e do amor, como escreve Roger Wehl (cf. De 1 '*autorité dês valeurs*, Paris, Presses Universiaires de France, 1957, p. 170)".

IV

A razão feliz escoima e exclui o chamado sigilo de Estado da categoria de virtude do domínio ético. O monstro hobbesino empobrece as pessoas, vestindo-as e adornando-as com os paramentos de objeto. O homem deixou consequentemente de ser sujeito, ficou desalmado, perdeu sua essência e assumiu a do Leviatã.

O que é, por exemplo, a delação privilegiada, senão traição oficializada, infidelidade à consciência mais profunda, infelicidade do cidadão? Por que um advogado abraçar esfuziantemente a causa do réu cuja defesa se lhe atribui? Onde autocrítica singular de ator no papel de vilão?

Não se justifica quem voluntariamente deserta do seu lidimo dever e procede mesquinhamente, adstringindo-se ao interesse pessoal ou corporativo. A conduta autêntica e veraz sabe, porém, o grau de compulsão a que se rende, sendo esse juízo – mesmo quando se infrinja –, o que perdura e punge no íntimo.

Trata-se do dualismo psíquico do capitalismo: as relações humanas e as alienadas. Estas últimas são: "a ordem do mercado fundado no jogo dos egoísmos racionais,... as ordens do patrão,... as ordens dos superiores,... e os regulamentos gerais" (cf. Lucien Goldmann, *Recherches Dialectiques*, Paris: Librairie Gallimard, 1959, pp 84-5).

Essas "ordens" constituem o governo em ato, ao lado e acima de um mínimo de humanismo em potência, um núcleo elementar de afetividade, uma atalaia de felicidade. Quando a diátese do capitalismo se exacerba, o regime se exaure e o caos se instala – como agora acon-

tece – , resta a cada um refugiar-se na sua subjetividade e identificá-la num seu igual, ensaiar em tropismo cognitivo contra a solidão.

Excetuadas hipóteses psicopatológicas, deixa-se de ser solitário, individual ou absolutista, desde que se vislumbre o par ou parceiro, o confrade ou irmão, outrem ombro a ombro. Nada obsta a que os dois então se apaziguem, congracem, confraternizem e regozijem.

Essa questão não é líquida e certa, porque lhe mínguam condições generativas e históricas, a não ser o ínsito desconhecimento e imprevisibilidade do que virá. Acena-se e sugere-se um viés perspéctico, que apenas aflora do contexto arcaico – aferido pela guerra de todos contra todos –, o qual é uma totalidade que se remata em si mesma.

Um ciclo se fecha, mas o raio do circulo dos familiares e amigos – que é espaço humano – , amplifica-se, nessa sociedade – inaugural, nova, desconhecida –, que, eticamente, se prenuncia, dealba, difunde a sua luz e imagem. O sistema social fossilizado na psique e dela oriundo caduca, fenece e finda, porquanto é artificial e coerente tão-só consigo, sendo nestes termos que aplica a sua presuntiva racionalidade. A realidade se torna virtual, senão surrealista, fantasmagórica ou irracional.

O padroado e os padres na política provincial do Ceará

Osmar Diógenes*

O presente texto refere-se à participação de clérigos católicos no contexto político cearense, mais especificamente na área legislativa, desde a primeira eleição que se fez na Província à Constituinte Portuguesa, em 24 de dezembro de 1821, contando-se com eleitores das Comarcas de Fortaleza e Crato.

Nessa primeira eleição figuram os nomes dos padres José Moreira e de José Martiniano de Alencar, este último assumindo como suplente de José Ignácio Gomes Parente, que, por motivos particulares, preferiu não assumir o mandato.

Antecedentes históricos

A pesquisa histórica do ciclo legislativo provincial no Ceará revela a presença de uma elite clerical, ocupando posições de relevo, tanto no Conselho, como na Assembléia Provincial. Ao curso do Primeiro e Segundo Reinados, noventa e quatro padres detiveram representação política nas casas legislativas, e dez chegaram à presidência do Poder. Esses fatos demonstram a contribuição da Igreja à nossa formação histórica.

A figura do imperador francês Napoleão Bonaparte tem muito a ver com os desdobramentos que marcaram os acontecimentos políticos na área de nossa Colônia, a partir de 1806, como resultado da guerra contra a Inglaterra e a decretação do Bloqueio Continental, imposto

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

por Napoleão, proibindo a comercialização entre os demais países da Europa e a nação inglesa.

Portugal, aliado tradicional dos ingleses, não atendeu ao bloqueio, suscitando a ira de Napoleão que, incontinenti, em novembro de 1807, instruiu seus generais a um violento revide, culminando com a invasão de Portugal.

A rainha, Da. Maria I, afastada das decisões de governo do trono português, acometida de distúrbios mentais, transferira desde 1792, ao seu filho D. João as rédeas do Império. A solução encontrada pela Corte, em face da invasão francesa e tendo em vista a tradição de crueldade de Napoleão para com os vencidos, levou D. João a transmigrar com os seus familiares e a Corte para longe das garras do General Junot, postando-se a salvo em terras do Brasil Colônia.

Foi essa a solução posta em prática a qual foi realizada de maneira frenética entre os dias 25 e 27 de novembro de 1807, rumo ao outro lado do Atlântico. E assim foi fazendo-se ao mar, enfrentando uma travessia oceânica temerosa, que demandava, praticamente, dois meses de viagem, contando em sua proteção com uma escolta de naus inglesas.

Segundo os historiadores, a comitiva somava mais de dez mil acompanhantes. Chegam mesmo a falar em 20 mil pessoas. Eram 14 os navios que desceram o Tejo, conduzindo a Dinastia dos Braganças. A nau "Príncipe Real" acomodava D. João, Príncipe Regente do Reino Português. A consorte real, Da. Carlota Joaquina, preferiu embarcar em navio diferente, acomodando-se sempre distante do marido.

O comboio alcançou o Brasil pelo porto da Bahia, em 22 de janeiro de 1808, ali pouco permanecendo, uma vez que o destino final era o Rio de Janeiro. A viagem tivera no seu início momentos assustadores. Terrível tempestade desencadeou-se sobre o Atlântico, dispersando os barcos. Uma divisão naval inglesa composta dos navios "London", "Marlborough", "Monarch" e "Bedford", e outros vasos mercantes, prestavam segurança e acompanhavam a esquadra lusitana.

Há praticamente unanimidade entre os historiadores ao fazerem severas e pesadas observações a respeito dos ancestrais da família real portuguesa, tanto dos troncos de D. João como de Da. Carlota Joaquina.

O fundador da dinastia Bragança, D. João IV, era pouco dotado à missão nobre de governar. Foi sua esposa a rainha Da. Luiza, de espírito bem mais forte e decidido que o marido. Seu filho, Afonso VI, foi

proclamado rei aos 13 anos, mas já acometido de sérios problemas de saúde. Assim a coroa sobrou para o irmão Pedro ocupar o trono, mas logo sucedido por D. João, sobremodo ligado ao Santo Ofício.

A D. João V sucede D. José, mas quem realmente governava com pulso forte era Marquês de Pombal. Sucede-lhe no trono sua filha Maria I, que passou à história como "Maria I, a Louca", ensejando ao filho D. João a regência do Império.

O nosso D. João VI sofreu impiedosa análise dos cronistas e historiadores de seu tempo:

> *"... físico disforme, acentuada macrocefalia, avarento, tinha horror ao asseio, com forte tendência a apatia."* Aníbal Gomes – Libertação do Brasil do Jugo Lusitano – Gráfica Laemmert. Rio.

D. Luiz, herdeiro presuntivo de Da. Maria I ao trono português, faleceu em 1778, cabendo então a D. João, antes destinado à vida clerical, assumir a Regência em 15 de junho de 1799.

Da. Carlota Joaquina, mulher de D. João VI, foi-lhe dada como esposa com 10 anos de idade. Podemos chegar assim ao nosso primeiro imperador, Pedro I.

Mais alguns dias de viagem a partir de Salvador, na Bahia, a comitiva real desembarca no Rio já sob um problema crucial: onde abrigar tantos nobres e serviçais. Segundo as crônicas, em torno de 15.000. A ordem imperial foi severa. Saíram os seus prepostos pela cidade, carimbando casas e prédios com uma placa PR, querendo significar "Propriedade Real", transferindo o problema aos moradores que ficaram ao relento. O vulgo traduzia o PR como "ponha-se na rua".

D. João, em reconhecimento pela proteção inglesa durante a travessia do Atlântico, abre os portos brasileiros às nações amigas, à Inglaterra, principalmente.

Anotam os cronistas históricos que D. João deu-se muito bem no Brasil, pela vidinha sem atropelos que marcava os seus dias, dispondo sempre de um frango assado que conduzia no bolso de sua casaca. Convivia com aparente serenidade as crises violentas de Da. Maria, a Louca, e ao gênio arrebatado, fútil e travesso de Da. Carlota.

Sob um clima de asceta, eleva a Colônia do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves.

A esse tempo, fervilhavam entre os povos, desde 1776, os movimentos de independência que marcaram a separação das treze colônias da Nova América do jugo inglês. Art. 1º da Constituição Americana traduz:

> *Todo homem nasce e permanece livre perante as leis, e entre os seus direitos inalienáveis, está o de livremente escolher os seus governantes.*

A Revolução Francesa de 1789, calcada na trilogia liberdade, igualdade e fraternidade, era outro exemplo acalentador de rompimento social com o então sagrado e divino absolutismo dos reis.

Essas ideias liberais logo chegaram ao Brasil, encontrando abertas as portas do Seminário de Olinda, centro de formação, pelos lados de cá, da intelectualidade daquele tempo, e para aonde se dirigiam todos quantos podiam aspirar ao ensino de nível superior. Os autores mais lidos e discutidos eram os filósofos iluministas e racionalistas, tais como Voltaire, Rousseau e Montesquieu. Os conciliábulos patrióticos realizavam-se principalmente nos ambientes velados das Lojas Maçônicas, local onde os objetivos republicanos e os ideais de fraternidade eram entusiasticamente proclamados.

Nessa fase podemos dar como ponto de partida todos os movimentos políticos que iriam conviver, no Nordeste, com o regime imperial, até o advento republicano de 1889. É no ambiente de Olinda que vamos encontrar a presença de dois irmãos, patrocinadores e atores principais, no âmbito cearense, da Revolução Pernambucana de 1817. Foram seus propagadores e executores os irmãos Pe. Martiniano e Pe. Carlos, custando a este último a própria vida, cruelmente decapitado. Não tardaria que outro irmão do Pe. Martiniano, Tristão Gonçalves, fosse também sacrificado, além das imensas agruras sofridas por Da. Bárbara, mãe e colaboradora de seus filhos em seus sonhados ideários políticos.

Voltemos à figura de D. João. Sua mãe, Da. Maria I, faleceu em 1816. D. João é, agora, o novo Rei de Portugal. Satisfeito e feliz nem pensa em retornar à sede do Reino. No entanto, estoura uma revolta em

1820 na cidade do Porto. Os portugueses reclamam a presença de seu rei. A revolução ganha corpo por toda a terra lusitana; e já não pedem, agora exigem a volta da família real ao berço-pátrio.

D. João VI não encontra outra solução, senão subjugar-se de imediato à imposição lusitana. Por aqui, no Brasil, seu filho Pedro, com o retorno do pai a Lisboa, aspira e traça planos para assenhorear-se do Brasil como imperador. Herdeiro presuntivo da Coroa de Portugal, poderia em breve ostentar sobre a cabeça o cetro de dois impérios. D. João arruma as malas. No dia 24 de abril de 1821, nos seus aposentos, proclamava ao filho:

> "*Pedro, se o Brasil se separar de Portugal, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros"*.

Caiu a sopa no mel. A casa de Bragança prevenia-se contra a onda republicana que poderia aproveitar-se do vazio da presença do Rei para deflagrar os seus intentos.

No dia seguinte, 25 de abril, aniversário da rainha Carlota, pela madrugada, principiou-se o embarque da família real a bordo da esquadra que a devia levar de retorno a Lisboa. A frota era comandada pelo Conde de Viana e compunha-se da nau D. João VI, das fragatas Carolina e Princesa Real e mais cinco navios, além de outros barcos de transportes mercantes, num total aproximado de 4.000 pessoas. A largada deu-se no dia 26 de abril de 1821.

Com o retorno de D. João, a ideia da independência fervilhava e começava a tomar corpo o seu objetivo, tendo de um lado como centro de referência conservadora a figura de D. Pedro (os ultramontanos), enquanto os movimentos separatistas e liberais aglutinavam-se sob a égide de republicanos-patriotas, abrigados sob as abóbadas dos templos maçônicos.

Aportando em Lisboa, D. João VI deixa-se envolver pelos que defendiam a presença do herdeiro Pedro em Portugal. A notícia logo chega por aqui, pintada com as cores de um retorno do Brasil à situação de Colônia. O momento psicológico era ideal à abolição do vínculo de subordinação à Coroa.

Dentre os mais fiéis amigos de D. João contavam-se o laureado professor e mestre aposentado da Universidade de Coimbra, José

Bonifácio de Andrada e Silva, coadjuvado por dois ilustres irmãos: Martim Francisco e Antônio Carlos. Os astutos irmãos Andrada, sentindo o clima iminente de revolta, articulam com o Príncipe Pedro a caminhada à Independência do Brasil, sob a égide de uma constituição imperial, marcando como primeira etapa do projeto o célebre "Fico", em 9 de janeiro de 1822. Esse fato histórico caracterizou publicamente a desobediência do Príncipe Pedro ao Trono, o que muito agradou à razoável parcela de brasileiros.

Segundo Gustavo Barroso, em *História Secreta do Brasil*, já estavam acertados os planos para que a separação Brasil-Portugal fosse feita, mas sob um novo regime, o republicano. José Bonifácio com arte e engenho consegue fazer D. Pedro Grão-Mestre da Maçonaria, a qual o recebeu com o nome simbólico de *Guatimozim*, sem, no entanto, aderir aos propósitos de Bonifácio. Com o malogro do intento, Bonifácio e D. Pedro se precatam, promovendo ostensivamente o fechamento das Lojas Maçônicas, deportando os conspiradores, à frente Gonçalves Ledo.

Paralelamente, para preencher o vácuo social deixando pela militância maçônica, José Bonifácio instala uma Ordem secreta para-maçônica, elegendo D. Pedro seu chefe supremo, sob a denominação de Arconte Rei, recebendo a instituição o título distintivo de Sublime Apostolado da Ordem dos Cavaleiros de S. João.

O tempo urge, fazem então publicar o célebre documento simbolicamente gestado às margens do riacho Ipiranga, "Independência ou Morte", mas adredemente arquitetado entre as paredes do Apostolado, em data de 7 de setembro de 1822.

A partir desse momento em diante, já podemos falar em um Brasil desvinculado da Coroa Portuguesa e pronto a iniciar sua própria história como nação independente. Compete-nos, dada a natureza sucinta do presente trabalho, uma visão política/legislativa, com foco em nosso Legislativo Provincial.

O funcionamento de Assembleias Provinciais pressupõe a existência e a ação de grupos e partidos políticos. João Brígido nos informa em *Genealogia dos Partidos n*o Ceará:- Pag. 171.

> *Até 1817 não houve, nem podia haver, partidos políticos no Ceará. A expressão 'partido' figurava nas devassas como significativa de resistência, motim, turbulência, etc.,*

e não estava em muita segurança quem era acusado de – andar em partidos.

A revolta de Pernambuco em 1817 gerou intensa repercussão no Ceará, culminando com o movimento republicano no Crato, cujo anseio representou claros sinais de consciência de grupo, concentrada em torno de objetivos políticos comuns. João Brígido distingue esse momento como o marco primeiro dos partidos entre nós.

Em 1976, sob o patrocínio da Assembléia Legislativa do Ceará, fizemos publicar um trabalho sob o título *Os Partidos Políticos no Brasil*, com matéria voltada ao estudo do assunto ora em pauta. Parece-nos oportuno apresentar um resumo do capítulo referente aos partidos políticos no Ceará, para um acompanhamento do pensamento partidário ao tempo do Brasil imperial.

É de Maquiavel a sentença: "a política caracteriza-se como o resultado do conflito de interesses de grupos agindo nas sociedades".

Assim, entendemos que os partidos constituem uma agregação de interesses, com finalidades específicas: o controle direto do governo e a posse efetiva da área de decisão de uma sociedade.

Antes de 1822, a luta política no Brasil restringia-se a "Brasileiros e Estrangeiros." Os brasileiros aspiravam à independência, enquanto os segundos bloqueavam essas aspirações.

Após a independência em 1822, e com a convocação da primeira Assembléia Constituinte, observou-se o surgimento de facções partidárias, como segue:

- *Monarquistas, apelidados de Caramurus. Organizados em defesa da monarquia;*
- *Moderados, também chamados de Chimangos. Aceitavam a monarquia, mas alimentados de idéias liberais;*
- *Radicais, impregnados de idéias de libertação, sob a égide republicana.*

A abdicação de Pedro I, em 1831, gerou movimentos novos com influências nos quadro partidários:

- *Os Monarquistas criaram a Sociedade Conservadora, trocando de nome em 1832 para Sociedade Militar, em defesa da monarquia. Esse movimento veio a fenecer com a morte de Pedro I;*
- *Os Radicais instalaram a Sociedade Federal. Defendiam o regresso de Pedro I;*
- *Os Moderados formaram a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência.*

Com o Ato Adicional em 1834, inspiração do liberal Diogo Antônio Feijó, e após a eleição em 1835, monarquistas e moderados formaram o Partido Conservador. Uma facção dos moderados e mais os Radicais, vieram a formar o Partido Liberal. Somente entre 1870/71, com a publicação do Manifesto Republicano, da lavra de Saldanha Marinho, instala-se entre nós um movimento político mais definido, culminando com o advento da República.

As primeiras eleições

Atendendo aos termos do decreto, de 3 de junho de 1822, procedeu-se na Província do Ceará eleição para a constituinte brasileira, contando com eleitores de três colégios eleitorais: Aracati, Icó e Sobral. Cada cem fogos (cem casas) dava o direito de um voto. Nessa eleição foram contados cinco padres entre os oito deputados eleitos: padre José Martiniano de Alencar, padre Manuel Pacheco Pimentel, padre José Joaquim Sobreira, padre Antônio Manuel de Sousa e padre Manuel Ribeiro Bessa de Holanda Cavalcante. Essa Constituinte foi dissolvida por decreto de 13 de novembro de 1823.

Em 25 de março de 1824, foi jurada uma nova Constituição do Império, instalando os Conselhos Gerais, determinando o número de membros nas Províncias. Pelos critérios adotados foram reservados ao Ceará 21 representantes, e somente instalados em 1829. Contaram-se seis padres eleitos entre os candidatos inscritos.

- Antônio de Castro e Silva
- Antônio Francisco Sampaio

- Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães
- João Rodrigues Leite
- Joaquim de Paula Galvão
- José Nepomuceno de Brito

Por determinação do Ato Adicional, datado de 12 de agosto de 1834, são criadas as Assembleias Provinciais, em substituição aos antigos Conselhos de Província, determinando mandatos de dois anos para os deputados provinciais eleitos. Para esse pleito, na Província do Ceará, concorreram 283 candidatos, contando-se na lista 40 padres, dez dos quais eleitos, conforme Ata Geral dos votos apurados, com data de dois de fevereiro de 1835, ora relacionados por ordem decrescente de votação.

- José Ferreira Lima Sucupira
- Carlos Augusto Peixoto de Alencar
- Antônio Francisco Sampaio
- Frutuoso Dias Ribeiro
- Bento Antônio Fernandes
- José da Costa Barros
- Antônio de Castro e Silva
- Francisco de Paula Barros
- Francisco Gomes Parente
- Ambrósio Rodrigues Machado
- Antônio Pinto de Mendonça
- José Francisco Sá
- João Chrisóstomo de Oliveira Freire
- Vicente José Pereira
- Domingos Carlos de Sabóia
- Antônio José Ribeiro
- José Gonçalves de Medeiros
- Plácido Fontanelles
- João Fernandes Vieira
- Francisco Pinheiro Landim
- Lourenço Correia de Sá
- Manuel Severino Duarte
- Pedro Antunes de Alencar Rodovalho
- Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa
- Francisco Bastos de Oliveira

- José Garcia de Sá Barreto
- Joaquim de Paula Galvão
- Manoel Ribeiro Bessa de Holanda Cavalcante
- Manoel Felipe Gonçalves
- Manoel Vicente Collares
- André de Sousa Medeiros
- Manoel Joaquim Aires do Nascimento
- Luís Antônio Nogueira de Morais
- Manoel da Silva e Sousa
- José Joaquim de Oliveira Bastos
- Antônio Pereira de Oliveira
- Francisco Rodrigues Barbosa
- Felippe Benicio Mariz
- Vicente Ferreira Munis
- Antônio José de Lima

Obs. Por ordem decrescente de votação, os dez primeiros foram eleitos.

Os deputados recebiam 3.200 réis diários para cada dia de trabalho e ajuda de custo por cada dia de viagem (os que moravam fora da Capital), calculando-se a diária por jornada de seis léguas, isto é, 36 quilômetros.

Regime monárquico

A Constituinte Brasileira, convocada por Pedro I após a Independência (decreto de 3 de junho de 1822), e pelo próprio dissolvida em 12 de novembro de 1823, tinha entre os oito candidatos eleitos, cinco padres:

- Antônio Manuel de Sousa
- José Martiniano de Alencar
- José Joaquim Sobreira
- Manuel Pacheco Pimentel
- Manuel Ribeiro Bessa de Holanda Cavalcante

Nos Conselhos Gerais de 1824 (Câmara Federal) – Vigência até 1834 – de 21 candidatos eleitos, seis eram padres:

- Antônio de Castro e Silva
- Antônio Francisco Sampaio
- Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães
- João Rodrigues Leite
- Joaquim de Paula Galvão
- José Nepomuceno de Brito

Fazemos constar abaixo, por ordem cronológica, os padres eleitos deputados, e suplentes convocados, para Assembleia Provincial, composta de 26 representantes:

1835-1837
Pe. Ambrósio Rodrigues Machado
Pe. Antônio de Castro e Silva
Pe. Antônio Francisco de Sampaio
Pe. Bento Antônio Fernandes
Pe. Carlos Augusto Peixoto de Alencar
Pe. Francisco de Paula Barros
Pe. Francisco Gomes Parente
Pe. José da Costa Barros
Pe. José Ferreira Lima Sucupira

1838-1839
Pe. Antônio de Castro e Silva
Pe. Bento Antônio Fernandes
Pe. Domingos Carlos de Sabóia
Pe. Francisco de Paula Barros
Pe. José da Costa Barros
Pe. Lourenço Correia de Sá
Pe. Manuel Pacheco Pimentel

1840-1841
Pe. Antônio de Castro e Silva
Pe. Antônio Pinto de Mendonça
Pe. Domingos Carlos de Sabóia
Pe. Frutuoso Dias Ribeiro
Pe. José da Costa Barros

Pe. Lourenço Correia de Sá
Pe. Manuel Joaquim Aires do Nascimento

1842-1843
Pe. Antônio Xavier Maria de Castro
Pe. Frutuoso Dias Ribeiro
Pe. João Barbosa Cordeiro
Pe. Joaquim Domingues Carneiro
Pe. Luiz Antônio da Rocha Lima
Pe. Manuel Roberto Sobreira
Pe. Visitador Vicente José Pereira

1844-1845
Pe. Frutuoso Dias Ribeiro
Pe. João Barbosa Cordeiro
Pe. José Antunes de Oliveira
Pe. Vicente José Pereira

1846-1847
Pe. Domingos Carlos de Sabóia
Pe. João Barbosa Cordeiro
Pe. José de Sá Barreto
Pe. Justino Furtado de Mendonça
Pe. Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil

1848-1849
Pe. Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa
Pe. Antônio de Castro e Silva
Pe. Dr. Antônio Elias Saraiva Leão
Pe. José de Sá Barreto
Pe. Justino Furtado de Mendonça
Pe. Miguel Francisco da Frota
Pe. Pedro Antunes de Alencar Rodovalho

1850-1851
Pe. Antônio Alves de Carvalho
Pe. Antônio José Sarmento de Benevides

Pe. Antônio Pinto de Mendonça
Pe. Francisco Xavier Nogueira
Pe. José Ferreira Lima Sucupira
Pe. Dr. Justino Domingues da Silva
Pe. Pedro José de Castro e Silva
Pe. Raimundo Francisco Ribeiro

1852-1853
Pe. Antônio José Sarmento de Benevides
Pe. Antônio Nogueira de Braveza
Pe. Antônio Xavier Maria de Castro
Pe. Francisco Bastos de Oliveira
Pe. Francisco Xavier Nogueira
Pe. José Beviláqua
Pe. Pedro José de Castro e Silva

1854-1855
Pe. Antônio José Sarmento de Benevides
Pe. Antônio Nogueira de Braveza
Pe. Antônio Xavier Maria de Castro
Pe. Francisco Xavier Nogueira
Pe. João Felipe Pereira
Pe. Dr. Justino Domingues da Silva
Pe. Miguel Francisco da Frota
Pe. Pedro José de Castro e Silva

1856-1857
Pe. Antônio José Sarmento de Benevides
Pe. Antônio Nogueira de Braveza
Pe. Antônio Xavier Maria de Castro
Pe. Francisco Xavier Nogueira
Pe. João Felipe Pereira
Pe. Dr. Justino Domingues da Silva
Pe. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho
Pe. Dr. Manuel Antônio de Lemos Braga
Pe. Manuel Roberto Sobreira

1858-1859
Pe. Antônio de Souza Neves
Pe. Dr. Antônio Elias Saraiva Leão
Pe. Antônio Nogueira de Braveza
Pe. Francisco Xavier Nogueira
Pe. João Francisco Pinheiro
Pe. Joaquim Domingues Carneiro
Pe. Joaquim Ferreira Limaverde
Pe. Dr. Justino Domingues da Silva
Pe. Dr. Manuel Antônio de Lemos Braga
Pe. Manuel Roberto Sobreira
Pe. Miguel Francisco da Frota
Pe. Pedro José de Castro e Silva

1860-1861
Pe. Antônio de Souza Neves
Pe. Antônio José Sarmento de Benevides
Pe. Antônio Xavier Maria de Castro
Pe. Cesário Claudiano de Oliveira Araújo
Pe. Daniel Fernandes de Moura
Pe. Diogo José de Souza Lima
Pe. Domingos Carlos de Sabóia
Pe. João Felipe Pereira
Pe. Joaquim Ferreira Limaverde
Pe. Dr. Justino Domingues da Silva
Pe. Pedro José de Castro e Silva
Pe. Manuel Antônio de Lemos Braga
Pe. Manuel Roberto Sobreira

1862-1863
Pe. Antônio de Souza Neves
Pe. Antônio José Sarmento de Benevides
Pe. Daniel Fernandes de Moura
Pe. Francisco Ribeiro Bessa
Pe. Francisco Xavier Nogueira
Pe. Dr. Justino Domingues da Silva
Pe. Dr. Manuel Antônio de Lemos Braga

Pe. Pedro José de Castro e Silva
Pe. Teodulfo Franco Pinto Bandeira

1864-1865
Pe. Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa
Pe. Antonino Pereira de Alencar
Pe. Antônio Carneiro da Cunha Araújo
Pe. Dr. Antônio Elias Saraiva Leão
Pe. Antônio José Sarmento de Benevides
Pe. Francisco Coriolano de Carvalho
Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva
Pe. João Francisco Pinheiro

1866-1867
Pe. Antonino Pereira de Alencar
Pe. Antônio José Sarmento de Benevides
Pe. Francisco Coriolano de Carvalho
Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva
Pe. João Francisco Pinheiro
Pe. José Tavares Teixeira
Pe. Miceno Clodoaldo Linhares

1868-1869
Pe. Antonino Pereira de Alencar
Pe. Antônio Correia de Sá
Pe. João Francisco Pinheiro
Pe. José Gonçalves da Costa
Pe. Miguel Francisco da Frota

1870-1871
Pe. Antônio Nogueira de Braveza
Pe. Antônio Xavier Maria de Castro
Pe. Cesário Claudiano de Oliveira Araújo
Pe. Daniel Fernandes de Moura
Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva
Pe. Francisco Ribeiro Bessa
Pe. Francisco Xavier Nogueira
Pe. Teodulfo Franco Pinto Bandeira

1872-1873
Pe. Antônio Nogueira de Braveza
Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva
Pe. Francisco Ribeiro Bessa
Pe. Teodulfo Franco Pinto Bandeira

1874-1875
Pe. Antônio Nogueira de Braveza
Pe. Francisco Coriolano de Carvalho
Pe. Francisco Xavier Nogueira

1876-1877
Pe. Francisco Coriolano de Carvalho
Pe. Francisco Ribeiro Bessa
Pe. Francisco Xavier Nogueira
Pe. Manuel Antônio Martins de Jesus

1878-1879
Pe. João Paulo Barbosa
Pe. Miceno Clodoaldo Linhares

1880-1881
Pe. Antero José de Lima
Pe. Antonino Pereira de Alencar
Pe. João Antônio do Nascimento e Sá
Pe. João Vicente Ferreira Lima
Pe. Miceno Clodoaldo Linhares
Pe. Vicente Jorge de Souza

1882-1883
Pe. Bernardino de Oliveira Memória
Pe. Francisco da Mota de Souza Angelim
Pe. João Antônio do Nascimento e Sá
Pe. João Carlos Augusto
Pe. Joaquim da Silva Coelho
Pe. José Gonçalves da Costa
Pe. Sezinando Marcos de Castro e Silva

1884-1885
Pe. Antero José de Lima
Pe. Antônio Cândido da Rocha
Pe. Antônio de Souza Barros
Pe. Diogo José de Souza Lima
Pe. Francisco Theotime Maria de Vasconcelos
Pe. Francisco Xavier Nogueira
Pe. Luiz de Souza Leitão
Pe. Miceno Clodoaldo Linhares
Pe. Pedro Leopoldo de Castro Feitosa
Pe. Sezinando Marcos de Castro e Silva

1886-1887
Pe. Antônio Alexandrino de Alencar
Pe. Antônio Fernandes da Silva Távora
Pe. José Teixeira da Graça
Pe. Luiz de Souza Leitão
Pe. Manuel de Lima Araújo
Pe. Sezinando Marcos de Castro e Silva

1888-1889
Pe. Antonino Pereira de Alencar
Pe. Antônio Fernandes da Silva Távora
Pe. Francisco Máximo Feitosa e Castro
Pe. João Aureliano de Sampaio
Pe. Luiz de Souza Leitão

Fato relevante a observar é o número de reeleições de padres por consecutivas legislaturas. Registramos os nomes dos deputados com representação a partir de três mandatos:

Com 10 mandatos:
- Pe. Francisco Xavier Nogueira

Com 08 mandatos:
- Pe. Antônio José Sarmento Benevides
- Pe. Francisco Máximo Feitosa e Castro

Com 07 mandatos:
- Cônego Antônio Nogueira Braveza

Com 06 mandatos:
- Pe. Antônio Xavier Maria de Castro
- Pe. Dr. Justino Domingues da Silva
- Pe. Pedro José de Castro e Silva

Com 05 mandatos:
- Pe. Antonino Pereira de Alencar
- Cônego Antônio de Castro e Silva

Com 04 mandatos:
- Pe. Domingos Carlos de Sabóia
- Pe. Francisco Coriolano de Carvalho
- Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva
- Cônego Francisco Ribeiro Bessa
- Cônego João Francisco Pinheiro
- Pe. Luiz de Souza Leitão
- Pe. Manuel Antônio de Lemos Braga
- Cônego Manoel Roberto Sobreira
- Monsenhor Miceno Clodoaldo Linhares
- Pe. Miguel Francisco da Frota
- Monsenhor Vicente Pinto Teixeira

Com 03 mandatos:
- Monsenhor Antero José de Lima
- Padre Antônio de Souza Neves
- Pe. Dr. Antônio Elias Saraiva Leão
- Monsenhor Antônio Fernandes da Silva Távora
- Pe. Daniel Fernandes de Moura
- Pe. Frutuoso Dias Ribeiro
- Pe. João Barbosa Cordeiro
- Pe. João Felipe Pereira
- Pe. José da Costa Barros
- Pe. Sezinando Marcos de Castro e Silva
- Pe. Teodulfo Franco Pinto Bandeira

Prestígio e liderança

Importante salientar o prestígio e relevância política daqueles que chegaram à presidência do Poder em número de dez, alguns com a presença marcada em diversas Mesas:

- Pe. Frutuoso Dias Ribeiro (1843)
- Pe. Justino Domingues da Silva (1858 e 1861)
- Pe. Francisco Xavier Nogueira (1863, 1872, 1877)
- Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva (1866)
- Pe. Antonino Pereira de Alencar (1867/1868)
- Pe. João Antônio do Nascimento e Sá (1883)
- Mons. Antero José de Lima (1884/1885)
- Mons. José Teixeira da Graça (1886)
- Pe. Luiz de Souza Leitão (1888)
- Mons. Francisco Ferreira Antero (1913 – período republicano)

Muitos outros padres tiveram atuações marcantes no cenário legislativo imperial, senadores, deputados gerais, presidentes da Província, e mesmo como vereadores.

No Senado Imperial, dois ilustres padres deixaram os seus nomes gravados entre os mais ilustres representantes cearenses naquele Poder:

- Pe. José Martiniano de Alencar: Deputado à Constituinte em 1823. Deputado às Cortes de Lisboa. Senador pelo Ceará de 02.05.1832 a 15.01.1860. Presidente da Província do Ceará de 1834 a 1837 e de 1840 a 1841;
- Pe. Thomaz Pompeu de Souza Brasil: Deputado Geral de 1845 a 1847. Senador de 11.02.1864 a 02.09.1877.

Outras presenças merecem citação pela participação no cenário sócio-político do Império:

- Monsenhor Antero José de Lima: Presidente do Senado Estadual em 1891. Terceiro Vice-presidente da Província;
- Cônego Antônio de Castro e Silva: Vereador em Fortaleza, em 1834;
- Padre Antônio de Souza Neves: Vereador em Sobral, em 1852;
- Monsenhor Antônio Fernandes da Silva Távora: Senador Estadual na legislatura de 1891;

- Cônego Antônio Pinto de Mendonça: Vice-Presidente da Província, Deputado Geral em 05 legislaturas. Eleito Senador em 1868, cuja eleição foi anulada pelo próprio Senado;
- Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar: Deputado Geral em 03 legislaturas;
- Padre João Aureliano de Sampaio: Vereador em Baturité;
- Padre João Barbosa Cordeiro: Deputado Geral;
- Cônego João Francisco Pinheiro: Presidente da Câmara Municipal de Aracati de 1855 a 1869;
- Padre Dr. José Antônio de Maria Pereira Ibiapina: Deputado Geral em 1834;
- Padre José da Costa Barros: Deputado do Congresso Republicano de Recife;
- Cônego José Ferreira Lima Sucupira: Deputado ao Congresso Republicano no Recife, em 1824. Deputado Geral em 1838. 5º Vice-Presidente da Província, em 1835.

A instalação do bispado

O Bispado Cearense foi criado pelo Papa Pio IX pela Bula "*Pro animarum salute",* documento datado de 6 de junho de 1854, sendo designado para o Sólio da Igreja então erecta o eminente D. Luiz Antônio dos Santos, clérigo dotado de sólida cultura e espírito apostólico, a quem coube proceder a instalação da Diocese do Ceará. Em 18 de outubro de 1864, o senhor Bispo deu como instalado o Seminário, conforme publicação comemorativa aos 50 anos de fundação, editada pelo Seminário Episcopal do Ceará.

Dessa data em diante não foi difícil catalogar dados e informações biográficas, levando em conta os registros existentes na Secretaria do Bispado. A partir de 1864, o Seminário passa a constituir-se o Centro de formação dos nossos clérigos.

Antes de 1854, o Ceará constituía-se em "Vigararia Forânea da Diocese de Olinda" (subordinação administrativa-religiosa) em cujo Seminário eram ordenados os padres e fonte de dados e informações de quantos cursaram aquele Seminário. Para as nossas anotações valemo-nos do *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*, editado em outubro de 1914; da *obra Deputados Provinciais e Estaduais*

do Ceará, de Hugo Vítor Guimarães; do livro *Ungidos do Senhor na Evangelização do Ceará* (1700 a 2004), em três volumes, autoria de Aureliano Diamantino Silveira – Editora Premius. Recorremos também às Atas e Anais da Assembléia Legislativa do Ceará, referentes ao período em estudo, 1824 a 1889. A pesquisa estendeu-se a historiadores da galeria do Instituto do Ceará, tais como Barão de Studart, Geraldo Nobre, Eduardo Campos, Aroldo Mota e Valdelice Carneiro Girão. De grande importância também as informações históricas deixadas por João Brígido.

Convém registrar que a Secretaria do Bispado do Ceará e o Seminário de Olinda guardam em seus arquivos preciosas informações sobre o assunto ora tratado, instituições que foram exaustivamente pesquisadas. Muito por certo ainda há a acrescentar-se sobre a matéria, tendo em vista a importância do tema ora abordado, e a contribuição histórica da participação dos clérigos católicos durante o ciclo das Assembléias Provinciais.

A Igreja em nossa história

O Brasil nasceu sob a égide do Catolicismo e registra mais de quinhentos anos de presença constante em nossa história. Durante esse tempo, a Igreja catequizou, educou, ergueu templos, fundou cidades e teve participação efetiva nos quadros sóciopolíticos da Colônia, Império e República.

Ao ser descoberto, o Brasil foi "batizado" com o nome de Terra de Vera Cruz, e a presença de Frei Henrique de Coimbra, frade franciscano, foi tão ou mais importante que a do próprio descobridor das novas terras, Pedro Álvares Cabral. E se bem acompanharmos a fase inicial de nossa história, vamos encontrar um jesuíta de 31 anos, padre Manoel da Nóbrega, aportando em 1549, na Bahia, juntamente com o primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Sousa.

É ainda outro padre, o jesuíta José de Anchieta, que em 1554 dá inicio à povoação de São Paulo, com a instalação da Casa Piratininga. E como não citar o padre Antônio Vieira, jesuíta, aportando no Maranhão em 1653? E foram muitos os padres que marcaram suas presenças em nossa história, estando o Ceará inserido nessa área de atuação, nessa galeria de ilustres tonsurados.

A cruz de Cristo

Uma das primeiras providências do colonizador português, em aqui chegando, foi erguer uma cruz e celebrar uma missa, fato representando não somente a expansão do império português, mas também os horizontes da fé. Eram a cruz e a espada irmanadas sob uma mesma visão.

A Igreja, ao tempo da descoberta, era umbilicalmente ligada à Coroa portuguesa. O catolicismo romano representava a religião oficial do Reino, considerado esse um "Estado Fidelíssimo" em relação a Roma. Um acordo bilateral unia interesses comuns. Em conseqüência o Vaticano outorgou aos reis portugueses o reconhecimento do direito divino de sua dinastia, concedendo-lhe certos poderes e privilégios sobre o clero local. Uma bula papal ratificou o acordo.

O documento denominado "Padroado Régio" chegou ao Brasil via D. João VI. Ao Imperador competia praticamente ser o mentor da Igreja, determinando os dízimos, os valores cobrados pelos sacramentos, ao mesmo tempo em que mantinha todo o Clero praticamente como uma categoria de funcionários públicos em sua folha de pagamento, estipulando os ordenados, as côngruas de cada cargo da hierarquia católica. Os não católicos, à época, classificavam-se, de fato, como cidadãos de segunda classe.

Era da competência imperial nomear párocos e bispos, mediante lista tríplice, sendo da sua alçada placetar, isto é, concordar ou não, a respeito da execução em todo o Império, de qualquer bula, ou outro documento papal.

O monopólio da Igreja oficial

Competia à Igreja Católica ministrar o ensino, realizar casamentos (não existia o casamento civil) e providenciar as anotações de nascimento por intermédio do Batistério, documento privado da Igreja. Só os católicos poderiam ser enterrados nos cemitérios, todos subordinados à administração das Paróquias, e só aos católicos estavam reservados os cargos públicos. Assim, a Igreja mantinha controle absoluto da sociedade.

Lógico, portanto, concluir que os nossos homens de letras, os detentores da cultura e do conhecimento ou eram padres, ou estudantes

que passaram pelos bancos dos seminários, únicos centros de nível superior da época. Justifica-se assim a presença de tantos clérigos entre aqueles que representaram a elite política de todo o período do Primeiro e Segundo Reinados.

O historiador Nelson Werneck Sodré, em *Panorama do Segundo Império*, Edição Graphia, no Capítulo "O Clero", pág. 112 e seguintes, nos oferece o entendimento da presença e prestígio dos clérigos nos movimentos sociais e políticos que marcaram o período histórico, ora sob estudo, como também retrata a frouxidão da disciplina clerical então vigente.

> *O Clero vai se constituir, no decorrer do segundo império, uma das forças, num dos apoios, da classe média. Dela, no seu inicio, sairão os candidatos. Os únicos colégios eram os dos padres. Não fazíamos o livro e o jornal, porque era-nos vedado o estabelecimento de tipografias. Dirigir-se à massa era parte da função que exerciam. Estavam como nunca, aptos a ter a função primacial na evolução das coisas brasileiras. O padre é, mais que o guia, o chefe dos seus fiéis. São assim os que lêem, os que estudam, os que discutem.*

A palavra da Igreja

Ouçamos a palavra da Igreja numa análise do clero, quando da instalação do Seminário na década de 1854:

> *Padres eram chefes de família ou mantinham companheiras. Esse devia ser o panorama comum e vulgar, público e notório. Seguiam a medida da existência de todos os homens.*

Na publicação comemorativa do jubileu de fundação do Bispado do Ceará, documento de 18 de outubro de 1914, sob título *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará,* encontramos no Capítulo VII, pág. 83, oportuna matéria acerca da conduta ética de padres desviados dos princípios elementares da disciplina católica. Prudente, pois,

acompanharmos essa análise fruto da observação das próprias autoridades da Igreja:

> *Ficou pintado nas primeiras paginas deste Album, o estado desolador e deprimente da Religião no Ceará, em tempos anteriores à creação da Diocése.*
> *Não só eram raros os padres, mas na sua maioria eram homens, que não podiam atacar os vicios, que não sabiam apontar a bôa doutrina, que emfim não tinham tido um tirocinio sacerdotal, que os habilitasse a bem apascentar os seus parochianos.*
>
> *A maioria dos padres, porém, segundo o testemunho de monsenhor Bruno, eram ignorantes e incapazes de parochiar. As causas de tantas decadências não nos são ocultas: não havendo seminários bem disciplinados naquelles tempos idos, a formação sacerdotal era descurada.*
>
> *Ora, todos comprehendem que com tão pequena bagagem litteraria e theologica, os antigos padres não podiam ser nem instruídos nem virtuosos.*
>
> *Annos depois o reverso deslumbrava os espíritos altamente observadores. Fulgia a Egreja Cearense: eram virtuosos os luminares do sacerdócio, os obreiros armados de virtude e sciencia, que em poucos mezes formavam parochias, erguiam egrejas e capellas, desobrigavam o povo, concertavam rixas e discordias, faziam justiça aos innocentes, pregavam emfim as consoladoras verdades da Religião, tão rudimentalmente conhecidas pelo bom povo.*

A Igreja e o Estado

Esse quadro de presenças de padres em nossas casas legislativas só se modificaria a partir de 1889, com o advento da República, e a separação oficial entre a Igreja e o Estado (Constituição de 1891), assegurando direitos iguais a todas as religiões. Os cemitérios passaram à administração das prefeituras. Foram instituídos o casamento e o registro civil e o ensino laico. O Positivismo e o Liberalismo, e por con-

seqüência a República, eram as ideologias dos líderes do novo regime, mentores da Constituição promulgada.

A bandeira do Brasil resguarda a imagem desse ciclo histórico, pois traz escrita em seu seio a legenda *"Ordem e Progresso",* principio basilar da doutrina liberal-positivista-republicana de Augusto Comte, a qual define a Ordem por principio, o Amor por meio e o Progresso por fim.

Mesmo anteriormente a 1808, no Brasil Colônia, ou após constituir-se como Reino Unido a Portugal e Algarves, e ainda sob todo o ciclo imperial, como já registrado e esclarecido, até o advento da República, a Igreja detinha o monopólio oficial do ensino. Assim, os nossos antepassados que ostentavam bons níveis de cultura, situavam-se, todos, egressos de estabelecimentos católicos. Eram os padres detentores do que melhor se apresentavam para os cargos e funções públicas.

É preciso examinar o porquê do privilégio do ensino religioso oficial, em detrimento da escola laica. Quando foi promulgada a Constituição Imperial em 1824, com a conseqüente instalação dos Conselhos Gerais, (extintos em 1834 em 12 de agosto, com a promulgação do Ato Adicional, que transformou os Conselhos Provinciais em Assembléias Legislativas Provinciais), as mútuas relações entre a Coroa e a Igreja estavam reguladas, como já anotado, pelo regime do "Padroado Régio".

Robinson Cavalcanti, em *Cristianismo e Política – Editora Vinde, pág. 161,* oferece as informações sobre o Padroado:

> *A partir do século XV estabeleceram-se vários privilégios outorgados pelos papas aos reis de Portugal, isto em troca da obrigação de implantar a fé católica em suas conquistas. Em contrapartida, os reis detinham o privilégio de apresentar os seus candidatos aos cargos eclesiásticos, tais como bispos, cônegos e párocos. Por sua vez, os reis recolhiam os dízimos, e obrigavam-se a manter e sustentar as missões, bispados e paróquias. Cabia ainda aos reis o controle de aplicação das bulas papais e encíclicas, documentos que só teriam vigor com o "placet" real ou imperial, isto é, com a aprovação prévia do monarca.*

Assim, a Igreja Católica como religião oficial do Estado, operava em regime de monopólio absoluto, com exclusão de qualquer outra

fé religiosa, e detentora do ensino em todos os níveis. O sistema do Padroado iria deflagrar em 1872 a célebre Questão Religiosa, envolvendo a desobediência de dois Bispos, de Olinda e de Belém do Pará, acerca de recomendações papais, não placetadas pelo Imperador, de condenação à Maçonaria. Como resultado do confronto os bispos, D. Vital e D. Macedo, de Olinda e de Belém, foram condenados à prisão, por desobediência ao Imperador, e por ironia do destino, receberam o indulto assinado por Duque de Caxias, à época Grão-Mestre da Ordem Maçônica no Brasil.

O quadro real

A detenção da cultura reservava-se a quantos gozavam do privilégio de frequentar as escolas e seminários católicos, normalmente filhos da aristocracia rural, ou então de oriundos da classe média, preparando-os a uma participação efetiva de liderança nas atividades sociais e políticas onde atuavam.

Esse panorama viria a modificar-se com os novos conceitos filosóficos que nortearam o advento republicano, extinguindo o Sistema do Padroado, implantando o registro e casamento civil, abrindo as portas do ensino às escolas laicas, alheias ao dogmatismo religioso.

Verifica-se, assim, porque tantos foram os clérigos detentores de posições de relevo na história política do Império, merecedores que eram pelo seu saber, inegável cultura clássica, e a bem da verdade, senhores de uma postura política que muito engrandeceram o nosso parlamento estadual.

O sistema do Padroado em vigência à época do Brasil império, remonta ao ano de 1500, tempo do rei D. Manuel, o Venturoso. A Biblioteca da Universidade de Lisboa, guarda avultada bibliografia sobre o assunto. Em pesquisa ali mandada realizar, conseguimos reunir os seguintes títulos, ora sob nosso estudo, matéria que desejamos abordar oportunamente.

• ALPOIM, Dr. C. Lopes. **O Padroado em face da política do Vaticano.** Nova Goa: Imprensa Nacional, 1928.

• NORONHA, Monsenhor D. Izidoro de. **Padroado ultramarino agonizante.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

• PRAÇA, J. J. Lopes. **Ensaio sobre o padroado portuguez.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1869.

• REGO, Antonio da Silva. **O padroado português e sua historiografia.** Braga: Gráfica de Barbosa e Xavier, 1978.

• SOUSA COSTA, Antonio Domingues de. **Padroado régio e elevação das raças no Brasil.** Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1965.

• **O padroado portuguez no extremo oriente e a lei de separação do estado das igrejas.** As missões do padroado. Sem designação do autor.

Para as eleições legislativas previstas na Constituição de 1824, seis padres elegeram-se entre 21 representantes. Para a legislatura de 1833, entre 283 postulantes, quarenta padres disputaram vagas, consignando-se a eleição de dez clérigos. Nas eleições subseqüentes há sempre a presença de padres entre os candidatos eleitos.

A fim de facilitar um melhor acompanhamento, e possíveis consultas, relacionamos os padres eleitos (mandatos de dois anos), para a Assembleia Provincial do Ceará.

Nomes e anos dos referidos mandatos:

A

Pe. Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa
1848/1849; 1864/1865

Pe. Ambrósio Rodrigues Machado
1835/1837

Pe. Antero José de Lima (Presidência: 1884/1885)
1880/1881; 1884/1885; 1891

Pe. Antonino Pereira de Alencar (Presidência: 1867/1868)
1864/1865; 1866/1867; 1868/1869; 1880/1881; 1888/1889

Pe. Antônio Alexandrino de Alencar
1886/1887

Pe. Antônio Alves de Carvalho
1850/1851

Pe. Antônio Cândido da Rocha
1884/1885; 1891

Pe. Antônio Carneiro da Cunha Araújo
1864/1865

Pe. Antônio Correia de Sá
1868/1869

Cônego Antônio de Castro e Silva
1824 (Conselheiro Provincial); 1835/1837; 1838/1839; 1840/1841; 1848/1849

Pe. Antônio de Souza Barros
1884/1885

Pe. Antônio de Souza Neves
1858/1859; 1860/1861; 1862/1863

Pe. Dr. Antônio Elias Saraiva Leão
1848/1849; 1858/1859; 1864/1865

Pe. Antônio Fernandes da Silva Távora
1886/1887; 1888/1889; 1891

Pe. Antônio Francisco de Sampaio
1824 (Conselheiro Provincial); 1835/1837

Pe. Antônio José Sarmento de Benevides
1850/1851; 1852/1853; 1854/1855; 1856/1857; 1860/1861; 1862/1863; 1864/1865; 1866/1867

Pe. Antônio Manuel de Sousa
1823 (Deputado Geral à Constituinte)

Cônego Antônio Nogueira de Braveza
1852/1853; 1854/1855; 1856/1857; 1858/1859; 1870/1871; 1872/1873; 1874/1875

Cônego Antônio Pinto de Mendonça
1840/1841; 1850/1851

Pe. Antônio Xavier Maria de Castro
1842/1843; 1852/1853; 1854/1855; 1856/1857; 1860/1861; 1870/1871

B

Pe. Bento Antônio Fernandes
1835/1837; 1838/1839

Pe. Bernardino de Oliveira Memória
1882/1883

C
Pe. Carlos Antônio Barreto
1893/1896; 1897/1900
Pe. Carlos Augusto Peixoto de Alencar
1835/1837
Pe. Cesário Claudiano de Oliveira Araújo
1860/1861; 1870/1871

D
Pe. Daniel Fernandes de Moura
1860/1861; 1862/1863; 1870/1871
Pe. Diogo José de Souza Lima
1860/1861; 1884/1885
Pe. Domingos Carlos de Sabóia
1838/1839; 1840/1841; 1846/1847; 1860/1861

F
Pe. Francisco Bastos de Oliveira
1852/1853
Pe. Francisco Coriolano de Carvalho
1864/1865; 1866/1867; 1874/1875; 1876/1877
Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva (Presidência: 1866)
1864/1865; 1866/1867; 1870/1871; 1872/1873
Pe. Francisco da Mota de Souza Angelim
1882/1883
Pe. Francisco de Paula Barros
1835/1837; 1838/1839
Monsenhor Dr. Francisco Ferreira Antero (Presidência: 1913 – República Velha)
1913/1914; 1921/1924
Pe. Francisco Gomes Parente
1835/1837
Pe. Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães
1824 (Conselheiro Provincial)
Pe. Francisco José da Silva Carvalho
1893/1896; 1897/1900
Pe. Francisco Máximo Feitosa e Castro

1888/1889; 1897/1900; 1901/1904; 1905/1908; 1909/1912; 1913/1914; 1915/1916; 1917/1920
Pe. Francisco Ribeiro Bessa
1862/1863; 1870/1871; 1872/1873; 1876/1877
Pe. Francisco Theotime Maria de Vasconcelos
1884/1885
Pe. Francisco Xavier Nogueira (Presidência: 1863 e 1872/1877)
1850/1851; 1852/1853; 1854/1855; 1856/1857; 1858/1859; 1862/1863; 1870/1871; 1874/1875; 1876/1877; 1884/1885
Pe. Frutuoso Dias Ribeiro
1840/1841; 1842/1843; 1844/1845 (Presidência: 1843)

J
Pe. João Antônio do Nascimento e Sá (Presidência: 1883)
1880/1881; 1882/1883
Pe. João Aureliano de Sampaio
1888/1889
Pe. João Barbosa Cordeiro
1842/1843; 1844/1845; 1846/1847
Pe. João Carlos Augusto
1882/1883
Pe. João Felipe Pereira
1854/1855; 1856/1857; 1860/1861
Pe. João Francisco Pinheiro
1858/1859; 1864/1865; 1866/1867; 1868/1869
Pe. João Paulo Barbosa
1878/1879
Pe. João Rodrigues Leite
1824 (Conselheiro Provincial)
Pe. João Vicente Ferreira Lima
1880/1881
Pe. Joaquim da Silva Coelho
1882/1883
Pe. Joaquim de Paula Galvão
1824 (Conselheiro Provincial)
Pe. Joaquim Domingues Carneiro
1842/1843; 1858/1859

Pe. Joaquim Ferreira Limaverde
1858/1859; 1860/1861
Monsenhor José Alves Quinderé
1925/1928; 1929/1930
Pe. José Antunes de Oliveira
1844/1845
Pe. José Beviláqua
1852/1853
Pe. José da Costa Barros
1835/1837; 1838/1839; 1840/1841
Pe. José de Arimatéia Cisne
1913/1914
Pe. José de Sá Barreto
1846/1847; 1848/1849
Pe. José Ferreira Lima Sucupira
1835/1837; 1850/1851
Pe. José Gonçalves da Costa e Sousa
1868/1869; 1882/1883
Pe. José Joaquim Xavier Sobreira
1823 (Deputado Geral à Constituinte)
Pe. José Martiniano de Alencar
1821 (Deputado às Constituintes de Lisboa como suplente de José Inácio Gomes Parente)
Pe. José Nepomuceno de Brito
1824 (Conselheiro Provincial)
Pe. José Tavares Teixeira
1866/1867
Pe. José Teixeira da Graça (Presidência: 1886)
1886/1887
Pe. Dr. Justino Domingues da Silva (Presidência: 1858-1861)
1850/1851; 1854/1855; 1856/1857; 1858/1859; 1860/1861; 1862/1863
Pe. Justino Furtado de Mendonça
1846/1847; 1848/1849

L
Pe. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho
1856/1857

Pe. Lourenço Correia de Sá
1838/1839; 1840/1841
Pe. Luiz Antônio da Rocha Lima
1842/1843
Pe. Luiz de Souza Leitão (Presidência: 1888)
1884/1885; 1886/1887; 1888/1889; 1891

M
Pe. Manoel Pacheco Pimentel
1823 (Deputado Geral à Constituinte); 1838/1839
Pe. Manuel Antônio de Lemos Braga
1856/1857; 1858/1859; 1860/1861; 1862/1863
Pe. Manuel Antônio Martins de Jesus
1876/1877
Pe. Manuel Joaquim Aires do Nascimento
1840/1841
Pe. Manuel Lima de Araújo
1886/1887
Pe. Manuel Ribeiro Bessa de Holanda Cavalcante
1823 (Deputado Geral à Constituinte)
Cônego Manuel Roberto Sobreira
1842/1843; 1856/1857; 1858/1859; 1860/1861
Pe. Miceno Clodoaldo Linhares
1866/1867; 1878/1879; 1880/1881; 1884/1885
Pe. Miguel Francisco da Frota
1848/1849; 1854/1855; 1858/1859; 1868/1869

P
Pe. Pedro Antunes de Alencar Rodovalho
1848/1849
Pe. Pedro José de Castro e Silva
1850/1851; 1852/1853; 1854/1855; 1858/1859; 1860/1861; 1862/1863
Pe. Pedro Leopoldo de Araújo Feitosa
1884/1885

R
Pe. Raimundo Francisco Ribeiro (1850/1851)

S
Pe. Sezinando Marcos de Castro e Silva
1882/1883; 1884/1885; 1886/1887

T
Pe. Teodulfo Franco Pinto Bandeira
1862/1863; 1870/1871; 1872/1873
Pe. Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil
1846/1847

V
Pe. Vicente Jorge de Souza
1880/1881
Pe. Visitador Vicente José Pereira
1842/1843; 1844/1845
Monsenhor Vicente Pinto Teixeira
1897/1900; 1901/1904; 1905/1908; 1909/1912
Monsenhor Vicente Salazar da Cunha
1921/1924; 1925/1928

Com a Proclamação da Republica, em 1889, tornando-se o Brasil um Estado laico, e com a transformação da Assembleia Provincial em Assembleia Legislativa Estadual, foram rareando as presenças de clérigos católicos nas nossas casas legislativas.

Os Guarani Kaiowá

Francisco Adegildo Férrer*

A imprensa nacional tem divulgado, sistematicamente, fatos da tragédia pela qual passam os guaranis, do estado de Mato Grosso do Sul. Ela vem de longas datas, embora muitos, na atualidade desconheçam a trajetória da Nação Guarani, no Brasil. Os Guarani Kaiowá vivem atualmente na porção sul do território do Mato Grosso do Sul. Sobre suas terras tradicionais avançou a fronteira agrícola brasileira, através de políticas desenvolvimentistas que tiveram início na primeira metade do século XX, e que perduram até hoje. No período de colonização, os guaranis já se encontravam em meio a uma disputa territorial. Os espanhóis, com base em Assunção e, por outro, os portugueses, com base no litoral brasileiro, disputavam o território Guarani Kaiowá, dominando-o e escravizando os seus habitantes.

Com o Tratado de Madrid (1750), as fronteiras entre o território português e espanhol começam a ser definidas. O processo de ocupação territorial, por parte dos não indios, somente começa a se concretizar após a Guerra do Paraguai (1864/1870).

Em fins do século XIX, começou o povoamento da região por não índios devido, sobretudo, à exploração da erva-mate, riqueza extraída do território Guarani, que possuía um grande valor de mercado na Bacia do Prata. O período da extração da erva-mate, como forma de exploração dominante, durou até o primeiro quarto do século XX, quando entrou em decadência, o que coincide com o período em que o governo brasileiro procurava consolidar o território e fortalecer a jovem República. As terras fronteiriças tinham o predomínio da língua e dos

* Professor, Doutor em Filosofia em Educação (USP). Sócio honorário do Instituto do Ceará.

costumes estrangeiros e contavam com uma grande população indígena. Como medidas para consolidar o território, o governo brasileiro cancelou as concessões de terras para estrangeiros e procurou levar a "civilização" para a região, dando início a um processo de formação de reservas, com a tomada de terras das populações indígenas e colonização da região com não índios. Esse processo de colonização com não índios é que dá início ao saque das terras tradicionais dos guaranis kaiowás no Mato Grosso do Sul, causando a sua desterritorialização e restringindo-os a viverem em reservas. De 1915 a 1928 foram criadas oito reservas indígenas com esse fim. Durante o Estado Novo (1937-1945), o Governo brasileiro passou a promover políticas para a ocupação do Oeste, a chamada "Marcha para o Oeste". No centro dessas políticas levadas a cabo pelo governo Getúlio Vargas estava embutido um processo intenso de desterritorialização da população indígena, que passou a ser confinada em reservas criadas pelo Estado, sem qualquer tipo de consulta aos povos indígenas que para lá foram levados, assim como a criação de colônias, com o objetivo de aliviar a tensão social vivida em outras regiões, como o Nordeste. Desse modo, foram distribuídas terras nessa região "vazia" do território brasileiro, sobretudo, para os migrantes nordestinos.

Para ocupar as matas "vazias" do oeste brasileiro, o Estado criou a Fundação Brasil Central, órgão que objetivava coordenar um projeto de desenvolvimento e ocupação de terras "desabitadas" no Centro-Oeste. Entre as medidas tomadas nessa época encontra-se a criação da CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados-MS (1943), que gerou uma forte atração populacional para a região sul do Mato Grosso do Sul e exerceu forte pressão sobre os territórios indígenas tradicionais. (LIMA, 2011)

A vida dessa gente ficou marcada pela violência das frentes de expansão do capital agrícola, presente no processo de expropriação territorial, que por sua vez, conduz à perda do acesso à alimentação, educação e saúde e ao extermínio dos grupos mais fragilizados.

Tem-se, assim, de um lado, o pujante agronegócio, movimentado pelo plantio de cana-de-açúcar, soja e milho e pela intensiva criação de gado; e de outro, mais de 40 mil índios habitando fragmentos de terra, isolados e dispersos em 69 áreas, que incluem 36 acampamentos onde as condições de sobrevivência são subumanas.

A raiz do conflito remonta ao final da Guerra do Paraguai, quando teve início a tomada do território guarani por diversas formas de exploração econômica. O povoamento da região foi alicerçado a partir de atividades produtivas em grandes fazendas e da proletarização dos "bárbaros silvícolas", tarefa atribuída ao antigo SPI, antecessor da FUNAI.

O desastroso processo de incorporação dos guaranis à "comunidade nacional" se deu com intenso derramamento de sangue. Os índios somente se submeteram após violento genocídio, em sucessão que prossegue até hoje. O deslocamento temporário para as frentes de trabalho é apontado pelos especialistas e pelas próprias famílias indígenas como fator de impedimento de sua organização social.

Nos governos posteriores, de 1950 a 1970, o processo de colonização se intensificou. O fluxo migratório passou a aumentar com colonos vindos de estados mais próximos como SP, PR, SC e RS, para explorar a nova fronteira agrícola, sobretudo para a plantação de soja e cana-de-açúcar. Na década de 1980, essa migração atingiu o seu ápice, motivada pelas novas condições que se estabeleceram com a divisão estadual e criação do estado do Mato Grosso do Sul, até então pertencente ao Mato Grosso. Toda essa expansão da fronteira agrícola ocorreu em detrimento das terras da população indígena. Enquanto suas terras eram tomadas, as famílias Guarani Kaiowá eram confinadas em reservas, juntamente com os Guarani Nandeva e os Terena. Depois de haverem sido desterritorializados, passaram a ser também destituídos de seus símbolos, costumes e tradições. O estado tinha o objetivo de tornar os guaranis kaiowás "cidadãos brasileiros", adaptados à "civilização" e aos costumes do homem branco, queria forçá-los a aprender a língua, a produzir da maneira que o homem branco produz, a viver como não índios, incorporando os valores do homem branco "civilizado". Esse processo de retirada dos povos originários de suas terras tradicionais e confinamento nas reservas não ocorreu sem resistência e derramamento de sangue, muitos são os relatos desse traumático processo de expulsão dos Guarani Kaiowá de suas terras. Foi um momento de extremo sofrimento do povo Guarani Kaiowá, que passou a viver confinado. Esse processo de tomada das terras tradicionais por parte do Estado durou muitas décadas e foi agravado por duas ditaduras (Estado Novo 1937-45 e a Ditadura Civil/Militar 1964-85) e por

uma série de governos que defendiam uma política desenvolvimentista que entendia a cultura e os costumes indígenas e a preservação ambiental como um atraso para o desenvolvimento do país.

A solução encontrada pelo estado foi a criação de reservas que, na verdade, tornaram-se verdadeiros depósitos humanos, em que índios são despejados para utilização como mão de obra agrícola. Hoje representam verdadeiros guetos. Populações que durante séculos sustentavam-se com abundância foram transformadas em dependentes do fornecimento de alimentos e vulneráveis às doenças decorrentes da fome, subnutrição, alcoolismo e de outras drogas. O confinamento viabilizou a instalação do agronegócio em parceria com multinacionais como Bunge, Cargill, ADM e Monsanto.

A reação dos índios para recuperarem suas terras organiza-se em torno do chamado aty guasu (grande assembleia). A dispersão e devastação de seus territórios os impedem de manter tanto sua subsistência quanto sua cultura. Na cosmologia guarani, os espaços territoriais denominam-se tekoha (lugar onde vivemos do nosso jeito). A dimensão religiosa é de extrema importância na luta pela reconquista de seus territórios. Os xamãs estão sempre presentes em todo ato público, dando uma conotação profética à busca do que denominam "terra sem males" ou o retorno à fartura e alegria de outros tempos.

Mesmo, assim, a vida do povo Guarani Kaiowá continua ameaçada pelos confinamento nas reservas do referido estado brasileiro, onde se aplicam metodologias integracionistas e assimilacionistas e pela destruição dos tekoha . Tal situação é parte do projeto desenvolvimentista levado a cabo pelo estado brasileiro e pelos agentes do agronegócio ou agrobanditismo. Calcula-se que, aproximadamente já houve cerca de 300 assassinatos de lideranças do povo Guarani Kaiowá. Na ultima década do século passado. Este número já passa dos 500 assassinatos, desde que eles deram início ao processo de retomada de suas terras tradicionais, a reconstituição de seus tekoha.

O Mato Grosso do Sul é o único estado brasileiro em que permanecem conflitos históricos, envolvendo terras indígenas. Os processos de demarcação e homologação de terras indígenas são emperrados por ações judiciais impetradas por ricos escritórios de advocacia, em nome do agronegócio. As terras dos guaranis, alvos dessa intensa grilagem, representam menos de 1% do território do estado, que tem a segunda

maior população indígena do país, com mais de 73 mil indivíduos e nove etnias. Mas o capitalismo é voraz e não respeita limites legais. O Conselho Indigenista Missionário estima que, somente nos últimos oito anos, cerca de 200 indígenas foram mortos em conflitos pela terra, enquanto o agronegócio atinge lucros na cifra dos bilhões.

Compreender a relação entre um modelo econômico predatório e a ineficiente política indigenista brasileira requer investigar o leniente papel do estado brasileiro e a devastação que o capital predador promove sobre espaços físicos e direitos humanos. Os índios apenas anseiam ter direito de ser o que são: guaranis.

O atual momento no Mato Grosso do Sul tem sido de grande conflito, os fazendeiros tem atuado em duas frentes principais, uma parlamentar, em que procuram criar novos mecanismos para dificultar ainda mais as demarcações e homologações de terras e mesmo rever as que já foram realizadas e outra armada, formando grupos de segurança privada que tem o aval da Polícia Federal para atuarem, os quais contratam pistoleiros e armamentos vindos do Paraguai e assassinando lideranças indígenas para forçar os Guarani Kaiowá a desistirem da luta pelas suas terras tradicionais.

A Frente Ruralista do parlamento brasileiro continua criando uma série de obstáculos legais para impedir as demarcações. Seus membros tiveram participação na elaboração e aprovação do novo Código Florestal, e, em Projetos de Emendas que retrocedem a legislação em relação aos direitos dos povos indígenas; como, por exemplo, a PEC 215, que recebeu críticas e manifestações contrárias da parte dos povos indígenas e quilombolas, que também estão diretamente afetados pelo projeto, já aprovado na Câmara dos Deputados e Senado Federal. Mas, vem do Poder Executivo o principal entrave à demarcação de terras indígenas no Brasil, pois é de sua competência demarcar e homologar essas terras. Em 1988, quando foi promulgada a Constituição Cidadã, o Estado brasileiro se comprometeu em demarcar 100% das terras indígenas até 1993. Já se foram mais de 20 anos e nem a metade das terras indígenas foram demarcadas. Na Presidência da República há centenas de processos engavetados, esperando apenas a assinatura presidencial, homologando as demarcações. Dentre esses, há os processos das Terras Indígenas do Povo Guarani Kaiowá. Em julho próximo passado, a Advocacia Geral da União, uma espécie de ministério, baixou a Portaria

303/2012, que representa a sentença de morte dos povos Indígenas. Esta portaria retira todo direito à autonomia territorial; cria uma série de condicionantes para a população indígena em relação ao uso de seu território; propõe diminuição de área nas demarcações já homologadas; aprova empreendimentos dentro das terras indígenas, sem consulta prévia contrariando a Convenção 169 da OIT e autorizando a ação militar nos territórios indígenas. O curioso é que, em todas as fazendas de plantação de cana para produção do etanol, de soja, gado há grandes placas afixadas na entrada, indicando que aquele empreendimento recebe recursos dos bancos públicos, ou seja, os grandes proprietários rurais, responsáveis pelos assassinatos dos índios, são subsidiados pelo Governo brasileiro, que, o qual, ao invés de fazer demarcações, assinou no ano de 2007, um acordo com o EUA para a produção de etanol, tendo inaugurado na última década nada menos do que 20 usinas para a produção do etanol, todas localizadas dentro do território do povo Guarani Kaiowá, demonstrando, assim, o seu desinteresse em demarcar aquelas Terras, evidenciando, dessa forma, a sua aliança com capital estadunidense, aliando-se ao agronegócio, às construtoras imobiliárias, dentre outros empreendimentos. É a força do capital.

Referências Bibliograficas

ARRUDA, Gilmar. Heródoto. *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947*. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, 1986.

BRAND, A. O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre/PUC. Porto Alegre, 1997.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: *do "fim dos territórios" multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LIMA, Salvadora Caceres Alcântara. Espaço Guarani Mato-grossense: Ocupação e Confinamento. In. XIII Encontro Internacional Humboldt: América Latina como Geografia: perspectivas de desenvolvimento nacional?. Dourados-MS. 2011.

LUGON, Clovis. *A república comunista cristã dos guaranis*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1968.

SACK, Robert Davis. O significado da Territorialidade In: DIAS, Leila Christina; FERRARIA, Maristela. (Org.). Territorialidades Humanas e redes Sociais. Florianópolis, Insular, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias. et alii (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Preservação do patrimônio cultural

José Liberal de Castro*

A preservação de bens culturais constitui tema que vem despertando amplo interesse nos dias atuais. A destruição incontida e sistemática de diferentes testemunhos da nossa herança cultural tem promovido justa e necessária reação aos desmandos, praticados de modo agressivo e inconseqüente por integrantes das mais diversas camadas sociais.

Afortunadamente, há algum tempo, o assunto tem merecido cuidados especiais, apesar de confinados a determinados círculos. Na realidade, conviria porém lembrar que, em sua quase totalidade, os estudos continuam cingidos às edificações e às obras de arte, fato explicativo para as velhas ligações de arquitetos e profissionais afins com a matéria. Outros bens culturais, de numerosas e diversificadas modalidades, ainda tentam obter menções mais frequentes.

Em quaisquer circunstâncias, vêm-se notando atitudes mais concretas a favor da preservação de bens culturais. Julga-o assim o próprio autor, (arquiteto de ofício) em vista de solicitações que tem recebido para ministrar palestras e comparecer a debates pertinentes ao tema, convites, com certa surpresa, formulados por setores universitários não vinculados à Arquitetura e ao Urbanismo.[1]

---

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

[1] O autor tem desenvolvido o tema principalmente em cursos de pós-graduação em Direito, setor universitário empenhado em conhecer, de modo objetivo, o significado e o valor de determinados bens culturais, cuja preservação é defendida por legislação pertinente. Como se sabe, os estudos de aplicação das leis que regem a matéria, envolvem, por competência profissional, docentes e discentes daqueles cursos.

A fim de atender aos pedidos, decidiu, pois, organizar a explanação de seus pontos de vista, apresentando-os por via de processos de comunicação visual, cuja linguagem requer frases reduzidas, quase telegráficas, suplementadas com imagens e apreciações orais. O desejo de divulgar a matéria de maneira mais ampla estimulou o autor a publicá-la na *Revista do Instituto do Ceará*, embora com exposição concisa e sem o devido aprofundamento, além de despojada das ilustrações comprobatórias das asserções expendidas.

Em decorrência de sua formação profissional, o autor considerou preferencialmente a problemática da preservação de obras de arquitetura, isoladas ou em conjuntos urbanos, embora não se tenha esquivado de tecer ligeiros comentários sobre outras modalidades de bens culturais. Sempre que possível, reflexões paralelas, enxertadas nas palestras com o intuito de enriquecê-las, foram remetidas neste artigo para notas de rodapé.

Patrimônio

Patrimonium, -i - subst. n. – patrimônio, conjunto e haveres do *pater familias*; herança [paterna]. (FARIA, 1943: 251).[2]

Por patrimônio, entendem-se hoje todos os bens pertencentes a uma pessoa, a uma família, a um grupo de pessoas, a uma firma, a um município, a um estado, a uma nação e à própria humanidade. Geralmente, a referência é feita a bens materiais, mas também se ouve dizer patrimônio cultural, moral, político, intelectual etc.

Como patrimônio, para os romanos, também significava herança (paterna), a expressão "patrimônio cultural" subentende "herança" cultural. Eis por que em língua inglesa, o termo aparece referido como *cultural heritage*.

O "patrimônio" ora em estudo divide-se em:

[2] O *pater* familias era figura jurídica, social e religiosa básica da Roma antiga, com poder e posição incomparavelmente superiores ao "pai de família" dos dias atuais. A expressão procede de: *pater*, *-tris* – subst. m. (latim) – pai. De *pater* - pai, vêm padre, compadre, compadrio, paterno, paternal, paternidade, pátria, pátrio, patriarca, patrício, patriota, patriotismo, patrimônio, patrão, patrono, patrocínio, patrocinador, patronímico.

• patrimônio natural – aquele criado pela natureza
• patrimônio cultural – aquele criado pelo homem[3]

1 Patrimônio Cultural

O adjetivo *cultural* vem do substantivo *cultura*, o qual, por sua vez, procede de idêntico vocábulo latino – *cultura*. Rápida incursão no terreno da etimologia pode oferecer compreensão mais abrangente do significado da palavra.[4]

Na Roma antiga, a par da origem do vocábulo, correlacionado com o trato da terra, com o campo, também já se admitia a *cultura do espírito*. Assim, o patrimônio cultural se compõe do acervo de bens produzidos pelo engenho humano, criados pela mente, podendo ser dividido em patrimônio imaterial e patrimônio material.

1.1 Patrimônio imaterial

O patrimônio imaterial começou a despertar atenção no século XIX. Seu estudo, desde cedo, abraçou aspectos amplos da cultura popular, particularmente, no âmbito das manifestações ditas folclóricas. No Brasil, as primeiras pesquisas enfocavam o romanceiro nacional e foram publicadas em jornais pernambucanos pelo maranhense Celso de Magalhães (1849-1879), em 1873, todavia, reunidas no livro *A poesia popular brasileira* somente um século depois. Manifestações culturais relativas ao folclore e à antropologia cultural foram investigadas no Ceará com declarado empenho por José Carvalho, Juvenal Galeno, João Nogueira, Leonardo Mota, Pompeu Sobrinho, Martinz de Aguiar, Josa Magalhães, Florival Seraine, Eduardo Campos, Zélia Camurça,

[3] A preservação do patrimônio natural brasileiro cabe ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A preservação do patrimônio cultural é tarefa atribuída ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

[4] Assinala Ernesto Faria: "Cultura, -ae (subst. f.), significa cultura, no sentido físico e moral. [Vem do verbo] colo, *colis*, -ui, *cultum*, *colere* = habitar, morar e daí, cultivar, sentido físico e moral, e daí, cuidar de, proteger, querer, e enfim, por extensão, honrar, cultuar" (1943: 60-1). Ainda segundo Faria, também procedem do mesmo verbo: "*Cultus*, *us* - Cultura, mais comum o sentido moral, educação, civilização (...)" e "*cultor, oris* – subs. masc. habitante, agricultor, lavrador e, em sentido moral, cultor". (1943: 60-1).

Valdelice Girão, todos membros do Instituto do Ceará. O tema, vale acrescentar, tem sido visitado com assiduidade por outros conhecidos nomes da intelectualidade cearense.[5]

Hoje, em maior parte e por conseqüência, as investigações relativas ao patrimônio cultural imaterial aparecem imbricadas em trabalhos atinentes ao campo da antropologia cultural. No Ceará, sob este aspecto, deve-se lamentar o encerramento das atividades do antigo Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará, dirigido por Thomaz Pompeu Sobrinho, medida que redundou em evidente prejuízo cultural, interrompendo o variado programa de investigações, então em curso. Os valiosos artigos publicados no *Boletim de Antropologia*, extinto no seu quinto número, em 1961, dimensionam a perda deplorável.

A sistematização e o alargamento do campo de estudos das várias modalidades de patrimônios imateriais procedem, entretanto, de proposições bem mais recentes, posto que obtiveram chancela internacional somente quando a UNESCO patrocinou a realização da *Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Natural Mundial*, em 1972. Posteriormente, em 1989, publicaram-se as *Recomendações sobre a Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional*, nas quais foram estabelecidas bases para ativar os esforços a favor de preservar o desde então denominado ”patrimônio cultural imaterial”.

No Brasil, o assunto mereceu amparo na Constituição de 1988, abrindo caminho para a sanção presidencial da Lei nº. 9.649, de 17 de maio de 1998, que criou o *Registro de Bens Culturais Imateriais* pertencentes ao patrimônio cultural brasileiro.

Foram então instituídos os respectivos *Livros de Registro*:

1. *Livro dos Saberes*, para registro dos saberes e dos *modi faciendi* enraizados no quotidiano nacional;

2. *Livro das Celebrações*, para registro dos festivais, dos rituais que imprimiram sua marca na vida coletiva, nos trabalhos, na religiosidade, nos entretenimentos e outras práticas sociais;

[5] Em termos cearenses, o interesse pela matéria é antigo. Basta lembrar que, em 1873, quando, durante todo o ano, esteve pela última vez em sua terra natal, José de Alencar se interessou em pesquisar histórias populares do ciclo regional do gado, escrevendo o *Rabicho da Geralda*, logo em seguida.

3. *Livro das Formas de Expressão*, para registro das manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e dos divertimentos;

4. *Livro dos Lugares*, para inscrição de espaços tais como praças, largos, feiras e santuários, onde se concentram práticas culturais coletivas.[6]

O reconhecimento oficial de determinados bens culturais como patrimônio cultural imaterial brasileiro verifica-se, pois, por meio das inscrições desses bens nos respectivos *Livros de Registros* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Os *registros* arrolam bens culturais de comprovada autenticidade, criações anônimas que tenham continuidade histórica e portem relevância nacional para a memória, para a identidade e para a formação da sociedade brasileira.[7]

A preservação dos bens integrantes do patrimônio imaterial enfrenta dificuldades, tanto por sua própria dinâmica, que os modifica com o passar do tempo, como por não serem admissíveis intervenções externas, artificiais, que desvirtuem o processo. A preservação se exerce de modo indireto, por força do reconhecimento, da valorização, do estímulo. Em vista das compreensíveis mutações observadas nos bens imateriais, recomenda-se que, a cada dez anos, os registros sejam reavaliados.

---

[6] Os velhos "lugares" fortalezenses por assim dizer desapareceram em decorrência do recente desmonte físico da cidade antiga, cuja área de ocupação, compacta e restrita, corresponderia aproximadamente ao atual centro comercial. O *genius loci*, que os velava, emigrou para sempre. Práticas sociais coletivas, ainda correntes não faz muito em tantos "lugares" da Cidade, também se esvaeceram, substituídas por um hedonismo comportamental generalizado, induzido por apelos comerciais, vassalos do consumo. Não há, pois, como conectar a memória pessoal (o autor fala por si) nem, muito menos, a memória coletiva, com espaços urbanos (e também com edificações) hoje totalmente descaracterizados, modificados, envilecidos, destruídos. Nada resta, salvo recorrer à fotografia na busca de reencontrar o passado em imagens retidas por meios mecânicos de preservação. Lamentavelmente, o drama da destruição física se repete em todas as cidades brasileiras, em particular, nas metrópoles. *São Paulo – três cidades em um século,* avulta como titulo amargo e autoexplicativo de um livro de Benedito de Toledo (1981, 2004), em que a capital paulista figura como se fosse um palimpsesto urbano, apagado e seguidamente reescrito. Diante de tantas reflexões acerbas, vale admitir que as considerações expendidas por Halbwachs em obra conhecida (1968: 131-160), no capítulo dedicado às relações entre memória coletiva e espaços urbanos, parecem ter ou tiveram validade unicamente européia...

[7] Sobre a matéria, ver *Registro do Patrimônio Imaterial*. Brasília: IPHAN, 2002.

1.2 Patrimônio material

O patrimônio material e sua preservação despertaram interesse oficial já bem mais antigo, tanto no plano internacional como no contexto nacional. Em conseqüência, discussões, métodos de ação, projetos de preservação e intervenções técnicas formam ponderável acervo de conhecimentos sobre o assunto, debatido de modo amplo e aprofundado por organismos internacionais e brasileiros.

• A preservação oficial do patrimônio material

De acordo com uma conceituação alargada, pode-se dizer que o patrimônio material compõe-se de *bens móveis* e *bens imóveis,* estes muitas vezes mencionados como *patrimônio construído*.

Os *bens móveis* são o mobiliário, as pinturas, as esculturas, os objetos artísticos e utilitários, os artefatos, em geral. A esta relação devem-se acrescentar os documentos de origem diversa, os livros, o material cartográfico, iconográfico, arqueológico etc.

Os *bens imóveis* são constituídos praticamente por *obras construídas* (obras de arquitetura, isoladas ou em conjuntos urbanos e cidades) e os sítios arqueológicos. Também participam desta categoria as *obras integradas*, isto é, pinturas, esculturas, mobiliário, enfim, todas aquelas aplicadas nos edifícios, irremovíveis, sob pena de descaracterização espacial ou estética do bem cultural construído.

• Fluidez de certos conceitos de materialidade e imaterialidade

As ruínas arquitetônicas, bem como os sítios arqueológicos, constituem bens imóveis, embora os achados arqueológicos possam constituir objetos arroláveis entre os bens materiais móveis. As epigrafias líticas constituem caso particular, visto poderem integrar ambos os grupos.

Os "lugares", *lato sensu*, até por decorrência de certa ambigüidade, podem ser considerados simultaneamente bens materiais e imateriais. Convém todavia fazer distinção entre os "saberes" e os objetos produzidos pelos "saberes". S*aber fazer* uma peça de renda de bilros é atividade que se inscreve entre os *bens culturais imateriais*, enquanto a peça de renda produzida participa do acervo dos *bens materiais móveis*.

No momento, vem prosperando o reconhecimento das chamadas *paisagens culturais*, matéria ainda não perfeitamente definida, pelo menos no Brasil.

2 Patrimônio construído

No amplíssimo elenco de bens culturais brasileiros, por várias razões, quer no entendimento popular, quer também em setores ilustrados, somente se compreende, como patrimônio cultural do País, o patrimônio construído. Conquanto esta acepção, pelo menos em parte, proceda do desconhecimento das demais modalidades de patrimônio cultural, na realidade, também decorre do alto poder simbólico das obras de arquitetura, poder ao qual se somam os vínculos afetivos das populações que com elas convivem, porque as encontram nos espaços públicos, postas à vista de todos, permanente e gratuitamente. Diante de tal quadro, o envolvimento intelectual ou sentimental, estimulado por contatos sensoriais e reforçado pela memória pessoal ou coletiva, desencadeia preocupações e provoca reações ante a perspectiva de destruição das obras arquitetônicas.

Os meios técnicos de preservação do patrimônio construído vêm despertando, por sua vez, atenção cada vez mais evidente, de sorte que os cursos de graduação em arquitetura hoje ministram disciplinas curriculares específicas, dedicadas a estudos propedêuticos de preservação, conservação, prospecção e restauração de obras arquitetônicas de interesse cultural (os estudos avançados somente se realizam em cursos de pós-graduação).

2.1 Destruição das obras arquitetônicas

Pode-se afirmar que a destruição, natural ou provocada, das obras arquitetônicas, em última instância, decorre da sua própria materialidade. Na busca de enfrentar a intempérie, de adiar um fim inexorável, desde a mais remota antiguidade patenteou-se o propósito do emprego de materiais e técnicas de construção que pudessem encarar os percalços do tempo. Ainda assim, ao contrário do que se pode presumir e como se pode demonstrar, o desaparecimento das obras de arquitetura mais se deve à intervenção humana do que à ação dos fenômenos naturais.

Marcos Vitrúvio Pólion, arquiteto romano contemporâneo de Cristo, entre várias considerações expostas em seu famoso tratado *Os dez livros de arquitetura* (Architectura Libri Decem), assinalava que uma obra de arquitetura possui, como características fundamentais, três condicionantes: a *Firmĭtas* - a estabilidade física, a *Utilĭtas* - a utilidade (social) e a *Venustas*, a beleza. (1787: cap. III**,** p. 14).

A observação de ocorrências verificadas no passado faz perceber que a *utilĭtas*, isto é, o uso, constituiu o fator preponderante na preservação das obras antigas, e não apenas a *firmĭtas*, como talvez se suponha à primeira vista. Inumerável lista de exemplos pode ser inventariada como comprovação dos fatos. O desaparecimento das obras de arquitetura também pode decorrer de mudanças no gosto, quer dizer, da modificação dos conceitos de *venustas*, de beleza.

A opinião de Vitrúvio sobrevive meio abalada nestes tempos ditos pós-modernos, quando as edificações têm obsolescência programada, integram os círculos de avidez de consumo e procedem da opção pelo mau gosto premeditado. De qualquer modo, os conceitos vitruvianos ainda prevalecem, e até se revigoram, quando as análises se apóiam em perquirições racionais.

2.2 Destruição de bens arquitetônicos pela perda da *utilĭtas*

Conquanto a qualidade material, a *firmĭtas*, prometesse permanência física às obras de arquitetura, quase todas conheceram destruição em decorrência da perda da *utilĭtas*. Como exemplo, basta referir a portentosa Roma imperial, cidade que, por volta do terceiro século d.C., contava com um milhão e duzentos mil habitantes, cifra fantástica, numa época quando não havia transportes motorizados nem telecomunicações. Entretanto, nos primeiros séculos do 2º. milênio da era cristã, Roma não possuiria, 40 mil moradores, embora boa parte do acervo arquitetônico antigo ainda se mantivesse de pé, apesar de arruinado. Após os papas retornarem de Avinhão, em torno do último quartel do século XV, a cidade, então praticamente reconstruída, expandiu-se de modo rápido. Na época, as velhas edificações, abandonadas e sem uso, transformaram-se em verdadeiros depósitos de materiais de construção, nos quais a população romana, em crescimento, buscava abastecimento para a remontagem da cidade.

Na Europa, obras antigas conheceram preservação por meio de *adaptação a usos novos*, apesar de comprometidas com descaracterizações. Muralhas de inúmeras cidades não foram desmontadas no século XIX porque a população delas se havia apropriado, transformando-as em morada ou comércio (em Portugal, lembrem-se os exemplos das cidades do Porto e de Guimarães).

Outras obras, perdidas as funções primitivas, foram salvas por meio de intervenções eruditas, entretanto, sem qualquer preocupação de manter as marcas originais. Em Roma, cite-se como exemplo o tratamento dispensado às partes remanescentes das termas de Deocleciano, obra grandiosa do século IV d.C. Em 1561, por ordem do papa Pio IV, os restos da edificação foram convertidos por Michelangelo, já muito idoso, na igreja de Santa Maria dos Anjos. Trecho do antigo *frigidarium* das termas tornou-se a capela-mor da igreja, o *tepidarium* transformou-se em nave, sob forma de transepto, e o antigo *laconicum* passou a funcionar como o vestíbulo do templo. O edifício, seguidamente alterado em dias posteriores, foi reordenado por Luigi Vanvitelli nos anos centrais dos setecentos, tal como hoje se apresenta. Em fins do século XIX, a edificação ganhou novos usos, pois, desde então, o conjunto recomposto abriga o Museu Nacional Romano. Os antigos jardins e espaços externos das termas tornaram-se jardins e áreas públicas da cidade de Roma, entre as quais avulta a ampla Piazza della Repubblica, outrora, a êxedra (das termas).

2.3 Destruição de bens arquitetônicos pela variação dos conceitos de *venustas*

As destruições sempre se verificaram, não apenas pela perda de uso, mas também em função das *mudanças no gosto*, quer dizer, em decorrência das variações dos conceitos de *venustas*. As asserções ficam facilmente confirmadas com exemplos de substituição de obras antigas por realizações novas ou da montagem de conjuntos arquitetônicos, formados por obras agregadas ao longo do tempo, com variadas mutações estéticas.

Exemplo canônico envolve o desaparecimento da primitiva Basílica de São Pedro, erguida no quarto século, em plano basilical,[8] por Constantino[9]. No começo do século XVI, o papa Júlio II decidiu erguer um suntuoso túmulo para si, idéia a qual, reconsiderada, resultou na demolição da vasta igreja antiga, construindo-se, em seu lugar, obra nova, edificação, na verdade, não muito maior do que a anterior. No concurso de projetos realizado por Júlio II, venceu o plano oferecido por Donato Bramante, em cruz grega, posteriormente ampliado e modificado consoante intervenções sucessivas, que resultaram na edificação gigantesca, sede da cristandade. Os trabalhos de construção da igreja, patrocinados por vários papas e postos a cargo de grandes arquitetos de seguidas gerações (Michelangelo, Giacomo della Porta, Carlo Maderno, Domenico Fontana, Lorenzo Bernini) consumiram 120 anos. Os fatos explicam porque a Basílica de São Pedro agrega trechos elaborados consoante o gosto das épocas respectivas, com partes criadas sob o rigor do classicismo renascentista, outras concebidas de acordo com o intelectualismo maneirista e, mais outras, marcadas pela força dinâmica do barroco.

Exemplos como o de São Pedro ou melhor, do Vaticano, formam um todo, objeto unificado de preservação. Na verdade, além da igreja, o conjunto compõe-se de um grupo de edificações de significativo valor, como a Sacristia, a Scala Regia, a Capela Sistina, a Villa Pia, o Palácio e os Jardins Pontifícios, as *Stanze*, os pátios do Belvedere e da Pinha (museus), enfim, um notável complexo arquitetônico, enriquecido com obras magníficas de pintura e de escultura integradas.

---

[8] Plano basilical subentende aquele semelhante ao das antigas basílicas romanas, edificações destinadas às atividades judiciais. Quando o cristianismo foi reconhecido oficialmente, as primeiras igrejas construídas se apropriaram da organização espacial das basílicas, quase sempre compostas por um amplo salão, dividido por duas filas paralelas de colunas, com o que se formavam uma nave central, bastante larga, e duas alas laterais, mais estreitas. A mesa do juiz transformou-se em altar e as tribunas dos advogados tornaram-se os púlpitos. A título de ilustração, registre-se que a maior parte das igrejas cearenses do século XIX, e ainda no século XX, recorreu a soluções de plano basilical. Basílica, vale lembrar, vem de *basileys/éos*, que em grego significa rei.

[9] O plano da igreja de Constantino foi repetido em igrejas romanas construídas pouco depois. A igreja de São Paulo Fora dos Muros, de fins do século IV, por suas dimensões e por se ter mantido com relativa integridade espacial, talvez seja aquela com interiores que melhor reproduzem a igreja antiga, cujos restos dos alicerces e partes inferiores ainda podem, aliás, ser vistos na cripta da atual igreja de São Pedro.

O mesmo se pode dizer do conjunto monumental de Versalhes, hoje visitado por milhões de turistas, cujas origens remontam a um pequeno pavilhão de caça adquirido e logo adaptado com acréscimos pelo rei Luís XIII. Seu filho, Luís XIV, decidiu transformar o pavilhão em palácio, já parcialmente habitável três anos depois do início das grandes obras em 1661. Na época, a gleba pouco atraente foi submetida a uma total reformulação ambiental, alcançada por meio de aterros, desmontes, drenagens, implantação de amplíssimos jardins ornamentados com estatuária profusa e valiosa, jatos d'água e imensos parques cortados por canais. Os trabalhos, continuados pelo próprio rei em seu longo reinado, e por seus sucessores, prosseguiram com intervenções em curso durante ainda meados do século XIX, na época de Napoleão III. O atual conjunto resulta, assim, de construções, demolições, reconstruções, acréscimos, recobrimentos de partes construídas, enfim, de obras em andamento por três séculos, cada parte elaborada conforme o gosto vigente nas respectivas épocas.

Claras mutações nos conceitos de *venustas* também se verificaram no mundo lusitano, na reconstrução da cidade de Lisboa, em boa parte destruída por um terremoto em 1755. Na ocasião, os projetistas apresentaram ao Marquês de Pombal cinco "dissertações" para recuperação do desastre. Uma aconselhava a mudança do sítio urbano, enquanto outras tentavam restabelecer o antigo traçado espontâneo. Outra mais propunha uma malha ortogonal, o que facilitava o emprego de edificações resolvidas conforme determinados padrões construtivos (as "gaiolas"), técnica e esteticamente novos, morfologicamente despojados, de rápida execução e preparados para resistir aos sismos. As concepções urbanísticas e arquitetônicas desta última "dissertação", aliás, logo aceitas por Pombal, correspondiam aos anseios de um racionalismo de procedência iluminista, então em voga. A opção eleita, riscada em retícula, seria minimamente reproduzida por Antônio José da Silva Paulet na pequena vila da Fortaleza da Assunção, meio século depois.

Os exemplos assinalados, do Vaticano e de Versalhes, indicam, pois, haver prevalecido o conceito da noção de *conjunto arquitetônico*, tanto composto por edificações diversificadas como por obras erguidas com diferentes opções estéticas ao longo de períodos prolongados. Por tais razões, grandes obras de arquitetura se constituíram por via de *acréscimos*, convertendo-se em *conjuntos de unidades integradas*,

como a igreja de São Pedro ou o palácio de Versalhes[10], ambas ora mencionadas porque figuram como obras de expressão universal.

O desconhecimento de conceitos e de fatos como estes, correntes na História da Arquitetura, norteou a quase total demolição do Palácio da Luz, em Fortaleza, verificada em 1962. A destruição dos *acréscimos integrados* à edificação original (pátios, instalações de morada, corpo da guarda, antigas cavalariças etc) consumou equívoco injustificável, uma vez que os mentores dos trabalhos estavam empenhados apenas em manter o que lhes parecia corresponder à primitiva morada dos governadores.[11]

Em 1936, por decorrência do desejo de atualizações estéticas, o Teatro José de Alencar por pouco não foi radicalmente despojado das suas referências características de arquitetura eclética e de suas citações *art nouveau*. Havia manifesta intenção oficial de vesti-lo com roupagem nova, desenhada segundo o figurino *art déco*, a qual recobriria totalmente a edificação, inclusive a magnífica fachada interna em estrutura metálica!... A proverbial falta de verbas felizmente favoreceu a preservação do teatro.

2.4 A destruição por motivos ideológicos

Como foi visto, o desaparecimento de obras de arquitetura antiga decorreu do próprio natural desgaste das edificações, mas também se verificou por mudança do gosto e, principalmente, por perda do uso.

Durante a Revolução Francesa, a devastação arquitetônica efetuou-se todavia consoante novos propósitos, visto que inúmeros bens culturais materiais, em particular, igrejas, palácios, mobiliário, livros e

[10] Apenas em termos de acervo francês, como exemplos semelhantes, de agregações e demolições de partes, citem-se obras por demais conhecidas, como o Louvre, o palácio de Fontainebleau e os castelos de Blois e Chenonceau.

[11] A proposta lembraria algo como destruir o conjunto de Versalhes, a fim de restabelecer o pequeno pavilhão de caça adquirido por Luís XIII. Assim, portanto, remanescentes da primitiva morada dos governadores da Capitania, casa de aparência chã, dos inícios do século XIX, já muito alterada e transformada em ala de despachos do Palácio da Luz, foram recompostos na ocasião sem coerência arquitetônica. Examinados os fatos na distância dos anos, o autor relembra o engano lamentável mas já não recrimina, como outrora, a decisão tomada na época por dois altos administradores estaduais, cultos e respeitados, figuras de sua admiração e de cuja intimidade intelectual, é pena, somente veio a privar posteriormente.

arquivos foram destruídos por exacerbação política de procedência ideológica. Os revolucionários escolhiam, como alvo, propriedades pertencentes à aristocracia e às altas esferas da Igreja, entidades tidas como símbolos dos poderes contestados. Tratava-se de atitude irracional, pois aqueles bens haviam passado a integrar o patrimônio material e cultural do povo francês, de modo tal que, uma vez assim considerados, não havia qualquer justificativa para destruí-los.[12]

3 Novas idéias sobre preservação

O interesse pela preservação de bens culturais, embora envolvido com novos objetivos, já se vinha manifestando na ação dos antiquários, desde meados do século XVIII, ou até antes.

3.1 Os antiquários

Antiquários era a denominação conferida a colecionadores de obras de arte, os quais procuravam selecioná-las, analisando-as, porém, segundo novos critérios históricos e estéticos. Conquanto não se voltassem propriamente para obras de arquitetura, certos métodos específicos, que empregavam, serviriam de apoio aos trabalhos de preservação postos em prática nos inícios do século XIX. Na ocasião, paralelamente à atividade dos antiquários, passam a ganhar força os conceitos de História da Arte, que começavam a defini-la como disciplina nova, independente dos estudos de História Geral, com metodologia e epistemologia próprias, oferecendo novos caminhos para exame das obras de arte.

[12] De certo modo, semelhantemente, devem-se incluir problemas que conduziram à desfiguração de bens artísticos por rejeição religiosa. Assim, vale registrar a destruição de obras de arte greco-romanas e cristãs ocorrida quando da difusão inicial do islamismo, aliás, repetida séculos depois, por ocasião das arremetidas dos turcos seljúcidas convertidos. Acrescentem-se a ação dos iconoclastas, na Europa Oriental, e da reforma protestante, em muitas partes da Europa Ocidental. No século XVIII e no século XIX, a expropriação de bens religiosos redundou em ampla devastação, particularmente no Império Austríaco e numa Alemanha ainda não unificada.

3.2 Bens arquitetônicos e "monumentos históricos"

A destruição de bens culturais materiais por motivos ideológicos teve forte impacto em muitos espíritos sensíveis, porque manifesta exatamente num instante em que as obras de arte começavam a ganhar novos significados. No contexto confuso da Revolução Francesa surgiram, pois, as primeiras manifestações a favor da preservação sistemática e oficial de bens culturais materiais, designadamente das obras de arquitetura. As considerações imbricavam-se no conceito de *monumento histórico*, divulgado na França em fins dos setecentos.[13]

As tentativas de salvaguarda dos monumentos históricos franceses em meio à tormentosa situação revolucionária receberam atenção de uns poucos interessados. Françoise Choay oferece valiosa contribuição ao analisar a matéria, quando destaca o nome de Félix Vicq d'Azyr (1746-1794), "um dos criadores da anatomia comparada", sucessor de Buffon na Academia Francesa, médico e anatomista que procurou transferir "para o domínio dos monumentos históricos a terminologia bem como os métodos descritivos e taxionômicos, que o haviam tornado célebre em sua disciplina. Igualmente pôs a serviço da proteção do patrimônio nacional seu saber pedagógico e a experiência de quadriculação territorial [tipo de mapeamento] da França, desenvolvida nas suas pesquisas sobre episootias" (1992: 90). Também cita o abade Henry Gregoire (1750-1831), por suas vigorosas denúncias na Convenção e por postular com veemência, em seus *Rapports,* a preservação dos monumentos históricos, cuja responsabilidade cabia ao poder público, monumentos ameaçados por efeito do "vandalismo", palavra por ele criada

[13] A propósito da palavra *monumento*, Faria esclarece-lhe a etimologia latina: "*Monumentum*, -i - subs. n. (Cic., Del. 40). O que faz lembrar alguma coisa, lembrança, recordação; daí – túmulo, estátua, inscrição, lápide, templo, monumento especialmente para lembrar um morto. / Vem de *Moneo, monere* – fazer pensar, lembrar. Posteriormente, chamar a atenção, advertir." (Op. cit., 207). Na acepção popular e também em alguns setores eruditos, são consideradas monumentos apenas as estátuas das praças públicas, enquanto o adjetivo *monumental* significa algo enorme. Incontestavelmente, as estátuas são monumentos, porque erguidas para lembrar as figuras que representam. Inúmeras outras criações humanas, todavia, também constituem monumentos, visto haverem sido realizadas com o mesmo objetivo de memorar fatos e pessoas.

para definir a destruição indiscriminada em curso. (1992: 76). Françoise Choay refere ainda que "o inventor do termo monumento histórico parece haver sido o antiquário naturalista Aubin Louis Millin, empregado em sua obra *Antiquités Nationales ou Recueil de Monuments*, apresentada à Assembléia Nacional Francesa em 11 de dezembro de 1790". (1992: 77).[14]

Na realidade, o conceito de monumento histórico, criado na ocasião, designava obras de arquitetura medieval, consideradas como testemunhos da própria formação da França, incontestáveis comprovantes físicos da História. Constituíam lembrança, memória materializada de um passado secular glorioso, alicerce das concepções nacionalistas defendidas pela burguesia vitoriosa. Explica-se, deste modo, a escolha inicial de determinadas realizações do período final da Idade Média, isto é, antigas muralhas urbanas e igrejas medievais, como as primeiras obras escolhidas para receberem os benefícios da preservação oficial.

3.3 A França: o Estado e a preservação do acervo construído

Na segunda metade do século XVIII, como foi mencionado, já se fizera sentir a ação dos *antiquários*, colecionadores atraídos pela preservação de obras de arte antiga, inventariando-as, classificando-as, identificando-as por suas características materiais. Napoleão Bonaparte interessou-se por arte, criando o Museu do Louvre, destinado a abrigar obras de pintura e esculturas de valia artística, agora expostas à visitação pública.[15]

Após a destituição do Imperador, em 1815, as tentativas de reorganização do Estado francês impuseram novas e conseqüentes formula-

[14] Ver, em *L'Allégorie du Patrimoine*, o capítulo III – La Révolution Française (CHOAY, 1992: 76-95). Millin, textualmente, alude ações "en détruisant les produits du génie et des monuments historiques qu'il serait intéressant de conserver" (1992: 77).

[15] Até então, rara e excepcionalmente, as coleções eram exibidas ao público. Os acervos de obras de arte pertenciam à realeza, à aristocracia, à Igreja e a seus altos dignatários, a par de alguns bens de propriedade burguesa. Quando da Revolução Francesa, boa parte dos bens culturais ficou abandonada por nobres e burgueses ricos, os "emigrados", que fugiram do país na ocasião, dirigindo-se preferencialmente para a Inglaterra.

ções políticas, embora muitos aspectos das reformas administrativas napoleônicas fossem mantidos. Nesse período de transição ocorreram, pois, os primeiros passos em busca da valorização dos "monumentos históricos", com ênfase nas obras tidas como documentos representativos, velhos testemunhos imbricados na história da formação da França.

As primeiras medidas objetivas tomadas oficialmente em benefício da preservação do patrimônio construído ocorreram, portanto, na França, todavia, já no segundo quartel do século XIX. Em 1830, foi criada por François Guizot (1787-1874), então ministro do Interior, a *Comissão dos Monumentos*, empenhada em recuperá-los por meio da ação dos *inspetores dos monumentos históricos*.[16]

De modo geral, as edificações selecionadas pela Comissão se encontravam em precário estado de conservação, modificadas por via de acréscimos e subtrações, o que suscitou discussões teóricas relativas à percepção e ao entendimento das questões concernentes à preservação de bens construídos, aos poucos orientadas por critérios oferecidos pelos estudos de História da Arquitetura e de Arqueologia. Por outro lado, os desejos de estabelecer, ou não, a integridade original dos monumentos históricos alterados, quer dizer, tentativas de recuperação de "documentos rasurados", abriram, desde então, os debates sobre a problemática da restauração arquitetônica.[17]

---

[16] Os serviços da Comissão dos Monumentos foram dirigidos inicialmente por Ludovic Vitet (1802-1873), político e teatrólogo, substituído por Prosper Mérimée (1803-1870), também interessado em teatro, historiador, arqueólogo, tradutor e autor da novela *Carmen* (1845), tragédia romântica, cuja ação transcorre em ambiente exótico, na Andaluzia. Em 1875, *Carmen* foi transformada no libreto de famosa ópera homônima, composta por Georges Bizet (1838-1875).

[17] Ações e trabalhos mais significativos, pertinentes à preservação de bens culturais no século XIX, são franceses. À parte o espírito britânico, cauteloso em matéria de intervenção do Estado, a Itália e Alemanha tiveram participação tardia nos debates, visto que apenas se unificaram territorialmente na segunda metade do século XIX. Esse fato histórico retardou o exame amplo dos problemas e o preparo de legislação pertinente, de abrangência nacional. Na Alemanha, o interesse pela preservação ocorreu bem cedo, todavia, com manifestações de caráter regional. A proteção dos monumentos em amplitude nacional somente se verificou em 1919, quando da aprovação da constituição de Weimar, aliás, mudada após a guerra de 1939-1945, quando foi concedida aos Länder larga autonomia cultural. A *Carta del Restauro* da Itália data de 1972.

3.4 A organização de serviços técnicos franceses de recuperação

Os arquitetos convocados para os trabalhos de restauração defrontaram-se com tarefas novas, que exigiam o estabelecimento de critérios de intervenção em obras antigas, muitas delas em total ruína. Assim, travaram-se discussões e foram oferecidas proposições, por vezes conflitantes, concernentes à recuperação e à restauração dos edifícios antigos, matéria até hoje pomo de discórdia.

3.5 Restauradores e antagonistas

No campo das atividades daqueles empenhados em trabalhos de restauração ou dos que se opunham a tais intentos, distinguiram-se autores de propostas expressivas, ora aceitas ora rejeitadas mas, de qualquer modo, mantidas em debate durante o século XIX e também no século XX. Pela importância de suas contribuições, citam-se três figuras de renome, sobre as quais se tecem ligeiros comentários:

- **Viollet-le-Duc**

Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) – francês. Arquiteto, para quem a restauração constituía uma recriação do monumento, interpretada por conhecimentos técnicos específicos e pelas concepções estéticas do restaurador. Iniciou suas atividades em 1836, nas obras de restauração da Sainte Chapelle, em Paris, como auxiliar de arquitetos de prestígio à época, entre os quais Jean Baptiste-Antoine Lassus (1807-1857), com quem dividiria futuras tarefas.

O interesse em trabalhos de restauração, realizados em meados do século XIX, nos chamados monumentos históricos franceses, isto é, em obras de arquitetura medieval, colidiam com o ensino ministrado na École de Beaux Arts e na École Polytechnique, instituições estas, cada qual a seu modo, fortemente impregnadas de valores da estética neoclássica em voga. Assim, na época, as igrejas, então genericamente denominadas "góticas", afiguravam-se confusos amontoados de pedras, cujos construtores ou ignoravam ou não obedeciam às regras das proporções greco-romanas. Constituíam absurdos arquitetônicos, repudiados, e cujo estudo era interditado nos cursos oficiais de ensino de arquitetura.

Teorizador culto e homem do canteiro de obras, Viollet-le-Duc inscreve-se entre aqueles que resgataram, não apenas o sentido estético, mas, principalmente, os valores construtivos das catedrais góticas, exaltadas como exercício superior de soluções de problemas estáticos, nas quais, cada componente, de audaciosa esbeltez, desempenhava claramente suas respectivas funções no sistema de equilíbrio estrutural do conjunto. Por tais e tantas razões, Viollet-le-Duc figura como um dos predecessores do racionalismo arquitetônico, apanágio característico da arquitetura internacional de grande parte do século XX.

Violet-le-Duc restaurou vários castelos e igrejas medievais, como a igreja de Saint Sernin, em Toulouse, o conjunto fortificado de Carcassone, a catedral de Notre Dame em Paris e também o castelo d'Eu, na Normandia, propriedade de família integrante da casa imperial brasileira. Escreveu vigorosa obra conceitual, em que avultam o *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française*, o *Dictionnaire Raisonné du Mobilier Français*, os *Entretiens sur l'Architecture* e a *Histoire de la habitation humaine.*

Viollet-le-Duc "concebia um sistema ideal de correspondência entre forma, estrutura e função, formando um sistema lógico, perfeito e fechado em si". (KÜHL, B. M., 2000: 17). Por tal razão, procurava "corrigir os erros" dos projetos antigos, amparado nos seus seguros conhecimentos das técnicas de construção medievais. Em tal instância, permitia-se, *sponte sua*, "concluir" catedrais, cujas obras haviam sido interrompidas, amparando-se, como referência, nos sumários desenhos distribuídos pelo *magister operis* aos seus colaboradores.[18]

Essa atitude, aceita por numerosos seguidores, recebeu duras críticas, de sorte que o pensamento de Viollet-le- Duc, no qual a invenção desempenhava papel evidente, conheceu posterior revisão no campo da restauração arquitetônica. Admitida ou recusada, a atuação do arquiteto permanece, sem dúvida, por sua inquestionável contribuição às teorias e ao debate da matéria, com significativa repercussão no século XIX.[19]

---

[18] Em vários países europeus, inúmeras catedrais góticas foram "concluídas" na segunda metade do século XIX, de modo tal que, ao vê-las, dificilmente se consegue distinguir o novo do antigo.

[19] O trecho inicial do longo verbete *Restauração* (20 páginas!), inserido por Viollet-le-Duc em seu *Dictionaire Raisonné de l'Architecture Française* e ora traduzido, explica o entendimento dos conceitos defendidos pelo arquiteto: *RESTAURAÇÃO, s. f. A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é recuperá-lo, reparÁ-lo ou refazê-lo, mas restabelecê-lo em um estado completo que pode nunca ter existido em um dado momento*. (1858, v. 8: 14-34).

• John Ruskin

John Ruskin (1819-1900) – inglês. Pintor, teórico, conferencista, seguro crítico de arte, verberava o fim do artesanato de vertente artística, gradativamente substituído pela produção industrial massificada. Entendia a arquitetura de modo abrangente, valorizando as criações vernáculas e populares, o que o coloca como antecessor dos projetos de preservação de conjuntos urbanos. Romântico, defendia o culto do pitoresco, a "piedade" pelas ruínas. Não aceitava a restauração, tida na conta de destruição. Seu pensamento influenciou o ambiente artístico britânico de fins do século XIX, exposto e aceito nas associações a que pertencia**,** em particular, o grupo *Arts and Crafts*, liderado por William Morris.

Entre os escritos de Ruskin, destacam-se os livros *Stones of Venice* e *Seven Lamps of Architecture*. *As* "sete lâmpadas" são o sacrifício, a verdade, o poder, a beleza, a vida, a memória e a obediência. Na *Lâmpada da Memória*, Ruskin expõe seus pontos de vista sobre preservação, verberando a restauração de edifícios, vista como irrealizável pela técnica e interditada pela ética. Acreditava que as obras de arquitetura deviam seguir a rota natural das criações humanas, arruinadas gradativamente, até a extinção. Para melhor se apreciar o pensamento de Ruskin, apresentam-se alguns trechos de suas considerações:

> *AFORISMA. 31. Restauração, assim dita, é a pior maneira de destruição.*
>
> *XVIII. [...] Nem o público nem aqueles que são responsáveis pelos monumentos entendem o verdadeiro significado da palavra* restauração*. Ela denota a mais completa destruição que um edifício pode sofrer; destruição da qual nenhum vestígio pode ser recolhido; destruição acompanhada de falsas descrições da coisa destruída. Não nos iludamos neste assunto importante. Do mesmo modo como é impossível fazer um morto levantar-se, também é impossível restaurar-se algo que foi grande e belo em arquitetura [...].*
>
> *Insisto em que (...) não há como reconvocar a marca do talento pessoal* [spirit]*, imposta a uma obra pela mão e pelo olho de um artesão. Pode até novamente ser solicitada, mas surgirá então um novo edifício. A marca do talento de um artesão morto não pode ser invocada para dirigir outras mãos e outros pensamentos.* (RUSKIN, 1925: p, 353).

> *XIX. Não falemos pois em restauração, que é uma mentira, do começo ao fim.* (ID.IB.: 355).
>
> *XX. Se é, ou não, conveniente preservar os edifícios, trata-se de verdade que não devo deixar de demonstrar.* Não temos o direito de tocar neles. *Pertencem ao passado, tanto aos que os construíram, como, parcialmente, às gerações que nos seguirão. Os mortos têm direitos sobre os seus edifícios [...] Desfrutamos a liberdade de destruir apenas aquilo que construímos.* (ID.IB.:358). (Tradução do autor).

Em suas considerações, na verdade, Ruskin fala em *spirit*, ora traduzido livremente como *marca do talento pessoal*. Com efeito, no texto, o substantivo *spirit* (empregado mais de uma vez) assume sentido que lembra proposições formuladas segundo a doutrina espírita.

Os conceitos radicais de Ruskin assumem validade particularmente quando se observam cenas urbanas brasileiras, hoje "restauradas". A alusão recai em obras realizadas mais por interesse político, as quais, a seu modo, tentam forçar o curso natural da História. Atendem a objetivos disfarçados em programas de assepsia social, envolvendo áreas postas à disposição de turistas, ávidos de consumo do novo, fantasiado de antigo.[20]

• Camilo Boito

Camilo Boito (1836-1914) – arquiteto italiano. Professor, restaurador, crítico de arte, tornou-se conhecido pelos conceitos desenvolvidos em seus escritos, principalmente em uma conferência realizada em 1884, em que defendia fosse mantida a distinção entre o novo e o antigo nos trabalhos de restauração. Esse modo de compreensão do problema, de certo modo intermediário entre as posições extremadas de Viollet-le-

[20] As atuais áreas "restauradas" com efeitos evidentes de cenografia urbana reproduzem-se em diferentes cidades brasileiras de modo cansativamente idêntico. Nada têm a ver com aquela aparência pobre, decaída socialmente, mas arquitetonicamente autêntica e humana, que o autor conheceu há décadas. Pouco importa que então revelassem, na vida social, aspecto por certo bem diferente dos dias faustosos dos anos centrais do século XIX, quando foram montadas e ocupadas por grupos conspícuos das classes dirigentes locais. Estas reflexões remetem principalmente ao Pelourinho, na Bahia, e à Praia Grande, em São Luis do Maranhão. O Sítio do Físico, nesta última cidade, mantido como ruína "ruskiniana" por quase dois séculos, mas hoje recuperado, também provocou as mesmas reflexões no autor.

Duc e Ruskin, serviu de base para o desenvolvimento dos conceitos de restauração desenvolvidos no século XX, em particular na Carta de Veneza (1964).

As proposições de Boito constituem matéria vasta e complexa. Consideram a continuidade da História, acatam as agregações integradas aos edifícios com o passar do tempo, aceitam as mudanças de uso e concordam com o emprego de técnicas antigas e de técnicas novas, bem como admitem recuperações executadas por via de pesquisas proporcionadas pela ciência moderna. Acolhem as transformações correntes no transcurso do tempo, uma vez que fiquem perceptíveis, desde que não haja embustes.[21]

***

A citação dos nomes de Viollet-le-Duc, Ruskin e Boito decorre da soma abrangente dos pontos de vista defendidos, já que contemplam a restauração entendida como recriação, a restauração elaborada cautelosamente com critérios específicos e a rejeição integral aos trabalhos de restauração. Cumpre, entretanto, esclarecer que a mesma matéria foi tratada consoante outros conceitos por diferentes autores, em boa parte, italianos, principalmente já no século XX. A brevidade desta notícia não enseja considerações mais prolongadas sobre valiosas contribuições ora omitidas.

3.6. Restauração e invenção

Na Europa oitocentista, o interesse pela arte medieval levou a distingui-la em dois períodos, ou melhor, em dois blocos formais, conhecidos por arte românica (i.e., contemporânea da formação das línguas românicas) e arte gótica, a fase posterior. O vocábulo *gótico* integrou-se à nomenclatura corrente nos estudos de História da Arte, embora tivesse origem pejorativa, difundida na Renascença para identificar obras construídas pelos godos, quer dizer, por povos bárbaros, estra-

[21] Camillo Boito procedia de meio familiar culto. Seu irmão, Arrigo Boito (1842-1918), poeta e libretista, foi consagrado compositor de óperas, das quais *Mefistófeles* é a mais solicitada.

nhos à estética greco-romana. Na verdade, havia duplo equívoco, tanto cronológico quanto pelo fato de que os godos não se distinguiram pela realização de obras arquitetônicas de vulto.

Um parêntese: o neogoticismo

A restauração e a "conclusão" de velhas catedrais no século XIX conduziram a uma admiração extremada pela arquitetura gótica, altamente considerada por criar formas e espaços ascencionais, gerando concepções que atendiam a interpretações místicas, provocadas pelo fervor religioso.[22] Assim, projetaram-se então obras novas que imitavam as antigas e, ante a impossibilidade de reprodução do passado, surgiram adaptações arquitetônicas, muitas vezes realizadas com materiais e processos construtivos contemporâneos, como o uso de estruturas metálicas. O apreço pela arquitetura gótica proporcionou, pois, a difusão do chamado neogoticismo, transcrição de formas e soluções antigas efetuadas conforme as circunstâncias, na verdade, repositório de elementos decorativos (vitrais, pináculos, arcos quebrados, platibandas respaldadas por merlões e ameias, arremates em flecha), empregados, não apenas em edificações religiosas, mas também em obras públicas e nas mais diversas realizações arquitetônicas comerciais, residenciais, universitárias e funerárias.

Conquanto a Idade Média tenha sido um período histórico unicamente europeu, o neogoticismo, *revival* artístico de uma época passada, encontrou franca aceitação nas Américas.

Nos Estados Unidos, firmou-se como movimento arquitetônico, por assim dizer, oficial das edificações universitárias de fins dos oitocentos.

---

[22] Riegl, escrevendo na entrada do século XX (1903), oferece explicações para a escolha: *Desde o surgimento do romantismo, quer dizer, desde que o culto do valor histórico entrou em sua última, maior e decisiva etapa, os estilos medievais ganharam destacada primazia na arte religiosa, especialmente o gótico, bem conhecido por seus inumeráveis monumentos. Cabe apenas duvidar qual a razão do fato: percebendo o distanciamento que se generalizou recentemente entre arte religiosa e arte profana, a arte religiosa tem buscado apoio nos estilos daquelas épocas nas quais não existia divisão entre arte profana e arte religiosa* (1999: p. 97).

No Brasil, o neogoticismo chegou em meados do século XIX, infiltrando-se nas cidades maiores. Manifestou-se inicialmente em obras de arquitetura funerária importada, quase sempre, edificações de pedra, remontadas nos locais de destino. Logo, porém, granjeou divulgação em ambientes urbanos conspícuos, nas mais das vezes em igrejas levantadas por ordens religiosas estrangeiras.

Na década de 1870, vale destacar, numa Fortaleza em evidente progresso material, já assomava a presença de elementos neogóticos nas fachadas de casas e edifícios comerciais, designadamente, vergas de arcos quebrados. No fim do século, ocorreria aceitação generalizada daqueles elementos, aliás, ampliada com o uso insistente de platibandas rasgadas em ameias. Ponto alto e prestigioso do período, a elegante igreja do Pequeno Grande (1897-1903), das Irmãs de Caridade, francesas, testemunha as relações da Cidade com o neogoticismo.[23]

Anos depois, na Cidade já na década de 1930, o neogoticismo ainda atraía adeptos, conforme o atestam a igreja do Cristo-Rei[24] e a nova Catedral. Na construção desta última, perpetuou-se equívoco lamentável, de que resultou a demolição da velha Sé, erguida entre 1823 e 1854, substituída por igreja de vulto bem maior, desproporcional ao espaço da praça circundante.[25]

---

[23] O emprego de materiais importados, a estrutura metálica belga, imagens, vitrais e ladrilhos franceses, bem como o pinho de Riga nos retábulos e no púlpito, tudo se congregou na igreja do Pequeno Grande, consumando, do ponto de vista formal, anseios estéticos atualizados, pelo menos se apreciados em termos europeus.

[24] A igreja do Cristo-Rei, erguida pela construtora baiana Norberto Odebrecht, segundo projeto de autor desconhecido, recorreria ao concreto armado e à alvenaria de tijolos, com paramentos rebocados. Sem possibilidade de êxito, tentava imitar, nos interiores, as soluções em pedra das igrejas góticas (pilares fasciculados, abóbadas de arestas). Como houvesse problemas quando da elevação da torre ou das torres, a pendência ficou resolvida com a ajuda local de José Barros Maia, o qual, segundo suas próprias declarações ao autor deste trabalho, desenhou a torre, construída na ocasião, transcrevendo-a da fotografia de uma igreja belga.

[25] O projeto da Catedral, concebido segundo uma versão neogótica fornecida por Joseph Monier, desenhista francês, à época radicado em Pernambuco, resumia-se a uma planta geral da igreja e a uma perspectiva. Estas indicações gráficas não foram compreendidas pelos construtores, o que resultou no abastardamento da proposta, a qual, por si, já se apresentava esteticamente anacrônica... Monier, eclético, aproveitou a visita à Cidade para elaborar o projeto do Palácio do Comércio, em versão *art déco*, empreendimento de instituição não governamental, erguido numa praça pública.

O *médiévisme* e as cidades

O interesse pelo *médiévisme* não se restringiu à arquitetura gótica e artes integradas, mas incitou o estudo da organização física das cidades medievais, cujo espaço fragmentado e aconchegante ganhou admiradores, em particular aqueles a quem desagradavam as amplas e extensas avenidas postas em moda por influência das intervenções de Haussmann em Paris. Pela difusão de seu pensamento, impõe-se nomear o arquiteto austríaco Camillo Sitte (1848-1903), preocupado com as transformações urbanísticas preconizadas para a cidade de Viena, em fins do século XIX, medidas contra as quais se insurgiu, oferecendo propostas específicas e conceitos gerais ainda hoje discutidos.

3.7 Transição para o século XX: Aloïs Riegl e os conceitos de monumento histórico

Nas mutações de conceitos verificadas nos anos finais do século XIX e nos dias de abertura do novo século, ganha realce a contribuição do austríaco Aloïs Riegl (1858-1905). Teórico, professor universitário, pesquisador, historiador da arte, filósofo, conservador do Museu de Artes Decorativas de Viena, foi autor de várias obras valiosas, entre as quais se destaca *Questões de Estilo* (Stilfragen), em que defende o princípio de "vontade artística" (Kunstwollen) como fonte de criação. Em sua obra escrita, aparecem com destaque *Arte industrial tardo-romana* e *O retrato holandês de grupo*, às quais se devem acrescentar valiosas contribuições publicadas postumamente.

Quando presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria, incumbida de preparar uma nova legislação sobre conservação, Riegl externou seu pensamento em um pequeno livro *O culto moderno aos monumentos. Caracteres e origem* (Der moderne Denkmalkultus. Sein Wesen und seine Entstehung), trabalho essencial ao debate sobre a preservação de monumentos arquitetônicos e de que se originaram muitos dos modos de conceituar os monumentos históricos, correntes no século XX, com rebatimento nas teorias e nos métodos de restauração. (1999: *pássim*.)

O pensamento abrangente de Aloïs Riegl não pode ser examinado com ênfase neste artigo. Para esclarecimentos mínimos, reproduzem-se

apenas os títulos dos capítulos do livro, seguidos de eventuais comentários. (1999: p. 9).

1. Os valores monumentais e sua evolução histórica
2. Os valores rememorativos em relação com o culto aos monumentos
   a. O valor de antiguidade
   b. O valor histórico
   c. O valor rememorativo intencionado
3. Os valores de contemporaneidade com relação ao culto dos monumentos
   a. O valor instrumental
   b. O valor artístico

   A. O valor de novidade
   B. Valor artístico relativo

Como se percebe, Riegl divide as suas teorias em dois grupos. Um grupo congrega os valores rememorativos e o outro, os valores de contemporaneidade. Discute o enunciado dos títulos, comentando os variados modos com que, ao seu ver, a matéria se apresenta. A transcrição de breves trechos dos comentários de Riegl oferece idéia sucinta do seu pensamento.[27]

Sobre o grupo dos valores rememorativos:

2a . *O* valor de antiguidade *de um monumento se descobre à primeira vista por sua aparência não moderna.* (1999: 49). (...) *O valor de antiguidade de um monumento reside, por conseguinte, na clara percepção das marcas do tempo.* (1999:50). [Deve-se] *impedir de modo categórico, do ponto de vista do valor de antiguidade, a intervenção arbitrária da mão humana no estado em que se encontre o monumento, pois este não deve sofrer adição, nem subtração nem restituição do que*

[27] "Aloïs Riegl (...) é o primeiro historiador a interpretar a conservação dos monumentos antigos por uma teoria de valores." (CHOAY, 2000: p. 91).

as forças naturais destruíram no correr do tempo, nem eliminação do que, pelas mesmas causas, se incorporou ao monumento, alterando assim sua forma original. (1999: 52-3).

2b. *O* valor histórico *de um monumento será tanto maior quanto menor seja a alteração sofrida em seu estado original* (...). *Para o valor histórico, as deformações e deteriorações parciais são um fator acessório, incômodo e desagradável. Isto é aplicável, em igual medida, tanto ao valor histórico artístico como a qualquer valor histórico cultural e, por certo, de modo especial, ao valor cronológico.* (...) *O trabalho do historiador* [da arquitetura] *é preencher de novo, com os meios auxiliares a seu alcance, os vazios que as influências da natureza produziram na forma original durante o transcurso do tempo.* (1999: 57).

2c. *O* valor rememorativo intencionado*, desde o princípio, isto é, desde que o monumento foi erigido, tem, de certo modo, o firme propósito de não permitir que esse momento se converta em passado, que se mantenha sempre presente e vivo na consciência da posteridade. Esta terceira categoria de valores rememorativos constitui, pois, um claro trânsito para os valores de contemporaneidade.* (1999: 67). (...) *O postulado fundamental dos monumentos intencionados é, pois, a restauração.* (1999: p. 68).

Sobre o grupo do valor de contemporaneidade, com relação ao culto dos monumentos:

3a. O valor instrumental [ocorre quando] *outras necessidades podem sobrepor-se à preservação, como o perigo de um desmoronamento, por exemplo, que leva a renunciar à preservação do monumento.* (1999: 74).

3b. O valor artístico *deve ser distinguido do elementar valor de novidade, enquanto o valor artístico relativo se baseia na coincidência do gosto artístico contemporâneo.* (1999: 71-2).

A. O valor de novidade *sempre tem sido o valor artístico das grandes massas, dos que possuem pouca ou nenhuma cultura. Boa parte da conservação no século XIX se realizou segundo a concepção tradicional de uma íntima fusão do valor de novidade com o valor histórico.* (1999: 80).

B. O valor artístico relativo [verifica-se] *quando aceitamos o lema de haver* uma arte para cada época. (1999: p. 92)[28] [e optamos pelas] *qualidades de concepção, forma e cor da vontade artística moderna.* (1999: 92-3).[29]

Frente ao valor de antiguidade, que valoriza o passado exclusivamente por si mesmo, o valor histórico já havia mostrado a tendência de tomar, do passado, um momento de sua história evolutiva e apresentá-lo ante nossa vista com tanta claridade como se pertencesse ao presente.(1999: p. 67).

Rápida observação da teoria de valores de Riegl faz perceber que o *valor de antiguidade* corresponde aos postulados de Ruskin.[30] O *valor histórico e de novidade* foram cultivados por Viollet-le-Duc, enquanto a Carta de Atenas, elaborada pelo 4º. CIAM, em 1933, defendia o *valor instrumental*. A opção pelo *valor artístico relativo* aparece nas modificações radicais ou atenuadas das cores, ocorridas em intervenções efetuadas em muitos interiores brasileiros de fins do século XIX.[31] O *valor*

[28] O conceito de que cada época tem sua arte, como o testemunha a História, responde pelas mutações formais ocorridas ao longo do tempo, favorecendo a justaposição de arquiteturas de idades e aparências diversas em muitos ambientes urbanos antigos. Esse fato vem incentivando os debates a favor da chamada *contextualização arquitetônica* ambiental, quer dizer, a inclusão de obras novas em áreas antigas, tombadas, desde que mantidas certas medidas de integração, como as alturas, os volumes, os ritmos, o emprego de elementos de realce assemelhados, embora contemporâneos. O que se teme, pelo menos no Brasil, é a burla às normas, para atendimento aos reclamos da especulação imobiliária.

[29] O programa dito do *Corredor Cultural*, adotado no Rio de Janeiro, admite a realidade física de arquiteturas justapostas, mas não propriamente contextualizadas. Como se reconhecesse que, uma vez perdidos os anéis, se salvem os dedos, esquece a presença impositiva e intercalada de obras novas, os arranha-céus, em procura de preservar pequenos conjuntos arquitetônicos contíguos, formados por construções de fins do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

[30] *A conservação eterna não é possível em absoluto, pois as forças naturais são, em última instância, mais poderosas que o engenho humano e, o próprio homem, enfrentando a natureza como indivíduo, é aniquilado por ela.* (RIEGL, 2004: 64). *Os partidários mais radicais do valor de antiguidade hoje* [1903] *ainda pertencem fundamentalmente às classes cultivadas* (ID., 2004: 59).

[31] Em termos fortalezenses, a última intervenção efetuada no Teatro José de Alencar, em alguns pontos, pautou-se nos critérios de valor artístico relativo. A alteração de cores e formas originais de esquadrias, e até de espaços, foi executada por decisão dos responsáveis pelos trabalhos. Os vitrais da fachada interna, todos novos, também ficaram recompostos

artístico se manifesta, até certo ponto, no uso de soluções cromáticas de exteriores, pintados a bel-prazer dos encarregados dos trabalhos de recuperação, segundo este ou daquele critério estético.[32] O *valor de novidade* aparece nas "restaurações" das fachadas de conjuntos urbanos, cuja pintura foi patrocinada por empresas que as transformam em mostruários de produtos à venda.[33]

4 A preservação no século XX

O interesse pela preservação de bens materiais, na realidade, adquiriu dimensão vasta e manifesto empenho no século XX, após as duas grandes guerras, em especial depois da última. Debates e valorização do tema amiudaram-se após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), ou melhor, de sua extensão cultural, a UNESCO (sigla inglesa referente à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), patrocinadora da realização de inúmeros congressos internacionais. Das discussões, resultaram seguidas *Cartas* e *Recomendações* específicas, efetivadas em encontros marcados pela atenção dispensada ao aprofundamento dos estudos dos problemas, reexaminados em cada nova reunião. Diferentemente, pois, dos anos oitocentos,

---

segundo critérios pessoais. Muitas peças primitivas estavam quebradas, outras desaparecidas, mas, por meio de velhas fotografias, havia condição de manter, pelo menos parcialmente, o "leque" de vitrais antigos e de repor as peças perdidas nas cores originais. Nos trabalhos, houve ainda inserções de valor instrumental ou, melhor, de posicionamento pragmático, no caso do emprego de instalações de ar-condicionado, necessárias, mas que deturparam a proposta original de um *teatro de jardim*, caracterizado por varandas, janelas e portas, simultaneamente abertas para o exterior e para o interior.

[32] Tem sido este o caso das pinturas externas de conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN, cujas cores (e até formas arquitetônicas) foram escolhidas pelos restauradores consoante deliberação pessoal. Esse modo de entendimento do problema procura atender à modernização ou à atualização do gosto estético, muitas vezes induzidas pela "novidade". Não se trata, porém, de inovação brasileira, pois a solução mostra abrangência internacional, conhecida em países de língua inglesa como *facadism* (fachadismo).

[33] Não faz muito, uma empresa multinacional, fabricante de tintas, patrocinou, em pontos diversos do País, uma campanha de "restauração" das "cores da cidade", na verdade, operação executada com tintas e pintura oferecidas gratuitamente, porém, de acordo com os padrões industriais e cromáticos de sua cartela... A capital cearense participou desses empreendimentos.

no transcorrer do século XX, debates e trabalhos de preservação de bens culturais materiais adquiriram amplitude internacional.

O primeiro congresso internacional de interessados em preservação cultural ocorreu em Atenas, em 1931, patrocinado pela Sociedade das Nações. Na ocasião, foi redigida a Carta de Atenas, preocupada com doutrina, princípios gerais, legislação, educação, valorização, deterioração, conservação, materiais e técnicas de restauração dos monumentos históricos. O documento também incentivava e valorizava a colaboração internacional

Essa carta, vale lembrar, não deve ser confundida com a célebre Carta de Atenas, datada de 1933, elaborada com outros objetivos, por ocasião do 4º. Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, o IV CIAM. A Carta de Atenas, de 1933, que define as chamadas funções urbanas - habitação, lazer, trabalho e circulação, dedica um capítulo ao *Patrimônio histórico das cidades* (itens 65/70). Sem dúvida, respeita a preservação do patrimônio histórico urbano, cujos valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados e conjuntos urbanos), mas a considera sob condições especiais, subordinada aos "elementos vitais de circulação". Admite a conservação de obras antigas desde que tal "não acarrete o sacrifício de populações mantidas em condições insalubres" e opõe-se declaradamente ao emprego de "estilos do passado".

Essa posição aparece nas teorias de valores propostas por Riegl, quando, em 1903, já discutia o *valor instrumental*:

> [...] *as exigências negativas do valor instrumental aparecem quando dadas considerações correlacionadas com as necessidades materiais dos homens exigem que não se conserve um monumento (uma torre sob ameaça de ruir) porque faz perigar a vida humana. Ponderações sobre o bem-estar físico acabarão prevalecendo de modo inquestionável sobre toda a possível consideração da necessidade ideal do valor de antiguidade* (1999: p. 74).

O Brasil, cumpre ressaltar, não se fez presente nesses dois encontros internacionais.

4.1 As cartas internacionais da 2a. metade do século XX

Como já se assinalou, as Cartas e as Recomendações internacionais pertinentes à preservação de bens culturais ganharam valor novo

em decorrência da criação da UNESCO, braço cultural da Organização das Nações Unidas. A fundação do ICOMOS (International Comitee on Monuments and Sites), associação de direito privado, sem fins lucrativos, patrocinada pelo UNESCO, permitiu a realização de uma seqüência de encontros internacionais, nos quais têm sido discutidas as mais diversas facetas dos problemas de preservação de bens culturais.

No que se relaciona com este artigo, entre as várias cartas elaboradas, mostram especial valia a Carta de Veneza e a Carta de Burra, as quais, por tal razão, ora são comentadas com destaque.

4.2 A Carta de Veneza

A Carta de Veneza / Carta internacional sobre conservação e restauração, foi redigida por ocasião do *II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, realizado em Veneza, entre 25 e 31 de maio de 1964. Procurou unificar vários modos de entendimento da problemática, então dispersos, além de constar como o primeiro texto abrangente, proposto e aprovado por interessados diretamente na matéria. Conquanto curto e conciso, formula definições básicas, pertinentes ao esclarecimento do que significam monumento histórico, conservação e restauração. Em vista da atenção que despertam, transcrevem-se alguns artigos da Carta de Veneza, cuja leitura, por si, esclarece cabalmente a matéria.

> *Art. 1º. A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que também adquiriram com o tempo uma significação cultural.*
>
> *Art. 3º. A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte como o testemunho histórico.*
>
> *Art. 6º. A conservação de um monumento implica a preservação de uma ambiência em sua escala. Enquanto sua ambiência subsistir, será conservada, e serão proibidas toda construção nova, toda destruição e toda modificação que possam alterar as relações de volumes e de cores.*

Art. 9º. A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjeturais. Todo trabalho complementar reconhecido como indispensável, por razões estéticas ou técnicas, destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Art. 10°. Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação do monumento poderá ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas de conservação e construção cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e comprovada pela experiência.

Art.11°. As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração. Quando o edifício comporta várias etapas de construção superpostas, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material revelado porta grande valor histórico, arqueológico e estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto.

Art. 12°. Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmonicamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte ou de história.

Art. 13°. Os acréscimos só podem ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.[34]

[34] Os artigos 9º. a 13º., alusivos a restauração, foram transcritos na íntegra. Nas decisões do Congresso, percebe-se claramente uma concordância sutil às considerações de Ruskin (no art. 9°.) bem como uma total aceitação dos conceitos emitidos por Camillo Boito. Vale porém lembrar que entre o fim do século XIX e a data da elaboração da Carta de Veneza, os problemas atinentes a preservação e restauração, foram discutidos, em várias ocasiões, por inúmeros interessados, em particular na Itália.

4.3 A Carta de Burra

A Carta de Burra[35], conquanto redigida por ocasião de um encontro da secção australiana do ICOMOS em 1980, obteve ampla aceitação internacional. Preocupada essencialmente com definições, busca eliminar variações de significados, a fim de evitar que muitas intervenções tenham seus objetivos mal entendidos e, portanto, mal orientados.

Eis algumas definições de interesse, constantes da Carta de Burra (2000: p. 247):

> *Art. 1º – Para os fins das presentes orientações:*
>
> • *o termo* bem *designará um local, uma zona, um edifício ou outra obra construída, conjuntos de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence;*
>
> • *a expressão* significação cultural *designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes e futuras;*
>
> • substância *será o conjunto de materiais que fisicamente constituem o bem;*
>
> • *o termo* conservação *designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstancias, a conservação* implicará ou não a preservação ou a restauração*, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de restauração ou adaptação que atendem às necessidades e exigências práticas;*
>
> • *o termo* manutenção *designará a proteção contínua da substância, do conteúdo e do entorno de um bem e não deve ser confundido com o termo reparação. A* reparação *implica a restauração e a reconstrução, e assim será considerada;*
>
> • preservação *será a manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada;*

[35] Burra é o nome de um balneário localizado na província da Austrália Meridional, não muito distante da cidade de Adelaide.

> • restauração *será o restabelecimento da substância de um bem em um estado anterior conhecido;*
>
> • reconstrução *será o restabelecimento, com o máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido; ela se distingue pela introdução de materiais diferentes na substância existente, sejam novos ou antigos. A reconstrução não deve ser confundida nem com a criação, nem com a reconstrução hipotética, ambas excluídas do domínio regulamentado pelas presentes orientações;*
>
> • adaptação *será o agenciamento de um bem a uma nova destinação, sem a destruição de sua significação cultural;*
>
> • *a expressão* uso compatível *designará uma utilização que não implique a mudança na significação cultural da substância, modificações que sejam substancialmente reversíveis ou que requeiram um impacto mínimo.* (2000: p. 247-248).

4.4 Ligeiros comentários sobre as definições da Carta de Burra

Conforme entendimento rigoroso da definição constante da Carta de Burra, a restauração de uma obra antiga é empreendimento bastante complexo, raras vezes com possibilidades de ser ultimado de modo cabal. Entretanto, por insciência ou por mero deslumbramento lexical, trabalhos de simples recomposição física de edifícios aparecem referidos como restauração, até em relatórios oficiais.[36]

A reconstrução não é aceita por inúmeros autores, entre os quais Cesare Brandi, adiante mencionado em tópico pertinente. Brandi recrimina as reconstruções do Campanile da Praça de São Marcos, em Veneza (ruiu em 1902), e da ponte da Santa Trinità, em Florença (bombardeada durante a última guerra), que procuraram imitar com exatidão as obras destruídas.

[36] Recentemente entrou em moda no Brasil dizer-se *restauro*, em vez de restauração. Trata-se de italianismo ou lusismo de procedência italiana, cujo emprego justifica-se em Portugal, a fim de evitar mal-entendidos, visto que a restauração de edifícios pode ser confundida com a restauração do trono português, ocorrida em 1640, após 60 anos de domínio espanhol. O episódio da restauração do governo lusitano assume, assim, importância histórica fundamental em terras portuguesas, referido com freqüência e conhecido de todos, desde a infância, no ensino de curso primário. No Brasil, o fato desperta pouco interesse, mas não se pode esquecer de que a Restauração portuguesa e os tratados internacionais conseqüentes responderam pela imensa ampliação territorial do País.

Não são freqüentes os casos de reconstrução, entretanto, mais comuns em estruturas metálicas do século XIX, montáveis e desmontáveis. O Crystal Palace, erguido para a Great Exhibition de Londres, em 1851, foi transferido posteriormente para Syndenham, onde veio a se incendiar em 1935. O antigo Mercado da Carne, de 1897, fortalezense, também foi desmontado e remontado, todavia, bipartido em dois pontos diferentes da Cidade.

Como exemplo recente de reconstrução de obras famosas, não metálicas, cite-se o Pavilhão da Alemanha, erguido na Feira de Barcelona, em 1929, projetado por Mies Van der Hohe, mas demolido pouco depois. Por ocasião dos Jogos Olímpicos realizados naquela cidade em 1992, o pavilhão foi reconstruído no mesmo local. Aponte-se também a reconstrução da Frauenkirche, em Dresde, destruída por bombardeio na última guerra, com trabalhos concluídos após a reunificação da Alemanha.[37]

4.5 Outras cartas

Depois de elaborada a Carta de Veneza, foram aprovadas inúmeras outras cartas, declarações e recomendações de interesse direto da preservação de bens culturais materiais. Algumas tratam de paisagem cultural, outras, lidam com as cidades, com os jardins públicos, com a arqueologia em geral, com a arqueologia arquitetônica (ruínas, vestígios de edificações), com o patrimônio submerso (embarcações). Também acercam novos aspectos da matéria, enfocando a problemática das obras integradas à arquitetura e a saída de obras de arte públicas e privadas para o exterior.[38]

---

[37] Em termos de Brasil, lembre-se o Palácio Monroe, obra de alvenaria e trilhos de ferro, construído para funcionar como sede do pavilhão do Brasil na Exposição de Saint Louis, em 1903, nos Estados Unidos. Reconstruído no Rio de Janeiro, veio a abrigar o Senado por mais de meio século, sendo demolido para atender ao traçado de uma linha de metrô. Exemplo comovente de reconstrução, mais que de restauração, feita a pedido dos habitantes da cidade, verificou-se ainda há pouco na matriz de Pirenópolis, em Goiás, praticamente destruída por incêndio, mal se haviam encerrado os serviços de restauração da igreja primitiva. Infelizmente, não foi possível repor as pinturas de forro nem os altares originais, destruídos pelo fogo.

[38] Para exame mais detido do assunto, recomenda-se a leitura de publicações pertinentes, editadas pelo IPHAN (procurá-las nas Delegacias Regionais). Algumas constam das referências bibliográficas apensas ao texto.

Quanto às mutações verificadas nos conceitos de restauração, do século XIX às cartas atuais, um fato curioso vale ser mencionado, pois testemunha duas atitudes confrontantes, que devem ser entendidas conforme critérios adotados em épocas diferentes. Em 1789, os revolucionários franceses destruíram a picaretas o revestimento escultórico das partes inferiores das portadas da catedral de Notre Dame, em Paris. Quando dos trabalhos de restauração, Viollet Le Duc refez os trechos danificados com estátuas novas, concebidas na ocasião. Não há muito, porém, ao se executarem trabalhos de reconstrução de um edifício em Paris, as peças originais foram encontradas nas escavações. Despedaçadas, mas logo recompostas, estão guardadas no *tesouro* da igreja, enquanto as estátuas novas permanecem nas portadas, porque o tempo, de mais de um século transcorrido, já as integrou à aparência do monumento.

5 Ainda o século XX

Na segunda metade do século XX, em decorrência das discussões nacionais e internacionais do tema, a preservação ganhou novas dimensões. Além dos valores percebidos por Riegl, muitos projetos de restauração se pautaram por ações que prestigiam os valores estéticos, os valores sociais e os valores simbólicos.

5.1. Cesare Brandi

Por sua contribuição multiforme, deve ser ressaltado o nome do italiano Cesare Brandi (1906-1988), excepcional figura de intelectual. No campo da restauração, distinguiu-se quer como teorizador influente, quer como portador de comprovada experiência operativa, adquirida como diretor do Istituto Centrale del Restauro, em Roma, por vinte anos. Entre seus textos, avulta a *Teoria da Restauração*, obra fundamental. Filósofo, crítico e historiador da arte, Brandi considera a restauração como atividade previamente condicionada à estética, ao estudo crítico da obra de arte, o qual deve antecipar quaisquer outras iniciativas. Na obra de arte, o tempo, isto é, a história, aparece em função da estética, uma vez que a obra de arte, somente por ser obra de arte, é o objeto de restauração. Assim, afirma Brandi, que

> *depois de se ter reconhecido a peculiar estrutura da obra de arte como unidade e de se haver explicitado como e até que ponto é possível a reconstituição da unidade potencial, que é o próprio imperativo da instância estética em relação ao restauro, deve-se aprofundar, em relação à instância histórica, o exame do tempo no que se refere à obra de arte* (2004:53).

Unidade e unidade potencial ganham percucientes considerações de Brandi, contudo, mais voltadas para a pintura. A fim de ser fazer idéia do seu pensamento no campo da restauração das obras de pintura, Brandi chama atenção para a diferença entre o inteiro e o total, pois este é uma soma de parcelas. Em determinadas situações, prefere que se deixem na tela lacunas dispersas, em vez de encobri-las, visto a percepção da imagem poder ficar facilmente completada por recurso à Gestalt. (2004: p. 41-51).

Para Bandi, "o tempo, além de ser estrutura de ritmo, está na obra de arte não mais sob o aspecto formal, mas fenomenológico, em três momentos diversos". (2000: p. 53-4). O primeiro momento, dito *duração*, é o tempo transcorrido desde quando a obra foi elaborada; o segundo momento corresponde ao "*intervalo* inserido entre o fim do processo criativo e o momento em que a nossa consciência atualiza a obra de arte." (2000: p. 54); enquanto o terceiro momento aparece como *átimo,* ou seja, a fração mínima de tempo "dessa fulguração da obra da arte na consciência". (2000: p. 54). Assim, ao considerar o passado visto pelo presente, Brandi admite todas as agregações na obra de arte, desde que respeitado o quadro estético. E, mais ainda, aceita novas ou até futuras inclusões.

Conquanto mais dedicada à restauração de pintura e escultura, a obra de Brandi também envolve a arquitetura

> *dado que também a arquitetura, se tal, é obra de arte e, como obra de arte, goza da dúplice e indivisível natureza de monumento histórico e de obra de arte, e o restauro arquitetônico recai também sobre a instância histórica e a instância estética.* (2004: 131)

Brandi acrescenta que se deve ter "presente em primeiríssimo lugar a estrutura formal da arquitetura, que difere daquela das obras de arte, entendidas na acepção empírica" (2004: p.132). As obras de arte

(pintura, escultura), aduz, não estão presas a um determinado lugar; ao contrário, pois, do que ocorre "na arquitetura [em que] a espacialidade própria do monumento é coexistente com o espaço ambiente em que o monumento foi construído" (2004:132), o que permite se estabeleçam, portanto, "relações entre o sitio histórico e o monumento e também do monumento como elemento desse sítio ambiente". (2004: 135).

Esses conceitos também condicionam a posição restritiva de Brandi quanto às reconstruções, por parecerem falsificações. Uma vez desaparecida uma obra antiga, quando necessária, funcional ou espacialmente, deve ser substituída por obra nova, como já insistia Ruskin.[39] Embora não propriamente no campo das reconstruções, os conceitos e recomendações de Brandi, também incidem nas obras de ampliação de edificações.[40]

5.2 Valor simbólico

Os estudiosos consideram altamente significativo o valor simbólico dos bens culturais, pois entendem que esse tipo de qualificação presta evidente ajuda à preservação, tal a força do prestigio adquirido por certas edificações perante a população.

As obras de arquitetura, já se disse, portam valores simbólicos que não se sabe exatamente como surgiram, como foram atribuídos ou como se mantêm. Em termos fortalezenses, vale registrar um fato auspicioso. Quando se incendiou parcialmente o Palacete Ceará, localizado na Praça do Ferreira, prédio não tombado pelo governo federal nem

[39] A solução adotada na reconstrução da Coluna da Hora, na Praça do Ferreira, em Fortaleza, seguiu as proposições de Brandi, optando-se por obra nova, em aço, com o propósito de reconstituir simbolicamente referências formais, espaciais e funções antigas, porém deliberada e inconfundivelmente dessemelhantes da demolida coluna primitiva, levantada segundo padrões *art déco*, em alvenaria de tijolos e concreto armado.

[40] No âmbito fortalezense, deve ser mencionada a antiga casa de morada da família Gentil, enormemente aumentada e transformada por Martins Filho em sede da Reitoria da Universidade Federal do Ceará. A intervenção, tal como foi realizada, levanta dúvidas, pois faz supor que a casa original, elegante, mas relativamente pequena, possuía a forma e as dimensões ora vistas. Decisões semelhantes também se verificaram em outras edificações antigas da Cidade, como ocorreu no palacete Carvalho Mota (primeira sede do DNOCS, no centro da Cidade), no sobrado Fernandes Vieira (Arquivo Público do Estado), na sede da antiga Companhia União Cearense, no Passeio Público (propriedade atual do SESI).

pelo governo estadual, mas edificação amada como símbolo de uma *belle époque* da Cidade, a Caixa Econômica, proprietária do imóvel, decidiu demoli-lo. Campanha então liderada por um grupo de arquitetos, com geral apoio dos mais diversos estratos da população, fez revisar a decisão da entidade bancária, redundando na criteriosa preservação dos exteriores (apenas dos exteriores, esclareça-se, já que os interiores, haviam sido totalmente alterados havia muito).

O edifício da Reitoria da Universidade Federal do Ceará, já referido, é outro exemplo arquitetônico de expressivo valor simbólico na Cidade. Trata-se de uma antiga casa de chácara, realização conspícua de arquitetura eclética, cujas elegantes *travées rythmiques* do desenho original foram reproduzidas na vultosa ampliação que a transformou, em 1967, no atual palácio. As dimensões do edifício, a repetição da colunata da casa primitiva, períptera, de viés pompeiano, e mais, a localização no cruzamento de duas avenidas de maior movimento, a generosidade dos espaços de envoltura, a densa arborização, o afastamento da via pública, além de sede de uma instituição de alto poder cultural e forte peso na economia do Estado, contaram como fatores que, por certo, logo se congregaram a favor da valorização simbólica da edificação.[41]

5.3 Uso social dos bens restaurados: Bolonha

Muitos arquitetos conferem alta valia ao uso social dos bens restaurados. Sob este aspecto, no campo das referências urbanas, merece citação a cidade italiana de Bolonha, prestigioso centro cultural, onde se encontra a mais antiga universidade européia em funcionamento. A requalificação do seu centro histórico, com forte cunho social, ocorreu depois da 2ª. Guerra Mundial, quando a cidade por longo tempo foi administrada pelo PCI. Na realidade, as ações programadas integravam o Plano Regulador, proposto com objetivos gerais de resgatar a zona central da cidade, abandonada e descaracterizada por intervenções físicas verificadas na época do fascismo. Importância básica foi, porém, conferida à recuperação social, em particular à habitação popular, re-inserida

[41] Se alguém tomar um táxi em distante ponto da Cidade e disser apenas "Leve-me à Reitoria", indubitavelmente, chegará ao seu destino, sem que ocorra qualquer engano.

no centro da cidade. A administração pública aproveitou-se das fortes tradições de vida comunitária bolonhesa, desenvolvendo soluções aceitas pelos moradores, apoiadas em intensa propaganda educativa. Em termos de preservação, realizaram-se trabalhos de largo espectro, que abrangiam restaurações gerais, rigorosas ou parciais, intervenções conservativas, reconstruções, isto é, obras novas, contextualizadas, e demolições de obras irrecuperáveis, neste caso, em busca da obtenção de espaços de uso público.

A expressão *centro histórico*, mencionada acima, e hoje usada correntemente sem exame, não agrada a muitos arquitetos, entre os quais se inclui o autor. Termo de origem italiana, faz sentido nas cidades peninsulares, nas que mantêm um centro antigo mais ou menos preservado, o *centro storico*, junto ou próximo de um ou até mais centros comerciais modernos e ativos. Isto não ocorre no Brasil, onde o antigo ou o pseudo-antigo se misturam com o moderno ou com o pseudo-moderno. Na verdade, de acordo com uma visão crítica conseqüente, não se deve esquecer de que todas as partes da cidade são históricas, tal como, aliás, as próprias cidades, entendidas como um todo.[42]

6 Preservação oficial no Brasil

As primeiras demonstrações de interesse pela preservação de bens culturais materiais no Brasil datam do período colonial, embora ocasionais e pessoais.

No Ceará, a primeira manifestação oficial a favor da preservação arquitetônica provavelmente foi aquela que consta do relatório enviado à Assembléia Provincial pelo presidente João Silveira de Souza, em 1859, então preocupado com problemas de conservação da Fortaleza de

[42] Não há "centro histórico" em Fortaleza, como alguns referem, mas uma zona central de comércio, cuja expansão destruiu a antiga zona residencial circundante, por invasão, zona na qual, como em outras partes da Cidade, restaram algumas marcas do passado. Fato idêntico ocorreu praticamente em todas as cidades brasileiras maiores ou até no estrangeiro. O Rio de Janeiro e São Paulo também não possuem "centro histórico", mas áreas com referências arquitetônicas antigas, dispersas e, quando muito, datadas de um século.

Nossa Senhora da Assunção, belicamente superada por seguir padrões de arquitetura militar do século XVIII.[43]

No Brasil, somente nas primeiras décadas do século XX, a matéria apareceu considerada de modo amplo, ainda assim, sob uma perspectiva tradicionalista, nas mais das vezes correlacionada à celebração de feitos e à valorização e exaltação de bens pertencentes a grupos familiares de relevo no cenário político-econômico nacional.

Na década de 1920 foram criadas inspetorias estaduais, destinadas a velar pelos monumentos históricos em Minas, Pernambuco e Bahia, estados de maior acervo de bens culturais. A Revolução de 1930 abriu novos caminhos, verificando-se a indicação de Ouro Preto como monumento nacional. No curto período constitucional, entre 1934 e 1937, o interesse pela preservação cultural tomou vulto, amparada pelo manifesto empenho do ministro da Educação, o mineiro Gustavo Capanema, instigado pelo grupo de intelectuais modernistas que o cercavam.

Durante sua rápida vigência, o governo constitucional aprovou a Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, integrado ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

Na ocasião, Mário de Andrade, incumbido pelo ministro, havia preparado o texto básico de um projeto referente à preservação do "patrimônio artístico nacional", encaminhado ao Congresso para o devido exame, oportunidade em que sofreu alterações. O golpe de 10 de novembro, de que resultou a instalação do Estado Novo, impediu a imediata aprovação presidencial. Deste modo, vinte dias depois, foi sancionado o Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que "organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional".

6.1 O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Como já se disse, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, repartição pública integrante do então Ministério da Educação

[43] Assim se manifestava aquela autoridade: "Esta fortaleza, porém fóra de todas as condições d'arte militar, na opinião dos entendidos, nunca será uma obra de fortificação e defeza; e se merece cuidado e as despezas com ella se tem feito e continua-se a fazer, é mais como monumento de aformoseamento da cidade do que sob aquella relação". (1859: p. 18).

e Saúde, foi criado durante a vigência do governo constitucional pela Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937, regulamentada pelo já referido Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, [com o qual se] *Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) constituiu, pois, o instrumento administrativo oficial de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, designadamente dos bens culturais inscritos em livros específicos, postos sob seus cuidados, na ocasião. Em 1946, foi transformado em Diretoria (DPHAN), esta, por sua vez, denominada Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1970, o IPHAN, sigla pela qual desde então se tornou conhecido.

A antiga DPHAN, há quase seis décadas, apresentava-se como uma repartição pública diminuta, se comparada com as tarefas que lhe eram atribuídas por lei. Instalada na então capital da República, na Esplanada do Castelo, no recém-inaugurado e já famoso edifício do Ministério da Educação, ocupava metade do 8º andar. Na sede, trabalhavam quando muito umas 30 pessoas e mais meia dúzia de funcionários em cada um dos Distritos, localizados em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife.[44]

As tarefas, em boa parte, eram complementadas graciosamente pelos "amigos do Patrimônio", quase todos jovens arquitetos e estudantes de arquitetura, entre os quais o autor se incluía honrosamente. Como retribuição cultural, os "amigos do Patrimônio" tinham livre acesso à DPHAN, em particular à biblioteca especializada e aos arquivos, desfrutando do agradável intercurso intelectual oferecido por um ambiente refinadamente culto e despretensioso.[45]

---

[44] Entre as personalidades de relevo na DPHAN, o autor relembra as figuras de Rodrigo Mello Franco de Andrade (1898-1969), diretor da Casa por 30 anos, do arquiteto Lúcio Costa (1902-1998), diretor técnico, futuro urbanista de Brasília, e do poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), chefe do Arquivo, bem como mantém vivo na memória o grupo seleto de amigas e amigos, funcionários da repartição - arquitetos, historiadores da arte, restauradores, professores, servidores dos quadros técnicos e administrativos, auxiliares de serviço, quase todos hoje desaparecidos.

[45] A DPHAN constituía ponto de encontro semanal de nomes de destaque na intelectualidade do Rio de Janeiro, então Capital da República, reunidos por Rodrigo Mello Franco de Andrade em seu gabinete, numa roda de que o autor deste texto, jovem, participava no circuito externo, humilde, reverente e atento. Por conseqüência desse antigo relacionamento, tornou-se representante honorário da DPHAN/IPHAN no Ceará, entre 1957 e 1982, e atualmente é membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, do IPHAN, na condição de representante do Conselho Superior do Instituto dos Arquitetos do Brasil.

No início da década de 1980, o IPHAN foi extinto e substituído por uma fundação e uma repartição pública, ambas interessadas em assuntos culturais, participantes do Ministério da Cultura, este criado na ocasião, pelo Decreto nº. 91.144, de 15 março de 1985. Como a bipartição administrativa deparasse problemas, foi restabelecido o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com atribuições mais amplas, e retomada a sigla IPHAN, já tradicional. Em 1982, as ações do IPHAN foram divididas e postas a cargo de Superintendências Regionais, estabelecendo-se uma presença abrangente da repartição em todo o território nacional (Fortaleza é sede da 4ª. SR).

6.2. O Decreto-lei nº. 25

O Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, como foi referido, regulamentou a Lei nº. 378, de 13 de janeiro daquele mesmo ano. No seu capítulo I, que trata *Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, o Decreto-Lei nº. 25 assim se expressa:

> *Artigo 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.*

No capítulo II, o Decreto-Lei nº 25 trata *Do tombamento*, isto é, da inscrição dos bens culturais a preservar em livros para tal fim designados, os chamados *Livros de Tombo*[46]. Assim reza o Artigo 4º:

Art. 4º – O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º. desta Lei, a saber:

[46] O número de tombamentos concedidos pelo IPHAN tem crescido enormemente, nem sempre pautados pelo texto severo do art. 1º. do Decreto-lei n°. 25, instrumento legal sancionado há mais de sete décadas e que busca uma relativa imutabilidade física das obras. No entender do autor deste trabalho, deveria ser proposta uma legislação suplementar, que contemplasse situações intermediárias, situadas entre o tombamento, entendido rigorosamente conforme a lei, e os registros de "lugares".

> 1) o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º .
> 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
> 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita nacional e estrangeira;
> 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais e estrangeiras.
>
> § 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.
> § 2º Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente Lei.

O tempo consagrou o vocábulo *tombamento* como o ato de inscrever um bem cultural nos respectivos e pertinentes livros do IPHAN. Em sua origem, o vocábulo se correlaciona com a velha Torre do Tombo, na qual os soberanos portugueses guardavam os documentos do Reino. Na acepção ora empregada, até certo ponto ambígua, trata-se de brasileirismo, visto que, em outros paises, inclusive em Portugal, em vez de tombar, tombamento, bem tombado, diz-se classificar, classificação, bem classificado.

O tombamento, no âmbito federal, pode ser solicitado por qualquer cidadão brasileiro. É concedido, entretanto, por via de processos de tramitação às vezes demorada, que percorrem os setores técnicos do IPHAN, quando são analisados criteriosamente. Remetidos, por fim, à consideração do Conselho Consultivo, recebem o parecer, aprobatório ou não, de um conselheiro relator. Em seguida, uma vez aceitos, os processos submetem-se a votação no colegiado, quando podem ser aprovados ou rejeitados. Se aprovados, sobem à sanção do Ministro da Cultura.

O tombamento de um bem imobiliário não afeta o direito de propriedade, embora restrinja os usos indevidos. Permite intervenções necessárias mas interdita alterações desfiguradoras. A fim de ressarcir certos efeitos do tombamento, há inúmeras contrapropostas oferecidas por alguns municípios como benefício compensatório, entre as quais a isenção de impostos e a transferência de direitos de construir para outras áreas urbanas, além de favorecimento da legislação urbana incidente sobre "solo criado" e outras concessões.

6.3 O Compromisso de Brasília

Ante a impossibilidade de longas e complexas listas de bens culturais de interesse regional serem inscritas nos Livros do Tombo do IPHAN, autoridades estaduais acordaram assinar o chamado *Compromisso de Brasília*, assumido em abril de 1970, quando do *1º Encontro dos governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais*. Por força do *Compromisso*, os governos estaduais se obrigaram a criar serviços dedicados à preservação cultural.

Em termos cearenses, o cumprimento do Compromisso de Brasília redundou na instalação de serviços estaduais de preservação de bens culturais, integrantes da Secretaria Estadual de Cultura, tais como o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (COEPA), bem como resultou em ações de incentivo financeiro, apoiadas por legislação pertinente à criação de fundos especiais, formados por renúncia fiscal.

7 Fim do monumento como documento histórico?

O conceito de monumento histórico, considerado como documento material, espécie de retrato do passado, vem deparando empecilhos.

Primeiro porque, em boa parte, as realizações de arquitetura poucas vezes foram expressamente construídas com propósitos de perpetuar a memória de pessoas ou de atos humanos, enfim, de comemorar feitos ou de consagrar vultos históricos à posteridade. Em sua totalidade, sem dúvida, sempre tiveram origem circunstancial e utilitária.

Por outro lado, desde o século XIX, os monumentos históricos, tidos *lato sensu* como documentos, notação material dos fatos, passaram a deparar concorrência em novos veículos de preservação da memória, tais como os registros da imprensa, em particular a fotografia. Perdiam, assim, valor como meio perene, até então viável, de registrar as ocorrências, preservando-as para o futuro. Na passagem para o século XX, Aloïs Riegl, com extraordinária visão, já percebia as transformações, como antevia:

> *o crescente desenvolvimento dos meios de reprodução artístico-técnicos fazem confiar que, em um futuro previsível (especialmente com o descobrimento de uma fotografia com cores absolutamente convincentes e da combinação desta com cópias tipo fac-símile) poderemos encontrar substituições, as mais perfeitas possível, dos originais dos documentos* (1999: 65).

A situação, já observada no século XIX, conheceria agravamento no transcorrer do século XX, em face da participação cada vez mais intensa do cinema e da televisão, como assinala Françoise Choay:

> *Um século e meio depois de expresso o elogio de Perrault* [46]*, Victor Hugo proferiu a oração fúnebre do monumento, condenado à morte pela invenção da imprensa. Sua intuição de visionário foi confirmada pela criação e aperfeiçoamento de novos modos de conservação do passado: memória das técnicas de registro da imagem e do som, que aprisionam e liberam o passado sob forma mais concreta, porque diretamente dirigida aos sentidos e à sensibilidade, "memórias" dos sistemas eletrônicos, mais abstratas e imateriais.* (1992: p. 18).

O emprego dessas conquistas tecnológicas a serviço da retenção da memória explica o abandono da elaboração de estátuas representativas de figuras humanas, principalmente daquelas que encimam grandes conjuntos escultóricos. Hoje, em muitas situações, as estátuas, quando implantadas, aparecem em vulto natural, dispersas nos espaços usuais do quotidiano das cidades. As figuras representadas surgem nas praças, sentadas em bancos, ora como se estivessem apreciando a paisagem, ora conversando com os passantes, ou de pé, como se caminhassem pelos jardins.

8 Considerações finais

Este artigo objetivou oferecer indicações correlacionadas unicamente com preservação de bens culturais materiais. Na verdade, preo-

[47] Claude Perrault (1613-1688), arquiteto, autor de várias obras, entre as quais a Colunata do Louvre (fachada leste). Seu irmão, Charles Perrault (1628-1703) foi literato de expressão, mais conhecido pelos contos infantis que escreveu.

cupou-se estritamente com arquitetura, ou seja, com trabalhos executados para atendimento a necessidades específicas e por meio de técnicas especializadas.

A preservação dos bens culturais, entretanto, pode ser apreciada de modo amplo, sob outras facetas, em particular, no campo do direito, da história, da educação, da manutenção da memória coletiva, do uso social das edificações e dos espaços urbanos. O autor também se eximiu de discutir as razões que justificam os tombamentos, mas acredita que ações de salvaguarda podem ser resumidas em quatro perguntas incitantes:

Por que preservar? (memória, valor artístico, econômico, uso social)
O que preservar? (inventário e seleção de bens)
Como preservar? (critérios e técnicas)
Por quanto preservar? (custos das obras de intervenção e de manutenção)

9 Adendo

Após décadas de envolvimento com preservação arquitetônica e mantida a mesma firmeza de propósito dos dias de mocidade, as reflexões pessoais do autor, contudo, já não são estimulantes, particularmente quando percebe muitos dos problemas de hoje serem os mesmos de dias longínquos, seculares, problemas nacionais e também de outras terras. Por tais razões, o autor se permitiu transcrever o texto desiludido e amargo de um resistente lusitano:

> É importante ter em conta que a principal causa da deterioração do patrimônio não é, como geralmente se pensa, a ação do tempo nas suas diversas formas mas antes a atividade humana, sintetizada por Max Dvorak[13], em 1918, em diversas categorias:
>
> *- negligência devida à ignorância ou ausência de interesse cultural;*
> *- intenção deliberada de destruição;*
> *- destruição provocada por interesses econômicos;*
> *- intervenções incorretas, motivadas por confusão de valores* [...].
>
> *Note-se que é incorreta a associação exclusiva que em geral é feita entre este tipo de ações nefastas e a ausência de educação cívica e escolar. Neste domínio é sempre útil recordar as palavras de Alexandre Herculano [15] escritas em 1839:*

"apesar da ferocidade nervosa do vandalismo, não se creia, todavia, que ele é desalinhado na catadura, descomposto nos meneios. Nada disso. O vandalismo é aprimorado no traje, lhano e grave a um tempo, no porte, pontual na cortesia. [...] O vandalismo é culto, instruído, civil, afável."
Mais de um século e meio depois, estas palavras mantêm total atualidade.

---

[13]. DVORÁK, Max. Katechismus der Denkmalpfliege. *Viena, Julius Bard, 1918.*

[15]. HERCULANO, Alexandre. Monumentos pátrios. Opúsculos. Lisboa, Editorial Presença, 1982, v. 1.

(HENRIQUES, Fernando M. A., 2000: 95).[48]

10 Bibliografia

01. BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Cotia, SP: Ateliê, 2004.

02. CARTAS Patrimoniais. Brasília: Edições do Patrimônio, 1ª. ed. 1955 / 2. ed. 2000.

03. CHOAY, Françoise. *L'Allegorie du Patrimoine*. Paris: Seuil, 1992.

04. COLETÂNEA de Leis sobre a Preservação do Patrimônio. Brasília: Edições do Patrimônio, 2006.

05. FARIA, Ernesto. *Vocabulário latino-português*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1943.

06. HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968. 2. ed.

07. HENRIQUES, Fernando M. A. A conservação em Portugal: balanço e perspectivas. Lisboa. *Monumentos*. 12, mar. 2000: 90-5

08. INVENTÁRIO Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

09. KÜHL, Beatriz Mugayar. *Os restauradores. Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000.

---

[48] Max Dvorák (1874-1921), historiador da arte, austríaco de origem tcheca, entendia a História da Arte como a História do Espírito (Kunstgeschischte als Geistgechischte), título de uma das suas obras mais consideradas. Foi o paladino do resgate do Maneirismo como categoria histórico-artística autônoma, respeitada e criativa. Alexandre Herculano (1810-1877), nome de alto prestígio na literatura e na historiografia portuguesas, participou, em primeira linha, das lutas a favor do constitucionalismo liberal, comandadas pelo rei D. Pedro IV, o nosso Imperador Pedro I. Após a vitória, Herculano recebeu a incumbência de organizar os bens culturais dos conventos masculinos, então nacionalizados, em especial, as bibliotecas. As palavras desalentadas do historiador datam desse período.

___ *Os restauradores. Camillo Boito*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000.

10. LOPES, Ana Elvira Barros Ferreira & SANTOS, Aline Nunes (org)**.** *Cidadania Cultural*. Legislação v.1. São Luís: Estação Produção, 2003.

11. MAGALHÃES, Celso de Magalhães. *A poesia popular brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.

12. REGISTRO del Patrimonio Inmaterial, Brasília: IPHAN, 2002.

13. RIEGL, Aloïs. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor, 1999.

14. RUSKIN, John. *The Seven lamps of Architecture*. London: George Allen & Unwin, 1925.

15. SOUZA, João Silveira de. *Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1859 o Excelentissimo Senhor Dr. João Silveira de Souza* [Presidente da Província]. Fortaleza: Typographia Cearense, 1859.

16. SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural*. São Paulo: Petrópolis / EDUSP, 2003.

17. TOLEDO, Benedito de Lima. *São Paulo:* três cidades em um século. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

18. UNES, Wolney; Sílvio. *Fênix / Restauro da Matriz de Pirenópolis*. Goiânia: ICBC, 2008

19. VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI^e^ au XVI^e^ siècle.*. Paris: B. Dance, 1858, 10v., v.8.

___ *Dictionnaire Raisonné du Mobilier Français* de l'époque carlovingienne à la Renaissance. Paris: V^e^. A. Morel, 1875, 6 v.

___*Histoire de l'habitation humaine;* depuis les temps préhistoriques jusqu'a nos jours. Paris: Bibliotheque d'Éducation et de Récréation, (s.d.)

20. VITRUVIO POLION, Marco. *Los Diez Libros de Architectura.* Trad. latim Joseph Ortiz y Sanz. Madrid: Imprenta Real, 1787.

Comentários sobre a Bibliografia, apresentados por ordem numérica.

01. Foi citada a tradução brasileira. A obra original é de 1963.
02. Coletânea de *Cartas* internacionais e nacionais concernentes à preservação do Patrimônio Construído.
03. Há tradução brasileira.
04. Coletânea abrangente que relaciona artigos do Código Penal, Leis, Decretos-lei, Decretos, Portarias bem como Resoluções de Convenções Internacionais.

06. Há tradução brasileira
07. Revista semestral tecno-cientí fica editada em Lisboa pela Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
08. Apresenta padrões para a solicitação de registros de bens imateriais e assuntos correlatos
09. Trata-se de prestimosa coleção de obras de divulgação – *Os Restauradores***,** organizada pela arquiteta, professora doutora Beatriz Magayar Kühl, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. No livro respectivo, Beatriz Kühl traduziu o longo verbete *Restauração***,** escrito por Viollet Le Duc. Também traduziu o livro *Teorias da Restauração***,** de Cesare Brandi, acima citado.
10. Coletânea de Leis e Recomendações internacionais, nacionais e, em particular, da legislação estadual do Maranhão e municipal de São Luís sobre a matéria. Quanto ao último aspecto, seria interessante fosse publicada obra semelhante, referente ao Ceará e à sua capital.
11. Celso Magalhães (1849-1879), maranhense. Como ficou dito, os artigos de Magalhães sobre o romanceiro nacional foram publicados em jornal pernambucano, mas apenas reunidos em livro, pela Biblioteca Nacional, numa edição comemorativa, exatamente um século depois.
12. Publicação destinada a divulgar o patrimônio cultural imaterial brasileiro em países da América espanhola.
13. Pequeno livro pouco conhecido e de valor inestimável.
14. Ver o capítulo *A lâmpada da memória* (The Lamp of Memory), p. 320-60. O Setor de Obras Raras da Biblioteca do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará dispõe do livro *Stones of Venice***,** de John Ruskin. Bibliotecas particulares locais contam com o livro *The Seven Lamps of Architecture***,** mencionado no texto.
16. Na origem, trata-se de uma dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. O texto examina de modo circunstanciado a legislação internacional e nacional pertinente.
17. Há uma nova versão deste livro, editado por Cosac Naify / Duas cidades, 2004.
18. A par da memória descritiva dos trabalhos técnicos executados na Matriz de Pirenópolis, o livro, primorosamente ilustrado, apresenta sucinta mas abrangente lista de informações de interesse. Inclui um glossário técnico e uma relação de comprovantes das ações institucionais brasileiras no campo do patrimônio cultural, referindo pessoas, acontecimentos, além de um quadro sobre as teorias de restauração, mencionando obras e autores destacados. Estende comentários ao sítio urbano de Pirenópolis.
19. A Biblioteca do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará – Setor de Obras Raras possui as obras mais significativas de Viollet Le Duc, menos os *Entretiens sur l'Architecture***.**

20. Como os códices da obra não se acompanhavam de referências gráficas, por certo, extraviadas, as sucessivas edições do livro, desde o Renascimento, incluíram desenhos interpretativos, executados ou mandados executar pelos tradutores. A Biblioteca do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará – Setor de Obras Raras possui prestigiosa tradução espanhola do tratado de Vitrúvio, publicada em 1787, da autoria de Ortiz y Sanz, da qual consta notável coleção de gravuras pertinentes ao texto.

* * *

O arquiteto, professor doutor Augusto Carlos da Silva Telles, antigo Presidente do IPHAN, organizou uma bibliografia exaustiva sobre restauração e atividades correlatas. O autor deste trabalho foi presenteado com uma cópia mimeografada da bibliografia, infelizmente não publicada.

Correção

O autor se penitencia do lapso de redação incorrido em artigo constante do tomo 121 da *Revista do Instituto do Ceará*, de 2007, página 55, linha 1. Ao mencionar a restauração do trono português, trocou o ano de 1640 pelo de 1580, este exatamente o de início da anexação. Certo da benevolência do leitor, solicita o obséquio da correção do engano.

SUMÁRIO

Este artigo trata da preservação do patrimônio cultural brasileiro, com ênfase no patrimônio construído. Destaca passos históricos do processo de consolidação das atividades pertinentes, no exterior e no Brasil, anotando os respectivos instrumentos legais de amparo. Relaciona conceitos alusivos a preservação bem como técnicas de intervenção física nos monumentos.

ABSTRACT

This work intends to comment on the preservation of the Brazilian cultural heritage, especially of the built heritage. It emphasizes the historical development process of legal protection instruments creation in Brazil and in others countries, noting different forms of physical intervention in monuments.

José de Alencar e o desafio da escravidão

J. C. Alencar Araripe*

"A escravidão é, talvez, o maior assunto da história brasileira", sentencia o jornalista e escritor Haroldo Ceravolo Sereza, em estudo publicado na *Folha de São Paulo*. E "é bastante natural" que assim ocorra, "uma vez que essa forma de produção organizou a economia no território em que hoje está o país desde os primeiros tempos até o final do século 19", assinala o articulista.

Não sei se é o maior assunto, mas, com certeza, é tema que sensibiliza, sobremodo, o brasileiro, pelo que a escravidão representou de injustiça social, com repercussão que se estende até hoje. É patente a simpatia pelo negro como decorrência do processo de miscigenação, que evoluiu sem entraves e resistência de monta, ao contrário do que se verificou nos Estados Unidos, por força da influência religiosa. Não é despiciendo invocar o sucesso das novelas como *Sinhá Moça* para comprovar o que acima foi delineado.

Quando do lançamento do festejado livro *O inimigo do rei*, biografia de José de Alencar, de Lira Neto, deram ênfase, em jornal e na televisão, ao que seria o posicionamento do autor de *Iracema* contra a libertação dos negros. É a teimosa insistência jornalística de projetar o negativo, incorrendo, quantas vezes!, em clamorosos atentados à verdade.

Como admitir-se que um homem da estatura mental de José de Alencar compactuasse com o negror da escravidão? Não tem sentido que o escritor, que *acabou inventando o Brasil*, chafurdasse na lama que escorria das senzalas.

Em discurso proferido em 30 de setembro de 1870, na Câmara dos Deputados, disse José de Alencar:

*Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

"Senhores, tenho sobre a questão do elemento servil convicções muito profundas, muito sinceras, das quais não me demove, nem a odiosidade que possam elas excitar nem o receio de incorrer na pecha de escravocrata. Seja-me permitido nesta ocasião solene, em que mais uma vez assumo a responsabilidade destas convicções, lembrar que fui um dos primeiros que se inscreveram na cruzada santa que trabalha por extinguir a escravatura, não na lei, mas nos costumes, que são a medula da sociedade.

"Há 15 anos, quando as vozes que hoje se levantam com tanta sofreguidão emudeciam, e ocupavam-se dos assuntos de política local, eu me esforçava, no campo que se abria então à minha atividade na literatura e na imprensa, em banir essa instituição.

"Não posso, Senhores, de modo algum, apoiar uma política *que tende a precipitar esta revolução social.* A idéia da emancipação pelos meios diretos é do Partido Liberal; deixemos que ele a realize a seu tempo; a nós, conservadores, cumpre resistir-lhe, para que a revolução ao menos se opere *gradualmente*; do contrário, as conseqüências serão funestas.

"Nós, conservadores, combatemos a emancipação direta quando na oposição, devemos combatê-la no Governo. Sejamos coerentes".

Não pode ser acoimado de escravocrata quem assim se definira diante de problema crucial.

A colonização do Brasil se fizera com o negro escravo. Portugal não tinha suporte populacional para a empreitada. Com receio de perder a colônia para os holandeses, franceses ou ingleses, socorreu-se do braço africano para fomentar a produção agrícola. Poderia ter trazido preto livre, preferiu o acorrentado, de que se serviram também os seus competidores.

Para Joaquim Nabuco, como deixou expresso em *O abolicionismo*, melhor que a descoberta do Brasil tivesse ocorrido três séculos depois de 1500. As grandes potências da época já haviam banido o tráfico escravo; descortinar-se-ia ao país nascente a perspectiva que sorrira à Austrália e ao Canadá.

Mas a alternativa preferida de Joaquim Nabuco era esta: "a colonização gradual do território por europeus, por mais lento

que fosse o processo, seria infinitamente mais vantajosa para o destino dessa vasta região".

Discordar, a palavra de ordem

José de Alencar confessou: ou não tinha vocação para a política "ou considerava o governo do Estado coisa tão importante e grave, que não se animara nunca a ingerir-se nesse negócio". Mas terminou por render-se à sereia que o tentava. O pai fora político de notável atuação; pontificara no parlamento nacional e na administração da província natal; a sua família tivera revolucionários e mártires; como escapar aos sortilégios da política, a abrir-lhe perspectivas que afagavam seu amor-próprio e a vaidade pessoal? Ademais, animava-o, a partir de determinado momento, o desejo de influenciar na vida do país e apontar o rumo dos acontecimentos, depõe Araripe Junior, de quem dissera o Barão de Studart, sempre tão preciso: "Não conheço estudo sobre uma individualidade brasileira que se avantaje ao de Araripe Junior sobre José de Alencar". À idêntica conclusão chegaria Afrânio Peixoto, como se depreende deste depoimento: "Araripe Junior, o mais sensível e mais impressivo de nossos críticos, deu-lhe, a Alencar, a dádiva de um livro, que obedece, superiormente, àquele critério de Goethe: não se deveria escrever senão do que nos agrada. Por isso, é tal ensaio o melhor que já inspirou Alencar".

E o crítico tinha de ser assim mesmo, a sua capacidade intelectual acionada por fatores diversos, como os laços de sangue; o conhecimento pessoal; a admiração que nutria pelo homem e a fantástica produção literária elaborada ao correr dos anos; retratava com fidedignidade essa como outras facetas do caráter de José de Alencar; o culto do romancista não o fazia silenciar sobre as fraquezas e excentricidades de seu primo ungido de celebridade.

Para Araripe Junior, o pensamento capital de Alencar "foi dizer coisas novas e discordar sempre dos homens e dos fatos". Comprazia-se nesse afã, com lampejos de gênio na imprensa e no parlamento.

Não tinha porte físico nem voz tonitruante, mas fez-se ouvir na Câmara em discursos memoráveis pela lucidez das idéias e co-

nhecimento aprofundado dos assuntos, fosse político, financeiro, econômico, administrativo, educacional ou agrícola; discorria sobre transporte ferroviário e marítimo, seca e açudagem, subvenção à imprensa, orçamento, escravidão, questão religiosa, guerra e o mais que surgisse; não agredia nem difamava, posicionando-se sempre respeitosamente; não se detinha diante das potestades do Império, fosse D.Pedro II, Cotegipe, Saraiva ou Rio Branco; reverenciava os brasões de Caxias, mas não aceitava o glorioso cabo-de-guerra, seu correligionário do Partido Conservador, na presidência do Conselho de Ministros, porque completamente estranho às lutas parlamentares. E aduzia: "Na própria Prússia, país militar, não é a espada de Moltke que governa: é a inteligência de Bismarck".

A situação do elemento servil haveria de prender a sua atenção pela importância que tinha para o país; sobre ele dedicaria longas exposições na tribuna da Câmara; não era a palavra de um escravocrata, manifestava discordância sobre métodos de proceder para acabar com a escravidão. Não foi único nem pioneiro.

Creio que este desabafo sintetiza o turbilhão de uma vida que sobreviveria na posteridade: "Não está nos meus hábitos ofender os caracteres, malsinar as intenções. Tenho dado provas de que sei respeitar as pessoas porque nelas presto homenagem à dignidade humana e à dignidade parlamentar, que também me pertencem, que também são minhas. Nesta Tribuna, é necessário não ver individualidades, porém unicamente os erros e as verdades que se chocam. É a minha maneira de proceder e, portanto, de qualquer palavra minha não desejo que resulte uma ofensa para os meus adversários. A minha linguagem será severa, nimiamente rigorosa em relação aos atos, em relação às idéias, mas nunca atribuirei esses atos e essas idéias a motivos que não sejam nobres ou, pelo menos, dignos".

Anátema de Bonifácio

Uma das páginas mais candentes de condenação da escravatura se deve a José Bonifácio de Andrade e Silva, o Patriarca da Independência. Trata-se da Representação que dirigiu, em 1823, à

Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil.

Os escravos nada ganharam com a Independência, ao contrário do que esperavam e desejavam. Mas José Bonifácio, que tanto se interessara pela sua causa nos anos que antecederam ao faustoso acontecimento, bate forte, nos albores da Constituinte, no "comércio de carne humana", para ele "um cancro que rói as entranhas do Brasil".

Para José Bonifácio, um homem prático, sábio, conhecedor da realidade, o tráfico negreiro não era mais preciso para povoação do país e o progresso da agricultura; acabe-se com "a vadiação dos brancos e outros cidadãos mesclados e a dos forros" e não faltarão braços para o trabalho; cuide-se da "emancipação da escravatura, e se convertam brutos imorais em cidadãos úteis, ativos e morigerados".

Se o infame tráfico deve ser extinto, "mas com isto não está tudo feito: é também preciso cuidar seriamente em melhorar a sorte dos escravos existentes, e tais cuidados são já um passo para a sua futura emancipação".

A Representação de José Bonifácio é um documento longo e percuciente, com críticas azedas aos colonizadores pelo comércio negreiro; nada escapa à sua catilinária: o clero é ignorante e corrompido, a justiça é venal, o luxo e a corrupção nasceram antes da civilização e da indústria, as famílias não têm educação, a devastação das matas é alarmante ("a natureza fez tudo a nosso favor, nós, porém pouco ou nada temos feito pela natureza"); a certa altura, José Bonifácio não esconde o seu desalento: quase que perde suas esperanças no Brasil.

A Representação não se detém apenas em denúncias e lamentações; nos seus trinta e dois artigos, encerra prescrições de regras de comportamento com vistas à extinção da escravatura; recomenda doação de terras, estabelece regras assistenciais aos velhos e às mulheres grávidas, cria uma caixa de pecúlio, enfim, aponta caminhos para humanização da vida dos negros até chegar à liberdade. "Torno a dizer, porém, que eu não desejo ver abolida de repente a escravidão; tal acontecimento traria consigo grandes males. Para emancipar escravos sem prejuízo da sociedade, cumpre fazê-los primeiramente dignos da liberdade; cumpre que seja-

mos forçados pela razão e pela lei a convertê-los gradualmente de vis escravos em homens livres e ativos."

No Regulamento sobre a escravidão, José Bonifácio entra em recomendações minudentes sobre a vida que o escravo deve ter. Duas apenas enumero-as pela curiosidade que encerram: "1º. O melhor alimento que se lhes pode dar são as bananas em primeiro lugar, depois os carás e batatas, o milho, tanto o fubá como a canjica, a farinha de pão, os feijões e as favas, as frutas bem sazonadas, e nas festas e domingos uma porção de peixe salgado ou carne-seca do sertão; 2º. - Poderão criar os pretos um porco por família, ficando porém sujeitos aos danos que fizerem os porcos; porém galinhas patos etc., os que quiserem."

Em meio a bananas, porcos e galinhas, é difícil até conter o riso, mas José Bonifácio, ao final do manual de regras, conselhos ou que outro nome tenha, adverte com ênfase: "Tema o Brasil que se formem novos palmares de negros!"

A escravidão em 1817

Para Oliveira Lima, a única revolução brasileira digna desse nome foi a de 1817: "instrutiva pelas correntes de opinião que no seu seio se desenharam, atraente pelas peripécias, simpática pelos caracteres e tocante pelo desenlace. Foi um movimento a um tempo demolidor e construtor, como nenhum outro, em grau superior, na América Espanhola".

Pois nem esta Revolução se comprometeu a abater de vez e imediato a escravidão. A proclamação do Governo Provisório de Pernambuco, "notável por mais de um título, não é conhecida quanto o patriotismo brasileiro tem interesse em que o seja, e por isso a transcrevo em seguida." Joaquim Nabuco inclui o documento no seu livro *O Abolicionismo:"* Patriotas pernambucanos! A suspeita tem-se insinuado nos proprietários rurais: eles crêem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação dos homens de cor e escravos. O governo lhes perdoa uma suspeita que o honra. Nutrido em sentimentos generosos não pode jamais acreditar que os homens, por mais ou

menos tostados, degenerassem do original tipo de igualdade; mas está igualmente convencido que a base de toda a sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade. Impelido dessas duas forças opostas, desejo uma emancipação que não permita mais lavrar entre eles o cancro da escravidão; mas deseja-a lenta, regular e legal. O governo não engana a ninguém; o coração se lhe sangra ao ver tão longínqua uma época tão interessante, mas não a quer prepóstera. Patriotas: vossas propriedades ainda as mais opugnantes ao ideal da justiça serão sagradas; O governo porá meios de diminuir o mal, não o fará cessar pela força. Crede na palavra do governo, ela é inviolável, ela é santa."

Para Joaquim Nabuco, "foi o único de todos os nossos movimentos nacionais em que os homens que representavam o país coraram de pejo, ou melhor choraram de dor, ao ver a escravidão dividir a nação em duas castas, das quais uma, apesar de partilhar a alegria e o entusiasmo da outra, não teria a mínima parte nos despojos da vitória."

A Revolução de 17 não vingou, como não teria melhor sorte a de 24. Pernambuco, cenário principal dos dois movimentos, recebera de 1800 a 1823 cento e trinta mil escravos. Já houve quem indagasse: no ambiente social da província haveria clima para amplo germinar de idéias republicanas?

Nem lá nem em parte alguma deste imenso Brasil. A independência se faria sob o comando do príncipe reinante. Que ocasião melhor para emancipar os escravos e no país se começar tudo de novo? Os negros esperaram muito da independência. E se os portugueses e senhores de escravos se unissem terminaria por prevalecer a tutela de Portugal. Esse temor paralisava os mais afoitos.

"O século XIX foi um século, de fato, novo: o século do carvão, do aço, da máquina. Ele marca a transição econômica mais violenta até hoje operada entre os povos: o destronamento do binário *ouro e escravo* pelo binário mais enérgico *máquina e carvão*". A conceituação é do professor e escritor Vicente Licínio Cardoso, que mais adiante acrescenta: "Só aquele binário explica, de certo, a novidade histórica da emancipação dos escravos: a Inglaterra,

que importara dois milhões deles no fim do século XVIII, será no século seguinte a pioneira da abolição no mundo inteiro."

No século da máquina e do carvão, prevaleceria no Brasil o binário *senhor e escravo*.

Emancipação indireta

Invoquei dois modelos ilustrativos de comportamento diante do desafio da emancipação do elemento servil: uma revolução de objetivos nobres, como a de 1817, e o ideário de um estadista, o Patriarca José Bonifácio. Em ambos os casos, seria no mínimo um despropósito tachar de escravocrata o posicionamento adotado com firmeza. Não é outra a minha avaliação no tocante à conduta de José de Alencar.

A escravidão era um cancro que corroía as entranhas do Brasil. Imperioso que fosse extirpado. José Bonifácio propunha que as relações escravistas fossem mediadas pelo Estado, observa a escritora Miriam Dolhnikoff. "Para Bonifácio, a intervenção estatal na relação senhor/escravo apresentava-se como o mecanismo regulador que retiraria dos grandes proprietários o pleno arbítrio sobre a vida dos seus cativos. Assim, em vários artigos desse projeto (Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa), procura estipular as condições de trabalho dos escravos, impondo restrições à exploração de menores e de mulheres, a delimitação da jornada diária e determinação de que o senhor fornecesse alimentação e vestuários adequados. Além disso, prescrevia que deveriam ficar a cargo do poder público, e não dos senhores o julgamento e a punição dos escravos infratores."

José de Alencar era de outra escola, que adotava a idéia da emancipação indireta, a que se realiza por iniciativa individual, a que se faz em decorrência da energia da opinião pública, a consuetudinária, a consubstanciada na evolução dos costumes e que encerra, sem precipitação, uma revolução social com resultado por todos desejado. Assim pensava, assim falava. Não escondia a influência em seu espírito do sistema representativo inglês, as lições de vitalidade hauridas no pleno exercício do regime, mirava-se em

figuras estelares que pontificavam no Parlamento da Inglaterra e que até na França, "centro de onde se irradia luz para todo universo", eram lembrados e citados. E perguntava José de Alencar: "seremos nós, ainda na infância deste sistema, que poderemos considerar inútil e pretencioso instruirnos nos exemplos fecundos da história parlamentar de países cultos?"

"A causa da emancipação espontânea – afirmava – há muito que está vencida no coração do povo brasileiro; diariamente se reproduzem os exemplos de manumissões. É admirável o aspecto que representa o nosso país; todas as classes porfiam na prática desses atos. A estatística, em 1860, dá-nos uma prova da rapidez com que marcha essa revolução moral. Só na cidade do Rio de Janeiro, houve 14.000 alforrias. Este algarismo é eloqüente; ele significa que em menos talvez de 20 anos a escravidão estaria, por si mesma, extinta."

Em resposta à intervenção de um deputado, diz Alencar: "Eu, sempre que se tratar de uma reforma, depositarei toda confiança na iniciativa individual, no bom senso do povo, que legisla melhor pela educação e pelos costumes do que podem legislar os representantes da Nação por meio de leis expressas, que serão letra morta se não germes de graves perturbações, quando não se conformarem com o espírito e a índole da sociedade."

À insinuação de que procurara influenciar o seu partido a ser contra a liberdade dos negros, responde José de Alencar: "Eu nunca pretendi que o Partido Conservador fosse escravagista, que o Partido Conservador aceitasse a instituição da escravidão como uma instituição firmada no direito, na moral que deva ser mantida e respeitada. Não, senhores, o nobre Presidente do conselho acaba de dizer: "Raros serão o brasileiros – e eu acrescentarei: esses mesmos, cegos pelo interesse e pelo erro –, raros serão os brasileiros que aceitem a instituição da escravidão como uma instituição legítima."

Todos nós brasileiros desejamos ardentemente ver desaparecer do País essa instituição; todos nós brasileiros fazemos votos para que deixemos de formar no mundo civilizado a exceção triste (digamos a verdade), que muito em breve teremos infelizmente de constituir."

Como Antônio Sales afirma enfaticamente que nada é negligenciável na obra de Alencar, não esquecer, como prova do seu alinhamento a favor da emancipação dos escravos, a peça de teatro que escreveu em quatro atos e intitulada *O Demônio Familiar.* O Barão de Studart, no seu *Dicionário Bio-Bibliográfico*, registra que *O Demônio Familiar* de José de Alencar é "uma obra de propaganda contra a escravidão".

Vergastando o Ventre Livre

O Ventre Livre provocou acesos debates no Parlamento do Império. E, como era de esperar-se, deles participou José de Alencar com empenho costumeiro. Porque a reforma proposta contrariava os princípios que esposava e não atendia, na sua opinião, aos reclamos internacionais a favor da abolição completa.

José de Alencar argumentava com veemência: "A liberdade de ventre é iníqua e bárbara. É iníqua, porque concede a liberdade à prole a nega à geração atual, cheia de serviços e de dedicação. É bárbara, porque condena a prole inocente ao abandono, o que significa a miséria e a morte".

Para a geração de hoje, num entendimento apriorístico, seria inadmissível alguém se colocar contra uma iniciativa como a do Ventre Livre. José de Alencar adotava, porém, o conceito de "eloqüente abolicionista" francês, que sentenciava: "Não se reforma um crime, suprime-se".

No longo discurso pronunciado na Câmara, em 13 de julho de 1871 não teve meias palavras: "Meditai bem na vossa obra; ides desunir aquilo que Deus criou para viver unido; ides separar as raças, as gerações, as famílias, por um abismo imenso: o que separa a liberdade da escravidão. Semeais o ódio, a inveja, a ingratidão, onde só devia reinar amor e ternura.

"Quando tiverdes dito ao escravo; tu, o amigo dedicado da família, que para servi-la consumistes as forças; que trabalhaste para a riqueza do casal e a prosperidade do País, tu serás escravo eternamente; para ti não há esperança, morrerás como nasceste; mas teu filho será livre, e não por prêmio da tua dedicação, mas por mero efeito do

acaso, porque nasceu hoje, em lugar de ter nascido ontem, teus outros filhos serão escravos como tu, porque a lei não os favorece, mas aquele nasce livre cidadão e, quem sabe, teu futuro senhor!"

O orador pinta um quadro negro como corolário do Ventre Livre: "Quando a lei do meu País houver falado essa linguagem ímpia, o filho será para o pai a imagem de uma iniqüidade; o pai será para o filho o ferrete da ignomínia; transformareis a família em um antro de discórdia; criareis um aleijão moral, extirpando do coração da escrava esta fibra que palpita até no coração do bruto: o amor materno!

"Esta idéia do Ventre Livre é sinistra, Senhores, e admira-me que a ilustre Comissão, tendo-a estudado tão profundamente, não se lembrasse das palavras do Duque de Broglie, escrita no memorável relatório, tantas vezes citado, que ele apresentou como Presidente da Comissão nomeada em 1840 para tratar da emancipação dos escravos das colônias francesas.

"Para o ilustre publicista e profundo jurisconsulto, a emancipação do ventre equivale a criar famílias híbridas, pai sem filhos, filhos sem pais; rouba toda a esperança aos adultos, condenando-os ao cativeiro perpétuo; desmoraliza o trabalho livre, misturando nas habitações livres com escravos e garante ao proprietário, unicamente,os relaxados, os péssimos trabalhadores.

"Eu acrescentarei que essa idéia da libertação do ventre desorganiza o trabalho livre, dando-lhe, por exemplo, e mestre o trabalho escravo; ao mesmo tempo aniquila o trabalho escravo, pondo-lhe em face a todo instante a imagem da liberdade. Finalmente, contamina a nova geração, criando-a no seio da escravidão, ao contato dos vícios que ela gera.

"É notável, Senhores, que o Governo brasileiro, em vez de acompanhar a lição das nações mais adiantadas, dos Estadistas mais ilustrados, seguisse justamente a trilha dos países mais atrasados. Essa idéia da libertação do ventre foi sempre repelida pela Inglaterra, França, Estados Unidos e outras nações. Apenas a adotaram Espanha e Portugal. Sim, Senhores, apenas a adotaram Espanha e Portugal, e isso mesmo porque aí houve a prudência de acompanhá-la de garantias eficazes para a geração atual."

A caminho da Abolição

No rol dos procedimentos legais que visavam à emancipação dos escravos, três leis foram fundamentais: a Lei Eusébio de Sousa, a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários.

A Lei Eusébio de Sousa, de 04 de setembro de 1850, estabeleceu a repressão ao tráfico de africanos no Império. Teria de ser mesmo a primeira das iniciativas numa cruzada contra a escravidão. Se não fosse contido o fluxo de escravos, como cogitar-se de emancipação do negro? Chegou com atraso, sem dúvida, mas chegou, afinal, e a sua execução esteve comprometida por algum tempo em vista do contrabando em voga.

A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, não se limitava a declarar livres os nascidos a partir daquela data; era extensa, tinha dez artigos, cada um com parágrafos que variavam de quatro a nove; estabelecia direitos dos nascituros e de suas mães; proibia alienação ou transmissão de escravos que separasse os cônjuges e os filhos menores de 12 anos do pai e da mãe; os párocos eram obrigados a ter livros especiais para o registro dos nascimentos e óbito dos filhos de escravos nascidos a partir da lei, punindo com multa os padres que desrespeitassem a determinação; estabelecia os deveres dos senhores de escravos na nova situação criada.

Pela Lei dos Sexagenários, de 28 de setembro de 1885, foram libertos os escravos de 60 anos de idade, obrigando-os, porém, a título de indenização pela sua alforria, a prestar pelo espaço de três anos, serviços a seus ex-senhores, que se obrigavam a alimentá-los, vesti-los e tratá-los em suas moléstias. Uma das providências previstas na Lei dos Sexagenários foi o estabelecimento pelo governo, em diferentes pontos do país, de colônias agrícolas, regidas com disciplina militar, para as quais seriam enviados os libertos sem ocupação. Foi criado também um fundo de emancipação para ocorrer a indenizações pela alforria de escravos.

Com estas leis, que reconheciam inclusive a ignomínia da propriedade humana, era possível acabar com a escravatura? No auge da campanha abolicionista, declarara Joaquim Nabuco que

não estaríamos vivendo aquele momento se as leis tivessem sido cumpridas; não haveria mais escravos a libertar.

Será que teria sido preferível o apelo à emancipação espontânea, de que se tornou pregoeiro José de Alencar? O processo natural da evolução não levaria inelutavelmente à liberdade dos escravos? Veja-se o que se passara no tocante aos meios de condução que Gilberto Freire destacou em *Sobrados e Mocambos:* os escravos já não eram transportadores de carga e elementos de tração de coches e carruagens; pouco a pouco foram substituídos por cavalos, burros, jumentos e bois; haveria de chegar a hora de reivindicar melhor tratamento era para os animais; mas a máquina despontara com ares de que vinha para ficar. Será que depositar confiança na iniciativa individual renderia maiores dividendos, com a multiplicação de manumissões espontâneas, que em certo período provocara tanto entusiasmo em José de Alencar?

As Leis, admita-se, por si só, não resolveriam o problema da escravidão. Mas, até que ponto representavam um estorvo à generosidade do brasileiro?

A Lei do Ventre Livre, por exemplo, "teve grande importância no enfraquecimento da escravatura no Ceará, ao jugular o crescimento vegetativo da população escrava, um dos principais fatores da sua manutenção."A opinião é do professor Pedro Alberto de Oliveira Silva, no seu livro *História da Escravidão no Ceará*, rico repositório de informações e dados estatísticos com análise pertinente. "Além disso – acrescenta – foi através das três últimas cotas do fundo de emancipação, que coube à Província, quando ela já se encontrava em plena campanha abolicionista, e o preço do escravo muito baixo, que milhares de cativos fossem alforriados."

Abolicionismo e emancipação

A que me obriguei quando decidi realizar a abordagem da posição de José de Alencar frente à escravidão? A minha suposição era a de que não correspondia à verdade acoimá-lo de escravagista. Recorri aos textos dos seus discursos na Câmara a respeito

da emancipação do elemento servil. O que encontrei a respeito confirmou o meu convencimento.

José de Alencar condenou sem subterfúgios o escravagismo; como estava demasiado arraigado, por mais de três séculos existia no Brasil, não era possível aboli-lo de chofre, sob pena de gerar graves transtornos na produção e, em conseqüência, na vida econômica do país. Daí a sua preferência pela emancipação indireta e consensual, com a vantagem de permitir que se preparasse o escravo para desfrutar a liberdade.

O projeto do Ventre Livre despertara simpatias e fora recebido com alvíssaras. Mas José de Alencar contra ele se manifestou em termos veementes; a sua insurgência não encerrava, contudo, itinerário de um escravocrata; em vários trechos da sua oração, reponta a preocupação com o destino da família do escravo; temia que se estabelecesse um antagonismo racial que seria maléfico ao país, porque não correspondia ao vivenciado na sociedade e que, às vezes, nem era escravidão, era servidão, no seu entender.

José de Alencar ingressara na política e passara a atuar no jornal *Correio Mercantil*. Foi o estuário em que se encontraram, segundo o escritor R. Magalhães Junior, três dos maiores jornalistas da época: José de Alencar, Francisco Octaviano de Almeida Rosa e Francisco Sales Torres Homem.

A outros jornais se ligaria: *Diário de Rio de Janeiro,* onde publicou *Ao correr da pena; O Globo,* em cujas colunas travou a célebre polêmica com Joaquim Nabuco; fundaria seu próprio jornal, *Dezesseis de Julho*, que não teria vida longa.

"Leva a tudo o jornalismo, ainda sem talento; com ele, não era demais fosse Alencar deputado em 1860". A observação foi de Afrânio Peixoto que invoca, com propriedade, a sentença de Ferreira de Araújo: "Deve considerar-se feliz aquele que conseguiu percorrer uma das esferas da atividade intelectual com brilho aproximado ao que revelou José de Alencar percorrendo-as todas". Aparentemente, um trunfo inigualável para vencer na vida; na verdade, motivo de inveja e despeito. É de Ronald de Carvalho, em crítica que faz justiça: "Vivendo em um país onde, segundo a conhecida queixa de Sales Torres-Homem, não se pode ouvir

três vezes repetido o mesmo nome sem despique, Alencar, já de si retraído, mais se afinou no orgulhoso desdém pela gentalha grosseira ou invejosa".

Por esse tempo, a política era a matéria principal dos jornais, assinala o escritor Nelson Werneck Sodré, em *História da Imprensa no Brasil*: a luta assumia "aspectos pessoais terríveis", que desembocavam "quase sempre na injúria mais vulgar"; no Ceará, onde a política gerou o jornalismo, como observou Demócrito Rocha, as gazetas "eram meros instrumentos do ferrenho partidarismo reinante", na conceituação de Antônio Sales; num ambiente saturado de maledicências e intrigas, a que não se expunha uma personalidade, como a de José de Alencar, a dizer o que pensava e o que queria, que pautava a sua conduta com independência e altanaria? Acreditava que assim se comportando estava servindo melhor ao seu país.

Afrânio Peixoto, em *Pepitas*, que reúne ensaios de literatura e história, sentencia: "Apesar de conservador, José de Alencar não podia deixar, pelo espírito e pelo coração, de ser pela abolição da escravatura. O seu drama *Mãe* é, no teatro nacional, a mais alta voz pela redenção dos cativos. Ministro da Justiça, um dos seus primeiros atos foi abolir o infame mercado de carne humana, a feira de escravos, empacados como animais, escolhidos pela vista e pelo toque, como mercadoria apregoada, e que se fazia diariamente no Valongo. Foi preciso que ele chegasse ao poder para que aquilo desaparecesse. Só isto, como abolicionismo, vale mais que discursos, proclamações, livros de tantos abolicionistas, apenas de palavras."

O abolicionista apenas de palavras, a que aludira Afrânio Peixoto, sugere-me uma classificação mais abrangente dos que se envolveram no movimento. Havia o abolicionista por convicção e idealismo; havia o abolicionista que desejava aparecer, a vã ostentação de que falara José de Alencar, e auferir vantagens em promoções de natureza vária; havia o abolicionista por conveniência: o mercado de escravos arrefecera porque o tráfico fora extinto; tornara-se encargo pesado a manutenção de escravos em decorrência da Lei do Ventre Livre e da Lei dos Sexagenários; a abolição seria um alívio também para os donos de escravos...

E a abolição viera, já decorria um ano, tratava-se então da comemoração do primeiro aniversário do histórico acontecimento, foi quando Euclides da Cunha e outros divulgam documento condenando a maneira de proceder da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro. Vale a pena destacar este trecho porque ilustrativo da existência da corrente interesseira: "Quanto às sociedades carnavalescas, diremos que elas não fizeram benefícios à libertação dos escravos como tais, pois que o seu fim não era esse e sim o divertimento por meio de orgias, e se muitos do seus membros concorreram, isso será tomado na conta em que deve ser; e ainda mais, se o dinheiro tirado para libertação dos escravos saiu dos cofres sociais, não foi mais do que migalhas, as sobras das orgias, porque essas sociedades, se tivessem esse espírito de filantropia e abolicionismo que se lhes quer dar, prefeririam empregar as centenas de contos que gastavam nas orgias em resgatar a liberdade de seus semelhantes."

José de Alencar não foi abolicionista em nenhum dos estágios que mencionei, mas não foi escravagista; José de Alencar defendeu a emancipação indireta, a decorrente da evolução dos costumes. Porque, para ele, os costumes são a medula da sociedade.

Discordar dele é um direito de cada um de nós; nesta altura da contemporaneidade, enquadrá-lo pelo viés do jornalismo tacanho de então é que não se compadece com a análise isenta dos fatos, à luz da razão e em face do testemunho irrefutável da história.

Diante do quadro dantesco que o escravagismo gerou, em face da triste realidade de hoje, com um mercado de trabalho que nivela por baixo e privilegia o cativeiro da ignorância, não teria sido preferível que Cabral houvesse mesmo acertado com o caminho das Índias e o descobrimento do Brasil só ocorresse três séculos depois? Pelo menos assim matutou Joaquim Nabuco...

Referências Bibliográficas

ALENCAR, José de. Discursos parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977. p.235-237.

ALENCAR, José de. Como e porque sou romancista.In: *Ficção completa e outros escritos.* Rio de Janeiro: Aguilar, 1985 v.1.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *Projetos para o Brasil*. Organização de Mirian Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BONAVIDES, Paulo; VIEIRA, Amaral R. A. *Textos Políticos da História do Brasil*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, vol. 1, 1973.

CARDOSO, Vicente Licínio. A gravidade do problema da emancipação. In: MENEZES, Djacir (Org). *O Brasil no pensamento brasileiro.* Brasília: Senado Federal,1998. p. 161-173. (Coleção Brasil 500 anos).

LIRA, Neto. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar*, ou, A mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D.Pedro II e acabou inventando o Brasil. São Paulo: Globo, 2006.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. *José de Alencar e sua época*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira-Brasília: INL, 1977. 405p.

MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar literato e político*. São Paulo: Martins, 1965. 413p.

NABUCO, Joaquim, *O abolicionismo.* Conferências e discursos abolicionistas. In: Obras Completas. Volume VII.São Paulo.Instituto Progresso Editorial S.A.1949.

OBRA crítica de Araripe Junior. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa, 1958, t.1, p.134-258.

PEIXOTO, Afrânio, *Pepitas*, Novos ensaios de crítica e de história. Rio de Janeiro.Companhia Editora Nacional,1942.

ROCHA, Demócrito. *A imprensa do Ceará na Monarquia*. In: O Ceará. Fortaleza, Ed. Fortaleza,1945.

SALES, Antônio. *José de Alencar e Machado de Assis*. In: ALENCAR: 100 anos depois. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1977. p.102-105. (Coleção Antônio Sales).

SEREZA, Haroldo Ceravolo. Uma história cada vez mais bem contada. In: Leituras Cruzadas, Folha de São Paulo (sinapse) 30/11/2004.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da escravidão no Ceará*: das origens à extinção. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002. 312p.

SODRÉ, Nelson Wernek . *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

STUDART, Barão de. *Dicionário bio-bibliográfico cearense.* Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1980. 3v.

VIANA FILHO, Luis. *A vida de José de Alencar*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio/MEC, 1979. 311p.

Democracia representativa e o princípio da alternância no poder: das sociedades de massa às sociedades midiatizadas

Rejane Vasconcelos Carvalho*

O termo "sociedade de massas", ainda que não seja uma nomeação consensual, reporta-se às grandes mudanças nas sociedades políticas modernas que são assim resumidas por Sartori (1994): a magnitude do tamanho da população; aceleração do tempo; proporção da velocidade da mobilidade horizontal da população. Ressalto outros elementos mais recentes: o suporte tecnológico das formas de comunicação áudiovisual e a expansão de múltiplas formas de sociabilidade "on line" da internet, que revolucionaram e aceleraram substancialmente os processos de produção e consumo simbólico.

A democracia representativa emerge historicamente como forma "realista" de compatibilizar as novas condições sociais com a participação do povo na esfera política. Sem fixar-se na discussão de valores, sua pretensão é estabelecer normas e procedimentos dos quais dependeriam o funcionamento de sociedades políticas reconhecidas como democráticas. A "vontade popular", base de legitimação dos regimes democráticos materializa-se no número de votos atribuídos pelos cidadãos aos candidatos a cargos políticos, sendo os vencedores definidos pela aplicação da "regra da maioria".

Nas democracias representativas os processos políticos incluem duas instâncias: *a eleitoral*, em que todos os membros da sociedade considerados aptos, são convocados a participar através do voto para a escolha de seus representantes; e a *instância da governança,* na qual os eleitos ocupam os lugares de deliberação e gestão dos assuntos perti-

* Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

nentes à vida da coletividade. O "modelo agregativo", em que a adição de votos individuais é considerada a expressão real e livre da vontade popular, apesar de predominante nos países ocidentais modernos, é objeto de críticas não apenas de cientistas políticos, mas dos homens comuns, cujas visões negativas sobre a política e os políticos têm sido regularmente detectadas em pesquisas não apenas do Brasil, mas em vários outros países.

A limitação da participação política do povo aos procedimentos meramente formais e episódicos das eleições, ficando o exercício efetivo do poder em mãos dos eleitos, que tenderiam a se organizar como "classe política" movida por interesses próprios, implicaria na negação do princípio da legitimidade das democracias representativas.

As críticas denunciam a ênfase aos aspectos meramente formais da democracia representativa em detrimento da discussão sobre a manutenção dos valores cujas raízes se fincam na Grécia do século V a C: *igualdade* entre os que participam como cidadãos dos debates e deliberações na esfera pública, e *liberdade* de expressão de pensamentos e opiniões na busca dos melhores argumentos para a produção de um consenso racional.

Existem saídas possíveis para enfrentar o paradoxo entre "realismo" e "idealismo" políticos? Entre visões descritivas e ou prescritiva da política? Como adequar o pluralismo das sociedades modernas à definição de foma democrática do "bem comum"?

As Novas Teorias Normativas[1] pretendem compatibilizar as condições estruturais das sociedades ocidentais contemporâneas ao exercício democrático do poder político propondo modelos que, sem abandonar os valores clássicos da liberdade e igualdade, incorporariam as tendências ao individualismo e do pluralismo admitidos como valores que atravessam e complexificam a tessitura da vida social. Argumenta-se que não há como separar **o que a política é dos ideais que a constituíram como tal.** E mais, que o jogo político não se realiza sem que os participantes estabeleçam e aceitem suas regras, o que implica em última instância na partilha de valores subjacentes ás próprias regras.

[1] A expressão " Nova Onda de Teoria Política Normativa" é utilizado por Chantal Mouffeno texto , *Por Um Modelo Agonístico de Democracia* para designar a tendência à critica do abandono da dimensão moral da democracia representativa inaugurada por John Rawls em sua obra publicada em 1971, *A Theory of Justice*

Sem pretender um aprofundamento teórico apresento sinteticamente duas formulações teóricas sobre democracia em "sociedades de massa" que ilustram a pretensão de articular pragmatismo e normativismo, ressaltando o lugar que é atribuído à existência de competitividade política e, portanto, de possibilidade de alternância no poder como princípio básico de manutenção dos valores democráticos.

A primeira, de Chantal Mouffe,(2005) por ela nomeada *modelo agonístico de democracia*, requer o entendimento de que o poder é constitutivo de relações sociais e que a dimensão antagônica que decorre do pluralismo de valores não pode ser eliminada através de fórmulas consensuais.

Para a autora, qualquer ordem política é a expressão de uma hegemonia, de um padrão específico de relações de poder e por conseqüência *"*a prática política não pode ser entendida como simplesmente representando os interesses de identidades pré constituídas, mas como constituindo essas próprias identidades em um terreno precário e sempre vulnerável.*"* (MOUFFE*,* 2005: p. 19). A natureza constitutiva do poder imporia assim o abandono do ideal de uma sociedade como um mundo de perfeitas harmonias e transparências admitindo-se que o caráter democrático de uma sociedade "só pode ser dado na hipótese de que nenhum ator político possa atribuir-se a representação da totalidade ou ter controle absoluto sobre sua fundação" (MOUFFE, 2005: p. 19).

Mouffe recorre à distinção entre **o político,** *dimensão antagônica inerente ás relações sociais* e **a política**, que *abrangeria o conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana cujas condições são sempre conflituais porque afetadas pelo político.* (MOUFFE, 2005: p. 20). Nestes termos, *a* política buscaria sempre a criação da unidade possível em um contexto de conflitos e diversidades, através da criação de um "Nós" em oposição a um "Eles". A novidade da política democrática não estaria na superação de um "Nós" versus "Eles", mas no estabelecimento de uma discriminação compatível com a democracia. A via proposta é a do "pluralismo agonístico", no qual "Eles" não são considerados inimigos a serem destruídos, mas adversários, *cujas ideias devem ser combatidas, mas cujo direito de defendê-las é inquestionável.* A tolerância, princípio liberal definidor da política democrática moderna, consistiria no reconhecimento de pontos de vista dos quais discordamos, mas que podem ser

expressos por adversários legítimos, com os quais se partilha os princípios éticos da democracia liberal: liberdade e igualdade. No entanto, persiste a discordância sobre o sentido e a implementação desses princípios que para Mouffe não encontra seu desfecho na deliberação racional. Pactos ou compromissos são possíveis, e fazem parte do cotidiano da política, mas são considerados interrupções temporárias em um processo de confrontação contínua. Nesta perspectiva "a tarefa principal da política é transformar o antagonismo em agonismo de modo a, sem eliminar as paixões da esfera do público, mobilizá-las em prol de desígnios democráticos*"* (MOUFFE, 2005: p. 21). Longe de se configurar como risco, o embate de posições políticas é admitido como especificidade da democracia moderna à medida que legitima o conflito, recusando-se a suprimi-lo pela imposição de uma ordem autoritária.

A segunda posição teórica é exposta por Sartori (1994) em *A Democracia Revisitada*. Sua principal crítica é reservada à concepção de democracia como direito da maioria que não seja contrabalançado ou controlado pelos direitos das minorias. O controle funcional do poder da maioria possibilita que as minorias possam se tornar maioria e vice-versa, fundamentando o jogo político democrático na competição, sendo a perspectiva da alternância do poder assumida como regra básica que motiva os "jogadores".

O autor recorre à analogia economia econômica para a compreensão da política como "mercado", espaço onde se estabelece a competição dos partidos e candidatos pela adesão dos consumidores políticos. Apropria-se do termo "poliarquia", cunhado por Dahl (1971) para ressaltar as peculiaridades das democracias contemporâneas, na quais a linha divisória entre governantes e governados se mantém, assumindo, entretanto, uma forma mais fluida, que possibilita deslocamentos e recomposições. Para Sartori, o processo democrático tem seu ponto de culminância na realização de eleições, momento em que o povo é o protagonista das decisões, e nesta condição reverenciado pelos que disputam sua adesão. Qual a gênese da vontade coletiva e da opinião pública que as eleições se limitariam a registrar? A resposta que oferece à indagação posta por ele próprio é que o voto envolve uma experiência pré-eleitoral, ou seja, as condições em que o cidadão obtém informações sobre a política e é exposto aos formadores de opinião. As eleições são consideradas um meio para chegar ao "governo de opinião", cujo principal atributo seria a

sensibilidade às demandas dos governados. O conceito de opinião pública que propõe é compatível com a concepção de *poliarquia*: *"*um público ou uma multiplicidade de públicos, cujos estados de espírito difusos (opiniões), interagem com fluxos de informações relativas ao estado da res pública.*"* (1994: p. 125) A opinião pública é considerada uma expressão dos processos modernos de constituição de uma esfera pública ampliada, que pressupõe meios técnicos que permitem que a comunicação política ultrapasse o contato presencial, ou face a face, entre políticos e cidadãos, ao romper as fronteiras do tempo do espaço, alcançando a cada um, com a pretensão de falar a todos. Ou seja, o fenômeno da "opinião pública" é coexistente aos processos midiatizados de comunicação (jornais, rádio, televisão e, mais recentemente, a internet).

Sartori qualifica como equivocada a tese, defendida por Mouffe de que a base da democracia é o conflito, porque se perderia de vista o essencial: o dissenso, a oposição, políticas adversárias, são noções que só adquirem valor positivo no contexto do pluralismo, isto é, da concepção pluralista da sociedade e da história.

*"*A teoria da democracia deriva sua matriz pluralista de um processo dinâmico de consenso, baseado no princípio de que o que for considerado justo ou verdadeiro, deve suportar a crítica e o dissenso, e ser revitalizado por eles. (SARTORI, 1994, p. 131).

Sartori considera a competição e a competitividade como condições fundamentais ao funcionamento da democracia representativa à medida que tornam possível que as eleições tenham implicações que superam a condição de mero *"*arranjo institucional*"* no qual o poder do povo de decisão pelo voto de quem serão os mandatários esgota-se no próprio momento em que esse direito é exercido. Para ele as eleições têm implicações que derivam do que nomeia como regra das "conseqüências antecipadas", ou seja, *"*autoridades eleitas em busca de reeleição, em uma situação competitiva, são condicionadas em suas decisões pela antecipação ou expectativas de como o eleitorado irá reagir ao que elas decidem". A *retroalimentação competitiva* tornaria a democracia um subproduto do método competitivo de renovação de lideranças que exige que os eleitos sejam sensíveis ao poder dos que os elegem. Tal concepção permitiria compreender como as democracias em larga escala funcionam, admitindo que elas sejam mais que uma simples adição de "pequenas democracias", mas, "um sistema de retroalimentações, de reações em cadeia". (SARTORI, 1994, p. 209).

O entrelaçamento entre "realismo" e "idealismo" o conduz a reconhecer que, a democracia que temos não é a melhor que podemos ter, nem esgota as possibilidades de busca de seu aperfeiçoamento. No entanto afirma ser falsa a suposição de existam duas teorias alternativas da democracia: a clássica e a competitiva. A primeira que versa sobre os princípios e valores democráticos, e a segunda, meramente operacional. Seu argumento é que não há escolha possível entre uma ou outra, já que nas democracias em larga escala os seus operadores são obrigados a competir frente a frente em um mercado consumidor. Partilha com Robert Dahl, a preocupação central em buscar um reforço pluralista que promova o aperfeiçoamento das democracias representativas, embora discorde que palavra *democracia* se reporte a um sistema ideal, e que na aproximação do mundo apenas o termo "poliarquia" seria aplicável. Para Sartori, o termo democracia traz em si uma dupla referência, ao mundo real (dimensão descritiva) e ao mundo ideal (prescritiva), e a importância das análises políticas reside em enfocar as formas como os ideais afetam o mundo real e reciprocamente como o mundo real acolhe, mas também decepciona os ideais. O autor pretende desatar o nó da "democracia vertical" em sua dimensão normativa, recorrendo ao já mencionado modelo da retroalimentação eleitoral, nomeado de poliarquia eleitoral, cujo pressuposto é a existência da regularidade de eleições periódicas.

O ponto central da democracia poliárquica eleitoral é restringir e controlar a ação dos líderes, através da ação do *demos*. É a ideia de *eleição* que estabelece a conexão entre *competição e competitividade.* O ato de votar relaciona-se ao processo de retroalimentação que permite ao eleitor um poder que se estende aos períodos inter eleitorais. A democracia em larga escala apo ia-se em procedimentos que tenderiam a gerar uma *poliarquia aberta* cuja competição no mercado eleitoral atribui poder ao povo e estabelece especificamente a responsividade dos líderes sobre os liderados. Sartori considera que o retorno das teses da democracia direta como resposta aos males da democracia representativa é equivocado por não levar em conta os valores modernos do individualismo liberal, não distinguir diferenças de escala existentes entre as micro e as macro democracias, e principalmente por não equacionar como a passagem entre uma e outra escala pode se efetivar. A teoria competitiva da democracia para Sartori trata somente do sistema principal, o Estado democrático,

nível vertical da política que o autor distingue do nível difuso, argumentando que se o agente da imposição da força, o Estado, não for uma democracia, então todas as "microdemocracias" seriam insustentáveis. As "microdemocracias" só sobreviveriam como partes de uma unidade global que, para o autor, é sempre a democracia indireta articulada a processos verticais. Na busca de simetria entre a definição descritiva e prescritiva de democracia Sartori chega ao que considera conceito axiológico de "poliarquia seletiva":

"A democracia deve ser um sistema seletivo de minorias concorrentes eleitas. Seu argumento central é que a igualdade de méritos beneficia a sociedade como um todo e a igualdade em deméritos é prejudicial à coletividade". (SARTORI, 1994, p. 223-234).

A poliarquia eleitoral pressupõe, para Sartori, partidos políticos definidos na sua expressão mais simples como "qualquer grupo político capaz de apresentar candidatos a cargos públicos em uma eleição". A competividade política exige, para ele, a existência de sistemas multipartidários, ou seja, que diferentes partidos disputem entre si os votos que lhes garantam a permanência no mercado eleitoral e/ou a possibilidade de impor ou exercer influência na implementação de políticas de governo.

A breve incursão às posições teóricas de Chantal e Sartori é suficiente para ressaltar que, sob diferentes argumentos, ambos concordam que a competitividade e a perspectiva de alternância no poder, são condições necessárias a defesa de qualquer modelo de democracia representativa com pretensões normativas.

Retomo neste ponto a indagação subjacente ao título deste texto: os padrões de competitividade eleitoral são afetados pela dinâmica de funcionamento das esferas política midiatizadas?

Apenas superficialmente Chantal toca na "política de identidade", como forma de personalização que degradaria as disputas políticas. Sartori vai mais além, ao admitir que o conceito de "imagem" tem sido pouco desenvolvido no âmbito teoria política, embora reconheçe que "os partidos (e eu acrescento,os candidatos) se comunicam com os eleitores de massa pelas imagens partidárias e que grande parte de suas estratégias relacionam-se como a formação de imagens adequadas ao público do qual esperam votos.*"* (SARTORI,1994, p. 360).

Proponho o termo *sociedade midiatizada* como substitutivo de *sociedade de massa* porque com ele o foco da análise é direcionado para

os novos processos de representações da "realidade política" que tendem a se autonomizar das experiências vivenciais diretas passando a ser predominantemente modeladas pelas formas de comunicação midiática.

Régis Debray (1994) defende a tese de que o estudo da eficácia simbólica não dispensa o estudo das mediações materiais que permitem a um símbolo se inscrever, se transmitir, circular e perdurar nas sociedades dos homens. Para ele uma "logística da dominação" não se desvincula de uma "logística dos símbolos", o que é considerado ainda mais verdadeiro para o poder em sua forma democrática, que se fundamenta na obrigação de persuadir, de conquistar adesão dos dominados para ser legitimamente exercido. Segundo o mesmo autor, os processos midiáticos não inventaram o *fazer acreditar político*, mas certamente reciclaram suas funções perenes, ou seja, as estratégias que os maquinismos variáveis tornam possíveis:[2]

No caso brasileiro, o processo de midiatização da comunicação política atingiu sua plenitude na fase de redemocratização (década de 1980). A "Campanha das Diretas Já"[3] foi o primeiro grande experimento de mobilização nacional efetivado sob os moldes da comunicação áudiovisual e sob a regência de publicitários responsáveis pela criação de roteiros, "slogans", trilhas sonoras que se incorporaram a memória política dos brasileiros.

A hipótese que levanto é que a midiatização dos processos eleitorais no Brasil[4] afetaram os padrões de competitividade de modo especial das campanhas eleitorais majoritárias, tanto no plano das disputas presidenciais como nas eleições para governos estaduais e prefeituras das grandes metrópoles. (excluo desta análise as campanhas parlamentares que se regem por parâmetros distintos de comunicação e competitividade entre candidatos e partidos).

---

[2] O autor propõe que uma disciplina específica, a Midiologia, definida como "o estudo das mediações pela quais uma idéia se torna força material, mediações de que os nossos meios de comunicação de massa são apenas um prolongamento tardio e invasor" (DEBRAY. *Curso de Midiologia Geral*, 1993, p.14).

[3] Ver texto de minha autoria "Cenários e Personagens da Transição Democrática Brasileira", publicado na Revista do Instituto Histórico do Ceará, ano 2007.

[4] Vale ressaltar e especificidade das campanhas eleitoriais no Brasil em que partidos e candidatos se apresentam em programas com horários fixos na TV e rádio. A propaganda obrigatória regulada pela Justiça Eleitoral HGPE possibilita formatos multifacetados dos discursos políticos.

Entre os pontos de mutações destaco: a) centralidade das "imagens" dos candidatos em relação a dos partidos políticos nos processos de produção das campanhas eleitorais. O embate de ideias e de programas de governo não desaparece, mas é submetido ao crivo do "ethos"[5] ou imagens dos candidatos, construídas não apenas *pelo que é dito* mas principalmente pelo *como é dito* e por *quem é dito*, deslocando a persuasão dos melhores argumentos para o da potencialidade de " fazer acreditar" que aqueles que falam suscitam em sua audiência; b) uma forte hibridação do discurso político por múltiplos gêneros discursivos, tornando-o menos esotérico, mais coloquial, passível de ser acolhido pelo homem comum ao se reportar às aflições e sonhos de seu cotidiano enraizando-se no imaginário político coletivo; c) uma política de imagem bem-sucedida, apoiada em uma simbólica forte traduzida em formas de ação que a alimentam, tende a inaugurar ciclos políticos relativamente longos, em que um personagem ou um grupo político se mantém no poder através de vitórias eleitorais sucessivas alcançadas em campanhas com reduzido nível de competitividade entre os candidatos. Este fenômeno tem sido reconhecido pela mídia como sinônimo de uma "Era" que carrega a "imagem marca"[6] de quem a personifica.

Vale lembrar que na América Latina a perspectiva de manter-se no poder detectada na mensuração dos índices de popularidade alcançados pelos governantes tem incentivado nas últimas décadas manobras políticas que resultaram em mudanças na legislação eleitoral que introduziram o estatuto da reeleição para um segundo mandato, pairando no ar a tentação e a suspeita (ameaçadoras) de tornar ilimitado o número de re-eleições de um mesmo candidato sob o argumento de atender à vontade do povo. Essas novas formas de continuidade são ressignificadas positivamente como desejáveis e desejadas pelo povo, distintas assim da reedição de manobras autoritárias ou golpistas que historicamente interromperam a democracia no continente latino-americano instaurando regimes ditatoriais. As novas formas de continuidade se diferenciariam também

[5] O conceito de "ethos" formulado por Maingneau na perspectiva teórica da Análise do Discurso.

[6] O conceito de imagem marca no âmbito da política de imagem reporta-se ao processo intencional, planejado, de construção do perfil de personagens a serem postos em circulação na esfera pública mediática, e que pretendem distinguir-se na conquista de afetos positivos dos destinatários conduzindo-os a uma "escolha" ou adesão face às ofertas simbólicas dos concorrentes.

das versões estigmatizadas de continuísmo, vinculadas ao oligarquismo político, alimentado pela fidelidade de clientelas políticas;

A passagem de situações de não competitividade para a de competitividade em campanhas eleitorais assinala o esgotamento da força simbólica da "imagem marca" que dava sustentação ao um ciclo político até então vigente. As energias dos competidores são mobilizadas na busca de outras simbólicas que suscitem o "fazer acreditar", que reacendam as esperanças coletivas em um futuro melhor. A simbólica das mudanças é declinada de múltiplas formas pelos candidatos em esforços de distinção nem sempre bem-sucedidos. Nestes casos existe a possibilidade de que se instalem ciclos mais ou menos longos de campanhas competitivas em que as fronteiras simbólicas entre os competidores parecem borradas, tornando a escolha dos eleitores um processo volátil, com oscilações de preferências detectadas pelas pesquisas, que tendem a adiar as decisões para o segundo turno, no qual a diferença de votos entre os disputantes pode ainda persistir baixa.

Vale ressaltar que o princípio de alternância do poder, reconhecido como fundamento basilar das democracias representativas, nunca é inteiramente suprimido mesmo quando ciclos políticos de longa duração pareçam negá-lo na prática. Ou seja, as salvaguardas que sustentam a potencialidade da alternância são buscadas em normas da legislação eleitoral que minimizem as condições de desigualdade entre os candidatos. Os dispositivos legais que pretendem separar as ações de governo e atividades de campanhas dos candidatos à reeleição, no entanto, permanecem sempre problemáticos, tornando-se objeto de constantes questionamentos. Dificilmente um governante candidato deixa de estar na lista dos concorrentes mais fortes, e a probabilidade de sua reeleição é em geral muito alta. No Brasil, nas condições atuais, um governante que não se re-candidata ao mesmo posto, ou pretende alçar voos políticos mais altos, passa um atestado público de autorreconhecimento de fracasso de sua gestão.

Evidentemente que a duração de um ciclo político pode ultrapassar os oito anos consecutivos de gestão de um candidato re-eleito na vigência da atual legislação brasileira. Neste caso, a continuidade dependeria do preenchimento de uma das duas condições: a) a imagem positiva do governante em exercício é tão forte que qualquer candidato por ele indicado para sucedê-lo será vitorioso; b) a imagem marca positiva não é

exclusiva do governante, mas atribuída a entidades coletivas, tais como partidos ou grupos políticos. Neste caso é possível a permutabilidade na indicação dos candidatos sem que ocorram alterações relevantes nos resultados eleitorais. Estas são evidentemente situações limite, que tendem a ser na realidade muito mais complexas.

Considerando a hipótese levantada de que a longevidade política nas esfera públicas midiatizadas vincula-se às possibilidades de que candidatos a postos políticos majoritários acionem processos de produção de marcas políticas fortes, desenvolvo no tópico uma breve exposição sobre o conceito e tipologias de imaginários sociodiscursivos propostos por Patrick Charaudeau que se constituem o solo onde se enraízam e se nutrem os discursos políticos que potencialmente mobilizam em seus destinatários sentimentos vigorosos de valores, crenças e sentimentos partilhados que se traduzem em votos .

Imaginários de verdade e discursos políticos

As disputas eleitorais majoritárias são momentos em que, de forma mais explícita, são mobilizados pelos candidatos elementos do imaginário social que possam suscitar nos eleitores afetos positivos que os credenciem à conquista de votos. Ou seja, o poder simbólico definido por Bourdieu (1982) como capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças dos outros, e na verdade, de criar acontecimentos, através da produção e transmissão das formas simbólicas é, de forma especial, acionado nas campanhas eleitorais. Isto porque nas democracias liberais o campo político é caracterizado por uma dupla e distinta lógica: de um lado os representantes políticos são membros do subcampo político institucional no qual suas lutas cotidianas são movidas por uma lógica própria, por exigências de lealdade partidária, de construção de coalizões e formas discursivas esotéricas aos "profanos"; de outro, como pessoas eleitas, os representantes políticos estão ligados ao campo político mais amplo de cidadãos, ou não profissionais da política, de cujo apoio dependem para conquistar ou manter posições de mando.

Patrick Charaudeau distingue dois níveis implicados na ação política: a instância política, que é delegada, assume a realização da ação política (gestora dos negócios do Estado) e a instância cidadã, que está

na origem da escolha dos representantes do poder. A contradição entre a instância política, que é de decisão e execução, deve agir em função do possível, e a instância cidadã a que elege candidatos para realizar o desejável, ganha contornos nítidos nas campanhas eleitorais e nas formas de comunicação que lhe são peculiares. Os discursos eleitorais em busca de adesão da "instância cidadã" deslizam no plano da ambiguidade das promessas de um mundo desejável que, no entanto, devem ser percebidas como de realização possível, o que implica a crença de que os que prometem detêm vontade, condições e meios para viabilizá-las.

Patrick Charaudeau formulou o conceito de *"*imaginários políticos sócio discursivos*"* para reportar-se aos saberes, ou representações que constroem discursivamente a "realidade política" como um universo de significações:

"À medida que os saberes enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significações segundo o princípio da coerência, falaremos de imaginários. E tendo em vista que estes são identificados por enunciados linguajeiros produzidos de diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis, nós os chamaremos de imaginários sócio discursivos." (CHARAUDEAU, 2006, p. 203).

Os discursos políticos são reconhecidos em sua dimensão pragmática, ou seja, considerados práticas sociais constitutivas da própria "realidade política" na qual se entrelaçam "saberes de conhecimento"[7] e "saberes de crença", subjacentes às decisões e julgamentos que determinam vitórias e derrotas em batalhas eleitorais. Os imaginários são representações da realidade que não pode ser apreendida em si mesma, pressupondo a mediação de interpretações que a inscrevem no universo dos fenômenos culturais, ou seja, de significações e valores socialmente construídos.

> A realidade nela mesma existe, mas não significa. A significação da realidade depende de uma dupla relação: a relação que o homem man-

[7] Os "saberes de conhecimento" visariam estabelecer uma verdade sobre os fenômenos do mundo, enquanto os de "saberes de crença" são procedentes de avaliações sobre os mesmos. Ambos estruturam as representações sociais, mantendo entre si fronteiras permeáveis, de modo especial nos campo da "realidade política", em que os propósitos persuasivos tendem a fazer passar uma "verdade de crença" por "verdade de conhecimento".

> tém com a realidade por meio de sua experiência, e a que estabelece com outros para alcançar o consenso de significação. A realidade tem que ser percebida pelo homem para significar. (CHARAUDEAU, 2006).

Nesta perspectiva, o conceito de "imaginário" não se estabelece em oposição ao verdadeiro, o sentido nele investido não é nem verdadeiro nem falso, à medida que o que nele se reflete e se inscreve é a visão do homem sobre o mundo social na ordem do verossímil, ou seja, do que é possível ser considerado verdade. Daí a indagação posta por Charaudeau: *como considerar que o homem construiria percepções significantes sobre o mundo se ele não as tivesse como verdadeiras?*

Admitindo que nos discursos políticos valores e crenças se encontram em concorrência, a principal questão a ser posta pelo analista seria: qual a "força de verdade" que os caucionam, fazendo variar seus graus de eficácia?

De modo especial na política haveria menos um "ser verdadeiro" do que um "crer verdadeiro", daí a importância do encaixe dos discursos políticos nos arquivos simbólicos dos imaginários sociais e políticos. Na impossibilidade de garantir uma força de verdade que emane de uma suposta essência de verdade, o que resta ao analista político é principalmente identificar os "efeitos de verdade" dos discursos políticos que se traduzem em adesão ao que é dito a partir do crédito reconhecido a quem fala e das condições sociais de produção discursiva que tornam crível o que é dito. Charaudeau propõe que os discursos políticos sejam agrupados a partir dos valores que os legitimam, filiando-os aos grandes tipos de imaginários sociodiscursivos vigentes na cultura ocidental que de forma recorrente alimentam a dramaturgia política: o imaginário da "tradição", da "modernidade" e da "soberania popular".

O discurso característico do imaginário da tradição é sintetizado pelo mesmo autor como o da busca de uma identidade coletiva cultuada em símbolos, mitos fundadores, narrativas de glorificação de um passado a ser preservado ou revivido. O imaginário da tradição "supõe um operador simbólico que, mediante a filiação, remete a uma paternidade primordial, arquetípica, que confere legitimidade em decorrência da origem." (CHARAUDEAU, 2006, p, 214). Os discursos políticos nacionalistas ou regionalistas, que contrapõem um "nós" a um outro "estrangeiro", são ilustrativos do imaginário da tradição. Os valores sustentados são: a natureza; a pureza; a fidelidade; a responsabilidade.

O imaginário da modernidade remete ao confronto simbólico entre presente e passado: *"*abrange um conjunto de representações que os grupos sociais constroem a propósito da maneira como percebem ou julgam seu instante presente, em comparação com o passado, atribuindo-lhe um valor positivo, mesmo quando o criticam*"* (CHARAUDEAU, 2006, p. 217).

O passado é percebido como uma "era de obscurantismo", herança pesada a ser descartada, com a introdução de novos modelos de pensamento e comportamento. A ideia de progresso, que domina o imaginário da modernidade, como afirma Charaudeau, engendra dois tipos de discurso: o econômico e o tecnológico, ambos centrados nas representações que as sociedades fazem sobre as maneiras legítimas de gestão da vida coletiva do ponto de vista da produção e da repartição das riquezas. Embora reivindique para si os princípios da realidade e da razão, em oposição à paixão, Charaudeu considera que o imaginário da modernidade é tão idealizado quanto os demais, à medida que institui discursos com "valores de verdade". A ênfase valorativa recai sobre crença na capacidade da ação humana de transformar o mundo com seu pensamento (conceitos), sua mão e suas novas ferramentas (criação tecnológica) Sua máxima moral é o realismo utilitário "de que nada adianta sonhar com fins ideais se não se dispõe de recursos para atingi-los." (CHARAUDEAU, 2006, p. 222-226).

O imaginário da "soberania popular" abrange representações sobre uma entidade que transcende aos indivíduos, o povo, consagrado como fonte originária do poder político que apenas em seu nome e para o seu bem poderá ser exercido.

A noção de democracia sustenta-se neste imaginário em que o povo é "erigido como entidade abstrata da razão, representante de uma opinião pública consensual, resultante de uma deliberação ao longo do qual foram confrontados pontos de vista diferentes para chegar a uma opinião dita majoritária que se imporia a todos" (CHARAUDEAU, 2006, p. 227).

O adágio "a voz do povo é voz de Deus" ilustra o deslocamento da origem da sabedoria e da transcendência do plano sobrenatural para o natural, sem que desapareça inteiramente a dimensão de sacralidade da ordem social[18] encarnada nos valores da justiça que emanariam da lei, cujo fundamento último seria a "vontade geral".

[18] A categoria Povo é tomada como equivalente a de uma divindade.

O imaginário da "soberania popular" acolheu ao longo da história, discursos de matrizes valorativas distintas. Os discursos do direito à identidade, o do igualitarismo e da solidariedade, trazem embutidos em si a semente de uma polêmica sempre presente na política: como conciliar direitos, deveres e interesses antagônicos entre indivíduos e grupos específicos em nome de um interesse coletivo?

Os processos de comunicação midiática (com ênfase na televisiva) entre políticos e eleitores, predominantes nas atuais campanhas eleitorais, ao ampliar seu raio de alcance no tempo e espaço, atingem uma audiência diversificada, exigindo que os discursos políticos assumam uma dimensão cada vez mais "exotérica", que assimilando o tom e a linguagem dos homens comuns, possam seduzi-los ao operar o "efeito espelho", ou seja, oferecer aos quem nele se olham o "reflexo" de seus próprios desejos. Estreitam-se assim as imbricações entre as representações da política e as representações societárias ou coletivas. (CARVALHO, 2004)

Neste sentido, os discursos políticos tornam-se cada vez mais flexíveis, incorporando representações e valores de diferentes tipos de imaginários sociais e políticos, em uma espécie de cardápio múltiplo, *self-service*, que busca oferecer o que há de comum e de específico a todos os gostos. O mandamento básico da teologia do consumo é: para todos e para cada um conforme suas preferências.

Os tipos ideais de imaginários políticos sociodiscursivos propostos por Charaudeau são ferramentas metodológicas importantes na análise dos discursos constituivos de imagens marcas de candidatos que suscitem na audiência a "verdade de crença" que pode conduzi-los à vitória. Nos casos em que "imagens-marca" ancoradas em elementos simbólicos vigorosos são competentemente reforçadas no decorrer da gestão dos governantes, ampliam-se as perspectivas de que sejam confirmadas pelos eleitores em campanhas posteriores inaugurando ciclos de longevidade política.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Afonso.(1996)" Autoridade/ Identidade: a construção da imagem pública de Collor e Lula na campanha de 1989", texto apresentado no 5º. Encontro Anual da Compós

ALDÉ, Alessandra. (2004). **Construção da Política- democracia, cidadania e meios de comunicação de massa.** RJ: Editora FGV.

ALDÉ, Alessandra e VASCONCELOS Fábio. (2008) em texto intitulado*, Ao vivo, de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e* circulação de notícias.

ALMEIDA, Jorge. (1998). *Como vota o povo brasileiro.* Ed. Xamã, São Paulo.

_____. (2004) *Serra e a mudança:* um discurso fora do lugar de fala. **In Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil – ensaios sobre mídia, cultura e política.** São Paulo: Hackers Editores / Cult.

_____. (2008) *Apelos eleitorais dos candidatos presidenciais do Brasil em 2006.*

BALANDIER, George. (1982). *O poder em cena***.** Brasília: Editora UNB.

BARHES, Roland. (1993). *Mitologias*. São Paulo: Bertrand.

BARREIRA, Irlys. (2008). *Imagens Ritualizadas* – apresentação de mulheres em cenários eleitorais. Campinas/São Paulo: Ed. Pontes.

BENJAMIN, Walter. (1995). *Obras escolhidas- magia e arte*. São Paulo: Brasiliense.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. (1991) **A Construção Social da Realidade - Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes.

BOURDIEU, Pierre. (1989). **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel/ Bertrand.

_____. (1982) **O Que Falar, o Que Dizer.** Lisboa: Difel.

_____. (1990) **Coisas Ditas.** SP: Editora Brasiliense.

BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei - A Construção a Imagem Pública de Luís XIV.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor

CARDOSO Flamarion e MAKERBA Jurandir- organizadores (2000) **Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar.** São Paulo: Papirus Editora.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (1999). **Transição Democrática Brasileira e Padrão Publicitário Midiático da Política.** Campinas-SP: Pontes Editores/UFC.

_____. "Cenários e Personagens da Transição Democrática Brasileira", **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, ano 2007.

_____. (Org) - 2003. A Produção da Política em Campanhas Eleitorais. SP/CE: Pontes/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFC.

_____. (2.004). "Representações da Política" in **Comunicação e Política: conceitos e abordagens. SP/Salvador**. (Org.) Antonio Albino Canelas Rubim, Editora UNESP/UFBA.

_____. (2004) " Como Se Faz e Desfaz Um Fenômeno Eleitoral: o caso Roseana." in **Eleições Presidenciais no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política. Rubim**, Antonio Canelas Rubim (Org.). SP: Hacker Editores/CULT.

———. (1995) *Eleições Presidenciais de 1994- alguma reflexões sobre o padrão midiático da política in* ***Textos Mídia Política e Eleição 33,*** UFBA- Progama de Pós Graduação em Comunicação.

_____. (1998) *Imagem Marca e Reeleição: a campanha de FHC em 1998* in **Mídia e Eleições 98** (Org.) Antonio Albino Rubim; Edições FACOM.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos e LEMENHE. Maria Auxiliadora. **Política, Cultura e Processos Eleitorais.** (2006).

CASTORIADIS, Cornélius. **A Instituição Imaginária da Sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar Opinião - O Novo Jogo Político**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes.

CHARAUDEAU, Patrick. (2006). **Discurso Político.** SP: Editora Contexto.

CHARTIER, R. (1990). **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Lisboa.: Difel.

DAHL, Robert, (1971), **Polarchy : Participation and Opposition**, New Haven, Yale University Press

DEBRAY, Régis.(1994) **O Estado Sedutor - As revoluções midiológicas do Poder.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes.

Durand, Gilbert. (1997). **As Estrutura Antropológicas do Imaginário.** SP: Martins Fontes.

ELIADE, Mircea. (1991). **Imagens e Símbolos - Ensaio sobre o simbolismo Religioso**. São Paulo: Martins Fontes.

FAUSTO, Antônio Neto. (1995**). O Impeachment da Televisão – como se cassa um presidente**. RJ: Diadorim.

LEMENHE, Maria Auxiliadora**,** (2006). ***Figurações de um presidente: Lula traidor, companherio, populista*** **publicado na coletânea Imaginários Sociais em Movimento. (**Organizadores) Júlia Miranda, Ismael Pordeus e **Laplantine**, François. Editora Pontes/ UFC/ Universidade de Lyon 2. Campinas, SP: Fausto Antônio Neto

MOUFFE, Chantal,(2005). *Por Um Modelo Agonístico de Democracia,* in **Revista de Sociologia Política**. Curitiba.

FOUCAULT, Michel. (2003) A Verdade e as Formas Jurídicas. RJ: Nau Editora /PUC. GIDDENS, Anthony (1993). A Transformação da Intimidade - Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas. SP: Editora UNESP.

GINZBURG, Carlo. (1986). Mitos Emblemas e Sinais. São Paulo: Companhia das Letras.

GOFFMAN, Erving. (1975) A Representação do Eu na Vida Cotidiana. Petrópolis-RJ: Editora Vozes.

IBANEZ, F. Representações sociales: teoria e método in Ideologías de la vida cotidiana. Barcelona: Sendai, 1988.

JAWADAT Abu –El-Haj. (2007). *Robert Dahl e o Dilema da Igualdade na Democracia Moderna* in Revista de Ciências Sociais. Lisboa

JOAS, Hans. (1999) " Interacionismo Simbólico" in Teoria Social Hoje, organizadores Anthony Giddens e Jonathan Turner: Editora UNESP.

JODELET, Denise. (1991). Les Représentations Sociales. p. 31-61. Paris: PUF.

LIPOVETSKY. Giles. (1997). O Império do Efêmero - A moda e seu Destino nas Sociedades Modernas. São Paulo: Companhia das Letras.

LEFEBVRE, Henry. (1983). Contribuición a la teoria de las representaciones. México: Fondo de Cultura Econômica.

MAINGUEAU**,** Dominique. (2001). **Análise de Textos de Comunicação.** SP: Cortez Editora.

PALMEIRA, Moacir e GOLMAN, Marcio (1996). Antropologia e Representação Política. Rio de Janeiro: Contra Capa.

PROSS, Harry. (1997) Estructura simbólica del Poder - Teoria e prática de la comunicación pública. Barcelona: Editora Gustavo Gili.

RIVIÉRE, Claude. (1989). As Liturgias Políticas. Rio de Janeiro: Imago.

RUBIM, Antonio Canelas Albino. (2004) **Comunicação e Política: conceitos e abordagens.** SP/Salvador: Editora UNESP/UFBA.

_____. (2004) **Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil – ensaios sobre mídia, cultura e política.** SP: Hackers Editores/ CULT.

_____. **Midia e Política – Eleições de 1994.** (1995) Textos 33. UFBA

_____. " As imagens de Lula presidente" in Lula Presidente **– Televisão e política na campanha eleitoral.** (2003) (Orgs.) Antônio Fausto Neto e Antônio Albino Rubim e Eliseo Veron. Editora Unisinos/ Hacker Editores.

SARTORI, Giovanni (1994). A Teoria da Democracia Revisitada - O debate contemporâneo. v. 1**.** Editora Ática.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gerard. (1978). O Estado Espetáculo. São Paulo: Difel.

SENNETT, Richard. (1998) O Declínio do Homem Público - As Tiranias da Intimidade. São Paulo: Companhia das Letras.

THOMPSON, John B. (2002) O Escândalo Político – poder e visibilidade na era da mídia. RJ: Editora Vozes.

VERON, Eliseo. (1980). A Produção de Sentido. São Paulo - SP: Editora Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo.

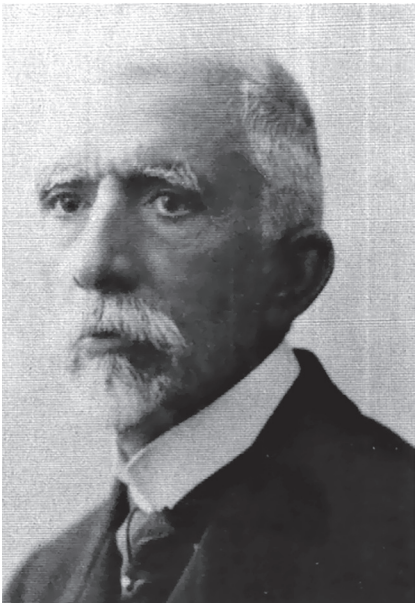
SPINK, M.J. - Org- (1993). O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia. São Paulo: Brasiliense.

VERNANT, Jean - Pierre. (1996). Entre Mito e Política. São Paulo: Edusp.

WEBER, Max (1999). Economia e Sociedade, v. 2. Brasília: Editora UNB.

Ernesto Deocleciano e o desenvolvimento econômico da Região Centro-Norte do Ceará e da Região Oeste do Rio Grande do Norte

Carlos Negreiros Viana*



1 Introdução

Na atual conjuntura, quando o Município de Sobral volta a passar por uma fase de intensa dinamização econômica, decorrente, sobretudo, da instalação de novas indústrias em seu território, seria o momento mais do que oportuno para relembrar o papel pioneiro de Ernesto

* Mestre em Economia pela UnB. Professor do Curso de Ciências Econômicas da UFC/Campus de Sobral.

Deocleciano de Albuquerque na industrialização sobralense, bem como a relevância do seu caráter empreendedor para o desenvolvimento econômico da Região Centro-Norte do Estado do Ceará e da Região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte.

Assim sendo, o objetivo precípuo deste artigo é o de demonstrar, através de aspectos de sua vida e de seus empreendimentos, o papel fundamental desempenhado pelo Coronel Ernesto Deocleciano no desenvolvimento econômico da Região Centro-Norte do Ceará e da Região Oeste do Rio Grande do Norte.

2 O coronel Ernesto Deocleciano de Albuquerque

Ernesto Deocleciano de Albuquerque, nascido em Aracati, a 20/05/1841, era filho de Carolina Sacha de Albuquerque Mello, aracatiense, e de Deocleciano Ernesto de Albuquerque Mello, natural do Rio Grande do Norte (ARAÚJO, 1983; AMARAL, 1949).[1]

Em 1854, com 13 anos, foi de Aracati para Sobral, levado pelo Coronel José Saboya, irmão de sua mãe, para trabalhar, como caixeiro, no estabelecimento comercial que ali possuía (AMARAL, 1949).[2]

Exerceu essa profissão por seis anos e, em 1861, abriu sua própria casa comercial. Em 23/03/1880, aceita, como sócio, Miguel Cialdini, seu antigo empregado (IBIDEM).

Atuando no comércio de exportação e importação, o seu estabelecimento comercial não cessou de se expandir durante a sociedade com Cialdini e após o seu rompimento. Comprava e exportava ele produtos como couros, peles e algodão, ao mesmo tempo que importava artigos ingleses, sobretudo tecidos, que eram revendidos em toda a Zona Norte do Ceará (AMARAL, 1949; LUSTOSA DA COSTA, 1987).

Como cotonicultor e exportador de algodão, logo montou seu próprio negócio de beneficiamento desse produto: de início, de forma manual, e, posteriormente, fazendo uso de máquinas de prensar. É oportuno lembrar que, o primeiro descaroçador de algodão movido por um locomóvel a vapor, a entrar em atividade na Região Centro-Norte do Ceará, foi de sua propriedade (LUSTOSA DA COSTA, 1987).

Em 1879, em resposta a uma solicitação do Presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros, instalou o primeiro sis-

tema de iluminação pública de Sobral, com base na utilização de lampiões contendo gás "globo" ou "nafta" (AMARAL, 1949).

Foi a partir das atividades de beneficiador e exportador de algodão que o Cel. Ernesto Deocleciano decidiu instalar uma fábrica de fiação e tecelagem em Sobral, o que se tornou possível através de uma sociedade com Cândido José Ribeiro, industrial do ramo têxtil no Maranhão (VIANA, 1988).

A construção dessa fábrica teve inicio em 02/01/1893 e terminou em julho de 1895, tendo sido inaugurada no dia 14 desse mês, para se tornar o estabelecimento industrial que mais tempo passou em atividade na história industrial do Ceará, já que funcionou durante mais de 110 anos (AMARAL, 1949; ARAGÃO, 2002).

Em 1894, Ernesto Deocleciano, juntamente com Antônio Regino do Amaral, José Figueira de Saboya e Silva, João Frederico Ferreira Pimentel e Vicente Adeodato Carneiro, constitui a "Empresa Carril Sobralense", com o objetivo de explorar o transporte urbano, em Sobral, através de bondes puxados a burro (ANDRADE, 1992).

No "Relatório do Ano de 1896 Apresentado à Assembleia Geral de Acionistas do Banco do Ceará em 01/03/1897", na seção que relaciona os acionistas daquele estabelecimento bancário, instalado em Fortaleza, em 1893, pode-se constatar que Ernesto Deocleciano de Albuquerque, em 1896, é um dos seus 219 acionistas e que possui 100 ações (do total de 10.000 ações), no valor total de 10 contos de réis (VIANA, 2006).

Quando, devido aos constantes déficits financeiros apresentados a partir de 1890, o Governo Federal decidiu arrendar as estradas-de-ferro de Baturité e de Sobral, Ernesto Deocleciano conseguiu o arrendamento dessa última, em 1897, para a firma "Saboya, Albuquerque & Cia.", da qual era sócio comanditário e seu filho Vicente e seu sobrinho e primo João Thomé de Saboya e Silva (depois Presidente do Estado do Ceará, de 1916 a 1920), sócios solidários (AMARAL, 1949).

Para quem foi, durante muito tempo, o maior detentor de apólices da "Dívida Pública da União", no Estado do Ceará, não foi difícil prestar fiança de 50 contos de réis para garantir o arrendamento, que durou até 1909, quando foi transferido à empresa "South American Railway Construction Company Limited" (IBIDEM).

Arrendada a ferrovia, ele pôs todo o seu empenho na normalização do tráfego de Camocim ao Ipu, o que veio trazer imensos bene-

fícios, não somente para a "Fábrica de Sobral", pelo transporte mais rápido e barato de seus tecidos para as regiões consumidoras do Norte do Estado, mas também para a própria região, ao facilitar o escoamento de sua produção agrícola (LUSTOSA DA COSTA, 1987).

É oportuno salientar que a história da "Fábrica de Sobral" continuará visceralmente ligada ao dessa ferrovia, mesmo quando cessar esse arrendamento, em 1909, sobretudo, quando, através de prolongamentos, ela passar por Crateús (em 1912), pela Ibiapaba (em 1918), até atingir a Estação de Oiticica, na fronteira com o Piauí (em 1932), o que expandirá e consolidará a ação polarizadora de Sobral sobre o Oeste cearense e vastas regiões do Piauí e Maranhão (ANDRADE, 1974).

Ao mesmo tempo que arrendava a "Estrada-de-Ferro de Sobral" a Ernesto Deocleciano, o Governo Federal lhe concedia o agenciamento do "Lóide Brasileiro", no porto de Camocim, e duplicava o número de navios a servirem àquele porto. Para explorar essa atividade, ele constituiu a firma "Albuquerque & Cia." (LUSTOSA DA COSTA, 1987; AMARAL, 1949).

Na época em que se tornou agenciador do "Lóide Brasileiro" em Camocim, Ernesto Deocleciano adquiriu grandes salinas em Chaval, que pertencia, então, ao Município de Granja (AMARAL, 1949).

No ano de 1899, Ernesto Deocleciano trouxe, do Aracati para Sobral, o artesanato do chapéu-de-palha de carnaúba. Ao introduzir essa atividade artesanal em Sobral, ele talvez não vislumbrasse a dimensão econômica e social que ela viria a assumir no futuro, não apenas em Sobral, mas em muitos municípios circunvizinhos a ela, a ponto de torná-la "A Capital Mundial do Chapéu-de-Palha" (GIRÃO & SOARES, 1997).

Em 1910, o Coronel Ernesto Deocleciano voltou a atuar como empresário do setor ferroviário. Nesse ano, ele, juntamente com os seus filhos Vicente (1874-1947) e Humberto (1879-1924), constituiu a firma "Albuquerque & Cia.", em Natal, Rio Grande do Norte, com o objetivo de construir e explorar a "Estrada-de-Ferro de Mossoró" (EFM) (ROSADO, 2000).

Essa ferrovia, que teve seu primeiro trecho, que ia de Porto-Franco a Mossoró, inaugurado em 19/03/1915, teria Vicente Saboya de Albuquerque, como seu principal acionista, até sua morte, em 1947 (IBIDEM).

Com a construção e exploração da EFM, cresceria, ainda mais, o seu prestígio no Rio Grande do Norte. Não seria demais lembrar que um

irmão seu, Euclides Deocleciano de Albuquerque, foi Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Norte, por nomeação de 16/02/1878, deputado, em cinco biênios, e Presidente da Assembleia Legislativa, e que outro seu irmão, Francisco Tertuliano de Albuquerque, foi rico salineiro em Mossoró (AMARAL, 1949).

No Rio de Janeiro, Ernesto Deocleciano era sócio da "Construtora Humberto Saboya & Cia.", juntamente com os filhos Humberto, engenheiro, e Vicente, empresário com livre acesso ao poder central, o que permitiu que tal firma obtivesse lucrativos contratos com o Ministério da Viação e Obras Públicas e com a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), para a construção de açudes e estradas (LUSTOSA DA COSTA, 1987).

Ao ser instalado o "Banco de Crédito Agrícola de Sobral", em 08/01/1921, Ernesto Deocleciano se tornou um dos seus acionistas. Em 31/12/1922, quando esse estabelecimento bancário contava com 159 sócios, que possuíam 2.353 ações, no valor total de 235:300$000, ele era detentor de 50 ações, que valiam, em seu total, cinco contos de réis (CORREIO DA SEMANA, 1923).

Na vida pública, Ernesto Deocleciano foi chefe do "Partido Republicano Conservador Cearense" (PRCC), Presidente da Câmara dos Vereadores de Sobral, e um dos vice-presidentes do Estado do Ceará, de 1896 a 1900, quando do primeiro mandato do Comendador Nogueira Accioly (AMARAL, 1949).

Dois de seus filhos e um genro também militaram na política: Vicente foi deputado federal, de 1918 a 1920; José Saboya (1871-1950), que, apesar da grande liderança política que exercia na Região Centro-Norte do Estado nunca quis se candidatar a cargos no poder legislativo ou executivo, tendo apenas assumido, por pouco tempo, o posto de Secretário do Interior e Justiça, quando era Presidente do Estado, João Thomé de Saboya e Silva, seu primo; e João Marinho de Andrade, marido de sua filha Maria Carolina, foi deputado estadual, Prefeito de Fortaleza e deputado federal (IBIDEM).

O Cel. Ernesto Deocleciano e sua prima Francisca Carolina, que era filha do Cel. José Saboya, casaram, em Sobral, em 28/01/1865, e tiveram oito filhos: Maria Carolina, Joaquina, José, Vicente, Ernesto Esperidião, Antônia Ernestina, Humberto e Massilon (IBIDEM).

Quando faleceu, em 23/11/1922, deixou grande patrimônio, cujo inventário foi o maior que já se processou no fórum de Sobral, em todas as épocas (IBIDEM).

3 Ernesto Deocleciano e a iluminação pública de Sobral

Em 19/03/1879, em carta confidencial, o Presidente da Província do Ceará, José Júlio de Albuquerque Barros, propõe à Câmara de Sobral que se faça uso de gás "globo" ou "nafta", que seria, segundo ele, mais moderno que o querosene, para iluminar logradouros públicos naquela cidade (ARAÚJO, 1983).

Para viabilizar sua proposta, José Júlio (o futuro Barão de Sobral) fez o governo provincial adquirir 200 lampiões, providos de receptáculos para o armazenamento de gás, e 100 latas de gás "globo" ou "nafta" e pediu ele a cooperação do Cel. Ernesto Deocleciano para conseguir 200 postes de aroeira ou de outra madeira de lei, nas matas de suas terras, nos quais deveriam ser acoplados os lampiões (IBIDEM).

Seis dias depois de ter recebido a carta do Presidente da Província, em 25/03/1879, a Câmara de Sobral firma contrato, no valor de 14 contos de réis, com Ernesto Deocleciano, para que ele realize a primeira tentativa, na cidade, de iluminação pública com gás "globo" (IBIDEM).

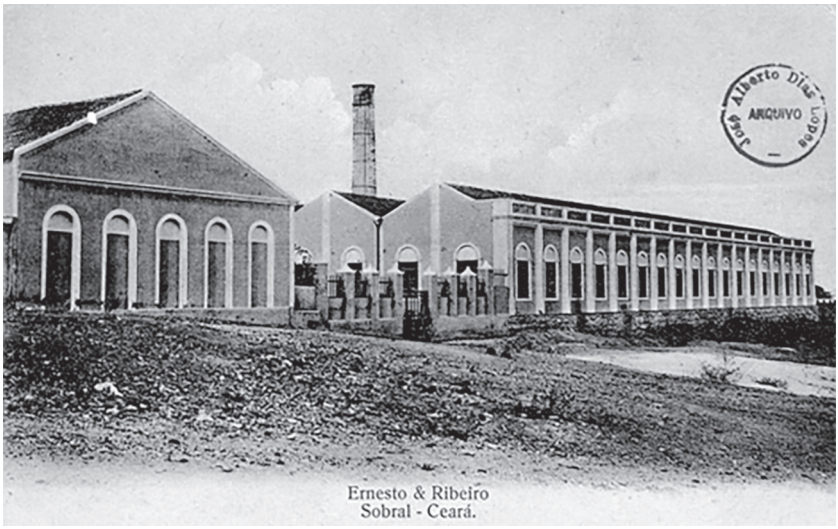
Em 17/10/1879, a título de experiência, é iluminada, com gás "globo", a frente da residência do Cel. Ernesto Deocleciano, que se situava na Rua do Campelo (atual Rua Ernesto Deocleciano), em frente à Praça do Mercado (atual Praça Dr. José Saboya) (IBIDEM).

Segundo Amaral (1949), após essa experiência, começaram os trabalhos de assentamento dos postes nos lugares em que se supôs mais úteis. O critério adotado, no entanto, conforme esse autor, não deu bom resultado, pois variando a distância de um poste a outro, a iluminação se mostrou ineficiente. Além do que, o gás "globo" não se mostrou tão adequado como se esperava.

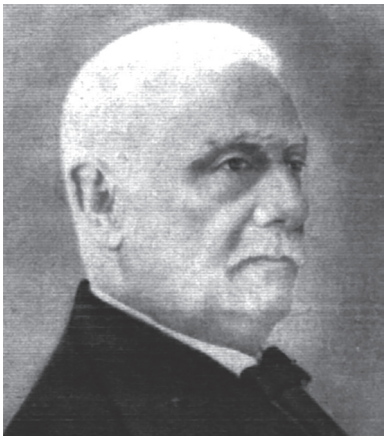
Apesar dessas deficiências, a cidade de Sobral somente, em 1895, teria um novo sistema de iluminação pública implantado. Esse sistema seria inaugurado, naquele ano, pelo Intendente Alfredo Marinho de Andrade, ainda fazendo uso de muitos dos antigos postes, assentados por Ernesto Deocleciano, e de muitos dos antigos lampiões sustentados por eles, que passaram a consumir querosene (IBIDEM).

4 "A fábrica de Sobral"

Em 14 de julho de 1895, a firma "Ernesto & Ribeiro", de propriedade de Ernesto Deocleciano de Albuquerque e Cândido José Ribeiro[3], inaugura uma fábrica de fiação e tecelagem em Sobral.



Ernesto & Ribeiro - Sobral - Ceará.
Arquivo: José Alberto Dias Lopes.



Cândido José Ribeiro

Dessa data até 1898, não se dispõe de nenhuma informação sobre a firma "Ernesto & Ribeiro" e sobre a "Fábrica de Sobral".

Em 1899, a firma "Ernesto & Ribeiro" tinha um capital social de 600 contos de réis e sua fábrica empregava 185 pessoas (65 homens, 90 mulheres e 30 crianças) e produzia, anualmente, 960.000m de tecidos de algodão ou domésticos brancos, lisos ou acolchoados, e 20.000kg de fios para redes, tudo no valor de 560 contos de réis (ALMANAQUE DO CEARÁ DE 1900).

Dois anos depois, em 1901, a firma "Ernesto & Ribeiro" continua a apresentar o mesmo capital social de 600 contos de réis e a "Fábrica de Sobral", a produzir as mesmas quantidades de tecidos e fios, 960.000m e 20.000kg, respectivamente, em 122 teares e 4.656 fusos, fazendo uso de força de 150 CV, porém empregando, agora, 191 pessoas (65 homens, 96 mulheres e 30 crianças) (ALMANAQUE DO CEARÁ DE 1902).

Em 1904, a "Fábrica de Sobral" produzia os seguintes tipos e marcas de tecidos: tecidos de algodão-Clavinote, Onça, Touro e Veado (em três tipos); riscados-Ubajara, Itaqui e Iracema; Azulita; Sobral; Linho Azul e Mariposa. Seria bom ressaltar que a "Fábrica de Sobral", nesta época, já produzia os fios coloridos que eram utilizados na fabricação de seus tecidos em cores (LIVROS CONTÁBEIS DA "ERNESTO & RIBEIRO" DE 1905).

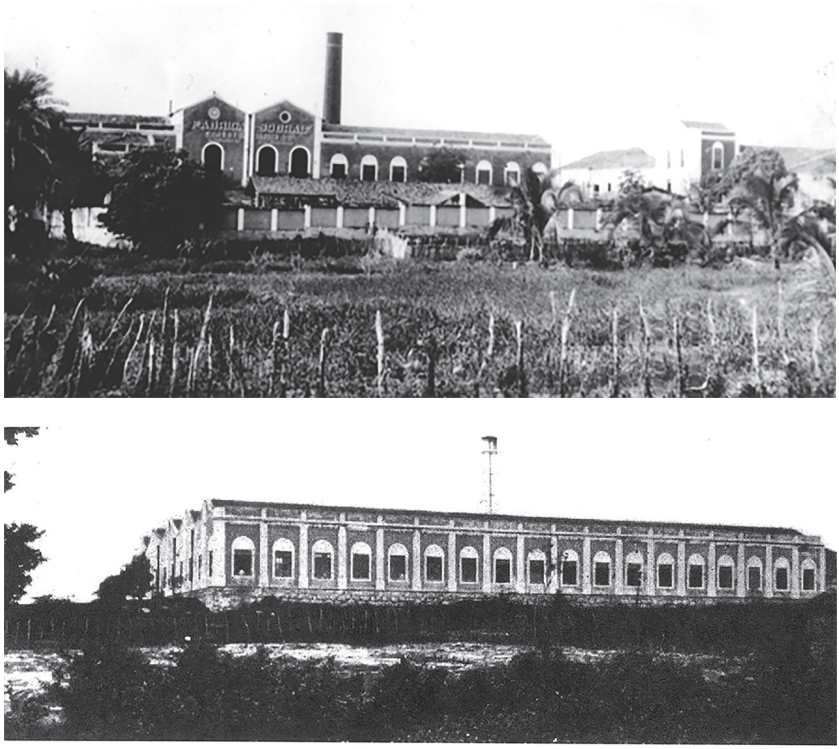
Em 12/11/1923, em decorrência do falecimento do Coronel Ernesto Deocleciano de Albuquerque em 1922, é constituída uma nova sociedade, que passará a funcionar sob a firma "Viúva Ernesto, Ribeiro & Cia.", com um capital social de 500 contos de réis (JUCEC, 1924).

A "Fábrica de Sobral" produzia, em 1927, os seguintes tipos e marcas de tecidos: tecidos de algodão – Clavinote, Onça, Touro e Veado (três tipos); riscados – Itaqui e Zephiro; Meruoca; Itauna; Sobral; Condor; Rádio; atoalhados e mesclas (LIVROS CONTÁBEIS DA "VIÚVA ERNESTO, RIBEIRO& CIA." DE 1928).

Em 22/08/1932, ocorre a cessão e transferência de direitos do sócio solidário Cândido José Ribeiro a Vicente Saboya de Albuquerque. Com isso, Ribeiro se retira da sociedade proprietária da "Fábrica de Sobral", que fundara juntamente com Ernesto Deocleciano.[4] Somente dois anos após, a firma "Viúva Ernesto, Ribeiro & Cia.", constituída em 12/11/1923, como já vimos, passa a ter a denominação de "Ernesto,

Sabóia & Cia.", com o capital social de 500 contos de réis, e tendo como sócios solidários: Ernesto Miranda Saboya de Albuquerque, filho do Dr. José Saboya, com uma participação de 20 contos; Maria de Soledade Pessoa de Saboya, sua mãe, com 90 contos; e Vicente Saboya de Albuquerque, com 90 contos. O restante do capital social estava dividido entre os 33 sócios comanditários (JUCEC, 1934).

Em 1934, a "Fábrica de Sobral" produziu 800.000kg de tecidos, fazendo uso de 4.000 fusos, 125 teares e 227 operários, no que consumiu 180.000kg de algodão (ALMANAQUE DO CEARÁ DE 1934).



Fachada frontal e posterior da fábrica de tecidos.
Arquivo: José Alberto Dias Lopes.

Em 31/07/1947, a sociedade em comandita simples "Ernesto, Sabóia & Cia." é transformada em uma sociedade anônima, denominada de "Cia. de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano" (CFTED).

Nesse mesmo ano (21/08), a CFTED amplia seu capital social de Cr$ 500.000,00 para Cr$ 5.000.000,00, com base na incorporação de reservas. Até essa data, a companhia tinha permanecido com o mesmo capital social de 1923, passando apenas por uma conversão de mil-réis para cruzeiros (JUCEC, 1947).

Ainda em 1947, a CFTED iniciará a construção da "Usina Dr. José Sabóia", que se concretizará em 1952 e permitirá que esta firma forneça energia elétrica, não só à cidade de Sobral, mas também a inúmeros núcleos urbanos vizinhos a ela, por um período que se estenderá até a primeira metade da década de 1960 (IBIDEM).

No final da década de 1940, após a morte de Vicente, em 1947, e a do Dr. José Saboya, em 1950, o controle acionário da CFTED estava com Ernesto Miranda Saboya de Albuquerque,[5] Maria de Soledade Pessoa de Saboya (respectivamente filho e mulher do Dr. José Saboya) e Thomaz Marinho de Albuquerque Andrade (filho de Maria Carolina e do Dr. João Marinho de Andrade). A partir de 1951, o seu controle acionário é assumido por esse último acionista, juntamente com José Carneiro Silveira, seu cunhado (ARAGÃO, 2002).

Em 1952, segundo Almeida (1989), quando a firma "Cia. Comercial e Industrial Norte Brasileira", da qual é diretor-presidente Ernesto Miranda Saboya de Albuquerque, passa por uma elevação de seu capital social, de Cr$ 4.000.000,00 para Cr$ 10.000.000,00, representado por 10.000 ações comuns ao portador, no valor unitário de mil cruzeiros, a "Cia. de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano" se torna a sua maior acionista, com 1.539 ações e créditos subscritos de Cr$ 1.539.000,00, seguida do seu supracitado diretor-presidente, com 930 ações e créditos subscritos de Cr$ 930.000,00.

Em 22/11/1952, a Diretoria da CFTED decide elevar o seu capital social de Cr$ 5.000.000,00 para Cr$ 12.000.000,00, por achar aquele insuficiente para atender ao plano de expansão que vinha se implementando na companhia, com a instalação de uma usina termoelétrica, eletrificação do maquinismo já instalado e montagem de uma moderna seção destinada à fabricação de morins, panamás e outros tecidos da mesma categoria, o que equivalia à instalação de uma nova fábrica, incluindo fiação, tecelagem com teares automáticos, tinturaria e seções de alvejamento, acabamento e mercerização (JUCEC, 1952).

Em 1954, o capital social da CFTED seria ampliado para 15 milhões de cruzeiros e, em 1956, passaria por uma nova expansão, atingindo 20 milhões de cruzeiros. Essas duas elevações do seu capital social se basearam em emissão de ações ordinárias e preferenciais (ARAGÃO, 2002).

A "Fábrica de Sobral" produziu 3.389.512m de tecidos e 112.171kg de fios em 1956, 2.991.049m de tecidos e 180.512kg de fios em 1957, 2.662.934m de tecidos e 211.811kg de fios em 1958 e 3.599.056m de tecidos e 200.014kg de fios em 1959 (VIANA, 1988).

Em 1961, a CFTED promove novo aumento de capital social, que de 20 milhões de cruzeiros passa para 40 milhões de cruzeiros. Nesse ano, ela também passa a explorar, industrial e comercialmente, óleos vegetais, gorduras, sabões, ceras e outras matérias-primas regionais (IBIDEM).

Em 1963, foi apresentado à SUDENE um projeto de reequipamento dos setores de intermediários e de tecelagem. Após passar por uma reformulação orientada por aquela entidade, ele somente foi aprovado em 1967. Com isso, foram adquiridos uma conicaleira e teares automáticos (ARAGÃO, 2002).

Anda no ano de 1963, no dia 12/12, o capital social da CFTED foi elevado de Cr$ 120.000.000,00 para Cr$ 150.000.000,00 (IBIDEM).

Ao longo da década de 1960, algumas marcas de tecidos fabricados pela "Fábrica de Sobral" eram: Uirapuru, Floresta, Ideal, Deocleciano, Esportex, Paraibana, Xingu, Flórida, Mar Azul e Marítima (mesclas) e Itaqui. Além de tecidos, ela ainda produzia sacos para cereais, que eram exportados para o Maranhão, Pernambuco e Paraíba (IBIDEM).

Na supracitada década, a CFTED já havia transferido sua sede para Fortaleza, com o objetivo de facilitar os fechamentos de negócios e os contatos com clientes no exterior.

Em 1973, a CFTED, tendo Thomaz Marinho de Andrade, como Presidente, e Francisco José Andrade Silveira, como Diretor, apresentou um novo plano de reequipamento à SUDENE. Esse plano tinha por objetivo promover uma expansão do seu setor de fiação, que foi orçada em 115 milhões de cruzeiros, dos quais cerca de 45 milhões de cruzeiros deveriam ser captados através do sistema 34/18 (IBIDEM).

Essa expansão do setor de fiação permitiria que a "Fábrica de Sobral" atingisse uma produção anual de fios de algodão da ordem de

3.970.560kg, que deveria se destinar totalmente ao mercado externo. Além do que, os resíduos dessa produção (estopa e desperdícios) poderiam ser comercializados no mercado nacional (IBIDEM).

Com a aprovação desse plano, a CFTED passa, a partir de 1973, a ter, no mercado externo, a destinação de parte de sua produção de tecidos e fios (IBIDEM).

Ainda na década de 1970, a "Fábrica de Sobral" passava a fabricar: tecidos para lençóis, para fraldas, para gaze, para camisaria em geral, e fios para malharia.

A grande prosperidade vivida pela CFTED, na década de 1970, permitiu que ela iniciasse a década de 1980, empregando 850 operários, que produziam, diariamente, 7.300kg de fios de algodão, título médio NE 18, e 15.000m de tecidos de algodão (IBIDEM).

Essa próspera fase, no entanto, seria abalada, em 04/05/1980, quando irrompe um incêndio no setor de fiação, provocado por um curto-circuito, que acabaria por destruir, totalmente, 18 cardas de alta produção, seis passadores, três maçaroqueiras, 22 filatórios e todos os aparelhos do laboratório, causando um prejuízo no montante de 150 milhões de cruzeiros (IBIDEM).

Em decorrência desse incêndio, o setor de fiação passou cerca de 60 dias fora de atividade e os altos investimentos realizados, na década de 1970, para a obtenção de uma produção de fios, com elevada tecnologia e competitividade, foram estancados (IBIDEM).

Como o sinistro não afetou outros setores da "Fábrica de Sobral", tais como o parque de descaroçamento, a fábrica de óleo e a tecelagem, essa última continuou operando, normalmente, para atender as encomendas já contratadas com a clientela (IBIDEM).

Simultaneamente a isso, a diretoria da CFTED elaborou um plano de reconstrução da fábrica e solicitou ao Cel. Virgílio Távora, então Governador do Estado, a sua intervenção junto à SUDENE, para que essa entidade liberasse recursos do FINOR para a aquisição dos equipamentos necessários para montar um novo setor de fiação. Além disso, foram pedidos, ao governo estadual, a isenção de tributos de sua competência, por prazo de cinco anos, período julgado como necessário para a revitalização da produção, bem como o enquadramento da CFTED no "Programa de Recuperação de Empresas", mantido pela Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Ceará (IBIDEM).

A partir do início da década de 1990, no contexto de abertura comercial vivido pela economia brasileira, imposto pela globalização, a CFTED implantou transformações profundas tanto na esfera da produção quanto na sua estrutura de pessoal. Com o apoio do BNB, ela realizou um reequipamento radical da tecelagem em 1993. Com isso, esse setor substituiu "teares de lançadeiras" por "teares a jato de ar", que produziam nove vezes mais e com uma velocidade seis vezes maior que os anteriores. A consequência óbvia dessa modernização tecnológica, que custou 10 milhões de dólares, foi a geração de um desemprego estrutural, que eliminou 600 postos de trabalho, já que a "Fábrica de Sobral" teve reduzido, de 1.000 para 400, o seu número de funcionários (IBIDEM).

Em 14/07/1995, a CFTED comemora o centenário de inauguração da "Fábrica de Sobral", que contava, naquela data, com 650 funcionários e produzia 160 mil kg de fios e 500 mil metros de tecidos mensais. O seu capital social, naquela ocasião, era de R$ 1.290.180,00 e ela tinha urna diretoria composta por: Victória Maria de La Concepcion (Presidente); Eugênio César Perdigão Pamplona (Diretor); Raimundo Nonato Cavalcante (Gerente Industrial); e Fernando Antonio Lima e Silva (Gerente Administrativo) (IBIDEM).

Na data comemorativa do seu centenário, os Correios homenagearam a CFTED com a emissão de um selo de postagem alusivo ao evento (IBIDEM).

Com a implantação do Plano Real, em 1994, que promoveu uma sobrevalorização cambial e uma elevação das taxas de juros, a CFTED passou a viver uma fase muito crítica, como o setor têxtil e muitos outros setores no Brasil (calçados, bens de capital, eletrodomésticos, produtos de higiene e limpeza e autopeças), à época. Essa fase crítica culminou com o pedido de autofalência da CFTED em 22/01/1996 (JUCEC, 1996).

De 1996 a março de 2006, a CFTED funcionou como massa falida. Nesse período, os dois fatos dignos de nota relativos à história da "Fábrica de Sobral" são a ocorrência de um incêndio nela, em 2003, e o seu arrendamento, de 2004 a 2006, à firma paraibana "Ômega Indústria Têxtil Ltda."

Em março de 2006, a "Fábrica de Sobral" encerra definitivamente suas atividades, que se estenderam por mais de 110 anos, o que a tornou o estabelecimento industrial a permanecer mais tempo em atividade na história industrial do Ceará.

5 A "Empresa Carril Sobralense"

Praça do Mercado - Sobral - Ceará.
Arquivo: José Alberto Dias Lopes.

Em 1894, foi constituída a "Empresa Carril Sobralense", com o objetivo de explorar o serviço de transporte urbano, com base em bondes puxados a burros, em Sobral (ANDRADE, 1992).

A ideia de constituir essa firma surgiu quando Ernesto Deocleciano, Antônio Regino do Amaral, José Figueira de Saboya e Silva, João Frederico Ferreira Pimentel e Vicente Adeodato Carneiro souberam que Lourenço Pereira de Sousa, proprietário de uma ferro-carril, que explorava o transporte de cargas e passageiros da estação localizada em Putiú (Baturité), pertencente à "Viação Férrea de Baturité", até o centro daquela cidade, resolveu encerrar as atividades de sua empresa e por à venda os equipamentos que a compunham (IBIDEM).

Com o objetivo de adquirir aqueles equipamentos para a "Empresa Carril Sobralense", viajou à Baturité Vicente Adeodato Carneiro, seu futuro administrador, que realizou a transação e providenciou o transporte deles para Sobral. Para esse fim, foram utilizados os vagões dos trens da "Estrada-de-Ferro de Baturité", que os conduziram até o porto de Fortaleza. Dali, eles embarcaram em navio que os transportaram até Camocim, de onde seguiram de trem para Sobral (IBIDEM).

Os trilhos da "Empresa Carril Sobralense" se estenderam da "Estação Ferroviária de Sobral" até à praça, onde se localizava o Teatro São João, obedecendo o seguinte itinerário: Estação da E.F.S., Praça do Patrocínio, Rua Conselheiro José Júlio, Travessa do Xerez, Rua Cel. José Saboya, Igreja do Rosário, Rua do Campelo (atual Rua Ernesto Deocleciano), Rua Senador Paula (atual Rua Dom José), e, por fim, Praça do Teatro São João. Posteriormente, os trilhos dessa empresa de bondes foram prolongados até o Santo Cruzeiro, na Cruz das Almas (atual Av. Dr. Guarany) (IBIDEM).

Segundo Frota (1959), essa ferro-carril "dispunha de três ou quatro bondes, com capacidade para trinta passageiros cada um". Havendo também, segundo esse autor, bondes para o transporte apenas de carga, que diferiam, dos que transportavam passageiros, por não terem cobertas nem bancos.

Ainda de acordo com o supracitado autor, a "Empresa Carril Sobralense" teria encerrado atividades em 1918, não fazendo, porém, ele nenhuma referência a quem pertencia ela, naquela ocasião.

6 Ernesto Deocleciano e as Estradas-de-Ferro de Sobral e Mossoró

6.1 A "Estrada-de-Ferro de Sobral"

Em 1897, o Governo Federal resolve arrendar a Estrada-de-Ferro de Sobral (EFS), que apresentava uma situação deficitária desde 1890. Essa decisão foi tomada após o Senado ter rejeitado a dotação de 200 contos para essa ferrovia, o que acarretou a renúncia da comissão que a administrava (Pereira & Lima, 2009).

No dia 08/09/1897, a firma "Saboya, Albuquerque & Cia." deu entrada, na Secretaria do Ministério da Viação, de uma proposta de arrendamento da EFS. Essa firma, que foi constituída com a finalidade de obter esse arrendamento, tinha o Cel. Ernesto Deocleciano, como sócio comanditário, e João Thomé de Saboya e Silva (seu sobrinho e primo) e Vicente Saboya de Albuquerque (seu filho), como sócios solidários (PEREIRA & LIMA, 2009. AMARAL, 1949).[6]

Na sua proposta de arrendamento, a "Saboya, Albuquerque & Cia." oferecia, ao Governo Federal, a condição de lhe repassar a cada

seis meses, em dinheiro em espécie, o valor de 10% das receitas brutas auferidas, por ela, na exploração da EFS (PEREIRA & LIMA, 2009).

Vicente Saboya de Albuquerque.
Arquivo: José Alberto Dias Lopes.

A proposta foi aceita e, após o Cel. Ernesto Deocleciano prestar fiança de cincoenta contos, em apólices da "Dívida Pública da União", o contrato foi assinado, em 01/11/1897, com o arrendamento devendo se dar por 60 anos (AMARAL, 1949).

Em 1897, quando foi arrendada, a EFS tinha a extensão de Camocim ao Ipu e somente em 1897 a "Saboya, Albuquerque & Cia." receberia a autorização do Governo Federal para prolongá-la até Crateús. No entanto, como o Governo Federal rescindiu, em 1909, o contrato de arrendamento da EFS com a referida firma, o trecho Ipu – Crateús somente foi concluído e inaugurado em 1912, na gestão da "South American Railway Construction Company Limited", firma inglesa a quem a EFS esteve arrendada de 1910 a 1915 (PEREIRA & LIMA, 2009).

Simultaneamente ao arrendamento da EFS, o Governo Federal concedeu, a Ernesto Deocleciano, o agenciamento do "Lóide Brasileiro" no porto de Camocim, o que levou aquele empresário a constituir a firma "Albuquerque & Cia.", com o objetivo de explorar essa atividade (LUSTOSA DA COSTA, 1987).

No período em que permaneceu arrendada à empresa "Saboya, Albuquerque & Cia.", a EFS apresentou o seguinte movimento financeiro:

Quando 1 - Movimento Financeiro da EFS de 1897 a 1909.

	Receita	**Despesa**	**Saldo**
De 01/11 a 21/12/1897	64:988$110	37:636$6765	27:351$345
1898	362:595$980	269:737$860	92:858$120
1899	413:363$682	266:068$513	147:315$169
1900	456:357$310	320:228$127	136:129$183
1901	322:307$870	289:307$016	33:000$854
1902	321:865$710	250:376$967	71:488$743
1903	313:497$750	244:607$323	68:890$427
1904	337:295$350	237:697$488	99:597$862
1905	347:941$550	244:778$676	103:162$874
1906	415:982$060	260:816$540	155:165$520
1907	516:759$780	267:655$533	249:104$247
1908	453:772$870	284:403$099	169:369$771
1909	497:848$670	271:984$829	225:863$841

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará de 1917, de Guilherme de Sousa Pinto, p. 200.

Pelo Decreto n° 7.669, de 18/11/1909, os contratos de arrendamento das estradas-de-ferro de Baturité e Sobral deveriam ser rescindidos, respectivamente, com as firmas "Novis & Porto" e "Saboya, Albuquerque & Cia." (PEREIRA & LIMA, 2009).

Essa decisão do Ministério da Viação e Obras Públicas tomou, como base, o argumento do Dr. Zózimo Barroso do Amaral, engenheiro-chefe dos trabalhos de construção e prolongamento da "Estrada-de-Ferro de Baturité" (EFB), de que uma empresa estrangeira construiria com maior rapidez o prolongamento dessa ferrovia até o Cariri. Tal decisão acabou por afetar a EFS, já que passou também a ser objetivo daquele Ministério a fusão administrativa dela com a EFB, dando origem à "Rede de Viação Férrea Cearense", depois apenas "Rede de Viação Cearense" (RVC), cujo arrendamento seria concedido, em 04/02/1910, à "South American Railway Construction Company Limited" (IBIDEM).

6.2 A "Estrada-de-Ferro de Mossoró"

Em 1910, Ernesto Deocleciano constituiu, em sociedade com seus filhos Vicente e Humberto, a firma "Albuquerque & Cia.", que teria o objetivo de construir e explorar economicamente a "Estrada-de-Ferro de Mossoró" (EFM), segundo concessão que o governo do Rio Grande do Norte lhe tinha feito em 25/08 daquele ano (ROSADO, 2000).

Somente, em 31/08/1912, teria início a construção da EFM, cujo primeiro trecho, que se estendia de Porto-Franco (antiga Oficinas) a Mossoró, seria inaugurado em 19/03/1915 (IBIDEM).

Ainda na década de 1910, é constituída a "Companhia da Estrada-de-Ferro de Mossoró", que substituirá a firma "Albuquerque & Cia." como proprietária dessa ferrovia, tendo ainda, no entanto, Ernesto Deocleciano e Vicente, como maiores acionistas (IBIDEM).

É oportuno lembrar que a "E.F. de Mossoró", no trecho compreendido entre essa cidade e a de Areia Branca, foi construída exclusivamente com recursos financeiros de Ernesto Deocleciano e seus supracitados filhos.[7] Já o trecho que se estendia de Areia Branca ao ponto terminal dela, em Barriguda (depois Alexandria), contou também com recursos dos outros acionistas da "Cia. da Estrada-de-Ferro de Mossoró" (IBIDEM).

Ao falecer, em 01/05/1947, ainda na condição de maior acionista da supracitada companhia, Vicente Saboya de Albuquerque não teve a felicidade de ver a EFM chegar em Barriguda (IBIDEM).

7 Ernesto Deocleciano e a introdução do artesanato de palha de carnaúba em Sobral

No ano de 1899, o Cel. Ernesto Deocleciano trouxe do Aracati, sua terra natal, para Sobral, algumas artesãs para produzir chapéus-de-palha de carnaúba (GIRÃO & SOARES, 1997).

À época, certamente, ele não poderia imaginar a relevância econômica e social que essa atividade artesanal viria a ter não somente para o Município de Sobral mas também para muitos municípios, em seu entorno, no futuro.

A partir da década de 1940, quando a economia sobralense entra num processo de estagnação, da qual somente sairia em meados da

década de 1990, a produção artesanal e, posteriormente, de forma industrial, de chapéus-de-palha, bem como a de outros artefatos de palha, responderia, em grande parte, pela geração de renda e emprego naquele município.

A difusão das atividades artesanais de artefatos de palha de carnaúba ocorreu simultaneamente em municípios circunvizinhos a Sobral e, neles, essas atividades também passaram a ter grande peso na geração de renda e de emprego.

Se a produção desses municípios já se dirigia a Sobral, antes de 1954, a partir de onde seria destinada à comercialização, com a instauração de processos industriais no acabamento dos chapéus por Guilherme Ehrich, naquele ano, o encaminhamento, para lá, da produção regional, para fins de acabamento e posterior comercialização, acentuou-se, ainda mais, a ponto da cidade de Sobral passar a ser conhecida como "A Capital Mundial do Chapéu-de-Palha", de meados da década de 1950 em diante.

Por volta de 1997, o Município de Sobral e mais 18 municípios próximos produziam 25 tipos de chapéus-de-palha, que eram exportados para todo o Brasil, bem como para a Espanha, Portugal, França, Canadá, Estados Unidos, Israel, Japão, Nigéria, Venezuela, Argentina e Portugal (GIRÃO & SOARES, 1997).

Naquele ano, as principais firmas que ali produziam e comercializavam chapéus-de-palha eram: "Guilherme Menezes Indústria e Comércio Ltda."; "Francisco Evaristo Bezerra"; e "Ehrich, Indústria e Comércio de Chapéus Ltda." (IBIDEM).

Notas:

1 A família Saboya descende de Gabriel Augeri e Madalena Boccardo, que chegaram, no Aracati, no inicio do século XVIII, oriundos da freguesia dos santos Cosme e Damião, no Arcebispado de Formi, Reino do Piemonte, Casa D'El Rei da Sardenha. A partir de seus netos, o sobrenome "Augeri" foi substituído pelo de "Saboya", patronímico da região de onde procediam os "Augeri" (AMARAL, 1949).

2 O Coronel José Saboya, que era bisneto de Gabriel Augeri e Madalena Boccardo, nasceu em Aracati, a 12/07/1800, e casou, em Sobral, em 23/11/1824, com Joaquina Figueira de Mello, filha de Jerônimo José Figueira de Mello e Maria do Livramento Vasconcelos. Tendo se transferido de Aracati para Sobral, ali se tornou próspero comerciante, vindo a ser o seu estabelecimento comercial o primeiro a exportar, do Acaraú para Recife, algodão, sola, couros salgados e peles de carneiro e cabra, fazendo uso do patacho "Emulação", embarcação de dois mastros, de sua propriedade. Em Sobral, também foi Presidente da Câmara (1841-42) e Juiz Municipal, cargo que assumiu em 1847. Faleceu, em Sobral, em 01/08/1970. Era pai de Vicente Cândido Figueira de Saboya (o Visconde de Saboya) (IBIDEM).

3 O Cel. Cândido José Ribeiro, nascido em Caxias (Maranhão), a 21/08/1857, era filho do ali comerciante Clementino José Ribeiro e de Maria Costa Nunes Medeiros Ribeiro (A Economista de 1936). Após estudos na Inglaterra, dedicados "às ciências comerciais", retorna a Caxias e dá início a sua vida profissional como comerciante (IBIDEM).

Posteriormente se transferiu de Caxias para S. Pedro, onde instalou o "Engenho Central", que viria a ser, então, o mais importante estabelecimento açucareiro do Estado do Maranhão (IBIDEM).

Com sua mudança de S. Pedro para S. Luís, ingressou na antiga firma "Bento Dias, Irmão & Cia.", onde trabalhou por vários anos e da qual se desligaria para constituir a firma comercial "Ribeiro, Gandra & Cia.", depois transformada na "Cândido José Ribeiro & Cia.", que tinham, ambas, como objetivo, a comercialização de tecidos e artigos de armarinho (IBIDEM).

Tendo adquirido, em S. Luís, duas fábricas do setor têxtil (A "S. Amélia" e a "S. Luís"), constituiu ele a firma "Cândido Ribeiro & Cia.", que gerirá até seu falecimento, naquela cidade, em 31/07/1933 (IBIDEM).

Segundo Cunha Vasco (1905), as fábricas "Santa Amélia" e "S. Luís" apresentavam agregadamente, em 1905, um capital de 1.300 contos de réis, 7.000 fusos, 214 teares, 400 operários e força motriz de 300 C.V.

Pelo "Censo Industrial de 1907", a "Cândido Ribeiro & Cia." possuía, naquele ano: uma tecelagem ("Fábrica Santa Amélia"), com um capital de 620 contos de réis, que empregava 271 operários, que produziram 250 mil metros de tecidos de algodão, utilizando uma força motriz de 180 C.V.; e uma fiação (A "Fábrica S. Luís"), com um capital de 800 contos de réis, que empregavas 138 operários, que fabricavam 240 mil kg de fios, fazendo uso de uma força de 300 C.V.

Consta, no "Censo de 1920", que a "Fábrica S. Luís" era, até parte da segunda década do século XX, uma das três fábricas do Brasil, que produziam, exclusivamente, fios de tecer (linhas de bordar, tricotar, tecer e coser). As outras duas pertenciam, respectivamente, às firmas "Cia. Industrial Maranhense", de S. Luís, e "A. Malboisson", de Salvador.

Além dos supracitados empreendimentos, Cândido José Ribeiro esteve vinculado a vários outros, como: as fábricas que antes pertenceram às firmas "Cia. Industrial Caxiense" e "Cia. União Caxiense", bem como a "Fábrica Sanharó", todas do ramo têxtil de algodão e localizadas em Caxias; a "Fábrica Santa Isabel", pertencente à "Cia. Fabril Maranhense",também daquele ramo e situada em S. Luís, da qual foi sócio-fundador e gerente; a "Fábrica S. Rita", de beneficiamento de arroz, em S. Luís; e, por fim, a "Fábrica Camboa", tecelagem de algodão localizada em S. Luís, que foi adquirida e posta novamente em funcionamento pela firma "Cardoso, Ennes & Cia.", da qual ele era sócio, após aquele estabelecimento industrial interromper suas atividades em 1928 (Guimarães et Alii, 2010).

Cândido José Ribeiro, além de ter pertencido ao "Conselho Consultivo do Estado Maranhão", também teve papel atuante na diretoria da "Associação Comercial", daquele Estado, no período de 1889 a 1899, tendo exercido a vice-presidência daquela instituição no exercício de 1890 (IBIDEM).

4 Segundo matérias publicadas na revista "A Economista" de 1936, nas páginas 982 e 983, a firma "Sabóia de Albuquerque & Cia.", da qual Vicente Saboya de Albuquerque era sócio, era proprietária da "Fábrica Camboa", localizada em Camboa do Mato, em S. Luís (Maranhão).
Essa fábrica, que teve sua construção iniciada em 01/07/1888 e sua inauguração em 01/01/1890, pertencia à firma "Cia. de Fiação e Tecidos Maranhense", constituída em 17/10/1887, e foi a primeira fábrica desse ramo a ser instalada em S. Luís e a segunda, no Maranhão (Guimarães et Alii, 2010).
Após uma paralisação em suas atividades em 1928, foi adquirida pela firma "Cardoso, Ennes & Cia.", organizada por Cândido José Ribeiro, que a reinaugurou em 20/07/1931 (IBIDEM).
Nesta data, contava ela com 300 teares, para produzir riscados e brins, 05 batedores, 01 esfarrapadeira, 01 abridor, 01 carretedeira, 04 urdideiras, 03 engomadeiras e 06 remetedeiras, e dispunha de 1.500 operários e 300 HP de força (IBIDEM).
Com base nas fontes supracitadas, não foi possível saber quando a firma "Sabóia de Albuquerque & Cia.", com sede na cidade do Rio de Janeiro, a adquiriu: se antes ou depois do falecimento de Cândido Ribeiro em 31/07/1933.

5 Ernesto Miranda Saboya de Albuquerque constituiu, em 1936, a firma "Saboya de Albuquerque Industrial Ltda.", com o objetivo de extrair e beneficiar quaisquer óleos vegetais. Em 1943, essa sociedade por cotas é transformada em sociedade por ações coma denominação de "Cia. Comercial e Industrial Norte Brasileira", com um capital social de quatro milhões de cruzeiros, dividida em 4.000 ações ordinárias, no valor de Cr$ 1.000,00 cada uma. Os dois maiores acionistas dessa empresa eram Ernesto Miranda Saboya de Albuquerque com 3.500 ações, no valor total de três milhões e quinhentos mil cruzeiros, e Vicente Saboya de Albuquerque, seu tio, com 200 ações, no valor total de 200 mil cruzeiros (ALMEIDA, 1989).

6 É oportuno lembrar que Trajano Saboya Viriato de Medeiros era primo e sobrinho de Ernesto Deocleciano e primo de Vicente e de João Thomé. Mais conhecido como o idealizador da "Cia. Industrial de Algodão e Óleos" (CIDAO), Trajano de Medeiros, através da firma "Trajano de Medeiros & Cia.", foi proprietário da "Metalúrgica e Construtora", que era a segunda maior fábrica de equipamentos de transporte do Brasil no inicio do século XX. Ali eram produzidos vagões, peças e equipamentos auxiliares para ferrovias (VIANA, 1994),

7 Para a inauguração do primeiro trecho dessa ferrovia, a firma "Albuquerque & Cia." comprou das "Fábricas Beldwing", localizadas na Filadélfia (Estados Unidos), o seguinte material rodante: duas locomotivas, carros de carga (abertos e fechados) e carros de passageiro. Para montagem das duas locomotivas, vieram, dos Estados Unidos, Euclides Pinto Martins, que também serviria de intérprete entre a tripulação do vapor "Peter Hand", que trouxe o equipamento, e os engenheiros da EFM, e um engenheiro-mecânico norte-americano. Já para a montagem dos carros de carga e de passageiro foi contratado o espanhol José Cela, residente em Camocim, no Ceará (ROSADO, 2000).

Referências bibliográficas

A ECONOMISTA DE 1936.

ALMANAQUE DO CEARÁ, coleção de 1873 a 1961.

ALMEIDA, M.I.R. **A história da indústria de óleos vegetais no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC/Stylus, 1989.

AMARAL, A. **Para a história de Sobral**. Rio de Janeiro, 1949 (Datilografado).

ANDRADE, P.M. de. **Sobral: humor e prosa**. Fortaleza: S.E., 1992.

ANDRADE, T.M. de. **"Discurso comemorativo do 80º ano de inauguração da Companhia de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano."** Sobral, 14 de julho de 1974.

ARAGÃO, E.F. **O fiar e o tecer. 120 anos da indústria têxtil no Ceará**. Fortaleza Sinditêxtil – FIEC, 2002.

ARAÚJO, Pe. F.S. **Cronologia sobralense**. Sobral : Ed. UVA, 1983, vol. III.

BRASIL, Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento de 1920.

CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL (1909).

CORREIO DA SEMANA. Sobral 04/02/1923.

COSTA, L. da. "**Ernesto Deocleciano".***In:* Diário do Nordeste, Fortaleza, Domingo, 22/03/1987.

CUNHA VASCO. **A indústria do algodão. Relação das fábricas de fiação e tecelagem existentes nos Estados Unidos do Brasil em 31 de junho de 1905**. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1905 (Reimpresso em CIB, Boletim 1094 – 1905, pp 365-368 e tabelas).

FROTA, J.T. da. **A história de Sobral**. São Paulo : Pia Sociedade de São Paulo, 1959.

GIRÃO, G.G.S.M e SOARES, N.M. Sobral - **História e vida**. Sobral: Ed. UVA, 1997.

GUIMARÃES, M. de L. e SARDINHA, M.R.V. e SARDINHA, C.G.. Vaz. **Cândido Ribeiro – o maior industrial do Maranhão dos séculos XIX e XX.** São Luís : EDUFMA, 2010.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ. **Prontuários históricos** (vários anos).

PEREIRA, J.H. e LIMA, de A.S. de. **Estradas de ferro no Ceará**. Fortaleza: S.E., 2009.

PINTO, G. de S. **Anuário Estatístico do Ceará de 1917**. Fortaleza: S.E., 1917.

ROSADO, V. **A engenharia nacional passou por Mossoró seguindo os passos do sonho grafiano. Dicionário dos guerreiros da grafiana saga ferroviária de Mossoró ao São Francisco (Fascículo IV). Vicente Saboya de Albuquerque e o Rio Grande do Norte**. Coleção Mossoroense, Série C, vol. 1178. Mossoró : Fundacão Vingt-Un Rosado, dez./2000.

VIANA, C.N. **A indústria têxtil de algodão do Ceará** (1981-1973): uma experiência de industrialização fora do Centro-Sul. Brasília, Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília (1988).

_____. "**Thomaz Pompeu de Souza Brasil: o homem de empresas".** In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 2006.

Fortaleza, resignificação das cidades litorâneas com o turismo*

Eustógio Wanderley Correia Dantas**

Uma breve introdução

Após o final dos anos 1980, o movimento de valorização dos espaços litorâneos tornou-se verdadeiro fenômeno de sociedade, ligado a importante processo de urbanização das zonas de praia e traduzindo-se na inserção gradual destas zonas a lógica derivada de uma sociedade de lazer e turística.

O objetivo do presente trabalho é refletir a propósito dos impactos deste fenômeno de sociedade em cidades litorâneas tocadas recentemente pelo fluxo turístico nacional e internacional. Grosso modo, buscar-se-á compreender racionalidade que implica na resignificação das cidades litorâneas nordestinas, com ênfase em Fortaleza.

Imaginário social nordestino

A modificação do olhar do homem sobre o semiárido marca início do conflito entre dois quadros simbólicos contraditórios, que permitem compreender certas relações da sociedade local com o respectivo meio e, inclusive, com o litoral. O primeiro quadro simbólico, o mais antigo, é indicado em discurso que reforça quadro de imagens negativas do semiárido e em benefício da oligarquia algodoeira e pe-

* Resultado parcial de pesquisa financiada pelo CNPq: "Representações Coletivas do Mar e do Marítimo nos Trópicos".

** Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

cuarista. O segundo quadro simbólico, o mais recente, é indicado em discurso tratando da virtualidade do semiárido, construindo imagem positiva vinculada a interesses de empreendedores ligados à agricultura irrigada e ao turismo.

O quadro simbólico veiculando imagens negativas funda-se em lógica determinista que atribui a pobreza existente na região às condições de semiaridez. A partir desta ideia funda-se um quadro sócioespacial, marcado por organização espacial específica e por sistema de atores associados ao ecossistema semiárido. Nos termos apresentados por Castro (1997a), tratar-se-ia da indicação do imaginário social da seca do Nordeste como uma tragédia socioeconômica, que suscita uma consciência coletiva baseada nos cataclismos climáticos.

É a partir desta premissa que a natureza, *fundamento geográfico da produção*, adquire papel essencial *como base material* da construção do imaginário sóciopolítico e recurso ideológico em benefício de alguns atores sociais (CASTRO, 1997b). No primeiro caso, o imaginário instala-se no momento em que a seca se torna uma referência essencial. A seca, de um lado, representa simbolicamente uma região (o Nordeste) afetada por uma natureza hostil que suscita problemas socioeconômicos (a fome, a miséria, o subdesenvolvimento, etc.) e, de outro lado, cria um imaginário político *socialmente* homogeneizador e eficaz no sentido institucional e voltado para a obtenção de recursos financeiros e de poder. No segundo caso, a lógica de naturalização da realidade se baseia em recurso ideológico utilizado pela elite local com o objetivo de obter ajudas e subvenções do governo central, empregadas para manter o *status quo* (CASTRO, 1997a).

A oligarquia nordestina soube utilizar-se de discurso de caráter determinista para inserir-se em modelo de constituição de um Estado Nacional. Para Castro (1997a), tal inserção, baseada em discurso regionalista, nasce no cerne da dominação da região Sudeste e representa bem mais uma luta por poder simbólico de afirmação e de identidade ou solidariedade que um verdadeiro desejo de se tornar soberano.

A inserção em conformidade com este discurso regionalista evidencia sistema sócioespacial dependente das ajudas e subvenções do governo federal, permitindo: a) construção de sistema viário (CE`s, BR`s e vias secundárias) e ferroviário capaz de promover a integração do sertão ao mercado; b) estabelecimento ou criação de organismos

públicos federais no Nordeste e, principalmente nas capitais, o estabelecimento de organismos públicos como universidades, bancos públicos, etc., a criação de organismos de planejamento e de financiamento como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e o Banco do Nordeste (antigo BNB) em Fortaleza; c) política de industrialização dos anos 1960.

Nesta época, diferenciadamente de outras cidades litorâneas dos países em via de desenvolvimento, as cidades do Nordeste não se inseriam em lógica de valorização turística. Tais fluxos são reduzidos, a caráter nacional e concentrados em algumas cidades como Salvador.

No Nordeste brasileiro, as políticas em matéria de turismo foram pontuais e desarticuladas. Inicialmente elas foram timidamente engajadas pelo CTI/NE. Na escala nacional, a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), criada em 1966, não escapa a esta regra, centrando suas ações nos centros tradicionais de recepção, os difundindo, principalmente, em escala internacional (PAIVA, 1998).

O Brasil optou por via única de desenvolvimento apontada nos planos de *Substituição de Importações* dos anos 1940 e continuado pelo governo militar, dos anos 1960 até início dos anos 1980. Tal política, principalmente fundada na industrialização, atinge o Nordeste nos anos de 1960, e em conformidade com as orientações da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A citada orientação corresponde ao modelo de desenvolvimento adotado no Brasil. Ao contrário de países como o México, no qual a indústria e o turismo estão associados nos planos de desenvolvimento, no Brasil, a atividade turística não engendra, até meados dos anos 1970, política global de desenvolvimento. Portanto, a valorização da indústria como mola motriz do desenvolvimento econômico regional suscita fracos investimentos na construção de um quadro de exploração turística favorável.

Os governantes nordestinos, seduzidos pelo paradigma da industrialização, colocam em segundo plano ou negligenciam as potencialidades turísticas do Nordeste. Os esforços são fortemente concentrados, durante certo período, no privilegiamento das subvenções do governo federal para a industrialização.

Os coronéis não suscitaram políticas importantes de desenvolvimento do turismo no Ceará. Observa-se uma tomada de consciência não acompanhada de investimentos importantes neste domínio. Estes

últimos se concentram em esforço de industrialização ou se direcionam para o reforço da estrutura produtiva do sertão.

Influenciados por quadro de imagens negativo associado à semi-aridez, a elite local torna-se prisioneira de lógica de valorização a ele associada. Fortaleza, a capital do Ceará, embora litorânea, justifica-se somente como capital do sertão, construída através da implementação de políticas de desenvolvimento associada ao imaginário social da seca e vinculada à racionalidade incorporada por instituições como o DNOCS e a SUDENE.

As políticas supracitadas contribuíram no fortalecimento do poder de atração de Fortaleza em relação aos habitantes do sertão. A elite local se desloca para a capital e/ou envia, para lá, seus familiares. Outros habitantes do sertão se dirigem também para a capital, engrossando as favelas ou compondo a classe média que se beneficia das subvenções e ajudas do governo federal. Em suma, as políticas de planejamento suscitam o fortalecimento de quadro de dominação de Fortaleza, a capital, sobre os outros municípios cearenses, principalmente os sertanejos.

Este fortalecimento, associado à formação de um quadro social específico, constitui pano de fundo da geração de novas práticas marítimas, notadamente os banhos de mar, as serenatas à beira mar e o veraneio. Estas práticas somam-se a outras práticas preexistentes, como a pesca tradicional e o porto, suscitando a emergência de um tipo de maritimidade associada à demanda local de um grupo marcado pelos hábitos ocidentais, e que se contrapõe aos usos tradicionais, notadamente a pesca. A especificidade é a de que esta demanda não renuncia ao caráter interiorano da cidade e de seus habitantes. Trata-se da evidenciação de uma cidade litorânea com alma de sertão e descobrindo o mar (DANTAS, 2002a).

O quadro simbólico veiculando imagens positivas constitui-se em virtude da falência do modelo de Estado Moderno no Brasil, na segunda metade dos anos 1980. Tal falência torna as políticas públicas citadas anteriormente inadequadas, corroborando com a reforma constitucional de 1988, em substituição de modelo centralizador e ditatorial de governo por modelo democrático de governo que possibilita adoção de política de descentralização do poder.

A reforma constitucional suscita transferência de recursos do governo central (federal) para os estados e municípios brasileiros, além

da captação de recursos financeiros no exterior, ambos elementos importantes na construção de nova lógica em que os estados brasileiros passam a assegurar políticas públicas locais de desenvolvimento. Consiste no fim de modelo baseado na articulação dependente das escalas locais e regionais à escala nacional, na medida em que a reforma permitiu o estabelecimento de relações mais abrangentes, integrando a escala internacional.

A inserção da região Nordeste nesta nova escala implica em revisão do imaginário da seca como tragédia. Imaginário que se encontra *racionalmente esgotado* (CASTRO, 1997b), haja vista seu conteúdo simbólico não ter peso face à lógica que inclui o Brasil no sistema mundo como *produtor de tecnologia intermediária* e aberto às inovações tecnológicas (BECKER ; EGLER, 1992).

Novos espaços de produção, associados à agricultura irrigada e ao turismo, são constituídos e a eles são associados novos atores regionais (de um lado, segmento importante da elite política, notadamente aqueles possuidores de amplo poder de assimilação e de reprodução e, de outro lado, pequeno número de empreendedores e de funcionários da administração pública), criando um espaço econômico*, social e político de resistência no Nordeste* (CASTRO, 1997b).

Os novos atores regionais são agentes e depositários de um novo discurso, veiculado no meio patronal por revistas e jornais que exploram as possibilidades oferecidas pela região aos investimentos privados e suas vantagens em relação a outras zonas, tanto seus recursos naturais como sua proximidade em relação ao mercado internacional. Significa indicação de discurso com caráter técnico e relacionado ao semiárido. De um lado, ele versa sobre a ausência de chuvas e a respeito das taxas elevadas de insolação como elementos importantes e positivos na consolidação da agricultura irrigada: a ausência de chuvas impedindo reprodução de insetos nocivos, e as taxas de insolação elevadas, associadas à fertilidade do solo, permitindo aumento sensível da produtividade agrícola. De outro lado, o discurso remete à paisagem litorânea, associada ao clima, como importante mercadoria turística: as belas paisagens litorâneas e o sol, traduzindo a ausência de chuvas e as temperaturas elevadas.

Embora os atores indicados enfraqueçam o pacto oligarca até então em evidência, não conseguem tomar o poder em escala regional,

contrariamente ao que aconteceu com a emergência da oligarquia algodoeira pecuarista. Segundo Castro (1997b), os atores em foco são frágeis em termos políticos, implicando na necessidade de estabelecimento de alianças com políticos e burocratas tradicionais para obter representação política.

No Ceará, estas alianças levaram ao poder um grupo de empreendedores originários do Centro Industrial do Ceará (CIC – a mais antiga entidade patronal do Ceará, criada em 1919), constatando-se o sucesso de projeto empreendido desde 1978, com a eleição do presidente do CIC, independente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC). Após este período, o CIC passa a ser dirigido por grupo de jovens patrões desejosos em estabelecer um diálogo com o governo, em outros termos, uma busca de participação política da entidade.

Na escala local, este grupo obtém algumas conquistas. Inicialmente, dá-se participação do CIC (grupo de técnicos e intelectuais) no governo Gonzaga Mota (1983-1987), governo de ruptura com o governo dos Coronéis (centralizador e ditatorial). Posteriormente, composição política que culmina na eleição, em 1987, de antigo presidente do CIC, o empresário Tasso Jereissati, para governador do Ceará.

Trata-se da *mise en scène* de alternativa ao pacto oligárquico existente no Ceará e que suscita política neoliberal de gestão estatal orientada por grupo proveniente do CIC. Esta composição se afirma de tal maneira no Ceará que este grupo continua no poder até nossos dias, com eleição o atual governador: Lúcio Alcântara.

Realizando política centrada em reforma institucional e no melhoramento dos serviços técnicos do Estado, este governo contribui para a construção de imagem positiva do Ceará em escala nacional e internacional. O Ceará se apresenta, portanto, como novo paradigma, com a realização de políticas inovadoras, como o Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral do Ceará (PRODETURIS) de 1989, que valorizam as zonas de praia como mercadoria turística antes mesmo do Programa de Ação Para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR-NE) de 1992. O PRODETURIS lançou as bases técnicas e conceituais do PRODETUR-CE, projeto derivado do PRODETUR-NE e que engloba outros Estados da região.

A veiculação de imagem positiva do Ceará permite obtenção de importantes recursos financeiros em escala internacional, principalmente

com a realização de parcerias entre governo local, organismos nacionais (notadamente o Banco do Nordeste) e organismos internacionais, principalmente o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nesta parceria regional, a parte correspondente ao PRODETUR-CE, 158.190.000,00 US$, é a mais importante da região. Corresponde, conforme o anuário do Ceará (1994), a 23,00% dos recursos totais e supera recursos destinados a Sergipe; Maranhão; Bahia; Piauí; Alagoas; Pernambuco; Rio Grande do Norte e Paraíba.

Com os recursos financeiros obtidos através desta parceria, o governo implementa os objetivos relacionados à política de desenvolvimento turístico, notadamente as indicadas no Plano de Mudanças de 1989: a) promover a valorização adequada e eficaz do potencial turístico e buscando contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural do Ceará; b) apoiar e estimular a iniciativa privada na realização de projetos garantidores da atração de fluxos turísticos estrangeiros; c) ajustar, reformar e ampliar os equipamentos e a infraestrutura de base necessária ao desenvolvimento do turismo; d) melhorar serviços de recepção dos turistas com oferta eficaz de informações e atrações turísticas baseada em mão-de-obra especializada.

Representa importante programa, singular mesmo, por conceber o turismo como uma atividade inscrita em política de desenvolvimento econômico e social e em parceria com a iniciativa privada, os empreendedores imobiliários e os empreendedores turísticos, que desfrutam da ideologia adotada pelo Estado.

O turismo é indicado como mola motriz da política de desenvolvimento do Ceará, podendo resolver os problemas do desemprego e do déficit econômico e engendrar políticas públicas de planejamento territorial que transformam sensivelmente a rede urbana estatal. Com a construção de vias litorâneas conduzindo ao aeroporto internacional, a incorporação de praias à zona de influencia direta de Fortaleza se realiza. Uma lógica de dominação paralela à costa adiciona-se à antiga lógica de dominação perpendicular: de lógica de dominação partindo do litoral para o sertão e baseada no porto, parte-se para outra lógica que se prolonga sobre o litoral e funda-se no aeroporto. Fortaleza apresenta-se, portanto, como lugar de recepção e de distribuição do fluxo turístico no litoral cearense. Este papel é essencial na valorização dos espaços litorâneos, situando as cidades, os vilarejos e comunidades litorâneas

sob sua dependência direta e sem a mediação de outros centros urbanos intermediários (DANTAS, 2002b).

Esta valorização dos espaços litorâneos engendra novos problemas relacionados à teoria das cidades, notadamente no que concerne à construção de uma teoria de caráter unitário. Se, nos anos 1980, Claval (1981) evocava a contribuição de especialistas da vida marítima na construção desta teoria unitária, atualmente, esta constatação mostra-se mais evidente e adquire outra dimensão: aquela relativa ao fortalecimento de uma rede urbana paralela à zona costeira e baseada em demanda turística materializada nas cidades litorâneas. A indicação desta lógica de dominação paralela transforma as zonas de praia em mercadoria valorizada, suscitando a transformação da paisagem litorânea. Com as práticas marítimas modernas associadas ao veraneio e ao turismo, a paisagem associada à pesca e ao porto é modificada drasticamente. Uma zona marcada pela presença dos portos e das comunidades de pescadores é transformada com a construção de novas formas (estabelecimentos turísticos adicionados às residências secundárias) acompanhando a linha costeira e provocando a expulsão dos antigos moradores ou criando-reforçando os movimentos de resistência.

No Ceará, esta transformação é controlada a partir de Fortaleza, cidade litorânea marítima que se explica pela descoberta do turismo como atividade rentável. Nestes termos, a Cidade do Sol nasce e se desenvolve em conformidade com os projetos de planejamento que a transformam em importante destinação turística.

Grosso modo, a modificação do imaginário social, ocorrido após final dos 1980, evidencia lógica diferenciada de incorporação do litoral como espaço de consumo na escala nacional e, também, internacional. Tal lógica se apóia em política de marketing adotada pelo governo e que resignifica Fortaleza em função da demanda turística.

O turismo, um negócio publicitário e de propaganda política

De uma imagem suscitada por uma consciência comum de pertencimento e cujos elementos fundadores figuram em documentos antigos e relatos de viagem, direciona-se para um controle da imagem de Fortaleza através de uma política de marketing baseada na mídia e,

principalmente, na televisão. Noutros termos, indicam-se outros elementos constituidores da imagem da cidade, conforme outra lógica, outras escalas e outros parâmetros. Atualmente, remete-se à articulação da cidade com escalas mais amplas, inclusive a internacional, que são controladas em virtude do desejo de torná-la competitiva em relação a outras cidades. Assim, cada cidade busca se impor com a elaboração de uma imagem específica, associada a suas características históricas, técnicas e naturais. Fortaleza insere-se nesta lógica através da evidenciação de uma cidade litorânea marítima cujos elementos humanos e naturais são valorizados como mercadoria turística ou, em suma, a construção de uma imagem turística da cidade (DANTAS, 2002b).

Construção da imagem turística de Fortaleza

A construção da imagem turística de Fortaleza, a exemplo do ocorrido em outras cidades litorâneas dos países em via de desenvolvimento, dá-se nos moldes de modelo internacional de desenvolvimento do turismo. A Espanha é, com seu sucesso turístico, a matriz deste modelo de desenvolvimento do turismo segundo um marketing turístico. Neste país se gesta, através de estratégia de desenvolvimento do turismo fundado no conceito de marketing (LAQUAR ; HOLLIER, 1981), imagem turística permitindo aproveitar-se de suas *costas ensolaradas e de sua geografia nacional* (POUTET, 1995).

Este enfoque faz do país o paradigma maior nas políticas de desenvolvimento do turismo adotadas nos países em via de desenvolvimento, inclusive na América Latina. O Ceará não escapa à regra, tendo pontos em comum com a lógica de elaboração da imagem turística espanhola. Esta aproximação é visível e interpretável através da consideração do percurso metodológico empreendido por Poutet (1995) no caso espanhol: aquele que apresenta o turismo como um fenômeno de ordem econômica e política.

Da mesma forma que o caso espanhol, o desenvolvimento do turismo no Ceará não se reduz a um simples aspecto de ordem econômica. Ele caracteriza-se também como um instrumento de propaganda que a nova elite política soube explorar para desenvolver, seja uma consciência turística, seja um símbolo do sucesso e da viabilidade do novo governo. A única diferença que deve ser descartada, para que esta via

metodológica não se torne impraticável, diz respeito ao quadro político no qual estas políticas foram desenvolvidas. Considerando as transformações recentes que engendram, de um lado, a amenização do papel exercido pelo Estado central e, de outro lado, um fortalecimento do papel do Estado local, baseado na prosperidade das cidades (CLAVAL; SANGUIN, 1997), o percurso metodológico indicado acima pode contribuir na compreensão do processo de elaboração da imagem turística do Ceará. Tal imagem é suscitada em quadro de descentralização do poder que aponta para papel prioritário do *Estado local* no desenvolvimento de políticas de planejamento e, principalmente, de marketing, ao resignificar a imagem da capital.

Nesta perspectiva uma nova imagem de Fortaleza é elaborada: aquela da *cidade do Sol.* Concebida além da escala local e inserida no sistema mundo, é elaborada pela elite política local com base em uma consciência turística que se apresenta como o reflexo do novo governo. Assim, a exemplo do ocorrido na Espanha, ela ultrapassa o contexto estritamente turístico e econômico e se revela propaganda política, que se torna publicidade para responder aos critérios do desenvolvimento econômico e anunciar a modernização. Nesta perspectiva, considerando a tese de Poutet (1997), indica-se um turismo desenvolvendo-se graças à ação conjugada da publicidade com a propaganda (ver DOMENACH, 1979).

A formação de opinião conforme a publicidade-propaganda suscita a construção de imagem de Fortaleza baseada nas vantagens climáticas. Procura-se construir uma imagem capaz de difundir o processo de modernização do Ceará, e que tende a apagar a imagem trágica associada ao imaginário social da seca, prejudicial ao desenvolvimento do turismo.

Elaboração da imagem turística de Fortaleza pelos ideólogos do governo

Recorrendo à metáfora do Sol como sinônimo de semiaridez, remete-se atualmente a paradigma que desvaloriza as práticas políticas precedentes, consideradas como conservadoras. Controlado pelos ideólogos do governo, tal paradigma cria espaço de discussão e de formação de opinião, permitindo produzir novas relações da sociedade com o semiárido. O Pacto de Cooperação, inaugurado em 1991, foi

a expressão maior desta estratégia. Significa movimento de parceria estabelecida entre a sociedade civil e o Estado, com o objetivo preciso de repensar e reestruturar a economia do Ceará segundo o novo cenário mundial (REBOUÇAS et al, 1994). Esta parceria, estabelecida entre os representantes do CIC e o governo do Ceará, foi ampliada com a inserção de outros segmentos do meio empresarial, de vários organismos públicos, de centros de pesquisa, de universidades, além de organismos internacionais.

É no seio deste fórum que foram lançadas as bases de construção da imagem turística de Fortaleza. Partindo da evidenciação do estado de subdesenvolvimento que caracteriza o Ceará, os ideólogos do governo retomam discussão relacionada à viabilidade do semiárido. Tal discussão, orientada pelo novo imaginário social do Nordeste, favorece o fortalecimento do quadro de imagens positivas da região. A partir deste fortalecimento, estes ideólogos colocam em xeque os discursos deterministas das elites conservadoras do Ceará (os Coronéis), abrindo espaço para a apresentação de prática política indicadora das exigências de resolução dos problemas do estado.

Denota-se uma prática política que repousa, seja na tecnologia e sua capacidade de superar os limites naturais, seja na nova lógica do mercado, que possibilita a inserção das cidades litorâneas no sistema mundo. A incorporação destas cidades litorâneas ao sistema mundo implica no estabelecimento de competição em escala internacional. As citadas cidades estão inseridas em uma rede mundial, na qual cada uma delas se especializa, conforme sua suposta vocação turística, em um domínio específico para atrair consumidores. Procurando inserir o Ceará nesta rede mundial o governo estabelece os objetivos a atingir, reforçando a noção de vocação turística do Estado e resignificando Fortaleza como *Cidade do Sol,* tributária dos fluxos turísticos nacional e internacional.

Para não concluir…

O sucesso do turismo no Ceará incita a tornar Fortaleza uma destinação turística, com sua resignificação através da construção de uma imagem turística a ela relacionada: a *Cidade do Sol*. Entretanto, a sociedade local dificilmente se reconhece neste novo espelho que lhe é ofe-

recido. Críticas são direcionadas aos empreendedores do turismo local, por não mostrarem aos turistas a *verdadeira Fortaleza,* uma cidade rica de história e cujo patrimônio arquitetural é testemunha (JORNAL O POVO, 09/04/98).

Estas críticas testemunham o abalo da imagem que esta sociedade possuía dela mesma. Uma representação ligada à história de um Estado e de uma cidade cuja origem, a força e a vitalidade resultavam das relações estabelecidas entre os homens no e com o sertão.

Críticas provêem igualmente das comunidades de pescadores que se organizam em movimentos de luta pela terra. Embora a expulsão progressiva destes pescadores e a importante transformação de seu modo de vida seja uma tendência marcante, consolidam-se movimentos de resistência que continuam a se multiplicar. Estes movimentos correspondem a uma luta pelo direito à diferença, ao direito de se apropriar das zonas de praia como lócus de produção. Apresenta-se, portanto, uma espécie em via de extinção, o pescador, mostrando à sociedade inteira que as zonas de praia não se restringem aos banhos de mar e aos banhos de sol.

Bibliografia

ANUÁRIO DO CEARÁ. **Dados de 1994.** Fortaleza: IOCE, 1994.

BECKER, B. et al. **Brasil uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

CASTRO, I. E. de. Imaginário político e território. In: CASTRO, I. E. de et *al.* (orgs.), **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997a.

CASTRO, I. E. de. Seca versus seca... In: CASTRO, I. E. de et *al* (orgs.). **Brasil – questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b.

CLAVAL, P. La métropolisation et la nouvelle distribution des acteurs sur la scène politique mondiale. In: CLAVAL, P. et al. (orgs.). **Métropolisation et politique**. Paris: L'Harmattan, 1997.

CLAVAL, P. **La logique des villes - essai d'urbanologie**. Paris: LITEC, 1981.

DANTAS, E. W. C. Construção da Imagem Turística de Fortaleza, **MERCATOR**, ano 1 n.1, 2002b.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à vista**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002a.

DOMENACH, Jean-Marie. **La propagande politique**. Paris: PUF, 1979, p. 8.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, **Plano de Mudanças**. Fortaleza: 1989.

JORNAL O POVO, 09/04/1998.

LAQUAR, Robert; HOLLIER, Robert. **Le marketing touristique**. Paris: PUF, 1981.

PAIVA, M. das G. de M. V. Inquietações sobre o turismo e o urbano na região Nordeste. In: LIMA, L. C. (org.). **Da cidade ao campo**. Fortaleza: UECE, 1998.

POUTET, Hervé. **Images touristiques de l'Espagne**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1995.

REBOUÇAS, O. et *al.* **Gestão Compartilhada**. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1994.

Comentários sobre o Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco para Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

Melquíades Pinto Paiva*

Consideramos como região nordeste do Brasil a área que compreende os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia (FIGURA 1; TABELA I). Esta área corresponde a 18,19% do espaço nacional, que alcança o total de 8.516.037 km^2, com a inclusão de nossas ilhas costeiras e oceânicas.

Figura 1 – Divisão regional do Brasil continental, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará. Sócio honorário brasileiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

TABELA I – Áreas das unidades federativas que compõem a região nordeste do Brasil, bem como aquelas que são abrangidas pelo "Polígono das Secas".

Unidades da federação	Áreas (km^2) (1)	
	Região Nordeste	Polígono das Secas
Maranhão	328.663	–
Piauí	250.934	207.019
Ceará	48.016	136.526
litígio Piauí/Ceará	2.614	2.614
Rio Grande do Norte	53.015	48.031
Paraíba	56.372	55.119
Pernambuco (2)	98.307	87.484
Alagoas	27.731	12.266
Sergipe	21.994	10.395
Bahia	561.026	320.211
Minas Gerais	–	98.626
Totais	1.448.672	978.291

Observações: (1) – considerando as áreas terrestres e de águas interiores; (2) – incluindo o arquipélago de Fernando de Noronha, o atol das Rocas e os rochedos de São Pedro e São Paulo. **Fontes:** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Departamento Nacional de Obras Contras as Secas (DNOCS).

A partir do Pleistoceno, após as bruscas transformações ocorridas há cerca de um milhão de anos, vêm se intensificando as condições de semi-aridez no nordeste do Brasil, agravadas com a ocorrência periódica de secas, que resultam da baixa pluviosidade na época normalmente chuvosa. As conseqüências das secas são trágicas, afetando a terra – a flora e a fauna, desorganizando as atividades rurais e a economia nordestina, com reflexos desastrosos sobre as comunidades urbanas e o próprio Brasil, em sua totalidade.

As secas nordestinas assolam uma área de 978.291 km^2, agora conhecida como Polígono das Secas (TABELA II). Sendo assim, 63,17% da região nordeste e 11,49% do Brasil, se caracterizam pela semiaridez – é o domínio das caatingas. A primeira seca registrada na literatura disponível ocorreu em 1552, portanto, em meados do século XVI.

A secas assolam principalmente os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco (FIGURA 2).

TABELA II – Valores relativos das áreas incluídas no Polígono das Secas e correspondentes a diferentes unidades federativas do Brasil.

Unidades da federação	Valores relativos (%)	
	na Unidade	no Polígono
Maranhão	–	–
Piauí	82,50	21,16
Ceará	92,24	13,96
litígio Piauí/Ceará	100,00	0,27
Rio Grande do Norte	90,60	4,91
Paraíba	97,78	5,64
Pernambuco (1)	88,99	8,94
Alagoas	44,23	1,25
Sergipe	47,26	1,06
Bahia	57,08	32,73
Minas Gerais	16,80	10,08
Totais	–	100,00

Observações: (1) – incluindo o arquipélago de Fernando de Noronha, o atol das Rocas e os rochedos de São Pedro e São Paulo.

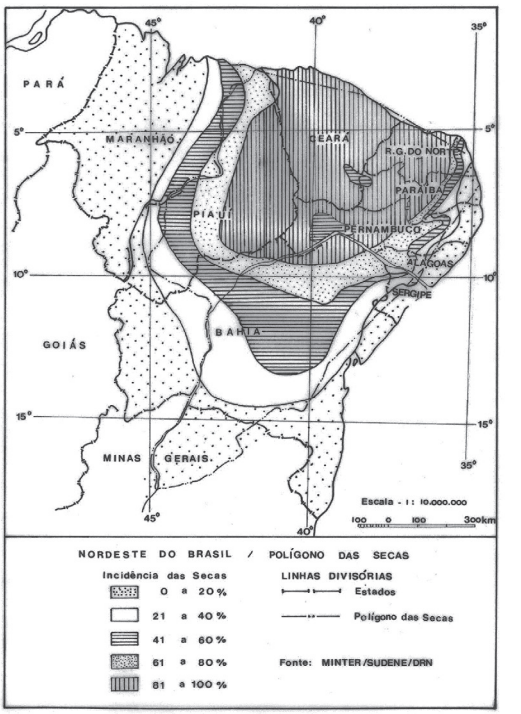


Figura 2 – Nordeste do Brasil / Polígono das Secas.

Todos os cursos d'água encontrados no nordeste brasileiro são exorréicos. As bacias hidrográficas que cobrem a região são as seguintes: Tocantins/Araguaia, Nordeste, São Francisco e Leste (FIGURA 3).

Figura 3 – Divisão do território continental do Brasil, segundo as suas grandes bacias hidrográficas: 1 = Amazônica, 2 = Tocantins–Araguaia, 3 = São Francisco, 4 = Paraná, 5 = Paraguai, 6 = Uruguai, 7 = Nordeste, 8 = Leste, 9 = Sudeste.

A bacia do São Francisco cobre parcialmente os estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, abrangendo 25,18% da região nordeste do Brasil. Sua área total tem 631.133 km^2 do território continental brasileiro, dos quais 61,78% ficam na região nordeste.

O rio São Francisco é permanente, embora os seus afluentes da margem esquerda sejam temporários a partir de Barra (BA), onde deságua o rio Grande, até Penedo (AL); os da margem direita, desde o estado da Bahia até Propriá (SE), também são intermitentes.

As cheias anuais do rio São Francisco começam em outubro e continuam até abril, atingindo o máximo entre os meses de fevereiro e março; o período de vazante corresponde aos meses de maio a setembro. Sua direção geral é sul-norte-nordeste-sudeste.

A intervenção do homem no meio nordestino, quebrando o equilíbrio imposto pela interação das leis naturais, trouxe para o seio

das suas águas graves perturbações. Em primeiro lugar, tornou mais violentas e passageiras as cheias, porque ao retirar do solo a pequena cobertura vegetal que o abrigava, aumentou o deflúvio superficial; em segundo lugar, e pela mesma razão, aumentou as erosões física e química do solo. A conseqüência mais drástica é a inundação dos cursos inferiores dos rios, com todo o seu cortejo de misérias.

Em verdade, no nordeste do Brasil **o mar virou sertão**. Com o soerguimento do continente no Terciário (65 – 18 milhões de anos), ficaram descobertos os primitivos fundos marinhos, formando o relevo atual e as bacias hidrográficas nordestinas. A força das águas, em retorno ao mar, rompeu barreiras impostas pelo relevo, formando os bem conhecidos **boqueirões** – terra ideal para a açudagem. A formação Santana (141 – 65 milhões de anos), no sopé da Chapada do Araripe, vertente do Ceará, abriga importante depósito de peixes fósseis marinhos (biota do Cretáceo).

Considerando apenas açudes implantados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), eles podem acumular 29,5 x 10^6 m^3 d'água (TABELA III).

TABELA III – Barragens construídas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), até 2001, nas unidades federativas que compõem o Polígono das Secas.

Unidades federativas	Açudes (nº)	Capacidade (1.000 m^3)
Piauí	22	1.282.440
Ceará	596	9.650.435
Rio Grande do Norte	115	3.156.612
Paraíba	108	2.604.246
Pernambuco	50	2.037.406
Alagoas	44	57.921
Sergipe	12	20.310
Bahia	55	1.163.051
Minas Gerais	11	89.797
Totais	1.013	20.262.218

Observações: inclui açudes construídos em convênio, em regime de cooperação e pelo PROPAN – Programa para Açudagem do Nordeste; no final de 2001, estavam em construção 16 barragens de futuros açudes, estes com a capacidade de acumular 8.145.605 x 10^3 m^3 d'água, entre os quais o Castanhão, barrando o rio Jaguaribe (CE), com capacidade de 6.700.000 x 10^3 m^3 d'água, cuja barragem foi concluída em 2004; em 2003 o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas dispunha de 326 açudes, com a capacidade de acumular o total de 27 x 10^6 m^3 d'água, e mais 622 açudes em regime de cooperação, com potencial para acumular mais 2,5 x 10^6 m^3 d'água. **Fonte** Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Os maiores açudes públicos encontrados no nordeste do Brasil estão a seguir indicados, com seus respectivos e mais importantes dados.

Açude Castanhão: localização da barragem – Alto Santo (CE), rio barrado – Jaguaribe, bacia hidrográfica = 44.850 km^2, bacia hidráulica = 32.500 ha, volume de acumulação = 6.700 x 10^6 m^3, ano de conclusão – 2004 (FIGURA 4).

Açude Açu: localização da barragem – Açu (RN), rio barrado – Piranhas, bacia hidrográfica = 36.770 km^2, bacia hidráulica = 19.500 ha, volume de acumulação = 2.400 x 10^6 m^3, ano de conclusão – 1983 (FIGURA 5).

Açude Orós: localização da barragem – Orós (CE), rio barrado – Jaguaribe, bacia hidrográfica = 25.000 km^2, bacia hidráulica = 35.000 ha, volume de acumulação = 2.100 x 10^6 m^3, ano de conclusão – 1961 (FIGURA 6).

A transposição de águas do rio São Francisco, para bacias hidrográficas do nordeste setentrional, é projeto de longa implantação e elevadíssimo custo (FIGURA 7). Tem eficácia discutível e grande possibilidade de desvio do dinheiro público, pela endêmica corrupção que nos castiga e fins eleitoreiros.

Não vamos comentar se o rio São Francisco, que evidencia péssimas condições ambientais e necessita de urgente recuperação [CAPPIO *et alii,* (1995) 2000], pode fornecer a água a ser transposta. Também, não discutiremos aspectos técnicos e econômicos do ambicioso projeto e seus efeitos sobre o meio ambiente do semiárido nordestino (SBPC, 2004; AB' SÁBER, 2005 e 2006; BRITO, 2005; MAGALHÃES, 2005; SARMENTO, 2006; MALVEZZI, 2007).

Não tem fundamento o objetivo de combater a pobreza das populações situadas ao longo das margens dos rios perenizados, porque algumas das populações ribeirinhas mais pobres do Brasil estão nas margens do próprio rio São Francisco, ao longo do seu curso médio, entre Pirapora (MG) e Petrolina (PE) / Juazeiro (BA). A propaganda oficial acoberta esta pura mentira, tentando enganar os tolos, já que tem o apoio dos áulicos de toda ordem.

Um outro falso objetivo consiste no fornecimento de água encanada à dispersa população rural, sem menção dos custos decorrentes e da capacidade do povo poder pagar os benefícios recebidos. Melhor e mais racional seria estabelecer pontos de abastecimento

Figura 4 – Vista aérea da barragem e parte do açude Castanhão, no curso médio do rio Jaguaribe (CE). Cortesia do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Figura 5 – Vista aérea da barragem e parte do açude Açu, no baixo curso do rio Açu (RN). Cortesia do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Figura 6 – Vista aérea da barragem e parte do açude Orós, na microrregião de Iguatu (CE). Cortesia do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

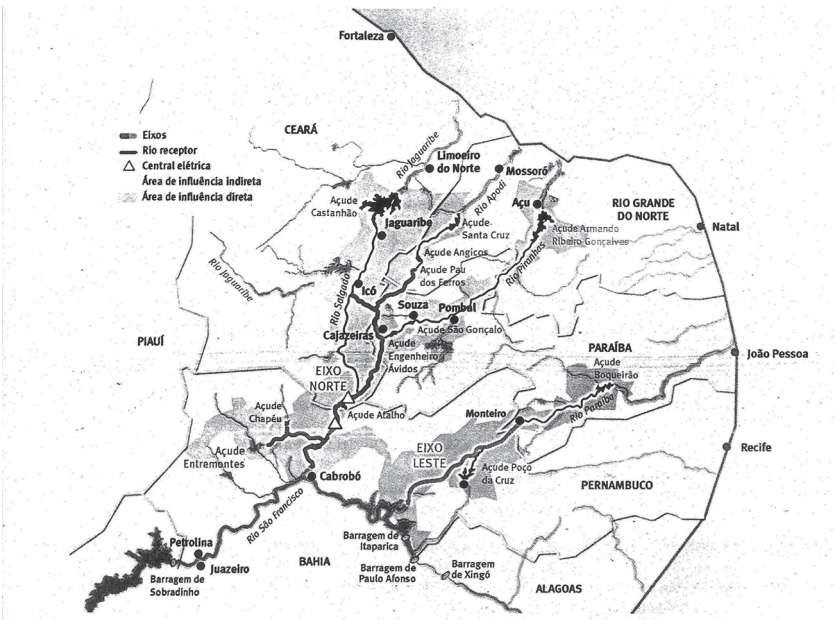


Figura 7 – Projeto de transposição das águas do rio São Francisco, com seus dois "eixos", favorecendo áreas semiáridas do nordeste do Brasil.

d'água, na imensidão do semiárido, a partir dos açudes/represas já existentes e outros(as) que se implantem nos **boqueirões** ainda disponíveis, sem falar de um audacioso programa de construção de cisternas, de baixo custo, servindo aos domicílios rurais, como vem acontecendo (FIGURA 8).

"... No que tange aos sertões pseudamente receptores dos recursos hídricos tirados do São Francisco, desde o início se falou em "águas para todos", como se um projeto linear tivesse força para

Figura 8 – Cisternas na zona oeste do Rio Grande do Norte. Fotos de Melquíades Pinto Paiva (julho/2005).

abranger areolarmente todos os sertões povoados de além-Araripe. Mais do que isso, procurou-se dizer que a transposição garantiria água para beber. Sem lembrar que um certo volume de águas poluídas misturadas com águas salinizadas de alguns grandes açudes impediria o uso imediato das águas para fins potáveis." (AB'SABER. 2006 : 7).

Comenta-se que a água transposta vai abastecer grandes centros urbanos, desprezando-se os volumes já represados e outros de mais fácil obtenção.

O desenvolvimento de grandes lavouras irrigadas, na parte setentrional do nordeste do Brasil, com água transposta do rio São Francisco, é também discutível nos seus aspectos econômicos, por causa do custo da água fornecida, muito superior ao pago pelos irrigantes da área em torno de Petrolina/Juazeiro, portanto, sem condições de competição nos mercados do sudeste/sul do Brasil e outros bem maiores, nos países mais importantes do mundo capitalista. A solução para o dilema será a dos incentivos fiscais, favorecendo uns poucos em detrimento de quase todos, repetindo história bem conhecida de corrupção e roubalheira.

"O projeto de transposição de águas do rio São Francisco, reforçando as infra-estruturas hídricas de combate às secas já implantadas no semi-árido nordestino, envolve uma vazão modesta que não representa nenhum perigo para o Velho Chico, mas poderá beneficiar milhões de pessoas. A transposição reduzirá a angustiante incerteza hídrica, permitirá uma maior flexibilidade de gestão das águas e abrirá espaço para os agronegócios, a criação de emprego, o aumento de renda e a diminuição da migração. No entanto, o sucesso do empreendimento vai depender também do aprimoramento da capacidade de gestão das águas nas regiões doadora e receptora, bem como no exercício cotidiano de operar e manter o sistema transpositor." (MAGALHÃES, 2005 : 40).

Documento elaborado sob os auspícios e responsabilidade da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC, 2004), apontou aspectos pouco claros e discutíveis no projeto de transposição de águas do rio São Francisco e recomendou novos estudos, tendo-se em vista reduzir incertezas e a efetivação de benefícios econômicos e sociais para a região receptora da água transferida.

"No que se refere especificamente ao atual projeto de transposição, há diferenças fundamentais quanto à justificação a respeito dos dois eixos propostos. O chamado Eixo Leste é proposto para o abastecimento

humano das regiões mais secas de Pernambuco e da Paraíba e irrigação em sua maior parte na própria bacia do São Francisco. Por outro lado, o Eixo Norte, cujo objetivo é inequivocamente irrigação, baseia-se no princípio do aumento da sinergia dos grandes reservatórios do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. O projeto do Eixo Norte apresenta muitas incertezas no que se refere à viabilidade econômica e não há clareza quanto ao benefício social e à distribuição de renda que poderá ser gerada com o projeto. Além disso, em ambos os casos, a capacidade gerencial necessária para que as instituições públicas brasileiras venham a administrar o transporte de água em canais com centenas de quilômetros e a capacidade dos estados e da União de implementar as obras de modo a efetivamente utilizar a água não condiz com o quadro atual, de dezenas de projetos inacabados e outros quase destruídos em função da má gestão. Portanto, seriam extremamente oportunas e prioritárias ações focadas na conclusão de inúmeras obras inacabadas existentes." (...) "A avaliação técnica, social e econômica dos dois eixos de transposição propostos, vistos de forma mais ampla, sinaliza que o Eixo Leste é mais justificável, dado que pode vir a resolver problemas crônicos da região. Quanto ao Eixo Norte pesam contra sua racionalidade muito mais questões quanto às reais necessidades, ao alcance social, à viabilidade econômica e gerencial." (SBPC, 2004 : 12 e 13).

"No Nordeste seco existe gente por toda a parte: um fato que transformou a nossa região sertaneja sofrida na região semi-árida mais povoada do mundo e de mais difícil atendimento social efetivo a sua brava gente (Jean Dresch). Tudo levando a crer que um projeto certamente eleitoreiro e desenvolvimentista somente vai atender a fazendeiros absenteístas da beira alta de alguns vales e a empreiteiras desesperadas por um novo ciclo de lucratividades." (AB'SABER, 2006 : 13).

Palavras do ex-governador de Sergipe, engenheiro João Alves Filho, sobre o projeto de transposição das águas do rio São Francisco para os estados do nordeste setentrional: "Em resumo, o projeto da transposição é tecnicamente errado, socialmente injusto, ecologicamente destrutivo e politicamente desastroso, por causar uma insana crise federativa." [ALVES FILHO : 58 **in** ALVES FILHO (org.), 2008].

Referências Bibliográficas

AB' SABER, A. [N.] – 2005 – A quem serve a transposição? *Folha de S. Paulo,* ed. 20/02/2005: A18, [3] figs., São Paulo.

AB' SABER, A. [N.] – 2006 – A transposição de águas do São Francisco: análise crítica. *Revista da USP*, São Paulo, (70): 6 – 13, ilus.

ALVES FILHO, J. (org.) – 2008 – *Toda a verdade sobre a transposição do rio São Francisco.* Mauad X, 254 p., ilus., Rio de Janeiro.

BRITO, P. – 2005 – Água para todos. *Folha de S. Paulo*, ed. 20/02/2005: A18, [3] figs., São Paulo.

CAPPIO, L. F. *et alii* (orgs.) – (1995) 2000 – *Rio São Francisco: uma caminhada entre vida e morte*. Editora Vozes Ltda., 2. ed., 110 p., [31] figs., Petrópolis.

MAGALHÃES, P. C. – 2005 – A transposição das águas do rio São Francisco. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, *37* (217): p. 40–52, [7] figs.

MALVEZZI, R. – 2007 – *Semi-arido: uma visão holística*. Brasil Pensar – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), 140 p., Brasília.

SARMENTO, F. J. – 2006 – A integração do São Francisco: mito e verdade. *Revista da USP*, São Paulo, (70): p. 14-23, ilus.

SBPC – 2004 – *Workshop sobre a transposição de águas do rio São Francisco: Relatório das Discussões*. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – Secretaria Regional de Pernambuco, 16 p., Recife.

A ética partidária

Oswaldo Evandro C. Martins*

Toda organização possui uma correspondente Ética profissional. Deve analogar-se deontologicamente à sua atividade, fazendo que concordem a conduta exteriorizada e a atitude mental. Qualquer membro de um partido político, por exemplo, assim procede. Tal é a pauta filosófica que define o dever.

Qual o dever do político? Não é o dogmatismo de negar, *in limine* e *ex abrupto* os juízos de valor. Compete e obriga a ele – *verbi gratia vereador* – alcandorar a escala de valores, quer dizer, promover o progresso axiológico, desde a infra-estrutura (valores inerciais e orgânicos), a médio-estrutura (valores socioeconômicos e ludo-estéticos) e a supra-estrutura (valores éticos e místicos). Configura esse esquema a escada de Lavelle,(1) subjacente à Figura 1.

Os valores éticos escalonam-se em políticos, jurídicos e éticos propriamente ditos e são objetivos, mas os valores místicos, diferentemente, são subjetivos – os litúrgicos, os sagrados e os místicos propriamente ditos. Pinçado assim na escala o valor político, não significa que ele se isole e se absolutize. Os valores existem num sistema. O valor social de uma cabeça humana que o homem primitivo exiba fincada numa estaca no terreiro de sua casa era um troféu consentâneo a seus mores, o qual sem dúvida alguma propiciava a seu proprietário uma possibilidade de poder, isto é, um credenciamento político. Outro exemplo: o botim de guerra de um legionário romano conferia poder ao seu titular.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

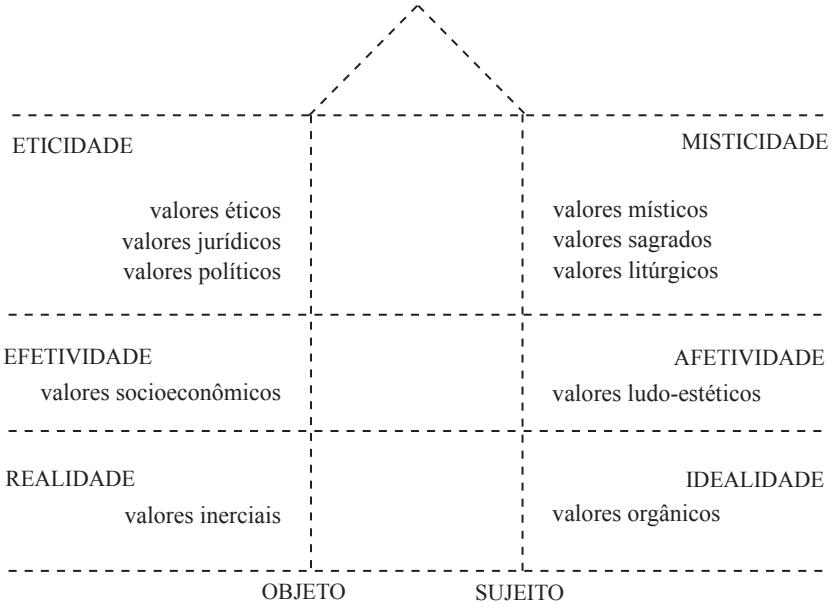


Figura 1 - Escala de Lavelle.

Infere-se dessas ilustrações como o valor político contamina os que lhe estão acima na escala, o que não quer dizer, muito ao contrário, a inexistência de um fluxo inverso, ou seja, de que os valores jurídicos e éticos influam nos valores políticos. O progresso, falando-se axiologicamente, isto é, em valores positivos, é como gás expandindo-se e acumulando-se, quando aquecido, nos níveis superiores.

Hoje, o assassínio e o roubo exemplificados retro são valores negativos, sendo repelidos imediatamente pelos valores jurídicos e éticos. *Ipso facto*, os valores políticos os reprimem também, mercê das respectivas condutas exteriorizadas que passam a sancioná-los e levam as atitudes mentais à condenação de ambos, tudo em função de uma nova cultura política, de uma educação a esta consentânea, de uma consciência do dever perfectivamente calcada na práxis.

O que sucede em face dos valores jurídicos decorre também dos valores éticos. Há igualmente processo de moralização a condicionar os valores políticos. A atividade política faz parte desse processo, de

forma que o conceito de política transcende francamente e se sobrepõe ao que se vai arcaizando.

A Ética é a ciência filosófica que resolve o problema gnosiológico em todas as estruturas axiológicas e decide das contradições entre conduta exteriorizada e atitude mental. Na mesma ciência considera-se o caráter moral, que é a mais alta expressão de como se desfecha a contradição mencionada, configurado cientificamente pela Caracterologia.

Quando se incute um valor ético na atitude mental, a conduta exteriorizada muda necessariamente, isto é, ocorre uma transmutação de valor. O caráter moral é *conditio sine qua non* de um valor novo e se manifesta: 1) na realidade – vg. Valores inerciais – e na idealidade – vg. Valores orgânicos -; 2) na efetividade – vg. Valores socioeconômicos – e na efetividade – vg. Valores ludo-estéticos -; 3) na eticidade – vg. Valores políticos, jurídicos e éticos – e na misticidade – vg. Valores litúrgicos, sagrados e místicos. Esses, os degraus da escada.

A política evolui não só na região da eticidade, pois os seus valores repercutem na região da misticidade, correspondentemente, tanto que eram os valores religiosos os primeiros que influíram na história. Os governos da proto-história eram teocráticos, isto é, os valores estavam na subjetividade e exerciam efeitos reflexos sobre os demais, os da objetividade. Desse modo, o soberano era às vezes um deus em pessoa para quem todos trabalhavam. Se os súditos percebiam que estavam sendo enganados, deflagravam a luta contra semelhante imoralidade.(2)

A Ciência Política, entendida como tal em critério e rigor, verificará nos seus protagonistas o caráter moral, a fim de que aflorem conceitos mais adequados ao objeto. Um grupo social que se conscientialize da dignidade, ou repudia e suprime o seu constrangimento, ou se desmoraliza e se deixa aniquilar. A primeira hipótese é a que consente com o caráter moral, sob a égide do qual eclodem os valores éticos que conjuram imoralidade e aniquilamento. Configuram-se então os valores a ser substituídos, que evidentemente serão despojados do poder pelo grupo social que desservem e dessoram mediante a vulneração do dever, o ludíbrio da consciência e a exploração do homem.

Os ritmos do progresso axiológico se aceleram propelidos pela Informática graças à massa crescente de subsídios políticos, suscitando aprimoramento dos valores éticos. A compreensão de política de que

falaram, em tempos menos ou mais recentes, o político Martinho Rodrigues, o jurista Edgard Mirada de Paula Pessoa e até o autor do presente texto filosófico, humilde cultor do conhecimento axiológico, não é mais essa que antes fora. É que a Ciência Política não se coaduna com escritos poéticos anacrônicos dos três, a saber:

MESSALINA

(A. J. Olympio)

Vês aquela mulher? Tem no semblante
As frescas rosas de mentido gaudio.
Formosa como Aspasia deslumbrante,
Possue os crimes da mulher de Claudio.

Encantadora e má! O seu sorriso
Tem veneno subtil que endoida e mata,
Nos prometem deleites do p'raiso
Os lábios onde o goso se retrata

Ai daquelle, porém, que no seu collo
Deitar a fronte em horas de delírio;
Marcará co seu sangue o negro solo,
Terá no corpo as chagas do martyrio.

Não te deixes cahir na tentação!
Despresa o seu amor. Que importa a crítica
D'outra doida mulher, a Opinião...
Sabe-lhe o nome? Chama-se... a Política.

(Martinho Rodrigues, in *A Quinzena*, Fortaleza, 1984, p. 23, fac-símile do original de 02/02/1887, reproduzido pela Academia Cearense de Letras e o Banco do Nordeste do Brasil).

POLÍTICOS

Toda essa corja antipática
Que só vive de política
Tem a consciência apática,
Tem a moral paralítica.

Furtar, furtar, eis a tática
Desta praga apocalíptica
Que põe o Brasil na estática
E faz a Nação raquítica.

E sempre se diz católica
Essa casta diabólica
Que mete o povo nas trápolas...

De pacífico e famélico,
Ó, Brasil, muda-te em bélico,
Reduz a pó esses crápulas!

(Edgard Miranda de Paula Pessoa,
Manuscrito, s/d).

A POLÍTICA

Rapinagem, arte bélica,
Pertinência de grupúsculo,
A ciência maquiavélica
Se escreve com pê minúsculo.

De sangue humano famélica,
Sempre opera no crepúsculo:
Vampiro de cara angélica,
Dessora do povo o músculo.
Magistério da sordície,
Retira da superfície
Indícios do que perpetra.

Organiza enfim a máfia:
Faz que sua ação se safe a
Reação que acaso a soletra.

(Oswaldo Evandro Carneiro Martins,
manuscrito de 12/04/2001).

Os valores criam, correspondentemente novos, os deveres éticos, as condutas exteriorizadas e as atitudes mentais. A atividade política se desenvolve sob novos parâmetros. Então passam a viger preceitos de novo código de ética partidária, que se aplica adequadamente aos políticos. O ludibriar, explorar ou vulnerar as normas promulgadas por esse diploma novo deve acarretar punição política aos seus fautores, pelo menos partidariamente.

Cada corrente de opinião cultiva eticamente ao seu modo a democracia como valor universal. Essa a sua peculiaridade deontológica. Do contrário, seria como é o politeísmo para a religião. Já se dissera na Bíblia que não se serve a dois senhores.

No mundo inevitavelmente multipartidário não há outra regra para alianças à esquerda. É infração mortal concertar-se ideologicamente com a direita, abstendo-se de eticidade na política e assumindo outra conduta exteriorizada, portanto comportar-se incompativelmente com a Ética Partidária. Esta não se compadece com nova atitude mental – extemporânea, outra ou estranha – a presidir o valor político com o cunho de adesão efetiva e não de acordo eventual, a rendição ou o engajamento às hostes a que se deveria opor por dever, e conseqüente chafurdo e engolfamento final da corrupção.

Fique consigo quem assim procede. Quando na prática se faz, na teoria já se fez. Por afeição ao conhecimento axiológico já se advertiu o crivo moral sobre conduta e atitude.(3)

O compromisso ético permeia os dois pólos da luta política entre valores positivos e negativos e diz respeito particularmente ao poder que executa o código de ética partidária em vigor. As coisas assim são postas no seu devido lugar. Há que confutar o oportunismo político, combater a amoralidade e a imoralidade, erradicar os vícios de partido e extirpar como parasitas os fatores desideologizantes, anti-esquerdistas ou fisiológicos.

Notas

(1) Pode chamar-se a escala de valores de escala de Lavelle (cf. figura 1). É que o filósofo recorrido tem uma concepção vetorial do sistema axiológico, que parte didaticamente do sujeito e do objeto. Compreende-se gnosiologicamente que ambas essas categorias filosóficas reciprocam-se, além de convergirem e coincidirem no máximo da subjetividade e no mínimo da objetividade, respectivamente como valores místicos e éticos em acepção genérica.

Configura-se tal taxionomia e algoritmo com duas retas axiais e paralelas – concorrentes no infinito –. Então se torna fácil inferir onde os valores são, por sucessão ascendente, dispostos e inscritos, e classificados por analogia ao par superior.

Não se faria como não o fizeram os editores póstumos de Lavelle, distorção da idéia originária. Fica-se atreito a isto. "É a esta tarefa que nós nos esforçamos por satisfazer o mais respeitosamente e o mais fielmente quanto possível" (Cf. Louis Lavelle, *Traité des Valeurs*. Tomo II, Presses Universitaires de France, Paris, 1955, p. VIII).

O esquema em questão é perfectível, reportando-se a uma forma anterior, embora renomeie valores. "Estrutura-se a escala de valores, que se poderia representar por duas colunas em um artefato artesanal divididas em três degraus correspondentes aos saltos qualitativos da objetividade e da subjetividade, ou seja, horizontalmente, dos valores materiais aos orgânicos, dos intelectuais aos ludo-estéticos, e dos morais aos espirituais; e, verticalmente, na ordem decrescente da objetividade (os valores materiais, intelectuais e morais) e na ordem crescente da subjetividade (os valores orgânicos, ludo-estéticos e espirituais)" (Oswaldo Evandro Carneiro Martins, "Disquitação Axiológica", in *Revista do Instituto do Ceará* – 2002, Fortaleza, volume 116, p. 88).

(2) Entre a cabeça degolada e o botim de guerra inserem-se na evolução os valores políticos propriamente ditos, ao que se alude na mencionada tomada de consciência escrevemos a respeito:

"Neste período, houve lutas de classe. Na Suméria, por exemplo, o príncipe Urukagina, no ano 2670 a. C., procedeu a uma profunda reforma social para atender as reivindicações e pressões dos súditos explorados pelo sistema vigente, determinando a supressão dos cargos odientos (Grão-sacerdote, arrecadador de imposto e chefe de armazém de templo subordinado), das normas fiscais injustas (taxa de repúdio da esposa, cobrada pelo rei e pelo ministro, e o tributo em espécie dos pescadores, que foi substituído por dinheiro); e dos abusos econômicos (a utilização e a apropriação dos bens do templo pela família do governante). (Cf. Gabriel Franco, *História de La Economia por los Grandes Maestros*, Aguilar: Madri, 1965, p. 27). No Egito, por outro lado, houve um levante geral por várias décadas, durante o Médio Império (2065-1785), que foi descrito numa carta do súdito Ipour ao Faraó de cujas informações consta que "os rebeldes eram miseráveis que nada possuíam. Aprisionaram o rei, expulsaram os ricos de seus palácios, arrastaram as múmias dos Faraós para fora de suas tumbas, ocuparam os templos e puseram fim aos ofícios religiosos. Apoderaram-se dos armazéns dos senhores e dos sacerdotes, e declararam de propriedade nacional todo o trigo que eles continham. Instalados nas residências dos ricos, os insurretos vestiram as roupas e usaram os adornos dos senhores que obrigaram a trabalhar para eles. Segundo expressão de Ipour, a terra girou como um torno de oleiro. Os insurretos tomaram o Palácio da Justiça, destruíram os processos, lançaram à rua os pergaminhos da lei e suprimiram os escribas e suas listas de coleta. A casa do rei ficou sem contribuições e os templos sem oferendas". (Cf. V. Diácov e S. Covaliov, *História da Antiguidade*, primeiro volume, Fulgor: São Paulo, 1965, p. 195, in Oswaldo Evandro Carneiro Martins, "Lutas de Classes na História", autógrafos).

(3) "Ser ético, portanto, é ter a ciência e consciência do dever, a responsabilidade por sua ação, a identidade atitudinal entre o que se faz e o que se pensa". (Cf. Oswaldo Evandro Carneiro Martins, "Uma abordagem da Ética Profissional", in *Revista do Instituto do Ceará*, tomo CXII, ano CXII, volume 112, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 1998, p. 218).

Impõe-se, pois, um código de ética partidária como instância atualizadora, isto em termos amplos de conhecimento axiológico. Há um quartel de século o constatamos:

"Percorrendo a escala de valores no sentido da superestrutura para a base, viu-se quanto decresce a subjetividade. Os valores subjetivos terminam em contradição com os que o são em menor proporção, isto é, àqueles que lhes ficam abaixo na escala. Tal contradição lhes trava o desenvolvimento, como se constata com facilidade. Exemplifique-se: 1) inexiste uma estatuária islâmica, em virtude da interferência dos valores religiosos nos estéticos; 2) Gauss deixou de divulgar a sua descoberta da geometria hiperbólica antes de Lobatchevsky e de Bolyai, por temor à celeuma que provocariam suas idéias, isto é, impuseram-se-lhe valores sociais em detrimento de valores intelectuais; 3) o funcionário público é um trabalhador acicatado pelo custo de vida, tanto ou mais que os trabalhadores marítimos, mas em virtude de prescrição legal do seu estatuto não faziam greve, o que demonstra prevalência dos valores jurídicos sobre os econômicos, a qual pode inclusive levar à proibição política geral das greves" (Cf. Oswaldo Evandro Carneiro Martins, *O Autor e o Ator – Ensaio Marxista de Antropologia Filosófica*, Fortaleza: Barraca do Escritor Cearense, 1994, p. 159).

História e Literatura: Fortaleza da segunda metade do século XIX. A Afilhada, de Oliveira Paiva

João Alfredo Montenegro*

Intentar-se-á ao longo deste ensaio operacionalizar-se uma relação dinâmica entre História e Literatura tomando como contexto o romance *A Afilhada*, de Oliveira Paiva.

Trata-se de uma obra inserida fundamente num período de extensa agitação ideológica tendo como centro irradiante a *Academia Francesa* dos idos de 1865, fecundando o realismo/naturalismo subseqüente, e intensamente presente naquele romance, de 1889.

Tal viria a calhar como uma luva no trabalho do historiador a procurar reconstituir a sociedade em estruturação de uma cidade do porte de Fortaleza, abrindo-se à visão do pesquisador com uma moldura peculiar de costumes, de relações sociais, de instituições.

É que o elemento romântico já não mais pesava como dantes, e os suportes positivistas do tempo, com a sua pretensão objetiva, inclinavam-se para um levantamento articulado entre História e Literatura, ampliando a capacidade heurística do historiador.

E de tal modo que se confundem numa larga linearidade, por vezes, a narrativa literária e o discurso historiográfico, rompendo os limites entre ambos, entre ficção e realidade.

A Filosofia e a Teoria da História já se deram conta da superação daqueles limites, e de como o historiador sempre tem que completar a interpretação dos fatos com o esforço da imaginação, preenchendo lacunas que de outro modo não poderia preencher.

Assim sendo, a ficção não o larga jamais.

*Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

De qualquer modo, essa discussão enlarguece a visão do historiador, leva-o a fazer-se mais consciente de sua missão, a posicionar-se com segurança diante da realidade que se desdobra a seus olhos, ao compulsar os documentos e empreender a tarefa exegética.

Nos dias de hoje esse posicionamento é favorecido pela integração pluridisciplinar, a alcançar campos teórico-metodológicos mais próximos, ou mesmo afastados, quando necessário. Isso, por outro lado, se deve por igual à aviltada crise de paradigmas que assalta não só as Ciências Humanas, como também as ciências ditas exatas e as naturais, despertando a consciência de intercorrências entre campos de realidade vistas até então *departamentalizados*, separados. O que acarretava problemas inúmeros, um lamentável depauperamento da área da análise.

E não resta dúvida que daí o factualismo encontrava justificação para a sua persistência, para o desprestígio da historiografia, por muitos anos encarada por elaboração de segundo plano, estando longe do prestígio da Filosofia, da Sociologia e de outras afins.

Foi preciso, na verdade, que a crise mundial se alastrasse, que a estrutura paradigmática rompesse, para se dar conta dessa situação.

Nessas condições, novas perspectivas de trabalho vão se abrindo também para o historiador, desafiado a encarar convergências entre situações e conjunturas de vária espécie, que extrapolam os enlaces habituais de décadas anteriores, entre enfoques transdisciplinares, entre concepções do mundo e realidades emergentes.

É plenamente aceitável que isso vá ocorrendo em meio a experimentalismos, como começo de uma operação progressiva, deixando ver, com a clareza do tempo vertiginoso do presente, a possibilidade de novos arranjos na objetivação epistemológica.

Com efeito, com o decurso do tempo, os procedimentos metodológicos vão se aperfeiçoando, novas áreas do saber são acessadas, ampliando o complexo pluridisciplinar.

Para dar uma amostra da incessante atualização desse complexo não é preciso transpor o âmbito da linguagem.

É o que revela o depoimento de Jayme Paviani:

> Os limites entre as disciplinas são apenas arranjos lógicos encaixados dentro dos padrões da racionalidade científica de uma situação histórica. Isso também pode ser dito em relação à semântica e às suas diversas tendências epistemológico-metodológicas, que se ocupam com o estudo do significado dos signos e das representações lingüísticas e mentais[1].

Vale dizer: a sofisticação desse procedimento alcança níveis inesperados, e deixando claro que ele se posiciona efetivamente em ritmos de temporalidades que delimitam o espaço histórico.

Alguns desses ritmos marcam uma conjuntura ou um período histórico. E em cada um deles se concretiza o intercurso disciplinar. Sempre, portanto, de um modo peculiar.

Nessa linha, sem a mencionada prática sofisticada ou mais complexa, procurar-se-á aqui investir numa modalidade menos laboriosa de interdisciplinaridade pontuando aspectos relevantes e globalizantes da História e da Literatura.

Em outras palavras, deter-se-á preferencialmente em ângulos aproximados de duas esferas do saber, apenas com o propósito de melhor compreensão de uma quadra histórica e da inscrição nela de uma obra literária com o que se conseguirá uma leitura mais proveitosa do tema a ser dissecado.

Assim, estar-se-á dando um passo avantajado na pesquisa da produção de Oliveira Paiva, infelizmente não havendo saído dos limites da crítica literária e de pequenos comentários biográficos.

Com o transcorrer dos anos, estudiosos por certo avançarão a prática interdisciplinar, ao se debruçarem sobre os romances daquele autor, trazendo a campo análises mais densas e seguras.

Importante referir o período em que viveu e atuou o escritor em exame, especialmente o terceiro quartel do século XIX, como de inquietação das mentes, de agitação das idéias, de insatisfação política.

A ansiedade por renovação tomava conta dos espíritos.

A monarquia começa a mostrar cansaço, extenuação.

---

[1] Sentido e significado na perspectiva fenomenológica. In: ***Produção de sentido.*** FALTES, Heloísa Pedroso de Moraes. São Paulo: Annablume, 2003, p. 19.

Os escritores acalentam o desejo de mudanças dos perfis literários e artísticos.

De outro ângulo, e paralelamente, vão se dando transformações na vida econômica do País na infra-estrutura que lhe oferece suporte.

Veja-se o que segue:

> A expansão econômica faz-se acompanhar de uma diferenciação crescente do sistema econômico-social. A segunda metade do século XIX assinala o momento de maior transformação econômica na história brasileira[2].

Verdade que tal expansão concentrar-se-á privilegiadamente nas províncias mais ricas.

Contudo, reflexos fortes dessas transformações atingirão o Nordeste, beneficiando o Ceará.

Ferrovias, açudagem, exportações crescentes estão entre aqueles reflexos.

Na esfera da Literatura, como já se pode deduzir, algo de novo começava a brotar.

Di-lo com acerto Cláudio Aguiar, ao se ocupar da *Literatura do Norte*:

> Durante a década de 1870 era possível identificar em grande parte da sociedade brasileira uma inquietação pela adoção de novos padrões artísticos e literários vigentes na Europa [...]. Aqui no Brasil a inserção desses novos elementos veio no bojo de uma crise mais ampla. Em todos os sentidos da vida social as vozes reclamavam por reforma e mudança[3].

Todavia, é preciso dizer que o Positivismo adotado pela geração de novos escritores, o qual dando azo às formulações realistas/naturalistas, ainda convivia com uma "visão do mundo, em sua essência romântica", o que é visualizado na produção novelista da tríade fundadora composta por Franklin Távora, Taunay e Machado de Assis, aí pelos idos de 1870[4].

---

[2] HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *II O Brasil monárquico 3. Reações e transações*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, p. 300.

[3] AGUIAR, Cláudio. *Franklin Távora e seu tempo*. Literatura do Norte. São Caetano do Sul, p. 243.

[4] ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1875-1945)*. Rio de Janeiro: Acheamé, 1981. p. 70-71.

O que foi até aqui exposto cimenta os ligames densos entre História e Literatura, justificando novos desdobramentos do tema.

A abertura teórica da História a tem aproximado de muito da Literatura, ajudando-a a distender os seus horizontes, o seu campo de percepção, dentro do que se habituou a chamar de prática interdisciplinar. Ou em razão de questões postas pela narrativa histórica, agora a braços com um tipo de linguagem mais complexo, com uma hermenêutica cada vez mais exigente, demandando análise detida do complexo enunciativo do qual não há como fugir as elaborações romanescas, para a obtenção de moldura de uma época, de um período, de uma conjuntura, de fatos que se fecham na opacidade descritiva do factualismo, que se demite da prospecção rica da causalidade histórica por permanecer na descrição inconsistente, acrítica.

Acentuou-se a convicção de que o horizonte histórico é correlativo do horizonte da linguagem.

Quanto mais este é dissecado mais o é aquele.

Porquanto mais do que complementaridade há funda imbricação de ambos.

Aliás, está-se em tempo rico em cuidados com a linguagem, a partir de uma orientação de pensamento que a faz matriz e leito de explorações epistemológicas sem conta, engrossando correntes que alcançam desde a Ética, passando por todas as ciências humanas, até especialidades distintas da medicina, como a psicanálise/psiquiatria demonstrando que a linguagem provavelmente seja a dimensão mais explícita e reveladora do homem, indo até as raízes do seu ser, do que dá cabal amostra Heidegger ao posicioná-la em termos de uma ontologia inseparável da historicidade.

Então, na Literatura a linguagem ocupa um lugar privilegiado prestando-se a todo tipo de experiência, várias delas aumentando seu poder de alcance. Especialmente ao se alongarem em estruturas eivadas de substância ontológica, em jogos que reforçam o seu poder de conhecimento de comunicação e de convencimento.

Tome-se, por exemplo, a obra de Clarice Lispector, intitulada *A Hora da estrela*.

Aí floresce uma vigorosa combinação lingüística, ensejando uma criatividade inusitada em que o artesanato da palavra faz

irromper no entrecho cenas da vida marginal da opressão social, impregnadas de uma historicidade capturada em nível de uma ontologia que desloca a incidência do tempo cronológico, do próprio tempo psicológico, ao emergir o tempo do Ser, o presente.

Assoma, por conseguinte, uma espécie da narrativa marginal, específica da história ontológica, em que a metáfora redentora transluz numa Antropologia que vai até ao imo da problemática humana, secundarizando enredos de superfície, exterminando o factualismo, a narrativa corrida que oculta as fontes imperecíveis do agir histórico.

E, desse modo, a linguagem vai de par com a historicidade.

Observe-se o que acontecia no período imperial entre nós.

A sociedade se ressentia de mui precária integração.

A concentração do trabalho produtivo nas grandes fazendas, na extensa propriedade rural, foco e base da economia agroexportadora, sustentada pelo trabalho escravo, contribuía para o grande isolamento das comunidades humanas, com a prevalência da unidade familiar, a bafejar o velho paternalismo que, ainda hoje, exibe os seus resquícios no *hinterland* brasileiro, conforme o ensinamento unânime dos historiadores e sociólogos.

Aí está um terreno propício à composição da microhistória a projetar o seu formato e atributos na macrohistória, como o atesta a formação estrutural e conjuntural do país. O que é a demonstração explícita do imperativo de se demorar no cotidiano dos períodos transatos para o adensamento do conhecimento histórico.

Pois microhistória é canal por onde corre o cotidiano, de onde se extrai com mais largueza a dimensão autêntica e real da história.

Ao transfigurá-lo, a linguagem literária o recompõe de forma unívoca e completa, porque tem a propriedade de refazê-lo na clareza de seus símbolos, de suas manifestações socioculturais, a partir do comportamento, das ações de protagonistas maiores e menores, produzindo uma *representação*, que ultrapassa o vigor da lógica comum e da científica, ao se esteiar em metáforas de elevada potencialidade humana, que adentram o espaço do Ser, fazendo integrar esse espaço no território da História. De modo a não só elastecê-lo, como também humanizá-lo, com implicações.

Cuide-se de se afirmar que grande parte da história do Segundo Império, para não aludir a outros períodos, perdeu-se por falta de levantamentos mais aprofundados das relações sociais, do unidimensionalismo axiológico, dos dramas familiares do culturalismo religioso, de instâncias hierárquicas nessas comunidades formadas pelas propriedades rurais, afora a vida marginalizada, que vegetava além de suas cercas.

Tudo, em grande parte, ocasionado pelo Positivismo histórico, afeito e refeito a vôos narrativos de pouca altura, ao elitismo de uma documentação escrita que a tudo sobrelevava, deixando de lado os grandes testemunhos, os testemunhos vivos do cotidiano polimorfo e atravessado por diferentes graus da atonia.

Atonia que jamais foi devassada competentemente pelo historiador factualista, não afeiçoado aos pequenos dramas, às minudências que entretecem o cotidiano.

Daí porque seria um sociólogo, o mestre Gilberto Freyre que, notadamente em *Casa-Grande e Senzala*, encetaria, estribado em orientação teórico-metodológica mais rica, em tudo oposta àquele factualismo, esmerando-se em nível interpretativo, a exploração sociocultural do cotidiano da sociedade patriarcalista entre nós.

Isto posto, a Literatura vem em socorro da História, especialmente a história social, tão maltratada e marginalizada pelo factualismo positivista, ocupando dela espaços vazios ou limitadamente visualizados.

Evidenciou-se de todo que a Literatura dispõe de um poder de percepção mais globalizante e profundo que a historiografia corrente ou as suas ciências correlatas.

Di-lo com fina sensibilidade Tzvetan Todorov:

> A Literatura não é como a ciência. São outros os seus meios para levar ao conhecimento. O escritor pode projetar-se na alma das pessoas, históricas ou fictícias, e fazer-nos revelações, ainda que não sejam mais esclarecedoras do que o vasto acúmulo de fatos gerados pelo historiador, psicólogo ou sociólogo. Pelos atalhos de intuição, o escritor pode sair-se bem onde o cientista fala[5].

[5] TODOROV, Tzvetan, A Face escura do engajamento. In: *Folha de São Paulo*, 09-02-97.

Com efeito, a reconstituição ficcional do passado, impelida pelo aparato mimético, pela criatividade que acompanha o *modus vivendi* de enclaves comunitários, desatando as *démarches* naturais das inter-relações pessoais e de classe sob o prisma de procedimentos operacionais, de valores subjacentes ou sob o influxo de dramas compulsivos que dão o *tonus* afetivo e existencial dos poderosos e dos subjugados, é dotada privilegiadamente de recursos, os quais indisponíveis aos pesquisadores que, pela própria missão, fecham os olhos à riqueza de vidas estuantes nas intenções, nos gestos e comportamentos personalizados, promovendo uma integração mais harmoniosa e aprofundada do humano. O que, por sua vez, demanda uma acumulação de leituras, de muita utilidade e eficácia para o enriquecimento da realidade.

E eis que a complexidade da hermenêutica histórica é sensivelmente aperfeiçoada pela hermenêutica dos textos literários. No que se faz mais uma vez importante a familiaridade do jogo lingüístico pelo historiador, a operar a conjunção rica e funcional entre a história, o Ser e a linguagem.

É preciso que se anote mais claramente o encontro dialético entre a literatura e a história.

Ambas se completam e integram.

E é bom que não se erga uma parede entre ambas, evitando momentos ou situações de complementaridade.

E a partir de um conceito fluídico de verdade, em que esta emerge de imediato como um espelho a refletir a realidade, na melhor postura positivista.

Importante que a verdade seja reconstituída pausada e processualmente na dinâmica de uma interpretação que pressupõe o envolvimento com o jogo da linguagem, com um imaginário mais penetrante numa distensão jamais inacabada do real, e favorecida pelo advento de novos critérios e campos de interpretação.

Tal se ajusta à perfeição ao testemunho de Philipe Levillain, de acordo com o qual

> a História também pode ser matéria para um jogo entre o real e o imaginário, no qual o problema da verdade é inocentado pelo imaginário, e este é representado graças à História[6].

Vale dizer: imperativa a reafirmação efetiva do papel da imaginação, exposto no texto de Kant sobre o esquematismo transcendental, garantindo a validade de uma lógica na narrativa literária "em que a linguagem retoma o seu poder originário de *nominare versus* ou de *representar* das filosofias tradicionais".

Um *nominare* que significava o reencontro com a essência, com o Ser das coisas e dos homens, no ininterrupto correr do tempo e das temporalidades, em busca do seu desvendamento, um desvendamento também provisório porquanto momento de um processo ininterrupto. O que faz da história o eixo epistemológico das ciências humanas, da própria literatura, mediante o qual os grandes romancistas e poetas situam com precisão o protagonismo de suas personagens, e encetam a tessitura mimética de tramas conjunturais, que não deixam de ser o complemento simbólico que faltava à História para obter a inteireza de compreensão.

Nessa dimensão se encontra por exemplo, o nosso insuperável Machado de Assis, o qual, segundo o ajuizamento de Roberto Schwarz, retomado por Sidney Chalhoub,

> [...] em *Memórias Póstumas* e *Quincas Borba* reescreveu (pois já escrevera em *Helena* e *Iaiá Garcia*), uma história da sociedade brasileira do 'antigo regime' e de sua crise, onde Brás seria o Brasil que vivera até 1869, e então agonizara, morrera e fora entregue aos vermes em 1870 e 1871[7].

Afora os focalizados, outros literatos brasileiros poderiam ser trazidos a lume, reconstituindo grandes momentos e percursos de nossa história, entre os quais José de Alencar e Jorge Amado.

O primeiro se esmerando na análise da sociedade urbana do Segundo Império, e o segundo, indo além da inserção elitista,

---

[6] RÉMOND, René (Org.). Os protagonistas da biografia. In: *Por uma História Política.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 154.

[7] CANO, Jefferson. Machado de Assis, historiador. In: *A História contada*. CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Orgs.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 37-38.

resgatando a vivência dos tipos populares e dos segmentos sociais discriminados, num esforço extraordinário de recolhimento de uma linguagem entretecida nos recônditos da cultura multifacetada, pujante, rica, da Bahia, rasgando novos caminhos para a pesquisa histórica e antropológica.

O romance *A Afilhada* constitui uma fonte rica e complexa de elementos socioculturais, econômicos, urbanos, políticos, ideológicos, com o auxílio da qual se poderá empreender com êxito a reconstituição da segunda metade do século XIX em Fortaleza.

Já em *A Quinzena* externara Oliveira Paiva, embasado nas idéias do tempo, a convicção de que o artista deve estar em sintonia com o pulsar da sociedade.

A realidade deve fazer-se imanente à obra literária.

O cientificismo dá aqui a sua presença, em resposta a anseios da mudança.

Assim, os mais salientes ângulos da sociedade local são alcançados de permeio com o jogo dos personagens, numa integração não bem funcional, como nas quais ora a objetivação circunstancial, ora o apanhado das subjetividades tomam acento preferencial.

Mesmo porque a descrição, a narrativa ainda envolvidas pelo descritivismo, pela ausência de uma exegese que verticalize a conjuntura, os eventos, o fundo estrutural. Exigências que somente seriam cumpridas mais adiante, com o amadurecimento das ciências humanas, de análise lingüística e literária.

No entanto, esse quadro, mesmo com as suas limitações, propiciaria condições de atualização nos dias atuais mediante emprego dos recursos exegéticos, sociológicos, historiográficos e antropológicos, de teor aperfeiçoado.

Daí o requerer essa prática a pluridisciplinaridade de que já se falou.

Por outro lado, é de se reter a valia de uma descrição vivenciada intensamente pelo escritor, e feita em cores vivas e sugestivas, sensibilizando fortemente o leitor.

Importante ressaltar aqui que Raymundo Faoro se dera conta, no estabelecer conexões rigorosas entre as dimensões real e ficcional, na obra de Machado de Assis, das dificuldades de fazê-lo.

Estava-se numa "hora transeunte", espicaçada por "ideologias e imagens latentes", e nutrida por um passado que ainda projetava as suas singularidades. Tal como nos romances de Oliveira Paiva.

E, dessa forma, não é fácil discernir a "representação" do contexto real.

Há uma zona de sombras entre a valoração sedimentada e o emergente, persistindo o perigo de não se encontrar "a medida que (se) supunha eterna e ações que clamam por outro modelo, ainda não fixado[8]".

Afinal de contas, inclina-se o escritor a privilegiar mais o aspecto ficcional do que o dado real.

Um ficcional, como esclarecido linhas acima, que carrega fortes tintas das objetividades vivas, mas que tende a se impor mais impositivamente.

É que, como ainda observa Faoro, ainda não há fixado um novo modelo, que responde ao emergente.[9]

Este vai ganhando corpo processualmente, e de modo descontínuo e sem enlaces sistemáticos, seguindo as idiossincrasias e tendências dos autores, dos artistas. Ainda dentro de uma mesma escola.

Então, transparece inevitavelmente superposições, o pendor para racionalizações sem medida, para um transcendentalismo estético, a fomentarem o pré-falado desnível.

Trata-se de algo inevitável no bojo de uma mudança cultural, que demora a construir aquele modelo.

É preciso, pois, estar atento a essa particularidade, até mesmo para se fixar roteiros seguros da prática interdisciplinar, referente ao intercurso dialético entre História e Literatura em períodos de transição.

Nessas condições, *A Afilhada*, incluída como romance num contexto de situações de circunstâncias, de perspectivas tipicamente rurais, caracteriza-se como obra de transição.

A cidade de Fortaleza ainda não assumira a sua identidade própria, um urbanismo bem estruturado.

---

[8] FAORO, Raymundo. *Machado de Assis*: a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Globo, 2001. p. 13.

[9] Ibidem, p. 13.

Tal se compadece com um pensamento naturalista que restringe a seu alcance, que se detém diante de objetos que obstam o seu desdobramento.

Di-lo com propriedade o crítico Braga Montenegro.

Comentando o romance em exame, exara um julgamento fino e penetrante:

> Não nos deparamos aqui com uma narrativa meramente linear, urdida em superfície lírica ou em profundidade pretensamente científica, como era o sestro dos naturalistas de então, porém com um quadro de sociedade burguesa bem definido em seu complexo moral, social e doméstico, bem caracterizado na diversidade dos destinos que se entrecruzam e criam conflitos, sentimentos, dramas, tudo espontânea e inexoravelmente como na própria vida[10].

Tem-se neste capítulo uma visão geral da cidade num período de transição, em que mudanças importantes vão ocorrendo em todas as suas dimensões.

Já se viu alguma coisa a respeito do que se passava, então, no mesmo período, no país, páginas atrás.

De sorte que o Ceará também é receptáculo daquelas mudanças, determinando alterações significativas na sua capital.

Alterações essas que poderiam ser recuadas à primeira metade do século referido.

É quando se realizam transformações profundas na fisionomia da cidade, mediante operação urbanística de grande porte, quando já despertara entre os governantes a consciência do planejamento urbano, a significação da necessária correção do traçado citadino, em resposta às migrações, ao crescimento populacional, ao desenvolvimento do comércio.

Não convém omitir, nesta matéria, o portentoso trabalho encetado por Silva Paulet, coronel engenheiro, aqui chegando juntamente com o governador Sampaio, de quem foi ajudante de ordens, em 1812.

A respeito, explana Raimundo Girão:

[10] MONTENEGRO, Braga. *Correio Retardado*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1984. p. 42.

> Além dos vários serviços e obras que projetou e executou, avulta, em favor do reconhecimento da cidade a Silva Paulet, a elaboração do plano urbanístico, da mais alta ressonância para o seu progresso.
>
> [...] O que, de fato, mais realce dá à rica folha de serviços do governo de Sampaio é o traço desse engenheiro para a metodização urbanística da vila, que se ia adensando e expandindo sem um plano corretivo e diretor, à semelhança do que acontecia com todas as vilas e cidades da colônia[11].

Em meio a esse azáfama de remodelações urbanas, iniciam-se as edificações de sobrados que emprestariam uma feição portentosa às ruas do Centro, tais como a da Boa Vista, a da Palma (Major Facundo), a Formosa (Barão do Rio Branco), substituindo as casas de taipa.

Nas ruas mais afastadas pululavam casebres cobertos de palha, refúgio da pobreza.

Junte-se ao nome de Silva Paulet, o do boticário Antônio Rodrigues Ferreira, o qual, entre 1843, quando assumiu a presidência da Câmara, e 1859, data de sua morte, ofereceu seus bons préstimos ao crescimento urbano da capital cearense.

Ele teve como auxiliar de peso o engenheiro Adolfo Herbster, "cuja ação diretiva e técnica vai constituir o melhor instrumento de disciplinamento no crescimento de Fortaleza"[12].

Oliveira Paiva, em *A Afilhada*, proporciona aos leitores uma descrição carregada de tintas realistas de trechos urbanos, preenchidos pela presença humana, pelo trânsito de carroças, a transportarem algodão, couros, sacas de café, etc.

A arborização encanta os olhos dos transeuntes, ainda ocupando largos espaços, e o capim rasteiro ainda aguarda o desbastamento e o calçamento, ausente contumaz da urbe.

O areal, nessas condições, domina a maior parte das ruas, obrigando ao uso constante do cavalo, como meio de transporte. E a perdurar até ao começo do século XX.

---

[11] GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1959. p. 109.

[12] Ibidem, p. 114.

O que foi alcançado pelos idosos de há poucas décadas, como minha mãe, que presenciou a travessia de rua da Aldeota, a cavalo, do conhecidíssimo Dr. Medeirinho, conceituado médico, em demanda da casa de cliente que requeria a sua assistência.

E o romancista afirma serem essas ruas habitadas por pessoas pobres e necessitadas, e rareadas.

Por vezes, o olhar de Oliveira Paiva se detém em zonas inteiras, como a do Outeiro, acentuando a sua subida, as torres da Prainha.

Cidade desprovida de recursos abundantes, sem quaisquer cuidados com a pobreza dominante, a viver de pequenos trabalhos, da mendicância, frisando os pescadores que se aventuravam no mar, os que vendiam pelas ruas o pescado.

O romancista faz menção do

> [...] vasto aldeamento dos pescadores, dos lancheiros, dos trabalhadores da praia, dos homens do ganho, dos operários, e de uma numerosa população decaída, uns habitando cabanas, verdadeiras covas de palha desses esquimós do areal ardente[13].

Fortaleza, contudo, se oferece radiante ao sol, embebida de sal marinho, com uma desenvolta população de 25 mil almas a se mexer no quadrilátero que tem a Praça do Ferreira por centro, e resguardando-se fora dela em sítios, em casebres que sugerem a recomposição do território sertanejo, utilizando o gás como meio de iluminação e uma reduzida rede de esgotos a impede de se expandir em ritmo acelerado, dando suporte a um imanente crescimento econômico, prejudicado, em grande parte, pelas péssimas estradas que a ligavam às localidades, às vilas interioranas, na realidade as suas fontes de produtos destinados à exportação pelo porto de Fortaleza.

Difícil e precário ainda o deslocamento do centro da cidade, que abrigava mais consistentemente a dinâmica populacional, para outros pontos até relativamente próximos, alcançados por carruagens e por cavalos.

Tem-se aí uma aglomeração de estratos urbanos e rurais, apresentando pesados óbices a um *continuum* de atividades regu-

[13] Ibidem, p. 179.

lares, habituais. O que expõe a cidade à atonia, aos determinismos gerados pela vizinhança acentuada, pelas amizades próximas, pelo apadrinhamento, por uma estrutura política rudimentar que sofre os influxos do privatismo, revigorando-o.

Ainda não se desenvolvera fronteiras claras entre o público e o privado, afetando seriamente a instância política e a judiciária.

Na narrativa em apreciação, o desembargador Osório confessa ao seu círculo de amizades e de influências ser filiado ao Partido Liberal. O que diz bem da falta de identidade completa dos domínios sociais, políticos e profissionais, não havendo como se falar prioritariamente de uma diferenciação de funções, de atribuições na ausência de um complexo institucional razoavelmente composto e ágil.

A amizade com os políticos proeminentes da situação é a chave que abre todas as portas.

A política é o que prevalecerá durante muito tempo, perfazendo um processo de arranjos, de confabulações interesseiras no seio de uma pequena elite, a visar à conquista e à manutenção de posições na pública administração, fortalecendo desbragado privatismo.

Diz Oliveira Paiva que Fortaleza dispõe de um número razoável de pessoas que integram aquela elite. Mas sem que se revista dos brilhos da aristocracia.

Porquanto domina uma estrutura de classes frouxa e sem identidade definida, podendo-se apenas aludir a um segmento da população mais aquinhoada de prestígio e de recursos materiais, geralmente imóveis (casas, sítios, prédios comerciais), dispondo de pouco dinheiro.

É o que se deduz dos inventários da época.

Veja-se, por exemplo, o inventário do Major Facundo, personalidade de prol do Partido Liberal, e assassinado no ano de 1842.

Pelo rol de bens descritos no processo competente, infere-se que ele era possuidor de pouco dinheiro, de alguns escravos e vários imóveis, entre os quais sítios e casas.

É bom que se diga que deixou dívidas[14].

[14] Arquivo Público Estadual, Seção de Inventários.

Observa-se, então, que a camada proprietária de Fortaleza não dispunha de avantajados recursos monetários, havendo inclusive a impossibilidade de levantamento de dinheiro em banco, ainda não devidamente viabilizado.

Ademais, os sítios forneciam parte considerável de alimentos consumidos.

Por outro lado, as exportações, que constituíam o grosso dos negócios, geravam recursos que eram consumidos na larga importação de louças, móveis, objetos de embelezamento das casas, bebida, etc., o que não contribuía para a circulação de dinheiro na sociedade.

Raimundo Girão em *História Econômica do Ceará* demonstra-o abundantemente.

Além disso, frise-se a intensidade da vida em família, a exacerbação do privatismo, a pouca mobilidade social na província, favorecendo o enclausuramento dos bens e das disponibilidades financeiras facilitando a agiotagem.

O privatismo, dessa forma, concorre para a pouca ou nenhuma integração de classes em Fortaleza.

Diria até que não existia *classe*, no sentido atribuído pela Sociologia, pelos motivos acima alinhados.

As famílias viviam muito na intimidade de seus lares, desenvolvendo atividades, práticas e rituais, abrangendo o chefe, a esposa, filhos e escravos.

Tudo obedecendo a um determinado ritmo de tempo, a costumes, a uma tradição de privilegiamento do paternalismo, do clientelismo que lhe é inerente.

Nisso, a vontade do pai é quase sempre incontestável, decidindo inclusive a sorte dos filhos, escolhendo aqueles moços que seriam logo mais genros, maridos de suas filhas.

No período em que se desenrola ***A Afilhada,*** essa prática começa a suavizar-se, como se vê no seu desdobramento. Sem que, porém, arrefeça a ascendência paterna.

Concerne tal a um velho costume, fortalecido pelo escravismo que cercava de poderes quase absolutos os senhores de escravos, poderes esses esmaecidos nas famílias de classe média, dis-

pondo de escravos empregados em serviços domésticos, como se deu preponderantemente no Ceará.

Criava-se aí uma atmosfera de afetividade, de bem querer, o que se depreende do entrecho do romance, fazendo dos negros uma extensão da família.

Em muitos casos, esses serviçais participam das preocupações, da intimidade da sinhá e dos filhos, dando apoio a empresas amorosas e de outro gênero.

Isso, sem dúvida, facilitava a alforria desses escravos, que passavam a compor o grupo de trabalhadores braçais, de pedreiros, de carpinteiros, de ferreiros, que instrumentalizavam a economia primária que se esboçava em Fortaleza.

Já na fase da escravidão, tinham eles oportunidade de prestar pequenos serviços à comunidade local, pelos quais auferiam algum dinheiro.

Muitos deles, assim, conseguiam após anos de economia forçada, juntar um pequeno pecúlio que garantia as suas alforrias.

Entra-se aí numa dimensão temporal próxima de 13 de maio de 1888, quando ocorre a libertação dos escravos, preparando o advento de uma nova fase da economia, a assalariada, mantendo porém, naquela dimensão temporal, alguns valores e práticas de uma aristocracia que alimentava ainda sonhos de nobreza.

Assim, lê-se em *A Afilhada*:

> Fabiana de Góis aspirava, entretanto, participando das aversões do esposo à democracia cabeça-chata, um nome nobiliar na sua família[15].

Tal parece proceder de um sentimento fortemente elitista em que mergulhava o estamento proprietário, quando o ter era erigido em valor estruturante de uma concepção de vida moldada em resquícios de nobreza e em atitudes de exclusão social.

O negro e os mestiços entravam nessa exclusão, não havendo como participarem diretamente dos benefícios sociais, o que era incentivado grandemente pela precária integração de uma socie-

[15] PAIVA, Oliveira. *A Afilhada*. [s.d.], p. 164.

dade em que a atonia era uma constante, instalando acentuado privatismo.

No recinto da nobreza há que se referir ao grupo dos magistrados já no topo da carreira, como o desembargador Osório, que se inclinavam mais para o estamento aristocrático, relaxando um tanto a preocupação por dinheiro.

Eles são mais sensíveis à exigência de boa posição social, prestígio de família etc., não persistindo intenções de congraçamento com pessoas de nível "inferior" em razão do forte espírito excludente.

Negócios, casamentos, política, tudo se circunscrevia ao território dos bem providos econômica e socialmente.

No respeitante às referências urbanas mais próximas, há que destacar, numa cidade então pequena como Fortaleza, igrejas e prédios públicos, casas de comércio, colégios, que formavam o objeto primacial das idas e vindas da população, especialmente das pessoas mais providas de recursos.

A Sé, a Igreja do Rosário, a Igreja da Prainha, o Colégio da Imaculada Conceição e a Igreja do Pequeno Grande, que lhe é acoplada, o Mercado Público, o prédio da Assembléia Legislativa, o Palácio do Governo estadual, o edifício de Pedra da Alfândega, todos eles são o propósito de saídas das personalidades de prol notadamente, mas sem deixar de mencionar alguns deles em que a freqüência é mais generalizada, como o Mercado Público.

Em outras palavras, os homens e as mulheres (estas menos) de poucas alternativas dispunham no espaço urbano. O que potencializa o interesse por tais marcos de coexistência.

Da narrativa de *A Afilhada* se tira uma religiosidade compatibilizada com o estado social da província.

Reflete o dualismo traduzido em espaços bem diferentes.

De um lado, a elite posta nos sobrados, nas casas amplas, com quintais ocupados por fruteiras, por afazeres domésticos, por pequenas fábricas; de outro, os casebres habitados por trabalhadores, por pescadores, pelos pobres.

A elite dinamiza uma religiosidade romântica, devocionista, na qual o culto dos santos é refinado, expressando a tonalidade assistencialista, patrimonialista.

Há todo um ritual doméstico, expresso no uso do terço, nas ladainhas, nas orações petitórias, na companhia constante das promessas.

Não alcançou ainda estágio da interioridade, da meditação, não cultivando o contacto com as raízes, com a força da fé.

Por isso, é uma religião superficial, porém mais consistente que a do outro segmento, o marginalizado, a mobilizar práticas mais grosseiras, um uso indiscriminado de superstições, um fetichismo ostensivo.

O romantismo religioso é colado a objetos, a ambientes, demorando-se nas lembranças, numa memória sempre retomada, nutrindo os seus suportes emocionais, uma vivência acariciada em momentos especiais do culto, em conversações mais respeitosas.

Nessa direção porta-se Maria das Dores, para quem

> Quando ia ao colégio, a palavra ungida do padre reitor, se aconselhando, dispunha para a contrição; se gracejando, fazia abrir-se sutil o riso, como as boninas com a fresca da noite; ralhando, apertava o coração, como a rama da malícia. Ela estremecia de íntima saudade quando, entre as antigas companheiras, pregava nos ombros os alfinetes que seguravam a fita azul das filhas de Maria... Aspirava, como um aroma antinevrálgico o ar da capelinha, cuja influição especial agora é que ela sentia acidulado pelas emanações das carnes inocentes, amornentados pelas chamas das velas, penumbreado pela vidraçaria gótica à luz do sol oblíquo[16].

Aí prospera um romantismo alienante, a afastar a possibilidade de interiorização da fé, a miná-la irremediavelmente, na hipótese da não ocorrência de superação do nosso romantismo.

Assim, a moça em questão, tão devota quando interna no Colégio das Irmãs, já não o é mais, a ponto de assistir à missa "como a simples episódio da existência diária"[17].

A religião cimenta tudo que cerca e socializa o homem, a comunidade familiar, a vida em sociedade.

---

[16] Ibidem, p. 166.
[17] Ibidem, p. 170.

A família, então, faz-se receptáculo de valores sagrados, conferindo-lhe vigorosa estabilidade, uma aura de elevado respeito[18].

Considerando a sua qualidade de célula-mater da sociedade, ela de fato o era, e com mais propriedade no período em questão, tendo em mente a densa religiosidade que cobria todos os estamentos sociais.

Religiosidade que estava presente por igual na cena pública, a todos tocando e prendendo.

É quando, por exemplo, o Santíssimo, que saía na Praça da Sé, se deslocava para o último consolo espiritual ser ministrado em doente terminal.

Eis um trecho significativo a propósito:

> Chegados à Praça da Sé, de onde se desfrutava uma bela vista para a banda do leste, pararam ao pé do Santo Cruzeiro, porque o Santíssimo ia saindo. Apearam e abateram-se ante os homens de opa encarnada, três dos quais, iam na frente com a cruz e os lampiões prateados. Quem dera que fosse ali de opa o primo Vicente. Maria, protegida pela sombra da sege, espalmava as duas mãos sobre o peito, e pedia ao bom Jesus proteção para o seu ferido peito. O velho ajoelhava com os olhos na pedra, segurando com as duas mãos adiante o seu chapéu alto[19].

Nota-se aí um ritual que se faz público, dando guarida a sentimentos e valores religiosos de primeira grandeza.

E tudo num "clima" de intensa sacralização, como ainda próprio do período.

Nessas condições, não subsistia entre as pessoas, notadamente as pertencentes aos segmentos desvalidos, pobres, uma postura francamente autônoma ou secularizada, a estimular mudanças substanciais na sociedade, a divulgação de propostas de laicização, a trazerem novos paradigmas de ação, de modificação da estrutura de poder, na qual a Igreja mantinha grande peso.

É patente que o complexo socializante faz parte de uma sociedade tradicional, pejada fortemente de valores cristalizados

[18] Ibidem, p. 176.
[19] Ibidem, p. 176-177.

do passado, a sustentar um domínio incontestável, na impossibilidade de praticidade de tendências opostas.

Está-se diante de um Catolicismo tradicional, de parceria com uma "cultura clerical" e em união com o "sistema de poder político-econômico", cumprindo aí funções relevantes.[20]

Eis que a religião, no contexto de *A Afilhada*, esvazia-se das suas bases transcendentais mais legítimas e atinentes com a dimensão soberana da fé, fazendo-se *ideologia*, direcionando ou legitimando ações socioculturais, políticas e econômicas, coordenando circunstâncias reiteradas, hábitos de vida, com o objetivo de revigorar o *status quo*, de contornar uma visão do mundo que se lhe opõe e veiculada por uma pequena elite de letrados atraída pelos ideais cientificistas do período.

Ideais esses que recebem da Igreja uma atenção especial, ao se tornarem objeto de uma refinada elaboração, a de um Tradicionalismo que investe mais seguramente contra eles, aparelhado por categorias filosóficas extraídas de pensadores da estirpe de um De Bonald, e de outros que constituem orientações mais próximas à realidade brasileira.

Entre estes últimos aflora o nome de Manoel Soares da Silva Bezerra, cearense formado em 1836 pela Faculdade de Direito de Olinda.

Produziu monografias interessantes, sobressaindo *Os dogmas políticos do cristão* (Ceará: Tipografia Social, 1864); *O inferno ou a refutação do folheto de Alfredo Maury* (Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1868); *O que é protestantismo* (Ceará: Tipografia do Libertador, 1884).[21]

Desses títulos o mais importante é *Os dogmas políticos do cristão*.

Integra ele uma concepção da organização política permeada por uma antropologia vinculada ao sobrenaturalismo.

É um enfoque político constantemente referenciado pela presença do transcendentalismo teológico, e encaminhado, como não poderia deixar de ser, para a objetivação de uma nova cristandade.

[20] MATTHES, Joachim. *Introducción a la sociologia de la religión, I*. Madrid: Alianza Editorial, 1971. p. 46-47.

[21] STUDART, Guilherme Barão de. *Dicionário Bio-bibliográfico cearense*. v. 2. p. 354 e ss.

Nessas condições, a moral é recrutada para apoiar na prática a realização desta grande meta.

As virtudes armam a ação política elevada e eficaz, elevando os homens, a sociedade e o estado.

Por aí se observa o alto teor de Racionalismo que percorre tal elaboração.

O idealismo preenche a enunciação do autor.

Os ***gravíssimos erros*** que deslustram a prática política, responsáveis por tantos males, procedem da quebra da nossa moralidade, outrora consistente e intacta moralidade.

Franqueou-se, em toda linha, permissividade na política.

Tudo aí é lícito "sem excetuar mesmo o que se opõe à religião, à moral e à lei".

Os escândalos são encampados pelos partidos, numa solidariedade com os agentes do mal, que aniquila "a repressão moral do remorso e de vergonha pública", atraindo até para eles o aplauso geral.

Em conseqüência, retira-se o fundamento da repressão legal: a repressão moral.

A autoridade, nesse caso, resvala facilmente para a tirania, esquecendo a justiça[22].

Isto posto, assoma um relevante desnível entre as duas elaborações: a da população pouco ou nada letrada e a de uma elite cuja enunciação ideológica se bifurca entre adeptos do cientificismo, de um pensamento aberto à realidade humana, e partidários do Tradicionalismo católico agora resenhado, plantados numa perspectiva de sobreimposição do abstracionismo teológico-moral sobre as contingências socioculturais e políticas, afetando a autonomia das pessoas, suscitando posturas autoritárias.

Este quadro proporciona um entendimento mais claro de um período transicional, que aos poucos vai se abrindo ao exercício mais funcional da liberdade, malgrado o exacerbamento tradicionalista, o reducionismo positivista, o pesado elitismo, a retardar, a adiar aquele exercício.

---

[22] Bezerra, Manoel Soares da Silva. *Os dogmas políticos do cristão*. Ceará: Tipografia Social, 1864. p. 2.

Como visto, a persistente concepção religiosa da vida, permeando sobretudo os estratos sociais "inferiores", fomenta empecilhos às mudanças que começavam a ser reclamadas, e tendentes ao crescimento harmonioso das províncias.

Era de todo afastado dos matizes da realidade social o Catolicismo de então, o que somente se atenua no período republicano.

A religião, ao se contrapor à necessária secularização, persistindo em valores éticos sem base cultural, acarreta o surgimento de barreiras quase intransponíveis à integração social, favorecendo o individualismo, o fechamento das famílias. O que põe em risco o andamento evangélico do amor.

Daí vem a acentuação crescente do devocionismo.

Um devocionismo que compactua com o estado de atonia da sociedade, assumindo um papel cultural estéril, face às imposições de mudanças, de correlação dinâmica com os agentes e instrumentos de transposição do período transicional.

Inexiste, por conseguinte, uma integração funcional entre religião e dinâmica cultural, condição indispensável ao bom andamento da primeira.

Porquanto a inculturação da religião é fundamental à sua plena viabilidade.

Circunscrito fica, assim, o Catolicismo, no tocante à caridade, a um assistencialismo, ele próprio depauperado, fragmentado na esmola miúda, numa palavra de alento, a se ressentirem da falta de horizontes consistentes de vida.

Por outro lado, o regime escravocrata, embora no seu final, ainda subsiste robustamente no recesso dos lares da elite, assumindo funções domésticas, cumprindo papel relevante na desvalorização da pessoa humana, atingindo de pleno os pobres negros.

Algo que se reflete poderosamente, como bem o diz Joaquim Nabuco, na sociedade brasileira, levando-a a um estado de inoperância até muito tempo após a Abolição.

Deveria ser deveras penoso, ainda na fase terminal da escravatura entre nós a exploração generalizada daquele que depende da elite para sobreviver.

O servilismo emigra quase de todo para o trabalhador "livre", muitas vezes um antigo escravo, sujeitando-o em tudo e por tudo ao homem de posses, ao proprietário.

Numa sociedade desse gênero, o Catolicismo, por contingência cultural, endossa aquela sujeição.

Mesmo porque a Igreja, em regime de união com o Império, sancionando as práticas econômicas por ele garantidas, não tinha outro caminho senão entrar no jogo do poder. Recrudesce, então, a orientação tendente a excluir o profetismo das pastorais, da ação missionária.

Aqui no Ceará a coisa, pelo período ora abordado, toma ares de conservadorismo protagonístico, ao assumir Dom Luís Antônio dos Santos o bispado do Ceará, no ano de 1864. Afeiçoado aos intentos de *romanização*, reforça o empenho tradicionalista, concentrando quase todo o seu pastoreio na reorganização e moralização do clero.

Não obstante a relativa autonomia que imprime à Igreja no Ceará, diminuindo a distância entre esta e o poder imperial, entre ela e a administração provincial, não haveria naturalmente de transpor os óbices de ordem cultural. O que demandaria muito tempo para se concretizar.

Ele revigora a sobredita diretriz Tradicionalista, justamente aquela esposada pela *Tribuna Católica* e por intelectuais da estirpe de Manoel Soares da Silva Bezerra. O que, evidentemente, operava maior distanciamento entre a tradição culta e a tradição mediana e popular.

Entre ambas, portanto, não prosperavam dependência e intercurso.

Em outras palavras, a própria Igreja forcejava por alargar o fosso entre a cultura letrada e a cultura popular, abrindo flancos à transparência de uma religiosidade que se postava à margem, *a latere*, da ortodoxia católica.

É precisamente isto que induz o dualismo de uma religião, que se privatiza no interior do lar e se redesenha no culto praticado nas igrejas.

Uma voltada para a vivência cultural espontânea, herança de família; outra submissa aos cânones prescritos por Roma.

Poder-se-ia efetuar um alentado estudo para apreender as implicações psicológicas desse dualismo, os reflexos que produz no âmbito da religiosidade, especialmente considerado em alguns lugares a ausência de padres.

Sabe-se *grosso modo* que ele intensifica de um lado a religiosidade popular e, de outro, a superposição de imagens, de símbolos e de práticas no Catolicismo.

Não no sentido de uma estrita coerência, mas no do aumento de uma religião exterior, distanciada da impregnação mística.

Tal dá a medida exata de uma proliferação do exercício moralista, de um Catolicismo que acaba se tornando uma instância moral.

Uma instância que possui densos vínculos culturais, os quais fragilizados por falta de relacionamento eficaz com a interioridade, com o mundo do espírito.

Assim sendo, fica difícil o enfrentamento dos problemas concretos, aqueles que exigem a elevação de espírito, a lúcida consciência da presença religiosa no seio da família, no plano pessoal, na dimensão social.

O privatismo acima delineado já é uma decorrência inexorável da quase total impossibilidade daquele enfrentamento, desmerecendo a vocação libertadora do Catolicismo.

Tem-se aí o ladeamento de algo que configura de todo o Cristianismo – a Encarnação.

Dela procede a incorporação dos objetivos, dos valores terrenos na missão redentora de Cristo, na prática do amor, na caridade que enforma o caminho dialético do temporal e do eterno.

Mas é tempo de voltar à análise das referências acerca da religiosidade feitas ao longo da narrativa de *A Afilhada*.

Transparece aí um parágrafo alusivo à Igreja do Rosário, mostrando algo que não mais existe.

Ei-lo:

> O adro se estendia em plataforma, beirado por um anteparo de sofás de alvenaria, e na frente agigantava-se a árvore do Santo Cruzeiro, a sair de um elevado gradeamento de ferro[23].

[23] PAIVA, Oliveira, ob. cit., p. 178.

Dilucidativo este registro, indicando uma tendência, observada na história das igrejas em Fortaleza, e materializada na simplificação de adornos, de objetivos e de adros.

Quer-se crer que a evolução dos estilos de prédios, dos ambientes que os cercam, conduz a essas mudanças.

Ainda no contexto religioso, é imprescindível a referência ao oratório, de presença indispensável nas residências de classe média e nas mais abastadas.

Ele é o palco da religiosidade privada, aquela que é vivenciada ao lado da pública, nas igrejas.

É a ocasião de reunir num culto mais aconchegante a família, nela se incluindo agregados e escravos, aqueles aproximados dos parentes, e ali rezando o terço, ladainhas, orações tradicionais, fazendo invocações aos santos, cujas imagens locupletavam o oratório.

Os santos, na verdade, recebiam aí mais atenções que nas igrejas, principalmente os de particular devoção, e que funcionavam como protetores, como instrumentos de cura, etc.

Os oratórios depois foram mais conhecidos por santuários, ainda hoje existentes em algumas casas, especialmente os provindos de ancestrais.

Isso naturalmente seqüenciando a secularização advinda.

É preciso, porém, dizer que o Desembargador Osório, chefe de família protagonística do romance, é apresentado como homem sem fé.

É o que se colhe do seguinte:

> O Osório não tinha fé. A ação deste homem era não agir. A sua filosofia prática, e a sua religião cifravam-se no dogma dos ociosos – a esperança[24].

Trata-se de uma colocação que pode encaixar-se no perfilhamento do cientificismo por parte da elite letrada.

Uma adesão que estava muito em voga no período, ainda no bojo daquela secularização.

[24] Ibidem, p. 198.

Pelo que se observa ali, a não aceitação da fé devia-se a uma atitude descuidada e ingênua, talvez a um preconceito freqüentado por bacharéis e doutores de então, molestados pela fé rústica do povo, das pessoas em geral, e impressionados com o domínio dos fatos pelo Positivismo.

Este, com efeito, abria horizontes de uma sociedade mais organizada e disciplinada, nutrindo a expectativa de dias melhores.

Daí o desembargador voltar-se para a esperança, e unicamente para ela. Pois a vida citadina, Fortaleza de então mergulhada na atonia, na passividade provincial, não dispunha de mecanismos expeditos de ação.

Nesta situação, a fé não era situada, até mesmo no meio eclesiástico, em articulação expedita com a caridade, com o amor, fecundando a existência humana.

Ao contrário, não passava ela da dimensão mágico-religiosa, tomando ares de oral e de remédio, para males humanos.

O sofrimento, neste sentimento, não adentrava o mistério da cruz.

Mesmo porque de mistério pouco tinha a religião. O que obstava de muito a vivência da fé.

Mas o desembargador acrescia ao aqui posto, declarando que se "a sua religião cifrava-se no dogma dos ociosos – a esperança, a (da) mulher, no querer".[25]

Vale dizer: esta se encontra prevalecentemente pretendendo obter resultados positivos de suas pretensões.

Daí vem ser ela quem mais recorre a Deus e aos santos. O que, ultrapassando certo limite, começa a desvirtuar os fins sublimes da religião, tornando-a uma mediação materialista, utilitária e egoísta.

Vê-se aí uma extensão do velho paternalismo, uma iniciativa desabrida de estabelecer a equivalência entre uma experiência sociocultural e a religião. O que acaba por retirar deste a dimensão sobrenatural.

[25] Ibidem, p. 198.

Não há como deixar de referir-se ao oratório dos escravos, diante do qual a postura religiosa era diferente e, não poucas vezes, autêntica.

É o que se descreve agora.

Com efeito, transbordavam laivos de fé as orações das negras diante de imagens deterioradas pelo tempo. Não importa o estado material do oratório, e sim o espírito que ali estava, numa intensa empatia com o culto dos santos. Coisa que repercutia no terço das almas, rezado seguindo o ritual da Igreja.

A cantoria acolitava o culto.

Sobre isso fala o romancista:

> Com certeza a cantoria instintiva dessas mulheres degradadas era supinamente comovedora, expressiva, incomparavelmente mais rica e cheia de alma, do que a das meninas do Colégio[26].

Mulheres que, na verdade, cedo foram arrastadas a uma vida de luxúria, por circunstâncias que não podiam transpor, por uma submissão forçada, pela promiscuidade danosa no meio dos negros, pelos desejos imperativos do senhor e de seus filhos.

Mulheres que não perdiam, porém, os seus sentimentos nobres, refinados pelos sofrimentos, pelas cenas de miséria com que constantemente estavam a se deparar.

Diante do oratório, pois, achavam uma válvula de escape para o sofrimento, um estado de compensação agudizado que elevava o espírito e burilava a oração espontânea.

Ali rompiam temporariamente os seus vínculos com a escravidão, e ganhavam a liberdade dos filhos de Deus, posicionando-se superiormente.

E não se deve omitir que dali saíam fortalecidas para a faina diária; para um serviço de auxílio aos outros, redobrando neles a prática da caridade, da compaixão.

Vê-se, portanto, o alcance da religião no segmento dos pobres negros, despojados de tudo, menos de suas potencialidades espirituais.

---

[26] Ibidem, p. 207.

Aí estão talvez os momentos superiores da cultura popular, proporcionados justamente pela faixa mais desprezada e envilecida da população.

Tal não é encontrado entre os proprietários, entre os profissionais liberais, entre os administradores e políticos, suportando os vícios e limitações valorativas de uma cultura pobre, paralisada pela atonia, sem força criativa. O que envolve o próprio clero, restrito ao ritualismo, à rígida ortodoxia, usufruindo as benesses do Estado, os privilégios dos leigos.

Assim, não conta com a criatividade, os vôos do espírito.

A pregação e o ensino dos padres não supera o convencional, o estipulado pelos Cânones, não mantendo integração com a herança cultural, com os valores da elite.

O acesso à religião se faz, nessa circunstância, limitado a sem vigor criativo.

Oliveira Paiva di-lo sem rebuços na passagem seguinte:

> Esquecera a matrona de que o catecismo é para ser lido e decorado, e que, no seu pensar, negro não se instrui. Foi desenvolvendo os capítulos, que sabia de cor, explicando o melhor meio de decorar, de compreender as sagradas lições[27].

Aliás, o hábito de decorar infelicitou a pedagogia do século XIX e de antes, freando a criatividade e contribuindo para o apassivamento das pessoas. E que parece estar inscrito num contexto de ampla dominação.

Decorar o catecismo traduz a exigência de guardar palavras sem a contrapartida da percepção trabalhada, sem a vigilância do espírito.

Em última análise, trata-se de um procedimento que bate com as fontes estanques de uma cultura sem alma, correlata da atonia social.

Até mesmo entre os elitistas, por causa disso, tudo que é referente a Deus, à religião, ao pensamento em geral, se produz individualmente, e de relance, muito longe de uma discussão em comunidade.

[27] Ibidem, p. 214.

Examine-se, *verbi gratia*, a proposição armada pelo desembargador Osório:

> - Diga-me lá – irrompeu novamente o Osório, mudando de ar: - O que é o diabo? É Deus em divergência consigo mesmo. O que é Deus? É o homem concebendo a suprema força[28].

Diz este raciocínio a uma postura caracteristicamente cientificista, e apresentando-se descompromissada de propósitos mais elevados de elaboração especulativa.

Concerne a uma atitude própria de um leitor pouco assíduo da filosofia positivista-evolucionista, que fica presa a frases de efeito, prontas para serem proferidas em conversações de salão.

Não há militância atéia ou contrária aos pressupostos da ortodoxia católica; fora do que se improvisava como reuniões de arte nas residências aristocráticas ou de prestígio social.

Porém, nada disso empanava o quase unânime cultivo de uma religiosidade que em tudo estava presente.

A arte que o diga.

> Fabiana apelidava o Santo Antônio: o seu namorado. A imagem, numa caixa de folha envernizado à água-forte, sob o reflexo argênteo do flandres, estendia-se como um anjinho no seu caixão...[29]

Persistia, com efeito, um manuseio ininterrupto com o sagrado, espécie de tábua de salvação, de âncora, para uma população que se sentia insegura diante do quadro das secas periódicas, da fragilidade das instituições, do acometimento infrene dos potentados.

Um sagrado que se materializa francamente nos objetos de arte, reforçando a segurança dada pela religião mais abstrata e adensada no mistério.

De qualquer maneira, predominava uma religiosidade difusa, mal disfarçada nos arranjos da casa, nas promessas irrazoáveis aos santos, no cotidiano doméstico, nas reuniões sociais,

[28] Ibidem, p. 223.
[29] Ibidem, p. 228.

nas manifestações de rua. Tudo convergindo para uma moldura desarticulada. Como próprio de uma cultura ainda distante da maturidade.

Então, ocupava o primeiro plano mais o sentimento do que a convicção.

A visão precária do mundo tornava precária a religiosidade das pessoas.

Apenas no meio eclesiástico, onde a Teologia e os cânones eram apreciados, a fé sobrepunha-se ao manuseio religioso simplificado, fazendo do Catolicismo instância autêntica da busca de Deus. E em que pensem todos os contraditórios explicitados entre a religiosidade popular e a dimensão mais intelectualizada da fé.

Religiosidade esta que tende a supervalorizar os momentos tristes ou póstumos da existência, como é o caso da devoção denominada *mês das almas*, "que se fazia no Santo Cruzeiro".[30]

Isto é palpável nos enterros e na comoção familiar e popular que despertavam.

Cite-se pertinentemente o que se passou em Fortaleza quando da morte, em 1889, de Caio Prado, que administrou o Ceará.

Grande romaria se formou "no primeiro dia de finados" ao seu túmulo no Cemitério São João Batista.

Afirma o historiador Henrique Sérgio de A. Batista, a respeito:

> No dia de finados de 1889, segundo o cálculo do jornal *O Libertador*, o cemitério São João Batista foi visitado por aproximadamente 12 mil pessoas. A então Rua das Flores, via de acesso ao local, estava repleta por aqueles que se dirigiam ao local em busca de render homenagem aos mortos. Nessa data a companhia Ferro Carril tinha quase a totalidade de seus bondes empregados na rota da necrópole.
>
> Além das vozes orando, escutava-se uma banda de música tocando em funeral[31].

Trata-se, sem dúvida, de um tipo de religiosidade fortemente impregnado de *tônus* cultural, alcançando todos os segmentos da so-

[30] Ibidem, p. 272.

[31] BATISTA Henrique Sérgio de A. *Assim na morte como na vida*. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 2002.

ciedade, ainda distante dos efeitos da secularização que começava a se materializar, e que iria amortecendo o derrame emocional.

É preciso ver que o emocionalismo religioso articulava-se perfeitamente com o romantismo vertente nas orações, no culto, quando a interioridade encontrava-se ainda longínqua.

É um estado de espírito, de amplo embasamento psicológico, que tende a diminuir a resistência da religião aos acometimentos da secularização, justamente porque lhe falta o suporte maior – a mística. O que, aliás, afetava a própria instância oficial – a Igreja.

De sorte que, no decurso da história do Catolicismo entre nós, não obstante o predomínio da *romanização* no último quartel do século XIX, e em boa parte da centúria seguinte, a Igreja, em atitude de adaptação ao regime republicano, alonga a concepção religiosa da vida, desdobrando-se com extraordinária capacidade de resistência às pressões da mesma secularização.

Ora, isso encerra uma dimensão religiosa – o sobrenaturalismo, a superposição inflacionada do sobrenatural sobre as realidades terrestres, dando azo ao moralismo e ao legalismo[32].

A mediação romântica do Catolicismo resulta talvez de uma recusa inconsciente da população, principalmente a mais desfavorecida, daquele sobrenaturalismo, que contrariava a *fácies* cultural.

O dito legalismo dilata a rigidez do culto católico, intensificando a *obrigação* de participação em alguns dos seus atos. Obrigação esta que era administrada numa escala que começava na Igreja e terminava na família, a cargo dos pais, ou apenas da mãe. O que freqüentemente causava constrangimento.

À certa altura de *A Afilhada* lê-se algo que confirma esse fato:

> Receosa, porém, das idéias livres do primo, a Maria das Dores adiantou-se a mentir à mãe, na presença deles, obrigada a confirmar que se havia confessado e comungado em Manaus, que não perdia missa toda vez que a celebravam onde lhe fosse possível alcançar. Aumentou que o moço andara duas léguas em canoa,

[32] MONTENEGRO, João Alfredo. *Evolução do Catolicismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 154.

> rio acima, para ouvir a missa de um missionário boliviano em povoação do Rio Madeira[33].

A obrigação, pois, forçava o preenchimento de largo hiato entre o estado do ser da pessoa ou do crente e o espírito do culto, o acolhimento voluntário e consciente dos sacramentos.

Distancia-se, portanto, a religião, posta nestes termos, da fé.

Aquela obrigação, conforme visto, ganha forte conotação moral, e que acaba se impondo através de mecanismos psicológicos.

Imagine-se o sentimento de culpa que facilmente deveria aflorar naquele estádio de funda sacralização da vida, da sociedade, dos costumes, nos católicos que facilmente deixavam de assistir à missa.

Ergue-se, nesse circunstanciamento, uma densa problemática, colocada pela imensa distância entre fé e cultura.

Uma problemática que necessita de aprofundamento, e que tem o seu início na colonização entre nós.

Há todo um complexo investimento cultural no velório.

Elementos religiosos, folclóricos, sociais, entram aí. Uma espécie de laboratório onde se misturam práticas diversas, concepções mágicas, motivações de congraçamento.

O velório, de que se ocupa o autor com vivas tintas de realismo, é o de Antônia, escrava, mas que compartilhava da afeição do desembargador Osório.

Eis o relato *in literis*:

> De longe percebe-se haver novidade na casinha de Pedro. Clareava uma fogueira, para debaixo dos cajueiros, denunciando a frente da palhoça, e no terreiro havia uns homens, deitados uns, de pé outros, em grupo, como à espera que se acabasse lá dentro uma comprida novena, assistida pelas suas mulheres e famílias. Por aqueles arredores, na quebrada do outeiro, nos sítios, pela epiderme fria das dunas, espalhava-se um berreiro de vozes femininas, que o João Batista ouviu ainda distante. Era o velório. Naturalmente, vizinhança e conhecidos reuniam-se ali, segundo o costume do povo, fazendo quarto à defunta[34].

[33] PAIVA, Oliveira, ob. cit., p. 273.
[34] Ibidem, p. 306.

Assoma neste conjunto de informações preciosas a base exemplar de uma pesquisa sobre a história religiosa ou cultural do Ceará.

Uma base – síntese de dados, sem a qual impossível a reconstituição cabal de uma fenomenologia que aponta para várias situações, todas elas típicas da cultura de um povo.

A fogueira serve de iluminação e, ao mesmo tempo, motiva, em torno dela, um ajuntamento de pessoas.

Ela está numa posição estratégica, defronte da humilde vivenda, ensejando facilidade de acomodação, definindo o espaço do encontro.

Há uma expectativa nos homens ali à vontade. Aguardam o término da novena no interior da palhoça onde está exposto o cadáver.

Novena essa assistida exclusivamente por suas mulheres.

Emerge aqui um costume que bem diz de uma espécie de sobreimposição das mulheres no amanho religioso. O que contrasta com a habitual superioridade dos homens sobre as mulheres.

Parece tratar-se de uma prática em voga em virtude de um reiteramento natural dos homens em matéria religiosa. Ou ocasionada pela maior sensibilidade feminina, encaminhando-a com mais denodo e abrangência para o culto de Deus, da Virgem Maria e dos santos.

Tal, num "clima" de intensa encercadura afetiva da religião, faz-se mais compreensível.

O velório, por outro lado, aumenta o teor de sensibilidade da religião, ocasião na qual o choro, as lamentações dolorosas, o clamor desesperado dos parentes mais próximos do morto, são uma constante.

De outro ângulo, é interessante colocar que, naquele preciso acontecimento, vêm mais visivelmente mostra as relações de vizinhança, que aproximavam vigorosamente as pessoas, notoriamente as mais pobres.

Pois eles são ainda mais sensíveis à dor, ao sofrimento.

Por isso, apresentam-se mais solidários com os seus semelhantes.

Em assim sendo, é de todo lógico que, num velório, externem à sociedade os seus sentimentos de solidariedade, de compaixão.

Inseridos em reduzidos núcleos habitacionais, desenvolvem uma aproximação mais estreita e vivenciada, animando os contactos, as amizades, o conhecimento mais generalizado de quantos ali habitam.

Assim como o velório acresce o espírito comunitário, a força das velhas amizades, a solidariedade favorecida pelas relações de vizinhança, do mesmo modo as procissões reaproximam as pessoas.

A procissão do enterro identificava-se pelo tom lúgubre com que se apresentava encimada pela idéia de morte.

Era como que um espetáculo singular de disciplinamento da morte, daí defluindo normas de apaziguamento do espírito, de serena conformação perante a morte, do reencontro com Deus.

Merece transcrição o que a propósito escreve Oliveira Paiva:

> Provocava uma sensação peregrina aquele funeral, por defunto supositivo. A cidade profundava ainda mais o religioso silêncio do dia. Uma cruz negra abria o saimento, com a nívea toalha que cingira os rins do morto, de um braço a outro estendida. Vinham pelas coxias duas intérminas fileiras de irmandades, de vela acesa. O menino da Verônica espilongava o seu tiple, ao ruído seco e horripilante da matraca, e três meninos mais, também metidos em filós negros, representando as santas mulheres, respondiam Ehu, ehu, Salvator noster. O andor da mão dolorosa, o pálio solene e mumificante, o Bispo com a fronte embuçada de luto, os sacerdotes cantando, o mover das velas pelo manso, o frio luzir das baionetas da guarda de honra, o pulsar gemente da marcha fúnebre, o mulherio, e, atrás de tudo, a tona enorme de cabeças de homens, a descoberto, fronte baixa, imbuíam estranho recolhimento e compunção.
>
> O grupo encorujado nos balandraus da misericórdia, com o pálio roxo, franjado de ouro, pairando sobre o esquife de rendilhadas de jacarandá através dos quais, a luz dos lampiões sagrados, se perceba no transparente esfumilho do filó preto, o alvo corpo nu de Jesus morto, era de uma arte perfeita, e

> espalhava por onde ia passando a Procissão um vago e plácido sentir da boa morte[35].

Observe-se nitidamente no depoimento retro a nota de tristeza, de sofrimento, de luto, envolvida em símbolos sagrados, em rituais do desalento.

Pairava sobre os acompanhantes uma atmosfera de descrédito dos atrativos mundanos, mas que terminava descendo sobre a pujança, a beleza, a riqueza da vida, também. Não estaria este quadro lúgubre espelhando inconscientemente a pobreza, a miséria, a ausência da oportunidade de crescimento, de ocupação digna, da grande maioria da população de Fortaleza, do Ceará, do Nordeste?

A paixão e morte do Cristo, prosseguida no mundo pelos homens, não os levaria inapelavelmente ao culto da desolação, da desdita, em situações de estabilidade econômico-social e cultural. Ou até mesmo em períodos de pouco crescimento. Ou em regiões que continuam pobres, desassistidos, quando a religião encerra itens pastorais, perfis interpretativos dos Evangelhos que animam e estimulam os espíritos *à práxis* libertadora.

Na segunda metade do século XIX, palco da narrativa do escritor cearense em foco, a situação do homem é de todo diferente, nada encorajando os pobres a saírem do desalento, a não ser nos momentos de fuga, dos festejos populares, que não conseguiram, porém, remover um estado de ser fundamente carente.

O homem é aí atingido em sua essência e apenas nesta consegue transcender a si próprio.

Isto se produz em períodos de grande sofrimento, de carência até do necessário, quando as secas cumprem o seu ritual de desgraças, matando velhos, crianças e moços, tirando da mesa o alimento básico, trazendo doenças de vária espécie.

O reflexo dessa situação calamitosa na dimensão do ser do homem é inquestionável, acendendo convicções radicais, afetando a recepção da ortodoxia católica, amoldando-a ao novo patamar de transcendência sagrada, na qual a paixão de Cristo é a grande mediadora.

---

[35] Ibidem, p. 325.

O Cristo morto é a pujante metáfora do pobre sofrido e sem esperanças de libertação neste mundo.

Tanto é assim que Ele aparece desligado do Cristo ressuscitado, da utopia da mudança radical, como estando preso até à morte aos condicionamentos impositivos e inevitáveis da miséria humana.

Assim, o Cristo ressuscitado só opera, só resgata o homem das tristes contingências terrenas após a sua morte.

Então, a ressurreição perde o seu sentido completo, não havendo como efetivar-se na existência temporal.

Nessas condições, a tristeza prevalece sobre a alegria do ressuscitado.

Ora, esta última faz parte da manifestação ontológica, projetando-a na vivência sociocultural e material da pessoa.

Esta a questão maior do modelo de homem que compõe a procissão do Senhor Morto, quer seja ele clérigo ou leigo, a todos atingindo a atmosfera de desalento do período, a densa impregnação cultural da existência.

É patente a pesada crise espiritual que envolvia a sociedade, longe se encontrando de um estado de consciência aberto à sua superação.

E é justamente através da religião que deveria ser alterada essa situação, considerando ser ela o foco central das irradiações valorativas em demanda de transformações substanciais da velha ordem. Coisa que se fazia impossível face aos determinismos seculares, imperiais, que pesavam sobre a Igreja.

Era de todo inviável a sua própria libertação, malgrado o drama da *questão religiosa*, a reivindicar autonomia da instituição em assuntos de sua órbita.

É que o Tradicionalismo presidiu a todos os movimentos nesse campo, não entrando no cerne da questão principal, o daquela libertação interior, ontológica, propiciando terreno para mudanças que compusessem a passagem do Ser, da consciência, para a esfera da vida temporal, realizando o processo da caridade, do amor.

Os tempos não estavam amadurecidos para esse processo.

O baixo índice de educação, a mentalidade reinante e tudo mais não favoreciam qualquer empresa libertadora.

Vê-se, portanto, que a Antropologia que daí se extrai é de baixo teor, e dificulta ou impede a realização do Ser do homem. Realização esta que é de natureza espiritual. Mais do que de perfil religioso.

Este último é passível de alta deterioração, em decorrência do dominante unilateralismo cultural, sujeitando-o a desvios como os apontados acima.

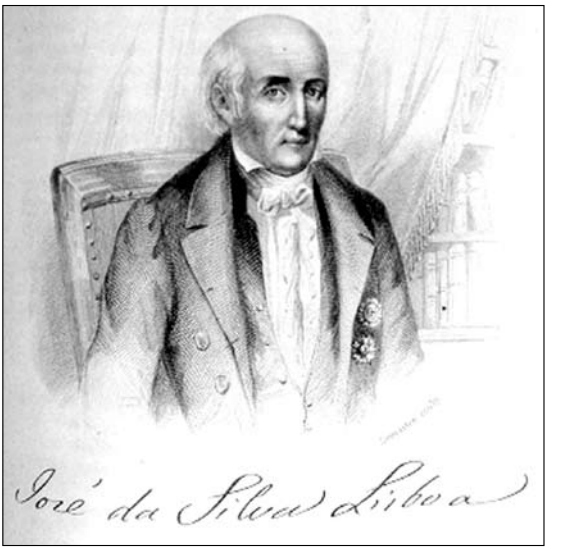
Aí se localiza a causa fundamental do atraso em grande fase da história do Ceará, do Nordeste.

Não prosperou, como de esperar, o brado de caridade, a não ser nos limites precários da existência, deixando as pessoas presas a mecanismos tradicionalistas-conservadores.

E, em assim sendo, facilita a continuidade de forte alienação, a grande motivação do atraso.

José da Silva Lisboa - estadista e intelectual[*]

José Augusto Bezerra[**]



Varnhagen, II, 1857: 286 - (Acervo José Augusto Bezerra).

Uma carreira fora do comum

José da Silva Lisboa (1756-1835) foi um homem de grande visão política, tendo sido escolhido pelo destino para, no lugar certo e na hora certa, dar a sua imprescindível colaboração ao nosso país.

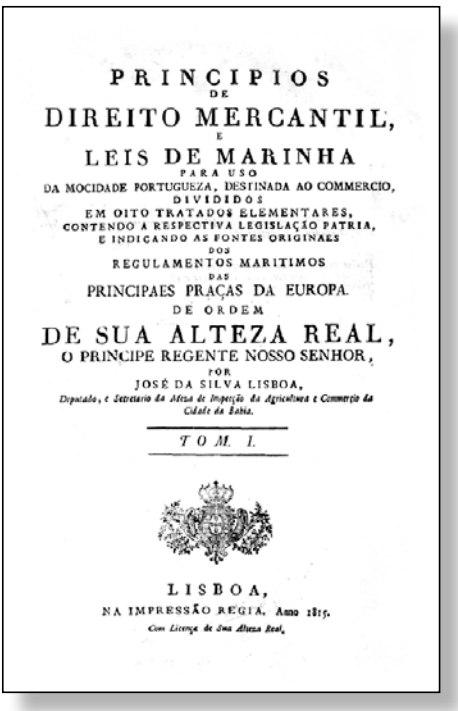
Estudioso da Teoria de Adam Smith, sobre a Riqueza das Nações e conhecedor da cultura grega, em que a liberdade é a essência do desenvolvimento, ajudou a inserir o Brasil em uma nova ordem, cujos desdobramentos transformaram-se nos pilares da nossa Independência.

---

[*] Ensaio publicado em: Bezerra, José Augusto/ Schwamborn, Ingrid (orgs.): *Joseph Haydn na Corte Real do Rio de Janeiro (1816-1822)*, Fortaleza: Editora UFC, 2010.

[**] Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Com sólida formação humanística, pois se formara nos cursos Jurídico e Filosófico pela Universidade de Coimbra, em 1778, demonstrou, desde cedo, vocação para estudos práticos, inter-relacionados com o Trabalho, o Direito e a Política. Publicou, em Lisboa, de 1798 a 1803, a obra *Princípios do Direito Mercantil e Leis da Marinha,* em oito volumes.



PRINCIPIOS
DE
DIREITO MERCANTIL,
E
LEIS DE MARINHA
PARA USO
DA MOCIDADE PORTUGUEZA, DESTINADA AO COMMERCIO,
DIVIDIDOS
EM OITO TRATADOS ELEMENTARES,
CONTENDO A RESPECTIVA LEGISLAÇÃO PATRIA,
E INDICANDO AS FONTES ORIGINAES
DOS
REGULAMENTOS MARITIMOS
DAS
PRINCIPAES PRAÇAS DA EUROPA.
DE ORDEM
DE SUA ALTEZA REAL,
O PRINCIPE REGENTE NOSSO SENHOR,
POR
JOSÉ DA SILVA LISBOA,
Deputado, e Secretario da Mesa de Inspeção da Agricultura e Commercio da Cidade da Bahia.

TOM. I.

LISBOA,
NA IMPRESSÃO REGIA. Anno 1815.
Com Licença de Sua Alteza Real.

Princípios de Direito Mercantil e Leis da Marinha,Vol. I , Lisboa, Impressão Regia, 1815.

(Acervo José Augusto Bezerra)

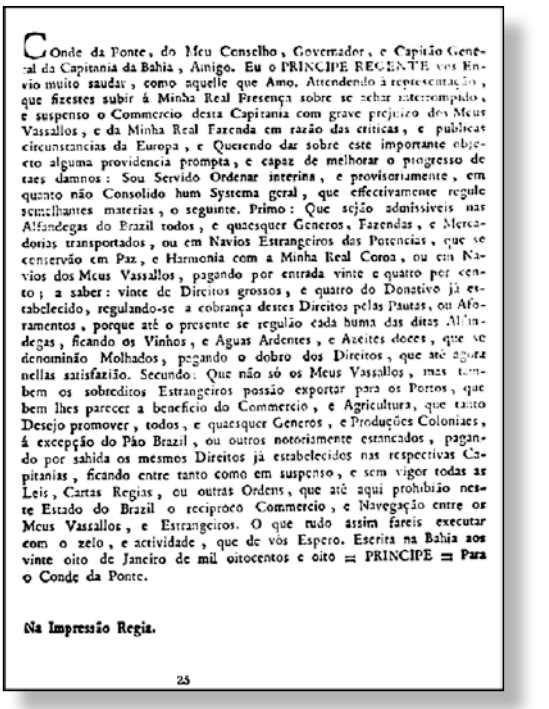
Em 1804, editou *Princípios de Economia Política*, primeiro livro em língua portuguesa a versar sobre o tema, editado pela Impressão Regia, de Lisboa (cf. ROCHA, 2001: 12).

Em 22 de janeiro de 1808, quando o Príncipe Regente D. João chegou a Salvador, José da Silva Lisboa era Deputado e Secretário da Mesa de Inspeção da Bahia, após ter exercido o magistério, ensinando Filosofia e Grego, por quase vinte anos, na mesma cidade.

Embora um acordo já fosse desejado por Inglaterra e Portugal, coube ao futuro Visconde de Cairu, típico intelectual formado pelo iluminismo português, fundamental papel na abertura dos portos às

nações amigas, decisão tomada imediatamente após a chegada de D. João, ainda na cidade de Salvador (cf. Lustosa, 2000: 63, e Gomes, 2007: 117-118).

Segundo Antônio Penalves Rocha, em seu estudo *O Visconde de Cairu*, tanto os biográfos, como os historiadores que examinaram a Abertura dos Portos, consagraram José da Silva Lisboa como o idealizador daquela medida (ROCHA, 2001: 14).



Conde da Ponte, do Meu Conselho, Governador, e Capitão General da Capitania da Bahia, Amigo. Eu o PRINCIPE REGENTE vos Envio muito saudar, como aquelle que Amo. Attendendo á representação, que fizestes subir á Minha Real Presença sobre se achar interrompido, e suspenso o Commercio desta Capitania com grave prejuizo dos Meus Vassallos, e da Minha Real Fazenda em razão das criticas, e publicas circunstancias da Europa, e Querendo dar sobre este importante objecto alguma providencia prompta, e capaz de melhorar o progresso de taes damnos: Sou Servido Ordenar interina, e provisoriamente, em quanto não Consolido hum Systema geral, que effectivamente regule semelhantes materias, o seguinte. Primo: Que sejão admissiveis nas Alfandegas do Brazil todos, e quaesquer Generos, Fazendas, e Mercadorias transportados, ou em Navios Estrangeiros das Potencias, que se conservão em Paz, e Harmonia com a Minha Real Coroa, ou em Navios dos Meus Vassallos, pagando por entrada vinte e quatro por cento; a saber: vinte de Direitos grossos, e quatro do Donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes Direitos pelas Pautas, ou Aforamentos, porque até o presente se regulão cada huma das ditas Alfandegas, ficando os Vinhos, e Aguas Ardentes, e Azeites doces, que se denominão Molhados, pagando o dobro dos Direitos, que até agora nellas satisfazião. Secundo: Que não só os Meus Vassallos, mas tambem os sobreditos Estrangeiros possão exportar para os Portos, que bem lhes parecer a beneficio do Commercio, e Agricultura, que tanto Desejo promover, todos, e quaesquer Generos, e Producções Coloniaes, á excepção do Páo Brazil, ou outros notoriamente estancados, pagando por sahida os mesmos Direitos já estabelecidos nas respectivas Capitanias, ficando entre tanto como em suspenso, e sem vigor todas as Leis, Cartas Regias, ou outras Ordens, que até aqui prohibião neste Estado do Brazil o reciproco Commercio, e Navegação entre os Meus Vassallos, e Estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo, e actividade, que de vós Espero. Escrita na Bahia aos vinte oito de Janeiro de mil oitocentos e oito = PRINCIPE = Para o Conde da Ponte.

Na Impressão Regia.

25

Carta de Abertura dos Portos às Nações Amigas. 28/01/1808, Impressão Regia.

(Acervo José Augusto Bezerra)

A opinião de José da Silva Lisboa sobre o assunto era decisiva, porquanto o seu livro *Principios do Direito Mercantil,* de 1804, era o primeiro e até então o único na língua portuguesa sobre o tema, e sua autoridade era indisputável nos domínios da monarquia regida pelo Príncipe Regente D. João (BLAKE, Dic. Bibl. Bras., 1898, vol. 5, p. 194-195).

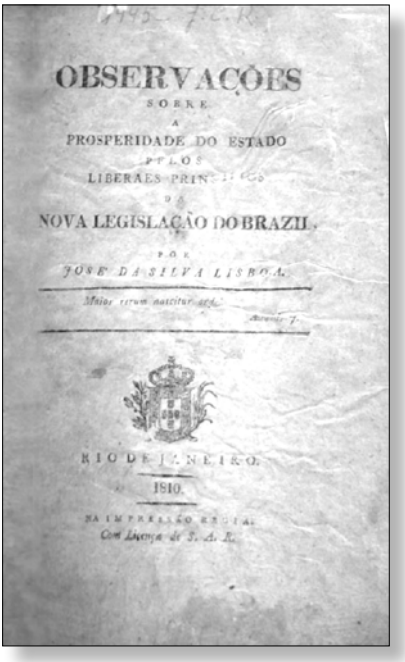
A Carta Régia da *Abertura dos Portos às Nações Amigas*, assinada pelo Príncipe Regente D. João, no dia 28 de janeiro de 1808, foi o início da nossa Independência em relação a Portugal, e significou o primeiro

passo da doutrina pregada no Brasil, após a chegada da família Real, por José da Silva Lisboa, baseada na valorização da concorrência entre os agentes econômicos, na liberdade de trabalho e na inciativa individual.

Convidado pelo Príncipe Regente D. João, o renomado economista José da Silva Lisboa, seguira com a Comitiva Real até o Rio de Janeiro, onde chegaram em 7 de março de 1808. Naquele centro de poder manteve notável influência, tendo sido, juntamente com José Bonifacio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, um dos brasileiros que mais ocuparam cargos de importância no período do Reinado e do Império. Podemos destacar: em abril de 1808, Desembargador da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, que lhe deu a função de Censor Régio; em agosto de 1808, Deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil; ainda em 1808, no Rio de Janeiro, publica a obra *Observações sobre o Comércio Franco no Brasil*, em dois volumes, primeiro livro editado pela Impressão Régia, e, portanto, o primeiro livro impresso no Brasil; em 1809, foi incumbido de organizar o *Projeto do Código do Comércio* (ROCHA, 2001: 16-17).

Em 1810 publica os livros *Observações Sobre a Prosperidade do Estado pelos Liberais Princípios da Nova Legislação do Brasil* e *Observações sobre a Franqueza da Indústria e Estabelecimento de Fábricas no Brasil*; em 1812 edita o *ensaio sobre o Estabelecimento de Bancos para o Progresso da Industria e Riqueza Nacional*; em 1815, é nomeado Censor do Desembargo do Paço.e encarregado do exame de todas as obras destinadas a imprensa; em 1819 publica o livro *Estudos do Bem-Comum e Economia Política* [...]. (Dic. Bibl. Bras., 1898, vol. 5, p. 193-203).

Publicou muitas outras obras, porquanto Alfredo do Valle Cabral, no livro *Vida e Escritos de José da Silva Lisboa*, atribui-lhe 77 trabalhos, entre livros e ensaios, bem como José Honório Rodrigues, na *História da História do Brasil*, registra 522 discursos de sua autoria, além de indicações, emendas, proposições, intervenções, projetos, pareceres, requerimentos, resoluções etc. Sabe-se, ainda, que existem documentos por ele assinados nas caixas do fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Torre do Tombo e que são desconhecidos até hoje pelos que estudaram a sua obra (cf. ROCHA: 2001: 20).


OBSERVAÇÕES
SOBRE
A
PROSPERIDADE DO ESTADO
PELOS
LIBERAES PRIN
DA
NOVA LEGISLAÇÃO DO BRAZIL.
POR
JOSE' DA SILVA LISBOA.
Maior rerum nascitur ordo.
Virgil. 7.
RIO DE JANEIRO.
1810.
NA IMPRESSÃO REGIA.
Com Licença de S. A. R.

Observações Sobre a Prosperidade do Estado pelos Liberais Princípios da Nova Legislação do Brasil. Rio de Janeiro, 1810, Impressão Regia.

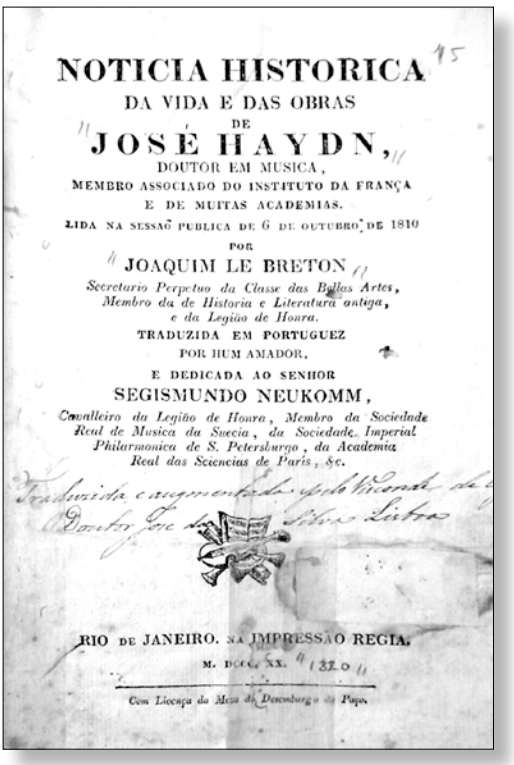
(Acervo José Augusto Bezerra)

Talento admirado também na tribuna. Segundo o Marquês de Abrantes, possuía a sabedoria de Cícero, a constância de Socrates, o talento de Seneca e a virtude de Catão e, a tal ponto era-lhe reconhecido esse poder, que o grande orador Mont´Alverne declarou, na Sociedade Filosófica que só um homem tinha encontrado que o fizera calar: José da Silva Lisboa (Dic. Bibl. Bras., 1898, vol. 5, p. 194).

Comendador da Ordem de Cristo e oficial da Ordem do Cruzeiro; Membro da Sociedade Filosófica da Filadelphia; da Sociedade de Propagação das Ciências Industriais de Paris; do Instituto da França e do Instituto Real para a Propagação das Ciências Naturais de Nápoles, entre outros importantes títulos honoríficos.

Após a Independência, no novo governo, José da Silva Lisboa continuou a receber cargos elevados e distinções honoríficas, tendo sido agraciado por D. Pedro I, em 1825, com o título de Barão, em 1826, de Visconde de Cairu, e, ainda em 1826, com uma cadeira no Senado do Império, ao se iniciarem as atividades do Legislativo Brasileiro.

Filho do arquiteto português Henrique da Silva Lisboa e de Helena Nunes de Jesus, nasceu em Salvador, em 1756, e morreu no Rio de Janeiro, em 1835. Fez o curso preparatório desde os oito anos estudando Filosofia, Música e Piano em Salvador e, posteriormente, concluiu os Estudos em Direito Canônico e Philosofico, pela Universidade de Coimbra. Tal lhe proporcionou, desde cedo, forte identificação com a música e as artes, em consonância com outros saberes, pois conforme Francisco Adolpho Varnhagen, na sua *História Geral do Brasil*, José da Silva Lisboa exerceu por muitos anos o magistério na Bahia, antes de escrever livros sobre Direito Mercantil, Economia Política, História, Disciplina Eclesiástica, e muitos folhetos sobre a política do dia-a-dia. E conclui o ilustre historiador dizendo: *Elevando-o a Visconde de Cayrú, o primeiro defensor perpétuo do Brasil não fez mais do que sancionar o decreto da Providência, que o nobilitara*. (VARNHAGEN, *História Geral*, vol. II, 1857: 286).



NOTICIA HISTORICA

DA VIDA E DAS OBRAS

DE

JOSÉ HAYDN,

DOUTOR EM MUSICA,

MEMBRO ASSOCIADO DO INSTITUTO DA FRANÇA

E DE MUITAS ACADEMIAS.

LIDA NA SESSÃO PUBLICA DE 6 DE OUTUBRO DE 1810

POR

JOAQUIM LE BRETON

Secretario Perpetuo da Classe das Bellas Artes, Membro da de Historia e Literatura antiga, e da Legião de Honra.

TRADUZIDA EM PORTUGUEZ

POR HUM AMADOR,

E DEDICADA AO SENHOR

SEGISMUNDO NEUKOMM,

Cavalleiro da Legião de Honra, Membro da Sociedade Real de Musica da Suecia, da Sociedade Imperial Philarmonica de S. Petersburgo, da Academia Real das Sciencias de Paris, &c.

RIO DE JANEIRO. NA IMPRESSÃO REGIA.

M. DCCC. XX.

Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

Notícia Histórica da Vida e das Obras de José Haydn. Rio de Janeiro, Impressão Regia, 1820.

(Acervo José Augusto Bezerra)

Um livro misterioso

Em 1820, José da Silva Lisboa foi certamente um dos que apoiaram a edição da obra *Noticia Historica da Vida e das Obras de José Haydn.* Na realidade, uma tradução, baseada no discurso escrito e lido por Joaquim Le Breton, em memória de Joseph Haydn, na Sessão Pública do dia 06 de outubro de 1810, no Instituto da França (*Institut de France*), onde era Secretário Perpétuo, até sua saída, em 1815.

O futuro Visconde de Cairu, conforme veremos posteriormente, tomou a si a tarefa de traduzir a obra e apresentá-la em um prólogo. Após anotações próprias, dedicou-a ao compositor austríaco Sigismund Neukomm, porém, curiosamente não se identificou.

Ante o mundo da música, que reverenciava mundialmente o nome Joseph Haydn, apresentou-se, modestamente, como "um amador". Era comum, naqueles tempos, tal prática, usada por personagens como Varnhagen, em seu livro *A Caça no Brasil,* no qual identificou-se como *Um Brasileiro Devoto de S. Huberto* (1860*)*; por Ayres de Cazal, em sua preciosa *Corografia Brasílica* (1817), em que se denomina *Um presbítero secular do Gram Priorado do Crato*; e até por José de Alencar e Machado de Assis, celebrados autores brasileiros, que inicialmente buscaram o anonimato, através dos pseudônimos *Ig* e *Sileno.* Entretanto, tal anonimato do apresentador desse livro sobre Haydn, tem dificultado a sua identificação.

O conhecido musicólogo francês Marc Vignal, na introdução do seu livro *Joseph Haydn. Autobiographie, premières biographies.* (Paris 1997) em que reproduz os quatro textos das primeiras biografias de Haydn, todos do ano de 1810, afirma o seguinte:

A tradução era de Balthazar da Silva Lisboa (1761-1840), originário da Bahia, doutor em direito canônico e civil, pela Universidade de Coimbra, e trata-se do primeiro livro sobre música, impresso no Brasil (VIGNAL, 1997: 23).

Balthazar da Silva Lisboa (1761-1840), irmão mais moço de José da Silva Lisboa (1756-1835), era reconhecidamente grande pesquisador, tendo escrito várias importantes obras, entre elas, uma de grande significação para nossa historiografia, intitulada *Annaes do Rio de Janeiro*, em 1834. Cremos, entretanto, que a semelhança dos nomes provocou um equívoco.

Na falta de fontes brasileiras, esclarecedoras, procuramos informações confiáveis, do exterior, não contestadas à época da publicação.

A nossa convicção sobre a autoria da tradução e apresentação de *Noticia Historica da Vida e das Obras de José Haydn* ser de José da Silva Lisboa, ficou fortalecida por notícia do jornal alemão de música, *Allgemeine Musikalische Zeitung*, do dia 7 de junho de 1820.

Este jornal foi publicado pela editora Breitkopf & Härtel, e esta notícia decorreu da encomenda da biografia de Joseph Haydn a Georg August Griesinger, pelo editor Gottfried Christoph Härtel, publicada em 1809, em colunas diárias naquele jornal, e em 1810, em forma de livro, *Biographische Notizen über Joseph Haydn* (Notícias Biográficas sobre Joseph Haydn). Tornou-se a editora mais importante de obras de música da Alemanha e mesmo da Europa, bem como a cidade de Leipzig transformou-se num centro de música e de publicações.

A notícia do jornal, descoberta Paulo M. Kühl e por ele traduzida para o português, dizia:

Acaba de ser dada a luz, aqui, [no Rio de Janeiro] *uma tradução das* Notices sur Haydn, *de Le Breton. O próprio tradutor, Sr. da Silva Lisboa, Conselheiro Real e Deputado da Real Junta do Comércio, Desembargador da Casa da Suplicação, etc., homem de erudição muito abrangente, incrementou essas Notícias com comentários muito interessantes, retirados de diversos escritos alemães, franceses e ingleses sobre Haydn, e, através de um prólogo no qual ele, como homem de sentimento e gosto, demonstra seu entusiasmo por nosso sempre e absolutamente inigualável Haydn. A brochura tem 84 páginas in-oitavo. O Sr. Mestre-de-Capela Neukomm acompanha o texto com algumas notas autorizadas, por exemplo, com relação às ridículas histórias da mutilação que se tencionava fazer, as quais diversos autores estrangeiros, como uma boa brincadeira, cegamente repetiram; o que certamente não se podia levar muito em conta, pois presumivelmente ignoravam que na Alemanha se desconhecia exemplo de tamanho sacrilégio. É igualmente desmentida uma anecdota sobre Gassmann, a qual sabe-se lá a partir de que fonte indigna (mas sem nenhuma má intenção) Le Breton inventou.*

O correspondente, também anônimo, certamente conhecendo e estimando o autor da tradução, esclarece:

O Sr. Lisboa não colocou seu nome nessa tradução. Já que, por puro afã pela arte, bem como pela profunda admiração por seus mais

eminentes sacerdotes, não poupou esforços para erigir um memorial ao nosso gênio alemão – ainda tão pouco conhecido no Brasil. O nome do brilhante tradutor merece lugar de destaque dentre aqueles que difundem a arte, pois que, além de sólida e extensa erudição, apresenta notáveis qualidades intelectuais e de caráter (citado conforme a tradução do alemão de Kühl, 2004: 23-24)[1].

Embora a revista e o correspondente mencionem apenas o nome Silva Lisboa, o que poderia acarretar dúvidas, é importante observar que a descrição das funções e cargos do autor da tradução e apresentação Conselheiro Real, Deputado da Real Junta do Comércio e Desembargador da Casa de Suplicação), não deixam dúvidas de que se tratava de *José da Silva Lisboa*. Além disso, o histórico de vida do futuro Visconde de Cairú, mostra, desde a infância, sua íntima ligação com o estudo da música.

O tradutor apresenta o músico austríaco

Tomando-se em conta a provável apresentação do livro *Noticia Historica da Vida e das Obras de José Hayden,* por José da Silva Lisboa[2], impressiona a forma com que introduz esse primeiro livro sobre o tema *música,* publicado no Brasil.

Não se limita a um comentário da biografia do celebrado compositor austríaco Joseph Haydn. Vai além, destaca o seu espírito inventor, compara a Ciência Musical com as teorias da Matemática e da Física. Perpassa suas imagens pela poesia e pela história. Rebusca as origens do projeto de uma biblioteca das principais obras dos compositores de música de primeira ordem, começado pelo Imperador Leopoldo e pelo Rei da Baviera, no fim do século XVIII.

De outra obra alemã, publicada em 1817, na cidade de Leipzig, com o título, de *Literatura Musica*[3]*,* destaca um sistema compreensivo,

---

[1] Texto no original alemão em: *Allgemeine Musikalische Zeitung*, Leipzig, 7 de junho de 1820, colunas 401-402.

[2] Sobre a possibilidade de outras autorias desta tradução e edição, entre elas, Bento da Silva Lisboa, o filho de José da Silva Lisboa, cf. *Notícias*, ed. Kühl, 2004: 24-25.

[3] Titulo completo: *Handbuch der musikalischen Litteratur: oder allgemeines systematisch geordnetes Verzeichniß der bis zum Ende des Jahres 1815 gedruckten Musikalien* [...], Leipzig, 1817. (Cf. Notícias, ed. Kühl, 2004: 40, nota 2).

dividido em 88 diferentes ramos, com o catálogo completo de toda a música e o número de espécies de instrumentos para que era composta, incluindo o preço e o lugar da publicação. Descreve aquela Arte como os tesouros de uma harmonia celestial que exalta os espíritos, para conceberem dignas ideias de glória, na vida futura.

Continua sua análise, apresentando Joaquim Le Breton, o admirador de Hayden. Mostra como ele descrevera, em discurso no *Institut de France*, a vida e a obra de Joseph Haydn, e dera informações também sobre o irmão, Michael Haydn, igualmente prodigioso compositor de música, sobretudo música de igreja. Finalmente ressalta o fato de a providência ter conseguido reunir no Brasil o sábio Le Breton e também o aluno predileto dos últimos anos de Haydn, o compositor, organista, pianista e mestre-de-capela austríaco, Sigismund Neukomm. Relembra o artigo *Haydn*, da Nova Enciclopédia de Edimburgo, que ao falar da sublimidade das criações do compositor, diz: *Nenhum compositor jamais o igualou na distribuição da música na orquestra, ou chamou as potências de cada instrumento, em solo ou em concerto, a tão eminente grau* (Prologo, VI).

Um gênio e seu discípulo

Defende, portanto, a justiça do reconhecimento público ao compositor Joseph Haydn, que mostrou ser um prodígio da espécie humana, reconhecido, entre outros, como herói, na Espanha; gênio, na Alemanha; mito, na Inglaterrra, e Príncipe da Harmonia, na França.

Demonstra a coerência de ter sido oferecida ao discípulo amado do grande mestre, agora *Cavaleiro, Sigismund von Neukomm,* a dedicatória da tradução, pois fora ele quem tivera a bondade de ajuntar várias notas esclarecedoras, retificando algumas passagens da memória de Le Breton, oriundas do texto inicial, de 1810, em francês.

Reitera o mérito reconhecido de Sigismund Neukomn, relevando-lhe o excelente caráter e define-o como um dos compositores do século, de profundo saber e apurado gosto.

Imagina, no feche da sua mensagem, que havia algo simbólico entre o aluno e o preceptor. Na realidade, como o primeiro levantou sobre o túmulo do segundo, decoroso monumento com o simples nome - Joseph Haydn – acreditava o apresentador que o discípulo tinha a

expectativa de resguardar a glória do mentor, como semelhantemente o fez Aristóteles para Platão.

Um livro pioneiro

Entendemos, em razão do exposto, que tal obra é marco de sabedoria, a qual reclama nosso tributo de gratidão a José da Silva Lisboa. Honrou o Brasil em importantes missões, tendo sido audacioso e visionário em vários aspectos.

Foi o primeiro a escrever sobre Economia Política e Direito Mercantil, em língua portuguesa; idealizou o primeiro documento escrito no Brasil pelo Príncipe Regente D. João, sobre a abertura dos portos; publicou o primeiro livro impresso no Brasil; traduziu e apresentou o livro pioneiro sobre música e compositores em nosso país, editado pela Impressão Regia, entre muitos outros importantes trabalhos dignos de citação.

É gratificante, também, registrar neste ensaio, pela primeira vez, presumo, provas que identificam José da Silva Lisboa, como o tradutor e apresentador do pioneiro livro *Notícia Histórica da Vida e das Obras de José Haydn*, eliminando-se uma importante dúvida nesse campo e creditando-se as honras a quem de fato as mereceu.

Bibliografia Bibliográfica

LISBOA*, José da Silva* (1798-1801-1803): *Princípios do Direito Mercantil e Leis da Marinha para Uso da Mocidade Portuguesa*. Lisboa. 8 volumes. 2ª ed, vol. 1, Lisboa, Impressão Regia, 1815 [Acervo José Augusto Bezerra].

_____. (1804). *Princípios de Economia Política.* Lisboa: Impressão Regia. [Acervo José Augusto Bezerra].

_____. (1808): *Observações sobre o Comércio Franco no Brasil.* Rio de Janeiro: Impressão Regia.

_____. (1810): *Observações Sobre a Prosperidade do Estado pelos Liberais Princípios da Nova Legislação do Brasil.* Rio de Janeiro: Impressão Regia [Acervo José Augusto Bezerra].

- (1810): *Observações sobre a Franqueza da Indústria e Estabelecimento de Fábricas no Brasil*. Rio de Janeiro: Impressão Regia.

- (1812): *Ensaio sobre o Estabelecimento de Bancos para o Progresso da Industria e Riqueza Nacional*. Rio de Janeiro: Impressão Regia.

- (1819): *Estudos do Bem-Comum e Economia Política.* Rio de Janeiro: Impressão Regia [Acervo José Augusto Bezerra].

- (anónimo, 1820): Apresentação e tradução de: Le Breton, Joaquim: *Noticia Historica da Vida e das Obras de José Haydn*. Rio de Janeiro: Impressão Regia. [Acervo José Augusto Bezerra].

Bezerra, José Augusto (2009): "A Impressão Régia no Brasil e no Ceará"; em: *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 2009, Ano 122, CXXII, p. 157-182.

- (2009): "A Impressão Régia no Brasil e no Ceará"; em: *Scriptorium*, Associação Brasileira de Bibliófilos, Fortaleza, vol. 01, julho de 2009: 49-79.

- Impressão Regia: Druckerei und Verlag des Königs, in Brasilien". Tradução do português para o alemão por Ingrid Schwamborn; em: *Topicos*, Bonn, 1/2010.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento (1898): *Dicionário Bibliográphico Brazileiro.* 7 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. [Acervo José Augusto Bezerra].

GOMES, Laurentino (2007): *1808*. São Paulo: Planeta.

GRIESINGER, Georg August (1810): *Biographische Notizen über Joseph Haydn*. Leipzig: Breitkopf und Härtel.

KÜHl, Paulo Mugayar (org.. 2004): *J. Le Breton: Notícia Histórica da Vida e das Obras de José Haydn.* Cotia-São Paulo-Brasil: Ateliê Editorial. [Versão em Português do Brasil atual. Com um ensaio introdutório de Lucas e de Kühl].

- (2004): *Haydn no Brasil*; em: Kühl (ed. 2004): Le Breton, *Noticia Histórica* [...], p. 21-36.

LUCAS, Mônica (2004): *Um elogio a Haydn;* em: *Kühl* (ed. 2004): Le BRETON, *Noticia Histórica* [...], p. 9-19.

LUSTOSA, Isabel (2000): *Insultos impressos*: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras.

ROCHA, Antonio Penalves (2001): *Visconde de Cairu*. São Paulo: Editora 34.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de (vol. I, 1854; vol. II, 1857): *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert. 2 vols. [Acervo José Augusto Bezerra].

VIGNAL, Marc (1997): *Joseph Haydn. Autobiographie, premières biographies*. Traduites et présenté par Marc Vignal. Paris: Flammarion. [Contêm o texto de Le Breton do original em francês].

Releitura do Ceará segundo Abelardo Montenegro

Marcelo Gurgel Carlos da Silva*

1 Intróito

Em 10/06/2011, recebemos um *e-mail* do intelectual Gildácio J. Almeida Sá, marido da professora da UECE, Lúcia Barreto, e, via de consequência, genro do Prof. Abelardo Montenegro, cientificando-nos de que chegara às suas mãos mais uma obra republicada do sogro, intitulada "FANÁTICOS E CANGACEIROS", oriunda de convênio com a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Secult, por merecedora do Prêmio Otacílio de Azevedo, no bojo dos editais de incentivo aos autores cearenses, uma louvável iniciativa do Prof. Auto Filho, ex-titular dessa pasta da Cultura.

A notificação, em epígrafe, fazia-se acompanhada do prestigioso convite para que proferíssemos palestra sobre o Prof. Abelardo e sobre essa obra, em particular, quando do seu lançamento. De imediato, movidos mais pela emoção do que pela razão, anunciamos o acolhimento da tarefa, sem ter em consideração o peso desse fardo, indo além de nossa limitada competência, diante do vulto dessa solicitação.

Como não costumamos recuar perante desafios previamente aceitos, pusemos em marcha um colossal esforço, para corresponder, a contento, o que nos foi requerido, cuja responsabilidade foi sobremodo alargada, ao se definir que o *locus* de exposição seria o Instituto do

* Da Academia Cearense de Medicina.

Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). Isso significava dizer que parte da assistência seria enobrecida por sócios do Instituto do Ceará, secular casa da cultura da terra alencarina.

2 Abelardo, em verbete

Há vários *sites* ou *home pages* que revelam uma síntese biográfica do intelectual. Delas, uma das mais completas é a do Portal da História do Ceará (www.ceara.pro.br/abelardo). Foi a partir desse portal, que se elegeu a que foi disposta nas orelhas "Fanáticos e Cangaceiros", e que muito bem qualifica os elementos de capital importância da vida desse tão ilustre filho do Ceará.

> "Abelardo Fernando Montenegro nasceu a 30/05/1912, em Crateús, Ceará. Advogado e Doutor em Ciências Econômicas, e Professor Emérito da UFC. Faleceu em 26/04/2010.
>
> Recebeu várias Comendas e Condecorações, entre elas: Medalha Santos Dumont, do Ministério da Aeronáutica, Medalha Comemorativa de Clóvis Beviláqua, do Ministério da Educação e Cultura, Prêmio José de Barcelos, da Universidade Federal do Ceará, por seu livro *Pontos de Economia Internacional* – pioneiro no Brasil, Prêmio Bibliografia do Instituto Histórico e Geográfico de Uruguaiana, Prêmio CLIO de História Política, da Academia Paulista de História, por seu livro *Os Partidos Políticos do Ceará*. Comenda Cruz e Sousa – Da Secretaria de Cultura e da Universidade Federal de Santa Catarina – por seu livro *Cruz e Sousa e o Movimento Simbolista Brasileiro*. Título de Emérito da UFC.
>
> Abelardo escreveu mais de 40 obras, várias delas pioneiras na temática abordada. Em 14 delas, voltou-se Abelardo exclusivamente para o Ceará, seus expoentes e seu povo, destacando-se: *O Romance Cearense*; *Antônio Conselheiro*; *História do Cangaceirismo no Ceará*; *A Praça do Ferreira*; *História do Fanatismo Religioso do Ceará*; *Fanáticos e Cangaceiros*; *Os Partidos Políticos do Ceará*; *Psicologia do Povo Cearense*; *Interpretação do Ceará*; *Ceará e o Profeta de Chuva* e seu último livro *Cearense e Judeu*. Possui inéditos vários manuscritos, entre eles: *Novo Liberalismo, Nova Liberdade*.

> Foi membro efetivo ou correspondente de instituições culturais, entre elas: Instituto do Ceará, Academia Cearense de Letras, Associação Cearense de Imprensa, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, Instituto Histórico e Geográfico de Uruguaiana, Academia Paulista de Letras e do Instituto Cultural do Vale Caririense."

3 O homem, em breves palavras

A História do Ceará passa, exemplarmente, pelas mãos de Abelardo Fernando Montenegro. Sem nenhum favor, a mídia tem-lhe feito justiça, como aconteceu com o jornal *O Povo* que usou o caderno Vida e Arte para falar da trajetória terrena desse filho ilustre de Crateús, autor de quase 50 livros, a grande maioria dedicada ao Ceará. Falecido quando faltavam apenas dois anos para o seu centenário, o reconhecido mestre e escritor deixou uma obra de larga embocadura, com trânsito livre por áreas como a Ciência Política, a Economia, a Sociologia e a Psicologia Social.

Não foi, pois, só na cátedra, que Abelardo Fernando Montenegro se fez grande. Em que pese haver sido alçado à condição de Professor Emérito da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, ele também ocupava a cadeira nº 10, da Academia Cearense de Letras (ACL) e era membro do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). No dizer do próprio, frequentava pouco as duas casas, para não perder tempo. O primo e acadêmico, como ele, Pedro Paulo Montenegro, afirma que Abelardo Fernando Montenegro foi "um homem que aproveitou o tempo de intelectual, terrivelmente".

A literatura e a cultura do povo sertanejo foram dois dos temas que mais abordou em suas obras. Isso é patente em "O Romance Cearense" (1953), "Antônio Conselheiro" (1954), "História do Cangaceirismo" (1955) e "História do Fanatismo Religioso no Ceará" (1959). O historiador de largos méritos, que também incursionou em outras áreas, deixando pegadas de originalidade por onde passou, nunca se contentou com a mesmice. Ao escrever sobre: "O Ceará e o Profeta da Chuva", quis ele preencher uma lacuna nos escritos de historiadores, sociólogos e ficcionistas. É ainda Pedro Paulo Montenegro que explicita a razão do longo trabalho solitário de estudos do primo e

"colega" de Academia: A esperança de Abelardo Montenegro era que os leitores dessa sua última obra impressa, absorvessem a sua devoção de profundo amor ao Ceará.

Esse livro foi dedicado à sua professora, no curso primário, em Aquiraz, mãe de Pedro Paulo Montenegro, o primo e parceiro com quem mantinha demoradas conversas sobre o Ceará e a literatura cearense, sendo interessante registrar que os bares da cidade jamais seriam cenários dessas conversas, face ao "horror que tinha à bebida", até por atrapalhar o pensamento. Abelardo Fernando Montenegro era caseiro por natureza e pelas circunstâncias. Não queria perder tempo. Lia, lia muito, lia de madrugada, lia toda hora, como revelou Pedro Paulo.

O caderno Vida e Arte, atrás mencionado, ao juntar textos de intelectuais e professores universitários, tratando da cultura cearense, homenageou a figura exponencial de Abelardo Montenegro, com participações do Mestre em literatura Weslei Ribeiro, um analista da prolífica safra de escritores cearenses, com visão focada na memória regionalista do século passado, e do jornalista Gilmar de Carvalho, um investigador competente das origens, dos estereótipos e dos traços fundamentais da cultura do Ceará.

Quando se trata de Abelardo Fernando Montenegro, sobram informações, para produzir uma matéria de fôlego, como a que o jornal *O Povo* publicou no seu caderno Vida e Arte. A título de ilustração, vale ser dito que só na década de 50, do século que passou, sua produção alcançou mais de uma dezena de livros publicados. Era um livro, atrás do outro. Dessa sua faina, incansável e prolífera, que ia se estender pela metade do século, ficaram os registros de lançamento dos livros: "Soriano Albuquerque, um pioneiro da Sociologia no Brasil" e "Presidencialismo, Parlamentarismo e Patriarcalismo", ambos em 1952; "O Romance Cearense"; "Ceará, tentativas de interpretação"; "Antônio Conselheiro"; e "Cruz e Sousa e o Movimento Simbolista no Brasil", esses quatro publicados entre 1953 e 1954, tendo o último, inclusive, obtido grande repercussão, com a crítica em seu favor.

Abelardo Montenegro ultrapassou as fronteiras nacionais. Em 1955, o antropólogo francês Roger Bastide encaminhou-lhe carta, publicada no jornal *O Povo*, enaltecendo sua obra "História do Cangaceirismo

no Ceará". Um dado interessante, relacionado à produção intelectual de Abelardo é que a publicação de suas obras, via de regra, era custeada pelo próprio bolso. Foi isso que aconteceu com "Variações em torno da Democracia", "Maquiavel e o Estado", "Juarez Távora e a Renovação Nacional", na área da Ciência Política; "A Missão do Economista no Brasil"; e a "Praça do Ferreira", "Nordeste e Sul – Um Confronto", seguindo de "História do Fanatismo Religioso no Ceará", abordando aspectos da realidade local.

A atração de Abelardo Fernando Montenegro pelo tema religioso veio da época em que, muito jovem ainda, visitou Juazeiro do Norte, hospedando-se na casa do Padre Cícero, tendo ali presenciado muitas conversas do Meu Padim Cícero Romão Batista e, inclusive, assistido a benção que ele dava aos romeiros.

Foi a saudade, no entanto, que aguçou o amor maior de Abelardo Fernando Montenegro pelo Ceará. No início dos anos 1940, a sua mudança para o eixo Sul–Sudeste (Curitiba/Rio de Janeiro) fê-lo cada vez mais próximo da sua terra, apesar da distância geográfica. Isso se comprova na declaração que deu a um repórter do jornal *O Povo*: "nunca consegui esquecer o Ceará e chorava todas as vezes que chegava e partia, até que em 1949, voltei de vez. Amo cada pedaço desta terra. Sobre ela e seu povo dediquei 14 livros".

Abelardo Fernando Montenegro tinha a alma plantada no sertão. Isso é o que se infere da leitura de sua obra "O Ceará e o Profeta da Chuva", tratando da intimidade do sertanejo com a natureza, no momento em que faz previsões climáticas, a partir do voo baixo das andorinhas, do canto do anum preto e da rolinha tecendo o ninho pelo chão. Esse relacionamento mágico se exacerba em sua fala, ao dizer que "o profeta da chuva está para a sociedade sertaneja, como o feiticeiro está para a sociedade primitiva. O primeiro profetiza a chuva; o segundo deve fazer chover". A chuva e a seca, tanto quanto outras alternâncias da vida, estiveram permanentemente debaixo das suas lentes. Convivendo com esses fenômenos, em diversas regiões do Ceará, como Crateús, onde nasceu, e Senador Pompeu onde viveu, na juventude, na condição de filho do Juiz de Direito da Comarca, não foi difícil para Abelardo Fernando Montenegro armazenar o farto material que iria prover de veracidade a grande obra literária que produziu, ornado com o brilho da sua inteligência.

No Ceará, quiçá no Brasil, nenhuma biblioteca pode se dizer completa, se nela deixarem de figurar livros escritos por Abelardo Fernando Montenegro. Como destaques, vão citados dez dos quase 50, de sua autoria, publicados a partir de meados do século XX e alcançando a primeira década do século XXI. São eles: O Romance Cearense; Ceará – tentativas de interpretação; Antônio Conselheiro; Cruz e Souza e o Movimento Simbolista no Brasil; História do Cangaceirismo no Ceará; Variações em Torno da Democracia; A Ciência Política no Brasil e Outros Estudos; História dos Partidos Políticos Cearenses; Fanáticos e Cangaceiros; Psicologia do Povo Cearense. Essa coleção foi inserida em matéria jornalística do Diário do Nordeste, que traça, inclusive, um perfil de Abelardo Fernando Montenegro, tal como aqui se desenha, utilizando o seu pincel e as suas cores.

Abelardo Fernando Montenegro se dizia um polígrafo, para definir o seu perfil intelectual, assemelhando-se aos autores do passado, tidos como pensadores e atuando em diversas áreas. A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade eram marcas suas, cristalizadas na forma como transitava, livremente, pela economia, pelas ciências politicas, pela sociologia regional e pela psicologia social. Seu forte mesmo, no entanto, estava centrado no terreno sociológico, donde se entender a sua exaustiva busca de interpretar o Ceará e a sua gente, em especial a sociedade sertaneja.

Outra vertente que concorreu para a grandeza de Abelardo Fernando Montenegro está na sua fervorosa dedicação aos temas religiosos, uma projeção remanescente do seu contato, quando novo, com o Padre Cícero e com a beata Mocinha. Foi daí que nasceu a vocação do homem de letras, interessado na religiosidade de um povo que tinha, nos sermões e nos milagres, o ópio de que precisava para enfrentar as durezas de um sertão castigado pela seca e inflamado pela presença dos cangaceiros.

Obras como "História do Fanatismo Religioso no Ceará", "Fanáticos e Cangaceiros" e "História do Cangaceirismo no Ceará", só fazem alçar aos patamares mais elevados da literatura cearense o nome de Abelardo Fernando Montenegro, um gigante na interpretação da História, da Sociologia e da Psicologia do povo desta terra, feita de mártires e de heróis. A Academia Cearense de Letras tornou-se maior com a sua presença, e não por acaso, a Cadeira nº 10 guarda a imortalidade de um Mestre na arte de escrever.

4 Anatomia de uma obra

Muito antes de Abelardo Fernando Montenegro, Euclides da Cunha já havia dito que "o sertanejo é, antes de tudo, um forte". O autor da obra "Fanáticos e Cangaceiros" está incluso nessa concepção de homem que trabalha a terra, não no sentido estrito da palavra, "plantando para que tudo nela dê", mas lavrando o chão da escrita, onde a criatividade do lavrador se mistura com a pertinência do pesquisador, no processo de criação. Essa fortaleza explica o vigor da obra que está sendo dissecada, revelando, em suas entranhas, alterações produzidas no organismo social, pelo cangaço e pelo misticismo.

Tal como se faz em qualquer procedimento do gênero, o todo é analisado a partir das partes. No caso de "Fanáticos e Cangaceiros", que reúne três dos seus livros, não é diferente, tanto assim que a obra vem segmentada da seguinte forma: Parte I, referente a Antônio Conselheiro, cobrindo três momentos, como órfão, como penitente e como conselheiro; Parte II, direcionado para a História do Fanatismo Religioso no Ceará, e admitindo como personagens dessa história, o Padre Ibiapina, o Padre Cícero, o Frei Deodato, o Beato José Lourenço, o Mestre Silvino, o Padre Davino e o fanático Manuel Pedro da Silva. A Parte III, pautando a História do Cangaceirismo no Ceará, está dividida em Período Monárquico, indo de 1868 a 1879, e Período Republicano, esticado de 1901 a 1970.

Nessa sua obra "Fanáticos e Cangaceiros", como bem afirmou seu organizador, Gildácio Almeida Sá, Abelardo Fernando Montenegro "retira um pouco das nuvens de poeira" que cobriam o sertão, no tempo do fanatismo religioso e do cangaceirismo indomável, para, dentro de uma visão sistemática, lastreada na farta pesquisa bibliográfica e com o auxílio de entrevistas raras, coletadas na década de 1940, compor um painel, denunciando a injustiça social, com os agravantes da ignorância, da pobreza e da impunidade.

A visão sociológica de Abelardo Fernando Montenegro está claramente definida nessa obra, em que se fundem pesquisador e literato, para dar uma dimensão ampliada do que foi o sertão cearense, no tempo dos fanáticos e dos cangaceiros. Na apreciação que se faz desse livro, salta às vistas o uso da linguagem do escritor, não por acaso um crítico da sociedade e um analista do comportamento psicológico dos atores

principais e dos figurantes do enredo dramático que envolve os políticos, líderes religiosos, justiceiros sem causa e até coiteiros, pondo a nu, o despreparo mental do sertanejo.

Ao longo do tempo, tem-se consolidado esta máxima: "só escreve quem pensa, só pensa quem lê". Abelardo Montenegro é uma prova concreta de que a leitura faz o pensador, tanto quanto é o pensamento que conduz à escrita. Daí navegar ele, permanentemente, no mundo das ideias, registrando, em cada canto, fatos ocorrentes no mundo dos mortais. Quem sabe venha daí, a sua imortalidade.

Mas não é bem sobre isso que se intenta falar agora, e sim sobre a veia intelectual de Abelardo Montenegro, testada em sua prestigiada obra "Fanáticos e Cangaceiros". O livro é um todo de primor em linguagem, fruto, certamente, da sua formação acadêmica, em Direito, e da sua atuação, como jornalista. Entram no mérito da questão, as atividades que desenvolveu como professor e crítico social. O memorável polígrafo é, na verdade, uma figura exemplar da literatura cearense, senhor de um linguajar que passeia entre o erudito e o coloquial, sendo de se destacar aqui o uso de palavras que não fazem parte do cotidiano, sequer constam de modernos dicionários abalizados, mas que existem e, mesmo que não existissem, teriam seu uso justificado, pela inventividade do escritor.

A título de lastreamento do que se afirma, tem-se a comentar que Abelardo não era um Guimarães Rosa, na criação de neologismos, mas era, de verdade, alguém com uma capacidade incrível de manejar o vernáculo, juntando o clássico ao popular, em um mais que prazeroso exercício da escrita. Palavras como: *lobrigar* (ver ao longe/entrever), *exprobar* (criticar), *pingues* (gordos), *estalão* (padrão), *profligar* (abater/destruir), *estumado* (estimulado/incitado), *correame* (conjunto de correias), *acoroçoamento* (encorajamento), *comborça* (amante/concubina), *escarmentado* (castigado/desiludido), *apropinquava* (aproximava), *arruído* (ruído/barulho), *vesânia* (loucura), *acicatar* (excitar/incentivar), *súcubos* (indivíduos sem força de vontade, dominados pelos íncubos), *íncubos* (diabos que copulam à noite mulheres), *farrancho* (ranchada/romaria), *favonear* (avorecer/proteger), *abroquelar* (resguardar/proteger com o escudo), *papalvos* (simplórios/patetas), *palinódia* (poema que deduz outro), *preconício* (reclamo/propaganda), *esquipático* (esquisito/extravagante), *conculcar* (desprezar/aviltar), *tropelia* (tumulto

a tropel), *guante* (luva de ferro/mão de ferro), *salsugem* (lodo com substâncias salinas) e tantas outras não comumente faladas no dia a dia e que até são de difícil entendimento, transitam livremente pelas 424 páginas dessa obra, de mãos dadas com as canções dos beatos, com a lamentação das almas e também com os versos dos jagunços e dos sertanejos violeiros. As "Rosas de Malherbe" (... *E a Rosa viveu o que vivem as rosas, o espaço de uma manhã* - François Malherbe), citadas às páginas 176, de "Fanáticos e Cangaceiros", com certeza, jamais poderiam se aplicar à produção literária de Abelardo Montenegro, cuja duração deverá seguir *ad seculum saeculorum*.

Sob a óptica da sociologia em que se distinguiu, como poucos, e após deixar exposta a carne da miséria humana, Abelardo Fernando Montenegro recua no tempo para indagar se o Governo teria pensado em eliminar o messianismo que inundava a terra de Canudos. Para ele, não era só a paisagem física, que deveria ser modificada, mas também a paisagem social. No seu entender, as massas do sertão ansiavam por uma nova ordem social, por uma estrutura econômica compatível com as suas aspirações melhoristas. Do contrário, outros Canudos e Conselheiros poderiam surgir do solo social em erupção. São elucubrações como essas, constantes da página 117, da obra sob análise, que distanciam Abelardo Fernando Montenegro de outros estudiosos da História do fanatismo e do cangaceirismo do Ceará.

Outras afirmações do autor merecem ser aqui citadas, como a encontrada na página 144, em que, textualmente, é dito o seguinte: "O fanatismo está ligado ao desejo de melhoria de condições de vida do fanático, que vê, no caudilho, a força capaz de operar a tal modificação. O fanatismo é, assim, estratégia das populações famintas e ignorantes."

Tem-se a considerar que Abelardo Fernando Montenegro superou-se na difícil tentativa para acordar os governos e a própria sociedade civil, quanto à imperiosa necessidade de reverter o quadro de penúria extrema da consciência da massa. E não deixou por menos. No seu livro "Fanáticos e Cangaceiros", ele acabou cunhando a visão do homem inquieto, diante das injustiças sociais, não sem fazer desaguar o caudal de conhecimentos que fazia dele um intelectual de vanguarda, dos melhores, por sinal, na análise sociológica e de cunho religioso de uma época marcada pela seca, pela pobreza, pela ignorância, pelo poder instituído e pela impunidade.

Das páginas 270, 272 e 274, foram retirados os seguintes excertos, confirmando tudo o que se disse até aqui.

> "A miséria econômica em que vegetam as massas camponesas facilita o domínio do coronel. Aliás, a situação dos pobres no Ceará sempre se caracterizou pela mais completa escravidão econômica: "escravidão ao meio físico que lhe nega compensação adequada ao esforço do seu labor e escravidão aos governos que lhe recusam higiene, trabalhos públicos, liberdade, justiça e instrução." (p.270).
>
> "O partido dominante jamais permitiu aos Governadores saídos de sua grei que se eliminasse o banditismo político. É que para a conquista do poder, todos os meios são lícitos." (p.272).
>
> "O banditismo constitui inegável rêmora à marcha do progresso. A pecuária, a agricultura, o comércio e a indústria não podem existir mais nas áreas cobertas pelos grupos de cangaceiros." (p.274).

Às páginas 404 da obra analisada, Abelardo Montenegro revela o seguinte: "só raramente chegam à capital, notícias procedentes de região norte do Estado, acerca de ataques de cangaceiros". É quando referencia Júlio Matos Ibiapina, como apreciador desse fato, em que "opinava que o cangaceirismo, que em outros pontos do território cearense podia considerar-se endêmico, no Norte nunca assumiu esse aspecto. Somente quando os chefes de governo perdiam a força moral para punir nos outros os crimes de que eles próprios eram os principais fatores, é que irrompia a epidemia do banditismo político."

Mais adiante, na página 411, é ele, Abelardo Fernando Montenegro, que complementa: "Os Governos da *pátria velha* não haviam dado à hinterlândia nem estradas, nem trabalho agrícola, nem justiça independente, nem polícia suficiente, nem administrações profícuas. Os governos da *pátria nova* teriam que dar tudo o que faltava sob pena de malograr a campanha contra o banditismo", arguindo, logo depois, que "em 1932 sofria o Ceará os efeitos dolorosos da seca. O povo sertanejo enchia os campos de concentração organizados pelo Governo numa tentativa de salvá-lo".

Uma passagem interessante, nessa obra, é a que vem inscrita na página 416, onde se dá o confronto entre os retirantes famintos, de antes

e de depois. Sem qualquer dúvida, Abelardo Fernando Montenegro quis valorizar o pensamento de Nagibe de Melo Jorge, autor da confrontação, talvez por se sentir afinado com a sua linha de raciocínio. De tão congruente, a comparação feita entre sujeitos iguais, vivenciando situações diferentes, merece reprodução, tal como foi delineada pelo primeiro e acatada pelo segundo.

> "No coração do caboclo de hoje vai correndo este bem do passado, sob sol impiedoso que mata o algodão e resseca o milho, para ir nascendo, aquecido por um calor estranho, outro sentimento diverso, de ódio, de desespero, de violência. O faminto de ontem era diferente do flagelado de hoje. Enquanto aquele caminhava cabisbaixo pelas estradas poeirentas, no isolamento das famílias, tendo na bagagem a imagem de um santo, este outro, dos dias que correm, avança resoluto, reunindo-se em grupos, para os centros e para os armazéns, com uma bandeira de protestos e de reclamações. O outro se exalava conformado; este demonstra insatisfação. Aquele sussurrava; este grita. O homem do passado estendia a mão mirrada suplicando um pedaço de pão para matar a fome e ainda dividia com as crianças e os velhos. O de hoje exige o necessário para encher a barriga, ameaça e realiza. São duas épocas que se distanciaram. Antigamente, muitas vezes, os famintos esperavam fora as sobras das mesas dos ricos; hoje penetram, invadem e não querem sobras. Antes, havia sentimento, as almas se comunicavam, os corações se conheciam. Quem tinha alguma coisa estendia a mão para proteger o irmão desgraçado, havia caridade. Agora só há rudeza, só aparece o físico, a realidade, o espírito desapareceu. Quem tem não dá mais, guarda para si próprio, sem se incomodar muito com a sorte dos outros. No século passado, quando, o Imperador disse que preferia vender a última pedra de sua coroa a ver um cearense morrer de fome, houve sentimento nas suas palavras e o povo as recebeu como a dádiva de um benfeitor que quer dividir o que é seu com os irmãos necessitados, num ato de solidariedade humana. No presente, quando o Governo concorda em mandar auxílio, o faz para sobreviver e o povo recebe como se isto fosse o cumprimento retardado de uma obrigação, como uma parcela do que é seu. Que o senhor retinha indevidamente".

O desenho aqui reproduzido encontra ressonância ao final da obra, em que seu organizador Gildácio Sá alude à história do cangacei-

rismo no Ceará, pondo ênfase no derramamento de sangue que perdurou por mais algumas décadas, "a mando dos chefetes políticos de plantão, que proliferam no sertão, em razão inversa à consciência política do povo que os acolhe e os elege". Complementando sua fala, referenda o nome de Abelardo Fernando Montenegro, como o sociólogo infenso às injustiças sociais, que usa da sua pena genial, para cumprir o seu papel de crítico das massas violentadas nas suas bases sociais.

5 *In fines*

A tríade histórica, literária e sociológica representada pelos livros escritos por Abelardo Fernando Montenegro, em meados da década de 50, do século passado: Antônio Conselheiro (1954), História do Cangaceirismo no Ceará (1954) e História do Fanatismo Religioso no Ceará (1959), resultou na conjunção de ideias, de pensamentos, e de convicções, com total limpeza da poeira que cobre as mentes acostumadas ao niilismo dos fatos sociais, para dar vez ao surgimento da obra: "Fanáticos e Cangaceiros", que vem de ser reeditada, sob os auspícios da Secult, e que nos foi dada, como presente, para que fizéssemos sua reapresentação neste augusto templo de saber, onde a alma se põe de joelhos para reverenciar, quem aqui está e quem por aqui passou, como o imortal das letras Abelardo Fernando Montenegro, cultor das manifestações intelectuais e sócio exponencial deste Instituto do Ceará.

A essência do livro "Fanáticos e Cangaceiros" encontra-se, pois, na figura dos "abandonados do sertão", seguidores de Conselheiro e, como ele, "vagando à procura de luz".

De igual modo, se acosta ao despreparo mental do sertanejo, revelado em História do Fanatismo Religioso no Ceará, expondo em relevo o papel dos místicos na manipulação psicológica dos deserdados da sorte.

A trilogia se encerra com a História do Cangaceirismo no Ceará, que serviu de lastro à concepção da obra "Fanáticos e Cangaceiros", em que se dá a exploração, nua e crua, das razões do cangaço, centradas na seca, na pobreza e na ignorância, tendo como viés a impunidade alicerçada no poder instituído e no vínculo com uma política viciada e destrutiva, socialmente falando.

Esta apreciação termina, com a invocação do autor da obra, o magistral Abelardo Fernando Montenegro, para tornar cada vez mais visível o seu incomparável poder de síntese. "O cangaceiro não podia deixar de ser um fruto da injustiça social. Era o protesto violento contra a ordem social sertaneja", impiedosamente instituída.

Fontes consultadas:

Abelardo F. Montenegro: síntese biográfica. Disponível em: <www.ceara.pro.br/abelardo>.

http://www.ceara.pro.br/Instituto-site/membros/AbelardoMontenegro.html>.

Acesso em: 10 jul. 2011.

*Estado é o grande tema do autor***.** Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=540977>.

Acesso em: 10 jul. 2011.

O polígrafo prolífico. Disponível em: <http://opovo.uol.com.br/opovo/vidaearte/981689.html>.

Acesso em: 30 jun. 2011.

Para ler o Ceará. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/www/opovo/vidaearte/981688.html>.

Acesso em: 30 jun. 2011.

SÁ, Gildácio Almeida (Org.). MONTENEGRO, Abelardo F. *Fanáticos e cangaceiros*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011. 424p.

(Palestra proferida no Instituto do Ceará, em 20 de julho de 2011, em homenagem póstuma ao sócio Abelardo Fernando Montenegro, falecido em 26 de abril de 2010).

Mudança de curso do Rio Cocó no paleolítico superior

José Reginaldo Lima Verde Leal*

1 Introdução

Na evolução do Rio Cocó, do ponto de vista geológico, houve uma mudança de do seu curso. Esta hipótese foi aventada por alguns profissionais das ciências da Terra, sem, contudo, se interessarem em procurar provas convincentes, ou, pelo menos, tentarem enfileirar uma série de evidências, que pudessem sustentar a hipótese e traçar seu antigo curso, que desaguava na Enseada do Mucuripe, onde hoje é a foz do Rio Maceió, passando pela Cidade 2.000 e Hospital Geral, há 40.000 Antes do Presente (A.P.).

Esta idade pertence ao Paleolítico Superior quando começa aparecer o homem atual: *Homo sapiens sapiens*. Também, em termos de indústria da Pré-História, o Musteriano vai cedendo lugar ao Aurignaciano (Camps, 1982)

Nesta pesquisa foram realizados vários estudos e trabalhos com o intuito de identificar o antigo curso e, mesmo sem conseguir provar cabalmente, que, em ciência, na maioria das vezes, é impossível fazê-lo, chegou-se mais longe, na comprovação, do que qualquer outro que tenha, pelo menos, tentado.

A bacia hidrográfica do Rio Cocó situa-se na porção centro-norte do Estado do Ceará, dentro da Região Metropolitana de Fortaleza (Figura 1). Ela é cortada no seu comprimento pelas rodovias estaduais

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

CE – 065 e CE – 040, além da BR - 116. Abrange parte dos municípios de Guaiúba, Pacatuba, Maranguape, Maracanaú, Itaitinga, Euzébio, Aquiraz e Fortaleza.

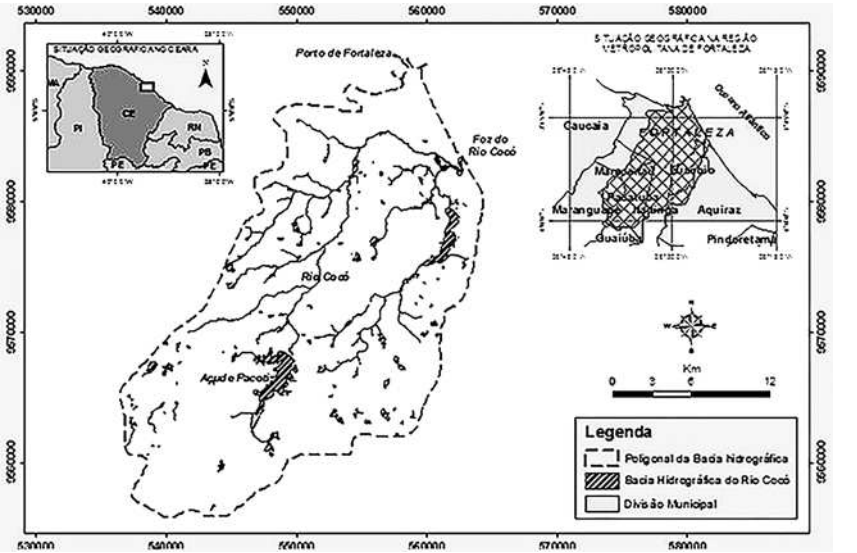


Figura 1 - Mapa de Localização. Fonte: Leal (2009).

2 Fisiografia

As nascentes do Rio Cocó se situam na encosta leste da serra da Pacatuba/Aratanha, quando os pequenos riachos se encontram e, tem o nome de Pacatuba. Ao descer a serra, ele se junta ao Rio Gavião, e, dele, leva o nome. Já na planície da Depressão Sertaneja, depois de receber as águas do Riacho Alegrete, da bacia do sistema Pacoti-Riachão, e da barragem do Gavião, ele passa a ser denominado Rio Cocó. Deste ponto, em que suas águas a montante são controladas pelo açude Gavião, ele percorre mais 45,6 quilômetros até atingir o mar, entre Sabiaguaba e a Praia do Futuro. Neste trajeto, ele recebe água de 29 afluentes na margem direita, inclusive o seu principal, que é o Rio Coaçú, e 16 outros, na margem esquerda. É barrado em 15 locais, além de possuir 36 lagoas (Figura 2).

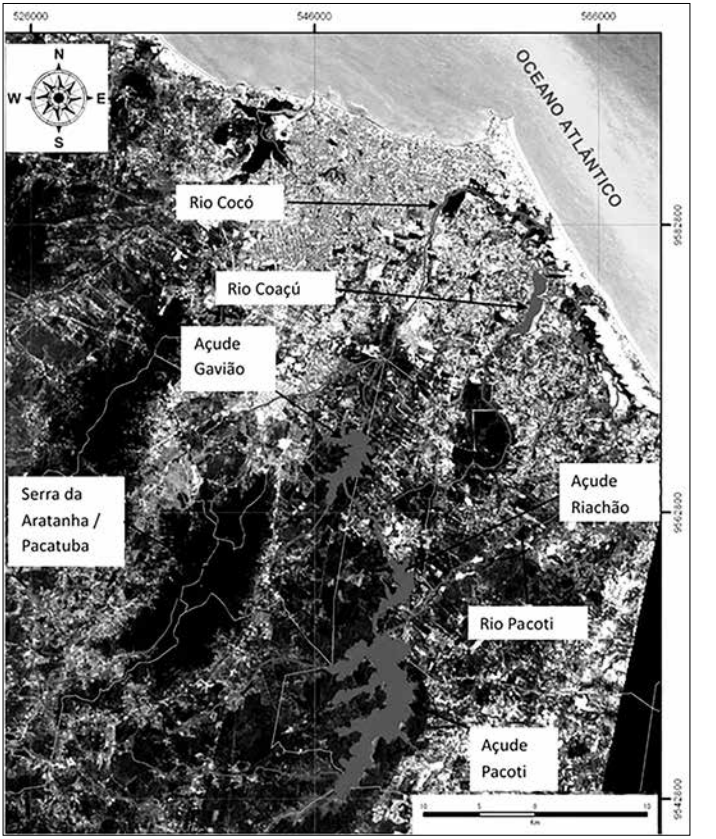


Figura 2 - Imagem LANDSAT 7 mostrando as bacias dos rios Pacoti e Cocó e o sistema Pacoti-Riachão-Gavião. Fonte: Leal (2009)

É um rio cuja bacia de 517 km^2 está restrita à Região Metropolitana de Fortaleza e drena 2/3 da área do município. Tem direção dominante SW-NE, na planície, onde o relevo é arrasado, até desviar-se para NW-SE. Desde sua parte média, o rio recorta terrenos de cota média inferior a quatro metros. Em Sabiaguaba, ao contornar as dunas, ele muda o curso para norte, até desaguar no mar, no limite com a Praia do Futuro.

No trajeto dentro do Parque Ecológico do Cocó (BR 116 até a Foz), antigas salinas foram abandonadas, e nos terrenos mais baixos, que não foram aterrados, houve expansão dos mangues até os limites com os salgados e o canal do rio. As dunas bordejam as duas margens,

principalmente nas proximidades da foz. Porém, na margem esquerda, um alinhamento de paleodunas e dunas fixadas pela vegetação se destacam na morfologia, no entorno da Cidade 2.000.

A planície flúvio-marinha é mais larga quando o Rio Cocó se junta ao seu afluente Coaçú. Daí em diante, o avanço das dunas sobre a margem direita recobre a planície de flúvio-marinha e estrangula o canal. O único testemunho deste mangue é visto em Sabiaguaba, à norte do local, onde estão os pilares da ponte que liga a Praia do Futuro a Sabiaguaba.

O estudo do transporte hidráulico do estuário do Rio Cocó (AUMEF/SDU/GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1978) revelou uma vazão mínima de 10 m^3/seg e uma amplitude de maré média de 1,6 metros com período de 12 horas. A profundidade mínima do estuário é de 0,60 m (baixa mar/período seco) e máxima de 2,7 m (preamar/período chuvoso), de acordo com o "Atlas do Ceará" (1976, *apud* LABOMAR,1983).

De acordo com o Plano Diretor de Drenagem da Região Metropolitana de Fortaleza (AUMEF/SPC/GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1978), tomando por base a produção de deflúvios, a bacia do Rio Cocó pode ser dividida em 3 sub-bacias. A primeira, das nascentes até a barragem do Gavião, que controla o fluxo do rio; a segunda, a jusante do açude, drenada pelo próprio Rio Cocó e Riacho Lameirão, nos limites de Pacatuba e Maracanaú com Fortaleza, e a terceira, que engloba a sub-bacia do Rio Coaçú.

O Rio Cocó tem uma reserva potencial de 128 milhões de metros cúbicos de água por ano. Seu grande potencial hídrico está concentrado no terço superior, quando ele é barrado no Açude Gavião, com capacidade de armazenamento de 54 milhões de metros cúbicos (Brandão, 1998).

3 Traçado do paleocurso do Rio Cocó

A análise dos perfis de 260 furos de sondagem da área da bacia, gentilmente cedidos pela CPRM – Serviço Geológico Brasileiro, e lançamento nos mapas geoambientais da área da bacia hidrográfica, através de suas coordenadas geográficas, permitiram, não somente identificar as unidades geoambientais, recobertas pela atividade antrópica, mas,

principalmente, individualizar o topo da Formação Barreiras, para o traçado da paleosuperfície e identificação do paleovale do antigo curso do rio Cocó, antes da mudança de rumo.

O traçado do possível paleocurso contou com interpretação de fotografias aéreas, onde é possível visualizar as paleodunas e as dunas parabólicas, que poderiam ser responsáveis pelo barramento do Rio Cocó. As imagens de radar permitiram a elaboração de um bloco-diagrama, que mostra a bacia do Rio Cocó e seus dois cursos: antigo e atual.

Os dados dos estudos das causas do assoreamento do Porto do Mucuripe realizado pela PETCON (2000), para Companhia Docas do Ceará, forneceram muitas informações para sugerir o posicionamento da antiga foz do rio Cocó, na enseada do Mucuripe, na altura da Estátua de Iracema.

Os mapas topográficos da PROSPEC S/A (1995) com as ruas de Fortaleza, na escala 1:2000, foram importantes para identificar as ruas e logradouros da cidade e calcular a cota dos furos depois de locados no mapa, pelas coordenadas UTM, já que nos dados dos furos, sistematizados pela CPRM, não constavam estas cotas.

4 Dunas costeiras da bacia do Rio Cocó

Dunas

A Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002, define duna como "unidade geomorfológica de constituição predominantemente arenosa, com aparência de cômoro ou colina, produzida pela ação dos ventos, situada no litoral ou no interior do continente, podendo estar recoberta, ou não, por vegetação". Pye & Tsoar (1990) propõem uma definição mais simples para as dunas eólicas, considerando-as como sendo "uma crista ou morro de areia empilhada pelo vento", e sugerem que, elas, individualmente, podem ter comprimentos de um metro a dezenas de quilômetros, e alturas inferiores a um metro, até mais de 150 metros.

A classificação de dunas simples adotada por LABOMAR-SEMACE (2006) no mapeamento das unidades geoambientais, foi baseada naquela proposta por Pye & Tsoar (1990) e adaptada para abranger apenas os tipos existentes no litoral cearense (Figura 3). E é ela que será utilizada neste trabalho, principalmente por basear-se no modo de

acumulação de areias. Nesta classificação, as dunas mais comuns no Estado do Ceará são: barcanas, transversais, *sand sheet*, parabólicas e *hummock*. Porém, no mapeamento das unidades geoambientais foram individualizados apenas as paleodunas, dunas fixadas por vegetação, eolianitos e dunas móveis (LABOMAR-SEMACE, 2006). Na área da bacia do Rio Cocó ocorrem todas estas unidades, exceto os eolianitos.

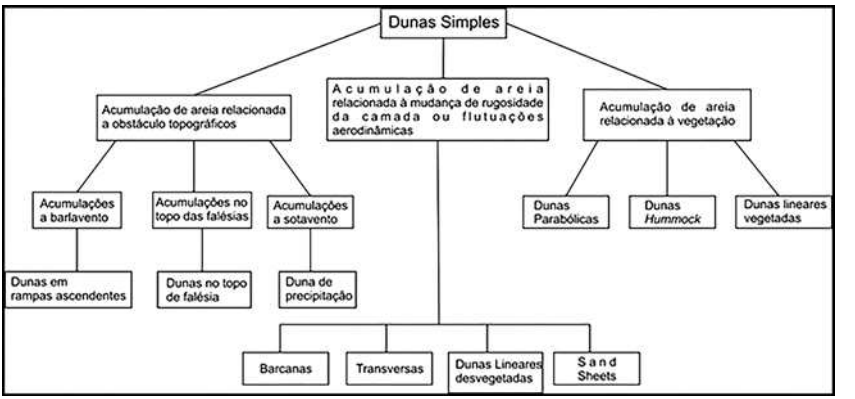


Figura 3 - Classificação de Dunas Simples (Modificada de Pye e Tsoar, 1990).
Fonte: Maia *et al.* (2005).

Paleodunas

As paleodunas são definidas pela Lei nº 13.786, de 30 de junho de 2006, como "depósitos eólicos mais antigos, sem forma definida, apresentando na porção superior desenvolvimento de solos. Apresenta cores avermelhadas em função do grau de oxidação do ferro". Podem ocorrer nos mais variados tipos de litoral. Sua origem depende do tamanho do sedimento, característica do perfil de praia e regime de ventos (Short & Hesp, 1982 e Carter, 1976).

Elas são consideradas as dunas mais antigas do litoral do Estado do Ceará. Seu cimento é limonítico, daí sua coloração vermelha. Normalmente, repousam sobre os sedimentos arenosos da Formação Barreiras, geralmente confundidas com esta formação, devido à coloração avermelhada, mas sua granulometria é mais uniforme, homogênea e fina, graças à seleção dos grãos, pela dinâmica eólica.

São raros seus afloramentos em Fortaleza, principalmente por ser uma areia ideal para construção civil. Boa parte das paleodunas foi mi-

nerada ou está soterrada pelas dunas fixas, dunas móveis, ou encoberta pela ocupação urbana. A mais extensa exposição desta unidade pode ser encontrada entre a Cidade 2.000 e Cidade do Fortal, estendendo-se para sul até o vale do Rio Cocó. O topo plano se situa grosso modo entre as cotas 20 e 25 m (Figura 4). É nesta região que se observam os melhores afloramentos das paleodunas por causa dos antigos barreiros, que eram lavrados para produzir areia para argamassa.

Figura 4 - Paleoduna sobre o arenito Barreiras, com topo plano e recoberta por dunas vegetadas, ao fundo, na Cidade do Fortal. Fonte: Leal (2009).

Dunas Fixas

A vegetação é fundamental na fixação das dunas. Pye & Tsoar (1990) consideram que ela seja principal fator de controle da forma das dunas costeiras, citando como as mais comuns, as dunas *hummock*, parabólicas e lineares vegetadas.

As dunas *hummocks* são montes de areia de forma irregular, com a superfície parcial ou totalmente vegetada, e altura média inferior a 10 metros, embora possam atingir 30 metros. Dentro deste tipo de dunas, Pye & Tsoar (1990) englobaram *hedgehogs, shadows dunes, coppice dunes, nebkas* e *rebdous*. Elas são mais comuns em áreas de erosão eólica, como as planícies de deflação e campos de dunas móveis, em processo de deflação intensa. Pelo tamanho, são difíceis de serem mapeadas, mesmo em escala de semi-detalhe.

As dunas parabólicas, dentre as fixadas pela vegetação, são aquelas mais conspícuas nas fotos aéreas, ou imagens de satélite, pela sua forma de parábola, ou mesmo grampo de cabelo (*hairpin*). Em planta, elas têm forma de "V" ou "U", com os braços laterais apontando o rumo de onde vêm os ventos dominantes. Pye & Tsoar (1990) supõem que esta forma é função da intensidade e variabilidade da direção do vento, fonte e quantidade de areia disponível, além da natureza dos terrenos vegetados, sobre os quais as dunas migram.

Nas fotos aéreas de 1958 é possível observar belos exemplos de dunas parabólicas, entre o Rio Cocó e a Praia do Futuro, na região onde hoje está a Cidade 2.000. Estas dunas se estendem desde a Praia do Futuro, até o alto estrutural da Avenida Sebastião de Abreu. Elas recobrem toda a planície fluvial, entre aquela avenida e a Cidade do Fortal. Tanto na Cidade 2000, quanto na Cidade do Fortal, as dunas fixas (parabólicas) recobrem as paleodunas, numa cota sensivelmente superior a do vale do Rio Cocó e, mesmo, em alguns casos, ao topo da Formação Barreiras (LEAL, 2009).

Como as dunas parabólicas recobrem uma morfologia que era bem acidentada, elas atingem cotas de 30 metros, nas proximidades da Avenida Sebastião de Abreu, 17 metros entre a Cidade 2.000 e a Avenida Santos Dumont, 23 metros na Lagoa do Gengibre, e 30 metros, à norte da Cidade do Fortal, em frente ao lago artificial, atingindo as cotas mais altas, a leste, para o lado da margem esquerda do Rio Cocó, nas proximidades da foz (cota 50 metros). A cota média das cristas das dunas parabólicas é da ordem de 30 a 35 metros (Figura 5).

A feição mais conspícua destas dunas parabólicas quase que totalmente vegetadas é o alinhamento sistemático N70W, que corresponde aos seus braços. À medida que se caminha para leste e norte, estas dunas parabólicas vão dando lugar às dunas móveis da praia do Futuro, muitas vezes recobertas de vegetação pioneira de gramíneas.

Campos de dunas móveis

O avanço do mar sobre o continente vai ocasionar a erosão do litoral, com redistribuição dos sedimentos ao longo das praias. Devido à abundância deste sedimento, parte dele é retirada pelo vento, para formar os campos de dunas e lençóis dunares. Em sua trajetória, rumo ao continente, elas avançam para o interior, até se dissiparem, quando não são fixadas pela vegetação.

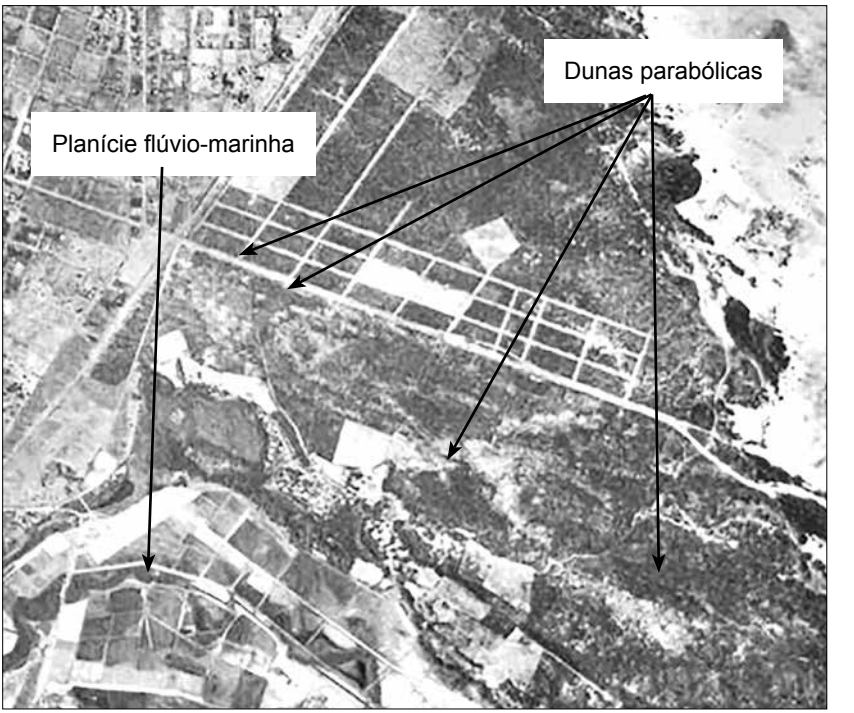


Figura 5 - Foto aérea de 1958 mostrando dunas parabólicas, onde hoje está a Cidade 2.000, até a Avenida Santos Dumont. Na porção SW, aparecem as planícies fluvial e flúvio-marinha do Rio Cocó, onde está hoje o Shopping Center Iguatemi.
Fonte: Leal (2009).

Os lençóis dunares são "áreas de areias predominantemente eólicas com as faces de deslizamento geralmente ausentes" (Kocurek & Nielson, 1986, *apud* Pye & Tsoar, 1990). Tal como as dunas de areia, a granulometria é basicamente areia fina, mas contém também silte e o selecionamento é mais pobre e distribuição bimodal.

As dunas de areia fina se formam devido à rugosidade do terreno ou variações aerodinâmicas (PYE & TSOAR, 1990) e o tipo mais comum no litoral do Ceará é a barcana, que pode ocorrer isolada, como em Jericoacoara, ou formando campos de dunas progressivas, por coalescência.

Eles se formam pelo avanço das areias no sentido do vento sobre o continente, inclusive terrenos vegetados. Podem se estender, em su-

perfície, por vários quilômetros quadrados. O campo de dunas móveis da APA de Canoa Quebrada, por exemplo, tem aproximadamente 1.700 hectares de área superficial e, algumas dunas chegam a avançar 9,3 metros por ano (Leal, 2003).

No limite leste da bacia do Rio Cocó, perto da foz, um grande campo de dunas se inicia em Sabiaguaba e é interrompido apenas pelo canal do rio (Figura 6).

Figura 6 - Dunas avançando sobre leito do rio e o último manguezal da margem direita do Cocó, na ponte de Sabiaguaba. Fonte: Leal (2009).

Além deste campo de dunas de Sabiaguaba, existe aquele da Praia do Futuro, que se estende além da Avenida Santos Dumont, em cujas cristas localizam-se o ponto mais alto de Fortaleza. A maior parte deste campo de dunas, originalmente móveis, está recoberto de construções. Porém, examinando a fotografia aérea de 1968, é possível notar que, na Praia do Futuro, inicia este campo de dunas móveis, prolongando-se continuamente, para oeste, até a Enseada do Mucuripe, quando é interrompido pelo vale do Riacho Maceió, que é o sangradouro da Lagoa do Papicu.

A partir da Varjota, novo campo de dunas volta a aparecer atingindo o ponto máximo no Seminário da Prainha, sendo recortado, mais a oeste, pelo Riacho Pajeú, que constitui outra bacia hidrográfica (Figura 7).

Figura 7 - Fotografia aérea de 1968 mostrando o campo de dunas contínuo, desde a Praia do Futuro, até a Enseada do Mucuripe, e limitado a sudoeste, pelas dunas vegetadas, e o vale do Riacho Maceió, com a Lagoa do Papicu, e o vale do Rio Cocó, a sul. Fonte: Leal (2009).

5 Coleta de amostras de areia de dunas e datação dos eventos

Quando os estudos levaram o autor a pensar na possibilidade da calha do Rio Cocó ter sido barrada pelas paleodunas e dunas parabólicas, na região sul da Cidade 2.000, foi preparado um plano para amostragem de um ponto das paleodunas, e três nas dunas parabólicas, para determinação das idades destes períodos de atividade eólica, a fim de se saber a época em que teria começado a mudança de curso do Rio Cocó

e o que ocorreu a partir daí. As amostras foram datadas por termoluminescência opticamente estimulada no Laboratório de Datação LOE e TL, da Datação, Comércio e Prestação de Serviços Limitada, em São Paulo, capital.

Uma amostra coletada numa paleoduna, recoberta por uma duna vegetada parabólica (Figura 8) a sul da Cidade 2000 (coordenadas 560.133 e 9.584.312), depois de datada por termoluminecência opticamente estimulada, revelou uma idade de 40.000 ± 4.200 anos A.P., a mesma daquela de paleoduna estudada por Tsoar *et al*. (2009) em Lagoinha (40,85± 4,6 ka) e bem próxima da amostra, também de paleoduna entre Coité e Pecém (37,6± 4,7 ka).

Nas dunas fixas foram coletadas três amostras entre a Cidade 2.000 e Cidade do Fortal. Uma revelou idade de 7.300± 840 anos A.P.(coordenadas 560.134 e 9.544.548), outra 2.700± 450 anos A.P. (coordenadas 558.568 e 9.584.898), e, a terceira, 1.300± 250 anos A.P. (coordenadas 558.676 e 9.584.960).

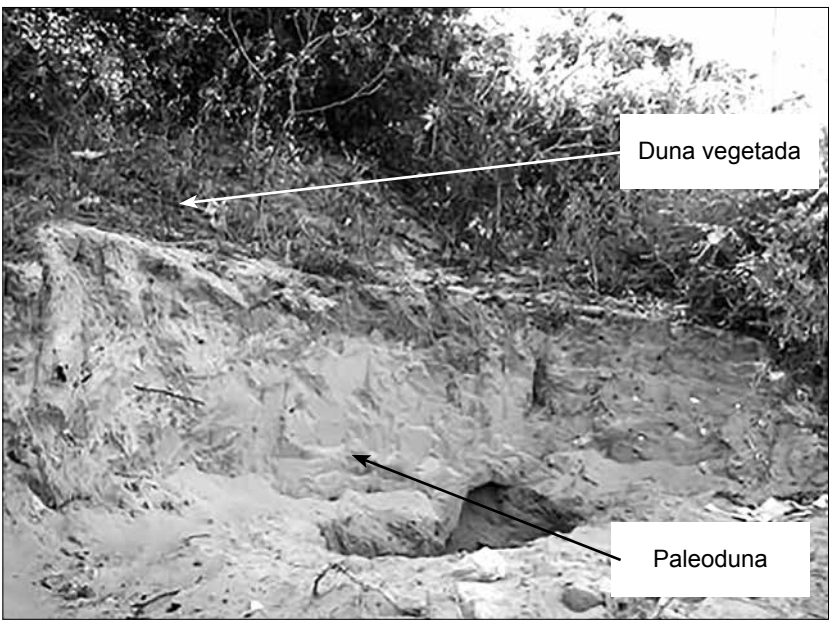


Figura 8 - Detalhe da duna fixa sobre a paleoduna a sul da Cidade 2.000 onde foi colhida uma amostra para datação. Fonte: Leal (2009).

6 História geológica da área da bacia do Rio Cocó

Dos 4,6 bilhões de anos de existência da Terra, o Rio Cocó participou dela numa fração muito pequena, mesmo ao comparar-se com a origem da água (>3,8 Ga) ou com a idade (3,5 Ga) das primeiras bactérias (Andrews *et al*., 1996).

A plataforma brasileira surgiu apenas nesta época (Paleoarqueano), mas foi estabilizar-se por volta do Ordoviciano Inferior (500-480 Ma). Neste período, a plataforma funcionava como antepaís, sofrendo acreções, até se constituir na zona cratônica do Supercontinente Gondwana, com os cinturões móveis (Ciclo Cariris Velhos), na Província Borborema, no Mesoproterozóico (1050-950 Ma).

Por volta de 0,6 Ga, quando o Ciclo Brasiliano chegou ao final, o Supercontinente Gondwana já estava constituído pela colagem dos crátons Oeste-Africano, Rio de La Plata e Congo-São Francisco (Figura 9) (Hoffman, 1991; Dalziel, 1991; Morais, 1991, *apud* Oliveira, 2008).

Começou então a sedimentação na Plataforma Sul-Americana, no Ordoviciano (488-443 Ma), que foi seguido de arqueamento em sinéclise e sedimentação com superfícies superiores a 500.000 quilômetros quadrados, como a Bacia do Parnaíba. Este período de estabilidade e sedimentação prolongou-se até o Triássico (251-199,6 Ma), pois no Terciário Médio (245-228 Ma) houve nova aglutinação de massas continentais, até formar o Supercontinente Pangea, com um mar interior (Thetis) e uma grande massa de água (Panthalassa) envolvendo este supercontinente, para, logo em seguida, começar a sua partição, com desenvolvimento dos tratos oceânicos Caraibenho, Atlântico Central e Meridional e, finalmente, Atlântico Equatorial. A coalescência destes tratos para formar oceanos, porém, só de deu no Cretáceo (Schobbenhaus e Brito Neves, 2003).

As primeiras separações foram daqueles continentes que se uniram por último. De início, esta separação se deu por rifte (Triássico) e, depois, por proto-oceano (Jurássico Inferior): América do Norte-América do Sul; América do Norte-África; África-Europa e, por último, América do Sul-África (180 Ma.), cujo rifte entre eles se formou no Cretáceo Inferior (145 Ma) e, o proto-oceano, no Cretáceo Médio (99,6 Ma), embora os primeiros movimentos tenham ocorrido no Eomesozóico (Szatmari *et al*, 1987).

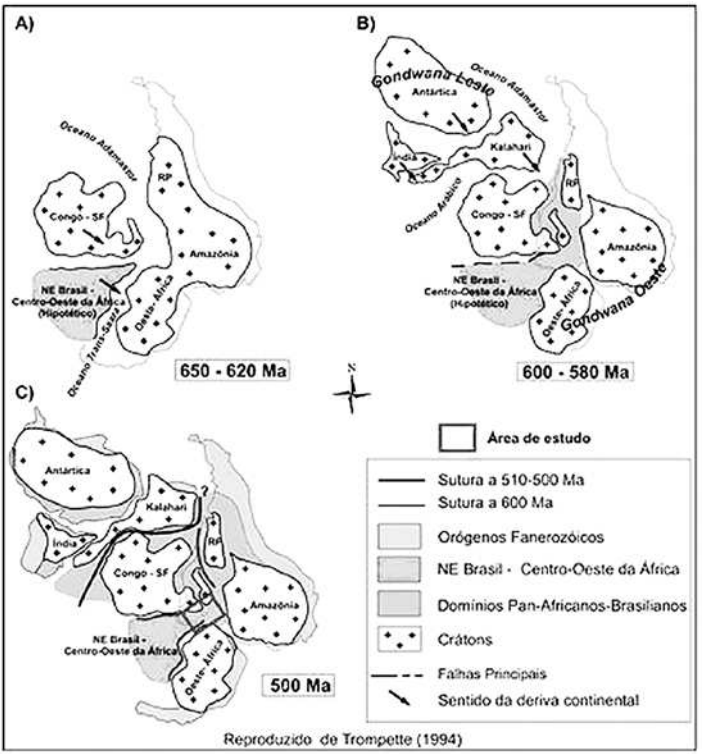


Figura 9 - Estágios de evolução do Gondwana. Fonte: Oliveira (2008).

Esta separação, entre a América do Sul e a África, deu-se em várias etapas, segundo Schobbenhaus & Brito Neves (2003). A primeira, que vai do Triássico Superior (228-199,6 Ma), ao Jurássico (145,5 Ma), com a formação de lagoas e deposição de sedimentos, localmente, seguida de outra fase, depois do Jurássico Superior, com acumulação de bens minerais e a abertura dos três tratos oceânicos, com coalescência dos substratos no início do Cenozóico (pós-Maastrichtiano).

O limite do Paleógeno, com o Neógeno, é marcado por uma discordância basal, que se refletiu por toda a costa brasileira, devido a uma nova regressão no Mioceno Inferior (Schobbenhaus & Brito Neves, 2003). O rebaixamento generalizado de todo o litoral do Brasil foi ocorrer, no Eo-Mioceno e, localmente, no Neo-Oligoceno (Petri & Fúlfaro, 1983, *apud* Schobbenhaus & Brito Neves, 2003).

O Cenozóico do nordeste brasileiro foi marcado por dois vulcanismos, Macau (Souza *et al*, 2004), nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte e o Vulcanismo Mecejana, que tem como testemunhos diversos *necks* e diques de rochas alcalinas que se sobressaem na topografia, principalmente a sudoeste de Fortaleza (Vandoros & Oliveira, 1968). Sua origem está relacionada ao vulcanismo de Fernando de Noronha e com ele alinhado na direção E-W, e foi interpretado por Almeida *et al.* (1988) e Misuzaki *et al.* (2002) como resultado da translação da Placa da América do Sul sobre um *hot spot*, de idade variando entre 2 e 12 Ma (Almeida *et al*., 1988).

Outro evento importante do Cenozóico foi o soerguimento do continente Sul-Americano (Peulvast *et al*., 2008; Oliveira, 2008), cujos testemunhos de sua ascensão são datados do final do Cretáceo, quando um longo período erosivo (Braun, 1974, *apud* Schobbenhaus & Brito Neves, 2003), deu origem à Superfície Sul-Americana de King (1956), no Eoceno (55,8-33,9 Ma) e à Superfície Velhas (King, 1956), no Plio-Pleistoceno (5,3-0,01 Ma). A Depressão Sertaneja desenvolveu-se depois do Cenomaniano, quando um soerguimento crustal ocasionou a erosão da parte voltada para o litoral (Peulvast *et al.*, 2008).

A Formação Barreiras depositou-se no litoral brasileiro, do Pará ao Rio de Janeiro, devido um basculamento que elevou o interior e rebaixou a costa no Neogeno (23-0,01 Ma) (Schobbenhaus & Brito Neves, 2003; Peulvast *et al*., 2008), que posteriormente foram erodidos pelo avanço do mar formando falésias vivas e mortas no litoral do Ceará. Ao contrário das outras unidades sedimentares da região, os arenitos da Formação Barreiras não formam horizontes uniformes, mas cunhas, segundo Peulvast *et al*. (2008).

Posteriormente (Plioceno Superior), no chamado "estágio Paraguaçu", os leques aluviais da Formação Barreiras foram recortados pela drenagem, acunhando-os ainda mais. Seu mergulho suave, no sentido do litoral, é atribuído, por Peulvast *et al*. (2008), aos soerguimentos contínuos no interior, que permitiram sua ampla dissecação pelos rios que demandam ao litoral, esculpindo os tabuleiros pré-litorâneos.

Embora a erosão da região tenha se iniciado no Cretáceo Superior, não há nenhuma evidência de que o Rio Cocó tenha atingido o litoral antes do Neógeno (23 – 0,01 M.a.), quando os sedimentos da Formação Barreiras já tinham sido depositados, depois recortados pelos diques e

necks do Vulcanismo Mecejana e iniciado seu modelamento pelos rios que corriam para a costa.

O Rio Cocó nasce no vale mais elevado da serra da Aratanha/ Pacatuba (maciço residual). Este vale tem sentido, grosso modo, N-S, e paralelo ao limite leste (barlavento) da serra da Aratanha (Figura 10).

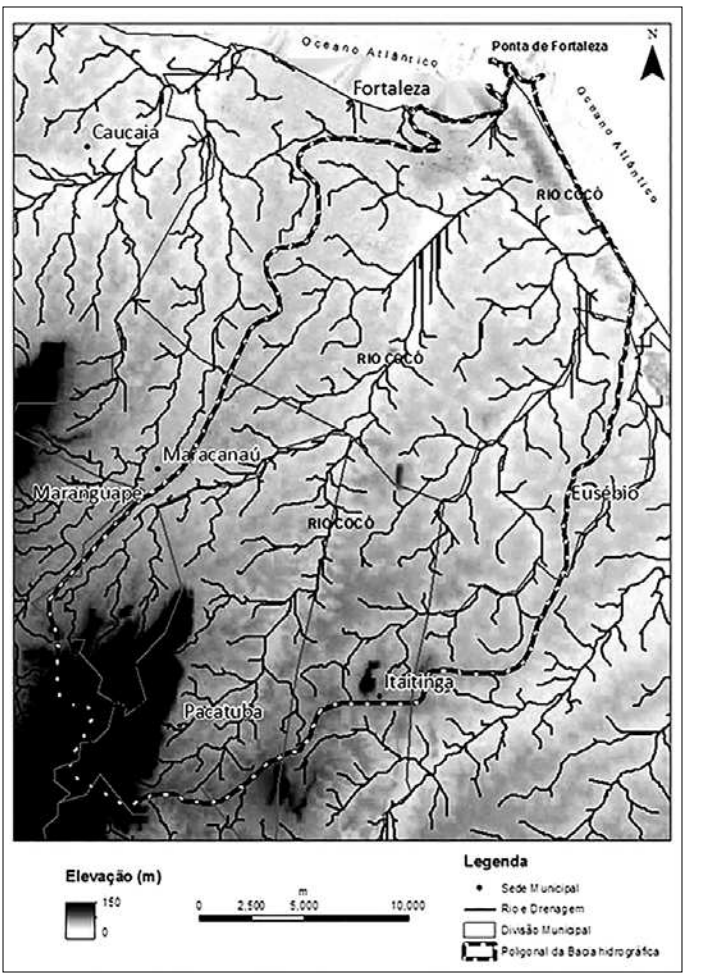


Figura 10 - Mapa morfológico da bacia da imagem de radar sem adoçamento dos contornos, mostrando os Maciços Residuais, transição para Depressão Sertaneja, Tabuleiros e Vales. Fonte: Leal (2009).

7 Evidências da mudança de curso do Rio Cocó

A hipótese mais provável da mudança de curso do Rio Cocó é que o antigo talvegue passava a sul de onde hoje se situa a Cidade 2.000, sendo seu leito fechado por sedimentos eólicos (atuais paleodunas e dunas parabólicas), tendo então o Rio Cocó capturado um afluente da margem esquerda do Rio Coaçú, desaguando entre Sabiaguaba e a Praia do Futuro. As evidências são várias:

> I - Os rios Cocó e Coaçu formam dois sistemas hidrográficos independentes, como se fossem duas bacias distintas, com mesma orientação (paralelas), porém, originalmente, sem ligação uma com a outra.

As imagens de satélite e mapas da drenagem da bacia do Rio Cocó (Figuras 2, 10 e 11) mostram claramente a independência dos dois sistemas de drenagem (Cocó e Coaçú). Eles têm como divisor de água a região central da bacia, balizada pelo morro do Ancuri e, com aproximadamente quase a mesma extensão (Coaçú ligeiramente inferior). O paralelismo é marcante entre os dois trajetos, principalmente nos altos e médios cursos, em que eles se encaixam, grosseiramente, nas estruturas Brasilianas, de direção N20ºE. No baixo curso, são os vales ESE-WNW que dominam, nas duas bacias. Inclusive o Cocó, ao ser barrado pelos sedimentos eólicos, capturando o afluente do Coaçu, ele toma esta mesma direção, que é a direção das dunas parabólicas, como se pode observar no Mapa das Unidades Geoambientais (Figura 11) (Leal, 2009).

> II - O alto estrutural do cruzamento da Avenida Sebastião de Abreu com a Avenida Padre Antônio Tomaz (cota de 30 metros) é separado da Cidade do Fortal (cota de 23 metros, no platô, e 35 metros no topo das dunas, que o circundam) por um largo vale, na altura onde hoje está a Cidade 2.000 (12 metros, a cota mais baixa).

No bloco diagrama da bacia do Rio Cocó elaborado a partir de dados de cotas das imagens de radar, com espaçamento de 90 metros (Figura 12), é possível identificar o antigo vale do Rio Cocó, antes da mudança de curso. Nele é nítido o condicionamento estrutural nas fraturas

originadas no Ciclo Brasiliano N20ºE e o ligeiro desvio para leste do paleocurso, contornando o alto estrutural da Avenida Sebastião de Abreu.

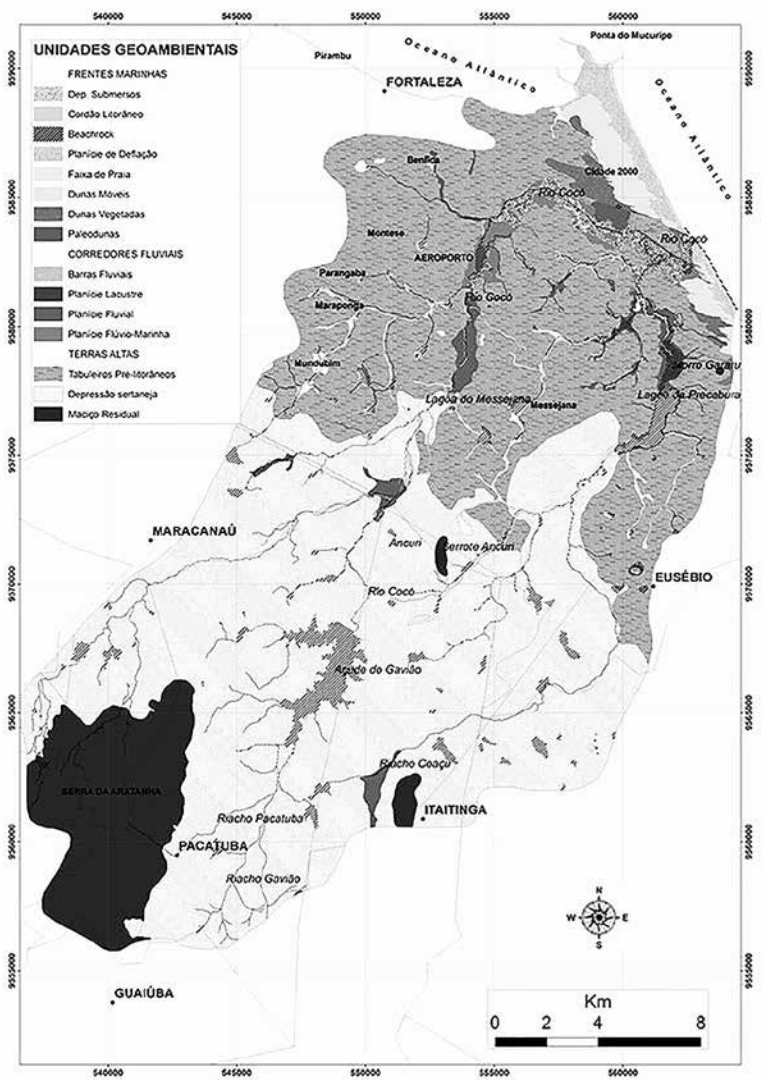


Figura 11 - Mapa das Unidades Geoambientais da Bacia do Rio Cocó. Fonte: Leal (2009).

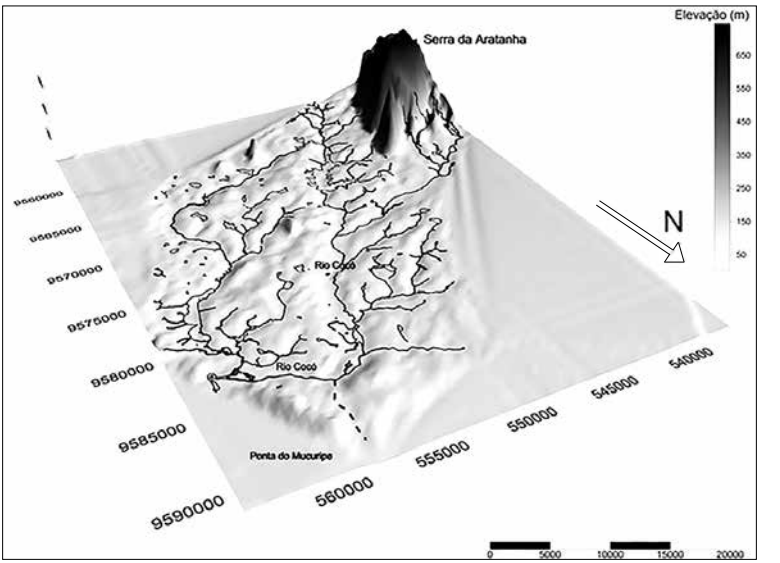


Figura 12 – Bloco diagrama, a partir das cotas de imagem de radar, mostrando o curso antigo e atual do Rio Cocó. Fonte: Leal (2009).

Dos poços perfurados para água, e catalogados pela CPRM (Figura 13) foi possível elaborar outro mapa topográfico da superfície da Formação Barreiras, na época em que ela foi recoberta pelas areias eólicas, que barraram o curso do Rio Cocó. No mapa (Figura 14), ao valor da cota da boca de cada furo, foi subtraída a espessura dos sedimentos, que recobriam os arenitos médios da Formação Barreira. Esta cota resultante seria a altitude do topo da Formação Barreiras daquela época, referente ao nível atual do mar. Por isso, tem valores de cotas negativos. É evidente que estes valores não são tão precisos, pois embora os valores das cotas das bocas dos furos tenham precisão de um metro, os contatos não são tão bem marcados, visto que o interesse maior dos sondadores era saber a profundidade dos níveis de água e não dos contatos geológicos.

No que pese a dificuldade de caracterização do topo da Formação Barreiras, pela má descrição das amostras de calha dos furos de sondagem, um paleovale pode ser identificado seguindo a trajetória marcada pelos furos 120 (cota 0 m), 213 (cota 0 m), 233 (cota –1 m), 58 (cota - 2 m), 73 (cota -7 m), 93 (cota - 6 m), 97 (cota - 6 m), 95 (cota - 9 m), 61 (cota - 9 m) e 182 (cota -10 m).

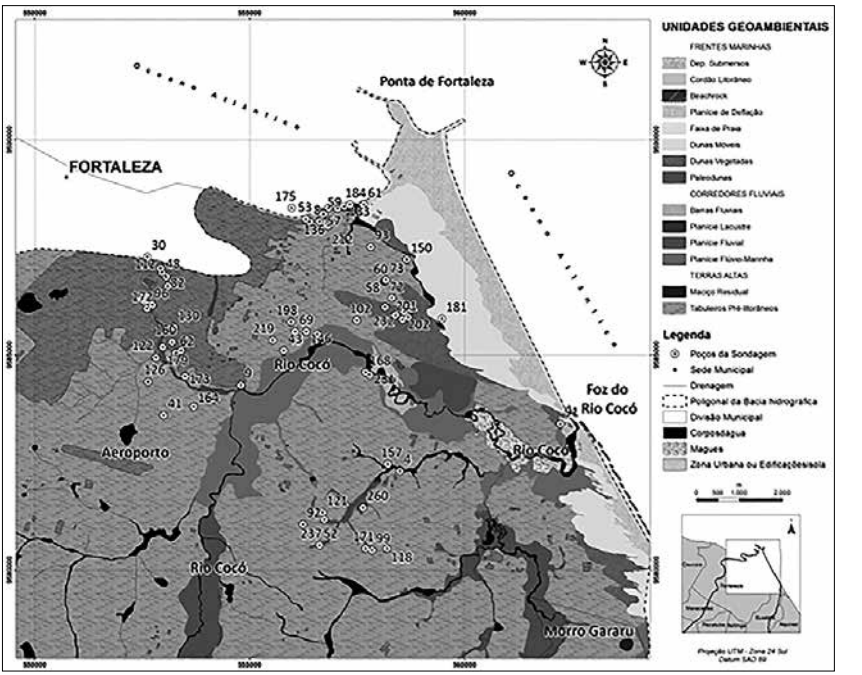


Figura 13 - Mapa de locação dos furos de sondagem catalogados pela CPRM. Fonte: Leal (2009).

A foz estaria limitada, na margem direita pela rocha cristalina do embasamento que está na cota -1m (Furo 36). Na margem esquerda, os recifes de arenito ferruginoso da Formação Barreiras (Fácies Camocim), que hoje estão no nível do mar atual (cota 0m), seria o limite oeste da boca.

A figura 14 é a representação, a partir de curvas de nível, da superfície do topo da Formação Barreiras, cujos valores das cotas foram calculados a partir de quase 140 furos de sondagem para água, catalogados pela CRPM, com os respectivos perfis litológicos.

Uma análise mais detalhada nos furos de sondagem que ladeiam a calha do paleocurso permite comprovar que as margens ficavam bem acima do paleovale. Por exemplo, furos 181 (cota 7 m), 240 (cota 5 m), 202 (cota 9 m), 201 (cota 7m), 232 (cota 8 m), 150 (cota 6 m) 103 (cota 4 m), 104 (cota 4 m) e 108 (cota 11 m).

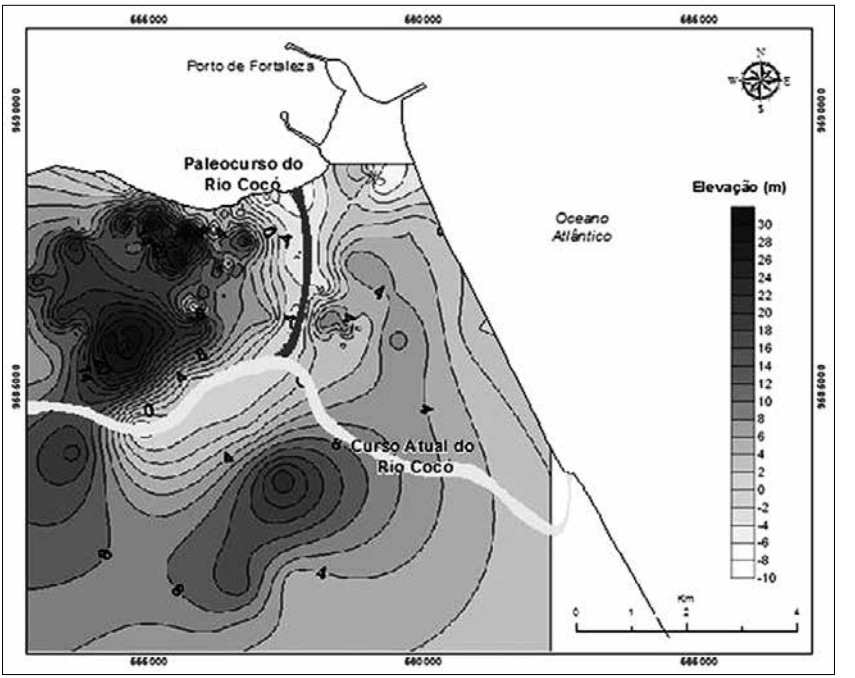


Figura 14 – Superfície do paleorelevo da Formação Barreiras mostrando os vales e os talvegues do Rio Cocó antes e depois da mudança de curso. Fonte: Leal (2009).

No mapa com as curvas de nível do topo da Formação Barreiras, superpostas a uma imagem de satélite (Figura 15), pode-se observar a interpretação do antigo curso do rio Cocó, contornando o alto estrutural do cruzamento das avenidas Sebastião de Abreu e Padre Antônio Tomaz, entraria no vale que hoje corresponde à Cidade 2.000, que, há 40.000 anos, começou a ser barrado, inicialmente pelas paleodunas e, depois recoberto pelas dunas parabólicas, em pelo menos três episódios (7.300 ± 840 anos; 2.700 ± 450 anos e 1.300 ± 250 anos A.P.). Depois, passaria pelos locais dos furos, 120, 213, 233, 58, 73, 93, 97, 95, 61 e 182, até encontrar o curso do atual Riacho Maceió, na altura da Avenida Abolição, e desembocar na Enseada do Mucuripe, em frente à Estátua de Iracema.

Vários eventos no Nordeste do Brasil, ligados à glaciação, oscilação do nível do mar, pluviosidade e sedimentação ocorreram neste intervalo de tempo, como comprovam estudos realizados por vários au-

tores na região. As paleodunas têm aproximadamente a mesma idade do evento Heinrich H4, no Atlântico Norte, que corresponde às últimas fases do período pluvial glacial, com duração de 700± 400 anos, de 39,6 a 39,9 mil anos atrás, segundo medidas de crescimento das fases de estalagmites, coletadas nos carbonatos pré-cambrianos das cavernas de Una, no norte da Bahia (Wang *et al*., 2004).

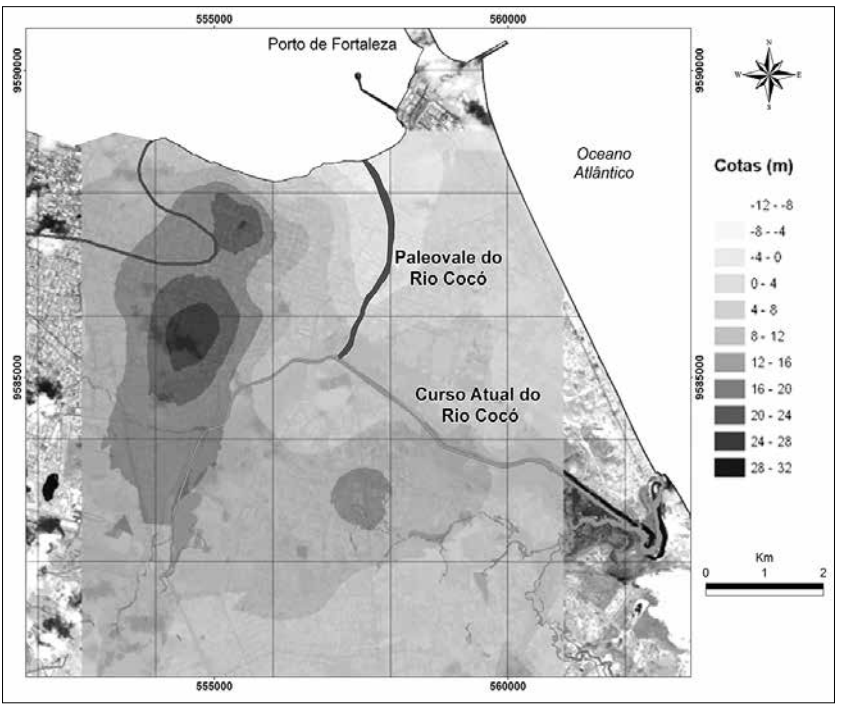


Figura 15 - Mapa do topo da Formação Barreira na época da mudança de curso do Rio Cocó, sobre uma imagem de satélite, mostrando o paleovale com o curso antigo. Fonte: Leal (2009).

Segundo eles, os pulsos terrígenos encontrados em testemunhos de sondagem no ponto de coordenadas geográficas 3°40' de latitude Sul e 37°43' de longitude Oeste, 767 b.s.l., situado 90 km a leste de Fortaleza, Ceará, no talude continental superior, com uma lâmina d'água de 767 metros, em março de 1995. (GeoB 3104-1) e estudados por Arz *et al.* (1998) e Behling *et al*., 2000). Estes testemunhos representam eventos de aumento de precipitação pluviométrica,

que levaria a um incremento da taxa de sedimentação terrígena da linha de costa para o mar.

De acordo com os estudos de Behling *et al*. (2000), o testemunho GeoB 3104-1 representa sedimentação dos depósitos marinhos desde a Última Glaciação, até o Holoceno, sem perturbação, e continuamente. O sedimento normalmente é composto de nanofóssil de foraminíferos (teor de carbonato de 40 a 70% em peso) com aumentos episódicos de argilas terrígenas de origem fluvial que coincide com curtos períodos glaciais de altas concentrações de polens e esporos correspondentes a 40.000, 33.000 e 24.000 anos A.P. e entre 15.500 e 11.800 anos A.P. A glaciação é responsável pelo rebaixamento do nível do mar e pelo aporte de sedimentos dos rios para a costa, nos períodos de chuvas torrenciais.

Neste período, os isótopos de oxigênio são na maioria das vezes negativos, e foram interpretados como sendo devido ao aumento da temperatura da superfície do mar. Arz *et al.* (1998) sugerem ainda que nestes períodos houve um aumento na mistura da coluna superior da água, acompanhada pela intensificação dos ventos alísios SE, favorecendo a formação de dunas no litoral. O crescimento da *Selaginella* em solos úmidos pode ser usado como um indicador de distúrbios, devido à erosão durante períodos de chuvas fortes. Também alta percentagem de esporos de *Selaginella* sugere a forte precipitação há 40.000, 33.000, 24.000 anos A.P., sob condições gerais de clima seco (Behling *et al*., 2000).

Em resumo, os dados de polens marinhos indicam a ocorrência de vegetação de caatinga no Nordeste do Brasil durante a parte registrada da Última Glaciação e o período Holoceno Inferior (42.000- 8.500 anos A.P.), refletindo a maioria das condições do período semiárido. O aumento do transporte do material terrígeno para o Oceano Atlântico, que contem altas concentrações de pólen e, principalmente de esporos de samambaia, durante um intervalo de tempo relativamente curto, por volta de 40.000, 33.000 e 24.000 anos A.P. indicam períodos de precipitação mais elevada. O clima mais úmido encontrado foi de 15.500 a 11.800 anos A.P.

Oliveira *et al*. (1999) estudando amostras de um testemunho de sondagem de 3,29 metros de comprimento, do vale do Rio Icatu, entre Barra e Pilão Arcado, na Bahia, dentro do sistema de dunas estabilizadas, cuja base é datada de 10.900 ± 80 anos A.P., encontrou para a Zona AS 2, idades entre 8.910 e 6.798 anos A.P. período em que mostra

um progressivo declínio na taxa de floresta e gradual aumento na taxa de cerrado e catinga na paisagem.

Bezerra *et al*. (2003) analisando as oscilações do litoral do Rio Grande do Norte no Holoceno, identificaram um rápido soerguimento do nível do mar, entre 7.100 e 5.800 anos A.P. Há 5.000 anos A.P. a elevação ficou entre 2,5 e 4,0 metros, baixando rapidamente depois. A nova elevação somente voltaria a ocorrer entre 2.100 e 1.100 anos A.P.

No baixo curso do Rio Cocó, no mapa da superfície do topo da Formação Barreiras (Figuras 14 e 15) é possível visualizar dois vales. O antigo que segue para enseada do Mucuripe e o curso atual. A mudança do seu curso se deveu à deposição de areias eólicas (paleodunas atuais) no seu leito, barrando e fazendo com que ele capturasse um afluente da margem esquerda do Rio Coaçú, e, por seu maior volume, transformasse este rio em seu principal afluente, da margem direita. A deposição das areias eólicas, para formar as paleodunas, data de 40.000 anos A.P. e marca a idade do início desta mudança de curso do Rio Cocó. Nesta época, o nível do mar estaria 10 a 12 metros abaixo do nível atual e a plataforma emersa teria servido de área fonte destes sedimentos eólicos.

Depois de um período de erosão, em que as dunas se estabilizaram por causa do cimento ferruginoso, e tiveram o topo erodido, com desenvolvimento de solo e perderam a forma de cômoro e transformando-se em paleodunas. Por volta de 7.300 ± 840 anos A.P. começou nova sedimentação de areias eólicas a norte do vale do Rio Cocó na altura da Avenida Santos Dumont e Cidade 2.000 que foram sendo fixadas pela vegetação, dando origem a dunas parabólicas. Este processo de estabilização se deu em várias etapas.

A estabilização das dunas parabólicas, pela idade calculada por termoluminecência, teria iniciado na regressão, antes da Última Transgressão, que ocorreu há 5.100 anos A. P., mas teria ainda dois episódios de recorrência, sendo o último há 1.300 ± 250 anos. O processo de fixação de dunas por vegetação, porém, continua até hoje, quando ficou provado que, de 1958 até 2005 a superfície de dunas vegetadas da bacia do rio Cocó dobrou (390,32 para 792,80 ha) (Leal, 2009).

A última geração de dunas vegetadas datadas por Leal (2009), e coletadas entre a Cidade 2.000 e Cidade do Fortal, tem a mesma idade (1.300 anos A.P) dos *beachrocks* da foz do Rio Cocó, determinada por Claudino Sales (2002).

III - Na enseada do Mucuripe, os sedimentos mais finos se concentram exatamente em frente à Estátua de Iracema, que seria desembocadura do rio Cocó.

A Companhia Docas do Ceará, com intuito de estudar as causas do assoreamento do Porto do Mucuripe, em Fortaleza, contratou a empresa PETCON – Planejamento, Engenharia, Transporte e Consultoria Ltda, para fazer estudos sedimentológicos (granulométricos, mineralógicos, material em suspensão, matéria orgânica), batimétricos e sísmicos, na bacia de evolução do porto, canal interno e externo e na plataforma interna, entre a praia do Futuro e a praia de Iracema, em 1998 e 1999. A figura 16, abaixo mostra a área onde o estudo foi realizado, incluindo a Enseada do Mucuripe, onde seria a antiga foz do Rio Cocó (atualmente Riacho Maceió).

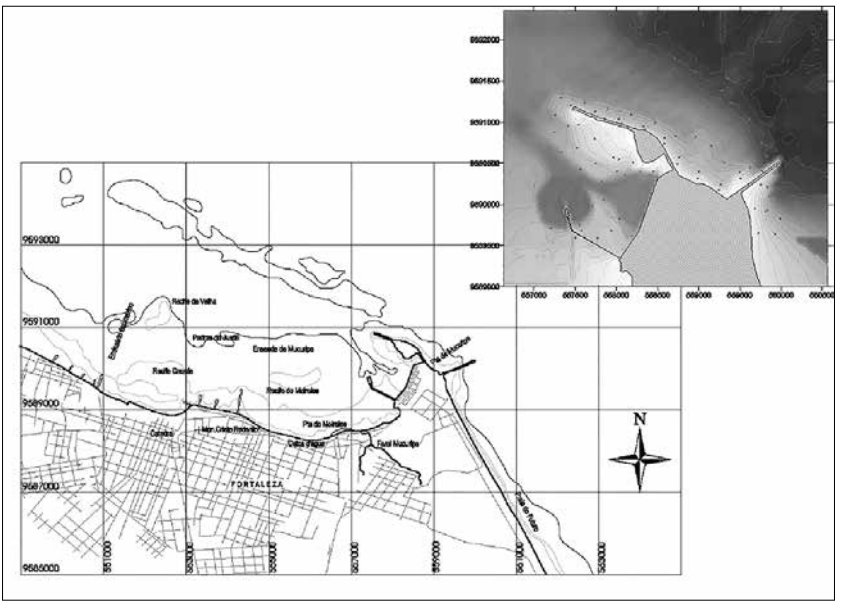


Figura 16 - Mapa de localização da área de dragagem do Porto do Mucuripe. Fonte: PETCON-DOCAS DO CEARÁ (2000).

Os mapas das análises granulométricas (Figuras 17 e 18) mostram que os sedimentos mais finos (silte e argila ou lama) se concentram preferencialmente na enseada, que seria o antigo desaguadouro do Rio Cocó.

Nesta mesma região, os trabalhos de pesquisa mostraram a existência de *beachrocks* (G.S.S. Freire, comunicação pessoal, 2006), que, tipicamente se formam na praia, em frente à foz dos rios, que deságuam no mar.

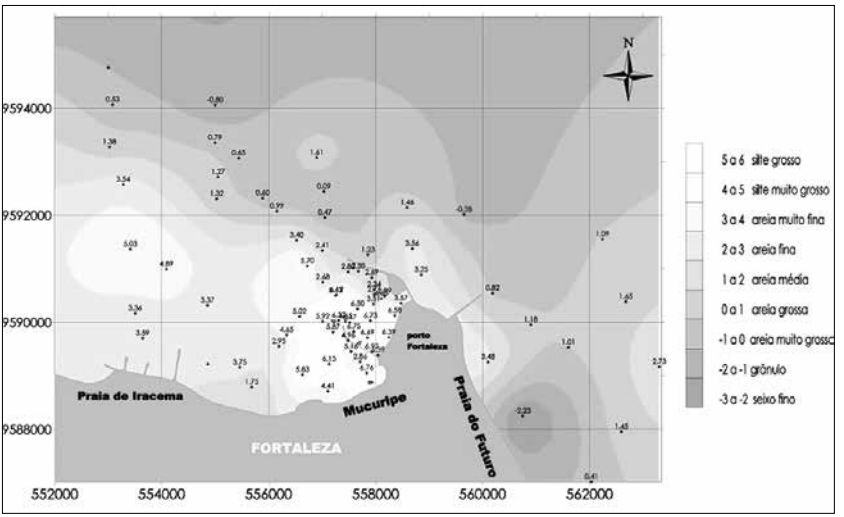


Figura 17 - Mapa de Distribuição do tamanho médio dos sedimentos na Enseada do Mucuripe. Fonte: PETCON-DOCAS DO CEARÁ (2000).

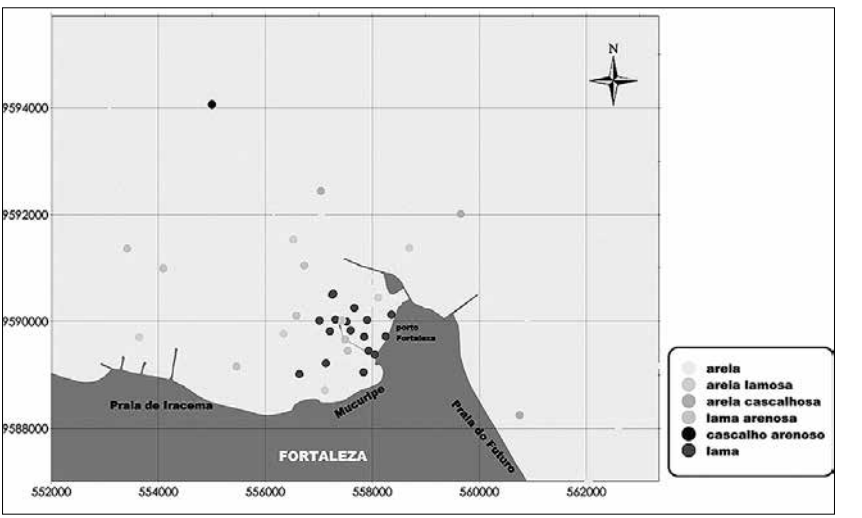


Figura 18 - Mapa de distribuição textural da Enseada do Mucuripe. Fonte: PETCON--DOCAS DO CEARÁ (2000).

É possível, mesmo, que a boca original do rio fosse um pouco mais para leste, na altura do cais do porto, e tivesse sido empurrada pela dinâmica eólica. Porém o limite leste seria o quartzito, que aflora na praia entre o Titanzinho e a Praia do Futuro. A amostragem e análise do material em suspensão (MS) revelaram que as maiores concentrações foram verificadas na bacia de evolução do porto e na bacia da Enseada do Mucuripe (Figura 19).

Quando se trata da matéria orgânica, os estudos mostraram valores elevados, com valores médios situados entre 30% e 70% em diversos pontos, com distribuição paralela ao material em suspensão.

A concentração de finos sedimentados, material em suspensão e matéria orgânica, na área da Enseada do Mucuripe, poderia ser interpretada como sendo devido ao material transportado pelo Rio Cocó, quando desaguava neste local. Seria possível alegar, no entanto, que este material mais fino sedimentado teria sido transportado em suspensão e depositado na enseada, onde as águas seriam mais calmas. Isso, se as correntes transportassem o sedimento e matéria orgânica para lá.

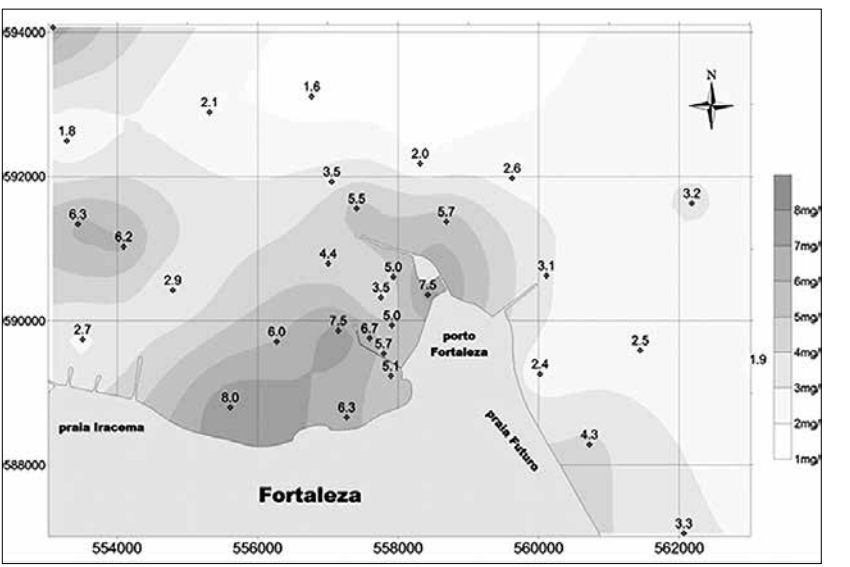


Figura 19 - Mapa da distribuição dos teores de material em suspensão (mg/L) ao longo da área de estudo. Fonte: PETCON-DOCAS DO CEARÁ (2000).

Porém, o estudo de correntes realizados com traçadores de Rodamina-B mostraram que as massas de água superficiais se deslocam para fora da enseada, obedecendo ao sentido dos ventos dominantes que condicionava o fluxo da água, seguindo o rumo NW (Figura 20).

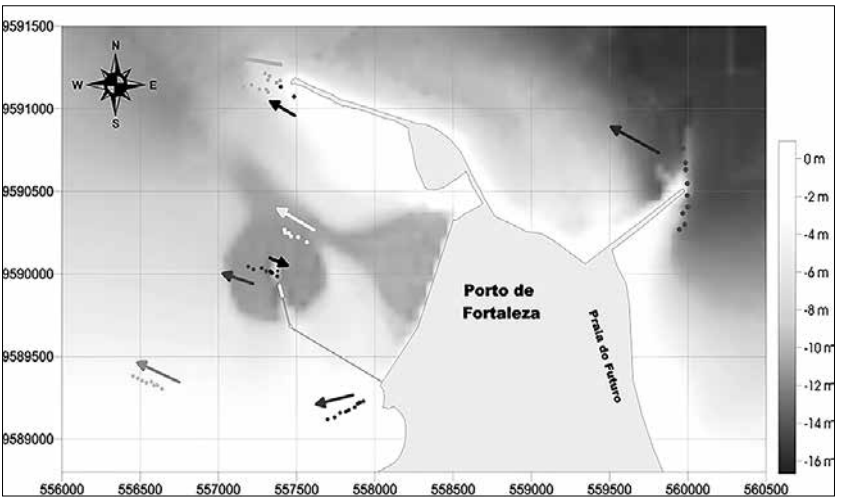


Figura 20 - Mapa com as direções de deslocamento das manchas de Rodamina em todos os pontos lançados durante os dias 29, 30/10 e 05/11/1999. Fonte: PETCON--DOCAS DO CEARÁ (2000).

Um lance de vista nas fotos aéreas permite observar o intenso transporte de areias das dunas do Mucuripe para a enseada (Figuras 7 e 21), que deveria aumentar ainda mais a percentagem de areia na área da enseada. No entanto o que se verificou foi o domínio de sedimentos finos no local, provavelmente proveniente de um aporte através de um curso d'água, seguramente, um pouco mais potente que o riacho Maceió.

> IV - A dinâmica costeira dominantemente de leste para oeste tenderia a levar a desembocadura do rio Cocó para oeste, e não para leste, como ocorreu.

Os grandes rios no Ceará, que atingem o litoral, têm suas bocas deslocadas para o oeste, pela dinâmica costeira, não só devido a deriva litorânea, mas principalmente por conta dos ventos alísios, que são dominantemente ESSE, e sopram todo o ano nesta direção. Assim, por

exemplo, o Rio Jaguaribe desaguava entre Fontainha e Quixaba, hoje sua foz situa-se em Fortim, quase 30 quilômetros mais a oeste (Leal, 2003). O Rio Pacoti, chega às proximidades do litoral encaixado numa estrutura N20ºE, que, se prolongada, sairia na Prainha. No entanto, sua foz se deslocou quase 10 quilômetros para oeste (Praia da Cofeco).

Figura 21 - Fotografia aérea de 1972, mostrando o sedimento eólico transportado das dunas do Mucuripe para o fundo da enseada, na altura do porto. Parte da areia foi retirada para construção do estacionamento do porto e acesso para a Praia do Futuro. Fonte: Leal (2009).

O Rio Cocó, no entanto, não segue este mecanismo, desviando-se para leste, no sentido contrário ao das correntes marinhas e dos ventos dominantes. Na última volta que ele dá, depois da confluência

com o Rio Coaçú, antes de desaguar no mar entre Sabiaguaba e Praia do Futuro, é possível se observar, na margem direita, um mangue soterrado e recortado no canal do rio, mostrando que o curso do Coaçú era mais para leste, sendo depois empurrado pelo avanço das dunas móveis de Sabiaguaba (Figuras 2 e 6).

> V - São as direções preferenciais das dunas parabólicas, que condicionam a orientação dos vales dos rios recortando os tabuleiros da Formação Barreiras. Esta dinâmica eólica foi a responsável pelo barramento e desvio do curso original do Rio Cocó.

O mapa das unidades geoambientais (Figura 11) mostra o paralelismo dos vales que recortam os tabuleiros pré-litorâneos, instalados sobre os sedimentos da Formação Barreiras, mantidos independentes, mesmo da bacia hidrográfica, tais como os riachos da porção central de Fortaleza (Pajeú e Aguanhambi e Maceió), os afluentes do Coaçú, como o riacho da Lagoa da Sapiranga e, ele próprio, depois da Lagoa da Precabura, ou o Cocó (sul da Cidade 2.000 até a última curva em Sabiaguaba), e seus afluentes, mais a sul.

Esta direção dos vales é também paralela aos flancos das dunas parabólicas, tanto no limite leste da bacia, quanto na Cidade 2.000. Portanto, excetuando a direção N20^{o}E, herdada do Ciclo Brasiliano, a direção mais conspícua dos vales, que cortam os tabuleiros, é aquela do alongamento das dunas e flancos das dunas parabólicas e coincide com a direção dos ventos dominantes ESE.

> VI – A estrutura N20^{o}E onde está encaixado o Rio Cocó, depois que penetra na depressão Sertaneja, limita alto do embasamento, com formação de um gráben na área percorrida pelo antigo leito.

Uma análise dos 260 poços realizados no baixo curso do Rio Cocó, mostra que os furos de sondagem para água, que atingiram rochas do embasamento cristalino, estão restritos ao lado oeste do alinhamento N20^{o}E e a sul do trecho que ele tem direção quase E-W (Figura 13). Assim, a porção a norte do Cocó, que englobaria a Cidade 2000, Cidade do Fortal, Dunas da Avenida Santos Dumont, Fábrica de Asfalto do Mucuripe, Praia do Futuro e Sabiaguaba, constituiria um gráben, que poderia ser a continuação do Gráben de Mecejana.

O limite oeste deste gráben, em superfície, estaria marcado pelo embasamento cristalino em contato com a laterita e o arenito Barreiras, na Avenida Sebastião de Abreu, quase esquina com a Avenida Padre Antônio Tomaz e, o quartzito que aflora entre o limite oeste da Praia do Futuro e a Praia Mansa (Figura 11).

Por outro lado, não foi possível encontrar registros da passagem do paleocurso do Rio Cocó, a leste da Ponta do Mucuripe. A boca do Rio Cocó, como já visto acima, estaria condicionada entre o píer do Porto do Mucuripe e os recifes de arenito ferruginoso da Formação Barreiras, na Volta da Jurema.

Assim, o curso do Rio Cocó é condicionado, grosso modo, pela estrutura brasiliana N20E, ao atravessar as rochas cristalinas da Depressão Sertaneja e, no ambiente sedimentar da Formação Barreiras, estaria confinado ao gráben que seria, possivelmente, a continuação do gráben de Mecejana, sem ter necessariamente um controle estrutural marcante, dentro deste gráben, já que seu paleocurso seria bem mais a leste do limite ocidental do referido gráben.

Ao abandonar o controle do fraturamento brasiliano no cristalino, de direção N20E, para penetrar no gráben, ele teria se deslocado para leste, passando por onde hoje é a Cidade 2.000, Hospital Geral (Furo 73), Avenida Engenheiro Santana Junior, na altura do cruzamento com a Avenida Alberto Sá (Furos 93 e 97), e da Rua Delmiro Gouveia, com o prolongamento da Avenida Antônio Justa (Furo 95), encontrando o Riacho Maceió, na Avenida Abolição, seguindo seu trajeto até a boca, em frente à Estátua de Iracema.

8 Conclusões

No baixo curso do Rio Cocó, no mapa da superfície do topo da Formação Barreiras é possível visualizar dois vales. O antigo que segue para Enseada do Mucuripe, e o curso atual. A mudança do seu curso se deveu à deposição de areias eólicas (paleodunas atuais) no seu leito, barrando e fazendo com que ele capturasse um afluente da margem esquerda do Rio Coaçú, e, por seu maior volume, transformasse este rio em seu principal afluente, da margem direita. A deposição das areias eólicas, para formar as paleodunas, data de 40.000 anos A.P. e marca a idade do início desta mudança de curso do Rio Cocó. Nesta época, o

nível do mar estaria 10 a 12 metros abaixo do nível atual e a plataforma emersa teria servido de área fonte destes sedimentos eólicos.

Depois de um período de erosão, em que as dunas se estabilizaram por causa do cimento ferruginoso, tiveram o topo erodido, com desenvolvimento de solo, perdendo a forma de cômoro e transformadas em paleodunas. Por volta de 7.300 ± 840 anos A.P. começou nova sedimentação de areias eólicas a norte do vale do Rio Cocó na altura da Avenida Santos Dumont e Cidade 2000 que foram sendo fixadas pela vegetação dando origem às dunas parabólicas. Este processo de estabilização se deu em várias etapas.

A estabilização das dunas parabólicas, pela idade calculada por termoluminecência, teria iniciado na regressão, antes da Última Transgressão, que ocorreu há 5.100 anos A. P., mas teria ainda dois episódios de recorrência, sendo o último há 1.300 ± 250 anos. O processo de fixação de dunas por vegetação, porém, continua até hoje, quando ficou provado que, de 1958 até 2005 a superfície de dunas vegetadas da bacia do rio Cocó dobrou (390,32 para 792,80 ha).

O antigo curso passaria por onde hoje é a Cidade 2.000, Hospital Geral (Furo 73), Avenida Engenheiro Santana Junior, na altura do cruzamento com a Avenida Alberto Sá (Furos 93 e 97), e da Rua Delmiro Gouveia, com o prolongamento da Avenida Antônio Justa (Furo 95), encontrando o Riacho Maceió na Avenida Abolição, recoberto pelo asfalto, seguindo seu trajeto até a boca, em frente à Estátua de Iracema.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, F.F.M.; CARNEIRO, C.D.R.; MACHADO Jr, D.L.; DEHIRA, L.K. – 1988 – *Magmatismo Pós-Paleozóico no Nordeste Oriental do Brasil.* Revista Brasileira de Geociências 18 (4). 451-456.

ANDREWS, J.E.; BRINBLECOMBE, P; JICKELLS, T.D.; LISS, P.S. – 1996 - *An Introduction to Enviromental Chemistry,* Blackwell Science Ltd, Norwich.

ARZ, H.W.; PÄTZOLD, J.; WEFER, G. – 1998 – *Correlated milennial-scale changes in surface hydrography and terrigenous sediment yeld inferred from last-glacial marine deposits of northeastern Brasil.* Quaternary Reserarch 50,157-166.

AUMEF/SDU – 1978 – *Plano Diretor de Drenagem da Região Metropolitana de Fortaleza.* SOC/Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, Inédito, 565 p.

BEHLING, H.; ARZ, H.W.; PÄTZOLD, J.; WEFER, G. – 2000 – *Late Quaternary vegetacional and climate dynamics in northeastern Brazil, inferences from marine core GeoB 3104-1*, Quaternary Science Review 19, 981-994, Pergamon Elsevier Science Ltd.

BRANDÃO, R.L. - 1998 - *Diagnóstico Geoambiental e os Principais Problemas de Ocupação do Meio Físico da Região Metropolitana de Fortaleza (Sistema de Informações Para Gestão e Administração Territorial da Região Metropolitana de Fortaleza - Projeto Sinfor* - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM.

CAMPS, G. – 1982 – *La Préhistoire*. Librairie Académique Perrin, 463 p, Paris, France.

CARTER, R.W.G. - 1976 – *Formation, maintenance and geomorphological significance of an eolian Shell pavement.* Journal sediment. Petrol., 46, 418-429.

CLAUDINO SALES, V., 2002. *Evolution géomorphologique de la zone côtière de Ceará (Nord-est du Brésil): du long terme au court terme.* Ph.D. thesis, Univ. Paris IV.

LABOMAR – Instituto de Ciências do Mar – 1983 – *Estudos bioecológicos e de produtividade de espécies no Estuário do Rio Cocó (Fortaleza – CE).* Relatório referente ao ano de 1983. UFC, Fortaleza, 56 p.

LABOMAR-SEMACE – 2006 - *Zoneamento Ecológico-Econômico do Ceará (Zona Costeira).* Elaborado pelo Instituto de Ciências do Mar – LABOMAR e publicado pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, Fortaleza. 150 p.

LEAL, J.R.L.V. – 2003 – *Zoneamento Geoambiental da Área de Proteção Ambiental de Canoa Quebrada – Aracati-Ceará*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Geologia da Universidade Federal do Ceará, 178 p, Fortaleza.

LEAL, J.R.L.V. – 2009 – *Estudo da evolução do Rio Cocó para deter-*

minação de sua capacidade de suporte e proposta de recuperação. Tese de Doutorado, Centro de Tecnologia e Geociências da Universidade Federal de Pernambuco, 221 p, Recife.

MIZUSAKI, A.M.P.; TOMAZ-FILHO, A.; MILANI, P. e CÉSERO, P. 2002 – *Mesozoic and Cenozoic igneous activity and its tectonic control in Northeastern Brazil:* journal of South American Earth Sciences. 15: 183-198.

OLIVEIRA, P.E.; BARRETO, A.M.F.; SUGUIO, K. – 1999 – *Late Pleistocene/Holocene climatic and vegetational history of the Brazilian caatinga: the fóssil dunes of the middle São Francisco River.* PALAEO, Paleogeography, Paleoclimatology, Paleoecocology 152 p 319-337. Elsevier Science B.V.

OLIVEIRA, R.G. – 2008 – *Arcabouço Geofisico, Isostasia e Causas do magmatismo Cenozóico da Província Borborema e sua Margem Continental (Nordeste do Brasil).* Tese de Doutorado na UFRN, Natal, 411 p.

PETCOM – Planejamento, Engenharia, Transporte e Consultoria Ltda. - 2000 – *Estudo Objetivando Definir as Causas do Assoreamento do Porto de Fortaleza.* Relatório Final. Fortaleza. Inédito.

PEULVAST, J.P.; CLAUDINO SALES, V.; BÉTARD, F.; GUNNELL, Y. – 2008 – *Low post-Cenomanian denudation dephs across the Brasilian Northeast: Implications for long-term landscape evolution at a trans-form continental margin*. Science I.B.Direct, Global and Planetary Changes 62 (2008), 39-60. Elsevier B.V.

PROSPEC S/A – 1995 – *Levantamento Aerofotogramétrico Digital de Fortaleza, Escala 1: 2.000*. Fortaleza.

PYE, K, & TSOAR, H. – 1990 – *Aeolian Sand and Sand Dunes*, Unwin Hyman, London, 396 pp.

SCHOBBENHAUS, C. & BRITO NEVES, B.B. – 2003 – *A Geologia do Brasil no Contexto da Plataforma Sul-Americana. In: Geologia, Tectônica e Recursos Minerais do Brasil*. L.A. BIZZI; C. Schobbenhaus; R.M. Vidotti; e J.H. Gonçalves (edts). CPRM, Brasília. P 2-25

SHORT, A.D. & HESP, P.A. – 1982 – *Wave, beach, dune interations in S.E. Australia*. Mar. Geol., 48, 259-284.

SZATMARI, P.; FRANCOLIM, J.B.L.; ZANOTTO, O.; WOLLF, S. – 1987 – Evolução Tectônica da Margem Equatorial Brasileira. *Revista Brasileira de Geociências,* 17 (2): 180-188.

TSOAR, H.; LEVIN, N.; POTAT, N.; MAIA, L.P.; HERMANN, H.J.; TATUMI, S.H.; CLAUDINO SALES, V – 2009 – *The effect of climate change on the mobility and stability of coastal sand dunes in Ceará State (NE Brazil)*. Quaternary Reserch, volume 71, number 2, Editors Derek B. Booth e Alan R. Gillespie. Elsevier, p. 217-226.

VANDOROS, P. & OLIVEIRA, M. A. F. – 1968 – Sobre o fonolito de Mecejana. *Academia Brasileira de Ciências*, 40 (2), p. 203-206.

WANG, X.; AULER, A.S.; EDWARDS, R.L.; CHENG, H.; CRISTALLI, P.S.; SMART, P.L.; RICHARDS, D.A. & SHEN, C.C. – 2004 – Wet periods in northern Brazil over the past 210 kyr linked to distant climate anomalies. Letters to nature, Nature Publishing Group. *Nature*, v. 432, p. 740-743.

Reconstituição cartográfica de alguns papéis dispersos de Geraldo da Silva Nobre

Marinez Alves*

Após o falecimento de Geraldo da Silva Nobre, sócio efetivo do Instituto do Ceará ocorrido em 2005, sua biblioteca e arquivo permaneceram intactos até 2007, quando foi divulgado na imprensa local que o acervo passaria a pertencer à Biblioteca Municipal Dolor Barreira. Em contato com familiares, fomos informados que os livros e papéis diversos, que se encontravam acondicionados em imóvel anexo, não despertaram interesse, e que, brevemente, seriam descartados, pois pretendiam mudar-se para apartamento. Já na primeira visita ficamos deslumbrados com o grande número de jornais e livros de autores cearenses que, hoje atendem a demanda de pesquisadores e consulentes da Biblioteca do Instituto do Ceará. Além de dezenas de livros e periódicos recolhemos diversas pastas com papéis manuscritos e datilografados que revelam muito bem a capacidade de trabalho e de investigação histórica de Geraldo Nobre. Dos papéis diversos vindos para o arquivo do Instituto, transcrevemos abaixo um texto, sobre a evolução urbana da cidade de Fortaleza; o trabalho reafirma sua postura firme e minuciosa na pesquisa histórico-geográfica e sua visão urbanística para esta cidade a que tanto serviu.

Fortaleza na prancheta: planta e plano

As cidades têm a própria história, principalmente com sua formação, devido a um processo de poucos variantes e, no entanto, ao mesmo tempo diversificado, pois o solo ocupado jamais é igual ao de outro

* Geógrafa e Diretora Administrativa do Instituto do Ceará

qualquer solo da superfície terrestre, assim como difere o comportamento dos povoadores, sujeitos, embora, aos impulsos da natureza humana, determinantes, pelo código genético e pelos hábitos da personalidade individual, responsável pela diferença em referência, por conseguinte pelos fatos históricos.

No planejamento urbano vale a sentença de Protágoras, segundo a qual o homem é a medida de todas as coisas, significando admitir-se como fulcro da atividade urbanística as pessoas, para as quais o espaço e os equipamentos sociais devem ser adequados, ao invés de se tentarem ajustar o agrupamento humano um dispositivo não raro, excessivamente preceptivo, algo parecido com um desenho geométrico, admirável pela perfeição das linhas, mas pobre de expressão do poder criador do profissional competente.

Sem desprezar a estética da planta de uma cidade, essencial à simplificação do continente respectivo, alvo conducente ao bom desempenho dos equipamentos urbanos, impõe-se a consideração da realidade cujo ordenamento se pretende, à busca de coordenadas, parâmetros e outros referenciais ou fatos (históricos, identificadores da unidade fisio-antropológica ou política), em cada caso.

No da capital cearense, constata-se uma origem (não uma fundação propriamente dita) no forte construído pelo invasor holandês à margem esquerda do riacho Pajeú (1649), ocupado pelos portugueses menos de cinco anos depois e, à sombra, do qual foram feitas algumas edificações a partir de então, constituindo um povoado ainda sem expressão urbana ao longo do século XVIII.

Trata-se de uma situação um tanto peculiar no âmbito da organização política da metrópole de Portugal e sem império ultramarino, aquele tempo, ditada pela superfície pouco expressiva do território respectivo, a posição privilegiada em relação ao oceano e a urgência da defesa (primeiro contra os mouros, depois contra os hispanos), fatores de uma ocupação bastante densa de quase todo o espaço geográfico, resultando em um grande número de vilas e cidades, cuja disciplina urbanística se constituiu uma das preocupações dos primeiros legisladores do Reino.

A força do destino

É discutível a intenção de povoar e colonizar o Ceará logo após a ocupação do forte holandês da desembocadura do Pajeú, visto como não demonstra a prática adotada então de substituir anualmente os defensores, transportados de Pernambuco na ‘’barca da muda’’, como a denominava, norma explicável pelo fato de enfrentar a administração do Reino e do Estado do Brasil, maiores problemas nas Capitanias de baixo (Costa Leste): recuperação da economia, resistência dos africanos e seus descendentes à tentativa de reescravizar eles, após terem colaborado na expulsão dos invasores holandeses com a promessa de terem assegurada a liberdade, desordens e crimes no sertão, ameaça de novas agressões externas etc.

O reduzido agrupamento constituído por alguns soldados, mulatos na maioria, e seus filhos mestiços, iria contar, no entanto, com a força do destino, mediante a localização deveras auspiciosa e decisiva para a consolidação da Capitania do Ceará Grande, porquanto encaminhou a integração territorial de duas antigas donatárias e, ao mesmo tempo, contrabalançou, ao nascente e ao sul de Pernambuco, ao Ocidente do estado do Maranhão, para a defesa do qual, aliás, se haviam erguido os fortes no litoral cearense.

Ainda a povoação de casario parco e humilde, a Fortaleza do Pajeú fez valer o seu destino, não o insignificante poderio militar, aos sesmeiro do Jaguaribe, do Pacuti e do Choró, aos conquistadores dos Cariris Novos (cearenses) e ao enclave jesuítico da Ibiapaba (fracassado pela interferência do estado do Maranhão, e, a seguir, pela intromissão dos paulistas da família Gago), sobrepondo-se aos núcleos de atividade econômica do porto das barcas do Aracati e do entreposto do Icó, abastecedores de carne-seca e gado em pé, respectivamente, para o consumo dos pernambucanos, por sua vez fornecedores de tecidos secos e molhados, em contrapartida, desfavorável, ao nível quase, do escambo primitivo.

Sem plano, nem prancheta

A mencionada organização política do reino de Portugal em vilas e cidades e da experiência administrativa sobre questões urba-

nas não contou de imediato com o suporte da prancheta, provavelmente pela preferência dada à elaboração de mapas ou cartas geográficas no dilatado período da epopeia gloriosa dos grandes descobrimentos marítimos.

Na verdade, a planta de uma cidade, ou vila, com base no conhecimento realista do traçado e das disposições dos variados equipamentos (ou de alguns deles) conforme a finalidade, tendo interesse restrito (segurança e defesa, instrumento de tributação, guia para o visitante etc.), é documento de valor restrito e, àquele tempo, esta circunstância implicava em poucos incentivos às suas elaborações.

Ademais, escapava à consideração das autoridades aspectos de maior importância, resultados pelas concepções ágeis da sociedade industrial, a primeira delas a da organicidade, ou dinâmica, dos agrupamentos; e, o segundo, a relação desses com os intercambiantes em geral (próximos ou longínquos, assemelhados ou diferentes, progressivos ou retrógrados etc.).

Em paciente pesquisa do Barão de Studart, da qual resultou a relação cartografia, mapas, cartas etc. Na geografia do Ceará de sua autoria, as fontes de informação sobre a povoação do forte do Pajeú limitam-se à planta da primitiva edificação holandesa escrita, presumivelmente levantada pelo engenheiro Ricardo Caer, reescrita, aliás, ao dito baluarte ainda a construir, compreendendo o desenho, no mais, um demonstrativo do roteiro da enseada do Mucuripe aos confrontos litorâneos da serra de Maranguape e lagoas próximas, com os acidentes geográficos de alguma consideração e as habitações dos chefes indígenas.

Em seguida aquele arrolou o Barão de Studart outros documentos da espécie, alguns denominados impropriamente plantas, destituídas de interesse quanto ao arruamento da povoação da fortaleza, por certo ainda insignificante, ao ponto de reduzir-se a quatro artérias, com quarteirões em número de quinze, aproximadamente, e uma praça, contigua ao edifício militar, para dentro; isto não obstante algumas construções recentes, de próprios para repartições governamentais, cujo risco, assim como o do sobrado de sua propriedade, se atribuiu ao naturalista João da Silva Feijó, de tantos serviços prestados ao Ceará.

É de indiscutível autoria a planta demonstrativa da capital do Ceará, daquele ano de 1810, da qual, presumidamente, o padre João Ribeiro de Melo Montenegro, confeccionou, na capital pernambu-

cana (Olinda) o desenho, com base nas informações coligidas pelo autor e acompanhadas de um esboço ilustrativo, para orientação do trabalho definitivo.

O enunciado completo da planta aqui referida, explicitando ""...para servir de plano à sua carta topográfica..., isto é ao mapa geral do Ceará, revela ter adquirido o naturalista Feijó, brasileiro com formação na Europa, uma concepção moderna dos instrumentos da espécie, ajuizando ser oportuno aplicá-la com propriedade quando a capitania onde se encontrava a serviço, inaugurava uma nova fase de sua evolução política, administrativa e econômica devido à autonomia recentemente conquistada e ao comércio direto com a Europa, liberta do ônus de importar a preços sobretados nas alfândegas do Maranhão e de Pernambuco, nelas despachando, por outro lado o algodão e outros efeitos da terra com custos adicionais.

Com numerosos escritos e estudos dedicados a assuntos históricos e geográficos do Ceará, é admissível a autoria de Feijó em dois outros documentos do tempo do governador Luiz Borba Alardo de Menezes: uma planta da capitania, de 1810 como as citadas anteriormente, talvez uma segunda cópia da demonstrativa, ou tratando-se trabalhos diferentes (dúvida não formulada nem esclarecida pelo Barão de Studart), reprodução de uma carta com aquele mesmo qualificativo acrescido de "...para servir a sai história geral..." referindo-se ao Ceará, esta do ano de 1809; e, por fim, de 1811, o prospecto da Vila de Nossa Senhora d'Assunção ou Porto do Ceará, localizando acidentes geográficos e sinalizando os equipamentos defensivos existentes no mucuripe e da prainha (além da barra e do trapiche localizado nesta última, à direita da desembocadura do Pajeú), as casas de prensar e recolher o algodão para embarque, e da pólvora e da contadoria e quartéis de infantaria, a igreja por conseguinte uma Fortaleza litorânea, de militares, autoridades civis e eclesiásticas, negociantes marítimos e pescadores, constituindo uma população pouco numerosa, e no, entanto, concentrada, até então, à sombra de um baluarte mais uma vez em ruínas, para a reconstrução do qual o governador Barba Alardo iniciara campanha de subscrição de donativos pelas pessoas de maiores posses argumentando com a possibilidade de um ataque por tropas do Imperador Napoleão ou por piratas argelinos cujas investidas eventuais contra o litoral cearense estavam vivas na memória popular.

Camarários e arruadores

A ereção em vila implicava, no direito lusitano, em criação do município, então denominado termo, sendo uma curiosidade no tocante a da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (do Pajeú), a indefinição a respeito na resolução régia de 9 de maio de 1725, do teor da qual se deduz a intenção de limitar a providencia ao envolvimento dos moradores na defesa daquela edificação militar, tendo-a em contrapartida, "... por asilo para sua conservação...".

Como corolário dessa proposição, o gesto dos sesmeiros do Jaguaribe, Pacoti e Choró elegendo uma câmara de vereadores e sediando-a no Iguape foi um gesto de rebeldia, anterior ao da população do Recife de Pernambuco, na denominada "Guerra dos Mascates", em 1710, sob influência, provavelmente, do exemplo daqueles povoadores do Ceará, tolerado, e mesmo ratificado, pelas autoridades coloniais, assim como os moradores "... à sombra do forte do Pajeú..." reagiram, erigindo vila própria logo transferida para as proximidades da barra do rio ceará, núcleo inicial da ocupação defensiva do litoral cearense, pouco menos de um século antes, por Pero Coelho de Sousa, de modo efêmero, e Martins Soares Moreno, muito precariamente.

Se, em 1726, os soldados do forte e sua descendência instalaram a câmara julgando-se a tanto autorizados e com a conivência do capitão comandante Manuel Francês, descuidaram de atribuir-lhe um patrimônio, rentável o suficiente para o desenvolvimento das atividades respectivas, condenando-a, pois, à inoperância, notadamente quanto ao custeio das obras públicas e da prática urbanística em geral.

Na verdade o invasor holandês não tivera a intenção de fundar uma vila ou cidade, mas somente a de construir um baluarte em situação favorável a uma base de exploração e escoamento para a Holanda do ouro supostamente encontrado o Monte Itarema e em outros pontos do território cearense por índios nômades ou portugueses afoitos, segundo versões sigilosas, justificados pela ganância dos descobridores, por parte dos últimos, e pela manha dos silvícolas na prática do escambo.

O local não era apropriado ao desenvolvimento de um núcleo populacional, salva a um custo elevado com obras públicas, pela natureza arenosa do solo, a formação dunosa a topografia algo acidentada por barrancos como outeiros da prainha à margem direita do Pajeú, as

enxurradas de chuvas torrenciais, os aguaceiros litorâneos, as formigas e os cupins destruidores, o acesso difícil ao sertão devido às secas periódicas e os invernos copiosos em sucessão quase ininterrupta etc.

Sem terras para aforamento ou qualquer bem patrimonial com rendimento certo, a atividade dos camarários ficara limitada forçosamente a providências como expedição de licenças para o funcionamento de oficinas, lojas e outros estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços, conferir pesos e medidas, passar atestado aos ocupantes de cargos públicos, proceder à arrematação dos tributos e multas, prover a subsistência da população mediante fintas nos casos de escassez, etc. relacionando-se mais de perto com a questão urbanística, decidiam os oficiais da câmara, em vereação, quanto a requerimento de novas edificações, para as quais as ordenações do reino fixavam critérios, nem sempre observados, pois, no período colonial, ditas corporações eletivas se responsabilizam por iniciativas justificáveis, por situações imprevistas ou por circunstâncias incomuns o trato dos assuntos locais.

Embora com indicativo cronológico, é bem posterior a instalação da câmara a planta da vila de Fortaleza reproduzida pelo padre Serafim Leite, S.J. Em sua *História da Companhia de Jesus no Brasil* (vol. 3) pela qual se constata a existência do tempo da respectiva confecção, de um número apreciável de prédios residenciais além das características das habitações indígenas, algumas já localizadas a direita do Pajeú (prainha), porém dispostas irregularmente, portanto, sem noção de arruamento.

Aquela planta é, certamente, posterior também a instalação das vilas de Icó (1738) e do Aracati (1748), na qual houve preocupação de um ordenamento urbano, com adaptação a topografia dos locais selecionados, diferentemente, por conseguinte, de prática ainda vigente na Fortaleza do Ceará, onde somente há indicações precisas de atividades de arruadores no transito século XVIII para o seguinte, devendo-se talvez ao interesse da fazenda real em ter maior facilidade na cobrança do tributo da décima urbana, então instituído.

Extermínio indesejável

O vocábulo extermínio é, aqui, um trocadilho alusivo à nova semântica adotada para as circunscrições do exercício da autoridade dos camarários (juízes ordinários, vereadores e procuradores do senado da

câmara), paulatinamente absolvida pela nova legislação, promovendo a redenominação daquelas, ex-termos), desde então referidas pelo vocativo município como se houvesse parecido, no Brasil (particularmente) ao tempo identificado de antipolítico, administrativo.

Na verdade a lei de 1º de outubro de 1828 votada pela assembleia geral e sancionada pelo imperador Dom Pedro II obedeceu ao influxo de uma nova concepção de estado, ostensivamente oposta à do absolutismo, erigido sobre a doutrina do direito divino do rei, então substituída pela estatolatria em sua primeira manifestação a do belicoso império napoleônico, predecessor do totalitarismo: concepção, aliás, contraditória, considerando o pretenso caráter democrático atribuído ao novo sistema, enquanto, na prática, a participação popular, melhor assegurada pela organização político-administrativa dos municípios, com suas câmaras de vereadores também qualificados como repúblicos, ficaria impotente pelo republicanismo centralizador, causas primárias das guerras civis brasileiras no período regencial estava à mentalidade em apreço no pensamento político-filosófico dos próceres do império ao ponto de afirmar Dom Pedro II: se não fosse ele o imperador desejaria ser republicano.

O esvaziamento das autoridades das câmaras implicou em desídia quase generalizada quanto à questão urbanística sendo imperativo de justiça em relação ao Ceará menção ao senador José Martiniano de Alencar presidente de então província, pelo cunho progressista de seu governo, um dos muitos raros orientado para antecipar o futuro de modo se lhe puder atribuir um plano em função do qual a cidade de Fortaleza ganharia condições de expansão, notadamente pela melhoria das vias de acesso e abertura de novas estradas com essas características, da contratação de artífices e mestres estrangeiros para as obras públicas a criação de um banco provincial (então único do Brasil) e outras providências, além de principal responsável pelo surgimento da praça do Ferreira em cujo lado oriental fez construir o primeiro casario conjugada ("Villa"), de sua propriedade.

O Impacto das secas

A escassez de precipitações pluviais e nas agitações políticas no período de 1816 a 1830 tiveram consequências duradoras para a província e sua capital cuja expansão continuaria modesta no período seguinte,

não obstante o governo empreendedor do presidente Alencar, cujos sucessores, menos pela incompetência e mais pelo facciosismo político de adversários, colocaram a cidade em uma situação devido à qual se tornaria o placo da tragédia assombrosa de hecatombes, nos surtos epidêmicos, sobretudo nos ocorridos em tempo de seca.

Em 1844, prolongando-se ao ano seguinte, Fortaleza acolheu os primeiros grupos de "retirantes", forçados a abandonar as suas terras de plantar e criar do interior da província para esperar do governo a salvação da vida mediante rações de farinha e carne-seca, além de água e, no entanto, sujeitos, pela promiscuidade em alojamentos improvisados, a epidemias devastadoras.

A descrição da Cidade de Fortaleza em 1845, portanto do ano final da ocorrência daquele flagelo, publicada em jornal, com o autor optando pelo pseudônimo O outro Aramac, no ensejo da divulgação da monografia do Historiador Antônio Bezerra (do Instituto do Ceará) de título semelhante, porém alusivo a 1895, nenhuma conclusão permite sobre efeitos imediatos em termos de expansão urbana, determinada pelo acréscimo da população, da qual um indício foi a providência da Câmara Municipal ordenando a elaboração de uma planta da capital cearense pelo arruador Antonio Simoens Ferreira Faria, em 1850.

As vistas das autoridades concentravam-se, no entanto, ainda no espaço objeto de trabalho semelhante de Silva Paulet, atitude justificada pela circunstância de tratar-se de uma cidade portuária, embora sem um porto satisfatório, cuja construção vinha sendo reivindicada, ao ponto da Câmara Municipal mostrar-se insatisfeita com aquele trabalho do arruador e confiar-lhe, cerca de dois anos depois, a confecção da Planta da Praia da cidade da Fortaleza.

Mais abrangente é a de 1856, devido à habilidade do padre Manuel do Rego Medeiros (depois Bispo de Pernambuco), por registrar a expansão correspondente à Praça de Dom Pedro II (do Ferreira), à edificação de um novo templo – o de Nossa Senhora da Conceição do Outeiro da Prainha, inaugurado em 1841, a do cemitério de São Casimiro (1848) e ao novo Paiol da Pólvora (1855), ambos no morro do Croatá, ao nascente do Campo da Amélia, urbanizado desde 1830, concluindo esta relação com o recém-construído Lazareto da Lagoa Funda (1855-1856); expansão cuja importância consiste na abertura de espaços para atendimento às necessidades futuras de acréscimo da área edificada.

Não se esperava um impacto de vulto, ou esta previsão era alheia às preocupações dos administradores, talvez mesmo desestimulados por juízos como o do oficial reformado da Marinha 1º tenente José Lúcio de Araújo, em informação de 21 de agosto de 1837 sugerindo a transferência do núcleo da cidade para barra do rio Ceará, onde as condições seriam mais favoráveis ao desenvolvimento da capital cearense, em comparação com as oferecidas na localização à "sombra da fortaleza".

A elaboração de plantas documentando a expansão urbana não preocupou os camarários fortalezenses, talvez por depender dos escassos recursos orçamentários atribuídos pela Assembleia Legislativa Provincial a essa e às demais corporações municipais, por sinal bem numerosas, entretanto, nos primeiros decênios da segunda metade do século (XIX) intensificaram-se os trabalhos cartográficos em decorrência da discussão da escolha do porto de Fortaleza, assunto colocado na ordem do dia pelo desenvolvimento da navegação a vapor, de cujos benefícios o povo cearense passou a gozar, no tocante ao intercâmbio com outros países, somente em 1867.

Não obstante a precariedade das instalações portuárias, Fortaleza passou a concentrar quase toda a atividade exportadora e importadora da Província, até mesmo o comércio de cabotagem, porém a era de expansão urbana seria consequência principalmente da grande seca de 1877-1879, quando recebeu um número de "retirantes" quatro vezes, pelo menos, múltiplo de sua população àquele tempo, beirando os 25 mil habitantes, apenas.

Aquela seca, por ter ocorrido após um período de 32 anos de invernos bons e regulares, pareceu um fato excepcional, não predispondo o povo e as autoridades mudar a mentalidade acomodatícia e, por conseguinte, imprevidente, em particular no pertinente aos problemas da capital, agravados, a partir de então, por um incontrolado crescimento demográfico, a reclamar um plano urbanístico prospectivo, para fundamento de práticas eficazes de utilização do solo, segundo critérios objetivos de sua diferenciação característica e preservação do meio ambiente e do valor histórico específico; de reforma periódica do código de postura, ditada pelas novas situações; e de serviços essenciais à disposição de toda a população, cujo financiamento é questão de contabilidade social, ao invés de precipuamente fiscal-orçamentária.

A contribuição de Adolfo Herbster, Gustavo Horácio de Figueiredo, Julis Groeger, Oscar Guilherme e alguns outros posteriormente à seca de 1877-1879, representou um avanço técnico na elaboração de plantas da capital cearense, com mentalidade, no entanto, estruturalista, como a de seus antecessores; e, se, mais recentemente, Nestor de Figueiredo e Saboia Ribeiro foram mais perspicazes, muito lamentavelmente os seus planos esbarraram na reação de autoridades, proprietários e locatários cuja concepção de desenvolvimento se restringe ao faturamento.

Em consequência, a população desta Fortaleza de agora, sente-se insegura, traumatizada e espavorida pela iminência de um caos em todos os setores de sua existência, como protagonistas de uma tragédia urbana, na qual estamos todos nós, fortalezenses, incluídos, na maioria inerme, quando nenhum é impotente para agir solidariamente na superação dos desafios da natureza e da sociedade.

Geraldo da Silva Nobre

A Impressão Régia no Brasil e no Ceará

José Augusto Bezerra*

Ao focalizarmos a Impressão Régia, vislumbramos o teatro da história, cheio de lendas, heroísmos e criações.

Em um dos palcos, pode-se ver a *Guerra entre Portugal e França*, na qual o Brasil desempenhou importante papel e adquiriu experiência para os espetáculos que se seguiram.

Traços deixados por nossa primeira tipografia permitem-nos recriar, no imaginário, atores e interpretações; glórias e tragédias dos que contracenaram, em última análise, com o destino. Deles próprios, dos seus países e de províncias distantes, como a do Ceará.

A Imprensa nas Américas

A imprensa chegou ao México em 1533/39; em 1584, principia no Peru; na Bolívia, em 1610; nos Estados Unidos, em 1638; na Argentina, em 1705, e em Cuba, em 1707.

Registre-se o pioneirismo dos portugueses nesse campo, porquanto, em 1556 introduziram a imprensa em Goa, na Costa da Índia, primeira impressão da Ásia, e, em 1590, instalaram-na na cidade de Nagasaki, no Japão.

O Brasil, entretanto, mesmo sendo a mais importante colônia de Portugal, por fatores ainda não suficientemente esclarecidos, só veio a ter imprensa própria em 1808. De acordo com Semeraro/Ayrosa, em *História da Tipografia no Brasil*, do Museu de Arte de São Paulo (MASP), fomos o antepenúltimo país do Mundo a ter esse instrumento de comunicação (SEMERARO/AYROSA, 1979: p. 6).

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Fatos anteriores à Impressão Régia

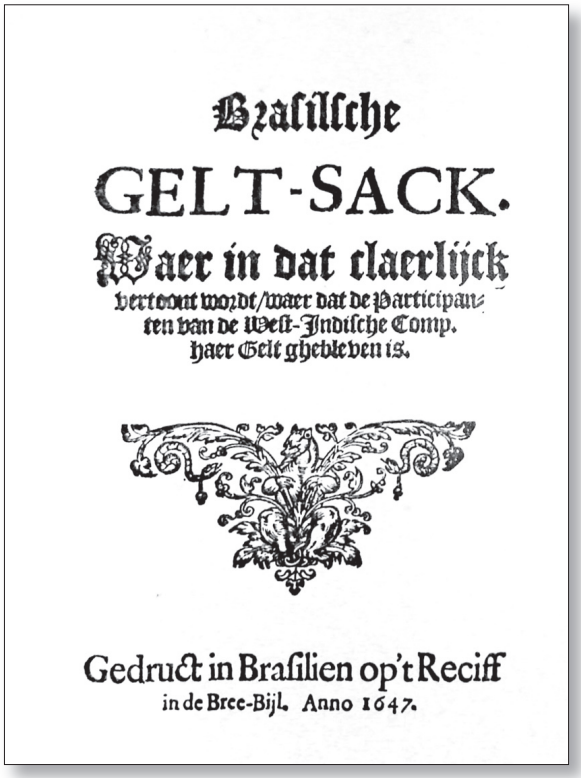
A hipótese de uma possível oficina tipográfica, na cidade do Recife, no século XVII, baseia-se no opúsculo intitulado *Brasilsche Gelt-sack*, que teria sido impresso em 1647, na cidade acima, conforme imprenta ao pé da página desse folheto.

O historiador Moreira de Azevedo, em *Origem e Desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro (*1865*),* foi o primeiro a considerar tal possibilidade.

Em sua obra *O livro no Brasil*, Laurence Hallewell diz acreditar-se que aquele colofão é falso e fora feito para encobrir o impressor, já que o trabalho era um grosseiro ataque aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais (HALLEWELL, 1985: p, 86).

Rubens Borba de Moraes, no livro *O Bibliófilo Aprendiz*, esclarece:

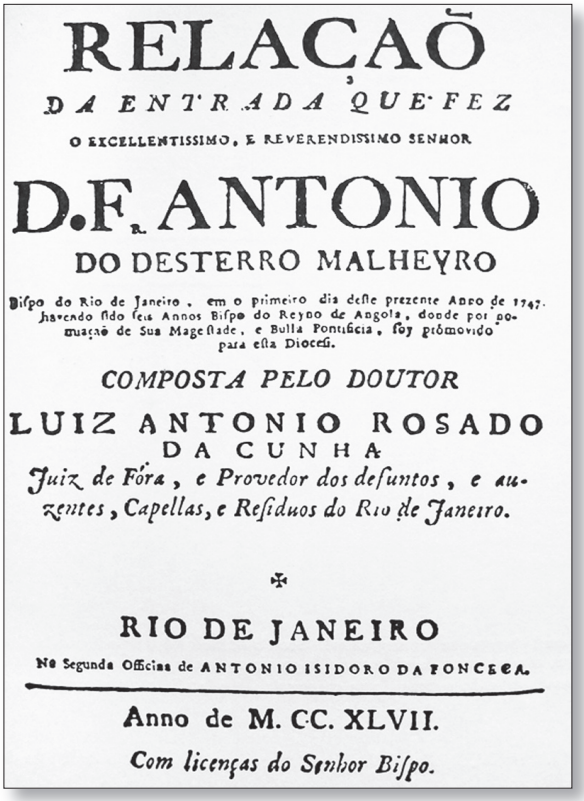
Houve quem pensasse ter sido esse folheto impresso em Recife. Alfredo de Carvalho (in Rev. do Inst. Arq. e Geog. de Pernambuco, vol. XI, n. 64, 1904) provou que tinha sido impresso na Holanda (MORAES, 1979: p. 136).


Brasilsche
GELT-SACK.
Waer in dat claerlijck
vertoont wordt/waer dat de Participan-
ten van de West-Indische Comp.
haer Gelt gheblcven is.
Gedruct in Brasilien op't Reciff
in de Bree-Bijl. Anno 1647.

Semeraro/Ayrosa, *História da Tipografia no Brasil, 1979:23*

No mesmo livro *O Bibliófilo Aprendiz*, Rubens Borba de Moraes observa o intrigante fato de os Jesuítas – que haviam levado a imprensa para as reduções do Paraguai, pelos anos de 1700 e, em 1766, fizeram-na chegar ao rio da Prata, como já tinham feito por outros países – não terem se interessado em trazer prelos para o Brasil. No Brasil, diz ele, onde os Jesuítas ministravam instrução superior e defendiam tese, onde redigiam Gramática e Catecismo das línguas indígenas, tudo era impresso em Coimbra, Évora e Lisboa (MORAES, 1979: 135).

Estudiosos, como Laurence Hallewell, aceitam que o tipógrafo português Antonio Isidoro da Fonseca tenha sido o primeiro impressor do Brasil. Instalou uma tipografia clandestina na cidade do Rio de Janeiro, e em 7 de fevereiro de 1747, publicou um folheto de vinte e quatro páginas in quarto, com o título de *Relação da Entrada que Fez o Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. F. Antonio do Desterro Malheyro, Bispo do Rio de Janeiro*[...] *composta pelo doutor Luiz Antonio Rosado da Cunha*, tido como o primeiro impresso feito em nosso País. (cf. HALLEWELL, 2005:p. 88-95).



RELAÇAÕ

DA ENTRADA QUE FEZ

O EXCELLENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR

D.F. ANTONIO

DO DESTERRO MALHEYRO

Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747. havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola, donde por promoçaõ de Sua Magestade, e Bulla Pontificia, foy promovido para esta Diocesi.

COMPOSTA PELO DOUTOR

LUIZ ANTONIO ROSADO DA CUNHA

Juiz de Fóra, e Provedor dos defuntos, e auzentes, Capellas, e Resíduos do Rio de Janeiro.

✠

RIO DE JANEIRO

Na Segunda Officina de ANTONIO ISIDORO DA FONSECA.

Anno de M. CC. XLVII.

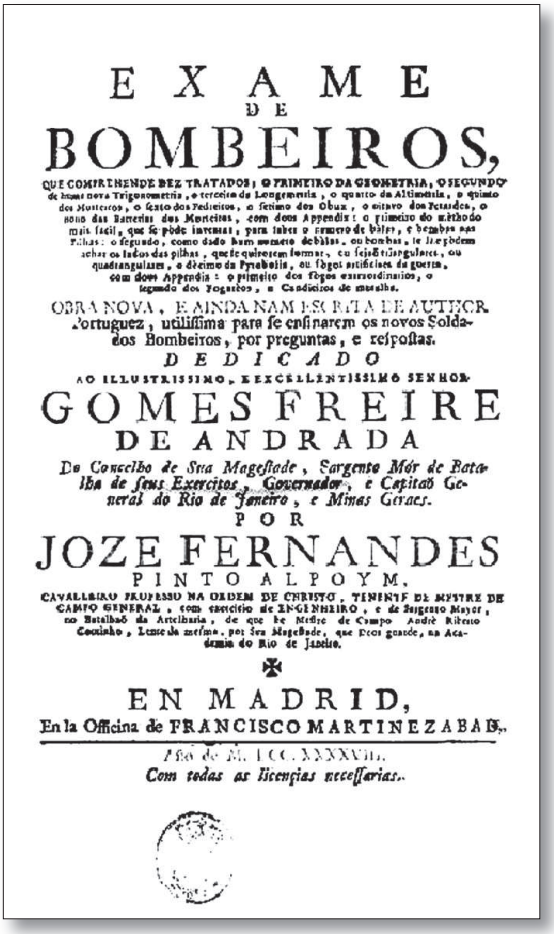
Com licenças do Senhor Bispo.

Semeraro/Ayrosa, *História da Tipografia no Brasil, 1979:24*

Embora tenha editado mais dois trabalhos, a tentativa terminou malograda, porquanto, em 6 de julho de 1747, o mencionado tipógrafo, por ordem régia de D. João V, teve seus bens

seqüestrados e ele próprio foi deportado para Lisboa (SEMERARO/ AYROSA, 1979: p. 6).

Os meandros da proibição de impressão no Brasil levam muitos historiadores, encabeçados por F. A. Varnhagen, a acreditar que o livro *Exame de Bombeiros,* de José Fernandes Pinto Alpoym, tenha sido impresso pela oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, embora conste na folha de rosto haver sido impresso em Madri, em 1748, com as licenças de um ano antes. Possível falha de revisão da obra nos deixa importante pista, pois, na gravura n.º XVII, do mesmo livro, está escrito *Rio de Janeiro – 1749*. Os caracteres da fundição Villeneuve, utilizados em Lisboa e Rio de Janeiro, dão a quase certeza de que a informação de Madri seria um disfarce e de que aquela teria sido, portanto, uma edição feita em Portugal ou a última edição desse impressor, no Brasil. O assunto parece ser ainda um campo aberto a pesquisas documentais, comprobatórias e definitivas.



E X A M E
DE
BOMBEIROS,

QUE COMPREHENDE DEZ TRATADOS; O PRIMEIRO DA GEOMETRIA, O SEGUNDO de huma nova Trigonometria, o terceiro da Longimetria, o quarto da Altimetria, o quinto dos Morteiros, o sexto dos Pedreiros, o setimo dos Obuz, o oitavo dos Petardos, o nono das Bateiras dos Morteiros, com dous Appendix: o primeiro do methodo mais facil, que se póde inventar, para lançar o remuro de balas, e bombas nas Pilhas: o segundo, como dado hum momento debilas, ou bombas, se lhe podem achar os lados das pilhas, que se quizerem formar, ou sejão triangulares, ou quadrangulares, o decimo da Pyrobolia, ou fogos artificiaes da guerra, com dous Appendix: o primeiro dos fogos extraordinarios, o segundo dos Foguetes, e Candieiros de mesilha.

OBRA NOVA, E AINDA NAM ESCRITA DE AUTHOR Portuguez, utilissima para se ensinarem os novos Soldados Bombeiros, por preguntas, e respostas.

D E D I C A D O

AO ILLUSTRISSIMO, E EXCELLENTISSIMO SENHOR

GOMES FREIRE
DE ANDRADA

Do Conselho de Sua Magestade, Sargento Mór de Batalha de seus Exercitos, Governador, e Capitaõ General do Rio de Janeiro, e Minas Geraes.

POR

JOZE FERNANDES
PINTO ALPOYM,

CAVALLEIRO PROFESSO NA ORDEM DE CHRISTO, TENENTE DE MESTRE DE CAMPO GENERAL, com exercicio de ENGENHEIRO, e de Sargento Mayor, no Batalhaõ da Artilharia, de que he Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho, Lente da mesma, pot seu Magestade, que Deos guarde, na Academia do Rio de Janeiro.

EN MADRID,
En la Officina de FRANCISCO MARTINEZ ABAD.

Año de M. DCC. XXXXVII.
Com todas as licenças necessarias.

Alpoym, 1748.
(Acervo de José Augusto Bezerra).

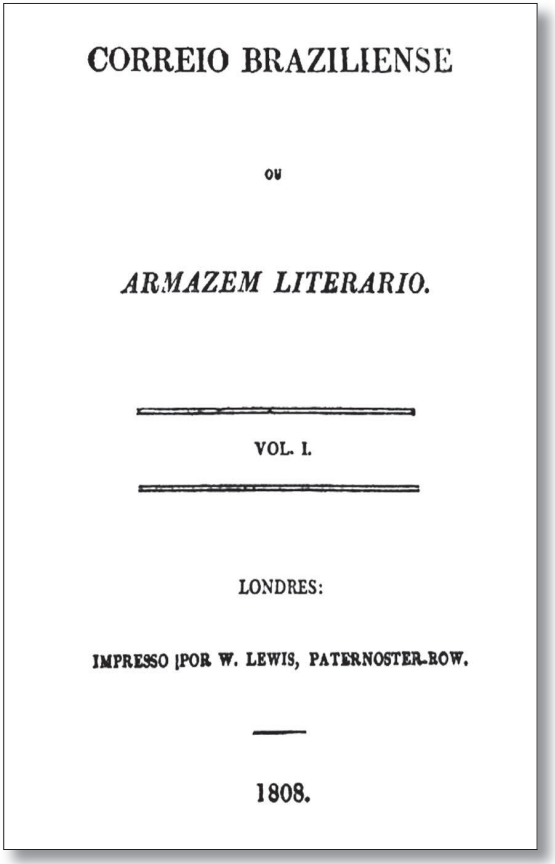
O padre mineiro José Joaquim Viegas de Menezes, em 1807, um ano antes da Impressão Régia, imprimiu em Vila Rica um opúsculo de 18 páginas. Não usou tipos, abriu-o em chapas de cobre, inserindo na capa gravura representando o

governador e sua mulher, conforme registro da historiadora Isabel Lustosa (LUSTOSA, 2000: p. 66). O autor do opúsculo foi Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, que homenageava o governador da Província, Pedro Maria Xavier de Athayde e Melo.

O primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, fundado por Hipólito da Costa, em 01/06/1808, editado em Londres, antecipou-se à Impressão Régia, no gênero. Poucos meses depois, em 10/09/1808, surgiu a *Gazeta do Rio de Janeiro*, órgão oficial do governo. O *Correio Braziliense* funcionou de 1808 a 1822 como o mais completo órgão informativo da imprensa brasileira, no período, tendo deixado impressos 29 grossos volumes. Deu por terminada a sua missão quando o seu fundador viu a Independência do Brasil se tornar realidade.

Em 13/09/1999, por iniciativa do Congresso Nacional, a Lei Federal nº. 9831 consagrou o dia 1º. de junho como o *Dia da Imprensa Brasileira*.

Isabel Lustosa, usando as palavras de Carlos Rizzini, declara que o *Correio* foi o nosso único jornal "informativo, doutrinário e pugnaz", e, por conta dele, Hipólito é não só o fundador da imprensa brasileira como também o criador da imprensa política lusitana (LUSTOSA, 2000: 73).



CORREIO BRAZILIENSE

OU

ARMAZEM LITERARIO.

VOL. I.

LONDRES:

IMPRESSO POR W. LEWIS, PATERNOSTER-ROW.

1808.

Primeiro número do *Correio Braziliense*.
(Acervo de José Augusto Bezerra)

Esses acontecimentos pré-Impressão Régia no Brasil mostram a engrenagem dos nossos quase trezentos anos de atraso em relação ao início da imprensa no Continente.

Embora tal atraso possa parecer humilhante, em nosso entendimento, porém, não podemos considerar apenas a linha do tempo, mas também e, principalmente, a importância da imprensa em cada região.

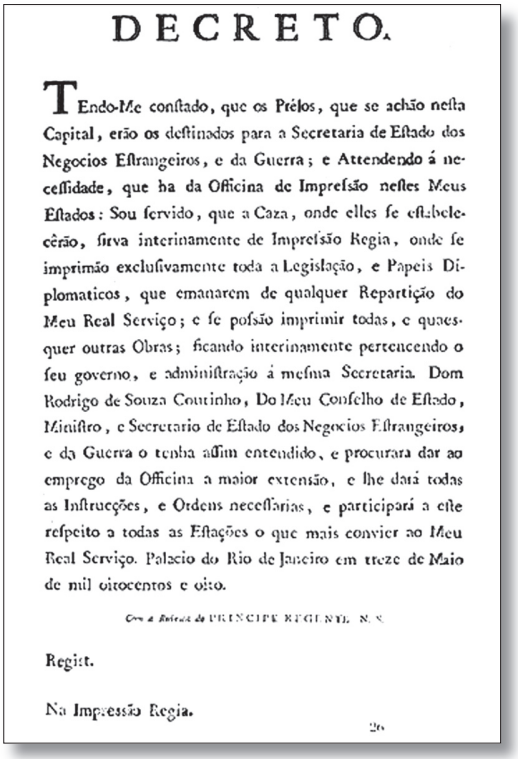
A imprensa no Brasil surgiu como o centro das comunicações de um Reino que, a partir da América do Sul, comandava Portugal e outras regiões do mundo.

Queimou etapas, produziu belas obras e documentos da maior relevância, utilizou profissionais de nomeada e máquinas modernas. O que semelha, à primeira vista, desvantagem, pode ter sido, assim, pela mão do destino, vantagem.

Imprensa Régia ou Impressão Régia?

É comum encontrarmos, mesmo entre estudiosos, o uso da expressão *Imprensa Régia* em vez de *Impressão Régia*. Talvez a palavra imprensa seja usada tão freqüentemente, na atualidade, que pareça normal utilizá-la como sinônimo de impressão.

Para dirimir dúvidas, é oportuno esclarecer que o nome da primeira Editora do Brasil é *Impressão Régia*, o qual consta no decreto da sua criação.



DECRETO.

TEndo-Me conſtado, que os Prélos, que se achão neſta Capital, erão os deſtinados para a Secretaria de Eſtado dos Negocios Eſtrangeiros, e da Guerra; e Attendendo á neceſſidade, que ha da Officina de Impreſsão neſtes Meus Eſtados: Sou ſervido, que a Caza, onde elles ſe eſtabelecêrão, ſirva interinamente de Impreſsão Regia, onde ſe imprimão excluſivamente toda a Legislação, e Papeis Diplomaticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço; e ſe poſsão imprimir todas, e quaesquer outras Obras; ficando interinamente pertencendo o ſeu governo, e adminiſtração á meſma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Do Meu Conſelho de Eſtado, Miniſtro, e Secretario de Eſtado dos Negocios Eſtrangeiros, e da Guerra o tenha aſſim entendido, e procurara dar ao emprego da Officina a maior extensão, e lhe dará todas as Inſtrucções, e Ordens neceſſarias, e participará a eſte reſpeito a todas as Eſtações o que mais convier ao Meu Real Serviço. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Maio de mil oitocentos e oito.

Com a Rubrica do PRINCIPE REGENTE N. S.

Regist.

Na Impressão Regia.

Decreto de criação da Impressão Regia (Acervo de José Augusto Bezerra)

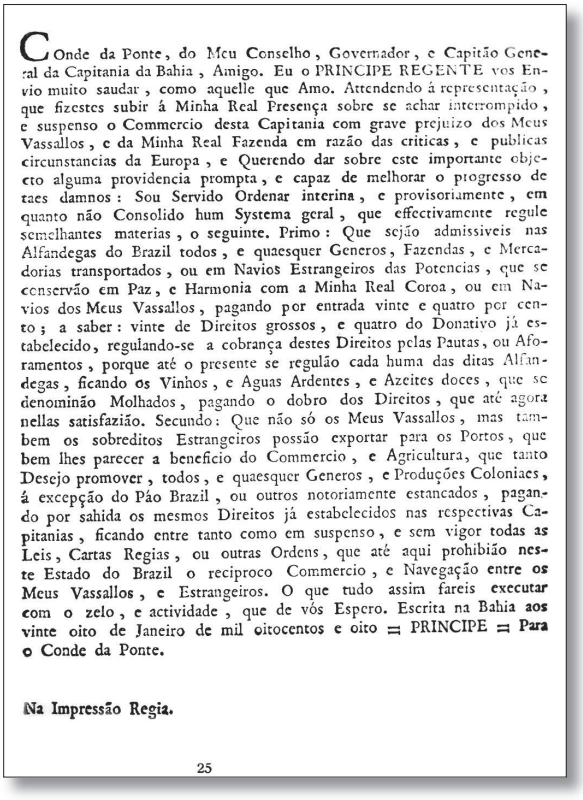
A chegada da Corte ao Brasil em 7 de março de 1808

A partir de novembro de 2007 e por todo o ano de 2008, se comemoraram os 200 anos da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil.

Em virtude de um decreto de 26 de novembro de 1807, que temos em nosso acervo, assinado pelo próprio D.João VI, a Corte saiu do rio Tejo em 29 de novembro do mesmo ano, em uma esquadra de sete naus, cinco fragatas, dois brigues, duas charruas e muitos navios mercantes, escoltados pela esquadra inglesa, comandada pelo vice-almirante Graham Moore (VARNHAGEN, *História Geral do Brasil,* 1962, t.5, 34, 105).

Em 22 de janeiro de 1808 atracaram na Bahia e ali permaneceram até o dia 26 de fevereiro. Nessa curta temporada assinou-se a Carta Régia da abertura dos portos às nações amigas e fundou-se uma Escola Médico-Cirúrgica em Salvador. Continuando a viagem, chegaram ao Rio de Janeiro em 7 de março de1808 (VARNHAGEN, 1962, t.5, 89, 90).

É conveniente observar que os atos anteriores à Impressão Régia, como o da abertura dos portos, só foram impressos após a criação dela, em 13 de maio de 1808. Neles constam o nome "Impressão Régia", não existente antes daquela data.



Conde da Ponte, do Meu Conselho, Governador, e Capitão General da Capitania da Bahia, Amigo. Eu o PRINCIPE REGENTE vos Envio muito saudar, como aquelle que Amo. Attendendo á representação, que fizestes subir á Minha Real Presença sobre se achar interrompido, e suspenso o Commercio desta Capitania com grave prejuizo dos Meus Vassallos, e da Minha Real Fazenda em razão das criticas, e publicas circunstancias da Europa, e Querendo dar sobre este importante objecto alguma providencia prompta, e capaz de melhorar o progresso de taes damnos: Sou Servido Ordenar interina, e provisoriamente, em quanto não Consolido hum Systema geral, que effectivamente regule semelhantes materias, o seguinte. Primo: Que sejão admissiveis nas Alfandegas do Brazil todos, e quaesquer Generos, Fazendas, e Mercadorias transportados, ou em Navios Estrangeiros das Potencias, que se conservão em Paz, e Harmonia com a Minha Real Coroa, ou em Navios dos Meus Vassallos, pagando por entrada vinte e quatro por cento; a saber: vinte de Direitos grossos, e quatro do Donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes Direitos pelas Pautas, ou Aforamentos, porque até o presente se regulão cada huma das ditas Alfandegas, ficando os Vinhos, e Aguas Ardentes, e Azeites doces, que se denominão Molhados, pagando o dobro dos Direitos, que até agora nellas satisfazião. Secundo: Que não só os Meus Vassallos, mas tambem os sobreditos Estrangeiros possão exportar para os Portos, que bem lhes parecer a beneficio do Commercio, e Agricultura, que tanto Desejo promover, todos, e quaesquer Generos, e Produções Coloniaes, á excepção do Páo Brazil, ou outros notoriamente estancados, pagando por sahida os mesmos Direitos já estabelecidos nas respectivas Capitanias, ficando entre tanto como em suspenso, e sem vigor todas as Leis, Cartas Regias, ou outras Ordens, que até aqui prohibião neste Estado do Brazil o reciproco Commercio, e Navegação entre os Meus Vassallos, e Estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo, e actividade, que de vós Espero. Escrita na Bahia aos vinte oito de Janeiro de mil oitocentos e oito = PRINCIPE = Para o Conde da Ponte.

Na Impressão Regia.

25

Carta régia promovendo a Abertura dos Portos no Brasil. Manuscrita na Bahia em 28/01/1808. Impressa depois de 13/05/1808. (Acervo de José Augusto Bezerra).

Os eventos comemorativos lembraram uma decisão corajosa, porquanto nunca uma família real européia havia posto os pés no Novo Mundo. Ao transferir a sua Corte para o Rio de Janeiro, Portugal surpreendeu o próprio Napoleão Bonaparte que, nas suas memórias, escritas pouco antes de morrer, disse que D. João VI fora o único que o enganara (GOMES, 2007: 27).

Em virtude da iniciativa, o Brasil foi o único país das Américas a possuir reis e imperadores, o que muito influenciou na sua unidade territorial e política posterior.

Embora os números sejam discutíveis, supõe-se que naquele tempo a cidade do Rio de Janeiro possuía 60.000 habitantes, conforme o viajante e historiador John Luccock (1820: 42). Subitamente teve que abrigar 10.000 a 15.000 novos personagens, na maioria composta de nobres e burgueses, que chegavam ao Brasil com a perspectiva de uma longa temporada entre nós. Para grande parte deles e para muitos parentes que depois vieram, a vinda se tornaria definitiva.

Os costumes e as necessidades dos membros da comitiva provocaram uma revolução cultural. O Brasil, que não existia como nação, foi sendo estruturado. A abertura dos portos, a criação do Banco do Brasil, da Escola Médico-Cirúrgica, da Biblioteca Real, da Impressão Régia, do Jardim Botânico, da Escola de Ciências, Artes e Ofícios, da Academia Militar, do Teatro São João e de muitas outras instituições, pavimentaram um caminho sem volta em direção ao crescimento. Em dez anos, a cidade duplicou o número de habitantes e se projetou internacionalmente.

A Impressão Régia

A nau *Meduza,* uma das que compunham a frota que conduzia a Corte Portuguesa para o Brasil, trazia entre importantes pertences da sua carga, *uma tipografia completa.* Encomendada à Inglaterra para a Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra, de Portugal, ainda estava encaixotada no porto de Lisboa, quando foi desviada para o novo endereço da família real, no Rio de Janeiro. Tudo isso feito sob a inspiração de Antonio de Araújo, futuro Conde da Barca (LUSTOSA, 2000: 66*).*

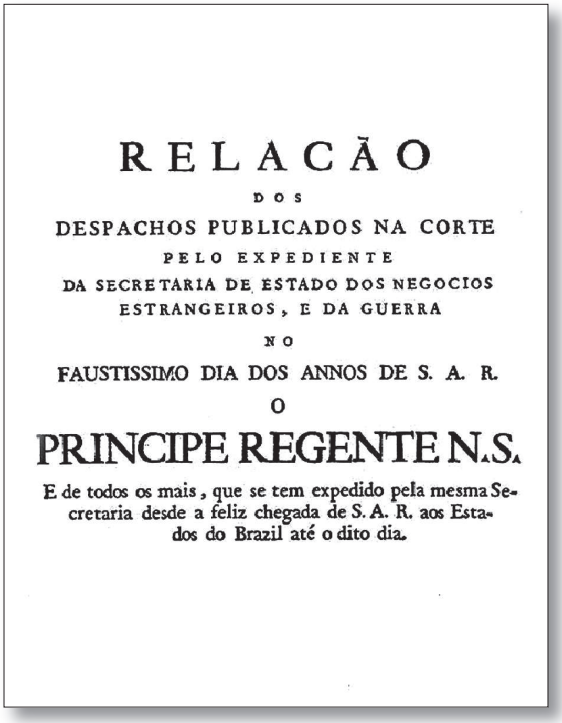
Tais prelos e material tipográfico da melhor qualidade foram instalados no andar térreo de um prédio da rua dos Barbonos, esquina da

rua das Marrecas. O decreto que criava a Impressão Régia, feito apenas dois meses após a chegada da família real, tinha uma data especial: 13 de maio, dia do aniversário de D. João VI.

Sobre o acontecimento exultou Luiz Gonçalves dos Sanctos, o famoso Padre Perereca, em *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil*: "*O Brasil até o feliz dia 13 de maio de 1808 não conhecia o que era Tipografia. Foi necessário que a brilhante Face do Príncipe Regente Nosso Senhor, bem como refulgente Sol, viesse vivificar este Pais [...] dissipando as trevas da ignorância, cujas negras e medonhas nuvens cobriam todo o Brasil e interceptavam as luzes da sabedoria...*" (SANCTOS, 1825, t. I, 80).

Hipólito da Costa, anteriormente mencionado, assim também se expressou no *Correio Braziliense*: "[...] Tarde, desgraçadamente tarde, mas, enfim, apareceram tipos no Brasil, e eu de todo meu coração, dou parabéns aos meus compatriotas brasilienses*"* (COSTA, t.I, 394).

No mesmo dia do decreto, surge a primeira publicação da Impressão Régia, uma espécie de Diário Oficial, com o resumo das nomeações, promoções, reformas, etc. no Exército Brasileiro, depois da chegada da Corte ao País, até o dia 13 de maio de 1808, e também com uma relação de decretos e cartas régias, com o título de *Relação dos Despachos Publicados na Corte pelo Expediente da Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra.*



RELACÃO

DOS

DESPACHOS PUBLICADOS NA CORTE

PELO EXPEDIENTE

DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS, E DA GUERRA

NO

FAUSTISSIMO DIA DOS ANNOS DE S. A. R.

O

PRINCIPE REGENTE N.S.

E de todos os mais, que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de S. A. R. aos Estados do Brazil até o dito dia.

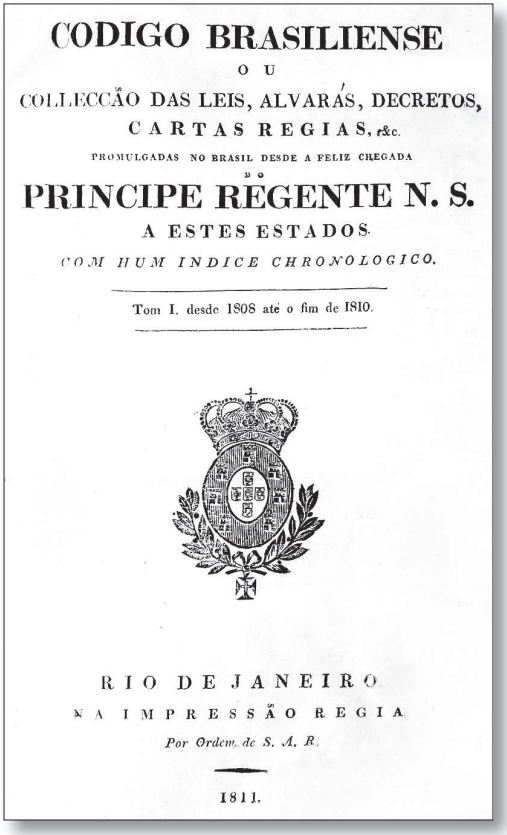
13/05/1808 – Primeira Impressão Régia. (CAMARGO/MORAES, Bibliografia da Impressão Régia no Brasil, 1993: p. 13).

Esta primeira publicação, simples no conteúdo, é importante para a bibliografia brasileira por significar o início de uma poderosa transformação em nossa história.

Em virtude da emergência e da falta de compreensão sobre a importância daqueles instantes iniciais, não se foi documentando a ordem cronológica nem os títulos, tornando-se, hoje, impossível dizer com segurança qual foi o segundo documento impresso.

Observe-se ainda que a dificuldade de se encontrarem papéis oficiais (cartas-régias, alvarás, decretos), levou, em 1811, à compilação de todos os atos do governo, editados desde a chegada do Príncipe Regente ao Brasil.

A Impressão Régia mandou imprimir um índice cronológico e uma folha de rosto para o tomo I, com o título *Código Brasiliense*, que enfeixava todas as leis, alvarás, decretos, Cartas Régias, tratados, editais etc, publicados entre 1808 e 1810. O tomo II, após atualizações das folhas de rosto e índices, em 1812, 1814 e 1815, foi, por último, concluído em 1820, com as leis até 1819. Portanto, a legislação publicada de 1808 a 1819, com exceção de pouquíssimas leis avulsas, estava contida em dois volumes, com seus respectivos índices anuais (MORAES, 1975: 151).


CODIGO BRASILIENSE
OU
COLLECÇÃO DAS LEIS, ALVARÁS, DECRETOS,
CARTAS REGIAS, &c.
PROMULGADAS NO BRASIL DESDE A FELIZ CHEGADA
DO
PRINCIPE REGENTE N. S.
A ESTES ESTADOS.
COM HUM INDICE CHRONOLOGICO.
Tom I. desde 1808 até o fim de 1810.
RIO DE JANEIRO
NA IMPRESSÃO REGIA
Por Ordem de S. A. R.
1811.

Impressão Régia, 1811.
(Acervo de José Augusto Bezerra)

A Presidenta da Associação Brasileira de Livreiros Antiquários, Ana Maria Bocayuva de Miranda Jordão, informa: "O *Código Brasiliense* contém os documentos originais, i.é, como impressos na época e postos

em circulação. Os primeiros impressores utilizavam os tipos a seu gosto, daí as diferentes formas de impressão apresentadas" (Disponível em http://sebofino.sites.uol.com.br).

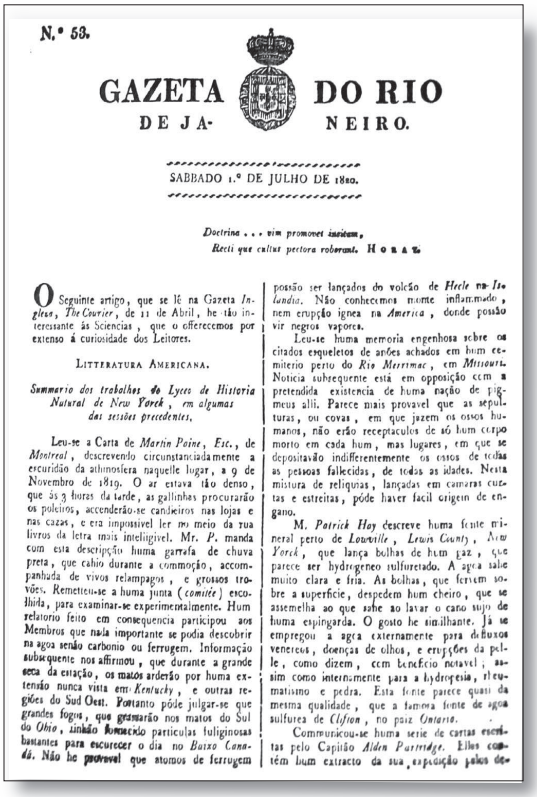
O Código Brasiliense, na atualidade, é raríssimo, existindo pouquíssimos exemplares no mundo.

Alfredo do Valle Cabral procedeu a importante pesquisa e publicou valioso catálogo, em 1881, hoje considerado muito raro, das obras que foram feitas na Impressão Régia.

Posteriormente, a Biblioteca Nacional, em separata dos seus *Anais*, publicou catálogo citando os documentos que Alfredo Cabral não mencionara. Mais à frente, Rubens Borba de Moraes e Ana Maria de Almeida Camargo continuaram esses estudos iniciais e, após a morte do primeiro, Ana Maria de Almeida Camargo, publicou, em 1993, a *Bibliografia da Impressão Régia no Rio de Janeiro (1808-1822),* tendo Rubens Borba de Moraes como co-autor.

A primeira publicação periódica feita no Brasil surgiu no dia 10 de setembro de 1808, com a *Gazeta do Rio de Janeiro,* e a primeira revista apareceu em 1813, com o título de *O Patriota*, sob a égide de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Até 1821 não surgiram outras publicações do gênero.

Em 2 de março de 1821, às vésperas de deixar o Brasil, D. João VI providenciou um decreto que abolia a censura prévia e regulava a liberdade de im-



N.º 53.

GAZETA DO RIO DE JA- NEIRO.

SABBADO 1.º DE JULHO DE 1820.

Doctrina . . . vim promovet insitam,
Recti que cultus pectora roborant. HORAT.

O Seguinte artigo, que se lê na Gazeta *Inglesa*, *The Courier*, de 11 de Abril, he tão interessante ás Sciencias, que o offerecemos por extenso á curiosidade dos Leitores.

LITTERATURA AMERICANA.

Summario dos trabalhos do Lyceo de Historia Natural de New Yorck, em algumas das sessões precedentes.

Leu-se a Carta de *Martin Paine*, *Esc.*, de *Montreal*, descrevendo circunstanciadamente a escuridão da athmosfera naquelle lugar, a 9 de Novembro de 1819. O ar estava tão denso, que ás 3 horas da tarde, as gallinhas procurarão os poleiros, accenderão-se candeiros nas lojas e nas casas, e era impossivel ler no meio da rua livros da letra mais intelligivel. Mr. *P.* manda com esta descripção huma garrafa de chuva preta, que cahio durante a commoção, accompanhada de vivos relampagos, e grossos trovões. Remetteu-se a huma junta (*comité*) escolhida, para examinar-se experimentalmente. Hum relatorio feito em consequencia participou aos Membros que nada importante se podia descobrir na agoa senão carbonio ou ferrugem. Informação subsequente nos affirmou, que durante a grande seca da estação, os matos arderão por huma extensão nunca vista em *Kentucky*, e outras regiões do Sud Oest. Portanto póde julgar-se que grandes fogos, que gramarão nos matos do Sul do *Ohio*, sinhão fumaceiro particulas fuliginosas bastantes para escurecer o dia no *Baixo Canadá*. Não he provavel que atomos de ferrugem possão ser lançados do volcão de *Hecle* na *Islandia*. Não conhecemos monte inflammado, nem erupção ignea na *America*, donde possão vir negros vapores.

Leu-se huma memoria engenhosa sobre os citados esqueletos de arbres achados em hum cemiterio perto do *Rio Mesrimac*, em *Missouri*. Noticia subsequente está em opposição com a pretendida existencia de huma nação de pigmeus alli. Parece mais provavel que as sepulturas, ou covas, em que jazem os ossos humanos, não erão receptaculos de só hum corpo morto em cada hum, mas lugares, em que se depositavão indifferentemente os ossos de todas as pessoas fallecidas, de todas as idades. Nesta mistura de reliquias, lançadas em camaras cuctas e estreitas, póde haver facil origem de engano.

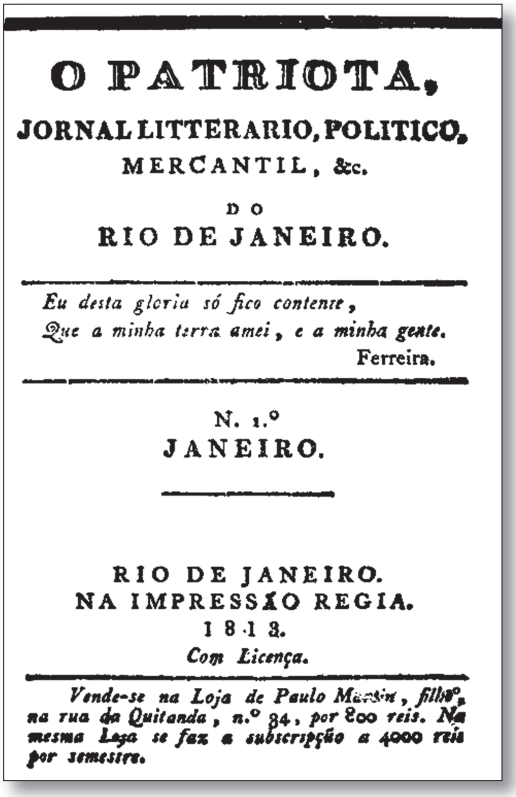
M. *Patrick Hoy* descreve huma fonte mineral perto de *Lowville*, *Lewis County*, *New Yorck*, que lança bolhas de hum gaz, que parece ser hydrogeneo sulfuretado. A agoa sahe muito clara e fria. As bolhas, que fervem sobre a superficie, despedem hum cheiro, que se assemelha ao que sahe ao lavar o cano sujo de huma espingarda. O gosto he similhante. Já se empregou a agoa externamente para defluxos venereos, doenças de olhos, e erupções da pelle, como dizem, com beneficio notavel, assim como internamente para a hydropesia, rheumatismo e pedra. Esta fonte parece quasi da mesma qualidade, que a famosa fonte de agoa sulfurea de *Clifton*, no paiz *Ontario*.

Communicou-se huma serie de cartas escritas pelo Capitão *Alden Partridge*. Ellas contém hum extracto da sua expedição pelos de-

Semeraro/Ayrosa, *História da Tipografia no Brasil,* 1979: 41.

prensa. Não extinguia a prática da censura, mas atenuava a forma como era feita. Em 28 de agosto do mesmo ano, entretanto, D. Pedro I complementou a lei, ao expressar, contundentemente: "[...] que não se embarace por pretexto algum a impressão que se quiser fazer de qualquer texto escrito" [...] (LUSTOSA/entrevista: disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub181120032. htm).

A Impressão Régia, como única impressora do Rio de Janeiro, até 2 de março de 1821, quando foram permitidas outras impressoras de particulares, publicou um imenso número de obras sobre os mais variados temas, os quais abrangeram campos como os da Matemática, Medicina, História, Poesia, Música, Teatro, Arte, Religião, Astronomia, Jornalismo, Romance, Botânica e tantos mais, numa fantástica contribuição ao nosso progresso em todos os domínios da cultura.



O PATRIOTA,

JORNAL LITTERARIO, POLITICO,

MERCANTIL, &c.

DO

RIO DE JANEIRO.

Eu desta gloria só fico contente,
Que a minha terra amei, e a minha gente.
Ferreira.

N. 1.º
JANEIRO.

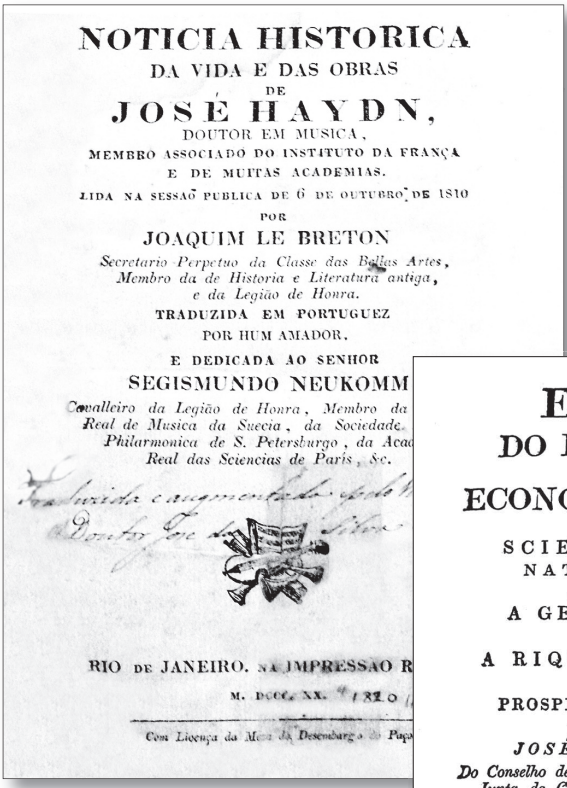
RIO DE JANEIRO.
NA IMPRESSÃO REGIA.
1813.
Com Licença.

Vende-se na Loja de Paulo Martin, filho, na rua da Quitanda, n.º 34, por 200 reis. Na mesma Loja se faz a subscripção a 4000 reis por semestre.

Semeraro/Ayrosa, *História da Tipografia no Brasil,* 1979: p. 35.

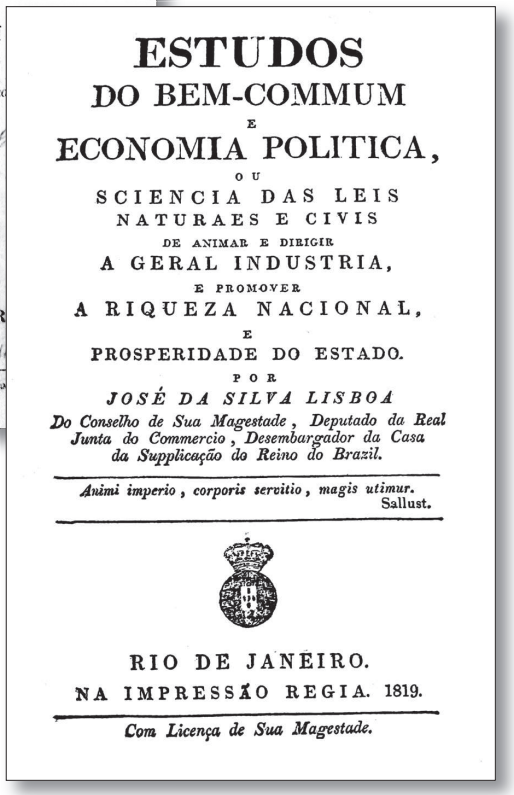
Exemplos da Impressão Régia em vários campos de atividade

Obras do acervo de José Augusto Bezerra



NOTICIA HISTORICA
DA VIDA E DAS OBRAS
DE
JOSÉ HAYDN,
DOUTOR EM MUSICA,
MEMBRO ASSOCIADO DO INSTITUTO DA FRANÇA
E DE MUITAS ACADEMIAS.
LIDA NA SESSÃO PUBLICA DE 6 DE OUTUBRO DE 1810
POR
JOAQUIM LE BRETON
Secretario Perpetuo da Classe das Bellas Artes, Membro da de Historia e Literatura antiga, e da Legião de Honra.
TRADUZIDA EM PORTUGUEZ
POR HUM AMADOR.
E DEDICADA AO SENHOR
SEGISMUNDO NEUKOMM
Cavalleiro da Legião de Honra, Membro da Real de Musica da Suecia, da Sociedade Philarmonica de S. Petersburgo, da Academia Real das Sciencias de Paris, &c.
RIO DE JANEIRO. NA IMPRESSÃO R
M. DCCC. XX. 1820
Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço

Primeiro livro sobre Música no Brasil - 1810



ESTUDOS
DO BEM-COMMUM
E
ECONOMIA POLITICA,
OU
SCIENCIA DAS LEIS
NATURAES E CIVIS
DE ANIMAR E DIRIGIR
A GERAL INDUSTRIA,
E PROMOVER
A RIQUEZA NACIONAL,
E
PROSPERIDADE DO ESTADO.
POR
JOSÉ DA SILVA LISBOA
Do Conselho de Sua Magestade, Deputado da Real Junta do Commercio, Desembargador da Casa da Supplicação do Reino do Brazil.
Animi imperio, corporis servitio, magis utimur.
Sallust.
RIO DE JANEIRO.
NA IMPRESSÃO REGIA. 1819.
Com Licença de Sua Magestade.

Estudos sobre Economia e Política - 1819

O clássico da Medicina
no Brasil Colonial - 1815

COMPENDIOS

DE

MEDICINA PRATICA

FEITOS POR ORDEM

DE

SUA ALTEZA REAL

ORGANISADOS POR

JOSÉ MARIA BOMTEMPO,

MEDICO DA SUA REAL CAMARA.

RIO DE JANEIRO 1815.

NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.

MONUMENTO

Á

ELEVAÇÃO DA COLONIA DO

BRAZIL A REINO,

E AO

ESTABELECIMENTO

DO

TRIPLICE IMPERIO LUSC

AS OBRAS DE

PUBLIO VIRGILIO MARO,

TRADUZIDAS EM VERSO PORTUGUEZ,

E ANNOTADAS POR

ANTONIO JOSE' DE LIMA LEITÃO,

Cavalleiro da Ordem de Christo, Doutor em Medicina pela Escola de Paris, e Physico Mor da Capitania de Moçambique.

Contendo as Bucólicas, e as Geórgicas.

B.C.N.S.

RIO DE JANEIRO: 1818.

NA TYPOGRAPHIA REAL.

Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

Tradução das obras
de Virgilio - 1818

A Impressão Régia possuiu várias denominações: *Imprensa Nacional; Typographia Real; Typographia Régia; Typographia Nacional; Régia Typographia* e, finalmente, o nome atual de *Imprensa Nacional*. Tomando o Rio de Janeiro como ponto de partida, em 1808, podemos observar o surgimento da imprensa brasileira, em cada Estado (SEMERARO/AYROSA, *História da Tipografia no Brasil*, 1979: p. 8-20):

Rio de Janeiro 1808	Paraíba 1826	Sergipe 1832
Bahia 1811	Rio G. do Sul 1827	Piauí 1833
Pernambuco 1817	São Paulo 1827	Mato Grosso 1840
Maranhão 1821	Goiás 1830	Espírito Santo 1849
Pará 1821	Santa Catarina 1831	Amazonas 1851
Minas Gerais 1822	Alagoas 1831	Paraná 1854
Ceará 1824	Rio G. do Norte 1832	

A Impressão Régia no Ceará

O Ceará estivera subordinado à Província de Pernambuco até 1799. Em 1808, era uma economia basicamente agrícola, de modesta importância, começando a se organizar administrativamente.

Na primeira fase desse estudo, quando discorremos sobre a Impressão Régia no Brasil, recorremos a várias importantes fontes sobre o tema. No caso do Ceará, como não localizamos estudos acerca da matéria, valemo-nos dos dados possíveis de coletar. Esperamos que tal contribuição seja acrescida de mais pesquisas, no sentido de aprimorá-la, futuramente.

O objetivo é preservar a nossa memória, por meio desses raros ou raríssimos documentos (em alguns casos só conhecemos um original em bom estado), para não correrrmos o risco de que futuras gerações venham a ficar desprovidas de registros que elucidem ou comprovem fatos da nossa história.

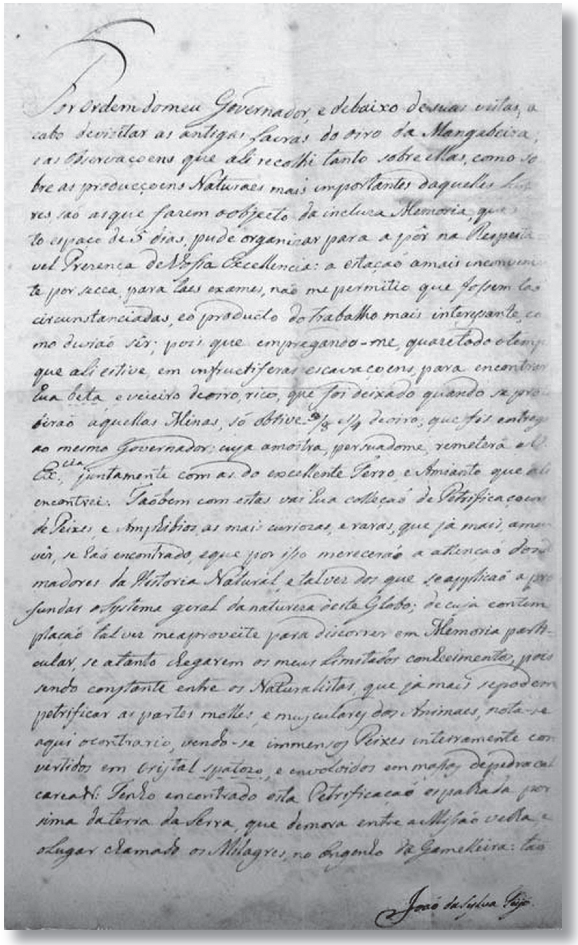
1810

Preambulo ao Ensaio filosofico, e politico sobre a Capitania do Ceará para servir á sua Historia geral, pelo Sargento Mór, e Naturalista João da Silva Feijó, Encarregado das Investigações Filosoficas da mesma Capitania. (*Sic*)**.**

A obra foi anunciada na *Gazeta do Rio de Janeiro* de 9 jun. 1810. Cabral, baseando-se nesta fonte e no Registro da Biblioteca Nacional, acresce ao seu comentário a referência ao original manuscrito de João da Silva Feijó, datado de 17 dez. 1808, conservado na própria Biblioteca Nacional; menciona igualmente algumas cartas geográficas relativas ao Ceará feitas pelo Naturalista. Sobre o autor, consultar G.S. Nobre - *João da Silva Feijó: um Naturalista no Ceará.* (VALLE CABRAL, 155); (CAMARGO/MORAES, *Bibliografia da Impressão Régia,* 1993, v.1: 173).

Obs: Em nossa biblioteca particular existe manuscrito de 1800, assinado pelo mesmo naturalista, sobre as antigas lavras de ouro da Mangabeira. Tal documento, dos mais antigos do Ceará Independente, pertenceu, anteriormente, à famosa biblioteca do bibliófilo Clado Ribeiro de Lessa.

A carta introdutória do relatório das minas pode ser considerada parte da pré-Impressão Régia. Nela



Primeiras informações sobre o futuro impresso *Preâmbulos ao Ensaio Filosófico*. (Acervo de José Augusto Bezerra)

o autor menciona diligências filosóficas, com vistas, certamente, ao trabalho *Preâmbulos ao Ensaio Filosófico e Político Sobre a Capitania do Ceará[...]* mencionado há pouco, e que em nosso entender é o primeiro impresso feito no Brasil, sobre o nosso Estado.

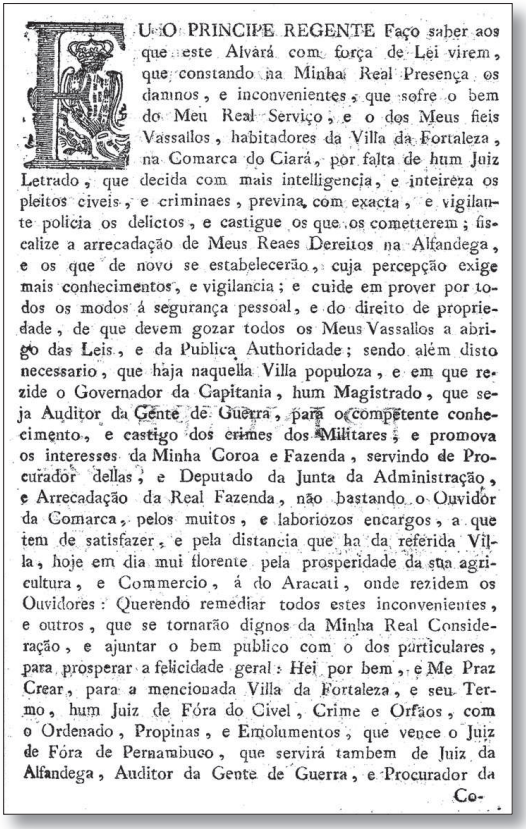
1810

EU O PRINCIPE REGENTE Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem, que constando na Minha Real Presença os damnos, e inconvenientes, que soffre o bem do Meu Real Serviço, e o dos Meus fieis Vassallos, habitadores da Villa da Fortaleza, … [no fim] **Na Impressão Regia.**

31,5 X 21,5; 2 pp. S. n.; imprenta ao fim da 2ª p.

Datado de 24 jun. 1810, é o "Alvará com força de Lei, pelo qual Vossa Alteza Real Ha por bem Crear hum Juiz de Fóra do Civel, Crime, e Orfãos para a Villa da Fortaleza, e seu Termo, na Comarca do Ciará, para servir tambem de Auditor da Gente de Guerra, Juiz da Alfandega, Procurador, e Deputado da Junta da Administração, e Arrecadação da Real Fazenda", conforme ementa. Há outra edição, com pequenas diferenças de grafia.

(CAMARGO & MORAES, v. 2, 149).



EU O PRINCIPE REGENTE Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem, que constando na Minha Real Presença os damnos, e inconvenientes, que soffre o bem do Meu Real Serviço, e o dos Meus fieis Vassallos, habitadores da Villa da Fortaleza, na Comarca do Ciará, por falta de hum Juiz Letrado, que decida com mais intelligencia, e inteireza os pleitos civeis, e criminaes, previna com exacta, e vigilante policia os delictos, e castigue os que os cometterem; fiscalize a arrecadação de Meus Reaes Dereitos na Alfandega, e os que de novo se estabelecerão, cuja percepção exige mais conhecimentos, e vigilancia; e cuide em prover por todos os modos á segurança pessoal, e do direito de propriedade, de que devem gozar todos os Meus Vassallos a abrigo das Leis, e da Publica Authoridade; sendo além disto necessario, que haja naquella Villa populoza, e em que reside o Governador da Capitania, hum Magistrado, que seja Auditor da Gente de Guerra, para o competente conhecimento, e castigo dos crimes dos Militares; e promova os interesses da Minha Coroa e Fazenda, servindo de Procurador dellas, e Deputado da Junta da Administração, e Arrecadação da Real Fazenda, não bastando o Ouvidor da Comarca, pelos muitos, e laboriozos encargos, a que tem de satisfazer, e pela distancia que ha da referida Villa, hoje em dia mui florente pela prosperidade da sua agricultura, e Commercio, á do Aracati, onde rezidem os Ouvidores: Querendo remediar todos estes inconvenientes, e outros, que se tornarão dignos da Minha Real Consideração, e ajuntar o bem publico com o dos particulares, para prosperar a felicidade geral: Hei por bem, e Me Praz Crear, para a mencionada Villa da Fortaleza, e seu Termo, hum Juiz de Fóra do Civel, Crime e Orfãos, com o Ordenado, Propinas, e Emolumentos, que vence o Juiz de Fóra de Pernambuco, que servirá tambem de Juiz da Alfandega, Auditor da Gente de Guerra, e Procurador da Co-

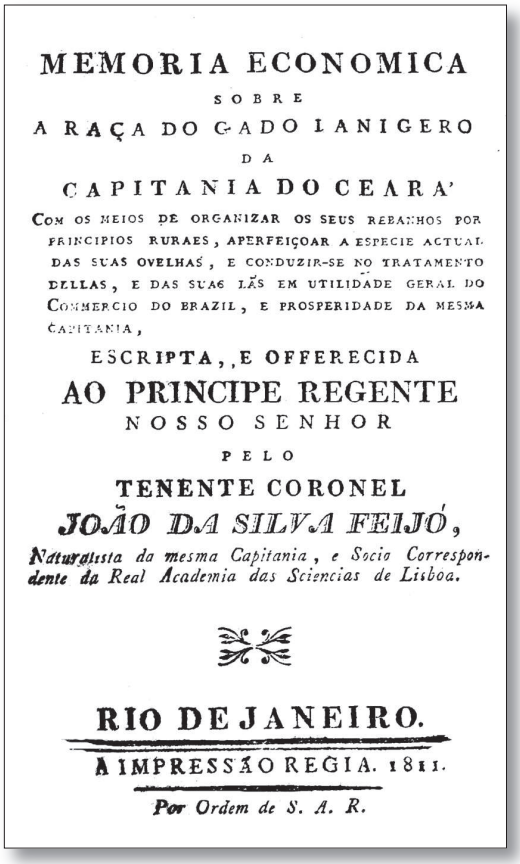
Alvará de 1810
(Acervo de José Augusto Bezerra)

1811

MEMORIA ECONOMICA SOBRE A RAÇA DO GADO LANIGERO DA CAPITANIA DO CEARÁ Com os meios de organizar os seus rebanhos por princípios ruraes, aperfeiçoar a espécie actual das suas ovelhas, e conduzir-se no tratamento dellas, e das suas lãs em utilidade geral do Commercio do brazil, e prosperidade da mesma capitania, ESCRIPTA, E OFFERECIDA AO PRINCIPE REGENTE NOSSO SENHOR PELO TENENTE CORONEL JOÃO DA SILVA FEIJÓ, Naturalista da mesma Capitania, e Socio Correspondente da Real Academia das Sciencias de Lisboa. [vinheta] **RIO DE JANEIRO. NA IMPRESSÃO REGIA. 1811. Por Ordem de S.A.R.**

20,5 X 12,5; f. de rosto, p. s.n., p. II a XIV, p. 1 a 38, p. s.n. com erratas, p. em branco.

Nesta conhecida memória, o autor estuda a produção da lã e o seu preparo, recomendando a intensificação da criação de carneiros no Ceará. Alguns trabalhos de Feijó foram publicados n'**O PATRIOTA**. Sobre sua bibliografia, consultar Blake (4, 49-50). (VALLE CABRAL, 221); (J. C. RODRIGUES, 968); (CAMARGO & MORAES, v. 1, 242).


MEMORIA ECONOMICA
SOBRE
A RAÇA DO GADO LANIGERO
DA
CAPITANIA DO CEARA'
COM OS MEIOS DE ORGANIZAR OS SEUS REBANHOS POR PRINCIPIOS RURAES, APERFEIÇOAR A ESPECIE ACTUAL DAS SUAS OVELHAS, E CONDUZIR-SE NO TRATAMENTO DELLAS, E DAS SUAS LÃS EM UTILIDADE GERAL DO COMMERCIO DO BRAZIL, E PROSPERIDADE DA MESMA CAPITANIA,
ESCRIPTA, E OFFERECIDA
AO PRINCIPE REGENTE
NOSSO SENHOR
PELO
TENENTE CORONEL
JOÃO DA SILVA FEIJÓ,
Naturalista da mesma Capitania, e Socio Correspondente da Real Academia das Sciencias de Lisboa.
RIO DE JANEIRO.
A IMPRESSÃO REGIA. 1811.
Por Ordem de S. A. R.

Livro sobre princípios rurais, 1811. (Acervo de José Augusto Bezerra)

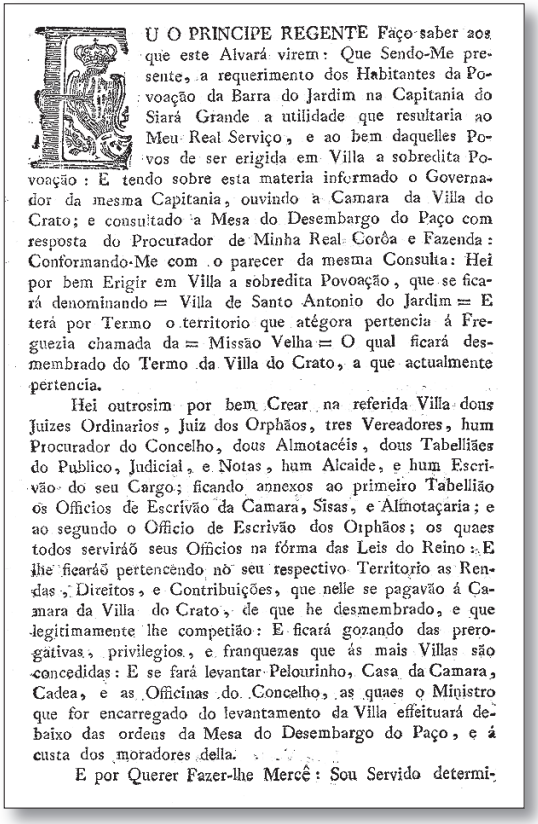
1814

EU O PRINCIPE REGENTE Faço saber aos que este Alvará virem: Que Sendo-Me presente, a requerimento dos Habitantes da Povoação da Barra do Jardim … [no fim] **Na Impressão Regia.**

29 X 20; 3 pp. S.n., p. em branco; imprenta ao fim da 3ª p..

Datado de 30 ago. 1814, é o "Alvará, por que Vossa Alteza Ha por bem Erigir em Villa a Povoação da Barra do Jardim na Capitania do Siará Grande com a denominação de = Villa de Santo Antonio do Jardim = Desmembrando-a do Termo da Villa do Crato; Creando as Justiças, e Officiaes necessarios; e Concedendo-lhe para seu Patrimonio huma Sesmaria d'huma legoa de terra em quadro conjuncta, ou separadamente", conforme ementa. Foi sumariado n'**O PATRIOTA** de nov.-dez. 1814 (p. 115).

(CAMARGO & MORAES, v. 2, 274).



EU O PRINCIPE REGENTE Faço saber aos que este Alvará virem: Que Sendo-Me presente, a requerimento dos Habitantes da Povoação da Barra do Jardim na Capitania do Siará Grande a utilidade que resultaria ao Meu Real Serviço, e ao bem daquelles Povos de ser erigida em Villa a sobredita Povoação: E tendo sobre esta materia informado o Governador da mesma Capitania, ouvindo a Camara da Villa do Crato; e consultado a Mesa do Desembargo do Paço com resposta do Procurador de Minha Real Corôa e Fazenda: Conformando-Me com o parecer da mesma Consulta: Hei por bem Erigir em Villa a sobredita Povoação, que se ficará denominando = Villa de Santo Antonio do Jardim = E terá por Termo o territorio que atégora pertencia á Freguezia chamada da = Missão Velha = O qual ficará desmembrado do Termo da Villa do Crato, a que actualmente pertencia.

Hei outrosim por bem Crear na referida Villa dous Juizes Ordinarios, Juiz dos Orphãos, tres Vereadores, hum Procurador do Concelho, dous Almotacéis, dous Tabelliães do Publico, Judicial, e Notas, hum Alcaide, e hum Escrivão do seu Cargo; ficando annexos ao primeiro Tabellião os Officios de Escrivão da Camara, Sisas, e Almotaçaria; e ao segundo o Officio de Escrivão dos Orphãos; os quaes todos serviráõ seus Officios na fórma das Leis do Reino: E lhe ficaráõ pertencendo no seu respectivo Territorio as Rendas, Direitos, e Contribuições, que nelle se pagavão á Camara da Villa do Crato, de que he desmembrado, e que legitimamente lhe competião: E ficará gozando das prerogativas, privilegios, e franquezas que ás mais Villas são concedidas: E se fará levantar Pelourinho, Casa da Camara, Cadea, e as Officinas do Concelho, as quaes o Ministro que for encarregado do levantamento da Villa effeituará debaixo das ordens da Mesa do Desembargo do Paço, e á custa dos moradores della.

E por Querer Fazer-lhe Mercê: Sou Servido determi-

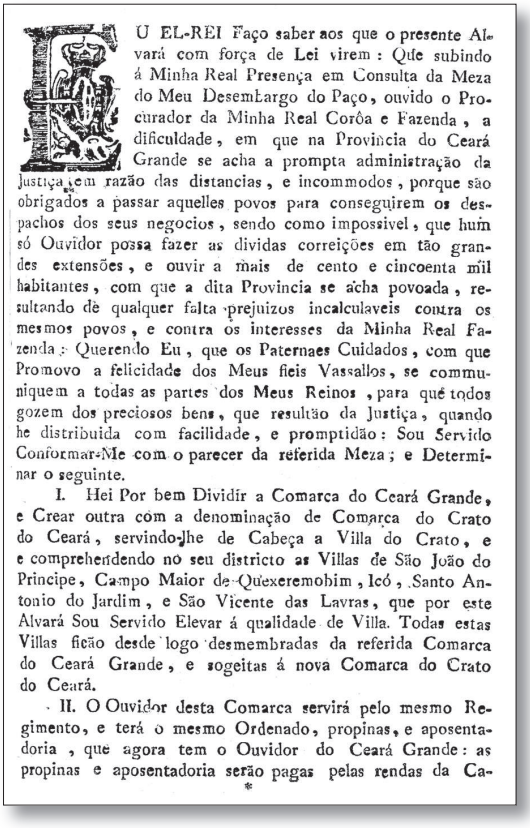
Alvará de 1814.
(Acervo de José Augusto Bezerra)

1816

EU EL-REI Faço saber aos que o presente Alvará com força de Lei virem: Que subindo á Minha Real Presença em Consulta da Meza do Meu Desembargo do Paço, ouvido o Procurador da Minha Real Corôa e Fazenda, a dificuldade, em que na Provincia do Ceará Grande… [no fim] **Na Impressão Regia.**

29 X 20; 5 pp. S.n., p. em branco; imprenta ao fim da 5ª p..

Datado de 27 jun. 1816 e dividido em 8 itens, é o "Alvará com força de Lei, porque Vossa Magestade Ha por bem dividir a Comarca do Ceará Grande, e Crear outra com a denominação de = Comarca do Crato do Ceará =, e os Officios de Escrivão, e Meirinho, para Ella; Annexar ao Lugar de Juiz de Fóra da Villa da Fortaleza as Villas d'Aronches, Messejana, Soure, e Aquiraz; Crear hum Lugar de Juiz de Fóra do Civel, Crime, e Orfãos na Villa do Sobral, ficando-lhe annexas á Villa da Granja, Villa Nova d'El-Rei, e Villa Viçosa Real; e outro na Villa do Aracaty, annexando-lhe a Villa de S. Bernardo, supprimindo-se em todas as Villas annexas os Lugares de Juizes Ordinarios, e dos Orfãos, vencendo os Juizes de Fóra pela Real Fazenda o Ordenado do Juiz de Fóra de



EU EL-REI Faço saber aos que o presente Alvará com força de Lei virem: Que subindo á Minha Real Presença em Consulta da Meza do Meu Desembargo do Paço, ouvido o Procurador da Minha Real Corôa e Fazenda, a dificuldade, em que na Provincia do Ceará Grande se acha a prompta administração da Justiça em razão das distancias, e incommodos, porque são obrigados a passar aquelles povos para conseguirem os despachos dos seus negocios, sendo como impossivel, que hum só Ouvidor possa fazer as dividas correições em tão grandes extensões, e ouvir a mais de cento e cincoenta mil habitantes, com que a dita Provincia se acha povoada, resultando de qualquer falta prejuizos incalculaveis contra os mesmos povos, e contra os interesses da Minha Real Fazenda: Querendo Eu, que os Paternaes Cuidados, com que Promovo a felicidade dos Meus fieis Vassallos, se communiquem a todas as partes dos Meus Reinos, para que todos gozem dos preciosos bens, que resultão da Justiça, quando he distribuida com facilidade, e promptidão: Sou Servido Conformar-Me com o parecer da referida Meza; e Determinar o seguinte.

I. Hei Por bem Dividir a Comarca do Ceará Grande, e Crear outra com a denominação de Comarca do Crato do Ceará, servindo-lhe de Cabeça a Villa do Crato, e e comprehendendo no seu districto as Villas de São João do Principe, Campo Maior de Quexeremobim, Icó, Santo Antonio do Jardim, e São Vicente das Lavras, que por este Alvará Sou Servido Elevar á qualidade de Villa. Todas estas Villas ficão desde logo desmembradas da referida Comarca do Ceará Grande, e sogeitas á nova Comarca do Crato do Ceará.

II. O Ouvidor desta Comarca servirá pelo mesmo Regimento, e terá o mesmo Ordenado, propinas, e aposentadoria, que agora tem o Ouvidor do Ceará Grande: as propinas e aposentadoria serão pagas pelas rendas da Ca-

Alvará de 1816
(Acervo de
José Augusto Bezerra)

Pernambuco, e as mesmas propinas, e apozentadorias, pagas pelas Camaras; e o Ouvidor da nova Comarca, o mesmo Ordenado, propinas, e apozentadorias, pago da mesma fórma, como vence o Ouvidor da Comarca do Ceará Grande; e Erigir em Villa a Povoação de São Vicente Ferrer das Lavras da Mangabeira com a denominação de = Villa de São Vicente das Lavras =; Dando-lhe para patrimonio de Sesmaria huma legoa de terras em quadra, conjuncta, ou separadamente, onde a houver devoluta, com faculdade de afforar em pequenas porções em foros perpétuos, e razoaveis com os Laudemios da Lei", conforme ementa. Foi reproduzido e comentado no **CORREIO BRAZILIENSE** de jul. 1818 (p. 9-12 e 112-113).

(CAMARGO & MORAES, v. 2, 317).

1818

ORAÇÃO DE GRAÇAS RECITADA NO DIA 12 DE OUTUBRO DE 1816 NA IGREJA MATRIZ DA VILLA DA FORTALEZA, CAPITAL DA CAPITANIA DO CEARÁ, PELA FELIZ UNIÃO DOS TRES REINOS DE PORTUGAL, BRAZIL, E ALGARVES; NA SOLEMNIDADE, QUE FEZ CELEBRAR O BATALHÃO DE LINHA DA MESMA CAPITAL, OFFERECIDA AO ILLUSTRISSIMO SENHOR MANOEL IGNACIO DE SAMPAIO, GOVERNADOR DA MESMA CAPITANIA, PELO PADRE GONÇALO IGNACIO DE LOIOLA ALBUQUERQUE E MELLO. RIO DE JANEIRO: 1818. na Typographia Real. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

20 X 14; f. de rosto, 2 pp. S.n. com dedicatória, p. 5 a 30.

O autor tomaria parte na revolução de 1824, no Ceará, sendo preso e executado. Cabral cita a partir de Innocencio (3, 157) e do Registro da Biblioteca Nacional. (VALLE CABRAL, 527); (CAMARGO & MORAES, v. 1, 621).

Exemplar consultado: biblioteca particular de Rubens Borba de Moraes.

Obs:. O padre Gonçalo Ignácio de Loiola Albuquerque e Mello é o mesmo Padre Mororó.

1819

DECRETO. [no fim] **Na Impressão Regia.**

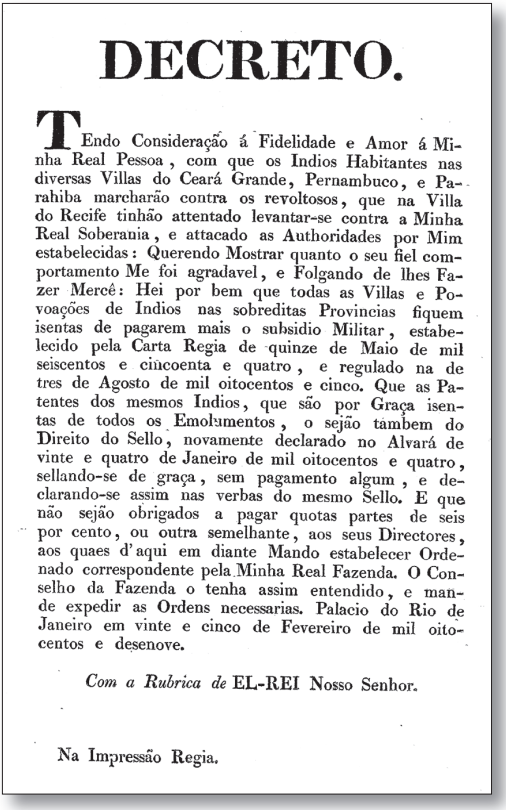
Começa: Tendo Consideração á Fidelidade e Amor á Minha Real Pessoa, com que os Indios Habitantes nas diversas Villas do Ceará Grande, Pernambuco, e Parahiba marcharão…

29 X 20; p. s.n., p. em branco; tít. ao alto e imprenta ao fim da p..

Datado de 25 fev. 1819, é o "Decreto, no qual Sua Magestade Concede varias Graças e Mercês aos Indios das diversas Villas do Ceará Grande, Pernambuco, e Parahiba pela Fidelidade e Amor á Sua Real Pessoa, com que marcharão contra os revoltozos da Villa do Recife", conforme índice do **CODIGO BRASILIENSE.**

Foi transcrito no **CORREIO BRAZILIENSE** de nov. 1819 (p. 473-474).

(Camargo & Moraes, v. 2, 387).



DECRETO.

TEndo Consideração á Fidelidade e Amor á Minha Real Pessoa, com que os Indios Habitantes nas diversas Villas do Ceará Grande, Pernambuco, e Parahiba marcharão contra os revoltosos, que na Villa do Recife tinhão attentado levantar-se contra a Minha Real Soberania, e attacado as Authoridades por Mim estabelecidas: Querendo Mostrar quanto o seu fiel comportamento Me foi agradavel, e Folgando de lhes Fazer Mercê: Hei por bem que todas as Villas e Povoações de Indios nas sobreditas Provincias fiquem isentas de pagarem mais o subsidio Militar, estabelecido pela Carta Regia de quinze de Maio de mil seiscentos e cincoenta e quatro, e regulado na de tres de Agosto de mil oitocentos e cinco. Que as Patentes dos mesmos Indios, que são por Graça isentas de todos os Emolumentos, o sejão tambem do Direito do Sello, novamente declarado no Alvará de vinte e quatro de Janeiro de mil oitocentos e quatro, sellando-se de graça, sem pagamento algum, e declarando-se assim nas verbas do mesmo Sello. E que não sejão obrigados a pagar quotas partes de seis por cento, ou outra semelhante, aos seus Directores, aos quaes d'aqui em diante Mando estabelecer Ordenado correspondente pela Minha Real Fazenda. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido, e mande expedir as Ordens necessarias. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e cinco de Fevereiro de mil oitocentos e desenove.

Com a Rubrica de EL-REI Nosso Senhor.

Na Impressão Regia.

Decreto de 1819
(Acervo de José Augusto Bezerra)

1819

DECRETO. [no fim] **Na Impressão Regia.**

Começa: Havendo-Me representado a Camara da Villa de Santa Cruz do Aracaty da Comarca do Ceará Grande, sobre a illegalidade com que João Francisco de Sampaio, …

29 X 20; p. s.n., p. em branco; tít. ao alto e imprenta ao fim da p..

Datado de 12 jul. 1819, é o "Decreto, Revalidando e Ratificando a Nomeação de João Francisco de S. Paio no lugar de Juiz dos Orfãos da Villa de Santa Cruz do Aracaty, &c.", conforme índice do **CODIGO BRASILIENSE.**

(CAMARGO & MORAES, v. 2, 397).

Exemplar consultado: biblioteca particular de Rubens Borba de Moraes.

1821

DECRETO. [no fim] **Na Impressão Regia.**

Começa: CONSTANDO na Minha Real Presença, que na Villa da Fortaleza da Provincia do Ceará não he bastante hum só Tabellião…

28,5 X 18,5; p. s.n., p. em branco; tít. ao alto e imprenta ao fim da p..

É o Decreto de criação de um ofício de Tabelião em Fortaleza.

(CAMARGO & MORAES, v. 2, 608).

Exemplar consultado: Biblioteca Nacional.

1822

Tabella do estado da conta geral e actual da receita e despeza da Fazenda Nacional da provincia do Ceará, pertencente a todo o anno de 1821. Rio de Janeiro, na Impr. Nac., 1822.

Este in-fol, segundo Cabral, vem indicado no Registro da Biblioteca Nacional. O anúncio da obra foi publicado no **DIARIO DO RIO DE JANEIRO** de 2 out. 1822.

(VALLE CABRAL, 1145); (CAMARGO & MORAES, v. 1, 1416).

Os estudos deste ensaio são uma homenagem e um reconhecimento particular à nossa Impressão Régia, pois, ao examiná-la, descobrimos, surpresos, que o Brasil de hoje é tão-somente o resultado das sementes que ela plantou.

No limiar de novas formas de comunicação – seja pelos computadores, com o contato virtual, seja pela Internet, com pesquisas feitas em casa – estamos certo de que antigos e novos sistemas caminharão juntos pelos anos afora e que só o futuro dirá o que vai acontecer.

Outros conceitos, que ainda nem sequer imaginamos, deverão surgir, porquanto um dos segredos da comunicação é o de se reinventar, vez por outra, para atender às necessidades de um mundo que muda.

Na essência, entretanto, não importa se estamos escrevendo numa pedra, num pedaço de couro ou num disco de DVD. O destino da escrita, mesmo em diferentes roupagens, é o de preservar o conhecimento humano, para que as novas gerações comecem de onde as anteriores terminaram. Só assim é possível o crescimento contínuo e, nesse sentido, as edições primeiras do país, com seus desdobramentos, foram uma bênção.

Um brinde, numa taça feita com o alfabeto romano, aos que bebem desse vinho envelhecido em barris de pau-brasil e, por isso, tinto da cor do nosso sangue. No rótulo traz escrito: *Imprensa Brasileira. Origem: Impressão Régia. Reserva da safra de 1808*. O sabor, preservado por mais de duzentos anos, está cada vez melhor!

Bibliografia

AZEVEDO, Moreira de (1865): *Origem e Desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro – Quarto trimestre.

BERGER, Paulo (1984): *A tipografia no Rio de Janeiro: impressores bibliográficos, 1808-1900*. Rio de Janeiro: Cia. Ind. de Papel Pirahy. . [Acervo de José Augusto Bezerra].

CABRAL, Alfredo do Vale (1881): *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. [Acervo de José Augusto Bezerra].

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de (1993):

Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro: (1808-1822). São Paulo: Edusp/ Kosmos, 2. v. [Acervo de José Augusto Bezerra].

CÓDIGO BRASILIENSE *ou Colleção das Leis, Alvarás, Decretos, CARTAS REGIAS, etc* **(1811**). Rio de Janeiro: Impressão Regia. [Acervo de José Augusto Bezerra].

COSTA, Jose Hipólito da (1808-1823): *CORREIO BRAZILIENSE ou Armazém Literário.* Londres: W. Lewis, v. 1-30. [Acervo de José Augusto Bezerra].

FRIEIRO, Eduardo (1957): *Os livros nossos amigos*, São Paulo: O Pensamento. [Acervo de José Augusto Bezerra].

GOMES, Laurentino (2007*): 1808*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil. [Acervo de José Augusto Bezerra].

HALLEWELL, Laurence (1985): *O Livro no Brasil: sua história.* São Paulo: T.A. Queiroz Ed. [Acervo de José Augusto Bezerra].

JORDÃO, Ana Maria de Miranda. Disponível em http:// sebofino.sites.uol.com.br**.** Acesso em 11 mar.09.

LUCCOCK, John (1820): *Notes on Rio de Janeiro, and Southern Parts of Brazil; taken during a Residence of ten Years in that Country, from 1808 to 1818*. London: Samuel Leigh. [Acervo de José Augusto Bezerra].

LUSTOSA, Isabel (2000): *Insultos impressos*: *a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823).* São Paulo: Companhia das Letras. [Acervo de José Augusto Bezerra].

_____ (2003): *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. [Acervo de José Augusto Bezerra].

_____(2003): Entrevista. Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub181120032.htm). Acesso em 11 mar.09.

MINDLIN, José (1997*): Uma vida entre livros: reencontros com o tempo.* São Paulo: Edusp; Companhia das Letras. [Acervo de José Augusto Bezerra].

--------- (2009): *Bibliografia sobre o livro no Brasil.* Disponível em http:// www.sibi.usp.br/sibi/Crescer/Leitura/bibliogr. htm. Acesso em 8 jan. 09.

MORAES, Rubens Borba de(1975): *O bibliófilo aprendiz*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional. [Acervo de José Augusto Bezerra].

RIZZINI, Carlos(1946): *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1882)* – com um breve estudo geral sobre a informação. Rio de Janeiro/São Paulo/ Porto Alegre, Liv. Kosmos Ed. /Erich Eichner & Cia. Ltda. [Acervo de José Augusto Bezerra].

RODRIGUES, J. C. (1907): *Bibliotheca Brasiliana: catálogo annotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autographos e manuscriptos pertencentes a J. C. Rodrigues*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 680p. [Acervo de José Augusto Bezerra].

SANCTOS, Luiz Gonçalves dos, Pe. (1825): *Memórias para servir a história do reino do Brasil*. Lisboa: Impressão Regia. [Acervo de José Augusto Bezerra].

SCHRAPPE, Max H. G. (2002). *O legado de Gutenberg e a indústria gráfica brasileira*: *(1454-2001*). São Paulo: EP & Associados. [Acervo de José Augusto Bezerra].

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo Cesar de (²2007). *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil.* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras. [Acervo de José Augusto Bezerra].

SEMERARO, Claudia Marino; AYROSA, Christiane (1979): *História da tipografia no Brasil*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo. [Acervo de José Augusto Bezerra].

SODRÉ, Nelson Werneck (1966). *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. [Acervo de José Augusto Bezerra].

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (1854): *História Geral do Brasil.* Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert.2 vols. [Acervo de José Augusto Bezerra].

_____. (⁷1962): *História Geral do Brasil.* São Paulo: Edições Melhoramentos. 6 tomos.[Acervo de José Augusto Bezerra].

Plácido Castelo – o meu governador

Marcelo Linhares*

Em 11 de janeiro de 2006 decorreu o centenário de nascimento do Dr. Plácido Aderaldo Castelo. O Instituto do Ceará não poderia deixar de comemorar, tendo o presidente Eduardo Campos se esmerado na festa, especialmente no seu discurso. Lamentei não poder falar na ocasião, por motivo de saúde, eis que era o único membro da Casa que havia sido seu colaborador como secretário de Estado.

Conheci-o no escritório do professor Olavo Oliveira, apresentado por meu pai, Vicente Linhares. Admirei-me, ao ensejo, das qualidades que meu pai lhe atribuía. Vi, entretanto, no decorrer dos tempos que se seguiram que tudo o que ele me dissera era verdadeiro. Inteligente, culto, trabalhador e competente. Logo depois fui morar no Cariri, a serviço do Banco do Brasil e continuei recebendo testemunho de tudo isso, eis que Dr. Plácido fora, entre outras coisas, Juiz de Direito em Juazeiro do Norte, onde deixara grande renome.

No governo Raul Barbosa foi secretário da Agricultura e tido, até hoje, como um dos maiores secretários que o Ceará há tido no setor. Eduardo Campos, no discurso do seu centenário, ressaltou todas essas qualidades.

Chefe de uma família numerosa criou todos os filhos com muita dignidade e estão aí bem encaminhados na senda do trabalho. Meu pai, que assumira a Caixa Econômica Federal do Ceará, preocupava-se com ele não possuir moradia própria, não tendo onde abrigar tantos dele dependentes. Com muita pressão conseguiu convencê-lo de que deveria adquirir uma casa. Acabou comprando uma, modesta mas em boas condições, financiada

*Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

pela Caixa. A vida, contudo, nos conduz por caminhos que não esperamos. Havia um vendedor de bilhetes da loteria que fazia *ponto* em frente à Assembléia Legislativa onde Dr. Plácido exercia mandato. Xavier – tal o nome do vendedor, ainda hoje vivo – guardava sempre um bilhete, quando ele ausente. Encontrando-se no interior do Ceará, na sua querida Mombaça, não havia adquirido, mas, Xavier, entretanto, guardou-o. No sábado à tarde foi ao centro da cidade e lá adquiriu. Foi sorteado e, tendo horror a dívidas, apressou-se em pagar a Caixa, apesar de meu pai procurar convencê-lo de que os juros eram baratos e não havia, portanto, necessidade de saldar a dívida. Não houve meios de convencê-lo. Era uma das facetas do homem

Permitam-me que conte um fato que me foi narrado por Moacir Aguiar – irmão em pensamento que Virgílio Távora teve e a única pessoa que tudo conhecia dele – e, com a discrição de que era possuidor, mas nunca consegui obter a confirmação do Dr. Plácido. Aproximando-se a eleição de 1966 pediu a Moacir que conseguisse uma audiência com Virgílio. Depois de muitos recuos, o governador acabou atendendo. Nela, Plácido confessou não possuir os recursos financeiros para enfrentar a próxima campanha para deputado estadual. Vinha indagar de Virgílio se poderia pleitear ser seu suplente de senador da República, posição até então admitida por todos como a ser disputada pelo governador. Este, que sabia ser ferino quando desejava, respondeu: "Doutorzinho, – fórmula muito usada por ele quando queria jogar alguém para escanteio –, o senhor confessa não ter dinheiro para custear a sua eleição para deputado estadual e quer ser meu suplente? É melhor preparar-se e disputar mesmo a sua reeleição". Dr. Plácido saiu do encontro desolado.

O *feeling* político de Virgílio não o advertira para o que poderia acontecer a seguir.

O Ato Institucional n. 3, de 5 de fevereiro de 1966, determinava eleições indiretas para provimento de onze governadores em estados da Federação, o que se faria pela maioria absoluta dos membros das Assembléias Legislativas, em sessão pública e votação nominal, a realizar-se em 3 de setembro. Os demais governadores já haviam sido eleitos por voto direto em 1965.

O senador Daniel Krieger, na presidência do partido do governo, foi encarregado pelo presidente da República de escolher os governadores por um critério seletivo. Seria encaminhado para a votação aquele cujo nome obtivesse a aprovação da maioria da bancada estadual da Arena, em consulta prévia. A escolha, todavia, não iria ocorrer de forma mansa e pacífica. Raros foram os estados em que a opção decorreu de maneira harmoniosa. Basta ser lembrado que no Rio Grande do Sul – terra do presidente da Arena – foram cassados alguns deputados estaduais para que pudesse ser eleito Peracchi Barcelos.

O presidente Castello Branco havia reivindicado, todavia, para si, a solução da sucessão cearense. Em princípio a Arena do Ceará iria encaminhar uma relação de apenas quatro nomes. Castello, em conversa com Sarasate, sugeriu a inclusão do nome de Plácido Castelo. Ao ensejo, disse: "Tenho uma grande admiração pelo deputado. Vamos, assim, homenageá-lo". Sarasate, muito vivo, pressentiu que ele seria o *homem*.

A Arena do Ceará produziu uma lista de cinco candidatos, pela ordem de votação: deputado federal Paulo Sarasate, deputados estaduais Plácido Aderaldo Castelo e Adauto Bezerra – este coronel do Exército, general Murillo Borges Moreira, prefeito de Fortaleza, e o professor Waldemar de Alcântara. Virgílio Távora já comunicara que iria se desincompatibilizar para disputar uma vaga de deputado federal. Sabia ele que, depois do problema da inauguração da energia de Paulo Afonso em Fortaleza, não gozaria do beneplácito do *sistema* para ser candidato ao Senado, na única cadeira que iria ser disputada no pleito.

Foram convocados os cinco candidatos e a Executiva do partido cearense para uma reunião no Palácio do Planalto.

Para Brasília – marcada a data do encontro – embarcaram Plácido, Adauto e Waldemar e mais Franklin Chaves, como secretário do partido. A viagem foi via Rio e de lá para Belo Horizonte e Capital Federal.

Ocorreu um fato pitoresco. Ao se aproximarem de Brasília, Franklin disse: "Se o candidato preferido estiver entre os que aqui vão, ao desembarcarmos encontraremos toda a bancada federal no aeroporto".

Ao chegarem ali se encontrava apenas o deputado Leão Sampaio, o que serviu de grande desânimo aos viajantes.

Às 15 horas do mesmo dia, foram recebidos no Palácio do Planalto, já aí acompanhados de Virgílio Távora e Paulo Sarasate. Murilo Borges não compareceu.

Castello tinha conhecimento de que a saúde de Sarasate não iria permitir-lhe governar por quatro anos o estado. Ao sentar-se à mesa, iniciou dizendo:

"Senhores: governar o seu estado deve ser a pretensão de todo homem público. Eu próprio, em certa fase de minha vida, muito quis chegar ao governo de nossa terra. Fatos outros me conduziram para destinos diversos. Prossigamos: aqui do meu lado está Paulo Sarasate; gostaria muito que ele voltasse ao governo, preciso dele, todavia, para outras missões. Ele será o nosso senador. Vizinho a ele e como o segundo mais votado na indicação que recebi, está Plácido Castelo, por demais conhecido de todos. Pergunto: governador Virgílio Távora, o senhor tem alguma restrição ao nome dele? E continuou indagando dos demais presentes. Todos responderam negativamente".

E conclui Castello:

"Em face de não haver impedimentos ao nome do deputado Plácido Castelo, será ele o nosso candidato ao governo cearense".

Continuando, disse:

"Passemos, agora, à escolha do vice-governador".

Adauto Bezerra solicita a palavra e argumenta:

"Presidente, sendo a ex-UDN o partido que deu o maior contingente para a formação da Arena e Plácido não tendo a ele pertencido, creio que de elemento daquele partido deverá sair o vice".

Waldemar de Alcântara, por seu turno, contradita:

"Plácido também não é do ex-PSD e o candidato ao Senado sairá das hostes da ex-UDN. Logo, Presidente, é do ex-PSD que deverá sair o vice".

O presidente era muito cioso de suas prerrogativas e, em face da controvérsia, diz que o assunto ficaria em suspenso e seria decidido no Palácio Laranjeiras, no Rio, onde os aguardaria dois dias depois.

No Rio, a discussão continuou e não houve qualquer conclusão, sendo marcada nova reunião em Fortaleza.

Uma semana depois, na casa de José Moreira Cavalcante (Moreira da Cidao, como era conhecido), onde Castello passara a se hospedar depois do incidente da inauguração de Paulo Afonso, voltou-se, em reunião, ao inconcluso debate.

Na oportunidade, surgiu o nome de Eduardo Campos, atual presidente do Instituto do Ceará (Manoel Eduardo Pinheiro Campos), dirigente no Ceará dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Castello elogiou o candidato, mas contrapôs dizendo que ele, na função que exercia nos *Associados*, já detinha muito poder e que não se deveria dar dois poderes a uma mesma pessoa.

Na realidade, o presidente arranjara o argumento, pois já tinha uma indicação da *área militar*, o general professor Francisco Humberto Ellery, que foi o escolhido.

Plácido foi eleito e cumpriu o mandato até o último dia do seu excelente governo. Ellery, também, ficou até o término do mandato.

A "Família Leite Barbosa" e a indústria têxtil do Ceará: uma relação de 115 anos

Carlos Negreiros Viana*

Neste trabalho, pretendemos reconstituir a participação, na história da indústria têxtil do Ceará, de empresas pertencentes a membros da "Família Leite Barbosa".

Essa reconstituição, que cobrirá um período de 115 anos, tem início, em 1900, quando a firma "M. L. Barbosa & Cia.", adquire a "Fábrica Santa Teresa", localizada em Aracati e pertencente, então, à "Cia. Popular Aracatyense". O resultado da nossa pretensão é o que ora apresentamos.

1 A Companhia Popular Aracatyense

Figura 1 - Coronel Antonio Roiz da Silva Figueiredo, sócio da firma J. Klein, Figueiredo & Cia. (Aracaty).
Fonte: Álbum Terra Cearense (1925).

* Mestre em Economia pela UnB e professor assistente do Curso de Economia da UFC/ Campus de Sobral.

Em 1893, Fortaleza já contava com duas fábricas de tecidos (a da Pompeu & Irmãos e a da Hollanda & Gurjão) e Sobral tinha uma em construção (a da Ernesto & Ribeiro) (VIANA, 1988).

Com isso, Aracati, que já fora o núcleo urbano mais importante do Ceará, cada vez mais, distanciava-se em dinamismo econômico da capital e daquela cidade-polo da Região Oeste do Estado (IBIDEM).

Tomado pela euforia que caracterizou o Encilhamento e motivado pelas facilidades que a legislação mais liberal relativa às sociedades anônimas, em vigor desde 1890, propiciava àqueles que desejassem constituir uma firma sob aquela forma jurídica[1], um grupo de aracatienses, sob a liderança do comerciante Antônio Rodrigues da Silva Figueiredo, do médico Antônio Gurgel da Costa Nogueira, do farmacêutico João Adolpho Gurgel do Amaral e do bacharel (em Direito) Antônio Saboya de Sá Leitão[2], resolveu tentar reverter aquela desvantagem, com a incorporação de uma companhia, que teria, por fim, a instalação de uma fábrica de fiação naquela cidade (IBIDEM).

Pelos seus estatutos, aprovados em 21/05/1893, a "Companhia Popular Aracatyense", que contava, naquela data, com 122 sócios (entre pessoas físicas e jurídicas), seria uma sociedade anônima com um capital social de 100 contos de réis, divido em 2.000 ações, e teria, por objetivo, a produção de fios de algodão (IBIDEM).

Pela "Lista nominativa dos acionistas da Cia. Popular Aracatyense, que pagaram 10% das ações que subescreveram, à razão de 50$000 cada uma", que data também de 21/05/1893, os três maiores detentores delas eram: a firma "Costa Lima & Irmão"[3], com 150 (tendo pago 750$000); Antônio Rodrigues da Silva Figueiredo, com 100 (tendo pago 500$000); e Joaquim Monteiro da Silva, também com 100 (tendo pago 500$000) (Prontuários Históricos da Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC).

A sua diretoria ficou composta por Antônio Rodrigues da Silva Figueiredo, como presidente, João Adolpho Gurgel do Amaral, como secretário, e Antônio Gurgel da Costa Nogueira, como tesoureiro (IBIDEM).

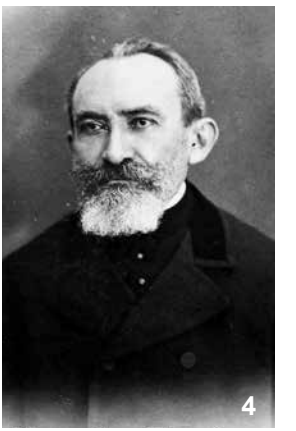
Em 1895, ao ser inaugurada, a "Fábrica Santa Teresa", no entanto, já se tornara também uma tecelagem.

Segundo o "Almanaque do Ceará", de 1900, a "Cia. Popular Aracatyense" contabilizava, em 1899, um capital social de 260 contos de réis e sua fábrica "Santa Teresa" operava 25 teares, que produziam

1.250 peças mensais de algodõezinhos, no valor de 9:500$000, e empregava 108 pessoas (22 homens, 56 mulheres e 30 crianças).

Em 1900, no contexto da crítica conjuntura vivida pela economia brasileira, decorrente da política econômica implementada pelo Governo Campos Sales, e que foi agravada, ainda mais, no Ceará, pela ocorrência da seca de 1900 –01, a "Cia. Popular Aracatyense" se depara com imensas dificuldades financeiras e decide vender a "Fábrica Santa Teresa" à firma "M. L. Barbosa & Cia". Com isso, aquela companhia se extingue[4] (VIANA, 1988).

2 A. M. L. Barbosa & Cia.



Figuras: 2 - Major Miguel, 3 - Dr. José, 4 - Monsenhor Francisco.
Arquivo: Antero Filho

A firma "M. L. Barbosa & Cia", que adquiriu a "Fábrica Santa Teresa" em 1900, foi constituída, naquele ano, como uma sociedade em comandita simples, que tinha, como sócios solidários, o comerciante Miguel Leite Barbosa e o médico José Leite Barbosa, e, como sócio comanditário, o Monsenhor Francisco Leite Barbosa[5] (VIANA, 1988).

Segundo o "Almanaque do Ceará", de 1902, a "M. L. Barbosa & Cia." contabilizava, em 1901, um capital social de 300 contos de réis e sua fábrica "Santa Teresa" dispunha de 51 teares, 1706 fusos, força de 100 c.v. e empregava 110 pessoas[6].

Em 1907, de acordo com o censo realizado pelo "Centro Industrial do Brasil", a "M. L. Barbosa & Cia." totalizava um capital social de 600 contos de réis e a "Fábrica Santa Teresa" fabricou 1.400.000 m de tecidos, fazendo uso de 150c.v. e empregando 310 pessoas[7].

3 A. M. L. Barbosa

Figura 5.
Fonte: Album Terra Cearense (1925).

A firma "M. L. Barbosa & Cia." se transforma, em 1916, na firma individual "M. L. Barbosa", pertencente a Miguel Leite Barbosa (Jucec). Conforme Pearse (1923), a "M. L. Barbosa" contabilizava , em 1919, um capital de 900 contos de réis e a "Fábrica Santa Teresa" dispunha de 200 teares, 7.000 fusos, de uma força de 450 c.v. e empregava 400 pessoas.

Em propaganda no "Almanaque do Ceará", de 1920, a firma "Leite Barbosa & Cia.", localizada em Fortaleza, pertencente a Maximiano Leite Barbosa e Maximiano Leite Barbosa Filho, noticia que dispõe de "grande e permanente depósito de algodõezinhos" da "Fábrica Santa Tereza". No ano de 1924, em decorrência de intenso inverno, a "Fábrica Santa Teresa" ficou submersa nas águas do Rio Jaguaribe (VIANA, 1988).

Segundo o "Álbum Terra Cearense", publicado em 1925, a "Fábrica Santa Teresa", ocupa, naquele ano, uma área de 12.196 m²,

emprega 433 pessoas (145 homens e 288 mulheres), quase todas brasileiras, produz uma média diária de 8.000m de algodõezinhos (no valor médio de 12 contos de réis) e 300kg de fios de algodão em novelo (no valor médio de 2:400$000), fazendo uso de 200 teares e 7.200 fusos.

Ali também é noticiado que aquele estabelecimento industrial é "acionado por dois grandes motores, movidos um a gás e o outro a vapor", e que "o valor estimado do seu prédio e maquinaria (sem incluir o estoque de matérias-primas e materiais) orça em 2.000 contos de réis".

4 A. M. L. Barbosa & Cia. Ltda

Figura 6 - Francisco Saboya Barbosa. Fonte: Aragão (2002).

Em 14/03/1928, Miguel Leite Barbosa admite, como sócio, Francisco Saboya Barbosa[8], e a razão social da firma proprietária da "Fábrica Santa Teresa" se transforma em "M. L. Barbosa & Cia. Ltda.". Nessa data, o seu capital é de 750 contos de réis, assim dividido entre os sócios: Miguel Leite Barbosa – 600 contos de réis; e Francisco Saboya Barbosa – 150 contos de réis (Jucec).

Conforme o "Álbum de Fortaleza", publicado em 1931, a "Fábrica Santa Teresa" produziu, em 1929, 1.657. 483 m de tecidos e 56.056 kg de fios, no que consumiu 281.700 kg de algodão, fazendo uso de 200 teares e 7.200 fusos e empregando 351 pessoas.

Com o falecimento de Miguel Leite Barbosa, em 1932, o capital da "M. L. Barbosa & Cia. Ltda." ficou dividido, em 04/09 daquele ano, dessa forma: Maria de Jesus Leite Barbosa (sua viúva) – 300 contos de réis; Maria Barbosa Carneiro, Tarcília Barbosa Hargreaves, Izaura Leite Figueiredo, Esther Leite Barbosa e Alice Leite Barbosa (suas filhas) - cada uma com uma quota de 50 contos de réis; e Francisco Saboya Barbosa – 150 contos. O seu capital total contabilizava, ainda, 750 contos de réis (Jucec).

Segundo o "Almanaque do Ceará", de 1935, a "Fábrica Santa Teresa" produziu, em 1934, 1.800.000 m de tecidos e 60.000 kg de fios, no que utilizou 200 teares, 7.200 fusos, 350 pessoas e no que consumiu 280.000 kg de algodão.

Em matéria publicada na revista "A Economista", de 1936, a firma "M. L. Barbosa & Cia. Ltda." noticia que seu capital social é de 750 contos de réis, totalmente integralizado, e que, segundo o balanço contábil de 1935, possui em bens imóveis, incluindo o prédio onde funciona, 524 contos de réis e mais 300 contos em materiais em reserva no seu almoxarifado.

Figura 7 - Aspecto interno da sala de pano da fábrica Santa Tereza.
Fonte: A Economista (1936).

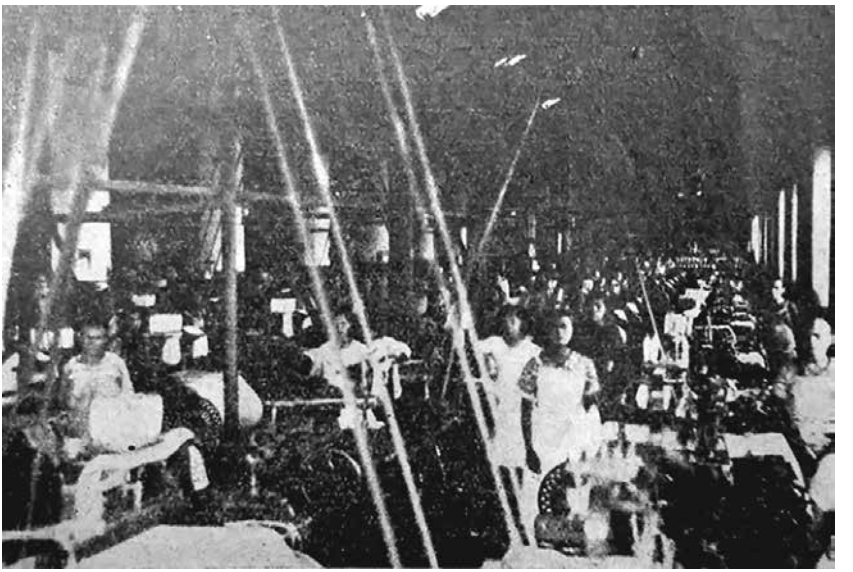


Figura 8 - Aspecto parcial da seção de tecelagem da fábrica Santa Tereza.
Fonte: A Economista (1936).

Ali também é informado que em sua fábrica "Santa Teresa", trabalham, em 1936, cerca de 320 pessoas (entre homens e mulheres), distribuídas nas suas diversas secções: escritório, sala de pano, tecelagem, fiação, massaroqueiras, cardas, batedores, engomadores, fabricação de sacos para cereais, oficinas mecânicas, armazéns, motor e almoxarifado.

O seu operariado, conforme a supracitada matéria, está todo sindicalizado e dispõe de escolas para seus filhos e de médico para tratamento de toda a família, além de casas em uma vila operária e de uma banda de música. Está ele, também, todo segurado, contra acidentes e doenças contraídas no trabalho, na "Sociedade Cooperativa de Seguros de Operários em Fábricas de Tecidos", com sede na cidade do Rio de Janeiro.

O principal produto elaborado pela "Fábrica Santa Teresa", como consta ali também, é o tecido de algodão cru (doméstico), destinado especialmente à sacaria de cereais e sal, que tem ampla demanda pelos exportadores de farinha de mandioca do Rio Grande do Norte, Pará, Ceará e Piauí. Porém, aquele estabelecimento industrial também produz fios, para confecção de redes, e tecidos tintos (mesclas, brins e panos grossos), cujas marcas "1, 2, 3, e 4", "Estrelas", "Universos",

"Eletricistas", "AA" e "Valete" têm grande aceitação nos mercados de Fortaleza, Mossoró, Natal e Parnaíba, atingindo a média mensal de vendas, de todos os seus produtos, quase 200 contos de réis.

Ainda, por fim, consta na matéria da revista "A Economista", de 1936, que a "Fábrica Santa Teresa" dispõe, naquele ano, de 204 teares, 7.200 fusos e força matriz de 300 c.v. e que o valor de todo o seu maquinismo está estimado em 2.000 contos de réis, bem como que o algodão que consome é adquirido nos municípios de União (atual Jaguaruana), Russas, Limoeiro do Norte, Alto Santo e Jaguaribe.

Em 11/02/1937, Mário Leite Barbosa Figueiredo[9], filho de Izaura Leite Figueiredo e do Major Bruno Porto da Silva Figueiredo, é admitido, na "M. L. Barbosa & Cia. Ltda.", em substituição a Maria de Jesus Leite Barbosa, sua avó. Em decorrência disso e de uma elevação de capital, para 1.000 contos de réis, ocorrido naquela data, assim ficou distribuído o seu capital total: Francisco Saboya Barbosa – 200 contos de réis; Maria Barbosa Carneiro, Tarcília Barbosa Hargreaves, Esther e Alice Leite Barbosa – cada uma com uma quota de 150 contos de réis; e Mário Leite Barbosa Figueiredo – 50 contos de réis. A partir da referida data, a gerência da "Fábrica Santa Teresa" passou a ser exercida, simultaneamente, por Francisco Saboya Barbosa e Mário Leite Barbosa Figueiredo (Jucec).

Em 25/07/1940, os descendentes de Miguel Leite Barbosa se retiram da sociedade da "M. L. Barbosa & Cia. Ltda.". As quotas de Izaura Leite Figueiredo, Mário Leite Barbosa Figueiredo e Esther Leite Barbosa são cedidas a Francisco Saboya Barbosa. Já as quotas de Tarcília Barbosa Hargreaves e Alice Leite Barbosa passam a pertencer a Antônio Carlos Viriato de Saboya Filho[10](Jucec).

Segundo Albuquerque (1954), em outubro de 1940, a firma "M. L. Barbosa & Cia. Ltda." requereu concordata, que foi retirada, em 08/05/1941, quando Antônio Carlos Viriato de Saboya Filho vende sua quota (no valor de 600 contos de réis) a Maximano Leite Barbosa Filho[11], que a livrou dos credores e liquidou todos os seus compromissos.

5 O Cotonifício Santa Teresa S. A.

Em 20/06/1941, a firma "M. L. Barbosa & Cia. Ltda." se transforma em uma sociedade anônima, denominada de "Cotonifício Santa

Teresa", que terá um capital social de 2.000 contos de réis, dividido em 2.000 ações nominais no valor de um conto de réis, cada uma, e imediatamente integralizada (Jucec).

Figura 9 - Maximiano Filho.
Fonte: Album de Fortaleza (1931).

A diretoria dessa nova firma ficou assim composta: Maximiano Leite Barbosa Filho – presidente; João Gabriel Perboyre Quinderé – secretário; Francisco Saboya Barbosa – diretor - industrial; e Newton Camocim Leite Barbosa – diretor – auxiliar[12]. É oportuno ressaltar que Audízio Pinheiro já era também acionista dela (IBIDEM).

Em 1941, ainda, o "Cotonifício Santa Tereza" adquire um terreno no Montese, em Fortaleza, no qual pretende construir a futura "Fábrica Santa Cecília" (VIANA, 1988).

O "Cotonifício Santa Tereza", em 26/10/1944, passa a contabilizar um capital social de Cr$ 5.000.000,00, dividido em cinco mil ações nominativas ordinárias, no valor de um mil cruzeiros cada uma (Jucec).

6 O Cotonifício Leite Barbosa S. A.

Em 26/07/1945, o "Cotonifício Santa Tereza S.A." muda a razão social para "Cotonifício Leite Barbosa S.A", permanecendo, naquela

data, essa nova firma, com o capital social de cinco milhões de cruzeiros (Jucec).

A diretoria, dessa nova firma, será composta por: Maximiano Leite Barbosa Filho (presidente); Francisco Floriano Delgado Perdigão (diretor-secretário); Francisco Saboya Barbosa (diretor-comercial); e Newton Camocim Leite Barbosa (diretor-industrial) (ALBUQUERQUE, 1954).

É oportuno lembrar que, Francisco Floriano Delgado Perdigão[13] se tornou sócio dessa empresa têxtil, ao adquirir as ações de João Gabriel Perboyre Quinderé[14]. Ao comprar as ações de F.F. Delgado Perdigão, Audízio Pinheiro o substituiu no cargo de diretor-secretário dela (IBIDEM).

Ainda em 1945, é inaugurada a "Fábrica Santa Cecília", fiação e tecelagem, na qual passam a ser produzidos brins, mesclas, riscados e algodõezinhos. Essa fábrica, que se tornará, à época, a maior do gênero no Estado do Ceará, será dirigida por Newton Camocim Leite Barbosa, que contará com o apoio técnico do suíço Charles Müller (IBIDEM).

Com o falecimento de Maximiano Leite Barbosa Filho, em 20/04/1947, Audízio Pinheiro[15] assume a presidência do "Cotonifício Leite Barbosa" ("O Povo", de 21/04/1947).

De acordo com o "Anuário do Ceará", de 1956, a "Fábrica Santa Teresa" produziu, em 1955, 1.424.446 m de tecidos e 397.895 kg de fios, no que consumiu 225.555kg de algodão em pluma. Já a "Fábrica Santa Cecília" produziu, em 1955, 10.920.946 m de tecidos e 20.944 redes de dormir, no que consumiu 1.375.605 kg de algodão em pluma.

O "Cotonifício Leite Barbosa" passa, em 25/09/1956, por uma elevação do seu capital social de 30 milhões de cruzeiros para 60 milhões de cruzeiros (Jucec).

Em 1957, segundo o "Almanaque do Ceará", daquele ano, a "Fábrica Santa Teresa" produziu 1.628.778 m de tecidos e 413.908 kg de fios. Por seu turno, a "Fábrica Santa Cecília" produziu 10.512.486 m de tecidos e 51.010 kg de fios.

De acordo com o "Diagnóstico Sócio - Econômico do Estado do Ceará", publicado em 1964, a "Fábrica Santa Teresa" produziu: 1.118.004 m de tecidos e 378.480 de fios em 1957; 1.384.264 m de tecidos e 428.995 kg de fios em 1958; e 996.606 m de tecidos e 299.161 kg de fios em 1959.

Se a década de 1940 representa o período de maior prosperidade vivido pela indústria têxtil do Ceará durante toda a sua história, até então, quando esse setor industrial chega, até mesmo, a exportar parte de sua produção para países da América Latina e África, a década de 1950 se mostrará como a fase mais crítica enfrentada por ela até então (VIANA, 1988).

Além dos problemas trazidos pelo processo de integração de mercado em âmbito nacional, os anos de 1950 trarão, para a indústria têxtil cearense, sérios problemas na esfera de sua oferta (escassez de matérias-primas, devido às secas, e de energia elétrica, bem como restrição de crédito bancário) e na esfera de sua demanda (redução de poder aquisitivo das camadas mais pobres da população, decorrente, sobretudo, do processo inflacionário que se intensifica a partir do governo de Juscelino Kubitschek) (IBIDEM).

No final da década de 1950, a delicada situação da indústria têxtil do Ceará agravar-se-ia, ainda mais, como resultado da restrição de financiamentos por parte das instituições bancárias, o que resultou, em 1959, no pedido de concordata do "Cotonifício Leite Barbosa" e da "Cia. Têxtil José Pinto do Carmo" e a suspensão apenas da produção de tecidos nas firmas "Gomes & Cia." e "A. D. Siqueira" (IBIDEM).

As empresas que haviam suspendido suas produções de tecidos voltam a produzi-los no começo dos anos 1960, porém, por pouco tempo. A crítica conjuntura econômica brasileira, de 1962 a 1964, que é marcada por uma aceleração inusitada da curva inflacionária, no entanto, vem dar o último e fatal golpe nelas, que, assim, suspendem novamente suas produções de tecidos ou saem, definitivamente, de atividade (IBIDEM).

Depois de 1964, somente três firmas permanecerão produzindo tecidos no Ceará: a "Cia. de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano" (em Sobral), o "Cotonifício Leite Barbosa" e a "Thomaz Pompeu de Sousa Brasil" (ambas com sede em Fortaleza) (VIANA, 1988).

Em 17/03/1965, o "Cotonifício Leite Barbosa" contabilizava um capital social de Cr$ 6.400.000.000,00 (Jucec).

De acordo com o "Catálogo Propagandístico da UNITÊXTIL", publicado em 1984, antes de 1967, com a implantação do "Programa de Modernização da Indústria Têxtil do Nordeste", pela "Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste" (SUDENE), o

"Cotonifício Leite Barbosa" se habilitou a modernizar o equipamento da "Fábrica Santa Cecília".

Em 1967, o "Cotonifício Leite Barbosa" apresenta novo projeto à Sudene, para, via incentivos fiscais, modernizar a "Fábrica Santa Teresa", bem como inaugura a "Fábrica Santa Inês" (IBIDEM).

No ano seguinte, em 1968, essa firma passa a contar com mais uma unidade, trata-se da fábrica de algodão hidrófilo "Santa Rita", assim como vem a apresentar, à Sudene, um projeto de constituição de uma nova firma, que se denominará de "Indústria Politêxtil S.A." e que terá, por objetivo, transformar a "Fábrica Santa Inês" em uma unidade fabril têxtil plenamente integrada, onde possam ser produzidos tecidos mais finos, como popelines e tricolines (IBIDEM).

Os recursos financeiros, para a modernização da "Fábrica Santa Inês", atingiram Cr$ 44.500.000,00 (Cr$ 27.750.000,00 oriundos da Sudene; Cr$ 9.250.000,00 de capital próprio; e Cr$ 7.500.000,00 provenientes do "Banco do Nordeste") (ARAGÃO, 2002).

Em 1969, o grupo têxtil de Audízio Pinheiro passa a contar com a "Fábrica Santa Lúcia", fiação e tecelagem, localizada em Fortaleza, pertencente à "Cia. Têxtil Santa Lúcia" (IBIDEM).

7 A União Industrial Têxtil S. A. (UNITÊXTIL)

Figura 10 - Audízio Pinheiro.
Fonte: Albuquerque (1954).

A partir de 1973, as tecelagens cearenses passam a ter nos mercados externos ao Estado a sua maior demanda. Nessa conjuntura econômica extremamente favorável às exportações, é constituída a "União Industrial Têxtil S.A." (UNITÊXTIL), resultante da fusão e da incorporação do "Cotonifício Leite Barbosa", da "Indústria Politêxtil" e da "Cia. Têxtil Santa Lúcia" (VIANA, 1988).

A "Unitêxtil", que tinha um capital social integralizado de Cr$ 145.000.000,00, passou a ter uma diretoria composta por: Audízio Pinheiro (diretor-presidente); Carlos Leite Barbosa Pinheiro (diretor-superintendente); Odemir Antônio da Silva (diretor-comercial); Byron Queiroz (diretor-financeiro); Camillo Carnielle (diretor-industrial); e José Adolfo Sabóia Barbosa (diretor de produção) (ARAGÃO, 2002).

Essa nova firma passou a dispor de 1.820 teares, que funcionavam 24 horas, a empregar 2.800 pessoas e a produzir "30 milhões de tecidos que lhe permitiam atingir, um faturamento mensal, de Cr$ 12 milhões de cruzeiros, dos quais cerca de 30% eram provenientes de exportações para a Alemanha, Holanda, França e Japão" (IBIDEM).

Como o falecimento de Audízio Pinheiro, em 1973, a presidência da "Unitêxtil" passou a ser exercido, de início, por Ilnah Leite Barbosa Pinheiro, sua esposa, e, posteriormente, por Carlos Leite Barbosa Pinheiro[16], seu filho, que ocupou essa posição até a sua morte em 29/08/1993 (ANUÁRIO DO CEARÁ de 1976; ARAGÃO, 2002).

Na primeira metade da década de 1980, a "Unitêxtil" viveu momentos de grande prosperidade, com expressivo aumento de participação no mercado nacional e com a ampliação de suas exportações de tecidos para os Estados Unidos e para países da Europa Ocidental e do Leste Europeu. É oportuno relembrar que esse contexto favorável às suas exportações para o exterior, durante o Governo Figueiredo, foi uma decorrência da política de promoção de exportações, adotada por ele, que contou com a maxidesvalorização do cruzeiro, em 1983, e que tinha, por objetivo, a obtenção de divisas para o pagamento da dívida externa brasileira, bem como da recuperação da economia americana em meados daquela década (ARAGÃO, 2002; GIAMBIAGI ET ALII, 2011).

O segundo lustro da década de 1980 é marcado pela implementação dos planos de estabilização, que conduziram a economia brasileira a viver um período extremamente crítico. Com a adoção do Plano

Cruzado, em 1986, as exportações tiveram um fraco desempenho, diminuindo 11% em relação a 1985. Como consequência do Plano Bresser, de 1987, ocorreu uma perda de poder aquisitivo dos salários e uma elevação dos juros reais, em relação a 1986, que desestimularam as vendas do comércio e da indústria. A elevação, ainda mais, dos juros, no contexto de vigência do Plano Verão, que foi implementado em 1989, agravou a situação de crise e contribuiu para um grande aumento da inflação, que ultrapassou 80%, ao mês, no começo de 1990 (GIAMBIAGI ET ALII, 2011).

Nesse quadro econômico crítico, a "Unitêxtil", que se encontrava em processo de expansão, com grandes investimentos recém realizados e outros, ainda em implementação, o que significava alto grau de endividamento, vê-se diante de sérias dificuldades que a levam a pedir uma concordata em 1990 (ARAGÃO, 2002).

Em decorrência disso, são desativadas as fábricas "Santa Lúcia" (1990), "Santa Teresa" (1991), "Santa Cecília" (1992) e a fábrica de algodão hidrófilo "Santa Rita" (1991), bem como são demitidos 90% de seus empregados, voltando aquela firma a atuar apenas nos segmentos de fiação e tecelagem, e não mais no de acabamento, na "Fábrica Santa Inês" (Jucec; ARAGÃO, 2002).

Em 23/01/2014, a "Unitêxtil" contabiliza um capital social, totalmente integralizado, de R$ 8.528,682,45 e está sob a direção de Fábio Diniz Pinheiro, filho de Carlos Leite Barbosa Pinheiro, e de Eliana Maria Diniz Pinheiro, sua mãe (Jucec).

Figura 11
Fonte: Aragão (2002).

Sua fábrica (a antiga "Fábrica Santa Inês"), situada na Av. Audízio Pinheiro, no Bairro Dom Lustosa, em Fortaleza, possui, segundo o "site" da "Unitêxtil", uma área de 35.000 m^2 e produz 1,8 milhões de m de tecidos crus de algodão, além de tecidos mistos (poliéster), tecidos industriais, tecidos para vestuário e artigos da linha de cama e mesa.

NOTAS

[1] Nesse referido contexto econômico, diversas firmas foram constituídas, sob a forma de sociedades anônimas, no Ceará. Para uma visão, com um aprofundamento maior dele, recomendamos ver Viana (1988).

[2] Antônio Rodrigues da Silva Figueiredo seria, no futuro, sócio da firma "J. Klein, Figueiredo & Cia.", com sede em Aracati. Depois da morte de Jacques Klein, em 1918, e de acordo com o contrato registrado, em 12/02/1919, na Junta Comercial do Estado do Ceará, ela manteve a mesma razão social, atuava no ramo de exportações, importações e comissões e tinha um capital de 800 contos de réis, assim dividido: Alberto Jacques Klein (sócio solidário) – 100 contos de réis; Bruno Porto da Silva Figueiredo (sócio solidário) – 100 contos; Antônio Porto da Silva Figueiredo (sócio solidário) – 100 contos; Caetana Porto Klein (sócia comanditária) - 250 contos; e Antônio Rodrigues da Silva Figueiredo (sócio comanditário) – 250 contos.

Segundo o "Álbum Terra Cearense", de 1925, essa firma atuava, naquele ano, como casa bancária, agência de vapores, companhia de seguros e com representação comercial. Além de exportar, para as praças da Europa e Sul do Brasil, cera de carnaúba, algodão, couros de boi, peles, chapéus, esteiras e vassouras, possuía um depósito de estivas e molhados, aguardente, sal, gás (querosene) e gasolina.

É oportuno lembrar que Antônio Rodrigues da Silva Figueiredo era irmão do Monsenhor Bruno da Silva Figueiredo e pai do Major Bruno Porto da Silva Figueiredo.

Antônio Gurgel da Costa Nogueira era filho de José Carlos da Costa Nogueira e Luiza Gurgel da Costa Nogueira. Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro e, na data de constituição da "Popular Aracatyense", possuía 50 ações, no valor de 250 mil réis (STUDART, 1913; VIANA, 1988).

João Adolpho Gurgel do Amaral lutou na Guerra do Paraguai e foi político de grande prestígio em Aracati. Na data de constituição da "Popular Aracatyense", possuía 50 ações, no valor de 250 mil réis (COSTA LIMA, 1979; VIANA, 1988).

Antônio Saboya de Sá Leitão, nascido, em 21/09/1842, em Aracati, era filho de José de Sá Leitão e Maria de Saboya Sá Leitão (STUDART, 1913). Bacharelou-se em Ciências Jurídicas, em 1866, em Recife e, em 08/12/1879, fundou a "Primeira Conferência da Sociedade de S. Vicente de Paulo" no Ceará. Em 03/01/1904, recebeu ordens sacras no Seminário de Pernambuco (IBIDEM).

Na data de constituição da "Popular Aracatyense", possuía 10 ações, no valor de 50 mil réis (VIANA, 1988).

[3] Constituída, em 15/04/1875, em Aracati, pelos irmãos Alexandrino e Pompeu Ferreira

da Costa Lima, essa firma mudaria de razão social, em 1909, quando Myrtil Meyer é admitido, como sócio, em substituição ao Cel. Alexandrino, que falecera naquele ano. A partir daí, passa a se denominar de "Costa Lima & Myrtil" e, segundo contrato registrado na Junta Comercial do Estado do Ceará, em 31/10/1924, dedica-se ao comércio de importação e exportação, contabiliza um capital de 1.000 contos de réis, assim dividido: Alexandre Mattos da Costa Lima (sócio solidário) – 400 contos; Myrtil Meyer (sócio solidário) – 400 contos; e Pompeu Ferreira da Costa Lima (sócio comanditário) – 200 contos.

Conforme matéria publicada na revista "A Economista", de 1936, a "Costa Lima & Myrtil" atuava como banqueiros das companhias "Nacional de Seguros", "Sul América", "A Equitativa" e "Aliança da Bahia", bem como agentes e correspondentes da "Cia. de Navegação Lloyd Nacional", "Cia. de Comércio e Navegação", "Banco do Brasil","Bankof London" e "Banco Frota Gentil S.A". Além de possuir usinas de beneficiar algodão em várias cidades do Vale do Jaguaribe, era proprietária de um prensa hidráulica, de alta pressão, e de uma fábrica de estopa, em Fortaleza, em 1935.

[4] Nesse contexto crítico, a "Fábrica Ceará Industrial", inaugurada em 1888 e pertencente à "Hollanda & Gurjão", foi adjudicada ao "Banco do Ceará S.A", em 1901, que a vendeu, posteriormente, à firma "Alfredo Ferreira Irmãos" (VIANA, 1988).

[5] Miguel Leite Barbosa, nascido em 1855, era filho de Miguel Augusto Ferreira Leite e Teresa Maria de Jesus. De seu pai, sabe-se que iniciou a vida como carpinteiro em Aracati e que, após se transferir para Fortaleza, foi nomeado, em 1881, porteiro da "Câmara Municipal" (GUIMARÃES, 1951). Ainda, segundo o supracitado autor, Miguel Augusto, junto com o cirurgião dentista maranhense, Aderson Ferro, foi fundador, em 1890, do "Partido Operário", do qual se tornou 2º vice-presidente, bem como foi o "2º operário" a ter assento na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, quando foi eleito senador à assembleia constituinte estadual.

Entre os oito filhos, de três casamentos que contraiu Miguel Augusto, estão, além de Miguel, Francisco Leite Barbosa, que foi proprietário da loja "Maracanã", em Fortaleza, Teresa Leite de Moura, que se casou com José Gomes de Moura, que foi sócio da firma "Leite Barbosa & Cia.", o médico militar Henrique Leite Barbosa, pai de Nestor Barbosa Leite, que se casou com Anita da Frota Gentil, e Maximiano Leite Barbosa, sócio majoritário da "Leite Barbosa & Cia.", que nasceu em 1863 e se casou com Maria de Moura Barbosa (CAVALCANTE, 2014).

Miguel Leite Barbosa, que faleceu em 1932, foi o primeiro presidente da "Associação Comercial de Aracati", quando essa instituição foi criada em 15/02/1923 ("A ECONOMISTA", 1936).

Era sobrinho de Francisco e José Leite Barbosa, que eram irmãos de seu pai (CAVALCANTE, 2014).

O Dr. José Leite Barbosa, nascido a 14/09/1863, era filho de José Baptista Leite e Maria Angélica Barbosa Leite (STUDART, 1913).

Doutorou-se em Medicina, no Rio de Janeiro, em 1886, e faleceu, em 27/02/1917, em consequência de um naufrágio, no Rio Jaguaribe, no qual perderam a vida 11 pessoas (VIANA, 1988).

O Monsenhor Francisco Leite Barbosa, nascido, em 13/12/1847, no Aracati, foi para Belém (Pará) em 1865. Ali, ordenou-se padre em 1876 (STUDART, 1913).

Naquele ano, foi nomeado, em 10/03, professor do Seminário do Pará, cargo que ocupou até 1878.

Em 07/09/1878, foi nomeado vigário de Lábrea (Amazonas), onde também acumulou razoável fortuna (STUDART, 1913; ARAGÃO, 1989).

Tornou-se cônego honorário da Catedral do Pará, em 23/04/1892, e cônego assistente ao sólio episcopal do Amazonas em 24/12/1895 (STUDART, 1913).

Em 1896, foi nomeado monsenhor pelo Papa Leão XIII, e, em 1911, volta ao Ceará, onde falece, em Fortaleza, em 28/01/1921(STUDART, 1913; MARTINS FILHO&GIRÃO, 1939).

Segundo Studart (1913), Francisco Leite Barbosa e Geminiano Maia (o Barão de Camocim) eram bisnetos de Jose Bonifácio de Salazar.

[6] Segundo a descrição das máquinas e equipamentos existentes, nas fábricas de fiação e tecelagem cearenses, em 1901, constante no "Almanaque do Ceará", de 1902, a "Fábrica Santa Teresa" dispunha:

Maquinismo - um motor a vapor "Compoud" de 100 c.v. nominais, uma caldeira multitubular, um injetor, um aquecedor para alimentar a caldeira, uma bomba e um tanque de ferro;

Fiação - um abridor, um batedor, cinco cardas chatas, dois passadores com 18 entregas, uma massaroqueira grossa com 52 fusos, uma massaroqueira fina com 140 fusos, uma massaroqueira intermediária com 125 fusos, duas fiandeiras de urdimento com 576 fusos, duas fiandeiras de trama com 632 fusos, uma máquina para encapar cilindros, uma máquina para montar cardas, etc.

Tecelagem – uma carriteleira de 18 fusos, uma máquina de fazer cordão tubular, uma engomadeira, 40 teares para algodãozinho, 10 teares para pano grosso, duas liceiras, uma dobradeira de fazenda, um tear para rede de "72", uma noveleira e outras.

Oficina – um torno mecânico, um furador, uma forja, tarrachas, um torno paralelo, uma safra, dois macacos, uma máquina manual de furar, uma serra para ferro e outras.

Pelo "Almanaque do Ceará", de 1903, essa fábrica ampliou, em 1902, sua capacidade produtiva para 72 teares e 2.946 fusos, assim distribuídos: duas massaroqueiras grossas (104 fusos), duas massaroqueiras finas (208 fusos), uma massaroqueira intermediaria (126 fusos), cinco fiandeiras de urdimento (1.444 fusos), duas fiandeiras de trama (632 fusos) e duas carriteleiras (360 fusos).

É oportuno ressaltar que, até 1910, o "Almanaque do Ceará" apresenta, para esse estabelecimento industrial, os mesmos números da publicação de 1903.

[7] Tanto nos "Almanaques do Ceará" supracitados quanto no referido "Censo Industrial de 1907", as informações que acabamos de reproduzir são incorretamente relacionadas à "Popular Aracatyense". Como já foi visto, essa firma já não existia desde 1900.

[8] Francisco Saboya Barbosa, nascido em Camocim, em 21/03/1888, era filho de João Evangelista Barbosa e Carlota Saboya Barbosa (ALBUQUERQUE, 1954).

João Evangelista Barbosa era irmão de Francisco e José Leite Barbosa, bem como de Miguel Augusto Ferreira Leite (CAVALCANTE, 2014).

De sua mãe, sabe-se que era filha de Domingos Saboya e Antônia Carolina Saboya e Silva (sua sobrinha), ambos naturais de Aracati (AMARAL, 1949).

É sabido de Domingos Saboya, seu avô, por seu turno, que era irmão do Coronel José Saboya, aracatiense que fez fortuna em Sobral, onde também ganhou grande prestígio social e político, e de Carolina Sancha Saboya de Albuquerque Mello,

mãe de Ernesto Deocleciano de Albuquerque, sócio – fundador da "Fábrica de Sobral", bem como que ele trabalhava como funcionário das primeiras firmas que exploraram a "Estrada-de-Ferro de Sobral", onde exercia o cargo de tesoureiro em Camocim (IBIDEM).

Francisco Saboya Barbosa era, dessa forma, sobrinho-neto do Cel. José Saboya, primo (em 2º grau) de Vicente Cândido Figueira de Saboya (o Visconde de Saboya) e de Ernesto Deocleciano de Albuquerque, e primo (em 3º grau) de Trajano Saboya Viriato de Medeiros, o fundador da "Cia. Industrial de Algodão e Óleos" (CIDAO), bem como de João Tomé de Saboya e Silva, que foi político de grande influência no Ceará (IBIDEM).

No período de 1908 a 1918, Francisco Saboya Barbosa residiu no Acre, exercendo ali a gerência dos seringais "Humaitá" e "Curupaiti", pertencentes ao seu tio, o Capitão Antônio Leite Barbosa (ALBUQUERQUE, 1954).

Retornando ao Ceará, em1918, fixou residência em Aracati, onde passou a trabalhar como auxiliar de comércio, na "Fábrica Santa Tereza", então propriedade da firma"M. L. Barbosa" (IBIDEM).

Em 1928, foi admitido, por Miguel Leite Barbosa, como sócio, o que levou a firma proprietária daquele estabelecimento industrial a mudar a razão social para "M. L. Barbosa & Cia. Ltda." (IBIDEM).

De 1932, quando falece Miguel Leite Barbosa, até 1940, Francisco Saboya Barbosa mantém-se sócio da família daquele empresário na firma "M. L. Barbosa & Cia. Ltda.", bem como passa a administrar a "Fábrica Santa Teresa" (IBIDEM).

Em 1940, com a aquisição das quotas de três descendentes de Miguel Leite Barbosa, por Francisco Saboya Barbosa, e das quotas de outros dois, por Antônio Carlos Viriato de Saboya Filho, a firma "M. L. Barbosa & Cia. Ltda." se torna propriedade apenas desses dois empresários (IBIDEM).

Porém, ainda em 1940, essa firma requereu concordata, que é retirada em 1941, quando Antônio Carlos Viriato de Saboya Filho vende sua quota de participação nela a Maximiano Leite Barbosa Filho (IBIDEM).

Com a constituição do "Cotonifício Santa Teresa S.A", em 1941, por Maximiano Leite Barbosa Filho, Francisco Saboya Barbosa passa a ocupar o cargo de diretor-industrial da nova firma (IBIDEM).

Em 1945, com a transformação do "Cotonifício Santa Teresa S.A." em "Cotonifício Leite Barbosa S.A.", Francisco Saboya Barbosa se torna o diretor-comercial dele (IBIDEM).

Francisco Saboya Barbosa, que faleceu em 17/03/1958, foi o primeiro presidente do "Sindicato de Fiação e Tecelagem do Estado do Ceará", tendo ocupado o referido cargo de 1935 a 1938 (ARAGÃO, 2002).

[9] Mário Leite Barbosa Figueiredo era neto de Antônio Rodrigues da Silva Figueiredo, que, como foi visto, ocupou a presidência da "Cia. Popular Aracatyense" e foi sócio da firma "J. Klein, Figueiredo & Cia.", que contava também com a participação do Major Bruno Porto da Silva Figueiredo, seu pai.

[10] Antônio Carlos Viriato de Saboya Filho era sobrinho de Francisco Saboya Barbosa e

bisneto do Cel. José Saboya, a quem já foi feito referência na nota nº 8, bem como cunhado de José Torquato Praxedes Pessoa (o J. Torquato) e Meton de Alencar Pinto.

[11] Maximiano Leite Barbosa Filho, conhecido, na intimidade, como Nestor, nasceu em 08/09/1889 e iniciou a sua vida profissional na firma "Leite Barbosa & Cia.", pertencente ao Cel. Maximiano Leite Barbosa, seu pai, que a constituiu em 1880 ("O Povo", de 21/04/1947).

Em 22/11/1911, Maximiano Filho se casou com Cecy de Camocim Leite Barbosa, filha de Geminiano Maia (o Barão de Camocim) e Rose Nini Liabastre (LOPES, S/D).

Segundo contrato social, registrado, na Junta Comercial do Estado do Ceará, em 21/03/1918, a firma "Leite Barbosa & Cia."contabilizava, naquela data, um capital de 400 contos de réis, assim dividido entre os sócios, todos solidários: Maximiano Leite Barbosa – 160 contos; Maximiano Leite Barbosa Filho – 160 contos; e Stanley Nottingham (genro de Maximiano Leite Barbosa) – 80 contos. Seu objetivo era o comércio de importação e exportação, atuando com uma seção de tecidos, situada na R. Major Facundo, e com uma seção de navegação e representações, localizada na Av. Conde d'Eu.

O "Album de Fortaleza", publicado em 1931, noticia que a firma Leite Barbosa Filho, pertencente a Maximiano Leite Barbosa Filho, atuava com representações e por conta própria, sendo representante de: "Pillsbury Flour Mills Company" – de Minnesota (farinhas de trigo "Nothern King" e "Patent XXXX"); "Atlantic Refining Company of Brazil" (querosene "Sol", gasolina "Atlantic" e óleos); "United States Rubber Export Cº" – de Nova York (pneumáticos, câmaras, correias, lonas de freio e artigos de borracha); "Cia. Americana de Seguros" – de S. Paulo (fogo, trânsito e marítimos); "Glossop & Cia." - do Rio de Janeiro (máquinas e artigos têxteis, galvonaplastia, lixas, afiadores, rebolos e extintores); "D. J. Scott & Company" – de Londres (comissionistas de todos os artigos de importação da Europa); "Sociedade Comercial Metarllugica S.A." – do Rio de Janeiro (representantes da "Cia. Siderurgica Belgo – Mineira" – ferros laminados, guza, trilhos, talas, parafusos, arames, peças fundidas – e do "Comptoir Metallurgique Luxemburgeois" – obras de ferro e aço em geral – e do cimento "Trez Barricas"); "W. & A. Gilbey" – de Londres (whisky, gim e vinhos licorosos); e "Everseal Company" – de Nova York (tintas e impermeabilizadores).

Consta ali que a "Leite Barbosa Filho" se situa na Praça General Tibúrcio, nº 146.

Em matéria publicada na revista "A Economista", de 1936, informa a "Leite Barbosa Filho" que possui uma filial no Crato, gerenciada por Josias Girão Moreira, na qual são realizadas as mesmas transações que realiza a matriz em Fortaleza, além da compra de produtos para a exportação, na Paraíba e Piauí, como mamona, cera de carnaúba e algodão.

Ali também são arroladas as firmas que a "Leite Barbosa Filho" representa, que, com a exceção da "Pirelli S.A.", são as mesmas listadas no supracitado "Album de Fortaleza".

Em 20/06/1941, Maximiano Leite Barbosa Filho se torna presidente do "Cotonifício Santa Teresa S.A." e, com a transformação desse, em 26/07/1945, no "Cotonifício Leite Barbosa S.A." continua a ocupar, o mesmo cargo, nessa nova firma (Jucec).
Quando faleceu, em 20/04/1947, em Fortaleza, Maximiano Leite Barbosa Filho,

além de diretor presidente do "Cotonifício Leite Barbosa S.A.", era sócio de Newton Camocim Leite Barbosa, seu filho, na firma "Leite Barbosa & Filho", bem como cônsul do Uruguai e presidente do "Centro de Navegação Transatlântica do Ceará" ("O Povo", de 21/04/1947).

[12] Newton Camocim Leite Barbosa, nascido em 02/10/1913, era filho de Maximiano Leite Barbosa Filho e Cecy de Camocim Leite Barbosa. Faleceu em Fortaleza, onde nasceu, em 01/10/1949, aos 36 anos incompletos.

[13] Francisco Floriano Delgado Perdigão, nascido em 11/07/1886, foi gerente do "Banco dos Importadores de Fortaleza", desde a sua constituição, em 12/04/1925, até sua morte, em 27/05/1945.

[14] João Gabriel Perboyre Quinderé, nascido, em 04/07/1909, era filho de João Quinderé e Marieta Valente Quinderé (ALBUQUERQUE, 1954).

Foi funcionário da "Junta Comercial do Estado do Ceará" (JUCEC), onde se tornou secretário (IBIDEM).

Formou-se em Direito, em Fortaleza, em 1932. Nesse ano, era sócio das firmas "Fernandes Junior S.A.", "E. Quinderé & Cia." e "Imobiliária Quinderé Ltda." (IBIDEM).

Em 1944, transfere-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde, em 1954, era diretor-presidente do "Banco-Panamericano", diretor da "Norteelétrica S.A.", da "Pan-América Industrial de Conservas Ltda", da "Sociedade Imobiliária e Comercial Ltda." (SICODA) e da "Eletro-Ferragens Ltda." (IBIDEM).

Era casada com Lygia, filha de Maximiano Leite Barbosa Filho e Cecy de Camocim Leite Barbosa.

[15] Audízio Pinheiro, nascido em 10/07/1917, em Quixadá, era filho de Sigefredo Pinheiro e Maria Emília Pinheiro (ALBUQUERQUE, 1954).

Por volta de 1926, transfere-se para Fortaleza, onde, em 1932, instala uma vacaria (ANUÁRIO DO CEARÁ DE 1976).

Em abril de 1938, constitui a firma "A. Pinheiro & Cia.", que atuava "no ramo de vendas de caminhões e automóveis, peças e acessórios, tendo sua matriz na R. Barão do Rio Branco (dos números 635 a 645) e suas filiais na Rua Senador Pompeu, a denominada de "O Mercado do Automóvel", nos números de 731 a 747, e a denominada de "Agência Pllymouth", nos números de 819 a 841". Além de possuir ele, naquele ano, uma fábrica de molas na Rua Liberato Barroso, nº 132 (ALBUQUERQUE, 1954).

Audízio Pinheiro era, em 1954, além de presidente do "Cotonifício Leite Barbosa", presidente da firma "Importadora do Nordeste", que era proprietária da "Agência Admiral", que atuava no ramo de vendas de rádios e refrigeradores, bem como sócio da "Serraria Nordeste" (IBIDEM).

No período legislativo de 1963 a 1967, exerceu ele mandato de deputado federal pelo Ceará (ANUÁRIO DO CEARÁ DE 1976).

Ao falecer, em 08/11/1973, Audízio Pinheiro participava da direção das seguintes firmas: "Companhia de Expansão Apinheiro" (CEAPIN); "Milarte Confecções Ltda." e "União Industrial Têxtil S.A." (UNITÊXTIL) (IBIDEM).

É oportuno lembrar que ele era casado com Ilnah Leite Barbosa Pinheiro, filha de Maximiano Leite Barbosa Filho, bem como era irmão de Sigefredo Edmilson Pinheiro, que exerceu a presidência do "Sindicato de Fiação e Tecelagem do Estado do Ceará" (SINDITÊXTIL), no período de 1966 a 1968 (ARAGÃO, 2002).

[16] Carlos Leite Barbosa Pinheiro, nascido em 09/05/1944, era filho de Audízio Pinheiro e Ilnah Leite Barbosa Pinheiro (ARAGÃO, 2002).
Em 1966, formou-se técnico têxtil na "Escola Técnica de Indústria Química e Têxtil" (CETIQT), no Estado do Rio de Janeiro (IBIDEM).
Transferiu-se, em 1969, para Lowell (Estados Unidos), onde se especializou em Administração Têxtil (IBIDEM).
Teve ativa participação na instalação das fábricas pertencentes à "Indústria Politêxtil" e à "Cia. Têxtil Santa Lúcia", respectivamente, em 1967 e 1969 (IBIDEM).
Depois da morte de seu pai, em 1973, assume a presidência da Unitêxtil (IBIDEM).
Exerceu dois mandatos (de 1978 a 1980 e de 1980 a 1982), como presidente do "Sinditêxtil"(IBIDEM).
Faleceu, em São Paulo, em 29/08/1993 (IBIDEM).

Referências bibliográficas

A ECONOMISTA DE 1936.

ÁLBUM DE FORTALEZA DE 1931.

ÁLBUM TERRA CEARENSE DE 1925.

ALBUQUERQUE, J. A. *Vidas dos municípios*. Fortaleza: S/E, 1954.

ALMANAQUE DO CEARÁ (vários Anos).

ANUÁRIO DO CEARÁ DE 1956 E 1976.

AMARAL, A. *Para a história de Sobral*. Rio de Janeiro, 1949 (Datilografado).

ARAGÃO, A. F. *A trajetória da indústria têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem – 1880 – 1950*. Fortaleza:UFC/Stylus, 1989.

_____. *O fiar e o tecer. 120 anos da indústria têxtil do Ceará*. Fortaleza: Sinditêxtil – FIEC, 2002.

CAVALCANTE, G. L. *A Família do Senador Miguel Leite* (2014) (Inédito).

CATÁLOGO PROPAGANDÍSTICO DA UNITÊXTIL (1984).

CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL (1909).

COSTA LIMA, A. *Terra aracatiense*. Fortaleza: IOCE, 1979.

GIAMBAGI, F. (Org.). *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GUIMARÃES, H.V. *Deputados provinciais e estaduais do Ceará –assembleias legislativas 1835 – 1947*. Fortaleza: Editora Jurídica, 1951.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ (JUCEC) – *Prontuários históricos* – vários anos.

LOPES, M. *Divinas dama*s. Fortaleza: S/E e S/D.

MARTINS FILHO, A & GIRÃO, R. *O Ceará*. Fortaleza , 1939.

"O Povo", de 21/04/1947.

PEARSE.A. S. *Brazilian Cotton*. Manchester. Internacional Federation of Master Cottin Spinners' and Manufactures' Associations (1921).

STUDART, G. *Diccionario bio – bibliographyico cearense*. Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor, 1913.

VIANNA, C.N. *A indústria têxtil de algodão do Ceará (1881 – 1973): uma experiência de industrialização fora do Centro – Sul.* Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília (1988).

Rodolpho Theóphilo
(O polivalente polêmico)

Ednilo Gomes de Soárez*

Ah se a juventude soubesse,
E a velhice pudesse.
(Rodolpho Theóphilo)

1 A infância

Ao nascer, há cerca de 150 anos, Rodolpho Theóphilo poderia imaginar-se um felizardo pois era filho e neto de médicos, numa época em que só havia três esculápios em nosso Estado. Neto do Dr. Manoel Gaspar de Oliveira e filho do Dr. Marcos José Teóphilo, e de sua esposa, D.Antônia Josefina Sarmento, Rodolpho Teóphilo nasceu em Salvador, Bahia, a 5 de março de 1853. Só soube de sua real naturalidade muitos anos depois.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

O que ocorreu é que seu pai havia se formado em Medicina na Bahia quando conheceu sua futura esposa D. Antônia, baiana. Há duas versões sobre a ida do jovem casal à Bahia para o nascimento de Rodolpho Theóphilo. A primeira, sugere que havia um compromisso do Dr. Marcos com a sua sogra que o nascimento do primeiro neto seria na sua terra, a Bahia.

Outra fonte revela que o Dr. Marcos, como médico, sabendo da frágil saúde de sua esposa e da precariedade da medicina em Fortaleza, preferiu correr todos os riscos de uma viagem de navio com sua esposa já no seu 8º mês de gestação, conduzindo-a a Salvador.

O casal voltou a Fortaleza quando Rodolpho tinha apenas um mês e meio de vida.

Poderia ter tido uma infância feliz como qualquer criança de seu nível socioeconômico. No entanto, sequer desconfiava do que a vida lhe reservava. Nuvens negras o aguardavam. Ficou órfão de mãe aos 4 anos. Um rude golpe para ele e suas duas irmãs, Florisbela Teófilo e Flora Teófilo. Seu pai, um homem de espírito prático, buscou uma solução doméstica. Voltou à Bahia de onde retornou casado com a cunhada, D.Guilhermina, irmã de D. Antônia, com a qual teve mais três filhos, Júlia Teófilo, Afonso Teófilo e Laura Teófilo.

Rodolpho participou de 8 grandes secas em 1862, de 1877 a 1890, em 1900, em 1915 e em 1919, nas quais proliferavam sempre pestes como tifo, febre-amarela, cólera e varíola. Em 1841, contando portanto, com apenas 9 anos, Fortaleza foi assolada pelo "Cólera Morbus" que atacou a todos em sua casa. Rodolpho foi o único que escapou ileso. Provavelmente beneficiado por uma incômoda acidez no estômago que o acompanhou por toda a vida e não permitiu que os vibriões do Cólera se desenvolvessem e o atingissem.

Por ser a única pessoa da família em razoáveis condições físicas, viu-se na contingência de manter a casa funcionando, lavando a roupa, cozinhando e fazendo a limpeza. Sua madrasta estava esperando o que seria a sua sexta irmã.

Por ocasião do nascimento, seu pai, embora médico, encontrava-se acamado impossibilitado de fazer o parto. O próprio Rodolpho, fez o parto de sua irmã, orientado pelo seu pai, deitado em uma cama ao lado. Face à fraqueza de sua madrasta e as precárias condições em que a criança nasceu, esta não resistiu e faleceu.

Mais uma vez ele, forçado pelas circunstâncias, acondicionou o cadáver de sua irmã em uma caixa de sapatos e transido de medo, levou-a ao cemitério, onde foi sepultada com dezenas de outras vítimas da terrível doença.

Outro infortúnio o aguardava. Ficou órfão, agora de pai, com apenas 11 anos. Viu-se então, perdido em um mundo hostil, com a madrasta-tia e mais 5 crianças, todas mais jovens. Seu pai nada havia deixado, sua madrasta também não possuía habilitação profissional e sua família passou a viver em uma pobreza franciscana, dependendo da generosidade alheia para sobreviver e sem nenhuma perspectiva.

2 A adolescência

Nessa conjuntura adversa, sua tia materna, D. Maria do Carmo Theóphilo, D.Marica, condoeu-se de sua situação e por intermédio de seu marido, Sr. José Antônio da Costa e Silva, que também era seu padrinho e um próspero comeriante, matriculou-o no Atheneu Cearense, onde estudavam os filhos das melhores famílias de Fortaleza. Na ocasião, tornou-se colega de Paula Nei, Rocha Lima, Domingos Olímpio e Capistrano de Abreu, de quem, por afinidade de temperamento,ambos eram muito reservados, tornou-se amigo íntimo.

Rodolpho revelou-se um aluno dedicado, obtendo sempre boas notas. Como era muito comprido para a sua idade, seu tio e padrinho Sr. José Antônio da Costa e Silva achou que o seu ciclo de estudos estava concluído e que havia chegado o momento dele começar a trabalhar para ajudar sua madrasta a criar os seus irmãos.

Levando em consideração seu desempenho escolar, o Diretor do Atheneu, Prof. João de Araújo Costa, intercedeu a seu favor, fazendo uma contraproposta ao seu protetor. Rodolpho continuaria na escola, com uma Bolsa de Estudos, portanto, gratuitamente, mas com a responsabilidade de ministrar aulas aos alunos com dificuldades.

De início, a proposta formulada funcionou de forma satisfatória. No entanto, no ano seguinte as matérias objeto de seus estudos se tornaram mais difíceis e, simultaneamente, aumentou o número de colegas mais atrasados e, portanto, carentes de suas aulas. Ele não logrou aprovação. Foi o suficiente para o seu padrinho resolver, de forma irrevogável, que ele iria trabalhar.

Iniciou o seu calvário profissional trabalhando na Casa Albano, como Caixeiro–Vassoura porque entre as obrigações estava varrer as dependências da loja e a calçada. Sentia-se multiplamente humilhado: por haver sido obrigado a abandonar os estudos, pelas funções que exercia e principalmente pela vergonha que sentia de seus ex-colegas do Atheneu quando faziam suas compras na Casa Albano.

Estava com 14 anos e se julgava um "escravo branco". No primeiro ano de trabalho não era remunerado, pois era considerado como o ano de experiência...

Suas condições de trabalho eram as mais precárias. Morava e fazia refeições na própria loja na companhia dos demais caixeiros, dos quais era o mais inferior na hierarquia e, em consequência, nas atribuições.

Mas, já demonstrando uma indomável força de vontade, decidiu continuar seus estudos à noite, pois se convencera, por si mesmo, nos duros embates de quotidiano, que "só os estudos poderiam me livrar daquele cativeiro". Retomou-os, à noite, após o árduo trabalho de caixeiro durante o dia.

Revelando, precocemente, suas aptidões para o exercício de atividades ligadas à Química, conseguiu, com a ajuda de um amigo farmacêutico, produzir uma tinta para marcar os fardos de algodão que eram exportados.

Com a autorização do Sr. Albano, futuro Barão de Aratanha, começou a produzir e comercializar a tinta, aos domingos, nos fundos da loja. Alcançou um resultado tão satisfatório que a outra firma fabricante da tinta cerrou as suas portas e ele ficou com o monopólio de produção da tinta.

Com essa receita extra, começou a sonhar em realizar os Exames Preparatórios para almejar ser admitido em um Curso Superior, quem sabe seguir a carreira de médico de seu pai.

Nessa ocasião, ficou muito doente e enfraquecido, sendo obrigado a interromper seu projeto.

Foi para Pacatuba onde moravam sua madrasta e os 5 irmãos.

Tornou-se muito próximo de Henrique Justa, que havia sido amigo de seu pai e era um próspero negociante, transformado em seu grande protetor ao longo de sua atribulada vida.

3 Vida acadêmica

Recuperou a saúde, voltou a trabalhar na Casa Albano e retomou seus estudos. Com a economia feita a duras penas e muito trabalho, deslocou-se para Recife, onde em 1872, estudou e foi aprovado nos Exames Preparatórios, pré- requisito indispensável para o ingresso nos Cursos de Graduação. .

Inicialmente, pretendia seguir a carreira de Médico, como seu pai, no entanto, conformou-se em estudar Farmácia por ser um curso que exigia menores recursos financeiros e de menor duração.

Outra vez, seu benfeitor, Henrique Justa, usando seu prestígio político consegue um empréstimo na Câmara de Deputados para subsidiar seus estudos na Faculdade de Farmácia da Bahia.

Ao matricular-se na Faculdade de Farmácia da Bahia, um ex-colega de Faculdade de Medicina de seu pai, o conselheiro Aranha Dantas, o identificou pelo nome e por ser muito alto e desengonçado como o pai, disse-lhe, para sua surpresa, que ele era baiano.

Na ocasião, demonstrou todo o seu amor pelo Ceará, quando declarou: "Sou cearense porque quero".

Em todas as ocasiões declarava seu amor ao Ceará, usando uma emocionante metáfora em seu livro, *Coberta de Tacos*.

> Ao Ceará, que amo perdidamente penso que será indiferente ter-me como filho, tanto que o ilustre historiador Barão de Studart, cidadão inglês, me excluiu de seu dicionário biobliográfico, alegando ser eu baiano, quando a minha certidão de idade, único documento existente para provar a minha naturalidade, nada diz do lugar em que nasci.
>
> Estou identificado com esta terra mártir. A ela dei toda a minha mocidade, os melhores dias da minha vida e continuo a dar os dias cansados de minha velhice. Contei as suas glórias e chorei as suas desventuras... Nos meus livros reflete-se o desmedido amor que lhe voto. Todos falam nela. Quanto mais infeliz, mais a amo.
>
> Eu podia mentir-lhe optando pela Bahia, o berço adorado de minha mãe, terra opulenta e abandonar o Ceará que é paupérrimo.
>
> O meu caso é de um filho que foi separado de sua mãe ao nascer e criado por outra mulher. Adulto, soube que sua verdadeira mãe era opulenta e o chamava. Preferiu ficar com a sua mãe de criação,

> paupérrima e infeliz. Como arrancar as profundas raízes do amor à terra que o criou?
>
> "Nasci baiano por um acidente; mas de coração sou todo cearense, como nenhum será mais do que eu". (THEOPHILO, Rodolfo 1931, p.20-23)

No 2º ano da faculdade, por um descuido burocrático, a verba que lhe garantia o financiamento de seu curso, deixou de ser consignada no orçamento estadual e ele se viu em grande dificuldade e na contingência de abandonar o curso. Mas as fadas do destino, dessa feita, trabalharam a seu favor. O Hospital Militar de Salvador promoveu um concurso público justamente para acadêmicos do 2º ano de Farmácia. Inscreveu-se, sem muita esperança, pela expectativa do elevado número de candidatos. Para sua felicidade apresentaram-se apenas 5 acadêmicos e ele classificou-se em primeiro lugar. Foi contratado. Contando com essa providencial fonte de renda, Rodolpho Teóphilo concluiu seu curso.

Parece-nos que foi um período muito penoso, pois na sua extensa obra literária, praticamente omite seu período de acadêmico.

Formado, regressa em 1875, à Pacatuba, onde Henrique Justa vem em seu auxílio, financiando-lhe a instalação de uma farmácia. Naquela ocasião, ele, já doutor, achou-se em condições de declarar-se à D. Raimundinha Cabral, filha do Comendador Antônio Cabral de Melo, um dos figurões de Pacatuba.

4 Vida profissional

Infelizmente, no início de sua vida profissional, o Ceará vivia uma das piores secas de sua história, no triênio de 1877 a 1879.

A seca, além da adversidade climática, se agravava por falta de interesse político das autoridades nos diversos níveis em minorar o sofrimento de milhares de sertanejos através de medidas preventivas, de distribuição adequada de alimentos e remédios, de açudagem e da educação.

Por dezenas e dezenas de anos, políticos e gestores públicos se aproveitaram em benefício próprio, no mais puro egoísmo e achando normal apropriarem-se de recursos destinados aos flagelados, no clássico e desumano patrimonialismo, eliminando deliberadamente o nítido limite entre o privado e o público.

> Cada seca, e por vezes a simples ameaça de uma estiagem, transforma-se numa operação política que, em nome do socorro aos flagelados, caberia vultosas verbas para a abertura de estradas e, sobretudo, a construção de açudes criatórios. Nas últimas décadas, enormes somas federais concedidas para o atendimento das populações nordestinas atingidas pelas secas custearam a construção de milhares de açudes, grandes e pequenos, enriquecendo ainda mais os latifundiários, assegurando a seu gado a água salvadora nos quadros de estiagem e amplas estradas para movimentar os rebanhos em busca de pastos frescos. (RIBEIRO, 1995, p. 348, 349).

Percebeu logo que, naquelas circunstâncias adversas, remando contra o vento na pequena Pacatuba, não conseguiria condições financeiras para contrair matrimônio com D. Raimundinha, sua eleita Dulcinéia.

Ainda uma vez, coube ao seu protetor Henrique Justa vir em seu auxílio, dando-lhe os recursos para que ele tivesse sua própria farmácia, em 1877, agora em Fortaleza, na Rua da Palma, atual Rua Major Facundo, nas proximidades da Casa Albano de onde havia sido Caixeiro-Vassoura.

Viveu momentos de grande dificuldades financeiras naquela quadra de seca terrível, no qual em apenas um dia, em dez de dezembro de 1888, foram sepultadas 1004 pessoas.

Em 1900, estava em passeio com D. Raimundinha a Salvador, certamente revendo os lugares que frequentara como acadêmico e visitando parentes de sua mulher, quando tomou conhecimento de outra grande seca no Ceará e a consequente epidemia de Varíola que grassava em todo o Estado.

Prontamente, decide interrompe as suas tão aguardadas e justas férias, faz um rápido estágio no Instituto Vacinogênico da Bahia para aprender as técnicas da produção da vacina e o fechamento térmico das ampolas de vidro para acondicionar as vacinas que viria a produzir no vacinogênio que construiria em sua casa, localizada na atual Avenida da Universidade, com recursos próprios.

Para poder distribuir gratuitamente as vacinas aos cearenses, exportava-as para os Estados do Maranhão, Pará e Amazonas.

Os sertanejos quando afluíam a Fortaleza já haviam contraído a peste. Além do que, lutava contra a ignorância reinante que significava

outro entrave à vacinação e, para completar o quadro adverso, a partir de 1904, havia também a campanha negativa e sistemática por parte do governo, com campanhas orquestradas para denegrir a qualidade da vacina aplicada..

Porém o grande farmacêutico não desanimava, sempre estimulado por D. Raimundinha, sua mulher, continuava a sua missão, indo de casebre em casebre, nas mais longínquas "areias", nome dado aos bairros da periferia, para vacinar as populações carentes, chegando mesmo a oferecer-lhes vantagens materiais, panelas, janelas, portas e dinheiro, para que concordassem em ser vacinadas.

Montava uma burra e saía, tal qual um Dom Quixote nordestino, só que, em vez de lutar contra moinhos de vento, buscava populares para inocular-lhes a vacina salvadora.

Inventava histórias, aproveitando a crendice popular, nas quais o herói era o Santo Jenner, nome do criador da vacina, Sir Edward Jenner. Solicitava aos padres que exortassem os fiéis em seus sermões a vacinar-se, pensou em tornar obrigatória a vacinação para os paroaras, cearenses que regressavam da Amazônia e para as crianças ao batizar-se. Esses seus sonhos não se materializavam por falta de visão governamental.

Enfrentava toda sorte de dificuldades. O sertanejo, que, por sua cultura já é desconfiado, tornava-se ainda mais arisco por ocasião da seca, pelo deslocamento forçado através de estradas sem água e empoeiradas onde só os mais fortes sobreviviam.

Para tornar o quadro ainda mais sombrio, além de suas crendices, frutos da ignorância, sentiam na pele o descaso por parte das autoridades. Muitos pensavam que a vacinação era a forma mais prática do Governo ver-se livre deles, dizimando-os.

A ignorância religiosa criava no imaginário das pessoas um conformismo baseado na crença de que perder um filho era uma bênção de Deus.

> Não se importavam que os filhos, expostos o dia inteiro ao sol, adoecessem e morressem. Consideram a morte como supremo bem. Consideram a morte de um filho uma grande felicidade. É um anjo que sobe ao céu e vai rogar pelos pais que ficam degradados na terra das secas. A natureza que lhes coube de sorte é ingrata, é inclemente. Eles aplicam a ela a lenda da cascavel, porém mais cruel ainda. Aquela serpente come os filhos ao nascer e o Ceará os come em todas as idades. (TEÓFILO, Rodolfo, p. 81, 1980).

Maldosamente, pessoas ligadas ao Governo espalharam um boato pelo qual uma garota de apenas dois anos havia falecido em consequência da vacina anti-variólica. Foi publicado no jornal da situação, *República*, em 11 de março de 1905, a nota abaixo:

> A meningite, sucumbia hoje nesta capital uma interessante criança, pertencente a distinta família cearense, chegada ultimamente do Maranhão. Estamos informados que a inditosa criança fora há poucos dias vacinada pelo Sr. Rodolfo Teófilo, e se achava ainda em período de plena erupção vacínica, o que dá lugar a bem-fundadas suspeitas.

A nota representou uma represália a um relatório mensal publicado por Rodolpho Theóphilo no qual ele denunciava a negligência das autoridades sanitárias em relação a dois doentes desembarcados por navios em passagem por Fortaleza.

Observe-se que a nota não registra o nome da criança, nem de sua família, o que daria uma conotação de veracidade ao fato.

As notas de ataque e defesa da vacinação se repetiam até que o Governo ameaçou efetuar um rigoroso inquérito para apurar responsabilidades. Rodolpho Theóphilo, que nunca fugira de uma acusação, insistiu com o Governo para que o inquérito fosse realizado, o que nunca aconteceu, o que nos leva a crer que o factóide da morte da criança em consequência da vacinação era mais uma aleivosia contra Theóphilo.

> Os jornais do governo insistiam e batiam sempre na mesma tecla. Rodolpho Theóphilo só conseguiu uma trégua quando, tomando todas as precauções possíveis enviou amostras da sua vacina para serem analisadas pelo Instituto de Manguinhos, no Rio de Janeiro, que a aprovou sem nenhuma restrição, em um laudo datado de 10 de maio de 1907, assinado por Dr. Figueiredo Vasconcelos, que relatava sobre a eficácia da vacina, que fora aplicada em crianças e que apresentaram "o melhor resultado possível.

Com o certificado em mãos, Rodolpho criou nova disposição e mandou publicar no *Jornal do Ceará* um novo anúncio, provocando as autoridades sanitárias do governo:

> Rodolfo Teófilo continua a vacinar em sua residência, todos os dias, de uma às quatro da tarde, enquanto o Sr. Inspetor de Higiene, atual Secretário Estadual de Saúde), não determinar o contrário.

O Governo Acciolly não se atreveu a tomar qualquer medida contra o vacinogênio do Sr. Rodolpho, que continuou a funcionar na rua Visconde de Cauhipe, atual Avenida da Universidade.

Os sertanejos quando chegavam a Fortaleza, famintos e portadores da varíola eram amontoados, uns sobre os outros, nos desumanos e infectos abarracamentos. Para complicar mais a situação e disseminar a peste, eles se localizavam a barlavento de Fortaleza.

Estendeu a vacinação pelo interior do Estado formando Comissões de Vacinação através de seus órgãos sanitários. Por fim, sentiu-se recompensado por haver ajudado a erradicar a Varíola do Ceará, tendo reconhecido seus esforços através os jornais de vários Estados tais como: *O País*, *Rio de Janeiro*, *A República, Piauí*, *A Folha Nova, São Paulo* e *A República, Rio Grande do Norte*. Recebeu a Insígnia de Varão Benemérito da Pátria, outorgada pelo Congresso Federal.

Quem melhor o definiu em relação à sua humilde origem e posterior polivalência foi Adelaide Gonçalves, na Apresentação de *O Caixeiro*:

> "Menino pobre e órfão, caixeiro-vassoura, jovem aprendiz de professor, o farmacêutico doublé de médico, o intelectual entre livros e remédios, o historiador das secas, o contista, o memorialista, o leitor impregnado de cientificismo, o retratista de cenas e tipos, o fabricante de cajuína e do vinho do caju, o missionário, o ardoroso abolicionista, o poeta, o manipulador de fórmulas químicas, o homem de ciência e investigador incansável, o benemérito pioneiro da saúde sanitária e da epidemiologia no Ceará, o jornalista, o cronista, o polemista". (TEÓFILO, Rodolfo, p. 13, 2003).

A figura ímpar de Rodolpho Theóphilo suscitou sempre na sociedade cearense muita admiração, por suas posições corajosas, seu espírito humanitário, sua disposição de jamais medrar mesmo ante fortes e poderosos adversários.

Por sua história de vida, sempre se dedicou de forma desinteressada trabalhando na prevenção das pestes que infestavam o Ceará, terra a quem amou mais do que qualquer outro interesse, nos períodos calamitosos das secas, " que iam e que vinham" periodicamente.

Diatahy Bezerra de Menezes na apresentação de *Rodolfo Teófilo, o Apóstolo Leigo*, apresenta a sua visão de Rodolpho Theóphilo nos seguintes termos:

> Dessa ancestralidade profundamente arraigada nas origens da província e na cultura que bebeu nas tradições de família, herdou por certo várias de suas inclinações tais como o amor visceral pela terra cearense, um agudo senso de observação e de compreensão de sua parte, de seus costumes, virtudes e defeitos, sua vocação de pesquisador especialmente voltado para questões de saúde coletiva, aliado ao seu talento ficcional, de atento anotador da história imediata de que foi um de seus protagonistas atilados e, sobretudo de dignidade pessoal, de bravura e independência. (MENEZES, p.VII, 1997).

Clodomir Teófilo, em seu livro *Crônicas e Criticas* comenta e enaltece o arrojo e pioneirismo do cientista Rodolpho Theóphilo, comparando-o a Oswaldo Cruz:

> [...] o mesmo que Rodolfo Teófilo fizera no Ceará (a expensas do próprio bolso), com a eficácia de sua vacina antivariólica, Oswaldo Cruz logrou fazer, no Rio de Janeiro e no Pará, com referência à febre amarela, à malária e `a própria varíola.(TEÓFILO, Clodomir, p. 91-92,1882).

5 Panorama político

No período que se estende do crepúsculo do Século XIX ao alvorecer do XX, quatro protagonistas importantes e polêmicos ocuparam os espaços políticos do Ceará.

O comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly, um oligarca que, graças à sua habilidade de negociador e ao carisma pessoal e principalmente pelas características da Política Nacional, dominou o Ceará, de 1892 até 1912; o padre Cícero Romão Batista, um carismático líder religioso e político com grande influência no Sul do Estado, o jornalista João Brígido e o farmacêutico Rodolpho Theóphilo.

Todos possuidores de personalidades fortes, polêmicos, endeusados por uns e contestados por outros, numa época em que a política se desenvolvia em um clima de muita virulência verbal e de radicalismos.

À exceção de Rodolpho Teóphilo, que sempre pautou sua linha de conduta pela coerência, os demais, durante suas trajetórias políticas, nem sempre lastreadas em ideologias, porque mais voltados para o exercício do Poder.

Por vezes, até mesmo adversários ou inimigos políticos se aliavam, em função de interesses ou de circunstâncias.

João Brígido, por exemplo, no início do Governo Accioly foi seu aliado, rompeu com ele e passou a ser um seu ácido crítico durante todo o longo período de oligarca, posteriormente, no período seguinte associou-se a seu grupo político com a finalidade de derrubar Franco Rabelo.

Torna-se indispensável imergimos no clima político que regia o relacionamento do Governo Federal, localizado no Rio de Janeiro, com os Estados e Municípios para que seja possível contextualizar a política vigente no Ceará.

A Monarquia, havia sido deposta sem nenhuma participação popular, fruto de um movimento militar muito influenciado pelo positivismo de Augusto Comte, apanhou a todos de surpresa, uma vez que partiu de cima para baixo. O povo assistiu bestializado e atônito ao movimento predominantemente militar.

Um governo emblemático do início da República, por suas dificuldades, foi o do Presidente Campos Sales. Ao assumir o Governo, deparou-se com uma situação financeira crítica herdada ainda do tempo do Império e não equacionada nos incipientes governos republicanos.

Além do aviltamento do preço do café, causado pelo excesso de produção em safras anteriores, foi obrigado a assinar um acordo financeiro denominado "Funding Loan", um empréstimo de consolidação da dívida externa, dando como garantia a receita oriunda da Alfândega e implantando um severo programa de combate à inflação.

Todos esses fatores limitantes o levaram a adotar uma postura política que ficou conhecida como a "Política dos Governadores", que se traduzia em apoiar em cada Estado, o coronel, que detivesse o poder, transformando-os em governadores, dando-lhes plenos poderes, para compensar a falta de recursos e deles só exigia o apoio dos senadores e deputados federais para a aprovação de matérias de seu interesse nas respectivas instituições federais.

Os governadores, por seu turno, seguiam uma política semelhante. Evitavam imiscuir-s em querelas paroquiais nos municípios e aprovavam sempre os atos dos coronéis, que dividiam o Estado em regiões, tais como as antigas Capitanias Hereditárias, onde exerciam o poder de forma indiscriminada com métodos baseados na força, com homens armados. Todos os que trabalhavam para eles participavam, quando necessário, da defesa de seus interesses e propriedades, como se guerreiros fossem.

Por vezes, os coronéis acoitavam cangaceiros e apoiavam bandidos fugitivos de outros estados, para reforçar as suas milícias pessoais.

Por ocasião das contendas, os governadores aguardavam impávidos e indiferentes o desfecho das lutas, acolhendo sistematicamente o lado vencedor como seu aliado. A partir daí, concedia-lhe poderes discricionários, desde que o apoiassem incondicionalmente na Assembléia Legislativa. Exatamente ao que se assiste nos dias de hoje, afinal "é dando que se recebe"?

Certamente, o sistema vigente, não era nem democrático, nem justo. Não havia nenhuma preocupação com a distribuição de renda ou em proporcionar uma melhor qualidade de vida aos mais carentes.

Nesse cenário, assistiu-se ao florescimento, em praticamente todos os estados da Federação, se é que poderíamos usar esse nome, as oligarquias que se perpetuavam e dentre elas se destacaram, do Norte para o Sul: no Rio Grande do Sul, os Castilho, no Paraná, os Machado, em Alagoas, os Malta, em Pernambuco, os Rosa e Silva, no Rio Grande do Norte, os Maranhão, no Ceará, os Nogueira Accioly, no Pará, os Lemos e no Amazonas, os Nery.

Observa-se que, nos Estados mais desenvolvidos, Rio de Janeiro e São Paulo o poder não se concentrava nas mãos de uma só família, dividia-se por várias, provocando grandes disputas e, ou, alianças.

As eleições eram apuradas através das "famosas" Atas que traduziam sempre a vontade do Coronel e cujo resultado representava o "justo reconhecimento de sua abnegada administração na intransigente defesa do interesse de seus eleitores", pelo menos era o que a propaganda oficial apregoava...

Vigia na ocasião, ainda como uma herança do Brasil-Colônia, o Patrimonialismo, mediante o qual as autoridades constituídas não estabeleciam nem um limite ético ou legal, entre a *res publica* e o seu patrimônio.

Os Estados podiam ser divididos em dois grupos: os Burocráticos e os Patrimoniais.

Nos primeiros, prevaleciam as normas impessoais e racionais que garantiam aos indivíduos a prevalência de seus direitos jurídicos e nos quais o interesse do bem publico reinava soberano.

Enquanto isso, nos Estados Patrimoniais predominava o "funcionário patrimonial" cuja gestão colimava a atender os seus interesses

particulares, tais como, as funções, os empregos, as vantagens financeiras na contratação de serviços públicos. Os funcionários admitidos não o eram de acordo com sua competência, mas prevalecia o relacionamento pessoal, por sangue ou amizade.

Os oligarcas preocupavam-se sobremaneira em aquinhoar sua família e apaniguados com empregos públicos, em que a consanguinidade pesava muito mais do que a habilitação para o exercício do cargo. O "protegido" apresentava-se sempre como o candidato com maior mérito. O que ele, eventualmente ignorasse, aprenderia com a prática. Na vida real seria o seu único aprendizado.

A imprensa sofria de uma limitação muito grande em sua liberdade, numa época suas pautas se direcionavam preferencialmente para a política, sempre de forma radical, sem poupar sequer a honra pessoal ou familiar. A adjetivação excessiva representava a tônica dominante nos fulminantes artigos estampados nos periódicos, que eram disputados avidamente pelos leitores, que se deleitavam com as polêmicas entre os jornais da Situação e da Oposição. Não se conhecia o meio-termo ou o equilíbrio. O jornal se posicionava nitidamente a favor ou contra o governo. Predominava o radicalismo. Defendiam o governo, *O Tempo* e *O Jornal da República*, enquanto na oposição, o *Jornal do Ceará* atacava, sem tréguas o Governo. Posteriormente surgiu *O Unitário,* dirigido pelo combativo João Brígido para reforçar a Oposição.

Quando a agressão superava os limites aceitáveis havia sempre a possibilidade de dar uma surra no jornalista faltoso ou a disputa partir para um desforço pessoal.

6 Atuação política

Nesse cenário conturbado em que o Brasil vivia, inesperadamente o regime político passa de Monarquia a República.

Se na Capital a sociedade foi surpreendida com o advento da República, nos Estados com mais razão, principalmente pela precariedade vigente nos meios de comunicações, a surpresa foi ainda maior.

As forças políticas nos Estados procuraram rapidamente reagrupar-se, face ao novo regime político, ocasião em que, involuntariamente, adquire grande relevância no Ceará, uma das mais polivalentes e polêmicas das personalidades influentes no início do século XX: Rodolpho Teóphilo.

Torna-se difícil estudar a sua vida de forma estanque, uma vez que há três vieses, que se misturam e podem confundir o estudioso da matéria; sua atuação como sanitarista no combate à varíola, como político na oposição ao governo de Nogueira Accioly e como escritor, quando produziu 28 livros.

Farmacêutico, destacou-se como um dedicado agente proativo na área da saúde pública principalmente na vacinação contra a varíola, na seca de 1900, quando foi escolhido pela oposição como a bandeira a ser desfraldada contra o Governo de Nogueira Acciolly, passando então, a desempenhar involuntariamente um papel político.

Iniciou-se como escritor e se autodefinia como:

> "Coube-me ser o cronista dos infortúnios do Ceará nesse meio século. Tive de contar a fome de todas as secas naquele período que está sempre entre uma seca que vai e outra que vem". (TEÓFILO. p. 1, 1915).

Seus detratores mostravam-se impiedosos com o seu estilo literário e com os maus-tratos gramaticais, o que pode ser justificado por sua formação científica e o objetivo predominante, principalmente em seus primeiros livros, de denunciar ao Sul do país as condições subumanas a que eram submetidos milhares de cearenses que periodicamente se viam na contingência de abandonar suas casas em busca de água para mitigar a sede e comida para matar a fome.

Viajavam léguas e mais léguas, sob um sol escaldante nas estradas poeirentas, numa jornada em que só os mais fortes sobreviviam e assim mesmo, os poucos que conseguiam chegar a Fortaleza, eram cadáveres ambulantes, em sua maioria portadores de pestes contagiosas.

Muitas famílias assistiam impotentes à perda de entes queridos e, com o tempo, tornavam-se embrutecidas, verdadeiros animais pelos sofrimentos diários, que pareciam não ter fim.

Sentiam-se abandonadas, órfãos dos governos insensíveis em todos os níveis.

Em 1878, no auge de um triênio de secas que assolaram duramente o Ceará, um Senador pelo Rio Grande do Sul, o Sr. Silveira da Mota visando reduzir a ajuda do Governo Federal ao Ceará alegara que não havia seca no nosso Estado, que ocorria um exagero intencional uma vez que o Ceará exportava toneladas de farinha para outros Estados.

Os senadores pelo Ceará, José de Alencar e Domingos José Nogueira Junior assumiram uma posição, no mínimo indefensável. O primeiro, por ignorância ou má-fé política disse que, habitualmente o inverno no Ceará só se iniciaria em junho e o segundo permaneceu calado.

Rodolpho Theóphilo, indignado, só sossegou quando após minucioso levantamento nas certidões da alfândega, provou em seu livro *História da Seca no Ceará* que não saíra um grão sequer de farinha do Ceará no referido período, e, assim, demonstrou que o Senador Silveira Morta havia falseado a verdade. Dessa forma, Rodolpho sentiu, bem fiel ao seu amor ao Ceará e à verdade, que havia desfeito a mancha de uma mentira histórica e que custara centenas de vidas dos cearenses.

Em sua vasta obra literária, Rodolpho ressalta aos olhos dos observadores os principais vetores: o seu amor ao Ceará, o seu profundo conhecimento do sertão cearense, da cultura do sertanejo, da natureza, da vegetação, do clima, dos animais, dos períodos de seca, dos problemas fundiários e políticos, que muitas vezes se confundiam, revelando-se simultaneamente o historiador, o sociólogo, o geógrafo e cientista.

Vê-se também uma preocupação constante em duas direções: denunciar ao Sul do País a desgraça do povo cearense, principalmente nas épocas de seca e o desejo constante de deixar para as gerações pósteras provas inequívocas de seu trabalho abnegado de sanitarista, anulando o que seus inimigos apregoavam, buscavam assim o reconhecimento.

Só passou a ser combatido pela Oligarquia Nogueira Accioly quando editou o seu livro: *Varíola e Vacinação no Ceará*, 1ª parte, em 1904.

Naquele livro, o governo sentiu-se atingido, não só por suas críticas à inexistências de políticas sanitárias públicas, mas também pelos constantes autoelogios, decidiu partir para uma ação mais radical. Demitiu-o do cargo de professor do Liceu do Ceará, após 20 anos de serviço, sem nenhuma indenização, usando o artifício de extinguir a cadeira de Mineralogia, Geografia e Meteorologia da qual era vitalício. Foi então transferido, à sua revelia, para reger a cátedra de Lógica, matéria que desconhecia.

Como se recusou a assumir a nova cadeira, foi sumariamente demitido. Entrou com um recurso administrativo que o Governo sequer dignou-se a responder. Em seu livro, *Violência*, publicado em 1904, apresenta toda a perseguição de que foi vítima com a publicação dos Decretos que o demitiram.

Rodolpho não desanimou apesar da redução de seu orçamento familiar. Continuou a desempenhar o seu papel de Dom Quixote, montado em uma burra a percorrer as "areias" como um verdadeiro cruzado vacinando as populações carentes. Faltava-lhe apenas Sancho Pança, o fiel escudeiro.

Vivia o Ceará, duas realidades. Em Fortaleza, predominava o comércio. Com o crescimento do comércio, surgiu a burguesia, esta se sentia asfixiada pelos pesados impostos, enquanto nos municípios o latifúndio, com baixa produtividade, que explorava a mão de obra não qualificada que trabalhava em condições subumanas sob o jugo impiedoso dos feitores prepostos dos coronéis.

O comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly, ex-senador no tempo do império, não tendo assumido pelo advento da República, desde 1892 dava as cartas na política do Ceará, como 1º. Vice- Presidente. Em 1896, elegeu-se Presidente do Estado.

Em 1900, o Dr. Pedro Borges que havia sido eleito para contrapor-se a Nogueira Accioly, foi envolvido ardilosamente por ele com quem estabeleceu uma aliança política, mediante a qual quando concluísse o seu governo seria eleito Senador e apoiaria Nogueira Accioly para retornar ao governo.

A aliança adquiriu tal contorno que Pedro Borges humildemente declarou: "Aqui sou apenas o vaqueiro, o dono dos bois é o comendador Accioly".

Nogueira Accioly, no senado, cultivou amizades fortes e duradouras de suma importância para as suas ambições políticas futuras. Como parte do acordo, Pedro Borges foi eleito para o Senado e ele retornou ao Governo do Estado em 1904. Foi uma típica "troca de cadeiras". Foi reeleito para o período seguinte de 1908 a 1912.

Ele, como quase todos os ditadores, permanecia encastelado nos confortáveis e felpudos tapetes do Palácio da Luz, endeusado pelos áulicos do Poder, muito longe da população. Muito dos desmandos se processavam à sua revelia, mais por conta de familiares, que ocupavam os principais cargos no governo.

Destacam-se como pontos importantes de seu Governo a construção do Teatro José de Alencar, o Mercado Municipal e a criação da Faculdade de Direito da qual foi diretor.

Embora grande parte da literatura disponível a respeito de seu governo lhe faça uma pesada crítica, a sua habilidade política lhe gran-

jeara apoios importantes como o do Padre Cícero, com enorme influência no Sul do Estado, secundado por Floro Bartolomeu, seu fiel seguidor e braço armado, do Padre Quinderé, do governador Pedro Borges e de Graco Cardoso, um sergipano que, de seu protegido, foi galgando cargos importantes como o de vice-governador, chegando a assumir, embora por poucas horas, o cargo de governador do Estado.

Muitos de seus importantes amigos publicaram depoimentos muito favoráveis em um opúsculo editado pelo Estabelecimento Gráphico A.C. Mendes, em 1921, intitulado *In Memoriam*. Dentre eles destacam- se Barão de Studart, Dr. Antônio Augusto de Vasconcellos, Dr.Raymundo Arruda, Dr. Olívio Câmara, Dr. Raymundo Francisco Ribeiro, Dr. Alfredo Castro, Dr. Domingos Bonifácio, Desembargador Luiz Gonzaga, Dr. Carlos Livino de Carvalho, Ramos Netto, Prof. Thomaz A. de Carvalho, João Câmara Filho, Joe Pinto C. de Albuquerque, Climério Campos e Dr. R.Gomes de Matos.

Os depoimentos são uma demonstração do apreço que nutriam pelo "velho" Accioly, com uma preocupação constante de demonstrar a sua visão administrativa, a sua tolerância com os adversários políticos e a sua probidade administrativa.

Os métodos administrativos de seu governo estavam desgostando profundamente a população por fortes indícios de corrupção nas obras e serviços públicos, pela violência policial por parte da Polícia Militar que era comandada por seu genro, Raimundo Borges e pelo nepotismo exagerado. Sua família ocupava mais de cinquenta cargos no governo e a taxação tributária parecia excessiva aos olhos dos comerciantes.

Para agravar a situação vigente, a população conhecia, com riqueza de detalhes, os métodos espúrios adotados, tanto no alistamento eleitoral, como nas apurações de votos viciadas através das "atas" forjadas.

Para o alistamento do eleitor exigia-se o Atestado de Residência, o que seria perfeitamente cabível, exceto pelo fato da Polícia, a responsável pela emissão do documento, só emiti-lo para os partidários do Comendador Nogueira Accioly.

Outro expediente condenável no alistamento eleitoral foi a aprovação de uma Lei pela Assembleia Legislativa, totalmente dominada pelo grupo de Accioly, pela qual os eleitores poderiam impugnar o registro de outros eleitores quando descobrissem a falta de algum documento. O que ocorria na prática é que, na calada na noite, pessoas ligadas ao governo,

retiravam documentos das pastas dos eleitores da oposição, anotavam os seus nomes, entregando-os a algum simpatizante do governo que, apoiado na lei, cassava o registro daqueles eleitores.

Se havia esses expedientes condenáveis, por outro lado, o Comendador Nogueira Accioly possuía seus intransigentes defensores entre eles o historiador Raimundo Girão que emitiu esse juízo sobre o seu primeiro quadriênio de governo:

> Sem cultura humanística e filosófica, mostrou, no entanto, neste período de governo, as mais positivas qualidades de chefe, notável líder que por dezesseis anos controlaria, pode dizer-se de modo personalíssimo, a administração e a política de sua terra (GIRÃO, p. 212, 1953).

O monsenhor José Quinderé, incondicional amigo do comendador, em carta a Hugo Victor ressalta os benefícios do governo Acioly, citando a construção das linhas telegráficas ligando as cidades entre si, a instalação da Faculdade de Direito e a construção do Teatro José de Alencar.

Um outro grande intelectual cearense, Yaco Fernandes, estudioso da política cearense da época, assim se expressou:

> De qualquer modo, com seus defeitos e suas limitações, mesmo com a fraqueza básica que tornara possível a sua queda - o comendador Acioly é um grande homem cearense e o resumo vivo de tudo que dá existência e fim à oligarquia (FERNANDES, p. 218,1977).

Certamente o longo período em que permaneceu no governo, as endêmicas dificuldades econômicas do Governo e a violência da Polícia contribuíram para que a oligarquia chegasse ao fim.

O regime político adotado esgotou-se. O descontentamento reinante em Fortaleza, corporificou-se na adesão maciça à candidatura do General Franco Rabelo, genro de Clarindo de Queirós, que havia servido há alguns anos ao Exército em Fortaleza.

Na realidade, a rejeição ao Governo Nogueira Accioly funcionava mais para empolgar a oposição que o nome do General Franco Rabelo. Mudanças eram exigidas. A comunidade fortalezense convergiu então de forma apaixonada e irracional para apoiar o General Franco Rabelo.

A sociedade, congregando suas mais representativas figuras, organizou duas passeatas com o objetivo de convencer a população

a sufragar o nome de Franco Rabelo, na próxima eleição a realizar-se ainda em 1912.

A primeira, realizada no dia 14 de janeiro de 1912, ficou conhecida como a Passeata da "Liga Feminista" (o sentido era diferente do atual) transcorreu na mais perfeita ordem, porque foi supervisionada pessoalmente pelo Cel. Faustino da Silva, Inspetor da 4ª Região de Inspeção Permanente, correspondente hoje ao Comandante da 10ª. Região Militar e sem a participação da polícia.

Na semana seguinte, no dia 21, houve a Passeata das Crianças. Como o governo sentira-se ameaçado pela adesão em massa à passeata anterior, não solicitou o apoio do Cel. Faustino, optando por determinar à Cavalaria da Polícia que dissolvesse a Passeata das Crianças. Numa carga da cavalaria, uma das crianças foi morta e a população ficou enfurecida e sem controle.

Estava selado o fim da Oligarquia Accioly. Durante três dias, Fortaleza ficou um pandemônio com civis atacando e matando policiais, o comércio fechado, barricadas impedindo o fluxo de mercadorias. A situação agravou-se ao ponto da população tomar os prédios da Delegacia Fiscal, da Cadeia Pública e da Alfândega, cujos soldados desertaram receosos da populaça enfurecida.

Após sucessivas e tensas reuniões entre o Comendador Nogueira Accioly e o Cel. Faustino, o primeiro sentindo ser insustentável a sua situação, renuncia no dia 24 e se refugia com a família na 4ª Região de Inspeção Permanente.

A cidade voltou ao normal e a oposição demonstrou muita maturidade, quando um de seus líderes, Agapito dos Santos, discursou para o povo, com muita habilidade acalmando-o, permitindo assim que o Oligarca e seus familiares embarcassem para o Rio de Janeiro a bordo do navio Pará sem nenhum percalço.

7 Sua obra literária

Se foi combatido por suas Campanhas de Vacinação, na realidade, onde se observam maiores restrições a ele, estas se situam na sua extensa e longeva obra literária, composta por 28 livros, de quase meio século, iniciada em 1883, tendo se estendido até um ano antes de sua morte, ocorrida em 1932.

Pode-se tentar justificar seu estilo, muitas vezes rude, por ser um escritor da escola Realista-Naturalista com uma forte influência filosófica do Positivismo.

No seu primeiro romance, *A Fome*, descreve com toda a crueza episódios ocorridos durante a seca de 1877 a 1890, como registrou:

> O fazendeiro se aproxima e vê uma massa preta a mover-se, olha com mais atenção e vê que centenas de morcegos que se envolvem ali grunindo. Observa atentamente e com surpresa divulga encravados na pretidão da nuvem dois pontos azuis aureolados de branco. Eram olhos, e olhos humanos. Aproxima-se mais e tocando o pelo dos animais procura enxotá-los. Poucos foram os que voaram, deixando o repasto. Rarefeito o véu negro, percebe o fazendeiro as formas de um corpo de uma criança. Os morcegos agarrados, sugam o sangue, embora de tão cheios já não pudessem voar. O último se enchia, indiferente à matança dos companheiros, agarrado ao lábio inferior da menina. Freitas procura arrancá-lo, o cadáver do morcego cede, porém trazendo quase todo o beiço da menina. (TEÓFILO, p. 31, 1979).

O leitor mais sensível sentir-se-ia profundamente incomodado com o realismo da cena e teria dificuldades em continuar a leitura.

Escreve impiedosamente, com a consciência cartesiana que caracteriza os homens de ciência, utilizando adjetivações candentes em suas descrições, capazes de chocar até mesmo os mais empedernidos corações. Não usa meias palavras e, ao contrário dos escritores românticos que, por não suportarem a realidade, se refugiavam na retórica das frases bem construídas e de rimas sonoras, ele fustigava, com vigor, tal qual o vaqueiro chicoteava, sem piedade o seu cavalo faminto e exausto, Rodolpho denunciava, com a aridez de sua pena pontiaguda, o sofrimento de seus conterrâneos, ainda que rasgasse as vísceras de seus leitores, sem ter em vista esse objetivo, mas desejando sensibilizar as autoridades do Governo Federal. Em sua obra apresenta-se mais como uma testemunha da miséria, um denunciante da pobreza, da angústia, da fome, do que um escritor preocupado com a sintaxe ou com a elaboração de uma frase de efeito.

Rodolpho Theóphilo vai além e descreve outro episódio candente enfocando desta feita a autofagia:

> O faminto leva a ferida à boca e, com uma avidez que desarma e comove Freitas, suga o sangue que sai do ferimento, um sangue in-

> color como o dos insetos. A sucção era feita com uma gula infrene. O faminto parecia querer sugar pela ferida todos os líquidos do corpo. Nem mais vertendo o ferimento, começou a comer as próprias carnes. (TEÓFILO, p. 35, 1979).

Além desse viés da escola realista, por sua formação científica, foi sempre ligado às ciências exatas, ressaltava o seu compromisso de relatar o que testemunhara com cores muito cruéis capazes de chocar mesmo os mais insensíveis espíritos.

Os seus críticos emitem opiniões tão díspares sobre ele que dão a impressão de estarem escrevendo sobre dois autores:

Adolfo Caminha, autor de *A Normalista*, um de seus mais cruéis críticos, afirmava que "ele podia ter todas as qualidades de um bom cidadão, mas em tempo algum conseguirá um lugar proeminente na literatura nacional".

Em relação ao *Os Brilhantes,* Adolfo o vê como uma "leitura difícil e desprezível, não só porque carece das qualidades de uma obra de arte, como pela multiplicidade enfadonha de fatos e cenas, cuja repetição sem interesse real para o estudo do tipo nos podia ser poupada.

Outro crítico, José Veríssimo assim se expressa em relação ao *Paroara*: "romance de linguagem incorreta, pobre, descolorida, pouco artística".

Rodrigues de Carvalho, na crítica ao livro de Rodolpho, *Maria Rita* observa "um descuido de linguagem. Despreocupação com o estilo e muita inverossimilhança na observação e análise".

> Outras imperfeições de linguagem são encontradas em seus textos, entre a quais citam-se "peitava" por "atacar" a monarquia, "baldeamento" de raças por "mestiçamento", uma firma situava-se "há poucos metros" de outra, talvez o patrão "não fosse um mal sujeito"; tripulantes expulsos de um navio foram "deserdados"; "ninguém deu por conta disso", isto é ninguém se deu conta de; "caiu no goto"; "achaques", para melhor indicar ataques de desfetos, Jenner "descobriu" a vacina contra a varíola; a situação de Fortaleza parecia "sobre controle"; tal político "conspirava junto com Pinheiro Machado", quando conspirava "junto a". (*O Globo on line*, Prosa e Verso, 27.11.1999).

Em suas obras, sente-se o chamamento constante, a necessidade premente. Talvez se tivesse escrito em uma conjuntura mais favorável,

tivesse em mente a beleza do texto, garimpasse melhor as palavras, dando-lhes um sentido mais apurado e , ao mesmo tempo, adotasse um estilo literário mais elegante.

Paulo Elpídio de Menezes Neto, na apresentação do livro *A Seca de 1915*, de autoria de Rodolpho Theófilo, na edição da UFC, de 1980, assim se expressou:

> Em *A Seca de 1915* o autor se revela o mesmo observador imparcial, o mesmo pesquisador arguto, honesto nas suas intenções, levantando um painel completo da seca, trazendo um depoimento verdadeiro e pungente do drama, com todo o seu cortejo de desgraças. A linguagem é correta, o estilo é simples, despojado, às vezes áspero, mas dinâmico, ao qual pode faltar elegância, mas sobram, em compensação, a riqueza de minúcias, o relevo que sabe imprimir às cenas terríveis que testemunhou e a realidade que sabe imprimir às cenas terríveis que testemunhou e a realidade na pintura dos quadros. (MENEZES, p. 5, 1980).

O seu primeiro livro, publicado em 1883, *História da Seca do Ceará-1877 a 1879*, representa um verdadeiro libelo contra as autoridades, ao mesmo tempo que retrata cenas horríveis nas quais o ser humano se animaliza para tentar sobreviver em um mundo onde só os mais fortes o conseguiam.

O livro, contendo mais de 500 páginas, era ilustrado com fotos dos famintos e de plantas desconhecidas no sul do país, que eram usadas como alimento, fornecedoras de água e de remédios.

Foi tão bem recebido este seu primeiro livro no Rio de Janeiro que representou o seu passaporte para ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com sede na então Capital Federal.

Muitos nomes representativos das letras brasileiras manifestaram-se a respeito da obra de Rodolpho Theóphilo em seus 28 livros.

Abelardo Montenegro assim se manifesta:

> O romance de Rodolfo Teófilo constitui um aparelho de proclamação evangélica, de combate ao mal, de reprovação ao vício e de exaltação da virtude. Não registra apenas o crime. Ataca-o de rijo. O enredo sofre os efeitos da digressão; mas o romancista não perde a chance de moralizar.

> Essa tendência evangelizante não foi compreendida pelo romancista Adolfo Caminha, quando critica, em Teófilo, os longos sermões de moral, esses arranjos montepianos de cenas falsas. (MONTENEGRO, p. 106, 1953).

Ângela Barros Leal comenta a forma da escrita de Rodolpho sob outra ótica:

> Era naturalista, gênero que se adequava plenamente o seu jeito de pensar, traduzindo em parágrafos candentes a revolta contra o sofrimento de seus contemporâneos. (LEAL, *O Povo*, 8 de fevereiro de 1989).

Antônio Sales, seu grande amigo, no entanto, procurou ser isento em relação os pontos fracos de seu estilo em um artigo publicado no *Diário de Pernambuco*, em 9 de janeiro de 1909:

> A crítica tem por mais de uma vez censurado a este escritor a feição pouco artística e mesmo incorreta do seu estilo.
> Não podemos com sinceridade tomar a defesa e confessarmos lealmente que a acusação é fundada.
> Rodolfo não teve esse tirocínio literário que cedo encaminha os escritores para o aperfeiçoamento gradativo da forma, e pensamos mesmo que ele é por índole refratário a essa disciplina lenta e penosa da linguagem.
> Se ele possuísse um estilo correspondente à sua portentosa imagina ção e às faculdades observadas, seria um dos primeiros romancistas brasileiros, talvez o primeiro, depois de Alencar.

Araripe Junior, em estudo sobre *Os Brilhantes* publicado na *Província do Pará*, assim se expressa:

> Não se pode dizer que a Rodolfo Teófilo escapassem as situações indispensáveis à boa marcha da história de Jesuino Brilhante. Ao contrário disse o esqueleto do romance é completo e nada lhe falta no que diz respeito ao conflito indispensável ao desenvolvimento da senha e da queda do assassino. (idem, p. 15).

Para defender-se das pesadas acusações de charlatão e mercenário usou todos os recursos à sua disposição; principalmente em artigos nos jornais da oposição e em livros publicados, quase todos tendo como objetivo apresentar às gerações pósteras uma imagem de benfeitor, de protetor dos humildes, do sanitarista que erradicou a varíola do Ceará.

9 Rodolpho Theóphilo e a frenologia

A Frenologia, em nossos dias, encontra-se relegada à categoria de mito, mas marcou um progresso considerável no início do século XX, sendo uma das bases do Positivismo.

Atualmente a Frenologia representa apenas um interesse histórico pelos estudos que desenvolveu.

No entanto, por aquelas teorias, não caberia ao personagem central do livro, Jesuíno, nenhuma interferência sobre o instinto de violência. Seu destino já havia sido traçado pelos genes herdados de seus antepassados. Com essa interpretação errônea, Rodolpho, de uma só vez, eliminava dois importantes componentes na formação do ser humano: a educação e a influência do meio social. Assim se expressou em *Os Brilhantes*.

> [...] quando um sério desequilíbrio nas qualidades psíquicas do Brilhante veio alterar a placidez que havia alguns anos, reinava naquela habitação.
> Uma mudança radical havia se operado naquela criatura. Portador de nevrose do homicídio, herdada de um de seus ascendentes maternos, mas até então latente, Jesuíno teria logrado viver sem matar, se não tivesse sido testemunha do assassinato de seu parente. A nevrose explodiu com violência. Ao período de atordoamento, no qual parecia por completo suspensa no Brilhante a intelecção, a essa crise de atordoamento de suas qualidades psíquicas, sucedeu um acesso de loucura, cujo furor via-se-lhe estampado no semblante.
> Com o olhar cintilante e desvairado, um olhar que feria, com os músculos do rosto em dança constante, Jesuíno se achegou ao morto e molhando o dedo indicador no sangue, muito vivo e muito rubro que ensopada o cadáver , fez uma cruz na coronha do bacamarte. (TEÓFILO, p. 77, 1972).

Theóphilo, em outro texto, registra o que pensava sobre a origem da doença mental que atribuía a Jesuíno Brilhante;

> Cazuzinha, tio materno de Jesuíno, começara também assim e chegou a conquistar triste celebridade no crime. O fazendeiro ainda tinha em mente as recordações terríveis da noite em que o cunhado lhe entrou porta a dentro com as mãos ensaguentadas e quase louco. Os espasmos que lhe agitavam os músculos das faces, de que jamais se esquecera, são os mesmos que observa agora no rosto do filho. O mesmo olhar, a mesma alteração nos traços da fisionomia.

> [...] A idéia da sorte que o esperava, associava-se à idéia tristíssima dos crimes de Cazuzinha , e o velho caía em uma penosa meditação, enchendo o cérebro dos mais lúgubres pensamentos (TEÓFILO, p. 85, 1972).

A família dos Soares a que pertencia Jesuíno Brilhante disputava com os Calandros a hegemonia política e, em consequência, desempenhava um papel relevante na economia do município, uma verdadeira tradição na cultura do interior nordestino.

Rodolpho Theóphilo, descrevendo os Calandros, revela todo o seu preconceito racial:

> Os calandros formavam uma grande família de mestiços, vulgarmentíe chamados de cabras, no Norte do Brasil, produto do cruzamento do índio e do africano, e inferior aos elementos de que é formada. O cabra é pior do que o caboclo e de que o negro. É geralmente um indivíduo forte de maus instintos, petulante, sanguinário, muito diferente do mulato por lhe faltarem as maneiras e a inteligência deste. E, tão conhecida é a índole perversa do cabra que o povo diz: não há doce ruim, nem cabra bom. (TEÓFILO, p. 78, 1972).

Demonstra também uma visão equivocada em relação às raças criando uma gradação entre elas, como se pudessem ter uma escala, um rótulo, de maior ou menor de merecimento étnico.

> Até o cabra, produto do africano com o nosso indígena, o mais inferior dos produtos, pode cativar o espírito.(TEÓFILO, idem, p. 78).

Ao se referir a Pedro Jurema,um personagem que se apossava do gado alheio, que matava pelo prazer de matar e mantinha populações em sobressalto, diz:

> O mestiço é concupiscente como um bode, não pôs peia ao seu Temperamento (TEÓFILO, idem, p. 120, 1972).

Buscando definir os carniceiros cede a uma perigosa generalização padronizando-os pelo tipo físico:

> Os carniceiros eram todos homens de grande porte, cabras de feia catadura e peludos como ursos. (TEÓFILO, idem, p.129,1972).

No decorrer do livro, Rodolpho não perde uma oportunidade de registrar sua visão preconceituosa, catalogando pessoas e famílias como se objetos fossem:

> Aqueles preparativos de luta enchiam-lhes o espírito de contentamento. Estava na índole deles os desabafos, as vinditas, por isso no dia aprazado nenhum faltou à reunião. (TEÓFILO, idem, p.120, 1972).

10 Participação em entidades culturais

10.1 Clube literário

Embora seus inimigos políticos tenham sido muito ácidos em relação à sua fragilidade literária, Rodolpho Theóphilo sempre conviveu com escritores e sentia-se muito à vontade nas diversas instituições culturais das quais participou como um de seus integrantes.

Sua primeira incursão nos grupos literários ocorreu no Clube Literário, fundado a 15 de novembro de 1886 e, de acordo com seus estatutos os objetivos seriam atingidos através de:

> "[...] a manutenção de um órgão na imprensa, provendo conferências públicas, procurando relacionar-se com os vultos das artes e ciência, correspondendo-se com as corporações congêneres do império e do estrangeiro, e intervirá perante os poderes públicos quando assim for necessário" (*A Quinzena*, ano 1, n. 18, Fortaleza, 15 de outubro de 1887).

Entre os seus fundadores encontram-se os seguintes intelectuais cearenses: João Lopes, principal vulto do movimento, Antônio Bezerra, Antônio Martins, Juvenal Galeno, Justiniano de Serpa, Farias Brito e Rodolpho Theóphilo.

Os objetivos a serem colimados pelo clube se apresentavam muito ambiciosos, com ares mesmo de onipotência, não só pela "correspondência com instituições congêneres do estrangeiro", numa época de comunicações precárias e sempre se dependia do transporte marítimo, como também com a pretensão de influir nos destinos do governo "intervirá perante os poderes públicos quando assim for necessário".

Rodolpho Theophilo atuou ativamente, participando das reuniões e escrevendo contos cientificistas.

> No número 18, de 15 de outubro de 1887, a revista reserva-lhe das oito costumeiras páginas, as de número 137 e 138, bem como parte da 139, onde figura o trabalho "Ciências Naturais -Ar e Atmosfera". (AZEVEDO, Revista da Academia Cearense de Letras, Fortaleza, 1976)

O grande mérito de *A Quinzena* foi haver aberto espaço para a corrente literária realista-naturalista que dava seus primeiros passos através de Oliveira Paiva e Rodolpho Theóphilo.

10.2 Padaria espiritual

Foi um importante movimento literário fundado a 30 de maio de 1892, cujos membros inovavam e ousaram mesmo, diante do circunspecto Ceará do final do século. Não só em suas "fornadas", mas também em artigos publicados em *O Pão*, predominavam a ironia e os tons de galhofa.

Sânzio Azevedo , com sua visão de profundo conhecedor da Padaria Espiritual a definia como:

> Foi a Padaria Espiritual a mais original de todas as agremiações culturais do Ceará ou talvez do Brasil.Rompendo com o marasmo em que se arrastava a vida mental de Fortaleza de um século atrás, o grupo que liderado por Antônio Sales, não só fez rir a intelectualidade da terra, como repercutiu na Corte, com seu Programa de Instalação (1892), despertando a simpatia de nomes como Olavo Bilac, Araripe Júnior, Raimundo Correa, Costa Neto e outros luminares da literatura brasileira de então.
>
> Mas ao lado do humor com que os "padeiros" proibiam "o tom oratório sob pena de vaia"," qualquer referência à rosa de Malherbes" ou os recitativos ao som do piano,havia o respeito ao que o passado nos legara , e por isso tiravam o chapéu quando se falava em Shakespeare, Dante, Hugo Goethe, Camões e José de Alencar..." (AZEVEDO, Fortaleza, Apresentação de Tese, 1992).

Suas reuniões se realizavam no Café Java, na Praça do Ferreira, de propriedade de Mané Coco, regadas a generosas doses de bebidas alcoólicas que eram consumidas em "quantidades industriais".

O próprio Antônio Sales conta em seu livro *Retrospecto* a história da Padaria:

"A história da Padaria Espiritual a contar do dia em que entre o espanto da burguesia ignara, Ella afirmara a sua existência social na noite de 30 de maio de 1892, no prédio no.105 à rua Formosa.

> Festa original, essa onde a boa gargalhada substituía ao tonitroar da rethorica sediça e narcótica, destoando travessamente das lúgubres noitadas que se passam no recinto dessas sociedades literárias hirtas e parvas com os seus estatutos massudos, as suas Actas de Irmandade do Sacramento e a sua discurseria impante de eloqüência de circo de cavalinhos- redundando tudo numa esterilidade desoladora e numa vulgaridade idiota. Pela primeira fornada da Padaria viu logo o povo que se tratava de uma cousa nova, que tinha chiste porém que parecia não muito sério, na acepção dada comumente a esta palavra. (FIUZA, p. 19. Fortaleza, 1992)."

Como se observa, o grupo que se estava instalando, pretendia inovar, trazendo ares novos nas atividades literárias da província, fugindo do lugar-comum e, ao mesmo tempo, demonstrando que os movimentos literários podem ser sérios, fugindo porém da susudez.

Em sua Tese de Mestrado, Regina Cláudia Pamplona Fiúza elenca os seus fundadores e respectivos nomes de guerra da seguinte forma:

> Antônio Sales (Moacir Jurema), Jovino Guedes (Venceslau Tupiniquim, Tibúrcio de Freitas (Lúcio Jaguar), Ulisses Bezerra (Frivolino Catavento), Carlos Vítor (Alcino Bandolim), José de Moua Cavalcante (Silvino Batalha), Raimundo Teófilo de Moura (José Marbril), Álvaro Martins (Policarpo Estouro), Lopes Filho (Anatólio Gerval), Temístocles Machado (Túlio Guanabara), Sabino Batista (Sátiro Alegrete), José Maria Brígido (Mogar Jandira), Henrique Jorge (Sarasate Mirim), Lívio Barreto) (Lucas Bizarro), Luiz Sá (Corregio Del Sarto), Joaquim Vitoriano (Paulo Kandalaskaia), Gastão de Castro (Inácio Mongubeira, Adolfo Caminha (Felix Guanabarino), José dos Santos (Miguel Lince), João Paiva (Marcos Agrata), (FIÚZA, p. 22 e 23. Fortaleza, 1992).

Pela representatividade literária da maioria de seus componentes, pode-se avaliar a importância do movimento e por seus nomes de guerra o espírito excêntrico que predominava no grupo.

Inspiraram-se nas atividades industriais da panificação para a terminologia adotada na instituição, com muita audácia e originalidade.

O "Forno", onde se realizavam as reuniões, "Fornada", reunião, "Padeiro Mor", presidente, "Primeiro-forneiro", o secretário, "Amassadores" os demais participantes e *O Pão*, o jornal.

Os estatutos da Padaria Espiritual definiam que seu fim seria "fornecer pão de espírito aos sócios, em particular, e aos povos, em geral".

Repetindo a onipotência do Clube Literário, a Padaria inicia as suas atividades sonhando mais alto do que a realidade quando expressa em seus Estatutos o desejo de fornecer "pão de espírito aos povos em geral". Sem dúvida, volta a imperar a mesma mania de grandeza, anteriormente esposada pelo Clube Literário. Afinal muitos de seus componentes haviam pertencido àquela instituição.

Inicialmente, Rodolpho não participou da Padaria, embora Antônio Sales, seu fraterno amigo e que lhe dedicou sua obra-prima *Aves de Arribação*, o seu idealizador e redator do programa de Instalação.

O espírito sério de Rodolpho não se coadunava com a galhofa reinante na primeira fase dos "padeiros".

Somente na reorganização da Padaria, em 1894, é que Rodolpho Theóphilo começou a participar da instituição,que na sua nova fase passou a reunir-se em sua casa, livre do tom jocoso inicial, dedicando-se a atividades sérias e essencialmente literárias. Nas reuniões, as bebidas alcoólicas foram substituídas pela cajuína. Mais uma vez, prevaleceu em Rodolpho a coerência que foi sempre o Norte de sua bússola durante toda a sua existência. Dentro dessa linha de conduta, fundou em seu sítio "Alto da Bonança", localizado em Pajuçara, a Liga Cearense contra o Alcoolismo.

Foram Padeiros-Mor da Padaria Espiritual: Jovino Guedes, de 1892 a 1893, José Carlos Júnior, de 1894 a 1896 e Rodolpho Theóphilo, de 1896 a 1898.

Leonardo Mota assim registrou a participação de Rodolpho na Padaria

> *Quando Rodolfo Teófilo cometeu o ato de bravura de sentar praça na milícia dos Panificadores, já colhera quarenta e uma flores no jardim de sua existência e estava em plena exuberância literária.* (MOTA, Fortaleza, p. 155, 1938).

Sânzio de Azevedo, membro da Academia Cearense de Letras, em seu trabalho *Grêmios Literários do Ceará na Segunda Metade do*

século XIX, ressalta a importância do papel literário desempenhado pela Padaria Espiritual nos seguintes termos:

> Podemos dizer que a Padaria Espiritual consolidou o Realismo Cearense, com Rodolfo Teófilo, que já publicara *A Fome* em 1890 e depois publicaria *Os Brilhantes* em 1895 e *Maria Rita* em 1897. (AZEVEDO, Universidade Aberta, aula n. 14, Fortaleza, p. 25, 1984).

10.3 Instituto do Ceará

Ingressou com seu sócio em 24 de dezembro de 1912. Durante a sua permanência como Sócio Efetivo do Instituto de Ceará produziu os seguintes livros: *Lira Rústica, Telésias, Libertação do Ceará, A Sedição de Juazeiro, Cenas e Tipos, Reino de Kiato, A Seca de 1915, A Seca de 1919, Os Meus Zoilos, O Caixeiro* e *Coberta dos Tacos.*

10.4 Academia Cearense de Letras

Foi admitido como membro da Academia em 1892 para a cadeira no. 36, na 1ª. reorganização. Em 1950, na 2ª. reorganização, passou para o Quadro de honra. Na 3ª. reorganização foi eleito patrono da cadeira 33, hoje ocupada por Noemi Elisa Aderaldo.

11 Outras atividades de Rodolpho Theóphilo

Poucas pessoas fazem, com tanta justiça, jus ao título de polivalente como Rodolpho Theóphilo. Neste trabalho foram registradas suas atividades como sanitarista ,professor, político, escritor e jornalista.

Entretanto, ele foi alem e como farmacêutico inventou: a cajuína, o vinho de caju, o soro antiofídico e um sem-número de remédios.

11.1 A cajuína

Rodolpho inventou a Cajuína, dando-lhe até mesmo o nome, que se transformou em uma das mais populares bebidas do Ceará. Ele próprio redigiu o teor da publicidade, nos seguintes termos:

> O cajueiro (Anacardium Occidentalis) pertencente à família das Tebebintháceas. É uma árvore de grande porte, indígena e vegeta no Norte do Brasil, principalmente no Ceará. Frutifica uma vez por ano, de outubro a dezembro.
> O fruto propriamente do cajueiro é uma noz chamada castanha, reniforme, contendo uma amêndoa mui saborosa. O caju vulgarmente conhecido como fruta do cajueiro, não é mais do que o produto floral extremamente desenvolvido, com aparência de um belo fruto amarelo, encarnado, oval, redondo, oblongo, contendo um suco doce ou ácido muito agradável e rico em tanino. O caju entre o povo é conhecido como um grande depurativo do sangue e um excelente tônico.
>
> Com o caju preparamos uma batida que a princípio denominamos Vinho Seco de Caju cuja denominação por imprópria e por causa dos imitadores fomos obrigados a mudar para Cajuína que registramos na Junta Comercial.
>
> A cajuína não é mais que o suco de caju recentemente extraído e conservado pelo processo de Appert. É uma bebida saborosa, agradável, não alcoólica, com todas as propriedades tônicas, depurativas, diuréticas e nutritivas do caju. Usada como água gasosa é excelente. Com água e açúcar, partes iguais, além de ser um refrigerante esplêndido é um diurético de primeira ordem, superior à theobromina, o diurético ideal. (SOMBRA, Secretaria de Cultura e Desporto da Prefeitura Municipal de Maracanaú, p. 134 e 135, 1997).

Se o anúncio, como peça publicitária, deixava muito a desejar por ser prolixo, porém revelava o farmacêutico sempre presente com uma preocupação científica.

Miguel Ângelo de Azevedo, Nirez, explica em detalhes o anúncio:

> Vemos o nome do produto acima; duas redomas com a indicação da medalha de ouro conquistada na Exposição Nacional de 1908 realizada no Rio de Janeiro, então Capital Federal; uma pintura feita pelo artista Roas Detchesel, com uma bailarina tendo na mão direita um cálice de vinho de caju e à mão esquerda, uma garrafa do produto, onde pode ser visto o rótulo antigo, ainda com o nome de vinho de caju.No centro superior direito, dentro de uma elipse, a foto do fabricante, Rodolfo Teófilo. (SOMBRA, idem, p.135,1997).

11.2 Vinho de caju

Coube a ele também criar a fórmula de um vinho derivado do caju, o que lhe trouxe muitos dissabores, uma vez que o referido vinho

fora comercializado por seu filho de criação, Raul Teófilo. Talvez para confundir a opinião pública e aproveitar-se da fama de Rodolpho Teophilo, anunciava o produto com o nome de R. Teófilo. Ora, disso se aproveitavam os inimigos de Teófilo, porque ele sempre achou, nos seus pronunciamentos públicos e de acordo com o seu livro no *Reino de Kiato*, que as três principais causas da infelicidade do ser humano eram o álcool, a sífilis e o tabaco.

Quintino Cunha, autor de *O Encontro das Águas*, notabilizou-se mais por sua ironia, do que por sua poesia, aproveitou-se da situação e publicou em heptassílabos a seguinte quadra:

> "R.Teófilo-pai
> R.Teófilo-filho
> Um no capim sobressai;
> Sobressai outro no milho!" (SOMBRA, p.142,1997)

A sátira de Quintino foi além:

> "A Literatura do Rodolfo é tão fraquinha como a Laranjinha!... (Idem, Ibidem)

11.3 Soro antiofídico

Não era só a seca, nem a varíola que matavam no Ceará. Surgiu a praga das cascavéis que atacavam indistintamente pessoas e o gado.

Sem nenhuma proteção na prevenção ou de antídotos para combater as picadas, após algumas poucas horas os caboclos morriam à míngua.

Sensibilizado com o problema, Rodolpho começou a pesquisar o assunto buscando em bibliotecas médicas uma solução para reduzir a mortalidade daquelas populações tão sofridas e desassistidas.

Encontrou, após muitas infrutíferas buscas, uma revista onde havia sido publicada uma matéria assinada pelo Dr. Lacerda no qual uma simples injeção de permanganato de potássio, KMnO4, aplicada logo após a picada coagulava o veneno, impedindo-o de entrar na corrente sanguínea. Estava ali o soro antiofídico.

Chegou mesmo a levar uma cascavel para casa para aprofundar as suas pesquisas, no que foi impedido porque D. Raimundinha, sua esposa, tendo horror a cobra, aproveitou-se de uma sua ausência e matou-a.

Ele não reclamou porque a sua cartilha ensinando a fabricar o soro antiofídico já havia sido impressa e enviada para todo o interior de Ceará.

11.4 Outros Remédios

Além dos citados, fabricava xaropes, remédios para reumatismo, doenças de pele, incômodos do estômago, dores de cabeça, pomadas para eczemas, loções com fórmulas secretas que diziam curar tuberculose, sífilis e até câncer, pelo menos era o que apregoava a publicidade da farmácia de Rodolpho.

12 Sua família

Rodolpho Theóphilo viveu uma paixão platônica na juventude pela filha do Presidente da Província Sr. Diogo Sobrinho, quando ele, apenas um caixeiro-vassoura. Fora uma demonstração de audácia, em um romance platônico e unilateral. Afinal não possuía *le phisique du rôle* social para levar adiante o romance, ignorado por sua Dulcinéia.

Posteriormente, quando foi recuperar-se de sua saúde em Pacatuba, apaixonou-se novamente por uma moça muito acima de suas possibilidades, por ser ela filha do Comendador Antônio Cabral de Melo e um dos chefões da região, D. Raimundinha.

Manteve sua paixão em segredo, só a revelando após concluir o Curso de Farmácia.

Casaram-se e ela foi sua fiel companheira, durante toda a sua trajetória de vida, trabalhando diuturnamente na produção e aplicação das vacinas.

Não tiveram filhos. No entanto, adotaram dois. O primeiro Antônio, filho de Henrique Justa, o seu grande benfeitor e que se formou em medicina e o segundo, Raul Teófilo, filho de sua irmã Florisbela, que grávida, refugiou-se no Alto da Bonança para preservar o bom nome da família. Quando a criança nasceu todos pensavam ser filho de Rodolpho e D. Raimundinha. Formou-se, como o pai adotivo, em Farmácia, na Universidade da Bahia.

13 O reconhecimento

Embora tenha sido muito combatido, recebeu muitas demonstrações de reconhecimento, ainda em vida, pelo hercúleo trabalho desenvolvido em todas as suas áreas de atuação.

*Em 1884, recebeu do Imperador Pedro II por sua atuação a favor da libertação dos escravos a comenda do Oficialato da Rosa.

Ganhou, em 1908, na exposição nacional do Rio de Janeiro, na qualidade de industrial, a Medalha de Ouro pela excelente qualidade da cajuína, por ele criada e produzida.

- Em 21 de outubro de 1908 teve seu retrato aposto na Fênix Caixeiral, quando recebeu o título de Sócio Benemérito.
- Os consagrados autores, Antônio Sales e Josué de Castro lhe dedicaram, respectivamente os livros *Aves de Arribação* e *Geografia da Fome*.
- O Congresso Nacional outorgou-lhe o título de "Varão Benemérito da Pátria".
- O *Diário do Ceará* em 07 de maio de 1924 publicou o batizado da lancha da Diretoria de Higiene nos seguintes termos:
- "Foi batizada a lancha Rodolfo Teófilo, que contou com a presença de seu sobrinho e filho adotivo Raul Teófilo e do Presidente do Estado Idelfonso Albano, além de autoridades sanitárias e deputados , uma homenagem autorizada pelo presidente da República ao " filantropo e individualidade cearense que é Rodolfo Teófilo"
- O Vacinogênio do Estado, foi denominado Vacinogênio Rodolfo Teófilo de acordo com o que foi publicado no *Diário do Ceará* em 07 de julho de 1930. Observação: provavelmente, devido ao seu temperamento reservado, ele não compareceu a nenhuma das duas solenidades (o batismo da lancha e a inauguração do vacinogênio).
- Em seus últimos aniversários foi muito festejado, em crônicas laudatórias de reconhecimento pelos jornais: *O Diário do Ceará, Gazeta de Notícias, A Capital, Correio do Ceará*.
- A consagrada escritora Rachel de Queiroz que, além de ter sido a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras, e honrar os quadros da Academia Cearense de Letras, prestou-lhe uma comovente homenagem, como a despedir-se do "Apóstolo Leigo", rendendo-lhe todas as justas homenagens, no *Álbum de Fortaleza* nos termos descritos a seguir:

> Nas suas barbas brancas de apóstolo, no seu recolhimento e na sua tristeza é uma das mais belas figuras venerandas do Ceará.
>
> Toda uma longa vida de trabalho, de fé e de coragem está naqueles setenta anos fatigados que parecem mais velhos, no esgotamento do seu grandioso serviço.
>
> Vinte livros já saíram de suas mãos trêmulas, mãos que fizeram tanto bem e espalharam tanta luz- mãos que hoje só se exercitam nos dois grandes gestos de amor: a esmola, que socorre, que alimenta, e que conforta; a bênção que eleva, que purifica e que perdoa.
>
> Vinte livros.Toda a história dolorosa das secas e a tragédia nostálgica dos êxodos, nas páginas atormentadas de *A Fome*, do *Paroara*. Os grandes dramas de sangue, as velhas lendas heróicas do banditismo e sertão no *Os Brilhantes*, no *Conduru*, em *Maria Rita*. E a irônica vergastada de *Memórias de um Engrossador*, a encantadora utopia do *Reino de Kiato* e o doce lirismo intelectual de *Telésias* e o sombrio satanismo de *Violação*....
>
> E toda uma obra de paciente saber, de apaixonado estudo, na grande bagagem dispersa copiosamente em meio da produção artística.
>
> Hoje, o dono da alma heróica que venceu a peste negra naquela luta gigantesca em que ia procurar lá dentro da sua cidadela de casebres a praça forte da miséria e da morte como uma grande relíquia preciosa, é que vive brâneo e trêmulo, luz cansada que invoca a grande noite, desejoso do doce sono que o venha libertar do peso amargo da vida, da saudade da velha e amada companheira que se foi, saudade que é o seu único mal e sua única e infinita tortura.
>
> Mas é preciso que não se vá.Velho avô bem-querido, que nos ensinou a chorar nossas dores e curar nossos males, velho avô, carecemos demais do muito que aprendeu, do muito que sabe dedicar-se, do muito que sabe amar...
>
> E se a inveja e a ignorância conseguissem fazer apagar e esquecer o que a mão escreveu, nas cicatrizes benfeitoras que cada cearense traz nos braços, está gravada a marca de sua ciência generosa, velho avô... (QUEIROZ, *Álbum de Fortleza*, s.p., 1931).

Em seu relatório, apresentado à Assembléia Legislativa em 1°. de julho de 1913, Franco Rabelo, ao comentar no relatório oficial de seu governo, reconhece a relevância do trabalho desenvolvido por Rodolpho na saúde pública nos seguintes termos:

> Não posso encerrar esse parágrafo sem aludir à grande obra executada, em favor da Higiene Pública do Ceará, por esse abnegado e persistente conterrâneo, o sr. Farmacêutico Rodolfo Marcos Teófilo.

> Quando os poderes públicos deixavam a população do Ceará entregue às mais devastadoras epidemias, sem dar nenhuma providência, o Sr. Rodolfo Teófilo por sua própria iniciativa, sem subvenção, nem estímulo do governo, empreendeu a obra apostolar de extinguir a varíola no Ceará dando início à humanitária tarefa em dezembro de 1900.
>
> A terrível epidemia que, durante quinze anos consecutivos arrebatara tantas vidas foi debelada em Fortaleza, após três anos de trabalho infatigável e sereno. Que, além, ele não interrompeu de então até hoje.
>
> O ilustre patriota não só preparava a linfa, como fazia pessoalmente a vacinação domiciliar nesta cidade e subúrbios. Além disso, tinha em todo o centro de estado um grupo de comissários, a quem remetia vacina e que se incumbiam de dar combate à epidema.
>
> Assim em 1904, não se deu em Fortaleza, um só caso de varíola. O Sr. Rodolfo Teófilo vacinava nesses quatro anos oito mil pessoas, não se falando da vacinação no interior.
>
> Ele tem feito a obra completa de um excelente instituto vacínico, por simples amor à humanidade despendendo nessa gloriosa campanha dinheiro e energia".
>
> O que se depreende desse relatório oficial é que, os governos, quando não submetidos às paixões políticas, reconheciam o trabalho abnegado de Rodolfo pela gente pobre e doente de sua amada terra, por adoção.
>
> * Os acadêmicos da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Ceará em reconhecimento ao seu desempenho profissional, decidiram denominar o seu órgão representativo de Diretório Acadêmico Rodolfo Teófilo.

14 Sua morte

Na velhice, com 79 anos bem vividos, Rodolfo havia abrandado o seu temperamento reservado e sisudo e já se permitia mesmo algumas brincadeiras. Tornara-se mais afável e, por ocasião da visita de Demócrito Rocha e Paulo Sarasate, respectivamente, diretor e redator secretário de *O Povo*, brincou com eles, já prevendo a sua partida para a eternidade: "Estas pernas estão pedindo cova"...

Perdera muito o interesse pela vida depois do falecimento de sua esposa D. Raimundinha.

Por ocasião de seu passamento, em 2 de julho de 1932, totalmente livre de seus detratores e adversários políticos, tornara-se um nome consagrado em todo o país.

O Povo publicou no dia de seu enterro em letras garrafais: "O Ceará vê desaparecer um de seus grandes filhos".

Dois dias depois um de seus articulistas sugeriu que o bairro da Pajuçara fosse rebatizado com o seu nome e termina o seu texto: "Quem for cearense, mesmo que não seja pobre, há de concordar que o nome de Rodolfo Teófilo seja imortalizado".

A *Revista do Instituto do Ceará*, nº. XLVII, relativa ao ano de 1933, publicou o necrológio de Rodolpho Theóphilo, conforme o texto abaixo:

> No ano passado, no dia 2 de julho, fechava os olhos à luz terrena esse homem, por tantos fundamentos notáveis, que se chamou Rodolfo Marcos Teófilo.
>
> Já estando preparado o número desta revista, prestes a circular, não nos foi possível render ao membro eminente do Instituto do Ceará, de que foi primeiramente sócio efetivo e depois de honra, a homenagem que postulavam os seus grandes méritos, os quais levaram o Congresso Nacional a dar-lhe o título excepcional de Varão Benemérito da Pátria.E benemérito foi ele de fato, não só no labor indefeso de por termo à varíola por meio de vacinação constante e gratuita, mas também devassando novos campos de pequenas indústrias, de inestimável alcance financeiro para a população pobre.
>
> Mas o que Rodolfo Teófilo foi, antes e acima de tudo, foi escritor. A poesia, o romance, o conto, a história, o panfleto, o jornalismo, a mesma ciência – teve nele tudo isso um cultor apaixonado, que morreu sem depor a pena.
>
> Historiador dos flagelos climáticos que periodicamente assolam o Ceará, bem como das peripécies políticas que assistiu, não pode eximir-se ao partidarismo a que se acorrenta a natureza humana, ainda a mais bem organizada,e muitos juízos seus hão de ser talvez reformados pela posteridade; mas não se pode negar que tudo quanto escreveu tem o cunho de sinceridade mais perfeita.E isto já não é pouco, por que, em geral, os que atacam os outros fazem-no por maldade.
>
> O poeta, embora deliberadamente popular, como Juvenal Galeno, deixou algumas produções antológicas, como o soneto " O Átomo", quer na primeira, quer na segunda versão.
>
> É, porém, o romancista que a todos se impõe. *A Fome*, *O Paroara*, *Maria Rita*, *Os Brilhantes*, *O Reino de Kiato* e tantas outras obras de ficção, estão aí para atestar o valor de Rodolfo Teófilo.

Escrevendo naturalmente, quase como falava, sem apuros de forma, legou-nos entretanto algumas das páginas mais belas e sugestivas da literatura nacional, e quem quiser estudar e conhecer o português do nosso Estado, suas modalidades, a familiar e a popular, tem de recorrer às obras do ilustre escritor e nelas encontrará um manancial quase inesgotável.

Expirou a 2 de julho de 1932, deixando para as gerações que o sucederem o exemplo de um homem íntegro que amou a sua terra e ao seu próximo, dedicando-se especialmente aos desamparados cearenses, constantes vítimas das secas inclementes e da insensibilidade e desonestidade de grande parte das autoridades constituídas.

Rodolpho Theóphilo podia como poucos, ao findar seu ministério neste planeta, por sua vida de amor ao próximo, parafrasear o Apóstolo São Paulo e dizer com toda a convicção:

"Combati o bom combate, acabei a carreira e guardei a fé". (2º. Timóteo, 4, versículo 7).

Cronologia de suas principais obras

Título	Ano
História da Seca no Ceará	1883
Monografia de Mucunã	1888
Ciência Natural em Contos	1889
Botânica Elementar (em parceria com Garcia Redondo)	1889
A Violação	1889
A Fome	1890
Cartas Literárias	1895
Os Brilhantes	1895
Maria Rita	1897
O Paroara	1899
Secas do Ceará (Segunda Metade do Século XIX)	1901
Varíola e Vacinação no Ceará (1ª. parte)	1904
Violência	1905
O Cunduru	1910
Varíola e Vacinação no Ceará (2ª. parte)	1910
Memórias de um Engrossador	1910
Lira Rústica	1913

Telésias	1913
Libertação do Ceará	1914
A Sedição de Juazeiro	1915
Cenas e Tipos	1919
Reino de Kiato	1922
A Seca de 1915	1922
A Seca de 1919	1922
Os Meus Zoilos	1924
O Caixeiro	1926
Coberta de Tacos	1931

Bibliografia

A BÍBLIA. Imprensa Bíblica Brasileira,1973.

ANDRADE, Francisco Ari. Edições INESP, Fortaleza, 2008.

BEZERRA,Paulo. (Org.), *Álbum de Fortaleza*,Tipografia Meton e Gadelha, 1931.

DARMON, Pierre. Paz e Terra, Rio de Janeiro,1991).

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

FERREIRA NETO, Cicinato Ferreira. *A Tragédia dos Mil Dias*, *A Seca de 1877-79 no Ceará*. Premius, 2006.

FIUZA, Regina Cláudia Pamplona. Tese de Mestrado em Literatura Brasileira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

JÚNIOR, Marcelo Silva. Rodolfo Teófilo - *O Higienista Pioneiro no Brasil - Anais da Faculdade Nacional de Farmácia*, 1953.

LOPES, Régis. *Esquecer para lembrar*. Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

MENEZES, Paulo Elpídio de. *O Crato do Meu Tempo*. Fortaleza: Edições UFC, 1985.

MONTENEGRO, Abelardo F. *Fanáticos e Cangaceiros*. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973.

MOTA, Aroldo. *História Política do Ceará*. IJUREH, Instituto Jurídico, Eleitoral e Histórico. Fortaleza: ABC, 1999.

NETO, Lira. *O Poder e a Peste*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

QUINDERÉ, José. *Comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1950.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*: evolução e o sentido do Brasil,. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOMBRA, Waldy. *Rodolpho Theóphilo, o Varão Benemérito da Pátria*, *Vida e Obra*. Fortaleza: Centro Gráfico da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia de Maracanaú, 1997.

TEÓFILO, Rodolfo. *A Seca de 1915*. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

TEÓFILO, Rodolfo. *A Fome*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1979.

TEÓFILO, Rodolfo. *Violação*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979.

TEÓFILO, Rodolfo. *Varíola e Vacinação*. Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

TEÓFILO, Rodolfo. *O Paroara*. Publicação da Secretaria de Cultura, Desporto e Formação Social, Fortaleza, 1974.

TEÓFILO, Rodolfo. *Os Brilhantes*. Instituto Nacional do Livro, 1972.

VALE NETO, Isac Ferreira do. Tese de Mestrado, Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, 2006.

Origem da Paróquia de Canindé

Padre Neri Feitosa*

1 – A contenda

a) Donde foi desmembrada a paróquia de Canindé? O documento eretivo da freguesia limita o território às águas dos rios Canindé, Curu e Caxitoré. O município foi criado 29 anos depois com os mesmos limites.
b) O livro do criterioso historiador Augusto César Magalhães Pinto, *Viagem pela História de Canindé*, citou o desmembramento da paróquia como sendo de Fortaleza e de Quixeramobim.

Fiquei duvidoso e estranhei o número de autores que afirmavam a mesma coisa. Fui em busca de descobrir quem por primeiro fez essa afirmação. Foi o Senador Pompeu, aquele mesmo que deu à igreja de Canindé "fundada" em 1775, dando muito o que pensar: primeiro pensou-se numa capela onde nunca funcionou nenhum ato litúrgico; depois Frei Venâncio, OFM, disse que se poderia aceitar que Francisco Xavier de Medeiros poderia ter lançado os " fundamentos" da capela nesta data, mas que nenhum documento cita essa data.

Depois de Pompeu, os autores, firmados em "argumento de autoridade", começaram a falar do mesmo modo, sem averiguação da realidade.

c) O Dr. Pedro Théberge (1862) escreveu assim (pág. 218 do *Esboço Histórico Sobre o Ceará*):

---

* Do Instituto Memória de Canindé.

"Por Alvará de 30 de outubro de 1817, desmembrou-se da freguesia de Fortaleza a ribeira do Curu e seus afluentes de Caxitoré para cima, a fim de formar a freguesia de Canindé". Isto foi escrito 45 anos após o acontecimento.

d) Argumento do Professor de História e membro do Instituto Memória de Canindé, Francisco Cristiano Silva Pinheiro: "Nenhuma autoridade de Quixeramobim foi abordada por ocasião da criação da paróquia de Canindé".
e) O que queriam os canindeenses. No primeiro Requerimento (1801), eles queriam um território que se estendia das nascentes do rio Canindé à barra do Curu, no mar. O Pároco de Fortaleza alegou exagero a retirada do território "mais pingue" de sua paróquia (Venâncio, 151).

O que o povo de Canindé conseguiu? Em 1816, o Capitão-mor Antônio José Moreira Gomes interferiu eficazmente: convenceu os canindeenses a requererem uma freguesia que abrangesse as águas do rio Canindé até a foz dele no rio Curu e do Caxitoré também até ele desaguar no Curu: era metade do primeiro requerimento. E é isto que foi aprovado (Cf. Venâncio, 156 e 158).

f) Outra origem da confusão: muitas vezes a política de situação modificou a Divisão Territorial do Estado. Confira os dados de Hélio Pinto em *Cronologia Canindeense*, p.32 e seguintes:

1891 – Os atuais limites da Vila de Canindé são os das paróquias de Coité, Mulungu, Conceição e Pacoti, ao leste; Santa Quitéria e uma pequena parte de Uruburetama, ao oeste; Quixeramobim e Quixadá ao sul.

Até aqui não houve cessão de terras de Quixeramobim a Canindé;

1931 – O município de Canindé compõe-se dos seguintes Distritos: Canindé, Belém do Machado, Campos Belos, Campos, Ipueira dos Targinos, Jatobá, Sant'Ana e General Sampaio.

Note-se a inclusão de Belém (Itatira) e Ipueira dos Targinos em nosso mapa, sendo águas de Quixeramobim.

1936 – Distritos de Canindé sede, Belém do Machado, Campos Belos, Caridade, Ipueira dos Targinos, Jatobá e Sant'Ana.

1943 – Um Decreto fixou o quadro da Divisão Territorial Judiciária Administrativa do Estado do Ceará, para vigorar no qüinquênio 1944-1948; composição do município de Canindé, com os Distritos: Canindé, Caridade, Inhuporanga, Paramoti, Targinos e Jatobá (atual Ubiraçu);

1951- Canindé passa a ter os seguintes Distritos:

Sede, Paramoti, Caridade, Inhuporanga, Targinos e Ubiraçu.

1952 – Lei Municipal cria os distritos de São Domingos, Lagoa do Mato, Bandeira, Esperança, Monte Alegre e Ipueira dos Gomes.

1970 – Uma Resolução relaciona em Canindé os seguintes Distritos: São Domingos, Ubiraçu, Targinos, Monte Alegre, Lagoa do Mato, Ipueira dos Gomes, Esperança e Bonito.

Apraz-me registrar o que diz a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959, de Jurandyr Pires Ferreira:

1920 – O Recenseamento Geral figura em Canindé os seguintes distritos: Canindé, Caiçarinha, Jatobá, e São Gonçalo.

Note que Caiçarinha e São Gonçalo são águas de Quixeramobim, neste tempo, sendo Caiçarinha posteriormente de Quixadá e Choró.

1933 – Canindé, Belém do Machado, Campos Belos, Caridade, Campos, General Sampaio, Jatobá e Sant'Ana.

1936 – Distritos: Canindé, Belém, Campos Belos, Caridade, Ipueira dos Targinos, Jatobá e Sant'Ana.

1938 – Belém passou a figurar no município de Quixeramobim e o Decreto-lei n° 448 fixou: Canindé, Campos Belos, Caridade, Jatobá, Saldanha (depois Paramoti) e Targinos.

1943 – Distritos: Canindé, Caridade, Inhuporanga, Paramoti, Targinos e Ubiraçu.

1951 – Distritos: Canindé, Ubiraçu, Paramoti, Caridade, Inhuporanga e Targinos.

Targinos passou para a paróquia de Aratuba, com a criação de paróquia aí. Mas os frades de Canindé curaram, por acordo entre vigários, Aratuba, Madalena, Belém e Lagoa do Mato. Quando cheguei a Canindé em l982, os frades de Canindé ainda curavam Itatira, Lagoa do Mato e Targinos. Com a morte de Frei Timóteo OFM, eu fiquei curando Targinos e depois de mim Frei João Sanning OFM. Foi quando o Padre Moacir Cordeiro Leite, pároco de Aratuba, chamou Targinos para a paróquia de Aratuba. Targinos fica em águas do Choró, portanto, antes, de Quixeramobim. Ficou tanto tempo sob os cuidados da paróquia de Canindé e até hoje sob os cuidados da prefeitura de Canindé. Houve, portanto, muita cessão de terras por parte da paróquia e do município, que no começo tinham os mesmos limites, e isto pode ter trazido confusão sobre o desmembramento da paróquia.

2 Um mapa intrigante: mais confusão para os inadvertidos

O mapa refere-se à divisão municipal do Ceará, entre 1765 e 1823; ele vem no fim do livro que imprimiu a conferência do Professor Marum Simão, por ocasião dos 250 anos da criação da paróquia de Quixeramobim.

a) Por esse mapa, a freguesia de Canindé teria sido retirada toda de Quixeramobim e nada de Fortaleza;a paróquia de Fortaleza seria a maior, se é que o mapa refere-se apenas aos municípios.

Por esse mapa, que é um documento (correto? falso? omisso?) o município de Quixeramobim limitava-se com o município de Jucás e com o município de Caucaia.

Para maior agravação, o cabeçalho do mapa lembra que o município teve os mesmos limites territoriais que a paróquia (Vila em 1789 e paróquia em 1755).

Nenhum documento revela que o território da paróquia de Canindé saiu totalmente da paróquia ou município de Quixeramobim.

Uma análise de Paulino Nogueira (livro de Marum p. 9) afirma que a freguesia de Santo Antônio de Quixeramobim "tem mais de 40 léguas de comprido e outras tantas de largo, mas para o fim só tem 25

Foto 1 - Escarpas da Serra do Machado, lado leste.

Mais estudo, mais informações

O autor deste estudo já estava satisfeito com os dados comprovantes de que a paróquia de Canindé foi desmembrada exclusivamente de Fortaleza, quando o ilustre Professor e Historiador de Quixeramobim, Marum Simão, remeteu-lhe um pacote de documentos.

Segue um comentário aqui, com a mesma convicção de que a paróquia de Canindé saiu totalmente de Fortaleza. Os documentos, embora divergentes, não infirmam os documentos originais citados por Frei Venâncio no livro *São Francisco das Chagas de Canindé*.

É sintomático que o estudo para a criação da paróquia de Canindé foi todo feito com o Padre Claudio Álvares da Costa, pároco de Fortaleza, sem nenhuma consulta ao pároco de Quixeramobim, Padre João Rodrigues Leite (1812-1825). Portanto, Quixeramobim não teve parte na festa.

A coleção de documentos remetidos por Marum Simão consta de:

- cópia do instrumento de criação da paróquia de Quixeramobim;
- um estudo da Doutora Lana Mary Veloso de Pontes: Formação

do Território e Evolução Político-Administrativa do Ceará – A Questão dos Limites Municipais (com mapas), 2009;

- notas do Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil;
- notas do Doutor Eusébio Neri de Sousa;
- notas do historiador Ismael Pordeus.

1°. Documento de criação da paróquia de Santo Antônio de Quixeramobim, que, entre outras providências, demarca os limites da freguesia:

"O Dr. Fr. Manoel de Jesus Maria, Religioso de N.S. do Monte do Carmo da antiga e Regular observância, Missionário Apostólico e Visitador Geral dos sertões do norte pelo Exmo. E Rvmo. Senhor D. Francisco Xavier Aranha, por mcê. de Ds. e da Sta. Sé Apostólica Bispo de Thermopole, coadjutor e futuro Sucessor deste Bispado com actual jurisdição ordinária e independente, do Conselho de S. Mag. Fidelissima, etc.

Faço saber que o dito Exmo. E Rvmo. Senhor Bispo tendo tido notícia do copioso povo q .há pelos sertõis desse Bispado e que cada vez cresce mais o número, principalmente na freguezia das Russas, e a grande distância em que ficão da dita Matriz os moradores das Rybeiras de Quixeramobim e Bonabuiu pelo que padecem grandes encommodos no recurso de seu R. Parocho, como lhe representão, vendo que pela obrigação de seo Pastoral ofício deve acodir o Pasto Espiritual as suas ovelhas e atender aos seus encommodos, achando que a providencia mais eficaz que lhe podia dar hera a devisão das igrejas e multiplicação de Parochos para que mais prontamente se lhe acuda com os sacramentos e fiquem mais bem assestidos os parochianos foi servido ordenar-me que chegando a estas Ribeyras do curato das Russas pelas partes que achá-se for mais conveniente, ficando um em dois, e em tal devisão observaçe os requizitos neseçarios e o mais que nas suas instruções me avia ordenado, atendendo a que os Párochos ficassem com côngrua sustentação que nesta parte lhe era prometido, como se por ele mesmo fosse devidida, e que esta sua determinação e ordem se lançaria no livro de criação do novo Curato e do mesmo existente para a todo o tempo constar.

E para inteiro cumprimento a ordem do dito Senhor achando-me em vesita nesta freguezia de N.Sa. do Rozário das Russas, não

ostante o estar enformado dos lemites e longe dele, fiz convocar os primeiros homens das referidas Ribeiras para enformarem das partes por donde se pode ce fazer a devisão que se pretendia e depois de os ouvir e ao Reverendo Párocho devidi e hey por devedido mais bem repartida e desaneyxado desta dita freguezia das Russas as Ribeyras de Quixeramobim e Bonabuyu com todas as suas pertenças escetuando os Riachos S. Roza e Livramento, e as duas Rybeiras assim divididas constitui nova freguezia, que hey por intitulada com a invocação do Glorioso Santo Antônio, e na tal devisão assim feyta interponho minha autoridade ordinária, e mando aos Párochos e pessoas de um e outro Destrito diviso e dividente, com Penna de excomunhão maior ipso facto incorrenda e demais pennas e arbítrio estejão pela tal devisão e esta façam cumprir e goardar como nele se contem, e mando debaixo da mesma Penna ao Reverendo cura das Russas que sendo-lhe este apresentado hindo por mim asignado e sellado com o sello de Sua Exa. ou valha sem sello ex causa o publique à Estação da tertia no primeiro Domingo ou dia festivo, e fixado no tempo da Ley no lugar costumado o faça trasladar no livro da igreja para em todo o tempo se lhe dar inteiro e devido comprimento, e da mesma sorte se publicará na Capela de N. Sa. Da Conceyção da barra, destricto da nova freguezia dividida e nos Livros della trasladará para que constem nos tempos futuros, e como por causa desta devisão ficava deminuta a côngrua sustentação para o Parocho da nova freguezia concordarão todos que as conhecensas que se pagão a drº se observace nesta o estillo das mais freguezias do Sertam que hes os que são cabeça de cazal pagarem a meia pataca cada um e os outros de comunhão a quatro vinténs, e os que não são a dois, e que nos mais benezes se obervace o estilo aprovado até aqui praticado na freguezia das Russas, do que lavrei este termo, em que todos assignarão e que daqui em diante assim se observará. Feito em visita nesta freguezia das Russas sob meo signal e sello de Sua Exa. Rma. Aos 15 dias do mês de 9bro.de 1755. E eu Pe. Anacleto Soares da Veyga Secretario da visita o fiz escrever e subscrevi. Frei Manoel de Jesus Maria, Visitador (Barão de Studart, Notas para a História do Ceará, 1892, Lisboa, PP. 97-99).

Nota – estes limites não foram eficazes e um ano depois tiveram que ser retocados.

Demarcação dos novos limites da Freguesia:

"Aos quatro dias do mez de junho de mil setecentos e sincoenta e seis a Requerimento dos moradores da Ribeyra do Bonaboú da Barra do Sitiá para baixo se me foi apresentado hua petição com o despacho do Excelentíssimo e Rmo. Senhor Bispo nosso Prelado, a qual manda faça revizar o dito despacho no livro desta Matriz de nossa Snª do Rosário das Russas, e na de Santo Antônio de Quixeramobim erepta, para a todo tempo constar a devizão, e partilha, feita pelo dito Senhor aos ditos Curatos, que he o que adiante se contém.

Como somos informados, ser mais conveniente o fazer a devisão dessas freguezias pella Barra do Riacho Sytiá, que pela do rio Bonaboú: Mandamos que assim se observe, não obstante a determinação do Rdo. Vizitador, a quem este será mostrado se ainda estiver na freguezia, e se Resistará nos Livros de huma e outra Matriz para a todo tempo Constar. Olinda, vinte e dous de Mayo de mil Sette Centos e Seis. Bispo, etc. E não se continha mais do dito despacho, e determinação do dito Snr. Que bem, e fielmente o registrei da Matriz das Russas, que tudo o afirmo em a fé do meo officio e Cargo. Era vardadeiro Etc".

2°. Documento – Formação do Território e Evolução político--administrativa do Ceará: a questão dos limites, da Doutora Lara Mary Veloso de Pontes – IPECE – Fortaleza, 2009.

Na página 57, a autora cita: Figura 2 - Primeiras Vilas nas Bacias Hidrográficas - Estado do Ceará – 1699 - 1822. É o mesmo mapa de Silva Paulet, de 1823, onde o autor deixou de traçar o limite de Quixeramobim no fim das escarpas da Serra do Machado, que dividem as águas do Acaraú de Canindé e Quixeramobim.

Figura 2 - Primeiras Vilas nas Bacias Hidrográficas - Estado do Ceará - 1699 a 1822

Fonte: Elaboração Própria (2007).

É o tal perigo de citar "autoridades". Paulet deixou de traçar o limite de Quixeramobim com Canindé e o município de Quixeramobim ficou extenso até Caucaia, o que nunca aconteceu; e um autor copia outro inadvertidamente: é o que diz o nosso César Magalhães – "Não há quem não erre" ... por culpa da autoridade citada.

3°. Documento – Nota do Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil: *Ceará no Começo do Século XX*:

"Município e Freguesia de Quixeramobim – Território – O município de Quixeramobim compreende os limites da freguezia, e vice-versa, e fica situado no coração do sertão".

Dimensões: da fazenda Bargado a oeste, à barra do Sitiá, a leste, 35 léguas, à fazenda Inheré, extrema a oeste com Maria Pereira, à fazenda Cacimbinha, extrema com Canindé, 23 léguas: superfície aproximada 400 léguas quadradas".

Nota – o município vai além da Cacimbinha; logo na frente vamos ver autor marcar o limite na fazenda Cachoeira. Isto por falta de lugar habitado que sirva de referência; porque hoje se diz: "na ribanceira da Serra do Franciné" onde começam as águas do Canindé.

4°. Documento – Notas do Doutor Eusébio Neri de Sousa – Breve Notícia da Cidade de Quixeramobim – Período 1789-1913: O Termo de Quixeramobim tem os seus limites desde antigos tempos, como é sabido geralmente, e dele se desprenderam muitos outros, como sejam o de Arneiroz, donde por sua vez se desprendeu o de Tauá, mais tarde os de Jaguaribe-mirim, Cachoeira e Maria Pereira e por último os de Quixadá, Pedra Branca e Boa Viagem.

Não alude a Canindé como desprendido de Quixeramobim.

5°. Documento – Do historiador Ismael Pordeus – *Escritos sobre Antônio Conselheiro e a Matriz de Quixeramobim.*

"Assim foi descrita a Freguezia de Quixeramobim, pelo ano de 1765: Esta freguezia está a 43 léguas das Marinhas e 32 acima da Matriz das Russas da qual foi desmembrada e como corre para a parte do norte fica ao Poente da ribeira do Siará ao Sul da do Acaraú, mediando entre ela e a do Caratiús da Capitania do Piauí: tem mais de 40 léguas de comprido e outras tantas de largo, mas para o fim só tem 23 léguas de largura, pelo rol do ano de 1765".

Este modo de falar em poente do rio Ceará, é, como disse antes, pela falta de referência concreta; o rio Ceará aí não limita; é direção apenas. Como se vê claramente.

O autor faz outra referência – "Para conhecermos a extensão territorial da Freguezia de Santo Antônio, aqui trasladamos o seguinte ofício da Câmara Municipal de Quixeramobim: "Em observância ao que nos foi ordenado por V. Excia. em ofício de 23 de 9bro. do ano PP., informamos a V. Excia. na forma seguinte:

Limita esta Freguezia de Santo Antônio de Quixeramobim ao Leste com a freguezia das Russas no lugar Barra do Sitiá; ao este com a de Marvão no lugar Alagoa da Caraúba, com a de São Gonçalo da Serra dos Cocos no lugar denominado Sítio, com a de Santa Quitéria no lugar Tapiá inclusível (sic), com a de São Francisco de Canindé na fazenda Cachoeira inclusível, a Norte com a do Aquirás na fazenda Livramento inclusível, ao sul com a do Riacho do Sangue no lugar Cova da Defunta ou Campo do Ariá, com a nova freguezia da Telha no lugar Vazantes inclusível, e com a de Arneiroz no lugar Belém inclusível".

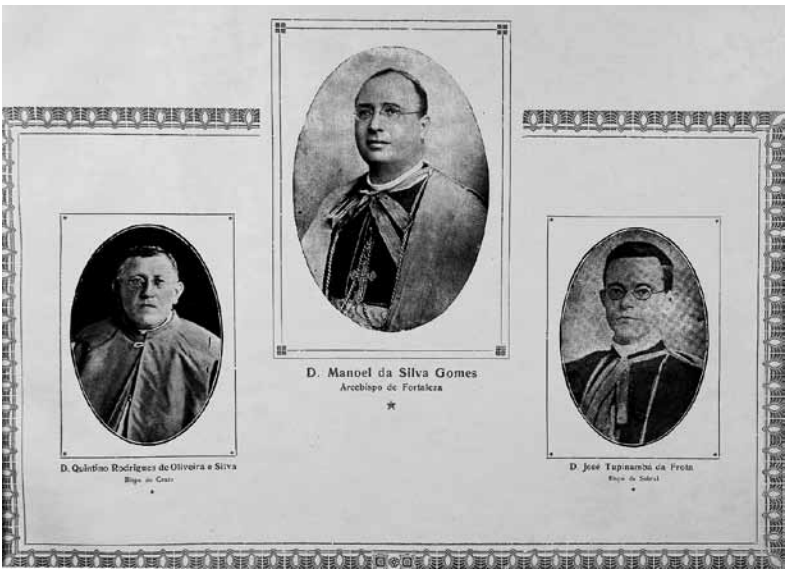
Diante desses documentos não se vê que em tempo algum o município de Quixeramobim tenha-se estendido de Jucás a Caucaia. O limite máximo era a fazenda Cachoeira, hoje distrito populoso e rodeado de Bandeira Velho e Bandeira Novo e mais a comunidade de Serra da Mariana: Serra da Marianajá foi o nome de todo o maciço, hoje Serra do Machado.

O segundo Requerimento do povo de Canindé para sua paróquia, o que foi atendido, reza: "os limites desta freguezia serão os seguintes – toda a ribeira do Canindé, pelo nascente até a serra do Baturité a confinar com a freguezia de Aquirás e vindo Canindé abaixo para o rio do Curu, e extrema na barra do Caxitoré, e subindo pelo mesmo rio Caxitoré a compreender tudo quanto fica para a parte do mesmo Canindé e Curu e procurando o poente sobe pela mesma ribeira do Curu até a Serra do Machado a confinar com a freguesia de Quixeramobim" (Cf. Documento integral em Frei Venâncio Willeke, *São Francisco das Chagas de Canindé*, 156).

O documento fala em Quixeramobim como "confinante", não como cessante de território para a novel freguesia.

Os bancos criados pela Ação Social Católica no Ceará: o Crédito Popular São José, o Banco do Cariri e o Banco Popular de Sobral

Carlos Negreiros Viana*



Sob a inspiração da Encíclica *Rerum Novarum*, a Igreja Católica do Ceará, através da Ação Social Católica, criou o "Crédito Popular São José", em Fortaleza, em 1920, o "Banco do Cariri", no Crato, em 1921, e o "Banco Popular de Sobral", naquela cidade, em 1927.

* Mestre pela Universidade de Brasília. Professor assistente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará (Campus de Sobral).

Dada a relevância desse episódio, não apenas para a história bancária do Ceará, mas também para a história da própria Igreja Católica cearense e do Brasil, decidimos realizar uma reconstituição da história desses três bancos, bem como traçar breves biografias dos bispos que os criaram e de seus presidentes.

O resultado dessa reconstituição é o que ora apresentamos.

1 Crédito Popular São José

Banco Popular de Fortaleza

Menezes Pimentel

Sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, instalada em Fortaleza, no dia 17/11/1920, com o "intuito de favorecer à pobreza opprimida pela desenfreada usura dos tempos". Este estabelecimento de crédito era "obra de acção social puramente catholica [...]" (Propaganda publicada no Almanaque do Ceará de1921).

Segundo a supracitada propaganda, a sua primeira diretoria estava assim constituída: Antônio Ildefonso de Araújo (presidente); Ildefonso Albano (vice-presidente); e Manoel Antônio de Andrade Furtado (secretário).

Seu conselho consultivo era formado por: Alsemo Nogueira; Antônio da Silveira Machado; Eduardo Bezerra; José Agostinho da Silva; Francisco Benjamin de Menezes e Desembargador Luiz Gonzaga Gomes da Silva.

Por sua vez, o seu conselho de sindicância tinha como membros: Monsenhor João Alfredo Furtado; José Meneléu de Pontes; e Major Raphael Benjamin da Fonseca.

O conselho de arbitragem, por seu turno, tinha a seguinte composição: Monsenhor Joaquim Ferreira de Mello; Barão de Studart e Gentil Pedreira.

O seu primeiro corpo de funcionários estava assim composto: Francisco Menezes Pimentel (gerente); Antônio Ivo de Mattos (contador); Vicente Gomes de Souza Lima (tesoureiro); e Luiz Gonzaga de Figueiredo Nogueira (escriturário).

Essa cooperativa de crédito, que foi a primeira do gênero a ser constituída no estado do Ceará, iniciou suas operações com um capital social de 20 contos de réis, que estava dividido em ações no valor de 50$000, cada uma, estando sua sede localizada nos fundos do prédio da "Livraria Araújo", na R. Gal. Bizerril, no então nº 177, depois de ter se situado provisoriamente nas instalações do "Círculo Católico de Fortaleza" (Almanaque do Ceará de 1922; Girão & Martins Filho, 1939).

Segundo o balancete de 1922, publicado no "Annuario Estatistico do Ceará de 1923", o "Crédito Popular S. José" apresentou, naquele exercício contábil, capitais subscrito e realizado de, respectivamente, 5:725$000 e 114:025$000, bem como fundos de reserva geral e especial, que correspondiam, simultaneamente, a 8:264$789 e 4:848$700.

Por aquela demonstração contábil, o total do ativo e do passivo, dessa instituição de crédito, igualaram-se em 643:386$582. Ali também é demonstrado que os depósitos, nela realizados, nas modalidades "em conta corrente com juros", "populares" e "a prazo fixo" atingiram, respectivamente, a 29:896$341, 148:985$580 e 278:469$510.

Pelo balancete de 1925, publicado no "Annuario Estatistico do Ceará de 1926", o "Crédito Popular S. José" apresentou capitais subscrito e realizado, respectivamente, de 41:152$500 e de 293:177$300. Os depósitos, nele realizados, naquele exercício contábil, nas modalidades "em conta corrente", "populares" e "a prazo fixo" atingiram, correspondentemente, a 63:112$314, 379:990$829 e 1.664:601$083.

Ainda relativamente a 1925, em propaganda no "Album Terra Cearense", o "Crédito Popular S. José" anuncia que "empresta aos seus associados a taxas módicas: 3% ao ano para transações até 300$000; desta importância até 400$000, 6% a.a.; daí até 600$000, 10% a.a. e, para empréstimos maiores, 12% a.a."

Ali, ele também torna público que distribuiu, aos seus acionistas, dividendos de: 18,813%, em 1921; 18,458%, em 1922; 18,536% , em 1923; 18,476%, em 1924.

Por fim, a supracitada propaganda noticia que aquela instituição de crédito teve suas ações, que tem valor unitário de 50$000, cotadas com o ágio de 20%, em 1925, que "aceita depósitos a taxas vantajosas, não só dos sócios como de pessoas estranhas à sociedade", bem como que construiu, em 1923, a "Vila Operária Dom Manoel", e, em 1924, o "Quarteirão Santa Tereza", com o fim de vender, a preços módicos, os imóveis que os compunham.

É oportuno lembrar que a "Vila Dom Manoel", composta de 32 casas, situava-se no Bairro da Prainha, e que o "Quarteirão Santa Tereza", "constituído de bons prédios para famílias de tratamento, todos subscritos sob a condição de módicos pagamentos mensaes, durante oito anos", localizava-se na Praça Benjamin Constant (atual Praça da Bandeira), no Bairro do Outeiro (Album de Fortaleza de 1931).

Segundo propaganda, no "Album de Fortaleza de 1931", o "Crédito Popular S. José" torna público que, no balanço de 1930, o seu capital realizado atingiu a 305:872$500, que os depósitos, nele realizados, "já se apresentam com a elevada soma de 2.942:070$716, sendo que a maior parte é a prazo fixo, na importância de 2.165:935$938" e que seu presidente era o Dr. Manoel Antônio de Andrade Furtado.

Ali também é exposto que "esse estabelecimento, de orientação católica, que foi fundado para auxiliar as classes populares", estabeleceu "uma tabela de empréstimos de importâncias até 1:200$000, com juros excepcionais, destinados a socorrer pequenos tomadores".

Em 08/01/1938, o "Crédito Popular S. José" é transformado em uma sociedade anônima, denominada de "Banco Popular de Fortaleza S.A.". Para concretizar essa transformação, o Ministério da Fazenda expediu, em 25/01 daquele ano, a carta patente nº 1699 (Girão & Martins Filho, 1939).

No ato de sua constituição, o "Banco Popular de Fortaleza" passou a dispor de um capital social de 2.000 contos de réis, dividido em ações no valor unitário de 50$000. É importante salientar que, nessa ocasião, a Igreja Católica era detentora de mais de 50% de suas ações (Jawdat Abu-El-Haj, 1988).

O seu conselho diretor, na data de sua constituição, era assim composto: presidente – Manoel Antônio de Andrade Furtado (professor da "Faculdade de Direito" e editor do jornal católico *O Nordeste*); e secretário – Lincoln Mourão Matos (advogado e vice-presidente do "Banco Frota Gentil"). Os seus conselheiros eram: Raimundo de Freitas Ramos (comerciante); Antônio da Silveira Machado (comerciante); João Dantas Pinheiro Landim (comerciante);e Raimundo Gutenberg Teles (comerciante) (Ibidem).

Por seu turno, o seu conselho fiscal tinha a seguinte composição: Francisco de Menezes Pimentel (Interventor Federal no Estado do Ceará); Raimundo de Alencar Araripe (Prefeito de Fortaleza). Monsenhor José Quinderé (sacerdote); e os suplentes Paulo Epaminondas da Frota (magistrado), Monsenhor Otávio de Castro (sacerdote) e Raimundo Bezerra da Rocha (comerciante) (Ibidem).

Em 1938, ano de sua constituição, o "Banco Popular de Fortaleza" fazia todas as operações bancárias, exceto as de câmbio, e se achava instalado, em prédio próprio, na R. Guilherme Rocha, no então nº 17, tendo distribuído, naquele ano, 10% do seu lucro líquido para as obras da "Ação Católica" e dividendos de 12% ao seus acionistas (Girão & Martins Filho, 1939).

Em 1939, o seu contador passou a ser José Barreto Parente, em substituição a Antônio Ivo de Mattos, que exercia esse cargo desde a instalação do "Crédito Popular S. José" (Ibidem).

Em 11/12/1941, o seu capital social passa de Cr$2.000.000,00 para Cr$5.000.000,00. Os maiores compradores das novas ações emitidas, que viabilizaram esse aumento no seu capital, foram a "Diocese de Fortaleza", que, por intermédio de D. Antônio de Almeida Lustosa, adquiriu 20 mil ações, e a "Diocese de Limoeiro do Norte", que, por meio de D. Aureliano Matos, comprou 10 mil ações (Jawdat Abu-El-Haj, 1988).

Em propaganda, no "Almanaque do Ceará de 1944", o "Banco Popular de Fortaleza" torna público que seu capital social é de Cr$ 5.000.000,00 e seu fundo de reserva, de Cr$ 1.613.707,20, bem como que sua diretoria é composta por: Lincoln Mourão Matos (presidente); Oswaldo Studart Filho (vice-presidente); e Manoel Antônio de Andrade Furtado (secretário). Ali também é exposto que seu contador continua sendo José Barreto Parente.

Na supracitada propaganda, ele anuncia também que realiza depósitos, empréstimos, transferências de fundos e cobranças, assim como "mantêm, em todos os sábados, às 18:30 horas, pelas ondas curtas da P.R.E. 9, 'Ceará Rádio Club, um programa radiofônico de formação cultural e econômica".

Em 17/12/1949, o Dr. Andrade Furtado reassume a presidência do banco e o comerciante José Barreto Parente se torna o vice-presidente. Os seus diretores são: Raimundo Gutenberg Teles, Raimundo de Freitas Ramos e João Dantas Pinheiro Landim. O seu conselho fiscal é formado por Francisco de Menezes Pimentel, Raimundo Alencar Araripe, Luiz Cavalcanti Sucupira (jornalista do periódico *O Nordeste*), que eram membros efetivos, bem como por Paulo Epaminondas da Frota, Raimundo Bezerra da Rocha e Ubirajara Índio do Ceará, que eram suplentes (Jawdat Abu-El-Haj, 1988).

O seu capital social passa, em 10/03/1955, de Cr$5.000.000,00 para Cr$8.000.000,00. Das novas ações emitidas, que propiciaram esse aumento de capital, a Igreja Católica comprou 22.000 delas, a família "Parente", 6.000, e os demais compradores, 22.650 (Ibidem).

Em 12/12/1962, o seu capital voltaria a se expandir, passando de Cr$8.000.000,00 para Cr$40.000.000,00, que estavam divididos em 20.000.000 de ações ordinárias e 20.000.000 de ações preferenciais (Ibidem).

Ocorre, em 13/12/1964, uma variação do seu capital social, que se eleva de Cr$40.000.000,00 para Cr$100.000.000,00. Nessa data, a sua diretoria é composta por: Manoel Antônio de Andrade Furtado (presidente); José Barreto Parente (vice-presidente); Edmundo Morais (gerente); Lincoln Mourão Matos (secretário); Raimundo Freitas Ramos e Raimundo Gutenberg Teles (diretores). Por seu turno, o seu conselho fiscal tem a seguinte formação: Raimundo Alencar Araripe; Luiz Cavalcanti Sucupira, Sílvio Rabelo (membros efetivos); Robison Xavier de Oliveira, Eliseu Duarte e João Moisés Ferreira (suplentes) (Ibidem).

Em 10/03/1968, o Dr. Andrade Furtado deixa, definitivamente, a presidência do "Banco Popular de Fortaleza", sendo substituído pelo comerciante Oswaldo Dias Vasconcelos. Com isso, a sua diretoria passa a ter a seguinte composição: Oswaldo Dias Vasconcelos (presidente); José Barreto Parente (vice-presidente); Edmundo Morais (gerente);

Lincoln Mourão Matos (secretário); e José Ribamar Fernandes Brandão (secretário) (Ibidem).

O capital social do "Banco Popular de Fortaleza" se expandirá de 100.000 cruzeiros novos para 200.000 cruzeiros novos, em 18/10/1968 (Ibidem).

A administração do banco é reorganizada, passando o mandato da diretoria, a partir de 24/08/1971, de seis para três anos de duração. Nessa data, o seu capital social também foi expandido para Cr$2.000.000,00, divididos em 1.500.000 ações ordinárias e 1.500.000 ações preferenciais (Ibidem).

Segundo Jawdat Abu-El-Haj, a saída de Lincoln Mourão Matos da diretoria do "Banco Popular de Fortaleza", em 06/03/1972, representa o fim do controle dessa instituição bancária pela Igreja Católica. A partir daí, os rumos dela passariam a ser orientados por um grupo composto por: Dom José de Medeiros Delgado (Arcebispo de Fortaleza); Oswaldo Dias Vasconcelos; José Afonso Sancho (ex-gerente da "Cooperativa de Crédito de Fortaleza"), Francisco Eduardo Blanquett Vidal; José Ribamar Fernandes Brandão; Luís Brigens Firmeza; e Edmundo Morais.

Ainda em 1972, no dia 21/08, um novo cargo foi criado, na sua diretoria, para ser ocupado por Sebastião Almir Rodrigues, que era o ex-presidente da "Cooperativa de Crédito de Fortaleza", que fora, recentemente, adquirida pelo "Banco Popular de Fortaleza" (Jawdat Abu-El-Haj, 1988).

Em 18/09/1973, com a eliminação do cargo ocupado, na diretoria, por Sebastião Almir Rodrigues, em decorrência de seu falecimento, ela passa a ter uma nova estrutura: presidente, superintendente, diretor-administrativo e diretor-assistente (Ibidem).

Em 06/05/1974, os três diretores daquela instituição de crédito eram: José Afonso Sancho, Edmundo Morais e José Ribamar Fernandes Brandão. Naquela data, foi anunciada uma reorganização dela, que passaria a contar com o apoio de Edson Queiroz, que se tornaria proprietário de 25% do seu capital social. Com isso, José Afonso Sancho, que também passaria a possuir 25% do seu capital social, assume a presidência em substituição a Oswaldo Dias Vasconcelos, e a Igreja Católica, representada pelo Arcebispo Aloísio Lorscheider, decide se afastar, definitivamente, da condução do seu destino (Ibidem).

Edson Queiroz, ao vender sua quota de ações a José Afonso Sancho, afasta-se, em 24/10/1977, definitivamente, do "Banco Popular de Fortaleza". Em decorrência disso, aquele empresário passa a ter o seu controle acionário. Naquela data, a sua diretoria passa a ter a seguinte composição: José Afonso Sancho (presidente); Maria Tânia Sancho do Nascimento (vice-presidente); Hélio Araújo Meireles (superintendente); e José Ribamar Fernandes Brandão (diretor-assistente) (Ibidem).

Em 14/03/1986, o "Banco Popular de Fortaleza S.A." muda sua denominação social para "Banco de Fortaleza S.A." (Banfort) (Ibidem).

1.1 Dom Manoel da Silva Gomes – O bispo fundador

D. Manoel da Silva Gomes, nascido em Salvador, Bahia, a 14/03/1874, era filho de Juvêncio da Silva Gomes e de Elisa Pinto da Silva Gomes (LEITE FILHO, 1988).

Em 1886, entrou para o Seminário Arquiepiscopal Primacial, ordenando-se em 15/11/1896 (Ibidem).

Assumiu o Bispado do Ceará, em 08/12/1912 e quando este foi elevado a Arquidiocese Metropolitana de Fortaleza, em 10/11/1915, tornou-se o seu primeiro arcebispo, cargo que ocupou até 11/11/1941 (Ibidem).

Logo no início do seu bispado, foram criadas as dioceses de Crato (1914) e de Sobral (1915), em decorrência do que resultou a supracitada elevação. Durante o seu arcebispado foi criada a Diocese de Limoeiro do Norte (1938) (Ibidem).

Como Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, além de criar os "Círculos Operários Católicos", cujo primeiro foi instalado, em Fortaleza, em 1915, fundou também o "Crédito Popular São José" (1920) e o jornal *O Nordeste* (1922) (Ibidem).

Dom Manoel da Silva Gomes, o criador dos três "bancos católicos" cearenses, faleceu, em Fortaleza, a 14/03/1950 (Ibidem).

1.2 Presidentes

Antônio Ildefonso de Araújo

1.2.1 Antônio Ildefonso de Araújo

Antônio Ildefonso de Araújo, nascido em Martins, Rio Grande do Norte, em 1864, era filho de João Ildefonso de Araújo e Maria da Conceição Araújo (*O Nordeste*, de 14/08/1929).

No Rio de Janeiro foi proprietário da "Livraria Catholica", tendo ali também sido um dos fundadores do "Banco Popular do Brasil", do qual fez parte da diretoria, e do "Centro Catholico" (Ibidem).

Por motivo de doença de sua esposa, Anna Franco Rabelo Araújo, que era cearense, transferiu sua residência para Fortaleza (Ibidem).

Naquela cidade, constituiu a firma "A. Ildefonso de Araújo & Cia.", que era proprietária da "Livraria Araújo", situada na Rua General Bizerril (Ibidem).

A partir de sua experiência como fundador e administrador do "Banco Popular do Brasil", idealizou, fundou e se tornou o primeiro presidente do "Crédito Popular S. José" (Ibidem).

Em 1922, juntamente com Manoel Antônio Andrade Furtado e José Martins Rodrigues, instalou o jornal católico *O Nordeste* (Ibidem).

Sob sua presidência, o "Crédito Popular S. José" construiu, em 1923, a "Vila Operária Dom Manoel", situada no Bairro da Prainha, e, em 1924, o "Quarteirão Santa Teresa", localizado na Praça Benjamin Constant, no Bairro do Outeiro (Album de Fortaleza de 1931).

Em 01/07/1925, torna-se sócio da firma "Furtado, Saraiva & Cia.", sucessora da "A. Ildefonso de Araújo & Cia.". Essa firma, situada no mesmo endereço da "Livraria Araújo", tinha o capital social de 30 contos de réis e, por objetivo, editar autores católicos e o jornal *O Nordeste*, bem como vender livros (Prontuários Históricos da JUCEC, 1928).

A "Furtado, Saraiva & Cia." tinha, como sócios solidários, Manoel Antônio Andrade Furtado (com 14 contos) e José Acúrcio Saraiva (com dois contos) e, como sócio comanditário, Antônio Ildefonso de Araújo (com 14 contos) (Ibidem).

Antônio Ildefonso de Araújo, o idealizador dos "bancos católicos", faleceu em Fortaleza, a 13/08/1929. Nessa data, ainda presidia o "Crédito Popular S. José" (*O Nordeste*, de 14/08/1929).

1.2.2 Manoel Antônio de Andrade Furtado

Manoel Antônio de Andrade Furtado, nascido em Quixeramobim, em 28/01/1890, era filho do professor José Furtado de Mendonça Bezerra de Menezes e de Anna Estela Saraiva Andrade (BARROS LEAL, 1993).

Em 1915, torna-se bacharel pela "Faculdade de Direito do Ceará" e, em 1917, passa a ali lecionar "Economia Política", "Ciências das Finanças" e "Direito Administrativo" (*Correio do Ceará* de 17/04/1968).

A convite de D. Manoel da Silva Gomes, deixa, em junho de 1922, o cargo de redator-chefe do *Correio do Ceará* para ocupar igual cargo no jornal católico *O Nordeste*, lançado no dia 29 daquele mês e ano, e que tinha como linha editorial o "Combate ao liberalismo, ao laicismo e ao socialismo" (BARROS LEAL, 1993);

Ainda em 1922, torna-se membro da "Academia Cearense de Letras" (Ibidem).

Em 01/07/1925, constituiu, juntamente com Antônio Ildefonso de Araújo e José Acúrcio Saraiva, a firma "Furtado, Saraiva & Cia." (Prontuários Históricos da JUCEC, 1928).

A partir de fins de 1929, com o falecimento de Antônio Ildefonso de Araújo, em 13/08 daquele ano, passa a ocupar a presidência do "Crédito Popular S. José", do qual já era secretário desde sua instalação em 1920 (*O Nordeste*, de 14/08/1929; *Almanaque do Ceará* de 1921).

Com a transformação do "Crédito Popular S. José" em "Banco Popular de Fortaleza S.A.", em 1938, ele presidirá essa nova instituição bancária, quase de forma contínua, até 1968 (GIRÃO & MARTINS FILHO, 1939; BARROS LEAL, 1993).

Em 1932, Manoel Antônio de Andrade Furtado se torna sócio do "Instituto do Ceará" (BARROS LEAL, 1993).

De 1939 a 1945, ocupou, interinamente, por cinco vezes, o cargo de Interventor Federal no Estado do Ceará: em 1939 – de 31/10 a 15/12; em 1942 – de 31/10 a 07/12; em 1944 – de 17/01 a 17/03; em 1945 – de 08/01 a 16/02 e de 14/06 a 25/07 (JOB, 1986).

Andrade Furtado também ocupou os cargos de Secretário do Interior e Justiça e Secretário de Polícia e Segurança Pública (de 16/01 a 04/03 de 1942), no estado do Ceará, bem como os de vice-reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC) e diretor da Faculdade de Direito daquela instituição (BARROS LEAL, 1993).

Em 1960, recebeu, da Santa Sé, a comenda de São Gregório Magno (*Correio do Ceará*, de 17/04/1968).

Publicou: *Liberdade de Economia* e *Instrução Pública*; *O Nacionalismo e a Imprensa*; *Solução do Magno Problema do Ceará*; *A Catedral*; *A Extensão do Direito*; *Ensino Jurídico*; *Quixeramobim e sua Vida Religiosa*; *Para que o Mundo Pense*; *Filosofia do Desastre*; e *Esboços e Perfis* (Ibidem).

Faleceu, a 16/04/1968, em Fortaleza (Ibidem).

2 Banco do Cariri

Banco do Cariri

Inácio de Loiola Alencar
1º. Gerente

Constituído em cerimônia realizada, em 01/09/1921, no Paço Municipal do Crato, o "Banco do Cariri", sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, foi instalado, em 08/09/1921, por 40 sócios, que subscreveram 1.000 ações de 50$000 cada uma (PINHEIRO, 1963).

Essa instituição de crédito, que foi a primeira desse gênero a funcionar no Sul do estado do Ceará e foi criada por iniciativa de D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, primeiro bispo da Diocese do Crato (Ibidem).

Sua primeira sede se situou na Rua Senador Pompeu, no então nº. 49, e, foi seu primeiro presidente, o médico Irineu Nogueira Pinheiro, que dirigiu seus rumos até setembro de 1933, bem como, seu primeiro gerente, Inácio de Loiola Alencar (Ibidem).

Segundo propaganda na *Gazeta do Cariry*, de 01/05/1924, esse instituto de crédito, que ainda se situava, naquela data, no endereço supracitado, aceitava depósitos nas seguintes modalidades: 1ª) a prazo fixo em cadernetas – de seis a 11 meses (pagando juros de 6% ao ano), de 12 a 23 meses (pagando juros de 8% a.a.), e de 24 meses em diante (pagando juros de 9% a.a); 2ª) depósitos populares, em cadernetas de 1$000 a 5:000$000 (pagando juros de 5% a.a., que seriam capitalizados de seis em seis meses), que permitiam retiradas com aviso prévio de 30 dias; e 3ª) depósitos em conta-corrente com retiradas livres (pagando

juros de 2% a.a.), cuja 1ª parcela deveria ser, no mínimo, de 50$000, e as posteriores, nunca inferior a 20$000.

Na supracitada propaganda, o "Banco do Cariri" também anunciava que fazia operações de descontos e de empréstimos garantidos, bem como realizava transferências para qualquer praça do país ou do estrangeiro, encarregava-se de cobranças de saques e promissórias e que seu correspondente, no Rio de Janeiro, era o "Banco Popular do Brasil".

No Quadro 1, podemos ter uma visão do desempenho financeiro do "Banco do Cariri", quando esteve sob a gestão do Dr. Irineu Nogueira Pinheiro:

Quadro 1 - Movimento do Banco do Cariri, (1922 – 1933).

Anos	1992	1925	1926	1933
Capital	95:300$000	132:550$000	145:600$000	203:600$600
Depósitos	73:300$000	275:150$000	290:000$000	510:600$000
Fundo de Reserva	3:600$000	16:909$000	20:500$000	67:700$000
Empréstimos	170:500$000	110:767$000	394:400$000	743:300$000

Fonte: Girão & Martins Filho, 1939; Annuario Estatistico do Ceará de 1926.

A partir de 1º de setembro de 1933, o "Banco do Cariri" passou a ter, como presidente, o Dr. Antônio Fernandes Teles, que ocupava o cargo de gerente do "Banco Caixeiral do Crato", desde sua instalação em 24/06/1931 (GIRÃO & MARTINS FILHO, 1939).

Em 1939, essa instituição bancária apresentou o seguinte resultado financeiro: capital – 720:800$000; depósitos – 1.300:000$000; fundo de reserva – 136:600$000; e empréstimos – 1.900:000$000 (Ibidem).

Pela carta patente nº 2645, o "Banco do Cariri" deixa, em 07/08/1942, de ser uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada para se transformar em sociedade anônima, denominada "Banco do Cariri S.A.". Nesse ensejo, o seu capital social é elevado para Cr$1.000.000,00 (GIRÃO & MARTINS FILHO, 1945).

Em 1944, o "Banco do Cariri" permanecia com o capital social de Cr$1.000.000,00, tendo seus depósitos e empréstimos atingido, respectivamente, a Cr$7.355.763,30 e a Cr$8.035.273,90 (Ibidem).

No Quadro 2, que se segue, são listados os seus dez maiores acionistas, em 31/12/1946, bem como suas profissões, o número total de ações que detinham e o valor total delas:

Quadro 2 - Os maiores acionistas do Banco do Cariri em 31/12/1946.

Nome	Profissão	Nº de Ações	Valor Total
1. Antônio Fernandes Teles	Comerciante	1.575	78.750,00
2. Joaquim Fernandes Teles	Médico	1.400	70.000,00
3. Décio Teles Cartaxo	Médico	1.400	70.000,00
4. José Theúnas Soares	Comerciante	1.348	67.400,00
5. Filemon Fernandes Teles	Agricultor	1.300	65.000,00
6. Joviniano Barreto	Sacerdote	746	38.200,00
7. Alexandre Alencar	Func. Público	620	31.000,00
8. Antônio Belém de Figueiredo	Agricultor	600	30.000,00
9. Pergentino Silva	Dentista	502	25.100,00
10. José Bezerra de Menezes	Agricultor	346	17.300,00

Fonte: Prontuários Históricos da Junta Comercial do Ceará (JUCEC).

Seria interessante salientar que, além dos supracitados acionistas, constavam, entre os 631 nomes da "Lista de Acionistas do Banco do Cariri S.A. em 31/12/1046", arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará, os do banqueiro João da Frota Gentil, um dos proprietários do "Banco Frota Gentil" (detendo 100 ações no valor total de Cr$5.000,00), do advogado Lincoln Mourão Matos (detendo 10 ações no valor total de Cr$500,00), do comerciante Gutenberg Teles (detendo 10 ações no valor total de Cr$500,00) – ambos membros da diretoria do "Banco Popular de Fortaleza" – e do Padre Raimundo Augusto de Araújo Lima (detendo 10 ações no valor total de Cr$500,00), que seria, no futuro, sucessivamente, vice-presidente e presidente do "Banco do Cariri".

Em 19/03/1947, o "Banco do Cariri" tem como presidente, o Dr. Antônio Fernandes Teles, e, como vice-presidente, o Monsenhor Joviniano Barreto, bem como sede provisória na Praça Siqueira Campos, no então nº. 2 (Prontuários Históricos – JUCEC).

O Padre Raimundo Augusto de Araújo Lima é eleito vice-presidente do "Banco do Cariri", em substituição ao Monsenhor Joviniano Barreto, em assembleia geral dos acionistas, realizada em 19/03/1950 (Idem).

Em assembleia geral extraordinária dos acionistas, realizada em 31/01/1956, é proposta e aceita a elevação do seu capital social de Cr$1.000.000,00 para Cr$3.000.00,00. Esse aumento do capital social seria viabilizado pela subscrição de 40.000 ações ordinárias nominativas, no valor unitário de Cr$50,00 (Idem).

O "Banco do Cariri" pertencia, em 01/02/1956, a 213 sócios. Em 05/03/1956, o número de acionistas se tornaria 262, conforme relatórios das assembleias gerais de acionistas, realizadas nas respectivas datas (Idem).

Em 12/04/1956, a diretoria dessa instituição de crédito está assim composta: Antônio Fernandes Teles (presidente); Padre Raimundo Augusto de Araújo Lima (vice-presidente); José Theúnas Soares (secretário); e Marcial Monteiro Pinheiro e Nemésio Sampaio Barbosa (diretores) (Idem).

Segundo a "Lista de Acionistas", que integra o "Relatório da Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas", realizada em 10/05/1956, os maiores detentores de ações do "Banco do Cariri" eram: Antônio Fernandes Teles (com 1951); Francisco de Assis Pires (com 1.810); José Theúnas Soares (com 1.348); Joaquim Fernandes Teles (com 1.400); Filemon Fernandes Teles (com 1.298); e Juvêncio Barreto (com 636). É interessante frisar que, de acordo com a citada lista, o Padre Raimundo Augusto de Araújo Lima continua a possuir apenas dez ações (Idem).

Conforme a "Demonstração da Conta Lucros e Perdas do Banco do Cariri S.A.", publicada em 31/12/1956, esse instituto bancário apresentava, naquela data, um fundo de reserva legal de Cr$8.571,40 e que distribuiria dividendos e bonificações, respectivamente, de Cr$120.000,00 e de Cr$8.571,50 (Idem).

O seu balanço contábil, também publicado na supracitada data, demonstra que, durante o exercício do ano de 1955, seus ativo e passivo atingiram a Cr$21.506.458,80 (Idem).

Na data de publicação dos referidos demonstrativos contábeis acima, o Dr. Antônio Fernandes Teles continuava exercendo a sua presidência e Unias Gonçalves era o seu gerente (Idem).

Em 19/03/1962, o Padre Raimundo Augusto de Araújo Lima se torna o presidente, em exercício, do "Banco do Cariri". Em 28/11, daquele ano, em decorrência do falecimento do Dr. Antônio Fernandes Teles, uma nova diretoria é eleita: o Padre Raimundo Augusto de Araújo Lima é efetivado como presidente, o médico Maurício Monteiro Teles se torna vice-presidente, e Marcial Monteiro Pinheiro e Nemésio Sampaio Barbosa, diretores (Idem).

Com base no "Relatório da Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas", realizada em 14/06/1972, são expostos, no "Quadro 3", os

nomes dos principais detentores de suas ações, que somavam, naquela data, um total de 51.460, no valor de Cr$51.400,00:

Quadro 3 - Principais Acionistas do Banco do Cariri em 14/06/1972.

Nomes	Nº de Ações
1. José Theúnas Soares	7.359
2. Dioceses do Crato	6.080
3. Ebert Fernandes Teles	5.452
4. Filemon Fernandes Teles	3.251
5. Espólio Dr. Joaquim Fernandes Teles	2.180
6. Espólio Dr. Amarílio Teles Cartaxo	2.112
7. Hermano José Monteiro Teles	1.871
8. Fábio Pinheiro Esmeraldo	1.800
9. Maurício Monteiro Teles	1.794
10. Valdemar de Alencar Lima	1.392
11. Joaquim Fernandes Teles Filho	1.284
12. Monsenhor Raimundo Augusto de Araújo Lima	1.075
13. Caio Augusto Monteiro Teles	1.000

Fonte: Prontuários Históricos da JUCEC.

Dois fatos despertam a atenção, quando a lista de acionistas, que fundamentou a elaboração do Quadro 3, é comparada com as demais similares listas, arquivadas na JUCEC: no primeiro caso, nas outras listas não consta o nome da Diocese do Crato como detentora de ações do "Banco do Cariri"; e, no segundo, o crescimento do número de ações pertencentes ao Monsenhor Raimundo Augusto de Araújo Lima, que se eleva de 10 ações para 1.075.

Em 24/07/1972, o "Banco do Cariri" tem um capital social de Cr$100.000,00, dividido em 100 mil ações nominativas, sendo 63.360 ordinárias e 36.640 preferenciais. Sua diretoria é composta por: Maurício Monteiro Teles (presidente); Nemésio Sampaio Barbosa (vice-presidente); José Theúnas Soares (diretor-secretário); e Monsenhor Raimundo Augusto de Araújo Lima (diretor-gerente) (Prontuários Históricos – JUCEC).

Na supracitada data, ocorreria a sua fusão com o "Banco do Juazeiro S.A.", para quem já fora vendido em 14/06/1972. Dela resultaria o "Banco Industrial do Cariri S.A.", com um capital social de Cr$1.712.000,00 (Ibidem).

Em 09/10/1974, o "Banco Industrial do Cariri" compra o "Banco dos Proprietários de Fortaleza". A nova razão social, resul-

tante dessa fusão, denomina-se "Banco Industrial do Ceará", que passa a deter um capital social de Cr$4.000.000,00, dividido em 2.484.877 ações ordinárias e 1.575.123 ações preferenciais, ao preço de Cr$1,00 cada uma (Ibidem).

2.1 Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva – o bispo fundador

D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, nascido no Sítio Salgado, em Quixeramobim, a 20/10/1863, era filho de Antônio Rodrigues da Silva e de Maria Rodrigues Batista Vaz e Silva (ARAGÃO, 1986).

Após concluir seus estudos primários em Quixeramobim, transferiu-se para Fortaleza, onde ingressou, no seminário, em março de 1881 (ARAGÃO, 1985; AQUINO, 1999).

Sagrou-se padre em 19/06/1887, passando, a seguir, ao exercício do vicariato (ARAGÃO, 1986).

Inicialmente, atuou como vigário-coadjutor da Paróquia de Missão Velha. Promovido, posteriormente, à titularidade paroquial, transferiu-se para Iguatu, onde permaneceu até 1889, quando foi transferido para o Crato (Ibidem).

Removido para o Crato, ali exerceu , durante quatro anos o cargo de reitor do seminário, de 1893 a 1897, prestando relevantes serviços educacionais (Ibidem).

Em 23/05/1900, foi nomeado Vigário do Crato, em substituição ao Padre Alexandrino de Alencar. Assumindo o cargo em 10/06/1900, nele permaneceu por 15 anos (AQUINO, 1999).

Foi agraciado com o título de Monsenhor Protonotário Apostólico, pela Santa Sé, em 27/01/1912 (Ibidem).

Sagrou-se Bispo do Crato em 20/01/1916 e, em 29 do mesmo mês e ano, recebeu a titularidade do recém-criado bispado (ARAGÃO, 1986).

Em 21/12/1916, assumiu a Diocese do Crato, permanecendo, como seu bispo, até seu falecimento, que ocorreu, naquela cidade, a 28/12/1929 (Ibidem).

Sob a sua iniciativa, além do "Banco do Cariri", foram fundados o "Colégio Diocesano do Crato", em 06/01/1916, e o "Colégio Santa Teresa", em 03/03/1923 (PINHEIRO, 1963).

2.2 Presidentes

Monsenhor Raimundo Augusto

2.2.1 Irineu Nogueira Pinheiro

Irineu Nogueira Pinheiro, nascido no Crato, em 06/01/1881, era filho do Dr. Manoel Rodrigues Nogueira Pinheiro e de Irinéia Pinto Nogueira Pinheiro (PINHEIRO, 2010).

Cursou o Primário no "Seminário São José" do Crato e se formou em Medicina, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1910 (Ibidem).

Clinicou durante muitos anos na região do Cariri, ao mesmo tempo que se tornava um profundo conhecedor da história daquela região cearense. (Ibidem).

Exerceu as funções de Inspector Federal do Colégio Diocesano do Crato e de professor da disciplina de "História Geral" no "Seminário S. José", daquela cidade (Ibidem).

Além de fundador e primeiro presidente do "Banco do Cariri", cargo que exerceu de 1921 a 1933, também foi fundador e primeiro presidente do Rotary Club" e do "Instituto Cultural do Cariri", ambos localizados no Crato (Ibidem).

Foi fundador e colaborador dos seguintes jornais: *O Correio do Cariry*; *A Região*; *O Araripe*; e *A Ação* (Ibidem).

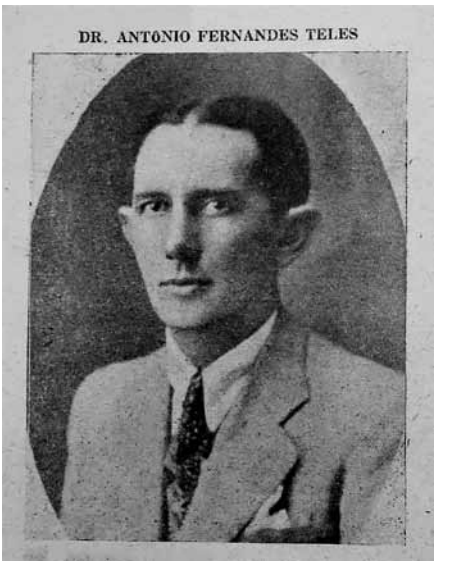
Publicou: *O Juazeiro do Padre Cícero* e a *Revolução de 1914*, em 1938; *O Cariri*; *Joaquim Pinto Madeira*; *José Pereira Filgueiras*,

em 1950; e *Efemérides do Cariri*, em 1963 (postumamente) (Ibidem).

Era proprietário de terras no município de Aurora (Ibidem).

Faleceu no Crato, em 21/05/1954 (Ibidem).

2.2.2 Antônio Fernandes Teles



Antônio Fernandes Teles, nascido no Crato, em 27/04/1892, era filho do Cel. Teodorico Teles de Quental e Ana Balbina Fernandes Teles (GIRÃO & MARTINS FILHO, 1939).

O Cel. Teodorico Teles de Quental, seu pai, era um dos mais abastados criadores e agricultores do Crato, tendo sido prefeito desse município de 1915 a 1919, quando construiu a Praça Siqueira Campos e firmou contrato de fornecimento de energia elétrica em sua sede (AQUINO, 1999).

É oportuno lembrar que dois filhos e um neto do Cel. Teodorico Teles de Quental também foram prefeitos do Crato: Joaquim Fernandes Teles exerceu esse cargo em 1928 e 1934; Filemon Fernandes Teles, em 1936, em 1937 e de 1947 a 1951; quando foi sucedido, pelo sobrinho, Décio Teles Cartaxo (1951-1954) (Ibidem).

Antônio Fernandes Teles estudou no "Seminário S. José", do Crato, à época, sob a direção do Padre Joaquim Ferreira de Mello (ALBUQUERQUE, 1945).

Cursou Odontologia na "Faculdade de Medicina da Bahia", em Salvador, tendo ali se diplomado em 1913 (Ibidem).

Ao retornar ao Crato, exerceu, até por volta de 1921, a Odontologia, passando, a partir daí, a se dedicar à gestão da "Farmácia Teles", de sua propriedade (AQUINO, 1999; Teles, 1992).

É oportuno lembrar que, no período de 1915 a 1919, no qual o Cel. Teodorico Teles de Quental, seu pai, foi prefeito do Crato, Antônio Fernandes Teles desempenhou as funções de vereador naquele município (TELES, 1992).

Foi o primeiro gerente do "Banco Caixeiral do Crato", cuja fundação ocorreu a 24/06/1931 (GIRÃO & MARTINS FILHO, 1939).

Em 06/08/1933, exonerou-se daquele cargo para assumir, em 01/09/1933, a presidência do "Banco do Cariri", em substituição ao Dr. Irineu Nogueira Pinheiro (Ibidem).

Foi presidente da "Associação Comercial do Crato" de 1943, quando substituiu o seu primeiro presidente, Alexandre Arraes de Alencar, até 1962 (AQUINO, 1999).

Nas "Listas de Acionistas do Banco do Cariri" de 31/12/1946 e de 10/05/1956, arquivadas na JUCEC, Antônio Fernandes Teles aparece como o maior acionista dessa instituição de crédito: na primeira delas, é detentor de 1.575 ações; na segunda, de 1951.

Exerceu a presidência do "Banco do Cariri" até 19/03/1962, quando foi substituído, no cargo, pelo Padre Raimundo Augusto de Araújo Lima, primeira, de forma interina, e, depois, efetivamente (Prontuários Históricos – JUCEC).

Além de banqueiro e comerciante, foi também pecuarista, com fazendas em Pernambuco, e proprietário de sítios no Crato (AQUINO, 1999).

Faleceu, no Crato, em 22/05/1962 (Ibidem).

É oportuno lembrar que, pela "Lista de Acionistas do Banco do Cariri S.A.", de 14/06/1972, o seu filho, o médico Ebert Fernandes Teles, era o terceiro maior acionista daquela instituição bancária, possuindo 5.452 ações dela.

2.2.3 Monsenhor Raimundo Augusto de Araújo Lima

Raimundo Augusto de Araújo Lima, filho de Augusto Leite de Araújo Lima e de Maria Carolina Cartaxo de Araújo Lima, nasceu na "Fazenda Descanso", em Mauriti, a 19/04/1909 (SILVEIRA, 2004).

Estudou no "Seminário S. José", do Crato, tendo sido ordenado padre em 30/12/1934 (Ibidem).

De 12/03 a fins de 1936, foi professor e diretor do supracitado seminário (Ibidem).

No período que estendeu de 03/08/1938 ao final de 1941, exerceu as funções de secretário do Bispado do Crato (Ibidem).

Pela "Lista de Acionistas do "Banco do Cariri", em 31/12/1946", arquivada na JUCEC, ele é detentor de 10 ações daquela instituição bancária, que atingem um valor total de Cr$ 500,00.

Em decorrência do assassinato do Monsenhor Joviniano Barreto, o Padre Raimundo Augusto de Araújo Lima é eleito vice-presidente do "Banco do Cariri" em assembleia geral dos acionistas, realizada em 19/03/1950 (Prontuários Históricos – JUCEC).

É nomeado membro do conselho consultivo da Diocese do Crato e do conselho de disciplina do "Seminário São José", daquela cidade, em 07/08/1950 (SILVEIRA, 2004).

Em 19/03/1962, depois de ocupar por doze anos consecutivos a vice-presidência, torna-se ele o presidente, em exercício, daquela instituição de crédito, e, em 28/11 do supracitado ano, em decorrência do falecimento do Dr. Antônio Fernandes Teles é eleito presidente de forma efetiva (Prontuários Históricos – JUCEC).

Pela "Lista de Acionistas do Banco do Cariri em 20/04/1972", arquivada na JUCEC, era ele possuidor de 1.075 ações daquele instituto de crédito (Ibidem).

Em 24/07/1972, data da fusão do "Banco do Cariri" com o "Banco de Juazeiro", o Monsenhor Raimundo Augusto de Araújo Lima ocupava o cargo de diretor-gerente na diretoria do primeiro dos supracitados institutos bancários, que era presidida pelo Dr. Maurício Monteiro Teles (Ibidem).

Em 1987, renuncia a função de vigário episcopal da Diocese do Crato, após 53 anos de trabalho sacerdotal (SILVEIRA, 2004).

Lecionou nos colégios "Diocesano do Crato" e "Santa Teresa", na "Escola Técnica de Comércio", bem como na "Faculdade de Filosofia" (AQUINO, 1999).

Foi sócio correspondente do "Instituto do Ceará" e do "Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica", assim como membro do "Instituto Cultural do Cariri" (Ibidem).

Colaborou, assiduamente, em revistas e jornais do Crato e de outras cidades (Ibidem).

Como historiador, publicou *Nos Bastidores da História*, *As Origens de Mauriti*, *O Passado em Revista* e *História da Diocese do Crato*. Foi também poeta (Ibidem).

O Monsenhor Raimundo Augusto de Araújo Lima faleceu, no Crato, a 20/01/1992 (Ibidem).

2.2.4 Maurício Monteiro Teles

Maurício Monteiro Teles, nascido no Crato, em 02/02/1922, era filho do Dr. Joaquim Fernandes Teles e de Ana Monteiro Teles (AQUINO, 1999).

O Dr. Joaquim Fernandes Teles, seu pai, era médico, formado pela "Faculdade de Medicina da Bahia", em 24/12/1916, bem foi pecuarista em Pernambuco, proprietário de canaviais em sítios no Crato e industrial, tendo sido o fundador da firma "Cia. Sul Cearense de Papéis (SULCEPA) (Ibidem).

Foi também o Dr. Joaquim Fernandes Teles, prefeito do Crato em 1928 e em 1934, tendo sido eleito deputado estadual, em 1935, e deputado federal constituinte, em 1945 (Ibidem).

Em 23/121936, foi inaugurado, no Crato, o "Hospital S. Francisco", que foi fundado pela iniciativa do Dr. Joaquim Fernandes Teles (Ibidem).

Maurício Fernandes Teles era neto do Cel. Teodorico Teles de Quental e sobrinho do Dr. Antônio Fernandes Teles e do Cel. Filemon Fernandes Teles (Ibidem).

O Cel. Filemon Fernandes Teles, que era considerado o maior proprietário rural do Cariri, possuindo terras tanto no Ceará como em Pernambuco, foi prefeito do Crato em 1936, em 1937 e de janeiro de 1947 a janeiro de 1951. Além disso, também foi deputado estadual, de

1951 a 1955 e de 1959 a 1963 (tendo sido, nesse mandato, presidente da Assembleia Legislativa do Ceará), e fundador e presidente da "Cooperativa Agrícola do Cariri" (Ibidem).

Fez Maurício Monteiro Teles até o 3º ano do Curso Ginasial no "Colégio Diocesano do Crato" e, do último ano desse curso até o fim do Curso Científico, no "Colégio Cearense", em Fortaleza (Ibidem).

Cursou ele Medicina na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde se diplomou em 1946.

Tendo se especializado em Obstetrícia e Psiquiatria, clinicou, inicialmente, em Picos, no Piauí. Ao retornar, posteriormente, ao Crato, ali não somente clinicou no "Hospital S. Francisco", onde foi vice-diretor, e na "Maternidade do Crato", que levava o nome do seu pai e onde foi diretor, como fundou a "Casa de Saúde S. Teresa", especializada no tratamento de doenças mentais (Ibidem).

Pelo "Relatório da Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas do Banco do Cariri", realizada em 14/06/1972 e arquivada na JUCEC, o Dr. Maurício Monteiro Teles possuía, naquela data, 1.794 ações, de um total de 51.460 ações em que se dividia o capital social daquela instituição bancária. Ali também pode se observar que o espólio do Dr. Joaquim Fernandes Teles, seu pai, era detentor de 2.180 ações, que os seus irmãos, Hermano José, Joaquim Filho e Caio Augusto, detinham, respectivamente, 1.871, 1.284 e 1.000 ações, bem como que seu tio, Filemon Fernandes Teles, 3.251 ações, seu primo, Ebert Fernandes Teles, 5.452 ações, e o espólio do Dr. Amarílio Teles Cartaxo, seu primo, 2.112 ações.

Além de vice-presidente e último presidente do "Banco do Cariri", Maurício Monteiro Teles foi também presidente da "Cia. Sul Cearense de Papéis (SULCEPA) (Aquino, 1999).

Faleceu no Crato, a 04/08/1974 (Ibidem).

3 Banco Popular de Sobral

Banco Popular de Sobral

O "Banco Popular de Sobral" foi constituído, em 31/10/1927, como uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, Sistema Luzzati, com um capital subscrito de 120 contos de réis e um capital realizado de 22:800$000 (*Correio da Semana*, de 10/04/1928).

Na carta de apresentação de seus estatutos a D. José Tupinambá da Frota, Bispo de Sobral, datada de 08/11/1927, os seus organizadores tornam explícito o objetivo pretendido com a constituição dessa instituição de crédito: "Sendo uma empresa da acção social-catholica, fundada sob os auspicios da auctoridade eclesiastica, destinada a combater a usura voraz e a favorecer a classe proletaria, a mais desprotegida da fortuna, esperamos que Vossa Excelencia Reverendissima, ponderando bem as grandes vantagens e benefícios que vae prestar à população laboriosa e pobre de toda esta zona , aprovará os nossos Estatutos, abençoando os nossos esforços" (Prontuários Históricos da Junta Comercial do Ceará – JUCEC).

É oportuno lembrar que em editorial, publicado no *Correio da Semana*, de 26/10/1927, a Diocese de Sobral torna público que, com a

constituição do "Banco Popular de Sobral", "entre outros planos, projetamos a construção de vilas operarias, compostas de habitações baratas, confortaveis, asseadas, cuja propriedade cederemos aos operarios, facilitando-lhes à aquisição e o pagamento, mediante longos prazos e prestações numerosas".

O objetivo da construção dessas vilas operárias, segundo o supracitado editorial, era o de torná-las "verdadeiros reductos de um proletariado justo e bom, contra a onda impectuosa do bolschevismo (sic) infrene q'ameaça derrocar todas as instituições, saturando tudo de injustiça e contrasenso".

Segundo o artigo 9º, dos primeiros estatutos do "Banco Popular de Sobral", aprovados em 08/11/1927, no qual é tratada a forma como será distribuído seu lucro líquido, sua repartição se dará da seguinte maneira: a) 65% pelas ações ou quotas, proporcionalmente às chamadas realizadas e correspondentes a cada trimestre do ano, não se computando, para isso, tempo menor de 90 dias; b) 15% para o fundo de reserva social; c) 7% para dividir pelos membros da diretoria, em partes iguais; d) 5% para os sócios fundadores; e e) 5% para obras pias e de beneficiência social da Diocese de Sobral, ao arbítrio do Bispo (Prontuários Históricos – JUCEC).

Na data de sua instalação (12/11/1927), no prédio nº 2 do Largo do Rosário, o seu capital subscrito e o realizado já tinham atingido, respectivamente, a 484:400$000 e 102:420$000 (*Correio da Semana*, de 10/04/1928).

Sua primeira diretoria, teve como presidente, o médico Rui de Almeida Monte, e, como vice-presidente, o dentista Francisco Juvêncio de Andrade. Seu conselho fiscal, por seu turno, era composto pelo Monsenhor Agesilau Aguiar (vigário geral do bispado de Sobral e capitalista), por Francisco Potiguara Frota (sócio da firma Frota & Gentil e irmão de D. José) e por Júlio Gonçalves Guimarães (farmacêutico e capitalista) (Ibidem).

Em propaganda, no jornal *A Ordem*, de 24/11/1927, essa instituição de crédito torna público que: "Faz todas as operações bancárias, exceto câmbio; desconta notas promissórias, saques e duplicatas comerciais (em conta-corrente com caução de efeitos comerciais), título da dívida pública e outros papéis de crédito; faz pagamentos e se encarrega de transferências de fundos e de cobranças nas diversas praças do país".

Ainda no supracitado anúncio, é também publicado que ela "empresta dinheiro sobre notas promissórias (reembolsável a prazo fixo ou por amortização)", bem como "aceita depósitos em dinheiro em conta a prazo fixo, contas correntes limitadas de movimento e com aviso prévio, mediante ótimas taxas de juros".

Em 10/04/1928, o "Banco Popular de Sobral", em anúncio no *Correio da Semana*, torna público que seus capitais subscrito e realizado, já alcançaram, respectivamente, a 507:400$000 e a 167:510$000, assim como que, naquela data, o seu movimento de negócios atingira ao montante de 1.212:230$441, os empréstimos concedidos a 640:000$000 e os depósitos recebidos a 593:701$000.

Na supracitada propaganda, é registrado também que "a sua diretoria não pode negociar com o banco, isto é, não pode retirar, para atender a especulações ou necessidades suas, um real do numerário" e que "quer os membros da diretoria , quer os do conselho fiscal não devem um centil ao banco, antes tem nele depositadas as suas reservas".

De acordo com a "Lista de Acionistas do Banco Popular de Sobral em 30/06/1930", arquivada na JUCEC, os doze maiores detentores de suas 5.283 ações, naquela data, são os componentes do Quadro 4, a seguir:

Quadro 4 - Os doze maiores acionistas do Banco Popular de Sobral em 30/06/1930.

Nome	Nº de Ações	Capital Subscrito	Capital Realizado
1. Patrimônio da Diocese de Sobral	240	24:000$000	9:600$000
2. D. José Tupinambá da Frota	200	20:000$000	12:000$000
3. Agesilau Aguiar	200	20:000$000	20:000$000
4. Patrimônio de N.S. da Assunção (Viçosa)	200	20:000$000	20:000$000
5. Fortunato Alves Linhares	100	10:000$000	8:000$000
6. José Gerardo Ferreira Gomes	100	10:000$000	10:000$000
7. Francisco Godofredo Rangel	100	10:000$000	10:000$000
8. Patrimônio de N.S. da Conceição (Ipueiras)	100	10:000$000	10:000$000
9. Patrimônio de N.S. do Riacho dos Guimarães	100	10:000$000	5:000$000
10. Patrimônio da Matriz de Santana do Acaraú	100	10:000$000	6:000$000
11. Patrimônio da Seminário de Sobral	100	10:000$000	4:000$000
12. José Juvêncio de Andrade	100	10:000$000	4:000$000

Fonte: Prontuários Históricos da JUCEC.

É digno de se mencionar que, das seis pessoas físicas listadas no Quadro 4, somente Francisco Godofredo Rangel não é sacerdote. Ele, além de comerciante, era também banqueiro, sendo o único proprietário da "Casa Bancária F. Godofredo Rangel", com sede em Sobral.

Além dos patrimônios das igrejas citadas no Quadro 4, constavam também da referida lista, que lhe fundamentou, os seguintes patrimônios: de N.S. dos Prazeres (Campo Grande – atual Guaraciaba do Norte), com 50 ações; da Matriz de Santa Quitéria, com 20; da Matriz de Tianguá, com 20; da Santa Casa de Sobral, com 15; e da Catedral de Sobral, com 10.

Em 30/06/1930, o "Banco Popular de Sobral" tinha um capital subscrito de 528:300$000 e um capital realizado de 357:000$000, segundo a "Lista de Acionistas" publicada naquela data.

Segundo anúncio no "Album de Fortaleza de 1931", essa instituição de crédito torna público que "faz todas as operações bancarias, exceto cambio", que "presta assistencia financeira aos agricultores e creadores desta zona, aos quais facilita dinheiro a longo prazo, sem modificação de sua taxa de juros", bem como que "Aplica anualmente parte de suas rendas em obras de beneficiencia social e contribui para todas as iniciativas locais em bem da coletividade".

Em 05/05/1934, o "Banco Popular de Sobral" anuncia, no *Correio da Semana*, que, desde 30/04/1934, o Dr. Francisco Juvêncio de Andrade é o seu novo presidente, assim como "faz cobranças de título em todos os estados e transferências de fundos, para as quais dispõe de correspondentes; desconta duplicatas, letras de câmbio e promissórias; aceita depósitos a prazo fixo e retiradas livres; e se encarrega de cobrança de aluguéis de imóveis".

Pelo balancete, realizado em 31/12/1935 e publicado no *Correio da Semana*, em 24/01/1936, esse instituto de crédito apresentou os capitais subscrito e realizado de, respectivamente, 478:300$000 e 344:310$000, assim como um fundo de reserva de 69:557$197. Nele, as contas ativas e passivas de igualaram em 3.377:229$925.

Em 28/03/1937, o "Banco Popular de Sobral" publica no *Correio da Semana*, balanço contábil, realizado em 30/12/1936, no qual demonstra que, naquela data, os seus capitais subscrito e realizado atingiram, respectivamente, a 481:000$000 e a 355:490$00, bem como seu fundo de reserva alcançou a 85:451$000.

Pelo supracitado balanço, essa instituição bancária obteve, durante aquele exercício contábil, um lucro líquido de 49:195$000, que proporcionou dividendos de 9% e 10% aos acionistas.

A sua diretoria, na data da referida demonstração contábil, tinha, como presidente, o Dr. Francisco Juvêncio de Andrade e o seu conselho fiscal era composto por: Francisco Potiguara Frota, Adolfo Soares e Silva e Monsenhor Olavo Passos.

Pela carta patente nº 2356, de 02/1940, o "Banco Popular de Sobral", até então uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, transforma-se em uma sociedade anônima, com a denominação de "Banco de Crédito Popular de Sobral S.A." (*Correio da Semana*, de 16/05/1941).

Em balancete realizado em 30/04/1941 e publicado no *Correio da Semana*, em 16/05/1941, o "Banco de Crédito Popular de Sobral" apresentava capitais subscrito, realizado e a realizar, respectivamente, de 800:000$000, de 537:130$000 e de 362:870$00. Ali também pode se verificar que suas contas ativas se igualaram as passivas em 2.929:937$770 e que seu presidente era o Dr. Francisco Juvêncio de Andrade e seu vice-presidente, Pedro Mendes Carneiro.

Em propaganda no *Correio da Semana*, de 16/07/1943, esse instituto bancário anuncia que seus capitais subscrito e a realizar são, respectivamente, de Cr$800.000,00 e de Cr$225.130,00, bem como que seus fundos de reserva legal e especial alcançaram os montantes, respectivamente, de Cr$11.390,11 e Cr$5.695,10.

Em 25/02/1944 o seu conselho fiscal era composto pelo Padre José Gerardo Ferreira Gomes, por Adolfo Soares e Silva e José Modesto Ferreira Gomes, segundo anúncio publicado, pelo banco, no *Correio da Semana*, naquela data.

No *Correio da Semana*, de 05/01/1945, é publicado pelo "Banco de Crédito Popular de Sobral", um balancete, realizado em 30/12/1944, no qual consta que os seus capitais subscrito e a realizar alcançaram, respectivamente, a Cr$800.000,0 e a Cr$200.820,00, assim como que seus fundos de reserva legal e especial atingiram a Cr$21.438,30 e Cr$10.719,20, respectivamente. Na data do supracitado balancete, a sua diretoria tinha, como presidente, o Dr. Francisco Juvêncio de Andrade, e, como vice-presidente, Pedro Mendes Carneiro. O seu conselho fiscal, por seu turno, era composto por: Monsenhor Olavo Passos, Raymundo Medeiros Frota e José Anastácio Dias.

Pelo balancete realizado em 31/12/1949 e publicado no *Correio da Semana*, em 14/01/1950, o "Banco de Crédito Popular de Sobral", ainda apresentava um capital subscrito de Cr$800.000,00, porém, seus fundos de reserva legal e especial alcançaram, respectivamente, os montantes de Cr$79.055,68 e Cr$43.376,04.

Ali também é demonstrado que suas contas ativas se igualaram as passivas em Cr$7.225.144,22 e que, no demonstrativo da "Conta Lucros e Perdas", os débitos se igualaram aos créditos em Cr$474.639,60.

Sua diretoria, na data do referido balancete, tinha, como presidente em exercício, Pedro Mendes Carneiro e seu conselho fiscal era composto pelo Padre Sabino Loyola, por José Walter de Araújo e por José Modesto Ferreira Gomes.

Em 31/12/1956, segundo o balanço geral, realizada naquela data, esse instituto bancário apresentava, ainda, um capital subscrito de Cr$800.000,00, tendo seu ativo se igualado ao passivo em Cr$9.713.429,60. O seu presidente era Pedro Mendes Carneiro e, seu guarda-livros (contador), Francisco Carlos Ferreira Gomes (*Correio da Semana*, de 16/01/1957).

No dia 25 de agosto de 1960, o "Banco de Crédito Popular de Sobral" tem seu capital social aumentado para Cr$10.000.000,00, através da emissão de 10.000 ações, no valor de Cr$100,00 cada uma. Os maiores compradores dessas ações foram os irmãos José Machado de Araújo, Raimundo Machado de Araújo e Manuel Machado de Araújo, todos comerciantes e domiciliados em Fortaleza (Jawdat Abu-El-Haj, 1988).

Na supracitada data, Pedro Mendes Carneiro e José Modesto Ferreira Gomes eram, respectivamente, presidente e vice-presidente dessa instituição de crédito (Ibidem).

A diretoria eleita, em 11/03/1963, expressa o controle acionário da família "Machado de Araújo" sobre o "Banco de Crédito Popular de Sobral". Era a seguinte a sua composição: Manuel Machado de Araújo (presidente); Pedro Mendes Carneiro (vice-presidente). José Machado de Araújo (secretário); e Antônio Albuquerque Lopes e Raimundo Machado de Araújo (diretores) (Ibidem).

Em 22/01/1964, a razão social muda de "Banco de Crédito Popular de Sobral S.A." para "Banco de Sobral S.A." (Ibidem).

Essa nova razão social mudaria, em 12/05/1969, para "Banco do Ceará S.A." (Bancesa), porém, somente, em 30/04/1971, sua matriz seria transferida de Sobral para Fortaleza (Ibidem).

3.1 Dom José Tupinambá da Frota – o bispo fundador

D. José Tupinambá da Frota, nascido em Sobral, a 10/09/1882, era filho do Cel. Manoel Artur da Frota e de Raimunda Artemisa da Frota (Martins, 1989).

O Cel. Manoel Artur da Frota, seu pai, foi ardoroso abolicionista e fez parte do "Clube Republicano de Sobral". Nessa cidade, dirigiu, de 1881 a 1890, o periódico *A Gazeta de Sobral*, de sua propriedade, bem como foi sócio da filial da firma "Frota Gentil", por muitos anos (Ibidem).

D. José Tupinambá da Frota estudou no "Seminário Arquiepiscopal", da Bahia, de 1895 a 1899. Nesse último ano, seguiu para Roma, onde cursaria o "Colégio Pio Latino-Americano" e a "Universidade Gregoriana", na qual se doutoraria em "Filosofia" e "Teologia" (Ibidem).

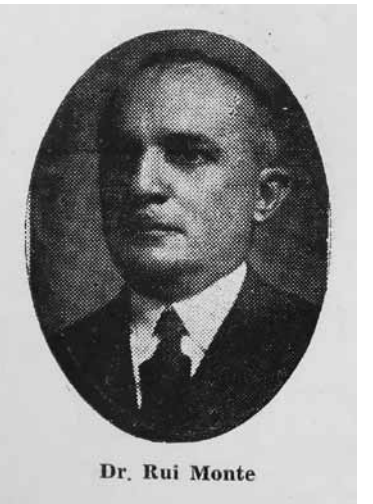
Ordenou-se presbítero, em 29/10/1905, e ao retornar ao Brasil, em 1906, lecionou, durante o ano seguinte, no "Seminário Arquiepiscopal", de São Paulo (Ibidem).

Em 10/02/1908, foi nomeado, por D. Joaquim José Vieira, vigário da freguesia de Sobral e, em 20/01/1916, eleito o primeiro bispo da recém-criada Diocese de Sobral, cargo do qual tomaria posse em 22/07/1916 (Ibidem).

Durante o seu bispado em Sobral, que se estendeu até a sua morte em 25/08/1959, fundou, além do jornal *Correio da Semana* (1918), órgão dos interesses religiosos da Diocese de Sobral, e do "Banco Popular de Sobral" (1927), as seguintes instituições: em 1925, "Seminário Menor de S. José" e "Santa Casa"; em 1934 – "Colégio Sant'Ana" e "Ginásio Sobralense"; e em 1953 – "Abrigo e Orfanato Sagrado Coração de Jesus de Sena" (ARAÚJO, 1985).

Também criou 18 paróquias e introduziu dez congregações religiosas (Ibidem).

3.2 Presidentes



Dr. Francisco Juvêncio de Andrade

3.2.1 Rui de Almeida Monte

Rui da Almeida Monte, nascido em Sobral, a 21/10/1884, era filho do farmacêutico João Francisco do Monte e Benvinda de Almeida Monte (MARTINS, 1989).

Ingressou na "Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro" em 1905 e nela se doutorou em 31/03/1911 (Ibidem).

Ao longo de sua vida profissional, como médico, clinicou nas cidades do Rio de Janeiro ("Hospital da Brigada Militar" e "Santa Casa de Misericórdia"), Sobral ("Prefeitura de Sobral", "IFOCS", "E.F. de Sobral" e "Santa Casa de Misericórdia") e Fortaleza ("Santa Casa de Misericórdia" e "Instituto do Proteção e Assistência à Infância") (Ibidem).

Foi eleito deputado estadual em 1912. Em 23/10/1913, foi nomeado diretor do Liceu do Ceará e, em 23/12/1913, foi nomeado professor catedrático de "História do Brasil", daquele estabelecimento de ensino (GUIMARÃES, 1947).

Em 1918, o presidente João Thomé de Saboya e Silva comissionou-o para organizar e instalar o "Curso Secundário de Sobral", do qual ele foi diretor e professor de "Geometria" e "Inglês" (Ibidem).

De 1927 a 1934, presidiu o "Banco Popular de Sobral", tendo também exercido, simultaneamente com esse cargo, o de presidente do "Sindicato Agrícola de Sobral" (1929) e o de presidente da "Associação Comercial de Sobral" (1931) (GUIMARÃES, 1947; *Correio da Semana*, de 20/07/1920; *A Ordem*, de 04/02/1931).

Em 30/06/1930, era detentor de 61 ações do "Banco Popular de Sobral", que equivaliam a um capital subscrito de 6:100$000 e a um capital realizado de 4:1000$00 (Lista de Acionistas do "Banco Popular de Sobral", em 30/06/1930 – JUCEC).

Eleito novamente deputado estadual em 1934, na chapa da "Liga Eleitoral Católica" (LEC), não chegou a cumprir o mandato, que se iniciaria em 26/05/1935, já que foi nomeado "Secretário da Fazenda do Estado do Ceará", cargo no qual esteve em exercício de 28/05/1935 a 11/01/1937 (GUIMARÃES, 1947).

Em 31/12/1936, era possuidor de 86 ações do "Banco Popular de Sobral", que tinham um valor total de 8:600$000 (Lista de Acionistas do "Banco Popular de Sobral", em 31/12/1936 – JUCEC).

Com a criação, em 19/12/1936, do "Instituto do Algodão e Crédito Agrícola do Ceará", foi nomeado seu diretor-presidente, cargo do qual se afastou, de 05/03 a 18/09/1942, por ter sido nomeado "Secretário de Polícia e Segurança Pública", e, de 19/09/1942 a 31/10/1945, devido a nomeação para exercer o cargo de "Secretário de Agricultura" (GUIMARÃES, 1947).

Como jornalista, redatoriou a *Folha do Povo* e *A Tarde*, periódicos que circulavam em Fortaleza e, como beletrista, pertenceu a "Academia Sobralense de Letras" (Ibidem).

Faleceu em Fortaleza, a 17/07/1951, ainda exercendo a presidência do "Instituto do Algodão e Crédito Agrícola do Ceará" (*Correio do Ceará*, de 18/07/1951).

3.2.2 Francisco Juvêncio de Andrade

Francisco Juvêncio de Andrade, nascido em Massapé (à época pertencente a Santana do Acaraú), a 25/03/1881, era filho de Antônio Juvêncio de Andrade e Francisca Laura de Andrade (ARAÚJO, 1985).

Após se formar em Odontologia, em 1909, no Rio de Janeiro, seguiu para a França, onde realizou uma especialização (Ibidem).

Ao retornar a Sobral, dedicou-se a Odontologia e com a fundação do "Banco Popular de Sobral", em 1927, a convite de D. José Tupinambá da Frota, passou a exercer o cargo de vice-presidente daquele instituto de crédito até 1934, quando, em substituição ao Dr. Rui de Almeida Monte, passa a presidi-lo até 1956 (Ibidem).

De acordo com a "Lista dos Acionistas do Banco Popular de Sobral", de 30/06/1930, arquivada na JUCEC, o Dr. Francisco Juvêncio de Andrade era detentor, naquela data, de 50 ações daquela instituição bancária, que equivaliam a um capital subscrito e já realizado de 5:000$000.

Segundo *O Correio da Semana*, de 21/04/1935, o Dr. Francisco Juvêncio de Andrade era o presidente da "Liga Eleitoral Católica" (LEC), em Sobral. Ainda nesse ano, conforme a "Lista dos Acionistas do Banco Popular de Sobral", publicada em 31/12 e arquivada na JUCEC, possuía ele 112 ações daquele banco, que equivaliam a um capital subscrito, e já realizado, de 11:200$000.

Em 1956, é substituído, por motivo de doença, primeiro, de forma interina, e, depois, definitivamente, por Pedro Mendes Carneiro, na presidência do "Banco de Crédito Popular de Sobral". Nesse ano, em 18/12, falece em Sobral (*Correio da Semana*, de 22/12/1956).

3.2.3 Pedro Mendes Carneiro

Pedro Mendes Carneiro

Pedro Mendes Carneiro, nascido em Sobral, a 16/10/1891, era filho de Antônio Mendes Carneiro e Maria Leoncina Andrade Mendes (MARTINS, 1989).

Antônio Mendes Carneiro, seu pai, exerceu o cargo de prefeito de Sobral em 1923 (*Album Terra Cearense* de 1925).

Após realizar parte de seus estudos em Sobral e em Santa Quitéria, transferiu-se para Amazônia. Naquela região, chegou a cursar até o 2º. ano do Curso de Direito e trabalhar como revisor e jornalista, em Manaus, bem como exerceu as funções de guarda-livros (contador), no território do Acre (CAVALCANTE, 2004).

Ao retornar da Amazônia, estabeleceu-se, em Sobral, como comerciante (Ibidem).

Em 1920, durante o governo de João Tomé de Saboya e Silva, após ser aprovado em concurso, deu início as suas atividades como escrivão e tabelião, em Sobral, das quais se aposentaria, em 1958 (Ibidem).

Lecionou durante muitos anos, Contabilidade na Escola Técnica de Comércio Dom José (Ibidem).

Em 30/06/1930, segundo a "Lista de Acionistas do Banco Popular de Sobral", daquela data, Pedro Mendes Carneiro era detentor de 30 ações, que equivaliam a um capital subscrito de 3:000$000 e a um capital realizado de 1:200$000.

Com a transformação do "Banco Popular de Sobral" em "Banco de Crédito Popular de Sobral S.A.", em 1940, torna-se vice-presidente daquele instituto de crédito (Prontuários Históricos – JUCEC).

Em 1956, assume a presidência do "Banco de Crédito Popular de Sobral" e, com a passagem do seu controle acionário para a família "Machado de Araújo", em 11/03/1963, passa a ocupar o cargo de vice-presidente (Ibidem).

Em 22/01/1964, com a mudança da razão social do supracitado banco para "Banco de Sobral S.A.", continua ele a ocupar sua vice-presidência. Fato que também se repetirá quando, em 12/05/1969, o "Banco de Sobral S.A." se transformar em "Banco do Ceará S.A." (Bancesa) (Ibidem).

Foi chefe do "Partido Social Democrático" (PSD), em Sobral, pelo qual foi eleito vice-prefeito da chapa encabeçada pelo Padre José Palhano de Saboya, que geriu aquele município de 1959 a 1963 (CAVALCANTE, 2004).

Pedro Mendes Carneiro faleceu, em Sobral, a 06/07/1975 (Ibidem).

Referências Bibliográficas

1. Album de Fortaleza de 1931.
2. Album Terra Cearense (1925).
3. ALBUQUERQUE, J.A. Vida dos Municípios. Fortaleza : S/E, 1945.
4. Almanaque do Ceará (de 1921 a 1944).
5. Annuario Estatistico do Ceará (de 1923 a 1926).
6. "A Ordem" (de 1927 a 1931).
7. AQUINO, J. L. Roteiro Biográfico das Ruas do Crato. Fortaleza: UFC, 1999.
8. ARAGÃO, R.B. História do Ceará. Fortaleza : IOCE, 1986.
9. ARAÚJO, Pe. F.S. de. Cronologia Sobralense. Sobral : UVA, 1985.
10. BARROS LEAL, A. A História do Ceará Passa por Esta Rua 2. Fortaleza : Multigraf Editora / F. Demócrito Rocha, 1993.
11. "Correio da Semana" (de 1928 a 1956).
12. "Correio do Ceará", de 18/07/1951 e de 17/04/1968.
13. CAVALCANTE, A de H. Sociedade Sobralense. Sobral : S.E., 2004
14. "Gazeta do Cariry", de 1º./5/1924.
15. GIRÃO, R. e MARTINS FILHO, A. O Ceará. Fortaleza : Editora Fortaleza, 1939.
16. GUIMARÃES, H.V. Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará – Assembléias Legislativas 1835 – 1947. Fortaleza: Editora Jurídica, 1951.
17. JAWDAT ABU-EL-HAJ. Cronologia do Capital Financeiro Privado Cearense. Fortaleza : NUDOC, Série Idéias nº 13, 1988.
18. JOB, D.C. "Em 97 anos de República, O Ceará teve 63 governantes" In: "O Povo", Fortaleza, 16/11/1986.
19. LEITE FILHO, R. A História do Ceará Passa por Esta Rua. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1988.
20. MARTINS, M.V. Homens e Vultos de Sobral. Fortaleza: Edições UFC / Stylus, 1989.
21. "O Nordeste", de 14/08/1929.

22. PINHEIRO, I. Efemérides do Cariri. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

23. _____. Efemérides do Cariri (2ª edição). Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 2010.

24. Prontuários Históricos da Junta Comercial do Ceará (JUCEC) (vários anos).

25. SILVEIRA, A. D. Ungidos do Senhor – na Evangelização do Ceará (1700 a 2004). Fortaleza: Prêmios, 2004.

26. TELES, E.F. Discurso Comemorativo do Centenário do Dr. Antônio Fernandes Teles (1892 – 1992).

.

Urbanização da sociedade fortalezense

Maria Clélia Lustosa Costa*

No século XIX e até a primeira metade do século XX, em virtude das fortes marcas das atividades e do modo de vida rural no espaço urbano, as fronteiras entre o mundo rural e o urbano eram muito tênues. O fenômeno da urbanização no Ceará foi marcado também pela natureza, ou seja, pelos longos períodos de estiagem que caracterizam o semi-árido nordestino. Como a seca desestruturava o espaço rural, provocava a migração. Esta concentração populacional no espaço urbano não era apenas sazonal, pois parte desta população migrante fixava-se na cidade e, dessa forma, interferia nas práticas urbanas. A população migrante guardava características provincianas, um modo de vida rural, e mantinha algumas atividades, como a criação de animais domésticos, a agricultura de subsistência e o cultivo de hortas e frutas. Na cidade, estes novos habitantes tinham de se adaptar ao modo de vida urbano, com normas de comportamento e de organização específicas. Isto muitas vezes gerava conflitos. Com vistas a disciplinar os recém-chegados, que desconheciam os códigos de urbanidade, o poder público elaborava leis. Houve, então, lento processo de urbanização desta sociedade. Num segundo momento ocorreu uma mudança de mentalidade desta população, sobretudo ao absorver o modo de vida urbano, que se *civilizou* e passou a copiar os modelos de urbanidade de outras sociedades, a exemplo da européia.

Conforme podemos observar, a sociedade cearense tem sofrido um processo crescente de urbanização. Mas o que seria a urbanização da sociedade? A transformação de toda a sociedade em urbana, ou seja,

* Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

a concentração da população em áreas urbanas? Embora o aspecto material da concentração populacional pareça de evidente relevo, o aspecto "ideológico", referente às idéias, deve ser levado em consideração. Atualmente, de acordo com o consenso, é possível uma população, mesmo sem habitar a cidade, assimilar modo de vida urbano. O urbano é uma forma e um processo de diferenciação do espaço social, gerador de um modo de vida específico.

Para o geógrafo francês Paul Claval, a urbanização apresenta duplo sentido. "O termo cidade contém ao mesmo tempo a idéia de agrupamento e de forma de civilização diferente e superior". (1981, p. 31).

A urbanização da sociedade cearense, em particular a fortalezense, será discutida, a princípio, como resultado do crescimento populacional da cidade e, posteriormente, como fruto das mudanças em seu modo de vida.

Este processo de urbanização não é específico da sociedade fortalezense. Ele também se aplicaria às outras cidades do Nordeste semiárido brasileiro, marcadas pela seca, pelo disciplinamento e pelo modelo ocidental europeu de civilização. Podemos até extrapolar esta discussão para outros países colonizados, mantidas as diferenças naturais e a cultura local.

Neste artigo faremos uma análise, numa perspectiva histórica, do processo de urbanização da sociedade fortalezense. Para isto, iniciaremos pelas definições de urbanização e tentaremos aplicá-las à realidade de Fortaleza, a partir do século XIX.

1 Urbanização - crescimento da população urbana

O Nordeste brasileiro, desde o século XIX, foi marcado por longos períodos de estiagem, os quais provocaram a migração e a concentração da população nas cidades, principalmente nas capitais, pois estas, em decorrência da proximidade do poder público, ofereciam mais apoio aos "retirantes". Posteriormente, com a lei de terras (1850), agravou-se este quadro. Como sabemos, a estrutura fundiária concentradora contribui para expulsão do homem do campo, enquanto os equipamentos urbanos, infra-estrutura, serviços e a possibilidade de empregos também são fatores atraentes para esta população. Numa

sociedade rural, o surgimento desse fenômeno urbano explicava-se também pela degradação das condições de vida no campo.

Ao longo do tempo, as secas periódicas desestabilizavam a economia local e obrigavam grandes levas de pessoas a se deslocar para áreas mais úmidas ou para as cidades, desestruturando o espaço, ou criando uma nova organização espacial, típica dos períodos de grandes estiagens. A maior parte desta população migrava para terras distantes da Amazônia, para trabalhar nos seringais, ou para o Centro-Sul, onde havia mais oportunidades de emprego. Outra parte fixava-se nas cidades, despreparadas para receber esta massa de trabalhadores e seus familiares. Pouco a pouco, o sertão se esvaziava e as cidades apresentavam-se superlotadas, enfrentando problemas de déficit habitacional, infra-estrutura urbana e saneamento, fome, miséria, violência. Gerava-se, assim, o chamado caos urbano.

No século XIX, os migrantes, ao chegar a Fortaleza, alojavam-se sob árvores, nas praças, no Passeio Público, nas ruas, em terrenos vagos. Diante da situação, a administração pública tentava impor ordem no espaço do migrante da seca: construía abarracamentos, distribuía alimentos, oferecia assistência médica e, em troca, exigia desta população o trabalho para realização de obras públicas.

No espaço do migrante, imperava a superconcentração de pessoas enfraquecidas, favorecendo a promiscuidade. Tornava-se difícil manter o mínimo de higiene cotidiana. Como este ambiente era propício à propagação de doenças e ao surgimento de epidemias, passou-se a fazer associação entre pobres e insalubridade, contribuindo para a segregação socioespacial.

De modo geral, a história do Ceará foi marcada pelas migrações, pelas secas, quase sempre acompanhadas por epidemias e grande mortandade. Das muitas secas, a responsável pelo maior número de vítimas foi a "seca dos dois setes", que durou de 1877 a 1879. Esta seca foi acompanhada por grande movimento da população. Fortaleza, à época com uma população de 20.098 habitantes, segundo o censo de 1872, atingiu em dezembro de 1878 160.000. Isto significou falta de alojamentos, de água, de alimentos, de remédios, de infra-estrutura urbana e sanitária. Enfim, inúmeros problemas de saúde pública. Em agosto de 1878, Fortaleza tinha 113.900 indigentes abarracados em seus subúrbios. (BARROS LEAL, 1978).

Estas secas, além dos sérios prejuízos sociais e econômicos para o Ceará, contribuíram para o crescimento de várias cidades litorâneas. Posterior a estes fenômenos cíclicos, parte desta população que não migrava para fora da província ou do estado, fixava-se na capital e seus arredores.

No século XX, com a estagnação da economia da região amazônica (crise da borracha), a população migrante dirigia-se principalmente para o Centro-Sul ou fixava-se na capital. A ampliação das atividades terciárias (comércio e serviços) e a instalação de indústria de beneficiamento de produtos primários em Fortaleza atraíam novos moradores para esta cidade. Fortaleza teve acentuado crescimento populacional e a malha urbana expandiu-se, com a formação de bairros ao longo das linhas de bonde elétrico.

A urbanização fortalezense foi marcada pelo fenômeno das secas. Não seria exagero afirmar que estas concorreram para a formação do fenômeno urbano no Ceará, aqui caracterizado como aumento da concentração da população. Tal concentração num mesmo espaço é, em si, um elemento importante pelas implicações mentais verificadas sobre os indivíduos.

Como afirma o geógrafo americano David Clark (1985, p. 61-62) o crescimento urbano "é um processo espacial e demográfico e refere-se à importância crescente das cidades como locais de concentrações da população numa economia ou sociedade particular". Enquanto a urbanização

> [...] é um processo social e não espacial que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidades. Essencialmente, isso se refere às mudanças complexas do estilo de vida, que decorrem do impacto das cidades sobre a sociedade.

Para Claval (1981), a cidade cresce, favorecendo a especialização e diversificação do corpo social. A urbanização acentua a divisão do trabalho e implica "ao mesmo tempo em uma certa maneira de explorar o meio, retirando dele o excedente útil".

> A urbanização atende a uma necessidade de aprofundamento e de diversificação da vida social, favorecendo as trocas e as relações mais variadas: ela tem a vantagem de permitir a convivência com os parceiros mais diversos, que proporcionam muitas idéias e co-

> nhecimentos; a cidade oferece a segurança das muralhas e ainda possibilita cultuar o sagrado e se aproximar das forças superiores. A urbanização corresponde então a uma transformação desejada por muitos, permitindo alcançar um estilo de vida superior (p. 32).

O termo urbanização foi amplamente usado para descrever tanto o crescimento das cidades como o impacto das cidades sobre a sociedade. Crescimento urbano e urbanização são os dois processos principais do desenvolvimento urbano e historicamente interdependentes, pois, à medida que as pessoas se congregavam nas cidades, sofriam mudanças profundas e irreversíveis em seus modos de vida. (CLARK, 1985).

Após estas primeiras discussões, nesta segunda parte analisaremos outro aspecto da urbanização, ou seja, a forma como a Fortaleza do século XIX alterava o comportamento dos migrantes, dos novos habitantes que chegavam para se fixar na cidade.

2 Urbanização - mudança de comportamento

O processo forçado de crescimento da cidade, em decorrência da migração nos períodos de longas estiagens, provocou um tipo diferente de organização espacial, qual seja: a população de migrantes tentava manter o modo de vida rural, reproduzindo nos pequenos quintais ou mesmo nas ruas da cidade a vida do campo. Não consegue separar o espaço público do privado. Mantém hortas, fruteiras, cria galinhas, porcos e até vacas soltas pela cidade e arredores. Seu modo de vida entra em choque com o padrão urbano.

A Fortaleza do século XIX não era realmente urbana, pois a população não estava impregnada do espírito urbano, isto é, da urbanidade, definida por Brunet (1992, p. 498) como "caráter do que é urbano". Para Claval (1981), o termo urbanidade é utilizado para designar a polidez que permite usufruir o que o mundo urbano oferece.

> A civilidade, a civilização são em primeiro lugar apanágio do citadino, daquele que cresceu dentro da cidade. A idéia de comunidade evoluída e larga está então associada intrinsecamente àquela de agrupamento físico, de cidade (p. 31).

Esta concepção de urbanidade é reiterada em *Le Mots de la Géographie: dicionário critique*:

> Diz-se também civilidade: conjunto de traços de comportamentos positivos, implicando cortesia, respeito pelo outro, bons modos e costumes, e que se assegura ser próprio dos citadinos, por oposição aos habitantes do campo, ditos rústicos e mesmo rudes (de *rus*, campo, oposto a *urbs*, cidade). (BRUNET, 1992, p. 499).

A população que chegava tinha de ser "civilizada", urbanizada, para aprender, ou seja, para adaptar-se ao modo de vida urbano. Para regulamentar este comportamento nas áreas urbanas, o poder público criou leis, normas, como se observa nos Códigos de Posturas, desde o início do século XIX.

Tal como nas outras cidades brasileiras, a legislação urbana de Fortaleza tinha forte influência da Corte Imperial. Conforme mencionava Castro (1994), as Câmaras Municipais das províncias adotavam integralmente ou adaptavam à realidade local as posturas urbanas do Rio de Janeiro.

Em Fortaleza, a população interiorana mostrava a influência com seu modo de vida rural. O primeiro Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Fortaleza, aprovado pela Assembléia Legislativa Provincial em 1835, foi uma tentativa de mudar este estilo de vida marcado pela ruralidade, determinando a apreensão de animais domésticos soltos na rua e a proibição da criação de animais na área urbana. Segundo afirma o Art. 56:

> Ninguém poderá crear porco dentro desta Cidade, senão em chiqueiro, e que não cause mau cheiro a vizinhança, e fora della no termo não se poderá crear taes animais, se não em cercados fortes de pau a pique, ou chiqueiros. (apud CAMPOS, 1988, p. 74).

Este código disciplina também o comportamento dos novos habitantes da cidade. O Art.14 diz:

> Que nenhuma pessoa a qualquer hora da noite, dentro desta Cidade será permitido o andar pelas ruas della gritando, e inquietando assim os cidadãos pacíficos, e o sucego público, sob pena de ser condemnado a dois mil réis para as despesas do Conselho, ou quatro dias de prisão, e na reincidência o duplo... (Apud CAMPOS, 1988, p. 65).

As proibições vão mais além. Por exemplo, a Lei n° 308 de 24.7.1844, publicada pelo Presidente José Maria da Silva Bittancourt, aprovando artigos de posturas da Câmara Municipal da Capital, de-

notava preocupação com o modo de vestir. Em seu Art. 69 determinava multa de mil réis, ou dois dias de prisão, para qualquer pessoa livre ou escrava que entrar "nesta cidade ou percorrer suas ruas, de camisa e ceroula, pela immoralidade e indecência do trajo". Jader de Carvalho (1963), no romance *Aldeota*¸ mostra o tratamento desrespeitoso dos policiais para com os matutos, o que provocava revolta e violência.

O uso das águas públicas também foi controlado, pois os novos citadinos já não podiam manter hábitos típicos da zona rural, como tomar banho nu a qualquer hora do dia, em virtude da concentração da população. Em 19.08.1844, o Presidente Bittancourt aprovou a Lei nº 328, a qual determinava em seu Art. 70:

> Fica prohibido a qualquer pessoa apresentar-se nua, das seis da manhã a seis da tarde, nos lagos ou riachos desta cidade, sob qualquer pretexto, que seja. Os contraventores soffrerão a multa de quatro mil réis, ou oito dias de prisão. (Apud CAMPOS, 1988, p. 78).

Ao se pronunciar sobre o assunto o escritor Eduardo Campos, no livro *A Fortaleza Provincial: rural e urbana* (1988), mostra a influência interiorana ou rural no urbano durante todo o século XIX.

> Aliás, o "matuto" e o "sertão" não se desvinculam da evolução urbanística. Têm presença obrigatória, ditada pelo relacionamento sociológico, pelo proveito quanto ao desfrute dos serviços ofertados pelo próprio município. Daí a preocupação do legislador em compatibilizar, tanto quanto possível, o interesse ou interesses dos dois modos de viver.

Campos exemplifica este fato ao analisar a legislação de 1864, que dispõe sobre o uso das aguadas, garantindo o seu acesso aos matutos e seus animais em trânsito. O Art. 72 adverte estarem "proibidas as cercas e plantações em rodas das aguadas públicas, como a edificação de casa, quando a distância das mesmas, às margens das ditas aguadas, não exceda pelo menos 60 palmos." (Lei nº. 328, apud CAMPOS, 1988, p. 83).

O "matuto" era motivo de chacota por parte dos habitantes da cidade e com freqüência era enganado e desrespeitado. Diante disto, com vistas a protegê-lo, segundo a administração, determinou no

Art. 7 da Lei nº 1013 de 6.10.1861, entre as várias atribuições dos fiscais, caberia a de "vigiar os matutos para que não fossem atropelados nem enganados na venda de suas mercadorias, prendendo os que deles abusassem".

Este tratamento era dispensado não somente aos matutos pobres, como aos ricos sertanejos e senhores de engenho, alvo também do deboche, do olhar enviesado dos "civilizados" habitantes da cidade. A cidade dependia do campo, vivia em função da riqueza produzida no mundo rural, materializada no espaço urbano na forma de edificações, monumentos, obras públicas, casarões e sobrados e da aquisição de objetos importados.

Conforme mostra o antropólogo Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos*, a praça venceu o engenho:

> Quase sempre respeitando nos vencidos umas tantas virtudes e gabolices, procurando imitá-las: às vezes até romantizando-as e exagerando-as nessa imitação de "inferiores" por "superiores". Outras vezes troçando do matuto rico, do fazendeiro opulento, mas atrasado nos seus modos de falar e nas suas modas de vestir-se, do senhor de engenho fanfarrão e até quixotesco, de toda a "gente do matto", de todo roceiro e de "serra acima". Destacando-lhe os vícios de linguagem, os atrasos de cinqüenta, cem anos em estilos de habitação e de meios de transporte, os ridículos de moral e de etiqueta também atrasada um século, dois, às vezes três. Porque esses atrasos variavam de região para região, dando ao país variedade pitoresca, mas às vezes dramática, de estilo e estágios de cultura. Variavam de região para região como de sexo para sexo, de raça para raça, de classe para classe. (FREYRE, 1990, p. 30).

Como modo de vida, a urbanização da sociedade cearense impôs-se aos moradores da cidade orientada pela administração da Província. Em face das circunstâncias, a população migrante foi forçada a submeter-se a estas normas determinadas pela legislação e pelo Código de Posturas. Estes exigiam do homem do campo, que chegava às feiras semanais, o respeito às normas urbanas (uso de roupas adequadas, proibição de andar pela rua apenas de ceroulas, proibição de banhos nus em açudes e riachos da cidade) e, ao se fixar, a adaptação ao novo *habitat* e seus costumes. A legislação propunha-se a orientar, a disciplinar o modo de vestir e de comportar-se na cidade. Para atingir este objetivo, a po-

pulação e o espaço tinham de ser disciplinados, policiados[1]. Portanto, a cidade era um ambiente também policiado, controlado, daí tantas legislações para disciplinar a vida nas áreas urbanas.

3 Urbanização: sinônimo de disciplinamento

Ante a concentração da população nas cidades exigia-se o disciplinamento deste espaço e desta população. As cidades eram consideradas sinônimos de doença e perversão. Foram apontadas como os grandes focos disseminadores de epidemias que devastaram a população europeia. Várias teorias médicas relacionaram estas doenças com as condições de higiene, com o ambiente natural e construído, com o modo de vida da população. Também a falta de moral, o vício, a desordem da família do trabalhador eram responsabilizados pelos sérios problemas apresentados pelas cidades. Logo, era preciso higienizar e moralizar o espaço urbano e sua população. Normas rígidas foram impostas no intuito de pôr ordem no espaço e na população e foram divulgadas nos tratados médicos. Além da doença, os administradores preocupavam-se ainda com o embelezamento das áreas urbanas.

Em Fortaleza, a disciplina do espaço estava presente no ato do primeiro presidente da Província, Bernardo Manoel de Vasconcelos, ao nomear o primeiro arruador Manoel Francisco da Silva, em 1800. Em 1813, o engenheiro Silva Paulet foi contratado pela Província para fazer a planta de expansão da cidade. Os presidentes e legisladores elaboraram normas, contrataram engenheiros, arquitetos, médicos, visando a ordenação do espaço e o comportamento dos citadinos, como podemos observar através dos planos e plantas de expansão da cidade, na legislação e em documentos.

Conforme lei imperial, as Câmaras Municipais, a partir de 1º.10.1832, tiveram novas diretrizes e atribuições. Elas ficaram com o

[1] A palavra pele, que significa habitat fortificado (cf. a língua francesa *pieu, palissade*), dá origem à palavra polis, e tem como derivados polícia, política, metrópole, etc. (BRUNET, 1992, p. 508). As palavras *policy*, "política" e "político" são derivadas da palavra grega polis que significa "cidade": do mesmo modo como as palavras "cidade" e "civilização" são derivadas da palavra latina civitas. "Os primeiros Estados eram cidades-Estados. Originalmente, a cidade era o Estado; assim, a política, a civilização e a cidade podem ser consideradas como tendo surgido juntas e como representando os diversos elementos de um único complexo." (PARK, 1970, p. 592).

encargo de tudo quanto dizia respeito "à polícia e economia das povoações, e seus termos". Deveriam deliberar e elaborar suas posturas sobre os seguintes objetos:

> § 1º: Alinhamento, limpeza, iluminação e desempachamento das ruas, cais e praças, conservação e reparos de muralhas feitas pela segurança dos edifícios e prisões públicas, calçadas, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques e quaisquer outras construções em benefício comum aos habitantes ou para decoro e ornamento das povoações;
>
> § 2º: Sobre o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, conferindo a esse fim a principal autoridade eclesiástica o lugar; sobre o esgotamento de pântanos, e qualquer estagnação das águas infectas; sobre a economia e asseios dos currais, sobre os depósitos de imundícies e quanto possa alterar a salubridade da atmosfera;
>
> § 3º: Sobre edifícios ruinosos, escavações e precipícios nas vizinhanças das povoações, mandando-lhes por divisa para advertir os que transitarem; suspensão e lançamento de corpos que possam prejudicar, ou enxovalhar aos viandantes; cautela conta o perigo provindo da divagação dos loucos, embriagados, de animais ferozes, ou domados, e daqueles que, correndo, podem incomodar os habitantes: providências para acautelar e atalhar incêndios.
>
> § 4º: Sobre as vozerias nas ruas em horas de silêncio, injúrias, e obscenidades contra a moral pública;
>
> § 5º: Sobre daninhos, e os que trazem gado sem pastor em lugares aonde possam causar qualquer prejuízo aos habitantes, ou lavouras; extirpação de répteis venenosos, ou de quaisquer animais, e insetos devoradores de plantas e, sobretudo o mais que diz respeito à polícia. (CAMPOS, 1988, p. 26).

Diante de tal poder concedido às Câmaras Municipais, o boticário Ferreira, presidente da Câmara de Fortaleza (1843-1856), tenta disciplinar, urbanizar e embelezar a cidade, em observância à planta da cidade elaborada por Silva Paulet. Além de desobstruir ruas, alinhar e aformosear praças, o intendente contratou o arquiteto Adolpho Herbster para elaborar plantas de expansão de Fortaleza e fazer o nivelamento de praças e ruas.

Códigos de Posturas são considerados importantes documentos tanto para discutir o disciplinamento do urbano, como para interferir no comportamento dos citadinos e dos seus visitantes, como já vimos na seção anterior. Os Códigos de Posturas de Fortaleza ordenaram o es-

paço dos cemitérios, das ruas, das praças, dos hospitais, dos matadouros, do porto. Obrigaram os habitantes a caiar as casas depois das chuvas e a manter limpos ruas, calçadas, quintais, riachos e lagos, etc. Eles também normatizaram a construção das casas, a altura, a disposição de cornijas, o tamanho do pano das calçadas, etc., "tudo servido de informações quanto aos palmos admitidos, estipulados no Art. 6º da Lei nº 1.007 de 11.9.1866". (CAMPOS, 1988, p. 86).

Como consta em Liberal de Castro (1994) "o dimensionamento dos elementos arquitetônicos tinha correlação direta com as posturas da corte (Rio de Janeiro) datadas de 1838 e lá ainda em vigor no terceiro quartel dos oitocentos."

> As normas gerais que norteavam a matéria, na verdade acatavam, na sua origem, o pensamento dos engenheiros militares egressos da Academia Imperial, formados à luz dos ensinamentos expostos por Durand na École Polytechnique de Paris e complementados no campo estético, por aplicações expedidas por princípios divulgados pelos tratados do maneirismo italianos, particularmente o Vignola. (p. 82).

Estas normas contribuíram para que Fortaleza mostrasse uma imagem agradável e de cidade organizada a seus visitantes, como podemos observar em muitos relatos de viajantes.

4 Urbanização - sinônimo de civilização

Urbanização é também utilizada como sinônimo de civilização. A palavra cidade se origina do latim "civis" (*civis*, *civitas*, *cité*, civilidade), que deu origem também a civilização. Portanto, podemos fazer uma relação entre civilização e urbanização. Esta busca de disciplinar a população da cidade significou ao mesmo tempo a tentativa de civilizá-la, colocá-la dentro dos moldes do mundo civilizado. No século XIX, o mundo civilizado para os brasileiros era o europeu. Uma das justificativas dos governantes para a prática da política de imigração de europeus era favorecer o branqueamento da raça e que estes, em contato com o mestiço, contribuíssem para a criação de hábitos para o trabalho e apreensão de novas tecnologias. As grandes missões científicas, artísticas e culturais vieram ao Brasil trazidas pelo Imperador com o objetivo de elevar o saber científico e a cultura do povo.

O sociólogo alemão Nobert Elias, em *La Civilisation des Moeurs*, apresenta, num primeiro momento, a noção de civilização como informações variadas relativas "ao grau da evolução técnica, às regras do *savoir-vivre*, ao desenvolvimento do conhecimento científico, às idéias e usos religiosos". O termo também pode ser aplicado: "ao habitat e à co-habitação do homem e da mulher, aos métodos de repressão judiciária, a preparação do alimento, e – observando de mais perto – a tudo o que pode se realizar de uma maneira 'civilizada' ou 'não civilizada'.". Segundo o autor, "é sempre difícil resumir em algumas palavras o conjunto de fenômenos susceptíveis de ser designado pelo termo de 'civilização'.". (ELIAS, 1979, p. 11)

Ao pesquisar sobre a função geral da noção de civilização e o elemento que permite qualificar tais atitudes de civilizadas, Elias (1979) chega à expressão de consciência ocidental, de sentimento nacional ocidental.

> Efetivamente, o termo (civilização) resume o avanço que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos acredita ter alcançado sobre os séculos precedentes e sobre as sociedades contemporâneas mais "primitivas". É por meio deste mesmo termo que a sociedade ocidental tenta caracterizar a sua singularidade, o seu orgulho: o desenvolvimento de sua técnica, de suas regras de "savoir-vivre", a evolução de seu conhecimento científico e de sua visão do mundo, e muitas outras coisas do gênero, (p. 11).

O modo de vida ocidental, a forma de pensar, tendo como modelo a corte francesa, passa a guiar o comportamento da nobreza e da burguesia européia nos séculos XVII e XVIII. Conforme mostra Nobert Elias, na Alemanha, as cortes imitavam, mesmo com meios insuficientes, a vida na corte de Luis XIV e falavam o francês. Todos *les honettes gens* se expressavam em francês. O uso da língua francesa era a marca das classes superiores. E quando se falava o alemão era aconselhável o uso de palavras ou expressões francesas em meio a frases. "A partir das cortes principescas, o francês se expande para as altas camadas da burguesia." (ELIAS, 1973, p. 20-21).

Historicamente o Brasil, colônia portuguesa, foi sede do Império de 1808 a 1821. Com a chegada da família real, um novo modo de vida, dominante na Europa, difundiu-se na sociedade brasileira, principalmente entre os moradores da capital, Rio de Janeiro, mais próximos da

nobreza que habitava a corte. Novos hábitos e normas foram impostos e divulgados pelas diversas províncias, por meio de legislação, códigos de posturas, que as sociedades locais mediante contato e literatura importada foram absorvendo.

Como evidenciado, a chegada da corte gerou problemas de ordem demográfica e habitacional, pois a cidade não estava preparada para receber moradores de hábitos tão diversos, em termo de "consumo, lazer, higiene, moradia, etc." Os ritmos econômicos impressos ao Brasil acentuavam as deficiências urbanas da capital. "Por outro lado, indústria e comércio internacionais precisavam modernizar a rede de serviços urbanos e a rotina de subsistência da população a fim de escoarem seus produtos". (COSTA, 1989, p. 52).

Segundo Gilberto Freyre, a sociedade brasileira passou por um processo de "reuropeização". Uma série de mudanças nos hábitos coloniais, "como a progressiva ocidentalização das velhas influências orientais na cidade e na população, mostra o alcance dessas modificações". (COSTA, 1989, p. 53)

Jurandir Freire da Costa, ao analisar o processo de urbanização e higienização da família colonial brasileira no início do século XIX, ressalta o papel dos médicos e da disciplina. Para implementar esta mudança, os meios utilizados foram a lei, a punição e o aparelho jurídico-policial como instância e parâmetro de correção. Conforme ele mostra, "a transformação do espaço urbano procurava atender, exclusivamente, ao bem-estar e ao enriquecimento da aristocracia portuguesa e do capitalismo europeu." (COSTA, 1989, p. 53).

Para exemplificar como se deu a imposição de novos costumes, Costa analisa dois fatos: a lei das aposentadorias e a ordem de abolição das rótulas. "Pela lei das aposentadorias, os membros da administração real tinham o direito de requisitar casas particulares para sua estadia em cidades onde iam realizar inspeções jurídicas, fiscais, etc." Com a chegada de D. João, aristocratas e serviçais da corte passaram a fazer uso da lei, sistemática e inescrupulosamente. Residências das pessoas mais ricas foram tomadas de seus proprietários sem nenhuma indenização ou ressarcimento, o que gerou grande descontentamento e desavenças entre portugueses e "brasileiros." (COSTA, 1989, p. 54).

As rótulas e gelosias, elementos arquitetônicos, de influência árabe nas edificações portuguesas, eram empregadas abundantemente

nos sobrados e casas das classes mais abastadas do Brasil colônia. Estes elementos foram considerados pelos "aristocratas portugueses, políticos e comerciantes europeus" como "sintoma de atraso cultural e 'barbárie' estética, donde a ordem de extinção". De acordo com o observado por Jurandir Freire da Costa, a abolição das rótulas visava prevenir os atentados políticos e favorecer economicamente o comércio europeu. "Além disso, eram fabricadas em madeira, e à indústria européia interessava comercializar grades de ferro e vidraças". (COSTA, 1989, p. 54-55).

O presidente Alencar (1834-1837) pensou no processo de civilização do povo cearense, ou seja, no "melhoramento da raça" e no seu avanço tecnológico. Para isto buscou trazer "artistas europeus que viessem trabalhar nas obras públicas da Província". Como consta em ofício de 28.5.1835, entre os melhoramentos que poderia promover estava a colonização estrangeira, que "me tem parecido um dos mais importantes, e por isto não tenho cessado de applicar a ella os meos cuidados..." (Apud NOGUEIRA, 1889, p. 123-124).

Em carta de 20.01.1836, ao cônsul geral do Brasil em Lisboa, o presidente ressaltava a necessidade de importar "braços industriosos" que impulsionassem nossa agricultura, pois a Província do Ceará era "assáz extensa e muito despovoada". Depois de travar uma longa correspondência com o cônsul, em junho de 1837, chegam a Fortaleza 120 colonos das Ilhas de Açores. O historiador Paulino Nogueira (1889), ao analisar os relatórios do Presidente Alencar, avalia como positiva a vinda destes migrantes, pois eram:

> Todos, homens válidos, trabalhadores e bem comportados, que fizeram fortuna e constituíram famílias numerosas e honradas, que ainda hoje honram-lhes o sangue e o nome com uma descendência abastada e conceituada, composta de estimáveis conterrâneos e dignos concidadãos. (p. 130).

Com o objetivo de melhorar o estado de viação da Província, Alencar mandou contratar mão-de-obra especializada na Europa, como fazia a monarquia. No Palácio do Governo do Ceará baixou a seguinte Portaria em 15. 09.1836:

> O Presidente da Província, autorisado pela Lei Provincial n°. 43 de 14 do corrente mez para mandar engajar em S. Cloud 50 trabalhadores

> adestrados na factura de estradas, para serem empregados nas obras públicas desta mesma. (Apud NOGUEIRA, 1889, p. 131).

Este fato foi motivo de chacota na Câmara Temporária no Rio de Janeiro, pois a oposição, que já se levantava veementemente contra a administração de Alencar, procurou "metê-lo ao ridículo". Na sessão de 19 de julho de 1837, o deputado pela Bahia, Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro Marquês de Abrantes, criticou o presidente:

> O dictador procura captar a benevolência do Governo Geral, imitando-o em grandes medidas; manda o nosso Governo buscar agricultores a Fellemburg; o Presidente do Ceará manda buscar trabalhadores a St. Cloud na França! ... a St. Cloud, Senhores, sítio que só é notável, porque nelle há um palácio de verão dos Reis da França! ... (risadas). Entretanto eu não posso deixar de felecitar ao Sr. Alencar por se haver voltado tanto para a monarchia! Já não quer trabalhadores sinão Reaes!! (NOGUEIRA, 1889, p. 134).

Apenas 16 franceses foram contratados e chegaram ao Ceará em janeiro de 1838. Para Paulino Nogueira: "A colonisação européa, promovida por Alencar, bem que diminuta, muito deveo o Ceará". (1889, p. 135).

Com a abertura dos portos, decretada por D. João VI, as relações comerciais de cada província passaram a ser feitas diretamente com o exterior, o que permitiu não só as trocas de mercadorias, mas também contatos culturais e a fixação de estrangeiros nestas províncias. O Ceará, dependente administrativamente da província de Pernambuco até 1799, tinha suas relações comerciais quase exclusivamente com a "praça do Recife". Em 1809, o governador Luiz Borba Alardo de Menezes, "pondo-se a testa da agricultura e do commercio, conseguiu por meio de associações, que os negociantes da capitania abrissem communicação directa com alguns portos da Europa (Lisboa e Liverpool)". (BRASIL, 1863, p. 413).

Para o Senador Pompeu esta tentativa teria produzido "excellentes resultados, deu animação à cultura do algodão, e teria desenvolvido os recursos da terra", se alguns obstáculos como a presença de "corsários francezes, e depois os de Artigas, e mais tarde os de Buenos-Aires, sem fallar nas convulsões políticas de 1817 e 1825, não tivessem contrariado essa indústria nascente." (BRASIL, 1863, p. 413).

No *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, publicado em 1863, o Senador Pompeu afirma existirem na capital sete casas importadoras, sendo uma inglesa, uma alemã, uma suíça, uma francesa, duas portuguesas e uma brasileira. O comércio se fazia "directamente com o estrangeiro, ou indirectamente por cabotagem, ou finalmente de mercadorias nacionaes com as praças do Imperio". (BRASIL, 1863, p. 414).

Fortaleza também civiliza-se, quando entra na rota do mundo, quando se insere na divisão internacional do trabalho. Quando passa a exportar algodão, peles, etc. e consumir produtos distribuídos em amplitude mundial.

O sociólogo americano Robert Park, da Escola de Chicago, relaciona a idéia de civilização a cidade. A cidade é "a criação mais imponente do homem, o mais prodigioso artefato humano. Portanto, devemos conceber nossas cidades, não apenas como centros de população, mas como oficinas de civilização e, ao mesmo tempo, como o habitat natural do homem civilizado". A civilização moderna, diferentemente das civilizações precedentes, atinge uma escala mundial, "atraindo para o seu vasto círculo as mais distantes regiões e os mais isolados povos do mundo". Esta visão de civilização de Park enquadra-se dentro do atual discurso de globalização. "Por toda a parte encontram-se evidências da integração e interpenetração de povos e culturas". (PARK, 1970, p. 593).

No Brasil das "ilhas econômicas", as relações comerciais se faziam diretamente com a Europa e os Estados Unidos. Em Fortaleza, destacou-se a Casa Exportadora dos Irmãos Boris. Graças ao grande poder econômico destes irmãos, o mar era denominado popularmente de "açude do Boris". Por meio da Casa Boris muitos bangalôs de Fortaleza foram decorados com móveis, louças, grades de ferro e outros objetos de origem européia. Esta empresa importou a estrutura metálica do Teatro José de Alencar e dos três galpões do Mercado da Praça da Carolina.

A "aristocracia cearense" vestia-se com tecidos e segundo a moda européia. As jovens dominavam o francês e o piano. Isto caracterizava a "civilidade", a "urbanidade" daqueles tempos, como se pode observar em trechos do romance *A Normalista,* de Adolfo Caminha. Os anúncios em jornais da época deixavam captar o interesse pelos produtos consumidos na cidade. O jornal *Constituição* (05.10.1865) anunciava os pro-

dutos chegados de Liverpool, via Lisboa, pela barca Flor de S. Simão: bebidas (genebra holandesa, cervejas "Bass" e "Tenente"; vinho tinto PRR), suprimento variado para cozinha e mesa: azeite doce, alho, arroz indiano, canela, cravo, pimenta-da-índia, doce em calda; e mais louça inglesa, cadeiras importadas de "diferentes feitios", ferros suecos, cera branca em velas, velas "stearinas", flor de alfazema, papel para tipografia, chapas para fogão, etc. (Apud CAMPOS, 1988, p. 103).

No jornal *Pedro II*, de 1867, um alfaiate se anunciava em inglês. O comércio supria a população feminina "de um tudo em matéria de moda". As mulheres, que mais citadinas, se interessavam pelos "veludos, as 'cachemiras', as sedas, as rendas de Molechinia e das Valenciènnes". (CAMPOS, 1988, p. 90).

Durante a segunda metade do século XIX, "impõe-se aos mundanos elegantes a moda francesa. Casas, como a 'Loja americana', vendem 'chapéus franceses muito finos, última moda de Paris' (...) e de igual procedência tem os mais abonados 'calçados para Sra.' e redes, seguramente parisienses, muito afamados..." (CAMPOS, 1988, p. 103).

Os poucos teatros existentes eram freqüentados pela sociedade fortalezense. Em 1830, as encenações eram feitas no pequeno Teatro Concórdia, chamado Casa da Ópera. Depois, com a mudança de endereço em 1842, passou a chamar-se de Thaliense. As peças eram de autores que faziam sucesso na Europa. No Teatro Thaliense, exibiu-se com sucesso Emília Neves em 14.06.1868, encenando a "Dama das Camélias" de Alexandre Dumas, que tinha se publicado em 1852 na França. (CAMPOS, 1988, p. 103). Este teatro resistiu até 1872. Outros surgiram até a construção em 1910 do teatro oficial - José de Alencar, como o Teatro São José, em 1876, o Teatro de Variedades, em 1877, depois chamado S.Luís. (GIRÃO, 1979, p. 138-140).

Os bailes se davam nos palacetes, nos sobrados ricos e mesmo na moradia do presidente: "Na ausência de salões para as festas, o Palácio do Presidente, nos dias de grandes comemorações, abre as portas a dançarinos, pessoas de bom-tom que cumprem o ritmo e os passos de quadrilhas francesas, polkas, 'schotischs' etc." (CAMPOS, 1988, p. 90). Com o surgimento do Clube Cearense, em 1867, e do Clube Iracema, em 1884, outros espaços abriram-se para os jogos de recreação. (GIRÃO, 1979).

A França, o grande modelo cultural, estava presente através das irmãs de Caridade (Colégio Imaculada Conceição e Santa Casa de Misericórdia), dos padres da Congregação de S. Vicente de Paula (Seminário), e principalmente da literatura, gerando na "elite culta" da Província o desejo de criar, em 1872, uma Academia Francesa, em Fortaleza. As classes abastadas mandavam os filhos estudar em Paris, Londres, Montpellier, Lisboa, etc., de onde voltavam formados em Medicina, Engenharia. Ingleses e franceses, atraídos pelo comércio de exportação de algodão e de importação, criaram laços, casando-se com moças da terra, e hoje os seus descendentes fazem parte das tradicionais famílias cearenses: os Boris, os Studart, os Ellery, os Smith.

Adolfo Caminha, romancista cearense do final do século XIX, "foi sempre fiel à estética naturalista, iniciada na França, com Émile Zola" (IANNONE, 1973, apud CAMINHA, 1973). A Fortaleza descrita no seu romance *A Normalista* ressaltava a busca de imitar modos europeus. A influência da "civilização francesa" marcava os hábitos da população cearense, principalmente da "burguesia". O personagem João da Mata criticava a escola de formação religiosa das irmãs de Caridade e defendia a escola laica, conquista do Ministro da Educação da França Jules Ferry, no final do século XIX:

> Queria a educação como nos colégios da Europa, segundo vira em certo pedagogista, onde as meninas desenvolvem-se física e moralmente como a rapaziada de calças, com uma rapidez admirável, tornando-se por fim excelentes mães de família, perfeitas donas de casa, sem a intervenção inquisitorial da irmã de caridade. Não compreendia (...) como pudesse instruir-se na prática indispensável da vida social uma criatura educada a toques de sineta, no silêncio e na sensaboria de uma casa conventual entre paredes sombrias, com quadros alegóricos das almas do purgatório e das penas do inferno; com o mais lamentável desprezo de todas as prescrições higiênicas, sem ar nem luz, rezando noite e dia - ora pro nobis, ora pro nobis. (...) O diabo é que no Ceará não havia colégios sérios. A instrução pública estava reduzida a meia dúzia de conventilhos: uma calamidade pior que a seca. (CAMINHA, 1973, p. 29-30).

O discurso higienista, dominante na Europa, foi ressaltado ao descrever o personagem Zuza, estudante de Direito em Recife, filho de família importante da Província do Ceará.

> Adorava a boêmia, mas a boêmia que não cospe no assoalho e que toma banho uma vez ao menos por dia. Nisso de asseio... era correto... Ma cabine à coucher, dizia Zuza, mostrando aos amigos este interior confortável de boêmio rico. (CAMINHA, 1973, p. 97).

Através da personagem Maria do Carmo, a normalista, descreve os costumes parisienses do Presidente da Província Dr. Caio Prado, que morre de febre amarela na seca de 1888.

> Não podia se conformar com a idéia da morte do presidente, o homem da moda, o "querido das moças", o grande amigo do Ceará, que tantos benefícios fizera a essa província, mandando construir açudes no sertão, reconstruindo o passeio público, ativando as obras do porto, facilitando a emigração, prodigalizando esmolas, e, finalmente, introduzindo em Fortaleza certos costumes parisienses, como por exemplo, o sistema de passear a cavalo a chouto, de aparar a cauda aos animais de sela. Lembrava as qualidades do fidalgo paulista... (CAMINHA, 1973, p. 180-181).

A "mania do brasileiro" querer imitar a arquitetura e a moda européia, inadequadas à realidade dos trópicos, e que não levava em consideração o clima, as necessidades da população local, era criticada por alguns pensadores, como o médico Afrânio Peixoto.

> Neste clima, para tratar dos rudimentos de biologia, fisiologia e higiene, quais são as necessidades humanas de alimentação, vestuário, costumes sanitários, defesa contra as infestações e infecções, autoctones e forasteiras? Havemos para nossa nutrição de citar tabelas de Voit, Rubner e Atwater? Adoptar e suportar a moda de Paris, Londres ou Nova York, embora em hemisférios opostos? Copiar as posturas municipais das velhas cidades européias, com os defeitos da rotina, todas as prementes necessidades de climas diversos e hábitos desencontrados? Legislar sobre saúde pública, pelos regulamentos dos chamados países cultos, sem nenhum resguardo aos hábitos do nosso povo, dessa indisciplina americana, tão cara em certos momentos, tão perniciosa quando uma necessidade assume o aspecto de coação, e que é preciso contornar para vencer? (PEIXOTO, 1938, p. 315).

O chamado processo de "civilização", de urbanização da sociedade fortalezense foi lento e marcado pelas idéias dominantes na Europa. Ainda não se estava no atual processo de globalização da sociedade, mas o comércio, a difusão cultural e científica muito contribuíram para a disseminação e domínio da cultura, da civilização ocidental.

Vistos como civilização e civilidade da população cearense, os processos de urbanização e de urbanidade deixaram marcas na literatura e na sociedade local e podem ser recuperados e reconstruídos mediante consulta nos inúmeros documentos, jornais, livros que retrataram a realidade local nos séculos XIX e XX. A população e a cidade incorporaram várias das normas estabelecidas.

No entanto, esta tentativa de civilizar, higienizar e disciplinar a sociedade fortalezense tornava-se mais difícil em momento de longas estiagens, pois a migração para a capital desorganizava o espaço e favorecia a disseminação de doenças. Acomodados em praças e abarracamentos, os milhares de migrantes de hábitos rurais tinham dificuldades em entender e respeitar as normas de urbanidade.

Considerações finais

Com base em um conceito mais abrangente de urbanização, tentamos mostrar como este processo realizou-se no espaço cearense, sobretudo na cidade de Fortaleza, que mais fortemente se transformou nestes dois últimos séculos. Analisamos a urbanização a partir de quatro aspectos: urbanização como resultado do crescimento da população; urbanização como modo de vida; urbanização como disciplinamento da sociedade e do espaço; e urbanização como processo civilizatório.

A urbanização da sociedade cearense foi iniciada no século XIX. Ao expulsar a população do campo que se fixa nas cidades, a seca contribuiu para o fenômeno urbano no Ceará. Como é notório, as condições climáticas levaram à concentração destas populações nas cidades desprovidas de qualquer traço urbano. Estas populações são obrigadas a alterar seu modo de vida, a adaptar-se às normas, aos costumes citadinos. Fortaleza tem, portanto, uma urbanização forçada ou causada pelo fenômeno das secas.

Chegada à cidade, a população do campo também deve *civilizar-se*, ou absorver o comportamento *civilizado* do homem citadino. E um dos meios utilizados foi através da lei, de normas, de códigos de posturas que disciplinavam tanto o comportamento da população quanto o espaço urbano, seus usos e ocupações. Por conseguinte, o processo de urbanização foi também um processo de disciplinamento e controle do espaço urbano e da sociedade, a quem é imposto um modo de vida urbano.

Mencionado processo manifesta-se por meio de mudança de comportamento, de hábitos, do modo de vida. No passado, o Imperador mandava vir da Europa profissionais habilitados, escritores, artistas com o objetivo de *civilizar* a população brasileira. E *civilizar* significava vestir-se, pensar, ler, falar de acordo com o modelo europeu. Depois da Segunda Guerra Mundial, outro modelo se impõe - *way of life*. O mundo passa a guiar-se pelo modo de vida dos Estados Unidos. Na era da globalização, com os rápidos meios de comunicação, busca-se uma linguagem universal, um modo de vida global, mas existem resistências e as comunidades locais reagem na tentativa de manter a sua identidade.

Bibliografia

BARROS LEAL, Vinicius. *História da Medicina no Ceará*. Fortaleza: SECULT, 1978.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa (Senador Pompeu). *Ensaio Estatístico da Província do Ceará***.** Tomos I e II. Ed. fac.-sim. publicada em 1863. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.

BRUNET, Roger, FERRAS e R. THÉRY, H. *Les Mots de la Géographie* : dictionnaire critique. - La Documentation Française (3a édition). Montpellier-Paris: RECLUS, 1992.

CAMINHA, Adopho. *A Normalista*. Obras imortais da nossa literatura. Rio de Janeiro: Editora Três, 1973.

CAMPOS, Eduardo. *A Fortaleza Provincial*: rural e urbana. Introdução ao estudo dos códigos de posturas de 1835, 1865, 1870 e 1879. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

CARVALHO, Jader. *Aldeota*. São Paulo: Exposição do Livro, 1963.

CASTRO, José Liberal de. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, p. 43-90,1994.

CLAVAL, Paul. *La Logique des Villes*. Essai d'urbanologie. Paris: LITEC, 1981.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989.

ELIAS, Nobert**.** *La Civilisation des Moeurs***.** Colection AGORA. Paris: Calman-Lévy Presses Pocket, 1993.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 1990.

NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará durante a Monarquia - Período Regencial - 7º presidente - Senador José Martiniano de Alencar. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typografia Studart, 1889.

PARK, Robert. A cidade e a civilização. In: PIERSON, Donald. *Estudos de Organização Social* (tomo I) - Leituras de Sociologia e Antropologia Social. Biblioteca de Ciências Sociais - vol. IX, São Paulo: Martins Editora, 1970.

PEIXOTO Afrânio. *Clima e Saúde:* introdução biogeográfica à civilização brasileira. S.Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei*: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

A trajetória de um acervo: explanação sobre a organização dos Fundos Capistrano de Abreu e Sociedade Capistrano de Abreu[1]

Gisafran Nazareno Mota Jucá[2]
Ítala Byanca Morais da Silva[3]
Paula Virgínia Pinheiro Batista[4]

1 Elaboração do projeto

Nas conversas de corredor entre os alunos nas universidades, nos gabinetes e salas de professores, nos departamentos de História, nas reuniões de sócios nos Institutos Históricos, não há assunto mais prazeroso do que a comunicação por parte de um historiador, ou futuro historiador, do que a descoberta de uma nova fonte para o seu trabalho. Seja um registro oral emocionado, uma centena de manuscritos inéditos, ou apenas uma nova indicação para a pesquisa, ou mesmo a citação discreta de um nome em um canto de página, pode fazer com que o pesquisador pense: "Bem, valeu a pena mais um dia de pesquisa!" Dessa forma, o pesquisador – em sua busca constante de novas fontes – encontra no acervo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) um grande repositório de preciosidades.

Neste ensaio procuraremos expor um pouco sobre dois fundos documentais que se encontram sob a guarda do Instituto do Ceará: *O Acervo de Capistrano de Abreu* e da *Sociedade Capistrano de Abreu*, apresentando um breve relato sobre a história desta documentação, e comunicando os resultados obtidos com a conclusão de sua catalogação em dezembro de 2005.

---

[1] Este artigo teve origem na palestra ministrada em 20 de fevereiro de 2006 no Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

[2] Sócio efetivo do Instituto do Ceará e professor da Universidade Estadual do Ceará.

[3] Aluna do Mestrado em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[4] Aluna do Mestrado em História Social da Universidade Federal do Ceará.

Esse trabalho teve início em março de 2004. Partiu de uma associação entre o Instituto do Ceará, representado pelo seu presidente Eduardo Campos, a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possuindo as duas universidades um convênio de qualificação institucional (PQI), desenvolveu-se a idéia de através dos recursos deste convênio promover a catalogação do referido acervo. O projeto contou com a orientação e coordenação cotidiana dos professores Drs. Gisafran Jucá, sócio do Instituto do Ceará, e Giselle Martins Venancio. Financeiramente, contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), através da concessão de bolsas de iniciação científica aos alunos que participaram do projeto[5]. Neste aspecto, também não podemos esquecer as condições materiais para a realização dos trabalhos oferecidos pelo Instituto do Ceará.

2 A trajetória do acervo

Dentro dos trabalhos historiográficos, um dos principais exercícios realizados pelos pesquisadores é a busca da origem de suas fontes, questionando por quais caminhos uma determinada documentação passou, quem as produziu, quais as condições nas quais esteve conservada. Quando nos referimos a arquivos originados na esfera pública, a conclusão parece imediata, afinal os arquivos públicos foram criados para acondicionar a documentação vinda da burocracia estatal, ou documentos de origem privada que, pelas contingências cotidianas, uniram o público e o privado em seus registros, como inventários e testamentos.

Contudo, o acervo que tratamos aqui se caracteriza como privado, ou seja, pertenceu a uma pessoa física, no caso Capistrano de Abreu, e jurídica, à Sociedade Capistrano de Abreu, ambos produzidos aquém da esfera do Estado. A trajetória desse tipo de

[5] O projeto contou com a participação de alunos da Universidade Estadual do Ceará envolvidos em programas de iniciação científica. Participaram da catalogação: Ariane Bastos, Emy Falcão Maia Neto, Igor Meneses Soares, Ítala Byanca Morais da Silva e Paula Virgínia Pinheiro Batista.

documentação aparece repleta de enigmas. Apresenta dificuldades concernentes ao tipo de documento que foi conservado e aos caminhos percorridos pela documentação desde sua acumulação inicial até o seu destino final, as instituições de guarda, como o Instituto do Ceará.

Sobre o primeiro aspecto, ou seja, que tipo de documento foi acumulado, o enigma parece ser extremamente complexo, visto que a acumulação e o descarte de documentos em nossa vida cotidiana é algo que na maioria das vezes, não obedece a critérios muito rígidos. Assim, o que hoje compõe os Fundos Capistrano de Abreu e Sociedade Capistrano de Abreu são apenas alguns vestígios que pela vontade dos sócios da referida sociedade puderam ser aqui reunidos.

O segundo aspecto, ou seja, o referente aos caminhos da documentação até as instituições de guarda, costuma deixar indícios com mais freqüência. E dessa forma, o enigma pode ser mais facilmente decifrado. No caso específico desse acervo cabe uma analogia ao uso do termo "trajetória" de Pierre Bourdieu, ou seja, a valorização dos caminhos e descaminhos, do caráter não retilíneo da vida[6].

O acervo que hoje se encontra aqui depositado pertenceu à Sociedade Capistrano de Abreu. Para compreender os objetivos da fundação desta instituição e algumas de suas principais características, principalmente o colecionismo que animava seus sócios, retornaremos ao dia 23 de agosto de 1927, quando o Barão de Studart, residente em Fortaleza, recebeu do Rio de Janeiro uma correspondência de conteúdo bastante peculiar. A missiva tratava de um convite, ou melhor, de uma convocação, que portava a seguinte passagem:

> Amigos e discípulos de Capistrano de Abreu, sabedores de quanto seu admirável exemplo contribuiu para elevar a intelectualidade de nosso meio, unimo-nos para procurar tirar os corolários dessa grande vida e prolongar-lhe tempos afora o benéfico influxo. Desejaríamos que, no mesmo modestíssimo porão, cela monástica onde viveu, meditou, trabalhou e morreu,

[6] BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In. ___. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 4 ed. Campinas: Papirus Editora, 2003, p. 74-82.

> se conservasse intacta a biblioteca que lhe serviu de oficina mental. Catalogada e posta em ordem; enriquecida com livros novos de continuadores dos mesmos estudos do Mestre; se tornaria o núcleo central de uma forte cultura a bem de nossa terra e em homenagem de respeito ao grande morto[7].

Este é apenas um trecho da carta que foi enviada após a morte de Capistrano de Abreu por seus amigos, intelectuais e políticos de todo o Brasil. A correspondência convidava os destinatários a comparecer à antiga casa do historiador, no Rio de Janeiro, para juntos organizarem um grêmio, que segundo os remetentes, seria *preito de afeição e de respeito à memória do brasileiro excepcional que foi Capistrano de Abreu*[8]. Os destinatários se reuniriam no dia 11 de setembro de 1927, às duas da tarde no local determinado. Dos convocados, 37 compareceram à sessão, dentre estes o cearense Ildefonso Albano, e 26 enviaram correspondências e procurações se fazendo representar naquele encontro, como o Barão de Studart. Nesta mesma tarde surgiu a *Sociedade Capistrano de Abreu*. Esta correspondência é uma fonte preciosa para a narrativa da fundação da Sociedade Capistrano de Abreu, além de representar a primeira ligação entre a recém-fundada sociedade e o Instituto do Ceará, representado pelo Barão de Studart.

A Sociedade Capistrano de Abreu possuía uma organização semelhante ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O grêmio consistia na reunião de intelectuais e políticos divididos em níveis de pertencimento, ou seja, sócio efetivo (110 vagas), sócio correspondente ou honorário (30 vagas). Porém, o número de sócios é um demonstrativo do caráter peculiar e distintivo desta instituição em relação as suas contemporâneas. O IHGB, por exem-

---

[7] Correspondência assinada por Paulo Prado, João Pandiá Calógeras, Eugênio de Castro, Miguel Arrojado Lisboa, Adriano de Abreu, Manuel Said Ali Ida, Jayme Coelho, Rodolfo Garcia, Afrânio Peixoto, Theodoro Sampaio, Affonso de E. Taunay e Roquette Pinto, e enviada a Guilherme Studart (Barão de Studart) do Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1927. Para ver a correspondência na integra: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, t. 41, 1927, p.276-277.

[8] *Revista do Instituto do Ceará*, op.cit. p. 276. Podemos concluir que esta mesma missiva foi destinada a outros receptores pelas respostas enviadas pelos destinatários, também por meio da prática epistolar. Estas correspondências se encontram depositadas no Instituto do Ceará e pertencem ao "Fundo Sociedade Capistrano de Abreu".

plo, tinha a sua quantidade de sócios efetivos limitada ao número de 50. Todavia, o caráter congregador da Sociedade Capistrano de Abreu, pelo menos em sua primeira formação, não se definia apenas por uma afinidade intelectual, mas por uma prática baseada no exercício da amizade e de "culto" a Capistrano de Abreu, por isso o número tão elevado de sócios.

Segundo o livro de atas da Sociedade, Paulo Prado assumiu a presidência da sessão e expôs quais os motivos que levaram aquele grupo de intelectuais a realizar o encontro. As informações transmitidas na correspondência destinada aos sócios foram reafirmadas, e Miguel Arrojado Lisboa apresentou o projeto dos estatutos da agremiação. Neste projeto, que depois foi confirmado pelos sócios como estatuto oficial do grêmio, foram traçados os principais objetivos da composição da Sociedade. O 1º. artigo dos Estatutos demonstra claramente o propósito desta instituição:

> Art. 1º. Sob a denominação de Sociedade Capistrano de Abreu, fica constituída, nesta cidade, uma sociedade formada pelos abaixo-assinados, amigos e discípulos de João Capistrano de Abreu, no propósito de prestarem homenagem à sua memória[9].

Foi este o exercício realizado pela Sociedade Capistrano de Abreu em seus 42 anos de atividade: prestar homenagem à memória de Capistrano de Abreu. Apesar de nunca terem lido Norbert Elias, os sócios eram conscientes de que a morte de um indivíduo caminha lado a lado com o seu esquecimento, e de que, segundo este, o que sobrevive de uma pessoa após a sua morte *é o que ela ou ele deram às outras pessoas, o que permanece nas memórias alheias*.[10] Assim, a sociedade se propôs a reconstruir a vida de Capistrano de Abreu através dos objetos que a este pertenceram, além de divulgar a sua obra.

O mesmo estatuto se apresenta como um importante indício das estratégias construídas pela Sociedade Capistrano de Abreu

[9] *Estatutos da Sociedade Capistrano de Abreu*. Fundo Sociedade Capistrano de Abreu, PAC. 1; DOC.1. ou Sociedade Capistrano de Abreu. *Diário Oficial. Estados Unidos do Brasil.* Rio de Janeiro: 20 maio 1928. Sociedades Civis, p. 10393.

[10] ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 77.

para conservar socialmente a memória do seu patrono, e essas estratégias falam sobre o acervo que agora se encontra sob a guarda do Instituto do Ceará. Qual a melhor forma de conservar a memória de um intelectual do que preservar a sua biblioteca, não só esta, mas o seu arquivo, cadernos de anotações, documentos utilizados nas pesquisas, sua correspondência. Assim, a Sociedade teve como um de seus principais objetivos coletar fragmentos do cotidiano deixados por Capistrano de Abreu. Para esses homens tudo parecia significativo, a caneta, a máquina de escrever, a fotografia, a mesa, a rede, um dicionário ou a carta de um filho. Dessa forma, o Artigo 2°. dos estatutos previa a guarda por parte da sociedade do espólio de Capistrano de Abreu. Atividade hoje realizada pelo Instituto do Ceará.

Muitos pesquisadores, principalmente os que não conhecem o Instituto do Ceará, se questionam o porquê da documentação da Sociedade Capistrano de Abreu, e por conseqüência a de Capistrano, estarem depositadas em uma instituição cearense e não em uma instituição fluminense, principalmente porque Capistrano de Abreu, apesar de nascido no Ceará, viveu a sua maturidade na "corte", retornando apenas uma vez a sua terra natal, e uma considerável parte dos seus amigos mais próximos, inclusive os sócios fundadores da Sociedade, viviam no Rio de Janeiro.

Porém, analisando a documentação administrativa da Sociedade, podemos perceber que as relações entre esta e o estado do Ceará eram freqüentes, tanto na esfera intelectual, quanto na esfera pública, o que nos permite concluir que a transferência desta documentação para o Ceará pode não ter sido um ato completamente surpreendente.

Uma outra forma de divulgar a memória de Capistrano de Abreu era a promoção de concursos monográficos que levariam o seu nome, procedimento estabelecido pelo Artigo 5°. dos estatutos. A sociedade promoveu a edição de três livros que foram vencedores dos concursos de 1928, 1929 e 1935. Nesse aspecto, o Barão de Studart e governo do estado em 1934 propuseram a realização do *Prêmio Capistrano de Abreu sobre a História do Ceará*, com o tema "A colonização do Ceará"; infelizmente a documentação da sociedade não possibilitou a verificação do trabalho vencedor,

sendo necessária uma pesquisa mais apurada em outros acervos bibliográficos.

Outras relações entre os cearenses e a sociedade foram estabelecidas. Em 8 de maio de 1938, um grupo de cearenses membros do Grêmio Capistrano de Abreu, agremiação existente no Ceará aquela época, comunicava à Comissão Executiva da Sociedade Capistrano de Abreu a sua chegada ao Rio de Janeiro em busca de subvenções para a construção de um busto em homenagem a Capistrano de Abreu[11].

Outros indícios são as regulares correspondências trocadas entre Eusébio de Sousa, cearense, sócio da Sociedade e do Instituto do Ceará, e Luiz Sombra, tesoureiro e membro da Comissão Executiva da Sociedade, nas quais estes se informavam mutuamente sobre as atividades em homenagem a Capistrano de Abreu no Ceará e no Rio de Janeiro. Eusébio de Sousa também manteve correspondência regular com Eugênio de Castro, que seguramente foi o maior responsável ao lado de Rodolfo Garcia, pelo sucesso inicial da Sociedade Capistrano de Abreu. Como diretor do Arquivo Público do Ceará, Eusébio de Sousa comunicou a sociedade em 10 de janeiro de 1933 a criação da Sala Capistrano de Abreu, área do Arquivo destinada a armazenar toda a documentação referente à história e geografia do Brasil existentes no Arquivo Público.

O número de associados também aparece como um indicativo das ligações entre os intelectuais cearenses e a Sociedade. Como exemplos, podemos citar: Américo Facó, Eusébio de Sousa, Guilherme Studart, Carlos Studart Filho, Dolor Barreira, Clovis Beviláqua, Juarez Távora e Tomas Pompeu Sobrinho. O Barão chegou inclusive a ser homenageado pela Sociedade, que deu o seu nome a estante n. 6 da Biblioteca Capistrano de Abreu.

A Sociedade viveu de maneira estável por aproximadamente 20 anos, porém, assim como aconteceu com o "Mestre", termo utilizado pelos sócios ao se referirem a Capistrano de Abreu, a morte também chegou para os seus "discípulos". Ou seja, os amigos de Capistrano de Abreu responsáveis pela manutenção finan-

[11] Essa peça compõe o acervo do Instituto do Ceará e atualmente se encontra sob a condição de empréstimo no Museu do Ceará.

ceira e cotidiana da sociedade não estavam mais presentes para administrá-la. Com a morte de Eugênio de Castro e Rodolfo Garcia, a sociedade viveu um período obscuro, as publicações da obra de Capistrano de Abreu e de trabalhos inéditos se tornaram inconstantes – as correspondências desse período são quase inexistentes no acervo.

Porém, na metade da década de 1950 a Sociedade passou por um novo período de efervescência, com o historiador José Honório Rodrigues a sua frente. Promoveu a edição dos três volumes de correspondências ativas e passivas de Capistrano de Abreu – iniciativa particular de José Honório Rodrigues, mas apoiada pela Sociedade –, a edição da 4ª. Série *Ensaios e Estudos*, reedições dos livros *Capítulos de História Colonial*, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* e *O descobrimento do Brasil*. Todavia, o campo historiográfico havia se transformado, e por conseqüência os sócios da instituição também. A partir daquele momento a Sociedade não seria mais composta por "discípulos" de Capistrano de Abreu, mas sim, por um público de profissionais especializados, pertencentes ao novo corpo acadêmico que começava a se constituir no Brasil com a reforma universitária e a consolidação dos cursos superiores.

Dentre estes novos sócios, também estavam os representantes cearenses, talvez o grupo mais significante para a transferência da Sociedade para o estado do Ceará, eram eles: Antônio Martins Filho, Raimundo Girão e José Aurélio Câmara. A primeira proposta de transferência da sociedade foi feita por Antônio Martins Filho – nesse momento reitor da Universidade do Ceará – a José Honório Rodrigues em 1961. A proposta consistia na transferência da Sociedade e a criação do Centro de Estudos Capistrano de Abreu na Universidade do Ceará.

A proposição foi recusada por unanimidade na assembléia Geral da Sociedade de 3 de novembro do mesmo ano.[12] Porém, a idéia da transferência do acervo para uma universidade e a criação de um centro de estudos foi considerada ideal pelos sócios da instituição, que nesse momento já observavam a impossibilidade

[12] Ata da 40ª Assembléia Geral da Sociedade Capistrano de Abreu realizada em 03 nov 1961. *Livro de Atas da Sociedade Capistrano de Abreu n. 1*, Fundo Sociedade Capistrano de Abreu, p. 59.

de mantê-la em atividade por mais tempo. Assim, a Comissão Executiva da Sociedade, munida da idéia de Antônio Martins Filho, iniciou negociações com outras instituições como: a Pontíficia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a Universidade do Estado da Guanabara, e o Arquivo Público do Rio de Janeiro. Todas as propostas aparentemente não obtiveram sucesso, pois na assembléia de 23 de outubro de 1969, José Honório Rodrigues colocava em votação aos sócios presentes, a transferência da Sociedade para o estado do Ceará.

Os sócios concordaram com a transferência, inclusive a representante legal da família do historiador, a nora de Capistrano de Abreu, Amnérides Abreu, que comunicou que concordava com a transferência, permanecendo apenas os direitos autorais sobre a obra do autor, restritos à família. Segundo o livro de atas da Sociedade, a transferência já era algo decidido para José Honório Rodrigues, visto que, este, na mesma sessão, já comunicava a eleição da nova Comissão Executiva da Sociedade e dos novos sócios da agremiação: Antônio Câmara, Carlos Neves d'Alge, Claudia Maria de Castro, Djacir Meneses, Fernando Leite, Hiderval Leite, Joaquim Paula Pessoa, José Caminha Alencar Araripe, Miguel Câmara, Osvaldo Riedel, Pedro Alberto Silva e Pedro Paulo Montenegro, – todos residentes em Fortaleza.

Simultaneamente, segundo o livro de atas, a nova comissão executiva se reunia no Colégio Militar de Fortaleza. A partir da documentação, cartas e telegramas, podemos constatar que o traslado do acervo foi realizado através de negociações entre José Aurélio Câmara e José Honório Rodrigues. Infelizmente, não conseguimos datar o período no qual o acervo desta instituição foi transferido da Universidade do Ceará para o Instituto do Ceará. Contudo, observando os novos sócios e os que já faziam parte da instituição, como Raimundo Girão e Carlos Studart Filho, a sua transferência foi quase um fator natural.

Para concluir esse histórico, gostaríamos de retomar um trecho do projeto elaborado por José Aurélio Câmara, na ocasião em que buscava verbas para as alterações necessárias na sala cedida pela Universidade do Ceará para o acondicionamento da nova documentação. Segundo este, o principal motivo da organização do

acervo era *que estes documentos possibilitem aos estudiosos e pessoas interessadas o acesso às fontes, para desta forma se conhecer melhor o trabalho e a obra deste cearense que lançou as bases da historiografia brasileira*[13]. Dessa forma, podemos afirmar que o projeto desenvolvido pelo Instituto do Ceará, com o convênio de PQI existente entre a UECE e a UFRJ, possibilitou a concretização dos objetivos de José Aurélio Câmara ao trazer o acervo da Sociedade Capistrano de Abreu para o Ceará.

3 O acervo

A organização do acervo da Sociedade Capistrano de Abreu dividiu o mesmo em dois acervos denominados adequadamente de "Fundo Capistrano de Abreu" e "Fundo Sociedade Capistrano de Abreu", pois segundo Priscila Fraiz, *os documentos deviam ser agrupados por fundos, isto é, todos os documentos originários de uma determinada instituição, tal como uma entidade administrativa, uma corporação ou uma família, seriam agrupados e considerados o fundo daquela determinada instituição*[14].

Seguindo estes princípios, os referidos acervos, de acordo com as especificações de cada documento, foram fragmentados em outras subcategorias: os "subfundos". Assim o Fundo Capistrano de Abreu foi subdividido em Correspondências, Cadernos e Estudos, enquanto o Fundo Sociedade Capistrano de Abreu foi subdividido em Correspondências, Documentos Administrativos e Biblioteca.

De forma a tornar mais elucidativa a organização dos acervos, tratamos de cada um separadamente, no intuito de dar maior uniformidade ao material tendo em vista a diversidade tipológica dos documentos. Cada componente do acervo recebeu um tratamento individual, realizando-se o inventário e a catalogação simultaneamente, onde o documento passou por um processo de higienização, diagnóstico, catalogação, elaboração da ficha de registro geral e acondicionamento da documentação.

---

[13] Fundo Sociedade Capistrano de Abreu, PAC. 2; DOC. 35.

[14] FRAIZ, Priscila. Arquivos pessoais e projetos autobiográficos: o arquivo de Gustavo Capanema. In. *Capanema: o ministro e o seu ministério*. Ângela de Castro Gomes (org). Rio de Janeiro: Editora FGV, p.75, 2000.

O levantamento documental realizado no Fundo Capistrano de Abreu acusou a presença de 550 correspondências de Capistrano de Abreu, sendo 110 ativas e 440 passivas. Desse volume, destacam-se 473 cartas inéditas do historiador, dentre elas um conjunto de cartas de mulheres. Ressaltamos que estas cartas femininas encontraram-se ausentes da publicação das cartas de Capistrano de Abreu organizada por José Honório Rodrigues[15].

O segundo subfundo, denominado "Cadernos de Capistrano de Abreu", corresponde aos cadernos de anotações, estudos e cópias de documentos do historiador, os quais totalizam 81 cadernos que pertenceram a Capistrano de Abreu. Aqui nos deparamos com as peculiaridades e o cotidiano do seu ofício de jornalista, crítico literário e historiador. Diante disso, encontrarmos uma diversidade ainda maior em relação ao teor desses cadernos, posto que iam desde estudos de língua indígena até relação de endereços, assim optamos por outra subdivisão, da seguinte maneira: Cadernos de cartas ao amigo ausente[16]; Cadernos de estudos indígenas; Cadernos de cópias de Documentos; Cadernos de pesquisa sobre "Notícia da Capitania de Rio Negro"; além de Cadernos pessoais.

Já o subfundo "Estudos" constitui-se de 23 artigos manuscritos e datilografados, escritos por Capistrano de Abreu e em parte publicados pela Sociedade Capistrano de Abreu após a morte do mesmo. Percebemos nesse conjunto, de certa forma, uma tentativa de reunir os trabalhos do historiador Capistrano

[15] A coletânea de correspondências foi publicada em 3 volumes: ABREU, João Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2. ed, 1977.

[16] As "Cartas ao amigo ausente" correspondem a uma série de crônicas publicadas no *Jornal do Comércio* por José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco (1819-1880), na primeira metade do século XIX. Em correspondência enviada ao historiador Paulo Prado em 1922, Capistrano de Abreu demonstra o caráter peculiar dos artigos que estavam sendo novamente publicados na imprensa carioca e comunica que devido à ausência de Paulo Prado – pois este estava em viagem pela Europa – pedirá a um copista que realize a reprodução da coluna para que Paulo Prado pudesse lê-la em seu retorno. Dessa forma, acreditamos que os cadernos com essa temática sejam fruto da gentileza de Capistrano ao amigo Paulo Prado. Os artigos foram posteriormente organizados e publicados em livro por José Honório Rodrigues, ver: PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Organizado por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/ Instituto Rio Branco, 1953.

publicados em diversos veículos como revistas, jornais ou mesmo os ainda inéditos.

O conjunto documental do "Fundo Sociedade Capistrano de Abreu" também foi dividido em três "subfundos". O primeiro como mencionamos é referente às correspondências desta sociedade, sendo 99 referentes às ativas e 233 às passivas da mesma totalizando 332 cartas. Nesse volume se destacam as cartas de Câmara Cascudo, Juarez Távora e Washington Luís.

O segundo subfundo foi chamado de "Documentação Administrativa" sendo composto pela documentação burocrática da sociedade, como: recibos de pagamentos, editais de concursos e premiações, atas de reuniões, contratos com editoras, ofícios internos, etc.

O último subfundo é referente à "Biblioteca da Sociedade Capistrano de Abreu", cujo inventário contabilizou uma coleção de 2528 volumes, sendo 1010 livros e 1518 periódicos. A organização respeitou os procedimentos da ciência biblioteconômica e adotou a catalogação alfabética por autor para a referida biblioteca, que foi composta a partir dos livros da biblioteca particular de Capistrano de Abreu e dos sócios da referida sociedade, servindo como ligação entre a memória material do historiador e da Sociedade Capistrano de Abreu, visto que dentro do acervo da biblioteca podem ser encontrados livros e periódicos posteriores à morte de Capistrano e que foram anexados à coleção de seus livros pelos membros desta sociedade.

Além dos mencionados subfundos, os acervos possuem outros gêneros de documentos como fotografias dos membros da Sociedade Capistrano de Abreu, caricaturas do historiador e recortes de jornais com notícias sobre o historiador cearense.

A última etapa foi a elaboração de dois catálogos para a consulta pública. O catálogo da biblioteca apresenta informações referentes ao autor, título da obra ou periódico, local da impressão, tipografia ou casa editorial responsável e ano da publicação. Já o catálogo das Correspondências informa o nome do remetente, a data, local, além de atestar se a mesma foi ou não publicada.

A organização dos acervos "Capistrano de Abreu" e "Sociedade Capistrano de Abreu" tenta tornar público o acesso aos

mesmos, pensando que essa divulgação possibilite aos pesquisadores novas interpretações e reflexões sobre a vida intelectual brasileira a partir dos registros das experiências sociais, sejam pessoais ou profissionais, conservadas nesses acervos.

Busto de Capistrano de Abreu.
Foto: Nonato Gomes.

As múltiplas facetas de um marchante: a vida empresarial de Antônio Diogo de Siqueira

Carlos Negreiros Viana*

O objetivo principal deste artigo é o de fazer uma reconstituição da vida empresarial de Antônio Diogo de Siqueira, que começou a vida como marchante, transformou-se em industrial, fazendeiro, comerciante e banqueiro, mas permaneceu sempre atuando na marchantaria.

1 Antônio Diogo de Siqueira

Antônio Diogo de Siqueira, que nasceu em São Francisco de Uruburetama (atual Itapajé), a 01/09/1864, iniciou sua vida profissional, como marchante, ao lado do pai. No desempenho dessa atividade,

* Mestre em Economia pela UnB e Professor do Curso de Ciências Econômicas da UFC/Campus de Sobral.

também tentará a sorte na Amazônia, para onde se transferirá, em busca de melhores condições de vida, na primeira metade da década de 1880 (VASCONCELOS FILHO, 2002).[1]

Após breve permanência naquela região, retorna ao Ceará e continua atuando exclusivamente no abate de gado e comércio de carnes até constituir, juntamente com Antônio José de Souza e Joaquim Martins Júnior, a firma Souza, Martins & Cia., com o objetivo de instalar uma saboaria na P. de Pelotas (atual P. Clóvis Bevilácqua). É oportuno lembrar que Antônio Diogo foi sócio também dos supracitados marchantes, de Francisco de Araújo Barros e de seu irmão, Diogo Henrique de Siqueira, em outra firma, a Siqueira, Martins, Barros & Cia., cuja finalidade era a exploração da marchantaria (IBIDEM)[2].

Em 1902, Antônio Diogo é eleito para 1º. Tesoureiro da Diretoria da Sociedade Mutuária Cearense, com mandato desse ano até 1904. Cabe lembrar que essa sociedade benemérita foi fundada, a 15/08/1901, com o fim de garantir pequeno patrimônio às famílias de seus associados, quando falecidos em pleno gozo de seus direitos de sócios (ALMANAQUE DO CEARÁ DE 1903).

Em 1904, deixa ele a Souza, Martins & Cia. e constitui sua própria firma, denominada A.D. Siqueira & Cia., que tem como objetivo principal a instalação e a exploração de uma fábrica de sabão e resíduo de caroço de algodão, no cruzamento dos *boulevards* D. de Caxias e Imperador, batizada de Santa Elisa, em homenagem a sua esposa. (VIANA, 1994).

Segundo o Almanaque do Ceará de 1906, Antônio Diogo é o arrendatário do quiosque n° 2 da Avenida Nogueira Accioly naquele ano. É oportuno lembrar que a referida avenida se situava na atual P. José de Alencar.

Em 1907, segundo o censo industrial daquele ano, a firma A.D. Siqueira & Cia. tinha um capital de 80 contos e sua fábrica Sta. Elisa

[1] Em sua primorosa obra, intitulada *Da Ribeira do Sabonete ao Pajeú – Apontamentos genealógicos sobre os Diogos de Siqueira de Fortaleza* (FORTALEZA, 2002), Luís Gonzaga Vasconcelos Filho esclarece que José Vital de Siqueira, ao adicionar o prenome de Diogo, ao seu nome e aos de seus filhos Francisco, Antônio e Gustavo, em retribuição a uma graça alcançada em promessa feita a S. Diogo (S. Diego), acabou criando a família "Diogo de Siqueira", já que o pronome "Diogo" se transformou num dos sobrenomes dos descendentes de seus supracitados filhos.

[2] Não foi possível definir exatamente as datas de constituição dessas duas firmas. Foi possível, no entanto, constatar, por Vasconcelos Filho (2002) e pelos Almanaques do Ceará, de 1895 a 1907, que a "Siqueira Martins, Barros & Cia." já existia antes de 1899 e que a "Souza, Martins & Cia." já existia em 1900.

empregava 33 operários, utilizava 6 c.v. de força e tinha o valor de sua produção estimado em 186:600$000.

No último governo do Comendador Nogueira Accioly (1908 – 1912), Antônio Diogo ganha, juntamente com membros da família do oligarca, de quem era apadrinhado, um contrato para monopolizar os talhos de carne do Mercado Público de Fortaleza. (THEOPHILO, 1914).

Em 07/11/1916, estabelece uma nova firma, a A.D. Siqueira & Filho, que sucederá a A.D. Siqueira & Cia., com capital social de 600 contos de réis e com o objetivo de, além de extrair óleos vegetais e produzir sabão, fabricar fios de algodão na Fábrica Sta. Elisa. (VIANA, 1994).

Em 1919, a Fábrica Sta. Elisa tinha o capital de 250 contos, empregava 70 operários, possuía 2.000 fusos e utilizava 80 c.v. de força. Nesse ano, Antônio Diogo participa da fundação do Centro Industrial Cearense, na condição de vice presidente (IBIDEM).

Seus negócios já prósperos, prosperarão, ainda mais, durante a década de vinte, quando a economia cearense passa a viver uma fase de grande dinamismo, baseado, sobretudo, na expansão de sua cotonicultura (IBIDEM).

No começo daquela década, Diogo, além de continuar extraindo óleos vegetais e fabricando sabão e fios, passa a produzir tecidos e prensar algodão em grande escala, que exporta. Simultaneamente às suas atividades no comércio de exportação, passa a se dedicar ao comércio de importação (IBIDEM).

Na primeira metade dos anos vinte, ainda, dá início a uma série de associações com outros empresários, através das quais diversificará, mais ainda, seus negócios: em 1922, constitui, juntamente com João Caminha Muniz e Raymundo A. P. Motta, a firma Caminha, Diogo & Cia. Ltda[3]., que explorará o ramo de fumos e seus preparados, e que, posteriormente, será uma das sócias da Philomeno, Markan & Caminha Ltda[4]. Em 1924, tendo como seu representante Antônio Diogo de Siqueira Filho, constitui

[3] Essa firma foi constituída, em 01/12/1922, com o objetivo de explorar o ramo de fumos e seus preparados, com um capital social de 200 contos de réis, assim dividido entre os sócios: A. D. Siqueira & Filho – 100 contos; João Caminha Muniz – 90 contos; e Raimundo Augusto Paiva Motta – 10 contos (JUCEC, 1926).

[4] Foi constituída, em 01/04/1924, com o objetivo de explorar a indústria de fumo e seus preparados, com um capital social de 750 contos de réis, assim dividido entre os sócios: Philomeno Gomes & Cia. - 270 contos; J. Markan – 240 contos; e Caminha, Diogo & Cia. Ltda – 240 contos (IBIDEM).

a firma Boris, Siqueira, Lima e Cia[5]., juntamente com a Boris Frères & Cia., Gustavo Correia Lima e a Machado & Caminha, com o objetivo de beneficiar algodão em Iguatu. Em 24/10/1924, constitui a Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda., que instalará a Usina Ceará (IBIDEM).

No segundo lustro dos anos vinte, atinge Diogo o apogeu de sua capacidade empreendedora.

Nesse período, expande ele sua atuação no ramo têxtil, ao adquirir (por volta de 1925) a Fábrica Ceará Industrial, que pertencia a Boris Frères, e ao arrendar a Fábrica Santo Antônio da Andrade & Cia. (em torno de 1927 e que adquirirá definitivamente em 1930). Ao mesmo tempo em que expande a capacidade de produção de fios da Fábrica Santa Elisa, onde, como consequência da instalação da Usina Ceará, não mais serão extraídos óleos e fabricados sabões (IBIDEM).

No ramo têxtil, ainda, Diogo se envolverá na construção da Fábrica São José, na qualidade de sócio da firma Frota, Siqueira & Cia. Ltda., constituída em 1926 e cujos outros sócios eram Raymundo da Silva Frota e a firma Philomeno Gomes & Cia. Por desentendimentos pessoais com Pedro Philomeno, não chegará ao final desse empreendimento, retirando-se dessa firma em 1927 (IBIDEM).

O Cel. Antônio Diogo continuará, ainda, na segunda metade dessa década, a beneficiar algodão na Fábrica Sta. Elisa e a prensá-lo, para exportação, na Prensa Diogo. Como beneficiador e exportador de algodão, também estará vinculado, através de seu filho Diogo Vital de Siqueira, à firma Exportadora Cearense Ltda[6]., constituída em 1925 e que tinha também como sócios as firmas: F. Moreira & Cia.; J. Arruda & Irmão;

---

[5] Firma constituída, em 01/07/1924, com o objetivo de beneficiar algodão, com um capital social de 400 contos de réis, assim dividido entre os sócios: Boris Frères & Cia. – 120 contos; A. D. Siqueira Filho – 120 contos; Gustavo Correia Lima – 120 contos; e Machado & Caminha – 40 contos (IBIDEM).

Gustavo Correia Lima era sócio da firma Gustavo Correia Lima & Cia., constituída, em 03/09/1921, para explorar, em Iguatu, o comércio de fazendas, estivas, ferramentas e armarinho. Tinha um capital social de 12 contos de réis, assim dividido: Gustavo Correia Lima – 10 contos; e Antônio Pinho Vieira – dois contos (IBIDEM).

A Machado & Caminha foi constituída, em 01/01/1922, com o objetivo de explorar o comércio de exportação e fazer representações de gêneros do país, com um capital social de 250 contos de réis, assim distribuído: Raymundo Caminha – 97:500$000; Pedro Riquet Machado Nogueira – 52:500$000; e José Aprígio Machado Nogueira – 100 contos (IBIDEM).

[6] Essa firma foi constituída, em 18/05/1925, com o objetivo de explorar o comércio de exportação em geral, com um capital social de 600 contos de réis, assim distribuído entre os sócios: F. Moreira & Cia. – 100 contos; J. Arruda & Irmão – 100 contos; Joaquim Gonçalves & Cia. – 100 contos;

Joaquim Gonçalves & Cia.; Fernandes & Franco Ltda.; e, mais ainda, Sebastião Moreira de Azevedo e Bernardo Jucá (IBIDEM).

Diogo coroará suas atividades como marchante, das quais nunca se afastou, com a constituição, em 1925, da Empresa Matadouro Modelo Ltda., juntamente com Arthur Themotheo (marchante), Abel Ribeiro (capitalista) e outros sócios minoritários, com o objetivo de construir e explorar um matadouro modelo em Fortaleza. A suspensão da concessão de exploração desse matadouro se daria durante a interventoria de Fernandes Távora (1930-1931) (IBIDEM).

Foi ele, também, fazendeiro e pecuarista, tendo sido proprietário de grandes fazendas em Quixeramobim, Senador Pompeu, Caio Prado (à época Cangati) e Pajuçara (Maracanaú), onde praticava a cotonicultura ou culturas de subsistência (como na Laje, em Caio Prado, e na do Acarajuzinho, em Pajuçara), bem como a pecuária (como na Currali, Fofor e Primavera). Dessas fazendas extraía também lenha, em grande quantidade, que era vendida a Estrada-de-Ferro de Baturité e a "The Ceará Tramway Light and Power, Co. LTD." (VASCONCELOS FILHO, 2002).

Como expressão da sua prosperidade, constitui, em 24/08/1927, a firma A.D. Siqueira & Filhos (em substituição a A.D. Siqueira & Filho), com um capital de 4.000 contos de réis (VIANA, 1994).

Diogo Vital de Siqueira – 100 contos; Sebastião Moreira Azevedo – 100 contos; Fernandes & Franco Ltda – 50 contos; e Bernardo Jucá – 50 contos (JUCEC, 1926).

A firma F. Moreira & Cia foi constituída, em 01/08/1923, com objetivo de explorar os ramos de comissões consignações, representações, estivas e miudezas, com um capital social de 300 contos de réis, assim distribuído: Francisco Moreira de Azevedo – 230 contos; e Sebastião Moreira de Azevedo – 70 contos (IBIDEM).

A J. Arruda & Irmão foi constituída em 01/07/1921, como objetivo de explorar os ramos de exportação, comissões, consignações e conta própria, com um capital social de 400 contos de réis, assim dividido: João Arruda – 340 contos; e Edgar Arruda – 60 contos (IBIDEM).

A firma Joaquim Gonçalves & Cia., foi constituída em 1896, no Acaraú, e teve novo contrato registrado, na Junta Comercial do Ceará, em 21/08/1921. Nessa data, o seu capital social era de 500 contos de réis, assim dividido: Joaquim Gonçalves Ferreira – 160 contos; José Batista Rocha – 120 contos; José Gonçalves Ferreira – 120 contos; e Manoel Messias Gonçalves – 100 contos (IBIDEM).

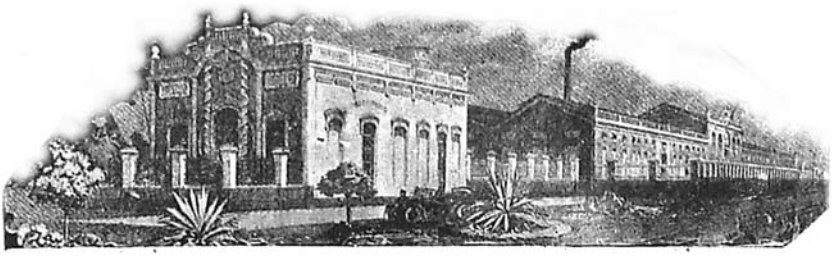
Bernardo Jucá era sócio de duas firmas em Lavras da Mangabeira: a primeira, denominada de "Bernardo Jucá & Cia.", foi constituída, em 08/05/1924, com o objetivo de explorar o comércio de exportação e o de importação com um capital social de 70 contos de réis, distribuído entre Bernardo Jucá (50 contos), Antônio Ricarde (10 contos) e Honório Jucá (10 contos). A segunda, tinha a razão social de "Gonçalves & Cia.", constituída, em 08/05/1924, com o objetivo de explorar o comércio de fazendas e miudezas, com um capital social de 40 contos de réis, dividido entre: Bernardo Jucá (30 contos) e João Gonçalves (10 contos) (IBIDEM).

Quando decide instalar a Fábrica de Cigarros Araken, que será inaugurada em 1928, Diogo Vital de Siqueira contará também com recursos financeiros do seu pai, o Cel. Antônio Diogo (REVISTA DOS INDUSTRIAES DE 1928).

Até sua morte, a 24/06/1932, o Cel. Antônio Diogo ainda expandiria seus negócios, sobretudo no ramo têxtil (como coassociado da Fiação São Luiz Ltda. e da Empresa de Fios e Redes Ltda.) e bancário (como Presidente do Banco dos Importadores de Fortaleza e Diretor – Conselheiro do Banco dos Proprietários).

O patrimônio deixado por ele atingiu o valor total de 8.194:259$444, tendo ficado, para sua viúva, 4.097:129$722 e, para cada um dos seus 14 filhos, 292:652$123 (Formal de partilha de seus bens registrado no Cartório Silveira Martins).

2 A Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda. e a instalação da Usina Ceará



Usina Ceará

A decisão de constituir a firma Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda., que teria como objetivo a fundação de uma grande fábrica de óleos vegetais e sabão, por parte das firmas A. D. Siqueira & Filho, Theophilo Gurgel Valente, Philomeno Gomes & Cia., Proença & Cia. e José Lauria, adveio da percepção de certos fatos, por parte de seus proprietários, quando partilhavam a experiência da instalação de um escritório comercial, cuja finalidade era a distribuição, no Ceará e fora dele, por um regime de quotas, dos sabões produzidos nas fábricas pertencentes a cada uma delas (VIANA, 1994).

A experiência com esse escritório levou os seus participantes a perceberem que as vantagens para todos, decorrentes dos ganhos de escala, que seriam obtidas pela produção de óleos vegetais, que se destinariam à fabricação de sabões, em uma única e grande fábrica, seriam significativamente maiores que se a produção continuasse a se dar de forma fracionada. A partir dessa percepção, constituíram a referida firma e decidiram instalar a Usina Ceará (IBIDEM).

O quadro econômico-financeiro para o estabelecimento de tal usina mostrava-se extremamente favorável e isto foi também percebido por seus empreendedores: a) a sua instalação e funcionamento poderiam vir a gozar dos favores concedidos, pela legislação federal e estadual em vigor, aos beneficiadores e/ou exportadores de algodão e subprodutos; b) a cotonicultura cearense vivia momentos de grande prosperidade, o que significaria uma oferta de matérias-primas farta e barata e uma grande possibilidade de bons negócios de exportação; c) os capitais já acumulados nessa fase de prosperidade, por seus empreendedores, com o beneficiamento e a exportação de algodão, bem como com a fabricação de seus subprodutos (fios, tecidos, óleos e sabões) financiariam os investimentos necessários para o seu rápido estabelecimento; d) o amplo mercado interno para o sabão, cuja demanda crescera muito em decorrência da elevação da renda no Estado - resultante da conjuntura favorável que estava a viver o seu comércio exterior e ainda dos vultosos gastos públicos da política de combate à seca do Governo Epitácio Pessoa (1919-1922) - e do crescimento da sua população, sobretudo a da capital (IBIDEM).

A Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda. foi constituída, em 24/10/1924, como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com o capital inicial de 1.500 contos de réis, divididas em 150 quotas iguais de 10 contos, assim distribuído entre os sócios: Theophilo Gurgel Valente -30 quotas (300 contos); Philomeno Gomes & Cia. -30 (300 contos); A. D. Siqueira & Filho -30 (300 contos); Proença & Cia. -30 (300 contos); e José Lauria -30 (300 contos) (IBIDEM).

Os capitais que lhe deram origem eram exclusivamente os de seus sócios, não recebendo a firma no momento de sua constituição, ou depois, qualquer auxílio financeiro dos governos federal e estadual. Do mesmo modo, não usufruiu ela de nenhum dos favores da legislação já referida, tendo-se notícia apenas de que o governo estadual lhe

concedeu, pela Lei nº 2.305 de 23/10/1925, "isenção, por 15 anos, de todos os impostos de caracter estadual, para uma fábrica de artigos de perfumaria a ser instalada na Usina Ceará (Conj. de Leis do Estado do Ceará -1925) (IBIDEM).

A firma Theophilo Gurgel Valente, como parcela de sua quota na sociedade, cederia o terreno e algumas instalações já pertencentes à Usina Gurgel, no Bairro do Matadouro, onde seria estabelecida a Usina Ceará. Por sua vez, todas as firmas pertencentes à sociedade cederiam as máquinas que já utilizavam em suas respectivas fábricas de óleos e sabão, de modo que, de início, não houvesse necessidade de adquirir máquinas novas para a usina e ficassem as despesas, relativas à sua instalação, praticamente reduzidas às da construção de seu prédio. Esse procedimento, adotado pelos sócios, tornou possível a rápida entrada em atividade da usina, já em 1925 (IBIDEM).

Com a entrega de todas as suas máquinas e equipamentos à Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda., todos os seus sócios se obrigaram, por cláusula contratual, a não mais atuar no ramo de óleos e sabão, não apenas enquanto permanecessem como sócios, mas também depois de suas retiradas da firma. Com isso, a Usina Ceará passou a ser, praticamente, a fabricante exclusiva de óleos e sabão em Fortaleza e a maior desse último produto em todo o Estado, já que as fábricas da CIDAO não produziam sabão (IBIDEM).

Em 1927, a Usina Ceará consumiu 3.606.273 kg de caroço de algodão, para produzir 3.146.543 kg de resíduo, 42.329 kg de línter e 354.558 kg de óleo, que eram destinados, integralmente, à sua fabricação de sabão, cujo volume de produção, desse ano, não consta na fonte onde foram encontrados tais dados (Relatório do Presidente José Moreira da Rocha de 1928).

Em 1928, segundo dados da *Revista dos Industriaes*, essa usina produzia, mensalmente, 420t de resíduo em pasta (que eram exportadas, em parte, para outros estados e exterior), 60t de óleo de algodão, 40t de óleo de mamona, 400 t de sabão (destinadas a Fortaleza e ao resto do Ceará), além de 600t de sílex, ocupando 800 operários.

A partir de setembro de 1927, a Usina Ceará passou a pertencer apenas às firmas A. D. Siqueira & Filhos e Theophilo Gurgel & Cia. devido à retirada dos outros sócios: em 14/06/1926, registra-se a retirada de José Lauria da sociedade da Siqueira, Gurgel, Gomes, & Cia.

Ltda. e, em 1927, respectivamente nos dias 16/03 e 05/09, as saídas das firmas Proença & Cia. e Philomeno Gomes & Cia. Com a retirada dessa última firma, será constituída uma nova firma denominada Siqueira & Gurgel Ltda., em substituição a Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda., que permanecerá com o mesmo capital de 1.500 contos de réis da firma extinta, tendo o total de suas 150 quotas ou ações a seguinte divisão: A. D. Siqueira & Filhos (72,75%) e Theophilo Gurgel & Cia. (27,25%) (IBIDEM).

Pedro Philomeno Gomes, ao se retirar de tal firma, sairia definitivamente do ramo de óleos e sabão, passando a se dedicar apenas ao ramo cigarreiro e têxtil. Já Amarílio Proença. o sócio realmente atuante da Proença & Cia. na Usina Ceará, voltaria a atuar na indústria de óleos e sabão, posteriormente, não com a reativação da Fábrica Proença, mas como sócio, novamente, da Siqueira & Gurgel Ltda., a partir de 1930 (IBIDEM).

Com isso continuaria a Usina Ceará a ser, praticamente, a única grande produtora de óleo de caroço de algodão e sabão, no Ceará, até o surto de fundações de fábricas de óleos na década de 1930. Em 1929, além da Siqueira & Gurgel, estavam a atuar no ramo de óleos e sabão, no Estado, as pequenas firmas: N. Maia & Cia., situada no *Boulevard* D. Manoel, 276; União Industrial Cearense Ltda., na R. Floriano Peixoto; e Walter & Cia., no *Boulevard* Visconde de Cauhype, 748 (*Almanaque do Ceará de 1929*).

Em 1930, além de instalações para produzir óleos, resíduos, tortos e sílex, a Usina Ceará dispunha de modernas instalações, com capacidade para beneficiar 200 t de algodão, produzir 20 t de fios grossos para redes e cordões para embrulhos e 10 mil redes, mensalmente (*Almanaque do Ceará de 1930*). Posteriormente, adicionaria a essas atividades a produção de adubos agrícolas e farinha de ossos (*Almanaque do Ceará de 1932*).

Como as espécies de sabão produzidas pela Usina Ceará eram de baixa qualidade, teve ela sérios problemas, nos anos imediatos à sua instalação, com a concorrência no mercado cearense que lhe foi imposta pela Saboaria Amazônia (de Soares & Carvalho). Tal saboaria, situada no Pará, produzia sabões de melhor qualidade (os seus famosos sabões das marcas Borboleta e Tartaruga), que tinham maior aceitação que os da Usina Ceará nos segmentos populacionais de maior renda do Estado, sobretudo nos de Fortaleza. A estratégia encontrada, pelos dirigentes da

Usina Ceará, para escapar dessa concorrência, foi a concentração das vendas de seus produtos nos mercados de baixa renda do interior cearense, para onde seguiam via E. F. de Baturité. Somente com a elevação da qualidade de seus sabões, conseguida com a aquisição da fórmula do sabão Borboleta, da Saboaria Amazônia, através do filho de um de seus sócios, que se desentendera com o pai, a Usina Ceará livrou-se definitivamente dessa incômoda competição. Superada essa crise inicial, a Usina Ceará sobreviveria até a década de 1990, mudando diversas vezes de proprietário (VIANA, 1994).

3 A fábrica Santa Elisa

Em 1904, Antônio Diogo de Siqueira deixa a firma Souza, Martins & Cia., que constituiu, em sociedade, com Antônio José de Souza e Joaquim Martins Jr., e se estabelece com sua própria firma, denominada A. D. Siqueira & Cia., que tem como objetivo principal, a instalação e a exploração de uma fábrica de sabão e resíduo de caroço de algodão, no cruzamento dos boulevards D. de Caxias e do Imperador, que será batizada de Santa Elisa, em homenagem à Elisa Viana de Siqueira, sua esposa (VIANA, 1994).

Segundo o "Censo Industrial de 1907", a firma A. D. Siqueira & Cia. contabilizava, naquele ano, um capital social de 80 contos de réis e

sua fábrica Sta. Elisa empregava 33 operários, utilizava 6 c.v. de força e tinha o valor de sua produção estimado em 186:600$000.

Em 07/11/1916, Antônio Diogo constitui uma nova firma, a A. D. Siqueira & Filho, que sucederá a A. D. Siqueira & Cia., com um capital social de 600 contos de réis e com o objetivo de, além de extrair óleos vegetais e produzir sabão, fabricar fios de algodão na Fábrica Sta. Elisa (VIANA, 1994).

Em 1919, a Fábrica Santa Elisa, de propriedade da A. D. Siqueira & Filho, tinha um capital de 250 contos de réis, empregava 70 operários, possuía 2.000 fusos e utilizava 80 c.v. de força (IBIDEM).

Por volta de 1922, Diogo, além de continuar extraindo óleos vegetais e fabricando sabão e fios na Fábrica Sta. Elisa, passa a ali produzir tecidos e a prensar algodão, em grande escala, que exporta (IBIDEM).

Por cláusula contratual, quando da constituição da firma Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda., em 1924, que tinha como objetivo a instalação da Usina Ceará, Antônio Diogo de Siqueira se compromete a não mais produzir óleos e sabões na Fábrica Sta. Elisa, que, em consequência disso, passa por uma expansão da sua capacidade de produção de fios (IBIDEM).

Segundo a *Revista dos Industriaes* de 1928, a Fábrica Sta. Elisa contava, naquele ano, com 350 operários, que produziam, diariamente, 1.200 tubos de fios (para redes) e 500 redes, fazendo uso de 50 teares, além de prensarem 10.000 fardos de algodão, com 140 kg cada um, para a exportação. O seu maquinismo era todo movido à eletricidade, já que dispunha de seis motores, com força de 230 h.p., de acordo, ainda, com essa publicação.

Em 1934, dois anos após o falecimento do Coronel Antônio Diogo de Siqueira, a Fábrica Sta. Elisa permanece em propriedade da A. D. Siqueira & Filhos e dispõe de uma capacidade produtiva de 1.240 fusos e 250 operários, com a qual fabricou 360.000 kg de fios e 80.000 kg de redes, que consumiram 400.000 kg de algodão (VIANA, 1994).

Em 12/08/1937, a firma A. D. Siqueira & Filhos passa a se denominar A. D. Siqueira & Cia., que terá a propriedade da Fábrica Sta. Elisa até o encerramento de suas atividades, no final dos anos 1950 (IBIDEM).

Merece saliência, aqui, ao se finalizar este breve histórico da Fábrica Sta. Elisa, que ela dispunha, desde o início da década de 1920, de uma vila operária, denominada de Vila Diogo, que era constituída de 66 casas.

4 A fábrica Ceará Industrial

Apesar de não ter sido fundada pelo Coronel Antônio Diogo de Siqueira, a Fábrica Ceará Industrial foi adquirida por sua firma, A. D. Siqueira & Filho, por volta de 1925, e permaneceu em poder de sua família até o final da década de 1950, quando foi vendida ao Grupo P. Machado. (VIANA, 1994).

Inaugurada em 1889, pela firma Hollanda & Gurjão & Cia., de propriedade de Clementino Hollanda e José Gurjão, e que dispunha de um capital social de 250 contos de réis, a Ceará Industrial seria uma integração de fiação e tecelagem, com uma capacidade produtiva inicial de 50 teares, localizada na R. Sta. Isabel (atual P. Isabel) (IBIDEM).

Em 1892, possuía os seguintes maquinismos: 1 abridor; 1 batedor; 2 cardas; 144 fusos grossos; 440 finos; 2 passadores; 2.250 fusos de fiação; 2 urdideiras; 1 engomadeira; 60 teares; 1 motor, com 25 cavalos de força; e 1 caldeira multitubular. Tal maquinismo teria capacidade para produzir de 800 a 900.000 jardas (731.200 a 822.600m) de tecidos, anualmente. (IBIDEM).

Em 01/06/1901, a Ceará Industrial foi adjudicada ao Banco do Ceará S.A., que a vendeu a firma Alfredo Ferreira & Irmão (IBIDEM).

Em 1904, a Alfredo Ferreira & Irmão arrendou a Ceará Industrial à Mattos, Lima & Cia., primeira grande firma a se estabelecer, no Ceará, para produzir redes em grande escala, através da Fábrica União e Trabalho, fundada em 1893 (IBIDEM).

Ao arrendá-la, a Mattos, Lima & Cia. transferiu, com exceção da seção de tinturaria, as demais seções da União e Trabalho para suas instalações, das quais fez uso até por volta de 1919. (IBIDEM).

Tudo indica que a Ceará Industrial não permaneceu vinculada à Mattos, Lima & Cia, durante todo esse período, apenas por arrendamento, já que existem notícias que ela teve sua propriedade transferida, da Mattos, Lima & Cia. para a firma Boris Frères & Cia., em torno de 1919, por motivo de endividamento daquela primeira empresa para com a segunda. (IBIDEM).

Pelo levantamento realizado por Arno Pearse, em 1919, das estatísticas da indústria têxtil brasileira, a Fábrica Ceará Industrial tinha, naquele ano, um capital de 400 contos de réis e dispunha de uma capa-

cidade produtiva de 70 teares, 3.004 fusos, 160 operários e força motriz de 50 c.v. (IBIDEM).

Por volta de 1925, a firma A. D. Siqueira & Filho adquire a Ceará Industrial da Boris Frères & Cia. e a transforma na principal unidade produtiva do grupo têxtil, que será formado, quando, à ela e à Fábrica Sta. Elisa, vierem a se juntar a Fábrica Santo Antônio e a Fiação São Luiz[7] (VIANA, 1994).

A *Revista dos Industriaes*, de 1928, corrobora a afirmação acima, ao mostrar que a Ceará Industrial, naquele ano, dispõe de uma capacidade de produção de 120 teares e 250 operários e que seus maquinismos são movidos por 23 motores elétricos, com força de 328 h.p.

Em 1928, segundo, ainda, aquela publicação, fabricava ela os seguintes tipos e marcas de tecidos: riscados ("Ceará", "Sobral" e "Gaúcho"); mescla ("Imperial"), em três cores; e algodõezinhos crus, próprios para sacaria.

Consta, ali também, que estavam anexas à Ceará Industrial, naquele ano, oficinas mecânicas, com seções de soldagem e oxigênio, serrarias e tornos para fundição.

Em 1934, dois anos após o falecimento do Cel. Antônio Diogo de Siqueira, a Ceará Industrial permanece em propriedade da A. D. Siqueira & Filhos, firma que sucedeu, em 1926, a A. D. Siqueira & Filho, e dispõe de uma capacidade produtiva de 150 teares, 3.392 fusos e 300 operários, que produziram, naquele ano, 1.300.000 kg de tecidos, que, por seu turno, consumiram 240.000 kg de algodão (VIANA, 1994).

No final dos anos cinquenta, do século passado, quando ocorre a liquidação da firma A. D. Siqueira & Cia, a Fábrica Ceará Industrial é vendida para o grupo empresarial P. Machado, que a incorpora a uma firma produtora de óleos vegetais, denominada Companhia Brasileira de Óleos (CIBRASOL) (ALMEIDA, 1969).

---

[7] Essa fábrica, que foi instalada, em meados da década de 1920, no cruzamento da Av. Tristão Gonçalves com R. Domingos Olímpio, pertencia a firma "Fábrica de Fiação São Luiz Ltda", cujos sócios eram Luiz Vieira e João Ribeiro do Rego Barros. Por volta de 1930, Antônio Diogo se associou àqueles empresários nesse empreendimento industrial. É oportuno lembrar que, em 1930, é constituída a "Empresa de Fios e Redes Ltda.", com o objetivo de negociar as produções de fios e redes das fábricas pertencentes a A. D. Siqueira & Filhos; a Siqueira & Gurgel Ltda., a Fiação S. Luiz Ltda., e a Manoel J. Lima (VIANA, 1988).

5 A fábrica Santo Antônio

A Fábrica Santo Antônio, a exemplo da Fábrica Ceará Industrial, não foi fundada por Antônio Diogo de Siqueira, porém, por volta de 1927, foi arrendada à firma A. D. Siqueira & Filhos, que a adquirirá definitivamente em 1930.

Em 26/03/1924, foi constituída a firma Monteiro, Andrade & Cia. Ltda., com um capital social de 400 contos de réis, cujo objetivo era instalar uma fábrica de fiação e tecelagem de algodão, na Rua Antônio Pompeu. (JUCEC, 1926).

A supracitada firma era composta dos seguintes sócios: Dr. João Cezario de Andrade, Dr. Manoel Leiria de Andrade, que foi Deputado Estadual e Secretário de Interior e Justiça, do Governo Justiniano de Serpa (1920-1923), Álvaro Alves Monteiro e Vicente Alves Monteiro[8].

[8] Vicente e Álvaro Alves Monteiro eram sócios de duas firmas: a "Monteiro & Irmão" e a "Monteiro, Pinto & Cia. Ltda." A primeira delas foi constituída, em 01/02/1920, com o objetivo de explorar o comércio de redes, fios, artigos de viagem e malas, com um capital social de 200 contos de réis, assim dividido: Vicente Alves Monteiro (150 contos); Álvaro Alves Monteiro (50 contos). A segunda, em 01/02/1924, com o mesmo objetivo da anterior, com capital social também de 200

Esses dois últimos sócios deveriam participar do capital social com 10 contos de réis, cada um, e os dois primeiros, com, respectivamente, 280 contos de réis e 100 contos de réis (IBIDEM).

Em 15/08/1924, a Fábrica Santo Antônio tem suas instalações inauguradas. (VASCONCELOS FILHO, 2002).

Pela mensagem do Presidente José Moreira da Rocha à Assembléia Legislativa do Ceará, em 1928, a Fábrica Santo Antônio consta como sendo propriedade da firma Andrade & Cia. Ltda. e, não, da Monteiro, Andrade & Cia. Ltda.

Segundo aquela mensagem, a Santo Antônio possuía, naquele ano, 30 teares e produziu 453.385 m de tecidos e 131.925 kg de fios, que consumiram 212.028 kg de algodão.

A Fábrica Santo Antônio, no entanto, desde, por volta, de 1927, já estava arrendada à A. D. Siqueira & Filhos, fato que foi omitido na referida mensagem.

Em janeiro de 1929, segundo a *Revista dos Industriaes*, a Santo Antônio dispunha de uma capacidade produtiva de 30 teares e 70 operários, possuía dois motores, movidos a gás nobre, com força de 50 e 80 h. p., cada um, e era especializada na fabricação de algodõezinhos crus e fios para redes.

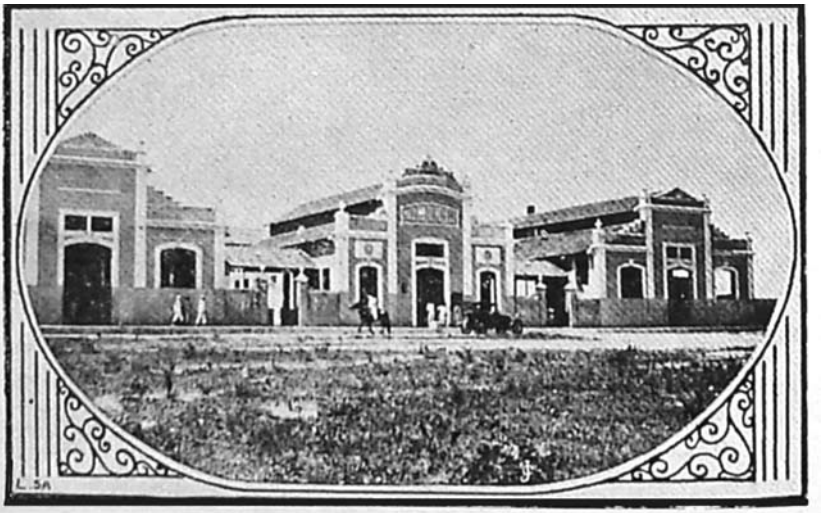
Em 1934, quatro anos após ter sido adquirida definitivamente pela A. D. Siqueira & Filhos, a Fábrica Santo Antônio dispunha de uma capacidade produtiva de 33 teares, 630 fusos e 90 operários e fabricou 400.000 kg de tecidos, que consumiram 80.000 kg de algodão. (VIANA, 1994).

Na relação das fábricas de fiação e/ou tecelagem existentes, no Ceará, em 1956, que consta no *Almanaque do Ceará*, daquele ano, já não mais figura o nome da Fábrica Santo Antônio.

---

contos de réis, assim dividido: Vicente Alves Monteiro (100 contos); Álvaro Alves Monteiro (70 contos); e Antônio Pinto de Siqueira Mesquita (30 contos) (JUCEC, 1926).

6 O Matadouro Modelo



O Matadouro Modelo, de Fortaleza, visto pela frente

Apesar de, a partir do início do século XX, o Cel. Antônio Diogo ter passado a desenvolver outras atividades econômicas que não a marchanteria, ele, até o final de sua vida, nunca se afastou desse ofício, que aprendeu com o pai, José Vital de Siqueira, e que também foi exercido pelos seus irmãos Diogo Henrique de Siqueira, Francisco Diogo de Siqueira e Gustavo Diogo de Siqueira (VASCONCELOS FILHO).

No final do século XIX, ainda, Antônio Diogo, juntamente com seu irmão, Diogo Henrique de Siqueira, Joaquim Martins Júnior, Francisco Araújo Barros e Antônio José de Souza, constitui a firma Siqueira, Martins, Barros & Cia., cujo objetivo era o comércio e o abate de gado na Praça de Fortaleza (IBIDEM).

Quando, por volta de 1900, Diogo decide aproveitar o sebo dos bois que abatia, para produzir sabão, ele, juntamente com Antônio José de Souza e Joaquim Martins Júnior, constitui a firma Souza, Martins & Cia, com o objetivo de instalar uma saboaria na P. de Pelotas (atual P. Clóvis Bevilácqua). (IBIDEM).

No último governo do Comendador Nogueira Accioly (1908-1912), Antônio Diogo, ganha, juntamente com membros da família do oligarca, de quem era apadrinhado, um contrato para monopolizar os talhos de carne do "Mercado Público de Fortaleza". Segundo Theophilo (1914, p. 61 e 62), "O contrato foi, como tudo que se fazia nesse tempo, uma farça (*sic*), na qual representavam como contractantes os Srs. Antônio Diogo & Cia. Os lucros desta sociedade clandestina, moralíssimma, eram assim divididos: 48 por cento para Antônio Diogo e a sua companhia que eram umas oito figuras talvez e 52 por cento para os membros da família Accioly, representada por José Coelho Albuquerque, primo do Sr. Accioly [...]". É oportuno lembrar que uma filha de Diogo, Maria, era casada com Lindolpho Pinto Nogueira, sobrinho de Accioly.

O Cel. Antônio Diogo viverá o seu apogeu, como marchante, ao ser inaugurado o "Matadouro Modelo", em 18/07/1926, que o tinha como um dos proprietários.

Autorizado o contrato da sua construção pela lei municipal n° 126, de 29/12/1924, foi aberta a concorrência pública e assinado o contrato, com o seu vencedor, o capitalista Abel Ribeiro, em 19/01/1925, tendo os trabalhos sido iniciados em 07/03/1925, após o acordo entre Ribeiro, Diogo e Arthur Themotheo que os levou a constituição da firma: "Matadouro Modelo Limitada". (ALBUM DE FORTALEZA, 1931).

A firma "Matadouro Modelo Limitada" foi constituída, em 02/02/1925, com um capital social de 500 contos de réis, assim distribuído entre os sócios: Antônio Diogo de Siqueira (167:500$000); Arthur Themotheo (167:500$000); Abel Ribeiro[9] (105:000$000); Dr. César

[9] Arthur Themotheo, nascido em 15/04/1882, em Pentecoste, era filho de José Themotheo Lima e Bárbara de Oliveira Lima. Desde moço, dedicou-se as atividades de marchantaria e comerciais. Em 1903, constituiu a firma individual "Arthur Themotheo", com o objetivo de atuar com representações e em conta própria, com um capital de 100 contos. Depois de acumular razoável fortuna, resolveu instalar grande fábrica de extração de óleo de oiticica em Santa Quitéria, pertencente a Empresa Nordestina de Óleos Vegetais, da qual era presidente. Foi vereador em Fortaleza e faleceu a 04/11/1944 (GUIMARÃES, 1951).

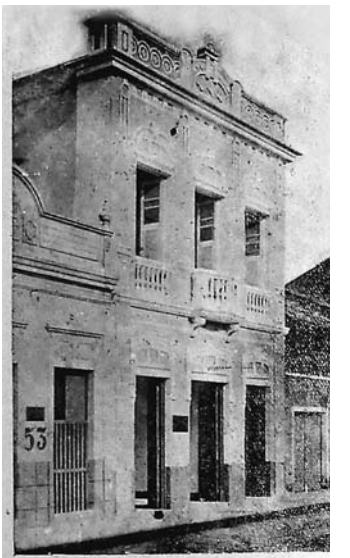
Abel da Costa Ribeiro, nascido em Maranguape a 08/02/1972, era filho de Galdino Costa Ribeiro e Francisca Antonia Ribeiro. Dele, que foi genro, em seu primeiro casamento do Comendador João Correia de Mello, português radicado em Maranguape, que foi o grande incentivador ali do cultivo de laranjas para exportação para a Inglaterra (MARQUES, 2006), não conseguimos informações sobre as atividades econômicas que exercia, porém obtivemos informações sobre a atuação econômica dos seus filhos Aluizio e Humberto.

Aluizio Correia Ribeiro era sócio de João Facundo Barbosa na firma "Ribeiro & Barbosa" constituída, em Maranguape, em 19/04/1922, com objetivo de negociar com gêneros do país e um

Cals de Oliveira, genro de Diogo, (20:000$00); Adamir Câmara Ribeiro Falcão, filha de Abel Ribeiro (20:000$00); e Antônio Veríssimo Freire (20:000$00) (JUCEC, 1926).

Com a vitória do movimento revolucionário, liderado pela Aliança Liberal, o Dr. Antônio Urbano de Almeida, então Prefeito de Fortaleza, com base no decreto n° 175, de 28/04/1931, assinado pelo interventor estadual, Dr. Manoel Fernandes Távora, que o autorizava a rescindir o contrato de exploração do "Matadouro Modelo", pela supracitada firma, formalizou essa decisão pelo decreto n° 17, de 02/05/1931. (ALBUM DE FORTALEZA, 1931).

7 O Banco dos Importadores de Fortaleza



Predio onde funcciona o Banco dos Importadore

capital social de 200 contos de réis, assim distribuído entre os sócios: Ribeiro (50 contos) e Barbosa (150 contos) (SUCEC, 1926).

Em propaganda no álbum *Terra Cearense* (1925), a "Ribeiro & Barbosa" anuncia que é a maior compradora de algodão em Maranguape e que possui ali uma fábrica de beneficiar algodão e arroz. Além disso, ela expõe, no anúncio, que atua nos ramos de importação e exportação e que é proprietária de armazéns de fazendas (que vende em grosso), estivas, miudezas e ferragens.

Humberto Ribeiro, por seu turno, foi proprietário de uma livraria em Fortaleza.

É oportuno lembrar, que sua filha, Adamir, era casada com Waldemar Cromwell do Rego Falcão.

Fundado pelo "Centro dos Importadores de Fortaleza", como uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, em 23/11/1924, e instalada, em 12/04/1925, com um capital realizado de R$ 62:800$000, o "Banco dos Importadores" teve como primeira diretoria: João Batista Lopes[10] - presidente; J. F. Alves Teixeira[11] - vice-presidente; F. F. Delgada Perdigão – gerente; e José Cavalcante Parente – secretário (ALBUM DE FORTALEZA, 1931).

Em Assembleia Geral de 30/07/1930, os seus sócios resolvem transformar essa cooperativa em sociedade anônima, o que foi viabilizado pela carta patente n°939, de 05/05/1930, passando, a partir de então, aquele estabelecimento bancário a ter, como presidente, o Cel. Antônio Diogo (GIRÃO, 1945).

Em 1931, o "Banco dos Importadores" tinha um capital subscrito de 1.000 contos de réis, um capital realizado de 900 contos e fundos de reservas de 130 contos. Fazia todas as operações bancárias e se encarregava de cobrança de títulos, em todos os estados brasileiros, e de transferências de fundos, mediante comissões, dispondo para isso de ótimos correspondentes (ALBUM DE FORTALEZA, 1931).

Naquele ano, aceitava depósitos a prazos fixos e com retiradas livres, abonando juros compensadores aos depositantes (IBIDEM).

Com a morte de Antônio Diogo em 1932, o "Banco dos Importadores" passa a ter, J. F. Alves Teixeira, como presidente (GIRÃO, 1945).

---

[10] João Batista Lopes era filho do também comerciante Jesuíno Lopes de Maria. Em 28/05/1925, quando é registrado novo contrato social da firma J. Lopes & Cia., na Junta Comercial do Ceará, ele ali aparece como o sócio majoritário dessa firma, que registrou-se, naquela data, com um capital social de 500 contos de réis, dos quais 400 contos pertencem a ele; 50 contos a José Alves Lopes; e 50 contos a Olavo Alves Lopes (JUCEC, 1926). A J. Lopes & Cia., possuía naquela data, três seções: uma, de fazendas (na P. do Ferreira); outra, de estivas (na R. M. Facundo), e uma terceira, de gêneros de exportação (na R. da Praia) (ALMANAQUE DO CEARÁ DE 1925).

[11] O Coronel José Francisco Alves Teixeira era possuidor de duas firmas comerciais: uma em Fortaleza, com o nome de "J. F. Alves Teixeira", e a outra, no Crato, denominada de "Alves Teixeira & Cia.". A primeira delas foi constituída, em 01/03/1921, com o objetivo de explorar o comércio de fazendas por atacado, com um capital de 500 contos de réis. A segunda foi constituída, em 20/01/1924, com o objetivo de explorar o comércio de fazendas, miudezas e ferragens, com um capital social de 100 contos de réis, assim distribuído: José Francisco Alves Teixeira – 70 contos; e Luiz Teixeira d'Alcântara – 30 contos (JUCEC, 1926). Em 01/07/1930, ele funda, com um capital social de 400 contos de réis, a "Casa Bancária J. F. Alves Teixeira" em Fortaleza, que será autorizada a funcionar pela carta patente n° 916, de 06/08/1930 (ALMANAQUE DO CEARÁ DE 1941).

8 O Banco dos Proprietários

O Cel. Antônio Diogo, ao longo de sua vida, também aplicou seus capitais na aquisição e na construção de imóveis em Fortaleza, cuja quantidade se contava às centenas quando do seu falecimento em 1932 (VASCONCELOS FILHO).

Dentre os imóveis pertencentes a Diogo, merecem destaque a grande gleba de terra, adquirida por ele do seu genro Waldemiro Maia, que compreendia a área limitada pelo Rio Cocó, por trecho do ramal ferroviário que se destina ao porto do Mucuripe e pelo Oceano Atlântico, do Mucuripe até a foz do Rio Cocó, e a vasta porção de terras no Parque Araxá, atualmente absorvido pelo Bairro da Parquelândia. (IBIDEM).

Na condição de grande proprietário de imóveis, quando o "Centro dos Proprietários de Fortaleza" toma a iniciativa de criar o "Banco dos Proprietários", em 14/01/1930, Diogo não somente adere à ideia como se tornará componente da primeira diretoria a gerir aquele estabelecimento bancário (ALBUM DE FORTALEZA, 1931).

O "Banco dos Proprietários" foi constituído, como uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, com um capital social de R$ 225:500$000. O seu objetivo era o de estabelecer uma carteira de cobrança de aluguéis, bem como o de administrar propriedades em geral. (IBIDEM).

Sua inauguração se deu em 28/07/1930 e sua primeira diretoria era assim composta: Dr. Raimundo Gomes – presidente; Joaquim Antônio Viana Albano – gerente; Gervásio Gurgel do Amaral[12], Dr. Gustavo da Frota Braga, Antônio Diogo de Siqueira, Manoel Gonçalves dos Santos e Otávio Veríssimo – diretores – conselheiros; Antônio Rodrigues Carneiro, Antônio de Matos Porto e João Cavalcante e Silva – membros do conselho fiscal. (IBIDEM).

Até a sua morte, o Cel. Antônio Diogo de Siqueira foi seu diretor – conselheiro.

---

[12] Gervásio Gurgel do Amaral, nascido em 18/12/1877, no Aracati, transferiu-se depois para Fortaleza, onde, inicialmente foi caixeiro e, posteriormente proprietário da "Casa Elegante" e da "Alfaiataria Francesa". Possuidor de grande gleba de terra em Parangaba, passou a fabricar ali tijolos e telhas que foram utilizados na construção de 100 casas de sua propriedade na Av. Dom Manuel e adjacências. Morreu em 02/06/1941. (Depoimento oral de Aluízio Gurgel do Amaral, seu filho).

Referências Bibliográficas

Album de Fortaleza de 1931.

Album Terra Cearense de 1925.

Almanaque do Ceará – Coleção de 1895 a 1964.

ALMEIDA, M. I. R. A história da Indústria de óleos vegetais no Ceará: 1900-1960. Fortaleza, UFC – Stylus, 1989.

Centro Industrial do Brasil. Censo Industrial de 1907.

GIRÃO, R. "História bancária do Ceará". In: Martins Filho, A. e Girão, R. (Orgs.) O Ceará. Fortaleza. Instituto do Ceará, 1945.

GUIMARÃES, H. V. Deputados providenciais e estaduais do Ceará – assembléias legislativas 1835-1947. Fortaleza: Editora Jurídica, 1951.

Junta Comercial do Estado do Ceará. Cadastro das casas comerciais do Estado Ceará – 1926.

MARQUES, A. Maranguape – sua gente, sua história (uma cronologia). Fortaleza: Exposição Gráfica e Ed. Ltda, 2006.

Relatório do Presidente José Moreira da Rocha de 1928.

Revista dos Industriaes de 1928 e 1928.

THEOPHILO, R. Libertação do Ceará. Lisboa: TYP. Editora, 1914.

VASCONCELOS FILHO, L. G. Da Ribeira do Sabonete ao Pajeú – apontamentos genealógicos sobre os Diogos de Siqueira de Fortaleza. Fortaleza: S. E., 2002.

VIANA, C. N. A indústria têxtil de algodão do Ceará (1881 – 1973): uma experiência de industrialização fora do Centro-Sul. Brasília, 1988 (Dissertação de mestrado).

_____. A indústria de óleo de caroço de algodão no Ceará: o surto de investimentos de 1919 a 1925. In: Revista Econômica do Nordeste, v. 25, n. 3, julho/setembro 1994.

CONFERÊNCIA

Virgílio Távora e a transição para o desenvolvimento do Ceará

Juarez Leitão*

Virgílio Távora foi um dos mais importantes homens públicos nordestinos, com destaque expressivo no cenário político nacional.

De personalidade forte e aparência austera cresceu, primeiramente, entre os seus correligionários pela fidelidade aos compromissos, requisito fundamental entre o chefe e seus seguidores. Alguns o acompanharam pela vida toda, formando, no Ceará, a "corrente virgilista", que registrou uma rara longevidade na oscilante atividade política brasileira. Consta que, na intimidade, era descontraído e brincalhão, permitindo-se tiradas de humor e atitudes de relaxamento, como tirar os sapatos e pôr os pés sobre a mesa e, até mesmo, quando em ambiente confiável e de boa prosa, sorver uma ou duas doses de uísque.

Embora fosse um político de raciocínio lógico que sabia muito bem onde pisava, confessava-se um passional, admitindo que são as paixões e não os interesses que movem o mundo.

Perceber a força grandiosa da paixão nos passos da aventura humana foi, por certo, uma das iluminações deste homem público que, por duas vezes governou nosso estado, tendo sua atuação demarcado a transição do Ceará para o desenvolvimento.

Herdeiro de uma saga familiar permeada de revoluções e participação heróica na história republicana do Brasil foi chamado, desde muito jovem, para o engajamento cívico e o franco exercício do ideal político.

Cresceu entre murmúrios dos agentes maiores da cena política cearense, onde seu pai, o doutor Fernandes Távora, era uma das mais expressivas lideranças.

---

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Os Távora tinham duas vocações: o exército e a política. Em ambas atingiram destacados degraus. Do Vale do Jaguaribe o pequeno fazendeiro Joaquim Antônio do Nascimento e a sua mulher, Clara Fernandes Távora, soltaram seus filhos por este Brasil para liderar revoluções e galgar as mais altas patentes da carreira militar.

Virgílio, que seguiu o destino clânico, não atingiu, como os tios Juarez e Fernando, os galões de Marechal. Mas, pela outra banda da vocação Távora, foi o maior político da família.

Apresentado à crônica recente de nossa história como um dos donos do Estado, um "coronel" por condição política que era também um coronel do exército brasileiro, não pode ser comparado a outros oligarcas regionais, como os que foram produzidos em Pernambuco, na Bahia, no Rio Grande do Sul e até mesmo aqui, na Era Aciolina. Nunca foi um soba, um régulo paroquial. Brilhou como estrela na cena nacional.

Não confiava nesta história de votos genéticos. Andava com suas próprias pernas. Disputou eleições e, numa delas, a de 1958, foi duramente derrotado. Não desistiu e reencontrou o caminho das urnas.

Observa o cientista político Josênio Parente que "no Ceará, a singularidade importante que afetou a vida política local está no fato de que suas elites políticas possuem uma fragilidade estrutural facilmente reconhecida. A consequência desse fenômeno é a não formação de oligarquias fortes, como normalmente aconteceu com outros estados do Nordeste (aqueles associados ao cacau e ao açúcar). (...) A fragilidade das elites políticas cearenses se revela com toda clareza no período da redemocratização, de 1945 a 1964, quando o padrão dominante foi, indubitavelmente, a recorrência oposicionista; isto é, a cada eleição, o governador não conseguia eleger o seu sucessor. "

Virgílio foi quem quebrou esta regra. Competente administrador de conflitos, em 1962 foi o candidato de uma aliança política até então considerada impossível: o abraço dos dois ferrenhos adversários partidários, UDN e PSD, na inacreditável União Pelo Ceará. Pela primeira vez o Governador (no caso, o professor Parsifal Barroso) conseguia eleger seu sucessor. E o eleito, Virgílio, havia sido o adversário do Governador no pleito anterior.

Depois de escapar de ser expurgado da vida pública pelo Regime Militar, devido às estreitas relações com o deposto Presidente João

Goulart, terminou sendo assimilado pelos novos donos do poder e até nomeado para governar uma segunda vez o Ceará.

No Primeiro Governo anunciou um Plano de Metas, PLAMEG, com a intenção de fazer uma administração que, ao invés de se perder nas velhas futricas da politicalha provinciana, se propusesse a promover o desenvolvimento.

É claro que encontrou resistências, como afirmou, tempos depois, numa entrevista: "Para a obtenção de resultados, teríamos de resistir a todas as formas de pressão, de enfrentar incompreensões e interesses, até mesmo de pessoas caras à nossa estima, de combater o tráfico de influências comprometedoras, de vencer ultimatos ameaçadores do clássico sistema político-partidário imoderado na afirmação do poder pelo desrespeito dos preceitos legais."

A atuação de Virgílio Távora encaminhou o Ceará para a posição de Terceiro Pólo Industrial do Nordeste, condição que haveria de se potencializar com o seu retorno à direção do Estado em 1979, indicado pelo General Geisel.

A história de Virgílio Távora começa no velho e cinzento casarão da rua Visconde de Sabóia, ao lado da Praça dos Leões, onde nasceu, no dia 29 de setembro de 1919. Seus pais eram o Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora e Dona Carlota Augusta de Moraes. Ele, um prócer político da maior envergadura, militante do Movimento Tenentista do final da República Velha e da Revolução de 30, Interventor do Ceará e Senador; ela, descendente dos Moraes da Zona Norte e Sertão Central e dos Caracas, plantadores de café do Maciço de Baturité.

Maria Adelaide Flexa Daltro Barreto, no livro **Luíza Távora, Uma Legenda**, publicado em 2000, fala sobre Dona Carlota: "Era uma mulher de extraordinária educação social. Estudou na Europa, aprimorando-se em vários idiomas, o que era raro na educação das mulheres naquela época. Sua fidalguia fazia-se notar pelas atitudes que tomava quando circulava, discretamente, pelas reuniões que comparecia, e, especialmente, pelos salões da sociedade fortalezense. Sua cultura muito sólida era dividida com o marido, ambos somando seus conhecimentos na educação dos três filhos: Amílcar, Virgílio e Moema."

Uma vez, no começo dos anos 60, passava eu pela rua Sena Madureira com o meu tio e tutor Padre Leitão, quando ele me apontou aquele sobrado austero da esquina com a Visconde de Sabóia e falou:

"Este é o solar dos Távora! Aí mora o Dr. Fernandes Távora, pai do Governador." Como eu só vira a palavra *solar* nos romances do século XIX, olhei com admiração e curiosidade o casarão fechado, certo de que aquela construção severa encerrava muita história e tradição.

A saga da família Távora tem origem na Europa medieval, na luta dos cristãos pela reconquista da Península Ibérica, ocupada desde o século oitavo pelos árabes.

Como se houvessem destacado no combate aos mouros, os irmãos Rauzemundo e Thedão receberam, no século XI, do rei de Leão, um feudo nas margens do rio Távora, na Lusitânia, futuro Reino de Portugal.

Muitos anos se passaram desde esse ingresso honroso na nobreza ibérica até os lamentáveis episódios que provocariam a expulsão dos Távora de Portugal.

No século XVIII, quando reinava D. José I, os Távora foram acusados de conspirar contra o rei. Dona Leonor, a resoluta e altiva Marquesa de Távora, era adversária do Marquês de Pombal, Primeiro-Ministro do reino e urdidor da injustificada acusação.

Na noite de 3 de novembro de 1758 o rei sofreu um atentado. Foi atacado a tiros de bacamarte por desconhecidos. O atentado, que quase provoca a morte de D. José I, foi mantido em segredo por Pombal, enquanto armava um arrazoado de culpa contra os Távora e seus amigos, o Duque de Aveiro e o Conde de Atouguia.

O Processo dos Távora, tramitado de forma irregular e sem provas documentais ou testemunhais, levou um grupo de nobres à condenação máxima e muitos outros ao desterro. Criou-se um Tribunal de Alta Traição que terminou incriminando também os padres jesuítas e provocando sua expulsão de Portugal e das colônias. Dona Leonor, a Marquesa de Távora, foi condenada à morte sem ser interrogada e sem nenhum direito de defesa. Seus filhos e genro também foram executados. Três dias depois da execução dos Távora seus bens e os da Companhia de Jesus eram confiscados. Expulsos, em seguida, os Távora, temendo novas perseguições, deixaram de usar o nome familiar. Os que vieram para o Brasil adotaram os sobrenomes *Silva* e *Fernandes*. Um clérigo da família, o Monsenhor Fernandes, nos meados do século XIX, é que remontou as origens fidalgas de seus ancestrais e a denominação Távora voltou.

A vinda dos Távora para o Ceará ocorre no princípio do século XIX, situando-se no maciço de Baturité e, principalmente, na região

jaguaribana. É ali, numa fazenda, em Jaguaribe-Mirim, que nascem aqueles que iriam marcar presença firme nos principais acontecimentos políticos brasileiros a partir da segunda década do século XX, os irmãos Manuel, Joaquim, Juarez e Fernando Távora.

Virgílio Távora viveu sua infância entre conversas políticas e sobressaltos de revoluções. Uma tarde, ouviu a notícia de que seu tio Joaquim Távora fora morto em São Paulo, quando participava da Revolta Tenentista de 1924.

O nome de seu tio Juarez ecoava por todo o país como um dos líderes da Revolução de 30 quando Virgílio ingressou no Colégio Militar do Ceará. Depois, transferiu-se para o Colégio Militar do Rio de Janeiro, matriculando-se, em seguida, na Escola Militar de Realengo, de onde saiu Aspirante, em 1938.

Prosseguindo na carreira militar foi promovido, sequencialmente a 2º. Tenente (1939), 1º. Tenente (1941), Capitão (1944), Major (1950), Tenente-Coronel (1955) e Coronel (1960), quando foi para a reserva.

Formou-se em Engenharia e fez também o Curso de Estado Maior, Curso da Escola Superior de Guerra, Curso de Atualização de Comando e Estado Maior e o Curso de Técnico de Administração.

"Em 1947 – rememora Virgílio Távora numa entrevista – meu projeto de vida era concluir o meu Curso de Estado Maior e servir como Observador Militar da ONU, na quota do Brasil. Alguns acontecimentos, porém, mudariam minha vida levando-me para a política."

O mais importante depoimento de Virgílio Távora sobre sua vida foi feito ao jornalista Jorge Henrique Cartaxo na célebre entrevista publicada pelo jornal *O Povo*, em 30 de abril de 1988, poucos dias antes de sua morte.

Nesse documento fundamental para a recente história do Ceará ele explica, com riqueza de detalhes, as circunstâncias que o induziram à atividade político-partidária:

"No início de 1947 minha avó materna, Ana Cândido, adoeceu gravemente. Na ocasião, eu cursava o último ano da Escola de Estado Maior e me foi concedida uma licença de trinta dias pelo comandante da Escola, o cearense General Tristão de Alencar Araripe, para que pudesse acompanhar a luta de minha avó de 84 anos contra a morte.

O país vivia a época da redemocratização com a queda de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo. Mas os Estados continuavam a ser go-

vernados por interventores, enquanto as eleições estaduais eram preparadas, nomeados pelo presidente recém eleito, General Gaspar Dutra.

No Ceará os interesses inconciliáveis entre o PSD de Menezes Pimentel e o PR dos irmãos Moreira da Rocha levaram ao Palácio da Luz o coronel de Engenharia José Machado Lopes, que depois viria a ter papel destacado, já como General de Exército, na chamada Campanha da Legalidade em 1961, visando a posse de João Goulart na Presidência da República face à renúncia de Jânio Quadros.

Machado Lopes e eu éramos amigos [...] e quando soube de minha presença em Fortaleza me convidou para um uísque-amigo em Palácio. Não foi possível negar os laços de amizade que me prendiam ao Interventor, para o desespero e decepção do PSD e do PR, aos quais ele dava pouca atenção. Assim, involuntariamente, me transformei no condutor de todas as reclamações da UDN junto ao Governo, quanto às arbitrariedades e abuso de autoridade praticados no interior do Estado. A bem da verdade, é preciso que se diga que Machado Lopes nunca compactuou com qualquer espécie de violência.

Desempenhando essa função passei a ter um contato frequente com os líderes Tavoristas e Saboystas – as duas correntes em que se dividia a UDN. Na corrente ligada ao meu pai verificava-se o surgimento de uma nova geração política que, inevitavelmente, viria substituir a anterior, formada por José de Borba, Miguel Gurgel, Torres de Melo, João Bezerra e Alfredo Barreira, dentre outros. Na nova geração, basicamente agrupada em torno do Movimento Estudantil, pontificavam Aquiles Peres Mota, Alberto Nunes Leal, Luciano Magalhães, Ernando Uchoa Lima, Leorne Belém, José Maria Barros Pinho e tantos outros, no chamado Departamento Estudantal da UDN. Destacavam-se também no movimento de renovação dentro da UDN as lideranças de Manoel de Castro, José Napoleão de Araújo, Edval Távora e Moacir Aguiar.

As eleições em curso para o Governo do Estado ocorreram naquele período. Faustino de Albuquerque disputava pela coligação UDN-PR-PSP e o general Onofre Gomes, comandante da 10ª. Região Militar, era o candidato do PSD. Faustino ganhou as eleições e, uma semana depois, eu já preparava o meu retorno para o Rio de Janeiro, onde deveria concluir o meu Curso de Estado Maior.

Foi quando recebi o primeiro e caloroso apelo dos tavoristas para ingressar na política, face às gestões exitosas a que procedera junto

ao Governo do Estado, como também junto aos próprios adversários. Walter de Sá Cavalcante era de há muito meu conhecido.

Ainda que satisfeito por ter sido útil ao meu pai e aos seus amigos, o meu projeto estava voltado para a carreira militar. Por isso recusei."

Mas, em 1948, ao falecer sua mãe, Dona Carlota, Virgílio, que se preparava para embarcar numa missão da ONU no Oriente, recebeu a convocação peremptória de seu pai para que não viajasse e viesse, imediatamente, assumir a liderança do grupo tavorista, sob pena de se perder todo o patrimônio político da família no Ceará. E ele veio. Passaria a servir na 10ª. Região Militar.

Recebido com muito entusiasmo pelos correligionários, já em 1950 se elegia Deputado Federal pela UDN. Sua capacidade de articulação surpreendia até às velhas raposas da representação parlamentar do Ceará.

Logo no primeiro mandato, conseguiu ser escolhido o Secretário Geral da Executiva Nacional da UDN, entrando para o primeiro time dos políticos do país. Iniciou por esse tempo a luta pela vinda da energia de Paulo Afonso para o Ceará.

Em 1954 foi reeleito Deputado, virou Vice-Presidente de seu partido e, em 1960, foi nomeado Coordenador Geral da campanha de Jânio Quadros à Presidência da República.

Em 1959 foi indicado pela UDN para o Conselho de Administração da NOVACAP e ali foi Diretor. Nesse mesmo ano, foi escolhido para o CONSELHO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL RURAL.

Em 1961 Virgílio Távora era Ministro de Viação e Obras Públicas do Primeiro Gabinete Parlamentarista.

A primeira vez que se candidatou ao Governo do Estado não logrou êxito. A eleição de 1958 foi vencida pelo Professor Parsifal Barroso.

Segundo Marcelo Linhares, "Virgílio saiu da campanha de 1958 liquidado: além de estar devendo 30 milhões de cruzeiros ao Banco União, ainda teria que se apresentar, de acordo com o regulamento do Exército, até 31 de janeiro de 1959. O Marechal Lott, ainda Ministro da Guerra e que por ele *não morria de amores*, seguramente, o enviaria para um posto não muito confortável."

Construtor de bons relacionamentos, consegue Virgílio escapar de todas as redes lançadas contra ele. Magalhães Pinto, o banqueiro político, empresta-lhe o dinheiro necessário para pagar as dívidas e mais

um pouco até para que viaje com a esposa Luíza à Europa, a fim de esfriar a cabeça. Quanto às obrigações militares, obtém aquela nomeação para a NOVACAP, na nascente Brasília, e fica em trajes civis por mais uns tempos.

Em 1962 planejava voltar à Câmara Federal e se pôs em campanha, se articulando com um elenco de candidatos a Deputados Estaduais.

De repente as coisas começam a convergir para ele. O Governador Parsifal, rompido com os cardeais da coligação que o elegera, tem um plano para fazer seu sucessor. O plano consistia em promover a aliança dos grandes partidos rivais, UDN e PSD, na formação do que denominaram de UNIÃO PELO CEARÁ.

Apesar das restrições que Parsifal tinha ao nome de Virgílio, seu adversário na eleição passada, foi obrigado a aceitá-lo porque era o que preenchia as melhores condições de confiança e aceitação popular.

Enfrentando seu ex-correligionário Adahil Barreto, saiu vencedor, com uma maioria superior a 200 mil votos.

Tomando posse no dia 25 de março de 1963, procurou aplicar o PLAMEG, Plano de Metas Governamentais.

Pela primeira vez uma administração apresentava um plano global de governo com projeção para todo o quadriênio.

Até a chegada de Virgilio Távora ao governo, os administradores do Ceará não adotavam nenhum planejamento de governo.

O PLAMEG era inspirado no Plano de Metas do governo de Juscelino Kubistchek e no Plano Trienal de João Goulart, ambos filiados à Teoria do Desenvolvimentismo, segundo a qual, para se desenvolver uma região e superar os atrasos sociais o caminho era a industrialização.

O PLAMEG – como bem ressalta Airton de Farias - foi elaborado pelo economista Hélio Beltrão, oriundo da Fundação Getúlio Vargas e da Secretaria de Planejamento do Estado da Guanabara, auxiliado por técnicos do Banco do Nordeste e da Universidade Federal do Ceará.

Estabelecia uma série de medidas de cunho econômico e administrativo que objetivavam, sobretudo, a industrialização cearense, através da criação pelo Estado de obras de infraestrutura (energia, transportes e comunicações), além do financiamento ao empresariado local e isenções fiscais para atrair indústrias do Centro-Sul do país. Para alcançar essas metas Virgílio contaria também com verbas e apoio técnico de instituições e programas internacionais, como o Banco Interamericano

de Desenvolvimento (BID) e a Aliança para o Progresso (programa de ajuda norte-americana visando barrar o avanço das esquerdas na América Latina), afora a SUDENE e o BNB.

Estas entidades foram responsáveis pela liberação de capitais, por incentivos fiscais em benefício do Ceará, pela formulação de diagnósticos, pela elaboração e condução de projetos para as obras de infraestrutura.

Na administração local, Virgílio Távora criou a Superintendência do Desenvolvimento do Ceará (SUDEC), a Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC), o Banco do Estado do Ceará (BEC) e a Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN). Na área de transportes, para melhor escoar a produção, o governo Virgílio Távora promoveu a criação da Companhia Docas do Ceará e da Fábrica de Asfaltos, a pavimentação de muitas rodovias, a ampliação e aparelhamento do porto do Mucuripe.

Sua grande obra, porém, aquela que é considerada o divisor de águas entre o Ceará Agrícola e o Ceará Moderno, foi a construção da linha de transmissão que possibilitou chegar até Fortaleza a energia da Usina de Paulo Afonso, criando as condições para a implantação do Distrito Industrial.

Segundo Aroldo Mota, o Primeiro Governo de Virgílio Távora "deu ênfase ao que chamou de *ajuda de fora*, sem a qual nenhuma administração nos Estados do Polígono das Secas poderá cogitar, seriamente, de investimentos de base."

Como vimos, o PLAMEG visava como principais vetores de desenvolvimento as ações que incrementassem a instalação de indústrias, a ampliação portuária, a melhoria da malha rodoviária e o incentivo à agropecuária. Todos esses itens estariam interligados, atuando em conjunto para gerar emprego e renda, melhorar a circulação da produção interna e multiplicar as exportações.

Tudo isso deveria ser desenvolvido sem prejuízo das tarefas comuns e corriqueiras da administração nos setores de Educação, Cultura, Saúde e Segurança Pública.

O Secretariado foi formado com nomes indicados pelos partidos que compunham a coligação vitoriosa. O Governador, porém, reservou-se o direito de se assessorar de técnicos e fazer algumas indicações pessoais, dentre elas as de dois militares, que teriam papel importante na administração e, depois, no episódio da tentativa de destituição de

Virgílio, logo depois do Golpe Militar. Eram eles, o coronel Clóvis Alexandrino, para a Secretaria de Polícia e Segurança Pública, e o general Edson Ramalho, para a Secretaria da Fazenda.

Na Secretaria de Educação, dirigida por Hugo Gouveia, o Coronel Virgílio exigiu que fossem convocados aqueles que considerava "as melhores cabeças do setor", mesmo sabendo que alguns desses nomes eram reconhecidos militantes de esquerda, o que, para os conservadores se tratava de uma loucura e, para os progressistas, um avanço da mentalidade do governo estadual. Assim, da equipe da Secretaria de Educação, passaram a fazer parte, Luiza Teodoro, Lauro Oliveira Lima, os irmãos Linhares (Evaristo e Edgar), Luís Edgar Cartaxo de Arruda e Iracema Santos, dentre outros.

Em 1964, os governadores que tinham algum tipo de ligação com Jango estavam sendo apeados do poder e presos. Isto aconteceu, por exemplo, em Pernambuco com o governador Miguel Arraes.

Virgílio Távora era amigo de Jango há muito tempo. Com ele conseguira, de fato, que a energia de Paulo Afonso fosse estendida até Fortaleza e não apenas cobrisse a Região Sul do Estado, como estava inicialmente decidido. Alguns coronéis "linha dura" da 10ª. Região Militar planejavam invadir a sede do Governo e de lá simplesmente desalojar "aquele coronelzinho amigo do comunista deposto".

O coronel Alexandrino e o general Ramalho souberam dos boatos e tomaram imediatas providências. Depois das devidas identificações, avisaram aos pretensos derrubadores do Governador que, se eles se metessem a bestas, iriam ter problemas, pois seriam recebidos à bala.

Isso bastou. Lá por cima, nos altos escalões, a rede de amigos gerenciou outras demandas para salvar a pele do Governador VT. E conseguiu.

É importante destacar a atitude de nobreza política e lealdade praticada pelo Vice-Governador Figueiredo Correia que, convidado a se preparar para assumir o governo, logo que Virgílio fosse derrubado, se recusou a compactuar com os golpistas. E disse claramente que, caso o Governador Virgílio fosse desalojado do Palácio da Luz, ele renunciaria imediatamente. Virgílio costumava citar esse gesto altaneiro de seu Vice-Governador que, quando foi instalado o bipartidarismo, haveria de ficar no MDB, portanto, na legenda adversária do situacionismo.

Clima tenso aconteceu também quando da inauguração da linha de transmissão Milagres-Banabuiú-Fortaleza da energia de Paulo

Afonso. Por uma questão de justiça, o Governador tinha de fazer referência à ajuda que recebera de Jango. Isto certamente iria constranger o Presidente Castelo Branco, presente ao ato de inauguração e hóspede do casal Távora. Virgílio, entre praticar a ingratidão e arriscar ser mal compreendido pelo homem forte do novo regime, preferiu ficar com sua consciência. Fernando Távora Filho, primo dele e testemunha ocular da cena, me disse que o Governador, a certa altura de seu discurso, pronunciou estas exatas palavras: "Manda a justiça e impõe a história que eu declare neste momento e neste ato que esta obra se deve, em grande parte, à vontade política do ex-Presidente João Belchior Marques Goulart!!!"

Segundo Marcelo Linhares, "a partir daí, Castelo, que ficara chocado com o inusitado, nunca mais se hospedou na residência oficial do governador. Os entendimentos políticos entre a Presidência da República e o Ceará passaram a receber como interlocutor o então deputado Paulo Sarasate."

Em 1966, no dia 15 de setembro, renunciou ao mandato, passando o Governo ao deputado Franklin Chaves, Presidente da Assembleia Legislativa. Concorreu, pela Arena, à Câmara Federal, sendo eleito com a maior votação.

Em 1970 candidata-se ao Senado. Ganhou mais uma vez e, no Congresso, foi escolhido Vice-Líder do Governo.

No final dos anos 70 torna-se novamente Governador, desta vez indicado para a votação indireta por um General-Presidente.

Josênio Parente comenta o desempenho administrativo de Virgílio Távora: "Távora plantou em seu primeiro momento (1963-1966), quando trouxe a energia de Paulo Afonso, as bases desse processo que culminará numa industrialização mais intensa. No seu retorno ao governo (1979-1982) toma um conjunto de iniciativas que consolidaria o processo de industrialização".

O PLAMEG 2 - que teve como principal elaborador o economista Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, futuro governador do Estado - consolidou a infraestrutura de transporte, habitação e comunicação. E promoveu a instalação do Distrito Industrial em Maracanaú, transferindo-se a maioria das indústrias das avenidas Luciano Carneiro e Francisco Sá para aquele distrito de Maranguape, hoje município. Enquanto isso, empenhava-se pessoalmente, usando de seu prestígio político, para a

aprovação de projetos privados da Sudene, no sentido de viabilizar o projeto desenvolvimentista do Ceará.

Em 5 de maio de 1953 Virgílio Távora casou-se com Luíza Moraes Correia Távora, com quem teve Carlos Virgílio e Tereza Maria.

A esposa Luíza foi o grande sustentáculo emocional de Vírgílio. O casal era um exemplo de paixão, idealismo e admiração recíproca.

Vejamos esta amorosa declaração de Virgílio sobre sua mulher:

"Luíza foi a melhor coisa de minha vida. Conheci-a ainda muito criança após a morte de seu pai, o doutor Luís Moraes Correia, em 1934. Passados 15 anos de distanciamento, o destino fez encontrá-la de novo, já moça, quando de minha volta ao Ceará em 1948. Em meio de tanta gente desconhecida em Fortaleza as conversas com Luíza eram como um refúgio para mim, então capitão e depois major do Exército. Linda, arredia, com aquela visão crítica que os órfãos prematuros possuem acerca das coisas e das pessoas, persuadi-la ao casamento levou quatro anos."

Casamento pomposo, realizado no Rio de Janeiro, com a presença de ministros, embaixadores, deputados e muitos figurões da República.

E a vida de Virgílio mudou: "O casamento com Luíza constituiu-se um marco importantíssimo para mim. Antes, morava em "repúblicas", das quais a mais referenciada foi a da Urca, onde tinha como companheiros jovens que depois viriam a ocupar importantes posições no país. Agora, com Luíza, tudo ganhou equilíbrio e maior distinção social. Ela, mulher muito expansiva, espirituosa, com hábitos morigerados e de sólida formação cristã, imediatamente conquistou a confiança e o afeto das senhoras de meus colegas da Câmara dos Deputados. O apartamento 301 no nº 166 da Av. Princesa Isabel, em Copacabana, tornou-se um centro social e político da bancada do Ceará e da UDN nacional."

Companheira de todas as etapas da vida de Virgílio Távora, das apoteoses retumbantes às horas amargas das decepções, Luíza se fez mulher sublime e altaneira.

Entregava-se à assistência social com devotamento e sem reservas. Parecia gostar muito dessa tarefa esplêndida de levar o apoio, a esperança, o carinho, a luz e o pão aos deserdados da sorte, circulando entre eles, afável e bonachona, nas periferias miseráveis e nas favelas.

E quando criticavam esse assistencialismo sob o argumento de que ele não promove o ser humano, ela respondia com mais trabalho e mais dedicação social.

A história de amor de Luíza e Virgílio durou trinta e cinco anos.

O câncer de próstata levaria o Senador em 3 de junho de 1988. A esposa, com falência renal, morreria quatro anos depois, em 13 de fevereiro de 1992.

Concluindo, poderíamos dizer que Virgílio Távora é um dos mais importantes e produtivos personagem da história contemporânea do Ceará.

Humanista cartesiano, sabia como ninguém pôr um pé no batente da realidade e o outro no umbral metafísico. Conhecia a virtude do silêncio e o momento vital da palavra. Intervinha como um cirurgião no ponto nervoso das crises e delas retirava o entrave, o corpo estranho, o mondrongo desagregador.

Não perseguia o aplauso fácil e desconfiava das unanimidades. Entendia as filigranas da natureza humana e respeitava os nobres sentimentos.

Sabia distinguir as razões substantivas dos fatos e a sinuosidade das circunstâncias.

Político de verdadeira vocação, entregava-se ao seu ofício como um trabalhador braçal. Trabalhava arduamente pela coisa pública. Até a morte, como aconteceu na Constituinte, onde foi nome de proa. Doente, tomado pelo câncer, extenuava-se noite adentro em reuniões e ainda levava para casa documentos e sugestões para estudar. Trabalhou até consumir as últimas energias.

Seu amor pelo Ceará e pelo destino do país pode ser comprovado em toda a sua trajetória política. Nas lutas que empreendeu justificou seu compromisso com o desenvolvimento de nossa terra e o engrandecimento nacional.

Classificado ideologicamente como um conservador, era, com certeza, um político dinâmico. E para responder por esta afirmação só é preciso ver a história do Estado, dividida entre Ceará Antigo e Ceará Moderno. E a referência de transição, o marco fronteiriço, é o desempenho gestor de Virgílio Távora, com a energia de Paulo Afonso e a instalação das indústrias.

Deputado Federal, Ministro, Governador duas vezes e Senador da República, Virgílio Távora cumpriu seu rumo filosófico: foi um apai-

xonado em tudo o que produziu e sonhou. Seu amor pelo Ceará virou sua razão política, seu mandamento cívico, seu destino de vida.

Navegou nas águas da certeza, porque, de fato, os interesses são apetites individuais sem dimensão eterna; mas as paixões, só as grandes paixões, geram as grandezas perenes e ajudam a construir o mundo.

(Conferência pronunciada no Instituto do Ceará em 20 de junho de 2013).

O III Acordo Ortográfico da língua portuguesa

Frei Herminio Bezerra de Oliveira*

Incoerências de A a Z

O III **Acordo Ortográfico** (1990) está em fase experimental desde 01/01/2009, com promessa de ser efetivado em 01/01/2016. O texto do Acordo contém muitas dificuldades.

O meu interesse pelo Acordo Ortográfico surgiu por uma obrigação profissional. Em setembro de 2006, fui convidado pela Cúria Geral da Ordem Capuchinha, com sede em Roma, para prestar o serviço de tradutor para a língua portuguesa. Eu fiz esse serviço de 2007 a 2013, no primeiro sexênio do Pe. Geral, Frei Mauro Jöhri. Esse trabalho me deu oportunidade de ler todo o **VOLP** = Vocabulário Oficial da Língua Portuguesa.

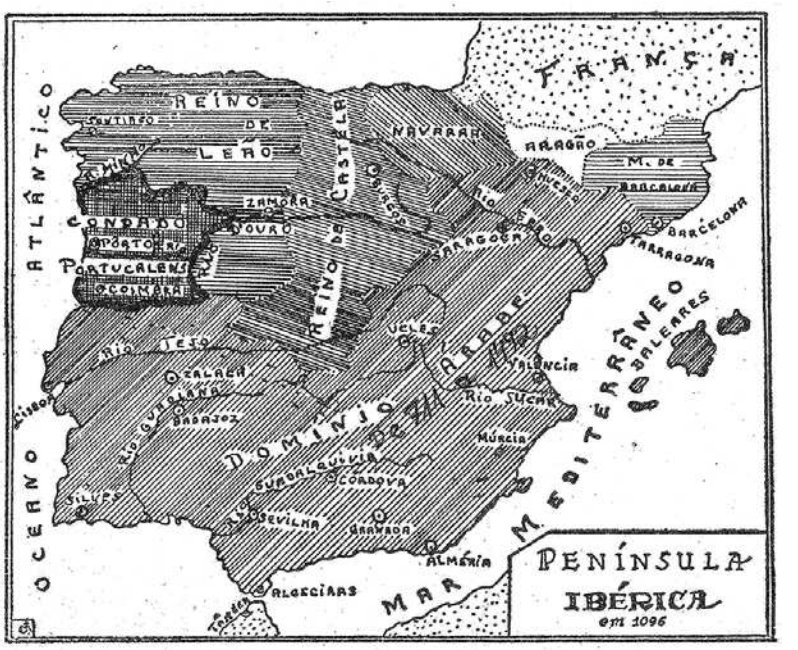
A obrigação de usar a linguagem correta, segundo as normas atuais, levou-me a ter que me aprofundar no Acordo Ortográfico, que já estava na fase de aprovação pelo Congresso.

A organização da língua portuguesa

Portugal existe como povo desde 1139, depois da batalha de Ouriques, contra os Mouros e, aos poucos consolidou-se como reino independente, sobretudo, após o reconhecimento do Papa Alexandre III em 1179. Antes disso Portugal era um pequeno Condado, cujas povoações principais eram Porto e Coimbra. A língua portuguesa formou-se do

* Tradutor e Etimologista.

latim popular e através do galego, falado na Galícia (Espanha), com a qual o Condado confinava e tinha uma unidade linguística. O início do português é 1189 (Carolina Michaëlis) e para outros em 1199. Pode-se dizer que a língua portuguesa teve seu início no final do século XII, entre 1175 e 1200.



Fonte: Gramática Histórica - Ismael de Lima Coutinho, (p. 53).

Em ordem de importância, eis as línguas que deram origem ao português: o latim, de onde vêm cerca de 80% de suas palavras; o grego, em geral através do latim, de onde vêm 16% de seus vocábulos, o galego e o provençal. Os outros 4% vêm de outras línguas: árabe, sânscrito, gótico, tupi, bantu, iorubá, hebreu, francês, alemão, inglês, italiano, japonês, holandês...

A língua portuguesa teve a sua primeira gramática elaborada por Fernão de Oliveira com o título de: ***Grammatica da lingoagem portogueza (1536)***. Ele começou a organizar a nossa fonética. A segunda foi escrita por João de Barros: ***Cartinha para Aprender a Ler (1539)***. Mais

tarde Duarte Nunes de Leão, *1530 †1608, deu a sua colaboração publicando: ***Orthographia do Português (1576)*** e, depois, a sua obra mais completa, ***Origem da Língua Portuguesa (1606)***, onde discute pronúncia, concordância e procura organizar a nossa ortografia. O nosso alfabeto era basicamente o alfabeto latino, com 23 letras, incluindo o *k*, e o *y*, mas não o *w*. Esse alfabeto era acrescido de uma série de dígrafos: CH, LH, NH, PH, RH, TH, para indicar a origem grega de algumas palavras. A língua espanhola dá status de letra ao dígrafo "***ll***".

Uma língua se organiza através da etimologia e da fonética. As línguas organizadas mais recentemente tendem a privilegiar a fonética; as mais antigas, a etimologia. Assim, o francês tem tanto PH, RH e TH. Esse foi o ponto nodal dos debates para elaborar os Acordos Ortográficos.

A primeira organização oficial da língua portuguesa

No Brasil, a Academia Brasileira de Letras, fundada em 20/07/1897, apresentou, em 25/04/1907, uma resolução para suas publicações oficiais, com nove pontos sobre a ortografia da língua. Entre outros: eliminar as letras *k*, *y*, *w*; suprimir as consoantes geminadas exceto ***rr*** e ***ss***; anular as consoantes duplas não pronunciadas; ab-rogar o ***h*** do meio de palavras compostas, pois se escrevia deshumano, inhábil, deshonra; escrever: Deus, céu, meu, teu, seu, em vez de Deos, ceo, meo, teo, seo. A resolução foi tomada por 12 acadêmicos, entre eles: Machado de Assis, Euclides da Cunha, Athur Azevedo, Inglês de Souza, Sílvio Romero e José Veríssimo.

Em Portugal o foneticista e lexicógrafo português Aniceto dos Reis Gonçalves Viana lançou um livro intitulado: **ORTOGRAFIA NACIONAL** (1904). Seu livro causou escândalo, pois, pelas normas da época deveria ser escrito: **ORTHOGRAPHIA NACIONAL**.

Ele propunha a simplificação da escrita do português com a adoção de 4 regras básicas:

1 – A eliminação dos grupos: *ph*; *rh*; *th*; e do *y*. Na época se escrevia: pharmácia, rheumatismo, rhombo, rhonco, theologia e também, lagryma, cysne, hymno, lyrio, martyr, mytho, xysto...

2 – A eliminação das consoantes dobradas, exceto "***rr***" e "***ss***". Na época se escrevia: accionar, callo, cavallo, coleccionar, delle, direccionar, gallo, nullo, sella, valle, vella, velludo, villa...

3 – A eliminação das consoantes não pronunciadas que não influenciam na pronúncia da vogal anterior. Na época se escrevia: acção, affectar, affeiçoar, aggregar, alludir, applaudir, attenção, corruptella, collina, gotta, Ignácio, immediato, innocente, installar, sabbado, setta...

4 – Regularização da acentuação gráfica.

Portugal começou a discutir as normas léxicas da língua. Foi nomeada uma Comissão presidida por Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, que aceitou a sua proposta. A sistematização foi feita e oficializada por Portugal em 1º./09/1911. O Brasil, não foi sequer convidado a participar. Apenas recebeu o comunicado das decisões um pouco antes de sua publicação.

A decisão de Portugal encontrou resistência tanto lá, como aqui. Após muita relutância, o Brasil aprovou essas normas, em 1915. As discussões continuaram e o poeta Osório Duque Estrada – autor da letra do hino nacional – através da ABL, Universidades e outros setores nacionais, conseguiu fazer com que o Governo brasileiro abolisse essas normas em 1919.

Acordo Ortográfico de 1931

O desejo de unificação da grafia de nossa língua continuou vivo. Por isso, em 1929 foi reunida uma Comissão internacional (Portugal e Brasil), para propor um Acordo sobre a normatização unificada da língua portuguesa, a exemplo do que conseguiram os 22 países de língua espanhola. Após longas e difíceis tratativas o Acordo foi publicado em 30/04/1931. Esse I Acordo praticamente ratificou as normas emanadas por Portugal em 1911, que privilegiavam a fonética, com pequenos reajustes, entre eles, a exclusão das letras: *k*, *w*, *y*.

Nessa Comissão, teve papel importante o dramaturgo português, Júlio Dantas +1876 †1962 – autor da célebre peça teatral "*A Ceia dos Cardeais*" (1902) – obra traduzida em muitas línguas e encenada no Brasil pelo ator Procópio Ferreira. Depois, Júlio Dantas foi embaixador no Brasil de 1941 a 1949, quando se aposentou da vida pública.

Em 1932 deu-se, no Brasil, a Revolução Constitucionalista. A nova Constituição de 1934 ordenou que a ortografia do português no Brasil fosse a mesma da Constituição de 1891. A Academia Brasileira de Letras, Universidades, Juristas, professores e vários outros setores

protestaram contra isso e em 1938 foi estabelecido que voltaria a vigorar o Acordo Ortográfico de 1931. Pode-se imaginar a confusão que se estabeleceu com essa decisão.

Acordo Ortográfico de 1945

No início da década de 1940 – apesar da II Guerra Mundial – Portugal e Brasil decidiram reunir-se para tentar outra vez, um Acordo Ortográfico. Depois de anos de debates e discussões, em agosto de 1945, na hora de assinar o documento, o que era para ser um acordo virou desacordo. No centro da polêmica estavam as consoantes mudas – sobretudo o ***c*** e o ***p***. O Brasil queria retirar, seguindo a proposta de Portugal de 1911 – ratificada em 1931 – mas Portugal não aceitava. Portugal queria abolir o trema, mas o Brasil não concordava.

O Acordo foi, finalmente, assinado em setembro de 1945, mas dando liberdade de seguir a eufonia ou a etimologia. Foi aí que nasceram as duas línguas: o português de Portugal e o do Brasil. Por isso, em Portugal eles dizem e escrevem: acção, activo, factor, baptismo e óptimo e, no Brasil, nós dizemos e escrevemos: ação, ativo, fator, batismo e ótimo.

Portugal aboliu o trema e o Brasil continuou com ele até esse Acordo. A escolha que o Brasil fez após o II Acordo, acabou por nos beneficiar no III Acordo de 1990, o qual privilegiou mais a fonética do que a etimologia. O português do Brasil sofre modificação em 0,5 de suas palavras; já o de Portugal, três vezes mais, isto é, em cerca de 1,5 das palavras da língua.

Em 1971, o presidente Emílio G. Médici fez uma minirreforma: eliminou o trema de palavras como saudade e vaidade... Excluiu o acento circunflexo de palavras como: almoço, doce, gosto, endereço, ele, dele, nele, pelo... Suprimiu o inútil acento grave dos advérbios terminados em "mente" e de diminutivos como avozinha... Descobriram que ele de nada servia.

Na verdade, os sinais gráficos são convenções ou criações que passam a ter o valor que lhe é atribuído, quando têm seu uso consolidado. Em grego, por exemplo, o sinal de interrogação é o ponto e vírgula = [**;**]. As línguas eslavas e outras têm acentos no ć, no ĝ, no ĥ, no

ќ, no ł, no ř, no ś, no ź... uma coisa que para a nossa língua é impensável, acentuar uma consoante.

Certamente um grego vai achar estranho, o nosso sinal indicativo de interrogação [**?**] no lugar de seu [**;**]. Assim como para os espanhóis, inicialmente é muito estranho que o português não use o sinal de interrogação invertido [**¿**] antes de uma frase interrogativa, como fazem eles. Em português um "**s**" entre duas vogais tem som de "**z**", já em espanhol, nunca tem.

Acordo Ortográfico de 1990

O sonho de termos uma só língua portuguesa persistiu e pelo final da década de 1980, sete países de língua Portuguesa – Timor Leste não participou – reuniram-se para elaborar o III Acordo Ortográfico. Depois de anos de discussão, a Comissão elaborou um texto com XXI Bases e com mais de 100 normas. Portugal conseguiu impor a eliminação do trema, abolido lá em 1945. Houve a decisão acertada de readmitir as três letras cassadas desde 1931: *k*, *w*, *y*.

A Comissão que elaborou o texto, na sua inocência, determinou que ele entraria em vigor em 1994. Os Congressos de diversos países demoraram muito a aprovar o texto. E até o final de 2014 Angola e Moçambique ainda não o tinham aprovado. Esse texto é o que está sendo dado a conhecer através das escolas e dos meios de comunicação. Ele só começou a ser divulgado para a população em 2009, quando entrou em uso em fase experimental. Foi prometido que entraria em vigor em 1º./01/2013. Posteriormente essa data foi remarcada para 1º./01/2016. Eu tenho dúvidas sobre a sua efetivação. O texto é confuso, contraditório, lacunoso e omisso em vários pontos.

Contradições, omissões e pontos obscuros

A fonte mais segura para a pesquisa sobre a grafia das palavras da língua é o VOLP = Vocabulário Oficial da Língua Portuguesa, que existe desde 1945 e é periodicamente atualizado. Se a língua é unificada – o Acordo foi feito para se ter uma única língua portuguesa – os VOLPs deveriam ser idênticos. Mas isso não acontece com os VOLPs de Portugal e do Brasil.

Os termos: ejeção, ejetado, ejetar, ejetável, ejetólito, ejetor, têm grafia única para o VOLP de Portugal e grafia dupla para o VOLP do Brasil, com um "c", antes do *ç* e do *t*.

No VOLP do Brasil, *úmido* tem grafia única, já o de Portugal, admite a forma dupla: *húmido* ou *úmido*. O VOLP do Brasil admite as formas duplas: cãibra/câimbra, intacto/intato, o de Portugal, só cãibra e intacto. No VOLP de Portugal aparece baptista e batista; baptistino e batistino, no do Brasil apenas a forma batista e batistino. No VOLP do Brasil a forma dupla lectivo/letivo, no de Portugal apenas forma "letivo". Pelo uso tradicional seria o inverso.

O VOLP de Portugal segue a regra geral para as expressões com dois elementos: não-cooperação, não-eu, não-euclidiano, não-ficção, não-fumante, não-governamental, não-linear... (Base, XV,1). O VOLP do Brasil – contrariando a regra – traz as mesmas expressões, sem hífen. Com certeza, não são essas as únicas divergências entre eles.

Termos oriundos da mesma raiz com grafias diversas

Apresento, a seguir, uma série significativa de palavras da mesma raiz latina, nas quais algumas têm grafia dupla e outras não. Às vezes trata-se de um verbo que tem grafia única no infinitivo, como (**refletir**) e grafia dupla no particípio passado (**reflectido** ou **refletido**).

Não entendemos os critérios para essas decisões. Quem usa a língua fica confuso e inseguro. É impossível decorar tantas exceções ilógicas e nem sempre temos um VOLP à mão.

Coactar tem forma única, mas tem forma dupla coacto/coato.

Contrafação tem forma única, mas tem forma dupla, contrafactor/contrafator.

Didatilia tem forma única, mas tem forma dupla didáctilo/didátilo.

Difração tem forma única, mas tem forma dupla, fracção/fração.

Direcional tem forma única, mas tem forma dupla: multidirecional/multidirecional.

Ductor tem forma única, mas tem forma dupla ducto/duto.

Das 302 palavras derivadas de eléctrico constantes no VOLP foram poupadas do "**c**": eletricidade; eletricismo; eletricista, eletricitário e os compostos, bioeletricidade e zooeletricidade.

Algumas delas têm forma única com "**c**": electrocintilografia; electroexcisão; electrofotófuro; mas é de se estranhar a forma dupla de: electróforo/eletróforo.
Eletrocirúrgico tem grafia única, mas tem forma dupla: electrocirurgia/eletrocirurgia.
Electrocopista tem grafia única, mas tem forma dupla: electrocópia/eletrocópia.
Electrodinamométrico é única, mas tem forma dupla: electrodinamômetro/eletrodinamômetro.
Electrofluorescente tem grafia única, mas é dupla: electrofluorescência/eletrofluorescência
Ereção tem grafia única, mas têm forma dupla: erectil/eretil; erecto/ereto; erector/eretor.
Ejecção/ejeção e todos os seus cognatos têm a forma dupla opcional.
Faturar tem grafia única, mas tem forma dupla o derivado, factura/fatura.
Fruto tem grafia única, mas o seu composto tem forma dupla: usofructo/usofruto.
Heterodactilia tem grafia única, mas tem forma dupla: heterodáctilo/heterodátilo.
Hexadactilia tem grafia única, mas tem forma dupla: hexadáctilo/hexadátilo.
Injetar tem grafia única, mas tem forma dupla o derivado, injector/injetor.
Lactação tem grafia única, mas tem forma dupla o derivado, lactífloro/latífloro.
Noturnal, noturnância, noturnidade e noturno – seguindo a eufonia – têm forma única.
Noctifobia, noctífobo, noctífilo, noctíforme, noctífugo, noctígeno, noctígero, noctiluco, noctiluzir, noctivagante, noctivagar, noctividente, noctivígilo, noctivisão, noctívolo, noctúria, noctúrico... seguindo a etimologia, elas conservam o "c" da sua raiz latina: "noctis".

Curiosamente, outras palavras dessa mesma raiz latina têm forma dupla:
noctambulação/notambulação; noctambulante/notambulante; noctambular/notambular;
noctâmbulo/notâmbulo; noctívago/notívago, todas derivadas da mesma raiz "noctis".

O VOLP não traz noturnamente. Essa variedade de formas causa estranheza e nos confunde.

Palavras da raiz latina (noctis) e começando com o mesmo prefixo têm três critérios diferentes:

a) seguindo a eufonia, como dizemos noturno (sem pronunciar o "**c**"), não escrevemos noc<u>t</u>urno;
b) seguindo a etimologia, pois elas vêm do latim, "noctis" = noite, conserva-se o "c" da raiz;
c) sistema misto, isto é, pode-se usar ou não o "**c**" da raiz, portanto, com ou sem "**c**" e está certo.

Objeto tem grafia única, mas seu derivado tem forma dupla: obje<u>c</u>tar/objetar.
Obstupefação tem grafia única, mas o derivado tem forma dupla: fa<u>c</u>ção/fação.
Recolecção tem grafia única, mas o derivado tem forma dupla: recole<u>c</u>ta ou recoleta
Redentor tem grafia única, mas o derivado tem forma dupla: redem<u>p</u>to/redento.
Refletir tem grafia única, mas tem forma dupla: reflec<u>t</u>ido/refletido (particípio passado).
Refratometria tem grafia única, mas tem forma dupla: refra<u>c</u>tômetro/refratômetro.
Retalgia tem grafia única, mas seu derivado tem forma dupla: rec<u>t</u>al/retal.
Sec<u>t</u>il tem grafia única, mas seu derivado tem forma dupla: insé<u>c</u>til/insétil.
Setorizar tem grafia única, mas seu derivado tem forma dupla: sec<u>t</u>or/setor.
Transdutível tem grafia única, mas tem forma dupla: transduc<u>t</u>or/transdutor.
Tridac<u>t</u>ilíneo tem grafia única, mas tem forma dupla: tridac<u>t</u>ilídeo/tridatilídeo.
Trissec<u>t</u>ar tem grafia única, mas o derivado tem forma dupla trisse<u>c</u>ção/trisseção.
Tumefato tem grafia única, mas tem forma dupla: tumefa<u>c</u>ção/tumefação.

Vivissectar tem grafia única, mas tem forma dupla: vivissecção/ vivisseção.

Outro caso curioso é o das palavras em ***omni***. Têm grafia dupla: ômnibus/ônibus; omnicolor/onicolor; omnidirecional/onidirecional; omniforme/oniforme; omnilíngue/onilíngue; omnímodo/onímodo; omnipalrante/onipalrante; omniparente/oniparente; omnipessoal/onipessoal; omnipotência/onipotência; omnipresença/onipresença; onisciente/onisciente; omniscópio/oniscópio; omnissapiência onissapiência; omnividência/onividência; omnivoracidade/onivoracidade; omnívoro/onívoro.

Porém, outras palavras com o mesmo prefixo latino "omni" só têm forma única: onifulgente, onifulgor, onígrafo, onipatente, oniprodutivo, oníssono, onívago e onívomo.

O dicionarista Antônio Houaïs, grande autoridade no assunto, não registra as palavaras em "omni". Ele remete o termo "omni", à forma "oni".

As palavras designadas no VOLP como de dupla grafia estão sempre corretas com uma grafia ou outra. Você deve andar com o VOLP, livro de 28x20 cm, 877 páginas, que pesa 2,05 kilos. Será que os professores e corretores de provas de todos os países aceitam essa duplicidade?

Essas incoerências tornam a língua cheia de exceções e contradições, dificultando seu uso correto, sobretudo para os estrangeiros. Qual é a lógica para a dupla ou tripla forma? Como se pode explicar isso? Com a língua unificada, os estudantes dos oito países lusófonos terão a garantia de que seus textos serão corrigidos com o mesmo critério em qualquer país.

A duplicidade opcional de grafia em centenas e centenas de palavras:

A: abjecção/abjeção; accepção/acepção; accessível/acessível; acessório/acessório; afecto/afeto...

B: bactericida;batericida; bijecção/bijeção; birrefracção/birrefração; bissectriz/bissetriz...

C: cãibra/câimbra; caracterial/caraterial; ceptro/cetro; colecção/coleção; contacto/contato...
D: dáctilo/dátilo; dactiloteca/datiloteca; deflectir/defletir; dejectável/dejetáve; dialectal/dialetal...
E: efracção/efração; ejecção/ejeção; electrocirurgia / eletrocirurgia; epacta/epata...
F: factível/fatível; flectível/fletível; fleugma/fleuma; fracção/fração; fructose/frutose...
G: genuflectir/genufletir; gimnandro/ginandro; gimnópode/ginópode; gimnóptero/ginóptero...
H: héctico/hético; heptadáctilo/heptadátilo; heteroinfecção/heteroinfeção...
I: icterícia/iterícia; incorrupto/incorruto; intelecto/inteleto; introjecção/introjeção...
J: jactância/jatância; jactancioso/jatancioso; jactar-se/jatar-se; jacto/jato; jactura/jatura...
L: láctea/látea; lacticínio/laticínio; lactífloro/latífloro; leccionar/lecionar; lectivo/letivo...
M: manufactura/manufatura; microelectrômetro / microeletrômetro (Portugal microelectrómetro)
N: narcoléptico/narcolético; neptunais/netunais; nictófilo/nitófilo; noctívago/notívago...
O: omnímodo/onímodo; omnívoro/onívoro; optimismo/otimismo; óptimo/ótimo;
P: pré-requisito/prerrequisito; prospecto/prospeto; punctiforme/puntiforme; punctura/puntura...
Q: quimiotactismo/quimiotatismo; quinta-essência/quintessência; quotidiano/cotidiano...
R: radioelectrocardiograma/radioletrocardiograma; rarefacto/rarefato; refracção/refração;
S: secção/seção; septiforme/setiforme; septupleta/setupleta; súbdito/súdito; subtil/sutil...
T: táctica/tática; táctil/tátil; técnico-táctico/tecnico-tático; tetradactilia/tetradatilia...
U: uretrorrectal/uretrorretal, mas vesicorretal é forma única; usufructo/usufruto...
V: vectação/vetação; vector/vetor; vindicta/vindita; vivisecção/viviseção...

Z: zigodactilia/zigodatilia; zigotactismo/zigotatismo; zooelectricidade/ zooletricidade...

A duplicidade opcional de acentos em centenas e centenas de palavras:

A: Abdômen/abdómen; anacrônico/anacrónico; anônimo/anónimo; Antônio/António...
B: Babilônia/Babilónia; bangalô/bangaló; bebê/bebé; biênio/biénio; bônus/bónus; bongô/bongó...
C: Colônia/colónia; caratê/caraté; comitê/comité; congênito/congénito, consomê/consomé
D: Daltônico/daltónico; decênio/decénio; demônio/demónio; dosômetro/dosómetro...
E: Eugênio/Eugénio; ecônomo/ecónomo; efêmero/efémero; eletrônico/eletrónico...
F: Febrônio/Febrónio; Filêmon/Filémon; fenômeno/fenómeno; fotogênico/fotogénico...
G: Gênova/Génova; gênero/género; gênesis/génesis; gênio/génio; giroflê/giroflé; glissê/glissé...
H: Hipômenes/Hipómenes; habituê ou habitué; helênico/helénico; homônimo/homónimo...
I: Ifigênia/Ifigénia; idôneo/idóneo; incômodo/incómodo; insônia/insónia; irônico/irónico...
J: Jerônimo/Jerónimo; Jansênio/Jansénio; Jônatas/Jónatas; japônico/ japónico; jônio/jónio...
K: Kelvinômetro/kelvinómetro, kênosis/kénosis...
L: Lapônia/Lapónia; lacônico/lacónico; laquê/laqué; lêmure/lémure; litogênese/litogénese...
M: Macedônia/Macedónia; maçônico/maçónico; mandê/mandé; matrimônio/matrimónio...
N: Nicômaco/Nicómaco; nanômetro/nanómetro; nenê/nené; nênia/ nénia; nipônico/nipónico...
O: Olênio/Olénio; obcônico/obcónico; odômetro/odómetro; ômega/ ómega; ônix;ónix; ônus/ónus...
P: Pacômio/Pacómio; pavê/pavé; psichê/psiché; piquê/piqué; plutônio/ plutónio; purê/puré...

Q: Quênia/Quénia; quatriênio/quatriénio; quinquênio/quinquénio; quelidônio/quelidónio...
R: Rômulo/Rómulo; Rondônia/Rondónia; radiofônico/radiofónico; radiômetro/radiómetro...
S: Sêneca/Séneca; sêmen/sémen; septênio/septénio; sicônio/sicónio; sinfônico/sinfónico...
T: Teotônio/Teotónio; tacômetro/tacómetro; tênia/ténia; tênue/ténue; talassômetro/talassómetro...
U: Udômetro/udómetro; ultrassônico/ultrassónico; urêmico/urémico; ufômano/ufómano...
V: Vênus/Vénus; Verônica/Verónica; vêneto/véneto; vênula/vénula; vômito/vómito...
X: Xênia/Xénia; xantogênio/xantogênio; xilarmônico/xilarmónico; xilofônio/xilofónio...
Z: Zazônia/Zazónia; zenônico/zenónico; zoogênico/zoogénico; zoonômico/zoonómico...

Isso deixa entrever que a Comissão do III Acordo (1990) passou pelo mesmo impasse ocorrido quando do II Acordo em 1945. Por desacordo ela apelou para formas duplas de grafia e de acentos. Não há explicação plausível para acentos diversificados numa palavra. O acento apenas indica a sílaba forte, seja ele agudo, grave ou circunflexo. A Comissão poderia ter escolhido no par ou ímpar, um só acento. Foi uma decisão pouco feliz, pois elimina a desejada unificação. O texto dá permissão tácita para interpretações diversas, estabelece exceções sem justificativas plausíveis, permite duplicidades dúbias e leva a correções diferenciadas de textos.

Eu não quero ser pessimista, mas a confusão estabelecida pelo texto do Acordo é enorme. Isso põe em risco a sua assimilação, condição para a sua aceitação plena. Os otimistas acham que é um passo – o melhor que se conseguiu dar – para uma unificação futura. Quem sabe no IV Acordo se chegue à tão sonhada unificação do português. Seria muito bom que ele viesse logo.

Uma decisão simples poderia ter evitado isso: Após a elaboração do texto pela Comissão, ele deveria ter sido submetido às Academias de Letras, às Universidades, aos professores e aos muitos estudiosos da língua, de cada país, para ser avaliado e receber as sugestões e propostas de melhora. Com certeza ele teria sido aperfeiçoado, e muito.

O complicado uso do hífen em português

Aqui eu vou apenas apresentar alguns pontos confusos das regras do hífen nas duas Bases, a XV e a XVI. Das 100 regras do Acordo, mais de 30 delas são sobre o uso do hífen.

Nas regras do hífen existem exceções sem justificativas. Por que escolher expressões para serem exceção da regra, sem motivos plausíveis? O hífen foi supresso e sobretudo acrescentado, sem que se compreenda claramente o motivo.

A Base XV, 1 diz: usa-se o hífen nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação: decreto-lei, tenente-coronel, amor-perfeito, afro-luso-brasileiro...

Exceção dessa regra: Os compostos que perderam a noção de composição: girassol, madressilva, mandachuva, paraquedas, paraquedista, pontapé...

Em muitos casos há dúvidas sobre se uma expressão perdeu a sua noção de composição.

O VOLP traz expressões de dois termos sem o hífen: não cooperação, não eu, não euclidiano, não ficção, não fumante, não governamental, não linear, não metal, não viciado... E não é dada nenhuma explicação para isso. Isso seria apenas uma distração dos elaboradores?

O VOLP do Brasil traz expressões semelhantes às citadas acima, com outro critério: sem-barba, sem-cerimônia, sem-fim, sem-lar, sem-modos, sem-nome, sem-pátria, sem-terra... todas com hífen, seguindo a regra geral. Qual delas seria a exceção da regra? Qual o motivo?

As duas expressões básicas da teoria econômica de Karl Marx, inexplicavelmente têm grafia diferente: **mais-valia** (com hífen) e **não valia** (sem hífen), no VOLP do Brasil. Qual seria a explicação possível para essa diferença?

Essas contradições revelam uma sem-gracice, sem nenhuma razão de ser. Elas dificultam a aprendizagem da língua, e, sobretudo, são contra a pretendida unificação, tão desejada.

A Base XV, 6, diz: "Nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas... não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções consagradas pelo uso: água-de-colônia; arco-da-velha; cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao Deus-dará, à queima-roupa."

Ora, existem tantas outras iguais: água de cheiro; lua de mel, andar na linha, camisa de força, dor de cotovelo, entra e sai, fechar o paletó, fora da lei, ir e vir... tão tradicionais quanto elas, que poderiam ter sido contempladas com hífen! Ou teriam elas sido castigadas?

Além disso, constatamos casos muito complexos de duplicidade de grafia: centroafricano (sem hífen), significa da República Centro-Africana e centro-africano (com hífen) significa da África Central. Qual a razão dessa duplicidade? Parece ser apenas o capricho da Comissão que elaborou o texto. Seria uma norma adrede preparada, para pegadinhas em concursos?

A Base XVI, 1f, diz: Usa-se o hífen, nas formações em que os prefixos tônicos/tónicos acentuados graficamente *pós-*, *pré-*, *pró-*, quando o segundo elemento tem vida à parte, (ao contrário do que acontece com as correspondentes formas átonas que se aglutinam com o elemento seguinte): pós-graduação, pré-escolar, pré-natal, pró-africano... Essa é uma norma um tanto subjetiva, que causa muita confusão e depende de interpretação pessoal.

Palavras que poderiam ser escritas com k, w, y

Com a readmissão dessas letras ao alfabeto português, muitas palavras – por sua origem – poderiam ser escritas com **k, w, y**. Mas quem vai determinar isso será o uso e, com ele, a aprovação da Academia Brasileira de Letras. Para o momento, basta que o leitor saiba disso e fique atento à tendência na mudança de grafia. Eu que leio jornal todo dia, já vejo articulistas e jornalistas escrevendo: kilo, kilograma, kilômetro... Como se escrevia antes do ***k*** ser cassado.

Palavras de origem grega

Alektoromancia, dikastério, Íkaro, kabira, kaldéu, kaledônia, kalkografia, kaos, kamomila, karáter, karisma, kássia, katálise, kataplasma, katarro, katarse, katástrofe, katatonia, katecismo, katekúmeno, kategorema, kategoria, katekese, katequisador, katequisar, kateter, kateto, keloide, kelônio, kerigma, Kersoneso, kiasma, kiastro, kilíade, kilo, kilocyklo, kilógono, kilograma, kilolitro, kilômetro... kilópode, kiloton, kilovat, kilovolt, kímica, kimiotaxia, kiralgia, kiromancia, kiromante,

kisto... kloro, kloruremia, koanoide (em forma de funil), kólera, kolorragia, kolorreia, kolossal, koluria, kondrografia, kondroide (em forma de cartilagem), koriambo, Korinto, korografia, krestomatia, kromático, kromatina, kromatômetro, kromio/kromo, logokilia...

Do alemão, árabe, hebreu, holandês, inglês, japonês, russo, sânscrito e turco

Criket, folklore, harakiri, Hokaido, hokey, ianke, ikebana, karaokê, karatê, karateca, karma, kastina, kefir, kermesse, kibutz, kimono, kiosque, uisky...

Do bantu, iorubá, kicongo, kimbundu e umbundo

Kabaça, kabaceira, kabinda, kadiado, kaju, kandeia, kanjica, kalundu, kalunga, kapoeira, karuru, katimba, kiabu, kikongo, kilombo, kizila, kitute, kizumba, kimbanda, kindim, kizomba, komboio, maka, makina, mukama...

Do tupi, da língua geral, do guarani e outras língua indígenas

Vários: jaguatirika, jakaré, jakarepinima, jakarétinga, Jekery, jikiá (armadilha), katinga, kaiçara, kaipora, kapivara, karimã, katanduva, katita, katolé, kauim, kaxinguelê, kipá (cardo rasteiro), kiriri (silencioso, calado), koité, kuandu, kunhã, kurimã, kurimatá, kurumim, kurupaí, kurupira, kururu, kutia, marakajá, maritaka, mokó, mukura, paka, perereka, tetekuera (o que já foi corpo), tokaia...

Cobras: akutiboia, jakiranaboia, jararaka, jararakuçu, kaninana, sakaiboia, sukuri, sukurijuba, sukuritinga, surukuku...

Formigas e Insetos: karapanã, kibukibura, kupim, mukirana, murisoka, mutuka, taioka, tapiukaba, tataoka, tatukaba, tapiukaba e trakuá.

Aves: akauã, aguapeçoka, anakã, bakurau, jaguakati, jakamim, jaku, jakupema, jakutinga, kaboré, kapote, karkará, makasica, makukágua, makuko, marakanã, peitika, pikuiguaçu, pikuipitanga, sabaku, sabiasika, sokó, takuara, takuaratinga, tapikuru, tukano...

Comidas e bebidas: karibé, karimã, kauim, mandioka, mindukuruera, pirakui, tapioka, tikira, tukupy...

Frutas e batatas: aratikum, bakaba, bakury, jetika (batata doce), jetikuçu, katolé, kupu, kupuaçu, kupuaí, makaxeira, mandakaru, mandioka, marakujá, matury, mukunã, pakovan, peki/piki...

Palmeiras: bokaiuva, katolé, mukajá, mumbaka, tukum, tukumã, uakumã, urikury...

Peixes: akará, akary, araku, baku, guaraku, guarapiku, jakundá, jaraki, jukiá, jurupoka, kamurupim, kará, piraké/poraké, pirakava, pirakuka, paku, piraruku, tambaki, tukunaré...

Plantas: jakarandá, jakaretuba, japekanga, japikaí, jarakatiá, jataysika, jekitibá, jikitaia (tipo de pimenta), juká, kaaguaçu, kaaguapó, kaaingá, kaajuçara, kaaobi, kaapi, kaapuã, kamará, karapinima, katanduva, katiguá, kiri, kiriba, kopaíba, kuaçu, kupuaçu, makambira, manaká, mukuíba, mukugê [jê], mukunã, mukuri, oitycika, oitykoró, pakavira, pekiá, pekirana, sapukaya, takuara, takuary, takuaruçu, tararuku, tiririka, urukatu, uruku, urukurana.

Povos indígneas: arikém (AM), bakairi (MT), chakramekra (MA), jaikós (PI), Jukás (CE), kabixis, kaetés, Kaingangs (SC/PR/SP), kamayuará (MT), kamakã (BA), kampa (AC), kampé (RO), kanelas e karajás, (MA), karakaraí (AM/GO/MT), Karamuru e kariris (PE/PB/CE), katuixis, kayapós e kawannis (AM/MT/PA/TO), kaxixós, kaxuiama (PA), kenkatejê, kokraimoro, krahós e krenak, (TO), kuikuru (MT), kustenau, makamekra (TO/MA), makuxis (RR), maxakali, nukini (AC), okrem (BA), purekamekra (MA), tikunas (AM), trukás (PE/BA), tupinikins, xaray (MT), xocós (SE), xukuru (PE).

Cidades: Akary, Jukás, Jukeri, Jukitiba, Kaikó, Kamaçary, Kamakã, Kamucim, Kanindé, Kipapá (lugar cheio de cardos rasteiros), Kixaba (pouso, lugar de dormir), Kraholândia, Krateús, Mukém (fogo fora da oca), Pirakuruka, Ykó, Ypu...

Antropônimos: kapixaba, karioka...

Utensílios: arapuka, arataka, jakumã, kicé (faca), kopé (cabana), kuia, maraká, pikerá, pikuá, pataku, kixó, muirakita (artefato feito com pedra verde), tukum...

Com a readmissão do ***y*** - por sua etimologia - as palavras abaixo poderiam ser escritas com ***y***. Esperemos a tendência do uso e a decisão da Academia Brasileira de Letras.

Do grego

Ázymo, cyclo, cyklone, cylindro, cynófilo, cysne, cystite, cytologia...

Dynamite, dynamizar, dynastia, dysenteria, dysfagia, dysfasia, dysfonia, dyslalya, dyslexia, dyslogia, dyspneia, dysuria...

Gynásio, gyneceu, gynecofobia, gycologia, gynecomania, gyrino, gyro, gyroscópio...

Hýbrido, hydra, hydráulico, hýdrico, hydrocele, hydrocisto, hydrodinâmica, hydroelétrico, hydrófilo. hydrogênio, hydrografia, hydrologia, hydromancia, hydromania... enfim, as 808 palavras iniciando com "*hidro*", que estão no VOLP.

Hyena, hýgido, hygiene, hygrômetro, hýmen, hyno, hyoide, hypérbole, hypertermia... enfim, as 376 palavras iniciando com "*hiper*", que estão no VOLP.

Hypoabissal, hypoacusia, hypocondria, hypocrisia... enfim, as 718 palavras começando com "*hipo*", que estão no VOLP.

Hysteria... Lyceu, lynfa, lynce, lyra...

Myalgia, mycose, myelina, myelite... myocárdio, myografia, myoma, mýope, myríade, myrra, mystério, mýstico, myto, mytologia, myxoscopia (=voyeurismo)... nynfa, nynfeta, nynfomania...

Óxydo, oxygênio, oxýtono, pygmeu, pyloro, pyócyto, pyorreia, pyra, pyrâmide, pyróbolo, pyrogêneo, pyroide, pyrofobia, pyromania...

Sybarita, sycômoro, sýlaba, sylepse, sylogismo, sýmbolo, symetria, sympatia, synfonia, syntoma, Synagoga, sýncope, sýndico, sýndrome, Synédrio, synergia, sýnodo, synônimo, synopse, syntagma, syntaxe, sýntese, syringa, syrtes [pl. banco de areia], systema, sýstole...

Tyflite, tyflógrafo, tyflologia, tyfo, tyfoide, tyfonemia, tylópodes, tylose, týmpano, typo, typografia, typologia, typometria, typómetro, typtologia (comunicação através de pancadas)...

Xylógrafo, xylologia, xylomancia (adivinhação pela madeira), xylófago, xylofônio, xylose...

Palavras africanas: Yansã e yorubá.

Do tupi-guarani

Atenção: Algumas das palavras abaixo terminadas com "***y***" poderiam ser acentuadas ou não. Eu optei por não acentuar. Uma possível legislação futura decidirá essa questão.

Animais, abelhas: jaboty, tapyr, tyú... jatay, jaty, mandaguary, mondury/mundury... gyboia.

Aves: guyrapuru, jandaya, jurity, maguary, mayria, patury, tuym, tuyuyu, yapakanyn…

Frutas batatas e comida: açay/assay/assahy, bakury, manayba, matury, tucupy…

Peixes: akary, lambary, mandy, pirahyba, matury…

Plantas: aypim, gityrana, jatay, jataysika, jataypeba, jatuayba, muricy, oity, oitycica, oitykoró, pindahyba, sapukaya, sarandy, tayoba, tayuya, takuary, tauary, tinguy, umary…

Palmeiras: airy, indayá, janary, makayba, urikury, yarivá/jerivá…

Povos Indígenas: aymara (na Argentina, Bolívia e Chile, cerca de 2 milhões), goytacaz (GO/TO), kamayuará (MT), payacu (RN/PB), yanayé (PA), yanomani e yawanawa (AM/AC).

Casa e Utensílios: tapiry (choupana), tipity (aparelho de palha para espremer mandioca), vatapy (instrumento musical).

Diversos: Jacyara (tempo de lua), Jacyguá (lua cheia), Jacyparana (rio da lua), Jurupary, Janayna, mambay (rio das samambaias), pacuy (rio dos pacus, peixe), pekiry/pikiry (rio do peki), Pikeroby (nome próprio), suruy/sururuy (rio dos sururus), tamanduatey (rio do tamanduá verdadeiro), taperyryca (pedra escorregadia), tyryrycal, uisky, voley, Yara (sereia e depois nome de mulher), yate, yene (moeda japonesa), yole, ypueira (terra que já foi fértil), yputinga (fonte de água branca, clara), ytui (cascatinha)...

Cidades e localidades: Acajutyba, Acaray, Anhemby (rio abaixo), anutyba, Apody (mundo florido), Araçay (rio dos araçás), Aracaty, Atybaia (uma planta), Itaypu (fonte das pedras)...

Bariry (rio da barragem), Baruery (rio dos mosquitos), Batovy (o que é verde), Beberybe (rio das raias)...

Caatyba (matagal), Cabugy (rio das vespas), Cajayba, Cambyra (galho espinhento), Capivary (rio da capivara), Carácaray (rio do carcará), Carandyru, Cariacyca, Cariay (rio do homem branco), Carnayba,

Caturay (rio da palmeira catolé), Cauype (rio onde se bebe cauim), Cayru (recipiente de cauim), Coaracy (nome próprio masculino = sol forte), Corurype (rio do sapo), Cotegype (bebedouro dos cuatis), Cruçay (rio das cruzes)... Embirycyca (planta)...

Gravatay (rio dos gravatás), Guaracyaba (cabelos do sol), Guyratinga (garça branca), Gurupy (lugar onde os bagres se reproduzem)...

Imbuy (rio da madeira imbuia), Indyaroba (corruptela de andyroba = folha de morcego), Irajay (cortiço de abelhas), Iraty (ninho de abelhas), Itaberay (rio da pedra luzente), Itabyra (ponta de rocha), Itaboray (rio da pedra bonita), Itacaramby (pedra redonda), Itacy/Itaicy (fileira de pedras), Itaguay (rio amarelo), Itagy (machado de pedra)... Itayçaba (recipiente de água), Itaytuba (pedregulhal), Itajay (rio dos tajás), Itajuype (rio do ouro), Itambacury (rio dos tambaquis), Itapagype/Itapeby/Itapevy (rio da laje), Itapeceryca (pedra escorregadia), Itapy e Itapyra (ponta de pedra), Itaky (pedra aguçada), Itatyra (pedras amontoadas), Ytinga (rio claro), Itykyra (água que respinga), Ityruçu (morro grande), Itaoby/Itoby (pedra verde)...

Jacarecyca (resina de jacaré), Jacarey (rio do jacaré), Jaceguay (lua cheia), Jacy, Jacyaba (cabelos da lua), Jacuype (rio do jacu), Jaguary/Jaguarybe (rio da onça), Jaguaryuna (rio da onça preta), jekitay (rio da jequitaia = formiga amarela), jenypabu (rio do jenipapo), Jekytynhonha (corredeira do jekyty), Jupyra...

Makayba, Mayporã (cidade bonita), Mairy, Mangaray (rio dos mangarás, planta), Mangaratyba, Maragogy/Maragogype (rio do maracujá), Marapendy (lagoa clara), Marycoré (cidade nova), mearym (rio da caça), Miraguay (rio do miraguya, peixe), Myrandyba (bosque, floresta), Miritiba/Miritiyba (palmeira), Mogy (rio das cobras), Mogykiçaba (pouso no rio das cobras), Morumby (mosca verde), Mucuricy (sementes de mucury), Mucurype (rio das mucuras), Mutuype (rio do mutum)...

Narandyba (laranjal), Natinguy (untado com tingui, planta entorpecente natural), Nhanduy (rio das emas)...

Oiticyca (planta da fam. das moráceas)

Paracamby (espuma), Paraguay e Paraguary (rio dos papagaios), Paranay (rio pequeno), Paraty, Paranahyba, Peruybe (água dos tubarões), Piray (rio dos peixes), Pirajyba (peixe assado), Pirangy (rio das

piranhas), Piripypau (ilha do brejo), Pitymbu (que fuma ou fumaça), Potengy (rio do camarão)...

Quaray (rio da furna)... Rorayma (formador do papagaio)...

Sairy (rio das lágrimas), Sambayba (planta), Sambaki (ostra), Sambakixaba (casca de conchas), Sapucay (rio das sapucaias), Sepery (rio de Sepé, que era um cacique guarani), Sepetyba (sapezal), Sergype/serigy (rio dos siris), Sernambityba (lugar de muita concha sernambi)...

Tabyra/Itabyra (pedra suspensa), Taguay (rio amarelo), Tambaky (casca de ostra), Tapiray (rio das antas), Takuaray (rio das takuaras), Taracuatyba (onde abundam as formigas taracuás), Tatuyby (terra do tatu), Tatajyba (arco de fogo), Taypu (fonte de pedra), Timbuy (rio dos gambás), Tinguacyba (planta medicinal da fam. das rutáceas), Torytama (região do farol), Trairy (rio das trairas), Tramanday (rio do besouro taramanday), Tucuruy (rio gelado), Tucuruvy (gafanhoto verde), Tupacyguara (mãe de Deus), Tupacyreta (região da mãe de Deus), Turyaçu (facho grande, farol), Tuyuti (barro branco), Tybagy (rio das uvaias, planta fam. das mirtáceas), Tybau (rio das frutas), Trycy (fileira de montículos), Tyetê (água boa), tyryryca (planta rasteira nociva às hortaliças)...

Ubay (rio das canoas), Ubyrajara (senhor da lança), Ubyratã (lança rija), Uybay (rio das flecahs), Uyrauna (pássaro preto), Uyrapiranga (pássaro vermelho), Uruguay (rio do caramujo)...

Yaçu (rio grande), Ybotyrama (canteiro de flores), Ybura (olho d'água), Ybyapaba, Ybyapina, Ybyassuscê (terra fértil), Ybycaray, Ybycuí (rio da areaia), Ybymirim, Ybypitanga, Ybyporã, Ybyrayara (senhor da lança), Ybyrapuera, Ybyrataia, Ybytinga (terra branca), Ybyuna (terra preta), Ycapuí (poço fundo), Ycaraí (rio do poço), Ygaraçu, Yguaçu, Yguape (rio dos musgos), Yguaracy, Yguatemi (antigo bebedouro), Yguatu (cachoeira dos musgos), Yjuy (rio da espuma), Ypanema (rio impraticável), Ypaumirim (ilha pequena), Ypiranga (rio vermelho), Ypirá, Ypixuna (rio preto), Ypojuca (água pouca), Yporanga (rio bonito, idem Yporá), Ypu (fonte, manancial), Ypueira (rio extinto), Ypumirim, Ytororó (nascente de água), Ytu (cachoeira), Ytuaçu, Ytuberá/Ytuberaba (cachoeira grande), Ytuim (cascatinha), Ytumbiara (cachoeira espraiada), Ytumirim, Ytupeva (cachoeira baixa), Ytupiranga (cachoeira vermelha), Ytuporanga (cachoeira

bonita), Yturama (futura cachoeira), Ytutinga (cachoeira banca), Ytuverava (cachoeira brilhante), Yuna (rio preto), Yvaypor㠠(rio bonito das frutas), Yvapé (caminhos dos musgos), Yvaté (elevado), Yvatuva (frutal, pomar), Yvoty, (flor)...

Essa pequena amostra nos dá uma ideia da riqueza linguística autóctone que foi abafada, com a eliminação das letras *k*, *w*, *y*, do nosso alfabeto.

As limitações do VOLP

Com o II Acordo Ortográfico (1945) foi decidido elaborar a listagem completa das palavras e expressões oficiais da língua portuguesa. Pela proposta, ela deveria conter todas as palavras da língua. Lendo o VOLP (2009) fui anotando palavras que não constam. Eis algumas delas, antigas e novas. Centenas de palavras - algumas antigas - ficaram ausentes dessa listagem.

A: antiecológico, antieducativo, anti-religioso/antirreligioso, autoaceitação, autoimagem...
B: bioagiografia, bacteriofobia, belarussense (natural de Belarus), biocarburante, biodíesel...
C: cianofobia, ciberbulismo, cleptocracia, coenvolvimento, co-herdeiro, criptorquidia...
D: dacriofobia (fobia de lágrimas), demodê, demomania, dissincronia...
E: eclesiocentrismo, electroexecução, enoteca, esclerodactilofobia (f. de dedo duro), extrarringue...
F: facomania (mania de comer fava), filoteia (amiga de Deus, de 1630), fotorrecordação...
G: galactomania, garibaldinismo, geocultural, geoengenharia, gipsoteca, governância...
H: heliomania, hemerofobia, hemitriteia, hemoteca, hierofobia, hiperúmido, homem-bomba...
I: incontactável, indigomania/indigofobia; inter-reagente, irrepetível, insetofobia, insusceptível...
J: jatoplanador, jararaca-papuda, jogo-duplo, jogo-limpo, jogo-rápido, jogo do bicho...

K: kacum (ave, de 1618), kerigma, kênose, ketchup, kiribati, kit, kulturkampf...

L: lactomania, lagenomania (mania por garrafas), lipossucção, litofobia, logomaquia, ludíbrio...

M: macrofobia, manzoniano, martiriofobia (fobia de testemunhar), miríademania, monoliguismo...

N: nanofobia/nanomania, narcofobia, nectofobia, neocianito, neocatecumenal, neoeleito, ninchar.

O: objetor, ocrofobia (fobia de amarelo), orictofobia (fobia de fósseis), oromania, orquidofobia...

P: paleomania, pedonal, pinóquio, plagiofobia, plurireator, protorregra, psicomaníaco...

Q: quefirofobia/quefiromania, quênose/kênose, quenomania, quirofobia, quorum...

R: radiorrelógio, reacolher, reexplicar, religiofobia, religiomaquia, ressistematização...

S: semissecreto, semi-habitual, semiobnubilado, sicofagomania, socioeclesial, socioeducativo...

T: tacicema (formiga, 1587), talassomania, talibano, taperização (G.Rosa), telecâmera, telerreceptor.

U: ubapitanga, ufofobia, ulissipofobia/ulissipomania, unidáctilo, uritinga (peixe), uterofobia...

V: vaca-louca, vacinomania, via-crucis, via-sacra, videofobia, videovigilância, viva-voz...

W: walkman, webcâmera, webmaster, winebar, wireless, workshop, worshop…

X: xeleléu, xantofobia/xantomania (f./m. de amarelo), xilarínea, xilofobia/xilomania...

Z: zantoxíleas (botânica), zelosamente, zelozia, zenólia (botânica), zequim (moeda), zé-ruela...

O VOLP de Portugal traz o termo "**sitiirgia**" e o do Brasil "**siti--irgia**". Ambas as formas são inapropriadas. O termo vem da junção de duas palavras gregas: **σιτία** plural de **sítos** = alimento + **εἰργία** do verbo **εἴργω** = repelir, portanto, repulsão de alimentos. O correto deve ser: *sitieirgia* ou *siteirgia*, essa segunda forma é mais eufônica.

Eu afirmo isso baseado nas normas para a formação de palavras e numa autoridade, Ramiz Galvão (1909). Os dicionários do Aurélio, Antônio Houaïs, Antenor Nascentes, Alvaro Magalhães, Frei Domingos Vieira e Silveira Bueno, não trazem essa palavra.

Na página 674, coluna 3, consta "prerrequisito" duas vezes, além da segunda forma pré-requisito. Mesmo se o VOLP é apenas uma listagem, em muitos casos careceria uma mínima informação, nos casos de hominimia e de segunda forma de uma palavra. Na página 605, coluna 4, a palavra "otoméria" (sic); não seria otometria? A segunda forma de optometria. Como saber?

À guisa de conclusão

Se esse III Acordo Ortográfico não for confirmado – e corre risco de não ser efetivado pelo desacordo interno, que aparentemente se tentou superar com a estranha duplicidadade de normas – já valeu a pena, pois, embora não unificando a língua, ele já prestou-lhe um serviço. Se não for consolidado "in totum", várias de suas boas propostas restarão. Eis algumas delas:

1) A readmissão das letras: ***k***, ***w***, ***y***. Elas nunca deveriam ter saído do nosso alfabeto. A sua reinserção dependerá do uso pelo povo e da confirmação pela ABL. Eu vejo em jornais, e livros: kilo, kilograma, kilômetro, kilowat, kilobyte... e kileragem = a atividade do killer.
2) A não acentuação das palavras paroxítonas em ***ei***, ***eia***, ***oi***, ***oia*** e ***oide***. Exemplos: ideia, assembleia, boleia, colmeia, Jureia, hacaneia, cefaleico, alcaloide, androide, ictioide, Idoia, jiboia, pinoia Joice, joia, Nagoia, facoide, tabloide, zebroide... (Base, IX, 3).
3) A não acentuação das formas verbais em "***e***" tônico fechado em hiato com a terminação "***em***" da terceira pessoa do plural do presente do indicativo: anteveem, circunveem, creem, deem, descreem, desdeem, desproveem, leem, preveem, tresleem, reveem, veem... (Base, IX,7). Atenção: a 3ª pessoa do pl. do ind. pres. de ***ter***, ***vir*** e compostos, é acentuda: abstêm, advêm, contêm, convêm, detêm, entretêm, intervêm, mantêm, provêm, têm, vêm.

4) A não acentuação das palavras paroxítonas em vogal tônica fechada com a grafia "***o***": abalroo, abençoo, abotoo, acoroçoo, acoo, assoo, caçoo, coo, coroo, destoo, doo, enjoo, desacoroçoo, ensaboo, entoo, esboroo, escoo, esmoo, esterroo, ferroo, heroo, magoo, moo, perdoo, povoo, reboo, remoo, revoo, roo, sobrevoo, voo, zoo... (Base, IX,8).

Essas são as principais normas já assimiladas e em uso. Elas são importantes pois simplificam a língua. Essas regras permanecerão, mesmo se esse III Acordo não foi efetivado.

Lamentável no III Acordo Ortográfico foi a supressão do trema. Ele é importante não só para as palavras estrangeiras, mas também para exprimir o som gutural típico das linguas indígenas. Sem o trema, eloqüente pode virar um "elo quente"; delinqüente = delinqente; intranqüilo = intranqilo; ungüento = ungento; lingüiça = lingiça... As palavras mal pronunciadas dificultam a comunicação, por falta desse importante sinal indicativo de que a vogal tremada, necessariamente deve ser pronunciada separada de sua vizinha. Muitas as pessoas – inclusive formadas e bem instruídas – não se apercebem disso.

Para finalizar – se alguém tem dúvida de minha posição – eu afirmo: "sinceramente, sou a favor da unificação gráfica da língua portuguesa, pois isso traz vantagens para os lusófonos do mundo. Uma seria pleitear o status de língua oficial da ONU, considerando o número de falantes. Mas – como penso ter demonstrado aqui – com as normas desse III ACORDO, lamentavelmente a nossa língua não está graficamente unificada".

Bibliografia consultada

ABREU, J. Capistrano de – rã-txa hu-ni-hu-î A Língua dos Caxinauás. 2ª Edição. Livraria Briguet. Rio de Janeiro, 1941.

BUENO, Francisco da Silveira – A Formação Histórica da Língua Portuguesa. Livraria Acadêmica. Rio de Janeiro, 1958.

BUENO, Francisco da Silveira – Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Lìngua Portuguesa, 8 Volumes, Editora Saraiva, São Paulo, 1965.

CARDOSO, Armando Levy – Toponímia Brasílica. Editora Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1961.

COUTINHO, Ismael de Lima – Gramática Histórica. Livraria Acadêmica. Rio de Janeiro, 1962.

FIGUEREDO, Cândido de – A Ortografia no Brasil (História e Crítica). Editora Livraria Clássica. Lisboa, 1929.

FONSECA, Vasco da – Dictionnaire des Verbes Irréguliers et des Conjugaisons Difficiles de la Langue Portugaise. Editora Imprensa Nacional. Lisboa, 1984.

HOLANDA, Aurélio Buarque de – Novo Dicionário da Língjua Portuguesa. Editora Nova Fronteira, 1ª. edição, Rio de Janeiro. 1975.

HOUAÏS, Antônio – Dicionário Houaïs da Língua Portuguesa, Editora Objetiva Ltda. 1ª. edição Rio de Janeiro. 2009.

LEÃO, Duarte Nunes de – Ortografia e Origem da Língua Portuguesa. Editora Imprensa Nacional. Lisboa, 1983.

MAGALHÃES, Alvaro (Organizador) – Dicionário Enciclopédico Brasileiro – Editora Globo. Rio de Janeiro, 1957.

NAVARRO, Eduardo de Almeida – Método moderno de Tupi Antigo. Editora Global. São Paulo, 2005.

NASCENTES, Antenor – Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. (Primeira e Única Edição). Livraria Francisco Alves, Rio. 1932.

OLIVEIRA, Frei Hermínio Bezerra de – Acordo Ortográfico – Vocabulário das Palavras Modificadas. Editora Armazém da Cultura, Fortaleza, 2012.

OLIVEIRA, Frei Hermínio Bezerra de e Zacharias Bezerra de – Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Ed. Expressão Gráfica. Fortaleza, 2009.

RAMIZ, Galvão – Vocabulário Etimológico da Língua Portuguesa. Livraria Garnier, Rio. 1909.

SYMPSON, Pedro Luiz – Grammatica da Língua Brasileira (Brasílica, Tupi, ou Nheêngatu). Editora Fernades, Neiva & Cia. Rio de Janeiro, 1926.

TIBIRIÇÁ, Luis Caldas – Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi. Editora Traço, 1997.

Vieira, Frei Domingos - Grande Diccionario Portuguez - Ed. Ernesto Chardron e Bartolomeu H. de Moraes, Rio de Janeiro, 1871.

VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, Academia Brasileira de Letras, 5ª Edição. 2009.

VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, Porto Editora. Porto, Portugal. 2009.

SÓCIOS FUNDADORES, PRESIDENTES E SÓCIOS EFETIVOS

Sócios Fundadores

Guilherme Studart (Barão de Studart)
Paulino Nogueira Borges da Fonseca
Antônio Bezerra de Menezes
Joakim de Oliveira Catunda
João Batista Perdigão de Oliveira
Júlio César da Fonseca Filho
Pe. João Augusto da Frota
Antônio Augusto de Vasconcelos
José Sombra (Sênior)
Virgílio Brígido
Virgílio Augusto de Moraes
Juvenal Galeno da Costa e Silva

Presidentes

Paulino Nogueira Borges da Fonseca	4.3.1887 a 15.6.1908
Thomaz Pompeu de Sousa Brasil	15.8.1908 a 6.4.1929
Guilherme Studart (Barão de Studart)	6.4.1929 a 25.9.1938
Thomaz Pompeu Sobrinho	25.9.1938 a 9.11.1967
Raimundo Renato de Almeida Braga	9.11.1967 a 20.3.1968
Carlos Studart Filho	20.3.1968 a 6.4.1982
Mozart Soriano Aderaldo	6.4.1982 a 4.3.1983
Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	4.3.1983 a 4.3.1985
Antônio Martins Filho	4.3.1985 a 6.3.1989
Mozart Soriano Aderaldo	6.3.1989 a 4.3.1991
Geraldo da Silva Nobre	4.3.1991 a 4.3.1995
Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	4.3.1995 a 4.3.1997
Paulo Ayrton Araújo	4.3.1997 a 4.3.2001
Geraldo da Silva Nobre	4.3.2001 a 4.3.2003
Manuel Eduardo Pinheiro Campos	4.3.2003 a 4.3.2005

Sócios efetivos, por ordem de antiguidade, desde a fundação do Instituto

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
001 – Paulino Nogueira Borges da Fonseca	27.02.1841	04.03.1887	04.03.1887	15.06.1908
002 – Barão de Studart (Guilherme Studart)	05.01.1856	04.03.1887	04.03.1887	25.09.1938
003 – Joakim de Oliveira Catunda	02.12.1834	04.03.1887	04.03.1887	28.07.1907
004 – João Augusto da Frota (Pe.)	24.01.1849	04.03.1887	04.03.1887	02.04.1942
005 – João Batista Perdigão de Oliveira	23.08.1854	04.03.1887	04.03.1887	28.02.1929
006 – Antônio Augusto de Vasconcelos	23.12.1852	04.03.1887	04.03.1887	10.03.1930
007 – Antônio Bezerra de Menezes	21.02.1841	04.03.1887	04.03.1887	28.08.1921
008 – Júlio César da Fonseca Filho	10.10.1850	04.03.1887	04.03.1887	21.04.1931
009 – Juvenal Galeno da Costa e Silva	27.10.1836	04.03.1887	04.03.1887	07.03.1931
010 – José Sombra	04.12.1852	04.03.1887	04.03.1887	16.03.1888
011 – Virgílio Brígido	24.04.1854	04.03.1887	04.03.1887	20.10.1920
012 – Virgílio Augusto de Moraes	21.12.1854	04.03.1887	04.03.1887	06.05.1914
013 – Thomaz Pompeu de Sousa Brasil	30.06.1852	27.02.1889	12.03.1889	06.04.1929
014 – Manoel Soriano de Albuquerque	08.01.1877	24.12.1912	24.12.1912	05.09.1914
015 – Rodolfo Marcos Teófilo	06.05.1853	24.12.1912	24.12.1912	02.07.1932
016 – Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo	06.10.1852	24.12.1912	24.12.1912	29.09.1930
017 – Antônio Teodorico da Costa	12.08.1861	24.12.1912	24.12.1912	04.06.1939
018 – Álvaro Otacílio Nogueira Fernandes	14.09.1873	24.12.1912	24.12.1912	08.01.1953
019 – Álvaro Gurgel de Alencar	10.01.1861	20.09.1915	20.09.1915	02.07.1945
020 – José Lino da Justa	23.09.1863	1915	1915	22.03.1952
021 – Rodolfo Ferreira da Cunha (Pe.)	26.09.1880	1922	1922	19.04.1967
022 – Carlos Studart Filho	17.06.1896	20.09.1928	27.09.1928	06.04.1982
023 – Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho	16.11.1880	20.09.1928	27.09.1928	09.11.1967
024 – Eusébio Néri Alves de Sousa	14.08.1883	20.09.1928	27.09.1928	22.09.1947
025 – José da Cunha Sombra	21.03.1883	25.06.1929	05.07.1929	21.04.1932
026 – Álvaro Bomílcar da Cunha	14.04.1874	05.10.1929	05.11.1929	12.09.1957
027 – Júlia Carneiro Leão de Vasconcelos	07.09.1880	20.04.1930	05.06.1930	20.01.1951
028 – Valdemar Cromwel do Rego Falcão	25.01.1895	20.09.1930	05.11.1930	02.10.1946
029 – José Pedro Soares Bulcão	13.05.1873	05.10.1931	31.10.1931	17.07.1942

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
030 – Antônio Martins de Aguiar e Silva	04.03.1893	05.10.1931	31.10.1931	30.08.1974
031 – Guilherme de Sousa Pinto	13.06.1883	05.10.1931	31.10.1931	14.09.1939
032 – José Carvalho	11.02.1872	05.10.1931	31.10.1931	15.02.1933
033 – Carlos Livino de Carvalho	17.02.1881	05.10.1931	31.10.1931	02.04.1960
034 – Leonardo Ferreira Mota	01.05.1891	05.10.1931	05.01.1932	02.01.1948
035 – Manuel Antônio de Andrade Furtado	28.01.1890	20.07.1932	05.09.1932	16.04.1968
036 – Djacir de Lima Menezes	16.11.1907	20.04.1933	20.05.1933	08.06.1996
037 – Hugo Vítor de Guimarães e Silva	17.11.1898	05.03.1936	14.04.1936	16.11.1950
038 – José Valdo Ribeiro Ramos	04.04.1901	20.02.1936	05.04.1936	04.12.1961
039 – Abner Carneiro de Vasconcelos	09.12.1884	20.03.1936	05.04.1936	03.02.1972
040 – Clodoaldo Pinto	27.10.1896	20.03.1936	05.04.1936	12.07.1979
041 – Alba Valdez (Maria Rodrigues)	12.12.1874	05.02.1936	10.05.1936	04.02.1962
042 – Misael Gomes da Silva (Pe.)	21.09.1885	20.04.1938	05.05.1938	20.08.1984
043 – João Franklin de Alencar Nogueira	27.10.1867	04.06.1941	19.07.1941	02.12.1947
044 – Dolor Uchoa Barreira	13.04.1893	04.06.1941	19.07.1941	30.06.1967
045 – Raimundo Girão	03.10.1900	04.06.1941	19.07.1941	24.07.1988
046 – Plácido Aderaldo Castelo	11.01.1906	04.06.1941	19.07.1941	17.06.1979
047 – Joaquim Alves de Oliveira	10.02.1894	20.11.1942	06.01.1943	08.06.1952
048 – Antônio Martins Filho	22.12.1904	20.11.1942	06.01.1943	20.12.2002
049 – Demócrito Rocha	14.04.1888	20.11.1942	06.01.1943	29.11.1943
050 – Luís Cavalcante Sucupira	11.05.1901	20.11.1942	06.01.1943	11.07.1997
051 – Francisco Dias da Rocha	23.08.1869	04.12.1943	20.03.1944	25.07.1960
052 – Manuel do Nascimento Fernandes Távora	21.03.1877	04.12.1943	13.05.1944	23.09.1973
053 – Dom Antônio de Almeida Lustosa	11.02.1886	20.03.1944	29.04.1944	14.08.1974
054 – Raimundo Renato de Almeida Braga	20.12.1905	20.05.1944	31.08.1944	13.06.1968
055 – Carlos Feijó da Costa Ribeiro	05.04.1885	20.01.1948	17.02.1948	10.10.1958
056 – Josa Magalhães	08.01.1896	05.02.1948	17.03.1948	31.10.1983
057 – Francisco Martins (Fran)	13.03.1913	20.03.1948	27.06.1948	29.06.1996
058 – José Bonifácio de Sousa	01.11.1901	05.06.1950	20.09.1950	17.04.1970
059 – Florival Alves Seraine	19.04.1910	05.06.1950	21.10.1950	04.01.1999
060 – Mozart Soriano Aderaldo	22.04.1917	05.06.1950	27.10.1950	25.06.1995
061 – Boanerges Facó	30.09.1882	05.06.1950	17.01.1951	04.08.1970
062 – Francisco Alves de Andrade e Castro	21.11.1913	20.12.1950	30.03.1951	06.10.2001
063 – José Guimarães Duque	21.09.1903	20.04.1953	30.09.1953	12.05.1978
064 – Manuel Albano Amora	19.10.1915	04.06.1955	25.08.1955	02.06.1991

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
065 – Hugo Catunda Fontenele	10.08.1899	04.06.1955	25.08.1955	07.03.1980
066 – Luís Teixeira Barros	26.01.1920	04.06.1955	25.08.1955	07.04.2000
067 – José Sobreira de Amorim	14.05.1912	04.06.1955	25.08.1955	06.03.1974
068 – José Denizard Macedo de Alcântara	01.09.1921	04.06.1955	25.08.1955	12.11.1983
069 – Ismael de Andrade Pordeus	25.12.1912	04.06.1955	25.08.1955	06.09.1964
070 – Paulo Bonavides	20.05.1925	04.06.1955	25.08.1955	–
071 – João Batista Saraiva Leão	25.12.1895	04.06.1955	25.08.1955	30.12.1977
072 – José Aurélio Saraiva Câmara	20.06.1921	04.06.1955	25.08.1955	09.04.1974
073 – Joaquim Braga Montenegro	28.02.1907	04.06.1955	25.08.1955	20.11.1979
074 – Manuel Eduardo Pinheiro Campos	11.01.1923	20.08.1956	16.11.1956	–
075 – Valderi Magalhães Uchoa	16.08.1917	20.10.1956	20.03.1957	21.10.1964
076 – Antônio Filgueiras Lima	21.05.1909	20.12.1956	23.04.1957	28.09.1965
077 – João Hipólito Campos de Oliveira	05.05.1917	04.04.1957	20.08.1957	04.09.1994
078 – José Parsifal Barroso	05.07.1913	20.10.1966	04.12.1967	26.04.1986
079 – Zélia Sá Viana Camurça	16.12.1924	04.09.1967	09.04.1968	–
080 – Oswaldo de Oliveira Riedel	20.07.1913	20.06.1968	04.11.1969	21.01.1989
081 – Antônio Gomes de Freitas	23.03.1904	21.10.1968	04.11.1969	15.07.1976
082 – Geraldo da Silva Nobre	31.08.1924	21.10.1968	28.11.1969	26.06.2005
083 – Raimundo Teles Pinheiro	20.03.1910	21.01.1974	04.07.1974	13.11.1987
084 – Virgílio de Moraes Fernandes Távora	29.09.1919	21.01.1974	04.07.1974	03.06.1988
085 – Guarino Alves de Oliveira	02.05.1921	21.01.1974	04.07.1974	28.10.1999
086 – Raimundo Aristides Ribeiro	12.03.1912	21.01.1974	04.07.1974	11.09.2003
087 – José Oswaldo de Araújo	17.03.1894	20.09.1974	04.12.1974	02.09.1975
088 – Pedro Alberto de Oliveira Silva	24.07.1937	20.09.1974	04.12.1974	–
089 – Vinicius Antonius Holanda de Barros Leal	16.10.1922	20.09.1974	04.12.1974	–
090 – Melquíades Pinto Paiva	06.03.1930	20.09.1974	04.12.1974	–
091 – Francisco Fernando Saraiva Câmara	24.08.1930	05.05.1975	17.10.1975	–
092 – Hélio de Sousa Melo	19.12.1921	05.05.1975	17.10.1975	28.11.2001
093 – Francisco de Assis Arruda Furtado	10.05.1923	21.07.1975	17.10.1975	–
094 – José Teixeira de Freitas	09.05.1918	21.07.1975	17.10.1975	08.07.1994
095 – José Caminha Alencar Araripe	01.05.1921	20.12.1976	26.04.1977	–
096 – Itamar Santiago Espíndola	14.09.1917	20.12.1976	26.04.1977	13.08.1992
097 – Eduardo de Castro Bezerra Neto	16.12.1934	04.02.1980	22.05.1980	–
098 – Manuel Lima Soares	08.11.1923	20.10.1980	20.02.1981	06.05.1990
099 – Abelardo Fernando Montenegro	30.05.1912	20.10.1980	20.03.1981	–

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
100 – Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	12.01.1914	20.10.1980	23.04.1981	–
101 – Rubens de Azevedo	30.10.1921	22.06.1981	04.09.1981	–
102 – Antônio Nilson Craveiro Holanda	22.06.1935	04.04.1978	24.02.1982	–
103 – Maria da Conceição Sousa	21.09.1913	21.06.1982	20.08.1982	09.02.1991
104 – Caio Lóssio Botelho	19.04.1933	06.02.1984	04.04.1984	–
105 – Cláudio Martins	10.05.1910	06.02.1984	23.04.1984	17.06.1995
106 – Carlos Mauro Cabral Benevides	21.03.1930	05.11.1984	23.08.1985	–
107 – Paulo Ayrton Araújo	05.01.1925	20.06.1986	20.08.1986	–
108 – Joaryvar Macedo	20.05.1937	20.01.1988	22.02.1988	29.01.1991
109 – Vladir Pontes Menezes	12.07.1934	04.08.1988	30.08.1988	–
110 – Valdelice Carneiro Girão	21.02.1926	20.09.1988	04.11.1988	–
111 – José Borges de Sales	10.02.1911	21.08.1989	20.12.1989	12.05.2006
112 – Paulo Elpídio de Menezes Neto	13.01.1936	05.09.1990	20.11.1990	–
113 – José Liberal de Castro	21.05.1926	22.04.1991	22.07.1991	–
114 – João Alfredo de Sousa Montenegro	15.12.1930	06.05.1991	20.06.1991	–
115 – Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)	15.05.1934	05.09.1991	21.10.1991	–
116 – Francisco Sadoc Araújo	17.12.1931	05.04.1993	17.07.1993	–
117 – Marcelo Caracas Linhares	15.03.1924	07.11.1994	05.12.1994	–
118 – Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	28.04.1935	20.12.1994	20.02.1995	–
119 – José Cláudio de Oliveira	24.05.1926	20.09.1995	25.10.1995	–
120 – Oswaldo Evandro Carneiro Martins	17.08.1927	20.09.1995	17.11.1995	_
121 – José Murilo de Carvalho Martins	31.03.1929	06.01.1997	27.06.1997	_
122 – Pedro Sisnando Leite	13.05.1933	05.06.1997	23.10.1997	_
123 – Aroldo Mota	27.01.1933	22.09.1997	13.11.1997	_
124 – Francisco Edson Cavalcante Pinheiro	30.01.1923	05.04.1999	21.06.1999	_
125 – Gisafran Nazareno Mota Jucá	20.09.1948	05.01.2000	24.04.2000	_
126 – Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos	20.06.1934	10.08.2000	25.10.2000	_
127 – Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho	23.08.1944	05.04.2002	05.06.2002	_
128 – Francisco Ésio de Sousa	24.09.1935	22.04.2002	25.07.2002	_
129 – Dário Moreira de Castro Alves	14,12.1927	17.03.2004	17.08.2004	_
130 – José Augusto Bezerra	12.06.1948	20.06.2005	05.08.2005	-
131 – José Filomeno Moraes Filho	20.11.1952	05.10.2005	25.11.2005	-
132 – Ednilo Gomes de Soárez	03.08.1939	05.10.2006	22.11.2006	

(Colaboração de Silvia Teophilo Figueiredo de Negreiros, Paulo Ayrton Araújo e Aluísio Bezerra)

Relação atualizada dos Sócios Efetivos com os respectivos endereços - 2006

01. Paulo Bonavides
Av. Curió, 2810 – Casa 281 – Lagoa Redonda..... (85) 3476.8262
60831-370 – Fortaleza, CE

02. Manoel Eduardo Pinheiro Campos
Rua Vicente Leite, 960 – Ap.701 ..... (85) 3224.1944
60170-150 – Fortaleza, CE

03. Zélia Sá Viana Camurça
Rua Sena Madureira, 907 ..... (85) 3219.2525
60055-080 – Caixa Postal 12.146
60021-970 – Fortaleza, CE

04. Pedro Alberto de Oliveira Silva
Rua José Carlos Gurgel Nogueira, 164..... (85) 3234.1417
60175-830 – Fortaleza, CE

05. Vinicius Antonius Holanda de Barros Leal
Rua Marcos Macedo, 901 ..... (85) 3224.1635
60170-020 – Fortaleza, CE

06. Melquíades Pinto Paiva
Rua Coronel Linhares, 777- Ap. 1202 ..... (85) 3224.1385
60170-241 – Fortaleza,CE
Rua Baronesa de Poconé, 71 - Ap. 701 ..... (21) 2538.2498
22471-270 - Rio de Janeiro, RJ

07. Francisco Fernando Saraiva Câmara
Rua João Cordeiro, 2554 ..... (85) 3226.2532
60110-301 – Fortaleza, CE

08. Francisco de Assis Arruda Furtado
Rua Henriqueta Galeno, 225 - Ap. 700..... (85) 3244.7817
60190-140 – Fortaleza, CE

09. José Caminha Alencar Araripe
Rua José Vilar, 2343 – Ap.701..... (85) 3242.1285
60125-001 – Fortaleza, CE

10. Antônio Nilson Craveiro Holanda
SHIS - QL 14 – Conj. 06 – Casa 17 ..... (61) 248.3373
70640-065 – Brasília, DF

11. Eduardo de Castro Bezerra Neto
Rua José Moacir Ribeiro, 1055..... (85) 3273.5897
60834-623 – Fortaleza, CE

12. Abelardo Fernando Montenegro
Rua Donatila Carvalho, 39 ..... (85) 3223.0916
60325-100 – Fortaleza, CE

13. Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira
Rua Beni Carvalho, 120 ..... (85) 3224.9347
60135-400 – Fortaleza, CE

14. Rubens de Azevedo
Rua Marcondes Pereira, 634 – Ap. 502 ..... (85) 3257.8389
60130-060 – Fortaleza, CE

15. Caio Lóssio Botelho
Rua Oto de Alencar, 36 ..... (85) 3238.0859
60010-270 – Fortaleza, CE

16. Carlos Mauro Cabral Benevides
SHIS – QI 05 – Conj. 17 – Casa 8 – Lago Sul..... (61) 248.6830
71165-170 – Brasília, DF

17. Paulo Ayrton Araújo
Rua José Vilar, 2350 – Ap.1000..... (85) 3224.0004
60125-001 – Fortaleza, CE

18. Vladir Pontes Menezes
Rua Barão do Rio Branco, 1594..... (85) 3231.6152
60025-061 – Fortaleza, CE

19. Valdelice Carneiro Girão
Rua Marcos Macêdo, 140 - Ap.503..... (85) 3244.4063
60150-190 – Fortaleza, CE

20. Paulo Elpídio de Menezes Neto
Rua Bartolomeu Mitre, 335 – Ap.401
22431-000 – Rio de Janeiro, RJ
Rua Silva Jatahy, 355 - Ap. 502 ..... (85) 3248.4666
60165-070 – Fortaleza, CE

21. João Alfredo de Sousa Montenegro
Rua Monsenhor Bruno, 600 – Ap. 101 ..... (85) 3264.4822
60115-190 – Fortaleza, CE

22. José Liberal de Castro
Rua Gervásio de Castro, 50 ..... (85) 3223.5142
60015-310 – Fortaleza, CE

23. Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)
Rua Prof. João Bosco, 560..... (85) 3281.6949
60430-690 – Fortaleza, CE

24. Francisco Sadoc de Araújo
Av. da Ressurreição, 926..... (88) 3613.1448
62020-540 – Sobral, CE

25. Marcelo Caracas Linhares
Rua Oswaldo Cruz, 280 – Ap. 401 ..... (85) 3242.7493
60125-150 – Fortaleza, CE

26. Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Rua Tomaz Acioli, 1505 ..... (85) 3261.7968
60135-180 – Fortaleza, CE

27. José Cláudio de Oliveira
Rua Prof. Dias da Rocha, 2350 ..... (85) 3227.5500
60170-311 – Fortaleza, CE

28. Oswaldo Evandro Carneiro Martins
Rua Xavier de Castro, 40 ..... (85) 3219.4468
60060-330 – Fortaleza, CE

29. José Murilo de Carvalho Martins
Av. Beira Mar, 3660 – Ap. 401..... (85) 3263.3311
60165-121 – Fortaleza, CE

30. Pedro Sisnando Leite
Rua Dr. Zamenhof, 400 - Ap 1301..... (85) 3262.3328
60176-060 – Fortaleza, CE

31. Aroldo Cavalcanti Mota
Rua Vicente Leite, 550 - Ap.501 ..... (85) 3242.7900
60170-150 – Fortaleza, CE

32. Francisco Edson Cavalcante Pinheiro
Rua Eduardo Garcia, 505 – Ap. 202 ..... (85) 3242.0388
60150-100 – Fortaleza, CE

33. Gisafran Nazareno Mota Jucá
Rua Fiscal Vieira, 3800 – Bloco B - Ap. 201 ..... (85) 3272.3469
60120-170-Fortaleza, CE

34. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos
Rua Carlos Barbosa, 463 – Ap. 701 ..... (85) 3249.4365

35. Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho
Rua Fausto Cabral, 861 ..... (85) 3234.5093
60155-410 – Fortaleza,CE

36. Francisco Ésio de Sousa
Rua Henriqueta Galeno, 714 – Ap. 702 ..... (85) 3261.6745
60135-420 - Fortaleza, CE

37. Dário Moreira de Castro Alves ..... (85) 3248.1880
Rua Silva Jatahy, 54 – Ap. 700
60165-070 - Fortaleza, CE

38. José Augusto Bezzerra ..... (85) 3264.0933
Av. Rui Barbosa, 748 - Ap. 800
60115-220 - Fortaleza, CE

39. José Filomeno Moraes Filho..... (85) 3261.6508
Rua Monsenhor Catão, 1442 - Ap. 1003
60175-000 - Fortaleza, CE

40. Ednilo Gomes de Soárez ..... (85) 3265.3966
Av. Beira Mar, 4777 - Ap.1500
60165-125 - Fortaleza-CE

ÍNDICE

Ao leitor 5

ARTIGOS 7

Caldeirão: subsídios à redefinição de sua história
Eduardo Campos 9

Raimundo de Alencar Araripe e a Prefeitura de Fortaleza (1936 - 1945)
Pedro Alberto de Oliveira Silva 17

Os naturalistas e o Ceará: XII - Raimundo Nonato de Almeida Braga (1905-1968)
Melquíades Pinto Paiva 31

Dom Francisco Xavier Aranha e a Paróquia de Quixeramobim
Fernando Câmara 47

José de Alencar e o desafio da escravidão
J. C. Alencar Araripe 53

História e Literatura: Fortaleza da segunda metade do século XIX. A Afilhada de Oliveira Paiva
João Alfredo Montenegro 71

Plácido Castelo - o meu governador
Marcelo Linhares 109

A trajetória de um acervo: explanação sobre a organização dos Fundos Capistrano de Abreu e Sociedade Capistrano de Abreu
Gisafran Nazareno Mota Jucá, Ítala Byanca Marais da Silva, Paula Virgínia Pinheiro Batista 115

Ex-Líbris - marca de propriedade do livro
José Augusto Bezerra 129

Rede urbana colonial cearense: uma crítica à noção de rede dendrítica
Eustógio Wanderley Correia Dantas 145

Thomaz Pompeu de Souza Brasil: o homem de empresas
Carlos Negreiros Viana 171

A educação e a preservação da ordem: a idealização do modelo de cidadão do Brasil pós - 30
Francisco Adegildo Ferrer 197

Pe. Osvaldo Chaves, um pioneiro no domínio da ciganologia
José Rogério Fontenele Bessa 215

EFEMÉRIDES 223
Datas e fatos para a história do Ceará
Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) 225
Barão de Studart - o pesquisador (Sesquicentenário de nascimento)
Valdelice Carneiro Girão 253

PALESTRAS 257
O Banco Provincial do Ceará
Eduardo Bezerra Neto 259
O que foi a Revolução Cultural na China
Caio Lóssio Botelho 271

DISCURSOS 277
Saudando Ednilo Gomes de Soaréz como Sócio Efetivo do Instituto do Ceará
Eduardo Campos 279
Discurso de posse como Sócio Efetivo do Instituto do Ceará
Ednilo Gomes de Soárez 285
Discurso de saudação ao bibliófilo e imortal José Mindlim
José Augusto Bezerra 299
Discurso proferido pelo deputado Mauro Benevides na Câmara dos Deputados em 16 de janeiro de 2006
Mauro Benevides 305

HOMENAGEM PÓSTUMA 307
José Borges de Sales - um paraibano na Casa do Barão
José Jarbas Studart Gurgel 309

NOTAS E TRANSCRIÇÕES 317
Geopark Araripe: a história do passado escrevendo o futuro
Maria Cristina Castro e Lisiane Linhares 319
Capistrano de Abreu
Dário Moreira de Castro Alves 327

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO EM 2006 331
Relatório da Secretaria do Instituto
Valdelice Carneiro Girão 333

ATAS DAS SESSÕES DE 2006 339

SÓCIOS FUNDADORES, PRESIDENTES E SÓCIOS EFETIVOS 367
Sócios fundadores e Presidentes 369
Sócios efetivos por ordem de antiguidade desde a fundação do Instituto 370
Relação atualizada dos Sócios Efetivos com os respectivos endereços - 2006 374

ÍNDICE 379

Revista do Instituto do Ceará - 2006

Coordenação
Pedro Alberto de Oliveira Silva

Projeto Gráfico e Editoração
Sandro Vasconcelos

Capa e Tratamento da Foto
Geraldo Jesuino

Foto da Capa
José Liberal de Castro

Revisão
Leonora Vale

Impressão

Sugestões de leitura para o estudo das ocupações holandesas no Ceará (1637-1644 e 1649-1654)

Eurípedes Chaves Junior*

Nenhum roteiro bibliográfico pode ter a presunção de exaurir o assunto a que pretende se reportar. Limitações de vária ordem impossibilitam essa completude: tempo de pesquisa, acesso a fontes primárias e/ou secundárias, conhecimento geral prévio da matéria, sagacidade e a inevitável intervenção da subjetividade do autor da resenha, dentre outras. O bibliógrafo é um garimpeiro vontadoso, mas sempre lhe escapa da bateia preciosas pepitas, dignas de compilação. E toda bibliografia é um portal que nunca se fecha, seja pela descoberta de antigas referências, seja pela contínua produção e novas abordagens do tema alvo.

Procuramos compor estas *sugestões de leitura* com a máxima isenção de ânimo de que fomos capazes, mas não estaríamos usando de honestidade intelectual se nelas incluíssemos estudos – em livros ou periódicos – que contivessem notórios enganos, omissões ou erros históricos; na maioria das vezes escusáveis em virtude dos elementos de pesquisa de que dispunham os respectivos estudiosos, à época em que compuseram as suas obras.

Nos estudos referentes aos dois períodos da ocupação holandesa no Ceará, as pesquisas do historiador pernambucano José Higino Duarte Pereira em 1885-86, nos arquivos dos Países Baixos, podem ser classificadas como um divisor de águas. Com a divulgação do mapa da *Capitania do Siara*, incluindo a planta baixa do *Forte Schoonenborch* (1649), ainda nos anos finais do século XIX e a publicação de dois fragmentos do *Diário* de Matias Beck, também de 1649 (traduzido por

* Médico, Advogado e estudioso da História do Ceará.

Alfredo de Carvalho, em 1903); antigas dúvidas foram dirimidas, afirmações retificadas e lacunas e omissões preenchidas.

Arrimados na justificativa acima exposta, não incluímos neste *roteiro bibliográfico* as obras dos seguintes cronistas e historiadores: Manoel Ayres do Casal, Cândido Mendes de Almeida, Tristão de Alencar Araripe, Pedro Théberge (Senador) Tomás Pompeu de Sousa Brasil, Augusto Fausto de Sousa (ensaio "Fortificações no Brasil" publicado no tomo XLVIII, 1885, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*), Joaquim Catunda, João Pompeu de A. Cavalcanti, João Brígido (primeiras publicações) e Paulino Nogueira (estudo sobre a Fortaleza de N. S. da Assunção, publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, de Fortaleza, tomo II, 1888).

As grandes sínteses da *História do Brasil*, escritas desde inícios do século XIX até os dias atuais, por não trazerem aprofundamento mais significativo ao estudo da nossa temática, foram aqui igualmente omitidas. Arrolamos as obras de caráter mais geral sobre o domínio holandês no Brasil (1630-1654) para uma melhor contextualização das invasões do território cearense; bem como, o mais exaustivamente possível, o que se tem publicado ao longo do tempo – em livros ou periódicos–, sobre as citadas ocupações batavas em plagas alencarinas (1637-1644 e 1649-1654).

Muitas das *sugestões de leitura* abaixo enumeradas caíram em *domínio público*, outras tantas pertencem a entidades socioculturais que as disponibilizam na Internet. A valorosa e tantas vezes citada coleção da *Revista do Instituto do Ceará* pode ser consultada através de duplo *cd-rom* até o tomo CXVIII, de 2004. Nas obras com mais de uma edição, preferimos citar a mais recente, para facilitar o acesso do leitor, sem nos esquecermos do imprescindível registro do ano em que primeiro vieram a lume. Várias indicações bibliográficas requereram comentários ou explicações adicionais.

Desejamos que o nosso *guia* ou *roteiro bibliográfico* seja útil aos pesquisadores da evolução histórica do Ceará, bem assim aos estudantes e aos interessados em geral. Não vai além o nosso desiderato.

* * *

1. ACERVO – *Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, volume 10, nº 01, jan/jun, 1997. Ilustrada. (Excelente edição, reunindo oito ensaios sob o tema central ou dossiê: "O Brasil nos Arquivos Portugueses").

2. ADERALDO, Mozart Soriano. *História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada*. 2ª ed. revista e ampliada. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC, 1993. (1ª ed., 1974, com o título reduzido de *História abreviada de Fortaleza*).

3. ARCA, P. Núñez. *Os três Felipes da Espanha que foram reis do Brasil* (Um capítulo esquecido da História do Brasil. Reivindicação histórica dos 60 anos do Período Filipino). São Paulo: Edigraf, 1957. (Ver item 130).

4. ANDRADE, Lauro Ruiz de. "As minas de prata de Matias Beck" in *Boletim do Museu Histórico do Estado do Ceará*. Fortaleza, ano I, nº 2, segundo trimestre, 1935, pp. 25-27. (O primeiro artigo a reivindicar claramente para Matias Beck o título de Fundador de Fortaleza. Este *Boletim* foi, juntamente com outros dois números, reeditado em edição fac-similar, em 2006, pelo Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, constituindo o volume 1 da coleção "Memória do Museu do Ceará").

5. _____. *Marajaig (Romance – Quadros do Ceará-Holandês)*. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1976. Prefácio de Raimundo Girão.

6. _____. *No roteiro do Eldorado (Narrativa histórica)*. Fortaleza: Edição do Autor, 1964. Prefácio de Raimundo Girão.

7. ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury; e CAVALCANTI, Sandra Melo (Orgs.). *Tempos dos flamengos & outros tempos*. Brasília/Recife: CNPq/Fundação Joaquim Nabuco - Editora Massagana, 1999. (Miscelânea com introdução de Correia de Andrade e estudos de Frederico Pernambucano de Mello, Cristina Inojosa, Elcia de Torre Bandeira, José Luís Cardoso, Leonardo Dantas Silva, Maria do Socorro Ferraz, Caio Boschi, Luciano Cerqueira, Luiz Sávio de Almeida, Paulo Donizeti Siepierski, Severino Vicente da Silva, Marcus Carvalho, José Luiz Mota Menezes, Elivan Rosas Ribeiro, João Alfredo dos Anjos, Leonor Freire Costa, Paul Clavel e Joaquim Romero Magalhães).

8. ARAGÃO, R. Batista. *História do Ceará*. 1º volume. Fortaleza: Edição do Autor [Imprensa Oficial do Ceará – IOCE], [1984]. (Ver o capítulo VI: "Domínio holandês no Ceará - 1636 a 1654". O Autor adota o critério de não citar qualquer fonte de consulta. Comete pequenos enganos, tais como imputar a planta do Forte Schoonenborch ao capitão Maes (um dos executores da obra), quando é sabido que ela foi traçada pelo engenheiro Ricardo Caar ou Caer; chama de 'Morujaitiba' o atual riacho Pajeú: o ribeiro chamava-se 'Marajaig' ou 'Marajaik' e o outeiro à sua margem esquerda é que levava a denominação de 'Marajaitiba').

9. AZEVEDO, Miguel Ângelo de. (Nirez). *Cronologia ilustrada de Fortaleza*. 2 v. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar – Programa Editorial, 2001. Ilustrada.

10. BARLÉU, Gaspar [Barlaeus ou Barleus]. *O Brasil holandês sob o Conde Maurício de Nassau*. Brasília: Senado Federal, 2005. Tradução e notas de Cláudio Brandão. (1ª edição em latim, publicada em Amsterdam, 1647; 1ª ed. completa em português, 1940, sob o título *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Este livro é um monumento dos estudos holandeses no Brasil: além do valor incontestável do texto, traz rica reprodução cartográfica e ilustrações pioneiras de Frans Post. Ver item 40).

11. BARRETO, Aníbal. *Fortificações do Brasil (resumo histórico)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

12. BARROSO, Gustavo. "Como os holandeses conquistaram o Ceará" in *À margem da história do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, pp. 41-45. (Barroso cometeu descuido histórico ao afirmar que o Forte Schoonenborch deu continuidade ao Forte São Sebastião).

13. _____. "Os holandeses e a prata do Ceará" in *À margem da história do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, pp. 46-50.

14. _____. "Índios do Ceará morrem na Holanda" in *À margem da história do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, pp. 51-55.

15. _____. "O verdadeiro fundador de Fortaleza [Matias Beck]" in *Segredos e revelações da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1958, pp. 42-45. (Artigo transcrito da revista *O Cruzeiro,* do Rio de Janeiro, ed. de 24/3/1951. Ver item 62).

16. BECK, Matias [Mathias ou Mathijs]. "Diário da expedição de Matias Beck ao Ceará em 1649. Tradução do holandês por Alfredo de Carvalho" in *Revista do Instituto do Ceará.* Fortaleza, tomo XVII, 1903, pp. 325-405 + 1 planta [denominada *Fort Schoonenborch – Capitania de Siara*, mostrando, além da planta baixa do Forte, a estrada do litoral até a Serra de Itarema, hoje Taquara, com numeração legendada]. (Estes preciosos e elucidativos documentos, esclarecedores inequívocos das origens da cidade de Fortaleza, foram encontrados pelo historiador pernambucano José Higino Duarte Pereira, entre 1885-1886, no Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais, em Haia – Países Baixos. Integram atualmente o acervo do Het National Archief/ Arquivo Nacional Holandês – Haia. O *Diário* de Matias Beck, composto de dois fragmentos, encontra-se igualmente transcrito nas publicações arroladas nos itens 32, 61 e 145).

17. _____. "Carta datada de Barbados, em 8 de outubro de 1654" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo LXX, 1956, pp. 5-36, traduzida do francês, em anexo, por José Aurélio Saraiva Câmara. Consultar o mesmo periódico, tomo LXXVIII, 1964, pp. 195-200 onde a missiva é reproduzida em francês, provável versão do historiador holandês Pieter Marinus Netscher; e o tomo XCI, 1977, pp. 139-147, em que se publica uma 'versão livre' deste documento, elaborada por Henrique Gonzalez. O manuscrito original integra o acervo do Het National Archief/Arquivo Nacional Holandês – Haia.

18. _____. "[Correspondências inéditas]". (Transcritas de manuscritos originais dos arquivos holandeses, infelizmente sem tradução para o português, e publicadas em *anexo* ao livro de Rita Krommen – ver item 73. Consultar, igualmente, o livro de O'Callaghan, item 106, p. 113 e seguintes).

19. BEZERRA, Antônio. *Algumas origens do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009. (Fac-símile da 1ª ed. de 1918. Neste estudo referencial da Historiografia Cearense, Bezerra comprova

que a colonização do Ceará aconteceu somente após a definitiva retirada dos holandeses, mais precisamente, a partir da década de 1660, com a distribuição regular e contínua de sesmarias).

20. _____. *O Ceará e os cearenses*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. (Fac-símile da 1ª ed. de 1906; este ensaio tem um cunho histórico-sociológico e vale como leitura subsidiária).

21. _____. "Dívidas históricas" in *Revista do Instituto do Ceará.* Fortaleza, tomo XI, 1897, pp. 5-35. (Ver o capítulo intitulado 'Primeiro Ponto', que trata da pioneira expedição de Pero Coelho de Sousa ao Ceará; e o 'Terceiro Ponto', em que o Autor chega à conclusão de que os Fortes São Sebastião e Schoonenborch são absolutamente distintos, no espaço e no tempo).

22. BOOGAART, Ernest van den e PARKER, Rebecca Brienen. *Informações do Ceará de Georg Marcgraf (junho-agosto de 1639)*. Rio de Janeiro: Index, 1994. Editores responsáveis: Cristina Ferrão e José Paulo Monteiro Soares.

23. BOXER, C. R. [Charles Ralph]. *Os holandeses no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. (1ª ed. inglesa, 1957; esta obra é de consulta indispensável aos estudiosos do assunto. Em 2004, no Recife, a CEPE – Companhia Editora de Pernambuco/Governo do Estado reeditou este excelente tratado, com introdução e organização de Leonardo Dantas Silva).

24. BRÍGIDO, João. *Ceará – homens e fatos*. [2ª ed.]. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 2001. Apresentação de Lira Neto e introdução de Ivone Cordeiro Barbosa. (1ª ed., Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1919. Nesta obra, o Autor comete ainda pequenos deslizes no arrolamento de dados históricos, mas nada que comprometa o valor da mesma na sua visão de conjunto).

25. _____. *Miscelânea histórica*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009. (Fac-símile da 1ª ed. de 1889, ver a 10ª parte: "O Ceará holandês". As obras de João Brígido publicadas com data anterior ao ano de 1889 registram enganos quanto à localização do Forte Schoonenborch, pelo desconhecimento do resultado das pesquisas de

seu amigo historiador pernambucano José Higino Duarte Pereira nos arquivos holandeses, em 1885-86).

26. BRITO, José Jorge Leite de. "Kilian van Resenlaer e o Ceará antes dos holandeses" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo C, 1986, pp. 99-108.

27. CALADO, Manuel [Frei Manuel Calado do Salvador]. *O valeroso Lucideno* [*ou triunfo da liberdade*]. 2 v. Belo Horizonte: Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil), 1987. (1ª ed., Lisboa, 1648; obra indispensável para o conhecimento do chamado 'período nassoviano' do domínio holandês no Brasil. Em 2004, no Recife, a CEPE – Companhia Editora de Pernambuco/Governo do Estado reeditou este título, em 2 v., com introdução e organização de Leonardo Dantas Silva).

28. CÂMARA, José Aurélio Saraiva. "Aspectos do domínio holandês no Ceará" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo LXX, 1956, pp. 5-36. (Este é o mais completo e prospectivo trabalho sobre o tema, produzido pela historiografia cearense).

29. _____. "Em defesa do holandês [Matias Beck]" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo LXXVI, 1962, pp. 285-288. (Ver item 62).

30. _____. "Fortaleza: página da aventura holandesa nos trópicos" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo LXXII, 1958, pp. 287-291.

31. _____. "Um fator de localização da cidade de Fortaleza" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo LXXIX, 1965, pp. 312-315.

32. _____. "Introdução, notas e comentários ao *Diário de Matias Beck*" in *Três documentos do Ceará colonial.* Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967, pp. 203-294.

33. CANDEIAS, Nelly Martins Ferreira. "A cartografia portuguesa no Brasil colonial" in *Jornal Brasileiro de Cultura*, fundado em janeiro de 1977. Diretor Geral: Cláudio Fortes. (Disponível no site: www.jbcultura.com.br/nelly/cartografia.htm).

34. CARVALHO, Alfredo de. "Jazidas auríferas no Ceará" in Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, tomo IXX, 1905, p. 122.

35. _____. "Minas de ouro e prata no Brasil oriental. Explorações holandesas no século XVII" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XX, 1906, pp. 96-111.

36. _____. "Tradução [do holandês] do *Diário da expedição de Matias Beck ao Ceará em 1649*". (Ver item 16).

37. CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956. (O capítulo que trata especificamente do Ceará foi anteriormente publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, de Fortaleza, tomo LV, 1941, pp. 68-80, sob o título de "Informação geográfica do Ceará holandês").

38. CASTRO, José Liberal de. "As comemorações do 13 de Abril" in *Ah, Fortaleza!* Miscelânea organizada por Gylmar Chaves, Patrícia Veloso e Peregrina Capelo. 2ª ed. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2009, pp. 10 -28.

39. _____. *Fatores de localização e expansão da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária [UFC], 1977.

40. _____. "350º aniversário do livro de Barlaeus" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo CXI, 1997, pp. 349-351.

41. CHAVES JÚNIOR, Eurípedes. *O aniversário de Fortaleza (controvérsias & equívocos)*. Fortaleza: Edição do Autor, 2008.

42. _____. *Raimundo Girão – polígrafo e homem público (roteiro biobibliográfico)*. Fortaleza: Gráfica Stylus Comunicações, 1986. Prefácio de Maria da Conceição Sousa. (Arrola extensa bibliografia sobre a polêmica, na década de 1960, em torno das origens da cidade de Fortaleza e seu fundador: Matias Beck x Martim Soares Moreno. Ver o site: www.raimundogirao.com.br).

43. _____ e GIRÃO, Valdelice Carneiro. *Raimundo Girão – o homem (1900 – 2000)*. Fortaleza: Editora Gráfica LCR, 2000. Prefácio de Francisco Clodomir Rocha Girão. (Traz matéria e entrevistas de Raimundo Girão sobre a polêmica referida no item anterior. Ver o site: www.raimundogirao.com.br).

44. COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil 1630 – 1638*. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda.,

2003. (Escritas em 1644, a 1ª ed., em espanhol, somente veio a lume em 1654, em Madri).

45. CRUZ FILHO. *História do Ceará (resumo didático)*. 2ª ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1987. (1ª ed., São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1931. Ver item 62).

46. CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. (Composta de 27 estudos de autores convidados; esta obra, pela sua abrangência, constitui-se num panorama histórico, geográfico e antropológico da população indígena brasileira, em todos os tempos).

47. DUSSEN, A. van der [Adrian ou Adriaen]. *Relatório sobre as capitanias conquistadas pelos holandeses, 1639: suas condições econômicas e sociais.* Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1947. Tradução, introdução e notas de José Antonio Gonsalves de Mello.

48. FERRÃO, Cristina e SOARES, José Paulo Monteiro (Editores). *Brasil Holandês – Theatrum rerum naturalium Brasiliae* [*Teatro das coisas naturais do Brasil*]. 5 v. Rio de Janeiro: Editora Index, 1995. Tradução e revisão dos originais por Charlotte Emmerich *et al.* (Excelente publicação reproduzindo desenhos de Albert Eckhout e George Marcgrave – elaborados entre 1639 e 1644 – sobre a fauna e a flora brasileiras, acrescido de pequeno dicionário da língua tupi. As gravuras originais pertencem ao acervo da Biblioteca Jagelônica de Cracóvia – Polônia).

49. FIGUEIRA, Luís (Padre). *Relação do Maranhão* [1608] in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XVII, 1903, pp. 97-140. (Ver item 116; item 145, pp. 45-136; e as demais 'referências bibliográficas' apensas ao capítulo 4 do item 65).

50. FURTADO FILHO, João Ernani. *Soares Moreno e Matias Beck – inventário de uma polêmica nos escritos de Ismael Pordeus*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

51. FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia, história da guerra brasílica.* São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda., 2001. (1ª ed., Lisboa, 1647; obra de grande influência na historiografia brasileira do século XIX e inícios do século XX, pela abrangência, erudição e pro-

fundidade com que aborda o assunto. Muitos a consideram o contraponto ibérico à clássica obra de Gaspar Barlaeus sobre o 'período nassoviano').

52. GALINDO, Marcos e HULSMAN, Lodewijk. *Guia de fontes para a história do Brasil holandês.* Brasília/Recife: Minc/Fundação Joaquim Nabuco, 2001. (Roteiro indispensável de fontes primárias da história do Brasil Holandês).

53. GALINDO, Marcos (Org.). *Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco - Editora Massagana, 2005. (Miscelânea contendo estudos de Marcos Galindo, Ernest van den Boogaart, B. S. Teensma, Frans Leonard Schakwijk, José Luiz Mota Menezes e Lodewijk Hulsman).

54. GARRIDO, Carlos Miguez. "Fortificações do Brasil" in [*Navigator*] *Subsídios para a história militar do Brasil*. v. III. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940, pp. 279-459. (O Autor, baseado em informações de Carlos Studart Filho, descreve com acerto a história da Fortaleza de N. S. da Assunção – ex-Forte Schoonenborch –, às pp. 321-323).

55. GIRÃO, Raimundo. *Cidade da Fortaleza (filmagem histórica)*. Fortaleza: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1945. (Síntese histórica da cidade de Fortaleza, ilustrada com desenhos de Mário Barata e Franz Pietsch).

56. _____. *A Cidade do Pajeú*. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1982. Prefácio de Th. Pompeu Sobrinho. ("O ponto final numa dúvida histórica" – lê-se na contracapa. Obra de leitura indispensável para o entendimento da polêmica em torno das origens de Fortaleza e seu fundador: Matias Beck x Martim Soares Moreno. Este ensaio encontra-se em processo de digitalização para inclusão no site: www.raimundogirao.com.br).

57. _____. *Evolução histórica cearense*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A./ ETENE, 1986. (A mais completa e minuciosa síntese da História do Ceará, esta obra encontra-se em processo de digitalização para inclusão no site: www.raimundogirao.com.br).

58. _____. *Fortaleza e a crônica histórica*. Fortaleza: UFC/ Casa de José de Alencar – Programa Editorial, 2000. Edição especial co-

memorativa do 1º Centenário de Nascimento de Raimundo Girão. (1ª ed., 1983).

59. _____. *Geografia estética de Fortaleza*. [3ª ed.]. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar – Programa Editorial, 1997. (Segundo a crítica especializada, é a mais completa e minuciosa história de Fortaleza. Encontra-se em processo de digitalização para inclusão no site: www.raimundogirao.com.br).

60. _____. *A Marcha do povoamento do Vale do Jaguaribe 1600-1700*. Fortaleza: Edição do Autor, 1986. (Estudo fundamental reforça a tese de que a colonização do Ceará aconteceu apenas após a 2ª ocupação holandesa, a partir da década de 1660, com a distribuição regular e contínua de sesmarias).

61. _____. *Matias Beck – Fundador de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1961. Prefácio de Th. Pompeu Sobrinho. (Leitura indispensável para o entendimento da polêmica em torno das origens de Fortaleza e seu fundador: Matias Beck x Martim Soares Moreno).

62. _____ (Org.). *O fundador de Fortaleza*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza/Secretaria Municipal de Urbanismo, 1960. (Opúsculo abordando a polêmica sobre as origens de Fortaleza e seu fundador: Matias Beck x Martim Soares Moreno, contendo uma introdução de Raimundo Girão e a transcrição dos seguintes estudos: "Matias Beck – Fundador de Fortaleza", de Raimundo Girão; "Matias Beck e a Capital do Ceará", de Gustavo Barroso; "Tempestade em Copo d'Água", de Cruz Filho; e "Em Defesa do Holandês", de José Aurélio Saraiva Câmara).

63. _____. *Palestina, uma agulha e as saudades (reminiscências)*. 2ª ed. Fortaleza: Edição do Autor [Imprensa Oficial do Ceará – IOCE], 1984. Apresentação de Plácido Aderaldo Castelo. (Ver o capítulo 60, em que o Autor aborda a polêmica em torno das origens de Fortaleza e seu fundador: Matias Beck x Martim Soares Moreno).

64. _____. "Parecer" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XCIII, 1979, pp. 395-398. (Parecer assinado pelos historiadores Raimundo Girão, Guarino Alves de Oliveira e Fernando Câmara - em

nome do Instituto do Ceará -, apontando erros históricos constatados nas inscrições em bronze incrustadas ao monumento ou marco em homenagem a Martim Soares Moreno, inaugurado em 20 de janeiro de 1978, no final da Avenida Presidente Castelo Branco, mais conhecida como Avenida Leste-Oeste).

65. _____. *Pequena história do Ceará*. 4ª ed. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984. Prefácio de Th. Pompeu Sobrinho. (Excelente síntese da História do Ceará, esta obra vem enriquecida com "referências bibliográficas" em cada capítulo).

66. _____. "Introdução, notas e comentários à *Relação do Ceará*, de Martim Soares Moreno" in *Três documentos do Ceará colonial*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967, pp. 159-201.

67. GIRÃO, Valdelice Carneiro. "Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na Capitania do Siará Grande" in *História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1989, pp. 23-41. Miscelânea organizada por Simone de Souza. (Excelente estudo que reforça a tese de que a colonização do Ceará aconteceu apenas após a 2ª ocupação holandesa, a partir da década de 1660, com a distribuição regular e contínua de sesmarias).

68. HAECXS, Henrique. "Diário de Henrique Haecxs, membro do Alto Conselho do Brasil (1645-1654)" in *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 69, 1950, pp. 19-153. Tradução do Frei Agostinho Keyjzers, O.C. Disponível no site da Biblioteca Nacional. (1ª ed., Utrecht, 1925).

69. HERKENHOFF, Paulo (Org.). *O Brasil e os holandeses 1630-1654*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999. (Miscelânea ricamente ilustrada, contendo estudos de Evaldo Cabral de Mello, José Antonio Gonsalves de Mello, Max Justo Guedes, José Luiz Mota Menezes, Ronald Raminelli, Paulo Herkenhoff, Nachman Falbel, Leonardo Dantas Silva, David Freedberg, Luis Perez Oramas, Beatriz e Pedro Corrêa do Lago).

70. HULSMAN, Lodowijk. "Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656" in *Revista bde História* [da USP]. São Paulo, nº 154,

2006, pp. 37-69. (Disponível em http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rh/n154/a04n154.pdf).

71. IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil (Capítulos de historiografia brasileira)*. 1ª ed., 2ª reimpressão. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Editora Nova Fronteira/UFMG-IPEA, 2000. (Obra traz um panorama da historiografia brasileira e aborda com agudeza a produção de muitos historiadores arrolados ao longo deste ensaio bibliográfico).

72. JESUS, Rafael de [Frei Raphael de Jesus]. *Castrioto Lusitano ou história da guerra entre Brasil e Holanda*. 2ª ed. Paris (França): J. P. Aillaud, 1844. (1ª ed., Lisboa, 1679. O Autor nunca esteve no Brasil e sua narrativa muito se apóia na de Frei Manuel Calado).

73. KROMMEN, Rita. *Mathias Beck e a Cia. das Índias Ocidentais (O domínio holandês no Ceará colonial)*. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar – Programa Editorial, 1997. Tradução do alemão por José Gomes de Magalhães. (Excelente ensaio sobre a 2ª ocupação holandesa no Ceará – 1649-1654. Ver item 18).

74. LAET, Joannes de [João, Johannes ou Ioannes Latius]. "História ou anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o seu começo até o fim do ano de 1636" in *Anais da Biblioteca Nacional.* Rio de Janeiro, v. XXX (1908), pp. 1-165; v. XXXIII (1911), pp. 1-144; v. XXXVIII (1916), pp. 197-347 e v. VLI-XLII (1919-1920), pp. 1-222. Tradução de José Higino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Disponível no site da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

75. _____. *Roteiro de um Brasil desconhecido (Descrição das costas do Brasil)*. Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2007. Edição e organização de José Paulo Monteiro Soares e Cristina Ferrão; transcrição, tradução e anotações de B. N. Teensma; apresentação de Roberto Smith; prefácio de Norman Fiering; e estudo introdutório de Max Justo Guedes.

76. LEAL, Vinícius Barros. *A colonização portuguesa do Ceará – o povoamento*. Fortaleza: UFC/ Casa de José de Alencar – Programa Editorial, 1993.

77. _____ . "Os cristãos-novos na formação da família cearense" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo LXXXIX, 1975, pp. 157-167. (Ver itens 78, 89 e 160).

78. _____. "Sangue marrano em veias cearenses" in *Ceará de corpo e alma*. Miscelânea organizada por Gilmar Chaves. Rio de Janeiro/ Fortaleza: Relume Dumará/Instituto do Ceará, 2002, pp. 39-44. (Ver itens 77, 89 e 160).

79. MARCGRAVE, Jorge e PISO, Guilherme. *História Natural do Brasil* [*Historia Naturalis Brasiliae*]. Edição comemorativa do 1º. Cinquentenário do Museu Paulista. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948. Ilustrada. Tradução de Alexandre Correia. (1ª ed. em latim, Leiden, 1648, organizada por Johanes de Laet e oferecida ao Conde João Maurício de Nassau-Siegen. Esta obra traz pioneiras e ricas informações sobre a fauna, a flora, os costumes e linguagem dos nativos do interior do Brasil. Marcgrave esteve no Ceará em 1639 e pode ter recolhido informações no território cearense. Ver item 22).

80. MARÇAL, Heitor. *Martim Soares Moreno (O Guerreiro Branco de Iracema)*. Rio de Janeiro: Editora Vecchi, 1943. (Extensa é a bibliografia sobre Soares Moreno: consultar as 'referências bibliográficas' apensas ao capítulo 5 do item 65, assim como a coleção da *Revista do Instituto do Ceará*, através dos três índices anotados do prestigioso periódico, a saber: o de José Honório Rodrigues e Lêda Boechat Rodrigues, 2ª ed. – 2002; o de Maria da Conceição Sousa – 1988; e o de Pedro Alberto de Oliveira Silva, 2 v. – 2000 e 2009).

81. MARTINS, Guilherme Saraiva. "Das salinas do Upanema [rio Mossoró] à guerra do Maranhão: Gedeon Morris de Jonge e os índios do Ceará (1640-1644)" in *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial – Mneme – Revista de Humanidades/UFRN*. Caicó (RN), v. 9, nº 24, set/out de 2008. Disponível na Internet: http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_st2/guilerme_martins_st2.pdf

82. _____. "A revolta indígena de 1643-44 no Ceará: alianças e conflitos no Brasil holandês". Trabalho apresentado no XXV Simpósio Nacional de História, realizado em Fortaleza, no período de 12 a 17 de julho de 2009. (Disponível na Internet: http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Trabalhos/ST36Guilherme.pdf).

83. MELLO, Evaldo Cabral de (Org.). *O Brasil holandês*. São Paulo: Peguin & Companhia das Letras, 2010. (A mais recente e completa publicação sobre o período do domínio holandês no Brasil: 1630-1654).

84. _____. *Imagens do Brasil holandês 1630-1654*. Rio de Janeiro: Minc/Fundação Nacional pró-Memória, 1987. (Texto de catálogo ilustrado).

85. _____. *Nassau – Governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (A mais recente e completa das várias biografias escritas ou publicadas em língua portuguesa de João Maurício de Nassau-Siegen. No chamado 'período nassoviano', 1637-1644, aconteceu a 1ª ocupação holandesa do Ceará).

86. _____. *O negócio do Brasil (Portugal, os Países Baixos e o Nordeste – 1641-1669)*. Rio de Janeiro: Topbooks, [2003].

87. MELLO, José Antonio Gonsalves de. "O domínio holandês na Bahia e no Nordeste" in *História geral da civilização brasileira*, v. I – Época Colonial. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960. Coleção organizada por Sérgio Buarque de Holanda.

88. _____. *Fontes para a história do Brasil holandês*. 2ª ed., 2 v. Recife: CEPE, 2004. Organização e introdução de Leonardo Dantas Silva. (Obra de consulta obrigatória para os estudos do período do Brasil Holandês (1630-1654); teve a sua 1ª ed. em 1981. O 1º v. tem como subtítulo – *Economia açucareira*; o 2º v. tem a denominação – *Administração da conquista*).

89. _____. *Gente da Nação – cristãos-novos e judeus em Pernambuco (1542-1654)*. 2ª ed. Recife: Editora Massagana, 1996. (1ª ed., 1989. Ver itens 77, 78 e 160).

90. _____. *Tempo dos flamengos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. Prefácio de Gilberto Freyre. (1ª ed., 1947; esta obra, de leitura obrigatória, é um clássico da historiografia brasileira sobre o período do Brasil Holandês).

91. MELO, Francisco Manoel de. *Restauração de Pernambuco – Epanáfora triunfante e outros escritos*. Recife: Imprensa Oficial/ Secretaria do Interior, 1944. (1ª ed., Lisboa, 1660).

92. MENEZES, José Luiz Mota e RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa. *Fortificações portuguesas no Nordeste do Brasil (séculos XVI, XVII e XXVIII)*. Recife: Pool Editorial S.A., 1986.

93. MEUWESE, Marcus P. *For the Peace and Well-being of the Country: Intercultural Mediators and Dutch-Indian Relations in New Neatherland and Dutch Brazil, 1600-1664*. (Tese de Doutorado defendida na University of Notre Dame, Notre Dame – Indiana (USA), em setembro de 2003. Ainda não traduzido para o português, este estudo analisa a relação dos holandeses com os índios das Américas no século XVII. Encontra-se disponível na Internet).

94. MOERBEECK, Jan Andries. *Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao rei da Espanha a terra do Brasil, e isto o quanto antes* [Amsterdam, 1624]. Rio de Janeiro: Edição do Instituto do Açucar e do Álcool, 1942. Tradução de Agostinho Keijzers e introdução de José Honório Rodrigues.

95. MORAIS, Rubens Borba de e BERRIEN, William (Orgs.). *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. 2ª ed., 2 v. Brasília: Senado Federal (Coleção *Brasil 500 Anos*), 1998. (Ver "Os holandeses no Brasil", estudo e bibliografia comentada, da autoria de José Honório Rodrigues, no 2º v., às pp. 791-894. A 1ª ed. desta obra basilar veio a lume em 1949).

96. MORENO, Diogo de Campos. "Jornada do Maranhão (por ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614)" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XXI, 1907, pp. 209-330. (Escrita em 1615, esta crônica-relatório somente teve a sua 1ª ed. em Lisboa, no ano de 1812; 1ª ed. brasileira em livro, 1984; 5ª e mais recente edição, em 2002, pela editora Siciliano, de São Paulo).

97. _____. *Livro que dá razão do Estado do Brasil* [1612]. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1968. 22 ilustrações cartográficas coloridas atribuídas ao cartógrafo português João Teixeira Albernaz I. Capa dura, 90 p. (Edição Comemorativa do V Centenário de Nascimento de Pedro Álvares Cabral, fac-símile do códice de 1626/1627 pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – consta mapa da Capitania do Ceará. Em 1955, no Recife, por ocasião dos festejos do Tricentenário da Restauração Pernambucana, o Arquivo Público Estadual publicou uma edição crítica desta obra, com introdução e notas de Hélio Vianna, onde o historiador cotejou o códice de 1616 deste *Livro*, pertencente à Biblioteca Municipal do Porto (Portugal)

com o referido apógrafo do IHGB, reproduzindo o texto deste último, com ilustração em preto e branco da cartografia referida acima).

98. MORENO, Martim Soares. *Relação do Ceará* [1618]. (Ver os itens 66, 80, 109 e 145 às pp. 137-198).

99. MOREAU, Pierre e BARO, Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses* e *Relação da viagem ao País dos Tapuias*. Belo Horizonte/São Paulo: Livraria Itatiaia Editora Ltda./ EDUSP, 1979. Tradução e notas de Leda Boechat Rodrigues e nota introdutória de José Honório Rodrigues.

100. MOSCHELLA, Pietro. *Le fortificazioni del Brasile*. [Separata]. Estratto da *L'Universo*, rivista bimestrale dell'Instituto Geografico Militare. Firenze [Florença – Itália], anno LXIV, nº 4, luglio-agosto de 1969, pp. 685-720. (Edição ilustrada, traz uma fotografia e corretas informações sobre a Fortaleza de N. S. da Assunção, ex-Forte Schoonenborch).

101. NEME, Mário. *Fórmulas políticas no Brasil holandês*. São Paulo: Difusão Européia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1971. (O Autor faz severas críticas à administração do Brasil Holandês por parte da Companhia das Índias Ocidentais, não poupando, sequer, o chamado 'período nassoviano').

102. NETSCHER, Pieter Marinus. *Os holandeses no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. Tradução do francês por Mário Sette. (1ª ed. holandesa, publicada em francês, 1853; obra pioneira no uso de fontes primárias colhidas em arquivos holandeses. Disponível no site da *Brasiliana Digital*).

103. NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia Ltda./EDUSP, 1981. (Traduzido do inglês por Moacir N. Vasconcelos e confrontado com a edição holandesa de 1682, com introdução, notas e crítica bibliográfica de José Honório Rodrigues. Obra fundamental para o estudo do Brasil Holandês).

104. NOBRE, G. S.[Geraldo da Silva Nobre]. *A Capital do Ceará (Evolução política e administrativa)*. [2ª ed.]. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar – Programa Editorial, 1997. (1ª ed., 1973; este exce-

lente ensaio aborda, dentre outros aspectos, a distribuição sesmarial em torno da Fortaleza de N. S. da Assunção – ex-Forte Schoonenborch – , após a definitiva retirada dos holandeses do Ceará).

105. NOGUEIRA, Paulino. "Vocabulário indígena em uso na Província do Ceará, com explicações etimológicas, ortográficas, topográficas, históricas, terapêuticas etc." in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo I, 1887, pp. 209-434. (Glossário de grande importância pelo pioneirismo, conhecimentos e elucidações que transmite para as áreas citadas, comete equívoco, no entanto, nas localizações e sedes dos dois períodos da ocupação holandesa no Ceará).

106. O'CALLAGHAN, E. B. [Edmund Bailey]. *Voyages of the slavers St. John and Arms of Amsterdam*. Albany (Nova York): J. Munsell, 82 state st., 1867. (Livro raro, em língua inglesa, do grande historiador irlandês estudioso da presença dos holandeses no Canadá e Estados Unidos. Transcreve correspondências de Matias Beck ao tempo em que este foi Vice-Diretor da Companhia das Índias Ocidentais em Curaçao, após a sua retirada do Ceará. Disponível no site da Biblioteca Pública de Nova York [New York Public Library – USA: http://ia700107.us.archive.org/2/items/cihm_29823.pdf]. Ver itens 18 e 73).

107. OLIVEIRA, Guarino Alves de. "Província Fluminis Grandis" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XCI, 1977, pp. 57-89.

108. PAIVA, Flávio. *Fortaleza: de dunas andantes a cidade banhada de sol*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006. Coleção Nossa Capital. Ilustrações de Valber Benevides. (História de Fortaleza para o público infanto-juvenil).

109. PEIXOTO, Afrânio. *Martim Soares Moreno*. Lisboa: Divisão de Publicidade e Biblioteca, 1940. ("Afrânio Peixoto fixou a figura de Martim Soares Moreno num ensaio claro e ágil [...]" – esta é a opinião de Luís da Câmara Cascudo. Ver itens 80 e 98).

110. PEIXOTO, Eduardo M. "A Fortaleza de N. S. d'Assunção" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XIX, 1905, pp. 297-311. (Estudo sobre a Fortaleza de N. S. da Assunção, ex-Forte Schoonenborch, enfocando as várias reformas e restaurações pelas quais a mesma tem passado ao longo do tempo).

111. PEREIRA, José Higino Duarte. "Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil" in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo LVIII, 1895, pp. 237-319. (Importante estudo e transcrição de fontes primárias, posteriormente reproduzidos na *Revista do Instituto do Ceará*, de Fortaleza, tomo X, 1896, às pp. 46-95 e 286-318, com o título abreviado de "Gedion Morriz de Jonge").

112. PINHEIRO, Francisco José. "Mundos em conflito: povos nativos e europeus na disputa pelo território" in *Uma nova história do Ceará*. Miscelânea organizada por Simone de Souza. 4ª ed., atualizada. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 2007, pp. 17-55.

113. _____. "Os povos nativos do Ceará (uma síntese possível)" in *Ceará de corpo e alma*. Miscelânea organizada por Gilmar Chaves. Rio de Janeiro/Fortaleza: Relume Dumará/Instituto do Ceará, 2002, pp. 21-28.

114. PINHEIRO, Raimundo Teles. "A invasão holandesa – vitória dos Guararapes" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo C, 1986, pp.75-81.

115. _____. *Invasões francesas e holandesas no Brasil (Lutas contra esses invasores e sua influência na formação do espírito nacionalista brasileiro)*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1956. (Extrato de uma palestra proferida em várias instituições militares de Fortaleza. O Autor, oficial do Exército Brasileiro, esboça exemplarmente a visão predominante da 'formação do espírito nacionalista', na análise das ocupações holandesas no Brasil).

116. PINTO, Francisco (Padre). (Missionário jesuíta companheiro de jornada de Luís Figueira, foi imolado na Serra da Ibiapaba pelos índios Tocarijus. Ver item 116; item 145 às pp. 47-136; item 65, capítulo 4 e suas 'referências bibliográficas'; e compulsar a coleção da *Revista do Instituto do Ceará*, através dos três índices anotados do prestigioso periódico, a saber: o de José Honório Rodrigues e Lêda Boechat Rodrigues, 2ª ed. – 2002; o de Maria da Conceição Sousa – 1988; e o de Pedro Alberto de Oliveira Silva, 2 v. – 2000 e 2009).

117. POMPEU SOBRINHO, Th. [Thomaz Pompeu Sobrinho ou

Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho] "Introdução, notas e comentários à *Relação do Maranhão* do Padre Luís Figueira" in *Três documentos do Ceará colonial*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967, pp. 3-157.

118. _____. "Prefácio" aos livros *Matias Beck – Fundador de Fortaleza* e *A Cidade do Pajeú*, ambos de Raimundo Girão, arroladas nos itens 61 e 56. (Erudita e percuciente introdução abordando as origens de Fortaleza e o seu desenvolvimento a partir da Fortaleza de N. Senhora da Assunção, ex-Forte Schoonenborch).

119. _____. "Tapuias do Nordeste" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo LIII, 1939, pp. 221-235.

120. _____. "Os Tapuias do Nordeste e a monografia de Elias Herckman" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XLVIII, 1934, pp. 7-28.

121. POMPEU, Walter. *Ceará Colônia*. Fortaleza: Tipografia Urânia, 1929. (No capítulo "Guerras Flamengas", à p. 92, o Autor erroneamente afirma que o Forte Schoonenborch resultou da restauração do Forte São Sebastião).

122. RATELBAND, Klaas. *Os holandeses no Brasil e na costa africana – Angola, Kongo e S. Tomé (1600-1650)*. Lisboa (Portugal): Editora Vega, 2003. (Colecção Documenta Historica – Prefácio, revisão e notas de Carlos Pacheco).

123. RIBEIRO, João. *História do Brasil (Curso Superior)*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1964. Revista e completada por Joaquim Ribeiro. (1ª ed., de 1900; obra lapidar pela excelência da forma e correção dos dados históricos, conceitos e conclusões. Figura neste *guia bibliográfico* como uma homenagem às demais sínteses da História do Brasil, escritas desde inícios do século XIX até os nossos dias).

124. RICHSHOFFER, Ambrósio e BAERS, João (Predicante). *Diário de um soldado* e *Olinda conquistada*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2004. Organização e introdução de Leonardo Dantas Silva. (Primeiras edições: 1677, Strassburg [Alemanha] e 1630, Amsterdam [Holanda], respectivamente).

125. RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil (1ª Parte – Historiografia Colonial)*. São Paulo/Brasília: Companhia Editora Nacional/INL-MEC, 1979. (Livro de leitura indispensável para o conhecimento das obras nacionais e estrangeiras sobre o período do Brasil Colônia, e comentários sobre seus autores).

126. _____. *História da História do Brasil (2ª Parte – 2 v.)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.

127. _____. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949. (Guia importante, lamentavelmente sem reedição atualizada).

128. _____. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Editora Fulgor, [1965]. (O Autor aborda com abrangência e acuidade a Historiografia Brasileira na sua evolução ao longo tempo, e analisa a obra de alguns historiadores exponenciais, a começar por Capistrano de Abreu).

129. _____. *A pesquisa histórica no Brasil*. 4ª ed., revista e atualizada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982. (Importante guia sobre pesquisadores, bibliotecas e arquivos – públicos e particulares).

130._____ e RIBEIRO, Joaquim. *Civilização holandesa no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940 (Excelente ensaio, hoje raridade bibliográfica, precursor sob vários aspectos – embora com menor profundidade e extensão –, de *Tempo dos flamengos,* de José Antonio Gonsalves de Mello. Ver item 90).

131. ROSÁRIO, Adalgisa Maria Vieira do. *O Brasil filipino no período holandês*. São Paulo/Brasília: Editora Moderna/INL-MEC, 1980. (Ver item 3).

132. SANTA TEREZA, Giovanni Gioseppe di [Carmelita descalço português João de Noronha Freire, Frei João de Santa Tereza]. *Istoria delle guerre del regno del Brasile*. Roma, 1698. (Esta obra, que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui um exemplar, ainda não traduzida para o português, traz interessantes reproduções cartográficas da época).

133. SALVADOR, Vicente do (Frei). *História do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2010. (Escrita em 1627, somente foi publi-

cada em 1889, com excelente estudo introdutório de Capistrano de Abreu, edição da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A parte que trata especificamente do Ceará encontra-se transcrita na *Revista do Instituto do Ceará*, de Fortaleza, tomo XI, 1897, pp. 255-271).

134. SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco (1ª edição integral segundo apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto)*. Recife: Fundarp, 1984. (Abrangendo o período de 1630 a 1649, a 1ª ed. desta obra – e de forma incompleta –, somente foi publicada em 1875. Em 2004, no Recife, a CEPE – Companhia Editora de Pernambuco/ Governo do Estado reeditou este importante texto, com introdução e organização de Leonardo Dantas Silva. Esta narrativa é considerada a mais fidedigna sobre as duas Batalhas dos Guararapes: 1648 e 1649).

135. SILVA, Leonardo Dantas. *Holandeses em Pernambuco (1630-1654)*. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2005.

136. SILVA FILHO. Antonio Luiz Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. 2ª ed. Fortaleza: Museu do Ceará - Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

137. SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil holandês (1630-1654)*. Recife: Fundarpe, 1986. (Ver item 141).

138. SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil S.A., 1988. (1ª ed., 1945; este ensaio sobre a bibliografia histórica brasileira é seguro e interessante guia sobre o assunto, abordando as obras mais significativas e seus autores).

139. SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. 3 v. Brasília: Edições Senado Federal, 2010. (Obra de mérito, embasada em fontes primárias recolhidas em arquivos portugueses, a 1ª ed. inglesa, em 3 v., foi publicada entre 1810 e 1813; a 1ª ed. em português, em seis volumes, no ano de 1862. Esta *História* foi muito utilizada por numerosos estudiosos brasileiros, inclusive cearenses, na segunda metade do século IXX e inícios do século XX).

140. SOUTO MAIOR, Pedro. "Dois índios notáveis e parentes próximos, Pedro Poti e Filipe Camarão. Documentos interessantíssimos e

inéditos" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XXVI, 1912, pp. 61-71.

141. _____. "A missão de Antônio Paraupaba ante o governo holandês" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XXVI, 1912, pp. 72-82.

142. _____. "A religião reformada no Brasil do século XVII" in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo especial do 1º Congresso de História Nacional, v. 1, 1914. (Ver item 136).

143. SOUSA, Pero Coelho de. (Figura de destaque na História do Ceará Colônia pelo seu pioneirismo, e pela sua trágica e frustrada tentativa de colonização do território cearense. Ver o item 65, capítulo 3 e suas 'referências bibliográficas'; bem como a coleção da *Revista do Instituto do Ceará*, através dos três índices anotados do prestigioso periódico, a saber: o de José Honório Rodrigues e Lêda Boechat Rodrigues, 2ª ed. – 2002; o de Maria da Conceição Sousa – 1988; e o de Pero Alberto de Oliveira Silva, 2 v. – 2000 e 2010).

144. SOUZA, Eusébio de. *História militar do Ceará*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1950. (Ver os três capítulos iniciais: "A primeira guarnição do Ceará", "Os fortins" e "O período holandês no Ceará"; neste último, o Autor comete equívoco ao considerar como única – 1637 a 1654 – a ocupação holandesa no Ceará, quando incontestavelmente foram duas e com intervalo de cinco anos entre as mesmas: 1637-1644 e 1649-1654).

145. SOUZA, Maria Salete de. "Ceará: bases de fixação do povoamento e o crescimento das cidades" in *Ceará: um novo olhar geográfico*. 2ª ed. atualizada. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, pp.13-31. Organizadores: José Borzacchiello da Silva, Tércia Correia Cavalcante e Eustógio Wanderley Correia Dantas.

146. STUDART, Barão de [Guilherme Studart] et al. *Comemorando o tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará 1603-1903*. Fortaleza: Tip. Minerva, 1903. (Uma das mais importantes publicações da Historiografia Cearense, pela qualidade do conteúdo e autoridade dos estudiosos colaboradores; usualmente denominado pelos estudiosos de – *Livro do Tricentenário*).

147. _____. *Datas e fatos para a História do Ceará*. 1º v. Fortaleza: Tipografia Studart, 1896.

148. _____. *Geografia do Ceará*. 2ª ed. Fortaleza: edição do Instituto do Ceará, 2010. Prefácio de Maria Clélia Lustosa Costa. (1ª ed. em livro, de 1924; este excelente estudo foi inicialmente estampado na *Revista do Instituto do Ceará,* de Fortaleza, tomos XXXVII, de 1923, e XXXVIII, de 1924, às pp. 160-384 e 3-124, respectivamente. Ver especialmente os três capítulos iniciais: "Histórico [resumo da História do Ceará]", "Figuras do Ceará colonial" e "Cartografia, mapas, cartas etc. referentes ao Ceará").

149. _____. "Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará (Coleção Studart)" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XXIV, 1910, pp. 215-399.

150. _____. "Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará (Coleção Studart)" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XXXVI, 1922, pp. 97-230. (Ver os documentos de números 353 e 358).

151. STUDART FILHO, Carlos. *Os aborígines do Ceará*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1965. Prefácio de José Aurélio Saraiva Câmara. (O mais completo e erudito estudo étnico-histórico sobre as populações indígenas que habitaram o território cearense).

152. _____. *Estudos de história seiscentista*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1958. Prefácio de Raimundo Girão. (Ver os ensaios: "Controvérsias do Ceará holandês", "Martim Soares Moreno – o condutor da Restauração Pernambucana", "Jorge Garstman – um holandês de descendência brasileira" e "A Missão Jesuítica da Ibiapaba").

153. _____. *História do Ceará holandês (considerações em torno de dois pontos controversos)*. Fortaleza: Separata da *Revista da Academia Cearense de Letras*, 1956. (Ensaio posteriormente inserido na *Revista do Instituto do Ceará*, de Fortaleza, tomo XCI, 1977, pp. 7-47).

154. _____. *Páginas de história e pré-história*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966. Prefácio de Th. Pompeu Sobrinho. (Ver os ensaios: "A Guerra dos Bárbaros", "Vias de comunicação do Ceará Colonial" e "As fortificações do Ceará").

155. TEIXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues. "Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção" in *Revista da Cultura*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, ano IV, nº 7, dezembro de 2004, pp. 53-64.

156. VARNHAGEN, Francisco Adolfo [Visconde de Porto Seguro]. *História geral do Brasil (Antes de sua separação e independência de Portugal)*. 3 v. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. Edição comemorativa do 1º centenário de falecimento do Autor. (Obra fundamental e considerada um divisor de águas da Historiografia Brasileira, nela Varnhagen fez uso de farto e inédito material de pesquisa colhido nos arquivos de Portugal, Espanha, França e Holanda. A primeira edição, em dois volumes, foi editada em Madri, nos anos de 1854 e 1857. Nas edições seguintes ganhou corrigendas e notas enriquecedoras de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia).

157. _____. *História das lutas com os holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Bibliex (Biblioteca do Exército Editora), 2002. (Obra alicerçada em inéditas fontes primárias, ainda pode ser lida até os dias atuais com muito proveito, apesar dos equívocos e omissões cometidos, limitações compreensíveis para a época em que foi escrita. 1ª ed., Viena, 1871; 2ª ed., Lisboa, 1872; 3ª ed., São Paulo, 1943. Varnhagen muito deve às pioneiras pesquisas em arquivos holandeses de Pieter Marinus Netscher – ver item 102–; bem como ao diplomata e historiador brasileiro Joaquim Caetano da Silva que, entre 1853-54, coletou farta e inédita documentação nas mesmas instituições dos Países Baixos, e a doou, em forma de códices, ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

158. VIEIRA, Antônio (Padre). "Relação da Missão da Serra de Ibiapaba" in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XVIII, 1904, pp. 86-138. (Esta *Relação* foi publicada pela primeira vez na coletânea *Obras Várias*, 2º v., Lisboa, ed. Seabra, 1856-1857. Sobre a biobibliografia da figura inigualável e multifacetada de Vieira, leia-se José Honório Rodrigues, item 124, às pp. 475-489).

159. WÄTJEN, Hermann. *O Domínio colonial holandês no Brasil (Um capítulo da história colonial do século VII)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Tradução de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti. (Publicada originalmente na Alemanha, em 1921; é obra de consulta

indispensável e pode ser lida na íntegra no site da *Brasiliana Digital*. Em 2004, no Recife, a CEPE – Companhia Editora de Pernambuco/ Governo do Estado reeditou este estudo, com introdução e organização de Leonardo Dantas Silva).

160. WIESEBRON, Marianne L. (Editora). *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624 – 1654)*. Edição bilíngue. Leiden: CNWS, 2005. (Coleção *Mauritiana*, v. 2, com o subtítulo: "A Companhia das Índias Ocidentais. Cartas e papéis vindos do Brasil e Curação").

161. WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil colonial*. São Paulo: Pioneira, 1966. Tradução de Olívia Krahenbuhl. (Ver itens 77, 78 e 89).

162. XAVIER, Lúcia F. Werneck. "A experiência colonial neerlandesa no Brasil (1630-1654)" in *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial – Mneme – Revista de Humanidades/UFRN*. Caicó (RN), v. 9, nº 24, set/out de 2008. (Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais).

163. ZANDVLIET, C. J. [Cees]. *Mapping for money: maps, plans and topographic paintings and their role in Dutch overseas expansion during the 16th and 17 th centuries*. Amsterdam: De Bataafsche Leeuw, 1998. (Tese de Doutorado na Universidade de Leiden, em inglês, traz ampla análise da cartografia holandesa dos séculos XVI e XVII, incluindo mapa da *Capitania do Siara* com a planta baixa do *Fort Schoonenborch*, de 1649).

EX-LÍBRIS
A marca de propriedade do livro

José Augusto Bezerra*

Considerações iniciais

Essas duas palavras latinas significam, em português: "dos livros de" ou "pertencentes a". Representam, por assim dizer, uma variante da assinatura pessoal do proprietário.

O *ex-líbris* é pouco conhecido até entre pessoas cultas, dentre intelectuais, bibliófilos e livreiros, o que é intrigante, pois está intimamente ligado à vida do livro, fonte de ilustração e saber.

Tomando como base os melhores estudos, deixaremos algumas ponderações sobre essas obras-primas miniaturais, que, quando coladas no livro, representam um pouco da alma de quem as imaginou.

Resumo da história das gravuras

Os desenhos das cavernas pré-históricas são as mais remotas representações do espírito, que chegaram até nós.

Acredita-se, porém, que foi no antigo Egito onde as gravuras se desenvolveram como forma de materializar sentimentos mais complexos. Os próprios hieróglifos, sob certo ângulo, são gravuras primitivas, organizadas para expressar pensamentos.

Em Roma, as gravuras ficaram restritas à classe alta e os primeiros livros, estampados com pranchas xilogravadas sobre o papel, só apareceram na China pelo ano de 868.

Na Idade Média, introduziram-se na Europa telas orientais. Foram criadas as primeiras estampas de imagens religiosas e cartas

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

de jogar, gravadas em madeira e tais deram origem, rapidamente, aos rótulos mais variados.

No Renascimento, apareceram as chapas para estampagem e os tipos soltos de madeira e metal. Na Idade Moderna, uma xilogravura aprimorada surgiu como arte independente dos livros, para competir com os novos processos das gravuras em metal (calcográficas) – a buril e a água-forte.

Com o advento dos processos modernos de arte gráfica, o *ex-líbris*, nos mais diversos países, tem-se expandido extraordinariamente, encontrando-se nas boas bibliotecas, públicas e particulares, como sinal de amor e zelo pelos livros.

Resumo da história do Ex-Líbris

Se procurarmos apoio na Arqueologia, teremos informações de uma tampa de caixa egípcia, de barro cozido, esmaltada em azul-pálido, que serviu para a guarda de papiros e pergaminhos, atualmente preservada no Museu Britânico (22.878).

Acredita-se que pertenceu à biblioteca do faraó Amenófis III, que reinou entre 1413 e 1377 a. C.

Parece-nos prudente, entretanto, aceitar o ano de 1188, como a data em que o *ex-líbris* surgiu com o completo sentido funcional, na Alemanha, pois ainda existem exemplares com a efígie de Frederico I, da Baviera, colados nas obras da sua biblioteca.

Naquele país, também, desde a Idade Média, floresceram, com maior brilho, a iluminura e o desenho heráldico, de rendilhadas armas e brasões, aprimorando-se ainda mais com o surgimento da arte xilográfica e, mais tarde, com a aparição da calcografia. Em pouco tempo, porém, países como a Holanda, a Inglaterra, a França e a Itália, disputariam, entre si e com a Alemanha, tal liderança.

Segundo Eduardo Frieiro, em *Os Livros Nossos Amigos*, nas bibliotecas das comunidades monásticas da Idade Média, já se tomavam todas as precauções possíveis contra os piratas dos livros. Registra que costumavam ter *ex-líbris* com inscrições que ameaçavam com penas de excomunhão, tanto os que furtavam ou en-

cobriam o furto, como os que, em vista do roubo, raspavam ou faziam desaparecer o *ex-líbris*. Os anátemas variavam de acordo com a importância da obra.

Entre os grandes da xilogravura e calcogravura, é necessário inscrever muitos dos que nos legaram célebres pinturas e desenhos, como Hans Holbein, Miguel Ângelo, Leonardo da Vinci, Rafael, Van Dyck, Rembrandt, Goya, Rubens e muitos outros notáveis.

Considerando-se que *o ex-líbris*, durante muito tempo, ficou restrito às bibliotecas dos nobres e aos monastérios, é compreensível que só muito tarde se tenha começado a escrever sobre o tema.

Em 1872, surgiu em revistas e jornais, e o primeiro livro sobre o assunto foi o de A. Poulet-Malassis, intitulado *Les ex libris français*, em 1874. Atualmente existem milhares de títulos sobre a matéria e, já em 1906, um século atrás, portanto, era editada, em Leipzig, a *Bibliografia do Ex Libris*, de autoria do conde Emile Budan.

Entendendo que o escopo dessas considerações é tangenciar o tema, e não esgotá-lo, deixaremos aos leitores a possibilidade de estudá-lo melhor, em fontes específicas, conforme as relacionadas ao final, se o pretenderem.

Algumas definições sobre o Ex-Líbris

Registraremos algumas sínteses sobre o que estamos estudando, no sentido de orientarmos nossa caminhada por essa interessante trilha.

Ex Libris – "etiqueta impressa para indicar a propriedade pessoal de livros, é quase tão antiga quanto o próprio livro impresso". *Enciclopédia Britânica*.

"*El ex libris* no es, em esencia, sino el signo de posesion o pertenencia que desde tiempo immemorial viene haciendo figurar todo dueño de um libro escrito o impresso, como señal de dominio o de propriedad particular". (Francisco Esteve Botey – *Ex libris y Exlibristas*.

Ex Libris – "é uma etiqueta desenhada, ou gravada, usualmente decorada, que se cola num canto interior de um livro, como símbolo de propriedade". *The American*.

"Por essas duas palavras se designam certas vinhetas, etiquetas, com um nome, iniciais, ou monograma, usadas por alguns bibliófilos, nos livros que possuem e as quais são, em geral, colocadas na guarda interior de um volume, isto é, no verso da pasta da frente. Consistem num pedaço de pele, ou mais vulgarmente de papel, tendo impresso o nome do possuidor do livro, acompanhado, muitas vezes, do seu brasão, de uma divisa ou de quaisquer ornamentos" *Dicionário Portugal*.

Ex Libris – "é o nome porque são designadas pequenas etiquetas de papel, reproduzidas por quaisquer processos mecânicos e que se colam na face interna da pasta frontal do livro, ou da anterior das brochuras, para indicar-lhes o possuidor". – Clado Ribeiro de Lessa (Introdução ao Catálogo da 1ª Exposicão Brasileira de Ex-Libris).

Resumo da história do Ex-Líbris brasileiro

O pesquisador Manuel Esteves, um dos pioneiros do estudo do *ex-líbris* no Brasil, fala em seu livro *Ex libris*, publicado em 1954, sobre Minas Gerais no século XVIII e comenta acerca das importantes bibliotecas ali existentes, em razão do ciclo de prosperidade que desfrutava. Entre tantas, menciona a do cônego Luiz Vieira da Silva, ilustre brasileiro que tomou parte da Inconfidência Mineira.

Demonstra que o primeiro *ex-líbris* do Brasil, criado no final do século dezoito, pertenceu a Manuel de Abreu Guimarães, rico e culto cidadão, que residia na antiga cidade mineira de Sabará-Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará do Rio das Velhas, e descreve tal marca de propriedade com a seguinte imagem:

"É uma bela alegoria às Artes, ao Comércio e à Indústria. Uma lira no centro. Ao lado um caduceu – que é a insígnia de Mercúrio – o deus do comércio.

Vê-se também o tridente – o cetro do Rei dos Mares. Em bonito cursivo caligráfico, trás o nome do possuidor.

Até hoje só se conhece um exemplar, é o que se encontra na coleção da Biblioteca Nacional e que já foi exposto, uma vez, ao público do Rio de Janeiro".

A partir de então, outros amantes dos livros vieram alevantando mais monumentos ao saber humano – bibliotecas – tendo alguns lhes dedicado um ornamento de identificação, através dessas pequenas jóias de papel. Visconde de Porto Seguro, Visconde de Rio Branco, Viscondessa de Cavalcanti, Joaquim Nabuco, Osvaldo Cruz, Alfredo Pujol, Oldemar Alvernaz de Oliveira Cunha, Clado Ribeiro de Lessa, Francisco Matarazzo Sobrinho, Ademar de Barros, Eduardo Frieiro, Gustavo Barroso, Maciel Pinheiro, Malba Tahan, Joaquim Nabuco, Santos Dumont, Machado de Assis, Cecília Meirelles, Eduardo Prado, José Mindlin, e muitos, muitos outros, estão entre os que se fundiram aos seus livros, através dessa marca de propriedade.

O Barão do Rio Branco foi o primeiro a se tornar colecionador de *ex-líbris,* em nosso País, e, em 1940, foi criada a "Sociedade de Amadores Brasileiros de Ex-Libris" (S.A.B.E.L.). Em seguida à fundação, foi organizada a 1ª. Exposição Brasileira de Ex Libris, sob a presidência do professor Oswaldo Teixeira, diretor do Museu Nacional de Belas-Artes. A partir de então, e continuamente, outras exposições têm-se seguido, irradiando o interesse por todo o território nacional.

A grafia da palavra Ex-Líbris

Importantes conhecedores, pesquisadores e usuários utilizam essas palavras latinas com e sem hífen. Comentaremos o assunto.

Primeiramente, podemos entendê-lo analisando o estudo de etnografia comparada, publicado na *Revista Lusitana*, pelo eminente filólogo português José Leite de Vasconcelos. Pensa o mestre que não é coerente usar o hífen nesse caso, e demonstra que a língua latina pede o uso sem o referido sinal de ligação.

Se observarmos a cronologia, veremos a expressão ex libris surgindo após o século XVI. De acordo com Manuel Esteves, já aludido, de início eram comuns tanto a expressão "ex libris" como "ex bibliotheca", e, em ambas, não se usava hífen, depreendendo-se que o uso deste é coisa de pouco tempo para cá.

Cita ainda o eminente professor brasileiro Carlos Pastorino, do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, no *Boletim da Sociedade de Amadores Brasileiros de Ex Libris*, que, ao falar do próprio *ex libris*, trabalhou a matéria com os seguintes argumentos:

"Nas palavras *ex libris* não há hífen, pois são duas palavras latinas distintas: "ex" (de, dos) e "libris" (livros).

Se houvesse o hífen, mudaria o sentido (aliás, em latim não existe o hífen). Confrontem-se as expressões : "ex-alunos", "ex-diretores" etc., ou seja "não são mais alunos", "não são mais diretores". "Ex-Libris", pois, viria a ser: "não são mais livros."

Corroborando essa linha de raciocínio, ressalvamos que a maioria dos latinistas e grandes conhecedores do tema raramente usam o hífen. Pensamos, entretanto, se usado, tal não diminui a importância da criação. Apenas a expõe a outras interpretações, senão vejamos.

O formidável Fausto Moreira Rato, na sua obra *Manual de Ex-librística*, editada em 1976, diz que em virtude de não se haver estudado atentamente o assunto, no início do uso na língua portuguesa, começou-se a usar o hífen ligando os dois elementos e, desde então, consagraram-se as duas formas (com e sem hífen).

Argumenta, com segurança, que existem duas maneiras corretas de escrevê-las: em latim – *ex libris* (sem hífen), ou em português – *ex-líbris* (com hífen e com acento agudo no primeiro "i", em virtude desse segundo elemento ser paroxítono e terminar em "i").

E continua, esclarecendo que a pronúncia correta, em qualquer dos casos, é "ékese libris", pois, segundo ele, é assim que se diz a partícula "ex" em latim, quando não significa "que foi" ou "que já passou". A pronúncia "eis" significaria "já não era", "tinha sido"...

Enfim, ambas as grafias podem ser encontradas. Pessoalmente, preferimos a forma aportuguesada *ex-líbris*, inclusive porque é a registrada no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda.

Tais filigranas, entretanto, são parte da poesia que cerca o mundo do ex-librista, porquanto, mesmo se fora das normas, regras e tradições e mesmo quando algo muito simples, desde que

colado a um livro, como comprovada marca de propriedade, será, indubitavelmente, um *ex-líbris*.

Manuscritos, dedicatórias e ex–líbris manuscritos

Na interpretação de algumas autoridades na matéria, o adquirente do livro pode lhe apor a assinatura, tanto para uso próprio como para oferecê-lo, chamando tal de "ex-líbris manuscritos".

O já mencionado Fausto Moreira Rato, entretanto, argumenta que só o autor tem o direito de escrever em sua obra, da mesma forma que o pintor o faz em sua tela. Em linhas gerais, pensa que quem assina em livro de outro, geralmente de boa-fé, não sabe que está desvalorizando a obra e assumindo, perante a posteridade, ares de pretensioso.

Para se oferecer um livro do qual não se seja autor, diz ele, basta lhe juntar um cartão pessoal – sinal de finura e delicadeza - como se faz com qualquer outra lembrança.

Continua, com a costumeira competência, definindo que assinaturas de autores valorizam as obras e podem ser importantes para uma coleção de autógrafos, mas não são *ex-líbris*, pois tais são assinaturas artísticas dos proprietários e têm características próprias.

Finaliza dizendo: o autor poderá destacar um livro, dentre os que está lançando, para a sua biblioteca. Neste caso, será proprietário, e, a exemplo de tantos escritores, poderá colar-lhe o *ex-líbris*, para registrar que aquele exemplar, particularmente, lhe pertence.

Entendemos e aceitamos, como qualquer bibliófilo, a diferenciação entre autor e dono, acima demonstrada. Um livro com a dedicatória de Cecília Meirelles, por exemplo, que deve ter dedicado outros da mesma edição, é raro e importante. O que, comprovadamente, porém, pertenceu à própria Cecília é único e maravilhoso.

Esclarecimentos

Alguns tópicos podem aparecer nessa literatura e, mesmo fora do âmbito deste estudo, queremos comentá-los em linhas gerais:

Finis libris

É um ex-líbris colado no verso da contracapa, ou seja, ao final do livro, no verso da cobertura posterior. Raramente é encontrado e, ainda assim, pode o mesmo livro conter o ex-líbris no local adequado.

Super libris

Também chamado Super libros, é uma marca ornamental externa, geralmente aplicada na lombada, que algumas vezes aparece com divisa, abreviatura do nome ou iniciais do proprietário. Alguns preferem chamá-lo de *ex-líbris* exterior e comumente vem acompanhado do *ex-líbris.*

***Ex-líbris* múltiplos**

Uns poucos criam *ex-líbris* diferenciados para os diversos campos da sua biblioteca, tais como Direito, Filologia, História, etc.

O caminho para o seu ex-líbris

O ex-líbris é a representação gráfica de uma filosofia pessoal; uma imagem que toma forma, primeiramente, no pensamento de quem o idealiza.

Marcel Moeder, que escreveu com segurança sobre o assunto, dizia que o ex-líbris deveria ser, de fato, "o retrato do dono". Um padre, um cientista, ou um político, entre outros amantes dos livros, que pensem em criar uma assinatura ex-librística, deverão intuí-la de acordo com o seu sentir e viver, diferenciados.

Uns associam o ex-líbris ao lírico, outros ao moral, alguns mais ao erótico, ao humorístico, ao religioso, ao eterno etc. Em linhas gerais, entretanto, podem ser resumidos os motivos a três grandes grupos: o simbólico, o heráldico e o paisagístico. Há, ainda, ex-líbris mistos, que podem pertencer a mais de uma categoria.

Uma divisa que resuma a história, a vida ou as atividades do proprietário, embora aconselhável, não é obrigatória. O essencial é que apareça o nome, a abreviatura ou as iniciais do usuário, para que se identifique o dono do livro e se cumpra a sua função primordial.

De acordo com Fausto Moreira Rato, a expressão latina *ex libris* ou a palavra portuguesa ex-líbris deve vir acima ou antes do nome do proprietário, para que se possa ler "Dos livros de fulano" e não "Fulano dos livros de". E dá a regra a seguir: "se o nome do usuário vier em latim, será ex libris, sem hífen (ex libris/Iosephi..); mas se o nome figurar em português, o termo será ex-líbris, com hífen e preposição (ex-líbris /de José...)."

O conjunto, com iniciais, abreviaturas, desenhos e, em alguns casos, com o retrato do dono, formam uma marca de posse. Isso a diferencia de um simples quadro em miniatura.

Embora bons ex-líbris tenham sido executados pelos próprios donos, é mais comum que se procurem artistas com experiência, os quais se definirão por um dos seguintes principais processos: zincografia, buril, xilogravura ou água-forte. Se por um lado há os que executam os trabalhos sozinhos, de outra parte, há os que deixam tudo para o artista – criação e execução – o que também não é coerente.

Quando possível, cremos que a primeira parte – a imaginária – deve ser do proprietário e a segunda parte – a técnica – dos artistas (desenhistas e executores).

Embora haja tendência para a grandeza e variedade, poder-se-ia afirmar que a simplicidade é, talvez, a melhor regra, pois o excesso quase sempre confunde e tira a objetividade.

O ex-líbris deve ser colado na capa interior do livro, para assinalar a posse. Em obra adquirida com ex-líbris de dono anterior, deverá o atual proprietário colar o seu à direita do já encontrado. E isso tantas vezes quantas a obra houver mudado de possuidor.

É fantástico manusear um livro que contenha várias dessas etiquetas, as quais mostram épocas, costumes, personalidades, formas de arte, religiões, e, não raro, continentes, línguas e civilizações diferentes.

Considerações finais

Apresento, logo a seguir, alguns ex-líbris estrangeiros, brasileiros, e cearenses, estes últimos pela primeira vez mostrados,

como forma de homenagear importantes personagens, entre tantos outros, que muito têm feito pelos livros.

Ao concluir este ensaio, sugiro aos que têm bons acervos públicos ou privados, que lhes dediquem uma marca de propriedade. Tal proporcionará maior segurança ao patrimônio e registrará, de forma perene, o nome de quem valorizou os seus melhores amigos – os livros.

Alguns Ex-líbris estrangeiros

Alguns Ex-líbris brasileiros

EX-LIBRIS DE CECILIA MEIRELLES

Biblioteca Barão do Rio Branco

Ex-Líbris de Eduardo Campos

Alguns Ex-líbris cearenses

Bib. Lúcio Alcântara

Ex-líbris de Antonio Salles

Ex-líbris de Hemetério Cabrinha

Ex-líbris de Cid Carvalho

Biblioteca Antonio
Fontenele de Carvalho

Biblioteca brasiliana de
Mister Hull

Bibliografia consultada

DEROUET, Luís. *Primeira exposição de ex-libris em Portugal*. Lisboa: Imp. Nacional, 1930.

DUARTE, Sérgio Avelãs. *Ex-libris portugueses heráldicos*. Porto: Liv. Civilização, 1990.

ESTEVES, Manuel. *O ex libris.* Rio de Janeiro: Laemmert, 1954.

EXPOSIÇÃO BRASILEIRA DE EX-LIBRIS, 2., 1948. Rio de Janeiro: Sociedade dos Artistas Nacionais/ Sociedade de Amadores Brasileiros de Ex-Libris, 1948.

EXPOSIÇÃO DO 144º. ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL / Colaboração do Clube Internacional de Ex Libris. Rio de Janeiro, 1952.

EXPOSIÇÃO MUNICIPAL DE EX LIBRIS, 1., 1949, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1949.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004.

FRIEIRO, Eduardo. *Os livros nossos amigos*. São Paulo: O Pensamento, 1957.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LIMA, Alberto. *O Exercito no Ex libris*. Rio de Janeiro: Imp. Militar, 1950.

MINDLIN, José. *Uma vida entre livros*: reencontros com o tempo. São Paulo: EDUSP, 1997. (ISBN: 85-314-0411-8)

MORAIS, Rubens Borba de Morais. *O bibliófilo aprendiz*. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

RATO, Fausto Moreira. *Manual de Ex-Librística*. Lisboa: Imp. Nacional/ Casa da Moeda, 1976.

TOURINHO, Octávio de Campos. *Arquivo brasileiro de Ex-Libris*. Rio de Janeiro, 1950.

EFEMÉRIDES

Datas e fatos para a história do Ceará (1998-1999)

Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)*

1998

Janeiro

01 - A *Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima - RFFSA*, Malha Nordeste, que compreende de São Luís do Maranhão até o sul de Alagoas, passa para o controle da *Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN*, assumindo a direção o engenheiro *Wagner Bittencourt*.

19 - Começa a funcionar o novo *Mercado Público (Mercado Central)* construído na Avenida Alberto Nepomuceno nº 199, em frente à 10ª Região Militar. Para construí-lo, foram derrubadas mais de uma dezena de casas históricas, as mais antigas da Cidade. Foi arquiteto *Luís Fiúza*. Na verdade não é um mercado central, mas um "shopping" de artesanato.

20 - Pelo Decreto nº 10.229, publicado no Diário Oficial do Município - Diom nº 11.277, é criada a *Escola Fundamental Ambiental Herbert de Sousa*, na Rua São José nº 1599, Santa Cecília.

25 - Eleitos *Rei Momo*: *Djani Pinheiro Landim*; *Rainha do Carnaval:* Francisca *Izamar Gomes Vieira* no anfiteatro da Fundação Cultural de Fortaleza. É a quarta vez consecutiva que Djani reina no carnaval.

28 - Morre, aos 72 anos de idade, o médico *George Benevides Medeiros*, cearense de Lavras da Mangabeira, nascido em 07/11/1925.

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

29 - Morre, em Fortaleza, o pesquisador em meteorologia *Julian Ferreira Lima Hull*, que prosseguia os estudos de seu pai, Mr. Francis Hull, em torno das secas do Nordeste. *Julian Ferreira Lima Hull* era professor do Colégio Militar de Fortaleza e do Departamento de Geociências da Face. Foi sepultado no cemitério Parque da Paz.

30 - A *Companhia de Telecomunicações do Ceará – Teleceará –* é dividida em duas empresas independentes, a *Teleceará* e a *Teleceará Celular*.

Fevereiro

02 - Começa a funcionar, mesmo antes da inauguração, o novo *Fórum Clóvis Beviláqua*, na Avenida Washington Soares, esquina com Avenida Desembargador Floriano Benevides nº 220, na Água Fria.

06 - Véspera da data marcada para sua inauguração, começa a funcionar, com o vôo nº 558/559 da TAM, procedente de Campinas, SP, a nova gare do *Aeroporto Pinto Martins*, na Avenida Senador Carlos Jereissati nº 2000.

07 - Inaugurado oficialmente o novo *Aeroporto Pinto Martins*, isto é, a nova gare, no local da antiga estação, no Cocorote, obra executada pela Construtora Queirós Galvão S. A., tendo sido construída, para o acesso, uma nova avenida, ligando o bairro do Montese à BR-116, a *Avenida Senador Carlos Jereissati*, em cujo nº 2000 fica o aeroporto. O novo terminal tem uma área construída de 36mil m^2, com quatro pavimentos, e possibilidade de atender 1.660 passageiros/hora, pátio que comporta 19 aeronaves, sendo sete conectadas diretamente às pontes de embarque (sanfonas) e estacionamento para mil veículos. O aeroporto é o mesmo.

11 - Inaugurada, com frentes para a Avenida Tristão Gonçalves e para a Rua 24 de Maio, a *Sede Catedral da Fé* da *Igreja Universal do Reino de Deus*, em prédio construído por Fujita Engenharia, que havia entregue em janeiro.

22 a 24 - Ocorrem os festejos *carnaval*escos em Fortaleza, com desfile de agremiações e festas nos clubes**.**

25 - O *Museu do Ceará* é reaberto após reforma, com nova concepção, trazendo palestras, exposições, etc. É o antigo Museu Histórico e Antropológico que mudou de nome.

26 - Acontece em Fortaleza um *eclipse* parcial do sol, cujo ápice foi às 15h48min com 20% da área do sol encoberta pela lua, sendo observado no observatório astronômico do Colégio 7 de Setembro pelo físico *Heliomárzio Moreira*.

Março

04 - Irrompe violento incêndio que destrói a loja *RG Móveis*, na Avenida Tristão Gonçalves.

12 - Inaugura-se o *Hospital Regional da Unimed*, na Avenida Visconde do Rio Branco nº 4000, no São João do Tauape, numa área de 26.904 m^2. O projeto é do arquiteto *Reginaldo Rangel*. A construção havia sido iniciada em março de 1993.

- O Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia da UFC lança o primeiro número da revista *Olhar Midiático*, editada pelo escritor *Silas de Paula*.

Abril

02 - Ocorre, no Rio de Janeiro, RJ, o leilão de privatização da *Coelce*, que é adquirida pela *Distriluz Energia Elétrica S. A*., formada pelas Companhias Enersis S. A., Chilectra S. A., Endesa de España S. A. e a Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - Cerj, que passam a representar 51,05% do capital total. Para ser incorporada em 27/09/1999.

20 - Morre o médico *Joaquim Eduardo de Alencar*, ex-diretor do Departamento Estadual de Saúde, um dos fundadores da Faculdade de Medicina do Ceará. Foi o primeiro coordenador do Núcleo de Medicina Tropical da UFC. Formou-se na Bahia em 1934. Nascera em Pacatuba, CE., em 18/04/1912.

27 - Substituído o comando da *10ª Região Militar* quando assume o general de divisão, *Théo Espíndola Basto* em substituição ao general de divisão *Plínio Abreu Coelho*.

- Privatizada a Imprensa *Oficial do Ceará - IOCE*, que é adquirida por 80 dos 238 funcionários da mesma, transformando-a na *Imprensa Oficial Cooperativa e Gráfica Ltda*.

Maio

08 - O professor *Francisco Ari Othon Sidou* assume mais uma vez a presidência da *Associação dos Professores do Ensino Superior do Ceará – APESC,* substituindo o professor *Francisco Jorge de Abreu,* que é eleito "Presidente de Honra".

13 - Privatizada a *Coelce*, que passa das mãos do Governo do Estado para a *Distriluz Energia Elétrica S. A*., formada pelas Companhias Enersis S. A., Chilectra S. A., Endesa de España S. A. e a Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - Cerj.

17 - *Dom Cláudio Hummes* despede-se de Fortaleza, deixando o Arcebispado, por ter sido nomeado arcebispo de São Paulo.

22 - Tem novo comandante a *Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará - EAM*, o capitão de fragata *Luís Rafael Mansano*, que recebe o comando de *José Carlos Quaresma Filho*, do mesmo posto.

Junho

05 - Inaugurado o *Parque Botânico do Ceará*, no município de Caucaia, com 190 km^2, criado pelo decreto nº 24.216, de 09/09/1996, com a finalidade de desenvolver a preservação ambiental e promover a conscientização da ecocidadania. Localiza-se no km 3 da Estrada do Pacheco - CE-090 - e está sob administração da FIEC/SENAI, conforme convênio feito com o governo estadual.

07 - O *Ceará Sporting Clube* vence, pela terceira vez consecutiva, o *Campeonato Cearense de Futebol*, ao derrotar o *Ferroviário Atlético Cearense* em partida cujo tempo normal terminou em 2x1 para o Ferrim e a prorrogação 1x0 para o *Vovô* que assim foi Tri-Campeão.

07 - Morre, em Fortaleza, aos 73 anos de idade, o médico *Francisco Sampaio de Oliveira*, que atuou por vários anos na Assistência Municipal de Fortaleza. Era natural de Quixadá onde nascera a 22/12/1924.

24 - Morre, em Fortaleza, o poeta e professor Oscar Costa de Souza *(Oscar Costa Sousa)*, fundador do Colégio Dom Bosco. Nascera em 01/01/1910 em São Benedito, CE, no Sítio Pimenteiras. É pai do com-

positor José *Ednardo* Soares Costa Sousa. O autor destas linhas fez os primeiros anos do curso ginasial naquele colégio, sem nada pagar, atendendo um pedido feito pelo professor Romão Filgueira Sampaio.

- O *Plano Estratégico de Fortaleza e sua Região Metropolitana -Planefor*, lança sua publicação, *Jornal do Planefor*.

Julho

04 - Entra no ar, definitivamente, no canal 22, a *TV Diário*, do Grupo Edson Queiroz, sob direção do radialista José *Edilmar Norões* Coelho.

17 - Inaugurado o *Centro Cultural Banco do Nordeste*, sob direção da economista *Neuman Fernandes de Resende Matos*, no prédio onde ficava a administração central do BNB, entre a Rua da Assunção nº 118, Rua Pedro I e Rua Floriano Peixoto nº 941, no Centro.

28 - Inaugurado o *Edifício Saint Martin Flat*, na Avenida da Abolição nº 3340, que abrigará o *Hotel Tulip Inn*. A construção do prédio esteve a cargo da *Construtora Placic Ltda*. e *Fibra Construções Ltda*.

29 - No Rio de Janeiro realiza-se o leilão na Bolsa de Valores no qual é privatizada a *Teleceará Celular*, que passa a ser controlada pelo Consórcio Itália Telecom e União Globopar Bradesco (UGB).

Agosto

07 - Aberto o *Centro Cultural Dragão do Mar*, na Rua Dragão do Mar nº 81, no bairro da Praia de Iracema, compreendendo vários quarteirões entre a Rua Boris, Avenida Marechal Castelo Branco (Avenida Leste-Oeste), Rua Almirante Jaceguai e Avenida Pessoa Anta, mas sua inauguração realizou-se posteriormente, quando estava totalmente pronto. Hoje chama-se *Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura*

28 - Morre, em Fortaleza, o alfaiate e cantor *Mário Alves*, um dos componentes do Trio Nagô. Também foi cantor solo. Nascera em Fortaleza no dia 19/03/1914.

31 - Morre, aos 69 anos de idade, o empresário *José Gaudêncio Moreira*, fundador e proprietário da Auto Viação Fortaleza. Era natural

de Nova Russas onde nascera a 24/01/1929. É hoje nome de rua na Lagoa Redonda.

Setembro

07 - Falece, em Fortaleza, aos 85 anos de idade, o bacharel em direito e empresário Raul Barbosa Carneiro *(Raul Carneiro)*, fortalezense de 15/08/1913. Foi deputado estadual e federal.

10 - Assume, pela segunda vez consecutiva, a presidência da *Associação Cearense de Imprensa - ACI*, o jornalista *Stênio Azevedo*.

24 - Inaugura-se o *Museu General Sampaio*, na Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, na 10ª Região Militar, na Avenida Alberto Nepomuceno, foi organizado pela historiadora-militar e também artista plástica *Dolores Aquino*.

25 - Em festa no Ideal Clube, à noite, o Sistema Verdes Mares de Comunicação faz a entrega anual de seu Troféu *Sereia de Ouro*, sendo esta a 28ª vez, a quatro personalidades: a psicóloga Maria *Violeta Arraes* de Alencar Gervaiseau, a jornalista Maria Adísia Barros de Sá *(Adísia Sá)*, o humorista Antônio José Rodrigues Cavalcante *(Tom Cavalcante)* e o médico José Murilo de Carvalho Martins *(Murilo Martins)*.

- Instalada a Ouvidoria Geral do Estado do Ceará, criada em 14/05/1997, tendo à frente a Procuradora de Justiça *Maria do Perpétuo Socorro França Pinto,* órgão que atuará como elo entre a população e o governo estadual.

Outubro

02 - Morre, em Fortaleza, o artista plástico *Marcos Jussier*, filho de Juazeiro do Norte, onde nascera a 17/02/1942.

04 - Os eleitores vão às urnas para a escolha do presidente da República, senador, governador e deputados federais e estaduais. São candidatos à Presidência da República *Fernando Henrique Cardoso* (PSDB); *Luís Inácio Lula da Silva* (PT); Ciro Ferreira Gomes *(Ciro Gomes)* (PPS); *Enéas* Carneiro (Prona); Brigadeiro *Ivan Frota* (PMN); Alfredo

Sirkis (PV); José Maria de Almeida *(Zé Maria)* (PSTU) *João de Deus Barbosa* de Jesus(PT do B); *Tereza Tinajero Ruiz* (PTN); *Sérgio Bueno* (PSC) e *Vasco Azevedo Neto* (PSN). Para o Senado os candidatos no Ceará são: Luiz Alberto Vidal Pontes *(Luíz Pontes)* PSDB); Antônio *Paes de Andrade* (PMDB); *Tarciso Leite* ( ); e Raimundo Pereira de Castro *(Raimundão)* (PSTU). Para governador os candidatos são: Tasso Ribeiro Jereissati *(Tasso Jereissati)* (PSDB); Luís Gonzaga da Fonseca Mota "Totó" *(Gonzaga Mota)* (PMDB); *José Aírton* Félix Cirilo da Silva (PT); *Reginaldo Moreira* ( ) e *Valdir* ( ).

08 - Surge em Fortaleza a *Revista Médica da Casa de Saúde e Maternidade São Raimundo*, Ano I, nº 1, que tem como editor *Adriano Diogo de Medeiros Júnior*, tendo como jornalista responsável *Luís Carlos de Carvalho*.

- Publicado o primeiro número de *Acadêmica*, revista da Academia de Ciências Sociais do Ceará.

Novembro

09 - Circula o Ano I, nº 1 do *Jornal da Rua*, da Editora Verdes Mares Ltda. Que tem como Diretor Superintendente *Pádua Lopes*, Diretor Editor Francisco das Chagas Rodrigues *(Francisco Bilas)*, Diretor Comercial *Francisco Ribeiro* e Diretor Industrial *A. Capibaribe Neto*, com redação na Praça da Imprensa, no Dionísio Torres.

19 - Mostra inaugural do *Memorial Deputado Pontes Neto*, intitulada "História do Parlamento Estadual - As Legislaturas de 1947 a 1966", organizado pelo ex-deputado Osmar Maia Diógenes *(Osmar Diógenes)*.

Dezembro

05 - Anunciada a extinção da Companhia Feminina da Polícia Militar. O Relações Públicas da PM, coronel Maciel Soares, garante a continuidade da realização dos concursos para as mulheres.

08 - Morre o general-de-brigada Francisco de Assis Araújo Bezerra (Assis Bezerra), ex-Secretário de Segurança. Nascera em Sapé, PB, em 04/10/1910.

10 - Inaugurada, na Rua Senador Pompeu nº 2445, na Casa Ari de Sá Cavalcante, a *Biblioteca de Hermenegildo de Sá Cavalcante*, com cerca de 5 mil volumes dos quais 800 são dedicados à obra de Marcel Proust.

14 - Lançado o jornal *Hoje*, da Empresa Jornalística O Povo S. A., que tem como editor executivo *Ivonilo Praciano*.

30 - Após grande reforma, é reinaugurado o *Edifício Conselheiro Waldemar de Alcântara*, sede do *Tribunal de Contas dos Municípios - TCM*, na Rua Oswaldo Cruz nº 1024, na Aldeota, com toda a fachada completamente nova.

31 - O general *Cândido Vargas Freire* exonera-se da *Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania*.

- A estimativa *populacional* de Fortaleza feita pelo IBGE é de 2.056.285 *habitantes*.

1999

Janeiro

01 - Reconduzido ao cargo de Presidente da República, o sociólogo *Fernando Henrique Cardoso*. Na Vice-Presidência, o pernambucano Marco Antônio de Oliveira Maciel *(Marco Maciel)* (PMDB).

01 - Toma posse, na Assembleia Legislativa, o industrial Tasso Ribeiro Jereissati *(Tasso Jereissati)* como *Governador do Estado* reeleito, sendo seu terceiro mandato, tendo como vice-governador Benedito Clayton Veras Alcântara *(Beni Veras)*.

03 - Morre, aos 72 anos de idade, o professor Sildácio Matos Rocha *(Sildácio Rocha)*, um dos fundadores do Plantão Gramatical. Era cearense de Palmácia.

04 - Morre, em Fortaleza, vítima de mal de Parkinson, aos 89 anos de idade, o médico, antropólogo e folclorista Florival Alves Seraine *(Florival Seraine)*, membro do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)* e da *Academia Cearense de Letras - ACL*, onde seu corpo é velado. Era paraense nascido em Viseu, no dia 19/04/1910.

06 - Assume a *Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania*

do Ceará - SSPDC, o general-de-brigada *João Crisóstomo de Sousa*, em substituição ao general de divisão *Cândido Vargas* Freire.

07 - Toma posse, às 10h, no comando da *Base Aérea de Fortaleza*, o coronel-aviador *Carlos Alberto Vieira*, em substituição a *João Carlos Franco de Sousa*, do mesmo posto.

07 - Morre, em Fortaleza, aos 64 anos de idade, o jornalista e produtor radiofônico *César de Castro* Coelho, vítima de insuficiência respiratória, sendo seu corpo velado no Sindicato dos Jornalistas e sepultado no Cemitério Parque da Paz.

08 - Liminar expedida pelo juiz Francisco das Chagas Barreto Alves, garante a realização, mesmo fora da lei federal, do Código de Posturas (Lei nº 5.530) e da recente lei municipal (nº 8.219), do malfadado pré-*carnaval* na Avenida Beira-Mar. Inexiste a cidadania em Fortaleza.

11 - Morre, aos 82 anos de idade, o jornalista e educador João de Medeiros Calmon *(João Calmon)*, ex-superintendente dos *Diários Associados*.

13 - Chega a Fortaleza, a fim de proferir a palestra "Educação e Cidadania - A Construção do Novo Homem", o teólogo *Leonardo Boff*.

14 - Incêndio irrompe no Monte Castelo, atingindo uma das maiores sucatas de Fortaleza, a *sucata Chico Alves*, na Avenida Sargento Hermínio nº 668, destruindo-a parcialmente graças à ação do Corpo de Bombeiros que chegou logo ao local.

15 - Inauguram-se as novas instalações da *Escola Superior de Magistratura do Ceará - Esmec*, ao lado do Fórum Clóvis Bevilaqua. Na ocasião seis personalidades foram agraciadas com a *Medalha do Mérito Judiciário Clóvis Bevilaqua* do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJEC.

22 - O Centro de Operações Policiais Militares – Copom - é reestruturado passando a denominar-se *Centro Integrado de Operações de Segurança - Ciops*, no mesmo local, o quartel da Praça José Bonifácio.

28 - Lançado no Ideal Clube o livro *A Guerra dos Panfletos - Maloqueiros versus Cafinfins*, de autoria do Professor *Waldy Sombra*.

30 - Morre, em Fortaleza, aos 77 anos de idade, a *Irmã Alice*, que atuava no Padre Andrade e adjacências. Era pernambucana e chegou em Fortaleza em 1972, quando iniciou seus trabalhos de evangelização dos

excluídos. Foi ela a responsável pela criação do *Projeto Pequeno Mundo*. Foi sepultada no Cemitério Parque da Paz.

Fevereiro

01 - A *Assembleia Legislativa* dá posse, pela manhã, aos 46 parlamentares estaduais eleitos no pleito de outubro de 1998.

01 - Assume a presidência do *Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJEC*, a desembargadora *Águeda Passos* Rodrigues Martins, substituindo *José Maria de Melo,* que assume a *Corregedoria Geral da Justiça*.

04 - A Associação dos Cronistas *Carnaval*escos do Ceará apresenta à imprensa, na sede do Sindicato dos Jornalistas, o novo *Rei Momo* do *carnaval* cearense, *Clóvis Moraes,* e a Rainha do *Carnaval*, *Renata Suyelleu*.

14 a 16 - O *carnaval* ocorre normalmente na cidade.

16 - Em plena terça-feira de *carnaval*, na Avenida Domingos Olímpio, morre, após ser entrevistado pela Rádio Dragão do Mar, o cantor Luís Bernardo Filho *(Nosinho Silva)*, cognominado "o malabarista do ritmo", aos 63 anos de idade, que atuou por muitos anos nos palcos cearenses. Seu corpo ficou no IML até ser procurado pela família. O enterro acontece às 10h, no cemitério São João Batista, no dia 18. Nozinho ficou conhecido pelas participações em programas de auditório na Ceará Rádio Clube (PRE-9) e Rádio Iracema. Nascera em Fortaleza, a 04/07/1935.

20 - Morre, aos 72 anos de idade, o jornalista e professor *Nemésio Dias Silva*, vítima de parada cárdio-respiratória, na Casa de Saúde São Raimundo. Foi sepultado no dia 21 no Cemitério Parque Bom Jardim.

22 - Toma posse no cargo de *Capitão dos Portos do Ceará*, o capitão de mar e guerra *Roberto Coelho Lima*, que recebeu o cargo das mãos de capitão de fragata *Carlos Renato Seabra de Almeida*.

- No *Aeroporto Pinto Martins*, é colocada uma herma de um aviador como se fora Pinto Martins, mas não há nenhuma semelhança com o mesmo. O busto é muito bem feito, uma verdadeira obra de arte, mas não é Pinto Martins.

Março

03 - Abertura do Seminário sobre a vida e a obra de Antônio Gonçalves da Silva *(Patativa do Assaré)*, com o professor *Plácido Cidade* Nuvens, nas comemorações dos 90 anos do poeta. No dia 04/03/1999, prossegue o Seminário, com o professor Tadeu Feitosa, e no dia 5 às 11h, a solenidade de inauguração do Memorial Patativa do Assaré, da adutora de Assaré e às 12h a solenidade de entrega ao poeta, do Título de Doutor Honoris Causa da Universidade Estadual do Ceará - UECe, lançamento de seu livro *Inspiração Nordestina* e, finalmente, o encerramento do Seminário sobre a vida e a obra de Patativa do Assaré, com o professor *Gilmar de Carvalho*.

03 - Morre, em Fortaleza, aos 61 anos de idade, o advogado e ex-deputado estadual Antônio *Eufrasino Neto*, presidente do *Tribunal de Contas dos Municípios - TCM*, no Instituto José Frota, vítima de desastre automobilístico na estrada CE-040. Seu sepultamento ocorre em Poranga, cidade que o viu nascer a 06/05/1937.

11 - Morre, em Fortaleza, aos 98 anos de idade, o ator teatral, radioator e humorista Clóvis Pereira Mathias *(Clóvis Matias)*. Nascera a 12/08/1913 na Rua da Trindade (atual Rua Sólon Pinheiro), em Fortaleza.

24 - Toma posse como *Arcebispo Metropolitano de Fortaleza*, *Dom José Antônio Aparecido Tosi Marques*, em grande solenidade, na Catedral Metropolitana de Fortaleza.

Abril

05 - O *Instituto do Câncer do Ceará* inicia suas atividades mesmo antes de sua inauguração. Sua construção foi iniciada em janeiro de 1996 e o prédio ficou concluído em junho de 1998. Não iniciou imediatamente suas atividades, pela falta de equipamentos.

06 - A superintendente do Detran, *Maísa Parente,* pede demissão do cargo durante audiência da Assembleia Legislativa, sobre recebimento de propinas naquela repartição.

11 - Inaugurada às 11h a *Avenida Zezé Diogo*, trecho entre a Rua Ismael Pordeus e a Rua Renato Braga Coutinho, na Praia do Futuro.

14 - Assume *Alexandre Neves Moreira*, novo superintendente do *Departamento Estadual de Trânsito - Detran* - substituindo *Maisa Parente.*

15 - O *Terminal Rodoviário Engenheiro João Tomé*, na Avenida Osvaldo Studart, na Gameleira, passa a ser administrado pela *Socicam Terminais Rodoviários*, empresa paulista. Até então vinha sendo administrado pelo Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes - DERT.

15 - Inaugurado o *50º Salão de Abril*, no Espaço Cultural do Palácio da Abolição, promovido pela Fundação Cultural de Fortaleza. Apesar de ser o 50º Salão, não são 50 anos de Salão, mas 56 anos, pois houve alguns anos em que ele não existiu. O 1º foi em 1943, o 2º, em 1946. Em 1958 houve outra interrupção, voltando em 1964. Por vários anos teve sua numeração errada.

19 - Inaugurada pelo Governo Estadual a *Escola de Ensino Médio Liceu do Conjunto Ceará*, na Rua 11, 39-A nº 10, Quarta Etapa do Conjunto Ceará.

19 - Inaugura-se a *Escola de Ensino Médio Liceu de Messejana*, na Avenida Washington Soares nº 7702, no Sítio São José.

19 - A *Escola de Ensino Médio Liceu de Vila Velha*, na Avenida L, nº 840, na Barra do Ceará, é inaugurada pelo Governo Estadual.

23 - Exonerado o comandante geral da *Polícia Militar do Ceará - PMC*, coronel *Francisco Mauro Alves Benevides*, sendo apontado para substituí-lo o coronel *Francisco Justino Ribeiro Neto*.

26 - Toma posse no comando da *Polícia Militar do Ceará - PMC* - o coronel PM *Francisco Justino Ribeiro Neto*, em substituição a *Francisco Mauro Alves Benevides*, do mesmo posto. Toma posse também no cargo de sub-comandante, o coronel *Adaílton Magalhães*.

27 - Inauguração do *Memorial Fotográfico do Transporte Coletivo de Passageiros do Ceará*, com exposição de fotografias do *Arquivo Nirez* e outras fontes, em prédio do SEST/SENAT na Rua Dona Leopoldina nº 1050, 3º andar, promoção da *Federação das Empresas de Transportes Rodoviários dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão - Cepimar*.

27 - Durante tempestade, na madrugada, um raio atinge a torre da *Igreja de Nossa Senhora de Nazaré*, no Jardim América, danificando-a. A forte *chuva* mediu 74mm.

28 - Após um período experimental de oito meses, inaugura-se e entra em pleno funcionamento, o *Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura*, 30 mil m^2 divididos em salas de exposições, cinemas, teatro, anfiteatro, auditório, planetário, café, ateliê de arte, salas de aulas e espaços para "shows". Dentro do Centro, são também inaugurados o *Planetário Rubens de Azevedo*, pelo próprio, e o *Anfiteatro Ministro Sérgio Mota*. Os arquitetos foram Antônio *Fausto Nilo* Costa Júnior e *Delberg Ponce de Leon*. Localiza-se na Rua Dragão do Mar nº 81, na Praia de Iracema.

29 - Inaugura-se, em Aquiraz, a *Usina Eólica da Prainha*, com 20 aerogeradores com capacidade instalada de 10MW.

- A *Teleceará* é privatizada passando seu acervo e serviços para a *Telemar*.

Maio

12 - Toma posse na Cadeira nº 23, na *Academia Cearense de Letras - ACL*, o escritor, professor Luciano Nunes Maia *(Luciano Maia)*, com saudação feita pelo acadêmico Artur Eduardo Benevides.

23 - Morre em Fortaleza o médico Carlos Alberto Studart Gomes ***(Carlos Studart)*****,** primeiro diretor do Hospital Geral de Fortaleza. Seu corpo foi velado na Funerária Ternura, Rua Padre Valdivino nº 2255, na esquina com a Rua Tibúrcio Cavalcante e sepultado no Cemitério Parque da Paz.

28 - O *Hospital Geral Dr. César Cals* recebe o *Prêmio Galba Araújo*, por ser considerado a melhor maternidade do Nordeste, prêmio instituído pelo Ministério da Saúde.

31 - Inaugurado, na Barra do Ceará, o monumento que marca o local onde desembarcou Martim Soares Moreno em 1612, projeto do arquiteto *Francisco Augusto Sales Veloso*. A localização exata foi determinada pelo *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).* A iniciativa foi do Colégio Militar na comemoração de seus 80 anos e 500 anos do descobrimento do Brasil.

Junho

07 - O *Laboratório de Ciências do Mar - Labomar* - é transformado em *Instituto de Ciências do Mar*, pelo Conselho Universitário da Universi-

dade Federal do Ceará - UFC, passando a ser uma unidade universitária com corpo docente, além das atividades de extensão que exercia.

08 - Morre, no Hospital Antônio Prudente, em Fortaleza, cinco dias após completar 91 anos de idade, o jornalista e escritor Jocelin Barreto Brasil Lima *(Jocelin Brasil)*, que escreveu muitos anos na imprensa sulista sobre futebol com o pseudônimo de *Pedro Zamora*. Ex-militar da Aeronáutica, onde foi aviador. Era comunista convicto e foi cassado no golpe de 1964. Seu corpo foi sepultado no cemitério de São João Batista. Jocelim era cearense de Sobral, nascido em 03/06/1908.

08 - Incêndio de médias proporções destrói o segundo pavimento da *Casa Freitas*, na Rua General Bezerril nº 303, de *Pedro Freitas*, durante a noite.

09 - Assume a presidência do *Tribunal Regional Eleitoral - TRE*, o desembargador *Raimundo Hélio Paiva Castro*, em substituição ao desembargador *Stênio Leite Linhares*.

20 - Morre, aos 76 anos de idade, o ginecologista e cirurgião *Fernando Jereissati*, médico da Assistência Municipal de Fortaleza e professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará - UFC, cearense de Fortaleza, nascido em 18/09/1920.

21 - Toma posse, às 17h, no *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, na cadeira antes ocupada pelo folclorista Florival Alves Seraine (Florival Seraine), o novo membro efetivo Francisco Edson Cavalcante Pinheiro *(Edson Pinheiro)*, sendo saudado pelo consócio José Cláudio de Oliveira.

30 - Sancionada pelo prefeito municipal Juraci Vieira de Magalhães (Juraci Magalhães), a Lei nº 8.283, que cria a *Fundação de Cultura, Esporte e Turismo - Funcet*, resultado da reformulação administrativa que integra a Fundação de Cultura e a Fundação Para o Desenvolvimento Turístico de Fortaleza. É colocado na presidência o poeta José Maria Barros de Pinho *(Barros Pinho)*.

- Reinaugurada a *Praça Dr. Moreira de Sousa*, em frente ao Náutico Atlético Cearense - NAC, pelo lado da Avenida da Abolição, após completa reforma.

- Com a data de maio-junho de 1999, sai a revista *Ceará em Construção*, editada pelo Sindicato da Indústria de Construção Civil do Ceará

- Sinduscon, com o conselho editorial formado por *Crisanto Ferreira de Almeida*, *Paulo Henrique Estevam Angelim*, José Carlos Braide Nogueira da Gama *(José Carlos Braide Gama)* e *Affonso Taboza Pereira*.

Julho

1º. - O Reitor da *Universidade Federal do Ceará - UFC*, professor *Roberto Cláudio Frota Bezerra,* assume seu segundo mandato consecutivo para mais quatro anos à frente daquela entidade. O vice-reitor é o professor *René Teixeira Barreira*.

13 - O teatrólogo e diretor José Maria Bezerra de Paiva *(B. de Paiva)* é nomeado Coordenador de Assuntos Culturais e Artísticos da Universidade Federal do Ceará - UFC.

19 - A Embratel lança ao mar, na Praia do Futuro, o cabo submarino internacional de fibras óticas *Américas II*, ligando o Brasil aos Estados Unidos da América.

21 - A desembargadora *Águeda Passos* Rodrigues Martins, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJEC, recebe a *Medalha Boticário Ferreira*, da Câmara Municipal de Fortaleza, em solenidade realizada no Auditório Ministro Francisco Cláudio de Almeida Santos, no Cambeba.

21 - Partida decisiva do *Campeonato Cearense de Futebol*, no Estádio Plácido Aderaldo Castelo, "Castelão", quando se confrontam o *Ceará Sporting Clube* e o *Juazeiro*, partida que termina empatada em 0x0, mas que dá o título ao *Ceará Sporting Club* que assim é, pela segunda vez, Tetracampeão.

25 - Chegam a Fortaleza as *Relíquias de Santo Antônio de Pádua*, desembarcando na antiga gare do Aeroporto Pinto Martins, sendo recebidas pelo Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, Dom José Antonio Aparecido Tosi Marques. As relíquias seguem para o Santuário do Sagrado Coração de Jesus.

28 - Inicia-se na Avenida Beira-Mar, mais uma vez, a micareta (rima com picareta) denominada *Fortal*, totalmente irregular, contrariando todas as leis existentes, federais, estaduais e municipais, inclusive a Constituição, com a conivência da justiça e das autoridades governamentais.

28 - Despedem-se do povo fortalezense as *Relíquias de Santo Antônio de Pádua*, em missa na Catedral Metropolitana às 17h, sendo depois levadas em carreata até a antiga gare do Aeroporto Pinto Martins.

- Lançado o jornal *Gazeta Espírita*, Ano I, número 0, com a data de julho-agosto, órgão informativo do Centro de Documentação Espírita do Ceará - Cedec.

Agosto

03 - A *Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - Funceme* - muda-se da Avenida Bezerra de Menezes nº 1820, vizinho à Secretaria de Agricultura, para prédio na Avenida Rui Barbosa nº 1246, na Aldeota.

08 - Morre, vítima de problemas cardíacos, aos 80 anos de idade, o professor e juiz aposentado *José Palácio de Queirós*, cearense de Iguatu, nascido a 25/01/1919. Seu corpo foi velado e sepultado no Cemitério Parque da Paz.

23 – Morre, em Brasília, o jornalista Esaú Afonso de Carvalho *(Esaú de Carvalho)*, que atuou na imprensa do Rio de Janeiro e de Brasilia. Amante também da música, foi um dos fundadores da Orquestra Sinfônica de Brasília. Nascera em Fortaleza a 05/06/1922.

24 - Iniciadas as obras subterrâneas do *Metrofor*, na Avenida Tristão Gonçalves e Avenida Carapinima.

27 - Incêndio de grandes proporções destrói a *Planície Plásticos*, loja localizada na Rua Castro e Silva.

27 - Morre às 22h20min, na Igreja das Fronteiras, onde morava, no Recife, PE, aos 90 anos de idade, Dom Hélder Pessoa Câmara *(Dom Hélder Câmara)*, um dos fundadores e primeiro Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - e arcebispo emérito de Olinda e Recife. O velório é aberto na madrugada do dia seguinte, na igreja, atendendo a pedido do religioso. Também de acordo com sua vontade, seu corpo é sepultado na Sé de Olinda, ao lado de Dom José Lamartine, que foi seu bispo auxiliar. Nascera em Fortaleza, Ceará, no dia 07/02/1909.

- Fechadas em todo o Brasil as *Lojas Brasileiras de Preços Limitados - Lobrás*. Em Fortaleza haviam duas lojas, uma na Rua Barão do Rio Branco com frente para a Rua Major Facundo nº 560, na Praça do Ferreira, e outra na esquina da Rua Guilherme Rocha com Rua 24 de Maio, na Praça José de Alencar.

Setembro

18 - Morre, em Fortaleza, o seresteiro e compositor *Carlos Patriolino* de Albuquerque, sendo sepultado no mesmo dia no Parque da Paz. Era cearense de Sobral.

18 - Falece o violonista e compositor *Talito Silva*, funcionário público aposentado. Seu sepultamento ocorre no mesmo dia no Parque da Paz.

20 - Morre, às 6h, em Fortaleza, aos 58 anos de idade, vítima de ataque cardíaco, o músico Raymundo Edison Santos Távora *(Edison Távora),* nascido em Pacatuba, aos 20/03/1940. Formou-se músico licenciado pela Universidade Estadual do Ceará - Uece, na década de 1970, após ter passado pelo Conservatório Alberto Nepomuceno. Seu sepultamento ocorre no dia seguinte no Cemitério Parque da Paz.

21 - Assume na *Academia Cearense de Retórica - ACR*, o ex-prefeito de Fortaleza, jornalista e radialista *Paulo Cabral de Araújo*, a Cadeira nº 20, antes ocupada por Francisco *Osmundo Pontes*.

23 - Inaugura-se, na Praça da Imprensa, o busto do jornalista e educador João de Medeiros Calmon *(João Calmon)*, que falecera no dia 11 de janeiro do mesmo ano.

23 - *Paulo Cabral de Araújo* recebe, no Palácio João Brígido (Paço Municipal), a *Comenda Nossa Senhora da Assunção*, outorgada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza e entregue pelo prefeito Juraci Vieira de Magalhães (Juraci Magalhães).

27 - A *Coelce* é incorporada à Distriluz Energia Elétrica S. A., adquirida que foi em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 02/04/1998. Distriluz Energia Elétrica S. A., é formada pelas Companhias Enersis S. A., Chilectra S. A., Endesa de España S. A. e a Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - Cerj.

29 - Entrega do *Troféu Sereia de Ouro*, do Grupo Verdes Mares de Comunicação, aos agraciados, teatrólogo José Maria Bezerra de Paiva *(B. de Paiva)*, médico José *Glauco Lobo* Filho, almirante de esquadra *Valdir Bastos Ponte* e empresário Raimundo José Marques Viana *(Raimundo Viana)*, em jantar no Ideal Clube, às 21h. O Troféu Sereia de Ouro foi criado por Edson Queiroz, sendo neste ano sua 29ª entrega.

30 - Abre-se o *XXIV Salão dos Novos*, às 19h30min, na Estação Central João Felipe, na Praça Castro Carreira, promoção da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza - Funcet.

- Sai o primeiro número da revista *Singular*, editada pelo jornalista *Eliezer Rodrigues*. Com a data de setembro-outubro de 1999, sai o primeiro número do jornal *Gazeta Espírita*, órgão informativo e doutrinário do Centro de Documentação Espírita do Ceará - Cedec. Já havia sido divulgado com a data de julho/agosto de 1999 o Ano I nº 0.

Outubro

01 - O comandante geral do *Corpo de Bombeiros*, coronel *Leonel Pereira Alencar* Neto, pede afastamento das funções até o total esclarecimento das acusações de fraudes em sua administração, sendo substituído interinamente pelo coronel *Francisco Hélio de Queirós*.

01 - A *Biblioteca Circulante*, funcionando há 33 anos, é registrada no CNPJ, passando a denominar-se *Centro Beneficente e Cultural Luís Cruz - Cebelc*.

18 - Morre no Hospital Antônio Prudente, em Fortaleza, o general reformado do Exército *Edmar Rabelo Maia*, aos 89 anos de idade. Era cearense de Morada Nova, nascido em 13/06/1910. Ocupou vários cargos públicos.

19 - Inauguram-se as novas instalações da *Emergência do Hospital de Messejana*, com a presença do governador Tasso Ribeiro Jereissati (Tasso Jereissati).

25 - Fortaleza é atacada por *fortes ressacas marinhas* que causam sérios problemas urbanos, como a invasão das avenidas litorâneas pela areia da praia, principalmente na Avenida Beira-Mar e Avenida Historiador

Raimundo Girão e o desmoronamento de morros e desabamento de casas na Praia do Arpoador.

26 - Inaugura-se a nova sede do *Centro Especializado de Odontologia Rodolfo Teófilo - CEO*, da Secretaria de Saúde, na Rua Monsenhor Furtado, nº 740, no Rodolfo Teófilo.

28 - Morre, aos 78 anos de idade, o historiador *Guarino Alves* de Oliveira, membro do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*. Além de escritor-historiador era também artista plástico. Era natural de Natal, no Rio Grande do Norte, nascido a 02/05/1921.

30 - Inaugurado pela manhã, em quadrilátero entre a Rua Juvenal Galeno, Rua Dona Teresa, Avenida 13 de Maio e Avenida Carapinima, o *Shopping Benfica*, de *João Soares Neto*, com 55 lojas e 4 cinemas. A solenidade contou com a presença de pessoas ligadas ao bairro do Benfica. O Projeto arquitetônico é de Eduardo Mondolfo Arquitetos Ltda. O engenheiro responsável pela construção foi Leônidas Alves e Souza, com cálculos do engenheiro Luciano Pamplona Filho.

Novembro

16 - Começa a demolição do prédio da *Fábrica Siqueira Gurgel*, que já estava descaracterizada em sua fachada. A Usina Siqueira Gurgel fabricou o sabão Pavão, saponáceo Pavão, sabão Águia, sabonete Sigel, óleo Pajeú, e manteve na década de 50 o Usina Futebol Clube. Em 1987 havia solicitado concordata. No local da fábrica será erigido um supermercado da cadeia recifense *Hiper Bom Preço*. Hoje pertence ao Grupo Holandês Royal Ahold.

18 - O professor *José Borzacchiello da Silva* recebe, às 20 horas, no auditório Castelo Branco da Reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC), na Avenida Treze de Maio nº 2694, Benfica, o título de *Cidadão Fortalezense*. A homenagem, da Câmara dos Vereadores, foi proposta pelo vereador Durval Ferraz.

24 - Inaugurada uma estação ferroviária no *Padre Andrade*, da linha Norte.

24 - O general *João Crisóstomo de Sousa* entrega o cargo à frente da *Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania*.

25 - Toma posse às 20h, na Cadeira nº 28 da *Academia Cearense de Retórica - ACR*, o escritor e poeta José Maria Barros de Pinho *(Barros Pinho)*, saudado pelo presidente da Academia, médico Maurício Cabral Benevides (Maurício Benevides). A solenidade realizou-se na *Academia Cearense de Letras - ACL*, na Rua do Rosário nº 1, Centro, antigo Palácio da Luz.

26 - Inaugurado, apesar de já estar funcionando, o prédio do *Instituto do Câncer*, na Rua Papi Júnior 1222, no Rodolfo Teófilo, que tem na Presidência o médico Haroldo Gondim Juaçaba *(Haroldo Juaçaba)*. O arquiteto foi *Neudson Braga*.

27 - Morre afogado no Rio Catu, em Aquiraz, o radialista, árbitro de voleibol e executivo, José *Flávio Brilhante*, aos 45 anos de idade. No acidente morre também sua irmã Francisca Maria Brilhante de Freitas.

27 - Falecimento do arquiteto pernambucano *Marcílio Dias de Luna*, aos 65 anos de idade, professor do Curso de Arquitetura. É de sua autoria o projeto do Edifício Arrojado Lisboa, sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, na Avenida Duque de Caxias nº 1700 e o Edifício Guimarães Duque, sede da 2ª Diretoria Regional do DNOCS, na Rua Tabajaras, na Praia de Iracema.

28 - Reassume a *Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania*, o general *Cândido Vargas* Freire, em substituição ao também general *João Crisóstomo de Sousa*.

29 - Morre o presidente da Federação do Comércio do Estado do Ceará - Fecomércio, *José Leite Martins*, aos 84 anos de idade, sendo seu corpo velado no Sesc, na Avenida Tristão Gonçalves nº 1245, sendo sepultado no Cemitério Parque da Paz.

30 - Morre em Fortaleza o poeta Francisco *Ferreira Nobre*, membro da Academia Cearense de Retórica e da União Brasileira dos Trovadores. Residia em Fortaleza desde 1930. Nascera em Belém, Pará, a 10/08/1906. Redigiu, ao lado de Carlos Cavalcante (Caio Cid), Aquiles Arrais e Aristides Barreto Neto, a revista "Raça", nos anos de 1931 e 1932.

Dezembro

02 - Fecham as *Lojas Paraíso*, após mais de 12 anos de atividades, em virtude da decretação de sua falência.

04 - Morre, em Fortaleza, *João Jacques* Ferreira Lopes, jornalista, cronista e pintor, irmão da Paulo Sarasate Ferreira Lopes e filho de Henrique Jorge Ferreira Lopes e Júlia Jorge Ferreira Lopes. Em janeiro de 2000 ia completar 90 anos. Era membro da *Academia Cearense de Letras - ACL*. Cearense de Fortaleza, nascido a 27/01/1910. É sepultado no dia seguinte no Cemitério de São João Batista, falando na ocasião o jornalista José Caminha Alencar Araripe (J. C. Alencar Araripe).

04 - Morre em Fortaleza o médico psiquiatra *Manuel Suliano Filho*, diretor da Clínica de Saúde Mental Dr. Suliano, no Jóquei Clube, sendo sepultado no dia seguinte no Cemitério Jardim Metropolitano. Era cearense de Juazeiro do Norte.

04 - As *Lojas Paraíso*, que fecharam no dia dois, reabrem agora em regime de concordata.

09 - Inaugura-se na Rua Barão de Aracati nº 49, Praia de Iracema, o *Hotel Plaza Praia Suítes*, do grupo do Hotel Colonial, sob direção de *Walder Ary*, em prédio projetado por *Luís Fiúza Arquitetos Associados*, edificado pela *Construtora Mercúrios*, e decoração por *Patrícia Alkary*.

14 - Lançamento da pedra fundamental da *Igreja Presbiteriana da Graça*, na Rua Juruá nº 100, na Barra do Ceará, iniciativa de Ivaldo de Menezes Moraes.

14 - Assume o comando da *10ª Região Militar* o general de divisão *Paulo Roberto Laranjeira Caldas,* substituindo o general de divisão *Théo Espíndola Basto*.

14 - A Fundação da Criança da Cidade - Funci, é transformada em *Fundação da Criança e da Família Cidadã - Funci*, pela Lei nº 8.389, que ampliou a entidade. A Funci tem endereço na Rua Pedro I s/n, no Centro (Parque da Liberdade).

18 - Após reforma, é reinaugurada a *Igreja de Nossa Senhora de Nazaré*, que fora atingida por um raio em 27/04/1999 danificando sua torre principal. A igreja, que data de 1948, teve planta feita pelo arquiteto *Aristides Barreto Neto*, baseado em um postal recebido da Holanda. Foi também inaugurado um monumento, na frente do templo como marco do acontecimento.

26 - À noite ocorre um *incêndio* de grandes proporções causado por um

curto-circúito no *Sukatão Amazonas*, loja de confecções e miudezas na Rua General Sampaio nº 1159/1212, que foi destruído completamente.

30 - Morre, aos 30 minutos, com a idade de 83 anos, o desenhista-projetista *José Ribamar Onofre*, vítima de insuficiência e infecção respiratórias. Foi o projetista da Avenida Beira-Mar, na administração Manuel Cordeiro Neto. Nascera em Princesa, PB, a 22/03/1916.

- A *Secretaria de Indústria e Comércio do Ceará*, que funcionava desde 1990 no Edifício San Pedro, onde era estabelecido o San Pedro Hotel, na Rua Castro e Silva, 81, esquina com Rua Floriano Peixoto, no Centro de Fortaleza, deixa o prédio.

- A *população* de Fortaleza teve uma estimativa para 2.161.949 habitantes pelo IBGE.

EFEMÉRIDES

Datas e fatos para a História do Ceará (1996 - 1997)

Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)*

1996

JANEIRO

18 - Assume o comando do ***23º Batalhão de Caçadores - 23BC***, o coronel ***Francisco de Assis e Sousa***, substituindo o coronel ***Paulo Studart Filho***.

FEVEREIRO

04 - Eleição realizada no Anfiteatro da Fundação Cultural de Fortaleza escolhe a ***Rainha do Carnaval*** cearense ***Marliete Leite da Silva*** e ***Djani Pinheiro Landim*** é escolhido ***Rei Momo*** pela terceira vez consecutiva.

18 a 20 - O ***carnaval*** ocorre com festas nos clubes e desfiles nas ruas.

24 - Grava depoimento no ***Arquivo Nirez***, em sua sede, na Rua Professor João Bosco nº 560, no Rodolfo Teófilo, o líder político ***Severino Sombra*** de Albuquerque.

29 - Toma posse na Cadeira nº 21, da ***Academia Cearense de Letras - ACL***, a escritora ***Regine Limaverde***, sendo saudada pelo escritor e poeta Artur Eduardo Benevides.

MARÇO

10 - Morre, em Fortaleza, o jornalista, escritor e historiador Francisco Lima ***(Chico Lima),*** cearense de Quixeramobim, nascido

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

em 5/12/1935. Existe hoje a Rua Chico Lima em sua homenagem, na Vila Betânia.

16 - Morre, aos 67 anos de idade, o médico cardiologista e professor da UFC ***Célio Brasil Girão***, do INPS, nascido em Fortaleza em 08/08/1928.

19 - Na ***Academia Cearense de Letras - ACL***, toma posse, na Cadeira nº 19, ***Juarez Leitão***, sendo saudado pelo escritor Sebastião Teoberto Mourão Landim (Teoberto Landim).

23 - Falece em Fortaleza, aos 83 anos de idade, o militar e deputado por cinco legislaturas, ***Cincinato Furtado Leite***, cearense de Santana do Cariri nascido em 02/11/1912.

29 - Morre aos 95 anos de idade, o compositor e instrumentista José Cecílio do Vale ***(Zezé do Vale),*** um dos fundadores da PRE-9. Nascera em 22/11/1900.

ABRIL

06 - Morre, aos 71 anos de idade, o médico ***José Anastácio Magalhães***, cearense de Aurora nascido em 20/10/1924.

09 - Falece, aos 78 anos de idade, o odontólogo e advogado político ***Morizé de Andrade***, ex-deputado estadual. Nascera em Massapê, CE, em 11/07/1996. Fundou o Banco Central do Nordeste S/A, depois denominado Banco Mercantil do Ceará, do qual foi diretor eté 1943; Dirigiu a Associação Comercial do Ceará e foi um dos fundadores do Centro Massapeense.

23 - Toma posse na Cadeira nº 31, da ***Academia Cearense de Letras - ACL***, o escritor ***Francisco Carvalho***, sendo saudado por Artur Eduardo Benevides.

MAIO

05 - Morre, em Fortaleza, o compositor e jornalista ***André Batista Vieira (Melé),*** ex membro do conjunto ***Quatro Ases e Um Coringa***, em que era pandeirista. Deixou o conjunto no início da década de 1950, vindo morar em Fortaleza. Foi jornalista desportivo cobrindo corridas de cavalos. Era cearense de Fortaleza nascido em 26/04/1920.

24 - Inaugura-se, no jardim do quartel da ***10ª Região Militar***, por iniciativa do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) a ***estátua do General Sampaio***, que fora inaugurada em 24/05/1900 na Praça da Estação.

31 - Assassinada a empresária ***Macarrillas Pereira Monteiro***, com um tiro de revólver na cabeça, na Praça Castro Carreira (da Estação).

JUNHO

08 - Morre, aos 98 anos de idade, o escritor Djacir de Lima Menezes ***(Djacir Menezes),*** membro do ***Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*** e fundador da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará. Era cearense de Maranguape nascido a 16/11/1907.

18 - Morre, em Fortaleza, aos 56 anos de idade, o poeta troveiro, compositor, radialista e jornalista José ***César Coelho*** de Sena, cearense da Cascavel nascido a 07/10/1939. Foi por muitos anos produtor de programas na Rádio Uirapuru e manteve uma coluna no jornal *Gazeta de Notícias*.

JULHO

02 - Reinaugurada a ***Praça Amigos da Marinha***, na Avenida Vicente de Castro, em frente à estação de embarque e desembarque do cais do porto, no Mucuripe.

14 - Falece, aos 71 anos de idade, o comerciante e agropecuarista José Haroldo Magalhães Martins ***(Haroldo Martins),*** ex-deputado nascido em Santa Quitéria no dia 23/12/1924.

20 - Morre, aos 89 anos incompletos, o médico urologista ***José Osvaldo Soares***, cearense de Santana do Acaraú nascido a 30/07/1907. Formou-se em medicina no Rio de Janeiro em 1931. Veio para Fortaleza em 1932. Especializou-se em Doenças Sexualmente Transmissíveis na Faculdade de Medicina de Hamburgo, na Alemanha. Retornou a Fortaleza em 1937. Pioneiro em cirurgias renais e prostáticas era fundador da Clínica Urológica da Santa Casa de Misericórdia da qual foi chefe, fundador também da Academia Cearense de Medicina.

21 - Assume o ***Arcebispado de Fortaleza***, ***Dom Cláudio Hummes***.

29 - Morre, aos 83 anos de idade, o escritor, bacharel em direito e professor Francisco Martins ***(Fran Martins),*** membro do ***Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*** e da ***Academia Cearense de Letras - ACL***. Era cearense de Iguatu, nascido a 13/06/1913.

AGOSTO

07 - Reinicia suas atividades o ***Museu da Imagem e do Som - MIS***, da Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará - Secult, em prédio na Avenida Barão de Studart nº 410/598, antiga casa construída pelo arquiteto prático José Barros Maia "Mainha" para residência de Fausto Augusto Borges Cabral *(Fausto Cabral)*, que foi casa dos governadores, onde funcionou o Museu Histórico e Antropológico do Ceará. Seria reinaugurado em 09/08/1997.

12 - Morre, em Fortaleza, o arquiteto José Barros Maia ***(Mainha).*** Em 1933, com a regulamentação das profissões de engenheiro e arquiteto, são contemplados os práticos que já exerciam a profissão e Mainha era um deles, recebendo o título de arquiteto Licenciado. Era cearense de Fortaleza, nascido em 19/04/1901.

18 - O ***Campeonato Cearense de Futebol*** é encerrado com a partida entre o ***Ceará Sporting Clube*** e o ***Ferroviário Atlético Cearense***, realizada no Estádio Plácido Aderaldo Castelo, "Castelão", na qual o ***Ferrim*** é derrotado pelo ***Vovô*** que sai Campeão.

28 - Criada a ***Associação dos Amigos do Museu do Ceará***, sendo seu primeiro presidente, ***Marcus Guilherme Vieira dos Santos***.

SETEMBRO

12 - Morre em São Paulo, aos 84 anos de idade, o maestro cearense de fama internacional ***Eleazar de Carvalho***. Nascera em Iguatu, no dia 28/06/1912.

15 - Morre, em Fortaleza, aos 62 anos de idade, o jornalista e empresário ***Venelouis Xavier*** Pereira, proprietário e editor do jornal ***O Estado***. Nascera em Jardim, CE, em 24/02/1934.

19 - Inaugura-se a ***Escola de 1º. Grau Maria Roseli de Lima Mesquita***, na Rua Francisco Calaça nº. 1791, no Álvaro Weyne.

27 - O Sistema Verdes Mares de Comunicação entrega, pela 26ª vez, em festa no Ideal Clube, o ***Troféu Sereia de Ouro***, desta vez à artista plástica Fideralina Correia de Amora Maciel ***(Sinhá D'Amora),*** ao escritor ***Gerardo Melo Mourão***, ao advogado e bibliófilo José Bonifácio da Silva Câmara ***(José Bonifácio Câmara)*** e ao advogado e industrial ***Luís Esteves Neto***. O troféu Sereia de Ouro foi criado por Edson Queiroz.

OUTUBRO

02 - Morre, em Brasília, DF., o ministro ***Inácio Moacir Catunda Martins***, cearense de Santa Quitéria nascido em 26/03/1915. Era detentor da homenagem Sereia de Ouro.

03 - Comparecem às urnas os eleitores para votarem naquele que será o prefeito de Fortaleza, sendo candidatos Juraci Vieira Magalhães ***(Juraci Magalhães)***, (PMDB) tendo como vice ***Marlon Cambraia*** e Inácio Francisco de Assis Nunes de Arruda ***(Inácio Arruda)*** (PCdoB).

03 - Morre, em Fortaleza, aos 90 anos de idade, vítima de embolia pulmonar, o advogado ***Aristóteles Canamary Ribeiro***, acreano nascido em Rio Tarauacá no dia 15/08/1906.

09 - A ***Escola de 1º Grau Adroaldo Teixeira Castelo*** é criada pelo Decreto nº 9.952, aproveitando estabelecimento criado em 1971 que tinha a denominação de Centro Educacional DNOCS, pelos funcionários daquela repartição. Fica na Rua Alagoas nº 2267, no Campus do Pici.

09 - Pelo Decreto nº 9.952 é criada a ***Escola de Ensino Fundamental Cláudio Martins***, na Avenida João Pessoa nº 6.601, em Parangaba, no prédio onde funcionou o Ginásio Nordeste.

21 - Após ser reformado, o ***Palácio João Brígido***, antigo Palácio do Bispo, recebe novamente o Gabinete do Prefeito, voltando à condição de Paço Municipal.

NOVEMBRO

22 - Recebe a ***Medalha Lauro Maia***, na Fundação Cultural de Fortaleza, o pesquisador ***Christiano Câmara.***

DEZEMBRO

06 - Morre, em Fortaleza, o médico ***Geneflides Matos***, cearense de Juazeiro do Norte nascido em 10/06/1917.

11 - Fundado, na Casa de Juvenal Galeno, o ***Movimento de Proteção ao Silêncio Urbano - Psiu***, com sua diretoria formada pelo jornalista Miguel Ângelo de Azevedo ***(Nirez),*** presidente; arquiteto ***Delberg Ponce de Leon***, vice-presidente; advogado ***José Estélio de Lima Melo***, secretário; e professor ***Moacir Marinho***, tesoureiro.

11 - Morre, aos 68 anos de idade, o médico ***Francisco Carvalho Nunes***, um dos fundadores do Pronto Médico. Nascera em Fortaleza no dia 03/12/1931.

12 - Inaugurada na Praia de Iracema, proximidades onde foi o Jangada Clube, um ***monumento à Iracema***, em que ela está ajoelhada, curvando um arco, de autoria do artista plástico Zenon da Cunha Mendes Barreto ***(Zenon Barreto).*** O projeto concorrera a concurso em 1965 tirando o segundo lugar, perdendo para o escultor pernambucano Corbiniano Lins. Ficou conhecida como Iracema Guardiã.

15 - Morre o radialista e jornalista Geraldo da Silva Fontenele ***(Geraldo Fontenele)***, membro da Academia Cearense de Letras - ACL e da Academia Cearense de Retórica. Editava o jornal *Notícias Culturais*. Nascera a 28/05/1934.

- A Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF faz entrega ao povo do bairro de Quintino Cunha, do ***Estádio Municipal Dr. Thauzer Parente***, reivindicação da Liga Esportiva do Quintino Cunha, em metade de um quarteirão entre a Rua Pedro Sampaio, Rua Professora Maria Clara e Rua George Cavalcante. É conhecido popularmente como "Estádio Flamenguinho" e hoje está quase no abandono.

- Neste ano, morre, em Caxias, Rio de Janeiro, o artista plástico cearense Francisco Barboza Leite ***(Barbosa Leite)***, desenhista, pintor e escritor, um dos fundadores do Centro Cultural de Belas Artes - CCBA e da Sociedade Cearense de Artes Plásticas - SCAP. Era nascido em Uruoca, CE., em 1920.

- Ano da instalação do ***Curso de Extensão em Música - CEM***, da Universidade Federal do Ceará - UFC.

- A Grande Fortaleza contava com uma ***população*** de 2.582.820 habitantes, sendo 1.965.513 em Fortaleza, 209.150 em Caucaia, 160.065

em Maracanaú, 82.064 em Maranguape, 52.282 em Aquiraz, 43.594 em Pacatuba, 27.206 no Eusébio, 25.886 em Itaitinga e 17.060 em Guaiúba, dados oficiais fornecidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

1997

JANEIRO

1º. - Toma posse no cargo de prefeito de Fortaleza, pela segunda vez, o médico Juraci Vieira Magalhães ***(Juraci Magalhães)***, tendo como vice ***Marlon Cambraia.***

19 - Morre o engenheiro civil ***José Aragão e Albuquerque*** Júnior, ex-prefeito de Fortaleza (1982-1983). Ocupou a direção da Superintendência Municipal de Obra e Viação - Sumov. Nascera em Fortaleza em 01/09/1943.

31 - A ***Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará - EAM*** muda de comando, quando assume o capitão de fragata ***José Carlos Quaresma Filho***, que substitui ***Tércio Soares Souto***, também capitão de fragata.

FEVEREIRO

09 a 11 - O ***carnaval*** realiza-se em Fortaleza dentro da normalidade.

12 - Morre, aos 83 anos de idade, em Fortaleza, o general Aldenor da Silva Maia ***(Aldenor Maia)***. Nascera no dia 12/04/1913.

14 - Assume o comando da ***Capitania dos Portos do Ceará***, o capitão de fragata ***Carlos Renato Seabra de Almeida***, que recebe o cargo das mãos do seu colega de posto, ***José Aloísio de Melo Pinto***.

MARÇO

03 - Inaugura-se a ***Unidade Materno Infantil Professor José Carlos Ribeiro***, em prédio anexo à Casa de Saúde César Cals, na Avenida do Imperador nº. 545, construção feita pela Fujita Engenharia.

04 - Assume a Presidência do ***Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)***, o coronel ***Paulo Ayrton Araújo***, substituindo o general ***Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira***.

07 - Fundado em Fortaleza o ***Centro de Treinamento Uniclinic***, time de futebol com sede em prédio na Rua Paulo Parente nº 325, na Lagoa Redonda, pertencente à União de Clínicas do Ceará - Uniclinic .

19 - Morre ***Ubiratan Costa*****,** pioneiro do bairro do ***Montese***, onde residiu de setembro de 1937 até a sua morte. Hoje existe naquele bairro uma praça com seu nome.

20 - Falecimento, em Fortaleza, do farmacêutico Carlos Eduardo Benevides ***(Carlito Benevides)***. Chegou em Fortaleza em 1926, adquirindo do farmacêutico José Eduardo Espíndola, a Farmácia Popular (depois seria a Farmácia Belem). Era nascido no município de Água Verde, Pacatuba, CE., no dia 13/12/1904.

21 - A ***Academia de Ciências Sociais do Ceará*** tem novos membros, quando assumem o advogado ***Emmanuel Teófilo Furtado***, na Cadeira nº 26, que tem como Patrono Leonardo Ferreira da Mota Filho "Leota" (Leonardo Mota); o professor ***Pedro Bezerra de Araújo***, na Cadeira nº 29, cujo Patrono é Padre Mororó; e o professor ***Francisco Adegildo Férrer***, na Cadeira nº 30, que tem como Patrono Djacir Menezes.

- A ***Ponte José Martins Rodrigues***, com 540m de pista dupla, é inaugurada. É a ponte sobre o Rio Ceará, ligando o município de Fortaleza ao de Caucaia.

ABRIL

15 - Morre, aos 72 anos de idade, o médico psiquiatra Leão Humberto Montezuma Santiago ***(Leão Santiago)*****,** que nas horas vagas era cantor. Era cearense do Crato onde nascera em 21/04/1925.

22 - Exonerado o delegado ***Edgar Fuques*** que estava à frente da ***Secretaria de Segurança Pública***.

23 - Assume a ***Secretaria de Segurança Pública*** do Ceará o general ***Cândido Vargas*** Freire.

25 - Forte ***chuva*** atinge Fortaleza resultando em alagamentos, desabamentos e dois mortos. Os pluviômetros marcaram 270,6 mm.

29 - Assume o comando da ***10ª Região Militar***, o general de divisão ***Plínio Abreu Coelho***, em substituição ao general de divisão ***Frederico Faria Sodré de Castro*.**

MAIO

1º. - Morre o poeta, advogado e jornalista João ***Alencar Monteiro***. Foi um dos criadores da Polinter, sendo seu primeiro diretor. Nascera em Aurora, CE, no dia 10/09/1917.

02 - Criada a ***Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - Metrofor***, pela Lei nº. 12.682, para substituir o Consórcio do Trem Metropolitano de Fortaleza.

09 - Toma posse, na Cadeira nº 5, da ***Academia Cearense de Letras - ACL***, o professor Eduardo ***Diatahy Bezerra de Menezes***, sendo saudado por Pedro Paulo Montenegro.

13 - Assume o comando da ***Polícia Militar do Ceará***, o coronel PM ***Francisco Mauro Alves Benevides***, substituindo ***José Gilson Liberato***, do mesmo posto.

14 - Criados, através da Lei nº 12.686, a ***Ouvidoria Geral*** e o ***Conselho de Defesa dos Direitos Humanos***, pela Governadoria Estadual do Ceará.

16 - A ***Secretaria de Segurança Pública***, pela Lei nº 12.691, muda para ***Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania***, com o fim de promover a integração entre a Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

17 - Fundado o ***Acervo do Mucuripe Padre José Nilson de Oliveira Lima***, na Rua Boa Vista nº. 26, residência de sua fundadora, d. Vera Lúcia Miranda "***Verinha***", no Mucuripe.

JUNHO

08 - Morre o ex-deputado estadual cearense de Pacatuba José ***Batista de Oliveira***, aos 69 anos de idade. Nascera a 26/10/1927.

12 - Toma posse, na Presidência do ***Tribunal Regional Eleitoral do Ceará - TRE***, o desembargador ***Stênio Leite Linhares***.

27 - Toma posse no ***Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico),*** o escritor e médico José Murilo de Carvalho Martins ***(Murilo Martins).***

28 - Morre, em Fortaleza, aos 69 anos de idade, o radialista e produtor de televisão Hildeberto Mota Torres ***(Hildeberto Torres)***, vítima de câncer. Nascera a 06/05/1928.

JULHO

11 - Morre, aos 78 anos de idade, o aviador e proprietário rural Sebastião ***Brasilino de Freitas***, proprietário da firma Táxi Aéreo. Foi deputado estadual em quatro legislaturas. Era cearense de Quixadá nascido em 24/11/1918.

- Morre em Fortaleza, aos 96 anos de idade, o jornalista e escritor Luís Cavalcanti Sucupira ***(Luís Sucupira)***, ex-interventor federal, ex-secretário de Estado, fundador da Associação Cearense de Imprensa - ACI da qual foi presidente, membro do ***Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*** e da ***Academia Cearense de Letras - ACL***. Era cearense de Fortaleza nascido a 11/05/1901.

- Morre, em Fortaleza, o capitão contramestre da Polícia Militar do Ceará, ***Francisco Florêncio dos Santos***, que esteve à frente da Banda de Música daquela corporação em 1954. É sepultado no Cemitério de Antônio Bezerra. Nascera em Pedra Branca, CE, em 01/05/1907.

16 - O Diário Oficial do Município - Diom nº 11144 publica a Lei nº 8026, do dia 30/06/1997, denominando de ***Praça Moésio Gomes*** o largo que fica na frente do Estádio Presidente Vargas.

18 - Leilão da RFFSA Nordeste, sendo arrematada pelo consórcio ***Manor***, sendo implantada a ***Companhia Ferroviária do Nordeste*** em 01/01/1998.

26 - Reinaugurado o ***Parque da Liberdade***, agora abrigando o centro de planejamento e coordenação das atividades dos ***Centros de Defesa e Assistência à Criança e ao Adolescente.***

29 - Baleado o comandante da ***Polícia Militar do Ceará***, coronel ***Francisco Mauro Alves Benevides***, em revolta dos militares durante greve.

AGOSTO

08 - A ***Banca do Escritor Cearense***, fundada pelo escritor e historiador Raimundo Batista Aragão ***(R. Batista Aragão)*** é vendida para a ***Fundação Demócrito Rocha.***

09 - Reinaugurado o ***Museu da Imagem e do Som - MIS***, em nova sede, na Avenida Barão de Studart nº 410/598, onde estivera o Museu Antropológico, casa projetada pelo arquiteto prático José Barros Maia (Mainha), para residência do senador Fausto Augusto Borges Cabral *(Fausto Cabral)*, em 1951. De 1963 a 1971, foi residência oficial e sede do Governo Estadual, ocasião em que foi desapropriada.

10 - O ***Campeonato Cearense de Futebol*** termina com a partida decisiva entre ***Ceará Sporting Clube*** e ***Fortaleza Esporte Clube*** realizada no Estádio Plácido Aderaldo Castelo, "Castelão". No tempo normal terminou com o escore de 2x2 indo para a prorrogação que terminou 1x0 para o ***Ceará Sporting Clube*** que foi o Bicampeão.

11 - Inaugurado, pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Ceará, um ***busto do escritor Fran Martins*** em espaço triangular entre a Rua Lívio Barreto, Rua Oswaldo Cruz e a Avenida Pontes Vieira.

- Surge no Parque Araxá um jornalzinho editado por Vescêncio Fernandes sob direção de Marinete Brito Mendonça redatoriado por ***Juraci Mendonça***, com o título americanizado de ***Park News***, que logo mudou o nome para ***Jornal do Parque Araxá***, por exigência da população, quando já era dirigido por ***Juraci Mendonça.***

SETEMBRO

19 - Morre, aos 57 anos de idade, o arquiteto ***Reginaldo Rangel***, responsável pelo projeto do edifício do Hospital Regional da Unimed, na Avenida Visconde do Rio Branco. Nascera a 22/10/1940.

20 - Falecimento em Fortaleza, aos 80 anos de idade, do artista plástico e homem de cinema ***João Maria Siqueira***, cearense de Pacatuba nascido em 1917.

25 - Morre, em Fortaleza, aos 74 anos incompletos, o compositor, violonista e professor de inglês ***João Lima*** Bastos, ex-diretor do conjunto regional da Rádio Iracema de Fortaleza. Nascera em Fortaleza no dia 30/9/1923.

26 - Em festa e jantar solenes no Ideal Clube é entregue o Troféu ***Sereia de Ouro***, do Sistema Verdes Mares de Comunicação, ao monsenhor André Viana Camurça ***(André Camurça)***, ao desembargador ***Francisco César Asfor Rocha***, ao maestro ***José Maria Florêncio Júnior*** e ao senador Lúcio Gonçalo de Alcântara ***(Lúcio Alcântara)***. O Troféu Sereia de Ouro foi criado por Edson Queiroz, sendo neste ano sua 27ª entrega.

OUTUBRO

05 - Morre, aos 71 anos de idade, o médico Elísio Diógenes Pinheiro ***(Elísio Pinheiro),*** cearense de Jaguaribe, fundador da Policlínica de Fortaleza.

07 - Toma posse, na Cadeira de nº 18 da ***Academia Cearense de Letras - ACL***, a escritora Ângela Maria Rossas Mota de Gutiérrez ***(Angela Gutiérrez)***, sendo saudada pelo poeta Artur Eduardo Benevides, presidente da casa.

20 - Inaugurado o novo ***Mercado São Sebastião***, na Praça Paula Pessoa. O antigo mercado fora demolido sendo construído o novo no outro lado da praça, ficando o local ocupado pelo antigo mercado para estacionamento de carros.

23 - Assume cadeira no ***Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico),*** o Secretário de Estado ***Pedro Sisnando Leite***.

30 - A ***Associação dos Profissionais da Crônica Desportiva do Ceará - APCDEC*** muda-se de sala nas dependências do Estádio Getúlio Vargas, para prédio na Avenida Tristão Gonçalves nº 724.

- Chega em Fortaleza o ***Transcontinental Circus***, instalando-se no Conjunto São Cristóvão, com vários animais, entre eles 13 leões, um tigre e um leopardo.

NOVEMBRO

06 - O Diário Oficial do Município - Diom nº 11224 traz o texto da Lei nº 8078 que denomina de ***Rua Daniel Carneiro Job***, a via que fica à esquerda do prédio do jornal *O Povo*, unindo a Avenida

Aguanambi à Rua Eusébio de Sousa, no Joaquim Távora. Daniel faleceu no dia 30/08/1993.

09 - Morre o professor ***João Hildo de Carvalho Furtado***, nascido em 11/04/1933, odontólogo formado pela UFC, com especialização em cirurgia e traumatologia buço-maxilo-faciais, professor catedrático da Faculdade de Odontologia da UFC. Presidiu o Centro Odontológico Cearense e a Associação Brasileira de Odontologia. Empresta hoje seu nome ao centro de cidadania do Aracapé.

13 - Morre, em Fortaleza, aos 87 anos de idade, o ex-deputado, constituinte de 1947, exator estadual, Raimundo de Queirós Ferreira ***(Raimundinho Queirós)***, cearense de Beberibe nascido em 28/05/1910.

- Assume cadeira no ***Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)***, o advogado, político e historiador José Aroldo Cavalcante Mota ***(Aroldo Mota)***.

17 - No Montese, inaugura-se a ***Praça Ubiratan Costa***, pequeno triângulo entre a Rua Edite Braga, Rua Sátiro Dias e Rua Eugênio Gadelha. No centro da praça há uma placa com os dizeres: "Homenagem ao pioneiro do bairro do Montese, onde residiu de setembro de 1937 até a sua morte em 19/03/1997".

20 - Publicado no Diário Oficial do Município - Diom. nº 11.234 o Ato nº 10.191, criando a ***Escola de Ensino Fudamental Professor Paulo Freire***, funcionando em prédio na Rua Coronel Fabriciano nº 452, na Granja Portugal.

23 - Inaugurada, no bairro Siqueira, a ***Rua Jornalista Serpa Neto (Serpinha)***, com a presença de seu pai, também jornalista Egídio Serpa. Serpinha faleceu em desastre automobilístico.

DEZEMBRO

12 - Inaugura-se o ***Shopping Diogo***, com 18 lojas e uma galeria para exposições, no antigo Edifício Diogo, onde outrora funcionou, nos últimos andares a Ceará Rádio Clube e no andar térreo o Cine Diogo, na Rua Barão do Rio Branco nº1006, no chamado "Quarteirão Sucesso da Cidade".

13 - Inaugurada a sede administrativa oficial e cultural da

Associação Cearense do Ministério Público, na Rua Gilberto Studart nº 1700, no Papicu. A associação foi fundada em 29/01/1943 e o prédio foi adquirido em 29/10/1997.

Fortaleza contava com 2.014.600 ***habitantes***, de acordo com estimativa elaborada pelo IBGE.

* * *

CONFERÊNCIAS

Visões alegóricas do Brasil e dos brasileiros em dois gêneros discursivos

Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho*

1 Introdução

Parto do pressuposto de que noções que nos parecem absolutamente "naturais" são na verdade construções culturais cristalizadas em investimentos de sentido que sob a forma de "signos típicos" conduzem ao reconhecimento de realidades auto-evidentes que dispensam explicações. Perguntas sobre o que consideramos absolutamente óbvio provocam surpresa e conduzem a espécies de não resposta, como as jocosamentes exploradas em uma propaganda de cerveja, "é assim porque sim".[1]

É o caso das noções de Brasil e do que faz ser brasileiro. Muito mais que a nomeação de um país com um território físico-geográfico materialmente localizável, o Brasil é o que histórica e culturalmente se representa como tal, abrangendo um conjunto de visões e projetos bem distintos que se expressam através de diferentes linguagens: a jurídica, a política, antropológica, econômica, sociológica, a geográfica etc. A "brasilidade" é um neologismo utilizado para nomear a essência condensada de todos os signos que permitam o reconhecimento do que é "ser brasileiro" presentes nas celebrações festivas ou cívicas da nossa nacionalidade.

---

* Sócia Efetiva do Instituto do Ceará.

[1] A publicidade da cerveja Skin, veiculada atualmente na TV, ao associar a indagação porque você bebe Skin a outras escolhas óbvias busca na resposta "porque sim" o mesmo efeito de naturalidade.

A proposta deste texto é confrontar duas obras exemplares de distintos gêneros discursivos nas quais são construídas diferentes visões sobre o Brasil e os brasileiros. A primeira, *Memórias de Um Sargento de Milícias,* de autoria de Manuel Antônio Almeida, apesar das ambiguidades, é classificada no gênero "romance" [2] por tratar-se de uma narrativa das tramas em que se enreda o personagem central, Leonardo, um brasileiro típico, que contando sempre com as figuras de mediadores ou intercessores se beneficia de "arranjos" que o conduzem por vias tortuosas a desfechos bem sucedidos. O cenário é a cidade do Rio de Janeiro e nele transitam figuras pitorescas que se integravam ao cotidiano urbano da capital do império em meados do século XIX. Considerado por muitos o primeiro romance realmente brasileiro, foi publicado originalmente no suplemento "A Pacotilha" do jornal *Correio Mercantil* no formato de folhetim, entre os anos de 1852 e 1853, cujos "capítulos" posteriormente reunidos foram publicados como livro.

A segunda obra, O *Problema Nacional Brasileiro,* de Alberto Torres, é ilustrativa do gênero discursivo ideológico-doutrinário. Elaborada a partir de um discurso proferido no *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 1911 e de artigos publicados em 1912 no *Jornal do Comércio*, esta obra de inspiração positivista está voltada para cumprir o que o autor considerava um dever cívico: conhecer objetivamente a sociedade brasileira para estar apto a propor mudanças pragmáticas que guiassem o país para um destino de ordem e progresso.

2 "Memórias de Um Sargento de Milícias" - um discurso literário pouco convencional sobre "os cá da terra"

Memórias de Um Sargento de Milícias não se enquadra facilmente no gênero literário romance, conservando muitas marcas da tradição oral, na qual, como explicita Walter Benjamin, *"o nar-*

[2] Por não tratar-se o personagem principal de um tipo herói romântico, a obra se enquadraria melhor no gênero picaresco, que se caracteriza pela narrativa de um **pícaro**, sinônimo de malandro em português. Entretanto, diferentemente do "pícaro" em sua origem na literatura espanhola, o nosso Leonardo pouco tem de ingênuo e chega na vida adulta a um final feliz.

rador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros". [3] A obra situa-se em uma espécie de limbo entre o romance, na medida em que assume a forma de uma narrativa escrita endereçada a destinatários ausentes (leitores), a quem o autor "fala" através da trama de seus personagens, e o folhetim, que mesmo usando a linguagem escrita pressupõe uma "leitura coletiva" e o autor-narrador interfere no curso da narrativa enquanto "pessoa do mundo", como interlocutor que provoca o destinatário ao emitir e solicitar opiniões, ao fazer esclarecimentos sobre o que é narrado, ao fazer e a solicitar sugestões. Publicado originalmente em capítulos, assemelha-se às peças de teatro popular, ou ao atual gênero das novelas: múltiplas tramas são tecidas simultaneamente e no início de vários capítulos o narrador recorre a "chamadas" ao leitor para marcar a retomada de sequências suspensas. Exemplos: *"Enquanto o compadre aflito procura por toda parte o menino, sem que ninguém possa dar-lhe novas dele, vamos ver o que é feito do Leonardo, e em que novas alhadas está metido". "Dadas as explicações no capítulo precedente, voltemos ao nosso memorando, de quem por um pouco nos esquecemos".*

O autor, Manuel Antônio de Almeida, se autonomeia um contador de histórias que lhe foram contadas por outro e que ele por sua vez reconta para que possam ser outras vezes recontadas e assim não esquecidas. As narrativas explicitadas como "memórias" reivindicam o estatuto de realidade para personagens e fatos narrados sem retirar, no entanto ao narrador a liberdade de nelas interferir com comentários e acréscimos que lhes aumente o sabor ao serem lidas/ouvidas. A obra mantém-se nas fronteiras permeáveis entre o território da ficção (as tramas) e gênero documental que ganha espaço com as ricas descrições que reconstituem "objetivamente" uma época: o tempo do Rei João VI no Brasil, ou mais especificamente no Rio de Janeiro. A expressão que introduz o capítulo I elucida bem este efeito de sentido (fusão entre realidade e ficção) que se quer obter. "Era no tempo do rei". Evoca-se com o "era uma vez" das estórias, mas fica claro que o tempo do rei é his-

[3] BENJAMIN, Walter. "O Narrador - Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov" in *Obras Escolhidas voI. I - Magia e Técnica, Arte e Política*, Primeira edição, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985.

toricamente datado. No parágrafo abaixo transcrito do capítulo "Novas Diabruras", o autor declara sua pretensão de objetividade: *"Era má sina de o major ter sempre de andar desmanchando prazeres alheios; e infelicidade para nós que escrevemos estas linhas estar caindo na monotonia de repetir quase sempre as mesmas cenas com ligeiras variações: a fidelidade, porém, com que acompanhamos a época, da qual pretendemos esboçar uma parte dos costumes a isso nos obriga".*

O título da obra, *Memórias de Um Sargento de Milícias, revela o* propósito do autor de através do personagem, Leonardo, concebido na travessia dos mares de Portugal para o Brasil, fruto não planejado de "uma pisadela e um beliscão" entre portugueses fogosos no convés do navio, construir uma certa imagem de um brasileiro mítico, que embora localizado em um contexto histórico (o tempo do rei D. João VI no Rio de Janeiro) de um certo modo funda um discurso imemorial sobre o que é "ser brasileiro". É através de suas peripécias, desventuras e venturas que são retratadas as peculiaridades de uma "brasilidade" emergente: nos cenários, nos costumes, nos tipos sociais, nas festas; na linguagem.

Não é assim casual o pseudônimo *"um brasileiro*" adotado pelo autor na primeira versão da obra publicada em fascículos do periódico *Correio Mercantil*. Através dessa escolha ele aponta o lugar que constrói para si, o de registrador da memória do Brasil e dos brasileiros comuns, uma espécie de retratista do quotidiano, com as práticas e representações sociais que o povoam. É assim o precursor de uma vasta literatura que elege como "lócus" o "nacional" e "regional" e que encontra sua expressão mais acabada no movimento modernista da década de 20.

O artigo indefinido "um" que antecede o título da personagem central, sugere o estatuto de um mero exemplar de uma série, encarnação de um tipo social. O personagem permite ao autor uma construção metafórica e satírica sobre o brasileiro: fruto de "uma pisadela e um beliscão", esta origem pouco afeita aos preceitos morais rigorosos, deixará marcas em um "caráter" folgazão não ajustável aos projetos "civilizatórios" de trabalho e disciplina que lhe são propostos:

"Como sempre acontece a quem tem muito que escolher o pequeno a quem o padrinho queria fazer clérico mandando-o para Coimbra, a quem a madrinha queria artista metendo-o na Conceição, a quem D. Maria queria fazer rábula arranjando-o algum cartório, e a quem enfim cada conhecido ou amigo queria dar um destino que jul-

gasse mais conveniente às inclinações que nele descobrira, o pequeno, dizemos, tendo tantas coisas boas, escolheu a pior possível: nem foi para Coimbra, nem para Conceição, nem para cartório algum; não fez nenhuma dessas coisas, nem também outra qualquer: constituiu-se um completo vadio, vadio mestre, vadio tipo".

As regras morais não sendo interiorizadas por Leonardo devem ser impostas através dos personagens que encarnam o mundo da ordem e que combinam vigilância com força física na tentativa mal sucedida de a elas submetê-lo: o pai Leonardo Pataca (meirinho); o professor; o "mestre de rezas"; o "mestre de cerimônias" e principalmente o major Vidigal.

A importância do major Vidigal como encarnação do poder de reprimir e castigar, impondo a lei a seu modo, é sintetizado pelo autor no seguinte trecho:

"O major Vidigal era o rei absoluto, o árbitro supremo de tudo que dizia respeito a este ramo da administração (a polícia da cidade); era o juiz que julgava e distribuía a pena, e ao mesmo tempo o guarda que dava caça aos criminosos; nas causas de sua imensa alçada não havia testemunhas, nem provas, nem razões, nem processo; ele resumia tudo em si; a sua "justiça" era infalível; não havia apelação das sentenças que dava; fazia o que queria, e ninguém lhe tomava conta".

No jogo que contrapõe a sagacidade de Leonardo à do Vidigal desenrolam-se as múltiplas tramas com fracassos e sucessos para o nosso "herói" cujos desenlaces são antecipados ao leitor nos títulos de vários capítulos: "O Vidigal Desapontado", "Represálias", "Novas Diabruras"...

Para Antônio Cândido[4] os movimentos astuciosos do Leonardo para "safar-se" das "encrencas" e conseguir levar a bom termo os seus planos caracterizaria o que foi posteriormente nomeado como "dialé-

[4] Antônio Cândido no ensaio Dialética da Malandragem: caracterização das *Memórias de um Sargento de Milícias*, menciona que o próprio Mário Andrade se reconhece como sucessor de Manuel Antônio de Almeida, destacando que Leonardo, como Macunaíma, são personagens símbolos do malandro brasileiro.

tica da malandragem"[5], frequentemente apontada como traço da cultura brasileira. A dialética da malandragem é ilustrada nas relações entrecruzadas entre as figuras do mundo da "ordem" (o oficial, o legal) e o da "desordem", dos prazeres, das infrações. Leonardo é uma espécie de exemplar do malandro, não um mau caráter propriamente, mas um sem caráter, avesso às regras disciplinares que sobre ele não fazem efeito mesmo quando acompanhadas de ameaças e castigos. Já ao nascer deu sinais do que seria, um "maganão"[6]: "*mamou e chorou por três horas seguidas"*.

Abandonado pelo pai, Leonardo Pataca, e pela mãe, a saloia Maria, Leonardo encontrou refúgio na casa do padrinho, ou "compadre", que exerce a partir daí o papel de seu intercessor benevolente que encontrava justificativa para todos os seus mal feitos, sem nunca desacreditar e sonhar com um futuro bem sucedido para o afilhado. A comadre, parteira que o trouxe ao mundo, é a outra personagem que faz a mediação com os "apatacados" ou ocupantes de funções de prestígio para alcançar favores que socorram o afilhado nas situações de encrenca em que sempre estava metido. Os "arranjos" e as "comissões" salvadoras acompanham e garantem um desfecho satisfatório para todos os infortúnios de Leonardo.

A cigana "Vidinha'', o "Caboclo Velho", o Granadeiro, o Teotônio, entre outros, são tipos populares, a maior parte nomeados por sua função, ou traço de comportamento.

Sendo um romance "anti-romântico", não constrói o que se possa a rigor rotular de "heróis", mas também não apresenta grandes vilões. O único personagem não ambíguo, porque desprovido de qualquer qualificação positiva, cabe mais na categoria de "velhaco" do que de um terrível vilão: sua ação se exerce sobre as mulheres e seu perigo é neutralizado por sua própria transparência:

"Figure o leitor um homenzinho nascido em dias de maio, de pouco mais ou menos trinta e cinco anos de idade, magro, narigudo, de olhar vivo e penetrante, vestido de calção e meias pretas e terá a idéia

---

[5] Ver Roberto da Mata. **Carnavais, Malandros e Heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rocco ; RJ, 1997.

do físico do senhor José Manuel. Quanto ao moral, se os sinais físicos não falham quem olhava para sua cara assinalava-lhe logo um lugar distinto na família dos velhacos. Se tinha alguma virtude era a de não enganar pela cara."

A ironia[7] é uma estratégia discursiva utilizada recorrentemente por Manuel Antônio de Almeida para exercer de forma irônica sua crítica às instituições e aos costumes sociais em vigor, como ilustrado nos textos abaixo:

"... mas o homem era romântico, como se diz hoje, e babão, como se dizia naquele tempo; não podia passar sem uma paixãozinha. Como o oficio (de meirinho) rendia e andava sempre apatacado, não lhe fora difícil conquistar a posse do objeto adorado"; *"Pois a vida de Luizinha, depois de casada, representava com fidelidade a vida do maior número das moças que, então, se casavam: era por isso que as Vidinhas não eram raras ...).*

A religião católica é retratada não por suscitar convicções de fé profundas cultivadas no recolhimento individual das orações, mas pela superficialidade das aparências, das procissões pomposas e dos rituais que funcionavam principalmente como espaço de uma sociabilidade festiva. A crítica jocosa ao clero é feita pelo autor no episódio em que Leonardo Pataca arma uma cilada para desacreditar publicamente o pároco, seu rival insuspeito que lhe roubara as atenções da cigana Vidinha. Contratou Chico Juca, um tipo valentão a quem se pagava para bater em alguém ou armar uma briga, para exercer o seu ofício na festa de aniversário da cigana e ao mesmo tempo em que informou ao Major Vidigal sobre o que iria alí acontecer. O vigário sai desmoralizado ao ser flagrado pelos "granadeiros" do major em seu esconderijo no quarto da cigana metido em trajes íntimos.

Ao retratar os costumes de uma época o autor aproxima-se do que hoje nomeamos de trabalho etnográfico. Muitos capítulos são dedicados a descrições meticulosas, detalhadas de festas populares, a Via Sacra do Bom Jesus, a Procissão do Divino Espírito Santo, O Fogo No

[7] A ironia, segundo Dominique Maingueneau, subverte a fronteira entre o assumido e o que não é pelo locutor. O enunciador irônico faz ouvir uma voz diferente do "locutor" que expressa um ponto de vista insustentável. O locutor assume as palavras mas não o ponto de vista.

Campo. Outro aspecto a destacar na obra é o uso de termos do linguajar popular da época, tais como "arranjar-se", fazer uma "estralada"; "valdevino", "algebibe"; "saloia".

Em determinados trechos o autor assume o lugar de enunciador genérico, que reproduz "máximas" que condensam aspectos da sabedoria popular partilhados e reconhecidos por todos que pertencem a mesma coletividade. São exemplos de "discursos fundadores" que gozam de intangibilidade própria, que são imemoriais e sintetizam o que se costuma chamar de "alma do povo":

"É sempre assim que se sucede: quereis que nos liguemos estreitamente a uma coisa? Fazei-nos sofrer por ela."

"O coração da mulher é assim; parece feito de palha, incendeia-se com facilidade, produz muita fumaça, mas em cinco minutos tudo é cinza e o mais leve sopro espalha e desvanece."

"Em certos corações o amor é assim, tudo quanto tem de temo, de dedicado, de fiel, desaparece depois de certas provas, e transforma-se num incurável ódio".

"É muito antigo dizer-se que há uma coisa pior que um inimigo, e é um mau amigo".

"É uma grande desgraça não corresponder a quem amamos aos nossos afetos; porém não é também pequena desventura o cairmos nas mãos de uma mulher a quem deu na cabeça querer-nos bem deveras".

O capítulo "Caldo Entornado" apresenta a origem da expressão "entornar o caldo," ainda hoje utilizada para descrever situações em que por um acontecimento inesperado perde-se o controle a ser mantido em situações socialmente delicadas. Foi o que aconteceu com Leonardo ao ser flagrado por "Toma Largura", o marido ciumento, no momento em que a mulher recebia dele o "obséquio" de uma tigela de caldo: *"De repente sente-se abrir uma porta e a moça que tinha na mão a tigela, estremece, e o caldo entorna"* .

A construção de uma identidade nacional é buscada na oposição sempre realçada entre os "cá da terra" e um "outro" d'além mar (Portugal).

"Já se sabe que houve nesse dia função: os convidados do dono da casa, que eram todos d'além mar, contavam o desafio; os convidados da comadre que eram todos da terra, dançavam o fado".

A viagem, a travessia d´além mar, é a metáfora utilizada para reportar-se à transfiguração quase mágica dos costumes e das instituições que se "abrasileiram".

"Com os emigrados de Portugal veio também para o Brasil a praga dos ciganos... A poesia de seus costumes e de suas crenças, de que muito se fala, deixaram-na da outra banda do oceano; para cá só trouxeram maus hábitos, esperteza, velhacaria.".

A promoção de Leonardo ao posto de "Sargento de Milícias" remete para mais uma prática que acompanha as peripécias do personagem, o "arranjo", (versão contemporânea do "jeitinho" brasileiro) que permite contornar os entraves formais para conseguir uma "Conclusão Feliz". "Se como soldado de linha não podia casar-se, Leonardo "achou o salvatório", e veio comunicar a Luizinha (a noiva, filha de uma senhora apatacada) o meio que tudo remediava:" *podia ficar ele sendo soldado e casar, dando baixa de linha, e passando-se no mesmo posto para as Milícias"*.

É com a salvadora intercessão do major Vidigal que Leonardo alcança ao posto de sargento de milícias, "arranjo" que é antecedido por outro da qual participaram a comadre, D. Maria (mãe da noiva), a comadre e a fogosa Maria Regalada, cujos "dotes" e favores fizeram fraquejar a sisudez do major.

O autor toma a palavra, enquanto locutor propriamente dito, pessoa do mundo e não personagem, para tecer um vaticínio sobre a dinâmica social do país:

"Já naquele tempo (e dizem que é defeito nosso) o empenho, o compadresco, eram uma mola real de todo movimento social" (pág. 126).

3 O Problema Nacional Brasileiro - O discurso ideológico-doutrinário de Alberto Torres

Alberto Torres é um dos precursores do pensamento nacionalista que ganha materialidade nos discursos das diversas vertentes do movimento republicano no Brasil no final do século XIX e durante toda a chamada "República Velha". Se é verdade que o povo assistiu "bestializado" a proclamação da República, também o é o envolvimento exaltado de camadas da classe média letrada no debate político que se travava de modo especial nos jornais da época. Quais dispo-

sitivos e estratégias de produção de sentido permitem reconhecer o discurso nacionalista?

Uma marca do padrão discursivo ideológico-doutrinário pode ser reconhecida no próprio título da obra, O *Problema Nacional Brasileiro. O* enunciador atua como uma espécie de "superego" do país, capaz de dele distanciar-se o suficiente para falar sobre os seus "pecados", mas com a autoridade moral de quem os conhece propor ações racionais corretivas que exorcizem os males e tracem o caminho para a salvação.

Em primeiro lugar, é um discurso conceitual: trata-se de pôr em questão o estatuto de algumas noções tais como "nação"; "povo"; "senso nacional"; "soberania nacional"; "Estado", para a partir daí questionar o que falta à realidade brasileira para que elas aqui possam encontrar substância. O "discurso diagnóstico" é complementado por outro de natureza terapêutica (apresentação de projetos que solucionem os males detectados).

Por um lado, o enunciador pretende representar objetivamente a realidade brasileira, objeto de seus estudos e análises, por outro, assume a posição de engajamento em uma causa: o nacionalismo.

O lugar reservado aos destinatários desse discurso ideológico-doutrinário é o de "sujeitos do convencimento", daí o uso recorrente à argumentação lógica conjugada à dissuasão moral, ao chamamento à luta. Vale lembrar que três dos quatro textos que compõem a obra, *Senso, Consciência e Caráter Nacional; Em Prol das Nossas Raças; Soberania Real* e *Nacionalismo,* foram originalmente publicados como artigos no *Jornal do Comércio*, evidenciando que a imprensa do período, basicamente partidária ou de "de opinião", ajusta-se à classificação feita por Habermas:

"Os jornais passaram de meras instituições publicadoras de notícias para, além disso, serem porta-vozes e condutoras de opinião pública, meios de luta da política partidária... Certos escritores passaram a utilizar o novo instrumento da imprensa periódica a fim de conseguir eficácia publicitária, para a argumentação deles impregnada de intencionalidade didática" [8]

[8] HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública,* cap. II, p. 216, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.

O "problema nacional" brasileiro é associado à origem do país: "descoberto" ou formalmente "inventado", sem que as bases reais, ou seja, o "senso", "consciência" ou "caráter nacional" tivessem sido naturalmente formados ao longo dos séculos, alimentando-se apenas de tradições partilhadas. Propõe-se como explicação do curso do desenvolvimento a oposição básica entre os "países novos" e os "países velhos". A falta de um tempo histórico que consolide a solidariedade ou consciência dos interesses orgânicos do país, acrescenta o autor outro fator agravante do "problema nacional": a condição colonial que não se teria extinguido com o acontecimento declaratório da Independência ou da instalação de um regime político considerado moderno, a República.

O fato de que os acontecimentos políticos mais marcantes de nossa história terem se efetivado sem grandes confrontos revolucionários contribuiria, segundo o autor, para a exacerbação do estado de apatia, de inorganicidade instalado no país.

Desse modo não nos constituiríamos, efetivamente, uma nação. A tarefa primeira dos nacionalistas seria assim constituir a nação através da ação política orientada para a consolidação do senso, consciência e caráter da nação."

Aos nacionalistas caberia a função pragmática de ordenar o caos, a anarquia, instalados em todos os setores da vida brasileira: economia, política, ciências, costumes etc. De inspiração nitidamente positivista, o nacionalismo de Alberto Torres busca seus fundamentos no racionalismo pragmático: define-se como o avesso do patriotismo romântico, preso à contemplação de símbolos nacionais abstratos (a bandeira, os hinos etc.). Sua missão é conhecer as peculiaridades da realidade brasileira, o que envolve desde as condições históricas de sua constituição, ao seu solo, clima, recursos naturais e principalmente as características potenciais do seu povo para, de posse deste arsenal de conhecimentos, organizar racionalmente nossa economia e definir as diretrizes políticas e sociais do país.

Há, assim, em Alberto Torres uma crítica rigorosa às elites, incluindo-se aí intelectuais, empresários e principalmente os políticos.

Intelectuais: "e*m geral os homens de letras, estão longe de ocupar a posição que lhes compete na sociedade brasileira. Não formam até hoje, uma força social (...)"*

Empresários: *"Em relação a quase todas as nossas indústrias, o comércio nacional, os intermediários mercantis, todos os que exercem profissões liberais, os banqueiros e os capitalistas, são colaboradores do estrangeiro no esgoto das riquezas e no êxodo dos capitais" (p.102).*

Políticos: *"Daí o desânimo e a descrença de um povo, para quem a vida pública não é senão uma crônica de anedotas pessoais e de audácias, escândalos e imoralidades, exagerados e deturpadores".*

As metáforas do hotel e da estação de estrada de ferro como locais de trânsito, de aglomerado, onde nenhum vínculo orgânico se institui entre os indivíduos, são empregados pelo autor para expressar a desordem brasileira: "sem espírito e sem unidade como a vida de um hotel, ou de uma estação de estrada de ferro, onde se encontram e se entrecruzam febril, milhares de indivíduos, camadas e gerações da sociedade, sem nenhuma consciência de interesse comum".

Rejeitando o que considera ufanismos ou otimismos infundados sobre o país, referência sutil ao discurso consagrado no hino nacional sobre o "berço esplêndido" das nossas riquezas naturais, renega também as atitudes de ceticismo ou pessimismo em relação ao futuro do Brasil.

A argumentação mais forte que tece para o seu otimismo apoia-se na revisão sobre as teses então circulantes dos determinismos geográfico e antropológico, que suprimiam a hipótese de uma civilização avançada nos trópicos.[9] No que se refere a "natureza tropical", o que lhe faltaria seria um conhecimento científico de utilização preservadora e adequada de suas potencialidades. O autor contesta a tese da inferioridade das "raças" nativas, ou das que aqui se instalaram ou medraram através das mestiçagens. A sua visão sobre o povo brasileiro, absolutamente otimista, está presente no ·texto "*Em Prol das Nossas Raças":*

"Somos um dos povos mais inteligentes do mundo. Sensível, generoso, nobre, hospitaleiro, probo, trabalhador, o homem genuinamente brasileiro, fiel ao nosso espírito e sentimento tradicional, que não deturpou o caráter na confusão cosmopolita das grandes cidades, mostra, logo à primeira vista, no sorriso aberto e na palavra mansa e serena,

[9] Sugestivamente todos os movimentos sociais que pretendem revitalizar as raízes "nacionais" tendem a destacar a nossa tropicalidade. Tem-se como versão recente, da década de 70, o movimento "tropicália" dos "novos baianos".

onde a ociosidade a que foi habituado põe uns laivos de desânimo - a inteligência viva e aguda, um raro senso da realidade, um engenho curioso e hábil."

As qualidades positivas do povo derivariam assim de sua "pureza" e do pragmatismo imposto pela vida[10]. Para ele o "homem do interior" e não o do "litoral" representaria genuinamente o espírito brasileiro. No entanto, se na sua inocência o povo é isento de culpa pelo caos do país, também a ele não se pode imputar a tarefa de "construir a nação". Sua exortação - patriótica- é assim endereçada aos dirigentes, aos que deveriam exercer o papel de "cérebro" a comandar o corpo social:

"É erro imputar aos povos na crítica dos acontecimentos sociais a responsabilidade dos desvios da evolução e esperar deles a iniciativa de reformas e movimentos reparadores. O corpo alimenta; não inspira nem dirige o cérebro. [...] Só há um fator, uma força, um instrumento, um órgão, uma vontade, uma inteligência, com a função de manter a vida do país, no que o interessa em conjunto e permanentemente: é o aparelho político-administrativo, com seus vários órgãos".

Para o autor o Brasil como uma "sociedade nova" não pode esperar que as forças naturais o conduzam ao caminho da evolução, do progresso. O nacionalismo é defendido exatamente como encarnação desta vontade e deste projeto de construir o Brasil como nação.

O nacionalismo de Alberto Torres projeta um outro Brasil que quer encontrar a si mesmo, que deixe de ser um "exilado" em suas próprias terras. O tom anti-imperialista combina-se com o nacionalismo. A inspiração fisiocrata o conduz a uma visão da riqueza nacional como resultado da conjunção entre recursos naturais e uma organização adequada e racional do trabalho na agricultura.

A modernidade industrial, consumista, é vista como artificial, enganadora, conduzindo o autor à defesa do que considera o verdadeiro destino do país: *"O Brasil tem por destino evidente ser um país agrícola: toda ação que tender a desviá-lo desse destino é um crime contra sua natureza e contra os interesses humanos."*

---

[10] Visão muito próxima da exposta por Augusto Comte que advoga que ao povo seria mais fácil absorver o espírito positivo por não ter sido ele contaminado pela cultura metafisica.

Considerações finais: Brasil, Brasis

É possível encontrar pontos comuns entre dois gêneros discursivos tão diversos ilustrados nas obras analisadas que além do mais foram escritas em momentos históricos também distintos? Pode-se dizer que ambas se ajustam à afirmação de Octávio Souza[11] de que a literatura e a produção acadêmica brasileiras foram movidas pela compulsão de explicitar a identidade nacional, o que lhes consignava uma espécie de missão cívica de assumir uma função integradora?

Se em Alberto Torres, esta compulsão é obvia, também em Manuel Antônio de Almeida, ainda que recorrendo ao discurso irônico, percebe-se a preocupação de decifrar o que é e o que faz "ser brasileiro". Ou seja, reiteradamente, repete-se ao longo da nossa história uma busca infinda de uma originalidade que nos distingue para o bem ou para o mal de todos os outros países e povos. Para dar conta das peculiaridades nacionais, temos as nossas "jabuticabas", frutinhas nativas que não se encontram em outras paragens.

Recorrendo à crítica jocosa, como o faz Manuel Antônio de Almeida, ou ao discurso ideológico doutrinário como o faz Alberto Torres, ambos falam do que nos falta para alcançar determinados padrões de civilização.

A origem colonial e a instituição da escravidão, sustentáculo da economia mercantil, são retomados reiteradamente como pecados capitais que nunca cessam de ser exorcizados, mas que nenhuma água batismal consegue apagar.

Uma outra presença insidiosa, que é assinalada pelos dois autores como principal marca das relações institucionais e sociais que atravessam o tecido das ordens pública e privada no Brasil, é a prática da troca de favores ou de compadrio, também nomeado de clientelismo. As forças do atraso são assim invocadas como permanências de um passado que é antagônico ao avanço político da meritocracia, do ideal democrático do universalismo de procedimentos somente poderia ser alcançado em um futuro remoto com a minimização das desigualdades

[11] Souza, Octávio. *Fantasia de Brasil-Identificações na Busca da Identidade Nacional,* Ed.Escuta, São Paulo, 1991.

sociais. Até lá caberia ao próprio Estado oferecer tratamento diferencial aos "excluídos" através de políticas sociais distributivas que, segundo o sociólogo José de Souza Martins, são percebidas como "dádivas" a serem retribuídas com a fidelidade dos que as recebem aos que as concedem. Caracteriza-se assim, para o autor acima citado, a recriação nos governos do PT de uma forma estatizada de clientelismo eleitoral que confirmaria sua adaptação à modernidade. [12]

De matéria publicada do jornal *O Povo* (7/06/2014) sobre encontro dos 22 partidos que integram a vasta base eleitoral do governador Cid Gomes, para discutir quem seria o nome indicado para a sua sucessão nas eleições de 2014, extraímos o depoimento de um dos dirigentes de partido que ilustra o pragmatismo cínico da regra operatória da política, ou seja, a negociação dos cargos a serem obtidos:

"*Queremos discutir o que nós vamos ganhar, política é feita disso (...) Queremos saber se porventura for um sucesso a eleição, o que vai acontecer depois. É preciso ter uma discussão política de espaço, de qual espaço poderemos ter agora e depois". (presidente estadual do PTC).*

Justifica-se assim a visão negativa sobre as elites, de modo especial à elite política, contraposta a uma representação ambígua sobre o povo brasileiro, em que se por um lado nele se deposita todas as esperanças das grandes transformações, de outro ele é considerado um povo desenraizado, sem pai nem mãe identificáveis, ou como dito por Nelson Rodrigues, com "complexo de cachorro vira lata".

Após um século, o que Alberto Torres já afirmava em 1914, soa como crítica que não perde atualidade quando aplicada aos costumes políticos vigentes no Brasil:

"O nosso hábito de apreciar os fatos políticos e sociais sob a sugestão das emoções morais, à base do 'julgamento-forma predominante em nosso espírito, da "consciência moral" - leva-nos a ver os assuntos públicos senão pelo dilema do bem e do mal, do honesto e do desonesto [...] de programas não se cogita senão para efeitos eleitorais; e de problemas e soluções, não se chegou ainda a cogitar".

---

[12] José de Souza Martins**.** *A Política do Brasil, Lúmpen e Místico.* Editora Contexto, São Paulo, 2011.

Bibliografia

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. L&PM Pocket. Porto Alegre. 1997.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1983.

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1982.

BENJAMIM, Walter. O Narrador – Considerações Sobre a Vida de Nicolai Leskov. In: *Obras Escolhidas*. v. I. Ed. Brasiliense. SP, 1985.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. Companhia das Letras, São Paulo, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil.* Companhia das Letras, SP. 2013.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas* – o imaginário da república no Brasil. Companhia das Letras, SP, 1990.

COMTE, Augusto. *Cours de philosophie positive*. Lib. Scientifique e Industrielle de L. Nathis, Paris, 1851.

CRUZ, Costa. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967.

DA MATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Ed. Rocco, RJ. 1986.

_____.*Carnavais, malandros e heróis* – para uma sociologia do dilema brasileiro. Ed. Rocco, RJ. 1997.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tempo Brasileiro. RJ, 1984.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Pontes Editores. SP, 1989.

MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil* - Lupem e Místico. Editora Contexto. SP. 2011.

NUNES, Edson de Oliveira. *A gramática política brasileira* – clien-

telismo, corporativismo e insulamento burocrático. Gramond Universitária. Rio de Janeiro, 2010.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Editora Campus. RJ. 1982.

SOUZA, Otávio. *Fantasia de Brasil - as identificações na busca da identidade nacional*. Ed. Escuta, SP. 1994.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo* – reforma gradual e pacto conservador. Companhia das Letras, SP. 2012.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. <http:www.chookcult.com.br/acervo/livro.php>

VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. Editora Unesp. São Paulo, 2010.

(Conferência pronunciada na sede do Instituto do Ceará
em 21 de agosto de 2014).

A vida empresarial de Pedro Philomeno: um longo e fundamental capítulo da história industrial do Ceará

Carlos Negreiros Viana*

Pedro Philomeno Gomes Ferreira

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma reconstituição da vida empresarial de Pedro Philomeno Ferreira Gomes e das histórias dos dois principais empreendimentos industriais que lhe pertenceram, a Fábrica Iracema e a Fábrica São José.

* Mestre em Economia pela UnB e professor do curso de Ciências Econômicas da UFC/Campus de Sobral.

Ele cobre um período de 74 anos, que tem início quando Pedro Philomeno se associa ao pai e irmãos na firma Philomeno Gomes & Filhos, proprietária da Fábrica Iracema, e se encerra em 1983, quando o empresário falece.

1 A vida empresarial de Pedro Philomeno

Pedro Philomeno Ferreira Gomes, que nasceu em Sobral, a 07/07/1888, iniciou suas atividades empresariais no ramo de fumos preparados, em 1909, como sócio do pai (Francisco Philomeno Ferreira Gomes) e irmãos, na firma Philomeno Gomes & Filhos, proprietária da Fábrica Iracema (VIANA e NIREZ, 1991)[1].

Por volta de 1922, a Philomeno Gomes & Filho, firma sucessora da anterior, de propriedade apenas do Cel. Philomeno Gomes e de Pedro Philomeno, instala uma pequena fábrica de óleos vegetais e sabão no bairro de Jacarecanga, onde já funcionava a Fábrica Iracema (VIANA, 1994).

Com o falecimento de seu pai, em fins de 1923, a Philomeno Gomes e Filho é sucedida, a partir do início de 1924, pela firma Philomeno Gomes & Cia., com um capital de 400 contos de réis, que o tinha como sócio solidário e sua mãe (Maria Izabel Ferreira Gomes), como sócia comanditária (Ibidem).

Com a constituição dessa nova firma, Pedro Philomeno continuará a atuar no ramo de fumos e seus preparados e no de óleos e sabão, e, no decorrer ainda de 1924, a Philomeno Gomes & Cia. se associa às firmas Joaquim Markan (seu irmão) e Caminha, Diogo & Cia. Ltda., e

[1] O Cel. Francisco Philomeno Ferreira Gomes teve 14 filhos em dois consórcios: do primeiro, com Maria Izaura Carneiro de Messias, nasceram sete filhos, e, do segundo, com Maria Izabel Carneiro de Messias, irmã da precedente, a outra metade.

De sua descendência, destacaram-se, por desenvolver relevantes atividades para a vida econômica do Ceará, em vários setores, os seguintes filhos: Pedro Philomeno Ferreira Gomes – cigarros, óleos, vegetais e sabão, tecidos, redes de dormir, hotelaria, negócios imobiliários e construção civil, agricultura, etc.; Francisco Otávio Philomeno Ferreira Gomes – tecidos e negócios imobiliários; Joaquim Markan Philomeno Ferreira Gomes – cigarros e comércio; e José Maria Philomeno Ferreira Gomes – cigarros e refrigerantes, tendo sido ele um dos sócios da Fortaleza Refrigerantes S.A., empresa que, no início dos anos 1950, instalou uma engarrafadora da Coca-Cola em Fortaleza.

é constituída a firma Philomeno, Markan & Caminha Ltda., com um capital de 750 contos de réis e o objetivo de explorar o comércio de fumos e seus preparados ao mesmo tempo que ele adquire a patente, para produzir o sabão líquido Aseptol, da família do médico Meton de Alencar, seu inventor (Ibidem).

Quando as firmas produtoras de óleos e sabões de Fortaleza resolvem instalar um escritório para distribuir, conjuntamente, os sabões produzidos, por cada uma delas, nas suas fábricas, Pedro Philomeno é indicado, por Antônio Diogo de Siqueira, para ser o seu gerente (Ibidem).

No final de 1924, torna-se ele um dos sócios da firma Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda., da qual se retirará, em 1927, por desentendimentos com Antônio Diogo, de quem passou a ser sócio também na firma Frota, Siqueira & Cia. Ltda., constituída, em 1926, com o objetivo de construir e explorar a Fábrica São José (Ibidem).

Após o rompimento com Diogo, em 1927, e a morte de Raimundo da Silva Frota, no ano posterior, constitui a firma Gomes & Cia., em sociedade com seu irmão Francisco Otávio Philomeno Ferreira Gomes, com um capital social de 1.000 contos de réis, que inaugurará a Fábrica S. José em 01/06/1928 (Ibidem)[2].

Ao se retirar da Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda., Pedro Philomeno não mais retornará ao ramo de óleos e sabão, continuando, a princípio, a atuar apenas no ramo fumageiro (Fábrica Iracema) e, depois, nesse ramo e no têxtil (Fábrica S. José) (Ibidem).

Em 1939, ele se afasta da Fábrica Iracema, para se dedicar, exclusivamente, à Fábrica de Tecidos São José, deixando em seu lugar, na direção daquela fábrica de cigarros, seu sócio e irmão mais moço, José Maria[3].

Sob a direção de José Maria, a Fábrica Iracema permanecerá em atividade até 1941, quando Pedro Philomeno ao decidir concentrar seus esforços e capitais integralmente na Fábrica S. José, aproveitando a

[2] Raimundo da Silva Frota era filho de João Evangelista da Frota, rico comerciante em Sobral e grande proprietário de terras no Ceará e Piauí. Possuidor de grande fortuna, foi, por muito tempo, sócio da firma Frota & Gentil, juntamente com José Gentil Alves de Carvalho, seu cunhado, e Francisco da Silva Frota, seu irmão.

[3] As informações sobre a Fábrica Iracema, que constam nesse parágrafo e no próximo, foram colhidas em depoimento oral de Francisco de Assis Philomeno Gomes (Chico Philomeno), filho de Pedro Philomeno.

conjuntura econômica extremamente favorável à indústria têxtil, resolve fechá-la.

No final da década de 1940, a firma Gomes & Cia. Ltda., de propriedade de Pedro Philomeno, instala a primeira usina termoelétrica privada do Ceará, para suprir de energia elétrica a Fábrica S. José. Essa usina desempenhou fundamental papel também para o fornecimento de energia para a cidade de Fortaleza, mesmo depois da inauguração da Usina do Mucuripe, em 1955 (VIANA, 1988).

A extração de madeiras na Fazenda Guarany, no atual município de Pacajus, que fora comprada com a finalidade de suprir de lenha a referida usina termoelétrica, serviu de inspiração para torná-lo o pioneiro do cultivo sistemático de cajueiros no Brasil. Ali, além da plantação inicial de 200.000 pés de caju, introduziu ele, também, a cultura do eucalipto e de outras espécies vegetais no Ceará (GOMES, 1988).

Antes de comprar a Fazenda Guarany, Philomeno já possuíra a Fazenda Grossos e a Fazenda Formosa, onde se dedicava à pecuária, e que foram vendidas, mais tarde, ao seu genro Stênio Gomes da Silva (Ibidem).

Pedro Philomeno também atuou no setor imobiliário (Imobiliária Pedro Philomeno Ltda.), construindo casas de luxo e prédios de apartamentos, e, no setor de hotelaria, através do Lord Hotel, situado na Praça José de Alencar, e do Iracema Plaza Hotel, o primeiro estabelecimento desse gênero a se localizar na orla marítima de Fortaleza (Ibidem).

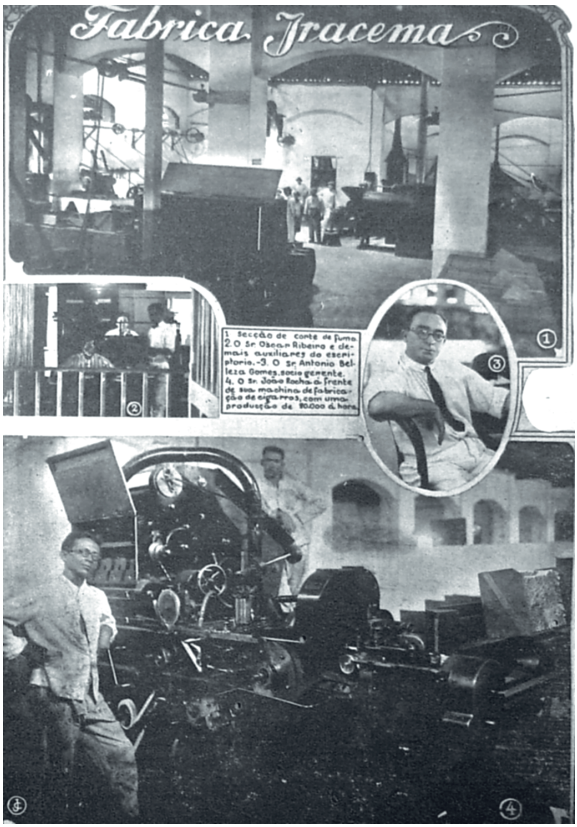
Foi ele, ainda, sócio fundador, e primeiro presidente, da Companhia Ceará de Seguros Gerais, que tinha o historiador Raimundo Girão também como um dos sócios (Ibidem).

Além das atividades empresariais, Pedro Philomeno também desempenhou funções político-partidárias e classistas: foi vereador de Fortaleza, de 1916 a 1920, pelo Partido Republicano Conservador Cearense (PRCC); participou, em 1932, da Comissão Executiva Central Provisória do Partido Economista (PSD) e, posteriormente, da Comissão Organizadora do Partido Economista. Já no desempenho de atividades classistas, foi Secretário do Centro Industrial Cearense, do qual foi um dos fundadores, de 1919 até 1921, quando passou a fazer parte apenas do seu conselho consultivo, e participou da Comissão Fiscal do Centro dos Importadores do Ceará, de 1925 a 1928 (VIANA, 1988).

Dois de seus genros foram políticos de grande destaque no Ceará: Stênio Gomes da Silva foi Governador do Estado e Acrísio Moreira da Rocha, Prefeito de Fortaleza (Ibidem).

Pedro Philomeno Ferreira Gomes faleceu, em Fortaleza, a 07/12/1983, aos noventa e cinco anos de idade (GOMES, 1988).

2 A Fábrica Iracema



Em 1900, a firma Gomes & Reishofer, pertencente a Francisco Philomeno Ferreira Gomes e a Charles Reishofer, adquire a fábrica de cigarros de Theodósio Freire e a transfere, com o nome de Fábrica Iracema, da Rua Pedro Pereira para a Praça do Ferreira, para o local onde hoje funciona o Cine São Luiz.

A Fábrica Iracema dispunha, em 1902, dos seguintes maquinismos e equipamentos: um locomóvel, máquinas de cortar fumo e papel, peneiras, torrador e rebolo. Manufaturava, mensalmente, 700.000 cigarros, no valor oficial de seis contos de réis, e empregava 30 operários (ALMANAQUE DO CEARÁ DE 1902).

Com a saída de Charles Reishofer, em 1907, é extinta a firma Gomes & Reishofer e a Fábrica Iracema passa a ser propriedade da firma Philomeno Gomes, que dispõe, nesse ano, de um capital de 50 contos de réis, emprega 25 operários, utiliza a força de 5 cv e tem o valor da produção estimado em 90 contos de réis (ALMANAQUE DO CEARÁ DE 1908; VIANA e NIREZ, 1991).

Em 1908, a Fábrica Iracema produzia as seguintes marcas de cigarros: Zig-Zag, Afonso Penna, Predilectos, Populares, Centro Cearense, Joaquim Nabuco, Touro e Pio X (Ibidem).

O Cel. Philomeno Gomes admite, em 1909, alguns dos seus filhos como sócios e a firma passa a se denominar Philomeno Gomes & Filhos (Ibidem).

Em 1911, os produtos da Fábrica Iracema participam de uma exposição em Turim (Itália) e ela ganha um diploma de honra (Ibidem).

Joaquim Markan, filho e um dos sócios do Cel. Philomeno Gomes, compra, em 1916, a Fábrica de Cigarros São Lourenço, que era de propriedade da Lopes Sá & Cia., e deixa a sociedade proprietária da Fábrica Iracema (Ibidem).

Em 1918, a firma Gomes & Messias, de propriedade do Cel. Philomeno Gomes e do seu filho Godofredo Messias, adquire a tradicional Fábrica de Cigarros Fortaleza, pertencente a Marianna Gurgel de Lima. Tal fábrica teve duração efêmera nas mãos dos novos proprietários (Ibidem).

Ainda em 1918, a Fábrica Iracema produzia as seguintes marcas de cigarros: Zig-Zag, Luiz Felippe, Dernier Cri, Dois Kilometros, Cecy, Joaquim Nabuco, Republicanos, Renascença, João Thomé, Laurita, Zoe, Eduardo VII, Carapuça, Cão, Zita e outras (Ibidem).

A firma proprietária da Fábrica Iracema passa a se denominar, em 1919, Philomeno Gomes & Filho, permanecendo, como sócio do pai, apenas Pedro Philomeno (Ibidem).

Pelo Decreto N°. 1708, de 04/10/1919, é concedida, a Philomeno Gomes & Filho, isenção de impostos estaduais e municipais, durante

dez anos, para a fábrica de fósforos que fundarem em Fortaleza ou em qualquer outro lugar do Ceará.

A intenção de instalar essa fábrica de fósforos que nunca se concretizou, estava associada ao grande sucesso que alcançou, em todo o Brasil, a marca de cigarros Zita, lançada em 1918, pela Fábrica Iracema, com a presença de fósforos em suas carteiras. É oportuno lembrar que não existiam fábricas de fósforos no Ceará à época (Ibidem).

Em 1920, a Fábrica Iracema é transferida para o bairro de Jacarecanga (para a avenida que hoje é denominada Cel. Philomeno Gomes). Nesse mesmo local, cerca de dois anos depois, a Philomeno Gomes & Filho instalará uma fábrica de óleos vegetais e sabão (Ibidem).

Em 09/11/1923, falece, aos 69 anos, o Cel. Philomeno Gomes. Com o falecimento do seu sócio majoritário, a Philomeno Gomes & Filho é sucedida pela firma Philomeno Gomes & Cia., que tem, como sócios, Pedro Philomeno e Maria Izabel Ferreira Gomes, sua mãe (Ibidem).

Essa firma, apesar de ter vinculações com a Fábrica Iracema, não será juridicamente a sua proprietária, já que esse estabelecimento industrial, a partir de 1924, passará a ser propriedade da firma Belleza & Garcez, constituída também naquele ano, com um capital de 20 contos de réis, por Gustavo Garcez Ferreira Gomes, irmão do Cel. Philomeno Gomes, e Francisco Andrade Belleza (VIANA, 1994).

Em 1924, ainda, será constituída a firma Philomeno, Markan & Caminha Ltda., com sede na Rua Barão do Rio Branco, pertencente a Philomeno Gomes & Cia, a J. Markan e a Caminha, Diogo & Cia. Ltda. Essa empresa terá, como um de seus objetivos, a comercialização dos produtos da Fábrica Iracema e ficará em atividade até 1927 (Ibidem).[4]

Pedro Philomeno é admitido oficialmente, em 1928, como sócio majoritário da Belleza & Garcez, que se torna uma companhia limitada, com um capital social de 400 contos de réis (Ibidem).

[4] A firma Philomeno, Markan & Caminha Ltda., constituída em 01/04/1924, tinha o capital social assim dividido: Philomeno Gomes & Cia – 270 contos de réis; Joaquim Markan – 240 contos de réis; e Caminha, Diogo & Cia. Ltda. – 240 contos de réis. É oportuno lembrar que a firma Caminha, Diogo & Cia. Ltda., constituída em 01/12/1922, tinha um capital social de 200 contos de réis, assim distribuído entre os sócios: A. D. Siqueira & Filho – 100 contos de réis; João Caminha Muniz – 90 contos de réis; e Raymundo Augusto Paiva Motta – 10 contos de réis. (Cadastro das Casas Comerciais do Estado do Ceará, Vol. I, Junta Comercial do Estado do Ceará, 1928).

Nesse ano, a Fábrica Iracema dispõe, num prédio cuja área é de 5.000 m^2, de três seções: a primeira, onde são escolhidos, qualificados e manipulados os fumos; a segunda, onde são fabricados, à maquina e à mão, os cigarros; e a última, onde ocorre o encarteiramento e a embalagem. Emprega 400 operários, entre homens, mulheres e crianças, e sua produção ultrapassa a de todos outros fabricantes reunidos dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão (REVISTA DOS INDUSTRIAES, 1929).[5]

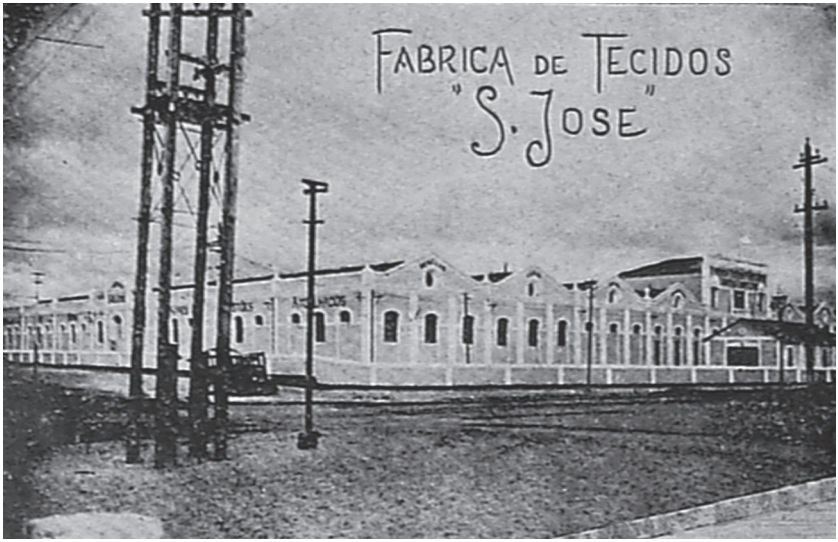
Ao se afastar, em 1939, da Fábrica Iracema para se dedicar exclusivamente à Fábrica de Tecidos São José, inaugurada, em 1928, Pedro Philomeno deixa, na direção daquela fábrica de cigarros, seu sócio e irmão mais moço, José Maria.[6]

A Fábrica Iracema é levada a encerrar atividades, em 1941, por uma série de fatores, dos quais os seguintes merecem destaque: a elevada tributação sobre a indústria cigarreira; a concorrência interna da Araken (fundada em 1928) e externa da Souza Cruz, cuja presença, desde o começo da década de 1930, já se fazia notar no mercado cearense, sobretudo no de Fortaleza. E, como resultado de todos eles, o próprio desinteresse de Pedro Philomeno de continuar a atuar no ramo cigarreiro, preferindo concentrar seus esforços e capitais na fabricação de tecidos, indústria que estava a apresentar altíssima rentabilidade, em conseqüência dos fatos relacionados à 2ª Guerra Mundial.

[5] É oportuno lembrar que somente no final de 1928 será inaugurada a Fábrica Araken, por Diogo Vital de Siqueira, que lhe superará em capacidade produtiva. Em 1928, a Fábrica Iracema produzia, entre outras marcas, as seguintes: Altair (carteira com 20 cigarros, mistura suave), Acácia, Blanchette, Olga, Yole Club, 101, Iracema, Cine-Arte e Dados (VIANA e NIREZ, 1991).

[6] Conforme o já citado depoimento oral de Chico Philomeno.

3 Fábrica São José



Em 01/06/1928, a Gomes & CiC. Ltda., firma de propriedade de Pedro Philomeno Ferreira Gomes e de Francisco Otávio Philomeno Ferreira Gomes, inaugurava a Fábrica São José, em amplo edifício próprio, abrangendo uma área de 10.000m^2, no bairro de Jacarecanga, em Fortaleza. A fábrica achava-se aparelhada de maquinismos modernos, de fabricação inglesa, alemã e norte-americana, com capacidade para 6.800 fusos e 250 teares, dos quais, naquela data, estavam, em pleno funcionamento, 3.600 e 120, respectivamente, ocupando 300 operários, sob a direção de técnicos ingleses (VIANA, 1988).

Dois anos após a sua inauguração, em 1930, a Fábrica São José produzia os seguintes tipos e marcas de tecidos: mesclas (Dragão do Mar e Pescador); brins (Casemiras Gomes, Frota, Philomeno, Cariri, Sobralense e Sport); atoalhado (Olga); zefires (Iracema e Mimoso); riscados (Cearense e Jaguaribe) e cáquis (Ibidem).

Em 1934, a Fábrica São José era a maior fábrica de tecidos do Ceará e produziu 3.000.000m de tecidos, 300.000kg de fios e 240.000kg de redes, ocupando 300 teares, 9.364 fusos e 1.000 operários e consumindo 1.000.000kg de algodão (Ibidem).

Em 29/07/1943, o capital social da Gomes & Cia. Ltda., proprietária da Fábrica São José, passa de Cr$ 1.000.000,00 para Cr$ 2.000.000,00. Três anos depois, em 09/05/1946, é elevado para Cr$ 7.000.000,00. Seu capital aumentou, ainda, pela última vez, nos anos quarenta, em 09/08/1948, para Cr$ 10.000.000,00 (Ibidem).

Pelo *Almanaque do Ceará* de 1945, a Fábrica São José está aparelhada com 9.000 fusos e 300 teares, que produzem, diariamente, 15.000m de tecidos diversos, 33 sacos de fios em novelo e 100kg de trancelim; e, mensalmente, 2.500 dúzias de toalhas felpudas e de 8 a 10.000 redes de tipos diversos. O seu consumo é de 80.000kg de algodão em pluma por mês, sendo o capital realizado, na fábrica, de três mil contos de réis, com a reserva de mais três mil contos, e os maquinismos orçados em quatro mil contos. Dispõe das seguintes seções: sala de preparação do algodão, onde o trabalhador pode respirar, saudavelmente devido à existência de aspiradores elétricos, que conduzem a poeira para o ambiente externo; sala de cardas; seção de massaroqueiras; seção de tinturaria, composta de máquinas alemãs (Zitani Macchini Frabrif); e seção de alvejamento.

Ali é também mostrado que toda a tecelagem é automática e seus teares de fabricação inglesa e que a fábrica dispõe, ainda, de oficinas mecânicas, de fundição e de serviços de assistência social, com 180 casas na vila operária.

A década de 1940 pode ser considerada a "época de ouro" da indústria têxtil de algodão do Ceará, já que, em nenhum outro período de sua história, auferiu-se lucros tão elevados, e com tantas facilidades, a exemplo do que ocorreu com o setor no resto do Brasil (VIANA, 1988).

A indústria têxtil cearense teve parte desses lucros gerados com as exportações para o exterior, podendo seus tecidos, durante a 2ª Guerra Mundial, e um pouco depois de seu término, ser encontrados em alguns países das Américas Central e do Sul e África (União Sul-Africana). Em propagandas, nos *Almanaques do Ceará*, de 1946 até 1949, são encontradas informações de que tecidos da Fábrica São José eram exportados para alguns países latino-americanos e para a União Sul-Africana (Ibidem).

Na década de 1950, a Gomes & Cia. Ltda. eleva seu capital social duas vezes: a primeira, em 1952, para C$ 15.000.000,00; e, a segunda,

em 1957, para Cr$ 50.000.000,00. Em 1956, a Fábrica S. José produziu 1.469.162m de tecidos, 75.428kg de fios, 70.009kg de redes e 1.604.347 toalhas (Ibidem).

Em 1961, a Gomes & Cia. Ltda., transforma-se em sociedade anônima, com a denominação de S/A Philomeno Indústria e Comércio (Ibidem).

A partir de 1964, a Fábrica São José suspende, definitivamente, sua produção de tecidos e passa, daquele ano até hoje, a fabricar somente redes de luxo e toalhas (Ibidem).

Em 01/06/2008, a Fábrica S. José comemorou 80 anos de atividades ininterruptas.

Bibliografia

ALMANAQUE DO CEARÁ (1900 – 1960).

GOMES, F. de. A. Philomeno. *Centenário de Nascimento de Pedro Philomeno Ferreira Gomes (1888-1988).* Fortaleza, s. ed., 1988.

JUNTA COMERCIAL DO CEARÁ. *Cadastro das Casas Comerciaes do Estado do Ceará.* V. 1. Fortaleza, 1928.

REVISTA DOS INDUSTRIAES. V. 1, n. 1, dez, 1929.

VIANA, C. N. *A indústria têxtil de algodão do Ceará (1881-1973)*: uma experiência de industrialização fora do centro-sul. Brasília: UnB, 1988. (Dissertação de Mestrado).

_____. Os fatores determinantes do primeiro surto de investimentos em industria têxtil no Ceará (1881 – 1895). In: *Revista Econômica do Nordeste.* Fortaleza: V. 21, n. 1, jan/mar, 1990.

_____. A indústria de óleo de caroço de algodão no Ceará: o surto de investimentos de 1919 a 1925. *In: Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza: v. 25, n. 3, jul/set, 1994.

VIANA, C. N e NIREZ. Fábrica Iracema – origem de um capítulo de 90 anos da história industrial do Ceará. In: *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 04/01/1991.

Rede urbana colonial cearense: uma crítica à noção de rede dendrítica

Eustógio Wanderley Correia Dantas*

Considerações iniciais

Nos estudos desenvolvidos sobre formação da rede urbana colonial indica-se lógica de estruturação do espaço denominada de rede dendrítica (CORRÊA, 1989). A rede dendrítica representa forma espacial simples que, adotada pelo colonizador europeu, atende demanda do comércio ultramarinho e de política de defesa dos territórios descobertos. Nesta perspectiva, ressalta-se a instauração de cidade primaz, situada junto ou próxima do mar, dispondo de forte e porto imprescindíveis no estabelecimento de contatos com a Europa (troca de bens materiais e imateriais), domínio da hinterlândia e defesa de ataques inimigos: índios e/ou europeus. Conforme La Blache (1995), trata-se de lógica que *convida o interior a se abrir*, efetuando-se a penetração a partir das vias naturais que conduzem ao mar: os estuários fluviais, os rios e, na falta destes pontos de penetração, outros de menor resistência.

No caso do Nordeste brasileiro simbolizaria lógica de ordenação espacial da zona da mata e do meio norte, representada por sistemas de cidades como os vinculados a Salvador, Recife e São Luís, todos especializados na captação de produtos no interior e drenagem dos mesmos para o mercado europeu: o açúcar na zona da mata e as especiarias no meio norte.

*Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Bolsista do CNPq.

Embora a lógica evidenciada anteriormente seja marcante no conjunto da colônia, quadro diferenciado de ocupação notado na capitania do Ceará nos induz a revê-la. A produção do açúcar ou a comercialização de especiarias destinadas à Europa, que culminaram na formação de redes de cidades dendríticas, restringem-se a domínios naturais específicos, alimentadores destas atividades e sobre os quais a atenção da Coroa portuguesa se voltava. No semiárido nordestino associado estava um conjunto de imagens negativas, relacionado à semi-aridez e à natureza belicosa dos índios, que retardaram as expedições de ocupação e criaram dificuldades para sua consolidação. O Ceará, contido na quase totalidade neste domínio (93% de seu território), representa, portanto, quadro diverso cujas implicações far-se-ão sentir na formação de seu sistema de cidades. Nele a demanda externa não é um fator preponderante na organização espacial pretérita, nele não se dispõe de uma cidade primaz litorânea. Sua economia era, até meados do século XVIII, regional, atrelada à demanda da zona da mata. Não dispunha de uma cidade primaz, mas de conjunto de cidades interioranas, articuladas e especializadas na produção e comercialização da carne-seca, ficando sua capital litorânea isolada na zona costeira, sem estabelecer vínculos com outros centros urbanos coloniais.

Como vislumbrar estas características de ocupação, propiciando indicação de novos elementos para a teoria das cidades coloniais é nosso intento. Para tanto, proceder-se-á à análise fundada na abordagem cultural, buscando compreender como se apresenta modelo de organização característica do território cearense resultante das relações que os homens estabelecem entre eles e com seu meio, evidenciando disposição socioeconômica, tecnológica e simbólica ligada a um quadro natural que representa o factual em complemento com o fenomenológico – noção de *médiance* (BERQUE, 1995).

1 Não uniformidade da organização territorial brasileira: o factual em complemento com o fenomenológico

O Brasil colonial aparece como quadro de ocupação representado, de um lado, por capitanias dispondo de condições ideais

para a exploração colonial e, de outro lado, por capitanias cujos obstáculos de toda sorte apontam uma exceção à regra. Conforme Alves,

> as capitanias brasileiras não prosperaram uniformemente. Umas ofereceram menores possibilidades, por sua situação geográfica, pela riqueza de seu solo, pela facilidade de acesso ao interior, pela ajuda, finalmente, da indiada na conquista da terra. Outras, ao contrário, apresentaram obstáculos de toda sorte ao colonizador. O índio, a esterilidade da terra, dificuldades de transporte, tudo concorreu para o abandono das instalações iniciadas, para o retardamento de sua ocupação definitiva (1982: 14).

A capitania da Bahia figura como exemplo do primeiro caso. Nela, a organização do espaço responde à demanda do grande comércio, suscitando a construção de um forte e de um porto que contribuem no desenvolvimento de Salvador, com conseqüente constituição de sistema urbano ligado principalmente à comercialização da cana-de-açúcar. Por dispor de um sítio que reunia condições ideais de atracagem e de salubridade, bem como de uma situação de defesa inigualável contra os ataques dos índios, corsários e piratas, Salvador torna-se um dos centros mais influentes do comércio transatlântico (FONSECA, 1993). Seu porto funciona como ponto de drenagem de mercadorias, dominando a Baía de Todos os Santos;[1] a cidade assegura assim o controle de passagem importante para as ligações com o recôncavo. Suas fortificações obedeciam a racionalidade própria, fundada em acrópole e dispondo de sistema defensivo reforçado que controlava a entrada da baía e a defesa do porto (VASCONCELOS, 1997).

O Ceará constitui exemplo do segundo caso. A ocupação desta capitania toma via diferenciada, associada exclusivamente à racionalidade militar e defensiva, cujo desdobramento torna impossível a penetração do interior a partir de Fortaleza.

[1] Conforme Jean-Ferdinand Denis (1980: 245), viajante francês que viveu no Brasil entre 1816-1831, trata-se de *um grande lago, cujas águas procuram na costa as riquezas produzidas; e se as citadas águas não banham toda extensão do Recôncavo, pequenos rios navegáveis descem do interior e tomam forma de canais naturais que durante a jornada trazem novo tributo de abundância ao porto que os recebe.*

1.1 Racionalidade militar e defensiva de organização do território cearense

A inadequação do clima desta capitania semi-árida à cana-de-açúcar excluiu o Ceará do grande domínio de exploração econômica existente no Nordeste brasileiro nos primórdios da colonização. Embora a historiografia tradicional associe este dado a limitação de ordem tecnológica, que não permitiu ao colonizador enfrentar os mares bravios destas paragens, é interessante considerar Alves (1982) ao indicar trabalhos de reconhecimento realizados pelos portugueses que evidenciavam esterilidade das terras do Ceará.

Um outro Nordeste começa a se desenhar em oposição àquele conhecido por meio da Carta de Vaz de Caminha. De imagem associada a um território fértil onde tudo poderia ser cultivado, passa-se, nos relatos dos colonizadores, a considerações relacionadas aos espaços semi-áridos. Nestes termos, o sertão se constitui como verdadeira barreira à exploração fundada exclusivamente na monocultura da cana-de-açúcar.

Tal dado é determinante da não realização de expedição visando a ocupação do Ceará. Esta capitania fica restrita ao litoral, zona considerada estéril e longínqua, habitada por índios belicosos e visitada por piratas ou traficantes à procura de âmbar-cinza, de animais exóticos e de madeiras de tinta. Trata-se de prática cujas fraca freqüência e longa duração (aproximadamente um século) não possibilitaram o estabelecimento de feitorias, portos e fortalezas no litoral.

Paradoxalmente, esta situação de abandono torna-se mola motriz de ocupação inicial do Ceará, haja vista suscitar interesse de países que se opunham ao Tratado de Tordesilhas. Países como a Holanda, a França e a Inglaterra ansiavam participar da divisão das terras descobertas (MARTINIÈRE; VIDAL, 1997). No caso de suas possessões no Brasil, os portugueses foram ameaçados inicialmente pelos franceses e posteriormente pelos holandeses, deslanchando primeiras ações de ocupação do litoral cearense e tentativas de penetração do sertão.

1.1.1 Situação de abandono: pressão francesa e holandesa suscitando ocupação do Ceará

As expedições francesas no Brasil voltaram-se para as zonas ainda não ocupadas pelos portugueses. Após fracasso de expedição no Rio de Janeiro eles se voltam para o Maranhão em 1560, buscando estabelecer uma colônia francesa em território português, a France Équinoxiale.

Tal dado denota determinação dos franceses em continuar no Brasil, constituindo elemento importante no deslanche de política de ocupação da capitania. Por colocar em xeque a soberania portuguesa nestas paragens, norteia política de defesa do território que culmina na organização de expedição visando expulsão dos invasores. Conseqüentemente, o Ceará apresenta-se como lócus estratégico de defesa territorial, um espaço tampão capaz de impedir provável expansão dos domínios franceses no Brasil.

Em 1603, Pero Coelho de Souza foi encarregado de expedição pioneira de conquista das terras encravadas entre as capitanias do Rio Grande do Norte e do Maranhão, tendo como objetivo principal a expulsão dos franceses da Ibiapaba. Embora consiga expulsar os franceses para o Maranhão e forçar a capitulação de seus aliados (os Tabajaras), os elementos naturais tornaram dificílima a conquista da Ibiapaba e, associado à resistência dos índios, dá-se fracasso de tentativa de ocupação, após construção do forte Nova Lisboa na barra do rio Ceará (ARAGÃO, 1985).

Este fracasso reforça mais ainda a imagem do Ceará como terra imprópria ao desenvolvimento de atividades rentáveis, compondo assim quadro de imagens negativas fundado, notadamente, na semi-aridez.

Tal quadro de imagens negativas associado à semi-aridez foi reforçado pelos jesuítas que se aventuraram nestas terras para evangelizar os índios: *Missão do Maranhão*, organizada pela Companhia de Jesus em 1607. Seguindo o mesmo itinerário da expedição de Pero Coelho, ela também fracassa, conforme o padre Luís Figueira, um de seus participantes sobrevivente, em razão de combate com a natureza hostil e horda de índios Tapuias bárbaros (FIGUEIRA, 1967).

Os erros cometidos pelos portugueses neste ensaio de ocupação levaram-nos a repensar a estratégia implementada no Nordeste. Os resultados mostravam que o Ceará não reunia condições favoráveis para o desenvolvimento de cultura agrícola rentável, leia-se cana-de-açúcar, e não contava com quantidade de minérios que justificasse sua exploração. Ademais, os índios eram belicosos e não se deixavam dominar facilmente.

Esta situação adversa força o colonizador a adotar estratégia mais adequada às condições materiais e espirituais da época, com inclusão de lógica de defesa do espaço colonial. Nesta racionalidade militar, Martim Soares Moreno exerceu papel capital. Sua indicação a Capitão-Mor evidencia interesse do governador Diogo de Menezes em tornar o Ceará base estratégica de conquista do Maranhão. Conforme este governante, uma larga zona costeira deveria ser conquistada para apoiar as tropas que se dedicariam à conquista deste território ocupado, colocando-se como indispensável na empreitada à conquista da amizade dos índios (MENEZES, 1612 e 1619).

De um litoral concebido como ponto de penetração e de defesa se gesta outra lógica, baseada essencialmente no encontro entre duas culturas, obviamente com interesses militares. As cartas de Martim Soares Moreno são expressão maior desta assertiva. Elas indicam, com freqüência, como os índios tornam-se importantes aliados e como suas informações e sua participação direta no conflito foram marcantes na conquista do Maranhão (MORENO, 1614, 1618a, 1618b, 1619, 1620, 1621, 1625, 1628, 1629 e 1905).

A expedição de conquista do Maranhão reforça o papel do Ceará como ponto estratégico, base das operações militares, que não convida o interior a se abrir. Tal papel muda com a derrota dos franceses, fazendo o Ceará perder importância para a Coroa portuguesa, que pensa, até mesmo, em evacuar a região. Entretanto, o Forte de São Sebastião foi conservado com o pretexto das condições de navegação particularmente perigosas desta parte da zona costeira (ABREU, 1899). O litoral semi-árido era ocupado por índios belicosos e atingido pelas monções que tornavam a navegação difícil, quiçá impossível durante certos períodos do ano. Estes fatos justificavam por si só a existência de pontos estratégicos

de apoio para aqueles que efetuavam o percurso Pernambuco-Maranhão ou Maranhão-Pernambuco (MENEZES, 1619).

Independentemente do significativo papel das monções, que poderiam ter feito do Ceará um ponto estratégico no deslocamento do Maranhão para Pernambuco e vice-versa, as idas e vindas só ficam no domínio das possibilidades. Os fluxos não se deram em razão dos fracos vínculos econômicos existentes entre as capitanias brasileiras, dado tornado evidente na ausência de fretes (FERREIRA, 1693).

De importantes parceiros comerciais, os holandeses, no momento da dominação espanhola (1580-1640) em Portugal, passam a alimentar projetos de ocupação do Nordeste. Com a chegada de poderosa esquadra dominam, inicialmente, área compreendida na zona da cana-de-açúcar e, posteriormente, incorporam o Ceará (ARAGÃO, 1985).

Com intenções de caráter econômico, realizam-se trabalhos de prospecção de minérios, e escolhe-se melhor lugar para estabelecimento do Forte, menos suscetível aos ataques dos índios: local situado a três léguas do Forte São Sebastião, construído por Martim Soares Moreno, e ao lado do riacho Pajeú. Assim nasce o Forte Schoonenborch em 1649, situado próximo do mar, de uma fonte de água potável e em abundância (o riacho Pajeú) e dispondo de boas condições de defesa interna: contra os índios (ARAGÃO, 1985).

Com a descoberta de pequena jazida de prata que não justificava uma exploração econômica, a esperança de colonizar o Ceará se esvai. O novo fracasso inviabilizou empreendimento holandês no Ceará, dado consolidado com sua reintegração ao domínio português em 1654.

1.1.2 Reintegração da capitania ao domínio português: Capitanias Militares

A reintegração do Ceará ao domínio português se funda administrativamente sob novo regime, o das Capitanias Militares. Neste novo regime, os portugueses adotaram estratégia visando garantir-se em face dos inimigos exteriores (as outras metrópoles) e dos índios, cuja lealdade à Coroa era questionada.

2 Organização espacial dos espaços semi-áridos

Em face destas condicionantes, fundadas em representações negativas do meio semi-árido, a opção de planejamento adotada na capitania apontava para o reforço de seu caráter militar e defensivo. Desta maneira a intervenção estatal reforça as representações supracitadas com uma organização espacial peculiar da zona costeira e que torna impossível o surgimento de novos movimentos de ocupação do sertão a partir do litoral.

A inércia evocada anteriormente dá origem a Fortaleza, cidade construída ao lado do Forte Schoonenborch. Em oposição ao modelo clássico de constituição das cidades litorâneas dos países em via de desenvolvimento (que se voltam para o interior, convidando-o a se abrir), Fortaleza permanece prisioneira do litoral.

Diante desta lacuna deixada pela capital, a ocupação da capitania dá-se a partir do sertão, ignorando o litoral. Trata-se do movimento de expansão das fazendas que se desenvolve em virtude de demanda da zona produtora de cana-de-açúcar (Zona da Mata). Dita expansão provoca a entrada de criadores no sertão do Ceará à procura de terras favoráveis à criação de gado. Esta migração suscita a distribuição das primeiras sesmarias no sertão, que datam do final do século XVII e, principalmente, da primeira metade do século XVIII (MENEZES, 1995).

Conforme Abreu (1960), esta expansão se efetua mediante dois movimentos de ocupação do *sertão*, o primeiro partindo da Bahia e o segundo de Pernambuco, atravessando, respectivamente, o *Sertão de Dentro* e o *Sertão de Fora*.

Com o acompanhamento dos principais rios à procura de pastos para a criação de gado, dá-se o povoamento do sertão, cujas implicações far-se-ão sentir na adoção de práticas genocidas e de evangelização, correspondendo a estratégia de controle e de integração das populações indígenas.

Ao implementar os aldeamentos, os jesuítas extenuavam oposição à prática de extermínio pura e simples das populações indígenas. Para aqueles, os custos humanos seriam elevados tanto para os índios como para os brancos, sendo a evangelização dos

primeiros mais profícua. A domesticação dos índios mostrou-se favorável em dois aspectos: a) facilitou contato entre as culturas, potencializada com a miscigenação; b) consolidou expressivos aglomerados humanos, germes iniciais de importantes núcleos urbanos. No Ceará os aldeamentos consolidaram-se nos municípios de Viçosa do Ceará (Missão d'Ibiapaba), de Fortaleza (Missão do Bom Jesus da Porangaba em Parangaba e Missão de Paupina em Messejana) e de Caucaia (Missão de Soure).

Embora se trate de prática associada aos interesses dos capitães-mores, a acumulação de patrimônio e as reformas realizadas pela Coroa portuguesa provocaram a dissolvição da ordem dos jesuítas. As riquezas das terras exploradas pelas missões atraíam interesse da elite, fato que suscita instauração de política de erradicação da Companhia de Jesus pelo Marquês de Pombal. Com a expulsão dos jesuítas, a Igreja Secular entra em ação, substituindo o sistema de missões pelo de paróquias, marcando também a passagem de política de evangelização para uma política de simples transferência dos contingentes indígenas visando controle social. Nestes termos, são criadas as paróquias do Senhor do Bomfim da Vila de Arronches (Parangaba) e da Vila de Messejana (que integrou a paróquia de Paupina) em Fortaleza, a paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres da Vila de Soure, em Caucaia, e a paróquia da Vila Viçosa Real, em Viçosa do Ceará (ARAGÃO, 1985).

As práticas evocadas anteriormente possibilitam o controle das populações indígenas e garantem forte processo de miscigenação que fornece mão-de-obra mestiça necessária ao estabelecimento das fazendas no sertão. Para Menezes (1995) os vaqueiros eram, com freqüência, mestiços ainda ligados fortemente aos índios e à sua vida na caatinga, tendo sido utilizados pelos proprietários de terras para se implantarem mais facilmente na região. Trata-se da criação de sistema cultural qualificado por Capistrano de Abreu como *civilização do couro*, produzida em quadro socioespacial marcado por economia de subsistência que ganha força à medida que se distancia dos mercados consumidores de gado, notadamente as feiras de Pernambuco e da Bahia.

Este dado torna-se irrelevante com o desenvolvimento de técnicas de transformação dos animais abatidos em carne-seca (charqueadas) e de tratamento do couro, que suscitam, no final do século XVIII, a intensificação dos fluxos comerciais do Ceará com as capitanias de Pernambuco e da Bahia. A importância destes fluxos alimenta a construção de quadro específico de ocupação caracterizado por uma fragmentação espacial que evidencia dois espaços distintos no Ceará: o litoral e o sertão. Esta fragmentação foi seguida, com a constituição das charqueadas, de dominação do litoral pelo sertão.

3 Sistema de cidades interioranas: dominação do litoral pelo sertão

Com as charqueadas estabelecem-se as primeiras relações do sertão com o litoral, baseadas em mercado interno que alimenta um comércio marítimo (transporte de cabotagem de exportação e importação) e reforça contatos com capitanias mais desenvolvidas economicamente. A produção da carne-seca dispõe de espaço relevante no desenvolvimento do Ceará, estabelecendo-se graças a uma demanda regional que se orienta para o sertão e se apóia: na criação de grandes fazendas especializadas na criação de gado e, principalmente, na estruturação de um sistema de cidades que justifica reforço dos centros situados tanto nos cruzamentos das vias antigas quanto nos lugares privilegiados em relação a zonas portuárias. Tal lógica de organização do espaço se materializa na construção de um sistema de vias característico do século XVIII e que percorrem o sertão, ligando as zonas produtoras de gado aos centros coletores e exportadores de carne-seca e couro (Figura 1).

Os centros urbanos representados pelas cidades de Aracati, Icó e Sobral, com função comercial, administrativa e de serviços, e Crato, com função agrícola, administrativa e industrial (Tabela 1), exerceram papel preponderante no quadro socioespacial do século XVIII, resultando a força destes centros das ligações estabelecidas, principalmente, com Pernambuco.

Figura 1- Principais cidades e sistema de vias no século XVIII.
Fonte: Dantas, 2000

Tabela 1- Configuração urbana no século XVIII

	Ordem de importância	**Função de base**
Aracati	1	Comercial/administrativa/serviços
Icó	1	Comercial/administrativa/serviços
Sobral	1	Comercial/administrativa/serviços
Crato	1	Agricola/administrativa/industrial
Camocim	2	Comercial/industrial
Acaraú	2	Comercial/industrial
Quixeramobim	2	Comercial/serviços de base
Fortaleza	3	Administrativa
Aquiraz	3	Administrativa
Granja	3	Industrial

Fonte: SUDENE/SUDEC, *Estruturação do espaço urbano e regional no Ceará: uma abordagem histórica*, Fortaleza: 1974 (Mimeo.).

A primeira cidade, Aracati, dispunha de porto marítimo mais próximo de Pernambuco e de Salvador, situando-se a jusante do rio Jaguaribe – ao longo do qual foi construída a Estrada Geral do Jaguaribe. Ela torna-se, antes mesmo de receber o status de cidade em 1748, o centro do espaço de produção da carne-seca, evidenciado na construção das primeiras oficinas de carne. Estas indústrias eram alimentadas pelas tropas vindas do sertão do Jaguaribe, cujo fluxo anual era da ordem de 20.000 a 25.000 cabeças (ALMEIDA, 1887), e, no final do século XVIII, de mais de 50.000 cabeças (STUDART, 1892).

A este fluxo acrescentam-se outros produtos exportados pelo porto no final das chuvas. Conforme Brígido (1979: 50-51), eram exportados a partir de seu porto, antes da seca de 1792,

> […] de 25 a 30 mil couros salgados, de 50 a 60 mil meias de sola e vaqueta, 30 a 65 mil couros de cabra, 2 a 3 mil pelicas (camurça) que costumavam fabricar nos sertões. Tudo isso dava para manter na praça uma importação de fazendas, que antes de 1792 já era orçada em 400.000 cruzados.

Tributária deste fluxo, Aracati torna-se o mais destacado centro urbano da época, dado indicador de sua importância em relação à bacia do Jaguaribe, que fornecia produtos à exportação e contava com 59.628 pessoas suscetíveis a consumir produtos provenientes de Pernambuco e através de seu porto. Este contingente representava nada menos que 47,37% dos habitantes da capitania (BRÍGIDO, 1979).

O papel exercido por esta cidade é sublinhado por Paulet, em sua *Descripção géográfica abreviada da capitania do Ceará*, e por Menezes, em relatório redigido em 1814.

Paulet (1898: 13-14), evoca, sobretudo, seu caráter portuário e descreve uma cidade

> […] situada á margem do rio Jaguaribe, [...] 3 leguas distante da costa. É a mais opulenta da capitania, de mais população dentro da villa, e aonde se acham cazas de sobrado ; o que é devido a ser ponto de embarque das produções dos algodões e sólas do seo termo, das villas das Russas ou de São Bernardo, Campo Maior, Icó e de todo Jaguaribe, e da villa de Monte-mor o Novo, em parte. Consequentemente é o porto de desembarque dos generos, que de Pernambuco vem para este lado da capitania.

Em descrição de aspectos notados na cidade, Menezes (apud BRÍGIDO, 1979: 47-48) afirmava que:

> Aracati continha nos seus muros uma população de mais de 20.000 almas, sendo de 5.333 a do seu termo e freguesia. Apurava uma grande renda municipal, tinha quatro templos, casa de Câmara a melhor, mais asseada e mobiliada da capitania ; casa de inspeção do algodão, melhor que a da capital ; um açougue magnífico, dizia ele, o melhor que tinha visto. Eram dignas também de atenção naquela vila as casas dos principais negociantes [...]. Como ficavam na rua principal, de grande extensão e largura, faziam uma perspectiva muito agradável. Estes negociantes em numero não pequeno, eram não só os mais ricos, como também os mais polidos e bem educados da capitania.

Esta descrição revela uma cidade cuja participação de estrangeiros suscita transformações: a) no plano arquitetural, após a construção de casarões de *dois ou três andares, decorados de azulejos caros* (FERNANDES, 1977), e b) no plano social, graças a trocas estabelecidos entre os habitantes da cidade e os estrangeiros que, conforme Braga (1947: 154), *poliu os Aracatienses, a ponto de se tornarem os homens mais notáveis da capitania.* Deste dado, entende-se por que o governador Azevedo Montaury, já afirmava em 1787 que

> das vilas todas da Capitania só esta do Aracaty merece o nome, e até os mesmos habitantes della, ou porque sejam a maior parte delles forasteiros, que vem de outras partes trazerem o seu negócio, ou porque a Providência assim o permite, são os mais quietos e pacíficos d'esta Capitania (apud STUDART, 1891: 23).

Aos habitantes de Aracati nesta época era atribuído o mesmo valor de um português ou, na linguagem popular, de um marinheiro. Tratava-se, segundo Brígido (1979), da população mais civilizada do Ceará.

A segunda cidade, Icó, exercia papel complementar àquele de Aracati. As duas cidades, situadas no vale do Jaguaribe, viviam em perfeita simbiose, apresentando Icó como renomado centro coletor e distribuidor no sertão: dominando uma imensa zona que abarcava o vale do rio Salgado, o médio e alto Jaguaribe bem como o sertão da Paraíba (SILVA, 2000).

Em virtude de sua localização privilegiada, para onde se dirigiam as vias mais importantes da época (a via do Jaguaribe partindo de Aracati, a via das Caiçaras partindo de Sobral e a via das Boiadas, proveniente de Pernambuco), Icó rivalizava em importância com Aracati. A cidade contava, conforme Barba Alardo de Menezes, com 17.689 habitantes e seu *budget* municipal era de 335 $ 075 réis. Esta influência se traduz também em seu quadro arquitetural: *no Icó há, além de boa casa da Câmara, quatro igrejas, inclusive a matriz, uma das mais ricas da capitania* (BRÍGIDO, 1979: 47).

Conforme Paulet no início do século XIX,

> este termo é o mais povoado e civilizado da comarca e a villa de muito commercio, em proporção das demais villas [...] pela produção do gado nas duas margens do Jaguaribe, bem que as sêcas têm tornado dezertas muitas fazendas pela plantação de algodão [...]; e mais serio seo commercio si as serras não fossem tão faltas de nascentes ; o que obriga os habitantes a carregarem agua para beberem de uma legua e mais (1898:27).

A terceira cidade, Sobral, dominava o vale do Acaraú,

> grande ribeira (que toda he da distinta Real Vila de Sobral, excepto a serra de Tabainha ou da Ibiapaba) tem setenta e cinco legoas de Costa principiando da parte do Norte dos Matoens da Parnaíba [...] e mais de sessenta do Certão, até confinar com a serra de Quixeramobim que pertence à Ribeira de Jaguaribe, ficando-lhe a um lado a da Tabainha, e a dos casos que fazem extremas com a Capitania do Piauhi. Nesta ribeira ha tres portos a que costumão vir hum por outros vinte barcos a carregar de carne-secas, couros e Paú Violete, e fazem florente o seu commercio, e também da Capitania do Piauhi, da qual se vem vender aqui muitos gados (MENEZES, *apud* GIRÃO, 1984: 117).

Como grande centro de distribuição e de recepção de mercadorias provenientes de sua zona de influência, Sobral torna-se cidade prestigiada com população de 14.620 habitantes (ALBERNAZ, apud BRÍGIDO 1979). Esta importância dá-se em decorrência de sua posição estratégica em relação às vias antigas e ao controle de zonas portuárias. Sobral se caracteriza assim como grande centro coletor e distribuidor do noroeste do Ceará (e mesmo de

parte do Piauí), papel reforçado pela via das Caiçaras e via Nova das Boiadas bem como pelas zonas portuárias de Camocim, e principalmente de Acaraú. Segundo Girão (1984), para o porto do Acaraú, vindo de Sobral, durante a safra, rumavam as boiadas, os carros de bois cheios de carnes, de couro e sola; dali transportados em sumacas, para os principais portos da Colônia, principalmente Pernambuco.

Este papel de centro repercute no quadro socioespacial, como indica Bezerra no curso da segunda metade do século XIX:

> a maior parte das casas e sobrados são vistosos e elegantes, sendo sua construção admiravelmente sólida. [...] Os sons de piano por toda parte, o rumor e atividade nos estabelecimentos comerciais, certa correção nos trajes, um pouco mais que asseio no arranjo interno das habitações, agitação, vozeria [...] tudo anuncia que se chega a uma terra laboriosa e civilizada (1965: 306).

A quarta cidade, Crato, dominava o vale do Cariri. Situada na base da chapada do Araripe, esta cidade era atendida pela via Crato-Piancó, que partia de Patos (Paraíba) para Oeiras (antiga capital do Piauí). Ademais, considerando suas condições climáticas e seu solo, sua história é ligada principalmente àquela da produção da cana-de-açúcar. A cidade especializa-se na produção de rapadura, produto freqüentemente consumido pelos habitantes do sertão.

Em fim de conta, Aracati, Icó, Sobral e Crato constituem um quadro espacial que sublinha o isolamento de Fortaleza. Limitada a funções administrativas, esta cidade permanece isolada no litoral. Para Studart Filho, este isolamento deve-se à ausência de vias ligando a cidade às zonas produtoras do sertão. Para ele,

> encurtando distâncias e desviando [...] o trânsito do litoral para o sertão, o caminho novo concorreu grandemente para o isolamento em que por muito tempo permaneceu a sede administrativa da capitania, isoladamente mercê do qual ela vegetaria insignificante e mesquinha, enquanto outras vilas cearenses se opulentavam e progrediam (1957: 30).

Fortaleza continua isolada, limitada à sua faixa litorânea e de municípios vizinhos, notadamente Baturité, Canindé e Urubu-

retama. A inexistência de produto nobre para exportação na área considerada justifica o não desenvolvimento das atividades portuárias comerciais, dado que acentua, por sua vez, o isolamento e o fraco desenvolvimento da capital.

Este estado de desenvolvimento, classificado pelo cronista como medíocre, é atribuído freqüentemente a Fortaleza, cidade onde,

> […] ao contrário das outras, a geografia [...] amofinava-a. Como se incurável o seu raquitismo. Continuava, como diziam os oficiais da Câmara de 1700, sem porto bom, de ladeira acima e ladeira abaixo, bebendo água ruim de cacimbas. Os ventos remitentes boliam sem cessar as dunas circundantes, atrapalhando cada vez mais o perfil do terreno. O local da vila era realmente impróprio e a situação realmente infeliz (GIRÃO, 1954: 46).

Este quadro se encontra de tal maneira consolidado que o primeiro governador do Ceará (após sua independência de Pernambuco em 1799), Bernardo de Manuel de Vasconcelos (apud GIRÃO, 1954: 46-47) afirma que Fortaleza era

> um montão de areia profunda, apresentando dos lados casas térreas, onde há falta absoluta de todas as coisas de primeira necessidade e a riqueza se retrai para as mãos de dois ou três de seus moradores, reputados ricos por possuírem 25 ou 30 mil cruzados, dos quais parte consiste em algumas roças de mandioca, outra muito tênue em dinheiro e o resto em dívidas, umas pouco seguras e outras dependentes ainda das decisões de leis e opiniões forenses Um quadro completamente diferenciado das principais cidades da capitania reduzia Fortaleza a uma função meramente burocrática e política e a uma fraca função comercial e cultural. Tratava-se de uma cidade isolada e medíocre, construída sobre a areia e sem porto.

Com fundamento no apresentado até então, pode-se considerar que Fortaleza foi planejada de acordo com a concepção relativa aos espaços semi-áridos nordestinos. Tal concepção, própria da sociedade do século XVIII, estava relacionada, conforme indicado anteriormente, a um quadro de imagens negativas que apresentavam estes espaços como impróprios ao desenvolvimento

de atividades rentáveis. Esta representação determina a ação da sociedade no meio via trabalhos de planejamento que conferem a Fortaleza uma função exclusivamente administrativa e militar. A maneira de ver e de agir recai, portanto, sobre o planejamento, que, a seu turno, condiciona a maneira como a cidade apresenta-se à sociedade. Trata-se da indicação de princípio metodológico apontado por Augustin Berque (1995: 15-16) ao afirmar que *em nenhuma sociedade, […] o olhar não é independente do que fazemos, nem da maneira como fazemos; não menos que o inverso*. O planejamento, como transformação física da realidade, fornece elementos-chaves das descrições elaboradas pelos viajantes no primeiro decênio do século XIX. Inserem-se neste quadro, descrições feitas por Henry Koster e L. F. Tollenare, viajantes que publicaram trabalhos sobre Fortaleza.

O primeiro viajante, Henry Koster, afirma em sua obra *Travels in Brazil*, publicada em 1818 ser a cidade de Fortaleza

> edificada sobre areias formando um retângulo, com quatro ruas que partem de uma praça e uma outra grande rua, que se espaira paralelamente no lado setentrional da citada praça. As casas existentes são térreas. Não existem calçadas. A cidade possui três igrejas, o Palácio do Governador, a Casa do Conselho, a Prisão, a Alfândega e o Tesouro Público. O número de habitantes [...] é de 1.000 a 1.200. A fortaleza de onde a cidade retira o nome encontra-se edificada sobre um monte de areia próximo da cidade e consiste em muralha do lado do mar e de forte palanque voltado para o interior. Percebe-se nela quatro ou cinco canhões de diversos calibres voltados para diversos pontos. Notei que o de maior calibre voltava-se para o interior, sendo aqueles voltados para o mar muito pequenos para atingir uma embarcação que por acaso ancorasse no porto. O galpão de pólvora situava-se em outro ponto da duna, em frente do porto. Torna-se difícil jutificar a preferência dada a esta cidade, tornada capital, que não possui rio, nem porto e cuja costa é de acesso difícil. O mar atinge violentamente toda a costa e os recifes não oferecem comodidade, nem abrigo seguro para as embarcações. Em sua origem, esta fundação encontrava-se três léguas ao norte, próxima de um pequeno rio [rio Ceará] onde só encontramos ruínas do antigo forte. A costa é escarpada, dado que propicia uma impiedosa ressaca atingindo os navios que desejam lançar âncora [...]. A ancoragem é péssima e exposta

> aos ventos que, por sorte, sopram sempre do sul para o leste, caso fossem variáveis, *a* ancoragem de um navio na costa seria mais difícil. Os recifes formam uma cadeia regular distanciada da terra e vislumbrada na maré baixa.

O segundo viajante, L. F. Tollenare, estabelece-se no Brasil em 17 de novembro de 1816. Cobrindo quase o mesmo percurso de Henry Koster, sua obra é pioneira do gênero relativo à indicação das riquezas do sertão e vinculado à demanda de comerciantes e da indústria européia (ALVES, 1982). Na obra *Notes dominicales*, L. F. Tollenare (1971-1973) menciona Fortaleza, cidade que dispõe de

> … 1.100 a 1.200 habitantes; seu porto é péssimo, a ancoragem não oferece as mesmas garantias que aquele de Pernambuco, porque o recife de pedra, submerso em alto mar, permite que as ondas atinjam as embarcações. As secas, um péssimo porto, os rudimentares meios de comunicação com o interior, são os obstáculos à prosperidade do Ceará, que […] poderia produzir em abundância algodão,e não açúcar.

Tais relatos de viagem, pautados na organização espacial característica do século XIX, reforçam imagem existente nos documentos oficiais dos séculos XVII e XVIII, exprimindo surpresas em face de Fortaleza ter sido escolhida como capital do estado. Para eles, este papel era injustificável, haja vista a cidade não reunir, como as *cidades do sertão*, condições mínimas em termos urbanístico e social. Os prédios públicos encontravam-se em estado miserável, as residências nada comparáveis às de Aracati e Icó, assim como suas vias, seu comércio e porto.

Os dois movimentos de ocupação supracitados, representativos do litoral e do sertão, caracterizam organização espacial típica do Ceará colonial: o primeiro, fruto de lógica militar de defesa adotada pelos portugueses no litoral e o segundo, fruto da expansão das fazendas no sertão.

Conseqüentemente, difere de quadro encontrado em capitanias como Bahia e Pernambuco, cuja imbricação entre lógica militar de defesa e de exploração econômica, cria espaços contíguos em face da necessidade de transformação da natureza. No Ceará, o litoral não se instaura como ponto de penetração. Em-

bora a ocupação inicial se realize a partir deste espaço, os aspectos tecnológicos, naturais e simbólicos apresentam quadro impróprio à penetração e justificador do fraco desenvolvimento desta zona em relação ao sertão. O litoral torna-se assim uma presa fácil do sertão. A singularidade em relação ao conjunto do Nordeste colonial é o cerne do processo de construção do que Menezes (1995) denominou de *outro Nordeste.* A existência de espaço marcado pela ausência da zona da mata e de qualquer zona de transição suscitou a construção de espaço dominado pela criação de gado (o sertão) e cuja hegemonia atingia o litoral.

Por constituir-se, o litoral, como tributário e dependente do sertão, o estabelecimento de portos no Ceará e das cidades que os controlavam (Aracati com sua zona portuária, situada a três léguas desta cidade, e Sobral dominando os portos de Camocim e Acaraú a partir do sertão) resulta do reforço do sertão como zona produtora de carne-seca e de outros produtos destinados ao mercado regional. O litoral caracteriza-se essencialmente como território da pesca, evidenciando-se paisagem característica das regiões litorâneas semi-áridas, nas quais a pesca reina de maneira quase absoluta com uma fraca agricultura de subsistência (a mandioca, o algodão, os cereais…). Fortaleza, embora capital do Ceará, restringe-se ao litoral, pobre e sem expressão em relação ao sertão, quadro bem diferente do existente em outras capitanias, cujas capitais litorâneas exerciam papel importante na organização do espaço. Não é à toa que Brígido (1910: 172), a classifica, no final do século XVIII e início do século XIX, como […] *pequenino arraial de pescadores, onde residia o capitão-mor governador, alguns mercadores portugueses, e uma pequena força destacada de Pernambuco*.

Considerações finais

O exposto anteriormente explicita vinculação do factual com o fenomenológico. Num primeiro momento, o meio (semiárido) suscitando representações (idéia de inviabilidade econômica relacionada às noções de esterilidade e hostilidade, em suma, inadequada à produção canavieira) que justificam lógica de orga-

nização espacial característica das regiões semi-áridas nordestinas (atribuindo a Fortaleza função meramente administrativa e militar) e, num segundo momento, a organização espacial reforçando representação determinista que lhe deu origem (quadro sociourbano precário resultaria diretamente da ausência de condições geográficas favoráveis: vias de penetração, zonas de ancoragem, semi-aridez etc. dado responsável pela falta de contato com outras zonas e outros povos, além daqueles de sua vizinhança, e pelo impedimento de sua instauração)[2].

Tal quadro de dominação do litoral pelo sertão, que culminou na constituição de sua capital de uma forma modesta e desarticulada do sistema das principais cidades do estado, só é sobreposto no século XIX com conjunto de mudanças de ordem político-administrativa e tecnológica.

No primeiro domínio inscreve-se a independência jurisdicional do Ceará em relação a Pernambuco e à abertura dos portos às nações amigas.

A independência jurisdicional reúne condições ideais para o estabelecimento de um novo regime de governo no Ceará (Ciclo dos Governadores – 1799 a 1821), cujo cerne era o questionamento da fragilidade da capital em relação às cidades interioranas e, principalmente, às outras capitais nordestinas, leia-se Recife. Um dos principais responsáveis deste questionamento foi Luís Barba Alardo de Menezes, governador do Ceará de 1806 a 1812, que insistia sobre a existência de quadro de imagens negativas do qual Pernambuco soube tirar proveito:

> A Capitania do Ceará [...] foi primeiramente sujeita ao estado do Maranhão e depois a Pernambuco pela capitulação dos hollandeses firmada no Recife a 26 de janeiro de 1654; porém obteve a sua independência [...] por Carta Regia de 17 de Janeiro de 1799. Pode-se seguramente affirmar que até esse tempo era desconhecida e considerada como árida e esteril, e por isso não teve nunca donatario, de cuja falsa opinião não tirou pequeno

[2] É por esta razão que Girão (1984) acredita ter Fortaleza se feito *isolada, sem cosmopolitismo, pura prata de casa, cearense cem por cento, onde o estrangeiro era motivo de curiosidade.*

> partido a praça de Pernambuco, que ainda della tira avultadissimas sommas, não só com prejuiso dos seus habitantes, mas até da Real Fazenda, como tenho por vezes mostrado (1897: 39).

A abertura dos portos às nações amigas, pelo rei de Portugal D. João VI, ocorre na mesma época. Luís Barba Alardo de Menezes, evocando boas condições de navegação intercontinental em Fortaleza, implementa projetos de abertura de Fortaleza à comercialização direta com a Europa, colocando em xeque, no curso de sua realização, o sistema de comunicação anterior, fundado nas vias antigas e que beneficiava determinados portos e, no caso do Ceará, suscitava intermediação vantajosa para Pernambuco.

A associação dos fatores indicados conduz a uma animação das zonas de praia, com conseqüente abertura de Fortaleza para o mar. Abertura tímida e tardia, iniciada mediante envio de barco carregado de mercadorias locais e de algodão para Londres, em 1809 (BRÍGIDO, 1979).

Aproveitando-se de crise de abastecimento internacional, com a guerra civil americana, a abertura de Fortaleza para o mar potencializou a cultura algodoeira no estado, reforçando fluxo de barcos que ligavam a capital diretamente à Inglaterra. Fortaleza apresenta-se, portanto, como a principal beneficiária da intensificação da cultura algodoeira, provocando, à medida que seu porto adquire importância, dominação das regiões produtoras de algodão. Tal dominação, restrita inicialmente à vizinhança de Fortaleza, permite afirmação da capital no quadro urbano estatal. De uma cidade de terceira ordem e classificada em oitava posição no século XVIII, ela torna-se, no século XIX, cidade de primeira ordem e situada em segundo lugar, após Sobral, principal cidade do Ceará entre 1800-1850.

É somente neste período que Fortaleza começa a se conformar ao modelo clássico das cidades litorâneas, ocupando papel de capital. O objetivo era o de transformar a cidade em ponto de drenagem de mercadorias do sertão.

Entretanto, a existência de um quadro urbano bem estruturado no sertão torna a "evolução" mais difícil do que a ocorrida em outras capitais do Nordeste. Se nestas capitais o fenômeno de estruturação de sistema de cidades dá-se a partir de um espaço

virgem, facilitador da construção de um quadro urbano partindo destas cidades e possibilitando controle do sertão, no Ceará dá-se sob quadro já bem definido, contando com a presença de núcleos urbanos consolidados.

A constatação da existência de núcleos urbanos bem consolidados pode ajudar na compreensão das peculiaridades do processo de constituição do sistema de cidades tendo Fortaleza como núcleo de primeira ordem.

Ao contrário de outras cidades litorâneas nordestinas, fala-se de uma reestruturação do espaço e de cidade situada no litoral que se nutre de imaginário social sertanejo.

Quando se fala de reestruturação, remete-se à viva concorrência entre as principais cidades do estado. Para atingir o status atual, Fortaleza concorreu com as cidades mais influentes da época colonial, rivalizando e enfraquecendo os centros urbanos que se inscreviam em lógica antiga de comunicação e eram tributários de Pernambuco, notadamente Aracati, Icó e Crato. Este enfraquecimento chega a níveis alarmantes, a ponto de gerar macrocefalia reinante no sistema de cidades do Ceará, dado bem diferente do registrado na grande maioria dos outros estados, cuja participação das cidades secundárias é relevante tanto em termos econômicos como demográficos.

Referências bibliográficas

ABREU, José Capistrano de. Sobre a história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, t. XIII, Fortaleza, 1899.

_____. *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Fortaleza: Livraria Briguiet, 1960.

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação territorial no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ALMEIDA, Manuel Esteves de. Registro de memória. *Revista do Instituto do Ceará*, t. 1, Fortaleza, 1887.

ALVES, Joaquim. *História das secas (séculos XVII a XIX)*. Mossoró: Col. Mossoroense, vol. CCXXV, 1982.

ANDRADE, Francisco Alves de. Geografia ativa do pastoreio. *Revista do Instituto do Ceará*, v.93, Fortaleza, 1974.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Editora Atlas, 1986.

ARAGÃO, Raimundo Batista. *História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1985.

BERQUE, Augustin. *Les raisons du paysage*. Paris: Éditions Hazan, 1995.

BEZERRA, Antônio. *Notas de viagem*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1965.

BRAGA, Renato. Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste. *Revista do Instituto do Ceará*, t.LXI, Fortaleza, 1947.

BRÍGIDO, João. *A Fortaleza em 1810*. Fortaleza: 1979.

_____. *O Ceará - lado cômico*. Fortaleza: 1900.

_____. A Capitania do Ceará : seu comércio. *Revista do Instituto do Ceará*, t. 24, Fortaleza, 1910.

CLAVAL, Paul. *La géographie culturelle.* Paris: Nathan, 1995.

_____. *La logique des villes - essai d'urbanologie*. Paris: LITEC, 1981.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Construção da imagem turística de Fortaleza. *MERCATOR: revista de Geografia da UFC*, ano 1, n.1, Fortaleza, 2002a.

_____. *Mar à vista : estudo da maritimidade em Fortaleza*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002b

_____. *Fortaleza et le Ceará. Essai de geopolitique d'un pays de colonisation tardive : de la decouverte à la mutation touristique contemporaine*. Paris, (Tese de doutorado), 2000.

DENIS, Jean-Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.

FERNANDES, Yaco. *Notícias do povo cearense*. Fortaleza : Imprensa Universitária da UFC, 1977.

FERREIRA, João de Souza. América abreviada. *Revista do Instituto Histórico Geográfico*, t.57, Rio de Janeiro, 1693.

FIGUEIRA, Luís. Relação do Maranhão. *Três documentos do Ceará Colonial*, Introduction, notes et comentaires de Thomaz Pompeu Sobrinho. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967.

FONSECA, Humberto José. Urbanismo renascentista: a construção do espaço colonial (o caso de Salvador). *Con(s)ciência: revista cultural, técnica e científica*, n. 4, Vitória da Conquista, 1993.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1944.

GIRÃO, Raimundo, Interpretação de Fortaleza. In: MIRANDA, Ubatuba de; GIRÃO, Raimundo (org.). *Retrato de Fortaleza*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1954.

_____. *Fortaleza e a crônica histórica*. Fortaleza: UFC, 1997.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

GONZALES, Henrique. Versão livre de carta de Mathias Beck sobre o Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, t. XCI, Fortaleza, 1977.

KOSTER, Henry. *Voyage dans la partie septentrionale du Brasil*. Paris: Imp. Defain, 1818

LA BLACHE, Paul Vidal de. *Principes de géographie humaine*. Paris: Éditions UTZ, 1995.

LEBLANC, Vincent. *Les voyages fameux du Sieur Vincent Leblanc*. Traduction de Doria Escragnole. *Revista da Academia Cearense de Letras*, t. 17, Fortaleza, 1912.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade*. Fortaleza: Stylos Comunicações, 1991.

MARTINIERE, Guy; VIDAL, Laurent. *Les européens et la mer au XVIII^{ème} siècle*. Paris: Éditions Ophrys, 1997.

MENEZES, Jozé Cezar de. Idéia da população da capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, rios e povoações notáveis, agricultura, numero dos engenhos, contractos e rendimentos reaes. In: GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. Fortaleza: UFC, 1995.

MENEZES, Luís Barba Alardo de. Memória sobre a capitania independente do Ceará Grande. *Revista do Instituto do Ceará*, t. 11, Fortaleza, 1897.

MORENO, Martim Soares, Relação do Ceará. Document publié et corrigé par Barão de Studart. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Typ. Minerva-Assis Bezerra, 1905.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PAULET, Antonio José da Silva. Descripção geográfica abreviada da capitania do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, t. XII, Fortaleza, Typographia Studart, 1898.

SILVA, José Borzacchiello da. *Os incomodados não se retiram*. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

_____. A cidade contemporânea no Ceará. In: *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 2000.

STUDART FILHO, Carlos. Vias de Comunicação do Ceará Colonial. *Revista do Instituto do Ceará*, t.LI, Fortaleza, 1957

STUDART, Barão de (org.). Documentos para a história de Martim Soares Moreno. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Typ. Minerva-Assis Bezerra, 1905.

_____. *Notas para a história do Ceará*. Lisboa: 1892.

STUDART, Guilherme. Azevedo de Montaury e seu Governo no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, v. 5, n.1, 1891.

TOLLENARE, L. F. *Notes dominicales, prise d'un voyage en Portugal et au Brasil en 1816, 1817 et 1818*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971-1973.

VASCONCELOS, Pedro. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa ; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

Documentos do período colonial

BECK, Mathias. 1654 – Carta de Matias Becke sobre o Ceará.

MENEZES, D. Diogo de. 1 de março de 1612 – Carta de D. Diogo de Menezes para «El-Rei» versando sobre conquista do Maranhão, da distribuição das terras, da expedição de Martins Soares no Ceará, etc.

_____. 25 de maio de 1619 – Carta de D. Diogo de Menezes tratando das solicitações de Martim Soares Moreno, nomeado Capitão-mor do Ceará.

MORENO, Martins Soares. 27 de abril de 1614 – Carta de Martim Soares para Gaspar de Sousa relatando suas experiências de viagem ao Maranhão. Chegada nas Índias e em Sevilha.

_____. 1618a - Carta de Martim Soares Moreno ao El-Rei solicitando reembolso de perdas.

_____. 1618b – Carta de Martim Soares Moreno endereçada ao «El-Rei», tratando de seus serviços no Ceará e no Maranhão e solicitando ajuda financeira.

_____. 1619 – Carta de Martim Soares Moreno solicitando recursos para ocupar o Ceará.

_____. 1620 – Carta de Martim Soares Moreno solicitando objetos para a igreja do vilarejo do Ceará.

_____. 1 novembro de 1621 – Carta de Martim Soares Moreno ao El-Rei relatando a situação da capitania e propondo medidas a adotar.

_____. 1625 – Carta de Martim Soares Moreno solicitando que o Ceará continue na dependência do governo do Brasil (Bahia) e não do Maranhão.

_____. 17 de outubro de 1628 – Carta de Martim Soares Moreno ao El-Rei se lamentando dos governadores do Brasil.

_____. 10 de outubro de 1629 – Carta de Martim Soares Moreno solicitando que o Ceará continue dependente do governo do Brasil.

“A história cantada no Brasil em 78 rotações”

Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)*

A Gravação de discos no Brasil se iniciou em 1902 quando o tcheco espírita Frederico Figner instalou no Rio de Janeiro sua Casa Edison e fazia gravações para o selo Zon-O-Phone. Depois, em 1904 passou a representar aqui a gravadora Odeon. Os discos eram gravados no Rio de Janeiro sendo as matrizes enviadas para a Europa onde eram prensados e voltavam as centenas de discos em caixotes por navio para o Brasil. Em 1913, a Odeon resolveu montar na então Capital Federal uma fábrica de discos. Coincidentemente, no mesmo ano Savério Leonetti montou uma gravadora em Porto Alegre, imprimindo seus discos Gaúcho e Phoenix. Depois foram surgindo outras gravadoras que nós conhecemos.

Em 19 de outubro de 1901 Alberto Santos Dumont, com seu balão em forma de charuto, feito com seda japonesa, concorreu perante 25 juízes, em Paris, entre eles o patrono do concurso, industrial Deutsch de la Meurthea, uma prova da dirigibilidade do aparelho, com total sucesso. Contornou a Torre Eiffel, ganhando assim o Prêmio Deutsch.

Ao voltar ao Brasil em 1906, Santos Dumont foi recebido com várias homenagens, entre elas o dobrado

“SANTOS DUMONT” ou “A CONQUISTA DO AR”, marcha-dobrado (Eduardo das Neves) gravada por João Barros e orquestra (disco Victor Record 98.871) 1907:

“A Europa curvou-se ante o Brasil]
E clamou parabéns em meigo tom] bis

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Brilhou lá no céu mais uma estrela]
Apareceu Santos Dumont] bis

Ai meu Brasil, terra adorada
A mais falada do mundo inteiro
Guardai seus filhos lá nesta altura
Qual a bravura de um brasileiro.

Salve estrela da América do Sul]
Terra amada do índio, audaz guerreiro] bis

A glória maior do século XX]
Santos Dumont, um brasileiro] bis

Ai meu Brasil, terra adorada... etc.

A conquista do ar que aspirava]
A velha Europa, poderosa e viril] bis

Rompendo o véu que ocultava]
Quem ganhou foi o Brasil] bis

Ai meu Brasil, terra adorada... etc.

O Rio de Janeiro, em 1902, era uma cidade velha, imunda, cheia de doenças como febre amarela, peste bubônica, varíola, etc. O então presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves promoveu uma revolução urbana para sanear a então capital federal. O prefeito da cidade era Pereira Passos, que contratou o sanitarista Oswaldo Cruz, o qual assumiu pessoalmente a liderança da equipe com brigada de mata-mosquitos, etc. Para eliminar os ratos o governo passou a comprá-los a um tostão. Surgiram então os intermediários cujo pregão era "Rato, rato!"

O pistonista Casemiro Rocha aproveitou o pregão e compôs um choro imitando-o. Logo recebeu versos de Claudino Costa que gravou em disco da Odeon:

"RATO RATO", choro (Casemiro Rocha - Claudino Costa) Claudino Costa - Odeon Record 120.062 1913:

"Rato, rato, rato]
Assim gritavam Os compradores ambulantes]
Rato, rato, rato,]
Para vender na Academia aos estudantes]
Rato, rato, rato]
Dá bastante amolação Quando passam os garotos]
Todos rotos A comprar rato, a tostão] bis

Quem apanha ratos?
Aqui estou eu para comprar,
Para comprar Ratos baratos
São necessários para estudar,
Para estudar Já que vens saber
Que este viver é minha sina
Rato, rato, rato, rato
Só para fazer vacina.

Rato, rato, rato
Só se vê aqui no Rio de Janeiro
Rato, rato, rato
Quem os tiver já não Passa sem dinheiro
Rato, rato, rato
É a nossa salvação Pra esses nossos
Malandrotes não passarem
Todo dia sem o pão.

Tem vendedor que compra ratos
Nunca tive um casamento
Nem procuro trabalhar
Ratos quando estou em casa
Estou prendendo
Ratos que no outro dia
Estou vendendo
Com anunciante conhecido

É por isso meu negócio
Assim produz
Tem que trazê-lo na memória,
O belo tempo de glória,
Dr.Oswaldo Cruz."

Para o combate à varíola se fazia necessária a aplicação da vacina, mas houve forte reação da população e foi preciso criar uma lei no Congresso obrigando a aplicação da vacina e logo surge a cançoneta "A Vacina Obrigatória", sem autor.

"A VACINA OBRIGATÓRIA", gravada pelo cantor Mário Pinheiro com violão
(Odeon Record 40.169), 1904:

"Anda o povo acelerado com horror a palmatória
Por causa dessa lambança da vacina obrigatória
Os manatas da sabença estão teimando desta vez
Em meter o ferro a pulso bem no braço do freguês.

E os doutores da higiene vão deitando logo a mão
Sem saber se o sujeito quer levar o ferro ou não
Seja moço ou seja velho, ou mulatinha que tem visgo
Homem sério, tudo, tudo leva ferro, que é servido.

Bem no braço do Zé povo, chega um tipo e logo vai
Enfiando aquele troço, a lanceta e tudo o mais
Mas a lei manda que o povo e o coitado do freguês
Vá gemendo na vacina ou então vá pro xadrez.

Contam um caso sucedido que o negócio tudo logra
O doutor foi lá em casa vacinar a minha sogra
A velha como uma bicha teve um riso contrafeito
E peitou com o doutor bem na cara do sujeito.

E quando o ferro foi entrando fez a velha uma careta
Teve mesmo um chilique eu vi a coisa preta

Mas eu disse pro doutor: vá furando até o cabo
Que a senhora minha sogra é levada dos diabos.

Tem um casal de namorados que eu conheço a triste sina
Houve forte rebuliço só por causa da vacina
A moça que era inocente e um pouquinho adiantada
Quando foi para pretoria já estava vacinada.

Eu não vou nesse arrastão sem fazer o meu barulho
Os doutores da ciência terão mesmo que ir no embrulho
Não embarco na canoa que a vacina me persegue
Vão meter ferro no boi ou nos diabos que os carregue."

No dia 21 de janeiro de 1906, naufragou o couraçado brasileiro "Aquidaban", na enseada de Angra dos Reis, após sucessivas explosões no paiol de munições da torre de ré. O navio submergiu rapidamente, perecendo no sinistro nada menos que 212 pessoas. O acontecimento recebeu várias páginas, inclusive uma poesia de Emílio de Menezes. Logo o cançonetista Eduardo das Neves compôs a canção

"O AQUIDABAN", canção (Eduardo das Neves) Eduardo das Neves com violão (Odeon Record 108.079), 1908:

"Foi nesta noite fatal
De 21 de janeiro
Que trouxe pesado luto
Ao pavilhão brasileiro
O valente Aquidaban
Colosso de mil guerreiro
Desfez-se no mar sagrado
Com seus bravos marinheiros

Oh Deus, com sua bondade
E teu divino poder
Contemplai a orfandade
Das vítimas do dever

Pra nossa Marinha amada
Construir novo arsenal
Fez o bravo couraçado
Essa viagem fatal

Oh Deus, com sua bondade
E teu divino poder
Contemplai a orfandade
Das vítimas do dever

O almirante Noronha
Fere próprio militar
Nessa terrível desgraça
Sofreu o maior pesar
Dolorosos desvarios
Teve grande desprazer
De ver seu filho Márcio
Na flor da idade morrer

Conta história de fogo
Irmãos em doridos ais
Os pais choram pelos filhos
Choram filhos pelos pais."

No país, no começo do século XX, havia várias Oligarquias e o governo central resolveu persegui-las. O mesmo Eduardo das Neves fez uma sátira ao então presidente do Ceará, que era o comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly, sob o título

"O PAI DE TODA GENTE", cateretê (Eduardo das Neves) Eduardo das Neves (Odeon Record 108.761), 1912:

"Vem comigo, mulata,	]
Mulata, meu bem, embarca.	] bis
Vamos lá pro Ceará	]
Vamos ver os oligarcas	] bis

Vem, vem, vem]
Minha gente, meu bem, embarque] bis
Vamos ver o grande homem
Que tem grande cavanhaque.

Que cavanhaque sedoso]
Que cavanhaque decente] bis
Ele é o presidente]
E é pai de muita gente.] bis

É um caboclo levado]
É um caboclo cutuba] bis
Ele vem a capitá federá]
Dentro de um comandatuba] bis

Oia só, mulher, queridinho,
O Acioly é pai de toda gente
Seu Brigído não tem ninguém
A vida se faz com amor
Assim dizia, meu bem.

Meu Deus que homem valente]
Que cabeça ilustrada] bis
É um grande presidente]
Mas também que filharada.] bis

Se ele fosse sustentar
Em filharada o povão
Garanto que não ganhava
Um para comprar feijão.

(Fala)

Não dava com um feijão pra aquilo tudo, meu Deus,
O Ceará é grande, é uma filharada, é sobrinho, é parente, é tio, é avó...".

Passamos por várias guerras, entre elas a guerra entre China e Japão, Hispano-Americana na qual surgiu a Coréia, etc, todas foram cantadas em música.

Os movimentos internos também foram motivos para músicas como a chamada Guerra do Contestado, que abrangeu parte do Paraná e de Santa Catarina, ocasião em que foram devastadas florestas e os trabalhadores nativos foram expulsos ficando somente os imigrantes. Na região havia um religioso, conhecido por Monge José Maria, uma espécie de Antônio Conselheiro ou Beato José Lourenço, mas como os outros, foi massacrado pelo poder público.

Novamente é Eduardo das Neves, o cronista da música popular quem canta

"A REVOLUÇÃO DO PARANÁ", lundu (Eduardo das Neves) Eduardo das Neves com violão (Odeon Record 120.402), 1913:

"Tenham atenção senhores
Venho de Paranaguá
Fugindo aos grandes horrores
Que vão ter no Paraná.
Um senhor José Maria,
Compadre fanfarrão,
Anda fazendo arrelia
Entre o povo do sertão
Esse tal de Zé Maria
É um Conselheiro novo (bis)
Com a sua profecia
Vai fanatizando o povo (bis)
A família sertaneja
Olvida afazeres seus
E do monte até a estradeira
Pensando ser ele um Deus

Fala: -Eu é que não acredito que aquele monge seja deus. Um bicho tão feio, tem cara de mono...

De aldeia em aldeia
Tal qual um judeu errante (bis)
Vai na sua odisséia
Esse monge petulante (bis)
Vai ferindo, vai matando
Com seu rosário na mão
Aos matutos enganando
Prometendo a redenção
Doutor Carlos Cavalcante
Honrado governador (bis)
Deu providências urgentes
Mereceu grande louvor. (bis)
Mas a força enviada
Com seu bravo comandante
Lá foi toda decepada
Morreu como fulminante.

Fala: - Foi mesmo um horror a revolução do Paraná. O coronel João Gualberto morreu, mas morreu como um herói no posto de honra, defendendo a Pátria, defendendo seu torrão natal".

Hermes da Fonseca, Presidente da República, governou de 1910 a 1914. A influência do gaúcho Pinheiro Machado sobre Hermes da Fonseca era patente; Dudu era o apelido do presidente Hermes da Fonseca, "urucubaca", neologismo popular que significa azar, má sorte, caiporismo. O fato foi então glosado na música popular através de

"AI, FILOMENA" ou "Ó FILOMENA", canção (J. Carvalho Bulhões em melodia italiana) o cantor foi o cançonetista Bahiano, que na verdade se chamava Manuel Pedro dos Santos (Odeon Record 120.988), 1915:

"A minha sogra
Morreu em Caxambu
Com a tal urucubaca
Que lhe deu o seu Dudu.
Ai, Philomena,
Se eu fosse como tu

Tirava a urucubaca
Da careca do Dudu.

Dudu quando casou
Quase que levou a breca
Por causa da urucubaca
Que ele tinha na careca.

Ai, Philomena... etc.

Na careca do Dudu
Já trepou uma macaca
E por isso coitadinho
É que tem urucubaca

Ai, Philomena... etc.

Dudu tem uma casa
E com chave de ouro
Quem lhe deu foi o Conde
Com os cobres do Tesouro

Ai, Philomena... etc.

Se o Dudu sai a cavalo
O cavalo logo empaca
Só começa a andar
Ao ouvir o "corta-jaca"

Ai, Philomena... etc.

Dudu tem uma casa
Que nada lhe custou
Porque nesse "presente"
Foi o povo quem "marchou"

Ai, Philomena... etc.

Logo após a guerra Franco Prussiana, a Alemanha e a Inglaterra passaram a ser as duas grandes potências mundiais e na anexação da Bósnia ao império Austro-Húngaro, ocorreu o assassinato do príncipe herdeiro Francisco Ferdinando que se transformou no motivo para o início da Primeira Guerra, que já era desejada pelo Kaiser Francisco I.

Na melodia da toada "Caboca de Caxangá", de João Pernambuco, alguém, escondido sob o pseudônimo de Cirano, fez

"CONFRAGAÇÃO OROPÉA", cantada pelo Caboco do Norte (Odeon Record 120269), 1914:

Lá fora a Oropa
Continua em pé de guerra
Morre gente como terra
Porque as folhas toda diz
Até agora não se sabe já quem ganha
Se a França ou a Alamanha,
Se Berlim ou se Paris
Quem vai falar com razão
É a boca do canhão.

Os alamão
Que se internaram na fronteira
Pensou que era brincadeira
Dar nos belga e nos francês
E foram entrando na cidade de Liege
Para virar aquilo em frege
E triunfarem de uma vez
Mas os belga resistiu
Como assim nunca se viu.
(fala)
Os belga são danados.

Diz que os francês
pretenderam entrar na Alsácia
Mas ali diz que não passa
Nem francês nem alamão

E que o solo tá virado a dinamite
Que o caboclo não primisse
Nem botasse o pé no chão
É só passar no botão
Aquilo vira em carvão.
(fala)
Nossa senhora, eu é que não vou lá

Isso gerou outras canções, como a:

"PARTIDA PARA A GUERRA", canção (Marinho de Oliveira - Florizel) gravada pelo cançonetista Bahiano (Odeon Record 120.989), 1915:

"Adeus meu pai, adeus ó mãe querida
Preciso ir bater-me na fronteira
Já o clarim deu toque de partida
Garboso eu vou defender a bandeira
Adeus meus filhos, minha esposa amada
Adeus amigos, adeus minha terra
O meu dever impõe esta jornada
Adeus, adeus, que eu vou partir pra guerra.

Adeus, adeus, hei de voltar]
Para vós todos tornar a abraçar,] *bis*

Beijando o altivo pavilhão glorioso
Vou defender o meu torrão sagrado
Rogai a Deus pedi ao poderoso
Que eu volte breve ao vosso seio amado
E eu vos prometo só voltar com glórias
Para rever o céu de minha terra
E passaremos como heróis à história
Quando acabar esta maldita guerra.

Adeus, adeus, hei de voltar... etc.

Com este peito afrontarei as balas
Trazendo a espada nesta mão certeira
Partilharei de uma vitória às claras
Se não tombar sem vida na trincheira
O preito humilde de todo o meu sangue
Darei contente pela minha terra
E como herói eu tombarei exangue
Se for ferido na sinistra guerra.

Adeus, adeus, hei de voltar... etc.

Deixo convosco o coração amigo
Parto contente confiado em Deus
E após vencer aos inimigos
Voltar, espero, com os amigos meus
Deixo o clarim do nosso regimento
Não tenho mais um momento a perder
Mais um adeus por todo esse momento
Vou partir já pra vencer ou morrer.

Adeus, adeus, hei de voltar... etc.

Depois surgiram várias músicas sobre a entrada de vários países na Guerra, com "A Itália na Guerra", "Portugal na Guerra". Mas às 11h do dia 11 do mês de novembro (11) de 1918 foi assinado o armistício e a Alemanha foi fortemente castigada com a perda de possessões, de territórios, fábricas, ações, tornando-se um país desmoralizado. Frisamos isto porque mais adiante vai refletir nos acontecimentos da Segunda Guerra. Com o fim do primeiro conflito mundial Eduardo das Neves fez a canção

"FIM DA GUERRA" gravada por ele próprio com violão (Odeon Record 121.524), 1919:

"Finda-se a Guerra que o universo inteiro
Cobriu de luto de tristeza e dor
Com ela o grito de ideal guerreiro

Imperador e veio Imperador
Quarenta anos, trabalho idiota]
Para sofrer a colossal derrota] *bis*

Avassalado pelos seus sequazes
Todos capazes de cruéis ações
Ele queria ser o rei da Terra
Vencer na guerra todas as nações
Deu-lhe a macaca, sorte mesquinha]
A urucubaca da miudinha] *bis*

Ele que a morte deu a tanta gente
Que prepotente chegou a dizer
-'Com a bravura dos meus soldados
Os aliados hão de se render.'
De tão altivo com seu grande Estado
Tombou cativo aos pés dos aliados]
Crucial remorso de seu negro crime.] *bis*

Já não se exime nem rezando a Deus
Por onde passa em sua própria terra
Depois da Guerra só inimigos seus
Figura morta reduzida ao nada]
De porta em porta sem achar pousada] *bis*

Longe da Pátria arruinou distante
Judeu errante vai caminho além
E na Holanda encontrou abrigo
Podem os amigos encontrar também
Depois do sangue que ele fez correr]
Caiu no Mangue e lá foi se esconder."] *bis*

Havia no Brasil um trato que levava à Presidência da República um mineiro e logo depois um paulista e voltava o mineiro e depois outro paulista, era a chamada política do Café com Leite. Mas Washington Luiz, que estava no poder em 1930, achou por bem colocar como candidato à sua sucessão Júlio Prestes, paulista como ele e Minas

Gerais não gostou e foi criada então uma chapa de oposição liderada pelo gaúcho Getúlio Vargas que tinha na vice presidência o paraibano João Pessoa. A eleição aconteceu e o vencedor foi Júlio Prestes com grande margem porém dizem que com grande corrupção.

Rebentou então a 3 de outubro de 1930 a Revolução que levaria à deposição de Washington Luiz.

Com a deposição do último presidente da República Velha, surgiu

"O BARBADO FOI-SE", marcha libertadora (Lamartine Babo) gravado por Almirante que se chamava Henrique Foreis Domingues (Parlophon 13.242a), 1930:

"De sul a norte
Todos viram a intrepidez
De um Brasil heróico e forte
A raiar num dia três...
A Paraíba
Terra santa, terra boa,
Finalmente está vingada
Salve o grande João Pessoa.

Doutor Barbado]
Foi-se embora]
Deu o fora,]
Não volta mais...]
Não volta mais...] bis

A mineirada
Lá da terra da coalhada
Vai prender a carneirada
Nos sertões da Mantiqueira
O Rio Grande
Sem correr o menor risco
Amarrou no telegrama
Os cavalos no obelisco.

Doutor Barbado... etc.

Em 1931 o governo federal estabeleceu um prêmio de 50 contos de réis para quem conseguisse localizar o cangaceiro Lampião e o maestro João Thomaz de Oliveira, o J. Thomaz, fez o samba

"VOU PEGAR LAMPIÃO", samba (J. Thomaz) Castro Barbosa (Victor 33.451a), 1931:

"Adeus, Amélia]
Vou decidir minha sorte]
Eu vou pro norte]
Vou pegá o Lampião] bis

50 contos]
Não fazem mal a ninguém]
Vamos ver se esse malandro]
Desta vez vem ou não vem] bis

Adeus, Amélia]
Vou decidir minha sorte]
Eu vou pro norte]
Vou pegá o Lampião] bis

Não quero nada]
Nem revólver nem canhão]
Vou pegá-lo a cabeçada]
Pontapé e bofetão] bis

Adeus, Amélia... etc.

Não sou criança
Ele vai virar estopa
Vou acabar com essa lambança
Lampião pra mim é sopa."

No dia 9 de julho de 1932 eclodiu a revolta paulista, que depois passou a ser chamada de Constitucionalista. Muitos dizem que era uma resposta às ações trabalhistas de Getúlio. Parece ter fundamento porque

tinha excelente fardamento, comida concentrada enlatada, carros especiais, capacetes de aço e até um trem blindado que foi glosado em canção carnavalesca, numa patente prova de que era sustentada pela indústria paulista.

"TREM BLINDADO", marcha (João de Barro, que se chamava Carlos Alberto Ferreira Braga) Almirante (Victor 33.610b), 1933:

"Meu bem pra me livrar da matraca
Da língua de uma sogra infernal
Eu comprei um trem blindado
Pra poder sair no carnaval!

Mulata por teu encanto
Muito eu levei na cabeça
Porém agora eu duvido
Que isto outra vez aconteça
Do teu falado feitiço
Eu pouco caso hoje faço
Mandei fazer em São Paulo, mulata
Um capacete de aço.

Meu bem pra me livrar da matraca... etc.

Mulata quando eu te vi
Logo pedi anistia
Pois os teus olhos lançavam
Terrível fuzilaria
E pra ninguém aderir
Ao nosso acordo amoroso
Botei na porta de casa, mulata
Um canhão misterioso."

O movimento revolucionário de 1930 anunciou então uma eleição para 1934. Apareceram vários candidatos, entre eles o paulista Armando de Sales Oliveira (Manduca), o gaúcho Osvaldo Aranha (Vavá), José Américo e o próprio Getúlio Vargas (Gêgê), também

gaúcho e que já estava no poder. O jornal "A Noite" promoveu um concurso intitulado "Quem Será o Homem?" em que vários compositores concorreram, saindo vencedora a marcha

"A MENINA PRESIDÊNCIA", marcha (Antônio Nássara - Cristóvão Alencar) Sylvio Caldas (O11450a), 1937:

"A menina Presidência
Vai rifar seu coração
E já tem três pretendentes
Todos três chapéu na mão
E quem será?

O homem quem será?]
Será Seu Manduca?]
Ou Será Seu Vavá?]
Entre esses dois]
Meu coração balança]
Porque na hora "H"]
Quem vai ficar é seu Gegê.] bis

Agora todo mundo dá palpite
Mas eu sei que no fim
Ninguém se explica
É melhor deixar como está
Pra depois então se ver
Como é que fica."

Após dar o golpe e decretar o Estado Novo, Getúlio passou e receber homenagens como esta:

15-"GLÓRIAS AO BRASIL", marcha (Zé Pretinho - Antônio Gilberto dos Santos) Nuno Roland (O11646a), 1938:

"Brasil, ó rincão querido
Invejado pelo mundo novo
Incluído estava o teu futuro
Porque pretendiam dominar teu povo.

Surgiu Getúlio Vargas
O grande chefe brasileiro
Que entre os teus filhos
Como um herói foi o primeiro.

Ainda temos na memória
Este rasgo de patriotismo
Hoje tens nome na história
Na emergência de tão negro abismo.
Porque existia em teu seio
Entre os valores verdadeiros
Getúlio Vargas que veio
Mostrar ser o Brasil dos brasileiros."

Na África, tivemos em 1936 a invasão da Abissínia, pela Itália, e o fracasso da Liga das Nações, tudo cantado na música brasileira, a Revolução Espanhola apoiada pelos nazistas alemães e na Itália, a ascensão do fascismo de Mussolini.

Os cientistas previram uma grande tempestade magnética que iria acontecer no dia 21 de fevereiro de 1938, tempestade esta que interromperia as comunicações em todo o mundo, influiria nas correntes elétricas, causaria tempestades, chuvas e furacões e no dia previsto aconteceram realmente alguns transtornos que tinham origem nas manchas solares. O anúncio levou o povo a acreditar que o mundo iria se acabar naquele dia. Passado o susto, o compositor José Assis Valente fez:

"E O MUNDO NÃO SE ACABOU", samba choro (Assis Valente) Carmen Miranda (Odeon 11.587a), 1938:

"Anunciaram e garantiram]
Que o mundo ia se acabar]
Por causa disso a minha gente lá de casa]
Começou a rezar.]
E até disseram que o Sol ia nascer]
Antes da madrugada]
Por causa disso nessa noite lá no morro]
nem se fez batucada.] bis

Acreditei nessa conversa mole
Pensei que o mundo ia se acabar
E fui tratando de me despedir
E sem demora fui tratando de aproveitar
Beijei na boca de quem não devia
Peguei na mão de quem não conhecia
Dancei um samba em traje de maiô,
E o tal do mundo não se acabou.

Anunciaram e garantiram... etc.

Chamei um gajo com quem não me dava
E perdoei a sua ingratidão
E festejando o acontecimento
Gastei com ele mais de quinhentão,
Agora eu soube que o gajo anda
Dizendo coisa que não se passou
Ih! Vai ter barulho e vai ter confusão,
...Porque o mundo não se acabou."

A Copa Mundi foi instituída em 1930, realizou-se no Uruguai e o campeão foi o país sede; a segunda foi na Itália e aconteceu o mesmo; A 3ª Copa Mundi aconteceu na França em 1938 e o Brasil jogou na cidade de Bordeaux, quando enfrentou a Tchecoslováquia no dia 12 de junho, terminando a partida em 1x1 com prorrogação que terminou 0x0. Foi então marcado um segundo jogo para 48 horas depois e o técnico Ademar Pimenta mudou radicalmente a formação de nossa seleção e ganhamos o jogo por 2x1.

"DEIXA FALAR", samba (Nelson Petersen) Carmen Miranda e Ary Barroso (Odeon 11.640-a), 1938:

Introdução falada por Ary Barroso:

"Jogo Brasil - Tchecoslováquia, Entram em campo os tchecos (vaias) E agora os brasileiros (aplausos) Vai começar a partida. Leônidas entrega a Perácio, Perácio a Leônidas, Leônidas avança pelo centro, dribla o Mecheslim, Gol!

(Toca a gaita)

Carmen - E todos têm seu valor]
Deixa falar!]
Este samba tem Flamengo,]
Tem São Paulo e São Cristóvão,]
Tem pimenta e vatapá,]
Fluminense e Botafogo]
Já tem seu lugar.] bis

Você pensava que o diamante
Fosse jóia de mentira para tapear,
Você pensava que o caboclinho
Fosse negro de senzala para se comprar,
Só porque viu que ele tem um pé
Que deixou o mundo inteiro em revolução
Quando ele bota aquele pé em movimento
Chuta tudo para dentro e não tem sopa não.

E todos têm seu valor...

Quando você dizia que trocava
A gostosa feijoada pelo macarrão
Desconfiava que você não era
Brasileiro abençoado deste meu rincão
Você torcia pro italiano
E apostava meu dinheiro
E nem sequer me deu
Jogou a minha feijoada fora
Falou mal da minha gente
E ainda me bateu.

E todos têm seu valor...
E Era uma vez a Tchecoslováquia, ih! (som da gaita)."

Hitler, estadista bem sucedido após 1934, estava tirando a Alemanha do buraco em que ficou após a Primeira Guerra e para tal

fazia exigências aos países vizinhos, caso contrário faria explodir a Segunda Guerra. Após várias investidas, propôs, como última exigência, o acordo de Munique, que foi assinado no dia 29 de setembro de 1938 naquela cidade, pelos representantes na Inglaterra (Artur Chamberlain), França (Edouard Deladier), Itália (Benito Mossulini) e Alemanha (Adolf Hitler) que praticamente aniquilava a Tchecoslováquia, passando o país e ser controlado pela Alemanha, cedendo as fábricas Skoda, 70% da energia elétrica, 80% do cimento, 86% dos produtos químicos, 40% da madeira e 66% do carvão. Além disso teria que desorganizar os serviços telefônicos e ferroviários. Os representantes tchecos Mastny e Massarik, cujas presenças foram forçadas pelos mesmos, a nada puderam assistir, sendo cientificados após a reunião, dos resultados. O Acordo de Munique ficou conhecido como Pacto de Munique. Chamberlain chegou exultante a Londres exibindo o documento como prova do fim do perigo da guerra. Sobre o tratado diria Winston Churchill: "Entre a desonra e a guerra eles escolheram a desonra e terão a guerra." E no dia 10/03/1939 a Alemanha invadiu a Tchecoslováquia e ocupou Praga, desrespeitando o tratado. O acontecimento foi cantado em marcha de Ary Barroso:

"SALADA MISTA", marcha (Ary Barroso) Carmen Miranda (Odeon 11.667a), 1938:

"Uma pitada de massa de tomate
All right, all right
E três gotinhas de molho inglês,
Só três, só três
Algumas gramas de 'petit-pois'
François, François

E ficou pronto o pirão do chanceler]
Que papou de colher]
Que papou de colher.] bis

Disse o francês:
Oui, oui, oui,
Disse o inglês:

Yes... yes... yes...
Quem não gostou foi o tchecoslovaco
Que deu o cavaco] bis
E o italiano então entrou então na salada
E não sobrou nada"] bis

Com a invasão da Polônia pela Alemanha, surgiram mais de uma centena de músicas no Brasil sobre o conflito que deu início à Segunda Guerra Mundial. Algumas de mero registro, outros de rasgos patrióticos e outros bem espirituosos, como a marcha que explorou a derrota nazista quando atacou a União Soviética. Hitler cometeu o mesmo erro de Napoleão, invadindo a Rússia na ocasião invernosa, sendo rechaçado pelo "general Inverno" e houve a preparação do exército soviético que veio empurrando a Alemanha de volta até entrar em Berlim no dia 21 de abril de 1945 e colocar sua bandeira lá.

"O DANÚBIO AZULOU", marcha (Antônio Nássara - Eratóstenes Frazão) Joel e Gaúcho (Odeon 12.260a), 1943:

"Uma vez um rio valente
Quis crescer um pouco mais
Porém encontrou pela frente
Quem lhe rasgasse o cartaz

Danúbio azul, fiau, fiau,
Mudou de cor, fiau, fiau,
Quis se meter, fiau, fiau,
A lutador, fiau, fiau,
E sobre o Volga
Como um louco se atirou
Mas o Volga não deu uma folga
E o Danúbio azulou."

Os aliados começaram a entrar na Europa pela Itália, mais precisamente pela ilha de Sicilia e após a posse da ilha, em 20/07/1943, foi lançada no Brasil

"CECÍLIA", marcha (Roberto Martins - Mário Rossi) Gilberto Alves (Odeon 12.347-a), 1943:

"Pra mostrar que braço é braço
Eu conquistei Cecília
Enfrentei balas de aço
Mas conquistei Cecília

Ai, ai, Cecília,
Ai, ai, Cecília
Eu não sei amar a mais ninguém
E tu sabes que eu te quero bem
Ai, ai, Cecília,
Ai, ai, Cecília
Vem comigo e tu serás feliz
Ai, ai, Cecília"

Em virtude da Segunda Guerra não houve a Copa Mundi em 1942 e 1946, mas para a Copa Mundi de 1950 o Brasil se preparou e, por ela se realizar aqui, construiu o maior estádio do mundo, o Maracanã, e fizemos bela campanha até a véspera, mas perdemos para o Uruguai. O espírito otimista estava presente:

21- "O BRASIL HÁ DE GANHAR", samba (Ary Barroso) Linda Batista (RCA Victor 80-0662-b), 1950:

"O Brasil há de ganhar, eh eh!]
Para se glorificar eh eh!]
Bota a pelota no gramado]
Palmas pro selecionado]
Deixa a moçada se espalhar,]
eh eh eh eh!] bis

É a raça brasileira
Numa festa altaneira
Mostrando que é boa e varonil
Quando o time aparecer

Gritaremos até morrer:
Brasil! Brasil!

Após a Segunda Guerra tivemos ainda outras ameaças, como e Guerra da Coréia em 1948 a do Canal de Suez, em 1956 e por fim a Guerra da Lagosta, em 1959, além de fatos como o cerco à ilha de Cuba.

A Copa Mundi de 1954 realizou-se na Suiça. Nosso principal artilheiro era Baltazar. Um samba foi feito em homenagem ao jogador Baltazar e o mesmo foi adotado como incentivo à Seleção Brasileira naquela copa com o título de

22-"GOL DO BRASIL", samba (Alfredo Borba) Elza Laranjeira e Geraldo José de Almeida (Columbia CB-10.052-a), 1954:

"Gol de Baltazar, gol de Baltazar,]
Salve o cabecinha, dois a zero no placar,] bis

Os brasileiros começaram a ganhar
Baltazar foi o artilheiro, espetacular,
Maurinho e Brandãozinho,
Veludo, Didi Julinho,
Bauer, Santos e Pinheiro
Vão até a Suíça
Pra ganhar do mundo inteiro."

A Copa do Mundo de 1958 nos deu muitas músicas, em virtude de termos sido campeões.

Há um fato que merece ser citado: O Uruguai foi o campeão de 1930, em casa; em 1934 a Itália foi a campeã, também em casa; Em 1938 quem venceu foi novamente a Itália; em 1942 e 1946 não houve Copa e em 1950 quem venceu foi o Uruguai; Em 1954 quem venceu foi a Alemanha. Até então todos os campeões europeus venceram em seu continente, o mesmo acontecendo com os americanos. O Uruguai venceu duas vezes na América do Sul. Mas o Brasil foi a Primeira Seleção a vencer em outro continente. Vencemos a Suécia e conquis-

tamos o título de Campeões Mundiais na Europa, feito nunca antes acontecido.

No dia 17 de dezembro de 1961, dia de grande calor, ocorreu a inauguração do Gran Circus Norte-Americano em Niterói, na época capital do estado do Rio de Janeiro. Durante a montagem do mesmo, Adilson Marcelino Alves, "Dequinha", foi contratado como mão de obra e houve um desentendimento e ele foi demitido e prometeu vingar-se. No dia da estreia juntou-se a outros capangas e incendiaram o circo. Foi um terror, pessoas acuadas, pisoteadas, querendo fugir do fogo. Foi o maior incêndio em recinto fechado já registrado no mundo, resultando em 2.500 feridos e 500 mortos, a maioria crianças. Na ocasião o médico Ivo Élcio Jardim de Campos Pitanguy organizou o Serviço de Queimados do Hospital Antônio Pedro, do Rio de Janeiro.

Entre dezenas de pessoas que se comoveram com a tragédia de Niterói, estava o cidadão José Datrino, empresário do setor de transportes de cargas do Rio de Janeiro, que interpretou a tragédia como o prenúncio do fim do mundo, abandonando totalmente o mundo material e entregando-se ao mundo espiritual no qual atuou até a morte transformado no Profeta Gentileza que andou por todo o país pregando o bem estar e escrevendo frases nas paredes de viadutos do Rio. Seus escritos ainda hoje são lá encontrados:

23-"INCÊNDIO DO CIRCO", toada (Kleber do Pandeiro) Kleber do Pandeiro (Rit250022b), 1962:

"Em 17 de dezembro
Foi abalado o mundo inteiro
Numa tarde muito quente
Fizeram um grande desespero
Tacaram fogo no circo
No Estado do Rio de Janeiro
Meus irmãos que foram ver
Os artistas no picadeiro
Morreram queimados no fogo
Da maldades dos arteiros.

Neste dia tão tristonho
A minha mãe me convidou
Pra ver o grande espetáculo
Que o mundo enlutou
Eu sorrindo para ela
Disse ó mãe eu não vou
Liguei meu rádio de pilha
Que logo após noticiou
Que o circo pegou fogo
Que o malvado botou.

Assisti o espetáculo
Até a última atração
Era o famoso trapezista
Fazer a sua exibição
Uma lata de gasolina
Escondida num cantão
Pularam da arquibancada
Com toda má intenção
Botaram fogo no nylon
Por vingança e discussão.

Abusaram da justiça
De Jesus o Salvador
Queimando tanta família
Que assistiam com calor
As condenação das terra
Não com os sentimentos meus
Quem vai mesmo condenar
É o poderoso Deus."

E para encerrar, vamos enfocar a Copa Mundi de 1962, acontecida no Chile, que teve várias músicas por ter o Brasil vencido a mesma. Trouxemos apenas uma, que fala dos campeões, citando os jogadores Gilmar, Mauro, Nilton Santos, Garrincha, Didi, Vavá, Amarildo, Zagalo, Djalma Santos, Zózimo e Pelé.

24-"BAILARINOS DO GRAMADO", samba (Lourival Ramos - Moreira da Silva - Ribeiro Cunha) Moreira da Silva (Odeon 14.810-235), 1962:

"Há muita gente que tem mania de dizer
Que o futebol não passe de banalidade
Mas como tudo tem sua razão de ser
Eu vou provar que em futebol
Também se faz celebridade
Gilmar, Mauro, Nilton Santos,
São três figuras que compõem a grande zaga
Cobriram de glória
A bandeira brasileira
Perante o mundo
A nossa fibra é respeitada.

Deram provas nos gramados do Chile
Com a exibição que a Seleção apresentou
Garrincha, Didi, Vavá e Amarildo
E o grande Zagalo, cinco craques de valor
Na zaga Djalma Santos é um reforço absoluto
Ao lado de Zózimo, ainda faltou o Rei Pelé
Na linha de raufes exibe a sua classe
Matava a criminosa na ponta do pé.
De calcanhar deu na direita, Seu Mané.

Muito obrigado.

(Conferência pronunciada na sede do Instituto do Ceará em 20 de novembro de 2014).

DISCURSOS

Saudação aos sócios Affonso Taboza Pereira, Juarez Fernandes Leitão e Lúcio Gonçalo de Alcântara

Ednilo Soárez*

Hoje, quando os primeiros raios de sol iluminaram a Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, neste radioso 8 de março, estavam anunciando o grande dia a ser vivido na Casa do Barão de Studart.

Indicado pelo ínclito Presidente José Augusto Bezerra para pronunciar as palavras de boas-vindas aos nossos novos sócios, recebi com muita honra esta missão.

O vetusto e respeitado Instituto do Ceará - Histórico, Geográfico e Antropológico, fundado em 1887, enverga a sua mais bela roupa de festa para receber com todas as pompas e circunstâncias três novos sócios. Com muito orgulho, abre a sua cortina perfumada, de veludo azul real, para admitir três cultores de nossos valores em seu quadro social, após uma eleição democrática na qual os seus sócios buscaram garimpar os melhores valores para o engrandecimento de nossa cultura.

Após mais de 2 anos sem ocorrer nenhum ingresso de novos sócios, uma vez que o Soligeu decidiu, acatando a proposta do presidente José Augusto Bezerra, só admitir um novel componente no seu quadro social, após a aprovação do novo Estatuto o qual propicia uma eleição muito mais democrática, possibilitando assim, o enriquecimento do Instituto, por mérito cultural.

Ingressar no respeitável Instituto do Ceará representa para qualquer estudioso do Conhecimento Social um zênite em sua trajetória. Quem escala o Everest, cercado de riscos, alguns imponderáveis e trai-

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

çoeiros, não busca riquezas. Um cenobita que vergalha o corpo, não quer nada de material. Um guerreiro, lutando de batalha em batalha, defrontando-se com a morte, não tenciona fortuna. Quem faz do conhecimento uma paixão e uma causa para toda a vida, não mira um pagamento. O alvo, em todos os casos, é a glória, o reconhecimento, porém de uma forma diferente do que guerreiros gregos da estirpe de Aquiles, Ulisses e Heitor, imortalizados por Homero na sua magistral "Ilíada", buscavam com todas as forças, a glória suprema.

Enquanto estes procuravam a Areté, usando a força, artimanhas, táticas e estratégias em lutas individuais e mortíferas conhecidas como Aristéias, os nossos novos companheiros de jornada escolheram uma outra forma de consagrar-se, através do conhecimento.

Senhores Affonso Taboza Pereira, Juarez Fernandes Leitão e Lúcio Gonçalo de Alcântara, com a eleição para o Instituto do Ceará, os senhores ingressaram no Panteão Superior onde um grupo de estudiosos e pesquisadores, em gerações que se sucedem, vêm desde 1887, dedicando-se à busca do conhecimento e à divulgação da rica cultura cearense.

Este dia, indelével em suas memórias, representa a Areté de cada um. Celebrem a vitória, ao mesmo tempo em que, assumam o compromisso perante esta Arcádia e consigo mesmo, de dedicar-se ao Instituto com o mesmo empenho que os levou a subir ao pódio em suas trajetórias vitoriosas de vida.

Estamos todos de parabéns, embora vivendo emoções diferentes: Os recipiendários por terem tido os seus valores intelectuais reconhecidos, suas famílias orgulhosas por seus feitos, os sócios antigos por acolherem, no seio do silogeu, cidadãos capazes e dignos de enriquecer o seu quadro social e o próprio Instituto do Ceará pela autêntica transfusão de sangue simbolizada com o ingresso dos 3 novos sócios.

Senhores Affonso Taboza, Juarez Leitão e Lúcio Alcântara, neste momento solene em que, sob as bênçãos de Deus, estão sendo recebidos fraternalmente por seus consócios do Instituto do Ceará, terão também à sua disposição a Biblioteca que ocupa um lugar de muita importância na estrutura organizacional da Instituição com cerca de 35.000 volumes, sendo a maior parte do acervo composta por livros raros, em bom estado de conservação, oferecendo ainda espaços adequados à leitura e à pesquisa.

Podem consultar as 133 Revistas do Instituto, publicadas desde a sua fundação, com todos os números digitalizados e disponibilizados no site do Instituto.

Possuímos a principal hemeroteca do Nordeste com milhares de jornais de 127 diferentes periódicos dos séculos XIX e XX, incluindo dezenas de jornais que encerraram as suas atividades editoriais. Sem a Hemeroteca do Instituto, segmentos importantes de nossa História seriam desconhecidos das gerações pósteras.

Outro patrimônio da maior importância do Instituto é o Museu Barão de Studart que, de acordo com o Embaixador Pedro Correia do Lago, profundo conhecedor de museus nacionais e internacionais, após visitar o Museu do Instituto, declarou: "*por sua concepção e avanço tecnológico ombreia-se ao Museu da Língua Portuguesa de São Paulo"*.

Atento aos avanços tecnológicos, contamos com o Portal do Instituto, onde estão registradas todas as informações relevantes ao nosso sodalício. Anualmente, há cerca de 150.000 consultas.

Através do Facebook do Instituto, cerca de 1.500 seguidores acompanham as atividades da Instituição.

Em nossos arquivos, encontram-se a Biblioteca de Capistrano de Abreu, além de 5200 cartas desse historiador-fonte, nascido em Columinjuba, distrito de Maranguape, em cujos escritos se abeberaram os grandes mestres da História brasileira.

Encontramos também milhares de documentos manuscritos, desafiando a argúcia e dedicação dos pesquisadores.

Os novos sócios terão o privilégio de passarem a pertencer à mesma constelação de grandes vultos de nossa História Contemporânea como Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, o Barão de Studart, Djacir Menezes, Raimundo Girão, Mozart Soriano Aderaldo, Antônio Martins Filho, o maior cearense de todos os tempos, Marcelo Linhares e Manuel Eduardo Pinheiro Campos.

Alimentamos a certeza de que saberemos mesclar a experiência dos antigos sócios com o "pathos" de cristãos novos dos três eleitos já considerados como nossos.

Com a atual situação institucional, a união reinante em nosso "ethos" e essa salutar transfusão de sangue, estamos certos que o Instituto do Ceará, continuará, agora mais fortalecido, a superar as suas dificuldades atingindo os seus mais elevados propósitos.

Alçaremos mesmo, voos panorâmicos capazes de fazer inveja às mais altaneiras águias que embelezam com a sua elegância de ave privilegiada as montanhas andinas.

E quem são os novos companheiros?

Affonso Taboza iniciou auspiciosamente a sua carreira militar obtendo o 1º. lugar, em todo o Brasil, no exame de admissão da Escola Preparatória de Cadetes. Ao longo de sua carreira cursou:

A Academia Militar das Agulhas Negras, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, o Instituto Militar de Engenharia, onde se formou em Engenheiro Civil e Militar. Contraiu núpcias com a D. Mariana Gomes Pereira. Durante sua permanência no Exército, participou da construção de diversas rodovias federais em Estados do Nordeste e na Amazônia.

Após reformar-se no Exército, como Coronel, reintegrou-se na vida civil dedicando-se à Engenharia com uma grande participação nas Entidades de Classe, como Vice-Presidente do Sinduscon, diretor do Centro Industrial do Ceará e da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, de onde nos traz uma grande experiência de gestão.

É de sua lavra "Ventos da Fortuna", um romance urbano e atual, ambientado nos costumes cearenses na década de 1990 e outro "Bacamarte chamado Canário", um livro muito interessante, que tive a honra de apresentar. Nele coloca o leitor de forma bem realista em pleno sertão inóspito, com muita poeira, com a vegetação agreste da caatinga a rasgar os gibões de couro dos vaqueiros, o solo hostil com pedras traiçoeiras, cavalos suados, exaustos e empoeirados pelas longas e perigosas jornadas, atos de lealdade e também de traição, emboscadas mortais, a eterna angústia dos sertanejos sempre com os olhos nos céus em busca de uma esperança, por mais remota que fosse, para tentar salvar a sua lavoura evitando morrer de fome e sede o gado esquelético, seu único bem.

Vejo muitas semelhanças entre Affonso Taboza e Euclides da Cunha, ambos engenheiros militares, conhecedores dos mais longínquos rincões nacionais, observadores argutos dos sertanejos, de sua cultura e da natureza agreste que os circunda, souberam colocar nas letras, com maestria, suas judiciosas observações de campo.

O outro recipiendário é Juarez Leitão, casado com a D. Maria Leitão, professor de História há 45 anos, sempre colhendo ao final de

suas aulas espontâneas salvas de palmas, tal o entusiasmo transmitido aos seus alunos na explicação do conteúdo programático, é membro da Academia Cearense de Letras, escritor e pesquisador.

Iniciou seus estudos no Seminário de Sobral, tendo se transferido para o Seminário da Prainha. Ambas as instituições são reconhecidas como forjadoras de grandes talentos na área de humanidades.

Por seu "savoir vivre", é um "causeur" invejável. Acredito ter sido fortemente influenciado por seu tio e preceptor padre Leitão, cura de Nova Russas. Se a Igreja perdeu um padre, certamente, a História e as Letras ganharam um reconhecido intelectual .

Autor laureado de 36 livros nas áreas de história, política e biografias, relacionados no Anexo 1 deste discurso.

Juarez é um intelectual carismático, grande orador, homem sensível e amigo dos livros e dos amigos. Quando transmiti-lhe a notícia que havia sido eleito para compor o quadro de sócios do Instituto, pude sentir a emoção aflorar através sua voz, normalmente amazônica, apenas balbuciou em um murmúrio: *"Consegui o que mais almejava na vida. Ser sócio efetivo do Instituto do Ceará"*.

O nosso terceiro novo sócio, Lúcio Alcântara, casado com a senhora Maria Beatriz Rosário de Alcântara; formam um casal de intelectuais, sendo ambos membros da Academia Cearense de Letras, caso único em nossa história.

Acho desnecessário, por ser do conhecimento público, ressaltar o seu competente desempenho no exercício de seus importantes cargos públicos como Secretário de Saúde, Prefeito de Fortaleza, Deputado Federal, Deputado Federal Constituinte, Vice-Governador, Senador da República e Governador do Ceará.

Filho do também ex-Governador Dr. Waldemar Alcântara, herdou-lhe a paixão pela Medicina e pela Administração Pública. Ambos, homens de mãos limpas, exemplos na política pela maneira competente e honesta que trataram a "*res publica*".

Após a sua formatura em Medicina na Universidade Federal do Ceará, fez a sua residência médica no Hospital das Clínicas de São Paulo. Ao regressar a Fortaleza, com apenas 26 anos, sentindo a inexistência de um hospital para tratar de doenças transmissíveis, fundou o Hospital São José. No ano seguinte, como Secretário de Saúde do

Estado, construiu o HEMOCE, Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará. Posteriormente, ligou seu nome ao Centro de Prevenção de Câncer da Mulher.

Com uma vasta produção literária, é autor de 47 livros nas áreas da História, Economia, Política e Literatura relacionados no Anexo 2 deste pronunciamento.

O que desejo ressaltar neste momento em que Lúcio Alcântara ingressa, com todos os méritos na Casa do Barão de Studart, são as suas atuações como o 1º Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal e na Fundação Waldemar Alcântara.

No Conselho Editorial do Senado, mandou publicar obras da maior relevância para preservar a cultura brasileira, tais como Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros, Coleção Brasil 500 Anos, Clássicos da Política, O Brasil visto por Estrangeiros, Biblioteca Básica Brasileira, Coleção Memória Brasileira, Minha Formação, de Joaquim Nabuco, livros dos historiadores Silvio Romero, Pandiá Calógeras, Alberto Torres e Capistrano de Abreu.

Após concluir seu mandato de Governador do Estado do Ceará, dedicou-se à Fundação Waldemar Alcântara através da qual lançou 35 títulos relacionados no Anexo 3 deste pronunciamento.

O Dr. Lúcio, como carinhosamente a ele se refere a sua irmã, também médica, a Dra. Lúcia Alcântara de Albuquerque, ainda consegue tempo para participar ativamente da SOBRAMES, Sociedade Brasileira de Médicos Escritores, e da Associação Brasileira de Bibliófilos.

Encerro estas palavras, inspirando-me no Acadêmico Pedro Paulo Montenegro: "Parodiando Manoel Bandeira no poema em que São Pedro recebe a preta Irene no céu, podemos todos que fazemos o Instituto do Ceará dizer Affonso Taboza, Juarez Leitão e Lúcio Alcântara, vocês não precisam pedir licença, entrem, esta casa é nossa" .

Fortaleza, 8 de março de 2013.

ANEXO 1

Atividade literária de Juarez Leitão

LIVROS DIDÁTICOS:

- *História geral para o vestibular, 1970;*
- *Questões comentadas de História do Brasil*, 1974;
- *História geral* (em parceria com Gisafran Jucá), 1975;
- *História geral e do Brasil* (em parceria com Antônio Carlos Cysne), 1976;
- *Atualidades,* 1978;
- *História antiga e medieval,* 1993;
- *História moderna e contemporânea*, 1994;
- *História da civilização,* 1997;
- *Homem, espaço e contexto,* 2000;
- *Repensando a história do mundo,* 2001.

OBRA LITERÁRIA:

- *Urubu rosado.* Poesia, 1981,
- *Tangenciais*. Poesia, 1987.
- *Ignis, o inventário da paixão.* 1993. (Prêmio Ceará de Literatura).
- *Pelas ruas do mundo e da esperança*. Oratória acadêmica, 1995, (em parceria com Artur Eduardo Benevides).
- *Padre Leitão, o cura da Ribeira do Curtume.* Biografia, 1999.
- *Sábado, estação de viver*. Crônica histórica sobre a boêmia cearense, 2000.
- *Praça do Ferreira, república do Ceará moleque*, 2002.
- *Verbo cívico* (em parceria com Arnaldo Santos), memória da Assembleia Legislativa do Ceará 2002.
- *Futebol, ofício de paixão,* 2002.
- *Quixeramobim, história breve de um município,* 2003.
- *História das eleições do Ceará* (em parceria com Arnaldo Santos), 2004.
- *Prediletos das urnas*. Ensaio biográfico de seis políticos cearenses, 2004.
- *O sabonete premiado e outras histórias de humor e espanto*. Contos de humor, 2004.

- *O vaqueiro gavião e outros causos da boca do mundo*. Contos de humor, 2004.
- *Ensino como quem reza, vida e tempo de Filgueiras Lima.* Biografia, 2006.
- *A presença de Ana Amélia*. Biografia, 2007.
- *Sonhos e vitórias, a história de João Gonçalves Primo.* Em coautoria com Túlio Monteiro, 2007.
- *Maranguape, de personagens e fatos históricos,* 2009.
- *A benção não foi por acaso, a história de Vilmar Ferreira,* 2010.
- *Dona Nila, a história de uma educadora*, 2011.
- *Jusako Fujita, uma história de perseverança* (Inédito).
- *Os 70 anos do Sindroupas,* 2012.
- *Ceará, cenas, costumes e perfis*, 2012.
- *Almir Pinto* (em preparo).
- *Eduardo Campos* (em preparo).

ANEXO 2

OBRAS PUBLICADAS:

- *Baús* (2010) - Poesia;
- *Blog de papel* (2009) - Coletânea de publicações extraídas do blog do autor (lucioalc.blogspot.com.br);
- *São Gonçalo do Amarante e o Padre Antonio Vieira* (organizador - 2008);
- *O Rio da minha infância.* (2006) - Poesia;
- *A casa da minha Avó* (2004) - Poesia;
- *Pequenos escritos*. Seleção de artigos publicados em vários jornais do pais entre 1984 e 1999 – Gabinete do Senador Lúcio Alcântara – Senado Federal, 2001;
- Brasil, Brasis: reflexões Sobre a Política e a História. In: Síntese: *Revista de Ideias,* editada pelo Gabinete do Senador Lúcio Alcântara. Ano 5. Brasília, 2000;
- *Globalização e governo progressista – Novos Caminho*s (Reunião de Florença -1999). Organizadores: Lúcio Alcântara, Vilmar Faria e Carlos Cardim; Instituto Teotônio Vilela, 2000;
- *Crise do MERCOSUL e Política Internacional*. In: Carta internacional, n°. 94/95, ano IX, Dezembro/2000-Janeiro/2001. Universidade de São Paulo e Fundação Alexandre Gusmão. São Paulo.
- *Coleção Ideias* n°. 8 – Poder Local: Gestão municipal – Gabinete do Senador Lúcio Alcântara – Senado Federal, 2001;
- *Coleção ideias* n°. 7 – Processos de Gestão Compartilhada de Políticas Públicas no Ceará Hoje: A Questão dos Conselhos. Gabinete do Senador Lúcio Alcântara – Senado Federal, 2000;
- *Coleção Ideias* n.°6 – Povos Indígenas no Brasil: como vivem nossos contemporâneos. Gabinete do Senador Lúcio Alcântara – Senado Federal, 2000;
- *Coleção de Ideias* n.° 5 – por uma cidade sustentável. Gabinete do Senador Lúcio Alcântara – Senado Federal, 2000;
- *Coleção Ideias* n.°4 – Administração: tempo e Modo. Gabinete do Senador Lúcio Alcântara – Senado Federal, 2000;
- Terceira Via. *Revista da Cultura*. Uapê em cantos do Brasil. Ano 2, n°. 2. Rio de Janeiro: março de 2000;

- *Violência Pública*. Artigo publicado na revista da Associação Cearense do Ministério Público. Ano I – n°3 – Fortaleza (janeiro/fevereiro/março 2000).
- *Coleção Ideias* n°. 3 – Fome no Brasil. Gabinete do Senador Lúcio Alcântara – Senado Federal, 2000;
- *Coleção Ideias* n°. 2 – Desenvolvimento Sustentável. Gabinete do Senador Lúcio Alcântara – Senado Federal, 2000;
- O Novo Estado Social in, Realizações e Desafios de um Programa Social Democrata no Brasil. PSDB. Comissão Executiva Nacional. Instituto Teotônio Vilela. Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1999;
- *Lúcio Alcântara:* 4 anos de mandato em defesa da cidadania, 1995/1998, Gabinete do Senador Lúcio Alcântara – Senado Federal, 1999;
- *Coleção Ideias* n°. 1 – *AIDS no Brasil*: respostas sociais à epidemia. Gabinete do Senador Lúcio Alcântara – Senado Federal, 1999;
- *Doação de Órgãos – A lei da vida*, 1998;
- Competências municipais no atual momento político de reforma constitucional. Artigo publicado na *Revista Debates*, n°. 10, Centro de Estudos Konrad Adenauer – Stiftung (1996);
- Preservação dos fósseis do Cariri. *Revista Itaytera*, n°. 40, Instituto Cultural do Cariri, pag. 97-100, Crato-CE (1996);
- *O Beato, o devoto e o soldado* - Lembrando Canudos/Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Lúcio Alcântara, 1996;
- *O PDT e o Nordeste:* uma contribuição à discussão (1993);
- *Descontração Administrativa – Ampliando a Autonomia das Unidades de Saúde da Rede Estadual* – Atos da Secretaria de Saúde (1992);
- *Praticando a descentralização* (1992);
- *Instruções para programação de investimentos na área de saúde* (1992);
- *O SUS, o INAMPS e a descentralização da Saúde* – uma ameaça de retrocesso, (1991);
- *Gestão de saúde pública:* alguns desafios propostos pelo SUS (1991);
- *Ceará forte*, (1988);
- *Inquietações que fazem escrever*, (1986);
- *Lúcio Alcântara mostra trabalho*, (1986);

- *Cem anos de liberdade*, 1884-1984 (1985);
- *Fortaleza ano 2000*, (1985);
- *Lúcio Alcântara:* um executivo no parlamento (1984);
- *A questão educacional brasileira,* (1984);
- *Um brado na luta por uma vida melhor,* (1983);
- *Ação parlamentar 1°. semestre,* (1983);
- *A saúde da comunidade,* (1981);
- *Política municipal de proteção ao ambiente,* (1981);
- *A mulher num novo tempo. Saúde e velhice,* (1980);
- *Um médico vê o homem,* (1976);
- *Sinos da consciência*, (1975);
- *O descompasso dos tempos,* (1975):
- *Um compromisso interior*, (1973).

ANEXO 3

Fundação Waldemar Alcântara

LIVROS E LANÇAMENTOS:

- *Babaquara, Chefetes e Cabroeira.*
- (Eymar Porto/IOCE. 1993/Secult-CE/Fundação Waldemar Alcântara).
- *D'aquém e D'além Mar.* (Beatriz Alcântara/M. Ohono. 1993/ Fundação Waldemar Alcântara).
- *Dizem que os cães veem coisas.* (Moreira Campos/Maltese.1993/ Fundação Waldemar Alcântara).
- *Deus criou o homem, e o diabo a mulher.* (Lena Ommundsen/1993).
- *Eu sou o Cego Aderaldo.* (Cego Aderaldo/Maltese.1994/Secult-CE/ Fundação Waldemar Alcântara).
- *Mãos de mestre – itinerários da arte e da traição.* (Sylvia Porto Alegre/Maltese. 1994/ Secult-CE/Fundação Waldemar Alcântara).
- *Marretas, molambudos e rabelistas – a revolta de 1914 no Juazeiro.* (MarceloCamurça/Maltese.1994/Secult-CE/FundaçãoWaldemar Alcântara).
- *O jogo do bicho.* (Simone Simões Ferreira Soares/1994).
- *Canudos – as falas e os olhares.* (Eduardo Diatahy B.de Menezes e João Arruda/Universidade Federal do Ceará e Fundação Waldemar Alcântara/1995).
- *Horizontes de bruma.* (Júlia Miranda/São Paulo. Maltese.1995/ Secult-CE/Fundação Waldemar Alcântara).
- *Anais do seminário 150 anos do Padre Cícero.* (Universidade Federal do Ceará e Fundação Waldemar Alcântara/1995).
- *Amor nos Trópicos.* (Beatriz Alcântara e Lourdes Sarmento – organizadoras. Coleção Alagadiço Novo. Casa de José de Alencar. Programa Editorial 2000. Universidade Federal do Ceará – UFC).
- *A lenda da carnaubeira.* (Margarida Estrela Bandeira Duarte com desenhos de Paulo Werneck. Apoio: Ministério da Cultura/2000).
- *São Gonçalo do Amarante e o padre Antônio Vieira.* (2008/org: Lúcio Alcântara).
- *Retalhos do passado: Tauá – Fortaleza.* (Joaquim Pimenta).

- *Fortaleza: revista literário, philosophica, scientifica e comercial* (vários autores)
- *Coleção Obras Raras (TÍTULOS/2011) – continuidade ao projeto biblioteca básica Cearense.*
- *O Ceará (Raimundo Girão e Antonio Martins Filho).*
- *Boletim de Antropologia* (5 volumes/apresentação e org.: Thomaz Pompeu Sobrinho)
- *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão* (Francisco Freire Alemão).
- I Congresso de Médicos Católicos – textos e contextos (Org. Marcelo Gurgel Carlos da Silva/2010).
- Relatório da Missão Inglesa/2010 (formato fac-similar/impresso no Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil, em 29 de junho de 1924).
- Baús (em parceria com a Editora Labirinto/livro de poesia da autoria de Lúcio Alcântara/2010).
- Jeito de ser, jeito de morar (2011) Sempre perto do Ceará, a história de um mandato: Leo Alcântara (Deputado Federal, 1999-2001).
- Waldemar do Ceará e dos Alcântaras (2012).
- *A Faculdade de Medicina e sua ação renovadora.* (fac-símile/2012).
- Coleção padre Cicero Romão Baptista e os fatos de Juazeiro (dois volumes) – A questão Religiosa e a Questão Política (em parceria com o SENAC/Diocese do Crato).

BIBLIOTECA BÁSICA CEARENSE (Títulos/1997):

- *Ensaio estatístico da Província do Ceará*–Tomos I e II (Thomaz Pompeo de Sousa Brasil).
- *Memória sobre a conservação das matas e arboriculturas como meio de melhorar o clima da província do Ceará* (Thomaz Pompeo da Sousa Brasil).
- *Botânica elementar* (Garcia Redondo, Rodolfo Teóphilo).
- Climatologia, epidemias e endemias do Ceará (Guilherme Studart).
- *Pathologia histórica brazileira: documentos para a história da pestilência da bicha ou males* (Guilherme Studart).
- *Varíola e vacinação no Ceará* (Rodolpho Theóphilo).
- *Memória sobre a capitania do Ceará e outros trabalhos* (João da Silva Feijó).

BIBLIOTECA BÁSICA CEARENSE (Títulos/2001):

- *Documentação Primordial sobre a capitania autônoma do Ceará* (José de Almeida Machado, Luís Barba Alardo Menezes, Antônio José da Silva Paulet).
- *Libertação do Ceará:* queda da oligarquia Acioly. (Rodolfo Teóphilo).
- *O Ceará e os cearenses.* (Antônio Bezerra).
- *Datas e factos para a história do Ceará* – Tomos I, II e III (Guilherme Studart).
- *Esboço histórico sobre a Província do Ceará* – Tomos I, II, III (P. Théberge).

BIBLIOTECA BÁSICA CEARENSE (Títulos/2003):

- *História das sêcas – séculos XVII a XIX* de Joaquim Alves.

BIBLIOTECA BÁSICA CEARENSE (Títulos/2008):

- *Botânica Médica Cearense* – Francisco Dias da Rocha.

BIBLIOTECA BÁSICA CEARENSE (Títulos/2009):

- *Algumas origens do Ceará (Antônio Bezerra).*
- *O Cariri:* seu descobrimento, povoamento, costumes. (Irineu Pinheiro).
- *Índice alfabético da Legislação Provincial do Ceará:* compreendendo os anos de 1835 a 1861 precedido de um resumo histórico das sessões da Assembleia e seus trabalhos. (José Liberato Barroso).
- *Promptuário da legislação republicana do Estado do Ceará – de 2 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1914 (Cezídio d' Albuquerque Martins Pereira).*
- *Scenas e typos.* (Rodolpho Theophilo).
- *Miscellanea histórica ou colleção de diversos escriptos de J. Brígido* (João Brígido).

EFEMÉRIDES

Datas e fatos para a história do Ceará
(1990 - 1991)

Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)*

1990

JANEIRO

1º. - Assume a Presidência da ***Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima - RFFSA***, o engenheiro ***Ruy do Ceará***, em virtude da criação da Superintendência Regional Fortaleza SR-11.

04 - O ***Secretário de Segurança Pública*** do Estado, Moroni Bing Torgan ***(Moroni Torgan)*** denuncia o envolvimento de policiais no "sindicato do crime", organização clandestina responsável por crimes de aluguel há vários anos.

07 - Morre o bancário e poeta José ***Cornélio Pimentel***, cearense de Quixeramobim nascido a 14/09/1928.

FEVEREIRO

1º. - Assume o comando do ***23º Batalhão de Caçadores - 23BC***, o coronel ***Francisco Flávio Nogueira Carneiro***, substituindo o coronel ***Paulo César Romero Castelo Branco*.**

09 - Eleitos, no Clube Tiradentes, à noite, o ***Rei Momo*** Agamenon Albuquerque Sampaio Júnior ***(Agamenon Júnior),*** a Rainha do Carnaval ***Karla Patrícia dos Santos*** e a Rainha Gay da Folia ***Karla Costa*.**

16 - Morre, à 1h, vítima de edema agudo do pulmão, aos 90 anos de idade, o empresário Anastácio Mendes Braga ***(Tácio Braga)*,** fundador e proprietário da Empresa São Paulo, de transportes.

---

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

25 a 27 - O ***Carnaval*** ocorre, trazendo um novo bloco nos desfiles de rua, o ***Maracatu Nação Verdes Mares***, dirigido por Luís Veras Barbosa, o ***Luís de Xangô.***

MARÇO

04 - Morre, com a idade de 89 anos, o músico ***João Inácio da Fonseca***, ex-maestro da Banda de música do 23º Batalhão de Caçadores - 23BC e da Orquestra Sinfônica Henrique Jorge.

15 - Assume a Presidência da República, com grande repercussão em Fortaleza, o *playboy* irresponsável ***Fernando Color de Melo***, que logo no dia seguinte lança pacote econômico que faz voltar o Cruzeiro como moeda no lugar do Novo Cruzado e confisca todos os depósitos por 18 meses. Assume com ele o vice-presidente Itamar Augusto Cautiero Franco ***(Itamar Franco).***

16 - Assume o comando geral da ***Polícia Militar do Ceará***, o coronel PM ***José Danilo Tomás***, substituindo o coronel PM ***José Israel Cintra Austregésilo***.

22 - Toma posse, na Cadeira nº 7, da ***Academia Cearense de Letras - ACL***, a escritora ***Marly Vasconcelos***, sendo saudada por João Clímaco Bezerra.

25 - O ***Museu Histórico e Antropológico*** é inaugurado em nova sede, ocupando o Palacete Senador Alencar, na Rua São Paulo nº 51, antiga Assembléia Legislativa. Estivera em prédio da Avenida Barão de Studart nº 410, onde hoje se instala o Museu da Imagem e do Som - MIS. Hoje chama-se *Museu do Ceará.*

ABRIL

02 - O prefeito Ciro Ferreira Gomes ***(Ciro Gomes)*** deixa o cargo, passando para o vice-Prefeito Juracy Vieira Magalhães ***(Juraci Magalhães),*** que assume às 17h., objetivando disputar o cargo de governador do Estado.

20 - Deixa o cargo à frente da ***Secretaria de Segurança Pública***, desincompatibilizando-se do cargo para candidatar-se a uma cadeira na Câmara Federal, o delegado Moroni Bing Torgan ***(Moroni Torgan)***.

20 - Morre em Fortaleza, aos 70 anos de idade, o médico cardiologista e anestesista ***Heli Vieira de Sousa***, que nascera em 1920 em São Luís do Maranhão.

20 - Toma posse no cargo de ***Secretário de Segurança Pública***, o delegado de carreira ***Antônio Inimá Fernandes Lima***.

20 - O ***Corpo de Bombeiros*** é desvinculado da ***Polícia Militar do Ceará***, tornando-se autônomo, por lei assinada pelo governador Tasso Ribeiro Jereissati (***Tasso Jereissati***).

27 - Assume o comando da ***10ª Região Militar***, o general ***Sérgio Régis Nunes Franco***, recebendo o cargo das mãos do general ***Inaldo Seabra de Noronha.***

30 - Inaugurado o ***XL / XLI Salão de Abril***, dois num só, para corrigir a numeração que vinha errada desde 1964. Realizou-se no salão nobre do Palácio da Abolição, na Avenida Barão de Studart nº 505.

MAIO

06 - Morre, aos 66 anos de idade, o jurista e professor ***Manuel Lima Soares (Néo)*****,** membro do ***Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)***. Era cearense de Fortaleza nascido a 08/11/1923.

08 - Assume a Presidênica da ***Associação dos Professores do Ensino Superior do Ceará - APESC*** o professor ***José Mário Mendes Mamede***, que substitui o professor ***Francisco Ari Othon Sidou***.

14 - Morre, em Caucaia, onde residia, aos 82 anos de idade, a militar do Exército ***Arminda Célia Barroso***, única cearense que fez parte do contigente que seguiu para a Itália em 1944 para a frente de batalha. Era natural de Trairi.

15 - Aberto, no Centro de Convenções Edson Queiroz, o ***I Congresso Brasileiro de Advocacia***.

17 - Conferido ao empresário no ramo de restaurante Joseph Ibrahim ***Khouri***, libanês de nascimento, o Título de ***Cidadão Cearense***.

25 - A ***Academia de Ciências Sociais do Ceará***, recebe mais dois membros, o professor ***Raimundo Bezerra Falcão*** e o economista ***Assuero***

Ferreira, que passam a ocupar respectivamente as cadeiras nº 25, que tem como Patrono Dolor Uchoa Barreira **(*Dolor Barreira*)** e nº 27, cujo Patrono é Raimundo Renato de Almeida Braga ***(Renato Braga)*.**

27 - Toneladas de algodão pegam fogo na ***Fábrica Vicunha***, no Conjunto Industrial, com início às 8h30 só debelado pelo Corpo de Bombeiros à noite.

29 - O ex-governador José ***Adauto Bezerra*** de Menezes toma posse na ***Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene***.

31 - Morre em Fortaleza, aos 95 anos de idade, o comerciante e ex-deputado estadual Francisco Elísio Frota Aguiar ***(Elísio Aguiar)*,** cearense de Coreaú nascido no dia 21/10/1894. Ocupou a função de diretor do Bando do Estado do Ceará - BEC.

31 - Falece, aos 81 anos de idade, em Fortaleza, o advogado Expedito Maia da Costa ***(Expedito Costa)*,** ex-vereador e ex-deputado estadual. Era natural de Limoeiro do Norte, nascido a 31/03/1909.

31 - Surge o jornal ***Notícias Culturais***, editado pelo radialista e jornalista Geraldo da Silva Fontenele ***(Geraldo Fontenele)*,** membro da Academia Cearense de Retórica.

JUNHO

14 - Nas bancas de jornais de Fortaleza o primeiro número do jornal ***Bazar***, "o jornal de negócios", exclusivamente de anúncios, sendo que os pequenos são publicados gratuitamente. O periódico era semanário, saindo às quintas-feiras, dirigido por ***Cláudio Vignoli***, com redação na Avenida Santos Dumont nº 3615 salas 107/108.

15 - A Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF, através da Fundação Cultural, no 15º. aniversário do Madrigal de Fortaleza, faz entrega da ***Medalha de Honra ao Mérito Cultural*** ao pesquisador ***Christiano Câmara***.

16 - Morre em Fortaleza, aos 82 anos de idade, o contabilista Paulo Feijó de Sá e Benevides ***(Paulo Benevides)*,** deputado estadual que exerceu a presidência da Assembléia Legislativa. Era cearense de Mombaça nascido no dia 19/07/1907.

18 - Demolida a ***Igreja de Nossa Senhora Aparecida***, no Montese, para

construção do novo ***Santuário de Nossa Senhora Aparecida***, cujas obras se iniciam no mesmo dia.

22 - Toma posse, na ***Academia de Ciências Sociais do Ceará***, o teólogo ***Benedito Genésio Ferreira***, ocupando a cadeira nº 24, cujo patrono é Gustavo Barroso.

27 - O ***Campeonato Cearense de Futebol*** encerra-se com a partida entre o ***Ceará Sporting Club*** e o ***Fortaleza Esporte Clube***, que é vencida pelo primeiro, por 2x1, no Estádio Plácido Castelo "Castelão", sagrando-se Bicampeão.

JULHO

01 - Assume a presidência da ***Academia de Ciências Sociais do Ceará - ACSC***, o professor de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará - UFC João Alfredo de Sousa Montenegro ***(João Alfredo Montenegro)*****,** em substituição a Francisco ***Tarciso Leite***.

12 - Colocada a primeira placa biográfica na ***Rua Bárbara de Alencar*** na esquina com a Avenida Dom Manuel. Existem atualmente várias placas biográficas nas ruas de Fortaleza, infelizmente muito mal localizadas, longe das placas indicativas da rua, em esquinas em diagonal, em meio de quarteirões e até colocadas em ruas erradas. A iniciativa é boa mas é necessário mais cuidado.

AGOSTO

01 - Os restos mortais do escritor e orador José Pedro ***Soares Bulcão***, que se encontravam no Cemitério de São João Batista, são transferidos para sua terra natal, Uruburetama, onde repousa ao lado de seus pais.

05 - Realiza-se ***XXII Regata Dragão do Mar***, na qual classifica-se em 1º. lugar o pescador ***Tomás Barros de Aquino***, com a jangada "Lenira". O 2º. lugar coube ao pescador ***Eliseu Lima***.

10 - Morre, em Fortaleza, aos 67 anos de idade, o bacharel em direito no cargo de vice-Governador, Francisco ***Castelo de Castro***, cearense de Mombaça nascido em 22/09/1922, ex-deputado, orador fluente, foi presidente da Assembléia Legislativa. Foi sepultado no Cemitério Parque da Paz.

14 - Por determinação do governador Tasso Ribeiro Jereissati (***Tasso Jereissati***) é afastado, pelo comandante da Polícia Militar do Ceará, o comandante do policiamento da Capital, coronel ***José James Pereira de Araújo***, em virtude do uso de violência policial durante despejo de invasores em terreno da Lagoa Redonda, sendo substituído pelo coronel ***Hamílton Rocha***.

31 - A ***Capitania dos Portos do Ceará*** tem novo comandante, quando assume o capitão de fragata ***Carlos Barbosa Faillace***, em substituição ao também capitão de fragata ***Carlos Eduardo Massayoshi Naito***.

SETEMBRO

10 - Sai o primeiro número do ***ACI Notícias***, informativo da Associação Cearense de Imprensa - ACI, presidida pela jornalista ***Ivonete Maia***.

15 - Realiza-se no Ceará Country Club de Fortaleza a ***Festa da Recordação***, promoção da ***Associação Cearense de Imprensa - ACI***, festa dançante ao som de gravações originais de música de todo o mundo, roteiro organizado pelo pesquisador ***Christiano Câmara***.

20 - A ***Câmara Municipal de Fortaleza*** outorga a ***Medalha Albanisa Sarasate*** à escritora ***Rachel de Queiroz***.

22 - Morre, aos 68 anos de idade, em Fortaleza, o técnico agrícola ***João Frederico Ferreira Gomes***, ex-deputado estadual nascido em Sobral a 22/04/1922.

28 - À noite, em festa no Ideal Clube, é feita a entrega do Troféu ***Sereia de Ouro*** ao médico ***Aloísio Soriano Aderaldo***, ao escritor Manuel Eduardo Pinheiro Campos ***(Eduardo Campos)*****,** ao industrial ***Walter Ary*** e ao médico Francisco ***Waldo Pessoa*** de Almeida. O Troféu Sereia de Ouro foi criado por Edson Queiroz, e é entregue anualmente, sendo esta a 20ª entrega.

29 - Na ***Associação dos Professores do Ensino Superior do Ceará - APESC*** o professor ***José Mário Mendes Mamede*** é substituído na Presidência pelo professor ***Francisco Jorge de Abreu***.

OUTUBRO

03 - Dia de eleições - o povo vai às urnas para eleger o novo governador, senador e deputados. Para o Governo estadual os candidatos são: Ciro Ferreira Gomes ***(Ciro Gomes)*** (PSDB), tendo como vice Lúcio Gonçalo de Alcântara ***(Lúcio Alcântara)***; Paulo de Tarso Lustosa da Costa ***(Paulo Lustosa)*** (PMDB) vice: ***Luísa Távora***; ***João Alfredo*** (PCB) vice: ***Vasco Damasceno*** Weyne; e J. R. ***Aguiar Júnior*** (PRN) vice: ***Prado Júnior***. Para senador: Benedito Clayton Veras Alcântara ***(Beni Veras)*** (PSDB); Antônio ***Paes de Andrade*** (PMDB); e ***Durval Ferraz*** (PCB).

07 - Sai o resultado da votação do último pleito, sendo eleitos no primeiro turno para governador Ciro Ferreira Gomes ***(Ciro Gomes)*** e para senador Benedito Clayton Veras Alcântara ***(Beni Veras).***

13 - Morre em Fortaleza Mário da Silva Leal ***(Mário Leal),*** comerciante e agricultor, ex-deputado, constituinte de 1947. Era nascido na Fazenda Canto, no município de São Mateus, hoje Jucás.

21 - ***Incêndio*** de grandes proporções destrói a loja ***Magen Roupas***, na Rua Senador Pompeu nº 1140, no centro de Cidade.

NOVEMBRO

15 - Os cearenses, como os brasileiros, vão às urnas escolher seu presidente, sendo os mais votados, ***Fernando Color de Melo*** e ***Luís Inácio Lula da Silva***, que ficam para o 2º. turno.

16 - Morre, no Estado do Rio de Janeiro, o general-de-engenharia ***Arilo Osório de Sousa***, ex-secretário de segurança. Nascera a 17/02/1915 em Quixeramobim, CE.

19 - Morre em Fortaleza, aos 82 anos de idade, o professor Francisco de ***Miranda Golignac***, violonista e professor de violão que fundou e mantinha o ***Círculo Violonístico Villa-Lobos*** em sua residência na Rua Redenção nº 35, no Benfica. Autodidata em letras, música e violão, atuou e escreveu para teatro. Era também cronista e cantor. Nascera em Fortaleza no dia 03/11/1908, filho do comerciante Norberto Paulo Golignac (Norberto Golignac).

20 - Empossado no ***Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico),*** o professor ***Paulo Elpídio de Menezes Neto***.

26 - Inaugura-se, mais uma vez, a ***Praça da Imprensa*** no bairro Dionísio Torres, entre a Avenida Antônio Sales, Avenida Desembargador Moreira, Rua Assis Chateaubriand e Rua Visconde de Mauá, embora a Lei seja de 1973. Em seu redor, estiveram o *Ceará Rádio Clube* (mudou-se), a *TV Ceará Canal 2* (fechou), jornais *Correio do Ceará* e *Unitário* (fecharam), *Meio-Dia* (fechou), *Tribuna do Ceará* (mudou-se) e *Jornal da Rua* (fechou). Atualmente, estão: o *Grupo Verdes Mares de Comunicação* (Diário do Nordeste, Rádio Verdes Mares AM e FM, TV Verdes Mares, Canal 10 e TV Diário, Canal 22) *TV Ceará Canal 5* (ex-TVE), *Jangadeiro* (TV, RTC, e rádio), *Rede TV Canal 2* (ex-TV Manchete), *Grupo Cidade de Comunicação*, *Sistema O Povo de Rádio* e *Rádio Tempo FM*.

DEZEMBRO

07 - Inaugurado na Avenida Santos Dumont nº 949, o edifício sede da ***Unimed*** em Fortaleza, projetado pelo arquiteto ***Rommel Novaes Ramalho***; engenheiro responsável, *Sílvio de Magalhães Sampaio*; construído por *Siros Engenharia*.

10 - Morre em Fortaleza, aos 88 anos de idade, o médico e político, ex-deputado estadual, constituinte de 1947, ex-deputado federal, ex-governador, ex-senador, José Waldemar Alcântara e Silva ***(Waldemar de Alcântara)*****,** cearense de São Gonçalo do Amarante nascido a 12/04/1912.

11 - Morre em Fortaleza, aos 75 anos de idade, o intelectual ***Antônio Girão Barroso***, jornalista, poeta, escritor e político, um dos fundadores do movimento CLÃ. Era cearense de Brejo Seco, atual Araripe, onde nascera a 06/06/1914. Era filho de Antônio Teodorico da Costa Barroso.

14 - Falece, aos 88 anos de idade, o empresário ***Edísio Meira Tejo***, ex-deputado estadual natural de Lagoa Grande, Paraíba, onde nascera a 17/09/1902.

17 - Morre o radialista Cândido Olímpio Colares ***(Cândido Colares)*****,** cearense do Crato.

29 - Assassinado, com um tiro no peito, o empresário ***José da Costa Neto***, proprietário da empresa de ônibus Santa Maria, no bairro Ellery, por dois elementos que se diziam assaltantes, mas nada levaram. Nascera em Russas, CE., a 12/03/1930.

1990 - Fecha as portas o ***San Pedro Hotel***, na Rua Castro e Silva, 81, esquina com Rua Floriano Peixoto, no Centro de Fortaleza. O San Pedro fora inaugurado em 29/05/1959, e passa nesse ano a ser ocupado pela ***Secretaria de Indústria e Comércio do Ceará***.

1990 - Lançamento do livro ***Praças de Fortaleza***, de autoria da escritora e historiadora ***Maria Noélia Rodrigues da Cunha***, importante trabalho que preenche uma lacuna existente até então.

1990 - A ***Tipografia Minerva*** muda-se de sua sede própria na Rua Barão do Rio Branco nº 788 para prédio na Avenida do Imperador nº 780, ficando no primeiro endereço apenas a livraria e papelaria.

1990 - O ***recenseamento*** geral realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, aponta Fortaleza com uma população de 1.824.991 habitantes. Infelizmente este censo foi prejudicado por falta de verba que não foi liberada, pelo presidente da República na época, o irresponsável Fernando Collor de Melo e o trabalho só foi concluído no ano seguinte, quando foram divulgados os números corretos, tanto que a população baixou em relação ao dado acima.

1991

JANEIRO

1º. - Morre, aos 59 anos de idade, o radialista, locutor ***Almir Pedreira***, vítima de parada cardíaca, no Hospital Antônio Prudente. Uma das mais belas vozes do rádio cearense em todos os tempos. Foi sepultado no Cemitério de São João Batista.

14 - Assume o comando da ***Base Aérea de Fortaleza*** o coronel aviador ***Cláudio Queirós***, substituindo o também coronel aviador ***José Araken Leão dos Santos.***

26 - Após grande reforma, reabre o ***Teatro José de Alencar***, com festa iniciada às 10h com a presença do governador Tasso Ribeiro Jereissati (Tasso Jereissati) e a Secretária de Cultura Violeta Arrais de Alencar Gervaiseau além de vários artistas locais e de fora.

29 - Morre, aos 53 anos de idade, o escritor Joaquim Lobo de Macedo ***(Joaryvar Macedo)*****,** membro do ***Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)***, ex-secretário de cultura. Nascera em Lavras da Mangabeira em 20/05/1937.

FEVEREIRO

1º. - Tomam posse todos os deputados eleitos no último pleito. No Senado Federal é eleito presidente o senador Carlos Mauro Cabral Benevides ***(Mauro Benevides)*** que acumulará com a presidência da Câmara.

09 - Morre, aos 77 anos de idade, a bibliotecária e bibliógrafa ***Maria Conceição de Sousa***, pertencente ao quadro do ***Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*** e sócia fundadora da Associação dos Bibliotecários do Ceará. Nascera a 21/09/1913.

10 a 12 - Dias dedicados as festas ***carnaval*****escas**.

22 - O professor de psicologia educacional ***Evaristo Linhares Lima*** assume a Cadeira de nº 28, da ***Academia de Ciências Sociais do Ceará***, cujo Patrono é Joaquim de Oliveira Catunda (***Senador Catunda***).

MARÇO

01 - Deixa a direção da ***Companhia Brasileira de Transportes Urbanos - CBTU*** o engenheiro ***Francisco Roberto Santana*** e assume o engenheiro ***Raimundo Wagner Vieira Ramos***.

04 - Assume a Presidência do ***Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)***, Geraldo da Silva Nobre ***(Geraldo Nobre)*****,** em substituição a ***Mozart Soriano Aderaldo***.

07 - Funda-se em Fortaleza o ***Santos Futebol Clube Nordeste***, pelo empresário paulista radicado em Fortaleza, ***Roberto de Oliveira Braga***.

10 - Morre, aos 65 anos de idade, o ex-governador do Estado e ex-senador, engenheiro ***César Cals de Oliveira Filho***, nascido em Fortaleza no dia 30/12/1926, sócio honorário da Academia Cearense de Letras - ACL.

12 - Lançado, na Secretaria de Cultura Turismo e Desporto - Secult, à noite, o livro ***O Balanceio de Lauro Maia***, biografia do compositor

cearense, de autoria de Miguel Ângelo de Azevedo ***(Nirez)*****,** com apresentação feita pela então secretária, psicóloga *Violeta Arrais* de Alencar Gervaiseau.

15 - Toma posse no Governo do Estado, Ciro Ferreira Gomes ***(Ciro Gomes)***, tendo como vice Lúcio Gonçalo de Alcântara ***(Lúcio Alcântara)*****.**

15 - A ***Secretaria de Segurança Pública*** sofre alteração. Sai o secretário ***Antônio Inimá Fernandes Lima*** e entra em seu lugar o delegado da Polícia Civil ***Francisco Carlos Araújo Crisóstomo***.

17 - Morre, em Fortaleza, o cantor e compositor Paulo Eduardo Sucupira ***(Paulo Sucupira)*****,** que formou no grupo *Vocalistas Tropicais* no seu início chegando a gravar no Rio de Janeiro. Nascera em Fortaleza em 13/10/1924.

22 - Fundada, pelo historiador Raimundo Batista Aragão ***(R. Batista Aragão)***, a ***Barraca do Escritor Cearense***, em frente ao Museu do Ceará, antiga Assembléia Legislativa. No dia 08/08/1997 foi vendida para a Fundação Demócrito Rocha.

29 - Morre, em Fortaleza, o jornalista espírita e militar Edynardo Rodrigues Weyne ***(Edynardo Weyne)*****.** Lutou na Itália na Segunda Guerra Mundial. Doou ao Museu do Ceará todos os seus pertences relativos a sua ação na Força Expedicionária Brasileira. Hoje é nome de rua em Messejana. Nascera em Fortaleza em 09/01/1911.

ABRIL

09 - Abre-se o ***V Salão dos Novos***, realizado no Palácio da Abolição, na Avenida Barão de Studart nº 505.

10 - Toma posse na Cadeira nº 18, da ***Academia Cearense de Letras - ACL***, o escritor e jornalista Geraldo da Silva Fontenele ***(Geraldo Fontenele)***, sendo saudado por Artur Eduardo Benevides.

10 - Inaugura-se o ***XLII Salão de Abril***, neste ano homenagem a três pioneiros do Salão: Raimundo ***Ivan de Oliveira***, ***Aluízio Medeiros*** e ***Antônio Girão Barroso***, todos da União Estadual dos Estudantes - UEE.

21 - Morre em Fortaleza, aos 89 anos de idade, o comerciante e compositor ***José Emygdio*** de Castro, um dos Irmãos Emygdio - o outro era Estevão, já falecido - gêmeos que mantiveram por muitos anos o Café Emygdio, na Praça do Ferreira. Nascera a 28/07/1902 na Rua Major Facundo nº 484, na Praça do Ferreira.

23 - Morre, aos 81 anos de idade, o médico e ex-deputado estadual Nelson de Andrade Sales ***(Nelson Sales)*****,** cearense de Acaraú nascido em 04/12/1909.

24 - Abre-se, no ***Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará - UFC/MAUC***, na Avenida da Universidade nº 2854, a ***1ª Fotoface***, promoção da Associação dos Fotógrafos Autônomos do Estado de Ceará - Aface, em homenagem ao fotógrafo, escritor, pintor e poeta Otacílio Ferreira de Azevedo ***(Otacílio de Azevedo)*****.** Os expositores foram: ***Adriano Paiva***, ***Arimatéia Teixeira***, ***Diogo Cartaxo***, ***Eliete Ferreira***, ***Francisca Nunes***, ***Glória Paes***, ***Júlio Verne***, ***Maria Amélia Leite***, ***Samuel Bezerra***, ***Valdênia Silva*** e ***Valéria Maia***.

24 - O prefeito municipal Juraci Vieira Magalhães (***Juraci Magalhães***) sanciona a Lei nº 6.837, instituindo normas de proteção, preservação e conservação do ***Parque da Liberdade (Cidade da Criança).***

MAIO

14 - Inaugura-se, na Avenida Pontes Vieira, esquina com a Rua Barbosa de Freitas, o ***Posto de Gasolina Jorge Vieira***, vizinho ao Cine-Drive-In, diagonal com o prédio da Assembléia Legislativa.

JUNHO

02 - Morre, aos 75 anos de idade, o bacharel em direito e professor ***Manuel Albano Amora***, membro do ***Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*** e da ***Academia Cearense de Letras - ACL***. Era cearense de Fortaleza, nascido em 19/10/1915.

06 - Morre em Fortaleza o advogado promotor de justiça ***Edgar Pinho Filho***, ex-oficial de gabinete da Secretaria de Surança Pública, cearense de Fortaleza nascido a 13/05/1924.

07 - O Diário Oficial do Município - Diom nº 9632 publica a Lei nº 6864

de 28/05/1991 que muda a denominação da Avenida Presidente Kennedy para ***Avenida Beira Mar***.

07 - Publicado no Diário Oficial do Município - Diom nº 9632, a Lei nº 6862 de 28/05/1991 que muda o nome da Avenida Estados Unidos para ***Avenida Senador Virgílio Távora***.

16 - Morre, em São Paulo, SP, às 18h10min, o empresário ***José Alcy Siqueira***, exportador de peles, empreendedor dos edifícios Jalcy, Jalcy Avenida, Jalcy Beira-Mar e Jalcy Metrópole. Era também exportador. Nascera em Viçosa, CE, a 29/03/1925.

20 - Toma posse, no ***Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*****,** ***João Alfredo de Sousa Montenegro***.

20 - Sai o nº 1 - experimental do jornal ***Equatorial - Informações***, do Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea, com redação na Rua Assis Chateaubriand nº 170, Dionísio Torres.

21 - Toma posse no cargo de Reitor da ***Universidade Federal do Ceará - UFC***, o professor ***Antônio de Albuquerque Sousa*** Filho, substituindo ***Raimundo Hélio Leite***.

JULHO

11 - Morre, aos 69 anos de idade, o médico ***Luís Gualter de Alencar Araripe***, cearense nascido no Crato a 24/05/1922.

15 - Toma posse no comando da ***Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará - EAM***, o capitão de fragata ***César Augusto Lambert Azevedo***, em substituição ao seu colega ***José Luís Freitas Pereira***.

22 - Assume cadeira no ***Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*****,** o arquiteto José ***Liberal de Castro***.

26 - Morre o médico neurologista, professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará - UFC, ***Adalberto Studart Filho***. Era cearense de Fortaleza nascido a 29/05/1921.

AGOSTO

02 - Aos 86 anos de idade, morre ***Dom Raimundo de Castro e Silva***, bispo auxiliar de Fortaleza. Era cearense de Aracoiaba nascido em 01/05/1905.

10 - Pela manhã é inaugurada a ***Escola de 1º Grau Vice Governador Castelo de Castro***, na Rua 43 nº 1531, Conjunto dos Bancários, na Barra do Ceará.

15 - Toma posse na Cadeira nº 4, da ***Academia Cearense de Letras - ACL***, o médico José Murilo de Carvalho Martins ***(Murilo Martins)*****,** sendo saudado por Pedro Paulo Montenegro.

SETEMBRO

19 - O empresário Geraldo Cabral Rola ***(Geraldo Rola)*** recebe das mãos da presidente do Grupo Edson Queiroz, Yolanda Vidal Queiroz (Yolanda Queiroz), a ***Medalha Edson Queirós***, instituída pela Assembléia Legislativa em reconhecimento às personalidades que vêm desenvolvendo o Ceará. ***Geraldo Rola*** é engenheiro e proprietário da Empresa Industrial Técnica - EIT.

25 - Inaugurada a ***Praça Zélia Gonzaga Fontenele, (Deinha)*****,** na Rua Braz Francesco, no bairro de São Gerardo.

25 - Abre-se a ***37ª Exposição Agropecuária do Ceará - Expoece***, sem a presença do governador do Estado Ciro Gomes e do secretário de agricultura Enock de Vasconcelos.

26 - Pela manhã é assassinado o cineasta ***Eusélio Oliveira***, diretor da Casa Amarela da Universidade Federal do Ceará - UFC, na esquina da Avenida Heráclito Graça com Rua Gonçalves Ledo, em frente a uma banca de revistas do assassino, sargento reformado da Marinha, ***Luís Rufino***, após discussão por motivos banais. Eusélio nascera em Fortaleza a 03/01/1933. Era bacharel em Direito. Participou do movimento concretista em 1957.

27 - Em festa no Ideal Clube recebem o ***Troféu Sereia de Ouro***, do Sistema Verdes Mares de Comunicação, o banqueiro Francisco Jaime Nogueira Pinheiro ***(Jaime Pinheiro)*****,** o empresário ***Plínio Pompeu*** de Sabóia Magalhães, o professor ***Roberto de Carvalho Rocha*** e o artista plástico ***Sérvulo Esmeraldo.*** O ***Troféu Sereia de Ouro*** foi criado por Edson Queiroz, e neste ano completa sua maioridade.

28 - Inaugurado no Montese o ***Santuário de Nossa Senhora Aparecida***, em ato presidido pelo arcebispo metropolitano ***Dom Aloísio Lorscheider***.

Setembro - A ***Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF*** muda-se para a Serrinha, na Avenida Dedé Brasil, passando a funcionar no antigo Palácio do Bispo, a Secretaria do Trabalho e Ação Social da Prefeitura e, em caráter provisório, a Fundação Cultural de Fortaleza.

OUTUBRO

21 - Morre, em Fortaleza, o odontólogo e artista plástico José Eduardo Ribeiro Pamplona ***(Eduardo Pamplona)*****,** cearense de Fortaleza nascido em 06/12/1922. Fez parte da formação do conjunto *Vocalistas Tropicais*.

21 - No ***Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*****,** toma posse, na cadeira antes ocupada por Manuel Albano Amora, o novo membro, jornalista e pesquisador Miguel Ângelo de Azevedo ***(Nirez)*****,** que é saudado pelo consócio João Hipólito Campos de Oliveira.

22 - Inaugurada a ***Praça Marcelo Prestes de Queirós***, triângulo entre a Avenida Florêncio de Alencar (antiga Rua Brasil Pinheiro) e a Avenida Coronel Carvalho, em frente a Vila Olímpica Elzir Cabral, estádio do Ferroviário Atlético Cearense, na Barra do Ceará. A Avenida Florêncio de Alencar ao chegar nesta praça bifurca-se, seguindo rumo ao norte e ao oeste em duas ruas com o mesmo nome. A lei que criou a praça foi a municipal nº 6891 de 07/06/1991.

NOVEMBRO

1º. - O Diário Oficial do Município nº 9.736 publica o Ato nº 8.648, de 30/10/1991, que criava a ***Escola de 1º Grau Professora Rachel Viana Martins***, funcionando em prédio na Rua Tucunduba, s/nº, na Granja Lisboa, a *Escola de* ***1º Grau Professora Guiomar da Silva Almeida***, na Rua Perolina de Moraes nº 449 em Messejana, a ***Escola de 1º Grau Dr. José Ayrton Teixeira***, na Rua Alfredo Mamede s/nº, no Mondubim e a ***Escola Profissionalizante Professora Aldaci Barbosa***, na Rua Coronel Olegário Memória, nº 1257, no Conjunto Alvorada.

08 - Toma posse na Cadeira nº 37, da ***Academia Cearense de Letras - ACL***, o escritor Sebastião Teoberto Mourão Landim ***(Teoberto Landim)*****,** sendo saudado por Noemi Elisa Costa de Soriano Aderaldo (***Noemi Elisa Aderaldo***).

10 - Morre o repórter fotográfico Francisco Edson Pinto Teixeira ***(Edson Pio)*****,** aos 49 anos de idade, vítima de complicações de uma trombose. Flagrou e fotografou o suicídio do rapaz que saltou da torre do canal 8 em 02/10/1985 e desde então ficou doente.

19 - Morre em Fortaleza, aos 78 anos de idade, o médico Almir Santos Pinto ***(Almir Pinto)*****,** cearense de Lavras da Mangabeira nascido em 15/02/1913. Foi constituinte de 1947 e presidiu a Assembléia em três legislaturas. Foi prefeito municipal de Maranguape, Secretário de Segurança Pública, de Interior e Justiça, de Educação e Cultura e de Saúde. Foi eleito senador em 1980. Ocupou o governo do Estado por 17 vezes. Foi o primeiro presidente da Unimed.

21 - Morre o médico ***Aloísio Soriano Aderaldo***.

28 - Reinaugurada a ***Praça Martins Dourado***, quadrilátero entre a Rua Doutor Zamenhoff, Rua Gilberto Studart, Rua Almeida Prado e Rua Bento Albuquerque, no Papicu. Teve esta denominação em 02/01/1984, mas passou a denominar-se Praça Deputado José Filomeno em 09/10/1985, voltando agora à denominação antiga.

29 - Morre, aos 70 anos de idade, o professor ***Adroaldo Teixeira Castelo***, cearense de Maria Pereira, hoje Mombaça.

DEZEMBRO

15 - O ***Campeonato Cearense de Futebol*** é encerrado com a partida entre o ***Fortaleza Esporte Clube*** e o ***Ceará Sporting Clube***, que terminou empatada em 1x1 no Castelão, mas saiu Campeão o ***Fortaleza Esporte Clube*** que jogava pelo empate.

20 - A ***Praça do Ferreira*** é reinaugurada pelo prefeito Juraci Vieira Magalhães, trazendo a volta da ***Coluna da Hora*** - embora diferente da antiga que era de alvenaria e a atual é de ferro - e uma praça humana para a Cidade. Projeto dos arquitetos ***Delberg Ponce de Leon*** e ***Fausto Nilo*** Costa Júnior.

20 - Morre, aos 62 anos de idade, Nilo Cláudio Barbosa Falcão ***(Nilo Falcão)*****,** percussionista pandeirista que atuou no conjunto ***Quatro Ases e Um Coringa*****,** em substituição ao pandeirista André Batista Vieira (Melé). Era cearense de Fortaleza nascido em 14/12/1929.

27 - Morre em Fortaleza o empresário ***Benedito Dias Macedo***, sócio de J. Macedo S. A.

Dezembro - Publicado em Fortaleza, com a data de dezembro de 1991, o ***Jornal do Bairro de Fátima*** Ano 1 nº. 1, editado pela Oficina de Letras Editora Ltda., tendo como editora a jornalista ***Inês Prata***.

1991 - O ***censo*** oficial da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de 1991, mostra que Fortaleza contava com 1.768.637 habitantes assim divididos: Fortaleza, 744.600; Antônio Bezerra: 193.914; Messejana: 229.857; Mondubim: 332.186; e Parangaba: 268.080. Embora o censo oficial seja realizado nos anos zero, este foi em 1991 porque o irresponsável governo Color não soltou a verba no ano anterior.

As convenções da Família Saraiva Leão

Fernando Câmara*

Cumprindo uma promessa feita quando da realização de nossa última reunião acontecida no ano passado, no Coliseum Hotel, em Beberibe, no nosso Ceará, a Família Saraiva Leão volta novamente a se reunir, agora em Campos do Jordão, São Paulo, em comemoração dos 40 anos destes originais encontros do Presente com o Passado.

Façamos uma viagem no tempo para recordar um pouco da história destas confraternizações familiares, reunindo parentes de vários estados do Brasil, relembrando o seu passado e os seus grandes vultos que tanto projetaram o nosso Clã!

Naquele distante 1972, em companhia do primo Renato Furtado, fizemos uma peregrinação sentimental até a Barra do Sitiá, no atual município de Banabuiú e cuja capela, construída em 1719, pelo nosso 6º avô materno, Paschoal Correia Vieira, um dos colonizadores da ribeira do Banabuiú, deu origem àquela localidade.

Ali começa a história da família Saraiva Leão em terras cearenses, com o nascimento em 1748 de nosso Patriarca Maior, Ten. Cel. de Milícias Antônio Saraiva Leão.

O seu batistério, do qual tenho uma cópia que me foi presenteada pelo saudoso amigo Dom Pompeu Bezerra Bessa, então Bispo de Limoeiro do Norte, omite o dia de seu nascimento, mas registra apenas a data do batizado, ocorrido em 18 de agosto daquele mesmo ano.

Papai Saraiva, como se tornou conhecido em nossa família, era um opulento fazendeiro, como afirmou o Barão de Studart em seu

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Dicionário Bio-Bibliográfico, e sua enorme descendência é hoje calculada em mais de 10 mil pessoas, espalhadas em todo Brasil e até mesmo no exterior.

A Barra do Sitiá muito se desenvolveu em sua época, tendo como capelão o seu neto, Padre Dr. Antônio Elias Saraiva Leão (1808-1895), ordenado no Seminário de Olinda, e também Bacharel em Direito pela Faculdade existente naquela cidade pernambucana.

Ali era o ponto de convergência de duas essenciais estradas, uma para Aracati, importante centro comercial naquela época, e outra para Icó, na rota do mercado pernambucano. Concorreu com Quixeramobim para sediar em 1755 a sua Paróquia, sendo derrotada; posteriormente entrou em decadência.

Naquela oportunidade, visitamos também o seu cemitério, chamando-nos a atenção a suntuosidade de muitos de seus túmulos, certamente de parentes importantes da terra, como os irmãos Austroliano Silvino Saraiva de Brito e Delermino Francisco Saraiva de Brito, primos e amigos íntimos de nosso bisavô materno, Dr. Antônio Benício Saraiva Leão Castelo Branco (1823-1920).

Foi esta viagem sentimental o ponto de partida para outras visitas aos santuários de nossa família, as quais, posteriormente, tornaram-se conhecidas por Convenções e recebendo sempre a adesão de outros parentes interessados em conhecer a história de nosso Clã.

Em 1973, foi a vez de visitarmos a fazenda Santa Tereza, no município de Brejo do Cruz, em pleno sertão paraibano, fundada em 1810 pelo Major João Batista da Costa Coelho (1794-1892), conhecido na família por Pai Joãozinho, filho caçula de Papai Saraiva e nosso trisavô materno.

A propriedade tinha o nome primitivo de Cachoeira, mas foi mudada pelo famoso Padre Ibiapina, quando ali missionava, para Santa Tereza, em homenagem à esposa e prima do Major João Batista, d. Teresa Antônia de Maria Seja (neta de Matias Pereira Castelo Branco, um dos troncos da família Castelo Branco no Ceará), mulher dinâmica e caritativa, que se destacou nas secas de 1845 e 1877, com a sua dedicação às vítimas de tão terrível flagelo.

A fama desta fazenda marcou época e chegou aos nossos dias, com a sua suntuosa mansão, dotada de todo o conforto, com sua louça e prataria importadas e, ao seu lado, uma capela sob a invocação de São

Sebastião e onde um capelão celebrava dominicalmente missa para seus familiares e agregados.

A educação dos filhos não foi esquecida e de Recife foram contratados professores de letras, língua e música, tendo eu conhecido em minha infância, em Quixeramobim, uma sua neta, Maria Auta Saraiva Pequeno (1862-1946), conhecida por Cachopinha, que falava o francês.

Até um cemitério foi construído, ao lado da capela, onde hoje repousam seus saudosos familiares.

Devemos esta viagem aos estimados primos Woodrow Benício e Renato Furtado e ali fomos maravilhosamente recebidos pelos primos Mário Waldemar e Asteclides Saraiva, bisnetos de Pai Joãozinho.

Era a segunda Convenção que fazíamos, congregando parentes do Ceará e Paraíba, os quais passaram a participar destes originais encontros do Presente com o Passado.

Cinco anos depois, ou seja, em 1978, fomos a Morada Nova, outro núcleo de nossa família, atendendo convite dos saudosos primos Francisco Máximo Saraiva e Luís Gonzaga Barbosa, onde tivemos maior conhecimento com os parentes daquele município.

Ali moraram diversos filhos de Papai Saraiva, dos quais destacamos Galdino Elias Saraiva Leão, um dos signatários da ata de fundação do município de Morada Nova, e dele descendem, dentre outros parentes, o Padre Gothardo Thomaz de Lemos e os irmãos Clodoaldo Pinto Filho, Evandro Pedro Pinto e Nilda Maria Pinto Leone.

Visitamos a fazenda Liranópolis, antiga Gangorra, e que pertencera ao dito Galdino Elias e hoje aos primos Manuel e Raimundo Lira, os quais nos recepcionaram com um gostoso churrasco.

Tivemos a oportunidade de conhecer a fazenda Monte Alverne, que pertenceu ao saudoso Padre Dr. Antônio Elias e a sua casa, ainda em ótimo estado de conservação, onde ele celebrava diariamente a Santa Missa.

Ele se tornou conhecido como o Conselheiro da família e dele dependia os casamentos de nossos parentes. Dizia-se mesmo que, quando um jovem ia pedir alguma pretendente em casamento, os pais desta respondiam: “Fale com o Padre Saraiva que ele dará a resposta”.

Era um sacerdote muito piedoso com vocação mais para o claustro do que para a vida sacerdotal, tendo recusado o cargo de Vigário Geral, quando da posse do 1º Bispo, Dom Luis Antônio dos Santos, em 1861, no novo Bispado do Ceará.

Os parentes mais antigos diziam que quando ele celebrava a Santa Missa, às vezes, as velas se apagavam e quando menos se esperava, elas estavam novamente acesas sem nenhuma interferência humana.

Foi esta a nossa terceira Convenção, a qual compareceram muitos parentes, inclusive o nosso cunhado Rubens Soares Costa, aqui presente com a esposa, minha irmã Tereza Câmara Costa.

Quixeramobim, nossa cidade natal, não poderia ficar fora do roteiro destas Convenções, pois ali se fixou um dos ramos de nossa família.

Quando Papai Saraiva dividiu entre os seus filhos as suas inúmeras propriedades, coube ao capitão Lucas Luiz Saraiva Leão (1789-1873), meu quarto avô materno, a antiga fazenda São João, no atual distrito de Lacerda, naquele município.

O capitão Lucas Luiz dividiu a propriedade em duas fazendas, para os seus dois filhos: Jericó, para o meu trisavô materno, Antônio Galdino Saraiva Leão, e Marajó, destinada ao Major da Guarda Nacional, João Batista da Costa Coelho (não confundir com o Pai Joãozinho da Paraíba, portador de igual nome). Este dito major João Batista, era o bisavô de nosso primo Coronel Jacques Furtado de Andrade e demais irmãos.

Na fazenda Jericó nasceu em 13 de julho de 1898 a minha sempre lembrada mãe, Thereza Heloísa e ali realizamos em 1979 a nossa quarta Convenção congregando diversos parentes e amigos. Foi nosso anfitrião o saudoso parente Antônio Augusto Saraiva Leão, o qual, juntamente com seus dedicados filhos Luís Carlos Saraiva e Lélio Cauby Saraiva, nos recebeu com toda estima e consideração.

Entre os participantes destacamos o então Presidente do Banco do Estado do Ceará, Dr. Luiz Gonzaga Furtado de Andrade, o jornalista-escritor Ciro Saraiva e outros familiares.

Lamentavelmente, tanto a fazenda Jericó, como a Marajó, não pertencem mais a nossa família, o que muito sentimos.

Atendendo gentil convite do Dr. José Wellington Costa Rolim, na época Prefeito Municipal de Orós e também Diretor Comercial do Grupo Eliseu Batista S/A, onde eu desempenhava as minhas atividades, realizamos ali, em 1980, a nossa quinta Convenção reunindo parentes não só do Ceará, mas igualmente da Paraíba e Rio Grande do Norte.

Tivemos uma variada programação festiva, com um churrasco na Ilha da Tranquilidade, em plena represa do seu fabuloso açude, e à noite um baile no Clube do Rio Seco, ofertado pela municipalidade.

Representando a imprensa cearense, compareceu o saudoso jornalista-escritor J. C. Alencar Araripe.

Em 1981, foi a vez de realizarmos a sexta Convenção, na cidade de Baturité, onde existia um núcleo de nosso Clã e pontificou durante muitos anos, como Juiz de Direito da Comarca, o nosso bisavô materno, Dr. Antônio Benício Saraiva Leão Castelo Branco (1823-1920).

Ficamos hospedados na antiga Escola Apostólica dos Padres Jesuítas e durante este evento inauguramos uma rua com o nome desse nosso ilustre antepassado.

Em uma das reuniões plenárias, foi conferencista, o ex-Governador do Ceará e ex-Ministro de Estado, Dr. José Parsifal Barroso, que evocou a memória de nosso benquisto parente, Dr. João Batista Saraiva Leão (Dr. João Saraiva), um dos homenageados dessa Convenção.

Entre os participantes estavam Dom Miguel Fenelon Câmara Filho, na época arcebispo de Maceió, o empresário João Olimpio Filho e esposa, representando os parentes de Rio Grande do Norte, o médico Sebastião Alves Saraiva, representando os primos da Paraíba.

Com um churrasco oferecido pelo Sr. Prefeito Municipal em sua fazenda nas proximidades de Baturité, foi encerrada esta confraternização.

No antigo Mosteiro de Santa Cruz, em plena serra do Estevão, no município de Quixadá, realizamos em 1982 a nossa sétima Convenção. Contamos com a participação de muitos parentes, dos quais ressaltamos a presença dos patriarcas Caubi de Assis Bezerra, Antônio Furtado (Tarcísio), Vasco Furtado, Rafael Pordeus, além de representantes da Paraíba, Rio Grande do Norte e da Bahia, neste caso a prima Valda Saraiva Pinheiro, figura muito querida neste Encontro em Campos do Jordão.

Fomos recebidos festivamente pela Banda de Música do Município e o então Prefeito Renato Carneiro nos ofereceu um lauto almoço no encerramento dessa Convenção.

Durante este evento, foi concedida pela primeira vez a comenda INSÍGNIA DA FAMILIA SARAIVA LEÃO ao nosso parente, Dr. Luiz Gonzaga Furtado de Andrade, na época Presidente do Banco do Estado do Ceará, o qual foi saudado por D. Miguel Fenelon Câmara Filho, seu antigo colega no Seminário da Prainha, em Fortaleza.

Em 1983, completamos eu e minha amada esposa e prima Tetezinha, as nossas Bodas de Prata e resolvemos comemorar este feliz

e importante evento em nossa vida, durante a oitava Convenção, que se realizou no Serra Grande Hotel, em Tianguá, naquele Estado.

Quatro ônibus e vários carros particulares conduziram os parentes e o ponto alto deste evento foi a Santa Missa oficiada por D. Gerardo Andrade Ponte, Bispo de Patos, na Paraíba e que nos casou em Fortaleza, quando era vigário da Paróquia de Fátima.

Foram concelebrantes, nosso irmão Dom Miguel Fenelon Câmara e os saudosos amigos, cônego Miguel Soares e Padre Luiz Gonzaga Xavier.

Houve uma homenagem especial ao inesquecível parente, Dr. Antônio Furtado Bezerra de Menezes, uma das glórias de nossa família, que faria 90 anos de idade, e contou com a presença de seus filhos Darling, Camilo e Teolinda Furtado.

Acreditamos haver sido esta Convenção a mais participada, o que comprova o grau de estima que merecemos de nossos queridos parentes e amigos.

Para não criarmos atritos entre os municípios de Crato e Juazeiro do Norte, quanto a sediar um nosso encontro, resolvemos denominar de Convenção do Cariri a nona reunião da Família Saraiva Leão, realizada em 1984.

Por mercê do prestígio de nossa prima Irmã Julieta Saraiva Leão junto ao Sr. Bispo Diocesano, Dom Vicente de Araújo Matos, conseguimos realizar este tradicional evento no sítio do Granjeiro, pertencente ao bispado do Crato, com ótimas acomodações para todos os convencionais.

Visitamos os pontos turísticos da região, inauguramos em Missão Velha uma rua com o nome do saudoso Antônio Augusto Saraiva Leão, nosso anfitrião na Convenção do Jericó, em Quixeramobim.

No jantar oferecido pelo então Prefeito Manuel Salviano, em Juazeiro do Norte, foi outorgada a INSÍGNIA DA FAMÍLIA SARAIVA LEÃO, ao primo jornalista Ciro Saraiva, Secretário de Imprensa do Governador da época, Dr. Luiz Gonzaga da Fonseca Mota, em solenidade prestigiada pelo Secretário de Cultura, escritor Joaryvar Macedo.

No aprazível Remanso Hotel de Serra, no município de Guaramiranga, na serra de Baturité, realizamos em 1985 a nossa décima Convenção, reunindo parentes de vários estados do Brasil.

Graças à colaboração do senador Mauro Benevides, conseguimos publicar *As Memórias do Dr. Antônio Gervásio Alves Saraiva*, as quais foram distribuídas entre os convencionais, e, segundo o saudoso Dr. João Saraiva, foi o melhor trabalho sobre a história de nossa família. O lançamento desta publicação foi o ponto alto desse Encontro que foi também mais turístico.

Dois anos depois, ou seja, em 1987, realizamos a XI Convenção, em Natal, no Rio Grande do Norte no Hotel Residence, onde fomos maravilhosamente recebidos. Era a primeira Convenção que realizávamos fora do Ceará e por nós considerada uma das mais animadas.

Dela participaram pela primeira vez, o nosso saudoso primo Dr. Ruy da Fonseca Saraiva e familiares, completando assim a presença de descendentes dos quatro filhos de Pai Joãozinho que deixaram prole: do Dr. Antônio Benício Saraiva Leão Castelo Branco (o bisneto Fernando Câmara), do Ten. Cel. Sabino Benício (o bisneto João Olímpio Filho), de Auta Felismina Saraiva Pequeno (o neto Dr. Ruy da Fonseca Saraiva) e de Felismina Auta Saraiva Leão (o bisneto Dr. Luis Carlos Saraiva).

A notícia deste original Encontro do Presente com o Passado teve completa cobertura da imprensa, tanto do Ceará como Rio Grande do Norte. Na ocasião foi conferido ao empresário João Olimpio Filho, o título de Presidente de Honra de nossas Convenções, pelo seu valioso apoio e colaboração prestados às nossas promoções.

Nessa Convenção lançamos o primeiro número de nosso informativo *O Saraiva Leão*, idealizado por Caubi Bezerra.

Depois do êxito alcançado em Natal (RN) programamos para 1988 a realização de nossa XII Convenção, que teve lugar em Parnaíba, Piauí, a qual foi na realidade um encontro recreativo.

Ali ficamos hospedados no Rio Poty Hotel Praia, onde saboreamos deliciosos pratos regionais e o ponto alto desta nossa confraternização foi uma excursão fluvial no delta do Rio Parnaíba.

Continuando as nossas Convenções fora do Ceará, tivemos em 1989 um Encontro muito concorrido na Estância Termal de Brejo das Freiras, no município de Antenor Navarro, no vizinho estado da Paraíba, e ali fomos recebidos com toda consideração e apreço pela sua gerente. D. Etina Medeiros, parenta do antigo arcebispo de Fortaleza, Dom José de Medeiros Delgado.

O hotel dispunha de uma fonte natural de águas térmicas e muitos parentes aproveitaram para tomar seus banhos saudáveis.

Entre os convencionais o nosso primo Padre Hugo Furtado que celebrou a Santa Missa para os presentes.

Também esteve presente à nossa Convenção o então Governador daquele estado, Tarcísio Buriti, que fez questão de ser fotografado com os convencionais.

No encerramento, prestamos merecida homenagem a D. Etina Medeiros, através da palavra do primo Dr. José Wilson Saraiva (de São Paulo), pela fidalga acolhida à Família Saraiva Leão. Ela agradeceu profundamente sensibilizada, dizendo na oportunidade que aquela fora a única homenagem que recebera, depois de muitos anos de administradora daquele hotel.

D. Etina foi uma pessoa que soube cativar a todos, nada deixando que nos faltasse, nem mesmo um forró todas as noites para alegria da turma jovem.

Foi na Paraíba, novamente, a XIV Convenção, desta vez realizada em 1990, no Tropical Hotel Tambaú, em João Pessoa.

A notícia deste evento teve muita repercussão e mereceu destaque na imprensa paraibana, através do jornal *Correio Paraibano*.

Os primos da Paraíba, tendo à frente o benquisto médico Dr. Sebastião Alves Saraiva, deram todo apoio e colaboração para o completo êxito de nossa confraternização.

Na oportunidade, foi comemorado festivamente o centenário de nascimento do Dr. Andrade Furtado, uma das glórias de nossa família, com a celebração de uma Santa Missa pelo seu próprio filho, Padre José Ábner de Andrade Furtado e pronunciamentos de seus familiares.

Em 1992 realizamos no Hotel Praia das Fontes, em Beberibe, no Ceará, a nossa XV Convenção, onde foi comemorado o centenário da Tipografia Minerva e homenageado seu antigo proprietário, Francisco Assis Bezerra de Menezes.

Em virtude de seus falecimentos, também foram evocadas as memórias de João Antônio Saraiva Leão, pelo seu neto de igual nome, e de Augediva Jucá Pordeus, pelo sobrinho Francisco de Assis Pordeus Furtado.

Nas dependências do Hotel foi celebrada, pelo Padre Antônio Guerra Pimentel (o saudoso Padre Barata), Missa em sufrágio de suas

almas, e durante a sessão plenária, evocamos com muita saudade e carinho suas figuras e a de Assis Bezerra, nosso tio afim e padrinho de batismo.

O Hotel Termas, em Mossoró foi o escolhido para a realização de nossa XVI Convenção, em 1994, com a participação de muitos parentes vindos de outros Estados, como o primo Dr. Ruy da Fonseca Saraiva e família, pois a sua saudosa esposa, D. Edna Azambuja Saraiva, foi uma das nossas homenageadas.

A realização do evento teve muita repercussão em Mossoró, tendo os seus jornais *O Mossoroense* e *Gazeta do Oeste* noticiado este original Encontro de Família.

Tal como a Estância do Brejo das Freiras, o Hotel Termas tem também as suas piscinas com águas térmicas, as quais foram muito frequentadas pelos nossos convencionais. A partir dessa Convenção, passamos a contar com o apoio e colaboração da Saron Turismo, dirigida pelo nosso parente e amigo Adriano Câmara.

O centenário de nascimento de nosso inesquecível parente e grande benfeitor, Dr. João Batista Saraiva Leão (Dr. João Saraiva), em 1995, foi o motivo principal para a realização da nossa XVII Convenção no Ytacaranha Hotel, em Meruoca, cidade serrana no norte de nosso estado, onde foi homenageado postumamente.

Tendo o Dr. João Saraiva sido membro efetivo do Instituto do Ceará o então presidente, General Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, designou o consócio Monsenhor Francisco Sadoc de Araújo para representá-lo naquela solenidade, tendo aquele sacerdote comparecido ao evento.

Evocamos com muita admiração e profunda saudade, a figura desse inesquecível parente durante a reunião plenária, e coube ao seu filho, Dr. Edgardo Saraiva Leão, agradecer esta merecida homenagem, em nome de seus familiares.

Nessa mesma Convenção ocorreu o batizado de nossa primeira neta Raíssa Maria, filha do médico Dr. Francisco Teles de Menezes Neto e de nossa primogênita Thereza Fernanda Câmara Teles.

Entre os convidados dessa Convenção os amigos José Raimundo Costa, diretor do jornal O POVO, e José Arimatéia dos Santos, diretor do Grupo Edson Queiroz, ambos já falecidos.

Recife, a bela capital pernambucana, não poderia fica de fora do roteiro de nossas Convenções. Ali residem vários parentes e participantes de nossas confraternizações, como a família do saudoso

Antônio Augusto Saraiva Leão, e os nossos irmãos José Waldo e Maria de Lourdes Câmara Brito, esposa do engenheiro Wilson Cavalcanti de Brito.

Ali estivemos, em 1997, viajando uma parte dos convencionais em avião e outra em transporte rodoviário.

Hospedamo-nos no Hotel Amoaras e durante a reunião plenária prestamos homenagem ao saudoso desembargador Manuel de Sales Andrade e à nossa tia materna, Maria Alceste Saraiva Leão, por motivo de seus centenários de nascimento.

Visitamos pontos turísticos da cidade e o fato de destaque da Convenção foi uma Missa solene com cânticos gregorianos no Mosteiro de São Bento, oficiada por nosso irmão Dom Miguel Fenelon Câmara Filho, arcebispo de Teresina, e concelebrada pelo Abade e monges daquela comunidade religiosa.

O *Diário de Pernambuco* publicou duas reportagens sobre esta nossa Convenção, inclusive com fotografias do grupo familiar em frente ao Mosteiro de S. Bento.

Sem dúvida alguma a XIX Convenção, realizada no ano 2000, em São Luis, no Maranhão, foi uma das mais animadas e ali ficamos hospedados no Hotel Sofitel que nos recebeu com a maior cordialidade possível.

Quando mandamos imprimir o Programa-Convite com a fotografia do dito hotel na capa, o mesmo causou grande sucesso e a administração do Sofitel nos brindou com a apresentação do Bumba-meu-boi, com mais de oitenta figurantes, em suas dependências.

A festa durou até a madrugada com grande animação dos presentes e no dia seguinte, quando da festa dos aniversariantes do mês, a gerência do Hotel ofereceu gratuitamente bolos e refrigerantes para todos.

Durante a sessão plenária prestamos merecida homenagem póstuma ao saudoso parente Rafael Pordeus, grande animador de nossas confraternizações, por motivo de seu falecimento.

A Convenção do Maranhão marcou época e, ainda hoje, é recordada com muita saudade pelos seus participantes.

Em 2003, tivemos a grande satisfação de realizar a nossa XX Convenção em Fernando de Noronha com a participação de muitos parentes, inclusive de outros estados.

A excursão foi feita pela TAF (Transportes Aéreos Fortaleza), pertencente ao saudoso comandante Ariston Pessoa, nosso velho conhecido, quando prestava serviços com seu teco-teco ao Grupo Eliseu Batista, onde, por mais de trinta anos, dedicamos as nossas atividades. Ele facilitou ao máximo nossa viagem, até mesmo no aspecto financeiro, e assim realizamos este passeio, digamos assim, a Fernando de Noronha.

A administração da ilha não queria permitir os pernoites da aeronave em Fernando de Noronha, o que encareceria bastante a excursão. Por sua interferência pessoal, a pedido nosso, o senador Mauro Benevides obteve do governo pernambucano permissão para a permanência do aparelho ali até o final de nossa Convenção. Na mesma tarde, recebemos um telefonema do próprio administrador da ilha apresentando desculpas pelo ocorrido e prometendo todo o seu apoio para o sucesso dessa Convenção.

A ilha de Fernando de Noronha não tem hotéis e sim uma série de pousadas dotadas de todo conforto, mas oferecendo apenas o café matinal, sendo as outras refeições realizadas em um grande restaurante com um cardápio variadíssimo que agradou a todos os presentes.

Depois de visitarmos os seus pontos turísticos, fizemos uma excursão marítima em torno da ilha para contemplar as suas belezas naturais.

Tendo percorrido quase todos os estados do Nordeste brasileiro tivemos oportunidade de conhecer em 2006, a Pousada do Rio Quente, em Goiás, onde realizamos a nossa XXI Convenção.

Partimos de Fortaleza em voo direto para Brasília e ali apanhamos os ônibus especiais contratados para este evento.

A Pousada do Rio Quente é um ambiente de repouso com os seus banhos térmicos, e ali até parece que não estamos no Brasil. Tem um clima gostoso e a vegetação sempre verde contrasta com a sequidão do nosso Nordeste.

Fomos bem recebidos e aproveitamos esses dias para melhor repousar junto aos nossos caros familiares.

Na Bahia realizamos em 2008 a nossa XXII Convenção, incentivados que fomos pelo casal Benevaldo e Maria Amorim dos Santos, que já vinha participando dessas nossas reuniões de família.

Aliás, há muito desejávamos reunir-nos em Salvador para retribuir o apoio que sempre recebemos da prima Valda Saraiva Pinheiro, a primeira parenta de outro Estado a participar para nossas Convenções.

Ficamos hospedados no Catussaba Resort Hotel e tivemos a presença de outros parentes ali residentes como o Coronel Francisco Zilmar Saraiva e esposa e o saudoso primo Mauro Sileno Bezerra Saraiva.

Mantendo um costume que já se tornou tradição, durante a reunião plenária prestamos nossa sentida homenagem aos parentes falecidos após a Convenção anterior.

Visitamos pontos turísticos de Salvador e fizemos um passeio de escuna pela Baía de Todos os Santos, almoçando em uma de suas ilhas.

Como entusiastas da história eclesiástica do Brasil fomos à sua catedral visitar as sepulturas de três grandes arcebispos da Bahia: Dom Luis Antônio dos Santos, 1º bispo do Ceará, D. Antônio Macedo Costa, a grande vítima da Questão Religiosa e Dom Jerônimo Thomé de Silva, cearense de Sobral e que ocupou as mitras do Pará e Salvador.

Lamentavelmente não conseguimos localizar o local onde repousa o imortal D. Antônio Macedo Costa, o que muito sentimos.

Depois de passarmos dezesseis anos sem fazer uma Convenção no Ceará, voltamos em 2011 a nos reunir naquele estado, desta feita no Coliseum Hotel, em Beberibe e pertencente ao empresário Darlan Leite.

Estiveram presentes os parentes não só do Ceará, mas igualmente da Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro e Brasília e a nossa agenda foi das mais movimentadas.

Recordamos os centenários de nascimento dos saudosos parentes: Suli e Caubi de Assis Bezerra, Leocádia Carvalho Saraiva Leão e Maria Alexandrina Furtado Arruda.

Homenageamos, também, pela decorrência de suas Bodas de Ouro, os primos: Sirley e Coronel Jair Barreira Furtado – Ruth e Paulo Abel de Andrade Furtado – Cléa e José Bougival Saraiva Landim – Maria Celeste e Pedro Jorge Furtado Bezerra – Nizete e Plácido Alves Saraiva – Marlene e Aníbal Benévolo de Andrade.

Reverenciamos, na oportunidade, com muitas saudades, os parentes falecidos após a última Convenção realizada em Salvador no ano de 2008.

Conforme se verifica tivemos uma reunião muito movimentada com a presença de diversos parentes, alguns dos quais não tiveram

oportunidade de participar de outros Encontros realizados fora do nosso Ceará.

Consoante já foi dito no início deste pronunciamento aqui estamos em Campos do Jordão para a realização do XXIV Encontro da Família Saraiva Leão.

Era nossa intenção que este acontecimento tivesse ocorrido em Belém, no Pará, como já havia sido programado, e chegamos inclusive a visitar aquela cidade, onde residimos durante seis anos, após o feliz enlace matrimonial com a minha querida prima Terezinha.

Todavia, motivos alheios à nossa vontade não permitiram que este nosso desejo se tornasse realidade. O benquisto primo Adriano Câmara, nosso dedicado agente de viagens, salvou a situação, conseguindo que este original Encontro de Amizade e Recordação fosse aqui realizado e onde nos encontramos com muita satisfação.

Cumprindo a sua programação, prestamos nossas homenagens aos casais, Elenir e Woodrow Benício Neto, pela decorrência dos 70 anos de feliz enlace matrimonial, ocorrido no dia 8 de setembro passado; os 60 anos, também de feliz união conjugal, dos primos Yêlda e Carlos Fernando Furtado, e ainda as Bodas de Ouro de nosso irmão José Waldo e Lilian Câmara, residentes em Recife.

Também não poderemos deixar de evocar, com muitas saudades e especial carinho, as figuras de nossos inesquecíveis parentes falecidos após a última Convenção, realizada no Coliseum Hotel, e cujas memórias reverenciamos neste momento: Antônio de Pádua Saraiva Câmara, que para nós não foi somente um irmão muito querido, mas um segundo Pai na sua total dedicação a nossa família; Lincoln Francisco Benício Neto, bancário, filho do casal Antônio Benício Neto e Violeta Bezerra Benício, irmão, portanto, de nosso estimado primo Woodrow Benício Neto e outros familiares; o casal Neuma Costa e Dr. Guinardo Studart, conhecido pelo entusiasmo que nutria pelo nosso Clã, sendo ele neto do Barão de Studart, um dos fundadores do Instituto do Ceará; Maria Tereza Bezerra Saraiva, que participou de várias Convenções, sendo filha do saudoso casal, Dr. João Batista Saraiva Leão e Fausta Bezerra Saraiva; Levy Otoch Barroso, falecido de maneira trágica em plena mocidade e sobrinho-neto do nosso parente, Coronel Jacques Furtado de Andrade; Maria Edinir Lima Bezerra, esposa do primo Abelardo Bezerra; Maria Odília Castelo Branco Ferreira, irmã de nossa querida

prima, Maria Odete Castelo Branco, presença muito honrosa em nossa Convenção, juntamente com seus familiares; por fim, já agora, no dia 24 de setembro último, tivemos a dolorosa notícia do falecimento de nosso saudoso vice-presidente, dr. Sebastião Alves Saraiva, benquisto membro de nosso Clã, e que há muito se encontrava enfermo.

Todos estes entes queridos foram pessoas muito estimadas em nossa família e seus falecimentos nos deixaram muito saudosos e enlutados.

Outrossim, para satisfação nossa, registramos também o feliz centenário do nascimento do ilustre parente, Ismael de Andrade Pordeus, citado pelo famoso escritor Gustavo Barroso, quando a ele se dirigia, como "o grande historiador cearense".

Não o alcançamos no Instituto do Ceará, onde foi membro efetivo até 1964, quando faleceu, pois somente onze anos depois, ou seja, em 1975, tivemos ingresso nesse centenário Sodalício.

Gostaríamos, porém, de transcrever um tópico do trabalho que escrevemos sob o título – *A Presença de Quixeramobim no Instituto do Ceará* – onde fizemos a seguinte evocação sobre este sempre lembrado parente, cujos familiares nos honram aqui com suas presenças.

"Nasceu no dia 25 de dezembro de 1912 e teve como pais o Cel. Rafael Pordeus Costa Lima e Maria de Jesus Andrade Costa Lima.

Fez os primeiros estudos em Quixeramobim e posteriormente em Canindé de onde se transferiu para o Colégio São João, na Paraíba.

Ingressando no serviço público estadual, exerceu as seguintes funções: secretário do Instituto Carneiro de Mendonça, diretor geral da Secretaria de Polícia e Segurança Pública, do Fórum e do Arquivo Público.

Escreveu no jornal católico *O Nordeste* uma série de artigos sobre "O Menor Abandonado no Tempo no Ceará Província" e depois publicou os livros *Raízes Históricas de Brasília* e *À Margem de Dona Guidinha do Poço*, este último uma análise do romance do escritor Manuel de Oliveira Paiva.

O saudoso escritor cearense Gustavo Barroso, quando a ele se referia, o chamava sempre de "o grande historiador cearense Ismael Pordeus". Amante de sua terra natal coube-lhe a honra de organizar os festejos do bicentenário de sua Paróquia (1955) e o centenário do município (1956). Era casado com Augediva Jucá Pordeus, senhora de grandes virtudes e faleceu em Fortaleza no dia 6 de setembro de 1964."

Foi esta a figura maravilhosa de Ismael de Andrade Pordeus, que veio ao mundo para servir e depois de cumprir sua missão terrena retornou à Casa do Pai. Ao festejarmos nesta Convenção o seu centenário de nascimento, fazemos nossas as palavras de Santo Agostinho, o grande Doutor da Igreja: "Não choremos a sua morte, mas regozijemo-nos por haver possuído tal Pai".

Comemoramos, assim, neste 2012, quatro décadas destes originais Encontros de Amizade e Recordação que se tornaram depois conhecidos por Convenções da Família Saraiva Leão. Foram as mesmas, no passado, motivo de pronunciamento elogioso do saudoso senador Almir dos Santos Pinto no Senado da República, e também de reportagens na Rede Globo de Televisão, revista Veja e outros órgãos da imprensa nacional.

Encerrando este longo pronunciamento, não poderíamos deixar de evocar com muitas saudades os nomes daqueles parentes e amigos que, ao longo desses quarenta anos, participaram de nossas Convenções, alguns até com assiduidade, e que hoje, na Pátria Celestial, junto a Deus Pai todo-poderoso, estão presentes em espírito a esta nossa grande comemoração: Antônio de Pádua Saraiva Câmara, Heloísa Helena Câmara, Maria Helena Furtado Arruda, Maria Alexandrina Furtado Arruda, Hilma Bezerra de Menezes, Carlos Danilo Castelo Branco, Haisse Maria Benício Neto, Francisco Teles de Menezes Neto, Maria Carlota Furtado, Gil César Furtado, Analinha Saraiva Esmeraldo, Ageu Galdino Brasil, Francisco Edgardo Saraiva Leão, Maria Tereza Bezerra Saraiva, João Batista Saraiva Leão Neto (Joãozinho), Francisco de Assis Pordeus Furtado, Rafael Pordeus Costa Lima e Aélia de Castro Pordeus Costa Lima, Antônio Furtado (Tarcísio) e Angélica Ellery Barreira Furtado, Caubi de Assis Bezerra e Suli Furtado Bezerra, Dr. Ruy da Fonseca Saraiva e Edna Azambuja Saraiva, José Airton Saraiva, Vasco Bezerra de Menezes Furtado, Camilo Riker Furtado, Francisco Máximo Saraiva, Pergentino Saraiva, Antônio Marques Cavalcante, Juracyr Bezerra de Menezes, Gil Ruben de Andrade Furtado, Tânia Cristina Tavares de Andrade Furtado, Padre José Ábner de Andrade Furtado, Asteclides Saraiva Leão, Cristina Ramos Machado Pinto, João Antônio Saraiva Leão, Amauri de Pontes Saraiva, Oswaldo Othon Pontes Saraiva, Margarida de Pontes Saraiva Luiz Gonzaga Furtado de Andrade, Luiz Gonzaga Barbosa e Hilzidéa Aguiar Barbosa, Antônio

Bezerra Sobrinho, Raimundo Saraiva de Brito, Fernando Saraiva Oliveira, Maria Darling Riker Furtado, Maria Auta Saraiva César (Maná), João Olímpio Filho - o nosso saudoso Presidente de Honra, Laís Saraiva de Castro, Antônio Augusto Saraiva Leão, Mário Waldemar Saraiva Leão, Clodoaldo Saraiva Leão (Saraivinha), Plácido Alves Saraiva, Geraldo Alves Saraiva, professor José Plácido Saraiva Leão, Plínio Forte Maia, Magda Isabella Riker Furtado, Lídia Saraiva Leão, Francisco Saraiva Maia (Chicute), Manuel Nogueira de Souza (Caboclinho), José Wilson Saraiva e o Dr. Sebastião Alves Saraiva.

Nossos maiores agradecimentos a todos os convencionais que mais uma vez prestigiaram este tradicional evento, ao nosso agente de viagem primo Adriano Câmara e finalmente à administração deste fabuloso Hotel que tanto orgulha o nosso Brasil!

Muito obrigado!

(Palestra pronunciada na XXIV Convenção da Família Saraiva Leão, realizada em Campos do Jordão, São Paulo, de 11 a 14 de outubro de 2012).

EFEMÉRIDES

Datas e fatos para a história do Ceará (1988 - 1989)

Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)*

Janeiro 1988

02 - Assume, pela terceira vez, a presidência do *Tribunal de Contas do Estado - TCE*, o conselheiro *Stênio Dantas* de Araújo, substituindo o conselheiro *Luciano Barreira*.

14 - A *10ª Região Militar* tem novo comandante. Assume o general *Inaldo Seabra de Noronha*, em substituição ao general *Luís Pires Ururahy Netto*.

18 - Termina o *racionamento de energia elétrica* em Fortaleza.

28 - Chega a Fortaleza *Ronaldo Caiado*, para instalar a *União Democrática Ruralista - UDR*-CE.

29 - Entra no ar, oficialmente, em Fortaleza, a *rádio Casablanca FM*, pertencente a *Carlos Benevides*, *Emílio Ary Filho*, *Paulo Jereissati Ary* e *Pedro Jorge Jereissati Ary*, tendo na direção geral *José Américo de Sousa*.

29 - Eleito o *rei Momo-88* do *carnaval* cearense, *Paulo Sérgio Luz* e *rainha do canaval-88*, a candidata do Vila União Atlético Clube, *Jaqueline de Moraes*. *Paulo Sérgio* é o primeiro *rei Momo* negro.

Fevereiro

01 - Toma posse, na presidência da *Academia Cearense de Retórica - Acere*, o escritor e jurista Francisco *Osmundo Pontes*.

06 - Assume o comando do *23º Batalhão de Caçadores - 23BC*, o

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

coronel *Paulo César Romero Castelo Branco*, em substituição ao coronel *Rômulo de Oliveira Maciel***.**

14 a 16 - Dias dedicados ao *carnaval*.

22 - Toma posse no *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)***,** o historiador Joaquim Lobo de Macedo *(Joaryvar Macedo)***.**

25 - A Polícia Federal desarticula quadrilha internacional de *traficantes de crianças* do Ceará para os Estados Unidos e Europa.

26 - O capitão-de-fragata *Paulo Roberto Jordão Marinho* deixa o comando da *Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará - EAM*, passando ao também capitão-de-fragata *Napoleão Bonaparte Gomes*.

26 - Sai o primeiro número do jornal *Vassourão*, informativo da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização - Emlurb, da Prefeitura Municipal de Fortaleza, que tem *Verônica Prado* como jornalista responsável.

Março

09 - Morre, às 13h, aos 82 anos de idade, o ex-Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, dom *José de Medeiros Delgado*, no Recife, Pernambuco. Era paraibano de Pombal, hoje Condado, nascido em 28/07/1905. É sepultado em Caicó, sua primeira diocese. Em sua administração foi vendido o Palácio do Bispo à Municipalidade.

15 - O Diário Oficial do Município - Diom nº 9.576 publica o Ato nº. 7.889 que cria a *Escola de 1º Grau Parque São Miguel*, que funciona em casa na Rua Lourdes Vidal Alves, nº 444, na Lagoa Redonda.

15 - Empossado o novo reitor da Fundação Universidade do Ceará - UECE, Perípedes Franklin Maia Chaves *(Perípedes Chaves)***.**

23 - Inaugura-se a sede própria do *Clube dos Empregados da Petrobras - Cepe*, na Avenida Dioguinho, nº 5530, Praia do Futuro, projeto do arquiteto *Jaime Leitão*.

23 - Morre o médico pediatra cearense João Valente de Miranda Leão *(João Miranda Leão)***,** Professor Emérito da UFC.

28 - As Indústrias Alimentícias *Wal-Can S. A*., vendem o prédio de sua fábrica, na Rua Capitão Gustavo nº 3552, São João do Tauape, em frente à praça do mercado, à *Igreja Evangélica Assembléia de Deus Betesda - Ceará*, que para ali muda-se no mesmo ano.

28 - Circula o primeiro número do periódico de bairro *Jornal Aldeota*, de circulação quinzenal que tem como diretor presidente *Sílvio Rui Costa Almeida*; editor, Tertuliano Petter Siqueira *(Tertuliano Siqueira) "Terto"*; diretor executivo, *Ricardo Albino*; diretor comercial, *Sued Pinheiro*; diretor de marketing, *Ricardo Bandeira de Melo*; diagramação e arte, *Jorge Freire* e *Armando Oliveira*; composição de textos, *Aldeci Costa*. Impresso pela Impressora São Benedito Ltda. Rua 25 de Março, n°. 167-429.

Abril

02 - Morre, no Rio de Janeiro, RJ, o instrumentista Esdras Falcão Guimarães *(Pijuca)***,** um dos integrantes do *Conjunto Liceal* e que depois foi violonista no conjunto *Quatro Ases e Um Coringa*. Nascera a 05/03/1921 em Fortaleza.

04 - A *Rádio Assunção Cearense* muda-se da Rua Irauçuba, nº 55, para a esquina da Rua Marcondes Pereira nº. 684, com Avenida Barão de Studart. Hoje é a Rádio Globo.

13 - Reinaugurada, após reforma, a *Praça José de Alencar*, sendo entregue ao povo novamente como praça, pois estava transformada em terminal de ônibus.

13 - Abre-se, às 19h30, o *XXXVIII Salão de Abril* (deveria ser o XXXIX), na Casa de Cultura Raimundo Cela, no Palácio da Luz, homenagem ao casal de artistas plásticos Nilo de Brito Firmeza *(Estrigas)* e Maria de Castro Firmeza *(Nice)***.** A promoção foi da Prefeitura Municipal de Fortaleza, com apoio de Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Varig-Cruzeiro, Cetusa Turismo, CAU-Cinema de Arte da UFC, Fundação Demócrito Rocha e Tiprogresso.

14 - Assume, às 11h, no Palácio do Governo, o novo Reitor da Universidade Estadual do Ceará - UECE, professor Perípedes Franklin M. Chaves *(Perípedes Chaves)***,** tendo como vice o professor *Luís Tavares Júnior*.

16 - Morre em Fortaleza, vítima de AIDS, o artista plástico *Isaías*, oriundo do Maranhão e radicado em Fortaleza.

18 - Morre, aos 62 anos de idade aproximadamente, o médico cearense de Viçosa do Ceará, *Gerardo Assunção Magalhães*.

Maio

03 - Morre, aos 78 anos de idade, o jornalista e fotógrafo Antônio Figueiredo Monteiro *(Antônio Monteiro)*, aracatiense, representante em Aracati do jornal *O Povo*.

04 - Oito pessoas morrem eletrocutadas, na Praça José de Alencar, no palanque do comício de lançamento do Partido da Juventude, quando, sob forte *chuva* misturavam-se os fios elétricos com os fios das caixas de som da Black Banda.

05 - *Gerardo Bastos S. A.* inaugura nova loja, agora na Avenida Barão de Studart nº 3100.

07 - Morre, em Fortaleza, o comerciante *José Aquino de Alencar*, da firma J. Aquino de Alencar.

10 - Assume o comando da *Capitania dos Portos do Ceará* o capitão-de-fragata *Carlos Eduardo Massayoshi Naito*, que veio substituir seu colega de posto *João Alberto Sant'Anna Sampaio*.

18 - Aceito pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJEC, o pedido de concordata da *Brasil Oiticica S. A.*, rejeitado em maio.

20 - Tomam posse na *Academia Cearense de Retórica* os novos acadêmicos Geraldo da Silva Fontenele *(Geraldo Fontenele)***,** Joaquim Lobo de Macedo *(Joaryvar Macedo)***,** José *Ribeiro Ramos* e *Raimundo Bezerra Falcão*. A solenidade foi à noite, no auditório do Tribunal Regional do Trabalho - TRT.

23 - Exonerado o *Secretário de Segurança Pública Gilberto Aparecido* Américo, ficando em seu lugar o delegado José *Jaime de Paula Pessoa Linhares*, interinamente.

27 - Assume a *Secretaria de Segurança Pública do Estado*, o delegado federal Moroni Bing Torgan *(Moroni Torgan)*.

Junho

03 - Morre, em São Paulo, aos 68 anos de idade, o senador Virgílio de Moraes Fernandes Távora *(Virgílio Távora)***,** vítima de carcinomatose generalizada (câncer), cearense de Fortaleza, era membro do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*. Foi governador do Estado por duas vezes. Nascera em Fortaleza a 29/09/1919.

03 - Morre, em São Paulo, no Hospital Albert Einstein, aos 50 anos de idade, o engenheiro e arquiteto cearense Pedro Natale Rossi *(Pedro Rossi)***.** Seu corpo chegou no dia seguinte a Fortaleza, sendo sepultado no Cemitério de São João Batista. Nascera em Fortaleza no dia 29/06/1938.

04 - Inaugura-se em Fortaleza, a *Crasa Shopping Car nº 2*, na Avenida Heráclito Graça nº 1035.

06 - Morre em Fortaleza, aos 61 anos de idade, a artista veterana do rádio e televisão cearenses, Aneide Maia Nogueira *(Neide Maia)*, locutora que se iniciou na Rádio Iracema em 1949.

16 - Às 20h30, na Galeria Tukano, na Rua Carolino Sucupira nº 1304, Aldeota, realiza-se o lançamento do livro *A Bandeira Nacional* e a exposição individual de aquarelas, do escritor e artista plástico *Rubens de Azevedo*.

23 - Morre, no Rio de Janeiro, onde residia, o musicólogo cearense José *Mozart de Araújo*, uma das maiores autoridades em história da música brasileira, professor, historiador. Cearense de Campo Grande, foi para o Rio em 1928. Possuía uma grande coleção de documentos históricos sobre nossa música, como partituras, livros, revistas, discos, manuscritos, principalmente do período colonial.

29 - A *Academia de Ciências Contábeis do Estado do Ceará* empossa, às 19h45, nove novos acadêmicos, os contabilistas *Paulo Feijó de Sá e Benevides*, *Eliseu de Sousa Pereira*, *Jaime Avelino Chagas*, *José Hamilton Mota Vieira Filho*, *Sílvio Leitão de Castro e Silva*, *Paulo Afonso Costa de Moraes Lima*, *João Moreira Vale*, *José Pessoa de Araújo* e *Maria da Glória Arrais Peter*, saudados por Pedro Paulo Vieira.

30 - Fundada, em Fortaleza, a *Academia de Ciências Sociais do Ceará - ACSC*, no Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA, da Universidade Estadual do Ceará - UECE, tendo na presidência o acadêmico Francisco *Tarciso Leite* que assumiu na ocasião.

Julho

01 - A prefeita Maria Luísa Fontenele sanciona a Lei nº. 6.297 que preserva o *Riacho Papicu* e suas margens.

01 - A Lei nº. 6.318, que institui normas de proteção do *Centro Artístico*

Cearense e do *Teatro São José* é sancionada pela prefeita Maria Luísa Fontenele.

08 - Inaugurado o edifício do *Centro Empresarial Clóvis Rolim*, na esquina da Rua Sena Madureira com Rua dos Pocinhos nº 20, no local onde funcionara o Instituto de Humanidades do cônego Vicente Salazar da Cunha e do médico Antônio Augusto de Vasconcelos. Projeto de Nasser Hissa Arquitetos Associados Limitada.

10 - O mestre pescador *Luís de Queirós Monteiro*, comandando a jangada "Cobal", vence a *XXI Regata de Jangadas Dragão do Mar*.

15 - José Maria Barros de Pinho *(Barros Pinho)* deixa a *Secretaria de Cultura e Desporto* para desincompatibilizar-se e concorrer à Prefeitura Municipal de Fortaleza.

18 - Morre, aos 84 anos de idade, em Cachoeira do Sul, RS, o compositor e pianista João *Souto Menor*, cearense radicado naquela cidade desde 1924 quando convidado pelo intendente João Neves da Fontoura para fundar o Conservatório de Música daquela cidade. Nascera em Fortaleza, CE, em 07/1903

19 - Falece, aos 65 anos de idade, o médico *Rigoberto Romero* de Barros, cearense de Itapipoca nascido em 01/07/1923, que foi deputado estadual em três legislaturas e Secretário de Estado.

20 - O *Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS* muda de diretor-geral quando é exonerado e engenheiro *Uirandé Augusto Borges*, sendo nomeado o também engenheiro José Ribamar de Oliveira Simas *(José Ribamar Simas)***.**

21 - Morre, aos 75 anos incompletos, o ex-deputado, advogado *Manuel Gomes Sales*, cearense de Acaraú nascido em 26/07/1913.

21 - O Banco Central determina a fusão do BEC com o Banco de Desenvolvimento do Ceará - Bandece, resultando somente no *Banco do Estado do Ceará - BEC*.

21 - Falece, em Fortaleza, Waltério Alves Cavalcante *(Waltério Cavalcante)*, proprietário das indústrias *Wal-Can*, iniciada com um café expresso na esquina da Rua Floriano Peixoto nº. 703 com Travessa São Francisco (hoje Rua Perboyre e Silva) nº. 30.

24 - Morre, no Prontocárdio, o escritor e historiador *Raimundo Girão*, aos 87 anos de idade. Foi prefeito de Fortaleza e primeiro secretário de Cultura. Era membro do *Instituto do Ceará (Histórico,*

Geográfico e Antropológico) e da *Academia Cearense de Letras - ACL*. Foi sepultado no Cemitério Parque da Paz. Era cearense de Morada Nova onde nascera em 03/10/1900.

25 - Assume a *Secretaria de Cultura e Desporto*, a psicóloga *Violeta Arrais* de Alencar Gervaiseau, com a presença de seu irmão Miguel Arraes de Alencar.

25 - Em Maracanaú, Região Metropolitana de Fortaleza, é lançado o nº. 1 do jornal *Tribuna Liberal*, dirigido por *Tarcísio Nunes* e editado por *Francisco Félix*, com a colaboração de *Overton Mota*, *Tarquilo Pimentel*, *Flávio Leitão* e *Antônio Gonçalves*. A redação fica na Rua 09, casa 420, Conjunto Novo Maracanaú. Em Fortaleza, na Rua Luís Mendes nº. 220, Cajazeiras.

25 - Com esta data é lançado o primeiro número do jornal *O Vovô*, órgão oficial de informação do Ceará Sporting Clube.

Agosto

06 - Preso, após 11 anos de fugas e assassinatos, Ildefonso Maia Cunha *(Mainha)***,** considerado o maior pistoleiro do Nordeste.

06 - O Tribunal do Júri Popular julga e condena, a 18 anos de reclusão, o comerciante Wilmar Ulisses Campelo *(Mazim)*, mandante do assassinato do advogado Francisco *Flósculo Barreto* em 15/10/1981 em São Gerardo, pelos pistoleiros Domingos Danísio Feitosa de Castro "Leandro" e José Lauro Matos Celestino.

15 - Toma posse na Cadeira nº. 33, da *Academia Cearense de Letras - ACL*, Noemi Elisa Costa de Soriano Aderaldo *(Noemi Elisa Aderaldo)***,** sendo saudada por Horácio Dídimo Pereira Barbosa Vieira.

30 - Toma posse no *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, *Vladir Pontes Menezes*.

31 - Às 20h30 o *Grupo Cidade de Comunicação (ou Patriolino Ribeiro de Sousa)* inaugura as novas instalações de sua sede, na Avenida Desembargador Moreira nº. 2055, na Estância (Dionísio Torres), o Edifício Raimundo Pessoa de Queirós que na ocasião recebeu novo nome, o do fundador do grupo, *Edifício Patriolino Ribeiro*.

Setembro

07 - O *Ferroviário Atlético Clube* vence o *Fortaleza Esporte Clube* por 1x0 em partida realizada no Estádio Plácido Aderaldo Castelo "Castelão", conquistando o título no *Campeonato Cearense de Futebol*.

14 - Incêndio com início às 18h10, destrói a *Casa Havaí*, de propriedade de *Antônio Shirley Cruz Jucá*, na Rua Pedro Pereira.

16 - Instala-se a *Academia de Ciências Sociais do Ceará - ACSC*, que fora fundada em 30/06/1988, no Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA, Universidade Estadual do Ceará - UECE, com a posse de 23 acadêmicos: Francisco *Tarciso Leite*, Geraldo da Silva Nobre *(Geraldo Nobre)*, João Alfredo de Sousa Montenegro *(João Alfredo Montenegro)*, Francisco Josênio Camelo Parente *(Josênio Parente)*, João Gonçalves de Lemos *(João Lemos)*, *Pedro Sisnando Leite*, *Dorian Sampaio Filho*, Joaquim *Fernando Pimentel* Fernandes, *Maria Tereza Pires de Paula*, *Francisco José Loiola Rodrigues*, Eduardo *Diatahy Bezerra de Menezes*, monsenhor *Francisco Manfredo Tomás Ramos*, *Arnoldo Parente Leite Barbosa*, *José Jucá Neto*, *Maria do Socorro Vasconcelos*, *José Teodoro Soares*, *Dimas Macedo*, *Ilaílson Silveira Araújo*, *Valdelice Carneiro Girão*, César Oliveira de Barros Leal *(César Barros Leal)*, *Antônio Carlos de Almeida Machado*, *Ari Bezerra Leite* e *Veralúcia Gomes Maia.*

30 - O Troféu *Sereia de Ouro*, do Sistema Verdes Mares de Comunicação, criado por Edson Queirós e distribuído anualmente pelo Sistema Verdes Mares de Comunicação, sendo este o 18º. ano, é entregue em festa no Ideal Clube, ao industrial *Carlos Pereira de Sousa*, cardeal *José Freire Falcão*, poetisa e teatróloga *Nadir Papi Sabóia* e cantor e compositor *Raimundo Fagner* Cândido Lopes.

Outubro

05 - Criadas, pelo Decreto nº. 7.824, publicado no Diário Oficial do Município nº 8.970, a *Escola de 1º . Grau Santa Maria*, funcionando na Rua Cuiabá nº 1465, no Henrique Jorge – Era a antiga Escola Reverendo Teixeira Rego - e a *Escola de 1º. Grau Alvorada*, na Rua Angra dos Reis, nº. 234, no Conjunto Alvorada.

19 - A *terra treme* em Fortaleza, aos 30 minutos, durante poucos segundos, sendo sentido em vários locais, principalmente nos bairros de Fátima, Dionísio Torres, Praia do Futuro, Pio XII, Eusébio e também algumas localidades do interior do Estado.

Novembro

03 - Lançado, nos jardins da sede do jornal *O Povo*, o livro *O Povo de Novo - Memória de um jornal*, de autoria do vice-presidente da empresa, José Raimundo de Albuquerque Costa *(José Raimundo Costa)***.**

04 - No *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, toma posse a historiadora *Valdelice Carneiro Girão*, substituindo Raimundo Girão.

14 - Inaugurada a *Casa de Parto da Água Fria*, na Favela do Dendê, iniciativa da Associação dos Moradores do Dendê.

15 - Realizam-se eleições para prefeitos e vereadores em Fortaleza. Para reger os destinos da Cidade, foram candidatos: *Aguiar Júnior*, vice: *Lalinha Pimentel*; Ciro Ferreira Gomes *(Ciro Gomes)* - vice: Juraci Vieira Magalhães *(Juraci Magalhães)***;** *Dalton Rosado* - vice: *Cristina Baddini*; *Edson Silva* - vice: Mariano Araújo Freitas *(Mariano Freitas); Gidel Dantas* Queirós - vice: Osmar Maia Diógenes *(Osmar Diógenes)***;** *Marcos Cals* - vice: *Ciro Régis*; *Mário Mamede Filho* - vice: *Maria Pontes*; *Pedro Gurjão* - vice: *Cláudio Marinho*; e *Francisco Batista Torres de Melo* - vice: *Eliseu Becco*.

17 - A casa *C. Rolim Magazine* muda-se, e inaugura sua nova sede na Rua Barão do Rio Branco nº. 1156.

18 - Chega a Fortaleza, pela segunda vez, a *Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima*, sendo recebida às 21h no Aeroporto Pinto Martins. A primeira vez fora em 1952.

19 - Morre, aos 77 anos de idade, o médico e político de esquerda José *Vulpiano Cavalcante*, cearense de Fortaleza nascido em 15/03/1911.

21 - Definidos os resultados da eleição do dia 15 tendo como resultado a eleição de Ciro Ferreira Gomes *(Ciro Gomes)* (PMDB/PMB) como prefeito tendo Juraci Vieira Magalhães *(Juraci Magalhães)* como vice-prefeito, que tiveram 175.138 votos; *Edson Silva* (PDT/PcdoB) com o vice Mariano Araújo Freitas *(Mariano Freitas)***,** teve

169.501 votos; *Gidel Dantas* Queirós (PDC/PFL) vice: Osmar Maia Diógenes *(Osmar Diógenes)*, 91.813 votos; *Francisco Batista Torres de Melo* (PDS/PMN) vice: *Eliseu Becco*, 60.783 votos; *Mário Mamede Filho* (Frente Progressista) vice: *Maria Pontes*;, 33.249 votos; *Pedro Gurjão* (PL) vice: *Cláudio Marinho*, 16.221 votos; *Dalton Rosado* (PH) vice: *Cristina Baddini* 13.574 votos; *Marcos Cals* (PSD) vice: *Ciro Régis*, 6.102 votos; e *Aguiar Júnior* (PJ) vice: *Lalinha Pimentel*, 5.945 votos.

Dezembro

05 - Morre, aos 59 anos de idade, o médico *Cândido Ribeiro da Nóbrega*, cearense de Quixadá.

07 - Inaugurado o edifício sede filial do Ceará, da *Caixa Econômica Federal do Ceará*, no primeiro quarteirão da Rua Guilherme Rocha que vai da Rua Sena Madureira à Rua do Rosário, local do antigo jardim do Palácio da Luz.

10 - A *Praça da Piedade* passa a denominar-se *Praça Salesiano Dom Bosco*, na gestão da Prefeita *Maria Luísa* Fontenele de Almeida.

12 - Circula o último *trem de passageiros* de Fortaleza a Crato, puxado pela locomotiva 2210-AB, dirigida pelos maquinistas *Paulo Tavares Camelo* e *Ivanildo Serafim Maia*.

14 - Circula o *último trem* de Fortaleza a Crateús, com a locomotiva 2226-1B, conduzida pelos maquinistas *Antônio Nogueira Costa* e *Eldeni José de Sousa*.

20 - Morre, aos 76 anos de idade, o médico oftalmologista *Honório Correia Pinto*, cearense de Fortaleza nascido em 17/09/1912, ex-deputado estadual, constituinte de 1947.

20 - *Chuva* de 71,6mm cai sobre Fortaleza causando transtornos vários, entre eles inundações, desabamentos, queda de árvores, engarrafamentos e deixando muitos desabrigados.

21 - Suspensa a intervenção no *Banco do Estado do Ceará - BEC*, que volta a ser administrado pelo governo estadual, e o presidente *João Batista Santos* permanece.

26 - Entra no ar a *Rádio FM Tempo*, de *Jaime Azulay* e *Carmen Lúcia Dummar* Azulay.

28 - Morre, aos 71 anos de idade, o agrônomo *Gustavo Augusto Lima*,

ex-prefeito de Lavras da Mangabeira, foi suplente de deputado estadual e exerceu o cargo de sub-assistente da Secretaria de Agricultura, além de servidor do Tribunal de Contas de Ceará. Nascera a 05/01/1917 em Lavras da Mangabeira.

- Com a promulgação da Constituição Federal a *Guarda Municipal* recebe a denominação de *Guarda Municipal de Fortaleza*, incorporando nova estrutura organizacional, quando passa a subordinar-se à Secretaria de Administração do Município.

Janeiro 1989

01 - Ciro Ferreira Gomes *(Ciro Gomes)* recebe das mãos de *Maria Luísa Fontenele* de Almeida, o cargo de prefeito de Fortaleza, tendo como vice Juraci Vieira Magalhães *(Juraci Magalhães)* que assumiria o cargo após a renúncia de Ciro para candidatar-se ao governo do Estado.

08 - Morre, em Fortaleza, o médico *Paulo Marcelo Martins Rodrigues*, vítima de enfarte agudo no miocárdio e edema pulmonar. Era professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará - UFC e médico do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. Era nascido em Fortaleza no dia 29/12/1933.

13 - Toma posse na Cadeira nº. 21, da *Academia Cearense de Letras - ACL*, o jornalista e jurista Francisco *Osmundo Pontes*, sendo saudado por Manuel Eduardo Pinheiro Campos (Eduardo Campos).

15 - O Governo Federal lança novo pacote econômico mudando a unidade monetária de *Cruzado* para *Cruzado Novo* e congela preços e salários por tempo indeterminado.

21 - Morre, aos 75 anos de idade, *Osvaldo de Oliveira Riedel*, membro do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)***.** Nascera em 20/07/1913.

25 - Forte *chuva* (81.2mm) cai sobre Fortaleza na madrugada e na manhã, causando transtornos principalmente na periferia, com desabamentos e inundações.

25 - Toma posse na Cadeira nº. 35, da *Academia Cearense de Letras - ACL*, o médico e escritor Antônio Argos Ponte de Vasconcelos

(Argos Vasconcelos), sendo saudado por Manuel Eduardo Pinheiro Campos (Eduardo Campos).

28 - Eleita *Rainha do Carnaval*, no Grêmio dos Ferroviários, *Letícia Menescal*, candidata da Sociedade Esportiva e Cultural Arco-Íris. O *Rei Momo* é Paulo Sérgio, o *Paulão I e Único*.

Fevereiro

05 - Morre, aos 90 anos, o agricultor, criador, engenheiro agrônomo Paulo de Almeida Sanford *(Paulo Sanford)*, ex-deputado, cearense de Sobral, nascido em 17/08/1898.

05 a 07 - O *carnaval* ocorre normalmente.

06 - Morre em Fortaleza, aos 78 anos de idade, o jornalista e contabilista Olavo Euclides Araújo *(Olavo Araújo)*, ex-proprietário do jornal *Gazeta de Notícias*. Era cearense de Sobral nascido a 20/07/1911.

20 - Suicida-se, às 17h, com um tiro no ouvido, aos 50 anos de idade, o jornalista Francisco Ezaclir Pereira, que assinava-se *Ezaclir Aragão*. Foi sepultado no Cemitério Parque da Paz.

Março

03 - Em apartamento na Rua Silva Paulet, nº. 2355, Bloco D, apartamento 205, ocorre a sessão de instalação do *Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB*. Assinaram a ata de instalação no Ceará, Moema Correia São Thiago *(Moema São Thiago)*, Benedito Cleyton Veras Alcântara *(Beni Veras)*, *Francisco Antônio Barros Farias*, *Maria da Natividade Pinho Belém Rocha*, *César Augusto Couto Martins*, *Luís de Melo Andrade Filho* e *Luzia Leite Ferreira*.

05 - Chega a Fortaleza o presidenciável *Roberto Freire*, deputado pernambucano do *Partido Comunista Brasileiro - PCB*.

06 - Assume, pela segunda vez, a Presidência do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, o escritor *Mozart Soriano Aderaldo*, substituindo o professor *Antônio Martins Filho*.

16 - Em Fortaleza o presidenciável Guilherme *Afif Domingues* (PL).

26 - Às 10h28 a terra *treme* em Fortaleza, sendo sentido em vários bairros.

26 - Morre, aos 71 anos incompletos, o professor e filósofo Francisco *Alcântara Nogueira*, sendo seu corpo velado na Faculdade de Direito, de lá saindo no dia seguinte para o Cemitério de São João Batista. Era cearense de Iguatu nascido em 15/04/1918.
27 - Chega em Fortaleza o presidenciável *Mário Covas*, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.
27 - O *Instituto de Prevenção à Desnutrição e à Excepcionalidade - Iprede*, muda-se, de uma enfermaria do Hospital Infantil Albert Sabin para a sede própria, na Rua Professor Carlos Lobo, nº 15, na Cidade dos Funcionários.

Abril

07 - Reinaugurada, após reforma, a sede social do *Ceará Sporting Club*, na Avenida João Pessoa nº. 3532, no Benfica.
12 - Morre em Fortaleza, José Guilherme Girão Vieira *(J. G. Vieira)***,** comerciante.
16 - Fundado o *Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - Sintsef*, com sede na Rua 24 de Maio nº. 1201, com fundos para a Rua General Sampaio, na Praça Clóvis Bevilaqua.
16 - Morre, aos 83 anos de idade, o comerciante *Almino Loiola* de Alencar, cearense de Araripe nascido em 01/01/1906, que foi deputado estadual.
21 - Abre-se, na Galeria Antônio Bandeira, no sub-solo da Praça do Ferreira, sob o patrocínio da Fundação Cultural de Fortaleza, sob a presidência de Augusto Pontes, o *XXXIX Salão de Abril* (deveria ser o XL), homenagem ao pintor José Fernandes de Alencar (J. Fernandes).
22 - Em Fortaleza o artista Paulo César Farias *(Paulinho da Viola)***,** que faz apresentação no Imperial Othon Palace.
26 - Morre, em Fortaleza, aos 78 anos de idade, o bacharel em Direito, professor, escritor e poeta *José Valdivino* de Carvalho. Era cearense de Água Verde, Pacatuba, onde nascera em 25/02/1911. Membro da *Academia Cearense de Letras - ACL*.
27 - Instala-se a *Federação das Empresas de Transportes Rodoviários dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão - Cepimar*.

Maio

04 - Fundado em Fortaleza o *Sindicato dos Corretores de Seguros e de Capitalização no Estado do Ceará - Sincorce*, no Edifício Alvorada, sala 515, na Rua Perboyre e Silva nº. 111, Centro, tendo como Presidente *Manoel Sousa*

11 - Toma posse no comando da *Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará - EAM***,** o capitão-de-fragata *José Luís Freitas Pereira*, substituindo *Napoleão Bonaparte Gomes*, do mesmo posto.

11 - Em Fortaleza o presidenciável, senador *Marco Maciel* (PFL).

30 - Conferido ao professor e escritor *Clodomir Teófilo Girão*, pela Câmara Municipal de Fortaleza, o *Título de Cidadão de Fortaleza*. Ele era natural de Morada Nova.

Junho

05 - Reinaugurada a *Praça Clóvis Bevilaqua*, após reforma que durou muitos anos em virtude da construção de uma caixa dágua subterrânea

06 - Chega, pela madrugada, em Fortaleza, o presidenciável *Luís Inácio Lula da Silva*, do Partido dos Trabalhadores (PT), para lançamento oficial no Estado, da Frente Popular Brasil, coligação formada pelo PT, PV, PSB e PCdoB, com vistas à sucessão presidencial.

08 - Morre, aos 91 anos de idade, em São Benedito, onde nasceu, o agropecuarista Francisco Júlio Filizola *(Chico Filizola)***,** ex-deputado estadual. Nascera no dia 25/11/1897.

08 - Morre, aos 72 anos de idade, o médico cirurgião traumatologista da UFC e do IAPC Paulo de Melo Machado *(Paulo Machado)***,** cearense de Fortaleza nascido a 09/08/1917.

08 - O empresário *José Dias de Macedo* recebe, às 20h, da Presidência da Assembléia Legislativa do Ceará, a *Medalha Edson Queirós*, por ter sido escolhido o *Empresário do Ano*.

24 - O *Estádio Plácido Aderaldo Castelo*, o *Castelão* é interditado após vistoria causada pelo desabamento de uma parte da estrutura de concreto, sendo os jogos transferidos para o Estádio Presidente Vargas.

Julho

03 - A Empresa J. Melo Importação e Exportação, dos *Mercadinhos São Luís*, adquirem os *Supermercados Bom Preço S. A*.
05 - Abre-se, no espaço cultural do Palácio da Abolição, a exposição *Fortaleza Tempos de Guerra*, formada por manifestações culturais dos anos 1940, bem como fotografias do *Arquivo Nirez* sem que fosse dado o devido crédito.
10 - Fundada em Fortaleza a *Funerária Ternura*, localizada na Rua Padre Valdivino nº 2255, na esquina com a Rua Ildefonso Albano.
22 - Morre, aos 71 anos de idade, a professora e escritora Cândida Maria Santiago Galeno *(Nenzinha Galeno)***,** cearense de Russas, CE, nascida em 18/03/1918. Pertencia à *Academia Cearense de Letras - ACL*, à Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno e à Associação Profissional dos Escritores do Ceará.
24 - Cai um *avião bimotor* na lagoa de Parangaba, às 19h, sendo resgatados, com vida, os dois tripulantes, piloto e co-piloto.

Agosto

04 - Repercute de maneira dolorosa na Cidade a morte do compositor, instrumentista e cantor *Luís Gonzaga* do Nascimento, o criador do baião urbano e grande parceiro do cearense Humberto Cavalcanti Teixeira (*Humberto Teixeira*). Nascera em Exu, PE, em 13/12/1912.
13 - Muda-se, do Palácio da Luz, na Rua do Rosário nº 1, para o Palácio da Abolição, na Avenida Barão de Studart, a pinacoteca da *Casa de Cultura Raimundo Cela***.**
16 - *Eclipse* total da lua é observado em Fortaleza com início às 21h30, terminado às 3h do dia seguinte.
18 - Chega a Fortaleza, em campanha para a presidência da República, o candidato Leonel de Moura Brizola *(Leonel Brizola)***,** do Partido Democrata Trabalhista - PDT.
27 - O *Ceará Sporting Clube* vence partida decisiva do *Campeonato Cearense de Futebol*, derrotando o *Tiradentes* por 2x0 no Estádio Plácido Aderaldo Castelo, "Castelão", sagrando-se Campeão.
30 - Morre o jornalista, poeta, escritor e historiador *Nertan Macedo* de

Alcântara, membro da *Academia Cearense de Letras - ACL*. Nascera no Crato, CE, em 20/05/1929.

Setembro

01 - Morre, aos 32 anos de idade, o jornalista e radialista Francisco José Rodrigues dos Santos *(Franzé Rodrigues)***,** do Diário do Nordeste e da Rádio Universitária FM. Foi sepultado no Cemitério de São João Batista.

07 - Incêndio destrói a loja *Samasa,* na Rua Major Facundo, na Praça do Ferreira, debelado pelo Corpo de Bombeiros após várias horas de trabalho. A polícia técnica considerou o incêndio criminoso.

07 - Lançada a pedra fundamental da *Casa da Indústria*, do Ceará, com a presença do presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco.

14 - Morre, aos 98 anos de idade, o médico *José Deusdedith de Vasconcelos*, nascido em Santana do Acaraú a 15/12/1890. Foi o primeiro diretor da Assistência Municipal de Fortaleza, hoje Instituto José Frota.

15 - Circula o último número do Jornal do Dorian, *JD - A Coragem de dizer*, que começou a circular no dia 13/08/1985, sob a responsabilidade do político de oposição e jornalista *Dorian Sampaio*.

15 - A *Academia de Medicina* dá posse, às 20h30, aos cardiologistas Eduardo Régis Monte Jucá *(Régis Jucá)***,** *Glaura Férrer Dias Martins* e *Heládio Feitosa*, no Auditório Castelo Branco da Reitoria da Universidade Federal do Ceará - UFC, na Avenida Treze de Maio nº. 2694, no Benfica.

21 - Toma posse na Cadeira nº 24 da *Academia Cearense de Retórica*, cujo patrono é Leonardo Ferreira da Mota Filho (*Leonardo Mota*), a escritora Raimunda Olga Monte Barroso *(Olga Barroso)***,** sendo saudada pelo magistrado Francisco Osmundo Pontes.

23 - Pousa no Aeroporto de Fortaleza um pequeno monomotor pilotado pela enfermeira australiana *Gabrielle Kennard*, que empreende uma volta ao mundo solitariamente em homenagem à aviadora norte-americana Amelia Earhart, que pretendia o feito mas desapareceu após passar por Fortaleza em 1937.

29 - O Grupo Edson Queirós através da TV Verdes Mares faz a entrega,

em solenidade realizada no Ideal Clube, do *Troféu Sereia de Ouro* a quatro personalidades que projetaram o Ceará: o presidente da Câmara de Deputados Antônio *Paes de Andrade*, a artista plástica Heloísa Ferreira Juaçaba *(Heloísa Juaçaba)***,** o médico urologista *José Edson Pontes* e o presidente do Conselho Estadual de Educação, *Cláudio Martins*. O Troféu Sereia de Ouro foi criado por Edson Queirós, sendo este ano o 19º. de sua criação.

Outubro

11 - Falece, aos 84 anos de idade, o advogado e ex-deputado estadual em três mandatos, *Samuel Lins* Cavalcante, cearense de Crateús nascido a 07/01/1905.

19 - Toma posse, na Cadeira nº. 11, da *Academia Cearense de Letras - ACL*, vaga com a morte de *José Valdivino* de Carvalho, o escritor *Dimas Macedo*, sendo saudado por Rafael *Sânzio de Azevedo*.

26 - Chega a Fortaleza o líder comunista *Luís Carlos Prestes*, que participa da campanha de Leonel de Moura Brizola *(Leonel Brizola)*, do Partido Democrata Trabalhista - PDT, à Presidência da República.

29 - Morre, às 13h, em Fortaleza, vítima de câncer da próstata, aos 66 anos de idade, o tenente *José Francisco Cadete*, herói da 2ª Guerra Mundial, e fundador da *Associação Nacional dos Veteranos da FEB - ANVFEB - Seção Regional do Ceará*, hoje nome de praça no Montese, onde existe um busto seu, como os demais, todo grafitado. Seu corpo é velado na ANVFEB sendo levado no dia seguinte para o Cemitério de Cascavel onde é sepultado. Nascera a 06/07/1922 em Cascavel, CE.

Novembro

04 - Em Fortaleza o candidato à Presidência da República, *Roberto Freire*, do *Partido Comunista Brasileiro - PCB*.

06 - *Luís Inácio Lula da Silva*, do Partido dos Trabalhadores - PT, está em Fortaleza participando de comícios pela sua candidatura à Presidência da República.

08 - Em Fortaleza, o candidato à Presidência da República Leonel de Moura Brizola *(Leonel Brizola)***,** do Partido Democrata Trabalhista

- PDT, para campanha política, realizando, à noite, um grande comício na Praça José de Alencar.

12 - Chega a Fortaleza o candidato à Presidência da República, *Mário Covas*, do PSDB, para fazer sua propaganda.

14 - Morre, no Rio de Janeiro, aos 77 anos de idade, o escritor e repórter cearense José *Edmar Morel*, nascido em Fortaleza, a 17/03/1912.

15 - Todos os eleitores vão às urnas para escolher seus candidato a Presidência da República, existindo muitos candidatos, sendo os principais Leonel de Moura Brizola *(Leonel Brizola)* (PDT), *Luís Inácio Lula da Silva* (PT), *Fernando Color de Melo* (PRN), Paulo Salim Maluf *(Paulo Maluf)* (PDS), *Ulisses Guimarães* (PMDB), *Roberto Freire* (PCB), *Mário Covas* (PSDB), Guilherme *Afif Domingues* (PL), *Aureliano Chaves* (PFL), *Ronaldo Caiado* (UDR) e *Enéas* Carneiro (Prona).

21 - A Superintendência da *Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima - RFFSA* no Ceará, que era subordinada ao Recife desde 15/11/1969 ganha autonomia, sendo superintendente o engenheiro *Rui do Ceará*.

23 - Abre-se, no Cine São Luís, o *VI Festival Internacional de Cinema, Televisão e Vídeo do Rio de Janeiro***,** *FestRio-Fortaleza*, versão 89, com a exibição do filme *A Sociedade dos Poetas Mortos*.

26 - Morre, aos 78 anos de idade, o comerciante e agropecuarista *Cândido Ribeiro Neto*, ex-deputado estadual, natural de Aurora, nascido a 28/10/1911.

27 - Falece, em Juazeiro do Norte, aos 89 anos de idade, o juiz e ex-deputado estadual *José Monteiro de Macedo*, paraibano de Cabaceira nascido em 02/09/1900.

27 - Reabre a loja *Samasa*, com três frentes, para a Rua Major Facundo, Rua Liberato Barroso e Rua Barão do Rio Branco, 20 dias após ter sido destruída por um incêndio.

Dezembro

01 - Criação da *Faculdade de Veterinária*, com o desmembramento do Curso de Medicina Veterinária do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual do Ceará - UECe (Resolução nº. 54d).

02 - *Incêndio* criminoso destrói três armazéns de cereais na Rua

Meton de Alencar, na Praça Paula Pessoa, em frente ao Mercado São Sebastião.

17 - Eleito, no segundo turno, presidente do Brasil, o *playboy Fernando Color de Melo* do PRN, tendo como vice Itamar Augusto Cautiero Franco *(Itamar Franco)***.** Concorria com Luís Inácio *Lula* da Silva, do PT.

22 - Toma posse no *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)***,** *José Borges de Sales*.

27 - Falece, em Juazeiro do Norte, aos 89 anos de idade, o juiz e ex-deputado estadual *José Monteiro de Macedo*, paraibano de Cabaceira.

31 - Chegam em Fortaleza os dois primeiros *ônibus sanfonados* da marca Volvo, com capacidade para 200 passageiros, pertencente à CTC, que em fase experimental rodarão nos corredores de tráfego da Avenida Bezerra de Menezes/Mister Hull, Avenida José Bastos, e Avenida Aguanambi/BR-116. São conhecidos no Sul do País por "papa-filas".

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE passa a fornecer dados censuais ano a ano; até então os *recenseamentos* eram feitos de dez em dez anos. Neste ano vamos encontrar Fortaleza com uma população de 1.763.546 habitantes.

Thomaz Pompeu de Souza Brasil: o homem de empresas

Carlos Negreiros Viana*

1 Introdução

Muito se tem escrito sobre Thomaz Pompeu de Souza Brasil e sua polimórfica personalidade.

Ele próprio deixou um esclarecedor conjunto de apontamentos sobre sua educação e carreira política, que foi publicado, após sua morte, na *Revista do Instituto do Ceará* de 1929 (Tomo Especial), com o título de "Thomaz Pompeu de Souza Brasil (Notas Sobre Sua Vida)".

No entanto, com as raras exceções dos trabalhos de Francisco Alves de Andrade e de Elisabeth Fiúza Aragão, intitulados, respectivamente, de "Thomaz Pompeu e o seu Tempo-Síntese" (separata da *Revista do Instituto do Ceará* – n. 52 – 1952) e *A Trajetória da Indústria Têxtil no Ceará: o setor de Fiação e Tecelagem 1880 - 1950* (Edições UFC/Stylus Comunicação, 1989), quase nada se tem escrito sobre aspectos da sua atuação como homem de empresas, bem como sobre as firmas que ele fundou e dirigiu ou apenas dirigiu.

A existência dessas lacunas nos motivou a trazer uma modesta contribuição para os seus preenchimentos, que se materializou no presente trabalho.

Para a consecução de seus objetivos, ele se apresenta dividido em duas grandes seções: na primeira, tratamos, de forma sintética, de aspectos da vida empresarial do Dr. Thomaz Pompeu e, na segunda, buscamos reconstituir, com o maior detalhamento

* Professor Assistente (mestre) da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

possível, as histórias das empresas das quais foi ele fundador e dirigente ou somente dirigente.

Se algum pequeno mérito puder vir a ter este trabalho, certamente, estará ele assentado sobre o esforço de tentarmos compilar, numa única obra, todas as informações de que pudemos dispor sobre a atuação de Thomaz Pompeu de Souza Brasil como empresário, bem como sobre a Fábrica da Pompeu & Irmãos, a Companhia Ferro-Carril do Outeiro, o Banco do Ceará, a Fábrica Progresso e a Fábrica do Dr. Thomaz Pompeu.

2 O empresário Thomaz Pompeu de Souza Brasil

Thomaz Pompeu de Souza Brasil, nascido a 30/06/1852, em Fortaleza, era filho de Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1818 – 1877), intelectual e influente líder do Partido Liberal, não somente no Ceará mas em todo o Nordeste, no período que se estende de 1846 a 1877 (ANDRADE, 1952)[1].

Em 1881, ele dá início as suas atividades empresariais, quando, em sociedade com o médico Antônio Pompeu de Souza Brasil (1851-1886), seu irmão, e o bacharel Antônio Pinto Nogueira Accioly (1840-1921), seu cunhado, constitui a firma Pompeu & Irmãos, com o objetivo de construir e explorar uma fábrica de tecidos de algodão, na Rua Santa Isabel (atual Rua Princesa Isabel), em Fortaleza (VIANA, 1988)[2].

Após a superação das dificuldades relacionadas à construção das suas instalações, que teve início em novembro de 1881 e ficou concluída em 1882, ao assentamento dos maquinismos, que consumiu parte de 1882 e de 1883, e à formação de mão-de-obra, puderam seus proprietários vê-la, enfim, produzir, de forma provisória, em fins de 1883, e, regularmente, a partir de 1884 (STUDART, 1924).

No entanto, há fortes evidências de que o envolvimento do Dr. Thomaz Pompeu com esse empreendimento não tenha se dado de forma tão intensa. Em primeiro lugar, porque, no período de 1881 a 1886, ele estava a desempenhar mandatos de Deputado geral, o que lhe forçava a longas permanências no Rio de Janeiro *Revista do Instituto do Ceará*, 1929). Em segundo lugar, porque

Antônio Pompeu, seu irmão e sócio, foi quem se preparou para assumir a direção dessa fábrica, tendo, para isso, ido à Inglaterra, em 1881, não somente tratar da aquisição de sua maquinaria mas também "estudar questões de organização de uma empresa têxtil"(ANDRADE, 1952)[3]. E, por último, porque quando, desiludido com as atividades políticas, resolve se dedicar, de maneira mais próxima aos negócios dessa tecelagem, falece Antônio Pompeu, em 1886, o que o leva a tomar a decisão de se afastar, definitivamente, da Pompeu & Irmãos (VIANA, 1988)[4].

Somente em 1896, voltará o Dr. Thomaz Pompeu a atuar como homem de empresas, quando, na qualidade de sócio da Companhia Ferro-Carril do Outeiro, constituída em 24 de abril daquele ano, passa a ocupar o cargo de secretário (Almanaque do Ceará de 1897)[5].

Em 1898, Thomaz Pompeu se torna o presidente do Banco do Ceará, cargo que ocupará até 1916, ano de extinção desse estabelecimento bancário, que foi constituído, em 28/02/1893, no febril contexto de incorporações de sociedades anônimas que caracterizou a economia brasileira na década de 1890 (VIANA, 1988)[6].

Ainda em 1898, Pompeu assume a presidência da primeira diretoria da Associação Comercial do Ceará, após sua restauração em 17/10/1897 (NOBRE, 1991). Como, nesse momento, ele não mantém vínculos com empresas que desenvolvam atividades comerciais ou industriais, é possível que sua escolha, para ocupar esse cargo, tenha se baseado no reconhecimento da sua capacidade intelectual e no prestígio político de que desfrutava.

No ano de 1899, ocorrem dois marcantes acontecimentos na vida de homem de empresas do Dr. Thomaz Pompeu: ele se torna presidente da Cia. Ferro-Carril do Outeiro, cargo que exercerá até a extinção desta em 1912 (GIRÃO, 1982), e inaugura a Fábrica Progresso, a segunda grande fábrica de redes de dormir a ser instalada no Ceará (Almanaque do Ceará de 1900), o que vem a representar, no último caso, o seu retorno, após 13 anos de afastamento, ao ramo têxtil.

Em dezembro de 1904, Thomaz Pompeu de Souza Brasil inaugura a sua segunda fábrica de redes de dormir, que ficou co-

nhecida como a "Fábrica do Dr. Thomaz Pompeu"(Almanaque do Ceará, 1905)[7].

A instalação dessa fábrica teve a mesma motivação que levara, cinco anos antes, Pompeu a fundar a Fábrica Progresso, qual seja, a ampliação da demanda de redes de dormir, pelas populações da Amazônia, onde se começava a viver o auge do surto da borracha (VIANA, 1988).

Um ou dois anos após a inauguração da Fábrica do Dr. Thomaz Pompeu, que se situava na Rua do Imperador, transfere ele todas as máquinas e equipamentos da Fábrica Progresso, localizada na Rua Tristão Gonçalves, para o prédio no qual funcionava o primeiro desses estabelecimentos industriais[8]. Ali, a partir de 1913, volta Pompeu a produzir tecidos de algodão, certamente motivado pelo encerramento de atividades da tecelagem pertencente a Nogueira Accioly, em decorrência de um incêndio ocorrido em 09/12/1912, no contexto dos incidentes relacionados à sua deposição da Presidência do Estado (Almanaque do Ceará de1906; ANDRADE, 1952; VIANA, 1988).

Em 1919, Thomaz Pompeu de Souza Brasil se torna o presidente do Centro Industrial Cearense, que ajudara a organizar, juntamente com outros industriais (STUDART, 1924).

Ao falecer, em 06/04/1929, ele desenvolvia suas atividades empresariais, exclusivamente como produtor de tecidos, na fábrica Progresso, já que deixara de produzir redes de dormir, por volta de 1927, com o fechamento da fábrica do Dr. Thomaz Pompeu[9].

3 As empresas fundadas e/ou dirigidas por Thomaz Pompeu

3.1 A fábrica da Pompeu & Irmãos

Em 1881, o Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil constituiu, juntamente com Antônio Pompeu de Souza Brasil e Antônio Nogueira Accioly, a firma Pompeu & Irmãos, com o objetivo de construir uma fábrica de tecidos na Rua Santa Isabel[10].

Segundo Studart (1924), em 1882, ficaram concluídas as obras do edifício dessa fábrica de tecidos, cuja primeira pedra fora

assentada em novembro de 1881. Essa construção, que tinha 252 palmos de comprimento por 115 de largura e 17 portas de frente, custou 25 contos de réis, com a inclusão de obras de assentamento da caldeira, e era composta de oito compartimentos: depósito de algodão, depósito de combustível, casa da caldeira, casa do motor a vapor, casa do batedor, escritório, armazém de depósitos de fazendas e corpo central das máquinas de fiação e tecelagem.

O capital social primitivo dessa firma, que era de 120 contos de réis, logo foi expandido para 150 contos, por se mostrar insuficiente para a consecução de seus objetivos. Com a persistência dessa situação, a Pompeu & Irmãos ainda seria levada a aumentar, várias vezes, o seu capital (BRASIL, 1892).

Em 1886, contabilizando "maquinismos, prédios, instrumentos e seus pertences, fazendas, matérias-primas, combustíveis, títulos de dívida e mais", segundo balanço procedido em 26 de fevereiro, o capital social alcançava 180 contos de réis, representados pelas ações emitidas em janeiro de 1882, acrescidas com os lucros não distribuídos, desde então, e com os melhoramentos introduzidos na fábrica. Desse capital, cabia a cada sócio a seguinte quota: Thomaz Pompeu de Souza Brasil, 85:400$000; Antônio Pompeu de Souza Brasil, 82:400$000; e Antônio Pinto Nogueira Accioly, 12:200$000 (JUCEC – Contrato Social de 22/01/1886).

Em 1887, o capital social foi elevado para 250 contos de réis; em 1888, para 280; e atingiu 380 contos em 1892 (BRASIL, 1892).

No final de 1883, começaram a funcionar os seus maquinismos, porém a produção regular apenas começou em 1884, quando produziu 200.000 jardas (182.800m), encontrando, desde logo, a maior aceitação (Ibidem). Segundo Studart (1924), o custo de produção das diferentes peças de fazendas fabricadas, nesse último ano, chegou a um total de 146:082$000.

Com o crescimento diário de sua procura, decidiu-se expandir a oferta, com a duplicação do maquinismo. Assim, em 1885, a sua produção foi de 300.000 jardas (274.200m) de tecidos "de 2ª qualidade, de um só padrão, cujo preço de venda era de 210 réis a jarda" (BRASIL, 1892).

Em 1886, foram produzidas 500.000 jardas (457.000m), vendidas, ainda, por 210 réis cada; em 1887, 580.000 jardas

(530.120m); em 1888, 600.000 jardas (548.400m), com produção diária de 2.000m; em 1889, 900.000 jardas (822.600m); em 1890, 1.000.000 jardas (914.000); em 1891, 1.100.000 jardas (1.005.400m); e, em 1892, 1.200.000 jardas (1.096.800m) (Ibidem).

É oportuno ressaltar que a fábrica era também de fiação, porém não conseguimos obter os dados referentes à produção de fios para o período de 1884-1892.

Quando da instalação da fábrica, os empresários tiveram de lutar com dificuldades de toda ordem, dentre as quais, não foram menores, o transporte, do porto para suas instalações, dos pesados maquinismos, os seus assentamentos, que foram executados pelo técnico inglês John Abott, e a formação de operários. Esse último fato foi a razão do grande retardamento no seu regular funcionamento, segundo Brasil (1892).

Por mais de uma vez, tiveram seus proprietários que recorrer à Inglaterra na busca de mestres (Ibidem).

Vencidas essas dificuldades iniciais, já em 1886, a Pompeu & Irmãos empregava 102 operários, todos cearenses, assim distribuídos: 48 mulheres, 30 homens e 24 meninos. É oportuno ressaltar que, no ano anterior (1885), já se tem notícia de apenas um operário estrangeiro, um foguista (fala do presidente Joaquim da Costa Barradas de 1885 e do presidente Enéas de Araújo Torreão de 1887).

O número de operários continuaria a crescer, passando de 165 pessoas, em 1888, para 215, em 1892 (Almanaque do Ceará de 1888; BRASIL, 1892).

Os ordenados e salários variavam, em 1885, de 5$500 a 200 réis diários, e, em 1892, de 6$500 a 400 réis diários (fala do presidente Joaquim da Costa Barradas de 1886; Brasil, 1892).

Somente em 1885, os lucros começaram a remunerar o capital empregado. Em 1886, a receita bruta atingiu a 95:000$000, despendendo-se 27 contos de réis em salários (fala do presidente Enéas de Araújo Torreão de 1887).

Por uma cláusula do contrato social, renovado em 1886, os sócios retirariam, mensalmente, por conta dos lucros realizados, a importância de 600$000, equivalente a 7:200$000 anuais ou 4%

nesse primeiro ano (1886) e 5% nos anos seguintes, na proporção do capital de cada um, na data de assinatura desse referido contrato (JUCEC – Contrato Social de 22/01/1886).

Constava, ainda, nessa cláusula contratual, que, semestralmente, seriam distribuídos, em proporção à quota de cada sócio, os lucros líquidos da empresa, deduzidos de 10% para formar o fundo de reparação, destinado a consertos, substituição de máquinas e outros melhoramentos (Idem).

O algodão utilizado na fábrica era produzido exclusivamente no Ceará. Tendo sido consumidos, em 1885, 60.000 kg, que equivaleram a, aproximadamente, 2% do algodão exportado pela província, no mesmo ano, que atingiu a 3.159.515 kg (BRASIL, 1892).

Segundo Raimundo Girão, em sua *História Econômica do Ceará*, a Pompeu & Irmãos foi a primeira fábrica de tecidos do Norte do Brasil a ser totalmente equipada com maquinaria inglesa.

Em 1884, sua seção de fiação era composta de: um descaroçador Dobson & Barlowes; um batedor, com alimentador John Lord; 12 cardas grandes; uma máquina de amolar cardas; uma máquina Horsfull; dois estiradores; um banco grosso ("slubing frame"), com 74 fusos, com capacidade de fiar 500kg de algodão por dia; três bancos finos ("roving frame"), com 132 fusos cada um; três contínuos, de anel ("ring throstles"), com 300 fusos cada um, patente Rabbeth, aperfeiçoado, por Howard & Bullough, para fio de urdidura; duas mulas automáticas ("self-acting mules"), com 600 fusos cada uma, para fio de trama; e uma máquina de dobrar fio, com 40 fusos Rabbeth (STUDART, 1924).

Já a seção de tecelagem, naquele mesmo ano, possuía: uma dobradeira, para 100 carretéis; uma urdideira, para 504 carretéis; uma engomadeira; 52 teares, para panos grossos, fustões, sacos, etc.; uma máquina de dobrar e medir fazendas; diversas pequenas máquinas acessórias, como as de fabricar cordões, encher canelas, medir e pesar fios; uma caldeira de 36 palmos e força de 60 cavalos; e um motor a vapor (Ibidem).

Em resumo, no ano de 1884, tinha a fábrica da Pompeu & Irmãos: 52 teares, 2.610 fusos e força motriz de 60cv.

Em 1888, sua capacidade produtiva era de 115 teares e 6.000 fusos (Almanaque do Ceará de 1888).

Quatro anos depois, em 1892, possuía os seguintes maquinismos: dois descaroçadores; dois batedores, sendo um duplo; 17 cardas; 208 fusos grossos; 920 fusos finos; 5.000 fusos, para fio de trama e de urdir; três urdideiras; duas engomadeiras; 129 teares; uma dobradeira; 400 fusos de carreteleira; uma máquina de espular; dois motores a vapor; três caldeiras, com força de 110 cavalos nominais (BRASIL, 1892).

No ano de 1892, em síntese, a Pompeu & Irmãos dispunha de 129 teares, 6.258 fusos e força motriz de 110cv.

Cabe ressaltar que esse estudo da fábrica da Pompeu & Irmãos deveria se estender apenas até 1886, ano em que o Dr. Thomaz Pompeu se afasta dela. No entanto, dada a carência de informações relativas a esse estabelecimento industrial, no período 1881-1886, decidimos incluir as que pudemos dispor até 1892, para termos uma visão mais nítida de sua evolução nos onze primeiros anos de sua existência.

Com o afastamento do Dr. Thomaz Pompeu da "Pompeu & Irmãos", logo após a morte do sócio e irmão, Antônio Pompeu, em 1886, Nogueira Accioly, o futuro oligarca, torna-se o único proprietário da primeira fábrica de tecidos a funcionar no Ceará.

Em 1912, em decorrência de um incêndio ocorrido no contexto dos incidentes vinculados à deposição de Accioly da Presidência do Estado, a referida fábrica sai definitivamente de atividade.

3.2 A companhia Ferro-Carril do Outeiro

Essa empresa foi constituída, em 24/04/1896, com o capital social de 40 contos de réis e a finalidade de prestar serviço de transporte coletivo, por meio de bondes de tração animal ("bondes de burros"), num trajeto que ia da Praça do Ferreira à Praça Benjamin Constant (atual Praça da Bandeira), medindo 1550m, e daí seguindo, mais 700m, até a Aldeota (Almanaque do Ceará de 1897)[11].

O assentamento de seus trilhos se iniciou em 13/05/1896 e a inauguração da linha se deu em 12/10/1896 (Ibidem).

Em 1896, a Cia. Ferro-Carril do Outeiro tinha uma diretoria composta por: Dr. João da Rocha Moreira (presidente), Dr. Tho-

maz Pompeu de Souza Brasil (secretário), Arnulpho Pamplona (tesoureiro), Manoel Francisco de Azevedo Jr., Antônio Joaquim Guedes de Miranda e Joaquim Deodato Martins (suplentes). Já o seu conselho fiscal, naquele ano, era formado por Antônio Epaminondas da Frota, Antônio Augusto de Vasconcelos e Guilherme Sturdart (Ibidem)[12].

Segundo o *Almanaque do Ceará de 1898*, naquele ano, compunham a diretoria dessa empresa de bondes: Francis Henry Harding (presidente), Paulino de Freitas Ramos (secretário) e Guilherme Moreira da Rocha (tesoureiro)[13]. Já seu conselho fiscal, por seu turno, tinha a seguinte formação: Dr. João da Rocha Moreira, Dr. Thomaz Pompeu e Antônio Augusto de Vasconcelos.

No decorrer de 1897, transitaram, nos seus carros, 300 mil passageiros e, em 1898, 275 mil (Almanaque do Ceará de 1900), o que permitiu a apresentação de resultados financeiros positivos, pela empresa, nos seus pouco mais de dois anos de atividade.

Em 1899, o Dr. Thomaz Pompeu assume a presidência da Cia. Ferro-Carril do Outeiro (Almanaque do Ceará de 1899), cargo que ocupa até 1912, quando essa empresa é extinta[14].

No ano da posse de Pompeu, como presidente, a Companhia tem um conselho fiscal composto por José Albano Filho, Francisco Rossas e Antônio Gonzaga de Almeida e, como gerente, Antônio Furtado Mendonça (Ibidem).

A Cia. Ferro-Carril do Outeiro apresentou, segundo o *Almanaque do Ceará de 1902*, nos anos do período 1897-1900, os resultados financeiros expostos no quadro abaixo:

ANO	RECEITAS	DESPESAS	SALDOS
1897	26:737$	25:476$	1:261$
1898	23:897$	22:331$	1:566$
1899	22:999$	26:576$	-3:577$
1900	23:987$	27:461$	-3:474$

*As frações do mil-réis não constam na fonte pesquisada

Pelos resultados obtidos acima, conclui-se que, nos dois primeiros anos (1899 e 1900), sob a presidência do Dr. Thomaz Pompeu, a referida companhia apresentou saldos deficitários[15].

De acordo com o relatório de 31/03/1901, publicado no *Almanaque do Ceará de 1902*, a Ferro-Carril do Outeiro apresentou o seguinte balanço contábil:

ATIVO	PASSIVO
Caixa – 486$510	Capital – 40:000$000
Estação – 546$710	Débito – 15:000$000
Móveis – 1:643$000	Emissão – 1:000$000
Material – rodante – 14:945$400	
Tráfego – 1:500$000	
Animais – 3:919$000	
Construção (linha) – 19:518$080	
Déficit – 7:050$300	

A Cia. Ferro-Carril do Outeiro foi transferida, juntamente com a Cia. Ferro-Carril do Ceará, por compra, a The Ceará Tranway Light & Power Co., empresa inglesa, em 06/07/1912[16].

3.3 O Banco do Ceará

Constituído sob a forma de sociedade anônima, que teve seus estatutos aprovados a 28/02/1893, o Banco do Ceará passou a operar, a partir de 07/03/1893, em um prédio localizado na antiga Praça José de Alencar, em Fortaleza (GIRÃO, 2000)[17].

Pelos seus primeiros estatutos, o seu capital social era de 1.000 contos de réis, dividido em 10.000 ações de 100 mil-réis, podendo ser elevado ao dobro, se o aumento de suas operações o exigissem, conforme decisão da assembléia geral dos acionistas. As ações seriam nominativas até sua integralização e, depois, convertidas em títulos ao portador (Ibidem).

A primeira diretoria, que foi formada por João Joaquim Simões (presidente), Alfredo Salgado (secretário), Joaquim Dias da Rocha, Thomé Augusto da Motta, José Albano Filho e Manoel Gomes Barbosa, permaneceu na sua direção até 1895 (GIRÃO, 2000; Almanaque do Ceará de 1895)[18].

Em 1893, o Banco do Ceará remunerava, com taxas de juros de 3%, ao ano, os depósitos de retirada livre; com taxas de 4%, os de retirada com aviso de 15 dias; e, com taxas de 5%, os depósitos de

30 dias. As taxas dos depósitos a prazo fixo eram, por seu turno, de 4%, para os de um a três meses; 5%, para os de quatro a seis meses; 6%, para os de sete a nove meses; e, 7%, para os de mais de 10 meses (GIRÃO, 2000).

Pelos descontos de letras, de prazo não superior a seis meses, eram pagas taxas de 9% a.a. Os juros de empréstimos garantidos era de 10% a.a. e o depósito mínimo era de 10 mil-réis (Ibidem).

Em 31/12/1895, as letras descontadas apresentaram um saldo, em seu movimento, de 334: 549$978; os empréstimos garantidos por penhores, por hipotecas, por cauções de letras, de títulos e de cartas de crédito, um saldo de 609:676$730; os depósitos em conta-corrente, um saldo de 566:187$339; e os depósitos a prazo, um saldo de 70:801$400 (Relatório do ano de 1896 apresentado à Assembléia Geral de Acionistas do Banco do Ceará em 01/03/1897).

Sua diretoria, em 1896, passou por duas parciais alterações. Na primeira delas, Thomé Augusto da Motta substituiu João Joaquim Simões na presidência, que, com isso, também deixou de compor a diretoria[19]. Com a saída de Simões e também de Joaquim Dias da Rocha, tornaram-se diretores Bernardo Ferreira da Cruz[20] e Antônio Leal de Miranda (Almanaque do Ceará de 1896). Na segunda, José Albano Filho substituiu Thomé Augusto da Motta na presidência, que, em conseqüência disso, deixou de fazer parte também da diretoria,[21] e o Dr. Guilherme Studart[22] se tornou um de seus seis diretores[23] (Almanaque do Ceará de 1897 E "Relatório do ano de 1896 ...").

De acordo com a "Relação dos Acionistas" que integra o supracitado "Relatório da Diretoria de 01/03/1897", o Banco do Ceará tinha, em 31/12/1896, um capital de 1.000 contos de réis, estando realizados 500 contos, um fundo de reserva de 75 contos e 219 acionistas, dentre os quais, Thomaz Pompeu, que ali aparece como detentor de 520 das 10.000 ações que compunham o seu capital[24].

Em 1896, aquela instituição bancária cobrava, por empréstimos e descontos, taxas de 12% a.a. e remunerava com as seguintes taxas de juros, ao ano, por modalidade de depósito: a ordem em conta-corrente, 2%; com aviso prévio, 4%; a prazo de 30 dias, 4%;

de até seis meses, 5%; de sete a 10 meses, 7%; de 11 a 12 meses, 8% (Almanaque do Ceará de 1896; "Relatório do ano de 1896...").

Naquele ano, o valor total das letras descontadas atingiu 922:034$249 e o das letras pagas, 676:518$460. Foram realizados empréstimos garantidos no valor total de 820:983$400 e recebidos, por empréstimos garantidos feitos, 960:004$605. Os valores recolhidos, sob a forma de depósitos em conta-corrente, alcançaram 1.883:934$835, e os retirados, dessa modalidade de depósito, 1.906:257$105. As quantias recolhidas, sob a forma de depósitos a prazo, montaram a 489:738$510 e as sacadas, dessa espécie de depósito, a 318:871$450 ("Relatório do ano de 1896...").

Durante 1896, o Banco do Ceará realizou dois balanços contábeis. O primeiro deles, publicado em 30/06, apresentou um ativo e um passivo com valores totais de 3.607:710$459, bem como valores totais de 61:685$363, para as contas "Dever" e "Haver", no demonstrativo da conta "Lucros e Perdas". No segundo, tornado público em 31/12, o ativo e o passivo atingiram 3.600:932$421 e as contas "Dever" e "Haver", no demonstrativo da conta "Lucros e Perdas", 58:259$500. Com base nesses resultados, foram distribuídos dividendos de 12% a.a. sobre o capital realizado (de 500 contos de réis) (Ibidem).

Em 1898, ao assumir o Dr. Thomaz Pompeu a presidência do Banco do Ceará, a sua diretoria não mais contará com seis membros, mas com apenas três, como passaram a definir seus estatutos, a partir das modificações ocorridas em 1896. Além do presidente, farão parte dela um secretário e um diretor, cargos ocupados, naquele ano, respectivamente, por Alfredo Salgado e Antônio Frederico de Carvalho Motta (Almanaque do Ceará de 1898).

Naquele ano, operava com uma taxa de descontos de 12% a.a. e pagava as seguintes taxas anuais de juros, por modalidade de depósito: a ordem em conta-corrente, 2%; com aviso prévio de 30 dias, 4%; a prazo de seis a 12 meses, 6% (Ibidem).

É noticiado, no Almanaque do Ceará de 1899, que o Banco do Ceará, naquele ano, realiza descontos; empresta dinheiro, sob garantia de firmas, sob caução de letras e títulos, e sob hipotecas; e também saca sobre as seguintes praças: Pará, Manaus, Maranhão, Pernambu-

co, Bahia, Rio de Janeiro, Londres, Paris e outras cidades européias, onde existam agências do Credit Lyonnais[25]. Verifica-se, também ali, que o seu capital subscrito continua de 1.000 contos, com 500 contos realizados, e seu fundo de reserva atinge os 100 contos.

Por sua vez, o Almanaque do Ceará de 1900, publicado em 1899, informa que, nesse último ano, sua direção passou a ter a seguinte composição: Dr. Thomaz Pompeu (presidente), Antônio Frederico de Carvalho Motta (secretário), que passou a substituir Alfredo Salgado, que ocupava esse cargo desde a constituição da firma em 1893, Dr. Antônio Pinto Nogueira Brandão (diretor), Dr. Pedro Queiroz[26] e Dr. Eduardo Studart (suplentes). Noticia também esse almanaque que, em 1899, o seu capital subscrito e o realizado permanecem inalterados, respectivamente, em 1.000 e 500 contos, que o seu fundo de reserva se elevou para 150 contos, que o banco continua a operar com as mesmas taxas de desconto e juros vigentes em 1898 e que passou a sacar contra a Praça da Alemanha, através do Deutsch Bank.

Segundo Girão (2000), novos estatutos foram votados em 1900, sem promoverem alterações essenciais, no entanto, em relação aos estatutos em vigor desde 28/02/1893.

Em 1901, ocorrem novamente alterações na diretoria, que passa a ser composta por: Dr. Thomaz Pompeu (presidente), João da Fonseca Barbosa (secretário). Dr. Antônio Pinto Nogueira Brandão (diretor), Hortêncio de Alcântara e Dr. Pedro Queiroz (suplentes) (Almanaque do Ceará de 1902)[27].

Segundo o Almanaque do Ceará de 1903, o Banco do Ceará, no ano de 1902, de um capital subscrito de 1.000 contos, passou a apresentar um capital realizado de 600 contos[28].

Consta no Almanaque do Ceará de 1904, que, no ano anterior, aquela instituição bancária passava a sacar contra uma nova praça: a de São Paulo, através do Brazilianisch Bank Fur Deutschland.

Em 1906, ocorre mais uma alteração na diretoria, que passa a ter como membros: Dr. Thomaz Pompeu (presidente), Antônio Frederico de Carvalho Motta (secretário), Bernardo Ferreira da Cruz (diretor), João da Fonseca Barbosa e Hortêncio de Alcântara (suplentes) (Almanaque do Ceará de 1906).

Continuava, naquele ano, esse estabelecimento bancário a operar com a mesma taxa de descontos e iguais taxas de juros e modalidades de depósito vigentes em 1898 (Ibidem).

Um fato, porém, chama a atenção, no Almanaque do Ceará de 1906, no que diz respeito ao número de agentes do Banco do Ceará, naquele ano, na Amazônia (Amazonas e Pará): ele cresce de cinco (dois, no Amazonas e três, no Pará), em 1905, para oito (quatro, no primeiro desses estados e quatro, no segundo), em 1906.[29]

Esse crescimento, certamente, deve ser atribuído à intensificação do intercâmbio comercial Amazônia-Ceará, bem como das remessas de dinheiro dos paroaras para sua terra natal, causadas pelas elevações dos preços da borracha, depois de 1904, como observara Theóphilo (1914, p.42).[30]

Em 1907, apesar da redução do número de agentes, em Manaus, para três (Scholtz, Harlye & Cia.; Freitas Ferreira & Cia.; e Banco Amazonense), a elevação, para seis, no Pará (Banco de Crédito Popular; Banco do Pará; Banco Comercial do Pará; Banco do Norte do Brasil; B. A. Antunes & Cia.; e Scholtz, Harlye & Cia.), continua a confirmar a observação de Theóphilo (Almanaque do Ceará de 1907). Nesse ano, o capital subscrito e o realizado continuam inalterados em, respectivamente, 1.000 e 600 contos de réis (Ibidem).

No ano de 1910, a diretoria, que não sofria alterações desde 1907, passa a ser composta por: Thomaz Pompeu (presidente), Antônio Frederico de Carvalho Motta (secretário), Antônio Leal de Miranda (diretor), que substituiu Bernardo Ferreira da Cruz nesse cargo, João da Fonseca Barbosa, Joaquim Magalhães e Antônio Pinto Nogueira Brandão (suplentes), substituindo, os dois últimos Hortêncio de Alcântara e Paulo Augusto de Moraes (Almanaque do Ceará de 1907 e de 1910).

Em 1911, o Banco do Ceará continua a ser dirigido pela supracitada diretoria e tem um conselho fiscal composto por José Gentil Alves de Carvalho, Bernardo Ferreira da Cruz e Virgílio Nunes de Melo[31]. O seu capital subscrito é de 1.000 contos de réis, dos quais 600 contos realizados, o seu fundo de reserva, de 115 contos, e seu fundo de reserva especial, de 23 contos (Catálogo de Propagandas de 1911).

Naquele ano, recebe dinheiro em conta-corrente (com retiradas livres, com aviso de 15 dias e com aviso prévio de 30 dias) e a prazo fixo. Faz empréstimos sob caução de notas promissórias, "warrants", jóias, ouro amoedado e títulos da dívida pública federal, estadual e municipal. Realiza cobranças de saques sobre a praça do Ceará, "revertendo o produto sem mais despesas, além do que a de comissão de cobranças." Saca sobre todas as praças do Brasil, sobre as principais praças européias e a principal praça dos Estados Unidos (Nova York); dá cartas de crédito circulares e paga qualquer quantia de cartas de crédito, emitidas por seus correspondentes ou até por outros bancos, de reconhecida credibilidade (Ibidem).

Pode-se constatar, na supracitada fonte, que imediatamente depois do ápice do surto da borracha, que se deu em 1910, decresceu o número de correspondentes do Banco do Ceará na Amazônia (ficou ele com três agentes, no Pará, e um apenas, em Manaus) e aumentou seu número no restante do Brasil (com a inclusão das praças do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul) e no exterior (com a inclusão de três novas praças na Europa e uma nos Estados Unidos).[32]

Pelo *Almanaque do Ceará de 1914*, a diretoria continua a apresentar, naquele ano, a mesma formação exposta no *Almanaque 1910*, bem como ainda continuam a vigorar as mesmas taxas de desconto e de juros e iguais modalidades de depósito de 1898: a taxa de descontos é de 12% a.a. e as taxas de juros para depósitos a ordem em conta-corrente, com aviso prévio de 30 dias e a prazo de seis a 12 meses, são respectivamente, de 2%, 4% e 6%.

É noticiado, ali também, que, em 1914, o Banco do Ceará tem cinco agentes no Pará (Banco de Crédito Popular; Banco do Pará; Banco Comercial do Pará; A.F. de Souza & Cia.; B. Antunes & Cia.) e um, em Manaus (Banco Amazonense), assim como seus capitais subscrito e realizado continuam, respectivamente, de 1.000 e 500 contos.

Em 1916, segundo o *Almanaque do Ceará* daquele ano, a sua diretoria era composta por Thomaz Pompeu (presidente), Joaquim Magalhães (gerente) e Antônio Leal de Miranda e eram oferecidas as seguintes taxas de juros, ao ano, por modalidade de depósito:

conta-corrente com retirada livre, de 2%; conta-corrente com aviso prévio de 30 dias, de 5%; e a prazo fixo de seis a 12 meses, 6%.

Ali também é informado que os seus agentes, no Pará, são o Banco de Crédito Popular, o Banco do Pará, o Banco Comercial do Pará, Antunes & Cia. e Scholtz, Harlye & Cia. Já, em Manaus, são: o Banco Amazonense e Scholtz & Cia.

De acordo com Girão (2000), a má administração conduziu o Banco do Ceará à falência, que foi requerida, judicialmente, pelo The Nacional City Bank de New-York e decretada a 27/12/1916. Os maiores credores eram o Banco Nacional Ultramarino, com 450:684$405, a União Federal, com 258:207$487, e o Banco Comercial de Porto Alegre, com 104:400$640. O passivo era de 5.037:557$035.

3.4 A Fábrica Progresso

A Fábrica Progresso, que pertencia a Pompeu & Cia., foi fundada em 1899. Nesse ano, situava-se na Rua Tristão Gonçalves, n. 37, e manufaturava redes lisas e de fustão, regulando a sua produção, de 15 a 30 unidades, por dia. Além do contingente de 30 pessoas, dava trabalho externamente, a 180 mulheres. Seu maquinismo compreendia duas urdideiras, uma máquina de reunir o fio das urdideiras, nove teares e cinco máquinas diversas (Almanaque do Ceará de 1901).

Em 1901, sua produção média diária é de 50 redes, podendo ser elevada a 100, no valor oficial de 720$000. Ocupa, ainda, 30 pessoas no serviço interno, porém, no externo, o número cresce para mais de 280. Dispõe do seguinte maquinário: três máquinas manuais de fazer meadas; duas urdideiras manuais e uma mecânica; uma máquina de transformar as meadas em carretéis; quatro máquinas alemãs de encher o fio urdido; uma máquina movida a vapor, para reunir o fio da urdideira mecânica; 11 teares manuais, para fazer redes de um só pano; um tear mecânico, para fazer redes de 72 polegadas de largura, trançadas a quatro cores; dois teares mecânicos, para redes lisas de 72 polegadas (tanga); uma liceira e outras menores. É movida por um motor a gás Otto, de Crosseley

Brothers, de quatro cavalos nominais de força, que desenvolve 10 efetivos. Possui anexa uma tinturaria (Almanaque do Ceará de 1902).

Em 1903, seu capital é de 50 contos de réis e sua produção média diária é de 75 redes, podendo ser elevada a 100, no valor de 900$000 a um conto. Produziu, nesse ano, 21.000 unidades (Almanaque do Ceará de 1904).

Em 1904, a Pompeu & Cia. tem o Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil, como sócio capitalista, e João Francisco da Costa e Silva, como sócio de indústria, e emprega 36 pessoas no serviço interno e 380 mulheres e meninos externamente, que produziram, no primeiro semestre, 11.000 unidades (Almanaque do Ceará de 1905).

O *Almanaque do Ceará de 1906* informa que a Fábrica Progresso foi transferida para parte do edifício em que funciona a fábrica de fiação do Dr. Thomaz Pompeu, desde dezembro de 1904, no Boulevard do Imperador.

Em decorrência disso, passam a funcionar, no mesmo prédio, as duas fábricas de redes pertencentes ao Dr. Thomaz Pompeu.

Numa propaganda, publicada em 1911, é anunciado que a Fábrica de Fiação Progresso, de Thomaz Pompeu, situada na Rua do Imperador, "é a mais importante do Estado para o fabrico de fio grosso especial para redes" e que sua produção anual é superior a 200 mil kg, o que equivale a mais de 8.000 sacas. Todavia, não se encontra ali nenhuma menção de que a Progresso ainda produza redes naquele ano (Catálogo de Propagandas de 1911).

A saída de atividade, em definitivo, da fábrica de tecidos de propriedade de Nogueira Accioly, em decorrência de um incêndio em 1912, ocorrido no contexto dos incidentes vinculados à sua deposição da Presidência do Estado, certamente estimulou o Dr. Thomaz Pompeu a voltar a atuar como produtor de tecidos.

Segundo Andrade (1952), em 1913, a Progresso começava a receber novos equipamentos e a produzir também tecidos de algodão.

De 1913 a 1924, de acordo ainda com aquele autor, a Progresso produziu somente tecidos crus. Porém, em 1925, com a aquisição de máquinas de tinturaria, passaria ela a fabricar tecidos em cores, que tiveram ampla aceitação no mercado popular.

Em 1928, a Fábrica Progresso possuía 42 teares e produziu 570.508 m de tecidos e 73.000 kg de fios, no que consumiu 197.451 kg de algodão (Mensagem do Presidente José Moreira da Rocha de 1928).

De acordo com Mallmann (1931), em 1929, ano do falecimento do Dr. Thomaz Pompeu, a Progresso, fazendo uso de 120 operários, 41 teares e 1610 fusos, produziu 500.000m de tecidos e 90.000kg de fios, no que consumiu 280.000 kg de algodão.

Esse estabelecimento industrial permanecerá na propriedade de descendentes do Dr. Thomaz Pompeu até julho de 1987, quando é declarada a falência da Thomaz Pompeu Têxtil S/A., firma à qual pertencia. No entanto, somente encerrará ele, definitivamente, suas atividades, em 1998, quando suas instalações e maquinismos estavam alugadas a uma cooperativa de trabalho pelo síndico da massa falida da supracitada firma.

3.5 A fábrica do Dr. Thomaz Pompeu

Inaugurada em dezembro de 1904, situava-se no Boulevard do Imperador, no prédio da antiga fábrica de meias, pertencente à Companhia Fabril Cearense de Meias. Tinha um capital de 150 contos de réis e se destinava à fabricação de até 180 kg diários de fios n. 5, para redes, naquele ano (Almanaque do Ceará de 1905).[33]

O prédio, em que foi instalada, compreendia dois salões no pavimento de frente, tendo um, 120 palmos de extensão por 53 de largura, todo assoalhado e forrado, e, outro, com 80 palmos de comprimento por 53 de largura. No pavimento posterior, separado do fronteiro por um corredor de 25 palmos de largura, achavam-se os maquinismos (Ibidem).

Dispunha, em dezembro de 1904, dos seguintes maquinismos: um motor de fabricação alemã, com 30 cv de força; uma caldeira Cornwall; uma bomba de alimentação; um injetor; um condensador e aquecedor; e uma bomba a vapor de duplo efeito. Dos maquinismos de fiação (todos de Howard & Bullough), constavam um batedor simples; três cardas revólveres; um passador,

com 12 entregas; 55 fusos de "stubling"; 140 fusos de "rovings"; 600 fusos de urdição; um amolador de cardas; uma máquina de encapar rolos; e outras menores acessórias. A oficina contava com um torno mecânico alemão; duas máquinas de perfurar ferro; e um ventilador. Anexa à fábrica, achava-se uma marcenaria a vapor, de origem americana, da Casa J.A. Fay & Egan Cia., de Cincinati (estado de Ohio) (Ibidem).[34]

Em 1906, seu capital é de 200 contos de réis, emprega 50 pessoas, no serviço interno, e sua produção média diária é de 150 a 180 redes, na importância de 90 contos anuais (Almanaque do Ceará de 1906).

Pelo Censo de 1907, seu capital era de 170 contos, produziu 20.000 redes, empregava 45 operários e utilizava 70 cv de força (Centro Industrial do Brasil, 1909).

Em 1919, segundo Pearse (1923), a Fábrica do Dr. Thomaz Pompeu tem um capital de 400 contos, emprega 60 pessoas, possui 20 teares e 600 fusos, e utiliza 110 hp de força.[35]

É provável que tenha saído de atividade em 1927, já que, a partir desse ano, passa a não constar dos Almanaques do Ceará e a ela não são feitas referências em nenhuma outra fonte bibliográfica disponível.[36]

Notas

1) O senador Pompeu também desempenhou atividades empresariais, nas condições de co-proprietário da Tipografia Brasileira, onde era impresso *O Cearense* (NOBRE, 1898), e de sócio-fundador da Cia. Cearense de Via-férrea de Baturité, firma responsável pela construção e exploração da primeira ferrovia a funcionar no Ceará (FERREIRA, 1989).

2) O contexto macroeconômico que estimulou a instalação dessa fábrica de tecidos é analisado em Viana (1988). Segundo esse autor, pode-se atribuir à ocorrência de um surto de investimentos em indústria têxtil no Ceará, entre os anos de 1881 a 1895, ao maior dinamismo que passou a viver, no período, a economia cearense, em decorrência do "boom" algodoeiro de 1864 a 1875, da realização de elevados gastos públicos com a seca de 1877-1879 e da intensificação das exportações de escravos para outras províncias, principalmente nos anos dessa seca.

3) Ao afirmar que o assentamento de todo o maquinismo foi feito pelo mecânico inglês John Abott, durante partes dos anos de 1882 e 1883, Brasil (1892) for-

nece fortíssima evidência para que seja negado o exagero cometido, nas versões de Girão (1975, p.60) e de Nobre (1989, p.145), quanto ao papel desempenhado por Antônio Pompeu na montagem dos maquinismos dessa fábrica.

Na sua versão, Girão afirma que: "Deixando a profissão médica e dotado de excelentes conhecimentos de mecânica, construiu e *ele próprio montou a fábrica de tecidos de algodão* [...]" (grifo nosso).

Já Nobre, por seu turno, assevera que: "[...] Embora formado em Medicina, *ele próprio instalou a fábrica, com notório conhecimento da engenharia necessária à montagem do complexo sistema de produção mecânica de fios e tecido*" (grifo nosso).

A supracitada evidência apresentada por Brasil também confirma o que era prática comum, na época, entre os fabricantes ingleses de máquinas têxteis: o fornecimento de técnicos para a montagem delas nas fábricas que as adquiriam no exterior.

4) Em notas autobiográficas, publicadas pela *Revista do Instituto do Ceará* de 1929 (Tomo Especial), o Dr. Thomaz Pompeu afirma, na p.20, o que se segue:

"Reeleito e voltando à Câmara, poucos dias depois era esta dissolvida [...]."

"Este golpe acabou por desgostar Thomaz Pompeu da carreira política, endividado por ter gasto em eleições mais de 63 contos, tratou de trabalhar na indústria, *fundando com seu irmão Antônio Pompeu e o Dr. Accioly a primeira fábrica de fiação e tecidos no Norte do Brasil*" (grifo nosso).

Como Pompeu está se referindo a eleição de 1886 e a dissolução da Câmara dos Deputados ocorrida nesse ano, é estranha a sua afirmação na parte grifada da transcrição acima, já que a fundação da fábrica se dera em 1881.

5) Pelo *Almanaque do Ceará de 1898*, constata-se que o Dr. Thomaz Pompeu foi substituído, nesse cargo, por Paulino de Freitas Ramos e que se torna apenas membro do conselho fiscal dessa companhia, naquele ano.

6) No Ceará, ao contrário de outras regiões brasileiras, onde a legislação relativa às sociedades anônimas de 1890 também serviu, dentro do quadro geral do Encilhamento, para a incorporação de empresas com fins meramente especulativos, a mesma foi provavelmente encarada, de forma eufórica e simplistamente, como instrumento de superação dos limites impostos pela escassez de capitais e créditos para a realização de empreendimentos de maior vulto. Isso parece ser corroborado pelo número de companhias incorporadas no estado, no período de 1890 a 1896, que entraram em atividade (no mínimo sete), e pelos nomes dos acionistas que elas apresentavam em comum (VIANA, 1988).

7) Essa fábrica foi instalada no prédio onde funcionou, de 1894 a 1898, uma fábrica de meias, pertencente à Cia. Fabril Cearense de Meias, situada na Rua do Imperador, esquina com a Rua das Trincheiras (atual R. Liberato Barroso). Bezerra (1992) situa esse prédio, por seu turno, no Boulevard 15 de Novembro (antiga Imperador), esquina com a Rua das Trincheiras.

8) No *Almanaque do Ceará de 1906*, é registrada essa transferência da Fábrica Progresso para parte do prédio em que funcionava a Fábrica do Dr. Thomaz Pompeu. No entanto, não conseguimos descobrir se ela ocorreu em 1905 ou 1906.

Essa transferência, estranhamente, não correspondeu a uma fusão das duas fábricas de redes em uma só, pois podem ser encontradas informações isoladas de cada uma delas, nos *Almanaques do Ceará*, até 1910.

De 1913 até por volta de 1927, elas continuam a coexistir no mesmo prédio, porém a Progresso passa a produzir tecidos, enquanto a do Dr. Pompeu continua a fabricar redes.

9) O registro de que a Fábrica do Dr. Thomaz Pompeu ainda permanece em atividade em 1927 pode ser encontrado no *Almanaque do Ceará* daquele ano.

10) Há indicações de que se tentou, a princípio, denominar esse estabelecimento industrial de "Fábrica de Fiação e Tecidos Cearenses" (ANDRADE, 1952), mas a denominação que acabou por se impor foi a de "Fábrica da Pompeu & Irmãos".

11) Essa companhia foi a terceira firma a ser constituída, em Fortaleza, com o objetivo de explorar esse tipo de serviço de transporte coletivo. No ano de sua constituição, já estavam em atividade a Ferro-Carril do Ceará, companhia constituída em 03/02/1877, mas que somente passou a operar em 25/04/1880, e a Cia. Ferro-Carril de Porangaba, sociedade anônima incorporada em 18/10/1894 (GIRÃO, 1982; Almanaque do Ceará de 1897).

Vale lembrar que o Cel. Ernesto Deocleciano de Albuquerque, fundador de uma fábrica de tecidos como Pompeu, também foi proprietário de uma empresa de bondes de burros, a Empresa Carril Sobralense (sic), constituída em 1894 (ROCHA, 2003).

12) Antônio Joaquim Guedes de Miranda era, em 1896, presidente da Cia. Cearense de Curtumes e membro do conselho fiscal do Banco do Ceará (Almanaque do Ceará de 1896; Relatório do ano de 1896 apresentado à Assembléia Geral de Acionistas do Banco do Ceará em 01/03/1897). Já Antônio Augusto de Vasconcelos e Guilherme Studart foram fundadores do Instituto do Ceará, em 1887, e da Academia Cearense de Letras, em 1894, sendo Studart também acionista e diretor do Banco do Ceará em 1896.

13) Francis Henry Harding foi gerente da caixa filial do Banco de Pernambuco em Fortaleza, de 1893 a 1901, e diretor da Associação Comercial do Ceará, de 1898 a 1901 (Almanaque do Ceará de 1895; NOBRE, 1991).

14) Pelos cargos ocupados por Thomaz Pompeu, nessa companhia, antes de se tornar o seu presidente, é possível fazermos a suposição de que ele já era seu acionista desde a data de sua incorporação.

15) Apesar de não conseguirmos encontrar fontes que apresentem informações relativas ao desempenho financeiro dessa empresa, de 1901 a 1912, dada a permanência dela em atividade até 1912, é possível fazermos a suposição de que os resultados negativos, apresentados nos exercícios de 1899 e 1900, foram superados posteriormente.

16) Informações baseadas nas notas que Girão anexou à Bezerra (1992).

17) Apesar de terem sido feitas algumas tentativas de se criar uma instituição

bancária no Ceará, após o fechamento do Banco Provincial em 1839, que ao entrar em atividade em 1835, por iniciativa do Padre Alencar, então Presidente da Província, tornou-se o segundo banco a funcionar no Brasil (o primeiro foi o Banco do Brasil em 1808), somente com a criação do Banco do Ceará se atingiu esse intento. Em 1893, ainda, no dia 26 de julho, passaria a operar, em Fortaleza, uma caixa filial do Banco de Pernambuco (GIRÃO, 1947).

18) João Joaquim Simões era acionista da Cia. Fábrica de Fiação e Tecidos União Comercial (incorporada em 15/04/1891), através da Simões, Irmão & Cia., da Cia. Cearina (incorporada em junho de 1891), que não se concretizaram, da Cia. Cearense de Curtumes (incorporada em 06/06/1891), e diretor, em 1895, da Cia. Prado Cearense (incorporada antes de 1895). Alfredo Salgado, além de sócio da firma Holderness & Salgado, era também, em 1895, diretor da Cia. Prado Cearense. Joaquim Dias da Rocha era secretário da Cia. Cearense de Curtumes em 1895. José Albano Filho era acionista da União Comercial (já citada) e da Cia. Fabril Cearense de Meias (incorporada em 23/06/1891), através da firma Albano e Irmão, e membro do conselho fiscal da Cia. Ferro-Carril do Outeiro em 1899. Por fim, Manoel Gomes Barbosa, que compunha o quadro de sócios da Cia. Ferro-Carril do Ceará em 1886, era acionista da Cia. Cearina, da Cia. Cearense de Curtumes e diretor, em 1895, da Fabril Cearense de Meias (NOBRE, 1989; VIANA, 1990).

19) Como, no referido "Relatório do Ano de 1896...", é encontrada a notícia da existência de créditos de lucros suspensos, no valor de 4:189$330, para fazer face à falência da firma Simões, Irmão & Cia., é possível fazermos a suposição de que sua saída da presidência do Banco do Ceará está associada a esse fato, o que parece ser corroborado pela ausência do seu nome na "Relação dos Acionistas", em 31/12/1896, que consta desse relatório.

20) Bernardo Ferreira da Cruz era também, em 1896, tesoureiro da Cia. Cearense de Curtumes. Na referida lista dos acionistas do Banco do Ceará, consta que, em 31/12/1896, ele era detentor de 200 ações e seus filhos Mário, Laura e Bernardo Filho tinham, cada um, sete ações.

21) Na "Relação dos Acionistas", de 31/12/1896, aparece o nome da firma Albano & Irmão, da qual José Albano Filho era sócio, como detentora de 100 ações, porém não consta ali o nome de Thomé Augusto da Motta.

22) O Dr. Guilherme Studart possuía, em 31/12/1896, 50 ações do Banco do Ceará. Como cada ação valia 100$000, o valor total delas era de cinco contos de réis.

23) Faziam parte do seu conselho fiscal, nesse ano: José Bruno Menescal, Antônio Machado Coelho e Antônio Joaquim Guedes de Miranda.

24) Não foi possível levantar se o Dr. Thomaz Pompeu já era sócio do Banco do Ceará antes de 1896. Nesse ano, conforme a referida lista dos acionistas, ele, com 520 ações, que valiam 52 contos no total, era o seu quarto maior acionista, ficando atrás de Antônio Frederico de Carvalho Motta, com 812 ações (no valor total de 81:200$000), de Antônio Leal de Miranda, com 670 ações

(que valiam no total 67 contos), e da firma Silva, Mattos & Irmãos, com 525 ações (que totalizavam um valor de 52:500$000).

Porém, como Nogueira Accioly era detentor de 100 ações; Alice Accioly, de 80; Maria Teresa S. Accioly, de 15; e A.P. Nogueira Accioly Filho, de cinco; se somarmos as ações de Pompeu com as desses seus familiares, esse grupo se torna o segundo maior acionista do Banco do Ceará, naquele ano, já que detinha 720 de suas ações.

Segundo a referida relação, ainda, Alfredo Salgado possuía 100 ações; a Gomes Barbosa & Cia., 100, que se juntavam a mais 100 de Manoel Gomes Barbosa, um de seus proprietários; a Hollanda, Gurjão & Cia., firma proprietária da fábrica de tecidos Ceará Industrial, 100; Ernesto Deocleciano de Albuquerque, um dos proprietários da Fábrica de Sobral, 140; João Evangelista da Frota, sogro do futuro banqueiro José Gentil Alves de Carvalho, 100; e José Bruno Menescal, 130.

25) Como, nas suas propagandas publicadas antes de 1899, no *Almanaque do Ceará*, o Banco do Ceará nunca informara se possuía agentes em outros estados brasileiros e no exterior, surge a dúvida se eles já existiam antes do referido ano.

26) O Dr. Antônio Pinto Nogueira Brandão era detentor de 100 ações e o bacharel Pedro Thomaz de Queiroz Ferreira, de 113, em 31/12/1896. Vale lembrar que esse último acionista era, em 1896, secretário da Cia. Fabril Cearense de Meias, e proprietário, em 1899, de uma fábrica de bebidas destiladas, com capital de 10 contos, tendo sido também fundador da Academia Cearense de Letras.

27) João da Fonseca Barbosa possuía 335 ações em 31/12/1896, segundo o "Relatório do Ano de 1896..."

28) O capital realizado montava 500 contos de réis desde 1896.

29) Em 1906, eram seus agentes no Pará: o Banco de Crédito Popular, o Banco do Pará, o Banco Comercial do Pará e da Costa & Cia. Em Manaus, por sua vez, eles eram: Scholtz & Cia.; Freitas, Sobrinhos & Cia.; Banco Amazonense; e o Banco do Amazonas.

30) Theóphilo, quando se refere ao "progresso" alcançado pela economia cearense depois de 1904, atribui-lhe como causas: "[A ocorrência de] alguns anos de estações regulares e sobretudo à grande alta da borracha no Amazonas, que derramou rios de dinheiro no Estado. Em 1910, quando a borracha chegou a dar 16$000 por quilo, entraram para aqui cerca de trinta mil contos! Houve uma verdadeira plhetora de dinheiro. [...] Os bancos, as casas capitalistas e o correio estão aí para provar essa inundação de dinheiro. Em Fortaleza, tudo se valorizou. As casas subiram de preço e o comércio teve grandes lucros. Os paroaras tudo compravam sem regatear o preço."

31) José Gentil Alves de Carvalho será, a partir de 05/06/1917, um dos sócios da casa bancária Frota & Gentil, que se transformará, em 19/03/1931, no Banco Frota Gentil (GIRÃO, 1947).

32) Os agentes, no Pará, eram: Banco do Pará, Banco Comercial do Pará e o Banco de Crédito Popular. Já, em Manaus, era o Banco Amazonense.

33) Há fortes indícios de que esse estabelecimento industrial tinha como objetivo, de início, apenas a produção de fios, já que a descrição do seu maquinismo, quando de sua inauguração, não inclui teares para a fabricação de redes. Talvez Pompeu, ao instalar uma fiação apenas, não quisesse competir com a tecelagem de Nogueira Accioly, fato que não foi negado pela sua decisão de incluir nela, posteriormente, um setor produtor de redes.

34) Na fonte citada, são descritos, com detalhes, os maquinismos e equipamentos que compunham essa marcenaria. Não foi possível, no entanto, levantar se ela se destinava a atender apenas as necessidades da fábrica ou se também prestava serviços ao público.

35) Nesse levantamento realizado por Pearse, estranhamente são apresentados também dados da Pompeu & Irmãos: ali ela aparece com um capital de 600 contos, força de 100 cv, 210 operários, 128 teares e 6530 fusos. Como ela já não existia, desde 1912, desconhecemos as razões pelas quais aquele pesquisador inglês incluiu essa fábrica entre as de fiação, de tecelagem e de redes que estavam em atividade, no Ceará, em 1919.

    Vale lembrar que, com exceção do número de operários, os dados acima são os mesmos apresentados pelo *Almanaque do Ceará de 1902* para o ano de 1901.

36) Na mensagem do presidente José Moreira da Rocha de 1928 e em Mallman (1931), que apresenta dados de 1929, não são feitas referências à Fábrica do Dr. Thomaz Pompeu.

Referências Bibliográficas

ALMANAQUE DO CEARÁ (1896 a 1930)

ANDRADE, F.A. de. *Thomaz Pompeu e o seu tempo* – síntese. Fortaleza, Instituto do Ceará, 1952.

ARAGÃO, E.F. *A trajetória da indústria têxtil no Ceará:* o setor de fiação e tecelagem – 1880 – 1950. Fortaleza: UFC/ Stylus Comunicações, 1989.

BANCO DO CEARÁ. *Relatório do ano de 1896 apresentado à Assembléia de Acionistas do Banco do Ceará em 01/03/1897*. Fortaleza: Tipografia da República, 1897.

BEZERRA DE MENEZES, A. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: UFC, 1992.

BRASIL, T.P. de. *O Ceará na exposição de Chicago de 1892*. Fortaleza: Tipografia Minerva, v.II, 1892.

CATÁLOGO DE PROPAGANDAS DE 1911, Fortaleza, s.ed., 1911.

CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL, 1909.

CONJUNTO DE FALAS (ou mensagens) dos presidentes do Ceará (1886 a 1928).

FERREIRA, B.G. *A estrada-de-ferro de Baturité:* 1870 – 1930. Fortaleza, UFC/Stylus Comunicações, 1989.

GIRÃO, R. Evolução bancária no Ceará. In: Martins Filho, A. e GIRÃO, R. (org.). *O Ceará*. Fortaleza, Instituto do Ceará, 1947.

_____. Os Pompeus, família ilustre. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza, Ano LXXVI, n. 36, 1975.

_____. *Fortaleza e a crônica histórica.* Fortaleza: EDUF, 1982.

_____. *História econômica do Ceará.* Fortaleza: UFC, 2000.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ (JUCEC). *Prontuários históricos* (vários anos).

NOBRE, G. da S. *O processo histórico de industrialização do Ceará.* Fortaleza: SENAI/DR-CE, 1989.

_____. *Historicidade da Associação Comercial do Ceará – 1866 – 1991*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ (Tomo Especial), 1929.

ROCHA, H. *O lado esquerdo do rio.* São Paulo – Sobral: Hucitec, 2003.

STUDART, G. *Datas e fatos para a história do Ceará.* Fortaleza: Typografia Comercial, 1924, Tomo II.

THEÓPHILO, R. *Libertação do Ceará.* Lisboa: Typografia "A Editora Limitada", 1914.

VIANA, C. *A indústria têxtil de algodão do Ceará (1881-1973):* uma experiência de industrialização fora do centro-sul. (Dissertação de Mestrado) Brasília: UnB, 1988.

_____. Os fatores determinantes do primeiro surto de investimentos em indústria têxtil no Ceará (1881-1895). In: *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza: v. 21, n. 1, jan/mar. 1990.

Discurso de posse no Instituto do Ceará

Juarez Leitão*

Antelóquio:

Hoje, 8 de março, é o Dia Internacional da Mulher.

E para homenagear a todas as mulheres, erguemos um brinde em seu louvor.

E que o nosso louvor se faça brisa e assovie salmos e cantigas em todos os litorais, pelas serras e rios, pelos vales, campinas e penedias desta pátria amorosa do Siará Grande.

E que o nosso aplauso não traga o sotaque melífluo e enganoso do dominador, mas o abraço companheiro e leal, gesto e palavra, de igualdade e de respeito.

Que a nossa voz, sem o ranço patriarcal, mas suave e sinceramente disposta a mais aprender as ternuras da vida do que ensinar o que não sabemos fazer, convide as mulheres para a parceria do amor e a decifração da verdade, para a justiça social e a paz entre os humanos, para o respeito aos animais e à natureza, para o convívio com a dignidade.

Para as mulheres que ajudaram e ajudam a fazer a trajetória do Instituto do Ceará, Júlia Carneiro Leão Vasconcelos, Alba Valdez, Zélia Sá Viana Camurça, Maria da Conceição Sousa, Valdelice Carneiro Girão, Rejane Vasconcelos de Carvalho Accioly e Clélia Lustosa Costa, o nosso aplauso e o reconhecimento da história.

E, finalmente, para todas as mulheres, no seu dia, o canto humilde dos homens pedindo perdão por todos esses anos de inconsciência.

---

*Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Também quero oferecer a importância desta noite e o sentido sublime que ela tem para mim a dois velhos companheiros de atividades literárias e amigos queridos de longos anos de lealdade e admiração. Falo pela voz da saudade, aturdida pela surpresa e pelos mistérios do imponderável, de José Maria Barros Pinho e Lustosa da Costa, que recentemente se ausentaram da mesa larga e fraterna do nosso convívio.

Senhor presidente,
Senhores e senhoras membros efetivos do Instituto do Ceará,
Senhores convidados:

Naquela tarde dos anos 1950, os dois meninos, eu e meu irmão José Maria, 7 e 5 anos de idade, nos perdemos nas matas do Barro Vermelho, a pequena fazenda onde nascemos nos carrascais cinzentos do Oeste do Ceará.

Na inconsciência natural da infância e no exercício perverso de caçar passarinhos, baladeiras em punho e afoita ingenuidade, fomos nos afastando cada vez mais da área conhecida e, quando demos fé, cercava-nos a mata densa, o trecho ainda virgem da floresta. Os angicos enormes, os paus d'arco e as aroeiras, assustavam-nos por sua dimensão, os troncos seculares, as cascas ásperas, o choro das resinas, o tapete das folhas mortas, o chiado dos grilos, os arrulhos columbais, os pios dos canários, dos bentivis e dos corrupiões... O cenário, enfim, das histórias antigas de meninos perdidos nos bosques sombrios e que, naquela tarde rude, era o nosso território do medo e da aflição. E no meio da agonia e do desespero, meu irmão mais novo me perguntou o que eu certamente não saberia responder:

Por que estamos aqui? Como viemos para este lugar?!!

Nesta semana, como tenho feito desde o dia 05 de fevereiro, data de nossa eleição, visitando mais uma vez este velho prédio, o vetusto Palacete Jeremias Arruda, que abriga o Instituto do Ceará, ao percorrer suas salas, pátios e corredores, vigiado pelo olhar severo dos retratos pendentes das paredes, pela mobília escura, da qual algumas peças pertenceram a ilustres e venerandos personagens de nossa história, de repente me veio a pergunta perplexa da infância numa longínqua tarde dos Inhamuns: **Por que estamos aqui? Como viemos para este lugar?**

Gerardo Mello Mourão denominou de "perigoso privilégio" a tarefa de representar companheiros de homenagem, de conquista ou de ascensão honorífica, pois cada um, em momentos como este, tem sua própria expressão, seu jeito de sentir e suas razões subjetivas.

Mas estamos os três na mesma viagem de sentimento e de irrecusável emoção adentrando nesta noite de março os sagrados umbrais do Instituto do Ceará e certamente nos unem as alegrias da conquista, a gratidão aos que nos elegeram e a consciência da responsabilidade da missão cultural que estamos assumindo.

Como chegamos aqui?
É a indagação em que tento me amparar desde o começo.

Dos três objetivos de estudo desta respeitável instituição, a história é, com assídua e dedicada perseverança, o caminho que temos percorrido.

Lúcio Alcântara opera na garimpagem beneditina de obras clássicas de autores cearenses, que, por omissão ou inapetência, estariam condenadas ao esquecimento eterno, e que, encontradas e recuperadas por ele, são reeditadas pela Fundação Waldemar Alcântara, e, dessa forma, salvas para o conhecimento desta e das futuras gerações.

Lúcio Alcântara, membro efetivo da Academia Cearense de Letras, um escritor que se garante por seu texto escorreito e desinfetado de banalidade, teve muito de seu fazer literário roubado pelas funções políticas que assumiu, como secretário de estado, deputado federal, senador da República e governador, mas nunca perdeu o gosto pelos livros nem pelas coisas da inteligência cearense. Assim, mesmo no meio do tiroteio brutal dos embates cívicos e dos afazeres da administração pública, nunca deixou de escrever uma crônica ou um poema, sazonais que fossem, até para amainar, com esse tipo de acalanto lírico, sua alma cansada de guerra.

Médico e filho de médico, nasceu em Fortaleza, mas suas raízes genealógicas estão fincadas desde o século 18 no espaço fisiográfico das bacias dos rios Curu, Cauípe e Ceará, onde surgiram as cidades de Caucaia, Paracuru, Pentecostes e São Gonçalo do Amarante. Descendente dos velhos clãs fundadores dessas antigas comunidades, os Estevão e os Praibas (ou Paraíbas), entre os seus ancestrais figuram

nomes assentados na história política do Ceará, como os de Joaquim da Cunha Freire (o Barão da Ibiapaba) e o de Severiano Ribeiro da Cunha (o Visconde de Cauípe), irmãos de Antônio da Cunha Freire, bisavô de Waldemar Alcântara e, portanto, trisavô de nosso recipiendário companheiro.

O homem que hoje ingressa no Instituto do Ceará é um amigo da cultura, justificado por iniciativas como o "Projeto Luiz Assunção" e o "Caminhão da Cultura", quando Prefeito de Fortaleza, que levavam a música e o teatro às periferias desta cidade.

Benemérito pela coordenação, quando Senador, da "Coleção Memória Brasileira", que reeditou obras valiosas da produção histórica, geográfica e antropológica nacional.

Pela publicação de preciosos livros cearenses, alguns em edição de arte especial, e a criação de projetos como "Mestres da Cultura" e "Contadores de Histórias", desenvolvidos pela Secretária de Cultura Cláudia Leitão durante o seu governo.

Lúcio Alcântara sucederá neste sodalício ao historiador e antropólogo Vinicius Barros Leal, filho de Baturité e médico por formação. Também membro efetivo da Academia Cearense de Letras, o doutor Vinícius foi um dos mais abnegados pesquisadores da cultura cearense, conseguindo compatibilizar sua profissão de pediatra e professor universitário com a de escritor profícuo, militante pertinaz da historiografia regional, com obra numerosa e de importância para o estudo e o conhecimento da colonização portuguesa no Ceará, sobre a história da medicina cearense, sobre a cultura popular, sobre a influência dos judeus em nossa cultura e a formação social do nordeste brasileiro.

Vinicius Barros Leal, pelo que realizou em favor da preservação cultural de nossa terra, está perenizado na história.

Acompanha-nos, também, nesta hora solene de chegada à Casa do Barão de Studart, o romancista e pesquisador Affonso Taboza Pereira, tenente coronel engenheiro reformado do Exército Brasileiro, de longa e bem sucedida carreira militar e como construtor de rodovias federais e pavimentação de aeroportos em várias regiões do país, empresário e líder classista, como Vice-Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil, diretor da Federação das Indústrias e do Centro Industrial do Ceará.

Vitorioso em muitos caminhos da vida, nasceu em Itapajé, terra de tantas denominações, pois antes de ser a tradução tupi-guarani do "Frade de Pedra", foi Santa Cruz, Vila Constituinte, Riacho do Fogo e São Francisco. Dali também vieram para brilhar na Capital e na história o poeta e orador Quintino Cunha, uma das mais luminosas inteligências do Ceará, Virgílio Brígido, um dos fundadores desta entidade e Alba Valdez, a segunda mulher a tomar assento entre os varões do Instituto.

Taboza foi seminarista na Praínha, onde, depois, também estive e certamente foi ali que aprendeu a olhar a vida com paciência e a utilizar as horas calmas de silêncio para a meditação e a construção cuidadosa do conhecimento. Por aquele velho casarão da Dom Manuel outros nos antecederam e muitos deles hoje são ruas, praças, estátuas e medalhas. Pelo nosso Seminário da Praínha, onde também esteve o professor Gisafran Jucá, passaram Paula Ney, Capistrano de Abreu, Cícero Romão Batista, Dom Hélder Câmara e Austregésilo de Atayde.

Affonso Taboza adentra esta casa, além de por outras razões de competência e notabilidade, principalmente pelo romance histórico que produziu, "Um Bacamarte Chamado Canário", baseado na vida de Vicente Lopes Vital de Negreiros, o Vicente da Caminhadeira, o único homem que sobreviveu depois de enfrentar os terríveis Mourões, desabusados matadores de gente, que aterrorizaram a zona norte do Ceará no século 19.

Sucederá no Instituto do Ceará ao professor José Cláudio de Oliveira, filho de Pacajus, bacharel em Direito, História e Geografia. catedrático do Liceu do Ceará, do Instituto de Educação, da Academia de Polícia e da Escola de Enfermagem São Vicente de Paula. Vereador de Fortaleza e conselheiro do Tribunal de Contas do Município e do Estado, candidato a prefeito da capital em 1962, autor de muitos livros de História do Brasil e do Ceará, Pedagogia, Administração e Estudos Sociais, alguns adotados nas escolas públicas e particulares da nossa e de outras unidades da Federação. O professor José Cláudio era um homem cordial, que passou pela vida fazendo amigos e semeando os frutos de sua inteligência.

Senhoras e Senhores:

Honra-me profundamente suceder neste sodalício ao ilustre professor ABELARDO FERNANDO MONTENEGRO, uma das mais

expressivas e bem dotadas figuras da inteligência cearense. Fui, desde menino, informado de sua importância, apresentado por meu tio e tutor Padre Francisco Soares Leitão, que me presenteou com um exemplar de "A Praça do Ferreira", declarando que o autor daquele livro, que ele conhecia, era uma capacidade, um erudito, um grande sábio contemporâneo.

Norberto Ferreira, armazém da memória crateuense, que o conheceu adolescente, dizia-me que Abelardo fora a pessoa mais inteligente que ele vira em toda a vida.

Imaginem, assim, como me sinto ocupando nesta instituição a cadeira que antes foi de um ícone da minha juventude.

Somos dos mesmos rincões ásperos e duros do Oeste do Ceará, das terras fronteiriças com o Piauí, das águas barrentas e inquietas do rio Poty (onde morreu afogado o meu irmão Gerardo), da saudade do trem vespertino, das rezas milagrosas de Dona Chica Dondon, dos versos bizarros e fesceninos do poeta Cabral, das alegres manhãs dos sertões de Crateús.

Abelardo Montenegro foi um homem pleno. Culto, íntegro, fino, pacífico e morigerado. Um pensador, perspicaz e consciente que estudou e produziu cultura com amor, dedicação e excelência. Ocupou-se por toda a sua proveitosa vida de 98 anos com o magistério e o cultivo de uma literatura histórica e sociológica de grande pendor e extrema responsabilidade científica. Sua obra tem composição rigorosa, fundamentada na pesquisa com critério e amparada em vasta documentação. Estudou, com fervor incandescente, a tragédia nordestina, a seca, a omissão dos administradores, a prepotência do coronelismo, os santos e os cangaceiros, os messiânicos e os peregrinos, os valentes e os medrosos, os vivaldinos e os ingênuos, os doidos, os patusqueiros e demais passageiros da agonia, num grande leque sociológico da análise das índoles, das intenções e dos comportamentos.

Por isso, é com humildade e reverência que me sento no lugar onde antes se sentou um mestre, esse homem impoluto que o Ceará há de sempre louvar e naturalmente consultar quando quiser aprender sobre sua própria história.

Ilustres membros do Instituto do Ceará:

Esta noite e este momento foram por mim longamente construídos.

Sou um operário do magistério e da historiografia. Estou há 45 anos na sala de aula, publiquei 35 livros, e, certamente, influenciei e fui influenciado por várias gerações de estudantes e leitores do Ceará.

Há uns trinta anos manifestei ao professor Mozart Soriano Aderaldo o meu desejo de pertencer ao Instituto do Ceará. Ele me recomendou que envelhecesse mais, que escrevesse mais e construísse melhor meu nome e meu conceito na sociedade. Entendi que não era o meu tempo. E que o Instituto do Ceará era bem maior do que a minha inocente pretensão de jovem professor.

Agora estamos aqui, nesta cerimônia de investimento, eu e meus companheiros de jornada, prontos para começar uma nova viagem.

Agradecemos as palavras generosas e certamente exageradas do acadêmico e educador Ednilo Soárez, distinto cavalheiro, pesquisador percuciente e primoroso orador. Estamos honrados de que tenha aceitado nos paraninfar nesta hora de tanta importância para nós.

Agradecemos ao presidente José Augusto Bezerra e a sua diretoria por todos os esforços que empreendeu na organização desta eleição e concretização de nossa posse em tempo recorde.

Banham-nos as luzes intensas da felicidade e a consciência dos compromissos com o caráter, a missão e a história desta instituição secular.

Agradecemos a todos os que concorreram para tornar possível a nossa ascensão à casa do Barão de Studart e confessamos nosso regozijo por, a partir de agora, fazer parte deste ilustrado elenco de homens e mulheres que cultivam e engrandecem a história, a geografia e a antropologia do Ceará.

Muito obrigado.

(Discurso pronunciado em 8 de março de 2013).

Bicentenário do nascimento de Pedro Jaime de Alencar Araripe
(1809 – 2009)

Discurso pronunciado por ocasião de missa comemorativa desse evento, celebrada no dia 17 de outubro de 2009, na Igreja de Santa Luzia, em Fortaleza. Na ocasião foi lançado um selo especial, dos Correios, juntamente com um correspondente "carimbo de 1º dia".

José Caminha de Alencar Araripe, como último neto vivente do homenageado, recebeu uma placa metálica cunhada com uma réplica do selo.

Figura inconfundível

J. C. Alencar Araripe*

Antes de tudo, dou graças a Deus pelo dom da vida. Foi o que fizemos na cerimônia litúrgica para assinalar o bicentenário de Pedro Jaime de Alencar Araripe.

Se o simples fato de existir já é divertido, no conceito da artista norte-americana Katherine Hepburn, imagine-se o quanto alegra atingir a idade a que cheguei e poder ser referência em festa aniversária de tão grata significação.

Felicito Helena Alencar Scutti pela iniciativa e empenho de promover a celebração e pelo sucesso das diligências realizadas em prol da edição pelo Correio de selo comemorativo do evento, ao qual dedicou plaqueta reunindo dados históricos e acrescentando o resultado de pesquisas a cargo de Raidson Janner Negreiros de Alencar. Parabéns efusivos!

O trabalho está aberto a correções e retificações, e há o que complementar, efetivamente, sem demérito para o realizado com boa

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

vontade e o intento de repor a verdade. A própria Helena Alencar expressa essa intenção.

Em visita a monsenhor Fernando Montenegro, no Crato, confidenciou-me ele que se empenhava em esclarecer quem teria sido a companheira de Tristão que lhe dera Pedro Jaime. Nada sabia eu, e haviam desaparecido, infelizmente, as pessoas que talvez deitassem luz a respeito. Raidson descobriu, afinal, que se trata de Isabel Maria da Conceição, de pele morena, como diria Roberto Carlos, na canção da novela *Viver a vida...*

Não conheci Pedro Jaime de Alencar Araripe, evocado a 17 de outubro de 2009 pela transcorrência, nessa data, do bicentenário do seu nascimento.Também pudera!

Mas a ele me ligam laços bem próximos em linhagem familiar. Pois não é que sou o seu neto, rebento fim de rama do terceiro matrimônio do seu filho Otaviano com Joana Caminha de Anchieta Gondim!

Os informes biográficos, que chegaram até nós, dão conta da presença de Pedro Jaime, no vigor dos 15 anos, no grande exército de que participava o tio padre Alencar e que se formara, no Ceará da Confederação do Equador, para lutar contra o absolutismo monárquico, com liderança inconfundível de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, "por ventura o vulto mais varonil e belo da história cearense," na expressão do poeta e historiador Cruz Filho.

Parte daí a aura de simpatia que sempre cercou o nome de Pedro Jaime e que se traduz, sobretudo, pela constância com que foi adotado, na sucessão das gerações. O espírito de rebeldia é latente; desperta admiração a quem o encarna no cadinho da posteridade.

Nascido no Crato, ali não encontrou condições de sobrevivência após a Revolução de 24. Os vitoriosos exarcebaram-se em perseguições. Fixou-se em Quixeramobim, onde, amainadas as paixões, exerceu, no decorrer dos anos, cargos e funções públicas, como professor de Primeiras Letras, Juiz de Paz, Escrivão de Troco da Moeda de Cobre, Juiz de Direito "ad hoc", Juiz Municipal, Vereador da Câmara Municipal, líder do Partido Liberal e Tenente Coronel da Legião de Quixeramobim.

Quando da abdicação de Pedro I, talvez tenha sido de Quixeramobim que partiram comemorações mais vibrantes. E era natural que assim acontecesse. Da Câmara de Quixeramobim partira o primeiro grito de insurgência, declarando decaída a Dinastia Bragantina e proclamando

governo republicano. O movimento não vingara, padre Mororó, figura maior da vila de arroubos liberais, fora fuzilado; a oposição não escapara por algum tempo a infortúnios sem conta.

Sabem quem esteve à frente das celebrações? Não foi outro senão o professor de Primeiras Letras Pedro Jaime de Alencar Araripe, ao lado do capitão Manoel Alexandre de Lima, Comandante do Esquadrão de Cavalaria. São revelações constantes do livro *Fatos e documentos do Ceará provincial,* de autoria de José Aurélio Câmara.

A abdicação de Pedro I se dera a 7 de abril de 1831, mas a notícia só foi recebida em Quixeramobim dois meses depois; longe, muito longe estávamos ainda da instantaneidade da revolução da comunicação. Não obstante, a notícia foi saudada com tiros de mosquetaria, banquete, contradança e fogos de artifício, comemoração que se prolongou por três dias: 11, 12 e 13 de junho, quando a vila venerava, como ainda hoje venera, o seu glorioso padroeiro Santo Antônio, com festejos tradicionalmente concorridos.

Pelo que foi alinhado, verifica-se que Pedro Jaime de Alencar Araripe pontificou com realce em Campo Maior de Quixeramobim, credenciando-se a menção especial o fato de ter sido o primeiro professor da Escola Pública, a primeira da Vila, hoje com a denominação de Escola de Ensino Fundamental e Médio Dr. Assis Bezerra. Nessa Escola, Pedro Jaime teve como aluno o seu irmão unilateral, fruto do casamento de Tristão Araripe com Ana Porcina, e que ganharia no futuro proeminência extraordinária.

Do casamento de Pedro Jaime com Isabel Sabina da Silva, irmã gêmea da mãe de João Brígido e com sangue índio nas veias, adveio descendência numerosa, demasiado longo seria o relacionamento nominal, impõe-se, ao menos, este registro: o clã de Pedro Jaime na família Alencar Araripe reúne deputados federais, provinciais e estaduais; prefeitos municipais, vereadores, magistrados, jornalistas,escritores,advogados, médicos, professores, burocratas do serviço público. Indesculpável, esquecê-lo na genealogia Alencar Araripe. Se ontem assim se procedeu é lamentável consequência do que se privilegiou a sombra de intolerância e farisaísmo; nos dias de hoje, é afrontoso vilipêndio à memória de uma geração que evoluiu ao influxo da convivência harmoniosa de raças e etnias, distante das preconceituosas concepções sepultadas em passado distante.

Se devemos contar a idade pelos procedimentos e não apenas pelos anos, como recomendava Sêneca, Pedro Jaime de Alencar Araripe se avantaja de muito aos 52 anos que tinha ao morrer. Credenciou-se com méritos ao reconhecimento dos pósteros.

Otaviano Cícero de Alencar Araripe e sua terceira esposa, Joana Caminha Gondim Araripe, pais do jornalista José Caminha de Alencar Araripe, filho único.

EFEMÉRIDES

O bicentenário do desembargador Francisco de Assis Bezerra de Menezes

Fernando Câmara*

O ano de 2014 registra dentre outras importantes efemérides o bicentenário de nascimento do desembargador Francisco de Assis Bezerra de Menezes, uma das maiores figuras da magistratura cearense no Brasil Império.

Era natural da antiga Freguesia do Riacho do Sangue, hoje município de Jaguaretama, neste Estado, onde nasceu na fazenda Santa Bárbara, no dia 4 de outubro de 1814, tendo como pais o major José Bezerra de Menezes e sua esposa e prima, Ana Bezerra de Menezes. Sua esposa, Ana Maria da Costa, era tia-avó de Antônio Vicente Mendes Maciel, o famoso Antônio Conselheiro, figura central do episódio de Canudos, na Bahia.

Era seu avô materno o coronel Antônio Bezerra Souza de Menezes (23.03.1758-02.09.1827), conhecido como "o Revolucionário", que tomou parte ativa na Confederação do Equador, onde foi Comandante das Armas, sendo derrotado e preso no lugar "Itans", proximidades de Baturité, e condenado ao degredo no interior do Maranhão. Conduzido para esse exílio, faleceu durante a viagem, quando se encontrava no Riacho do Sangue.

O futuro desembargador Assis Bezerra iniciou seus estudos na cidade de Icó, na época um dos centros mais desenvolvidos do Ceará, tendo como professor o latinista Joaquim Theotônio Sobreira de Melo.

---

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Em 1832, já contando dezoito anos de idade, deslocou-se para Olinda, em Pernambuco, a fim de preparar-se para o curso superior. Ali funcionava, então, a sua tradicional Faculdade de Direito, criada pela Lei Imperial de 11 de agosto de 1827, com a denominação de Academia de Ciências Jurídicas e Sociais.

Oficialmente instalada em 15 de maio de 1828, quatro anos mais tarde, ou seja, em 1832, já diplomava sua primeira turma, composta de quarenta e dois bacharéis, dois dos quais cearenses: Jerônimo Martiniano de Melo e José Antônio Pereira Ibiapina; este último foi o 1º Juiz de Direito de Quixeramobim, minha cidade natal, e posteriormente, abandonando a magistratura, tomou Ordens Sacras e, como missionário, deixou nome em todo o Nordeste brasileiro.

Em Olinda, nosso biografado veio a doutorar-se na sexta turma, em 1837; vários outros parentes nossos formaram-se também naquela tradicional faculdade, a qual, alguns anos mais tarde, foi transferida para Recife. Vejamos os seus nomes: Dr. Manuel Soares da Silva Bezerra (1810 -1888), seu primo e cunhado, na quinta turma (1836); Padre Dr. Antônio Elias Saraiva Leão (1808 - 1896), a mais expressiva figura deste Clã, na décima segunda turma (1843); e o meu bisavô materno, Dr. Antônio Benício Saraiva Leão Castelo Branco (1823 -1920), na décima quarta turma (1845).

Em abril de 1838, por nomeação do então presidente da Província do Ceará, Manuel Felizardo de Sousa Melo, teve a sua designação para Juiz Municipal e de Órfãos do Termo de Riacho do Sangue e, posteriormente, Juiz de Direito interino da Comarca do Crato, cargo que exerceu até outubro de 1839.

No dia 3 de dezembro de 1841 foi designado Juiz Municipal de Quixeramobim e em 1842, novamente de Riacho do Sangue. Secretário da Presidência da Província do Ceará, por nomeação datada de 5 de junho de 1846, permaneceu neste cargo até setembro desse mesmo ano.

O Governo Imperial designou-o, por ato datado de 3 de fevereiro de 1852, Juiz de Direito da Comarca de Santarém, na então Província do Pará. No Brasil Império, a magistratura era de âmbito nacional, podendo um Juiz de Direito ser transferido de uma Província para outra, como aconteceu com o futuro desembargador Assis Bezerra.

Durante este período, atendendo convite do presidente do Pará, Sebastião do Rego Barros, ocupou a chefia de Polícia daquela Província.

Por decreto de 20 de outubro de 1854, foi transferido da Comarca de Santarém para a de Granja, no Ceará. Ali teve a infelicidade de perder a sua esposa e prima, Maria de Souza Bezerra de Menezes.

A notícia deste doloroso acontecimento abalou profundamente seus familiares, principalmente seu irmão, Padre José Jacintho Bezerra de Menezes (1823 - 1874), na época vigário interino de Quixeramobim. Ele não se conformava em saber do irmão viúvo, longe do convívio familiar e com filhos pequenos para criar.

Escreveu, então, ao mano magistrado expondo a sua angústia em vê-lo sozinho, distante da família e sem ter alguém para dar a assistência aos seus filhinhos. Disse, ainda, que estava disposto a ajudá-lo na escolha de uma nova esposa, sugerindo, na oportunidade, que ele se casasse com uma das irmãs de seu cunhado, dr. Antônio Benício Saraiva Leão Castelo Branco. Este, conversado antes com o Padre José Jacintho, havia concordado em discutir a proposta com o seu genitor, major João Batista da Costa Coelho (1794 - 1893) – conhecido na família por Pai Joãozinho, residente na fazenda Santa Teresa, localizada em terras do município de Catolé do Rocha, na Paraíba.

Apesar de não conhecer pessoalmente as jovens, o futuro desembargador aceitou incontinenti aquela sugestão e o credenciou a tratar do casamento. Feito o pedido ao opulento fazendeiro paraibano, o mesmo aquiesceu, enviando ao futuro genro o nome das cinco filhas para que ele elegesse a sua esposa. O viúvo agradou-se mais do nome de Matilde Amélia e esta foi a jovem escolhida.

Marcada a data do casamento, o dr. Assis seguiu em viagem marítima até Aracati onde uma liteira o aguardava, rumando então para o sertão paraibano, até à fazenda Santa Teresa, residência da noiva, ali chegando na véspera das bodas, após cansativa viagem de alguns dias. Bem acolhido e hospedado pelos futuros sogros na casa-grande da fazenda, estes, no entanto, não lhe apresentaram na ocasião a sua futura esposa, o que o deixou muito impaciente.

No dia seguinte, pouco antes da celebração do enlace matrimonial, o major João Batista conduziu o futuro genro a uma sala onde as suas cinco filhas se encontravam sentadas e muito bem vestidas, e perguntou-lhe qual delas seria a sua noiva. O noivo, após olhar para todas elas, não titubeou e, apontando para a jovem Matilde Amélia, foi taxativo: “É esta!”.

Pai Joãozinho ficou deveras surpreso, pois tinha certeza de que os nubentes não se conheciam, nem haviam se encontrado antes, já que uma escrava ficara o tempo todo de plantão na porta do quarto de suas filhas; isto também foi confirmado por sua esposa, dona Tereza Antônia de Maria Seja Castelo Branco (Mãe Teté).

Não contendo sua curiosidade, mal terminou a celebração do casamento, o sogro chama o novo genro e indaga como ele havia adivinhado ser aquela a sua pretendida. O magistrado sorriu e respondeu: "Ora, muito fácil; quando entrei na sala, ela foi a única a ficar corada". No passado era assim que se realizavam os casamentos, dependendo mais da vontade paterna, que mesmo da afeição existente entre os noivos.

Matilde Amélia, conhecida por Dodoca, não teve filhos desta união conjugal com o dr. Assis Bezerra, e quando o esposo faleceu, em Baturité, no dia 12 de abril de 1878, passou a residir com um dos enteados, de nome igual ao de seu genitor e conhecido por dr. Bezerrinha. Ela veio a falecer na primeira década do século passado, e quando nasceu a filha caçula do dr. Bezerrinha, esta recebeu o nome de Matilde, em sua homenagem. A minha inesquecível mãe, Thereza Heloísa, ainda conheceu esta sua tia-avó, já bastante idosa, em Quixeramobim.

Mas, voltemos à figura do dr. Francisco de Assis Bezerra de Menezes que da Comarca de Granja foi removido para Quixeramobim, assumindo o cargo em julho ou agosto de 1857 e ali permaneceu até janeiro de 1874, quando foi promovido a desembargador do Tribunal da Relação do Pará.

Como também fora criado o Tribunal da Relação do Ceará, ele conseguiu a sua transferência para este Estado, tendo permanecido até sua morte, ocorrida quando se encontrava na Serra de Baturité, a 12 de junho de 1878, estando licenciado do cargo.

Dele, escreveu o Barão de Studart, em seu Dicionário Bio-bibliográfico Cearense: "Tendo exercido cargos públicos durante quarenta anos, não deixou bens a partilhar. Seus herdeiros não tiveram de fazer um simples arrolamento. Também não lhes deixou uma única dívida a pagar."

PALESTRAS

Fortaleza aniversaria

Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)*

A Prefeitura de Fortaleza comemora 286 anos de existência da nossa cidade. É muito pouco para uma capital. Mas a rigor ela tem bem menos, pois além do muro da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, do Farol velho do Mucuripe, do prédio da Alfândega, a Estação de trens, a Cadeia Pública, a Assembleia Provincial, o pedaço que resta do Palácio da Luz, e algumas igrejas como a do Rosário, a do Patrocínio, a de São Bernardo e a de Nossa Senhora da Conceição da Prainha com o Seminário, nada mais temos de verdadeiramente antigo em Fortaleza, Tudo o mais é do século XX. Fortaleza é, portanto, uma cidade de pouco mais de 100 anos, que não tem apreço por sua história, não preserva seu patrimônio, menospreza seu passado.

Resolveu-se comemorar o aniversário de Fortaleza, mas ninguém sabe quando ela nasceu.

As cidades que comemoram seu nascimento corretamente são aquelas que são construídas e têm uma data de inauguração, como Goiânia, Brasília, Belo Horizonte, Maringá e algumas mais.

Aqui se toma por base a data de 13 de abril de 1726. Lembramos que se trata de um fato ocorrido naquela data que foi a instalação da Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará Grande.

Mas a vila foi criada no dia 11 de março; por que não se comemora nesta data?

Nós tivemos a entrega do forte holandês aos portugueses em 20 de maio de 1654; por que não se comemora nesta data?

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Em 27 de junho de 1816 Fortaleza passa a ser a cabeça da Comarca do Ceará, não seria essa a data a comemorar?

Fortaleza tem sua emancipação administrativa em 2 de janeiro de 1823, seria outra data a considerar.

Em 17 de março de 1823 Fortaleza foi elevada à condição de Cidade, por Carta Imperial de D. Pedro I, com o nome de *Cidade da Fortaleza de Nova Bragança* não terá sido aí que ela nasceu?

Foi criada a comarca da Fortaleza, por ato do governo da Província, em conselho de 06 de maio de 1833. Por que não esta data?

Mas tinha que ser escolhida uma data e foi escolhida esta de 13 de abril.

Mas como Fortaleza é uma cidade com pouco mais de cem anos, vejamos os acontecimentos do século XIX:

A Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção foi construída a partir de 1812 mesmo ano em que foi construído o primeiro mercado. Temos aí 200 anos. A Fortaleza está aí, sendo a mais antiga construção que temos, mas o mercado já se foi há muito.

Somente a partir de 1850 começam a surgir as peças principais de uma cidade, como a primeira delegacia de polícia, o primeiro hospital, a Força Policial, o primeiro bispo (1861), o primeiro código de obras e posturas (1865), a iluminação a gás (1867), apesar de pronto em 1846 o Farol do Mucuripe só se instalou com seu foco luminoso em 1871; o primeiro censo foi em 1872, no ano seguinte são colocados os primeiros trilhos da EFB; mas não se pode viver sem justiça e em 1874 é instalado, desmembrado de Pernambuco, Tribunal da Relação, o telefone chega em 1883, a fé católica já chegou aqui com os primeiros colonizadores, mas só em 1883 chegaram os 12 primeiros pioneiros da fé Evangélica, a primeira fábrica de tecidos também é de 1883, em 4 de março de 1887 surge o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), o bonde de tração animal surge em 1880, em 1895 surge o Grupo Espírita Fé e Caridade.

Nosso primeiro visitante ilustre foi o abolicionista José do Patrocínio, em 1882, que aqui chegando desembarcou num molhe de madeira - ainda não havia a Ponte Metálica - e hospedou-se no Grande Hotel do Norte, de Silvestre Randall.

Tivemos a visita do Conde D'Eu em 1889, também desembarcando em molhe de desembarque, de madeira, em construção. Depois

vieram outros como Frederico Figner, da Casa Edison, em 1891, que nos trouxe o primeiro fonógrafo.

No começo do século XX Fortaleza trazia resquícios da *belle epoque*, os estabelecimentos comerciais tinham nomes franceses como a farmácia Pasteur, Hotel de France, Maison Art-Nouveau, A Torre Eiffel, para citar somente alguns. As mulheres usavam luvas e os homens, de terno de linho branco irlandês, não dispensavam os chapéus para proteger do forte sol e estavam certos, uma terra como a nossa, de sol escaldante era para nós andarmos protegidos, vestidos de branco e cobertos de chapéu e usando guarda-sol. Só que a moda é quem manda e deixamos a influência francesa, que era latina como nós somos, para aderir à influência norte-americana que é anglo-saxônica, que nada tem a ver conosco.

Na década de 1930 tínhamos duas grandes atrações turísticas para os interioranos: o primeiro arranha-céu (Excelsior Hotel) e o açude do Boris (o mar).A partir da segunda década do século XX, tivemos a visita de várias figuras importantes, políticos e artistas de fama nacional e até internacional, como a atriz Lucília Peres, que inaugurou o Theatro José de Alencar, o cantor Mário Pinheiro, o ator e cantor Vicente Celestino, cantora e atriz Laís Areda, o flautista alemão Walter Schulz, o tenor português Almeida Cruz, a pianista francesa René Florigny, os artistas Otília Amorim e Augusto Aníbal, a declamadora Margarida Lopes de Almeida, a cantora Alda Garrido, a soprano Margarida Simões, o tenor Pedro Celestino, o maestro Francisco Braga, o compositor Ernani Braga, o tenor cavaleiro Abele De Angeli e o soprano Dora Solima, a cantora Linda Batista, a soprano Bidu Sayão, a pianista Guiomar Novais, o cantor Francisco Alves, o escultor Humberto Cozzo, o cantor Sílvio Caldas, o violonista Isaías Sávio, a pianista de fama mundial Magda Tagliaferro, o compositor e teatrólogo Luiz Iglezias, o tenor Tito Schipa, o cantor Orlando Silva, o compositor Dorival Caymmi, o pianista Heriberto Muraro, o violonista cego Levino Conceição, a soprano húngara Ilona Massey, o cantor Augusto Calheiros, o brigadeiro Eduardo Gomes, herói dos 18 do forte, o general Eurico Dutra, a atriz Iracema de Alencar, o pianista Alexandre Orlowsky, cantora Eladir Porto, os artistas Mary Lincoln Pedro Celestino e João Celestino, a dupla Alvarenga e Ranchinho, os artistas Aída Sales, Lolita Rios e Amílcar Nogueira, o cantor e líder de orquestra Ruy Rey, a soprano alemã Erna Sack, o líder de orquestra Tommy Dorsey, o compo-

sitor e pianista mexicano Agustín Lara, os artistas José Renato, Chocolate, Vera Lúcia, Nuno Roland, Carlos Carriê e Linda Rodrigues, a cantora Gal Costa, a atriz Bibi Ferreira, o jornalista Herbert Moses, o jornalista Assis Chateaubriand, o político e jornalista Carlos Lacerda, o líder comunista Luiz Carlos Prestes, o político Adhemar de Barros, o político Tancredo Neves, o deputado Ulysses Guimarães, o líder integralista Plínio Salgado, o general Teixeira Lott, o presidente Juscelino Kubitschek, o político Leonel Brizola, o escritor baiano Jorge Amado, o escritor gaúcho Érico Veríssimo e muitos e muitos outros que aqui enumerar seria enfadonho.

Todos os ilustres visitantes citados acima se hospedaram ao longo do tempo no Hotel de France, Hotel Silvestre, Pensão Randall, Grande Hotel do Norte, Hotel Central, Hotel Nóbrega, Pensão Bitu, Hotel Internacional, Hotel Avenida, Aero Praia Hotel, Pensão Familiar, Fortaleza Hotel, Excelsior Hotel, Hotel Astória, Hotel Brasil, Pálace Hotel, San Pedro Hotel, Lord Hotel, Hotel Savanah, Hotel Esplanada, Hotel Beira-Mar, Othon Palace Hotel, Premier Hotel, Colonial Praia Hotel, Hotel Sol e outros.

A Praça do Ferreira foi e é a principal da cidade e a Coluna da Hora, que era o ícone de nossa cidade, sendo inclusive apresentada em cartazes turísticos e em propagandas de empresas aéreas, é destruída pelo prefeito José Walter em 1966 sem uma consulta popular e a primeira picaretada é dada pelo seu construtor, historiador Raimundo Girão.

Os bondes surgiram em 1880 puxados por burros, sendo substituídos em 1913 pelos elétricos, mas desapareceram em 1947. Os ônibus surgiram em 1926. Tivemos já, na década de 1960, ônibus elétricos, rápidos e silenciosos, mas não soubemos preservá-los.

Na décadas de 1930 as pessoas começaram a frequentar a praia e na de 1940 começaram a tomar banho. Logo mais começaram a povoar as praias, iniciando pela Praia de Iracema, onde vivia a população mais abastada da capital cearense. No mesmo bairro estava o mais famoso restaurante da cidade, o Restaurante Beira-Mar, de Ramon e Barbosa, mas que era conhecido por Restaurante do Ramon. Depois surgiram outros como o Lido, do francês Charles d´Alva.

O primeiro bairro elegante de Fortaleza foi o Jacarecanga, depois o Benfica, até surgir a Aldeota. O nome do conhecido bairro Aldeota era Outeiro, que dava nome a uma linha de bonde, que tinha como ponto final

a atual avenida Barão de Studart. Também chamou-se Santos Dumont e Aldeiota, mas com o tempo perdeu o "I". Depois surgiu o Papicu, a Água Fria, Edson Queiroz, agora estão evoluindo o Luciano Cavalcante e o Cambeba, enquanto os velhos bairros vão, como dizia o poema de Demócrito Rocha, resistindo e morrendo, morrendo e resistindo...

Antes de encerrarmos queremos aqui prestar uma homenagem à mulher cearense, que ao longo da história, apesar das restrições sofridas, sempre conseguiam aparecer em alguma atividade, como Angélica de Melo, que declarou, através de nota publicada em jornal, que pretendia instalar em sua residência, um atelier fotográfico, estava aguardando a chegada do material que viria do Exterior. Seria assim a primeira mulher fotógrafa profissional de Fortaleza, isto em 1894; em 26 de julho de 1904 foi fundada a Liga Feminista Cearense, primeira manifestação pública em defesa da mulher cearense; Em 1917 gradua-se, na Faculdade de Direito do Ceará, Solange de Paula Bastos, a primeira mulher a graduar-se naquela faculdade; Em 1928 é incluída, no alistamento eleitoral, Carmelita Barcelos Aboim, a primeira mulher eleitora do Ceará, esposa do jornalista Alfeu Faria de Aboim; em 1930 toma posse, no Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), Júlia Carneiro Leão de Vasconcelos (Júlia Vasconcelos), a primeira mulher a ser eleita para este sodalício; esta não é cearense, mas merece nossas homenagens, pilotando um avião, chega em Fortaleza, a aviadora estadunidense Laura Ingalis, a primeira mulher a fazer a travessia aérea da Cordilheira dos Andes, isto em 1934; em 1936 toma posse, no Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), a professora Maria Rodrigues Peixe (Alba Valdez), a segunda mulher a ocupar uma cadeira nesta casa e no ano seguinte ela mesma toma posse, na Academia Cearense de Letras - ACL, sendo a primeira mulher a ocupar cadeira naquela casa; em 1955, Miss Ceará, Emília Barreto Correia Lima (Emília Correia Lima) é eleita Miss Brasil, no Baile do Hotel Quitandinha, no Rio de Janeiro; em 1970, pela primeira vez a cidade de Fortaleza é dirigida por uma mulher, com a viagem do prefeito José Walter Barbosa Cavalcante ao Rio de Janeiro, assume a Prefeitura Municipal de Fortaleza, a vereadora Maria Mirtes Lopes Campos (Mirtes Campos), Presidenta da Câmara Municipal; em 1973, toma posse na Delegacia do 8º. Distrito Policial, no Conjunto Habitacional Prefeito José Wálter, a delegada Margarida Maria Borges

de Carvalho, a primeira mulher no Brasil, a ser elevada a essa função; em 1974, assume a presidência do Tribunal Regional Eleitoral - TRE, a juíza Auri Moura Costa, sendo a primeira mulher a ocupar aquele cargo; em 1976 a motorista profissional Albaniza Ferreira de Lima, Bibi, de 22 anos, é contratada para dirigir ônibus em Fortaleza, sendo a primeira mulher a exercer a profissão; em 1976, na abertura da Semana do Radialista, a radiatriz e locutora Aneide Maia Nogueira (Neide Maia) recebe o título de Mulher Radialista; em 1977 á eleita com 23 votos contra 15, para a Academia Brasileira de Letras - ABL, a escritora cearense Rachel de Queiróz, a primeira mulher a ocupar uma cadeira naquela casa de cultura; em 1982, a Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará apresenta à Imprensa, a 2ª tenente Helena Amarante Rosa, a primeira mulher selecionada pela Marinha do Brasil para servir em Fortaleza; **em 1985, é eleita por voto popular a primeira prefeita mulher, Maria Luísa Fontenele de Almeida;** o dia 12 de dezembro de 1986 é o primeiro de funcionamento da Delegacia de Defesa da Mulher; Em 2006 a prefeita Luizianne de Oliveira Lins inaugura, no bairro do Benfica, o Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde. O equipamento é resultado de uma parceria da Prefeitura com a Secretaria Nacional de Mulheres, vinculada ao Governo Federal; Em 7 de agosto de 2006 o presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sanciona a lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A lei leva o nome da cearense biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de tentativa de homicídio praticado pelo então marido, que virou símbolo nacional e internacional na luta contra a violência doméstica; em **2009 - é Eleita Presidente do Centro Industrial do Ceará - CIC, a empresária Roseane Oliveira de Medeiros, primeira mulher a ser eleita para o cargo. Espero não ter esquecido nenhuma mulher merecedora de aqui figurar, mas se houver esquecido, peço o favor de me informar para que eu não cometa na próxima vez, esse erro imperdoável. Parabéns a todas as mulheres.** Peço a todos que façam uma reflexão tomando por base esses fatos aqui citados, para as futuras comemorações dos aniversários de nossa cidade. Afinal ela não tem batistério e assim sendo não temos exatamente a data de seu nascimento.

Muito obrigado.

Os 200 anos da vinda da Família Real para o Brasil (1808 - 2008)

Elmo Vasconcelos*

O Brasil comemorou com festas, palestras e publicações várias o transcurso dos 200 anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil e a abertura dos portos. Não resta dúvida de que foi um acontecimento ímpar de nossa História. Assim entendendo, achamos oportuno registrar a grande efeméride em nossa revista, embora fazendo um relato rápido.

Na história, todos os acontecimentos são precedidos por fatores de ordem econômica, política, cultural e outros. Para entendermos os fatos, vamos didaticamente nos aproximar deles. Primeiramente, falaremos da Revolução Francesa.

Comecemos pelas causas políticas: como sabemos, a França era o País mais importante da Europa na época. Era o modelo que os demais países copiavam. A sociedade francesa estava dividida em três classes: clero, nobreza e o povo. As duas primeiras classes gozavam de grandes privilégios, mas o terceiro estado, o povo, só tinha obrigações e deveres. O governo era absolutista, o rei tudo podia.

Os intelectuais franceses eram sensíveis ao sofrimento do povo. VOLTAIRE, com sua teoria política liberal, pregava mudanças. MONTESQUIEU, pensador profundo, autor do *Espírito das Leis*, preconizava uma nova concepção de Estado. Acreditava na importância do fator geográfico para a cultura. ROSSEAU, no seu *Contrato Social*, lançou novas idéias sobre o poder soberano do Estado.

Novas teorias econômicas, representadas por MIRABEAU, TURGOT, pregando o laisser – faire, ao mesmo tempo em que, na Inglaterra, ADAM SMITH, no seu grande livro, *A Riqueza das Nações*, pregava um Estado que não interviesse tanto na economia e afirmava

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

que o trabalho, mais que a natureza e a agricultura, era a fonte de todas as riquezas.

Veio a Revolução em 1789. O rei Luiz XVI convocou os Estados Gerais, mas a assembléia foi dominada pelo terceiro estado, que pregava a abolição de todos os privilégios feudais, a secularização da Igreja e o confisco de seus bens e a famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

O rei foi deposto, preso e logo depois guilhotinado. Instituiu-se a República, e a Assembléia passou a ser dirigida pelos radicais seguidores de ROBESPIERRE. Foi a época do terror!

Toda Europa reagiu com pavor e coligaram-se contra a França revolucionária. O novo governo francês, republicano, não se deixou amedrontar! Aos brados de a República está em perigo e ao som do hino revolucionário, A MARSELHESA, organizaram um exército popular que enfrentou o resto do continente e afastou o perigo da invasão.

Nesse contexto revolucionário, apareceram grandes chefes militares, sendo a maior deles, NAPOLEÃO BONAPARTE.

O jovem general, aos 26 anos de idade, notabilizou-se nas campanhas da Itália e depois no Egito. Aos 30 anos de idade, tornou-se o primeiro cônsul e virtualmente o ditador da França.

Com ele, a Revolução Francesa tomou novo rumo, mais conservador. Em 1805, depois de enfrentar vitoriosamente os exércitos europeus, tornou-se Imperador da França, dando um novo sentido à Política Francesa, criando uma nova Aristocracia, não de sangue, mas baseada no dinheiro e no valor militar, intelectual e em outros valores.

Napoleão foi um gênio militar e também administrativo. Reorganizou a França, combatendo as inseguranças das estradas, reorganizou a educação, e promulgou o Código Civil que serviu de modelo para todo o mundo. Criou também a Legião de Honra para premiar os grandes homens, com dinheiro, honra e pensões vitalícias. Combateu a corrupção e estimulou o comércio; criou uma burocracia competente a qual aliou-se a uma elite militar.

A situação da Inglaterra

Napoleão venceu a todos seus inimigos, menos a Inglaterra, isolada do continente por ser uma ilha e por possuir a maior marinha do

mundo. Ela era a senhora dos mares... Além disso, a Inglaterra era um país rico, possuía uma burguesia esclarecida que tinha iniciado a Revolução Industrial. Mas ela precisava negociar, vender seus produtos manufaturados. Ela precisava negociar principalmente com os países americanos a fim de vender seus produtos industriais. Incapaz de invadir a Inglaterra, Napoleão decretou o Bloqueio Continental, proibindo a Europa de negociar com ela.

A situação de Portugal

País pequeno, situado no sul da Europa, pobre de recursos e de população, mas senhor de um império colonial grande na América, África e Ásia.

Era porém, dependente econômica e militarmente da Inglaterra.

A sua classe dominante era de mentalidade muito conservadora e católica. O Marquês de Pombal, através de suas reformas, procurou modernizar Portugal, mas não conseguiu. Para sobreviver, Portugal não podia abrir mão do monopólio do comércio exterior colonial com o Brasil.

Pressionado pelos franceses e pelos ingleses, o rei de Portugal viveu momentos difíceis...

A invasão francesa

Napoleão que já tinha invadido a Espanha, cansado das negativas da corte de Lisboa, resolveu invadir Portugal também. Como sabemos o Rei Dom João VI, acompanhado de toda a corte e com a proteção inglesa, fugiu para o Brasil onde chegou em janeiro de 1808.

A chegada da Família Real ao Brasil

Depois de uma travessia marítima de sessenta dias, muito cansativa e desconfortável, a comitiva real desembarca em Salvador, sendo recebida com muitas festas. Chegando a Salvador, Dom João VI encontrou-se com José Maria Lisboa, o futuro Visconde do Cairu, que tinha sido um dos maiores alunos da Universidade de Coimbra, admirador de Adam Smith (pai do liberalismo econômico e contrário aos monopó-

lios), homem que acreditava no livre comércio e na livre concorrência. Ele influenciou o príncipe na decisão de abrir os portos às nações amigas.

Dom João VI seguiu seu conselho e decretou a abertura dos portos do Brasil às nações amigas.

A medida rompia o Pacto Colonial. Ela beneficiou principalmente a Inglaterra, que obteve vantagens nas tarifas alfandegárias e também porque a Inglaterra era o único país realmente industrializado capaz de invadir os portos brasileiros com seus produtos manufaturados. A partir daí, o Brasil passou a gravitar na órbita do capitalismo inglês.

O decreto da abertura dos portos era provisório – já em julho do mesmo ano, a medida restringia a atividade exportadora aos portos do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Também restringia a navegação de cabotagem entre os portos nacionais aos navios de bandeira portuguesa.

Apesar das restrições posteriores, o decreto da abertura dos portos foi um marco da transição do Brasil, de colônia a Estado soberano.

O decreto continha uma diretiva liberal e esclarecida – era contra os malefícios dos monopólios e práticas comerciais.

A montagem do estado português no Brasil

Poderíamos falar ainda na montagem do Estado Português no Brasil, toda a máquina administrativa, militar e religiosa teve de ser montada aqui. O Estado soberano português foi recriado no Brasil.

A burocracia generalizada, pouco eficiente, o apadrinhamento, o nepotismo, tudo como existia em Portugal.

O tratado de 1810 com a Inglaterra

Os tratados de aliança e amizade e de comércio e navegação com a Inglaterra fizeram com que o Brasil passasse a gravitar na órbita do capitalismo inglês, o mais avançado da época, pois a Revolução Industrial começara lá.

A Inglaterra obteve vantagens, tarifas alfandegárias e preferências nos portos brasileiros:

- Os produtos ingleses pagavam 15% do imposto;
- Os portuguêses pagavam 16% do imposto;
- E outras nações pagavam 24% do imposto.

Os comerciantes de Lisboa foram praticamente afastados dos portos brasileiros!

Para o Brasil, a possibilidade de desenvolvimento industrial foi afastada com a ausência da proteção alfandegária.

O tratado também impôs limitações à soberania portuguesa: os cidadãos ingleses residentes no Brasil gozavam de imunidades – só podiam ser julgados por um juiz inglês residente no Rio de Janeiro!

Essas vantagens e privilégios para os ingleses permaneceram por alguns anos. Apesar disso, a abertura dos portos foi muito importante para o Brasil.

A elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e a Algarves

Desde 1809, os franceses tinham sido expulsos de Portugal. O general inglês Beresford era o virtual ditador de Portugal.

Aos ingleses não interessava a volta da família real a Portugal. Os comerciantes de Portugal poderiam pressionar Dom João a restabelecer o monopólio, o que os prejudicaria.

Outro fator importante: os portugueses sentiam-se muito bem no Brasil – país grande – e o Rio de Janeiro era muito agradável. Muitos deles compraram terras aqui e casaram-se com brasileiras.

Em 1815, Napoleão foi derrotado em Waterloo e as potências vencedoras se reuniram no Congresso de Viena para restaurar o mapa político europeu.

Portugal deveria participar, mas estava dependente dos ingleses.

Para que pudesse participar, o Brasil, como sede da monarquia portuguesa, foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e a Algarves.

A cooptação da elite brasileira

Para ganhar a simpatia da elite, Dom João VI distribuiu fartamente os títulos de nobreza e títulos da Ordem de Cristo; Ordem

de Santiago; Ordem de São Bento de Aviz; Ordem da Torre e Espada e outras.

Em 12 anos, mais de 3.000 brasileiros foram agraciados com títulos honoríficos.

Eles não eram hereditários, nem implicavam em vantagens materiais, significavam apenas prestígio, status, satisfação pessoal e senso de obrigação para com a coroa portuguesa.

Os títulos tinham nomes de rios, províncias, acidentes geográficos, locais de batalhas, etc.

Foram escolhidos personagens importantes, grandes proprietários rurais, comerciantes, magistrados, políticos e militares.

A velha aristocracia européia, orgulhosa dos seus antepassados, de sua eugenia, olhava com certa ironia a nossa que, segundo eles, era novíssima, uma aristocracia tropical... Lembremos que o Brasil é o único país americano que tem um passado monárquico.

Concluindo, podemos afirmar que a vinda da família real para o Brasil trouxe imensa vantagem para nós. Basta lembrar a fundação do Banco do Brasil, a Imprensa Régia, a Academia Militar, as primeiras instituições de Ensino Superior (Medicina e Direito), a criação do Jardim Botânico, a Fábrica de Pólvora, a Biblioteca Real, a Academia de Belas-Artes, a vinda da missão francesa com Debret e outros artistas, etc.

Enfim, a transmigração da Família Real foi um dos acontecimentos mais importantes de nossa história.

Saudação aos sócios Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez, Francisco Adegildo Férrer, Cid Sabóia de Carvalho e Geová Lemos Cavalcante

José Augusto Bezerra*

Prezados membros da Mesa Diretora dos Trabalhos, mencionados pelo protocolo, demais autoridades, senhoras e senhores:

Tendo em vista que o confrade convidado para fazer a saudação aos novos membros necessitou viajar, o que nos levou a modificar o convite que já havia sido impresso, pediram-me os consócios eleitos que aceitasse a incumbência de, perante toda a sociedade, recepcioná-los como os mais novos integrantes da Casa do Barão de Studart.

Quis, portanto, o destino que aqui estivéssemos para dar, oficialmente, as boas vindas a esses viandantes que aqui chegam cobertos de glórias. Ao recebê-los de braços e corações abertos, devemos fazer algumas reflexões sobre este ritual sagrado que há cento e vinte e cinco anos é repetido para cada pessoa que se torna sócia efetiva do Instituto do Ceará. Por ele, os eleitos tornar-se-ão guardiães da nossa história e habitarão espiritualmente por entre os paredões seculares deste Palacete Jeremias Arruda, uma das mais belas edificações da cidade de Fortaleza e hoje sede desta primeira Instituição Cultural da nossa Terra.

Os empossados saberão que adentram os umbrais de uma verdadeira lenda, pois o Instituto do Ceará, fundado ainda no Império, viu a Abolição dos Escravos, a Proclamação da República e a criação do próprio Estado do Ceará. Foi testemunha da invenção do avião e da criação das fronteiras do Brasil. A sua Revista, que durante um século

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

e já um quarto de outro não deixou de ser editada nem um ano sequer, é a enciclopédia da história, geografia e antropologia, da nossa terra e da nossa gente.

Imaginemos este palacete e o silêncio que nele paira, numa tarde comum, por entre corredores altos, salões bem cuidados, móveis da Assembleia Provincial e paredes cheias de quadros com figuras épicas que nos olham como se quisessem dizer algo.

Neste imaginário do interior da entidade, se olharmos para baixo, veremos um piso habilmente trabalhado em marchetaria e se levantarmos os olhos perceberemos que estamos recebendo a luz natural de uma linda clarabóia. Atrás de nós, externamente, deixamos uma monumental escada de ferro, em desenvolvimento bombé, na entrada. Mais à frente, surgem outras paredes, agora com as figuras sagradas dos que pertenceram à instituição. Se olharmos no íntimo do Instituto, poderemos vislumbrar documentos originais do fundador do Ceará, Martim Soares Moreno, de José de Alencar, Capistrano de Abreu, Barão de Studart, das atas perdidas da Padaria Espiritual e das atas da Câmara Municipal de Fortaleza, nos primórdios da Cidade... Se perscrutarmos o âmago mais profundo poderemos ver muitas outras coisas maravilhosas. Mas... não, não ousaria eu roubar o prazer de cada um dos novos de descobrir, por si mesmo, a magia deste ambiente sagrado que herdamos dos nossos antepassados e que temos o dever de preservar.

Assim, senhoras e senhores, este pequeno feudo da História, Geografia e Antropologia do Ceará, concebido pela visão dos seus fundadores e mantido pelo idealismo dos seus sócios, está em festa, pois anuncia hoje os novos membros da sua família e os apresenta por ordem cronológica de chegada, conforme os nossos estatutos e tradições:

- **Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez** - Única mulher eleita entre os que hoje aqui são empossados, conta que praticamente nasceu dentro de uma biblioteca, a biblioteca do seu bisavô, Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brazil, renomado intelectual do Ceará. Angela é graduada em Letras pela UFC e, na mesma instituição, cursou Mestrado em Educação, apresentando dissertação sobre o ensino de literatura brasileira nos Cursos de Letras. Exerceu relevantes cargos nessa universidade, tendo sido Fundadora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Fundadora e Diretora do Instituto de Cultura e

Arte-ICA, assim como Diretora da Casa de José de Alencar. Doutora e Pós-Doutora em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais, defendeu, nessa universidade, a tese *Vargas Llosa e o romance possível da América Latina*, sendo aprovada com louvor, e apresentou a pesquisa *O retrato de Antônio Conselheiro: as múltiplas faces do beato de Belo Monte*. No magistério na UFC ministrou disciplinas e realizou pesquisas históricas e literárias relacionadas, sobretudo, às obras de Alencar, Machado de Assis, Euclides da Cunha,Vargas Llosa, e a temas inerentes à Guerra de Canudos e à Cidade de Fortaleza. Possuidora de extraordinário currículo, vem proferindo conferências em universidades e outras instituições culturais, no país e no exterior. Entre as atividades culturais, desenvolvidas ao longo de sua carreira nas Letras, lembro a excepcional Coordenação dos *Ciclos Anuais de Conferência da Academia Cearense de Letras*, que atrai palestrantes de todo o Brasil e a que Angela se dedica, há vários anos, como Diretora Cultural da instituição. Bibliófila de escol, admirada pelo falecido imortal José Mindlin, possui belíssimo acervo, em que se destacam alguns livros da biblioteca de seu pai e obras de seu bisavô, Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brazil, filho do Senador Pompeu e Presidente deste Sodalício, de 1908 a 1929. Romancista e contista laureada, autora de livros respeitados pela crítica, como *O mundo de Flora*, *Luzes de Paris e o fogo de Canudos* e *Os sinos de encarnação*, conhecida em âmbito nacional e, mesmo, internacional, já tendo lançado livros de relevância na Academia Brasileira de Letras e na Europa, é recebida na Casa do Barão de Studart como uma das nossas mais caras esperanças, principalmente por carregar em suas veias e em sua alma, o sangue e o sonho dos primeiros sócios do Instituto do Ceará.

- Francisco Adegildo Férrer – Personalidade que já possui o título de amigo do Instituto do Ceará e goza da simpatia e estima dos atuais sócios efetivos, os quais consideram que ele recebe o grau mais alto dentro da Instituição, como um galardão que lhe é concedido pelo reconhecimento aos serviços já prestados ao Instituto. Nascido em Cariús, descendendo de uma família de agricultores, subiu na vida pelos próprios esforços, obtendo licenciatura plena em Letras e Pedagogia pela UFC, Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela UNIFOR, Mestrado em Educação pela UFC e Doutorado em História e Filosofia

pela USP. Como professor lecionou diferentes disciplinas na UFC, UECE e UVA, em cursos de graduação e pós-graduação. É ativo articulista nos meios impressos, tendo sido membro de conselhos editoriais de importantes revistas, tais como a Revista da Sociedade de Geografia e História e a Revista da Academia de Ciências Sociais, da qual é sócio. Publicou o livro Metodologia da Pesquisa e tem participado intensamente de Seminários, nacionais e internacionais, como palestrante, debatedor ou organizador. Tendo-se revelado um operário a serviço deste Instituto e também um parceiro leal, é recebido efusivamente, com o carinho e o respeito devido aos raros homens que já possuem uma história por serviços prestados.

- Cid Sabóia de Carvalho – Descendendo de Jáder de Carvalho, seu pai, verdadeiro ícone da nossa poesia e do nosso jornalismo, Cid Carvalho nasceu e cresceu em um ambiente de bravura, ousadia e cultura, no qual ainda se cultuavam os códigos de honra e por isso é conhecido como um homem de uma só palavra. Formado em Direito pela UFC, foi professor da mesma escola, bem como das Faculdades de Ciências Econômicas e Filosofia da UFC. Mercê da sua cultura geral e das suas posições independentes é, ainda hoje, uma das personalidades mais admiradas no jornalismo, na televisão e no rádio cearense. Sendo um dos grandes tribunos nascidos na terra de José de Alencar, fez carreira política, tendo chegado ao cargo de Senador da República, pelo Ceará. Naquela Casa, tornou-se uma voz muito respeitada, chegando a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, destacando-se os discursos que proferiu representando o Brasil, no Uruguai, África do Sul, Rússia e Alemanha. Um dos maiores bibliófilos da nossa terra, em todos os tempos, conferencista fulgurante e escritor de vários livros, deve-se registrar, finalmente, que doou, há anos, para a hemeroteca desta Instituição, a famosa e única coleção completa do raríssimo jornal Diário do Povo, que pertencera ao seu pai. Senhoras e senhores, muito ainda poderia falar sobre esta figura singular, mas, dentro do tempo que me foi reservado, devo apenas concluir dizendo que este é um cearense ilustre, que há muito deveria pertencer ao Instituto do Ceará,

- Geová Lemos Cavalcante – Nascido na aprazível cidade de Pedra Branca, a mesma do nosso Leonardo Mota, *Príncipe dos*

Folcloristas Brasileiros, e que foi membro deste Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras. Graduado em Direito pela UFC, ocupou cargos públicos de relevância, a nível local e nacional, tendo sido Superintendente da Polícia Federal em vários estados, inclusive no Ceará e Assessor do Diretor Geral da Policia Federal, em Brasília. Conheci-o nessas funções e sempre o vi como esta pessoa humilde, generosa, íntegra e culta. Foi cuidadoso revisor do jornal *Tribuna do Ceará* e dedicado Presidente do Rotary Clube de Fortaleza Alagadiço. Com sua esposa Maria Luiza Barroso Cavalcante integra o Movimento Católico Internacional Equipes de Nossa Senhora. Atualmente é Conselheiro da Arquidiocese de Fortaleza até 2017. Pesquisador nato, meticuloso e incansável, no Arquivo Público do Estado do Ceará, no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional, tem escrito interessantes obras, destacando-se *Pedra Branca – Séc. XIX* e *A Cronologia da Diocese de Fortaleza*, já publicadas, bem como os livros *A Guarda Nacional no Ceará,*e *A Cronologia da Igreja Católica no Ceará, ambos* em fase de publicação. Estou certo que é um excelente nome para o Instituto do Ceará, pois é também um excepcional genealogista, gênero muito necessário nesta entidade, onde, certamente, irá brilhar.

Então, senhoras e senhores, lembro que estes ilustres viandantes que aqui chegaram vêm também cheios das cicatrizes deixadas pelas lutas da vida. São aquelas cicatrizes do trabalho, da honra e da ética, que se transformaram em luzes perante os nossos olhos, pois sabemos que cada um dos eleitos é um sábio em sua área e que todos aqui chegam como vencedores de longas batalhas. O Instituto do Ceará é um centro magnético que atrai essas pessoas e procura uni-las para um objetivo maior, pois, juntos e unidos, poderemos fazer mais, não importa quão bom ou importante sejamos, isoladamente.

Quando estudamos a história das instituições semelhantes, observamos que o grande perigo são as pessoas que entram apenas para enriquecer o currículo e, depois, lá não mais pisam ou as que irão comparecer, mas não têm espírito de equipe e desagregam com suas opiniões individualistas.

Conhecendo cada um dos novos eleitos, podemos afirmar que são pessoas que aqui vieram para trabalhar e cultivar o trabalho em grupo. Parte importante desta nova geração de sócios efetivos, aprimorarão, com certeza, a forma de pensar da Instituição e ajudarão a superar

o grande desafio de qualquer empresa, entidade ou país, que é a transferência de responsabilidades e poderes para os novos membros. O atual Estatuto permitirá que a renovação continue, de forma calma, mas firme, e, nesse sentido o velho Instituto do Ceará também servirá de modelo para outros.

Meus queridos novos pares, a partir de agora aquele silêncio das tardes que mencionei no início, onde parece que o tempo não passa, vos pertence. Venham usufruí-lo vez por outra, não esperem apenas os dias das reuniões normais. Deixem aquela paz agradável penetrar em suas almas e isso será terapia para contrabalançar as correrias da vida moderna.

Não apenas o silêncio, mas tudo o mais que mencionei e o que, deliberadamente, não mencionei, está ao seu dispor. O Instituto do Ceará é uma velha árvore, cujos galhos produzem frutos doces para os que desejam colhê-los. O próprio Barão de Studart, Thomaz Pompeu e todos os outros, inclusive eu, produziram suas melhores obras depois que aqui chegaram.

Deem o seu amor a esta velha árvore da cultura cearense, descansem à sua sombra, reguem as suas raízes, descubram mistérios em seus livros e documentos encantados e saberão que ela, tal qual aquela outra árvore do paraíso, também poderia ser chamada de a árvore da sabedoria.

Eu e a minha esposa Bernadete damos as boas vindas aos novos e as suas famílias que aqui chegam e pedimos a Deus que os abençoe!

Muito grato.

(Discurso pronunciado em 24 de abril de 2013).

Datas e fatos para a história do Ceará

Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)*

Janeiro / 2000

09 - Toma posse como pároco da *Catedral Metropolitana de Fo*rtaleza o padre *Clairton Alexandrino de Oliveira*, em cerimônia presidida pelo arcebispo metropolitano, Dom José Antônio Aparecido Tosi Marques.

10 - Inaugura-se a *Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Helder Câmara*, na Rua Frei Odilon nº 624, no Conjunto Habitacional Floresta, no Álvaro Weyne.

10 - Inauguração da *Escola Municipal de Ensino Fundamental Herondina Lima Cavalcante*, localizada na Rua D, s/nº , Conjunto Beira Rio, Vila Velha, Barra do Ceará.

11 - Inaugura-se a *Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Carvalho Martins*, na Avenida Dedé Brasil nº 4.300, na Serrinha.

11 - Inauguração da *Escola Municipal de Ensino Fundamental Conselheiro José Batista de Oliveira*, na Rua Goiás s/nº , no Pan Americano.

12 - Inaugurada a *Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Dr. João Batista Saraiva Leão*, na Avenida Curió s/nº , no Parque São Miguel.

12 - A *Escola Municipal de Ensino Fundamental Isabel Ferreira*, na Rua M, s/nº , no Curió, é inaugurada.

---

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

13 - Chega em Fortaleza a cantora *Ivete Sangalo*, para divulgar seu disco e inaugurar o complexo aquático Maremoto, no Beach Park.

17 - Inaugura-se a *Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. João Estanislau Façanha*, na Rua Onze, s/nº , no Jardim Cearense.

17 - A *Escola Municipal de Ensino Fundamental Jonathan da Rocha Alcoforado*, na Rua Francisco Almeida s/nº, no Aracapé, é inaugurada.

17 - Inauguração da *Escola Municipal de Ensino Fundamental José Maria Moreira Campos*, na Rua Álvaro Chaves s/nº , no Mondubim.

19 - Para apresentação no Centro Cultural Dragão Mar, está em Fortaleza, no dia 19 de janeiro de 2000, o pianista concertista *Artur Moreira Lima*.

21 - *Eclipse lunar*, com início ao primeiro minuto do dia, estendendo-se até às 5h22min, é observado pelo astrônomo Dennis Weaver, do Colégio Cristus, apesar do tempo nublado.

21 - O *10º Grupo de Artilharia de Campanha -10ºGAC*- tem novo comandante quando o coronel *José Teófilo Gaspar de Oliveira Neto* passa o comando ao também coronel *Guilherme Cals Teófilo Gaspar de Oliveira*, em solenidade realizada naquela corporação, na Avenida Luciano Carneiro nº 840, com início às 17h30min.

31 - Inaugurada a *Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisca Fernandes de Magalhães*, na Rua Vital Brasil s/nº , no Bonsucesso.

Inaugurada a *Praça Glória Pestana da Ponte e Horta*, em espaço entre a Avenida Soriano Albuquerque, Rua João Cordeiro, Rua Antônio Augusto e Travessa Soriano Albuquerque, no Joaquim Távora.

Fevereiro

04 - Morre em Fortaleza o ex-reitor da Universidade Federal do Ceará - UFC, professor *Fernando Leite*, aos 94 anos de idade, vítima de parada cardíaca, sendo seu corpo velado no Salão Nobre da Reitoria da UFC, sendo sepultado no Cemitério de São João Batista.

18 - Morre o médium *Alexsandro Félix de Sousa*, aos 23 anos de

idade, que dizia incorporar o espírito do médico alemão Adolf *Fritz* Kahn (Dr. Fritz).

24 - Morre, pela manhã, aos 67 anos de idade, o juiz titular da 3ª Vara do Júri do Fórum Clóvis Bevilaqua, *Celso Luís de Sousa Girão*, vítima de ataque cardíaco, sendo seu corpo velado na Funerária Ternura, Rua Padre Valdivino nº 2255, na esquina com a Rua Tiburcio Cavalcante e enterrado no Cemitério de São João Batista.

22 - Morre em Fortaleza, aos 74 anos incompletos, vítima de câncer, o empresário José *Gerardo Barbosa* Lima, sendo sepultado no cemitério Parque da Paz. Era cearense de Fortaleza nascido em 23/04/1925. Gerardo Barbosa foi discotecário e sonoplasta da Ceará Rádio Clube por muitos anos, era o proprietário da Loja Vox, de discos. Ultimamente mantinha com seu irmão Danúbio Barbosa Lima, uma loja de vendas de perfumes no Iguatemi, a Gerdan. Fazia sempre, no mês de setembro, em sua residência, uma festa onde reunia os antigos profissionais do rádio de nossa terra.

26 - Falecimento, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, do brigadeiro-do-ar *Casimiro Montenegro Filho*, que foi pioneiro, juntamente com o brigadeiro Eduardo Gomes, da criação do Correio Aéreo Militar -CAM-, depois Correio Aéreo Nacional - CAN. Era cearense de Fortaleza nascido em 29/10/1904.

29 - Morre, em Brasília, DF, o engenheiro agrônomo e professor *Stênio de Araújo Bastos*, formado em 1957 e que radicou-se na Capital Federal até sua morte. Nascera em Fortaleza, CE, a 29/07/1933.

Março

02 - Morre, aos 82 anos incompletos, o desembargador *Jaime de Alencar Araripe*, vítima de complicações após cirurgia da vesícula. Nascera em Aurora, no dia 26/03/1918. Seu corpo foi velado na Funerária Ternura Rua Padre Valdivino nº 2255, na esquina com a Rua Tiburcio Cavalcante e sepultado no Cemitério Parque da Paz, às 16h30min.

05 a 07 - O *Carnaval* é comemorado nas ruas e praças e à noite em desfile de blocos no já tradicional "corso" e nas festas nos clubes sociais.

11 - O padre *José Nilson de Oliveira Lima*, da comunidade do Mucuripe, recebe o título de *Cidadão de Fortaleza*, em solenidade realizada na Igreja de Nossa Senhora da Saúde. É nascido em Aratuba, CE.

12 - Morre, em Vassouras, RJ, o general-de-brigada *Severino Sombra* de Albuquerque, líder integralista que fundou a Legião Cearense do Trabalho. Ex-secretário de Segurança, estava à frente da Universidade integrada Severino Sombra. Nascera em Maranguape, CE, em 08/07/1907.

18 - Morre, em Fortaleza, o político e educador *Antenor Rocha Alexandre*, fundador, com Ary da Sá Cavalcante, do Colégio Farias Brito. Nascera em Iguatu, CE, no dia 21/12/1912.

19 - Morre, às 14h, vítima de parada cardíaca, na Gastroclínica, o ex-deputado *Aquiles Peres Mota*, aos 75 anos de idade, sendo seu corpo velado na Assembleia Legislativa e sepultado às 11h do dia seguinte, no Cemitério Parque da Paz. Era cearense de Ipueiras nascido em 09/08/1924.

19 - Falecimento, às 18h, do ex-deputado federal Moisés Santiago Pimentel *(Moisés Pimentel)*, aos 90 anos de idade, por complicações no fígado, no Hospital Antônio Prudente. Seu corpo foi velado no Cemitério Parque da Paz, onde é sepultado às 18h do dia seguinte. Pimentel foi eleito três vezes deputado federal. Como empresário, se destacou na área da indústria de algodão e comércio de açúcar. Trabalhou em cooperativa de crédito e na área bancária. Foi sócio da Rádio Dragão do Mar e era grão mestre da maçonaria. Foi rádio amador com o prefixo PY7-VMI. Nascera em Independência, CE, a 11/08/1909.

31 - Estréia, às 20h30min, na esquina da Avenida Aguanambi com Avenida 13 de Maio, o *Circo Kroner*, de tradição de mais de cem anos.

31 - Inaugurado o *Edifício Petrônio Aguiar Andrade*, nova sede do Serviço Social do Comércio - Sesc, na Avenida Duque de Caxias nº 1.701 e o anexo, *Teatro Emiliano Queirós*, em festa com a presença dos homenageados.

Abril

07 - Morre o advogado e historiador *Luís Teixeira Barros*, membro do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*. Era cearense de Viçosa do Ceará nascido em 26/01/1920.

08 - Inaugurada, no Monte Castelo, a *Capela de Mãe Rainha*.

24 - Toma posse em cadeira no *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico),* às 19h, *Gisafran Nazareno Mota Jucá*, saudado por João Alfredo de Sousa Montenegro (João Alfredo Montenegro), em solenidade no Auditório Pompeu Sobrinho, do Instituto, na Rua Barão do Rio Branco nº 1594, na Praça do Carmo.

24 - O Diário Oficial do Município - Diom nº 11.830 - traz a Lei nº 8.423 do dia 12, denominando de *Rua Gerardo Lima* uma artéria de Fortaleza. Gerardo Matos Bezerra Lima *(Gerardo Lima)* criou mais de dez empresas, entre elas a FAE e a Formasa.

26 - Acontece a *XXX Regata de Jangadas Dragão do Mar*, que tem como vencedor o pescador *Eliseu Lima do Nascimento*, ficando em 2º lugar, *José Ferreira Nunes* e em 3º lugar *José Ribeiro da Silva*.

26 - Morre, às 11h30min, aos 88 anos incompletos, vítima de insuficiência respiratória, a promotora de Justiça *Lucrécia Pinho*, a primeira a se inscrever na OAB-Ce e a Segunda na OAB nacional. Era cearense de Sobral nascida a 28/04/1912. Seu sepultamento ocorre no Cemitério de São João Batista.

28 - Abre-se, às 20h o *LI Salão de Abril*, no Mercado dos Pinhões, na Aldeota, organizado pelo curador geral, arquiteto João Jorge Marques Melo, sob os auspícios da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo, dirigida por José Maria Barros de Pinho *(Barros Pinho)*, com previsão para encerramento em 31/05/2000.

Maio

11 - Recebe o título de *Cidadão de Fortaleza* o arcebispo metropolitano de Fortaleza, *Dom José Antônio Aparecido Tosi Marques*, na Câmara Municipal, iniciativa do vereador Paulo Mindêlo.

11 - Morre, aos 49 anos de idade, vítima de ataque cardíaco, o radialista Pedro Moreira de Oliveira Neto *(Moreira Neto)*, sendo seu corpo velado na Funerária Ternura, Rua Padre Valdivino nº 2255, na esquina

com a Rua Tiburcio Cavalcante, seguindo depois para sua terra natal, Jaguaruana, onde foi sepultado às 17h.

12 - O procurador-chefe da Justiça Militar Federal para os Estados do Ceará e Piauí, *Antônio Cerqueira*, recebe o título de *Cidadão de Fortaleza*, em solenidade realizada na Câmara Municipal às 19h, iniciativa do vereador Heitor Ferrer. O homenageado é carioca.

22 - Às 11h40min morre, aos 83 anos de idade, vítima de câncer no pulmão, o ex-deputado estadual *Péricles Moreira da Rocha*, "*Pekim*", tendo seu corpo velado no salão nobre da Assembleia Legislativa, levado às 10h do dia seguinte para o Cemitério Jardim Metropolitano. Nascera a 07/03/1917 em Fortaleza.

28 - Morre, aos 73 anos de idade, vítima de enfarte agudo do miocárdio, o jornalista, político e odontólogo *Dorian Sampaio*, que foi vereador e deputado. Foi cassado em 1969 perdendo seu mandato e direitos políticos. Fundou o Jornal do Dorian e editava o Anuário do Ceará. Seu sepultamento verificou-se no dia 29, no Cemitério de São João Batista. Nascera na cidade do Rio de Janeiro a 12/03/1927.

28 - O *Padre Clairton Alexandrino de Oliveira*, pároco da Catedral Metropolitana de Fortaleza, recebe a *Medalha Boticário Ferreira* e o título de *Cidadão de Fortaleza*, conferidos pela Câmara Municipal de Fortaleza, por iniciativa do vereador Paulo Mindêlo. É natural de Lavras da Mangabeira.

Junho

06 - A Procuradora de Justiça, *Maria Celeste Thomaz de Aragão*, toma posse no cargo de desembargadora do *Tribunal de Justiça do Estado*, em solenidade realizada às 16h no Plenário do Palácio de Justiça, no Cambeba.

08 - Recebe a *Medalha Boticário Ferreira* na Câmara Municipal de Fortaleza - CMF - o cientista geógrafo e professor *Caio Lóssio Botelho*, membro do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

23 - Reinaugurado, após grande e total reforma, o *Ginásio Coberto Paulo Sarasate*, com jogo de voleibol entre as seleções do Brasil e Estados Unidos, vencendo esta por 3 x1.

25 - Inaugurado, às 19h30min o *anfiteatro da Capela de Santa Edwiges*, na Avenida Marechal Castelo Branco (Avenida Leste-Oeste), com capacidade para 750 pessoas sentadas e 15 mil em pé.

26 - Fundada em Fortaleza a *Academia Leonística de Cultura no Ceará - Alecce*, formada por 45 cadeiras.

Julho

05 - Na madrugada é sentido em Fortaleza a *terra tremer*, sabendo-se depois que o tremor teve epicentro na localidade de Pitombeiras, no município de Cascavel.

05 - Implantado o telefone 0800-855540, para reclamações da população de Fortaleza contra a *poluição sonora*, com o nome de *disque silêncio*, resultado de parceria entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF, o Ministério Público e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania - SSPDC. Infelizmente nunca funcionou a contento e hoje está desativado.

08 - Morre, em Fortaleza, aos 96 anos de idade, *Zilda Martins Rodrigues*, a primeira diretora da Cidade da Criança e criadora do Recreatório Infantil, a primeira Creche de Fortaleza, foi casada com José Martins Rodrigues. Era nascida em Manaus, AM, a 21/03/1904.

13 - Às 20h é lançado o livro *Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará, resgate histórico - criação e evolução*, de autoria da historiadora escritora de assuntos militares *Dolores Aquino*.

14 - À noite, no auditório da sede da *Associação Cearense de Imprensa - ACI*, no Edifício Perboyre e Silva, esquina da Rua Floriano Peixoto com Rua Perboyre e Silva, dentro da comemoração dos 75 anos de fundação da entidade, foram inauguradas a Galeria dos Presidentes e a Galeria das Rainhas da Imprensa, bem como o lançamento do livro *Nova História da Associação Cearense de Imprensa*, dos jornalistas *Stênio Azevedo* e Geraldo da Silva Nobre *(Geraldo Nobre)*. Na ocasião foram oferecidos 27 chefrons aos jornalistas que completaram 30, 40 e 50 anos de sócio da ACI.

16 - No *Campeonato Cearense de Futebol*, em jogo realizado no Estádio do Junco, em Sobral, o *Fortaleza Esporte Clube*, sagra-se campeão ao empatar com o *Ceará Sporting Clube* por 1x1.

21 - Morre, na madrugada, no Hospital Santa Isabel, em Salvador, Bahia, o artista plástico *Floriano Teixeira*, aos 77 anos de idade. Era maranhense de Cajapió nascido em 1923.

22 - Morre, em Fortaleza, vítima de hemorragia digestiva, aos 95 anos de idade, José Afonso Lima, o conhecido *Dr. Batérico*, pianista da antiga *Hora da Saudade*, depois *Coisas que o Tempo Levou* e tinha uma oficina de recuperação de baterias na Rua Meton de Alencar. Era famoso também por suas mentiras que contava, principalmente nos dias 1º de abril. Foi sepultado no Cemitério de São João Batista.

24 - Muda o comando da *Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará - EAMCE* - quando o capitão-de-mar-e-guerra *Luís Rafael Mansano* passa o comando ao capitão-de-fragata *Manuel Ribeiro da Costa*.

26 - Lançado, o livro *A Seara de Santiago no Brasil*, de autoria do escritor *Adauto Leitão*, na Livraria Livro Técnico do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, na Rua Dragão do Mar nº 81.

26 - Morre o empresário *Eloy Saboia* Fontenele, na Casa de Saúde São Raimundo. Foi sepultado no Cemitério Parque da Paz. Eloy Saboia foi fundador e primeiro presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Petróleo do Estado do Ceará - Sindipostos.

28 - O Diário Oficial do Município - Diom nº 11.897 publica o texto da Lei nº 8.480, do dia 24, que denomina parte do bairro do Benfica com o nome de *Gentilândia*, nome já tradicional no local, compreendendo o trecho que fica entre a Avenida 13 de Maio, Avenida da Universidade, Avenida Eduardo Girão e Avenida dos Expedicionários.

Agosto

03 - Reinauguração, às 17h, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJEC, do *Memorial do Judiciário*, no Palácio da Justiça, no Cambeba.

10 - O médico Silas Aguiar Monguba *(Silas Munguba)* recebe, às 19h, na Câmara Municipal de Fortaleza, a *Medalha Boticário Ferreira*, por seu trabalho à frente da instituição *Desafio Jovem* do Ceará, dedicada aos jovens que desejam livrar-se do vício das drogas.

12 - Morre, com a idade de 82 anos, em Fortaleza, o artista plástico *Afonso Lopes* Gonçalves. Era cearense de Fortaleza nascido em 10/01/1918. Hoje é nome de rua no Itaperi.

16 - Nas livrarias de Fortaleza, o livro *Ciará - Terra do Sol*, de autoria do escritor historiador e agrônomo *Márlio Fábio Pelosi Falcão*, que descreve a genealogia e a toponímia dos municípios cearenses.

16 - A Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF apresenta a *Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e da Cidadania - AMC*, presidida por *Leônidas Bezerra* e que absorve o SOS Fortaleza e o serviço de trânsito.

17 - Inaugura-se, em Maranguape, por iniciativa da fábrica de aguardente de cana Ypioca, da família Teles, o *Museu da Cachaça*, reunindo documentos, maquinário e garrafas, com visitação pública de 3ª feira a Domingo. O local é o da fábrica, fundada em 1846.

18 - Iniciadas as obras de *aterro da Praia de Iracema*, no trecho entre a Rua João Cordeiro e a Avenida Rui Barbosa, pela embarcação de dragagem que retirará areia do fundo do oceano e trará para a praia, formando uma praia artificial.

18 - Estréia, às 20h30min, na Avenida Rogaciano Leite, o *Circo Vostok*, de origem russa, que se diz ecológico, por não trazer animais, tendo como atração ginetes, trapezistas, palhaços e mágicos.

20 - O prédio onde funcionou o *Fórum Clóvis Bevilaqua*, na Avenida Alberto Nepomuceno nº 272, é implodido às 9h, ruindo em 5 segundos. Foi a Segunda *implosão* realizada em Fortaleza.

23 - Muda-se, de sala no Palácio da Justiça no Cambeba para novo prédio construído em terreno doado pelo Estado, na Avenida Santos Dumont nº 1425, local da antiga sede da Cohab, o *Tribunal do Povo*, sendo naquele dia apresentado à imprensa.

28 - Aberto o *I Fórum da Cidade*, no Auditório Celina Queiroz, da

Unifor, promoção do Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento do Ceará, com previsão de encerramento para 30/08/2000.

31 - Inaugura-se a nova sede do *Tribunal do Povo*, na Avenida Santos Dumont nº 1425, falando na ocasião a desembargadora Águeda Passos Rodrigues Martins, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJEC.

Morre em Fortaleza o artista plástico *Afonso Bruno*, autor do quadro "O Carteiro" que existe no prédio da EBCT central.

Setembro

02 a 07 - Realiza-se o *Plebiscito Nacional da Dívida Externa*, promoção da CNBB.

08 - Presos do *Instituto Penal Paulo Sarasate*, após um acerto de contas entre duas facções, rebelam-se e destróem todo o presídio, resultando um morto e 11 feridos.

08 - Morre, em Fortaleza, aos 86 anos de idade, o advogado, político e jornalista *Lauro Maciel* Severiano, que pertenceu à Ação Integralista Brasileira. Nascera em Baturité a 09/01/1914.

10 - Incêndio destrói a loja de calçados *Petipé*, localizada na Rua General Sampaio entre Rua Castro e Silva e Rua Senador Alencar.

18 - Morre, em Fortaleza, vítima de insuficiência renal, aos 82 anos de idade, o odontólogo e fotógrafo Antônio Afonso de Albuquerque *(Antônio Albuquerque)*, o Tonho, proprietário por muitos anos da Aba Film, fundada por seu pai, Ademar Bezerra de Albuquerque. Era fortalezense, irmão de Chico Albuquerque e nascera a 12/06/1918.

20 - Comemorando o centenário de nascimento do marechal *Humberto de Alencar Castelo Branco*, o 23º Batalhão de Caçadores - 23BC - inaugura no pátio de seu quartel, na Avenida 13 de Maio nº 1589, bairro de Fátima, pela manhã, um busto de bronze do ex-presidente.

27 - Morre, em Fortaleza, vítima de enfarto, o economista *Manoel Teixeira* Lima, que por muitos anos prestou serviços no Departamento

Nacional de Obras Contra as Secas -DNOCS. Nascera em Pacatuba, em 1934.

28 - Morre, vítima de parada cárdio-respiratória, no Hospital Antônio Prudente, aos 60 anos de idade, o radialista Samuel Benarrosh Benoliel *(Samuel Bahia)*, também conhecido por Samuca. Era carioca.

29 - Mais uma entrega do *Troféu Sereia de Ouro*, promovido pelo Sistema Verdes Mares de Comunicação, em festa no Ideal Clube, com início às 21h, onde são agraciados a coreógrafa Dora Isabel de Araújo Andrade *(Dora Andrade)*, o empresário *José Abrão Otoch*, o padre *Luigi Rebuffini* e o estilista Antônio Marques dos Santos Neto *(Lino Villaventura)*, sendo o 30º ano do acontecimento.

30 - Inaugura-se, às 17h, no calçadão da Praia de Iracema, próximo ao Bebelu, o *monumento ao historiador Raimundo Girão*, no centenário de seu nascimento, um pedestal com um medalhão, iniciativa do Instituto do Ceará e da Fundação de Cultura Esporte e Turismo de Fortaleza.

Outubro

01 - Realizam-se no domingo, *eleições* para vereadores e prefeitos em todo o País. Em Fortaleza, além das centenas de candidatos a vereador, disputam o cargo de Prefeito Municipal os candidatos *Juraci Vieira Magalhães* (PMDB) (já prefeito concorrendo à reeleição); Inacio Francisco de Assis Nunes Arruda *(Inácio Arruda)* (PCdoB); Moroni Bing Torgan *(Moroni Torgan)* (PFL); Patrícia Lúcia Saboya Ferreira Gomes *(Patrícia Gomes)* (PPS); Raimundo Pereira de Castro *(Raimundão)* (PSTU); Orlando Augusto da Silva Júnior *(Orlando Júnior)* (PHS); e João de Sousa Oliveira *(João Oliveira)* (PTdoB); ficando para o segundo turno a ser realizado no dia 29/10/2000, *Juraci Vieira Magalhães* e Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda *(Inácio Arruda)*.

06 - Inaugura-se, na Avenida Santos Dumont nº 399, a *Farmácia Unimed*, visando comercializar medicamentos aos seus clientes a preço de custo.

08 - Volta ao teto do altar-mór da *Igreja de Nossa Senhora do Carmo*, após completa restauração por equipe coordenada pelo arquiteto Frederico Barros, a pintura de Nossa Senhora do Carmo com o Menino Deus, feita em 1904 pelo artista cearense *Raimundo Ramos* Filho, conhecido por Ramos Cotoco. A tela fora dali retirada e no local colocada uma outra, mas após denúncia de uma freqüentadora do templo a este que lhe escreve, denunciamos à imprensa e fizemos, ao lado de Calé Alencar uma campanha para a volta do antigo quadro, sendo reconsiderada a decisão da direção da igreja de retirar o velho quadro.

13 - O Diário Oficial do Município - Diom nº 11.950 - publica a Lei nº 8.482 do dia dois, que denomina de *Planalto Maraponga* o bairro que fica entre a Avenida Godofredo Maciel, a Rua Cônego de Castro, Rua Bibio Frota e Rua Roquete Pinto, conhecido atualmente por Baixa da Jumenta.

17 - Morre, aos 68 anos de idade, no Hospital Angelim, Walter dos Santos, o popular sanfoneiro *Azeitona*, sendo sepultado no dia seguinte no Cemitério São Vicente de Paula, no Mucuripe.

17 - Abre-se, às 17h, no Centro de Convenções, a *4ª Bienal Internacional do Livro do Ceará*, promoção do Governo do Estado através de Secretaria de Cultura e Desporto e o Sindicato do Comércio Varejista de Livros do Estado do Ceará, com lançamento de 24 novos livros cearenses.

25 - Toma posse, às 18h, como sócio efetivo, no *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, o professor Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos *(Elmo Vasconcelos)*, no Auditório Pompeu Sobrinho, na Rua Barão do Rio Branco nº 1594, na Praça do Carmo, sendo saudado pelo geógrafo Caio Lóssio Botelho.

27 - Inauguram-se as instalações do *Centro de Referência do Professor*, da Prefeitura Municipal de Fortaleza, no antigo prédio do Mercado Central totalmente reformado e adaptado às novas funções, trabalho do arquiteto *José Capelo Filho*, abrigando a *Biblioteca Virtual Moreira Campos*, a *Galeria Antônio Bandeira*, a *Sala de Referência do Município*, áreas para café e o teatro aberto, com três entradas, pela Rua General Bezerril, Travessa Crato e Rua Conde D'Eu, como era antes o mercado.

29 - Realizam-se *eleições* para prefeito de Fortaleza - 2º turno - onde disputam os candidatos Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda *(Inácio Arruda)* (PCdoB) e *Juraci Vieira Magalhães* (PMDB), vencendo este segundo que já é prefeito disputando a reeleição.

31 - Inaugurado o novo *Presídio Feminino Desembargadora Auri Moura Costa*, anexo ao Instituto Presídio Paulo Sarasate - IPPS. As presidiárias estão sendo transferidas do antigo prédio, no Jacarecanga, aos poucos.

Novembro

07 - Morre, no Rio de Janeiro, RJ, *Permínio de Pontes Medeiros*, um dos três irmãos que faziam parte do grupo de cearenses *Quatro Ases e Um Coringa*, formado na então Capital federal. Nascera em Fortaleza no dia 28/11/1919.

10 - Encontrado morto em seu ateliêr, na Avenida Pessoa Anta nº. 121, Praia de Iracema, o artista plástico italiano *Maximiliano Constantini*, de 36 anos de idade. De acordo com a perícia da polícia, ele foi assassinado por volta das 4h.

10 - O médico urologista cearense de renome internacional, radicado nos Estados Unidos, *José Edson Pontes*, é agraciado, em solenidade na Câmara Municipal de Fortaleza, com a *Medalha Periguary de Medeiros*.

19 - Morre, em Teresina, Piauí, onde residia, aos 45 anos de idade, vítima de um ataque fulminante do coração, o ex-deputado federal cearense por três legislaturas *Carlos Virgílio* Augusto de Moraes Fernandes Távora, sendo velado na Funerária Ternura, Rua Padre Valdivino nº 2255, na esquina com a Rua Tiburcio Cavalcante, de onde saiu às 16h do dia seguinte para ser sepultado no Cemitério de São João Batista. Era filho de Virgílio de Moraes Fernandes Távora (Virgílio Távora) e Luíza Moraes Correia Távora (Luíza Távora) e nascera em Fortaleza.

12 - Morre, às 13h, vítima de ataque cardíaco, aos 86 anos de idade, o ex-deputado, ex-vice-governador, ex-senador e ex-ministro, advogado *Wilson Gonçalves*, sendo sepultado no dia seguinte às 10h, no Cemitério

Parque da Paz. Era paraibano de Cajazeiras, nascido a 06/10/1914 e criado no Crato.

13 - A *Empresa Técnica de Transporte Urbano S.A. - Ettusa* - muda seu setor de multas que funcionava na Avenida Jovita Feitosa para prédio na Avenida Antônio Sales nº 1740.

24 - Os empresários *Jaime Tomás Aquino*, presidente da Cione, e *José Abraão Otoch*, fundador do Armazém Esplanada, são homenageados pela Assembleia Legislativa, com a *Medalha Edson Queiroz*, que recebem a honraria das mãos da presidente do Grupo Edson Queiroz, Yolanda Vidal Queiroz (Yolanda Queiroz).

24 - Na comemoração dos 25 anos de existência, a *Universidade Estadual do Ceará - UECE* - faz entrega do título de *Doutor Honoris Causa* a seis personalidades, em solenidade realizada no *foyer* do Teatro José de Alencar. As personalidades distinguidas com a honraria foram o vice-governador Benedito Clayton Veras Alcântara *(Beni Veras)*, a professora *Rosa Weingold Konder*, o médico *Edson Machado de Sousa* e os pesquisadores norte-americanos *Leonard Ralph Forte Júnior*, *Joseph Larner* e *Ferid Murad*, este último Prêmio Nobel de Medicina de 1998.

24 - Morre, vítima de pertinaz doença, aos 64 anos de idade, o jornalista Carlos Alberto Bezerra de Paiva *(Carlos Paiva)*, conhecido entre os amigos apenas por Carlinhos, irmão de José Maria Bezerra de Paiva (B. de Paiva), sendo seu corpo velado e sepultado no Cemitério de São João Batista, no dia seguinte.

24 - A *Polícia Militar do Ceará - PMC* - muda o comando geral, quando o coronel PM *Francisco Justino Ribeiro Neto* transmite o cargo ao coronel PM *Valdísio Vieira da Silva*, na presença do vice-governador Benedito Cleyton Veras Alcântara (Beni Veras).

Dezembro

01 - Lançado às 19h, no Espaço Alternativo/Auditório do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, na Rua Dragão do Mar nº 81, o livro *Vida e Morte no Sertão* - História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX",

de autoria de *Marco Antônio Villa*, Edição do Instituto Teotônio Vilela e Editora Ática.

01 - Morre, em Fortaleza, aos 56 anos de idade, vítima de câncer no estômago, o compositor e cantor Eustáquio Gomes de Farias, o *Dom*, da dupla Dom & Ravel, com seu irmão Eduardo Gomes de Farias, que fez tanto sucesso na década de 70 a partir da música "Eu te amo, meu Brasil!". Seu corpo foi velado na Funerária Ternura, Rua Padre Valdivino nº 2255, na esquina com a Rua Tiburcio Cavalcante e foi sepultado no Cemitério de São João Batista no dia 3. Era cearense de Itaiçaba nascido em 21/08/1944.

02 - O Grupo Ângelo Figueiredo perde seu Diretor-Presidente, quando morre *Djanir Figueiredo*.

05 - Irrompe um incêndio que destrói o almoxarifado do *Hospital Geral de Fortaleza - HGF*.

05 - Inaugura-se mais um *Hiper Mercado Bom Preço*, no local antes ocupado pela Usina Gurgel, na esquina da Avenida José Bastos com Avenida Bezerra de Menezes. Já existia um no planalto do Papicu. O grupo hoje pertence ao Grupo Holandês Royal Ahold.

11 - Incêndio destrói, na madrugada, uma das 18 enfermarias da *Maternidade Escola Assis Chateaubriand*, já interditada para obras. Por ficar ao lado de berçários, provocou corre-corre e os recém nascidos foram levados por suas mães que ficaram no pátio enquanto várias pacientes foram transferidas para outras unidades, pois estavam em trabalho de parto.

11 - A Socicam e o Governo do Estado inauguram à noite, na Rua Hipólito Pamplona nº 45, o *Terminal Rodoviário de Antônio Bezerra*, que substitui a chamada Rodoviária dos Pobres.

11 - Começa a transferência do maquinário e mobiliário da extinta *Imprensa Oficial do Ceará - IOCE*, do prédio da Água Fria, para a sede da Imprensa Oficial Cooperativa e Gráfica Ltda., na Vila de Ligação 3, no Distrito Industrial 3, na Pajuçara.

11 - Inaugurado à noite o *Hospital Dia Peter Pan*, localizado por trás do Hospital Infantil Albert Sabin, onde já vinha funcionando, desti-

nado ao tratamento de crianças portadoras de câncer, construído com o trabalho voluntário da Associação Peter Pan. Sua diretora é a médica *Olga Freire Maia*.

14 - Inaugura-se, às 20h, o *Shopping Aldeota Open Mall*, na Avenida Desembargador Moreira nº 1025, na Aldeota.

21 - Divulgado os resultados parciais do *Censo 2000* do IBGE em Fortaleza, apresentando um crescimento de 1,73% ao ano no período anterior (1980-1991), com uma *população* de 2.138.234 *habitantes* só na cidade e 2.974.915 habitantes em toda a Região Metropolitana de Fortaleza - RMF.

26 - Morre em Fortaleza, aos 83 anos de idade, vítima de ataque cardíaco, o conhecido fotógrafo Francisco Afonso Albuquerque *(Chico Albuquerque)*, pioneiro da foto publicitária no País, que é sepultado no dia seguinte no Cemitério Parque da Paz. Nascera em Fortaleza em 25/04/1917.

28 - São lançados, às 19h, no Mercado das Artes (antigo Mercado dos Pinhões), na Praça Visconde de Pelotas, lado da Rua Gonçalves Ledo, a revista literária *Arraia Pajé Urbe* e o livro *Praças, Parques e Monumentos do Centro Antigo de Fortaleza*, de autoria dos arquitetos *José Capelo Filho* e *Lígia Sarmiento*, pela Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza (antiga Fundação Cultural).

Morre o médico *João Elísio de Holanda*. Nascera em 15/11/1927, em Mossoró-RN, mas viveu sua infância na cidade de Quixadá, onde posteriormente se transferiu para Recife, quando graduou-se em Medicina, pela Universidade Federal de Pernambuco. Especializou-se na Faculdade de Patologia e Clínica da Tuberculose da Universidade de Buenos Aires e também fez especialização em Pneumologia pela UFC. Em 1960, assumiu a direção do Sanatório de Maracanaú, permanecendo por quase 20 anos. No ensino universitário atuou na Cátedra de Tisiologia no Instituto de Medicina Preventiva.

SÉCULO XXI

Janeiro / 2001

01 - O prefeito de Fortaleza, Juraci Vieira Magalhães *(Juraci Magalhães)*, reeleito no último pleito com 53% dos votos toma posse novamente no cargo juntamente com a vice-prefeita *Isabel Lopes* da Silva, em solenidade realizada às 16h na Câmara Municipal de Fortaleza.

02 - Tomam posse, os novos dirigentes do *Tribunal de Contas dos Municípios - TCM*, às 15h, tendo na presidência o conselheiro *Marcelo Feitosa*, na vice presidência *Luís Sérgio Gadelha* e na corregedoria, *Airton Maia*.

04 - Morre, aos 72 anos de idade, o antropólogo e dramaturgo *Geraldo Markan*, sendo sepultado no Cemitério de São João Batista.

11 - Lançado no Teatro São José, às 19h pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Gestão Pública, o livro *Fortaleza de Minha Vida - Reminiscências Autobiográficas*, de autoria de *Aldenora Rodrigues de Castro*.

17 - Morre, às 16h, no Hospital São Mateus, vítima de complicações respiratórias, aos 80 anos de idade, o major *José Raimundo Gondim*, um dos fundadores da Universidade de Fortaleza - Unifor, da qual foi vice-reitor. Seu corpo esteve no Hospital Militar onde foi velado e teve missa de corpo presente e foi sepultado no dia seguinte às 11h30min no Cemitério Parque da Paz. Era cearense de Fortaleza e filho do comerciante Efrem Gondim.

18 - *Eliseu Batista* Rolim, comerciante e industrial de Orós, morre, aos 88 anos de idade. Ex-prefeito de Orós, tinha sua firma Eliseu Batista S. A. Comércio e Indústria representada em Fortaleza por um escritório desde 1962.

25 - Muda de comando a *Base Aérea de Fortaleza*, assumindo às 16h30min o coronel aviador *Gerson Nogueira Machado de Oliveira*, em substituição ao também coronel aviador *Carlos Alberto Vieira*.

26 - Assume o comando do *23º Batalhão de Caçadores - 23BC*, o coronel José *Sérgio de Araújo Cavalcante*, em substituição ao coronel *Walter Romero Castelo Branco*.

Fevereiro

09 - Morre o político Edward de Melo Arruda *(Edward Arruda)* que foi vereador de Fortaleza.

11 - Acontece a eleição da *Rainha do Carnaval* de Rua de Fortaleza para o ano de 2001, saindo vencedora a modelo pré-universitária *Francisca Leidiane dos Santos Assunção*, na sede da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza - Funcet. Na ocasião foi também aclamado o *Rei Momo César Augustus de Alcântara Moura* e do *Rei Momo Infantil Olisvaldo Leal de Oliveira Júnior*. Foram coroados no dia 20, na Funcet.

12 - Morre, aos 70 anos de idade, vítima de complicações renais, o empresário *Fernando Nogueira Gurgel*, fundador e proprietário da *Metalgráfica Cearense S. A. - Mecesa*, sendo sepultado no final da tarde no Cemitério Parque da Paz. Era cearense de Senador Pompeu.

15 - Irrompe violento incêndio na loja de brinquedos *Atacadão Reizinho*, na Rua Floriano Peixoto nº 794, destruindo todo o estabelecimento, sendo debelado após seis horas de intenso trabalho do Corpo de Bombeiros, culminando com o desabamento da fachada da loja.

16 - Lançado, às 20h, no Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), na Rua Barão do Rio Branco nº 1597, na Praça do Carmo, o livro *Raimundo Girão o homem*, organizado pelos pesquisadores *Eurípedes Chaves Júnior* e *Valdelice Carneiro Girão*, sendo apresentado pelo escritor *Blanchard Girão*, ainda comemorando o Centenário de Raimundo Girão ocorrido em 2000. O livro foi editado graças ao financiamento do empresário Francisco Clodomir Rocha Girão.

25 a 27 - Dias dedicados à folia *carnaval*esca com desfile nas ruas, festas em clubes e nos bairros.

Sai o primeiro número do *Jornal da Jovita*, com redação na Rua Frei Marcelino nº 42, Parque Araxá, dirigido por *Juracy Mendonça*, com data de fevereiro de 2001. É mensal e sai na segunda quinzena do mês.

Março

15 - Inaugura-se em Fortaleza mais uma loja de magazines, a *Insinuante*, na Rua Senador Pompeu nº 1082, com fundos correspondentes para a Rua General Sampaio, no mesmo local onde funcionou a Mesbla S. A. e bem antes a redação e oficinas do jornal O Povo.

17 - Fecha as portas o *Colégio Externato Coração de Maria*, no Parque São José, por várias irregularidades, entre elas a falta de pagamento do aluguel do prédio durante cinco anos seguidos.

19 - Deixa a Provedoria da *Santa Casa de Misericórdia*, o general Francisco Batista *Torres de Melo*, passando o cargo ao coronel do Exército *Lívio Silva França*.

21 - Eleito *Cearense do Século*, no dia 21 de março de 2001, com 38,78 % dos votos, o *Padre Cícero* Romão Batista, seguido pelo poeta Antônio Gonçalves da Silva (Patativa do Assaré), o jurista Clóvis Beviláqua, escritora Rachel de Queirós, maestro Eleazar de Carvalho, Hélder Pessoa Câmara (D. Helder Câmara), professor Antônio Martins Filho, político Virgílio de Moraes Fernandes Távora (Virgílio Távora) e o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Eleição mal feita, onde as pessoas puderam votar quantas vezes quiseram, pois não havia título de eleitor nem anotava-se o número da identidade (RG), tornando uma falsa eleição, pois além de 38% não ser real (pela repetição de votos) também não é a maioria absoluta. O único fato real da eleição foi a rejeição ao nome do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que tirou o último lugar.

23 - Morre, vítima de insuficiência renal, aos 74 anos de idade, o vendedor pracista, radio técnico e violonista *José Maria Romanholi*, que por muitos anos atuou no programa "Coisas Que o Tempo Levou", de José Limaverde, na Ceará Rádio Clube. Trabalhou por largo tempo na

loja O Gabriel. Fez parte do conjunto "Vocalistas Orientais". Foi radio-amador com prefixo PY7-VJA. Seu corpo é velado na capela do Cemitério Jardim Metropolitano, onde é sepultado no dia seguinte às 11h. Era cearense de Fortaleza. Nascera em Fortaleza, em 04/02/1927.

23 - Lançado, às 19h, no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, na Rua Dragão do Mar nº 81, na Praia de Iracema, o livro *Dragão do Mar e seu tempo*, de autoria de *Audifax Rios*, com prefácio de José *Blanchard Girão* Ribeiro.

26 - A Justiça Federal instala-se, definitivamente, no Centro de Fortaleza, inaugurando o *Fórum Presidente Castelo Branco*, com 12 varas, nos 5º ao 16º andares do Edifício Raul Barbosa, do BNB, na Praça Murilo Borges, entre a Rua Assunção e Rua Floriano Peixoto, em frente à Rua Pedro I. Permanecem no prédio a Agência Central e o Centro Cultural do Banco do Nordeste do Brasil - BNB.

Abril

03 - Morre, às 9h, no Hospital Regional da Unimed, em Fortaleza, vítima de tumor cerebral, aos 80 anos de idade, o jornalista e escritor *Fenelon de Almeida*, sendo sepultado no dia seguinte no Cemitério Jardim Metropolitano. Fenelon era cearense de Jaguaruana e exerceu o jornalismo desde 1948, quando ingressou no jornal O Povo, onde foi o criador do Departamento de Pesquisa, hoje Banco de Dados.

10 - Cai sobre Fortaleza, à noite, só terminando no dia seguinte, forte *chuva* acompanhada de ventos, acusando 124,2mm nos pluviômetros e na Zona Metropolitana da Grande Fortaleza, chegou a 103mm em Maranguape e 150mm em Pacajus. O Açude Gavião sangrou com uma lâmina de 20cm, o que é considerado normal. Em conseqüência, o saldo foi de quatro mortos, nove desaparecidos, avenidas e ruas interditadas, postes caídos, desmoronamentos, árvores caídas, linha férrea da zona sul interrompida por dez horas. O cemitério de Bom Jardim ficou inundado. Durante a chuva desabou parcialmente o sobrado da Coelce na esquina da Rua Floriano Peixoto com Rua João Moreira nº 143, tombado pela União e integrando o Patrimônio Histórico do Estado.

15 - Domingo, é lançado, às 19h30min, o livro *Província São Francisco das Chagas dos Capuchinhos do Ceará e do Piauí*, de autoria do frei *Moisés Siqueira Moraes*, no Seminário Seráfico de Messejana, comemorando os 100 anos da chegada dos capuchinhos em Fortaleza.

27 - Abre-se, às 20h o *52º Salão de Abril*, tradicional promoção de artes plásticas, na Galeria Antônio Bandeira, agora no Centro de Referência do Professor, no prédio do antigo Mercado Central, com previsão de encerramento em 10 de junho, promoção da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Maio

02 - Lançada, às 17h, no Centro Cultural do Banco do Nordeste, no Edifício Raul Barbosa, na Praça Murilo Borges, no centro de Fortaleza, a primeira edição do livro *Cronologia Ilustrada de Fortaleza - Roteiro para um turismo histórico e cultural*, de autoria do pesquisador e jornalista Miguel Ângelo de Azevedo *(Nirez)*, em dois volumes, sendo o primeiro tomo o corpo do livro propriamente dito e o segundo, o índice analítico e a iconografia. A apresentação foi feita pelo professor *Antônio Martins Filho*. A obra foi editada dentro do Programa Editorial da Casa de José de Alencar da Universidade Federal do Ceará - UFC - e Banco do Nordeste do Brasil. É este livro que você, leitor, está lendo.

08 - Abre-se, às 19h com duração até o dia 11, no Centro de Convenções de Fortaleza, a *TECN Hotel Nordeste 2001*, a segunda mais importante feira de hotelaria do País, evento da CLCA Feiras e Promoções, que engloba a 5ª Feira de Produtos, Serviços e Tecnologia para Hotéis, Restaurantes, Bares, Lanchonetes, Lavanderias, Hospitais e Similares; o 4º Salão de Arquitetura & Design para Hotéis; o 3º Salão de Gastronomia Internacional; e o 1º Salão de Arquitetura & Design para Hospitais.

10 - O gaúcho Leonel de Moura Brizola *(Leonel Brizola)* (PDT), recebe, no Meridional Center Convenções, o título de *Cidadão de Fortaleza*, das mãos do presidente do Partido Democrata Trabalhista - PDT, vereador Iraguassu Teixeira, e do ex-vereador Tarcisio Leitão, título votado em 25/11/1987.

15 - Morre, aos 95 anos de idade, em Salvador, Bahia, o militar e político Juracy Montenegro Magalhães *(Juracy Magalhães)*, cearense que governou a Bahia. Nascera a 04/08/1905.

19 - Após 42 anos, dois meses e dez dias de funcionamento, cerra suas portas, a *Panificadora Central*, na Avenida 13 de Maio nº 1746, em frente ao 23º BC, da firma *Dias & Valente*.

Junho

09 - Morre, vítima de desastre automobilístico, aos 72 anos de idade, o advogado *Raimundo Moura* do Nascimento, que nas horas vagas era seresteiro.

21 - Pela manhã, morre, no Lar Torres de Melo, vítima de insuficiência renal crônica, aos 80 anos de idade, Joseph Ibrahim *Khouri*, um dos mais importantes empreendedores no ramo de restaurantes em Fortaleza nas décadas de 1970 e 1980, proprietário do *Restaurante Khouri*. Era natural do Líbano, tendo chegado em Fortaleza em 1945. Seu sepultamento verificou-se à tarde do mesmo dia, no Cemitério Jardim Metropolitano.

26 - Lançamento, às 18h, na Casa Amarela da UFC, na Avenida da Universidade nº 2591, no Benfica, do livro *Orson Welles no Ceará*, de autoria do pesquisador e crítico de cinema *Firmino Holanda*, editado pela Fundação Demócrito Rocha, com exibição de imagens do filme *It's all true*.

28 - Morre, vítima de parada cardíaca, no Hospital da Unimed, o jornalista Edgar Sousa Costa *(Edgar Costa)*, veterano que atuou também no rádio. Era cearense de Granja.

Julho

08 - O *Fortaleza Esporte Clube* conquista o *Campeonato Cearense de Futebol de 2001*, ao derrotar o *Ceará Sporting Club* por 3 a 1, no Estádio Presidente Vargas (PV), sagrando-se bi-campeão. Os gols do título foram marcados por Vinicius, duas vezes, e Clodoaldo. Como já

havia ganho o primeiro turno, o tricolor acabou ganhando o título de forma "arrastão". A torcida tricolor fez a festa invadindo o gramado do PV no final do jogo e depois na sede do clube, no Pici.

16 - Morre, de madrugada, aos 57 anos de idade, vítima de complicações respiratórias, o sonoplasta *Paulo Roberto Frazão*, chefe do setor operacional da Rádio Universitária FM. Frazão foi um dos fundadores da FM Universitária onde formou uma geração de operadores de áudio. Frazão foi um dos técnicos de gravação da RCA Victor. O enterro aconteceu à tarde, no Parque da Paz.

25 - Lançado, às 19h, o livro *Interpretação do Ceará*, de autoria do professor, historiador, sociólogo, jornalista e ensaísta Abelardo Fernando Montenegro *(Abelardo Montenegro)*, na Livraria Livro Técnico, no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, na Rua Dragão do Mar nº 81, Praia de Iracema. O mesmo livro foi lançado também no dia seguinte, às 17h30min, no Centro Cultural do Banco do Nordeste, na Rua Floriano Peixoto nº 941, 3º andar, centro.

25 - Inaugurado o *Monumento da Vitória*, na Avenida da Fortaleza, mandado construir pelo general de divisão Paulo Roberto Laranjeira Caldas, comandante da 10ª Região Militar, executado pelo ex-combatente e cajucultor Jaime Tomás de Aquino *(Jaime Aquino)*, projeto e construção do arquiteto *Augusto Sena* com escultura feita por *Cenilson Esculturas*, homenagem aos heróis brasileiros de todas as guerras.

27 - Assume o comando da *10ª Região Militar* o general de divisão *Ulisses Lisboa Perazzo Lannes*, em substituição ao general de divisão *Paulo Roberto Laranjeira Caldas*.

Agosto

02 - Morre em Fortaleza, vítima de câncer no pâncreas, o advogado e professor Wagner Turbay Barreira, *(Wagner Barreira)*, sendo sepultado à tarde do mesmo dia. Nascera em Fortaleza a 09/05/1915.

03 - Morre em Fortaleza, aos 78 anos de idade, o cônsul da Suécia e Noruega no Ceará, Francis Bloc Boris *(Francis Boris)*, o único sobrevi-

vente dos campos de concentração nazistas residente em Fortaleza. Trabalhava com importação e exportação, na Boris Navegações, fundada por seu avô Aquiles Boris, cônsul da França, em 1889. Francis chegou a Fortaleza há 52 anos e era apelidado carinhosamente de "judeu mais cristão do mundo" e "bicônsul". O corpo de Francis Boris foi velado na Funerária Ternura, Rua Padre Valdivino nº 2255, na esquina com a Rua Tiburcio Cavalcante e após missa de corpo presente, no dia seguinte, foi sepultado às 10h no Cemitério de São João Batista.

12 - Desaparecem, após desembarcarem no Aeroporto Internacional Pinto Martins, os portugueses *Antônio Correia Rodrigues*, *Joaquim Manuel Pestana da Costa*, *Vítor Manuel Martins*, *Joaquim Fernandes Martins*, *Joaquim Silva Mendes*, *Manuel Joaquim Barros* e *Luís Miguel Melitão Guerreiro*, este, residente em Fortaleza e que foi recepcioná-los no aeroporto.

15 - Durante solenidade comemorativa dos 107 anos da *Academia Cearense de Letras - ACL*, com início às 19h30min, em sua sede, no Palácio da Luz, na Rua do Rosário nº 1, é outorgado o *Diploma de Mérito Cultural* ao jornalista e escritor José *Blanchard Girão* Ribeiro, ao radialista e jornalista José *Edilmar Norões* Coelho, à beletrista e apresentadora de TV Fernanda Maria Romero Quinderé *(Fernanda Quinderé)*, ao músico Frederico Barreto *(Fred Barreto)*, a *Mozart Machado*, ao banqueiro *Newton Freitas*, ao engenheiro *Paulo Bandeira de Melo* e à escritora *Yolanda Gadelha Teófilo*, falando em agradecimento *Newton Freitas*. Na ocasião o acadêmico Carlos Mauro Cabral Benevides *(Mauro Benevides)* usa da palavra para homenagear Luís Cavalcante Sucupira *(Luís Sucupira)* no seu Centenário. A solenidade é encerrada com coquetel após recital do violinista *Fred Barreto*.

16 - A presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará, *Mônica Barroso*, recebe a *Medalha Boticário Ferreira* em solenidade no plenário da Câmara Municipal de Fortaleza. A saudação foi feita pela vereadora Luisianne de Oliveira Lins (Luisianne Lins), do PT, que disse ser "a justa representação da luta em defesa da mulher". A outorga da medalha foi um requerimento dos vereadores Átila Bezerra e Cid Marconi.

17 - Toma posse a nova diretoria do *Sindicato dos Radialistas e Publicitários do Estado do Ceará* para o triênio 2001-2004. A eleição,

com chapa única intitulada Radialista Paulo Roberto Sabino, encabeçada pelo presidente da instituição, *Aderson Maia* Nogueira, aconteceu no último dia 14/07/2001, na capital e nas quatro delegacias do interior. A chapa atingiu um quórum de 80,17% de votação, com aceitação de 98,22% deste total.

17 - Fortaleza ganha o primeiro *forno crematório*, para cremação humana, que atenderá todo o Norte e Nordeste. A inauguração do forno aconteceu à tarde e como demonstração foi cremado 1/4 de boi. *Moacir Pinto Filho*, proprietário do *Jardim Metropolitano*, onde o crematório está funcionando, afirma que a cremação será realizada num tempo médio de uma hora e meia. Ao lado do crematório foram construídos 144 cinzários, urnas onde poderão ser depositadas as cinzas caso a família não queira levá-las consigo.

24 - Após diligência intensa da Polícia Federal o português *Luís Miguel Melitão Guerreiro* é localizado no Maranhão e é preso e recambiado para Fortaleza onde confessa que assassinou os seis portugueses que recebeu no Aeroporto Pinto Martins e mostra o local onde foram enterrados, na Barraca Vela Latina, na Avenida César Cals, na Praia do Futuro.

28 - Reinaugurado, às 19h, o *Monumento ao Historiador Raimundo Girão* no calçadão da Praia de Iracema, ao lado do Bebelu, com as presenças do prefeito Juraci Vieira Magalhães (Juraci Magalhães), do presidente da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza, poeta José Maria Barros de Pinho *(Barros Pinho)* e o Secretário da Regional II, Alberto Oliveira. Citado monumento (pedestal com medalhão), autoria do artista plástico *Altair Alves*, fora inaugurado no dia 30/09/2000.

Setembro

02 - Domingo, chega a Fortaleza o presidente *Fernando Henrique Cardoso* para visitar obras federais no interior do Estado. No aeroporto falou sobre a possibilidade de apagão no Nordeste.

04 - O *Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER*, após ser abandonado por vários anos pelo governo federal, é extinto por de-

terminação da Medida Provisória nº 2217-3, desta data, publicada no Diário Oficial da União - DOU - do dia 5. A mesma MP cria o *Conselho Nacional de Transportes Terrestres - Antt*, a *Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq* (antigamente era remédio) e o *Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - Dnit.*

10 - Assume seu 3º mandato à frente da *Associação Cearense de Imprensa - ACI*, o jornalista *Stênio Azevedo*.

11 - Fortaleza, como todo o mundo, é surpreendida, com ato *terrorista* ocorrido em Nova York, quando aviões seqüestrados são projetados sobre as torres gêmeas do World Trade Center provocando o desabamento das mesmas enquanto outros caem, um sobre o Pentágono e outro é abatido. As torres do World Center eram o mais alto ponto de N.Y., com 417m de altura e 110 andares.

12 - A *Praça do Ferreira* é escolhida como *Símbolo da Cidade* em concurso promovido pela campanha *Eleja Fortaleza*, do Banco Itaú e Sistema Verdes Mares. Como no concurso do Cearense do Século, a votação foi defeituosa, podendo uma só pessoa, desocupada, passar todo o dia votando em um só local. No mínimo deveria ser uma votação onde o mesmo indivíduo não pudesse votar mais de uma vez. A única afirmação positiva foi a rejeição da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção que obteve o último lugar. A nosso ver, era a única opção que tinha condições de representar a cidade, pois assistiu toda a sua vida desde o início até hoje. A praça do Ferreira já havia sido escolhida pelo povo e pela mídia como o símbolo da cidade antes de ser destruída pelo prefeito José Walter.

20 - Inaugura-se, o *Hospital Sarah Kubitschek*, pelo ministro da saúde *José Serra*, com a presença do governador Tasso Ribeiro Jereissati (Tasso Jereissati). Trata-se da quinta unidade no País, especializada em ortopedia e reabilitação de lesões na medula e no cérebro, com 166 leitos, 33 consultórios médicos, dotado de ressonância magnética, tomógrafo helicoidal, doppler, raio-x e laboratório de patologia clínica e cirúrgica em 38.500 metros quadrados, na Avenida Padaria Espiritual (antiga Avenida Alberto Craveiro).

18 - Após sete meses de reforma e ampliação, a nova *Igreja de São Vicente*, no Dionísio Torres, é inaugurada, com uma grande celebração

eucarística. Contando com a colaboração de cerca de 50 sacerdotes, o arcebispo dom José Antônio Tosi Marques foi o celebrante e sagrante da missa. Henrique Pontes, é o engenheiro responsável pelas obras. A área construída da igreja passou de 750 para 1.450 m², sendo composta pela nave central, 2 naves laterais, 2 áreas laterais extras, Sacristia, Capela do Santíssimo, sala de atendimento do administrador paroquial, 2 confessionários, secretaria, sala de recepção para festas e 8 banheiros, tudo climatizado por potentes aparelhos de ar-condicionado.

19 - A *Medalha Paulo Freire*, criada para destacar ações concretas em prol da cidadania executadas por pessoas ou instituições, é entregue, às 19 horas, em solenidade na Câmara Municipal de Fortaleza. Dentre 10 inscritos, foram selecionados este ano a professora *Ruth Cavalcante*, indicada pelo Centro de Desenvolvimento Humano e pela Faculdade Contemporânea do Ceará; o *Instituto Educacional José de Alencar*, que foi indicado pela Associação 64/68 - Anistia; e a *Pastoral do Menor da Arquidiocese de Fortaleza*, por indicação do padre Lino Allegri.

27 - Morre, em Fortaleza, o engenheiro agrônomo e biólogo *Rui Simões de Menezes*, ex-diretor do Serviço de Piscicultura do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - e um dos maiores especialistas em piscicultura no Brasil. Nascera em Fortaleza no dia 10/05/1917.

27 - Inaugurado o *incinerador do Centro de Tratamento de Resíduos Perigosos (CTRP)*, da Prefeitura de Fortaleza, quatro anos depois de adquirido. A solenidade aconteceu às 8h, no antigo aterro sanitário do Jangurussu. No equipamento serão queimados o lixo hospitalar, resíduos de ambulatórios, animais mortos, dinheiro fora de circulação, drogas apreendidas e materiais perigosos como medicamentos vencidos. O equipamento tem capacidade para incinerar 15,3 toneladas por dia. No mês, 459 toneladas, informa Teodora Ximenes, presidente da Emlurb, a empresa municipal responsável pela coleta de lixo. O uso do incinerador foi terceirizado para a Contenur do Brasil.

28 - Realiza-se, à noite, no Ideal Clube, a entrega do troféu *Sereia de Ouro*, promoção do Sistema Verdes Mares de Comunicação, sendo agraciados o advogado, professor e ex-senador Cid Sabóia de Carvalho *(Cid Carvalho)*, o poeta popular Antônio Gonçalves da Silva *(Patativa do Assaré)*, o ministro *Vicente Leal* de Araújo e o professor *Plácido*

Cidade Nuvens. Pela primeira vez um agraciado recebe o troféu fora da festa, o poeta *Patativa do Assaré*, que por motivo de saúde recebe em sua cidade natal, o Assaré. Em nome dos agraciados fala o professor *Plácido Cidade* Nuvens. A festa ocorre dentro dos festejos dos 50 anos do Grupo Edson Queiroz. É a 31ª edição do prêmio.

Publicado o nº 1 da revista local *Fale!*, editada pela Omni Editora Associados Ltda., com endereço na Rua Joaquim Sá nº 746, Aldeota. Editor Sênior, *Isabela Martin*; Editor Associado, *Luís Carlos Martins*; e Editor Publisher, *Luís Sérgio dos Santos*.

Outubro

02 - A Secretaria de Saúde do Estado - Sesa - reinaugura pela manhã, as reformas e ampliação do *Instituto de Prevenção do Câncer no Ceará - IPCC*. Com as novas instalações e ampliação dos serviços de informática, ambulatório, centro de imagens, almoxarifado e administração. O IPCC vai ter capacidade para atender cerca de 600 pessoas por dia, realizando até 750 exames de mamografia por mês, o que representa um aumento de 200% da sua capacidade anterior, reduzindo também o tempo de espera para realização dos exames.

06 - Morre, pela manhã, aos 88 anos incompletos, o engenheiro agrônomo, advogado, escritor e orador *Francisco Alves de Andrade* e Castro, membro do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*.e da *Academia Cearense de Letras - ACL*. Seu sepultamento ocorre no dia seguinte pela manhã. Era cearense de Mombaça, antiga Maria Pereira, onde nascera a 21/11/1913.

15 - Morre em Fortaleza, vítima da ataque cardíaco, aos 72 anos de idade, o ator Francisco das Chagas Portela de Miranda *(Marcus Miranda)*, piauiense de Parnaíba onde nascera em 1929. Na antiga TV Ceará canal 2, criou o personagem "Praxedinho", ficando famoso, chegando a confundir-se com o mesmo. Foi sepultado no Cemitério Parque da Paz às 16h do dia seguinte. Comemorava os 50 anos de teatro.

15 - A *Federação das Empresas de Transportes Rodoviários dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão - Cepimar*, institui a *Medalha*

Cepimar de Transportes de Passageiros, destinada a personalidades, empresários e instituições que tenham prestado relevante serviço ao transporte de passageiros e será outorgada anualmente a três personalidades ou entidades.

21 - Às 16h, o professor universitário cearense Carlos Humberto Souza Andrade *(Professor Pepe)*, aposentado, morre, aos 59 anos de idade, durante um acidente de trânsito em São Luís, no Maranhão. Pepe era o coordenador da unidade do Centro de Ensino Tecnológico - Centec, em Sobral. O corpo do *Professor Pepe* chegou a Fortaleza no início da noite de domingo sendo aqui sepultado.

29 - O pesquisador cearense *Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)* participa de mais um *Encontro de Pesquisadores da Música Popular Brasileira*, promovido pelo Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro e sob os auspícios da Associação Brasileira de Pesquisadores da Música Popular, realizado no Rio de Janeiro no auditório da UERJ no período 29/10 - 02/11/2001.

31 - Abre-se, às 19h, o *XXV Salão dos Novos*, na Galeria Antônio Bandeira, no Centro de Referência do Professor, no antigo Mercado Central de Fortaleza, na Rua Conde D'Eu.

Novembro

05 - Morre, pela manhã, em Fortaleza, aos 82 anos de idade, o professor *Godofredo de Castro Filho*, um dos fundadores da Universidade de Fortaleza (Unifor). Seu corpo foi sepultado, no final da tarde, no Cemitério Parque da Paz; ocupava a vice-presidência da Comissão de Vestibular da Unifor.

05 - Inaugurado, na Praça Gustavo Barroso (do Liceu), no Jacarecanga, o busto do escritor, jornalista, político e poeta Jáder Moreira de Carvalho *(Jáder de Carvalho)*, dentro das comemorações do centenário do seu nascimento.

07 - Morre, pela manhã, aos 73 anos de idade, no Rio de Janeiro, vítima de câncer de próstata, um dos primeiros radialistas profissionais de

Fortaleza, *Rômulo Siqueira*, que se destacou profissionalmente como diretor comercial, começando a carreira na Ceará Rádio Clube na década de 40. Desde 1977 ele se mudou para o Rio de Janeiro, quando foi ocupar o cargo de superintendente da Rádio Tamoio a convite de Edson Queiroz, que havia adquirido a emissora. O corpo de Rômulo Siqueira foi cremado no dia seguinte, às 13 horas, no Cemitério do Caju no Rio de Janeiro.

17 - Morre em Fortaleza, aos 80 anos de idade, o jornalista Iran Alencar Benevides *(Iran Benevides)*, vítima de um enfarte. Seu corpo foi velado durante toda a noite na Funerária Ternura, Rua Padre Valdivino nº 2255, na esquina com a Rua Tiburcio Cavalcante. Era aposentado da carreira jornalística desde 1982, ano em que foi extinto o Correio do Ceará. Em quase 60 anos de jornalismo, atuou como repórter, colunista e repórter fotográfico e como assessor de imprensa da então Empresa Cearense de Turismo - Emcetur e Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF. Foi ainda presidente da Associação Cearense de Repórteres Fotográficos e membro da Associação Brasileira dos Jornalistas de Turismo. O sepultamento aconteceu no dia seguinte às 9 horas, no cemitério São João Batista.

18 - *O Mundo Mágico de Beto Carrero* está em Fortaleza com todos os atrativos de um *circo* de grande porte, menos os animais ferozes, para a segurança de crianças e adultos. Instalou-se em terreno na Avenida Pontes Vieira próximo à Assembleia Legislativa, local onde esteve o Cinema Drive, entre a Rua Barbosa de Freitas e Rua Vicente Leite.

20 - Lançado o livro de memórias *Histórias de Ontem e de Hoje*, de autoria do ex-prefeito de Fortaleza Evandro Ayres de Moura.

28 - Morre pela manhã, em Fortaleza, vítima de infarte, aos 79 anos de idade, o escritor, gramático, filólogo e professor Hélio de Sousa Melo *(Hélio Melo)*, sócio efetivo do Instituto do Ceará, sendo seu corpo velado na Funerária Ternura, Rua Padre Valdivino nº 2255, na esquina com a Rua Tiburcio Cavalcante e sepultado no mesmo dia no Cemitério de São João Batista. Um dos fundadores e o primeiro presidente da Academia Cearense de Língua Portuguesa; era também membro da Academia Brasileira da Língua Portuguesa. Nascera em Fortaleza, a 19/12/1921.

Com esta data sai em Fortaleza o primeiro número do *Jornal das ONG'S do Ceará*, publicação do Núcleo Ceará da Associação Brasileira de ONG's, tendo como jornalista responsável *Lídia Maropo* que é também redatora, juntamente com *Janaína de Paula*. Diagramação, projeto gráfico e digitalização de *Gil Dicelli*.

Dezembro

01 - Morre na madrugada, vítima de cirrose hepática, o jornalista, radialista, poeta, compositor e escritor Jader de *Carvalho Nogueira*, que manteve muitos anos o programa "Alô, saudade!", em várias emissoras de rádio de Fortaleza, entre elas a Rádio Uirapuru, Rádio Dragão do Mar e Rádio Assunção. Iniciou como jornalista no Diário do Povo, de seu tio Jader de Carvalho, militando em vários jornais de Fortaleza, entre eles Gazeta de Notícias, Tribuna do Ceará, O Povo e Diário do Nordeste. Era cearense de Fortaleza onde nascera a 10/07/1935. Fundador da Academia dos Novos. Seu corpo foi velado e sepultado no Cemitério Jardim Metropolitano no dia seguinte.

03 - Inaugura-se, na Rua Major Facundo nº 560, local onde funcionou a Lobrás, a loja *Ponte Magazine*.

11 - A *Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF* - muda-se do Palácio João Brígido, antigo Palácio do Bispo, na Rua São José s/nº, onde ficava o gabinete do prefeito, para prédio na Avenida Luciano Carneiro nº 2235, onde funcionou a empresa Mudanças Confiança, no bairro Vila União.

14 - A 26ª e última turma do *Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva - NPOR* - de Fortaleza se forma, no 10º Grupo de Artilharia de Campanha - GAC, com 20 aspirantes à carreira militar. A solenidade contou com a presença de autoridades militares e formandos de 1971 e 1981, marcada pelo saudosismo, já que o 10º GAC será transferido para Boa Vista, Roraima.

14 - Morre, aos 32 anos de idade, no Hospital São Mateus, vítima de insuficiência renal ocasionada por lúpus, o jornalista *Fernando Serpa*,

que foi velado no Pax Monte Moriá, na Rua Júlio Siqueira nº 854, no Dionísio Torres, e sepultado no dia seguinte no Cemitério Parque da Paz.

15 - Inaugurado o primeiro local de reunião e de culto dos israelitas no Ceará. Uma *sinagoga*, situada no bairro da Varjota, vai abrigar as preces da comunidade de fiéis israelitas. O local tem capacidade para cerca de 80 pessoas, onde também vai funcionar a sede da Sociedade Israelita do Ceará. "Antes nós funcionávamos numa pequena sala, agora teremos um bom espaço para realizar nossos cultos religiosos", diz o presidente da Sociedade, Gilberto Sztutman.

17 - A quarta *Casa de Mediação Comunitária*, é inaugurada à tarde pelo subsecretário da Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente - Soma, Kléber Calou, na Jurema, em Caucaia, localizado dentro da instituição filantrópica Lar Fabiano de Cristo, na Avenida Dom Almeida Lustosa nº 4395 e atenderá em horário comercial problemas envolvendo vizinhos e membros da família. As outras já inauguradas anteriormente são a Casa de Mediação Comunitária na Avenida Marechal Castelo Branco (Avenida Leste-Oeste) nº 2.709; no Pirambu, Casa de Mediação Comunitária na Parangaba, na Avenida Júlio Braga, s/n; e Casa de Mediação Comunitária no Tancredo Neves, na Rua Copaíba nº 39.

20 - Em sessão plenária o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJEC - aprovou a concessão da *Medalha do Mérito Judiciário Clóvis Beviláqua* que será entregue a oito personalidades e uma instituição, a desembargadora *Águeda Passos* Rodrigues Martins, Corregedora Geral da Justiça; deputado federal Francisco *Ariosto Holanda*, secretário estadual de Ciência e Tecnologia; deputado estadual Carlos *Mauro Benevides Filho*, presidente da CPI do BEC; desembargador *Jaime de Alencar Araripe* (in memoriam); desembargador *Raimundo Catunda* (in memoriam), desembargador *Raimundo Hélio de Paiva Castro*; o jurista *Miguel Aragão*; os servidores *Manuel Antônio de Almeida, Francisca Célia Gomes Rodrigues* e o *Sistema Verdes Mares de Comunicação* do Grupo Edson Queiroz, conforme a Resolução nº 3. A entrega será no próximo ano em data a ser anunciada.

DOCUMENTOS

O testamento e o inventário do Senador Pompeu

Geová Lemos Cavalcante*

Ao realizar pesquisa documental sobre a história eclesiástica do Ceará, deparei-me, no Arquivo Público do Estado, com parecer concernente aos limites territoriais da Diocese a ser criada no Ceará, exarado em 30 de outubro de 1853 pelo Vigário Geral Forâneo, Padre Tomás Pompeu de Sousa Brasil, o futuro Senador Pompeu; na continuidade da pesquisa, encontrei o Testamento e o Inventário do Senador Pompeu, tio do Senador Joakim de Oliveira Catunda, cofundador do Instituto do Ceará, e pai e avô, respectivamente, de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e Thomaz Pompeu Sobrinho, Presidentes do Instituto do Ceará, e trisavô da Sócia Efetiva Ângela Gutiérrez. No testamento, o Senador Pompeu, ao referir-se ao sobrinho Joakim de Oliveira Catunda, grafa Joaq.m d´Oliv.a Catunda e não Joakim, forma usual como o Senador Catunda assinalava o seu prenome.

Trata-se de documento relevante para a história, impondo-se sua integral difusão para conhecimento de todos que se interessam pelo Ceará, notadamente pelos fatos políticos, uma vez que o testamento do Senador Pompeu é conhecido parcialmente, conforme revela o Governador Parsifal Barroso. O testamento foi redigido em 6 de março de 1868 e aberto em 2 de setembro de 1877, data do falecimento do Senador Pompeu, aos 59 anos e 2 meses de idade, pois nascera em 6 de junho de 1818; suas lições de vida são perenes: “Fui eleito deputado provincial (estadual) e geral (federal), e oito anos com o cargo de vigário geral forâneo, também por obediência ao respectivo Prelado, Bispo

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará. Sócio honorário brasileiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

de Pernambuco, e de quem obtive exoneração em 1860. Fui eleito, e escolhido Senador em 1864 – Todos esses cargos, desempenhei mal por defeito de minha inteligência, mas, perante Deus, o digo, nunca deles observei para vingança, ódio, paixão, interesse, ou prevaricação de qualquer modo".

Na perspectiva da genealogia, o Testamento irradia luzes e dissipa equívocos. Mário Linhares, in *Os Linhares*, p. 44, registra o casamento de "Maria Cesarina Ferreira da Costa com o capitão Tomás Pompeu de Sousa Magalhães, (filho do tenente coronel João Antônio de Mesquita Magalhães, irmão do Senador Pompeu)". Ora, no item 12 das disposições testamentárias, o Senador Pompeu consignou: "Deixo outro tanto a minha afilhada Joanna, filha do meu cunhado João Antônio de Mesquita Magalhães". Inferem-se duas conclusões: João Antônio é casado com uma irmã do Senador e que Joanna é filha somente de seu cunhado com outra mulher, pois do contrário mereceria o tratamento de sobrinha. O Juiz de Direito José Helder Mesquita, in *O Patriarca do Jucurutu*, p. 178, informa que o Coronel João Antônio de Mesquita Magalhães casou-se em 5 de julho de 1838 com sua prima em segundo grau Maria Joaquina de Sousa Magalhães, filha de Tomás Aquino de Sousa e de Geracina Isabel Pinto, sendo irmã de Tomás Pompeu de Sousa Brasil, o Senador Pompeu. Helder conflita com o Senador, pois este afirma que o nome de sua mãe é D. Geracina Isabel de Souza. Outro ponto a considerar: no item 14 o Senador se refere ao afilhado Thomas, filho de Joaquim de Oliveira Catunda, a quem deixa cento e cinquenta mil réis. O afilhado Thomas (vide verbete no *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*, vol.III, do Barão de Studart) é seu sobrinho-neto, pois Joaquim Catunda é filho de Antônio Pompeu de Sousa Catunda (irmão do Senador) e de sua prima e mulher Inocência Pinto de Mesquita, conforme Helder Mesquita na obra mencionada, corroborando a historiadora Valdelice Girão, in *O Ceará no Senado Federal*, pois o Barão de Studart silencia em relação ao nome da mãe do Senador Catunda. O Senador Pompeu ainda alude no item 13 a uma menina Maria, "filha natural de meo mano Catunda". O mano Catunda, como está elucidado, é Antônio Pompeu de Sousa Catunda.

Aparentemente o sobrenome Catunda não tem qualquer significação genealógica, haja vista que o primeiro a empregá-lo é Antônio Pompeu de Sousa Catunda, filho de Tomás de Aquino e Sousa e de

Geracina Isabel de Sousa e neto de Antônio José de Sousa Oliveira e Ana Teixeira de Melo. De onde provém, portanto, o Catunda? E por que divergir do irmão Tomás Pompeu de Sousa Brasil?

Em socorro do primeiro Catunda do Ceará vem o *Dicionário das Famílias Brasileiras,* informando que o "sobrenome Catunda deriva de uma alcunha atribuída ao tenente Francisco de Sousa Oliveira > Catunda<, do Rio Grande do Norte, que deixou numerosa descendência de seu casamento em 1750 com Tecla Rodrigues Pinheiro. Os Catundas, do Ceará, procedem por parte de um seu trineto, o cap. Antônio Pompeu de Sousa Catunda, que recuperou este apelido, adotando-o como forma de sobrenome e estendendo-o aos seus descendentes". Os Catundas se constituem família distinguida, sobressaindo o citado Senador Joaquim de Oliveira Catunda, o Ministro Inácio Moacir Catunda Martins e o Historiador Hugo Catunda Fontenele, Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Raimundo Girão, em *Os Pompeu, Família Ilustre* (Revista da Academia Cearense de Letras – 1975), ocupou-se somente dos descendentes de Tomás Pompeu de Sousa Brasil. Todavia, frise-se que o ramo oriundo da irmã do Senador Pompeu, Maria Joaquina de Sousa Magalhães, casada com o seu primo João Antônio Mesquita Magalhães, gerou prole ilustre também com o sobrenome Pompeu, omitindo o Brasil, merecendo destaque o Senador Plínio Pompeu de Saboia Magalhães, seu neto.

O Senador Pompeu, sem esquecer sua condição de sacerdote da Igreja Católica, expressou a vontade de ser sepultado em vestes talares e lembrou a seus filhos que seus ossos fossem guardados numa urna "para terem presente a minha memória, a fim de nela se inspirarem, não em virtudes, que não tenho, mas nos sentimentos, e prática de honradez, e probidade particular, e politica; e a este respeito peço a Deus que lhes dê tanto, quanto me deu até hoje", manifestando ainda o desejo de que por sua alma se rezassem uma capela de missas e outra por seus pais e irmão. Esclareça-se que capela de missas é o conjunto de trinta missas, celebradas em trinta dias consecutivos. Duas capelas de missas, portanto, significavam 60 missas.

ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Cultura
Arquivo Público

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR: - Em cumprimento ao despacho supra do Sr. Orientador da Célula de Gestão de Acervos Documentais desta Repartição, a requerimento de Geová Lemos Cavalcante, Certificamos que, dando busca nos Processos de Inventários do Cartório de Órfãos de Fortaleza, foi encontrado o Testamento do Senador Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, Processo nº 2, Caixa nº 39, do teor seguinte:

[Fl. 2] Illmo Senrº Dor Juis Substituto da 2ª Vara

D. Como requer feitas as necessárias citações.

Fortaleza, 18 de Setembro de 1877.

Machado da Fonseca

Dis D. Felismina Carolina Filgueiras, que tendo fallecido o Senador Thomaz Pompeu de Souza Brazil, com testamento, em que constituo seus herdeiros, nos termos da lei de 11 de Agosto de 1831, a seus filhos – D. Maria Thereza de Souza Accioly, cazada com o D.or Antonio Pinto Nogueira Accioly, D.or Antonio Pompeu de Souza Brazil, Thomaz Pompeu de Souza Brazil Filho, e Hildebrando Pompeu de Souza Brazil, todos prezentes, e constituindo a ella supplicante sua testamenteira, como tudo consta do respectivo instrumento, quer ella proceder a descripção e avaliação dos bens existentes, afim de que, nos termos do artigo 5 do Reg. Provincial de 28 de Julho de 1878, se deduza do monte a taxa de 5 por cento relativo à somma da herança, de conformidade com o § 3º do artigo 1º do citado Regulamento, bem como aquellas a que estão subjeitos os legados, que o fallecido deixou a diversos.

Sendo maiores os quatro herdeiros referidos, uma ves deduzida a taxa da lei, procederão a partilha entre si amigavelmente, visto assim lhes facultar **[Fl. 2v]** o disposto no referido artigo 5 do Reg. Citado.

Requer portanto a VSª se digne proceder a dita descripção e avaliação, citado o Dor Procurador Fiscal.

E. R. Mce

Fortaleza, 18 de Setembro de 1877 –

Felismina Carolina Filgueira

Intimei o conteudo da petição e despacho retro ao D.r Pergentino da Costa Lobo, Procurador Fiscal Intro da Fazenda Prov.al, marcando o dia de hoje mesmo pª ter lugar a deligª requerida

Fortª 18 de Setembro de 1877

[Fl. 3]

Fort.ª Juiso de Direito de Residuos 1877

Testamento solemne com que falleceu o Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brazil

Escr.am Feijó

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos setenta e sete, aos trez dias do mez de Setembro, n'esta cidade da Fortalesa, do Ceará, em meo Escriptorio autoei e preparei na forma do costume o testamento que se segue, com que falleceu o Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brazil; do que faço este autoamento. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi **[Fl. 3v – em branco]**

[Fl. 4]

J. M. J.

Em nome da Sanctissima Trindade, Padre, Filho, Espirito Sancto, em quem Eu, P.e Thomas Pompeu de Sousa Brasil firmente creio, e em cuja fé protesto viver, e morrer, ajudando-me Deus.

Este é o meu Testamento e ultima vontade.

1º Declaro q.' sou natural da Freguesia de S. Quitheria, da Provincia do Ceará, filho ligitimo de Thomaz d'Aquino Souza, e de D. Geracina Isabel de Souza, ambos já fallecidos.

Achando me aos sincoenta annos de idade, mas no gozo de m.as faculd.des e de perfeita saude corporal, resolvi dispor, e declarar pelo presente testamento m.ª ultima vontade, sem constrangimento, ou sugestão de pessoa alguma.

2º Sou sacerdote, bacharel formado em direito, e desde 1864 Senador do Imperio. Professei na Capital do Ceará, onde escrevo, a advogacia p.r vinte annos, e onde passei m.ª residencia desde 1845. Fui professor de Theologia no Seminario d'Olinda, de q.' me demitti p.r aceitar o de pro-

fessor de Geographia – Historia no Liceo do Ceará, em q.' fui jubillado. Fui nomeado duas veses director da instrucção publica em 1845, q.do tive de encarar[?] o Liceo, e em 1853, e ambas à instancias dos presid.es aceitei.

[Fl. 4v]

Fui eleito dep.do prov.al e geral, e oito anos com o cargo de vigario geral foraneo, tambem p.r obediencia ao respectivo Prelado, Bispo de Pem.o, e de q.' obtive exoneração em 1860. Fui eleito, e escolhido Senador em 1864 – Todos esses cargos, desempenhei mal p.r defeito de m.a inteligencia; mas, perante Deus, o digo, nunca delles observei p.r vingança, odio, paixão, interesse, ou prevaricação de q.l q.r modo.

3 Na minha profissão de advogado, limitada ao foro civil, pois por conveniencia de meu estado, abstive-me de foro criminal, salvo rarissimo caso, tenho consciencia de q.' nunca enganei a ninguem, nunca aconselhei p.a o mal, nem sedusi partes p.a demandar, ou fiz contractos proibidos, ou lesivos. Se nessa profissão causei prejuiso á alguem confesso q.' só o fiz p.r erro.

4 Ha uns vinte annos, q.' não p.r expeculação como disem meos inimigos, á q.m perdôo, mas p.r politica, ou espirito de partido, tomei a redação de um jornal, em q.' infelism.e p.r veses entrarão as paixões da epocha, e offendi em represalha á pessoas, de q.m peço perdão, e me arrependo.

Tendo entrado na politica em 1845 com o chamado partido liberal, ou chimango, ate hoje o tenho acompanhado, **[Fl. 5]** em todas as fases de m.a existencia, quase sempre na adversidade, mas sempre com a m.ma leald.e e constancia, q.' na prosperidade.

Nesta qualidade de partidario politico, como jornalista, centro, e orgão do partido, muitas veses offendi a meos adversarios; p.r q.' nesse jogo de doestos, á q.' as paixões políticas infelism.e arrastam os homens, q.' em nosso paiz se colocam em m.a posição, levei me à campo de lingoagem; mas a excepção dessa guerra de palavras, nunca fiz, nem mandei fazer, ou aconselhei á alguem p.a fazer mal a meo adversario.

Peço à Deus perdão, e à meos inimigos o mal q.' p.r ventura lhes fiz, na imprensa; de m.a parte perdôo-lhes de todo o meu coração.

5 Procurando sempre viver independ.e na socied.e, q.' é a primeira condição de homem, q.' se presa; e à cobro de q.l q.r precisão p.r não ser constrangido p.la necessid.e á algum acto menos coherente com meos principios, e sentim.tos, procurei sempre ser economico nos meos gas-

tos, zeloso na guarda de m.as economias, pontualissimo nos meos tractos. Desejo, e peço à meos filhos q.' facão o m.mo com este fim não poupei trabalho de m.a intelig.a, nem diligencia licita p.a ajuntar essa pequena fortuna, q.' fiz, a q.l graças a Deus, (digo-o perante o Criador q.' me ouve) não podia ser mais licitam.e adquirida. O q.' possuo consta de meos assentos em livros, em q.' escripturo os bens q.' possuo, as letras, q.' tenho recebido, ou descontado.

[Fl. 5v]

6 Declaro q.' não tenho mais ascente algum vivo, nem tive descendentes, sinão os filhos, q.' passo a nomear, e à instituir p.r meos unicos, e universaes herdr.os

7 Em qualq.r parte q.' fallecer quero ser sepultado no Cemiterio publico em meos habitos talares; e lembro a meos filhos q.' fação recolher os meos ossos em uma urna p.a terem presente a m.a memoria, á fim de nella se inspirarem, não em virtudes, q' não tenho; mas nos sentim.tos, e pratica de honradez, e probid.e particular, e politica; e á este resp.to peço a Deus q.' lhes dê tanto, q.to me deo ate hoje.

8 Alem dos suffragios, sem pompa, e o m.s simples possivel, quero q.' se mande resar p.r m.a alma uma capella de missas, outra pelas almas de meos pais e irmão.

9 Declaro q.' p.r fraquesa humana tirei uma moça da comp.a de sua fam.a, D. Felismina Carolina Filgr.a, com q.m tenho vivido de portas á dentro, e de q.m tive quatro filhos vivos, a saber:

D. Maria Theresa de Sousa Acioli, hoje casada com o D.r Ant.o Pinto Nogr.a Acioli

Antonio Pompeo de Sousa Brasil, estando no Rio

Thomas Pompeo de Sousa Brasil, estud.e no Recife

Hildebrando Pompeo de Sousa Brasil, em casa.

Os quaes pelo presente testam.to reconheço p.r meos filhos verdr.os; e como não tenho herdr.o algum forçado, e a lei o permitte, institu-os **[Fl. 6]** p.r meos unicos, e universaes herdr.os, dep.s satisfeitas as desposições d'alma, e os legados q.' passo a declarar.

10 Deixo p.a obra da igreja de N S. do Patrocinio da Cid.e de Fortaleza dusentos mil r.s; peço q.' igual quantia seja destribuida em esmolas pelos pobres, q,' costumão esmolar em m.a casa; e q.' estas esmolas sejão dadas p.r D. Felismina, ou p.r m.a filha em sua falta; e não se lhes pedirá conta, p.r q.' estou certo de sua escrupulosa consciencia.

11 Deixo tambem dusentos mil r.^{s} à m.^{a} afilhada Josefa, prima de D. Felismina, se a esse tempo se conservar honesta, como ate hoje.
12 Deixo outro tanto a m.^{a} afilhada Joanna, filha de meo cunhado João Ant.^{o} de Misq.^{ta} Mag.^{es}

200$
150$
150$

13 Deixo cento e sincoenta mil r.^{s} a meo afilhado Thomas, filho de Joaq.^{m} d'Oliv.^{a} Catunda.
14 Deixo egual quantia a menina Maria, filha natural de meo mano Catunda, q.' se cria na m.^{a} casa.
15 Declaro q.' tenho instituido pensões no Monte Pio Geral da Corte os quatro filhos, p.^{r} ora de 600$000 p.^{a} os tres ultimos, de 800$000 p.^{a} m.^{a} filha Maria. Tenho m.^{s} quatro seguros de vida, um p.^{a} cada um, na socied.^{e} desse titulo, de q.' é thes.^{o} o Banco Agricula **[Fl. 6v]** do Rio. Todos esses titulos existem na m.^{a} gaveta da mesa de escrever; costumo p.^{r} levalos p.^{a} a Corte p.^{a} nelles fazer lançar os recibos das anuidades, q.' pago.
16 Peço p.^{r} favor, e carid.^{e} as pessoas seg.^{es} de m.^{a} am.^{de} de faserem a obra pia de servirem de testamenteiros na ordem seg.^{e}: D. Felismina Carolina Filgr.^{a}, D.^{r} Antonio Pinto Acioly, D.^{r} Joaq.^{m} Bento de Sv.^{a} Andr.^{e}, D.^{r} Felis Jose de Sousa, João Evangelista, Silveira Silva, P.^{e} Hipolito Gomes Brasil, á cada um *in solidum,* e na falta ou recusa do anterior, o q'. presente se achar; p.^{r} q.' confio q.' a amiz.^{e} e leald.^{e} q.' ate tem guardado p.^{a} comigo, passarão alem de m.^{a} comp.^{a}
Esta é a m.^{a} ultima vontade, e desposição p.^{a} dep.^{s} de m.^{a} morte; e p.^{r} este revogo q.^{l} q.^{r} outro testam.^{to}
Cid.^{e} da Fort.^{a} 6 de Março de 1868

Thomas Pompeo de Sousa Brasil

Approvação

Saibam quantos este virem que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos sessenta e oito, aos vinte e seis dias do mez de março, nesta Cidade de Fortalesa, Capital do Ceará, na rua "Amelia" em casa do Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, onde vim eu Tabellião, á seu cha- **[Fl. 7]** mado, e sendo ahi foi-me presente o dito Senador, de bôa saude, em perfeito juiso, se-

gundo o meu entender, de que dou fé, bem como de ser o dito Senador Thômaz Pompeu de Sousa Brasil, por ser de meu bom conhecimento; e sendo tambem presentes as testimunhas no fim deste assignados, perante ellas o referido Senador me entregou este papel, que disse ser o seu testamento escripto e assignado por elle testador, o qual tomei de sua mão vi e não li e achei não ter borrão, entrelinha, ou cousa que duvida faça, e a elle testador perguntei se é este o seu testamento e se o ha por bom, firme, e valioso; ao que respondeu-me que effectivamente é este seu testamento que o ha por firme, valioso e bom, e que por isso me pedia este instrumento de approvação, o qual eu fiz principiando logo abaixo da assignatura do testador, e é o presente, sendo testimunhas a tudo presentes João da Silva Pedreira Filho, Francisco Serafim de Miranda Moura, Francisco Clemente Barbosa de Moraes, Francisco Vieira Perdigão e João Evangelista, que assignaram com o testador depois de este ser por mim lido. Em tempo declaro que esta meia folha de papel, onde conclui a presente approvação foi emendada. Eu Joaquim Feijó de Mello Tabellião que escrevi e assignei em publico e raso de que uso.

J. F M
Em fe de verd.e O Tam Pubo
Joaquim Feijó de Mello
Thomas Pompeo de Sousa Brasil
João da S.a Pedr.a Filho
João Evangelista
Francisco Vieira Perdigão.
Francisco Seraphim Miranda Moura
Francisco Clemente Barbosa de Moraes.

Termo de abertura

Aos dous dias do mez de Setembro de mil oitocentos setenta e sete, nesta cidade da Fortalesa, Capital da Provincia do Ceará, na rua Amelia, em casa de morada do Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brazil, onde veio o Doutor Juis de Direito de Residuos e Provedoria, substituto em exercicio Antonio Coelho Machado da Fonseca, com'igo Escrivão de seo cargo, ahi pelo dito Juiz, em minha prezença e de grande numero de pessoas foi aberto o prezente testamento, com que **[Fl. 8]** acabava de fallecer o predito Senador, o qual testamento se acham perfeitamente cosido e lacrado, e sem alteração ou vicio de qualquer naturesa. E para

constar mandou o Juiz lavrar este termo que assignou com as duas testimunhas abaixo, e com'igo Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

Machado da Fonseca
João Eduardo Ferrer Camara
José Feijó Fidelis Barrozo

Conclusão

Aos tres dias do mez de Setembro de mil oitocentos setenta e sete, aos tres dias do mez de Setembro, nesta cidade da Fortalesa, de meo cartorio faço estes autos conclusos ao D.r Juis de Direito Subst.o Antonio Coelho Machado da Fonseca; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

Clz

[Fl. 8v]

Dê-se vista á primeira testamenteira para declarar se aceita ou não a testamentaria. Fortaleza, 3 de Setembro de 1877.

Machado da Fonseca

Data

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar supra declarados, em meo Escriptorio foram-me entregues estes autos com o despacho supra e retro; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

Vista

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar supra declarados, de meo Escriptorio faço estes autos com vista á 1ª testamenteira D. Carolina Felismina Filueiras; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

Vista

Aceito. Fortaleza, 6 de Setembro de 1877
Felismina Carolina Filgueira

Data

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar supra **[Fl. 9]** declarados em meo Escriptorio fôram-me entregues estes autos com o despacho retro; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

Conclusão

Aos seis dias do mez de Setembro de mil oitocentos setenta e sete, n'esta cidade da Fortalesa, do Ceará, de meu Escriptorio faço estes autos conclusos ao Dr Juis de Direito de Residuos; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

Clz.

Vista ao Dr Promotor de Residuos. Fortaleza, 6 de Setembro de 1877.

Machado da Fonseca

Data

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar supra declarados, em meo Escriptorio foram-me entregues estes autos com o despacho supra; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

[Fl. 9v]

Vista

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar retro declarados, de meu Escriptorio faço estes autos com vista ao D.or Promotor de Residuos, Frederico Augusto Borges; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão que escrevi

Vista

O presente testamento acha-se revestido das solemnid.es legaes, e portanto no caso de ser approvado, afim de ter inteira execução.

Fortaleza, 14 de Setembro de 1877.

O Prom.tor de Reziduos

Dr Frederido Borges

Data

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar supra declarados, em meo Escriptorio foram-me entregues estes autos com o despacho supra; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escram o escrevi

[Fl. 10]

Tem de pagar de sello 1:600 rs de 8 folhas. Escr.am Feijó

Fort.a 14 de setembro de 1877.

O Escr.am Joaquim Feijó de Mello

Averbada á fls 18v do Livro respectivo. Secção de Arrecadação, 14 de Setembro de 1877

Bezerra [ass. Ilegível]

Conclusão

Aos quatorze dias do mez de Setembro de mil oitocentos setenta e sete, n'esta cidade da Fortalesa, do Ceará, de meo Escriptorio faço estes autos conclusos ao D.r Juis de Direito Substituto Antonio Coelho Machado da Fonseca; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão que escrevi –

Clz

O Escrivão faça estes autos conclusos ao D^{or} Juiz de Direito da 1^{a} vara. Fortaleza, 14 de Setembro de 1877.

Machado da Fonseca

[Fl. 10v]

Data

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar retro declarados em meu Escriptorio foram-me entregues estes autos com o despacho retro; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

Conclusão

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar retro declarados, de meo Escriptorio faço estes autos conclusos ao D.^{r} Juis de Direito da 1.^{a} Vara, Julio Barbosa de Vasconcellos; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

Clz

Estando revestido de todos as solennidades legaes, cumpra-se e registre-se o presente testamento. Fortaleza 18 de Setembro de 1877

Julio Barbosa de Vasconcellos

Data

E logo no mesmo dia, mez, anno **[Fl. 11]** e lugar retro declarados, em meo Escriptorio foram-me entregues estes autos com o despacho retro: do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

Entrega

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar retro declarados, em meo cartorio faço entrega destes autos a requerente D. F, digo faço entrega destes autos a testamenteira D. Felismina Carolina Filgueira; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

[Fl. 11v – em branco]

[Fl. 12]

Juramento a inventariante D. Felismina Carolina Filgueiras

Aos desoito dias do mez de setembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos setenta e sete, n'esta cidade da Fortalesa, Capital do Ceará, em casa de morada de D. Felismina Carolina Filgueiras, onde veio o D.^{r} Juis de Direito Substituto, em exercicio, Antonio Machado da Fonseca, com'igo Escrivão de seu cargo, ahi prezente a dita D. Felismina, testamenteira do finado Senador Thomaz

Pompeu de Sousa Brazil, e por elle Juis lhe foi deferido o juramento dos Santos Evangelhos, debaixo do qual lhe encarregou que declarasse o dia em que falleceu o referido Senador Thomaz Pompeu, se tinha feito alguma desposição testamentária, quaes os seus herdeiros e suas idades, e que desse a carregação todos os bens sem occultar cousa alguma, debaixo da pena de perder qualquer direito que lhe assista, pagar o dobro de sua valia, **[Fl. 12v]** e incorrer no crime de perjurio. E sendo por ella acceito o juramento deferido, declarou que o sobredito Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brazil falleceu n'esta capital, no dia dous do corrente mez de setembro, com o testamento que acaba de exhibir em Juiso, deixando unicamente por seos universaes herdeiros a seos filhos reconhecidos no mesmo testamento, Doutor em medicina Antonio Pompeu de Sousa Brazil, de vinte e sete annos de idade, Bacharel em direito Thomaz Pompeu de Sousa Brazil de vinte e seis annos de idade, Engenheiro Hildebrando Pompeu de Sousa Brazil de vinte e quatro annos de idade, e Dona Maria Theresa de Sousa Accioly de vinte e oito de idade, casada com o D.r Antonio Pinto Nogueira Accioly, e que promette dar a carregação todos os bens e fazer descripção especial dos legados debaixo das penas que lhe tinham sido comminadas; do que fiz este termo, que assignaram depois de ser lido e achado conforme. Eu Joaquim Feijó de Mello Escr.am o escrevi.

Machado da Fonseca
Felismina Carolina Filgueira

[Fl. 13]

Termo de louvação

Aos desoito dias do mez de setembro de mil oitocentos setenta sete, n'esta cidade da Fortalesa, do Ceará, em casa de morada de D. Felismina Carolina Filgueiras, onde veio o D.r Juis de Direito Substituto, em exercicio, Antonio Coelho Machado da Fonseca, com'igo Escrivão de seu cargo, ahi prezente a dita D. Felismina, testamenteira e inventariante do finado Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brazil e o D.r Pergentino da Costa Lôbo Procurador Fiscal da Thezouraria Provincial, afim de procederem a louvação de avaliadores dos bens deixados por aquella finada, teve lugar essa deligencia, louvando-se a inventariante no Engenheiro Jose Pompeu de Albuquerque Cavalcante e no Capitão José da Fonesca Barbosa, e declarando o dito Procurador Fiscal, que concordava no nomeação feita. E para cons-

tar mandou o Juis lavrar este termo que assignaram. Eu Joaq^{m} Feijó de Mello o escrevi

Machado da Fonseca
Felismina Carolina Filgueira

[Fl. 13v]

Intimei pessoalmente aos louvados Jose Pompeu de Albuquerque Cavalcante e Jose da Fonseca Barbosa para comparecerem, no dia 19 do corrente, em casa da inventariante, entimando egualmente a esta e ao D.^{r} Procurador Fiscal, Pergentino da Costa Lobo. Fort.^{a} 18 de Setembro de 1877

O Escr.^{am} Joaq.^{m} Feijó de Mello

[Fl. 14]

Juramento aos avaliadores

Aos desenove dias do mez de setembro de mil oitocentos setenta e sete, n'esta cidade da Fortalesa, capital do Ceará, em casa de morada de D. Felismina Carolina Filgueiras, onde veio o D.^{r} Juis de Direito Substituto, em exercicio, Antonio Coelho Machado da Fonseca, com'igo Escrivão de seo cargo ahi prezentes os louvados nomeados e intimados Engenheiro Jose Pompeu de Albuquerque Cavalcante e Capitão Jose da Fonseca Barbosa, por elle Juiz foi deferido a estes o juramento dos Santos Evangelhos para avaliarem os bens deixados pelo finado Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brazil com toda verdade, conforme suas consciencias, e ficando responsaveis por todo erro ou culpa, alem de emendar a sua custa toda perda e damno que por malicia cometterem. E para constar mandou o Juis lavrar este termo que assignaram. Eu Joaq^{m} Feijó de Mello o escrevi

Machado da Fonseca
José da Fon^{ca} Barbosa
Joze Pompeu de Albuquerque Cavalcante

[Fl. 14v – em branco]

[Fl. 15]

Descripção e avaliação dos bens

Aos denove dias do mez de setembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos setenta e sete, n'esta cidade da Fortalesa, do Ceará, em casa de morada de D. Felismina Carolina Filgueiras, onde veio o D.^{r} Juis de Direito Substituto, em exercicio Antonio Coleho Machado da Fonseca, com'igo Escrivão de seu cargo,

prezentes os louvados nomeados, intimados e juramentados Engenheiro Jose Pompeu de Albuquerque Cavalcante e Jose da Fonseca Barbosa, a inventariante a predita D. Felismina Carolina Filgueiras, e o Dr Procurador Fiscal da Fazenda Provincial Pergentino da Costa Lôbo, passou-se a proceder a avaliação e descripção dos bens do casal, digo dos bens deixados pelo finado Senador Thomz Pompeu de Sousa Brasil, pelo modo seguinte:
Dinheiro = Declarou a inventariante não haver ficado algum =
Joias = Declarou a inventariante **[Fl. 15v]** não haver ficado nenhuma = = Moveis = Declarou a inventariante não haver ficado nenhum, e que os do uso do finado Senador Thomaz Pompeu, pertenciam e pertencem a ella inventariante. =
= Titulos de credito = Declarou a inventariante haver o finado Senador Pompeu, deixado cem acções da Estrada de Ferro de Baturité, de duzentos mil reis cada uma, sommando todas em vinte contos de reis, que sahem á margem:
20:000$
Declarou mais a inventariante haver o inventariado deixado quarenta acções da Companhia de Gaz, de cem mil reis cada uma, importando todas em quatro contos de reis =
4:000
Bens de raiz
Declarou mais a inventariante haver o inventariado deixado a casa de sua morada, na rua Amelia nº quina da rua Municipal, com todas as suas dependencias e servidões, que os avaliadores avaliaram em dose contos de reis, que sahem á margem:
12:000$
36:000$000
[Fl. 16]
Transporte 36:000$000
Declarou mais a inventariante haver o inventariado deixado uma outra casa, nos fundos da precedente, na rua do General Sampaio, de numero 109, esquina tambem da rua da Municipalidade, a qual os avaliadores avaliaram em quatro contos de reis, que sahem á margem.
4:000$000
Declarou mais a inventariante haver o inventariado deixado uma outra casa amnexa á precedente, na mesma rua do General Sampaio, nº 107,

com duas portas de frente, a qual os avaliadores avaliaram em um conto seiscentos mil reis, que sahem á margem.

1:600$000

Declarou mais a inventariante haver o inventariado deixado uma outra casa, na mesma rua do General Sampaio, de nº 118, onde mora o herdeiro Hildebrando, com tres portas de frente, a qual os avaliadores avaliaram em quatro contos de reis, que sahem á margem:

4:000$000

45:600$000

Declarou mais a inventariante haver ficado do inventariado mais outra casa, na mesma rua do General Sam- **[Fl. 16v]** paio, de n.º 120, amnexa a precedente, e com duas portas de frente, a qual os avaliadores avaliaram em dous contos de reis que sahem á margem.

2:000$000

Declarou mais a inventariante haver o finado Senador Pompeu deixado mais uma outra casa, na mesma rua do General Sampaio, nos fundos da Egreja de São Bernardo, com duas portas de frente, a qual os avaliadores avaliaram em um conto e duzentos mil reis, que sahem á margem:

1:200$000

Declarou mais a inventariante haver o inventariado Senador Pompeu deixado mais tres pequenas casas, na rua do Patrocinio, todas amnexas, de duas portas cada uma, incravadas nos fundos da casa da rua do General Sampaio n.º 118, as quaes (todas) os avaliadores avaliaram em quatro contos quinhentos mil reis, que sahem á margem:

4$500$000

53:300$000

Declarou mais a inventariante haver o inventariado Senador Pompeu, deixa- **[Fl. 17]** deixado mais uma outra casa, na rua da Boa Vista, de numero 4, com trez portas de frente, a qual os avaliadores avaliaram em um conto quinhentos mil reis, que sahem a margem:

1:500$000

Declarou mais a inventariante haver o inventariado Senador Pompeu deixado uma oura casa na rua Formosa, de duas portas de frente, onde está morando Façanha, a qual os avaliadores avaliaram em um conto e oitocentos mil reis, que sahem á margem

1:800$000

Declarou mais a inventariante haver o inventariado Senador Pompeu deixado uma outra casa, na rua da Alagoinha, com o terreno amnexo, a qual os avaliadores avaliaram em quinhentos mil reis, que sahem á margem:

500$000
57:100$000

Declarou mais a inventariante haver o inventariado Senador Pompeu deixado mais cinco pequenas casas na rua do Imperador, todas amnexas, de taipa e telha, as quaes os avaliadores avaliaram em um conto e quinhentos **[Fl. 17v]** mil reis, que sahem á margem:

1:500$000
57:100$000

Declarou mais a inventariante haver o inventariado Senador Pompeu deixou mais um terreno na rua do Patrocinio, com trinta e seis palmos de frente, e fundos correspondentes ao quarteirão intero, o qual os avaliadores avaliaram em cento e oito mil reis, que sahem á margem:

108$000

Declarou mais a inventariante haver o inventariado Senador Pompeu deixado mais um terreno na margem da estrada empedrada de Arronches, quarteirão do Bemfica, com palmos de frente, o qual os avaliadores avaliaram em cem mil reis, que sahem á margem:

100$000

Declarou mais a inventariante haver o inventariado Senador Pompeu deixado mais um outro terreno, na rua do Paiol, com cento e vinte palmos de frente, e fundos do quarteirão inteiro, o qual os avaliadores avaliaram em cento vinte mil reis, que sahem á margem:

120$000
58:928$000

[Fl. 18]

Transporte 58:928$000

Declarou mais a inventariante haver o inventariado o Senador Pompeu deixado mais dous terrenos na predita rua da Alagoinha, tendo

um trinta palmos, digo tendo um trinta palmos e ou outro vinte, os quaes os avaliadores avaliaram ambos em cento e oito mil reis, que sahem á margem:

108$000

Declarou mais a inventariante haver o inventariado deixado mais um outro terreno na rua do Imperador, com trinta e cinco palmos de frente, e fundos de meio quarteirão, o qual os avaliadores avaliaram em sessenta mil reis, que sahem á margem:

60$000

59:096$000

Declarou mais a inventariante haver o inventariado Senador Pompeu deixado mais um sitio denominado "Magnolia" no distrito de Arronches, com casa de morada, e todo terreno pertencente, o qual os avaliadores avaliaram em um conto e duzentos mil reis, **[Fl. 18v]** que sahem á margem:

1:200$000

59:096$000

Declarou mais a inventariante que o inventariado Senador Pompeu deixou mais uma casa na povoação de Mecejana, na rua do Atterro, com quatro portas de frente, e todos os fundos pertencentes, a qual os avaliadores avaliaram em um conto quinhentos mil reis, que sahem á margem

1:500$000

Declarou mais a inventariante que o inventariado Senador Pompeu deixou mais uma outra casa na mesma povoação e rua, amnexa á precedente, com duas portas de frente e fundos pertencentes, a qual os avaliadores avaliaram em um conto de reis, que sahem á margem:

1:000$000

Declarou mais a inventariante que o inventariado Senador Thomaz Pompeu deixou mais uma sorte de terras de crear, na freguezia de São Francisco, a qual os avaliadores avaliaram em um conto de reis, que sahem á margem

1:000$000

63:796$000

- Semoventes –

Declarou mais a inventariante que **[Fl. 19]** o inventariado Senador Pompeu deixou mais um escravo de nome Dionizio, pardo, de 34 annos, que os avaliadores avaliaram em setecentos mil reis, que sahem á margem.

700$000

Declarou mais a inventariante haver o inventariado Senador Pompeu deixou uma escrava de nome Josefa, de cincoenta e dous annos, a qual os avaliadores avaliaram em duzentos mil reis, que sahem á margem

200$000

Declarou mais a inventariante haver o inventariado Senador Pompeu deixou mais a escrava Maria, de quarenta oito annos de idade, e soffrendo de doença chronica, a qual os avaliadores avaliaram em cem mil reis, que sahem á margem:

100$000

64:796$000

Declarou, finalmente, a inventariante, que o inventariado deixou algum gado e animaes na Fazenda de São Francisco, mas que em consequencia da secca que está assolando a provincia, a maior parte tem morrido, e o resto que ainda existe, não póde ser arrolado em con- **[Fl. 19v]** sequencia de se achar espalhado pelo sertão; e que logo que se possa fazer o arrolamento virá a Juiso fazer a descripção e avaliação, se algum se salvar da secca.

E por nada mais haver a discrever e avaliar deu o Juis por findo o prezente auto, que sendo lido, e todos achnado conforme, assignou com a inventariante, os avaliadores, e Procurador Fiscal intr.º D.r Pergentino da Costa Lobo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

Machado da Fonseca

Felismina Carolina Filgueira

José da Fonca Barbosa

Jose Pompeu A Cavalcante

[Fl. 20]

Conclusão

Aos vinte e dous dias do mez de setembro de mil oitocentos setenta e sete, n'esta Cidade da Fortalesa, do Ceará, de meo cartorio faço estes autos conclusos ao D.r Juis de Direito Substituto em exercicio da 2.ª vara, Antonio Coelho Machado da Fonseca; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escr.am o escrevi

Clz

Dê-se vista aos interessados e ao Dor Procurador Fiscal. Fortaleza, 22 de Setembro de 1877.

Machado da Fonseca

Data

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar, em meo Escriptorio foram-me entregues estes autos com o despacho supra; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

[Fl. 20v]

Vista

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar retro declarados, de meo Escriptorio faço estes autos com vista aos herdeiros do inventariado Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brazil, a saber D.r Antonio Pompeu de Sousa Brazil, D.r Thomaz Pompeu de Sousa Brazil, D.r Hildebrando Pompeu de Sousa Brazil e Dr Antonio Pinto Nogueira Accioly como cabeça de sua mulher; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escram que escrevi

Vista

Nada temos a oppôr – Fortalesa em 22 de Setembro de 1877

D. Antonio Pompeu de Sousa Brasil

Thomaz Pompeu de Souza Brazil

Hildebrando Pompeo de Sa Brasil

Antonio Pinto Nogueira Accioly

Data

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar supra declarados, em meo Escriptorio foram-me entregues estes autos com o parecer retro; do que faço este termo.

Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão **[Fl. 21]** o escrevi

Vista

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar retro declarados, de meo Escriptorio faço estes autos com vista ao D.r Procurador Fiscal; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão que escrevi

Vista

Requeiro que se dêm esclarecimentos sobre a parte da disposição testamentaria que trata de lettras. Fortaleza 1 de Outubro de 1877

O Procurador Fiscal Interino

Pergentino da Costa Lôbo

Data

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar supra declarados, em meo Escriptorio fôram-me entregues estes autos com o par, digo com o re-

querimento supra; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

[Fl. 21v]

Conclusão

E logo no mesmo dia, mez anno e lugar retro declarados, de meo Escriptorio faço estes autos com vista ao digo conclusos ao D.r Juis de Direito substituto em exercicio, Antonio Coelho Machado da Fonseca; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

Clz

Na forma do requerimento do Dor Procurador Fiscal, dando-se vista á testamenteira. Fortaleza, 1 de Outubro de 1877.

Data.

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar supra declarados, em meo Escriptorio foram-me entregues estes autos com o despacho supra; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

[Fl. 22]

Vista

Aos dous dias do mez de Outubro de mil oitocentos setenta e sete, nesta cidade da Fortaleza, do Ceará, de meo Escriptorio faço estes autos com vista a inventariante D. Felismina Carolina Filgueiras; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

Vista

O testamento, com q' ffalleceo o Senador Thomaz Pompêo de Souza Brazil, e de que se trata, é de uma epocha remota, pois q' trás a data de 1868.

Refere-se a titulos de divida, q' elle possuia então, mas q' não existem hoje; pois q' si disfez delles, adquirindo bens de rais, acções de companhias, monte-pio, etc. dispendendo em viagens e seo tratamento e finalmente, fasendo donativos os seos filhos em sua vida, tendo-os formados com grandes dispendios.

A fortuna pois, q' ficou por sua morte, é a que se acha descripta no inventario.

Fortaleza 2 de Outubro de 1877

Felismina Carolina Filgueira

[Fl. 22v]

Data.

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar supra declarados, em meo Escriptorio foram-me entregues estes autos com o despacho supra; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

Conclusão

E logo no mesmo dia, mez anno e lugar retro declarados, de meo Escriptorio faço estes autos com vista ao digo conclusos ao D.r Juis de Direito substituto em exercicio, Antonio Coelho Machado da Fonseca; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

Clz

O Escrivão faça de novo estes autos com vista ao Procurador Fiscal. Fortaleza, 1º de Outubro de 1877.

Machado da Fonseca

Data.

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar supra declarados, em meo Escriptorio foram-me entregues estes autos com o despacho supra; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

[Fl. 23]

Vista

Aos tres dias do mez de outubro de mil oitocentos setenta e sete, n'esta cidade da Fortalesa, do Ceará, de meo Cartorio faço estes autos com vista ao advogado digo D.r Procurador Fiscal; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão que escrevi

Estando liquida a importancia do presente inventario, requeiro que se proceda a conta da taxa p.a o pagamento do imposto devido a Fazenda Provincial na razão de 5% quanto aos herdeiros instituídos, - de 10% quanto aos legados feitos a sobrinhos, - e de 15% nos mais que constão do testamento a fls, - conforme o disposto no art.º 1.º do Regul. Que baixou para a execução do art.º 3.º da Lei n.º 1140 de 5 de Dezembro de 1864.

Contencioso da Thesouraria Prov.al do Ceará em 4 de Outubro de 1877

O Procur. Fiscal Intr.

Pergentino da Costa Lôbo

Data

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar supra declarados, em meo Escriptorio foram-me entregues estes autos com o parecer supra; do que faço este termo. Eu Joa- **[Fl. 23v]** quim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

Dei para pagamento da taxa.
Em 5 de Out.º de 1877
Escr.am Feijó

[Fl. 24]
Beserra
N. 4842
SECÇÃO DE ARRECADAÇÃO DA THESOURARIA PROVINCIAL DO CEARÁ

EXERCICIO DE 1877

A fls. do Livro n. de Receita fica lançada a quantia de Tres contos tresentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reis que pagou D. Felismina Carolina Filgueira, testamenteira e inventariante do finado Senador Thomaz Pompeu de Souza Brazil proveniente da taxa de cinco por cento sobre 64:796$000 reis, importancia dos bens deixados por aquelle finado á seus filhos, e de quinze por cento sobre os legados no valor de setecentos mil reis feitos a seus sobrinhos, bem como a D. Josefa Adelaide de Castro, pessoa estranha de parentesco

Rs. 3:344$800
Em 6 de Outubro de 1877
O Chefe da Secção
Antonio Bernardo
Pelo O Escripturario
[ass. Ilegível] Pad.a

[Fl. 25]
Tem de pagar de sello 3:200rs de 16 folhas. Escram Feijó

Fortª 5 da outubro de 1877
O Escr.am Joaquim Feijó de Mello

Conclusão

Aos cinco dias do mez de outubro de mil oitocentos setenta e sete n'esta cidade da Fortalesa, do Ceará, de meo Escriptorio faço estes autos conclusos ao Dr Juis de Direito Subst.º da 2ª vara, Antonio Coelho Machado da Fonseca; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi –

Clz

O Escrivão faça estes autos conclusos ao Dor Juiz de Direito da 1ª vara. Fortaleza, 5 de Outubro de 1877.

Machado da Fonseca

Data

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar supra declarados, em meo Escriptorio foram-me entregues estes autos com o despacho supra; do que para constar faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

[Fl. 25v]

Conclusão

Aos cinco dias do mez de Outubro de mil oitocentos setenta e sete, n'esta cidade da Fortalesa, do Ceará, de meo Escriptorio faço estes autos conclusos ao Dr Juis de Direito effectivo da 1ª vara, Julio Barbosa de Vasconcellos; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

Clz

Vista ao Dr. Substituo da 2ª Vara para deliberar a partilha como for de direito.

Fort.ª 6 de outubro de 1877

Barbosa

Data

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar supra declarados, em meo Escriptorio foram-me entregues estes autos com o despacho supra; do que faço este termo – Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

[Fl. 26]

Conclusão

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar retro declarados, de meo Escriptorio faço estes autos conclusos ao D.r Juis de Direito Substituto Antonio Coelho Machado da Fonseca; do que faço este termo. Eu Joaquim Feijó de Mello Escrivão o escrevi

Clz

Tendo sido paga a taxa da herança e dos legados, procedão os interessados á partilha como for de direito.

Fortaleza, 6 de Outubro de 1877

Machado da Fonseca

É o que contém em dito Processo que foi copiado e digitado fielmente. Eu, Liduina Queiroz de Vasconcelos, _____, transcrevi, digitei e conferi. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, 28 de julho de 2009. Vai com o visto do Sr. Orientador da Célula de Gestão de Acervos Documentais.

CLEVINDINA VASCONCELOS RODRIGUES
ASSISTENTE DE BIBLIOTECONOMIA
MAT. 0891131-2

Discurso pronunciado no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Guarani Valença Araripe*

Neste instante, aqui no **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, nos encontramos para a comemoração do bicentenário de **Pedro Jaime de Alencar Araripe.** Vejamos alguns dados biográficos do homenageado.

Trineto de Antônio de Souza Goulard e Maria da Encarnação de Jesus; bisneto de Leonel de Alencar Rego e Maria da Assunção de Jesus; neto de João Gonçalves dos Santos e Bárbara Pereira de Alencar; filho de Tristão Gonçalves Pereira de Alencar e Isabel Maria da Conceição.

Nasceu a 17 de outubro de 1809 no Crato, Ceará. Em 1823 passou a chamar-se Pedro Jaime de Alencar Araripe, quando seu pai adotou o nome Araripe. Ficou órfão aos 15 anos, em 31 de outubro de 1824, quando perdeu o pai, assassinado, em Santa Rosa, Ceará, após a proclamação da Confederação do Equador, cuja autonomia durou somente cinco meses (2.7. a 28.11.1824). Casou-se a 23 de outubro de 1835, com a senhorita Isabel Valdinar. Foram pais de numerosa prole, 14 filhos.

Na cidade que escolheu para viver, Quixeramobim, Ceará, exerceu extensa função pública, rica e proveitosa, digna dos maiores elogios.

Seu bicentenário que ora comemoramos, com a colocação desta singela Placa representa pouco hoje, mas sem dúvida representará extremamente, no futuro, pela grandiosidade do gesto, que um abnegado grupo de familiares e amigos, referendados pela presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Consuelo Pondé de Sena – liderança operosa da "Casa da Bahia" – sinceramente autenticam.

Cabe, neste momento, a narrativa de um fato importante; no trabalho sobre "Alencares de Sangue e Afins" inserto no "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro – 9 de junho de 1920, refere – João Nogueira Jaguaribe

que: ..." José Martiniano de Alencar (o senador Alencar), vencida a revolução de 1824, fugiu para o Exu – Pernambuco, acompanhado de seus parentes: Pedro Jaime de Alencar Araripe, Joaquim Antão de Carvalho, Manoel Antão de Carvalho, João Franklin de Lima e mais cem soldados fieis, com o intuito de homiziar-se na Bahia".

A Placa Comemorativa ao lado (esquerdo) representando o primeiro Centenário da Revolução de 1817 tendo Tristão Gonçalves de Alencar Araripe (pai do homenageado) completado 92 anos, o que faz indicar que, em 8 anos estará sendo lembrada, também, pelo seu Bicentenário.

São fatos, são atos, são gestos... os elos principais na construção de uma história – razão maior de nossas vidas !

DISCURSOS

Saudação à professora Maria Clélia Lustosa Costa como sócia efetiva do Instituto do Ceará

Valdelice Carneiro Girão*

Estamos hoje em festa, e esta festa tem significado especial, mudanças na Casa do Barão de Studart com a aceitação de mais uma mulher como Sócia Efetiva, que sucede o consócio Marcelo Caracas Linhares. Alguns anos atrás, isto não era comum.

Em 2001, escrevi na *Revista do Instituto*, reclamando que o nosso sodalício, com 114 anos de existência e um número de 126 membros, até aquele momento, só elegera para seu quadro social, cinco mulheres. Parece que a minha reclamação surtiu efeito, pois logo chegaria a esta Casa a Professora Dra. Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho, prima de Júlia Carneiro Leão de Vasconcelos, a primeira mulher a receber as honras de Sócia Efetiva da Instituição. Apesar da descendência ilustre, filha de um dos fundadores do Instituto, destacando-se pela sua inteligência e cultura, uma vez que falava corretamente português, inglês, francês e alemão, dedicando-se por mais de 30 anos ao magistério, como professora dos cursos de Geografia e História Geral da Escola Normal do Ceará, além de jornalista e escritora de renome, sofreu restrições.

A ata da revista de 5 de junho de 1930, publicada no tomo XLV, do ano de 1931, documenta que o Sócio Efetivo do Instituto Dr. Antônio Teodorico da Costa, na sessão de posse da Professora Júlia de Vasconcelos, usou da palavra para reafirmar seu ponto de vista contrário à participação do elemento feminino, em certames científicos e concluiu pedindo "que a nova sócia se lembrasse sempre que um membro daquela assembléia se opusera ao seu ingresso no seio do Instituto".

* Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

Nas atas analisadas, não encontrei nenhuma outra presença da sócia eleita. A Professora Júlia mudando-se depois para o Rio de Janeiro, passou a sócia honorária. Na vaga deixada, em 1936, tomou posse a Professora Maria Rodrigues Peixe, conhecida pelo pseudônimo de Alba Valdez. Não pertencia a elite social, como sua antecessora, nem por isso podemos classificá-la menos culta.

Segundo o Dr. Eusébio de Sousa "sua atividade, exercida, durante o período de 32 anos, não se restringiu ao âmbito da escola primária, a qual dedicou o maior carinho, apesar das circunstâncias precárias em que se debatia o professorado miseravelmente pago". Os árduos encargos do magistério aguçaram seu espírito de luta pela liberdade e amor ao próximo. Fundou a Liga Feminista Cearense, da qual foi presidente e cuja finalidade era trabalhar pelo soerguimento intelectual da mulher no Ceará. Tomou parte ativa no Centro Literário da Bohemia e do Iracema Literário. Pertenceu a Sociedade Cearense de Geografia e História e foi a primeira mulher a ser eleita Sócia da Academia Cearense de Letras, de cuja cadeira, nº. 22 é patrono Justiniano de Serpa.

No Instituto do Ceará, a professora Alba Valdez paticipou ativamente. Foi membro da diretoria por mais de uma vez; como Bibliotecária, Membro da Comissão de Ciências e Letras, assumindo, também, a 2ª Vice-Presidência; cargos existentes no estatuto da época.

Apesar dos currículos das suas antecessoras, só trinta e dois anos depois, em 1968, entrava para confraria a também professora Dra. Zélia Sá Viana Camurça; Maria da Conceição Sousa recebeu o título após 23 anos, em 1981. Valdelice Carneiro Girão em 1988. Em 2002, tomou posse a Dra. Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho.

Felizmente as restrições ao elemento feminino no Instituto do Ceará estão desaparecendo. A mulher já participa das iniciativas da Agremiação como membro da Diretoria e outras atividades.

Minhas senhoras e meus senhores. Está chegando ao nosso Sodalício um elemento que já se fazia necessário para completar seu quadro social – um Geógrafo, ou melhor uma Geógrafa. A Professora Maria Clélia Lustosa Costa é licenciada em Geografia pela Universiddae Federal do Ceará, Bacharel em Geografia, pela mesma Universidade, em Estudos Urbanos e Regionais; Mestre em Geografia pelo Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo, com a Dissertação: *Cidade 2000: Expansão Urbana e Segregação Espacial em Fortaleza*.

Com uma produção científica alentada, com livros, capítulos de livros e artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais; trabalhos apresentados e publicados em Congressos, destacando-se entre eles: - "Desigualdade sócio - espacial e vulnerabilidade na Região Metropolitana de Fortaleza" - In Anais do XI Encontro de Geógrafos da América Latina - Bogotá: Universidade da Colômbia; as "Disparidades nos Índices Educacionais na Região Metropolitana de Fortaleza - In Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos, Rio Branco – Acre"; "Água e Saúde Pública na cidade de Fortaleza do Século XIX - Anais do VIII Simpósio de Geografia Urbana, Recife – Pernambuco"; "Os Serviços Urbanos na Fortaleza do Século XIX" - In Anais do XII Encontro Nacional da AGB, Florianópolis.

Pelo currículo da Professora Clélia conclui-se que se trata de uma pesquisadora; qualificação indispensável àqueles que desejam ingressar na instituição cultural, mais antiga do nosso Estado: o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

A Instituição, tida como o ápice da cultura do Ceará, precisa cada vez mais alargar seu campo de atividade e divulgar os estudos, e, para isto, será preciso penetrar no âmbito fertílissimo das pesquisas e descobertas aptas a fornecer as desejadas e indispensáveis interpretações .

A vida do Instituto, ao longo de 121 anos, seria impossível de resumir em poucas páginas de inúmeras pesquisas a instituição já se tem ocupado, e muito ainda se poderá dizer, de sua profícua atividade.

Cento e vinte e oito números de sua revista e inúmeras outras publicações de sua responsabilidade, inclusive a alentada coleção inicializada pelo Mestre Thomáz Pompeu Sobrinho, intitulada *Grande História do Ceará*, em número de 26 estudos, dos quais apenas 7 foram publicados. Entre eles *História Econômica do Ceará* de Raimundo Girão; *Pré – História, Proto-História do Ceará* de Thomaz Pompeu Sobrinho, *História do Ensino no Ceará* de Plácido Aderaldo Castelo, *História Militar* de Eusébio de Sousa e *História da Literatura Cearense* em 4 volumes de Dolor Barreira, a *História das Secas* de Joaquim Alves. Plano que mereceu de José Honório Rodrigues a classificação de um "empreedimento monumental e mais amplo jamais tentado por qualquer instituição histórica regional" Por que não reativá-lo?

Não somente pelo realizado e a realizar, deveria merecer o Instituto do Ceará, o apoio de todos, inclusive dos poderes públicos,

mais ainda pelo significado do elenco de sócios efetivos, gente da importância do Barão e ainda pelo não menor brilho de seus onze companheiros fundadores desta entidade.

Temos que aceitar que as mudanças no Instituto já se fazem necessárias. Em primeiro lugar, a reforma do Estatuto, com normas que nos levem a escolha de candidatos a sócios efetivos. intelectuais, que, além de cultos, sejam comprometidos com a instituição e sua história.

Não podemos esquecer que estamos formando futuros dirigentes da agremiação mais antiga do Ceará.

A verdade é que além das dificuldades financeiras que é acrescida, a cada dia; a participação dos sócios, no momento, não condiz com o pensamento daqueles entusiásticos da História.

O quadro social composto de 40 sócios efetivos, tem hoje uma participação pequena de seus pares. Isto acontece em razão da ausência daqueles membros ativos anteriormente, hoje por força da idade e estado de saúde, são obrigados ao recolhimento doméstico; alguns passaram a residir fora do Estado, além de justificativas outras.

Não sou pessimista. Acredito que as mudanças virão: a colaboração do Governo Estadual e Municipal na manutenção desta Casa do Saber, agora belamente reformada, apta a receber a todos que desejam estudar a História, a Geografia e Antropologia do Ceará.

Os documentos estão ai, onde passaram por meticuloso trabalho de digitação de todas as revistas publicadas pelo Instituto, a reorganização da fabulosa documentação da coleção Barão de Studart, Capistrano de Abreu e outros tantos.

Professora Clélia, confiamos que sua vivência no magistério e na pesquisa virá somar esforços na tarefa de bem servir a este Sodalício. Repito o pensamento do Dr. Raimundo Girão: "há necessidade cada vez maior da integração do Instituto às inteligências jovens, aos estudiosos da História da Geografia e da Antropologia". Seja bem-vinda.

Pe. Osvaldo Chaves, um pioneiro no domínio da ciganologia

José Rogério Fontenele Bessa*

Muitas e variadas são as facetas que compõem a capacidade intelectual desta figura de escol do clero sobralense. De seus recursos e de sua eficiência como professor – tanto no Colégio Sobralense quanto no Seminário de Sobral, bem assim na Faculdade de Filosofia Dom José – dão testemunho ex-alunos, alguns dos quais são hoje conceituados homens de letras. Tem amplo reconhecimento na Princesa do Norte o cabedal de conhecimentos que conseguiu, ao longo da vida, acumular mediante o estudo continuado e perseverante de várias línguas, entre as quais se destacam as clássicas.

Do mencionado contexto geográfico para todo o Nordeste e outras regiões do Ceará projeta-se a fama de sua vasta cultura humanística e a do manifesto talento poético, que, durante muito tempo, ele preferiu ocultar. Por força de sua interpelação pessoal do poeta, o Pe. Sadoc de Araújo afirma na Apresentação de *Exíguas;* poesias (Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1986. 199p.) o que se segue:

> Pouco a pouco nas sucessivas investidas, tive a alegria de observar que as resistências começavam a ceder à força da evidência, pois as obras dos grandes talentos são patrimônio da comunidade.
>
> Recentemente, para surpresa e contentamento meus, o poeta me entrega os originais de "Exíguas", em forma de livro, para que eu o apresente ao público. *Enfin Malherbe vint...*

*Professor Doutor (aposentado) da Universidade Federal do Ceará.

O entusiasmo do apresentador de *Exíguas* é tanto que ele, na orelha da obra, ventila a possibilidade de Osvaldo Chaves[1] "estar ao lado de José Albano, como os seus dois maiores artífices do verso". Embora nos confessemos cético referentemente a esta possibilidade, perguntamo-nos se o Pe. F. Sadoc de Araújo não teria razão, sempre que, por exemplo, lemos e relemos, de Osvaldo Chaves, o poema intitulado "Canção de Rilke à pobreza verdadeira", que termina com o efeito surpresa destes versos:

> Casa pobre.
> Pobre
> Como a pobreza quente dum estábulo,
> Contudo,
> Noites há em que essa casa é tudo.
> E todas as estrelas saem dela.

Mas não queremos, aqui e agora, ratificar esta possibilidade. Desejamos apenas manifestar a opinião de que a maioria dos poemas compreendidos em *Exíguas* nos causou ótima impressão.

Há, contudo, uma faceta que talvez não seja do conhecimento de pessoas residentes e domiciliadas na Princesa do Norte e alhures. Relevemos, pois, esta faceta, que se resume a um pendor quase natural e automático do sacerdote para a pesquisa lingüística. Como sabemos ser ele um homem dedicado e afeito ao estudo de línguas nas horas vagas, não nos causou surpresa o fato de sabê-lo atento a acontecimentos à sua volta nos já distantes anos 60 do século passado. Na época, costumavam passar grupos de ciganos por Sobral, cidade que já acolhera tantas vezes os membros da Comunidade Cigana hoje assentados em três bairros seus, denominados Sumaré, Alto Novo e Pantanal. Em 1962, precisamente, esteve, em Sobral, um grupo de ciganos, que, ao que indicam as evidências lingüísticas que apreciaremos brevemente, mais adiante, pertencia ao sub-ramo Kaldarash, este filiado, entre outros, ao Vlach, um dos quatro ramos em que se divide a Língua Romani, conforme Halwachs (2002:3). Foi, então, a campo, movido pela extrema curiosidade lingüística o nosso pesquisador.

Abordou o grupo e deste coletou mediante anotação a lápis em pequena folha de papel correspondente à metade de uma folha de papel A4, duas séries de dados sob a forma de lista, antecedidas de importante registro gramatical e seguidas de uma expressão de tempo, que assinala provavelmente o término da ligeira entrevista de campo.

Comecemos pelo registro gramatical, que, para o pesquisador como estudioso das línguas clássicas e, para os lingüistas em geral, se reveste de uma importância muito particular. O *Romani*, a exemplo do Grego, do Latim e do Sânscrito, é língua casual (i. é: de casos). A declinação dos nomes substantivos no dialeto pesquisado ainda compreendia, na época, seis casos, como evidencia esta anotação de nosso pesquisador:

> Nominativo: *Deula* = 'Deus' (suj.); Acusativo: *Deule* = 'Deus" (obj. dir.);
> Genitivo: *Deulesco* = 'de Deus'; Vocativo: *Deula* = '(ó) Deus';
> Dativo: *Deuleski* = 'para Deus; Ablativo: *Deulessa* = 'com Deus'.

Ainda hoje, muitos dialetos ciganos europeus preservam este sistema de seis casos morfológicos, havendo alguns que possuem sistemas mais complexos. O Romanes ou Romanês, o dialeto dos Sintos, os ciganos que vivem na Alemanha, possui, conforme Holzinger (1995:8), os casos tradicionais acima mencionados e, adicionalmente, um 'instrumental' e outro 'preposicional', que, segundo ele, "em descrições tradicionais, (...) é freqüentemente referido como *locativo* ou *direcional*". Contudo, a flexão casual inexiste em vários dialetos, entre os quais cumpre salientar os da Península Ibérica e o Egiptano, que é o dialeto conservado pelos membros mais velhos da Comunidade Cigana de Sobral.

Feita esta pequena digressão, passemos, agora, às séries de dados sob a forma de lista, esclarecendo que a primeira (Lista A), com exceção das combinações sintagmáticas *doveri vetchi* 'boa noite' e *me vatharau*, 'eu falo', é composta de adjetivos, pronomes, substantivos e expressões, e a segunda (Lista B), exclusivamente de numerais cardinais. Eis, portanto, os dados a serem observados, analisados e comparados com os de outros registros éditos.

LISTA A de objetivos, pronomes, substantivos e expressões	
Baró	grande
Love	dinheiro
Gras	cavalo
Laxó	bom
Oriveri	revólver
Doveri vetchi	boa noite
Dobroito	bom dia
Tchuri	faca
Tchoriza	pouco
Déio	mãe
Dode	pai
Me vatharau	eu falo
Romaiko	cigano
Tchêbe	língua
Prala	irmão
Murei	meu
Pen	irmã
Tsara	barraca

LISTA B de numerais e cardinais	
Jeki	um
Dui	dois
Trin	três
Star	quatro
Panaessh	cinco
Xou	seis
Eftá	sete
Okto	oito
Inia	nove
Desh	dez
Bis	vinte
Tranda	trinta
Starvardesh	quarenta
Pinda	cinqüenta
Had baró	cem
Parnom	mil

O registro acima reproduzido é admirável e impressionante pela precisão e adequação da representação gráfica numa notação comum e usual que, sem querer, mas querendo admitir possíveis diferenças fonéticas interdialectais, coincide com a adotada em registros anteriores e posteriores. Notamos, contudo, que, enquanto Chaves (1962) prefere usar a letra 'x' para simbolizar a palatal, outros pesquisadores optaram por 'ch' (v.g.: *Laxó*, 'bom', Chaves (1962); *Lachôn*, Moraes Filho (1886); e *Lachô*, Abelin (1996)). Lembremos, de passagem, que a forma sobrevivente no Dialeto Egiptano é a consignada em Moraes Filho (1886). Este trabalho é, aliás, o primeiro, o pioneiro, dos estudos lingüísticos ciganos produzidos e publicados no domínio lusofônico.

Notemos, a título comparativo, que, dos termos coletados por Chaves (1962), só se encontram sete em Moraes Filho (1886), como variantes verdadeiramente, ora fonéticas, ora lexicais, nunca como variantes puramente gráficas, a saber: *grai*, 'cavalo'; *lachôn*, 'bom'; *churin*, 'faca'; *dai/bata*, 'mãe'; *bato*, 'pai'; *chibe*, 'língua'; e *plá*, 'irmão'. Também em Coelho (1892) só se registram, coincidente e curiosamente, sete termos, dos quais um concorda com o registro feito em 1962, senão vejamos: *baró*, 'grande' (registro concordante); *parnau/parné*, 'dinheiro'; *grai*, 'cavalo'; *churi/chori*, 'faca'; *dai/bata*, 'mãe'; *bato*, 'pai'; e *plar*, 'irmão'.

Em Abelin (1996), no entanto, consignam-se designações para quase todos os conceitos que serviram a Osvaldo Chaves como ponto de partida de sua coleta em 1962. Para sermos mais preciso, só não se encontram no trabalho desta pesquisadora cigana as designações para os conceitos de 'pouco' e 'cinqüenta'. Apreciemos, pois, as tabelas abaixo, nas quais, para uma devida e conseqüente análise comparativa, procedemos à exposição das designações coletadas pelo sacerdote e daquelas registradas pela pesquisadora.

LISTA A de objetivos, pronomes, substantivos e expressões - CHAVES (1962)		**Formas correspondentes noutro estudo dialetal - ABELIN (1996)**
Baró	grande	*Baró grande (líder)*
Love	dinheiro	*Lovê: lov*
Gras	cavalo	*Grás*
Laxó	bom	*Lachô*
Oriveri	revólver	*Loureli-iagalô*
Doveri vetchi	boa noite	*Mai lachi quirí riat*
Dobroito	bom dia	*Guies lachô; dobroito*
Tchuri	faca	*Shuri*
Tchoriza	pouco	-
Déio	mãe	*Dei; dále*
Dode	pai	*Dád*
Me vatharau	eu falo	*Del duma-mothzô*
Romaiko	cigano	*Rom*
Tchêbe	língua	*Shibá; shib*
Prala	irmão	*Phral*
Murei	meu	*Murhô*
Pen	irmã	*Phral*
Tsara	barraca	*Tzhêra*

LISTA B de numerais cardinais - CHAVES (1962)		**Formas correspondentes em ABELIN (1996)**
Jeki	um	*Yek*
Dui	dois	*Duy*
Trin	três	*Trin*
Star	quatro	*Star*
Panaessh	cinco	*Paenj*
Xou	seis	*Shou: shov*
Eftá	sete	*Eftá*
Okto	oito	*Orhthô*
Inia	nove	*Ighá*
Desh	dez	*Desh*
Bis	vinte	*Bish*
Tranda	trinta	*Tranda*
Starvardesh	quarenta	*Stharvardesh*
Pinda	cinqüenta	-
Had baró	cem	*Yekshel*
Parnom	mil	*Yekmia*

Observemos aí as correspondências perfeitas como as que se verificam, por exemplo, entre as designações do conceito de 'cavalo' e dos números de 'um' a 'sete', 'dez', 'trinta' e 'quarenta'. São estas correspondências, entre outras, que nos fazem supor serem do sub-ramo Kaldarash os ciganos que, passando por Sobral em 1962, foram entrevistados pelo sacerdote pesquisador.[2] Notemos, adicionalmente, as correspondências quase perfeitas como aquelas em que a ligeira diferença é manifestada por simples troca de vogal ou de africada alveopalatal por fricativa palatal: *baró* / *barô*, 'grande'; e *tchuri* / *shuri*, 'faca', respectivamente.

Abelin, segundo ela mesma afirma em sua biografia, é cigana, jornalista e fonoaudióloga. "Leciona jornalismo na Universidade Estadual de Londrina, estado do Paraná." O seu trabalho constitui um breve registro descritivo de origens e costumes, rituais, sorte, música e dança, palavras e expressões do dialeto dos ciganos Kaldarash do Brasil, seguido de um estudo comparativo em que se cotejam designações dos dialetos Calô *(sic)* e Romanês para conceitos expressos em Português. O Glossário publicado em Abelin (1996) é o mais copioso entre aqueles, até então, produzidos no Brasil. Estende-se em trinta e seis páginas, em cada uma das quais os diferentes termos se apresentam em duas colunas. Diante da escassez e precariedade geral dos estudos ciganos em domínio luso-brasileiro, cumpre-nos confessar que, embora passível de certas restrições – entre estas, a relativa falta de originalidade – a contribuição compreendida em Abelin (1996) nos tem sido de muita utilidade em nossas investigações.

Mas retornemos à coleta empreendida por Osvaldo Chaves em 1962. Esta, como já afirmamos, se encerra com uma expressão de tempo que assinala provavelmente o momento em que o pesquisador deu por concluída a entrevista. A expressão anotada é *Inia saturia te bis te panaesh minuturia*, que significa 'nove horas e vinte e cinco minutos'. Seguem-se a esta expressão a data (ano de 1962), o local (Sobral) e a assinatura.

O que muito impressiona na contribuição condensada em Chaves (1962) é a precisão do registro. Contudo, o que mais surpreende nesta e nas demais contribuições levadas a cabo ante-

riormente, das quais não teve conhecimento prévio o autor em epígrafe, é a coincidência parcial ou total da notação gráfica empregada para a representação do que os seus autores ouviram dos ciganos. Estes trabalhos, produzidos em épocas e lugares tão distintos, por pesquisadores não profissionais da área, isto é, por abnegados sem a devida preparação metodológica, merecem, graças às circunstâncias mencionadas e, sobretudo, às correspondências de notação gráfica, total e plena credibilidade.

Louvemos as contribuições que nos deixaram e, em particular, esta que se condensa, como já salientamos, na forma tão simples de um pedaço de papel que corresponde à metade de uma folha de papel A4. O pesquisador em tela é amigo dos membros da Comunidade Cigana de Sobral e, por seu intermédio, como testemunhamos em Bessa (1998/1999, p. 70), deu-se o acesso de pesquisadores da equipe do Projeto CCS (Projeto "Comunidade Cigana de Sobral") à referida comunidade. Louvemos o Pe. Osvaldo Chaves por esta ajuda, pela contribuição pioneira prestada, no Ceará, à ciganologia e por seus cinqüenta anos de sacerdócio.

Notas

[1] O Padre Osvaldo Chaves, que, em 2001, completou cinqüenta anos de sacerdócio, tendo sido, por este motivo, alvo de justa e significativa homenagem que lhe foi prestada, por meio de solenidade festiva e pequena miscelânea de artigos escritos por amigos, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), é natural de Granja, cidade que, a exemplo de Sobral, também se situa na região noroeste do estado do Ceará. Nasceu, precisamente, no dia 21 de outubro de 1923, "no Sítio Angelim, distrito de Sambaíba". Estudou no Ginásio Lívio Barreto em Granja em 1939, tendo, no ano subseqüente, ingressado no Seminário Menor de Sobral. Em 1946, entrou para o Seminário Maior de Fortaleza, onde cursou Filosofia e Teologia. No dia 8 de dezembro de 1951, foi ordenado sacerdote por Dom José Tupinambá da Frota, havendo o fato ocorrido na Catedral de Sobral. Em 1956, foi vigário cooperador de Crateús, tendo sido transferido, no ano seguinte, para a paróquia de Acaraú e, em 1959, para a de São Benedito. A partir de junho de 1960, passou a residir, em definitivo, em Sobral, exercendo o magistério, como professor titular de Português e Literatura Luso-brasileira, na Faculdade de Filosofia Dom José. No que tange as atividades docentes, aposentou-se em 1981 e, somente em dezembro de 1985, permitiu a publicação do livro denominado *Exíguas.* Exerce ainda atividades sacerdotais.

[2] Outra prova de que os ciganos que passaram por Sobral, em 1962, pertenciam ao sub-ramo Kaldarash é o sufixo *-esko*, que Libal & Strain (1997, p. 6) definem como "terminação de caso possessivo", indicando, entre parênteses, o dialeto: possessive

case ending (Kaldarash). A denominação do dialeto em apreço se consubstancia, na literatura especializada, sob algumas variantes, duas das quais não são, ao que parece, meramente gráficas. Em Libal & Strain (1997), por exemplo, lê-se *Kalderash*, mas em Abelin (1996), *Kaldarash*.

Referências Bibliográficas

ABELIN (1996), Maria Rosa Wanovich Estevão. *Romanês:* registro do dialeto cigano Kaldarash. http://www.inbrapenet.com.br.gipsy mrabelin@ inbrapenet.com.br.

ARAÚJO (1986), Francisco Sadoc de, Pe. Apresentação. In: CHAVES, Osvaldo Carneiro, Pe. *Exíguas:* poesias. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto.

BESSA (1998/1999), José Rogério Fontenele. A comunidade cigana de Sobral. *Essentia*, Revista de Cultura e Ciência da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 1 (1):69-72.

CHAVES (1986), Osvaldo Carneiro, Pe. *Exíguas;* poesias. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto. 199 p.

COELHO (1892), Adolpho. *Os ciganos de Portugal:* com um estudo sobre o Calão. Lisboa: Imprensa Nacional. 302 p. (2. ed. Pref. de Rosa Maria Perez. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. 291 p.).

HALWACHS (2002), Dieter W. *Burgenland-Romani*. With the collaboration of Gerd Ambrosch and others. Muenchen: Lincom Europa, 82 p. (Col. Languages of the world / Materials, 107).

HOLZINGER (1995), Daniel. *Romanes (Sinte)*. München [i.e.] Unterschleissheim; Newcastle: LINCOM Europa. 45 p. (Languages of the world / Materials, 105).

LIBAL, Ângela Batal and STRAIN, Will (1997). *Romani / English dictionary.* http://www.geocities.com/SOHO/3698/rom.htm

MORAES FILHO (1886), Mello. *Os ciganos no Brasil*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier. Há nova edição anotada por Luís da Câmara Cascudo (Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. 118 p.).

Discurso de posse no Instituto do Ceará

Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez*

Senhor Presidente do Instituto do Ceará, bibliófilo José Augusto Bezerra, autoridades que compõem a mesa de honra, estimados consócios, prezadas famílias dos novos sócios efetivos desta Casa. Cumprimento, de modo especial, a senhora Luce Fontenele de Carvalho, os irmãos Ivone Guedes, Adorisval Férrer e Rita Ferreira e expresso votos de pronta recuperação da senhora Maria Luiza Barroso Cavalcante, aqui representada por suas três filhas. Saúdo minha mãe, Ângela Laís Pompeu Rossas Mota, nos seus preciosos 96 anos de idade, meu marido, Oswaldo Augusto Gutiérrez Adrianzén e nossa família;

Caros Cid Sabóia de Carvalho, Francisco Adegildo Férrer e Geová Lemos Cavalcante, intelectuais com quem me alegra compartilhar este momento solene em nossas vidas – a cerimônia de posse na muito reverenciada e mais antiga associação cultural e científica de nosso estado, com merecida fama em âmbito nacional. Ao tempo em que os cumprimento, sinto-me grata pelo *honor* que me foi concedido de representá-los nesta cerimônia;

Senhoras e senhores,

Convido-os a iniciarmos a sessão desta noite com um breve passeio pela Fortaleza dos anos oitenta do século XIX, ainda nos tempos do Segundo Império. Conduzidos pelas asas da memória dos cronistas de nossa cidade, descemos na Praça do Ferreira, coração da pequena cidade em que vivem 37 mil almas, quase todas habitantes do espaço

* Sócia Efetiva do Instituto do Ceará.

contido nos limites formados pelas Rua da Praia e Rua da Misericórdia, Rua de Baixo, Rua de Dom Pedro e Rua Amélia. Há pouco mais de sessenta anos, o decreto imperial de 13 de abril de 1826 elevou Fortaleza à categoria de cidade, mas a jovem urbe já se distancia de sua configuração como Vila do Forte. Com a efervescência cultural e cívica das últimas décadas, em que surgiram agremiações culturais como Academia Francesa, Gabinete Cearense de Leitura, Clube Literário, Fênix Caixeiral, e sociedades abolicionistas - Libertadora Cearense e Centro Abolicionista; com a inauguração de edificações: Cemitério São João Batista, Seminário da Prainha, Palácio Episcopal, Mercado Central, Santa Casa de Misericórdia, Colégio da Imaculada Conceição, Escola de Aprendizes-Marinheiros, Liceu do Ceará, Passeio Público, Palacete da Assembleia Legislativa; com a instalação dos serviços de iluminação a gás, transporte regular em bondes de tração animal e em trens da Companhia Cearense de Viação Férrea de Baturité, que, sob liderança do Senador Pompeu, em 1873 pusera sobre trilhos a locomotiva *Fortaleza*, com aplausos de multidão de cinco mil pessoas; enfim, enriquecida por tais e mais inovações, Fortaleza prepara-se para ostentar os signos da modernidade a que o último quarto do século XIX impele o país.

Saindo da Praça do Ferreira, caminhamos na direção do Palácio da Luz. Seguindo alguns passos pela Travessa Municipal, alcançamos a Rua do Quartel. Na convergência das duas, chegamos a nosso destino - a Biblioteca Pública. Antes de aí entrarmos, vemos à nossa direita o perfil lateral da Igreja do Rosário e do outro lado desse pequeno templo, o Palácio da Luz, sede do Governo da Província. No prédio da Biblioteca, buscamos o salão onde se reúnem alguns cavalheiros. Notamos que um deles escreve em uma folha de papel com letra miúda: "Sessão de 4 de março de 1887" e, na linha abaixo: "Presidência do Dr. Paulino Nogueira". A seguir, registra os nomes dos presentes e o motivo da sessão que ali acontece: "fundar uma sociedade sob o título de Instituto do Ceará com o fim principal de fazer conhecida a história e a geografia da província e concorrer para a propagação das letras e ciências".

Deixemos esses apóstolos da cultura enquanto assinam a ata da primeira sessão do Instituto do Ceará e avancemos no tempo, desembarcando no ano de 1987. Em outra sessão, no Palacete Jeremias

Arruda que é sede do Instituto desde 1966, ouçamos um dos mais respeitados historiadores cearenses, Raimundo Girão, quando profere, na solenidade comemorativa do primeiro centenário do Instituto do Ceará, as seguintes palavras:

"Causa natural admiração resistir cem anos uma instituição cultural num meio economicamente pobre e sáfaro como o Ceará. Porém o exemplo está aqui, nesta hora e nesta solenidade em que cada um de nós, todos cheios de fé, relembramos o notável acontecimento de 1887".

Retornemos ao dia de hoje, 24 de abril de 2013, e recordemos que, na contracorrente do destino de tantas associações culturais criadas no século XIX em Fortaleza -que não conseguiram manter-se vivas, embora tenham deixado importante herança literária, de que são exemplos incontestáveis a Academia Francesa e a Padaria Espiritual -, o Instituto do Ceará, como a Academia Cearense de Letras, de 1894, já pôde comemorar duas passagens de século, do XIX ao XX e do XX ao XXI. Ao longo de 126 anos, o Instituto construiu imperecível legado de conhecimento científico e cultural, mantido pela tessitura permanente e infatigável de fortes fios que, ao contrário do manto trançado por Penélope, não é desmanchada em noites de nostalgia e astúcia e embora passe por diferentes mãos, não foge ao desenho original na composição do imenso painel das ciências e das letras que o Instituto do Ceará oferece a seus sócios e a todos que desejem conhecer nosso estado e sua cultura. Entre os principais fios que formam essa tela, ressaltam a dedicação de seus sócios à pesquisa, a persistência da publicação da *Revista do Instituto* que, nascida no mesmo ano de fundação da instituição e nunca interrompida, acompanhou-o em todos os seus anos de existência e, hoje, digitalizada, divulga mais amplamente o conhecimento produzido, sobretudo, pelos sócios; a criação, manutenção e ampliação de valioso acervo bibliográfico; o apoio de alguns benfeitores para melhoramentos na sede e para a criação do Memorial do Barão de Studart; o poder de aglutinação de seus presidentes, em especial de Guilherme Studart que, tendo recebido durante muitos anos os sócios para sessões em sua própria casa, hoje tem seu nome de tal forma ligado à instituição que Casa do Barão e Instituto do Ceará se transformaram em sinônimos.

Senhoras e senhores consócios,

Honra-nos a entrada nesta Casa, que abrigou e abriga tantos nomes que ilustram as letras e as ciências de nosso Estado, anima-nos-a vontade de trazer nossas experiências de vida como novos fios da teia de pesquisa do Instituto do Ceará.

- Francisco Adegildo Férrer, com quem dividimos a honra de nosso ingresso oficial no Instituto, pediu-me que iniciasse sua apresentação neste discurso com as seguintes palavras – "Filho de agricultor, nascido no distrito de Caipu do município de Cariús, no Ceará" –, que revelam o justo orgulho de suas origens sertanejas. Adegildo iniciou sua formação acadêmica, graduando-se em Letras e, posteriormente, em Pedagogia e Direito. Seus estudos tiveram continuidade com Mestrado em Educação na UFC e Doutorado em Filosofia e História da Educação na USP. Dos tempos de menino, quando acompanhava a mãe em seu trabalho de alfabetizadora itinerante, surgiu o entusiasmo de Adegildo pelo magistério - é professor de História da Universidade Estadual do Ceará - UECE -, e pelas questões educacionais e históricas, o que se verifica no registro de sua produção científica, em que sobressaem artigos publicados na *Revista do Instituto*; sua dissertação,"A ideologia da Segurança e Desenvolvimento nos Livros de Estudos de Problemas Brasileiros", e sua tese,"O Obscurantismo Iluminado: Pombal e a Instrução Pública no Brasil e em Portugal". Por sua reconhecida dedicação às causas e às coisas do Instituto mereceu os títulos de sócio honorário e de sócio amigo da instituição, concedidos na gestão de Eduardo Campos.

O antecessor de Adegildo no Instituto, escritor José Caminha Alencar Araripe, notabilizou-se no jornalismo, tendo sido Presidente da ACI; no magistério superior, exercido no Curso de Comunicação Social da UFC, instituição universitária que o agraciou com o título de Professor Emérito; na política, como Vereador na Câmara Municipal de Fortaleza, de que foi Presidente; na pesquisa histórica e biográfica, de que é exemplo a obra *Alencar, o padre rebelde*. Entre os prêmios e comendas que recebeu, destacam-se o Prêmio Esso de Reportagem e o título de Grande Colaborador da Cultura Portuguesa, concedido pela Academia Antero de Quental.

- Cid, o decano dos quatro novos sócios do Instituto, é filho de dois escritores que marcaram a literatura cearense, Jáder de Carvalho e Margarida Sabóia de Carvalho. Cedo conheceu a importância da lei-

tura e da escrita que tanto contribuíram para sua paixão pelos livros, revelada em sua atividade como bibliófilo, e para sua formação intelectual, que lhe permite chegar a esta Casa trazendo conhecimento histórico, legislativo e político sobre a cidade, o estado, o país em que vivemos. Sua atuação como Senador da República e como membro da Assembleia Constituinte de 88 inscreve-o em páginas corajosas da história recente de nosso país. Sua voz e sua pena, há mais de 50 anos no labor jornalístico, comentam os acontecimentos da cidade e do mundo e defendem a ética da cidadania, sendo conhecidas por numeroso público. Sua experiência no magistério superior, na Faculdade de Direito da UFC, e suas atividades como escritor e conferencista, membro das Academias Cearense de Letras, Cearense de Retórica, Cearense da Língua Portuguesa, Fortalezense de Letras e da Associação Brasileira de Bibliófilos, reafirmam os fundamentos de sua trajetória intelectual.

Cid Sabóia de Carvalho sucede no Instituto do Ceará ao General Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira, presidente da Casa em dois mandatos e homem grandemente respeitado em sua carreira militar e em suas atividades civis, tendo sido Chefe do Estado Maior das Forças Armadas do Brasil e exercido a Superintendência da Sudene. Casado com fina dama das letras, a romancista Yolanda Gadelha, recebeu, ao longo da vida, várias comendas em que se distinguem a Medalha da Guerra, por sua participação na campanha brasileira na Itália, durante a Segunda Guerra, a Medalha da Abolição e a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco.

Nesta Cerimônia de Posse como sócios efetivos desta Casa, contamos ainda com a companhia de Geová Lemos Cavalcante, advogado, pesquisador em genealogia e em temas relacionados à historiografia da Igreja Católica no Ceará e Conselheiro da Arquidiocese de Fortaleza. Geová Cavalcante considera-se um "andarilho" do trabalho, pois viveu em cinco capitais estaduais e em Brasília no exercício de vários cargos na Polícia Federal, entre esses, o de Superintendente do órgão nos Estados de Alagoas, Acre, Ceará e Paraná. Pesquisador por vocação, dedica-se, atualmente, a investigar a "Cronologia da Igreja Católica no Ceará". Entre suas publicações, salienta-se *O porteiro da religião- Os escritos de Manezinho do Bispo*, livro que comenta e colige textos do porteiro-escritor, conhecido por seus singularíssimos pensamentos. Para abertura dessa coletânea, Horácio Dídimo escreveu gracioso

poema de que lerei a quadra inicial: "Era Manoel C. Rocha/Um cronista original,/Porteiro palaciano, Manezinho episcopal". Geová me pede, para honra minha, que aqui faça alusão ao fato de sua mulher, Maria Luiza, ser filha de Antônio Girão Barroso, um dos meus antecessores na cadeira 18 da Academia Cearense de Letras, aliás, homem tão transbordante de poesia que andava, em suas palavras, "com os bolsos carregados de poemas".

Geová Cavalcante sucede no Instituto do Ceará a Francisco de Assis Arruda Furtado, a quem se sente unido por laços de afeto e admiração. Formado na Faculdade de Direito do Ceará, Arruda Furtado escreveu várias obras sobre Direito Administrativo e Direito Trabalhista. Entre as obras literárias que publicou, encontram-se o livro de poemas *Elegias em Forma de Soneto e Outros Versos* e a biografia de seu filho falecido - *Agradável a Deus e por Ele Amado*. Seus textos e ações que se referem à religião católica permitem-nos dizer que foi, antes de tudo, usando expressão de Rubens de Azevedo, "um batalhador da fé".

Ao entrar nesta Casa, faço vênia a Dário de Castro Alves, meu antecessor. Como diplomata, Dário dedicou longos anos de sua vida a fortalecer o intercâmbio cultural do Brasil com outras nações, seja quando atuou em Buenos Aires, Nova York, Moscou, Roma e, especialmente em Lisboa, onde foi Embaixador, seja em sua atuação como membro do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos-OEA, em Washington. Leitor apaixonado por Eça de Queiroz e escritor elegante, instigado por sua mulher, a escritora Dinah Silveira de Queiroz, escreveu famosa trilogia que busca elos entre obras queirozianas e a vida de Portugal. Veio morar em Fortaleza, sua cidade natal, em 2003, tendo tomado posse no Instituto do Ceará no ano seguinte. Entre as 30 importantes comendas que lhe foram concedidas, saliento a Medalha Pushkin da Academia de Literatura Russa, com que o país do grande escritor homenageia o tradutor do romance em versos *Eugênio Onegin*.

Hoje entro na Casa do Barão e aqui encontro, livros, estantes, escrivaninha, que vi desde meus primeiros dias de vida, na casa de meu bisavô, Thomaz Pompeu, onde nasci. Os livros me recebem como velhos conhecidos e me convidam a sentir-me em casa. Perguntam-me o que fiz na vida, se continuo ouvindo as histórias que minha mãe me contava e se passeio em outras bibliotecas guiada por meu pai.

Digo-lhes que sim, que continuo ouvindo as histórias de minha mãe, guardiã da memória da família e da cidade, e que, de tanto ouvir suas histórias, também inventei de contar as minhas; que, em todos os dias de minha vida, passeio e viajo entre livros, e que meu pai e meu mestre, Luciano Cavalcante Mota, partiu há quase dez anos mas vive em mim, como habitante da minha saudade. Conto-lhes que segui o caminho das Letras: dediquei-me ao magistério em literatura na Universidade Federal do Ceará, e nessa instituição, fui fundadora da Pós-Graduação em Letras e do Instituto de Cultura e Arte-ICA e diretora da Casa de José de Alencar; que publico artigos e livros, frutos de pesquisas nas fronteiras da literatura e da história; que me doutorei pela Universidade Federal de Minas Gerais, com a tese *Vargas Llosa e o romance possível da América Latina*; que minha pesquisa de pós-doutorado, também na UFMG, versa sobre Antônio Conselheiro; que escrevo e publico poemas, contos e romances; que, em meu percurso na literatura e na vida, sempre recebo o amoroso apoio de meu marido e de minha família.

E silencio, pois percebo que meus interlocutores parecem ansiosos para falar.

Perguntam-me, então, pela *Antologia Universal* de Thomaz Pompeu, dicionário de pensamentos que o viram escrever por muitos anos: 53 mil pensamentos e opiniões, citadas no original e em tradução, quando, à época, o maior dicionário no gênero, o *Larousse*, abrigava 40 mil citações.Respondo que essa obra monumental está inédita, a merecer a luz da publicação, antes que a indomável ação deletéria do tempo a destrua, mas acrescento que creio conseguir apoio para publicá-la.Um dos periódicos guardados na estante, a *Revista da Academia Cearense de Letras*, de 1896/1897, pede licença para ler, em suas próprias páginas, trechos de um artigo de Farias Brito sobre Dr. Thomaz Pompeu:

Se há entre nós homens que verdadeiramente mereçam a veneração dos contemporâneos por atos de abnegação e patriotismo, por constantes esforços em bem da coletividade e, mais particularmente, por sua decidida vocação pelas letras e perseverante aplicação ao desenvolvimento da ciência [....] Com efeito, é ele dos poucos em nosso país que abraçam o círculo todo inteiro dos conhecimentos humanos [...]verdadeiramente o continuador da obra do pai [Senador

Pompeu]....é uma glória brasileira, devendo ocupar um lugar de honra na galeria dos pensadores nacionais.

Quedo-me meditando sobre as palavras do nosso grande pensador Farias Brito e relembrando Machado de Assis, fervente admirador de Alencar, quando animava o escritor cearense que se sentia esquecido pela crítica, dizendo-lhe que à conspiração do silêncio opunha-se a conspiração da posteridade. Digo a meus amigos livros que já é tempo de encerrar, por hoje, nosso diálogo e esta fala.

Senhor Presidente,

Em nome dos novos sócios do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), agradeço-lhe as gentis boas-vindas, as generosas referências aos quatro entrantes e as providências de organização desta cerimônia, em que contou com o apoio da diretoria e a colaboração dos funcionários da Casa. Aliás, é justo realçar que José Augusto Bezerra, na presidência da decana entre as instituições culturais do Ceará, vem promovendo projetos e ações que restauram, organizam e divulgam o vasto acervo da instituição enquanto ampliam a ação cultural do Instituto. Nossos agradecimentos se estendem aos sócios efetivos que propuseram nossos nomes ao Instituto, aos membros desta Casa que nos apoiaram, a todos sócios que, hoje, nos acolhem [em especial as mulheres sábias Clélia Lustosa, Rejane Vasconcelos Accioly, Valdelice Girão e Zélia Camurça] e aos amigos e amigas que nos alegram com suas presenças.

Finalizo afirmando que, nesta noite memorável, quando Cid, Adegildo, Geová e eu, Angela, recebemos a Medalha do Barão de Studart, toca-nos fundamente a consciência de nossa responsabilidade em honrar a comenda que trazemos sobre o peito, símbolo dos princípios que regem a Casa, e em contribuir para dar continuidade à tessitura da preciosa tela cultural e científica que herdamos.

(Discurso pronunciado na noite de 24 de abril de 2013).

CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

O livro "A história cantada do Brasil em 78 rpm", de Nirez

Elsie Studart Gurgel de Oliveira[1]

Imagine-se uma entrada no túnel do tempo, no começo do século XX, quando se inicia *A História Cantada do Brasil em 78 Rotações*. Esse é um passeio proporcionado pelo pesquisador musical Miguel Ângelo de Azevedo, o tão conhecido Nirez, dono de um arquivo inigualável sobre a música popular brasileira e tido, merecidamente, como um ícone da cultura cearense, com amplitude nacional, inclusive, em razão do seu desmedido esforço para resgatar a memória de um País, como o Brasil, onde os seus principais acontecimentos estiveram sempre atrelados às composições musicais que marcaram épocas, pessoas e situações.

Tudo afinal nesta terra é motivo de "cantoria", não importando o gênero, se é samba de breque, ou se é samba-canção. O que vale é cantar as alegrias e as dores, porque cada composição tem aspecto singular que identifica o momento da criação. O Nirez sabe tanto disso que nesse seu livro organizou um *tour* pelos caminhos da história da música brasileira, percorrendo atalhos pontuados por fenômenos cíclicos, políticos, esportivos, sem perder, por um só instante, o fio da meada: a arte imitando a vida, e vice-versa, ao som das gravações que viraram décadas e foram de um século a outro.

Provavelmente o Nirez não se encanta pela música "Ah, que delícia", até bem pouco tempo no topo das paradas musicais. A composição deve fugir ao seu gosto tão apurado de um pesquisador, mas, na

[1] Técnica de Assuntos Educacionais aposentada do DNOCS. Graduada em Letras. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do ICC

verdade, em se tratando do livro que ele vem de brindar seus leitores, o que se pode dizer é não mais do que isso: "Ah, que delícia"!

Perpassando devagar por suas 487 páginas (as de referências a pessoas não estão incluídas), a primeira letra de música que me fez parar no tempo, foi a "Canção Militar", datada de 1918. Outra, da mesma linha nacionalista, gravada em 1942, foi "Fibra de Herói". E mais outras vieram, na sequência, exaltando os brios do brasileiro corajoso, que não se intimida na guerra e até sai por cima, como aconteceu com "Mia Gioconda", na voz do tenor Vicente Celestino.

E assim segue a história cantada e contada por Nirez, em 78 rotações. Novas guerras entram em cena e se convertem em canções populares, da mesma forma que a política popular vira tema de composição. A chegada do automóvel, a transformação urbanística, os conflitos gerados no ventre das sucessões, tudo está registrado no arquivo do Nirez, hoje totalmente informatizado, mas que não perdeu o cheiro do disco de cera, em 78 rotações. A tecnologia praticamente acabou com o vinil; hoje, quase somente os DJ apelam para o seu uso, mas o prodígio da memória do Nirez é maior que os recursos da digitalização. Com ele, nada se perde, ainda que se transforme.

A história continua sendo a luz do tempo, daí porque este é um livro iluminado, deixando às claras o universo musical de um país com regiões diferentes e modos de cantar absolutamente desiguais. Nisso está a riqueza da música popular brasileira, que o Nirez, com toda a sua genialidade, soube captar e doar de presente, sob a forma de livro ao público leitor, entusiasmado em conhecer os lances da história, magnificamente intrincados com a versatilidade do povo brasileiro, em matéria de composição musical. Essa verve, presente nos versos e canções, leva a um tempo em que autoridades, como Getúlio Vargas e Adhemar de Barros, eram figurinhas costumeiras nas canções, não só pelo bem, mas também pelo mal; Juscelino Kubitschek foi outro que serviu de mote a inúmeras composições, a exemplo de "Presidente Bossa Nova", de autoria de Juca Chaves. Jânio Quadros, por sua vez, não se fez de rogado e cumpriu também o seu papel.

O Nirez não é só um grande pesquisador musical. Ele é um excelente historiador, tanto que nesse último século nada passou pelos seus olhos, melhor dizendo, pelos seus ouvidos, sem ser registrado. A vida brasileira está, pois, contida nesse livro, que fala de secas (1915, 1932,

1958, 1959), que conta a saga da cabocla Maringá, que faz referência ao centenário da independência, não regateando no refrão do hino que consagrou a efeméride: "Brava gente, brasileira..."

E por aí vai o senhor Miguel Ângelo de Azevedo, catando pérolas, para incorporar na sua preciosíssima coleção musical. Para ele, tudo tem um significado particular: pode ser a cabocla faceira, as duas polegadas a mais da Marta Rocha, a história do Lampião, a Copa do Mundo de 1950; se virou música, foi prato cheio para ele, entendido maior em samba, futebol e café. Nenhuma crise é deixada por menos, pelos autores nacionais, daí a razão de a história musical do País ser tão facetada de fatos cunhados na rua e nas casas, denunciando situações vexatórias como a carestia, a falta de oportunidades para trabalhar, os baixos salários e muito mais. Nirez, o investigador, conhece como poucos, o caminho das pedras.

As marchinhas da década de 1950 são exemplos disso. É só atentar para as letras de "Deixa a coisa como tá", "Tudo sobe", "Tô duro" e aquela que diz: "o pobre nunca tem vez. É só *inconomia* do começo ao fim do mês".

Nirez, nessa sua fantástica obra, não deixou passar o evento da imagem peregrina de Fátima chegando ao Brasil, arrolando no seu livro quatro composições alusivas ao acontecimento: "Ave de Fátima", "Sobre os braços da azinheira", "Hino à Nossa Senhora de Fátima", o samba-canção "Nossa Senhora de Fátima" e o tango-canção "Virgem Nossa Senhora de Fátima".

É interessante como esse pesquisador consegue parar o tempo, para tornar visíveis as canções da época, sustentadas pelo noticiário, dando conta do que vinha acontecendo. Um caso digno de ser exemplificado é o que trata do Quarto Centenário de São Paulo, envolvendo diferentes gêneros musicais: samba, marcha, valsa, dobrado, baião, hino e até oração. O Nirez, que sabe tudo, tem tudo gravado e arquivado.

Em outras páginas do livro, o sábio Miguel Ângelo Azevedo encaminha sua história para o rádio, fazendo alusão à primeira emissora a entrar no ar no Brasil, no caso a Rádio Clube de Pernambuco, em 1919. De lá para cá, ele dá um passeio nas novelas que marcaram época, como o "Direito de Nascer", com temas musicais pertinentes. Ao se referir à televisão, ele traz de volta à cena, músicas que foram sucesso nos anos 50/60, como "Índio quer apito" e "Boi da cara preta", identificadas com

o carnaval e plantadas nos jornais e TVs do País, à conta de fatos imbricados com a política e com a "saída do armário".

A história cantada no Brasil em 78 rotações, não para por aí. Ela guarda testemunhas sobre o Barão do Rio Branco, Padre Cícero Romão Batista, o Rei da voz Chico Alves, Carmem Miranda, Augusto Calheiros, Dolores Duran, Assis Valente, cada um com suas particularidades musicais. São também personagens ligados à produção, dessa natureza, Maria Tereza Goulart, mulher de Jango, e Tenório Cavalcante, o político polêmico que amedrontava Caxias, na baixada fluminense, o que vem mostrar que a música brasileira se confunde com a própria história do Brasil.

Quem se der ao luxo de conhecer esta obra, vai sair enriquecido e até agradecido ao Nirez pelo aprendizado do que foram a Bossa Nova e a Jovem Guarda, para, no final, dizer tão somente: "Caixinha, obrigado".

E mais uma vez o bairrismo se impõe, dentro de um contexto melódico-estético, permitindo o grande Nirez que seus leitores se deliciem com o baião "Praça do Ferreira", de Gordurinha e Nelinho, lançado em 1961, falando do ventinho bom que sopra lá na Praça, sacudindo a saia da moçada assanhada. Quem sabe não seja esse vento camarada do Ceará, o responsável pela agitação dos bilhões de neurônios do ilustre pesquisador Miguel Ângelo de Azevedo, ao ponto de se conectarem, na pauta do preciso, para produção de uma obra do porte da que vem de ser lançada pelas Edições UFC. O Nirez merece parabéns, em dose dupla: pelo seu talento de pesquisador e pela *História cantada no Brasil em 78 rotações*.

DISCURSOS

Engenheiro Agrônomo Francisco Ésio de Souza recebe da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Ceará a outorga da Medalha Guimarães Duque de 2009

Francisco Ésio de Souza*

É com imensa honra e satisfação que recebo nesta noite de 10 de outubro de 2009 a medalha "Guimarães Duque", símbolo maior da engenharia agronômica de nosso Estado. Confesso que já fui contemplado com diversas medalhas, títulos, comendas, mas nenhuma tocou mais a minha alma do que a que acabo de ganhar. Significado maior exprime por ter partido dos engenheiros agrônomos do Ceará para outro engenheiro agrônomo nascido e formado no Ceará. Quase a contrariar a sentença bíblica de que ninguém é profeta em sua terra.

Ao receber esta honraria, já no ocaso de minha vida, seja biológica, seja profissional, vejo como a Associação dos Engenheiros Agrônomos é sábia e criteriosa, pois espera, observa e analisa bem os seus pretensos homenageados. Sou ciente de que, dentre os que compõem a galeria dos detentores desta cobiçada medalha, existem nomes que pertencem à valorosa Turma de 1962, a minha turma, do velho casarão do Alagadiço. Local onde se abrigava a Escola de Agronomia do Ceará, hoje Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará e o Colégio Santa Isabel, de moças bonitas de minha geração.

É claro que não irei apenas falar sobre mim, porquanto já foi lida uma síntese de meu currículo. Contudo, quero apresentar, sucintamente, as fases de minha vida profissional, divididas em três momentos temporais. O primeiro compreendido de 1963 a 1970, em que fui um profissional puro da Agronomia. Oportunidade em que pesquisei e publiquei

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

alguns trabalhos técnicos no âmbito das oleaginosas. O segundo compreendeu o intervalo de 1970 a 1991, quando me dediquei às atividades agronômicas, mas com um viés administrativo. E o terceiro veio com o advento de minha aposentadoria pela Sudene, em 1991, até os nossos dias, ao ingressar como sócio efetivo no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, na vaga do saudoso Mestre Francisco Alves de Andrade. Desse momento em diante, passei a me interessar mais pela História e pela Literatura, com algumas incursões pela Antropologia. A experiência que tive como engenheiro agrônomo serviu de subsídio para minha produção literária. Tendo nascido do semiárido, nele me aprofundei; enquanto na Zona da Mata, a nobre e até então desconhecida, vivi por cerca de dezessete anos por conta de minha condição de técnico da Sudene. Grandes escritores como Euclides da Cunha, Guimarães Duque, Manuel Correia de Andrade e René Christoi serviram-me de inspiração a princípio. Destaco também os nomes de Celso Furtado, Jader de Andrade e Raul Prebisch, Juan Rulfo e Stefan Zweig.

Com um olhar crítico de Engenheiro Agrônomo, tentei transpassar para o papel a revolta da terra contra o homem, bem como a luta desse pela sobrevivência, tema atual mas já muito debatido e estudado por cientistas de outras épocas. A escassez de recursos para sobrevivência foi citada, inclusive, no Livro Sagrado. Vejamos.

O ser biológico, seja ele animal ou vegetal, é escravo da água e do alimento. "O acesso à alimentação segura é algo mais que direito humano. É um direito animal", disse Jacques Diouff, diretor-geral da FAO. Seguindo esse enunciado, o homem dito civilizado e urbano perdeu suas qualidades de caçador e como tal fica à mercê do esforço próprio produtivo ou de outrem de sua espécie. Mas essa produção nem sempre se encontra suficientemente disponível, temporal e espacialmente para todos.

Desde as primeiras Eras, o homem se depara com crises de ofertas de alimentos, que geram fome, guerras e morte. Do Antigo Egito diz-nos trechos do "Gênesis 41": "A fome esgotará a terra e não se saberá mais o que é abundância na terra por causa da fome que há de seguir, de tão dura que será". Da Idade Antiga à Idade Contemporânea, o problema só se fez agudizar.

No fim do século XVIII (1798), Malthus, como economista e demógrafo, publicou seu *Essay on Population* em que afirmava que a

população cresce em progressão geométrica enquanto a produção dos alimentos prende-se a taxas aritméticas. Prognosticando que, se não se adotassem medidas de controle de natalidade, sobretudo entre os menos favorecidos, a humanidade passaria fome. Malthus era um determinista e, como muitos acadêmicos de sua época, acreditava nas forças da natureza para moldar tudo a seu gosto. Suas ideias ainda hoje são defendidas por alguns economistas e atacadas por outros. Contudo, um fato tem-se como assertiva: Malthus, quando formulou sua teoria, não imaginou o que viria descobrir von Liebig (1824), na Química, e Mendel (1848), na Genética.

Ao estabelecer as bases da nutrição mineral artificial, adicionando aos solos carentes quantidades mínimas de elementos químicos, de modo a permitir que as espécies cultivadas exteriorizem todo o potencial, com o estabelecimento do NPK, Liebig descobria uma poção mágica para Engenharia Agronômica que fazia elevar a produtividade por planta e a consequente produção. O advento do papel dos microelementos, como agentes desbloqueadores dos macros, não tardou mais para que se obtivesse a fórmula ideal para cada espécie cultivada. Mas as plantas têm um limite de produção, ainda que contem com uma oferta ideal de nutrição. Nisso, Gregório Mendel lançava as bases da Genética, ciência que bateria de frente com a teoria malthusiana. O monge cientista foi questionado de início. Contudo, em 1900, outro estudioso chamado Morgan seguiu o mesmo pensamento do "Pai da Genética", ao realizar suas pesquisas com as *Drosóphilas*. Nos tempos atuais, não podemos esquecer as contribuições de Campbell, cujos trabalhos voltados também para a genética deram origem ao primeiro clone, a ovelha Dolly.

A Revolução Industrial, por sua vez, substituía o braço humano pelo êmbolo mecânico e jogaria os defensivos agrícolas que, se administrados por profissionais credenciados, diminuiriam os riscos à saúde da população humana e do próprio Planeta Terra.

Ficava configurado, assim, todo um arsenal à disposição do Engenheiro Agrônomo para destroçar a teoria malthusiana e com ela o fantasma da fome no mundo, o que esse profissional vem cumprindo a contento!

Nesta visão, não se pode isolar a engenharia agronômica deste ou daquele país, mas contextualizá-la em todo o Planeta Terra, já que o mundo está globalizado. Alimento existe, o que falta é melhor distri-

buição da renda e de terra para obtermos o poder aquisitivo e adquirir o alimento. Com o dito arsenal ao seu dispor, eclodiu, nas décadas de 1970 e 1980, a "Revolução Verde", com seus prós e contras, mas, ainda assim, aumentando o suprimento de alimentos às populações pobres do Terceiro Mundo. O líder maior desse movimento foi o Engenheiro Agrônomo Norman Emest Borlaug, detentor do Prêmio Nobel da Paz de 1970. Contudo, não se deve ignorar o alerta dado por Malthus, pois a população cresceu vertiginosamente e põe em risco a sobrevivência do homem na Terra, não só pela escassez de alimentos, mas por ameaçar a própria base física do Planeta, tendo em vista a ganância dos poderosos, ávidos por riqueza, e o sofrimento dos pobres, vitimados pela fome.

Corroborando com essa tese, veja-se o que disse McNamara[1], então presidente do Banco Mundial, em discurso sobre o problema da população, pronunciado em abril de 1977, na Universidade de Cambridge: "Ao lado da ameaça de uma guerra termonuclear, essa é a questão mais grave que enfrentará o mundo durante os próximos decênios. De fato, em muitos aspectos, o crescimento desenfreado da população constitui para o mundo uma ameaça mais séria e sutil que a guerra nuclear, posto que intrinsecamente está menos sujeito a salvaguardas nacionais e é mais difícil de submeter a um controle organizado".

Somente Borlaug foi agraciado, oficialmente, pelo Nobel da Paz, é verdade, mas todos os Engenheiros Agrônomos do mundo são anônimos detentores deste mérito. Pois cada um se dedica, direta ou indiretamente, à produção de alimentos ou matérias-primas, antídotos contra a fome.

A fome é a principal causa de revolta das massas pobres do mundo subdesenvolvido. Devido à má condição alimentar, governos podem ser derrubados e a ordem constituída, transformada em caos. Tal problema tende a ser agravado devido ao alarde feito pela mídia globalizada. Nada no mundo conduz mais à paz que populações bem alimentadas.

No Brasil das últimas décadas, destacam-se grandes nomes da engenharia agronômica, seja no campo político-administrativo, como no técnico ou no ensino. No primeiro, no âmbito nacional tivemos: João Gonçalves de Souza (CE), Apolônio Sales (PE); Cirne Lima (RS); Alisson Paulineli (MG); Maurício Rangel Reis (RJ) e, mais recentemente,

[1] Robert S. McNamara – Então presidente do Banco Mundial, em conferência pronunciada a 26 de abril de 1977, no Massachusetts Institute of Technology em Cambridge, Massachusetts, EUA.

Roberto Rodrigues como Ministro da Agricultura do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Já na pesquisa, destacamos: Mateus Ventura, Guimarães Duque, José Júlio da Ponte, Raimundo Braz Filho (CE); Chaves Batista e Dardo de Andrade (PE); Paulo Alvim (BA); Almiro Blumenschein e Ernesto Parterniani (SP), dentre outros grandes nomes. Na difusão tecnológica ou extensão, no Ceará, tivemos Pedro Menezes Colli, Valdir Pessoa; no ensino apontamos no Ceará: Dias da Rocha, Hugo Lopes de Mendonça, Francisco Alves de Andrade, Renato Braga, Dario Soares, Antônio de Albuquerque Sousa Filho dentre outros. Para o campo da consultoria destaca-se José Otamar de Carvalho (CE)

No tocante aos aspectos da Engenharia Agronômica no Brasil, podemos dizer que o país, atualmente, é um dos maiores produtores de grãos do mundo. A ponto de incomodar até países de pujança agrícola reconhecida historicamente, como os Estados Unidos da América. Senão, veja-se: para identificar o porquê da competitividade brasileira dentre os *commodities*, o senador Charles Grassey, republicano do Estado de Iowa, produtor de soja e milho, enviou técnicos de um centro de pesquisas do Congresso americano para investigar a agricultura brasileira. A constatação dos pesquisadores foi de que o desempenho brasileiro não dependia de subvenção do Estado, mas de produtividade. Contudo, nada disso aconteceu por geração espontânea. Recordo bem que, em 26 de abril de 1973, eu, um jovem Engenheiro Agrônomo, chefe da Divisão de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Departamento de Agricultura e Abastecimento da Sudene, na cidade do Recife, quando convocado pelo diretor do Departamento para acompanhá-lo até o gabinete do Superintendente, lá se encontrava o recém-nomeado presidente da Embrapa – o economista Irineu Cabral – e os diretores engenheiros agrônomos Eliseu Alves de Andrade, Edmundo Fontoura Gastal e Almiro Blumenschein.

Era o início da Embrapa. Pediram apoio à Sudene e obtiveram! A preocupação maior era preparar um quadro de pesquisadores de alto nível e unificar a pesquisa agropecuária em um só comando, porquanto muitos temas de pesquisas eram buscados, simultaneamente, por diversas instituições em paralelo, sem que nenhuma conhecesse o trabalho da outra. Foi celebrado, assim, protocolo de intenções tripartite, iniciativa da Sudene, de que Embrapa, Sudene e BNB haveriam de trocar informações sobre seus trabalhos. Assim vi a Embrapa nascer!

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária hoje não é só um centro de excelência do saber agropecuário brasileiro, mas também um dos maiores do mundo, gerando tecnologia dentro dos mais variados ecossistemas que formam a arquitetura física do Brasil, senão latino-americana. Sua importância é de tal ordem que é domínio da comunidade internacional o reconhecimento da contribuição do Brasil para reduzir os problemas de alimentação do mundo atual. Mundo que contabiliza mais de um bilhão de pessoas famintas. O que é de estranhar que essa vergonhosa cifra não se restringe somente aos países do Terceiro Mundo, como muitos imaginam, mas também aos países ricos, cuja população chega a cerca de quinze milhões de pessoas.

No Brasil, por conta do trabalho da Embrapa, áreas, como as dos Cerrados, que outrora se portavam à margem do processo produtivo, pela restrição da baixa fertilidade, foram desbloqueadas e celeremente incorporadas ao esforço nacional de produção; seja no âmbito do agronegócio, gerando divisas, seja na esfera da agricultura familiar, dissipando tensões sociais.

Veja-se o que diz o economista Delfim Neto,[2] ex-Ministro da Agricultura do Brasil sobre o mesmo tema: "A Embrapa além de tornar a oferta de alimentos mais acessível, tem transferido gratuitamente aos países pobres da África as técnicas da agricultura tropical por ela desenvolvida".

O conceito da Instituição alterou-se tanto que o então Ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), preocupado com os desníveis de desempenho, no âmbito regional e setorial, e espelhados pelo sucesso da Embrapa em gerar pesquisas que atendam ora o agronegócio, ora a agricultura familiar, sugeriu que fosse criada uma espécie de Embrapa para o setor industrial.

A Embrapa Industrial – disse Unger[3] – "não precisa e nem deve ser uma empresa unitária, mas uma rede de instituições federais, estaduais e acadêmicas, voltadas para o soerguimento do setor prioritário das pequenas e médias empresas".

---

[2] Antônio Delfim Neto – O Brasil e Fome no Mundo – *Revista Rumos* – julho/agosto 2009.

[3] Roberto Mangabeira Unger – Ministro de Assuntos Estratégicos do Brasil – *Folhaonline*, 28 de setembro de 2009.

A Agronomia é uma ciência experimental por excelência. O profissional de qualquer natureza somente encontra respeito de seus pares se faz algo bom e tangível para a sociedade a qual pertence. A pesquisa é que fornece segurança aos dados que um professor repassa ao aluno ou o extensionista ao agricultor. Sem a pesquisa autóctone, para os ambientes específicos, o profissional da Engenharia Agronômica torna-se inseguro quanto aos resultados esperados. Podendo sofrer vexames. Neste aspecto o semiárido brasileiro ainda é uma caixa de especulação cientifica, por mais que Euclides da Cunha, Arrojado Lisboa e Guimarães Duque tenham procurado interpretá-lo. Por conseguinte, o semiárido continua sendo ainda uma incógnita, tal qual desafia a esfinge: "decifra-me ou devoro-te".

Guimarães Duque foi um homem que viu além do seu tempo. Quando o mundo sequer falava em Ecologia, preocupava-se ele com a integridade dos ecossistemas. Mais isento do que foram Euclides da Cunha e Arrojado Lisboa, que sofreram influências do espírito do século XIX, de marcada presença das escolas filosóficas, ora do Determinismo, ora do Positivismo de Auguste Comte, Guimarães Duque desvencilhou-se do Determinismo para imbuir-se dos valores do século XX, da liberdade de Jean- Paul Sartre, nos quais, felizmente, as forças deterministas perdiam espaço.

Contudo, nesta noite, não me proponho a falar da figura do mestre Guimarães Duque, pois entendo que a mesma já foi exaustivamente comentada por outros que aqui me antecederam, mas, tão somente, realçar alguns aspectos de sua obra, que mais me atraíram e me encantaram quando ainda estudante de Agronomia. Refiro-me ao clássico, dentro do seu gênero, do livro *Solo e Água no Polígono das Secas*.

Pouco tive contato com o insigne Mestre, a não ser em uma palestra, quando ainda estudante e, posteriormente, já como técnico da Sudene, tive a felicidade de escutar suas opiniões acerca da criação das (Cepas) ou Comissões de Planejamento Agrícola, que nasciam na superintendência, com a assistência técnica da FAO. Leia-se Manuel Figueroa, de cujo estudo eu era responsável pela parte dos recursos naturais, como atores coadjuvantes do processo de desenvolvimento econômico e social.

A dinâmica das diversas edições de *Solo e Água no Polígono das Secas* teve uma influência marcante na elaboração da engenharia furtadiana na nova maneira de ver e combater as forças antagônicas do

desenvolvimento, dentro do amplo projeto de construção do Nordeste, inserido no esforço nacional, a partir do GTDN. Antes de analisar mais apuradamente a obra, confesso que antes nunca tinha me apercebido disso, pois quando lia *Os Sertões* de Euclides da Cunha, sempre me concentrei na parte que se refere à "Terra" e pouco dava importância aos textos relacionados ao "Homem" ou à "Luta". O mesmo fazia quando estudava *Solo e Água no Polígono das Secas*. Deliciava-me com a parte física do livro (o solo, a florística, o clima), mas pouco atinava para os conceitos nele existentes.

Na primeira edição do livro, de outubro de 1949, Duque[4] já destacava o Polígono das Secas não só como um problema, mas, também, como uma área de potencialidade: "A aridez, ainda que limite o desenvolvimento vegetal, proporciona, contudo, muitas vantagens…". Na edição de 1951, ele debate muito acerca da relação existente entre o atraso do Nordeste e o comportamento do homem nordestino, seja ele da elite, seja do povo.

Mesmo que essa seja uma problemática nordestina, torna-se perigoso disseminá-la, visto que o Estado Nacional pode passar a debitar todas as dificuldades enfrentadas pela região aos céus, quando não manda chuva, e ao povo, que não colabora. E ele, o Estado Nacional, se ausente da adoção de ações duradouras como medidas de combate ao desenvolto processo de desertificação de algumas áreas do semiárido; o desenvolvimento de pesquisas autóctones que busquem cientificamente um melhor manejo para o solo e a água do semiárido; melhor aproveitamento da energia solar, eólica, irrigação e preparo e educação do homem para conviver de forma sustentável na região. Na terceira edição, de 1953, Duque[5] acrescenta duas novas partes: "A preparação do povo para vencer a seca" e a "Colonização das terras, úmidas limítrofes".

Pela estratégia do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), o Nordeste, para acelerar sua saída do marasmo em que sempre viveu, necessitava de um choque de medidas que incluísse a industrialização, a diversificação da zona da mata, o fortalecimento da economia do semiárido e a expansão da fronteira agrícola.

Acredita-se que essa sugestão de expansão do semiárido, para além de suas linhas poligonais, tenha sido aproveitada por Celso Fur-

[4, 5] José Guimarães Duque – *Solo e Água no Polígono das Secas*. p. 7 e 15.

tado (1959) quando da elaboração do GTDN, documento-chave que estabeleceu as linhas mestras de uma nova maneira de ver os entraves do Nordeste e a adoção de medidas de como neutralizá-los.

Quem se propor, assim, a ler o GTDN, com mais atenção, perceberá, sem muitas dificuldades, nítidos rastros da obra de Guimarães Duque influenciando na concepção e feitura do documento que originou a Sudene depois de 50 anos da criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).

O povo inculto é mais vítima do que obstáculo, como vítima também é o meio, com ambos exibindo rastros do colonizador, que tudo fez provocar o desequilíbrio do meio.

Nestas circunstâncias, diz Sérgio Buarque de Holanda:[6] "Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado." Somente antes de Jean-Jacques Rosseau, quando o Estado era propriedade das famílias reais e da Igreja, era que ele não punha sua estrutura à disposição para adoção de políticas públicas, que atendessem aos interesses gerais do povo.

A garantia dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), um conjunto de oito intervenções tangíveis que eram para ser cumpridas por todos os países até 2005, contemplando desde a erradicação da extrema pobreza e da fome até a universalização do ensino básico e garantindo a sustentabilidade ambiental do planeta, depende de vontade política, defendeu Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, durante uma reunião anual de abertura do Conselho Econômico e Social da entidade. Observem como o combate à fome e à qualidade ambiental têm muito a ver com o dia-a-dia do Engenheiro Agrônomo.

Talvez o desencanto do Mestre Duque, com a presença do Estado Nacional como corregedor maior das desigualdades econômicas e sociais, além de indutor do desenvolvimento do Nordeste, advenha da crônica estreiteza dos recursos financeiros e humanos que foram postos à sua disposição para desenvolver seus trabalhos.

Lendo-se com mais atenção sua obra, vê-se que Guimarães Duque, ao lado do seu saber, albergava invejável simplicidade. Mas se vivo fosse, Duque veria que suas ideias não caíram em solos estéreis, visto que muito contribuíram para uma formação ecológica em nossa região.

[6] Sérgio Buarque de Holanda – *Raízes do Brasil.* p. 141. Companhia das Letras.

Assim, em rápidas palavras, é este o perfil do quadro agronômico atual de nosso país, que detém uma bagagem de conhecimentos técnicos, a propiciar ao produtor rural, seja na pesquisa, seja na difusão tecnológica, elementos que fazem com que o Brasil desponte com uma agricultura familiar florescente e um agronegócio dos mais pujantes do mundo. Ao término deste ensaio, quero dizer que a vereda de vida percorrida por mim, como de todo homem, divide-se em duas partes: a profissional e a familiar. A profissional foi ladeada de muitas flores, alguns acúleos e, felizmente, poucos espinhos, como a da negativa da Sudene em me liberar para trabalhar na FAO (Nações Unidas) em um Projeto de Valorização Rural dos Andes, no Equador. Enquanto a familiar foi só de flores, a começar quando Deus me deu Heloisa Helena, a minha mulher, com quem me casei, e convivo há quase cinquenta anos, e me enriqueceu com cinco filhos e treze netos.

DISCURSOS

Discurso de recepção aos novos consócios do Instituto do Ceará, Marcelo Gurgel Carlos da Silva e José Reginaldo Lima Verde Leal

Osmar Maia Diógenes*

Decisão honrosa do presidente deste sodalício, educador Ednilo Soárez, designou-me para saudar os dois ilustres recipiendários, que nesta magna sessão solene, recebem o galardão de sócios efetivos da casa de Barão de Studart, acolhedora e tradicional mansão do saber e da cultura, panteon sagrado e santificante de consócios sobejamente dotados da divina e sublime arte e ciência do saber, pacientes e dedicados mestres do aprender, do ensinar e registrar o que de mais importante se escreveu entre nós, sobre estudos voltados à história, à geografia e à antropologia.

Ao nosso olhar respeitoso e admirado, o Instituto do Ceará representa uma galeria de figuras notáveis, de personalidades reconhecidamente ilustres, que de forma exemplificadora, permanente e brilhante, muito honrosamente se têm sentado nestas cadeiras venerandas.

Se evocássemos o simbolismo religioso, diríamos que este é um momento votivo, hora de culto ante um altar de auras multicores, de luzes resplandecentes. A recepção de novos consócios, ora sagrados na pia batismal deste Olimpo, caracteriza o luzir fecundo dos amantes da cultura, o brilho fascinante e esplendoroso de quantos fazem do livro um buquê de flores, posto sobre augusto altar da inteligência.

Mas cabe-me alertar aos novos congregados desta confraria de homens de espírito, instigar mesmo as vossas inteligências, oh ilustres noviços, para que possais guardar no recanto mais sensível de vossos

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

corações, esta maravilhosa exortação ditada a Moisés ante uma sarça ardente que não se consumia pelo fogo, simbolismo ora aqui exposto em correlação ao Instituto do Ceará: "Moisés, bate a poeira de tuas sandálias, pois o chão que pisas é terra santa".

Entre alegre, regozijado e temeroso, sinto-me acalentado pela relevância do momento, levado a repetir a sábia lição proferida por Renan, o magnífico mestre da Academia Francesa: "É dificílimo provar que se é modesto, pois, desde que se diz sê-lo, deixa-se de sê-lo". Tentando sobrepor-me ao dilema formal entre a altivez exagerada do intimorato, e a modéstia filosófica da prudência, impossível mostrar-me alheio a uma ponta de sadio júbilo por tão lisonjeira e auspiciosa deferência.

Marcelo Gurgel Carlos da Silva e José Reginaldo Lima Verde, os dois ilustres mestres que ora recebem a ablução, a admissão como eleitos membros efetivos deste centro de cultura, somam-se ao seleto quadro de consócios, os de ontem e os de hoje, astros fulgurantes de uma constelação de eméritos intelectuais, aboiadores cantantes pelos caminhos infinitos do cronos, do tempo, perpetuadores e criadores do formidável reconhecimento nacional às letras cearenses.

De 1887 aos dias de hoje, já foram arrancadas cento e vinte e seis vezes, do calendário do tempo, a folha de 4 de março, praticamente 127 vezes, desde a inspirada instalação desta Casa. Na transitoriedade do tempo, cento e quarenta e seis consócios, contando convosco, receberam a unção honrosa de membros efetivos do Instituto do Ceará, numa simbiose perfeita de sabedoria, reconhecimento e convivência fraterna.

Os comissionados à presidência da instituição, em número de dezessete, guiados sabiamente pela bússola da competência, nunca perderam o norte do nosso porto seguro. Esses ilustres senhores deixaram-nos sábias lições de exemplos e amor a esta Casa, práticas que não só devemos enunciá-las e repeti-las, mas vivenciá-las de forma efetiva e amorosamente.

Um organismo de vida secular como o Instituto, maduro em experiência e no tempo, reclama a inoculação de energias frescas, de entusiasmos novos, de determinações decididas, capazes de aliviar as fadigas naturais da fatalidade do peso dos anos, num processo inteligente, necessário, prudente e inexorável de renovação.

Através da publicação anual e ininterrupta de sua Revista, órgão vital e propulsor da casa, nos últimos anos, sabiamente codificada e

organizada pelo ilustre consócio Pedro Alberto, a quem prestamos o nosso respeitoso carinho e reconhecimento, tem testemunhado a presença constante em nossos quadros, de mulheres e homens sóbrios, cultores e louvadores das letras nacionais. O que de melhor e mais importante foi estudado, pesquisado e escrito, acerca da história, da geografia e da antropologia no Ceará trazem a chancela dos mestres do Instituto.

Reconheço que deverei ser breve, e bem utilizar este precioso tempo de apresentação, para uma retrospectiva absolutamente sucinta do panorama cultural cearense, ao correr da centúria de 1800, isto para clarear os caminhos do alvorecer do Instituto do Ceará. Sabemos que os dados ora oferecidos são todos do pleno conhecimento dos consócios, razão por que acredito mais úteis aos demais presentes que nos prestigiam nesta noite.

Pelos anos de 1880, Fortaleza começava a ter expressão como cidade. Na realidade eram poucas as suas ruas, com iluminação rudimentar, de azeite de peixe. De educandário público, somente o Liceu do Ceará, que é de 1845. Desde 1863 funcionava na capital da Província o Ateneu Cearense, fundado por Costa Mendes, de orientação pedagógica então avançada. É de 1864 a instalação do Seminário da Prainha, com porte de academia, e de 1865 o Colégio da Imaculada Conceição.

Em 1870, jovens intelectualizados instalam a Academia Francesa do Ceará. Em 1875, Fortaleza conta no seu cenário cultural com o Gabinete Cearense de Leitura, senhor de uma biblioteca aberta ao público, e o razoável acervo de dois mil livros.

É esse Gabinete que faz instalar na Província o Instituto Histórico e Geográfico Cearense, fundado em 6 de novembro de 1877. Barão de Studart informa que essa agremiação não foi adiante, morrendo logo ao nascer.

Dez anos depois surge uma nova Tebaida, retiro de intelectuais, isto em 4 de março de 1887, o Instituto do Ceará, por iniciativa de doze estudiosos da história e da geografia, com atuação ativa e permanente no cenário de nossa intelectualidade. Num preito de reconhecimento aos fundadores, citemos Paulino Nogueira, o mais erudito e o orago do grupo, professor e diretor do Liceu do Ceará, deputado geral e vice-presidente da Província do Ceará, e nosso primeiro presidente.

Ressalte-se também o Barão de Studart, então o mais jovem do clã, com 32 anos, por decênios o grande mantenedor da Casa, até ser

chamado em 1938 à outra morada de Deus. O objetivo da sociedade era "tornar conhecidas a história e a geografia da Província, e concorrer para o desenvolvimento das letras e da ciência". Essas informações nos foram legadas pelo historiador Raimundo Girão, nosso consócio, num momento idêntico a este, em noite de recepção festiva, em 25 de agosto de 1955.

O espírito que anima hoje esta Casa de Cultura é o mesmo vivenciado em todas as décadas passadas, em ocasiões similares. Nesta reunião solene de recepção de novos membros, como recomenda a ritualística acadêmica, deve o apresentador percorrer, de forma sumária, o *curriculum vitae* dos recém-chegados, dados suficientes e indicador da justeza de suas escolhas pelo corpo de votantes.

Assim, estimados novos consócios, na usança desse estilo clássico e tradicional, legado desde o ano de 1530, do Colégio de France, compete-me a mui agradável e honrosa comissão, de além de saudar-vos, também enaltecer os vossos méritos, falar sobre as vossas origens, trabalhos e triunfos na vida cultural e profissional, em virtude dos quais fostes eleitos. Mas é importante e também prudente vos levar à reflexão sobre o valor literário do Instituto, e do mérito e saber dos membros efetivos deste templo.

Não deverei esquecer de lembrar as qualidades e resultados práticos aguardados de vós, e ressaltar que foram os vossos requisitos intelectuais e morais, a análise de vossas produções literárias, as vossas qualificações meritórias, os fatos aconselhadores norteadores dos votos regimentais à concessão do placet, à conseqüente aprovação dos vossos nomes.

Minhas senhoras e meus senhores, nunca me arvorei de juiz de consciências alheias. Nem o grande mestre Jesus assim se postou quando inquirido acerca desse sagrado direito. Aprendi com Voltaire, o criador da Primeira Filosofia da História, que unicamente os filósofos deveriam escrever sobre história, preceito defendido também por Benedetto Croce, crítico e político italiano, senhor de grande influência sobre o pensamento liberal. Esse mestre vaticinou: que "a história deve ser escrita por filósofos". Mas cada vida é uma história, e todos os consócios reservam ao Instituto um pouco de sua história, uma parcela de suas vidas, verdadeiros registros ao julgamento da posteridade.

Sem auto-me afirmar historiador ou filósofo, entendo os recipiendários merecedores deste batismo sacrossanto, pois assim também concluiu a meticulosa Comissão de Verificação, a lucidez da diretoria, e o aprovo dos consócios votantes.

Nesta noite os nossos olhos estão voltados para os novos obreiros da Casa. Reginaldo Lima Verde, escritor, cientista, engenheiro e geólogo pela Escola Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, pós-graduado pela Escola Superior de Geologia de Nancy e pela Universidade de Sorbone, na França; e Marcelo Gurgel, médico e professor universitário, economista, com pós-doutorado em Economia da Saúde pela Universidade de Barcelona, na Espanha, emérito, talentoso, versátil e inspirado escritor.

Muito mais poderia enumerar sobre os mesmos, um rol de obras editadas, palestras, diplomas, artigos publicados na imprensa, mas cabe-me evitar a prolixidade e observar a expressa e regimental recomendação do tempo destinado aos oradores desta solenidade, isto em respeito à seleta assistência. Parece-me cauteloso deixar aos recepcionados esses complementos de seus próprios dados. Que façam o realce que julgar importante, naturalmente com parcimônia e clareza, nos limites do crédito dos 15 minutos que nos foram democraticamente abonados.

"O louvor, na realidade faz-se com poucas palavras", já dizia Machado de Assis, o autor de *Quincas Borba*. Nada mais natural a nossa alegria, por contarmos com novos parceiros em tão laboriosa jornada. Precisamos, Marcelo e Reginaldo, do vosso labor, esta a nossa esperança, traduzida em perene devotamento à Casa, que tão afetuosamente vos acolhe.

Sede bem-vindos e felizes entre nós. Estamos jubilosos com as vossas presenças, e muito nos honram as vossas companhias. Elas representam soma e renovação ao processo natural e contínuo do vir a ser dinâmico da Casa do Barão.

Concluo, presidente Ednilo Soárez, lembrando um dos mais belos textos da literatura universal, o cântico sublime de Davi, exaltando a paz, o progresso e a união fraternal:

> *Oh; quão bom e suave é que os obreiros da seara vivam e habitem em união. É como o óleo precioso sobre a cabeça, que desce sobre*

> *a barba de Arão, sobre a gola das suas vestes. É como o orvalho de Hermom, que desce sobre os montes de Sião, porque ali o Senhor ordenou a bênção e a* paz *para sempre*.

Muito obrigado.

(Discurso pronunciado na noite de 23 de janeiro de 2014).

Discurso de posse de Maria Clélia Lustosa Costa como sócia efetiva do Instituto do Ceará

Maria Clélia Lustosa Costa*

É com profunda satisfação e alegria que tomo posse como sócia efetiva do Instituto do Ceará, responsável pela preservação de documentos, elaboração de estudos e divulgação da Geografia, História e Antropologia do Ceará. Este é um momento muito importante em minha vida, não só pelo que representa, mas também pelos fatores que justificaram minha indicação para esta instituição do saber, uma das mais antigas da sociedade civil, fundada em 4 de março de 1887: o fato de ser geógrafa e mulher, pontos fundamentais para a escolha pelos meus pares.

Quero prestar uma homenagem especial ao meu antecessor, o escritor e ex-deputado federal Marcelo Caracas Linhares, que morreu aos 83 anos, deixando a viúva Irismar Machado e uma vasta produção literária.

Escreveu oito livros e vários folhetos, como ele dizia, aqueles livros que não se mantinham em pé. Todos oferecidos a D. Irismar, sua âncora, sempre presente em todos os momentos, inclusive ajudando-o a superar as dificuldades na vida política. Ele dizia que Deus fora pródigo ao colocá-la em seu caminho. Em uma das suas dedicatórias afirma: "Não constituímos famílias, mas construímos um grande amor".

Sua obra retrata seu amor pela política, pela família, por sua terra Guaramiranga. Destacam-se a *Questão religiosa, Os Caracas de Guaramiranga, Governo Linhares – transição para a democracia, Virgílio Távora – sua época, Governo Castelo Branco – isto é verdade.*

* Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

Marcelo Linhares passou a infância em Guaramiranga. Meio autodidata, prestou o vestibular para a Faculdade de Direito e, ao mesmo tempo, foi aprovado em concurso do Banco do Brasil, uma das carreiras mais cobiçadas da mocidade de então. Transferido para a Agência de Crato e depois para a de Quixadá, preparou-se sozinho, pois vinha a Fortaleza apenas fazer as provas. No Banco do Brasil terminou a carreira como advogado.

A política estava no sangue. O pai e o irmão José foram deputados federais. O tio, Francisco Linhares Filho, deputado estadual por alguns mandatos. Outro tio, o ministro José Linhares, presidiu o Supremo Tribunal Federal e chegou a Presidência da República. VirgílioTávora também era primo, da família Caracas de Guaramiranga. No governo Plácido Castelo, Linhares ocupou a Secretaria de Planejamento do Ceará, e depois, o cargo de deputado federal por quatro mandatos seguidos.

Lúcio Alcântara o descreve como homem elegante, de agradável convívio, formando com sua mulher Irismar, um casal sempre benquisto na sociedade.

Lustosa da Costa foi um dos seus grandes amigos. Apesar da distância física e diferenças políticas e ideológicas, se comunicavam quase diariamente. Lustosa o considerava "um dos caras mais educados" que conheceu até hoje. Educado a ponto de conviver com sua postura "apaixonada diante da vida pública, sem que isso ensombrasse suas afetuosas relações". Um dos pilares da sua amizade residia no respeito mútuo.

Aos 83 anos mantinha a coragem para trabalhar, para estudar, para ler. Lia dois livros por semana, e lamentava, pois via tanta coisa para ler. Para ele, o mais importante em um homem é o caráter, a palavra. Dizia: "Quando me perguntam o que eu sou, respondo ser apenas um contador de histórias".

Sinto-me profundamente honrada ao tomar posse nesta instituição fundada por Paulino Nogueira, Barão de Studart, Antônio Bezerra de Menezes e Juvenal Galeno, autores que me ajudaram a compreender a formação socioespacial do Ceará e as transformações urbanas de Fortaleza. Com Paulino Nogueira percorri a história da província do Ceará por meio dos relatos dos seus presidentes. Antônio Bezerra de Menezes levou-me a percorrer o norte da província do Ceará e a co-

nhecer a Fortaleza do final do século XIX. Por meio dos livros *O Ceará no começo do século XX e O Ceará no centenário da Independência do Brasil,* de Thomaz Pompeu de Souza Brasil, entendi melhor o Ceará. Barão de Studart, com suas *Datas e fatos, Dicionário bibliográfico* e tantos outros livros e artigos, principalmente *Climatologia e epidemiologia do Ceará*, ajudou-me a recuperar a História e Geografia médica do século XIX. A maior parte deste conhecimento está publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, a mais antiga do estado.

Graças a eles e a tantos outros, temos hoje um grande acervo bibliográfico sobre a Geografia, a História e a Antropologia cearense. Capistrano de Abreu em carta a Barão de Studart afirmava que o Ceará era a província mais estudada do norte do país.

Tudo isto agora está disponível pelo empenho do último presidente, Manuel Eduardo Pinheiro Campos, que partiu em meio a muitas realizações. Com apoio de setores empresariais cearenses, em especial o grupo Dias Branco, construiu o Memorial Barão de Studart, restaurou inteiramente as instalações e reabriu as portas do palácio de Jeremias Arruda, atual sede, à visitação. Sob sua direção, em fins de 2005, o Instituto do Ceará estabeleceu um Programa de Modernização do seu Acervo, com a construção de um site e a digitalização das *Revistas do Instituto do Ceará*, Atas da Província do Ceará e outras coleções valiosas. Como falou Lúcio Alcântara no momento da sua partida: Manuelito Eduardo era "extrovertido, caloroso, dono de impressionante energia, nunca capitulou diante das vicissitudes da vida. Superou tudo com altivez e incansável capacidade de produção intelectual na literatura, no teatro, na imprensa e na administração de entidades culturais, sempre atento aos avanços da tecnologia e da modernidade".

Entre os fundadores não podemos esquecer Antonio Augusto Vasconcelos, de uma família de intelectuais, pai da primeira mulher eleita para o Instituto do Ceará, Júlia Vasconcelos. Na sessão de sua posse, o sócio Antonio Teodorico da Costa, que não votou na candidata, fez questão de reafirmar ser contrário à "co-participação da mulher nos centros de cultura lítero-científico". Talvez quisesse lembrar que as mulheres deveriam se restringir às atividades domésticas. Júlia não retorna fisicamente ao Instituto, mas mantém-se presente com seus artigos na revista.

Zélia Camurça a descreve como a grande mestra da Escola Normal: "Uma mulher culta, para quem o português, o francês, o in-

glês, o alemão, a história, a geografia e a literatura lhes eram familiar desde os 14 anos".

No discurso de posse, publicado na *Revista do Instituto* de 1931, Júlia Vasconcelos mostra-se antenada com os grandes avanços da ciência. Recupera a evolução do pensamento geográfico, enaltece a geografia científica e ressalta o papel de Humboldt, Ritter e principalmente de Ratzel, que colocou a "geografia sobre rígidas bases científicas". Destaca Delgado de Carvalho, o "Ratzel do Brasil", professor do Colégio Pedro II, pelo esforço de reconstruir a Geografia no país. Ela desejava uma Geografia como idealizou Ratzel, girando em torno das realizações humanas. Uma Geografia apresentando "conexão racional de princípios, sistematização científica de fatos, que falem à razão e tenham para o espírito o valor de uma disciplina educativa". Para ela uma Geografia inspirada em tais moldes exigia a confecção, um roteiro seguro, o espelho vivo da sua representação material, a carta geográfica.

Critica a falta de exatidão do mapa do Ceará, pela incoerência das coordenadas geográficas, pela configuração externa inexata do nosso Estado. Defende a carta geográfica como alicerce resistente na qual repousava o edifício da Geografia. A carta rigorosamente construída, matematicamente levantada, era "o melhor espelho para esclarecer qualquer dificuldade que se apresente no labirinto multiforme das questões econômicas ou da morfologia mundial". Lamenta que estas bases sejam muito frágeis no Ceará.

Outro ponto essencial no seu discurso é a preocupação com o ensino da Geografia. Propõe a remodelação do ensino "em que o aluno apreende a Geografia do Ceará, através do binóculo da imperfeição". Insiste também na necessidade de elaboração de uma carta geográfica nacional, pois as existentes apresentam muitos problemas.

Depois de Júlia Vasconcelos outras mulheres virão que representam e representaram tão bem o intelectual cearense, a condição feminina. Alba Valdez instala a primeira agremiação feminina de fins culturais, ao presidir a Liga Feminista Cearense. Maria da Conceição Souza especialista na pesquisa bibliográfica, é chamada por Valdelice Girão de papisa da biblioteconomia no Ceará. Zélia Camurça, professora da Faculdade de Educação da UFC, doutora na Pensylvania, destaca-se na área da educação e da etimologia. A socióloga Rejane Vasconcelos Accioly, coordenadora do curso de pós-graduação em Sociologia da

UFC, com diversas publicações no campo da Sociologia e da Política, uma das mais recentes aquisições. E por final, temos a minha querida historiadora, professora da UFC, Valdelice Girão, uma das mais dedicadas à Casa do Barão, com vasta obra, destacando-se o livro sobre as charqueadas, referência obrigatória para pesquisadores brasileiros.

Fico feliz com o espaço que o Instituto abre para as mulheres e para a Geografia, sobretudo por serem poucas as mulheres e os geógrafos a participar do atual quadro.

Na área da Geografia temos o professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Ceará, Caio Lóssio Botelho, que fez escola e sobressai na academia.

Neste ano o Instituto perdeu o professor de Geografia astronômica da Universidade Estadual do Ceará, Rubens de Azevedo, conhecido por seu empenho em difundir estes estudos no Ceará, tendo sido homenageado com o nome do planetário do Instituto Dragão do Mar. Criador da primeira associação amadora de astronomia do Brasil, a Sociedade Brasileira dos Amigos da Astronomia (SBAA) e fundador do primeiro observatório popular brasileiro. De família de grandes estudiosos, é filho do pintor Otacílio de Azevedo e da poetisa Teresa Almeida de Azevedo e irmão do Nirez, Sócio Efetivo do Instituto, referência obrigatória a todo pesquisador cearense.

Não posso deixar de mencionar o Senador Pompeu (1818-1870), autor do primeiro livro didático de Geografia, *Compêndio elementar de Geografia*, com 519 páginas, publicado em 1859, no Rio de Janeiro, e adotado no Colégio Pedro II. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, aqui representado por Isabel Lustosa, a mais nova sócia efetiva.

Estudou na Faculdade de Direito do Recife e no Seminário de Olinda. Foi professor de História e Geografia, diretor de Instrução Pública do Ceará e o primeiro diretor do Liceu do Ceará, em 1845. Na política, foi líder do Partido Liberal no Ceará, deputado geral a partir de 1845 e indicado senador pela província do Ceará, em 1864. Publicou várias obras sobre História e Geografia. Como principais trabalhos cito os dois tomos dos *Ensaios estatísticos da Província do Ceará* publicados em 1863 e 1864, com 1179 paginas – um tratado da Geografia do Ceará dos meados do século XIX. Deixou muitos descendentes ilustres, a exemplo do terceiro presidente do Instituto do Ceará – Thomaz

Pompeu de Souza Brasil, e do fundador da antropologia cearense – Thomaz Pompeu de Souza Brasil Sobrinho.

Nesta oportunidade quero fazer um agradecimento póstumo ao médico José Borges Sales, que me abriu as portas da biblioteca da Academia de Medicina do Ceará e me iniciou nos caminhos da Geografia médica cearense. Através dele, conheci a obra do Dr. Vinicius Barros Leal, *História da medicina do Ceará*, muito útil nos meus estudos de Geografia médica e histórica do Ceará.

Diante de tão renomados pensadores e de todos os outros não mencionados, só me resta tentar corresponder às expectativas dos meus pares, ávidos pela presença de membro não só acadêmico, mas também interessado na produção do conhecimento na área da ciência geográfica e que viesse somar aos esforços do seu colegiado, participando ativamente das suas atividades e contribuindo para dar visibilidade científica a esta instituição centenária.

Gostaria de agradecer, também, a algumas pessoas, sem as quais eu não estaria vivendo este momento de júbilo.

Agradeço, inicialmente ao José Augusto Bezerra pela coragem de assumir a presidência do Instituto em momento tão delicado e que tem dado continuidade ao trabalho até então desenvolvido por seu antecessor.

Ao eficientíssimo tesoureiro Fernando Câmara, que faz milagres para administrar os parcos recursos desta instituição.

Ao secretário Paulo Ayrton Araújo, que de modo tão gentil, não mediu esforços para me enquadrar nos padrões sofisticados do Instituto e cumprir as formalidades.

Aos professores José Liberal de Castro e Valdelice Girão, os primeiros a me convidar para participar do Instituto do Ceará, e que são desde longas datas, minhas referências bibliográficas. Ao arquiteto Liberal de Castro pela notória contribuição para a recuperação da História e da Geografia de Fortaleza no século XIX.

Aos sócios que me indicaram, Rejane Vasconcelos Accioly, Paulo Aryton Araújo e Valdelice Girão e ao José Filomeno Moraes, pelo parecer favorável a minha candidatura.

Em nome da Marineide Alves, minha ex-aluna do curso de Geografia da UFC, quero agradecer a todos os funcionários do Insitituto que sempre me trataram com muito carinho em todas as atividades desta Casa e muito contribuíram para a beleza desta festa.

Agradeço, também, a D. Dolores, minha mãe, fundadora da Revista *Flor de Lis*, em Cajazeiras, que muito se orgulha, não da riqueza material da família, mas da educação e formação intelectual que ela e o Costa propiciaram aos 13 filhos, 50 netos, 40 bisnetos e 1 trineto.

Agradeço, ainda, ao cientista político Valmir Lopes que, com seu estilo polêmico e instigador, tem tornado nosso casamento animado nestes vinte anos de convivência.

Quero agradecer a minha família, na pessoa do meu irmão mais velho, Lustosa da Costa, o cajazeirense, mais cearense, que pelas pesquisas sobre Sobral tem recuperado não só a história do Ceará, mas o modo de vida da região norte, de meados do século XX. Como ele sempre fala em seus discursos, nossa maior riqueza são os amigos. Ao fazer a minha lista de convidados, vi o quanto eu era rica.

Quero agradecer ao Prof. Paul Claval, da Universidade Paris IV-Sorbonne que, com sua gentileza e perspicácia, me encaminhou na abordagem da Geografia histórica e cultural. Meu orientador ajudou-me a entender o papel das idéias, o impacto das mudanças de mentalidade na geração de formas, na organização do espaço, na configuração territorial, na paisagem geográfica. A compreender como a difusão de teorias, de hábitos, de valores entre a população teve efeitos significativos na ordenação das cidades brasileiras, em especial na cidade de Fortaleza.

Quero agradecer aos meus colegas das universidades cearenses (Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará, Universidade do Vale do Acaraú e Universidade Regional do Cariri) das várias áreas do conhecimento técnico, científico e cultural, na pessoa do Prof. José Borzacchiello da Silva, atual coordenador da área de Geografia na CAPES, meu amigo há trinta anos, por simbolizar para mim o compromisso com a produção e divulgação do conhecimento geográfico. Sua dedicação à AGB, ao departamento, ao mestrado e ao futuro doutorado em Geografia da UFC, a esta cidade e aos movimentos sociais lhe renderam o título de Cidadão Fortalezense e a medalha Chico Mendes.

Finalmente, quero agradecer aos estudantes, em especial aos dos cursos de Geografia. Espero que aproveitem este espaço para a realização de pesquisas, pois provavelmente no futuro alguns deles estarão neste lugar, que ora ocupo com orgulho e alegria.

Mensagem de despedida no Instituto do Ceará

José Augusto Bezerra*

Prezados membros da Mesa Diretora dos trabalhos mencionados pelo protocolo, queridos confrades, demais autoridades, senhoras e senhores:

Hoje é um dia de glória! Sonhos que se findam e outros que começam, embora estejam entrelaçados.

Lembro-me dos grandes da história, que pediam aos Deuses, ao começar e lembravam de lhes agradecer, ao terminar. Assim, tomando as suas lições, trago-lhes aqui o meu coração repleto de gratidão. É meu tempo de agradecer.

A prestação de contas completa farei posteriormente, por escrito, pois o tempo hoje é limitado.

Mas inicio dizendo da emoção de poder passar o bastão em um clima de beleza, glamour, e alegria, bem diferente daquele em que iniciamos nossa gestão, há seis anos, num ambiente marcado pela morte do Presidente, pela renúncia do vice e pelo caos financeiro e administrativo daquilo decorrente. Tão complexos eram os desafios que não desejo aqui detalhá-los, bastando saber que nenhum sócio queria aceitar a honrosa missão de Presidente, pois dizia-se, com segurança, que, tecnicamente, o Instituto não poderia sobreviver mais 60 dias.

Após várias reuniões e todas as tentativas possíveis àquela época, restaram eu e o Pedro Sisnando Leite com a ideia de assumir os assuntos pendentes, os quais, para citar apenas um, entre tantos igualmente urgentes, exigia a conclusão do Museu Barão de Studart no prazo, improrrogável, de 30 dias (Sabendo-se que além das obras fí-

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

sicas faltantes, também iríamos assumir a prestação de contas daquele projeto, junto ao Ministério da Cultura, num valor atual de um milhão de reais, tendo uma contabilidade sete meses atrasada). Não havendo mais tempo, numa última reunião, juntos com os membros da Diretoria antiga e com muitas dúvidas, cujas respostas não dependiam de nós, falei: Pedro você fica como Presidente e eu lhe ajudarei como vice, e o Pedro Sisnando Leite, após alguma reflexão, disse-me: Agora não posso, mas, aceite o contrário, assuma a Presidência, que eu serei o vice. E assim foi feito. Os outros baluartes da anterior Diretoria nos apoiaram e traçamos as estratégias. Nos dois primeiros anos fizemos três reuniões da diretoria por semana e duas ordinárias por mês, ou seja, catorze reuniões mensais, que multiplicadas por vinte e quatro meses, totalizaram 336 reuniões. Nos dois anos seguintes, com as coisas já melhores, fizemos uma reunião semanal da Diretoria e duas ordinárias por mês, num total de 144 reuniões e, nos dois últimos anos, pudemos fazer uma reunião quinzenal de diretoria e uma ordinária por mês, num total de 72 reuniões.

Então, meu primeiro agradecimento seja a Deus, por ter podido resistir a essa maratona de 552 reuniões e mais algumas extraordinárias, nos seis anos, sem faltar a uma só delas.

Em segundo lugar, mesmo com o seu legado cheio de desafios, meu agradecimento vai para o meu antecessor, que morreu no exercício da Presidência, em plena arena de luta, procurando novos horizontes para esta entidade. O saudoso amigo e imortal Eduardo Campos, um dos grandes intelectuais desta terra!

O outro imenso reconhecimento seja para os sócios da entidade, os quais, cada um ao seu modo, sempre colaboraram dentro das suas possibilidades, físicas, geográficas, de tempo ou financeiras. De modo especial destacamos a Diretoria, com a qual sempre trabalhamos com absoluta transparência e em clima de plena democracia, e o que parece quase impossível é que ao longo de tantos anos, com tantos pontos de vista diferentes, nunca tivemos uma divergência insanável e, continuamos hoje, tão amigos quanto quando começamos. Como não posso falar de todos, represento-os nas figuras, primeira do nosso incansável Tesoureiro Fernando Câmara, único que aqui vem todos os dias e tão bem desempenha a difícil missão da tesouraria, e, segundo, na pessoa do confrade Pedro Alberto, este intelectual, responsável há décadas pelo

que é o maior orgulho desta entidade, a Revista do Instituto do Ceará, a qual, do alto dos seus 126 anos ininterruptos de publicação, contempla toda a história da nossa terra e da nossa gente, incluindo esta festa.

Um ponto importante que me causa prazer é o ambiente global de harmonia que hoje temos na instituição, porquanto os graves casos de incompatibilidades pessoais que aqui encontramos vieram-se diluindo e bem como, nos últimos seis anos, nenhuma nova discórdia ocorreu.

Os funcionários foram outro fantástico grupo de apoio ao bom andamento dos nossos planos. De um modo geral dou nota 10 a devoção e consciência profissional deles, comandados pela dedicada geógrafa Marinez Alves Feitosa. É claro que levamos anos para formar esta equipe atual. Uma boa lembrança que levo é a de ter podido, nesse ínterim, melhor equacionar os seus salários e funções, embora ainda mereçam mais, num futuro próximo. Sou sinceramente grato a estes bons e leais colaboradores!

Devo ressalvar os novos sócios efetivos que chegam à Casa do Barão. Foi uma grande luta de dois anos, preparando o estatuto e um ambiente adequado para suas digníssimas pessoas. Esperamos que gostem, pois vocês realmente merecem.

Enfim quero agradecer a Deus por ter tido uma família que me apoiou, pois foi dela o tempo que retirei para poder dedicar-me à missão que assumi. Sou grato especialmente a minha esposa Bernadete, que me estendia a mão amiga nos momentos das travessias e acendia um candeeiro nos instantes de escuridão.

Devo registrar que estou deixando a Presidência, mas que aqui continuo como um velho soldado, pois esta casa é parte da minha vida.

Hoje podemos mencionar que após um longo trabalho desde aquele começo, estamos passando ao nosso querido amigo irmão Ednilo uma Instituição saneada e organizada, creio que no melhor momento da sua história. Apenas a pintura do prédio, que foi feita no início da nossa gestão, precisa ser refeita, mas tem verba prevista da Prefeitura prometida para o próximo mês.

Na minha ótica, é atualmente a entidade cultural mais bem estruturada da nossa região. Destacaremos apenas quatro tópicos, para que se tenha uma ideia do que foi feito, porquanto na prestação de contas por escrito falaremos em quarenta pontos, aproximadamente:

1º. - A hemeroteca – Quando aqui chegamos era um amontoado

de jornais em um quarto quente e com um cheiro de papel tão velho que não permitia nem lá entrarmos. Fizemos um projeto junto ao BNB, um grande parceiro desta entidade. Organizamos os jornais, encadernamo--los e climatizamos o local. Digitalizamos os periódicos mais significativos e assim foi criada a melhor e mais bem ambientada hemeroteca do nosso Estado.

2º. - O nosso site – Quando começamos nossa administração estava ele em nome de terceiros e tinha umas duas mil consultas anuais. Superamos os problemas jurídicos, passando-o para o nosso nome, resolvemos os problemas técnicos e, hoje, temos em média 150.000 consultas anuais, de todo o Brasil, o que reflete a credibilidade e o prestígio da Instituição. Provavelmente é o maior site cultural do NE.

3º. - A biblioteca – Tivemos que colocar ar condicionado, pois era tão quente que nem os funcionários podiam trabalhar. Incorporamos seis novas bibliotecas, que nos foram doadas, nesse período de seis anos. Recuperamos e restauramos a maior parte dos livros, o que é um processo caro e lento. Colocamos computadores, copiadoras escanners, inclusive para pequenos jornais. Refizemos a parte coberta, já que a umidade e a água da chuva ameaçavam o acervo. Colocamos câmeras, o que inibiu os antigos casos de vandalismos. Recuperamos a parte elétrica, fizemos um seguro e até colocamos detectores de incêndio. Cremos que é a mais rica e bem estruturada biblioteca do Estado, inclusive com laboratório de restauração próprio.

4º. - Um novo Estatuto – Coisa que se arrastava há vinte anos e o próprio Eduardo Campos me disse certa vez que não ia meter a mão naquele vespeiro. Após vinte anos de espera, está pronto e sem o advento da procuração, que lhe tirava o aspecto democrático, além de incorporar outras importantíssimas inovações.

Gostaria de falar em muitas outras coisas, principalmente na conclusão do Memorial e no resgate do Acervo do Barão, duas grandes obras patrocinadas pelo Grupo Ivens Dias Branco, a quem nunca poderemos agradecer totalmente pelo apoio que nos deu e, cujo Presidente, Dr. Ivens Dias Branco, um dos nove maiores empresários brasileiros, uma lenda viva, e Sócio Benemérito desta entidade, nos dá a honra de prestigiar esta solenidade.

Porém, dentro do tempo de vinte minutos que me propus falar, procurei tão somente lhes dar uma visão panorâmica para dizer, ao final,

que o coroamento de uma boa gestão é ter no sucessor a pessoa adequada para dar continuidade ao que foi feito. No caso encontramos um homem bom, entusiasta, respeitado pela sociedade, culto e admirado até fora do Brasil. Um amigo leal e um homem religioso, que também sabe pedir a Deus, para um dia poder lhe agradecer.

Já pensaram na sorte de o termos entre nós e de aceitar esta missão?

Filho do imortal educador Edilson Brasil Soárez e tendo ao lado uma mulher excepcional, culta e solidária, Fani Soárez, poderá levar o Instituto do Ceará a momentos nunca dantes vivenciados.

Temos, não diria um pacto, mas um desejo de fazer com que as duas entidades culturais centenárias do Estado, Instituto do Ceará e Academia Cearense de Letras, trabalhem em sintonia, pelo bem da cultura cearense.

Vamos ajudar este amigo maravilhoso, Ednilo Soárez, pois todos nós, a cultura desta terra e o Instituto do Ceará, só teremos a ganhar!

Muito obrigado.

(Discurso pronunciado em 27 de maio de 2013).

Os 90 anos do Colégio Militar de Fortaleza

Paulo Ayrton Araújo*

O Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), a mais antiga instituição cultural do nosso Estado, com 122 anos de continua e profícua existência, sente-se honrado em promover esta sessão comemorativa dos 90 anos do querido Colégio Militar de Fortaleza.

O nosso Exército, além da missão que lhe é atribuída pela Constituição Federal, presta à comunidade muitos e relevantes serviços que, lamentavelmente, não são divulgados e o grande público os desconhece.

Vamos, nesta oportunidade, limitar-nos a um deles, na área de educação no ensino fundamental e médio, e restringir-nos, dentre os 12 Colégios Militares sediados em Manaus, Fortaleza, Recife, Salvador, Brasília, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Curitiba, Santa Maria, Campo Grande e Porto Alegre, ao nosso Colégio Militar de Fortaleza que, no próximo dia 1º. de junho comemorará 90 anos de benemérita existência a contar do primeiro Colégio Militar que o antecedeu em nosso Estado.

O Colégio Militar do Ceará iniciou suas atividades de 1º. de junho de 1919 até fins de 1938, quando foi sucedido pelo Colégio Floriano, subordinado ao Ministério da Educação e que funcionou de 1939 a 1941, cedendo seu lugar à Escola Preparatória de Fortaleza que exerceu suas atividades no período de 1942 a 1961, substituída pelo atual Colégio Militar de Fortaleza a partir de 1962.

O Colégio Militar do Ceará teve como primeiro Comandante o Ten. Cel. Eng. Marciano de Oliveira Ávila, sendo o último o Cel. Inf. Alcebíades Dracon Barreto. No período de 1923 a 1936 comandou-o o Gen. Eudoro Corrêa cujo nome, merecidamente, foi dado, em 2006, às

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

instalações do atual Colégio Militar, denominadas, desde então, Casa de Eudoro Corrêa.

A Escola Preparatória de Fortaleza teve como seu primeiro Comandante o Cel. Inf. Mário Travassos, que se projetou no Exército na área da educação, e encerrou suas atividades sob o comando do Cel. Raimundo Teles Pinheiro também primeiro comandante do Colégio Militar de Fortaleza que, atualmente, tem a comandá-lo o Cel. Eng. Ozael Teodósio de Melo.

Estabelecimento de ensino modelo, ministra além do ensino fundamental e médio de alta qualidade, noções de civismo, disciplina e autoridade indispensáveis à formação dos futuros cidadãos e cuja falta na juventude de hoje está sendo sentida por todos nós.

Até 1988 o Colégio Militar só recebia alunos do sexo masculino, o que o Cel. Inf. Petrônio Maia Vieira do Nascimento e Sá, que comandou o Colégio Militar de 1966 a 1969, sempre lamentou.

Somente em 1989 foram admitidas alunas e a primeira turma que ingressou no Colégio era composta de 24 jovens, representando 4% do efetivo de alunos daquele ano e hoje o número de alunas representa praticamente 50% do total de alunos. As alunas se adaptaram tão bem que já tivemos algumas delas como Coronel Aluno Comandante do Batalhão Escolar.

Hoje o Colégio recebe alunos de ambos os sexos, contando este ano com 994 alunos, sendo 583 do sexo masculino e 411 do sexo feminino. Chamou minha atenção, quando compareci a uma das solenidades promovidas pelo Colégio Militar, o pelotão de ex-alunos e alunas que, entusiasticamente, desfilou, o que significa o amor dos ex-alunos ao seu Colégio, sobretudo das ex-alunas.

A Casa do Barão de Studart se sente feliz em promover esta sessão, pois inúmeros laços a prendem aos Estabelecimentos de Ensino do Exército sediados em Fortaleza. Assim é que pertenceram ao quadro de sócios efetivos Carlos Studart Filho (nosso ex-Presidente), Waldemar Cromwel do Rego Falcão, José Valdo Ribeiro Ramos, Antônio Martins de Aguiar, Djacir de Lima Menezes, Joaquim Alves de Oliveira, José Parsifal Barroso, Misael Gomes da Silva que foram professores do Colégio Militar do Ceará, sendo que o último também o foi da Escola Preparatória de Fortaleza. José Denizard Macêdo de Alcântara, José Teixeira de Freitas, José Aurélio Saraiva Câmara e Oswaldo de Oliveira Riedel, pertenceram

ao magistério da saudosa Escola Preparatória de Fortaleza e do Colégio Militar de Fortaleza, do qual também foi professor Pedro Alberto de Oliveira Silva. Pertenceram ao nosso quadro de sócios efetivos o Gen. Raimundo Teles Pinheiro e o Cel. Eng. Virgilio de Morais Fernandes Távora, ambos ex-alunos do Colégio Militar do Ceará. Atualmente integram o referido quadro o Gen. Ex. Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, o Prof. Oswaldo Evandro Carneiro Martins, ex-alunos do Colégio Militar do Ceará e o orador que lhes fala, que foi aluno do Colégio Militar do Ceará, do Colégio Floriano e da Escola Preparatória de Fortaleza e retornou, como professor, à Escola Preparatória de Fortaleza e ao nosso Colégio Militar de Fortaleza.

Destarte, laços muitos fortes ligam o nosso Instituto ao Colégio Militar de Fortaleza, laços de que todos nós, integrantes desta Casa de Cultura, muito nos honramos.

O Instituto do Ceará se congratula com o Cel. Eng. Ozael Teodósio de Melo, Comandante do Colégio Militar de Fortaleza, pelo transcurso dos 90 anos de profícua existência desse modelar estabelecimento de ensino, formulando a todos e a cada um dos integrantes da Casa de Eudoro Corrêa os melhores votos de felicidade, tanto na vida profissional quanta na privada, na certeza de que o Colégio Militar de Fortaleza, fiel às suas tradições, continuará a emprestar sua valiosa parcela de colaboração na educação para que o nosso Brasil grande se torne também no grande Brasil que todos nós desejamos.

(Discurso proferido na sessão do dia 20 de maio de 2009).

Discurso de posse

Marcelo Gurgel Carlos da Silva*

Minhas senhoras, meus senhores,
Estimados consócios.

A busca de Deus é a busca da alegria.
O encontro com Deus é a própria alegria.
(Sto. Agostinho)

Permitam-nos começar esta peça oratória com o registro de nossos agradecimentos: primeiramente, aos sócios que nos anfitrionam, tanto os que sufragaram nosso nome na eleição, ocorrida em 27/11/13, como os que tomaram outra decisão; aos amigos, colegas e dirigentes institucionais que apoiaram a nossa intenção de ingresso no Instituto do Ceará; aos que aqui se fazem presentes, largando compromissos e outros afazeres, para abrilhantar a noite de hoje. E, por último, ao caríssimo sócio Osmar Maia Diógenes, por suas gentis, e, sobretudo, generosas, palavras de saudação, excedendo, naturalmente, os méritos que possamos realmente exibir.

Das razões para o pleito

O INSTITUTO DO CEARÁ (Histórico, Geográfico e Antropológico) completará, em 4 de março de 2014, 127 anos de existência. Sua criação, em 1887, inspirada no Instituto Histórico e Geográfico

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Brasileiro, fundado em 21 de outubro de 1838, foi capitaneada pelo médico e historiador Guilherme Studart, o Barão de Studart, entusiasta dos fatos delineadores da história do Ceará, sem negligenciar aspectos relevantes da geografia e da antropologia cearenses.

Nesse período, que vai do quase final do século XIX à segunda década do século XXI, muitos foram os sócios da entidade que se dignaram contribuir para o registro dos acontecimentos ligados à vida sociocultural deste estado, marcado por fenômenos da natureza, por injunções políticas e pelo próprio desdobramento dos caracteres raciais, através da miscigenação.

Os estudos realizados pela instituição, a partir do seu nascedouro, não ficaram restritos à ocupação de um lugar nas estantes, envelhecidos pela ação do tempo. Muito pelo contrário, eles foram e vêm sendo difundidos entre órgãos interessados, consolidando o prestígio institucional, mercê da seriedade com que trata a matéria e faz o resgate da História, da Geografia e da Antropologia do Ceará.

Em sua busca contínua para confirmar o Instituto do Ceará como um celeiro de inteligências vivas e atuantes, seus associados, estribados nos dispositivos estatutários, datados de 1970, e agora secundados pelo Estatuto revisto em 2012, apresentam propostas de ingresso na entidade, de nomes capazes de dignificá-la, por sua decência e pelo cabedal de conhecimentos acumulados e validados pela contribuição oferecida à perpetuação da memória do Ceará.

Dessa forma, mantendo-se atentos às prerrogativas legais que conformaram o Estatuto da Instituição, três dos seus associados efetivos: Gisafran Nazareno Mota Jucá, José Murilo de Carvalho Martins e Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), aos quais penhoradamente agradecemos, decidiram pela propositura que dizia respeito ao nosso ingresso nos quadros do Instituto do Ceará, na qualidade de Associado Efetivo, servindo de respaldo a nossa vasta produção bibliográfica e os nossos possíveis méritos de pesquisador, de memorialista, de observador dos fatos históricos e de escritor profundamente identificado com as raízes do Ceará, incluindo o homem e o ambiente natural em que se insere.

Para amparar as nossas pretensões de ingresso, elaboramos um memorial específico, sob a forma de um livro, oportunamente entregue a cada membro efetivo do Instituto do Ceará, quando do primeiro escrutínio, sendo sucedido por uma plaquete que sintetizava nossas princi-

pais realizações como médico, economista, professor universitário, pesquisador e escritor, e, também, arrolava distinções, honrarias e prêmios, conferidos por diversas entidades, advindos do reconhecimento de nossa atuação nos campos profissional, científico e cultural.

Há alguns anos, vimos almejando pertencer ao quadro de sócios do Instituto do Ceará, aspiração essa que ganhara vulto com o indesejado desaparecimento terreno do nosso colega médico e dileto amigo Vinicius Antonius de Holanda Barros Leal, de quem fomos aluno e por quem nutríamos laços de grande amizade, além de guardarmos uma identificação de interesses comuns, a exemplo do estudo e da pesquisa relacionados à História da Medicina e à História Eclesiástica cearenses.

Registre-se que, em maio de 2010, várias entidades médicas, a exemplo da Academia Cearense de Medicina, da Associação Médica Cearense, do Instituto do Câncer do Ceará, da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores – Regional Ceará, do Sindicato dos Médicos do Estado do Ceará e da Sociedade Médica São Lucas, respaldaram, de pronto, e por via documental, o irrestrito apoio ao nosso ingresso, preferentemente, na vaga que seria aberta com o falecimento de Vinicius Barros Leal, o que não foi, todavia, concretizado por razões alheias à nossa vontade; ofícios com o mesmo desiderato, emprestando semelhante apoio, foram igualmente encaminhados ao Instituto do Ceará pelo Conselho Regional de Economia do Ceará e pela Universidade Estadual do Ceará-UECE.

A sinopse de uma vida pautada dentro de princípios éticos, convencionalmente, tal como acima se apresentou, legitimava aquela pretensão, valendo ser dito, ainda, que os marcos pessoais, culturais e profissionais do então candidato apontavam para o possível enriquecimento do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), como um todo, e de um modo particular, para o nosso próprio crescimento pessoal, testado na relação dual que privilegia "o estudo e a difusão da História, da Geografia, da Antropologia e das ciências correlatas, especialmente no que se refere ao Ceará".

Da imortalidade dos sócios do Instituto do Ceará

Diferentemente das academias, o Instituto do Ceará não conta com cadeiras, patronos e acadêmicos, e sim, com sócios, sequencial-

mente numerados, em obediência à cronologia disposta por data da posse. Contudo, pode-se dizer que seus sócios gozam das prerrogativas da chamada imortalidade afeita aos membros dos sodalícios, uma vez que, de modo análogo, cabe a cada ingressante efetivar os registros biográficos de seu antecessor, perpetuando-lhe o nome, nos anos sucedâneos, e, assim, conferindo-lhe a imortalidade intelectual, preservando-lhe, então, a memória e o legado cultural.

A linha do tempo, por assim dizer, deste instante solene, recua aos primórdios desta casa de cultura, quando da sua fundação, com o sócio-fundador Nº 3, Joakim de Oliveira Catunda, exarando o seu nome na ata inaugural, no longínquo dia 4 de março de 1887. Com o falecimento desse sócio-fundador, deu-se o ingresso do sócio Nº 14, Manoel Soriano Albuquerque, que foi empossado em 24/12/1912. Recebendo o Nº 19, o Instituto do Ceará acolheu, em seus quadros, Álvaro Gurgel de Alencar, cuja posse ocorreu em 20/9/1915, vindo a ser substituído pelo sócio Nº 24, Eusébio Néri Alves de Sousa, empossado em 27/9/1928. Com a vacância decorrente da morte do último mencionado, a entidade, sob o Nº 56, conferiu guarida ao renomado médico Josa Magalhães, empossado em 17/3/1948, em data muito próxima da primeira aula da Faculdade de Medicina do Ceará, por ele ministrada em maio de 1948. E, por último, mas não menos importante, este bastião da cultura cearense empossou, em 4/4/1984, o sócio de Nº 104, o notável geógrafo Caio Lóssio Botelho, a quem nos compete substituir, à conta de sua passagem para a condição de associado remido.

Por limitação do tempo reservado a esta locução, vamos nos deter a discorrer sobre as trajetórias de vida do sócio-fundador Joakim de Oliveira Catunda e do último sócio que nos antecedeu, o Prof. Caio Lóssio Botelho.

Joakim de Oliveira Catunda

Joakim de Oliveira Catunda nasceu em Santa Quitéria, em 2 de dezembro de 1834, filho de Antônio Pompeu de Sousa Catunda e Inocência Pinto de Mesquita Catunda, oriundo de antiga família potiguar. Em 1849, veio para Fortaleza, onde fez os seus estudos preparatórios no Liceu, passando a morar na casa de seu tio e padrinho, o Senador Tomaz Pompeu.

Pretendendo seguir carreira militar, ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro, no período de 1857 a 1860, tendo servido no 1º

Batalhão de Artilharia a Pé. Entretanto, desistiu da carreira ao final de três anos de estudos, quando, então, na função de agrimensor, seguiu para Alagoas, em comissão do Governo, para demarcação de terras devolutas do Urucu.

Aprovado em concurso público, para o cargo de escriturário, tornou-se funcionário da Alfândega do Ceará, em 1864, servindo também em Maceió, posição que renunciou ao ser nomeado professor de instrução primária no Ipu, em 1867. Em 1868, foi nomeado Oficial Maior da Secretaria do Governo.

Joakim Catunda lecionou filosofia, no Liceu do Ceará, e alemão, na extinta Escola Militar do Ceará, tendo sido Diretor da Instrução Pública do Ceará, em 1889.

Na seara política, Joakim Catunda foi Deputado Provincial nos períodos legislativos de 1866/1867 e 1878/1881. Representou o Ceará no Senado, de 1890 a 1900, tendo sido eleito senador na Constituinte, após a proclamação da República, e seu mandato renovado várias vezes, servindo como 1°. Secretário da Casa, participado assim da vida política do estado durante mais de quarenta anos.

Foi também um dos fundadores do Centro Abolicionista, causa que abraçou com entusiasmo e abnegação, do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, em 1887, e do Centro Republicano Cearense, em 1888.

Publicou as seguintes obras: Estudos de História do Ceará (1886); Origens Americanas e as Imigrações Pré-Históricas; As Evoluções do Clima; O Senador Pompeu e, *post-mortem*, Aspectos da Natureza Cearense.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 28 de julho de 1907. Em seu sepultamento, no Cemitério de São João Batista, o Instituto do Ceará foi representado pelos Drs. Belisário Távora, Justiniano de Serpa e Barão de Studart.

Como reconhecimento póstumo, Joakim de Oliveira Catunda é o patrono das cadeiras n°s 17, da Academia Cearense de Letras, e 46, da Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro.

Caio Lóssio Botelho

Caio Lóssio Botelho nasceu em Juazeiro do Norte-CE, a 19 de abril de 1933, filho do professor Jacinto Botelho de Sousa e Aurenívea Lóssio Botelho.

É um dos mais respeitados mestres das ciências geográficas do Ceará, autor de trabalhos importantes sobre os vários aspectos das ciências da Terra. É bacharel e licenciado em Geografia e História pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará. É Engenheiro Geógrafo pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e bacharel em Administração pela Escola de Administração da UFC. Completou a sua formação, com diversos cursos de Pós-Graduação, culminando com o Doutorado em Planejamento e Geografia Integral, pela OEA, e a obtenção da livre-docência em Geografia Econômica, pelo Centro de Estudos Sociais Aplicados da UFC.

No Magistério Superior, foi aprovado, quase sempre em 1º lugar, como: professor titular de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas e de Administração Pública, do Centro Universitário de Brasília; professor titular de Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Distrito Federal; professor de Geografia Regional, do Instituto de Geociências da UFC; professor catedrático de Geografia Política, da Academia de Polícia General Facó; professor de Geografia Humana, do Instituto de Geociências, da UFC; professor de Geografia Física e Ciências Cartográficas do mesmo Instituto.

Ocupou o professor Caio Lóssio lugares destacados no panorama do ensino da Geografia, tendo sido nomeado para muitos cargos de relevo, valendo mencionar, dentre tantos: diretor do Centro de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual do Ceará UECE; chefe do Departamento de Geociências e do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia do Ceará; coordenador da Equipe de Geografia do CIEM (Centro Integrado do Ensino Médio), da Universidade de Brasília (UnB); Orientador de Geografia da UnB; chefe do Departamento de Economia, da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, da UnB; professor titular do Departamento de Geociências da UECE; professor titular de Geografia Física, da UFC e professor titular de Geografia Geral, Econômica e do Brasil, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

O Prof. Caio Lóssio foi, ainda, assessor do Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais (Ministério do Interior); diretor do Departamento de Recursos Naturais da SUDEC; diretor de Planejamento Integrado da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza (CODEF); e membro do Conselho Deliberativo da Autarquia Metropolitana de Fortaleza.

No que concerne à sua participação em congressos, seminários, simpósios etc., foi intensa a sua atuação, como conferencista ou palestrante convidado, tendo representado, em vários encontros e simpósios, distintas entidades, como a SUDEC, a Prefeitura de Fortaleza e as universidades.

Caio Lóssio Botelho é um estudioso do fenômeno das secas no Nordeste, principalmente no Ceará, sendo um conhecedor profundo das causas e efeitos desse fenômeno climático. Quase todos os seus livros são embasados na ciência geográfica.

É bastante vasta a produção bibliográfica de Caio Lóssio Botelho, comportando citar, dentre as suas principais obras, as seguintes: *Brasil A Europa dos Trópicos* (Evolução da Infra-Estrutura Civilizatória Brasileira à Luz de Sua Filosofia Geográfica); *Geoclimorfologia no Tempo e no Espaço*; *Geografia Dinâmica do Ceará* - Evolução da Infra-Estrutura Civilizatória Cearense à Luz de Sua Filosofia Geográfica; *A Geografia e a Geopolítica na Organização do Espaço Brasileiro*; *A Geografia Econômica na Organização do Espaço Regional*; *A Geopolítica* - O Brasil em face desta Ciência; *Uma Visão Integrada da Seca*; *A Filosofia e o Processo Evolutivo da Geografia*; *Repensando o Cosmo*: o homem e a geografia astronômica; *Geografia Monística* e *Seca* - Visão dinâmica, integrada e correlações.

É associado a diversas instituições técnicas, científicas e culturais, como: Instituto do Ceará, *The National Geographic Society* - EUA, Associação Pan-Americana dos Diplomados em Recursos Naturais-OEA, União Brasileira de Ciências Antropológicas e Etnográficas, Academia Cearense de Ciências e Sociedade Cearense de Geografia e História.

Não menos importante, todavia, foi a sua dedicação à causa rotária, bem explicitando o seu propósito de servir e de exercer a cidadania a favor dos mais necessitados, pois foi um producente Governador do *Rotary International*, tendo presidido o Distrito 4490, que agrega os estados do Ceará, do Piauí e do Maranhão.

É casado com a professora Maria José Rondon Régis Botelho. Tem os filhos Demartone, Dinarelli, Disraeli e Dulcinelli, que lhe deram os seguintes netos: Maria Clara, Demartone, Caio, Natália e Daniel.

Hoje, recentemente octogenário, e no outono da vida, para os padrões etários nordestinos, o Prof. Caio Lóssio Botelho tem, ao seu

lado, uma grande mulher, a Profa. Maria José Botelho, sua companheira há mais de 45 anos, que a ele devota um carinho e um cuidado todo especial, desdobrando-se para zelar por sua qualidade de vida, ao tempo em que prima para preservar o legado intelectual, construído por seu dileto consorte, ao cabo de quase seis décadas, de intenso fervor, a favor da Geografia brasileira.

Falar de Caio Lóssio Botelho é difícil, à conta de tantas fontes de informação disponíveis sobre ele, porém a tarefa pode ser facilitada, sorvendo a leitura proporcionada pelos livros: "**Caio Lóssio Botelho**: do telurismo à obstinação" e "**Nós**: buscas & renovações", ambos de autoria de sua amada esposa Maria José Rondon Régis Botelho.

O perfil sócio-profissional do Instituto do Ceará

A presença médica no Instituto do Ceará

Desde os tempos imemoriais, os indivíduos que prestavam cuidados aos seus pares eram mais diferenciados, destacando-se dos demais que compunham seu clã ou a sua grei. Isso valia para as sociedades primitivas, para as civilizações agrícolas e comerciais, e segue valendo até nas sociedades modernas, nas quais muitos médicos se distinguem por dominarem outros saberes, além dos inerentes ao do seu exercício profissional.

Basta lembrar que Lucano, o médico de homens e de almas, na versão romanceada de Taylor Caldwell, ou Lucas, o médico e pintor, era o mais preparado, intelectualmente, dentre os quatro evangelistas, porquanto, no Evangelho por ele escrito, sobressai a erudição própria de quem bebeu nas fontes do saber, à sua época, nas academias e nas escolas médicas e filosóficas.

Ao auferir o Nº 145, como desfecho da posse que ora transcorre, em 23/1/2014, o iniciante que vos fala, Marcelo Gurgel Carlos da Silva, torna-se o décimo sexto médico admitido no Instituto do Ceará, entidade que teve dois médicos entre os seus doze fundadores. É ciclópica a responsabilidade que recai sobre nossos ombros, pois aqui tiveram assentos os médicos Guilherme Studart, José Sombra, Álvaro Otacílio Nogueira Fernandes, José Lino da Justa, Carlos Studart Filho, Manuel do Nascimento Fernandes Távora, Carlos Feijó da Costa Ribeiro, Josa Magalhães, Florival Alves Seraine, João Batista Saraiva

Leão, Oswaldo Oliveira Riedel, Vinicius Antonius de Holanda Barros Leal e José Borges de Sales, todos eles considerados luminares da Medicina cearense, que, durante suas existências, aduziram valiosas contribuições à cultura e à ciência no Ceará. A nossa entrada tem uma responsabilidade engrandecedora para nós, visto encontrar, entre os sócios atuais, os médicos José Murilo de Carvalho Martins e Lúcio Gonçalo de Alcântara, reconhecidos intelectuais da melhor estirpe, o que nos leva ao claro entendimento do que se proclama de juntar-se aos bons para sermos um deles.

Saliente-se a estreita associação do Instituto do Ceará com a Academia Cearense de Medicina, porquanto dos dezesseis médicos, atrás referenciados, seis deles são patronos de cadeiras da ACM: Guilherme Studart, José Sombra, Álvaro Otacílio Nogueira Fernandes, Manuel do Nascimento Fernandes Távora, Carlos Feijó da Costa Ribeiro, Josa Magalhães e João Batista Saraiva Leão; outros seis foram, ou ainda são, confrades desse silogeu médico: Oswaldo Oliveira Riedel, Vinicius Antonius de Holanda Barros Leal, José Borges de Sales, José Murilo Carvalho Martins, Lúcio Gonçalo de Alcântara e o neófito Marcelo Gurgel Carlos da Silva.

Fincaremos aqui sólidas raízes, como médico, e, sobretudo, por sermos especialista em Saúde Pública, área que guarda estreita interface com tantos setores sociais, dentre eles, os mais diretamente afeitos ao escopo do Instituto do Ceará: a história, a geografia e a antropologia, cujas temáticas costumam ser alvo da preocupação dos sanitaristas.

A presença de economistas no Instituto do Ceará

A Economia, como ciência, no cotejamento com outros campos profissionais, é de origem bem recente, tendo o seu início, há cerca de duzentos anos, com os estudos e escritos de Adam Smith, em seu clássico "A Riqueza das Nações".

No Ceará, o primeiro curso de Economia teve origem na Faculdade de Ciências Econômicas, fundada em 10 de novembro de 1938, mercê dos esforços conduzidos pelos professores Lincoln Mourão Matos e Djacir Lima Menezes, cuja primeira turma, formada por 28 bacharéis, colou grau em janeiro de 1942.

A Economia, mas não necessariamente os economistas, há muitas décadas, marca presença no Instituto do Ceará, por meio de intelec-

tuais, oriundos de áreas correlatas, que devotaram parte de sua atenção aos estudos econômicos ou ao ensino dessa matéria, como bem ilustram as contribuições dos sócios Antônio Martins Filho, Abelardo Fernando Montenegro e Geraldo da Silva Nobre, todos eles qualificados entre os melhores quadros desta entidade. Os primeiros economistas tiveram inserção nesta agremiação cultural apenas no começo da década de 1980.

Ao adentrarmos neste Instituto, faremos companhia aos seus quatro sócios economistas: Antônio Nilson Craveiro Holanda, Eduardo de Castro Bezerra Neto, Luiz de Gonzaga Fonseca Mota e Pedro Sisnando Leite. Os dois primeiros são reconhecidos profissionalmente, de fato e de direito, pelos estudos de pós-graduação em Economia, respaldados na extensa atuação profissional legitimadora. Os dois últimos são advindos da formação específica em Ciências Econômicas, via graduação na UFC, consolidada por estudos pós-graduados em Economia.

O magistério entre os sócios do Instituto do Ceará

Desde os seus primórdios, o Instituto do Ceará conta com professores de nomeada em seu quadro societário. A princípio, nos seus cinquenta anos iniciais, hospedava aqueles que lecionavam nas escolas e colégios, públicos ou confessionais, como o Liceu do Ceará, o Colégio Cearense Sagrado Coração e a Escola Normal. Com a progressiva instalação das faculdades isoladas: Agronomia, Ciências Econômicas, Direito, Farmácia, Filosofia e outras, houve um evidente incremento da participação de docentes do ensino superior nesta entidade, fato que se consolida quando da criação da Universidade Federal do Ceará, em 1954, fruto do trabalho de prestigiados cearenses, sob a operante liderança de Antônio Martins Filho, um ex-presidente desta casa.

Mantendo a tradição do pujante concurso de sócios engajados no magistério, tanto como educadores e lentes, nos mais diversos campos profissionais, estão albergados nessa condição mais de dois terços dos seus atuais membros, considerando os que exerceram e os que seguem atuantes, o que nos leva à decisão de não declinar seus nomes, exceto os dos pertencentes à Universidade Estadual do Ceará, por razões bem especiais. A esse honrado grupo, agrega-se, neste instante, mais um docente, lastreado em mais de sete lustros de labuta no magistério, dos quais trinta e três anos dedicados ao ensino superior.

Como professor titular concursado da Uece, arcaremos com a magna responsabilidade de preencher a vaga deixada por um dos titulares mais renomados da maior universidade mantida pelo poder estadual, júbilo este que compartilhamos com os oito colegas deste sodalício que abrilhantam o corpo docente ueceano, como aposentados ou servidores ativos, a explicitar, por ordem de admissão no Instituto do Ceará: Paulo Bonavides, Zélia Sá Viana Camurça, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Gisafran Nazareno Mota Jucá, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, José Filomeno Moraes Filho e Francisco Adegildo Férrer. No cenário das honrarias da Uece, três dos nossos atuais sócios desta casa foram galardoados com o diploma de doutor *honoris causa*: Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, Melquíades Pinto Paiva e Paulo Bonavides, distinguidos com a maior das comendas do meio acadêmico.

Os pesquisadores integrantes do Instituto do Ceará

O Instituto do Ceará sempre esteve na vanguarda da produção do conhecimento, mormente em estudos que englobam a história, a geografia e antropologia cearenses. Tal primazia resulta de investigações conduzidas por sócios, não havendo quaisquer distinções quanto ao aval da pós-graduação *stricto sensu*, porquanto todos convergem e se irmanam na qualidade de estudiosos, que buscam, incessantemente, a absorção e a difusão de novos conhecimentos, bem como, nalguns casos, são eles colunas que dão sustentação à preservação da nossa cultura e dos valores cearenses, possibilitando a continuidade do saber acumulado, para usufruto das gerações sucedâneas.

É, desse modo, que, trazendo alguma bagagem de pesquisador, nos sentiremos muito bem aqui, por podermos ter essa convivência com pessoas de exuberante quilate, que tanto colaboraram para o engrandecimento da ciência e da cultura em nosso torrão.

Os literatos pertencentes ao Instituto do Ceará

O Instituto do Ceará e a Academia Cearense de Letras são duas centenárias instituições culturais, fundadas no último quartel do século XIX, no Ceará, que, a despeito de qualquer vicissitude, atravessaram incólumes o século XX, e chegaram às alvíssaras do terceiro milênio, com galhardia e solidez, granjeando o pleno reconhecimento social.

Essas entidades sempre mantiveram estreitos laços, com integração de ações, mesmo porque alguns dos que fundaram o Instituto do Ceará, em 1887, atuaram, sete anos depois, para, na Terra da Luz, dar a luz à Academia Cearense de Letras, a mais antiga arcádia literária existente no Brasil, constituída em 1894, precedendo em três anos a instalação da Casa de Machado de Assis.

A intercessão de membros, co-partícipes de ambas instituições, tem sido algo bastante comum, tanto que havia e ainda há acordos tácitos, entre elas, no intuito de evitar as coincidências das sessões agendadas, bem como programar eventos para a realização em conjunto.

Hodiernamente, entre os quarenta sócios do Instituto do Ceará e os quarenta acadêmicos da ACL, mais de um quarto pertence às duas vetustas confrarias, representados por onze figuras de elevada projeção pública. São eles, nomeadamente, os confrades: Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez, Cid Sabóia de Carvalho, Ednilo Gomes de Soárez, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Pe. Franciso Sadoc de Araújo, José Augusto Bezerra, José Murilo de Carvalho Martins, Juarez Fernandes Leitão, Lúcio Gonçalo de Alcântara, Mauro Benevides e Paulo Bonavides.

Ingressaremos em um recinto institucional, que dá abrigo a um naipe literato de invejável porte, e, com o suporte do rótulo de polígrafo, muito teremos a ganhar, pois, de tão saudável convivência, seremos beneficiário direto, o que redundará em aprimoramento de nosso fazer literário.

Dos laços de amizade no Instituto do Ceará

Há tempos que aspiramos à admissão no Instituto do Ceará, dado que fomos brindado pela amizade de vários sócios, ou meramente porque aprendemos a admirar outros por suas obras, e sobre eles pudemos expressar a nossa afeição, por intermédio da publicação de suas biografias ou panegíricos, em livros, jornais ou revistas, comportando citar os seguintes perfilados por nossa pena: Abelardo Fernando Montenegro, D. Antônio de Almeida Lustosa, Carlos Feijó da Costa Ribeiro, Geraldo da Silva Nobre, João Batista Saraiva Leão, José Filomeno Moraes Filho, José Murilo de Carvalho Martins, José Parsifal Barroso, Lúcio Gonçalo de Alcântara, Manuel Antônio de

Andrade Furtado, Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Melquíades Pinto Paiva, Oswaldo de Oliveira Riedel e Vinicius Antonius de Holanda Barros Leal.

Tivemos a bendita virtude de termos sido aluno de vários sócios dessa honrosa Casa do Barão, todos professores de escol, a começar com o Prof. Manuel Lima Soares, no Curso Intensivo de Preparação ao Vestibular do Colégio Cearense Sagrado Coração, prosseguindo com os professores Murilo Martins e Vinicius Barros Leal, quando acadêmico de Medicina da UFC, na década de 1970, e terminando, com os docentes Geraldo da Silva Nobre e Pedro Sisnando Leite, quando cursamos Ciências Econômicas na UFC, nos anos oitenta do século antanho.

Como representante estudantil no Conselho do Centro de Ciências da Saúde da UFC, nos anos de 1976 e 1977, tivemos a alegria de conviver com dois expoentes da História da Medicina, os professores José Borges de Sales e Oswaldo de Oliveira Riedel, relacionamento fértil que teve sequência em encontros promovidos pela Academia Cearense de Medicina.

Dos motivos afetivos para o ingresso no Instituto do Ceará

Há bons motivos afetivos, ou até sentimentais, que nos regozijam ao entrarmos no quadro societário do Instituto do Ceará. De pronto, significa frequentar, mais amiúde, o Palacete Jeremias Arruda, um solar do início do século XX, inaugurado em 1920, para servir de residência ao Sr. Jeremias Arruda, um atuante empresário local, dedicado à exportação de produtos do Ceará, como a cera de carnaúba, para abastecer mercados externos, incluindo o estrangeiro.

Ess**a** edificação foi vendida ao Banco Nacional Ultramarino e depois incorporada ao patrimônio da família Gentil. Em diferentes épocas, nela se instalaram, dentre outros, a Chefatura de Polícia do Estado e o Ginásio Municipal, e, desde 1966, o prédio sedia o Instituto Histórico, tendo sido reformado e ampliado em 1995.

Esse palacete, por sua localização na Rua Barão do Rio Branco, nº. 1.594, no Centro de Fortaleza, postado na lateral da Praça do Carmo, evoca-nos afetuosas lembranças pessoais e familiares, à conta da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, que ocupa grande parte daquele logradouro público.

Nascemos em Fortaleza, em 13/03/1953, na casa 53, da Rua Justiniano de Serpa, no bairro Otávio Bonfim, sendo o quinto da sequência de treze filhos do casal Luiz Carlos da Silva e Elda Gurgel e Silva. A gestação seguira sem intercorrências, apesar da ausência de pré-natal, com um transcurso de desenvolvimento intrauterino extremamente calmo, a ponto de nossa genitora desconfiar da vitalidade do rebento, que, diferentemente das gestações anteriores, poupava-a de pontapés ou de movimentos mais bruscos. Talvez, essa placidez, e não flacidez, guardasse estreita relação com a satisfação do aconchego matricial da dita mãe do corpo, e já refletisse o futuro temperamento daquele pimpolho.

Conforme o ritual daquele tempo, diante da elevada mortalidade infantil, produzida pelo "perigo infectuoso" e o "perigo alimentar", as famílias locais costumavam batizar suas crianças logo nos primeiros dias de vida com receio de perder seus "anjinhos", transladados para o limbo, partindo antes de se verem livres do pecado original. Observando a conduta de nossa família, aos dez dias de vida, fomos apresentado à pia batismal, para receber o sacramento que, segundo os ensinamentos católicos, expurga o cristão do pecado legado ao homem pelo primeiro casal ao comer o fruto proibido da árvore do bem e do mal, rompendo a confiança disposta pelo Criador e resultando na expulsão edênica de Adão e Eva.

Fomos tornado cristão, pela graça do sacramento do batismo, na Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, em virtude da Igreja de Nossa Senhora das Dores, mantida pela ordem dos franciscanos menores (ofm), ainda não ter sido convertida em paróquia, o que fazia dos nossos pais paroquianos do Carmo. Isso aconteceu em 22 de março de 1953, numa manhã de domingo. A Certidão de Batismo arrola que o párvulo Marcelo, nascido na Freguesia de N. S. do Carmo, a treze de março de 1953, foi solenemente batizado pelo Revmo. Pe. Moacir Fernandes.

A Certidão Batismal, cujos termos de assentamento estão no Livro Nº 29, Folha 18v, Nº 276, além da filiação do batismando, anuncia como padrinhos o Dr. Artur Eduardo Benevides e Ilnah Valente Benevides, tendo sido lavrado o termo que foi assinado pelo vigário de então, Pe. José Gaspar.

Foi nessa Igreja do Carmo que, por influência de nossa esposa, Fátima Bastos, voltamos à prática do catolicismo, da qual estivemos um pouco distanciado durante o período universitário.

Desde a nossa meninice, aprendemos a valorizar o bom uso da língua portuguesa. Fomos criado em um ambiente familiar, onde o magistério imperava, de fato e de direito. Nosso pai, Luiz Carlos da Silva, e cinco dos seus seis irmãos exerciam, com rara abnegação, o ofício de professor, em diferentes níveis (primário, ginásio e colegial) e inserção empregatícia (municipal, estadual, federal e particular), cobrindo distintas matérias (português, matemática, história, geografia etc.).

A nossa passagem na escola primária, sob os estreitos cuidados das tias paternas, foi sobremodo benfazeja, porquanto todas elas, normalistas e ex-alunas do Colégio Imaculada Conceição, exibiam uma apurada preparação no idioma pátrio, buscando, incessantemente, transmitir esses valores a seus pupilos.

No final dos anos cinqüenta do século anterior, a expansão do ensino público, como não poderia deixar de ser, levou ao fechamento muitas das pequenas escolas primárias de Fortaleza. O Instituto Padre Anchieta, de propriedade paterna, situado no bairro Otávio Bonfim, apesar da sua notória boa qualidade de ensino, não escapou de tal sina, com a fuga do seu alunado, tipicamente de baixo poder aquisitivo, que migrou para os estabelecimentos gratuitos, mantidos pelo poder público. Esse fechamento fez com que os livros de sua biblioteca infanto-juvenil fossem transferidos para a nossa casa, propiciando-nos uma farta e diversificada leitura.

A preocupação primeira de nosso pai era a de prover a subsistência e a educação formal dos filhos, os quais cumpriram a maior parte da vida escolar em escolas públicas ou comunitárias, posto que o orçamento familiar não suportaria manter tantos dependentes estudando em escola privada.

Nosso pai, Luiz Carlos da Silva, mercê da sua conhecida competência, trabalhou com afinco no magistério, por mais de vinte anos, demonstrando polivalência, ao lecionar português, matemática, história, geografia, técnicas comerciais etc., e qualquer outra disciplina que a instituição necessitasse, evidenciando a esmerada educação marista que recebera.

Nosso progenitor, à expensa de uma prodigiosa memória e de uma inteligência fulgurante, era detentor de vastos conhecimentos gerais, e da História em especial, tanto a Brasileira como a Universal, o que culminou em proporcionar aos seus herdeiros um patrimônio intan-

gível, representado pelo saber e pela vontade de aprender, que não se sujeitam à volatilidade do cotidiano, em que os bens materiais sofrem os efeitos da roda da fortuna. Por seu apego à História, a nossa biblioteca familiar continha coleções de inestimável valor cultural, como: o Thesouro da Juventude; a História Universal, de Césare Cantú; a História dos Hebreus, de Flávio Josefo; e a História das Américas. Essas primorosas coleções fizeram parte de nossa formação, nos convertendo em apreciador da História, a luz dos tempos, segundo Heródoto, a quem prestamos reverência, até trazendo, na lembrança, um apelido que nos foi impingido de "Heródoto do Liceu", quando tínhamos doze anos de idade, nos velhos tempos de ginasiano.

Pode-se dizer que a conjunção da boa educação doméstica e do esforço pessoal de cada filho, sob a tutela de um ambiente familiar fecundo, produziu bons resultados. Os descendentes diretos do casal Luiz Carlos da Silva e Elda Gurgel são cidadãos antenados com as questões da Cultura, brasileira e universal, e receptivos aos valores culturais, elementos importantes para o progresso da Humanidade.

Alfim, rememorando o Eclesiástico, apreciaríamos dedicar esta conquista ao nosso genitor, o professor e advogado Luiz Carlos da Silva, pois *Sua descendência permanecerá para sempre e sua glória não se apagará jamais*. (Eclo. **44**: 13). Diríamos que, se vivo fosse, estaria ele esbanjando alegria, ao ver que um dos seus descendentes, ingressou na Casa do Barão, instituição que bem merecia tê-lo tido como sócio.

(Discurso pronunciado no Instituto do Ceará,
em 23 de janeiro de 2014).

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE 2012

Relatório da Secretaria Geral do Instituto do Ceará

Valdelice Carneiro Girão*

Introdução

O Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) ao completar 125 anos de existência cumpre as normas estatutárias, publicando seu relatório anual.

Edifício Sede

O Edifício Sede, localizado na Rua Barão do Rio Branco, 1594 não sofreu mudanças em sua estrutura física. Até mesmo a pintura externa, que já se fazia necessária, deixou de ser realizada, por falta de verba. Continuou, porém, a oferecer a valiosa documentação histórica e bibliográfica a todos aqueles que o procuraram para suas pesquisas.

Diretoria

Deve ser salientado, que apesar da dificuldade financeira motivada pelo cancelamento do Projeto aprovado pelo Governo do Estado, que beneficiava as instituições centenárias do Ceará com a verba anual de R$ 150.000,00 para manutenção e, com o falecimento de vários sócios efetivos, o Instituto cumpriu todas as atividades no ano de 2012. O fato de maior Importância foi a reforma do Estatuto que incorporou varias exigências do Código Civil Brasileiro; encerrando um ciclo de debates sobre temas polêmicos. Realizou um Curso de Restauração de

* Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

Acervos, revestido de pleno êxito; pois além de enaltecer a instituição junto à sociedade e outros importantes órgãos culturais, rendeu lucro para suas atividades. O curso contou com turma de alunos e funcionários das universidades Estadual do Ceará, Universidade Federal, Universidade de Fortaleza e funcionários do Serviço da Indústria e Comércio – SESI, além da participação de funcionários do próprio Instituto, que mantém uma política permanente de conservação. Celebrou convênio de cooperação com a Escola de Artes e Oficios Thomaz Pompeu Sobrinho, que visa o aperfeiçoamento de aprendizes em atividades na arte de conservação e restauração de papel, além de oferecer suporte técnico para estagio de dois alunos.

Secretaria Geral

Outra realização do Instituto de destaque em 2012 foi a digitalização da Coleção Almanaque do Ceará, lançada em DVD; um dos mais importantes periódicos cearenses, que circulou entre os anos de 1895 e 1962. O projeto inclui ainda a higienização e restauração do acervo original. Nessa mídia estão 54 volumes, correspondendo a cerca de 10 mil páginas.

O Instituto do Ceará esteve presente na Bienal Internacional do Livro, realizada no Centro de Eventos de Fortaleza, onde foram vendidos livros de vários membros da Casa do Barão. Participou do I Seminário de Preservação de Bens Móveis e Integrados do Ceará a convite do IPHAN.

Providências necessárias foram tomadas junto ao Ministério Público, referente a uma dotação de 10 mil reais recebida em 2011 da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza – FUNCET. O fato foi plenamente esclarecido em reunião do Presidente e o Ministério Público, em 5 de novembro de 2012.

Vale a pena ressaltar também a abertura do período de inscrição de três vagas para sócio efetivo no período de 3 de dezembro de 2012 com eleição marcada para 5 de fevereiro de 2013.

Biblioteca

Nas suas atividades em prol da cultura cearense a biblioteca do Instituto com mais de 35 mil volumes, recebeu pesquisadores locais,

nacionais e de outros países que buscaram subsídios para suas pesquisas. Continua o trabalho de classificação do acervo, sempre aumentado por ofertas de sócios, escritores e instituições.

Museu de História Barão de Studart

Aberto à visitação pública as terças e quintas-feiras o Museu de História Barão de Studart, recebeu um número considerável de visitantes, dos quais destacamos professores e alunos das universidades locais.

Boletim (Ano 74 – Nº. 44)

Com edição especial em homenagem aos 125 anos, o Boletim transcreve a ata de fundação do Instituto; mostra com fotografias as sedes que abrigaram o Instituto por alguns períodos e outras informações históricas importantes.

Revista

As providências estão sendo tomadas para a publicação da *Revista do Instituto do Ceará*, referente ao ano de 2012.

Atividades Culturais

As reuniões ordinárias foram realizadas:

20/3 – Palestra do Sócio Efetivo Elmo Vasconcelos sobre o centenário do livro de Gustavo Barroso *Terra de Sol.*

13/4 – É realizada, sob a coordenação da professora Clélia Lustosa mais uma edição do evento "Trilhas Urbanas", comemorando o aniversário de Fortaleza. O Sócio Efetivo Miguel Ângelo de Azevedo proferiu palestra sobre fatos marcantes da história de Fortaleza.

7/5 – Aprovação do novo Estatuto que contou com a assessoria jurídica da advogada Maria Aurilene Cândido Martins.

21/5 – Outorga do título de sócio correspondente ao Prof. Dr. Antônio Falcão presidente da Real Sociedade de Arqueologia Lusitana.

20/6 – O professor Pedro Sisnando Leite proferiu palestra, lançando seu livro "Raul Barbosa e o Banco do Nordeste".

20/7 – Lançamento da Coleção Almanaque do Ceará em DVD. Distribuição para sócios e convidados.

17/8 – É homenageado o sócio mais antigo do Instituto, professor Oswaldo Evandro Carneiro Martins no seu aniversário.

20/8 – Palestra do Professor do Colégio Militar de Fortaleza Luciano Klein Filho sobre a vida e a obra de Adolfo Bezerra de Menezes.

22/10 – O Sócio Efetivo Elmo Vasconcelos proferiu palestra sobre o centenário da deposição do governo Nogueira Accioly.

20/11 – Lançamento do livro Mulheres Viajantes no Brasil séc XIX pela autora a Sócia Efetiva Zélia Sá Viana Camurça, o livro foi apresentado pelo arquiteto José Liberal de Castro.

3/12 – Sessão Plenária para abertura de três vagas existentes em função do falecimento dos sócios efetivos: Vinicius Holanda Barros Leal, José Cláudio de Oliveira e Dário Moreira de Castro Alves.

18/2 – Confraternização Natalina, que contou com expressivo número de sócios efetivos, de amigos do Instituto, de funcionários e convidados. A mensagem natalina foi proferida pelo Vice-Presidente Pedro Sisnando Leite.

Quadro Social

Com seis vagas no quadro de associado efetivo, o Instituto do Ceará prepara-se para o preenchimento do seu quadro social no ano em curso.

Podemos concluir que apesar de todas as dificuldades, o Instituto cumpriu com suas obrigações no ano de 2012. A correspondência com outras instituições culturais está atualizada. Os serviços de secretaria, biblioteca e tesouraria feitos a contento graças ao bom trabalho da Diretoria e o empenho de seu Presidente. Não podemos esquecer do esforço de seus funcionários, estagiários e colaboradores que realizam um trabalho importantíssimo para o Instituto. A eles, os nossos maiores agradecimentos.

Saudação de Pedro Sisnando Leite ao novo sócio efetivo do Instituto do Ceará, professor Luiz de Gonzaga Fonseca Mota

Pedro Sisnando Leite*

Honrou-me o presidente do Instituto do Ceará, escritor José Augusto Bezerra, com o convite para saudar nesta solenidade o novo Sócio Efetivo, professor Luiz de Gonzaga Fonseca Mota.

Esta é para mim uma tarefa agradável, por vários motivos. Dentre os quais destaco a admiração e amizade de longas datas, e a satisfação de tê-lo doravante como confrade vitalício desta tradicional academia. É com satisfação e alegria, portanto, que apresento ao professor Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, em nome dos membros desta secular Instituição, um abraço de fraternal acolhimento em nossa comunidade. Sinta-se em casa.

Considero de bom alvitre frisar inicialmente, para os ilustres convidados para esta solenidade, que o Instituto do Ceará é uma entidade de interesse público de caráter interdisciplinar. Mas focada principalmente no estudo, difusão e preservação do acervo histórico, geográfico, antropológico e de ciências afins.

Em vista de tais objetivos, podemos concluir que os membros desta instituição têm um vasto campo de atuação conforme as suas experiências, formação acadêmica e vocação científica. As metodologias para lidar com a escritura da história, por exemplo, foram e estão sendo discutidas com fervor por muitas pessoas, inclusive aqui no Instituto do Ceará.

O intercâmbio de conhecimentos da história com a geografia, antropologia e a economia ampliou as possibilidades de interpretação histórica. O conhecido historiador Fernand Braudel, em sua obra *O Medi-*

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

terrâneo, demonstra como pode ser escrita a história com esse enfoque de teorização sobre a realidade e a qualidade literária. Diz ele: "Não precisamos ignorar a poeira dos arquivos, mas não devemos respirá-la com muito ímpeto".

De sua parte, o historiador Keith Jenkins diz que se a narrativa de acontecimentos não nos remete aos eventos como realmente aconteceram, mas são pontos de vista discursivos do autor, não deve ser considerada história. Para tal, é necessária alguma localização no tempo e no espaço. Ou seja, o trabalho histórico requer um embasamento factual, com elementos múltiplos de natureza social, política, étnica, cultural e econômica. É o tempo medido ao ritmo do cotidiano, do indivíduo e de suas experiências.

É a história social ou a narrativa histórica do que guardamos seletivamente em nossa memória que nos orienta em compreender o presente e moldar o futuro. Como disse o educador Paulo Freire, em depoimento ao Museu da Pessoa: " as memórias de mim mesmo me ajudaram a entender as tramas das quais fiz parte". São exemplos dessa experiência intelectual as vidas dos saudosos confrades Raimundo Girão, Marcelo Linhares e Manuel Eduardo Pinheiro Campos, todos comprometidos com a atuação no mundo político e na produção literária.

A tese que estou defendendo, portanto, é de que o professor Luiz de Gonzaga Fonseca Mota com sua atual vivência, vai enriquecer a galeria de historiadores do nosso Instituto.

Essa visão abrangente do mundo cultural, por sinal, já constou do denominado Plano Estadual de Desenvolvimento (PLANED) do governo Gonzaga Mota, vigente no período de 1983-87. Neste amplo e bem estruturado programa governamental, as ações destinadas à cultura, no seu sentido antropológico, era encarada como um processo que deveria promover, integralmente, o desenvolvimento político, social e econômico do homem cearense. Essa estratégia visava atuar na produção, distribuição, consumo e preservação dos bens culturais, assim como a formação dos recursos humanos necessários ao planejamento e gestão do sistema cultural cearense.

Afirmava o Plano do então governador Gonzaga Mota, que hoje ingressa como Sócio efetivo do Instituto do Ceará: "Há de se englobarem nesse sistema, com ênfase, os setores menos favorecidos da população, igualmente representativos do sistema cultural do Estado".

Metas, aliás, que estão sendo preconizadas nos planos atuais para esse segmento.

O próprio Instituto do Ceará foi indiretamente beneficiado por essa política, com recebimento de ajuda financeira para sua manutenção e apoio determinante para a construção deste auditório. Por esses e outros benefícios foi que o então presidente do Instituto, o saudoso Professor Antônio Martins Filho, propôs e concedeu o diploma de Sócio Benemérito ao Governador Luiz de Gonzaga Fonseca Mota. Assim, o homenageado agora acumula a condição de Sócio Benemérito e de Sócio Efetivo.

Na verdade, o economista Gonzaga Mota tornou-se conhecido do povo do Ceará como Governador, razão porque sua carreira política teve prosseguimento com sua eleição para Deputado Federal por três legislaturas, entre 1991-2002. Notabilizou-se nesse período com sua ativa atuação na defesa dos interesses do Ceará e do Nordeste.

Durante essa fase de sua vida política, foi agraciado com dezenas de medalhas, condecorações, títulos de cidadania e outorgas acadêmicas. Inclusive de *Doutor Honoris Causa* da Universidade Estadual do Ceará e, recentemente, da Universidade Regional do Cariri, que foi organizada e instalada no seu governo.

A minha convivência e relacionamento de amizade com Gonzaga Mota, porém, começou há mais de quarenta anos. Vejamos alguns fatos do itinerário de sua rica experiência de vida e que ao saudá-lo, nesta ocasião, não posso, por espírito de justiça, deixar de relatar.

Não quero parecer dogmático ou exagerado em minhas considerações. Mas depois de relutar no que estou narrando, entretanto, tranqüilizei-me com a reflexão de Jean Jacques Rousseau, quando disse em situação semelhante: "Minha função é dizer a verdade; não fazer com que se acredite nela".

A história da vida intelectual e profissional do professor Gonzaga Mota, é bem ampla. Desde o período de seus estudos iniciais na Faculdade de Economia, da Universidade Federal do Ceará, quando se revelara como detentor de uma inteligência privilegiada, como constatei na condição de seu professor nessa fase de sua formação acadêmica. Segundo a imprensa local, o Ministro da Fazenda de então, professor Mário Henrique Simonsen, comentara para um político cearense que Gonzaga Mota foi um brilhante estudante quando cursou o programa de pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas (1968-69).

Quando ainda era aluno da Faculdade de Economia (UFC), acrescente-se, em meados da década de 1960, foi selecionado em concurso nacional para estágio no Departamento de Estudos Econômicos do BNB. Nesta ocasião fui seu orientador, principalmente nas técnicas estatísticas de estudos econômicos. Posteriormente (1971), foi selecionado em concurso público para técnico em desenvolvimento econômico do BNB. No ano anterior, é oportuno lembrar, já havia obtido aprovação para professor do Departamento de Economia Aplicada, da Universidade Federal do Ceará.

A sua ascensão profissional no BNB foi surpreendente, em face da saudável concorrência de seus brilhantes colegas de trabalho. Tornou-se assessor especial da presidência do BNB (1975) e, em seguida, Coordenador de Planejamento Integrado, quando elaborou, com sua equipe, os Planos Estratégico e Tático que foram implementados por esse Banco. A seguir, assumiu a chefia do Departamento de Assessoria do BNB (1978), donde se licenciou para ocupar o cargo de Secretário de Planejamento e Coordenação do Ceará (1979-82).

Dessa forma, o professor Luiz de Gonzaga Fonseca Mota durante toda a sua vida dedicou-se a pesquisa, ensino, viagens de estudo e missões oficiais ao exterior, em trabalho denodado de luta pelos interesses do nosso Estado. Para tratar dessas questões, publicou livros, ensaios, monografias, documentos variados e muitos artigos em jornais e revistas especializadas.

Tudo o que disse, resumidamente, acredito que explique porque subscrevi com muita satisfação a sua candidatura para Sócio Efetivo desse sodalício, juntamente com os consócios Paulo Ayrton Araújo e Francisco Ésio de Souza. O tempo será o juiz do que ocorrerá quanto à contribuição do novo confrade para a cultura e a historiografia do Ceará.

Durante os últimos quarenta anos, ele foi um testemunho e importante protagonista da própria história política, econômica e cultural do nosso Estado. Poucos têm a sua autoridade para, doravante, fazer uma narrativa dos acontecimentos que marcaram a vida de nossa sociedade, nesse meio século, de modo realista e sem retoque ideológico.

Meus parabéns, confrade Gonzaga Mota, e sinceros cumprimentos a sua esposa Miriam Porto Mota e seus filhos Antônio José, Luiz Fernando, Miriam, Luiz Gonzaga e Sabrina. Que Deus o abençoe

e lhe favoreça com uma longa vida em nosso convívio, nesta provecta instituição científica.

Muito obrigado a todos pela simpática atenção.

Fortaleza, 20 de junho de 2008.

Discurso de posse na presidência no Instituto do Ceará

Ednilo Soárez*

Prezados Consócios do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

Senhoras,
Senhores,

Inicialmente, apaixonado pelas gentes e coisas do Ceará, desejo agradecer a escolha para a presidência desta ilustre e centenária instituição, casa dos saberes de nossa terra, pela qual passaram cérebros que honram a história cultural cearense.

De 1887, apenas três anos após o Ceará se revoltar contra a indignidade da escravidão - pioneiro que fomos no grito do basta - quando se fundou esta Casa até os nossos dias, na longa trajetória, inestimáveis são os serviços prestados pelo Instituto do Ceará ao país. Por serem serviços de inteligência nem sempre são reconhecidos, especialmente neste tempo de encantamento tecnológico.

Digo: a tecnologia não retirará o primado do ser humano, até porque ela é fruto do seu saber curioso. Pode, apenas, ser uma extensão do homem e dos seres que habitam o planeta. Por esta razão, esta Casa – destinada ao estudo das relações humanas - é como um templo no qual se procura entender e desvendar os mistérios do que se vê ou se esconde nas ruas, nas casas, nas cidades. É saber do homem como construtor de seu próprio destino.

É grande o compromisso em presidí-la.

---

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Lembro: o Instituto, além de ser a mais tradicional instituição cultural do Ceará, é o detentor do maior acervo de cultura da terra de Capistrano de Abreu, o primeiro intérprete do país, mais continente que país, chamado Brasil, em cujos livros buscaram o saber todos os que vieram depois, e passaram por esta Casa, como protagonistas ou objeto de pesquisa como Bárbara de Alencar, a heroína de Crato, e uma das líderes da Revolução Pernambucana de 1817; José de Alencar, o criador do romance brasileiro, lúcido na política, pai de Iracema que gerou Moacir. E mais: Chico da Matilde, o Dragão do Mar, abolicionista proclamador do "neste porto não desembarcará mais nenhum escravo"; Rodolfo Teófilo, com a vacina da varíola que, enquanto salvava vidas anotava os dramas, as misérias e flagelos das secas de 1887 a 1889; Barão de Studart, um dos cearenses que mais contribuíram para o acervo histórico desta Instituição, o "embaixador de todas as causas"; Clóvis Beviláqua, gênio do direito, autor do Código Civil Brasileiro, norma que, sempre atual, resistiu as mudanças de duas guerras mundiais, manteve-se íntegro através das revoluções de comportamento da trepidante década de sessenta chegando ao novo século com a mesma grandeza da origem; foi arquivado pela leveza com que se julga ultrapassado o que ainda é vivo.

Posso dizer que trabalhar para o Instituto do Ceará –considero ser da maior importância o que fazemos em favor de nossas instituições culturais - é sermos compositores de uma sinfonia de amor à nossa terra.

Significa preservar valores, imortalizar personagens, transmitindo significados a prédios e monumentos, marcos definidores de nossa rica cultura, desvendando, pela pesquisa, os mistérios da convivência.

Não podemos esquecer que somos produto-vítimas de uma dupla colonização: como brasileiros, da influência primeiro européia, no tempo apenas do livro, e depois da norte- americana na salada dos sons, imagens e modernidades eletroeletrônicas. Como nordestinos, pelos ventos do sudeste do país, esta fábrica de coisas e comportamentos, numa terra que se quedou escrava dos meios eletrônicos de comunicação os quais são ótimos, mas precisam ter o limite do respeito à cultura regional. Aos valores de cada região do país.

O Ceará exporta talento humano para importar o que produzem à distância perdido o gosto da Terral, o Instituto é um centro de resistência, ao qual, com modéstia e ânimo, me integrei com alma e dispo-

sição. Insisto no valor de estar aqui, de ser parceiro dos meus pares, de contribuir com meu Estado.

Esta gloriosa instituição já foi presidida por vultos do porte de Paulino Nogueira Borges da Fonseca, seu primeiro presidente, de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, de Guilherme Studart, o Barão de Studart, do Gen. Tácito Theófilo Gaspar de Oliveira, do Reitor Antônio Martins Filho, o Reitor dos Reitores, e o maior entre os grandes cearenses de todos os tempos, e do Coronel Paulo Ayrton Araújo, nosso Presidente de Honra.

Citei nomes ilustres, verdadeiros pais de uma cultura que por ser viva muda e se enriquece a cada novo tempo.

Como sócio do Instituto, convivi com as administrações dos dois últimos presidentes: Manoel Eduardo Pinheiro Campos e José Augusto Bezerra. Do primeiro, assisti ao seu esforço em digitalizar as Revistas do Instituto, editadas initerruptamente desde a sua fundação, há 126 anos, e ao resgate do Acervo Histórico do Barão de Studart, evitando a sua irreparável perda. Ele criou o Museu Barão de Studart, contando nas duas iniciativas com recursos doados por Ivens Dias Branco, o maior e mais persistente mecenas de toda a história desta Instituição e sempre generoso quando se trata da cultura do Ceará.

José Augusto Bezerra assumiu os destinos do Instituto em uma hora dramática, quando perdemos inesperadamente o Presidente Eduardo Campos. Com sua grande experiência de gestor, concluiu o Museu Barão de Studart, dando dinâmica administrativa ao Instituto. Em seu discurso, prestando contas, de uma forma modesta, face à sua profícua administração, pudemos avaliar o seu empenho na condução dos destinos deste soligeu, no entanto não posso deixar de ressaltar a renovação pacífica e consensual dos Estatutos, democratizando o ingresso de novos associados. Em consequência, ensejou-me a organização de uma Diretoria na qual se mescla o tradicional com o novo, refletindo o tempo em que vivemos.

Pelo entusiasmo percebido ao convidar cada um dos diretores, sinto-me encorajado a dizer que envidaremos todos os esforços para transmitir aos nossos sucessores uma instituição digna de ser a continuadora da obra de José Augusto Bezerra.

Sinto-me pequeno diante das grandezas das tarefas que me esperam, mas procurarei ser grande pela vontade de fazer, pelo

apoio de meus pares e pela pesada responsabilidade de presidir uma Instituição centenária.

Continuando a trajetória de meus pais, Edilson Brasil Soárez e Nila Gomes de Soárez, dedico-me, com meus irmãos, Ednilton e Ednilze, à Educação, acordando cotidianamente feliz e alegre por sentir estar contribuindo para a formação de gerações que estão honrando o Ceará. O alunado daqui, desmentindo o desencantamento registrado alhures, está mourejando com afinco, com a compreensão do seu tempo e com qualidades humanas excepcionais.

Debruço-me com curiosidade de um aprendiz que sou, nos livros que não li, por gosto nos que devo voltar por prazer, e aos que escrevo, na ousadia do tentar transmitir às gerações pósteras o que apreendi no estudo, na vida, no saudável convívio com os confrades do Instituto do Ceará, da Academia Cearense de Letras, da Academia Cearense de Retórica, da Academia Fortalezense de Letras, da Associação Brasileira de Bibliófilos, da União Brasileira dos Escritores, dos companheiros do Rotary Club e irmãos, mordomos da Santa Casa de Misericórdia.

Prometo, como presidente, não ser apenas um condutor de solenidades ou comemorações, nem tampouco ser a diretoria, proponho-me a ser apenas o Coordenador das ações dos diretores.

Elegi cinco diretrizes preliminares a serem submetidas à crítica e posterior aprovação de meus consócios. Eles serão os verdadeiros norteadores da nossa gestão, são:

- autossuficiência financeira;
- maior visibilidade;
- interiorização;
- melhoria das instalações físicas, dentre as quais obter recursos para a indispensável instalação de um elevador de acesso ao 2º. andar;
- democratização de acesso a todas as camadas sociais da nossa sociedade, oferecendo-lhes cursos sobre a cultura alencarina. A cultura não pode, nem deve ser monopólio dos privilegiados. É um bem de todos.

E saibam: nesta casa centenária não se permite restrições culturais, ou limitações às liberdades fundamentais do saber, do dizer, do proclamar, do existir, do conviver. Podemos ressaltar com um santo orgulho pertencermos a uma instituição composta de integrantes cultos, verdadeiros guardiões a seu tempo de nossos valores. Souberam abnegadamente preservar todos os princípios da condição humana no tempo de suas existências.

Quem se imortalizou, registrando o espírito cearense foi o poeta Jáder de Carvalho, pai de nosso consócio Cid Carvalho, no poema-**Terra Bárbara:**

Na minha terra
As estradas são tortuosas e tristes.
Como o destino do seu povo errante.
Viajante,
Se ardes em sede,
Se acaso a noite te alcançou,
Bate sem susto no primeiro pouso:
-Terás água fresca para a tua sede.
Rede cheirosa e branca para o teu sono.

Quero como presidente e sócio deste sodalício, ser um curioso das coisas. Diria ainda que a curiosidade leva ao entendimento.

Entender é existir.

Recebo, neste momento, o Instituto do Ceará muito bem estruturado pela capacidade empresarial e intelectual de José Augusto Bezerra, um amigo-irmão, a quem agradeço de público o alto patamar a que elevou o Instituto do Ceará, conduzindo-o a ser cada vez mais um lídimo intérprete da cultura cearense na constelação nacional.

Resta-me ser grato aos que mais de perto contribuíram para eu estar vivenciando este grande momento: a minha amada Fanizinha, companheira e incentivadora sempre presente; soube conduzir-me com carinho e amor ao porto seguro da felicidade, ao meu irmão Ednilton, agora secundado por seu filho Henrique Colin Soárez. Ambos, têm conduzido com sabedoria e equilíbrio os destinos de nossas empresas. Desejo também expressar o orgulho que tenho de minhas duas filhas: Elena, com mestrado em Antropologia, roteirista de profissão e Eliana, a caçula, a quem chamo carinhosamente de "minha gotinha de mel", com mestrado em Economia, também atua na área cinematográfica como Diretora de Produção. Ambas contribuíram na execução de mais de três dezenas de filmes para cinema e televisão.

Por uma questão de justiça, minha eterna gratidão à Marinha de Guerra do Brasil, onde aprendi a amar à Pátria e a desenvolver meus sentimentos de cidadania. Muito obrigado a meus colegas de farda,

Comandantes Adauto Braz Jr. e Marcelo Gurgel de Souza, respectivamente Capitão dos Portos do Ceará e Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros, cujas guarnições abrilhantaram esta solenidade.

Agradeço a presença das autoridades, dos companheiros de lutas e vitória em prol da cultura, dos professores e dos representantes da Academia de Letras dos Estudantes do Colégio 7 de Setembro, dos acadêmicos da Faculdade 7 de Setembro, dos parentes e amigos cujas presenças iluminaram esta solenidade. Permanecerá indelével em minha memória.

Espero estar sempre acompanhado e orientado por Deus em mais esta caminhada, consoante a Sua promessa: "Entrega o teu caminho ao Senhor, confia Nele e Ele tudo fará".

Muito obrigado.

(Discurso pronunciado em 27 de maio de 2013).

ATAS DAS SESSÕES DE 2012

Atas das sessões de 2012 no Instituto do Ceará

Valdelice Carneiro Girão*

Ata da sessão especial do dia 8 de fevereiro de 2012

Aos 8 dias de fevereiro de 2012 reuniu-se em, sua sede social, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência de José Augusto Bezerra. Compareceram os Sócios Efetivos: Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Pedro Sisnando Leite, Gisafran Nazareno Mota Jucá, Francisco Ésio de Sousa, José Augusto Bezerra, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, José Liberal de Castro, Ednilo Gomes de Soárez. O Presidente iniciou a sessão as 15h30min horário da segunda convocação informada em carta circular do dia tendo como finalidade discussão para reforma estatutária, esclareceu que não se tratava de mudanças profundas, mas sim de buscar concordância para pontos anteriormente discutidos pela confraria. Informou que o primeiro ponto abordado é a necessidade de adequação ao código civil brasileiro, item aprovado pela maioria dos presentes. Em seguida o presidente informou que o segundo ponto a ser discutido seria a utilização do voto por correspondência em substituição ao voto por procuração. Pedindo a palavra o sócio efetivo Pedro Sisnando Leite solicitou muita atenção para não se efetuar uma mudança pouco significativa à instituição. Em seguida o Prof. José Liberal de Castro justificou que o constante desinteresse dos sócios efetivos pelas questões do Instituto é um fator que possibilita o uso indevido de procuração e terminam elegendo pessoas descompromissadas com as causas institucionais. Lembrou também da necessidade de levar em conta a crescente descredibilidade dos correios em

* Socia efetiva do Instituto do Ceará.

caso da adoção do voto por correspondência. Falou de sua experiência com voto eletrônico, mas argumentou da inviabilidade de adoção no Instituto em função do número de votantes. Dando continuidade a sessão, o Presidente, alegando a chegada do sócio efetivo Pedro Alberto de Oliveira, que justificou o atraso, solicitou que o Prof. Pedro Sisnando proferisse novamente seus argumentos sobre a extinção ou não do voto por procuração. Em seguida, o Prof. Pedro Alberto de Oliveira lembrou que a questão já tinha sido discutida em reunião anterior. O Presidente ratificou o fato de terem existido reuniões anteriores, mas reforçou a importância de aprofundamento dos debates uma vez que a missão requer muita transparência e o máximo de participação de todos os sócios que se preocupam com o bem da instituição. O sócio efetivo Ednilo Soárez declarou ser contrário ao voto por procuração, citando a praticidade do voto por correspondência e justificou que a instituição ganha com a mudança. Em seguida, o Presidente declarou extinto, pela maioria dos presentes, o voto por procuração, ficando estabelecido que o candidato será eleito pela maioria dos presentes, desde que a sessão obtenha, pelo menos 1/3 do quadro de sócios efetivos. O consócio Ednilo lembrou da necessidade urgente de substituição das vagas existentes. Em seguida, o presidente solicitou empenho de todos os presentes uma vez que todas as atividades do Instituto estão resumidas a um grupo pequeno de sócios que em breve não poderão mais colaborar com a mesma intensidade, sendo urgente a tarefa de renovar com muita responsabilidade e compromisso o futuro da instituição. Consultou sobre o fim do termo "arca do sigilo" que consta no estatuto vigente, obtendo apoio da maioria dos presentes. Expôs o indicativo de punir o sócio que permaneça um ano sem cumprir com suas obrigações com a perda do título de sócio efetivo. O Prof. Pedro Alberto sugeriu que a medida não atingisse o quadro atual, os demais presentes discordaram da posição, ficando acordado a criação de um título para essa categoria, desde que houvesse a perda da vaga. Em seguida, o Prof. Gisafran solicitou permissão para retirar-se em função de uma consulta médica. O Presidente defendeu a inclusão do cargo de 2º vice-presidente, direito do sócio efetivo solicitar desligamento em qualquer tempo após sua eleição, proposições aprovadas pela maioria dos presentes. Citou a nova deliberação do conselho superior que passa a ser consultivo e não punitivo como prevê o atual estatuto, falou sobre o domicilio do candidato, ficando acordado que poderão se candidatar domiciliados nas limitações geográficas do estado do Ceará. Em caso de ser eleito e passar a residir fora do estado, será convocado o conselho consultivo para deliberação do assunto. Todos os presentes manifestaram con-

cordância. Foi colocado em pauta, pelo presidente, o direito de solicitar desligamento após 80 anos de idade, questão aceita. Nada mais havendo a tratar Eu, Valdelice Carneiro Girão Secretária **ad hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da sessão ordinária de 20 de março de 2012

Aos 20 dias de março de 2012 reuniu-se em, sua sede social, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência de José Augusto Bezerra. Compareceram os Sócios Efetivos: José Augusto Bezerra, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Fernando Câmara, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Clélia Lustosa Costa, Murilo Martins, Osvaldo Evandro Carneiro Martins, Elmo Vasconcelos, José Liberal de Castro, além dos sócios honorários Adegildo Férrer, João Pires e Vicente Alencar. O Presidente José Augusto iniciou a sessão, anunciando como palestrante do dia o Prof. Elmo Vasconcelos que falará sobre os cem anos do livro *Terra de Sol* do cearense Gustavo Barroso. Ato contínuo solicitou à Secretária Clélia Lustosa a leitura das atas em atraso, antes porém lembrando que o mês de março é todo em homenagem a mulher a que o Instituto se associa por ter em seu plantel personalidades femininas de destaque sociocultural. Foram lidas as atas das reuniões anteriores, todas aprovadas por unanimidade. No espaço para comunicações o Cel. Paulo Ayrton Araújo registrou o pedido da Profa. Valdelice sobre os falecimentos ocorridos em janeiro deste ano do notório Luis de Sousa Girão, irmão do saudoso sócio Raimundo Girão e da escritora Mundinha Negreiros de Andrade, viúva do saudoso sócio Francisco Alves de Andrade. A Profa. Clélia Lustosa lembrou que em abril é comemorado o dia da cidade de Fortaleza e solicitou autorização do Presidente para utilizar as dependências do Instituto para realização de um evento com estudantes como vem ocorrendo ultimamente. O Presidente elogiou a iniciativa e disse que o Instituto se associava as atividades culturais no aniversário de Fortaleza. Informou ainda que elaborou novo projeto visando a pintura do prédio da Instituição e que necessita de patrocínio. Em seguida passou a palavra ao Prof. Elmo Vasconcelos que se dirigiu ao Presidente, aos confrades e outros ouvintes dizendo que este ano de 2012 faz cem anos do lançamento do livro *Terra de Sol* de Gustavo Barroso que nasceu em Fortaleza e faleceu no Rio de Janeiro, sendo sua fala acompanhada pela projeção de slides. O palestrante tem trechos do livro em tela, abrangendo costumes, vivências e observações existentes no Ceará como a seca, os animais, a figura do vaqueiro e o sertanejo, etc. Relatou fatos vividos

por Gustavo Barroso e elencou suas principais obras em várias áreas do conhecimento daquele renomado intelectual. Ao final da palestra fizeram observações a Profa. Valdelice Girão dizendo que Raimundo Girão era amigo de Gustavo Barroso; Murilo Martins informando que vários livros de Gustavo Barroso foram editados pela Imprensa Universitária da UFC; Clélia Lustosa reportou-se as experiências de chuva no dia de São José, 19 de março, Padroeiro do Ceará e José Liberal de Castro disse que tudo tem a sua fase e as obras de Gustavo Barroso caíram no esquecimento o que aconteceu com outros escritores de renome nacional, afirmando que foi contemporâneo do cronista, quando cursava arquitetura no Rio de Janeiro. Com a palavra o Prof. Elmo fez apelo ao Presidente que zelasse pela estátua de Gustavo Barroso na Praça do Liceu do Ceará. O Presidente disse que o Instituto vai oficiar a Prefeitura no sentido da restauração da estátua de Gustavo Barroso e pediu aos presentes uma salva de palmas para o palestrante. Agradecendo a presença de todos encerrou a reunião da qual eu, Clélia Lustosa Costa, 2ª Secretária, lavrei o presente ata.

Ata da sessão de 13 de abril de 2012

Aos 13 dias do mês de abril de 2012, no Auditório Barão de Studart, os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se em sessão ordinária de caráter festivo no dia em que se comemora o aniversário de Fortaleza. Estiveram presentes: Valdelice Carneiro Girão, José Augusto Bezerra, Francisco Fernando Câmara, Paulo Ayrton Araújo, Ednilo Soárez, Pedro Alberto de Oliveira Silva, José Liberal de Castro, Miguel Ângelo de Azevedo, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, José Murilo de Carvalho, Pedro Sisnando Leite, Raimundo Elmo Vasconcelos e Maria Clélia Lustosa; sócios honorários, beneméritos e um número considerável de alunos e professores do curso de Geografia da UFC, que sob a coordenação da Professora Clélia Lustosa, participaram das "Trilhas Urbanas" em homenagem à nossa capital. O Presidente antes de passar a palavra ao orador do dia, o consócio Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), abriu espaço para homenagear a funcionária Marinez Alves com o diploma de Amiga do Instituto, entregue por sua Professora do curso de Geografia Clélia Lustosa Costa. Nirez, apresentando fotografias, fez uma interessante explanação de Fortaleza Antiga; comentou sobre personalidades representativas da época, entre elas algumas mulheres pioneiras: na aviação, nas instituições culturais e em outros setores. Na oportunidade gentilmente mencionou o nome da Sócia

Efetiva Valdelice Carneiro Girão. Nos apartes foram lembrados os nomes de proprietários das chamadas Pensões Alegres. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a sessão. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, Secretária **ad hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da reunião de 7 de maio de 2012

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no dia 7 de maio de 2012 para apresentação do novo estatuto. Compareceram os sócios José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Valdelice Carneiro Girão, Paulo Ayrton Araújo, Fernando Câmara, José Liberal de Castro, Ednilo Gomes de Soárez, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Clélia Lustosa Costa e Oswaldo Evandro Carneiro Martins. O Presidente iniciou os trabalhos informando que a reunião seria transformada em Assembleia Geral Extraordinária para leitura do Estatuto que será apresentado a Assembleia Geral do Instituto do Ceará para aprovação em data estabelecida. Após avaliação dos presentes, foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, Secretária **ad hoc** lavrei a presente ata, que será assinada pelos presentes.

INSTITUTO DO CEARÁ
(Histórico, Geográfico e Antropológico)
CNPJ 07.369.960/0001-72
Registrado sob o nº 709 no 2º CRPJ de Fortaleza-CE

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 21 DE MAIO DE 2012 APROVANDO A 3ª ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA, COM ESTATUTO CONSOLIDADO

HORA, DATA E LOCAL: Às 15:30 h, do dia 21 de maio de 2012, em segunda convocação, na sede social do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) na Rua Barão do Rio Branco, 1594 - Centro, CEP 60025-061.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente da Assembleia – José Augusto Bezerra**,** administrador, brasileiro, casado, administrador, RG 978448, CPF

033.803.194-49 residente e domiciliado na Av. Rui Barbosa, 748 Ap. 800 bairro, Aldeota CEP 60115-220, na condição de Secretária da Assembleia a Sra. Valdelice Carneiro Girão, brasileira, solteira, RG 126735, CPF 013838683-87, residente e domiciliado na Rua Marcos Macedo, 140 Ap. 503 bairro, Aldeota CEP 60150-190.

ASSOCIADOS EFETIVOS PRESENTES: Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Pedro Sisnando Leite, Francisco Ésio de Sousa, José Augusto Bezerra, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, José Liberal de Castro, Ednilo Gomes de Soarez. Miguel Ângelo de Azevedo, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Maria Clélia Lustosa Costa, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho, João Alfredo de Sousa Montenegro, Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, Paulo Elpídio de Menezes Neto, Eduardo de Castro Bezerra Neto, José Murilo de Carvalho Martins

ORDEM DO DIA: Reforma geral do estatuto social da Entidade e consolidação, para adequação dos seus termos ao Novo Código Civil, para atender ao que dispõe a Lei nº 10.406, de 10.01.2002, além de outras modificações julgadas necessárias e, em consequência, ratificação dos componentes da Diretoria cujo mandato vai até 5/3/2013, eleição e posse do 2º Vice-Presidente e dos membros de todos os Órgãos Administrativos e Consultivos do Instituto do Ceará.

QUORUM: Constatado que se achavam presentes associados, com direito a voto, em número suficiente, ou seja, mais de 1/3 (dois terços) do quadro de associados efetivos, o Presidente da Assembleia declarou abertos os trabalhos.

Em face dos objetivos específicos da Assembleia, o Sr. Presidente determinou que fosse colocado no telão a proposta de alteração do estatuto, com consolidação, para que dela os sócios tomassem conhecimento e se manifestassem, se assim o desejassem e cujo teor, foi lido pelo Presidente para todos os presentes, sendo discutido artigo por artigo. Após a imediata inserção das alterações sugeridas pelos associados presentes, foi o texto final do Estatuto colocado em votação.

DELIBERAÇÕES: Após a inserção das alterações, foi aprovado por unanimidade o texto do estatuto em sua redação final. Em seguida, já em face do novo estatuto aprovado, foram, por unanimidade, ratificados os componentes da Diretoria com mandato vigente, eleito o 2º Vice-Presidente e eleitos os integrantes das Comissões Permanentes, para mandato até 05 de março de 2013, todos Associados Efetivos, ficando assim constituídos os respectivos ór-

gãos: **DIRETORIA**: **Presidente:** José Augusto Bezerra, brasileiro, casado, administrador, RG 978448 – SSP/CE, CPF 033.803.194-49 residente e domiciliado na Av. Rui Barbosa, 748 Ap. 800 bairro, Aldeota CEP 60115-220; **1º Vice-Presidente:** Pedro Sisnando Leite, brasileiro, casado, professor, RG 930020496-51 - SSP/CE, CPF 000414083-49, residente e domiciliado na Rua Dr. Zamenhof, 400 Ap. 1301 bairro Papicu, CEP 60176-060; **2º Vice-Presidente:** Ednilo Gomes de Soarez, brasileiro, casado, professor, RG 20060021164-48 - SSP/CE, CPF 005277777-49, residente e domiciliado Av. Beira-Mar, 4777 Ap. 1003 bairro, Meireles CEP 60165-070; **Diretor de Biblioteca e Arquivo**; Pedro Alberto de Oliveira Silva, brasileiro, casado, professor, RG 108808- SSP/CE, CPF 00405173-49, residente e domiciliado na Rua José Carlos Gurgel Nogueira, 164 bairro, Papicu CEP 60175-803; **Diretor de Relações Públicas**: Miguel Ângelo de Azevedo, brasileiro, casado, professor, RG 940002072023 - SSP/CE, CPF 00269093320, residente e domiciliado na Rua Prof. João Bosco, 560 bairro, Rodolfo Teófilo, CEP 60430-690: **Secretário Geral**: Valdelice Carneiro Girão, brasileira, solteira, RG 126735 - SSP/CE, CPF 013838683-87, residente e domiciliada na Rua Marcos Macedo, 140 Ap. 503 bairro, Aldeota CEP 60150-190; **1.º Secretário**: Paulo Ayrton Araújo, brasileiro, casado, professor, RG 20629 - SSP/CE, CPF 00057893, residente e domiciliado na Rua Jose Vilar, 2350, Ap. 1000 bairro, Aldeota CEP 60125 -061; **2.º Secretário**: Maria Clélia Lustosa Costa, brasileira, casada, geógrafa, RG 486846 - SSP/CE, CPF 112660823-87, residente e domiciliada na Rua Silva Jatahy, 400 Ap. 901B, bairro, Aldeota CEP 60165-070; **1.º Tesoureiro**: Francisco Fernando Saraiva Câmara brasileiro, casado, professor, RG 9901005929 - SSP/CE, CPF 002478203-34, residente e domiciliado na Rua João Cordeiro, 2554 bairro, Dionísio Torres CEP 60110-301; **2.º Tesoureiro**: Francisco Ésio de Sousa, brasileiro, casado, agrônomo RG 2803-d-CREA/CE CPF 000903444-72 residente e domiciliado na Rua Henriqueta Galeno, 714-Ap. 702 bairro, Aldeota CEP 60135-420; **COMISSÕES PERMANENTES: "Comissão de História":** Membros: nome 1 Valdelice Carneiro Girão, João Alfredo de Sousa Montenegro e Gisafran Nazareno Mora Jucá; "**Comissão de Geografia**": Membros: Owaldo Evandro Carneiro Martins, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos e Maria Clélia Lustosa Costa; "**Comissão de Antropologia**" Membros: Zélia Sá Viana Camurça, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes e Rejane Maria Vasconcelos Accioly Carvalho "**Comissão de Verificação de Mérito Cultural**": Membros: Pedro Sisnando Leite, Ednilo Gomes de Soarez e José Liberal de Castro

"**Comissão de Defesa do Patrimônio Cultural**": Membros: Miguel Ângelo de Azevedo, Luiz de Gonzaga Fonseca Mota e José Liberal de Castro; "**Comissão da REVISTA**": Membros: Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara e Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Os membros da diretoria eleita, em atendimento às disposições legais aplicáveis, declararam que **não foram** condenados pela prática de qualquer crime, definitiva ou temporariamente, que os impeçam de assumir ou exercer a administração da Entidade, tendo sido imediatamente empossados em seus respectivos cargos. Tendo cumprido toda a pauta do Edital, e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, tendo sido suspensos os trabalhos pelo tempo necessário para que eu lavrasse a presente ata, a qual após tendo sido lida e aprovada, vai por todos os presentes assinada e rubricada.

Fortaleza-CE, 21 de maio de 2012

José Augusto Bezerra
Presidente da Assembleia

Valdelice Carneiro Girão
Secretária da AGE

Ata da sessão de 20 de junho de 2012

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no dia 20 de junho de 2012 no auditório Thomaz Pompeu Sobrinho para assistir à palestra do confrade Pedro Sisnando Leite, lançando seu livro *Raul Barbosa e o Banco do Nordeste*, que homenageia um dos primeiros presidentes da Instituição no seu centenário de nascimento. Compareceram: José Augusto Bezerra, Valdelice Carneiro Girão, João Alfredo Montenegro, Aroldo Mota, Luis de Gonzaga Mota, Ednilo Soárez, Pedro Sisnando Leite, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Fernando Câmara, Liberal de Castro, sócios honorários, beneméritos e amigos do Instituto. Também compareceram um número considerável de convidados, entre eles a esposa e filho do orador, a filha e o neto de Raul Barbosa, representantes do Banco do Nordeste, o presidente da

Academia de Ciências Sociais do Ceará, João Gonçalves Lemos, o jornalista Paulo Tadeu e outros. Antes de passar a palavra ao orador o presidente cumprimentou os presentes e solicitou que o sócio benemérito Vicente Alencar lesse as atas pendentes redigidas pela Secretária Geral, que foram aprovadas. Com a palavra, Pedro Sisnando Leite apresentou seu livro, na segunda edição, na qual mostra um pouco da história do BNB, registrando com fotografias a contribuição de Raul Barbosa ao desenvolvimento do Nordeste. O orador foi aplaudido, distribuindo depois um exemplar aos convidados. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. Para constar Eu Valdelice Carneiro Girão, secretaria **ad hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da sessão de 20 de julho de 2012

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no dia 20 de julho de 2012, em sua sede social para mais uma reunião ordinária. Compareceram: Valdelice Carneiro Girão, Paulo Ayrton Araújo, Fernando Saraiva Câmara, José Liberal de Castro, José Augusto Bezerra, Miguel Ângelo de Azevedo, Zélia Sá Viana Camurça, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, José Murilo de Carvalho Martins, Pedro Sisnando Leite, Maria Clélia Lustosa Costa; sócios beneméritos e honorários; um número considerável de estudantes e convidados, entre eles o deputado Paulo Facó. Abrindo a sessão, o presidente cumprimentou os presentes, comunicando que a sessão tinha como finalidade o lançamento do *Almanaque do Ceará* em DVD interativo, contendo 19 mil páginas restauradas e digitalizadas, resultado do projeto com o Governo do Estado. Agradeceu a Biblioteca Pública Menezes Pimentel e a Academia Cearense de Letras pelas colaborações dadas. Passando a palavra para a restauradora Edvirges Ximenes que, usando projeções de slides, explicou brilhantemente o trabalho realizado pelo Instituto em sua própria sede e as iniciativas tomadas para o êxito do projeto. Em seguida homenageou o deputado Paulo Facó, concedendo-lhe o diploma de Amigo do Instituto em agradecimentos aos favores prestados a Instituição. O presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Para constar, Eu Valdelice Carneiro Girão Secretária **ad hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da sessão de 20 de agosto de 2012

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se em sua sede social no dia 20 de agosto de 2012 para mais uma reunião ordinária. Compareceram: Valdelice Carneiro Girão, Pedro Alberto de Oliveira Silva, José Augusto Bezerra, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Eduardo de Castro Bezerra Neto, Paulo Ayrton Araújo, José Liberal de Castro, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Pedro Sisnando Leite, Francisco Ésio de Souza e Clélia Lustosa Costa; sócios honorários e beneméritos; um número considerável de convidados, entre eles amigos do Professor Luciano Klein Filho, conferencista do dia. O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando os presentes e pediu que o consócio Pedro Alberto lesse as atas das sessões anteriores, todas aprovadas. Abrindo espaço para as comunicações de praxe anunciou um fato lamentável, o desaparecimento na Austrália do estudante cearense João Felipe Martins, sobrinho da Sócia Clélia Lustosa, propondo um voto de pesar por esse triste acontecimento à família, aprovado. Antes da apresentação do conferencista foram dados votos de congratulações pelo transcurso do dia do Maçon. A apresentação do orador Professor do Colégio Militar de Fortaleza Luciano Klein foi feita pelo consócio Eduardo Bezerra, que teceu comentários elogiosos pela dedicação e pelo trabalho de pesquisa criterioso do orador. O conferencista, com a palavra expôs os méritos do Médico Adolfo Bezerra de Menezes na medicina, nas obras de caridade e na política, demonstrando profundo conhecimento do assunto. Ao final agradeceu a todos e foi muito aplaudido. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a sessão. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, secretária **ad hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da sessão do dia 20 de setembro de 2012

Os sócios efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no dia 20 de setembro de 2012, em sessão ordinária. Compareceram: Valdelice Carneiro Girão, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, José Liberal de Castro, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Paulo Elpídio Menezes Neto, Zélia Sá Viana Camurça e Ednilo Soarez. O Presidente abriu os trabalhos, mostrando aos presentes as dificuldades financeiras, por que

passa, no momento, o Instituto; uma vez que apesar das iniciativas tomadas junto a Secretaria de Cultura do Estado, para recebimento da verba, já votada pela Assembleia às Instituições Centenárias do Ceará não teve o objetivo desejado, uma vez que se restringiu apenas a contribuição de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) recebido no ano 2011 para despesas de manutenção. Disse ainda, que foram feitas correspondências, aos sócios inadimplentes e outras medidas tomadas para que o ano de 2012 seja encerrado sem dívidas. O consócio Paulo Elpídio, pronunciou-se, lamentando que os poderes públicos do Ceará não colaborem com instituições da importância do Instituto do Ceará. Sisnando Leite comentou sua participação na I Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional, que acontecerá no dia 25 de setembro, na sede do Banco do Nordeste. Ele participará da mesa-redonda com o tema: Desigualdade Regional e Critério de Elegibilidade. A sócia efetiva Zélia Camurça participou que será a oradora na sessão do dia 20 de novembro. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a sessão. Para constar, Eu Valdelice Carneiro Girão, secretária **ad hoc,** lavrei a presente Ata.

Ata da sessão de 20 de outubro de 2012

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no dia 20 de outubro de 2012 para mais uma sessão. Compareceram: José Augusto Bezerra, Raimundo Elmo Vasconcelos, Pedro Sisnando Leite, Valdelice Carneiro Girão, Paulo Ayrton Araújo, Fernando Saraiva Câmara, Pedro Alberto de Oliveira Silva, sócios honorários, beneméritos e convidados. O Presidente iniciou os trabalhos, cumprimentando os presentes, seguindo-se a leitura da ata da sessão anterior. Deu algumas informações sobre o Instituto, apresentando o boneco do Estatuto, que deve ser distribuído com os sócios na próxima reunião. Passou em seguida a palavra ao orador do dia, o professor Elmo Vasconcelos, que fez importante palestra, lembrando os 100 anos da Deposição do Presidente Antônio Nogueira Acioly e os acontecimentos ocorridos no Brasil e de modo especial no Ceará em 1912. Ao final da explanação o orador foi aplaudido por todos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, Secretária **ad hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da sessão de 20 de novembro de 2012

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no dia 20 de novembro de 2012 para mais uma sessão. Compareceram: José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Paulo Ayrton Araújo, Fernando Saraiva Câmara, Murilo Martins, Ésio de Sousa, Gisafran Mota Jucá, José Liberal de Castro, Zélia Sá Viana Camurça; os sócios honorários Adegildo Férrer e João Pires e convidados. O Presidente José Augusto iniciou a reunião, saudando os consócios, amigos do Instituto, convidados com destaque para a ilustre sócia Profa. Zélia Camurça que vai doar aos presentes o livro de sua autoria intitulado *Mulheres Viajantes no Brasil, século XIX* a ser apresentado pelo mestre Liberal de Castro e, no final da reunião, ofertar mesa de refrigerantes, doces e salgados a todos. Informou que a leitura da ata da sessão passada ficava para a próxima pela ausência da profa. Valdelice Girão. No espaço para comunicação, em nome do secretário Cel. Paulo Ayrton, leu para constar em ata: 1º. A obra bilíngue do escritor José Augusto Bezerra intitulada *Uma História do Brasil em Manuscritos* foi presenteada ao ex-presidente norte-americano Bill Clinton em visita a Unifor em agosto passado por Dona Yolanda Queiroz; 2º. parabeniza o confrade Fernando Saraiva Câmara pelo sucesso da XXIV Convenção da Família Saraiva Leão, realizada em outubro em Campos do Jordão – São Paulo e 3º o lançamento da Revista *Scriptorum* editada pela Associação Brasileira de Bibliófilos, presidida pelo acadêmico José Augusto Bezerra, com apresentação do Dr. Lúcio Alcântara. Ato contínuo indagou se alguém teria comunicações a registrar. Informou que amanhã, dia 22 (quarta-feira) a diretoria do Instituto tem reunião em pauta para tratar da tradicional confraternização de Natal e o planejamento de atividades para o exercício de 2013. Falou que o recente trabalho da Profa. Zélia Camurça atesta sua capacidade de pesquisa, seu talento intelectual ao tratar de um assunto no tempo que a mulher não exercia o direito de votar, quanto mais viajar, vez que cerceada numa sociedade patriarcal e preconceituosa. O Presidente passou a palavra ao prof. Liberal de Castro, ilustre intelectual para fazer a apresentação do livro da profa. Zélia Camurça. O apresentador cumprimentou as pessoas presentes e, particularmente, a autora da obra, dizendo que a conheceu na UFC, no Instituto do Antropologia na equipe dos mestres Florival Seraine e Tomás Pompeu; depois a profa. Zélia viajou para os Estados Unidos para cursar o doutorado na Universidade da Pensilvânia. Sua tese fora escrita em

inglês e regressando à Universidade Federal, lecionando e publicando preciosos ensaios. Destacou seu empenho em produções científicas e literárias. Por fim, ressaltou que o Instituto orgulha-se de tê-la como sócia, parabenizando-a, juntamente com os aplausos de todos os presentes. O Presidente elogiou mais uma vez o trabalho da profa. Zélia Camurça, pedindo aos presentes mais uma salva de palmas para a escritora e também para o ilustre apresentador Liberal de Castro. O Presidente encerrou a sessão, agradecendo a presença de todos e os convidando para o salão nobre onde seria ofertado o livro da escritora e servido um coquetel. Para constar eu, Valdelice Carneiro Girão, lavrei a presente ata.

Ata da reunião geral extraordinária do Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico, ocorrida no dia 3 de dezembro de 2012

No dia 03/12/2012, atendendo convocação da Presidência, feita no dia 22 de novembro de 2012, reuniram-se às 16horas, em segunda convocação, os sócios do Instituto do Ceará para deliberar sobre a pauta de assuntos agendados na correspondência convocatória, a qual fora também afixada no quadro de avisos da entidade: convocatória para análise das dificuldades financeiras da entidade em virtude do cancelamento da verba anual de R$ 150.000 que seria feita pelo governo do Estado e abertura de três vagas para eleições de novos sócios efetivos. Estavam presentes os seguintes sócios: Pedro Alberto de Oliveira Silva; Francisco Fernando Saraiva Câmara; Eduardo de Castro Bezerra Neto; Paulo Ayrton Araújo; Valdelice Carneiro Girão; José Liberal de Castro; Oswaldo Evandro Carneiro Martins; Pedro Sisnando Leite; Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho; José Augusto Bezerra; Ednilo Gomes de Soárez; Maria Clélia Lustosa Costa; Luiz de Gonzaga Fonseca Mota. Dando início a reunião, o Presidente do Sodalício, José Augusto Bezerra, passou a palavra para o Vice-Presidente da entidade, Pedro Sinando Leite, para que lesse a Ata da reunião do dia 20 de outubro, por sugestão da confreira Valdelice Carneiro Girão. A Ata foi lida e aprovada por unanimidade e sem restrições. Dando continuidade, o Presidente informou que o Estatuto que fora esperado por tantos anos havia se tornado realidade ao ter sido entregue a cada um dos sócios e estava regendo, inclusive, aquela primeira reunião sob sua égide. Ato contínuo, o Presidente fez uma extensa informação sobre as atividades do

Instituto do Ceará, mostrando inclusive que a entidade está à frente das congêneres em produções e em estruturas de apoio cultural, mesmo considerando as Universidades. Tem o maior e mais consultado site cultural do Nordeste, com 150.000 consultas anuais; um laboratório de conservação e restauro que atende a demanda da entidade que mantêm uma política permanente de preservação do seu acervo além de atender a solicitações de terceiros, tornando-se uma referência no estado do Ceará; a mais antiga e a melhor revista de história do Nordeste; a melhor hemeroteca da região; a melhor e mais bem conservada biblioteca de raridades e de consulta do estado; um Museu em nível dos bons no País; tem produzido os melhores livros de história do estado nos últimos anos, sendo que o último resgatou a memória dos almanaques do Ceará; tem produzido cursos, como o de restauração e conservação, etc. Isto tudo conseguido com grande esforço, em virtude do escasso apoio recebido da área pública. Mencionou as dificuldades advindas da saída de alguns apoiadores, como o BNB, Fundação Ana Lima, UVA e Governo do Estado, em razão de problemas internos das mencionadas entidades, demonstrando as alternativas tomadas para que o Instituto do Ceará continue sua jornada, enquanto busca soluções mais definitivas. Logo após, falou do Natal da entidade que está sendo coordenado pela professora Valdelice Carneiro Girão e pela Administradora do Instituto, Marinez Alves. Registrou que o encontro ocorrerá no dia 18/12/2012 e que o confrade Ednilo Gomez Soarez dará o coquetel e pediu a presença de todos que puderem ali estar. Em sequência, e conforme a agenda, deu por abertas três vagas para sócios efetivos, cujas inscrições deverão ocorrer no prazo até de trinta dias após este dia 03/12/2012. Após certo debate, foi aprovado por maioria que o processo será como o já ocorrido anteriormente, quando o Instituto elegeu mais de um candidato de uma só vez. O candidato mais votado será considerado o mais antigo eleito, embora a eleição ocorra em um mesmo dia, e sucederá o primeiro confrade falecido, em ordem cronológica. O segundo mais votado será considerado o segundo mais antigo entre os três votados e sucederá o segundo confrade falecido, em ordem cronológica. Finalmente, o terceiro mais votado será considerado o terceiro mais antigo eleito para as presentes três vagas abertas e sucederá o terceiro confrade falecido, em ordem cronológica**.** Ficou acertado que cada sócio só poderá apresentar três candidatos. Foi aprovada, por maioria, uma taxa administrativa de R$ 500,00 reais para cada sócio apresentado. A referida taxa não será devolvida em caso de o candidato não ser eleito. Após esses acertos e finalizações, nada mais tendo a constar, deu o Presidente por encerrada a reunião plenária.

O aniversário da Casa de Eudoro Corrêa

Cel. Eng. Ozael Teodósio de Melo*

Aprender é a única coisa que a mente nunca
se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende.
Leonardo da Vinci

Feita a alusão à história da Casa de Eudoro Corrêa, alusão esta que muito reforça o sentimento patriótico que vincula tantas gerações a esta tradicional instituição de Ensino, façamos também uma breve reflexão envolvendo a prática educativa do Sistema Colégio Militar do Brasil em sua unidade ideológica e institucional, herdada e fundamentada desde o século XIX, em uma filosofia que pode ser resumida se dizendo: o Exército Brasileiro é também "um exército educador" – dimensão esta construída e testada com bases em valores consagrados pela Pátria, pela nossa Honra e pelo nosso Dever e que se torna efetiva ao constituir-se em destacada contribuição à evolução positiva da sociedade brasileira.

A visão de estadista e educador do Patrono do Exército, o Duque de Caxias, possibilitou ao longo do tempo o estabelecimento deste Sistema, cuja finalidade principal é atender aos filhos da família militar, muitas vezes prejudicados pelas constantes transferências.

No nosso Casarão de Outeiro, há noventa anos, repete-se o ritual de saída de jovens concludentes do ensino médio, representando a entrada para a sociedade de cidadãos conscientes, com conhecimento, tendo o sentimento de pertencer à comunidade e à natureza, possuindo autonomia intelectual para a resolução de problemas cognitivos e práticos e, principalmente, expressando identidade moral pra fundamentar racionalmente suas ações.

* Comandante do Colégio Militar de Fortaleza.

Assim é que jovens que já passaram por estes consagrados bancos escolares têm oferecido um digno retorno à sociedade brasileira. Basta notar que uma significativa parcela de antigos alunos compõe a elite dessa sociedade, mas seduzidos com valores e honra, o que lhes permite contribuir dignamente para o engrandecimento da nossa Nação.

Infere-se, naturalmente, o compromisso institucional existente no sentido de promover o progresso e o avanço moral da sociedade. A ação educativa desenvolvida transborda os quadros da preparação cognitiva, assumindo uma função modelar pela disciplina, corporificando um centro irradiador dos mais nobres sentimentos e valores, transformando-se na base do verdadeiro patriotismo e sendo entendida como fator de sedimentação da cidadania.

Esboçam-se, desta forma, as bases ideológicas de toda esta atividade educacional, impregnada dos ideais de civismo, de integridade de caráter, espírito de justiça, coragem física e moral, respeito à dignidade humana e amor à verdade.

Disseminam-se a consciência crítica como melhor veículo de disciplinamento, a cultura do mérito e do aprimoramento técnico e pessoal.

Disso tudo, é de se esperar a pergunta: como convergir os discentes e docentes em torno de uma pedagogia eivada de diferenciais valorativos morais, diante de um contexto social fragilizado pela violência, pela injustiça, pelo desamor e pelos maus exemplos. É fácil responder. A fórmula sintetiza a seguinte equação: os docentes corporificam a verdadeira acepção do ensinar e os discentes do aprender. Ou seja, os alunos acreditam na educação que lhes é fornecida, escutam e internalizam as lições de seus professores e superiores hierárquicos. Para isto, é que se conta com profissionais competentes, comprometidos com a ética na formação do caráter dos futuros cidadãos de bem. É que se aprende e se cultiva a disciplina, o estudo e o respeito às pessoas e às Instituições. É que se compartilha alegrias e tristezas, sorrisos e lágrimas, tornando-se verdadeiros camaradas. É que se desenvolve bons hábitos de honestidade, responsabilidade, patriotismo e solidariedade. É que se busca manter a mente sadia, num corpo são, afastando-se dos maus vícios e comportamentos irregulares. E é que se cultua as datas e heróis nacionais, na certeza de que, somente assim, se constrói o Brasil próspero, justo e soberano.

Constatada essa filosofia educacional exposta, seria uma falta não abordar um diferencial marcante de nossa instituição. Trata-se do amor

que todos os integrantes desenvolvem pelo Colégio Militar de Fortaleza. É algo místico e encantador. É um amálgama que o liga com força permanente. Esta força se expressa muitas vezes nas lembranças, no simples olhar saudoso, nas visitas, nas referências. Mas também se expressa em forma de retribuições, incentivos e reconhecimentos.

Assim é que se pode referenciar o que esta homenagem advinda deste tradicional Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) representa para o Colégio Militar de Fortaleza.

Todos nós que compomos a Casa de Eudoro Corrêa, estamos muito honrados, felizes e agradecidos.

Muito obrigado a todos, em especial ao Coronel Paulo Ayrton Araújo e aos demais diretores deste instituto.

Muito obrigado, e que Deus continue nos abençoando.

(Discurso proferido na sessão do dia 20 de maio de 2009).

Discurso de posse

José Reginaldo Lima Verde Leal*

Ao receber a notícia de minha eleição para sócio efetivo do Instituto do Ceará, meu primeiro pensamento foi para a oração do pastor inglês, George Herbert: "*Senhor, deste-me tanto. Dá-me uma coisa mais. Um coração agradecido.*" Hoje, estou aqui imbuído deste sentimento para agradecer aos sócios efetivos Juarez Fernandes Leitão, Luiz de Gonzaga Fonseca Mota e Osmar Maia Diógenes que indicaram meu nome para concorrer a uma das vagas; aos que acreditaram desde o início que eu poderia ser útil a este Sodalício; e àqueles que, num voto de confiança, recebem-me como parte desta assembleia de estudiosos da História, da Geografia e da Antropologia de nossa terra.

O orgulho de pertencer à Casa do Barão de Studart é saber que todos que já atravessaram os umbrais desta instituição fizeram-no por seus méritos.

Os agradecimentos são extensivos aos parentes e amigos que vieram prestigiar à posse, e à saudação fraterna e cheia de benevolências, pronunciada pelo confrade Osmar Diógenes.

Devo confessar, no entanto, que, quando tive de preparar o discurso dentro da praxe do Instituto do Ceará, busquei conselhos e inspiração nos textos dos mais antigos, como o do filósofo grego Pitágoras: "*Cala-te ou diz coisas que valham mais que o silêncio*". Não posso emudecer na primeira vez que me apresento diante de meus confrades, mas prometo tentar seguir o conselho do mestre com a dignidade de quem sempre deu o melhor de si em tudo que se propôs.

---

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Recordei a "*Oração Fúnebre*" pronunciada por Péricles, em homenagem aos primeiros mortos da Guerra do Peloponeso. Nela, o estadista ateniense começa confessando: "*É difícil falar com propriedade numa ocasião em que não é possível aquilatar a credibilidade das palavras do orador.*" E explica mais na frente, "*elogios a outras pessoas são toleráveis somente até onde cada um se julga capaz de realizar qualquer dos atos cuja menção está ouvindo; quando vão além disto, provocam inveja, e com ela a incredulidade.*"

Georges Louis Leclerc, o conde de Buffon, naturalista e escritor francês, no discurso "*Sobre o Estilo"* aconselha: "O *estilo é o próprio homem; o estilo não pode ser roubado, transportado ou alterado... A formosura de um estilo está sempre, com efeito, em razão direta do número de verdades que apresente.*"

Um discurso que poderia servir de modelo por encaixar-se nesta concepção foi pronunciado no Cemitério Nacional de Gettysburg, durante a Guerra da Secessão. No início, talvez por modéstia, Abraão Lincoln falha nas previsões, "*o mundo pouco notará, e logo esquecerá o que dizemos aqui*", mas, no final, cunha uma frase lapidar:

> "*Que esta nação, sob as bênçãos de Deus tenha um renascimento de liberdade, e este governo do povo, pelo povo e para o povo, não seja varrido da face da terra*".

Imbuído destes conselhos, relembremos o nosso antecessor, Osvaldo Evandro Carneiro Martins, uma figura singular. Infelizmente o tempo disponível é muito pouco para elencar todas as qualidades deste homem reto, honrado, humilde e culto.

Profissional e professor de três carreiras tão díspares quanto Agronomia, Direito e Filosofia Pura, conseguiu ser figura destacada em todas elas. Vítima da intolerância foi obrigado a exilar-se no exterior longe da família, quando aproveitou para alargar seus conhecimentos, na França e na Rússia.

Preocupado com a ecologia, ele defendia que a exploração dos recursos naturais deveria ser feita apenas para atender às necessidades básicas da população. Advogava também o uso da ciência e técnica em prol da natureza e da humanidade e não para destruí-las. Nisso concorda Gabriel Camps, em "*La Préhistoire*": "*A acumulação de riquezas atrai cobiça... A distorção entre a técnica e a moral chegou a*

tal ponto que a palavra paz, esvaziada de seu conteúdo, tende a ser substituída por uma expressão pavorosa: equilíbrio do terror!" E finaliza, *"o homem, este ser paradoxal, vai seguir sempre em frente, mas olhando para trás, como se vivesse, na sua progressão incessante, uma eterna decadência*."

Oswaldo Evandro manteve sempre a coerência, e podemos considerá-lo um homem feliz, na concepção de Goethe: "*O mais feliz dos seres humanos é aquele que pode por em conjunção o fim da sua vida com o princípio*". O ideal que perseguiu durante toda sua vida foi aquele preconizado, por outro cientista, Albert Einstein: "*Os ideais que iluminam meu caminho são a bondade, a beleza e a verdade*".

Falando de mim, entre as recordações da infância, as mais indeléveis são aquelas da casa de meus pais. A biblioteca era mais permanente que a posse da casa própria. As conversas versavam quase sempre sobre conhecimentos gerais, poesia e literatura, muitas vezes um pouco acima da percepção dos quatro filhos, para que pudéssemos desenvolver mais plenamente o raciocínio.

O costume de fazer-nos decorar poesia e discursos dos grandes gênios da literatura era uma maneira de exercitar a memória. Graças a isso, travamos contato com Castro Alves, que no ardor da juventude, já nos ensinava como se comportar no dia do Juízo Final, "*Quando ante Deus vos encontrardes, tereis um livro na mão: O livro - este audaz guerreiro que conquista o mundo inteiro sem nunca ter Waterloo ... Éolo de pensamentos, que abrira a gruta dos ventos donde a Igualdade voou*".

Grande parte dos estudantes de minha geração conhecia os primeiros versos dos "Lusíadas", "*As armas e os barões assinalados que, da Ocidental praia Lusitana por mares nunca de antes navegados, passaram ainda além da Taprobana*", mas nem todos se interessaram em saber que esta terra era a ilha de Ceilão, hoje, Sri Lanka. Também, poucos tomaram conhecimento que os originais do mais célebre poema épico de nossa literatura foram salvos pelo autor, durante um naufrágio, em detrimento da vida da jovem Dinamene, a quem Camões dedicou o mais belo soneto da língua portuguesa (Soneto 19).

Na juventude, descobri Euclides da Cunha inspirando o sonho de um geólogo, quando nos relata, nos "Sertões": "*É natural que estas camadas profundas da nossa estratificação étnica se sublevassem numa*

anticlinal extraordinária - Antônio Conselheiro". Ou indignado com a falta de dados sobre as secas do nordeste: "*Escasseiam-nos as informações mais comuns, mercê da proverbial indiferença com que volvemos às cousas desta terra com inércia cômoda de mendigos fartos*".

Em "Plano de uma Cruzada", ele volta a abordar a política das secas do Nordeste e, há mais de um século, já sugeria uma "*provável derivação das águas do S. Francisco, para os tributários superiores do Jaguaribe...*".

Ao prefaciar o livro "Poemas de Canções" de Vicente de Carvalho, começa com um alerta, "*Aos que se surpreenderem de ver a prosa do engenheiro antes dos versos do poeta, direi que nem tudo é golpeantemente decisivo nesta profissão de números e diagramas. É ilusório o rigorismo matemático imposto pelo critério vulgar às formas irredutíveis da verdade*."

Aos 17 anos, saí de casa para estudar em Ouro Preto, na mais antiga Escola de Minas da América do Sul, hoje com 137 anos. Graduei-me em Engenharia Geológica e retornei à Terra Natal para trabalhar em pesquisa mineral.

Até me aposentar, somente tinha me ausentado do país por um ano, período em que fiz um curso de prospecção na Escola Superior de Geologia de Nancy, na França; e mais três meses, quando fui enviado ao Iraque como consultor do governo brasileiro junto ao Serviço Geológico daquele país.

Não me foi possível conhecer todos os locais da Mesopotâmia, berço de nossa cultura, por causa da guerra Iraque-Irã. Mas, entrei em contato com a mais florescente civilização da Idade Média, depois reduzida ao estado tribal, por conta das sucessivas invasões estrangeiras, desde a década de 1250 até depois do final da II Guerra Mundial, quando surgiram os primeiros países árabes. É o historiador Will Durant que reconhece sua importância para o mundo ocidental: "*Somente nos apogeus da história uma civilização produziu, em período igual, tantos homens ilustres – no governo, educação, literatura, filologia, geografia, história, matemática, astronomia, química, filosofia e medicina – como o Islã nos quatro séculos entre Rarum Al Raschid e Averróis*".

Aposentei-me e voltei a trabalhar, desta vez em geologia ambiental. Naquele momento, percebi que os conhecimentos adquiridos

na Escola de Minas de Ouro Preto, 30 anos antes, não atendiam plenamente aos anseios da sociedade, a quem deveria prestar serviços.

Retornei à universidade, fiz mestrado na UFC, doutorado na UFPE, e a "*thèse sandwich*" na Sorbonne. Nos seis meses de permanência na "Cidade Luz", cada caminhada pelas ruas era uma aula prática da história e da cultura do Velho Mundo, que tinha absorvido ao longo da vida.

Atualmente, com a disponibilidade de tempo que há muito não usufruía, e o incentivo de meu irmão mais novo, Celso Renaldo, veio-me à mente a possibilidade de desfrutar da companhia dos sócios efetivos do Instituto do Ceará, tornando-me um deles. Provavelmente jamais conseguirei servir ao Instituto como devo, mas nunca deixarei de respeitá-lo como merece, por se tratar de uma paixão da juventude, que nunca se arrefeceu.

O sonho é antigo, começou quando ainda era jovem e admirava a mais vetusta das entidades culturais do meu torrão natal e este Sodalício contava com a presença de Raimundo Girão, intelectual e escritor de linguagem elegante e grande capacidade de síntese, nosso vizinho da Rua João Lopes, amigo de minha família, cujo ponto alto desta feliz convivência se deu quando sua querida filha Celina casou-se com Rosildo Lima Verde, o primo mais querido de todos nós. Seus livros têm sido meus companheiros, até mesmo quando preparei minha dissertação e tese.

Depois, mais outra pessoa querida da família passou a pertencer ao Instituto, José Aurélio Saraiva Câmara, militar, professor do Colégio Militar e da Escola de Engenharia da UFC, além de diretor da Casa do Brasil, na Universidade de Madrid. Quando o destino cedo o levou para o lado do Todo-Poderoso, ocupou sua vaga o historiador e irmão Francisco Fernando Saraiva Câmara, batalhador incansável deste Instituto, que tão bem investigou a origem dos Câmara desde a Ilha da Madeira e traçou a genealogia de nossa família.

Finalizando gostaria de dizer que, se fosse possível, para homenagear aquela que é minha eterna namorada e parceira de todas as horas, há quase 48 anos, trocaria, de bom grado, quase tudo que aprendi na vida inteira, por alguns segundos da inspiração de El Aama el Toteli, o poeta cego de Tudela, na quadra dedicada à sua amada:

"*Quando ela sorri, pérolas aparecem;*
Quando ela retira o véu, vê-se a lua;
O universo é pequeno demais para contê-la;
Contudo ela está dentro do meu coração."

(Discurso pronunciado no Instituto do Ceará,
em 23 de janeiro de 2014).

Discurso de posse como sócio efetivo do Instituto do Ceará

Luiz de Gonzaga Fonseca Mota*

Eminente presidente do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), escritor José Augusto Bezerra.

Digníssimas autoridades.
Prezados Consócios e Consócias.

Familiares e amigos do inesquecível Manoel Eduardo Pinheiro Campos, a quem os saúdo na pessoa da ilustre senhora dona Heldine Cortez Campos.

Membros da família Studart aqui presentes, na Casa do Barão, os saúdo nas pessoas de minha querida mãe, Maria Helena Fonseca Mota, e do querido primo, Evandro Studart da Fonseca, ambos sobrinhos - netos de Guilherme, o Barão de Studart.

Minha mulher Mirian – companheira e luz da minha vida – meus filhos e meus netos.

Meus parentes e amigos.
Senhoras e Senhores.

Gostaria de salientar que farei, neste momento de grande emoção, um discurso externando palavras vindas do coração e recordando fatos que mostram uma louvação à "Cearensidade" ou ao "Cearensismo".

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Antes, porém, desejaria fazer alguns agradecimentos a ilustres pares que colaboraram e ajudaram a me tornar Sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) em 23 de abril de 2008, uma vez que em 6 de fevereiro de 1987 já havia recebido, por indicação do grande mestre Antonio Martins Filho, o título de Sócio Benemérito.

Inicialmente, destacaria o estímulo dos meus diletos amigos Ézio de Souza, Padre Sadoc Araújo, Cel. Paulo Ayrton Araújo, Caio Lóssio Botelho, José Augusto Bezerra e Fernando Câmara.

Num momento seguinte, tive minha proposta elaborada pelos consócios Cel. Paulo Ayrton Araújo, Pedro Sisnando Leite e Ézio de Souza, bem como analisada e aprovada pelo jurista José Filomeno Moraes Filho. Como já mencionado, fui eleito no dia 23 de abril de 2008, pelo que sinceramente agradeço a todos que fazem parte deste Sodalício.

Senhoras e Senhores,

As palavras do professor Pedro Sisnando Leite, deixaram-me extremamente feliz. Sisnando, como assim o chamo, é uma das maiores autoridades em Economia Agrícola deste País. Sua militância no Banco do Nordeste do Brasil, como chefe da Divisão de Agricultura do ETENE, órgão maior do BNB, e a sua capacidade como professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará traduzem o seu reconhecido valor de homem intelectual e de significativa importância para o desenvolvimento do Ceará e do Nordeste. Além de redigir e publicar vários textos e livros, Sisnando se destacou como eficiente e eficaz Secretário de Agricultura do Estado do Ceará. Agradeço sensibilizado ao amigo e mestre, não só por suas palavras, mas pelo que aprendi com ele, mediante o seu exemplo de dignidade, no Banco e na Faculdade. Meus sinceros agradecimentos.

Dona Heldine, filhos, parentes e amigos de Eduardo Campos, sinto-me honrado em ocupar a cadeira de nosso Manoelito. Ocupar, sim. Jamais, teria a pretensão de substituí-lo. Eduardo Campos era um homem múltiplo: radialista, jornalista, contista, pesquisador, dramaturgo, romancista, escritor, enfim um dos maiores intelectuais do Brasil. Era um homem inteiro, de caráter e sempre de bom humor, ou seja, sempre de bem com a vida.

Nasceu em Guaiúba, então distrito de Pacatuba, em 11 de janeiro de 1923 e, para tristeza de seus familiares e admiradores, faleceu em Fortaleza no dia 19 de setembro de 2007. Fui colega de Manoelito no segundo Governo Virgílio Távora. Ele ocupava com competência e dinamismo a Pasta da Cultura, e sob a minha responsabilidade estava a Secretaria de Planejamento. Seu trabalho à frente da Cultura do Ceará foi exemplar. Lembro-me bem dos elogios que Eduardo Campos recebia do Governador, como também dos seus colegas. Desenvolveu uma série de programas e projetos visando o progresso intelectual do nosso povo. Foi sem dúvida, um grande secretário. Tivemos uma conversa que nunca esquecerei. Certa vez viajávamos num avião, lado a lado, a Brasília. Conversa vai, conversa vem, perguntei-lhe: por que você não se candidata à Academia Brasileira de Letras ? Respondeu com aquele sorriso que lhe era peculiar: não tenho força política. Infelizmente, era verdade, mas ressaltei sua força intelectual e disse-lhe, *data vênia*, que ele era culturalmente superior à maioria dos que integravam a Casa de Machado de Assis. Deu outra gargalhada. Efetivamente, Eduardo Campos é um ícone e uma referência da cultura brasileira.

Estimados consócios e consócias.

Ressaltei, no início, minha intenção de fazer uma louvação à "Cearensidade" ou ao "Cearensismo". Disse Euclides da Cunha em *Os Sertões*: "o sertanejo é, antes de tudo, um forte". Muitos já disseram e dizem com razão: "o cearense é , antes de tudo, um forte". O Ceará é o Estado síntese do nordeste brasileiro. Sua gente heróica, batalhadora e obstinada proporcionou e continua oferecendo ao Brasil figuras e celebridades que honram a nossa Pátria.

Lembro-me das aulas do saudoso professor Mozart Soriano Aderaldo, ex-presidente deste Instituto, quando dizia que o Ceará, em muitas áreas de ação, era o Estado da Federação berço das maiores figuras brasileiras. Quarenta anos depois, continuo concordando com o mencionado mestre. Registro, no entanto, que novos nomes estão sendo incorporados à sua relação de quatro décadas atrás.

Se não houver consenso quanto aos nomes que citarei a seguir, tenho a certeza que todos merecem o respeito e a admiração do povo brasileiro.

Eis algumas figuras cearenses ilustres, dentre outras:

Capistrano de Abreu – o maior historiador do Brasil; Barão de Studart – o maior historiógrafo; Dragão do Mar – símbolo da resistência contra a escravidão; Farias Brito – o maior filósofo; Clovis Beviláqua – o maior jurista; José de Alencar – principal representante do romantismo; Alberto Nepomuceno – o maior maestro inspirado na temática popular; Padre Cícero R. Batista – o maior sacerdote; Rachel de Queiroz – a maior escritora; Patativa do Assaré – o maior poeta popular; Chico Anysio – o maior humorista; Edson Queiroz – o empresário de maior visão estratégica; Martins Filho – o maior benemérito do ensino universitário no Brasil; Marechal Casimiro Montenegro Filho – o precursor no Brasil da indústria aeronáutica.

O cearense tem a força definida tão bem por Scott Fitzgerald, isto é: "vitalidade não se demonstra apenas com a persistência, mas também com a capacidade de começar de novo". Para os cearenses o centro dos sentimentos não está apenas na cabeça, mas principalmente no coração, mediante a solidariedade e o amor ao próximo. Assim disse Eça de Queiroz : "o coração faz o caráter".

Acredito, por sua vez, que a grande maioria do povo do Ceará segue o Sermão da Sexagésima, do Padre Antonio Vieira, onde lembramo-nos dos Evangelhos de São Lucas (VIII, 11) *Semen est verbun Dei* – A semente é a palavra de Deus – e de São Mateus (XIII, 3) *Ecce exiit qui seminati seminare* – Eis que o semeador saiu a semear.

O cearense, este grande semeador, mediante o estudo e o trabalho sempre buscará alcançar melhores condições de vida para o seu povo.

Finalizando, gostaria de ressaltar que estou ingressando no Instituto do Ceará para pesquisar, estudar, trabalhar e escrever, dentro das minhas possibilidades, ao lado dos prezados consócios e consócias, pelo desenvolvimento cada vez maior da cultura brasileira e cearense, principalmente nas áreas da história, da geografia e da antropologia.

Muito obrigado.

Discurso de saudação ao sócio Osmar Maia Diógenes

José Augusto Bezerra*

Ilustres membros que compõem a Mesa Diretora dos trabalhos, mencionados pelo protocolo, os quais saúdo na figura singular do seu Presidente, educador e escritor Ednilo Soárez, este intelectual reconhecido até no exterior, e que tem a delicada, difícil e honrosa missão de dirigir o Instituto do Ceará, a mais antiga entidade cultural da nossa terra. Só quem carrega o peso dessa responsabilidade sobre seus ombros, pode ter ideia dos desafios que lhe são inerentes.

Queridos confrades, autoridades, familiares, amigos do Instituto do Ceará, senhoras e senhores; nesta noite especial lembro-me da lenda de Prometeu, um dos heróis da mitologia grega. Nos tempos primitivos, quando o céu e a terra eram um casal, deram à luz a sete Titãs. Prometeu era um deles. Filho de Urano e irmão de Atlas, procurou aprimorar a raça humana. Deu-lhe o poder de raciocinar e presenteou-a com o fogo, coisas que proporcionaram aos homens superioridade sobre os demais seres vivos.

Templos da ciência e da sabedoria como este, são recriações do sonho de Prometeu. Procuram aproximar-nos dos Deuses, seja pelo estudo e pela pesquisa, seja pelo fogo sagrado dos ideais, que carregamos nos corações.

O Instituto do Ceará é uma ideia. Fruto de uma época de grandes transformações no Brasil, pois em 1887 o País estava no limiar da pro-

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

clamação da Lei Áurea, nos últimos dias do Império e à beira da proclamação da República. E, apesar das dificuldades, dos entrechoques ideológicos e das lutas daqueles tempos, como a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, os homens imaginavam que era possível e defenderam com o próprio sangue o que acabavam de escrever em sua bandeira. Acreditavam em ordem e progresso, em um mundo novo, com livros, escolas, bibliotecas, documentos, manuscritos, mapas, palestras, debates, exposições e coisas assim.

O Instituto nasceu nesse clima e tem-se mantido coerente com as suas ideias iniciais por mais de cento e vinte e cinco anos. Um verdadeiro refúgio cultural em um país que nunca colocou a cultura como prioridade nacional e estamos esperançosos de que com o próprio povo indo às ruas, talvez consigamos o respeito e a consideração que a cultura e a educação merecem, independentemente de partidos ou pessoas.

Hoje estamos em um clima de festa, porquanto, mais uma vez, percorremos o ritual de entronização de um novo sócio. Cada novo membro que aqui chega é vencedor de uma grande disputa, material e psicológica, e recebe como prêmio o galardão de pertencer à galeria dos imortais da Casa do Barão.

Osmar Maia Diógenes descende daquele tronco de família, que lá pelos anos de 1694 iniciou, através de sesmarias, o povoamento da região do Jaguaribe, berço de ilustres cearenses, sendo que já em 1882, cinco anos antes da criação deste Instituto, seu bisavô, Dr. Raimundo Carlos da Silva, já se constituía Deputado da Assembleia Provincial do Ceará e essa representação política tem-se mantido através dos tempos, até os nossos dias.

Osmar mostrou-se um líder desde a infância e adolescência, quando se tornou Presidente de muitas entidades, em sequencia cronológica. É licenciado em Filosofia Pura pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, em Gerência Financeira, pela PUC, e tem curso de extensão em História Política do Ceará e Introdução à Museologia, pela UNIFOR, entre outros.

Deputado Estadual por quatro Legislaturas, ex-Secretário de Serviços Urbanos desta Metrópole e instalador da FUNEFOR – Fundação Educacional de Fortaleza. Estabeleceu e presidiu a CODECIF – Financeira do Banco do Estado do Ceará. Foi repórter e posteriormente Redator do jornal Tribuna do Ceará. Ex-Presidente e atual Conselheiro

do Lar Torres de Melo, membro da Sociedade Cearense de Geografia e História, da Academia Metropolitana de Letras, da Associação Brasileira de Bibliófilos e ex-Presidente da Academia Maçônica de Letras do Estado do Ceará.

Autor de livros de História na área política, entre eles *Os Partidos Políticos no Brasil; A Redemocratização – 1947; Vice-Governadores do Ceará; Mesas Diretoras da Assembleia Legislativa do Ceará, de 1835 a 2009*. Autor de livros de História Eclesiástica, destacando-se *Os Clérigos Católicos na Assembleia Provincial do Ceará,* e ainda um livro sobre *As Memórias do Asilo de Mendicidade do Ceará*. Criador e atual Presidente do Memorial do Poder Legislativo do Ceará, destacando-se o fato de, sob sua coordenação, haver-se biografado todos os parlamentares cearenses, a partir de 1829. Releve-se a condição de, entre as várias comendas que lhe foram outorgadas ao longo da existência, ter sido um dos pouquíssimos recebedores da Medalha do Mérito Parlamentar, concedida pelo Poder Legislativo do nosso Estado.

Osmar Diógenes tornou-se um dos grandes da maçonaria nacional, sendo grão-mestre de honra de vários estados e havendo sido Presidente do Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria Brasileira. Pessoalmente tenho acompanhado a existência do Osmar e tenho sido uma testemunha ocular da sua notável trajetória de vida, pelos mais variados ângulos. Vejo-o como um ser culto e espiritualizado, que trabalha nos serviços voluntários há décadas, tendo-se tornado uma referência de probidade e um exemplo de lealdade, tanto aos seus princípios como aos seus amigos. Um ser humano sem vaidades nem ambições excessivas. Um homem corajoso, oriundo de uma região em que as pessoas não temem enfrentar os obstáculos da vida. Um amante do Instituto há décadas e que fez o Memorial da Assembleia, tomando o desta entidade como exemplo, inclusive trazendo aqui, para conhecê-lo, o Deputado Domingos Filho, nosso Vice-Governador, hoje aqui presente, e que à época era Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Lembro que no dia da minha posse no Instituto, o Osmar aqui estava com a família do ex-confrade Aristides Ribeiro, a quem sucedi. Vi o entusiasmo com que os familiares acompanharam a síntese que fiz da vida daquele notável homem de letras. O mais importante a destacar é a forma como o destino encaminha os fatos e hoje aqui o vemos acompanhado de sua esposa, Maria Teresa Moraes Ribeiro Diógenes, que é

filha de Aristides Ribeiro, com quem o Osmar veio a se casar. Portanto, traz com ele a filha de um homem que muito fez pelo Instituto e que, por coincidências da vida, vim a ocupar a cadeira que deixara vazia com o seu falecimento.

Osmar é um desses que se fizeram por si mesmo. Órfão de pai desde tenra idade, cursou escolas e Universidades estudando à noite, pois trabalhava de dia, e pode-se dizer que a sua vida foi um campo de batalha. Chega à idade da maturidade com o reconhecimento geral, dizendo-se agradecido a Deus, que tão bem conhece, pois é mestre na doutrina Espírita, bacharel em Teologia e tem escrito importantes livros sobre religião.

Cumpre-nos cumprimentá-lo por todas as suas conquistas e agradecermos por sua forma polida e serena de convivência, pois será ela fundamental para o sucesso do trabalho em grupo, que aqui temos apregoado.

Faço-lhe uma homenagem final, repetindo uma velha lenda árabe que mencionei no discurso da minha posse e que me tem servido de orientação neste Sodalício. Fala sobre o dia das núpcias de um determinado casal. A noiva, radiante e feliz, disse ao consorte que lhe pedisse qualquer coisa, humanamente possível, e ela prometia por Alá, que iria realizá-la.

O noivo, serenamente, disse-lhe que a única coisa que poderia pedir-lhe era que se mantivesse sempre com aquela alegria e com aquele bom humor do dia do casamento. Ela respondeu que poderia pedir algo mais difícil, pois aquilo não seria problema, pelo contrário seria muito fácil. E ele disse que isto, só isto, lhe bastaria para ser um homem realizado ao lado dela, para sempre. A noiva então lhe prometeu que cumpriria o que ele estava pedindo, e continuaram as festividades.

Realmente, ela cumpriu o prometido até o fim da vida. Mas um dia, já velha e no final da existência, confidenciou ao marido que o maior desafio do seu casamento, fora realizar aquela promessa, pois existiram os momentos de dificuldades, de divergências, de angústias, de doenças e de transtornos tais, que lhe exigiram esforços sobre-humanos, para manter o bom humor e a felicidade do primeiro dia.

Então, dileto e caríssimo novo confrade, Osmar Maia Diógenes, abrimos-lhe as portas da entidade e dos nossos corações nesta sua chegada e, se lhe pudéssemos pedir algo, seria apenas que mantivesse para

com o Instituto do Ceará, ao longo dos anos que virão, a alegria e o carinho desta primeira noite. Talvez seja uma coisa muito difícil de realizar, mas creio que valerá a pena!

Muito grato.

(Discurso pronunciado em 22 de agosto de 2013).

Saudações das bodas de setenta anos de Yolanda e Tácito Theóphilo

Vanius Meton Gadelha Vieira*

Dizem que os aniversários são prestações que pagamos pela vida. Na data de hoje, Yolanda e Tácito nos presenteiam com o exemplo de uma extraordinária união de setenta anos, rara concretização de um ideal sempre sonhado pelos homens: uma longa existência, harmoniosamente pontilhada de amor e realizações.

Em 1939, em uma noite de sonhos como essa, mas em um mundo bem diferente, a Capela do Pequeno Grande se engalanou, pela primeira vez em sua existência, para a celebração de um casamento. Assim aconteceu a união de Yolanda e o primeiro-tenente Tácito. Ela partiu da primorosa residência de Meton Gadelha, em Jacarecanga; ele, da vetusta mansão dos Theophilos para palmilhar os caminhos incertos do mundo e construir o tempo em amorosa cumplicidade.

A carreira militar e os interesses culturais os fizeram percorrer variados caminhos bem distantes de suas casas paternas, tornando-os cidadãos do mundo, convivendo com nomes que fizeram a História. Construíram em sua volta uma vida ordenada e produtiva, porque só desta maneira poderiam refletir suas índoles. Viveram o poder de maneira desapegada e discreta sem a cobrança da ostentação.

A poesia destacou alguns eternos símbolos para ressaltar a relevância dessa data enriquecida por tantos anos felizes. Para uns, a comemoração seria denominada Bodas de Carvalho; para outros, Bodas de Vinho; ambos os símbolos se prestam a apuradas analogias.

O carvalho, árvore venerada de todos os tempos, representa a longevidade, a sabedoria e a força. Sua sombra protetora servia de templo

* Membro da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores – Seção Ceará. (SOBRAMES-CE).

sacerdotal para os antigos druidas e sua altura descomunal simbolizava a riqueza espiritual, os valores materiais e morais do homem.

O vinho, sangue da videira, foi associado pela simbologia ao amor, à alegria, ao conhecimento e à imortalidade. A alma experimenta em sua companhia, o milagre da vida: a transformação do que é terrestre em espírito livre de todos os laços. O sensato Omar Khayyam aconselhava *não abandonar nunca o mágico que essa bebida tem*. Ela alça o espírito através da palavra e em seu afã de livrar-se das amarras do mundo, vive o sonho de transcender o tempo.

Tácito assemelha-se ao frondoso carvalho aprumado em terreno firme e fecundo. Com disciplina e pragmatismo realista superou os embates da vida. Vestindo por amor e ideal a farda militar, galgou alturas significativas no cenário nacional. Yolanda, a moça do sorriso bonito, apoiada em seu inquebrantável esposo, tal como o vinho, permitiu ao seu espírito beber da fonte de encantamento da vida, para cunhar pérolas literárias.

Queridos tios Yolanda e Tácito, a esses eternos símbolos eu juntaria o nosso regozijo, meu e destes seus selecionados amigos, participantes desses festejos. Assim como o carvalho e o vinho, os amigos são mais preciosos à medida que vão se tornando mais duradouros.

Na vida existe um instante de ver, um tempo de compreender e de construir e, por fim, um momento de viver o significado pleno da existência. E esta plenitude que vocês agora alcançaram, consequência do contentamento de uma trajetória longa e cultivada com zelo e amor, acompanha-se de valores sagrados.

Nada há a dizer com palavras sobre o que o tempo já demonstrou com tanto vigor. O silêncio torna-se virtuoso diante da evidência dos fatos. Uma vida perfeita se faz para quem mais vive na grandeza dos momentos serenos, livres das aflições incertas de um tempo vindouro.

Como lembrou o celebrante das Bodas de Brilhantes desse casal, há dez anos passados, na mesma Capela do Pequeno Grande onde se casaram há 70 anos, estes eternos noivos já fazem parte da história. Deixemos, pois, que ela, a testemunha dos tempos se encarregue de contar sobre suas venturosas vidas.

Diante de nós, prezados amigos, está um casal no qual se consolidaram os mais essenciais valores para a felicidade humana. Sentimentos de bondade, probidade e ética, sempre presentes em seus percursos triunfantes.

Parafraseando o inspirado Fernando Pessoa, podemos dizer de Yolanda e Tácito, *porque eles são do tamanho do que vejo - e o que vejo são sonhos realizados*.

Nada mais real o que eu vejo, meus queridos tios: vocês são sonhos realizados; modelos a serem admirados e seguidos!

ESTATUTO DO INSTITUTO DO CEARÁ

Estatuto do Instituto do Ceará

(Histórico, Geográfico e Antropológico)

CNPJ 07.369.960/0001-72
Registrado sob o nº 709 do Livro A-1, fls. 134v, em 09/11/1970, no Cartório Morais Correia - 2º RTD de Fortaleza-CE

3ª. Reforma Estatutária, com Estatuto Consolidado, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de maio de 2012

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVOS E DURAÇÃO

Art. 1.º – O INSTITUTO DO CEARÁ, (Histórico, Geográfico e Antropológico) – aqui denominado INSTITUTO – fundado em 4 de março de 1887, com Estatuto registrado sob o nº 709 do Livro A-1, fls. 134v, em 09/11/1970, no Cartório Morais Correia - 2º Cartório Civil das Pessoas Jurídicas de Fortaleza-CE**,** com sede e foro nesta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, na Rua Barão do Rio Branco, 1594 - Centro, CEP 60.025-061, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e sem caráter político-partidário ou religioso, constituída sob a forma de Associação, de duração por tempo indeterminado e reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal n.º 5.784, de 13 de dezembro de 1983, pela Lei Estadual n.º 100, de 15 de maio de 1935, e pelo Decreto Federal n.º 94.264, de 22 de maio de 1987, regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.

Art. 2.º - O INSTITUTO tem como finalidade o estudo e a difusão da História, da Geografia, da Antropologia e das ciências correlatas, especialmente no que se refere ao Ceará.

Parágrafo Único - O INSTITUTO terá bandeira, brasão e lema próprios.

Art. 3.º - A personalidade jurídica do INSTITUTO é independente da

dos seus membros, não respondendo estes, nem direta, nem subsidiariamente, pelas obrigações da entidade.

Art. 4.º - Para alcançar seus objetivos o INSTITUTO manterá:

a) intercâmbio cultural com outras instituições dedicadas às áreas mencionadas no art. 2º do presente estatuto.

b) uma Revista em que se publiquem artigos de Associados, preferencialmente dos efetivos, conferências e discursos pronunciados no decorrer do ano a que o tomo se refira, documentos históricos, biografias, bi bliografias, notas, transcrições, o relatório anual do Secretário Geral, as atas das sessões, a relação dos Presidentes, dos Associados efetivos, desde a fundação, por ordem de antiguidade, e a dos beneméritos e honorários;

c) facultativamente, um Boletim para divulgação de informes sobre suas atividades;

d) um Museu Histórico e Antropológico, adstrito à região cearense;

e) uma Biblioteca, com seções de livros, mapas, jornais, iconografia e um Arquivo de documentos históricos, geográficos e antropológicos;

f) outras atividades que se tornarem necessárias.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

Art. 5.º – Os associados que integram o INSTITUTO são classificados da seguinte forma:

a) Associados efetivos;

b) Associados Colaboradores;

c) Associados Remidos;

d) Associados Correspondentes;

e) Associados Anteriores;

f) Associados Beneméritos;

g) Associados Honorários;

Parágrafo Único – O número de associados em cada categoria é ilimitado, exceto para os das categorias de Associados Efetivos e Associados Colaboradores, cujo número é limitado a 40 (quarenta) em cada uma dessas categorias.

Art. 6.º - A investidura como Associado Efetivo do INSTITUTO dar-se-á nas condições estabelecidas no Art. 16º deste estatuto.

Art. 7.º - A investidura como Associado Correspondente, Benemérito, Honorário ou Colaborador do INSTITUTO dar-se-á nas condições do Art.20º deste estatuto.

Seção I

DOS ASSOCIADOS EFETIVOS

Art. 8º. – Associados efetivos são os que, em caráter de vitaliciedade, formam o quadro principal de membros do INSTITUTO. Este caráter vitalício estará subordinado às normas contidas no presente estatuto.

Art. 9.º – Para ser eleito Associado Efetivo, em vaga declarada na sessão ordinária que seguir ao 30.º dia do falecimento de Associado Efetivo, bem como no caso de reclassificação do Associado Efetivo para Associado Remido ou de Associado Efetivo para Associado Anterior, de que tratam os art. 10º e 13º, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

a) ter residência e domicílio em Fortaleza;

b) ser reconhecido como pessoa de notório saber e dedicar-se, pelo menos, a uma das ciências mencionadas no art. 2.º;

c) haver publicado trabalhos de real valor, reconhecidos como tal pelo INSTITUTO;

d) ser maior de 35 anos de idade.

Parágrafo 1º. - Os integrantes desta categoria são os únicos com direito de votar e/ou ser votados.

Parágrafo 2º. – Qualquer outro título conferido a Associado Efetivo, não o priva dos direitos nem o exime dos deveres inerentes à sua original categoria.

Seção II

DO ASSOCIADO COLABORADOR

Art. 10.º – O título de Associado Colaborador será concedido por voto da maioria absoluta dos Associados efetivos presentes à plenária em que for apresentado candidato que resida em Fortaleza, cultive qualquer das ciências mencionadas no art. 2.º e aporte colaboração mensal de 50% do valor da mensalidade do Associado Efetivo.

Seção III

DO ASSOCIADO COLABORADOR

DO ASSOCIADO REMIDO

Art. 11.º – O título de Associado Remido será concedido ao Associado Efetivo que após completar 80 (oitenta) anos de idade, a seu único e exclusivo critério, solicitar sua saída dessa última categoria. O Associado Remido conservará todos os direitos de Associado Efetivo, exceto os de votar e ser votado e continuando com as mesmas obrigações do Associado Efetivo, exceto as relativas a frequência e pagamento das contribuições.

Seção IV

DO ASSOCIADO CORRESPONDENTE

Art. 12.º – Para ser eleito Associado Correspondente é indispensável que o candidato não resida nem tenha domicílio em Fortaleza, cultive qualquer das ciências mencionadas no art. 2.º e seja aceito pela maioria absoluta dos Associados efetivos presentes à plenária em que forem apresentados.

Parágrafo Único – Continuará no gozo de seus direitos o Associado Correspondente que vier a transferir sua residência ou domicílio para Fortaleza.

Seção V

DO ASSOCIADO ANTERIOR

Art. 13.º – O título de Associado Anterior será outorgado em caráter definitivo ao associado até então integrante da categoria de Associado Efetivo por ocasião de seu desligamento dessa categoria em virtude de constatada, sem justificativa, inadimplência ou ausência de frequência ao Instituto do Ceará, por 24 (vinte e quatro) meses, consecutivos.

Seção VI

DO ASSOCIADO BENEMÉRITO

Art. 14.º – Será declarado Associado Benemérito quem houver feito doações importantes ou prestado relevantes serviços ao INSTITUTO, a critério da maioria absoluta dos Associados Efetivos presentes à plenária em que forem apresentados.

Seção VII

DO ASSOCIADO HONORÁRIO

Art. 15.º – O título de Associado Honorário será concedido por voto da maioria absoluta dos Associados efetivos presentes à plenária em que forem apresentados, a autor reconhecido, especialista em qualquer das ciências referidas no artigo 2.º.

Seção VIII
DO INGRESSO E PERMANÊNCIA DOS ASSOCIADOS, POR CATEGORIA

Art. 16º - A investidura como Associado Efetivo do INSTITUTO processar-se-á da seguinte forma:

a) A proposta para ingresso como Associado Efetivo do INSTITUTO deverá ser feita por escrito, assinada por três (3) Associados efetivos e vir acompanhada da produção bibliográfica do candidato e de documentos comprobatórios dos seus méritos. É vedado a um Associado Efetivo apresentar mais de um nome para a mesma vaga.

b) Os documentos relacionados com a apresentação de candidato darão entrada na Secretaria, juntamente com a proposta, em até trinta (30) dias após a sessão em que foi declarada a vacância.

c) A proposta será encaminhada a Comissão de Verificação de Mérito Científico Cultural, para emissão do parecer, dentro de dez (10) dias, e devolvida à Diretoria, para o devido julgamento.

d) Caso a Diretoria decida que ao candidato faltam os requisitos exigidos para ingresso no INSTITUTO, a proposta será arquivada; considerando-a porém aceitável, submetê-la-á ao julgamento do plenário, na próxima sessão ordinária.

e) De decisão desfavorável da Diretoria caberá aos proponentes recurso no prazo de quinze (15) dias, contados a partir da data em que a mesma foi proferida.

f) No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso.

g) Para ser considerado eleito, o candidato deverá obter os votos da maioria absoluta dos Associados efetivos do INSTITUTO, presentes à Assembleia Geral de eleição.

h) A Secretaria terá o prazo de quinze (15) dias para comunicar ao eleito, pelo correio, mediante aviso de recebimento, sua escolha, e este disporá de igual prazo, contando da data do recebimento da comunicação, para dizer se aceita ou não a investidura, implicando recusa a falta de manifestação do eleito dentro do prazo acima estabelecido.

i) Na sessão em que for lida a comunicação da anuência, o Presidente designará um Associado para incumbir-se do discurso de recepção ao recém-eleito, cabendo a ambos, juntamente com o

Presidente, escolher o dia da posse, que deverá ocorrer dentro de noventa (90) dias.

j) O discurso do recipiendário versará sobre atividades culturais do seu antecessor, do Instituto, e do novo recipiendário e não deverá exceder no seu pronunciamento o tempo de trinta (30) minutos.

k) A posse do Associado realizar-se-á em sessão solene, quando lhes serão entregues o respectivo diploma e a "Medalha Barão de Studart".

l) Ao empossar-se, o recipiendário prestará o seguinte compromisso: "Prometo cumprir os deveres de Associado do INSTITUTO do Ceará, observar o seu Estatuto e o respectivo Regimento Interno, bem como empenhar-me pelo seu engrandecimento."

Art. 17.º – No caso de o Associado Efetivo passar a residir fora do estado do Ceará, a sua manutenção nessa categoria será decidida pela Diretoria, após ouvir o Conselho Superior Consultivo, de forma escrita e justificada, apoiada nos interesses e objetivos do INSTITUTO.

Art. 18.º – Terão assegurada sua manutenção na categoria de Associado Efetivo os Associados dessa categoria que já se encontrarem residindo fora do Estado do Ceará em 08/02/2012, data da Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a alteração estatutária contida no parágrafo anterior.

Art. 19.º - A reclassificação de Associados Efetivos para a categoria de Associado Remido ou Associado Anterior ensejará a abertura da respectiva vaga na categoria de Associado Efetivo, devendo, para o preenchimento da mesma, serem observados os critérios para o preenchimento da referida categoria estabelecidos no artigo 9º. deste Estatuto.

Art. 20.º - A investidura como Associado Correspondente, Benemérito, Honorário ou Colaborador do INSTITUTO dar-se-á nas condições dos parágrafos seguintes, deste artigo:

§ 1.º – A proposta para Associado Correspondente, Benemérito, Honorário ou Colaborador será assinada por três (3) Associados efeti-

vos e aprovada por voto da maioria absoluta dos Associados efetivos presentes à plenária em que forem apresentados.

§ 2.º – Aos que forem eleitos Associados Correspondente, Benemérito, Honorário ou Colaborador far-se-á pelo correio, com aviso de recebimento, a devida comunicação, mencionando-se os nomes dos proponentes.

§ 3.º – O Associado Correspondente eleito terá trinta (30) dias, a contar da data da recepção do ofício, enviado pelo correio com aviso de recebimento, para manifestar a sua aceitação, considerando-se a partir daí pertencente a essa categoria.

§ 4.º – Os Associados Beneméritos, Honorários e Colaboradores, terão quinze (15) dias, a partir da data em que tiverem ciência da sua aceitação feita em ofício, pelo correio com aviso de recebimento, para serem empossados em sessão solene, dentro do prazo fixado neste Estatuto.

CAPÍTULO III

DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 21.º – São direitos dos Associados:

a) frequentar as reuniões do INSTITUTO;

b) participar das discussões;

c) Os sócios efetivos poderão votar e ser votados, para os cargos de Diretores, Conselheiros, Integrantes de Comissões, bem como para Sócios de outras categorias de associados, quando em dia com as contribuições.

Parágrafo Único – Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe forem legitimamente conferidos, a não ser nos casos e na forma previstos na lei ou neste Estatuto.

Art. 22.º – São deveres dos Associados:

a) cumprir fielmente as disposições deste Estatuto, respeitando as deliberações por ele estabelecidas;

b) cumprir pontualmente com os compromissos assumidos com o INSTITUTO, seja intelectual, moral, material ou financeiro;

c) acatar decisões da Diretoria do INSTITUTO e das Assembleias Gerais;

d) desempenhar com responsabilidade, ética, probidade e dedicação os mandatos e cargos para os quais forem eleitos ou nomeados;

e) desincumbir-se dos encargos que lhes forem atribuídos;

f) cooperar para o desenvolvimento do INSTITUTO;

g) comparecer às sessões, salvo por motivo justificado;

h) contribuir financeiramente de acordo com os critérios estabelecidos pela Assembleia Geral;

i) solicitar por escrito o seu afastamento da entidade, se assim o desejar, o que se dará em caráter irrevogável.

Parágrafo Único – É vedado a qualquer membro dar aval, fiança ou qualquer outra garantia em nome do Instituto do Ceará.

Art. 23.º – O desligamento de qualquer associado do INSTITUTO só poderá dar-se nas seguintes condições:

I – por desligamento voluntário do associado, formalizado através de comunicado escrito e endereçado à Diretoria;

II – por justa causa, mediante iniciativa da Diretoria por maioria absoluta dos votos dos seus membros e após parecer do Conselho Consultivo, quando caracterizado e comprovado um dos seguintes fatos:

a) quando não forem regularizados os atrasos de frequência ou de contribuições, após comunicado expresso, feito pela Diretoria, conforme Art. 13.

b) grave violação do presente estatuto e de outras normas regimentais que configure prejuízo de qualquer outra ordem para o INSTITUTO, a juízo da Assembleia Geral.

§ 1.º - A exclusão de associado por iniciativa da administração do INSTITUTO somente será levada à apreciação do Conselho Superior Consultivo após a conclusão de processo administrativo em que tenha sido oferecido ao associado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 2.º O processo administrativo de que trata o parágrafo anterior será considerado instaurado com a ciência por parte do associado indicado para exclusão, mediante carta com aviso de recebimento especificando o motivo da exclusão e assinalando o prazo improrrogável de 10 (dez) dias para o associado apresentar defesa, se desejar.

§ 3.º - Da decisão da Diretoria será admitido recurso à Assembleia Geral, cabendo decisão por maioria absoluta dos associados presentes com direito a voto, em reunião especificamente convocada com o prazo prévio de dez dias.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 24.º – São órgãos da administração do INSTITUTO:

a) A Assembleia Geral dos Associados

b) A Diretoria

Art. 25.º – São Órgãos de consulta, o Conselho Superior Consultivo e as Comissões Permanentes.

Art. 26.º É órgão de fiscalização do INSTITUTO o Conselho Fiscal.

Parágrafo Único – Não será permitido a qualquer associado exercer simultaneamente dois cargos, na Diretoria ou no Conselho Fiscal. Um cargo na Diretoria ou Conselho Fiscal, em conjunto com outro cargo em uma das Comissões, dependerá de autorização da Assembleia Geral.

Art. 27.º – É vedada a remuneração dos membros de quaisquer órgãos do INSTITUTO.

Parágrafo Único – O INSTITUTO poderá reembolsar os membros da

sua diretoria por despesas por eles efetuadas a serviço da entidade, mediante comprovação, desde que previamente aprovado pela Assembleia.

Seção I

ASSEMBLEIA GERAL

Art.28.º - A Assembleia Geral, órgão máximo da entidade, composta da totalidade dos Associados efetivos em pleno gozo de seus direitos sociais, delibera e decide soberanamente sobre toda matéria de competência do INSTITUTO.

Art. 29.º - A convocação será feita pela Diretoria, através de seu Presidente, com a antecedência mínima de dez dias, mediante fixação em lugar visível, na sede social, de cópia do Edital de Convocação.

Art. 30.º - A Assembleia Geral poderá também ser convocada por 1/5 (um quinto) dos associados ou pelo Conselho Fiscal.

Parágrafo Único: A convocação deverá indicar, com clareza, a ordem do dia, não sendo objeto de deliberação matéria nela não contida.

Art. 31.º - As reuniões instalar-se-ão em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados efetivos e, em segunda convocação, transcorrida mais de meia hora, com o mínimo de um terço (1/3) dessa categoria.

Art. 32.º - Caso não seja alcançado o *quorum* fixado no artigo anterior, far-se-á nova convocação, com o prazo de oito (8) dias, quando a Assembleia Geral funcionará com a presença de qualquer número de Associados efetivos. Nos casos de eleição de novos Associados Efetivos ou de desligamento de algum deles, será obrigatória a presença mínima de 1/3 dos sócios efetivos, nas Assembleias especialmente convocadas.

Art. 33.º – A Assembleia Geral será dirigida pelo Presidente do INSTITUTO, exceto quando estiverem sob julgamento atos da Diretoria ou de um de seus membros, quando deverá ser eleito entre os associados presentes, um presidente e um secretário não envolvidos diretamente na questão em julgamento.

§ 1.º – Cada reunião da Assembleia Geral será secretariada por um associado eleito na ocasião para esse fim.

§ 2.º – É facultado ao associado efetivo que não puder comparecer à Assembleia Geral de Eleição, solicitar à Secretaria Geral o envio de cédula eleitoral para que possa participar da votação mediante o envio de seu voto por correspondência.

§ 3.º – A operacionalização do voto por correspondência será normatizada pela Diretoria em instrumento específico.

§ 4.º - A cada associado presente à Assembleia de eleição, que se manifestar por correspondência (nos termos permitidos no presente estatuto) será atribuído um voto em cada uma das deliberações

§ 5.º – As decisões da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto favorável da maioria simples dos presentes, exceto nos casos previstos nos incisos a e c do artigo 37.º.

Art. 34.º – Para as deliberações a que se referem os incisos a e c do artigo 37.º, serão necessários os votos concordes de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

Art. 35.º – A admissão de associados, em qualquer categoria, além do quorum para instalação da Assembleia, deverá contar, concomitantemente, com votos concordes da maioria absoluta dos Associados efetivos do INSTITUTO.

Art. 36.º – Não é permitido a pessoas estranhas ao quadro social usar a palavra nas Assembleias, salvo com autorização prévia do Presidente, ou para agradecer homenagem que lhe for prestada pelo INSTITUTO, limitadas essas intervenções em dez (10) minutos.

§ 1.º - As conferências ou discursos não poderão exceder quarenta (40) minutos, nem os registros de efemérides de quinze (15) minutos, sendo vedado, neste último caso, tratar-se de assuntos estranhos à sua finalidade.

§ 2.º – Os apartes, que ficam na dependência de consentimento do orador, são limitados a cinco (5) minutos;

Art. 37. º - Á Assembleia Geral, incumbe:

a) aprovar o Estatuto Social, sua substituição ou reformas;

b) eleger os membros do Conselho Superior Consultivo, dos integrantes da diretoria, do Conselho Fiscal e das Comissões Permanentes;

c) apreciar as contas anuais da Diretoria;

d) apreciar o Relatório das atividades do INSTITUTO

e) aprovar o valor das contribuições financeiras a serem cobradas das diversas categorias de associados do INSTITUTO

f) decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;

g) decidir sobre a extinção da entidade e a destinação de seu patrimônio;

h) decidir sobre a admissão de associados;

i) decidir sobre a exclusão de associados, quando sugerida pela Diretoria e com parecer do Conselho Superior Consultivo;

j) julgar, em grau de recurso, as exclusões de associados e os atos disciplinares.

Art. 38.º - A Assembleia Geral reunir-se-á:

I - Ordinariamente:

a) no dia 20 (vinte) de cada mês, exceto no mês de março, que ocorrerá no dia 4 (quatro), dedicada à memória do Barão de Studart e demais Associados fundadores do INSTITUTO;

b) anualmente, até o último dia útil do mês de abril, com a finalidade de apreciar as contas e aprovar o Balanço Anual e demais relatórios financeiros do exercício anterior, bem como o Orçamento e o Plano Anual de Trabalho para o novo exercício;

c) de dois em dois anos, no mês de fevereiro (dos anos ímpares), a fim de eleger os membros do Conselho Superior Consultivo, dos integrantes da Diretoria, do Conselho

Fiscal e das Comissões Permanentes, presente qualquer número de associados efetivos.

II - Extraordinariamente:

a) para realizar sessões solenes para empossar novos Associados, receber visitantes ilustres ou prestar homenagens;

b) quando convocada pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal ou através de requerimento assinado por no mínimo 1/5 dos associados quites com as obrigações sociais, devendo o edital de convocação conter a ordem do dia da sessão e ser afixado na sede d o INSTITUTO em local destinado a esse fim.

Parágrafo Único – Se o dia da sessão coincidir com sábado, domingo, dia feriado ou santificado, será ela transferida para o dia útil subsequente.

Seção II

CONSELHO SUPERIOR CONSULTIVO

Art. 39.º - O Conselho Superior Consultivo é o órgão de consulta, assessoria e recomendação para implementação das diretrizes deliberadas pela Assembleia Geral e para fazer cumprir os objetivos e a finalidade do Instituto do Ceará.

Art. 40.º - O Conselho Superior Consultivo será constituído de cinco (5) membros integrantes dos Associados Efetivos, com mandato de dois (2) anos, devendo a eleição coincidir com a da Diretoria, do Conselho Fiscal e das Comissões Permanentes.

Art. 41.º – A Presidência do Conselho Superior Consultivo caberá ao seu membro mais antigo no INSTITUTO, que será substituído pelos demais membros, segundo a ordem de antiguidade.

Parágrafo Único - É permitida a reeleição para o cargo de Conselheiro Consultivo.

Art. 42.º O Conselho Consultivo tem como atribuições:

a) opinar sobre questões técnicas e administrativas, de natureza

sistemática e/ou emergenciais relativas à entidade, quando submetidas a ele pela Diretoria.

b) participar do encaminhamento das deliberações da Assembleia Geral;

Art. 43.º – As reuniões do Conselho Superior Consultivo ocorrerão sempre que se fizerem necessárias, mediante convocação da Diretoria ou de 1/5 dos sócios efetivos.

Seção III

DIRETORIA

Art. 44.º – A Diretoria, eleita bienalmente, mediante votação secreta, na primeira sessão do mês de fevereiro dos anos ímpares e empossada na primeira sessão do mês de março, constitui-se de:

a) Presidente

b) 1º Vice-Presidente

c) 2º Vice-Presidente

d) Diretor de Biblioteca e Arquivo

e) Diretor de Comunicação

f) Secretário Geral

g) 1.º Secretário

h) 2.º Secretário

i) 1.º Tesoureiro

j) 2.º Tesoureiro.

Art. 45.º – A recusa da investidura no cargo para o qual foi eleito o Associado deverá ser formalizada a qualquer tempo após a eleição, para que sua substituição se faça na primeira sessão ordinária que se realizar, pela maioria absoluta dos Associados presentes.

Art. 46.º – Caso ocorra renúncia ou destituição de dirigente, o novo dirigente eleito completará o mandato do dirigente destituído.

Parágrafo Único - Enquanto não for efetivada a substituição, a Assembleia Geral indicará substituto provisório.

Art. 47.º – A Diretoria reunir-se-á, no mínimo uma vez por mês em dia estabelecido pelo Presidente do INSTITUTO.

Art. 48.º – À Diretoria compete:

a) cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e as decisões aprovadas em sessão;

b) pleitear dos poderes competentes a disposição de servidores públicos, capazes de atender aos serviços do INSTITUTO;

c) criar, se necessário, o quadro de servidores do INSTITUTO, sob o regime trabalhista da CLT.

Art. 49.º – Compete ao Presidente:

a) representar o INSTITUTO, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

b) dirigir os trabalhos das sessões;

c) admitir e demitir os servidores do INSTITUTO;

d) assinar a correspondência de maior importância;

e) designar comissões de caráter transitório;

f) presidir a Comissão da Revista;

g) convocar as sessões extraordinárias e solenes e a Assembleia Geral;

h) assinar, com o Secretário Geral, os diplomas, as carteiras de Associados e os títulos de "Amigo do Instituto do Ceará";

i) autorizar despesas ;

j) assinar cheques, juntamente com o Tesoureiro;

k) administrar os recursos financeiros e zelar pelos recursos patrimoniais do INSTITUTO;

Art. 50.º – Ao 1º Vice-Presidente compete colaborar com o Presidente e substituí-lo nos impedimentos temporários.

Art. 51.º – Ao 2º Vice-Presidente compete substituir o 1º Vice-Presidente nos seus impedimentos temporários.

Art. 52.º - Compete ao Diretor de Biblioteca e Arquivo zelar pelo bom funcionamento e pela guarda desses respectivos setores, procurando, com o apoio dos demais Diretores, tomar as providências necessárias para as suas manutenções e expansões.

Art. 53.º - Compete ao Diretor de Relações Públicas assessorar na divulgação da entidade e de suas realizações nos meios de comunicação, bem como dar apoio, quando solicitado, para também assessorar nas entrevistas e comunicados do Instituto do Ceará.

Art. 54.º – Ao Secretário Geral incumbe;

a) apurar as eleições;

b) apresentar, na primeira sessão do mês de março de cada ano, o relatório das atividades do INSTITUTO, referente ao ano social anterior;

c) assinar, com o Presidente, os diplomas, carteiras dos Associados e os títulos de "Amigo do Instituto do Ceará"

d) estabelecer na Secretaria livros especiais para registros de autógrafos, documentos e memórias de interesse do INSTITUTO;

e) colaborar com o Presidente na conservação e funcionamento de serviço de processamento de dados da Biblioteca e do Arquivo, procurando manter em dia o cadastro e o fichário;

f) organizar a pauta anual das efemérides e palestras a cargos dos Associados.

Art. 55.º – Compete ao 1.º Secretário;

a) manter em dia a correspondência, assinando a de rotina;

b) preparar o expediente a ser lido nas sessões e a Ordem do Dia das mesmas;

c) expedir as comunicações de eleição de Associados e de "Amigo do Instituto do Ceará" e as convocações de Assembleia geral, sessões extraordinárias e solenes;

d) manter atualizado o "Livro do Instituto do Ceará", referente à bibliografia dos Associados efetivos;

e) manter o registro, em livros próprios, dos Associados correspondentes, beneméritos e honorários e dos "Amigo do Instituto do Ceará";

f) Substituir o Secretário Geral nos seus impedimentos temporários.

Art. 56.º – Compete ao 2.º Secretário

a) redigir as atas e lê-las em sessão;

b) distribuir às Comissões Permanentes os processos sobre os quais devam emitir parecer;

c) substituir o 1º. Secretário nos seus impedimentos temporários.

Art. 57.º – Compete ao 1.º Tesoureiro

a) arrecadar a receita do INSTITUTO e receber quaisquer bens a ele atribuídos;

b) guardar sob a sua responsabilidade os valores do INSTITUTO a ele confiados;

c) incumbir-se do pagamento das despesas autorizadas e as de rotina, do que prestará contas ao Presidente;

d) efetuar pagamentos por meio de cheques nominativos, assinados conjuntamente com o Presidente

e) realizar, mediante autorização do Presidente, aplicações financeiras com os recursos do INSTITUTO;

f) apresentar, na primeira sessão de março de cada ano, o balanço da receita e despesa do ano social transato, acompanhado dos respectivos comprovantes;

g) assinar, conjuntamente com o Presidente e o contador, os balancetes da entidade.

Art. 58.º – Compete ao 2.º Tesoureiro, auxiliar o 1.º Tesoureiro e substituí-lo nos impedimentos temporários.

Seção IV

CONSELHO FISCAL

Art. 59.º - O Conselho Fiscal será composto de três membros, os quais serão eleitos em chapa própria, observados os mesmos critérios e procedimentos eleitorais e na mesma Assembleia que eleger a Diretoria, podendo ser reconduzido.

Art. 60.º - Um dos membros do Conselho Fiscal deverá ser, preferencialmente, um técnico da área contábil, associado ou não do INSTITUTO.

Art. 61.º – O Conselho Fiscal funcionará somente nos exercícios em que, a pedido da Diretoria ou do Conselho Superior Consultivo, for instalado pela Assembleia Geral.

Art. 62.º - Compete ao Conselho Fiscal:

a) proceder, quando necessário e conveniente, ou quando lhe solicitar o Presidente ou a Assembleia Geral, ao exame de livros e documentos do INSTITUTO, fazendo o competente Relatório que será submetido ao órgão que o solicitou;

b) convocar a Assembleia Geral quando, em virtude de averiguações, achar oportuna esta medida, indicando os motivos na convocação; e

c) emitir parecer sobre contas anuais da Diretoria, a ser submetido à Assembleia Geral.

Parágrafo Único: O Conselho Fiscal é solidariamente responsável com a Diretoria por quaisquer inexatidões de contas ou infrações do Estatuto que tenha deixado de mencionar em seu parecer.

Art. 63.º – É proibida a acumulação de cargo de membro do Conselho Fiscal com o de membro da Diretoria.

Seção V

COMISSÕES PERMANENTES

Art. 64.º – Haverá 6 (seis) Comissões Permanentes, cada uma composta de 3 (três) membros, coincidindo suas eleições com a da Diretoria e a do Conselho Superior Consultivo, denominadas:

a) "Comissão de História"

b) "Comissão de Geografia"

c) "Comissão de Antropologia"

d) "Comissão de Verificação de Mérito Cientifico Cultural"

e) "Comissão de Defesa do Patrimônio Cultural"

f) "Comissão da REVISTA"

Parágrafo Único – Cada Comissão elegerá, dentre os seus membros, o seu Presidente.

Art. 65.º – As sessões das Comissões Permanentes realizar-se-ão, pelo menos, uma vez por mês, e em cada dia fixado pelos respectivos presidentes.

CAPÍTULO V

BIBLIOTECA E ARQUIVO

Art. 66.º – A Biblioteca permanece franqueada a estranhos nos dias úteis, das 8 às 12 e das 13 às 17 horas.

Art. 67.º - É vedada a saída de livros, documentos, mapas, papéis ou qualquer outro objeto existente na sede social do INSTITUTO, a qualquer título, mesmo que sob a forma de empréstimo e para quem quer que seja, inclusive para os associados efetivos. As exceções a este dispositivo deverão ser aprovadas pela Assembleia Geral.

Art. 68.º – A Instituição possui biblioteca e arquivo, os quais serão orientados por regimentos específicos.

Art. 69º – Qualquer certidão de documento só poderá ser expedida mediante autorização do Presidente do INSTITUTO.

CAPÍTULO VI

PATRIMÔNIO, RECEITAS, RENDIMENTOS E SUA APLICAÇÃO

Art. 70.º – O patrimônio social do INSTITUTO compõe-se de:

a) imóveis e móveis;

b) títulos, ações, papéis financeiros ou fiscais e dinheiro;

c) doações ou legados, bens de quaisquer espécie, concessões de qualquer natureza, acervos artísticos, literários e científicos.

Art. 71.º – Constituem receitas do INSTITUTO: contribuições, doações, patrocínios, contratações, taxas de administração e/ou captação, royalties, exploração de direitos autorais e conexos, cachês, prestação de serviços, legados e direitos a ele transferidos, de associados ou de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de qualquer nacionalidade, públicas ou privadas, assim como os recursos adquiridos no exercício das atividades previstas neste Estatuto Social, rendimentos produzidos pelo patrimônio, convênios, termos de parceria, subvenções federais, estaduais e municipais e outras rendas eventuais.

Parágrafo Único – Toda a receita será aplicada exclusivamente na realização dos objetivos do INSTITUTO, ou na conservação ou aumento de seu patrimônio e será administrado por sua Diretoria, sob as diretrizes emanadas da Assembleia Geral.

Art. 72.º – A Entidade não distribuirá entre seus membros, conselheiros, diretores, empregados, associados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplicará integralmente na consecução do objeto social.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 73.º - O exercício social terá início no dia 1º (primeiro) de janeiro e terminará no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano civil.

Art. 74.º – Para a execução de serviços de natureza técnica, a Diretoria Executiva poderá contratar profissionais autônomos ou empresas especializadas de prestação de serviços, observados os preceitos da legislação civil e respeitadas as limitações orçamentárias.

Art. 75.º – A associação somente se dissolverá nas hipóteses previstas

em lei ou por deliberação de 2/3 dos presentes em Assembleia Geral Extraordinária convocada com 30 (trinta) dias de antecedência, especialmente para deliberar sobre esta proposição. Em caso de dissolução, satisfeito o passivo, o patrimônio remanescente será destinado a entidade legalmente constituída, qualificada como organização da sociedade civil de interesse público e sem fins lucrativos, que tenha objetivos sociais semelhantes.

Art. 76.º – O INSTITUTO concederá a pessoa ou instituição de reconhecido mérito a "Medalha Barão de Studart", mediante proposta assinada por, no mínimo, 3 (três) Associados efetivos, ou pela Diretoria, e aprovada pela maioria absoluta dos Associados dessa categoria, em Assembleia Geral.

Art. 77.º – Será concedido o título de "Amigo do Instituto do Ceará" a pessoas físicas ou jurídicas que o merecerem, mediante proposta assinada por 3 (três) Associados efetivos, aprovada em Assembleia, pela maioria dos Associados presentes.

Art. 78.º - Conceder-se-á o título de "Amigo do Instituto do Ceará" ao cônjuge sobrevivente de Associado Efetivo falecido.

Art. 79.º – É vedada a concessão de título em caráter perpétuo a qualquer Associado ocupante de cargo na Diretoria e demais órgãos do INSTITUTO. Serão considerados como válidos os direitos adquiridos neste aspecto, anteriores a aprovação deste estatuto.

Art. 80.º - Casos omissos serão tratados pela Diretoria Executiva, *ad referendum* da Assembleia Geral e deverão necessariamente estar em conformidade com o Código Civil Brasileiro.

Art. 81.º – O presente Estatuto Social substitui qualquer outro antes existente e entra em vigor na data de seu registro no Cartório Competente.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 83º. - Em razão dos membros da atual Diretoria e dos integrantes das Comissões Permanentes terem sido eleitos pelo estatuto anterior, fica estabelecido que, na mesma Assembleia que aprovar o presente

estatuto, serão ratificados os componentes da Diretoria com mandato vigente, para que completem o atual mandato; eleito o 2º Vice-Presidente e os integrantes dos Órgãos Administrativos e Consultivos do INSTITUTO, para que, já sob a regência das novas normas, completem o atual mandato, que vai até a posse da nova Diretoria a ser eleita em fevereiro de 2013.

Fortaleza, 21 de maio de 2012

Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária do INSTITUTO DO CEARÁ, (Histórico, Geográfico e Antropológico) realizada no dia 21 de maio de 2012.

José Augusto Bezerra	Valdelice Carneiro Girão
Presidente da Assembleia	Secretária da Assembleia

DIRETORIA:

Presidente

José Augusto Bezerra, brasileiro, casado, administrador, RG 978448 – SSP/CE, CPF 033.803.194-49 residente e domiciliado na Av. Rui Barbosa, 748 Ap. 800 bairro, Aldeota CEP 60115-220.

1º Vice-presidente

Pedro Sisnando Leite, brasileiro, casado, professor, RG 930020496-51 – SSP/CE, CPF 000414083-49, residente e domiciliado na Rua Dr. Zamenhof, 400 Ap. 1301 bairro Papicu, CEP 60176-060.

2º. Vice-presidente

_____

Ednilo Gomes de Soarez, brasileiro, casado, professor, RG 20060021164-48 – SSPDS/CE, CPF 005277777-49, residente e domiciliado Av. Beira Mar, 4777 Ap. 1003, bairro Meireles CEP 60165-070.

1º. Tesoureiro

_____

Francisco Fernando Saraiva Câmara, brasileiro, casado, professor, RG 9901005929 – SSP/CE, CPF 002478203-34, residente e domiciliado na Rua João Cordeiro, 2554 bairro Dionísio Torres CEP 60110-301.

2º. Tesoureiro

_____

Francisco Èsio de Sousa, brasileiro, casado, agrônomo RG 2803-d--CREA/CE CPF 000903444-72 residente e domiciliado na Rua Henriqueta Galeno, 714-Ap. 702, bairro Aldeota CEP 60135-420.

Secretário-geral

_____

Valdelice Carneiro Girão, brasileira, solteira, RG 126735 – SSP/CE, CPF 013838683-87, residente e domiciliada na Rua Marcos Macedo, 140 Ap. 503, bairro Aldeota CEP 60150-190.

1º. Secretário

_____

Paulo Ayrton Araújo, brasileiro, casado, professor, RG 20629 – SSP/CE, CPF 00057893, residente e domiciliado na Rua Jose Vilar, 2350, Ap. 1000, bairro Aldeota CEP 60125-061.

2º. secretário

_____

Maria Clélia Lustosa Costa, brasileira, casada, geógrafa, RG 486846 – SSP/CE, CPF 112660823-87, residente e domiciliada na Rua Silva Jatahy, 400 Ap. 901B, bairro Aldeota, CEP 60165-070.

Diretor da Biblioteca e Arquivo

_____

Pedro Alberto de Oliveira Silva, brasileiro, casado, professor, RG 108808 – SSP/CE, CPF 00405173-49, residente e domiciliado na Rua José Carlos Gurgel Nogueira, 164, bairro Papicu, CEP 60175-803.

Diretor de Comunicação e Relações Públicas

_____

Miguel Ângelo de Azevedo, brasileiro, casado, professor, RG 940002072023 – SSP/CE, CPF 00269093320, residente e domiciliado na Rua Prof. João Bosco, 560, bairro Rodolfo Teófilo, CEP 60430-690.

Visto do Advogado:

Ma. Aurilene Cândido Martins

OAB/CE 22329

Os 120 anos da Academia Cearense de Letras

Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez*

Cumprimento o Presidente da Academia Cearense de Letras, caro amigo, Bibliófilo José Augusto Bezerra, e todos os colegas acadêmicos, em especial os que hoje são agraciados com a Medalha Thomaz Pompeu; saúdo as autoridades presentes e os beneméritos da ACL, que contribuem para a realização dos projetos e ações da instituição e que recebem, nesta noite, a Medalha dos 120 anos da Academia. Cumprimento cordialmente os convidados e convidadas que nos honram com suas presenças.

Senhoras e senhores,

Ao atravessar os umbrais do Palácio da Luz, entre os sons desta noite de festa, parece-me ouvir vozes de tempos distantes. Distingo modos antigos do falar lusitano. É a voz do Capitão-Mor Antônio de Castro Viana, que constrói este casarão nos anos finais do século XVIII para sua moradia? Ou de Barba Alardo, governante do Ceará que, em 1808, vem estabelecer-se sob o teto da casa que o Senado da Câmara adquirira? Talvez seja a voz do Fidalgo da Casa Real, que governa a Capitania do Ceará de 1812 a 1820, Manuel Inácio de Sampaio, emitindo ordens para a reconstrução do Forte de Nossa Senhora da Assunção em alvenaria, com pedra e tijolo? Ponho a mão em concha ao ouvido e escuto melhor: São sons rimados ... ouço um soneto! Reconheço, enfim, o poema "Para o Chafariz da Vila Fortaleza", que o palaciano Pacheco Espinosa, nascido na Ilha da Madeira, declama em

* Sócia Efetiva do Instituto do Ceará.

um serão dos Oiteiros, nos primeiros brotos de vida literária que florescem em nossa cidade, em torno ao Governador Sampaio. Ouçamos duas estrofes do soneto:

> Este manancial de água, o primeiro,
> Que fez surgir na Vila arte prestante,
> Para a sede saciar o caminhante,
> O sábio, o nobre, o rico, o jornaleiro
> .....
>
> Edificada foi incontinenti,
> No memorável, ótimo Governo,
> De Sampaio, Varão reto, ciente.

Embora nos cheguem nítidas a intenção laudatória e a platitude do poema, a simbologia do momento é também clara: este Palácio deixa entrever sua vocação para as Letras, que se confirma quando o Governador Justiniano de Serpa aqui promove sessões da Academia. E consolida-se, muito mais tarde, em 1989, quando, duas décadas depois que o Governo Estadual deixa o centro histórico da cidade para estabelecer-se no Palácio da Abolição, no Meireles, o Palácio da Luz abre suas portas para receber a Academia Cearense de Letras, desde então guardiã do rico passado de sua sede, enquanto mantém viva a chama de sua própria memória.

Pelas lentes dessa memória, assistamos à noite de 15 de agosto de 1895. Em sessão magna nos salões da Fênix Caixeiral, a Academia Cearense comemora seu primeiro aniversário. Perante acadêmicos e convidados, Dr. Thomaz Pompeu, presidente da instituição, apresta-se a ler o discurso que escrevera para a solenidade[1]. Um silêncio respeitoso aguarda suas palavras. Lembremos: o orador da noite é "o mestre consagrado. *Primus inter pares*"[2], nas palavras de Teodorico da Costa.

---

[1] Thomaz Pompeu. Discurso lido para a "Academia Cearense", na sessão magna, do 1. anniversario, pelo seu presidente – Thomaz Pompeu de Sousa Brazil, *Revista da Academia Cearense*, Tomo 2, 1897, p.3-10.

[2] AntonioTheodorico da Costa. O homem-trabalho. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo especial em homenagem à memória do dr.Thomaz Pompeu de Souza Brazil (Presidente) e João Baptista Perdigão de Oliveira (Secretário). Fortaleza, 1929, p.62.

Ou, como diria Farias Brito: "uma glória brasileira, devendo ocupar um lugar de honra na galeria dos pensadores nacionais"[3].

Retornemos à cena em que Thomaz Pompeu lê as primeiras linhas de sua oração. Depois de aludir aos "dias agitados" (referindo-se, naturalmente, às revoltas e dificuldades de consolidação da República) que não permitem as "satisfações refinadas do sybaritismo litterario", ressalta que os colegas acadêmicos "não prestam menos serviços à pátria do que os batalhadores activos, incansáveis, que remodelam as suas instituições", embora mantenham "a serenidade de investigadores da verdade, a convicção de que leis moraes governam os homens, as sociedades, os povos". Comprovando o que afirma, o presidente relata que, no decorrer do primeiro ano de funcionamento da Academia, "forão successivamente discutidos ou apresentados trabalhos de real merecimento sobre archictetura, mecanica, direito público constitucional, religião, f1óra cearense, historia e chronica do Ceará, medicina, hygiene publica etc."

Ao longo de sua fala, Dr. Pompeu instaura temas de grande importância para a vida da Academia, muitos ainda vigentes nos dias de hoje: o conceito da missão da Academia como criadora e difusora de conhecimento e cultura e como espaço de compartilhamento da pesquisa em ciências e letras; a pertinência da dúvida e do descontentamento como geradores de inovação; o respeito à diferença e à tradição, entre outros.

Na linha do tempo, o retorno persistente ao tema da missão e relevância da Academia permite-nos considerá-lo um de nossos *leit-motives* e instiga-nos a imaginar que o levantamento exaustivo de sua presença em textos acadêmicos tornaria possível a reconstituição de diálogo, entre vozes de diferentes épocas, enriquecedor para a história da entidade e para a consciência de sua missão nos dias que vivemos.

Na impossibilidade de reconstituir nesse momento tal diálogo, recorto alguns de seus elos, como as palavras de Mário Linhares, ao relatar que: "O ilustre Presidente Justiniano de Serpa, em notável documento, focalizou, com palavras de exaltação, o rumo traçado pela

[3] Farias Brito. Homens do Ceará. Biographia de Thomaz Pompeu*, Revista da Academia Cearense*, 1896, p.132-145.

nossa Companhia, no empenho patriótico de dirigir e incentivar o movimento das letras, das ciências e das artes, honrando e defendendo o nosso patrimônio cultural, engrandecendo o nosso nome, e desenvolvendo a nossa vida intelectual, e desvendando horizontes novos"[4]; e as de Artur Eduardo Benevides, nosso Presidente de Honra, poeta imenso e um dos grandes personagens da cultura no Ceará, em discurso pronunciado em 1997: "E para servir à cultura e ao Ceará existimos e existiremos. Cento e três anos já se passaram e cada vez mais se rejuvenesce a Academia, com que sonharam um dia, entre muitos, o Barão de Studart e Tomaz Pompeu"[5].

Nos tempos que correm, os amigos mais assíduos às solenidades da Academia já escutaram, muitas vezes, em distintas ocasiões, algum acadêmico referir-se à nossa Academia de 1894 como a primeira, em seu gênero, no Brasil, sendo mais antiga do que a Academia Brasileira de Letras, nascida em 1897. Certamente nossos convivas continuarão a ouvir essa informação histórica, que é motivo de orgulho para nós, membros da Academia e cearenses, pois integra-nos no traço de pioneirismo de nosso povo, que sempre esteve na vanguarda de acontecimentos literários, artísticos e culturais.

Na comemoração dos 120 anos da Academia Cearense de Letras, nesta festa em que reunimos, no Palácio da Luz, acadêmicos, amigos, beneméritos e convidados ilustres, agradeço ao presidente da Casa, Bibliófilo José Augusto Bezerra, a honra que me concede ao escolher-me para ser, hoje, a voz de nossa instituição. Creio, na verdade, que prenderíamos com mais intensidade a atenção do público e traríamos maior riqueza literária e cultural à cerimônia se, simplesmente, lêssemos em sua totalidade o instigante discurso de Thomaz Pompeu há pouco mencionado. No entanto, se ganharíamos em profundidade e originalidade de pensamento, cometeríamos uma injustiça com aqueles que, no tempo transcorrido entre o primeiro aniversário da Academia Cearense e o momento em que lhes falo, escreveram e construíram, uns

---

[4] Mário Linhares. Preliminares. In: Manoel Albano Amora. *A Academia Cearense de Letras: síntese histórica1894*-1956. Fortaleza: Academia Cearense de Letras/Imprensa Universitária, 1957, sem numeração de página.

[5] Artur Eduardo Benevides. Discurso do Presidente em seu terceiro mandato: 1997 – 1998, *Revista da Academia Cearensede Letras*, Ano XCVI, V.52, 1997, p.184.

com a pena sobre o papel e outros com a dedicação e a coragem, a história, direi, heroica, de nossa Academia. Se não poderei contar-lhes todos os capítulos dessa saga – o tempo é curto e a história é longa -, tentarei trazer alguns momentos que iluminam seu percurso.

Ao escolher alguns episódios da história da Academia para virem à luz nesta fala, inevitavelmente deixarei outros na sombra ou mal iluminados, mas, todos sabemos que, ao falar, escrever ou viver, corremos sempre o risco inerente à escolha, pois temos que optar entre isto ou aquilo, como no famoso poema de Cecília Meireles. E é a decisão que nasce dessa escolha que nos faz repetir com Riobaldo, personagem-narrador de *Grande sertão*: "Viver é muito perigoso", e como viver e escrever podem ser duas faces da mesma moeda, direi: Escrever é muito perigoso. Consola-me, porém, a ideia de que, para suprir as sombras desta mínima crônica, o público que nos honra com sua presença poderá consultar a memória da Academia que se dá a conhecer através de registros e transcrições, inscritos não só na sua *Revista*, publicada a partir de 1896, contendo atas de reuniões, discursos comemorativos, artigos, trechos de livros, peças literárias; como através de obras de acadêmicos: *História da Literatura Cearense,* de Dolor Barreira (pioneira obra publicada pelo Instituto do Ceará), *A Academia Cearense de Letras: síntese histórica 1894-1956*, de Manoel Albano Amora, *A Academia de 1894*, de Raimundo Girão, *Literatura Cearense*, livro monumental, *e Antologia da Academia Cearense de Letras.* Edição do Centenário, as duas do pesquisador Sânzio de Azevedo, profundo conhecedor de nossa literatura, e, entre outras, mais recentemente, *Academia Cearense de Letras*. História e Acadêmicos e *Poetas da Academia Cearense de Letras (1984-2009),* de José Murilo Martins e o livro, breve e oportuno, *A Academia Cearense de Letras e o Palácio da Luz*, do mesmo autor, em parceria com Regina Fiúza. Aliás, é preciso ressaltar que, em sua gestão como presidente, Dr. Murilo, atento à preservação de nosso patrimônio, organiza o Memorial da ACL, que abriga livros, documentos e iconografia de acadêmicos.

Resenhando o que nos contam os mencionados escritores em seus estudos sobre a Academia, salientamos que, além da data de fundação, 1894, outras se impõem como marcos decisivos de sua trajetória: as datas de reformulações, em 1922, 1930 e 1951, a de instalação no Palácio da Luz, em 1989, e a do centenário da Casa de Thomaz Pompeu, em 1994.

Nos anos finais do século XIX, em 1894, sob inspiração do Dr. Guilherme Studart, alguns intelectuais reúnem-se para a criação de uma entidade cultural e científica que recebe o nome de Academia Cearense, e elegem o respeitado intelectual Thomaz Pompeu para presidente da Casa. Não circunscrevem a ação da Academia à área de Letras, mas nela incluem, como na famosa Academia Francesa, sediada em Paris, e na Academia de Ciências de Lisboa, as áreas de Ciências e Humanidades.

Depois de alguns anos de fértil atividade, a Academia Cearense, que contava com 27 membros à época de sua fundação, após assistir à morte de alguns de seus pioneiros e à partida de outros para vários estados do país, interrompe a publicação, em 1914, da *Revista da Academia Cearense* e conhece período de inatividade. Em 1922, no entanto, a Academia reanima-se. Sob influxo do entusiasmo do escritor Leonardo Mota, estudioso dos costumes e manifestações artísticas populares, o Presidente do Ceará, acadêmico Justiniano de Serpa, com apoio e participação de Thomaz Pompeu e Guilherme Studart, congrega vários membros da Academia, que, em reuniões neste Palácio, reformam os estatutos da entidade, mudam seu nome para Academia Cearense de Letras, refinam sua área de atuação, centrando-a em Letras, ampliam o número de cadeiras para 40, adotam patronos e reelegem seu presidente. No livro *A Academia de 1894*, já citado, Raimundo Girão assim explica o prolongamento da presidência de Tomás Pompeu: "pois que Pompeu, mestre insigne, de vasta erudição e prestígio oficial e social, bastava como símbolo de um instituto de cultura..."[6] Na ocasião da reforma de 22, segundo informa Manoel Albano Amora[7], Thomaz Pompeu sugere um dístico para a Academia - *Forti Nihil Difficile*: divisa de Lord Beaconsfield, Benjamin Disraeli, Primeiro Ministro britânico no século XIX. Até hoje, esse lema comparece em nossos insígnias e anima nossa ações.

É significativo notar que, nessa fase, pela primeira vez, a Academia convida uma mulher – Alba Valdez – para ocupar uma de suas cadeiras, demonstrando, mais uma vez, o pioneirismo cearense,

---

[6] Raimundo Girão. *A Academia de 1894*. p.16.

[7] Manoel Albano Amora. *A Academia Cearense de Letras: síntese histórica 1894-1956*, p.23.

ao adiantar-se em 55 anos à Academia Brasileira de Letras, na integração de membro feminino entre seus acadêmicos. Testemunha a ocasião, um belo, ainda que esmaecido, retrato da noite em que, no Palacete Ceará, na esquina da rua Guilherme Rocha com Floriano Peixoto, acontece a instalação da Academia de 22. Mais tarde, essa corajosa mulher, atuante na vanguarda das conquistas femininas, lembraria: "Intimamente agradeci àqueles expoentes do pensamento cearense o alto estímulo dado à minha modesta pena e foi com abundância de euforia que compareci em 8 de setembro de 1922 aos luxuosos salões do Clube Iracema para a solenidade de instalação, que esteve ao nível da grandiosidade das outras com que se comemoraram o centenário da Independência Nacional"[8].

A segunda reorganização da Academia, em 1930, acontece por iniciativa de Valter Pompeu e do Presidente do Estado, acadêmico Matos Peixoto. Enfim, em 1951, acontece a reforma nos estatutos da instituição que permite a inclusão de membros da Academia de Letras do Ceará, criada em 1930, entre eles, nossa segunda acadêmica, Henriqueta Galeno. Ao registrar esse momento da Academia, lembra Sânzio de Azevedo: "Dolor Barreira, figura principal dessa fusão foi então aclamado por todos para dirigir a entidade, que experimentou uma fase de autêntico renascimento."[9]

Se os fatos enunciados parecem surgidos somente da ação de algumas pessoas ou pequenos grupos, ao contextualizá-los no grande painel da cultura e da história nacional, logo percebemos que eles se relacionam a acontecimentos históricos e literários do país. Em rápidas pinceladas, recordamos 1922 como ano de efervescência política (episódio dos 18 do Forte e eleições para presidente da República), marcado no âmbito cultural pela realização da Semana de Arte Moderna e pelas comemorações do centenário da Independência.

O ano de 30, inscrito na História pela Revolução de 30 e, no campo das Letras, pela geração regionalista, é lembrado por Alba Valdez em dimensões que ultrapassam a área da literatura: "Surgiu o ano de 30. O regime que os homens de 89 tinham proclamado como

[8] Alba Valdez. In: *Falas Acadêmicas*, p.28.

[9] Sânzio de Azevedo. *Literatura Cearense*, p.187.

forma ideal de governo envelhecera prematuramente, [...] O novo espírito do tempo exigia renovação, nova mentalidade e, nesse pressuposto investiu-se contra o passado, tanto na política como nos outros ramos da atividade social[...] Em relação à Academia Cearense de Letras, anunciou-se sua renovação que, de certo, marcaria brilhante acontecimento no meio intelectual conterrâneo."[10]

Em 1951, a recente redemocratização do país e a eleição de Getúlio Vargas para presidente ainda dominam o cenário nacional. No nosso estado, após o I Congresso de Poesia do Ceará, em 42, a pujante atuação do Grupo Clã e de sua Revista, comandada por Fran Martins, promovem renovação artística e literária em Fortaleza e seus principais membros, vêm, posteriormente, enriquecer a ACL, entre eles, nossos inesquecíveis Moreira Campos e Antônio Girão Barroso, que a Academia homenageará, em sessão especial, neste ano em que completam centenário de nascimento.

Um traço apontado pelos historiadores, desde as primeiras manifestações de vida literária no Ceará, é seu caráter gregário, de que são exemplos os inumeráveis movimentos, grupos e associações literárias criados em nosso estado desde início do século XIX. Com a Academia, esse traço acentua-se, acrescentando o estabelecimento de relação com outras entidades, movimentos e grupos na área de literatura e cultura. Entre as instituições culturais com mais longa e estreita relação com a Academia, salienta-se o Instituto do Ceará, criado em 1887. No decorrer de suas histórias, Academia e Instituto, em campos diferenciados de atuação, mantêm relação fraterna e de respeito, nascida com os pioneiros das duas associações e mantida até hoje, em especial fortalecida pelos intelectuais que pertencem concomitante às duas agremiações. Em recente levantamento[11], de 2013, Murilo Martins encontra os nomes de 53 pessoas que, ao longo do tempo, pertenceram ou pertencem, ao mesmo tempo, às duas instituições. Assim, descobri que, das doze mulheres que, no passado e na atualidade, marcam a presença feminina na Academia, duas, Alba Valdez e quem lhes fala, participamos do quadro de sócios efetivos do Instituto.

---

[10] Alba Valdez. *Falas Acadêmicas*, p.29 e 31.

[11] José Murilo Martins. *Academia Cearense de Letras. História e Acadêmicos*, p.62-64

Não são raros os exemplos de ingresso de membros de outras associações culturais na Academia, seja concomitantemente ou em diferentes momentos, como é o caso de Thomaz Pompeu, da Academia Francesa, e o de José Carlos Júnior, da Padaria Espiritual, admiráveis agremiações que floresceram no século XIX em Fortaleza.

Além dos marcos históricos, uma baliza espacial traz novos ares à Academia: sua instalação no Palácio da Luz, em 1989, quando, depois de funcionar de 1978 a 1986 no Palácio Senador Alencar, que fora sede da Assembleia Legislativa e hoje abriga o Museu do Ceará, e em salas do Edifício Progresso, a Academia conhece sua sede definitiva. Anteriormente, como nos conta Manoel Amora, a instituição peregrinara por diferentes salões: "As sessões ordinárias realizaram-se, a princípio, no salão de honra da Fênix Caixeiral, depois, no do Clube Euterpe, no Instituto do Ceará [...], casa de residência de Walter Pompeu, Clube Iracema, Instituto Epitácio Pessoa, casa de residência de Dolor Barreira e Casa de Tomás Pompeu."[12]

Permitam-me, senhoras e senhores, breve referência pessoal. Vivi até os cinco anos de idade, na casa de Thomaz Pompeu, meu bisavô, décadas após sua morte. No entanto, pela preservação do cenário em que ele vivera e pela força narrativa de minha avó, Laís Pompeu Rossas, e de minha mãe, Angela Laís Pompeu Rossas Mota, a presença do bisavô era tão densa e palpável nessa casa que, além de gerar em meu coração amor e respeito pelo grande personagem de nossa História e Cultura, a quem tenho dedicado estudos, discursos e conferências nesta Academia e no Instituto do Ceará, inspirou-me a criação de um personagem ficcional que habita dois romances de minha autoria: *O mundo de Flora* e *Luzes de Paris e o fogo de Canudos*. Fecho o parêntese.

Retornemos ao ano de 1989. Nesse ano, o presidente da Academia, Cláudio Martins, dotado de espírito visionário e de obstinação – aliás, traços de família que seu irmão, Antônio Martins Filho acentua ao liderar a criação e implantação da Universidade Federal do Ceará - consegue sucesso em suas gestões para que o Governador do Ceará, Tasso Jereissati, assine Lei que destina o Palácio da Luz para sede de nossa

[12] Manoel Soares Amora. *Academia Cearense de Letras. Síntese Histórica: 1894-1956*, p.23.

Academia,[13] o que se oficializa em solenidade, aqui realizada, no dia 21 de novembro do mesmo ano, 1989.

Ao transferir-se para o Palácio da Luz – a primeira reunião na nova sede ocorre em 10 de janeiro de 1990 - , a Academia Cearense de Letras inicia novo ciclo em sua história, ampliando suas ações culturais e apoiando as ações de outras importantes entidades da mesma área, que se reúnem em suas instalações. Em 1994, com o Palácio e a Academia integrados em nova vida, comemora-se o centenário da ACL com grande festa, culminada pela posse da consagrada escritora cearense Rachel de Queiroz como acadêmica. Na ocasião, o Presidente Artur Eduardo Benevides assim se expressa: "bem-vinda seja! Mais do que as portas, os corações se abrem para recebê-la, nesta noite que a História registrará, por certo, como um dos nossos maiores acontecimentos culturais, ou a grande lâmpada erguida para brilhar sobre o centenário de nossa Academia..."[14]

Hoje, sob presidência do Bibliófilo José Augusto Bezerra, nossa Academia vive período de intensa atividade. É justo registrar que nosso presidente, sem descuidar da continuidade de ações herdadas de gestões anteriores, lidera, com incomum dedicação e inquebrantável tenacidade, a preparação e execução de novos projetos, como a reforma da Biblioteca e o trabalho de recuperação e reorganização de seu acervo, o restauro do belo patrimônio histórico e arquitetônico do Palácio da Luz, a busca de parcerias e patrocínio para realização das metas da instituição, entre outras importantes ações para a valorização do escritor cearense e maior acesso de nossa população a bens culturais.

Permitam-me encerrar esta fala com um preito de saudade à querida acadêmica e excelente escritora Natércia Campos, falecida há onze anos, e com a transcrição das últimas palavras do discurso pronunciado por Thomaz Pompeu, em 1895, ao referir-se à missão da Academia. Suas palavras ajustam-se ainda a nosso tempo, quando a humanidade sofre com a intolerância racial, política, religiosa e de tantos outros matizes:

---

[13] Consultar José Murilo Martins. *Academia Cearense de Letras. História e Acadêmicos*, para maiores detalhes, sobretudo o item "Quarta fase", p. 39-55.

[14] Artur Eduardo Benevides. Os cem anos da Academia Cearense de Letras e saudação a Rachel de Queiroz, *Revista da Academia Cearense de Letras*, Ano XCIV, V.50, 1993/1994, p.160.

"...a nossa missão é de amor, de sympatia por todos os princípios que fizeram e fazem a summa do pensamento filosófico e religioso, por todas as crenças e opiniões sinceramente admitidas – porque neste recinto todos têm os mesmos direitos de cidade, as mesmas garantias de externação, os mesmos tributos de respeito e homenagem. É um campo aberto a todos os romeiros da inteligência, no centro do qual ergue-se o altar da única divindade, que adoramos – a TOLERANCIA"[15].

(Discurso pronunciado no Palácio da Luz, sede da Academia Cearense de Letras, na noite de 28 de agosto de 2014, na solenidade comemorativa dos 120 anos da instituição. A oradora ocupa a Cadeira nº 18 da Academia Cearense de Letras, sendo Diretora Cultural da entidade).

Bibliografia Consultada

- **Publicações da Academia Cearense de Letras**

AMORA, Manoel Albano. *A Academia Cearense de Letras: síntese histórica1894*-1956. Fortaleza: Academia Cearense de Letras/Imprensa Universitária, 1957. [Coleção Diversos]

AZEVEDO, Sânzio. *Literatura Cearense*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976. [Coleção Antonio Sales]

_____. *Antologia da Academia Cearense de Letras.* Edição do Centenário. Organização. Fortaleza: Academia Cearense de Letras/ Tiprogresso, 1994. [Coleção Diversos]

GIRÃO, Raimundo. *A Academia de 1894*. Fortaleza, Academia Cearense de Letras, 1975. [Coleção Antonio Sales]

_____. *Falas Acadêmicas.* Organização. Fortaleza. Academia Cearense de Letras, 1976. [Coleção Antonio Sales]

[15] Thomaz Pompeu. Discurso lido para a "Academia Cearense", na sessão magna, do 1. anniversario, pelo seu presidente – Thomaz Pompeu de Sousa Brazil, Op. Cit., p.10.

MARTINS, José Murilo. *Academia Cearense de Letras*. *História e Acadêmicos*. Fortaleza: Edições ACL, 2013.

_____. *Poetas da Academia (1894-2009). Antologia.* Fortaleza: Academia Cearense de Letras/Expressão Gráfica, 2009.

_____. e FIÚZA, Regina Pamplona. *A Academia Cearense de Letras e o Palácio da Luz*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011. [Selo da Academia Cearense de Letras]

Coleção da *Revista da Academia Cearense* e *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza, de 1896 a 2013.

- **Publicações do Instituto do Ceará**

Revista do Instituto do Ceará, Tomo especial em homenagem à memória do dr. Thomaz Pompeu de Souza Brazil (Presidente) e João Baptista Perdigão de Oliveira (Secretário). Fortaleza, 1929.

BARREIRA, Dolor. História da Literatura Cearense. Fortaleza: *Instituto do Ceará*, 1948. [História do Ceará]

Discurso de recepção, no Instituto do Ceará, ao sócio efetivo Fernando Luiz Ximenes Rocha

Filomeno Moraes*

I

Permitam-me começar anunciando o meu desvanecimento e a minha gratidão pela incumbência que recebi para, em nome dos confrades do Instituto do Ceará, saudar o seu novo membro, o desembargador e professor Fernando Ximenes. De modo extremamente honroso e prazenteiro, cumpro, pois, a tarefa, conseqüência da "conspiração" de deferência a mim, estabelecida entre o novo confrade e, à frente, o seu presidente José Augusto Bezerra, a diretoria do Instituto do Ceará, a que não faltou a porção de autoria intelectual do mestre Paulo Bonavides.

Consintam-me, também, que lhes diga preliminarmente que, graças à magnanimidade dos meus pares, aqui fui acolhido há quase três anos. Ao descer desta tribuna, ungido com a recepção nesta casa de cultura, senti-me, como na referência machadiana, com a glória que fica, eleva, honra e consola. Na ocasião, saudou-me Marcelo Caracas Linhares em quantidade tão generosa que só o apreço que nos unia justificava. Destarte, confesso-lhes a minha sensação, dolorida, de que a sua desaparição fez a mim mais desamparado, a este Instituto lacunoso e ao mundo menos elegante, menos bem-humorado e menos sábio.

Em adendo, ressalto ainda que as galas desta noite não diminuem a falta que nos faz Rubens Azevedo, cuja vaga ora se preenche. A tudo, no acervo de separações, acrescido da ausência do entusiasmo e da alegria de Eduardo Campos. Consola-nos, porém, saber que o farol da cultura tem continuidade nas mãos dos seus sucessores.

---

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

II

Como parte inicial da minha *laudatio*, quero dar encaminhamento ao deslinde de um dilema e proporcionar a satisfação a uma curiosidade.

Quanto ao dilema, trata-se, de um lado, do dever da brevidade, e, do outro, do dever de, como tarefeiro do Instituto do Ceará, proceder com inteireza à faina de estender-me, em extensividade e intensidade, sobre o *curriculum vitae* e o *cursus honorum* do novo sócio, tão cheio de aspectos a realçar e de atividades a salientar. Resolvo a minha angústia, valendo-me, nesta casa de historiadores, da sabedoria de nume que os inspira desde a Antiguidade. Para justificar-me, invoco, assim, Plutarco, que acentua que, "se são os homens que nos ensinam a falar, são os deuses que nos ensinam a calar",[1] e, encarecendo os perigos existentes no ato de falar demais, sentencia que, "entre outras paixões e doenças, algumas são perigosas, outras são detestáveis e outras ainda são ridículas, mas aos que sofrem de tagarelice calham todos os males".[2]

Quanto ao segundo ponto, certamente, se pergunta por que, entre mestras e mestres veneráveis que são os demais membros deste Instituto, gente grande de substância e prumo, justamente tenha sido o discípulo mais acanhado o eleito para realizar esta saudação. Na verdade, tenho sido fundamentalmente um humilde mestre-escola que, se tivera algum mérito, constituiria em pôr em prática a lição – lida pela primeira vez no Ginásio Santo Antônio do Chaval – daquele Rui Barbosa do discurso do Colégio Anchieta de Petrópolis, segundo o qual "(...) a suprema santificação da linguagem humana (...) está no ensino da mocidade. O lavrador deste chão devia amanhá-lo de joelhos".[3]

Assim, desde logo, lhes resolvo a curiosidade justificável sobre a minha escolha para realizar este cumprimento solene. Digo-lhes que a razão foi, certamente, ou unicamente mesmo, decorrente da trajetória

---

[1] PLUTARCO. *Sobre a tagarelice e outros textos*. São Paulo: Landy Editora, 2008. p. 18.

[2] Ibid., p. 20.

[3] BARBOSA, Rui. *Discurso no Colégio Anchieta.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981. p. 23. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br>. Acesso em: 5 jul 2008.

de vida – lastreada em muitos momentos pela experiência intelectual, profissional e cívica comum – que, avizinhando Fernando Ximenes e eu no agora já distante ano de 1974, mantém-nos, pelo milagre da amizade, próximos desde então.

De fato, contemporâneos e coetâneos, os nossos percursos existenciais se ligam em muitos pontos, de modo que, ao falar do novo sócio do Instituto do Ceará, estarei, em alguma medida, também a falar de mim. E, para que a murmuração não espalhe que fui um orador que, em vez de falar do homenageado, falou de si próprio, apóio-me no bastão que me oferece João Guimarães Rosa, quando, fazendo o elogio a João Neves da Fontoura, alegava:

> [...] Para tanto, terei de à-pauta citar-me. Embora. No que refiro, sub-refiro-me. Não para a seus ombros aprontar minha biografia, isto é, retocar minha caricatura. Não eu, mas mim. Inábil redutor, *secundarum partium*, comparsa, mera pessoa de alusão, e há de haver que necessária. O espelho não porfia brilhar nem ser; mas, por de-fim, para usação, bem tem de relustrar-se. Direi.[4]

III

A ação dialógica entre mim e Fernando Ximenes amanheceu na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, por volta dos meados dos anos 1970. O que nos aproximou foi François Mitterrand. Lembro-me, como se fosse agora, da manhã em que um de nós portava um jornal alternativo – um "nanico" – que trazia uma reportagem de capa sobre a segunda derrota do socialista francês numa eleição presidencial, desta feita para o direitista Valéry Giscard d'Estaing. O muro de lamentações que erguemos então, sobre a derrota daquele que foi um dos maiores estadistas do século XX, iniciou uma duradoura amizade.

Aliás, 1974 foi um ano em que os brasileiros vivemos perigosamente. Em 15 de novembro, o eleitorado deu um solene "não" à coerção e à sedução da ditadura militar inaugurada dez anos antes, elegendo dezesseis senadores de oposição – inclusive o nosso con-

[4] ROSA, João Guimarães. *Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras* (16/11/1967). Disponível em: <http://www.academia.org.br>. Acesso em: 26 set 2008.

sócio Mauro Benevides – e mais de um terço dos deputados federais, o que criava novas situações para a "distensão lenta, gradual e segura" com o que o general Ernesto Geisel conclamara a imaginação criadora dos políticos. Aparentemente monolítico e popular, o regime castrense perdia o seu caráter hierático, a sua arrogância triunfalista. Eufóricos, aplaudíamos as rachaduras no edifício da intolerância e do despotismo.

Estudantes de Direito, desde então, já estávamos atraídos por este, que, à época, tomando de empréstimo a expressão do verso de louvação de Carlos Drummond de Andrade a Afonso Arinos de Melo Franco, era o "direito mais precário/(o tal constitucional)".[5] Como bem verberava Paulo Brossard de Souza Pinto da tribuna do Senado Federal, acicatando a nossa consciência jurídico-política em formação, a situação constitucional do país, pela conjunção extravagante da existência de uma constituição outorgada a par de uma congérie de atos institucionais e complementares, assim se estabelecia:

> [...] o regime que pretenderam instituir em nosso País, reunindo, a um tempo e no mesmo documento, a suposta legalidade e o puro arbítrio, a convivência de duas ordens, uma pretensamente constitucional, a outra declaradamente extralegal, tinha de dar no que deu, pela singela razão de que elas são incompatíveis, excluem-se reciprocamente, motivo pelo qual, em verdade, as duas ordens nem são duas, nem são ordens: a desordem é uma só. [...] [6]

Com um grupo de colegas na Faculdade de Direito, éramos "resistentes". Armados com a ideologia do retorno ao Estado de Direito e à democracia, lutávamos a nossa luta desarmada, imbuídos da retórica de Cícero, quando reiterava, em **Dos deveres**, que "cedam as armas à toga, conceda-se o louro ao louvor".[7] Também, muito mais, nos considerávamos, ao mesmo tempo, devedores e credores solidários daquilo que Teotônio Vilela, o republicano "menestrel das Alagoas", tão bem

---

[5] ANDRADE, Carlos Drummond de. *A Afonso Arinos, setentão*. In: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Alto-mar, maralto: memórias*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976. p. XV.

[6] Discurso "É tempo de mudar", pronunciado no Senado Federal em 6/5/1997. In: VALS, Luiz Fernando Montenegro. *Brossard: 80 anos na história política do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. p. 277.

[7] CÍCERO, Marco Túlio. *Dos deveres*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 39.

resumiu e verberou como as quatro "dívidas", a saber, a "externa", a "interna", a "social" e a "política".[8]

De qualquer modo, aqueles "tempos sombrios" se compensavam com a quadra da existência que vivenciávamos, pois, no dizer do aedo das ribeiras do Acaraú, "Quando partimos no verdor dos anos,/Da vida pela estrada florescente,/As esperanças vão conosco à frente (...)".[9] Além do estudo do Direito e do interesse pela Política, valorizávamos a beleza da vida em tantas das suas demonstrações eloqüentes, na natureza e na cultura, na música, na literatura, no companheirismo, na amizade e no amor (o último, no meu caso sintetizado no, até agora talvez o meu único "valor invariante", que tem sido a minha mulher Goretti).

Estou com aquele sapientíssimo Agostinho de Hipona, para quem "o espírito é a memória"[10] e "a memória lembra-se de se lembrar".[11] Autorizem-me, assim, recordar alguns outros fatos que marcaram a trajetória de Fernando Ximenes nas atividades profissionais e cívicas, a que, de algum modo, também estou ligado.

Fomos entusiastas da campanha das "diretas-já", com a frustração que se lhe adveio. Sensibilizava-nos a veemência parlamentar dos "autênticos" do Movimento Democrático Brasileiro-MDB. Porém, as nossas esperanças inflacionadas tiveram de, realisticamente, aceitar a "transição por transação"[12] liderada por Tancredo Neves.

No Ceará, acompanhamos com vivo interesse a intromissão alvissareira do seu então governador nas vicissitudes da sucessão nacional, que – enfim, as armas cedendo à toga – possibilitou a transferência do poder militar ao poder civil. Observamos, a partir dos resultados eleitorais de 1986, aquilo que a Ciência Política mais conspícua já chamou de a nossa "americanização", para dizer da dialética

---

[8] Ver FEHLBERG, Carlos. *Teotônio Vilela, o senador que tentou mudar o Brasil.* Disponível em: <http://www.politicaparapoliticos.com.br>. Acesso em: 22 maio 2008.

[9] THOMAZ, Padre Antônio. Contraste. In: RAMOS, Dinorá Tomaz. Padre Antônio Thomaz: príncipe dos poetas cearenses. Fortaleza: Tipografia Paulina Editora, 1950. p. 61.

[10] AGOSTINHO, Santo. *Confissões***;** De magistro. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 181.

[11] Ibid., p. 180. Cf., também, AUGUSTIN, Saint. La trinité (livres VIII-XV). In: AUGUSTIN, Saint. *Oeuvres de Saint Augustin*. S/l: Études Augustiniennes, 1991. v. 16.

[12] Cf. MORAES, Filomeno. *A construção democrática*. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 1998.

das estruturas e dos processos – ora com saltos *para frente*, ora com saltos *para trás* - de modernização política, econômica e administrativa.[13]

Ainda nos anos 1980, com a criação do Comitê Pró-Constituinte, ajudamos a proporcionar no Ceará, sob a liderança do então presidente do Conselho Seccional da Ordem Advogados do Brasil, Sílvio Braz Peixoto da Silva, o debate vertical do processo constituinte. E nos alegramos porque, ao fim e ao cabo, o país recebeu, no dizer de Paulo Bonavides, "ao revés do que dizem os seus inimigos", aquela que é a "melhor das Constituições brasileiras de todas as nossas épocas constitucionais".[14]

Evidentemente, digo eu, não se pode deixar de ver, no Brasil como um todo e, em especial no nosso Estado, a incompletude da democracia política, os gargalos do desenvolvimento econômico, a iniqüidade dos indicadores sociais. Mas a grande batalha da nossa geração – a busca da democracia política e do Estado de Direito – foi ganha. Hoje, com todos os cuidados que devemos ter na busca da sua qualificação, podemos dizer que não tem mais sentido a *boutade* de Sérgio Buarque de Holanda, segundo a qual "a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido".[15]

Revolvendo as diversas camadas de névoas do passado, podemos dizer aos nossos filhos e aos nossos alunos como o velho timbira da saga de Gonçalves Dias, que, "(...) à noite nas tabas, se alguém duvidava/do que ele contava,/Tomava prudente: 'Meninos, eu vi!'"[16]

IV

Fernando Ximenes chega a esta Casa credenciado pela construção exitosa de uma vida privada, marcada pela decência e pela res-

---

[13] Cf. BONFIM, Washington Luís de Sousa. *Qual mudança?*: os empresários e a americanização do Ceará. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Ciência Política apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-Iuperj, 1999.

[14] BONAVIDES, Paulo. *Teoria constitucional da democracia participativa*. São Paulo: Malheiros Editores, 2001. p. 204.

[15] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 161.

[16] DIAS, Antônio Gonçalves. *Poesias completas de Gonçalves Dias.* Goiânia: Waldré, 1981. v. II. p. 136.

ponsabilidade. E por uma carreira vitoriosa na vida pública: na magistratura, no magistério e na doutrinação do direito, na formação da opinião pública. Sem favor, é um dos homens públicos mais importantes do Ceará, como membro do Tribunal de Justiça e atual presidente do Poder Judiciário, professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, autor de livros e artigos publicados em revistas científicas, em que fere, entre outros temas, o controle de constitucionalidade, os direitos fundamentais, a tolerância à liberdade de expressão e os seus limites.

Por dever de justiça, é necessário salientar que foi eleito, consagradamente, para este Instituto do Ceará não por ser um expoente social, mas, sim, pelos seus méritos intelectuais, pelo seu saber jurídico, pela sua cultura humanística, pelo seu compromisso com a cearensidade e pela sua dignidade. Por conseguinte e em contrapartida, são grandes as expectativas que o cercam e grandes as responsabilidades que o aguardam ao tornar-se Sócio efetivo de uma instituição que, por imperativo estatutário, deve dedicação ao estudo e à difusão da História, da Geografia, da Antropologia e das ciências correlatas, especialmente no que se refere ao Estado do Ceará.

A propósito das graves obrigações daqueles que ingressam neste Instituto, Tomás Pompeu de Sousa Brasil, filho, o seu décimo-terceiro Sócio efetivo, e seu presidente de 1908 a 1929, já alertava no discurso de posse no tocante à "legião dos *espíritos contentes*, que se reputam na posse de quase todas as verdades", com o conseqüente "entorpecimento das faculdades raciocinativas".[17] E prevenia-nos, aos seus pares coevos e aos do futuro, que, nesta Casa, "as indagações estéreis ou simplesmente deleitáveis devem ceder procedência à ciência da vida e à do homem como ser social".

V

Induvidosamente, jungido à geografia e à história do Ceará, este Instituto está marcado, também, pelo sinal da "elegia cearense", de que nos fala o poeta:

[17] BRASIL, Tomás Pompeu de Sousa. Discurso de posse como sócio efetivo (12/3/1889). *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. III, p. 81, 1889.

[...]
Ai Ceará
teu nome está em nós como um sinal
de sangue, sonho e sol.
Chão de lírios e espadas flamejantes;
território que Deus arranca dos demônios,
mulher dos andarilhos, dália da canícula,
em nós tu mil rorejas. Pousas. És canção.[18]

Ou do "caminho" inevitável de que nos fala o verso de Dimas Macedo:

Aquele era meu caminho,
entre estradas batidas e fatigadas,
com rostos que imploravam,
e a fisionomia de todos era como a fome.[19]

Longe de mim, quando falo de *cearensidade*, estar nostálgico, a invocar fantasmas do passado, a acenar com sentimentos tribalistas ou isolacionismos tradicionalistas, a proclamar veleidades secessionistas de qualquer natureza. Pelo contrário, vivo o presente e perscruto o futuro, com o espírito fixado naquelas palavras daquele que foi também o maior cantor das belezas da nossa Ibiapaba,[20] o padre Antônio Vieira, que, menos constatava e mais profetizava, ao dizer que:

> Este mundo, Senhores, composto de tanta variedade de estados, ofícios e exercícios públicos e particulares; políticos e econômicos; sagrados e profanos; nenhuma outra cousa é senão uma praça, ou feira universal, instituída e franqueada (...) a todos os homens. (…)[21]

[18] BENEVIDES, Artur Eduardo. *Canto de amor ao Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 1985. p.15.
[19] MACEDO, Dimas. *Sintaxe do desejo*. Fortaleza: Edições Poetaria, 2006. p. 27.
[20] Cf. VIEIRA, Padre António. *Missão de Ibiapaba*. Coimbra: Almedina, 2006.
[21] Sermão da Rainha Santa Isabel, pregado em Roma, na Igreja de Santo Antônio dos Portugueses em 1674. In: VIEIRA, Padre António. *Sermões*. Porto: Lelo & Irmãos, 1959. v. III. p. 386.

Tenho a certeza, contudo, de quem quer falar para o mundo não pode prescindir da sua aldeia, que a realização do universal está mesmo em função do quefazer regional e local. Adredemente, retiro de um, já antigo, livro de memórias romanceadas de Coelho Neto a afirmação de cearensidade que, *mutatis mutandi*, o espírito desta instituição não pode olvidar. É a conversa travada, no final do século XIX, entre uma legião de infelizes, patrícios nossos que, fugidos da seca, no Rio de Janeiro, foram visitados ainda no navio que os levara pelo personagem Neiva (na verdade, Paula Ney). Assim o memorialista reproduz o diálogo:

> - Vocês aqui estão muito bem; a terra é boa, a gente é boa, ganha-se muito dinheiro. Depois é o mesmo Brasil. Vocês não são brasileiros?
> Um velho, com uma longa camisa que lhe descia aos joelhos por cima das calças, acenou com o dedo negativamente:
> – Nhôr não.
> – Como! Então você não é brasileiro, velho?
> – Cearense té morrê! disse atirando uma cusparada por entre os dentes.
> – Então o Ceará não é uma província do Brasil, velho?
> – Inche! Ceará é dele só... té morrê. E foi-se resmungando convencidamente. Té morrê. O Neiva rompeu a rir e perguntou:
> – Até morrer, hein?
> E o velho, de longe, sacudiu a cabeça, repetiu:
> – Té morrê!
>
> [...][22]

Também recordo Gustavo Barroso – que, nas suas próprias palavras, também veio ao mundo nesta "terra de sol e de dor" –, quando fala do seu encontro com Araripe Junior, célebre intelectual cearense radicado no Rio de Janeiro:

> [...] Repórter e redator de jornal, vim conhecê-lo nesta grande cidade, sempre atarefado e apressado, com uma carga de livros, de papéis ou de jornais debaixo do braço. Era preciso chamá-lo para que visse a gente: "Dr. Araripe!" Então, parava, consertava as lunetas: "Oh, como vai?" Ainda me lembro duma vez em que tomamos café juntos, no antigo Jeremias. Falei-lhe do *Cajueiro do Fagundes*, novela

[22] COELHO NETO. *A conquista*. Porto: Chardron, 1921. p. 362-363.

> colonial passada na capital cearense, onde ainda a Rua do Cajueiro rememorava o episódio histórico em que a baseara. Acabava de publicá-la em folhetins.[23]
>
> Veio então a admoestação de um dos expoentes da crítica literária brasileira de então, a repercutir sobre nós, principalmente o que compomos este Instituto:
>
> Disse-me: "O Ceará vive sempre dentro de nós, por mais que nos afastemos dele. Às vezes teima em sair e sai!" E, despedindo-se: "Menino, ponha logo para fora o Ceará que você traz aí dentro!" [...]24

A mim, não me custa crer que este é o mote que temos que glosar: pôr para fora o Ceará que trazemos em nós! Talvez seja a hora de, para o bem, levarmos a sério a observação de Rachel de Queiroz, na crônica "Mineiros", em que afirma que "[...] mil deles não causam o incômodo de dez cearenses. Não gritam, não empurram, não seguram o braço da gente, não impõem suas opiniões [...]."[25]

VI

Fernando Ximenes é um homem do Direito. Destarte, pelo que foi e pelo que é o Instituto do Ceará, aqui ele encontrará um remanso também de pessoas do Direito.

Esta, caro consócio Fernando Ximenes, é também uma casa de bacharéis. Foram e somos tantos, que o seu ingresso é também uma homenagem a todos, aos que foram e aos que somos. Simbolicamente, e por pura discrição, vocalizo por todos, entre os que já se foram, o nome daquele semeador que, saindo a semear, sobretudo semeou universidades no nosso Ceará, Antônio Martins Filho; e o nome daquele que, entre nós, proporciona sabedoria e encantamento, o nosso professor na Faculdade de Direito e ao longo das nossas existências de pessoas interessadas no direito político, Paulo Bonavides.

---

[23] BARROSO, Gustavo. *Discurso de recepção ao acadêmico Pedro Calmon na Academia Brasileira de Letras* (10/10/1936). Disponível em: <http//:www.academia.org.br>. Acesso em: 26 set 2008.

[24] Ibid.

[25] QUEIROZ, Rachel de. *100 crônicas escolhidas*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; INL, 1970. p. 56.

VII

Senhoras e Senhores,

O Instituto do Ceará, ao receber Fernando Ximenes, determina que eu lhes enfatize que houve por bem chamar ao seu convívio um grande cearense.

Meu prezado e eminente amigo Fernando Ximenes,

Com o mandato imperativo que recebi para saudá-lo, proclamo, como a suma das sumas deste momento, que o seu ingresso no Instituto do Ceará nos dignifica, nos engrandece e nos garante a continuidade dos nossos objetivos e dos nossos compromissos com a cultura cearense.

Seja bem-vindo!

Discurso de posse de Osmar Maia Diógenes como sócio efetivo do Instituto do Ceará

Osmar Maia Diógenes*

Ilustre presidente do Instituto do Ceará, educador Ednilo Soárez; Professora e jornalista Adísia Sá, presidente da Associação Cearense de Imprensa; Deputado Federal Mauro Benevides, ex-senador; Vice-governador do Estado do Ceará, Domingos Filho; acadêmico Augusto Bezerra, ex-presidente deste sodalício e presidente da Academia Cearense de Letras; Dr. Silvio de Paiva Ribeiro, Sereníssimo Grão Mestre da Grande Loja Maçônica do Estado do Ceará; Deputado Federal Artur Bruno, digno representante do povo cearense na Câmara Federal; consócios do Instituto do Ceará; convidados; minhas senhoras e meus senhores.

Principio minhas palavras, nesta reunião solene, perante tão seleta assistência, por dizer aos que vivenciam conosco as magnificências desta noite, tratar-se de momento de singular relevância, sonho posto realidade, repleto de agradáveis emoções.

Este evento significa me fazer ombrear às mais lídimas notabilidades do Instituto do Ceará. Muitas vezes consultei o meu íntimo, a indagar, se ousada a oportunidade da pretensão. Sempre que a tanto ponderava, acudia-me a sábia exortação do Eclesiastes, "tudo tem sua ocasião própria, e há tempo para todo o propósito, debaixo do céu". Apresto-me, agora, ao chamamento da Casa do Barão de Studart, graças ao acolhimento dos consócios.

Em meio a notórias e reconhecidas sapiências, conviverei à sombra de mestres da História, da Geografia e da Antropologia. É justi-

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

ficável, assim, o meu contentamento, em pertencer ao quadro de sócios efetivos deste grêmio secular, notável escola do saber, reverenciada nas letras-pátria, abençoada e ungida pelas divindades do Olimpo, representada pela dação sábia, efetiva e voluntariosa, de competentes e laboriosos mestres, devotados à divina tarefa das letras.

Uma brisa acolhedora e angelical, de vibrações sutilíssimas, de magnéticos fluidos etéreos, espalha-se, em raios múltiplos de luz, por este esplendoroso cenáculo, repleto de nobres e valiosas reminiscências.

Um odor delicado, das mais puras essências miraculosas do nardo e da mirra, manifesta-se à minha sensibilidade espiritual. De forma translúcida, e etérea, nos deixa rever entre nós, devolve nesta noite, em memória, ao nosso aconchego, as presenças benfazejas de 12 iluminados cavaleiros das letras. Foi na sede da Biblioteca Pública, que em data de 4 de março de 1887, amanharam com emoção, carinho e amor, a semente multiplicadora de um fecundo e promissor ideal, regado e umedecido, pelas forças propulsoras, e milagrosas, do trabalho e da fé.

Dos primeiros tempos, qual o simbolismo do grão de mostarda, cresceu árvore frondosa, de copa abundante e sombreada, acolhedora de sonoros e refinados gorjeios melódicos. Palmilhou, vitoriosa e resoluta, as dificuldades naturais do engatinhar dos primeiros passos. Transpôs, altaneira, qual voo de águia, a centúria inovadora de 1900, sobejamente laureada de formidável presença literária. Vencedora, e nacionalmente reconhecida e reverenciada, assomou o século XXI secundada pela devoção de valiosos congregados, imbuídos dos mais belos e divinos propósitos da milenar arte da cultura.

Mas o Instituto, filho sagrado de uma concepção ideal, será sempre um fermento cultural em nossa sociedade, de geração a geração. Suas portas nunca se fecharam ao chamamento perene de novos e diligentes obreiros à sua seara. Para entendê-lo, é importante contextualizá-lo no tempo e no espaço histórico, buscar os incipientes movimentos literários do Ceará Provincial, e da historiografia do século XIX. Para tanto, procurei aconselhar-me na *História Literária do Ceará,* de Mozart Soriano Aderaldo, livro de 1986, edição comemorativa do primeiro centenário do Instituto do Ceará.

Optei pelo ano de 1845, como ponto temporal de partida, época em que o Senador Pompeu instalou o Liceu do Ceará, figurando no cur-

rículo as disciplinas de Geografia e História. Em 1848, Fortaleza registra a instalação de sua primeira livraria, de Manuel Antonio Rocha Junior, vendendo e alugando livros. Poucos anos depois, Juvenal Galeno, um dos fundadores do Instituto, criador da poesia popular, publicou *Prelúdios Poéticos,* e em 1865, *Minha Jangada de Vela* e *Cajueirinho Pequenino*. Lembram-se desses versos: "Cajueirinho pequenino, carregado de fulô, eu também sou pequenino, carregadinho de amor".

São de 1870 a *Academia Francesa do Ceará* e a sociedade *A Fraternidade.* As especulações dos pensadores estão centradas no idealismo lítero-revolucionário-liberal do pensamento iluminista, denominado de Alta Crítica. A intelectualidade propaga as ideias de Spinoza, Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Diderot, filósofos que desempenharam importante papel na transformação política e intelectual do séc. XIX. Instala-se a Questão Religiosa, e deixam para trás o dogmatismo medieval e a metafísica transcendente. Toma força e vigor o conceito pré-socrático de Protágoras: "o homem é a medida de todas as coisas".

Os estudiosos assumem ostensivamente uma postura crítica radical ao Magister Dixit, a escolástica de Tomás de Aquino, (1225-1274) canonizado em 1313 pelo Papa João XXll, e cujas ideias, estão codificadas nos vinte e quatro volumes da *Suma Teológica.* Uma nova premissa ética, social e filosófica norteia o pensamento: "liberdade, igualdade e fraternidade". Nesta resenha merece destaque a *Escola Popular*, considerada por Tristão de Ataíde o primeiro grande movimento cultural do Ceará.

É de 1875, a fundação do *Gabinete Cearense de Leitura,* embrião e primeira tentativa de instalação do Instituto Histórico, sob a presidência do Pe. Antônio Pereira de Alencar. Inicia-se o fluxo social das agremiações abolicionistas, algumas moderadas, outras radicais e revolucionárias. Citemos, como expoentes desse ciclo, Antônio Bezerra, Justiniano de Serpa, Antonio Martins e Oliveira Paiva.

No decênio de 1880 ganha notoriedade e relevo a *Sociedade Cearense Libertadora*, com voz no *Jornal O Libertador*. Caminha-se, resolutamente, para a abolição da escravatura no Ceará, concretizada em 1884. Uma menção especial a 1886, quando se instala o *Clube Literário 15 de Novembro*. O calendário histórico assinala o dia 4 de março de 1887, como data de fundação do Instituto do Ceará, estuário natural de movimentos socioculturais do século XIX. Reverenciando

os eméritos fundadores, evoquemos Paulino Nogueira, primeiro presidente, e Barão de Studart, nome tutelar dessa elite intelectual.

Os últimos anos do século XIX registram, em 1892, a presença de uma mocidade inquieta, cheia de humor, impulsiva e letrada, os forneiros da *Padaria Espiritual*, à frente Antônio Sales, pedra angular da intelectualidade Cearense. Esse movimento literário acha-se competentemente abordado no livro *O Pão*, pela ilustre professora e escritora Regina Pamplona Fiúza. Ressalte-se, com ênfase, a fundação da *Academia Cearense de Letras*, em 1894, irmã siamesa do Instituto, e matriz no gênero em todo o Brasil, composta de 27 sócios-fundadores, figurando Thomaz Pompeu de Souza Brasil, como primeiro presidente, e que foi o segundo presidente do Instituto do Ceará.

Augusto Comte (1798-1852), instalador da Religião da Humanidade, pai da Sociologia e patrono da Filosofia Positiva, o primeiro a classificar as ciências, sob a visão da complexidade crescente e a generalidade decrescente, assinala, no Catecismo Positivista, "que a cada dia que passa, os vivos, são cada vez mais guiados pelos mortos". As premissas básicas da filosofia comtista estão vivas na nossa bandeira nacional: "Ordem e Progresso", ou o amor por princípio, a ordem por meio, e o progresso por fim".

Credite-se, ainda, a Comte, o embasamento filosófico-republicano de 1889, movimento que transformou o Brasil, Imperial e Regalista, herdeiro do Padroado Régio Confessionista Português, num Estado laico, republicano, positivista, com acentuada influência maçônica.

Somos, hoje, fiéis legatários de um glorioso e fecundo tesouro cultural. Os fundamentos desta Casa deixam à mostra um patrimônio dinâmico, de caráter permanente e coletivo, a soma do ontem e do hoje, sob liderança sábia, orientadora e firme de seus gestores. Sejamos gratos ao passado. A gratidão é uma das mais santas, belas e gratificantes virtudes do ser humano.

É desejo natural, e legítimo, de quem não se descuidou das letras, buscar a companhia de pessoas cultas e distintas, conviver ao redor, num ágape permanente de sabedoria. John Donne (1572-1631), poeta metafísico inglês, autor da obra *Meditações*, que inspirou Hemingway no célebre romance *Por Quem os Sinos Dobram,* um dos textos mais conhecidos da atualidade, afirma que "nenhum homem é uma ilha, isolado em si mesmo". Emanuel Kant (1724-1804), o tímido e metódico

filósofo de Konigsberg, investigando o universo do homem, na *Crítica da Razão Prática*, registrou esse processo de reunião, enfatizando, o ser humano, sempre inclinado a associar-se.

A humildade, irmã gêmea da prudência, convoca o cidadão às responsabilidades assumidas, a acordar energias latentes à prática efetiva das palavras, longe de atitudes narcisistas que só conduzem a um êxtase vaidoso e inoperante. A cultura sem obras, como sabiamente poetizou Vinicius de Moraes, é "um jardim sem luar, luar sem amor, amor sem se dá".

O momento, senhoras e senhores, afigura-se-me merecido a reconhecimentos espontâneos. Primeiro, a Augusto Bezerra, ex-presidente deste sodalício, agora presidente da Academia Cearense de Letras, administrador versátil, competente e sóbrio, exemplo fraterno de amigo/irmão, pois a Acácia nos é conhecida. Obrigado a Gonzaga Mota, meu incentivador, íntegro governador, já inserido na nossa história. Guardo a honra de ter sido um dos seus líderes na Assembleia Legislativa. A Juarez Leitão, emérito e competente professor de muitas gerações de cearenses, talentoso, culto, alegre e inteligente, menestrel da divina e difícil ciência do bem dizer, e mestre escultor consumado no formidável engenho estético, de transformar ideias, em sonoras e candentes proposições verbais.

Agradeço, sensibilizado, aos meus apoiadores, o Irmão e mestre Osvaldo Evandro, já postado no reino dos justos, nos patamares etéreos do Oriente Eterno; o ilustre e cordial amigo Prof. Eduardo Bezerra, e Gonzaga Mota, já referenciado. Minha gratidão aos membros da Comissão de Verificação, Augusto Bezerra, escritores Pedro Sisnando e Ésio de Souza, aos votos favoráveis da Diretoria, e a unanimidade dos consócios presentes à votação.

Agradeço penhorado à Diretora Administrativa desta casa, Marinez Alves, e à sua equipe pela forma cortês como aqui fui recebido desde a minha inscrição, e também pela organização desta solenidade.

Manda a usança estatutária, e recomenda a tradição acadêmica, e assim procedo, seja o primeiro dever do recipiendário traçar o perfil biográfico, o elogio merecido, o panegírico de seu antecessor. No caso Francisco Edson Cavalcante Pinheiro, natural de Cachoeira do Riacho do Sangue, hoje Solonópole. Seu tronco familiar descende do português Manoel Pinheiro do Lago, da Freguesia de S. Martinho, que aportou nas

plagas cearenses nos idos de 1700. Edson escreveu "Sólon Pinheiro, Apóstolo da Democracia". Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, encerrou sua atividade pública como Secretário de Justiça, no governo Tasso Jereissati. Foi recebido neste Instituto no dia 21 de junho de 1999, saudado pelo Prof. José Cláudio de Oliveira.

Permitam-me agora, prometo que a voo de pássaro, e de forma concisa e sóbria, um projetar breve de momentos edificantes de minha caminhada evolutiva. Nasci no meio rural, no convívio agradável e histórico do sítio Alagadiço Novo, hoje José de Alencar, então, propriedade de meu avô materno, casado, em primeiras núpcias, com Joaquina, viúva do médico Joaquim Bento de Sousa Andrade. Ela, filha do Pe. Martiniano, senador vitalício, duas vezes presidente da Província do Ceará e pai do romancista José de Alencar, nascido a 29 de maio de 1829.

Ali passei agradáveis períodos de minha alegre infância, na senhorial mansão colonial, construída em 1806. Nas paredes caiadas da sala de visita, retratos expostos falavam do clã familiar. Geminada à casa grande, as instalações remanescentes da senzala, retrato mudo do passado tristonho do ciclo escravocrata de nossa história.

Ah, quantas reminiscências presentes! O rasgar das madrugadas, esculpidas por Deus numa apoteose de cores multiformes, eram saudadas pela retreta gasguita e anunciadora do cantar dos galos; pela orquestração melodiosa, sonora e suave de festivos madrigais, de pássaros cantantes, e pelo som agudo e determinado do sopro do búzio, chamando os trabalhadores ao engenho. Depois, o odor agradável da fervura do mel borbulhante, a arder nas caldeiras de cobre, montadas sobre fornalhas crepitantes, e brasas ardentes.

Vejo-me a ouvir a matraca ranhenta das moendas de cana, parecendo o ranger, sem pressa, de carros de boi, varando perdidos caminhos e vielas estreitas, como a cadenciar a inexorabilidade do tempo e da vida.

Impossível dissociar da criança o vivenciado na infância. Como um caleidoscópio, repassam-se na minha tela mental, as cabeleiras onduladas dos verdes canaviais, tangidos pelos ventos norte, soprados lá das bandas do mar; os passeios a cavalo, as caçadas de baladeira, o soltar de raias, e aos meus olhos infantis, puros e inocentes, a beleza sacrossanta, acolhedora e dadivosa, da bendita e abençoada mãe natureza.

Nos fins da tarde, no alpendrado do casarão, calçado de tijolos brancos de diatomita, vovó Inês lia para os netos trechos de romances de José de Alencar. Contava histórias de trancoso, (*capineiro de meu pai, não corte os meus cabelos, minha mãe me penteava, minha madrasta me enterrou, pelo figo da figueira que o passarinho picou*). E teatralizava versos romanescos da literatura de cordel (*Eu vou contar a história do Pavão Misterioso, que levantou voo da Grécia com um rapaz corajoso, raptando uma donzela, filho de um Conde orgulhoso*). Emocionada, realçava a figura paciente e sofrida de Bárbara de Alencar, heróica mãe espartana de nossa história, com dois filhos sacrificados pelo ideal da independência: Pe. José Carlos teve o pescoço decepado, por cruéis e sangrentos golpes de machado, e Tristão, herói nacional, emboscado e morto nos tabuleiros desertos e areiais ensolarados do lugar Santa Rosa.

Trago-lhes agora um despretensioso informe. Minha avó residiu durante 50 anos no sítio Alagadiço Novo, e confirmava ter ouvido, por diversas vezes do marido, repetindo Joaquina, que José de Alencar nasceu na camarinha principal do casarão, onde a mãe, Ana Josefina, viera lá do Crato "esconder a vergonha do bucho, da gravidez", fruto de um arrebatado amor juvenil, oferecido em dação sublime, ao primo legítimo, Pe. Martiniano.

A versão, do nascimento de Alencar numa garagem, ou depósito do sítio, sempre pareceu à família uma alegoria fantasiosa e quimérica. Como deixar a prima legítima dar à luz em espaço tão precário, quando dispunha do razoável conforto de uma camarinha? Longe de mim, a intenção crítica de desqualificar mitos. A memória, filha da oralidade, provém da irmã do romancista.

Por volta de 1961, praticamente ao chão, como bem me informou o ilustre mestre Liberal de Castro, cultor apaixonado de nossa cidade, a antiga casa foi demolida, para abrir espaço à passagem da Av. Perimetral, obra do prefeito Cordeiro Neto. De tão valioso passado só resta a garagem, que posteriormente servia à guarda do cabriolé.

Estou prestes a concluir. Num segundo momento, relembro o aprendizado no então denominado curso primário. Ali, presidente Ednilo, nasceu minha vocação à cidadania, o gosto pela leitura, o respeito à família e à Pátria. Tenho conservada, com absoluta nitidez, a figura austera do diretor do colégio. Recordo o seu jeitão, sempre de terno e gravata, apressado no andar, e um certo tique no mexer a cabeça.

Semanalmente, reunia os alunos num grêmio literário. Eram concursos de oratória e recitação de versos, de autores nacionais e lusitanos. Aquele senhor me curou a gagueira, não à moda de Demóstenes, o Leão de Atenas, também gago, o maior orador da Grécia clássica. Constantemente, levava-me à leitura em voz alta, de textos da *Crestomatia*, de Radagásio Taborda.

Daquele tempo, guardo inteira, a primeira página do livro, fruto da pena brilhante de um notável escritor nacional, membro deste grêmio, Dom Antônio de Almeida Lustosa, referindo-se ao trabalhador do campo. Ouçam que beleza de estilo: "*ele amanhara o campo com amor. Madrugara mais que o sol. A lamina polida de sua enxada repolia-se muitas vezes na leiva, antes de refletir os primeiros raios da alvorada"*.

Rememoro a inspiração poética de Castro Alves, exaltando os heróis da Pátria. (*E foram grandes teus heróis oh Pátria, mulher fecunda que não crias escravos, que ao trom da guerra soluças-te, filhos, parti soldados mas voltai-me bravos*). Aprendi de cor e salteado, sonetos líricos e harmoniosos do Pe. Antônio Tomaz (*Quando partimos no verdor da vida, pela estrada florescente, as esperanças vão conosco à frente, e vão ficando atrás os desenganos*). Jamais esqueci os versos doridos de D. Pedro II, banido do amado solo pátrio, em noite chuvosa, "tal um negro fujão"; jogado com sua família no vapor Alagoas (*Não maldigo o rigor da iníqua sorte, por mais atroz que seja e sem piedade, arrancado-me o trono e a majestade, quando a dois passos só já estou da morte*.) Dos autores lusitanos, relembro Camões: (*Sete anos de pastor Jacó servia a Labão, pai de Raquel, serrana bela, mas não servia ao pai, servia a ela, pois a ela só por premio pretendia.*)... E como esquecer o cantar ufano de Tomás Ribeiro, exaltando a glória de seu amado Portugal; (*Portugal meu berço de inocente, onde débil andei ainda infante, meu eterno jardim de adolescente, jardim da Europa, a beira mar plantado*). Relevem, por favor, a minha emoção.

Nas comemorações festivas do 7 de setembro, o palpitar do coração do mestre era o espargir patriótico de um turíbulo, em santificantes eflúvios de amor à Pátria. Refiro-me ao Dr. Edílson Brasil Soárez. Ao seu lado, o adjutório delicado, afável e doce de um anjo tutelar, a professora Nila. A cadeia de união da minha vida se enriquece nesta noite de mais um elo afetivo. O presidente Ednilo Soárez recebe-me como membro titular do Instituto.

Em genuflexo, agradeço a minha saudosa mãe. Ah mulher decidida e corajosa, nascida lá pelas bandas da Vila de Dansas, berço dos Ferreira Maia, da geografia de Limoeiro do Norte. Meu pai, terceira geração cartorária, como tabelião público, faleceu tragicamente, aos 33 anos, junto com o filho mais velho, deixando, como herança, uma penca de quatro filhos menores. Esta recepção repleta de carinho e para mim tão significativa, a recebo qual um buquê de rosas, cujas pétalas coloridas, belas e perfumadas, partilho com os presentes.

Meu primeiro batente, senhoras e senhores, foi marcado por noites indormidas, como revisor do jornal matutino, e pessedista, *O Estado*, sob a direção de Walter de Sá Cavalcante. Depois, o *Jornal do Brasil*, no Rio, e posteriormente co-editor de Mercado de Capitais da *Tribuna do Ceará*. Ainda jovem participei do Teatro Escola, sob a direção de Da. Nadir Papi de Sabóia e Maristher Gentil. Fernanda Quinderé era a principal atriz do grupo. Inteligente, bonita e artista nata. Estivemos juntos no palco na peça *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, e tantas outras.

Aos 21 anos ingressei no Banco do Brasil, afastando-me, posteriormente, para iniciar-me nas atividades políticas. Foram quatro mandatos de deputado estadual, e a honra da outorga da *Medalha do Mérito Parlamentar*.

No campo acadêmico, cursei Filosofia, na Faculdade Católica de Filosofia do Ceará; Didática, na Universidade do Estado da Guanabara; Graduação em Gerência Financeira, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Teologia, no Seminário Teológico Batista, Introdução à Museologia na Unifor e História Política, na Universidade do Parlamento.

Desde a fundação em 1997, dedico-me ao Memorial da Assembleia, classificado pelo Ibram como um dos mais bem equipados instrumentos museológicos do Brasil. Deve-se sua instalação inicial ao esforço e beneplácito do Dep. Luis Pontes, então presidente da Casa. O Memorial ganhou expressão e reconhecimento nacional graças ao Pres. Domingos Filho, hoje vice-governador do Estado, notável cultor da memória política do Ceará. Foi quem dotou a nossa Casa do Povo, no que de mais moderno e contextualizado existe no País, em termos de memória legislativa. No campo editorial publiquei cinco obras voltadas à memória política. Sob a chancela do Memorial da Assembleia con-

tam-se 17 livros, guardiões da vida e do passado da Casa. Na área da ciência religiosa, fiz publicar *Jesus de Nazaré, Uma História de Amor, Os Clérigos Católicos na Assembleia Provincial do Ceará*, e mais recentemente, Para *Entender a Bíblia,* uma visão teológica-criacionista sobre o homem, Deus e o universo. E até ousei na poesia, em *Vidaversos*, vejam só, pensando em legar aos porvindouros a mesma lembrança poética de Álvares de Azevedo, "*foi poeta, sonhou e amou na vida*".

Já vou concluir. Deixo a expressão do meu carinho à minha família, irmãs, filhos, netos e sobrinhos e amorosamente à minha querida mulher, Maria Teresa. Meu preito de saudades ao consócio falecido, Prof. Aristides Ribeiro, sogro e amigo, nesta Casa recebido em julho de 1974. Uma alusão cordial aos confrades da Academia Maçônica de Letras, em nome do presidente Reginaldo Limaverde. Ao Dr. Seridião Montenegro, presidente da Academia Metropolitana de Letras; Lima Freitas, da Academia dos Municípios do Ceará; Zelito Magalhães, da Academia de Letras e Artes; à Sociedade Cearense de Geografia e História, na pessoa do acadêmico Vicente Alencar; à Associação Cearense de Escritores, em nome do presidente, Francisco de Assis Clementino Ferreira; à Associação Brasileira Bibliófilos, pelo seu presidente Augusto Bezerra; aos confrades da Academia Nacional de Ciências, Artes e Letras do Gr. Or. do Brasil, na pessoa de Anízio Araújo. Saúdo os obreiros da Casa do Caminho, em nome do presidente Haroldo Xavier; o Ir. Joseleudo Santana, Ven. Mestre da Loja Dragão do Mar e ao Gen. Torres de Melo e José Torres de Melo, companheiros de mãos dadas na seara da filantropia. Um tríplice e fraternal abraço ao Ir. Etevaldo Barcelos Fontenele, Past-Grão Mestre e Dr. Silvio de Paiva Ribeiro, Sereníssimo G.:M.: da Gr.Loja Maçônica do Estado do Ceará.

Uma referência de gratidão e amizade ao benemérito ex-governador Cel. Adauto Bezerra. Nascido no Juazeiro, tornou-se parte relevante da história política do Ceará, sendo o seu nome guardado e respeitado pelo muito que realizou por nossa terra. Cidadão cordial, amigo, prestimoso, merece ser destacado como exemplo de retidão e serviços prestados ao seu povo. Palavras que as faço extensivas ao Cel. Humberto Bezerra. Duas pessoas que no correr dos anos aprendi a querer bem.

Devo também externar com especial carinho o meu afeto a Adísia Sá, missionária-mestra devotada ao magistério, modelo de competência

e probidade como jornalista, atualmente na presidência da Associação Cearense de Imprensa. Deixando o meu coração falar, confesso-lhe o quanto ainda guardo com respeitoso carinho, os nossos sonhos joviais convividos na faculdade.

Meus cumprimentos ao ilustre governador Lúcio Alcântara, companheiro de muitas caminhadas e que me confiou, por quatro anos, a chefia de seu gabinete, quando vice-governador.

Permitam-me mais uma vez referenciar o vice-governador Domingos Filho, irmão e amigo, nome que se impôs à admiração e respeito dos cearenses, pela capacidade de trabalho e visão de estadista. Domingos Filho representa a tradição social e política de ilustres ascendentes dos Inhamuns, realçando-se, entre nós Antônio Gomes de Freitas, recebido como consócio, neste Instituto, em 4 de novembro de 1969.

Já é tempo de concluir. Sou uma pessoa simples, e voltada à busca efetiva da humildade de coração. Confesso-me um aprendiz voluntarioso à prática salutar da fraternidade entre os homens. Não tenho nenhum acanhamento de minha religiosidade. Encerro minhas palavras com uma citação bíblica, evangélica, cristã, a primeira que aprendi, em grego, no Seminário Batista, e vivida por Yeshua bar Joseph, Jesus, o divino Mestre da paz e do amor fraterno: "Εγώ είμαι η οδός, η αλήθεια και η ζωή.". Traduzo: *Eu sou o caminho, a verdade e a vida*.

Disse-o.

(Discurso pronunciado em 23 de agosto de 2013).

Discurso no recebimento da Medalha Boticário Ferreira outorgada pela Câmara Municipal de Fortaleza

José Augusto Bezerra*

Distintas personalidades que compõem a Mesa Diretora dos Trabalhos, as quais saúdo, na pessoa do Excelentíssimo Sr. Vereador José do Carmo, que nesta hora representa, simbolicamente, o próprio Boticário Ferreira, pois foi ele, que no cargo de Presidente da Câmara de Fortaleza, que ao redor de 1842 criou a Praça do Ferreira, inicialmente com outro nome. Construiu depois o primeiro Hospital Público, modernizou o traçado das ruas da cidade e fez tantas melhorias, que tornou-se um dos maiores vultos da nossa história.

Ilustres participantes que engalanam este recinto. O passado demonstra que o Ceará é uma terra vocacionada para a cultura, e a participação de inúmeras lideranças nessa solenidade traduz o nosso carinho pelo tema.

Poucas vezes em nossa terra, um simples evento cultural consegue reunir tantas presenças expressivas. Gostaríamos de relevar algumas, começando pela British Library, talvez a mais completa biblioteca do mundo, representada pelo seu Curador, Dr. Aquiles Alencar Brayner; a Dra. Ingrid Schwanborn, escritora e historiadora Alemã, e o escritor e dramaturgo Português, Hélder Mateus Pereira da Costa, que representam a comunidade internacional; A Academia Cearense de Letras, representada por seu vice-Presidente, o poeta Barros Pinho e por Murilo Martins, ex-Presidente da Entidade; o Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico, representado por seu vice-Presidente, o historiador Pedro Sisnando Leite e pelo Presidente, que vos fala; a Academia Fortalezense de Letras, representada por seu Presidente, João soares

* Sócio efetivo e atual presidente do Instituto do Ceará.

Neto; a Academia Cearense da Língua Portuguesa, representada por seu Presidente, Ítalo Gurgel; a Academia Maçônica de Letras, representada por seu presidente, General Torres de Melo; a Associação Brasileira de Bibliófilos, representada por sua Diretora Geral, Regina Pamplona Fiúza; a Academia Cearense de Retórica, representada pelo Desembargador Fernando Ximenes; a Sociedade Amigas do Livro, representada por sua Presidenta, Cybele Pontes; a Associação dos Jornalistas e Escritores do Brasil representada por sua Presidente de Honra, Giselda Medeiros; o Instituto Eduardo Campos, representado por seu Presidente Eduardo Augusto Campos; a 10ª Região Militar, representada pelo General Júlio Limaverde; o Rotary Internacional, representado por seu Diretor, José Antonio Figueiredo Antiório, e pelo Colégio de Governadores, simbolizado por seu decano, Meton Cesar de Vasconcelos; a Grande Loja do Ceará, representada pelos membros do Alto Corpo, cujo decano aqui presente é o ex-Deputado Osmar Maia Diógenes; a Academia de Letras e Artes do Nordeste, representada por seu Presidente, poeta Jose Teles; a Academia Metropolitana de Letras de Fortaleza, representada por seu presidente, Anísio de Araújo e a Agência da Boa Notícia, representada pelo seu Presidente, Francisco Souto Paulino.

Destacamos as presenças de Autoridades, entre estas, a do Secretário de Cultura, Professor Auto Filho; a do ex-governador do Estado, Dr. Lúcio Alcântara e da nossa imprensa, representada pelos incansáveis Lustosa da Costa e Leda Maria.

Empresários, professores, escritores, importantes lideranças, familiares e amigos queridos, incluindo os que me mandaram mensagens escritas: deixo de mencioná-los, individualmente, por orientação protocolar, de tempo, mas saúdo-os, coletivamente, num grande e fraternal amplexo, e afirmo que, sem um só de vocês, esse evento seria incompleto.

Excelentíssimos senhores vereadores, que me outorgam a honraria maior do município, através da medalha Boticário Ferreira. Sei que assim o fazem para dar estímulo ao nosso trabalho. Sei, também, que muitos outros mereceriam, com toda a justiça e talvez com maiores méritos, a mencionada láurea no campo cultural.

Recebo-a, entretanto, com humildade e alegria. Pelo nome do patrono e por méritos numa área que tenho procurado servir desde criança, quando fui orador do curso primário e quando iniciei, a partir dos onze anos, a formação de uma biblioteca.

De modo especial, agradeço ao vereador Paulo Facó, o vereador da cultura, homem público cuja herança genética conecta-o a uma família de pessoas eruditas e generosas. Teve a ousadia de propor essa comenda para uma área meio esquecida em nosso país - a Cultura, e teve a confiança de indicar alguém que conheceu pelo convívio, em trabalhos ligados à instrução e ao saber. Naqueles diálogos, cheios de boa vontade, conheci melhor a personalidade desse homem, discreto e sereno, cuja sensibilidade e obstinação leva-o a atingir, sempre, os objetivos a que se propõe.

Vereador Paulo Facó, sua atuação tem honrado esta casa. Seja pelo idealismo e honorabilidade que lhe são inerentes, seja pelo exemplo de homem público, empenhado em causas nobres e objetivos a longo prazo. Você está plantando sementes cujos frutos, em muitos casos, talvez nunca venha a ver, mas, tal qual as sementes que plantou o Boticário Ferreira, na vida do povo, darão frutos para sempre. Saúdo, portanto, os membros titulares desta casa, com respeito e gratidão, e prometo que darei o melhor de mim mesmo, no sentido de corresponder-lhes à confiança.

Lembro-me, agora, ao saudar os meus familiares, do poeta Manuel Bandeira, que escreveu os livros *Estrela da Manhã, Estrela da Tarde e Estrela da Vida inteira*.

Os meus pais Américo e Joviana, e o meu irmão José Abnéas Bezerra, foram as únicas testemunhas daquele distante dia em que nasci e tornaram-se a minha estrela da manhã. Os meus filhos Monica, Margareth, Augusto Filho e Américo, o meu genro Rodney, as minhas noras Luciana e Lívia, os netos Rebeca, Raissa, Saulo, Júlia e os demais familiares que aqui estão, são parte da minha luta de juventude e fase adulta, e posso vê-los como a estrela da tarde da minha vida. À minha esposa Bernadete, que me acompanha desde quase menino, pois nos casamos aos dezoito anos, meu pensamento de amor e gratidão a quem se transformou na estrela da minha vida inteira. Agradeço-lhes, queridos, pela luz e pelo calor que me têm dado, durante a jornada.

Senhoras e senhores, as medalhas foram criadas pelos gregos no sentido de imortalizar os seus maiores, daí ainda hoje termos exemplos delas com mais de mil anos, em perfeito estado de conservação. Infelizes dos povos, imaginavam eles, que não cultuavam seus benfeitores e heróis, os que lutaram por sua gente, no terreno das idéias ou nos campos de batalha.

As medalhas possuem, emblematicamente, uma mensagem e signficam que deve haver sintonia entre patrono e recebedor. Algo espi-

ritual, a registrar que o segundo admira a maneira de ser ou de ter sido, do primeiro, e por isso coloca seu nome ou imagem sobre o peito.

A consciência de quem recebe e a responsabilidade de quem outorga, para não se cometerem equívocos de natureza ética, homenageado-se pessoas cujas idéias nada tem a ver com a honraria.

No caso presente, perpetuar-se-ão os ideais de Antonio Rodrigues Ferreira - o Boticário Ferreira - através do imaginário evocado pela entrega de cada uma dessas medalhas.

Nesse momento, portanto, fazem-se necessárias algumas reflexões sobre o ambiente, a época e a vida daquele homem.

Fortaleza tinha menos de 20.000 habitantes. O tempo parecia andar devagar, como em toda cidade pequena. Tranquila, bucólica, romântica. Pouco movimento de dia, cadeiras nas calçadas, à noite.

A Praça do Ferreira chamava-se Praça D. Pedro II. Era um areial com castanholeiras, onde existiam marcos de pedra para amarrar os jumentos de carga dos ambulantes. Havia, também, um cajueiro chamado cajueiro botador. Dizem que tinha esse nome porque produzia frutos vermelhos, gostosos, que podiam ser colhidos com as mãos, o ano inteiro.

Através dos anos, começou a se formar um grupo de potoqueiros à sombra daquela árvore e criaram-se concursos para eleger o maior mentiroso e então o cajueiro passou a chamar-se o cajueiro da mentira.

A Praça do Ferreira passou a ser assim chamada apenas em 1871, onze anos após a morte do Boticário. Vieram então os cafés Java, do Comércio, Elegante e Iracema, situados nos quatro cantos da praça; um jardim central e os bancos para assentos, locais de encontro da população. Chegaram as repartições públicas e os terminais dos bondes puxados a burro. O próprio Palácio do Governo ficou ao seu lado e por aqueles recantos pitorescos, cheios de prosa, reuniam-se pessoas comuns e intelectuais, como Antonio Sales, José Carlos Junior, Rodolfo Teófilo, Adolfo Caminha, Antonio Bezerra, entre outros membros da Padaria Espiritual. Dizem que Quintino da Cunha, seu frequentador assíduo, criou ali algumas das suas mais famosas quadras irônicas. O cajueiro da mentira foi derrubado para construção de um coreto, na administração do Prefeito Godofredo Maciel.

Grandes acontecimentos históricos, com seus dramas e comédias, também por lá tomaram vida e, embora uma após outra, reformas tenham-lhe transformado o corpo, não lhe modificaram a alma...

Ainda hoje, oradores, cantadores, camelôs, orquestras, a coluna da hora, os pipoqueiros, jardins, bancos, quiosques e a fonte dos desejos, parecem nos falar de uma pequena cidade que se tornou grande, mas que num cantinho, quase sagrado, guardou a brejeirice e os encantos da menina-moça.

Devemos entender, ainda, senhoras e senhores, que em uma medalha como esta se oculta um mundo.

É um emblema de metal que nos lembra o passado, porquanto, na época do Boticário, isso aqui era cheio de sítios, fazendas e fazendolas. Através dele podemos ver a coragem do jangadeiro e a paciência das rendeiras; o cultivo do agricultor e o aboio do vaqueiro; a religiosidade do Padre Cícero e a Poesia do Patativa; o reboco de uma casinha e a o choro de uma sanfona; o duelo dos repentistas e a viola dos cantadores; a literatura de cordel e o romance de Alencar; a saga dos coronéis e as histórias dos cangaceiros; as secas que matam e as rezadeiras que salvam; as andanças pelas caatingas e os banhos nos açudes; as assombrações de almas e os comícios em cima de caminhões; os relatos sobre botijas e as encomendas de pistoleiros; o balançar da rede e o cantar do galo; os advinhadores de chuva, as quadrilhas de São João, o queijo assado, a carne de sol e a rapadura; o emigrante que sai e o turista que chega. Coisas que teimam em sobreviver, a maioria nos subúrbios ou nos sertões.

É um emblema de metal que nos cobra o presente, principalmente dos governantes, pois lembra o trabalho que faria o Boticário, se vivesse nos dias de hoje. Cuidaria da falta de empregos e dos problemas das drogas; da poluição e da falta de tetos; da ganância por bens materiais e da perda dos valores familiares; do trânsito difícil e dos assuntos de segurança; da solidão do computador e da fome dos humildes; da corrupção crescente e da impunidade reinante; das doenças contagiosas e das modificações climáticas; da expansão da pedofilia e da prostituição infantil; da deterioração do ensino público, da decadência da ética, da falta de assistência médica e do aumento das favelas, entre outras dificuldades.

É um emblema de metal que nos remete ao futuro, mostrando que em todas as épocas existiram desafios, transpostos ou minorados pelo trabalho. Barreiras estas mais rapidamente superadas quando a consciência coletiva não esperou somente pelos dirigentes. Ensina-nos ainda que o metal para tomar a forma de medalha teve que ir ao fogo e também nós, se quisermos fazer as coisas, devemos aceitar os sacrifícios da jornada.

Para mim, pessoalmente, vejo como uma dádiva a oportunidade de trabalhar duro por coisas que valem a pena.

E ao despedirmo-nos, imaginariamente, desse pequeno universo que viemos explorando, a medalha ainda parece nos dizer, na última mensagem, que muitas coisas continuam maravilhosas, tais como o Boticário Ferreira as conheceu: O céu equatorial, estrelado; os frutos do mar, saborosos; o povo, generoso; as frutas tropicais, incomparáveis e as flores, primorosas.

Temos a brisa leve que afaga o rosto e a areia branca que acaricia os pés; nosso sol ainda é feito de ouro, nosso mar de esmeraldas, e nossa alma, de coragem. E por tudo isso e muito mais, damos graças a Deus!

Medalha Boticário Ferreira

Osmar Maia Diógenes*

Boa noite aos presentes.

Cumprimento, respeitosamente, a vereadora Toinha Rocha que preside os trabalhos desta sessão solene, e por extensão as vereadoras e vereadores presentes. Saúdo as ilustres personalidades que compõem a Mesa, emérito educador Prof. Ednilo Soárez, presidente do Instituto Histórico do Ceará, Dr. José Augusto Bezerra, presidente da Academia Cearense de Letras. Agradeço a presença do Ser. Ir. Etevaldo Barcelos, presidente da Academia Maçônica de Letras e Past. Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Ceará.

Destaco a presença do confrade Dr. Junior Bonfim, presidente da Academia Metropolitana de Letras do Ceará, e Seridião Montenegro, ex-presidente e demais acadêmicos:

Dr. Anísio Araújo, presidente da Academia Nacional de Letras, Ciências e Artes, de Brasília, e Grão-Mestre Estadual do Gr. Or. do Brasil. Estimado Tizim, presidente da Associação Cearense de Escritores do Ceará – ACE.

Meu abraço amigo ao Cel. Haroldo Xavier, presidente do Centro Espírita Casa do Caminho. Minha saudação ao ministro Ubiratan Diniz de Aguiar, um dos mais ilustres cearenses de minha geração.

Saúdo o acadêmico Neuzemar Gomes de Moraes, membro da Academia Cearense de Retórica, orador de reconhecidos méritos, e Barros Alves, poeta, escritor e historiador.

---

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Realço a presença do confrade José Odimar Lima, presidente da Academia de Letras e Artes do Ceará. Saúdo o presidente da Associação Cearense de Geografia e História, jornalista Vicente Alencar. O confrade Lima Freitas, presidente da Academia de Letras dos Municípios do Ceará.

Sinto-me honrado com o prestígio das presenças do General Torres de Melo e José Ramos Torres de Melo, companheiros de diretoria do Lar Torres de Melo. Meu tríplice e fraternal abraço aos meus irmãos maçons, que nos prestigiam neste ato solene.

Reporto-me, amorosamente, a minha esposa Teresa, filhos, irmãs e demais familiares e amigos.

Distintíssimas senhoras, meus senhores.

Confesso-me sobremodo grato à Câmara Municipal de Fortaleza pela honrosa distinção da Medalha Boticário Ferreira, posta à apreciação do corpo votante desta Augusta Casa, por indicação da vereadora Toinha Rocha, projeto feito lei, ora ratificado nesta solenidade.

Essa importante e meritória premiação consagra a quem a concede, pela grandeza do valor sociopolítico de seu patrono, ao tempo que enaltece o agraciado, dentre tantos merecedores, reconhecidamente distintos. É prêmio destinado aos prestadores de relevantes serviços à nossa bem amada cidade, poeticamente louvada nos versos melodiosos de Paula Ney, que todos conhecem e recitam: "Ao longe, em brancas praias embalada, pelas ondas azuis dos verdes mares, Fortaleza, a loira desposada do sol, dormita à sombra dos palmares".

A uma laboriosa operária do bem, obstinada e incansável missionária do amor fraterno, guerreira intrépida que corporifica os princípios mais puros e sublimes da afetividade humana; mulher simples, altiva e resoluta, a vereadora Toinha Rocha, declaro-me sobremaneira honrado pela comenda do Boticário Ferreira. Com mania de trovador matuto, escrevi para você Toinha, em rimas primárias, cândidas e simplórias, estes versinhos brejeiros:

Para pessoa tão bela, não disfarço a inspiração,
canta minha alma poeta, um canto de louvação,
cantiga de bem querer, sussurros do coração.

Muito obrigado, Toinha, por tão bela distinção.
Só me resta, humildemente, perguntar qual a razão.
E chego mesmo a pensar, prestando bem atenção,
que talvez eu nem mereça o louvor da aclamação,
Só você, você somente sabe o porquê da razão.
Pois me sinto na verdade um modesto cidadão,
nascido de uma família lá das brenhas do sertão,
povo matuto e feliz, que desfila no vestir,
nas festas de vaquejada, chapéu de couro e gibão.

Os meus antepassados, prezados amigos, desbravaram heroicamente as entranhas mais recônditas do Vale do Jaguaribe, a partir dos idos de 1700. Com fé e obstinação implantaram nas ribeiras dadivosas do Rio das Onças os seus novos habitares. Por lá, construíram casas rudes de taipa e grosseiros currais a pau a pique. Verdadeiros heróis anônimos, postavam-se como amantes deslumbrados de uma natureza ainda virgem, vivenciando alternâncias entre a fartura e a beleza deslumbrante de quadras invernosas, entremeadas de secas avassaladoras e madrastas. No instalar fazendas sertões adentro, tinham como guia as veredas mal traçadas abertas pelo caminhar tardo e compassado do gado amigo, e precursor.

Em meio a tamanho vazio geográfico, nas vastidões das caatingas rasteiras e assanhadas, eram ouvintes amorosos do ressoar repetitivo, melancólico e cansado dos chocalhos sonoros, reverberando notas agudas e dissonantes pelos sovacos e quebradas das serras. Aqueles bandeirantes, povoadores e guerreiros da paz, com as suas armaduras de couro, deixavam-se embevecer e embalar, pelo cântico melodioso dos aboios, cantigas vaqueiras repletas de sentimentos plenos de harmonia interior, compondo, com as notas repetitivas do mugir inocente das rezes, uma sinfonia de almas em êxtase. Espetáculo divino de profunda beleza natural, de feição bendita, repassado de saudades infindas, marcadas e guardadas como patrimônio familiar, de geração a geração.

Meu bisavô, Dr. Raimundo Carlos da Silva Peixoto, prestes à tonsura religiosa, largou a sotaina, a batina clerical, vestimenta tradicional dos seminários, despediu-se da paz melancólica e silenciosa das sacristias, e, sobrepondo-se à aceitação voluntariosa do voto de castidade, dedicou-se a constituir família e prole numerosa.

Dr. Peixotão, como era conhecido, deixou para trás o odor místico e esfumaçado dos incensos, das ervas perfumadas dos turíbulos sobre os altares; absteve-se das cantilenas peditórias e enfadonhas das rogações evocativas das ladainhas, para montar banca itinerante de advogado. E, ao invés de consagrar-se às homilias, aos sermões tomistas e dogmáticos dos púlpitos, munido de um diploma de rábula, afinou-se à maestria do verbo pragmático da dialética política.

Em 1880, eleito deputado pelo Partido Conservador do Império, representava o 8º Distrito Eleitoral da Província, região que demandava desde o fluxo e o refluxo do quebrar das ondas, das praias do Aracati do Porto das Barcas, aos contrafortes erodidos, desnudos e avermelhados da Serra da Micaela.

Representei a quarta geração da família nesse caminhar político, quando, cem anos depois, assumi no legendário Palacete Senador Alencar, sede atual do Museu do Ceará, o meu primeiro mandato de deputado estadual. Aquele momento significou a partida de meia dúzia de eleições em busca da representação popular. Foram quatro legislaturas e duas suplências estaduais, e a frustração de uma jornada a vice-prefeito de Fortaleza.

Na área municipal, fui chefe de gabinete do prefeito, presidente do Instituto de Previdência do Município, Secretário de Administração, Serviços Urbanos, Transportes, Limpeza Pública, Mercados, Cemitérios e Feiras Livres.

O vereador Paulo Diógenes, representando nesta Casa o PSD, Partido Social Democrático, do qual sou vice-presidente estadual, não se me afigura um mero adventício no trato da coisa pública. Paulo teve o seu berço embalado pelo cantar das modinhas de campanhas políticas, entoadas como canções de ninar. É a quinta geração da família com atuação nos quadros políticos do Ceará. Daí a responsabilidade de sua missão.

Toinha, permita-me, carinhosamente, tratá-la assim, você é parte do meu patrimônio afetivo, musa dos meus versinhos há pouco confessados, ingênuos, puros e sinceros, que eu bem sei mal traçados. Esse carinho declarado remonta a seu pai, destacado político de minha geração.

Refiro-me ao deputado Paulino Rocha, amigo e viajor apressado, que tão cedo partiu do plano terreno da vida, alçando voo nas asas va-

porosas, brancas, leves e puras dos anjos e arcanjos, elevando-se aos patamares etéreos da divindade.

Fui, na Assembleia, o intérprete dos sentimentos saudosos dos deputados estaduais, quando, em 6 de abril de 1979, lembro-me muito bem Toinha, entre coroas de flores mensageiras de sentidas condolências, e à luz nervosa de velas fúnebres, derramando lágrimas gotejantes ao calor de chamas ao vento, vislumbrei naquele momento, filosoficamente, o precário sentido da transitoriedade do ser humano.

Diante daquele quadro de partida, contemplava a rigidez de um corpo inerte, já despossuído do sopro, do fluido vital, do princípio universal da vida. Meu coração falava para ouvidos surdos, a lábios cerrados, a mãos passivas cruzadas sobre o peito calado, numa cena estática, porém reveladora da morte como um mero rito de passagem a caminho de novas experiências evolutivas do espírito, em outras moradas miríficas de Deus.

Cabe-me, agora, homenagear os membros deste histórico Parlamento, púlpito do pensar democrático, farol de luzes resplandecentes que emanam dos desvãos da Casa. E não seria exagero, ou mesmo descabida imprudência de minha parte, comparar esta Casa Legislativa, tomando e reafirmando as palavras santas proferidas pelo Anjo do Senhor, a um Moisés perplexo, estupefato diante do arder incessante da sarça ardente, no sopé do monte Horebe:

> *"Não pises este chão... tira os sapatos dos pés, porque o lugar em que tu estás é sagrado".* Ex. 3:5.

A Medalha Boticário Ferreira significa o mais importante diploma honorífico concedido por este Parlamento. Foi instituída em 1981. Nasceu da mente prodigiosa do homem de espírito e inspirado poeta, político e estadista, vereador Barros Pinho. Nascido no Piauí, tornou-se plenamente cearense, de alma e coração, e nosso por adoção de Lei Estadual, resultado de proposta de cidadania de minha autoria, aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Ceará.

Portanto, senhoras e senhores, destinos plurais fazem-se presentes a este ato solene, irmanam-se, abraçam-se de modo fraterno, interligando, harmoniosamente, os elos históricos desta Casa, o ontem ao hoje. O que ora assistimos é a prova eloquente e inequívoca de que não

morrem os homens de espírito, visão profética exposta pelo filósofo Augusto Comte.

Manda a liturgia tradicional das sessões solenes deste porte que se destaque o panegírico do patrono da medalha. O nome que lhe dá titularidade é o de Antônio Rodrigues Ferreira, cidadão nascido em berço humilde na cidade de Niterói, atual Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1801. Na Corte, iniciou as atividades profissionais como aprendiz de farmacêutico. O aprendizado foi um farol a alumiar um nobre ministério, uma vida devotada ao trabalho fecundo, humanitário e fraterno de devotamento ao próximo.

Paulino Nogueira, ínsigne historiador cearense, primeiro presidente do Instituto Histórico do Ceará, fez publicar em 1887, na *Revista n° 1, do Instituto*, excelente texto acerca do Boticário.

> O político, que mais legítima, benéfica, extensa, desinteressada e exemplar influência, exerceu na generosa política conservadora do Ceará ... soube conquistar em terra estranha a estima, confiança e gratidão de um povo altivo, inteligente e empreendedor, cheio de dignidade e destituído de bairrismo.

As peripécias do destino trouxeram-no para Fortaleza em 1825, estabelecendo-se como boticário, (termo antigo de farmacêutico) na Praça Municipal, antes Pedro II, numa casa térrea de três portas, de n° 24. Após a sua morte, esse Largo recebeu em sua homenagem, a denominação de Praça do Ferreira.

Não demorou a deparar-se com uma seca terrível que, naquele ano, assolou a Província do Ceará. Indignado, assistiu ainda a um triste e cruel desrespeito ao ser humano, um ultraje à cidadania, ato puramente criminoso, o sumaríssimo julgamento e execução dos líderes, no Ceará, da Revolução do Equador. Essa sentença terrível e arbitrária foi ditada por um tribunal de exceção, a famigerada Comissão Militar, uma nódoa de sangue inocente, inapagável para sempre, em nossa história. Corriam, então, os meses de abril e maio de 1825.

Honremos esses mártires da Pátria, registrando e evocando os seus nomes: Pe. Mororó; Pessoa Anta; Ibiapina; Azevedo Bolão; Carapinima, dentre muitos outros heróis sacrificados. Oh! Terrível in-

justiça, mesmo assim incapaz de inibir Ferreira, a em breve filiar-se às hostes dos Caranguejos, assim apelidados os políticos, que no Império militavam no Partido Conservador.

O nosso patrono veio ao mundo dotado do dom natural à medicina, e extraordinária competência inata como terapeuta. Somem-se, ainda, os caracteres de um sensível espírito público/caritativo. Não demorou a tornar-se um grande líder. Sua popularidade crescia por atos constantes de habilidade profissional e posturas filantrópicas de beneficência, inclusive, no atendimento médico aos adversários. O povo, num gesto de reconhecida gratidão e respeito, cantava seus méritos em prosa e versos. O Boticário viu-se convertido em médico e pai dos pobres. Reunia, além da competência profissional, a certeza de atender, meritoriamente, à pobreza, com carinho, desvelo e respeito.

Seu primeiro cargo público foi o de suplente de Delegado de Polícia, nomeado pela Portaria de 18 de março de 1842, função que aceitou e da qual nunca foi demitido. Recebeu a patente de Tenente Coronel de Reserva da Capital, nomeado por decreto de 17 de setembro de 1852, e agraciado com a comenda do "Hábito de Cristo". Competiu ao Boticário Ferreira em muito contribuir à execução do primeiro Plano Diretor de Fortaleza, obra do engenheiro português Silva Paulet, trazido ao Ceará pelo governador Inácio Sampaio. Essas mudanças se mostravam essenciais ao desenvolvimento ordenado da cidade.

Como representante do Partido Conservador, elegeu-se vereador, em 1842, à Câmara Municipal de Fortaleza. Em março de 1843, foi alçado à presidência do Poder, permanecendo, sem interrupção em tão honroso cargo até a morte. O seu falecimento ocorreu às vinte e uma horas, da noite de 29 de abril de 1859, aos 58 anos de idade, vítima de asfixia lenta, devida a aneurisma da aorta pectoral.

O corpo foi cristãmente velado obedecendo os ritos fúnebres da Igreja Católica. Foi dado à sepultura com pompas fúnebres, no antigo cemitério de São Casemiro, anexo à atual Praça da Estação. Os restos mortais foram levados ao campo santo pelas mãos das autoridades, portando os seus trajes de gala. A sociedade e o povo humilde despediram-se do Boticário entre comoventes lágrimas. Os amigos o idolatravam e os adversários o respeitavam. Não deixou bens materiais, nem descendentes. Seu testamento, registrando as últimas vontades, é uma bela lição de cidadania e humildade cristã.

Ao tempo reportado, o vereador recebia o título de intendente, e o presidente do Poder, de Intendente Geral, na realidade o Governador da cidade.

Para concluir minha fala, com a brevidade aconselhada, cabe-me uma apreciação sumária acerca da evolução do legislativo municipal. Prometo não me alongar. Na história do Brasil, as câmaras municipais são anteriores ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e às assembleias legislativas, e tiveram origem nas tradicionais câmaras municipais portuguesas, existentes desde a Idade Média. Durante o período colonial vigiam no Brasil as mesmas normas que vigiam para todo o Império Português, as chamadas Ordenações do Reino, as Manuelinas, até 1603, e Filipinas, até a Independência.

A organização municipal provém da Roma milenar, que elegia edis, os cuidadores dos bens públicos e particulares, e das obras e serviços do município. Portugal, no ano de 1200, em Leiria, já tratava de uma Lei Orgânica Municipal, denominada "Foral". Essa Lei estabelecia normas ao governo da comunidade, conforme publicação de 1833: "Décima Edição, re-editada pela Real Imprensa da Universidade de Coimbra, texto referente às Ordenações Filipinas, oriundas de 1603, mandadas fazê-las por D. Felipe I."

A primeira Câmara de Vereadores das Américas foi instalada por Martim Afonso de Sousa, na capitania de São Vicente, em São Paulo, recebendo a denominação de Câmara Vicentina. Entre 1580 e 1640, a Espanha dominou Portugal e suas colônias. Nesse ciclo, as câmaras continuaram a ser reguladas pelo sistema político denominado de Ordenações. Assim nos informa a fonte *Inventário do Fundo da Câmara Municipal de Ouro Preto*, edição de 2005.

A Câmara Municipal de Fortaleza, a segunda do Ceará, foi instalada em 13 de abril de 1726, e os seus membros não eram remunerados.

Os códigos ditavam as regras comuns da estrutura, e atribuições das câmaras. Lembremos, por mera ilustração, as Ordenações de 1446, mandadas fazer por D. João I, continuadas no reinado de D. Duarte, e publicadas no reinado de D. Afonso V. Por tais códigos, as câmaras seriam compostas de juízes pedâneos (aqueles que nos locais menos importantes realizavam suas tarefas a pé), e vereadores eleitos pelos "homens bons" (esse termo não se refere ao sentido ético, mas, aos que não sendo nobres, eram senhores de fortuna).

As ordenações manuelinas, que datam de 1514, concederam às câmaras o direito de eleger os juízes avindouros, que eram os consertadores de demandas, os encarregados de conciliar partes em litígio. Entraram depois em vigor as Ordenações Filipinas, em 1604, que fixaram as atribuições gerais dos municípios, estabelecendo as eleições dos oficiais das câmaras. Os mandatos eram de três anos, e o vereador mais votado, o presidente natural do Poder.

Para candidatar-se o cidadão deveria ser um "homem bom", termo já explicitado, possuidor de terras e de gados graúdos e miunças, na realidade os senhores da economia local. Além da figura do vereador, completavam as eleições das câmaras os juízes Almotacés, que eram os recebedores de impostos; mais os depositários públicos; os avaliadores de bens; os alcaides (antigos governadores das províncias); o capitão-mor e o sargento-mor, conhecido este como capitão do mato, pois cuidava da recaptura dos negros fujões. Eram ainda eleitos os juízes das águas; o tesoureiro de menores e os vintenas, administradores de pequenos lugarejos com mais de vinte famílias, conforme a publicação *"Regimento das Câmaras Municipais – Lei de 1º de Outubro de 1828", argumentada por Antonio Joaquim de Macedo Soares, Editora Garnier, 1885"*.

Com a Independência, as câmaras municipais continuaram a representar o núcleo do poder político local. Somente em 1828, no dia 1° de outubro, receberam sua regularização, data consagrada como o Dia Nacional do Vereador.

Com a Proclamação da República, em 1889, as câmaras municipais são dissolvidas. A primeira constituição republicana, de 1891, reconheceu as câmaras como o ponto de referência política mais representativa do cidadão. Em 1905, criou-se a figura do "intendente" que permanecerá até 1930, e, também as prefeituras. As câmaras municipais passaram a ter especificamente o papel de Casa Legislativa. O movimento revolucionário de 1930, liderado por Getúlio Vargas, via Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, determinou a dissolução do Congresso Nacional. A promulgação da Constituição de 1934 trouxe novo alento à prática legislativa. Mas esse período benfazejo foi temporário. Getúlio, em 1937, com a outorga de uma nova Constituição, denominada "A Polaca", calou a voz do povo, decretando o fechamento do Congresso Nacional, assembleias e câmaras municipais.

Quase dez anos depois, com a restauração da democracia, e a consequente queda de Getúlio, chegamos à Constituinte de 1946. O Legislativo brasileiro reabre as suas portas. As eleições ocorreram no dia 17 de janeiro do ano seguinte.

Em 1964, passou o Brasil por um período de penumbra política. O Ato Institucional n° 5, de 13 de dezembro de 1968, representou um capítulo vergonhoso na história pátria. O art. 20 do texto, concedeu ao Presidente da República a infeliz prerrogativa de decretar o recesso das casas legislativas brasileiras.

Em 1988, com a promulgação da Constituição denominada "Cidadã", o que nos lembra a figura notável de Ulisses Guimarães, voltou o país a constituir-se um Estado democrático, com a plena vigência dos três poderes. Senhoras e senhores vereadores, ilustres membros da Mesa Diretora da Casa, distintíssimo público, vou concluir esta modestíssima discursseira com uma citação clássica: "as nações existem pelo seu passado histórico."

Em parceria com o Instituto do Ceará, de acordo com projeto elaborado pelo ex-presidente José Augusto Bezerra, e deferido pelo atual presidente, Prof. Ednilo Soárez, e, como instalador e presidente do Memorial da Assembleia Legislativa, estamos realizando a recuperação de documentos da Casa, a partir de 1835, ano da instalação da Assembleia Provincial do Ceará, acervo brevemente posto à consulta, via internet.

Em meio às pesquisas realizadas, deparei-me com um tesouro incalculável da Câmara Municipal de Fortaleza. Encontrei livros, documentos e atas do ano de 1757 a 1909, infelizmente prestes a perderem-se para sempre, se não cuidados a tempo.

No horizonte longínquo do tempo, esquecidos pelos registros históricos, não seremos sequer uma lembrança do passado. Ao encerrar minhas palavras, relembro e registro o sábio conselho do pintor e escultor grego Apeles, que viveu no sec. IV a.C, em Jônia, no Mar Egeu. Esse ilustre mestre, tratando da sublime arte da palavra, realça o zelo e o cuidado que devemos guardar no trato do senso crítico. Desculpem-me, assim, se ousei demais, indo além das minhas alpargatas.

Muito obrigado.

(Discurso pronunciado no Plenário da Câmara Municipal de Fortaleza, em 4 de setembro de 2014, pela outorga da Medalha Boticário Ferreira).

SÓCIOS FUNDADORES, PRESIDENTES E SÓCIOS EFETIVOS

Sócios Fundadores e Presidentes

Guilherme Studart (Barão de Studart)
Paulino Nogueira Borges da Fonseca
Antônio Bezerra de Menezes
Joakim de Oliveira Catunda
João Batista Perdigão de Oliveira
Júlio César da Fonseca Filho
Pe. João Augusto da Frota
Antônio Augusto de Vasconcelos
José Sombra (Sênior)
Virgílio Brígido
Virgílio Augusto de Moraes
Juvenal Galeno da Costa e Silva

Presidentes

Paulino Nogueira Borges da Fonseca	4.3.1887 a 15.6.1908
Thomaz Pompeu de Sousa Brasil	15.8.1908 a 6.4.1929
Guilherme Studart (Barão de Studart)	6.4.1929 a 25.9.1938
Thomaz Pompeu Sobrinho	25.9.1938 a 9.11.1967
Raimundo Renato de Almeida Braga	9.11.1967 a 20.3.1968
Carlos Studart Filho	20.3.1968 a 6.4.1982
Mozart Soriano Aderaldo	6.4.1982 a 4.3.1983
Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	4.3.1983 a 4.3.1985
Antônio Martins Filho	4.3.1985 a 6.3.1989
Mozart Soriano Aderaldo	6.3.1989 a 4.3.1991
Geraldo da Silva Nobre	4.3.1991 a 4.3.1995
Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	4.3.1995 a 4.3.1997
Paulo Ayrton Araújo	4.3.1997 a 4.3.2001
Geraldo da Silva Nobre	4.3.2001 a 4.3.2003
Manuel Eduardo Pinheiro Campos	4.3.2003 a 19.9.2007
José Augusto Bezerra	19.9.2007 a 4.3.2013

Sócios Efetivos, por ordem de antiguidade, desde a fundação do Instituto do Ceará

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
001 – Paulino Nogueira Borges da Fonseca	27.02.1841	04.03.1887	04.03.1887	15.06.1908
002 – Barão de Studart (Guilherme Studart)	05.01.1856	04.03.1887	04.03.1887	25.09.1938
003 – Joakim de Oliveira Catunda	02.12.1834	04.03.1887	04.03.1887	28.07.1907
004 – João Augusto da Frota (Pe.)	24.01.1849	04.03.1887	04.03.1887	02.04.1942
005 – João Batista Perdigão de Oliveira	23.08.1854	04.03.1887	04.03.1887	28.02.1929
006 – Antônio Augusto de Vasconcelos	23.12.1852	04.03.1887	04.03.1887	10.03.1930
007 – Antônio Bezerra de Menezes	21.02.1841	04.03.1887	04.03.1887	28.08.1921
008 – Júlio César da Fonseca Filho	10.10.1850	04.03.1887	04.03.1887	21.04.1931
009 – Juvenal Galeno da Costa e Silva	27.10.1836	04.03.1887	04.03.1887	07.03.1931
010 – José Sombra	04.12.1852	04.03.1887	04.03.1887	16.03.1888
011 – Virgílio Brígido	24.04.1854	04.03.1887	04.03.1887	20.10.1920
012 – Virgílio Augusto de Moraes	21.12.1854	04.03.1887	04.03.1887	06.05.1914
013 – Thomaz Pompeu de Sousa Brasil	30.06.1852	27.02.1889	12.03.1889	06.04.1929
014 – Manoel Soriano de Albuquerque	08.01.1877	24.12.1912	24.12.1912	05.09.1914
015 – Rodolfo Marcos Teófilo	06.05.1853	24.12.1912	24.12.1912	02.07.1932
016 – Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo	06.10.1852	24.12.1912	24.12.1912	29.09.1930
017 – Antônio Teodorico da Costa	12.08.1861	24.12.1912	24.12.1912	04.06.1939
018 – Álvaro Otacílio Nogueira Fernandes	14.09.1873	24.12.1912	24.12.1912	08.01.1953
019 – Álvaro Gurgel de Alencar	10.01.1861	20.09.1915	20.09.1915	02.07.1945
020 – José Lino da Justa	23.09.1863	1915	1915	22.03.1952
021 – Rodolfo Ferreira da Cunha (Pe.)	26.09.1880	1922	1922	19.04.1967
022 – Carlos Studart Filho	17.06.1896	20.09.1928	27.09.1928	06.04.1982
023 – Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho	16.11.1880	20.09.1928	27.09.1928	09.11.1967
024 – Eusébio Néri Alves de Sousa	14.08.1883	20.09.1928	27.09.1928	22.09.1947
025 – José da Cunha Sombra	21.03.1883	25.06.1929	05.07.1929	21.04.1932
026 – Álvaro Bomílcar da Cunha	14.04.1874	05.10.1929	05.11.1929	12.09.1957
027 – Júlia Carneiro Leão de Vasconcelos	07.09.1880	20.04.1930	05.06.1930	20.01.1951
028 – Valdemar Cromwel do Rego Falcão	25.01.1895	20.09.1930	05.11.1930	02.10.1946
029 – José Pedro Soares Bulcão	13.05.1873	05.10.1931	31.10.1931	17.07.1942

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
030 – Antônio Martins de Aguiar e Silva	04.03.1893	05.10.1931	31.10.1931	30.08.1974
031 – Guilherme de Sousa Pinto	13.06.1883	05.10.1931	31.10.1931	14.09.1939
032 – José Carvalho	11.02.1872	05.10.1931	31.10.1931	15.02.1933
033 – Carlos Livino de Carvalho	17.02.1881	05.10.1931	31.10.1931	02.04.1960
034 – Leonardo Ferreira Mota	01.05.1891	05.10.1931	05.01.1932	02.01.1948
035 – Manuel Antônio de Andrade Furtado	28.01.1890	20.07.1932	05.09.1932	16.04.1968
036 – Djacir de Lima Menezes	16.11.1907	20.04.1933	20.05.1933	08.06.1996
037 – Hugo Vítor de Guimarães e Silva	17.11.1898	05.03.1936	14.04.1936	16.11.1950
038 – José Valdo Ribeiro Ramos	04.04.1901	20.02.1936	05.04.1936	04.12.1961
039 – Abner Carneiro de Vasconcelos	09.12.1884	20.03.1936	05.04.1936	03.02.1972
040 – Clodoaldo Pinto	27.10.1896	20.03.1936	05.04.1936	12.07.1979
041 – Alba Valdez (Maria Rodrigues Peixe)	12.12.1874	05.02.1936	10.05.1936	04.02.1962
042 – Misael Gomes da Silva (Pe.)	21.09.1885	20.04.1938	05.05.1938	20.08.1984
043 – João Franklin de Alencar Nogueira	27.10.1867	04.06.1941	19.07.1941	02.12.1947
044 – Dolor Uchoa Barreira	13.04.1893	04.06.1941	19.07.1941	30.06.1967
045 – Raimundo Girão	03.10.1900	04.06.1941	19.07.1941	24.07.1988
046 – Plácido Aderaldo Castelo	11.01.1906	04.06.1941	19.07.1941	17.06.1979
047 – Joaquim Alves de Oliveira	10.02.1894	20.11.1942	06.01.1943	08.06.1952
048 – Antônio Martins Filho	22.12.1904	20.11.1942	06.01.1943	20.12.2002
049 – Demócrito Rocha	14.04.1888	20.11.1942	06.01.1943	29.11.1943
050 – Luís Cavalcante Sucupira	11.05.1901	20.11.1942	06.01.1943	11.07.1997
051 – Francisco Dias da Rocha	23.08.1869	04.12.1943	20.03.1944	25.07.1960
052 – Manuel do Nascimento Fernandes Távora	21.03.1877	04.12.1943	13.05.1944	23.09.1973
053 – Dom Antônio de Almeida Lustosa	11.02.1886	20.03.1944	29.04.1944	14.08.1974
054 – Raimundo Renato de Almeida Braga	20.12.1905	20.05.1944	31.08.1944	13.06.1968
055 – Carlos Feijó da Costa Ribeiro	05.04.1885	20.01.1948	17.02.1948	10.10.1958
056 – Josa Magalhães	08.01.1896	05.02.1948	17.03.1948	31.10.1983
057 – Francisco Martins (Fran)	13.03.1913	20.03.1948	27.06.1948	29.06.1996
058 – José Bonifácio de Sousa	01.11.1901	05.06.1950	20.09.1950	17.04.1970
059 – Florival Alves Seraine	19.04.1910	05.06.1950	21.10.1950	04.01.1999
060 – Mozart Soriano Aderaldo	22.04.1917	05.06.1950	27.10.1950	25.06.1995
061 – Boanerges Facó	30.09.1882	05.06.1950	17.01.1951	04.08.1970
062 – Francisco Alves de Andrade e Castro	21.11.1913	20.12.1950	30.03.1951	06.10.2001
063 – José Guimarães Duque	21.09.1903	20.04.1953	30.09.1953	12.05.1978
064 – Manuel Albano Amora	19.10.1915	04.06.1955	25.08.1955	02.06.1991

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
065 – Hugo Catunda Fontenele	10.08.1899	04.06.1955	25.08.1955	07.03.1980
066 – Luís Teixeira Barros	26.01.1920	04.06.1955	25.08.1955	07.04.2000
067 – José Sobreira de Amorim	14.05.1912	04.06.1955	25.08.1955	06.03.1974
068 – José Denizard Macedo de Alcântara	01.09.1921	04.06.1955	25.08.1955	12.11.1983
069 – Ismael de Andrade Pordeus	25.12.1912	04.06.1955	25.08.1955	06.09.1964
070 – Paulo Bonavides	20.05.1925	04.06.1955	25.08.1955	–
071 – João Batista Saraiva Leão	25.12.1895	04.06.1955	25.08.1955	30.12.1977
072 – José Aurélio Saraiva Câmara	20.06.1921	04.06.1955	25.08.1955	09.04.1974
073 – Joaquim Braga Montenegro	28.02.1907	04.06.1955	25.08.1955	20.11.1979
074 – Manuel Eduardo Pinheiro Campos	11.01.1923	20.08.1956	16.11.1956	19.09.2007
075 – Waldery Magalhães Uchoa	16.08.1917	20.10.1956	20.03.1957	21.10.1964
076 – Antônio Filgueiras Lima	21.05.1909	20.12.1956	23.04.1957	28.09.1965
077 – João Hipólito Campos de Oliveira	05.05.1917	04.04.1957	20.08.1957	04.09.1994
078 – José Parsifal Barroso	05.07.1913	20.10.1966	04.12.1967	26.04.1986
079 – Zélia Sá Viana Camurça	16.12.1924	04.09.1967	09.04.1968	–
080 – Oswaldo de Oliveira Riedel	20.07.1913	20.06.1968	04.11.1969	21.01.1989
081 – Antônio Gomes de Freitas	23.03.1904	21.10.1968	04.11.1969	15.07.1976
082 – Geraldo da Silva Nobre	31.08.1924	21.10.1968	28.11.1969	26.06.2005
083 – Raimundo Teles Pinheiro	20.03.1908	21.01.1974	04.07.1974	13.11.1987
084 – Virgílio de Moraes Fernandes Távora	29.09.1919	21.01.1974	04.07.1974	03.06.1988
085 – Guarino Alves de Oliveira	02.05.1921	21.01.1974	04.07.1974	28.10.1999
086 – Raimundo Aristides Ribeiro	12.03.1912	21.01.1974	04.07.1974	11.09.2003
087 – José Oswaldo de Araújo	17.03.1894	20.09.1974	04.12.1974	02.09.1975
088 – Pedro Alberto de Oliveira Silva	24.07.1937	20.09.1974	04.12.1974	–
089 – Vinicius Antonius Holanda de Barros Leal	16.10.1922	20.09.1974	04.12.1974	13.04.2010
090 – Melquíades Pinto Paiva	06.03.1930	20.09.1974	04.12.1974	–
091 – Francisco Fernando Saraiva Câmara	24.08.1930	05.05.1975	17.10.1975	–
092 – Hélio de Sousa Melo	19.12.1921	05.05.1975	17.10.1975	28.11.2001
093 – Francisco de Assis Arruda Furtado	10.05.1923	21.07.1975	17.10.1975	–
094 – José Teixeira de Freitas	09.05.1918	21.07.1975	17.10.1975	08.07.1994
095 – José Caminha Alencar Araripe	01.05.1921	20.12.1976	26.04.1977	12.06.2010
096 – Itamar Santiago Espíndola	14.09.1917	20.12.1976	26.04.1977	13.08.1992
097 – Eduardo de Castro Bezerra Neto	16.12.1934	04.02.1980	22.05.1980	–
098 – Manuel Lima Soares	08.11.1923	20.10.1980	20.02.1981	06.05.1990
099 – Abelardo Fernando Montenegro	30.05.1912	20.10.1980	20.03.1981	26.04.2010

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
100 – Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	12.01.1914	20.10.1980	23.04.1981	30.08.2011
101 – Rubens de Azevedo	30.10.1921	22.06.1981	04.09.1981	17.01.2008
102 – Antônio Nilson Craveiro Holanda	22.06.1935	04.04.1978	24.02.1982	–
103 – Maria da Conceição Sousa	21.09.1913	21.06.1982	20.08.1982	09.02.1991
104 – Caio Lóssio Botelho	19.04.1933	06.02.1984	04.04.1984	–
105 – Cláudio Martins	10.05.1910	06.02.1984	23.04.1984	17.06.1995
106 – Carlos Mauro Cabral Benevides	21.03.1930	05.11.1984	23.08.1985	–
107 – Paulo Ayrton Araújo	05.01.1925	20.06.1986	20.08.1986	–
108 – Joaquim lobo de Macêdo (Joaryvar Macedo)	20.05.1937	20.01.1988	22.02.1988	29.01.1991
109 – Vladir Pontes Menezes	12.07.1934	04.08.1988	30.08.1988	–
110 – Valdelice Carneiro Girão	21.02.1926	20.09.1988	04.11.1988	–
111 – José Borges de Sales	10.02.1911	21.08.1989	20.12.1989	12.05.2006
112 – Paulo Elpídio de Menezes Neto	13.01.1936	05.09.1990	20.11.1990	–
113 – José Liberal de Castro	21.05.1926	22.04.1991	22.07.1991	–
114 – João Alfredo de Sousa Montenegro	15.12.1930	06.05.1991	20.06.1991	–
115 – Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)	15.05.1934	05.09.1991	21.10.1991	–
116 – Francisco Sadoc Araújo	17.12.1931	05.04.1993	17.07.1993	–
117 – Marcelo Caracas Linhares	15.03.1924	07.11.1994	05.12.1994	14.08.2007
118 – Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	28.04.1935	20.12.1994	20.02.1995	–
119 – José Cláudio de Oliveira	24.05.1926	20.09.1995	25.10.1995	03.06.2010
120 – Oswaldo Evandro Carneiro Martins	17.08.1922	20.09.1995	17.11.1995	_
121 – José Murilo de Carvalho Martins	31.03.1929	06.01.1997	27.06.1997	_
122 – Pedro Sisnando Leite	13.05.1933	05.06.1997	23.10.1997	_
123 – José Aroldo Cavalcanti Mota	27.01.1933	22.09.1997	13.11.1997	_
124 – Francisco Edson Cavalcante Pinheiro	30.01.1923	05.04.1999	21.06.1999	_
125 – Gisafran Nazareno Mota Jucá	20.09.1948	05.01.2000	24.04.2000	_
126 – Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos	20.06.1934	10.08.2000	25.10.2000	_
127 – Rejane Maria V. Accioly de Carvalho	23.08.1944	05.04.2002	05.06.2002	_
128 – Francisco Ésio de Souza	24.09.1935	22.04.2002	25.07.2002	_
129 – Dário Moreira de Castro Alves	14,12.1927	17.03.2004	17.08.2004	06.06.2010
130 – José Augusto Bezerra	01.06.1948	20.06.2005	05.08.2005	-
131 – José Filomeno Moraes Filho	20.11.1952	05.10.2005	25.11.2005	-
132 – Ednilo Gomes de Soárez	03.08.1939	05.10.2006	22.11.2006	-
133 - Maria Clélia Lustosa Costa	05.09.1953	05.12.2007	03.04.2008	-
134 - Luís de Gonzaga Fonseca Mota	09.12.1942	26.04.2008	20.06.2008	-
135 - Fernando Luiz Ximenes Rocha	23.11.1952	21.05.2008	10.10.2008	-

Relação atualizada dos Sócios Efetivos com os respectivos endereços - 2012

01. Paulo Bonavides
Av. Curió, 2810 – Casa 281 – Lagoa Redonda... (85) 3476.8262
60831-370 – Fortaleza, CE

02. Zélia Sá Viana Camurça
Rua Sena Madureira, 907 ..... (85) 3219.2525
60055-080 – Caixa Postal 12.146 ..... (85) 3219.2101
60021-970 – Fortaleza, CE

03. Pedro Alberto de Oliveira Silva
Rua José Carlos Gurgel Nogueira, 164..... (85) 3234.1417
60175-830 – Fortaleza, CE

04. Melquíades Pinto Paiva
Av. Antônio Justa, 3300 - Ap. 602 ..... (85) 3224.1385
60165-090 – Fortaleza,CE
Rua Baronesa de Poconé, 71 - Ap. 701 ..... (21) 2538.2498
22471-270 - Rio de Janeiro, RJ
e-mail: mappaiva@uol.com.br

05. Francisco Fernando Saraiva Câmara
Rua João Cordeiro, 2554 ..... (85) 3226.2532
60110-301 – Fortaleza, CE

06. Francisco de Assis Arruda Furtado
Rua Henriqueta Galeno, 225 - Ap. 700..... (85) 3244.7817
60190-140 – Fortaleza, CE

07. Antônio Nilson Craveiro Holanda
SHIS - QL 14 – Conj. 06 - Casa 17 ..... (61) 248.3373
70640-065 – Brasília, DF

08. Eduardo de Castro Bezerra Neto
Rua José Moacir Bezerra, 1055 ..... (85) 3273.5897
60833-414 – Fortaleza, CE
e-mail: eduardobezerrant@gmail.com
60325-100 – Fortaleza, CE

09. Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira
Rua Beni Carvalho, 120..... (85) 3224.9347
60135-400 – Fortaleza, CE

10. Caio Lóssio Botelho
Rua Oto de Alencar, 36..... (85) 3238.0859
60010-270 – Fortaleza, CE..... 3238.0449

11. Carlos Mauro Cabral Benevides
SHIS – QI 05 – Conj. 17 – Casa 8 – Lago Sul ... (61) 248.6830
71165-170 – Brasília, DF

12. Paulo Ayrton Araújo
Rua José Vilar, 2350 – Ap.1000..... (85) 3224.0004
60125-001 – Fortaleza, CE

13. Vladir Pontes Menezes
Rua Barão do Rio Branco, 1594..... (85) 3231.6152
60025-061 – Fortaleza, CE

14. Valdelice Carneiro Girão
Rua Marcos Macêdo, 140 - Ap.503..... (85) 3244.4063
60150-190 – Fortaleza, CE
e-mail: valdelicegirao@oriontelecom.com.br

15. Paulo Elpídio de Menezes Neto
Rua Bartolomeu Mitre, 335 – Ap.401
22431-000 – Rio de Janeiro, RJ
Rua Silva Jatahy, 355 - Ap. 502..... (85) 3248.4666
60165-070 – Fortaleza, CE

16. João Alfredo de Sousa Montenegro
Rua Monsenhor Bruno, 600 – Ap. 101..... (85) 3264.4822
60115-190 – Fortaleza, CE

17. José Liberal de Castro
Rua Gervásio de Castro, 50..... (85) 3223.5142
60015-185 – Fortaleza, CE

18. Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)
Rua Prof. João Bosco, 560..... (85) 3281.6949
60430-690 – Fortaleza, CE
e-mail: nirez@terra.com.br

19. Francisco Sadoc de Araújo
Av. da Ressurreição, 926..... (88) 3613.1448
62020-540 – Sobral, CE

20. Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Rua Dr. Márlio Fernandes, 140..... (85) 3261.7968
60810-025 – Fortaleza, CE..... 3241.2209
e-mail: diatahy@ufc.br - ediatahy@secrel.com.br

21. Oswaldo Evandro Carneiro Martins
Rua Xavier de Castro, 40..... (85) 3279.2828
60060-330 – Fortaleza, CE

22. José Murilo de Carvalho Martins
Av. Beira-Mar, 3660 – Ap. 401..... (85) 3263.3311
60165-121 – Fortaleza, CE

23. Pedro Sisnando Leite
Rua Dr. Zamenhof, 400 - Ap 1301 ..... (85) 3262.3328
60176-060 – Fortaleza, CE
e-mail: psisnando@terra.com.br

24. Aroldo Cavalcanti Mota
Rua Vicente Leite, 550 - Ap.501..... (85) 3242.7900
60170-150 – Fortaleza, CE

25. Francisco Edson Cavalcante Pinheiro
Rua Eduardo Garcia, 505 – Ap. 202..... (85) 3242.0388
60150-100 – Fortaleza, CE

26. Gisafran Nazareno Mota Jucá
Rua Francisco Holanda, 992 - Ap. 501 ..... (85) 3272.3469
60130-040 – Fortaleza, CE

27. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos
Rua Carlos Barbosa, 463 – Ap. 701 ..... (85) 3249.4365
60175-355 – Fortaleza, CE
e-mail: alsvasconcelos@superig.com.br

28. Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho
Rua Fausto Cabral, 861..... (85) 3234.5093
60155-410 – Fortaleza,CE..... (85) 3262.1756

29. Francisco Ésio de Souza
Rua Henriqueta Galeno, 714 – Ap. 702..... (85) 3261.6745
60135-420 – Fortaleza, CE

30. José Augusto Bezerra ..... (85) 3264.0933
Av. Rui Barbosa, 748 - Ap. 800
60115-220 – Fortaleza, CE
e-mail: augustusimob@uol.com.br

31. José Filomeno Moraes Filho..... (85) 3261.6508
Rua Monsenhor Catão, 1442 - Ap. 1003
60175-000 – Fortaleza, CE

32. Ednilo Gomes de Soárez ..... (85) 4006.7979
Av. Beira-Mar, 4777 - Ap.1500
60165-125 – Fortaleza-CE
e-mail: ednilo@fa7.edu.br

33. Maria Clélia Lustosa Costa ..... (85) 3248.6470
Rua Silva Jatahy, 400 - Ap. 901B
60165-070 - Fortaleza-CE
e-mail: clelialustosa@gmail.com

34. Luís de Gonzaga Fonseca Mota ..... (85) 3261.8488
Rua José Vilar, 2350 - Ap. 800
60125-001 - Fortaleza-CE
e-mail: luizgmota@yahoo.com.br

35. Fernando Luiz Ximenes Rocha ..... (85) 3216.2500
Rua Silva Jatahy, 724 - Ap. 1100
60165-070 - Fortaleza-CE

Discurso de posse como sócio efetivo do Instituto do Ceará

Fernando Luiz Ximenes Rocha*

Terêncio, poeta latino nascido em Cartago antes da Era Cristã, é autor de aforismo de largo alcance, segundo o qual "nada se diz que já não tenha sido dito antes". Não tendo o condão de inventar palavras ou idéias verdadeiramente novas, adequadas à magnitude desta cerimônia, tomo emprestada a máxima de Terêncio para justificar previamente a escassa originalidade desta peça oratória. Tampouco inovarei ao externar meus conceitos em relação ao papel cultural e científico do Instituto que agora me recebe como Sócio efetivo. Consola-me Joaquim Nabuco, um dos maiores tribunos brasileiros, que aconselha: "Não procureis a originalidade. Só tem direito de ser original quem não procura sê-lo". Feitas essas ressalvas, permita-me este seleto auditório começar louvando as virtudes da Astronomia e de seu devotado cultor, Rubens de Azevedo, que me precedeu nesta Casa. Em seguida, retomarei outros tópicos sem me alongar em demasia, para não abusar da paciência dos que realçam com suas presenças o brilho e o significado desta solenidade.

Começo pela Astronomia, ramo do conhecimento humano de remotíssima origem e que etimologicamente tem o significado de "lei das estrelas". De fato, a contemplação da abóbada celeste, de seus corpos e fenômenos, foi capaz de despertar a curiosidade dos hominídeos primitivos e das gerações que os sucederam na cadeia evolutiva, incentivando-os na busca incessante que levou à decifração dos mistérios e das leis naturais que regulam a gênese e o movimento do universo.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Henri Poincaré, o mais brilhante matemático do final do século XIX, assinalou em sua obra *La Valeur de la Science*, ou *O Valor da Ciência*, de 1906, que "a Astronomia é útil porque nos eleva acima de nós mesmos; é útil porque é grande, é útil porque é bela; isso é o que se precisa dizer. É ela que nos mostra o quanto o homem é pequeno no corpo e o quanto é grande no espírito, já que nesta imensidão resplandecente, onde seu corpo não passa de um ponto obscuro, sua inteligência pode abarcá-la inteira e dela fruir a silenciosa harmonia. Atingimos assim a consciência de nossa força, e isso é uma coisa pela qual jamais pagaríamos caro demais, porque essa consciência nos torna mais fortes." A faculdade que só o gênero humano tem, de associar pensamentos lógicos, de conhecer, compreender e extrair conclusões, deu-nos plena consciência de nossa pequenez e, ao mesmo tempo, de nossa grandeza. Essa dialética não é apenas de ordem filosófica, pois está alicerçada na ciência e tem inegáveis repercussões práticas. Alcança desde a Física das partículas sub-atômicas, passa pelo Universo infinito e chega aos postulados jurídicos que resguardam a dignidade e os direitos da pessoa humana, revelando que todos os homens, como assevera Fábio Konder Comparato, "apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, merecem igual respeito, como únicos entes do mundo capazes de amar, descobrir a verdade e criar a beleza".

A contemplação do firmamento, longe de ser ofício apenas de poetas e sonhadores, rendeu à humanidade a compreensão do micro e do macrocosmo e trouxe-nos, por longo e tortuoso caminho, ao ponto a que chegamos. Rubens percebeu intuitivamente a importância da Astronomia, aplicou-se em seu estudo e a ela dedicou o melhor de sua atividade profissional, sem prejuízo de outros afazeres a que se entregou. Vale a pena relembrar o elevado conceito que construíra acerca desse ramo da ciência, tão bem expresso no discurso proferido ao tomar posse neste Instituto. "A linha mestra do meu trabalho tem sido a Astronomia [...], a contemplação do céu, com vistas à aquisição de uma atitude filosófica condizente com a minha atuação profissional. Muito embora seja considerada uma ciência de gabinete, cultuada por uma aristocracia de cientistas aparentemente dissociados da realidade da vida cotidiana, é a Astronomia, na verdade, a ciência prática por excelência e, sem contestação, a mãe de toda a cultura científica, técnica, ar-

tística e filosófica do homem. É a mais antiga das ciências e, com segurança, foi a que contribuiu de forma mais efetiva para a evolução do pensamento. Nasceu ela, aliás, com caráter eminentemente prático. Foi criada pelas dificuldades que o homem encontrava na perquirição dos mistérios da natureza que ele precisava desvendar". A Astronomia, confessadamente, foi para Rubens a linha essencial de sua formação e de sua cultura.

Meu antecessor, consoante ele próprio revelara, nasceu em Fortaleza no dia 30 de outubro de 1921, neto de professor de latim e filho de pai autodidata, matuto emigrado de Redenção ainda rapazinho. Otacílio, o pai, aprendeu a ler muito tarde e, como um Marcel Proust cabeça-chata, atirou-se sôfrega e incansavelmente "à la recherche du temps perdu", por meio de leituras diversificadas que supriram a limitada escolaridade formal e renderam-lhe um cabedal de conhecimentos que causava admiração e o tornara um dos mais festejados intelectuais da província; apesar de, artista plástico e talvez maior poeta, reclamar, em angustiados versos e ao certo por extrema modéstia:

Li trinta anos afinco e hoje não valho
Uma página só de Dom Casmurro
[...]

Os pendores para o desenho, Rubens herdou-os também da mãe, com quem aprendeu as primeiras noções. O pai levou-o a interessar-se pela Arte e pela Ciência. Aliás, o senso estético de Otacílio Azevedo era tão acentuado e tamanha sua admiração pelos grandes artistas, que deu aos três filhos varões os nomes de expoentes da Renascença e do Barroco: Rubens, Miguel Ângelo e Rafael Sânzio. Se o critério de identificação for o nome de batismo, talvez passe despercebido em nosso meio o Azevedo que integra este sodalício e que traz desde o berço a incumbência de homenagear o anjo Miguel ou o Michelangelo da "Pietà" e do "Davi", mas garanto que todos o conhecem por seu pseudônimo, o Nirez guardião da memória cearense. Segundo um antigo brocardo, "quem sai aos seus, não degenera"; por isso, todos os descendentes diretos de Otacílio Azevedo são intelectuais reconhecidos ou alcançaram a glória acadêmica, como membros efetivos deste Instituto ou da Academia Cearense de Letras.

Rubens elaborou, em 1948, o primeiro mapa lunar brasileiro, hoje depositado no Museu do Eclipse, em Sobral. Em 1953, mudou-se para São Paulo, transferindo-se posteriormente a Natal e, em seguida, a João Pessoa, sempre dedicado ao desenho e à Astronomia.

De volta à terra alencarina, continuou ligado às artes plásticas e aos estudos astronômicos, tendo seu nome associado ao planetário instalado no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em justo reconhecimento a seu permanente afã de "ouvir estrelas".

Este, em rápidas palavras, o perfil do consócio a quem me coube suceder no convívio com a plêiade de ilustres integrantes desta mais que tradicional Instituição cultural. Desde as primeiras sondagens nesse sentido, indago-me se reúno as credenciais para ingressar em tão seleto panteão. Não sou historiador, geógrafo nem antropólogo. Entretanto, impende ressaltar que este Instituto, embora desde sua origem ostente em sua própria denominação a finalidade de atuar no campo da História, Geografia e Antropologia, tem, ao longo do tempo, acolhido profissionais dedicados a outros ramos científicos, visto que o conhecimento especializado nessas áreas das ciências humanas não é um requisito peremptório para o ingresso na Casa do Barão de Studart. Ademais, como bem assinalou Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, em seu discurso de estréia neste Templo, "força é reconhecer que constitui a História a sua área dominante sob todos os pontos de vista. Mas a amplitude de visão dos fundadores e o labor de seus continuadores evitaram que esta, embora prioritária, se tornasse exclusiva". No entanto, é exatamente essa prioridade que me deixa confortável, porquanto não me sentindo um experto em História, também não sou jejuno na disciplina de Heródoto, pois ninguém dedica uma vida inteira ao estudo da Ciência do Direito sem adentrar os meandros da História.

O Direito é muito mais que o conjunto de leis ou normas que regem as relações entre os homens – é produto de sua cultura, nasce e se modifica ao sabor dos valores eleitos pela sociedade em dado momento histórico. Por isso mesmo, tenho proclamado que os atores do Direito, notadamente os magistrados, precisam desvencilhar-se daquela concepção anacrônica de que o mais importante é o bom manuseio das regras processuais. Livres dessa idéia preconcebida, passarão a compreender a necessidade de aprofundar seus conhecimentos não só no campo jurídico, mas também nas diversas áreas das ciências humanas, como a

Filosofia, a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia, tornando-se verdadeiros realizadores do direito e da justiça, e não simples autômatos aplicadores da lei, proibidos de interpretá-la. Aliás, dizia Francis Bacon que "o homem mais perigoso é aquele que sabe pela metade". Nesse sentido, assinala Jacob Bazarian: "o ignorante é humilde porque sabe que não sabe; o sábio é modesto porque tem consciência de que aquilo que sabe é apenas uma pequena parcela do que ainda não sabe. Agora, aquele que sabe pela metade é pretensioso e pensa que sabe tudo. Devemos temer o homem que leu um só livro, pois ele vai julgar tudo por esse único livro – o que é muita presunção". Por conseguinte, não podemos analisar as normas jurídicas somente pelo prisma do Direito, mas devemos levar em conta o contexto histórico. Isso porque, à proporção que a sociedade evolui, surgem novos interesses para a humanidade, o que nos faz concluir não serem estáticos os direitos e anseios do homem imerso nas contingências históricas de uma determinada civilização.

A esse respeito, assevera Norberto Bobbio: "o elenco dos direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses das classes no poder, dos meios disponíveis para realização dos mesmos, das transformações técnicas etc. Direitos que foram declarados absolutos no final do século XVIII, como a propriedade *sacrée et inviolable***,** foram submetidos a radicais limitações nas declarações contemporâneas; direitos que as declarações do século XVIII sequer mencionavam, como os direitos sociais, são agora proclamados com grande ostentação nas cartas recentes".

Vê-se, portanto, que a Ciência da qual me ocupo guarda íntima conexão com as demais ciências humanas, parte das quais – como é notório – constitui a área de interesse desta agremiação científico-cultural que ora me recebe em seus recintos.

Ademais, conta a meu favor o fato de que iniciei minha vida de professor ainda muito jovem, dando aulas particulares de Português e História do Brasil, como forma de complementar minha parca mesada. A partir de então, embora não sendo historiador de ofício, nunca mais consegui afastar-me de minhas leituras sobre a História e as biografias de seus grandes vultos, consciente de que ela, segundo Marcus Tullius Cícero "é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida, a anunciadora da antiguidade".

Porém, não me cabe falar das razões que levaram o Instituto do Ceará a acolher-me, até porque são elas incertas à minha visão; por isso, tal qual fez Roland Barthes ao proferir sua aula inaugural no Colégio de França, prefiro, por cautela ou para fugir do embaraço intelectual dessa interrogação, delas desviar-me e dizer daquelas que, particularmente, como acentuou o mestre da Semiologia Literária, "fazem de minha entrada neste lugar uma alegria mais do que uma honra; porque a honra pode ser imerecida, a alegria nunca o é". Desfruto, pois, da alegria de ter assento neste Templo da Cultura, que nasceu em 1887, nos estertores do Segundo Império, quando a Terra da Luz já se livrara da pecha da escravidão. Brotou por iniciativa de um pugilo de intelectuais que procuravam dotar a Província de uma instituição nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como a entidade que o inspirou, o Instituto do Ceará debruça-se sobre a história, não se contentando apenas com os fatos centrados nos chamados grandes acontecimentos políticos, mas procurando, como fez Michelet, conferir dignidade científica a tudo que significa a vida de um povo. Igualmente, não deve ser indulgente para com seus personagens, porquanto, conforme pontua o historiador francês: "o historiador não é Deus, não tem seus poderes ilimitados; não pode esquecer, ao escrever o passado, que o futuro, sempre copiador, dele copiará exemplos. Sua justiça vê-se, assim, circunscrita a uma medida menos ampla do que aconselhava seu coração".

Outra alegria é a de reencontrar aqui a lembrança e a presença de tantos intelectuais que pontificaram e pontificam nesta Casa onde reinam a ciência e o saber, a começar por seus fundadores Guilherme Studart (Barão de Studart), Paulino Nogueira Borges da Fonseca, Antônio Bezerra de Menezes, Joakim de Oliveira Catunda, João Batista Perdigão de Oliveira, Júlio César da Fonseca Filho, Pe. João Augusto da Frota, Antônio Augusto de Vasconcelos, José Sombra, Virgílio Brígido, Virgílio Augusto de Moraes e Juvenal Galeno da Costa e Silva, passando por Manoel Soriano de Albuquerque, Rodolfo Teófilo, Antônio Martins de Aguiar e Silva, Djacir de Menezes, Clodoaldo Pinto, Dolor Barreira, Raimundo Girão, Plácido Aderaldo Castelo, Antônio Martins Filho, Demócrito Rocha, Dom Antônio de Almeida Lustosa, Manuel Eduardo Pinheiro Campos – para citar apenas alguns dos muitos que não mais podem ser vistos entre nós. Dos que ainda convivem conosco, peço licença para citar apenas dois – para não cometer injustiças e por

razões pessoalíssimas: Paulo Bonavides, minha referência acadêmica, meu velho amigo e meu eterno mestre, e José Liberal de Castro, que, do mesmo modo é, para minha mulher Marfisa, paradigma de acadêmico, amigo de longa jornada e mestre da vida toda.

Ombrear-me com esse grupo de intelectuais de ontem e de hoje assusta-me, mas, ao mesmo tempo, proporciona-me um instante de rara emoção. Inegável, também, que me encontro envaidecido – esconder tal sentimento não seria sincero – ao ver meu nome incorporar-se a tão nobre galeria. Com efeito, recebo essa acolhida como galardão de minha trajetória de vida.

Vida que se inicia na Rua Assunção, nº. 572, em 23 de novembro de 1952, nesta Capital. Plagiando Carlos Drummond de Andrade, registro que ali, ignorante de outras realidades, começa e se expande meu conhecimento do mundo. É ali que, como o poeta, tomo consciência de que meu coração não é maior que o mundo. Nele não cabem nem as minhas dores. A rua que meus olhos de criança vêem é enorme, e qual meu coração, nela não cabem todos os homens. A rua é menor que o mundo. O mundo é muito grande.

Sou o sétimo filho de uma família de oito irmãos, típica de classe média e de profundas convicções cristãs. Meu pai, Benjamim Aguiar Rocha, era funcionário público e minha mãe, Angélica Aguiar Ximenes Rocha, de prendas do lar. A memória de ambos, com imorredoura saudade, reverencio nesta ocasião, ressaltando que lhes devo muito mais do que a herança biológica, pois me legaram o exemplo de dignidade e a formação ética.

Esse pequeno registro a respeito de minha origem e do perfil de minha família deixa claro que o percurso para chegar até aqui não foi tão fácil quanto possa parecer; tive que aprender muito cedo a abrir meus próprios caminhos, a arcar com responsabilidades, ao invés de desfrutar riquezas. Para embalar meus sonhos e transformá-los em realidade, precisei lutar para desvendar os movimentos das pedras do xadrez da vida, e o fiz sempre com muita coragem, pois é isso que ela exige de nós, como bem anunciou Guimarães Rosa, pela boca do jagunço Riobaldo: "O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem".

As dificuldades enfrentadas, contudo, não me serviram de empecilho, mas de desafio ou até mesmo, quem sabe, abriram-me oportuni-

dades! Não tenho do que reclamar; ao revés, estou contente por haver desde moço lutado para ocupar meu espaço. Parafraseando Winston Churchill, digo que se tivesse nascido herdeiro de milhões, poderia até ter tido uma vida mais tranqüila e confortável, mas certamente teria sido uma vida menos interessante.

Não pensem, entretanto, que fui um solitário nessa caminhada. Nada disso! Muitos foram os que, voluntária ou involuntariamente, contribuíram para que eu chegasse aonde cheguei, de tal forma que seria impossível nominar a todos. Afinal, como sentenciou Hannah Arendt: "Ninguém, por mais forte que seja, pode realizar alguma coisa, boa ou má, sem ajuda dos outros". Recolho, pois, do fundo da memória, ancestrais, mestres, parentes e amigos que são os grandes responsáveis por este momento ímpar de minha existência. Peço licença para homenagear a todos na pessoa daquele que, ainda nos umbrais da Faculdade de Direito, creditou-me méritos e incentivou-me a trilhar as veredas da profissão que abracei. Refiro-me ao saudoso Professor Alcimor Aguiar Rocha.

Não posso encerrar estas despretensiosas palavras sem antes externar o meu agradecimento aos eminentes consócios que propuseram meu nome para preencher a vaga aberta com o falecimento de Rubens de Azevedo, a começar pelo Deputado e sempre Senador Mauro Benevides, de quem tenho recebido tantas manifestações de apreço, além dos pródigos registros feitos no Congresso Nacional em diversas etapas importantes da vida deste seu conterrâneo e amigo menor. Ao do eminente parlamentar, ajunto os nomes de Pedro Sisnando Leite, intelectual de escol, e de Miguel Ângelo de Azevedo, o Nirez, que muito me sensibilizou ao indicar-me para ocupar a cadeira deixada por seu inolvidável irmão.

Manifesto minha gratidão e reconhecimento à Diretoria do Instituto do Ceará, especialmente nas pessoas de José Augusto Bezerra, seu dinâmico e hábil Presidente, Valdelice Carneiro Girão, Paulo Ayrton Araújo, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Ednilo Gomes de Soárez e Pedro Alberto de Oliveira Silva, pela lhaneza e elegância que me dispensaram ao longo desse processo.

Agradeço, igualmente, aos demais consócios e consócias que sufragaram meu nome para integrar esta Instituição, que ocupa lugar de destaque perante as suas congêneres de todo o País, o que para mim

constitui uma suprema honra, que supera as minhas expectativas mais otimistas de reconhecimento intelectual.

Ao Professor Filomeno Moraes, a quem sou ligado, desde os bancos da Faculdade de Direito, por afeição e afinidade de intelectual, agradeço comovido suas palavras generosas, que só se justificam pela amizade de uma vida inteira. Em seu nome quero abraçar e homenagear a todos os amigos e amigas que aqui compareceram e aos que não se puderam fazer presentes, e dizer-lhes que sou grato por tudo que lhes devo e pelo quanto representam para mim. Por isso, socorrendo-me de Carlos Fuentes, afirmo que é nos amigos que encontramos aquilo que nos falta e é na amizade que confirmamos o que recebemos na família.

Por fim, agradeço ao Criador a dádiva a mim concedida, consubstanciada nas pessoas de minha mulher Marfisa e de meus filhos João Gabriel e Sofia, sempre presentes nos momentos de dor e de alegria, permanentemente a demonstrar o axioma do poeta Virgílio: "O amor vence tudo".

Muito obrigado.

Discurso de saudação ao sócio efetivo Eustógio Wanderley Correia Dantas

Clélia Lustosa Costa*

Senhoras e Senhores, muito boa noite!

Nesta noite de festa na Casa do Barão, no ano de 2013, em que o curso de geografia da Universidade Federal do Ceará comemora o seu cinquentenário, tenho a grande satisfação de saudar o geógrafo Eustógio Dantas, como o mais novo sócio efetivo do Instituto do Ceará - Histórico, Geográfico e Antropológico.

Este é o reconhecimento do Instituto do Ceará da necessidade de ampliação em seus quadros de geógrafos, profissional que tanto contribui nos estudos sobre o Ceará. É um resgate às origens desta Instituição centenária.

O Senador Pompeu (1818-1877), considerado o primeiro geógrafo cearense, foi fundamental na sistematização do conhecimento geográfico, publicando desde 1850, inúmeros livros de Geografia:

- Princípios elementares de Chronologia para uso do Lyceo do Ceará (1850);
- Elementos de geographia offerecidos à mocidade cearense (1850);
- Compendio de Geograhia, adotado no ColégioPedro II, nos Lyceus e Seminários do Império (2ª Ed. em 1856);
- Memórias sobre a estatística da província do Ceará sobre sua relação phisica, política e industrial (1858);
- Memórias: estatística da população e indústria da província do Ceará (1856);

* Sócia Efetiva do Instituto do Ceará.

- Compendio elementar de Geograhia geral e especial do Brasil (1859);
- Memória sobre a conservação das mattas e arboricultura, como meios de melhorar o clima da província do Ceará (1859);
- População da província do Ceará (1859);
- Ensaio estatístico da província do Ceará, tomo I e II - 1864 – fruto de suas trocas com a Comissão Cientifica de 1859, primeira genuinamente brasileira, organizada pelo IHGB e o imperador Pedro II;
- Systema ou configuração orográfica do Ceará, 1877;
- Memórias sobre o clima e seccas do Ceará – 1895;

Como se observa, nos temas tratados em suas publicações, a produção do Senador Pompeu era realmente geográfica, e poderíamos dizer articulada com o que vinha se produzindo na Europa.

Somente no final do século XIX, os estudos sobre a superfície da terra, a relação homem e meio, seriam sistematizados, atingindo *status* acadêmico com a criação de cadeiras de Geografia nas universidades da Alemanha, e posteriormente da França. Segundo o geógrafo francês Paul Claval (1980), nessa fase de estruturação da disciplina, os "geógrafos franceses eram historiadores de formação".

O Barão de Studart, um dos fundadores do Instituto do Ceará, não se descuidou dos estudos geográficos, publicando *Climatologia e epidemiologia do Ceará* (1909), uma Geografia médica do Ceará do século XIX. Atendendo ao pedido da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, o Barão de Studart escreveu "Geografia do Ceará", texto destinado a figurar nas atividades de comemorações do primeiro centenário da Independência.

Thomas Pompeu de Sousa Brasil, (1852-1929), filho do Senador Pompeu, o 13º sócio, segue as pesquisas com abordagem geográfica. Em 1876, assume, após aprovação em concurso, a cadeira de Geografia no Liceu do Ceará. Publicando:

- Commercio e indústria no Ceará (1885);
- População do Ceará (1889);
- Memória sobre o plantio da maniçoba;
- As vantagens da irrigação por meio da barragem do boqueirão de Lavras, 1894;

- Licções de Geographia Geral, 1894;
- Importância da vida humana como factor de riqueza. O desenvolvimento da população da Fortaleza. Sua natividade e mortalidade. Taxa excessiva desta. 1896;
- Analyses dos differentes systemas de esgotos, 1896;
- Os effeitos benéficos das medidas hygienicas e especialmente dos esgotos, 1897;
- Irrigações no Ceará;
- Memória sobre a cultura da canna de assucar no Ceará, 1904;
- Prolongamento da estrada de ferro de Baturité, 1905;
- O Ceará no começo do século XX, 1909;
- Ensino superior no Brasil e relatório da Faculdade de Direito,1911 e 1912;
- O Ceará no Centenário da Independência do Brasil, Vol. I (1922) eVol. II (1926);

Outros profissionais voltados para a produção do conhecimento geográfico seguirão, merecendo destaque a primeira mulher a entrar no Instituto do Ceará.

A geógrafa Júlia Vasconcelos foi eleita no Instituto, em 1931, com fortes restrições de alguns sócios. Júlia Vasconcelos tinha como referência nos seus estudos Humboldt, Ritter e principalmente Ratzel, que colocou a "geografia sobre rígidas bases científicas". No Brasil, admirava Delgado de Carvalho, o "Ratzel do Brasil", professor do Colégio Pedro II. Ela propunha fazer uma Geografia que se apresenta em "conexão racional de princípios, sistematização científica de fatos, que falem à razão e tenham para o espírito o valor de uma disciplina educativa".

Neste ano de comemoração dos 50 anos do curso de geografia da UFC, não podemos deixar de homenagear a dois geógrafos; o professor Caio Lóssio Botelho, do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Ceará, que, por problemas de saúde, mudou para a categoria de sócio remido desta Casa. E Rubens de Azevedo, professor de Geografia Astronômica da Universidade Estadual do Ceará, falecido em 2008.

Recuperei a trajetória dos nossos primeiros geógrafos visando ressaltar a importância desta ciência nos séculos XIX e XX na análise das dinâmicas naturais, sociais e econômicas que se materializam no espaço.

Assim, faço um *link* com o momento que a Geografia do Ceará está vivendo. Uma efervescência na produção do conhecimento científico, que torna geógrafos cearenses reconhecidos nacionalmente. Com a presença de dois cursos de Pós-graduação com Doutorado em Geografia, na UFC e outro na UECE, além do mais recente mestrado em Geografia na Universidade Estadual do Vale do Acaraú, além dos cursos de Geografia da URCA e da FAFIDAM.

O Curso de Geografia da UFC, criado em 1963, pelo Reitor Antônio Martins Filho, vive um ano festivo. Surge no contexto do planejamento e das políticas de desenvolvimento econômico no país.

O Governador Virgilio Távora, eleito em outubro de 1962, preocupado em inserir o Ceará na modernidade, elabora o primeiro plano de governo do Ceará (PLAMEG), cria a Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC). A SUDEC, em conjunto com o Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade do Ceará (IPEC), publica pela Imprensa Universitária em 1964, o "Diagnóstico Socioeconômico do Ceará", coordenado por João José de Sá Parente, com a participação de vários professores do recém criado curso de Geografia da UFC.

Eram necessários técnicos na área da Geografia. Com este intuito o reitor Martins Filho se dirige ao IBGE em busca de professores para implantação de curso de geografia da UFC. Convida a Profa. Amélia Alba Nogueira Moreira, Doutora em Geografia Física pela Universidade de Strausbourg. Depois foram chegando outros professores: Anna Dias Carvalho, José Melo, Bianchi, Helaine, etc. Durante os primeiros anos do curso, com um quadro reduzido de docentes, Amélia Alba convidava grandes nomes do Brasil e do exterior para completar a formação dos alunos: Seu orientador Jean Tricart, Michel Rochefort, Jacqueline B. Garnier, Orlando Ribeiro, Caio Prado Jr., Aziz Ab'Saber, Maria do Carmo Galvão, Lysia Bernardes, Carlos Augusto de Figueiredo,Milton Santos, Roberto Lobato Correia, Ceurio de Oliveira, Manuel Correia de Andrade.

Mas o homenageado de hoje, é o Prof. Eustógio Dantas, que tem uma trajetória na pesquisa geográfica, reconhecida nacionalmente pelo CNPq ao lhe oferecer Bolsa de Pesquisador nível 1, e internacionalmente ao ser convidado para professor da Sorbonne, no ano de 2010, para lecionar no Instituto de Geografia de Paris Université, Paris IV, que

lhe proporcionou publicações de artigos na Revista Herodote, dirigida por Yves Lacoste e capítulos de livros.

Nestes últimos anos, a trajetória de Eustógio Dantas se confunde com a do Departamento de Geografia, pois se envolveu em quase todos os projetos coletivos. Eustógio dedicou-se à projeção da instituição que o recebeu em 1994, investindo em grupos de pesquisa, na editoração de livros e revistas, na criação e sedimentação da pós-graduação em geografia, na organização de eventos.Este seu dinamismo científico culminou com a aprovação em concurso para professor titular em Geografia Urbana e do Lazer, em janeiro de 2013.

Ainda quando era estudante do curso de Geografia da UECE, Eustógio Dantas lecionou em escolas de ensino médio, equilibrando o estudo com o trabalho. Graduado, investiu na carreira acadêmica, lecionando em Vitória da Conquista (Bahia), e depois durante o mestrado na USP, ensina em faculdades particulares de São Paulo, e finalmente na UFC, onde trabalha há mais de vinte anos.

Defendeu na USP a dissertação "O comércio ambulante em Fortaleza", visando refletir sobre o processo de ocupação do Centro das cidades dos países subdesenvolvidos pelo comércio ambulante. Tomando como base o tratamento de aspectos relativos à análise da cidade, do urbano e da relação Estado-espaço como perspectivas que – acrescidas aos aspectos econômicos, políticos, culturais e ideológicos – propiciarão uma compreensão mais aprofundada da problemática. Atividade inerente ao processo de constituição da cidade e do urbano e, transforma o Centro, em "lócus" de consumo privilegiado das classes de menor poder aquisitivo da sociedade local.

Durante o mestrado, foi aprovado em concurso público para o Depto de Geografia da UFC, iniciando de fato sua caminhada de pesquisador. Participa da organização do 4º SIMPURB em Fortaleza, 1995,iniciando a atividade de editor com a publicação do livro *A cidade e o Urbano*, em 1997,organizado por ele e outros colegas.

Envolve-se nas pesquisas sobre a urbanização do litoral cearense sob a coordenação da profa. Maria Geralda de Almeida, tema que posteriormente será sua principal linha de pesquisa. Inicia o doutorado em Paris, através do convênio CAPES/COFECUB,firmado entre o Depto de Geografia da UFC e o Instituto Francês de Urbanismo – Paris VIII. Em 2000, sob orientação do geógrafo francês Paul Claval, obtém o grau

de Doutor em Geographie et Amenagement, na Université Paris-Sorbonne, Paris 4, França, com a tese: *Fortaleza e le Ceará. Essai de géopolitique d'un pays de colonisation tardive: de la colonisation à la mutation touristique contemporaine.* Nesta tese, "a partir do estudo do desenvolvimento das zonas costeiras no Ceará, constrói um quadro analítico que leva em conta a diversidade deste fenômeno no mundo. As geoestratégias de organização do espaço são analisados de acordo com três características fundamentais do quadro metodológico da abordagem cultural: a condição de historicidade, a condição geograficidade e a condição de materialidade. Estas geoestratégias, resultado de um esforço de ocidentalização, está no fundo do desenvolvimento das zonas costeiras no Brasil, especialmente em Fortaleza/Ceará. No caso do Ceará, a relação entre os grupos humanos com o litoral após três ambientes dinâmicos. O primeiro, o mais velho, é o resultado de uma ocupação do espaço geoestratégico colonial (XVII - século XVIII) . A segunda decorre de um movimento de abertura do Ceará no intercâmbio internacional e de abertura cultural para as classes de elite e superior da Europa que viveram em Fortaleza . Assim surgiu a assistir a estas faixas (final do século XIX - início do século XX). A terceira e mais atual é dirigido para o desenvolvimento de áreas de praia como mercadoria turística".

No retorno às atividades na UFC, engaja-se com os colegas no desacreditado projeto de uma revista de Geografia da UFC, cujo primeiro número é lançado em 2002, impressa com apoio do Banco do Nordeste. Esta revista se tornou referencia para outros cursos, pois a MERCATOR é a única do Ceará e do Nordeste avaliada pela CAPES como A1 – internacional. Este feito foi o argumento usado pelos dirigentes da ANPEGE para convidá-lo a assumir a editoração da Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia.

Com o objetivo de abrir espaços para a divulgação das pesquisas realizadas, foi criada a coleção Estudos Geográficos, em 2006, já com 14 volumes publicados sob sua editoração.

Em 2003, encabeça a proposta de criação do mestrado em Geografia encaminhada para a CAPES, que teve inicio em 2004, sob sua eficiente coordenação, durante quatro anos, logo atingindo o conceito 4, o que possibilitou a criação do doutorado, aprovado em 2007.

A pós-graduação abriu os horizontes do Departamento de Geografia, que com seu corpo docente e discente já desenvolvia pes-

quisas, com apoio de bolsistas de iniciação cientifica; agora atrai estudantes de outros estados e países para cursar mestrado, doutorado e pós-doutorado.

No LAPUR, cria uma nova linha de pesquisa, *turismo imobiliário*, tema incorporado pela rede nacional de pesquisas *Observatório das Metrópoles* no projeto financiado pelo CNPq/INCT), para o período de 2009-2013, envolvendo bolsistas de graduação e pós-graduação. Publicou 14 livros (de autoria e organizador), 23 capítulos de livros, 21 artigos em periódicos nacionais e internacionais; 33 trabalhos completos publicados em congressos nacionais e internacionais. Todos com conselho editorial. Como um coroamento destas pesquisas, seu primeiro orientando de doutorado, o Prof. Alexandre Queiroz, foi agraciado pela ANPEGE, em setembro deste ano, com o prêmio da melhor tese de geografia do Brasil.

Nas pós-graduações da Geografia da UFC e do PRODEMA, orientou 25 dissertações de mestrado, quatro teses de doutorado, além de dezenas de alunos da graduação que encaminhou para pesquisa através de bolsas do CNPq.

No Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR), Eustógio Dantas, além de coordenar pesquisas e orientar, participa do projeto de extensão *Trilhas Urbanas*, em conjunto com o Instituto do Ceará, comemorando anualmente o aniversário de Fortaleza no mês de abril com mesas redondas, palestras e percursos com estudantes de escolas públicas, refletindo sobre a cidade e o urbano – educação patrimonial.

Atualmente coordena o projeto pesquisa do CNPq - *Urbanização Litorânea Metropolitana*: práticas marítimas modernas e delineamento das Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Natal, Recife e Salvador (2011 – 2014), que se volta à apreensão da lógica de urbanização litorânea, de natureza linear e difusa, característica das metrópoles nordestinas. Sua apreensão passa pela análise do volume de investimentos e projetos implementados pelo poder público e iniciativa privada. O primeiro, relacionado quase exclusivamente às obras de infraestrutura e o segundo, a projetos imobiliários potencializadores do intento dos usuários em usufruir temporariamente (caráter sazonal do turismo) e/ou se fixar (natureza sedentária da vilegiatura) nas zonas de praia, sem esquecer, principalmente, da intersecção entre ambos.

Participa do Metropolização e Mega-Eventos: impactos dos Jogos Olímpicos/2016 e Copa do Mundo/2014 (2010-2013), e da rede de pesquisa Observatório das Metrópoles.

Entre 2009 – 2011, Eustógio participou do projeto *Euro-broadmap. Visions of Europe in the world - Descrição: Visões da Europa no mundo*. O projeto envolveu 13 instituições universitárias e centros de pesquisa internacionais para obter as imagens mentais dos estudantes a respeito da Europa. Contem ainda pesquisas a respeito das migrações, dos fluxos e das relações entre a Europa e os outros países. (site: http://www.eurobroadmap.eu/) .

No período de 2005-2006 participou da "Elaboração de subsídios técnicos e documento base para definição da Política Nacional de Ordenação do Território (PNOT)", encomendado pela Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (SDR/MI). Esta pesquisa envolveu a Universidade de Brasília (CDS/UnB), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal do Ceará (UFC).

A trajetória e o currículo do geógrafo Eustógio Dantas o credenciam a uma cadeira nesta casa. Assim como Thomaz Pompeu de Souza Brasil, o primeiro geógrafo do Instituto do Ceará (Histórico Geográfico e Antropológico), ele é admitido por seus méritos indiscutíveis. Estou certa que estamos resgatando uma dívida com a Geografia do Ceará. Os tempos em que vivemos é de profunda crise ambiental e até mesmo societária. Os geógrafos sempre estiveram atentos aos movimentos da vida humana, dispostos a colaborar com seu saber para a resolução dos seus problemas. O professor Eustógio Dantas, com sua competência acadêmica já demonstrada, prestará inestimáveis serviços, digno das tradições da Casa do Barão.

Muito obrigada a todos!

(Discurso pronunciado em 17 de outubro de 2013).

DOCUMENTOS BIBLIOGRÁFICOS

Documentos bibliográficos

O Instituto do Ceará no propósito de divulgar as pesquisas históricas realizadas por especialistas, para conhecimento dos historiadores interessados, publica neste número de sua Revista: "A relação geral de dissertações de mestrado" apresentadas no Curso de Mestrado em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC), no período de 2002 a 2009. Pretendemos, no próximo número da RIC, publicar a mesma matéria relativa à Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Relação geral de defesas de dissertações do Mestrado em História Social - UFC

(Na ordem: nome do autor, título do trabalho e data, respectivamente)

2002 – 9 DEFESAS

01 - Allyson Bruno Viana - *Historiografia da atuação libertária: a produção dos anos 1980* - (05.07.2002).

02 - Ana Rita Fonteles Duarte - *Carmen da Silva: entre história e memória, uma feminista na imprensa brasileira* - (08.07.2002).

03 - Edmilson Alves Maia Junior - *Memórias de luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962 – 1969)*. (09.07.2002).

04 - Tyrone Apollo Pontes Cândido - *Dos homens sendo e tornando-se: tradição e experiência em E.P. Thompson* - (11.07.2002).

05 - Manoel Carlos Fonseca de Alencar - *Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo: a cidade e o campo na literatura naturalista cearense* - (12.07.2002).

06 - Manuel Coelho Albuquerque - *Seara Indígena: deslocamentos e dimensões identitárias* - (28.10.2002).

07 - João Rameres Regis - *"Galinhas Verdes": memórias e história da Ação Integralista Brasileira – Limoeiro-Ceará (1934-1937)* - (25.11.2002).

08 - Régia Agostinho da Silva - *Entre mulheres, história e literatura: um estudo do imaginário em Emília de Freitas e Francisca Clotilde* - (29.11.2002).

09 - Joel Carlos de Souza Andrade - *Os filhos da lua: poéticas sebastianistas na Ilha dos Lençóis - MA*. - (13.12.2002).

ANO DE 2003 – 12 DEFESAS

10 - Josiane Maria de Castro Ribeiro - *Entre a penitência do corpo e o corpo em festa: uma análise das Missões do Padre Ibiapina no Ceará (1860-1883)* - (18.03.2003).

11 - Xisley Araújo Ramos - *"Por trás de toda fuga, nem sempre há um crime": o recrutamento "a laço" e os limites da ordem no Ceará (1850-1875)* - (14.04.2003).

12 - Iza Luciene Mendes Regis - *Luz, Câmera, Sertão: bravura e fé na cinematografia de Rosemberg Cariry (1986-1996)* - (16.04.2003).

13 - Ana Maria de Fátima Afonso Braga - *Tradição camponesa e modernização: experiências e memória dos colonos do perímetro irrigado de Morada Nova - CE* - (28.04.2003).

14 - Mônica Hellen Mesquita de Sousa - *Missão na Ibiapaba: estratégias e táticas na colônia nos séculos XVII e XVIII* - (30.04.2003).

15 - Ana Lúcia Gonçalves Rosa - *Passos cambaleantes, caminhos tortuosos: Beber cachaça, prática social e masculinidade* - (30.04.2003).

16 - Henrique Sérgio de Araújo Batista - *Assim na morte como na vida: arte e sociedade no cemitério São João Batista - (1866-1915)* - (06.06.2003).

17 - Antonio José de Oliveira - *Engenhos de rapadura do Cariri: trabalho e cotidiano (1790-1850)* - (22.08.2003).

18 - Jeovah Lucas da Silva - *As Bênçãos de Deus: a seca como elemento educador para o trabalho (1877- 1880)* - (12.09.2003).

19 - Rosilene Alves de Melo - *Arcanos do verso: trajetórias da Tipografia São Francisco em Juazeiro do Norte, 1926-1982.* - (26.09.2003).

20 - Ana Glória Lopes da Silva - *À Fina força: narrativas de trabalhadores de rua na Barra do Ceará* - (18.12.2003).

21 - Albertina Mirtes de Freitas Pontes - *A Cidade dos Clubes: modernidade e glamour na Fortaleza de 1950-1970* - (19.12.2003).

ANO DE 2004 – 16 DEFESAS

22 - Sander Cruz Castelo - *"O dragão da maldade contra o santo guerreiro" (1969) e o terceiro cine:entre o cinema de autor europeu e o cinema clássico hollywoodiano.* (14.04.2004).

23 - Francisco Fabiano de Freitas Mendes - *Ponto de fuga: tempo, fome, fala e poder em 'Vidas Secas' e 'São Bernardo'.* (16.04.2004).

24 - Gustava Bezerril Cavalcante - *Mulheres do mangue: trabalho, memória e cotidiano das marisqueiras de Fortim-CE*. - (25.05.2004).

25 - Nuno Gonçalves Pereira - *A Escrita da História na Trilogia da Maldição: cantares de um anjo maldito*. - (09.06.2004).

26 - Adauto Neto Fonseca Duque - *Boa Vista e Moura - Terras de Quilombolas - e o Grande Projeto Trombetas - Uma incômoda presença*. (18.06.2004).

27 - Ana Carla Sabino Fernandes - *A Imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição, na segunda metade do século XIX.* - (22.06.2004).

28 - Silviana Fernandes Mariz - *Oficina de Satanás: a Cadeia Pública de Fortaleza (1850-1889)* - (06.08.2004).

29 - Diocleciana Paula da Silva - *Do recato à moda: moral e transgressão na Fortaleza dos anos 1920* - (30.08.2004).

30 - Francisco Gleison da Costa Monteiro - *A cidade e o meretrício: trilhas e memórias do mundo da cancela Tianguá-Ceará: 1950-2002* - (09.09.2004).

31 - Raimunda Rodrigues Oliveira - *Gustavo Barroso: a tragédia sertaneja e a criação do personagem popular 1912-1959* - (01.10.2004).

32 - Luiz Moreira da Costa Filho - *A inserção do Seminário Episcopal de Fortaleza na romanização do Ceará: 1864-1912* - (17.11.2004).

33 - Jovelina Silva Santos - *Círculos Operários no Ceará: "Instruindo, Educando, Orientando, Moralizando" (1915-1963).* - (18.11.2004).

34 - Isaíde Bandeira Timbó - *Memórias do ensino de História - experiências vividas na licenciatura FAFICE/UECE (1966 a 1982): mitos, rótulos e contradições* - (19.11.2004).

35 - Ivaneide Barbosa Ulisses - *"Caretas" festa e performance dos brincantes da Cidade de Jardim-CE* - (19.11.2004).

36 - Roberto Galvão Lima - *A escola invisível: artes plásticas em Fortaleza (1928-1958)* - (03.12.2004).

37 - Cristina Rodrigues Holanda - *A construção do Templo da História Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará* (1932-1942) - (17.12.2004).

ANO DE 2005 – 13 DEFESAS

38 - Germana Coelho Vitoriano - *A invenção da arte popular em Juazeiro do Norte* - (18.03.2005).

39 - José Hilário Ferreira Sobrinho - *"Catirina, minha nega, teu sinhô tá te querendo vendê, pero Rio de Janeiro, pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirá": o Ceará no tráfico interprovincial 1850-1881* - (23.03.2005).

40 - Daniela Márcia Medina Pereira - *A próxima estação: trabalho, memória e percursos de trabalhadores aposentados da ferrovia* - (30.03.2005).

41 - Vânia Lúcia Silva Lopes - *Meios de vida: as experiências de sobrevivência e luta dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza entre o final da década de 1960-1970* - (31.03.2005).

42 - Ana Elisabete Freitas Jaguaribe - *Labaredas no ar: a Rádio Dragão do Mar e o cotidiano de Fortaleza - 1958/1964* - (31.03.2005).

43 - José Aloísio Martins Pinto - *"Serventuários das Trevas": Os Bolcheviques na Imprensa Católica (Fortaleza-CE, 1922-1932)* - (08.04.2005).

44 - Francisco de Assis Santos de Oliveira - *Os caixeiros no Ceará: trabalho e educação na Revista Phenix: 1891-1920* - (06.05.2005).

45 - Lígio José de Oliveira Maia - *Cultores da vinha sagrada: missão e tradução nas Serras de Ibiapaba (Século XVII)* - (13.06.2005).

46 - Mônica Emanuela Nunes Maia - *A necessidade e o chicote: seca e saque em Limoeiro do Norte (1950-1954)* - (30.08.2005).

47 - Francisco Linhares Fonteles Neto - *Vigilância, impunidade e transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916-1930)* - (19.09.2005).

48 - Túlio de Sousa Diniz - *O Ouro do Mar – Do surgimento da indústria da pesca da lagosta no Brasil à condição do pescador artesanal na História do tempo presente (1955-2000). Uma narrativa sócio-histórico-marítima*. (07.12.2005).

49 - Enilce Lima Cavalcante de Souza - *Campos e Palavras: Dimensões da questão agrária no Ceará, 1954-1964* - (09.12.2005).

50 - Lídia Noêmia Silva dos Santos - *Sonhos Dourados: Juventude na imprensa fortalezense da década de 50* - (20.12.2005).

ANO DE 2006 – 15 DEFESAS

51 - Ana Paula Silva de Oliveira - *Livros de viagem: Relatos de estrangeiros sobre as províncias do norte e a zona de contato* - (27.01.2006).

52 - Patrícia Carvalho Nottingham - *Tempos Verdes em Fortaleza: Um olhar sobre a experiência do movimento ambientalista (1976-1992)* - (03.03.2006).

53 - Danilo Almeida Patrício - *Sertão-de-Dentro (e) dos Cantos: Veredas entre palcos e memórias no folguedo Boi de Reisado – Quixeramobim, Ceará (1940-2005)* - (31.03.2006).

54 - Kamillo Karol Ribeiro e Silva - *"Nos caminhos da memória, nas águas do Jaguaribe" – Memórias das enchentes em Jaguaruana-CE (1960, 1974, 1985)* - (20.04.2006).

55 - Carlos Eduardo Vasconcelos Nogueira - *Tempo, Progresso, Memória: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta* - (20.04.2006).

56 - George Rocha Menezes - *Lutas Políticas e Crise Social: a elite Política Cearense na Década de 1870* - (26.04.2006).

57 - Antõnio Vilamarque Carnaúba de Sousa - *Da "negrada negada": a negritude fragmentada – o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)* - (05.05.2006).

58 - Ildefonso Rodrigues Lima Neto - *Escrita Subversiva O Democrata, 1946-1947* - (14.06.2006).

59 - Rodrigo Alves Ribeiro - *Moradas da Memória: a construção de um museu na casa de Gilberto Freyre* - (24.10.2006).

60 - Francisco Egberto de Melo - *A Cultura Cívica na Educação Cearense (1963-1973) – Na tapeçaria da História, entre o "Livro da Professora" e os festejos à pátria e ao progresso* - (08.12.2006).

61- Yuri Holanda da Nóbrega - *Operários em Construção: as experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre as décadas de 1970 e 1990* - (09.12.2006).

62 - Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins - *Um Dia, Muitas Histórias... Trajetória e Concepções do Primeiro de Maio em Fortaleza da Primeira República ao Estado Novo* - (14.12.2006).

63 - Tácito Thadeu Leite Rolim - *"Giram os Sputniks nas Alturas, Ferve a Imaginação nas Planuras": a ciência e o bizarro no Ceará em fins da década de 1950* - (14.12.2006).

64 - Isac Ferreira do Vale Neto - *Batalhas da Memória: a escrita Militante de Rodolfo Teófilo* - (18.12.2006).

65 - Terezinha Bandeira Pimentel Drumond - *Tecendo Vidas: Cultura e Trabalho das Rendeiras da Prainha de Aquiraz-CE* - (18.12.2006).

ANO DE 2007 – 18 DEFESAS

66 - Wagner José Silva de Castro - *No Tom da Canção Cearense: do Rádio e TV, dos Lares e dos Bares na era dos Festivais (1963-1979)* - (30.01.2007).

67 - Carla Silvino de Oliveira - *Cidade (IN) Salubre: Idéias e Práticas Médicas em Fortaleza: (1838-1853)* - (27.02.2007).

68 - Fábio André da Silva Moraes - *Às Armas Cearenses, é justa a*

Guerra": Nação, Honra, Pátria e Mobilização para a Guerra Contra o Paraguai na Província do Ceará (1865-1870) - (28.02.2007).

69 - José Airton de Farias - *Além das Armas: Guerrilheiros de Esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar* - (16.03.2007).

70 - Maria Regina Santos de Souza - *Impactos da "Guerra do Paraguai" na Província do Ceará (1865-1870)* - (30.03.2007).

71 - Georgina da Silva Gadelha - *Os Saberes do Corpo: A "Medicina Caseira" e as Práticas Populares de Cura no Ceará (1860-1919)* - (04.04.2007).

72 - Gláubia Cristiane Arruda Silva - *O Tremor dos Sertões: experiências da epidemia de malária no Baixo Jaguaribe-CE (1937-1940)* (10.05.2007).

73 - Soraya Geronazzo Araujo - *O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil séculos XVII e XVIII.* - (29.06.2007).

74 - Ana Leopoldina Macêdo Quezado - *Fortaleza nos Primeiros Tempos da TV: Cotidiano, Memória e Cultura (1958-1965)* - (03.07.2007).

75 - Íris Verena Santos de Oliveira - *Becos, Ladeiras e Encruzilhadas: andanças do povo-de-santo pela cidade de Salvador.* (13.09.2007).

76 - Rodrigo Márcio Souza Pinto - *Do Passeio Público à Ferrovia: o futebol proletário em Fortaleza (1904-1945)* - (25.10.2007).

77 - Márcio Inácio da Silva - *Nas Telas da Cidade: salas de cinema e vida urbana na Fortaleza dos anos de 1920* - (31.10.2007).

78 - Marla Albuquerque Atayde - *Mulheres Infanticidas: o Crime de Infanticídio na cidade de Fortaleza na Primeira Metade do Século XX* - (09.11.2007).

79 - Márcio de Souza Porto - *Dom Delgado na Igreja de seu Tempo 1963-1969* - (29.11.2007).

80 - Maria Yacê Carleial Feijó de Sá - *Os Homens que faziam o Tupinambá Moer: experiência e trabalho em Engenhos de rapadura no Cariri -1945-1980* - (07.12.2007).

81 - Adriana Ribeiro de Lima - *Trabalhadores de carnaúba: paisagem cultural e modos de vida dos camponeses na primeira metade do século XX* - (19.12.2007).

82 - Lucília Maria Oliveira Silva - *Pedir, Prometer e Pagar: escritos, imagens e objetos dos romeiros de Canindé.* - (20.12.2007).

83 - Carlos Henrique Moura Barbosa - *A Cidade das Máscaras: carnavais na Fortaleza das décadas de 1920 e 1930* - (21.12.2007).

ANO DE 2008 – DEFESAS

84 - Maria Emilia da Silva Alencar - *"À sombra das Palavras:"A Oligarquia Acciolina e a imprensa (1896-1912).* - (15.02.2008).

85 - Niedja Lima Torres Portugal - *Estudantes em Movimento: Fortaleza, 1969-1979.* - (26.02.2008).

86 - Thiago Schead de Souza - *Na casa e na Rua:objetos,serviços e práticas de consumo em Fortaleza (1940-1970)* - (29.02.2008).

87 - Igor Alves Moreira - *Do Bispo Morto ao Padre Matador (Dom Expedito e Padre Hosana nas Construções da Memória – 1957/2004).* - (21.05.2008).

88 - Paula Virgínia Pinheiro Batista - *Bastidores da escrita da História: a amizade epistolar entre Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo (1916-1927)* - (02.07.2008).

89 - Agostinho Júnior Holanda Coe - *"Nós, os ossos que aqui estamos, pelos vossos esperamos": A higiene e o fim dos sepultamentos eclesiásticos em São Luís (1828-1855)* - (04.07.2008).

90 - Eduardo Oliveira Parente - *Operários em movimento: a trajetória de luta dos trabalhadores da Ceará Light (Fortaleza, 1917-1932)* - (07.07.2008).

91 - Eltern Campina Vale - *Tecendo Fios, fazendo história: a Atuação Operária na Cidade – Fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959 – 1964)* - (23.07.2008).

92 - Ana Amélia Rodrigues de Oliveira - *Juntar, Separar, Mostrar – memória e escrita da história no Museu do Ceará (1932 – 1976)* - (08.08.2008)

93 - Francisco Ruy Gondim Pereira - *Os Camponeses e a Mobilização Popular:Igreja Católica, saques e movimentos sociais em Itapiúna - CE, (1980-1993).* (12.09.2008).

94 - Karoline Viana Teixeira - *A Orgia dos sentidos: a construção do corpo nas imagens de Olympia de Leni Riefenstahl* - (11.09.2008).

95 - Viviane Prado Bezerra - *Porque se nóis não agir o pudê não sabe se nóis isiste nu mundo: o Meb e o dia do senhor em Sobral (1960-1980)* - (25.09.2008).

96 - Janote Pires Marques - *Festas de negros em Fortaleza: territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900)* - (11.09.2008).

97 - Ana Sara Ribeiro Parente Cortez - *Cabras, caboclos, negros e mulatos: a familia Escrava Cearense no Cariri Cearense (1850-1884)*. - (28.09.2008).

98 - Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez - *Memórias Descarrilhadas: O Trem na Cidade do Crato.* - (02.10.2008).

99 - Luciana Andrade de Almeida - *Francisca Clotilde e a palavra em ação (1884-1921)* - (27.10.2008).

100 - Kelly Cristina Benjamin Viana - *Mágicos Doutores: A arte médica entre a magia e a ciência nas Minas Gerais setecentistas (1735 – 1770)* - (29.10.2008).

101- Maria Lucélia de Andrade - *Filhas de Eva como Anjos sobre a Terra: a pia união das filhas de Maria em Limoeiro – CE (1915 -1945)* - (31.10.2008).

102 - Michelle Ferreira Maia - *"Lembrança de Alguém: a construção das memórias sobre João das Pedras"* - (18.12.2008).

ANO DE 2009 – DEFESAS

103 - Mário Martins Viana Júnior - *As mulheres na expansão material de Fortaleza nos anos de 1920 e 1930.* - (18.02.2009).

104 - Raquel da Silva Alves - *Mães da pátria: educadores na terra da luz – o ensino primário no Ceará na década de 1920.* - (14.04.2009).

105 - Elisgardênia de Oliveira Chaves - *Viver e morrer – Uma análise sobre a configuração sócio-familiar na freguesia de Limoeiro – CE, (1870 a 1880)* - (25/05/2009).

106 - Joelma Tito da Silva - *O Riacho e as Eras memórias, identidade e território em uma comunidade rural negra no Seridó potiguar.*.- (05/06/2009).

107 - Raimundo Hélio Lopes - *Os Batalhões Provisórios: Legitimação, Mobilização e Alistamento para uma Guerra Nacional (Ceará, 1932)* - (19/06/2009).

108 - Ana Cristina Pereira Lima - *"Obreiros Pacíficos": o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José. (Fortaleza, 1915 – 1931)* - (22/06/2009).

109 - Raul Max Lucas da Costa - *Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915-1935): Trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras.* - (24/06/2009).

110 - Nilton Melo Almeida - *Os ferroviários na Cartografia de Fortaleza: Rebeldes pelos caminhos de ferro*. - (16/07/2009).

111 - Patrícia Menezes - *"Fortaleza de ônibus: Quebra-quebra, lock-out e liberação na construção do serviço de transporte coletivo de passageiros entre 1945 e 1960"*. - (01/07/2009).

112 - Bárbara Cacau dos Santos - *"Trabalhadores cearenses, uni-vos!": O Pacto de Unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964)*. - (24/09/2009).

113 - Kleiton Nazareno Santiago Mota. *Mutualismo ferroviário: prover e proteger na sociedade beneficente do pessoal da estrada de ferro de Baturité de 1891 aos anos 1930*. (19/10/2009).

114 - Gilson Brandão Costa - *A Festa é de Maracatu. Cultura e performance no Maracatu cearense 1980 - 2002.* - (29/10/2009).

115 - Henri Randel Costa - *Eleição é tapeação. Luta armada é a solução: Leituras, experiências e construção do Consensus Bellicu na Nova Esquerda Cearense.* - (27/11/2009).

ÍNDICE

Ao Leitor 5

ARTIGOS

Bicentenário da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção: caso singular de uma obra de arquitetura militar com função simbólica
José Liberal de Castro 7

Ariano Suassuna e o imaginário popular do sertão
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes 73

A turma de 1962 de Engenheiros Agrônomos da UFC e seu contexto histórico
Francisco Ésio de Souza 89

O sesquicentenário do Seminário da Prainha, 1864-2014, nas revelações da memória individual e da memória coletiva
Gisafran Nazareno Mota Jucá 93

Os Guarani Kaiowa
Francisco Adegildo Férrer 111

Comentários sobre Projeto Transposições de Águas do Rio São Francisco
Melquíades Pinto Paiva 119

Reconstituição cartográfica de alguns papéis dispersos de Geraldo Nobre
Marinez Alves 131

Os bancos criados pela Ação Social Católica no Ceará
Carlos Negreiros Viana 143

Sugestões de leitura para o estudo das ocupações holandesas no Ceará (1637-1644 e 1649-1654)
Eurípedes Chaves Junior 179

EFEMÉRIDES

Datas e fatos para a História do Ceará (1996-1997)
Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) 205

As convenções da família Saraiva Leão
Francisco Fernando Saraiva Câmara 221

PALESTRAS

Fortaleza aniversaria
Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) 237

DOCUMENTOS

O testamento e o inventário do Senador Pompeu
Geová Lemos Cavalcante 245

CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

O livro "A História Cantada do Brasil em 78 Rotações" de Nirez
Elsie Stuart Gurgel de Oliveira 273

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE 2012

Relatório da Secretaria Geral do Instituto do Ceará
Valdelice Carneiro Girão 279

ATAS DAS SESSÕES DE 2011

Atas das sessões do Instituto do Ceará 285

ESTATUTO DO INSTITUTO DO CEARÁ

(Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de maio de 2012, registrado no Cartório Morais Correia 4º. Ofício, conforme microfilme 10485, em 21 de agosto de 2012) 301

SÓCIOS FUNDADORES, PRESIDENTES E SÓCIOS EFETIVOS

Sócios Fundadores e Presidentes 331
Sócios Efetivos, por ordem de antiguidade, desde a fundação do Instituto do Ceará 332
Relação atualizada dos Sócios Efetivos com os respectivos endereços - 2012 336

ÍNDICE 341

© Revista do Instituto do Ceará 2012

Coordenação
Pedro Alberto de Oliveira Silva

Projeto Gráfico e Diagramação
Sandro Vasconcellos
Thiago Nogueira

Capa e Tratamento de Imagem da Capa
Geraldo Jesuino da Costa

Foto da Capa
José Liberal de Castro

Revisão
Leonora Vale de Albuquerque

Colofão
da
Gráfica

Trazendo ao presente os sócios Valdelice Carneiro Girão e João Alfredo de Sousa Montenegro

Eduardo de Castro Bezerra Neto*

Caríssimos participantes desta nossa reunião.

Devo falar sobre duas pessoas admiráveis, integrantes do que na época se chamava de Sócios Efetivos do Instituto do Ceará e hoje o Estatuto os denomina Associados. Refiro-me a Valdelice Carneiro Girão, eleita em 20.09.1988, e João Alfredo de Sousa Montenegro, eleito em 06.05.1991.

Começo reafirmando a importância da liberdade de pensamento. Coerentemente, agradeço a atenção por me ouvirem, porém não peço que concordem com o conteúdo da minha argumentação. Respeito igualmente os que vierem a concordar e os que discordarem. Há um provérbio que diz:

"Não há proposição lógica que não possa ser contestada, nem absurdo que não possa ser defendido."

Estamos todos nessa situação. Onde está a lógica? Onde está o absurdo? Cada pessoa aqui presente tem a liberdade de assumir a sua posição.

Relembro viva a Valdelice e vivo o João Alfredo, pois assim eles permanecem. Mencionar datas de falecimento não faz sentido. Trata-se de simples fenômeno biológico secundário. Essencial é o plano transcendente da existência. A transcendência ultrapassa o espaço-tempo concebido por Einstein. O plano transcendente, eterno, é aquele da manifestação plena de Deus, do qual participam os seres humanos por Ele

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

criados, que se libertaram do corpo físico. E nós também, que permanecemos com nossos corpos neste plano material da existência.

Por conseguinte, é no presente único de Deus que concebo a existência dos nossos consóciosValdelice Carneiro Girão e João Alfredo de Sousa Montenegro. E convido a todos que aqui se encontram a considerá-los nessa forma atemporal de existir.

Por que pensar assim? Pode parecer um paradoxo, mas Platão foi o primeiro pensador cristão. Isto, apesar de ele ter oferecido a sua contribuição à evolução do pensamento humano quatro séculos antes de Jesus ter nascido. E quando adulto, Jesus transmitiu ele próprio a sua mensagem, a todas as pessoas, como Filho de Deus, em acordo com Mateus, Marcos e Lucas; igualmente como Palavra de Deus em acordo com João. Os cristãos assim aceitam. Os não-cristãos têm o direito de discordar.

Ocorre que o cristianismo, ao atrair pensadores cultos para a igreja que se expandia, estes convertidos cultos trouxeram como base de sua cultura filosófica o pensamento de Platão. Na época era corrente o movimento que veio a ser denominado "neoplatonismo". Nos dias de hoje, lendo o que escreveram aqueles luminares cristãos entre os séculos II e VIII é difícil distinguir o que se fundamenta na mensagem universal, mas de base judaica, com origem em Jesus Cristo e o que se fundamenta na mensagem também universal, mas de base grega, originada em Platão.

Não é por acaso que ao visitarem os Museus do Vaticano, em uma das salas as pessoas encontram um grande mural que recebe o título de "A Escola de Atenas". Foi pintado pelo célebre Rafael Sanzio. No centro do mural estão retratadas as duas personalidades mais expressivas: Platão e Aristóteles. Platão leva consigo um livro na mão esquerda. O título pode ser lido: "Timaios"; em português "Timeu". É uma obra da maturidade do filósofo. No capítulo 37 é descrita a "criação do universo", outras vezes denominado "céus".

Platão utiliza expressões que surpreendem. Menciona "deuses eternos" (aidiontheôon), que no cristianismo se converte facilmente em "Deus eterno". Também usa,"Pai criador" (gennesas pater). No cristianismo o ser mais elevado é Deus Pai, criador do universo e dos seres humanos.

Merece atenção o adjetivo aplicado por Platão aos deuses: "aidion"= "eternos", plural. Esse mesmo adjetivo consta no texto grego do

Novo Testamento. Referindo-se a Deus, o Apóstolo Paulo expõe com muita propriedade em Romanos 1,20:

> "Sua [de Deus] realidade invisível, seu eterno (aidios) poder e divindade ..."
> Ou seja, "A realidade invisível, o eterno (aidios) poder e divindade de Deus ..."

Pela época em que viveu e pela formação que recebeu não creio que Paulo tenha conhecido os escritos de Platão. Prefiro entender que o pensador judeu-cristão Paulo e o pensador grego que o antecedeu, Platão, compartilhavam espontaneamente o entendimento da eternidade de Deus.

Na eternidade (aidios) de Deus não se manifesta o fluxo do tempo. O passado não foi: permanece. O presente não flui: é e continua sendo. O futuro não vem: mantém-se presente. É a mesma eternidade das pessoas que passaram para o plano transcendente, porquanto integradas a Deus.

Podemos pensar em Valdelice Carneiro Girão e João Alfredo de Sousa Montenegro como integrantes desse meio.

Adiante, Platão refere que o Pai criador criou uma "imagem da eternidade"(aiônioneikona) e nela inseriu o "tempo" (chronou). Diz ele que os dias e as noites, os meses e os anos, não existiam antes de o céu ter sido gerado. Convém notar que quando o "tempo" é inserido na "imagem da eternidade"o adjetivo muda. Não mais "aidion" é empregado. O termo muda: no singular "aionios", no plural "aionion".

Entretanto, nas traduções do Novo Testamento "aidios", "aidion", "aionios", "aionion" são vertidos pela mesma expressão: "eterno", "eternos". É uma concepção incorreta que vem tendo continuidade. Eterno, eternos, sem fluxo de tempo, é "aidios" ou "aidion". Tempo sem duração definida conhecida ou sem limites precisos, é "aiônios" ou "aiônion". No grego, as palavras que transmitem conceitos diferentes são também distintas. Apesar de ser assim no texto grego do Novo Testamento, nas traduções para as línguas modernas os conceitos distintos convergem para uma mesma palavra.

No decorrer da História é diferente a ordem na maneira de entender as origens. Os pensadores que redigiram a Bíblia Hebraica foram

anteriores a Platão. Mas o que pensavam revela afinidades com o pensamento do filósofo. Não obstante, há uma diferença fundamental: um só Deus na tradição hebraica; vários deuses na tradição politeísta grega. O cristianismo dos primeiros séculos se beneficiou das duas fontes: a hebraica e a grega, todavia sem se prender ao politeísmo desta. Ótimo que tenha sido assim.

Podemos mais uma vez situar nossos consócios Valdelice Carneiro Girão e João Alfredo de Sousa Montenegro. Junto a eles nós que aqui estamos também nos situamos. A eternidade atemporal de Deus é a que os acolhe. O que nos congrega é a imagem temporal da eternidade. Contudo, em ambas Deus É presente. E é exatamente em Deus que eles e nós nos unimos.

Por isso não me refiro às datas das vidas terrenas que se aplicam à Valdelice e ao João Alfredo. Faço exceção às datas do ingresso no Instituto. De modo análogo, não mencionarei suas obras, que estão bem situadas no *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*.

Prefiro reafirmar com inteira convicção que nós permanecemos unidos além do aparente fluxo do tempo. Nossa união se apoia no poder infinito de Deus. Ele nos criou a todos; Ele nos mantém unidos. Não há necessidade de ver a Valdelice, de ver o João Alfredo. É suficiente guardar a consciência de que permanecemos unidos.

(Fortaleza, 20 de outubro de 2014).

HOMENAGEM PÓSTUMA

Rubens de Azevedo
(1921 - 2008)

Rubens de Azevedo

A Astronomia está de luto

Nelson Travnik*

Mais uma vez Urânia abre os braços para receber mais um dos seus diletos filhos. A comunidade astronômica brasileira perdeu, no dia 17 de janeiro de 2008, em Fortaleza, CE., aos 86 anos uma de suas figuras mais expressivas: Rubens de Azevedo. Geógrafo, astrônomo, escritor, jornalista, artista plástico e poeta.

Nascera em Fortaleza, CE., no dia 30 de outubro de 1921, filho do pintor e poeta Otacílio de Azevedo. Ainda na infância e adolescência

*Astrônomo dos observatórios municipais de Americana e Piracicaba, SP.

um amigo costumava lhe emprestar a coleção "Tesouros da Juventude" e a partir dela Rubens correu atrás de saber o que havia além das estrelas. Mais tarde, como ele dizia, por uma questão de pobreza, pois sua luneta era pouco potente, passou a observar e estudar a Lua. Foi o primeiro passo para reunir interessados e fundar, em 1947, na casa do seu pai, em Fortaleza, a primeira associação criada no Brasil, a Sociedade Brasileira dos Amigos da Astronomia - SBAA.

No teto de sua casa construiu o Observatório Popular Flamarion onde realizou notáveis desenhos do cometa 1948 L. Em 1949, conheceu aquela que seria sua esposa e fiel companheira em todos os momentos, Jandira Carvalho de Azevedo, escritora, jornalista e poetisa. A "parceria" Rubens e Jandira foi decisiva nas obras de ambos. Residiram em São Paulo, capital, Natal, RN., João Pessoa, PB., e voltaram a Fortaleza. Não tiveram filhos.

Na capital paulista fundou a Sociedade Brasileira de Selenografia e participava do círculo estreito de amadores que freqüentava o Observatório do Capricórnio, fundado por Jean Nicolini (1922-1991) em 1948. Foi uma época extremamente fértil para Rubens. São dessa época os livros *Selene, a Lua ao alcance de todos* (1959) e *Lua, degrau para o infinito* (1962).

Residindo em Natal, RN., junto à Associação Norte-Riograndense de Astronomia - ANRA, foi, juntamente com o Dr. Antônio Soares Filho, a mola mestra para a realização do IV Congresso da Liga Latino-Americana de Astronomia. O brilhantismo e os meios colocados à disposição pelo governador do Estado, W. Gurgel, foi de tal envergadura que nunca mais se viu coisa parecida no país.

Em 1969, em João Pessoa, PB., face a sua notória e conhecida experiência, por indicação do Dr. Ronaldo R. F. Mourão, do Observatório Nacional, CNPq MTC, foi indicado para fazer parte da equipe inicial de cinco astrônomos que iria colaborar com observações no projeto Apollo, da NASA-JPL denominado "Lunar International Observers Network", Rede Internacional de Observadores da Lua. Do programa de observação constavam os chamados TLP's, "Lunar Transiente Phenomena", Fenômenos Transitórios Lunares. Posteriormente várias instituições viram-se ligadas ao programa dos TLP's, após extensiva orientação. Durante o programa, Rubens realizou uma importante constatação de aumento de brilho incomum na cratera Aristarco.

A presença de Rubens em João Pessoa propiciou a construção do Observatório da Fundação Padre Ibiapina, fator decisivo para mais tarde o CEDATE-MEC doar um Planetário Carl Zeiss "Spacemaster" para esta capital.

De volta à terra natal, juntamente com o professor Demerval Carneiro Neto, amigo e companheiro, incentivou a ciência do céu a tal ponto de sensibilizar dois importantes colégios, Christus e Sete de Setembro, a promoverem cursos regulares de astronomia e erigirem excelentes observatórios em suas unidades.

Não somente a SBAA como também a UBA, União Brasileira de Astronomia, experimentou um grande progresso sob a atuação de Rubens de Azevedo.

Devido a seus artigos, persistência, contatos feitos com o prefeito de Fortaleza, o governador do Estado e no meio científico e cultural, é inaugurado, no dia 26 de fevereiro de 1997, no Instituto Cultural Dragão do Mar, na Praia de Iracema, o "Planetário Rubens de Azevedo", com um projetor Carl Zeiss modelo ZKP-3 no valor de 1,2 milhões de dólares. O nome dado por proposição do professor Demerval Carneiro Filho a uma pessoa ainda viva, fato incomum, é um eloqüente atestado do conceito e admiração não só do cearense mas de toda a comunidade astronômica nacional a um gigante da ciência do céu em nosso país.

Em 1962, escreveu *Na Era da Astronáutica*; em 1969, *No Mundo da Estrelândia*; em 1985, *O Cometa de Halley*; em 1988, *A Bandeira Nacional*; em 1989, *O Homem Descobre o Mundo*; e em 1996, *Memória de um Caçador de Estrelas* (autobiografia).

Ilustre no meio científico, Rubens fez pela astronomia brasileira muito mais que poucos imaginam. Quando se trata do nosso satélite natural, seu nome está indelevelmente ligado na bibliografia astronômica. Seu nome consta do *Dicionário Enciclopédico de Astronomia e Astronáutica,* 2ª edição da Editora Nova Fronteira de Ronaldo R. F. Mourão por sinal, um de seus admiradores.

De temperamento alegre e jovial os que conviveram com ele guardam para sempre momentos inesquecíveis. Desde o falecimento da esposa, "O Maior Amor" como intitulou em um dos capítulos da autobiografia, sua saúde começou a declinar sensivelmente. Nesta hora em que sentimo-nos duramente atingidos por tão grande perda,

reconforta-nos saber que ele agora está ao lado de D. Jandira passeando entre os astros do universo que ele tanto amou.

Numa homenagem ao ilustre amigo e colega, o "roll-off" do Observatório Astronômico de Piracicaba, SP., passará doravante a denominar-se "Pavilhão de Observações Rubens de Azevedo".

Pavilhão de Observações Rubens de Azevedo, Piracicaba - SP.

A descoberta do Instituto do Ceará

Eustógio Wanderley Correia Dantas*

A necessidade de pensar a Geografia e a História da província justificou organização de movimento intelectual de estudiosos cearenses de peso no sentido de fundarem o Instituto do Ceará, em sessão do dia 4 de março de 1887 e a reunir grupo de abnegados: Paulino Nogueira, Barão de Studart, Joaquim Catunda, João Batista Perdigão de Oliveira, Júlio César da Fonseca Filho, Pe. João Augusto da Frota, Antônio Augusto de Moraes, Juvenal Galeno e Virgílio Brígido.

No Instituto do Ceará foram desenvolvidos estudos relacionados ao saber geográfico e histórico do estado e que até a atualidade se constituem referência, antes mesmo da constituição da Geografia e da História como ciências nos anos 1930 e a contar, no caso da primeira, com a participação efetiva de mestres franceses como Monbeig e Defontaines. No Ceará o quadro ainda é mais desvantajoso em relação às instituições universitárias, com instalação do primeiro curso de Geografia e História na antiga Faculdade Católica de Filosofia do Ceará e, na sequencia, na Universidade do Ceará (atual Universidade Federal do Ceará), cujos primeiros geógrafos foram formados, respectivamente, em 1947 e em 1966.

A institucionalização do saber em conhecimento científico se dá no Ceará somente a partir do final da primeira metade do século XX, não implicando necessariamente na impossibilidade de incursões no espaço em foco e, muito menos, na realização de trabalhos com rigor metodológico e de caráter descritivo denso. Significa dizer que sem o

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Instituto do Ceará, o conhecimento sobre a Geografia do Estado não seria o mesmo. Não é à toa que a consócia Maria Clélia Lustosa Costa, em seu discurso de posse, e remetendo à carta de Capistrano de Abreu a Barão de Studart, na qual afirmava tratar-se do Ceará a província mais estudada do norte do país, ressalta a existência de "um grande acervo bibliográfico sobre a Geografia, a História e a Antropologia cearense".

Uma marca da época e na qual a Geografia e a História representavam ciências irmãs, fundamentadas no positivismo lógico e cujo amálgama era a da constatação da importância do meio geográfico no fazer histórico. O que Milton Santos, para além das querelas entre os adeptos do determinismo e do possibilismo geográfico, denominava de "necessitarismo".

O consócio a quem sucedo, João Alfredo de Sousa Montenegro, é gestado neste contexto, se formando como bacharel e licenciado em Geografia e História na Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, respectivamente nos anos de 1952 e 1953. Em 1954, obtém o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Tal formação o qualificou a ingressar, em 1958, como Professor Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), na qual permanece exercendo este cargo até 1970, quando se transferiu, como Professor Adjunto, à Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia. Este desdobramento em sua carreira justificou mudança para o Rio de Janeiro e no sentido de realizar Mestrado em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com conclusão em 1976. Na carreira universitária, a que diretamente nos interessa e ao ponto de não remeter à sua passagem no ministério público, é aprovado em concurso de Professor Titular (1980), atuando, desde então, em vários cursos de graduação e em curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (1986).

João Alfredo Montenegro participa de movimento de constituição do saber científico no Ceará, dado a suscitar delineamento de processo de redimensionamento do Instituto do Ceará e em face à concorrência empreendida com as instituições de ensino superior. Representa reforço de tendência posta à formação de pesquisadores habilitados nos domínios da Geografia e História e entendida como via única a torná-los aptos a interpretar o mundo. A Universidade toma para si este papel e intitula as realizações precedentes como "pré-história da ciência".

Neste sentido, o consócio em foco figuraria dentre os especialistas no estudo da história das ideias e a sofrer influência da Escola Francesa, na figura do célebre historiador Fernand Braudel.

Não é à toa que Vladir Menezes, responsável por sua saudação de ingresso no Instituto do Ceará, pontua produção científica realizada no domínio universitário tanto local como nacional. Elenca 27 trabalhos, e comenta 9 dentre eles, publicados em veículos diversos: livros, capítulos e artigos em periódicos nacionais. É nestes termos que o compara a Tomás Pompeu de Souza Brasil, que teria entrado no Instituto do Ceará "por seus méritos indiscutíveis". O referido era considerado o maior erudito de sua época, sendo exigido para seu ingresso no Instituto do Ceará, em 1889, apresentação de trabalho sobre a População do estado a uma Comissão de Admissão de Sócios. Já João Alfredo Montenegro é admitido devido "uma longa e proveitosa experiência de vida que se realiza em pensamento, concretizando uma obra, legado de sua atividade intelectual". Até seu afastamento por problemas de saúde, nos deixa um legado a contar com publicação de 48 trabalhos.

João Alfredo Montenegro adentra no Instituto do Ceará, tendo obra valorada por especialistas do estado (GIRÃO, Raimundo; SOUSA, Maria da Conceição. **Dicionário da literatura Cearense**, 1987) e de São Paulo (PAIM, Antonio. **O estudo do pensamento filosófico brasileiro**, 1985).

Embora sua dimensão corpórea impeça continuidade de convívio conosco, seu legado persiste e nos anima. Foi satisfatório remeter a seu trajeto, principalmente por encontrar nele similitudes ao meu. Guardando as proporções e relativizando os contextos considerados, somos provenientes de amálgama similar, o do institucional a nos formatar.

Como o consócio, fui motivado, desde o princípio pelo magistério e, no percurso, me tornei pesquisador.

É nestes termos que não falarei, em um primeiro momento, de geógrafo! Geografia não constava em meu vocabulário. A influência que recebi de meus familiares (especificamente o lado feminino: a avó, Alvina Alves Correia; a mãe e tia, respectivamente Francisca Correia Dantas e Maria José Correia de Sousa), indicava como meta o ser professor. Guardei na minha memória as histórias de minha avó ao se vangloriar de ter sido "Professora Interina" em Parnaíba/Piauí. Em suma, por saber ler e escrever medianamente havia, à sua época, a possibili-

dade de atuação como professora voluntária na alfabetização de jovens e adultos, dado que ela guardou até seus últimos dias como boa recordação de sua juventude. No mais ela sempre afirmava que a família de meu falecido avô era de homens inteligentes, "todos doutores". Nestes termos, apresentava naturalmente o peso do gênero no delineamento do papel dos sujeitos à época em que viveu.

Minha avó conseguiu influenciar, sobremaneira, minha mãe e tia. Ambas concluíram o antigo Normal e exerceram o magistério, no ensino fundamental, até a aposentadoria. O circulo se fechava com elas ao realizarem um projeto de vida profissional almejado e não alcançado, de fato, por minha avó.

Não fugi à regra. Com influencia desta tríade, também abracei esta vocação e, no momento de pensar no ingresso na universidade somente existia uma certeza: o magistério. Minha vontade era tamanha que, à época, mesmo meus amigos mais próximos não ousavam me dissuadir. Eu não vislumbrava outras possibilidades e eles eram forçados a endossar. Toco neste ponto para denotar a já clara tendência de desvalorização deste profissional face a outras profissões.

A Geografia apresentou-se como um meio para se atingir um fim, o me tornar professor. Na escolha desta ciência minha mãe me antecedeu, ingressando, aos 42 anos de idade, no Curso de Licenciatura da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Ingresso um semestre após (1985.2), dando início a meu percurso de profissionalização.

O se formar como Professor de Geografia pareceu-me razoável e as possibilidades de inserção no mercado se ampliavam para além do domínio do ensino fundamental e médio, com a descoberta do magistério superior. Este novo horizonte me foi apresentado na universidade por professores especiais, a se destacarem na motivação dos jovens geógrafos em formação. Dentre eles indicaria Luzianeide Coriolano e Luiz Cruz Lima. A primeira, professora, soube apresentar uma bibliografia atualizada e nos convencer da ideia de que passávamos por um processo de renovação e no qual tínhamos uma contribuição a dar na defesa de uma sociedade justa e na efetiva atuação como profissional geógrafo. Mais uma vez tenho reforçado o ideal do magistério e a essa altura do ensino superior. O segundo, professor, também soube apresentar esta bibliografia inovadora, leia-se marxista, indicando ainda a necessidade do profissional de ensino se dedicar à pesquisa.

Nesta época percebo ser fundamental, na construção de meu perfil como professor, o investimento na dimensão da pesquisa, intento não fácil, posto dispor de fragilidades na formação como licenciado. O caminho encontrado foi o da realização de estudos de pós-graduação. A oportunidade se apresentou na Universidade Federal do Ceará (UFC), com ingresso no "Curso de Especialização Nordeste Questão Regional e Ambiental" em 1989, concebido pelo Prof. José Borzacchiello da Silva e coordenado pela Profª. Maria Geralda de Almeida. Consistiu em atividade fundamental na formação de meu perfil como pesquisador. Pautado na temática Regional e a adentrar na compreensão da dinâmica da regionalização e do regionalismo no Nordeste, suscita a descoberta de bibliografia ampla e a impor um posicionamento científico e político face ao mundo.

De um cientista em formação e a intentar ser atuante, os espaços oferecidos pela cidade no domínio profissional eram restritos. Nenhum concurso à universidade ocorreu à época, o mesmo no concernente ao ensino médio do Estado ou Município. O dilema reinante entre os nordestinos me rondou ao ponto de realizar concursos para universidades fora do Ceará. Para sobreviver tornei-me migrante, sendo convidado e aceito trabalhar, entre 1989-1990, como Professor Substituto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista. Nesta instituição me envolvi na arte do magistério superior, não somente reduzida à sala de aula, mas a envolver atividades tanto de pesquisa como extensão. A expectativa de nossos alunos era grande e, nesta labuta, contei com a vivência rica e gratificante de amiga e colega que havia realizado especialização comigo e pelejado na Associação dos Geógrafos Brasileiros, a Profª. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues.

Minha alma de migrante não se acalenta e, já em Vitória da Conquista dou continuidade a meu projeto de realização do mestrado, concluído em 1995. A instituição escolhida foi a USP, posto dispor de informações que a apontavam como a melhor do país. Na USP ingressei em ambiente de discussão no qual se vislumbrava esforço de releitura e atualização do pensamento marxista, pautado na obra de Lefebvre e encabeçado por minha orientadora Ana Fani Alessandri Carlos. Tal inflexão permitiu compreensão do pensamento lefebvriano como um processo histórico de interpretação da realidade e a possibilitar, a patir do recurso ao diacrônico, o entendimento do sincrônico. Em suma, a

história do espaço como possibilitadora da compreensão da morfologia urbana hodierna, bem como da indicação de projeções para o futuro.

O dado a ponderar neste processo de formação foi o do fortalecimento de leitura altamente crítica em relação a outras instituições produtoras do conhecimento. Na universidade, a busca da cientificidade e do cientificismo conduziu a atitude de negação de outros níveis de conhecimento e saber. Fechamo-nos em nós mesmos ao questionarmos importância dos estudos descritivos. Trata-se de postura resultante da força que a ideologia marxista toma nas ciências sociais, ao ponto de provocar distanciamento em relação ao saber intitulado burguês e com as instituições nas quais supostamente se assentava.

Retorno a Fortaleza em 1991, após aprovação em concurso na UFC. Meu ingresso se deu balizado pelos valores que guardava à época. Acreditava que não deveria vestir a camisa da instituição posto não querer perder minha capacidade de crítica. Me dediquei com força à minha especialização profissional. No entanto e diferentemente do ocorrido no Mestrado, no Doutorado outras prioridades se apresentavam. O individual (pessoal) entra em choque, neste momento, com o institucional. De um lado intentava dispor de tempo para elaborar um projeto de pesquisa consistente e aproveitar um pouco mais da vida. Havia casado recentemente e queria paz (descanso). Almejava vivenciar o tempo lento, perdido nos augúrios da metrópole alencarina. Isto até me levou a recusar convite esboçado por minha antiga orientadora de mestrado em continuar estudos com ela em São Paulo. De outro lado, possibilidade de saída para o doutorado apresentada na UFC e que me levou à capitulação. Consequentemente a saga de migrante foi retomada, desta vez apontando à travessia de mares bravios e incursão em ambientes ainda não explorados.

Não poderia, pautado no indicado anteriormente, deixar de agradecer dois apoios fundamentais nesta época e que agora tenho a oportunidade de fazê-lo em público. Primeiro, o de minha esposa ao não titubear em aceitar migrar comigo. Foi fundamental em tomada de decisão de caráter pragmático, resultado da plena consciência de que quando se apresenta uma oportunidade destas não dá para recusar. Sempre foi difícil, e ainda o é, pleitear afastamento para especialização, vis-à-vis demandas outras de nossos pares. Segundo, a do colega e grande amigo Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva, que me lembrava da importância

em realizar estudos no estrangeiro, especificamente na França e, concomitantemente, oferecia bolsa de doutorado sob os auspícios de projeto que coordenava junto ao CAPES-COFECUB.

Na França meus horizontes se abriram tanto como pessoa como profissionalmente. Na perspectiva pessoal deixei de ser casal e me transformei em família, com o nascimento de minhas duas amadas filhas: Caroline Azevedo Dantas e Larissa Azevedo Dantas. Meirinha e elas sempre formam um alento em minha vida atribulada na metrópole parisiense. Neste interim contamos com o apoio inestimável de minha sogra, Maria Librada Azevedo do Nascimento, e de minha mãe, Francisca Correia Dantas, que generosamente foram solidárias ao migrarem à Paris no momento do nascimento das meninas. Hoje entendo metaforicamente o que significa porto seguro. Encontrar minha esposa e brincar com minhas filhas era revigorante e inspirador. Foi o sustentáculo para êxito no domínio profissional, no qual contei com orientação do renomado geógrafo Paul Claval, na Université de Paris IV – Sorbonne. Homem culto, intelectual de relevo internacional e que me ensinou ser a liberdade a mola propulsora do espírito. Com ele me insiro no cerne da discussão sobre a Abordagem Cultural na Geografia, cujos pressupostos, contrários ao marxista, visavam recolocar o homem no centro das discussões. Focando nas representações coletivas da sociedade, um novo universo se apresenta na construção de minha pesquisa, agora voltada ao entendimento das relações dos homens com o mar e a permitir descoberta da larga produção científica realizada sob os auspícios do Instituto do Ceará e facilmente acessada em sua revista e rico acervo de documentos antigos disponibilizados no formato impresso.

A oportunidade de rever a assertiva de que o conhecimento somente era produzido na universidade se apresenta. Constato pessoalmente a existência de rico acervo mencionado por Capistrano de Abreu e me deleito em apreender, na leitura dos mesmos, informações relacionadas ao contato que as populações do passado estabeleciam com o mar: os Índios, os colonizadores, os negros, bem como a civilização mestiça que se formou. À época realizei leitura minuciosa da bibliografia existente, pinçando nas entrelinhas as menções raras ao elemento líquido. Constatei neste percurso a lógica do processo civilizacional brasileiro, fortemente marcada pela admiração ao Ocidente e cujos desdobramentos no Ceará denotam um quadro peculiar.

Descubro a obra daqueles que fizeram o Instituto do Ceará e constato sua riqueza de detalhes. Vislumbrei claramente lógica de ordenamento do território valorativa do continente (leia-se sertão) e que lenta e gradualmente converge ao litoral (leia-se capital). Da riqueza e da civilização assentada nos núcleos urbanos interioranos à sua transferência lenta e gradual à cidade de Fortaleza. De uma cidade com alma de sertão que se faz mais recentemente marítima e como reflexo do delineamento das práticas marítimas modernas nos trópicos.

É nestes termos que passo a remeter à constituição de um imaginário social coletivo atrelado ao sertão e cuja constituição no tempo foi possível acompanhar com o recurso de trabalhos clássicos de nossa historiografia e contidos na Revista do Instituto, nosso maior patrimônio.

Trabalhos produzidos por seus fundadores e aqueles que o sucederam se tornaram fonte em minha pesquisa:

Final século XIX/início século XX:

NOGUEIRA, Paulino, "Fortaleza do Ceará", t. 2. 1888, p. 121-135.

OLIVEIRA, J. B. Perdigão de, "Conquista dos indigenas", t. IV. 1890, p. 118-154.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza, "População do Ceará", t. 4. 1890, p. 72-77.

STUDART, Guilherme "Azevedo de Montaury e seu Governo no Ceará", t. 5, n° 1. 1891.

BEZERRA, Antônio "As praias", t. 16. 1902, p. 94-100.

BEZERRA, Antônio "Pero Coelho de Souza no Ceará", t. 8. 1903, p. 13-30.

Anos 1930 a 1960:

POMPEU SOBRINHO, Thomas, "O homem do Nordeste", t. LI. 1937, p. 321-388.

_____, "Alguns aspectos da geografia humana cearense". t. LIV. 1940, p. 151-192.

_____. “Vicissitudes da Costa Cearense”, t. LX. 1946.

STUDART FILHO, Carlos P. “As fortificações do Ceará”, t. 43/44. 1929/1930, p. 48-94.

_____. “Resistência dos indígenas à conquista e povoamento da terra - a Guerra dos Bárbaros”, t. LXXIII. 1959.

_____. “Os aborígenes do Ceará”, t. LXXVI. 1962, p. 5-73.

_____. “O povoamento do Ceará”, t. LXXXIII. 1969, p. 47-61.

Anos 1980:

GIRÃO, Raimundo, “O Ceará Pré-Histórico”, t. E. 1987, p. 9-30.

NOBRE, Geraldo, “Formação das cidades no Ceará-Colônia”, t. C. 1986, p. 241-254.

Grosso modo não apresento nada de novo à tônica presente nos discursos e a exaltar legado produzido nos tempos aúreos do Instituto do Ceará. No entanto, e felizmente, com a aproximação em relação aos estudos publicados na citada revista, tomo ciência de um legado mais rico e associado a trabalhos produzidos por consócios que ousam animar a ambiência hodierna da Casa do Barão. Me refiro à constatação de que não só vivenciamos um patrimônio a zelar, mas que o referido se encontra em construção. O legado bibliográfico é ainda aprimorado por aqueles que tive acesso à obra antes de travar conhecimento. A título de exemplo apresento referências bibliográficas publicadas nos anos 1990 pelos consócios:

MENEZES NETO, Paulo Elpídio, “Relações de poder e de dominação no Nordeste Colonial”, t. CX. 1991, p. 169-183.

GIRÃO, Valdelice Carneiro, “As charqueadas”, t. CX. 1996, p. 71-92.

A listagem contempla nomes de outros consócios cuja produção se associa a outros veículos.

Da mesma matriz institucional, advindos da UFC como os dois citados anteriormente, destaco os Professores Gisafran Jucá e Liberal de Castro. Os conheci relacionados à universidade e os reencontro, com

agrado, no Instituto do Ceará. O primeiro foi referência em minha dissertação de mestrado, com tese desenvolvida na Universidade Federal de Pernambuco e a tocar na temática do comércio ambulante em Fortaleza e Recife. O segundo, grande urbanista, com larga produção científica e cujo olhar refinado percebi ao ter sido o primeiro na academia a dar o real peso ao processo de aproximação da cidade e da sociedade em relação aos espaços litorâneos. Destaco sua obra: Fatores de Localização e Expansão da Cidade de Fortaleza, de 1977. Ousaria dizer que seu nome figura dentre outros estudiosos que, independente das representações sobre a cidade focarem o sertão, souberam descobrir seu lado mar. Neste domínio o colocaria ao lado de Oliveira Paiva, na literatura com "A Afilhada", e Gustavo Barroso, grande memorialista, com "Praias e Várzeas".

Entretanto convém destacar que o Instituto, aberto ao recebimento de profissionais da universidade, não eclipsa completamente sua tradição. Coloco nestes termos para destacar descoberta, da minha parte, de obra de importante memorialista do estado, Eduardo Campos. Me recebeu prontamente e gentilmente para falar sobre os intentos de minha pesquisa e no sentido de me oferecer fontes. Foi através dele que conheci Gustavo Barroso. Eduardo Campos era um homem gentil e generoso, ao ponto de me presentear com alguns de seus trabalhos. Me recebeu por várias vezes e em uma delas, retoma afirmação que havia feito, a de que não trabalhavam com o mar e a de ter seu legado associado ao sertão. Disse na oportunidade que a conversa comigo funcionou para ele como uma terapia em grupo que o fez perceber como o mar também estava presente nele.

O reencontrei anos depois em evento organizado no Dragão do Mar e no qual ele debateu comigo meu primeiro livro: Mar à Vista (2002). Na sequencia o reencontrei na Casa do Barão, como convidado a proferir palestra. No final muito me lisonjeou os comentários gentis proferidos por ele. Lembro ainda um dado tocado pelo mesmo e segundo o qual, o que é verdadeiro, havia feito umas trinta e tantas citações relacionadas às suas obras no livro anteriormente citado.

Obras utilizadas como fonte:

CAMPOS, Eduardo, "Terra de sol, setenta anos depois", *in* : *Journal de Cultura*, Ano 1, n° 11. Fortaleza : Universidade Federal do Ceará, 1983.

_____. *A Fortaleza provincial rural e urbana : introdução ao estudo dos códigos de posturas de 1835, 1865, 1870 e 1879*. Fortaleza : Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

_____. *Gustavo Barroso - sol, mar e sertão*. Fortaleza: EUFC, 1988, 125 p.

_____. *Mucuripe*. Fortaleza: 1989.

_____. *A Memória imperfeita*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 1993.

_____. *O inquilino do passado - memória urbana e artigos de afeição*. Fortaleza : Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1996, 152 p.

_____. *O inventário do quotidiano - breve memória da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza/ PMF, 1996, 87 p.

Após a palestra também me fez convite gentil de encaminhar trabalho à Revista do Instituto do Ceará. De leitor, se apresentou a oportunidade de compor quadro de autores, com a veiculação do artigo intitulado "Rede urbana colonial cearense: uma crítica à noção de rede dendrítica" (2006).

Se possível fosse, gostaria de agradecê-lo pela oportunidade aberta a conhecer, por dentro, o Instituto do Ceará e ter podido contribuir modestamente, com meus escritos, na construção continua de seu maior patrimônio, a sua Revista, e por que não dizer da sociedade alencarina.

A possibilidade de compor o quadro de sócio efetivo se apresentou mais recentemente, com projeto da Profa. Clélia Lustosa Costa em me trazer ao Instituto do Ceará. Conheço Clélia antes do meu ingresso na UFC, no entanto o aprendizado se deu ao me tornar professor no Departamento de Geografia. Hoje poderia dizer que, seguindo a tradição já instituída pelo Prof. José Borzacchiello da Silva, a referida soube adotar estratégia qualitativa de recepção dos professores novos na instituição. Imediatamente me inseriu no Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) e soube dar valor, ou melhor, sobrevalorizou um jovem pesquisador que titubeava no universo da pesquisa. Olhando o passado, soube me convencer que já era um profissional completo e que tinha algo a dizer. Hoje, percebo o quanto fui iludido

e por conta da arrogância caracterizadora dos jovens. Com ela aprendi muito e ainda tenho a aprender.

Na empreitada para ingresso como sócio no Instituto do Ceará o Prof. Gisafran Jucá também participou, emprestando seu nome juntamente com a Profa. Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho e, finalmente, em substituição à última professora, contei com a indicação da Profa. Valdelice Girão.

Até o presente momento, da eleição à posse, o caminho foi longo, mas muito me orgulha ter contado com a adesão crescente de colegas a meu nome, o que muito me honrou. Para não citar nomes e incorrer em erros, muitos dentre os que conhecia através da bibliografia, outros da lide acadêmica e, por último, daqueles apaixonados pela cultura e literatura do estado, pessoas que vislumbro como envolvidas na preservação e construção contínua deste patrimônio que pertence às gerações futuras.

Como hoje não sou mais tão jovem como quando entrei na universidade, na atualidade ouso admitir que visto a camisa das instituições nas quais labuto. A UFC trago comigo e o Instituto do Ceará certamente terá um espaço especial em minha vida.

(Discurso pronunciado em 17 de outubro de 2013).

Homenagem póstuma aos confrades Oswaldo Evandro Carneiro Martins e Francisco Edson Cavalcante Pinheiro

Francisco Ésio de Sousa*

A presidência desta casa, na pessoa do Excelentíssimo Senhor confrade EDNILO GOMES DE SOÁREZ, incumbe-me, nesta noite, da honrosa quanta delicada missão de falar sobre a vida e a obra de duas personalidades que engrandeceram esta Casa. Tal seja, os nossos saudosos e estimados confrades, que, pelo determinismo da finitude biológica, nos deixaram, ou seja, o professor Oswaldo Evandro Carneiro Martins e o Dr. Francisco Edson Cavalcante Pinheiro.

Assim, frente ao exposto, aventuro-me nessa empreitada, contudo, reconhecendo que para falar sobre alguém, se exige mais do que o conhecimento de sua obra, mais do que se assenhorar de sua biografia, clama-se por mergulhar nas águas turvas de suas mentes e delas arrancarem-se pensamentos nem sempre explicitados e a se perderam para sempre, salvo, àqueles que privaram de sua intimidade, os resgatarem.

Neste cenário, significa enquadrar minha abordagem como simplória, em vista do escasso tempo de pesquisas e também por não possuir a competência e a sagacidade dos seguidores de Freud e, tão pouco, ter privado da intimidade dos homenageados por mais tempo.

Abordarei o primeiro homenageado fixando-me em três momentos temporais.

O meu contato inicial com o professor Oswaldo Evandro remete-me aos idos de 1958, quando ao deixar as salas de aula do velho Liceu

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

do Ceará, ingressava na então Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará, hoje Centro de Ciências Agrárias, dirigida pelo professor Prisco Bezerra; enquanto a Universidade, sob o reitorado do eminente e magnífico professor Martins Filho, igualmente confrade desta Casa. Foi ali, portanto, no casarão do Alagadiço, que me deparei, em 1958, pela vez primeira vez com a figura do titular da cadeira de Descritiva, Perspectiva e Sombra, o professor Oswaldo Evandro Carneiro Martins, cujo assistente era o professor José Leopoldino Neto.

Com poucas aulas ministradas pelo Titular, o então professor Leopoldino Neto assumiu a cadeira. Foi ali também, onde recebi aulas de outros já membros deste Instituto, tal os professores Renato de Almeida Braga, Francisco Alves de Andrade e, posteriormente, de Melquiades Pinto Paiva.

O professor Oswaldo Evandro, ao lado do magistério na Engenharia Agronômica, desenvolvia intensa atividade intelectual. Senão coteje-se:

Da avaliação Estrutural da Terra; Geometria Não Euclidiana; A Consciência Ecológica; A Teoria Social sobre a Seca; Pro-Conservação dos Recursos Naturais, entre outros.

Como se deduz, ele estava mergulhado na Ciência da Terra e abraçado com Descartes; Mendel; Morgan; Darwin; Liebeg; Von Martius...

Passado este período de aluno, perdi totalmente o contato com o professor Oswaldo Evandro, quando, por circunstâncias profissionais, migrei para a cidade do Recife, onde permaneci por longos dezoito anos. Afastando-me, infelizmente, de qualquer tipo de relacionamento com o professor Oswaldo, a não ser o estabelecido aqui neste próprio Instituto Histórico.

Oswaldo Evandro, o engenheiro agrônomo.

Em um exercício especulativo, entendo que o nascer ou viver em partes mais hostis do planeta Terra, como as do Semiárido Brasileiro, qual seja o nível cultural que o ser humano detenha, torna-se impossível ignorar as adversidades climáticas, sobretudo a pluvial, que historicamente nos castiga. Haja vista a farta literatura da história das secas em que se relatam o sofrimento e as mortes de milhares de nordestinos de fome e sede, ao longo dos tempos.

Não vou insistir nesta temática, mas tão-somente destacar o sonho de muitos jovens, como eu, e talvez também de outros alunos, que tiveram ao ingressar na Engenharia Agronômica, tal o professor Oswaldo Evandro, pelo conhecimento do enunciado apocalíptico de Malthus sobre a estreiteza da oferta de alimentos versus a expansão da pirâmide demográfica no mundo.

Então, ajudar a combater a fome da população pobre do mundo, sobretudo a do sertão nordestino, mediante a adoção da Genética, (melhoramento das espécies); da Química (fertilidade dos solos; combate às pragas e doenças); pela Física (mecanização) e com isso contribuir para o aumento da produtividade das espécies botânicas e zoológicas, constitui uma das missões mais nobres do ser humano para com o seu semelhante.

Talvez tenha sido essa força motriz que fez erguer os pilares do sustentáculo da denominada Revolução Verde, ocorrida nas décadas de 60 e 70 do século XX, que deu ao Engenheiro Agrônomo e Cientista Norman Borlaug, o Prêmio Nobel da Paz, em 1970, por ter ele salvado milhares de vidas humanas no mundo, sobretudo, o subdesenvolvido.

Portanto, por isso, trabalhar no Instituto Interamericano de Ciências Agrárias (IICA), na Organização dos Estados Americanos (OEA) e, sobretudo, na Organização para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) é alcançar, para muitos, sua excelência profissional.

Ainda hoje, guardo comigo, como relíquias, ofícios e telegramas de quando fui convidado a trabalhar na FAO, mas que, infelizmente, não obtive liberação por órgão de trabalho.

O segundo momento aconteceu em 1984, quando o encontrei na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), como professor da Cadeira de Sistemas Econômicos Comparados, do Curso de Economia, onde meu filho-Marcos Antônio Caracas de Souza– concluía, enquanto eu a paraninfava.

Finalmente, me reencontrei pela terceira vez com o professor Oswaldo Evandro, aqui neste Instituto Histórico, no ano 2002, ao ingressar neste dito Instituto, sob a presidência do professor Geraldo da Silva Nobre, e secretariado pelo professor Oswaldo Evandro, de quem tive a honra de receber de suas mãos o meu certificado de sócio efetivo.

De 2002, até seu falecimento, sempre que eu vinha para assistir às reuniões, me encontrava com ele, sentado no mesmo lugar, isto é, na fila de cadeiras do lado direito. Em algumas poucas vezes, enquanto morava na praia de Iracema, o conduzi até sua casa.

Assíduo às reuniões, ao término de cada uma, apanhava um taxi para sua residência. A mostrar que, apesar da idade avançada, cumpria religiosamente a rotina deste Instituto. O que se pode concluir que era um predestinado para as lides intelectuais e um crédulo naquilo que entendia como seu ideário terreno.

Oswaldo Evandro, o Pensador.

Escreveu obras tais, como *Marx como Filósofo; Ontologia do Ser Social e o Juízo de Valor; Sobre o Proletariado de Fortaleza; 1993. Livros – O autor e o ator: Ensaio Marxista. 1994.*

Após ver os títulos das obras do Oswaldo Evandro e os cursos que fez depois do de Agronomia, também, a título especulativo, notei um relativo desencanto dele com as Ciências da Terra, quando migrou para a Filosofia e, em sucessivo, para o Direito.

Talvez por ter vindo a lume, a consciência de que somente o alimento e a água, apesar de serem básicos para o ser biológico, é esbarrar somente em Darwin.

Então, sem deixar de todo Descartes, não se interessou mais tanto por Euclides, Einstein, Mendel, Morgan, Darwin e Liebig e abraçou-se em forte enlace com Aristóteles, Marx, Sartre, Bobie, Levis Straus, por não querer atender somente a demanda do estômago, mas, sobretudo, os reclamos do cérebro na conscientização de que o homem, com suas políticas públicas, às vezes, são mais perversos que os pedaços de céu do mundo que não chovem e os da terra que não produzem.

O professor Oswaldo Evandro no Instituto Histórico do Ceará.

Ele ingressou neste Instituto Histórico do Ceará, no ano de 1995, sob a presidência do Exmo. Senhor General de Exército Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, ficando a saudação por conta do professor doutor Caio Lóssio Botelho, que, coincidentemente, assim como o professor Oswaldo Evandro, foi também meu professor no Liceu do

Ceará, na área de Geografia. Outra coincidência foi a de que eu, ao adentrar neste Instituto, reencontrei o mesmo ilustre cearense – General Tácito Theofilo Gaspar de Oliveira - que assumiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em virtude da renúncia do não menos valoroso General Euler Bentes Monteiro que, apesar de ter nascido fora do Nordeste, se dedicou às questões nordestinas como poucos brasileiros os fazem.

O propósito dessa homenagem fez-me debruçar-me, ainda que por pouco tempo, nos escritos do professor Oswaldo Evandro, o que permitiu me deparar com seu discurso de posse, aqui no Instituto, oportunidade em que pincei alguns trechos os quais, no seu entendimento, deveriam ser um dos papeis deste Instituto, o qual oportunamente citarei.

É evidente que este entendimento é discutível, porquanto é fruto da formação de cada um: seja por sua origem econômico-social, seja pela experiência de vida, influência de leituras ou de objetivos a alcançar, por cada um, junto à sociedade da qual faz parte. Daí a importância de que os sócios efetivos desta casa portem uma mistura de conhecimentos e experiências diversas.

Voltando novamente ao professor Oswaldo Evandro, entendo que, quem se aventurar a perscrutar a vida e a obra do primeiro homenageado se impressionará com sua polivalente formação intelectual.

Senão veja-se:

Oswaldo Evandro, o Executivo.

Ex-administrador da unidade avançada José Veríssimo, da Universidade Fluminense de Óbidos, no Estado do Pará;

Ex-assessor técnico do Sistema Nacional de Emprego e da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

Oswaldo Evandro, o Cientista.

Membro do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Estado do Ceará; Sociedade de Geografia e História, Academia Cearense de Ciências; União Brasileira de Trovadores – Secção de Fortaleza.

Oswaldo Evandro, o idealista político.

Foi a vida toda coerente com seus ideais progressistas. Ainda jovem, em 1947, ingressou nas hostes do Partido Comunista do Brasil, chegando a assumir sua presidência, (Secção do Ceará). Com o advento do Movimento Militar de 1964 foi cassado de seus direitos políticos.

Veja-se o que diz o trecho do artigo de Freire (2013), por ocasião de falecimento de Oswaldo Evandro:

> [Ele] contribuiu ativamente na formação de um sem número de pessoas, além de ter deixado um grande número de estudos e ensaios produzidos na condição de pesquisador e intelectual reconhecido pela amplitude e profundidade de seus conhecimentos, aliados à sua seriedade, altivez e compromisso com seus valores democráticos e republicanos e da verdade científica e histórica.

Para concluir, volto-me ao nosso homenageado de hoje, enfatizando o valor intelectual do Mestre Martins (1995), que foi professor, escritor, político, mas que reconhece o papel do intelectual em consonância com a ação ao afirmar que "O Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) não é mera instituição cultural: ele é fundamentalmente voltado à teoria, de modo que, se lhe coubesse pôr-se em função da polaridade cultural popular versus cultura erudita, dir-se--ia a esta afeiçoada, embora a primeira lhe ofereça a matéria-prima. "Há que ser realista, isto é, manter-se atreito à realidade, empolgá-la sobre critério científico, não só conhecê-la como seu objeto, mas como objetivo a alcançar consciente, voluntária e afetivamente, quer dizer, aplicar--lhe também a ciência da administração."

E acrescento mais: o entendimento do professor Oswaldo Evandro encontra respaldo em Furtado, citado por Bielschowsky (2000): "Nós, intelectuais, que lidamos com ideias, não desconhecemos a importância da ação. Não fui outra coisa na vida senão um intelectual, mas sempre consciente de que os problemas maiores da sociedade exigem um compromisso com a ação".

Esta curta reflexão sobre o discurso de posse do professor Oswaldo Evandro, reforçada por outros autores, como o exposto, inclu-

sive por mim, quando do meu discurso de ingresso neste Instituto, suscitou-me a ideia de se proceder à uma análise mais extensiva e profunda dos discursos de posse de cada recipiendário, deste Instituto, ao longo do tempo, para se conhecer e avaliar os diversos enfoques que foram abordados nesses 127 anos desta Instituição, para, se necessário for, orientar futuras tomadas de decisões.

Cento e vinte e sete anos de existência de uma Instituição, no velho mundo, é uma criança, mas no Brasil, é de se causar admiração!

Mas, que fatores interferiram e ainda interferem para sua durabilidade até os dias de hoje?

Para respondê-la, acudo-me, de Oliveira (2000), quando aponta: "Dois fatores explicam a longa existência do Instituto Histórico: o destaque social de alguns de seus sócios, em cada período de sua existência, e a qualidade da contribuição cultural que legou ao Ceará, através de sua revista, e muitos livros de autoria de seus sócios efetivos."

Os dois homenageados encontram-se inseridos no dito binômio.

Francisco Edson Cavalcante Pinheiro ingressou neste Instituto Histórico, em 1999, sob a presidência do confrade cel. Professor Paulo Airton de Araújo e foi recepcionado pelo confrade e professor José Cláudio de Oliveira.

O confrade Edson Pinheiro nasceu no então Riacho do Sangue, hoje Solonópole. Oriundo de uma família tradicional daquele rincão cearense, iniciou seus primeiros estudos no Colégio São Francisco de Canindé e em sucessivo passou pelo Seminário de Mossoró e mais outros estabelecimentos de Fortaleza, terminando o curso médio no Liceu do Ceará. Dali ingressou, em 1954, na Faculdade de Direito da UFC. Sobraçado com o Diploma de Bacharel, em Direito, e com sua ardorosa vontade de vencer, inscreveu-se em concurso para o serviço público no Estado do Ceará. Uma vez aprovado, conquistou a chave que, dali para frente, abriria todas as portas do serviço público estadual e, simultaneamente, iniciaria uma longa e brilhante carreira no serviço público estadual.

Edson, o executivo.

Foi Diretor do Departamento de Serviço Público do Estado do Ceará; Diretor Geral do Palácio do Governo (Governo Parsifal Barroso);

Secretário Interino da Secretaria de Administração do Estado do Ceará; Conselheiro e Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará; Secretário do Interior e Justiça (Governo Tasso Jereissati).

No magistério – Professor de Direito Constitucional e Administrativo.

Produção literária - Autor do livro *Solon Pinheiro, o Apóstolo da Democracia*.

A exaltar, talvez como reflexo de sólida formação cristã, destaco um texto de Pinheiro (1999), extraído quando do seu discurso de posse aqui neste Instituto: "Nossas Instituições carecem de aprimoramento. Há crise no país, vale ressaltar a família."

O confrade Edson Pinheiro nos deixou em 16 de abril de 2014.

São duas trajetórias distintas: o primeiro, mais intelectual do que executivo, enquanto o segundo mais executivo do que intelectual, contudo, com algo em comum, ambos eram sócios efetivos deste Instituto Histórico e confrades de nossas elevadas estimas.

Para concluir estas exaltações, realço que este caldo cultural, exposto e albergado pelos homenageados, aliado às suas longevidades e capacidades de observações em seu entorno, só poderia gerar uma obra de conteúdo e um resultado de fôlego.

Ainda assim, saliento que o tempo, com a ação de sua rigorosa intempérie, tentará apagar a memória de Oswaldo Evandro Carneiro Martins, tanto quanto a de Francisco Edson Cavalcante Pinheiro, mas, em contraponto, debaterá com a força da resistência de suas ideias, sobretudo sua obra, que, por certo, os tornaram imortalizados.

Bibliografia

FREIRE, Roberto, Presidente do PPS – Portal Nacional - *PPS lamenta morte de Oswaldo Evandro.* Brasília, 16 de julho de 2013.

MARTINS, Oswaldo Evandro Carneiro. Compromisso durante a Posse como Sócio Efetivo do Instituto do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo CIX, Ano CIX, 1995, p. 238. Fortaleza-Ceará –Brasil.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Celso Furtado e o Pensamento Econô-*

mico Latino-Americano – a Sudene e o Futuro do Nordeste. Homenagem aos 80 anos de Celso Furtado e aos 40 anos de criação da Sudene. p. 33. SEMINÁRIO INTERNACIONAL – Recife, 08 e 09 de junho de 2000.

OLIVEIRA e SILVA, Pedro Alberto de. O Instituto do Ceará no século XX. *Revista do Instituto Histórico.* Tomo CXIV. v. 114. p. 265. Ano 2000 – Fortaleza (CE) Brasil.

PINHEIRO, Francisco Edson C. Ingressando no Instituto do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará.* Tomo CXIII. Ano CXIII. v. 113, p. 363, 1999. Fortaleza (Ce) Brasil.

(Discurso proferido no Auditório do Instituto do Ceará,
em 22 de outubro de 2014).

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES EM 2009

Relatório da Secretaria Geral do Instituto do Ceará

Valdelice Carneiro Girão*

Introdução

O Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), comemorando 123 anos de existência, cumprindo normas estatutárias em vigor, apresenta o relatório de suas atividades referente ao ano de 2009.

Edifício Sede

O edifício sede do Instituto, localizado à Rua Barão do Rio Branco, 1594, conhecido como o Sodalício do Barão de Studart, continua a ser visitado por aqueles que procuram a valiosa documentação histórica e o acervo bibliográfico e de jornais, posto a disposição dos pesquisadores.

Foram realizados os serviços de manutenção do prédio e a instalação de um aparelho de ar condicionado para a sala da diretoria.

Diretoria

Apesar das dificuldades financeiras da Instituição, agora acrescida com o aumento de obrigações provenientes de convênios para projetos culturais, a Diretoria atingiu os fins esperados.

Foram várias as iniciativas tomadas e contatos do Presidente José Augusto Bezerra com instituições e autoridades governamentais,

* Sócia Efetiva do Instituto do Ceará.

reivindicando auxílio para o Instituto. Infelizmente não conseguimos todo o desejado.

Elaboração de Projetos Culturais

1. Convênio com a Secretaria de Educação do município de Fortaleza – visita ao Instituto:

- Logo em janeiro foi aprovado o plano gráfico da *Cartilha do Instituto*, divulgando a importância da instituição perante as escolas, professores e a própria comunidade, publicação distribuída aos alunos e que befeneficiou 6.250 estudantes do Ensino Fundamental, que em visitas guiadas pelo interior de nosso Sodalício mostraram a importância deste na divulgação da cultura.

2. Modernização

Aperfeiçoamento técnico da biblioteca do Instituto do Ceará com o Banco do Nordeste:

- Estão em andamento os projetos de organização do arquivo iconográfico e hemerográfico do Instituto.

3. Ministério da Cultura

Resgate digitalizado do acervo documental do Instituto.

- O Instituto fará a higienização e recuperação, quando necessário, de 12.000 documentos. Prevê a digitalização de documentos para o registro em 4.000 CD's. Será publicado um livro com os documentos mais significativos. O importante é que o Instituto ficará com o espaço e os utensílios básicos para o seu laboratório de restauração.

4. Biblioteca

A Biblioteca foi o setor mais beneficiado com a execução de projetos já realizados e em andamento. Foi instalado o sistema de informatização da Biblioteca – BIBLIVRE, com o apoio do Ministério da Cultura. Depois da reorganização da correspondência do historiador Capistrano de Abreu; documentação do Barão de Studart; Atas antigas da Câmara

Municipal de Fortaleza; a Catalogação dos Livros da Biblioteca Eurico Facó, que se encontrava há algum tempo sem identificação. O número de obras foi acrescido com doações de instituições, escritores, sócios e amigos do Instituto.

Merece destaque a doação de parte da biblioteca do historiador Geraldo da Silva Nobre, benfeitor e ex- presidente do Sodalício do Barão de Studart, por duas gestões. São livros, revistas, jornais, impressos em geral, e escritos particulares. Doação essa feita pelos familiares daquele intelectual através da professora Maria Darcila Nobre e o empenho da nossa funcionária professora Marineide Alves.Esse acervo já se encontra organizado e catalogado em sala especial, que terá o nome de Professor Geraldo Nobre.

Outra doação importante foi feita pelo professor Haroldo Falcão, filho do notável cearense, ex-sócio efetivo do Instituto, Waldemar Cromwell do Rego Falcão.

5. Museu de História do Ceará

- Memorial Barão de Studart

Construído em 2007 em homenagem ao Barão de Studart, aberto à visitação as terças e quintas-feiras, recebeu um número considerável de visitantes: alunos, professores e pesquisadores que tiveram a oportunidade de admirar sua organização técnica e funcional.

Revista

A *Revista do Instituto do Ceará*, publicação tradicional, foi patrocinada pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) nesses três últimos anos e tem a coordenação do Professor Pedro Alberto de Oliveira Silva. O número 123 (2009) está sendo editado.

Boletim

O *Boletim do Instituto*, reativado em 2008, tem recebido expressivos elogios por parte de outras entidades congêneres, está no seu quarto número, e foi registrado o seu ISSN: 21755477.

Atividades Culturais

Além das palestras proferidas pelos Sócios Efetivos, em reuniões ordinárias, tivemos exposição de pesquisas muito interessantes. Podemos citar aquelas apresentadas pelos professores: Clovis Jucá, Benedito Vasconcelos, Eustógio Dantas, Ângela Gutierrez e Ingrid Schwamborn.

O professor Pedro Sisnando Leite lançou o livro de sua autoria *A Tragédia do Orós,* em reunião especial no Instituto, e de imediato divulgado pela Internet.

Em outra reunião, de grande importância para os estudiosos da História do Ceará, a Fundação Waldemar Alcântara, tendo à frente o ex-governador Lúcio Alcântara, lançou, de uma só vez, em edições fac-similadas, oito obras importantes da historiografia cearense, pertencentes à Biblioteca Básica Cearense, daquela instituição cultural.

Várias homenagens foram prestadas a personalidades e instituições com palestras e efemérides de sócios:

- *Rodolpho Theophilo um polêmico polivalente* – Ednilo Gomes de Soarez.
- *Traços para o retrato de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil* – Ângela Gutierrez.
- *Antonio Filgueiras Lima – Centenário de nascimento*.
- *Os Sertões* de Euclides da Cunha – Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes.
- *Clovis Bevilaqua, um cearense ilustre* – Ednilo Gomes de Soarez.
- *90 anos do Colégio Militar* – Paulo Ayrton Araújo.
- *Gustavo Dodt Barroso – 50 anos de morte – Efemérides* – Valdelice Carneiro Girão.

Concessão de homenagem e título aos Sócios Efetivos

- José Liberal de Castro - Título de *Professor Emérito* da Universidade Federal do Ceará;

- Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira – Inauguração de um busto de bronze do homenageado como ex-comandante do 23°. B.C. e ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, erigida no pátio interno daquela unidade militar;

- Fernando Luiz Ximenes Rocha – *Troféu Sereia de Ouro*, concedido pelo Grupo Edson Queiroz;

- Medalha do Mérito Parlamentar Estadual do Ceará – Outorgada pela Assembleia Legislativa Estadual do Ceará;
- Titulo de Cidadão Honorário de Massapê – Outorgado pela Prefeitura Municipal de Massapé;

- Zélia Sá Viana Camurça – *Diploma de Homenagem da Câmara Municipal de Fortaleza*, pelos relevantes serviços prestados à preservação da Cultura e das Tradições Populares na cidade de Fortaleza;

- José Murilo Martins – *Diploma do Mérito Cultural***,** concedido em comemoração aos 115 anos de fundação da Academia Cearense de Letras;

- Pedro Alberto de Oliveira Silva – *Medalha do Mérito Cultural – José Mindlin* – Associação Brasileira de Bibliófilos;

- Ednilo Gomes de Soarez – *Comenda Edílson Brasil Soárez* **–** Iniciativa dos Sindicatos dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Ceará;

- Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) – Indicado pela Prefeitura de Fortaleza para dirigir o Museu da Imagem e do Som – MIS;

- Várias exposições do Arquivo Nirez;

- Pedro Sisnando Leite - *Diploma de homenagem pela passagem do Dia do Economista* – Assembleia Legislativa Estadual do Ceará;

- Francisco Ézio de Sousa – *Medalha da Associação dos Agrônomos do Ceará;*

- José Augusto Bezerra – *Medalha Boticário Ferreira* – Câmara Municipal de Fortaleza.

Registro Bibliográfico - Livros publicados pelos sócios

Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira
- A longa carta – Diário de um combatente.

José Murilo Martins

- *Poetas da Academia Cearense de Letras (1894 – 2009);*
- *Navegando no Mar da Medicina*;
- *O Centenário da Academia de Letras no período de 2005/2009*.

Pedro Sisnando Leite

- *A tragédia do Orós – Documento Histórico;*
- *Fundamentos de Economia – teoria, prática e políticas.*

Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho (Org.)

- *O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais.*

Aroldo Mota

- *UNE 1956 – 1957;*
- *Melquíades Pinto Paiva;*
- *Memória centenária de uma sertaneja: Creuza Pinto Lima.*

Concluímos que, apesar das dificuldades financeiras, o Instituto vem cumprindo seus objetivos. As sessões e palestras foram realizadas. A correspondência com outras Instituições, atualizadas. Os serviços de secretaria, biblioteca e tesouraria feitos a contento, graças ao trabalho coeso da diretoria e o empenho de seu dinâmico presidente José Augusto Bezerra.

Não podemos esquecer o esforço de seus funcionários, bolsistas e estagiários que, sob a supervisão da bibliotecária Solange Bentes e a professora Marineide Alves, muito colaboraram com este Instituto.

Rubens de Azevedo na Revista do Instituto do Ceará*

Pedro Alberto de Oliveira Silva**

AZEVEDO, Rubens de.

_ Discurso de posse como sócio efetivo do Instituto do Ceará.
1. XCV (1981): 153-167.
Contém informações biográficas sobre Hugo Catunda Fontenele, ao qual sucedeu no I. C.

_ Antônio Theodorico da Costa Filho.
1. XCVI (1982): 111-115.
Síntese biográfica. O A. destaca a participação do biografado como estudioso da Astronomia.

_ Calendário Gregoriano - 400 anos.
1. xcvn (1983): 166-170.
História e explicação dos calendários Juliano e Gregoriano usados no mundo ocidental a partir do governo de Caio Júlio César, em Roma.

_ O simbolismo da bandeira nacional brasileira.
1. XCVllI (1984): 84-86.
História da bandeira brasileira e explicação da simbologia e significado de sua estrutura.

_ Astronomia no Ceará
TE.8 (1987): 264-290.
Síntese histórica dos estudos de Astronomia no Brasil, especialmente no Ceará. O A. destaca os seguintes temas: primeiro observatório do Ceará, implantado pela Comissão Científica de Explo-

* Transcrição do *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará,* 1955 - 2008.
** Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

ração (1859); Oto de Alencar e Silva; Antônio Theodorico da Costa Filho; o eclipse de 1919, em Sobral; Mr Hull e a heliografia cearense; a primeira sociedade de astronomia no Brasil.

_ Itacoatiaras e Megálitos no Brasil pré-histórico.
1. CII (1988): 121-125.
O A. rememora lendas que afirmam ser os antigos egípcios provenientes do Brasil, e outras suposições dessa natureza.

_ Primeiro observatório astronômico do Ceará.
1. CV (1991): 53-61.
Registro histórico sobre observatórios astronômicos instalados no Brasil até meado do século XIX. O 1°., no governo de Maurício de Nassau, em Pernambuco; o 2°., no Rio de Janeiro, no final do século XVIII;E o 3°., no Ceará. Esse, trazido pela Comissão Científica de Exploração que esteve no Ceará, por quase dois anos (1859-1861), cujas atividades mereceram maior atenção do A. neste trabalho.

_ O centenário de Baptista Pereira (1880-1960).
1. CV (1991): 331-333.
Antônio Baptista Pereira foi professor, jornalista e ensaista. Era genro do jurista Rui Barbosa e foi seu secretário na Conferência de Haia.

_ O centenário do poeta Serra Azul
1. CVII (1993): 213-219.
Dados biográficos de Francisco Leite Serra Azul (1893-1983), famoso poeta cearense, nascido em Aurora.

_ Astronomia e Cartografia na era dos Grandes Descobrimentos.
1. CIX (1995): 121-137.
Síntese histórica sobre o conhecimento da Astronomia e Cartografia na Antiguidade. O recesso do conhecimento na Idade Média européia. A Astronomia, a Cartografia e os Grandes Descobrimentos interrelacionam-se na conquista da ecúmena. São descritos alguns detalhes sobre a técnica de navegação daquela época.

ATOS NORMATIVOS

Instrução Normativa nº. 01/2013 - Eleições

A Diretoria do Instituto do Ceará, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 33, § 3º, do Estatuto,

Resolve:

Art. 1º - Expedir Instrução Normativa regulamentando o voto por correspondência nas Assembleias Gerais de eleição para Associados Efetivos.

Art. 2º - A solicitação prevista no artigo 33, § 2º, do Estatuto, para permitir o exercício do voto por correspondência, será formalizada mediante documento escrito ou telefonema pelo votante, dirigido ao Secretário-Geral, justificando a impossibilidade do voto presencial (por residir fora do Estado do Ceará, doença que dificulte a locomoção, ou viagem).

§ 1º - Recebida a solicitação, que deverá chegar à Secretaria Geral até oito dias antes da eleição, o Secretário-Geral enviará dois envelopes com o logotipo do Instituto do Ceará e a cédula de votação rubricada pelo Presidente do Instituto e pelo Secretário-Geral.

§ 2º - O associado colocará a cédula manualmente grafada em um envelope, sem qualquer característica que possa identificar o votante, lacrando-o a seguir e o depositará em outro envelope maior a ser dirigido ao Secretário-Geral, com identificação do remetente, mediante assinatura do votante no envelope.

§ 3º - O voto por correspondência será remetido pelo votante e deverá chegar à Secretaria até o início da hora marcada para a eleição a ser procedida na sede do Instituto do Ceará.

Art. 3º - O envelope maior contendo o envelope menor portador da cédula de votação será recepcionado pela Diretora Administrativa, que o manterá sob sua guarda e o entregará ao Presidente da Mesa Eleitoral no momento da votação presencial.

Parágrafo único. O Secretário-Geral, para a configuração do *quórum* exigido, assinalará na lista de presença o nome do votante por correspondência.

Art. 4º - O Presidente da Mesa Eleitoral, constatando a idoneidade dos envelopes, colocará o menor na urna eleitoral e registrará o remetente como se presente fosse.

Art. 5º - Esta Instrução Normativa entrará em vigor nesta data e será publicada no Boletim e na Revista do Instituto do Ceará.

Fortaleza, 6 de novembro de 2013

Ednilo Gomes de Soárez - Presidente
Pedro Sisnando Leite - 1º. Vice-Presidente
Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez - 2ª. Vice-Presidente
Pedro Alberto de Oliveira Silva - Diretor da Biblioteca e Arquivo
Miguel Ângelo de Azevedo (NIREZ) – Diretor. de Comunicação
Juarez Fernandes Leitão - Secretário-Geral
Geová Lemos Cavalcante - 1º. Secretário
Affonso Taboza Pereira - 2º. Secretário
Francisco Fernando Saraiva Câmara - 1º. Tesoureiro
Eduardo de Castro Bezerra Neto - 2º. Tesoureiro

ATAS DAS SESSÕES EM 2009

Atas das sessões do Instituto do Ceará em 2009

ATA DA SESSÃO DO DIA 20 DE JANEIRO DE 2009

Aos vinte dias do mês de janeiro de 2009, às 15h e 30 minutos, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do sócio efetivo José Augusto Bezerra, para a primeira sessão ordinária do ano. Compareceram os sócios Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Fernando Câmara, Zélia Viana Camurça, João Alfredo Montenegro, Murilo Martins, Ednilo Soarez, José Liberal de Castro, Ésio de Sousa, Oswaldo Evandro Martins e Edson Pinheiro; amigos do Instituto e funcionários. O Presidente iniciou os trabalhos apresentando as boas-vindas aos presentes, informando que no dia cinco do mês em curso, a diretoria reuniu-se para tratar da eleição da nova gestão cujo debate ficou para o encontro de hoje, mas a Dra. Zélia solicitou espaço para efeméride e passou a palavra a ilustre sócia. A conferencista agradeceu a deferência do Presidente e disse que iria falar sobre a presença da mulher no Instituto do Ceará, que agora alcançava um percentual de dez por cento do total de quarenta membros vitalícios. Mencionou as mulheres que ingressaram na Instituição e traçou o perfil cultural e a qualificação profissional das confreiras Júlia Carneiro de Vasconcelos, Maria Rodrigues Peixe (Alba Valdez), Zélia Sá Viana Camurça, Maria da Conceição Sousa; Valdelice Carneiro Girão, Rejane Vasconcelos Accioli de Carvalho e Clélia Lustosa Costa. Disse que era seu sonho que no Instituto contasse com dez mulheres entre seus sócios efetivos, e lembrou que em 2008 fez 40 anos de sua eleição para a casa do Barão e encerrou a palestra. Foi aclamada pelos presentes. O Presidente agradeceu a oradora que distribuiu cópias de seu pronunciamento. A palavra facultada foi usada pelo consócio Murilo Martins, congratulando com a palestrante e informando que a professora Alba Valdez foi a primeira mulher a ingressar numa academia no Brasil, na Academia de Letras, no Ceará. A professora Valdelice Girão parabenizou sua colega e comentou que Alba Valdez, além de culta, era uma mulher preocupada com os problemas sociais da época. O Presidente disse que em leilões no Rio de Janeiro adquiriu dois livros de Alba Valdez, para sua coleção. O professor Pedro Alberto, Diretor da Biblioteca e Arquivo, aproveitou a oportunidade em que o consocio Murilo Martins devolvia ao Instituto um livro da Biblioteca, encontrado entre os livros deixados pelo seu saudoso Pai, para solicitar o mesmo empenho dos sócios. O

confrade Paulo Ayrton pediu um voto de congratulação para o sócio Miguel Ângelo por sua nomeação para o Museu da Imagem e do Som, da Secretaria de Cultura do Estado. Comunicou ainda o lançamento do livro de Melquíades Pinto Paiva em homenagem ao centenário de sua genitora. O professor Liberal demonstrou preocupação com o cupím no local onde se encontra o Memorial do Barão. O Presidente comentou ainda que com a crise financeira, não vai ser fácil conseguir financiamento para os projetos, mas as tentativas serão feitas. Agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata.

ATA DA SESSÃO ELEITORAL DO DIA 5 DE FEVEREIRO DE 2009

Aos 05 dias do mês de fevereiro de 2009 em sua sede social reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência da Secretária Geral Valdelice Carneiro Girão. Compareceram os Sócios Efetivos: Zélia Sá Viana Camurça, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), José Murilo de Carvalho Martins, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota, Gisafran Nazareno Mota Jucá, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Francisco Ésio de Sousa, José Augusto Bezerra, José Filomeno de Moraes Filho, Ednilo Gomes de Soárez e Maria Clélia Lustosa Costa. A Presidente iniciou a sessão comunicando que a mesma tem por finalidade a eleição da Diretoria, do Conselho Superior e das Comissões, para o biênio 2009/2011. Em continuação leu a cédula de votação e iniciou os trabalhos convidando como escrutinadores os Sócios, José Murilo de Carvalho Martins e Miguel Ângelo de Azevedo. A chamada dos votantes foi feita pela ordem de antiguidade, num total de 26 votantes. Votaram por si 16 e 10 por procurações. Com o resultado de 26 votos válidos foi eleita por, unanimidade, a chapa proposta: Presidente - José Augusto Bezerra; Vice-Presidente - Pedro Sisnando Leite; Secretário-Geral - Valdelice Carneiro Girão; 1º Secretário - Paulo Ayrton Araújo; 2º Secretário - Maria Clélia Lustosa Costa; 1º Tesoureiro - Francisco Fernando Saraiva Câmara; 2º Tesoureiro - Ednilo Gomes de Soárez; Diretor da Biblioteca e Arquivo - Pedro Alberto de Oliveira Silva; Diretor de Com. e Rel. Públicas - Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez). Conselho Superior: Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira (ex – presidente); Paulo Ayrton Araújo (ex – presidente); Zélia Sá Viana Camurça; José Murilo de Carvalho Martins; Carlos Mauro Cabral Benevides. Comissões: História: Pedro Alberto de Oliveira Silva; José Caminha Alencar Araripe; Valdelice Carneiro Girão; João Alfredo de Sousa Montenegro; Gisafran Nazareno Mota Jucá. Geografia: Oswaldo Evandro Carneiro Martins; Caio Lóssio Botelho;

Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos; José Cláudio de Oliveira; Maria Clélia Lustosa Costa. Antropologia: Zélia Sá Viana Camurça; Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes; Dário Moreira de Castro Alves; José Murilo de Carvalho Martins; Rejane Maria V. Accioly de Carvalho. Revista: Pedro Alberto de Oliveira Silva; Francisco Fernando Saraiva Câmara; Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes; Francisco Ésio de Sousa; Maria Clélia Lustosa Costa. Verificação de Merecimento: Pedro Alberto de Oliveira Silva; Eduardo de Castro Bezerra Neto; Pedro Sisnando Leite; José Liberal de Castro; José Filomeno de Moraes Filho. Defesa do Patrimônio: Fernando Luiz Ximenes Rocha; Miguel Ângelo de Azevedo; Francisco Edson Cavalcante Pinheiro; Aroldo Mota; Luiz de Gonzaga Fonseca Mota. Para constar, eu Pedro Sisnando Leite, secretário *ad hoc*, lavrei a presente ata, que depois de ser lida e aprovada será assinada pelos presentes.

ATA DA SESSÃO DE 4 DE MARÇO DE 2009

Aos quatro dias do mês de março de 2009, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), reuniu-se em sessão ordinária sob a presidência do confrade José Augusto Bezerra. Compareceram os Sócios Efetivos: Zélia Sá Viana Camurça, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, José Liberal de Castro, Pedro Sisnando Leite, Elmo de Paula Vasconcelos, José Augusto Bezerra, José Filomeno de Moraes Filho e Fernando Luiz Ximenes Rocha. O Presidente iniciou os trabalhos da reunião, comentando que o dia 4 de março assinala os 122 anos da fundação do Instituto do Ceará, mas em razão do carnaval, as festividades foram adiadas para o dia 20 do mês em curso; ocasião em que tomará posse a nova diretoria eleita para o biênio 2009-2011. Informou sobre o novo projeto, que será financiado pelo Banco do Nordeste, privilegiando a reedição de livros raros e inéditos, e documentos de História do Ceará. O assunto mereceu algumas considerações dos sócios presentes. Na ocasião, o confrade Filomeno de Moraes sugeriu que seja feita consultas aos sócios quanto a escolha das obras a serem publicadas e reeditadas pelo Instituto, futuramente o Presidente esclareceu que serão criados critérios para tais fins. No momento ficou decidido os livros: "Geografia do Ceará", "A Tragédia do Orós" e manuscritos raros da Biblioteca do bibliófilo José Augusto Bezerra. O professor Liberal de Castro sugeriu que o Instituto desse continuidade a obra do sócio Renato Braga "Dicionário Geográfico do Ceará". A consócia Valdelice Girão lembrou mais uma vez a necessidade que tem o Instituto de reativar o projeto idealizado por Pompeu Sobrinho "História do Ceará". O Presidente justificou que se faz necessário recursos para realização de tal empreitada. O Professor Pedro Sisnando usou da palavra para comentar que falta ao Ceará, um projeto de opinião pública, assunto de sua recente palestra

na UFC. Em seguida leu uma correspondência entre ele e o Presidente anterior Eduardo Campos, que infelizmente não chegou a serem concretizadas, pediu registro em ata e arquivamento dos documentos Em seguida o sócio honorário Ribeiro Ramos solicitou a palavra para manifestar seu descontentamento com a reforma ortográfica da língua portuguesa. O Presidente agradeceu a presença de todos e lembrou novamente as comemorações do aniversário do Instituto, encerrando a sessão. Para constar, eu, Valdelice Carneiro Girão, secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata.

ATA DA SESSÃO SOLENE DO DIA 20 DE MARÇO DE 2009

Às 19h do dia vinte de março de 2009, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, em sessão solene para comemoração dos 122 anos de criação da Instituição e a posse da Diretoria, Conselho Superior e Comissões, eleitas para o biênio de 2009-2011. Estiveram presentes os sócios efetivos: José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Murilo Carvalho Martins, Zélia Sá Viana Camurça, José Liberal de Castro, Fernando Ximenes Rocha, Miguel Ângelo Azevedo (Nirez), Eduardo Bezerra Neto, Ednilo Soárez, Diatahy Bezerra de Menezes, Ésio de Sousa, João Alfredo Montenegro, Maria Clélia Lustosa Costa, José Filomeno Morais Filho, Aroldo Mota. Um número considerável de convidados, autoridades civis e militares, presidentes de Associações culturais e amigos do Instituto. O jornalista Vicente Alencar, como mestre de cerimônia, convidou para tomar assento à mesa o dirigente da sessão, o presidente do Instituto José Augusto Bezerra, o professor Francisco José Pinheiro, Vice-governador do Estado, o Exmo. Sr. General Victor Carulla, Comandante da 10ª Região Militar, o Desembargador Fernando Ximenes Rocha, representando o Tribunal de Justiça do Estado, o escritor José Maria Barros Pinho, Vice-presidente da Academia Cearense de Letras, o Dr. João Soares Neto, presidente da Academia Fortalezense de Letras, o Dr. Lúcio Alcântara, membro da Academia Cearense de Medicina. O Presidente abriu a sessão, agradecendo a presença dos convidados, justificando que em vez de falar sobre as atividades culturais de sua gestão no Instituto preferiu reproduzir para os presentes uma sua entrevista, concedida à jornalista Fernanda Quinderé, da TV Diário, que foi exibida num telão ao lado, mostrando as dependências da Entidade, seu acervo cultural, a biblioteca, a hemeroteca e o memorial Barão de Studart, este último, iniciado na gestão do ex-presidente Eduardo Campos. Falou de seus projetos e

necessidade de reforma do Estatuto, visando atualizá-lo em face das mudanças ocorridas. O Presidente falou ainda que o Instituto apesar de passar por dificuldades financeiras, tem honrado seus compromissos graças aos convênios efetuados, apoio de amigos, citando a empresa Ivens Dias Branco, a Universidade do Vale do Acaraú, Banco do Nordeste, Shopping Benfica e ajuda dos Consócios. Convidando em seguida a Secretária Geral para apresentar o relatório das atividades, do período em apreço. O consócio Paulo Ayrton Araújo, na condição de ex-presidente deu posse ao Presidente Eleito, que de modo contínuo empossou os demais membros: Vice-Presidente: Pedro Sisnando Leite; Secretário-Geral: Valdelice Carneiro Girão; 1º Secretário: Paulo Ayrton Araújo; 2º Secretário: Maria Clélia Lustosa Costa; 1º Tesoureiro: Francisco Fernando Saraiva Câmara; 2º Tesoureiro: Ednilo Gomes de Soárez; Diretor da Biblioteca e Arquivo: Pedro Alberto de Oliveira Silva; Diretor de Com. e Rel. Públicas: Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez); Conselho Superior: Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, Paulo Ayrton Araújo, Zélia Sá Viana Camurça, José Murilo de Carvalho Martins e Carlos Mauro Cabral Benevides; Comissão de História: Pedro Alberto de Oliveira Silva, José Caminha Alencar Araripe, Valdelice Carneiro Girão, João Alfredo de Sousa Montenegro e Gisafran Nazareno Mota Jucá; Comissão de Geografia: Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Caio Lóssio Botelho, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, José Cláudio de Oliveira e Maria Clélia Lustosa Costa; Comissão de Antropologia: Zélia Sá Viana Camurça, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Dário Moreira de Castro Alves, José Murilo de Carvalho Martins e Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho; Comissão da Revista: Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Francisco Ésio de Sousa e Maria Clélia Lustosa Costa; Comissão de Verificação e Merecimento: Pedro Alberto de Oliveira Silva, Eduardo de Castro Bezerra Neto, Pedro Sisnando Leite, José Liberal de Castro e José Filomeno de Moraes Filho; Comissão de Defesa do Patrimônio: Fernando Luiz Ximenes Rocha, Miguel Ângelo de Azevedo, Francisco Edson Cavalcante Pinheiro, Aroldo Mota e Luiz de Gonzaga Fonseca Mota. O músico Marcílio Carvalho brindou os presentes com um repertório musical de seu violino. O Presidente José Augusto, antes de encerrar a sessão, prestou homenagem, em nome do Instituto, a sócia mais antiga, mulher, a Dra. Zélia Sá Viana Camurça, com um ramalhete de flores, entregue pela confreira eleita recentemente, Profª. Clélia Lustosa Costa. Em seguida prestou também homenagem a apresentadora da TV Diário Fernanda Quinderé. Flores entregue pela Secretária Geral Valdelice Carneiro Girão. Agradecendo a todos, deu por encerrado a sessão, convidando os presentes para o coquetel, no salão de recepção do Instituto. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, secretária *ad-hoc* lavrei a presente ata.

ATA DA SESSÂO DO DIA 6 DE ABRIL DE 2009

Aos seis dias do mês de abril de 2009, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), reuniu-se em sessão ordinária, sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra. Compareceram, ainda os sócios efetivos: Zélia Sá Viana Camurça, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, José Caminha Alencar Araripe, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, João Alfredo de Sousa Montenegro, José Liberal de Castro, Miguel Ângelo de Azevedo, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, José Murilo de Carvalho Martins, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Francisco Ésio de Sousa, José Filomeno de Moraes Filho, Ednilo Gomes de Soarez. Estiveram presentes, ainda, convidados e amigos do Instituto. Após constituição da mesa diretora da reunião com autoridades presentes, o Senhor presidente iniciou a sessão dando a palavra a consócia Valdelice Carneiro Girão que leu as atas das reuniões anteriores. Ambas foram aprovadas pelos presentes. O palestrante do dia foi o sócio Ednilo Gomes de Soarez que falou sobre a personalidade de Rodolfo Teófilo. Com base em ampla bibliografia, retratou o perfil do homenageado, que é filho do médico Moraes Teófilo. Lembrou que Rodolfo Teófilo ficou órfão de mãe aos 4 anos e de pai aos 11 anos. Abandonou os estudos para ajudar os irmãos, mas quando adolescente, voltou aos estudos com o apoio do Dr. Henrique Justa, da Pacatuba, chegando a obter o diploma de farmacêutico, mesmo que seu desejo fosse seguir a carreira de seu genitor. O Palestrante mencionou fatos pitorescos ligados a vida amorosa, profissional, literária e seu idealismo na luta contra a varíola que assolou no Ceará. Mencionou ainda que ele é autor de 28 títulos sobre a seca e outros temas. O palestrante comentou que Rodolfo Teófilo sofreu perseguição da oligarquia dos Accioly, a quem criticava conforme escreveu o historiador Alberto Farias, aqui presente. Para encerrar a palestra, apresentou o texto do sócio Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, sendo ao final muito aplaudido pelos presentes. O presidente José Augusto Bezerra elogiou o palestrante considerando excelente a exposição feita e o seu empenho, e como de praxe, abriu espaço para comentários dos presentes. Como ninguém se manifestou devido o adiantamento da hora, o professor Ednilo Gomes de Soarez, mais uma vez agradeceu a presença de todos, inclusive do Sr. Vice-Governador, Francisco Pinheiro, e especialmente do grupo de alunos do Colégio 7 de Setembro, sendo novamente aplaudido. O Senhor presidente, antes de encerrar a sessão convidou os presentes para a próxima reunião no dia 20 do corrente mês, quando ele vai falar a respeito da Imprensa Régia e dos primeiros livros, jornais e revistas impressos no Ceará. Nada mais havendo digno de registro, a sessão foi encerrada. Para constar, eu Pedro Sisnando Leite, secretário *ad hoc*, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

ATA DA SESSÃO DE 20 DE ABRIL DE 2009

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra reuniram-se para mais uma sessão ordinária no dia 20 de abril de 2009. Compareceram: José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Fernando Saraiva Câmara, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Aroldo Mota, Ésio de Sousa, Rejane Vasconcelos, Oswaldo Evandro Martins, José Liberal de Castro, Miguel Ângelo de Azevedo e Clélia Lustosa Costa. O Presidente abriu a reunião informando que o Instituto recebeu parte do acervo da biblioteca do Professor Geraldo Nobre, tendo recebido antes a doação dos jornais *Diário do Povo*, feita pelo Jornalista Cid Carvalho. Falou do projeto de conclusão do elevador com a possível colaboração do Banco do Nordeste, que já patrocinou a publicação da revista. O Vice-Governador Francisco Pinheiro, ao chegar ao recinto foi convidado para tomar assento à mesa, juntamente com a amiga do Instituto, Sra. Irismar Linhares. Em seguida solicitou que a consócia Valdelice Carneiro Girão lesse atas de sessões anteriores, aprovadas pelos presentes. Abrindo espaço para comunicações, o Prof. Elmo Vasconcelos relembrou os 500 anos do descobrimento do Brasil, na data de 22 de abril, enaltecendo a figura de Pedro Álvares Cabral, bem como a carta de Pero Vaz de Caminha. A Professora Clélia Lustosa comentou que seus alunos do curso de Geografia da UFC, reuniram-se no dia 17 de abril na sede do Instituto de onde partiram para caminhada (trilhas) dos pontos históricos e turísticos de Fortaleza. Em seguida o Presidente, palestrante da reunião iniciou seu trabalho comentando os 200 anos da Impressão Régia no Brasil trazida pela vinda de D. João VI. A fala do conferencista foi acompanhada de projeções onde foram exibidas cópias de documentos importantes, tais como decretos, leis e outras publicações. Comentou as dificuldades de publicação na época, relembrando que no Ceará, só em 1824, surgiu o Diário Oficial, editado pelo Padre Mororó. A palestra foi rica em detalhes e o orador recebeu aplausos dos presentes. O Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 5 DE MAIO DE 2009

Aos cinco dias do mês de maio de 2009, no auditório Barão de Studart, reuniram-se os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), para mais uma sessão ordinária. Compareceram: José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Paulo Ayrton Araújo, Fernando Câmara, Pedro

Alberto de Oliveira Silva, Liberal de Castro, Oswaldo Evandro Martins, Ésio de Sousa e Rejane Vasconcelos. O Presidente José Augusto Bezerra abriu a reunião agradecendo a presença dos confrades e visitantes para assistirem a palestra do Professor Adegildo Férrer, docente da Universidade Estadual do Ceará, amigo e colaborador do Instituto. Convidou para a reunião do dia vinte de maio próximo, quando o Instituto do Ceará prestará homenagem ao Colégio Militar de Fortaleza, na passagem de seus 90 anos de atividades. Lembrou aos confrades o lançamento do livro do Prof. Pedro Sisnando Leite na Oboé a realizar-se no dia 22 de maio. Falou também aos sócios que diante das dificuldades financeiras da Instituição se fez necessário um acréscimo na mensalidade dos sócios de R$ 50,00 para R$ 100,00 reais o que foi referendado pelos companheiros presentes. Em seguida leu a proposta assinada pelos confrades: Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão e Fernando Câmara, indicando para Sócio Honorário do Instituto o Professor Adegildo Férrer, que submetido a consideração do plenário, foi aprovado. Ato contínuo, a palavra foi concedida ao palestrante da tarde. O professor Adegildo, agradeceu aos consócios o título recebido, dizendo sentir-se feliz com honraria, passando a proferir sua palestra que versou sobre "A Civilização Andina: as culturas inca, maia e azteca", tema relacionado à cultura dos povos pré-colombianos que habitaram o Peru, o Chile e México. Algumas indagações foram feitas pelos presentes. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a sessão. Para constar, eu Pedro Alberto de Oliveira Silva, secretário *ad hoc*, lavrei a presente ata.

ATA DA SESSÃO DO DIA 20 DE MAIO DE 2009

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no dia 20 de maio de 2009, em sessão ordinária, festiva, para comemorar os 90 anos do Colégio Militar de Fortaleza. Estiveram presentes: Valdelice Carneiro Girão, José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Paulo Ayrton Araújo, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Fernando Saraiva Câmara, Ednilo Soárez, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Ésio de Sousa, Elmo Vasconcelos, Rejane Vasconcelos, Clélia Lustosa Costa, um número considerável de militares, alunos do Colégio Militar de Fortaleza, amigos do Instituto e outros convidados. O Sócio Honorário Vicente Alencar, atuando como mestre de cerimônia da sessão, disse que o Instituto sentia-se honrado com as presenças de destacadas autoridades e a representação de jovens alunos do Colégio Militar, nomeando as personalidades para tomarem assento à mesa da reunião: o Presidente José Augusto Bezerra, os Generais Domingos Miguel Antônio Gazzineo, Francisco Batista Torres

de Melo e Júlio Lima Verde Campos de Oliveira, o Cel. Eng. Ozael Teodósio de Melo, Comandante do Colégio Militar, o Cel. Av. Manoel Araújo da Silva Júnior, Comandante da Base Aérea de Fortaleza e o Cel. Paulo Ayrton Araújo, ex-professor do Colégio Militar, sócio efetivo do Instituto do Ceará e orador da solenidade, que convidou seu ex-professor na Escola Militar de Resende, Cel. Luiz Brito Passos Pinheiro, para ocupar seu lugar na mesa. O consócio José Augusto Bezerra iniciou os trabalhos dizendo que o Instituto, com 122 anos de existência, acompanhou a trajetória do Colégio Militar através dos tempos e de sua ligação com as Forças Armadas. Lembrou que vários sócios da Casa do Barão, integraram os quadros do Colégio Militar. Em seguida ouviu-se o Hino Nacional, entoado pelos presentes. A palavra facultada foi usada pelo 1º Secretário para comunicar que o consócio José Liberal de Castro receberia naquela data o título de Professor Emérito da Universidade Federal do Ceará, merecendo as congratulações de seus pares. Lembrou o lançamento do livro do Vice-presidente Pedro Sisnando Leite, na Oboé, no dia 22 do mês em curso. Lembrou também o centenário de nascimento do grande educador Antônio Filgueiras Lima, no dia 21. O orador do dia, o sócio efetivo Paulo Ayrton Araújo, se mostrando profundo conhecedor do assunto, retratou a trajetória do Colégio Militar, sua importância no setor educacional do Ceará, durante os 90 anos da Instituição. Falou do ingresso de mulheres, a partir de 1989, passando o estabelecimento a funcionar com turmas mistas. O orador encerrou sua palestra com os aplausos de todos. O Presidente do Instituto convidou uma jovem aluna do Colégio para fazer entrega, em nome do Instituto, ao Comandante do Colégio Militar, de uma placa de prata comemorativa da significativa data. Com a palavra o Cel. Eng. Ozael Teodosio de Melo, Comandante do Colégio Militar, falou sobre a participação do Exército na área da educação e agradeceu a homenagem prestada pelo Instituto ao Colégio Militar de Fortaleza. O consócio Elmo de Paula Vasconcelos ofertou uma fotografia do Colégio, em 1931, ao seu Comandante, que agradeceu. Com a palavra o Presidente do Instituto fez um excelente pronunciamento, encerrando, em seguida a sessão. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata.

ATA DA SESSÃO DO DIA 05 DE JUNHO DE 2009

Aos 05 dias do mês de junho de 2009, no auditório Barão de Studart reuniram-se os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), para mais uma reunião ordinária. Compareceram: José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Fernando Saraiva Câmara, João

Alfredo Montenegro, Ednilo Soárez, Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), José Liberal de Castro, Elmo Vasconcelos, Gisafran Jucá, Clélia Lustosa Costa; um grupo considerável de alunos do curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará; sócios honorários e amigos do Instituto. O Presidente José Augusto Bezerra abriu os trabalhos, agradecendo a presença dos convidados, comentando que o Instituto do Ceará tem sido palco de eventos importantes; destacando o Encontro de Geógrafos, coordenado pela Professora Clélia Lustosa. Lembrou que no dia 15 do corrente será lançado pelo BNB e a Fundação Waldemar de Alcântara a coleção de livros reeditados sobre o Ceará. A palestra do dia 22 de junho será proferida pela Profª. Ângela Gutiérrez cujo tema é o Historiador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, segundo presidente do Instituto. Em seguida passou a palavra ao orador do dia, Professor Eustógio Wanderlei Correia Dantas, Professor do curso de Geografia da UFC. O Prof. Eustógio, agradecendo o convite, comentou que era a segunda vez que falava no Instituto, declinando nomes de sócios antigos e atuais, justificando que sua fala era uma reflexão do convênio com o observatório dos espaços litorâneos do nordeste brasileiro cujo tema seria: "Vilegiatura Marítima nos trópicos". A palestra do Prof. Eustógio foi acompanhada de projeção numa tela onde os assuntos tratados apareciam em imagens. Falou dos investimentos estrangeiros, notadamente na infraestrutura destinada ao turismo na região nordestina, em foco no Ceará, citando o litoral, cujos Municípios são atrações para turistas estrangeiros, como Canoa Quebrada e Jericoacoara. Desculpando-se por algumas falhas, encerrou a palestra sob aplausos dos presentes. Os comentários ficaram a cargo dos consócios Elmo Vasconcelos, Liberal de Castro e Clélia Lustosa, e o Presidente. Agradecendo o palestrante e convidados o Presidente encerrou a sessão. Para constar, eu Maria Clélia Lustosa Costa, 2ª Secretária, lavrei a presente ata.

ATA DA SESSÃO DE 15 DE JUNHO DE 2009

Aos 15 dias do mês de junho de 2009, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), reuniu-se em sessão extraordinária sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra para o lançamento de oito livros da Coleção Biblioteca Básica Cearense, publicados pela Fundação Waldemar Alcântara. Compareceram os Sócios Efetivos: Pedro Alberto de Oliveira Silva, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, José Liberal de Castro, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Ésio de Sousa, José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, José Caminha Alencar Araripe, um número considerável de convidados entre eles o presidente da Fundação Dr. Lúcio Alcântara, pesquisadores e professores da Universidade Estadual do Ceará, Universidade Federal

e Universidade do Vale do Acaraú. Em destaque os apresentadores dos livros publicados tais como: as Profa. Adelaide Gonçalves, Ivone Conduri Barbosa, Almir Leal de Oliveira, Filomeno Moraes. O Presidente iniciou os trabalhos expressando seu contentamento ao presidir a sessão, convidando o presidente da Fundação Waldemar Alcântara, Lúcio Alcântara e a Profa. Valdelice Girão, uma das apresentadoras de livro para compor a mesa. O Dr. Lúcio, usando da palavra disse que a Fundação Waldemar Alcântara busca resgatar a memória bibliográfica do Estado, ao longo de 12 anos com importantes obras e títulos que foram relançados em formato fac-similar. As obras da Biblioteca Básica Cearense são reproduzidas com texto na íntegra e ortografia da época. A coleção de oito livros foi ofertada aos presentes. O presidente, ao fim da sessão, parabenizou o Presidente da Fundação e encerrou a sessão. Um coquetel foi servido. Para constar eu, Valdelice Carneiro Girão, secretária *ad hoc* lavrei a presente ata.

ATA DA SESSÃO DE 22 DE JUNHO DE 2009

Aos vinte e dois dias do mês de junho de 2009, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), reuniu-se em sua sede social, para mais uma reunião ordinária. Compareceram os Sócios Efetivos: José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, José Liberal de Castro, Murilo Martins, Zélia Sá Viana Camurça, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Miguel Ângelo de Azevedo, Ednilo Soárez e Clélia Lustosa. Os sócios beneméritos e amigo do Instituto João Pires e Adegildo Férrer e outros convidados. O Presidente José Augusto Bezerra iniciou a reunião saudando os presentes, apresentando a oradora do dia, Professora Ângela Gutiérrez, docente da Universidade Federal do Ceará, sócia da Academia Cearense de Letras, bisneta do homenageado Thomaz Pompeu de Sousa Brasil. Lembrou que a conferencista estava acompanhada de sua genitora, seu esposo Oswaldo, além da viúva do Dr. Aderbal Freire. Depois de dar outras informações, o Presidente passou a palavra à oradora. A Professora Ângela agradeceu o convite feito pelo Instituto e demonstrando sua capacidade de oradora, analisou as facetas de Thomaz Pompeu como intelectual, participando das Instituições mais antigas do Ceará, Instituto do Ceará e Academia Cearense de Letras, dos quais foi presidente; como educador foi professor da Faculdade de Direito, Liceu do Ceará e Colégio Militar; no jornalismo, colaborou com os periódicos de sua época; escreveu obras do quilate de *Ensaio Estatístico da Província do Ceará, População do Ceará, Lições de Geografia Geral, O Ceará no começo do século XX* e tantos outros. Destacou-se no comércio, fundando a Fabrica de Fiação e Tecelagem Progresso. Na política, assumiu interinamente o Governo do Estado

do Ceará e foi Deputado Constituinte. Depois de expor as múltiplas atividades de seu bisavô, a palestrante agradeceu mais uma vez a oportunidade e encerrou a palestra. A oradora recebeu aplausos dos presentes e flores de seu esposo. O Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Para constar, eu, Clélia Lustosa Costa, 2ª secretária, lavrei a presente ata.

ATA DA SESSÃO DE 3 DE JULHO DE 2009

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra reuniram-se no dia 3 de julho de 2009, para o lançamento da Revista de número 122. Compareceram: Zélia Sá Viana Camurça, Valdelice Carneiro Girão, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Pedro Sisnando Leite, Paulo Ayrton Araújo, José Liberal de Castro, Elmo Vasconcelos, Ésio de Sousa, José Caminha Alencar Araripe, Rejane Vasconcelos, Ednilo Soarez, Clélia Lustosa Costa. Um número considerável de convidados, destacando-se entre eles o General Júlio Lima Verde, o Professor Peripedes Chaves, o Dr. Eurípedes Chaves Júnior e outros membros da família Chaves, o engenheiro João Accioly, amigos do Instituto e funcionários. O Presidente iniciou os trabalhos dizendo da alegria em receber os visitantes, fazendo rápido pronunciamento sobre as realizações do Instituto, a boa qualidade dos trabalhos escritos na Revista, enumerando os autores. Agradecendo o patrocínio do Banco do Nordeste. Em seguida conferiu o título de Sócio Honorário ao Professor Francisco Adegildo Férrer, cujo diploma foi entregue pelo Professor Pedro Alberto de Oliveira Silva que, em breve pronunciamento, falou das realizações de presidentes mais antigos do Instituto. O Prof. Adegildo agradeceu a homenagem. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. Eu Maria Clélia Lustosa, 2ª Secretária, lavrei a presente ata.

ATA DA SESSÃO DE 20 DE JULHO DE 2009

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no dia 20 de julho de 2009 para mais uma sessão ordinária. Estavam presentes Pedro Sisnando Leite, José Augusto Bezerra, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Fernando Saraiva Câmara, Pedro Alberto de Oliveira Silva, José Liberal de Castro, Murilo Martins, Ésio de Sousa e Zélia Sá Viana; os sócios beneméritos Vicente Alencar e João Pires. Iniciando os trabalhos, o Presidente

solicitou que a professora Valdelice Girão fizesse a leitura da ata, aprovada pelos presentes. Abriu espaço para os comentários: o primeiro secretário fez alusão à correspondência recebida do Deputado Federal Eunício Oliveira com cópia do discurso proferido na Câmara dos Deputados a respeito da efeméride "Abolição da Escravatura no Ceará", ocorrida em 25 de março de 1884, fato que os jornais locais omitiram. O Presidente informou que adquiriu recentemente documentos importantes sobre a abolição da escravatura para sua coleção. A Profa. Zélia registrou a presença dos sócios Liberal de Castro e Gisafran Jucá, no Simpósio Nacional de História realizado em Fortaleza e lamentou a falta de um "stand" do Instituto. O presidente justificou a falta, comentando que o Instituto não recebeu convite, mas mesmo assim, vários integrantes do Simpósio visitaram o Instituto, a Biblioteca e o Memorial Barão de Studart. O Professor Liberal de Castro proferiu palestra sobre o Teatro José de Alencar a convite da Profa. Adelaide Gonçalves da UFC, membro da ANPHU, no Ceará. Em seguida o Presidente passou a palavra ao confrade Ézio de Sousa, que disse não pretendia fazer uma palestra, mas comentários sobre a "Estratégia da Cultura no Estado do Ceará". Disse que um grupo de pesquisadores reunidos debateram os novos critérios do Sistema Estadual da Cultura. Segundo o palestrante tudo esbarra nos recursos financeiros, uma vez que a parceria com empresários nos empreendimentos culturais dependem da aprovação de uma comissão formada por representantes de Instituições culturais, eleitas em lista tríplice, enviada ao Secretário para escolha do nome dos membros a serem referendados pelo Governador do Estado. Alguns sócios fizeram comentários pouco lisonjeiros sobre o assunto. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, lavrei a presente ata.

ATA DA SESSÃO DE 20 DE AGOSTO DE 2009

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico,Geográfico e Antropológico) sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se em sessão ordinária no dia 20 de agosto de 2009. Estiveram presentes: Pedro Sisnando Leite, Paulo Airton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Fernando Saraiva Câmara, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Aroldo Mota, Oswaldo Evandro Martins, José Liberal de Castro, João Alfredo Montenegro, Zélia Sá Viana Camurça, Elmo Vasconcelos, Paulo Elpídio de Menezes Neto e Clélia Lustosa Costa. Os sócios honorários José Ribeiro Matos e Adegildo Ferrer, o sócio benemerito João Pires, um número considerável de alunos do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará e funcionários do Instituto. O Presidente José Augusto Bezerra iniciou a reunião saudando os presentes e o

palestrante do dia o Dr. Clovis José Neto, Professor do Curso de Arquitetura da UFC, Antes de passar a palavra ao orador, abriu espaço para comunicações: O 1º. secretario congratulou-se com o Prof. Pedro Sisnando pela homenagem que recebeu da Assembleia Legislativa do Estado em comemoração do dia do Economista, ocorrido a 13 de agosto do mês em curso; registrou os 155 anos de fundação da Academia Cearense de Letras; propôs um voto de regozijo ao distinto casal General Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira e Yolanda, pelos setenta anos de feliz união. Ele membro do Instituto do Ceará e defensor da mais alta patente do Exército Brasileiro. Na ocasião ofertaram a seus convidados o livro de sua autoria "A longa carta (Diário de um combatente) Itália, 1944/45." Em seguida leu em texto de um dos livros do Prof. Pedro Sisnando tratando de assunto pertinente ao ensino do nosso Estado; confirmando que, como secretário de Educação, deixou a pasta frustrado por não implantar nas escolas do Estado no ensino em tempo integral e uma remuneração condígna para os professores.o consórcio Aroldo Mota solicitou voto de pesar pelo falecimento da Dra. Mirtis Mayer Fontenele. Depois da apresentação feita pelo confrade Liberal de Castro o Presidente passou a palavra ao Dr. Clovis Jucá, que em exposição de didática, usando os recursos de imagem do data-show, apresentou a sua tese de doutorado; com o titulo: *A urbanização do Ceara setencista*, destacando as primeiras vilas do Siará Grande de modo especial A Vila do Icó e Aracati. Os sócios Liberal de Castro e Clélia Lustosa teceram comentários elogiosos ao conferencista. Depois da distribuição com os presentes do Boletim Informativo n°. 39 do Instituto, o Presidente encerrou a sessão. Para constar eu, Clélia Lustosa Costa, 2ª secretária, lavrei a presente ata.

ATA DA SESSÃO DE 08 DE SETEMBRO DE 2009

Aos oito dias do mês de setembro de 2009, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) reuniu-se em sua sede social, para mais uma sessão ordinária. Compareceram os Sócios Efetivos: José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Valdelice Carneiro Girão, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Fernando Saraiva Câmara, Aroldo Mota, Elmo Vasconcelos, Nilson Holanda, José Liberal de Castro e Clélia Lustosa. Os sócios honorário e benemérito Adegildo Férrer e João Alves Pires. O Presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, comentando que não tendo orador oficial do dia, ele apresentaria os trabalhos que estão sendo realizados na execução do Projeto de Restauração do Acervo Histórico do Instituto, financiado pelo Ministério da Cultura, através das empresas do Dr. Ivens Dias Branco e que tem como curador o bibliófilo José Mindlin, e coordenadores os Sócios Efetivos: Gisafran Jucá e Clélia Lustosa.

Disse ainda que a importância recebida no valor de R$ 254.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil reais) está sendo monitorada por auditoria, resultando na prestação de contas a ser encaminhada ao Ministério da Cultura. O Presidente reportou-se também sobre as respectivas despesas feitas com os trabalhos do Projeto: material e pagamento de técnicos e bolsistas, resultando na restauração de 12.000 documentos; na gravação de CD's cuja renda reverterá ao Instituto, além de um livro que contará com trabalhos de Sócios Efetivos, documentando a Casa do Barão de Studart e seus documentos. O livro será destinado em parte às Instituições Culturais. A professora Clélia Lustosa elogiou o empenho do Presidente na execução do Projeto, pedindo a colaboração dos sócios na conclusão dos trabalhos. Comentário também feito por outros confrades. Em seguida o Presidente destacou a presença do sócio Nilson Holanda, passando a palavra ao mesmo que lamentou não encontrar em Brasília livros publicados sobre História do Ceará, de modo especial, a Gráfica Minerva, de propriedade de Caubi Bezerra, comentando ainda que em Brasília foi construído um prédio para biblioteca, até o momento sem livros. O Presidente agradeceu as palavras da profª. Clélia, dizendo que os trabalhos do Projeto já contam com a colaboração do tesoureiro Fernando Câmara e funcionários do Instituto de modo especial da Professora Marineide Alves. Convidou para uma visita ao laboratório, onde os documentos estão sendo restaurados. Os sócios e convidados foram recebidos pelos técnicos. Os visitantes elogiaram os trabalhos. Agradecendo o Presidente deu por encerrada a reunião. Para constar, eu Clélia Lustosa Costa, 2ª secretária, lavrei a presente ata.

ATA DA SESSÃO DE 21 DE SETEMBRO DE 2009

Aos 21 dias do mês de setembro de 2009, no auditório Barão de Studart, reuniram-se os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), para mais uma reunião ordinária. Compareceram: José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Valdelice Carneiro Girão, Fernando Saraiva Câmara, Miguel Ângelo de Azevedo, Murilo Martins, José Liberal de Castro, Ednilo Soarez e Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes. Os sócios honorários e benemérito: José Ribeiro Matos, Adegildo Férrer e João Alves Pires, além de funcionários do Instituto. O Presidente da reunião, José Augusto Bezerra, depois de cumprimentar os presentes; solicitou que a consócia Valdelice Girão lesse atas de reuniões anteriores aprovadas. Justificou a ausência dos consócios Paulo Ayrton Araújo e Pedro Alberto de Oliveira. Permitiu que o amigo do Instituto, Profº Marum Simão, apresentasse, o seu livro *Cartilha de Quixeramobim*, elaborado por ele e uma equipe de professores daquele município, ofertando um

exemplar a biblioteca do Instituto. O confrade Fernando Saraiva Câmara lembrou que os trabalhos para a revista de 2010 já podem ser entregues. Em seguida o Presidente passou a palavra ao Profº Diatahy Bezerra de Menezes, orador do dia – que dissertou sobre a figura de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, estudado por Euclides da Cunha, na condição de jornalista, militar e escritor, no seu livro *Os Sertões*. O assunto tem merecido estudos em universidades estrangeiras, lembrando que ele mesmo participou de seminários na Universidade de Colônia. Exaltou a personalidade de Euclides da Cunha não só como autor do livro *Os Sertões*, mas também outras obras importantes. Analisou as perseguições sofridas por Antônio Conselheiro pela política e religião. Por fim revelou acontecimentos de que Euclides da Cunha foi protagonista até o seu assassinato, aos 43 anos de idade. Em face do adiantado da hora, o Presidente encerrou a reunião, agradecendo o orador e convidados. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, Secretaria *ad-hoc*, lavrei a presente ata.

ATA DA SESSÃO DE 05 DE OUTUBRO DE 2009

Aos cinco dias do mês de outubro de 2009, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), reuniu-se em sua sede social, para mais uma sessão ordinária. Compareceram os Sócios Efetivos: José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Valdelice Carneiro Girão, Fernando Saraiva Câmara, Ésio de Sousa, Ednilo Soárez, José Liberal de Castro, Paulo Ayrton Araújo, Oswaldo Evandro Carneiro Martins e Pedro Alberto de Oliveira Silva. O Presidente José Augusto Bezerra depois de cumprimentar os presentes, abriu espaço para comunicações. O primeiro secretário Paulo Ayrton, registrou os 133 anos de emancipação do município de Camocim, sua terra natal, enviando votos de congratulações ao Prefeito. Comentou o descaso dos brasileiros às datas cívicas, lembrando que como Secretário de Educação do Estado, assinou portaria determinando que as escolas oficiais realizassem solenidades nestas datas. Registrou os 150 anos de nascimento do jurista Clovis Beviláqua, autor do Código Civil Brasileiro. O confrade Ésio de Sousa participou da homenagem recebida por ele, da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Ceará, a medalha da Entidade. Em seguida o Presidente concedeu a palavra ao conferencista do dia, Oswaldo Evandro Martins que, reportando-se a conferência realizada em 2002 na Academia Maçônica de Letras, analisou a obra do escritor Manuel Eduardo Pinheiro Campos como contista, folclorista, radialista e jornalista. Falou ainda que o Ex-presidente do Instituto do Ceará, como Diretor da Ceará Radio Clube, representava os Hospitais e Clínicas da Universidade do Ceará. Fizeram comentários os sócios Pedro Alberto e Sisnando Leite. O Presidente congratulou-se com o palestrante

e encerrou a sessão. Para constar, eu, Valdelice Carneiro Girão, Secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata.

ATA DA SESSÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2009

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no dia 20 de outubro de 2009, para mais uma reunião ordinária. Compareceram os confrades: José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Fernando Saraiva Câmara, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Aroldo Mota, Ésio de Sousa, Ednilo Soárez, José Liberal de Castro, Oswaldo Evandro Carneiro Martins e Elmo Vasconcelos. Os sócios honorários e beneméritos: Adegildo Férrer e João Alves Pires, e convidados, entre eles alunos do Colégio 7 de Setembro, a amiga do Instituto Irismar Linhares e a esposa do conferencista Sra. Fany Soárez. Depois de conceder a palavra à consócia Valdelice Carneiro Girão, para leitura de atas de sessões anteriores, o Presidente abriu espaço para comunicações; O 1º Secretário Paulo Ayrton Araújo, solicitou um voto de congratulações ao Presidente José Augusto Bezerra, agraciado pela Câmara Municipal de Fortaleza, com a Medalha Boticário Ferreira, merecendo aplausos dos presentes. Congratulações também dos confrades Fernando Ximenes, pelo título recebido com Cidadão Honorário de Massapê, Ednilo Soárez pelas suas atividades na presidência da Academia Fortalezense de Letras no biênio 2007-2008, assim como o amigo do Instituto, João Soares Neto por receber o diploma de Administrador Padrão no Simpósio Internacional. Aplausos pelos 80 anos do Jornal *O Povo*. Por fim registrou o falecimento do Empresário Petrônio Andrade. O Prof. Pedro Alberto lembrou a Confederação do Equador, através de Pedro Jaime Alencar Araripe, filho de Tristão de Alencar Araripe, avô do consócio José Caminha de Alencar Araripe, sendo ele Pedro Alberto, um tetraneto. O confrade José Liberal de Castro propôs voto de congratulação ao Dr. Roberto Smith, presidente do Banco do Nordeste do Brasil, benfeitor desta casa, pelo título de Cidadão Cearense outorgado pela Assembleia Legislativa. O consócio Elmo Vasconcelos apresentou também pedido de congratulações pelos 100 anos do DNOCS, pelos relevantes serviços prestados ao Nordeste e de modo especial ao Ceará. O Presidente submeteu as proposições e as considerações dos consócios presentes; sendo todas aprovadas. Em seguida passou a palavra ao palestrante do dia Ednilo Soárez, que analisou a personalidade de Clóvis Beviláqua nos seus 150 anos de vida. Como filho ilustre de Viçosa do Ceará, seus estudos na Faculdade de Direito do Recife e muito especialmente como autor do Código Civil Brasileiro. Como Sócio do Instituto Histórico

e Geográfico Brasileiro, Sócio Benemérito do Instituto do Ceará. Publicou durante sua vida jurista 669 pareceres, além de outros trabalhos. Foi casado com a escritora piauiense Amélia e faleceu em 1944. Depois dos comentários e aplausos o Presidente encerrou a sessão. Para constar, eu, Valdelice Carneiro Girão, Secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata.

ATA DA SESSÃO DE 5 DE NOVEMBRO DE 2009

Os sócios do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no dia 5 de novembro de 2009 para mais uma sessão ordinária. Compareceram: José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Valdelice Carneiro Girão, Paulo Ayrton Araújo, Fernando Saraiva Câmara, José Liberal de Castro, Rejane Vasconcelos de Carvalho, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Ednilo Soárez, Oswaldo Evandro Martins, Miguel Ângelo de Azevedo e Zélia Sá Viana Camurça. O sócio Benemérito João Pires e o sócio honorário do Instituto José Ribeiro Matos. O Presidente iniciou a reunião, cumprimentando os convidados, citando o Vice-Presidente da Academia Cearense de Letras José Maria Barros Pinho, o livreiro Sergio Braga e o conferencista do dia Prof. Benedito Vasconcelos. Abrindo espaço para as comunicações, passou a palavra ao 1º Secretário Paulo Ayrton Araújo, que assinalou a data 5 de novembro o Dia Nacional da Cultura. O confrade Miguel Ângelo mostrou para os presentes cópias de cartões postais da Fortaleza antiga e os erros do folder publicado pelo Poder Judiciário, referente aos 150 anos de nascimento do jurista Clóvis Beviláqua, solicitando que seja transcrito em ata as seguintes falhas: - "A referência a 1859 traz a foto panorâmica da cidade de Viçosa do Ceará publicada como de meados do século XIX e que é na verdade de 1936, ou seja, de meados do século XX; a referência a 1872 traz duas figuras: a bandeira do Ceará e o Ateneu Cearense. Ocorre que a bandeira do Ceará só foi instituída em 1922 e a foto que aparece como sendo do Ateneu é, na verdade do Grupo Escolar de Ceará Mirim, Rio Grande do Norte, e deve datar da década de 1930; A referência a 1875 tem um prédio como se fora o Liceu do Ceará, que na verdade é a casa residencial de José Gentil; A referência a 1876 traz uma paisagem do Rio de Janeiro do Tempo Colonial como se fora daquela data; A referência a 1891 fala da Câmara dos Deputados do Ceará, que deve ser a Assembléia Legislativa, mas o prédio que ilustra é o Palácio da Luz, então sede do governo, além disso traz as armas da República Federativa do Brasil, quando na época era Estados Unidos do Brasil; A referência a 1916 traz uma foto (a última de Clóvis Beviláqua) como se fora do então presidente Venceslau Brás". O Presidente lamentou as falhas e reforçou o papel do Instituto como guardião da

História do Ceará. Comentou o apoio do Banco do Nordeste que promete, agora, patrocinar um concurso de Monografias sobre a História do Ceará. Depois da apresentação do conferencista feita pelo consócio Sisnando Leite, o Presidente concedeu a palavra ao Professor Benedito que, tratando da Cultura e Arte do Sertão, reportou-se ao homem sertanejo nordestino, oriundo de miscigenação do índio tapuia, do português e africano. Discorreu sobre as primeiras vilas, feiras de gado, o criatório nordestino. Lembrou os lideres religiosos, destacando Pe. Ibiapina, Pe. Cícero, Antônio Conselheiro e o Beato Lourenço. Falou da importância do vaqueiro, do artesão, dos curandeiros; nomeou remédios caseiros e plantas medicinais. Lembrando a diferença da arquitetura de outras regiões do país. No final agradeceu a acolhida no Instituto, onde é sócio correspondente. Os comentários elogiosos foram feitos pelas sócias: Valdelice Girão, Zélia Camurça e Rejane Vasconcelos. Fernando Câmara congratulou-se com o palestrante e justificou a ausência do Prof. Diatahy B. de Menezes. O amigo do Instituto José Ribeiro Ramos, parabenizando o conferencista, declamou versos de Patativa do Assaré. Depois de parabenizar o Prof. Benedito o Presidente comentou que em visita a fazenda "Não me deixes" da escritora Rachel de Queiroz, observou moradores com medo da violência no campo, tais como roubo de gado e invasões pelos sem-terra. Agradeceu a todos e encerrou a sessão. Para constar, eu, Valdelice Carneiro Girão, secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata.

ATA DA SESSÃO DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Aos sete dias do mês de dezembro de 2009, no Auditório Barão de Studart reuniram-se os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), para mais uma sessão ordinária. Compareceram: José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Valdelice Carneiro Girão, Paulo Ayrton Araújo, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Fernando Saraiva Câmara, José Liberal de Castro, Elmo Vasconcelos, Ednilo Soárez, Murilo Carvalho Martins, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Miguel Ângelo de Azevedo, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes e Rejane Vasconcelos de Carvalho e o Sócio Benemérito João Pires. O consócio José Augusto Bezerra, presidente da mesa, abriu os trabalhos cumprimentando os convidados presentes, destacando o Sr. Fred Schwamborn, esposo da conferencista Dra. Ingrid Schwamborn, do presidente da Academia Fortalezense de Letras, João Soares Neto e o Prof. Raimundo Soares Neto representando o Secretário de Cultura Auto Filho. Em seguida abriu espaço para as comunicações. Usou da palavra o 1º. Secretário apresentando em nome do Instituto, parabéns dos consócios Murilo Martins, pela publicação de seu recente livro *Os Poetas da Academia Cearense de Letras*

1894 – 2009 e Aroldo Mota pelo trabalho "UNE 1956 – 1957". Congratulou-se com o Sócio Ednilo Soárez agraciado com a medalha "Educador Edilson Brasil Soares", homenagem ao seu saudoso genitor. Registrou o falecimento do Sócio Honorário e amigo do Instituto Gerard Achille Boris. O Presidente propôs um voto de pesar, aceito pelos presentes com um minuto de silêncio. A efeméride lembrando o cinquentenário de falecimento do Sócio Correspondente e amigo do Instituto, Gustavo Barroso, ocorrida no dia 3 de dezembro de 2009, ficou a cargo da consócia Valdelice Girão lendo um trabalho do historiador Raimundo Girão publicado na Revista da Academia Cearense de Letras, por ocasião de ereção da estátua de bronze na Praça do Liceu do Ceará, que hoje tem o seu nome. Raimundo Girão qualificou a obra de Gustavo Barroso de "monumental e olímpica" pelas dezenas de livros publicados. Classificou-o de romancista, cronista, poeta, crítico literário, historiador e museologista, concluindo que ninguém por certo excedeu no valor de sua inteligência, do aprimoramento intelectual e de sua amizade pelo seu Ceará. Foi aplaudida. Passou a palavra a Dra. Ingrid que, com ajuda do data-show expôs sua pesquisa sobre as bandeiras do Brasil e Portugal, e a representação das estrelas nos dois pavilhões. O Presidente lembrou que a conferencista publicou um trabalho sobre José de Alencar, numa interessante pesquisa. Agradecendo a participação da Dra. Ingrid e a presença de todos, encerrou a sessão. Para constar, eu, Valdelice Carneiro Girão, secretaria *ad hoc*, lavrei a presente ata.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009

Às 15 horas e 30 minutos do dia 14 de dezembro de 2009, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, em sessão extraordinária. Estiveram presentes os Sócios Efetivos: José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Fernando Saraiva Câmara, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Ednilo Soárez, José Caminha Alencar Araripe e Maria Clélia Lustosa Costa. Um número considerável de convidados, entre eles: professores e técnicos do Banco do Nordeste, da Universidade, do DNOCS, a Prefeita do Município de Orós e esposo e a Presidente da APRESCE, Prefeita Eliene Brasileiro e outros. Depois de compor a mesa com o Professor Horácio Dídimo, membro da Academia Cearense de Letras, João Gonçalves Lemos, presidente da Academia de Ciências Sociais do Ceará, Fausto Albuquerque, membro do Instituto Histórico de Minas Gerais, a senhora Terezinha Lima Ribeiro e a Senhora Maria Alice, dentre esposas dos

colegas do Professor, aos quais foi dedicado em memória o livro lançado. O Presidente cumprimentou os presentes, comunicando que a reunião tinha por finalidade o lançamento do livro do Consócio Pedro Sisnando Leite, intitulado: "A Tragédia do Orós – Documento Histórico". Tecendo palavras elogiosas ao autor, concedeu-lhe a palavra. O Professor Sisnando, demonstrando ser grande conhecedor do assunto, uma vez que, como funcionário e Chefe da Divisão de Estudos Agrícolas do Banco do Nordeste, na época, tomou parte ativa nos acontecimentos. Descreveu com minúcia a tragédia por que passaram os habitantes da região jaguaribana com o arrombamento do Açude Orós, as iniciativas tomadas pelo DNOCS e pelo Presidente Juscelino Kubitschek para que, em período curto fosse recuperada a barragem e logo inaugurada. A palestra agradou os presentes, que receberam um exemplar do livro, saudando o orador com palmas. O Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Para constar, eu, Maria Clélia Lustosa Costa, 2ª Secretária, lavrei a presente ata.

ATA DA CONFRATERNIZAÇÃO NATALINA

No dia 21 de dezembro de 2009, às 17 horas, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), em sua sede social para realização da Confraternização Natalina. Como nos anos anteriores, compareceram alguns Sócios Efetivos, familiares, funcionários e amigos do Instituto. Merece destaque a presença das Senhoras Irismar Linhares, Conceição Moreira, Celda e Celne Girão, Ângela de Oliveira, Mafisa Ximenes, Tereza Câmara, Mirna Leite, Ilka Tigre. Depois de cumprimentar os presentes, o Presidente fez um apanhado das realizações da Instituição em 2009, passando a palavra à consócia Valdelice Girão que, ao desejar Boas Festas aos convidados, lembrou a necessidade de uma frequência mais assídua dos membros do Instituto. Seguindo-se a saudação do Prof. Pedro Alberto a todos. As reflexões sobre o Natal foram feitas pelo confrade Eduardo de Castro Bezerra, analisando parte do evangelho, seguindo-se a oração do Pai Nosso. A senhora Bernadete, esposa do Presidente ofertou às senhoras presentes lembranças natalinas. Vinho e guloseimas foram servidos. Nada mais havendo a tratar, eu, Clélia Lustosa Costa, 2ª Secretária, lavrei a presente ata.

Centenário do General
Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira

Affonso Taboza Pereira*

Senhor Ednilo Gomes de Soárez, presidente do Instituto do Ceará, senhor General Comandante da 10ª Região Militar, estimados Confrades que compõem a mesa, caros Confrades que abrilhantam esta sessão, minhas senhoras, meus senhores.

"Porque te amei,
fiz da tua vida a minha vida.
Teu olhar imerso nos meus olhos
foi rastro de luz, etéreo,
a clarear as pupilas negras
dos meus negros olhos!

Tuas vitórias foram as minhas recompensas;
teus embates meu contínuo despertar.
Só não fiz das tuas lágrimas
as minhas lágrimas
porque nunca choraste,
mas fiz das minhas lágrimas
as tuas lágrimas."

YOLANDA GADELHA THEÓPHILO
ao seu marido Tácito Theóphilo

(A propósito, Dona Yolanda está enferma, no Hospital Militar).

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Os belos versos deste lindo poema, mostram o que foi a vida do magnífico casal, Tácito-Yolanda, e bem explicitam as razões do sucesso que foi a caminhada terrena do General Tácito. E esta homenagem não estaria completa e justa, se não, nela incluída, a grande agente, discreta e silenciosa, das vitórias do General. Ela viveu a vida do marido – vejam a profundidade dessa expressão – sua vida foi a vida do marido, viveu pra ele, viveu em função dele, fusão de duas vidas numa só, sem egoísmos, sem busca de auto-afirmação ou de frívola superioridade. Total dedicação, devoção intensa, enfrentando lado a lado as dificuldades naturais.

"Tuas vitórias foram as minhas recompensas" – diz o verso, – vivi com alegria tuas vitórias que eu considerava minhas. É este o sentimento que se depreende dessa linda declaração de amor.

Aliás, cumpre lembrar que Yolanda Gadelha Teóphilo é escritora consagrada, não sendo o lindo poema acima produto de inspiração ocasional, isolada. Ela publicou vários livros, entre os quais cito três, pela beleza e simbolismo de seus títulos: *Longa Tarde sem Manhã, Instante Dentro do Tempo, As Acácias Estão Florindo*, e outros. No livro *Eu e o Tio Sam*, relata sua vivência de dois anos nos Estados Unidos, quando o marido desempenhava funções de interesse do Exército Brasileiro naquele país.

Era voz corrente, com base na experiência, que por trás de um grande homem, havia sempre uma grande mulher. Dizia-se isso nos tempos de antanho. Hoje, graças às mudanças no comportamento da sociedade, vê-se que é mais realista a afirmação: ao lado de um grande homem há sempre uma grande mulher.

Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira nasceu em Fortaleza, no dia 12 de janeiro de 1914, da união de José Teóphilo Gaspar de Oliveira e Alice Teixeira Theóphilo Gaspar de Oliveira. Casou-se em 19 de agosto de 1939, nos primeiros lampejos da Segunda Guerra Mundial, aos 25 anos de idade, com Yolanda Gadelha, que assumiu o sobrenome Theóphilo Gaspar de Oliveira.

Fez seus estudos básicos no Colégio Nogueira, e no antigo Colégio Militar do Ceará (não confundir com o atual Colégio Militar de Fortaleza, que veio muito depois e foi o sucessor da Escola Preparatória de Cadetes, a partir de 1962).

Cursou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, sendo declarado Aspirante a Oficial de Infantaria em 1934.

Nessa década vivia o mundo uma fase acidentada da História. Na Alemanha pontificava Hitler com seu partido nazista, com visões e desejos expansionistas, desrespeitando o Tratado de Versalhes. Na Itália, Benito Mussolini e seu partido Fascista davam as cartas. Havia no ar um cheiro de pólvora, e bastava uma pequena fagulha pra explodir uma guerra cujo desenvolvimento era difícil de se prever. Finalmente, em 1939, ano em que casavam Yolanda e o Tenente Tácito Theóphilo, os canhões alemães troaram lá pras bandas da Polônia. O conflito começou envolvendo inicialmente poucos países da Europa, mas a violência nazista, incontrolável, invadindo países vizinhos, determinou o alastramento da guerra. O Brasil estava fora e nem sonhava que seria arrastado pela fúria dos acontecimentos. Em dezembro de 1941 os Estados Unidos entram na guerra, após o bombardeio de Pearl Harbor. Em 1942, por razões de todos conhecidas, o Brasil declara guerra à Alemanha e à Itália. E finalmente, em julho de 1944, o Capitão de Infantaria Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, desfilava, garboso, nas ruas do Rio de Janeiro, à frente da Companhia de Comando do Quartel General da Força Expedicionária Brasileira, que se despedia do Brasil e rumava para a Itália. Lá cuidou, durante toda a permanência da FEB em terra européia, da segurança e logística do QG. Saudoso, no jipe à sua disposição para o serviço, fez gravar a palavra YOLA, em homenagem à sua querida Yolanda. E a viatura passou a ser conhecida por esse nome.

Lá foi condecorado com a Medalha de Guerra do Brasil, e com a medalha Estrela de Bronze, dos Estados Unidos. De volta ao seu país, no fim da guerra, continuou sua brilhante carreira militar, galgando todos os postos até o ápice, General de Exército, quatro estrelas, em 1976. Recebeu sua espada de General em 1966, como General de Brigada, das mãos de seu ex-comandante na FEB, o Marechal Mascarenhas de Morais. Uma distinção.

Além da participação na campanha da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, o oficial de escol Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira foi contemplado com duas outras missões no exterior, o que, no Exército, é reservado a oficiais de destaque.

- Primeira missão: No biênio 1955 /1957, em Fort Leavenworth, Kansas, foi responsável pela tradução da edição brasileira da Military Review, revista militar distribuída aos países amigos, que divulga a evolução constante das estratégias do exército americano, e a entrada

em operação de novos equipamentos bélicos, pois a indústria bélica americana não para de evoluir. Aliás, quando estive por dois anos num centro de pesquisas do Corpo de Engenheiros do Exército Americano, no estado do Mississippi, em missão do nosso Exército, me foi dito por um companheiro que trabalhava a meu lado e com o qual eu conversava diariamente, que havia uma doutrina segundo a qual o país devia ter pelo menos uma guerra a cada trinta anos, pra testar os equipamentos novos e manter as tropas adestradas. Aliás, se analisarmos os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, veremos que os americanos não têm esperado trinta anos pra se envolverem em novas guerras.

- Segunda missão: Em 1965, como Coronel, Tácito Theóphilo foi Chefe da 3ª Seção (Planejamento e Operações) do Estado Maior da Força Interamericana de Paz, na República Dominicana, em missão da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Quanto aos cursos de natureza militar realizados pelo ilustre oficial, queremos nos limitar aos cinco mais importantes: Escola Militar do Realengo, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Escola Superior de Guerra e Escola de Guerra Naval. Fazendo uma analogia com os cursos universitários civis, pode-se dizer, guardadas as peculiaridades, que a Escola Militar seria um curso de graduação, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, seria um pós-graduação, a escola de Comando e Estado Maior, um doutorado, e as escolas Superior de Guerra e de Guerra Naval, um pós-doutorado. As duas últimas são institutos de altos estudos de política, defesa e estratégia.

Dentre as inúmeras missões que cumpriu na vida militar, a última e mais importante foi a de Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, no Governo do Presidente Ernesto Geisel. Outras funções de grandes comandos, privativas dos três postos de general, Brigada, Divisão e Exército, exerceu em diversas regiões do País.

Em sua terra natal, como Coronel, estava no comando do 23º Batalhão de Caçadores, o 23 BC, quando irrompeu a Contra-Revolução de 1964. Mostrou-se, na ocasião, um chefe moderado, contornando com habilidade os impulsos naturais de alguns oficiais mais exaltados, comuns em tais ocasiões. Tratou com fidalguia os conterrâneos presos em seu quartel, por suas posições contrárias ao movimento revolucionário, não permitindo maus tratos. Como General de Divisão, co-

mandou a Décima Região Militar, um sonho antigo. Aliás, um sonho de todo oficial cearense que galga o generalato.

Uma função civil de relevância com que foi contemplado foi a de Superintendente da Sudene. Ali, mais uma vez, expôs seus dotes de homem sábio e possuidor de grande discernimento. Brilhante foi seu trabalho à frente daquela agência de desenvolvimento do Nordeste.

Ao longo se sua extensa carreira, recebeu inúmeras condecorações, dentre as quais me limito a citar as mais importantes:

Grã-Cruz da Ordem do Mérito das Forças Armadas;
Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco;
Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval;
Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico;
Medalha de Campanha da Força Expedicionária Brasileira;
Medalha do Mérito Tamandaré;
Medalha do Mérito Santos Dumont;
Bronze Star Medal e Army Comendation Medal (Estados Unidos);
Medalhas do Equador, do Chile e da OEA.

No Ceará, foi agraciado com a Sereia de Ouro, condecoração oferecida pelo Grupo Verdes Mares aos cearenses que obtêm destaque excepcional em suas atividades.

Na arte das letras, além da já citada função de tradutor da Military Review, colaborou com artigos na Revista Defesa Nacional e na Revista Militar Brasileira, ambas editadas no Rio de Janeiro.

Na edição da História do Exército Brasileiro publicou estudos sobre Caxias, General Sampaio, General Tibúrcio, Conde d'Eu, Guerra da Independência no Piauí e Maranhão e Campanha da Itália. Publicou o livro *Tempos e Homens que Passaram à História*. Foi membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, sediada em Resende, Estado do Rio, cidade sede da AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras). Foi sócio Honorário do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, sediado no Rio de Janeiro, e Sócio Honorário da Academia Cearense de Letras.

Indicado pelo sócio e ex-governador do nosso Estado José Parsifal Barroso, foi eleito sócio efetivo do Instituto do Ceará, e depois, por unanimidade de votos, eleito Presidente dessa entidade, em substituição ao

General Carlos Studart Filho. Fez administração profícua e altamente elogiada por seus pares, cujo brilho ficou nos anais desta casa.

Oriundo de família ilustre, tinha grande apego às suas tradições e a seu sobrenome. O solar de seu pai, onde viveu a infância com seus irmãos, ficava na Rua General Sampaio, e sua fotografia se encontra nos arquivos implacáveis do nosso confrade Nirez. Quando se mudou em definitivo para o Ceará, o General mandou construir, para sua morada, uma réplica do solar de seu pai, na esquina das ruas Beni Carvalho e Barbosa de Freitas, bairro Dionísio Torres, onde morou até sua passagem para a outra dimensão. A casa continua de pé.

À família do General Tácito, o *Instituto do Ceará* traz suas reverências no ano do centenário de nascimento de seu patriarca, e faz saber que muito se orgulha por ter tido em seus quadros tão brilhante e ilustre sócio.

Tenho dito.

(Palestra proferida em 20 de outubro de 2014).

CENTENÁRIO DE FALECIMENTO DE PAULINO NOGUEIRA

(1908 - 2008)

Paulino Nogueira Borges da Fonseca
(☆1841 - ✝1908)
(Homenagem do Instituto do Ceará)

Fazemos homenagem neste número da *Revista do Instituto do Ceará* a um de seus fundadores e primeiro Presidente no período de 1887 a 1908. O perfil profissional e intelectual de Paulino Nogueira ocuparia muito estudo e interpretação, tais são suas dimensões. Sua presença na historiografia cearense é muito importante pelos temas estudados, fruto de pesquisas documentais em fontes fidedignas existentes naquela época, dentro do lema do Instituto do Ceará: *Dedimus profecto grande patientiae documentum.*

Prestamos-lhe, aqui, um tributo de reconhecimento pelo empenho que se ateve na presidência, através do registro feito por dois con-

frades de nosso Sodalício no *Dicionário da Literatura Cearense*, do historiador Raimundo Girão em co-autoria com a professora e bibliotecária Maria da Conceição Sousa.

Em homenagem mais representativa, transcrevemos, em seguida, a autobiografia publicada no Boletim nº. 5, do Instituto do Ceará, referente ao 1º. semestre de 1942, dedicado totalmente a ele, em suas 26 páginas; quando no centenário do seu nascimento, como registrou o Barão de Studart, não obstante tal fato ter ocorrido em 1841.

Transcrição do verbete:

NOGUEIRA (PAULINO ...Borges da Fonseca. Personalidade eminente no campo do Judiciário no Ceará, primeiro como Advogado de alto conceito, depois, como Desembargador do Tribunal da Relação, de reconhecida austeridade. Não menos no campo da Cultura, como historiador de pesquisas bem orientadas e conclusões corretas, e como um dos fundadores do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), do qual foi Presidente desde a fundação até falecer, em 15 de junho de 1908. Filho de Francisco Xavier Nogueira e Maria das Graças Nogueira, nasceu em Fortaleza, no dia 27 de fevereiro de 1842. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, em 1865. Na vida política, exerceu o mandato de Deputado Provincial e o de Deputado Geral. Professor do Liceu do Ceará, Jornalista, foi um dos dirigentes do jornal Constituição, órgão do Partido Conservador e colaborou em A Quinzena e redatoriou A Verdade. De sentimentos puros, não querendo envolver-se nas paixões próprias da Política, deixou-a, abandonando o mesmo jornal, "recolhendo-se a vida privada, onde ao doce aconchego da família vai amenizar as decepções sofridas!. Cultivou, também, o estudo da Língua Tupi e de suas lucubrações resultou o tão conhecido e consultado **Vocabulário *Indígena,*** *publicado na Revista do Instituto do Ceará, ano de 1887, da p.209 a 434. É rica a sua bibliografia, indicada em* ***Meio Século de Existência,*** *Tip . Minerva,1937, p.310, de Eusébio de Sousa.Assim como as fontes para estudo crítico." Erudito, sem envaidecimento; ilustração despida de mesquinhos preconceitos de superioridade; sequioso de novos conhecimentos, poupando, com avareza, o tempo que lhe sobrava para preenche-lo com o estudo. Paulino Nogueira realizou para o Ceará, beneditamente, obra histórica de tal monta que nunca sobre ela o tempo lançará a lousa do olvido.".*

Autobiografia

(Transcrição do *Botetim Nº. 5 do Instituto do Ceará,* 1º. semestre de 1942, edição comemorativa do Centenário de Nascimento de Paulino Nogueira)

Abaixo o resumo da Notas Autobiográficas deixadas pelo Desembargador Paulino Nogueira, e com observações do dr. João Nogueira:

Nasci na cidade de Fortaleza, capital da Província do Ceará, no dia 27 de Fevereiro de 1841.

Baptistério - Cópia fiel. Carlos Augusto Peixôto de Alencar, Prebystero secular do Habito de S. Pedro e Parocho collado d'esta Freguezia de S. José de Riba Mar da cidade da Fortaleza, etc. etc.

Certifico que revendo os livros em que se lanção os assentos de baptistério d'esta Freguezia, em um d'elles a fl. 194 achei o que faz menção a presente supplica, cujo theor é da maneira seguinte:

Paulino, branco, filho legítimo de Francisco Xavier Nogueira e de D. Maria das Graças (dep. Maria das Graças Nogueira), nasceu aos vinte e sete de Fev.º de 1841 e de minha licença foi baptisado solemnemente na matriz d'esta Freg.ª pelo Revdo. João Francisco Dias Nogueira, aos 21 de Março do dito anno; foram pdros. o mesmo Rdo. baptisante e D. Maria do Espirito Santo; e pª. constar mandei passar este assento q. assigno. O Vig.º Interno.º Frei Jacyntho de St.ª Anna. E nada mais se continha em dito assento, que fielmente fiz copiar do próprio original ao qual me reporto e vai esta sem cousa que duvida faça: o que affirmo **in fide parochi.** Ceará, em 15 de Janeiro de 1861.

Carlos Augusto Peixôto de Alencar

MINHA MENINICE

"Sempre me distingui por estas três qualidades: muito chorão, mto. trabalhador e mto. constante. Creio que por ser chorão, meu pae me castigou. Vivia fazendo brinquedos, cavalhinhos de páu, carrinhos, casinhas de barro e manifestava mta tendencia para a vida militar. Fiz uma

casa de banhos que a muitos causavam admiração e outros não acreditavam. Também cheguei a applicar-me tanto com as costuras que já cortava calças e coletes e fasia-os com perfeição. A mais agradável distracção que tive em menino foi brincar a carneiro. Gostava tanto d'este brinquedo que m.ª mãe tinha por maior castigo privar-me d'elle; e com effeito qdo. eu não podia sahir á tarde no meu carneiro para passear pela cidade e arrabaldes, como o Pagehú, e o Alto da Pimenta, ficava desolado.

"Era tambem já desde esse tempo mto. opinoso, nunca me deixava apanhar em contradicção, e não voltava atraz do que disia ou fazia, quaesquer que fossem as conveniencias que offerecessem.

"Andava eu ainda em camisona. Era mto. am.º da nossa casa o architecto Francisco de Paula Tavares Coutinho, mais conhecido por Mestre Paula (1). Tanto elle como os filhos eram liberaes e amigos meus. Desde esse tempo eu já disia caranguejo (palavra que hoje corresponde a conservador). Elles, para me experimentarem offereciam-me os brincos mais interessantes que ms. podiam fascinar a um menino, somente para eu dizer que era liberal, mas nunca conseguiram, de mim, tal declaração. A' minha mãe me elogiavam por isto attribuindo a minha firmeza a uma virtude mto. preciosa que mto. concorreo para nunca variar de conducta.

"Era costume as famas, passearem pela praia, Pagehú e outros arrabaldes da cidade nas noites de luar. A minha costumava fazer d'esses passeios em companhia de outras amigas. Eu não deixava de acompanhal-as e com vivo prazer. Um dia Camillo (2) deliberou que **menino não iria,** e tanto bastou para que eu nunca mais fosse a esses passeios a despeito de todos os agrados que me faziam.

"Minha mãe foi sempre muito severa com os filhos, e uma das faltas que nunca lhes perdoava era atirar pedras ainda mesmo sem malícia. Uma occasião brincava eu com outros meninos frente de casa quando appareceu um ferido. O sangue corria. Quisemos encobrir o caso salgando a ferida com areia, mas tudo descoberto, minha mãe declarou que só castigaria o delinqüente.

---

(1) Meu Pai falava-me com admiração, dos talentos do Mestre Paula que além de arquiteto trabalhava em outros ofícios. Mostrou-me na Sé a balaustrada por ele feita, rodeando parte do corpo da Igreja e que servia de mesa para o banquete eucarístico – J. N.

(2) Irmão de meu Pai. – J. N.

Precisava de saber que elle era e si não declarassemos iriamos todos ao castigo. Ainda sinto as relhadas que levei, mas não denunciei o culpado, que era um menino nosso vizinho.

MINHAS 1as. LETTRAS

"Nem eu nem meus manos nunca fomos á escola publica; todos aprendemos a ler em casa, os ms. velhos ensinando os ms. moços. Meu pai foi sempre qm. metteu a carta de A.B.C. nas mãos dos filhos. Estudando com meu mano, Pedro, conclui os estudos elementares aos dose annos, tendo começado aos 9 para 10 de idade. Meus pais por serem muito pobres não podiam educar seus filhos na escola pública.

MEOS PREPARATORIOS

"Matriculei-me na aula de latim do Lyceu aos 12 annos completos em 1853 para 1854 sendo o Diretor o Pe. Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil e meu lente o Pe. Hypolito Gomes Brasil. Em dous mezes e vinte e sete dias dei toda a artezinha do pe. Antonio Pereira e passei a traduzir Historia Sagrada com a decuria que já encontrei traduzindo, quando me matriculei. Este progresso que apresentei causou grande admiração na aula; pois n'esse tempo eram apontados como os melhores estudantes os que davam a grammatica durante o anno qdo. não em anno e meio e dous annos! Alguns dos meus novos colegas, que já se achavam traduzindo quando me viram ainda balbuciando os primeiros rudimentos da artezinha, mostraram – se rebaixados por minha causa e quiseram abandonar a aula. Não só eu os tinha egualado mas tambem passado, concluindo este preparotorio em dous annos, que era o tempo regular.

"N'este biennio dei a artezinha, Epitome da Historia Sagrada, Eutropio, Fabulas de Phedro, Cornelio, Sallustio, Virgilio, Tito Livio e Horacio.

"No anno seguinte, isto é, no 2.º de minha entrada no Lyceu matriculei-me em Francez sendo lente o Dr. José Lourenço de Castro e Silva. N'este mesmo anno fiz da matéria em Fabulas de La-Fontaine e Telemaco, que eram os livros adoptados, e fui approvado plenamente (a maior approvação conferida pelo Estabelecimento). Em Dezembro os estudantes deram um baile no quartel da 1.ª linha para solemnizar as fé-

rias, e n'essa occasião o Dr. José Lourenço eu apresentou ao Presidente Francisco Xavier Paes Barreto como o seu discipulo mais aproveitado.

"Preparei-me ainda em inglez tendo como lentes o Capm. João de Macedo Pimentel e depois o Dr. Gonçalo de Almeida Souto; em Geographia com o Dr. Thomaz Pompeu, em Philosophia com pe. Luiz Vieira da Costa Delgado Perdigão, e em Rhetorica sendo leccionado pelo Dr. Esmerino Gomes Parente, depois pelo conego Mel. Roberto Sobreira e, finalmente, pelo padre Luiz Vieira. D'estes ultimos estudos só fiz exame de Geographia, tirando approvação plena. N'esse tempo era permitido o castigo de palmatoria na aula de latim, castigo que tanto o pe. Hypolito como o pe. Antonino Pereira de Alencar, ambos lentes, sempre usaram, mas nunca comigo, antes sempre me dispensaram estima e benevolencia.

MEOS ESTUDOS NO RECIFE

"Meu mano Antonio estabeleceu-se no Recife em 1859 e conhecendo o meu desejo de seguir os estudos e formar-me em Direito convidou-me para sua companhia. Tratei de preparar-me e faltando-me recursos, apesar dos bons desejos de meo mano padre, tive de aceitar o logar de engajado na secretaria do Lyceu com a gratificação de trinta mil reis mensaes. Entrei em exercício aos 3 de agosto seguinte. Mal gosei dos vencimentos três mezes, exercendo o logar commulativamente com os meos estudos nas aulas de Rhetorica e Philosophia. Terminou o meu engajamento em novembro, em virtude de ordem do então presidente Dr. Antonio Marcelino Nunes Gonçalves. Aos 22 de dezembro de 1859 parti para o Recife com passagem do Governo no vapor **Iguarassú,** levando apenas na algibeira deseseis mil rs. Que me deo meu mano padre. Tinha eu 18 annos de edade e era a primeira vez que me separava da fam.ª a qm. Sempre fui muito apegado. Embarquei às 4 horas e às 6 da tarde ralado das mais pungentes saudades e suffocado por copioso pranto, que só cessou quando o enjôo tomando conta de mim prostou-me de todo até chegarmos ao porto ou barra Aracaty no outro dia, por volta das 9 para 10 horas da manhã. No dia 26 chagamos à capital da parahyba onde estava o Imperador com sua comitiva, por ocasião de sua visita ao Norte do Império. Pela primeira vez vi D. Pedro

2.º, cousa que me parecia um sonho, principalmente à vista do enthusiasmo ou quase delírio com que ele era tratado. Cerca de 4 horas da tarde partimos para o Recife.

MINHA CHEGADA AO RECIFE

"Cheguei ao Recife cerca de 6 horas da manhã do dia 28 de dezembro de 1859, indo logo residir em casa do meo mano Antonio à rua do Livramento n.º 2, sobrado de dous andares. Passados mais de dous mezes, Antonio declarou-me com lagrymas nos olhos que, dada situação de sua casa commercial era forçoso deixar-me. Que me dirigisse a alguns patrícios acadêmicos e pedindo-lhes que em nome, ao menos, de favores que lhes havia feito me acolhessem enquanto eu recebesse do nosso bom mano Padre as necessárias providencias. (segue-se a longa descripção das amarguras por que meu pai passou em terra extranha, desprovido de recursos, até encontrar-se com o estudante Celestino Gomes de Oliveira, que tendo assistido ao seu exame de Rhetórica ficou o considerando como um mestre, e o tomou para professor d'este preparatório. A convite de Celestino, meu Pai foi residir com elle no pateo do Livramento 25. Celestino era rico; retribuía os serviços recebidos dando ao pobre Paulino, casa e comida. Foi o anjo bom d'esta fase terrível da minha vida de espírito; tratou-o quasi paternalmente; fel-o quasi esquecer as angustias passadas. Meu Pai conservou sempre a lembrança de Celestino em grande amor – **J. N.).**

MEOS PREPARATORIOS

"O primeiro exame que fiz foi o de Rhetorica em fevereiro de 1860, sendo approvado plenamente. O Cons.º Autran que presidia a mesa, na ocasião da votação, tomando 5 espheras brancas deitou-as na urna, dizendo: Eu voto por todos, já que de outro modo não posso significar o meo apreço a este exame, que foi o de um mestre.

"Em março fiz exames de Francez e de Philosophia, sahindo approvado simplesmente. Na mesa de Francez foi reprovado um mocinho da Bahia. Os examinadores contrariados com este resultado assentaram de reprovar toda a turma escapando apenas de tão iníqua combinação, eu e um mocinho de Pernambuco.

Em Philosophia sofri um R do lente da cadeira, Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira porque, declarou elle estar convencido de que eu havia copiado a prova escripta, tão bôa estava!Desanimado com este resultado e com o que havia acontecido a meu mano, entendi dever sustar os meus exames, aguardando melhores tempos. Matriculei-me em Março em Inglez, Geographia e Geometria no Collegio das Artes.

"No meiado do anno recebi cartas de meu mano Pe. Nogueira dando-me a mesada de 25$000.

No fim de outubro o meo correspondente (um tal José Francisco de Sá Leitão), respondeu-me negando-me a mesada sob pretexto de que a pessoa que no Ceará mandava dal-a, (Mendes e Irmão) já não tinha mais credito em sua casa.

Minha mãe providenciou para que o Comor. João Baptista de Castro e Silva, então Inspector Geral de Pernambuco, ficasse como meu correspondente.

No fim do anno lectivo fiz exames de Inglez e de Geographia sahindo approvado plenamente no primeiro e simplesmente no segundo. Seguindo-se as férias de me aperfeiçoar nos dous últimos preparatórios que me faltavam, Latim e Geometria, para fazel-los em Março e então matricular-me. A 3 fiz Latim e a 13 Geometria, sahindo em ambos approvado plenamente.

"Nessa ocasião acudiram-me á mente todos os meus desgostos e desventuras passadas; e em vez de alegria chorei tanto que os meos companheiros de casa José Gonçalves de Justa e João de Hollanda Cunha, suppunham que eu tinha sido repprovado.

MEO 1º ANNO ACADEMICO

"No dia 27 de Março de 1861 matriculei-me no 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife, com o n.º de matricula 27. Lentes: Direito natural, o Dr. José Antonio de Figueiredo e de Direito romano o Dr. Tarquinio Braulio de Souza Amarantho. Estudei muito e posso afirmar que não cuidei de outra coisa; de modo que no fim do anno fui de chamado de preferencia pelos collegas para lecionar-lhes o ponto e fiz um acto que os ms. entendidos e imparciaes qualificaram que foi principalmente d'ahi, que nasceo a boa reputação que tive nos demais annos até formar-me.

A minha approvação foi plena e estou convencido de que os meus examinadores dar-me-hiam distincção ou louvor, si podessem, taes as palavras de animação que me dispensaram no acto. (Examinadores Dr. Tarquino, Dr. Manoel do N. Machado Portella e presidente da mesa, Dr. Figueiredo). Ahi, sim, tive summo prazser, não só por ver coroados os meus esforços como por approximar-se o tempo de abraçar a fam.ª e as pessôas de amisade.

MINHAS FÉRIAS EM 1862

"Não podendo comprar a passagem nos vapores da Companhia Pernambucana, tomei-a no hiate **Invencivel,** que devia seguir até o Aracaty. (Segue-se uma longa descripção desta viagem cheia de perigos e incommodos.) "No dia 20 de Novembro cheguei à Fortaleza, ainda manhã cedo. Corri para casa onde minha mãe veio abrir-me a porta. Lagrymas de alegria. Meu mano padre estava na Capital e era o presidente da Assembléa. (Segue-se a descripção da vida que tem de acadêmico em ferias no seio da familha e dos amigos; vida que lhe fez esquecer as amarguras passadas no Recife. Assim passou elle tranquillo e alegre as outras férias. – **J. N.**).

MINHA FORMATURA

"No meu 5.º anno publiquei com o meo collega Henrique Mamede Lins de Almeida, um jornal conservador denominado **A Crença,** que acabou-se com a nossa formatura. Outros academicos criaram a **Mocidade Academica**, em opposição á **Crença.**

"Formei-me a 22 de Dezembro de 1865 a 1 hora da tarde. A 6 de janeiro de 66 embarquei n'um dos vapores da Comp.ª Pernambucana e cheguei ao Ceará no dia 11 á tarde, sem novidade.

Instado por vários collegas apresentei-me candidato à oratória do 5.º anno. Tudo corria bem, quando os collegas de anno dividiram-se em Nortistas e Sulistas, sendo eu o candidato do Norte, e do Sul o cearense Theodoreto Carlos de Faria Souto. Graças à traição de vários collegas meos dos ms. enthusiastas fui derrotado, obtendo eu 36 votos e o Theo-

doreto 41. Desde então, e ainda mto. cedo fiquei conhecendo o que é eleição **Livre e pura,** mesmo entre acadêmicos.

Ainda no 3.º anno fui aclamado e depois eleito presidente do Ensaio Jurídico, sociedade de acadêmicos do 3.º anno para cima, e fiz parte de outras muitas, tanto litterarias como de dança, lembrando-me n'este momento da **Corybantina,** sociedade acreditada de dança na qual bellas horas passei.

Aqui terminam os aprontamentos biographicos de meo Pai, cujo resumo ai fica, omitidos certos detalhes íntimos; apontamentos escritos no Rio de Janeiro em 1877, quando ele era Deputado Geral pelo Ceará.

Da sua vida publica e da sua personalidade ocupou-se mui detalhadamente, João Baptista Perdigão de Oliveira, sessão solene e fúnebre de 15 de agosto de 1908 realisada pelo Instituto do Ceará em homenagem ao seu falecido consócio e presidente.

V. Revista do Instituto. Tomo XXII, 3.º e 4.º trimestres de 1908.

J. Nogueira

Alem do Barão de Studart e Perdigão de Oliveira, trataram da personalidade do Desembargador Paulino Nogueira, dentre outros: Eusébio de Sousa, em *Meio Século de Existência* e *Os nossos Desembargadores,* (artigos, estes, publicados na *Gazeta de Notícias*, de Fortaleza); Clóvis Beviláqua, em *Historia da Faculdade de Direito do Recife*, I vol.; Antônio Sales, em *História Literária*, no *Dicionário do Centenário*; Hugo Victor, n' *O Nordeste* de 15 de janeiro de 1935, e no discurso de inauguração da Galeria do Instituto, in Revista, tomo 50. Capistrano de Abreu, João Brígido, alem de Rodolfo Teófilo e Melo e Alvim, mantiveram polêmicas animadas com o eminente cearense, sobre cujo falecimento assim conclui "A República, 15 de junho de 1908, a sua noticia:

"De quatro dias a esta parte tinham se agravado os seus incômodos, e, em uma das visitas continuas de seu medico assistente, o ilustre enfermo disse:"estamos vencidos"; reconhecida, assim, o seu estado, e pediu socorros da religião, de que era crente fervoroso.

No antigo regime, filiado ao partido conservador, ocupou cargos de eleição, saindo deputado provincial e depois deputado geral. Foi honrado pelo governo imperial com a nomeação de vice-presidente da província.

Cultor das letras e pesquisador perspícuo e consciencioso, devem-se á sua pena muitas paginas da historia do país, especialmente do Ceará, cumprindo assinalar que o seu amor aos estudos históricos se revelou bem cedo, quando ainda cursava a Academia de Direito, no Recife.

Na imprensa bateu-se sempre com denodo, tratando com critério e elevação de vistas todos os assuntos de que se ocupava; e na "Constituição", órgão da facção conservadora Ibiapaba, terçou armas de cavalheiro educado e gentil.

São muitos os trabalhos deixados pelo ilustre extinto, cuja vida foi um exemplo de virtudes cívicas".

E no número de 16, noticiando o enterramento:

"O conspícuo magistrado, que em vida se viu sempre cercado da maior estima e elevada consideração, teve, ontem, a homenagem ultima dos seus numerosos amigos e admiradores, que, cheios de jubilo, em s. excía. reconheciam o exemplo vivo das mais excelsas virtudes.

Membros dos mais distintos do Superior Tribunal da Relação do Ceará, ao seu enterramento compareceram o sr. dr. Presidente do Estado e seu ajudante de ordens, os Secretários do Interior, da Justiça e da Fazenda, todos os seus colegas do Tribunal, magistratura federal e estadual, advogados, medicos, autoridades civis e militares, grande parte do funcionalismo publico, representantes do alto comercio, indústria e imprensa.

Lente ilustrado de direito criminal da nossa Faculdade de Direito, estiveram presentes ao ato fúnebre quase todo o corpo docente e o discente daquele instituto de ensino superior e estudantes do Liceu.

Honrado provedor da Santa Casa de Misericórdia, acompanharam o féretro até o Campo Santo a totalidade dos mordomos que compõem a Mesa Administrativa do pio estabelecimento e seus empregados.

Sócio benemerito de numerosas instituições de caridade, piedosamente seguiram o lugubre cortejo muitas delegações e alguns daqueles que foram socorridos pela alma caritativa e boa do pranteado cidadão.

Associado da "Fenix Caixeiral", esta fez-se representar por inumeros consocios seus e depoz o rico estandarte da sociedade sobre o ataúde.

Foi um dos enterros mais concorridos a que temos assistido nos ultimos anos, prova exuberante do muito que merecia da sociedade o ilustre extinto".

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte telegrafou ao do Ceará, apresentando pesames pelo infausto e doloroso golpe, tendo o Tribunal da Relação suspendido a sessão e feito inserir na ata de um voto de sentido pezar".

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

Resumo das atividades da nossa gestão no período de setembro de 2007 a maio de 2013

José Augusto Bezerra*

Procuraremos ser sucintos, porquanto nos compete apenas fazer os devidos registros históricos, ressaltando que não nos interessa o feito pessoal, pois tudo foi um trabalho em equipe.

Conforme informado em plenário no discurso de despedida, havia muitos problemas iniciais e o Instituto já estava em colapso, segundo todas as avaliações da época. Por causa da difícil problemática, o vice-presidente renunciara, nenhum outro sócio aceitara substituí-lo e a entidade tinha prazos improrrogáveis a cumprir. Um importante sócio, naquele instante, disse-me, formalmente, que tudo que surgia um dia também acabava. Registre-se nosso carinho e respeito à gestão anterior, cujo ilustre Presidente, Eduardo Campos, falecera inesperadamente, mas que se assim não fora, teria certamente encontrado as soluções adequadas, já que se tratava de um administrador experiente e dedicado.

Após exaurirem-se todas as outras possibilidades, terminamos por aceitar o desafio de assumir a presidência, com a promessa realmente cumprida, pelos demais sócios, de nos ajudarem de todas as formas. Cada um, ao seu modo, colaborou para montarmos o quebra-cabeça das soluções. Agradecemos-lhes sinceramente.

Procuramos fazer uma gestão democrática, citando como exemplo maior a reforma do Estatuto, em que se abriu a possibilidade de novas vagas, dentro do livre arbítrio, para os sócios que assim o desejassem, e, principalmente, eliminou-se o voto por procuração, fator

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

centenário, quase um tabu. Os candidatos eleitos após o novo Estatuto foram todos de alto nível e referendados pelo voto secreto. Da minha parte sempre entendi que a escolha de qualquer candidato, pela maioria, é indiscutivelmente a melhor. A partir da sua eleição, seja quem for o escolhido, torna-se um dileto confrade, com quem deveremos conviver, respeitosa e vitaliciamente.

Coube-nos a honra de ter sido eleito três vezes para a Presidência, sem concorrência e por unanimidade dos votantes. Tivemos também a satisfação de ver eleito, sem concorrência e também por unanimidade dos que votaram, um sucessor digno, dinâmico e comprometido com o futuro da entidade, entre tantos outros bons nomes existentes.

A par das realizações materiais, não descuidamos das palestras. Foram feitas 59 (anexo 01). Considerando-se que só houve palestras até outubro de 2012, pois todas as datas possíveis dos meses restantes (7) foram dedicadas à inscrição, eleição e posse de sete novos sócios, além da eleição e posse da nova Diretoria da entidade. Considerando-se ainda que nos meses de janeiro, por tradição, há um recesso de palestras (6 janeiros), na realidade tivemos 56 meses possíveis e 59 palestras reais, o que dá uma média de um pouco mais de uma palestra por mês durante os seis anos. Considero um feito difícil, pois tivemos uma época de superação e de reformas materiais, além de um ano e meio dedicado aos debates e preparação do novo Estatuto. Mesmo assim a média de palestras, com ótimos temas e palestrantes, foi mantida.

Nos últimos vinte anos a entidade só vinha publicando a Revista do Instituto do Ceará (inclusive a última fora paga por alguns consócios). No período 2008/2012, o Instituto voltou a editar ou reeditar importantes obras, todas com as devidas prestações de contas já feitas aos patrocinadores. Foram produzidas nesses cinco anos, cinco Revistas do Instituto do Ceará e dezesseis outras significativas obras, num total de vinte e um projetos (anexo 2). Estamos falando das edições sob a égide do Instituto, porquanto ainda tivemos os importantes livros lançados pelos sócios, em produções independentes.

Empenhamo-nos em fazer uma gestão transparente, com todas as iniciativas e realizações informadas aos confrades, conforme os 15 relatórios periódicos, que foram encaminhados para cada sócio, individualmente, desde o primeiro dia da nossa administração.

Ao assumirmos, concluímos o *Museu de História Barão de Studart*, finalizando-se a pintura do prédio (que agora, ao término da nossa gestão, já estava com quase seis anos de feita), e os outros importantes aspectos que impediam a inauguração, por duas vezes já prorrogada e sem mais possibilidade de prorrogação junto ao Ministério da Cultura (MINC). No exíguo tempo de pouco mais de trinta dias que conseguimos, graças a interferência do confrade Mauro Benevides, que alegou ao MINC a morte do Presidente, cuidamos da aquisição dos últimos aparelhos eletrônicos e do término de vários trabalhos, cujos empreiteiros tinham recebido o dinheiro e não mais se conseguia contatá-los. Também providenciou-se a atualização da contabilidade que estava sete meses atrasada, e era fator imprescindível para a posterior prestação de contas desse projeto de valor altíssimo.

As prestações de contas de projetos e convênios do IC, foram feitas com a contratação de contador externo e as contas internas foram demonstradas em balancetes trimestrais e publicação anual no jornal de maior circulação.

Durante a nossa gestão procuramos nos desdobrar, pois a equipe de trabalho era pequena. Dirigimos centenas de reuniões ordinárias e extraordinárias, estivemos nos funerais de todos os confrades que faleceram, havendo feito a oração fúnebre da quase totalidade. Fizemos a apresentação das seis Revistas do Instituto, dos Boletins, de catálogos, como os da Hemeroteca e Iconografia, do Índice Anotado, do catálogo dos almanaques, do livro *Arquivos do Barão de Studart*, do qual fomos coordenador e de tantos outros, incluindo alguns de confrades. Participamos de dezenas de entrevistas em jornais e televisões, dirigimos inúmeras solenidades, palestras, sessões eleitorais, efemérides, recepção a autoridades, incontáveis representações externas, em órgãos como o Ministério Público, o IPHAN, a Câmara Municipal, Prefeitura, Governo Estadual, em premiações, congressos, fóruns, lançamento de livros, etc.

Para evitar o excesso de papelada, faço a seguir o resumo das principais informações, cronológicas, basicamente todas extraídas dos 15 relatórios que enviamos (Os originais estão à disposição na Secretaria):

1. Acerto dos pagamentos atrasados dos funcionários (salários e férias). Consecução de recursos para a festividade da inaugu-

ração do *Museu de História Barão de Studart* e do 13º. que estavam se aproximando.

2. Recuperação do Caixa da entidade, que estava negativo e sem condições para comprar sequer um envelope ou postar cartas.
3. Recebimento da Biblioteca do General Tácito Theophilo.
4. Colocação de automático (motor e controle remoto no portão frontal).
5. Colocação de câmeras de segurança extras.
6. Recuperação do piso da garagem coberta.
7. Proibição de empréstimos de livros, que saíam para consultas sem um controle efetivo. Ficou definido que as pesquisas em livros e documentos só poderiam ser feitas no próprio Instituto, mesmo por sócios. Se necessário, se solicitaria uma cópia xerox e por tal se pagaria uma taxa correspondente. O fato de não poder sair livro por empréstimo foi consolidado definitivamente no novo Estatuto.
8. Criação da *Medalha Barão de Studart* para os consócios (que não a possuíam) e para homenageados.
9. Inauguração do *Museu de História Barão de Studart* (23/11/2007). O ex-Presidente Eduardo Campos, pouco antes de falecer e como se fora uma premonição escrevera, em uma placa, à saída do percurso interno do Museu**: Árvore de dar muito bons frutos, plantou o nonagenário. Advertiram-no de que não chegaria a vê-la florescer. Respondeu: "mas os outros, sim".** O Presidente que acabara de entrar e concluíra o museu, José Augusto Bezerra, em uma placa ao lado desta que foi escrita por Eduardo Campos, escreveu**: E os que vieram depois dele souberam que deveriam regar a árvore, para que ela crescesse e gerasse novas sementes de sonhos!**
10. Neste dia da inauguração do *Museu de História Barão de Studart*, foi concedida ao Sr. Francisco Ivens Sá Dias Branco a primeira *Medalha Barão de Studart*, dentre as novas que foram criadas para homenageados.
11. Criação de livro de registro para as visitas ilustres do recém criado *Museu de História Barão de Studart*, cuja primeira assinatura foi a do bibliófilo José Mindlin.
12. Criação e distribuição dos folders educativos do *Museu de História Barão de Studart* (distribuidos gratuitamente).
13. Realização do projeto de Preservação e Restauração do Acervo Documental do Barão de Studart (no valor de R$ 254.577,24), patrocinado pela Lei Rouanet, com o apoio do Grupo Ivens Dias Branco.

14. Recuperação do sistema de som do Auditório Barão de Studart.
15. Eleição da nova sócia efetiva Clélia Maria Lustosa Costa.
16. Aprovação de dois projetos de patrocínio da Revista do IC pelo BNB, que somavam cinco anos. Registre-se que alguns sócios ponderavam e achavam que deveríamos esperar pela publicação via UFC, mas acreditávamos que a nossa Universidade já estava muito sobrecarregada e não podíamos esperar, pois a última edição já fora financiada pelos sócios.
17. Convênio com a UVA para ajuda mensal (dois salários mínimos por 24 meses).
18. Contatos (aproximadamente uma dezena de viagens), com o Governador do Estado, Procurador Geral do Estado e Assembleia Legislativa, para obter uma lei de ajuda ao IC, pelo Estado.
19. Abertura do *Museu de História Barão de Studart* ao público, para visitas acompanhadas.
20. Primeira atualização do *site* do IC.
21. Convênio com a FUNCET para formação de professores do município, com visitação aos acervos e ao Museu do IC.
22. Retorno ao contrato de seguro contra incêndio, que não mais se fazia.
23. Eleição do novo Sócio Efetivo Luiz de Gonzaga Fonseca Mota.
24. Recebimento da raríssima (provavelmente única completa) coleção do jornal *Diário do Povo*, totalmente encadernada, feita pelo Senador Cid Carvalho. Foi necessário um carro especial para a coleta.
25. *Upgrade* (aprimoramento com novas peças e trabalho feito por um técnico) dos computadores da biblioteca, que tinham sido doados, novos, há um ano, por um sócio, mas que já não atendiam a demanda.
26. Primeiro conserto do serviço de som do Auditório Pompeu Sobrinho.
27. Implantação, de fato, do automático título de *Amigo do Instituto do Ceará*, para o cônjuge de sócio falecido. Foram emitidos esses títulos para os cônjuges ainda vivos, de todos os sócios anteriormente falecidos.
28. Pesquisa e preparação da relação de sócios honorários do Instituto, que não existia.
29. Nesse período foi concluído o tombamento estadual do Prédio da sede do Instituto.
30. Eleição do novo sócio Fernando Luiz Ximenes Rocha.

31. Recriação do Boletim do Instituto, após 52 anos sem circulação.
32. Estudo técnico feito pelo confrade José Liberal de Castro para implantação de elevador e banheiro para deficientes, cuja despesa seria alocada na próxima verba de R$ 150.000,00, dada pelo governo estadual.
33. Coleta em 67 importantes Instituições nacionais de carta de anuência para o projeto *Resgate Digitalizado do Instituto do Ceará*. Imaginem a mão de obra que isto nos custou, mas valeu pelas mensagens, não só de apoio, mas de admiração pelo projeto. Após o final do projeto, mandou-se um exemplar do livro *Arquivos do Barão de Studart* e dois DVD's com documentos digitalizados para cada uma delas, no que foi uma grande promoção para a imagem do Instituto.
34. Recebimento da biblioteca do acervo de Juarez Moraes Pontes, conseguida pelo consócio Paulo Ayrton Araújo.
35. Aquisição e instalação do conjunto de luminárias externas para iluminação de toda lateral, com a colocação da tubulação elétrica, no alto, pois a entrada de carros e pessoas era prejudicada pela escuridão, durante as solenidades.
36. Organização da escadaria frontal, ajustes ou substituição de dobradiças e fechaduras da porta principal, pois a partir dali se começou a fazer as festividades do Instituto, entrando-se pela porta da frente, porquanto até então se entrava por trás. Isto e a iluminação externa deu nova vida às solenidades, conforme expressou o Senador Tasso Jereissati, que mandou seu filho visitar o Instituto.
37. Digitalização das Revistas do IC, na Internet, em continuidade ao que fora disponibilizado em CD's.
38. Recebimento da biblioteca do confrade Geraldo Nobre. Somente para a parte de jornais foram necessários dois caminhões, o que ensejou uma difícil separação de jornais para a futura hemeroteca.
39. Criação da *Sala de Pesquisa Geraldo Nobre*, com a respectiva placa, no dia 20/12/2009, composta dos livros da sua excelente biblioteca pessoal, os quais a família doara ao Instituto, após receber as visitas da Presidência, com a consócia Valdelice Girão e com a Diretora Administrativa Marinez Alves. Constatou-se que uma parte da biblioteca, de livros comuns e para estudantes fora doada pela família à biblioteca municipal Dolor Barreira, o que não prejudicou a nossa doação, pois a parte de livros raros fora preservada em sua quase

totalidade, já que não interessava à escola de estudantes de 1º e 2º gráus. Foi uma maratona para cumprirmos o cronograma interno de separação dos livros e jornais que nos interessavam, mas os funcionários, liderados pela Diretora Administrativa Marinez Alves, conseguiram cumpri-lo. A parte dos livros de nosso interesse foi para a *Sala Geraldo Nobre*, os jornais em condições foram destinados à futura hemeroteca e o restante encaminhado para o nosso sebo. Os imprestáveis foram doados como papel velho para obras de caridade.

40. Criação da *Sala Raimundo Girão*, no local onde ele trabalhava, em cerimônia com a colocação da placa alusiva, em homenagem àquele homem que muito fez pela entidade.
41. Organização da sala de reuniões da Diretoria, com realocação de móveis, quadros e colocação de Split (ar condicionado).
42. Novo *Site* na Internet, em abril de 2009.
43. O bibliófilo José Mindlin, amigo pessoal do Presidente José Augusto Bezerra, aceitou ser curador do projeto *Resgate Digitalizado do Acervo Documental do Instituto do Ceará*, em parceria com o MINC, e este foi o fato que viabilizou o projeto, em razão do prestígio nacional de José Mindlin.
44. Implantação de dois projetos: da hemeroteca e do arquivo sobre o Acervo Iconográfico do Instituto do Ceará (intitulado de *Retratos da nossa História*, pois as nossas fotos históricas ainda existentes estavam guardadas em caixas de sapatos e sem nenhum registro). Esses projetos exigiram várias ações, tais como preparação do local, criação de estantes, encadernação de jornais e colocação de ar condicionados. O projeto da hemeroteca previa a possibilidade de restauro em jornais que estavam impossibilitados de manuseio, e integração deles às ações de higienização, digitalização, encadernação, bem como a publicação de catálogo dos mais importantes e raros jornais. O do acervo iconográfico propiciou a criação de um álbum.
45. Participação de vários confrades e da Presidência na missa dos 30 dias de morte do saudoso amante do Instituto, Gerard Boris, que na prática era o coordenador da *Associação dos Amigos do Instituto do Ceará.*
46. Visita de cortesia da Diretoria ao Governador do Ceará, em exercício, confrade Fernando Luiz Ximenes Rocha (15/01/2009).

47. Aquisição de computadores, instalação de câmeras e ampliação do quadro funcional da biblioteca, com novas duas estagiárias, pelo período de 13 meses.
48. O projeto de reedição do livro *Os Municípios Cearenses e seus Distritos*, do ex-consócio Raimundo Girão, apesar de aprovado pelo BNB, deixou de ser executado pela exiguidade de tempo para atualização das suas informações.
49. Instalação de interfone na entrada.
50. Colocação de novas câmeras em locais estratégicos.
51. Travas internas de segurança nas portas do Memorial, por estarem próximas à entrada e à rua principal.
52. Reuniões com a empresa de segurança no sentido de se aprimorarem os procedimentos de rotina, no que fomos completamente atendidos.
53. Participação do Presidente José Augusto Bezerra, em debates na TV O POVO e na TV DIARIO, sobre o lançamento de seis títulos da coleção Biblioteca Básica Cearense, da Fundação Valdemar Alcântara, no Instituto do Ceará.
54. Reunião da Presidência com a contadora Maria Aurilene Cândido Martins, auditora, sobre os projetos do *Museu de História Barão de Studart* e do *Resgate Digitalizado do Acervo Documental do Instituto do Ceará,* para as devidas prestações de contas ao MINC. Ambos já devidamente aprovados.
55. Doação do bibliófilo José Mindlin, ao IC, de R$ 15.000,00 (dos quais seriam deduzidos os impostos). Valor que teria direito como Curador do projeto *Resgate Digitalizado do Acervo Documental do Instituto do Ceará.*
56. Aprovação junto ao Centro Brasileiro de ISSN do nosso Boletim, que circulará com o nº 21755477. Agradecimentos ao apoio técnico da bibliotecária Madalena Figueiredo.
57. Registro do Estatuto da entidade, que nunca fora registrado e, portanto, legalmente, não existia. Tal fato complementava a regularização anteriormente feita na Receita Federal, onde o nome do Instituto não constava, pois estava com um nome diferente. O registro do Estatuto, como não fora feito à época, e como muitos dos que o aprovaram já haviam falecido, exigiu o cumprimento de várias e cansativas exigências legais.

58. Após o cumprimento de uma série de formalidades foi aprovado pelo Ministério da Cultura, o sistema de informatização da Biblioteca do Instituto – Biblivre - que permitiu a disponibilização de consultas a nível nacional, em 10/07/2009.
59. Ao término desta gestão estimava-se que o Instituto do Ceará, graças também ao sistema *biblivre*, conseguia o inédito feito de receber 150.000 consultas anuais em seu *site*, que foi entregue em pleno funcionamento. Possivelmente, o *site* cultural mais consultado do nordeste.
60. Reforma de todo antigo sistema elétrico do Instituto, cujos fios ressequidos traziam riscos de incêndio. No último mês da nossa gestão demonstrou-se carecer de outra reforma, pois os novos vários aparelhos de ar condicionados e outros aparelhos elétricos, que haviam sido agregados, aqueciam o sistema e as chaves de proteção.
61. Início de visitação, em 12/08/2009, pelos professores do Município e seus alunos ao Instituto do Ceará, de acordo com convênio entre as respectivas entidades, que beneficiou 6.250 alunos da rede de Ensino Fundamental do Município. A Prefeitura Municipal de Fortaleza mandou posteriormente um seu representante para, oficialmente e de viva voz, agradecer a oportunidade de conhecerem o Instituto do Ceará, seu acervo histórico e ressaltar a maneira educada como sempre foram recebidos. Vimos com muita satisfação a formação de uma nova geração de admiradores do Instituto do Ceará, através desses jovens alunos, que aqui nunca tinham andado e cuja maioria não sabia da existência da entidade.
62. Participação do Instituto do Ceará, de 21 a 23/08/2009, inclusive com *stand*, vendas de livros e revistas, no *2º Festival de Literatura e Gastronomia de Pacatuba, "Saberes e Sabores"*. Destacamos as participações dos consócios Ésio de Sousa e Ednilo Soárez com inspiradas palestras sobre o IC e literárias, as quais receberam as mais calorosas aprovações. Cremos que foi uma excelente forma de divulgação da nossa entidade, principalmente para a comunidade dos municípios interioranos, que acorreram maciçamente, ao evento.
63. A Presidência produziu ensaio sobre Eduardo Campos, para trabalho desenvolvido pela Unifor, em 17/09/2009.
64. Reforma da nossa parte hidráulica, nas cantinas e nos sanitários, pois o mau cheiro era sentido ao longe e quase continuamente água e umidade borbulhavam do chão.

65. Aquisição e colocação de panóplia e de bandeiras do Brasil, do Ceará e de Fortaleza, no *Auditório Thomaz Pompeu.*
66. Reforma do telhado da biblioteca, que com os grandes vazamentos colocava em risco todo o acervo de livros e documentos da entidade. Providenciou-se também a limpeza das calhas da parte histórica do prédio, que obstruíam a passagem d'água, provinda das chuvas.
67. Participação do Instituto do Ceará no IHGB, no Rio de Janeiro, pela primeira vez, em 24 de novembro de 2010, quando o Presidente José Augusto Bezerra falou sobre *O Instituto do Ceará e seus Projetos Culturais.*
68. Novo *upgrade* nos nossos computadores, com adoção de modernos softwares e novas peças, para atender a demanda do *biblivre,* que nos conectara com todo o país.
69. Criação do *Sebo Virtual*, ligando o nosso sebo tradicional à Internet, através da *Estante Virtual*, maior entidade do gênero no país. Tal exigiu a montagem de uma estrutura para atender pedidos, os quais, além de ser uma pequena renda, divulgava o Instituto pelo país.
70. Recebimento da biblioteca do ex-consócio Abelardo Montenegro.
71. Criação do Laboratório para restauração de obras raras, o que era uma antiga aspiração, pois podíamos, sem depender de outros, de forma muita mais barata e rápida, fazer nossas próprias restaurações, além de podermos prestar serviços a terceiros. Registre-se a resistência de alguns sócios que achavam a iniciativa desnecessária e criadora de custos extras para o Instituto.
72. Consecução pela primeira vez, em mais de 120 anos, de verba de R$ 150.000,00, doada pelo Estado do Ceará, conforme relatório de 15/12/2011, aplicados na forma abaixo, consoante proposta inicial do projeto, integralmente cumprido e aprovado**:**
    - Preservação de assoalhos.
    - Tratamento de descupinização de todo o prédio (palacete e anexos), com garantia de até poucos meses após o final da nossa gestão. Ressalte-se que este serviço exigirá revisões periódicas.
    - Compra e instalação de aparelhos de ar condicionados (splits), para o auditório menor.
    - Estruturação da biblioteca com esterelizadores, desumidificadores e moderno sistema para prevenção de incêndio.

- Aperfeiçoamento do sistema de segurança com implementação de câmeras, integradas a um sistema de vigilância eletrônica em todas as dependências da biblioteca e museu.
- Contratação de duas bibliotecárias.
- Importante mesa de higienização para recuperação de livros raros.
- Ar condicionado para a biblioteca e para a hemeroteca, o que melhorou o clima para os livros, jornais, funcionários e consulentes.
- Computador de última geração para apoiar o banco de dados central do Instituto, onde ficam os arquivos maiores, com o conveniente suporte de moderna impressora.
- Aquisição de material importado para ser usado na recuperação de livros e documentos raros.
- Higienização geral do acervo bibliográfico do Instituto (35.000 livros), o que é assunto cansativo e dispendioso, porém imprescindível.

73. No outro ano já estava previsto o uso da verba para pintura do prédio, criação do elevador e de um banheiro para deficientes físicos, conforme projeto do consócio Liberal de Castro. Infelizmente o governo só pagou este ano de 2011.
74. Ao iniciarmos a gestão não havia documentos no tocante a doação do terreno na parte final da atual área do IC, pelo Estado. A Presidência, vagarosamente, organizou um dossiê referente ao recebimento como doação pelo Governo Estadual, do terreno. Foi o que nos protegeu uns dois anos após quando o Estado tentou requisitar o terreno, que hoje é alugado à rede de Farmácias Pague Menos. É a única renda firme com que o Instituto conta.
75. Prestação de contas ao MINC, do Projeto de organização e montagem do *Museu de História Barão de Studart*. Procuramos agir profissionalmente, pois a contabilidade fora feita, à época, de forma simples e, por assim sendo, contratamos uma especialista para formatação da prestação de contas dentro das normas preconizadas.
76. Destaque-se o valioso parecer final do exigente MINC, que elogia, nas entrelinhas, os documentos contábeis e as prontas respostas da nossa entidade, ao concluir dizendo: Gostaríamos de colocarmo--nos à disposição para quaisquer dúvidas a respeito do assunto, bem

como registrar nossa satisfação pela conclusão dessa exitosa ação desenvolvida em prol da cultura brasileira.

77. Participação do Instituto do Ceará, pela segunda vez, em encontros nacionais dos Institutos Históricos, que ocorreu no Rio de Janeiro, entre os dias 18 e 22 de novembro de 2011. O Instituto esteve representado pelo Presidente José Augusto Bezerra, acompanhado da esposa, Bernadete Bezerra, e assessorado pela Administradora Marinez Alves e a bibliotecária Madalena Figueiredo. Registre-se que o pagamento das despesas não recaiu sobre o Instituto, e sim pela verba de lançamento do livro *A História do Brasil em Manuscritos*, que ali foi lançado. A participação do IC, em tempo integral, durante os quatro dias foi muito elogiada.
78. Recebimento de belos móveis antigos da família do ex-confrade Abelardo Montenegro e, com eles e outras pequenas ambientações, criamos uma sala de estar e um uma pequena sala de recepção na entrada inferior do prédio.
79. Reforma da sala anexa à biblioteca, adaptando-a definitivamente como auditório para pequenas palestras e reuniões, principalmente para os sócios com idade mais avançada, que não podem subir escadas. Na nossa gestão retiramos os tapetes que causavam mofo e alergia, recuperamos o piso, pintamos e decoramos as paredes com quadros de figuras antigas, colocamos splits e bem como uma lousa branca para desenhos e informações escritas.
80. Publicação do novo Estatuto do Instituto do Ceará, que fora debatido por um ano e meio, cumprindo todas etapas previstas, tanto internas, como legais. Incorporou várias novidades e era uma aspiração de mais de uma década. Publicado sem ônus com o patrocínio da Expressão Gráfica.
81. Realização, com diplomas, do *Curso de Conservação e Restauração de Acervos*. Revestiu-se de pleno êxito, pois, além de enaltecer o Instituto junto à sociedade e a outras importantes instituições culturais, rendeu pequeno lucro para nossas atividades. Há décadas o Instituto não promovia esses eventos porque não tínhamos um Laboratório de Restauração. Na realidade, também estamos formando jovens para a importante missão de conservação dos nossos patrimônios culturais.

82. Participação do Instituto do Ceará nas Bienais Internacionais do Livro, no Ceará, onde vendemos vários livros de autoria de membros do Instituto, no que se constituiu em ótima divulgação da Entidade e numa pequena ajuda para o nosso Caixa.
83. Aquisição de um novo sistema de microfones para o *Auditório Thomaz Pompeu*.
84. Recebimento da doação de livros da biblioteca da Sócia Efetiva Valdelice Carneiro Girão, para o Instituto.
85. Realizaram-se eleições para sete novos sócios, com as respectivas posses. Foram eleitos e empossados os seguintes novos sócios efetivos:
    - Lúcio Gonçalo de Alcântara
    - Juarez Fernandes Leitão
    - Affonso Taboza Pereira
    - Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez
    - Francisco Adegildo Férrer
    - Cid Sabóia de Carvalho
    - Geová Lemos Cavalcante
86. Entrega de documentação na Secretaria Executiva Regional Centro, solicitando a legalização de funcionamento do Instituto do Ceará (Alvará de Funcionamento e Certificado da Vigilância Sanitária).
87. Tivemos a satisfação de passar às mãos do novo Presidente da entidade, nosso ilustre e querido confrade Ednilo Gomes de Soárez, uma entidade com a melhor imagem na sociedade, com as finanças em dia e dois meses para pagamentos em Caixa, um projeto junto à Prefeitura de R$ 50.000,00 e um projeto de recuperação de acervo, na Assembleia Legislativa no valor de R$ 156.000,00, cujos pagamentos dependerão desses poderes públicos. Registre-se ainda a perenização da renda definitiva referente ao aluguel do terreno na parte de trás do Instituto, viabilizada pela perfeita ordem da documentação histórica e legal da doação, recriada pela Presidência, e que veio a ser a nossa salvaguarda, em face das exigências da SECULT, a qual imaginava, à época, que o terreno doado era apenas a parte que estava sendo usada pelo Instituto.
88. Importante citar que esse período da gestão ocorreu em clima de paz, apesar de nele ter sido criado, democraticamente e com muitos debates, um novo Estatuto, em que tudo foi aprovado pelo voto

em aberto. No início fomos até advertidos por antigos consócios, de que todo o novo Estatuto, gerara deserções, sendo que o que estava em vigor, nem fora assinado pelo Secretário-Geral do IC, à época. Mesmo assim, não houve nenhum grave desentendimento entre os sócios, que sempre aceitaram a posição da maioria. Foi criada a figura de um 2º Vice-Presidente, para evitarmos situações de alta instabilidade, como a ocorrida no início da gestão e também foi criada a figura do Presidente de Honra, na pessoa do nosso ex-Presidente Paulo Ayrton Araújo, além de outras modificações apresentadas e aprovadas.

Estas, estimados consócios, são as informações que tínhamos a relatar, as quais foram fruto muito mais de trabalho e perseverança do que de palavras. Agradeço a paciência dos que leram tais registros e deixo a todos os nossos ilustres e queridos sócios, indistintamente, a minha gratidão por ter podido conviver com tais luminares, durante este movimentado período da minha existência.

Agora é a hora de ajudarmos o nosso dileto Presidente Ednilo Gomes de Soárez.

Com um fraternal abraço,

José Augusto Bezerra.

Fortaleza, 27 de outubro de 2013.

Anexo 1

22/10/2007 - Sessão rememorativa do ex-Presidente Eduardo Campos, num documentário com os depoimentos de vários membros do Instituto e outras personalidades, em um data show sobre sua vida.

20/11 - Palestra feita pelo confrade Pedro Sisnando Leite, no Centenário de Djacir Menezes.

23/11 – Exposição sobre o Memorial Barão de Studart, feita pelo Presidente José Augusto Bezerra, e inauguração do Memorial em concorrida solenidade.

20/02/2008 – O Sócio Efetivo Elmo Vasconcelos proferiu palestra sobre o bicentenário da chegada da família real portuguesa ao Brasil.

05/05 - Palestra e lançamento do livro Capitão-Mor José Xerez Furna Uchôa, pelo confrade Ésio de Souza.

05/06 – O Sócio Efetivo João Alfredo de Sousa Montenegro proferiu palestra intitulada "Visconde de Cairu".

07/07 – O Sócio Efetivo Pedro Sisnando Leite proferiu palestra intitulada "A Tragédia do Orós".

21/07 – A Sócia Efetiva Zélia Sá Viana Camurça proferiu palestra sobre o Conde Raguet: sua vida, obra e educação.

05/08 – O Sócio Elmo Vasconcelos proferiu palestra sobre a segunda guerra mundial.

20/08 – A Sócia Efetiva Clélia Lustosa Costa proferiu palestra sobre: "Saber e Poder: normas médicas, disciplinas urbanas e moradia nos códigos de posturas da Fortaleza do séc. XIX".

05/09 – O Sócio Efetivo José Murilo de Carvalho Martins proferiu palestra sobre a Academia Cearense de Letras.

12/09 - Palestra dos confrades Ésio de Souza e Clélia Lustosa, na UFC. O primeiro falou sobre *A Contribuição do IC na Cultura do Ceará* e a segunda dissertou sobre *O Ceará Colonial: o Meio, a Luta e a Ocupação*. Palestras feitas como participação no Seminário da FACED – Faculdade de Educação da UFC.

24/09 – O Sócio Efetivo Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes proferiu palestra sobre o IV Centenário do Padre Antônio Vieira.

06/10 – O Sócio Efetivo Oswaldo Evandro Carneiro Martins proferiu palestra sobre o tema filosófico "A Razão Feliz".

20/10 – O Jornalista Paulo M. A. Martins proferiu palestra sobre Aristides de Sousa Mendes – Patrimônio da Humanidade. A palestra foi coordenada pela consócia Clélia Lustosa Costa.

05/11 – Pedro Sisnando Leite proferiu palestra sobre a "Educação no Ceará".

20/11 – A sócia Zélia Sá Viana Camurça proferiu palestra com o tema: "As relações Brasil x Estados Unidos x Inglaterra, à época da família real no Brasil e até a sua independência".

05/12 – O Prof. Francisco José Pinheiro, vice-governador do Ceará, proferiu palestra sobre "A Formação Social do Ceará (1680/1820)".

14/12 - Palestra do Dep. Artur Bruno, no IC, sobre o projeto de lei em que torna obrigatório o ensino de História e Geografia no Ceará, aos alunos de nível médio, nas redes públicas e privadas do Estado.

06/04/2009 – Palestra do consócio Ednilo Gomes de Soárez, com o título "A Personalidade de Rodolfo Theóphilo".

20/04 – Palestra do consócio José Augusto Bezerra sobre a Imprensa Régia no Brasil e no Ceará.

05/05 - Palestra do Prof. Francisco Adegildo Férrer sobre as Civilizações andinas Pré colombianas.

20/05 – Palestra do Cel. Ozael Teodósio de Melo na solenidade comemorativa pela passagem dos 90 anos do Colégio Militar de Fortaleza.

05/06 - Palestra da consócia Clélia Lustosa sobre "O papel do Instituto do Ceará na produção geográfica cearense", em reunião ocorrida no Instituto do Ceará, como parte do 15º Encontro de Geógrafos no Ceará.

05/06 - Palestra do Prof. Eustógio Wanderley Correia Dantas sobre o tema "Vilegiatura Marítima nos Trópicos".

15/06 – Palestra do Dr. Lúcio Alcântara, sobre a coleção Biblioteca Básica Cearense da Fundação Waldemar Alcântara, no Instituto do Ceará,e lançamento de seis títulos da mesma, na aludida oportunidade.

22/06 – Palestra da Professora Angela Gutiérrez, com o título "Traços para o retrato de Thomaz Pompeu".

20/07 – O sócio efetivo Ésio de Sousa proferiu palestra intitulada "Estratégia da Cultura no Estado do Ceará".

05/08 – O sócio efetivo Pedro Sisnando Leite proferiu palestra intitulada "O Verdadeiro Desenvolvimento: Uma visão histórica".

21/08 – Palestra do prof. Clóvis Jucá sobre o tema "A urbanização do Ceará Setecentista".

21, 22 e 23/08 – Palestras do Prof. Ésio Vasconcelos, sobre o IC, e Ednilo Soárez, sobre literariedade, com exposição em Stand de produções dos sócios do IC, no 2º Festival de Literatura e Gastronomia de Pacatuba.

21/09 – O Sócio Efetivo Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes proferiu palestra sobre o centenário do livro "Os Sertões", de Euclides da Cunha.

05/10 – O Sócio Oswaldo Evandro proferiu palestra sobre o escritor Manuel Eduardo Pinheiro Campos.

20/10 – O Sócio Ednilo Soárez proferiu palestra sobre o centenário do jurista Clóvis Beviláqua.

05/11 – Palestra do prof. Benedito Vasconcelos, que discorreu sobre "Arte e Cultura no Sertão".

07/12 – Palestra da Dra. Ingrid Schwanborn no Ano da Astronomia sobre o tema: "As Estrelas na Bandeira do Brasil (1889-2009)".

04/03/2010 - Palestra do General Júlio Limaverde em sessão especial, em comemoração dos 200 anos do General Sampaio. Na ocasião, o Instituto foi agraciado com o diploma de Colaborador do Exército Brasileiro.

20/05 – O Sócio Elmo Vasconcelos proferiu palestra sobre o centenário de morte de Joaquim Nabuco.

21/06 – Palestra do pesquisador Gildácio Sá, que na ocasião apresentou a ultima obra escrita pelo consócio Abelardo Montenegro, intitulada *Cearense e Judeu*.

20/07 – Palestra do consócio Pedro Alberto de Oliveira Silva em homenagem póstuma ao jornalista e escritor J. C. Alencar Araripe.

20/08 – O Sócio Efetivo José Liberal de Castro discorreu sobre o "Centenário do Teatro José de Alencar".

10/09 – Palestra do Presidente José Augusto Bezerra, coordenador, no lançamento do livro "Arquivos do Barão de Studart". O trabalho é resultado do projeto "Resgate Digitalizado do Acervo Documental do Instituto do Ceará", em parceria com o Ministério da Cultura.

05/10 – O Sócio Efetivo Oswaldo Evandro Carneiro Martins, discorreu sobre o consócio Marcelo Caracas Linhares, baseado em carta que lhe escreveu em 8 de dezembro de 1996.

20/10 – O Sócio Pedro Sisnando Leite proferiu palestra intitulada "O Movimento Ceará mais justo: uma agenda para o desenvolvimento do Estado".

06/12 – O Sócio Efetivo Luiz de Gonzaga Fonseca Mota proferiu palestra intitulada "Brasil: Questão Social e Nordeste".

17/12 – Palestra da Sócia Efetiva, prof. Valdelice Carneiro Girão, na inauguração da Sala Raimundo Girão e da Hemeroteca J. C. Alencar Araripe.

12/04//2011 – Palestra e debates em mais uma edição das "Trilhas Urbanas" com realização de palestras e debates, pela Sócia Efetiva, Prof. Clélia Lustosa.

05/05 – O Sócio Efetivo Ésio de Sousa proferiu palestra sobre o tema "Colonização Brasileira".

20/06 – O Consócio Pedro Sisnando Leite proferiu palestra sobre o tema "A Visão Histórica da Agricultura no Ceará".

22/08 – Palestra da Sócia Efetiva Clélia Lustosa Costa sobre "Planejamento urbano e teoria médica". Na ocasião foi lançada a edição de número 123 da Revista do Instituto do Ceará.

21/09 – O Sócio Efetivo Nilson Holanda proferiu palestra intitulada "A crise econômica mundial e o impacto sofrido na economia brasileira".

18/11 – Palestra sobre o conteúdo e lançamento do livro "Uma História do Brasil em Manuscritos", pelo Presidente José Augusto Bezerra, no Instituto do Ceará.

20/03/2012 – O Sócio Elmo Vasconcelos proferiu palestra sobre o centenário do livro "Terra de Sol", publicação do cearense Gustavo Barroso.

13/04 – Palestra do consócio Miguel Ângelo de Azevedo, em comemoração ao aniversário de Fortaleza, em mais uma edição do evento "Trilhas Urbanas".

25/05 – O Presidente José Augusto Bezerra falou sobre as atividades desenvolvidas pelo Instituto no I Seminário de Preservação de Bens Móveis e Integrados do Ceará, a convite do IPHAN-CE.

20/06 – O confrade Pedro Sisnando Leite profere palestra sobre o tema e lança seu livro "Raul Barbosa e o Banco do Nordeste".

20/07 – Palestra coordenada pela Geógrafa Marinez Alves no lançamento da coleção Almanaque do Ceará em DVD. Na mídia estão 54 volumes, correspondendo a cerca de 19 mil páginas digitalizadas.

20/08 – O professor do Colégio Militar de Fortaleza, Luciano Klein Filho, proferiu palestra sobre a vida e a obra de Adolfo Bezerra de Menezes.

22/10 – O Sócio Elmo Vasconcelos proferiu palestra sobre o centenário da deposição de Nogueira Accioly.

Anexo 2

TÍTULO	AUTOR	DATA	FORMATO
Revista do Instituto do Ceará	Instituto do Ceará	2008	Livro
Boletim do Instituto do Ceará (nº 37, 38)	Instituto do Ceará	2008	Livreto
Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará (do tomo CXII ao CXXII)1998 a 2008	Pedro Alberto de Oliveira Silva	2009	Livro
A tragédia do Orós: documento histórico	Pedro Sisnando Leite	2009	Livro
Boletim do Instituto do Ceará (nº 39, 40)	Instituto do Ceará	2009	livreto
Revista do Instituto do Ceará	Instituto do Ceará	2009	Livro
Cartilha Informativa sobre o Inst. do Ceará	Instituto do Ceará	2009	Livreto
Geografia do Ceará (reedição)	Barão de Studart	2010	Livro
Acervo Iconográfico	Instituto do Ceará	2010	DVD
Catálogo de Fotografias do Acervo do Instituto do Ceará	Instituto do Ceará	2010	Livro
Acervo Hemerográfico	Instituto do Ceará	2010	DVD
Catálogo da Hemeroteca do Instituto do Ceará	Instituto do Ceará	2010	Livro
Arquivos do Barão de Studart: correspondências e miscelânea	Instituto do Ceará	2010	DVD
Arquivos do Barão de Studart: documentos	Instituto do Ceará	2010	DVD
Arquivos do Barão de Studart	Instituto do Ceará	2010	Livro

Boletim do Instituto do Ceará (nº 41)	Instituto do Ceará	2010	Livreto
Revista do Instituto do Ceará	Instituto do Ceará	2010	Livro
História da Escravidão no Ceará: das origens à extinção (reedição)	Pedro Alberto de Oliveira Silva	2011	Livro
Desenvolvimento Agrícola, Industrialização e Pobreza Rural no Nordeste: resgatando a história.	Pedro Sisnando Leite	2011	Livro
Uma História do Brasil em Manuscritos	José Augusto Bezerra	2011	Livro
Revista do Instituto do Ceará	Instituto do Ceará	2011	Livro
Boletim do Instituto do Ceará (nº 42,43)	Instituto do Ceará	2011	Livreto
Novo Enfoque do Desenvolvimento Econômico e as Teorias Convencionais	Pedro Sisnando Leite	2012	Livro
Estatuto do Instituto do Ceará	Instituto do Ceará	2012	Livreto
Boletim do Instituto do Ceará (Nº 44)	Instituto do Ceará	2012	Livreto
Almanaques do Ceará	Instituto do Ceará	2012	DVD

O *Instituto do Ceará* – o guardião da memória do Ceará

Geová Lemos Cavalcante*

Senhor presidente Arno Wehling,
Senhoras e Senhores.

"Sê conciso no teu falar:
muitas coisas em poucas palavras"
(Eclo 32,8).
Cumprirei o preceito.

Como se sabe, o domínio holandês no Brasil se estendeu de 1630 a 1654. As negociações diplomáticas para a recuperação do Nordeste se iniciaram em 1641 e somente foram concluídas em 1669, com a definitiva compra através da entrega do sal de Setúbal e de duas províncias no Malabar, na Índia, conforme nos ensina Evaldo Cabral de Melo, em *O Negócio do Brasil – Portugal, os Países Baixos e o Nordeste*. Os holandeses foram duros nas negociações pois não se conformavam com a perda do açúcar do Nordeste. No decorrer das negociações, os diplomatas dos Países Baixos apresentaram em 1648 os famosos 19 Artigos, contendo suas reivindicações. O artigo 1º, que é o que nos interessa de perto, previa a *Restituição inteira de todas as fortalezas e terras que possuíam desde o Rio Real, da parte do Sul, até o Rio Grande, da parte do Norte, deixando a Capitania do Maranhão à Sua Majestade, porém que a do Ceará, se desmantelaria e ficasse deserta*.

Esta proposta foi rejeitada por D. João IV; o Ceará não permaneceria como "terra de ninguém" como queriam os holandeses. Refutada

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

a proposta, em 1649 os holandeses, sob o comando de Matias Beck, se deslocam para o Ceará e fundam Fortaleza. E esta "terra de ninguém", que não tinha prata nem ouro, nem pedras preciosas, conheceu desde o princípio grandes calamidades; já em 1603 seu primeiro desbravador, Pero Coelho de Sousa, fora vencido por inclemente seca; em 1607 viu o sangue de seu primeiro mártir, o Padre Francisco Pinto, jorrar na Serra da Ibiapaba. Terra desafortunada, mas que foi compensada pela heroicidade de seus filhos, habituados a lutar contra as adversidades. Resultado de caldeamento intenso de índios, europeus, árabes, judeus (cristãos novos) e ciganos. Poucos negros, é certo, pois o cearense não admitia a escravidão e por isso o Ceará recebeu o título de "Terra da Luz", por ser a primeira Província brasileira a libertar seus escravos. Promovemos uma autêntica diáspora. Somos exportadores de cérebros. As fronteiras do Ceará se alargaram, pois o cearense tem natureza universal. Fomos conquistar o Acre, fomos ensinar o gaúcho a fazer charque; fomos os primeiros voluntários da Guerra do Paraguai; Jovita Feitosa vestiu roupas masculinas para se integrar ao contingente de voluntários, enquanto Carolina Sucupira entregou seu filho primogênito. O General Tibúrcio sagrou-se herói da Guerra do Paraguai; o General Sampaio foi guindado à condição de *Patrono da Infantaria*.

Um cearense, o Dr. José Amynthas da Costa Barros, hoje nome de rua em Curitiba, saiu do Aracati para lutar e morrer no Cerco da Lapa. Foi o avô materno do Governador Ney Amynthas de Barros Braga.

São milhares os cearenses que saíram do Ceará e não retornaram. José de Alencar, o maior romancista; Capistrano de Abreu, o maior historiador; Clóvis Beviláqua, o autor do Código Civil de 1916. Alberto Nepomuceno, o compositor laureado; Moura Brasil, o renomado oculista; Farias Brito, o filósofo, Archimedes Memória, o arquiteto que o Rio de Janeiro adotou; Eleazar de Carvalho, o mítico Regente da Orquestra Sinfônica de Nova Iorque; o pianista Jacques Klein, de fama internacional. Foram fundar o Instituto de Tecnologia da Aeronáutica, o ITA, que tem 30% de cearenses dentre seus alunos; foram dirigir a AÇOMINAS e ITAIPU; foram ser Ministros de Estado, destacando-se o Eng. João Felipe, Ministro das Relações Exteriores do governo de Floriano Peixoto; foram ser Diplomatas, sobressaindo-se nessa área os Embaixadores Hildebrando Acioli e Dário Castro Alves. Fincou suas raízes em Curitiba o Cel. Eng. Tibúrcio Cavalcante, Diretor da Rede

Viação Paraná-Santa Catarina; aqui no Rio, o Senador João Thomé de Sabóia, após exercer a presidência do Ceará, fundou o Rotary Clube, sendo o seu 1º Presidente; dois exerceram o cargo de Presidente da República. De lá saiu Rachel de Queiroz, a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras. De lá saíram mais de 20 bispos, mas recordarei somente Dom Lino Deodato, o 18º Bispo de São Paulo, criador do Santuário de Aparecida, e Dom Helder Câmara, um dos fundadores da CNBB e seu primeiro Secretário Geral, que implantou nesta cidade do Rio de Janeiro o Banco da Providência. No Rio Grande do Sul, o eng. Luiz Roberto Andrade Ponte tornou-se líder de sua classe e exerceu o mandato de deputado federal por 2 vezes, além de ocupar a chefia da Casa Civil da Presidência da República, enquanto seus irmãos Dom Gerardo Ponte e Dom Paulo Ponte eram bispos de Patos, na Paraíba, e São Luiz no Maranhão.. No Paraná, Alencar Furtado destacava-se como Deputado Federal exercendo forte liderança em Londrina, e Freitas Nobre, como um dos "autênticos" do antigo MDB, exercia seu mandato como deputado federal por São Paulo. No Rio de Janeiro, o dr. Frota Aguiar era eleito deputado federal diversas vezes, assim como Francisco José Studart e sua prima Heloneida Studart, sobrinhos-netos do nosso fundador, o Barão de Studart. Não é ocioso recordar que a deputada Sandra Cavalcanti, primeira presidente do Banco Nacional de Habitação, é neta do cearense Adolfo Cavalcante de Albuquerque. Não podemos esquecer que aqui no Rio de Janeiro o benemérito Adolfo Bezerra de Menezes, dedicou sua vida como médico e político em favor dos mais carentes espiritual e materialmente. A relação é meramente exemplificativa, poder-se-ia enumerar os feitos dos governadores Juracy Magalhães, na Bahia, Raimundo Padilha, no Estado do Rio, Miguel Arrais, em Pernambuco, Hélio Gueiros, no Pará, Siqueira Campos, no Tocantins; dos senadores Alvaro Maia (filho de cearense), no Amazonas e Vicente Bezerra Neto no Mato Grosso, dos deputados federais Oceano Carleial, em Alagoas, Pires Saboia, no Maranhão, e Nazareno Fonteles no Piaui, dos escritores Herman Lima, Gustavo Barroso, do sociólogo Djacir Menezes, dos juristas Matos Peixoto e Beni de Carvalho no Rio de Janeiro, do político e tabelião Belisário Távora, também no Rio de Janeiro, do físico Dalton Ellery Girão Barroso, do Marechal Juarez Távora, do romancista Domingos Olímpio e seu irmão Marechal Felino Alcino Braga Cavalcante, do médico Domingos Nogueira Ja-

guaribe, o empreendedor de Campos do Jordão, do Gen. Severino Sombra, o fundador da Universidade de Vassouras, Luiz Severiano Ribeiro, da rede de cinemas, de Thomaz Pompeu Neto, o longevo Presidente da CNI, o imortal Chico Anísio, do eng. Trajano Viriato de Medeiros, o construtor dos vagões ferroviários, do filólogo Fausto Barreto, e do homônimo Fausto Albuquerque, do Instituto Histórico de Minas Gerais, do cientista Melquíades Pinto Paiva, a quem muito deve a piscicultura brasileira, dos pintores Aldemir Martins e Antônio Bandeira, do advogado Rômulo Cavalcante Mota, presidente da Associação dos ex-alunos do Caraça, de Antenor Barros Leal Filho, atual presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, e de Florentino Cardoso, atual Presidente da Associação Médica Brasileira. Os cearenses, sob a direção de João Calmon, casado com uma cearense e que residiu em Fortaleza, se espalharam do Acre ao Rio Grande do Sul dirigindo os *Diários Associados*, do jornalista Assis Chateaubriand, o paraibano que revolucionou a imprensa brasileira. Fiquemos por aqui. Não externo um ufanismo despropositado e vazio; não! Traduzo, isto sim, uma realidade conhecida por todos os brasileiros, pois o cearense tem um sentido de pertença à nacionalidade. Em qualquer parte do território, sente-se como na sua terra. Não é demais recordar que este Instituto, sob o beneplácito de Dom Pedro II, na sessão de 30 de maio de 1856, criou a *Comissão Científica de Exploração*, sob a presidência do dr. Francisco Freire Alemão e constituídas de 5 Seções; para chefiar a Seção de Geografia e Astronomia, foi designado o dr. Giacomo Raja Gabaglia. A Comissão deveria iniciar seus trabalhos pela província do Ceará. Eis uma das Instruções dadas à Comissão: "*É muito recomendada na Província do Ceará a exploração minuciosa de suas principais serras, e sobretudo das extensas serranias da Ibiapaba e do Araripe, onde a tradição coloca ricas minas de metais, e são fecundíssimos nos reinos vegetal e animal*. O resgate histórico das atividades da Comissão Cientifica de Exploração foi feito em 1962 pelo dr. Renato Braga, ex-presidente do Instituto do Ceará. Há uma singularidade a anotar. A Comissão esteve em Sobral, no norte do Ceará. E lá o dr. Raja Gabaglia vinculou-se. Dizem os registros: em 7 de junho de 1861, 6ª feira, na capela do Menino Deus, na cidade de Sobral, deu-se o casamento do dr. Giacomo Raja Gabaglia, natural de Montevidéu, filho de Caetano Raja e Carlota Grasso, com Maria da Natividade Albuquerque, filha do dr. João Fer-

nandes Barros e Luiza Amélia de Albuquerque Barros. A esposa do dr. Raja Gabaglia era irmã do Barão de Sobral, que exerceu a presidência da província do Rio Grande do Sul e na República foi o primeiro Procurador Geral da República. O neto de Giacomo Raja Gabaglia, eng. Edgar Raja Gabaglia, casou-se com a escritora Laurita Pessoa, filha e biógrafa do presidente Epitácio Pessoa. Convém assinalar que o dr. Freire Alemão, em precioso Diário, consignou, em 1859, que "*é notável como o povo do Ceará entende a sua nacionalidade : para eles o Brasil é o Ceará"*. E continua, "*eles fazem uma ideia tão exagerada da sua província, que no seu entender é em tudo superior a todas as outras; e o seu estribilho é sempre "Dêem-nos chuvas, dois meses só, todos os anos, que o Ceará não precisa de nada e pode fartar a todo o Império"*. Não sei se o dr. Alemão tinha razão, mas o certo é que estamos sofrendo o terceiro ano de impiedosa seca e as reclamações não chegam às páginas da grande imprensa. O cearense incorporou o sofrer ao seu modo de viver. Sei, sim, que o cearense é universal e intrinsicamente desprendido. Politicamente, quem já viu alguém autolimitar seus poderes revolucionários? O gen. Castelo Branco o fez. Quando se discutia os termos da aliança Getúlio Vargas – Ademar de Barros, coube ao PSP indicar o Vice na chapa presidencial. Olavo Oliveira, Senador da República, refinado orador e professor de direito, abdicou em favor de Café Filho, menos expressivo intelectual e politicamente. Com Tancredo Neves disputando a presidência, o primeiro governador da ARENA a abrir dissidência foi o governador Gonzaga Mota, hoje nosso companheiro do Instituto do Ceará, a quem foi oferecida a Vice-Presidência. Não aceitou sob o pretexto de que tinha pouca idade. Tem-se no 11º andar, na Sala Imperial, deste edifício, sede do Instituto, mais uma prova do desprendimento do cearense. O *Instituto do Ceará* resolveu fazer doação ao *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* de uma tela retratando a figura eminente do Imperador D. Pedro II. Trata-se de um retrato a óleo, de tamanho natural, assinado e datado. Foi trazido para este Instituto pelo cearense José Artur Montenegro, sócio do IHGB, portando oficio datado de 08 de julho de 1898, assinado pelo nosso primeiro presidente, o des. Paulino Nogueira; seria normal que esse quadro permanecesse sob a guarda do nosso Instituto, pois o cearense ainda não se esqueceu do venerando estadista. Para preservar a memória da vida cotidiana de seu povo, que vive em todas as partes deste país, para narrar as vitórias

e sofrimentos do cearense, o Ceará dispõe do *Instituto do Ceará* (Histórico, Geográfico e Antropológico), fundado em 04 de março de 1887 por 12 abnegados, composto atualmente por 40 sócios efetivos. Tem uma excelente sede própria no centro de Fortaleza e edita, sem interrupção, desde sua fundação, uma Revista, que é a depositária da memória do Ceará. As 127 revistas publicadas de modo rotineiro estão disponíveis no *site* do Instituto, bem como 8 revistas especiais, tratando de temas específicos como a *Revolução do Equador*. A última, correspondente ao ano de 2013, traz um artigo do cientista Melquíades Pinto Paiva, que também honra este Instituto, consolidando a memória da piscicultura no Ceará; veicula um trabalho do sábio José Liberal de Castro, esgotando o tema das casas de "porão alto" em Fortaleza, e insere um trabalho do memorialista Osmar Diógenes discorrendo sobre a presença do clero na vida política do Império. A *Revista do Instituto do Ceará* é a memória da nação cearense. Seu valor foi atestado pelos eminentes historiadores José Honório Rodrigues e Leda Boechat Rodrigues, que dela fizeram minucioso INDICE ANOTADO. Tem suas imperfeições, é verdade, mas está repleta de boa vontade. Concluo, pensando no Papa Francisco: "*Não nos é pedido que sejamos imaculados, mas que não cessemos de melhorar"*.

(Pronunciamento feito no dia 22.10.2014, representando o *Instituto do Ceará* no VI Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros, realizado nos dias 21 a 23 de outubro de 2014, na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Rio de Janeiro).

SÓCIOS FUNDADORES, PRESIDENTES E SÓCIOS EFETIVOS

Sócios Fundadores

Guilherme Studart (Barão de Studart)
Paulino Nogueira Borges da Fonseca
Antônio Bezerra de Menezes
Joakim de Oliveira Catunda
João Batista Perdigão de Oliveira
Júlio César da Fonseca Filho
Pe. João Augusto da Frota
Antônio Augusto de Vasconcelos
José Sombra (Sênior)
Virgílio Brígido
Virgílio Augusto de Moraes
Juvenal Galeno da Costa e Silva

Presidentes

Paulino Nogueira Borges da Fonseca	4.3.1887 a 15.6.1908
Thomaz Pompeu de Sousa Brasil	15.8.1908 a 6.4.1929
Guilherme Studart (Barão de Studart)	6.4.1929 a 25.9.1938
Thomaz Pompeu Sobrinho	25.9.1938 a 9.11.1967
Raimundo Renato de Almeida Braga	9.11.1967 a 20.3.1968
Carlos Studart Filho	20.3.1968 a 6.4.1982
Mozart Soriano Aderaldo	6.4.1982 a 4.3.1983
Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	4.3.1983 a 4.3.1985
Antônio Martins Filho	4.3.1985 a 6.3.1989
Mozart Soriano Aderaldo	6.3.1989 a 4.3.1991
Geraldo da Silva Nobre	4.3.1991 a 4.3.1995
Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	4.3.1995 a 4.3.1997
Paulo Ayrton Araújo	4.3.1997 a 4.3.2001
Geraldo da Silva Nobre	4.3.2001 a 4.3.2003
Manuel Eduardo Pinheiro Campos	4.3.2003 a 19.9.2007
José Augusto Bezerra	19.9.2007 a 4.3.2011

Sócios efetivos, por ordem de antiguidade, desde a fundação do Instituto

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
001 – Paulino Nogueira Borges da Fonseca	27.02.1841	04.03.1887	04.03.1887	15.06.1908
002 – Barão de Studart (Guilherme Studart)	05.01.1856	04.03.1887	04.03.1887	25.09.1938
003 – Joakim de Oliveira Catunda	02.12.1834	04.03.1887	04.03.1887	28.07.1907
004 – João Augusto da Frota (Pe.)	24.01.1849	04.03.1887	04.03.1887	02.04.1942
005 – João Batista Perdigão de Oliveira	23.08.1854	04.03.1887	04.03.1887	28.02.1929
006 – Antônio Augusto de Vasconcelos	23.12.1852	04.03.1887	04.03.1887	10.03.1930
007 – Antônio Bezerra de Menezes	21.02.1841	04.03.1887	04.03.1887	28.08.1921
008 – Júlio César da Fonseca Filho	10.10.1850	04.03.1887	04.03.1887	21.04.1931
009 – Juvenal Galeno da Costa e Silva	27.10.1836	04.03.1887	04.03.1887	07.03.1931
010 – José Sombra	04.12.1852	04.03.1887	04.03.1887	16.03.1888
011 – Virgílio Brígido	24.04.1854	04.03.1887	04.03.1887	20.10.1920
012 – Virgílio Augusto de Moraes	21.12.1854	04.03.1887	04.03.1887	06.05.1914
013 – Thomaz Pompeu de Sousa Brasil	30.06.1852	27.02.1889	12.03.1889	06.04.1929
014 – Manoel Soriano de Albuquerque	08.01.1877	24.12.1912	24.12.1912	05.09.1914
015 – Rodolfo Marcos Teófilo	06.05.1853	24.12.1912	24.12.1912	02.07.1932
016 – Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo	06.10.1852	24.12.1912	24.12.1912	29.09.1930
017 – Antônio Teodorico da Costa	12.08.1861	24.12.1912	24.12.1912	04.06.1939
018 – Álvaro Otacílio Nogueira Fernandes	14.09.1873	24.12.1912	24.12.1912	08.01.1953
019 – Álvaro Gurgel de Alencar	10.01.1861	20.09.1915	20.09.1915	02.07.1945
020 – José Lino da Justa	23.09.1863	1915	1915	22.03.1952
021 – Rodolfo Ferreira da Cunha (Pe.)	26.09.1880	1922	1922	19.04.1967
022 – Carlos Studart Filho	17.06.1896	20.09.1928	27.09.1928	06.04.1982
023 – Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho	16.11.1880	20.09.1928	27.09.1928	09.11.1967
024 – Eusébio Néri Alves de Sousa	14.08.1883	20.09.1928	27.09.1928	22.09.1947
025 – José da Cunha Sombra	21.03.1883	25.06.1929	05.07.1929	21.04.1932
026 – Álvaro Bomílcar da Cunha	14.04.1874	05.10.1929	05.11.1929	12.09.1957
027 – Júlia Carneiro Leão de Vasconcelos	07.09.1880	20.04.1930	05.06.1930	20.01.1951
028 – Valdemar Cromwel do Rego Falcão	25.01.1895	20.09.1930	05.11.1930	02.10.1946
029 – José Pedro Soares Bulcão	13.05.1873	05.10.1931	31.10.1931	17.07.1942

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
030 – Antônio Martins de Aguiar e Silva	04.03.1893	05.10.1931	31.10.1931	30.08.1974
031 – Guilherme de Sousa Pinto	13.06.1883	05.10.1931	31.10.1931	14.09.1939
032 – José Carvalho	11.02.1872	05.10.1931	31.10.1931	15.02.1933
033 – Carlos Livino de Carvalho	17.02.1881	05.10.1931	31.10.1931	02.04.1960
034 – Leonardo Ferreira Mota	01.05.1891	05.10.1931	05.01.1932	02.01.1948
035 – Manuel Antônio de Andrade Furtado	28.01.1890	20.07.1932	05.09.1932	16.04.1968
036 – Djacir de Lima Menezes	16.11.1907	20.04.1933	20.05.1933	08.06.1996
037 – Hugo Vítor de Guimarães e Silva	17.11.1898	05.03.1936	14.04.1936	16.11.1950
038 – José Valdo Ribeiro Ramos	04.04.1901	20.02.1936	05.04.1936	04.12.1961
039 – Abner Carneiro de Vasconcelos	09.12.1884	20.03.1936	05.04.1936	03.02.1972
040 – Clodoaldo Pinto	27.10.1896	20.03.1936	05.04.1936	12.07.1979
041 – Alba Valdez (Maria Rodrigues)	12.12.1874	05.02.1936	10.05.1936	04.02.1962
042 – Misael Gomes da Silva (Pe.)	21.09.1885	20.04.1938	05.05.1938	20.08.1984
043 – João Franklin de Alencar Nogueira	27.10.1867	04.06.1941	19.07.1941	02.12.1947
044 – Dolor Uchoa Barreira	13.04.1893	04.06.1941	19.07.1941	30.06.1967
045 – Raimundo Girão	03.10.1900	04.06.1941	19.07.1941	24.07.1988
046 – Plácido Aderaldo Castelo	11.01.1906	04.06.1941	19.07.1941	17.06.1979
047 – Joaquim Alves de Oliveira	10.02.1894	20.11.1942	06.01.1943	08.06.1952
048 – Antônio Martins Filho	22.12.1904	20.11.1942	06.01.1943	20.12.2002
049 – Demócrito Rocha	14.04.1888	20.11.1942	06.01.1943	29.11.1943
050 – Luís Cavalcante Sucupira	11.05.1901	20.11.1942	06.01.1943	11.07.1997
051 – Francisco Dias da Rocha	23.08.1869	04.12.1943	20.03.1944	25.07.1960
052 – Manuel do Nascimento Fernandes Távora	21.03.1877	04.12.1943	13.05.1944	23.09.1973
053 – Dom Antônio de Almeida Lustosa	11.02.1886	20.03.1944	29.04.1944	14.08.1974
054 – Raimundo Renato de Almeida Braga	20.12.1905	20.05.1944	31.08.1944	13.06.1968
055 – Carlos Feijó da Costa Ribeiro	05.04.1885	20.01.1948	17.02.1948	10.10.1958
056 – Josa Magalhães	08.01.1896	05.02.1948	17.03.1948	31.10.1983
057 – Francisco Martins (Fran)	13.03.1913	20.03.1948	27.06.1948	29.06.1996
058 – José Bonifácio de Sousa	01.11.1901	05.06.1950	20.09.1950	17.04.1970
059 – Florival Alves Seraine	19.04.1910	05.06.1950	21.10.1950	04.01.1999
060 – Mozart Soriano Aderaldo	22.04.1917	05.06.1950	27.10.1950	25.06.1995
061 – Boanerges Facó	30.09.1882	05.06.1950	17.01.1951	04.08.1970
062 – Francisco Alves de Andrade e Castro	21.11.1913	20.12.1950	30.03.1951	06.10.2001
063 – José Guimarães Duque	21.09.1903	20.04.1953	30.09.1953	12.05.1978
064 – Manuel Albano Amora	19.10.1915	04.06.1955	25.08.1955	02.06.1991

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
065 – Hugo Catunda Fontenele	10.08.1899	04.06.1955	25.08.1955	07.03.1980
066 – Luís Teixeira Barros	26.01.1920	04.06.1955	25.08.1955	07.04.2000
067 – José Sobreira de Amorim	14.05.1912	04.06.1955	25.08.1955	06.03.1974
068 – José Denizard Macedo de Alcântara	01.09.1921	04.06.1955	25.08.1955	12.11.1983
069 – Ismael de Andrade Pordeus	25.12.1912	04.06.1955	25.08.1955	06.09.1964
070 – Paulo Bonavides	20.05.1925	04.06.1955	25.08.1955	–
071 – João Batista Saraiva Leão	25.12.1895	04.06.1955	25.08.1955	30.12.1977
072 – José Aurélio Saraiva Câmara	20.06.1921	04.06.1955	25.08.1955	09.04.1974
073 – Joaquim Braga Montenegro	28.02.1907	04.06.1955	25.08.1955	20.11.1979
074 – Manuel Eduardo Pinheiro Campos	11.01.1923	20.08.1956	16.11.1956	19.09.2007
075 – Waldery Magalhães Uchoa	16.08.1917	20.10.1956	20.03.1957	21.10.1964
076 – Antônio Filgueiras Lima	21.05.1909	20.12.1956	23.04.1957	28.09.1965
077 – João Hipólito Campos de Oliveira	05.05.1917	04.04.1957	20.08.1957	04.09.1994
078 – José Parsifal Barroso	05.07.1913	20.10.1966	04.12.1967	26.04.1986
079 – Zélia Sá Viana Camurça	16.12.1924	04.09.1967	09.04.1968	–
080 – Oswaldo de Oliveira Riedel	20.07.1913	20.06.1968	04.11.1969	21.01.1989
081 – Antônio Gomes de Freitas	23.03.1904	21.10.1968	04.11.1969	15.07.1976
082 – Geraldo da Silva Nobre	31.08.1924	21.10.1968	28.11.1969	26.06.2005
083 – Raimundo Teles Pinheiro	20.03.1908	21.01.1974	04.07.1974	13.11.1987
084 – Virgílio de Moraes Fernandes Távora	29.09.1919	21.01.1974	04.07.1974	03.06.1988
085 – Guarino Alves de Oliveira	02.05.1921	21.01.1974	04.07.1974	28.10.1999
086 – Raimundo Aristides Ribeiro	12.03.1912	21.01.1974	04.07.1974	11.09.2003
087 – José Oswaldo de Araújo	17.03.1894	20.09.1974	04.12.1974	02.09.1975
088 – Pedro Alberto de Oliveira Silva	24.07.1937	20.09.1974	04.12.1974	–
089 – Vinicius Antonius Holanda de Barros Leal	16.10.1922	20.09.1974	04.12.1974	–
090 – Melquíades Pinto Paiva	06.03.1930	20.09.1974	04.12.1974	–
091 – Francisco Fernando Saraiva Câmara	24.08.1930	05.05.1975	17.10.1975	–
092 – Hélio de Sousa Melo	19.12.1921	05.05.1975	17.10.1975	28.11.2001
093 – Francisco de Assis Arruda Furtado	10.05.1923	21.07.1975	17.10.1975	–
094 – José Teixeira de Freitas	09.05.1918	21.07.1975	17.10.1975	08.07.1994
095 – José Caminha Alencar Araripe	01.05.1921	20.12.1976	26.04.1977	–
096 – Itamar Santiago Espíndola	14.09.1917	20.12.1976	26.04.1977	13.08.1992
097 – Eduardo de Castro Bezerra Neto	16.12.1934	04.02.1980	22.05.1980	–
098 – Manuel Lima Soares	08.11.1923	20.10.1980	20.02.1981	06.05.1990
099 – Abelardo Fernando Montenegro	30.05.1912	20.10.1980	20.03.1981	–

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
100 – Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	12.01.1914	20.10.1980	23.04.1981	–
101 – Rubens de Azevedo	30.10.1921	22.06.1981	04.09.1981	17.01.2008
102 – Antônio Nilson Craveiro Holanda	22.06.1935	04.04.1978	24.02.1982	–
103 – Maria da Conceição Sousa	21.09.1913	21.06.1982	20.08.1982	09.02.1991
104 – Caio Lóssio Botelho	19.04.1933	06.02.1984	04.04.1984	–
105 – Cláudio Martins	10.05.1910	06.02.1984	23.04.1984	17.06.1995
106 – Carlos Mauro Cabral Benevides	21.03.1930	05.11.1984	23.08.1985	–
107 – Paulo Ayrton Araújo	05.01.1925	20.06.1986	20.08.1986	–
108 – Joaryvar Macedo	20.05.1937	20.01.1988	22.02.1988	29.01.1991
109 – Vladir Pontes Menezes	12.07.1934	04.08.1988	30.08.1988	–
110 – Valdelice Carneiro Girão	21.02.1926	20.09.1988	04.11.1988	–
111 – José Borges de Sales	10.02.1911	21.08.1989	20.12.1989	12.05.2006
112 – Paulo Elpídio de Menezes Neto	13.01.1936	05.09.1990	20.11.1990	–
113 – José Liberal de Castro	21.05.1926	22.04.1991	22.07.1991	–
114 – João Alfredo de Sousa Montenegro	15.12.1930	06.05.1991	20.06.1991	–
115 – Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)	15.05.1934	05.09.1991	21.10.1991	–
116 – Francisco Sadoc Araújo	17.12.1931	05.04.1993	17.07.1993	–
117 – Marcelo Caracas Linhares	15.03.1924	07.11.1994	05.12.1994	14.08.2007
118 – Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	28.04.1935	20.12.1994	20.02.1995	–
119 – José Cláudio de Oliveira	24.05.1926	20.09.1995	25.10.1995	–
120 – Oswaldo Evandro Carneiro Martins	17.08.1922	20.09.1995	17.11.1995	_
121 – José Murilo de Carvalho Martins	31.03.1929	06.01.1997	27.06.1997	_
122 – Pedro Sisnando Leite	13.05.1933	05.06.1997	23.10.1997	_
123 – José Aroldo Cavalcanti Mota	27.01.1933	22.09.1997	13.11.1997	_
124 – Francisco Edson Cavalcante Pinheiro	30.01.1923	05.04.1999	21.06.1999	_
125 – Gisafran Nazareno Mota Jucá	20.09.1948	05.01.2000	24.04.2000	_
126 – Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos	20.06.1934	10.08.2000	25.10.2000	_
127 – Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho	23.08.1944	05.04.2002	05.06.2002	_
128 – Francisco Ésio de Souza	24.09.1935	22.04.2002	25.07.2002	_
129 – Dário Moreira de Castro Alves	14,12.1927	17.03.2004	17.08.2004	_
130 – José Augusto Bezerra	12.06.1948	20.06.2005	05.08.2005	-
131 – José Filomeno Moraes Filho	20.11.1952	05.10.2005	25.11.2005	-
132 – Ednilo Gomes de Soárez	03.08.1939	05.10.2006	22.11.2006	
133 - Maria Clélia Lustosa Costa	05.09.1953	05.12.2007	03.04.2008	
134 - Luís de Gonzaga Fonseca Mota	09.12.1942	26.04.2008	20.06.2008	
135 - Fernando Luiz Ximenes Rocha	23.11.1952	21.05.2008	10.10.2008	

(Colaboração de Silvia Teophilo Figueiredo de Negreiros, Paulo Ayrton Araújo e Aluísio Bezerra)

Relação atualizada dos sócios efetivos com os respectivos endereços - 2009

01. Paulo Bonavides
Av. Curió, 2810 – Casa 281 – Lagoa Redonda ..... (85) 3476.8262
60831-370 – Fortaleza, CE

02. Zélia Sá Viana Camurça
Rua Sena Madureira, 907..... (85) 3219.2525
60055-080 – Caixa Postal 12.146 ..... (85) 3219.2101
60021-970 – Fortaleza, CE

03. Pedro Alberto de Oliveira Silva
Rua José Carlos Gurgel Nogueira, ... (85) 3234.1417
60175-830 – Fortaleza, CE

04. Vinicius Antonius Holanda de Barros Leal
Rua Marcos Macedo, 901 ..... (85) 3224.1635
60170-020 – Fortaleza, CE

05. Melquíades Pinto Paiva
Rua Coronel Linhares, 777- Ap. 1202 ..... (85) 3224.1385
60170-241 – Fortaleza,CE
Rua Baronesa de Poconé, 71 - Ap. 701..... (21) 2538.2498
22471-270 - Rio de Janeiro, RJ
e-mail: mappaiva@uol.com.br

06. Francisco Fernando Saraiva Câmara
Rua João Cordeiro, 2554..... (85) 3226.2532
60110-301 – Fortaleza, CE

07. Francisco de Assis Arruda Furtado
Rua Henriqueta Galeno, 225 - Ap. 700..... (85) 3244.7817
60190-140 – Fortaleza, CE

08. José Caminha Alencar Araripe
Av. Desembargador Moreira, 40 - Ap.102 ..... (85) 3242.1285
60125-001 – Fortaleza, CE
e-mail: ilkatigre@hotmail.com

09. Antônio Nilson Craveiro Holanda
SHIS - QL 14 – Conj. 06 - Casa 17 ..... (61) 248.3373
70640-065 – Brasília, DF

10. Eduardo de Castro Bezerra Neto
Rua José Moacir Bezerra, 1055 ..... (85) 3273.5897
60833-414 – Fortaleza, CE
e-mail: eduardobezerrant@gmail.com

11. Abelardo Fernando Montenegro
Rua Donatila Carvalho, 39 ..... (85) 3223.0916
60325-100 – Fortaleza, CE

12. Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira
Rua Beni Carvalho, 120 ..... (85) 3224.9347
60135-400 – Fortaleza, CE

13. Caio Lóssio Botelho
Rua Oto de Alencar, 36 ..... (85) 3238.0859
60010-270 – Fortaleza, CE

14. Carlos Mauro Cabral Benevides
SHIS – QI 05 – Conj. 17 – Casa 8 – Lago Sul..... (61) 248.6830
71165-170 – Brasília, DF

15. Paulo Ayrton Araújo
Rua José Vilar, 2350 – Ap.1000 ..... (85) 3224.0004
60125-001 – Fortaleza, CE

16. Vladir Pontes Menezes
Rua Barão do Rio Branco, 1594 ..... (85) 3231.6152
60025-061 – Fortaleza, CE

17. Valdelice Carneiro Girão
Rua Marcos Macêdo, 140 - Ap.503 ..... (85) 3244.4063
60150-190 – Fortaleza, CE
e-mail: valdelicegirao@oriontelecom.com.br

18. Paulo Elpídio de Menezes Neto
Rua Bartolomeu Mitre, 335 – Ap.401
22431-000 – Rio de Janeiro, RJ
Rua Silva Jatahy, 355 - Ap. 502 ..... (85) 3248.4666
60165-070 – Fortaleza, CE

19. João Alfredo de Sousa Montenegro
Rua Monsenhor Bruno, 600 – Ap. 101 ..... (85) 3264.4822
60115-190 – Fortaleza, CE

20. José Liberal de Castro
Rua Gervásio de Castro, 50 ..... (85) 3223.5142
60015-310 – Fortaleza, CE

21. Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)
Rua Prof. João Bosco, 560 ..... (85) 3281.6949
60430-690 – Fortaleza, CE
e-mail: nirez@terra.com.br

22. Francisco Sadoc de Araújo
Av. da Ressurreição, 926 ..... (88) 3613.1448
62020-540 – Sobral, CE

23. Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Rua Dr. Márlio Fernandes, 140 ..... (85) 3261.7968
60810-025 – Fortaleza, CE
e-mail: diatahy@ufc.br - ediatahy@secrel.com.br

24. José Cláudio de Oliveira
Rua Prof. Dias da Rocha, 2350 ..... (85) 3227.5500
60170-311 – Fortaleza, CE

25. Oswaldo Evandro Carneiro Martins
Rua Xavier de Castro, 40 ..... (85) 3219.4468
60060-330 – Fortaleza, CE

26. José Murilo de Carvalho Martins
Av. Beira Mar, 3660 – Ap. 401 ..... (85) 3263.3311
60165-121 – Fortaleza, CE

27. Pedro Sisnando Leite
Rua Dr. Zamenhof, 400 - Ap 1301 ..... (85) 3262.3328
60176-060 – Fortaleza, CE
e-mail: psisnando@terra.com.br

28. Aroldo Cavalcanti Mota
Rua Vicente Leite, 550 - Ap.501 ..... (85) 3242.7900
60170-150 – Fortaleza, CE

29. Francisco Edson Cavalcante Pinheiro
Rua Eduardo Garcia, 505 – Ap. 202 ..... (85) 3242.0388
60150-100 – Fortaleza, CE

30. Gisafran Nazareno Mota Jucá
Rua Fiscal Vieira, 3800 – Bloco B - Ap. 201 ..... (85) 3272.3469
60120-170 – Fortaleza, CE

31. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos
Rua Carlos Barbosa, 463 – Ap. 701 ..... (85) 3249.4365
60175-355 – Fortaleza, CE
e-mail: alsvasconcelos@superig.com.br

32. Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho
Rua Fausto Cabral, 861 ..... (85) 3234.5093
60155-410 – Fortaleza,CE ..... (85) 3262.1756

33. Francisco Ésio de Souza
Rua Henriqueta Galeno, 714 – Ap. 702 ..... (85) 3261.6745
60135-420 – Fortaleza, CE

34. Dário Moreira de Castro Alves ..... (85) 3248.1880
Rua Silva Jatahy, 54 – Ap. 700
60165-070 – Fortaleza, CE

35. José Augusto Bezzerra ..... (85) 3264.0933
Av. Rui Barbosa, 748 - Ap. 800
60115-220 – Fortaleza, CE
e-mail: augustusimob@uol.com.br

36. José Filomeno Moraes Filho ..... (85) 3261.6508
Rua Monsenhor Catão, 1442 - Ap. 1003
60175-000 – Fortaleza, CE

37. Ednilo Gomes de Soárez ..... (85) 3265.3966
Av. Beira-Mar, 4777 - Ap.1500
60165-125 – Fortaleza-CE
e-mail: ednilo@fa7.edu.br

38. Maria Clélia Lustosa Costa ..... (85) 3248.6470
Rua Silva Jatahy, 400 - Ap. 901B
60165-070 - Fortaleza-CE
e-mail: clelialustosa@gmail.com

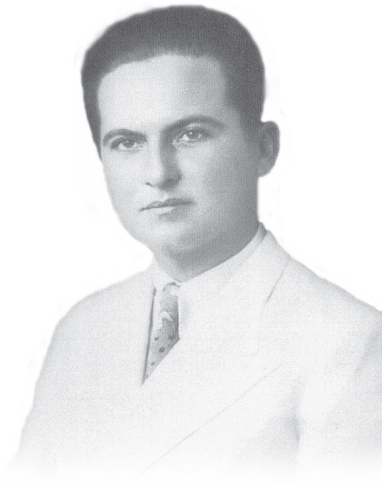
39. Luís de Gonzaga Fonseca Mota ..... (85) 3261.8488
Rua José Vilar, 2350 - Ap. 800
60125-001 - Fortaleza-CE

40. Fernando Luiz Ximenes Rocha ..... (85) 3216.2500
Rua Silva Jatahy, 724 - Ap. 1100
60165-070 - Fortaleza-CE

NOTAS
E
TRANSCRIÇÕES

Centenário de nascimento de Franklin Gondim Chaves

(10.02.1908 – 10.02.2008)



Eunides Maria Maia Chaves*

1 O cidadão

Franklin Gondim Chaves nasceu a 10 de fevereiro de 1908, no Sítio Bomfuturo, no bairro Damas, em Fortaleza; há uma centúria, portanto. Quinto e último filho do casal Sindulfo Serafim Freire Chaves e da professora Dulcinéa Gondim Chaves, chamavam-se os seus irmãos: José, Dulce, Noême e Judite.

Fez o curso primário no 4°. Grupo Escolar de Fortaleza, situado na Rua Sena Madureira, que tinha como Diretora sua mãe e cursou o primeiro semestre da 1ª. série do antigo Ginasial no Colégio Cearense; sendo este o curto período de estudos regulares que pôde cumprir.

---

* Socióloga, servidora aposentada da União e filha de Franklin Gondim Chaves.

Filho de pais detentores de parcos recursos, o menino Franklin e a família viviam com grandes dificuldades financeiras. Os vencimentos de sua mãe atrasavam até oito meses e o Sítio Bomfuturo, herdado dos avós maternos (Franklin Barboza Gondim e Maria Grangeiro Gondim), não proporcionava qualquer renda além do leite de algumas vacas. As secas de 1915 e 1919 dizimaram em parte a pecuária cearense e a hipoteca do sítio foi o recurso usado para salvar o restante. Os juros da hipoteca pesaram no bolso da família que teve de apertar o cinto. Certos serviços agropastoris passaram a ser feitos por seu pai, seu irmão José – o primogênito – e por ele.

Tempos difíceis aqueles, época de verdadeira provação. Para poupar o Franklin – o caçula – do esforço de ir a pé, do sítio ao Benfica, a fim de apanhar o bonde e estar no Grupo Escolar às 8 horas da manhã, às vezes com chuva, sua mãe conseguiu alugar uma casa na Rua Governador Sampaio, esquina com a Rua Pedro Borges, trazendo às margens do Pajeú algumas vacas para, com a venda do leite das mesmas, ajudar na manutenção da família. Aos 9 (nove) anos de idade, Franklin já era responsável por esse pequeno rebanho e fazia, pessoalmente, a venda do leite, em copos (duzentos réis por unidade), mungido pelo ajudante-curraleiro à porta dos fregueses. Às 5 horas da manhã, todos os dias, ele montava a cavalo e saía tangendo cinco vacas e bezerros com mochilas, perfazendo o seguinte itinerário: Governador Sampaio, Praça da Sé, Conde d'Eu, Sena Madureira, Duque de Caxias, Senador Pompeu, João Moreira, retornando ao ponto de partida na Governador Sampaio com a Pedro Borges. Naquela quadra temporal, ao bordejar por tantas vezes a Praça General Tibúrcio (dos Leões), o pequeno tangerino jamais poderia imaginar viesse a ocupar, por sete mandatos consecutivos, uma cadeira no Palácio Senador Alencar (antiga Assembléia Legislativa, atualmente abrigando o Museu do Ceará) e, ainda que por curto período, a titularidade do Executivo Estadual, ali no vetusto Palácio da Luz (hoje sede da Academia Cearense de Letras).

Limoeiro (assim denominado até 1943), terra de seu pai, receberia em 1922 seu irmão José Gondim Chaves. Lá, com os recursos de um empréstimo, associou-se com um primo e montaram uma bodega. No ano seguinte, a convite de outro parente afim, Camilo Cunha, passou a integrar a firma Cunha & Chaves. Os negócios progrediram e houve necessidade de empregados. Seu irmão José insistia para que Franklin

fosse juntar-se a ele. A princípio recusou. Depois, tendo se atrasado no pagamento das mensalidades do Colégio Cearense – estabelecimento de ensino fundado em 1912 pelos padres seculares Misael Gomes da Silva, José Quinderé e Climério Chaves, este último um seu tio paterno; passando o Instituto, três anos depois, à propriedade e orientação da Ordem dos Maristas – teve que se render à realidade dos fatos. Em conseqüência das reiteradas cobranças do Diretor e da ameaça de não permitir exame aos alunos em atraso, Franklin pediu ao mano que lhe fizesse um empréstimo de duzentos mil réis para solver a sua dívida. Poderia deste modo, fazer os exames em junho, com a promessa de, em seguida, abandonar a sua instrução formal e ir para Limoeiro trabalhar com ele no comércio. E assim aconteceu.

No dia 21 de junho de 1923 – usando a farda do Cearense e ainda com grande dissabor por tê-lo deixado; após percurso a trem até Quixadá e a cavalo, via Morada Nova – chegou a Limoeiro às 8 horas da noite. Hospedou-se na casa do tio afim Francisco Celestino da Costa e, já no dia seguinte, um sábado, dia de feira, assumiu, aos 15 (quinze) anos de idade, as funções de balconista da loja. No fim de julho, lhe foi marcado o ordenado de cinqüenta mil réis. Revelando-se bom vendedor, no ano seguinte, teve o ordenado elevado para cento e cinqüenta mil réis.

Naquela época, o comércio em Limoeiro abria suas portas às 5h30 da manhã e só as cerrava às 20 horas, inclusive domingos e feriados.

Em 1925, o chefe Camilo, por motivo de saúde, propôs retirar-se da firma, passando o ativo e o passivo ao sócio José Gondim Chaves.

José e Franklin assumiram a responsabilidade do negócio que passou à razão social de J. Chaves & Irmão, sendo a participação dos sócios na proporção de 70% e 30%, respectivamente. Os negócios prosperaram e, em 1926, abriram uma filial em Tabuleiro, então distrito de Limoeiro. Esta loja ia muito bem, porém, em 1929, teve de ser fechada em virtude do saque feito por Lampião através de Massilon Leite, "tenente" do bando do facínora, àquela Vila.

Anteriormente, em 15 de junho de 1927, Franklin presenciou um fato que o deixaria muito impressionado: a chegada de Lampião a Limoeiro. O bando que tinha, entre outros, o já citado Massilon Leite, o maioral Virgulino Ferreira da Silva (o Rei do Cangaço) e 42 bandidos, trazia dois reféns: o Sr. Antônio Gurgel e D. Maria do Amaral. O grupo

provinha do Rio Grande do Norte, da cidade de Mossoró, onde promoveu uma série de ataques e saques; tendo encontrado, no entanto, brava resistência da população local e a perda de dois jagunços: Jararaca e Colchete. O anúncio da chegada de Lampião e seus homens promoveu agitação entre os limoeirenses, face à fama que o antecedia. Por precaução, centenas de pessoas foram retiradas para as fazendas e sítios mais próximos, pois a cidade praticamente indefesa contava, no seu destacamento, com apenas dois soldados para guardá-la. Foram momentos de pânico.

O que muitos não sabiam era que Lampião, ao chegar próximo a Limoeiro, perguntara a um agricultor, residente em uma fazenda próxima:

– Isto aqui é Ceará ou Rio Grande do Norte? Ao que o matuto respondeu:

– É Ceará. E ouviu, surpreso, a confissão do temível cangaceiro:

– Pois aqui não atacaremos... Ante o espanto deste, completou:

– É que prometi isso ao meu *Padim* Padre *Ciço.*

Porém, não foi tão fácil para os limoeirenses livrarem-se de Lampião. Para deixar a cidade, exigiu 20 contos de réis. Travou-se intensa movimentação em busca do numerário exigido. E por mais que se esforçassem, os homens da terra só conseguiram juntar dois contos e duzentos. Quando fizeram a entrega a Lampião, viram que ele trazia uma bolsa cheia de dinheiro. Sem conferir, colocou a importância dentro da mesma e por isso nada lhe foi dito sobre o valor arrecadado. Durante estas horas de tensão, Franklin via a desolação e o pavor estampados na face daquela gente que já elegera como sua.

2 Atividades políticas, comerciais, industriais, agropecuárias e outras

Em 1930, com a Revolução, seu mano José ingressou na política. A direção dos negócios, até então sob a responsabilidade dos dois, passou às mãos de Franklin, já com 50% de participação societária.

José e Franklin sempre tiveram idéias inovadoras. O José, que era mais velho, participava ativamente das conversações com relação à Revolução de 1930, através de Franklin Monteiro Gondim, Juracy Montenegro Magalhães e Landri Sales.

Atentos ao novo, acompanharam, no jornal católico *O Nordeste*, a publicação de uma série de artigos assinados por Plínio Salgado, onde o brilhante articulista enaltecia o ideário Integralista.

Franklin entusiasmou-se com aquela doutrina, por aqueles princípios e resolveu fundar um grupo integralista em Limoeiro, sem qualquer ligação com o de Fortaleza. Uma espécie de escola de civismo era o Integralismo em Limoeiro, visando à formação político-social dos seus integrantes.

Somente tempos depois, o grupo *camisa-verde* limoeirense filiou-se ao da Capital, em cuja chefia encontravam-se Jeová Mota e o Padre Hélder Câmara. Franklin participou dessa organização política até 1937, quando Getúlio Vargas fechou o Movimento Integralista Brasileiro.

Vale salientar que a Ação Integralista instalou naquela Cidade a primeira Escola de Alfabetização de Adultos.

Em 1932, veio a Grande Seca e com ela os efeitos negativos que incidiram sobre o comércio em geral. A firma *J. Chaves & Irmão* resolveu então deslocar-se até a *rodagem* para fornecer gêneros aos operários no trecho em construção da BR-13, hoje BR-116, no sopé da Serra do Pereiro.

Ao iniciar-se o inverno de 1933, todavia, os demais fornecedores abandonaram as frentes de serviços e só os irmãos Chaves permaneceram, tendo que suportar a árdua tarefa e a responsabilidade de abastecer dos mais diversos víveres, através de 9 (nove) armazéns, a aproximadamente 11.000 homens.

Como parte integrante da sociedade limoeirense, Franklin participou de todos os movimentos sociais, políticos e religiosos da época:

- instrumentista (1°. clarinete) da Banda do Município, sob a regência do maestro Odílio Silva;
- confrade vicentino, Presidente da Conferência e, por fim, Presidente do Conselho Diocesano da Sociedade de São Vicente de Paulo;
- do Círculo Operário Católico;
- do Conselho Florestal Municipal de Limoeiro;
- do Conselho Estadual de Geografia, tendo elaborado o primeiro mapa geográfico do Município;
- da Comissão Central Pró-Bispado de Limoeiro;
- da Associação Cultural de Limoeiro.

Foi o fundador:

- da Associação dos Amigos de Limoeiro, entidade comercial, da qual foi Presidente;
- do Núcleo da Ação Integralista Brasileira, da qual era o Chefe;
- da Sociedade Pró-Educação Rural de Limoeiro, entidade que construiu o prédio da Escola Normal Rural, tendo por vários anos ajudado na sua manutenção;
- da Sociedade Mantenedora da Santa Casa de Limoeiro do Norte;
- da Cooperativa de Crédito Agrícola de Limoeiro do Norte.

Vereador à Câmara Municipal de Limoeiro de 17/06/1936 a 10/11/1937, da qual foi Presidente e, interinamente, Prefeito Municipal, quando ocorreu o Golpe de Estado; foi de sua iniciativa o projeto do primeiro Código de Posturas do Município.

Em 1938, a empresa J. Chaves & Irmão, já detentora de sólida credibilidade na praça de Limoeiro em virtude de sua tradicional organização comercial denominada Casa Chaves (tecidos, miudezas, ferragens, calçados), resolveu ampliar as suas atividades abrindo uma indústria de beneficiamento de algodão e passando também a comerciar com cera de carnaúba. Tal expansão contou com o apoio financeiro do Sr. Felipe de Santiago e Lima – homem de cabedal, ex-prefeito do Município e que tornar-se-ia sogro do conhecido jornalista, advogado e senador capixaba João Calmon.

No mesmo ano, através da firma Chaves & Santiago, os intimoratos irmãos Chaves montaram, também em Limoeiro, a primeira indústria de extração do óleo da oiticica do interior do Estado, a Fábrica Jaguaribana. Quando esta fábrica encontrava-se em sua plena capacidade de produção, sofreu um incêndio de grandes proporções e, como a mesma não estava segurada, o prejuízo foi imenso.

Em seguida, houve a recessão do comércio do óleo de oiticica e maiores ainda foram as dificuldades. Com a aproximação da Segunda Guerra Mundial, entretanto, surgiu novo interesse pela oiticica e a firma recuperou-se financeiramente para, não muito tempo depois, a fábrica ter de encerrar a sua produção em decorrência do torpedeamento de navios nas costas do Brasil, fato que inviabilizou a exportação do óleo da conhecida e nativa *rosácea*.

Em 1942, devido a uma greve de fornecedores na construção da estrada que liga Tianguá no Ceará a Piripiri no Piauí e, em face do convite do Diretor do DNOCS, engenheiro Pereira de Miranda, a firma

passou a fornecer alimentos aos operários no Planalto da Ibiapaba. Em seguida, venceu a concorrência para revestir o trecho da estrada já construído.

O totalitarismo nazi-fascista em 1942 dominava o cenário mundial. O clima era de expectativa e pavor entre as nações. O espetáculo sangrento, sem símile na história, dividia o mundo: de um lado os defensores da Democracia e do outro os do Totalitarismo.

A firma J. Chaves & Irmão, ao mesmo tempo em que revestia trechos de uma estrada na Serra da Ibiapaba, dedicava-se também à agropecuária, instalando no município de Pacajus, na Fazenda Campestre, com recursos próprios, o maior projeto, naquela época, para a cultura racional da carnaúba, desenvolvendo também a criação de gado bovino.

Foi uma atividade pioneira, quando não havia qualquer incentivo por parte do governo e a opinião pública não estava preparada para o desenvolvimento. A área desmatada para o plantio das carnaubeiras era mais ou menos de 800 hectares e, pela sua grandiosidade para aquele tempo, despertou extraordinário interesse e curiosidade.

Os adversários políticos não tardaram em vislumbrar, naquela plantação, um campo que iria servir de pouso para aviões alemães, os temidos *junkers* da Luftwaffe. Levantaram também a suspeita de que um campo de tais proporções deveria ter sido custeado com dinheiro estrangeiro. E não demorou que esses boatos, das conversas dos cafés e de grupos da Praça do Ferreira, passassem às páginas dos jornais. A fim de evitar maiores constrangimentos, os irmãos Chaves mandaram colocar estacas espalhadas por toda a área cultivada. O passado *integralista* e a participação de ambos na LEC (Liga Eleitoral Católica) podem ter alimentado os maldosos rumores. Finalmente, tudo passou, e as carnaubeiras ainda vicejam, altivas, em terras da Fazenda Campestre, agora sob o domínio de seus herdeiros.

Franklin, atendendo a um apelo do seu pai, em 1946, concordou que o Diretório Municipal do Partido Social Democrático (PSD) de Limoeiro do Norte indicasse ao Presidente do partido no Ceará, Dr. Francisco de Menezes Pimentel, a inclusão do seu nome como candidato a deputado estadual.

Eleito Deputado à Assembléia Constituinte do Ceará, recebeu o diploma e assinou o termo de posse em 25/01/1947. Como Constituinte, fez incorporar à Constituição Estadual várias emendas de sua autoria.

Posteriormente, foi reeleito Deputado Estadual para mais 6 (seis) legislaturas consecutivas: 1951, 1955, 1959, 1963, 1967 e 1971, sempre com votação expressiva, pleito a pleito.

Por oportuno, vale ressaltar que Franklin Chaves não foi o único membro de sua família a tomar assento no Parlamento Estadual pois, antes dele, foram deputados o seu avô-paterno Cel. Serafim Tolentino Freire Chaves (casado com sua avó D. Maria Joana Freire Chaves) e o seu tio Dr. Leonel Serafim Freire Chaves.

Dentre os inúmeros parentes, amigos, correligionários e líderes políticos da região jaguaribana que sempre o apoiaram, reconhecia e proclamava o deputado Franklin Chaves, a imprescindível e valiosa ajuda que sempre lhe prestou sua irmã Judite Chaves Saraiva, que exercia grande liderança política, especialmente em Limoeiro do Norte, contribuindo com a sua dedicada assistência ao eleitorado, juntamente com o seu marido Custódio Saraiva de Menezes, para as decisivas votações obtidas por ele nas eleições para a Assembléia Legislativa Estadual. Sobre D. Judite, expressão ímpar de matriarca, educadora e líder política, é indispensável a leitura de *Judite – Centenário de Nascimento (1906 – 2006)*, miscelânea organizada pelas professoras Maria das Dores Vidal Freitas e Maria Lenira de Oliveira, publicada em Fortaleza, pela Premius Editora, em 2006, com 220 p., ilustrada.

A sua atuação na Assembléia foi pautada pela competência, probidade, coerência e assiduidade. Atuante, combativo e determinado, enfrentou adversários políticos, em alguns deles reconhecendo o talento e a coragem; não consta tenha feito inimigos ou desafetos.

Formado pela escola do trabalho e, mercê da sua larga proficiência político-administrativa, muitos o tratavam por Doutor. Autodidata, muito leu e se aprofundou nos assuntos de sua inclinação.

Sobre a conduta política de Franklin Chaves, assim declarou em carta-testemunho o Dr. Edival de Melo Távora: "Guardo as melhores recordações de Franklin Chaves. Colega como Deputado Estadual, em três legislaturas, o parlamentar, constituinte de 1947, exerceu suas atividades com tirocínio, eficiência e amor à causa pública. Sem possuir curso superior, revelava nos discursos inteligência, bom senso e valor nas frases corretas e acertadas sobre o assunto tratado. Causava prazer aos ouvintes qualquer pronunciamento do líder jaguaribano e parece que alguns Deputados, formados em

direito ou medicina, reconheciam não possuir condições intelectuais iguais ao Orador. [...] Exerceu os cargos de Presidente da Assembléia Legislativa e de Governador do Ceará com a maior dignidade, sem orgulho e sem vaidade. O trabalho era a meta delineada no seu dia-a-dia."

Vivendo desde os primeiros anos em meio a dificuldades e penetrando a fundo nos problemas e dramas do sertão, sempre levando à tribuna do Legislativo o debate de temas econômicos, principalmente aqueles ligados à agricultura e à pecuária de seu Estado.

Participou de todas as Comissões Permanentes da Assembléia, sendo, nas sete legislaturas a que se elegeu, membro da Comissão de Finanças e Orçamento e, por várias vezes, seu relator.

Foi designado para compor um sem – número de Comissões Temporárias e Especiais, convindo destacar a que representou a Assembléia do Ceará na grande Comissão das Assembléias do Nordeste a qual, na Seca de 1958, defendeu os interesses dos pecuaristas.

O deputado Franklin Chaves foi eleito Presidente dessa importante Comissão que conseguiu, junto aos altos poderes da República, a aprovação de legislação federal grandemente favorável aos produtores rurais.

Como membro da Comissão de Negócios Municipais e Divisão Territorial, foi escolhido para Presidente da Comissão Especial que elaborou o projeto da divisão territorial do Estado e a criação de novos municípios, em 1951.

Chefiou várias delegações da Assembléia no Estado e fora dele (Rio de Janeiro, São Paulo, Amazonas, Pará e Maranhão). Ressalte-se que o deputado Franklin Chaves, fazendo-se acompanhar de sua esposa D. Consuêlo, foi o representante oficial do Parlamento Estadual nas festividades comemorativas da inauguração de Brasília, em abril de 1960.

Fato que merece realce na atividade parlamentar do deputado Franklin Chaves foi a sua eleição pela Assembléia para integrar, como seu representante, o Conselho de Economia do Estado, do qual foi seu Presidente. Nesta qualidade representou por várias vezes o governador Virgílio Távora junto à SUDENE. No período de sua presidência, o Conselho, entre tantas atividades importantes, procedeu ao estudo sobre a carnaúba, de grande repercussão para a economia do Estado.

Promoveu (juntamente com outros parlamentares) e presidiu, sob a chancela da Comissão de Valorização do Vale do Jaguaribe, a reali-

zação de dois importantes seminários, quais sejam: o *Seminário de Orós* e o do *Banabuiú*, em agosto e setembro de 1959, respectivamente. Os resultados de tais encontros foram encaminhados à Presidência da República através do Ministério da Aviação e Obras Públicas.

Surpreende, pela sua enorme atualidade, o temário (eletrificação, irrigação, educação, saúde, pecuária, riquezas minerais e crédito) debatido no Conselho de Economia do Estado do Ceará, naquele período.

Sendo escolhido Presidente do Grupo Especial da Carnaúba, constituído pelo Governo do Estado, teve a oportunidade de prestar – a convite da Câmara Federal – longo, minudente e elogiado depoimento na CPI "destinada a apurar as causas da deterioração dos preços da cera de carnaúba nos mercados exteriores e outras irregularidades". Tal sessão, realizada em 14/04/1970, teve como Presidente o deputado Milton Brandão e como Relator o deputado Ernesto Gurgel Valente.

Não pode ser olvidado o seu decisivo apoio, na segunda metade da década de 1950, à emancipação política dos atuais municípios de Alto Santo, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

Além de suas atividades parlamentares, o deputado Franklin Chaves foi membro do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultural do Ceará (SUDEC) e do Conselho Diretor da Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC).

Fundou, juntamente com correligionários *pessedistas*, e superintendeu a *Rádio Dragão do Mar* de Fortaleza, criada através da sociedade comercial *Rádio e Jornais do Ceará S.A*. A nova emissora revolucionou a Radiofonia Cearense, não só pela potência e modernidade de seus equipamentos, como também pelo talento e entusiasmo de sua jovem equipe de radialistas e técnicos. Entrando no ar pela vez primeira em 25 de março de 1958, promoveu memoráveis mobilizações pelo engrandecimento do Ceará. Decisiva a colaboração da *Dragão do Mar* para a eleição do governador Parsifal Barroso (1959 – 1963). No segundo semestre de 1961, o deputado Franklin Chaves passou o comando da Emissora ao empresário Moysés Santiago Pimentel.

Com a Revolução de 1964, foram extintos os partidos políticos conforme decreto do presidente Humberto de Alencar Castello Branco.

Quando da edição do Ato Institucional n.º 2, em 27 de outubro de 1965, implantou-se no Brasil o *bipartidarismo,* surgindo o partido da

Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tendo o deputado Franklin Chaves optado por seu ingresso no primeiro.

Foi eleito, logo em seguida, primeiro Secretário-Geral da ARENA, cuja Diretoria Regional estava incumbida da implantação de um partido com novo perfil: arejado, renovado, com nítidos princípios ideológicos e sintonizado com o momento nacional.

Exerceu ação político-partidária das mais destacadas, a qual, seguramente, o guindou à posição de destaque que ocupou nos quadros políticos do Ceará.

Como membro do Rotary Club de Fortaleza, na classificação de *Agricultura de Carnaúba – Plantio*, atuou com destaque em vários cometimentos sociais.

O deputado Franklin Chaves, depois de 19 anos de trabalhos consecutivos, foi eleito Presidente da Assembléia Legislativa do Ceará para o período de 13/03/1966 a 13/03/1967.

Os membros que compunham a nova Mesa Diretora foram escolhidos pela ARENA, depois de examinada a conduta parlamentar de cada um. Às neo-organizações partidárias cabia a grande responsabilidade pela construção de nova mentalidade política que iria orientar a vida pública brasileira.

Na qualidade de Presidente da Assembléia Legislativa, o deputado Franklin Chaves assumiu o governo do Estado no período de 12/08/1966 a 12/09/1966, em razão da renúncia do Governador Virgílio Távora e do vice-governador Figueiredo Correia que desejavam concorrer à eleição de outros cargos eletivos.

O governador Franklin Chaves afirmou em determinado trecho do seu discurso de posse: "A transitoriedade de minha passagem pelo governo não me estimula nem autoriza veleidades de pretender, a curto prazo, resolver grandes problemas. Mas não me invalida o propósito de ser um traço-de-união entre o governo anterior [Virgílio Távora] e o futuro [Plácido Aderaldo Castelo], como fator de aproximação e identificação de dois estilos administrativos. Pretendo, assim, que o meu governo, como um veículo das legítimas aspirações populares – pois não abdico das minhas prerrogativas de representante do povo – exercite a função de rampa de lançamento do Ceará para os novos vôos em direção ao progresso e ao bem-estar social".

O novo Governador manteve alguns Secretários do governo anterior e nomeou outros auxiliares do mais alto gabarito para compor a sua equipe administrativa, a saber: Moacir Aguiar – Secretaria de Administração; José Lins de Albuquerque – Planejamento; Assis Bezerra – Fazenda; Almir Pinto – Saúde; Raimundo Girão – Educação; Magdaleno Girão Barroso – Trabalho e Promoção Social; Mário Ramos – Polícia e Segurança Pública; Manuel Negreiros Bessa – Agricultura, Indústria e Comércio; Stênio Dantas – Interior e Justiça; José Dulcídio Lucena – Casa Civil; Romeu Praciano de Sousa – Casa Militar; Nertan Macêdo – Serviço de Imprensa e Relações Públicas; Manuel Ferreira Filho – Departamento do Serviço Público; Amaury de Castro e Silva – SEAGEC; Gouveia Neto – DAER; Antônio Ferreira Antero – Viação, Obras, Minas e Energia; José Chaves da Cunha – Diretoria do Tesouro Estadual; Ethevaldo Guimarães – Companhia de Desenvolvimento do Ceará; Weimar da Silva Thé – Procuradoria Geral do Estado; Archias Pereira – Ajudante-de-Ordens.

Eis os principais atos e fatos que caracterizaram seu período governamental:

- priorizou investimentos nas áreas da segurança pública, na construção de escolas de ensino fundamental, eletrificação, telefonia e construção de estradas vicinais, notadamente nas regiões do Baixo e Médio Jaguaribe;
- compareceu à posse do Comandante do IV Exército General Rafael de Sousa Aguiar, em Recife;
- determinou a ampliação da torre de retransmissão da TV Ceará-Canal 2 , localizada no Pico Alto, na Serra de Baturité; emissora pertencente ao grupo de comunicação de Assis Chateaubriand e a única do Estado, ao seu tempo, para que as suas transmissões chegassem a todas as cidades do Vale Jaguaribano;
- presidiu – escolhido por seus pares e no então Território de Fernando de Noronha – a reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, conseguindo daquela Superintendência a liberação de significativos incentivos ao seu Estado;
- compareceu, a convite do Governador de São Paulo Laudo Natel, à reunião especial da agroindústria algodoeira daquele Estado, participando, no mesmo período e também na Paulicéia, do Simpósio do Nordeste, evento patrocinado pelo jornal *Folha de S. Paulo* com o

apoio do Ministério dos Organismos Regionais; nesta ocasião concedeu entrevistas aos maiores diários locais, com significativa repercussão, defendendo o Movimento Revolucionário de 64;

• viajou a Salvador para a instalação do Seminário sobre Bancos de Fomento Regionais, dentro do Plano de Integração Nacional;

• implantou em vários municípios cearenses, através da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, as chamadas Residências Agrícolas, que funcionavam como núcleos de orientação técnica e creditícia aos produtores agropecuários;

• destinou recursos à Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza e ao Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula (Asilo de Parangaba);

• extinguiu, de uma só penada, 1.490 cargos vagos da folha de pagamento denominada Tabela de Extranumerários do Executivo;

• nomeou, a partir de lista tríplice, o desembargador Antônio Banhos Neto para o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

• determinou, sob protestos, que os Promotores de Justiça à disposição de outros órgãos do Estado retomassem suas funções judicantes nas respectivas comarcas;

• mandou abrir inquéritos administrativos, assim como exigiu a conclusão de outros que dormitavam nas gavetas da burocracia e dos interesses escusos.

O governador Franklin Chaves teve destacada atuação e realmente seu governo deu muito assunto aos jornais. Aliás, um matutino da Capital abriu matéria com a seguinte manchete: "Governo de Franklin: 30 dias que abalaram o Ceará".

Testemunha direta do breve e operoso período governamental de Franklin Chaves, assim escreveu o historiador Raimundo Girão, em sua acatada *Pequena História do Ceará* (4. ed, 1984, p. 211): "Entre os períodos Virgílio Távora e [Plácido] Aderaldo Castelo e por imperativo legal, esteve no Governo do Estado, de 12 de agosto a 12 de setembro, o deputado Franklin Gondim Chaves, Presidente da Assembléia Legislativa, o qual não se limitou à posição de simples ocupante transitório de um cargo, antes muitas atividades desenvolveu para que o seu substituto encontrasse o mais bem arrumada possível a máquina da administração estadual".

Na área da educação, a atuação de Franklin Chaves sempre foi marcante. Por ocasião das comemorações, em Limoeiro do Norte, do

Jubileu de Prata do Episcopado de Dom Aureliano Matos, o Senhor Bispo solicitou ao Governador Virgílio Távora a criação da Faculdade de Filosofia para aquela cidade.

Quando a Mensagem foi enviada à Assembléia Legislativa, coube ao deputado Franklin Chaves envidar todo empenho junto aos seus pares, para a sua aprovação. A Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte, a pioneira da região, foi criada pela Lei n°. 8.557, de 16/08/1966.

É imperioso dever de justiça assinalar-se, neste momento, a figura do cônego Misael Alves de Sousa, admirável educador e grande entusiasta e batalhador incansável em prol da criação da Faculdade. Não por acaso e com grande visão administrativo-pedagógica, comandou o preclaro Religioso a primeira diretoria da mesma.

O governador Plácido Castelo, cultuando a memória de Dom Aureliano Matos, quis render-lhe uma homenagem e deu a essa Faculdade a denominação de Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos.

Pelo Parecer n°. 425 do Conselho Estadual de Educação, foi autorizado seu funcionamento a partir de agosto de 1968, com os cursos de Pedagogia, Letras, Geografia e História. Atualmente a FAFIDAM, incorporada à Universidade Estadual do Ceará, oferece ainda graduação em Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química.

Tornou-se uma realidade esplendorosa a aspiração que tinham os limoeirenses de ver sua juventude plena de entusiasmo e ideal, subindo intelectualmente, crescendo socialmente, fazendo jus cada vez mais à sua condição de cidade-líder da região, tão bem cognominada de *Princesa do Jaguaribe*.

Em virtude de sua profícua atuação parlamentar, eis as comendas recebidas pelo deputado Franklin Chaves:

- Medalha Comemorativa do Centenário de Clóvis Beviláqua, conferida pelo Ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado, em 04/10/1959;
- Medalha do Mérito Parlamentar, em comemoração aos 25 (vinte e cinco) anos de mandato parlamentar ininterrupto, concedida pela Assembléia Legislativa do Ceará, em 16/09/1972;
- Medalha Comemorativa do VI Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas, conferida pela União Parlamentar Interestadual em 24/09/1972 e o Diploma de Grande Mérito Parlamentar, na mesma data;

• Medalha da Abolição outorgada pelo Governador César Cals, conforme Decreto n°. 9.849, de 14/06/1972, por serviços de notória relevância prestados ao Estado, entregue em 26/09/1972;

• Medalha Dom Aureliano Matos, concedida pela Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, em 30/08/1986;

• Comenda Maia Alarcon, concedida pela Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte, em 08/06/1988.

As Câmaras de cinco municípios cearenses concederam ao deputado Franklin Chaves o título de cidadania:

• Cidadão de Iracema, em 28/09/1968;

• Cidadão de Limoeiro do Norte, em 18/04/1972;

• Cidadão de Tabuleiro do Norte, em 23/03/1974;

• Cidadão de Pacajus, em 22/05/1982;

• Cidadão de Chorozinho, em 07/09/1989.

Convidado pelo governador César Cals para compor o Conselho de Contas dos Municípios, o deputado Franklin Chaves renunciou ao mandato de parlamentar em 17/11/1972 e afastou-se das lides partidárias, uma vez que o Conselho é um órgão de julgamento das contas dos Prefeitos.

Permaneceu no Conselho quase dois anos, durante os quais pôde contribuir para a reforma interna do Órgão e realizou várias viagens pelo interior do Estado inspecionando Prefeituras e fazendo auditorias.

Por fim, aposentou-se no cargo de Conselheiro, em 03/09/1974, recolhendo-se à vida privada.

Homem de bonita compleição física, voz e gestual serenos, a todos agradava pela postura firme, mas educada e lhana. Apesar das funções de destaque que desempenhou, em momento algum se deixou contaminar pela jactância e a presunção. Ao retirar-se da vida pública dedicou-se a convivência familiar e a de alguns amigos leais, a administrar – já agora em território do Município de Chorozinho – a sua Fazenda Campestre (produtora de farinha de mandioca, cera de carnaúba, castanha de caju, leite e derivados) e a estudar o Vernáculo. Católico praticante desde sempre, muito se aprofundou nos assuntos ligados à doutrina da Igreja de Roma. Movido por sua fé – grandemente fortalecida pelos estudos bíblicos – empreendeu, já septuagenário, duas romarias à Basílica de São Francisco, em Canindé, e uma terceira ao Santuário do Menino Jesus de Praga, em Chorozinho. Nas três peregrinações, conhe-

cidas como Romarias Dom Joaquim, Franklin contou com a companhia e apoio de seu neto, Marcílio Estácio Chaves.

Mesmo nos seus últimos três anos de vida, já combalido do insidioso mal que o levaria definitivamente, Franklin Chaves – sempre afável, prestimoso e dotado de boa memória – jamais dificultou receber em sua residência, responder ao telefone ou por via epistolar, àqueles que o procuravam para entrevistas ou pesquisas sobre a História Político-Econômica do Ceará, notadamente os temas ligados à Zona Jaguaribana e a evolução histórico-administrativa de Limoeiro do Norte.

"Um jaguaribano de Parangaba", assim o definiu o jornalista e escritor Dário Macêdo, na longa e minuciosa reportagem-entrevista publicada em *Tribuna do Ceará*, edições de 15 de janeiro, 5 e 12 de fevereiro de 1972; tamanha a identificação do nome de Franklin Gondim Chaves com a Região cortada pelo rio tão belamente decantado por Demócrito Rocha.

3 A família

No dia 3 de janeiro de 1928, às 17 horas, na própria residência do casal, na cidade de Limoeiro - Ceará, tendo como celebrante o vigário da Paróquia Pe. Vital Gurgel Guedes, uniram-se em matrimônio Franklin Gondim Chaves (19 anos) e a jovem moradanovense Maria Consuêlo Nogueira Maia (17 anos), nascida em 3 de abril de 1910, filha do farmacêutico-prático Sr. José Monteiro Maia e de D. Maria Nogueira Maia.

Foi o encontro de duas pessoas que se amavam e que se encontraram para a grande aventura da vida, vida a dois que se tornou uma só.

Não foi um ponto de chegada, mas um encontro para uma partida, uma caminhada para o mistério profundo do amor que uniu para multiplicar e que se multiplicou para unir.

No dia 03/01/1953, às 20 horas, foram comemoradas as *Bodas de Prata* de Consuêlo e Franklin com uma recepção na residência do casal na Avenida Dom Manuel, 392, em Fortaleza, que contou com a presença de políticos, amigos, parentes e familiares.

Em comemoração às *Bodas de Ouro* de Consuêlo e Franklin, a 03/01/1978, foi celebrada uma missa no Santuário Nossa Senhora do Líbano, à qual compareceram políticos, amigos, parentes e familiares

que juntos foram agradecer a Deus as graças recebidas pelo casal nos 50 anos de união matrimonial. No salão paroquial, após a cerimônia religiosa, a família, com muita emoção e alegria, recepcionou os convidados que expressavam o calor da amizade, enaltecendo tão significativo evento.

No dia 03/01/1988, em clima de festa, os familiares e amigos novamente se reuniram, desta vez na Paróquia Nossa Senhora da Paz para a Celebração Eucarística das *Bodas de Diamante* (60 anos) de Consuêlo e Franklin. Os convidados foram recepcionados no salão paroquial. Durante a festa, era grande a alegria de todos em volta do casal que se emocionou com tanta demonstração de carinho e amizade.

Em 1992, pela última vez, foram comemorados os 64 anos de casamento de Consuêlo e Franklin com uma festa na residência do casal, situada na Avenida Antônio Sales, 1340. Quanto tempo decorrido! Nesta longa caminhada, com a graça de Deus, todos os obstáculos foram superados, e juntos souberam eles construir a própria felicidade.

São seus descendentes os *Maia Chaves:*

• FILHOS

José Péricles (médico cirurgião e professor da Universidade Federal do Ceará), *José Eurípedes* (médico veterinário e servidor estadual aposentado), *Stênio Franklin* (securitário aposentado), *Eunides Maria* (socióloga e servidora aposentada da União), *Perípedes Franklin* (advogado, professor e ex-reitor da Universidade Estadual do Ceará), *Luiz Lineudy* (servidor estadual aposentado), *Cauby* (cirurgião dentista e radialista) e *Guaracy* (médico oftalmologista).

• NETOS

Sílvia Cristina (servidora pública estadual), Leila (comerciante), Péricles Jr. (advogado e servidor da Justiça do Trabalho), Liana (geóloga e servidora da Prefeitura Municipal de Fortaleza), José Eurípedes Jr. (médico pediatra, advogado e escritor), Franklin Neto (comerciante), Cláudio (agropecuarista), Marcelo (cirurgião dentista e servidor do Tribunal de Justiça do Ceará), Cláudia Maria (administradora de empresas), Louiseane (administradora financeira), Franklin José (geólogo, engenheiro civil e professor da Universidade de Fortaleza), Edílson Jr. (bacharel em Direito e servidor público estadual), Maurício (bacharel em Direito e servidor público estadual), Marcílio (advogado e servidor público estadual), Eunides Maria (administradora de em-

presas, assistente social e servidora da União), José Péricles (advogado), Cauby Jr. (cirurgião dentista e professor da Universidade Federal do Ceará), Ana Virgínia (turismóloga), Rodrigo (engenheiro civil), Alexandre (cirurgião dentista), Victor Luiz (estudante), Leda Maria (cirurgiã dentista), Adriano (médico oftalmologista) e Milene (licenciada em Letras e psicóloga).

• BISNETOS

Felipe, Juliana, Renan, Ana Luize, Celiza, Cecília, Júlio, Arthur Franklin, Karina, Rafaela Maria, Renata Maria, Rafael, Edilson, Larissa, Júlia, Rachel, Thiago, José Péricles, Luiz Emanuel, Igor, Ingrid, Louise e Guilherme.

• TRINETOS

David, João Victor e Guilherme.

No dia 5 de dezembro de 1992, em Fortaleza e aos 84 anos, faleceu Franklin Gondim Chaves: "Combati o bom combate, encerrei a minha carreira, guardei a fé. De resto me está reservada a coroa da justiça" (2 *Tm* 4, 7-8). Menos de um ano depois, em 28 de outubro de 1993, D. Maria Consuêlo Maia Chaves foi juntar-se ao esposo na *Eterna Morada*: "É feliz quem ao céu já foi chamado: sua vida está nas mãos do Pai".

No ano de 1997, em 30 de agosto, por ocasião das comemorações oficiais do Centenário da Cidade de Limoeiro do Norte, Franklin Gondim Chaves recebeu, *in memoriam*, a Comenda do Centenário, distinguido como uma das cem personalidades que mais contribuíram, em todos os tempos, para a construção e o engrandecimento da História do Município.

Posteriormente, em 23/05/2003, a Prefeitura de Pacajus, por iniciativa do então Secretário de Saúde, Dr. Marcelo Girão Chaves, em justa homenagem a quem tanto fez por aquela Comuna, denominou a Ala A (setor administrativo e auditório) do Hospital Municipal José Maria Philomeno Gomes de "Ala Deputado Franklin Gondim Chaves".

Ex-vi da Lei n.^{0} 8.837, de 12 de maio de 2004, publicada no *Diário Oficial do Município* do dia seguinte, sancionada pelo então Prefeito de Fortaleza, Dr. Juraci Vieira de Magalhães, deu-se a uma das artérias da Capital a denominação de *Rua Deputado Franklin Chaves*.

HOMENAGEM PÓSTUMA

Cinco Centenários

Geová Lemos Cavalcante*

Senhor Presidente Ednilo Soárez,
Prezados confrades,
Senhores Sócios Beneméritos Roberto Proença de Macedo e Roberto Sérgio Ferreira,
Senhoras e Senhores!

Este Instituto, a mais antiga entidade cultural do Estado do Ceará, cumpre o sagrado dever de, nesta noite, reverenciar seus sócios efetivos que, se vivos fossem, completariam uma centúria de vida neste ano de 2013. Manifesto meu agradecimento ao Presidente Ednilo Soárez pela sua afoiteza em conceder-me essa honraria de externar o sentimento do Instituto, haja vista que a missão é confiada a um sócio novato. Todavia, esse magnânimo e ousado gesto é desculpável pois o Presidente Ednilo tem ciência que me filio à corrente de "que a história do Instituto do Ceará é a do documento preciso e seco contra a polêmica, a política, a ideologia e a falsa interpretação", no dizer de Nertan Macedo. Longe de mim chegar aqui e dizer que a tarefa é extenuante e espinhosa. Não! A tarefa é fácil e prazerosa; os dados informativos estão excessivamente dispostos na *Revista do Instituto*, publicada sem interrupção desde 1887, na *Revista da Academia Cearense de Letras*, no *O CEARÁ*, de Raimundo Girão e Antônio Martins Filho, na *História da Literatura Cearense*, de Dolor Barreira, e na *Cronologia Ilustrada*, do nosso consócio Nirez. O difícil é fazer, diante da abundância de informações, uma resenha biográfica de personalidades que tanto representaram para o nosso Estado na vida política, administrativa e cultural,

* Sócio Efetivo do Intituto do Ceará.

sobretudo de cinco vultos dos mais fulgurantes, em tempo relativamente reduzido, para observar a exigência do Estatuto que nos rege. É uma sinopse. Portanto, muitos aspectos não serão abordados, mesmo porque não se trata de uma biografia exaustiva mas tem o sentido de dar cumprimento a um ritual simbólico de perenidade dos nossos predecessores. Falarei seguidamente de Francisco Martins, Francisco Alves de Andrade e Castro, José Parsifal Barroso, Oswaldo de Oliveira Riedel e Maria da Conceição Sousa, usando como critério cronológico a data do ingresso no Instituto do Ceará. Sempre que possível tentarei encontrar um ponto de interseção entre os resenhados e outros sócios.

FRANCISCO MARTINS (FRAN)

Posse no Instituto: 27.06.1948 Falecimento: 29.06.1996

Integrante eminente do clã dos Terésios, nasceu no Iguatu em 13.03.1913. Francisco Martins, por aconselhamento de seu irmão Antônio Martins Filho, abreviou o prenome para FRAN para veiculação nos meios literários; diante da aceitação plena, o prenome abreviado foi adotado para sempre.

Em 1934 estreia com o livro de contos *Manipueira*. E prosseguiu, publicando o romance *Ponta de Rua* (1937), *Poço de Paus* (1938), *Estrela do Pastor* (1942), *Mundo Perdido* (1946) e muitos outros. Segundo os críticos, sua melhor obra é a novela Dois de Ouros, de 1966. Em 1942, é eleito presidente da Associação dos Escritores do Brasil, secção do Ceará.

Em 1937, juntamente com seu irmão Cláudio, formou-se em Direito na Faculdade de Direito do Ceará da qual se tornou o mestre insuperável de Direito Comercial. Uma turma de notáveis, dentre outros: Candido Couto, Paulo Elpídio de Menezes Filho, Colombo de Sousa, Olavo de Sousa, Flávio Marcilio, Murilo Mota, os irmãos João Hipólito (do Instituto do Ceará), e José Maria Campos de Oliveira, Hilário Gaspar, Autran Nunes, José Cardoso de Alencar, Walter de Sá Cavalcante, Raul Carneiro, Hugo Magalhães Porto (o único remanescente), Othon Sobral, Gomes Sales, Wilson Gonçalves, Américo Barreira, Zacarias do Amaral Vieira, José do Nascimento, Lauro Maciel e Raimundo Borges (orador da turma), que recentemente morreu com mais de 100 anos de idade no Crato onde residia e era advogado de reconhecida competência.

Casou-se com Tais Montenegro e desse enlace nasceu Tais Eliana, que foi casada com Pedro Luís Philomeno Gomes da Silva, bisneto do nosso fundador Júlio César da Fonseca Filho, gerando Francisco Stênio Martins Philomeno Gomes da Silva, genro do nosso sócio benemérito Roberto Macedo. O que significa dizer que os netos de Roberto (Remo, Bernardo e Luca) são também descendentes do nosso fundador Júlio Cesar. Tais faleceu em 14 de março de 1944.

Enviuvando, Fran Martins casa-se com a escritora Lúcia Fernandes, da prestigiada família Fernandes do Rio Grande do Norte, e forma o único casal membro do Grupo Clã. A esse memorável grupo literário também pertencerem os sócios deste Instituto Antônio Martins Filho, Eduardo Campos e Mozart Soriano Aderaldo.

Dessa nova união também deixou descendência, destacando-se a dra. Vania, casada com o empresário Francisco de Assis Bezerra de Menezes (O Crica), da numerosa família que gerou o historiador Antônio Bezerra de Menezes, um dos nossos fundadores, o médico João Batista Saraiva Leão, o advogado Francisco de Assis Arruda Furtado, o historiador Fernando Câmara e o genealogista Eduardo Bezerra de Castro Neto, todas figuras eminentes do Instituto do Ceará, os dois últimos entre os alicerces atuais desta instituição.

Fran integrou a Academia Cearense de Letras com seus irmãos Antônio e Cláudio, não na mesma faixa de tempo, como aconteceu aqui no Instituto: Antônio, Fran e Cláudio foram Sócios Efetivos do Instituto do Ceará simultaneamente, fato inusitado, agora repetido na Academia Cearense Letras com os irmãos Luciano, Virgílio e Napoleão Maia.

Sobreleva notar que o outro irmão, o poeta José Martins D'Alvarez, Reitor *pro tempore* da Universidade Federal de Goiás, era Sócio Correspondente do Instituto desde 1946, pois residia no Rio de Janeiro. Há sobradas razões para presumir-se que se morasse em Fortaleza seria o quarto irmão no Instituto.

Aos 35 anos ingressou no Instituto do Ceará, para ocupar a vaga decorrente do falecimento de Leonardo Mota, e foi substituído por seu sobrinho José Murilo de Carvalho Martins.

A exemplo de seus irmãos Antônio e Cláudio, foi admitido em Rotary Internacional, dele se tornando Governador no período de 1957/1958, o que aconteceria também com seu irmão Cláudio.

Dentre outros cargos públicos, ocupou a direção do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, uma projeção do DIP, o Departamento de Imprensa e Propaganda do governo federal. Na área cultural, presidiu o Teatro Escola do Ceará e dirigiu a Revista Clã.

Como jornalista, atingiu o ponto alto de sua carreira como Diretor do jornal O ESTADO.

Mas é sobretudo como professor de Direito que Fran Martins se notabilizou. Os livros na área do Direito Comercial, de sua autoria, foram acatados nacionalmente e seus Pareceres jurídicos eram acolhidos sem dubiedade. Foi um verdadeiro Mestre!

Para concluir, é de se registrar que Fran Martins está presente entre nós através dos sócios efetivos José Murilo de Carvalho Martins, seu sobrinho, e Paulo Elpídio de Menezes Neto, sobrinho-afim.

FRANCISCO ALVES DE ANDRADE E CASTRO

Posse no Instituto: 30.03.1951 Falecimento: 06.10.2001

50 anos de atividades no Instituto do Ceará; sua profícua e intensa atuação é demonstrada pelo nosso confrade Pedro Alberto de Oliveira Silva na Revista do ano de 2001; são catalogados 33 trabalhos, alguns de densa profundidade. Francisco Alves de Andrade e Castro, o dr. Chico Alves, como era mais conhecido, nasceu em 21.11.1913 em Mombaça, antiga Maria Pereira, numa homenagem à primitiva sesmeira daquelas terras.

"Basta.
Não posso mais.
Eu quero ver a minha terra
Com os olhos de menino.
Tragam a vaca Chita Fina
e o meu carneiro Jasmin.

Hei de ver florido
o meu Riso do Prado.
Quero dar o meu peito ao Banabuiú,
descendo nas águas barrentas,
cobertas de troncos e de espumas...

Quero vir com ele,
rolando para o Mar,
o grande mar da saudade,
dos serros azulados, bordando a terra verde
dos campos sem fim!..."

Eis aí o poeta Chico Alves, impregnado de amor telúrico, cantando a sua terra. Nesse poema, alude ao Juiz de Paz, Cel. Olímpio Vieira, o qual respondendo a um consulente que lhe indagou: Coronel, vossa mercê, que é juiz, me diga, quando uma promissória prescreve? QUANDO O VELHACO ASSINA!!, respondeu Olímpio Vieira.

E aqui, a terra do poeta merece uma breve retrospectiva. Aliás, o melhor que se poderia dizer de Mombaça ele o disse na robusta apresentação de 20 páginas feita em "*Mombaça – Biografia de um Sertão*, de Augusto Tavares de Sá e Benevides".

Todavia e numa homenagem ao dr. Chico Alves, trago uma colaboração ainda não divulgada ou pouco conhecida. Com efeito, em 10 de janeiro de 1831, na Sala das Sessões do Conselho Geral da Província do Ceará, o Conselheiro Angelo José da Espectação Mendonça apresenta a seguinte proposta com artigo único: "Fica creada na Povoação de Mumbaça (sic) huma Freguezia com os limites, que for justamente convencionado entre os respectivos Parochos".

A proposta estava embasada com os termos: "Os habitantes da Povoação de Mumbaça, aonde há huma boa Capella, filial a Matris de Quixeramobim experimentão grande falta de pasto Espiritual por ficarem na distância de 20 legoas sem que tenhão outro recurso, porque a Matris de Arneiroz para onde podião recorrer, fica muito mais longe de sorte que quando não axão hum Capellão, não recebem Administração alguma e apenas se desobrigão de anno em anno, quando não passa de anno".

No ano seguinte, ou seja, em 06 de setembro de 1832, os mombacenses foram agraciados com Decreto criando a Freguezia de Nossa Senhora da Glória de Mombaça, desmembrada da Paróquia de Quixeramobim.

Dos párocos de Mombaça, merecem destaques os sacerdotes Antônio José Sarmento Benevides (o sexto pároco), João Antônio do Nascimento e Sá (o oitavo pároco) e Pedro Leão Paes de Andrade (o décimo segundo); agregue-se a esses o Padre Francisco Lino Aderaldo

de Aquino (natural de Mombaça e que morreu pároco da vizinha cidade de Senador Pompeu, mas está sepultado na Matriz de Nossa Senhora da Glória, em Mombaça).

Nestes casos, não por si, mas por colaterais, esses levitas geraram uma plêiade de intelectuais que se encaminharam, direta ou indiretamente, ora para a Academia Cearense de Letras ora para o Instituto do Ceará ou para ambas as instituições e também para outras entidades de semelhante natureza.

Da família do Padre Sarmento, provem Artur Eduardo Benevides, Mauro Benevides e Dayse Benevides, casada com o nosso consócio João Alfredo Montenegro. Mauro Benevides é destacado membro deste Instituto e da Academia Cearense de Letras, enquanto Artur Eduardo Benevides, tio do nosso Mauro Benevides, é o Príncipe dos Poetas Cearenses.

O Padre Sarmento Benevides representou a maior força política em Mombaça em todos os tempos. Deputado Provincial em 8 biênios, verdadeiramente é o fundador da família Benevides no Ceará, vinda da Paraíba, e responsável pela exuberante potência econômica e política da família em Mombaça.

Da família do Padre João Antônio do Nascimento e Sá (que era parente do Padre Sarmento e sobrinho do Padre João do Nascimento e Sá, o 1º. pároco de Pedra Branca) descendem nossa consócia Zélia Sá Viana Camurça, neta de Tertuliano Vieira do Nascimento e Sá, e Ofélia Cavalcante do Nascimento e Sá, neta de Joaquim Pereira do Nascimento e Sá e filha do juiz Enéas Cavalcante do Nascimento e Sá, esposa do antigo sócio efetivo Martinz de Aguiar.

Da família do padre Lino Aderaldo, vem seu sobrinho Plácido Aderaldo Castelo, Mozart Soriano Aderaldo, e Noemi Elisa Aderaldo.

O Padre Lino tinha forte influência política em Senador Pompeu, medindo forças com o médico Alcides Barreira; seu prestígio acentuou-se no governo do dr. Menezes Pimentel, sendo decisivo o seu apoio para a ascensão do sobrinho Plácido Aderaldo Castelo à Secretaria da Fazenda e de seu jovem primo, de 22 anos, Mozart Soriano Aderaldo, para as funções de Interventor em Senador Pompeu. Ambos, Plácido e Mozart, foram figuras exponenciais deste Instituto.

E finalmente, de colateral do Padre Pedro Leão procede o dr. Francisco Alves de Andrade e Castro. Ao traçar o esboço biográfico do

Padre Lino Aderaldo, em trabalho intitulado *O Presbítero e os Sertões*, o dr. Chico Alves enuncia que o Padre Pedro era seu tio e preceptor. É interessante verificar que os demais irmãos do dr. Chico Alves, Josafá, Lourival e Antônio, grafam seus agnomes com o Paes de Andrade, simplesmente porque a mãe, nos registros, ora utilizava o nome do marido (Castro) ora o sobrenome do pai (Andrade).

Entre os Andrades e os Aderaldos havia um forte vínculo familiar aumentando a justificativa da estreita ligação entre os Padres Lino e Pedro Leão.

Certamente o preceptor infundiu em seu pupilo o gosto pelas belas letras, pois dele são os dois quartetos:

"Quando da vida, no fragor horrendo,
A dor esmaga de saudade infinda,
O alento esvai-se, a existência finda,
À campa desce o infeliz gemendo.

É nesta quadra de viver morrendo,
Que a vida é morte no viver ainda,
A morte é vida, primavera linda,
Que o justo ganha, no viver, morrendo".

É do dr. Chico Alves a afirmativa: "Devo aos meus professores do Seminário, meus conhecimentos sociológicos, filosóficos e humanismo cristão".

Ainda no Seminário, aos 20 anos, escreveu seu primeiro poema. E Artur Eduardo Benevides o incluiu na sua "Antologia de Poetas Bissextos do Ceará".

É interessante verificar que anos mais tarde Artur Eduardo Benevides e Chico Alves disputaram entre si uma vaga na Academia Cearense de Letras.

Plácido Aderaldo Castelo, no trabalho sobre o Seminário da Prainha publicado na *Revista do Instituto do Ceará* relativa ao ano de 1964, percebeu bem a influência daquela escola de formação cívica, humanística e cristã sobre a nossa juventude, sobretudo aquela oriunda do interior.

A rígida disciplina e o sistemático ensino foram decisivos na formação do caráter do seminarista Francisco Alves de Andrade e Castro. O regime era de internato rigoroso; os 20 artigos do regulamento do Seminário, elaborado pelo Reitor Padre Chevalier, proibia a leitura de jornais e romances perniciosos, as palavras picantes e grosseiras, a bebida e o fumo, o demasiado comprimento dos cabelos, as unturas, os cheiros e outras leviandades, são palavras textuais; era dever do seminarista mostrar-se sempre respeitoso e obediente aos seus superiores, e também benévolos, honestos e respeitando-se mutuamente e amando-se segundo os preceitos de Jesus Cristo.

As tarefas se iniciavam às 5.15h, com o levantar-se e a arrumação da cama; todos os demais horários, afora os reservados às refeições, estavam preenchidos com estudo e oração, e breves recreios, encerrando-os o dia com o apagar das luzes às 9.15h.

Esse aprendizado foi fundamental em sua vida, mas despido da vocação sacerdotal, Chico Alves investe seus talentos na carreira da formação superior de agronomia e em 1938 é graduado na Escola de Agronomia do Ceará, sendo o orador da turma discorrendo sobre o tema "Estudaremos o Nordeste".

Ainda não satisfeito, ingressa da Faculdade de Direito e forma-se na turma de 1942.

Exerceu influentes cargos públicos, ressaltando-se sua presença no Conselho Deliberativo da SUDENE como representante do Ceará, mas a sua vocação eram as letras e o ensino. Por isso, dedicou-se primordialmente ao magistério na Escola de Agronomia como Catedrático de Zootecnia e em decorrência recebeu os títulos de Professor Emérito, da Universidade Federal do Ceará, e de Professor *Honoris Causa*, da Escola Superior de Agricultura de Mossoró, Rio Grande do Norte.

Em respeito à sua produção literária, foi eleito em 21 de novembro de 1970 para ocupar a cadeira nº 6 da Academia Cearense de Letras, atualmente titulada pelo escritor e poeta Virgílio Maia.

De seu casamento com a escritora Raimundinha Negreiros nasceram Régis, agrônomo e professor universitário, Tereza Cristina, formada em Letras e Pedagogia na Universidade Federal do Ceará, Pedro José e Paulo Alexandre, ambos médicos.

Para se ter um retrato completo do técnico, poeta, sociólogo e latinista Francisco Alves de Andrade e Castro é necessário ler sua

Apresentação, em 40 páginas, do livro Protohistória Cearense, do sábio Pompeu Sobrinho, em segunda edição da Universidade Federal do Ceará, de 1980; o perfil traçado pelo consócio Oswaldo Evandro Carneiro Martins, na Revista do ano de 2001, e a bibliografia elaborada pelo consócio Pedro Alberto de Oliveira Silva, publicada na mesma Revista de 2001.

JOSÉ PARSIFAL BARROSO

Posse no Instituto: 04.12.1967 Falecimento: 26.04.1986

Nasceu em Fortaleza em 05.07.1913. É impossível falar de José Parsifal Barroso sem evocar as terras santas do Canindé, onde se fincam suas mais profundas raízes.

No Século XIX, o Coronel Paulino Joaquim Barroso, filho de Joaquim Inácio Vieira e de Antônia Maria de Jesus Barroso, casado com Francisca Carolina, filha de Zacharias Vieira da Costa e de Maria Luiza Gondim da Costa, exerceu diversas atividades em Canindé: Coronel da Guarda Nacional, Professor Primário, Delegado de Polícia, Vereador de 1861 a 1873 e Juiz Municipal. Era comerciante e fazendeiro. Transferindo-se para Fortaleza, estabeleceu-se como comerciante e foi Mordomo da Santa Casa. Integrou ainda a última Câmara de Vereadores de Fortaleza do período monárquico. Faleceu em Fortaleza no dia 04 de novembro de 1916.

Zacarias Vieira da Costa, sogro do Cel. Paulino Barroso, além de notário público em Canindé, era professor de música e de latim. Foi avô dos musicólogos Galdino José Gondim e Zacarias Tomás da Costa Gondim.

Do casamento de Paulino Barroso com Carolina nasceram: Adolfo – casado com Mariana Cabral; Amália – casada com o Dr. Pedro Gomes da Frota; Joaquim – casado com Olga Jansenn – pais do Gen. Oscar Jansenn Barroso, que comandou a 10ª RM; Dr. Hermíno; Esmerino – Vereador em Fortaleza e Mordomo da Santa Casa, cargos que exerceu até sua morte. Casado com Maria Mendes Bastos, filha do Dr. Francisco Paurilio Fernandes Bastos e de Maria Mendes Bastos. São os pais do compositor e teatrólogo Paurilio Barroso; Engenheiro Euclides Barroso - Deputado Federal. Durante muitos

anos Diretor Geral dos Correios e Telégrafos; Emilia – casada com o Dr. Eduardo Guilherme Oswaldo Studart, irmão do Barão de Studart; Deputado Federal, Juiz Federal, Mordono da Santa Casa. Fundador da Academia Cearense de Letras. E finalmente, Amélia Barroso Salgado – casada com o Médico Eduardo da Rocha Salgado, pais de Ester, eximia pianista e fundadora do Conservatório Alberto Nepomuceno, casada com o médico Eliezer Studart da Fonseca, tio-avô do confrade Gonzaga Mota.

Dos filhos do Cel. Paulino Barroso, é de se destacar o Dr. Hermino, pai de Parsifal; estudou música na Alemanha; ao retornar fez concurso para professor de Alemão do Liceu do Ceará, de onde se tornou Diretor. Graduado em Direito em 1907, logo a seguir viu-se aprovado em concurso para a cadeira de Direito Internacional Privado. Foi Deputado Federal. Aficcionado pelas obras do compositor Wagner e disso deu mostras ao batizar seus filhos como Parsifal, Bruneilda e Siglinda. Saindo da rota wagneriana, fez concessão a uma filha, que recebeu o nome de Maria José, futura esposa do Senador Olavo Oliveira. Parsifal tinha um verdadeiro temor reverencial pelo cunhado que lhe era mais velho 20 anos. Mas, quis o destino que os fraternos amigos se defrontassem nas eleições de 1954, Parsifal elegendo-se Senador da República derrotando seu cunhado Olavo Oliveira.

Parsifal concluiu seu curso de direito em 1933, sendo o orador da turma e tendo como colegas, dentre outros, Hugo Vitor Guimarães e Silva e Antônio Filgueiras Lima, futuros sócios efetivos do Instituto do Ceará, e Madaleno Girão Barroso, sobrinho-neto do Cel. Paulino Barroso. O discurso pronunciado como orador de sua turma mereceu o destaque de ser publicado no jornal *O Nordeste*, de 12 de dezembro de 1933.

Uma singularidade! Parsifal tem um tríplice entrelaçamento com a família do Barão de Studart, um dos nossos fundadores. O 1º, através do casamento de sua tia Amália com o deputado Eduardo Studart; o 2º, através de sua prima legítima Ester casada com o dr. Eliezer Studart da Fonseca, conforme dito, tio-avô do nosso confrade Gonzaga Mota, e o 3º por intermédio do casamento de sua filha Vera com o deputado federal, pelo Rio de Janeiro, Francisco José Ferreira Studart.

Seguindo a trilha aberta por seu pai, dedicou-se à política, à música, e sobretudo ao magistério. Aos 17 anos era professor de Química no Colégio Cearense dos Maristas, no Colégio da Imaculada Conceição

e em outros colégios de Fortaleza e, ao atingir a maioridade civil, professor de alemão no Liceu do Ceará. Gozava de elevado conceito entre seus alunos e disso temos a prova quando as professorandas do Imaculada, do ano de 1939, o escolheram para Paraninfo da turma. Poliglota. Professor de Sociologia, Professor de Filosofia no Seminário da Prainha, Professor na Faculdade de Ciências Econômicas. Fluente em 5 idiomas, destacando-se o Latim.

Como admirador de Wagner, a exemplo de seu pai, também o homenageou nomeando alguns de seus filhos como Roberto Parsifal e Siglinda. Em 1936, elegeu-se deputado estadual classista. Parsifal deve seu ingresso na política partidária ao seu cunhado Olavo Oliveira, que estruturou os sindicatos classistas, fazendo-o Deputado Estadual em 1936 pelo Sindicato dos Professores. Deste, Parsifal foi o primeiro Presidente. O deputado classista fora uma criação da Constituição de 1934. Teve o mandato cassado pela Justiça Eleitoral em 1937. Durante o exercício do seu mandato travou veementes embates com os integralistas Carlos Eduardo (Carlito) Benevides, (pai do confrade Mauro Benevides), e Ubirajara Indio do Ceará.

Em 1947, com o apoio de seu sogro Chico Monte, elege-se deputado estadual pelo PSD e vai combater a ideologia comunista representada por Pontes Neto, seu compadre. Posteriormente, é eleito para a Câmara dos Deputados. E lá cumpre a espinhosa missão partidária de defender um rico comerciante cearense, acusado de condutas ilícitas pelo deputado Armando Falcão e que em troca, além de outras humilhações, lhe impõe a derrota ao dr. Tancredo Halley de Alcântara, seu candidato ao Senado.

Percebe-se, portanto, que a política e a música estão intimamente ligadas a Parsifal Barroso. A política, transmitida geneticamente pelo avô Paulino Barroso e pelo seu pai, deputado Hermino Barroso, chefe de uma influente corrente partidária, de que é testemunha o nosso historiador Fernando Câmara, de vez que seu pai, o Tabelião Miguel Fenelon Câmara, de Quixeramobim, a ele se filiava.

Em 04 de outubro de 1937 casa-se com Raimunda Olga Xerez Monte, filha de Francisco de Almeida Monte (o poderoso deputado Chico Monte, de Sobral) e de Maria de Lourdes Xerez Parente Monte. Neta paterna do dr. João Julio de Almeida Monte e de Raimunda Olga de Almeida Monte e neta materna do dr. José de Xerez e de Olindina

Parente Xerez. Vê-se em consequência que d. Olga procede da mesma estirpe do consócio Ésio de Sousa, descendentes que são do capitão mor José de Xerez Furna Uchoa, o introdutor do café no Ceará nos anos setecentos.

Parsifal Barroso destacou-se por sua polivalência; em 1932, ainda acadêmico, é o orador oficial de solenidade realizada na Casa de Juvenal Galeno, então o centro das atividades culturais de Fortaleza; Leonardo Mota anotou que em 09 de maio de 1942, Parsifal Barroso, Antonio Girão Barroso, Otacilio Colares, Aluisio Medeiros e Mário Sobreira de Andrade concedem entrevistas ao jornal "Correio do Ceará" sobre o Congresso de Poesia a ser instalado no dia 01 de agosto de 1942 no Teatro José de Alencar; na abertura desse Congresso falaram os futuros sócios do Instituto o quase ainda adolescente Eduardo Campos e o já consagrado poeta Filgueiras Lima, ressaltando-se o fato inusitado de que Eduardo Campos (com 19 anos) leu o discurso, preparado por Mário Sobreira de Andrade, de costas para a plateia, consoante rememora Mozart Soriano Aderaldo. Digno de registro é saber-se que as reuniões preparatórias do Congresso de Poesia aconteceram no recinto do Instituto do Ceará. E a propósito, como contraponto, instalou-se no dia 15 de agosto do mesmo ano, no Crato, o Congresso sem Poesia, com discurso inaugural proferido pelo também futuro Sócio Efetivo deste Instituto, Renato Braga.

Em 1938 é eleito Presidente do Instituto de Difusão e Cultura Constitucional.

Dentro dessa multifacetada ação, em abril de 1948 Parsifal inicia uma série de palestras sobre "O Romantismo na Música".

Como Governador do Estado do Ceará, Parsifal, conforme depõe em suas *Vivências Políticas*, ao aceitar sugestão do Gen. Castelo Branco, engendrou a UNIÃO PELO CEARÁ, inconcebível pacto político resultante do conúbio entre o PSD e a UDN. Atribui–se que a gênese dessa união teve origem no seguinte fato: deu-se uma vaga de desembargador no Tribunal de Justiça, a ser preenchida por Advogado.

Os desembargadores queriam em seu seio o renomado advogado Olinto Oliveira. Trabalharam no sentido de que ao governador não restasse outra opção. Elaboraram a lista com os nomes de Olinto Oliveira, Antônio de Alencar Araripe e Ademar do Nascimento Fernandes Távora. Os dois últimos eram notoriamente udenistas, sendo Ademar

tio do Cel. Virgílio Távora, derrotado por Parsifal no pleito anterior para Governador. Contrariando todas as expectativas, Ademar Távora foi o escolhido. Na eleição seguinte, Virgílio Távora, com o apoio de Parsifal, que permaneceu à frente do governo até o final do mandato, elegeu-se Governador.

Esse fato por si só propicia uma visão ampla da personalidade de Parsifal; homem verdadeiramente cristão, conciliador, afável, bem humorado, humilde e bom. Como governador, ia à noite, em seu próprio carro, proferir aulas na Faculdade de Filosofia. Outros tempos!

Mas não cuidou exclusivamente da ação política, relembre-se que o projeto de vanguarda do arquiteto Sergio Bernardes, concernente ao Palácio da Abolição, teve sua execução iniciada no governo de Parsifal Barroso.

Anote-se que Parsifal, em 1935, foi um dos fundadores da Sociedade de Geografia e História. Em 1985, por ocasião da comemoração do cinquentenário da Sociedade de Geografia e História, Parsifal foi o orador oficial da solenidade, nominando os sócios fundadores (Revista da Sociedade de Geografia e História, vol. XI, ano 1985). E em história também foi proficiente, dando-se como exemplo o seu Parecer subscrito por Geraldo Nobre, publicado na Revista do Instituto do Ceará do ano de 1969, extirpando todas as possíveis dúvidas quanto ao pioneirismo de Vicente Pinzon, cabendo ao Ceará haver proporcionado ao mundo civilizado a primeira visão do Brasil.

Contribuiu para o conhecimento do homem cearense, escrevendo *O Cearense* e delineou um perfil histórico da influência da Casa Boris sobre a economia do Ceará, ao publicar *Um Francês Cearense*.

Quase ao concluir, registre-se que se conhece somente um equívoco de natureza histórica cometido por Parsifal; de fato, a *História Política do Ceará*, de sua autoria, consigna que o deputado Graccho Cardoso foi genro do Comendador Antônio Pinto Nogueira Acioly, o grande oligarca do Ceará, quando em verdade os registros genealógicos atestam que somente o Senador e Ministro Francisco Sá, o general Raimundo Borges (sogro do Governador Juraci Magalhães, da Bahia) e o médico Francisco Jorge de Sousa, professor e diretor da Faculdade de Direito do Ceará, foram os genros de Nogueira Acioly.

Todavia, o equívoco é escusado, pois Graccho Cardoso foi mais que um genro de Acioli. Sob a proteção de Acioli, o sergipano Graccho

foi tudo no Ceará. Secretário de Estado, Deputado Federal, Vice-Presidente do Ceará. Professor de grego no Liceu do Ceará. Todavia, segundo o cáustico João Brígido, ao aparecer um candidato à disciplina de grego, providenciou-se a prisão do pretenso aluno, pois o professor era jejuno na matéria. Coisas de João Brígido! Com a queda de Acioli, Graccho Cardoso retornou para Sergipe e lá também foi tudo. Culminou sua vida política como deputado federal na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, chegando a presidir as sessões preparatórias. Morreu repentinamente no exercício do mandato.

Cremos que o Brasil foi injusto com Parsifal, porquanto dadas as suas características de poliglota, historiador, musicista, filósofo, sociólogo, jornalista, professor, e de procurador autárquico, deveria ter terminada sua vida pública como Ministro do Supremo Tribunal Federal ou outro Tribunal Superior como aconteceu com o seu Vice-Governador Wilson Gonçalves e não numa Corte de Contas do Distrito Federal.

Em respeito à verdade, relembre-se que houve uma tentativa frustrada de elevar Parsifal à condição de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Finalmente, Parsifal Barroso foi o Senador da República que todo Suplente gostaria de ter como titular. O Suplente Fausto Augusto Borges Cabral, filho de Raul Conrado Cabral e genro de Antônio da Frota Gentil, ocupou a vaga de Parsifal por quase todo o mandato, pois Parsifal durante aproximadamente 3 anos exerceu o cargo de Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do Presidente Juscelino e em seguida renunciou ao mandato de Senador para cumprir integralmente o mandato de Governador do Estado do Ceará, para servir de fiador ao plano político que concebera, como ele o diz em suas *Vivências Políticas*.

Era um homem culto, humilde, simples e de quem poder-se-ia dizer como o poeta Filgueiras Lima, seu colega de turma na Faculdade de Direito, compadre e confrade neste Instituto, disse homenageando o pai Silvino Filgueiras:

"Sereno e justo, Deus te fez um forte, ante as ingratidões de todo grau que te feriram, sem mudar-te o norte. Com a tua vida do mais puro tom, tu me ensinaste quanto é mau ser mau e me provastes quanto é bom ser bom".

OSWALDO DE OLIVEIRA RIEDEL

Posse no Instituto: 04.11.1969 Falecimento: 21.01.1989

Nascido na cosmopolita Curitiba, em 20.07.1913, cuja base demográfica se assenta sobre 52 nacionalidades, Oswaldo de Oliveira Riedel tem ascendência genética alemã.

Formado em Farmácia no ano de 1934, inicia em 1935 como Aspirante a Oficial sua carreira no Exército, sendo designado para servir em Fortaleza. Em 1941, casa-se com Ivone Montenegro, sua aluna do Colégio São João, prima carnal das gêmeas Tais (casada com Fran Martins) e Maria Júlia (casada com o Senador Antônio Jucá).

Diferente da cosmopolita Curitiba, embora também de costumes provincianos, Fortaleza contudo apresenta uma efervercência política e cultural de natureza inigualável. O Ceará é o único estado da federação, em 1935, a eleger um deputado federal pela Liga Eleitoral Católica (LEC), o comendador Luís Cavalcante Sucupira, que em 1942 seria eleito Sócio Efetivo deste Instituto; sob a LEC, mas pertencendo à Ação Integralista elegeu também o capitão Jeová Mota. A LEC, no Ceará, tornou-se um partido político sob o controle do arcebispo, d. Manoel da Silva Gomes, caso também único no Brasil; a LEC foi o suporte político para a eleição do dr. Menezes Pimentel, eleito com a diferença de 1 voto numa nervosa eleição indireta procedida pela Assembleia Legislativa em 25 de maio de 1935; os cearenses, através de Severino Sombra, Jeová Mota e Padre Helder Câmara, criam a Legião Cearense do Trabalho e tentam influenciar Plinio Salgado, o chefe nacional incontestável do integralismo, que tinha entre suas metas combater o comunismo, mas a ele aderem incondicionalmente, de modo que Jeová Mota é nomeado chefe provincial no Ceará. Severino Sombra era tenente do Exército e Jeová Mota, capitão. Os três, tempos depois, abjuram o integralismo, sendo que o capitão Jeová Mota, em 1946, vai candidatar-se a Senador exatamente pelo Partido Comunista, o partido que tanto combatera.

A tudo isso contemplou o 1º tenente Oswaldo de Oliveira Riedel, mas nesses eventos não se envolveu. Seus interesses eram outros.

Em 1936 vai ensinar Inglês e Ciências Físicas e Naturais no Colégio Militar do Ceará; o Colégio Militar preparava a elite do exér-

cito nacional atraindo jovens dos demais estados do nordeste e norte. Formava o Exército do Norte, no jargão castrense. Havia somente 3 colégios militares: Porto Alegre, Rio de Janeiro e Fortaleza. Para se aquilatar o nível do ensino ministrado no Colégio Militar, é suficiente relembrar que somente em 25 de maio de 1935 o governo cria uma cadeira de Inglês na Escola Normal, mas por incrível que pareça em 18 de setembro seguinte o mesmo governo expede decreto suspendendo a execução do decreto que criara a cadeira de Inglês na Escola Normal. O Colégio Militar do Ceará era o encantamento de muitos jovens que ali depositavam suas esperanças. Pois bem, como sempre acontece com os desmentidos das autoridades, o Cel. Dracon Barreto, comandante do Colégio Militar do Ceará, em 6 de junho de 1938 vem a público desmentir que se pretendia extinguir o CMF. Em 23 de agosto, todavia, o governo federal transfere o CMC para a jurisdição do Ministério da Educação, devendo referido estabelecimento denominar-se "Colégio Floriano". Imagine-se a comoção que foi provocada nos jovens alunos e nas suas famílias. O cônego-doutor Misael Gomes, que atingiu o generalato, um dos mais ilustres integrantes deste Instituto, assumiu interinamente a direção do "Colégio Floriano". E o Cel. Dracon Barreto? Foi transferido para o Rio de Janeiro e logo após retornou ao Ceará para chefiar o poderoso Departamento Administrativo do Estado e foi vivamente recepcionado com banquetes e discursos. E os alunos do Colégio Militar, ou melhor, do Colégio Floriano passaram a vítimas de chacotas e pilhérias, de tal modo que a Chefia de Polícia em 26 de agosto de 1938, diante dos desagradáveis incidentes ocorridos na cidade de Fortaleza, expediu Nota Oficial advertindo que iria agir severamente contra quem dirigisse pilhérias aos alunos do Colégio Militar, por este ter sido transferido para o Ministério da Educação. Como teria reagido o tenente-professor Riedel ante o quadro que se lhe apresentou? Não deixou depoimento sobre isso, pelo menos não está na sua bibliografia pesquisada. Pelo seu temperamento lhano, pelo seu caminhar que parecia estar flutuando, é provável que silenciosamente tenha discordado de seus superiores na tomada da prejudicial decisão, ainda mais porque de certo modo sarcástico o Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra declarou em 6 de setembro de 1938 que a transferência do Colégio Militar do Ceará para o Ministério da Educação trouxe novas e maiores vantagens aos estudantes nordestinos.

A cidade continuava comovida com os distúrbios decorrentes da extinção do Colégio Militar, quando na manhã do 25 de setembro de 1938 abate-se sobre a cidade a triste notícia do falecimento do médico Guilherme Studart, o Barão, fundador e pedra angular deste Instituto, e à tardinha do mesmo dia a população quase inteira esteve presente no sepultamento daquele fundador do Instituto do Ceará, fundador do Centro Médico Cearense e benemérito Presidente da Associação dos Vicentinos durante 42 anos. Certamente a notícia causou profundo impacto no farmacêutico e futuro médico Oswaldo Riedel.

Mas ainda na sua chegada em 1935 viu talentosos jovens concluindo o curso superior na Faculdade de Direito, nem todos voltados para a carreira jurídica é certo, como é exemplo os bacharéis Edilson Brasil Soares (pai do nosso presidente Ednilo) e Luciano Cavalcante Mota (pai da nossa consócia Angela Gutierrez) e Antônio Dias de Macedo (tio do Sócio Benemérito Roberto Macedo) numa turma que teve como orador Álvaro Costa, uma das mais completas inteligências que o Ceará agasalhou em seu berço. O período foi muito fértil em todas áreas, mas tenho que ser sucinto.

Também viu em 1941 a chegada a Fortaleza de D. Antônio de Almeida Lustosa, 2º arcebispo de Fortaleza, sucedendo a d. Manoel da Silva Gomes, que ao renunciar recebeu o título de Arcebispo Titular de Viminácio; D. Lustosa vinha do arcebispado do Pará precedido da aura de santidade e da fama de possuir invulgar cultura e que em 1944 ingressaria nos quadros do Instituto do Ceará como Sócio Efetivo. E que muitos anos depois teve a sua causa de beatificação postulada pelo grande amigo e colega-médico de Oswaldo Riedel, o notável genealogista Vinicius Barros Leal, personalidade que honrou este Instituto.

Provido de robusta carga cultural, já fluente em inglês e alemão, Oswaldo Riedel logo se entrosa no ambiente intelectual da terra, de tal forma que como 1º tenente, ao lado do poeta Filgueiras Lima, discursa na sessão magna realizada no dia 7 de setembro de 1941 no Teatro José de Alencar na data comemorativa do Dia da Pátria. Também na inauguração do Hospital Militar de Fortaleza, isso em 10 de novembro de 1942, é o orador oficial.

Além de lecionar no Colégio Militar, Riedel emprestou sua colaboração à Faculdade de Farmácia e Odontologia, ensinando Química

Industrial até 1944, quando foi removido para o Rio de Janeiro. No Rio, em 1945, prestou vestibular e concluiu o curso de medicina em 1950. Promovido a capitão, retornou a Fortaleza e reiniciou suas atividades docentes como professor de Química da Escola Preparatória de Fortaleza, unidade militar criada em 1942 para amenizar o prejuízo causado com a extinção do Colégio Militar em 1938. Dentre seus alunos, podemos contar o nosso confrade Affonso Taboza, hoje coronel da reserva do Exército.

Em 1951, transferiu-se definitivamente para o Quadro de Magistério do Exército atingindo o posto de General de Brigada em 1965, movimentando-se então para a Reserva.

Liberado das atividades docentes militares, ingressou mediante concurso nos quadros da Universidade Federal do Ceará lecionando no Curso de Farmácia. Como professor do Curso de Farmácia revelou-se o pesquisador profundo, abordando em 1971 no Rio de Janeiro o tema "A maconha como ponto de partida para outras toxicomanias" em encontro promovido pela Academia Nacional de Farmácia. Tema de tanto interesse na atualidade.

Ao mesmo tempo, dedicou-se como Pediatra às atividades médicas com consultório próprio. Adquiriu tanto renome na nova profissão que em 1958 foi o orador oficial da X Jornada Brasileira de Puericultura e Pediatria realizada em Fortaleza.

Em 4 de novembro de 1969 tomou posse neste Instituto e veio agregar seu honrado nome aos dos médicos Guilherme Studart, José Sombra, Álvaro Otacílio Nogueira Fernandes, José Lino da Justa, Carlos Studart Filho, Manuel do Nascimento Fernandes Távora, Carlos da Costa Ribeiro, Josa Magalhães, João Batista Saraiva Leão, Florival Seraine e Vinicius Barros Leal. A nobre profissão teve continuidade com José Borges Sales, José Murilo de Carvalho Martins e Lúcio Gonçalo de Alcântara.

Oswaldo de Oliveira Riedel escreveu 50 trabalhos de natureza científica e 30 trabalhos de cunho cultural. Era poliglota, exercendo pleno domínio sobre o alemão, inglês, francês, italiano, espanhol, russo, grego e latim. Era membro da Academia Cearense de Medicina, da Academia Brasileira de Medicina, da Academia Cearense de Farmácia e da Sociedade Brasileira de Pediatria.

MARIA DA CONCEIÇÃO SOUSA

Posse no Instituto: 21.06.1982 Falecimento: 09.02.1991

Nasceu em Fortaleza em 21.09.1913, filha do Major Procópio de Sousa, da Policia Militar, e de sua esposa Maria Luiza.

"Este 4º. volume da HISTÓRIA DA LITERATURA CEARENSE deveu, em grande parte, o material de que se constituiu à demorada e incansável pesquisa através de livros e jornais velhos, como ocorrera com os volumes anteriores.

Continuou e prosseguiu o infatigável esforço, tenaz e ininterrupto, de quase cinco anos, por arquivos bolorentos e empoeirados, de onde pudemos extrair os subsídios e as achegas com que, beneditamente, conseguimos confeccioná-lo.

Pois bem: tudo isso, que nada representa, mas que é de eficiência decisiva em trabalhos dessa ordem, o fizemos por intermédio de D. Maria da Conceição Sousa, que não só reuniu a matéria prima de que se compõe este 4º. volume, mas pôs à nossa disposição elementos não despiciendos com que nos habilitou ao preparo do 5º volume seguinte, de que em breve cuidaremos.

Foram, assim, inestimáveis o auxílio e a coajduvação que dela recebemos, nos quais nunca arrefeceu ou descorçoou, alimentando-nos e avigorando-nos – muito ao invés – essa coragem e esse entusiasmo com que acreditamos levar a feliz termo empreendimento de tal sorte.

Devemos-lhe, também, o cansativo e fatigante serviço de dactilografia e revisão tipográfica.

Agradecido
DOLOR BARREIRA"

Este é o depoimento do professor Dolor Barreira, notável civilista e diretor da Faculdade de Direito. Membro da Academia Cearense de Letras e Sócio eminente deste Instituto. Sem a eficaz colaboração de Conceição, o Ceará não teria a sua monumental história da literatura, subscrita por Dolor Barreira.

Esta é também a oportunidade que se me apresenta para render publicamente a minha gratidão a Maria da Conceição Sousa. Sem o contributo dela eu não estaria aqui. A minha exaustiva pesquisa histórica sobre o Manezinho do Bispo, a maior figura folclórica do Ceará, baseou-se em pesquisa inconclusa de Conceição. Não sei as razões pelas quais não a concluiu e repassou o rascunho para o meu sogro, o poeta Antônio Girão Barroso, e este a mim transmitiu. O poeta morreu e nem inventário foi feito, pois não tinha bens materiais, mas deixou uma enorme herança constituída de bens imateriais.

A vida de Conceição foi um labor perene em favor dos intelectuais de nossa terra. Já em 1962, Nertan Macedo publica um artigo intitulado *D. Conceição a que trabalha para os outros.* Elegeu a Biblioteconomia como campo de seus interesses, após dedicar parte de sua existência ao magistério. Professora formada pela Escola Normal de Fortaleza, dirigiu as escolas públicas de Pavuna (Pacatuba) e Pindoretama; ensinou no Jardim de Infância da Casa da Criança e no Patronato de Nossa Auxiliadora (ambos em Fortaleza). Ainda no magistério, exerceu o cargo de Diretora da Escola Doméstica da Legião Brasileira de Assistência. Na antiga Diretoria Geral de Educação, hoje Secretaria de Educação, desempenhou as funções de Auxiliar Técnica de Educação, participando da equipe do Pe. Helder Câmara. Durante muitos anos ficou à disposição do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, de onde se tornou Secretária Executiva.

Aprimorou seus estudos no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, no Rio de Janeiro, o que lhe deu autoridade técnica para implantar a Biblioteca Central da Universidade Federal do Ceará. Estruturou o Curso de Biblioteconomia da mesma Universidade e foi nomeada sua primeira Diretora, o que lhe ensejou ser *patronesse* da I Turma de Bacharéis em Biblioteconomia e Documentação da UFC (1967). Fundou a Associação das Bibliotecárias do Ceará e participou como Sócia da Sociedade de Geografia e História do Ceará.

Organizou as bibliotecas do Instituto do Ceará, da Academia Cearense Letras, do Colégio Militar, do IBEU, do IBGE, da Associação Cearense de Imprensa, da Casa de Juvenal Galeno, e das Faculdades de Filosofia do Crato e de Limoeiro.

No Ceará, no campo da bibliografia, Conceição ainda não foi superada. São de sua autoria: Catálogo da 1ª Exposição do Livro Feminino

no Ceará (Casa de Juvenal Galeno), 1967; Estudos Bibliográficos Cearenses, 1972; Autor Cearense – Indice de Bibliografias, Editora UFC-1982; José Alcides Pinto Bibliografado, 1977; Dolor Barreira – Bibliografia, 1966; Dados Bibliográficos do Escritor Carlos Studart Filho, 1978; Fortaleza – Roteiro Bibliográfico, 1973; Cláudio Martins – Curriculum Vitae, 1981; bibliografia da revista VALOR, editada por Antônio Martins Filho e Raimundo Girão, publicada na revista ASPECTOS, da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

Em co-autoria com Raimundo Girão publicou o *Dicionário da Literatura Cearense,* editado pela Imprensa Oficial do Ceará, 1987.

Entre suas obras, merece realce o INDICE TEMÁTICO ANOTADO DA REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, com 451 páginas, de 1988, em edição comemorativa do 1º Centenário do Instituto. É livro essencial para os estudiosos das coisas do Ceará. Nesta matéria, o Instituto está bem servido. Dispõe ainda do monumental INDICE ANOTADO, do historiador José Honório Rodrigues e de sua esposa, historiadora Leda Boechat Rodrigues, para os quais o nosso abnegado Pedro Alberto de Oliveira Silva vem dando prosseguimento com singular competência.

Conceição abriu a vereda para muitos pesquisadores; por exemplo, quem quiser se inteirar da bibliografia sobre o que se escreveu sobre genealogia no Ceará, terá que compulsar o índice elaborado por Conceição.

Conceição não se casou, mas a fecundidade do seu coração fez com que criasse como filha sua sobrinha Olindina, com quem passou seus últimos dias na cidade de Natal, após ser vítima de um AVC aqui em Fortaleza. Faleceu aos 77 anos em 09 de fevereiro de 1991 e seu corpo foi velado no Instituto do Ceará.

Felizmente, Conceição deixou uma filha espiritual entre nós: Madalena Figueiredo, bibliotecária-chefe da Academia Cearense de Letras e responsável pelo Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, erudita e de memória prodigiosa, sempre disposta a também servir.

D. Olga Barroso, em trabalho publicado, afirmou que Conceição "procurava os pormenores dos fatos históricos e culturais das nossas letras, tirando dúvidas, coligindo dados em velhos documentos. Escritores, poetas, professores e alunos a ela recorreram para dirimir

dúvidas e colher dados com os quais pudessem elaborar seus escritos". Por isso dela se disse que "é o Pronto-Socorro desses intelectuais".

Afável, bem humorada, vivia para servir. Brincalhona que era, inventou uma fórmula para informalmente escrever seu nome:

$$\frac{\text{CON}}{6}$$

SÃO

(Discurso pronunciado em 20 de novembro de 2013).

ATOS NORMATIVOS

Instrução Normativa nº. 02/2014

A Diretoria do Instituto do Ceará, considerando o que prevê o Art. 4º**, b**, do Estatuto,

Resolve expedir a seguinte Instrução Normativa:

Art. 1º. A Revista do Instituto do Ceará tem peridiocidade anual, publicada sob a responsabilidade direta do Presidente do Instituto, nos termos do art. 49**, f,** do Estatuto, coadjuvado por Comissão constituída pelos Sócios Efetivos Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara e Lúcio Gonçalo de Alcântara, eleitos em Assembleia Geral para cumprirem mandato fixo de 2 anos.

Parágrafo Único. Para os atos de recebimento e seleção preliminar das matérias encaminhadas para publicação na Revista, é incumbido o Sócio Efetivo Pedro Alberto de Oliveira e Silva.

Art. 2º. A Revista compor-se-á das seguintes seções:

I – Artigos
II – Conferências, Palestras, Discursos e Efemérides
III – Documentos históricos
IV – Biografias
V – Bibliografias
VI – Notas
VII – Transcrições
VIII – Relatório Anual do Secretário Geral
IX – Atas das sessões
X – A relação dos Presidentes
XI – A relação dos Sócios Efetivos, desde a fundação, por ordem de antiguidade
XII – A relação dos Sócios Beneméritos, Honorários, Colaboradores e Correspondentes.

Art. 3º. Na distribuição dos artigos serão observados os seguintes critérios:

I – Abrirá a Revista trabalho de autoria do Presidente do Instituto;

II – Após o artigo do Presidente, seguir-se-ão os artigos dos Sócios Efetivos por ordem de antiguidade, vedada a coautoria;

III – Artigos dos Sócios Remidos, Beneméritos, Honorários, Colaboradores e Correspondentes;

IV – Artigos de autores estranhos ao quadro social, por ato discricionário da Comissão da Revista.

Art. 4º. Os artigos serão remetidos à Comissão da Revista em CD acompanhado de duas cópias digitalizadas em fonte *Times New Roman*, tipo 12, em papel A4, em espaçamento simples, com o mínimo de 10 e o máximo de 30 páginas, admitindo-se excepcionalmente trabalho superior a este limite, mediante justificativa escrita da Comissão.

§ 1º . Os artigos abordarão matéria inédita, vedada a repetição de matéria inserida em exemplares da Revista, salvo se houver variação temática ou que tenha sido veiculada há mais de 50 anos, a critério da Comissão.

§ 2º . As matérias de autoria dos Sócios Efetivos gozarão de prioridade de inserção, obedecida a ordem de antiguidade dos autores.

Art. 5º. Para a publicação da Revista correspondente ao ano de 2014, a Comissão da Revista receberá matérias até 30 de dezembro de 2014.

§ 1º . A Comissão é autorizada a fixar cronograma específico, compreendendo as fases de revisão, diagramação, paginação e impressão da revista.

§ 2º . Incumbe à Comissão publicar a Revista no dia 4 de março de 2015.

§ 3º. Na revisão, a Comissão da Revista utilizará os procedimentos adotados pelo Manual de Redação da Presidência da República;

§ 4º. Como auxiliar dos trabalhos de revisão da Comissão da Revista, é designado o sócio Efetivo Geová Lemos Cavalcante;

§ 5º. Para cumprimento do cronograma, a gráfica propiciará acesso às provas somente aos integrantes da Comissão da Revista.

Art. 6º. O material a ser encaminhado à gráfica receberá a aprovação expressa do Presidente do Instituto do Ceará.

Art. 7º A Revista será editada em 500 exemplares e cada Sócio

Efetivo terá direito a receber gratuitamente um exemplar e os autores de matéria nela publicada receberão dois exemplares.

Parágrafo Único. A Diretoria Administrativa do Instituto encarregar-se-á da vendagem da Revista, ao preço unitário de R$ 30,00, e da distribuição gratuita para bibliotecas, entidades científicas e culturais.

Art. 8º . Revogam-se o Regulamento publicado na Revista do ano de 1978 e a Instrução Normativa Nº 01/2014.

Art. 9º. Os casos omissos serão examinados e supridos pela Comissão da Revista, sob a presidência do Presidente do Instituto do Ceará.

Fortaleza, 24 de setembro de 2014

Ednilo Soárez - Presidente
Pedro Sisnando Leite - 1º Vice-Presidente
Ângela Maria Rossas Mota de Gutiérrez - 2ª Vice-Presidente
Pedro Alberto de Oliveira Silva - Diretor da Biblioteca e Arquivo
Miguel Ângelo de Azevedo (NIREZ) - Diretor de Comunicação
Juarez Fernandes Leitão - Secretário-Geral
Geová Lemos Cavalcante - 1º. Secretário
Affonso Taboza Pereira - 2º. Secretário
Francisco Fernando Saraiva Câmara - 1º. Tesoureiro
Eduardo de Castro Bezerra Neto - 2º. Tesoureiro

NOTAS
E
TRANSCRIÇÕES

Centenário de nascimento de Franklin Gondim Chaves
(10.02.1908 – 10.02.2008)

Eunides Maria Maia Chaves*

1 O cidadão

Franklin Gondim Chaves nasceu a 10 de fevereiro de 1908, no Sítio Bomfuturo, no bairro Damas, em Fortaleza; há uma centúria, portanto. Quinto e último filho do casal Sindulfo Serafim Freire Chaves e da professora Dulcinéa Gondim Chaves, chamavam-se os seus irmãos: José, Dulce, Noême e Judite.

Fez o curso primário no 4°. Grupo Escolar de Fortaleza, situado na Rua Sena Madureira, que tinha como Diretora sua mãe e cursou o primeiro semestre da 1ª. série do antigo Ginasial no Colégio Cearense; sendo este o curto período de estudos regulares que pôde cumprir.

Filho de pais detentores de parcos recursos, o menino Franklin e a família viviam com grandes dificuldades financeiras. Os vencimentos de sua mãe atrasavam até oito meses e o Sítio Bomfuturo, herdado dos avós maternos (Franklin Barboza Gondim e Maria Grangeiro Gondim), não proporcionava qualquer renda além do leite de algumas vacas. As secas de 1915 e 1919 dizimaram em parte a pecuária cearense e a hipoteca do sítio foi o recurso usado para salvar o restante. Os juros da hipoteca pesaram no bolso da família que teve de apertar o cinto. Certos serviços agropastoris passaram a ser feitos por seu pai, seu irmão José – o primogênito – e por ele.

Tempos difíceis aqueles, época de verdadeira provação. Para poupar o Franklin – o caçula – do esforço de ir a pé, do sítio ao Benfica,

* Socióloga, servidora aposentada da União e filha de Franklin Gondim Chaves.

a fim de apanhar o bonde e estar no Grupo Escolar às 8 horas da manhã, às vezes com chuva, sua mãe conseguiu alugar uma casa na Rua Governador Sampaio, esquina com a Rua Pedro Borges, trazendo às margens do Pajeú algumas vacas para, com a venda do leite das mesmas, ajudar na manutenção da família. Aos 9 (nove) anos de idade, Franklin já era responsável por esse pequeno rebanho e fazia, pessoalmente, a venda do leite, em copos (duzentos réis por unidade), mungido pelo ajudante-curraleiro à porta dos fregueses. Às 5 horas da manhã, todos os dias, ele montava a cavalo e saía tangendo cinco vacas e bezerros com mochilas, perfazendo o seguinte itinerário: Governador Sampaio, Praça da Sé, Conde d'Eu, Sena Madureira, Duque de Caxias, Senador Pompeu, João Moreira, retornando ao ponto de partida na Governador Sampaio com a Pedro Borges. Naquela quadra temporal, ao bordejar por tantas vezes a Praça General Tibúrcio (dos Leões), o pequeno tangerino jamais poderia imaginar viesse a ocupar, por sete mandatos consecutivos, uma cadeira no Palácio Senador Alencar (antiga Assembléia Legislativa, atualmente abrigando o Museu do Ceará) e, ainda que por curto período, a titularidade do Executivo Estadual, ali no vetusto Palácio da Luz (hoje sede da Academia Cearense de Letras).

Limoeiro (assim denominado até 1943), terra de seu pai, receberia em 1922 seu irmão José Gondim Chaves. Lá, com os recursos de um empréstimo, associou-se com um primo e montaram uma bodega. No ano seguinte, a convite de outro parente afim, Camilo Cunha, passou a integrar a firma Cunha & Chaves. Os negócios progrediram e houve necessidade de empregados. Seu irmão José insistia para que Franklin fosse juntar-se a ele. A princípio recusou. Depois, tendo se atrasado no pagamento das mensalidades do Colégio Cearense – estabelecimento de ensino fundado em 1912 pelos padres seculares Misael Gomes da Silva, José Quinderé e Climério Chaves, este último um seu tio paterno; passando o Instituto, três anos depois, à propriedade e orientação da Ordem dos Maristas – teve que se render à realidade dos fatos. Em conseqüência das reiteradas cobranças do Diretor e da ameaça de não permitir exame aos alunos em atraso, Franklin pediu ao mano que lhe fizesse um empréstimo de duzentos mil réis para solver a sua dívida. Poderia deste modo, fazer os exames em junho, com a promessa de, em seguida, abandonar a sua instrução formal e ir para Limoeiro trabalhar com ele no comércio. E assim aconteceu.

No dia 21 de junho de 1923 – usando a farda do Cearense e ainda com grande dissabor por tê-lo deixado; após percurso a trem até Quixadá e a cavalo, via Morada Nova – chegou a Limoeiro às 8 horas da noite. Hospedou-se na casa do tio afim Francisco Celestino da Costa e, já no dia seguinte, um sábado, dia de feira, assumiu, aos 15 (quinze) anos de idade, as funções de balconista da loja. No fim de julho, lhe foi marcado o ordenado de cinqüenta mil réis. Revelando-se bom vendedor, no ano seguinte, teve o ordenado elevado para cento e cinqüenta mil réis.

Naquela época, o comércio em Limoeiro abria suas portas às 5h30 da manhã e só as cerrava às 20 horas, inclusive domingos e feriados.

Em 1925, o chefe Camilo, por motivo de saúde, propôs retirar-se da firma, passando o ativo e o passivo ao sócio José Gondim Chaves.

José e Franklin assumiram a responsabilidade do negócio que passou à razão social de J. Chaves & Irmão, sendo a participação dos sócios na proporção de 70% e 30%, respectivamente. Os negócios prosperaram e, em 1926, abriram uma filial em Tabuleiro, então distrito de Limoeiro. Esta loja ia muito bem, porém, em 1929, teve de ser fechada em virtude do saque feito por Lampião através de Massilon Leite, "tenente" do bando do facínora, àquela Vila.

Anteriormente, em 15 de junho de 1927, Franklin presenciou um fato que o deixaria muito impressionado: a chegada de Lampião a Limoeiro. O bando que tinha, entre outros, o já citado Massilon Leite, o maioral Virgulino Ferreira da Silva (o Rei do Cangaço) e 42 bandidos, trazia dois reféns: o Sr. Antônio Gurgel e D. Maria do Amaral. O grupo provinha do Rio Grande do Norte, da cidade de Mossoró, onde promoveu uma série de ataques e saques; tendo encontrado, no entanto, brava resistência da população local e a perda de dois jagunços: Jararaca e Colchete. O anúncio da chegada de Lampião e seus homens promoveu agitação entre os limoeirenses, face à fama que o antecedia. Por precaução, centenas de pessoas foram retiradas para as fazendas e sítios mais próximos, pois a cidade praticamente indefesa contava, no seu destacamento, com apenas dois soldados para guardá-la. Foram momentos de pânico.

O que muitos não sabiam era que Lampião, ao chegar próximo a Limoeiro, perguntara a um agricultor, residente em uma fazenda próxima:

– Isto aqui é Ceará ou Rio Grande do Norte? Ao que o matuto respondeu:
– É Ceará. E ouviu, surpreso, a confissão do temível cangaceiro:
– Pois aqui não atacaremos... Ante o espanto deste, completou:
– É que prometi isso ao meu *Padim* Padre *Ciço.*

Porém, não foi tão fácil para os limoeirenses livrarem-se de Lampião. Para deixar a cidade, exigiu 20 contos de réis. Travou-se intensa movimentação em busca do numerário exigido. E por mais que se esforçassem, os homens da terra só conseguiram juntar dois contos e duzentos. Quando fizeram a entrega a Lampião, viram que ele trazia uma bolsa cheia de dinheiro. Sem conferir, colocou a importância dentro da mesma e por isso nada lhe foi dito sobre o valor arrecadado. Durante estas horas de tensão, Franklin via a desolação e o pavor estampados na face daquela gente que já elegera como sua.

2 Atividades políticas, comerciais, industriais, agropecuárias e outras

Em 1930, com a Revolução, seu mano José ingressou na política. A direção dos negócios, até então sob a responsabilidade dos dois, passou às mãos de Franklin, já com 50% de participação societária.

José e Franklin sempre tiveram idéias inovadoras. O José, que era mais velho, participava ativamente das conversações com relação à Revolução de 1930, através de Franklin Monteiro Gondim, Juracy Montenegro Magalhães e Landri Sales.

Atentos ao novo, acompanharam, no jornal católico *O Nordeste*, a publicação de uma série de artigos assinados por Plínio Salgado, onde o brilhante articulista enaltecia o ideário Integralista.

Franklin entusiasmou-se com aquela doutrina, por aqueles princípios e resolveu fundar um grupo integralista em Limoeiro, sem qualquer ligação com o de Fortaleza. Uma espécie de escola de civismo era o Integralismo em Limoeiro, visando à formação político-social dos seus integrantes.

Somente tempos depois, o grupo *camisa-verde* limoeirense filiou-se ao da Capital, em cuja chefia encontravam-se Jeová Mota e o Padre Hélder Câmara. Franklin participou dessa organização política até 1937, quando Getúlio Vargas fechou o Movimento Integralista Brasileiro.

Vale salientar que a Ação Integralista instalou naquela Cidade a primeira Escola de Alfabetização de Adultos.

Em 1932, veio a Grande Seca e com ela os efeitos negativos que incidiram sobre o comércio em geral. A firma *J. Chaves & Irmão* resolveu então deslocar-se até a *rodagem* para fornecer gêneros aos operários no trecho em construção da BR-13, hoje BR-116, no sopé da Serra do Pereiro.

Ao iniciar-se o inverno de 1933, todavia, os demais fornecedores abandonaram as frentes de serviços e só os irmãos Chaves permaneceram, tendo que suportar a árdua tarefa e a responsabilidade de abastecer dos mais diversos víveres, através de 9 (nove) armazéns, a aproximadamente 11.000 homens.

Como parte integrante da sociedade limoeirense, Franklin participou de todos os movimentos sociais, políticos e religiosos da época:

- instrumentista (1°. clarinete) da Banda do Município, sob a regência do maestro Odílio Silva;
- confrade vicentino, Presidente da Conferência e, por fim, Presidente do Conselho Diocesano da Sociedade de São Vicente de Paulo;
- do Círculo Operário Católico;
- do Conselho Florestal Municipal de Limoeiro;
- do Conselho Estadual de Geografia, tendo elaborado o primeiro mapa geográfico do Município;
- da Comissão Central Pró-Bispado de Limoeiro;
- da Associação Cultural de Limoeiro.

Foi o fundador:

- da Associação dos Amigos de Limoeiro, entidade comercial, da qual foi Presidente;
- do Núcleo da Ação Integralista Brasileira, da qual era o Chefe;
- da Sociedade Pró-Educação Rural de Limoeiro, entidade que construiu o prédio da Escola Normal Rural, tendo por vários anos ajudado na sua manutenção;
- da Sociedade Mantenedora da Santa Casa de Limoeiro do Norte;
- da Cooperativa de Crédito Agrícola de Limoeiro do Norte.

Vereador à Câmara Municipal de Limoeiro de 17/06/1936 a 10/11/1937, da qual foi Presidente e, interinamente, Prefeito Municipal, quando ocorreu o Golpe de Estado; foi de sua iniciativa o projeto do primeiro Código de Posturas do Município.

Em 1938, a empresa J. Chaves & Irmão, já detentora de sólida credibilidade na praça de Limoeiro em virtude de sua tradicional organização comercial denominada Casa Chaves (tecidos, miudezas, ferragens, calçados), resolveu ampliar as suas atividades abrindo uma indústria de beneficiamento de algodão e passando também a comerciar com cera de carnaúba. Tal expansão contou com o apoio financeiro do Sr. Felipe de Santiago e Lima – homem de cabedal, ex-prefeito do Município e que tornar-se-ia sogro do conhecido jornalista, advogado e senador capixaba João Calmon.

No mesmo ano, através da firma Chaves & Santiago, os intimoratos irmãos Chaves montaram, também em Limoeiro, a primeira indústria de extração do óleo da oiticica do interior do Estado, a Fábrica Jaguaribana. Quando esta fábrica encontrava-se em sua plena capacidade de produção, sofreu um incêndio de grandes proporções e, como a mesma não estava segurada, o prejuízo foi imenso.

Em seguida, houve a recessão do comércio do óleo de oiticica e maiores ainda foram as dificuldades. Com a aproximação da Segunda Guerra Mundial, entretanto, surgiu novo interesse pela oiticica e a firma recuperou-se financeiramente para, não muito tempo depois, a fábrica ter de encerrar a sua produção em decorrência do torpedeamento de navios nas costas do Brasil, fato que inviabilizou a exportação do óleo da conhecida e nativa *rosácea*.

Em 1942, devido a uma greve de fornecedores na construção da estrada que liga Tianguá no Ceará a Piripiri no Piauí e, em face do convite do Diretor do DNOCS, engenheiro Pereira de Miranda, a firma passou a fornecer alimentos aos operários no Planalto da Ibiapaba. Em seguida, venceu a concorrência para revestir o trecho da estrada já construído.

O totalitarismo nazi-fascista em 1942 dominava o cenário mundial. O clima era de expectativa e pavor entre as nações. O espetáculo sangrento, sem símile na história, dividia o mundo: de um lado os defensores da Democracia e do outro os do Totalitarismo.

A firma J. Chaves & Irmão, ao mesmo tempo em que revestia trechos de uma estrada na Serra da Ibiapaba, dedicava-se também à agropecuária, instalando no município de Pacajus, na Fazenda Campestre, com recursos próprios, o maior projeto, naquela época, para a cultura racional da carnaúba, desenvolvendo também a criação de gado bovino.

Foi uma atividade pioneira, quando não havia qualquer incentivo por parte do governo e a opinião pública não estava preparada para o desenvolvimento. A área desmatada para o plantio das carnaubeiras era mais ou menos de 800 hectares e, pela sua grandiosidade para aquele tempo, despertou extraordinário interesse e curiosidade.

Os adversários políticos não tardaram em vislumbrar, naquela plantação, um campo que iria servir de pouso para aviões alemães, os temidos *junkers* da Luftwaffe. Levantaram também a suspeita de que um campo de tais proporções deveria ter sido custeado com dinheiro estrangeiro. E não demorou que esses boatos, das conversas dos cafés e de grupos da Praça do Ferreira, passassem às páginas dos jornais. A fim de evitar maiores constrangimentos, os irmãos Chaves mandaram colocar estacas espalhadas por toda a área cultivada. O passado *integralista* e a participação de ambos na LEC (Liga Eleitoral Católica) podem ter alimentado os maldosos rumores. Finalmente, tudo passou, e as carnaubeiras ainda vicejam, altivas, em terras da Fazenda Campestre, agora sob o domínio de seus herdeiros.

Franklin, atendendo a um apelo do seu pai, em 1946, concordou que o Diretório Municipal do Partido Social Democrático (PSD) de Limoeiro do Norte indicasse ao Presidente do partido no Ceará, Dr. Francisco de Menezes Pimentel, a inclusão do seu nome como candidato a deputado estadual.

Eleito Deputado à Assembléia Constituinte do Ceará, recebeu o diploma e assinou o termo de posse em 25/01/1947. Como Constituinte, fez incorporar à Constituição Estadual várias emendas de sua autoria. Posteriormente, foi reeleito Deputado Estadual para mais 6 (seis) legislaturas consecutivas: 1951, 1955, 1959, 1963, 1967 e 1971, sempre com votação expressiva, pleito a pleito.

Por oportuno, vale ressaltar que Franklin Chaves não foi o único membro de sua família a tomar assento no Parlamento Estadual pois, antes dele, foram deputados o seu avô-paterno Cel. Serafim Tolentino Freire Chaves (casado com sua avó D. Maria Joana Freire Chaves) e o seu tio Dr. Leonel Serafim Freire Chaves.

Dentre os inúmeros parentes, amigos, correligionários e líderes políticos da região jaguaribana que sempre o apoiaram, reconhecia e proclamava o deputado Franklin Chaves, a imprescindível e valiosa ajuda que sempre lhe prestou sua irmã Judite Chaves Saraiva, que

exercia grande liderança política, especialmente em Limoeiro do Norte, contribuindo com a sua dedicada assistência ao eleitorado, juntamente com o seu marido Custódio Saraiva de Menezes, para as decisivas votações obtidas por ele nas eleições para a Assembléia Legislativa Estadual. Sobre D. Judite, expressão ímpar de matriarca, educadora e líder política, é indispensável a leitura de *Judite – Centenário de Nascimento (1906 – 2006)*, miscelânea organizada pelas professoras Maria das Dores Vidal Freitas e Maria Lenira de Oliveira, publicada em Fortaleza, pela Premius Editora, em 2006, com 220 p., ilustrada.

A sua atuação na Assembléia foi pautada pela competência, probidade, coerência e assiduidade. Atuante, combativo e determinado, enfrentou adversários políticos, em alguns deles reconhecendo o talento e a coragem; não consta tenha feito inimigos ou desafetos.

Formado pela escola do trabalho e, mercê da sua larga proficiência político-administrativa, muitos o tratavam por Doutor. Autodidata, muito leu e se aprofundou nos assuntos de sua inclinação.

Sobre a conduta política de Franklin Chaves, assim declarou em carta-testemunho o Dr. Edival de Melo Távora: "Guardo as melhores recordações de Franklin Chaves. Colega como Deputado Estadual, em três legislaturas, o parlamentar, constituinte de 1947, exerceu suas atividades com tirocínio, eficiência e amor à causa pública. Sem possuir curso superior, revelava nos discursos inteligência, bom senso e valor nas frases corretas e acertadas sobre o assunto tratado. Causava prazer aos ouvintes qualquer pronunciamento do líder jaguaribano e parece que alguns Deputados, formados em direito ou medicina, reconheciam não possuir condições intelectuais iguais ao Orador. [...] Exerceu os cargos de Presidente da Assembléia Legislativa e de Governador do Ceará com a maior dignidade, sem orgulho e sem vaidade. O trabalho era a meta delineada no seu dia-a-dia."

Vivendo desde os primeiros anos em meio a dificuldades e penetrando a fundo nos problemas e dramas do sertão, sempre levando à tribuna do Legislativo o debate de temas econômicos, principalmente aqueles ligados à agricultura e à pecuária de seu Estado.

Participou de todas as Comissões Permanentes da Assembléia, sendo, nas sete legislaturas a que se elegeu, membro da Comissão de Finanças e Orçamento e, por várias vezes, seu relator.

Foi designado para compor um sem – número de Comissões Temporárias e Especiais, convindo destacar a que representou a Assembléia do Ceará na grande Comissão das Assembléias do Nordeste a qual, na Seca de 1958, defendeu os interesses dos pecuaristas.

O deputado Franklin Chaves foi eleito Presidente dessa importante Comissão que conseguiu, junto aos altos poderes da República, a aprovação de legislação federal grandemente favorável aos produtores rurais.

Como membro da Comissão de Negócios Municipais e Divisão Territorial, foi escolhido para Presidente da Comissão Especial que elaborou o projeto da divisão territorial do Estado e a criação de novos municípios, em 1951.

Chefiou várias delegações da Assembléia no Estado e fora dele (Rio de Janeiro, São Paulo, Amazonas, Pará e Maranhão). Ressalte-se que o deputado Franklin Chaves, fazendo-se acompanhar de sua esposa D. Consuêlo, foi o representante oficial do Parlamento Estadual nas festividades comemorativas da inauguração de Brasília, em abril de 1960.

Fato que merece realce na atividade parlamentar do deputado Franklin Chaves foi a sua eleição pela Assembléia para integrar, como seu representante, o Conselho de Economia do Estado, do qual foi seu Presidente. Nesta qualidade representou por várias vezes o governador Virgílio Távora junto à SUDENE. No período de sua presidência, o Conselho, entre tantas atividades importantes, procedeu ao estudo sobre a carnaúba, de grande repercussão para a economia do Estado.

Promoveu (juntamente com outros parlamentares) e presidiu, sob a chancela da Comissão de Valorização do Vale do Jaguaribe, a realização de dois importantes seminários, quais sejam: o *Seminário de Orós* e o do *Banabuiú*, em agosto e setembro de 1959, respectivamente. Os resultados de tais encontros foram encaminhados à Presidência da República através do Ministério da Aviação e Obras Públicas.

Surpreende, pela sua enorme atualidade, o temário (eletrificação, irrigação, educação, saúde, pecuária, riquezas minerais e crédito) debatido no Conselho de Economia do Estado do Ceará, naquele período.

Sendo escolhido Presidente do Grupo Especial da Carnaúba, constituído pelo Governo do Estado, teve a oportunidade de prestar – a convite da Câmara Federal – longo, minudente e elogiado depoimento na CPI "destinada a apurar as causas da deterioração dos preços da cera de carnaúba nos mercados exteriores e outras irregularidades". Tal

sessão, realizada em 14/04/1970, teve como Presidente o deputado Milton Brandão e como Relator o deputado Ernesto Gurgel Valente.

Não pode ser olvidado o seu decisivo apoio, na segunda metade da década de 1950, à emancipação política dos atuais municípios de Alto Santo, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

Além de suas atividades parlamentares, o deputado Franklin Chaves foi membro do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultural do Ceará (SUDEC) e do Conselho Diretor da Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC).

Fundou, juntamente com correligionários *pessedistas*, e superintendeu a *Rádio Dragão do Mar* de Fortaleza, criada através da sociedade comercial *Rádio e Jornais do Ceará S.A*. A nova emissora revolucionou a Radiofonia Cearense, não só pela potência e modernidade de seus equipamentos, como também pelo talento e entusiasmo de sua jovem equipe de radialistas e técnicos. Entrando no ar pela vez primeira em 25 de março de 1958, promoveu memoráveis mobilizações pelo engrandecimento do Ceará. Decisiva a colaboração da *Dragão do Mar* para a eleição do governador Parsifal Barroso (1959 – 1963). No segundo semestre de 1961, o deputado Franklin Chaves passou o comando da Emissora ao empresário Moysés Santiago Pimentel.

Com a Revolução de 1964, foram extintos os partidos políticos conforme decreto do presidente Humberto de Alencar Castello Branco.

Quando da edição do Ato Institucional n.º 2, em 27 de outubro de 1965, implantou-se no Brasil o *bipartidarismo,* surgindo o partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tendo o deputado Franklin Chaves optado por seu ingresso no primeiro.

Foi eleito, logo em seguida, primeiro Secretário-Geral da ARENA, cuja Diretoria Regional estava incumbida da implantação de um partido com novo perfil: arejado, renovado, com nítidos princípios ideológicos e sintonizado com o momento nacional.

Exerceu ação político-partidária das mais destacadas, a qual, seguramente, o guindou à posição de destaque que ocupou nos quadros políticos do Ceará.

Como membro do Rotary Club de Fortaleza, na classificação de *Agricultura de Carnaúba – Plantio*, atuou com destaque em vários cometimentos sociais.

O deputado Franklin Chaves, depois de 19 anos de trabalhos consecutivos, foi eleito Presidente da Assembléia Legislativa do Ceará para o período de 13/03/1966 a 13/03/1967.

Os membros que compunham a nova Mesa Diretora foram escolhidos pela ARENA, depois de examinada a conduta parlamentar de cada um. Às neo-organizações partidárias cabia a grande responsabilidade pela construção de nova mentalidade política que iria orientar a vida pública brasileira.

Na qualidade de Presidente da Assembléia Legislativa, o deputado Franklin Chaves assumiu o governo do Estado no período de 12/08/1966 a 12/09/1966, em razão da renúncia do Governador Virgílio Távora e do vice-governador Figueiredo Correia que desejavam concorrer à eleição de outros cargos eletivos.

O governador Franklin Chaves afirmou em determinado trecho do seu discurso de posse: "A transitoriedade de minha passagem pelo governo não me estimula nem autoriza veleidades de pretender, a curto prazo, resolver grandes problemas. Mas não me invalida o propósito de ser um traço-de-união entre o governo anterior [Virgílio Távora] e o futuro [Plácido Aderaldo Castelo], como fator de aproximação e identificação de dois estilos administrativos. Pretendo, assim, que o meu governo, como um veículo das legítimas aspirações populares – pois não abdico das minhas prerrogativas de representante do povo – exercite a função de rampa de lançamento do Ceará para os novos vôos em direção ao progresso e ao bem-estar social".

O novo Governador manteve alguns Secretários do governo anterior e nomeou outros auxiliares do mais alto gabarito para compor a sua equipe administrativa, a saber: Moacir Aguiar – Secretaria de Administração; José Lins de Albuquerque – Planejamento; Assis Bezerra – Fazenda; Almir Pinto – Saúde; Raimundo Girão – Educação; Magdaleno Girão Barroso – Trabalho e Promoção Social; Mário Ramos – Polícia e Segurança Pública; Manuel Negreiros Bessa – Agricultura, Indústria e Comércio; Stênio Dantas – Interior e Justiça; José Dulcídio Lucena – Casa Civil; Romeu Praciano de Sousa – Casa Militar; Nertan Macêdo – Serviço de Imprensa e Relações Públicas; Manuel Ferreira Filho – Departamento do Serviço Público; Amaury de Castro e Silva – SEAGEC; Gouveia Neto – DAER; Antônio Ferreira Antero – Viação, Obras, Minas e Energia; José Chaves da Cunha – Diretoria do Tesouro

Estadual; Ethevaldo Guimarães – Companhia de Desenvolvimento do Ceará; Weimar da Silva Thé – Procuradoria Geral do Estado; Archias Pereira – Ajudante-de-Ordens.

Eis os principais atos e fatos que caracterizaram seu período governamental:

• priorizou investimentos nas áreas da segurança pública, na construção de escolas de ensino fundamental, eletrificação, telefonia e construção de estradas vicinais, notadamente nas regiões do Baixo e Médio Jaguaribe;

• compareceu à posse do Comandante do IV Exército General Rafael de Sousa Aguiar, em Recife;

• determinou a ampliação da torre de retransmissão da TV Ceará-Canal 2 , localizada no Pico Alto, na Serra de Baturité; emissora pertencente ao grupo de comunicação de Assis Chateaubriand e a única do Estado, ao seu tempo, para que as suas transmissões chegassem a todas as cidades do Vale Jaguaribano;

• presidiu – escolhido por seus pares e no então Território de Fernando de Noronha – a reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, conseguindo daquela Superintendência a liberação de significativos incentivos ao seu Estado;

• compareceu, a convite do Governador de São Paulo Laudo Natel, à reunião especial da agroindústria algodoeira daquele Estado, participando, no mesmo período e também na Paulicéia, do Simpósio do Nordeste, evento patrocinado pelo jornal *Folha de S. Paulo* com o apoio do Ministério dos Organismos Regionais; nesta ocasião concedeu entrevistas aos maiores diários locais, com significativa repercussão, defendendo o Movimento Revolucionário de 64;

• viajou a Salvador para a instalação do Seminário sobre Bancos de Fomento Regionais, dentro do Plano de Integração Nacional;

• implantou em vários municípios cearenses, através da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, as chamadas Residências Agrícolas, que funcionavam como núcleos de orientação técnica e creditícia aos produtores agropecuários;

• destinou recursos à Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza e ao Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula (Asilo de Parangaba);

• extinguiu, de uma só penada, 1.490 cargos vagos da folha de pagamento denominada Tabela de Extranumerários do Executivo;

• nomeou, a partir de lista tríplice, o desembargador Antônio Banhos Neto para o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

• determinou, sob protestos, que os Promotores de Justiça à disposição de outros órgãos do Estado retomassem suas funções judicantes nas respectivas comarcas;

• mandou abrir inquéritos administrativos, assim como exigiu a conclusão de outros que dormitavam nas gavetas da burocracia e dos interesses escusos.

O governador Franklin Chaves teve destacada atuação e realmente seu governo deu muito assunto aos jornais. Aliás, um matutino da Capital abriu matéria com a seguinte manchete: "Governo de Franklin: 30 dias que abalaram o Ceará".

Testemunha direta do breve e operoso período governamental de Franklin Chaves, assim escreveu o historiador Raimundo Girão, em sua acatada *Pequena História do Ceará* (4. ed, 1984, p. 211): "Entre os períodos Virgílio Távora e [Plácido] Aderaldo Castelo e por imperativo legal, esteve no Governo do Estado, de 12 de agosto a 12 de setembro, o deputado Franklin Gondim Chaves, Presidente da Assembléia Legislativa, o qual não se limitou à posição de simples ocupante transitório de um cargo, antes muitas atividades desenvolveu para que o seu substituto encontrasse o mais bem arrumada possível a máquina da administração estadual".

Na área da educação, a atuação de Franklin Chaves sempre foi marcante. Por ocasião das comemorações, em Limoeiro do Norte, do Jubileu de Prata do Episcopado de Dom Aureliano Matos, o Senhor Bispo solicitou ao Governador Virgílio Távora a criação da Faculdade de Filosofia para aquela cidade.

Quando a Mensagem foi enviada à Assembléia Legislativa, coube ao deputado Franklin Chaves envidar todo empenho junto aos seus pares, para a sua aprovação. A Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte, a pioneira da região, foi criada pela Lei n°. 8.557, de 16/08/1966.

É imperioso dever de justiça assinalar-se, neste momento, a figura do cônego Misael Alves de Sousa, admirável educador e grande entusiasta e batalhador incansável em prol da criação da Faculdade. Não por acaso e com grande visão administrativo-pedagógica, comandou o preclaro Religioso a primeira diretoria da mesma.

O governador Plácido Castelo, cultuando a memória de Dom Aureliano Matos, quis render-lhe uma homenagem e deu a essa Faculdade a denominação de Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos.

Pelo Parecer n°. 425 do Conselho Estadual de Educação, foi autorizado seu funcionamento a partir de agosto de 1968, com os cursos de Pedagogia, Letras, Geografia e História. Atualmente a FAFIDAM, incorporada à Universidade Estadual do Ceará, oferece ainda graduação em Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química.

Tornou-se uma realidade esplendorosa a aspiração que tinham os limoeirenses de ver sua juventude plena de entusiasmo e ideal, subindo intelectualmente, crescendo socialmente, fazendo jus cada vez mais à sua condição de cidade-líder da região, tão bem cognominada de *Princesa do Jaguaribe*.

Em virtude de sua profícua atuação parlamentar, eis as comendas recebidas pelo deputado Franklin Chaves:

- Medalha Comemorativa do Centenário de Clóvis Beviláqua, conferida pelo Ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado, em 04/10/1959;
- Medalha do Mérito Parlamentar, em comemoração aos 25 (vinte e cinco) anos de mandato parlamentar ininterrupto, concedida pela Assembléia Legislativa do Ceará, em 16/09/1972;
- Medalha Comemorativa do VI Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas, conferida pela União Parlamentar Interestadual em 24/09/1972 e o Diploma de Grande Mérito Parlamentar, na mesma data;
- Medalha da Abolição outorgada pelo Governador César Cals, conforme Decreto n°. 9.849, de 14/06/1972, por serviços de notória relevância prestados ao Estado, entregue em 26/09/1972;
- Medalha Dom Aureliano Matos, concedida pela Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, em 30/08/1986;
- Comenda Maia Alarcon, concedida pela Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte, em 08/06/1988.

As Câmaras de cinco municípios cearenses concederam ao deputado Franklin Chaves o título de cidadania:

- Cidadão de Iracema, em 28/09/1968;
- Cidadão de Limoeiro do Norte, em 18/04/1972;
- Cidadão de Tabuleiro do Norte, em 23/03/1974;
- Cidadão de Pacajus, em 22/05/1982;

• Cidadão de Chorozinho, em 07/09/1989.

Convidado pelo governador César Cals para compor o Conselho de Contas dos Municípios, o deputado Franklin Chaves renunciou ao mandato de parlamentar em 17/11/1972 e afastou-se das lides partidárias, uma vez que o Conselho é um órgão de julgamento das contas dos Prefeitos.

Permaneceu no Conselho quase dois anos, durante os quais pôde contribuir para a reforma interna do Órgão e realizou várias viagens pelo interior do Estado inspecionando Prefeituras e fazendo auditorias.

Por fim, aposentou-se no cargo de Conselheiro, em 03/09/1974, recolhendo-se à vida privada.

Homem de bonita compleição física, voz e gestual serenos, a todos agradava pela postura firme, mas educada e lhana. Apesar das funções de destaque que desempenhou, em momento algum se deixou contaminar pela jactância e a presunção. Ao retirar-se da vida pública dedicou-se a convivência familiar e a de alguns amigos leais, a administrar – já agora em território do Município de Chorozinho – a sua Fazenda Campestre (produtora de farinha de mandioca, cera de carnaúba, castanha de caju, leite e derivados) e a estudar o Vernáculo. Católico praticante desde sempre, muito se aprofundou nos assuntos ligados à doutrina da Igreja de Roma. Movido por sua fé – grandemente fortalecida pelos estudos bíblicos – empreendeu, já septuagenário, duas romarias à Basílica de São Francisco, em Canindé, e uma terceira ao Santuário do Menino Jesus de Praga, em Chorozinho. Nas três peregrinações, conhecidas como Romarias Dom Joaquim, Franklin contou com a companhia e apoio de seu neto, Marcílio Estácio Chaves.

Mesmo nos seus últimos três anos de vida, já combalido do insidioso mal que o levaria definitivamente, Franklin Chaves – sempre afável, prestimoso e dotado de boa memória – jamais dificultou receber em sua residência, responder ao telefone ou por via epistolar, àqueles que o procuravam para entrevistas ou pesquisas sobre a História Político-Econômica do Ceará, notadamente os temas ligados à Zona Jaguaribana e a evolução histórico-administrativa de Limoeiro do Norte.

"Um jaguaribano de Parangaba", assim o definiu o jornalista e escritor Dário Macêdo, na longa e minuciosa reportagem-entrevista publicada em *Tribuna do Ceará*, edições de 15 de janeiro, 5 e 12 de fevereiro de 1972; tamanha a identificação do nome de Franklin Gondim

Chaves com a Região cortada pelo rio tão belamente decantado por Demócrito Rocha.

3 A família

No dia 3 de janeiro de 1928, às 17 horas, na própria residência do casal, na cidade de Limoeiro - Ceará, tendo como celebrante o vigário da Paróquia Pe. Vital Gurgel Guedes, uniram-se em matrimônio Franklin Gondim Chaves (19 anos) e a jovem moradanovense Maria Consuêlo Nogueira Maia (17 anos), nascida em 3 de abril de 1910, filha do farmacêutico-prático Sr. José Monteiro Maia e de D. Maria Nogueira Maia.

Foi o encontro de duas pessoas que se amavam e que se encontraram para a grande aventura da vida, vida a dois que se tornou uma só.

Não foi um ponto de chegada, mas um encontro para uma partida, uma caminhada para o mistério profundo do amor que uniu para multiplicar e que se multiplicou para unir.

No dia 03/01/1953, às 20 horas, foram comemoradas as *Bodas de Prata* de Consuêlo e Franklin com uma recepção na residência do casal na Avenida Dom Manuel, 392, em Fortaleza, que contou com a presença de políticos, amigos, parentes e familiares.

Em comemoração às *Bodas de Ouro* de Consuêlo e Franklin, a 03/01/1978, foi celebrada uma missa no Santuário Nossa Senhora do Líbano, à qual compareceram políticos, amigos, parentes e familiares que juntos foram agradecer a Deus as graças recebidas pelo casal nos 50 anos de união matrimonial. No salão paroquial, após a cerimônia religiosa, a família, com muita emoção e alegria, recepcionou os convidados que expressavam o calor da amizade, enaltecendo tão significativo evento.

No dia 03/01/1988, em clima de festa, os familiares e amigos novamente se reuniram, desta vez na Paróquia Nossa Senhora da Paz para a Celebração Eucarística das *Bodas de Diamante* (60 anos) de Consuêlo e Franklin. Os convidados foram recepcionados no salão paroquial. Durante a festa, era grande a alegria de todos em volta do casal que se emocionou com tanta demonstração de carinho e amizade.

Em 1992, pela última vez, foram comemorados os 64 anos de casamento de Consuêlo e Franklin com uma festa na residência do casal,

situada na Avenida Antônio Sales, 1340. Quanto tempo decorrido! Nesta longa caminhada, com a graça de Deus, todos os obstáculos foram superados, e juntos souberam eles construir a própria felicidade.

São seus descendentes os *Maia Chaves:*

• FILHOS

José Péricles (médico cirurgião e professor da Universidade Federal do Ceará), *José Eurípedes* (médico veterinário e servidor estadual aposentado), *Stênio Franklin* (securitário aposentado), *Eunides Maria* (socióloga e servidora aposentada da União), *Perípedes Franklin* (advogado, professor e ex-reitor da Universidade Estadual do Ceará), *Luiz Lineudy* (servidor estadual aposentado), *Cauby* (cirurgião dentista e radialista) e *Guaracy* (médico oftalmologista).

• NETOS

Sílvia Cristina (servidora pública estadual), Leila (comerciante), Péricles Jr. (advogado e servidor da Justiça do Trabalho), Liana (geóloga e servidora da Prefeitura Municipal de Fortaleza), José Eurípedes Jr. (médico pediatra, advogado e escritor), Franklin Neto (comerciante), Cláudio (agropecuarista), Marcelo (cirurgião dentista e servidor do Tribunal de Justiça do Ceará), Cláudia Maria (administradora de empresas), Louiseane (administradora financeira), Franklin José (geólogo, engenheiro civil e professor da Universidade de Fortaleza), Edílson Jr. (bacharel em Direito e servidor público estadual), Maurício (bacharel em Direito e servidor público estadual), Marcílio (advogado e servidor público estadual), Eunides Maria (administradora de empresas, assistente social e servidora da União), José Péricles (advogado), Cauby Jr. (cirurgião dentista e professor da Universidade Federal do Ceará), Ana Virgínia (turismóloga), Rodrigo (engenheiro civil), Alexandre (cirurgião dentista), Victor Luiz (estudante), Leda Maria (cirurgiã dentista), Adriano (médico oftalmologista) e Milene (licenciada em Letras e psicóloga).

• BISNETOS

Felipe, Juliana, Renan, Ana Luize, Celiza, Cecília, Júlio, Arthur Franklin, Karina, Rafaela Maria, Renata Maria, Rafael, Edilson, Larissa, Júlia, Rachel, Thiago, José Péricles, Luiz Emanuel, Igor, Ingrid, Louise e Guilherme.

• TRINETOS

David, João Victor e Guilherme.

No dia 5 de dezembro de 1992, em Fortaleza e aos 84 anos, faleceu Franklin Gondim Chaves: "Combati o bom combate, encerrei a minha carreira, guardei a fé. De resto me está reservada a coroa da justiça" (2 *Tm* 4, 7-8). Menos de um ano depois, em 28 de outubro de 1993, D. Maria Consuêlo Maia Chaves foi juntar-se ao esposo na *Eterna Morada*: "É feliz quem ao céu já foi chamado: sua vida está nas mãos do Pai".

No ano de 1997, em 30 de agosto, por ocasião das comemorações oficiais do Centenário da Cidade de Limoeiro do Norte, Franklin Gondim Chaves recebeu, *in memoriam*, a Comenda do Centenário, distinguido como uma das cem personalidades que mais contribuíram, em todos os tempos, para a construção e o engrandecimento da História do Município.

Posteriormente, em 23/05/2003, a Prefeitura de Pacajus, por iniciativa do então Secretário de Saúde, Dr. Marcelo Girão Chaves, em justa homenagem a quem tanto fez por aquela Comuna, denominou a Ala A (setor administrativo e auditório) do Hospital Municipal José Maria Philomeno Gomes de "Ala Deputado Franklin Gondim Chaves".

Ex-vi da Lei n.^{0} 8.837, de 12 de maio de 2004, publicada no *Diário Oficial do Município* do dia seguinte, sancionada pelo então Prefeito de Fortaleza, Dr. Juraci Vieira de Magalhães, deu-se a uma das artérias da Capital a denominação de *Rua Deputado Franklin Chaves*.

Fortaleza, fevereiro de 2008.

ATAS DAS SESSÕES

Sessões realizadas no Instituto do Ceará - 2013

Sessão do dia 5 de fevereiro de 2013

Aos cinco dias de fevereiro de 2013 às 14h30min, em primeira chamada, e às 15h, em segunda chamada, no Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico, foi iniciada a sessão eleitoral para preenchimento das vagas de três sócios efetivos, abertas em 3 de dezembro de 2012. Dando continuidade, o Presidente abriu os trabalhos de votação convocando para secretariar a Mesa a 2ª Secretária Maria Clélia Lustosa Costa e para escrutinadores os sócios efetivos Francisco Ésio de Sousa e Pedro Alberto de Oliveira Silva. Foi feita a chamada de acordo com a lista de presença para votação, sendo contabilizados 24 (vinte e quatro) votantes presenciais e 5 (cinco) votantes não presenciais (votos por correspondência), totalizando 29 (vinte e nove) votantes. Após encerrada a votação, foi dado início a apuração. Considerando o número de votos presenciais (24 votos) e os votos não presenciais (5 votos), observou-se a seguinte apuração: Affonso Taboza Pereira, 15 (quinze) votos; Eustógio Wanderley Correia Dantas, 12 (doze) votos; Francisco Adegildo Férrer, 13 (treze) votos; Juarez Fernandes Leitão, 17 (dezessete) votos; Lúcio Gonçalo de Alcântara, 22 (vinte e dois) votos e Marcelo Gurgel Carlos da Silva, 8 (oito) votos. Pela soma total de votos, foram considerados eleitos em 1º lugar, Lúcio Gonçalo de Alcântara; em 2º lugar, Juarez Fernandes Leitão, e em 3º lugar, Affonso Taboza Pereira. Após conhecido o resultado o Presidente deliberou que fosse encaminhada carta informando o resultado aos eleitos, para que confirmassem ou não a aceitação da sua eleição. Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Maria Clélia Lustosa Costa, 2ª Secretária, Valdelice Carneiro Girão, Secretária Geral e pelo Presidente José Augusto Bezerra, estando anexada a lista dos sócios efetivos presentes.

Sessão do dia 20 de fevereiro de 2013

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no dia 20 de fevereiro de 2013 em sua sede social para uma sessão ordinária. Compareceram: José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Pedro

Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, Ednilo Soárez, José Liberal de Castro, Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho e Francisco Ésio de Sousa. O Presidente do Instituto do Ceará abriu a reunião, informando que o COEPA - Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural está solicitando a indicação de novos representantes do Instituto do Ceará para o Conselho. O Presidente informou que em razão de haver dificuldades para indicação de novos conselheiros agora, em razão do pouco número de sócios, essa solicitação só poderá ser atendida após a nova eleição de sócios. Continuando, a presidência submeteu ao plenário a seguinte agenda de trabalho para os próximos noventa dias: Posse dos três novos sócios eleitos: dia 08/03/2013; Eleição dos cinco novos sócios: dia 20/03/2013; Posse dos cinco novos sócios eleitos: dia 23/04/2013; Eleição da nova Diretoria: dia 06/05/2013; Posse da nova diretoria: dia 20/05/2013. A Agenda, após algumas perguntas, foi aprovada sem restrições, por unanimidade. O sócio Ednilo Soárez mencionou a necessidade de o Presidente José Augusto Bezerra ficar mais noventa dias para concluir esse processo de entrada dos novos sócios, pois não há condições de compor uma chapa atual com o número de sócios do momento e se deveria aproveitar alguns dos novos sócios eleitos para a nova Diretoria, sendo a proposta aceita por unanimidade. O Presidente José Augusto Bezerra disse que todos sabem que é um esforço adicional muito grande, em razão de ter o compromisso atual da Presidência da Academia Cearense de Letras, mas que aceitará para poder entregar o Instituto do Ceará com o número de sócios completo e uma nova diretoria completa. O sócio Nirez falou da satisfação de ter o Presidente atual, José Augusto Bezerra, no comando, que tem feito uma grande presidência. O sócio Ednilo Soárez mencionou o nome de dez candidatos, quase todos já inscritos, que deverão concorrer às novas cinco vagas abertas. Alguns sócios consideraram esta quantidade de pessoas interessadas, todas com grande competência e relevância, uma demonstração de vitalidade do Instituto. Nada mais havendo a considerar o Presidente deu por encerrada a reunião e eu, Paulo Ayrton Araújo, secretário ad hoc, lavrei a presente ata.

Sessão do dia 8 de março de 2013

Aos oito dias do mês de março de 2013 o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) reuniu-se em sua sede social onde o cerimonialista Vicente Alencar (sócio benemérito) anunciou que o Instituto do Ceará, entidade cultural mais antiga do Estado, abriu sua sede, recebendo destacadas

personalidades em seu seleto auditório para empossar os recém-eleitos para integrarem o sodalício presidido pelo Dr. José Augusto Bezerra. Os trabalhos foram dirigidos com a Mesa da solenidade composta pelas autoridades: o Dr. Renê Barreira (representante do Governador), Dr. Fernando Ximenes (Tribunal de Justiça), Dep. Federal Mauro Benevides, Gen. Limaverde (representante das Forças Armadas), Dr. Roberto Macedo (FIEC) e a Sócia Efetiva Dra. Zélia Camurça, representante de todas as mulheres, hoje 08 de março, dia internacional da mulher. Formada a Mesa, declinou nomes de outras personalidades, a saber: Osmar Diógenes, Cid Carvalho, Antônio Albuquerque, Ari Araripe Gadelha, Roberto Ribeiro, José Luis Lira, Eduardo Fontes, Cibele Pontes, Luis Marques, Cel. João Xavier Holanda, Pedro Gomes de Matos, Marcelo Gurgel, Pe. Eloi Romualdo, entre outras. O presidente José Augusto agradeceu as presenças das autoridades e dos confrades, citando o nome do consócio Osvaldo Evandro Carneiro Martins, decano do Instituto, 93 anos, da seleta plateia feminina no dia das mulheres e disse que a solenidade marcará a posse dos novos eleitos, a saber: Dr. Lúcio Alcântara, Prof. Juarez Leitão e o Cel. Affonso Taboza e como tradição indicou os sócios Gisafran Jucá, Nirez e Paulo Elpídio de Menezes Neto para introduzirem no auditório os eleitos, um de cada vez, que pela ordem foram aplaudidos de pé pelos presentes: Lúcio Alcântara, Juarez Leitão e Affonso Taboza. O presidente falou que no Instituto não tem substituto, mas sucessor; Lúcio Alcântara sucede o saudoso Dr. Vinicius Barros Leal; Juarez Leitão sucede Abelardo Montenegro e Affonso Taboza sucede José Cláudio de Oliveira e acrescentou que cada novo sócio efetivo tinha 20 minutos para seus discursos. O presidente solicitou que o Dr. Lúcio Alcântara fizesse o juramento da posse (aplaudido) e depois fez a entrega do diploma de sócio efetivo, pedindo que a Sra. Beatriz Alcântara colocasse a medalha Barão de Studart no seu esposo. Ato contínuo chamou Juarez Leitão que após o juramento fez a entrega do diploma de sócio efetivo e a Sra. Ana Leitão colocou a medalha Barão de Studart no esposo. Por fim convidou o Cel. Affonso Taboza para ler o juramento e após entregar o diploma de sócio efetivo do Instituto, a Sra. Mariana Pereira colocou a medalha no esposo (mais aplausos dos presentes). O presidente indicou o sócio Ednilo Soárez para saudar os novos integrantes da casa do Barão de Studart. O Dr. Ednilo saudou o presidente e os componentes da Mesa, dirigiu-se aos confrades e presentes e iniciou sua fala dizendo da noite memorável para o Instituto além da comemoração ao dia internacional da mulher, continuou sua oração declinando o nome de cada novo sócio, destacando seus currículos, suas atividades sócio-culturais com ênfase e maestria, sendo aplaudido por todos. Em seguida o presidente anunciou que o Prof. Juarez Leitão ia discursar em nome dos empossados, agradecendo aos integrantes da instituição centenária seus ingressos e com

voz possante discorreu a respeito de seus colegas eleitos e de suas produções culturais. Todos, portanto, sentiram-se honrados em pertencer a tão importante entidade cultural, elogiando todos os seus antecessores valendo uma salva de palmas. O presidente antes de encerrar a solenidade disse de sua satisfação, esperando que os novos sócios continuem enriquecendo a cultura cearense com seus trabalhos, suas pesquisas e agradecendo a presença de todos deu por encerrada a mesma antes convidando os presentes para um coquetel no palacete nobre (aplausos). Nada mais havendo a considerar o Presidente deu por encerrada a reunião e eu, Valdelice Carneiro Girão, secretária ad hoc, lavrei a presente ata.

Sessão do dia 20 de março de 2013

Aos vinte dias de março de 2013 às 14h30min, em primeira chamada, e às 15h, em segunda chamada, foi instalada a sessão eleitoral para preenchimento das vagas de cinco sócios efetivos, abertas em 5 de fevereiro de 2013. O presidente abriu a sessão informando que as cinco novas vagas se referem a três vagas abertas em decorrência dos falecimentos dos sócios efetivos Dário Moreira de Castro Alves, José Caminha Alencar Araripe, e Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira,e duas vagas propiciadas pela mudança voluntária de categoria dos sócios efetivos Francisco de Assis Arruda Furtado e Francisco Edson Cavalcante Pinheiro, os quais passaram para a categoria de sócios remidos. Dando continuidade, o Presidente deu por abertos os trabalhos de votação, convocando para secretariar a Mesa a sócia efetiva Valdelice Carneiro Girão e para escrutinadores Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) e Ednilo Gomes de Soárez. Foi feita a chamada de acordo com a lista de presença para votação, sendo contabilizados 21(vinte e um) votantes presenciais e 11(onze) votantes não presenciais, totalizando 32 (trinta e dois) votantes. Após encerrada a votação foi dado início a apuração. Considerando o número de votos presenciais e os votos não presenciais, considerou-se o quorum de 32 votantes, e estabeleceu-se que seria necessário o mínimo de 17 votos para um candidato ser considerado eleito (16+1=17), de acordo com o Estatuto. Contados os votos, observou-se a seguinte apuração, em ordem alfabética: Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez, 24 votos; Cid Sabóia de Carvalho, 20 votos; Eustógio Wanderley Correia Dantas, 13 votos; Francisco Adegildo Férrer, 22 votos, Francisco Régis Frota, 8 votos; Geová Lemos Cavalcante, 18 votos; Isabelle Braz Peixoto da Silva, 15 votos; Luciano Klein Pinheiro Filho, 6 votos; Marcelo Gurgel Carlos da Silva, 12 votos; Osmar Maia Diógenes, 15votos. Pela soma total de votos, foram considerados eleitos em 1º lugar, com 24 votos, Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez (sucedendo Dario Moreira

de Castro Alves); em 2º lugar, com 22 votos, Francisco Adegildo Férrer (sucedendo José Caminha Alencar Araripe), em 3º lugar,com 20 votos, Cid Sabóia de Carvalho (sucedendo Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira); em 4º lugar, com 18 votos, Geová Lemos Cavalcante (sucedendo Francisco de Assis Arruda Furtado); o 5° lugar deixou de ser proclamado, pois nenhum dos demais candidatos alcançou o quórum dos 17 votos mínimos necessários. Após conhecido o resultado, o Presidente proclamou o nome dos eleitos e solicitou ao Secretário para que lhes fosse encaminhada carta informando o resultado, para que confirmassem ou não a aceitação da sua eleição. Nada mais havendo a tratar foi lavrada apresente ata que segue assinada por mim, Valdelice Carneiro Girão, Secretária-Geral do Instituto do Ceará, pelo Presidente do Instituto do Ceará, José Augusto Bezerra,referendada pelos sócios efetivos presentes.

Sessão do dia 24 de abril de 2013

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de 2013, às 20h, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) reuniu-se em sua sede social onde o cerimonialista Vicente Alencar (sócio benemérito) anunciou que o Instituto do Ceará, recebia em sua sede destacadas personalidades em seu auditório para empossar os recém-eleitos para integrarem o sodalício presidido pelo Dr. José Augusto Bezerra. Tomaram assento à Mesa o presidente José Augusto Bezerra, o Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará, prof. Renê Barreira, o Gen. Júlio Limaverde, ex-comandante da 10ª RM, vereador Evaldo Lima, representando a Câmara Municipal de Fortaleza, o Frei Hermano Studart, sobrinho-neto do Barão de Studart, e Frei Roberto Magalhães, representando o Arcebispo de Fortaleza, D. José Antonio Aparecido Tosi Marques. O cerimonialista destacou a presença dos acadêmicos Horácio Dínimo, da Academia Cearense de Letras, e João Gonçalves de Lemos, da Academia de Ciências, e do prof. Antonio Albuquerque, ex-Reitor da UFC. O presidente José Augusto agradeceu as presenças dos convidados e dos confrades, e disse que a solenidade marcará a posse dos novos eleitos, a saber: Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez, Francisco Adegildo Férrer, Cid Sabóia de Carvalho e Geová Lemos Cavalcante, e indicou os sócios Juarez Leitão, Francisco Fernando Saraiva Camara, Ednilo Gomes de Soárez, e Affonso Taboza Pereira para introduzirem no auditório os eleitos, um de cada vez, que pela ordem foram aplaudidos de pé pelos presentes. O presidente falou que no Instituto não tem substituto, mas sucessor; a seguir, convidou Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez, por ter sido eleita para suceder Dario Moreira de Castro Alves, o mais antigo sócio falecido entre os que estão sendo sucedidos, para prestar, ao microfone, o juramento

respectivo, que lhe será dado pelo protocolo. Após a leitura, o presidente pede que todos fiquem de pé, convida a nova sócia para o centro, ao lado do seu consorte, Dr. Oswaldo Gutiérrez Adrianzén. Desce, entrega o diploma e passa o colar com a efígie do Barão de Studart, ao Dr. Oswaldo, para aposição no novo membro. Declara Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez sócia do Instituto do Ceará e pede-lhe para assentar-se, pela primeira vez, entre seus pares. Fala da Medalha Barão de Studart e solicita que o público o ajude neste antigo ritual, pois, em virtude de serem quatro empossados, terá de repeti-lo, de forma rápida, quatro vezes. Pede ao sócio entrante Francisco Adegildo Férrer, por ter sido eleito para suceder José Caminha Alencar Araripe, o segundo mais antigo sócio falecido entre os que estão sendo sucedidos, para prestar o juramento respectivo, ao microfone. Após a leitura, o presidente pede que todos fiquem de pé, convida o novo sócio para o centro, ao lado da sua irmã mais velha, Ivonilde Alves Guedes, D. Ivone. Desce, entrega o diploma e passa o colar com a efígie do Barão de Studart à D. Ivone para aposição no novo membro. Declara Francisco Adegildo Férrer sócio do Instituto do Ceará, pede-lhe para assentar-se, pela vez primeira, entre seus pares e pede ao público que sente. Pede ao sócio entrante, Cid Saboia de Carvalho, por ter sido eleito para substituir Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira, o terceiro sócio mais antigo falecido entre os que estão sendo sucedidos, para prestar o juramento respectivo, ao microfone. Após a leitura, o presidente pede que todos fiquem de pé, convida o novo sócio para o centro, ao lado da sua consorte, D. Luce Fontenele de Carvalho. Desce, entrega o diploma e passa o colar com a efígie do Barão de Studart à D. Luce para aposição no novo membro. Declara Cid Saboia de Carvalho sócio do Instituto do Ceará e pede-lhe para assentar-se, pela vez primeira, entre seus pares e pede ao público que sente. Pede ao sócio entrante Geová Lemos Cavalcante, por ter sido eleito para suceder Francisco de Assis Arruda Furtado, que passou para a categoria de sócio remido, para prestar o juramento respectivo, ao microfone. Após a leitura, o presidente pede que todos fiquem de pé, convida o novo sócio para o centro, ao lado da sua filha, Geórgia Cavalcante Vieira. Desce, entrega o diploma e passa o colar com a efígie do Barão de Studart à D. Geórgia para aposição no novo membro. Declara Geová Lemos Cavalcante sócio do Instituto do Ceará e pede-lhe para assentar-se, pela vez primeira, entre seus pares e solicita ao público que sente. O presidente saudou os novos integrantes da casa do Barão de Studart. iniciando sua fala dizendo da noite memorável para o Instituto, esperando que os novos sócios continuem enriquecendo a cultura cearense. O cerimonialista anuncia a palavra da nova sócia efetiva do Instituto do Ceará, Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez, que falará em nome dos novos empossados. Em seguida passa a palavra ao Presidente do Instituto do Ceará, escritor José Augusto Bezerra,

para o encerramento da solenidade magna de posse; agradecendo a presença de todos deu por encerrada a solenidade, antes convidando os presentes para um coquetel no palacete nobre (aplausos). E eu, Maria Clélia Lustosa Costa, secretária ad hoc, lavrei a presente ata.

Sessão do dia 6 de maio de 2013

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às quinze horas e trinta minutos, reuniu-se em Assembléia Geral Ordinária, no auditório do Anexo, o Corpo de Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) para, de acordo com o Artigo 38, Alínea I, letra c), do Estatuto, eleger os membros do Conselho Superior Consultivo, os integrantes da Diretoria, do Conselho Fiscal e das Comissões Permanentes para o biênio dois mil e treze/dois mil e quinze. Presentes o Presidente José Augusto Bezerra e mais dezenove Sócios Efetivos cujos nomes vão relacionados: Valdelice Carneiro Girão, Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Eduardo de Castro Bezerra Neto, José Murilo de Carvalho Martins, Pedro Sisnando Leite, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho, Francisco Ésio de Sousa, Ednilo Gomes de Soárez, Lúcio Gonçalo de Alcântara, Juarez Fernandes Leitão, Affonso Taboza Pereira, Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez, Francisco Adegildo Férrer, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Geová Lemos Cavalcante, Cid Saboia de Carvalho e Pedro Alberto de Oliveira Silva. O Presidente José Augusto Bezerra abriu a Assembléia Geral convocando os Sócios Efetivos Francisco Ésio de Sousa e Affonso Taboza Pereira para auxiliá-lo como mesários, designando o Sócio Affonso Taboza Pereira para secretariar a Assembléia e redigir a respectiva ata. Em seguida informou que, de acordo com o Artigo 38, Alínea I, letra c) do Estatuto, a Assembléia pode ser instalada com a presença de qualquer número de Sócios Efetivos. Informou ainda que: A) Concorre à eleição uma chapa única, que na ocasião apresentou à Assembléia, e que o Sócio deverá votar na chapa completa não sendo permitido alterá-la sob pena de ter o voto anulado. B) A chapa será eleita se obtiver a maioria simples dos Sócios Efetivos presentes, neste caso dez mais um votos, ou seja, onze votos. O Sócio Efetivo Eduardo de Castro Bezerra Neto pediu a palavra e propôs que a eleição fosse feita por aclamação, tendo em vista que concorria uma chapa única e que havia consenso entre os Sócios. O Presidente pôs em discussão a matéria. A Sócia Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho propôs que a eleição fosse realizada dentro das normas estatutárias. O Presidente José Augusto Bezerra lembrou que a ata deve ser registrada em cartório e deve

espelhar a eleição em seus detalhes, ficando então decidido que se cumpriria o ritual previsto no Estatuto.Seguiu-se a votação, tendo comparecido à urna os vinte sócios presentes, na ordem em que seus nomes constam da lista de presenças acima registrada, sendo eleita a chapa apresentada:

DIRETORIA

PRESIDENTE: Ednilo Gomes de Soárez;
1º VICE-PRESIDENTE: Pedro Sisnando Leite;
2ª VICE-PRESIDENTE: Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez;
DIRETOR DA BIBLIOTECA E ARQUIVO: Pedro Alberto de Oliveira Silva;
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS: Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez);
SECRETÁRIO GERAL: Juarez Fernandes Leitão;
1º SECRETÁRIO: Geová Lemos Cavalcante;
2º SECRETÁRIO: Affonso Taboza Pereira:
1º TESOUREIRO: Francisco Fernando Saraiva Câmara;
2º TESOUREIRO: Eduardo de Castro Bezerra Neto;

CONSELHO SUPERIOR CONSULTIVO: José Augusto Bezerra, Zélia Sá Viana Camurça, José Murilo de Carvalho Martins, Carlos Mauro Cabral Benevides, Maria Clélia Lustosa Costa, Paulo Elpídio de Menezes Neto, José Filomeno de Moraes Filho, Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, Lúcio Gonçalo de Alcântara e Cid Sabóia de Carvalho;

COMISSÕES:

História: Valdelice Carneiro Girão, Gisafran Nazareno Mota Jucá, e Juarez Fernandes Leitão;
Geografia: Maria Clélia Lustosa Costa, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos e Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho;
Antropologia: Zélia Sá Viana Camurça, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, e Osvaldo Evandro Carneiro Martins;
Verificação de Merecimento: Pedro Sisnando Leite, José Augusto Bezerra e Francisco Ésio de Sousa;
Defesa do Patrimônio: José Liberal de Castro, Carlos Mauro Cabral Benevides e Francisco Adegildo Ferrer;
Revista: Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara e Lúcio Gonçalo de Alcântara;
Conselho Fiscal: Antônio Nilson Craveiro Holanda, Luiz de Gonzaga Fonseca

Mota e Francisco Adegildo Férrer.

Finda a votação, o Presidente José Augusto Bezerra e os dois mesários procederam à contagem e conferência dos votos, tendo sido constatado que vinte votos válidos sufragaram por unanimidade a chapa proposta. O Presidente declarou eleita a chapa única proposta aos Sócios para o biênio dois mil e treze/dois mil e quinze, capitaneada pelo Sócio Efetivo Ednilo Gomes de Soárez. Desejou felicidade à diretoria eleita e declarou que o Instituto está em festa pelo sucesso da eleição e pelo início de uma nova etapa de sua profícua existência. E assim deu por encerrada a Assembléia Geral. E para constar, eu, Affonso Taboza Pereira, secretário *ad hoc*, lavrei a ata que assino juntamente com o Presidente e que será submetida aos Sócios Efetivos deste Instituto.

José Augusto Bezerra
Presidente

Affonso Taboza Pereira
Secretário *ad hoc*

Sessão do dia 27 de maio de 2013

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se em seu auditório nobre o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), em Assembléia Geral convocada por seu Presidente de acordo com a alínea *b* do inciso II do Art. 38 para, em sessão solene, dar posse à Diretoria eleita para o Biênio dois mil e treze/dois mil e quinze. Presentes dezenove sócios efetivos a seguir nominados: Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Paulo Elpídio de Menezes Neto, Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), Pedro Sisnando Leite, Gisafran Nazareno Mota Jucá, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Francisco Ésio de Sousa, José Augusto Bezerra, José Filomeno Moraes Filho, Ednilo Gomes de Soárez, Maria Clélia Lustosa Costa, Fernando Luiz Ximenes Rocha, Juarez Fernandes Leitão, Affonso Taboza Pereira, Ângela Maria Rossas Mota de Gutiérrez, Francisco Adegildo Férrer, Cid Sabóia de Carvalho e Geová Lemos Cavalcante. Presentes também os sócios beneméritos Vicente Alencar e Francisco Ivens de Sá Dias Branco, este compondo a Mesa e alvo de calorosa homenagem pelo seu apoio constante e ajuda financeira de grande valia ao Instituto. Presentes também autoridades civis e militares e convidados, não restando cadeira vaga no auditório. Justificaram a ausência através de ligação telefônica os sócios efetivos Carlos Mauro Cabral Benevides, Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, Lúcio Gonçalo de Alcântara e Paulo Ayrton Araújo. Os demais sócios, impossibilitados de compartilhar da alegria que era de todos nós, certamente estavam presentes em espírito. O ar

festivo da cerimônia foi realçado pela presença e ação da Banda de Música da Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará à entrada do Instituto.Iniciando as atividades, o cerimonialista convidou a compor a Mesa o Presidente que sai e o Presidente eleito, e algumas autoridades e pessoas gradas presentes.Tomando a palavra, o Presidente José Augusto Bezerra abriu a sessão invocando a proteção de Deus para a nossa instituição. Agradecendo aos sócios e convidados por suas presenças àquele ato de grande importância para o Instituto, lembrou que a sessão tinha por objetivo dar posse à diretoria eleita no dia seis de maio do corrente ano, cujo mandato terminará em dois mil e quinze.Em seguida, todo o auditório de pé, procedeu-se ao canto do Hino Nacional Brasileiro, com acompanhamento da Banda de Música da Escola de Aprendizes Marinheiros. Findo o canto do Hino Nacional, o Presidente convocou uma comissão de sócios efetivos composta por Paulo Elpídio de Menezes Neto, Ângela Maria Rossas Mota de Gutiérrez e Maria Clélia Lustosa Costa para introduzir no auditório o Presidente eleito Ednilo Gomes de Soárez, que foi recebido de pé com calorosa salva de palmas. Sentado em cadeira a ele reservada, o Presidente ouviu do cerimonialista a convocação para prestar o juramento de posse, o que fez ao microfone, pronunciando com voz clara e tranqüila, mão direita levantada, seu compromisso de bem desempenhar o seu mandato e de tudo fazer pelo engrandecimento do Instituto. O Presidente eleito sentou à Mesa em cadeira ao lado do Presidente que sai. Em seguida o Presidente José Augusto Bezerra passou a ele a Presidência do Instituto, desejando-lhe uma administração profícua, e procedeu à troca de cadeiras, ocupando então o Presidente Ednilo Gomes de Soárez a cadeira principal, de onde passou a comandar a cerimônia. O Presidente determinou ao cerimonialista que anunciasse os nomes dos diretores eleitos, o que foi feito, ficando todos de pé à medida que seus nomes eram anunciados. Em seguida o Presidente Ednilo Gomes de Soárez deu posse aos membros da nova Diretoria, do Conselho Superior Consultivo e das Comissões, como abaixo transcrito:

1º VICE-PRESIDENTE: Pedro Sisnando Leite;
2º VICE-PRESIDENTE**:** Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez;
DIRETOR DA BIBLIOTECA E ARQUIVO: Pedro Alberto de Oliveira e Silva;
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS: Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez);
SECRETÁRIO GERAL: Juarez Fernandes Leitão;
1º SECRETÁRIO: Geová Lemos Cavalcante;
2º SECRETÁRIO: Affonso Taboza Pereira:
1º TESOUREIRO: Francisco Fernando Saraiva Câmara;

2º TESOUREIRO: Eduardo de Castro Bezerra Neto.

CONSELHO SUPERIOR CONSULTIVO**:** José Augusto Bezerra, Zélia Sá Viana Camurça, José Murilo de Carvalho Martins, Carlos Mauro Cabral Benevides, Maria Clélia Lustosa Costa, Paulo Elpídio de Menezes Neto, José Filomeno de Moraes Filho, Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, Lúcio Gonçalo de Alcântara e Cid Sabóia de Carvalho.

COMISSÕES**:**
História: Valdelice Carneiro Girão, Gisafran Nazareno Mota Jucá e Juarez Fernandes Leitão;
Geografia: Maria Clélia Lustosa Costa, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos e Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho;
Antropologia: Zélia Sá Viana Camurça, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes e Osvaldo Evandro Carneiro Martins;
Verificação de Merecimento: Pedro Sisnando Leite, José Augusto Bezerra e Francisco Ésio de Sousa;
Defesa do Patrimônio: José Liberal de Castro, Carlos Mauro Cabral Benevides e Francisco Adegildo Ferrer;
Revista: Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara e Lúcio Gonçalo de Alcântara;
Conselho Fiscal: Antônio Nilson Craveiro Holanda, Luiz de Gonzaga Fonseca Mota e Francisco Adegildo Férrer.

Anunciada a palavra do Presidente que acabava de deixar o cargo, José Augusto Bezerra, assomando à tribuna saudou os presentes e disse da felicidade de passar o cargo com o Instituto numa de suas melhores fases, finanças saneadas, instalações físicas e patrimônio bem cuidados. Citou os êxitos obtidos em seus três mandatos consecutivos, assinalando a recuperação da hemeroteca e da biblioteca, a atualização e melhoramentos no site, a elaboração do novo Estatuto, necessidade que já vinha de muitos anos. Lembrou que varias dependências foram climatizadas, possibilitando mais conforto a funcionários, pesquisadores e visitantes. Lembrou ainda a conclusão do Museu Barão de Studart dentro do prazo e com a prestação de contas feita ao Ministério da Cultura. Frisou que a situação do Instituto na sua saída da Presidência era bem diversa da que encontrou: seu antecessor, o grande intelectual cearense Eduardo Campos, falecido no exercício da Presidência, e o Instituto carregado de problemas financeiros de difícil solução, devido a essa situação incomum. Convocou sua diretoria e após muitas e demoradas reuniões, as soluções foram aparecendo e, no final do seu mandato, tinha a felicidade de entregar o Instituto a seu sucessor com as finanças em ordem e as contas a pagar em dia.

Felicitou-se e a todos os membros do Instituto por estar sendo sucedido por Ednilo Gomes de Soárez, intelectual de renome, conhecido e respeitado aqui e fora do País, além de administrador competente, e para ele pediu a cooperação e o apoio de todos. Agradeceu à sua esposa Bernadete pelo amor e amparo nas travessias difíceis e nas horas de escuridão, quando ela "acendia um candieiro pra iluminar seu caminho".

Na seqüência o cerimonialista anuncia a presença de várias pessoas gradas e convida a esposa do Presidente que sai, Senhora Maria Bernadete de Oliveira Bezerra, a entregar uma corbeile à esposa do Presidente recém empossado, senhora Fani Weinschenker de Soárez. Ato contínuo, convida o presidente Ednilo Gomes de Soárez a fazer seu discurso. Assumindo a palavra, o Presidente saudou os presentes e lhes agradeceu pelo prestígio de suas presenças. Disse da sua gratidão aos consócios por sua escolha para tão honroso cargo, qual seja o de presidir à mais prestigiosa e antiga instituição cultural do nosso Estado. Falou da importância do Ceará na cultura do nosso país-continente, citando vultos ilustres da Literatura, da História, do Direito e da Medicina, tais como José de Alencar, Capistrano de Abreu, Clóvis Beviláqua e Rodolfo Teófilo, personalidades brilhantes que projetaram o Ceará no seio da Nação, proporcionando-lhe visibilidade e respeito. E que nesse contexto se situa o Instituto do Ceará, fonte de saber e repositório de cultura à disposição de todos, sem exceção. Citou o Barão de Studart como um dos pais da nossa instituição e nosso ícone maior. Fez o elogio do desempenho de seu antecessor, José Augusto Bezerra, a quem chamou de amigo-irmão. Discorreu sobre os vetores ou diretrizes que nortearão sua gestão que são: autosuficiência financeira, maior visibilidade, interiorização das ações, melhoria das instalações físicas com ênfase para a instalação de um elevador, e democratização de acesso a todas as camadas sociais. Relembrou seus país, Professor Edílson Brasil Soárez e Dona Nila Gomes de Soárez, a quem agradeceu pelo dom da vida. Deu graças também à sua esposa Fani, a quem chamou de Fanizinha, pelo amor e compreensão e "por tê-lo conduzido ao porto seguro da felicidade". Agradeceu à Marinha do Brasil onde iniciou sua formação e onde aprendeu a amar a Pátria. Finalmente, como homem religioso terminou seu discurso com uma citação bíblica, o que bem demonstra a sua fé: "Entrega teu caminho ao Senhor, confia nele e ele tudo fará". Retomando seu assento à Mesa, o Presidente Ednilo Gomes de Soárez encerrou a sessão solene, agradecendo as presenças e convidando os membros da sua Diretoria a receber, numa das salas ao lado, uma pasta contendo documentos úteis ao desempenho de suas tarefas: Estatuto, composição da nova Diretoria, relação dos sócios e cônjuges com datas de aniversário e respectivos endereços postal e eletrônico e versão preliminar dos vetores de ação da gestão. Definiu na ocasião que a primeira

reunião da nova diretoria será no dia 5 de junho.Tomando a palavra o mestre de cerimônias anunciou o coquetel que seria servido nos salões do Instituto.E para constar, eu, Affonso Taboza Pereira, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Presidente, e rubricada pelos demais membros da Diretoria.

Ednilo Gomes de Soárez
Presidente

Affonso Taboza Pereira
Segundo Secretário

Sessão do dia 5 de junho de 2013

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e treze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, no auditório do Anexo, sob a presidência do Confrade EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a primeira reunião ordinária da Diretoria eleita e empossada para exercício no Biênio 2013/2015.Presentes quatorze sócios efetivos cujos nomes vão citados: PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, VALDELICE CARNEIRO GIRÃO, PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO, MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ), PEDRO SISNANDO LEITE, JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, EDNILO GOMES DE SOÁREZ, JUAREZ FERNANDES LEITÃO, AFFONSO TABOZA PEREIRA, ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER, CID SABOIA DE CARVALHO e GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE.Abrindo a sessão pontualmente às quinze horas, o presidente frisou sua intenção de começar as sessões na hora marcada. Agradeceu o comparecimento de todos e fez menção especial de agradecimento aos Confrades JOSÉ AUGUSTO BEZERRA e FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA e à Diretora Administrativa MARINEZ FEITOSA pelos esforços despendidos para o êxito e brilho da solenidade de posse da nova Diretoria. Citou a preocupação que lhe causou durante a solenidade o desempenho do aparelho de ar condicionado, que já conta trinta anos de uso. Instigou os sócios a continuar o espírito de alegria e cooperação reinante na festa da posse. Citou como exemplos o Confrade AFFONSO TABOZA PEREIRA, pela rapidez na elaboração de dois ofícios de agradecimento e na ata da sessão solene de posse, e o Confrade JUAREZ FERNANDES LEITÃO pela preparação também rápida da pauta de conferências até o fim do ano, fazendo menção à Reitora da Unilab

(Universidade Luso-Afro-Brasileira), Dra. ILMA LINO GOMES, com conferência prevista para 21 de outubro. Referiu-se à conferência do dia 20 deste mês, quando ouviremos o intelectual cearense e membro da Academia Cearense de Letras DIMAS MACEDO sobre o tema: *Dona Fideralina de Lavras da Mangabeira*, e informou que nessa ocasião reinaugurará a galeria de retratos de sócios. Falando sobre os vetores que pretende norteiem sua gestão, declarou que são idéias preliminares, sujeitas a alterações por sugestões de sócios, pois não pretende ser o dono da verdade e que em tudo que fez até agora contou com a ajuda do ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA. Citou o Confrade PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO que, em almoço informal, lhe deu uma série de sugestões para o bom desempenho da nossa instituição, dispondo-se a detalhá-las, e entre elas que se reduzisse a quantidade de homenagens prestadas pelo Instituto. Elogiou a atitude do Confrade GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, que se dispôs a passar duas tardes por semana no Instituto. Citou também um telefonema da sócia VALDELICE CARNEIRO GIRÃO, que qualificou de estimulante, e um *e-mail* recebido do sócio JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, justificando sua ausência, por motivo de viagem, na festa da posse e nesta primeira reunião, e demonstrando interesse em se encontrar com o Presidente na próxima semana para uma troca de idéias. Apelou aos novos confrades que ainda não providenciaram suas fotos para fazê-lo, pois pretende reinaugurar a galeria de fotos na oportunidade da primeira conferência, prevista para o dia 20 deste mês. Apelou para que os sócios atualizem sempre os seus dados constantes na relação distribuída no início da gestão, tais como endereços, telefones e outros. Citou a ampla divulgação do Instituto na imprensa desde a eleição até a posse, fruto de visitas às redações, dele em companhia do Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA. Mostrou o Quadro de Avisos que estará na parede da Portaria, onde serão colocadas todas as matérias de interesse dos sócios e que já exibe as matérias publicadas nos jornais até agora. Informou que os dois principais jornais, O Povo e o Diário do Nordeste, publicarão matérias sobre o Instituto no próximo domingo e que, sem depender do seu esforço, saíram hoje nos jornais O Povo e Diário do Nordeste matérias de nosso interesse; que os jornais têm boa vontade com o Instituto, mas só publicam matérias de interesse jornalístico, por isso é indispensável que surjam idéias inovadoras que motivem a imprensa. O Instituto precisa ser divulgado constantemente. Definiu que as reuniões habituais serão efetuadas no segundo andar, e que as mesas ali colocadas podem ser utilizadas por qualquer sócio, mas que, devido ao número reduzido de funcionários, quem abrir portas ou janelas tem de fechar. Informou que as visitas serão recebidas no segundo andar, pois recebê-las no térreo não lhes deixará boa impressão, e que nós precisamos dar visibilidade ao Instituto e a beleza do segundo andar contribuirá

para isso. Informou que o Instituto dispõe de um novo púlpito de acrílico com sua logomarca para uso dos oradores. Determinou que a primeira vaga do estacionamento, normalmente destinada ao Presidente, continuará sendo utilizada pelo ex-presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, em homenagem aos bons serviços prestados por ele à instituição. Deu notícia de sua presença representando o Instituto nas comemorações do cinqüentenário do Curso de Geografia da UFC, onde se diplomaram a sócia MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA e a Diretora Administrativa MARINEZ FEITOSA.O Presidente definiu: a) que, atendendo ao art. 47 do Estatuto, teremos uma reunião mensal, sempre na primeira quarta-feira de cada mês, de quinze às dezessete horas; b) que estará no Instituto todas as segundas-feiras à tarde e, quando não possível, na terça seguinte; c) que a comunicação básica será via *e-mail*, mas forneceu o numero do seu celular pedindo que ninguém se constranja de ligar sempre que necessário; d) que viaja três a quatro vezes por ano mas, na sua ausência, a instituição terá vida normal, dirigida por um vice-presidente; e) que os sócios receberão até as doze horas do dia da reunião a pauta da mesma, que será rigorosamente cumprida; f) que as reuniões serão fundamentalmente executivas, e que se evitem conversas paralelas e comentários que não contribuam para resolver o assunto em tela. O Presidente externou o desejo de que os sócios procurem atar laços de amizade como se o Instituto abrigasse uma família e propôs que, como primeiro passo, todos de pé, cantassem os parabéns para sócios e esposas de sócios aniversariantes neste mês, o que foi feito com alegria. O Presidente se posicionou como um coordenador de ações dos membros da Diretoria. Lembrou que o número de convites recebidos é muito grande e que necessitará, em alguns casos, da colaboração dos sócios para representar o Instituto. Pediu que, após a solenidade, o representante do Instituto se reporte ao Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA através de *e-mail* para que seja feito o registro e que todos os sócios tomem conhecimento. Informou que, nas Assembléias Gerais, após dar os avisos da Presidência, passará a direção dos trabalhos ao Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO. Definiu que, nas grandes solenidades, como exemplo nas solenidades de posse, embora ele esteja presente, um dos diretores poderá presidir à sessão.Em seguida definiu alguns princípios que o nortearão na sua gestão: a) que tudo pode ser melhorado; b) que não tem medo de saber, tem medo de não saber e que estará sempre aberto e transparente e que não dará ouvido ou guarida ao que chamou de "Rádio Corredor"; c) que a serenidade é artigo de luxo; d) que qualquer **nós** é mais inteligente que qualquer **eu**; e) que qualquer sócio só dará tudo de si quando partícipe da gestão, por isso concitou a que todos o sejam.O Presidente expressou seu desejo de que as reuniões se desenvolvam em ambiente agradável e que as discussões sempre se processem no nível das idéias.

Afirmou que sempre procurará o consenso, e que colocará em votação os casos polêmicos, não devendo alguém se considerar vencido nem vencedor pois, em qualquer situação, os vencedores são o Instituto e a democracia. Disse que tem por norma a administração compartilhada. Assim procede nas instituições que dirige, das quais é dono. Garantiu que, quando distribuir responsabilidade por algum projeto, definirá a origem dos recursos e que só iniciará qualquer atividade quando os recursos estiverem disponíveis. E sempre acompanhará o desenrolar das ações e cobrará os resultados. Lembrou que o Instituto dispõe de apenas três funcionários e pediu que os sócios lhes aliviem as tarefas de rotina. Sugeriu que se institua nos grandes eventos o *briefing* e o *debriefing*, como faz a Marinha Americana. O *briefing* é o detalhamento da missão para os que a executarão, definindo o objetivo. O *debriefing* é a informação, finda a missão, de como ela foi executada e qual o resultado alcançado. Comentou que este procedimento, no caso da Marinha Americana, não visa elogiar ou criticar o executor da missão, mas corrigir falhas de execução para que não aconteçam em futuras missões; que no nosso caso, *mutatis mutandis*, poderemos e deveremos pôr em prática a idéia. Reafirmou que recebeu o Instituto em situação ímpar, graças ao trabalho desenvolvido por seu antecessor JOSÉ AUGUSTO BEZERRA e que é sua meta passar o Instituto ao sucessor ainda melhor, mais unido, mais divulgado, mais atuante. Falou que devemos sempre valorizar e prestigiar os companheiros mais antigos, que são as vigas mestras do Instituto, como também os novos e que, justamente por isso fez uma diretoria mesclada, sendo cinco antigos e cinco novos, procurando aliar a experiência ao entusiasmo. Em seguida passou a palavra ao Diretor Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, que apresentou a boa situação de equilíbrio das finanças no mês de junho. No entanto, o mês de julho merece cuidado. O Presidente informou sobre almoço que teve com o Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, Vereador VALTER CAVALCANTE, em companhia dos diretores JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, AFFONSO TABOZA PEREIRA e GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, quando tratou da verba de cinquenta mil reais já prometida ao ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, e que serão envidados esforços para que estes recursos estejam disponíveis até agosto. O Presidente e o ex-Presidente aguardam agendamento de reunião com o Secretário Estadual da Fazenda, senhor MAURO BENEVIDES FILHO, para tratar de assunto semelhante. O Presidente consultou se algum sócio queria falar sobre tema de interesse, e passou a palavra para a sócia ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ que se reportou aos vetores de ação propostos pelo Presidente, que são interessantes, mas lembrou também a pesquisa e a Revista, desaguadouro de tudo que produz o Instituto. Sugeriu que se devem procurar formas de maior apoio a ela, por exemplo, patrocínios, entrada

em editais, possibilidade de convênios. Disse que o maior legado do Instituto tem sido, ao longo de mais de cem anos, as pesquisas publicadas na Revista, e sugeriu que seja a linha mestra do Instituto a pesquisa nas suas três áreas. O Confrade PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO disse que a função maior do Instituto é investigar a história do Ceará e publicar o resultado; que se deve preparar um plano de pesquisa com um tema central e sobre ele fazer um esforço envolvendo sócios e até não sócios, e estabelecer prazos; que não fiquemos ao sabor de contribuições eventuais, o que poderia provocar a publicação de dois ou mais artigos sobre o mesmo tema e que a Revista é o estuário natural de tudo que aqui se produz. Sugeriu que o Instituto fixe temas de interesse e como a Revista é anual, que se faça um número especial tratando de temas específicos. Que o Instituto já teve um plano de pesquisa elaborado pelo Doutor Tomaz Pompeu Sobrinho e que esse plano foi parcialmente cumprido. FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER sugeriu que se instale no Instituto um curso de pesquisa em história em nível de especialização; que para isso pode ser feito convênio com a Uva e que ele pode ser a ponte entre as duas instituições; que se conseguiria a licença a custo zero e que os professores sócios e não sócios trabalhariam gratuitamente; que oitenta por cento da receita seriam do Instituto e vinte por cento seriam da Uva; que seria um grande prestígio para o Instituto ser o mantenedor de curso de tal natureza e prestígio maior seria para quem aqui fosse formado. O Presidente determinou ao sócio que traga sua proposta formatada para discussão e aprovação (se for o caso) na próxima reunião, porque "ou acertamos todos, ou erramos todos". PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA declarou que a Revista é um somatório de tudo que se faz no Instituto e que a proposta da Casa é fazer pesquisa preferencialmente no Ceará; que nossa Revista é admirada pelo conteúdo, pela seriedade do que é publicado e principalmente pelos trabalhos inéditos; que a pesquisa é um trabalho difícil de ser realizado. Estranhou um telefonema de repórter de um jornal que queria uma entrevista sobre a Revista por telefone. Em resposta o sócio disse que gostaria de dar a informação por escrito pois o assunto é vasto e não cabe num telefonema, e que dados mais rápidos poderiam ser tiradas do site do Instituto. Lamentou que alguns sócios desconhecem o Instituto. GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE informou que, a pedido seu, o Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, Vereador VALTER CAVALCANTE, propôs projeto de decreto legislativo mudando o nome da atual Avenida da Universidade para Avenida Reitor Antônio Martins Filho e que faz parte do processo a realização de uma audiência pública. Pediu que se faça correspondência ao Presidente da Câmara agradecendo-lhe pela iniciativa. O Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ informou que já houve uma ação semelhante por iniciativa sua, no Rotary Clube de Fortaleza, envolvendo assinaturas de

clubes de serviço e de várias entidades de classe, quando Presidente da Câmara o Vereador ACRÍSIO SENA, mas devido a um problema legal na época, o assunto não teve curso. PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA declarou que, em tempos idos, a aprovação de nomes de ruas passava pelo crivo do Instituto, ao que o Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ respondeu que "perdemos espaço e temos que recuperar através de ações afirmativas como esta". CID SABÓIA DE CARVALHO declarou que, na sua visão, a Revista do Instituto é um monumento cultural brasileiro e que pessoas pouco informadas criticam instituições culturais como a nossa, tentando levá-las ao ridículo; que a revista reflete o tempo e a inteligência do Instituto do Ceará na época; e que há coisas que são carinhosamente recebidas pela inteligência nacional, e uma dessas coisas é a Revista do Instituto do Ceará. PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO declarou que todas as idéias expostas nesta reunião convergem, e que idéias novas podem melhorar o antigo. Que é preciso um elo que ligue a pesquisa e a divulgação na Revista.O Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ perguntou na ocasião qual o companheiro que gostaria de assumir a liderança desse projeto de pesquisa aqui tão discutido. Na ocasião ninguém se pronunciou. PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA criticou a idéia exposta pelo sócio FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER de criação de curso de história, sobretudo no item professores. PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO sugeriu que a Secretaria solicite de cada sócio sugestão de cinco temas para pesquisa e que, a partir dessas propostas, se defina um eixo a ser seguido, e que ele se propõe a assumir a liderança desse estudo. O Presidente, após estimular o companheiro, consultou a sócia ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ sobre sua participação nesse projeto, recebendo resposta positiva. O Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ designou o sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE para representar o Instituto junto ao Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural – COEPA. O Sócio PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA sugeriu que o Presidente consulte se há confrades interessados em assumir essa tarefa, mas o Presidente manteve a decisão já tomada.Finalmente, trouxe ao conhecimento dos sócios três problemas que preocupam: a pintura do prédio, a rede elétrica e o ar condicionado. O sócio JOSÉ AUGUSTO BEZERRA sugeriu que se dê prioridade ao ar condicionado, que já tem trinta anos e que por isso sobrecarrega a rede elétrica. Atendendo a uma pergunta, respondeu que três *splits* reduziriam consideravelmente o consumo de energia e que cada aparelho custa cinco mil reais. O presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ na ocasião se propôs a doar um aparelho e autorizou a Diretora Administrativa MARINEZ FEITOSA a comprar dois. E encerrou a reunião citando frase de THEODORE ROOSEVELT, ex-presidente dos Estados Unidos: "É melhor tentar coisas grandiosas mesmo

expondo-se a derrotas, do que viver nessa penumbra cinzenta dos que não conhecem vitória nem derrota" Nós vamos conhecer a vitória, disse, para encerrar.E convidou os sócios para um *tour* de conhecimento das instalações da Casa.E para constar, eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim e pelo Presidente, e rubricada pelos sócios.

Ednilo Gomes de Soárez
Presidente

Affonso Taboza Pereira
Segundo Secretário

Sessão do dia 20 de junho de 2013

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e treze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, no auditório do Anexo, sob a presidência do Confrade EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a primeira Assembléia Geral do Instituto no Biênio 2013/2015, tendo como pauta Conferência do Confrade JUAREZ FERNANDES LEITÃO, iniciando o Ciclo de Conferências do biênio, discorrendo o conferencista, com brilhantismo, sobre o tema: *Virgílio Távora e a Transição para o Desenvolvimento do Nordeste.* Presentes dezesseis Sócios Efetivos a seguir nominados: PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, PAULO AYRTON ARAÚJO, MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ), OSWALDO EVANDRO CARNEIRO MARTINS, PEDRO SISNANDO LEITE, RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS, REJANE MARIA VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO, FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA, EDNILO GOMES DE SOÁREZ, MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA, LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA, JUAREZ FERNANDES LEITÃO, AFFONSO TABOZA PEREIRA, FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER, CID SABÓIA DE CARVALHO e GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE. Também prestigiaram o evento o Sócio Benemérito VICENTE ALENCAR e, como convidada especial, a Senhora TEREZA TÁVORA XIMENES, além de diversos convidados. Abrindo a Assembléia Geral, o Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ invocou a proteção de Deus para o nosso trabalho e para que possamos tomar as melhores decisões para o desenvolvimento do Instituto. Falou de sua decisão de começar o evento na hora marcada, em respeito às pessoas presentes que chegaram na hora. Agradeceu a presença de todos, dizendo ser essas presenças fator de alegria para o Instituto e motivação para o conferencista do dia. Falando sobre a parte financeira, agradeceu o tra-

balho persistente do Diretor Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, e afirmou que no mês de junho a Tesouraria se saiu bem, graças às jóias e taxas de inscrição pagas pelos candidatos às diversas cadeiras vagas e que, em conseqüência, o Instituto está com as contas em dia. Elogiou a administração do seu antecessor, Confrade JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, que lhe passou a presidência sem nenhuma dívida, "uma raridade em qualquer instituição cultural no País". Informou que, no dia 3 de junho, teve um almoço com o Presidente da Câmara de Vereadores, VALTER CAVALCANTE, presentes os Sócios Efetivos JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, ex-presidente, GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE e AFFONSO TABOZA PEREIRA, nas suas palavras "dois companheiros sempre presentes". No dia 7 deste mês teve um café da manhã com o Senador INÁCIO ARRUDA e mais de doze deputados federais da bancada do Ceará, reunião feita em conjunto com a Academia Cearense de Letras; que nessa oportunidade se tratou de destinar parte das emendas parlamentares dos senadores e deputados do Estado para as duas instituições, que são as mais antigas do Ceará, tendo a idéia boa aceitação dos parlamentares; que no dia dezoito esteve, juntamente com o ex-presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, com o Secretário da Fazenda MAURO BENEVIDES FILHO, para tratar de verba estadual que fora votada em 2011, que não foi recebida em 2012, para que fosse recebida em 2013 e constasse do orçamento para 2014; que o Secretário da Fazenda sugeriu fosse solicitada uma audiência com o Governador do Estado e que ele se propunha a acompanhar os presidentes das duas instituições, IC e ACL. Informou que o Sócio Efetivo FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER pagou o custo do mês referente ao *site* do Instituto na Internet. Informou que entrou em contato com o Grupo Pague Menos, grande rede de farmácias cearense com presença em todo o País, para que patrocine com exclusividade o nosso portal, e que aguarda a resposta desse grupo; que está perseguindo a sustentabilidade financeira à instituição. Falou sobre visita do senhor JOÃO FELIPE DA TRINDADE, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; que o visitante foi recebido pela Diretora Administrativa MARINEZ ALVES e que logo a secretaria providenciou ofício de agradecimento ao visitante, no qual o Presidente manifestou a intenção de estreitar laços com aquela instituição congênere, e inclusive visitá-la em data oportuna. Informou que participou da solenidade de comemoração dos cinqüenta anos de fundação do Curso de Geografia da UFC, não só por ser obrigação do Instituto, como também em atenção à Sócia Efetiva MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA e à Diretora Administrativa MARINEZ ALVES, ambas geógrafas. Informou ter participado de prêmio recebido pelo Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO como destaque profissional local, prêmio recebido na Assembléia Legislativa. Esteve também, dia 18, no Hotel Gran

Marquise para recebimento do prêmio *O Equilibrista*, conferido pelo IBEF, Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros, ao sócio benemérito do Instituto IVENS DE SÁ DIAS BRANCO. Informou sobre a atualização da Galeria de Fotos dos sócios do Instituto. Externou sua preocupação com as instalações elétricas do prédio, por serem muito antigas e projetadas sem prever a demanda atual de carga. Informou sobre sua intenção de substituir por *splits* o equipamento de ar condicionado do auditório, que conta trinta anos de utilização, consome muita energia e pode entrar em pane a qualquer momento; isso será feito quando o Instituto dispuser de recursos financeiros. Informou que tem mantido reuniões freqüentes com os Sócios Efetivos JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, AFFONSO TABOZA PEREIRA e GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, com vistas à elaboração de um plano de prioridades para reparos na edificação que sedia o Instituto, palacete construído em 1920. Lembrou que a pintura externa do prédio está deteriorada, necessitando de ser refeita com urgência, e que o Sócio Efetivo AFFONSO TABOZA PEREIRA avocou para si a responsabilidade desse projeto; que tem procurado dar visibilidade ao Instituto e, dentro desse espírito, as reuniões da Diretoria serão feitas no segundo andar, porque não se justifica ter tão belas instalações e não usá-las; e se referiu à conhecida frase do carnavalesco JOÃOZINHO TRINTA que, em anos passados afirmou que "quem gosta de miséria é intelectual". Dentro desse escopo, citou a divulgação intensa do Instituto através da imprensa, visando exatamente dar visibilidade à instituição. Informou que os jornalistas, ao visitar nossas instalações, biblioteca, hemeroteca, museu e outras facilidades de que dispomos, externam sua admiração sobre a existência de uma entidade de tal porte no Ceará. Informou ainda que, em visita feita por ele com o ex-presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA ao presidente do Banco do Nordeste, ficou surpreso com seu interesse pela História do Ceará, sendo ele filho do Estado de Santa Catarina; que ficaram em reunião por mais de uma hora e meia, quando esperavam uma conversa de dez minutos. Informou sobre a abertura de uma vaga com a transferência do Sócio Efetivo FRANCISCO EDSON CAVALCANTE PINHEIRO para a categoria de Sócio Remido; que a Diretoria marcará oportunamente a data da eleição. Informou que as atas e correspondências do Instituto têm sido feitas com pontualidade exemplar, citando o trabalho do Sócio Efetivo AFFONSO TABOZA PEREIRA e da Diretora Administrativa MARINEZ ALVES. Lembrou que tem se comunicado com os sócios através de email e que, se alguém não tem recebido as comunicações, entre em contato com ele e com a Diretora Administrativa MARINEZ ALVES. Informou que está organizando um setor de audiovisual composto de CDs de posses e outras solenidades, e de matérias referentes aos sócios; que o primeiro CD seria, emblema-

ticamente, de um dos nossos decanos, o ex-senador e atual Deputado Federal CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES, fruto de uma longa entrevista que deu à TV Senado, quando ele conta, durante uma hora e meia, grande parte da sua vida parlamentar. Informou que as reuniões e assembléias serão gravadas e que as gravações farão parte desse acervo, e terão livre acesso a quem quiser consultá-las. Informou que o Instituto recebeu de seu Sócio Efetivo GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE uma coleção valiosíssima do jornal do Vaticano *L'Osservatore Romano*, em português, a partir de 2008, e que o doador promete doar os próximos números que receber. Informou que, como colaboração à sua gestão, recebeu duas importantes sugestões: uma do Sócio Efetivo PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO, e outra de uma importante autoridade do judiciário federal, que preferiu se manter anônimo, dada sua condição funcional; e que ambas as sugestões estão sendo analisadas; que no dia 9 próximo ele e o Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO irão a Redenção para convidar a Reitora da Universidade Afro-Brasileira, NILMA LINO GOMES, para apresentar a palestra do mês de outubro. Solicitou que os sócios, ao publicarem livros, coloquem nos mesmos a logomarca do Instituto para divulgar e valorizar a instituição. Informou sobre lançamento na Assembléia Legislativa, dia 26, de livro do Sócio Efetivo LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA e convidou os sócios a se fazerem presentes. Informou que dia 25 o Sócio Efetivo FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA também lançará livro na Assembléia Legislativa, concitando os sócios a comparecerem ao ato para prestigiar o companheiro. Em seguida passou a palavra ao Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE para dirigir os trabalhos da Assembléia Geral. O Secretário, após saudar os presentes, fez menção à presença de dois virgilistas históricos, o ex-deputado LEORNE BELÉM e o Advogado JOSÉ ARMANDO COSTA. Em seguida leu o *currículum vitae* do conferencista, Sócio Efetivo JUAREZ FERNANDES LEITÃO, a quem passou a palavra para abordar o tema agendado para a ocasião.O conferencista discorreu sobre a obra imensa do Coronel, ex-Governador, ex-Ministro e ex-Senador VIRGÍLIO TÁVORA em prol do Ceará e sua superior atividade política nas esferas estadual e federal. Historiou a saga da família TÁVORA e as razões e circunstâncias de sua vinda de Portugal para o Brasil. Ao final, traçou ligeiro perfil de sua esposa, Dona LUIZA TÁVORA, enaltecendo seu trabalho em favor dos pobres do nosso Estado.Participaram ativamente dos debates os Sócios Efetivos CID SABÓIA DE CARVALHO, LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA, PEDRO SISNANDO LEITE e FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA, todos relatando suas vivências junto ao personagem, sobretudo quando Governador do Estado. CID SABÓIA DE CARVALHO referiu-se também à sua convivência com VIRGÍLIO TÁVORA no Senado, e enalteceu

seu gosto pela Literatura e pela música clássica. O Sócio Efetivo AFFONSO TABOZA PEREIRA fez menção à sua brilhante passagem pelo Exército Brasileiro, antes de se dedicar de corpo e alma à Política. Encerrando a tarefa que lhe fora delegada, o Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE devolveu ao Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ a condução dos trabalhos. O Presidente informou que, além da publicação na Revista do Instituto, o inteiro teor da Conferência do dia será arquivado na secretaria, à disposição dos interessados. Anunciou o aniversário do Sócio Efetivo RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS, agradeceu a presença de todos, sobretudo a de Dona TEREZA TÁVORA XIMENES, filha do Governador VIRGÍLIO, anunciou as datas e temas das próximas conferências, que serão mensais e sempre no dia 20. Alguns sócios criticaram o horário das reuniões e assembléias, sugerindo que seja alterado. O Presidente prometeu estudar o assunto com a Diretoria. E agradecendo ao Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO por sua brilhante Conferência, encerrou a Assembléia Geral. E para constar, eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim e pelo Presidente, e pelos Sócios Efetivos presentes.

Ednilo Gomes de Soárez
Presidente

Affonso Taboza Pereira
Segundo Secretário

Sessão do dia 3 de julho de 2013

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e treze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, no auditório do Anexo, sob a presidência do Confrade EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a segunda sessão ordinária da Diretoria eleita e empossada para exercício no Biênio 2013/2015.Presentes nove sócios efetivos a seguir citados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Primeiro Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, Segunda Vice-Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, Diretor de Comunicação e Relações Públicas MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ), Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, Membro do Conselho Superior Consultivo JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, e Sócios Efetivos FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA, e FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER. Justificaram ausência o Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, em viagem ao

exterior, o Membro do Conselho Superior Consultivo PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO, em viagem ao Rio de Janeiro, e o Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, na ocasião representando o Instituto em sessão solene da Academia Sobralense de Letras, comemorativa dos duzentos e quarenta anos de fundação daquela cidade. Iniciando a pauta, o Presidente tratou da situação financeira do Instituto, dizendo que não é boa. No entanto algumas ações estão sendo praticadas visando sanar ou minorar o problema. Lembrou que o ex-Presidente do Instituto e atual Presidente da Academia Cearense de Letras, JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, teve uma reunião com um grupo de parlamentares cearenses, da qual ele e a Vice-Presidente ÂNGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ participaram, tratando da possibilidade de ser destinada à ACL parte das verbas parlamentares a que os mesmos têm direito. Esses recursos se destinariam especificamente a um projeto de reforma do Palácio da Luz, sede da Academia. Ficaram os parlamentares sensibilizados com a causa e comprometidos em destinar, cada um, duzentos mil reais de sua verba para a ACL. Na ocasião o Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ procurou também sensibilizar os parlamentares com relação ao Instituto, entidade cultural centenária, a mais antiga do nosso Estado, e que não tem fonte certa de recursos, lutando com ingentes dificuldades. Lembrou que, juntamente com o ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, esteve em visita ao Secretário da Fazenda Estadual MAURO BENEVIDES FILHO, tratando de recuperar a verba de cento e cinqüenta mil reais anuais que o Estado destinava ao Instituto e que, no ano de dois mil e doze, por uma filigrana jurídica deixou de vir; que o Secretário sugeriu fosse marcada uma audiência com o Governador do Estado, CID FERREIRA GOMES; que a audiência foi pedida e que na próxima semana estará procurando a resposta. Lembrou a possibilidade real de se conseguir verba de cinqüenta mil reais da Prefeitura de Fortaleza, através do Vereador e Presidente da Câmara VALTER CAVALCANTE, assunto tratado em reunião da qual participaram, juntamente com ele, o ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA e os Sócios AFFONSO TABOZA PEREIRA e GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE. Informou que esteve na Secretaria de Finanças da Prefeitura, juntamente com o contador do Instituto, para sanar algumas exigências burocráticas, assunto que estará resolvido em no máximo quinze dias. Lembrou que, no próximo dia vinte e dois, teremos a nossa segunda Assembléia Geral, e na pauta a conferência do médico WELLINGTON ALVES sobre o PADRE CÍCERO ROMÃO BATISTA; que o conferencista é membro do Instituto do Cariri e que, dentro da idéia de interiorizar o Instituto do Ceará, pode ser muito útil o contato com o Doutor WELLINGTON ALVES. Solicitou dos companheiros empenho em trazer para a conferência parentes e amigos, de modo a se encher o auditório. Informou que o sócio ANTÔNIO

NILSON CRAVEIRO HOLANDA teve um acidente vascular cerebral mas está em franca recuperação. Em seguida passou a palavra ao Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA que informou, sobre a pintura externa do prédio do Instituto, que o serviço está viabilizado financeiramente; que uma empresa doará a tinta e uma entidade de classe arcará com o custo da mão de obra; que está coletando propostas de empresas para a execução do serviço, cuja duração será de trinta a quarenta dias. O Presidente pediu sugestões sobre como agradecer aos doadores, tendo o Sócio FRANCISCO ADEGILDO FERRER sugerido que lhes fosse dado o diploma de Amigo do Instituto. Na seqüência, o Presidente informou que no dia onze próximo a Sócia Efetiva REJANE MARIA VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO lançará um livro no Auditório Luiz de Gonzaga, da Universidade Federal do Ceará, cujo título é *Campanhas Eleitorais e Comunicação Midiática – Ciclos de Mudança e Continuidade*. O Presidente concitou os presentes a comparecerem ao lançamento em apoio à companheira. Reportou-se ao lançamento recente de livro do Sócio FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA, com o título *Vozes sem Eco*, ao qual compareceram vários confrades; elogiou a qualidade e a profundidade da obra em cuja leitura já mergulhou, tendo ultrapassado a centésima página; afirmou que o livro é uma referência para quem quiser estudar a história do Brasil contemporâneo. Reportou-se à Primeira Assembléia Geral, que teve como pauta a Conferência muito aplaudida do Confrade JUAREZ FERNANDES LEITÃO sobre a vida e a obra de VIRGÍLIO TÁVORA, e relembrou sua decisão de que a parte da Assembléia destinada às Conferências seja sempre coordenada pelo Secretário Geral. Referiu-se à presença oportuna na Conferência dos consócios CID SABÓIA DE CARVALHO, LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA, PEDRO SISNANDO LEITE e FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA, que tiveram convivência muito próxima com o Senador e Governador VIRGÍLIO TÁVORA, o primeiro exercendo mandato no Senado, e os outros como secretários de Estado. Informou que ligou depois para a filha do ex-Governador, Senhora TEREZA MARIA TÁVORA XIMENES, para agradecer sua presença na Conferência de que foi tema o seu pai, tendo recebido o seu agradecimento e a declaração de que havia muito tempo não sentia emoções tão fortes acerca de seu pai; que o conferencista está imprimindo às suas custas a palestra, de modo que todos os sócios a receberão. Informou que, no dia nove de junho, participou com o Sócio CID SABÓIA DE CARVALHO, de programa na Rádio Assunção, no qual foi divulgado o Instituto. Informou que no dia dez de julho às dezenove horas o Sócio LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA lançará na Assembléia Legislativa o livro *Amor e Dor – Poemas*, e convidou os companheiros a prestigiarem o evento. Informou que no dia vinte e cinco último encerrou-se o prazo para inscrição de candidatos a uma vaga de sócio efetivo,

remanescente da última eleição. Em seguida leu o parecer da Comissão de Verificação de Merecimento sobre o único candidato inscrito OSMAR MAIA DIÓGENES, proposto pelos sócios LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA, OSVALDO EVANDRO CARNEIRO MARTINS e EDUARDO DE CASTRO BEZERRA NETO, onde consta ter o candidato o perfil exigido para pertencer aos quadros do Instituto, na condição de sócio efetivo. Em seguida pôs o parecer à consideração da Diretoria, que o aprovou por unanimidade. Ato contínuo, definiu que a eleição se realizará no dia quinze de julho às quinze horas. Informou que recebeu de um membro da Academia Cearense de Medicina, médico MARCELO GURGEL CARLOS DA SILVA, a solicitação para que se faça no Instituto o registro da passagem do centenário de nascimento do General, Médico e Professor Universitário OSWALDO DE OLIVEIRA RIEDEL, intelectual paranaense que passou a maior parte de sua vida em nosso Estado, onde foi acadêmico fundador da Academia Cearense de Medicina, da Academia Cearense de Farmácia, e da Academia Cearense de Ciências. Foi também Sócio Efetivo do Instituto do Ceará. Informou que recebeu e-mail de um pesquisador de São Paulo elogiando a qualidade do portal do Instituto, do qual se serviu para pesquisar com êxito assuntos de seu interesse. O Sócio Efetivo FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER demonstrou preocupação com a continuidade operacional do portal, respondendo o Presidente que o portal continuará e que para isso está tomando providências; que enviou recentemente ao Grupo de Farmácias Pague Menos correspondência propondo seja o Grupo patrocinador oficial do *site*, a um custo mensal de seis mil reais, e que aguarda a resposta. O ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA interveio dizendo que o *site* tem custo baixo, e que nem se deve pensar em descontinuá-lo pois é muito visitado, reconhecido como o mais visitado do Nordeste – o que mostra o e-mail do pesquisador de São Paulo – , muito bem desenhado e que poucas universidades e entidades maiores tem um de igual qualidade; que o *site* já teve patrocínio do Grupo Hapvida e depois do Banco do Nordeste e que o banco, por questões internas, resolveu suspender; mas que provavelmente voltará, devido ao grande número de visitas que o *site* recebe. Tomando a palavra o Presidente disse que, após o que falou o ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, tem três caminhos a seguir: o Grupo Pague Menos, o Hapvida com o qual tem bom relacionamento, e o Banco do Nordeste. Falou que o Sócio JOSÉ LIBERAL DE CASTRO se dispôs a procurar o Banco do Nordeste com vistas a conseguir recursos para imprimir a Revista do Instituto. O Sócio PEDRO SISNANDO LEITE lembrou que está havendo mudança na administração do Banco, com novas pessoas à frente de departamentos. O Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ lembrou que o Presidente do Banco ficou de fazer uma visita ao Instituto, e que vai cobrar. O ex-Presidente

JOSÉ AUGUSTO BEZERRA informou que já estão no Banco projetos para patrocínio do *site* e da Revista. O Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ citou um e-mail do Sócio GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ justificando sua ausência à Conferência do Sócio JUAREZ FERNANDES LEITÃO, e informando que está escrevendo um livro sobre o patrimônio imaterial da hanseníase no Ceará e que vai lançá-lo oportunamente. Informou que o memorialista VICENTE ALENCAR está solicitando o auditório para uma homenagem a DOM PEDRO II no dia dois de dezembro, data do aniversário do Imperador, a qual teria também parte em frente à estátua do Monarca na praça da Catedral Metropolitana. A Diretoria concordou com a cessão do auditório. Informou que o jornal *O Povo* pediu autorização para filmar no Instituto um CD para a televisão sobre o BARÃO DE STUDART, e que esse jornal deu de presente para o Instituto doze CDs de meia hora sobre personalidades cearenses, tais como JOSÉ DE ALENCAR, RACHEL DE QUEIROZ, VIRGÍLIO TÁVORA, PADRE CÍCERO, PRESIDENTE CASTELO BRANCO. Lembrou que em reunião passada o companheiro PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA comentou que, em tempos passados, quando a Prefeitura queria denominar uma rua, o Instituto era consultado, e hoje não é mais, significando isso uma perda de prestígio da instituição. O presidente reconheceu que o Instituto não tem mais a importância dos tempos idos, mas que isso aconteceu com as entidades em geral, como a maçonaria, os clubes sociais, os Rotary Clubes, Lions e outros, e que nós estamos vivendo uma época de reacomodação da sociedade. E consultou os presentes se concordariam em que o Instituto promovesse uma mesa-redonda, convidando três pessoas de notório saber para uma discussão, nomes como, por exemplo, o Professor ANDRÉ HAGUETE, o PADRE MANFREDO e nosso Sócio EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES. Externou a opinião de que a escolha dos nomes é a parte mais fácil, e que o mais difícil é a parte política. A Sócia ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ perguntou se o Presidente se referia especificamente às manifestações de rua que estão acontecendo, ou se às mudanças que estão ocorrendo no Brasil; e informou que a USP (Universidade de São Paulo), no auge das manifestações promoveu uma discussão na internet com grandes historiadores e que, na sua opinião, o Instituto não deve ter uma opinião única; que o Instituto deve abrir o debate. O Presidente falou em três pensadores de diferentes campos ou correntes. O ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA pediu para voltar ao assunto anterior levantado pelo Sócio PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, comentando que os nomes de logradouros hoje são definidos pelas Câmaras Municipais após muitas discussões e que geralmente as comunidades interessadas são ouvidas e que a Câmara nunca abrirá mão dessa prerrogativa. O Presidente, referindo-se ao debate que deseja promover,

sugeriu que fosse realizado em agosto, após serenarem os ânimos, e "quando já se teria uma melhor perspectiva histórica", completou a Sócia ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ; e disse ainda que a Sócia REJANE MARIA VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO faz pesquisa nessa área e poderia ser um nome; ao que o Presidente acrescentou: "um bom nome". O Presidente achou boa a idéia e definiu que convidaria a sócia citada para coordenar a Conferência de agosto, dentro dessa linha. Ela seria a coordenadora da mesa-redonda. O ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA lembrou que o assunto não deve ser tratado de maneira muito teórica, pois até os jornalistas mais experimentados, que lidam com a matéria diariamente, não foram capazes de prever o que aconteceu; que o povo foi às ruas impulsionado pelas redes sociais e que a mídia está dando apoio importante. O Sócio FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA concordou com a importância da reflexão que se quer fazer, mas lamentou que em nenhum momento das manifestações se tocou nos graves problemas do Nordeste e das desigualdades regionais. A Sócia ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ citou o jornalista do jornal O Povo, PLÍNIO BORTOLOTI, como profissional de imprensa que vem tratando do assunto com muita propriedade; e lembrou que se poderia fazer o trabalho com historiador, com jornalista, ou pessoas que vissem o problema de diferentes ângulos; mas que é importante que o Instituto se insira na contemporaneidade e se interesse pelos problemas de hoje. O Sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA lamentou que, de um movimento de tamanhas proporções, a Presidente da República parece não saber ou não querer tirar todo o proveito possível para o bem da Nação; que esse plebiscito que ela propõe é coisa muito pequena diante da profundidade do movimento popular, e se resume a quatro ou cinco perguntas. Em seguida a Sócia ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ salientou que, na verdade, essas perguntas tratam apenas, especificamente, da reforma política. O Sócio JOSÉ AUGUSTO BEZERRA citou, como um dos males do nosso sistema, a nomeação de Ministros do STF pelo chefe do Poder Executivo. "Como pode um ministro nomeado pelo Presidente da República julgar os atos de quem o nomeou? Cadê a independência?" Vários sócios se pronunciaram expondo muitos dos males que atormentam a nossa República. Mudando de assunto, o Presidente passou a palavra para o Diretor Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA para tratar da situação financeira. O Tesoureiro lembrou que as contribuições pagas pelos candidatos às vagas de Sócio Efetivo nas últimas eleições, bem como as contribuições pagas pelos novos sócios, permitiram que pudéssemos, hoje, estar em dia com nossos pagamentos. Mas que no mês de julho estaremos com déficit; que alguns sócios pagam com grande atraso e que a situação financeira é difícil. O Tesoureiro discorreu sobre as receitas com que

conta a instituição e sobre suas despesas, mostrando o déficit. O Presidente lembrou que espera a resposta do Grupo Pague Menos à nossa proposta de seis mil reais pelo patrocínio do *site*, e que isso resolveria o problema. O ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA lembrou que temos perspectivas para o futuro, por exemplo, os cinqüenta mil reais da Prefeitura de Fortaleza, os cento e cinqüenta mil do Estado do Ceará, mas que precisamos pensar no futuro imediato. O Presidente levantou a hipótese de o Instituto promover no Ideal Clube, para angariar recursos, um show de alto nível de forma que não corresse risco financeiro. Após os debates, ficou de pé a idéia de que seria interessante tal promoção, desde que um espetáculo à altura do Instituto, por exemplo, um pianista famoso, e como ambiente o Teatro José de Alencar. O Presidente informou que tem recebido grande ajuda dos sócios JOSÉ LIBERAL DE CASTRO e AFFONSO TABOZA PEREIRA na procura de empresas que possam fornecer um elevador de duas paradas para o Instituto. Informou que temos duas propostas que serão impressas e ficarão na Secretaria à disposição dos sócios; que um amigo bem relacionado na sociedade local se propôs a sair com ele em visita a dez pessoas bem sucedidas, às quais seriam propostas cotas de colaboração de três mil e quinhentos reais. Surgiram na ocasião sugestões de diversas pessoas que poderiam ser procuradas. O Presidente informou que os sócios GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE e AFFONSO TABOZA PEREIRA sugeriram algumas alterações no Estatuto, alterações de forma, nada de essência. O Sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA achou melhor se pronunciar sobre o assunto quando do retorno do Sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, na ocasião em viagem, uma vez que foi ele o autor da idéia. O Presidente informou que, no lançamento do livro do companheiro FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA, recebeu da Deputada FERNANDA PESSOA a informação de que foi aprovada uma homenagem ao Instituto na Assembléia Legislativa. Algumas ponderações surgiram nesse momento como, por exemplo: um plenário enorme, pouca gente na platéia, uma idéia que devia ser bem pensada e avaliada. Mas o Presidente lançou uma idéia que poderia resolver o problema de platéia: fazer um concurso de redação entre escolas particulares, cujo tema seria o seguinte: *O que acho de mais interessante no portal do Instituto do Ceará*. Não haveria concorrência entre os colégios. Cada um faria um concurso interno e escolheria sua melhor redação. Seria divulgada a relação dos vencedores nessa festa na Assembléia, onde certamente teríamos uma grande platéia de estudantes. Os vencedores receberiam um diploma de honra ao mérito e um livro de presente. A idéia, considerada boa, seria promover o concurso entre vinte colégios, o que nos garantiria o plenário lotado. Finalizando, o Presidente falou que, por sugestão do Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, deseja filmar todas as conferências para a Filmoteca,

que comporá o acervo de documentos do Instituto.E deu por encerrada a sessão da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente, e por todos os sócios presentes.

Ednilo Gomes de Soárez	Affonso Taboza Pereira
Presidente	Segundo Secretário

Sessão do dia 4 de julho de 2013

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e treze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, no auditório do Anexo, sob a presidência do Confrade EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a terceira sessão ordinária da Diretoria eleita e empossada para exercício no Biênio 2013/2015. Presentes 10 (dez) sócios a seguir nominados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Segunda Vice-Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, sócios efetivos PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO e OSMAR MAIA DIÓGENES. Justificou a ausência o Primeiro Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE. O Presidente abriu a sessão pontualmente às quinze horas, saudando os presentes e lhes agradecendo pela colaboração que tem recebido em todos os momentos. Falando das dificuldades financeiras do Instituto, o Presidente voltou a dizer que sua tentativa de conseguir recursos do Grupo Pague Menos não surtiu efeito; que as gestões junto ao Grupo HapVida também malograram, porque o diretor queria inserir na Revista do Instituto matéria sua não compatível com os objetivos de nossa publicação. Disse que espera ter sucesso em projeto encaminhado ao Banco do Nordeste. O sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE informou que o *site* do Instituto está desatualizado. Instado pelo Presidente, assumiu o compromisso de cuidar do *site* e mantê-lo atualizado. O Presidente disse que se sente muito estimulado no exercício do cargo porque vê a Diretoria mobilizada e ajudando, enquanto o normal, em instituições congêneres, é ficar toda a responsabilidade nas costas do Presidente. Quanto ao concurso literário *Esta Casa Tem História*, instituído junto aos colégios de Fortaleza para divulgar o Instituto, informa que já foi procurado por quatro escolas e, junto com a Diretora Administrativa MARINEZ

ALVES FEITOSA, está em campanha de promoção junto às escolas particulares e a Diretora Administrativa em contato com as escolas públicas. Informou que o vencedor de cada escola será agraciado com diploma e livros, e que, por sugestão da Diretora MARINEZ, será sorteado um *tablet* entre os vencedores. Lembrou que teremos, no dia nove de setembro, a data de encerramento das inscrições para preenchimento da vaga aberta e que as eleições estão marcadas para o dia vinte e três com a primeira convocação marcada para as quinze horas e trinta minutos e a segunda para as dezesseis, encerrando-se a votação às dezessete horas. Lembrou que devem ser evitados a radicalização e o caráter plebiscitário nas eleições por parte dos sócios que lançam candidatos, pois compete aos trinta e oito ou trinta e nove sócios sufragar o nome que mais convenha à instituição, e que a não vitória de um candidato não constitui demérito para quem o lançou. E fez uma provocação aos sócios, pedindo que cada um se pronunciasse, com uma frase só, sobre qual seria o candidato ideal ao Instituto. Surgiram as seguintes idéias: 1) Ser pesquisador exímio na área de História; 2) O candidato deve preencher um dos três perfis que caracterizam o Instituto, com obras de reconhecida qualidade, conceito na sociedade entre as comunidades acadêmica e cultural do Estado; 3) Fácil relacionamento para a boa convivência com os pares; 4) Ter nível cultural elevado, não necessariamente ser pesquisador, ter obras publicadas e nível social compatível; 5) Que possa assumir suas obrigações financeiras com a entidade. O Presidente passou em seguida a citar as representações, começando com o sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA, que representou o Instituto numa palestra do Acadêmico LINHARES FILHO, membro da ACL, no Ideal Clube; o sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, que representou o Instituto nas comemorações dos noventa anos da Irmã ELISABETE, do Colégio da Imaculada Conceição; que ele, juntamente com o sócio OSMAR MAIA DIÓGENES estiveram presentes à missa de sétimo dia da senhora MARIA ZENITA AZEVEDO, esposa do sócio MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ). Informou que esteve na solenidade comemorativa dos setenta anos de fundação do Sindicato das Escolas Particulares do Ceará, tendo sido convidado para a mesa, como Presidente do Instituto. Informou que foi ao ar no último dia trinta às dezenove horas, através da TV Assembléia, uma entrevista que ele gravou logo depois da posse como Presidente do Instituto. Opinou que não podemos nos queixar da mídia, que tem dado cobertura quase diária à nossa entidade. Que no dia vinte e nove passado saiu matéria sobre o Instituto no Jornal O Estado, na coluna do Jornalista Flávio Torres. Mencionou discurso proferido na Câmara dos Deputados pelo confrade CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES saudando o amigo OSMAR MAIA DIÓGENES por seu ingresso no Instituto, dando detalhes da cerimônia de posse e aludindo ao alto nível do discurso do

novo confrade. O discurso do sócio Deputado Federal CARLOS MAURO BENEVIDES fica arquivado na Secretaria do Instituto, apenso a esta ata. A sócia ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, que é também Diretora Cultural da Academia Cearense de Letras, informou que no dia três deste mês, ocorreu a abertura do Ciclo de Palestras programado por aquela entidade, quando lá marcaram presença o Presidente da ACL, JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, ex-Presidente desta casa, o nosso Presidente e também membro daquela casa EDNILO GOMES DE SOÁREZ, nossos sócios AFFONSO TABOZA PEREIRA e OSMAR MAIA DIÓGENES. O Presidente informou que o sócio JOSÉ LIBERAL DE CASTRO trouxe o nome de um ilustre professor catedrático da Universidade de Coimbra, JOSÉ DE ALMEIDA CATROGA, da Faculdade de Letras e Instituto de História e Teoria das Idéias, propondo fosse marcada uma data para palestra desse ilustre visitante, o que foi feito pelo Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, agendando para o dia dezesseis. Concitou os companheiros a participarem e disse esperar que o Professor JOSÉ LIBERAL DE CASTRO traga muitas pessoas da Universidade. Manifestou preocupação com a Conferência do dia vinte, a ser proferida pelo Acadêmico da ACL DIMAS MACEDO, por ser o tema de interesse restrito: Dona Fideralina, personagem importante da História de Lavras da Mangabeira. Surgiram algumas idéias, uma delas que seja feito contato com a Associação dos Amigos de Lavras, que certamente poderá divulgar o evento e trazer pessoas interessadas. Lembrou que em outubro teremos a Conferência da Reitora da Unilab, Doutora NILMA LINO GOMES. Lembrou que em novembro teremos a comemoração dos centenários de cinco ex-sócios do Instituto. Informou o Presidente que na próxima segunda-feira teremos a visita do Senhor João Pignatelli, Conselheiro Cultural da embaixada de Portugal. Anunciou o lançamento de livro contendo as crônicas do jornalista LUSTOSA DA COSTA, coordenado pelo sócio JUAREZ FERNANDES LEITÃO e outros. Lançamento marcado para seis de setembro, no Ideal Clube. O sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE informou que conseguiu três doadores na campanha para a compra do elevador. O Presidente agradeceu e pediu que ele entrasse em contato com o Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA para operacionalizar o recebimento desse valor. O sócio FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER convidou para o lançamento do seu livro intitulado *Política em Verso e Música – Passeio pelas Campanhas Eleitorais do Ceará ao Som das Cordas Musicais*, no dia 30 de setembro às dezenove horas, na Academia Cearense de Letras. O sócio PAULO ELPIDIO DE MENEZES NETO informou que, em razão de suas atividades profissionais, passará longa temporada fora de Fortaleza, o que – lamentou – implicará em prolongada ausência sua às nossas atividades. Voltando à parte financeira, o

Presidente lembrou que nós somos "acionistas" do Instituto, e como tal, responsáveis por seu funcionamento. Lembrou que o sócio JOSÉ AUGUSTO BEZERRA tem trabalhado arduamente junto ao Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza no sentido de liberar os cinqüenta mil reais prometidos; que o sócio OSMAR MAIA DIÓGENES tem ajudado muito e que o sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE vem dando boa contribuição financeira. Que voltará à Secretaria da Fazenda do Estado levando um projeto elaborado pela Diretora Administrativa MARINEZ ALVES FEITOSA, visando conseguir recursos. Falou novamente sobre o déficit mensal superior a cinco mil reais e que a medida que se vem tomando de antecipar mensalidades é um paliativo. Falou sobre sua participação e do sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE na solução do déficit do mês passado. Que, juntamente com o ex-presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, tem mantido contado permanente com o Secretário da Fazenda e solicitado audiência com o Governador. O sócio PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA informou que o Instituto Histórico de Pernambuco estava em situação financeira pior que o nosso, abrindo apenas para as reuniões e fechando em seguida, e que o Governador do Estado resolveu investir. A partir daí, prédio reformado, vem o Instituto funcionando muito bem. O Presidente opinou, com justa razão, que é mais fácil conseguir dinheiro para o elevador que para as despesas do dia-a-dia. O sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA lembrou que o investimento no elevador não se resume ao valor da compra do equipamento; que há obra civil de pequena monta, mas que consumirá uma importância razoável, da ordem de dezesseis mil reais, que ele vai tentar conseguir. O Presidente lembrou que a grande preocupação é o mês de dezembro, que tem despesas de pessoal duplicadas. O sócio FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER sugeriu que os sócios contribuam com um décimo terceiro pagamento. A idéia, considerada interessante, será levada à Assembléia Geral. O Presidente falou sobre a campanha da nota fiscal – sugestão do sócio OSMAR MAIA DIÓGENES – e mostrou várias caixas repletas de notas fiscais – fruto de movimento que fez no colégio de sua propriedade – que podem render um bom dinheiro junto à Secretaria da Fazenda. Informou que os três funcionários do Instituto ficarão encarregados de organizar as notas de acordo com o processo da SEFAZ, e que para isso eles ganharão um percentual do que as notas renderem. Informou que o sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA lembrou que assuntos reservados do Instituto não devem ser tratados em Assembléias Gerais com Conferências programadas; que para tais assuntos seria conveniente programar Assembléia Geral Extraordinária à qual compareceriam somente os sócios. Falou sobre a sistemática que pretende adotar em nossas reuniões com relação ao uso da palavra pelos companheiros, e definiu como pontos importantes a serem observados

por todos: 1) Respeitar ao orador que está com a palavra; 2) Não se antecipar aos companheiros anteriormente inscritos; 3) Evitar a repetição de opiniões que já tenham sido externadas; 4) Evitar conversas paralelas; 5) Evitar a citação de fatos já anteriormente superados; 6) Evitar a introdução de assuntos estranhos ao que está sendo discutido. Segundo o Presidente, com tais diretrizes companheiros mais tímidos ou mais bem educados teriam espaço pra desenvolver sem atropelos suas idéias e apresentar subsídios aos temas em discussão, com evidente vantagem para o bom desenvolvimento e objetividade das reuniões. Por isso, declarou que a partir daquela data: 1) O orador só será interrompido se conceder aparte; 2) Quem quiser falar, levante a mão em silêncio e a ordem de inscrição será respeitada; 3) Assuntos só serão postos em votação quando todos tiverem apresentado seus pontos de vista. O sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA lembrou a necessidade de ser feito ofício às personalidades que serão agraciadas com o título de Sócio Benemérito, informando do fato e da data do evento. O Secretário Geral indagou a cada um dos presentes quem se comprometeria a fazer a palestra alusiva aos cinco ex-companheiros falecidos, que tanto honraram o Instituto. Ficou acertado, com o apoio e o aplauso de todos, que a missão caberia ao sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE. Ficou definida a data dezesseis de dezembro para a confraternização de Natal. Agradecendo a presença de todos o Presidente encerrou a sessão da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos sócios presentes.

Ednilo Gomes de Soárez	Affonso Taboza Pereira
Presidente	Segundo Secretário

Sessão do dia 15 de julho de 2013

Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e treze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, auditório do Anexo, a primeira Assembléia Geral Eleitoral do Biênio 2013/2015.Presentes os sócios efetivos EDNILO GOMES DE SOÁREZ, que presidiu a Assembléia, PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, EDUARDO DE CASTRO BEZERRA NETO, MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ), PEDRO SISNANDO LEITE, RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS, REJANE VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO, JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA, LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA, LÚCIO GONÇALO DE

ANCÂNTARA, JUAREZ FERNANDES LEITÃO, AFFONSO TABOZA PEREIRA, ÂNGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER e GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE. Abrindo a sessão pontualmente às quinze horas, o Presidente lembrou que concorre a esta eleição um candidato único, e que, quanto maior for a quantidade de votos que ele receber, mais significativa será para ele sua aceitação para integrar o quadro de sócios do Instituto. Após algumas informações de interesse geral, o Presidente lembrou que, no dia vinte e dois do corrente mês, teremos Assembléia Geral com palestra do médico WELLINGTON ALVES, do Instituto do Cariri, sobre o tema *Padre Cícero – Atuação Histórica e Permanência no Imaginário Popular*. Informou sobre sua estada, junto com o Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, na Unilab - Universidade Luso-Afro-Brasileira, na cidade de Redenção, em contato com a Reitora, Doutora ILMA LINO GOMES, que se comprometeu a proferir conferência na Assembléia Geral do dia vinte e um de outubro, sobre sua visão em relação às conseqüências da implantação dessa universidade aqui, no Ceará. Voltando à conferência do dia vinte e dois, próxima segunda-feira, manifestou sua preocupação com relação ao número de pessoas que deverá comparecer, embora seja o Padre Cícero um personagem da História do Ceará que desperta muito interesse entre estudiosos e na população em geral. Falou sobre a conferência que será proferida no dia vinte de agosto pelo Sócio LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA, ex-Governador do nosso Estado, sobre o tema *A Transição Democrática: Testemunho Pessoal*. Falou nosso Confrade ex-Governador que, devido à vastidão do tema e à exigüidade do tempo disponível, se limitará a citar e comentar os tópicos mais importantes, e que falará de improviso. O Presidente falou que, na próxima reunião da Diretoria, debaterá com os presentes sobre pauta e detalhes da mesa-redonda que pretende promover sobre as recentes manifestações de rua; que a reunião será no dia seis, primeira quarta-feira de agosto. Falou sobre o relacionamento entre os membros do Instituto que, nas suas palavras, é o mais amistoso possível. Informou que, naquela data, estava autorizando a pintura do Instituto, com recursos conseguidos pelo Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA junto a empresários. Voltando a falar sobre a mesa-redonda, manifestou a conveniência de que dela participem um jornalista, um cientista político e um representante do Instituto, mas que isso seria decidido na reunião do dia seis. Falou sobre a conferência do Professor DIMAS MACEDO, da Academia Cearense de Letras, sobre o tema *Dona Fideralina de Lavras da Mangabeira*, que, em conseqüência de viagem de última hora do conferencista, foi transferida para novembro, sendo a lacuna preenchida pela brilhante conferencia do Confrade JUAREZ FERNANDES LEITÃO sobre VIRGÍLIO TÁVORA. Informou que o Instituto está recebendo

da Sócia REJANE MARIA VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO um exemplar do seu livro lançado recentemente, e dois CDs do Sócio LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA, contendo matérias literárias de sua lavra. Falou em seguida que este é um dia muito importante porque, além de ser dia de eleição de um novo companheiro, estava assinando o contrato para a pintura do prédio sede do Instituto, trabalho do Sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA; que o empresário ROBERTO PROENÇA DE MACEDO vai fornecer toda a tinta e o SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil no Ceará vai fornecer a mão de obra. Falou que, no começo de agosto, começará a campanha para a aquisição do elevador para pessoas com mobilidade reduzida. Em seguida o Presidente abriu a votação, anunciando que concorria um candidato único, OSMAR MAIA DIÓGENES. Convidou para participar da mesa de apuração os sócios JUAREZ FERNANDES LEITÃO e MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ).Votaram os dezessete sócios presentes, na ordem em que foram citados acima. Enviaram seus votos por mensageiro os sócios: VALDELICE CARNEIRO GIRÃO, PAULO AYRTON ARAÚJO, JOSÉ MURILO DE CARVALHO MARTINS, FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA, JOSÉ FILOMENO MORAES FILHO e FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA. Enviou seu voto pelo correio, via Sedex, o Sócio CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES, que se encontra em Brasília. Às dezessete horas o Presidente declarou encerrada a votação. A mesa apuradora computou vinte e quatro votos, todos favoráveis ao candidato. O Presidente declarou eleito pela unanimidade dos votantes para compor o quadro de sócios do Instituto do Ceará o Senhor OSMAR MAIA DIÓGENES, que será empossado em data a ser marcada.Através de email, justificou ausência a esta Assembléia Geral o Sócio PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO, em viagem ao Rio de Janeiro. Informou que não enviou seu voto pelo correio, via Sedex, por não ter recebido a cédula de votação em tempo hábil. Às dezessete horas o Presidente deu por encerrada a Assembléia Geral, da qual lavrei esta ata que vai assinada por mim, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, pelo Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, e pelos sócios efetivos presentes.

Ednilo Gomes de Soárez — Presidente

Affonso Taboza Pereira — Segundo Secretário

Sessão do dia 22 de julho de 2013

Aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e treze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594,

Centro de Fortaleza, no auditório do Anexo, sob a presidência do Confrade EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a segunda Assembléia Geral Ordinária do Biênio 2013/2015, tendo como pauta Conferência do Doutor WELLINGTON ALVES, médico, ex-presidente da SOBRAMES (Sociedade Brasileira de Médicos Escritores), professor universitário, membro efetivo do Instituto Cultural do Cariri, escritor, poeta e conferencista. O conferencista discorreu sobe o tema: *Padre Cícero, Atuação Histórica e Permanência no Imaginário Popular.* Presentes dezesseis Sócios Efetivos, cujos nomes vão aqui citados: EDNILO GOMES DE SOÁREZ, PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES, EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES, PEDRO SISNANDO LEITE, FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA, JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA, LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA, LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, JUAREZ FERNANDES LEITÃO, AFFONSO TABOZA PEREIRA, FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER, CID SABÓIA DE CARVALHO e GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE. Presentes estavam também o sócio eleito OSMAR MAIA DIÓGENES, o sócio benemérito VICENTE ALENCAR, e diversos convidados. Justificaram a ausência os sócios PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO, em viagem ao Rio de Janeiro, e ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, em viagem ao exterior. Abrindo a sessão às quinze horas, o Presidente fez questão de enfatizar o rigor que terá em começar sempre na hora marcada, até em atenção aos pontuais. Agradeceu as presenças de sócios e convidados e explicou que dará, de início, algumas informações de interesse dos sócios e dos convidados, pois estes, mesmo não pertencendo aos quadros do Instituto, têm por ele interesse. De início externou seu pesar em comunicar aos presentes o falecimento do sócio OSWALDO EVANDRO CARNEIRO MARTINS, um dos mais presentes e competentes confrades, que nos deixou aos noventa e três anos de idade; que ele, mesmo em idade avançada e não pertencendo à Diretoria, nunca faltava às reuniões; e propôs que, todos de pé, guardassem um minuto de silêncio. Em seguida noticiou que, graças ao trabalho diuturno do sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA, conseguimos iniciar a pintura da sede, que já precisava de uma providência nesse sentido. Enalteceu a freqüência com que os sócios vem lançando livros. E citou FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA, que lançou *Vozes sem Eco*; REJANE MARIA VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO, que lançou *Campanhas Eleitorais e Comunicação Midiática – Ciclos de Mudança e Continuidade*; e também LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA, que lançou o livro de poemas *Amor e Dor*. Informou que compareceu aos três lançamentos. E caracterizou o público de cada um dos eventos: no lançamento

do confrade FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA, predominavam funcionários do Banco do Nordeste e da Sudene; no lançamento da sócia REJANE MARIA VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO, a presença maior era de professores universitários e alunos; e no lançamento do confrade LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA predominavam os políticos. Um ponto comum aos três: o grande número de sócios do Instituto. E lançou um apelo para que os sócios prestigiem sempre os companheiros que estão produzindo. E pediu que os companheiros que lançarem livros, coloquem sempre nos mesmos a logomarca do Instituto e que sempre ofereçam um exemplar para a biblioteca; e uma sugestão importante: que o autor imprima no livro o seu e-mail, para possibilitar a comunicação com interessados. Noticiou a eleição do novo sócio OSMAR MAIA DIÓGENES que, mesmo sem ser sócio, sempre prestigiou o Instituto. Lembrou que mensalmente o Instituto promove Conferências sobre temas ligados à História, à Geografia e à Antropologia, sempre no dia vinte do mês se for dia útil, ou no primeiro dia útil seguinte em caso de feriado ou fim de semana. Lembrou que a próxima conferência será proferida pelo sócio LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA, ex-governador do nosso Estado, que falará sobre a transição democrática no País, com a autoridade de quem viveu e viu muito de perto os fatos ocorridos naquele momento. Ressaltou o clima de concórdia e compreensão reinante no Instituto e que tem, como Presidente do Instituto, contado com a colaboração espontânea dos sócios. Citou como exemplo o Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, que já preparou a pauta das conferências até o fim do ano. Lembrou mais uma vez a recuperação física da sede, e que o somatório das ações de todos levará o Instituto à posição que todos almejam. Lembrou que toda segunda-feira estará na sede entre quinze e dezessete horas, e que qualquer companheiro pode para ele telefonar a qualquer momento através do seu celular, cujo número informou na hora. Citou a divulgação que o Instituto tem recebido na mídia, mas que é grande o número de pessoas que ainda não sabem que ele existe. E pediu que os companheiros o divulguem da forma como puderem. Informou que a Deputada Fernanda Pessoa o procurou com o intuito de promover uma homenagem ao Instituto, mas teme o esvaziamento de tal evento pela baixa freqüência. Visando contornar esse problema, falou da sua intenção de promover nas escolas um concurso entre alunos sobre o tema *Instituto do Ceará. Esta Casa tem História*; que cada escola elegerá seu melhor trabalho e apresentará ao Instituto, que premiará todos os trabalhos selecionados por ocasião do evento da Assembléia Legislativa. Não haverá concorrência entre escolas. Falou que cada escola levaria cinco ou seis alunos, o que garantiria boa quantidade de presenças no Plenário. Tratando da conferência do dia, citou a presença de algumas personalidades ligadas ao tema e à cidade de Juazeiro do

Norte, agradeceu ao conferencista pelo prestígio que dá ao Instituto do Ceará, e passou a palavra ao Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, que na ocasião assumiu a direção dos trabalhos. Citando o tema da conferência, o Secretário Geral enalteceu a figura do Padre Cícero Romão Batista, um dos personagens mais importantes da História do Ceará, sobre o qual foram escritas centenas de livros, milhares de artigos e ensaios. Apresentou o Conferencista, do qual leu o extenso curriculum vitae. Na ocasião citou os ex-membros do Instituto que fariam centenário este ano, se vivos fossem: FRAN MARTINS, PARSIFAL BARROSO, OSVALDO RIEDEL, MARIA CONCEIÇÃO SOUSA e FRANCISCO ALVES DE ANDRADE E CASTRO. E passou a palavra ao conferencista Dr. WELLINGTON ALVES que, com grande fluência e conhecimento do assunto, se desincumbiu com brilho de sua tarefa.Ao fim da Conferência, seguiram-se debates esclarecedores e acalorados, argumentos e visões conflitantes, como não poderia deixar de ser, em se tratando de uma figura controvertida como o Padre Cícero Romão Batista. Participaram sócios e convidados, na ordem seguinte: Professor NÓBREGA, JUAREZ FERNANDES LEITÃO, LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, FRANCISCO DE ASSIS ALMEIDA, CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES, ALBERTO FARIAS, NÚBIA FERREIRA, CID SABÓIA DE CARVALHO, FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER, RÉVIA HERCULANO, FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, ANTÔNIO CAÇULA JÚNIOR E OSMAR MAIA DIÓGENES. Retomando a palavra o Presidente mais uma vez agradeceu a presença de todos e, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a sessão, da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos sócios presentes.

Ednilo Gomes de Soárez	Affonso Taboza Pereira
Presidente	Segundo Secretário

Sessão do dia 7 de agosto de 2013

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, no auditório do Anexo, sob a presidência do Confrade EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a terceira sessão ordinária da Diretoria eleita e empossada para exercício no Biênio 2013/2015. Presentes nove sócios efetivos a seguir citados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Primeiro Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, Segunda Vice-Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, Diretor da Biblioteca e Arquivo

PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, Diretor de Comunicações e Relações Públicas MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ), Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, e Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA e o Sócio Efetivo PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO, Membro do Conselho Superior Consultivo. O Presidente deu início à sessão às quinze horas, saudando a todos, e desejando um bom trabalho. Em seguida se referiu à sua presença no lançamento do livro do escritor Moacir Gadelha, décimo sexto livro do autor de oitenta e nove anos. Referiu-se à sua presença no lançamento do livro do escritor e membro da Academia Cearense de Letras, HORÁCIO DÍDIMO, e do lançamento do livro do escritor VICENTE VIEIRA; deu conta de sua presença no Aniversário da Capitania dos Portos, representando o Instituto; presença na casa no nosso confrade LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, em reunião da Associação das Amigas do Livro, da qual sua esposa BEATRIZ ALCÂNTARA é sócia; desta reunião participou também nosso ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA. Informou que nosso Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE representou o Instituto no lançamento de livro sobre a IRMÃ ELISABETE, do Colégio da Imaculada Conceição, nos seus setenta anos de vida religiosa, com belo trabalho naquela instituição. Deu as boas vindas à nossa Vice-Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, de volta do Peru, aonde fora atender a um compromisso de família, centenário de sua sogra. Informou sobre e-mail do Sócio JOSÉ FILOMENO DE MORAES FILHO, justificando sua ausência nesta reunião, em virtude de viagem ao México, onde ministrará duas palestras na Universidade Nacional Autônoma daquele país. Leu e-mail recebido do confrade EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES, justificando sua ausência nesta reunião e elogiando a ação do Presidente de convidar para as reuniões da diretoria os demais sócios. Citou como um sucesso a Conferência sobre o Padre CÍCERO, proferida pelo Médico WELLINGTON ALVES, na Assembleia Geral de vinte e dois de julho, que foi muito divulgada na Imprensa. Referiu-se à Conferência a ser proferida por nosso sócio LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA na próxima Assembleia Geral do dia vinte de agosto, sobre o tema: *Transição Democrática, um Testemunho Pessoal;* planeja começar a partir do dia quinze a divulgação na Imprensa. Lembrou que o Conferencista foi o primeiro Governador de Estado filiado à ARENA, Aliança Renovadora Nacional, a aderir à candidatura de TANCREDO NEVES à Presidência da República, em oposição ao candidato oficial do partido; lembrou que foi o Conferencista convidado por TANCREDO NEVES para ser seu companheiro de chapa como Vice-Presidente, antes do convite a JOSÉ SARNEY; caso ti-

vesse aceitado, teria sido Presidente do nosso País. Informou que a sócia ZÉLIA SÁ VIANA CAMURÇA foi homenageada como a primeira professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará e que acaba de completar cinqüenta anos de magistério. Lembrou que no dia vinte e três teremos a posse do sócio-eleito OSMAR MAIA DIÓGENES. Informou que, de acordo com o Estatuto, o sócio JOÃO ALFREDO DE SOUSA MONTENEGRO pediu para ser promovido ao quadro de Sócios Remidos e declarou aberta uma vaga no quadro de sócio efetivo. Com a vaga aberta pelo falecimento do sócio OSWALDO EVANDRO CARNEIRO MARTINS, temos duas vagas a serem preenchidas; no entanto, a idéia para a eleição é abrir uma vaga de cada vez, uma por mês. Falou sobre homenagem ao sócio falecido e propôs que, na Assembléia Geral do dia vinte, se fizesse a homenagem, e perguntou se alguém se propunha a falar sobre ele durante cinco minutos; definiu que o sócio PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, que tinha muita ligação com ele, falaria, ou encontraria alguém pra fazê-lo. Falou sobre a situação financeira difícil do Instituto, e lamentou que o Grupo Empresarial Pague Menos tenha se negado a atender a seu pedido de colaboração. O Grupo HapVida está com solicitação nossa de um mil reais por mês e o Banco do Nordeste com solicitação de um mil e duzentos reais, também por mês. Informou que no mês a Tesouraria acusou um déficit de hum mil reais, que ele cobriu, e que a perspectiva futura não é boa; que o ex-presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA está ajudando junto à Prefeitura de Fortaleza, e que ele está trabalhando junto ao Estado, no intuito de conseguir ajuda mais substancial dessas duas entidades; que o Secretário da Fazenda MAURO BENEVIDES FILHO o orientou a pedir uma audiência ao Governador, o que foi feito através de ofício; que o pedido feito ao Vereador VALTER CAVALCANTE está sendo atendido e que está em curso a sua liberação pela Prefeitura, no valor de cinquenta mil reais; que o déficit real mensal do Instituto é de seis mil reais. Algumas sugestões foram dadas para se conseguir recursos financeiros, entre elas a procura de pessoas abastadas às quais fossem conferidas honrarias, tais como título de Sócio Benemérito. Quanto ao estacionamento ocupado pela Pague Menos, informou que o contrato terminará no dia dez de março de dois mil e quatorze e que recebeu do Grupo correspondência, informando do seu interesse em renovar; e consultou se algum dos presentes tem experiência nessa área. A Sócia ANGELA MARIA ROSSAS MOTA GUTIÉRREZ lembrou que o ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA tem empresa imobiliária, e poderia ser consultado a respeito. O Presidente aceitou a sugestão. E disse que já deu início à campanha do elevador, e que é muito mais fácil conseguir dez pessoas que se disponham a doar três mil reais para isso, porque terão o nome estampado numa placa, do que encontrar quem queira contribuir regularmente para o dia-a-dia. O presi-

dente disse que, diante da impossibilidade financeira, não via outra saída que não o aumento da mensalidade, embora fosse uma decisão antipática. O Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA apoiou a idéia e disse que, se nós, que somos sócios e gostamos do Instituto, não nos dispomos a colaborar para o alívio financeiro da Instituição, como vamos querer que pessoas de fora o façam? Foi dito na ocasião que muitos não vão concordar e que há sócios que não pagam há tempos. Levantou-se também a questão de competência para tal decisão, se da Diretoria ou da Assembléia Geral. Ficou definido, em princípio, o valor de cento e cinqüenta reais para a mensalidade, a partir de setembro, proposta do Presidente aprovada pela unanimidade da Diretoria. O Presidente voltou a falar sobre ideia ventilada em sessão anterior de se fazer uma reunião para estudo das manifestações de rua acontecidas ultimamente. Várias opiniões se mostraram desfavoráveis, sob a justa razão de que os fatos são muito recentes e é preciso tempo para uma análise mais acurada e razoável do que está acontecendo. Decidiu-se então pelo cancelamento de tal ideia. O sócio PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA sugeriu que se divulgasse através da imprensa a situação financeira difícil dessa instituição cultural secular quase em ponto de se extinguir por falta de recursos financeiros. Na sua opinião alguém, pessoa física ou jurídica, ou mesmo o Estado, poderia se sensibilizar e correr em auxílio. O sócio MIGUEL ÂNGELO AZEVEDO (NIREZ) apresentou uma sugestão nova, com vistas à solução do problema financeiro: transformar o Instituto em fundação. E entregou ao Presidente um documento onde, segundo ele, está explicitado como se chegar a este objetivo. O sócio PEDRO SISNANDO LEITE voltou a falar sobre a inconveniência de se tratar no Instituto das manifestações de rua, e sugeriu que assuntos de maior interesse da sociedade poderiam ser trazidos a debate nesta casa; que se ocupa muito tempo tratando de biografias e coisas do passado, quando de fato poderíamos discutir assuntos mais atuais e de real interesse para a vida da Nação. Citou como exemplo o problema da seca, que afeta doze milhões de nordestinos, e que a política do Governo é confusa e nada resolve; que o Instituto pode contribuir através de seus membros qualificados no estudo de soluções para este fato que é uma realidade permanente, em vez de se debruçar sobre fatos políticos episódicos. O sócio PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA citou o problema da transposição das águas do Rio São Francisco, como um tema também possível de ser tratado. Sobre a programação de setembro do Ciclo de Conferências está confirmada a conferência do Acadêmico DIMAS MACEDO, sobre a personagem da história do Cariri, dona FIDERALINA. Para outubro, a Reitora da Unilab. O sócio JUAREZ FERNANDES LEITÃO lembrou a importância da leitura das atas e de sua aprovação em cada reunião. Afirmou que não se leva mais que cinco minutos

nessa atividade e que a leitura relembra os fatos discutidos e decididos na reunião anterior. O sócio PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, em reforço a essa idéia, lembrou fato do passado em que a ata da sessão decidiu pendência importante e que nas atas está a história da instituição. O sócio PEDRO SISNANDO LEITE afirmou que, pela primeira vez, as reuniões do Instituto estão tendo ata e que não há obrigatoriedade de se fazer ata nas sessões ordinárias. Surgiram várias reações contrárias, e sobre a necessidade de sua leitura houve indefinição, ficando decidido que as atas das Assembleias Gerais devem ser lidas. O presidente ressaltou a ajuda que tem recebido de todos, mas principalmente dos sócios AFFONSO TABOZA PEREIRA e JOSÉ LIBERAL DE CASTRO. Informou que a pintura da sede avança rapidamente e que na próxima reunião os sócios já devem encontrar o prédio pintado com as bandeiras desfraldadas. Informou que o sócio JOSÉ LIBERAL DE CASTRO detectou um vazamento de água no registro de entrada da Cagece, cuja solução rápida redundou em economia para o Instituto. Informou sobre vazamento na caixa d'água, em cuja solução os dois sócios estão empenhados. Sobre o aumento da mensalidade, o sócio PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA sugeriu seja feito um ofício circular a todos os associados, enfatizando a crítica situação financeira da entidade e a necessidade de que cada um de nós compreenda e colabore, pois é nossa obrigação manter vivo o Instituto. O sócio PEDRO SISNANDO LEITE informou sobre doação de livros à Biblioteca do Instituto por parte da família do nosso ex-sócio, falecido, GERALDO NOBRE. O sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA se reportou a doação à Biblioteca do Instituto do Ceará, feita pelo empresário FRANCISCO BALTAZAR NETO, de livro de sua autoria intitulado *4581 – Sobras de Campanha.* Ele foi candidato a vice-prefeito de sua cidade, Guaraciaba do Norte, com a intenção de moralizar, juntamente com o candidato a prefeito, também empresário, as eleições municipais em sua terra. Perdeu as eleições por larga margem de votos. O número que dá título ao livro corresponde à quantidade de votos que ele teve e o subtítulo *Sobras de Campanha* corresponde às lições que aprendeu no mundocão da política do Interior, da qual agora quer distância. O sócio PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA anunciou também a doação ao Instituto de livros de sua biblioteca, constituída de exemplares de História e Geografia, fazendo a exigência de que neles conste que se trata de doação sua. Agradecendo a presença de todos, o Presidente deu por encerrada a sessão da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que assinada por mim, pelo Presidente, e pelos sócios presentes.

Ednilo Gomes de Soárez	Affonso Taboza Pereira
Presidente	Segundo Secretário

Sessão do dia 20 de agosto de 2013

Às quinze horas do dia vinte do mês de agosto do ano de dois mil e treze iniciou-se no Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico – no recinto do auditório Barão de Studart, a terceira Assembleia Geral Ordinária do Biênio 2013/2015, sob a presidência do confrade EDNILO GOMES DE SOÁREZ, com a presença dos Sócios Efetivos Francisco Fernando Saraiva Câmara, Paulo Elpídio de Menezes Neto, Francisco Ésio de Sousa, José Filomeno Moraes Filho, Maria Clélia Lustosa Costa, Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, Lúcio Gonçalo de Alcântara, Juarez Fernandes Leitão, Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez, Cid Sabóia de Carvalho e Geová Lemos Cavalcante. Ao abrir a sessão, o Presidente Ednilo Soárez manifestou a satisfação do Instituto em constatar a presença de ilustres personalidades, mencionando o ex-deputado federal Luiz Marques, Provedor-Mor da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, os intelectuais João Gonçalves de Lemos, ex-Presidente da Academia Cearense de Ciências, Neuzemar Morais, da Academia de Retórica, e o Sócio Efetivo eleito Osmar Maia Diógenes. O Presidente, após, convidou o Sócio Efetivo Geová Lemos Cavalcante, 1º Secretário, para secretariar os trabalhos tendo em vista a ausência justificada do 2º Secretário, Sócio Efetivo Affonso Taboza Pereira, a quem solicitou que procedesse à leitura da Ata da sessão anterior. O Presidente comunicou que também justificaram suas ausências à presente sessão os sócios efetivos José Augusto Bezerra e Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes. Dando continuidade, o Presidente comunicou o falecimento da Sra. Maria Zenita Rodrigues de Azevedo, esposa do Sócio Efetivo Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), Diretor de Comunicação e Relações Públicas do Instituto do Ceará, solicitando aos presentes que, de pé, guardassem 1 minuto de silêncio em homenagem à extinta, falecida na data de ontem, dia 19. Em seguida, o Secretário leu a Ata da sessão anterior, aprovada sem restrições. Retomando a palavra, o Presidente deu informações sobre a pintura que está sendo realizada no prédio, dizendo que a fachada está concluída com as bandeiras tremulando; está tentando obter patrocínio para o *site* do Instituto, esperando dentre em breve conseguir sucesso; informou que no próximo dia 23 de agosto dar-se-á a posse do sócio eleito Osmar Maia Diógenes, destacando "a importância da presença de todos os sócios para recebermos o novel sócio com todas as honras de que é merecedor". De outro lado, informou que na reunião da Diretoria realizada no último 7 de agosto foi declarada aberta a vaga deixada pelo Sócio Efetivo João Alfredo de Sousa Montenegro que, nos termos do artigo 11 do Estatuto, requereu transferência para o quadro de Sócio Remido. De tal sorte, o prazo de inscrição para os candidatos ao preenchimento da vaga se encerra no dia 09 de setembro. Ainda no

tempo dedicado às informações, disse que, atendendo sugestão do Secretário Geral Juarez Leitão, numa das próximas Assembleias será comemorado o Centenário de 5 ex-sócios: Fran Martins, Parsifal Barroso, Oswaldo Riedel, Maria da Conceição Sousa e Francisco Alves de Andrade e Castro. Para falar em nome do Instituto na homenagem a ser prestada aos cinco sócios falecidos, a Diretoria designou o Sócio Efetivo Geová Lemos Cavalcante. Acrescentou que o Instituto tem participado dos principais eventos culturais da cidade; no último dia 7, o 1º Secretário representou o Instituto no lançamento do livro "Irmã Elisabeth – Sabedoria e plenitude – 70 anos de vida religiosa", homenagem prestada pelas ex-alunas do Colégio Imaculada Conceição à sua nonagenária ex-diretora, ato que se deu na Livraria Saraiva; também o 2º Secretário Affonso Taboza Pereira, no último dia 14, representou o Instituto na palestra proferida pelo Acadêmico Linhares Filho, da Academia Cearense de Letras, no Ideal Clube, sobre a obra e vida do poeta Ledo Ivo, enquanto ele, Presidente, e os Sócios Efetivos Paulo Bonavides, Luiz de Gonzaga Fonseca Mota e Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez compareceram à conferência proferida pelo Sociólogo Ariano Suassuna na Escola Superior da Magistratura sobre o tema "Raízes da Cultura Brasileira". Finalizou informando que o Sócio Efetivo Pedro Alberto, editor da Revista do Instituto do Ceará desde 1975, ultimou a editoração relativa ao ano de 2012 e está recebendo artigos até dezembro deste ano para a Revista do ano de 2013. Na fase deliberativa da Assembleia, colocou em mesa proposta formulada pelos Sócios Efetivos Fernando Câmara, Ésio de Sousa e Gonzaga Mota concedendo o título de Sócio Benemérito aos empresários Roberto Proença de Macedo, Presidente da Federação das Indústrias do Ceará, e Roberto Sérgio Ferreira, Presidente do Sindicato da Construção Civil, os quais a pedido do Sócio Efetivo Affonso Taboza Pereira, viabilizaram a pintura do prédio do Instituto. A proposta foi aprovada. Igualmente colocou à apreciação da Assembleia a decisão adotada pela Diretoria no dia 7 do corrente mês, reajustando a mensalidade dos Sócios, aumentada de R$ 100,00 para R$ 150,00, visando reduzir o déficit mensal de R$ 6.000,00. Ratificada a decisão da Diretoria. O sócio eleito Osmar Diógenes, diante da informação da situação financeira da entidade, sugeriu a inserção do Instituto no programa de incentivo à arrecadação criado pelo governo do Estado do Ceará através da campanha da Nota Fiscal. A sugestão mereceu a acolhida. Para dar continuidade ao ciclo de conferências programado para este ano no Instituto, o Presidente passou a condução dos trabalhos ao Secretário Geral Juarez Leitão, que fez a apresentação do conferencista Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, Sócio Efetivo do Instituto e Governador do Estado do Ceará no período de 1983 a 1987, que discorreu sobre o tema ***A transição democrática, testemunho pessoal***. Gonzaga Mota fez um resumo em 10 pontos de suas

Memórias que brevemente serão publicadas em livro. Discorreu sobre a transição democrática, quando houve a eleição do primeiro presidente civil do País após o regime militar, fato ocorrido no Brasil exatamente na época em que dirigia os destinos do Estado do Ceará. Teve papel saliente como protagonista eis que foi o único governador a divergir da candidatura presidencial de Paulo Maluf, patrocinada pelo governo federal, apoiando a candidatura do governador Tancredo Neves, da oposição. Confidenciou que o governador Tancredo Neves o convidara para ser candidato a Vice-Presidente em sua chapa, mas declinou do convite em favor do senador José Sarney. Sua decisão de apoiar a candidatura Tancredo Neves ensejou sérias represálias por parte do governo central, travando as transferências financeiras que foram comandadas pelo poderoso Ministro da Fazenda Delfim Neto, impedindo o andamento normal da administração estadual, a braços com grave crise climática. Diante das dificuldades financeiras, apresentavam-se somente duas opções : ou aderia à candidatura Paulo Maluf ou renunciava. Nesta altura, o Secretário Firmo de Castro, da Fazenda, sugeriu a alternativa da criação de uma moeda estadual nos moldes, aperfeiçoados, das brizoletas, iniciativa do governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul. Assim, criou-se no Ceará a moeda-social que ficou conhecida como as "gonzaguetas". De tal modo, que com a aceitação da classe empresarial, foi possível manter a governabilidade e pagar funcionários e fornecedores, pois a moeda servia como meio de pagamento para o imposto de circulação de mercadorias (ICM). Em resumo, disse, as "gonzaguetas" foram o símbolo da resistência democrática". Como obra do seu governo, na grave seca, destacou a criação da "A Missão Asa Branca", conduzida por sua mulher Mirian, que levou ajuda às populações do interior cearense. Terminada a conferencia, o Secretário Geral Juarez Leitão abriu inscrição para debates, inscrevendo-se os sócios efetivos Cid Carvalho e Clélia Lustosa da Costa e o convidado Ubiratan Aguiar, ex-Secretário de Educação no governo Gonzaga Mota e ex-Ministro do Tribunal de Contas da União. Cid Carvalho e Ubiratan Aguiar enalteceram a participação de Gonzaga Mota na vida política nacional, destacando sua contribuição para o processo democrático brasileiro, enquanto Clélia Lustosa ressaltou que o depoimento do conferencista foi de muita importância para o conhecimento dos fatos históricos ocorridos no período compreendido entre 1983/1987. Dentre outros, estiverem presentes à conferência o sócio honorário João Pires, o sócio benemérito Vicente Alencar, os antigos assessores e secretários do governo Gonzaga Mota, senhores Luiz Marques, Ubiratan Aguiar, Artur Silva, Valdimir Spinelli, Marcos Cesar Sales, Manoel Veras, atual Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, Cel. Hélio Luna Alencar, ex-Comandante da Polícia Militar, escritor Siridião Montenegro, da Academia Fortalezense de Letras, e os professores Regis Frota e Eustógio Wanderley

Dantas. Concluídos os debates, o Secretário Geral Juarez Leitão passou a palavra ao Presidente Ednilo Soárez, que agradeceu ao conferencista Gonzaga Mota pela brilhante e edificante conferência e, às 17 horas, encerrou a sessão e eu, Geová Lemos Cavalcante, 1º Secretário, redigi e digitei a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente e por mim.

Ednilo Soárez	Geová Lemos Cavalcante
Presidente	1º. Secretário

Sessão do dia 20 de setembro de 2013

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, no auditório do Anexo, sob a presidência do Confrade EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a quarta Assembléia Geral Ordinária do Biênio 2013/2015, tendo como pauta, além de assuntos gerais de ordem administrativa, Conferência do Acadêmico DIMAS MACEDO, da Academia Cearense de Letras, sobre *Dona Fideralina de Lavras da Mangabeira*. Presentes doze sócios efetivos a seguir citados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Primeiro Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, JOSÉ FILOMENO DE MORAES FILHO, MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA, FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, e CID SABÓIA DE CARVALHO. Às quinze horas o Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ deu início à reunião, dizendo na ocasião que estava respeitando os pontuais, e convocou para compor a mesa o Primeiro Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, o Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, o Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA e o Conferencista do dia, Acadêmico DIMAS MACEDO. O Presidente exaltou os méritos do sócio PEDRO SISNANDO LEITE, cidadão que já prestou grandes serviços ao nosso Estado, do qual foi Secretário da Agricultura durante oito anos, e atualmente está engajado junto à Federação das Indústrias na Missão Brasil-Israel. Em seguida passou a palavra ao Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO para apresentar o Conferencista, embora fazendo a ressalva de que o mesmo dispensa apresentação. A seguir propôs um minuto de silêncio em reverência ao sócio FRANCISCO DE ASSIS ARRUDA FURTADO, recentemente falecido.

Registrou a presença da professora CRISTINA COUTO, Secretária de Cultura de Lavras da Mangabeira e passou às suas mãos duas publicações, uma, de autoria do ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, e a outra, um exemplar da Revista do Instituto. Justificou as ausências dos sócios LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA e LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, ambos ex-Governadores do nosso Estado, que estavam naquele momento em reunião com o ex-Ministro da Fazenda MAILSON DA NÓBREGA, em visita a Fortaleza. Em seguida prestou algumas informações sobre o Instituto, visando, sobretudo os visitantes. Informou que a pintura do prédio está concluída, que o elevador para pessoas de mobilidade reduzida está comprado e que está em preparação a obra de engenharia civil necessária à instalação do mesmo. Falou sobre a campanha das notas fiscais, para ajudar na obtenção de recursos necessários às nossas despesas do dia-a-dia. Citou alguns companheiros que, de alguma forma, têm ajudado na obtenção de recursos para as necessidades diversas do Instituto: FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, AFFONSO TABOZA PEREIRA, GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, JUAREZ FERNANDES LEITÃO, LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA e, de forma especial, o ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA. Lembrou o concurso de redação que o Instituto promove entre as escolas públicas e particulares de Fortaleza, visando divulgar entre os jovens o nome, a razão de ser e os objetivos da nossa instituição. Informou sobre visita, no dia nove de setembro, do Diplomata JOÃO PIGNATELLI, Conselheiro de Imprensa e Cultura da Embaixada de Portugal, e do Vice-Consul de Portugal FRANCISCO BRANDÃO, que foram recebidos pelo Presidente, o ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, o 1º Secretário Geová Lemos Cavalcante e o sócio OSMAR MAIA DIÓGENES. Trouxe também ao conhecimento dos presentes que, no dia dez, juntamente com o sócio OSMAR MAIA DIÓGENES, representou o Instituto na posse da jornalista ADÍSIA SÁ na presidência da Associação Cearense de Imprensa. Na ocasião, o ex-Presidente NILTON ALMEIDA comparou a ACI às duas instituições centenárias, Instituto do Ceará e Academia Cearense de Letras. O Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ agradeceu aos jornalistas presentes pela ampla cobertura que têm dado ao Instituto e suas realizações. Em seguida o Presidente EDNILO informou: que o Banco do Nordeste decidiu patrocinar o *site* do Instituto, e que o patrocínio já está em vigor; que tivemos, dia dezesseis deste mês, por iniciativa do sócio efetivo JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, palestra do professor JOSÉ DE ALMEIDA CATROGA, da Universidade de Coimbra, sobre o tema *Independência ou a Pátria antes da Nação*. Falou que, neste dia em que contamos com a presença da Secretária de Cultura de Lavras da Mangabeira, e em que ouviremos do conceituado Conferencista DIMAS MACEDO a história de

Dona Fideralina, ilustre dama que nasceu e viveu naquela cidade, quem sabe, falou o Presidente, não estará sendo lançada a semente da filial do Instituto do Ceará naquele próspero município! Falou sobre lançamento de livro do confrade JUAREZ FERNANDES LEITÃO, intitulado *Permanente Lustosa*, contendo escritos do conceituado jornalista conterrâneo LUSTOSA DA COSTA, que cedo nos deixou. Citou como exemplo a atitude do sócio JUAREZ FERNANDES LEITÃO que, após o pagamento das despesas decorrentes do lançamento do livro, doou ao Instituto os quinhentos reais restantes de saldo. Informou que, dia dezenove próximo passado, o sócio OSMAR MAIA DIÓGENES representou o Instituto no lançamento do livro *O Último Trem para Passárgada*, do escritor EDUARDO FONTES. Informou que, dia vinte e quatro, fará palestra na Academia Cearense de Letras, como parte do Ciclo de Palestras daquela entidade, sobre o tema *A Herança Grega nas Artes*; que no dia vinte e seis, na Livraria da Estação, Avenida Santos Dumont 3636, o confrade LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA lançará o livro de poesia *Sonhos*, com apresentação do confrade OSMAR MAIA DIÓGENES; que no dia trinta, na Academia Cearense de Letras, o sócio FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER lançará seu livro *Política em Versos e Música (Um Passeio pelas Histórias das Campanhas Eleitorais no Ceará ao Som das Cordas Vocais)*. E concitou os companheiros a prestigiarem com suas presenças tais lançamentos. Lembrou que no dia vinte e três teremos eleição para preenchimento de uma vaga aberta, e que no dia dois de outubro, primeira quarta-feira do mês, teremos reunião da Diretoria, que será dirigida pelo Primeiro Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE. Fez referência ao bem elaborado trabalho do sócio OSMAR MAIA DIÓGENES, em forma de pequeno livreto, que contém um histórico completo da sua posse no Instituto: convite para a solenidade, discursos dele e do confrade JOSÉ AUGUSTO BEZEERA que lhe fez a saudação em nome do Instituto, uma manifestação do confrade CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES na Câmara Federal, fotos e registros da Imprensa, e outros documentos de interesse. Um registro talvez único na história do Instituto, que bem mostra a seriedade e o zelo com que nosso confrade encara sua nova situação de sócio do nosso Instituto. Passou o Presidente a palavra ao Secretário Geral para dar prosseguimento aos trabalhos da Assembléia. O Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, logo de início informou que o Presidente EDNILO acaba de ser admitido como sócio da Associação Portuguesa de Escritores. O novo sócio é autor do livro *Ramalho Ortigão, um Marco na Literatura Portuguesa,* publicado há alguns anos. Leu o ofício expedido pela Escritora PAULA TRINDADE DUARTE, presidente daquela instituição, que comunica sua admissão a onze de julho de dois mil e treze. Em seguida procedeu à apresentação do Conferencista, Acadêmico DIMAS

MACEDO, poeta, escritor, historiador, ensaísta e crítico literário, e membro da Academia Cearense de Letras. Mestre e livre docente em Direito Constitucional, professor da Universidade Federal do Ceará, autor de quarenta livros que abrangem os campos da poesia, do ensaio, da didática, da filosofia, da teoria do Direito e da pesquisa histórica. No campo da pesquisa histórica, é autor de *Lavras da Mangabeira, Roteiros e Evocações; Notas para a História de Alto Santo;* e *Lavrenses Ilustres*. Autor também de *A Brisa do Salgado*. Qualificou o Conferencista como "figura pública de notório saber", o que lhe dispensa apresentação. Lembrou que DIMAS MACEDO nos falará sobre a ilustre figura feminina da História do Ceará, Dona Fideralina, personagem que teve notável influência na política estadual na sua época. Passou a palavra ao Conferencista que discorreu de forma admirável sobre o interessante tema, mostrando as diversas facetas da personagem, cuja importância no sul do nosso Estado ultrapassou fronteiras e que foi um tronco feminino de onde brotaram inúmeras personalidades de grande importância na vida do Estado. O Conferencista, ao longo de sua fala, mostrou grande erudição e total conhecimento de tudo que diz respeito à ilustre dama, muito respeitada no seu tempo como mulher forte e destemida. A Conferência, na íntegra, está arquivada na Secretaria do Instituto, anexa a esta ata, à disposição dos interessados. Dos debates participaram, além do Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, os sócios JOSÉ FILOMENO DE MORAES FILHO, JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, CID SABÓIA DE CARVALHO, e os jornalistas BARROS ALVES e PAULO TADEU. Nessa altura, agradecendo mais uma vez as presenças, o Presidente congratulou-se com todos pelo sucesso do evento, devido tanto à importância da festejada personagem, quanto à performance do Conferencista. E para constar, eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente, e pelos sócios presentes.

Ednilo Gomes de Soárez
Presidente

Affonso Taboza Pereira
Segundo Secretário

Sessão do dia 23 de setembro de 2013

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze realizou-se, na sede do Instituto do Ceará, no auditório do Anexo, sito à Rua Barão do Rio Branco nº 1594, Centro de Fortaleza, a segunda Assembléia Geral Eleitoral do biênio 2013/1015, para eleição de um sócio efetivo que

ocupará a vaga deixada pelo sócio JOÃO ALFREDO DE SOUSA MONTENEGRO, que passou para o quadro de sócios remidos, de acordo com o Art. 11 do Estatuto. Presentes dezessete sócios efetivos a seguir citados: EDNILO GOMES DE SOÁREZ, ZÉLIA SÁ VIANA CAMURÇA, PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, EDUARDO DE CASTRO BEZERRA NETO, MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ), PEDRO SISNANDO LEITE, RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS, REJANE VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO, JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA, LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA, LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, JUAREZ FERNANDES LEITÃO, AFFONSO TABOZA PEREIRA, GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE e OSMAR MAIA DIÓGENES. O Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ declarou aberta a Assembléia às 15h, convidando para mesários e escrutinadores os sócios GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE e AFFONSO TABOZA PEREIRA, e anunciou que concorriam à vaga dois candidatos: ANTÔNIO VICENTE DE ALENCAR e EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS, que cumpriram os prazos estatutários para apresentação dos documentos exigidos e que seus currículos tiveram parecer favorável da Comissão de Verificação de Mérito, de acordo com a letra *c* do Art. 16. Em seguida, para cumprir a letra *d* do mesmo Artigo, submeteu o parecer à aprovação dos membros da Diretoria presentes, tendo o parecer merecido aprovação. Leu na ocasião o Art. 16, letra *g* cujo teor a seguir transcrevo: "Para ser considerado eleito, o candidato deverá obter os votos da maioria absoluta dos associados efetivos do Instituto presentes à Assembleia Geral de Eleição". Nesse ponto observou que os sócios que votaram antes da abertura dos trabalhos, também são considerados presentes, no que obteve a concordância da Assembleia. Anunciou também que a votação se encerraria pontualmente às dezessete horas. Em seguida informou que o candidato mais idoso é ANTÔNIO VICENTE DE ALENCAR, nascido em vinte e cinco de fevereiro de mil novecentos e quarenta e sete, tendo o candidato EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS nascido em três de janeiro de mil novecentos e oitenta e dois, e que a letra *f* do Art. 16 do Estatuto prevê que, em caso de empate na votação, é considerado eleito o candidato mais idoso. Informou também que todos os sócios estão em dia com suas contribuições, podendo portanto exercer o direito ao voto. Passou a seguir a palavra ao sócio EDUARDO DE CASTRO BEZERRA NETO que manifestou sua estranheza quanto a alguns aspectos da eleição, e disse querer que suas colocações fossem tomadas a termo, para que fossem observadas nas próximas eleições. Em resumo, o confrade EDUARDO se expressou da

seguinte forma. Ponto número um: Que a votação deve acontecer durante a Assembleia Geral ou com o voto enviado pelo correio, e que não há previsão estatutária de se colher o voto através de mensageiro do Instituto onde estiver o sócio votante. O Presidente EDNILO contestou, informando que existe a previsão, faltando apenas a normatização desse instrumento. O sócio EDUARDO sugeriu que se faça a normatização desse tipo de voto pois, na sua visão, quando o voto vem por correspondência, na hora da eleição o envelope é aberto e o voto colocado na urna. Na sua opinião, houve liberalidade na presente eleição, pois a lista de presença foi levada à casa do sócio votante na sexta-feira, no sábado, no domingo e no próprio dia da eleição, e que essas pessoas votaram antes de a eleição ser aberta. O Presidente declarou que a proposta do companheiro era tempestiva e que está previsto no Art. 33, parágrafo 2º, o voto por correspondência, e que o parágrafo 3° do mesmo Artigo determina que a operacionalização desse voto deve ser normatizada pela Diretoria em instrumento específico; que um pouco antes conversara com o sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, que se propôs a preparar uma proposta a ser submetida à Diretoria; que a regulamentação desse tema está prevista no Estatuto, que é recente, e que não houve ainda tempo de se regulamentar tudo que nele está previsto. Ponto número dois: Disse o confrade EDUARDO DE CASTRO BEZERRA NETO que viu os dois pareceres da Comissão de Verificação de Mérito, e que achou que a Comissão foi benevolente com um dos candidatos, que não é historiador, nem geógrafo, nem antropólogo. Que temos outro candidato altamente qualificado, o que foi constatado e expresso pela própria Comissão e que no entanto, estamos considerando quem é o mais velho e quem é o mais novo e não quem é o mais qualificado e o menos qualificado; solicita que no futuro o parecer da Comissão de Verificação de Mérito seja levado ao conhecimento dos sócios com antecedência. O Presidente informou, na ocasião, que o parecer em questão já estava pronto havia bastante tempo, à disposição dos sócios na Secretaria. O ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA interveio para informar que não houve generosidade da comissão para nenhum candidato; explicou que a comissão se baseia no que consta no currículo e não houve uma só palavra que não reproduzisse as informações que lhe foram fornecidas. Que a comissão procurou agir com toda a isenção, inclusive não aceitando que um dos membros que apresentara candidato, assinasse o parecer. No que se refere ao candidato EUSTÓGIO DANTAS, a comissão, conforme disse o próprio confrade EDUARDO DE CASTRO BEZERRA NETO, destacou todo seu brilhante currículo acadêmico. No caso do candidato VICENTE ALENCAR, a comissão citou os dados curriculares informados. No tocante aos trabalhos que ele enviara oportunamente, e que na mesma

hora foram mostrados ao plenário, o candidato juntara doze publicações resumidas, que se referiam a considerações históricas, sobre Fortaleza, Canindé etc, e que cada um dos trabalhos resumidos abordava temas históricos ou antropológicos. A comissão citou, apenas como informação adicional, que seria mais coerente o candidato ter reunido em coletâneas todos esses trabalhos resumidos, já que juntos estavam em torno de quatrocentas páginas, que talvez dessem dois ou até três livros medianos. Esclareceu que a Comissão apenas informa o que lhe chega às mãos e que convém que os futuros candidatos entendam isto. A informação é enviada para a Diretoria, conforme preceitua o Estatuto. A Diretoria é quem realmente julga o candidato, podendo considerar em suas conclusões que as produções dele ainda não são suficientes. O Presidente interveio para dizer que, de acordo com as atas, todos os prazos foram cumpridos, e que o parecer está à disposição, para análise dos sócios, há bastante tempo. O Sócio EDUARDO DE CASTRO BEZERRA NETO se disse satisfeito com as explicações do ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, mas objetou que só há pouco o Presidente EDNILO consultou sobre o parecer da comissão aos membros da Diretoria, e que ele não levantou a mão em sinal de aprovação. O Presidente EDNILO informou que a maioria levantou a mão em sinal de aprovação e consultou se havia ainda alguma manifestação. E, não havendo, determinou que se iniciasse a votação. Antes, porém, informou que um eleitor teve a lista de votação assinada por procuração. Como o Estatuto não permite esse tipo de voto, o Presidente submeteu a decisão ao plenário, que determinou a anulação do voto. Os sócios depositaram seus votos na urna à medida que chamados pelo mesário. O sócio PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO enviou seu voto pelo correio. Enviaram seus votos por mensageiro credenciado pelo Instituto os sócios: CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES, PAULO AYRTON ARAÚJO, VALDELICE CARNEIRO GIRÃO, JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, JOSÉ MURILO DE CARVALHO MARTINS, GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ, FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA, JOSÉ FILOMENO DE MORAES FILHO, FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, ANGELA MARIA ROSSAS MOTA GUTIÉRREZ, FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER e CID SABOIA DE CARVALHO. Às dezessete horas o Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ deu por encerrada a votação e determinou que se procedesse à apuração dos votos. Foram computados trinta e um votos válidos, assim distribuídos: EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS, vinte votos; ANTÔNIO VICENTE DE ALENCAR, onze votos. Foi impugnado e considerado nulo o voto do sócio JOSÉ AROLDO CAVALCANTE MOTA, por ter sido a lista assinada por procuração, contrariando os termos do Estatuto. E, nada mais havendo a

tratar, o Presidente deu por encerrada a Assembléia Geral Eleitoral, da qual lavrei esta ata que vai assinada por mim, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, pelo Presidente e pelos sócios presentes.

Ednilo Gomes de Soárez	Affonso Taboza Pereira
Presidente	Segundo Secretário

Sessão do dia 2 de outubro de 2013

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, sob a presidência do Confrade EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a quinta sessão ordinária da Diretoria eleita e empossada para exercício no Biênio 2013/2015.Presentes nove sócios, a seguir citados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, o Primeiro Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, o Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, o Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, o ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, e os sócios PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ), FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER e OSMAR MAIA DIÓGENES. Justificaram suas ausências por estarem viajando, a Vice-Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA GUTIÉRREZ, em compromisso de família em Miami, o Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, em compromisso em São Paulo, e FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, acometido de forte gripe. O Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ abriu a reunião na hora prevista, dirigiu palavras de boas-vindas aos companheiros e informou que a sessão seria dirigida pelo Primeiro Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, conforme já havia anunciado anteriormente. Em seguida passou a direção dos trabalhos para o Vice-Presidente. Este, de início, agradeceu ao Presidente a deferência e passou à leitura da pauta, afirmando que alguns assuntos já haviam sido discutidos em sessões anteriores. Passou em seguida a palavra ao Presidente EDNILO para discorrer sobre a pauta. Segundo informou o Presidente, o déficit do mês de setembro foi de mil, setecentos e sessenta reais, cobertos com o pagamento de mensalidades atrasadas de sócio e com doação sua. Lembrou que o Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA costuma pedir aos sócios antecipação de pagamentos para completar as necessidades do mês. Informou que as despesas do *site* serão cobertas pelo Banco do Nordeste, atendendo a projeto preparado pela Diretora Administrativa MARINEZ ALVES FEITOSA, com orientação do ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA; o repasse do

dinheiro está aguardando a publicação no Diário Oficial. Lembrou que, por sugestão do sócio OSMAR MAIA DIÓGENES, o Instituto está se inserindo na campanha das Notas Fiscais do Estado, que consiste em recolher Notas Fiscais entre os associados e receber um prêmio em dinheiro da Secretaria da Fazenda, mediante a apresentação e entrega das mesmas àquela Secretaria do Governo; que as notas recolhidas já atingem o valor de um milhão de reais, o que corresponde a um prêmio de cinco mil reais. Informou que, por trabalho pessoal do ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, o Instituto e a Academia Cearense de Letras deverão receber da Prefeitura de Fortaleza, cada instituição, uma verba de cinqüenta mil reais. Informou que, com ajuda do sócio OSMAR MAIA DIÓGENES, deverá ter uma audiência com o Prefeito ROBERTO CLÁUDIO, visando conseguir apoio cultural para o Instituto. Informou que está em contato com o Grupo Pague Menos, tratando do valor do aluguel do nosso estacionamento. Informou que tenta, juntamente com o ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, uma audiência com o Governador do Estado, já solicitada em ofício; no entanto, o quadro político atual, com a troca do secretário da Fazenda e a movimentação política do Governador CID GOMES, provavelmente essa audiência não acontecerá em breve. Durante visita do vice-cônsul de Portugal ao Instituto, tratou-se da possibilidade de nossa entidade prestar serviços à Beneficência Portuguesa na área de recuperação de documentos, assunto que está na pauta da Diretora Administrativa MARINEZ ALVES FEITOSA. O Presidente esteve com o sócio LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA na sede da Coelce, onde recebeu do Diretor daquela empresa a promessa de recuperar toda a instalação elétrica da sede do Instituto, muito antiga e desgastada. Resolvido o problema da instalação elétrica, ficaríamos na dependência de conseguir recursos para os aparelhos de ar condicionado do auditório principal, que já contam com cerca de trinta anos de uso. O Presidente encarregou a Diretora MARINEZ de procurar pessoa especializada para estudar a possibilidade de nos enquadrarmos nos editais de grandes empresas como BNB, Coelce e Oi, de modo a conseguirmos dessas empresas incentivo à cultura através da Lei Rouanet e outros caminhos. Falou que o Instituto recebeu documento da Senhora DORA DE ANDRADE, dirigente de uma instituição que cuida de cultivar a arte entre crianças carentes, trabalho materializado no conhecido Balé do Jangurussu; que analisaria a possível participação do Instituto nesse empreendimento. Anunciou que o déficit de outubro deverá ser de cinco mil reais. Várias sugestões surgiram de ações com vistas ao preenchimento desse déficit. O Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE informou que tentou entrar no *site* do Instituto e não conseguiu. A Diretora Administrativa esclareceu que o *site* foi invadido por *hackers*, e que o Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE está em contato com o técnico

responsável pela manutenção, visando resolver o problema, e que o *site* tem de ser refeito em outra plataforma; no momento não está permitindo acesso; que tal situação levará de dez a vinte dias. O sócio JOSÉ AUGUSTO BEZERRA sugeriu que, para não parecer descaso, deve ser posto na tela o aviso de que o site está em manutenção, situação corriqueira em grandes empresas. O sócio PEDRO SISNANDO LEITE lembrou que nosso site é muito acessado e que se deveria criar um *link* onde se pudessem acessar as obras dos sócios do Instituto; uma janela onde constassem seus livros e onde se pudessem escrever artigos ou matérias semelhantes. O Presidente EDNILO considerou importante a ideia e pediu que o sócio PEDRO SISNANDO LEITE trabalhe o assunto, juntamente com o Primeiro Secretário GEOVÁ, que já cuida do *site*, e com a Diretora MARINEZ. O sócio OSMAR MAIA DIÓGENES lembrou a possibilidade de pessoas físicas doarem até seis por cento do seu imposto de renda para entidades culturais, e pessoas jurídicas, até quatro por cento, e que o Instituto poderia ter esse benefício. A lembrança foi bastante elogiada e ficou definido que se procuraria informação de como proceder. O sócio PEDRO SISNANDO lançou apelo aos companheiros no sentido de que abasteçam com doações a livraria-sebo do Instituto, pois isso pode proporcionar alguma renda. O sócio PEDRO SISNANDO comentou sobre vários fatos concretos acontecidos ultimamente no Instituto, um deles a eleição recente. O Presidente EDNILO lamentou alguns fatos desagradáveis acontecidos, mas lembrou que, com a regulamentação ora em fase de elaboração, as próximas eleições fluirão naturalmente. O Sócio JOSÉ AUGUSTO BEZERRA congratulou-se com os companheiros pelo bom resultado da eleição, apesar dos problemas, que foram logo superados, e lembrou que temos noventa dias até as próximas eleições, tempo mais que suficiente para o preparo da norma que as regerá. O sócio PEDRO SISNANDO referiu-se à visita de quarenta alunos e quatro professores da Escola Profissionalizante de Pedra Branca, que foram recebidos pelo Presidente EDNILO; que os alunos visitaram todas as instalações do Instituto e receberam, ao final, livros e CDs. A Diretora Administrativa informou que existe uma agenda; que toda semana, de terça à sexta, o Instituto recebe visitas de escolas. O sócio PEDRO SISNANDO sugeriu que, de todas as visitas, fossem tiradas fotos e colocadas no *site*. O Presidente EDNILO lembrou que é desagradável tratar de assuntos administrativos internos nas Assembléias Gerais com a presença de convidados. O sócio JOSÉ AUGUSTO BEZERRA sugeriu que se programem, para tal, assembléias específicas. O sócio PEDRO SISNANDO falou sobre as duas vagas que serão abertas para as próximas eleições. O Presidente EDNILO declarou que vai abrir as duas vagas a partir de hoje, uma delas com a passagem para o quadro de remidos do sócio CAIO LÓSSIO BOTELHO, e outra com o falecimento do saudoso companheiro

OSWALDO EVANDRO CARNEIRO MARTINS. O sócio JOSÉ AUGUSTO BEZERRA definiu como uma deferência muito especial a passagem da direção dos trabalhos pelo Presidente ao Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, pois o Estatuto define que o Vice só substitui o titular no seu impedimento. O Vice-Presidente PEDRO SISNANDO falou que achou muito espontânea a decisão do Presidente, já manifestada anteriormente, de que os Vice-Presidentes e Secretários dirigissem os trabalhos em determinadas ocasiões, mas que o Estatuto deve ser obedecido; que as sessões contam a história do Instituto através das atas, e que decisões importantes são tomadas durante tais sessões e a chancela deve ser do Presidente que legalmente estiver à frente dos trabalhos. O ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA lembrou que o Presidente pode assumir qualquer função de diretoria, por ser membro nato, e porque é o gestor maior, ao qual todos se subordinam. O Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO informou que esteve numa reunião, ao lado do Presidente EDNILO, e que o Jornalista MACÁRIO BATISTA perguntou que providência o Instituto iria tomar com relação ao túmulo do herói cearense TRISTÃO GONÇALVES que, após muitos anos coberto pelas águas do Açude Castanhão, agora reaparecia devido aos efeitos da seca. Tal pergunta se justificava por ter sido o marco idealizado pelo Instituto do Ceará em mil e novecentos e vinte e cinco. Sugeria o jornalista que se poderia erguer o marco sobre bóias, de modo a mantê-lo sempre à flor das águas. Combinou-se na ocasião que o Instituto iria estudar o assunto com interesse, de modo a encontrar a solução que mais conviesse. O sócio PEDRO ALBERTO lembrou que seria mais conveniente transportar o monumento para um local seco, como se fez no Egito durante a construção de uma grande barragem, Assuan, sob os auspícios da Unesco. O sócio JOSÉ AUGUSTO BEZERRA lembrou que se trata não do túmulo, mas de um marco assinalando o local da morte, e que seria muito mais romântico permanecer onde está, e só ser visto quando as águas do açude baixassem. Seria uma curiosidade. O sócio JUAREZ FERNANDES LEITÃO ficou de estudar o assunto para futura sugestão à Diretoria. Outra informação trazida pelo sócio JUAREZ: Faleceu um funcionário do Banco do Nordeste, FRANCISCO PACELLI VASCONCELOS, homem de cultura detentor de uma biblioteca da melhor qualidade, cerca de quatro mil livros e vários CDs. A família queria fazer doação do acervo a uma só instituição, que pudesse dele cuidar convenientemente. O Secretário JUAREZ LEITÃO foi ao local com o senhor EDMO LINHARES, constatou a importância do acervo e sugeriu o nome do Instituto como guardião. Após visita de um filho do falecido ao Instituto, engenheiro residente na Bahia, decidiu a família nos entregar seu acervo. A Diretora Administrativa foi ao local e fez transportar em dois caminhões o material, que está em fase de limpeza e triagem. Trata-se, no dizer de alguns diretores pre-

sentes, de conquista importante para o Instituto. O sócio OSMAR MAIA DIÓGENES sugeriu que se providenciasse uma rampa pra substituir os degraus existentes nos dois corredores internos do auditório principal, visando evitar quedas de pessoas idosas. O Presidente EDNILO concordou e sugeriu entendimentos com o sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA. Outro assunto tratado pelo sócio OSMAR MAIA DIÓGENES: Por ocasião de sua posse, esteve no Instituto o Comandante do Corpo de Bombeiros. Em conversa na ocasião, advertiu que nosso auditório foge às normas de segurança e leva risco aos presentes por falta de saídas de emergência ou rotas de fuga; que isso pode nos trazer problema algum dia, inclusive a interdição do auditório como conseqüência de uma inspeção do Corpo de Bombeiros. O sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA informou que já estava ciente desse assunto, que tinha ouvido críticas de convidados por ocasião da posse do confrade OSMAR DIÓGENES, e já tinha tratado do mesmo com o confrade JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, autor do projeto; que o mesmo estuda o projeto de uma escada de ferro como rota de fuga, e oportunamente levará o assunto à discussão. O sócio PEDRO SISNANDO LEITE informou que fez doação de quarenta exemplares de um livro seu para os sócios do Instituto, e pediu à Diretora MARINEZ que o ajudasse na distribuição; para isso lhe forneceu dinheiro para pagamento dos correios; que se trata de livro técnico, em edição bilíngüe, fruto de palestras apresentadas por ele sobre temas de economia em reuniões realizadas na Universidade de São Paulo, nos Estados Unidos e no Japão, com participantes de várias nações, enfocando os problemas enfrentados pela economia mundial durante os anos oitenta, a chamada "década perdida". Falou o Vice-Presidente sobre a conveniência ou não de se fazer uma mini-reforma no Estatuto. O Presidente EDNILO levantou na ocasião a questão de se criarem "filiais" do Instituto no Interior sem precisar de constar tal possibilidade no Estatuto; que uma reforma é trabalhosa e complicada. O ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA informou que existe uma orientação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para que se admitam no Interior entidades que tenham patrocínio e apoio cultural do Instituto, pois "filiais" demandariam a necessidade de se criarem empregos e outras responsabilidades. O sócio PEDRO SISNANDO sugeriu que, se vamos adotar instituições, temos que criar critérios, pois muitas demandas virão de cidades que não têm condições. Sugeriu também que, à semelhança da Academia Cearense de Letras, o Instituto poderia abrigar em sua sede outras instituições culturais, e pediu autorização para que se iniciasse o processo com a Academia de Ciências Sociais, da qual é membro, juntamente com outros sócios do Instituto. O confrade JUAREZ LEITÃO informou que, após sua conferência no Instituto, o Doutor WELLINGTON ALVES, membro do Instituto Cultural do Cariri, disse que

aquela entidade tem laços com o nosso Instituto, e que ele gostaria de reativar e estreitar esses laços. Voltando aos critérios de que falou o sócio PEDRO SISNANDO, sugeriu JUAREZ LEITÃO que um bom critério seria o regional; por exemplo: Lavras, Crateús, Quixeramobim, Sobral. Assim, o Instituto do Ceará faria jus a seu nome, seria realmente um Instituto do Ceará. O Vice-Presidente PEDRO SISNANDO referiu-se aos lançamentos de livros recentes, de membros do Instituto, e citou o livro de LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA, com a brilhante apresentação de OSMAR MAIA DIÓGENES, na Livraria da Estação; que aquela livraria tem o seu patrocínio e que uma das condições que ele impôs foi que fosse ali facilitada a venda de livros de autores cearenses. O confrade PEDRO SISNANDO citou ainda a conclusão da pintura do prédio sede do Instituto e parabenizou o Presidente EDNILO pela compra do elevador. O Presidente informou que foi procurado pelo Advogado PAULO QUEZADO, desejoso de autorização para gravar um programa de televisão na sede do Instituto, e que o sócio JUAREZ LEITÃO participará, juntamente com historiadores de renome; o programa irá ao ar aos domingos, e será uma boa divulgação do Instituto. E nada mais havendo a tratar, deu o Presidente por encerrada a sessão da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente, e pelos diretores presentes.

Ednilo Gomes de Soárez
Presidente

Affonso Taboza Pereira
Segundo Secretário

Sessão do dia 17 de outubro de 2013

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, reuniu-se o corpo de associados efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) no Auditório Principal de sua sede, situado à Rua Barão do Rio Branco nº 1594 para, em sessão solene, dar posse ao novo sócio efetivo EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS, eleito em vinte e três de setembro de dois mil e treze na vaga de JOÃO ALFREDO DE SOUSA MONTENEGRO, que passou para a categoria de Sócio Remido. Presente grande número de convidados, entre eles o Magnífico Reitor da Universidade Federal do Ceará, JESUALDO PEREIRA FARIAS, e doze sócios efetivos cujos nomes vão citados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Primeiro Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, 2ª Vice-Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, sócios efetivos PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, JOSÉ

LIBERAL DE CASTRO, JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA, FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, e FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER.

A cerimonialista iniciou a composição da mesa, convidando para assumirem assentos o Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, o Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, o Reitor JESUALDO PEREIRA FARIAS, o Presidente da Academia Cearense de Letras e ex-Presidente do Instituto JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, e outras pessoas gradas.Assumindo a palavra, o Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ abriu os trabalhos, deu as boas vindas a todos, sublinhando o ar festivo com que o Instituto recebia seu mais novo sócio, e se felicitando por ter recebido o Instituto de seu antecessor, JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, com todos os compromissos em dia, o que lhe possibilitou conduzir com tranqüilidade a casa nos seus cinco primeiros meses de presidência. Informou que o Ciclo de Conferências tem despertado muito interesse não só entre os associados, mas também entre pessoas que buscam as áreas do conhecimento que são nosso foco: História, Geografia e Antropologia. Lembrou que no dia vinte e um teremos Conferência da Reitora da Unilab (Universidade Luso-Africana Brasileira). Felicitou-se também pela grande quantidade de livros publicados recentemente por sócios efetivos do Instituto, o que mostra a força criativa dos nossos confrades. Felicitou nosso sócio efetivo CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES, que completou doze mandatos no Congresso Nacional, e que acaba de receber a Medalha da Constituinte, por ter sido Vice-Presidente do Congresso Nacional por ocasião da promulgação da Constituição de mil e novecentos e oitenta e oito. Citou também nosso sócio ex-Governador LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA, homenageado pelo Sindicato dos Professores do Ensino Superior do Ceará, pelos grandes serviços prestados à categoria, lembrando que, no seu governo, ele modernizou a Universidade Estadual do Ceará, estadualizou a UVA (Universidade do Vale do Acaraú) e criou a URCA (Universidade Regional do Cariri); que na ocasião, LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA dividiu as homenagens com o ex-Reitor da Universidade Federal do Ceará, ANTÔNIO MARTINS FILHO, nosso ex-sócio de saudosa memória, e com o nosso associado efetivo PADRE FRANCISCO SADOC DE ARAÚJO. Em seguida manifestou sua gratidão à Imprensa, pelo apoio emprestado ao Instituto, divulgando suas atividades. Dando início à atividade principal da noite, o Presidente convidou os sócios efetivos JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA E ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ para trazerem ao recinto do auditório o sócio a ser empossado, que foi recebido de pé e com uma salva de palmas. O Presidente convidou o novel sócio a ler o juramento que consubstancia a aceitação dos seus deveres e obrigações para

com a entidade que o aceita como membro, o que foi feito com voz pausada e firme. Em seguida o Presidente convidou o novo sócio a vir para a frente da mesa, juntamente com sua esposa e com o Reitor JESUALDO PEREIRA FARIAS. E passou às mãos do Reitor o diploma, pedindo que o entregasse ao novo sócio; ato contínuo passou às mãos da esposa a Medalha Barão de Studart para que a colocasse em seu esposo. Em seguida, sob palmas, declarou empossado como membro do Instituto do Ceará o senhor EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS. E solicitou ao novo sócio que tomasse assento ao lado de seus pares. Em seguida pediu a sócia MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA que fizesse o discurso de saudação e boas vindas ao sócio EUSTÓGIO. MARIA CLÉLIA fez menção às comemorações do cinquentenário do Curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará no corrente ano, falou da importância da carreira, e da oportunidade do ingresso de mais um Geógrafo, EUSTÓGIO, nos quadros do Instituto. Discorreu sobre a evolução da ciência Geografia ao longo do tempo no Brasil, buscando as origens no SENADOR POMPEU, primeiro Geógrafo do País, e THOMAZ POMPEU DE SOUSA BRASIL, seu filho, passando pelo Barão de Studart que, de *motu próprio* e também a pedido do Instituto Histórico do Rio de Janeiro, publicou diversos trabalhos sobre a Geografia do nosso Estado. Discorreu também sobre o currículo de EUSTÓGIO WANDERLWEY CORREIA DANTAS, a quem saudou em nome do Instituto, e cujos méritos enalteceu. O discurso de MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA, extenso, detalhado e muito bem trabalhado, fica arquivado na Secretaria, anexo a esta ata. Em seguida fez uso da palavra o novo sócio que, de improviso e com muita propriedade, falou sobre sua descoberta do Instituto do Ceará e a satisfação de ingressar em seu quadro social. Em seguida, tomou o discurso escrito e discorreu com elegância e fluência sobre a efeméride e sobre suas atividades profissionais, em tudo revelando modéstia, longe de se deixar levar pelos efeitos luminosos do seu belo currículo acadêmico. O discurso e a simpatia pessoal de EUSTÓGIO, além do seu desembaraço no trato com a palavra, verbal ou escrita, deixou em todos excelente impressão, levando-nos a considerar que o Instituto do Ceará ficou enriquecido com sua mais nova aquisição. O belo discurso de EUSTÓGIO fica arquivado na Secretaria, anexo a esta ata. Tomando a palavra, o Presidente enalteceu as duas orações ouvidas e declarou que, diante do que viu e ouviu, está seguro de que o novo sócio engrandecerá o Instituto. E aproveitou para agradecer aos sócios pela ajuda que de todos tem recebido, responsável maior pelo êxito de sua gestão. Agradeceu ainda à Diretora Administrativa, a também Geógrafa MARINEZ FEITOSA, que, juntamente com os funcionários NONATO e DIEGO, dão curso às tarefas necessárias ao bom funcionamento da nossa instituição. E nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a

sessão, da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente, e pelos sócios presentes.

Ednilo Gomes de Soárez
Presidente

Affonso Taboza Pereira
Segundo Secretário

Sessão do dia 21 de outubro de 2013

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, no auditório do Anexo, sob a presidência do Confrade EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a quinta Assembléia Geral Ordinária do Biênio 2013/2015, tendo como pauta, além de assuntos gerais de ordem administrativa, Conferência da Doutora NILMA LINO GOMES, Reitora da Universidade Luso-Afro Brasileira, sediada na cidade de Redenção, em nosso Estado. Presentes dez sócios efetivos a seguir citados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, sócios efetivos REJANE MARIA VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO, MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA, LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER, OSMAR MAIA DIÓGENES e EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS; presente também o sócio remido JOÃO ALFREDO DE SOUSA MONTENEGRO, além de convidados e pessoas interessadas no tema. Iniciando a Assembléia às quinze horas, o presidente se felicitou por termos a presença da Reitora NILMA LINO GOMES, que dirige com muita competência a UNILAB, e que nos brinda naquela tarde com Conferência sobre a sua Universidade. Falou que nossa colonização foi feita por três povos, mas nenhum o fez de livre e espontânea vontade; o índio vivia no paraíso terrestre, sem precisar de trabalhar, sem lei nem rei não conhecia pecado nem Inferno e, de repente, teve que se submeter a tudo isso; o português veio para cá degredado, não veio pra "fazer a América" numa atitude de rapina, e não tinha amor ao Brasil; o africano vivia em sua terra, pobre mas em tribos organizadas, com reis e rainhas, e veio para cá na condição de escravo, sem perspectiva de vida. Diante desse quadro triste, o escritor e historiador PAULO PRADO previu para o Brasil uma civilização melancólica. Achava que a miscigenação produziria uma raça apática, desfibrada, e que nunca o Brasil seria um grande país. GILBERTO FREIRE, em seu monumental livro *Casa Grande*

e Senzala, promoveu a raça negra e exaltou o grande papel que ela exerceu na nacionalidade brasileira, influenciando costumes, língua e música, adquirindo assim o *status* de co-artífice da nossa formação. O Presidente enalteceu o fato de termos uma cultura onde não há espaço para ódios raciais, onde há liberdade religiosa, onde não há xenofobia. Passou em seguida a palavra para o Secretário Geral, para a apresentação da Conferencista. Começou JUAREZ FERNANDES LEITÃO falando sobre o pioneirismo do Ceará na abolição da escravatura. Lembrou que em outras plagas se costuma minimizar a importância do Ceará nesse pioneirismo, alegando-se que no nosso Estado não havia escravos. Uma injustiça com a nossa história, nas suas palavras. Citou os leilões que se faziam para libertar cativos e os presentes de casamento entre os quais constava, costumeiramente, a libertação de dois ou três escravos. Segundo suas palavras, o ato abolicionista se fez sem que se pensasse nos dias seguintes, daí a falta de oportunidade do negro. Citou Gustavo Barroso, informando que a libertação dos escravos no Ceará se fez na Praça Castro Carreira, conhecida como Praça da Estação, com muita festa. Citou fato curioso: que provavelmente em muitos quintais de casas do Século XIX se encontrariam ossadas humanas, pois os ricos eram enterrados nas igrejas e cemitérios, e os escravos no quintal. Regozijou-se com o fato de hospedarmos no Ceará uma universidade de integração internacional da lusofonia afro-brasileira, a UNILAB, reitorada pela Doutora NILMA LINO GOMES, pedagoga pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestra em Educação pela mesma Universidade, doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, pós-doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra, tendo exercido diversos cargos importantes nas áreas da Educação e Pesquisa, membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, integrante da Câmara de Educação Básica do Conselho Federal de Educação. Falou da importância para o Instituto de compartilhar da experiência da ilustre Conferencista, e exaltou a decisão política que possibilitou a criação de tão importante entidade universitária, e sua instalação no Ceará. Em seguida passou a palavra para a Doutora NILMA LINO GOMES. Após as palavras de saudação aos presentes e agradecimento pela calorosa acolhida que teve, lembrou a Reitora que a UNILAB está situada na cidade de Redenção, entre treze municípios que integram o Maciço de Baturité. Lembrou a grande responsabilidade que é presidir essa universidade nascente, dando continuidade ao trabalho do Professor PAULO STÉLIO, primeiro reitor, convidado pelo Ministro Aluísio Mercadante para importante função na área de Educação Superior do Ministério da Educação. Informou que sua nomeação para este cargo se deu por indicação do Professor PAULO STÉLIO, que a conhecia de outras atividades que exerceram juntos no MEC; que sempre foi professora, desde quando se diplomou aos dezessete anos pela Escola Normal;

que a moveu, quando aceitou prazerosa o cargo, a vontade de contribuir para o desenvolvimento regional, fazer crescer a Universidade e integrá-la à região. Justificou a ausência de alunos da UNILAB na Conferência pela dificuldade de deslocamento a partir de Redenção, e pelo fato de estarem, naquela ocasião, em atividades escolares. Informou que chegara na noite anterior de viagem ao Continente Africano, aonde fora tratar de assuntos ligados à sua universidade. Em seguida passou a apresentar a universidade. Disse que a UNILAB faz parte de um programa de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil, bem como de um processo de internacionalização. Informou que existem hoje no Brasil duas universidades de integração internacional, A UNILAB em Redenção (Ceará), e a UNILA (Universidade da Integração Latino-Americana) em Foz do Iguaçu (Paraná). A primeira, promove a integração do Brasil com paises africanos de língua portuguesa e Timor Leste; a segunda, com os países fronteiriços de língua espanhola. Disse que a decisão pelo Ceará veio do reconhecimento de que nosso Estado carecia de mais universidades federais, e também como homenagem ao pioneirismo na abolição da escravatura; que a escolha de Redenção, com seu histórico de 1883, é também uma homenagem àquela cidade, por ter sido a pioneira no País, e pelo que isso significa para a história política do Estado e do Brasil, refletindo-se na construção da sociedade plural que hoje temos; que o passado escravagista tem raízes profundas e conseqüências das quais procuramos nos livrar; que a UNILAB foi criada dentro de uma idéia de cooperação internacional e estreitamento de laços com as nações africanas; que sua concepção se encaixa dentro da idéia política de cooperação Sul-Sul, numa relação mais horizontal, em contraposição à tendência sempre dominante de cooperação vertical Norte-Sul; que a UNILAB, além de formar estudantes africanos e brasileiros, também tem como missão cooperar com o desenvolvimento das cidades que ficam no seu entorno. Apresentou a relação dos países parceiros, aqueles que têm cidadãos seus cursando a UNILAB, bem como mapa mostrando a posição geográfica de cada um. Disse ainda que a UNILAB tem um *campus* fora da sede, em São Francisco do Conde (Bahia), nas proximidades de Salvador; que, por sua natureza, universidade de integração de povos, a UNILAB não podia ficar circunscrita a uma só região, já que no Brasil é grande o percentual de pessoas da raça negra, sendo grande a sua concentração na Bahia. Informou que a sede administrativa da UNILAB fica no bairro da Liberdade, num antigo convento que foi, por algum tempo, sede da Prefeitura da cidade, e recentemente reformado e adequado às suas necessidades. Lançou a idéia de se fazer lá uma reunião do Instituto para melhor conhecimento recíproco, prometendo oferecer transporte e facilidades para que isso possa acontecer. A UNILAB tem também um *campus* em Acarape, cidade vizinha, em galpões adaptados para um funcionamento provi-

sório; e um outro em construção na divisa entre Redenção e Acarape, denominado Campus das Auroras. Informou que está programada a construção de residências para estudantes e professores e para a própria Reitora, pois a idéia é que ela more na cidade; que é plano fazer da sede da Liberdade um grande polo de educação a distância, já que os países africanos demandam muito esse tipo de serviço. Mostrou *slides* das construções em andamento, explicando detalhadamente a finalidade de cada uma. Enalteceu o apoio recebido a todo momento da Universidade Federal do Ceará. Informou que, tanto os estudantes que vem de outros países como os nacionais, são pessoas oriundas de famílias pobres, e que a Universidade lhes proporciona apoio para morar e se alimentar; que os desafios criados por tal contingência obrigaram à criação de uma Pro-Reitoria específica. Apresentou *slides* do prédio do *campus* de São Francisco do Conde, onde haverá aula presencial a partir de maio do próximo ano; que tal situação obriga a Universidade a ter um reitorado itinerante, com visitas de pelo menos uma vez por mês a cada instalação. Informou que, como qualquer universidade, a UNILAB tem também seu estatuto, seu regimento e suas regras específicas que procura cumprir à risca; que um grande desafio que as universidades públicas enfrentam é promover a inclusão social, ou, melhor dizendo, o direito às diferenças, e que na UNILAB se procura obter esse resultado com qualidade acadêmica, e que as políticas estudantis são orientadas nesse sentido. Falou sobre o processo seletivo, que para o caso dos brasileiros é mais simples, pois se seguem as normas do Ministério da Educação; no caso dos estrangeiros, eles apresentam nas embaixadas brasileiras de seus países o seu histórico escolar do ensino secundário e fazem uma prova de redação; esse material vai para o Ministério das Relações Exteriores e é repassado para a UNILAB que o analisa e promove a classificação por mérito; e levando em conta as vagas trimestrais, admite os mais qualificados; que, para o processo seletivo ora em andamento, a UNILAB enviou um professor para cada país participante, e que a própria Reitora foi a Moçambique, a fim de acompanhar *in loco* a seleção; que não existe um número de vagas definido para cada país, pois as vagas são ocupadas por mérito; que em Timor havia cerca de oitocentos inscritos; em São Tomé do Príncipe, setecentos; que atualmente existem na UNILAB apenas cinco estudantes de Moçambique, e que as vagas restantes são ocupadas por candidatos de outros países. Falou sobre os Institutos da Universidade: Ciências Sociais Aplicadas, Desenvolvimento Rural, Ciências da Natureza, Humanidades e Letras, Engenharia do Desenvolvimento Sustentável. Os cursos: Administração Pública, Agronomia, Bacharelato em Humanidades, Ciências da Natureza e Matemática, Enfermagem, Língua Portuguesa. Atualmente a UNILAB estuda a criação de seu curso de Medicina, apoiado no Hospital Regional que o Governo do Estado promete construir na

região, que seria também um Hospital Escola. Em estudo também o Curso de Farmácia. Atualmente a UNILAB tem oitenta e três professores admitidos, tem também professores estrangeiros, visitantes e bolsistas. Todos os professores são doutores e muito jovens. Há vários tipos de auxílios, que não são bolsas: auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio alimentação e auxílio emergencial. Os auxílios se destinam a garantir a permanência dos alunos, que são muito pobres. A UNILAB se preocupa também com esporte e lazer: o Núcleo de Esporte e Lazer propicia a sociabilização dos alunos; em providências a construção de uma quadra de esportes e uma área de convivência. Funciona também um clube de inglês e um de francês, para propiciar aos alunos conhecimento dessas línguas. A UNILAB tem convênios com quase todas as universidades dos países parceiros. Encerrou suas palavras agradecendo aos membros do Instituto por terem dispendido parte daquela tarde para conhecer a universidade que ela se orgulha de dirigir. Assumindo novamente a palavra, o Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO referiu-se à fluência e espontaneidade da Reitora NILMA LINO GOMES ao pronunciar sua conferência, e à riqueza de informações prestadas. E abriu inscrições para debates, apresentando-se os sócios LUCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, ex-Governador do Ceará, e FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER; e também o visitante Professor FRANCISCO SALMITO. Em intervenções longas, expuseram sua admiração e aplauso pela obra que a UNILAB executa, e levantaram seus questionamentos sobre pontos específicos. Após o pronunciamento final da visitante, o Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ encerrou a Assembléia, da qual para constar eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente, e pelos sócios presentes.

Ednilo Gomes de Soárez
Presidente

Affonso Taboza Pereira
Segundo Secretário

Sessão do dia 6 de novembro de 2013

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, sob a presidência do sócio efetivo EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a sexta sessão ordinária da Diretoria eleita e empossada para exercício no Biênio 2013/2015. Presentes nove sócios, a seguir citados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Primeiro Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, Segunda Vice-Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS

CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, Diretor da Biblioteca e Arquivo PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, sócios efetivos FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER e OSMAR MAIA DIÓGENES. Justificou a ausência, por doença, o Secretário-Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO. O Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ abriu a sessão às quinze horas, anunciando e lamentando o crítico estado de saúde do consócio JUAREZ FERNANDES LEITÃO, atacado três dias atrás por forte crise cardíaca. Hospitalizado em Unidade de Terapia Intensiva, foram-lhe aplicados dois *stents,* ficando a seguir em observação quanto ao estado da circulação sanguínea e à conseqüente necessidade de cirurgia de ponte safena. Tranqüilizou os companheiros ao dizer que, no momento, ele estava em casa em rigorosa observação médica. Passando à pauta do dia, o presidente referiu-se à conveniência de se realizarem as sessões em sala do palacete, no segundo andar. Diante da manifestação dos companheiros, concordou em continuar utilizando o auditório do anexo, por oferecer mais conforto. Em seguida convocou à mesa o Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE para expor sua proposta de Instrução Normativa para as próximas eleições de sócios efetivos, o que foi feito com clareza. Após longas discussões e diversas ideias de alteração da proposta apresentada, foi aprovado o texto que vai abaixo transcrito:

A Diretoria do Instituto do Ceará, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 33, § 3º, do Estatuto,

RESOLVE

Art. 1º - Expedir Instrução Normativa regulamentando o voto por correspondência nas Assembleias Gerais de eleição para Associados Efetivos.

Art. 2º - A solicitação prevista no artigo 33, § 2º, do Estatuto, para permitir o exercício do voto por correspondência, será formalizada mediante documento escrito ou telefonema pelo votante, dirigido ao Secretário-Geral, justificando a impossibilidade do voto presencial (por residir fora do Estado do Ceará, doença que dificulte a locomoção, ou viagem).

§ 1º - Recebida a solicitação, que deverá chegar à Secretaria Geral até oito dias antes da eleição, o Secretário-Geral enviará dois envelopes com o logotipo do Instituto do Ceará e a cédula de votação rubricada pelo Presidente do Instituto e pelo Secretário-Geral.

§ 2º - O associado colocará a cédula manualmente grafada em um envelope, sem qualquer característica que possa identificar o votante, la-

crando-o a seguir e o depositará em outro envelope maior a ser dirigido ao Secretário-Geral, com identificação do remetente, mediante assinatura do votante no envelope.

§ 3º - O voto por correspondência será remetido pelo votante e deverá chegar à Secretaria até o início da hora marcada para a eleição a ser procedida na sede do Instituto do Ceará.

Art. 3º - O envelope maior contendo o envelope menor portador da cédula de votação será recepcionado pela Diretora Administrativa, que o manterá sob sua guarda e o entregará ao Presidente da Mesa Eleitoral no momento da votação presencial.

Parágrafo único. O Secretário-Geral, para a configuração do quórum exigido, assinalará na lista de presença o nome do votante por correspondência.

Art. 4º - O Presidente da Mesa Eleitoral, constatando a idoneidade dos envelopes, colocará o menor na urna eleitoral e registrará o remetente como se presente fosse.

Art. 5º - Esta Instrução Normativa entrará em vigor nesta data e será publicada no Boletim e na Revista do Instituto do Ceará.

Em seguida foi marcado pelo Presidente, com a concordância dos Diretores, o dia vinte e sete de novembro para a realização das eleições, começando a Assembléia às treze horas e trinta minutos em primeira convocação, ou às quatorze horas em segunda convocação, nos termos do Estatuto, devendo se encerrar às dezessete horas. Ato contínuo, o Primeiro Secretário apresentou sugestão de Edital de Convocação da Assembléia Geral Eleitoral que, após debate, ficou aprovado nos termos abaixo:

O Presidente do Instituto do Ceará, usando da competência que lhe é atribuída pelo artigo 29 c/c o artigo 49, g, do Estatuto, CONVOCA Assembleia Geral Extraordinária dos Associados Efetivos do Instituto do Ceará a realizar-se no dia 27 de novembro de 2013 na sede do Instituto do Ceará, na Rua Barão do Rio Branco, 1594, para proceder à eleição de associados efetivos decorrente de vagas abertas declaradas pela Diretoria no dia 02 de outubro de 2013, nos termos que se seguem:

Art. 1º - Em obediência ao artigo 21 do Estatuto, a Assembleia Geral Extraordinária será instalada, em primeira convocação, às 13.20h do dia 27 de novembro de 2013, com a presença da maioria absoluta dos associados efetivos e, em segunda convocação, às 14.00h do mesmo dia com o mínimo de um terço dos associados dessa categoria, a teor do artigo 32 do Estatuto.

Parágrafo único - Em consonância com a Instrução Normativa nº 01/2013, os associados efetivos que votarem por correspondência integrarão o quórum previsto neste artigo.

Art. 2º - Para presidir a Mesa Eleitoral, é designado o Secretário-Geral do Instituto do Ceará, que escolherá dois Sócios Efetivos para integrarem a Mesa.

Parágrafo único. No impedimento transitório ou permanente do Secretário-Geral, o 1º Secretário assumirá a presidência da Mesa Eleitoral.

Art. 3º - Para ter acesso ao processo de votação, os associados efetivos deverão estar adimplentes com suas obrigações financeiras com o Instituto.

Parágrafo único - O 1º Tesoureiro fornecerá ao Presidente da Mesa Eleitoral a relação dos associados efetivos aptos a votar.

Art. 4º - A votação, em escrutínio único e secreto, será iniciada imediatamente após a instalação da Assembleia Geral Extraordinária e encerrada às 17h.

Parágrafo único. A urna eleitoral será colocada em ambiente reservado, de modo a preservar o sigilo do voto.

Art. 5º - Concluída a votação, a Mesa Eleitoral procederá à apuração do pleito, declarando eleito o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos dos eleitores presentes à Assembleia Geral Extraordinária, em cumprimento ao artigo 16, g, do Estatuto e, no caso de empate, o candidato mais idoso, ex-vi do artigo 16, f, do Estatuto.

Art. 6º - Os casos omissos serão decididos pela Mesa Eleitoral.

Em seguida o Primeiro Secretário informou que, em 1989, a Revista do Instituto foi publicada graças ao patrocínio do Grupo J. Macedo. E leu mensagem do Senhor JOSÉ DIAS DE MACEDO, titular do grupo, transcrita naquela revista, enaltecendo o fato de estar ela circulando religiosamente havia centro e três anos. Informou que, no ano seguinte, foi feita saudação ao Senhor JOSÉ DIAS DE MACEDO pelo sócio PAULO AYRTON ARAÚJO. E trouxe a questão: Tendo em vista que, no dia vinte deste mês, em Assembléia Geral, um filho do Senhor JOSÉ DIAS DE MACEDO receberá o título de Sócio Benemérito do Instituto, se cabe saudação aos homenageados. O Presidente decidiu que, devido à extensa programação prevista, não haverá saudação formal; apenas serão citados alguns dados que caracterizem fortemente as vidas dos dois homenageados, e lhes serão prestados os agradecimentos pela generosidade. Em seguida o presidente passou às informações financeiras. Informou que o déficit mensal continua. Lembrou que esteve duas vezes na Coelce, uma com o sócio LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, e outra com o sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA, e que a Coelce prometeu substituir os aparelhos de ar condicionado central do auditório principal no ano que vem. Informou que já pagou três parcelas do elevador e que faltam duas, vencíveis em novembro e dezembro; que, na falta de doações, está pagando todo o custo do equipamento com seus próprios recursos, cerca de trinta e seis mil

reais; que o sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA conseguiu doação de três mil reais com o senhor FERNANDO CIRINO GURGEL para a construção da caixa de alvenaria e concreto que abrigará o equipamento. O sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA informou que está em contato com uma entidade ligada à construção civil, e que tem esperança de conseguir os recursos que faltam para a conclusão do empreendimento. O sócio PEDRO SISNANDO LEITE enalteceu a dedicação dos que se empenham na concretização desse projeto e propôs a seleção de cem nomes que pudessem colaborar regularmente com o Instituto, os quais seriam sócios colaboradores. Na ocasião foi explicado pelo Primeiro Secretário que lhes caberia o título de Amigo do Instituto do Ceará, de acordo com o Estatuto. Em seguida PEDRO SISNANDO LEITE informou que esteve com a direção do Banco do Nordeste, e que o presidente daquele banco manifestou mais uma vez o interesse e a decisão de visitar o Instituto. Com relação à homenagem do dia vinte aos cinco sócios que completariam cem anos em dois mil e treze, e aos dois agraciados com o título de Sócio Benemérito, perguntou se seriam distribuídos convites formais; caso positivo ele teria condições de trazer algumas pessoas da Federação das Indústrias. O presidente EDNILO leu os nomes dos cinco sócios centenários, FRANCISCO ALVES DE ANDRADE, FRAN MARTINS, PARSIFAL BARROSO, OSVALDO RIEDEL, e MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA, e perguntou se algum dos presentes conhecia seus familiares. Voltando a falar sobre a situação financeira, citou o déficit de três mil e oitocentos reais para o mês de novembro, e lembrou que em dezembro teremos o décimo terceiro salário. O sócio PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA lembrou que o Instituto é uma entidade civil, e que os sócios são responsáveis por sua manutenção. O Presidente informou que, em reunião informal, o sócio OSMAR MAIA DIÓGENES propôs que os sócios poderiam contribuir espontaneamente com duzentos e cinqüenta reais de cota extra nos meses de novembro e dezembro, e que logo cinco companheiros se comprometeram a atender. O Presidente levantou novamente a discussão sobre como financiar o coquetel do dia vinte. Várias propostas foram feitas, sem conclusão. O Presidente anunciou e enalteceu o trabalho do companheiro OSMAR MAIA DIÓGENES de gravar as Conferências do Acadêmico DIMAS MACEDO, do sócio LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA e da Reitora NILMA LINO GOMES, da Universidade Luso-Afro Brasileira, e informou que as gravações comporão o acervo da Secretaria; e que também comporá o acervo da Secretaria a gravação de entrevista que deu sobre o Instituto à TV Assembleia, pertencente à Assembleia Legislativa do Estado. O Presidente lembrou a campanha das Notas Fiscais, e concitou os companheiros a colaborar. O Presidente lembrou ainda que o prazo das inscrições para a eleição de sócios efetivos se esgotou, e que temos três candidatos inscritos para as duas

vagas. E exortou os companheiros que votem nos candidatos que atendam à perenização do Instituto. Informou que no dia vinte e oito de novembro, às dezesseis horas, receberemos um grupo de estudantes de colégios da Capital, participantes do concurso de redação *Esta Casa Tem História*; que os alunos farão uma representação, receberão prêmios, e a melhor redação de cada colégio será premiada. Foi sugerido e aceito o dia treze de dezembro para a confraternização natalina do Instituto. E nada mais havendo a tratar, deu o Presidente por encerrada a sessão da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente, e pelos sócios presentes.

Ednilo Gomes de Soárez
Presidente

Affonso Taboza Pereira
Segundo Secretário

Sessão do dia 19 de novembro de 2013

Às 15h do dia 19 de novembro de 2013, em sessão extraordinária, reuniu-se a Diretoria do Instituto do Ceará, no Auditório do Anexo, sob a presidência do Sócio Ednilo Soárez. Presentes a 2ª Vice-Presidente Angela Gutiérrez, o 1º Tesoureiro Fernando Câmara, o Diretor de Comunicação e Relações Públicas Miguel Ângelo Azevedo (Nirez), o 1º Secretário Geová Lemos Cavalcante, e os sócios Osmar Diógenes e José Augusto Bezerra, este como representante da Comissão de Verificação de Mérito Científico e Cultural. Abrindo a sessão, o Presidente Ednilo justificou a ausência do 2º Secretário Affonso Taboza Pereira, que viajara a Brasília a serviço da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), de onde é Diretor, e por isso solicitou ao 1º Secretário para substituí-lo na redação da Ata. Ato contínuo, o Presidente disse que se justificava a realização da sessão extraordinária, para o cumprimento estrito das normas estatutárias que preveem a obrigatoriedade do Parecer da Comissão de Verificação de Mérito Científico e Cultural e a posterior apreciação desse Parecer pela Diretoria, nos casos de exames de propostas de ingresso na categoria de associado efetivo do Instituto do Ceará. Concedida a palavra ao Sócio José Augusto Bezerra, a Diretoria foi informada que a Comissão examinou as propostas e os currículos dos três inscritos: Isabelle Braz Peixoto da Silva, José Reginaldo Limaverde Leal e Marcelo Gurgel Carlos da Silva, candidatos a duas vagas declaradas abertas em reunião da Diretoria do dia 02 de outubro de 2013. A Comissão, sem discrepância, deu parecer favorável às propostas, ressaltando o elevado nível científico e cultural dos candidatos: professores universitários e portadores da láurea de doutorado, capazes portanto de con-

tribuir para consolidar o prestígio de que desfruta o Instituto no âmbito da comunidade cultural do Ceará. A Diretoria, considerando o Parecer da Comissão de Verificação de Mérito Científico e Cultural, aprovou as propostas. Diante da aprovação, o Presidente determinou à Secretaria Geral a deflagração do processo eleitoral, fixando a data de 27 de novembro de 2013 para a realização das eleições. Cumprida a pauta, o Presidente Ednilo Soárez encerrou a reunião. E, para constar, eu, Geová Lemos Cavalcante, lavrei a presente Ata.

Ednilo Gomes de Soárez	Geová Lemos Cavalcante
Presidente	1º. Secretário

Sessão do dia 20 de novembro de 2013

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, no auditório Tomaz Pompeu Sobrinho, sob a presidência do Consócio EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a sexta Assembléia Geral Ordinária do Biênio 2013/2015, tendo como pauta: a) homenagem aos cinco ex-sócios do Instituto que fariam cem anos em dois mil e treze, se vivos fossem; b) concessão de dois títulos de sócios beneméritos a personalidades que prestaram relevantes serviços ao Instituto. Presentes dez sócios efetivos a seguir citados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, sócios efetivos PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO, JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, REJANE MARIA VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO e OSMAR MAIA DIÓGENES. Iniciando a sessão, o Presidente procedeu à composição da mesa, convidando o Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, o Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, o Vereador EVALDO LIMA, Presidente da Comissão de Cultura da Câmara Municipal de Fortaleza, o etimologista Frei HERMÍNIO BEZERRA DE OLIVEIRA e o Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE. Em seguida deu as boas vindas aos presentes, agradeceu-lhes pela atenção ao nosso convite, e anunciou a homenagem que prestamos aos cinco ex-sócios que este ano estariam fazendo cem anos de vida, responsáveis em parte pela perenidade do nosso Instituto, Lembrou que continua sendo objetivo dos sócios de hoje passar às gerações futuras esta instituição, uma das guardiãs da nossa cultura. Saudou os familiares dos

cinco homenageados: FRANCISCO ALVES DE ANDRADE E CASTRO, FRAN MARTINS, JOSÉ PARSIFAL BARROSO, OSWALDO OLIVEIRA RIEDEL e MARIA DA CONCEIÇÃO SOUSA. Lamentou e justificou as ausências do ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, que na ocasião casava uma neta, e do sócio LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, que se encontrava em Lisboa. Em seguida anunciou a concessão do título de Sócio Benemérito aos senhores ROBERTO PROENÇA DE MACEDO e ROBERTO SÉRGIO OLIVEIRA FERREIRA, respectivamente Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, e do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Ceará – SINDUSCON-CE. Graças a eles e a alguns mecenas – disse o Presidente – estamos com nosso prédio pintado, com local adequado para embarque e desembarque, o elevador adquirido e prestes a ser instalado para atender às pessoas de mobilidade reduzida, cuja inauguração será no dia vinte e quatro de março, data do centésimo vigésimo sexto aniversário do Instituto. Lembrou que estamos organizando o setor de audiovisual para ser a memória viva da instituição. Lembrou que estamos trabalhando arduamente para obter a auto-suficiência financeira e saudou o ambiente cordial existente entre os sócios. Referindo-se à parábola dos dez leprosos constante do Evangelho, segundo a qual, após curados por Jesus, só um voltou para agradecer, disse que nós queremos ser aquele leproso agradecido, razão pela qual o Instituto, naquela data, agradecia a dois benfeitores. E convidou o senhor ROBERTO PROENÇA DE MACEDO a se deslocar até a frente da mesa para receber o título de Sócio Benemérito do Instituto do Ceará. Lembrou que o pai do homenageado, Senador JOSÉ DIAS DE MACEDO, recebeu aquele mesmo título vinte e três anos atrás por ter exercido o mecenato, como seu filho ROBERTO fazia agora. Convidou em seguida o senhor ROBERTO SÉRGIO OLIVEIRA FERREIRA para lhe mostrar a nossa gratidão através da concessão do título de Sócio Benemérito. A ambos o título foi entregue sob forte salva de palmas. Lembrou o Presidente que vivíamos a última Assembléia Geral Ordinária do ano, na qual teríamos uma palestra em homenagem aos ex-sócios citados. E, como de hábito, passou a palavra ao Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, para apresentar o palestrante, historiador GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE. Com a vivacidade e a eloquência que lhe são características, (apesar de ter vivido um grave problema cardíaco recente), JUAREZ apresentou o palestrante, expondo seu *curriculum vitae* de forma resumida e elegante: advogado, funcionário público federal, nascido em Pedra Branca, cidade famosa no folclore político do Ceará. E contou um episódio de eleição passada há muitos anos, na qual o famoso político senador OLAVO OLIVEIRA, durante a apuração dos votos e na iminência de

perder a eleição, bradava em voz trovejante: "Quando chegar a Pedra Branca, tudo muda". E mudou mesmo, segundo JUAREZ. "Dali veio Geová", falou o orador, "trazendo em si aquela fidelidade que caracteriza o seu povo". Geová foi jornalista profissional e está filiado à Associação Cearense de Imprensa há quarenta e cinco anos. Prestou concurso para a Polícia Federal, onde ocupou o cargo de delegado. Após desempenhar importantes funções na cúpula da instituição em Brasília, chegou à posição de Superintendente da Polícia Federal no Ceará. Juarez elogiou o "olhar percuciente de pesquisador do palestrante", conhecedor profundo da história do Ceará e da genealogia de suas famílias. E citou o livro em que GEOVÁ apresenta suas pesquisas sobre uma figura folclórica de Fortaleza: Manezinho do Bispo, o Porteiro do Palácio. Manezinho foi personagem conhecido nesta cidade nos primeiros anos do Século XX, e chegou a escrever em jornais, tornando conhecidas suas "idéias estapafúrdias e engraçadas". Em seguida JUAREZ passou a palavra ao conferencista do dia, para falar sobre os cinco homenageados. Agradecendo ao Presidente pela "afoiteza" de indicá-lo para tarefa tão importante, ele, "um sócio novato", GEOVÁ declarou que não considerava a tarefa pesada e extenuante; ao contrário, falar sobre os cinco personagens era tarefa fácil e prazerosa. Difícil, disse ele, era condensar tudo num curto espaço de tempo, tal a abundância de dados disponíveis na Revista do Instituto, na Revista da Academia Cearense de Letras, no *O Ceará*, de Raimundo Girão e Antônio Martins Filho, na monumental *História da Literatura Cearense*, de Dolor Barreira, e na *Cronologia Ilustrada* do nosso Consócio MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ). Usou como critério de ordem cronológica a data de ingresso de cada homenageado no Instituto. Assim, começou com FRANCISCO MARTINS, FRAN, prenome abreviado por sugestão de seu irmão ANTÔNIO MARTINS FILHO, para uso nos meios literários, e que se perenizou. Na seqüência vieram os ex-sócios, FRANCISCO ALVES DE ANDRADE E CASTRO, JOSÉ PARSIFAL BARROSO, OSWALDO DE OLIVEIRA RIEDEL e MARIA DA CONCEIÇÃO SOUSA. De cada homenageado o palestrante traçou um perfil detalhado e bem definido, focando sua obra e suas atividades culturais, bem como a sua genealogia, e esmerou-se em informações sobre as circunstâncias e o panorama político e econômico do tempo em que viveu. Finda a bela e bem trabalhada palestra, o Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ agradeceu ao nosso Consócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE e, feliz com o brilho e o sucesso do evento, se despediu dos presentes com um sonoro "Boa Noite!". A palestra do Consócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, uma verdadeira Aula Magna, fica arquivada na Secretaria, anexa a esta ata, e será publicada na íntegra na Revista do Instituto. E nada mais havendo a tratar, deu o Presidente por encerrada a

sessão, da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos sócios presentes.

Ednilo Gomes de Soárez
Presidente

Affonso Taboza Pereira
Segundo Secretário

Sessão do dia 27 de novembro de 2013

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e treze realizou-se, na sede do Instituto (auditório do Anexo), situada à Rua Barão do Rio Branco 1594, a quarta Assembléia Geral Eleitoral do biênio dois mil e treze e dois mil e quinze. Presentes vinte e três sócios efetivos a seguir relacionados: JUAREZ FERNANDES LEITÃO, FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO, FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA, JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, EDNILO GOMES DE SOÁREZ, MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA, EDUARDO DE CASTRO BEZERRA NETO, LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, AFFONSO TABOZA PEREIRA, GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, JOSÉ FILOMENO MORAES FILHO, OSMAR MAIA DIÓGENES, EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS, PEDRO SISNANDO LEITE, REJANE MARIA VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO, RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS, CID SABÓIA DE CARVALHO, ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER, FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, JOSÉ MURILO DE CARVALHO MARTINS e PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA. O Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ abriu a Assembleia declarando que concorriam à eleição, para as duas vagas abertas, três candidatos: ISABELLE BRAZ PEIXOTO DA SILVA, JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL e MARCELO GURGEL CARLOS DA SILVA. Informou que os três candidatos tiveram seus nomes aprovados pela Diretoria na sessão de dezenove de novembro passado, com base no relatório da Comissão de Verificação de Mérito, e que atendiam a todas as exigências do Estatuto e do Edital de Convocação das eleições. O Presidente abriu os trabalhos às quatorze horas, declarando que seriam encerrados às dezessete, e designou para presidir à eleição o Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, e para mesários o Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA e o sócio OSMAR MAIA DIÓGENES. O Presidente da mesa, GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, declarou iniciada a votação, chamando os sócios na ordem

em que foram acima relacionados. Votaram ao todo vinte e três sócios, presentes à Assembléia. Votaram por correspondência os seguintes sócios: PAULO AYRTON ARAÚJO, VALDELICE CARNEIRO GIRÃO, JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ), EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES, CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES, GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ e LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA. Aberta a urna, foram computados trinta e um votos, assim distribuídos entre os candidatos: MARCELO GURGEL CARLOS DA SILVA, vinte e um votos. JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL, vinte votos, e ISABELLE BRAZ PEIXOTO DA SILVA, treze votos. À vista do resultado da apuração, o Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ declarou eleitos para ocupar as duas vagas de sócio efetivo os eleitos MARCELO GURGEL CARLOS DA SILVA e JOSÉ REGINALDO LIMAVERDE LEAL. Encerrando a Assembléia Geral o Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ congratulou-se com os presentes pela tranquilidade na realização deste pleito, e pela harmonia reinante entre os sócios. E nada mais havendo a tratar, encerrou a Assembléia da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente, e pelos sócios presentes.

Ednilo Gomes de Soárez
Presidente

Affonso Taboza Pereira
Segundo Secretário

Sessão do dia 4 de dezembro de 2013

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, sob a presidência do sócio efetivo EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a sétima sessão ordinária da Diretoria eleita e empossada para exercício no Biênio 2013/2015. Presentes nove sócios, a seguir citados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, 1º Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, 2ª Vice-Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, sócios MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ) LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA e FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER. Iniciando a sessão às quinze horas, o Presidente deu as boas vindas a todos e agradeceu pelas presenças. Em seguida saudou com ênfase a boa situação financeira do Instituto, que encerrou o mês de novembro

sem déficit, alertando, porém que tal fato se deveu à entrada de dois novos sócios, cujas taxas de ingresso reforçaram o caixa. Falou sobre e-mail recebido do sócio FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER, informando que não pode continuar pagando o salário do estagiário DIEGO, que vem prestando bons serviços ao Instituto. Garantiu, porém, que o estagiário continuará como funcionário. Informou que passou para o Tesoureiro a penúltima parcela de pagamento do elevador, e que a quitação do débito se dará ainda este mês; que o site do Instituto ficou fora do ar por falta de pagamento, mas que retornará em janeiro. Informou que está contratando uma pessoa especializada na elaboração de projetos, que será remunerada com um percentual, caso o projeto seja aprovado. Esses projetos serão elaborados para atender a editais que possam gerar recursos para o Instituto. Informou que a campanha das notas fiscais já deu um crédito ao Instituto junto à Sefaz de três mil e oitocentos reais, dinheiro que tentará receber ainda este mês. O sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA lembrou que a campanha das notas fiscais foi uma bela ideia do sócio OSMAR MAIA DIÓGENES. O Presidente incentivou os sócios a trazerem o máximo de notas fiscais, pois isso representa um bom reforço ao caixa do Instituto, sem gasto, apenas com um pequeno esforço. Dirigindo-se ao sócio PEDRO SISNANDO LEITE, falou sobre o interesse da Academia de Ciências Sociais de utilizar as instalações do Instituto. Pediu então um depoimento do sócio FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, um dos mais antigos, sobre o período em que, no passado, a Academia usou nossas instalações para suas reuniões. FERNANDO CÂMARA citou vários fatos acontecidos que, na sua opinião, desaconselhavam o atendimento dessa pretensão. O Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE defendeu a causa, alegando que se trata de uma elite intelectual, pois uma das condições para ingresso em tal instituição é que tenha o candidato um mestrado ou doutorado, e que muitos deles são sócios do Instituto. Garantiu que se responsabiliza pelo que acontecer, pois é Vice-Presidente da Academia, e que a ideia não era usar o Instituto, e sim, prestigiá-lo. O Presidente Ednilo então concordou com a pretensão, mas que PEDRO SISNANDO ficasse como responsável, e que as reuniões seriam no auditório do Anexo. Perguntando o Presidente EDNILO se haveria possibilidade de pagar a Academia algo ao Instituto, de vez que seu uso gerará necessariamente gastos, não recebeu resposta definida. O Presidente EDNILO insistiu que, se houver algum custo adicional, a Academia deverá cobrir. O sócio PEDRO SISNANDO, falando pela Academia, concordou. O Presidente EDNILO informou, em seguida, que o sócio PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO, juntamente com o membro da Academia Cearense de Letras PEDRO PAULO MONTENEGRO, apresentou no dia sete de novembro, no Ideal Clube o livro inédito de JOSÉ MILTON DE VASCONCELOS DIAS, professor da

UFC falecido há trinta anos, muito conhecido e festejado nos meios culturais do Estado; que no dia treze de novembro houve a posse da nova Diretoria da Academia Metropolitana de Letras, sendo o Instituto representado por seu sócio LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA; que no mesmo dia treze de novembro, acompanhado do Presidente da Academia Cearense de Letras, nosso sócio JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, fez visita de cortesia ao novo Secretário de Cultura do Ceará, jornalista PAULO MAMEDE; que continua a peregrinação em busca de recursos do Banco do Nordeste, valendo-se dos contatos do nosso Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE; que no dia dezenove foi comemorado, na Assembléia Legislativa, o dia da literatura cearense, presentes os presidentes do IC e da ACL, tendo falado em nome dos homenageados o Presidente da ACL, JOSÉ AUGUSTO BEZERRA. Referiu-se ainda o Presidente ao "alentado relatório da gestão do ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA", recebido por todos os sócios, de cuja leitura se pode avaliar o ingente esforço despendido por nosso companheiro nos seus seis anos de mandato. Dentre as maiores realizações pode-se ressaltar a atualização do estatuto da entidade. No dia vinte de novembro ocorreu a Assembléia Geral, na qual foram homenageados cinco ex-sócios que teriam completado cem anos em dois mil e treze, FRAN MARTINS, FRANCISCO ALVES DE ANDRADE E CASTRO, JOSÉ PARSIFAL BARROSO, OSWALDO OLIVEIRA RIEDEL e MARIA DA CONCEIÇÃO SOUSA. Foram saudados pelo companheiro GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, que deu uma verdadeira "aula de sapiência", como se dizia no passado, e que foi por todos muito aplaudido. Na ocasião foram homenageados com o título de sócios beneméritos os senhores ROBERTO PROENÇA DE MACEDO e ROBERTO SÉRGIO OLIVEIRA FERREIRA, respectivamente presidentes da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – Fiec, e do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Ceará – Sinduscon-Ce, pelos excelentes serviços prestados ao Instituto, viabilizando financeiramente a pintura do prédio do Instituto, na ocasião muito sujo e desgastado. Lembrou que no dia vinte e sete de novembro foi realizada a eleição para preenchimento de duas vagas do quadro social, quando foram eleitos MARCELO GURGEL CARLOS DA SILVA, com vinte e um votos, e JOSÉ REGINALDO LIMAVERDE LEAL, com vinte votos. Registrou, na ocasião, a atitude democrática da candidata não eleita, ISABELLE BRAZ PEIXOTO DA SILVA que, logo após a eleição, enviou e-mail se pondo à disposição do Instituto para realizar conferências no Ciclo de Conferências. O Presidente falou que, no dia vinte e oito de novembro, viveu o Instituto um dia de grande alegria, quando cerca de oitenta alunos e professores de colégios vieram participar do concurso *Esta Casa tem História*. Participaram as seguintes escolas públicas: Rural Normal de Limoeiro do Norte e escolas Fiúza

de Oliveira e José de Alencar. Entre as particulares, Dáurea Bringel, Dom Quintino, Nossa Senhora do Carmo, Sete de Setembro, Farias Brito de Fortaleza e Farias Brito de Sobral. Os alunos foram divididos em quatro grupos para visitação às instalações do Instituto. O Presidente fez ligeira exposição sobre a nossa instituição, e em seguida um grupo de alunos do Colégio Sete de Setembro apresentou trabalho sobre o centenário de Vinícius de Moraes. Foi servido pela dedicada Diretora Administrativa MARINEZ FEITOSA um lanche aos presentes. Com relação à Festa de Natal, a idéia é fazer uma confraternização bem informal, para estreitar nossos laços de amizade. Será no dia treze às dezesseis horas. O Presidente informou que teremos a participação de um coral, e que pretende fazer uma surpresa aos companheiros. O sócio FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER se propôs a ajudar com salgadinhos e outros comestíveis. O Presidente informou que o Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, embora ainda convalescendo de problema cardíaco, já está recebendo inscrições para o Ciclo de Conferências; que o Sócio ELMO VASCONCELOS quer falar sobre a Primeira Guerra Mundial; que o sócio CID SABÓIA DE CARVALHO quer falar sobre Jáder de Carvalho e que a sócia REJANE MARIA VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO também expressou desejo de participar. Da mesma forma, o sócio FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER. O Secretário Geral citou também PEDRO SISNANDO LEITE. O sócio LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA se inscreveu na ocasião. JUAREZ FERNANDES LEITÃO declarou que já está quase completa a lista de dez conferencistas. A Diretora Executiva MARINEZ FEITOSA lembrou que já é costume se celebrar o aniversário da cidade no mês de abril. Ficou definido que o Ciclo de Conferências se desenvolverá de fevereiro a novembro. Notícia auspiciosa dada pelo Presidente: graças ao trabalho de três pessoas, temos agora um setor de audiovisual digno do nome. São eles: JUAREZ FERNANDES LEITÃO, MARINEZ FEITOSA e OSMAR MAIA DIÓGENES. O Presidente agradeceu ao sócio OSMAR a generosidade da doação do piso de uma de nossas salas de reunião, que será inaugurada em janeiro; disse que recebeu do sócio PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO um memorial com uma série de sugestões e que, no início do ano, esse documento será analisado para se ver o que dele é factível. Informou que, por iniciativa do sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, a Autarquia Municipal do Trânsito reservou um espaço na frente do Instituto como zona de desembarque, para possibilitar o estacionamento de ônibus que tragam visitantes. O Presidente solicitou ao sócio LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA que represente o Instituto na missa de sétimo dia do ex-sócio JOÃO ALFREDO DE SOUSA MONTENEGRO. O sócio FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER sugeriu que fossem divulgadas entre os sócios as normas para publicação de artigos na

Revista do Instituto. O Presidente informou que toda a documentação contábil do Instituto está na Secretaria da Casa, e não mais com o contador, cujo contrato com o Instituto se encerra no dia trinta e um de dezembro. O Presidente designou o sócio OSMAR MAIA DIÓGENES para auxiliar o Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA na informatização da contabilidade. O Presidente informou que o recesso de fim de ano será de vinte e três de dezembro ao dia seis de janeiro. Elogiou a dedicação dos funcionários da casa, sempre dispostos a atender com presteza e boa vontade as solicitações dos sócios. A sócia ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ propôs a realização de uma Assembléia Geral Extraordinária, na qual, entre outros assuntos importantes, se discuta a possibilidade de se criar uma décima terceira mensalidade no fim do ano, para fazer face ao natural aumento de despesas dessa época. Como última notícia, o Presidente comentou o falecimento do sócio JOÃO ALFREDO DE SOUSA MONTENEGRO. O sócio LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA informou que a *causa mortis* foi uma hemorragia cerebral. Os sócios FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER, LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA e JUAREZ FERNANDES LEITÃO elogiaram o ex-sócio por seu valor intelectual, tendo JUAREZ LEITÃO declarado que o considerava o maior historiador cearense dos tempos atuais. O sócio LÚCIO ALCÂNTARA propôs que se padronizasse um tipo de sessão em homenagem aos sócios falecidos. E nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos diretores presentes.

Ednilo Gomes de Soárez
Presidente

Affonso Taboza Pereira
Segundo Secretário

ATAS DAS SESSÕES

Atas das sessões realizadas no Instituto do Ceará - 2014

Sessão do dia 23 de janeiro de 2014

Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se os sócios efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) no Auditório Thomaz Pompeu Sobrinho, situado na Rua Barão do Rio Branco nº1594, para, em sessão solene, dar posse a MARCELO CARLOS GURGEL DA SILVA e a JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL, candidatos eleitos em vinte sete de novembro de dois mil e treze às vagas de sócios efetivos. Presentes os seguintes sócios efetivos: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, 1º Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA (Diretor da Biblioteca e Arquivo), RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS, CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES, MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO – NIREZ- (Diretor de Comunicação), GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ, JOSÉ FILOMENO MORAES FILHO, MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA, LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, CID SABOIA DE CARVALHO, EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS e OSMAR MAIA DIÓGENES. Presente também o Sócio Benemérito VICENTE ALENCAR, incumbido de conduzir o Cerimonial. Justificaram as ausências os sócios AFFONSO TABOZA PEREIRA, FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER e ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ.

Às dezenove horas e dez minutos, por determinação do Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, o cerimonialista procedeu à composição da Mesa, da qual participaram, além do Presidente, o ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, na qualidade de Presidente da Academia Cearense de Letras e representante das demais Academias, o 1º Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, o mais antigo sócio presente, o sócio efetivo CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES, Deputado Federal, e o grão mestre da Maçonaria. Em seguida o Presidente abriu a sessão invocando o Nome de Deus, pedindo Suas bênçãos, e convi-

dando todos os presentes a ficarem de pé, em posição de respeito, para o canto do Hino Nacional Brasileiro. Informou que a Revista do Instituto, editada sem interrupção desde mil e oitocentos e oitenta e sete, está com o ano de dois mil e doze em fase de impressão. Informou, finalmente, que na próxima sessão solene a acontecer no auditório Pompeu Sobrinho os sócios e convidados com dificuldades de locomoção utilizar-se-ão de elevador que brevemente será instalado nas dependências do prédio do Instituto.

Logo após, convidou os sócios GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, MIGUEL ANGELO DE AZEVEDO (NIREZ) e JUAREZ FERNANDES LEITÃO para introduzirem o candidato eleito a ser empossado, MARCELO CARLOS GURGEL DA SILVA, recebido de pé e sob aplausos. Convidado pelo Presidente, o candidato eleito prestou solene juramento de bem servir à instituição, o que ensejou ao Presidente declarar-lhe empossado como Sócio Efetivo do Instituto do Ceará. O Presidente convidou o novo sócio a ficar em frente à mesa de honra e, juntamente com ele, lado a lado, sua esposa, Maria de Fátima Arruda Bastos. Então, convidou o sócio Lúcio Gonçalo Alcântara a entregar ao novo confrade o diploma de Sócio Efetivo do Instituto, enquanto a esposa do novo sócio apôs-lhe o Colar Barão de Studart. E declarou o senhor MARCELO CARLOS GURGEL DA SILVAo mais novo sócio do Instituto do Ceará. E o convidou a tomar assento junto a seus pares.

Esse ritual repetiu-se em relação ao candidato eleito JOSE REGINALDO LIMAVERDE LEAL, alterando-se a composição da comissão introdutória, integrada pelos sócios GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ, MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA e EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS, enquanto o diploma foi entregue pelo sócio José Augusto Bezerra e o Colar Barão de Studart colocado pela esposa do novo sócio, Senhora Wanda Marzon Limaverde Leal. Feito isso, o Presidente convidou o sócio José Reginaldo Lima Verde Leal a assentar-se junto aos seus pares.

Em seguida o cerimonialista convidou o sócio Osmar Maia Diógenes a proferir, em nome do Instituto do Ceará, o discurso de saudação aos novos sócios. Osmar Diógenes traçou uma silhueta dos novos sócios, ressaltando suas atividades cientificas e culturais, e concluindo estar convicto que o Instituto ficou enriquecido com o ingresso dos novos sócios, mercê de seus elevados níveis culturais.

Convidado pelo cerimonialista, o sócio MARCELO CARLOS GURGEL DA SILVA proferiu sua oração. Em minudente peça oratória, disse inicialmente que, ao contrário das demais academias em que os sócios são chamados a ocupar cadeiras designadas por números e que há um liame entre sucessor e sucedido, não havia no Instituto essa prática, mas mesmo assim não poderia olvidar essa sequencia, e fez uma retrospectiva da carreira dos sócios que o antecederam, iniciando pelo sócio Caio Lóssio Botelho. A certa altura,

lembrou que teve interesse em ocupar a vaga aberta em decorrência do falecimento do sócio Vinicius Barros Leal, a quem era ligado por estreita amizade e por coleguismo profissional, visto que era médico e professor universitário. À época, várias entidades científicas e culturais se manifestaram perante o Instituto do Ceará pleiteando que essa vaga fosse ocupada por ele, mas infelizmente isso não ocorreu. Agora, seu antigo sonho está concretizado e espera contribuir para o fortalecimento da entidade que passa a pertencer.

Após o término do discurso do sócio Marcelo Gurgel, o cerimonialista convidou o recém-empossado JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL, que sucedeu ao sócio efetivo Oswaldo Evandro Carneiro Martins, para proferir seu discurso.Inicialmente, o novo sócio traçou o perfil se seu imediato antecessor, enaltecendo-lhe suas virtudes cívicas e morais, destacando seu idealismo político que lhe valeu cumprir período de exílio no exterior; relembrou a proximidade afetiva entre sua família e a de Raimundo Girão, um dos grandes nomes do Instituto do Ceará. O seu convívio com Raimundo Girão fez nele crescer sua admiração pelo notável historiador cearense e isso alimentou seu desejo de um dia poder colaborar com a mais antiga instituição cultural do Estado. Relembrou sua passagem pela histórica Universidade de Ouro Preto, onde se graduou em Geologia; evocou sua vida profissional, inclusive em missão como representante do governo brasileiro no Iraque e destacou sua permanência em curso de doutorado em Paris. O novo sócio deu prova exuberante de sua formação humanística, permeando seu discurso com recitação de poesias clássicas e citações de pensadores gregos. Concluiu dizendo que esperava oferecer sua experiência lentamente acumulada em prol do engrandecimento do Instituto.

Com a palavra, o Presidente renovou as boas vindas aos novos sóciose teceu palavras encomiásticas aos autores dos discursos. Ao encerrar a solenidade, o Presidente convidou os presentes para se dirigirem ao salão vizinho, onde seria servido um coquetel, e onde os novos sócios receberiam os cumprimentos.

Foram registradas as presenças das senhoras FANI WEINSCHENKER DE SOÁREZ, esposa do Presidente Ednilo Soárez, e BERNADETE BEZERRA, esposa do ex-presidente José Augusto Bezerra. E do público externo, foi anotada a presença, dentre outras, das seguintes personalidades: Celina Girão, filha do ex-presidente Raimundo Girão, João Aquino Limaverde, geológo e consultor, Evandro Martins, filho do sócio falecido Oswaldo Evandro Carneiro Martins, João Pompeu Lopes Randal, Anastácio Queiroz de Sousa,João Martins de Sousa Torres,José Eduilton Girão, Sebastião Diógenes Pinheiro, Sérgio Ferreira Juaçaba e Vladimir Távora Fontoura Cruz, membros da Academia Cearense de Medicina, José Jarbas Studart Gurgel, Maria Zélia Rouquayrol e Helder Lopes Gurgel, membros da Academia Cearense de

Farmácia, Henrique Jorge Medeiros Marinho, Presidente do Conselho Regional de Economia do Ceará, Maria Irismar de Almeida, da Academia Cearense de Enfermagem, poeta José Linhares Filho, da Academia Cearense de Letras; e mais as conceituadas figuras da área da medicina Lineu Ferreira Jucá, João Brito Filho, Raimundo José Barbosa do Carmo, Juarez Sampaio, Lúcio Flávio Gonzaga e Silva, Antônio Augusto Guimarães, José Maria Arruda Pontes, Moacir Cymrot, Celina Côrtes Pinheiro, Presidente da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores – Regional Ceará - e demais membros: Ana Margarida Arruda Rosemberg, (sobrinha-neta de Jeremias Arruda), João Cavalcante Fonteles, José Luciano Sidney Marques, Paulo Gurgel Carlos da Silva; Roberto Misici, Vice-cônsul da Itália no Ceará, Meuris Gurgel Carlos da Silva, Professora titular da Unicamp, Alberto Fiúza Filho e Pedro Meneleu, Diretores do Instituto do Câncer; Augusto César de Moura Andrade, engenheiro químico da Petrobrás, Francisco Eulálio, arquiteto e empresário, Germano Gurgel Carlos da Silva, engenheiro químico da Petrobrás, Helena Alves de Carvalho Sampaio, professora emérita da UECE, Josemar Argollo, jornalista e empresário, Hermínio Bezerra de Oliveira, frade capuchinho, dicionarista e etimólogo, Silvana Valéria Cruz Chaves, arquiteta e empresária, e Zacharias Bezerra de Oliveira, jornalista e professor universitário.

Às 20.40h o Presidente deu por encerrada a sessão solene, da qual eu, GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, 1º Secretário, no impedimento justificado do 2º Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos sócios presentes.

EDNILO GOMES DE SOÁREZ
presidente

GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE
1º secretário

Sessão do dia 5 de fevereiro de 2014

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, sob a presidência do sócio efetivo EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a oitava sessão ordinária da Diretoria eleita e empossada para exercício no Biênio 2013/2015.

Presentes dez sócios, a seguir citados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, sócios PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO, LÚCIO GONÇALO DE

ALCÂNTARA, OSMAR MAIA DIÓGENES e JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL.

Iniciando a sessão, o Presidente deu as boas vindas a todos e agradeceu pelas presenças. Logo entrou em pauta a Revista do Instituto. Foi sugerida pelo sócio PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO a criação de uma comissão para estudar uma possível reformulação da revista, devendo para isso apresentar proposta até o dia cinco de março próximo. A comissão sugerida pelo sócio PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO seria composta pelo autor da sugestão e pelos sócios JOSÉ LIBERAL DE CASTRO e LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, contando com a colaboração do sócio PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA.

Retomando a palavra, o Presidente falou sobre a crise financeira que atravessa o Instituto, problema que não é novo, e falou da possível contratação do senhor LUÍS SABADIA, presente à sessão, para apresentar projeto visando o saneamento, usando os benefícios da Lei Rouanet. Informou que a escolha se deveu à indicação do Banco do Nordeste, dada a vasta experiência desse profissional nessa área. Informou ainda que o senhor LUÍS SABADIA apresentou seu plano de trabalho, já devidamente analisado pelo sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, que deu parecer favorável. No entanto, falou o Presidente, o projeto só seria aprovado após a sua apresentação pelo autor aos sócios diretores do Instituto. Informou que o assunto já fora discutido pelo Presidente com os sócios JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, OSMAR MAIA DIÓGENES e AFFONSO TABOZA PEREIRA. E solicitou ao autor para fazer, naquela ocasião, a apresentação do seu Plano de Trabalho.

O senhor LUÍS SABADIA falou da sua ideia de elaborar um "projeto guarda-chuva", no qual constassem alguns núcleos que pudessem ser os fundamentos do projeto, e outras ações acessórias. Como pontos centrais das ações, entrariam a renovação do museu, recursos para a formação de um núcleo de obras raras e a editoração do acervo de jornais. Como ações emergenciais viriam a manutenção do *site*, da biblioteca e a revista. Falou que o Instituto precisa de um Plano Anual de Trabalho, e que isso é possível com patrocínio da Lei Rouanet. Informou que a vantagem do Plano Anual é que ele permite a passagem de recursos de um ano para o outro. Isso seria interessante no próximo ano, já que este ano seria impraticável. Ficou claro para todos que o custo a ser pago ao senhor LUÍS SABADIA corresponderia a dez por cento dos recursos captados, não havendo pagamento prévio. O Presidente lembrou que só empresas que pagam imposto de renda pelo lucro real podem participar do programa. Ficam, portanto excluídas as empresas que pagam pelo regime de lucro presumido. Isso diminui muito o universo das empresas que podem participar do programa. O sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, atendendo à

solicitação do Presidente, informou que estudou a proposta de contrato apresentada pelo senhor LUÍS SABADIA, e se disse favorável à aceitação pelo Instituto. Falou que a grande preocupação da diretoria do Instituto é com a prestação de contas, que é responsabilidade do Presidente, mas se disse tranqüilo por ter o senhor LUÍS SABADIA, pessoa conhecida por todos, se responsabilizado pela ordenação dos documentos de modo a evitar problemas. E se propôs acompanhar o processo.

Falando sobre a situação financeira do Instituto, o Presidente perguntou pelo novo contador. O sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA informou que o mesmo aguarda a convocação do Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA para iniciar o trabalho. Ficou acertado que os dois contadores, o que sai e o que entra, seriam convocados logo no início da semana seguinte. Falando sobre seus contatos com a Coelce, o Presidente informou que aguarda a troca das lâmpadas e aparelhos de ar condicionado prometida por aquela empresa, dentro do seu programa de substituição de equipamentos altamente consumidores de energia. Relatou seu encontro com o Secretário da Fazenda, quando soube do extravio das notas fiscais que com tanto interesse e zelo enviamos para aquela secretaria, notas fiscais que nos credenciariam a receber um prêmio de quatro mil e setecentos reais. A impressão que ficou: Estado está se furtando a cumprir o compromisso. Informou que já pagou os seis primeiros meses do contrato com a empresa que administra o *site*, que logo voltará ao ar; que o elevador já está na casa, pago, e que iniciamos a construção da caixa; que, apesar dos esforços ingentes do sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA, a COOPERCON – Cooperativa da Construção Civil, alegando compromissos com entidades de caráter beneficente que ela tradicionalmente ajuda, pediu desculpas por não poder ajudar o Instituto; que o sócio JOSÉ LIBERAL DE CASTRO apresentou cinco opções de lugares onde instalar o elevador; que a melhor opção foi escolhida por ele, JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, juntamente com o sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA, e ali já está em construção a caixa que abrigará esse equipamento; que estamos trabalhando com a hipótese de inaugurar essa benfeitoria na festa de aniversário do Instituto.

Falou da visita do embaixador do Chile ao Instituto e de sua sugestão de se fazer dinheiro cobrando pela visita de turistas; que se propõe a ir a agências de turismo tratar do assunto, e pediu a opinião dos consócios. Referiu-se a almoço que teve com o sócio MELQUÍADES PINTO PAIVA, juntamente com os sócios LUCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA e PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA. Na ocasião, o sócio MELQUÍADES sugeriu que o Instituto, como forma de angariar recursos, poderia preparar projetos para o CNPQ, e que as pessoas que participassem do projeto seriam remuneradas; disse ainda o Presidente que co-

mentou o assunto com a sócia MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA e com o sócio EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS, sentindo boa receptividade à idéia.

Falou o Presidente sobre a posse dos sócios MARCELO GURGEL CARLOS DA SILVA e JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL no dia vinte e três de janeiro, muito concorrida e com bela recepção. Cumprimentou o sócio JOSÉ REGINALDO, recém empossado, já participando de reunião da Diretoria.

Informou que o Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO já preparou o Ciclo de Conferências para o ano corrente. Fez, porém, uma observação: devido à Copa do Mundo e em razão dos feriados previstos, a conferência de junho devia ser deslocada para outro mês. O sócio JUAREZ lembrou que teremos datas importantes no calendário do ano, e que tais datas deviam ser lembradas. Citou a Sedição de Juazeiro, completando cem anos; a Confederação do Equador, completando cento e oitenta anos; o centenário de HUMBERTO TEIXEIRA, uma expressão da música popular brasileira; que seria importante encaixar tais eventos na programação. O Presidente lhe deu pista livre pra programar as palestras como lhe parecesse mais conveniente. Sugeriu, porém o Presidente que não devia haver mais de uma palestra por mês, pelo temor de esvaziamento, pouca presença, ao que JUAREZ respondeu que cabe também ao conferencista trazer ouvintes, e que nas conferências feitas no ano anterior tivemos casa cheia.

O Presidente informou sobre email recebido do sócio EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES, dizendo do seu interesse em participar do Ciclo de Conferências, quando apresentaria trabalho seu já desenvolvido sobre o livro *Milagre em Joaseiro*, de autoria do doutor Ralph Della Cava. Na ocasião foi autorizado o Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO a tomar as providências necessárias.

O Presidente agradeceu à Fundação Valdemar Alcântara pela ajuda financeira destinada a cobrir o custo da edição da Revista. Informou que esteve com o sócio LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA em visita ao empresário PIO RODRIGUES NETO, oportunidade em que lhe agradeceu pela mesma razão, e dele recebeu a promessa de possível ajuda no próximo ano. Em seguida consultou os sócios JUAREZ FERNANDES LEITÃO e OSMAR MAIA DIÓGENES sobre a ida a Quixadá, e os encarregou da programação.

Informou que recebeu do sócio LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA um DVD de memórias, que foi encaminhado ao setor de audiovisual. Consultou os presentes sobre o nome a ser dado a esse setor, e sugeriu Francisco Paceli, doador da maioria das peças do acervo. Recebeu o apoio de todos. E encarregou a Diretora administrativa de fazer uma correspondência à família, e convidar para a inauguração no dia quatro de março. O sócio LÚCIO

GONÇALO DE ALCÂNTARA lembrou a necessidade de catalogação desse acervo. O sócio JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL sugeriu que fosse gravado depoimento de pessoas como o Deputado Federal CARLOS MAURO BENEVIDES, sócio da casa, para compor o acervo. O Presidente informou que já temos gravação desse sócio. Outras sugestões surgiram, tais como gravação de ex-Presidentes vivos e sócios que desempenharam funções importantes no Estado, tais como LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA e LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA, ex-Governadores.

E nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente, e pelos diretores presentes.

EDNILO GOMES DE SOÁREZ
presidente

AFFONSO TABOZA PEREIRA
2º. secretário

Sessão de 20 de fevereiro de 2014

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, no auditório do Anexo, sob a presidência do Confrade EDNILO GOMES SOÁREZ, a Sétima Assembléia Geral Ordinária do Biênio 2013/2015, tendo como pauta, além de assuntos gerais de ordem administrativa, palestra do Confrade RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS sobre o centenário da Primeira Guerra Mundial.

Presentes quinze sócios efetivos a seguir citados: Presidente EDNILO GOMES SOÁREZ, Vice Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, sócios efetivos VLADIR PONTES DE MENEZES, RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS, REJANE VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO, FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA, FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER, CID SABOIA DE CARVALHO, OSMAR MAIA DIÓGENES, MARCELO GURGEL CARLOS DA SILVA e JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL. Presente também o sócio honorário JOÃO PIRES.

Iniciando a Assembléia às quinze horas, o Presidente saudou a todos e agradeceu pelas presenças. Em seguida agradeceu aos sócios JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL e REJANE VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO pelos valiosos livros que doaram à Biblioteca do Instituto, constando de sessenta e sete volumes a coleção doada por REJANE. O Presidente anunciou três assuntos a serem tratados na Assembléia antes da palestra do Confrade RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS. O primeiro se referiu a FÁTIMA MARIA SOARES KELTING, Professora Aposentada da UFC, Doutora em Geografia com vasto *currículum vitae*, atualmente residindo na Alemanha, indicada para ser Sócia Correspondente do Instituto naquela cidade. O nome da candidata, proposto pelos sócios JUAREZ FERNANDES LEITÃO, GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE e AFFONSO TABOZA PEREIRA, teve parecer favorável da Comissão de Verificação de Mérito, sendo seu nome aprovado pela Assembleia. O segundo assunto se referiu à inauguração do elevador, já quase pronto, graças, segundo o Presidente, ao trabalho dos sócios AFFONSO TABOZA PEREIRA e JOSÉ LIBERAL DE CASTRO. O Presidente anunciou a inauguração desse equipamento para o dia em que o Instituto comemorará seu aniversário. Pediu, na ocasião, permissão aos companheiros para comemorar o aniversário em abril, pois a data certa é 4 de março, que este ano cai no carnaval. Na mesma data faria a inauguração do Setor de Audiovisual. Está esperando contato com a família de FRANCISCO PACELI VASCONCELOS, que doou um grande acervo, para marcar a data. Com relação ao nome que será dado ao elevador, pediu sugestões e lhe foi proposto pelo sócio FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA o nome de MARCELO CARACAS LINHARES, aprovado pela Assembléia por ser um sócio ilustre com larga folha de serviços prestados ao Instituto. Lembrou o Presidente que o ex-sócio proposto foi advogado do Banco do Brasil, Secretário de Planejamento do Estado, exerceu quatro mandatos na Câmara Federal, foi Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e também Secretário do Presidente da República José Linhares. Além disso, escreveu seis livros. Quanto ao Setor de Audiovisual, foi aprovado, após explicações dadas pelo Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO sobre a natureza do acervo e as condições em que foi recebido, o nome de FRANCISCO PACELI VASCONCELOS. Finalizando sua exposição sobre temas administrativos, o presidente citou, pedindo que constasse em ata, os livros de MARCELO CARACAS LINHARES: um deles sobre o *Governo Virgílio Távora*; outro sobre o *Marechal Castelo Branco*; um terceiro sobre a *Questão Religiosa*; sobre *Guaramiranga e a Família Caracas;* e mais *Governo José Linhares - Transição para a Democracia* e finalmente *José Linhares, um Cearense na Presidência*. O sócio VLADIR PONTES DE MENEZES declarou na ocasião que, certa vez, externou para MARCELO CARACAS

LINHARES que considerava uma grande injustiça ter ele precedido o ilustre sócio MARCELO como membro do Instituto.

Antes de passar a direção dos trabalhos ao Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO para dar início à palestra programada, o Presidente lembrou que a próxima reunião da Diretoria, prevista para cinco de março, quarta-feira, ficará para dia seis, quinta-feira, pois o dia anterior é quarta-feira de cinzas.

JUAREZ FERNANDES LEITÃO fez ligeira referência ao tema a ser apresentado pelo sócio RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS, a Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, que muitos historiadores consideram o marco inicial do Século XX. Apesar de vir a humanidade usufruindo os frutos e as novidades trazidos pela Revolução Industrial, o século começou mesmo com a grande guerra, que mostrou ao mundo sua imensa capacidade de destruir. JUAREZ apresentou o rico currículum do Confrade ELMO, e em seguida lhe passou a palavra.

Antes de iniciar sua palestra, o Confrade RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS fez referência ao centenário do Professor EDILSON BRASIL SOÁREZ, pai do nosso Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, grande mestre, grande professor (do qual foi aluno), fundador do Colégio Sete de Setembro. Abrindo um parêntese na exposição do companheiro ELMO, vários sócios, ex-alunos do Professor EDILSON BRASIL SOÁREZ, fizeram referências elogiosas a ele a à sua esposa Dona NILA GOMES SOÁREZ, ao amor e ao carinho dos dois pela nobre tarefa que abraçaram, a educação da juventude.

Iniciando a palestra, o sócio RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS declarou que, na sua opinião aquela guerra foi o acontecimento mais importante do Século XX, pelas conseqüências que gerou. Fez um retrospecto dos fatos acontecidos na Europa antes de eclodir a guerra, mostrando as causas próximas e remotas do grande conflito. Discorreu longamente, com muita erudição, sobre o ambiente e as condições existentes na Europa quando se desenvolveu o fermento da guerra, o progresso industrial, as grandes invenções do campo científico, as descobertas no campo da medicina, as idéias e teorias filosóficas, grandes obras literárias, e todas as novidades geradas pela inteligência humana, de que foi rico aquele período. A seguir passou ao desenvolvimento puro da guerra, tarefa complexa dado o curto espaço de tempo disponível; no entanto nosso companheiro dela se desincumbiu com maestria.

Participaram dos debates o sócio honorário JOÃO PIRES, que declarou ser o inverno o único perigo representado pelos russos; o confrade CID SABÓIA DE CARVALHO, que qualificou a guerra como patologia, doença social; os sócios JUAREZ FERNANDES LEITÃO, JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL e MARCELO GURGEL CARLOS DA SILVA. PEDRO

SISNANDO LEITE convidou para lançamento de seu próximo livro que, nas suas palavras, ensina como se faz uma guerra contra a pobreza. O sócio VLADIR PONTES DE MENEZES contou, na ocasião, interessante episódio que viveu na Universidade quando aluno de História do companheiro RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS. Informou ainda aos presentes que, anos atrás, quando expirado seu mandato de presidente da Sociedade Cearense de Geografia e História, teve o prazer de passar a função para o companheiro ELMO que, graças à sua competência e operosidade, soergueu a instituição que vivia momentos difíceis. O sócio PEDRO SISNANDO LEITE convidou a todos para assistirem à sua palestra intitulada *Movimento Ceará Mais Justo -. Uma Agenda para o Desenvolvimento do Estado* programada para o próximo dia 21 de março, sexta-feira, às 15h. Na ocasião, será distribuída a obra autografada sobre o assunto, de autoria do palestrante. Essa reunião do Instituto será em conjunto com a Academia Cearense de Ciências Sociais da qual o nosso Vice-Presidente é um de seus componentes. O Presidente noticiou ainda que no dia 21 do corrente, data do aniversário de nossa sócia VALDELICE CARNEIRO GIRÃO, um grupo de sócios composto pelo ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, os sócios JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, PEDRO ALBERTO OLIVEIRA SILVA, JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL e MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA foram cumprimentar a aniversariante que, aproveitando a oportunidade, apresentou a sua mais recente obra: *Renda de Bilros*, Coleção do Museu Artur Ramos.

E nada mais havendo a tratar, deu o Presidente por encerrada a sessão da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente, e pelos sócios presentes.

EDNILO GOMES DE SOÁREZ
presidente

AFFONSO TABOZA PEREIRA
2º. secretário

Sessão de 6 de março de 2014

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, sob a presidência do sócio efetivo EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a décima sessão ordinária da Diretoria eleita e empossada para exercício no Biênio 2013/2015.

Presentes sete sócios, a seguir citados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Vice Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, sócios PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA e PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO.

Iniciando a sessão às quinze horas o Presidente deu as boas vindas e agradeceu as presenças dos sócios. Em seguida propôs que as reuniões tivessem um caráter mais objetivo, como reuniões executivas, terminando no horário previsto, de modo que os sócios presentes pudessem atender sem atraso compromissos outros assumidos para o tempo seguinte. Sugeriu que conversas e reminiscências poderiam ficar para depois da reunião. Lembrou também que toda segunda-feira, no mesmo horário, ele e alguns sócios estão no Instituto sem pauta definida, tempo excelente para a troca de ideias e bate-papos. Informou que tem recebido críticas construtivas, principalmente dos sócios GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE e JUAREZ FERNANDES LEITÃO, sobre o ritual a ser seguido nas sessões ordinárias, principalmente sobre a leitura das atas. E definiu que a partir daquela ocasião as atas seriam lidas. Em seguida fez algumas comunicações. Citou as visitas ao Instituto da Senhora MARIA IDA STEINMULLER, presidente do Instituto Histórico de Campina Grande e do Senhor JOAQUIM OSTERNE CARNEIRO, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Falou que estava aguardando a visita da família do falecido senhor FRANCISCO PACELI VASCONCELOS, que doou magnífico acervo de livros e de audiovisual ao Instituto. Lembrou que no dia anterior o Instituto completou cento e vinte e sete anos, cuja comemoração será feita no dia nove de abril, por ser data mais conveniente, quando serão inaugurados o elevador e o centro audiovisual. Sobre a situação financeira do Instituto, informou que no corrente mês estamos com déficit de dois mil reais. Voltou a narrar os entendimentos mantidos com a Coelce, iniciados com a participação de nosso sócio ex-governador LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, aos quais esteve presente também o sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA. Tais contatos visaram encontrar uma solução para as instalações elétricas do Instituto que estão envelhecidas e sobrecarregadas. Na busca de uma definição mais urgente da Coelce, após novo contato do sócio LUCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA e do Presidente, tivemos promessa de que a Coelce retomará em breve o assunto. A ação da Coelce se restringirá à troca do velho condicionador central de ar por modernos aparelhos *split*, bem como substituição de lâmpadas e outros equipamentos que operam com alto consumo de energia. Falou que terá, em breve, audiência com o Prefeito ROBERTO CLÁUDIO, visando assunto de caráter financeiro de interesse do Instituto; que na ocasião terá a companhia do consócio JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, Presidente da

Academia Cearense de Letras. Sobre o contrato assinado com o senhor LUÍS SABADIA para preparo de projetos visando a obtenção de recursos para o Instituto, informou que até o final de março terá algo a apresentar. Informou que a mudança efetuada na contabilidade proporcionou uma economia da ordem de um mil reais por mês. Lembrou que, por sugestão do sócio OSMAR MAIA DIÓGENES, o Instituto aderiu ao programa de incentivo da Sefaz e está enviando àquela Secretaria notas fiscais trazidas pelos sócios; que espera em breve receber o incentivo referente às notas já enviadas, e concitou os confrades a continuarem trazendo notas. Referiu-se a artigo publicado recentemente no jornal O Povo por nossa confreira e Vice Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ sobre a ausência de livros de autores locais nas livrarias de Fortaleza, por falta de interesse desses estabelecimentos. E se comprometeu a fazer um trabalho junto com outras entidades congêneres, entre elas a Academia Cearense de Letras, com a assessoria do editor ASSIS ALMEIDA, no sentido de mudar esse quadro. Quanto ao ciclo de conferências, confirmou para o dia vinte de março a conferência do Confrade PEDRO SISNANDO LEITE, que falará sobre ação frente à pobreza rural do Nordeste, e que na ocasião será lançado seu livro com esse título. Informou que a Vice Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ representou o Instituto, numa reunião das Entidades Culturais do Centro. Nesse momento o Presidente interrompeu a reunião para receber, juntamente com os sócios presentes, a visita da família do senhor FRANCISCO PACELI VASCONCELOS. Levou os visitantes à Secretaria e em seguida à sala onde se encontra parte do acervo doado, recebendo da família o agradecimento pelo zelo com que está sendo tratado aquele precioso legado. Retornando ao auditório do Anexo, o Presidente deu continuidade à sessão. O sócio PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO voltou a tratar da leitura da ata nas reuniões, opinando que a distribuição antecipada pela Internet poderia dispensar a perda de tempo com a leitura durante as sessões. O Presidente lembrou que nem todos os sócios usam Internet. A sócia ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ lembrou que, em sessão anterior quando se debateu esse assunto, ficou decidido que se leriam apenas as atas das Assembléias Gerais. O sócio PAULO ELPÍDIO sugeriu que algumas cópias da ata da sessão anterior poderiam ficar sobre a mesa à disposição dos interessados e lembrou que, na maioria das instituições se usa a Internet e não se faz mais leitura. O Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA lembrou que sempre faz as atas com grande antecedência e envia ao Presidente, como minuta, para que seja divulgada e criticada pelos sócios, e que tem acatado e enxertado na ata as observações feitas. Ficou acertado, por sugestão do Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, que o Presidente enviaria aos sócios pela Internet a Ordem do Dia das reuniões, atendendo o que prescreve o Estatuto;

que os sócios poderão sugerir a inclusão na Ordem do Dia de assuntos nela não previstos. O Primeiro Secretário informou sobre recebimento de correspondência da sócia REJANE VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO doando sessenta e cinco livros ao Instituto. O sócio PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA relatou dificuldades que teve na edição da ultima Revista, que redundaram em prejuízo na qualidade; que tais dificuldades foram resultado de interferência de terceiros durante a impressão, dando causa ao descasamento de notas de rodapé de algumas matérias em relação ao texto respectivo; que, em conseqüência, sugeria a introdução de algumas folhas de errata no final, solução que ele próprio reconheceu precária, pois além de expor o erro, deformaria fisicamente o volume. O Presidente pôs o assunto em votação, ficando decido pelos diretores presentes que não se faria a errata proposta. O sócio PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO comentou que enviou pela Internet para vinte e seis confrades um projeto para a Revista do Instituto e que recebeu retorno de apenas seis. O Presidente acusou o recebimento do projeto e disse que o encaminhou ao Primeiro Secretário para emitir um parecer, pois tal assunto é regulado pelo Estatuto em vigor. O sócio PAULO ELPÍDIO reconheceu que o projeto colide com o Estatuto em dois ou três pontos, um dos quais seria a publicação das atas num boletim e não na Revista, ideia com a qual o Presidente disse que não concorda. PAULO ELPÍDIO falou que a proposta foi fruto do trabalho de uma comissão para ser discutida, e que dava por encerrada sua participação. O Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE após informar que teve seu nome indicado para Conselheiro do Coepa, Conselho Estadual de Patrimônio, como representante do Instituto, e que o sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA foi indicado para Conselheiro Suplente, e lembrando que não aconteceu a nomeação, leu ofício assinado pelo Presidente reiterando as duas indicações. O Presidente passou a palavra para a confreira ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ que passou a falar sobre reunião promovida pelas entidades culturais do Centro. Informou ANGELA que o Museu do Ceará convidou a Academia Cearense de Letras para uma reunião com todos os equipamentos culturais do Centro da cidade para tratar de questões de interesse comum. Representando a Academia como sua Diretora Cultural, verificou que o Instituto do Ceará não estava presente e, sendo ela Vice Presidente dessa entidade, apresentou-se também como sua representante. Procurou saber na ocasião se o Instituto estava dentro do mapa que continha as entidades, visto que não fora convidado. Verificou que sim. Como todas as entidades têm problemas, e sabendo os presentes ser impossível fazer o melhor, decidiu-se que se devia procurar fazer o possível, começando por atualizar o mapa feito pelo Centro Cultural Banco do Nordeste. Muitas idéias interessantes foram discutidas, resultando daí um plano de ação preliminar. O Presidente EDNILO informou que o Presidente JOSÉ AUGUSTO

BEZERRA, da Academia Cearense de Letras, o convidou para a próxima reunião, a que ele estará presente, e então discutirá a conveniência de ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ representar as duas entidades. O Presidente se referiu ao lançamento de livro da sócia VALDELICE CARNEIRO GIRÃO ao qual ele compareceu com cinco companheiros indicados pela autora, em sua casa, visto que ela está enferma; informou que promoveu a divulgação do livro em vários órgãos da imprensa. O Presidente se referiu à grande procura que tem tido a biblioteca, em virtude da reforma que está sofrendo a congênere da ACL e ao fechamento da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, e enalteceu o trabalho de nossos funcionários no bom atendimento aos visitantes. O Presidente informou sobre programa levado ao ar pela TV Diário, com duração de quarenta minutos, em comemoração ao aniversário do Instituto, quando foi entrevistado juntamente com o Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO. O sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA expôs detalhes da construção da caixa do elevador, mostrando a preocupação do companheiro JOSÉ LIBERAL DE CASTRO de evitar a junção da construção nova com a antiga, de modo a se evitar futuras acusações de agressão ao patrimônio tombado. Assim, a caixa do elevador dista quinze centímetros do alpendre e tem desenho arquitetônico e cor diferentes. Fica justaposta, mas não se confunde.

E nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos companheiros presentes.

EDNILO GOMES DE SOÁREZ
presidente

AFFONSO TABOZA PEREIRA
2º. secretário

Sessão do dia 21 de março de 2014

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, no auditório do Anexo, sob a presidência do Confrade PEDRO SISNANDO LEITE, a oitava Assembléia Geral Ordinária do Biênio 2013/2015, tendo como pauta, além de assuntos gerais de ordem administrativa, conferência do Confrade PEDRO SISNANDO LEITE sob o título *Ação Frente à Pobreza Rural do Nordeste*. Na ocasião de sua conferência, PEDRO

SISNANDO fez o lançamento da segunda edição do seu livro que deu o título à conferência, ao qual acrescentou o subtítulo *Startup Social*.

Presentes quinze sócios efetivos a seguir citados: Primeiro Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, Segunda Vice-Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, sócios efetivos PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, REJANE VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO, MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA, LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, OSMAR MAIA DIÓGENES, EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS, MARCELO GURGEL CARLOS DA SILVA e JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL.

Iniciando a Assembléia Geral, o Vice Presidente PEDRO SISNANDO LEITE disse da sua satisfação de Presidir este ato na ausência do Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, que está em viagem ao Rio de Janeiro, realçando que isso aconteceu no exato dia em que ele é o conferencista. Lembrou que o Instituto está completando cento e vinte e sete anos e que, durante todo esse período, nunca coincidiu de o conferencista presidindo a Assembleia. Festejou a presença na mesa da Segunda Vice Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, a quem passaria a condução dos trabalhos durante o tempo em que estivesse ministrando sua conferência. Lembrou que, tradicionalmente, o Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO faz a apresentação dos conferencistas, mas que, no presente evento, ele mesmo se apresentará aos participantes da Assembléia. Registrou o fato de estarem ausentes por motivos relevantes vários convidados seus, entre eles o Presidente da ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, nosso confrade JOSÉ AUGUSTO BEZERRA. Fez o elogio do Presidente da Academia Cearense de Ciências Sociais, JOÃO GONÇALVES DE LEMOS, presente ao ato, e o convidou para a mesa. Falou que, sendo aquela uma assembléia em que haveria conferência, teria que resumir ao máximo os assuntos administrativos, mas que o Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ lhe pediu que ele não deixasse de submeter à apreciação da Diretoria o nome de uma candidata ao título de Amiga do Instituto, a Senhora MARIA INÊS MOREIRA VASCONCELOS, indicada pelos sócios JUAREZ FERNANDES LEITÃO, FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA e por ele próprio. Trata-se de pessoa que doou ao Instituto o acervo cultural do seu extinto marido FRANCISCO PACELI VASCONCELOS, composta de preciosa coleção de livros raros e alentada coleção de matéria audiovisual, móveis, esculturas e pinturas. Submetida à aprovação, a proposta foi aprovada pela unanimidade dos diretores presentes. Em

seguida o Presidente informou sobre solicitação do Governo do Estado ao Instituto para que referendasse os nomes de candidatos à Medalha da Abolição, pois o Governo considera o Instituto como uma entidade que deve ser consultada em situações tais. As personalidades são: o jornalista DEMÓCRITO ROCHA DUMMAR, o Chanceler da Unifor AIRTON QUEIROZ e o escultor SÉRVULO ESMERALDO. O Presidente deu, então, por encerrado o tempo da agenda administrativa e passou a palavra para a Segunda Vice-Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, pedindo que ela conduzisse os trabalhos, enquanto ele iria pronunciar sua conferência. Assumindo a palavra, a Vice-Presidente ANGELA disse da sua satisfação de presidir esta reunião do Instituto e assumir o papel de anfitriã, quando dois acontecimentos importantes estavam a acontecer: a conferência do Confrade PEDRO SISNANDO com o título de *Ação Frente à Pobreza Rural do Nordeste*, e o lançamento de seu livro de mesmo título. Lembrou que nossa instituição completa nos próximos dias cento e vinte e sete anos e que ela se notabilizou no Ceará e no Brasil, com ressonâncias no exterior, por abrigar pesquisadores que, através da nossa Revista, livros e conferências ampliam seus conhecimentos sobre o Ceará e a Região Nordeste. Lembrou que o conferencista conhece o sertão de perto, por ter ali passado sua infância e adolescência, natural que é de Santana do Cariri. Professor da UFC, oriundo do quadro de economistas do Banco do Nordeste, PEDRO SISNANDO tem amplo conhecimento dos problemas que afetam nossa região, como também das soluções. Foi pró-reitor e professor de pós-graduação, secretário da Agricultura do Estado do Ceará em duas gestões. ANGELA discorreu sobre o vasto currículo do Professor PEDRO SISNANDO LEITE, nosso confrade e Vice-Presidente da Academia Cearense de Ciências Sociais. Citou três obras do conferencista que se tornaram referência nas faculdades de Economia. Citou a presença no auditório do ex-reitor da UFC ANTÔNIO ALBUQUERQUE, com quem o conferencista trabalhou. Passou em seguida a palavra ao conferencista, que começou saudando sua família, presente ao ato. Informando que tem quarenta e dois livros publicados, opinou que escrever livros é tarefa fácil; difícil é encontrar leitores. Muito alegre e bem humorado, PEDRO SISNANDO LEITE prendeu a atenção do auditório durante toda a sua exposição. Ao final, projetou uma entrevista de oito minutos que concedeu a um canal de televisão local. Retomando a palavra, a Vice-Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ enalteceu a inteligência e a competência do conferencista e o alto nível de sua exposição, opinando que grande parte da exposição foi, mais que uma conferência, um depoimento sobre longa vivência de PEDRO SISNANDO e do quanto ele realizou nos diversos cargos que ocupou. Foi uma aula de humanidade, uma confissão forte do desejo de melhoria da vida do nosso povo. Em seguida abriu o debate, pedindo ao Secretário Geral JUAREZ FERNANDES

LEITÃO que comandasse o processo. Inscreveram-se e se pronunciaram os confrades LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA e MARCELO GURGEL CARLOS DA SILVA.

Nada mais havendo a tratar, a Vice-Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, agradecendo mais uma vez as presenças, deu por encerrada a assembléia da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pela Presidente da Assembleia, e pelos sócios presentes.

ANGELA M. R. M. DE GUTIÉRREZ
presidente da assembleia

AFFONSO TABOZA PEREIRA
2º. secretário

Sessão do dia 9 de abril de 2014

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e quatorze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, sob a presidência do sócio efetivo EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Assembleia Geral Extraordinária comemorativa do centésimo vigésimo sétimo aniversário do Instituto.

Presentes dezesseis sócios efetivos, a seguir citados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Primeiro Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, Segunda Vice-Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, sócios efetivos EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES, FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA, JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, JOSÉ FILOMENO DE MORAES FILHO, MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA, LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER, OSMAR MAIA DIÓGENES e JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL.

Na sua introdução, o cerimonialista prestou informações gerais ao auditório sobre o Instituto: Fundado em 4 de março de 1887 em Fortaleza, é uma entidade civil de caráter científico e cultural, sem fins lucrativos, de duração indeterminada e reconhecida de utilidade pública por leis municipal, estadual e federal. Citou nominalmente os doze fundadores, pessoas de destaque na sociedade cearense da época que, para tanto, agiram movidos pelo

desejo de tornar conhecidas a história e a geografia da província. Em seguida saudou os presentes e solicitou que uma comissão composta pelas senhoras IRISMAR MACHADO LINHARES e INEZ PACELI, e pela Diretoria do Instituto, descessem ao pavimento térreo para, juntamente com o Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, procederem à inauguração do elevador e do setor audiovisual. Durante esse ato, as pessoas que permaneceram no auditório foram agraciadas com apresentação da Orquestra Filarmônica do Ceará, regida pelo Maestro GLADSON CARVALHO, discípulo e amigo do grande maestro cearense ELEAZAR DE CARVALHO. Em cerimônia simples, mas plena de significado, o Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ inaugurou inicialmente o setor audiovisual, que tomou o nome de FRANCISCO PACELI. Na ocasião agradeceu à viúva do ilustre homem de cultura e a seus familiares a doação do valioso acervo que veio enriquecer o Instituto do Ceará. A senhora INEZ PACELI, acompanhada de FANI SOÁREZ, esposa do Presidente EDNILO, descerrou a fita comemorativa. Em seguida o Presidente inaugurou o equipamento para uso de pessoas de mobilidade reduzida, batizado de ELEVADOR MARCELO LINHARES, em homenagem ao nosso ilustre ex-sócio efetivo. A convite do Presidente, a viúva do homenageado em companhia da senhora FANI SOÁREZ, esposa do Presidente EDNILO, descerrou a respectiva placa comemorativa.

Após a volta da comissão ao auditório, o cerimonialista anunciou a composição da mesa, convidando o Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, o Presidente da Academia Cearense de Letras JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, o Primeiro Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, e o cônsul de Portugal FRANCISCO BRANDÃO. Tomando a palavra, o Presidente disse da sua felicidade por presidir aquela sessão solene comemorativa dos cento e vinte e sete anos da nossa instituição, fiel depositária da cultura da terra de Capistrano de Abreu. Reportou-se, em rápidas pinceladas, à década de mil oitocentos e oitenta, lembrando que o Instituto foi fundado em quatro de março de mil oitocentos e oitenta e sete, e desde então, tem como símbolo o globo terrestre encimado por um livro aberto com a inscrição *dedimus profecto grande patientiae documentum* que significa, em tradução livre, *devemos dar destaque à prova documental.* Em bela oração, o Presidente discorreu sobre as circunstâncias e os fatos políticos, econômicos e sociais presentes nos primeiros anos do Instituto, as dificuldades vencidas ao longo de sua existência mais que centenária, a plêiade de homens notáveis que compuseram suas fileiras, e a situação pujante dos dias atuais, quando é referência no país e fonte muito procurada de pesquisa. E concluiu, em peroração pejada de entusiasmo e fé no futuro, prognosticando um porvir brilhante para nossa instituição, digno da sua história e do propósito de seus fundadores. O discurso do Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, na íntegra, segue anexo a esta ata.

Em seguida, o Presidente leu telegrama de congratulações do ex-Governador ADAUTO BEZERRA pela efeméride, e convidou a senhora HELOÍSA HELENA CARACAS DE SOUSA, professora, escritora e poetisa, esposa de nosso confrade FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA, prima de MARCELO LINHARES, para fazer a saudação aos homenageados. Dando sequência, o Presidente convidou para vir à frente da mesa a senhora IRISMAR MACHADO LINHARES, acompanhada de sua esposa FANI SOÁREZ, para receber um buquê de flores, homenagem do Instituto do Ceará, e a seguir convidou a senhora INEZ PACELI para, à frente da mesa, receber o diploma de Amiga do Instituto. Em seguida, o senhor EMANUEL VASCONCELOS, filho de FRANCISCO PACELI VASCONCELOS, agradeceu a homenagem em nome de sua família.

Antes de concluir a solenidade, o cerimonialista convidou os presentes, em nome do Presidente EDNILO, para mesa redonda sobre o aniversário de fundação da nossa cidade, Fortaleza, no dia onze de abril às quinze horas, no auditório do Instituto. O evento, parceria do Instituto com o Departamento de Geografia da UFC coordenada por nossa consócia MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA, contaria com as honrosas presenças dos senhores JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, nosso confrade, e do senhor JOSÉ BORZACHIELO SILVA, professor daquela universidade.

Assumindo a palavra, o Presidente deu por encerrada a solenidade, e convidou os presentes para um coquetel.

E para constar, eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente, e pelos sócios presentes.

EDNILO GOMES DE SOÁREZ
presidente

AFFONSO TABOZA PEREIRA
2º. secretário

Sessão do dia 11 de abril de 2014

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, sob a presidência do sócio efetivo EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a décima primeira sessão ordinária da Diretoria eleita e empossada para exercício no Biênio 2013/2015.

Presentes oito sócios efetivos a seguir nomeados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, sócios PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA e EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS.

Iniciando a sessão, o Presidente desculpou-se por ter marcado esta reunião para horário inconveniente, quatorze horas, mas o fez em razão de ter consulta médica marcada para logo mais, e viagem para o exterior no início da noite. Informou que há muitos assuntos a serem debatidos, mas, devido à premência do tempo, deseja se ater apenas à Revista do Instituto. Declarou que, após conversa com nosso consócio PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, ficou comovido com o esforço que ele tem feito ao longo dos anos na produção da Revista, pois às vezes falta apoio e colaboração dos consócios; adiantou que sua saúde não anda bem, que ele comemora quarenta anos de sócio efetivo do Instituto e se sente cansado. O Presidente então apelou para que ele continue colaborando nessa ingente tarefa, apesar das circunstâncias adversas, dele recebendo resposta positiva, condicionada a que o Presidente assuma a direção. O Presidente na hora aceitou o desafio, pois, segundo suas palavras, apesar de ter agenda pesada em seus afazeres particulares, sabe que não está sozinho e conta com uma diretoria solidária e atuante; lamentou que os prazos não estão sendo cumpridos pelos colaboradores da Revista, que alguns sócios se dirigem diretamente aos prestadores de serviço ignorando a coordenação, e lembrou que a Revista tem uma comissão encarregada de sua produção, Comentou que a Revista de dois mil e treze está atrasada e que a de dois mil e quatorze ainda não começou. Pediu então que o confrade GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE lesse um resumo do alentado estudo que fez sobre as normas que regem a produção da Revista, com base nos estatutos vigentes ao longo dos anos desde a fundação da nossa entidade, para instruir análise a ser feita sobre proposta elaborada pelos sócios JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA e PAULO ELPIDIO DE MENEZES NETO. GEOVÁ leu um resumo do seu estudo, mostrando que, em todas as versões do estatuto, o Presidente do Instituto é o presidente da Comissão da Revista; que a Comissão da Revista, segundo o Estatuto em vigor, é composta por três membros eleitos juntamente com a Diretoria e com a mesma duração de mandato. A conclusão a que chegaram os diretores participantes da sessão foi que a proposta apresentada pelos três confrades colide com os dispositivos dos estatutos que regeram nossa entidade ao longo do tempo, inclusive com o estatuto em vigor, aprovado pela Assembléia Geral em vinte e um de maio de dois mil e doze. O Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ na ocasião de-

clarou que não tem intenção de fazer qualquer reforma no Estatuto da entidade, e que qualquer estatuto pode ser sempre melhorado, mas lembra a dificuldade que teve o ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA nessa tarefa, dois anos de sacrifício e sofrimento. Submeteu, então, o Parecer elaborado pelo sócio GEOVÁ aos diretores presentes, que o aprovaram na íntegra, por unanimidade. Comentando a decisão, o sócio JUAREZ FERNANDES LEITÃO lembrou que a proposta trazida pelos três confrades, não obstante a boa intenção foi apenas uma proposta sujeita à aprovação da Diretoria, e que esta, na oportunidade, privilegiou o Estatuto da entidade. O Presidente declarou então que vai assumir de fato a presidência da Comissão da Revista. O sócio FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA relatou providências necessárias para que se complete o material da edição de dois mil e treze. O Presidente concitou os presentes a captar mais artigos e pediu ao sócio PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA que fique encarregado da leitura e seleção do material, sendo do Presidente a responsabilidade e decisão final de publicação. A revisão de todo o material ficará a cargo do confrade GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE. Em seguida apresentou o cronograma que deseja ver aprovado e seguido: **a) data limite para entrega de artigos, vinte de junho; b) data limite para a revisão, dez de julho; c) data limite para a gráfica devolver as provas que ficarão à disposição dos interessados na sede do Instituto, vinte de julho; d) data limite para a primeira revisão dos sócios, cinco de agosto; e) data limite para entrega à gráfica, dez de agosto; f) data limite para o recebimento da segunda prova da gráfica, vinte e cinco de agosto; g) data limite para a segunda revisão dos sócios e entrega à gráfica, cinco de setembro; h) data limite para recebimento da Revista pronta, vinte de setembro. A previsão é que se lance nessa data, na Assembléia Geral do mês, a Revista de dois mil e treze.** Na mesma data começarão as atividades relativas à Revista de dois mil e quatorze. Fica vedado o contato dos sócios com a gráfica para tratar de assuntos relativos à impressão, cabendo esse procedimento apenas aos membros da Comissão da Revista, que se responsabilizará pela formatação, preparação das provas e edição. O Presidente solicitou ao sócio GEOVÁ que prepare uma resolução a ser aprovada pela Diretoria, definindo a forma de apresentação dos artigos.

Nada mais havendo a tratar, deu o presidente por encerrada a sessão, da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente, e pelos diretores presentes.

EDNILO GOMES DE SOÁREZ
presidente

AFFONSO TABOZA PEREIRA
2º. secretário

Sessão do dia 7 de maio de 2014

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, sob a presidência do sócio efetivo EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a décima segunda sessão ordinária da Diretoria eleita e empossada para exercício no Biênio 2013/2015.

Presentes onze sócios efetivos a seguir relacionados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Primeiro Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, Segunda Vice-Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, e os sócios JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, OSMAR MAIA DIÓGENES, MARCELO GURGEL CARLOS DA SILVA e JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL.

Iniciando a sessão o presidente saudou os presentes com seu habitual otimismo e passou a falar sobre a conveniência de termos reuniões e assembléias mais enxutas, pois passou o tempo em que a prolixidade era demonstração de competência; a humanidade hoje corre atrás de coisas simples, disse o Presidente. Na sua opinião, se quisermos evitar o esvaziamento de nossas solenidades, temos que fazê-las cada vez mais compactas. Informou que o sócio efetivo JOSÉ LIBERAL DE CASTRO participará da Segunda Semana Nacional dos Museus, do dia doze ao dia dezoito, e que o aludido sócio ministrará uma palestra no Instituto no dia dezesseis de maio às quinze horas sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, com ênfase no patrimônio construído, e concitou os sócios a se fazerem presentes. A seguir o sócio OSMAR MAIA DIÓGENES transmitiu ao presidente informação recentemente recebida sobre o bom andamento de convênio a ser assinado com a Assembléia Legislativa para prestação de serviços pelo Instituto àquela casa legislativa. O Presidente lembrou que há uma vaga aberta na Comissão de Antropologia, com o falecimento do sócio OSWALDO EVANDRO CARNEIRO MARTINS. O Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO propôs, na ocasião, para ocupar a vaga, o nome do sócio efetivo OSMAR MAIA DIÓGENES, que, submetido à Diretoria, foi aprovado por unanimidade. A seguir o Presidente declarou que gostaria de ver resolvida nesta reunião a forma como se deveria tratar a elaboração da Revista do Instituto que, embora tenha uma comissão eleita e empossada, composta pelos sócios PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA e LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, vem aconte-

cendo de forma insatisfatória por falta de normas. Fez largos comentários elogiosos sobre parecer elaborado pelo Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, aprovado pela diretoria na sessão anterior, e que consta da ata respectiva; reportou-se à proposta elaborada com muita competência e dedicação pelos sócios JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO e LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, debatida na sessão anterior que, segundo o parecer aprovado, colide com o Estatuto. E pediu ao Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE que lesse a Resolução que preparou a seu pedido, visando nortear a elaboração da Revista. O sócio JOSÉ LIBERAL DE CASTRO pediu a palavra para justificar, o que fez em longa fala, as razões que levaram o sócio PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO, juntamente com ele e o sócio LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, a elaborar a proposta que foi apresentada e não acolhida pela Diretoria. Em resumo, segundo essa proposta, na Revista do Instituto seriam publicadas apenas matérias de interesse acadêmico, tais como artigos e ensaios, tal como faz o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em sua revista. Demais assuntos de interesse seriam publicados no Boletim, que ultimamente não tem sido editado. Falando sobre o elevador, declarou que ele foi situado no único local possível; que o prédio é tombado pelo Estado e que ele foi convocado para esclarecer por quê o Instituto tinha realizado uma obra sem dar conhecimento à Secretaria de Cultura, ao que ele respondeu que o elevador não está ligado à edificação e que, além do mais, a parte da edificação que fica junto ao elevador não faz parte do prédio original, foi construída muito depois, e convidou representantes da Secretaria a virem ao Instituto, conhecer o novo equipamento instalado; declarou que as duas pequenas rampas que dão acesso de cadeirantes aos salões não deviam ter sido construídas, e que ele, na ocasião, aconselhou o uso de rampas de madeira, a serem colocadas quando necessário.

Tomando a palavra, o Primeiro Secretário justificou seu relatório que apontou incompatibilidade entre a proposta dos três sócios e o Estatuto. Alegou que simplesmente seguiu o que está escrito; que existe um regulamento da Revista que está em vigor desde mil novecentos e setenta e oito. E leu em seguida o texto da resolução que preparou a pedido do Presidente, e que em grande parte é cópia desse Regulamento. Eis o texto da resolução, a ser aprovada pela Diretoria:

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2014

O Presidente do Instituto do Ceará, considerando o que prevê o Regulamento publicado na Revista do Instituto do Ceará, vol. 98, ano de 1978; considerando que a Revista, por disposição regulamentar, deverá circular

anualmente na data de 4 de março, aniversário do Instituto; considerando que a Revista alusiva ao ano de 2013 encontra-se com sua editoração atrasada,

Resolve expedir a seguinte Instrução Normativa:

*Art. 1º. A Revista do Instituto do Ceará tem peridiocidade anual, publicada sob a responsabilidade direta do Presidente do Instituto, nos termos do art. 49**, f,** do Estatuto, coadjuvado por Comissão constituída pelos Sócios Efetivos PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA e LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, eleitos em Assembleia Geral para cumprirem mandato fixo de 2 anos.*

Parágrafo Único. Para os atos de recebimento e seleção preliminar das matérias encaminhadas para publicação na Revista, é incumbido o Sócio Efetivo PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA.

Art. 2º. A Revista compor-se-á das seguintes seções:

I - Artigos

II - Discursos e Conferências

III -Documentos

IV - Bibliografias

V - Notas e Transcrições

VI - Diversos

VII - Atas das reuniões do Instituto.

Art. 3º. Na distribuição dos artigos serão observados os seguintes critérios:

I – Abrirá a Revista trabalho de autoria do Presidente do Instituto;

II – Após o artigo do Presidente, seguir-se-ão os artigos dos Sócios Efetivos por ordem alfabética dos prenomes;

III – Artigos dos Sócios Remidos, Honorários e Correspondentes;

IV – Artigos de pessoas estranhas ao quadro social, por ato discricionário da Comissão.

Art. 4º. Os artigos serão remetidos à Comissão da Revista em CD acompanhado de duas cópias digitalizadas em fonte Times New Roman, tipo 12, em papel A4, não excedendo 20 páginas.

Art. 5º. Para a publicação da Revista correspondente ao ano de 2013, será cumprido o seguinte cronograma com as datas-limites improrrogáveis:

I - 20 de junho - entrega de artigos à Comissão da Revista;

II -10 de julho – revisão a cargo da Comissão;

III -20 de julho – devolução das provas pela gráfica à Comissão;

IV -5 de agosto – primeira revisão por parte dos Sócios, no Instituto;

V - 10 de agosto – devolução à gráfica;

VI - 25 de agosto - recebimento da segunda prova da gráfica;

VII - 5 de setembro - segunda revisão dos sócios e entrega à gráfica;

VIII - 25 de setembro – sessão solene para lançamento da Revista.

§ 1º. Na revisão, a Comissão da Revista utilizará os procedimentos adotados pelo Manual de Redação da Presidência da República;

§ 2º. Como auxiliar dos trabalhos de revisão da Comissão da Revista, é designado o Sócio Efetivo Geová Lemos Cavalcante;

§ 3º. Para cumprimento do cronograma, a gráfica propiciará acesso às provas somente aos integrantes da Comissão da Revista.

Art. 6º. O material a ser encaminhado à gráfica receberá a aprovação expressa do Presidente do Instituto do Ceará.

Art. 7º . Para a Revista do ano de 2013 permanecem vigentes as normas consuetudinárias.

Art. 8º. Os casos omissos serão examinados e supridos pela Comissão da Revista, sob a presidência do Presidente do Instituto do Ceará.

Fortaleza, 7 de maio de 2014

O Presidente pôs o assunto em discussão. O sócio MARCELO GURGEL CARLOS DA SILVA trouxe como informação e sugestão o que acontece com a Revista da SOBRAMES, Sociedade Brasileira de Médicos Escritores: que é dado um prazo aos autores de matérias para revisarem seus artigos na gráfica. Foi esclarecido pelo Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO que, de acordo com o cronograma acima exposto, os autores terão mais de uma oportunidade para revisar suas matérias na sede do Instituto. O sócio OSMAR MAIA DIÓGENES levantou a questão da quantidade de páginas que cada matéria deve conter, visto que poucas matérias muito extensas tomariam toda a revista. O sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA sugeriu que, dado o pequeno número de artigos até agora apresentados, apenas três, e o prazo curto que temos pela frente, esse critério de quantidade de páginas deveria vigorar apenas a partir do próximo ano, sob pena de não se ter material suficiente para editar a revista de dois mil e treze. Após ampla discussão, e considerando que não se deve mudar a regra no meio do jogo, o Presidente decidiu que, no corrente ano, os casos duvidosos serão decididos pela Comissão da Revista. O sócio JOSÉ LIBERAL DE CASTRO sugeriu que, de acordo com a tradição, a ordem de publicação dos artigos na Revista devia seguir a ordem de antiguidade dos sócios na instituição. Após longa discussão, ficou decidido que este ano se seguirá a tradição e que, a partir do próximo, se seguirá o previsto na Instrução Normativa constante desta ata. Encerrando as discussões, o Presidente decidiu, com apoio da Diretoria que, para esta edição de dois mil e treze se seguirá o cronograma previsto, mas as demais normas previstas na Instrução Normativa serão seguidas a partir da edição de dois mil e quatorze. Ficou também decidido que, a partir do próximo ano, as matérias não deverão ultrapassar vinte páginas.

Referindo-se ao Ciclo de Conferências, o Presidente informou que no próximo dia vinte teremos a palestra do jornalista BARROS ALVES sobre o Ciclo Monárquico do Brasil. O Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO informou que há possibilidade de o Príncipe Herdeiro comparecer. O Presidente EDNILO aproveitou para lembrar que os sócios, seguindo o exemplo da Vice-Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, tragam notas fiscais para reforçar o caixa do Instituto, através dos bônus concedidos pela Secretaria da Fazenda. O Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO lembrou que está sendo lançado nesta noite, às dezenove horas, no Náutico o livro da Juíza ODELE DE PAULA PESSOA, intitulado *Pessoa Anta, Execução ou Assassinato*, e convidou os confrades a prestigiarem o ato. A Diretora Administrativa MARINEZ ALVES FEITOSA informou que a autora pesquisou muito no Instituto quando preparava a obra. O Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE convidou para lançamento no Ideal Clube do livro do ex-reitor da UFC, ANTONIO ALBUQUERQUE sobre seu reitorado. PEDRO SISNANDO fará a apresentação. O Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE lembrou que um dos itens componentes da Revista é a bibliografia dos sócios efetivos. O Presidente incumbiu a Diretora Administrativa MARINEZ ALVES FEITOSA de pedir aos associados uma sinopse dos livros publicados no ano. O Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO sugeriu que se deveria publicar a sinopse de todos os livros lançados pelo sócio. O Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE comunicou o falecimento no último dia 16 de abril do ex-sócio efetivo FRANCISCO EDSON CAVALCANTE PINHEIRO, pessoa distinta e muito estimada, e sugeriu que se fizesse ofício ao Eng. Fábio Pinheiro, filho do sócio Edson Pinheiro, como representante da família, expressando a solidariedade dos sócios do Instituto.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente, e pelos sócios presentes.

EDNILO GOMES DE SOÁREZ
presidente

AFFONSO TABOZA PEREIRA
2º. secretário

Sessão do dia 20 de maio de 2014

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro

de Fortaleza, no auditório Barão de Studart, sob a presidência do Sócio Efetivo EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a nona Assembléia Geral Ordinária do Biênio 2013/2015, tendo como pauta a palestra do jornalista Barros Alves, subordinada ao tema *Democracia e Monarquia: Uma Breve Memória do Plebiscito Pós-Constituinte de 1988.* Presentes dez sócios efetivos: EDNILO GOMES DE SOÁREZ - Presidente, JUAREZ FERNANDES LEITÃO - Secretário Geral, GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE - Primeiro Secretário, FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA – Primeiro Tesoureiro, REJANE VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO, MIGUEL ANGELO AZEVEDO (NIREZ), FRANCISCO ESIO DE SOUSA, FRANCISCO ADEGILDO FERRER, OSMAR MAIA DIÓGENES e MARCELO GURGEL CARLOS DA SILVA. Tomaram assento à Mesa o Presidente Ednilo Soárez, o Secretário Geral Juarez Leitão, o dr. José Carlos Sepúlveda Fonseca, representante do Principe Dom Bertrand de Orléans e Bragança, dr. Juvenal Araújo Arruda Furtado, Presidente do Círculo Monárquico do Ceará, e o jornalista Barros Alves.

Às 15h, iniciando a Assembléia Geral, o Presidente EDNILO SOÁREZ deu as boas vindas aos presentes e disse de sua satisfação em dar continuidade ao Ciclo de Conferências coordenado pelo Secretário Geral Juarez Leitão, ao qual transmitiu a palavra. O Secretário Geral fez a apresentação do palestrante, registrando suas qualidades de jornalista, poeta e historiador, destacando-o como sócio da Academia Cearense de Retórica e da Sociedade Cearense de Geografia História. Com a palavra, Barros Alves disse que se sentia honrado em proferir palestra na instituição cultural mais antiga do Estado, ressaltando que guarda gratas recordações do convivio com três eminentes integrantes deste Instituto: Mozart Soriano Aderaldo, Eduardo Campos e Raimundo Girão. Com Mozart Soriano, seu contato era intenso e cordial não obstante a posição ideológica diametralmente oposta entre ambos. Externando aprofundado conhecimento do tema abordado, o palestrante fez uma retrospectiva histórica, política e teológica da monarquia, colhendo argumentos doutrinários em Gilbert Keith Chesterton, escritor inglês, e em Santo Tomás de Aquino, para quem "se as coisas que procedem segundo a arte é tanto melhor quanto mais se assemelhe ao que é natural, há que reconhecer que o melhor regime da sociedade humana é o monárquico". A seguir citou que Luis XIV, no auge de sua glória, não hesitou em declarar ao Parlamento: "As leis fundamentais do nosso reino nos põem na feliz impotência de alienar o domínio de nossa coroa", acrescentando que de igual modo pensou o seu bisneto Luis XV, quando em 1771 escreveu: "Tentaram alarmar nossos súditos a respeito de seu Estado, sua honra, suas propriedades, ou do próprio destino das leis que estabelecem a sucessão à coroa, como se seu regulamento disciplinar pudesse estender-se a esses objetivos sagrados, a essas instituições em relação às quais encontramo-

-nos na feliz impotência de mudar". Barros Alves trouxe à baila comentários do jurista Fábio Konder Comparato, ligado ao marxismo, que assentou : "É preciso afastar a superficialidade das opiniões preconcebidas, nessa matéria. O caráter absoluto ou integral do regime monárquico, instituido na França com Richelieu e na Inglaterra com os Stuart, há de ser compreendido em seu contexto histórico. Ele faz sentido quando se coteja o poder do rei com a autoridade dos antigos principes medievais, submetidos à dupla autoridade do Imperador e do Papa. Mas deixa de ser significativo, se o confrontarmos com a realidade do estado contemporâneo, no qual, mesmo em regime democrático, o poder dos governantes é incomparavelmente mais forte e concentrador". Feito esse intróito sobre as vantagens da monarquia, o palestrante evocou a vinda da familia real portuguesa, concluindo à evidencia de testemunhos coevos e dos fatos, que não houve fuga e, sim, transmigração, relatando alguns atos do Regente D. João de vital importância para o Brasil, tais como: abertura dos portos ao comércio internacional, criação do Banco do Brasil, criação das faculdades de Medicina e de Engenharia. Após tecer comentários sobre as causas que determinaram o retorno de D. João VI a Portugal, o palestrante dedicou dois tópicos de sua palestra a Dom Pedro I, regente e primeiro Imperador, e a Dom Pedro II, destituido com o Golpe de Estado que implantou a República. A derrubada de Dom Pedro II originou comoção internacional, convindo registrar que William Gladstone, primeiro-ministro da Inglaterra, afirmou que "para tristeza das nações civilizadas caiu a verdadeirra democracia das Américas". O desconforto com a República ficou patenteado não muito depois pelo testemunho insuspeito de Rui Barbosa, o primeiro Ministro da Fazenda na era republicana, assinalando que "o mal grandissimo e irremediável das instituições republicanas consiste em deixar exposto à ilimitada concorrencia das ambições menos dignas o primeiro lugar do Estado e, desta sorte, o condenar a ser ocupado, em regra, pela mediocridade", para acrescentar da tribuna do Senado, em 17.12.1914, que "de tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver os poderes agigantarem-se nas mãos dos maus, o homem chega a rir-se da honra, a desanimar-se da virtude e a ter vergonha de ser honesto. Tal é situação atual da República que eu ajudei a construir", enfatizou o palestrante. Antes de Rui Barbosa pronunciar essas palavras, continuou o palestrante, Joaquim Nabuco acentuara que : "tenho por certo que a função benéfica da monarquia no Brasil foi esta: descobrimento, conquista, povoamento, cristianização, eidificação, plantio, orgnização, defesa do litoral, expulsão do estrangeiro, unificação e conservação do todo territorial, administração, estabilidade, ordem perfeita no interior, independencia, unidade política, sistema parlamentar, sentimento da liberdade, altivez do caráter brasileiro, inviolabilidade da imprensa, força das oposições, direito das minorias, tirocínio, aptidão, moralidade administrativa; vocação

política desinteressda; crédito, reputação, prestígio exterior; brandura e suavidade de costumes públicos; igualdade civil das raças; extinção pacífica da escravidão; glória militar; renúncia do direito de conquista; arbitramento internacional; cultura literária e científica a mais forte da América Latina; por último – como o ideal realizado da democracia antiga, **o governo do melhor homem** – um reinado Pericleiano de meio século". O palestrante aduziu que o Marechal Deodoro da Fonseca encabeçou o Golpe que proclamou a República a contragosto, pois tinha o perfil de monarquista e se dizia amigo do Imperador. A prova inconteste disso é que a Constituição a seguir promulgada dispõs que oportunamente o povo seria, através de sufrágio, chamado a decidir entre o novo regime e a monarquia. O povo foi enganado, haja vista que somente mais de 100 anos depois houve o Plebiscito, previsto no art. 2º do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais da Constituição de 1988 para ser realizado no dia 7 de setembro de 1993 e, por Emenda Constitucional de 1992, antecipado para 21 de abril de de 1993. Uma verdadeira fraude contra o povo brasileiro. Além da antecipação do Plebiscito, o Tribunal Superior Eleitoral cerceou a propaganda monarquista, eis que os representantes da Casa Imperial foram impedidos de enunciar os seus propósitos. Houve uma batalha judicial com a impetração de Mandado de Segurança junto ao Supremo Tribunal Federal, o qual somente o julgou após a realização do Plebiscito e por isso considerou-o prejudicado por falta de objeto. Finalizou dizendo que atualmente os jovens, através das redes sociais, demonstram nítido interesse pelos assuntos da Monarquia e os principes da Casa Imperial, chefiada por Dom Luiz de Orléans e Bragança, têm participado de inúmeras reuniões pelo Brasil afora. O Secretário Geral Juarez Leitão, retomando a palavra, congratulou-se com o palestrante pela competência com que se houve, lembrando aos presentes que há no imaginário coletivo do brasileiro um sentimento de saudosismo monárquico, visto que temos o Rei Pelé, o Rei Roberto Carlos, o Rei do Baião e entre nós o consagrado Artur Eduardo Benevides é o Principe dos Poetas Cearenses. Aberto o debate, conduzido pelo Secretário Geral, usaram da palavra os Sócios Efetivos Osmar Diógenes, Adegildo Ferrer e Marcelo Gurgel e os convidados Roberto Ribeiro e Francisco de Assis Clementino. Chamado a pariticpar, o dr. Juvenal Arruda Furtado, enfático, declarou que o Plebiscito de 1993, entre outras coisas, foi "uma patifaria".Concluido o debate, o Presidente Ednilo Soárez disse que se sentia muito feliz pelo brilhantissimo da palestra e participação de sócios e convidados e conclamou a todos para participarem sempre no dia 20 de cada mês de palestras que são realizadas no Instituto do Ceará. Foram anotadas, dentre outras, as presenças do dr. Ângelo Osmiro Barreto, pres. do Grupo de Estudos do Cangaço do Estado do Ceará e representante da Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço; do Cel. Herdez Antônio de Miranda, ex-comandante da Polícia Militar do Ceará; do Cel. João Xavier de Holanda, histo-

riador militar e fundador do Museu de História da Polícia Militar do Ceará; de Francisco de Assis Clementino Ferreira (Tizim), pres. da Associação Cearense de Escritores; do Escritor Pio Barbosa Neto, repres. a Academia de Letras dos Municípios do Ceará; do Senhor Jorge Garcia de Sena, representante do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira e da Revista CATOLICISMO (São Paulo); da Professora Isabel Chaves, repres. o Deputado Professor Teodoro Soares; do Poeta popular repentista Geraldo Amâncio Pereira, repres. a Academia Cedrense de Letras; do escritor Roberto Ribeiro de Sousa, da Academia Cearense de Retórica, e do historiador Adauto Leitão. Às 16h40min, o Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual eu, GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, 1º Secretário, no impedimento justificado do 2º Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos sócios presentes.

EDNILO GOMES DE SOÁREZ
presidente

GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE
1º. secretário

Sessão do dia 4 de junho de 2014

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, sob a presidência do sócio efetivo EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a décima terceira sessão ordinária da Diretoria eleita e empossada para exercício no Biênio 2013/2015.

Presentes oito sócios efetivos a seguir relacionados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Vice-Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, sócios PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, OSMAR MAIA DIÓGENES e JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL.

Iniciando a sessão às quinze horas, o Presidente falou sobre a importância para o Instituto do Convênio celebrado com a Assembléia Legislativa; opinou que esse projeto, além de dar projeção ao Instituto, pode ajudá-lo no cumprimento de suas obrigações financeiras; elogiou a ação diuturna e competente do sócio OSMAR MAIA DIÓGENES que viabilizou essa conquista, e pediu à Diretora administrativa MARINEZ ALVES FEITOSA que detalhasse

o andamento do projeto. A Diretora explicou que o objetivo do projeto é restaurar, digitalizar e criar mídia digital para busca e informação no acervo raro da Biblioteca César Cals de Oliveira, da Assembléia Legislativa, uma coleção de trinta e oito volumes. O Instituto está qualificado para executar esse trabalho. O sócio OSMAR MAIA DIÓGENES discorreu sobre as dificuldades financeiras do Instituto e propôs que os sócios encontrem uma solução pois, mês a mês, o Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ arca com recursos próprios para cobrir o déficit do caixa da instituição. Lembrou que, em reunião passada, surgiu uma ideia de aporte financeiro voluntário de sócios durante quatro meses, visando minorar esse problema. Os sócios presentes na ocasião concordaram e imediatamente aderiram à proposta. Foram eles: EDNILO GOMES DE SOÁREZ, PEDRO SISNANDO LEITE, JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, OSMAR MAIA DIÓGENES, JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL, AFFONSO TABOZA PEREIRA, GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, JUAREZ FERNANDES LEITÃO e MARCELO GURGEL CARLOS DA SILVA. Na presente sessão, a ideia voltou à baila e foi detalhada por OSMAR MAIA DIÓGENES e discutida pelos sócios presentes, chegando-se ao seguinte termo, por proposta de ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, que se incorporou ao grupo: Cada sócio que aderisse à ideia entregaria ao Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA quatro cheques pré-datados de duzentos reais. A proposta foi acolhida e aprovada por todos. Foi proposto pelo sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA que o Presidente estendesse a consulta aos demais sócios, dando a todos a oportunidade de colaborar voluntariamente. A proposta foi aprovada pela unanimidade dos presentes. O Presidente informou que consultará todos os sócios por email.

O Presidente anunciou a presença do senhor LUÍS SABADIA, que acabara de chegar ao recinto, e pediu que ele discorresse acerca do projeto que desenvolve para o Instituto, visando obter recursos da Lei Rouanet junto a empresas, especialmente o Banco do Nordeste. Explicou LUIS SABADIA que a Lei Rouanet permite que empresas destinem a projetos culturais parte do seu imposto de renda devido. O projeto, uma vez preparado, será submetido à aprovação do Ministério da Cultura antes de ser levado à empresa. O projeto foca três núcleos: a) A renovação do museu Barão de Studart e o melhoramento das condições de acesso de visitantes, sobretudo de alunos de escolas públicas; para estes, o projeto prevê até aluguel de ônibus, visto que, sem esta facilidade, essas escolas não teriam condições de deslocar seus alunos. b) Manutenção do núcleo de obras raras. c) Digitalização do acervo. Foi incluída também a previsão de recursos para despesas administrativas, renovação do *site*, divulgação do Instituto nas mídias sociais e assessoria de imprensa. A contrapartida que o Governo e a empresa patrocinadora esperam é que a instituição se abra para a sociedade, que facilite a fruição de seus tesouros imate-

riais por parte das pessoas; daí a importância de apoio às escolas públicas facilitando o transporte de alunos. O Presidente lembrou que nosso prédio foi construído há quase cem anos e que suas instalações elétricas hoje representam risco pela sobrecarga e inadequação, sobretudo pelo uso de equipamentos não existentes naquela época, como os aparelhos de ar condicionado; e sugeriu que fossem incluídos no projeto recursos para reforma das instalações elétricas. O Presidente lembrou que há tratativas entre o Instituto e a Coelce para que aquela empresa substitua, sem ônus para o Instituto e com base em normas da ANEEL (Agência Reguladora de Energia Elétrica), os equipamentos de ar condicionado e outros itens ultrapassados que desperdiçam energia elétrica. E relatou visita que fez àquela empresa juntamente com o sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA, quando foi dito por seus representantes que, devido à baixa utilização desses equipamentos no Instituto, a doação pelas normas da ANEEL não se justifica; e que seria necessária uma reforma nas instalações, que estão totalmente superadas. O sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA informou que uma engenheira eletricista da Coelce fez uma vistoria há algumas semanas e lançou em seu relatório que o caso em pauta não se enquadra nas normas da ANEEL pelo baixo uso do equipamento. Em contato mantido posteriormente a engenheira informou que a Coelce tem outras linhas de apoio a consumidores, que podem enquadrar o Instituto como beneficiário; e que teria nesta data, quatro de junho, uma reunião com o Diretor da Coelce, quando provavelmente seria tratado esse assunto. O Presidente definiu então que, com ou sem a Coelce, precisamos reformar as instalações elétricas a partir de projeto bem elaborado, pois não podemos correr o risco de perder com incêndio o valioso patrimônio que está sob nossa guarda. O Presidente lembrou também a necessidade de recursos para reforma do telhado, que apresenta goteiras nas chuvas maiores. Ficou então decidido que o sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA fornecerá ao senhor LUÍS SABADIA o valor dos recursos necessários a serem incluídos no seu projeto.

O sócio PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA lembrou a necessidade e a importância de se colocar o *site* em funcionamento. O confrade GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE informou que um técnico qualificado já está sendo contratado para isso. GEOVÁ lembrou que está cuidando da biografia dos sócios que constará do *site*. Cada sócio escreverá a sua, não devendo ultrapassar uma folha de papel A4. O Presidente informou que recebeu convite do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para participar do Sexto Colóquio daquela instituição no mês de outubro; que na gestão passada o presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA se fez presente, e que ele não poderá participar este ano; e perguntou se algum companheiro se interessaria em representar o Instituto; diante da resposta afirmativa do sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, o designou para a missão, e pediu que ele acer-

tasse com o sócio OSMAR MAIA DIÓGENES a preparação de uma multimídia sobre a nossa casa para apresentação no evento. Informou com satisfação que o sócio EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES manifestou interesse em se fazer presente e que seria interessante para o Instituto ter uma representação notável de associados no evento. Lembrou que temos ainda poucos artigos para a Revista, e que o prazo de apresentação se encerra em vinte de junho.

O Presidente informou que pretende se ausentar da cidade por um mês, e que já acertou com o Primeiro Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE para substituí-lo. E definiu que não haverá conferência no mês de junho devido à Copa do Mundo. Definiu também que não haverá expediente no instituto nos dias de jogos do Brasil, e que só haverá expediente de manhã nos dias de jogos em Fortaleza. A partir de sugestão dada há alguns dias pelo confrade JUAREZ FERNANDES LEITÃO, lançou a ideia de se criar um *boton* para o Instituto, a exemplo do que já existe na Academia Cearense de Letras. A ideia foi aprovada pelos presentes. O confrade GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE levantou o assunto da falta de segurança na nossa sede, diante da alta criminalidade existente na cidade. E lembrou que a Praça do Carmo está abandonada e começando a ser terra de traficantes; que a restauração dessa praça seria uma forma de afugentar essas pessoas; que a Prefeitura está fazendo convênio com empresas para adoção de praças. O sócio JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL lembrou que o Banco do Brasil, que tem agência importante em frente, bem poderia adotar essa praça. A Diretora Administrativa MARINEZ ALVES FEITOSA informou que já se registrou a entrada de pessoas estranhas na área do Instituto. Foi lembrada a conveniência de um contato com a Prefeitura visando o emprego da Guarda Municipal como segurança durante o expediente. A ideia de fechamento do portão e utilização de campainha foi descartada porque afugenta pessoas interessadas e que seriam bem-vindas; além disso, exigiria a disponibilidade constante de pessoa para abrir e fechar o portão. O sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA lembrou que o emprego da Guarda Municipal poderia ser a contra-partida da Prefeitura pela guarda que fazemos do seu acervo histórico. Ficou então decidido que o confrade OSMAR MAIA DIÓGENES fará contato com a Prefeitura nesse sentido.

E nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos sócios presentes.

EDNILO GOMES DE SOÁREZ
presidente

AFFONSO TABOZA PEREIRA
2º. secretário

Sessão do dia 23 de julho de 2014

Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, sob a presidência do sócio efetivo EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a décima quarta sessão ordinária da Diretoria eleita e empossada para exercício no Biênio 2013/2015. Presentes seis sócios efetivos a seguir relacionados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA e sócios JOSÉ LIBERAL DE CASTRO e MIGUEL ANGELO DE AZECEDO (NIREZ). Justificaram ausência: Vice Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA e sócios OSMAR MAIA DIÓGENES e JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL.

Iniciando a reunião o Presidente reportou-se às fontes de receita do Instituto, lembrando que temos um crédito na SEFAZ referente à campanha das notas fiscais, e que a Diretora Administrativa MARINEZ FEITOSA está providenciando a regulamentação junto à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS. Reportou-se também à verba de cinqüenta mil reais que esperamos receber da Prefeitura. Informou que o convênio com a Assembléia Legislativa, trabalho e empenho do sócio OSMAR MAIA DIÓGENES, está indo bem, já tendo o Instituto conta específica aberta no Banco do Brasil para receber as parcelas. Lembrou o projeto de convênio com o Banco do Nordeste, Lei Rouanet, em elaboração pelo senhor Luís Sabadia, no valor de quatrocentos e quarenta mil reais, recursos que o banco só libera no próximo ano. O senhor Luís Sabadia está elaborando também um projeto menor para o Ministério da Cultura, também pela Lei Rouanet, no valor de cem mil reais, para que o Instituto possa respirar um pouco. Por iniciativa dos sócios MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA e EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS a presidência tomou conhecimento de um edital da Petrobrás onde se enquadra o Instituto com algumas possibilidades de convênio. Em conseqüência, o Presidente pediu ao sócio JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, conceituado arquiteto, professor da Universidade Federal do Ceará e profundo conhecedor dos problemas que afetam nossas instalações físicas, que elaborasse uma lista dos itens passíveis de serem corrigidos e melhorados, tanto no palacete que já conta quase cem anos, quanto no anexo. Nosso confrade apresentou extensa lista, que vai abaixo transcrita e pode ser submetida a uma escala de prioridades:

Instituto do Ceará
Plano de obras a realizar na sede social

Palacete Jeremias Arruda

Recuperação do travejamento do piso do pavimento superior.

Substituição do atual forro de gesso do pavimento inferior por placas removíveis de forro termo-acústico mineral.

Reformulação das atuais instalações sanitárias dos dois pavimentos, com inclusão de espaços para deficientes.

Reformulação da atual escada interna, com opção por degraus resolvidos de modo compatível com os padrões ergonômicos usuais.

Remoção da plataforma (elevador) para ponto não contíguo ao palacete.

Manutenção periódica dos atuais elementos construtivos - coberta, esquadrias, forros, pisos, pintura externa e interna, instalações elétricas e sanitárias - e do equipamento de combate a incêndios.

Auditório Pompeu Sobrinho

Substituição das atuais instalações de ar condicionado (implantadas em 1987 e sem manutenção) por instalações novas, mais econômicas.

Reposição do revestimento de carpete.

Substituição do atual forro de placas de Eucatex por placas removíveis de forro termo-acústico mineral.

Instalação da plataforma (elevador) na parte externa no Auditório, junto do sanitário feminino, interligada por passarela de dois pisos à varanda norte do Palacete.

Efetuar acabamento correto na pequena janela da cabine de projeções que deita para o Auditório.

Manutenção periódica dos atuais elementos construtivos - coberta, esquadrias, forros, pisos, pintura externa e interna, instalações elétricas e sanitárias - e do equipamento de combate a incêndios.

Biblioteca

Examinar a possibilidade de introduzir uma estrutura, preferencialmente metálica, a fim de expandir, em andares superpostos, a área de armazenamento da Biblioteca, servida com monta-carga e elevador.

Recuperação dos componentes da pérgula que contorna a Biblioteca pelos lados norte e sul.

Entendimentos com a empresa ocupante do imóvel vizinho pelo lado sul, no propósito de remover abas de coberta metálica que invadem o terreno do Instituto do Ceará.

Manutenção periódica dos atuais elementos construtivos - coberta, esquadrias, forros, pisos, pintura externa e interna, instalações elétricas e sanitárias - e do equipamento de combate a incêndios.

Outras operações

Aquisição e demolição da casa vizinha - rua Barão do Rio Branco, 15.. - a fim de facilitar o ingresso de veículos e permitir a correta restauração do gradil da frente do palacete, no qual foi introduzido um portão de garage, quando da instalação do Instituto do Ceará em sua nova sede.

Fortaleza, 23 de julho de 2014.

Sugestões do sócio efetivo José Liberal de Castro

Em vista do trabalho completo, com visão de longo prazo, apresentado pelo sócio JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, o Presidente sugeriu que podemos elaborar um plano diretor a ser cumprido ao longo do tempo. O objetivo seria deixar para as futuras gestões um plano a ser perseguido e, se possível, recursos para realizá-lo. O Presidente se referiu ao portal do Instituto, entregue aos cuidados do sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, cuja implantação está em andamento, já tendo o Instituto pago a primeira parcela do contrato. GEOVÁ informou que conseguiu da empresa revendedora de automóveis Iguauto uma doação de um mil reais, como contribuição para a instalação do portal. O Presidente lembrou os contatos que temos tido com a Coelce, visando a substituição do sistema de ar condicionado do Auditório Pompeu Sobrinho. A troca gratuita desse equipamento pela Coelce seria possível após a reformulação da rede elétrica da nossa edificação. A Coelce estuda a possibilidade de mandar elaborar um projeto, e para isso está em entendimentos com empresa especializada. Falando sobre a Revista de dois mil e treze, o Presidente informou que está quase pronta e, na sua ausência de um mês em gozo de férias, o sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE assumiu a coordenação do trabalho; o sócio OSMAR MAIA DIÓGENES conseguiu a impressão gratuita na gráfica da Assembléia Legislativa. O Presidente ressaltou o esforço de três confrades na condução de tarefas do Instituto: JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE e OSMAR MAIA DIÓGENES. Referiu-se mais uma vez ao falecimento da nossa consócia VALDELICE CARNEIRO GIRÃO, ressaltando o seu grande amor ao Instituto, e convidando para a missa de sétimo dia; na ocasião seriam distribuídos gratuitamente exemplares do seu livro *Rendas e Bilros*. Referiu-se à outorga da Medalha Boticário Ferreira ao confrade OSMAR MAIA DIÓGENES, na Câmara Municipal de Fortaleza, no dia treze de agosto às dezenove horas. Trata-se da mais importante condecoração

oferecida pela Prefeitura da cidade. O Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE apresentou vários livros, de diversas origens, ofertados ao Instituto, que, obviamente, farão parte do nosso acervo. O sócio JOSÉ LIBERAL DE CASTRO detalhou com bastante clareza a relação de obras e melhoramentos acima exposta, que sugeriu para nossas instalações, justificando sua proposta. Profundo conhecedor da história do Instituto e das edificações que nos abrigam, sua exposição foi saudada pelo Presidente que, mais uma vez, definiu a necessidade de termos um plano diretor de médio e longo prazo, a ser cumprido conforme a entrada de recursos. O Presidente informou que o Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE trouxe, com dedicatória à biblioteca do Instituto, o livro de autoria do ex-reitor da Universidade Federal do Ceará, ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE SOUSA FILHO, intitulado *Meu Percurso na Universidade*. O sócio JOSÉ LIBERAL DE CASTRO se referiu à estada em nossa sede de representante da Décima Região Militar, interessado em resgatar fatos históricos da cidade. O Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE informou que aqui esteve o Coronel Vasques, interessado em saber sobre o paradeiro de uma imagem antiga de Nossa Senhora da Assunção, que teria ficado algum tempo sob a guarda da Décima Região Militar. O Presidente levantou um tema para o qual pediu o apoio dos confrades. Trata-se de abrir as portas do Instituto para as camadas mais pobres da população, visto que não podemos ficar restritos às elites. Seriam feitas visitas de grupos, havendo sempre um sócio efetivo presente para acompanhamento e exposição resumida acerca da história e dos objetivos da nossa instituição. E solicitou ao sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA que estude a participação de empregados da Indústria nesse programa. O sócio MIGUEL ANGELO DE AZEVEDO (NIREZ) manifestou preocupação quanto à interferência de centrais sindicais junto aos operários que participarão das visitas. O sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA informou que pretende fazer o trabalho junto aos sindicatos patronais, começando pelo Sinduscon (Sindicato da Indústria da Construção Civil).

E nada mais havendo a tratar, deu o Presidente por encerrada a sessão da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente, e pelos sócios presentes.

EDNILO GOMES DE SOÁREZ
presidente

AFFONSO TABOZA PEREIRA
2º. secretário

Sessão do dia 14 de agosto de 2014

Às 15:00 h do dia 14 de agosto de 2014, no Auditório Barão de Studart, reuniu-se a Diretoria do Instituto do Ceará com o objetivo de prestar uma ho-

menagem ao sócio efetivo Paulo Ayrton Araújo, presidente de honra da entidade, pelos valiosos serviços prestados à instituição. Sob a presidência do Sócio Ednilo Soárez, participaram da Mesa o Vice-Presidente Pedro Sisnando Leite e o Sócio Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, integrante do Conselho Consultivo. Além dos componentes da Mesa e do homenageado, foi constatada a presença dos Sócios:Pedro Alberto de Oliveira Silva, decano, Francisco Fernando Saraiva Câmara, José Liberal de Castro, Miguel de Azevedo (Nirez), Rejane Maria Vasconcelos Carvalho Accioly, Francisco Adegildo Férrer, Geová Lemos Cavalcante, Eustógio Wanderley Correia Dantas e José Reginaldo Lima Verde Leal, e do Sócio Benemérito João Pires. Os sócios Juarez Leitão e Affonso Taboza justificaram suas ausências. O Presidente Ednilo Soárez disse de sua satisfação em presidir à sessão de homenagem ao presidente de honra Paulo Ayrton Araújo. Deu notícias das atividades internas do Instituto, notadamente sobre o andamento da publicação da Revista referente ao ano de 2013; agradeceu ao sócio Geová Lemos Cavalcante que se responsabilizara pela pintura interna do Anexo, agradecendo ainda ao aludido sócio pela doação de conjunto fotográfico do casal José Liberato de Carvalho-Francelina Madeira de Carvalho; ele, pioneiro da industrialização na cidade do Ipu e que fez parte, em 1890, do 1º Conselho de Intendência daquele município. Relacionou numerosos descendentes do casal, destacando o neto Arquimedes Memória, notável Arquiteto no Rio de Janeiro. O Presidente Ednilo Soárez facultou a palavra ao sócio Geová Lemos Cavalcante que sinteticamente discorreu sobre aspectos genealógicos do homenageado, realçando sua pertença à Familia Cavalcante, duplamente, de vez que seus bisavós maternos eram primos legítimos e seu entrelaçamento ainda com a aludida Familia pelo casamento com a sra. Maria de Lourdes Cavalcante; de outro lado, disse que coincidentemente o orador desta Sessão, confrade Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, é triplamente Cavalcante, decorrente de seus bisavós, Cel. Manços Valente Cavalcante e Henriqueta Vieira Cavalcante, e pelo seu pai, Fernando Cavalcante Mota; relembrou sua presença na posse do homenageado em 20 de agosto de 1986 no Auditório da Universidade Federal do Ceará; mencionou que ingressou no Instituto graças à subscrição da proposta pelo homenageado e que tem a imensa responsabilidade de sucedê-lo na primeira Secretaria do Instituto do Ceará. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra ao Sócio Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, orador designado para falar em nome do Instituto na homenagem ao Sócio Paulo Ayrton Araújo. Decidiu o Presidente que, dada a relevância da peça oratória produzida pelo Sócio Gonzaga Mota, será ela publicada na íntegra na Revista alusiva ao corrente ano de 2014. Após as palavras do confrade Gonzaga Mota, o presidente designou os Sócios Rejane Vasconcelos Accioly e Pedro Alberto para entregarem ao homenageado uma Placa subscrita pela Diretoria do Instituto, expressando os

agradecimentos do Instituto pelos relevantes serviços prestados pelo distinguido Sócio Efetivo Paulo Ayrton Araújo. Pedro Alberto enalteceu o desempenho do homenageado na Presidência do Instituto, relembrando que em sua gestão teve oportunidade de publicar o *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*, seguindo o exemplo de José Honório Rodrigues. O Vice-Presidente Pedro Sisnando Leite pediu a palavra para dizer que deve seu ingresso no Instituto exclusivamente ao empenho do homenageado, que espontânea e unilateralmente se encarregou de postular sua admissão nesta entidade. Por isso, lhe é imensamente grato. Ao lhe ser concedida a palavra, o homenageado, prestes a completar 90 anos de idade, com lucidez e voz firme, disse de sua imensa felicidade em receber essa homenagem e que, infelizmente, por dificuldades de locomoção não estava mais participando das reuniões do Instituto, como era de seu propósito. Discorreu sobre suas antigas atividades profissionais no magistério militar e sobre o seu relacionamento familiar, sumamente feliz ao lado de sua esposa Lourdinha, com quem vive há 64 anos; tem um casal de filhos e uma nora e um genro, que os considera também como filhos. O Presidente Ednilo Soárez aproveitou o ensejo para destacar que o elevador está funcionando e graças a isso foi possível prestar essa homenagem no Auditório Barão de Studart. Às 16.15h o Presidente deu por encerrada a Sessão e convidou a todos para, no térreo, servirem-se de uma refrescante cajuína. Foram anotadas a presença da sra. Maria Edissa, filha do homenageado, e de seu esposo Rômulo Sarquis Bezerra de Menezes, advogado; do dr. João Paulo Accioly e da professora Isabelle Peixoto Brás da Silva. Pela ausência justificada do 2º Secretário Affonso Taboza Pereira, eu, Geová Lemos Cavalcante, 1º Secretário, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelo Presidente Ednilo Soárez.

EDNILO GOMES DE SOÁREZ
presidente

GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE
1º. secretário

Sessão do dia 21 de agosto de 2014

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, no auditório Barão de Studart, sob a presidência do Sócio Efetivo EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a décima Assembléia Geral Ordinária do Biênio 2013/2015, tendo como pauta a conferência da Sócia Efetiva REJANE VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO, subordinada ao tema: *Visões Alegóricas do Brasil e dos Brasileiros*. Presentes dezes-

sete sócios efetivos: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Primeiro Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, Sócios JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ), EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES, REJANE VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO, MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA, LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER, CID SABOIA DE CARVALHO, OSMAR MAIA DIÓGENES, EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS e MARCELO GURGEL CARLOS DA SILVA. Ausência justificada: Vice Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ.

Iniciando a sessão o Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ reportou-se ao falecimento recente da sócia efetiva VALDELICE CARNEIRO GIRÃO, um dos baluartes da nossa instituição, e convidou os presentes para a missa de sétimo dia. Lembrou também o falecimento recente do Doutor CARLOS ROSSAS MOTA, irmão da nossa Vice Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, a cuja missa de sétimo dia esteve presente, e da senhora ALBA CAVALCANTE BARROSO, viúva do confrade ANTÔNIO GIRÃO BARROSO, da Academia Cearense de Letras. e sogra do sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, e convidou todos a ficarem de pé e manter um minuto de silêncio em homenagem aos extintos.

Em seguida anunciou a conferência da sócia Doutora REJANE VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO, um nome que engrandeceria qualquer instituição cultural do Brasil, dona de um conteúdo intelectual conhecido por todo o Ceará, e passou a palavra ao Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO para dirigir, como é norma, os trabalhos da Assembléia.

O Secretário Geral discorreu sobre o substancioso currículo da conferencista, doutora e professora de cursos de formação, mestrado e doutorado da Universidade Federal do Ceará na área de Sociologia, e anunciou o tema de sua conferência, *Visões Alegóricas do Brasil e dos Brasileiros*. Informou que ela, na apresentação do seu trabalho, vai se reportar a duas obras da nossa literatura, o romance picaresco de Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um Sargento de Milícias*, e um ensaio doutrinário sobre o nacionalismo brasileiro de Alberto Torres. Os estudos da Professora REJANE se desenvolvem sobretudo nas áreas da Política, campanhas eleitorais, representações sociais e mídia. Atualmente desenvolve pesquisa sobre a dinâmica da Política cearense. O Secretário Geral referiu-se ao falecido genitor da Professora REJANE, o conhecido e estimado JOSÉ VASCONCELOS, tratado carinhosamente pelos amigos por MURICI. Boêmio festejado, vozeirão de trovão, foi amigo de

LAURO MAIA. Escreveu ensaios sobre Poética e incursionou na área da Poesia com grande sucesso. Em seguida o Secretário Geral passou a palavra para a conferencista do dia.

Referiu-se de início a Professora REJANE à sua grande amiga e consócia VALDELICE CARNEIRO GIRÃO, lamentando o seu falecimento, exaltando a sua personalidade e chamando a atenção para a lacuna que ela deixa na nossa instituição. Discorreu sobre as razões por que deu o título à sua conferência. Lembrou que *Memórias de um Sargento de Milícias* foi o primeiro romance publicado no Brasil por um brasileiro, romance interessante porque, além de retratar uma época, construiu uma imagem do brasileiro como tipo. A conferencista fez uma análise demorada da obra, mostrando as diversas facetas de cada personagem, detendo-se mais no personagem principal, Leonardo, que após uma juventude cheia de peripécias, diabruras, uma vida de malandro, sem caráter sem chegar a ser mau caráter, veio a se tornar sargento de milícias por obra e graça de arranjos. O romance não faz a apologia de heróis. Ao contrário, mostra a vida rasteira de personagens simples, podendo-se qualificar o personagem principal de velhaco. O desenrolar da obra mostra que, já naquele tempo, prevaleciam os arranjos, o compadrio, o que hoje se poderia chamar de jeitinho brasileiro. A Professora REJANE joga uma luz sobre como se desenvolvia a vida no Brasil em meados do Século XIX e compara com o que hoje acontece sobretudo na área política.

Participaram dos debates os sócios CID SABOIA DE CARVALHO e FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER. O sócio EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES apresentou duas sugestões: que seja o trabalho da consócia REJANE publicado na Revista do Instituto, e que seja restaurado o costume de se publicar também na Revista, o necrológio de sócios e, em conseqüência, que se publique o necrológio da sócia extinta VALDELICE CARNEIRO GIRÃO.

E nada mais havendo a tratar, deu o Presidente por encerrada a Assembléia da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente, e pelos sócios presentes.

EDNILO GOMES DE SOÁREZ
presidente

AFFONSO TABOZA PEREIRA
2º. secretário

Sessão do dia 24 de setembro de 2014

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n°

1594, Centro de Fortaleza, sob a presidência do sócio efetivo EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a décima sexta sessão ordinária da Diretoria eleita e empossada para exercício no Biênio 2013/2015. Presentes nove sócios efetivos a seguir relacionados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, sócios MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ), OSMAR MAIA DIÓGENES e JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL.

Iniciando a sessão às quatorze horas e trinta minutos, o presidente saudou os sócios presentes e reportou-se ao centésimo vigésimo aniversário da Academia Cearense de Letras, celebrado no dia vinte e oito de agosto. A solenidade, brilhante e impecável, foi presidida por nosso confrade e ex-presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, atual presidente daquela centenária e respeitada instituição, e teve como oradora a nossa sócia e também membro daquela Academia de Letras ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ. Durante seu bem elaborado e aplaudido discurso, ANGELA reportou-se diversas vezes ao Instituto do Ceará, salientando pontos de contato entre as duas instituições, das quais é destacada sócia. Foram homenageados o Governador do Estado, CID FERREIRA GOMES, e os mecenas AYRTON VIDAL QUEIROZ, JORGE ALBERTO VIEIRA STUDART GOMES (BETO STUDART) e IVENS DE SÁ DIAS BRANCO. Foram agraciados os acadêmicos e também nossos sócios JOSÉ MURILO DE CARVALHO MARTINS e CARLOS MAURO BENEVIDES, além do ex-Presidente daquela Academia PEDRO HENRIQUE SARAIVA LEÃO. O Presidente informou que, após a solenidade, teve oportunidade de falar com o Governador CID FERREIRA GOMES e lhe pedir uma audiência para tratar de assuntos de interesse do Instituto. A audiência foi marcada na hora para a semana seguinte e a ela compareceram também o Presidente da Academia Cearense de Letras e nosso ex-Presidente JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, e o sócio OSMAR MAIA DIÓGENES. Após a exposição de motivos feita pelo Presidente EDNILO, o Governador prometeu que o Estado faria uma doação de recursos de valor apreciável às duas instituições, que restariam tranqüilas para enfrentar por algum tempo seus problemas financeiros. Está em elaboração o convênio que disciplinará o assunto. Informou o Presidente que, no dia vinte e sete de agosto, nosso consócio OSMAR MAIA DIÓGENES foi agraciado com a medalha Boticário Ferreira, a maior comenda do Município de Fortaleza. À solenidade na Câmara Municipal de Fortaleza, prestigiando o confrade agraciado, estiveram presentes o Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ e os sócios JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, JUAREZ FERNANDES LEITÃO, GEOVÁ

LEMOS CAVALCANTE, AFFONSO TABOZA PEREIRA e JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL. O Presidente anunciou: a) que foi aceito e protocolado nosso projeto de convênio de quatrocentos e quarenta mil reais com o Ministério da Cultura, projeto elaborado pelo consultor LUÍS SABADIA. A expectativa é que, em trinta dias, seja emitido parecer e enviado para publicação no Diário Oficial da União; b) que o convênio feito com a Assembléia Legislativa para prestação de serviços por parte do nosso setor de reparos está em pleno funcionamento, já tendo o Instituto recebido a primeira parcela. Na ocasião agradeceu mais uma vez ao nosso sócio OSMAR MAIA DIÓGENES, que foi o protagonista das ações para a celebração desse convênio; c) que esteve na Imprensa Universitária juntamente com o Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, tratando da diagramação da revista de dois mil e treze e que a mesma será impressa na gráfica da Assembléia Legislativa, trabalho do sócio OSMAR MAIA DIÓGENES. O Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE informou que a Revista de dois mil e treze está com quinhentas e dez páginas. OSMAR MAIA DIÓGENES objetou que a gráfica da Assembléia teria dificuldade de fazer quinhentas revistas com tal volume. Ficou então decidido que seriam editados apenas trezentos exemplares, podendo ser editados mais exemplares no futuro, se necessário. Declarou o Presidente a abertura de duas vagas no quadro de sócios efetivos, a vaga de AROLDO CAVALCANTE MOTA, do quadro de sócios remidos, e a de VALDELICE CARNEIRO GIRÃO, recentemente falecida. O edital referente à abertura das vagas será afixado no quadro de avisos. Na ocasião foi informado que a família da ex-sócia VALDELICE doou ao Instituto o seu acervo de livros. O Presidente informou que, na Assembléia Geral de vinte de outubro, será prestada homenagem póstuma aos sócios VALDELICE CARNEIRO GIRÃO, JOÃO ALFREDO DE SOUSA MONTENEGRO, EDSON PINHEIRO e OSWALDO EVANDRO CARNEIRO MARTINS. Em relação aos dois primeiros falará o sócio EDUARDO DE CASTRO BEZERRA NETO, e em relação aos dois últimos falará o sócio FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA. Na ocasião o Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA prestará uma homenagem ao falecido sócio TÁCITO THEÓFILO GASPAR DE OLIVEIRA, no seu centenário de nascimento. O Presidente EDNILO se reportou ao encontro que teve com o Presidente do Banco do Nordeste na festa dos cento e vinte anos da ACL, ocasião em que fez convite para que visitasse nossa sede, recebendo resposta positiva. Anunciou que o Primeiro Secretário preparou Instrução Normativa sistematizando a elaboração da Revista de dois mil e quatorze. O Presidente estabeleceu o mês de outubro como marco inicial das entrevistas dos sócios sobre seus históricos de vida, que serão arquivados no Centro Audiovisual Francisco Paceli. As entrevistas serão conduzidas pelos sócios JUAREZ FERNANDES LEITÃO e OSMAR MAIA DIÓGENES.

Lembrou que o Instituto será representado pelo sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE no VI Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros, a realizar-se no Rio de janeiro, nos dias vinte e um, vinte e dois e vinte e três de outubro, na sede do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no Rio de Janeiro. Lembrou que o Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA está em contato com o Serviço Social da Indústria – SESI, visando receber visitas programadas de industriários à nossa sede. A intenção é divulgar o Instituto entre as classes menos favorecidas. AFFONSO TABOZA informou que o Superintendente do SESI, FRANCISCO DAS CHAGAS MAGALHÃES, com quem ele iniciou os contatos, está deixando a função com a posse da nova Diretoria da FIEC, e assim, ele terá que iniciar os contatos com a nova superintendência. O Presidente reportou-se às providências tomadas para modernização e informatização dos trabalhos da Tesouraria, a cargo do Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, do novo contador, GERVAL DE GÓIS MOURA, e de comissão formada pelos sócios AFFONSO TABOZA PEREIRA, GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE e JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL. Foram feitos contatos com a agência do Banco do Brasil onde temos conta corrente, e o processo já está em andamento. O Primeiro Secretário informou que o portal do Instituto está em pleno funcionamento, e que todas as revistas podem ser consultadas regularmente pela Internet, faltando apenas ajustar detalhes de busca por assunto, o que está sendo feito. O Presidente anunciou palestra do nosso Secretário Geral para logo mais às dezesseis horas no Centro Cultural do Banco do Nordeste, intitulada *Histórias e Lendas Urbanas do Centro de Fortaleza*. Tal palestra comporá a homenagem prestada pelo Instituto e pela Academia Cearense de Letras àquele Centro Cultural, no seu primeiro aniversário de funcionamento. O Presidente anunciou o recebimento de ofício do Rotary Clube de Fortaleza – Alagadiço, do qual fazem parte nossos sócios JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, AFFONSO TABOZA PEREIRA e GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, solicitando a cessão de nossas dependências para promover reunião-almoço daquele clube no dia treze de outubro, sendo esta mais uma forma de divulgação do Instituto. O clube de Rotary se responsabilizará por toda a logística referente ao evento. Informou também que, por ocasião do sesquicentenário do Seminário da Praínha, o sócio GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ lançará livro de sua autoria, intitulado *Indícios da Memória Individual e da Memória Coletiva*. Representará o Instituto o Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, ex-aluno daquela tradicional casa de ensino, por onde passaram altas personalidades da vida cearense. No dia quinze passado, o Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE lançou livro em co-autoria com o Professor RAPHAEL BAR, da Universidade Ben Gurion, de Israel, e da Ex-Secretária de Planejamento do Estado MÔNICA CLARK. O livro é conse-

qüência de um trabalho desenvolvido por aquela universidade em conjunto com a FIEC - Federação das Indústrias do Estado do Ceará, e foi apresentado pelo Presidente da FIEC, empresário ROBERTO PROENÇA DE MACEDO. No dia dezesseis passado o Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO apresentou, no Clube Náutico Atlético Cearense, o livro de autoria de ASSIS ALMEIDA e RAIMUNDO ARRAIS. intitulado *Aíla Maria, a Voz Orgulho do Ceará*. No dia dez de setembro foi inaugurado o Museu da Indústria, em concorrida e bem montada solenidade promovida pela Federação das Indústrias, sendo a nossa entidade representada pelo sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA, diretor daquela entidade. No próximo dia vinte e cinco o Instituto se fará representar por seu Presidente na posse da nova diretoria da Federação das Indústrias, encabeçada pelo Industrial JORGE ALBERTO VIEIRA STUDART GOMES (BETO STUDART). O Presidente informou ainda que nosso sócio FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER lançará em breve livro intitulado A Copa na Mídia, que será apresentado por nosso confrade CID SABOIA DE CARVALHO, e que no próximo dia vinte e nove, segunda-feira, CID fará palestra sobre o jornalista JADER DE CARVALHO, seu pai.

E nada mais havendo a tratar, deu o Presidente por encerrada a sessão da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente, e pelo sócios presentes.

EDNILO GOMES DE SOÁREZ
presidente

AFFONSO TABOZA PEREIRA
2º. secretário

Sessão do dia 27 de outubro de 2014

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, sob a presidência do sócio efetivo EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a décima sétima sessão ordinária da Diretoria eleita e empossada para exercício no Biênio 2013/2015. Presentes nove sócios efetivos a seguir relacionados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, Vice Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA e sócio OSMAR MAIA DIÓGENES.

Iniciando a sessão às quinze horas o Presidente deu as boas vindas e agradeceu as presenças. Tratou inicialmente da operacionalização da cobrança de mensalidades através de boletos enviados aos sócios. O Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA se encarregou de pôr em prática o processo, juntamente com o contador e os sócios GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE e JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL. Reportou-se à má qualidade do som do auditório Barão de Studart, lembrando que na última Assembléia Geral, quando se prestou homenagem póstuma aos ex-sócios falecidos no corrente ano e ao General TÁCITO THEÓPHILO GASPAR DE OLIVEIRA por seu centenário de nascimento, os oradores preferiram dispensar o microfone. O Presidente encarregou o Segundo Secretário de encontrar uma solução. Falou, em seguida, sobre a possibilidade de se conseguir iluminação decorativa para a sede no período natalino. Os sócios ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ e AFFONSO TABOZA PEREIRA lembraram a possibilidade de se encaixar o Instituto no projeto *Natal de Luz*, promovido anualmente pela Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL com parceiros. O Presidente se encarregou de falar com o Senhor Pio Rodrigues Neto, ex-presidente daquela entidade, que mantém grande influência junto à diretoria. A seguir passou a palavra ao Primeiro Secretário para discorrer sobre o VI Colóquio dos Institutos Históricos do Brasil, realizado no Rio de Janeiro nos dias 21, 22 e 23 de outubro, na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ocasião em que representou o Instituto do Ceará. GEOVÁ leu extenso documento em que relatou com minúcia os fatos acontecidos e sua ativa participação no evento, e leu o inteiro teor do seu pronunciamento na ocasião. O documento está na secretaria, à disposição dos interessados, e será incluído na Revista, por determinação do Presidente. Em seguida, ainda com a palavra, GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE criticou a falta do código de barras na capa da edição da Revista de 2013. O sócio OSMAR MAIA DIÓGENES, que tomou a seu cargo a impressão do nosso anuário junto à Gráfica da Assembléia Legislativa, informou que a solução já está em andamento. A seguir, motivados por referência feita no documento lido pelo sócio GEOVÁ, tratou-se da criação dos institutos históricos no Interior, ações já em curso a cargo dos sócios JUAREZ FERNANDES LEITÃO e OSMAR MAIA DIÓGENES. A ideia é que os institutos, com no máximo doze pessoas, sejam criados pelos cidadãos em seus municípios, com total autonomia, e com eles o Instituto do Ceará faça intercâmbio. O Vice Presidente PEDRO SISNANDO LEITE indagou qual a participação do Instituto do Ceará no funcionamento desses institutos do Interior, e manifestou sua preocupação quanto ao uso dos mesmos, temendo inclusive sua utilização em política partidária. Sugeriu que fossem convidadas pessoas de algumas cidades interessadas no assunto, para discutir e trocar ideias, instruí-las quanto ao funcionamento de uma entidade dessa natureza, ouvir suas opiniões, e a partir daí partir para a

ação. Falou sobre a conveniência de o Instituto se abrir e ceder espaço em sua sede para organizações congêneres, como a Academia de Ciências Sociais, da qual é vice-presidente, a exemplo do que faz a Academia Cearense de Letras com outras academias de letras existentes no Estado. Por sugestão da Vice-Presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, o Instituto estudaria quais organizações poderiam se candidatar a usar a nossa sede, atendendo a solicitação do sócio PEDRO SISNANDO, tendo o Presidente declarado que isso se fará no próximo ano. Em seguida o Presidente EDNILO informou que há três candidatos inscritos para concorrer às duas vagas de sócio efetivo abertas: Senhor FRANCISCO BARROS ALVES, Professora ISABELLE BRAZ e Professor LUCIANO KLEIN. O Presidente pediu ao sócio FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA que encaminhe o material das inscrições à Comissão de Mérito, para análise. Sugeriu que, na Assembléia Geral do dia vinte de novembro, a Diretoria aprove a data da eleição a ser marcada em edital. Definiu a data onze de novembro para a próxima reunião da Diretoria, quando será apreciado o parecer da Comissão de Mérito e marcada a data da eleição. Informou que está indo bem o convênio com a Assembléia Legislativa, já tendo sido paga ao Instituto a segunda parcela do contrato. O Presidente instou os companheiros a entregar seus artigos com a maior brevidade, de modo que se possa cumprir o cronograma e distribuir a Revista de dois mil e quatorze na data já marcada, quatro de março. Informou que tramitou bem o processo de bônus das notas fiscais na Sefaz, já podendo a liberação do dinheiro ser efetuada. Reportou-se ao pedido de recursos que fez ao Governador CID FERREIRA GOMES, juntamente com o Presidente da ACL JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, e informou que o processo caminha bem. O montante dos recursos prometidos pelo Governador é de duzentos mil reais para cada entidade. O Presidente marcou a festividade do Natal para o dia doze de dezembro e convidou o sócio OSMAR MAIA DIÓGENES para fazer a palestra alusiva à data. Falou sobre conferência do sócio MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ), no dia vinte de novembro, lamentando não poder estar presente em virtude de viagem ao Rio de Janeiro, para comemoração de sua formatura na Escola Naval, que ocorreu em mil novecentos e sessenta e um. Reportou-se novamente às festividades do sesquicentenário do Seminário da Praínha, quando o sócio GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ proferiu palestra, e o Instituto se fez representar por seu Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO. Agradeceu ao sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA por ter representado o Instituto em solenidade na Academia Metropolitana de Letras. Lembrou a visita que o Rotary Clube de Fortaleza-Alagadiço fará à nossa sede no dia dezessete de novembro. Dos quadros desse clube de Rotary fazem parte os sócios JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, AFFONSO TABOZA PEREIRA e GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE. Tratou como fato auspicioso

essas visitas que o Instituto está recebendo, e citou três escolas públicas, entre elas uma que ostenta o nome do nosso Presidente de Honra PAULO AYRTON ARAÚJO, que foi Secretário da Educação no Governo César Cals. Pediu ao sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE que se debruce sobre o portal para, juntamente com o técnico contratado, eliminar algumas falhas que estão sendo detectadas. Lançou a idéia de se fazer um concurso de fotos da fachada da nossa sede, forma pouco onerosa de termos um bom acervo. A sócia ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ sugeriu que se estenda o concurso à área interna, e que se constitua uma comissão da qual faria parte o sócio NIREZ, que é bom fotógrafo. Folheando revista da Assembléia Legislativa onde constam fotos de nossos sócios LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA e OSMAR MAIA DIÓGENES, o Presidente lembrou o grande papel desempenhado pelo ex-governador GONZAGA MOTA na redemocratização do País, quando foi o primeiro governador de estado a aderir à candidatura de TANCREDO NEVES à Presidência da República, recebendo por isso fortes represálias da parte do Governo Federal.

E nada mais havendo a tratar, deu o Presidente por encerrada a sessão da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente, e pelos sócios presentes.

EDNILO GOMES DE SOÁREZ
presidente

AFFONSO TABOZA PEREIRA
2º. secretário

Sessão do dia 11 de novembro de 2014

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, sob a presidência do sócio efetivo EDNILO GOMES DE SOÁREZ, a décima sétima sessão ordinária da Diretoria eleita e empossada para exercício no Biênio 2013/2015. Presentes oito sócios a seguir relacionados: Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, vice-presidente ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, primeiro secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, segundo secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, primeiro tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, sócios LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, OSMAR MAIA DIÓGENES e JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL.

Iniciando a sessão às quinze horas, o presidente pediu ao primeiro tesoureiro informações sobre a situação financeira. Não há, segundo o tesoureiro,

salários nem débitos atrasados. O Presidente informou que esteve no Banco do Brasil, cuidando das últimas providências para que a cobrança de mensalidades seja feita através de boletos. Sobre a visita do presidente do Banco do Nordeste, confirmou o adiamento, em vista da convocação daquele agente público a Brasília. Confirmou a iluminação da fachada do Instituto durante a época natalina pelo programa *Natal de Luz*, da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), conforme promessa do presidente daquela entidade, senhor FREITAS CORDEIRO. Lembrou que o confrade JUAREZ FERNANDES LEITÃO foi agraciado com o Prêmio Destaque Empresarial; que o sócio JOSÉ FILOMENO MORAES FILHO lançou, na Universidade Federal da Paraíba, livro intitulado *Política e Direito em Norberto Bobbio*; que a festa de Natal será no dia doze de dezembro às dezessete horas, recebendo a confirmação do sócio JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL sobre a participação do coral da Maçonaria; que o Instituto tem recebido inúmeras visitas de escolas; que o presidente FREITAS CORDEIRO quer trazer também para visita ao Instituto, alunos da Faculdade CDL; que no dia quatro de novembro participou de programa de televisão respondendo pelo Instituto; que no dia seis de novembro foram agraciados com o título de Amigo da Marinha o vice-presidente PEDRO SISNANDO LEITE, e o secretário geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO; que o convênio com a Assembléia Legislativa está indo bem. Instado a falar sobre o VI Colóquio de Institutos Históricos Brasileiros, o secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE resumiu novamente o que apresentou em documento escrito em reunião passada, ressaltando que no referido Colóquio os institutos regionais foram incentivados a fazer convênios com institutos criados no interior dos estados por iniciativa de cidadãos locais; ficou claro que não deverá haver por parte dos institutos históricos responsabilidade sobre a criação e manutenção desses institutos nascidos em cidades maiores do Interior. Informou o Presidente que recebeu visita do coordenador do setor de Geografia do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; que recebemos a primeira parcela do incentivo da Secretaria da Fazenda referente ao recolhimento de Notas Fiscais, e, pela previsão, se continuarmos recolhendo notas, poderemos ter uma receita mensal de cerca de quatro mil e quinhentos reais; o presidente propôs que o auditório do anexo seja denominado Auditório Coronel Paulo Ayrton Araújo, em homenagem ao nosso Presidente de Honra; o sócio FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA lembrou que essa dependência já tinha o nome do ex-presidente General CARLOS STUDART; ficou decidido que o primeiro secretário faria pesquisa a respeito. O Presidente informou que o projeto preparado para o Ministério da Educação e Cultura, solicitando apoio financeiro através da Lei Rouanet, foi aprovado com valor de quatrocentos e seis mil reais. O sócio AFFONSO TABOZA PEREIRA falou, a pedido do Presidente, que nossa solicitação de apoio à Coelce está indo bem e que, segundo resposta do Engenheiro

Marconi, até o fim do ano teremos boas notícias; trata-se de projeto de revisão das instalações elétricas e substituição do aparelho de ar condicionado central do auditório Tomaz Pompeu Sobrinho por equipamento moderno, do tipo *split*; disse ainda que, na manhã do dia anterior, faltou luz no anexo e que, informado pelo funcionário Nonato, mandou um eletricista imediatamente; a energia foi restabelecida mas, segundo o eletricista, há necessidade de uma revisão urgente para detectar os problemas mais aparentes, visto que há muitas ligações estranhas e gambiarras; isso não pode esperar pelo apoio da Coelce. O Presidente concordou e autorizou o serviço, tão logo entrem recursos na Tesouraria. Lembrou que, no dia vinte, teremos a palestra do confrade MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ). Informou o Presidente que recebeu da Comissão de Análise de Mérito parecer favorável sobre os três candidatos às duas vagas abertas para sócio efetivo, ISABELLE BRAZ, FRANCISCO BARROS ALVES e LUCIANO KLEIN, e lembrou que os três já fizeram palestra no Instituto, e que tem boa impressão sobre eles. A eleição será no dia primeiro de dezembro, de duas às cindo horas da tarde. O Presidente informou que recebeu, juntamente com os sócios LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, AFFONSO TABOZA PEREIRA, GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, OSMAR MAIA DIÓGENES e FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, visita do jornalista JOÃO BOSCO SERRA GURGEL, que tem atuação junto à Casa do Ceará, em Brasília, que fez proposta para publicação de livro sobre cearenses ilustres no Rio de Janeiro em parceria com o Instituto. Posto o tema em discussão ficou decidido que a proposta não é de interesse da nossa entidade. O Presidente lembrou aos presentes que atentem para o prazo final de entrega de artigos para a Revista de dois mil e quatorze. A respeito de crítica feita pelo sócio PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA sobre o site, o primeiro secretário disse que está atento e tentando resolver a falha. A sócia ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ fez convite aos presentes para dois atos importantes previstos para o dia seguinte, na Academia Cearense de Letras: 1) solenidade de reinauguração da biblioteca, totalmente reformada e modernizada, trabalho meritório do nosso confrade e presidente daquela instituição, JOSÉ AUGUSTO BEZERRA; 2) abertura do ciclo anual de conferências da Academia, com a comemoração do centenário dos sócios JOSÉ MARIA MOREIRA CAMPOS e ANTÔNIO GIRÃO BARROSO. O ciclo anual de conferências é coordenado por ANGELA, que exerce o cargo de diretora cultural da Academia.

E nada mais havendo a tratar, deu o Presidente por encerrada a sessão da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente, e pelos sócios presentes.

EDNILO GOMES DE SOÁREZ
presidente

AFFONSO TABOZA PEREIRA
2º. secretário

Sessão de 20 de novembro de 2014

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze realizou-se, na sede do Instituto, situada à Rua Barão do Rio Branco n° 1594, Centro de Fortaleza, no auditório do anexo, sob a presidência do Primeiro Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, a décima quarta Assembléia Geral Ordinária, tendo como pauta a conferência do sócio MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ), intitulada *A História Cantada no Brasil em 78 Rotações*. Presentes dezessete sócios efetivos a seguir listados: Primeiro Vice-Presidente PEDRO SISNANDO LEITE, Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO, Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA, Primeiro Tesoureiro FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, sócios PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ), RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS, REJANE VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO, JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA, LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, CID SABOIA DE CARVALHO, OSMAR MAIA DIÓGENES, EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS, e MARCELO GURGEL CARLOS DA SILVA.

Iniciando às quinze horas, PEDRO SISNANDO LEITE disse da sua satisfação de presidir aquela Assembléia na ausência do Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, em viagem ao Rio de Janeiro. Teceu alguns comentários sobre a figura do conferencista, memória viva da nossa cidade e profundo conhecedor da música popular brasileira, prevendo que ele vai nos brindar com um presente de Natal da mais alta qualidade. Passou em seguida aos comunicados de interesse dos associados. Informou sobre visita ao Instituto de membros do Rotary Clube de Fortaleza-Alagadiço, recebidos pelo Presidente EDNILO e alguns confrades; após palestra do Presidente no auditório do anexo, os visitantes percorreram as instalações e, encerrando o programa, foi servido um coquetel. Falou sobre as eleições de sócios efetivos para preenchimento de duas vagas, no dia primeiro de dezembro. Pediu ao Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO que detalhasse o evento. JUAREZ leu os trechos do Edital de Convocação mais interessantes, deixando claros os horários da primeira e segunda convocações, bem como a obrigação de vir o sócio votar na sede do Instituto. Da leitura e das discussões que se seguiram, ficou esclarecido que o voto por correspondência é permitido em caso de doença que impossibilite a locomoção do sócio, ou quando ele morar em outra cidade; que o sócio pode antecipar seu voto na secretaria em caso de viagem, ficando o mesmo sob a guarda da Diretora Administrativa MARINEZ ALVES FEITOSA;

que os percentuais de votos obtidos pelos candidatos serão calculados sobre o total de sócios presentes à eleição, incluindo os que votaram por antecipação. O Presidente PEDRO SISNANDO LEITE fez oportuno comentário sobre a falta de compromisso de pessoas que se candidatam, são eleitas, e a partir daí não cumprem suas obrigações para com a Instituição, pessoas boas, competentes, mas falhas nesse aspecto; citou claramente freqüência e pagamento de mensalidades; elogiou o alto nível da administração do Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ, lembrando que, para viabilizar a freqüência de sócios mais idosos aos eventos, mandou instalar com recursos financeiros seus, um elevador que leva ao piso superior; lembrou também o esforço do Presidente para manter o Instituto funcionando, cobrindo com recursos seus os déficits mensais ocasionados pela baixa receita; classificou como extraordinário o trabalho do Presidente em prol do Instituto, por sua extrema dedicação e pela visibilidade que tem dado à instituição. Como remédio à falta de assiduidade aos eventos, surgiu de entre os sócios a sugestão de que, antes da eleição, possivelmente no ato da inscrição, fosse o novo pretendente instruído sobre direitos e deveres do sócio efetivo, e dele fosse exigido documento formal aceitando a condição; tal exigência não faria sentido após a eleição, quando o eleito já teria o direito adquirido em relação à posse. O sócio GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE citou o que acontece nos clubes de Rotary, onde os sócios recebem uma maciça instrução rotária antes da posse. Foi lembrado que o Estatuto prevê ações contra o não cumprimento de deveres por parte do sócio. O Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA lembrou que faltam dez dias para a eleição, tempo suficiente para que os candidatos sejam instruídos a respeito, e deles se tome o compromisso por escrito. O sócio PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA lembrou que dois mil e quatorze marca a passagem dos cento e cinqüenta anos da Confederação do Equador. O Presidente PEDRO SISNANDO lembrou a comemoração de Natal no dia doze de dezembro, instando os sócios a se fazerem acompanhar de suas famílias. Em seguida, pediu ao Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO que fizesse a apresentação do conferencista, como é de praxe, frisando, porém, que NIREZ dispensa apresentação. JUAREZ citou em poucas palavras traços biográficos do conferencista, filho do poeta OTACÍLIO DE AZEVEDO, memorialista reconhecido, que conseguiu ao longo de sua vida coletar elementos fundamentais para a história do Ceará, tais como selos, rótulos, fotografias de edificações antigas e monumentos; qualificou o conferencista como figura essencial para a história do nosso estado; lembrou sua coragem e espírito de aventura, demonstrados quando comemorou recentemente seus oitenta anos saltando de paraquedas; lembrou que a Rádio Uirapuru, por instâncias do consócio CID SABOIA DE CARVALHO, entregou ao nosso confrade, para guarda, valiosa coleção de discos de cera, tal o seu conceito como colecio-

nador. E passou a palavra ao conferencista do dia, para discorrer sobre a história da música popular brasileira.

NIREZ começou descontraindo o auditório. Durante a discussão sobre a conveniência de que sócios cumpram seus deveres estatutários, veio à sua mente a famosa frase pronunciada pelo Almirante Barroso na Batalha Naval de Riachuelo, "o Brasil espera que cada um cumpra seu dever"*; e se* lembrou de história contada por LEONARDO MOTA, que disse ter visto, certa feita, numa placa de bodega do Interior, a tirada: "O Brasil espera que cada um compre sem dever". Explicou que seu trabalho inclui músicas que vão de mil novecentos e dois, quando se iniciou a gravação no Brasil, a mil novecentos e sessenta e quatro; que o primeiro catálogo de discos foi lançado pela Casa Edson e que em mil novecentos e treze a Odeon instalou no Rio de Janeiro uma fábrica de discos. NIREZ contou a história da música popular brasileira passo a passo, fazendo tocar várias, sempre relacionando cada música a episódios de relevo ocorridos através do tempo, que ele explicava com detalhes; uma verdadeira história do Brasil contada através de sambas, canções, marchas e até dobrados. Foi muito aplaudida a conferência. Participaram dos debates CID SABOIA DE CARVALHO, MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA e OSMAR MAIA DIÓGENES. Sugeriu-se que fossem as músicas apresentadas postas no site do Instituto. O sócio MARCELO GURGEL CARLOS DA SILVA fez doação de três livros à biblioteca: *Rede Feminina do Instituto do Câncer do Ceará – O Poder da Rosa na Ação Voluntária*, *Pedaços do Cotidiano no Instituto do Câncer do Ceará*, e *Digno de Nota – 31ª Antologia da Sobrames – Ceará 2014*. O Secretário Geral JUAREZ FERNANDES LEITÃO informou que estão abertas as inscrições para o Ciclo de Conferências de dois mil e quinze.

E nada mais havendo a tratar, deu o Presidente por encerrada a Assembléia Geral Ordinária da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente em Exercício, e pelos sócios presentes.

PEDRO SISNANDO LEITE
presidente em exercício

AFFONSO TABOZA PEREIRA
2º. secretário

Sessão do dia 1º. de dezembro de 2014

Em primeiro de dezembro de dois mil e quatorze realizou-se, na sede do Instituto (auditório do Anexo), situada à Rua Barão do Rio Branco 1594, a

quinta Assembléia Geral Eleitoral do biênio dois mil e treze e dois mil e quinze. Presentes para efeito de quorum trinta e um sócios efetivos. O Presidente EDNILO GOMES DE SOÁREZ abriu a Assembleia declarando que concorriam à eleição, para as duas vagas abertas, três candidatos: ISABELLE BRAZ PEIXOTO DA SILVA, LUCIANO PINHEIRO KLEIN FILHO e FRANCISCO BARROS ALVES. Informou que os três candidatos tiveram seus nomes aprovados pela Diretoria, com base no relatório da Comissão de Verificação de Mérito, e que atendiam a todas as exigências do Estatuto e do Edital de Convocação das eleições.

O Presidente abriu os trabalhos às quatorze horas, declarando que seriam encerrados às dezessete, e designou para presidir à eleição o Primeiro Secretário GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, e para mesários o Segundo Secretário AFFONSO TABOZA PEREIRA e o sócio OSMAR MAIA DIÓGENES. O Presidente da mesa, GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE declarou iniciada a votação, chamando nominalmente os sócios. Votaram ao todo trinta e um sócios, conforme a seguir exposto: A) Durante a Assembleia Geral: EDNILO GOMES DE SOÁREZ, GEOVÁ LEMOS CAVALCANTE, AFFONSO TABOZA PEREIRA, FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER, REJANE VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO, EDUARDO DE CASTRO BEZERRA NETO, FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA, PEDRO SISNANDO LEITE, JOSÉ FILOMENO MORAES FILHO, JOSÉ AUGUSTO BEZERRA, RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS, MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA, FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA e EUSTÓGIO WANDERLEWY CORREIA DANTAS. B) Antecipadamente, na Secretaria: FRANCISCO ÉSIO DE SOUSA, LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, JUAREZ FERNANDES LEITÃO, ANGELA MARIA ROSSAS MOTA DE GUTIÉRREZ, OSMAR MAIA DIÓGENES, MARCELO GURGEL CARLOS DA SILVA, JOSÉ REGINALDO LIMA VERDE LEAL, PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA, GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ, LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA, CID SABOIA DE CARVALHO, PAULO AYRTON ARAÚJO, PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO, JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ), EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES e JOSÉ MURILO DE CARVALHO MARTINS.

Encerrada a votação e computados os votos, o resultado apresentado foi o seguinte: ISABELLE BRAZ PEIXOTO DA SILVA, vinte e um votos; LUCIANO PINHEIRO KLEIN FILHO, dezenove votos; FRANCISCO BARROS ALVES, quinze votos. Houve um voto nulo. Os candidatos ISABELLE e LUCIANO foram declarados eleitos, após ter sido constatado que os percentuais dos votos por eles recebidos ultrapassaram o mínimo exigido pelo Estatuto.

E nada mais havendo a tratar, deu o Presidente por encerrada a Assembléia da qual eu, AFFONSO TABOZA PEREIRA, Segundo Secretário da Diretoria, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente, e pelos sócios presentes.

EDNILO GOMES DE SOÁREZ
presidente

AFFONSO TABOZA PEREIRA
2º. secretário

Sessão do dia 12 de dezembro de 2014

Às 15h do dia 12 de dezembro de 2014, na Sala Gen. Carlos Studart Filho, realizou-se a última reunião do ano de 2014 da Diretoria do Instituto do Ceará, sob a presidência do sócio Ednilo Gomes de Soárez, e com a participação dos sócios Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Affonso Taboza Pereira, Geová Lemos Cavalcante e Osmar Maia Diógenes. Indagado pelo Presidente, o sócio Geová Lemos Cavalcante comunicou que realizara a pesquisa solicitada na reunião anterior da Diretoria, dizendo constar em ata da reunião da Diretoria do dia 5 de março de 1983, sob a presidência de Mozart Soriano Aderaldo, a proposta do sócio Raimundo Girão denominando de *Sala Gen. Carlos Studart Filho*ao local onde são realizadas as reuniões ordinárias de menor frequência, sendo aprovada. Diante disso, o Presidente Ednilo Soárez autorizou a Diretora Administrativa a afixar uma placa identificadora na sala onde atualmente são realizadas as reuniões da Diretoria. Com a palavra, o 1º Secretário Geová Lemos Cavalcante comunicou que no dia 8 do corrente recebeu carta do professor Luciano Pinheiro Klein Filho informando que aceitava com muita alegria a eleição para sócio efetivo do Instituto, ocorrida no dia 1º. pretérito; igualmente e com igual teor recebeu ontem carta da professora Isabelle Braz Peixoto da Silva. Diante do fato, o Presidente disse que iria manter contatos com os eleitos para marcar a data da posse. O Presidente informou que em obediência ao Estatuto, no próximo mês de fevereiro de 2015 dever-se-á processar as eleições para a renovação da Diretoria, Conselho Consultivo, Comissões Permanentes e Conselho Fiscal para cumprir mandato a iniciar-se em 4 de março subsequente. Em consequência, a Diretoria autorizou o Presidente a expedir Edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária para a realização de eleições no dia 5 de fevereiro de 2015. O Presidente comunicou que assinara nesta data Notificação Extrajudicial, notificando a empresa Qis Serviços de Informática Ltda. da res-

cisão do contrato com aquela firma, responsável pela manutenção do site do Instituto, pela precariedade dos serviços prestados. Ao concluir, o Presidente convidou a todos para participarem da confraternização natalina a ocorrer no pátio do Palacete Jeremias Arruda. E, para constar, eu, Affonso Taboza Pereira, 2º Secretário, lavrei a presente Ata, sendo assinada por mim e pelo Presidente Ednilo Gomes de Soárez.

SÓCIOS FUNDADORES, PRESIDENTES E SÓCIOS EFETIVOS

Sócios Fundadores

Paulino Nogueira Borges da Fonseca
Joakim de Oliveira Catunda
João Augusto da Frota (Pe.)
Guilherme Studart (Barão de Studart)
João Baptista Perdigão de Oliveira
Antônio Augusto de Vasconcelos
Antônio Bezerra de Menezes
Júlio César da Fonseca Filho
José Sombra
Virgílio Brígido
Juvenal Galeno da Costa e Silva
Virgílio Augusto de Moraes

Presidentes

Paulino Nogueira Borges da Fonseca	4.3.1887 a 15.6.1908
Thomaz Pompeu de Sousa Brasil	15.8.1908 a 6.4.1929
Guilherme Studart (Barão de Studart)	6.4.1929 a 25.9.1938
Thomaz Pompeu Sobrinho	25.9.1938 a 9.11.1967
Raimundo Renato de Almeida Braga	9.11.1967 a 20.3.1968
Carlos Studart Filho	20.3.1968 a 6.4.1982
Mozart Soriano Aderaldo	6.4.1982 a 4.3.1983
Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	4.3.1983 a 4.3.1985
Antônio Martins Filho	4.3.1985 a 6.3.1989
Mozart Soriano Aderaldo	6.3.1989 a 4.3.1991
Geraldo da Silva Nobre	4.3.1991 a 4.3.1995
Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	4.3.1995 a 4.3.1997
Paulo Ayrton Araújo	4.3.1997 a 4.3.2001
Geraldo da Silva Nobre	4.3.2001 a 4.3.2003
Manuel Eduardo Pinheiro Campos	4.3.2003 a 19.9.2007
José Augusto Bezerra	19.9.2007 a 27.5.2013
Ednilo Gomes de Soárez	27.5.2013 a 26.5.2015

Sócios Efetivos, por ordem de antiguidade, desde a fundação do Instituto do Ceará

Nome	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
001 – Paulino Nogueira Borges da Fonseca	27.02.1841	04.03.1887	04.03.1887	15.06.1908
002 – Joakim de Oliveira Catunda	02.12.1834	04.03.1887	04.03.1887	28.07.1907
003 – João Augusto da Frota (Pe.)	24.01.1849	04.03.1887	04.03.1887	02.04.1942
004 – Guilherme Studart (Barão de Studart)	05.01.1856	04.03.1887	04.03.1887	25.09.1938
005 – João Baptista Perdigão de Oliveira	23.08.1854	04.03.1887	04.03.1887	28.02.1929
006 – Antônio Augusto de Vasconcelos	23.12.1852	04.03.1887	04.03.1887	10.03.1930
007 – Antônio Bezerra de Menezes	21.02.1841	04.03.1887	04.03.1887	28.08.1921
008 – Júlio César da Fonseca Filho	10.10.1850	04.03.1887	04.03.1887	21.04.1931
009 – José Sombra	04.12.1852	04.03.1887	04.03.1887	16.03.1888
010 – Virgílio Brígido	24.04.1854	04.03.1887	04.03.1887	20.10.1920
011 – Juvenal Galeno da Costa e Silva	27.10.1836	04.03.1887	04.03.1887	07.03.1931
012 – Virgílio Augusto de Moraes	21.12.1854	04.03.1887	04.03.1887	06.05.1914
013 – Thomaz Pompeu de Sousa Brasil	30.06.1852	27.02.1889	12.03.1889	06.04.1929
014 – Manoel Soriano de Albuquerque	08.01.1877	24.12.1912	24.12.1912	05.09.1914
015 – Rodolfo Marcos Teófilo	06.05.1853	24.12.1912	24.12.1912	02.07.1932
016 – Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo (Pe)	06.10.1852	24.12.1912	24.12.1912	29.09.1930
017 – Antônio Teodorico da Costa	12.08.1861	24.12.1912	24.12.1912	04.06.1939
018 – Álvaro Otacílio Nogueira Fernandes	14.09.1873	24.12.1912	24.12.1912	08.01.1953
019 – Álvaro Gurgel de Alencar	10.01.1861	20.09.1915	20.09.1915	02.07.1945
020 – José Lino da Justa	23.09.1863	1915	1915	22.03.1952
021 – Rodolfo Ferreira da Cunha (Pe.)	26.09.1880	1922	1922	19.04.1967
022 – Carlos Studart Filho	17.06.1896	20.09.1928	27.09.1928	06.04.1982
023 – Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho	16.11.1880	20.09.1928	27.09.1928	09.11.1967
024 – Eusébio Néri Alves de Sousa	14.08.1883	20.09.1928	27.09.1928	22.09.1947
025 – José da Cunha Sombra	21.03.1883	25.06.1929	05.07.1929	21.04.1932
026 – Álvaro Bomílcar da Cunha	14.04.1874	05.10.1929	05.11.1929	12.09.1957
027 – Júlia Carneiro Leão de Vasconcelos	07.09.1880	20.04.1930	05.06.1930	20.01.1951
028 – Valdemar Cromwel do Rego Falcão	25.01.1895	20.09.1930	05.11.1930	02.10.1946
029 – José Pedro Soares Bulcão	13.05.1873	05.10.1931	31.10.1931	17.07.1942

Nome	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
030 – Antônio Martinz de Aguiar e Silva	04.03.1893	05.10.1931	31.10.1931	30.08.1974
031 – Guilherme de Sousa Pinto	13.06.1883	05.10.1931	31.10.1931	14.09.1939
032 – José Carvalho	11.02.1872	05.10.1931	31.10.1931	15.02.1933
033 – Carlos Livino de Carvalho	17.02.1881	05.10.1931	31.10.1931	02.04.1960
034 – Leonardo Ferreira Mota	01.05.1891	05.10.1931	05.01.1932	02.01.1948
035 – Manuel Antônio de Andrade Furtado	28.01.1890	20.07.1932	05.09.1932	16.04.1968
036 – Djacir de Lima Menezes	16.11.1907	20.04.1933	20.05.1933	08.06.1996
037 – Hugo Vítor de Guimarães e Silva	17.11.1898	05.03.1936	14.04.1936	16.11.1950
038 – José Valdo Ribeiro Ramos	04.04.1901	20.02.1936	05.04.1936	04.12.1961
039 – Abner Carneiro de Vasconcelos	09.12.1884	20.03.1936	05.04.1936	03.02.1972
040 – Clodoaldo Pinto	27.10.1896	20.03.1936	05.04.1936	12.07.1979
041 – Alba Valdez (Maria Rodrigues Peixe)	12.12.1874	05.02.1936	10.05.1936	04.02.1962
042 – Misael Gomes da Silva (Pe.)	21.09.1885	20.04.1938	05.05.1938	20.08.1984
043 – João Franklin de Alencar Nogueira	27.10.1867	04.06.1941	19.07.1941	02.12.1947
044 – Dolor Uchoa Barreira	13.04.1893	04.06.1941	19.07.1941	30.06.1967
045 – Raimundo Girão	03.10.1900	04.06.1941	19.07.1941	24.07.1988
046 – Plácido Aderaldo Castelo	11.01.1906	04.06.1941	19.07.1941	17.06.1979
047 – Joaquim Alves de Oliveira	10.02.1894	20.11.1942	06.01.1943	08.06.1952
048 – Antônio Martins Filho	22.12.1904	20.11.1942	06.01.1943	20.12.2002
049 – Demócrito Rocha	14.04.1888	20.11.1942	06.01.1943	29.11.1943
050 – Luís Cavalcante Sucupira	11.05.1901	20.11.1942	06.01.1943	11.07.1997
051 – Francisco Dias da Rocha	23.08.1869	04.12.1943	20.03.1944	25.07.1960
052 – Manuel do Nascimento Fernandes Távora	21.03.1877	04.12.1943	13.05.1944	23.09.1973
053 – Dom Antônio de Almeida Lustosa	11.02.1886	20.03.1944	29.04.1944	14.08.1974
054 – Raimundo Renato de Almeida Braga	20.12.1905	20.05.1944	31.08.1944	13.06.1968
055 – Carlos Feijó da Costa Ribeiro	05.04.1885	20.01.1948	17.02.1948	10.10.1958
056 – Josa Magalhães	08.01.1896	05.02.1948	17.03.1948	31.10.1983
057 – Francisco Martins (Fran)	13.03.1913	20.03.1948	27.06.1948	29.06.1996
058 – José Bonifácio de Sousa	01.11.1901	05.06.1950	20.09.1950	17.04.1970
059 – Florival Alves Seraine	19.04.1910	05.06.1950	21.10.1950	04.01.1999
060 – Mozart Soriano Aderaldo	22.04.1917	05.06.1950	27.10.1950	25.06.1995
061 – Boanerges Facó	30.09.1882	05.06.1950	17.01.1951	04.08.1970
062 – Francisco Alves de Andrade e Castro	21.11.1913	20.12.1950	30.03.1951	06.10.2001
063 – José Guimarães Duque	21.09.1903	20.04.1953	30.09.1953	12.05.1978
064 – Manuel Albano Amora	19.10.1915	04.06.1955	25.08.1955	02.06.1991
065 – Hugo Catunda Fontenele	10.08.1899	04.06.1955	25.08.1955	07.03.1980

Nome	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
066 – Luís Teixeira Barros	26.01.1920	04.06.1955	25.08.1955	07.04.2000
067 – José Sobreira de Amorim	14.05.1912	04.06.1955	25.08.1955	06.03.1974
068 – José Denizard Macedo de Alcântara	01.09.1921	04.06.1955	25.08.1955	12.11.1983
069 – Ismael de Andrade Pordeus	25.12.1912	04.06.1955	25.08.1955	06.09.1964
070 – Paulo Fernandes Bonavides	20.05.1925	04.06.1955	25.08.1955	–
071 – João Batista Saraiva Leão	25.12.1895	04.06.1955	25.08.1955	30.12.1977
072 – José Aurélio Saraiva Câmara	20.06.1921	04.06.1955	25.08.1955	09.04.1974
073 – Joaquim Braga Montenegro	28.02.1907	04.06.1955	25.08.1955	20.11.1979
074 – Manuel Eduardo Pinheiro Campos	11.01.1923	20.08.1956	16.11.1956	19.09.2007
075 – Waldery Magalhães Uchoa	16.08.1917	20.10.1956	20.03.1957	21.10.1964
076 – Antônio Filgueiras Lima	21.05.1909	20.12.1956	23.04.1957	28.09.1965
077 – João Hipólito Campos de Oliveira	05.05.1917	04.04.1957	20.08.1957	04.09.1994
078 – José Parsifal Barroso	05.07.1913	20.10.1966	04.12.1967	26.04.1986
079 – Zélia Sá Viana Camurça	16.12.1924	04.09.1967	09.04.1968	–
080 – Oswaldo de Oliveira Riedel	20.07.1913	20.06.1968	04.11.1969	21.01.1989
081 – Antônio Gomes de Freitas	23.03.1904	21.10.1968	04.11.1969	15.07.1976
082 – Geraldo da Silva Nobre	31.08.1924	21.10.1968	28.11.1969	26.06.2005
083 – Raimundo Teles Pinheiro	20.03.1908	21.01.1974	04.07.1974	13.11.1987
084 – Virgílio de Moraes Fernandes Távora	29.09.1919	21.01.1974	04.07.1974	03.06.1988
085 – Guarino Alves de Oliveira	02.05.1921	21.01.1974	04.07.1974	28.10.1999
086 – Raimundo Aristides Ribeiro	12.03.1912	21.01.1974	04.07.1974	11.09.2003
087 – José Oswaldo de Araújo	17.03.1894	20.09.1974	04.12.1974	02.09.1975
088 – Pedro Alberto de Oliveira Silva	24.07.1937	20.09.1974	04.12.1974	–
089 – Vinicius Antonius Holanda de Barros Leal	16.10.1922	20.09.1974	04.12.1974	13.04.2010
090 – Melquíades Pinto Paiva	06.03.1930	20.09.1974	04.12.1974	–
091 – Francisco Fernando Saraiva Câmara	24.08.1930	05.05.1975	17.10.1975	–
092 – Hélio de Sousa Melo	19.12.1921	05.05.1975	17.10.1975	28.11.2001
093 – Francisco de Assis Arruda Furtado	10.05.1923	21.07.1975	17.10.1975	09.09.2013
094 – José Teixeira de Freitas	09.05.1918	21.07.1975	17.10.1975	08.07.1994
095 – José Caminha Alencar Araripe	01.05.1921	20.12.1976	26.04.1977	12.06.2010
096 – Itamar Santiago Espíndola	14.09.1917	20.12.1976	26.04.1977	13.08.1992
097 – Eduardo de Castro Bezerra Neto	16.12.1934	04.02.1980	22.05.1980	–
098 – Manuel Lima Soares	08.11.1923	20.10.1980	20.02.1981	06.05.1990
099 – Abelardo Fernando Montenegro	30.05.1912	20.10.1980	20.03.1981	26.04.2010
100 – Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	12.01.1914	20.10.1980	23.04.1981	30.08.2011
101 – Rubens de Azevedo	30.10.1921	22.06.1981	04.09.1981	17.01.2008

Nome	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
102 – Antônio Nilson Craveiro Holanda	22.06.1935	04.04.1978	24.02.1982	–
103 – Maria da Conceição Sousa	21.09.1913	21.06.1982	20.08.1982	09.02.1991
104 – Caio Lóssio Botelho (*)	19.04.1933	06.02.1984	04.04.1984	–
105 – Cláudio Martins	10.05.1910	06.02.1984	23.04.1984	17.06.1995
106 – Carlos Mauro Cabral Benevides	21.03.1930	05.11.1984	23.08.1985	–
107 – Paulo Ayrton Araújo	05.01.1925	20.06.1986	20.08.1986	–
108 – Joaquim Lobo de Macêdo (Joaryvar Macedo)	20.05.1937	20.01.1988	22.02.1988	29.01.1991
109 – Vladir Pontes Menezes	12.07.1934	04.08.1988	30.08.1988	–
110 – Valdelice Carneiro Girão	21.02.1926	20.09.1988	04.11.1988	–
111 – José Borges de Sales	10.02.1911	21.08.1989	20.12.1989	12.05.2006
112 – Paulo Elpídio de Menezes Neto	13.01.1936	05.09.1990	20.11.1990	–
113 – José Liberal de Castro	21.05.1926	22.04.1991	22.07.1991	–
114 – João Alfredo de Sousa Montenegro	15.12.1930	06.05.1991	20.06.1991	28.11.2013
115 – Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)	15.05.1934	05.09.1991	21.10.1991	–
116 – Francisco Sadoc Araújo (Pe.)	17.12.1931	05.04.1993	17.07.1993	–
117 – Marcelo Caracas Linhares	15.03.1924	07.11.1994	05.12.1994	14.08.2007
118 – Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	28.04.1935	20.12.1994	20.02.1995	–
119 – José Cláudio de Oliveira	24.05.1926	20.09.1995	25.10.1995	03.06.2010
120 – Oswaldo Evandro Carneiro Martins	17.08.1922	20.09.1995	17.11.1995	16.07.2013
121 – José Murilo de Carvalho Martins	31.03.1929	06.01.1997	27.06.1997	_
122 – Pedro Sisnando Leite	13.05.1933	05.06.1997	23.10.1997	_
123 – José Aroldo Cavalcante Mota	27.01.1933	22.09.1997	13.11.1997	_
124 – Francisco Edson Cavalcante Pinheiro (*)	30.01.1923	05.04.1999	21.06.1999	_
125 – Gisafran Nazareno Mota Jucá	20.09.1948	05.01.2000	24.04.2000	_
126 – Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos	20.06.1934	10.08.2000	25.10.2000	_
127 – Rejane Maria V. Accioly de Carvalho	23.08.1944	05.04.2002	05.06.2002	_
128 – Francisco Ésio de Souza	24.09.1935	22.04.2002	25.07.2002	_
129 – Dário Moreira de Castro Alves	14,12.1927	17.03.2004	17.08.2004	06.06.2010
130 – José Augusto Bezerra	01.06.1948	20.06.2005	05.08.2005	–
131 – José Filomeno Moraes Filho	20.11.1952	05.10.2005	25.11.2005	–
132 – Ednilo Gomes de Soárez	03.08.1939	05.10.2006	22.11.2006	–
133 - Maria Clélia Lustosa Costa	05.09.1953	05.12.2007	03.04.2008	–
134 - Luiz de Gonzaga Fonseca Mota	09.12.1942	26.04.2008	20.06.2008	–
135 - Fernando Luiz Ximenes Rocha	23.11.1952	21.05.2008	10.10.2008	–

(*) Sócio remido.

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
136 – Lúcio Gonçalo de Alcântara	16.05.1943	05.02.2013	08.03.2013	–
137 – Juarez Fernandes Leitão	11.03.1948	05.02.2013	08.03.2013	–
138 – Affonso Taboza Pereira	06.11.1935	05.02.2013	08.03.2013	–
139 – Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez	23.01.1945	20.03.2013	24.04.2013	–
140 – Francisco Adegildo Férrer	14.03.1944	20.03.2013	24.04.2013	–
141 – Cid Sabóia de Carvalho	25.08.1935	20.03.2013	24.04.2013	–
142 – Geová Lemos Cavalcante	08.08.1942	20.03.2013	24.04.2013	–
143 – Osmar Maia Diógenes	11.08.1932	15.07.2013	23.08.2013	–
144 – Eustógio Wanderley Correia Dantas	03.01.1964	23.09.2013	17.10.2013	–

Sócios Efetivos atuais e seus endereços - 2013

01. Paulo Fernandes Bonavides
Av. Curió, 2810 – Casa 281 – Lagoa Redonda... (85) 3476.8262
60831-370 – Fortaleza, CE

02. Zélia Sá Viana Camurça
Rua Idelfonso Albano, 154 - Ap. 200 ..... (85) 3219.2525
60415-110 - Fortaleza, CE..... (85) 3219.2101

03. Pedro Alberto de Oliveira Silva
Rua José Carlos Gurgel Nogueira, 164..... (85) 3234.1417
60175-830 – Fortaleza, CE ..... (85) 9921.5550

04. Melquíades Pinto Paiva
Rua Coronel Linhares, 777 - Ap. 1202 ..... (85) 3224.1385
60170-241 – Fortaleza,CE
Rua Baronesa de Poconé, 71 - Ap. 701 ..... (21) 2538.2498
22471-270 - Rio de Janeiro, RJ ..... (22) 2542.1539
e-mail: mappaiva@uol.com.br ..... (22) 2542.1713

05. Francisco Fernando Saraiva Câmara
Rua João Cordeiro, 2554 ..... (85) 3226.2532
60110-301 – Fortaleza, CE

06. Antônio Nilson Craveiro Holanda
SHIS - QL 14 – Conj. 06 - Casa 17 ..... (61) 3248.3373
70640-065 – Brasília, DF ..... (61) 3248.6430

07. Eduardo de Castro Bezerra Neto
Rua José Moacir Bezerra, 1055..... (85) 3466.5420
60833-414 – Fortaleza, CE ..... (85) 9927.0677
e-mail: eduardobezerrant@gmail.com

08. Carlos Mauro Cabral Benevides
SHIS – QI 05 – Conj. 17 – Casa 8 – Lago Sul ... (61) 3215.5607
71165-170 – Brasília, DF ..... (61) 9975.4542
Rua Joaquim Nabuco, 1550 - 2°. andar..... (85) 9981.1075
60125-120 - Fortaleza-CE

09. Paulo Ayrton Araújo
Rua José Vilar, 2350 – Ap.1000..... (85) 3224.0004
60125-001 – Fortaleza, CE

10. Vladir Pontes Menezes
Rua Barão do Rio Branco, 1594..... (85) 3021.7559
60025-061 – Fortaleza, CE

11. Valdelice Carneiro Girão
Rua Marcos Macêdo, 140 - Ap.503..... (85) 3244.4063
60150-190 – Fortaleza, CE..... (85) 9998.2653
e-mail: valdelicegirao@oriontelecom.com.br

12. Paulo Elpídio de Menezes Neto
Rua Bartolomeu Mitre, 335 – Ap.401 ..... (21) 2239.5273
22431-000 – Rio de Janeiro, RJ
Rua Silva Jatahy, 355 - Ap. 502..... (85) 3248.4666
60165-070 – Fortaleza, CE ..... (85) 3248.0007

13. José Liberal de Castro
Rua Gervásio de Castro, 50 ..... (85) 3223.5142
60015-185 – Fortaleza, CE

14. Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)
Rua Prof. João Bosco, 560..... (85) 3281.6949
60430-690 – Fortaleza, CE ..... (85) 3281.6102
e-mail: nirez@terra.com.br..... (85) 9982.6439

15. Francisco Sadoc de Araújo
Av. da Ressurreição, 926..... (88) 3613.1460
62020-540 – Sobral, CE ..... (85) 3261.7837

16. Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Rua Dr. Márlio Fernandes, 140..... (85) 3261.7968
60810-025 – Fortaleza, CE..... (85) 3241.2209
e-mail: diatahy@ufc.br - ediatahy@secrel.com.br

17. José Murilo de Carvalho Martins
Av. Beira-Mar, 3660 – Ap. 401..... (85) 3263.3311
60165-121 – Fortaleza, CE ..... (85) 9989.1543

18. Pedro Sisnando Leite
Rua Dr. Zamenhof, 400 - Ap 1301 ..... (85) 3262.3328
60176-060 – Fortaleza, CE ..... (85) 9982.7646
e-mail: psisnando@terra.com.br

19. José Aroldo Cavalcanti Mota
Rua Vicente Leite, 550 - Ap.501..... (85) 3242.7900
60170-150 – Fortaleza, CE

20. Gisafran Nazareno Mota Jucá
Rua Francisco Holanda, 992 - Ap. 501 ..... (85) 3272.3469
60130-040 – Fortaleza, CE ..... (85) 9988.1013

21. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos
Rua Carlos Barbosa, 463 – Ap. 701 ..... (85) 3249.4365
60175-355 – Fortaleza, CE..... (85) 9112.9650
e-mail: alsvasconcelos@superig.com.br

22. Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho
Rua Fausto Cabral, 861..... (85) 3262.1756
60155-410 – Fortaleza,CE..... (85) 9996.0960

23. Francisco Ésio de Souza
Rua Henriqueta Galeno, 714 – Ap. 702..... (85) 3261.6745
60135-420 – Fortaleza, CE ..... (85) 9997.2704

24. José Augusto Bezerra
Av. Rui Barbosa, 748 - Ap. 800..... (85) 3458.0727
60115-220 – Fortaleza, CE ..... (85) 3264.0933
e-mail: augustusimob@uol.com.br

25. José Filomeno Moraes Filho
Rua Carolina Sucupira, 1331 - Ap. 1301 ..... (85) 9909.3808
60175-000 – Fortaleza, CE ..... (85) 3261.6508

26. Ednilo Gomes de Soárez
Av. Beira-Mar, 4777 - Ap.1500 ..... (85) 9928.9087
60165-125 – Fortaleza-CE..... (85) 4006.7977
e-mail: ednilo@fa7.edu.br

27. Maria Clélia Lustosa Costa
Rua Silva Jatahy, 400 - Bl. B - Ap. 901 ..... (85) 8898.1091
60165-070 - Fortaleza-CE ..... (85) 3248.6470
e-mail: clelialustosa@gmail.com

28. Luis de Gonzaga Fonseca Mota
Rua José Vilar, 2350 - Ap. 800 ..... (85) 9276.0091
60125-001 - Fortaleza-CE ..... (85) 3261.8488
e-mail: luizgmota@yahoo.com.br

29. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Rua Silva Jatahy, 500 - Ap. 1700 ..... (85) 3207.7262
60165-070 - Fortaleza-CE ..... (85) 3242.4420

30. Lúcio Gonçalo de Alcântara
Av. Antônio Justa. 3320 - Ap. 301 ..... (85) 3242.9009
60165-090 - Fortaleza-CE ..... (85) 3257.6927

31. Juarez Fernandes Leitão
Rua Silva Jatahy, 760 - Ap. 1000 ..... (85) 3242.2034
60160-250 - Fortaleza-CE ..... (85) 9987.3411

32. Affonso Taboza Pereira
Rua Pereira Valente, 486 - Ap. 1301..... (85) 8857.6650
60165-070 - Fortaleza-CE

33. Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez
Rua Deputado Moreira da Rocha, 865 ..... (85) 3248.7804
60160-060 - Fortaleza-CE ..... (85) 9643.4545

34. Francisco Adegildo Férrer
Rua Nossa Senhora dos Remédios, 238 ..... (85) 32813848
60020-120 - Fortaleza-CE ..... (85) 9620.1133

35. Cid Sabóia de Carvalho
Rua Gustavo Sampaio, 1999 ..... (85) 3287.3090
60455-001 - Fortaleza-CE ..... (85) 9984.3966

36. Geová Lemos Cavalcante
Rua Barbalha, 77 - Ap. 200 ..... (85) 3261.4931
60165-100 - Fortaleza-CE ..... (85) 8847.4931

37. Osmar Maia Diógenes
Rua Thomaz Pompeu, 565 - Ap. 800 ..... (85) 3248.1753
60165-070 - Fortaleza-CE ..... (85) 8805.1108

38. Eustógio Wanderley Correia Dantas
Rua Mestre Anibal. 320 ..... (85) 9904.4859
61600-000 - Caucaia-CE

39. Vago

40. Vago

SÓCIOS FUNDADORES, PRESIDENTES E SÓCIOS EFETIVOS

Sócios Fundadores

Paulino Nogueira Borges da Fonseca
Joakim de Oliveira Catunda
João Augusto da Frota (Pe.)
Guilherme Studart (Barão de Studart)
João Baptista Perdigão de Oliveira
Antônio Augusto de Vasconcelos
Antônio Bezerra de Menezes
Júlio César da Fonseca Filho
José Sombra
Virgílio Brígido
Juvenal Galeno da Costa e Silva
Virgílio Augusto de Moraes

Presidentes

Paulino Nogueira Borges da Fonseca	4.3.1887 a 15.6.1908
Thomaz Pompeu de Sousa Brasil	15.8.1908 a 6.4.1929
Guilherme Studart (Barão de Studart)	6.4.1929 a 25.9.1938
Thomaz Pompeu Sobrinho	25.9.1938 a 9.11.1967
Raimundo Renato de Almeida Braga	9.11.1967 a 20.3.1968
Carlos Studart Filho	20.3.1968 a 6.4.1982
Mozart Soriano Aderaldo	6.4.1982 a 4.3.1983
Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	4.3.1983 a 4.3.1985
Antônio Martins Filho	4.3.1985 a 6.3.1989
Mozart Soriano Aderaldo	6.3.1989 a 4.3.1991
Geraldo da Silva Nobre	4.3.1991 a 4.3.1995
Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	4.3.1995 a 4.3.1997
Paulo Ayrton Araújo	4.3.1997 a 4.3.2001
Geraldo da Silva Nobre	4.3.2001 a 4.3.2003
Manuel Eduardo Pinheiro Campos	4.3.2003 a 19.9.2007
José Augusto Bezerra	19.9.2007 a 27.5.2013
Ednilo Gomes de Soárez	27.5.2013 a 26.5.2015

Sócios Efetivos, por ordem de antiguidade, desde a fundação do Instituto do Ceará

Nome	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
001 – Paulino Nogueira Borges da Fonseca	27.02.1841	04.03.1887	04.03.1887	15.06.1908
002 – Joakim de Oliveira Catunda	02.12.1834	04.03.1887	04.03.1887	28.07.1907
003 – João Augusto da Frota (Pe.)	24.01.1849	04.03.1887	04.03.1887	02.04.1942
004 – Guilherme Studart (Barão de Studart)	05.01.1856	04.03.1887	04.03.1887	25.09.1938
005 – João Baptista Perdigão de Oliveira	23.08.1854	04.03.1887	04.03.1887	28.02.1929
006 – Antônio Augusto de Vasconcelos	23.12.1852	04.03.1887	04.03.1887	10.03.1930
007 – Antônio Bezerra de Menezes	21.02.1841	04.03.1887	04.03.1887	28.08.1921
008 – Júlio César da Fonseca Filho	10.10.1850	04.03.1887	04.03.1887	21.04.1931
009 – José Sombra	04.12.1852	04.03.1887	04.03.1887	16.03.1888
010 – Virgílio Brígido	24.04.1854	04.03.1887	04.03.1887	20.10.1920
011 – Juvenal Galeno da Costa e Silva	27.10.1836	04.03.1887	04.03.1887	07.03.1931
012 – Virgílio Augusto de Moraes	21.12.1854	04.03.1887	04.03.1887	06.05.1914
013 – Thomaz Pompeu de Sousa Brasil	30.06.1852	27.02.1889	12.03.1889	06.04.1929
014 – Manoel Soriano de Albuquerque	08.01.1877	24.12.1912	24.12.1912	05.09.1914
015 – Rodolfo Marcos Teófilo	06.05.1853	24.12.1912	24.12.1912	02.07.1932
016 – Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo (Pe)	06.10.1852	24.12.1912	24.12.1912	29.09.1930
017 – Antônio Teodorico da Costa	12.08.1861	24.12.1912	24.12.1912	04.06.1939
018 – Álvaro Otacílio Nogueira Fernandes	14.09.1873	24.12.1912	24.12.1912	08.01.1953
019 – Álvaro Gurgel de Alencar	10.01.1861	20.09.1915	20.09.1915	02.07.1945
020 – José Lino da Justa	23.09.1863	1915	1915	22.03.1952
021 – Rodolfo Ferreira da Cunha (Pe.)	26.09.1880	1922	1922	19.04.1967
022 – Carlos Studart Filho	17.06.1896	20.09.1928	27.09.1928	06.04.1982
023 – Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho	16.11.1880	20.09.1928	27.09.1928	09.11.1967
024 – Eusébio Néri Alves de Sousa	14.08.1883	20.09.1928	27.09.1928	22.09.1947
025 – José da Cunha Sombra	21.03.1883	25.06.1929	05.07.1929	21.04.1932
026 – Álvaro Bomílcar da Cunha	14.04.1874	05.10.1929	05.11.1929	12.09.1957
027 – Júlia Carneiro Leão de Vasconcelos	07.09.1880	20.04.1930	05.06.1930	20.01.1951
028 – Valdemar Cromwel do Rego Falcão	25.01.1895	20.09.1930	05.11.1930	02.10.1946
029 – José Pedro Soares Bulcão	13.05.1873	05.10.1931	31.10.1931	17.07.1942

Nome	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
030 – Antônio Martinz de Aguiar e Silva	04.03.1893	05.10.1931	31.10.1931	30.08.1974
031 – Guilherme de Sousa Pinto	13.06.1883	05.10.1931	31.10.1931	14.09.1939
032 – José Carvalho	11.02.1872	05.10.1931	31.10.1931	15.02.1933
033 – Carlos Livino de Carvalho	17.02.1881	05.10.1931	31.10.1931	02.04.1960
034 – Leonardo Ferreira Mota	01.05.1891	05.10.1931	05.01.1932	02.01.1948
035 – Manuel Antônio de Andrade Furtado	28.01.1890	20.07.1932	05.09.1932	16.04.1968
036 – Djacir de Lima Menezes	16.11.1907	20.04.1933	20.05.1933	08.06.1996
037 – Hugo Vítor de Guimarães e Silva	17.11.1898	05.03.1936	14.04.1936	16.11.1950
038 – José Valdo Ribeiro Ramos	04.04.1901	20.02.1936	05.04.1936	04.12.1961
039 – Abner Carneiro de Vasconcelos	09.12.1884	20.03.1936	05.04.1936	03.02.1972
040 – Clodoaldo Pinto	27.10.1896	20.03.1936	05.04.1936	12.07.1979
041 – Alba Valdez (Maria Rodrigues Peixe)	12.12.1874	05.02.1936	10.05.1936	04.02.1962
042 – Misael Gomes da Silva (Pe.)	21.09.1885	20.04.1938	05.05.1938	20.08.1984
043 – João Franklin de Alencar Nogueira	27.10.1867	04.06.1941	19.07.1941	02.12.1947
044 – Dolor Uchoa Barreira	13.04.1893	04.06.1941	19.07.1941	30.06.1967
045 – Raimundo Girão	03.10.1900	04.06.1941	19.07.1941	24.07.1988
046 – Plácido Aderaldo Castelo	11.01.1906	04.06.1941	19.07.1941	17.06.1979
047 – Joaquim Alves de Oliveira	10.02.1894	20.11.1942	06.01.1943	08.06.1952
048 – Antônio Martins Filho	22.12.1904	20.11.1942	06.01.1943	20.12.2002
049 – Demócrito Rocha	14.04.1888	20.11.1942	06.01.1943	29.11.1943
050 – Luís Cavalcante Sucupira	11.05.1901	20.11.1942	06.01.1943	11.07.1997
051 – Francisco Dias da Rocha	23.08.1869	04.12.1943	20.03.1944	25.07.1960
052 – Manuel do Nascimento Fernandes Távora	21.03.1877	04.12.1943	13.05.1944	23.09.1973
053 – Dom Antônio de Almeida Lustosa	11.02.1886	20.03.1944	29.04.1944	14.08.1974
054 – Raimundo Renato de Almeida Braga	20.12.1905	20.05.1944	31.08.1944	13.06.1968
055 – Carlos Feijó da Costa Ribeiro	05.04.1885	20.01.1948	17.02.1948	10.10.1958
056 – Josa Magalhães	08.01.1896	05.02.1948	17.03.1948	31.10.1983
057 – Francisco Martins (Fran)	13.03.1913	20.03.1948	27.06.1948	29.06.1996
058 – José Bonifácio de Sousa	01.11.1901	05.06.1950	20.09.1950	17.04.1970
059 – Florival Alves Seraine	19.04.1910	05.06.1950	21.10.1950	04.01.1999
060 – Mozart Soriano Aderaldo	22.04.1917	05.06.1950	27.10.1950	25.06.1995
061 – Boanerges Facó	30.09.1882	05.06.1950	17.01.1951	04.08.1970
062 – Francisco Alves de Andrade e Castro	21.11.1913	20.12.1950	30.03.1951	06.10.2001
063 – José Guimarães Duque	21.09.1903	20.04.1953	30.09.1953	12.05.1978
064 – Manuel Albano Amora	19.10.1915	04.06.1955	25.08.1955	02.06.1991
065 – Hugo Catunda Fontenele	10.08.1899	04.06.1955	25.08.1955	07.03.1980

Nome	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
066 – Luís Teixeira Barros	26.01.1920	04.06.1955	25.08.1955	07.04.2000
067 – José Sobreira de Amorim	14.05.1912	04.06.1955	25.08.1955	06.03.1974
068 – José Denizard Macedo de Alcântara	01.09.1921	04.06.1955	25.08.1955	12.11.1983
069 – Ismael de Andrade Pordeus	25.12.1912	04.06.1955	25.08.1955	06.09.1964
070 – Paulo Fernandes Bonavides	20.05.1925	04.06.1955	25.08.1955	–
071 – João Batista Saraiva Leão	25.12.1895	04.06.1955	25.08.1955	30.12.1977
072 – José Aurélio Saraiva Câmara	20.06.1921	04.06.1955	25.08.1955	09.04.1974
073 – Joaquim Braga Montenegro	28.02.1907	04.06.1955	25.08.1955	20.11.1979
074 – Manuel Eduardo Pinheiro Campos	11.01.1923	20.08.1956	16.11.1956	19.09.2007
075 – Waldery Magalhães Uchoa	16.08.1917	20.10.1956	20.03.1957	21.10.1964
076 – Antônio Filgueiras Lima	21.05.1909	20.12.1956	23.04.1957	28.09.1965
077 – João Hipólito Campos de Oliveira	05.05.1917	04.04.1957	20.08.1957	04.09.1994
078 – José Parsifal Barroso	05.07.1913	20.10.1966	04.12.1967	26.04.1986
079 – Zélia Sá Viana Camurça	16.12.1924	04.09.1967	09.04.1968	–
080 – Oswaldo de Oliveira Riedel	20.07.1913	20.06.1968	04.11.1969	21.01.1989
081 – Antônio Gomes de Freitas	23.03.1904	21.10.1968	04.11.1969	15.07.1976
082 – Geraldo da Silva Nobre	31.08.1924	21.10.1968	28.11.1969	26.06.2005
083 – Raimundo Teles Pinheiro	20.03.1908	21.01.1974	04.07.1974	13.11.1987
084 – Virgílio de Moraes Fernandes Távora	29.09.1919	21.01.1974	04.07.1974	03.06.1988
085 – Guarino Alves de Oliveira	02.05.1921	21.01.1974	04.07.1974	28.10.1999
086 – Raimundo Aristides Ribeiro	12.03.1912	21.01.1974	04.07.1974	11.09.2003
087 – José Oswaldo de Araújo	17.03.1894	20.09.1974	04.12.1974	02.09.1975
088 – Pedro Alberto de Oliveira Silva	24.07.1937	20.09.1974	04.12.1974	–
089 – Vinicius Antonius Holanda de Barros Leal	16.10.1922	20.09.1974	04.12.1974	13.04.2010
090 – Melquíades Pinto Paiva	06.03.1930	20.09.1974	04.12.1974	–
091 – Francisco Fernando Saraiva Câmara	24.08.1930	05.05.1975	17.10.1975	–
092 – Hélio de Sousa Melo	19.12.1921	05.05.1975	17.10.1975	28.11.2001
093 – Francisco de Assis Arruda Furtado	10.05.1923	21.07.1975	17.10.1975	09.09.2013
094 – José Teixeira de Freitas	09.05.1918	21.07.1975	17.10.1975	08.07.1994
095 – José Caminha Alencar Araripe	01.05.1921	20.12.1976	26.04.1977	12.06.2010
096 – Itamar Santiago Espíndola	14.09.1917	20.12.1976	26.04.1977	13.08.1992
097 – Eduardo de Castro Bezerra Neto	16.12.1934	04.02.1980	22.05.1980	–
098 – Manuel Lima Soares	08.11.1923	20.10.1980	20.02.1981	06.05.1990
099 – Abelardo Fernando Montenegro	30.05.1912	20.10.1980	20.03.1981	26.04.2010
100 – Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	12.01.1914	20.10.1980	23.04.1981	30.08.2011
101 – Rubens de Azevedo	30.10.1921	22.06.1981	04.09.1981	17.01.2008

Nome	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
102 – Antônio Nilson Craveiro Holanda	22.06.1935	04.04.1978	24.02.1982	–
103 – Maria da Conceição Sousa	21.09.1913	21.06.1982	20.08.1982	09.02.1991
104 – Caio Lóssio Botelho (*)	19.04.1933	06.02.1984	04.04.1984	–
105 – Cláudio Martins	10.05.1910	06.02.1984	23.04.1984	17.06.1995
106 – Carlos Mauro Cabral Benevides	21.03.1930	05.11.1984	23.08.1985	–
107 – Paulo Ayrton Araújo	05.01.1925	20.06.1986	20.08.1986	–
108 – Joaquim Lobo de Macêdo (Joaryvar Macedo)	20.05.1937	20.01.1988	22.02.1988	29.01.1991
109 – Vladir Pontes Menezes	12.07.1934	04.08.1988	30.08.1988	–
110 – Valdelice Carneiro Girão	21.02.1926	20.09.1988	04.11.1988	18.07.2014
111 – José Borges de Sales	10.02.1911	21.08.1989	20.12.1989	12.05.2006
112 – Paulo Elpídio de Menezes Neto	13.01.1936	05.09.1990	20.11.1990	–
113 – José Liberal de Castro	21.05.1926	22.04.1991	22.07.1991	–
114 – João Alfredo de Sousa Montenegro	15.12.1930	06.05.1991	20.06.1991	28.11.2013
115 – Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)	15.05.1934	05.09.1991	21.10.1991	–
116 – Francisco Sadoc Araújo (Pe.)	17.12.1931	05.04.1993	17.07.1993	–
117 – Marcelo Caracas Linhares	15.03.1924	07.11.1994	05.12.1994	14.08.2007
118 – Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	28.04.1935	20.12.1994	20.02.1995	–
119 – José Cláudio de Oliveira	24.05.1926	20.09.1995	25.10.1995	03.06.2010
120 – Oswaldo Evandro Carneiro Martins	17.08.1922	20.09.1995	17.11.1995	16.07.2013
121 – José Murilo de Carvalho Martins	31.03.1929	06.01.1997	27.06.1997	_
122 – Pedro Sisnando Leite	13.05.1933	05.06.1997	23.10.1997	_
123 – José Aroldo Cavalcante Mota (*)	27.01.1933	22.09.1997	13.11.1997	_
124 – Francisco Edson Cavalcante Pinheiro (*)	30.01.1923	05.04.1999	21.06.1999	16.04.2014
125 – Gisafran Nazareno Mota Jucá	20.09.1948	05.01.2000	24.04.2000	_
126 – Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos	20.06.1934	10.08.2000	25.10.2000	_
127 – Rejane Maria V. Accioly de Carvalho	23.08.1944	05.04.2002	05.06.2002	_
128 – Francisco Ésio de Souza	24.09.1935	22.04.2002	25.07.2002	_
129 – Dário Moreira de Castro Alves	14,12.1927	17.03.2004	17.08.2004	06.06.2010
130 – José Augusto Bezerra	01.06.1948	20.06.2005	05.08.2005	–
131 – José Filomeno Moraes Filho	20.11.1952	05.10.2005	25.11.2005	–
132 – Ednilo Gomes de Soárez	03.08.1939	05.10.2006	22.11.2006	–
133 - Maria Clélia Lustosa Costa	05.09.1953	05.12.2007	03.04.2008	–
134 - Luiz de Gonzaga Fonseca Mota	09.12.1942	26.04.2008	20.06.2008	–
135 - Fernando Luiz Ximenes Rocha	23.11.1952	21.05.2008	10.10.2008	–

(*) Sócio remido.

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
136 – Lúcio Gonçalo de Alcântara	16.05.1943	05.02.2013	08.03.2013	–
137 – Juarez Fernandes Leitão	11.03.1948	05.02.2013	08.03.2013	–
138 – Affonso Taboza Pereira	06.11.1935	05.02.2013	08.03.2013	–
139 – Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez	23.01.1945	20.03.2013	24.04.2013	–
140 – Francisco Adegildo Férrer	14.03.1944	20.03.2013	24.04.2013	–
141 – Cid Sabóia de Carvalho	25.08.1935	20.03.2013	24.04.2013	–
142 – Geová Lemos Cavalcante	08.08.1942	20.03.2013	24.04.2013	–
143 – Osmar Maia Diógenes	11.08.1932	15.07.2013	23.08.2013	–
144 – Eustógio Wanderley Correia Dantas	03.01.1964	23.09.2013	17.10.2013	–
145 – Marcelo Gurgel Carlos da Silva	13.03.1953	27.11.2013	23.01.2014	–
146 – José Reginaldo Lima Verde Leal	20.07.1944	27.11.2013	23.01.2014	–

Sócios Efetivos atuais e seus endereços - 2014

01. Paulo Fernandes Bonavides
Av. Curió, 2810 – Casa 281 – Lagoa Redonda... (85) 3476.8262
60831-370 – Fortaleza, CE

02. Zélia Sá Viana Camurça
Rua Idelfonso Albano, 154 - Ap. 200 ..... (85) 3219.2525
60415-110 - Fortaleza, CE..... (85) 3219.2101

03. Pedro Alberto de Oliveira Silva
Rua José Carlos Gurgel Nogueira, 164..... (85) 3234.1417
60175-830 – Fortaleza, CE ..... (85) 9921.5550

04. Melquíades Pinto Paiva
Av. Antonio Justa, 3300 - Ap. 602 ..... (85) 3224.1385
60165-090 – Fortaleza,CE
Rua Baronesa de Poconé, 71 - Ap. 701 ..... (21) 2538.2498
22471-270 - Rio de Janeiro, RJ ..... (22) 2542.1539
e-mail: mappaiva@uol.com.br ..... (22) 2542.1713

05. Francisco Fernando Saraiva Câmara
Rua João Cordeiro, 2554 ..... (85) 3226.2532
60110-301 – Fortaleza, CE

06. Antônio Nilson Craveiro Holanda
SHIS - QL 14 – Conj. 06 - Casa 17 ..... (61) 3248.3373
70640-065 – Brasília, DF ..... (61) 3248.6430

07. Eduardo de Castro Bezerra Neto
Rua José Moacir Bezerra, 1055 ..... (85) 3466.5420
60833-414 – Fortaleza, CE ..... (85) 9927.0677
e-mail: eduardobezerrant@gmail.com

08. Carlos Mauro Cabral Benevides
SHIS – QI 05 – Conj. 17 – Casa 8 – Lago Sul ... (61) 3215.5607
71165-170 – Brasília, DF ..... (61) 9975.4542
Rua Joaquim Nabuco, 1550 - 2°. andar ..... (85) 9981.1075
60125-120 - Fortaleza-CE

09. Paulo Ayrton Araújo
Rua José Vilar, 2350 – Ap.1000..... (85) 3224.0004
60125-001 – Fortaleza, CE

10. Vladir Pontes Menezes
Rua Barão do Rio Branco, 1594..... (85) 3021.7559
60025-061 – Fortaleza, CE

11. Paulo Elpídio de Menezes Neto
Rua Bartolomeu Mitre, 335 – Ap.401 ..... (21) 2239.5273
22431-000 – Rio de Janeiro, RJ
Rua Silva Jatahy, 355 - Ap. 502..... (85) 3248.4666
60165-070 – Fortaleza, CE ..... (85) 3248.0007

12. José Liberal de Castro
Rua Gervásio de Castro, 50 ..... (85) 3223.5142
60015-185 – Fortaleza, CE

13. Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)
Rua Prof. João Bosco, 560..... (85) 3281.6949
60430-690 – Fortaleza, CE ..... (85) 3281.6102
e-mail: nirez@terra.com.br..... (85) 9982.6439

14. Francisco Sadoc de Araújo
Av. da Ressurreição, 926..... (88) 3613.1460
62020-540 – Sobral, CE ..... (85) 3261.7837

15. Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Rua Dr. Márlio Fernandes, 140..... (85) 3261.7968
60810-025 – Fortaleza, CE..... (85) 3241.2209
e-mail: diatahy@ufc.br - ediatahy@secrel.com.br

16. José Murilo de Carvalho Martins
Av. Beira-Mar, 3660 – Ap. 401..... (85) 3263.3311
60165-121 – Fortaleza, CE ..... (85) 9989.1543

17. Pedro Sisnando Leite
Rua Dr. Zamenhof, 400 - Ap 1301 ..... (85) 3262.3328
60176-060 – Fortaleza, CE ..... (85) 9982.7646
e-mail: psisnando@terra.com.br

18. Gisafran Nazareno Mota Jucá
Rua Francisco Holanda, 992 - Ap. 501 ..... (85) 3272.3469
60130-040 – Fortaleza, CE ..... (85) 9988.1013

19. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos
Rua Carlos Barbosa, 463 – Ap. 701 ..... (85) 3249.4365
60175-355 – Fortaleza, CE ..... (85) 9112.9650
e-mail: alsvasconcelos@superig.com.br

20. Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho
Rua Fausto Cabral, 861..... (85) 3262.1756
60155-410 – Fortaleza,CE ..... (85) 9996.0960

21. Francisco Ésio de Souza
Rua Henriqueta Galeno, 714 – Ap. 702..... (85) 3261.6745
60135-420 – Fortaleza, CE ..... (85) 9997.2704

22. José Augusto Bezerra
Av. Rui Barbosa, 748 - Ap. 800 ..... (85) 3458.0727
60115-220 – Fortaleza, CE ..... (85) 3264.0933
e-mail: augustusimob@uol.com.br

23. José Filomeno Moraes Filho
Rua Carolina Sucupira, 1331 - Ap. 1301 ..... (85) 9909.3808
60175-000 – Fortaleza, CE ..... (85) 3261.6508

24. Ednilo Gomes de Soárez
Av. Beira-Mar, 4777 - Ap.1500 ..... (85) 9928.9087
60165-125 – Fortaleza-CE..... (85) 4006.7977
e-mail: ednilo@fa7.edu.br

25. Maria Clélia Lustosa Costa
Rua Silva Jatahy, 400 - Bl. B - Ap. 901 ..... (85) 8898.1091
60165-070 - Fortaleza-CE ..... (85) 3248.6470
e-mail: clelialustosa@gmail.com

26. Luiz de Gonzaga Fonseca Mota
Rua José Vilar, 2350 - Ap. 800 ..... (85) 9276.0091
60125-001 - Fortaleza-CE ..... (85) 3261.8488
e-mail: luizgmota@yahoo.com.br

27. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Rua Silva Jatahy, 500 - Ap. 1700 ..... (85) 3207.7262
60165-070 - Fortaleza-CE ..... (85) 3242.4420

28. Lúcio Gonçalo de Alcântara
Av. Antônio Justa, 3320 - Ap. 301 ..... (85) 3242.9009
60165-090 - Fortaleza-CE ..... (85) 3257.6927

29. Juarez Fernandes Leitão
Rua Silva Jatahy, 760 - Ap. 1000 ..... (85) 3242.2034
60160-250 - Fortaleza-CE ..... (85) 9987.3411

30. Affonso Taboza Pereira
Rua Pereira Valente, 486 - Ap. 1301..... (85) 8857.6650
60165-070 - Fortaleza-CE

31. Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez
Rua Deputado Moreira da Rocha, 865 ..... (85) 3248.7804
60160-060 - Fortaleza-CE ..... (85) 9643.4545

32. Francisco Adegildo Férrer
Rua Nossa Senhora dos Remédios, 238 ..... (85) 32813848
60020-120 - Fortaleza-CE ..... (85) 9620.1133

33. Cid Sabóia de Carvalho
Rua Gustavo Sampaio, 1999 ..... (85) 3287.3090
60455-001 - Fortaleza-CE ..... (85) 9984.3966

34. Geová Lemos Cavalcante
Rua Barbalha, 77 - Ap. 200 ..... (85) 3261.4931
60165-100 - Fortaleza-CE ..... (85) 8847.4931

35. Osmar Maia Diógenes
Rua Thomaz Pompeu, 565 - Ap. 800 ..... (85) 3248.1753
60165-070 - Fortaleza-CE ..... (85) 8805.1108

36. Eustógio Wanderley Correia Dantas
Rua Mestre Anibal. 320 ..... (85) 9904.4859
61600-000 - Caucaia-CE

38. Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Rua Vicente Leite, 2439 - Ap. 600 ..... (85) 9986.8566
60170-151 - Fortaleza-CE

37. José Reginaldo Lima Verde Leal
Rua José Napoleão, 277 - Ap. 901 ..... (85) 3242.4393
60170-210 - Fortaleza-CE ..... (85) 8669.9753

39. Vago

40. Vago

ATAS DAS SESSÕES DE 2008

Atas das sessões de 2008 do Instituto do Ceará

Ata da sessão de 7 de janeiro de 2008

Aos 7 dias do mês de janeiro de 2008, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), reuniu-se em sua sede social, para a primeira sessão ordinária do ano. Compareceram os consócios: Pedro Alberto de Oliveira Silva, Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, José Liberal de Castro, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Elmo Vasconcelos, Maria Clélia Lustosa Costa. A sessão do mês não teve orador oficial, mas a participação de alguns sócios, rememorando sobre os Presidentes do Instituto. O consócio Liberal de Castro, lembrando o centenário de morte (1908-2008) do fundador e primeiro Presidente do Instituto, Paulino Nogueira Borges da Fonseca, destacando sua importância na historiografia do Ceará. A Sócia Efetiva Valdelice Girão fez ligeira explanação sobre Thomaz Pompeu de Souza Brasil Sobrinho, classificando-o como o grande mestre da História, Geografia, Antropologia e Etnografia Indígena e dos assuntos do Nordeste Brasileiro. Lembrou que a Secretaria de Cultura do Estado, através da Escola de Artes e Ofícios, "Thomaz Pompeu Sobrinho", homenageou o mestre, com a abertura da semana a ele dedicada com a inauguração do Memorial Thomaz Pompeu Sobrinho, nos 40 anos de morte em 9 de novembro de 1967. Outros sócios lembraram a passagem dos demais presidentes e foi encerrada a sessão. Para constar, eu, Valdelice Carneiro Girão, Secretária **ad-hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da sessão de 4 de março de 2008

O Instituto do Ceará, (Histórico, Geográfico e Antropológico), reuniu-se no dia 4 de março de 2008, às 15 horas, sob a presidência de José Augusto Bezerra, em sessão comemorativa do seu 121º. aniversário de fundação. Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos: Zélia Sá Viana Camurça, Pedro Alberto de Oliveira Silva; Francisco Fernando Saraiva Câmara, Valdelice Carneiro Girão, José Augusto Bezerra, José Murilo de Carvalho Martins, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota, Francisco Edson Cavalcante Pinheiro, Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho, José Filomeno de Moraes Filho, Ednilo Gómez de Soárez, além de outros ilustres convidados. Na abertura dos trabalhos o Presidente ressaltou a importância desta instituição, berço da historiografia cearense, fundada em 1887, por doze ilustres vultos de nossa intelectua-

lidade, sendo seu primeiro Presidente o sócio fundador Paulino Nogueira Borges da Fonseca. Foi destacada a brilhante contribuição do Barão de Studart, seu terceiro Presidente, considerado o maior mentor da historiografia do Instituto do Ceará, como retratado por João Alfredo Montenegro em sua obra *Historiografia do Instituto do Ceará*. O atual presidente, José Augusto Bezerra, décimo sexto na direção desta casa, homenageou na ocasião todos os ex-presidentes que contribuíram para manter a trajetória vitoriosa da Instituição, hoje considerada parte importante do patrimônio histórico e cultural do nosso Estado. O presidente fez um breve relato das atividades desenvolvidas em sua gestão, iniciada em difícil momento da vida da nossa Instituição, substituindo o saudoso presidente Manoel Eduardo Campos, recentemente falecido, cujo espírito empreendedor deixou marcas indeléveis na modernização do Instituto do Ceará, valendo salientar o projeto de digitação de todas as Revistas do Instituto, possibilitando seu acesso via internet, que atualmente recebe em média 1.000 visitas mensais. O presidente destacou algumas de suas iniciativas, já detalhadas na íntegra em carta de prestação de contas enviada a todos os consócios, conforme a seguir relacionadas: finalização das providências necessárias á inauguração do Memorial Barão de Studart; continuidade da implantação do projeto de preservação do acervo do Barão de Studart, financiado pela Lei Rouanet, através das empresas do Dr. Ivens Dias Branco; obtenção de financiamento do BNB para publicação da *Revista do Instituto do Ceará* por um período de três anos, e perspectivas de vir a patrocinar também um Ciclo de Palestras sobre a História e Geografia do Ceará; formalização de contrato com a SECULT para beneficiar a Instituição com acesso ao Fundo de Educação e Cultura; convênio cultural firmado com Universidade do Vale do Acaraú, responsável pelo pagamento de dois bolsistas de pesquisa que prestam serviços ao Instituto; edição do número 121 da *Revista do Instituto do Ceará* que inclui 13 textos de sócios efetivos desta Instituição; realização de sessões de homenagem ao ex-presidente Manoel Eduardo Campos e do Centenário do Professor Djacir Menezes. Além das duas reuniões mensais com o quadro dos sócios efetivos, a diretoria do instituto reúne-se semanalmente para planejar e dar andamento ás atividades da Instituição, visando garantir sua vitalidade no cenário cultural cearense. Na ocasião foi aprovada a idéia de criar um medalhão, nomeado Barão de Studart, que será concedido a todos os Consócios, que o portarão nas reuniões solenes da Instituição. Foi aplaudida a iniciativa de ex-presidente General Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira de doar sua biblioteca pessoal ao Instituto do Ceará. O Presidente fez registrar os agradecimentos pela doação que serão formalizados em documento expedido pela Diretoria. A palavra foi concedida à secretária geral, consócia Valdelice Carneiro Girão, que procedeu a leitura do relatório de atividades do Instituto no período 2006-

2007. Em seguida, o consócio Pedro Sisnando Leite lançou o livro de sua autoria intitulado *Questões Econômicas e Acadêmicas*, dando prosseguimento a uma idéia do saudoso ex-presidente Manoel Eduardo Campos de criar a "Coleção Livraria Sebo da História", que teve início com um livro de sua autoria, *O Lugar da Cozinha*. O livro, ora lançado, registra a memória das experiências do autor como professor e Pró-Reitor de Planejamento da Universidade Federal do Ceará nas administrações dos reitores José Anchieta Esmeraldo Barreto e Antônio de Albuquerque Souza Filho. Todos os presentes à reunião foram agraciados pelo autor com um exemplar autografado do livro. Agradecendo a presença de todos, o Presidente encerrou a sessão e eu, Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho, segunda secretária, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Ata da sessão de 3 de abril de 2008

Aos três dias do mês de abril de 2008, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), reuniu-se em sessão solene sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, para dar posse a nova Sócia Efetiva do Instituto, a Professora Geógrafa Maria Clélia Lustosa Costa. Compareceram os Sócios Efetivos do Instituto, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Caio Lossio Botelho, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, José Liberal de Castro, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, José Murilo de Carvalho Martins, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho, Francisco Ésio de Sousa, José Augusto Bezerra, José Filomeno de Moraes Filho, Ednilo Gomes de Soarez e um considerável número de convidados, entre eles a família da nova consócia destacando-se sua genitora, a Sra. Maria Dolores Lustosa da Costa, seu esposo Prof. Valmir Lopes, sua irmã Isabel, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, seus colegas de magistério e amigos. A mesa dos trabalhos foi constituída pelo presidente da Academia Cearense de Letras, José Murilo Martins, o Sócio Benemérito Ivens Dias Branco, o representante do Magnífico Reitor da Universidade Federal do Ceará, o Presidente da Academia Fortalezense de Letras, jornalista Lustosa da Costa e a Sra. Irismar Machado Linhares, viúva do consócio falecido Marcelo Caracas Linhares. O jornalista Vicente Alencar foi o mestre-de-cerimônia. Abrindo a sessão, o Presidente saudou os presentes falando da satisfação de dar posse ao novo sócio, designada uma comissão composta dos professores Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho, Paulo Ayrton Araújo e José Liberal de Castro para introduzir a Professora Clélia ao recinto. Após o juramento, o Presidente deu posse a recipiendária concedendo em seguida a palavra à consócia Valdelice Carneiro Girão. Em seu discurso a

oradora teceu comentário sobre a trajetória no Instituto, a importância da Instituição no contexto da História do Ceará e a necessidade de uma maior participação dos seus membros. A Professora Clélia, em sua fala, homenageou o seu antecessor Marcelo Caracas Linhares e outros membros do Instituto. Demonstrou satisfação em ingressar na Casa do Barão, comprometendo-se a promover o engrandecimento da Instituição. Em modo contínuo foi entregue a Sra. Irismar Caracas, o título de Amiga do Instituto. A Sra. Fanni Soares agradeceu em nome da homenageada. Em seguida, o Presidente parabenizou a nova Sócia, agradeceu a presença de todos e convidou para um coquetel nos salões do Instituto e encerrou a sessão, da qual, eu Valdelice Carneiro Girão, Secretária **ad-hoc**; lavrei a presente ata.

Ata da sessão de 23 de abril de 2008

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência do Dr. José Augusto Bezerra reuniram-se no dia 23 de abril de 2008 às 15 horas, para a sessão extraordinária eleitoral convocada para preenchimento da vaga deixada pelo falecimento do saudoso consócio e ex-presidente desta Instituição, Manuel Eduardo Pinheiro Campos. Foi informado que o candidato à vaga, o economista e professor Luis Gonzaga Mota, apresentado como candidato pelos consócios Paulo Ayrton Araújo, Pedro Sisnando Leite e Francisco Ésio de Souza, tinha recebido parecer favorável da Comissão de Verificação de Merecimento. Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos do Instituto: Zélia Sá Viana Camurça, José Augusto Bezerra, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Caio Lóssio Botelho, Paulo Ayrton Araújo, Miguel Ângelo de Azevedo, João Alfredo de Souza Montenegro, José Murilo de Carvalho Martins, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Valdelice Carneiro Girão, Aroldo Mota, Pedro Sisnando Leite, Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira, Francisco Ésio de Souza, Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho, Paulo Ayrton Araújo, Ednilo Gómez de Soares, Maria Clélia Lustosa Costa. O presidente do Instituto, José Augusto Bezerra, passou a condução dos trabalhos à 1ª secretaria geral, Valdelice Girão, que convocou os consócios Pedro Alberto de Oliveira Silva e Miguel Ângelo de Azevedo para atuar como escrutinadores. Rubricadas as cédulas eleitorais, teve início o processo de votação, com a chamada nominal de todos os sócios efetivos presentes e ausentes. Votaram 18 efetivos presentes na sessão e 13 dos sócios ausentes através da apresentação de procurações concedidas a seus representantes. Terminada a votação procedeu-se a apuração dos votos, sendo o resultado imediatamente anunciado pela presidência da mesa eleitoral. O candidato economista Luis Gonzaga Mota obteve 28 votos do total de 31 votantes,

registrando-se três votos em branco. A presidência da mesa foi reassumida pelo Dr. Augusto Bezerra que proclamou eleito o candidato que será comunicado do resultado eleitoral e deverá pronunciar-se oficialmente aceitando sua inclusão no quadro de sócios efetivos do Instituto do Ceará, declarou encerrada a sessão e eu, Rejane Vasconcelos de Carvalho, segunda secretária, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos presentes

Ata da sessão de 5 de maio de 2008

Aos cinco dias do mês de maio de 2008 reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, para mais uma reunião ordinária. Compareceram os Sócios Efetivos: Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Pedro Sisnando Leite, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, José Augusto Bezerra, Maria Clélia Lustosa Costa. E outros convidados entre eles Dr. José Oswaldo Pontes – ex-diretor do DNOCS, a esposa do orador, Heloisa Helena e D. Irismar Linhares, Amiga do Instituto. Iniciando os trabalhos o Presidente teceu alguns comentários sobre as iniciativas tomadas pela direção. Antes de passar a palavra ao orador do dia, a consócia Valdelice Carneiro Girão, leu a ata do dia 4 de março de 2008, aprovada pelos presentes. Em seguida o consócio Ésio de Sousa fez interessante palestra sobre o Capitão Mor – José Xerez Furna Uchoa. O responsável pela introdução do café no Ceará. Distribui-se entre os presentes um livro ressaltando a personalidade daquele Capitão Mor. O assunto provocou comentários dos vários convidados. Para constar eu Valdelice Carneiro Girão secratária **ad-hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da sessão eleitoral de 21 de maio de 2008

Aos seis dias do mês de maio de 2008 em sua sede social reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra. Compareceram os Sócios Efetivos: Zélia Sá Viana Camurça, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Caio Lóssio Botelho, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, João Alfredo de Sousa Montenegro, Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, José Murilo de Carvalho Martins, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota, Gisafran Nazareno Mota Jucá, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho,

Francisco Ésio de Sousa, Dário Moreira de Castro Alves, José Augusto Bezerra, José Filomeno de Moraes Filho, Ednilo Gomes de Soárez e Maria Clélia Lustosa. O presidente iniciou a sessão comunicando que a mesma tem por finalidade a eleição para preenchimento da vaga de sócio efetivo com o falecimento do consócio Rubens de Azevedo. Atendendo às normas estatutárias do Instituto, passou a presidência da sessão a Secretária Geral Valdelice Carneiro Girão que, depois escolheu os sócios Pedro Alberto de Oliveira Silva e Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), como escrutinadores, iniciou a votação. A chamada dos votantes foi feita pela ordem de antiguidade, num total de 32 votantes. Votaram por si 21 e 11 por procuração. Com o resultado 31 votos válidos e 1 voto em branco, o Presidente declarou eleito o candidato único Fernando Luiz Ximenes Rocha. Para constar, eu, Pedro Sisnando Leite secretário **ad-hoc**, lavrei a presente ata, que depois de ser lida e aprovada será assinada pelos presentes.

Ata da sessão ordinária de 5 de junho de 2008

Às 15 horas e 30 minutos do dia cinco de junho de 2008, reuniu-se o Instituto do Ceará (histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do sócio José Augusto Bezerra, para mais uma sessão ordinária. Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos: José Augusto Bezerra, Zélia Sá Viana Camurça, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, João Alfredo de Sousa Montenegro, José Liberal de Castro, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Cavalcante Mota, Gisafran Nazareno Mota Jucá, Francisco Ésio de Sousa. A ata da sessão anterior foi lida e aprovada. Iniciando os trabalhos, o presidente leu a correspondência recebida e expedida pelo Instituto, destacando o envio para a Assembléia Legislativa do Ceará de uma exposição de motivos justificando a criação de uma contribuição mensal de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) destinada a manutenção administrativa e serviços gerais do Instituto. Comunicou, também, o pedido de renúncia da 2ª Secretária, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho de seu cargo na diretoria, por motivos pessoais. A palavra foi passada a seguir para o palestrante do dia, professor João Alfredo de Sousa Montenegro que discorreu sobre o tema "O Discurso Autoritário de Cairu" sendo muito aplaudido, respondendo após, perguntas de esclarecimento sobre o tema apresentado formuladas pelo confrade Francisco Ésio de Sousa. Antes de terminar a sessão, o presidente comentou sobre as dificuldades que o Instituto vem passando no presente momento, no tocante a sua estrutura funcional, financeira e participação dos sócios em nosso sodalício. Nessa ocasião, devido ao adiantamento da hora, encontravam–se presentes os sócios Valdelice

Carneiro Girão, João Alfredo de Sousa Montenegro, José Liberal de Castro, Pedro Sisnando Leite, Francisco Ésio de Sousa, José Filomeno Moraes Filho e Ednilo Gomes de Soárez. O presidente encerrou a sessão, e para constar, eu Pedro Alberto de Oliveira Silva, secretário **ad-hoc**, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada vai assinada por mim e pelos presentes.

Ata da sessão solene de 20 de junho de 2008

Aos vinte dias do mês de junho de 2008, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), reuniu – se às 20h, no auditório Thomaz Pompeu Sobrinho, em sessão solene para dar posse ao novo Sócio Efetivo do Instituto Professor Luiz Gonzaga Fonseca Mota. Compareceram os sócios efetivos: Zélia Sá Viana Camurça, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, Caio Lóssio Botelho, Carlos Mauro Cabral Benevides, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, João Alfredo de Sousa Montenegro, José Murilo de Carvalho Martins, Pedro Sisnando Leite, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho, José Augusto Bezerra, José Filomeno de Moraes Filho, Ednilo Gomes de Soárez, Maria Clélia Lustosa Costa, Luiz de Gonzaga Mota e um considerável número de convidados, entre eles a família do novo consócio, seus colegas e amigos. O jornalista, amigo do Instituto, Vicente Alencar serviu como cerimonialista da sessão solene. A mesa dos trabalhos foi composta pelo escritor José Augusto Bezerra, Presidente do Instituto, do Exmo. Sr. Cid Gomes, Governador do Estado, o General Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, Dr. Fernando Ximenes, Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, Dr. José Murilo de Carvalho Martins, Presidente da Academia Cearense de Letras, Prof. Ednilo Gomes de Soárez, Presidente da AFL e Sra. Yolanda Queiroz, Presidente do Grupo Empresarial Edson Queiroz. O mestre-de-cerimônia anunciou o recebimento de fax e telegramas de convidados ilustres justificando a ausência e parabenizando o novo associado. O Presidente do Instituto José Augusto Bezerra declarou aberta a reunião e designou comissão formada pelos sócios Cel. Paulo Ayrton Araújo, o Vice-Presidente do Instituto Pedro Sisnando Leite e o Dr. Francisco Ésio de Sousa para introduzir o Prof. Luiz de Gonzaga Fonseca Mota no recinto da reunião, sendo o mesmo recebido pelos presentes de pé com uma salva de palmas. O presidente registrou a presença (chegada no auditório) do Exmo. Ministro da Previdência Social, José Pimentel e do Deputado Federal Carlos Cabral Benevides, sócio do Instituto. Após o juramento, o presidente deu posse ao recipiendiário que além do diploma de Sócio Efetivo, recebeu a Medalha Barão de Studart, colocada pela sua esposa Sra. Miriam Porto Mota. O Prof. Pedro Sisnando Leite foi designado para saudar o novo sócio

efetivo. Em seu discurso, o orador destacou os aspectos mais relevantes do currículo do homenageado desde a sua vida acadêmica até sua fase em que se tornou Governador do Estado. Resumindo suas palavras de saudação ao Prof. Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, o orador disse: "Durante toda a sua vida dedicou-se a pesquisa, ensino e viagens de estudo ao interior, em trabalho devotado de luta pelos interesses do nosso Estado" Ao concluir afirmou ainda: "Que Deus abençoe e lhe favoreça com uma longa vida em nosso convívio, nesta provecta instituição científica". Com a palavra, o sócio empossado agradeceu a mensagem de seu ex-professor, confrade Prof. Pedro Sisnando Leite e a comissão que assinou sua proposta para ingresso no Instituto, bem como aos que votaram em seu nome e a presença de sua esposa, filhos, netos e amigos. Repostou-se ao seu renomado antecessor, saudoso Manuel Eduardo Pinheiro Campos. Lembrou que na gestão (presidente) do inesquecível reitor Martins Filho, ajudou o instituto na edificação do auditório e fez referências a Sra. Heldine Cortez Campos, tendo agradecido, em seu nome, seu filho, o Sr. Eduardo Augusto Cortez Campos. O presidente concedeu a palavra ao Governador Cid Gomes que fez uma sucinta prestação de contas de suas atividades a frente do Poder Executivo e, no final, propondo-se a examinar possibilidades de apoio ao Instituto. O escritor José Augusto Bezerra agradeceu a presença de tão importantes personalidades e convidou os presentes para um coquetel oferecido pelo novo consócio e encerrou a sessão, da qual, eu, Pedro Sisnando Leite, secretário **ad-hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da sessão ordinária de 6 de julho de 2008

Aos seis dias do mês de julho de 2008, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), em sessão ordinária, sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra. Estiveram presentes os sócios efetivos: Valdelice Carneiro Girão, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, Paulo Ayrton Araújo, José Murilo de Carvalho Martins, Pedro Sisnando Leite, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho, José Liberal de Castro, Clélia Lustrosa Costa, Ésio de Sousa, Elmo Vasconcelos, Gisafran Mota Jucá e Zélia Sá Viana Camurça e convidados, entre eles o Vice-Governador do Estado, Prof. Francisco José Pinheiro, o jornalista Professor Cid Carvalho. O Presidente iniciou os trabalhos dizendo da satisfação de receber os ilustres convidados e passou a palavra ao Professor Cid Carvalho para fazer a doação ao Instituto da coleção do jornal *Diário do Povo*, de propriedade de seu pai, o escritor Jader de Carvalho. O jornalista Cid Carvalho deu interessantes informações jornalísticas, dizendo como eram feitas as impressões nos moldes antigos; a colaboração de conhe-

cidos tipógrafos, principalmente aqueles que haviam trabalhado com Demócrito Rocha, no jornal *O Povo*, usando restos de papel do referido jornal. Lembrou que os redatores eram alunos do Liceu, discípulos do Prof. Jader de Carvalho, tais como Dorian Sampaio, Manoel Lima Soares e outros. Segundo o Prof. Cid Carvalho, o *Diário do Povo* não tinha partido político, nem credo religioso, mas estava sempre na oposição. O acervo ofertado ao Instituto do Ceará, se compõe de 20 coleções encadernadas. O Presidente agradeceu sensibilizado a oferta feita. Antes de passar a palavra ao orador do dia, comunicou que no período de 21 a 24 de outubro, serão realizados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as comemorações do centenário daquele Instituto, mostrou o desejo de que uma comitiva do Instituto do Ceará participasse do evento. Em seguida, a palavra foi usada pelo Prof. Sisnando Leite, que fez importante palestra intitulada: *A tragédia do Orós – documentos históricos,* tema de seu último livro, mostrando dados pesquisados no DNOCS, e na SUDENE, além de sua própria participação nos acontecimentos. Após a palestra, informou sobre os seus contatos com a Editora Vivali que publica os livros de sua autoria na Internet, e apresentou também seu novo intitulado *Fundamentos de Economia*. O orador recebeu apartes dos consócios Zélia Camurça, Gonzaga Mota, Gisafran Jucá e Ednilo Soárez. Foi muito aplaudido. O Presidente parabenizou o orador, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual eu, Valdelice Carneiro Girão, Secretaria **ad-hoc,** lavrei a presente ata, que depois de ser lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Ata da sessão ordinária de 21 de julho de 2008

Aos vinte e um dias do mês de julho de 2008, em sua sede social, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do Vice-Presidente, Pedro Sisnando Leite. Compareceram os sócios efetivos: Valdelice Carneiro Girão, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, Paulo Ayrton Araújo, José Murilo de Carvalho Martins, Pedro Sisnando Leite, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho, José Liberal de Castro, Clélia Lustosa Costa, Ésio de Sousa, Elmo Vasconcelos, Gisafran Mota Jucá e Zélia Sá Viana Camurça e um número considerável de convidados, entre eles o médico Elcias Camurça, o pintor Descartes Gadelha, as Senhoras Yeda Sátyro Bonavides, Bernadete Bezerra, Miriam Mota, Heloísa Caracas, respectivamente esposas dos consócios Paulo Bonavides, José Augusto Bezerra, Luis de Gonzaga Mota e Ésio de Sousa e outros amigos, parentes e colegas da Drª Zélia Sá Viana Camurça. O Presidente da reunião iniciou os trabalhos expressando seu contentamento em presidir pela primeira vez uma sessão do Instituto,

deu as boas-vindas aos presidentes e convidou a consócia Valdelice Girão para ler a ata da sessão anterior, que foi aprovada e assinada pelos sócios presentes. Em seguida, passou a palavra a conferencista que, usando recursos computacionais, apresentou brilhantemente, o resumo de sua tese de doutorado, cursando na Universidade de Pensivânia USA – para requerimento de título de PhD, concluído em 1988. Segundo suas próprias palavras a "dissertação apresenta uma pesquisa sobre os aspectos da vida na Filadélfia, no fim do século XVIII até meados do século XIX, incluindo a Corte brasileira e sua relação com o federalismo da América do Norte, demonstrado pelas diversas realizações cívicas, filantrópicas, religiosas e intelectuais de Condy Raquet (1784-1842), enquanto autodidata". Lembrou sócios do Instituto que colaboraram no seu trabalho de pesquisa, citando Paulo Elpídio de Menezes Neto, José Denizard Macedo, Manuel Lima Soares e Liberal de Castro. Comentou ainda que foram mais de 10 anos de pesquisas, para execução de sua tese concluída 20 anos atrás. O Sr. Gildácio Almeida colaborou na apresentação da palestra acionando o "data show", enquanto era distribuído entre os presentes, um CD ROM com o assunto abordado. Depois de responder as perguntas feitas pelos consócios Clélia Lustosa, Elmo Vasconcelos, e do amigo do Instituto, Adegildo Férrer e da pesquisadora Rosália Aguiar, a conferencista comentou suas realizações neste ano de 2008, 20 anos de conclusão da tese, 40 anos de sua entrada no Instituto, como sócia efetiva e 10 anos de término do curso de Direito. No final a palestrante foi muito aplaudida e o Presidente encerrou a sessão parabenizando a conferencista e convidou os presentes para o lanche oferecido pela Drª Zélia. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, Secretaria **ad-hoc,** lavrei a presente ata.

Ata da sessão ordinária de 5 de agosto de 2008

Aos 5 dias do mês de agosto de 2008, no auditório Barão de Studart, reuniram-se os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), para mais uma sessão ordinária. Compareceram: José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, José Liberal de Castro, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Zélia Sá Viana Camurça, Osvaldo Evandro Carneiro Martins, Elmo Vasconcelos e os convidados: José Ribeiro Matos, Amauri Amora Câmara, João Pires entre outros. O Presidente abriu os trabalhos, parabenizando a sócia Zélia Camurça, pela palestra proferida na sessão anterior, justificando sua ausência. Convidou os sócios Pedro Sisnando Leite e Valdelice Girão para lerem as atas de sessões anteriores, que foram aprovadas e assinadas pelos sócios presentes. Antes de passar a palavra ao orador do dia, Prof. Elmo Vasconcelos, o consócio José Liberal de

Castro comentou o projeto que está sendo elaborado, para instalação de um elevador no prédio do Instituto, dando algumas explicações. O Presidente agradeceu o trabalho do Prof. Liberal, dizendo que embora, no momento, não dispondo de recursos, serão empregados todos os reforços junto as instituições e autoridades, para que o elevador seja instalado. A Profª. Zélia, mais uma vez, agradeceu a presença dos sócios, bem como representantes das famílias convidadas, para sua palestra, lembrando os Arrudas, Machado, Sá Paiva Camurça, o apoio dos funcionários e do Sr. Gildácio Almeida, na projeção de imagens. Em seguida foi concedida a palavra ao Prof. Elmo, que abordou os 90 anos da 1ª. Guerra Mundial, tecendo comentários sobre as causas e conseqüências do conflito que envolveu a Europa e os Estados Unidos, naquele período. No final, o Presidente congratulou-se com o conferencista e informou que havia remetido aos sócios o relatório das atividades da Diretoria do Instituto. Disse ainda que está visitando as autoridades governamentais, a Assembleia e o Poder Judiciário, solicitando colaboração. Agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, Secretária **ad-hoc,** lavrei a presente ata.

Ata da sessão de 20 de agosto de 2008

Os sócios efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do Consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no dia 20 de agosto de 2008, para mais uma sessão ordinária. Compareceram os confrades e um número considerável de convidados entre eles professores e alunos do Departamento de Geografia da UFC, familiares da Professora Maria Clélia Lustosa Costa, em destaque sua genitora Maria Dolores Lustosa e seu esposo Professor Valmir Lopes. O trabalho teve como tema "A importância do discurso médico higienista na organização do espaço urbano de Fortaleza no século XIX". Foi apresentada pela professora Clélia com riqueza de detalhes e ilustrações, historiando os problemas de higiene nas habitações públicas e particulares naquele século. Os apartes foram feitos pelos confrades: José Liberal de Castro e Valdelice Girão. A conferencista foi muito aplaudida. O presidente agradeceu a presença dos convidados, parabenizou a palestra e encerrou a sessão. Nada mais havendo a tratar, eu, Valdelice Carneiro Girão, Secretária **ad-hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da sessão de 5 de setembro de 2008

Aos cinco dias do mês de setembro de 2008 reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, para mais uma reunião ordinária. Estiveram presentes

os Sócios Efetivos: Pedro Sisnando Leite, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Luis de Gonzaga Mota, José Murilo Martins, José Liberal de Castro, Ésio de Sousa, Ednilo Gomes de Soarez, Rejane Vasconcelos, Oswaldo Evandro Martins e Clélia Lustosa Costa. Sócios beneméritos e amigos do Instituto. O Presidente iniciou os trabalhos dizendo de seu contentamento com a presença de pessoas gratas ao Instituto para ouvir a palestra do consócio Murilo, que além de membro do Instituto do Ceará, é presidente da Academia Cearense de Letras. Registrou a presença da Sra. Maria Inês Martins, esposa do palestrante e amiga do Instituto, Raimundinha Andrade, esposa do saudoso sócio da Casa do Barão, Francisco Alves de Andrade. Depois de lida e aprovada a ata da sessão do dia 5 de agosto, foi facultada a palavra aos sócios para comunicações: o Cel. Paulo Ayrton Araújo comunicou o aniversário natalício da consócia Clélia Lustosa, que recebeu parabéns dos presentes; lamentou a ausência de civismo na semana da pátria, principalmente nos meios de comunicação. O consócio Evandro Carneiro Martins, e o amigo do Instituto Paulo Tadeu fizeram coro às palavras do Cel. Paulo Ayrton, quando o jornalista Paulo Tadeu lembrou que foi o Comendador Luis Sucupira que instituiu o Dia da Pátria, quando deputado federal; o consócio Murilo Martins informou que no dia 11 de setembro do ano em curso, a Academia Cearense de Letras vai homenagear os dois mais antigos membros daquela Instituição, Artur Eduardo Benevides e Abelardo Montenegro, com a medalha do mérito cultural, convidando os presentes a comparecerem. Em seguida, o Professor Liberal de Castro entregou ao Presidente, propostas de empresas de elevadores para serem avaliados os orçamentos. O Presidente agradeceu e elogiou o empenho do Prof. Liberal de Castro e afirmou que com o documento, espera contar com o apoio do consócio Gonzaga Mota, junto ao Banco do Nordeste angariando recursos para o empreendimento. Comentou o envio do Boletim Informativo do Instituto aos sócios com comunicação das atividades realizadas no primeiro semestre de 2008, esperando receber sugestões. O boletim foi patrocinado por alguns sócios e organizado pela funcionária Marineide Alves, parabenizando-a pelo seu trabalho. Disse ainda que espera receber patrocínio de algumas instituições entre elas a OBOÉ. Em seguida a palavra foi concedida ao palestrante, Dr. Murilo Martins que discorreu a respeito da Academia Cearense de Letras, desde a fundação da entidade centenária aos dias atuais, focalizando seus presidentes, seus associados, seus estatutos, bem como curiosidades vivenciadas por diversos membros da notável instituição. Ressaltou a figura de Thomaz Pompeu, Farias Brito e Justiniano de Serpa, entre outros. O palestrante destacou a importância de algumas publicações dos associados daquela Casa e do Instituto, como Raimundo Girão, Manoel Albano Amora e Martins Filho. A

palestra foi acompanhada de projeções. O Dr. Murilo recebeu congratulações do Presidente e dos sócios presentes pela palestra. A amiga do Instituto, senhora Raimundinha Andrade, convidou os presentes para o lançamento do seu livro intitulado *Manuela* do dia 24 deste às 17 h. no Ideal Clube. Por fim, o Presidente parabenizou os aniversariantes e agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Nada mais havendo a tratar, eu, Valdelice Carneiro Girão secratária **ad-hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da sessão de 24 de setembro de 2008

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se em sessão ordinária no dia 24 de setembro de 2008, às 15h30, no Auditório Barão de Studart. Estiveram presentes: Zélia Sá Viana Camurça, Fernando Saraiva Câmara, Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, José Liberal de Castro, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, José Filomeno de Moraes Filho, Maria Clélia Lustosa Costa. Amigos do Instituto, Sócios Honorários e Beneméritos. O Presidente abriu a sessão dando as boas-vindas a todos, registrando a presença do Prof. Nero Cavalcante Nunes, da Universidade Federal de Alagoas, do Prof. Ronaldo Andrade Silva e alunos da UFC e UECE. Comunicou que no dia 25 do mês em curso, os consócios Clélia Lustosa Costa e Ésio de Sousa participarão da Semana de Arte e Educação programada pela UFC, comentando a contribuição do Instituto aos movimentos culturais do Ceará. Solicitou ao Sr. Gerard Boris a organização da Associação dos Amigos do Instituto, anunciou para o dia 6 de outubro vindouro a palestra do jornalista Paulo Martins com o tema: Aristides de Sousa Mendes - Patrono da Humanidade. O consócio Paulo Ayrton usou da palavra parabenizando os aniversariantes do mês, Gisafran Nazareno Mota Jucá e Ésio de Sousa, e os funcionários da casa, Raimundo Nonato e Antônio Júnior. A professora Zélia Camurça interrompeu ao Presidente material para a estante dos sócios e o consócio congratulou-se com o Sr. João Soares Neto, benfeitor do Instituto, eleito presidente da Academia Fortalezense de Letras. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Prof. Diatahy Bezerra de Menezes, o orador do dia – que dissertou sobre a figura do Padre Antônio Vieira, no seu quarto centenário de nascimento, exaltando a figura do conhecido sacerdote, como orador brilhante, contando fatos interessantes vividos por Vieira. As perseguições seguidas no período de Inquisição por inveja de seu talento. No Brasil esteve no Maranhão, depois na Serra da Ibiapaba. Faleceu com 89 anos. O palestrante foi aplaudido pelos presentes. Depois de parabe-

nizar o Prof. Diatahy, pela brilhante palestra e agradecer a presença de todos a sessão. Para constar eu, Valdelice Carneiro Girão, Secretária **ad-hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da sessão de 6 de outubro de 2008

Aos 6 dias de outubro de 2008 às 16 horas no auditório Barão de Studart, compareceram para mais uma sessão ordinária os Sócios Efetivos; José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Cel. Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Girão, Pedro Alberto de Oliveira Silva, João Alfredo Montenegro, Fernando Câmara, Clélia Lustosa, Ésio de Sousa, Edson Pinheiro e Osvaldo Evandro Martins e os amigos do Instituto: Vicente Alencar, Adegildo Férrer, João Pires. O presidente José Augusto Bezerra iniciou a reunião informando que sexta- feira próxima, dia 10, às 19 h, realizar-se-á solenidade de posse do Desembargador Fernando Ximenes, como determina a tradição da entidade. Disse que o apoio logístico está preparado, mas necessita de ajuda para os servidores. A palavra foi concedida a Profª. Valdelice Girão, que leu a ata da reunião de 5 de setembro, que, submetida a apreciação dos sócios, foi aprovada. O presidente avisou que no dia 20 do corrente, o Sr. Paulo Martins vem fazer palestra no Instituto - assunto *Holocausto*, convidado pela Profª. Clélia Lustosa. Falou que o Consulado de Portugal estará presente a próxima reunião. A Profª. Clélia Lustosa informou que, juntamente com a Profª. Valdelice Girão, integram o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico Cultural de Fortaleza e visitou o Colégio das Dorotéias onde estudou para estudo de tombamento e ficou triste com as condições do prédio. Acrescentou que representou na Semana de Cultura e Arte da UFC com o Dr. Ésio de Sousa, fazendo brilhante exposição sobre as atividades do Instituto, informado que naquela data assinalava 70 anos de morte do Barão de Studart, o presidente elogiou a atuação dos dois representantes do Instituto e dito que o fato merecia uma publicação, assinalando os 70 anos de falecimento do Barão de Studart. Disse ainda, o Sr. Presidente que sábado último (p. passado) comitiva do Banco do Nordeste esteve em visita ao Instituto, salientando que esta instituição que já patrocina a revista, pode ajudar o Instituto no projeto de instalação do elevador. Concedendo a palavra ao palestrante da reunião, Prof. Osvaldo Martins este desculpou-se pelo atraso, ocasionado pelo crescente tráfego de veículos no centro para chegar a sede do Instituto. O palestrante leu trabalho sobre Antropologia Filosófica abordando o tema: "Razão Feliz", baseado em artigo do Dr. Oscar Dalva, desenvolvendo as idéias de Epícuro, sábio grego da Escola Hedonista, enumerando os pensadores antigos, modernos e contemporâneos que trataram do assunto, citando

casos práticos da razão feliz. Sendo ao final aplaudido pelos presentes. O Dr. Ésio de Sousa e Pedro Alberto fizeram comentários acerca do tema. Com o enfoque no incremento da tecnologia digital. Agradecendo ao palestrante bem como a todos os presentes, o presidente encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, Valdelice Carneiro Girão secratária **ad-hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da sessão solene de 10 de outubro de 2008

Aos dez dias do mês de outubro de 2008, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), reuniu-se em sessão solene, sob a Presidência do consócio José Augusto Bezerra para dar posse ao novo sócio efetivo Fernando Luiz Ximenes Rocha. Compareceram os confrades: Paulo Ayrton Araújo, Ednilo Soarez, Valdelice Carneiro Girão, Paulo Bonavides, Mauro Benevides, João Alfredo Montenegro. Luis de Gonzaga Mota, Maria Clélia Lustosa Costa, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Osvaldo Evandro Carneiro Martins, Fernando Saraiva Câmara, Elmo Vasconcelos, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Miguel Ângelo de Azevedo, Aroldo Mota, Zélia Sá Viana, José Liberal de Castro e Filomeno Moraes Filho.

Esteve presente um grande número de autoridades, tais como o Vice-Governador do Estado, Francisco José Pinheiro, o Presidente, em exercício, do Tribunal de Justiça, desembargador Rômulo Moreira de Deus, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Domingos Filho, a Prefeita de Fortaleza, Luiziane Lins, o Senador Tasso Jereissati, ministros, desembargadores, juízes, familiares e outros convidados. A mesa dos trabalhos foi constituída pelo Presidente do Instituto e as autoridades presentes, Vice-Governador, Presidente da Assembléia Estadual, Presidente do Tribunal de Justiça, em exercício, Senador Tasso Jereissati, o Sócio Benemérito do Instituto Ivens Dias Branco e Sânzio de Azevedo, representante da Academia Cearense de Letras e da família do sócio falecido, Rubens de Azevedo. O Presidente, seguindo as normas estatutárias, indicou três sócios efetivos por adentrar o novo sócio ao recinto. Em seguida, convidou a Secretária Geral para efetuar a leitura do diploma, que foi entregue ao homenageado, juntamente com o Medalhão Barão de Studart. Depois do juramento de praxe, o Presidente passou a palavra ao consócio José Filomeno Moraes Filho, que saudou o recipiendário, em nome do Instituto. O novo consócio, em seu discurso teceu elogios ao seu antecessor comentando as realizações de Rubens de Azevedo, como astrônomo, professor, escritor e artista plástico. Disse da satisfação em ingressar na Instituição cultural mais antiga do Ceará, prometendo dedicar-se a Casa do Barão de Studart na

realização de seus objetivos. Encerrando a sessão, o Presidente parabenizou o novo sócio, agradeceu a presença de todos e convidou-os para o coquetel. Nada mais havendo a tratar, eu, Valdelice Girão – secretária **ad-hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da sessão de 5 de novembro de 2008

Os Sócios Efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, reuniram-se no dia 5 de novembro de 2008, para mais uma sessão ordinária. Estiveram presentes: Pedro Alberto de Oliveira Silva, Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, João Alfredo Montenegro, José Liberal de Castro, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Aroldo Mota, Elmo Vasconcelos, Ésio de Sousa, José Augusto Bezerra, Maria Clélia Lustosa, Fernando Luiz Ximenes e um número considerável de convidados, entre eles professores da Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará – ex-reitores: Antônio de Albuquerque Sousa, Faustino Albuquerque Nascimento, Régis Quixadá; alunos do Curso de Geografia da UFC e da Universidade do Vale do Acaraú, familiares do palestrante: – a Senhora Mirna Sisnando, filhos e netos, Sócios da Academia de Ciências Sociais do Ceará, amigos do Instituto e outros. Depois de cumprimentar os presentes e comunicar que a palestra do dia proferida pelo consócio Pedro Sisnando Leite, teria o título "A trava do desenvolvimento – um estudo sobre a Educação do Ceará", o Presidente passou a palavra à Secretária Geral para leitura de atas de sessões anteriores, que foram aprovadas. Na ocasião a consócia Valdelice Girão lembrou que no dia anterior, 4 de novembro de 1988, vinte anos portanto, estava chegando a Casa do Barão, como Sócia Efetiva. Foi cumprimentada pelos presentes. A palestra do Prof. Sisnando, como sempre acontece em suas apresentações, foi uma verdadeira aula sobre os problemas que vem sofrendo o Ceará em seu desenvolvimento econômico e social, motivado pela má orientação educacional. A aula que o nosso consócio transformou em livro virtual, através do portal da Editora Vivali. Os sócios presentes foram agraciados com o CD do citado livro, e a distribuição com os convidados de seu livro anterior – *Questões econômicas e acadêmicas*. Os apartes ficaram a cargo do Cel. Paulo Ayrton Araújo, ex-Secretário de Educação do Ceará, da Profª. Clélia Lustosa e do sócio amigo do Instituto Adegildo Férrer. Com os cumprimentos do Presidente e o convite do palestrante para um "lanche", foi encerrada a sessão. Para constar, eu, Valdelice Carneiro Girão, Secretária **ad-hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da sessão de 20 de novembro de 2008

Aos vinte dias do mês de novembro de 2008, às 15h30, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), reuniuram-se em sessão ordinária, sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra. Estiveram presentes os Sócios Efetivos: José Augusto Bezerra, Pedro Sisnando Leite, Valdelice Carneiro Girão, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Ésio de Sousa, Rejane Vasconcelos, Fernando Saraiva Câmara, Zélia Sá Viana Camurça, Paulo Ayrton Araújo e Ednilo Soárez, os amigos do Instituto Adegildo Férrer e João Pires. O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando os presentes e deu algumas informações: a solicitação de vigilância para o Instituto, a possibilidade da OBOÉ financiar a impressão do Boletim. Em seguida passou a palavra a consócia Valdelice Girão, para leitura da ata da sessão anterior, referente a posse do Sócio Efetivo Fernando Ximenes. Aprovada. O 1º. Secretário Paulo Ayrton Araújo, informou que o Instituto recebeu correspondência do Instituto Histórico Nacional, remetendo fichas que devem ser preenchidas pelos pesquisadores. A palestrante do dia, Profª. Zélia Camurça iniciou sua fala dizendo que desejava homenagear miss Mary Ellis Kahier, Sócia Honorária do Instituto, com a palestra que teve como tema: "As relações Brasil X Estados Unidos da América X Inglaterra à época da Família Real no Brasil". Sua palestra foi ilustrada com data show, a cargo do Prof. Gildácio de Almeida. Comentou os empreendimentos realizados por Dr. João VI, tais como: o Jardim Botânico, a Academia Militar, a Imprensa Régia e o Banco do Brasil. O aparte ficou a cargo do consócio Ednilo Soárez, que congratulou-se com a palestrante, falando de sua estada em Lisboa, onde lançou o livro, *Ramalho Ortigão - Um Marco na Literatura Portuguesa*. Antes de encerrar a sessão, a Presidência informou que vai participar de um leilão de Decretos oficiais assinados por D. João VI na véspera da partida, para o Brasil. Agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Para constar, eu, Valdelice Carneiro Girão, secretária **ad-hoc**, lavrei a presente ata.

Sessão ordinária de 5 de dezembro de 2008

No auditório Barão de Studart da sede social do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra, realizou-se a reunião de 5 dezembro de 2008. Compareceram os sócios efetivos: Pedro Sisnando Leite, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Aroldo Mota, João Alfredo Montenegro, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Murilo Martins, José Liberal de Castro, Oswaldo Evandro

Carneiro Martins, Fernando Saraiva Câmara e Maria Clélia Lustosa Costa; amigos e funcionários do Instituto. O presidente iniciou os trabalhos, saudando o conferencista, dizendo que o Instituto fecha com chave de ouro seu ciclo de palestra, ouvindo o professor Francisco José Pinheiro, vice-governador do Estado dissertando sobre sua tese de doutorado, intitulada: *Notas sobre a formação social do Ceará 1680-1820*. Em seguida, passou a palavra ao 1º. secretário Paulo Ayrton Araújo que fez algumas comunicações: referências elogiosas ao livro *As guerras dos Gaúchos*, que aborda a história dos conflitos do Rio Grande do Sul, destacando os capítulos "O bombardeio de Alvear", de autoria do sócio correspondente do Instituto do Ceará Ten. Cel. Antônio Gonçalves Meiro. Solicitou voto de congratulações ao confrade Ednilo Soárez, pelo lançamento de sua obra *Ramalho Ortigão* (*um marco na literatura portuguesa*) e do consócio embaixador Dário Moreira de Castro Alves pela homenagem que lhe prestou a embaixada de Portugal no Brasil; votos aprovados por unanimidade. Fez entrega para a biblioteca do Instituto de um exemplar do livro *Uma matriarca do sertão: Federalina Augusto Lima (1832-1919*), de autoria do consócio Melquíades Pinto Paiva, cujo lançamento ocorreu no dia 4 do mês em curso. A palavra foi solicitada pela consócia Valdelice Girão, que agradeceu em nome do Instituto a interferência do vice-governador junto a Câmara municipal, da suspensão da aprovação de lei que modificava a data em que é comemorado o aniversário da cidade de Fortaleza, 13 de abril.

O conferencista, antes de iniciar sua palestra, disse da satisfação de estar expondo seu trabalho para alguns dos seus mestres no curso de História tais como Liberal de Castro, Pedro Alberto de Oliveira, João Alfredo Montenegro e Valdelice Girão a quem sucedeu na cadeira de História do Ceará, na UFC. Falou de suas pesquisas na documentação existente no Arquivo Público do Ceará, na Universidade Vale do Acaraú, e em outros arquivos municipais, dizendo do seu desejo de se aprofundar nos estudos do Vale Jaguaribano. Fez revelações a respeito do trabalho escravo, dos meeiros das propriedades de produção os bens de subsistência e de outros produtos econômicos.

As indagações foram feitas por Fernando Câmara e Pedro Sisnando. Por fim, o Presidente parabenizou o conferencista e encerrou a reunião. Para constar eu, Valdelice Carneiro Girão, secretária **ad- hoc**, lavrei a presente ata.

Ata da Confraternização Natalina

Às 16 horas do dia 19 de dezembro de 2008, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), em sua sede social, para realização da confraternização natalina. Compareceu um número considerável de sócios efetivos, familiares, funcionários e amigos do Instituto. Merece desta-

que a presença das senhoras Irismar Linhares, Nanza Aderaldo, Áurea Seraine, Raimundinha Andrade, esposas de sócios falecidos e Amigas do Instituto. Depois dos cumprimentos e apresentação das realizações do Instituto, através de data-show, o Presidente passou a palavra ao Consócio Eduardo de Castro Bezerra Neto, que falou sobre o sentido do Natal, seguindo-se a oração do Pai Nosso, canção natalina Noite Feliz e a confraternização de todos. Vinho e guloseimas foram servidos. Nada mais havendo a tratar, eu, Valdelice Carneiro Girão secratária **ad-hoc**, lavrei a presente ata.

ÍNDICE

Ao Leitor 5

ARTIGOS

Uma semente fecunda: Commissão Técnica de Piscicultura do Nordeste (1932 - 1945)
Melquíades Pinto Paiva e *Pedro Eymard Campos Mesquita* 9

O Centenário do Doutor José Parsifal Barroso
Francisco Fernando Saraiva Câmara 41

O palacete Carvalho Motta, um dos poucos exemplares de casas de "portão alto" na cidade de Fortaleza
José Liberal de Castro 47

Memória individual sobre o Seminário da Prainha, revelação de experiências
Gisafran Nazareno Mota Jucá 131

O padroado e os padres na política provincial do Ceará
Osmar Diógenes 149

Ernesto Deocleciano e o desenvolvimento econômico da Região Centro-Oeste do Ceará e da Região Oeste do Rio Grande do Norte
Carlos Negreiros Viana 183

Releitura do Ceará segundo Abelardo Montenegro
Marcelo Gurgel Carlos da Silva 207

Origem da Paróquia de Canindé
Neri Feitosa 221

CONFERÊNCIA

Virgílio Távora e a transição para o desenvolvimento do Ceará
Juarez Leitão 235

EFEMÉRIDES

Datas e fatos para a história do Ceará (1998-1999)
Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) 251

DISCURSOS

Saudação aos sócios Affonso Taboza Pereira, Juarez Fernandes Leitão e Lúcio Gonçalo de Alcântara
Ednilo Soárez 275

Discurso de posse
Juarez Fernandes Leitão 289

Saudação aos sócios Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez, Francisco Adegildo Férrer, Cid Sabóia de Carvalho e Geová Lemos Cavalcante
José Augusto Bezerra 297

Discurso de posse
Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez 303

Mensagem de despedida no Instituto do Ceará
José Augusto Bezerra 311

Discurso de posse na presidência do Instituto do Ceará
Ednilo Soárez 317

Discurso de saudação ao sócio Osmar Maia Diógenes
José Augusto Bezerra 323

Discurso de posse de Osmar Maia Diógenes
Osmar Maia Diógenes 329

Discurso de saudação ao sócio Eustógio Wanderley Correia Dantas
Maria Clélia Lustosa Costa 341

A descoberta do Instituto do Ceará
Eustógio Wanderley Correia Dantas 349

ATOS NORMATIVOS

Instrução Normativa n°. 01/2013 363

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

Resumo das atividades de setembro de 2007 a maio de 2013
José Augusto Bezerra 367

HOMENAGEM PÓSTUMA

Cinco Centenários
Geová Lemos Cavalcante 391

ATAS DAS SESSÕES

Sessões realizadas no Instituto do Ceará - 2013 415

SÓCIOS FUNDADORES, PRESIDENTES E SÓCIOS EFETIVOS

Sócios Fundadores e Presidentes 497
Sócios Efetivos, por ordem de antiguidade, desde a fundação do Instituto do Ceará 498
Sócios Efetivos atuais e seus endereços - 2013 503

© Revista do Instituto do Ceará 2013

Coordenação
Pedro Alberto de Oliveira Silva

Projeto Gráfico e Diagramação
Sandro Vasconcellos

Capa e Tratamento da Imagem/Capa
Geraldo Jesuino da Costa

Foto da Capa
José Liberal de Castro

Revisão
Geová Lemos Cavalcante

Colocar Colofão
da Gráfica

ÍNDICE

Ao leitor 5

ARTIGOS

Arquitetura no Ceará. O século XIX e algumas antecedências
José Liberal de Castro 9

História e mito na origem do Patronímico Bezerra
Eduardo de Castro Bezerra Neto 69

Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX
Maria Clélia Lustosa Costa 81

Breve nota sobre a passagem de Teresa Princesa da Baviera pelo Ceará
Lúcio Alcântara 113

A família do senador Miguel Leite
Geová Lemos Cavalcante 135

Fortaleza, resignificação das cidades litorâneas com o turismo
Eustógio Wanderley Correia Dantas 169

Mudança de curso do Rio Cocó no paleolítico superior
José Reginaldo Lima Verde Leal 183

A "Família Leite Barbosa" e a indústria têxtil do Ceará: uma relação de 115 anos
Carlos Negreiros Viana 219

O III Acordo Ortográfico da língua portuguesa
Frei Hermínio Bezerra de Oliveira 241

CONFERÊNCIAS

Visões alegóricas do Brasil e dos brasileiros em dois gêneros discursivos
Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho 271

A história cantada no Brasil em 78 rotações
Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) 289

EFEMÉRIDES
O bicentenário do desembargador Francisco de Assis Bezerra de Menezes
Francisco Fernando Saraiva Câmara 319

Datas e Fatos para a história do Ceará (2000-2001)
Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) 323

DISCURSOS
Discurso de recepção aos novos consócios do Instituto do Ceará, Marcelo Gurgel Carlos da Silva e José Reginaldo Lima Verde Leal
Osmar Maia Diógenes 357

Discurso de posse
Marcelo Gurgel Carlos da Silva 363

Discurso de posse
José Reginaldo Lima Verde Leal 379

Os 120 anos da Academia Cearense de Letras
Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez 385

Medalha Boticário Ferreira
Osmar Maia Diógenes 397

Trazendo ao presente os sócios Valdelice Carneiro Girão e João Alfredo de Sousa Montenegro
Eduardo de Castro Bezerra Neto 407

Homenagem póstuma aos confrades Oswaldo Evandro Carneiro Martins e Francisco Edson Cavalcante Pinheiro
Francisco Ésio de Sousa 411

Centenário do General Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira
AffonsoTaboza Pereira 421

O *Instituto do Ceará* – o guardião da memória do Ceará
Geová Lemos Cavalcante 427

ATOS NORMATIVOS
Instrução Normativa nº 02/2014 435

ATAS DAS SESSÕES
Atas das sessões realizadas no *Instituto do Ceará* – 2014 441

SÓCIOS FUNDADORES, PRESIDENTES E SÓCIOS EFETIVOS

Sócios Fundadores e Presidentes 501
Sócios Efetivos por ordem de antiguidade, desde a fundação do Instituto do Ceará 502
Sócios Efetivos atuais e seus endereços - 2014 507

ÍNDICE 511

© Revista do Instituto do Ceará 2014

Coordenação
Pedro Alberto de Oliveira Silva

Projeto gráfico e diagramação
Sandro Vasconcellos

Capa e tratamento da imagem/Capa
Geraldo Jesuino da Costa

Foto da capa
José Liberal de Castro

Revisão de textos
Geová Lemos Cavalcante

SÓCIOS FUNDADORES, PRESIDENTES E SÓCIOS EFETIVOS

Sócios Fundadores

Guilherme Studart (Barão de Studart)
Paulino Nogueira Borges da Fonseca
Antônio Bezerra de Menezes
Joakim de Oliveira Catunda
João Batista Perdigão de Oliveira
Júlio César da Fonseca Filho
Pe. João Augusto da Frota
Antônio Augusto de Vasconcelos
José Sombra (Sênior)
Virgílio Brígido
Virgílio Augusto de Moraes
Juvenal Galeno da Costa e Silva

Presidentes

Paulino Nogueira Borges da Fonseca	4.3.1887 a 15.6.1908
Thomaz Pompeu de Sousa Brasil	15.8.1908 a 6.4.1929
Guilherme Studart (Barão de Studart)	6.4.1929 a 25.9.1938
Thomaz Pompeu Sobrinho	25.9.1938 a 9.11.1967
Raimundo Renato de Almeida Braga	9.11.1967 a 20.3.1968
Carlos Studart Filho	20.3.1968 a 6.4.1982
Mozart Soriano Aderaldo	6.4.1982 a 4.3.1983
Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	4.3.1983 a 4.3.1985
Antônio Martins Filho	4.3.1985 a 6.3.1989
Mozart Soriano Aderaldo	6.3.1989 a 4.3.1991
Geraldo da Silva Nobre	4.3.1991 a 4.3.1995
Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	4.3.1995 a 4.3.1997
Paulo Ayrton Araújo	4.3.1997 a 4.3.2001
Geraldo da Silva Nobre	4.3.2001 a 4.3.2003
Manuel Eduardo Pinheiro Campos	4.3.2003 a 19.9.2007
José Augusto Bezerra	19.9.2007 a 4.3.2009

Sócios efetivos, por ordem de antigüidade, desde a fundação do Instituto

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
001 – Paulino Nogueira Borges da Fonseca	27.02.1841	04.03.1887	04.03.1887	15.06.1908
002 – Barão de Studart (Guilherme Studart)	05.01.1856	04.03.1887	04.03.1887	25.09.1938
003 – Joakim de Oliveira Catunda	02.12.1834	04.03.1887	04.03.1887	28.07.1907
004 – João Augusto da Frota (Pe.)	24.01.1849	04.03.1887	04.03.1887	02.04.1942
005 – João Batista Perdigão de Oliveira	23.08.1854	04.03.1887	04.03.1887	28.02.1929
006 – Antônio Augusto de Vasconcelos	23.12.1852	04.03.1887	04.03.1887	10.03.1930
007 – Antônio Bezerra de Menezes	21.02.1841	04.03.1887	04.03.1887	28.08.1921
008 – Júlio César da Fonseca Filho	10.10.1850	04.03.1887	04.03.1887	21.04.1931
009 – Juvenal Galeno da Costa e Silva	27.10.1836	04.03.1887	04.03.1887	07.03.1931
010 – José Sombra	04.12.1852	04.03.1887	04.03.1887	16.03.1888
011 – Virgílio Brígido	24.04.1854	04.03.1887	04.03.1887	20.10.1920
012 – Virgílio Augusto de Moraes	21.12.1854	04.03.1887	04.03.1887	06.05.1914
013 – Thomaz Pompeu de Sousa Brasil	30.06.1852	27.02.1889	12.03.1889	06.04.1929
014 – Manoel Soriano de Albuquerque	08.01.1877	24.12.1912	24.12.1912	05.09.1914
015 – Rodolfo Marcos Teófilo	06.05.1853	24.12.1912	24.12.1912	02.07.1932
016 – Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo	06.10.1852	24.12.1912	24.12.1912	29.09.1930
017 – Antônio Teodorico da Costa	12.08.1861	24.12.1912	24.12.1912	04.06.1939
018 – Álvaro Otacílio Nogueira Fernandes	14.09.1873	24.12.1912	24.12.1912	08.01.1953
019 – Álvaro Gurgel de Alencar	10.01.1861	20.09.1915	20.09.1915	02.07.1945
020 – José Lino da Justa	23.09.1863	1915	1915	22.03.1952
021 – Rodolfo Ferreira da Cunha (Pe.)	26.09.1880	1922	1922	19.04.1967
022 – Carlos Studart Filho	17.06.1896	20.09.1928	27.09.1928	06.04.1982
023 – Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho	16.11.1880	20.09.1928	27.09.1928	09.11.1967
024 – Eusébio Néri Alves de Sousa	14.08.1883	20.09.1928	27.09.1928	22.09.1947
025 – José da Cunha Sombra	21.03.1883	25.06.1929	05.07.1929	21.04.1932
026 – Álvaro Bomílcar da Cunha	14.04.1874	05.10.1929	05.11.1929	12.09.1957
027 – Júlia Carneiro Leão de Vasconcelos	07.09.1880	20.04.1930	05.06.1930	20.01.1951
028 – Valdemar Cromwel do Rego Falcão	25.01.1895	20.09.1930	05.11.1930	02.10.1946
029 – José Pedro Soares Bulcão	13.05.1873	05.10.1931	31.10.1931	17.07.1942

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
030 – Antônio Martins de Aguiar e Silva	04.03.1893	05.10.1931	31.10.1931	30.08.1974
031 – Guilherme de Sousa Pinto	13.06.1883	05.10.1931	31.10.1931	14.09.1939
032 – José Carvalho	11.02.1872	05.10.1931	31.10.1931	15.02.1933
033 – Carlos Livino de Carvalho	17.02.1881	05.10.1931	31.10.1931	02.04.1960
034 – Leonardo Ferreira Mota	01.05.1891	05.10.1931	05.01.1932	02.01.1948
035 – Manuel Antônio de Andrade Furtado	28.01.1890	20.07.1932	05.09.1932	16.04.1968
036 – Djacir de Lima Menezes	16.11.1907	20.04.1933	20.05.1933	08.06.1996
037 – Hugo Vítor de Guimarães e Silva	17.11.1898	05.03.1936	14.04.1936	16.11.1950
038 – José Valdo Ribeiro Ramos	04.04.1901	20.02.1936	05.04.1936	04.12.1961
039 – Abner Carneiro de Vasconcelos	09.12.1884	20.03.1936	05.04.1936	03.02.1972
040 – Clodoaldo Pinto	27.10.1896	20.03.1936	05.04.1936	12.07.1979
041 – Alba Valdez (Maria Rodrigues)	12.12.1874	05.02.1936	10.05.1936	04.02.1962
042 – Misael Gomes da Silva (Pe.)	21.09.1885	20.04.1938	05.05.1938	20.08.1984
043 – João Franklin de Alencar Nogueira	27.10.1867	04.06.1941	19.07.1941	02.12.1947
044 – Dolor Uchoa Barreira	13.04.1893	04.06.1941	19.07.1941	30.06.1967
045 – Raimundo Girão	03.10.1900	04.06.1941	19.07.1941	24.07.1988
046 – Plácido Aderaldo Castelo	11.01.1906	04.06.1941	19.07.1941	17.06.1979
047 – Joaquim Alves de Oliveira	10.02.1894	20.11.1942	06.01.1943	08.06.1952
048 – Antônio Martins Filho	22.12.1904	20.11.1942	06.01.1943	20.12.2002
049 – Demócrito Rocha	14.04.1888	20.11.1942	06.01.1943	29.11.1943
050 – Luís Cavalcante Sucupira	11.05.1901	20.11.1942	06.01.1943	11.07.1997
051 – Francisco Dias da Rocha	23.08.1869	04.12.1943	20.03.1944	25.07.1960
052 – Manuel do Nascimento Fernandes Távora	21.03.1877	04.12.1943	13.05.1944	23.09.1973
053 – Dom Antônio de Almeida Lustosa	11.02.1886	20.03.1944	29.04.1944	14.08.1974
054 – Raimundo Renato de Almeida Braga	20.12.1905	20.05.1944	31.08.1944	13.06.1968
055 – Carlos Feijó da Costa Ribeiro	05.04.1885	20.01.1948	17.02.1948	10.10.1958
056 – Josa Magalhães	08.01.1896	05.02.1948	17.03.1948	31.10.1983
057 – Francisco Martins (Fran)	13.03.1913	20.03.1948	27.06.1948	29.06.1996
058 – José Bonifácio de Sousa	01.11.1901	05.06.1950	20.09.1950	17.04.1970
059 – Florival Alves Seraine	19.04.1910	05.06.1950	21.10.1950	04.01.1999
060 – Mozart Soriano Aderaldo	22.04.1917	05.06.1950	27.10.1950	25.06.1995
061 – Boanerges Facó	30.09.1882	05.06.1950	17.01.1951	04.08.1970
062 – Francisco Alves de Andrade e Castro	21.11.1913	20.12.1950	30.03.1951	06.10.2001
063 – José Guimarães Duque	21.09.1903	20.04.1953	30.09.1953	12.05.1978
064 – Manuel Albano Amora	19.10.1915	04.06.1955	25.08.1955	02.06.1991

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
065 – Hugo Catunda Fontenele	10.08.1899	04.06.1955	25.08.1955	07.03.1980
066 – Luís Teixeira Barros	26.01.1920	04.06.1955	25.08.1955	07.04.2000
067 – José Sobreira de Amorim	14.05.1912	04.06.1955	25.08.1955	06.03.1974
068 – José Denizard Macedo de Alcântara	01.09.1921	04.06.1955	25.08.1955	12.11.1983
069 – Ismael de Andrade Pordeus	25.12.1912	04.06.1955	25.08.1955	06.09.1964
070 – Paulo Bonavides	20.05.1925	04.06.1955	25.08.1955	–
071 – João Batista Saraiva Leão	25.12.1895	04.06.1955	25.08.1955	30.12.1977
072 – José Aurélio Saraiva Câmara	20.06.1921	04.06.1955	25.08.1955	09.04.1974
073 – Joaquim Braga Montenegro	28.02.1907	04.06.1955	25.08.1955	20.11.1979
074 – Manuel Eduardo Pinheiro Campos	11.01.1923	20.08.1956	16.11.1956	19.09.2007
075 – Waldery Magalhães Uchoa	16.08.1917	20.10.1956	20.03.1957	21.10.1964
076 – Antônio Filgueiras Lima	21.05.1909	20.12.1956	23.04.1957	28.09.1965
077 – João Hipólito Campos de Oliveira	05.05.1917	04.04.1957	20.08.1957	04.09.1994
078 – José Parsifal Barroso	05.07.1913	20.10.1966	04.12.1967	26.04.1986
079 – Zélia Sá Viana Camurça	16.12.1924	04.09.1967	09.04.1968	–
080 – Oswaldo de Oliveira Riedel	20.07.1913	20.06.1968	04.11.1969	21.01.1989
081 – Antônio Gomes de Freitas	23.03.1904	21.10.1968	04.11.1969	15.07.1976
082 – Geraldo da Silva Nobre	31.08.1924	21.10.1968	28.11.1969	26.06.2005
083 – Raimundo Teles Pinheiro	20.03.1908	21.01.1974	04.07.1974	13.11.1987
084 – Virgílio de Moraes Fernandes Távora	29.09.1919	21.01.1974	04.07.1974	03.06.1988
085 – Guarino Alves de Oliveira	02.05.1921	21.01.1974	04.07.1974	28.10.1999
086 – Raimundo Aristides Ribeiro	12.03.1912	21.01.1974	04.07.1974	11.09.2003
087 – José Oswaldo de Araújo	17.03.1894	20.09.1974	04.12.1974	02.09.1975
088 – Pedro Alberto de Oliveira Silva	24.07.1937	20.09.1974	04.12.1974	–
089 – Vinicius Antonius Holanda de Barros Leal	16.10.1922	20.09.1974	04.12.1974	–
090 – Melquíades Pinto Paiva	06.03.1930	20.09.1974	04.12.1974	–
091 – Francisco Fernando Saraiva Câmara	24.08.1930	05.05.1975	17.10.1975	–
092 – Hélio de Sousa Melo	19.12.1921	05.05.1975	17.10.1975	28.11.2001
093 – Francisco de Assis Arruda Furtado	10.05.1923	21.07.1975	17.10.1975	–
094 – José Teixeira de Freitas	09.05.1918	21.07.1975	17.10.1975	08.07.1994
095 – José Caminha Alencar Araripe	01.05.1921	20.12.1976	26.04.1977	–
096 – Itamar Santiago Espíndola	14.09.1917	20.12.1976	26.04.1977	13.08.1992
097 – Eduardo de Castro Bezerra Neto	16.12.1934	04.02.1980	22.05.1980	–
098 – Manuel Lima Soares	08.11.1923	20.10.1980	20.02.1981	06.05.1990
099 – Abelardo Fernando Montenegro	30.05.1912	20.10.1980	20.03.1981	–

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
100 – Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	12.01.1914	20.10.1980	23.04.1981	–
101 – Rubens de Azevedo	30.10.1921	22.06.1981	04.09.1981	17.01.2008
102 – Antônio Nilson Craveiro Holanda	22.06.1935	04.04.1978	24.02.1982	–
103 – Maria da Conceição Sousa	21.09.1913	21.06.1982	20.08.1982	09.02.1991
104 – Caio Lóssio Botelho	19.04.1933	06.02.1984	04.04.1984	–
105 – Cláudio Martins	10.05.1910	06.02.1984	23.04.1984	17.06.1995
106 – Carlos Mauro Cabral Benevides	21.03.1930	05.11.1984	23.08.1985	–
107 – Paulo Ayrton Araújo	05.01.1925	20.06.1986	20.08.1986	–
108 – Joaryvar Macedo	20.05.1937	20.01.1988	22.02.1988	29.01.1991
109 – Vladir Pontes Menezes	12.07.1934	04.08.1988	30.08.1988	–
110 – Valdelice Carneiro Girão	21.02.1926	20.09.1988	04.11.1988	–
111 – José Borges de Sales	10.02.1911	21.08.1989	20.12.1989	12.05.2006
112 – Paulo Elpídio de Menezes Neto	13.01.1936	05.09.1990	20.11.1990	–
113 – José Liberal de Castro	21.05.1926	22.04.1991	22.07.1991	–
114 – João Alfredo de Sousa Montenegro	15.12.1930	06.05.1991	20.06.1991	–
115 – Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)	15.05.1934	05.09.1991	21.10.1991	–
116 – Francisco Sadoc Araújo	17.12.1931	05.04.1993	17.07.1993	–
117 – Marcelo Caracas Linhares	15.03.1924	07.11.1994	05.12.1994	14.08.2007
118 – Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	28.04.1935	20.12.1994	20.02.1995	–
119 – José Cláudio de Oliveira	24.05.1926	20.09.1995	25.10.1995	–
120 – Oswaldo Evandro Carneiro Martins	17.08.1927	20.09.1995	17.11.1995	_
121 – José Murilo de Carvalho Martins	31.03.1929	06.01.1997	27.06.1997	_
122 – Pedro Sisnando Leite	13.05.1933	05.06.1997	23.10.1997	_
123 – José Aroldo Cavalcanti Mota	27.01.1933	22.09.1997	13.11.1997	_
124 – Francisco Edson Cavalcante Pinheiro	30.01.1923	05.04.1999	21.06.1999	_
125 – Gisafran Nazareno Mota Jucá	20.09.1948	05.01.2000	24.04.2000	_
126 – Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos	20.06.1934	10.08.2000	25.10.2000	_
127 – Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho	23.08.1944	05.04.2002	05.06.2002	_
128 – Francisco Ésio de Souza	24.09.1935	22.04.2002	25.07.2002	_
129 – Dário Moreira de Castro Alves	14,12.1927	17.03.2004	17.08.2004	_
130 – José Augusto Bezerra	12.06.1948	20.06.2005	05.08.2005	-
131 – José Filomeno Moraes Filho	20.11.1952	05.10.2005	25.11.2005	-
132 – Ednilo Gomes de Soárez	03.08.1939	05.10.2006	22.11.2006	
133 - Maria Clélia Lustosa Costa	05.09.1953	05.12.2007	03.04.2008	
134 - Luís de Gonzaga Fonseca Mota	09.12.1942	26.04.2008	20.06.2008	
135 - Fernando Luiz Ximenes Rocha	23.11.1952	21.05.2008	10.10.2008	

(Colaboração de Silvia Teophilo Figueiredo de Negreiros, Paulo Ayrton Araújo e Aluísio Bezerra)

Relação atualizada dos Sócios Efetivos com os respectivos endereços - 2008

01. Paulo Bonavides
Av. Curió, 2810 – Casa 281 – Lagoa Redonda ..... (85) 3476.8262
60831-370 – Fortaleza, CE

02. Zélia Sá Viana Camurça
Rua Sena Madureira, 907..... (85) 3219.2525
60055-080 – Caixa Postal 12.146 (85) 3219.2101
60021-970 – Fortaleza, CE

03. Pedro Alberto de Oliveira Silva
Rua José Carlos Gurgel Nogueira, 164..... (85) 3234.1417
60175-830 – Fortaleza, CE

04. Vinicius Antonius Holanda de Barros Leal
Rua Marcos Macedo, 901 ..... (85) 3224.1635
60170-020 – Fortaleza, CE

05. Melquíades Pinto Paiva
Rua Coronel Linhares, 777- Ap. 1202 ..... (85) 3224.1385
60170-241 – Fortaleza,CE
Rua Baronesa de Poconé, 71 - Ap. 701..... (21) 2538.2498
22471-270 - Rio de Janeiro, RJ

06. Francisco Fernando Saraiva Câmara
Rua João Cordeiro, 2554..... (85) 3226.2532
60110-301 – Fortaleza, CE

07. Francisco de Assis Arruda Furtado
Rua Henriqueta Galeno, 225 - Ap. 700..... (85) 3244.7817
60190-140 – Fortaleza, CE

08. José Caminha Alencar Araripe
Rua José Vilar, 2343 – Ap.701..... (85) 3242.5612
60125-001 – Fortaleza, CE

09. Antônio Nilson Craveiro Holanda
SHIS - QL 14 – Conj. 06 – Casa 17 ..... (61) 248.3373
70640-065 – Brasília, DF

10. Eduardo de Castro Bezerra Neto
Rua José Moacir Bezerra, 1055 ..... (85) 3273.5897
60833-414 – Fortaleza, CE

11. Abelardo Fernando Montenegro
Rua Donatila Carvalho, 39 ..... (85) 3223.0916
60325-100 – Fortaleza, CE

12. Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira
Rua Beni Carvalho, 120 ..... (85) 3224.9347
60135-400 – Fortaleza, CE

13. Caio Lóssio Botelho
Rua Oto de Alencar, 36 ..... (85) 3238.0859
60010-270 – Fortaleza, CE

14. Carlos Mauro Cabral Benevides
SHIS – QI 05 – Conj. 17 – Casa 8 – Lago Sul..... (61) 248.6830
71165-170 – Brasília, DF

15. Paulo Ayrton Araújo
Rua José Vilar, 2350 – Ap.1000 ..... (85) 3224.0004
60125-001 – Fortaleza, CE

16. Vladir Pontes Menezes
Rua Barão do Rio Branco, 1594 ..... (85) 3231.6152
60025-061 – Fortaleza, CE

17. Valdelice Carneiro Girão
Rua Marcos Macêdo, 140 - Ap.503 ..... (85) 3244.4063
60150-190 – Fortaleza, CE

18. Paulo Elpídio de Menezes Neto
Rua Bartolomeu Mitre, 335 – Ap.401
22431-000 – Rio de Janeiro, RJ
Rua Silva Jatahy, 355 - Ap. 502 ..... (85) 3248.4666
60165-070 – Fortaleza, CE

19. João Alfredo de Sousa Montenegro
Rua Monsenhor Bruno, 600 – Ap. 101 ..... (85) 3264.4822
60115-190 – Fortaleza, CE

20. José Liberal de Castro
Rua Gervásio de Castro, 50 ..... (85) 3223.5142
60015-310 – Fortaleza, CE

21. Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)
Rua Prof. João Bosco, 560 ..... (85) 3281.6949
60430-690 – Fortaleza, CE

22. Francisco Sadoc de Araújo
Av. da Ressurreição, 926 ..... (88) 3613.1448
62020-540 – Sobral, CE

23. Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Rua Dr. Márlio Fernandes, 140 ..... (85) 3261.7968
60810-025 – Fortaleza, CE

24. José Cláudio de Oliveira
Rua Prof. Dias da Rocha, 2350 ..... (85) 3227.5500
60170-311 – Fortaleza, CE

25. Oswaldo Evandro Carneiro Martins
Rua Manoel Monteiro, 795 ..... (85) 3219.4468
60822-080 – Fortaleza, CE

26. José Murilo de Carvalho Martins
Av. Beira Mar, 3660 – Ap. 401 ..... (85) 3263.3311
60165-121 – Fortaleza, CE

27. Pedro Sisnando Leite
Rua Dr. Zamenhof, 400 - Ap 1301 ..... (85) 3262.3328
60176-060 – Fortaleza, CE

28. Aroldo Cavalcanti Mota
Rua Vicente Leite, 550 - Ap.501 ..... (85) 3242.7900
60170-150 – Fortaleza, CE

29. Francisco Edson Cavalcante Pinheiro
Rua Eduardo Garcia, 505 – Ap. 202 ..... (85) 3242.0388
60150-100 – Fortaleza, CE

30. Gisafran Nazareno Mota Jucá
Rua Fiscal Vieira, 3800 – Bloco B - Ap. 201 ..... (85) 3272.3469
60120-170 – Fortaleza, CE

31. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos
Rua Carlos Barbosa, 463 – Ap. 701 ..... (85) 3249.4365
60175-355 – Fortaleza, CE

32. Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho
Rua Fausto Cabral, 861 ..... (85) 3234.5093
60155-410 – Fortaleza,CE ..... (85) 3262.1756

33. Francisco Ésio de Souza
Rua Henriqueta Galeno, 714 – Ap. 702 ..... (85) 3261.6745
60135-420 – Fortaleza, CF

34. Dário Moreira de Castro Alves ..... (85) 3248.1880
Rua Silva Jatahy, 54 – Ap. 700
60165-070 – Fortaleza, CE

35. José Augusto Bezzerra ..... (85) 3264.0933
Av. Rui Barbosa, 748 - Ap. 800
60115-220 – Fortaleza, CE

36. José Filomeno Moraes Filho ..... (85) 3261.6508
Rua Monsenhor Catão, 1442 - Ap. 1003
60175-000 – Fortaleza, CE

37. Ednilo Gomes de Soárez ..... (85) 3265.3966
Av. Beira-Mar, 4777 - Ap.1500
60165-125 – Fortaleza-CE

38. Maria Clélia Lustosa Costa ..... (85) 3248.6470
Rua Silva Jatahy, 400 - Ap. 901B
60165-070 - Fortaleza-CE

39. Luís de Gonzaga Fonseca Mota ..... (85) 3261.8488
Rua José Vilar, 2350 - Ap. 800
60125-001 - Fortaleza-CE

40. Fernando Luiz Ximenes Rocha ..... (85) 3216.2500
Rua Silva Jatahy, 724 - Ap. 1100
60165-070 - Fortaleza-CE

ÍNDICE

Ao Leitor 5

ARTIGOS

A "Phenix Caixeiral" (1891 - 1979) e como desapareceram dois testemunhos importantes da história de Fortaleza
Pedro Alberto de Oliveira Silva 7

Senado do Império: o senador Pompeu e o Ceará
Melquíades Pinto Paiva 45

Padre Gabriel Malagrida: a grande vítima do Marquês de Pombal
Fernando Câmara 65

Centenário de Paulo Sarasate – Política como instrumento de evolução e bem-estar social
J. C. Alencar Araripe 89

Preservação do patrimônio cultural
José Liberal de Castro 99

A ética partidária
Oswaldo Evandro Carneiro Martins 149

A Impressão Régia no Brasil e no Ceará
José Augusto Bezerra 157

Urbanização da sociedade fortalezense
Maria Clélia Lustosa Costa 183

O Seminário de Olinda, segundo a historiografia
Francisco Adegildo Férrer 205

A vida empresarial de Pedro Philomeno Gomes: um longo e fundamental capítulo da história industrial do Ceará
Carlos Negreiros Viana 213

EFEMÉRIDES

Datas e fatos para a história do Ceará (1988 - 1989)
Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) 227

Os 200 anos da vinda da Família Real para o Brasil (1808 - 2008)
Elmo Vasconcelos 247

DISCURSOS

Saudação à professora Maria Clélia Lustosa Costa como sócia efetiva do Instituto do Ceará
Valdelice Carneiro Girão 255

Discurso de posse de Maria Clélia Lustosa Costa como sócia efetiva do Instituto do Ceará
Maria Clélia Lustosa Costa 259

Saudação de Pedro Sisnando Leite ao novo sócio efetivo do Instituto do Ceará, professor Luiz de Gonzaga Fonseca Mota
Pedro Sisnando Leite 267

Discurso de posse como sócio efetivo do Instituto do Ceará
Luiz de Gonzaga Fonseca Mota 273

Discurso de recepção, no Instituto do Ceará, ao sócio efetivo Fernando Luiz Ximenes Rocha
Filomeno Moraes 277

Discurso de posse como sócio efetivo do Instituto do Ceará
Fernando Luiz Ximenes Rocha 289

HOMENAGEM PÓSTUMA
Rubens de Azevedo (1921 - 2008)

A Astronomia está de luto
Nelson Travnik 301

Rubens de Azevedo na Revista do Instituto do Ceará
Pedro Alberto de Oliveira Silva 305

CENTENÁRIO DE FALECIMENTO
Paulino Nogueira (1908 - 2008)

Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1841 - 1908) (Homenagem do Instituto do Ceará) 309

NOTAS E TRANSCRIÇÕES

Centenário de nascimento de Franklin Gondim Chaves (10.02.1908 - 10.02.2008)
Eunides Maria Maia Chaves 323

(Necrológio) José Homero Saraiva Câmara
Fernando Câmara 341

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE 2008

Relatório da Secretaria Geral do Instituto do Ceará
Valdelice Carneiro Girão 345

ATAS DAS SESSÕES DE 2008
Atas das sessões de 2008 do Instituto do Ceará 353

SÓCIOS FUNDADORES, PRESIDENTES E SÓCIOS EFETIVOS
Sócios Fundadores e Presidentes 375
Sócios efetivos, por ordem de antigüidade, desde a fundação do Instituto 376
Relação atualizada dos sócios efetivos com os respectivos endereços - 2008 380

ÍNDICE 385

© Revista do Instituto do Ceará 2008

Coordenação Geral
Pedro Alberto de Oliveira Silva

Projeto gráfico e editoração
Sandro Vasconcelos

Capa e tratamento da imagem
Geraldo Jesuino

Foto da capa
José Liberal de Castro

Revisão
Leonora Vale de Albuquerque

Este volume 122/2008 da *Revista do Instituto do Ceará*,
é patrocinado pelo **Banco do Nordeste.**

Nota: a Comissão da Revista do Instituto agradece antecipadamente a todos que enviarem os dados que encontram faltando nas relações. Os contatos do Instituto constam da página 2.

Medalha Barão de Studart

Todos os Sócios efetivos na sessão solene posse, recebem o Diploma de Sócio e são agraciados com a "Medalha Barão de Studart". A critério da Diretoria personalidades podem ser agraciadas com a mesma Comenda, por relevantes serviços prestados em prol do engradecimento do Instituto. Desde a adoção desse procedimento foram agraciados:

NOME COMPLETO	DATA OUTORGA
ABEL ALVES ROCHINHA	04.03.2016
CAMILO SOBREIRA DE SANTANA	11.04.2019
CONSUELO DIAS BRANCO	11.04.2019
JOSÉ SIDRIÃO DE ALENCAR JUNIOR	20.01.2010
JORGE ALBERTO VIEIRA STUDART GOMES (BETO STUDART)	04.03.2016
LUIZ GASTÃO BITENCOURT DA SILVA	04.03.2016
MARCOS COSTA HOLANDA	04.03.2016

A história trazida à luz:
O Instituto do Ceará e as análises acerca dos povos indígenas

Ana Alice Miranda MENESCAL[1]

[1] Doutoranda em História e Cultura do Brasil-Universidade de Lisboa
E-mail: ana.alice.menescal@gmail.com

A HISTÓRIATRAZIDA À LUZ: O INSTITUTO DO CEARÁ E AS ANÁLISES ACERCA DOS POVOS INDÍGENAS

RESUMO

O presente artigo analisa a perspectiva apresentada pelos intelectuais do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sobre os povos indígenas. A argumentação apresentada pelos intelectuais tem base na concepção de "história-ciência" assimilada pelos homens de letras do século XIX, com algum resquício da perspectiva romântica que a antecede. A ideia de história-ciência fica patente na apresentação de crônicas dos séculos XVI e XVII, tomadas por documentos. O artigo é parte da pesquisa desenvolvida no Curso de Doutoramento em História da Universidade de Lisboa.

PALAVRAS CHAVE: Indígenas. Intelectuais. Instituto do Ceará.

ABSTRACT

This article analyzes the perspective presented by intellectuals of the Institute of Ceará on indigenous peoples. The arguments presented by scholars is based on the concept of "history-science" assimilated for the thinkers of the nineteenth, with some remnant of the romantic perspective that precedes it. The idea of "history-science" is evident in the presentation of the chronicles of the sixteenth and seventeenth centuries, taken by documents. The article is part of the research developed in a Doctorate Course in History at the University of Lisbon.

KEYWORDS: Indigenous. Intellectuals. Institute of Ceará.

O INSTITUTO DO CEARÁ: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Fundado no século XIX, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) enquadra-se na perspectiva da intelectualidade brasileira daquela época. No Brasil, o século XIX foi período de formação do caráter nacional e de grande afirmação intelectual, assim como do desenvolvimento de pensamentos inspirados nos conhecimentos adquiridos pelos bem nascidos em estudos realizados no continente europeu ou em faculdades instaladas em solo pátrio, mas com formação voltada para as teorias em moda na Europa.

O pensamento era fundamentalmente a unificação da sociedade orientando a tentativa de criar a nação brasileira e a sociedade nacional. Para tanto, era preciso estruturar uma história do Brasil e das regiões, convencendo a sociedade da importância dos acontecimentos ainda pouco estudados, algumas vezes apenas supostos para criar, na diversidade dos grupos sociais, o sentimento nacional e a unidade da nação. Mas, como fazê-lo?

As academias ilustradas contribuíram imenso para a fundação da história nacional no Brasil. Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães, essas academias "conheceram seu auge na Europa nos fins do século XVII e no século XVIII"(GUIMARÃES, 1988, p. 5). Por influência lusa, no Brasil ainda no correr do setecentos, surgiram as primeiras instituições ilustradas que se tem conhecimento, ambas na Bahia: a Academia Brasílica dos Esquecidos[2], em 1724; e, a Academia Brasílica dos Renascidos[3], em 1759. Os Esquecidos duraram cerca de um ano e os Renascidos, por volta de seis meses. Os institutos ou academias eram modelos elitistas, os *escolhidos* não conquistavam espaço na agremiação propriamente por seus dotes intelectuais. O ingresso se dava, fundamentalmente, por razões econômicas ou políticas. A representatividade social determinava, em geral, o acesso às academias de letrados. Mesmo assim, não se pode negar o grande contributo dessas associações, ou seja, a produção historiográfica delas resultante. Outras instituições vieram a nascer e morrer ao longo dos anos.

É já no século XIX, a partir do ano de 1838, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB inicia suas atividades, inspirado no modelo do Instituto Histórico de Paris e servindo de molde para agremiações posteriores.

[2] Cf.: D'ALVAREZ, Martins. *Academia Brasileira dos Esquecidos.* **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo LX, 188-197, 1946; SCARPARO, Marcelo Kochenborger. **História e Representações do espaço na Academia Brasileira dos Esquecidos (Salvador, 1724-25)**. 2010. Disponível em: < http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28960/000774118.pdf?sequence=1>.

[3] Cf. PESSOTI, Bruno Casseb. *Elites letradas luso-brasileiras e o discurso histórico na Bahia setecentista.* In: ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL.
Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

Segundo Lília Schwarcz, o intuito desses institutos era: "construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos" (SCHWARCZ, 1993, p. 99). Tal projeto correspondia à necessidade do império brasileiro de criar vínculos entre o imperador e a população. Destarte, o IHGB foi fundado, com bênçãos imperiais.

A história ganha destaque, sendo vista como "amálgama da sociedade" (WEHLING, 1999, p. 29), efetivada como "expressão da identidade nacional" (WEHLING, 1999, p.29). Mas essa própria *brasilidade* ainda havia de ser construída, sendo esta a função primordial do Instituto: produzir a história da nação, de modo que esta fosse compartilhada por intelectuais e pelo restante da sociedade (WEHLING, 1999). Decorre disto a criação dos institutos locais nas várias Províncias do Brasil, pois o IHGB não seria suficiente para agregar situações específicas das demais regiões. Segundo Arno Wehling, "no documento em que se informam os objetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, já existe afirmação nacionalista: devem ser estimulados os estudos monográficos (regionais) e as histórias gerais do Brasil" (WEHLING, 1999, p. 38).

Na década de 70, do século XIX, teorias como, o positivismo, o evolucionismo, o social-darwinismo e o naturalismo adquirem força em território brasileiro, trazendo mudanças no modo de pensar. A difusão de ideias partia não só das faculdades, mas dos próprios Institutos também. O discurso evolucionista em voga na Europa colocou, muitas vezes, a questão racial como explicação à defasagem do Brasil em relação ao velho mundo (SCHAWRCZ, 1993). Havia quem defendesse a ideia de que a miscigenação ocasionava um enfraquecimento da raça branca[4].

A influência do IHGB tanto na criação de Institutos regionais ou locais, como na formação de uma identidade nacional ou local é patente. Foram criados, à sua semelhança, por exemplo, o *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* (IAHGP) em 1862, o *Instituto do Ceará* (Histórico, Geográfico e Antropológico) em 1887 e o *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* (IGHB) em 1894.

Sobre o Ceará no sétimo decênio do oitocentos, Eduardo Lúcio Guilherme Amaral nos informa: "vivia a Província, desde o início dos anos 70, quadro de vigorosa expressão intelectual, com a fundação de vários círculos letrados na capital e no interior" (AMARAL, 2002, p.93).

[4] Como exemplo do exposto podemos citar os trabalhos do historiador inglês Thomas Buckle (**History of the English civilization**. London: s/e, 1845); do fisiologista francês Louis Couty (**O Brasil de 1884** – Esboços sociológicos. Rio de Janeiro: MEC, 1984 (primeira edição de 1884); **A escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988 (primeira edição de 1881)) e do filósofo ítalo-argentino José Ingenieros (**O homem medíocre**. s/l: Skiper, s/d). Cf. SCHWARCZ, 1993.

Exemplos disto são a *Academia Francesa*, o *Reform Club*[5], o *Gabinete Cearense de Leitura* e o *Cosmos Científico*.

Houve também uma tentativa de criação do Instituto do Ceará em 1877, mas, por questões políticas, ela não vingou. Sem a necessária aprovação dos estatutos institucionais pelo Governo Provincial, seria impossível a continuação do projeto. Sendo governo conservador, contrário ao suposto liberalismo veiculado pelo futuro Instituto, não foi possível seguir com a empreita (NOBRE, 1977). Somente dez anos depois, teve lugar a criação do Instituto do Ceará. A Revista do Instituto do Ceará (RIC) veio no mesmo ano de sua fundação e junto com ela discussões e análises relativas à identidade local e aos povos indígenas da região, entre outros temas, e a publicação de documentos.

TRAJETÓRIA DO INSTITUTO DO CEARÁ (HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO)

O Instituto do Ceará inicia suas atividades no dia 4 de março de 1887, tendo como objetivo principal "tornar conhecidas a historia e a geographia da provincia e concorrer para o desenvolvimento das lettras e sciencias", conforme Art. 1º § 1º de seus estatutos (ESTATUTOS, 1887, p. 9)[6].

O destaque social e político da instituição no final do século XIX se devia à representatividade de seus membros, todos reconhecidos intelectuais da sociedade cearense, alguns ligados ao ensino atuando, na Província, como professores do Liceu do Ceará, da Escola Normal ou da Escola Militar, outros eram políticos, médicos e jornalistas.

Além da visibilidade profissional, o envolvimento político, ainda que não dissesse respeito à cargos diretos, era forte. De fato, a atuação dos intelectuais do Instituto do Ceará não ficava limitada a esta agremiação, segundo Eduardo Lúcio G. Amaral (2002, p. 31-32),

> Quase todos participaram, uma vez na vida pelo menos, de algum grêmio literário cearense. A moda intelectual do momento primava pela inserção nesses grêmios, verdadeiras congregações de interesses intelectuais, políticos e estéticos, que tiveram ampla penetração em toda a Província, desde o início da década de 70 do século XIX.

[5] Cf.: AZEVEDO, Sânzio de. **A Academia Francesa do Ceará**. Fortaleza: Casa José de Alencar/UFC, 1971; BARREIRA, Dolor. *A Academia Francesa do Ceará.* In: BARREIRA, Dolor. **História da Literatura Cearense**. (Ed. Fac-similar). Fortaleza: Instituto do Ceará, 1986; CAMPOS, Eduardo. **Capítulos da História da Fortaleza do século XIX** – o social e o urbano. Fortaleza: UFC, 1985.

[6] Mantivemos a grafia do texto original. O mesmo procedimento será tomado nas demais citações retiradas do material coletado na *Revista do Instituto do Ceará*.

A formação desse grupo de intelectuais, por certo, estava ligada à Escola de Direito de Recife, pois alguns dos nomes do Instituto do Ceará completaram seus estudos naquele centro de formação (AMARAL, 2002, p. 34). É importante lembrar, também, que a distância dos grandes centros colocava Ceará e Pernambuco em condição semelhante quanto à possibilidade de representação política no Brasil. Deste modo, em Recife, segundo Lília Schwarcz, os "pesquisadores viviam ao menos a certeza que representavam a vanguarda científica no Brasil" (SCHWARCZ, 1993, p. 150-151) e, atrevemo-nos a dizer que a condição dos intelectuais cearenses aproximava-se à dos pernambucanos. Apesar das diferenças econômicas existentes entre as Províncias, no convívio e nas discussões sobre as teorias em voga nas décadas de 1870 e 1880, os filhos de ambas Províncias estavam juntos nos mesmos círculos e em proximidade de condições, por sua distância dos centros políticos e diminuição de poder político com a centralização do governo. [7]

O Instituto do Ceará se manteve em destaque por muitos anos, devido aos nomes de seus fundadores e a visibilidade social dos membros. Porém, em dado momento, por diversas razões, este destaque esmaece.

A associação entre religião e ciência era clara nas abordagens dos sócios do Instituto do Ceará. Até certo ponto, o convívio foi possível entre homens de fé e homens de ciência, mas o crescente processo de laicização da sociedade letrada ia aos poucos levando o Instituto para uma situação de descrédito pelos intelectuais de sua terra.

Para comprovar o convívio inicial da fé e da ciência entre os membros do Instituto do Ceará, em 1889 tomou posse como associado, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, capitalista cearense, defensor do cientificismo e maçom. Seu discurso fazia alusão à estagnação da fé e a incansável atividade da ciência, disse Pompeu:

> Merecimento houvesse nessa quietude, intencional do *espírito*, e seriam estes os eleitos da fè, os patriarcas do immobilismo, por terem sacrificado todos os gozos corporeos á sua aquisição, a almejada morte da faculdade de pensar. Mas viver é o contrário disto: e na concorrência vital das intelligencias primam as que são ennergicas e dispõem de noções mais completas sobre a evolução do individuo e das sociedades. (SOUSA BRASIL FILHO, 1889, p. 107)

Ainda mais evidente que sua defesa pelo cientificismo é a colocação final da sessão de posse, pois apesar de não apresentar indicação da autoria, condiz com o posicionamento da

[7] Lembramos aqui que Pernambuco e Ceará estiveram sob o mesmo governo até o ano de 1799. E, mesmo após a separação, as relações políticas permaneceram, estiveram juntos na Revolução Pernambucana (1817), na Confederação do Equador (1824), na articulação em prol do estabelecimento da maioridade de D. Pedro II (1840). Após 1840, com a centralização do poder, simbolizada por D. Pedro II, a visibilidade política das duas províncias diminui, pela distância do centro político da nação.

grande maioria dos afiliados do Instituto. Assim: "A' parte divergencias de criterio na apreciação das cousas, o 'Instituto do Ceará' acaba de ter uma victoria. Saudando o novo luctador, nada mais posso fazer do que apontar lhe a liça. Seja bem vindo" (SOUSA BRASIL FILHO, 1889, p 117). É perceptível, pelo citado, que mesmo com posicionamento distinto, o Instituto reconhece o valor do novo sócio e o recebe na mesma.

Com o fim do Império, com a Constituição de 1891 e com a separação entre o Estado e a Igreja, o processo de laicização, já evidente na sociedade, é firmado por lei. A política conservadora e a Igreja, aos quais se associava a postura do Instituto, foram perdendo espaço na recém-instalada República Brasileira. Tal fato não dissipou dos homens da agremiação suas condutas e ideais cristãos, exemplo disto é a alocução sobre a decadência humana de sociedades laicas de um dos maiores intelectuais do estado, Barão de Studart, no *Círculo Cathólico de Fortaleza*, em 1915:

> Que é feito do racionalismo de Kant, que tanto enfeitiçou os espíritos do século XIX? Onde é que impera a moral positivista de Comte? Onde frutificaram os princípios moraes do materialismo de Büchner? Nas sociedades em dissolução, nas civilizações em decadência. Essas escolas cahiram em nome da propria razão porque nasceram, a sciencia; foi a sciencia que revelou a inanidade dos seus principios, o vacuo de suas affirmativas. Entretanto, a moral christã, a moral do Evangelho, contra a qual se assanharam as iras de todas essas doutrinas, ahi está firme, inabalável, serena e bella, exemplo da immortalidade em meio a nossa fragilidade terrena, sobrevivendo, eternos e fecundos ensinamentos, único e possível alicerce das civilizações. (STUDART, 1915, p. 4)

Havia no Instituto do Ceará a tentativa de manter ciência e fé unidas, desde que a primeira não se sobrepusesse à segunda. Justamente por acreditarem na superioridade da fé, a maioria das publicações da agremiação era de documentos ou, quando muito, textos biográficos, com o mínimo de interferência do autor, o que, segundo Eduardo Lúcio G. Amaral demonstra o pudor em confundir os espaços da fé e da ciência (AMARAL, 2002, p. 47).

Possivelmente, outra situação que dificultou os caminhos do Instituto do Ceará foi a morte do Barão de Studart no final da década de 1930. Sua dedicada atuação como pesquisador e compilador de documentos sobre a história do Ceará lhe conferiram grande destaque entre os membros do Instituto e o reconhecimento de seus companheiros ainda em vida. Sobre o barão, disse Thomas Pompeu Sobrinho:

> Como sustentáculo do INSTITUTO DO CEARÁ, agremiação cultural que já venceu mais de meio século de preciosa vida e probidoso labor, levando ao mundo inteiro a contribuição honesta e desinteressada do nosso esfôrço no setor das indagações geo-históricas e etnológicas, foi insuperável o Barão de Studart. Isto lhe valeu o honroso título de PRESIDENTE PERPÉTUO DO INSTITUTO, com que, já há

> anos, resolveram os sócios do respeitável sodalício demonstrar a sua admiração e o seu reconhecimento pela inexcedível dedicação, pela energia, pela constância e pela inteligência postas sem restrição ao serviço da velha instituição. (A PALAVRA, 1938, p. 110-111)

Com a morte de seu principal membro, o Instituto do Ceará, através de seus associados, tomou para si o epíteto de *Casa do Barão de Studart*, reconhecendo a importância daquele intelectual. Além da perda de seu principal membro, a dificuldade seguinte enfrentada pela agremiação de letrados, foi a criação de nova instituição, a Universidade Federal do Ceará, que disputaria o posto de mais importante círculo de pensamento do Estado[8]. Apesar da impossibilidade de superar a nova instituição, o Instituto permanece em funcionamento, manteve suas publicações ininterruptamente, sua revista encontra-se no tomo CXXIV.

DOCUMENTOS DO SÉCULO XVII E MITOS SOBRE O DESCONHECIDO: AS CARICATURAS INDÍGENAS

De acordo com os objetivos dos Institutos Históricos no Brasil e sua finalidade de criar e fundar a história da nação e o sentimento nacional, o Instituto do Ceará inicia sua função apresentando documentos sobre a história mais antiga da Província. As fontes eram desconhecidas e, por isso, poderiam parecer numerosas sendo grandes as dificuldades para realizar a coleta de material. Os membros do Instituto agiam por conta própria, não havia nenhum tipo de incentivo ou colaboração financeira do governo para as despesas com viagens, estadias ou cópias de documentos. Ainda assim, recorrendo aos arquivos locais, nacionais e estrangeiros, os intelectuais do Instituto foram aos poucos "fundando a história local" e compilando inúmeros documentos sobre os primórdios das terras cearenses e de suas gentes. Material disponibilizado, atualmente, nos arquivos do Instituto do Ceará.

Em sua maioria, os membros da agremiação dividiam suas atividades pessoais com a pesquisa, coleta de documentos e produção dos textos para a Revista do Instituto do Ceará. Entre eles, o Barão de Studart, como comentamos, se destacou pela dedicação, trabalho e

[8] A fundação da Universidade Federal do Ceará data do ano de 1954, sendo constituída pela união da Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola de Agronomia, Faculdade de Medicina, todas já em funcionamento na cidade de Fortaleza. Apesar de ter diminuído a importância do Instituto do Ceará, podemos dizer que o movimento em prol da criação da primeira universidade cearense teve início dentro do próprio Instituto, pois o primeiro reitor era um dos letrados do quadro de sócios do Instituto do Ceará, desde o ano de 1943. Tendo se pronunciado sobre a necessidade da criação da universidade cearense em conferência proferida no *Instituto Brasil-Estados Unidos*, no dia 11 de novembro de 1948. O texto da citada conferência foi publicado pela Revista do Instituto do Ceará em 1949. Sobre a questão, cf. MARTINS FILHO, Antonio. Uma Universidade para o Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo LXIII, Ano LXIII, 5-19, 1949; AMARAL, 2002.

produção em prol do Instituto e da História do Ceará[9]. Sobre a atuação de Studart, afirma José Honório Rodrigues (1978, p. 95-96):

> Na historiografia local ninguém se avantajou ao Barão de Studart, no amor ao estudo, na vastidão da pesquisa, na capacidade de realização. Desenvolvendo um esforço contínuo, persistente e positivo, procurou na Inglaterra, França, Holanda e Itália a matéria-prima reveladora do passado brasileiro.

O próprio Studart, em carta endereçada ao amigo Capistrano de Abreu, datada de 26 de junho de 1893, afirma seu interesse pelas pesquisas em história e geografia:

> Eis-me aqui de novo restituído ao pátrio torrão, após uma ausência de 12 meses e volto animado para lidar como nunca por entre papeis velhos e quase ilegíveis; mudou-se o cenário apenas. Verdade é que os doentes procuram-me como dantes ou mais ainda (pois venho dalém do Atlântico e só vale o que cheira a estrangeiro, pensa o povo que trago no bôlso algum elixir de longa vida) e anteponho a tudo o exercício da profissão médica, mas estou resolvido a dar às pesquisas de história e geografia pátrias todo o tempo que dela me sobrar. (AMARAL, 2003, p.96)

Assim, temos pelas palavras do barão, reconhecido no Ceará pelas duas áreas de atuação, o exercício da medicina, em prol dos pobres, e as pesquisas de história e geografia, em benefício da história nacional e local. Sobre os louros recebidos pela pesquisa sobre a história do Ceará, ele tem o reconhecimento por sua atuação, também, de Capistrano de Abreu, em carta de 18 de junho de 1893, onde afirma:

> Estimo muito que já esteja de volta a nossa boa terra, e disposto a consagrar-se cada vez mais à sua história e geografia. Já hoje é o Ceará, dos estados do Norte, o que melhor tem estudado sua história; razão de mais para afirmar e consolidar sua supremacia. (AMARAL, 2003, p. 111)

De todo o coletado por Barão de Studart e seus pares, os principais documentos relativos a história do Ceará datam dos século XVII e XVIII. As análises constantes nos documentos sobre os povos indígenas muito influenciaram a produção do Instituto do Ceará.

Buscando a verdade histórica, os membros da agremiação recorreram aos documentos e crônicas de viajantes com o intuito de fundar a história primeva das terras cearenses. Muitas vezes, manipulando documentos contentores de imagens distorcidas dos nativos, os intelectuais assimilaram como verdade absoluta, as representações estampadas nos documentos e, assim

[9] É importante destacar que o trabalho de "historiador" no século XIX pouco se assemelha à prática da história hoje, àquela época historiador era um compilador de documentos, não fazendo parte de suas atividades o questionamento das fontes documentais ou a interpretação dos documentos, mas apenas a exposição seca, e, pretensamente, imparcial e objetiva dos documentos para conhecimento da sociedade. Esta foi a experiência de historiador do Barão de Studart e de seus pares no Instituto do Ceará.

procederam por que esta era a lógica condizente com a postura da historiografia oitocentista, marcadamente a de cariz rankiano, orientação comum a muitos dos historiadores daquele Instituto.

Sobre essa atitude, Nelson Schapochnik afirma ser necessária à verdade científica a manutenção da neutralidade e da objetividade. O autor afirma ainda, citando François Hartog, que, desta perspectiva, o lido se tornava o visto.[10]

Os escritos do século XVII demonstram claramente o desconhecimento das coisas da terra nova e de suas gentes, o que, por sua vez, gerava o receio pelo desconhecido e originava inúmeros mitos sobre os povos indígenas.

Essa apreensão não era privilégio de ninguém, ao contrário, era comum aos dois lados: o europeu receava o indígena; e, o indígena receava o europeu. As distinções entre os dois grupos iam muito além das diferenças físicas – as mais óbvias –, havia a cultura, os hábitos alimentares, as vestimentas e, possivelmente, o mais importante, a língua. A distinção das línguas e a variedade daquelas encontradas na terra nova foi, por certo, o que mais dificultou a aproximação, as relações e o conhecimento.

Sobre as terras do Ceará, segundo Barão de Studart, o mais antigo documento existente é a chamada *Relação do Maranhão*, dos Padres jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueira. Em 1903, a Revista do Instituto do Ceará publicou o texto (RELAÇÃO, 1903, p. 98). Com documento é possível perceber os indícios da relação apreensiva existente entre os nativos e os europeus. É importante lembrar que encontramos tanto o receio dos jesuítas sobre os indígenas e seus costumes, quanto o relato dos jesuítas sobre o sentimento dos nativos. Não seria possível estabelecer análise sobre a versão dos indígenas por eles mesmos, pois não possuíam escrita, restando-nos como fonte, portanto, apenas os relatos europeus.

Sobre as línguas faladas pelos indígenas, Pe. Luiz Figueira, em março de 1608, pouco mais de um ano após a viagem para a missão do Maranhão, afirma existir uma língua única falada pelos íncolas, ele diz: “ellas [as amazonas] como o mais gentio usão todos a mesma lingoa comua do Brasil” (RELAÇÃO, 1903, p. 98). Figueira cria assim um mito sobre o desconhecido, por não ter acesso à diversidade de línguas faladas pelos povos indígenas, passando a imagem de que os nativos são todos iguais, mesmo reconhecendo a diversidade de grupos mais adiante.[11]

[10] Cf. SCHAPOCHNIK, Nelson. *As figurações do discurso da história.* In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A velha história: teoria, método e historiografia.** Campinas: Papirus, 1996.

[11] Após alguns anos da experiência frustrada pela morte de seu companheiro, Pe. Francisco Pinto, na Serra da Ibiapaba, Pe. Luiz Figueira voltou ao Brasil com nova missão. Da experiência desse retorno, escreveu uma

Sobre os mitos criados em torno dos indígenas, encontramos em Figueira a referência às amazonas,

> o Rio a q' chamamos das Amazonas tem a boca debaixo da linha equinocial, e tem muitas e grãdes ilhas, as quais Almazonas são mulheres q' não admitem cosigo homens senão em certo tempo pera effeito de se multiplicarem, e logo os lãçãm fora e depois parindo filhos machos os comem e cõservão as femeas; são guerreiras e caçadoras e engenhosas de mãos p. fazerem redes m.to lavradas e tãbem seus arcos todos são pintados (RELAÇÃO, 1903, p. 98)

Apesar de descrever pormenores acerca da existência e das práticas das amazonas, Pe. Figueira informa ter ouvido histórias sobre as mulheres guerreiras de índios que afirmaram terem visto e outros que ouviram de parentes (RELAÇÃO, 1903, p. 98-99). Sobre a imagem dessas mulheres, não sabemos ao certo se os indígenas reproduziram aquela criada pelos europeus ou se eram componentes de suas crenças também.

Segundo Afonso Arinos de Melo Franco, as amazonas fazem parte do imaginário de outros tempos, não são exclusividade das terras brasileiras, diz o autor:

> As formosas mulheres guerreiras passaram, no tropel da sua galopada, dos textos gregos e romanos, para os livros crédulos da Idade Média e para as páginas aventurosas dos viajantes posteriores aos descobrimentos. Na Idade Antiga e na Idade Média o reino das amazonas foi colocado em diversos pontos e ia sendo mudado, sucessivamente, à proporção que ficavam mais desvendadas as terras onde se dia que elas estavam. A partir da descoberta da América, contudo, o Brasil teve a honrosa preferência de hospedar as belas filhas e sacerdotisas da Lua. (FRANCO, 2000, p. 36)

Afonso Arinos refere-se ao alemão Max George Schmidt que, por sua vez, afirma que seres mitológicos e fantásticos fazem parte da história da humanidade desde os fenícios. Estes, para manutenção de seu comércio, criaram as sereias e os ciclopes com o intuito de dificultar, no imaginário europeu, as viagens para o Oriente, assim, além de evitar a concorrência, podiam cobrar mais pelos produtos que comerciavam (FRANCO, 2000, p. 29-30).

Além dos fenícios, existem muitos outros relatos de mitos criados como explicação para o desconhecido, entretanto, com o passar do tempo, os seres mitológicos foram relegados aos lugares distantes e desconhecidos que alimentavam o imaginário das pessoas através de fábulas. Os mitos pagãos da Idade Média, por exemplo, não foram extintos na era cristã, foram repelidos para terras não sabidas, terras de ficção (FRANCO, 2000, p. 31).

gramática de tupi, publicada em 1687. Cf. FIGUEIRA, Luís. **Grammatica da lingua do Brasil**. Edição fac-similar por Júlio Platzmann, da edição de 1687. Leipzig: B. G. Teubner, 1878.

Retomando a questão do Ceará, aos poucos percebemos na correspondência do Pe. Luiz Figueira algumas distinções sobre uma dualidade dos povos indígenas, divididos em tupis e tapuias. É curioso como a diversidade está diante dos olhos do jesuíta, mas o momento vivido, o desconhecimento e as surpresas da experiência parecem embaçar sua vista, o que é compreensível, diante de toda novidade vivenciada.

O padre mesmo cita diferentes nomes de povos indígenas e refere-se ao que chama de "muitas castas de gentio" (RELAÇÃO, 1903, p.97). Além de relatar práticas culturais que distinguem tupis de tapuias.

Sobre as dificuldades de europeus e indígenas com o desconhecido, na *Relação do Maranhão*, encontramos uma passagem onde o Pe. Figueira descreve uma índia, utilizada como intérprete pelos tapuias, enviada para saber quem eram e o que eram os padres:

> Vendonos esta india a primr.ª vez como aquella q' nunca vira gente estava diante de nos cõ os olhos no chão sem olhar p.ª nos, e dizendolhe hu indio ves aqui os padres, este he o irmão mais moço, levãtou os olhos e immediatamente os tornou a por no chão, e isto cõ medo, como ela depois q' o perdeo cõfessou, q' como ainda não fazia differença dos feiticeiros a nos, os quais feiticeiros temem e aborrecem, nem ver nos podia, porem depois falava e ria e olhava cõ alegria mostrãdo m.ta satisfação de tudo (RELAÇÃO, 1903, p. 113)

Deste modo percebemos o processo de descoberta que ocorria para os dois lados, porém, aparentemente, para os indígenas não havia interesse em fazer do branco alguém semelhante à sua imagem. O pensamento dos jesuítas era outro e com a intenção da catequização findavam por buscar a transformação daqueles povos em cristãos e civilizados, acreditando mesmo que era o melhor a fazer por eles.

A religião cristã, a escrita, o trabalho, tudo em busca de uma civilização desnecessária àquela forma de viver dos índios. Entretanto, na análise dos homens da igreja, a maneira primitiva de viver devia ser transformada para dar oportunidade de salvação àquela gente que, como disse Gândavo, "não têm fé, nem lei, nem rei: e desta maneira vivem desordenadamente" (GÂNDAVO, s/d, p. 102).

O mais curioso é o fato de serem tantos os elogios dos viajantes europeus a essa condição dos indígenas, da sua bondade natural, sua pureza e ausência de malícia e, ao mesmo tempo em que carregam tal admiração, procuram "ensinar" a civilidade, a escrita, a religião e consequentemente, a malícia e o pecado. Alguns europeus, como Jean de Léry, no século XVI e Claude d'Abbeville, no século seguinte, chegaram a considerar os brancos mais dados à barbárie que os próprios indígenas. Interessante apontar que, mesmo sendo o primeiro calvinista e o segundo católico, suas análises, neste ponto, coincidiam.

Sobre o aspecto religioso parece haver certa ambiguidade na análise do Pe. Luiz Figueira ao caracterizar a relação dos indígenas com seus deuses como uma relação de temor e não de amor, tal qual julgava ser a praticada no cristianismo.

À exemplo disto estavam o Pe. Pinto e o Pe. Figueira na aldeia de um índio nominado Diabo Grande, quando no céu apareceu um cometa. Alvoroçados, os nativos perguntaram aos clérigos sobre o significado daquele desconhecido objeto celeste. Responderam-lhes os missionários dizendo: "ordinariamente quando aquillo [o cometa] aparecia avia morte de grandes e morubixabas" (RELAÇÃO, 1903, p. 119). Quando o principal tornou a perguntar, desta vez para saber se escaparia da má fortuna, o sacerdote de Cristo lhe respondeu: "aparelhate tu p.ª seres f.º de D.s p.r q' nos não sabemos nem da morte nem da vida" (RELAÇÃO, 1903, p. 120).

Ora, se para os padres os indígenas precisavam conhecer o amor de Deus, porque seus deuses só lhes ofereciam temor, parece descabido que o eles utilizassem do mesmo artifício para convencer os autóctones de que era necessário se fazerem filhos de Deus.

Assim, a atitude missionária não passava de uma troca de mitos: excluíam os mitos da experiência religiosa dos nativos e estabeleciam os cristãos. Ainda sobre a religiosidade, há outro episódio relatado pelo Pe. Antonio Vieira, em sua *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba*[12] que exalta a atuação do Pe. Pinto e a atribuição de milagres a ele, vejamos:

> Era o padre Francisco Pinto mui acceito aos Indios pela suavidade do seu trato, e pelo modo e industria com que os sabia contentar; e sobretudo o fazia famoso entre elles um novo milagre, com que pouco dias antes indo o Padre a uma Missão, acompanhado de muitos, e morrendo todos a sêde em uns desertos, sendo as maiores calmas do estio, com uma breve oração que o Padre fez ao Céo, pondo-se de joelhos, no mesmo ponto chuveu com tanta abundancia que alagados os lugares mais baixos daquellas campinas que erão muito dilatadas, houve em todas ellas por muitos dias de caminho agua para todos. (EXCERPTOS, 1903, p. 161)

Outro milagre, desta vez o da multiplicação, é contato por d'Abbeville, em sua *Historia da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvisinhanças*[13]. Descrevendo a cena, diz d'Abbeville:

> soube dos da sua comitiva que tendo necessidade de vinho e de outras coisas, ficava um pouco atraz e levantando os olhos para cima dizia em voz bem clara – Meu Deus, meus pobres soldados precisam de vinho, ou de outra coisa qualquer, eu vol-a peço – e pouco depois trazia algumas garrafas de vinho, ou o que ele havia pedido dizendo ter recebido de Deus, o que causava geral admiração. (EXCERPTOS, 1903, p. 148)

[12] Encontramos o relato nos **Excerptos de varios auctores com referencia à vinda dos Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira ao Ceará**.
[13] Também encontrado nos **Excerptos de varios auctores com referencia à vinda dos Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira ao Ceará**.

Mesmo podendo haver exagero da parte do autor, percebemos a sedução, o envolvimento, provocado pelos padres na busca de novos fiéis, ademais, em tudo conformados com a orientação da doutrina.

No relato de Pe. Figueira a diferença entre tupis e tapuias parece muito clara, a selvageria é atribuída com mais afinco aos tapuias, enquanto os tupis, apesar de inconstantes, segundo sua análise, mostram-se mais acessíveis ao trato com os religiosos.

Ora, estabelecendo-se a proximidade com as etnias de origem tupi desde a chegada dos portugueses àquelas terras, sendo a língua, bem ou mal, já intercomunicável e estando parte dos costumes já conhecidos, era óbvio que a relação luso-tupi fosse mais amena. Vale lembrar serem os tapuias, além de contrários àquele grupo étnico, contrários, também, aos portugueses, pois eram "francófilos".

Provavelmente, aos olhos dos portugueses, os rituais mais bizarros tendiam a ser dos silvícolas de *língua travada*, dos quais quase nada se sabia. Também é provável que os usos e costumes atribuídos aos tapuias tenham chegado aos ouvidos dos padres portugueses a partir dos diálogos mantidos entre eles e os tupis, reinterando, portanto, a visão tendenciosa dos nativos aliados e, por isso mesmo, a construção do mito de uma selvageria superior, maledissentemente[14] atribuída aos tapuias.

Com os exemplos citados, passamos agora à análise dos escritos de alguns intelectuais do Instituto do Ceará, onde percebemos a influência, ou mesmo a adoção de impressões muito anteriores à sua própria experiência com povos indígenas.

ANÁLISES SOBRE OS POVOS NATIVOS

Desde o primeiro tomo da Revista do Instituto do Ceará encontramos artigos que abordam, de forma direta ou indireta, os nativos da região. As questões tratadas são diversas, assim como as análises também o são.

No tomo I da Revista do Instituto do Ceará, por exemplo, temos o *Vocabulario Indigena em uso na Provincia do Ceará, com explicações etymologicas, orthographicas, topographicas, therapeutica, etc.*, de autoria de Paulino Nogueira, onde percebemos referências e, por vezes, a assimilação de análises bem anteriores ao seu tempo.

Paulino Nogueira ao indicar suas fontes de pesquisa aponta para os séculos XVI, XVII e XVIII, através dos textos de Gabriel Soares de Sousa, dos padres Simão de Vasconcelos e

[14] Por desconhecimento etnográfico e por seu peso ideológico.

Antônio Vieira, bem como de texto do Frei José de Santa Rita Durão. Além de se utilizar de concepções muito caras aos cronistas e religiosos destes séculos, ao referir-se à selvageria dos índios *jaguaribára*[15]e *areriús*[16], ferocidade dos *apujarés*[17], ou ao definir certos povos indígenas como "tapuias", por exemplo, os índios *carirí*[18], *canindé*[19], *tocarijú*[20] e os já citados *apujarés*, mesmo reconhecendo a diversidade de concepções do vocábulo *tapúia*:

> nome por que os guaranis designavam os contrarios. [...] A princcipio *tapuia* era o vocábulo com que se designava genericamente todo e qualquer indígena, ainda que oriundo de raça diversa [...] ou os indios vencidos pela raça invasora, a dos tupinambás... (NOGUEIRA, 1887, p. 411-412)

Outra construção complicada de Paulino Nogueira diz respeito ao conceito de *cacíque*, na definição do autor: "nome que se dá ao indio de quem os da sua nação se consideram *vassalos*" (NOGUEIRA, 1887, p. 238, grifo nosso). Como definir uma expressão atribuída aos povos indígenas com um elemento tão característico da cultura europeia como o termo "vassalo"? E se pensarmos, por exemplo, nas afirmações de Gândavo e, depois de Gabriel Soares de Sousa, este último utilizado por Paulino Nogueira em seu vocabulário, quanto às ausências de *FLR* (ou seja, *fé*, *lei* e *rei*), como podemos definir cacique como um senhor de vassalos, se estes estão associados à existência de um rei?

Perdigão de Oliveira, em seu artigo *Um capítulo da historia do Ceará – ligeiras rectificações*, faz referência à barbárie de tribos consideradas "tapuias", o que corresponde às análises do século XVII. Assim, temos a passagem: "Em 26 de Junho de 1694, o capitão-mór *Fernão Carrilho* mandou fazer guerra contra os *Paiacús*, *Jandõis*, *Icós* e outros barbaros de corso, que infestavam a Capitania, despovoando os *limites* e as terras dos rios Jaguaribe e Bonabuiú" (OLIVEIRA, 1890, p. 129); o que reafirma a ideia de manutenção de saberes, ou supostos saberes, de outros tempos, devido à prática de estudiosos positivistas do século XIX.

Em textos, publicados em 1903, juntamente com a já analisada *Relação do Maranhão* e, também com os *Excerptos de varios auctores com referencia à vinda dos Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira ao Ceará*, percebemos a redução dos indígenas à figura representativa da

[15] "JAGUARIBÁRA: horda selvagem que vagava nas proximidades do rio Jaguaribe", cf. NOGUEIRA, Paulino. I: 1887, p. 312.
[16] "ARERIÚS: tribu selvagem, que habitava a bacia do Acaracú; bravia e indócil", cf. Idem, p. 227.
[17] "APUJARÉS: tribu errante e feroz, descendente dos *tabajaras* e *tapuyos*, sem outras armas mais do que suas maças — páus agudos em forma de dardos", cf. Idem, p. 219.
[18] "CARIRÍ: — tribu tapuia, rolhos, refeitos do corpo, de cabelos negros; viviam da caça e das fructas das arvores, especialmente de côcos", cf. Idem, p.256.
[19] "CANINDÉ: (...) — tribu da raça tapuia, assáz bravia, dificilmente submeteu-se á aldeiamento", cf. Idem, p. 248.
[20] "TOCARIJÚ: tribu tapuia da serra da Ibiapaba, celebre pelo barbaro assassinato do venerando Padre Francisco Pinto (1.º catechista que veio ao Ceará) no dia 11 de Janeiro de 1608", cf. Idem, p. 422.

imagem do bom selvagem de Rousseau, vítimas da civilização necessária. Barão de Studart, ao comentar a defesa de Pero Coelho feita por Varnhagen, afirma a existência de um diálogo encontrado na *Relação do Maranhão*, entre o Pe. Luiz Figueira e o índio Cobra Azul, sobre o tratamento dado aos naturais da Serra de Ibiapaba e ainda: "nada menos justo que o nome do capitão-mór substituir nas queixas do *pobre selvicola* o de outrem cujo procedimento fora mais incorrecto e deshumano que o delle" (STUDART, 1903, p. 59, grifo nosso).

Em outro artigo, ao narrar a conduta de Martim Soares Moreno, capitão-mor do Ceará, afirma que "por alguem da comitiva tem aviso o capitão-mór da resolução em que se encontravam Pero Coelho e sua gente: procura-os, lança-lhes em rosto o feio proceder, descreve-lhes as consequencias funestas , que trará á nascente colonia um tal assalto á liberdade dos *indios tão doceis e tão submissos*" (STUDART, 1903ª, p. 183, grifo nosso).

Percebemos nas passagens citadas, a permanência da imagem do bom selvagem naquele índio que a intelectualidade cearense do século XIX e início do século XX insiste em manter distante de sua vivência, como forma de afastar de si aquilo que lembra atraso e barbárie. Temos, assim, a representação do mito rousseauniano, exterminado pelo europeu para benefício da civilização do mundo e pelos intelectuais do Instituto do Ceará, em nome de sua inserção no mundo civilizado, do conhecimento e do desenvolvimento.

Utilizamos aqui apenas três exemplos dos modos de analisar os povos indígenas, mas lembramos que os pensamentos expostos são refletidos na produção do Instituto do Ceará, por longo período. Talvez, ainda hoje encontremos, nas Revistas do Instituto do Ceará, esse tipo de análise refletindo o pensamento de outros tempos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

A PALAVRA dos do Instituto. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 1, Tomo Especial, dedicado ao Barão de Studart, Anno LII, 108-118, 1938.

ESTATUTOS do Instituto do Ceará. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 1, Tomo I, Anno I, 9-11, 1887.

EXCERPTOS de varios autores com referencia à vinda dos Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira ao Ceará. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 141-175, 1903.

NOGUEIRA, Paulino. Vocabulario Indigena – Em uso na Provincia do Ceará, com explicações etymologicas, orthographicas, topográficas, historicas, therapeutica, etc. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo I, 209-435, 1º trimestre de 1887.

OLIVEIRA, Perdigão. Um capitulo da historia do Ceará – ligeiras rectificações. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.2, Tomo IV, Anno IV, , 118-154, 1890.

RELAÇÃO do Maranhão, 1608, pelo jesuita P. Luiz Figueira enviada a Claudio Aquaviva. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 97-138, 1903.

SOUSA BRASIL FILHO, Thomaz Pompeu de. Discurso proferido pelo Sr. Dr. Thomaz Pompêu na sessão de 12 de Março de 1889 por ocasião de sua posse de socio effectivo. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.2, Tomo III, Anno III, 106-117, 1889.

STUDART, Barão de. Francisco Pinto e Luiz Figueira – o mais antigo documento existente sobre a história do Ceará. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 52-96, 1903.

STUDART, Barão de. Martin Soares Moreno, o fundador do Ceará. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 177-228, 1903.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Luís de. **O reconhecimento do Brasil**. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. (Col. Biblioteca da Expansão Portuguesa).

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. **Barão de Studart**: memória da distinção. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002. (Coleção Outras Histórias, 9)

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. **Correspondência cordial**: Capistrano de Abreu e Guilherme Studart. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura, 2003. (Coleção Outras Histórias, 19).

AZEVEDO, Sânzio de. **A Academia Francesa do Ceará**. Fortaleza: Casa José de Alencar/UFC, 1971.

BARREIRA, Dolor. A Academia Francesa do Ceará. In: BARREIRA, Dolor. **História da Literatura Cearense**. (Ed. Fac-similar). Fortaleza: Instituto do Ceará, 1986.

CAMPOS, Eduardo. **Capítulos da História da Fortaleza do século XIX** – o social e o urbano. Fortaleza: UFC, 1985.

D'ALVAREZ, Martins. Academia Brasileira dos Esquecidos. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo LX, 188-197, 1946.

FIGUEIRA, Luís. **Grammatica da lingua do Brasil**. Edição fac-similar, por Júlio Platzmann, da edição de 1687. Leipzig: B. G. Teubner, 1878.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **O índio brasileiro e a Revolução Francesa** – As origens brasileiras da teoria da bondade natural. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

GÂNDAVO, Pêro Magalhães de. História da província de Santa Cruz. In: ALBUQUERQUE, Luís de. **O reconhecimento do Brasil**. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. (Col. Biblioteca da Expansão Portuguesa, v. 14).

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 5-27, 1988.

MALERBA, Jurandir (Org.). **A velha história**: teoria, método e historiografia. Campinas: Papirus, 1996.

MARTINS FILHO, Antonio. Uma Universidade para o Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo LXIII, Anno LXIII, 5-19, 1949.

NOBRE, Geraldo da Silva. A gênese do Instituo do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Número Especial Comemorativo do 90º Aniversário do Instituto (1887-1977), Tomo Especial de 1977, 37-43, 1977.

PESSOTI, Bruno Casseb. Elites letradas luso-brasileiras e o discurso histórico na Bahia setecentista. In: ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. **Mneme – Revista de Humanidades. UFRN.** Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; MEC, 1978. (Coleção Brasiliana).

SCARPARO, Marcelo Kochenborger. **História e Representações do espaço na Academia Brasileira dos Esquecidos (Salvador, 1724-25)**. 2010. Disponível em: < http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28960/000774118.pdf?sequence=1>.

SCHAPOCHNIK, Nelson. As figurações do discurso da história. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A velha história**: teoria, método e historiografia. Campinas: Papirus, 1996.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STUDART, Guilherme. **Allocução proferida no Círculo Cathólico de Fortaleza**.Fortaleza: Typographia Studart, 1915.

WEHLING, Arno. **Estado, História e Memória**: Varnhagen e a construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Um Coronel do Império: monarquistas, honra e reformismo na Velha República, 1889-1914

Licínio Nunes de Miranda*

Resumo

A atuação dos monarquistas cearenses na República Velha (1889-1930) tem sido negligenciada pela historiografia, devido a perspectiva de que as forças políticas e sociais eram motivadas pelo conflito de classes, e não por ideologia. Entretanto, os monarquistas foram um elemento crucial na oposição ao regime liderado por Antônio Pinto Nogueira Acioli, cujo poder se baseava no apoio mútuo dos coronéis, chefes políticos locais que mantinham influência política através de clientelismo, fraudes, corrupção e violência. Apesar dos obstáculos, os monarquistas, aliados a outros grupos, como operários, ativistas católicos e mulheres, eventualmente puseram fim ao domínio de Acioli (1912), e participaram do breve governo Franco Rabelo (1912-1914), até serem removidos pela Sedição de Juazeiro (1913-1914), revolta reacionária liderada pelo padre Cícero Romão Batista.

Enquanto estiveram no governo, os monarquistas buscaram implementar um projeto reformista ambicioso, com o fim de modernizar o Ceará e limitar o poder abusivo dos coronéis. A expansão do ensino público, a reforma de eleições para coibir fraudes, e o empenho contra o banditismo estavam inclusos em seus objetivos. O principal argumento deste artigo é que os monarquistas tiveram um papel central na política

* Mestre em Estudos Latino-Americanos, com especialização em História, e doutorando em História pela Universidade da Flórida nos Estados Unidos da América. Agradeço ao meu irmão Antônio Nunes de Miranda Filho, ao primo Wander Nunes Frota, e aos amigos Dr. Eurípedes Chaves Júnior, Marcelo Henrique Feitosa Marcelino e Alan Philipe da Silveira pelas revisões do texto e sugestões para sua melhoria. Sou grato também a Ivanice Montezuma de Carvalho Pinheiro pelo apoio durante a pesquisa.

cearense durante as primeiras décadas republicanas, incluindo nos eventos supracitados. O segundo argumento é que a ideologia foi importante para suas motivações, havendo também uma plataforma política. Para compreender o movimento monarquista no Ceará, este artigo terá cunho biográfico e dará ênfase a Licínio Nunes de Melo (1849-1924), coronel, proprietário de terras e um dos monarquistas mais atuantes. Utilizando fontes primárias inéditas, a sua vida será estudada para identificar a relevância que a origem familiar, formação intelectual, conceito de valores, carreira profissional, e relacionamentos pessoais tiveram nos acontecimentos políticos contemporâneos.

Introdução

Em 8 de maio de 1909, trinta monarquistas se reuniram na sede da Associação Comercial, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, para a fundação de um partido, elegendo a sua diretoria. Quase vinte anos haviam se passado, desde o golpe de estado que derrubou a monarquia no Brasil e que exilou o imperador Dom Pedro II. Seus descendentes viviam no exílio na França, sem perspectiva de retorno. Uma república descentralizada se ergueu sobre as ruínas do império e aparentou-se estar consolidada após ter aniquilado revoltas que buscavam o seu fim. As antigas províncias do império, agora estados, eram dominadas por partidos regionais e por uma elite que, em sua maior parte, buscava acomodamento e conciliação quanto à situação prevalente. Corrupção, fraudes eleitorais, violência e cooptação impossibilitaram a alternância de poder, mantendo determinados grupos — chamados de "oligarquias" pela oposição consentida — no controle de estados e municípios. No Ceará não era diferente. Havia quinze anos que Antônio Pinto Nogueira Acioli (1840-1921) dominava o estado, diretamente como presidente e indiretamente por prepostos eleitos com o intento de manter o seu grupo político no poder.[2]

2 PESSOA, José Getúlio da. **O olygarcha do Ceará:** a chronica de um despota. Rio de Janeiro: Typographia Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1910. p. 197-208; SOARES, Martins. **O Babaquara:** Subsídios para a história da oligarchia do Ceará. Rio de Janeiro: [*s.n.*], 1912. p. 6-13; DELLA CAVA, Ralph. **Miracle at Joaseiro**. New York: Columbia University Press, 1970. p. 93-95; CHANDLER, Billy Jaynes. **The Feitosas and the Sertão dos Inhamuns**: The History of a Family and a Community in Northeast Brazil, 1700-1930. Gainesville: University of Florida Press, 1972. p. 106-107; RACHUN, Ilan. **The**

Ainda assim, os monarquistas cearenses acreditavam na possibilidade de sucesso onde outras oposições haviam falhado. Sua confiança não era desmedida e nem despropositada. Em 1912, mais de vinte anos após o falecimento do antigo imperador, ainda era comum que sertanejos cearenses, ao verem o seu retrato, retirassem os chapéus de couro em sinal de respeito.[3] Um contemporâneo alegou que "o povo cearense tem verdadeira veneração" pelo monarca.[4] É forçoso reconhecer que a admiração por sua figura, ainda que ampla, não resultaria necessariamente em ativismo político em favor da restauração da monarquia. Entretanto, aquele pequeno grupo de monarquistas na capital atuaria por tal objetivo, e eventualmente, sendo bem-sucedido a ponto de derrubar Acioli e seu regime, tomando o poder como parte de uma coalizão heterogênea composta de operários, ativistas católicos, estudantes, comerciantes, mulheres, e outros grupos. Os monarquistas não eram movidos por um espírito reacionário e sua intenção não era restaurar o império tal como fora, mas sim recriá-lo atendendo a demandas políticas e sociais então vigentes. Uma vez no governo, os monarquistas tentariam coibir a influência das "oligarquias", combater o banditismo endêmico, reformar as eleições para evitar fraudes e expandir o ensino público, como será visto.

A historiografia sobre o curto período em que os monarquistas tiveram controle do governo estadual (1912-1914) é vasta e abrangente, geralmente abordando a queda de Acioli em 1912, a subsequente reação do padre Cícero Romão Batista (1844-1934) em 1914, ou o fenômeno político-social do "coronelismo", que serviu como base de sustentação ao regime decaído.[5] De acordo com o historiador Ralph Della Cava, Acioli "conferiu

Dismantling of Brazil's Old Republic: Early Twentieth Century Change, Intergenerational Cleavages, and the October 1930 Revolution. Lanham: University Press of America, 2016. p. 23.

3 BARROSO, Gustavo. **Terra de Sol**. 8. ed. Fortaleza: ABC Editora, 2006. p. 148.

4 O IMPERADOR e os cearenses: apontamentos para a história do monumento de D. Pedro II, colligidos e publicados pela Commissão Executiva. Fortaleza: A. C. Mendes, [1914]. p. 12.

5 Cf. DELLA CAVA, Ralph. **Miracle at Joaseiro**. New York: Columbia University Press, 1970; CHANDLER, Billy Jaynes. **The Feitosas and the Sertão dos Inhamuns**: The History of a Family and a Community in Northeast Brazil, 1700-1930. Gainesville: University of Florida Press, 1972; GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1962; MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1980; BARROSO, José Parsifal. **Uma**

aos coronéis locais, ou chefes políticos, controle completo sobre o governo municipal [...] Em troca, exigia apoio eleitoral e solidariedade partidária."[6] Ele continua: "Tal sistema, conhecido pelo nome de coronelismo, preconizava que o poder político no interior era uma prerrogativa tradicional dos grandes proprietários rurais — os fazendeiros."[7] Contudo, o monarquismo de figuras-chave e o papel essencial dos monarquistas nesse período crítico da história cearense têm sido ignorados. Aliás, alguns historiadores até mesmo rejeitam a existência de ideologia ou de plataforma política nos partidos e facções políticas durante a República Velha (1889-1930).[8]

A respeito da oposição a Acioli, o historiador Airton de Farias alega que "tais indivíduos objetivavam unicamente derrubar a oligarquia monolítica dominante para impor uma própria. Não visavam, em nenhum momento, mudar as estruturas socioeconômicas do estado, uma vez que estas lhe garantiam privilégios."[9] Entretanto, os monarquistas cearenses tinham ideais e projetos de governo com o fim de modernizar o Ceará, como mencionado anteriormente. O fato de estarem alienados do poder e, consequentemente, de fontes de clientelismo não são explicações suficientes, ainda que tenham sido elementos influenciadores. Se deve levar em conta também a possibilidade de que acreditavam de fato que a monarquia constitucional era uma forma de governo melhor, e que reformas modernizantes seriam necessárias para atenuar, se não eliminar, problemas políticos, sociais e econômicos prevalentes no território cearense.

---

história da política do Ceará: 1889-1954. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984; GALVÃO FILHO, Francisco. **Do coronelismo ao Caldeirão**. Fortaleza: ABC Editoria, 2006; SOUSA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007; FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 7. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015; RACHUN, Ilan. **The Dismantling of Brazil's Old Republic:** Early Twentieth Century change, Intergenerational cleavages, and the October 1930 Revolution. Lanham: University Press of America, 2016. Em nenhum destes estudos é reconhecida a existência de monarquistas na política cearense no pós-1889.

6 DELLA CAVA, 1970, p. 93-94.

7 Ibid.

8 CHANDLER, 1972, p. 56; DELLA CAVA, 1970, p. 106, 136, 202; RACHUN, 2016, p. 23.

9 FARIAS, 2015, p. 299.

Para compreender o desenvolvimento do monarquismo no Ceará republicano, assim como a motivação e os propósitos modernizantes dos indivíduos que fizeram parte dele, e a aliança com grupos diversos em oposição ao regime de Acioli, este artigo tratará de um dos membros da diretoria do partido monarquista: Licínio Nunes de Melo (1849-1924).[10] Segundo o historiador Carlo Ginzurg, "qualquer estrutura social é resultado de interação e de numerosas estratégias individuais, uma fábrica que só pode ser reconstituída somente por observação próxima".[11] Portanto, ao analisar a vida de um indivíduo, é possível entender as ideias, decisões e objetivos não somente dele próprio, como também das pessoas relacionadas a ele. A escolha de Licínio como objeto de estudo biográfico parece ser inusitada, por se tratar de uma figura esquecida. Contudo, ele se revela o alvo ideal por ter sido um coronel, fazendeiro, membro de uma influente família cearense, e ter participado, em menor ou maior grau, dos principais eventos históricos do Ceará de 1881 até 1914. A abundância de fontes primárias, preservadas por seus descendentes, é um outro motivo a ser considerado.[12]

Para alguém com a condição social de Licínio, "as possibilidades na vida eram circunscritas por sua posição numa família, pela posição daquela família na hierarquia político-econômica da região, e pela posição dessa região em face das economias brasileira e atlântica".[13] A sua atuação, além de relações familiares, influíram na posição que alcançou na sociedade cearense. Se deve ressaltar que "de acordo com a ideologia da classe senhorial, paternalismo, honra e riqueza garantiam a alguns homens o gozo de direitos políticos e asseguravam tratamentos privilegiados, até mesmo de representantes do estado".[14] O seu abolicionismo, apoio a reformas

10 É o trisavô do autor. Este artigo não tem propósito hagiográfico, como ocorre em estudos semelhantes realizados por descendentes dos biografados.

11 GINZBURG, Carlo. **Threads and Traces:** True false fictive. Tradução: Anne C. Tedeschi e John Tedeschi. Berkeley. University of California Press, 2012. p. 213. Ele se refere ao desenvolvimento da micro história na historiografia italiana e das ideias relacionadas, mas a assertiva se aplica ao objetivo deste artigo, quanto à importância de se analisar indivíduos a nível local para entender eventos históricos.

12 Apesar de inúmeras tentativas, não foi possível encontrar documentos com os descendentes da diretoria do partido monarquista.

13 NEEDELL, Jeffrey D. **A tropical Belle Epoque:** Elite Culture and Society in Turn-of-the-Century Rio de Janeiro. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 116.

14 SANTOS, Martha S. **Cleansing Honor with Blood:** Masculinity, Violence, and Power in the Backlands of Northeast Brazil, 1845-1889. Stanford: Stanford University Press, 2012.

modernizantes e oposição à "oligarquia" foram contrários aos interesses de seu grupo social e lhe custaram caro em alguns momentos. É possível que os seus valores, conceito de honra e apego à monarquia tenham contribuído em suas decisões, merecendo, portanto, ser analisados. O principal objetivo deste estudo, ou sua base argumentativa, é demonstrar que os monarquistas tiveram um papel essencial na queda de Acioli e no curto governo que se seguiu. O argumento secundário é que tinham ideologia e plataforma política bem definidas, cujo fim seria a modernização do Ceará. Para tanto, a vida de Licínio será esmiuçada, analisando sua origem familiar, formação intelectual, valores, carreira profissional, relacionamentos pessoais e envolvimento nos acontecimentos políticos de sua época.

Origem e formação intelectual

Licínio Nunes de Melo nasceu em 30 de abril de 1849, em Fortaleza, capital da então província do Ceará, sendo filho de Manuel Nunes de Melo (1822-1879) e de Maria Paulina da Cunha Nunes (1816-1883).[15] Sua família, de cor branca, era parte da elite local, com parentela que se estendia por municípios próximos a Fortaleza, e até mesmo outros mais distantes. Os Nunes de Melo eram burocratas, comerciantes, políticos e proprietários rurais na capital cearense, incluindo seus distritos (e antigas vilas indígenas) de Arronches (atual Parangaba) e Messejana, assim como nos municípios de Soure (atual Caucaia) e Maranguape. Manuel era funcionário público de carreira, filiado ao Partido Liberal e possuía terras agrícolas em Messejana. A seu respeito, o historiador e contemporâneo Barão de Studart afirmou que era "de uma memória prodigiosa e um repertório vivo das leis da fazenda e da Província, sendo

p. 7.

15 ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA (CE). Freguesia de São José de Fortaleza. **Livro de batizados (1848-1851)**. Registro em: [18--]. Registrado às fls. 209v do v. 25. Não se sabe a razão do nome português "Licínio", de origem latina. Até então, a família escolhera nomes que homenageassem parentes, como pais e avós. É provável que, neste caso, tenha se referido a Licinius (c. 265-325), primeiro imperador cristão de Roma, pois outros membros da família Nunes de Melo, nascidos na mesma época, receberam os nomes de figuras reais ou mitológicas da antiguidade, como Tito, Augusto, Justiniano, Narciso, Virgílio e Viriato. Trata-se aparentemente de mero modismo.

considerado o melhor consultor em negócios da administração pública."[16] Além disto, era "cronista consciencioso e conhecia os fatos antigos do Ceará e principalmente a genealogia das famílias cearenses."[17] Seu irmão, José Nunes de Melo (1823-1882), era oficial da ordem da Rosa e filiado ao Partido Conservador, tendo a patente de coronel da Guarda Nacional e servido como comandante do corpo policial e deputado provincial por várias legislaturas.[18] O pai de ambos, também chamado Manuel Nunes de Melo (1789-1839), era comerciante proveniente da Ilha do Pico, no arquipélago dos Açores e se envolvera nos principais acontecimentos políticos no Ceará do começo do século XIX.[19]

Além da participação em momentos significativos da política cearense, um outro fator que possibilitou a rápida ascensão social da família em apenas duas gerações se deve ao casamento com mulheres da elite local. Segundo o historiador Jeffrey D. Needell, o principal elemento considerado num casamento era a "melhoria ou conservação da posição da família e de oportunidade".[20] O avô de Licínio se casou no Recife com Paula Maria de Jesus (c. 1799-1863), única herdeira de um casal pertencente às antigas famílias Sá e Vasconcelos de Pernambuco.[21] O pai de Licínio contraiu matrimônio com Maria Paulina, viúva e com filhos pequenos, mas proveniente de uma das mais antigas e influentes famílias do nordeste brasileiro. Dela pouco se sabe, apenas que tinha alguma educação, pois sabia ler e escrever.[22] Seu pai era João da Cunha Pereira (c. 1785-c. 1865), último diretor dos índios de Messejana, além de juiz,

16 STUDART, Guilherme Chambly. **Diccionario bio-bibliographico cearense**. Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor, 1913. v. 2. p. 262-263.

17 Ibid.

18 Ibid., p. 176-177.

19 Sua assinatura consta na ata de reconhecimento da independência de Portugal e de juramento a Dom Pedro I (1822), na fundação da Confederação do Equador (1824), do qual parece ter sido um participante hesitante, de uma segunda ata de juramento ao primeiro imperador (1824) e da ata de juramento a Dom Pedro II (1831).

20 NEEDELL, 1986, p. 122.

21 ARQUIDIOCESE DO RECIFE (PE). Freguesia do Santíssimo Sacramento do Recife. **Livro de casamentos (1815-1828)**. Registro em: [18--]. Registrado às fls. 70 do v. 4.

22 Cf. PARTILHA amigável dos bens deixados por Manoel Nunes de Mello. Fundo Cartório de órfãos de Fortaleza, caixa 1, processo n. 33, f. 2. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). 1879.

subdelegado e vereador na mesma localidade.[23] Através dele e de sua esposa, Rosa Marciliana da Cunha Lage (c. 1790-c. 1870), Maria Paulina descendia "dos famosos Cunha Pereira, fidalgos portugueses estabelecidos no final do século XVII no Boqueirão-de-baixo, no Jaguaribe" (interior do Ceará).[24] Seus demais antepassados também foram fidalgos, assim como senhores de engenho, membros de câmaras municipais locais e combateram os holandeses em Pernambuco no século XVII.[25]

Como membro da elite fortalezense, Licínio recebeu uma educação apropriada para sua posição. Não se sabe como foi alfabetizado, se por algum parente, ou por algum dos professores de primeiras letras da capital. Foi aluno do Ateneu Cearense, colégio particular fundado em 1863, que se tornou a opção preferencial dos membros da elite para educarem seus filhos, frente à decadência do Liceu do Ceará.[26] Um contemporâneo e, posteriormente, ilustre educador em Fortaleza, afirmou: "a vida pública dum homem começa no seu colégio, primeiro contato dele com seus iguais sem a fiscalização direta de seus pais."[27] É na escola onde amizades e rivalidades se iniciam, muitas vezes perdurando vidas inteiras, e moldando o caráter e ações de indivíduos. Inúmeros foram os estudantes do Ateneu

23 Gustavo Barroso e o Barão de Studart afirma que João foi capitão-mor de Messejana, quando ainda era município (hoje distrito de Fortaleza). Cf. BARROSO, Gustavo. **Memórias:** coração de menino. 3. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 2000. v. 1. p. 26; STUDART, 1913, p. 261. O que é incorreto. Sendo homem branco, não poderia ocupar uma posição destinada a um indígena numa vila de índios.

24 STUDART, Guilherme Chambly. **Diccionario bio-bibliographico cearense**. Fortaleza: Typographia Minerva de Assis Bezerra, 1915. v. 3. p. 247.

25 Licínio era trineto de José da Silva Baima e de Quitéria da Costa Gadelha (filha Jorge da Costa Gadelha, mestre de campo de auxiliares), cuja ascendência é descrita por Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (1718-1786), assim como o da família Cunha Pereira. Cf. FONSECA, Antônio José Vitoriano Borges da. Nobiliarchia pernambucana. **Annaes da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 48, p. 67-77, 91-92, 231-232, 258-260, 1926. Para a ligação entre Licínio e as pessoas citadas, cf. ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA (CE). Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Fortaleza. **Livro de casamentos (1796-1839)**. Registro em: [18--]. Registrado às fls. 84v, 141 - 141v do v. 1.; ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA (CE). Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Fortaleza. **Livro de batizados (1788-1799).** Registro em: [17--]. Registrado às fls. 68v. do v. 1.; DIOCESE DE LIMOEIRO (CE). Freguesia de Nossa Senhora do Rosário das Russas. **Livro de batizados (1760-1799)**. Registrado em: [17--]. Registrado às fls. 57v-58 do v. 6.

26 STUDART, 1913, p. 261. Para a concorrência com o Liceu e a aparente decadência deste, cf. ATENEU cearense. **Cearense**, Fortaleza, p. 1, 14 out. 1864. Parte Official.

27 BARROSO, 2000, v.1, p. 44. Se trata do professor Lino de Sousa da Encarnação.

que posteriormente tiveram relevo na vida pública do Ceará (e até mesmo do Brasil), e cujos caminhos cruzaram com os de Licínio na vida adulta.[28]

O Ateneu Cearense ofertava disciplinas de alfabetização, catecismo da religião católica, gramática, francês, inglês, latim, geografia, história, aritmética, álgebra, geometria, filosofia e retórica.[29] O diretor do colégio, João de Araújo Costa Mendes (1833-1874), e seu irmão Manuel Teófilo da Costa Mendes (1841-1891), nas palavras deste, procuraram incutir nos alunos valores de religião e civilização.[30] Era, portanto, uma educação eurocêntrica e também "humanista, conservadora, e católica", nos moldes dos *lycées* (liceus) da França, então principal modelo intelectual e cultural do Brasil.[31] Entretanto, talvez a maior influência que o Ateneu tenha causado na formação moral de seus alunos tenha sido em relação à escravidão. Anualmente, na celebração da independência do Brasil no colégio, o diretor e seu irmão convenciam proprietários de escravos a concederem a manumissão de crianças escravizadas, em nome dos estudantes do Ateneu.[32] Talvez o fizessem com o intento de causar o maior impacto psicológico em seus estudantes (e, consequentemente, aversão à escravidão), ao verem crianças da sua idade em situação completamente distinta da deles.[33] Parecem ter sido bem sucedidos, pois vários dos

28 Para citar somente alguns: João Capistrano de Abreu, Guilherme Studart (Barão de Studart), Tomás Pompeu de Sousa Brasil, José Lino da Justa, Dom Antônio Xisto Albano (bispo do Maranhão), Frederico Augusto Borges, Alfredo da Rocha Salgado, Francisco de Paula Ney, Rodolfo Teófilo, Cândido José Pamplona, e Manuel Albano Filho.

29 ESTATUTOS do Ateneu Cearense. **Pedro II**. Fortaleza, n. 291, p. 4. 18 dez. 1862.

30 Cf. ALLOCUÇÃO, proferido, na noite de 8 de novembro, pelo diretor do Atheneu Cearense, Manoel Theofilo da Costa Mendes, por occasião da destribuição dos prêmios, aos alunos que mais se destiguiram durante o anno lectivo. **Cearense**, Fortaleza, ano 30, n. 97, p. 4, 8 dez. 1875.

31 NEEDELL, 1986, p. 180-181. Needell se refere às escolas secundárias do Rio de Janeiro, mas os princípios que norteavam as instituições de ensino no Ceará, especificamente o Liceu do Ceará e o Ateneu Cearense, eram semelhantes.

32 A primeira ocasião em que escravos foram libertados ocorreu em 7 de setembro 1869, quando o diretor também fundou na mesma cerimônia a "Sociedade Libertadora", associação abolicionista que iria perdurar até a extinção da escravidão no Ceará. Os próprios alunos coletaram fundos para comprar a liberdade das escravas, "[e]m lugar de aplicarem em música e foguetes as subscrições promovidas entre si para solenizarem o grande dia da pátria". Cf. FESTA patriotica. **Cearense**. Fortaleza, ano 23, n. 201, p. 1, 10 set. 1869. Noticiario.

33 Em 1881, no início da campanha abolicionista que resultaria no fim da existência de

abolicionistas que se tornaram célebres na campanha pela extinção da escravidão na década de 1880 foram alunos do Ateneu.[34]

Carreira profissional, casamento e abolicionismo

A primeira década da vida adulta de Licínio é obscura, talvez por coincidir com o período em que os liberais estiveram longe do poder, negando a ele a possibilidade de obter alguma nomeação para função pública, por influência de seu pai, como era o costume. De acordo com Needell, a prática clientelista "era tradicionalmente essencial para uma família da elite".[35] O que é sabido é que não combateu na Guerra do Paraguai (1864-1870). Possivelmente tenha sido poupado do recrutamento por ser o único filho homem restante na sua casa.[36] Seu meio-irmão mais velho, José Antônio Seifert (1842-1873), filho do primeiro casamento de Maria Paulina com um arquiteto austríaco, serviu no 26º Corpo de Voluntários da Pátria e passou anos como prisioneiro de guerra.[37] Sobre Licínio, se sabe apenas que era votante em 1874, trabalhava como "agências", com renda anual de 200 mil reais (valor baixo para a época) e que servia na ativa na Guarda Nacional.[38] É crível que tenha passado estes anos atuando como

escravos no Ceará, o jornal *Pedro II* se referiu ao pioneirismo do Ateneu Cearense e aos desafios pelos quais passou, devido aos costumes e ideias prevalentes: "Quando a liberdade da escravatura do Brasil era ainda uma utopia [...] a mocidade do Ateneu Cearense, guiada pelo seu digno diretor, considerava a liberdade de um escravo o principal ornamento de suas festas literárias e patrióticas". Cf. **Pedro II**. Fortaleza, ano 41, n. 46, p. 1, 9 jun. 1881.

34 Licínio deve ter se formado antes de 1869, pois já teria vinte anos de idade, mas é muito provável que o diretor e seu irmão já influenciassem a percepção dos alunos sobre a escravidão bem antes daquele ano.

35 NEEDELL, 1986, p. 117.

36 Licínio tinha dois meios-irmãos mais velhos, José Antônio Seifert (1842-1873) e Amália Maria Seifert (c.1844-19??), uma irmã gêmea, Benvinda Nunes de Melo (1849-1925) e uma mais nova, Emília Nunes de Melo (1850-1877), vitimada pela epidemia de beribéri durante a Grande Seca (1877-1878).

37 STUDART, 1913, p. 65-66. José Antônio trouxe consigo um copo de vidro que pertencera a Francisco Solano López, ditador do Paraguai, e que, após seu falecimento prematuro, ficou com o seu irmão Licínio, depois passando para o filho deste, José Licínio Nunes de Melo. Cf. O POVO. Fortaleza, p. 1, 2 mai. 1949. Foi herdado por Maria José Costa Nunes e hoje se encontra com Wander Nunes Frota (filha e neto de José Licínio, respectivamente).

38 Este artigo se refere ao real, antiga moeda brasileira existente até 1942, e que era conhecido no plural como "réis". A grafia foi modernizada, assim como nomes de pessoas e lugares.

administrador ou apoio ao pai nas propriedades agrícolas da família em Messejana, o que explicaria o termo genérico "agências".[39]

Com o retorno dos liberais ao governo, em 1878, Licínio foi nomeado "comissário pagador" no distrito do Alto da Pimenta (atual bairro Siqueira, em Fortaleza).[40] No ano seguinte, o governo imperial o empregou na Caixa Econômica, quando de sua fundação na capital cearense.[41] O falecimento de seu pai em 1879 o colocou na chefia da família, e permitiu que também herdasse terras, resultando na multiplicação de sua renda anual (para 800 mil reais em 1880 e 1.200.000 em 1883) e colocando-o na categoria de "proprietário". Isto significava por si só, a sua inserção na camada superior da sociedade e sua ruptura da condição de alguém dependente da figura paterna.[42] Por outro lado, a morte de Manuel causou um vazio de influência e prestígio que afetaria a carreira de Licínio. Para ascender profissionalmente, além de mérito próprio e capacidade pessoal, um indivíduo necessitava de uma eficiente e ampla rede de relacionamentos. O comum era buscar o apoio de um intermediário com prestígio, para interceder a seu favor.[43] Sem o pai, pediu a intercessão de seu padrinho de crisma, Dom Luís Antônio dos Santos (1817-1891), bispo do Ceará e,

Para efeito de comparação, em 1883 pescadores, pedreiros, trabalhadores diários e sapateiros tinham renda anual de 200 mil reais, enquanto artesãos, caixeiros, tipógrafos e pequenos comerciantes recebiam 600 mil. Cf. MATRÍCULA dos guardas alistados para o serviço ativo 1874: pacotilha anos 1874-1876. Fundo Guarda Nacional, código: BR APEC GN, caixa 14. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). 1873-1896.

39 O historiador Miqueias H. Mugge esclarece que os termos "agências", "indústrias" e "jornaleiro" (para quem vive de sua agência, indústria ou jornada, respectivamente) se referem geralmente "a trabalhadores sem especialização, que poderiam prestar serviços temporários em virtude de uma boa colheita ou da época de castrar ou marcar o gado", por exemplo. Cf. MUGGE, Miqueias H. Antes do mito: soldados-cidadãos da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul (1850-1873). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 34, n. 64, p. 137-138, jan./abr. 2018.

40 PORTARIA de 28 de fevereiro de 1878. Fundo Governo da Província, código de referência: BR APEC GP. POR. ENC., livro 43. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). 1878.

41 STUDART, 1913, p. 261.

42 LISTA suplementar dos cidadãos qualificados elegíveis, ano 1880, Fundo Câmaras Municipais, série Correspondências Expedidas, caixa 39. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). 1872-1880.; LISTA dos cidadãos qualificados para o serviço activo, ano 1883: pacotilha ano 1883. Fundo Guarda Nacional, código: BR APEC GN, caixa 14. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). 1873-1896.

43 NEEDELL, 1986, p. 130.

mais tarde, Marquês de Monte Pascoal, em 10 de junho de 1880: "Nesta data escreve a meu favor ao ministro da Agricultura para obter-me um bom emprego, o meu padrinho [o] bispo".[44]

A demanda de Licínio foi eventualmente atendida, e ele foi nomeado amanuense da Secretaria da Presidência, em março de 1881.[45] Em setembro de 1884, foi promovido a oficial da mesma secretaria.[46] No ano seguinte, recebeu a patente de capitão da Guarda Nacional.[47] Era um reconhecimento de sua ascensão. "As patentes de oficiais normalmente correspondiam com a posição de um indivíduo na sociedade," afirmou o historiador Ilan Rachun, "um estalajadeiro seria um tenente, um proprietário de loja um capitão, um comerciante um major, e o mais poderoso proprietário de terras local, um coronel."[48] Licínio também procurou fazer parte de outras instituições locais que lhe confeririam prestígio. Foi membro de irmandades leigas, como a de São José e a do Santíssimo Sacramento, esta última reservada para os brancos.[49] Também logrou ser eleito para a

44 MELO, Licínio Nunes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Ana Nunes de Melo. Fortaleza, 10 jun. 1880. (Arquivo pessoal de Licínio Nunes de Miranda). Carta 3. Na coleção há vinte cartas trocadas entre o casal durante o noivado. Foram cedidas gentilmente por Tereza Maria Nunes Ricarte.

45 Nomeado amanuense da 3ª seção por portaria de 1 de março de 1881. Cf. SECRETARIA da presidencia. **Pedro II**, Fortaleza, ano 41, n. 20, p. 2, 10 mar. 1881. Factos diversos.; REGISTRO de Títulos, 1872-1881. Fundo Governo da Província, código BR APEC GP POR ENC. livro 29, f. 179-179v. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). 1881. Para os cargos ocupados por Licínio na Secretaria do Interior de 1881 até 1892, cf. MATRÍCULA dos Empregados da Secretaria do Interior do Estado. Fundo Governo da Província, fls. 8, 26v-27. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). [188?].

46 Nomeado oficial da Secretaria da Presidência por portaria de 6 de setembro de 1884. Cf. REGISTRO de Títulos, 1881-1892. Fundo Governo da Província, cód.: BR APEC, GP. POR. ENC. 53, livro 53, f. 69v. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). 1881-1892.

47 Nomeado capitão da 5ª companhia do batalhão de infantaria de reserva nº 1 da Guarda Nacional de Fortaleza. Cf. REGISTRO de patentes da Guarda Nacional, 1873-1888. Fundo Guarda Nacional, cód. BR APEC GN, livro 13, fls. 177. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). 1873.

48 RACHUN, 2016, p. 22.

49 Eleito mordomo da confraria de São José em 1881, Cf. SECRETARIA…, 1881, p. 2.; Eleito mesário de São José em 1882, cf. IRMANDADE de São Jose. **Constituição**. Fortaleza, ano 20, n. 18, p. 3, 5 mar. 1882.; Eleito tesoureiro da irmandade do santíssimo sacramento em 1881, cf. IRMANDADE do S. Sacramento. **O Cearense**, Fortaleza, ano 35, n. 115, p. 1, 31 mai. 1881.

irmandade da Santa Casa de Misericórdia, em março de 1880.[50] Esta era, nos círculos sociais de Fortaleza, a mais prestigiosa das irmandades, na qual somente um número reduzido da própria elite conseguia se inserir.[51]

O casamento seria outro elemento fundamental para fortalecer o posicionamento social de Licínio. Escolheu sua prima Ana Nunes de Melo (1857-1947), a quem chamava carinhosamente de "Naninha". Ela era católica fervorosa, falava francês correntemente e havia sido educada como interna no Colégio da Imaculada da Conceição, onde as moças da elite estudavam.[52] Ana era filha do coronel Tito Nunes de Melo (1830-1894), um dos chefes políticos conservadores de Maranguape, onde atuava como vereador na câmara local, e abastado proprietário de terras.[53] Além disso, ela era sobrinha do Barão de Santo Amaro, rico comerciante em Fortaleza, e um dos maiores donos de escravos na capital.[54] Apesar da consanguinidade, que traria prejuízos graves de saúde a alguns de seus descendentes, a união matrimonial, ocorrida em 16 de setembro de 1880,

50 Eleito irmão em 12 de fevereiro de 1880 e tomou posse em 11 de março do mesmo ano. Cf. SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FORTALEZA (CE). **Livro de atas (1878-1880)**, Fortaleza, n.4, f. 30-33, 1880.

51 A distinção racial e social, inclusive na possibilidade de adentrar irmandades, não era prevista na lei, existindo por imposição de costumes e preconceitos. Testemunha ocular, Gustavo Barroso disse: "Nada impõe essa seleção, nem regulamentos, nem mesmo os hábitos. Ela é quem se impõe por si própria, como no Passeio Público [praça no centro da capital], quando há retreta, o pessoal fino vai para a Avenida (Alameda) Caio Prado, e o pessoal miúdo fica na Mororó [se refere às duas alamedas na dita praça], respeitando religiosamente uma demarcação simplesmente ideal." Cf. BARROSO, 2000, v.1, p. 64.

52 PINHO, Maria Nunes. **Entrevista concedida a Licínio Nunes de Miranda**. Caucaia, 30 jul. de 2014. Áudio gravado na Fazenda Água Boa, distrito de Tucunduba, Caucaia. "Mariinha", nascida em 1926, é neta de Licínio e Ana, e ouviu da avó, já idosa, as informações que serão descritas neste artigo.

53 Em 1880, ainda era tenente-coronel comandante do 3º batalhão de infantaria da Guarda Nacional, de Maranguape. Seria reformado no posto de coronel pela princesa Dona Isabel, por decreto de 29 de novembro de 1887. Cf. REGISTRO…, 1873, fls. 140v-141.

54 O avô paterno de Ana, António Nunes de Melo "Júnior" (1803-1878), era irmão mais novo de Manuel, avô paterno de Licínio. O avô materno de Ana, António Nunes de Melo "Sênior" (1788-1860), era tio dos dois irmãos e foi o primeiro da família a imigrar para o Brasil. Os irmãos Manuel Nunes de Melo (1804-1883), Barão de Santo Amaro, e António Nunes de Melo "Terceiro" (1813-1881) eram igualmente sobrinhos de António "Sênior" e primos dos outros Manuel e António. A confusão de nomes idênticos pode explicar a adoção de nomes da antiguidade nas gerações posteriores. Ademais, a mãe de Ana, Alexandrina Maria Nunes (1831-1907), era irmã da esposa do Barão de Santo Amaro.

foi uma decisão compreensiva, pois serviu para solidificar a condição social de ambos.[55] Tiveram quatro filhos que deixaram descendência: João "Joãozinho" Licínio Nunes (1888-1937), José "Zezinho" Licínio Nunes de Melo (1890-1987), Luís "Lulu" Nunes de Melo (1892-1980) e Maria Amélia "Maroca" Nunes de Melo (1884-1968), casada com o português Luís Cordeiro de Miranda (1869-1959).[56]

As cartas trocadas entre Licínio e Ana durante o noivado são excelentes fontes para compreender a relação entre um homem e uma mulher de seu nível social naquela época. As demonstrações de carinho emocional e físico nas cartas são evidentes. Como Needell bem afirmou, "[a]lguém pode se casar como parte da ambição de parentes, mas a união de famílias era, necessariamente, a união de corpos também".[57] Ela era interessada em questões políticas locais, e até mesmo de outras províncias, como Pernambuco. Por sua vez, ele a incentivava, falando sobre acontecimentos políticos, perguntando a sua opinião e enviando jornais que tratassem do assunto.[58] Apesar de não ser possível votar ou assumir cargos eletivos, há evidências do interesse de mulheres da família em questões públicas, tanto políticas como sociais. Uma prima dele, Ana Isabel Barroso (c. 1843-1929), "[f]alava muito em Lamartine, em Victor Hugo, na Revolução Francesa, em D. Pedro II, Joaquim Nabuco e Maciel Monteiro".[59] Outra prima, Estefânia Nunes Salgado (1865-1919), atuou

55 Sobre a preferência por casamentos entre parentes, cf. NEEDELL, 2006, p. 117-124. Licínio e Ana tiveram doze filhos, dos quais quatro eram saudáveis (João, José, Luís e Maria Amélia), quatro faleceram na infância e outros quatro sofreram de distrofia muscular, doença degenerativa diagnosticado em gerações posteriores, frutos de casamentos endogâmicos entre os descendentes do casal.

56 Do consórcio de Maria Amélia e Luís nasceu o primeiro neto de Licínio, o qual foi registrado no cartório pelo avô, que lhe deu o seu nome. Cf. FORTALEZA (CE). Cartório João de Deus 1º Ofício de Fortaleza. **Livro de registro de nascimentos.** Registrado às fls. 13v do livro A-13, nº de ordem 276. Trata-se do médico Licínio Nunes de Miranda (1906-1996), avô do autor do presente trabalho. Foi Diretor de Saúde Pública (correspondente ao atual Secretário de Saúde) nos governos estaduais de Faustino Albuquerque (1947-51), Paulo Sarasate (1955--58) e Flávio Marcílio (1958-59).

57 NEEDELL, 1986, p. 122.

58 MELO, Licínio Nunes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Ana Nunes de Melo. Fortaleza, 01 jul. 1880. (Arquivo pessoal de Licínio Nunes de Miranda). Carta 7 de 20.; MELO, Ana Nunes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Licínio Nunes de Melo. Fortaleza, c. 04 jul. 1880. (Arquivo pessoal de Licínio Nunes de Miranda). Carta 8 de 20.

59 BARROSO, 2000, v.1, p. 16, 216. Era a tia "Iaiá" de Gustavo Barroso.

na campanha abolicionista, e se casou com Alfredo Salgado, membro da Cearense Libertadora.[60]

De acordo com relatos familiares, Licínio era abolicionista, e escondia escravos fugitivos em Maranguape.[61] Há elementos que corroboram com tal alegação. Na partilha amigável de bens, por ocasião da morte de seu pai em 1879, optou por não receber escravos, somente terras, ao contrário de sua mãe e irmã Benvinda. Em matrícula de 1881, com os escravos existentes em Fortaleza, incluindo os seus proprietários, não consta o seu nome, mas o de sua mãe e irmã somente (além de outros parentes).[62] É possível que os anos no Ateneu Cearense tenham influído em sua oposição à escravidão. Ele parece ter tido uma predisposição positiva em relação às pessoas de cor, pois permitia aos filhos assistirem às celebrações de afrodescendentes e, após o fim da escravidão, serviu como administrador do patrimônio de Nossa Senhora do Rosário, ligado a confraria de mesmo nome cujos membros eram escravos ou seus descendentes. Apesar de sua família ter possuído escravos, e Licínio certamente conviveu com eles, houve uma mudança de percepção quanto à legitimidade da escravidão por parte de alguns membros dos Nunes de Melo. Eram costumeiros os conflitos entre Ana e sua mãe sobre o tratamento cruel que esta dispensava a seus escravos.[63]

Além da prima Estefânia, o irmão mais velho de Ana, José Tito Nunes de Melo (c. 1855-1914), foi membro da Cearense Libertadora, a

60 GIRÃO, Raimundo. **Abolição no Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, p. 74, 89, 192.

61 NUNES, Francisco Juarez Costa; NUNES, Heliane Costa. **Entrevista concedida a Licínio Nunes de Miranda**. Fortaleza, 02 jul. 2016. Áudio gravado no sítio Jucurutuoca, Fortaleza. Juarez, nascido em 1930, é neto de Licínio e Ana e pai de Heliane. Ambos ouviram os relatos sobre o abolicionismo de Licínio de seus filhos José Licínio e Luís (pai e tio de Juarez, respectivamente). Os irmãos contaram que certa vez, descendo a serra de Maranguape a cavalo no caminho para Fortaleza, e pouco antes de cruzar um riacho no distrito de Tucunduba, Licínio encontrou o corpo de um escravo enforcado numa árvore. O fato deve ter ocorrido entre 1880 e 1884. Os entrevistados também comentaram sobre o seu monarquismo.

62 PARTILHA…, 1879, f. 5-10.; RELAÇÃO dos escravos existentes matriculados nesta repartição: pacotilha n. 13. Fundo Junta classificadora de escravos, série Ofícios expedidos, mapa estatístico, relação de escravos a serem libertados, caixa 01. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). 1882-1884.

63 PINHO, 2014.

associação abolicionista mais radical do movimento, e envolvida com a fuga de escravos.[64] Se Licínio fez parte de algum dos grupos abolicionistas existentes, não é sabido, pois a documentação da época é insuficiente. De qualquer maneira, quando todos os escravos foram libertados em Fortaleza, em 24 de maio de 1883, ele e sua esposa Ana participaram das festividades, inclusive ofertando roupas novas para os escravos recém-libertos.[65] Anos mais tarde, quando a escravidão foi definitivamente abolida no Brasil, em 13 de maio de 1888, sugeriu à Santa Casa de Misericórdia que enviasse mensagem congratulatória à princesa Dona Isabel pelo acontecimento.[66]

República, ostracismo e senso de honra

No interregno conservador (1885-1888), a carreira de Licínio ficou estagnada. Todavia, manteve o emprego, ao contrário do que ocorria normalmente, em que nomeações e demissões dependiam de lealdade partidária. No ocaso do império, a coesão dos dois principais partidos estava comprometida, com facções de conservadores aliadas às facções de liberais em conflito mútuo, precedendo o surgimento de novos partidos no início do período republicano. Isto explicaria a sua nomeação, mesmo sob governo conservador, para o cargo de mordomo (uma espécie de administrador) na direção do hospital da Santa Casa de Misericórdia, em 1887, para o qual seria reconduzido nos anos seguintes.[67] Pertencer à irmandade era relevante, mas fazer parte da administração do hospital o colocou num círculo restrito dentro da própria elite cearense. Como membro da administração, recebeu Dom Gastão de Orleães, Conde de

64 LIBERTADOR. **Cearense**, Fortaleza, ano 35, n. 23, p. 5, 30 jan. 1881.

65 PINHO, 2014.

66 SANTA C. de Misericórdia. **Gazeta do Norte**. Fortaleza, ano 9, n. 131, p. 2, 13 jun. 1888.; SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FORTALEZA (CE). **Livro de atas (1887-1890)**, Fortaleza, n. 6, f. 13v. 1888.

67 Nomeado em 3 de março de 1887, e reconduzido em 10 de março de 1888, 19 de março de 1889, 1 de março de 1890, e em 2 de março de 1891. Cf. SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FORTALEZA (CE). **Livro de atas (1880-1887)**, Fortaleza, n.5, f. 134v, [188-]; SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FORTALEZA (CE). **Livro de atas (1887-1890)**, Fortaleza, n. 6, fls. 10-10v, 45-45v, 91-91v, [18--]; SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FORTALEZA (CE). **Livro de atas (1891-1893)**, Fortaleza, n. 7, fls. 10-10v, [189-].

Eu (consorte da princesa Dona Isabel), quando de seu desembarque no porto de Fortaleza em agosto de 1889, e foi escolhido para convidar pessoalmente o príncipe para assistir à missa pelo imperador, que escapara ileso de um atentado a sua vida.[68] Logo em seguida, em setembro, Licínio foi promovido a primeiro oficial da Secretária da Presidência.[69]

Meses depois, em 15 de novembro, o império foi extinto por um golpe de estado e a família imperial banida para a Europa. A mudança súbita, e até mesmo inesperada, de regime, em conjunto com a apatia e impassibilidade do imperador em reagir à própria deposição, resultou na aceitação expressa ou tácita da massa dos cearenses, seja por convicção, pressão, oportunismo ou inércia. O sogro e o tio materno de Licínio, ambos conservadores, e com longas carreiras como vereadores, se retiraram da vida pública, como muitos monarquistas convictos optaram por fazer.

No caso dele, com a carreira ainda em ascensão, a escolha foi por aderir à República. Pelas ações que tomaria posteriormente em favor da restauração da Monarquia, é provável que tenha sido motivado num primeiro momento por coação e risco de vida.[70] Um dia após o golpe, assinou o auto de instalação do governo republicano do Estado do Ceará, junto com outros cidadãos de destaque.[71] No dia 30 de novembro, com outras dezenas de pessoas, inclusive de Francisco José do Nascimento, o "Dragão do Mar", Licínio foi admitido no Centro Republicano, que até então era uma pequena associação política composta por membros da

68 S.A. o sr. Conde d'Eu. **Gazeta do Norte**. Fortaleza, ano 10, n. 178, p. 2, 14 ago. 1889.

69 REGISTRO…, 1881-1892, f. 153.

70 Em 16 de novembro de 1889, o Barão de Aquiraz, chefe conservador, reuniu outras lideranças políticas, assim como figuras de relevo da capital, para discutirem a grave situação, mas o governo republicano considerou como uma tentativa de reação e posicionou tropas, inclusive artilharia, para um confronto. O grupo reunido por Aquiraz preferiu nada fazer, possivelmente temeroso de serem atacados. Cf. ANNAES da República brazileira. **Gazeta do Norte**. Fortaleza, ano 10, n. 257, p. 2, 20 nov. 1889. Anos depois, Tomás Pompeu de Sousa Brasil afirmou ter aderido à república sob "efeito de coação". Cf. INTERVIEW. **Jornal do Ceará**, Fortaleza, anno 1, n. 120, p. 2, 23 nov. 1904.

71 AUTO de installação do governo provisório do Estado do Ceará - República Brazileira. **Libertador**, Fortaleza, anno 9, n. 264, p. 2, 18 nov. 1889.; AUTO de installação do governo provisório do Estado do Ceará - República Brazileira. **Libertador**, Fortaleza, anno 9, n. 265, p. 3, 19 nov. 1889.

antiga Cearense Libertadora, e que havia se tornado na prática o governo do Ceará.[72]

Ele manteve o emprego público e até participou da organização dos festejos pela promulgação da nova Constituição em 1891, sobre o qual o presidente (governador) do Ceará lhe disse, talvez, como alerta sobre sua lealdade ao novo regime: "como é de esperar de um cidadão brasileiro que se orgulha de o ser".[73] Após a eleição do general de divisão José Clarindo de Queirós para presidente do estado, Licínio se aliou a ele, enquanto aquele sofria oposição crescente por parte dos republicanos históricos. Em setembro de 1891, quando a antiga Secretaria do Governo foi reformulada como Secretaria do Estado dos Negócios do Interior, ele foi reaproveitado, mantendo o cargo de primeiro oficial e, mais tarde, em dezembro, recebeu vitaliciedade na função.[74]

Sua sorte mudou radicalmente logo depois, quando o generalíssimo Deodoro da Fonseca renunciou à presidência do país em novembro de 1891, após ter fracassado em sua tentativa de golpe. Seu sucessor, marechal Floriano Peixoto, exigiu o mesmo de todos os governadores estaduais que apoiaram o seu antecessor, inclusive Clarindo. Frente à recusa do governador cearense, Floriano mandou retirar de Fortaleza o 11º Batalhão de Infantaria do Exército, considerado leal a Clarindo. Em 16 de fevereiro de 1892, Clarindo sofreu cerco por tropa de alunos da Escola Militar e de civis armados ligados a Floriano, resistindo a tiros de fuzis e canhões. O governador era defendido por forças policiais e civis leais no palácio do governo, na praça General Tibúrcio, e em ruas próximas. Na madrugada do dia seguinte, Clarindo se rendeu e foi forçado a partir para o Rio de Janeiro. Em depoimento posterior à polícia, Licínio foi acusado de ter participado do combate, colocando homens armados na Igreja do Rosário, ao lado do palácio do governo.[75] Negou a acusação com respostas pouco

72 CENTRO Republicano. **Libertador**, anno 9, n. 276, p. 2, 2 dez. 1889. Telegrammas.

73 BARROSO, Benjamim Liberato. [**Correspondência**]. Destinatário: Licínio Nunes de Melo. Fortaleza, 2 mar. 1891. (Arquivo pessoal de Licínio Nunes de Miranda).

74 Nomeado primeiro oficial da Secretaria do Interior por ato de 24 de setembro de 1891. Recebeu vitaliciedade no cargo por ato de 5 de dezembro do mesmo ano. Cf. REGISTRO…, 1881-1892, fls. 267v-282.

75 CERTIDÃO de auto de perguntas feitas à Licínio Nunes de Melo. Fortaleza, 1 mar. de 1892. (Arquivo pessoal de Licínio Nunes de Miranda).

convincentes, e foi demitido do cargo de primeiro oficial. Pela primeira vez em anos, não foi reconduzido à função de mordomo da Santa Casa de Misericórdia.[76]

Para um homem de sua condição social, a demissão do governo e o fim de sua participação na administração do hospital da Santa Casa significavam o ostracismo. Além da distância do centro de poder e do círculo íntimo da elite, assim como a perda de prestígio e de renda, ele presenciou a sua reputação ser paulatinamente arruinada pela imprensa pró-governo, em parte por seu monarquismo.[77] Poderia ter sido pior, entretanto, pois o presidente Floriano Peixoto, que assumiu poderes ditatoriais, atuou com violência contra seus inimigos políticos, e muitos foram presos, exilados ou executados.[78] O momento era ainda mais delicado para Licínio devido ao lento declínio de sua família, causado pela morte dos membros antigos mais influentes, como seu pai (1879), tio paterno (1882) e sogro (1894), mas também pela ruína econômica de outros, como o Barão de Santo Amaro, que faliu pouco antes de seu falecimento, em 1883. Outros fatores contribuíram para a decadência dos Nunes de Melo, como a união matrimonial com pessoas de famílias com menos ou nenhuma influência, a emigração de parentes para outras regiões, e escândalos familiares, como no caso da prisão de dois primos.[79]

Em uma sociedade patriarcal, hierarquizada e conservadora como a cearense (e, em maior escala, a brasileira), o valor de um homem como tal, para si e para outrem, e sua posição social dependiam da sua reputação. Acima de tudo, a honra individual e familiar deveria ser preservada, pois a sua autoridade e respeitabilidade estariam comprometidos. Como bem definido pela historiadora Martha S. Santos: "Honra funcionava através de interação entre a conceptualização de um homem de seu próprio valor

76 MATRÍCULA..., fls. 8, 26v-27, [188?].

77 GHEEL no Ceará. **O Republicano**, Fortaleza, anno 1, n. 5, p. 2, 13 dez. 1895; A REPÚBLICA, p. 1, 5 jun. 1899.

78 LOVE, Joseph L. **Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism, 1882-1930**. Stanford: Stanford University Press, 1971. p. 57-62, 67-68, 70, 72.

79 Sobre as prisões do major José Alexandre Nunes de Melo, comandante da guarda urbana da corte, e do alferes Júlio Nunes de Melo, cf. RAPTO. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, anno 7, n. 245, p. 1, 5 set. 1881.; GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, p. 1, 24 set. 1903. O primeiro seduziu uma adolescente em 1881 e o segundo assassinou a esposa em 1903.

e dignidade e o reconhecimento social e aceitação daquela estimativa por outros membros da comunidade."[80] Além de que "a preocupação com reputação não era apenas uma questão de orgulho masculino ou resultado de uma receita cultural. Ao invés, o conceito de honra articulava ideias normativas de masculinidade apropriada entre [...] [os homens] sobre suas posições em relações hierárquicas com outros."[81]

A preocupação quanto a masculinidade, honra e reputação existiam em sua família. O próprio falou a respeito de um sobrinho que causava problemas em público como "uma vergonha para a família."[82] Este mesmo sobrinho comentou para o futuro escritor Gustavo Barroso, ao presenciar uma briga deste com outros garotos: "Felizmente, não desonraste a família! Brigaste como homem! Gostei de ver!"[83] Após outra luta, na qual foi derrotado, assim como na primeira, Gustavo revelou que Floriano Xavier da Silveira (1849-1932), cunhado de Licínio, elogiando a sua coragem em lutar, mesmo tendo perdido, disse: "É melhor morrer do que viver desonrado."[84] A derrota em si, por mais frustrante que fosse, não era motivo de vergonha ou de desonra. O que importava era lutar, demonstrando valor pessoal e hombridade. Licínio combateu por Clarindo em 1892, mas ele não o fez pelo imperador em 1889. Seu conformismo e inércia neste último caso talvez o tenham afetado posteriormente. Afinal, ele certamente entendia que violência política era comum e generalizada, pois discutira com Ana a respeito durante o noivado.[85] A derrota de 1892 e a perda de cargos poderiam ser revertidas, como ocorrera em outros momentos da história cearense.

Mas o desejo de reaver o que foi perdido não explica a sua decisão de derrubar o partido dominante, tomar o poder e, também, restaurar o império. Este último objetivo trazia riscos consideráveis, pois a reação viria não somente de chefes políticos locais, mas de outros estados e do próprio governo federal. Canudos, uma vila no interior da Bahia, foi destruída e a população aniquilada quase por completo em 1897, porque

80 SANTOS, 2012, p. 4.

81 Ibid. A historiadora se refere especificamente aos sertanejos cearenses, mas o conceito se aplica aos homens cearenses em geral.

82 BARROSO, Gustavo. **Cinza do tempo**. Rio de Janeiro: A Noite, [1951]. p. 149.

83 BARROSO, 2000, v.1, p. 199.

84 Ibid., p. 206.

85 MELO, 1880, carta 7.

o governo republicano acreditara que a população intencionava restaurar a monarquia.[86] O fato de ser um homem branco e membro da elite não o salvaria de uma repressão violenta, como não salvou homens de posição social semelhante durante a guerra civil no Rio Grande do Sul (1893-1895), como o monarquista contra-almirante Luís Filipe de Saldanha da Gama.[87] É possível, portanto, conjecturar que Licínio, além de almejar os cargos perdidos, tenha sido movido por culpa, senso de dever, honra e pelo desejo de restaurar uma ordem natural que lhe fazia mais sentido. Como o seu aliado político Tomás Pompeu de Sousa Brasil (1852-1929) bem argumentou em 1904: "Eu sou monarquista de convicção e amo assaz a autoridade. Ora, se esta está no príncipe [monarca], por que não hei de eu estar com ele?"[88]

Um coronel monarquista

O isolamento de Licínio não era completo, por ainda ter relações próximas com Dom Joaquim José Vieira (1836-1917), bispo de Fortaleza, e com o clero católico. Era devoto e participava das cerimônias e festejos religiosos. Foi nomeado pelo bispo para servir como administrador do patrimônio de Nossa Senhora do Rosário, por volta de 1898, e permaneceu na função por vinte anos.[89] A maior honraria ocorreu ao receber do bispo a antiga imagem de Nossa Senhora da Assunção, estátua trazida em 1654 pelo capitão-mor Álvaro de Azevedo Barreto, ao tomar posse do Ceará com a retirada dos holandeses. A imagem deu o nome à fortificação ocupada pelos portugueses, Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, da qual nasceria a capital cearense. Ela havia, há muito, perdido a sua importância para os fortalezenses, que não mais a veneravam. Entretanto, Licínio tinha "grande devoção" pela santa e se tornou guardião da imagem.

86 LEVINE, Robert M. **Vale of Tears:** Revisiting the Canudos Massacre in Northeastern Brazil, 1893-1897. Berkeley: University of California Press, 1992. p. 22, 27, 143, 195, 184-192.

87 LOVE, 1971, p. 70-71, 81.

88 Cf. INTERVIEW…, 1904, p. 2.

89 CAMARA, João. **Almanach:** Administrativo, estatistico, mercantil, industrial e litterario do Estado do Ceará para o anno de 1898. Fortaleza: Typ. Universal, 1898. p. 81.

Levou-a primeiramente para o seu oratório particular, em seu casarão em Fortaleza, e depois para o seu sítio Jucurutuoca, em Messejana.[90]

A existência de Licínio era dividida em dois mundos distintos. Um era urbano, aparentemente moderno e supostamente civilizado, enquanto o outro era rural, atrasado e rude. Licínio, como os demais proprietários de terras do sertão cearense, vivia e se adaptava às duas realidades. Na capital, ele havia sido funcionário público, mas também atuou como capitalista, sendo acionista da Companhia Ferro Carril do Ceará (desde 1880, pelo menos), responsável pelo transporte coletivo urbano em Fortaleza, inclusive sendo eleito para gerenciá-la em 1894.[91] Também tirava sustento de aluguéis de imóveis na cidade.[92] Porém, considerável parte de seus rendimentos era proveniente de suas propriedades rurais. Em Messejana, os sítios Precabura, Sabiaguaba e Jucurutuoca cultivavam milho, feijão, caju e banana para consumo próprio e para o mercado local.[93] Em Soure (Caucaia), havia a fazenda Água Boa, herdada por sua esposa em 1894, e em que a principal cultura era o algodão, vendido para exportação. Havia também a criação de gado para corte e produção de leite, sob os cuidados de um vaqueiro e de sua família, que tinham direito a um quarto dos bezerros nascidos. A população local nas propriedades era quase inteiramente analfabeta, e majoritariamente cabocla, com alguns brancos e uma minoria de cafuzos e mulatos, descendentes de escravos. Como era comum no Ceará, e em outras regiões do país, não havia salários. Os moradores, como eram chamados os lavradores, tinham o direito à metade

90 Nem Ana, já viúva, se recordava da data em que Licínio recebeu a imagem, mas lembrava de ter ouvido o marido comentar "sempre" a sua origem, e que havia sido depositada na antiga Sé (atual catedral de Fortaleza) após a separação entre estado e igreja, com o advento da república. Portanto, ele deve ter se tornado guardião dela pouco depois de 1889. Ver SOUSA, Eusébio de. **História Militar do Ceará**. [*S.l.; s.n.*], [1950]. p. 36-37. E também: BARROSO, Gustavo. **À margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962. p. 109-110; O POVO. Fortaleza, 17 de outubro de 1982. Em 2014, a imagem foi doada por seus descendentes para o seu lugar original, a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (10ª Região Militar), onde permanece. Seu sobrado era localizado na rua Formosa, nº 234 (atual rua Barão do Rio Branco, nº 1684).

91 COMPANHIA Ferro-carril. **Cearense**, Fortaleza, anno 34, n. 74, p. 4, 22 jul. 1880.; A REPÚBLICA. Fortaleza, p. 4, 2 jan. 1894.

92 CONTRACTO. **Cearense**, Fortaleza, anno 38, n. 8, p. 2, 12 jan. 1884.

93 NUNES, Heliane Costa. **Entrevista concedida a Licínio Nunes de Miranda**. Fortaleza, 08 dez. 2016.

do que era cultivado do algodão, e da colheita de alimentos, mas havia algumas atividades em que o trabalho era pago com dinheiro pela diária.[94]

Na ausência do estado, cabia a ele responsabilidades que iam além da função de patrão. Tal qual um senhor feudal, ele tinha a obrigação, teoricamente, de cuidar do bem-estar de seus moradores, defendendo-os de criminosos, facilitando o acesso à justiça (ou protegendo-os dela, em alguns casos) e ao atendimento médico, e resolvendo pendências e malquerenças entre eles.[95] A proximidade com o governo e com os que detinham o poder era essencial, pois permitiria a Licínio (e a outros fazendeiros como ele) utilizarem a polícia ou o juiz local para atender às demandas, assim como outros serviços públicos. Em 1911, por exemplo, ele requisitou vacinas para malária ao governo estadual para atender Tucunduba, distrito de Soure, onde sua fazenda era localizada.[96] Ocorre que muitos grandes proprietários, os coronéis, utilizavam a sua influência para dominar a política local, distribuindo favores e atacando opositores. Os cargos de intendente (prefeito), vereador, delegado e de juiz eram ocupados por eles próprios ou por aliados. Aproveitavam-se da violência perpetrada por capangas armados, jagunços e até mesmo cangaceiros. "A liderança oferecida pelo coronel tinha um caráter tanto político quanto belicoso", explica Rachun.[97] E ele acrescenta: "Coronéis lutavam um contra o outro frequentemente, ou faziam alianças para se livrarem de um coronel vizinho ameaçador. Em vários casos, grupos de coronéis lutaram um conflito bem-sucedido contra o seu próprio governo estadual."[98]

É por essa razão que Acioli, que se tornou a principal figura política cearense após a deposição de Clarindo, procurou o acomodamento em relação aos chefes políticos do interior. Quando não era possível obter o apoio, como no caso de Licínio, o governo federal intervinha para

94 MIRANDA, Daniel Nunes de. **Entrevista concedida a Licínio Nunes de Miranda**. Fortaleza, 30 jun. 2016.; PINHO, Maria Nunes de; PINHO, João Licínio Nunes de. **Entrevista concedida a Licínio Nunes de Miranda**. Fortaleza, 2 nov. 2021. Daniel, nascido em 1926, é neto de Licínio e Ana. Foi prefeito de Caucaia e é fazendeiro na região. João Licínio é filho de "Mariinha" e engenheiro agrônomo. Todos possuem larga experiência nos costumes e labores do meio agrário cearense.

95 MIRANDA, 30 jun. 2016.

96 VARIOLA e vaccinação. **Jornal do Ceará**, Fortaleza, anno 8, n. 1411, p. 2, 20 out. de 1911.

97 RACHUN, 2016, p. 22-25.

98 Ibid., p. 22.

apaziguar e manter um mínimo de estabilidade. Em 1898, mesmo sem influência considerável na política local, foi nomeado tenente-coronel da Guarda Nacional pelo presidente da república Prudente José de Morais Barros e teve a carta patente assinada pelo sucessor Manuel Ferraz de Campos Sales, que colocou em prática um projeto de poder que foi chamado de "política dos governadores", que consistia em uma relação com os governos estaduais semelhante ao que estes tinham com os coronéis.[99] A patente de tenente-coronel era um reconhecimento do prestígio de Licínio, ainda que uma sombra do que fora anteriormente, e de sua posição como chefe político local, mas também, pode ser presumido como uma tentativa de evitar que sua oposição a Acioli evoluísse a ponto de se tornar um confronto real.[100]

Entretanto, se o objetivo de fato era pacificar, não surtiu efeito. Agora tenente-coronel, ou simplesmente coronel, como geralmente se simplifica a nomenclatura da patente, ele persistiu na oposição a Acioli, se mantendo firme em sua posição como um coronel leal ao extinto império. Talvez tenha sido uma razão do fracasso em conseguir se eleger vereador em Fortaleza, no ano de 1898, devido às fraudes.[101] Suas alegações de corrupção nas eleições eram tratadas com desprezo no órgão de imprensa pró-Acioli, como ocorreu ao tentar se eleger deputado em 1900.[102] Sob Acioli, qualquer tentativa de obter acesso ao poder por meios legítimos era praticamente inexistente. Em todo o caso, não é claro o momento em que Licínio optou pela restauração

99 RACHUN, 2016, p. 23-24. Foi nomeado tenente-coronel comandante do 1º Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional de Fortaleza, por decreto de 22 de outubro de 1898. Cf. DECRETO de 22 de outubro de 1898. Fundo Série Guerra Guarda Nacional (IG13), cód. 9R. (Arquivo Nacional, Rio de Janeiro). 1898a. A carta patente com as assinaturas de Campos Sales e de Epitácio Pessoa (então ministro da Justiça) se encontra com João Licínio Nunes de Pinho. É importante ressaltar que o número de indivíduos que receberam a patente de coronel é reduzido. A maior parte dos chamados "coronéis" eram tenentes-coronéis, e uma minoria eram coronéis de fato. Geralmente, havia um coronel por comarca, que era superior aos tenentes-coronéis que comandavam batalhões de infantaria e regimentos de cavalaria.

100 Outros dois membros da família receberam a patente de tenente-coronel em 1898: José Tito Nunes de Melo, em Maranguape, e Virgílio Nunes de Melo, em Fortaleza, irmão e tio paterno de Ana (esposa de Licínio). Cf. Decreto de 8 de novembro de 1898. Fundo Série Guerra Guarda Nacional (IG13), cód. 9R. (Arquivo Nacional, Rio de Janeiro). 1898b.

101 CONGRESSO NACIONAL. **Annaes da Camara dos Deputados:** segunda sessão da terceira legislatura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. v. 5. Sessão em 28 de novembro de 1898.

102 A REPÚBLICA. Fortaleza, p. 4, 30 mar. 1900.

monárquica. Ele foi acusado abertamente de ser monarquista e restaurador (ou "sebastianista", termo empregado pelos apoiadores de Acioli) em 1895 e, posteriormente, em 1900, com adjetivos jocosos.[103]

Havia outros restauradores, além de Licínio, e eles usaram a Associação Comercial do Ceará como centro agregador de suas atividades. O historiador Ralph Della Cava corretamente reconhece a Associação como elemento central na eventual queda de Acioli, e como o grupo mais preeminente na coalizão oposicionista. Contudo, ele identifica a Associação como comerciantes pertencentes a uma classe média urbana (ou burguesa) em disputa por maior representação política com uma elite agrária tradicional, se aproveitando do operariado e de outros grupos sociais mais baixos para tomar o poder.[104] Trata-se de uma análise simplista da questão que se revela insuficiente para entender a motivação dos envolvidos, até mesmo se enganando quanto ao seu contexto social e econômico.

Em 1909, Geminiano Maia (1847-1916), o Barão de Camocim, e presidente da Associação Comercial, "[j]ulgando indispensável a organização definitiva do partido monarquista [...] propôs que fosse escolhido um diretório de doze membros, para servir provisoriamente".[105] Na sessão de 8 de maio, Camocim e Licínio foram eleitos para a diretoria. Os demais membros dela foram: Tomás Pompeu de Sousa Brasil, Teófilo Rufino Bezerra de Menezes Filho (1854-1910), Francisco Barbosa de Paula Pessoa (1853-1943), Tomé Augusto da Mota (1852-1928), Alcides Montano Brasil de Matos (1868-1936), Antônio Gonzaga Cordeiro de Almeida (c. 1857-1930), José Bruno Menescal (1842-1914), João Tibúrcio Albano (1860-1924), e Miguel Fernandes Vieira (c. 1851-19??). O padre José Barbosa de Jesus (1854-1945) foi escolhido presidente.[106] O grupo era composto por homens brancos, provenientes da camada superior da sociedade, e tinham outros elementos em comum. Eram ex-alunos do

103 **O Republicano**. Fortaleza. 24 nov. 1895, p. 3; Ibid. 13 dez. de 1895, p. 2; A REPÚBLICA. Fortaleza, p. 4, 30 abr. 1900. Nem todos os monarquistas eram restauradores. Estes atuavam pelo retorno da monarquia, enquanto aqueles apoiavam-na como forma de governo somente.

104 DELLA CAVA, 1970, p. 129-136.

105 JORNAL DO COMMERCIO. Manaus. p. 1, 7 jun. 1909.

106 Ibid; CEARÁ. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, anno 8, n. 2857, p. 2, 12 mai. 1909. Pelo Telegrapho.

Ateneu Cearense, abolicionistas, bacharéis, irmãos da Santa Casa, oficiais da Guarda Nacional, políticos, funcionários públicos, comerciantes, capitalistas e proprietários de terra.[107] Alguns vieram de famílias com relevância social e política igual ou superior que a de Licínio e haviam perdido influência política com o advento da república.[108]

Reconheciam Dona Isabel, filha do falecido Dom Pedro II, como imperatriz, e aceitaram a liderança de seu filho e herdeiro, o príncipe imperial Dom Luís, inclusive mantendo correspondência com o próprio.[109] Na sessão de 8 de maio, o Manifesto de Cannes (1909) do príncipe foi lido, sendo possível presumir que tenha influído no ânimo do grupo cearense e servido como plataforma política.[110] Era um projeto que pode ser definido como conservador, no sentido clássico do termo, em que se propunha a preservação do que consideravam eficaz e positivo no organismo político, social e econômico do país, com a realização de reformas graduais para resolver questões e demandas existentes, assim evitando o ímpeto revolucionário causador de choques e rupturas significativas. Além da restauração da monarquia, o manifesto propunha "a mais ampla liberdade eleitoral, o respeito do direito das minorias, a formação de partidos sólidos com programas políticos bem definidos, superiores às mesquinhas questões de interesse individual".[111] Defendia a

107 STUDART, 1910, p. 22, 337-338; STUDART, 1915, p. 150; JORNAL DO CEARÁ. Fortaleza, anno 7, n. 1180, p. 2, 18 abr. 1910.

108 Miguel Fernandes era filho ilegítimo do senador Miguel Fernandes Vieira e neto do Visconde do Icó, chefes do Partido Conservador. João Tibúrcio Albano era filho do Barão de Aratanha, antigo provedor da Santa Casa Comercial. Tomás Pompeu foi deputado geral e vice-presidente do Ceará, além de filho do senador de idêntico nome (e chefe do Partido Liberal). Francisco Barbosa foi deputado provincial, e era filho do senador Vicente Alves de Paula Pessoa, e neto do senador Francisco de Paula Pessoa, chefes do Partido Liberal.

109 O periódico *O Rebate* menciona que, durante a sessão em que foi eleita a diretoria, o Barão de Camocim leu uma carta enviada a ele por Dom Luís. Cf. O REBATE, p. 1, 29 mai. 1909. Os descendentes de Camocim desconhecem o paradeiro da correspondência recebida, e não há no Arquivo da Família Imperial, no Museu Imperial em Petrópolis, quaisquer das cartas enviadas pelos monarquistas cearenses.

110 Os monarquistas cearenses tiveram dois periódicos, *D. Pedro II* (1899) e *Restauração* (1902), que podem esclarecer o seu ideário político. Não foi possível ter acesso às cópias remanescentes por motivo de força maior.

111 BRAGANÇA, Luís de Orleães e. Manifesto de Cannes (1909). *In:* TORRES, João Camilo de Oliveira. **Interpretação da realidade brasileira:** introdução à história das ideias políticas no Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017, p. 322-326. As minorias,

preservação do regime federativo, mas pedia o controle dos gastos públicos, particularmente em nível local. Argumentava por um modelo econômico liberal clássico, com defesa da iniciativa privada (como fomentador de desenvolvimento industrial, comercial e agrícola) e de intervenção limitada, pontual e esporádica por parte do governo. Entretanto, apoiava a formulação de leis sociais e trabalhistas semelhantes às da Alemanha, Grã-Bretanha e Itália. A educação primária pública seria expandida até "os últimos recantos do país" e a separação do estado e da igreja seria mantida, sendo sugerido o ensino religioso nas escolas públicas, mas atendendo a casos individuais e a anuência dos pais de alunos.[112]

Poder, tentativas de reformas e derrota final

A liderança do príncipe revitalizou o movimento restaurador e impediu a sua dispersão, após anos de passividade e relativa indiferença da família imperial.[113] A reorganização dos monarquistas de maneira pública não passou despercebida. No Ceará, um jornalista republicano comentou sobre o que avaliava como a ameaça do "monarquismo que progressivamente vai tomando vulto no sul e já está se levantando cá pelo norte".[114] A coalizão oposicionista concentrou os esforços na campanha para presidente estadual de 1912, escolhendo o tenente-coronel Marcos Franco Rabelo (1861-1928), oficial cearense do Exército que vivia há décadas distante de seu estado de origem. Era praticamente um desconhecido da população em geral, mas era competente e bem-intencionado, tendo a seu favor o fato de ser genro do falecido general Clarindo. Aparentemente, os oposicionistas também buscaram se aproveitar do momento político nacional, em que candidaturas de oficiais militares eram vistas como a solução para a corrupção generalizada, sendo o exemplo mais evidente a eleição do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca para presidente da república em 1910.

neste caso, são os partidos minoritários no congresso, assembleias estaduais e câmaras municipais.

112 Ibid.

113 MALATIAN, Teresa. **Dom Luís de Orléans e Bragança**: peregrino de impérios. São Paulo: Alameda, 2010, p. 207-208.

114 O REBATE. Sobral, p. 2, 22 mai. 1909.

A disputa eleitoral no Ceará se transformou num conflito armado quando Acioli enviou cavalarianos da polícia para reprimir com violência uma passeata infantil em apoio a Franco Rabelo ocorrida em 21 de janeiro de 1912.[115] "Enquanto a poderosa Associação Comercial do Ceará exigia tropas federais para protegê-los," informa Della Cava, "pequenos lojistas, caixeiros, artesãos, ferroviários, condutores de trem, e mecânicos autônomos voluntariamente tomaram armas."[116] Também houve a participação de mulheres, representadas na Liga Feminista, e de ativistas católicos, descontentes com as duradouras medidas anticlericais e com a eleição de candidatos positivistas. Em 24 de janeiro, incapaz de resistir à pressão popular, Acioli renunciou à presidência estadual e partiu com sua família para o Rio de Janeiro, deixando um filho como refém do monarquista Tomé Augusto da Mota.[117] A relação dos monarquistas com os demais grupos oposicionistas pode ser explicada. Francisco Barbosa de Paula Pessoa e Miguel Fernandes Vieira foram membros do Partido Operário, e João Tibúrcio Albano do Partido Católico, duas agremiações políticas de curta duração, surgidas no início da república e desaparecidas frente ao poder da facção que se tornaria o Partido Republicano Conservador de Acioli.[118]

Um texto anônimo escrito por alguém que parece ter feito parte da coalizão, e contrariado com a preeminência dos monarquistas, alegou que, com a queda de Acioli e subsequente eleição de Franco Rabelo, "apareceram os Paula Pessoa, monarquistas ambiciosos e egoístas, que até então se conservaram retraídos, a reclamar lugar principal entre

115 Uma filha do monarquista Francisco Barbosa de Paula Pessoa, Odele de Paula Pessoa (1897-1928), ganhou notoriedade ao se manter impávida durante o ataque policial à passeata, segurando a bandeira da Liga Feminista (favorável a Franco Rabelo) em meio à violência. Cf. TEÓFILO, Rodolfo. **Libertação do Ceará**. Lisboa: Typographia A Editora Limitada, 1914. p. 112.

116 DELLA CAVA, 1970, p. 133.

117 TEÓFILO, 1914, p. 167.

118 LIBERTADOR**.** Fortaleza, anno 10, n. 210, p. 1, 16 set. 1890; O ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, anno 1, n. 153, p. 3, 13 fev. 1891. O liberto Vitorino Gomes de Oliveira (c.1844-1910) foi um dos diretores do Partido Operário. Na campanha abolicionista, ele atuara como um dos procuradores e, depois, como vice-presidente do Clube dos Libertos, associação composta por ex-escravos. Cf. CLUB dos libertos. **Gazeta do Norte**, Fortaleza, anno 2, n. 120, p. 3, 1 jun. 1882.; LIBERTADOR**.** Fortaleza, p. 2, 13 mai. 1884; PARTIDO Operário. **Cearense**, Fortaleza, anno 44, n. 194, p. 2, 30 ago. 1890.

os vencedores".[119] Ele se refere a Francisco Barbosa, "um dos chefes do partido monarquista no Ceará" e a seu primo, Francisco de Paula Rodrigues (1863-1953), "atual chefe improvisado da política cearense".[120] O alcance dos monarquistas pôde ser percebido em outras funções, como na nomeação de Idelfonso de Abreu Albano, sobrinho de João Tibúrcio Albano, para intendente (prefeito) de Fortaleza, e da reintegração de Licínio ao cargo de primeiro oficial na Secretaria do Interior e da Justiça, com o salário que recebia em 1892 (2.200.000 reais por ano).[121] Pouco antes, Licínio e João Tibúrcio haviam sido nomeados mordomo e tesoureiro da Santa Casa, respectivamente (e seriam reconduzidos no ano seguinte), restaurando a posição social que o primeiro uma vez tivera.[122]

O ápice ocorreu em 16 de novembro de 1912, quando Licínio assumiu provisoriamente o cargo de diretor geral da Secretaria e se tornou Secretário do Interior e da Justiça interino por alguns meses.[123] Em 18 de outubro de 1913, foi escolhido para desempenhar definitivamente a posição de diretor geral.[124] O prestígio dos monarquistas era elevado a ponto de inaugurarem uma estátua em homenagem a Dom Pedro II no centro de Fortaleza, tendo angariado contribuição financeira de particulares por todo o estado, sem

119 O IMPARCIAL. Rio de Janeiro, p. 3 maio 1913.

120 O IMPARCIAL...1913, p. 3; JORNAL DO CEARÁ. Fortaleza, p. 2, 21 ago. 1907.

121 ATO de 2 de julho de 1912. Fundo Atos da Secretária do Interior, livro de atos, jan.-set. 1912, nº 372, pacote 3. (Arquivo Intermediário do Estado do Ceará, Fortaleza). 1912.

122 Nomeados por ato de 2 de março de 1912 (106/406). Cf. SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FORTALEZA (CE). **Livro de atas (1908-1917)**, Fortaleza, n. 10, p. 101-102, 164-165, [19--].

123 ATO de 16 de novembro de 1912. Fundo Atos da Secretária do Interior, livro de atos, out.-dez. 1912, pacote 4. (Arquivo Intermediário do Estado do Ceará, Fortaleza). 1912. Permaneceu como Secretário do Interior e da Justiça até 6 de março de 1913. Cf. LIVRO de Atos. Fundo Atos da Secretária do Interior, jan.-dez. 1913, pacote 4, (Arquivo Intermediário do Estado do Ceará, Fortaleza). 1913.

124 FOLHA DO POVO…, p. 705, 1913. Em 1913, a hierarquia administrativa do governo estadual era a seguinte, da mais alta função para a menor: presidente do estado, secretário (do Interior, Justiça ou Fazenda), diretor geral, diretor de seção (havia duas seções na Secretaria do Interior), primeiro oficial (dois), segundo oficial (dois), e amanuense (quatro). O salário anual de amanuense era de 1.800.000 de reais (um conto e oitocentos mil réis, como se falava) e o de um diretor geral era de 4 milhões de reais (ou quatro contos de réis). O de secretário era o dobro deste último. Um servente nesta secretaria tinha o salário anual de 1.277.500 reais. Cf. FOLHA DO POVO. Fortaleza, p. 690, 23 out. 1913. Parte Official. A desvalorização da moeda devido à alta inflação desde o Encilhamento (1889-1891) é uma das razões para os valores mais elevados em comparação com a década de 1880.

necessitarem de dinheiro público. A inauguração em 7 de setembro de 1913 teve a presença de Franco Rabelo, do intendente e das demais autoridades, além de milhares de pessoas "de todas as classes sociais".[125]

A vitória da coalizão oposicionista atraiu a adesão de muitos chefes políticos até então leais a Acioli, e Franco Rabelo os aceitou em sua base de apoio, sem os quais não conseguiria governar. Satisfazer tanto o idealismo de alguns membros da antiga coalizão oposicionista quanto os interesses dos chefes políticos locais se revelou desafiador, como pode ser desprendido da correspondência entre Licínio e o padre Eduardo Nabuco de Araripe (1880-1946), vigário em Aquiraz e outrora apoiador de Acioli. Araripe criticou Antônio Bezerra de Menezes (1841-1921), antigo abolicionista e agora defensor dos índios da vila de Guarani (atual Pacajus) em sua demanda por reaver terras espoliadas. Para Araripe, Bezerra "poderá estar alimentando de alguma esperança os [índios] que já se tinham da conta de desesperançados, por isto peço-lhe encarecidamente de calar a este nosso correligionário".[126] Também suplicou por engajamento para as eleições vindouras, tanto para sua candidatura quanto a de outros aliados: "Não durma, trabalhe aí na capital e faça o [Francisco de] Paula [Rodrigues] trabalhar. Olhe! Que isto é uma questão de honra para nós todos! Vamos derrotar de vez estes [indecifrável]."[127] Os pedidos não cessavam: "Espero que o meu bom amigo não se esqueça de trabalhar para a aquisição do mobiliário das escolas desta vila, que por falta dele quase que não podem funcionar".[128]

O padre Araripe era apenas um entre dezenas, talvez centenas, de indivíduos cujos interesses deviam ser atendidos, sendo obstáculos consideráveis para o projeto reformista do governo estadual (e dos monarquistas), que se fosse realizado, solaparia o poder dos chefes políticos locais tradicionais. A respeito de Franco Rabelo, o historiador José Parsifal Barroso alega que "afora a inauguração da luz elétrica em

125 O IMPERADOR..., [1914], p. XXV-XXVI.

126 ARARIPE, Eduardo Nabuco de. **[Correspondência].** Destinatário: Licínio Nunes de Melo. [*S.l*]: c. nov. 1912. (Arquivo pessoal de Licínio Nunes de Miranda). Carta 3 de 4. Não se sabe qual foi a resposta de Licínio.

127 ARARIPE, Eduardo Nabuco de. **[Correspondência].** Destinatário: Licínio Nunes de Melo. [*S.l*]: 20 nov. 1912. (Arquivo pessoal de Licínio Nunes de Miranda). Carta 4 de 4.

128 ARARIPE, nov. 1912.

Fortaleza, verificada em 1913, não há em sua administração, fato de maior importância e ponderabilidade do que esse, embora nada se pudesse arguir contra sua probidade pessoal."[129] Essa asserção não é correta, pois falha em reconhecer o empenho de Franco Rabelo e as medidas concretas para modernizar o Ceará. O governo estadual reprimiu os bandos de criminosos que aterrorizavam o interior. Um jornal do Rio de Janeiro comentou: "A campanha movida [...] contra o banditismo tem sido coroada de êxito completo. Já foram capturadas e recolhidas às prisões do interior do Estado mais de 200 facínoras [...] Na zona do Cariri, onde a ação do governo era apenas nominal, está restabelecido o regime da lei e da justiça."[130]

Franco Rabelo estabeleceu duas comissões para elaboração de projetos de lei. Uma, da qual Francisco Barbosa era membro, reformularia o sistema judiciário para proteger a propriedade privada e garantir os direitos individuais, sempre ameaçados pela truculência dos coronéis. A outra, da qual Licínio fazia parte, reformaria o processo eleitoral com o intuito de eliminar fraudes.[131] Além disso, em mensagem à assembleia estadual, Franco Rabelo prometeu que um dos próximos objetivos seria a reforma e expansão do ensino público primário, além de maior autonomia municipal, reforma tributária e controle dos gastos públicos.[132] A presença de elementos essenciais da plataforma política dos monarquistas é visível, ainda mais levando em conta que o presidente estadual mencionou explicitamente a influência da Associação Comercial, que servia de refúgio monarquista.[133]

A reação dos coronéis foi quase imediata. No sul do Ceará, o padre Cícero Romão Batista, chefe político de Juazeiro (Juazeiro do Norte) já excomungado pela Igreja Católica e que mantinha a população local ignorante e supersticiosa, iniciou uma rebelião armada contra o governo estadual, recebendo a adesão de outras lideranças políticas. O poder da oligarquia se baseava em três elementos, como mencionado em outra ocasião: na alta taxa de analfabetismo da população, que a impedia de

129 BARROSO, 1984, p. 69.

130 O PAIZ. Rio de Janeiro, p. 5, 8 mar. 1913.

131 FOLHA DO POVO. Fortaleza, 9 nov. 1913, p. 9-12. Parte Official.

132 FOLHA DO POVO..., 1913, p. 14, 21-14, 34-35.

133 FOLHA DO POVO..., 1913, p. 24, 26-27.

votar, tornando-a dependente dos coronéis; nas fraudes eleitorais para se perpetuarem; e no emprego de criminosos (capangas, jagunços e cangaceiros) para intimidarem o povo e atacarem opositores. A atuação do governo era uma ameaça clara. A Sedição de Juazeiro, como ficou conhecida a rebelião do padre Cícero, na realidade foi um movimento reacionário. Ela perdurou de 9 de dezembro de 1913 até 16 de março de 1914, quando Franco Rabelo foi forçado a renunciar. O envio de tropas policiais foi incapaz de deter o avanço dos jagunços de padre Cícero e de outros coronéis, que durante a marcha extorquiram pessoas e saquearam propriedades (inclusive o sítio Jucurutuoca, pertencente a Licínio) em diversos municípios.[134]

Conclusão

A derrota na guerra civil local significou o fim do movimento monarquista cearense, cujos membros se abstiveram de envolvimento em política a partir de então.[135] Também representou o fim de um projeto conservador reformista, descentralizador e modernizante. Os partidários de Acioli retomaram o poder e reestabeleceram o sistema político que predominava antes do governo de Franco Rabelo. Em 1922, inspetores escolares enviados a Juazeiro para incluir o município num programa estadual de ensino público foram repelidos repetidas vezes pelo padre Cícero. Quando finalmente tiveram acesso ao local, encontraram "os seguidores doentios e ignorantes" do clérigo.[136] Mudanças políticas, sociais e econômicas significativas somente ocorreriam por iniciativa do governo federal, e apenas após a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, cujo projeto tinha características fundamentalmente distintas da plataforma monarquista, sendo estatizante, centralizador e autoritário. Em comum, somente o apelo à modernização do Estado e ao

134 INTERVENÇÃO nos Estados: Ceará, 1912-1914. Rio de Janeiro: Typ. Do "Jornal do Commercio", 1917. p. 138-139.

135 Não há continuidade pessoal ou ideológica entre o movimento monarquista original e a Ação Imperial Patrianovista Brasileira, agremiação monarquista surgida no Brasil em 1928, e influenciada pela ideologia corporativista.

136 DÁVILA, Jerry. **Diploma of Whiteness:** Race and Social Policy in Brazil, 1917-1945. Durham: Duke University Press, 2003. p. 30-31.

desenvolvimento da sociedade brasileira. Entretanto, os meios para atingir tal fim eram diferentes.

A derrota de 1914 foi menos prejudicial para Licínio do que a anterior de 1892. Provavelmente compreendendo que sua permanência no governo era insustentável, requisitou a aposentadoria. Ela lhe foi concedia por seu parente Gustavo Barroso, recém-nomeado Secretário do Interior por interferência do governo federal.[137] Licínio passou os últimos anos de vida distante da política, voltando os seus interesses para a publicação de documentos históricos raros em jornais do Ceará. Havia anos que compilava registros antigos relacionados à história cearense, reunindo-os numa coleção iniciada por seu pai. Seu esforço para publicizar fatos históricos de sua terra natal foi reconhecido. O Barão de Studart elogiou o "trabalho porfioso, consciente e patriótico de uma dúzia de cearenses notáveis", dentre os quais ele fora incluído.[138] Também foi considerado por Studart como um dos oito nomes que compunham "a plêiade de Cearenses, que tanto hão concorrido para os estudos da história do torrão natal".[139] Contudo, não foi convidado para integrar o Instituto do Ceará, associação composta pelos principais intelectuais do estado, inclusive historiadores. Faleceu em 8 de março de 1924, sendo enterrado no cemitério São João Batista.[140]

Este artigo teve por escopo demonstrar o papel essencial que os monarquistas representaram para a queda de Acioli em 1912. Ademais, foi evidenciado que eram motivados por uma ideologia específica e que elaboraram uma plataforma política na qual se propunham a modernizar o Ceará. Entre seus objetivos, além da restauração da monarquia, desejavam

137 DIARIO OFFICIAL. Fortaleza, anno 1, n. 28, p. 2, 20 out. 1914.; DIARIO OFFICIAL. Fortaleza, anno 1, n. 37, p. 1, 3 nov. 1914. Recebeu a aposentadoria anual de 5.333.332 reais. Cf. DIARIO OFFICIAL. Fortaleza, anno 1, n. 38, p. 1, 4 nov. 1914. Gustavo Dodt Barroso (1888-1957), mais tarde membro da Academia Brasileira de Letras e fundador do Museu Histórico Nacional, era filho de Antônio Felino Barroso (1847-1949), primo de Licínio (as mães de ambos eram irmãs).

138 STUDART, Guilherme Chambly. **Commemorando o tricentenario da vinda dos primeiros portuguezes ao Ceará, 1603-1903**. Fortaleza: Typ. Miverva, 1903. p. 257.

139 STUDART, Guilherme Chambly. **Datas e fatos para a história do Ceará**. Ed. fac-símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. Dedicatória.

140 FORTALEZA (CE). Cartório João de Deus 1º Ofício de Fortaleza. **Livro de registro de óbitos.** Registrado às fls. 156 do livro C-72, nº de ordem 527. Licínio está enterrado no 2º plano, lado norte, rua 45, nº 3.

implementar reformas para aperfeiçoar o sistema político, desenvolver a economia e proporcionar melhorias significativas para a população local. Como foi demonstrado, não foram capazes de tornar realidade as suas intenções, mas tomaram medidas concretas para esse fim. Se espera que a redescoberta de um movimento político com atuação impactante nos anos iniciais da república, e até então ignorado por estudiosos, sirva para incentivar novas análises sobre a história política cearense, particularmente em outros momentos cruciais como a independência, guerra do Paraguai e abolição da escravidão.

O estudo de grupos políticos, sociais e econômicos deve ser acompanhado pela análise de atuações individuais, como foi feito aqui. O historiador Darrell E. Levi afirmou que "[c]lasses são compostas de pessoas reais [...] que agem às vezes de maneiras humanas aparentemente contraditórias, que perseguem papéis públicos e agendas privadas nem sempre mutuamente consistentes".[141] E conclui que "são motivadas não apenas por acumulação econômica, mas também pela aceitação ou rejeição do jogo político predominante [...] e da necessidade por uma identidade individual e propósito."[142] Licínio, como os demais monarquistas mencionados nominalmente neste estudo, pertenciam à elite cearense. De acordo com o entendimento prevalente na historiografia, teria sido uma classe social que explorava as demais camadas da sociedade, sendo movida por interesses individualistas e mesquinhos. Entretanto, como revelado, tal análise se revela falha, por generalizar e ignorar indivíduos e suas motivações pessoais, como experiências pretéritas e valores morais. O movimento monarquista, ainda que fracassado e desaparecido, permite observar o passado sob uma nova perspectiva.

***

141 LEVI, Darrell E. **The Prados of São Paulo, Brazil:** An Elite Family and Social Change, 1840-1930. Athens: The University of Georgia Press, 1987. p. 188.

142 Ibid.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Gustavo. **Cinza do tempo**. Rio de Janeiro: A Noite, [1951].

BARROSO, Gustavo. **À margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BARROSO, Gustavo. **Memórias:** coração de menino. 3. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 2000. v. 1.

BARROSO, Gustavo. **Terra de Sol**. 8. ed. Fortaleza: ABC Editora, 2006.

BARROSO, José Parsifal Barroso. **Uma história da política do Ceará:** 1889-1954. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984.

BRAGANÇA, Luís de Orleães e. Manifesto de Cannes (1909). *In:* TORRES, João Camilo de Oliveira. **Interpretação da realidade brasileira:** introdução à história das ideias políticas no Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

CAMARA, João. **Almanach:** Administrativo, estatístico, mercantil, industrial e litterario do Estado do Ceará para o anno de 1898. Fortaleza: Typ. Universal, 1898.

CHANDLER, Billy Jaynes. **The Feitosas and the Sertão dos Inhamuns:** The History of a Family and a Community in Northeast Brazil, 1700-1930. Gainesville: University of Florida Press, 1972.

CONGRESSO NACIONAL. **Annaes da Camara dos Deputados:** segunda sessão da terceira legislatura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. v. 5.

DÁVILA, Jerry. **Diploma of Whiteness:** Race and Social Policy in Brazil, 1917-1945. Durham: Duke University Press, 2003.

DELLA CAVA, Ralph. **Miracle at Joaseiro**. New York: Columbia University Press, 1970.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 7. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

FONSECA, Antônio José Vitoriano Borges da. Nobiliarchia pernambucana. **Annaes da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 48, p. 5-488, 1926.

GALVÃO FILHO, Francisco. **Do coronelismo ao Caldeirão**. Fortaleza: ABC Editoria, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Threads and traces:** True false fictive. Tradução: Anne C. Tedeschi e John Tedeschi. Berkeley. University of California Press, 2012.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto

do Ceará, 1962.

GIRÃO, Raimundo. **Abolição no Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

INTERVENÇÃO nos Estados: Ceará, 1912-1914. Rio de Janeiro: Typ. Do "Jornal do Commercio", 1917.

LEVI, Darrell E. **The Prados of São Paulo, Brazil:** An Elite Family and Social Change, 1840-1930. Athens: The University of Georgia Press, 1987.

LEVINE, Robert M. **Vale of Tears:** Revisiting the Canudos Massacre in Northeastern Brazil, 1893-1897. Berkeley: University of California Press, 1992.

LOVE, Joseph L. **Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism, 1882-1930**. Stanford: Stanford University Press, 1971.

MALATIAN, Teresa. **Dom Luís de Orléans e Bragança**: peregrino de impérios. São Paulo: Alameda, 2010.

MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

MUGGE, Miqueias H. Antes do mito: soldados-cidadãos da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul (1850-1873). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 34, n. 64, p. 123-164, jan./abr. 2018.

NEEDELL, Jeffrey D. **A Tropical Belle Epoque:** Elite Culture and Society in Turn-of-the-Century Rio de Janeiro. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PESSOA, José Getúlio da. **O olygarcha do Ceará:** a chronica de um despota. Rio de Janeiro: Typographia "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C., 1910.

O IMPERADOR e os cearenses: apontamentos para a história do monumento de D. Pedro II, colligidos e publicados pela Commissão Executiva. Fortaleza: A. C. Mendes, [1914].

RACHUN, Ilan. **The Dismantling of Brazil's Old Republic:** Early Twentieth Century change, Intergenerational cleavages, and the October 1930 Revolution. Lanham: University Press of America, 2016.

SANTOS, Martha S. **Cleansing Honor with Blood:** Masculinity, Violence, and Power in the Backlands of Northeast Brazil, 1845-1889. Stanford: Stanford University Press, 2012.

SOARES, Martins. **O Babaquara: subsídios para a história da oligarchia do Ceará.** Rio de Janeiro: [*s.n.*], 1912.

SOUSA, Eusébio de. **História Militar do Ceará**. [*S.l.; s.n.*], [1950].

SOUSA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

STUDART, Guilherme Chambly. **Commemorando o tricentenario da vinda dos primeiros portuguezes ao Ceará, 1603-1903**. Fortaleza: Typ. Miverva, 1903.

STUDART, Guilherme Chambly. **Diccionario bio-bibliographico cearense**. Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor, 1910. v. 1.

STUDART, Guilherme Chambly. **Diccionario bio-bibliographico cearense**. Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor, 1913. v. 2.

STUDART, Guilherme Chambly. **Diccionario bio-bibliographico cearense**. Fortaleza: Typographia Minerva de Assis Bezerra, 1915. v. 3.

STUDART, Guilherme Chambly. **Datas e fatos para a história do Ceará**. Ed. fac-símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. p. 5.

TEÓFILO, Rodolfo. **Libertação do Ceará**. Lisboa: Typographia A Editora Limitada, 1914.

***

ATAS DAS SESSÕES DE 2006

Atas das sessões do ano de 2006

Ata da sessão solene do dia 27 de janeiro de 2006

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de 2006, às 17 horas, o Instituto do Ceará reuniu-se em sessão solene, sob a presidência do Dr. Manuel Eduardo Pinheiro Campos para comemorar o centenário de nascimento do Governador Plácido Aderaldo Castelo. Compareceram os sócios Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Francisco Ésio de Sousa, Valdelice Carneiro Girão, Caio Lóssio Botelho, Marcelo Caracas Linhares, Paulo Ayrton Araújo, José Murilo Martins, Pedro Sisnando Leite, José Augusto Bezerra, José Filomeno de Moraes Filho, Dário Moreira de Castro Alves, Rejane Aciolly de Carvalho, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Pedro Alberto de Oliveira Silva e Zélia Sá Viana Camurça. Estiveram presentes ainda, grande número de convidados, autoridades e representantes da família do homenageado. A mesa diretora dos trabalhos estava integrada pelo presidente Dr. Manuel Eduardo Pinheiro Campos, o governador do Estado, Lúcio Alcântara, o General Paulo Studart, comandante da 10ª RM, Dr. Pedro Freire Castelo, filho do homenageado, Monsenhor André Camurça, Deputado Mauro Benevides e o Ex-governador Beni Veras. No início da solenidade foi cantado o Hino do Estado do Ceará por um coral. Abrindo a sessão o presidente saudou os presentes e disse de sua satisfação em homenagear a memória de Plácido Castelo, cujo centenário de nascimento está transcorrendo. Em seu belo discurso, traçou o perfil do homenageado, dizendo que Plácido Castelo era bacharel em Ciências Jurídicas, tendo exercido a magistratura por breve tempo, sendo ainda, professor, político e administrador. Exerceu várias funções públicas, destacando-se entre outras, a de Secretário de Agricultura do Estado, onde fez um ótimo trabalho, destacando-se a criação do Instituto do Algodão. Foi deputado estadual com boa atuação legislativa. Como governador do estado (1966-1970), demonstrou grande tino administrativo, destacando-se com suas iniciativas a construção da Estrada do Algodão, a consolidação do BEC, bem como do IPEC, a construção de dezenas de escolas na capital e no interior do estado. Homem probo, criterioso e

trabalhador. Como intelectual foi um homem preocupado com a educação, a instrução pública. Entre seus trabalhos intelectuais, destaca-se a *História da Educação no Ceará*, obra muito importante. Pertenceu a várias instituições culturais, tendo sido sócio efetivo do Instituto do Ceará. Em seguida, falou em nome da família, seu filho Dr. Pedro Freire Castelo, que agradeceu as homenagens prestadas. O governador Lúcio Alcântara foi o último orador. Em primorosa oração, enalteceu a figura de Plácido Castelo como governador, intelectual e homem público, sempre preocupado com os problemas do estado, um modelo de virtudes cívicas. Todos os oradores foram muito aplaudidos. Em seguida, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, eu, Elmo Vasconcelos, 2º. secretário, lavrei para memória a presente ata.

Ata da sessão do dia 6 de fevereiro de 2006

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de 2006, às 15h30, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do sócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos, para uma sessão ordinária. Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos do Instituto: Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, João Alfredo de Sousa Montenegro, Marcelo Caracas Linhares, Pedro Sisnando Leite, Gisafran Nazareno Mota Jucá, José Murilo de Carvalho Martins, Dário Moreira de Castro Alves, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Zélia Sá Viana Camurça, Caio Lóssio Botelho, Francisco Ésio de Sousa, Filomeno Moraes Filho e José Augusto Bezerra. Estiveram presentes, ainda, convidados e amigos do Instituto. Iniciando os trabalhos, o presidente comunicou aos presentes o falecimento do escritor João Clímaco Bezerra, intelectual que teve grande atividade nas décadas de 60 e 70, sendo um dos fundadores do Grupo Clã. O sócio Elmo Vasconcelos lembrou o falecimento de Sra. Lourdes Jereissati, mãe do Senador Tasso Jereissati. O sócio Paulo Ayrton comunicou o falecimento de Sra. Maria Macedo, esposa do Sr. José Macedo, e o sócio Marcelo Linhares, o falecimento do pintor e artista Aldemir Martins. Foram aprovados os votos de pesar. O orador da sessão foi o sócio Caio Lóssio Botelho, que falou sobre o tema "A Revolução Cultural na China de Mao Tse-Tung". Demonstrando grandes conhecimentos de História e Geografia, o orador falou da velha China, sua população, sua área territorial, sua geografia, sua formação histórica e sua situação no Século XX. Falou da

Revolução Comunista em 1949 e de seu líder Mao Tse-Tung. Descreveu sua personalidade política e os caminhos que ele traçou para a China vencer o atraso econômico e cultural que tinha em relação ao Ocidente. Mao Tse-tung usando de métodos duros, próprios de um governo ditatorial, com uma extrema centralização administrativa, conseguiu realizar uma mudança radical em seu país. Dentre suas iniciativas, lembrou o rígido controle da natalidade, a migração forçada de grandes contingentes populacionais de uma região para outra, o combate à corrupção, entre outras. O fato é que ele mudou o perfil econômico, social e cultural da China. A sua Revolução Cultural, apesar do alto preço pago pelo povo, valeu a pena, pois a China que ele reformulou, tornou-se a potência econômica de hoje, crescendo a média de 10% ao ano. Ao fim de suas palavras o orador foi muito aplaudido. Dado o interesse despertado pelo assunto, vários sócios se manifestaram, entre eles, José Augusto Bezerra, Murilo Martins, Elmo Vasconcelos, Pedro Alberto Oliveira, Zélia Viana Camurça e Francisco Ésio de Sousa. Em seguida, o presidente, parabenizou o orador, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, eu, Elmo Vasconcelos, 2° Secretário, lavrei para memória a presente ata.

Ata da sessão solene do dia 6 de março de 2006

Às dezessete horas do dia seis de março de dois mil e seis, em sua sede social, no Auditório Pompeu Sobrinho, reuniu-se em caráter solene o Instituto do Ceará para comemorar o sesquicentenário de nascimento do Dr. Guilherme Studart (Barão de Studart) e entregar o título de Sócio Benemérito de nosso sodalício ao empresário Francisco Ivens Sá Dias Branco. A mesa diretora dos trabalhos foi constituída pelo Presidente Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Aroldo Mota, Gen. Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, ex-presidente do Instituto, Coronel Romero, representando o Comandante da 10ª Região Militar, Monsenhor André Viana Camurça, empresário Francisco Ivens Sá Dias Branco e sua esposa Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco. Compareceram os sócios efetivos: Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Vinícius Antonius Holanda Barros Leal, Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, Caio Lóssio Botelho, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, José Borges de Sales, João Alfredo de Sousa Montenegro, Miguel Angelo de Azevedo (Nirez), Marcelo Caracas Linhares, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, José Cláudio de Oliveira, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota, Gisafran Nazareno Mota Jucá, Rejane Maria Vascon-

celos Accioly de Carvalho, José Augusto Bezerra e grande número de seletos convidados. Iniciando a sessão falou o Presidente Eduardo Campos comentando o significado daquela reunião: o sesquicentenário do Barão de Studart e a contribuição valiosa do empresário Francisco Ivens Sá Dias Branco na modernização do Instituto. Sobre o Barão, enalteceu sua importância na historiografia cearense e, sobretudo traços marcantes de sua personalidade como homem caridoso e envolvido nos problemas sociais. Apresentou, então, importantes informações colhidas em cartas e bilhetes, inéditos, encontrados no Arquivo Barão de Studart. Saudando o segundo homenageado, falou o Professor Pedro Sisnando Leite salientando, com detalhes, a figura humana e empresarial de Ivens Dias Branco e seu destaque na sociedade cearense, por conhecê-lo desde a juventude. Em seguida, o homenageado agradeceu os elogios que lhe fez o orador, como também o título que lhe foi conferido pelo Instituto. Encerrando a sessão, o presidente parabenizou o homenageado, agradeceu o comparecimento de todos felicitando pela beleza da reunião e convidou os presentes para um coquetel, oferecido pelo novo sócio benemérito, nos salões do Instituto. Para constar, eu Pedro Alberto de Oliveira Silva, secretário *ad hoc*, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos sócios.

Ata da sessão do dia 20 de março de 2006

Às 15h30, do dia 20 de março de 2006, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a Presidência do consócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos, para mais uma sessão ordinária. Compareceram os Sócios Efetivos: Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Valdelice Carneiro Girão, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, Raimundo Elmo Vasconcelos, Pedro Sisnando Leite, Francisco Ésio de Sousa, Marcelo Caracas Linhares, João Alfredo Montenegro. Estiveram presentes amigos do Instituto e bolsistas da Universidade Estadual do Ceará – UECE e Universidade Federal do Ceará – UFC, interessados no desenvolvimento dos projetos em implantação no Instituto. Abrindo os trabalhos, o presidente saudou os presentes e declarou que a reunião tinha como objetivo mostrar aos sócios e interessados, os projetos do Instituto. Principiou dizendo que a modernidade é uma exigência de nossa época. O computador assim como outros aparelhos modernos são necessários. Enfatizou que o Instituto do Ceará tem que se atualizar e relatou o que tem sido feito na sua gestão. Destacou que o Sr. Ivens Dias

Branco fez uma doação no valor de R$ 450.000 ao Instituto e que este dinheiro será empregado na compra de equipamentos de última geração para o Instituto. Disse também que os benefícios da Lei Rouanet serão invocados. As prioridades são a digitação de todos os números da RIC, da correspondência do Barão de Studart e das atas da velha Câmara de Fortaleza. Prosseguindo informou, ainda, que pretende organizar uma sala destinada à exposição de iconografia, tendo em vista o rico acervo de retratos antigos guardados nos arquivos do Instituto. Em seguida o presidente respondeu a perguntas formuladas pelos sócios Francisco Ésio de Sousa e Raimundo Elmo Vasconcelos. A sócia Valdelice Girão lembrou a necessidade dos sócios fornecerem seus retratos para a galeria, bem como seus currículos para o site do Instituto. Em seguida, o presidente exibiu alguns equipamentos antigos e novos do Instituto. Informou também que pretende se candidatar a reeleição, a fim de dar continuidade a este projeto de modernização e revitalização do Instituto. Em seguida, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, eu, Raimundo Elmo Vasconcelos, 2°. secretário, lavrei para memória a presente ata.

Ata da sessão do dia 5 de abril de 2006

Aos cinco dias do mês de abril do ano de 2006, às 15h30, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do sócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos, para uma sessão ordinária. Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos do Instituto: Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Raimundo Elmo Vasconcelos, Valdelice Carneiro Girão, Francisco Ésio de Sousa, João Alfredo Montenegro, Murilo Carvalho Martins, Paulo Ayrton Araújo, Rejane Accioly de Carvalho, Vinicius Antonius Holanda de Barros Leal, José Liberal de Castro, Gisafran Mota Jucá, Marcelo Caracas Linhares e Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes. Estiveram presentes ainda, convidados e amigos do Instituto. Iniciando os trabalhos, o presidente passou a palavra ao 2°secretário Raimundo Elmo Vasconcelos que leu as atas das sessões de vinte e sete de janeiro, seis de fevereiro e vinte do mesmo mês do presente ano, sendo todas aprovadas. A palavra foi concedida ao sócio Paulo Ayrton Araújo que comunicou ter recebido oficio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, anunciando a realização de um colóquio de estudo em comemoração aos 110 anos de sua fundação, que se realizará nos dias 4

a 7 de setembro. Na mesma ocasião haverá uma reunião nos Institutos do Brasil e do Uruguai, bem como das academias de História da Argentina e do Paraguai. Em seguida, comunicou os lançamentos dos livros do consórcio Nilson Holanda, intitulado *A aplicação de programas*, e do lançamento do consócio Francisco Sadoc de Araújo, cujo título é *Origens da cultura sobralense*. Finalizando anunciou o lançamento de um livro organizado pelo ex-reitor da UVA, José Teodoro Soares, com o tí tulo*Cônego Sadoc de Araújo – um homem integra*l. Em seguida, a palavra foi concedida ao sócio Murilo Carvalho Martins, que comunicou a homenagem que a Academia Cearense de Letras, presidida por ele, prestará ao saudoso João Ribeiro Ramos, pela passagem do centenário do seu nascimento, bem como das homenagens que serão prestadas ao presidente da Academia Brasileira de Letras, escritor Marcos Vinicius Vilaça, na sua breve visita a Fortaleza. Retomando a palavra, o presidente Eduardo Campos, registrou, com satisfação, a presença de um grupo de alunos do Colégio 7 de Setembro, acompanhados pelo seu diretor, professor Ednilo Brasil Soarez. O palestrante do dia foi o sócio Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, que falou sobre o tema: "As relações intelectuais entre Capistrano de Abreu e o Barão de Studart". Demonstrando grande domínio sobre o assunto, o conferencista destacou Capistrano de Abreu, considerado o maior historiador brasileiro, e Barão de Studart, o maior historiador cearense. Lembrou que ambos eram cearenses e contemporâneos no famoso colégio do professor Nogueira e continuaram sendo amigos por toda vida. A correspondência entre ambos revela a visão que eles tinham da História. Capistrano tinha um olhar mais amplo, por todo o passado do Brasil. Studart estava mais preso à História documental, por excelência a do Ceará. Capistrano, através de seus grandes livros como *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* e *Capítulos da História Colonial*, fez uma interpretação própria do nosso processo de formação histórica. Studart foi acima de tudo um pesquisador de documentos. A História regional muito lhe deve. O orador estendeu-se em considerações sobre a correspondência trocada entre ambos, fonte muito rica para os pesquisadores. A palestra prendeu a atenção do auditório. Os sócios Raimundo Elmo Vasconcelos, José Liberal de Castro, Gisafran Mota Jucá e João Alfredo Montenegro, fizeram apreciações sobre o assunto. O orador foi muito aplaudido. Em seguida, o presidente parabenizou o orador, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, eu, Raimundo Elmo Vasconcelos, 2º secretário, lavrei a presente ata.

Ata da sessão do dia 20 de abril de 2006

Às 15h30, do dia 20 de abril de 2006, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a Presidência do consócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos, para mais uma sessão ordinária. Compareceram os sócios efetivos: Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Raimundo Elmo Vasconcelos, Valdelice Carneiro Girão, Eduardo de Castro Bezerra Neto, Francisco Ésio de Sousa, João Alfredo Montenegro, Paulo Ayrton Araújo, Marcelo Caracas Linhares, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota e José Filomeno de Moraes Filho. Estiveram presentes, ainda, amigos do Instituto e visitantes. Foi feita a leitura da ata do dia 20 de março de 2006, pelo 2º secretário Raimundo Elmo Vasconcelos, tendo sido a mesma aprovada. O presidente passou a palavra ao sócio Paulo Ayrton Araújo que leu um artigo seu sobre a Batalha de Guararapes, travada há 358 anos, no dia 19 de abril de 1648, de grande significação histórica, quando as forças brasileiras venceram os invasores holandeses. Numa justa homenagem, a data de 19 de abril passou a ser o Dia do Exército. O orador lembrou o papel que o Exército tem exercido na Amazônia, no Nordeste e em todas as emergências nacionais, além de seu institucional. Ao finalizar suas palavras, sugeriu um voto de congratulação ao comandante da 10ª RM, general de brigada Paulo Studart, pela passagem da efeméride. Informou, ainda, que o presidente do Instituto, Manuel Eduardo Pinheiro Campos, foi agraciado com a comenda de Colaborador Emérito do Exército. A palavra foi concedida ao sócio Eduardo de Castro Bezerra Neto que louvou a administração do presidente Eduardo Campos pela modernidade que está implantando no Instituto. Em seguida, falou sobre o falecimento do Sr. Humberto Abel Vilar Ribeiro, alto funcionário do Banco do Nordeste, exaltando a contribuição do mesmo para o Banco e seu exemplo como cidadão. O palestrante do dia foi o sócio Pedro Sisnando Leite que desenvolveu o tema "Idéias sobre o desenvolvimento do Nordeste" e a contribuição do BNB. Demonstrando grande conhecimento do assunto, visto ter sido técnico em desenvolvimento econômico do BNB e ter ocupado cargos de chefia, falou de sua experiência de 30 anos de atividades no mesmo. Fez relatos de muitas experiências, de programas que ele elaborou e acompanhou seu desenvolvimento. Leu estatísticas sobre a industrialização do Nordeste, em parte induzida pelo Banco. Apoiando-se em gráficos e ilustrações, demonstrou o quanto o Banco favoreceu a região, mas reconheceu que não foi feito o que era esperado. Muitas vezes, a

política do BNB foi equivocada, devido a vários fatores. A verdade é que o subdesenvolvimento continuou e a pobreza dos campos permaneceu. O orador fez um depoimento sincero que impressionou o auditório. Ao fim de suas considerações, Pedro Sisnando Leite lembrou a conveniência de serem abordados temas econômicos nas palestras futuras no Instituto. Os sócios, Raimundo Elmo Vasconcelos, Francisco Ésio de Sousa e João Alfredo Montenegro, fizeram considerações sobre o assunto. O orador foi muito aplaudido. Em seguida, o presidente parabenizou o orador, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, eu, Raimundo Elmo Vasconcelos, 2º. secretário, lavrei a presente ata.

Ata da sessão do dia 5 de maio de 2006

Aos cinco dias do mês de maio do ano de 2006, às 15h30, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do sócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos, para uma sessão especial dedicada ao lançamento da Revista referente ao ano de 2005. Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos do Instituto: Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Raimundo Elmo Vasconcelos, Valdelice Carneiro Girão, Francisco Ésio de Sousa, João Alfredo Montenegro, Murilo Carvalho Martins, Paulo Ayrton Araújo, Rejane Accioly de Carvalho, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Vinicius Antonius Holanda de Barros Leal, José Liberal de Castro, Gisafran Mota Jucá, Marcelo Caracas Linhares, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes e Tácito Teophilo Gaspar de Oliveira. Estiveram presentes ainda, convidados e amigos do Instituto, destacando-se a presença de D. Yolanda Queiroz, presidente do Grupo Edson Queiroz, de D. Raimundo Negreiros de Andrade e de outras viúvas de antigos sócios. Iniciando os trabalhos, o presidente informou que o objetivo da reunião era o lançamento do novo número da Revista, a de n. 119. Em palavras de entusiasmo destacou a importância do acontecimento, lembrando que a mesma está em circulação ininterrupta desde a fundação do Instituto, em 1887. Destacou os artigos nela contidos, bem como a apresentação gráfica da mesma. Agradeceu ao prof. Geraldo Jesuino pela arte gráfica da capa da revista. Disse que a RIC tem leitores em muitas instituições culturais, inclusive no exterior. Declarou que tem enfrentado dificuldades, mas que o nosso ideal nos alenta a continuar a missão. Em seguida, o presidente passou a palavra ao sócio Pedro Alberto de Oliveira Silva, presidente da Comissão da Revista, que relatou as

providências para a publicação da mesma em tempo hábil. Proclamou sua dedicação a esta missão, pois reconhece a importância da Revista para a memória histórica do Ceará. Lembrou a publicação do *1°. Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*, realizada pelo grande historiador José Honório Rodrigues e a pesquisadora Leda Boechat Rodrigues, que abrangeu a matéria dos tomos I ao LXVIII (1887-1954), e que no dizer do presidente da época, Geraldo Nobre, "foi um empreendimento muito importante, pois a Revista é a publicação mais regular da espécie no Brasil o que confere ao Instituto do Ceará o respeito público". O Presidente Eduardo Campos, prosseguindo nas suas considerações, reportou-se ao lançamento do *2°. Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*, abrangendo a matéria dos tomos LXVIX ao CXI (1955-1997). Declarou também que este 2°. Índice foi executado pelo professor Pedro Alberto de Oliveira Silva. Foi uma tarefa imensa que muito enriqueceu o Instituto e como disse o presidente da época, Paulo Ayrton Araújo, "teve de executá-la sozinho, aceitando o desafio proposto a si próprio, em reconhecimento de seu ingresso nesta Instituição". Por fim, o presidente lembrou a colaboração financeira recebida pelo Instituto da Fundação Edson Queiroz, o que tem tornado possível o empreendimento. Em seguida, agradeceu a presença de todos, convidou-os para um coquetel em regozijo pelo lançamento de mais um número da Revista e encerrou a sessão, da qual, eu, Raimundo Elmo Vasconcelos, 2º. secretário, lavrei a presente ata.

Ata da sessão do dia 22 de maio de 2006

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de 2006, às 15h30, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do sócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos, para uma sessão ordinária. Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos do Instituto: Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Zélia Sá Viana Camurça, Raimundo Elmo Vasconcelos, Valdelice Carneiro Girão, João Alfredo Montenegro, Paulo Ayrton Araújo, Rejane Accioly de Carvalho, Marcelo Caracas Linhares, José Cláudio de Oliveira, Pedro Sisnando Leite e Tácito Teophilo Gaspar de Oliveira. Estiveram presentes ainda, convidados e amigos do Instituto. Iniciando os trabalhos, o presidente passou a palavra ao 2°. secretário Raimundo Elmo Vasconcelos que leu as atas das sessões dos dias 5 e 20 de abril do presente ano, sendo todas aprovadas. A palavra foi concedida ao sócio Paulo Ayrton Araújo que comunicou a homenagem que a Universidade

Federal do Ceará prestou a três cidadãos, entregando o Certificado de Notório Saber Jurídico ao Ministro Francisco César Ásfor Rocha e ao Desembargador Napoleão Nunes Maia Filho, e de Notório Saber Médico ao Dr. Pedro Henrique Saraiva Leão. O presidente propôs um voto de congratulação aos três homenageados, o que foi aprovado. A sócia Zélia Sá Viana Camurça comunicou o falecimento do sócio Dr. José Borges Sales e lamentou o infausto acontecimento. Teceu, ainda, considerações filosóficas sobre a morte. O sócio Paulo Ayrton Araújo falou de um artigo escrito na imprensa que exaltou o trabalho do general Tácito Teophilo Gaspar de Oliveira quando esteve à frente da 10ª RM. O presidente passou a palavra ao palestrante do dia, o sócio João Alfredo Montenegro, que desenvolveu o tema "A Confederação do Equador e o Pensamento Liberal". O orador iniciou falando das causas ideológicas da Revolução. Falou da distinção que se deve fazer entre Federação e Confederação. Esta última adotada nos EUA e preconizada pelos revoltosos de 1824. Disse que em 1817 ocorreu um forte surto de independência em Pernambuco, o qual embora não tenha tido sucesso abriu caminho para a de 1824, que foi republicana por excelência. A Constituição de 1824 era conservadora, haja vista o "poder moderador" que o Frei Caneca chamava de "garroteador da Constituição". Falou do divórcio existente entre os idealistas confederados e o povo, que não compreendia a proposta política dos revoltosos. Lembrou Cipriano Barata e outros idealistas. Citou que no Ceará os ideais revolucionários não vingaram como em Pernambuco. Destacou a atuação do Padre Mororó, pregando um liberalismo radical. O orador fez ainda considerações sobre a influência do governo de Pombal, que combateu a influência da Igreja no Estado Português, e do Seminário de Olinda, que foi um centro formador de uma elite intelectual que influenciou a Igreja e o pensamento político em geral. Dentre os sócios que falaram sobre o assunto, a sócia Zélia Camurça lembrou as relações entre o fanatismo religioso do Nordeste e a Confederação do Equador. O orador ao fim de suas palavras, foi muito aplaudido. Em seguida, o presidente parabenizou o palestrante, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, eu, Raimundo Elmo Vasconcelos, 2º. secretário, lavrei a presente ata.

Ata da sessão do dia 5 de junho de 2006

Aos cinco dias do mês de junho do ano de 2006, às 15h30, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a

presidência do sócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos, para uma sessão ordinária. Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos do Instituto: Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Raimundo Elmo Vasconcelos, Valdelice Carneiro Girão, Francisco Ésio de Sousa, Paulo Ayrton Araújo, José Liberal de Castro, Marcelo Caracas Linhares e Pedro Sisnando Leite. Estiveram presentes ainda, convidados e amigos do Instituto. Iniciando os trabalhos, o presidente passou a palavra ao sócio Paulo Ayrton Araújo que fez as seguintes comunicações: primeiramente, falou sobre o aniversário do Colégio Militar de Fortaleza, exaltando sua ação educativa e que a comemoração reuniu mais de 1.500 pessoas. Informou que foi aluno e professor do colégio. Informou ainda, ter recebido correspondência do Instituto Histórico de Santa Catarina, na qual comunica a realização de um Simpósio de História, comemorativo dos 110 anos de sua fundação. Informou ter recebido do Náutico Atlético Cearense, voto de pesar pela morte do nosso sócio José Borges Sales. O presidente retomando a palavra comunicou o falecimento do antigo radialista e homem de imprensa, Aderson Brás, que atuou durante muitos anos na radiofonia cearense. Propôs um voto de pesar a família, que foi aprovado. O palestrante do dia foi o professor do departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, Eustógio Wanderley Dantas, que desenvolveu o tema "A Maritimidade de Fortaleza". Demonstrando grande conhecimento do assunto, o professor falou sobre a importância do mar para as comunicações. A destinação marítima das cidades sempre foi um fator muito importante. Fortaleza, a partir do Século XIX deveu seu desenvolvimento a grande parte ao porto que, embora precário, permitia o comércio do algodão, da cera de carnaúba, dos couros, etc. para o exterior. O porto de Fortaleza continua a ser importante, especialmente pelos equipamentos da área petrolífera e pelos grandes moinhos de trigo. Disse que atualmente a destinação portuária está sendo partilhada ou mesmo substituída pela destinação turística. O fluxo turístico hoje é a principal fonte de renda para muitas cidades litorâneas. A descoberta das belezas do mar, a salubridade do clima dos trópicos e o desejo dos povos residentes nas zonas frias em gozar temporadas de férias junto aos trópicos fizeram com que as cidades, como Fortaleza, se tornassem procuradas. O palestrante falou ainda da ocupação desordenada de grandes áreas litorâneas próximas a Fortaleza. Citou a especulação imobiliária que faz com que as populações nativas sejam deslocadas de seu habitat gerando problemas sociais. O orador foi muito aplaudido e no final vários sócios fizeram considerações, destacando-se João Alfredo Montenegro, Raimun-

do Elmo Vasconcelos, Francisco Ésio de Sousa e José Liberal de Castro, que teceu extensos comentários. Em seguida, o presidente parabenizou o orador, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, eu, Raimundo Elmo Vasconcelos, 2º. secretário, lavrei a presente ata.

Ata da sessão do dia 20 de junho de 2006

Aos vinte dias do mês de junho do ano de 2006, às 15h30, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do sócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos, para uma sessão ordinária. Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos do Instituto: Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Raimundo Elmo Vasconcelos, Valdelice Carneiro Girão, Paulo Ayrton Araújo, José Liberal de Castro, Marcelo Caracas Linhares, Rejane Accioly de Carvalho, Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira, João Alfredo de Sousa Montenegro e Pedro Alberto de Oliveira Silva. Estiveram presentes ainda, convidados e amigos do Instituto. Iniciando os trabalhos, o presidente passou a palavra ao secretário Raimundo Elmo Vasconcelos que leu as atas das sessões dos dias cinco e vinte dois de maio. Ambas foram aprovadas. O presidente passou então a palavra à palestrante do dia, profa. Izabelle Braz Peixoto da Silva que desenvolveu o seguinte tema: Vila dos índios no Ceará grande - dinâmicas locais sobre o diretório pombalino. Este assunto foi tese de seu doutorado na Universidade de Campinas e objeto de suas pesquisas em Portugal. A palestrante afirmou inicialmente que a política pombalina para os índios, visava dar nova organização econômica para as aldeias indígenas, de onde tinham sido expulsos os jesuítas. Essas determinações era para serem aplicadas no Nordeste e na Amazônia. No Ceará a situação era diferente. Em torno de Fortaleza existiam três aldeamentos importantes: Arronches, Paupina, e Soure, atuais Parangaba, Messejana e Caucaia. Havia ainda, Monte-mor maior (Baturité), e mais três aldeias situadas na região da Ibiapaba. Devido algumas peculiaridades, as determinações políticas do Marquês de Pombal não tiveram o êxito almejado. A nova experiência não deu certo, houve uma desestruturação de algumas povoações indígenas, embora em outras se registrasse a persistência de suas culturas. Outra conseqüência da política pombalina foi a formação do grande latifúndio. O assunto despertou interesse e a conferencista respondeu a várias perguntas especialmente do sócio José Liberal de Castro. Em seguida o presidente parabenizou a

oradora, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão da qual, eu, Raimundo Elmo Vasconcelos, 2°. secretário, lavrei a presente ata.

Ata da sessão do dia 6 de julho de 2006

Aos seis dias do mês de julho do ano de 2006, às 15h30, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do sócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos, para uma sessão ordinária. Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos do Instituto: Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Raimundo Elmo Vasconcelos, Valdelice Carneiro Girão, Paulo Ayrton Araújo, José Liberal de Castro, Marcelo Caracas Linhares, Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira, João Alfredo de Sousa Montenegro, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Aroldo Mota, Pedro Sisnando Leite, Francisco Ésio de Sousa, Dário Moreira de Castro Alves, José Augusto Bezerra, José Filomeno de Morais Filho e Pedro Alberto de Oliveira Silva. Estiveram presentes ainda, muitos convidados e amigos do Instituto. Iniciando os trabalhos, o presidente saudou os presentes e afirmou que "felizes aqueles que são lembrados depois de mortos". Disse que Geraldo Nobre é um destes, pois nunca será esquecido. Disse que a sessão era em sua memória, visto estar transcorrendo um ano de seu falecimento e passou a palavra para o sócio Pedro Alberto de Oliveira Silva, orador da reunião. Iniciando sua exposição o orador falou da personalidade de Geraldo da Silva Nobre, afirmando que ele podia ser estudado sob vários ângulos, visto que era um homem invulgar, brilhante em varias atividades. Como jornalista podia ser lembrado pela sua passagem em vários jornais de Fortaleza, onde foi redator e colaborador por muitos anos, tendo escrito centenas de artigos. Lembrou Geraldo Nobre como professor na velha Faculdade Católica de Filosofia ou como professor da Faculdade de Economia da UFC, onde era livre-docente. Professor culto e cumpridor de seus deveres. Lembrou Geraldo Nobre como historiador, grande pesquisador da história do Ceará, tendo escrito mais de dez livros sobre nosso passado, destacando-se entre eles a *História do Tribunal de Justiça do Ceará*, *Estudo sobre Antônio Cardoso de Barros*, *Um Naturalista no Ceará-Feijó*, *O Ceará na Proclamação da República*. Enalteceu sua dedicação ao Instituto do Ceará, onde foi presidente por três períodos, 1991-1993, 1993-1995 e 2001-2003. Finalmente lembrou suas grandes virtudes como homem honrado, sério, historiador devotado às pesquisas históricas, enfim um grande homem, cuja partida deixou uma grande lacuna no meio inte-

lectual do Ceará. O orador foi muito cumprimentado. O presidente expressou mais uma vez sua admiração pelo grande pesquisador Geraldo Nobre, cumprimentou sua família que estava presente, parabenizou o orador, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão da qual, eu, Raimundo Elmo Vasconcelos, 2°. secretário, lavrei a presente ata.

Ata da sessão do dia 20 de julho de 2006

Aos vinte dias do mês de julho do ano de 2006, às 15h30, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do sócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos, para uma sessão ordinária. Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos do Instituto: Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Raimundo Elmo Vasconcelos, Valdelice Carneiro Girão, Paulo Ayrton Araújo, José Liberal de Castro, Marcelo Caracas Linhares, Aroldo Mota, Pedro Sisnando Leite, Francisco Ésio de Sousa, José Augusto Bezerra, José Filomeno de Morais Filho, Pedro Alberto de Oliveira Silva e Caio Lóssio Botelho. Estiveram presentes ainda convidados e amigos do Instituto. Iniciando os trabalhos, o presidente passou a palavra ao sócio Augusto Bezerra que falou sobre uma iniciativa sua, a criação da Medalha Barão de Studart, comenda que ele planeja oferecer a cada um dos quarenta sócios do Instituto. Em seguida, o sócio Paulo Ayrton Araújo comunicou ter recebido uma correspondência do Instituto Histórico de Santa Catarina, a qual nos comunica a realização de um colóquio de historiadores a se realizar em setembro do corrente ano e formula convite aos nossos sócios para o evento. Em seguida, o Presidente submeteu ao plenário a proposta para sócio honorário do Instituto do bibliófilo José Mindlin, que mereceu a aprovação unânime. O sócio Marcelo Linhares registrou a passagem de mais um ano do falecimento do ex-Presidente Castelo Branco, assunto que a imprensa não comentou. O palestrante do dia foi o sócio Francisco Ésio de Sousa que falou sobre o tema: "A Sudene de Celso Furtado". Demonstrando grande conhecimento do assunto, o orador iniciou suas considerações falando que o tema "Nordeste", começou a ser tratado e debatido já no século XIX. As secas continuadas com seu corolário de sofrimento, exigia a atenção dos governantes. A literatura também passou a abordar o assunto. Euclides da Cunha ao escrever *Os Sertões* fez uma análise muito importante da questão. Depois José Américo, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos e outros, abordaram o assunto. O governo imperial já no fim da monarquia, cons-

truiu o açude do Cedro em Quixadá, além de outras importantes iniciativas. No início da República, foi criado o IFOCS, depois transformado em DNOCS e iniciada a construção de grandes reservatórios. Prender a água era a política oficial. Muita coisa foi feita além disto: construção de estradas, estudos sobre a região, etc., mas somente a partir de 1955, com a chegada de Juscelino Kubitschek à presidência da República e com a colaboração do grande economista Celso Furtado, recém-chegado do exterior, foi traçada uma nova política para o Nordeste. Foi criada a Sudene, baseada em um planejamento econômico que visava o desenvolvimento integrado de toda a região nordestina. Foi o início de uma nova era. Realizou-se um grande esforço no sentido de iniciar-se a industrialização da região. Para isto foram criados instrumentos, mecanismos institucionais que propiciaram recursos financeiros para a execução dos projetos apresentados. Foi uma época de muito idealismo e trabalho. Muitas iniciativas lograram êxitos. Infelizmente fatores diversos de ordem política, cultural e econômica terminaram por tornar inviável a Sudene, o que foi lamentável. O orador estendeu-se ainda em considerações sobre o NE e as novas perspectivas que se abrem para a região. Ao término de suas palavras, o orador respondeu a várias perguntas e foi muito cumprimentado. O presidente parabenizou o orador, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão da qual, eu, Raimundo Elmo Vasconcelos, 2°. secretário, lavrei a presente ata.

Ata da sessão do dia 7 de agosto de 2006

Aos sete dias do mês de agosto do ano de 2006, às 15h30, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do sócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos, para uma sessão ordinária. Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos do Instituto: Francisco Fernando Saraiva Câmara, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, João Alfredo de Sousa Montenegro, Marcelo Caracas Linhares, José Murilo de Carvalho Martins, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Zélia Sá Viana Camurça, Caio Lóssio Botelho, Francisco Ésio de Sousa, Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira, Aroldo Mota, Rejane Maria V. Accioly de Carvalho e José Augusto Bezerra. Estiveram presentes, ainda, convidados e amigos do Instituto. Iniciando os trabalhos, o presidente comunicou a vaga de sócio efetivo do saudoso José Borges Sales e que estava aberta até o dia 5 de setembro a apresentação de candidatos para preenchê-la. Comunicou também que

a Comissão da Revista já esta recebendo os trabalhos para a edição de 2006. Lembrou ainda aos sócios o pagamento das mensalidades à tesouraria. O sócio Paulo Ayrton Araújo fez as seguintes comunicações: a Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro promoveu a cunhagem de uma medalha comemorativa agraciando nosso Instituto, conforme o diploma que leu em seguida; comunicou que a sessão comemorativa do sesquicentenário do nascimento do Barão de Studart, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelo Instituto do Ceará e pela Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro, prevista para o dia 5 de julho, foi adiada em virtude da Copa do Mundo e somente realizada no dia 2 do corrente mês. Nosso Instituto seria representado pelo consócio Eduardo de Castro Bezerra Neto que, à última hora, não pôde viajar, mas sua palestra sobre a efeméride foi lida pelo confrade Melquiades Pinto Paiva. Por fim, informou que o sócio João Alfredo Montenegro tem feito muitas doações de livros para a nossa livraria "O Sebo da História". Em seguida foram lidas pelo secretário as atas das sessões realizadas nos dias 6 e 20 de junho, tendo sido aprovadas. O presidente passou então a palavra ao palestrante do dia, o sócio José Augusto Bezerra que falou sobre o tema "Livros Raros e Ex-Libris". O orador demonstrando muito conhecimento do assunto, visto ser um bibliófilo, falou sobre suas coleções, principalmente da sua Brasiliana. Expôs e comentou alguns livros raros que trouxe para a sessão, destacando entre outros, o *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro* de Rubens Borba de Moraes, alguns incunábulos brasileiros, editados entre 1808 e 1840; uma cópia do Barleaus, outra de Williem Piso (Médico de Nassau); um livro de Rugendas; um livro do príncipe Maximiliano; uma miniatura da primeira Constituição Brasileira de 1824; um Atlas do Império do Brasil (1865) de Cândido Mendes de Almeida. Sobre o Ceará, mostrou primeiras edições de Pedro Theberge, Rodolfo Theofilo e Thomas Pompeu S. Sobrinho, bem como uma coleção de fotos antigas. Encerrou sua interessante palestra falando sobre o trabalho e as despesas que tem tido para manter suas coleções. O orador foi muito cumprimentado. Em seguida, o presidente parabenizou o orador, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, eu, Raimundo Elmo Vasconcelos, 2°. secretário, lavrei para memória a presente ata.

Ata da sessão do dia 21 de agosto de 2006

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de 2006, às 15h30, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico),

sob a presidência do sócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos, para uma sessão ordinária. Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos do Instituto: Francisco Fernando Saraiva Câmara, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Marcelo Caracas Linhares, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Zélia Sá Viana Camurça, Francisco Ésio de Sousa, Aroldo Mota, José Augusto Bezerra, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Pedro Sisnando Leite e José Liberal de Castro. Estiveram presentes, ainda, convidados e amigos do Instituto. Iniciando os trabalhos, o presidente passou a palavra ao secretário Raimundo Elmo Vasconcelos que leu a ata da sessão do dia 20 de julho, tendo sido a mesma aprovada. Leu também as efemérides do Instituto referentes ao mês de agosto. O presidente informou que o bibliófilo Mindlin será agraciado com o título de sócio honorário do Instituto, no dia 25 de agosto em sessão solene. E será saudado pelo sócio José Augusto Bezerra. Prosseguindo o presidente apresentou aos presentes a idéia da realização de um seminário sobre o Nordeste do Brasil, para debater seus problemas. Disse também ser necessário obter o patrocínio de entidades como o BNB. A sócia Zélia Camurça apoiou a proposta. O presidente comunicou que o sócio Paulo Ayrton Araújo estava completando 20 anos de admissão no Instituto, parabenizou-o e concedeu-lhe a palavra. Paulo Ayrton disse de sua satisfação em pertencer ao Instituto, a instituição cultural mais antiga do estado e uma das mais conceituadas pela seriedade do seu trabalho. Falou de sua vida, sua formação militar, o seu tempo de magistério militar, suas atividades docentes, etc. Lembrou que chegou ao Instituto trazido pelo sócio Tácito Teófilo e que assumiu a presidência por dois períodos: 1997-1999 e 1999-2001. Lembrou fatos e personagens do Instituto e ao final de suas palavras foi muito cumprimentado. Outro orador da reunião foi o sócio Pedro Sisnando Leite que falou sobre o tema: "Desenvolvimento Econômico Justo", baseado no pensamento da Igreja Católica. Inicialmente falou sobre a famosa encíclica *Rerum Novarum* que estabeleceu a doutrina social da igreja. Lembrou o esforço do BNB e da Sudene para desenvolver o Nordeste brasileiro, embora os resultados não tenham sido os esperados. O tema despertou muito interesse e vários sócios fizeram apartes, como o sócio João Alfredo Montenegro que lembrou a *Teoria da Libertação*; o sócio Francisco Ésio de Sousa que lembrou que o estado deve intervir não como estatizante e sim, como indutor do desenvolvimento, a sócia Zélia Camurça que falou sobre o papel da educação no desenvolvimento e o sócio Oswaldo Evandro que falou sobre a importância do cooperativismo. Finalizando o orador lembrou que a

agricultura é muito importante e foi ela que derrotou o comunismo na Rússia. Em seguida o presidente parabenizou o orador, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, eu, Raimundo Elmo Vasconcelos, 2°. secretário, lavrei para memória a presente ata.

Ata da sessão do dia 5 de setembro de 2006

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de 2006, às 15h30, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do sócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos, para uma sessão ordinária. Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos do Instituto: Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Raimundo Elmo Vasconcelos, Valdelice Carneiro Girão, Francisco Ésio de Sousa, Paulo Ayrton Araújo, Rejane Accioly de Carvalho, José Augusto Bezerra, Pedro Alberto de Oliveira Silva. Estiveram presentes ainda, convidados e amigos do Instituto. Iniciando os trabalhos, o presidente passou a palavra ao sócio Paulo Ayrton Araújo que fez as seguintes comunicações: sobre a recente passagem do Dia do Soldado, falou sobre a personalidade de Duque de Caxias, lembrando que ele integrou os quadros do Instituo Histórico Geográfico Brasileiro. Lembrou outra efeméride, o transcurso dos 62 anos de um episódio da 2ª Guerra Mundial, quando o batalhão de engenharia da FEB entrou em ação na Itália; comunicou que o sócio Liberal de Castro foi agraciado com a medalha no Clube dos Arquitetos; em seguida, exaltou a ação social desenvolvida pelo Lions de Fortaleza e, finalmente, comunicou o falecimento da professora Eunice Barroso Damasceno, ilustre senhora, fundadora da Associação Pestalozzi do Ceará. Em seguida, o presidente falou sobre o projeto em desenvolvimento que vai tornar possível a inserção na internet de todos os números da *Revista do Instituto*, bem como, a implantação do projeto do museu. Prosseguindo, o presidente falou do patrocínio do Sr. Ivens Dias Branco que colaborou com a quantia de 450 mil reais. Em seguida, passou a palavra para o Sr. Gildásio Sá, responsável pela implantação do projeto. Ele informou que, utilizando recursos multimídias demonstrou o que já foi digitado, lembrando ainda a colaboração da Companhia Souza Cruz. O projeto pretende distribuir 1.000 CD's, contendo todas as matérias das Revistas do Instituto, bem como as Atas da velha Câmara Municipal de Fortaleza, que foram recuperadas e digitadas. A notícia causou muito boa impressão junto aos presen-

tes. Em seguida, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, eu, Raimundo Elmo Vasconcelos, 2º secretário, lavrei a presente ata.

Ata da sessão do dia 20 de setembro de 2006

Cumprindo o edital de convocação para a Assembléia Geral Extraordinária, da qual tomaram ciência todos os associados do Instituto do Ceará, e verificado não haver número legal para o início dos trabalhos, para a instalação em primeira convocação, determinou o presidente Manuel Eduardo Pinheiro Campos a abertura para as 15h30 do dia 20 de setembro de 2006, com qualquer número, com a discussão e votação da reforma do Provimento 01/99, sendo aclamado para secretariar a sessão o associado Paulo Ayrton Araújo, que tomando posse, leu o teor do edital, já referido, tendo por diante o Presidente do Instituto declarado que tudo se cumpria de acordo com o Art.14, parágrafo segundo do Estatuto Social em vigor. Esclareceu na oportunidade que se tratava de alteração substancial no texto do Provimento, para conferir a todos os associados, sem exceções, a condição de serem reconduzidos a cargos que ocuparem quando eleitos, medida compreensível por harmonizar o direito de todos. Essa providência, ajuntou, permitirá a execução como já planejado do grande programa de realizações em curso, através do Ministério da Cultura, com acenado aporte financeiro de quase meio milhão de reais. Assim dito, o Presidente passou a direção dos trabalhos da Assembléia ao associado Aroldo Mota, que em face de se acharem presentes 19 associados, número suficiente para deliberar, propôs, com a anuência dos demais, fosse processada a votação devendo permanecer sentados os que estivessem de acordo com a alteração proposta, e, de pé, os que não a aceitavam. Diante da concordância geral, sob essa forma procedeu-se a votação, verificando-se a aprovação do Provimento 01/2006 por 19 votos. Desse modo, o texto do Provimento, está aprovado com a seguinte redação: "Provimento nº. 01/2006 – Art.1 – O art.28 do Estatuto passa a ter a seguinte redação: Art.28 – Será permitida a reeleição para o mesmo cargo da Diretoria, inclusive, de Presidente, se o candidato obtiver a maioria absoluta dos Sócios Efetivos votantes. Art.2 – Fica eliminado o parágrafo único acrescentado pelo provimento nº. 01/99 ao Art. 28 do Estatuto. Art. 3º – O presente Provimento entrará em vigor a partir de sua aprovação. Fortaleza, 20 de setembro de 2006. "Eu, Paulo Ayrton Araújo, servindo de secretário, redigi a ata que, sendo submetida à aprovação, e

aprovada, vai assinada pelos que participaram dessa Assembléia Geral Extraordinária, em 20 de setembro de 2006.

Ata da sessão do dia 6 de outubro de 2006

Aos seis dias do mês de outubro de 2006, em sua sede social, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência do consócio Aroldo Mota. Compareceram os Sócios Efetivos: Valdelice Carneiro Girão, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Vinicius Holanda de Barros Leal, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Eduardo de Castro Bezerra Neto, Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira, Caio Lóssio Botelho, Paulo Ayrton Araújo, João Alfredo de Sousa Montenegro, Miguel Ângelo de Azevedo, Marcelo Caracas Linhares, José Cláudio de Oliveira, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, José Murilo de Carvalho Martins. Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho, Francisco Ésio de Sousa, Dário Moreira de Castro Alves, José Augusto Bezerra, José Filomeno de Moraes Filho. O presidente dos trabalhos iniciou a sessão comunicando que a mesma tem por finalidade a eleição para preenchimento da vaga de Sócio Efetivo declarada com o falecimento do consócio José Borges Sales. Atendendo às normas estatutárias do Instituto, passou a presidência da sessão à Secretária Geral Valdelice Carneiro Girão que, depois de escolher os escrutinadores Pedro Alberto de Oliveira Silva e Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), iniciou a votação. A chamada dos votantes foi feita pela ordem de antiguidade. Votaram por si 22 e 11 por procuração. Conhecendo o resultado do pleito o presidente declarou eleito para ocupar a cadeira o candidato único, Ednilo Gomes de Soárez. Para constar eu, Paulo Ayrton Araújo secretário *ad-hoc*, lavrei a presente ata, que depois de ser lida e aprovada será assinada pelos presentes. Paulo Ayrton Araújo, secretário *ad hoc*. Valdelice Carneiro Girão, presidente.

Ata da sessão do dia 9 de outubro de 2006

Aos nove dias do mês de outubro de 2006, no Auditório Thomaz Pompeu, às 17 horas, presentes os sócios Manoel Eduardo Pinheiro Campos, Zélia Sá Viana Camurça, Vinicius Antonius de Barros Leal, Francisco Fernando Saraiva Câmara. Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Oswaldo Evandro Carneiro

Martins, Pedro Sisnando Leite, Gisafran Nazareno Mota Jucá, Francisco Ésio de Sousa, José Augusto Bezerra, José Filomeno de Morais Filho e comparecimento de numeroso público, transcorreu sessão especial para comemorar o êxito do projeto "Organização e Disponibilização do Acervo Documental do Instituto do Ceará", ousado programa de resgate da historiografia cearense, aprovado pelo Ministério da Cultura e apoiado pelas grandes empresas nacionais, Souza Cruz e Fábrica Fortaleza. A sessão cedeu lugar a uma bem elaborada prestação de contas, exposta em linhas gerais pelo presidente Eduardo Campos, que nomeou as principais metas alcançadas pelo projeto já mencionado, e que compreendeu: a) organização da Coleção Barão de Studart, quando restaram limpos e envelopados todos os documentos de 56 pastas, catalogados por assunto; b) fotografia digital do conteúdo de seis livros de Atas da Província do Ceará, trabalho que, ao final, resultou na preservação fotográfica de pelo menos três mil páginas desse importante documento; c) montagem e catalogação de edições raras de 26 jornais do século XX (a partir de 1854), todos limpos e catalogados; d) limpeza e igual catalogação de todos os volumes da Biblioteca Eurico Facó, ao redor de 1.300 livros; e) igual limpeza e catalogação dos livros da Biblioteca Capistrano de Abreu, assim como a ordenação, por assunto, de toda a correspondência não só do grande historiador mas igualmente da sociedade criada, depois de seu falecimento, pelos admiradores de sua obra; f) e para culminar esse mutirão de resgate documental a digitalização e disponibilização pela internet e em CD-ROM, em dois volumes, de 127 *Revistas do Instituto do Ceará*, editadas desde 1887, tarefa que consumiu 420 horas de trabalho e gerou aproximadamente 3.200 artigos repartidos por mais de 50.000 páginas. Em verdade esse projeto significa, na realidade, surpreendente banco de dados de mais de dez milhões de palavras disponíveis hoje para aqueles que aspiram conhecer melhor a história, a geografia, a antropologia do Ceará, ao longo de 119 anos de atividades do Instituto do Ceará. Na oportunidade o presidente do Instituto disse que conseguira que os jornais "Associados" de Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife, São Luiz, Natal, João Pessoa, fizessem ampla divulgação do projeto, colaboração que chegava a bom termo, naquele momento, publicando cada um dos jornais daquelas cidades reportagem de página inteira a respeito, o que já começara a suceder. Usou da palavra em seguida, enquanto era projetado em telão circunstanciado documentário digital sobre o projeto, o Sr. Gildácio José de Almeida Sã, consultor de Tecnologia da Informação, a quem muito deve o Instituto pelo êxito alcançado na execução

de tantas tarefas que, em verdade, marcam mais essa excepcional vitória do Instituto em resgatar e preservar seus valiosos documentos. Seguiu-se recepção aos convidados (ao redor de duzentas pessoas), nos salões da sede do Instituto, na qual a tônica dos comentários foi de aplauso ao trabalho que a atual Diretoria acabava de efetivar, colhendo consideráveis resultados para a cultura do Ceará. Fortaleza, 9 de outubro de 2006.

Ata da sessão do dia 20 de outubro de 2006

Às 15h30, do dia 20 de outubro de 2006, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do consócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos, para mais uma sessão ordinária. Compareceram os sócios efetivos: Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Raimundo Elmo Vasconcelos, Valdelice Carneiro Girão, Eduardo de Castro Bezerra Neto, Francisco Ésio de Sousa, João Alfredo Montenegro, Paulo Ayrton Araújo, Marcelo Caracas Linhares, Aroldo Mota, Caio Lóssio Botelho e Pedro Alberto de Oliveira Silva. Estiveram presentes, ainda, amigos do Instituto e visitantes. Foi feita a leitura da Ata do dia 25 de agosto de 2006, pelo 2º. secretário Raimundo Elmo Vasconcelos, tendo sido a mesma aprovada. O secretário leu também as efemérides históricas do mês de outubro. A sócia Valdelice Carneiro Girão leu a Ata da sessão do dia 5 do corrente mês, quando foi eleito o novo sócio efetivo, Dr. Ednilo Gomes Soarez. Com muita satisfação, o presidente comunicou aos presentes que o site do Instituto, contendo as revistas e as atas, passou a ser consultado por mais de 300 usuários por dia, o que demonstra o grande interesse que despertou entre os estudiosos e historiadores pelo acervo do Instituto. Em seguida, colocou em votação o requerimento dos sócios Paulo Ayrton Araújo e Fernando Câmara, concedendo às senhoritas Celda Brasil Girão e Celnir Brasil Girão, o título de "Amigas do Instituto". Referidas senhoritas são freqüentadoras assíduas de nossas reuniões e filhas do saudoso sócio Raimundo Girão. Posto em votação, o requerimento foi aprovado. O sócio Paulo Ayrton comunicou ainda ter recebido correspondência do novo sócio Ednilo Gomes Soares, o qual diz aceitar sua indicação para o Instituto. Continuando suas comunicações, o sócio disse ter recebido do Coronel Francisco Bedê um exemplar do livro sobre Santos Dumont. Informou ainda que o tradicional Colégio Militar de Fortaleza vai acrescentar a seu nome a denominação histórica de "Casa de Eudoro Correia", numa homenagem ao grande militar e educador. O

encarregado da livraria "Sebo da História", professor João Pires, informou que o presidente e o vice fizeram valiosas doações de livros à livraria. O sócio João Alfredo comunicou que o Conselho do Patrimônio Histórico, da qual ele é membro, iniciou o processo de tombamento do prédio do Instituto. O presidente informou que a pesquisadora Paula Virginia Pinheiro Batista, lançará no dia 23 do corrente mês, o livro *Capistrano de Abreu e a Correspondência Feminina*, na qual a pesquisadora revela aspectos muito interessantes do grande historiador. O presidente lembrou que o livro foi o resultado das pesquisas iniciadas aqui no Instituto e que está inserido em um projeto maior: a organização e catalogação do acervo de Capistrano de Abreu, pertencente ao Instituto. O orador da sessão foi o sócio Eduardo Bezerra Neto que falou sobre a criação do Banco da Província do Ceará em 1835, pelo presidente José Martiniano de Alencar. Demonstrando grande aptidão pela pesquisa histórica, o orador falou da obra pioneira do grande Alencar. Descreveu os aspectos técnicos do empreendimento, as dificuldades enfrentadas, a situação da província na época, etc. Descreveu também as medidas iniciais do banco, que muito fomentou a economia, pois era um banco de emissão e desconto. O orador exibiu ações e bônus emitidos pelo banco na época. O assunto despertou muito interesse. O sócio Francisco Ésio de Sousa fez consideração sobre a província na época, bem como o sócio Caio Lóssio Botelho e Pedro Alberto Oliveira, que elogiou a pesquisa histórica feita pelo sócio. O orador foi muito aplaudido. Em seguida, o presidente parabenizou o palestrante, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, eu, Raimundo Elmo Vasconcelos, 2º. secretário, lavrei a presente ata.

Ata da sessão do dia 6 de novembro de 2006

Aos seis dias do mês de novembro do ano de 2006, às 15h30, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do sócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos, para uma sessão ordinária. Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos do Instituto: Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, João Alfredo de Sousa Montenegro, Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira, Pedro Sisnando Leite, Dário Moreira de Castro Alves, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Caio Lóssio Botelho, Francisco Ésio de Sousa, Filomeno Moraes Filho e José Augusto Bezerra. Estiveram

presentes, ainda, convidados e amigos do Instituto. Iniciando os trabalhos, o presidente passou a palavra ao 2°. Secretário, Raimundo Elmo Vasconcelos, que leu a ata do dia 20 de outubro do corrente ano, tendo sido a mesma aprovada. Em seguida, o sócio Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira solicitou ao presidente que as sessões do Instituto voltassem a ser realizadas no auditório tradicional, localizado no primeiro andar do prédio. O presidente concordou, mas lembrou que muitos sócios são idosos e não podem subir escadas. Informou ainda que está sendo estudada a possibilidade da compra de um elevador. Foi lembrado que o futuro vice-governador, prof. Pinheiro, é amigo do Instituto e por certo nos ajudará em nossas reinvidicações junto ao governo. O sócio Caio Lóssio Botelho solicitou que fosse publicado na *Revista do Instituto* um artigo de sua autoria, versando sobre o assunto de sua palestra do dia 6 de fevereiro do corrente ano, "A Revolução Cultural na China Vermelha". A secretária Valdelice Carneiro Girão informou que o sócio Paulo Ayrton Araújo fez doações de 18 livros e 2 plaquetas à Livraria Sebo da História, bem como outras doações do sócio João Alfredo Montenegro e Pedro Sisnando Leite. O recém-eleito prof. Ednilo Gomes Soarez convidou os sócios a se fazerem presentes a sua posse no próximo dia 22 do corrente mês. O palestrante do dia foi o sócio Caio Lóssio Botelho que falou sobre o tema "Santos Dumont e Einstein". Aproveitando as comemorações do centenário do primeiro vôo de Santos Dumont, o palestrante, demonstrando muito conhecimento do assunto, estabeleceu um paralelo entre os dois grandes vultos, lembrando que ambos foram contemporâneos e expoentes de sua geração. O orador disse que Santos Dumont e Einstein se utilizaram da razão, mas também da intuição ao formularem suas teorias e seus projetos. Para o orador, a intuição no plano religioso pode ser identificada como sendo o Espírito Santo. Essa entidade foi que propiciou a alguns homens como Moisés, Buda, Maomé e outros a formularem suas grandes concepções religiosas. O homem guiando-se somente pela razão, pelo pensamento crítico-científico, não pode fazer a grande síntese. Somente com a intuição propiciada pelo Espírito Santo é possível atingir outro patamar. Einstein confessou isto e Santos Dumont ao utilizar o plano cartesiano na construção do seu aeroplano, o 14-Bis, o que possibilitou sua ascensão, demonstrou que a razão (ciência) necessita da intuição (religião) para a consumação de uma grande teoria e/ou projeto. O tema despertou interesse e debates. O sócio João Alfredo discordou da relação estabelecida entre Einstein e Santos Dumont, afirmando que eram personalidades muito distintas, bem como o campo

de suas atividades, no que foi secundado pelos sócios Oswaldo Evandro Carneiro Martins e José Augusto Bezerra. Em seguida, o presidente parabenizou o orador, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, eu, Elmo Vasconcelos, 2°. secretário, lavrei para memória a presente ata.

Ata da sessão do dia 5 de dezembro de 2006

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de 2006, às 15h30, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do sócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos, para uma sessão ordinária. Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos do Instituto: Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Raimundo Elmo Vasconcelos, Valdelice Carneiro Girão, Francisco Ésio de Sousa, Paulo Ayrton Araújo, Marcelo Caracas Linhares, Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira, Pedro Alberto de Oliveira Silva, João Alfredo de Sousa Montenegro, Osvaldo Evandro Carneiro Martins, Aroldo Mota, Francisco Edson Cavalcante Pinheiro, Dário Moreira de Castro Alves, José Augusto Bezerra e José Filomeno de Moraes Filho. Estiveram presentes ainda, convidados, amigos do Instituto e uma representação numerosa de alunos do Colégio 7 de Setembro. Iniciando os trabalhos, o presidente passou a palavra ao sócio Paulo Ayrton Araújo que fez as seguintes comunicações: primeiramente informou que a Secretaria de Cultura comemorou os seus 40 anos de criação, com uma solenidade no Teatro José de Alencar. Na ocasião foram homenageadas 40 pessoas, entre elas, os consócios Nirez e Valdelice, que se tornam merecedores de nossas congratulações. Informou ainda que os consócios Valdelice Carneiro Girão e Diatahy Bezerra de Menezes, lançaram através da coleção Outras Histórias, do Museu do Ceará, os livros *Museu do Ceará e Outras Histórias - Entrevistas com Valdelice Girão* e *Gustavo Barroso - Um Cearense Ariano*. A eles apresentamos nossas congratulações. Por último informou que o consócio Melquíades Pinto Paiva foi agraciado com o diploma de Professor *Honoris Causa* pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, tornando-se merecedor também de nossas congratulações. O consócio Aroldo Mota solicitou um voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado José Flávio Costa Lima. A proposta foi aprovada. O presidente retomando a palavra, teceu comentários sobre o ambiente cultural contemporâneo, afirmando que há um desinteresse do povo pela cultura, o que é lamentável. O orador da sessão foi o sócio José Filomeno de Moraes

Filho que falou sobre o livro *Raízes do Brasil*, cujos 70 anos do seu lançamento em 1936, estão sendo comemorados. Primeiramente disse, que foi feito um lançamento comemorativo do mesmo, em edição especial. Afirmou que o autor, Sérgio Buarque de Holanda foi um homem notável. Falou de sua personalidade, de sua cultura e da influência que exerceu sobre os seus contemporâneos e que ainda hoje perdura através de suas obras. O livro *Raízes do Brasil* está dividido em 7 capítulos, mas o orador devido a premência do tempo, destacou especificamente o quinto, que tem o título "O homem cordial". Neste capítulo o escritor analisa com muita perspicácia as características do homem brasileiro, afirmando que ele se conduz mais pelo sentimento do que pela racionalidade. Diz ser a cordialidade, um traço definitivo do nosso caráter. Assinala ainda outras características, como tratar os bens públicos como se fossem privados, não fazendo distinção entre ambos. O orador demonstrando conhecer profundamente a obra de Sérgio Buarque de Holanda, bem como de outros sociólogos e antropólogos que estudaram a realidade brasileira, afirmou que atualmente, apesar das mudanças ocorridas nestes 70 anos, permanecem ainda muitas das características identificadas pelo grande Sérgio Buarque de Holanda. O orador foi muito aplaudido e no final vários sócios fizeram considerações, destacando-se José Augusto Bezerra e Ednilo Soares. Em seguida, o presidente parabenizou o orador, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, eu, Raimundo Elmo Vasconcelos, 2º. secretário, lavrei a presente ata.

HOMENAGEM PÓSTUMA

José Borges de Sales

☆10/2/1911 ✝12/5/2006

José Borges de Sales, um paraibano na Casa do Barão

JOSÉ JARBAS STUDART GURGEL*

A sociedade fortalezense foi surpreendida na data de 12 de maio de 2006, com a notícia de falecimento do ilustre médico paraibano e Sócio Efetivo do Instituto do Ceará, DR. JOSÉ BORGES DE SALES, que ocupava a cadeira n. 20, e para a qual foi eleito em 21 de agosto de 1989, com a posse ocorrida em 22 de dezembro do mesmo ano.

No ato solene dessa investidura foi saudado pelo seu brilhante colega de profissão – Dr. Vinicius Antonius Holanda de Baros

* O autor é farmacêutico graduado pela UFC, pesquisador em Ciências Exatas e da Natureza do DNOCS (aposentado), Mestre em Engenharia de Pesca, Professor Adjunto da UFC (aposentado), Presidente da Academia Cearense de Farmácia, Membro da Academia Cearense de Ciências.

Leal, ocupante da cadeira n. 5, que ao exprimir sua alegria em acolher o recipiendário, manifestou o desejo de "...velejarmos juntos, daqui por diante, no mesmo oceano sem fim desta trindade que nos completa o viver: a História, a Geografia e a Antropologia.".

A partir daquele momento José Borges de Sales passou a ser o Sócio Efetivo n. 111 da Casa do Barão, por ordem de antiguidade e um dos poucos a ingressar nos seus átrios não sendo cearense.

Com efeito, ao publicar o seu livro, *Noticias Sobre a Trajetória de Cearenses na Paraiba e Paraibanos no Ceará*, Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005, 328 p., apresentado ao público em 18 de agosto de 2005, em evento promovido pelo Instituto Cultural Oboé desta capital e ocorrido poucos meses antes de partir para a eternidade, quis com ele justificar sua presença naquela Casa, visto que, segundo as palavras do apresentador desta obra, seu estimado filho Humberto Bonavides Borges, o autor fez nascer desde sua juventude, "... no cerne do seu mundo interior, um amor crescente pelo Ceará".

Também teve como intenção cumprir o que fora sugerido 15 anos atrás pelo seu ilustre acolhedor, de velejar calmo e tranqüilo neste mar imenso da pesquisa antropológica e geistórica, condição *sine qua non* dos que fazem parte deste ministério e pretender com as suas diligências em busca da verdade, reforçar os laços de amizade que unem cearenses e paraibanos.

Embora ao longo de minha vida tivessem sido poucos os contatos pessoais mantidos com ele, houve todavia um período em que convivi bem de perto: eu, como aluno da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal do Ceará e ele como professor de Microbiologia do curso de Farmácia. Entretanto, ao obter o meu diploma de farmacêutico da turma de 1959, segui por um rumo diferente dele e só nos encontrávamos em fortuitos eventos, mas foi o suficiente para nunca esquecer sua figura impoluta e admirar sua forte personalidade diante dos dons que possuía de homem probo, culto, sincero e justo.

Estas suas excelsas virtudes pude bem comprová-las e julgá-las ainda como estudante de graduação e de pós-graduação,

haja vista a dedicação e competência com que transmitia seus conhecimentos e que foram importantes para o meu desempenho profissional, principalmente quando em 1971 tive de fazer uso dos ensinamentos que me legou em salas de aula e no laboratório ao ministrar os aspectos teóricos e práticos daquela disciplina, no curso de especialização que fiz em *Food Science* na Universidade de Washington, Seattle, Estados Unidos da América do Norte e ser bem-sucedido nas minhas lides universitárias.

Em 18 de julho de 1990, em um dos nossos casuais encontros, tive a alegria de receber de suas mãos o livro editado em 1978 pela Imprensa Universitária da UFC, sob o título *Bibliografia Médica do Ceará*, repositório de quase tudo que havia sido publicado até então pelos profissionais da área de saúde, graças a um meticuloso trabalho de pesquisa que veio enriquecer as páginas da história da medicina no estado do Ceará.

Como afirma na apresentação desta obra, o intuito era o de fazer história e embora tenha escapado na sua busca muitos outros trabalhos como seria natural num levantamento desta natureza, contudo sentiu-se gratificado pela colaboração recebida de inúmeros colegas e amigos, principalmente de Pedro Augusto Sampaio, autor de *A Medicina no Ceará* (1939), que anos depois ao ser criada a Academia Cearense de Medicina, da qual foi Presidente no biênio 1986/88 e se tornar sócio fundador da cadeira n. 8, dignou-se em o escolher para Patrono, como forma de manifestar aos seus pósteros reconhecida gratidão. .

Mas, o que o levou com mais afinco a realizar este trabalho de pesquisa foram as contribuições do renomado médico cearense, meu saudoso tio-avô, já que era o irmão mais velho de minha avó paterna, cujo nome empresta a este secular Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Guilherme Studart, mais conhecido por *Barão de Studart* e do sobrinho dele, também ilustre médico – **Carlos Studart Filho**, que o dirigiu com muito acerto e competência durante 14 anos, ou seja, no período de 20 de março de 1968 a 6 de abril de 1982.

José Borges de Sales era filho de José Francisco Borges e de Maria Freire de Sales, tendo nascido em 10 de fevereiro de 1911 no

engenho São Luiz, município de Areia, Paraíba, onde viveu sua primeira infância.

Aprendeu as primeiras letras com a sua querida genitora e, já alfabetizado, passou a freqüentar a escola de sua tia Anita Borges, localizada no vizinho engenho Cipó e posteriormente, a escola da professora Maria Adelina, em Serrania, PB.

Com 11 anos de idade, mudou-se para Campina Grande, PB, indo residir na casa do seu tio Joca, mais conhecido por Padre João Borges de Sales e passou a freqüentar a escola primária do Professor Mauro Luna, tomando também lições com o próprio tio, que aconselhou seu genitor a interná-lo em um colégio da capital paraibana.

A convivência com o seu tio, culto sacerdote elevado às honras de Monsenhor e que eleito e preconizado bispo da diocese do Maranhão recusou o episcopado para continuar vigário de Campina Grande, foi de vital importância para a sua formação moral, intelectual, científica e humanística.

Feito o curso primário no Colégio Diocesano Pio X na capital da Paraíba, iniciando o curso ginasial no mesmo educandário e concluindo o curso científico no Liceu Paraibano, José Borges de Sales submeteu-se aos exames do vestibular para a Faculdade de Medicina do Recife em 1932, tendo sido aprovado e cursado os dois (2) primeiros anos, quando então preferiu transferir-se para a Escola de Medicina da Bahia, onde graduou-se médico na turma de 1937.

Neste ano de sua formatura conheceu em Alagoa Nova, PB, cidade localizada no brejo da Borborema e onde iniciou suas atividades profissionais como conceituado facultativo, a jovem Dirce Bonavides, filha de Fenelon Bonavides e de Hermínia Fernandes Bonavides, de tradicional família paraibana, com quem veio contrair matrimônio em 19 de setembro de 1942.

Desta feliz união que perdurou por mais de 63 anos, deixou uma descendência de 4 filhos: Humberto, Norma, Dulce e Elizabeth; 4 netos: Inessa, Thiago, Thais e José Borges de Sales Neto e 2 bisnetos: Humberto e Afonso.

Recordando a cidade onde iniciou seu múnus profissional, JOSÉ BORGES DE SALES produziu mais um livro de valor histó-

rico, intitulado: *Alagoa Nova – Noticias para a sua história*, Fortaleza: R. Esteves Tipogresso Ltda., 1990.

No início de sua carreira profissional e já pensando em constituir familia, de 1938 a 1942 empreendeu uma longa viagem pelo Nordeste, sempre em busca de trabalho, tendo percorrido na boléia de caminhões ou por outros meios de transporte tortuosos caminhos, graças aos quais alcançou os mais longínquos lugares, como Cajazeiras (PB), Crato (CE), Picos (PI), Oeiras (PI), São João dos Patos (MA), Floriano (PI), Tauá (CE), Inhamuns (CE), Senador Pompeu (CE) e Baturité (CE), onde pôde colocar durante certo tempo à disposição da população os seus prestimosos serviços médicos.

Foi finalmente nesta última cidade que conseguiu satisfatório emprego e adquirir um bom imóvel mobiliado e ornamentado, onde passou a residir com sua esposa nos primeiros momentos de casados.

Em 1943 passou a residir em Fortaleza, já que fora convidado para trabalhar no Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) que assistia os "soldados da borracha", como eram chamados os homens convocados para a tarefa de extração da borracha na Amazônia, tendo nesta época chefiado o hospital que funcionava junto a Hospedaria Getulio Vargas, localizado na Av. Olavo Bilac, nesta capital e instalado o Posto de Saúde em Sobral, Ceará.

Nomeado biologista do Departamento Nacional de Saúde em 1945, com lotação na Delegacia Federal de Saúde, em Fortaleza, CE, chefiou o Laboratório Central do Departamento Estadual de Saúde de 1945 a 1964.

Ao fazer o seu panegírico em sessão especial da Academia Cearense de Medicina logo após a ocorrência do infausto acontecimento, o ilustre médico Dr. Hélio Bessa, referiu-se a José Borges de Sales que na época era seu vizinho e ele estudante de medicina, pois ambos moravam na Avenida Tristão Gonçalves lembrando que todos os dias o observava, manhã cedo, "... em demanda do Departamento Estadual de Saúde, onde trabalhava e localizado à Praça José de Alencar, vizinho ao Teatro e à Faculdade.". Também, como funcionário do Centro Médico Cearense teve a oportuni-

dade de acompanhar sua atuação sensata e equilibrada no exercício da função de vice presidente daquela instituição, no período 1959/1960.

Vocacionado para a área do ensino, ingressou em 1949 na Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará como professor substituto de Microbiologia, já que o catedrático da disciplina havia se licenciado por motivo de saúde e em 1950, com a federalização dessa Faculdade, passou a integrar o seu colegiado como catedrático interino.

Acumulando as funções de chefe do Laboratório Central com as atividades didáticas, de pesquisa, e de estudo na área de sua especialização, publicou em 1952 na *Revista Brasileira de Medicina*, no Rio de Janeiro, uma série de trabalhos científicos que denominou de *Geografia Médica do Ceará*, sobre a distribuição geográfica da bouba, do tracoma, da leishmaniose, da malária e do mal de Hansen, neste estado.

Em 1953 estagiou no Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo, sobre técnicas bacteriológicas, bem como no Hospital das Clínicas de São Paulo e ao regressar a Fortaleza deu continuidade às atividades de ensino, também nos cursos de Enfermagem e Medicina, tendo em 1958 alcançado em caráter definitivo a cátedra de Microbiologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal do Ceará ao defender e ver aprovada sua tese, **Contribuição ao Estudo dos Métodos Bacteriológicos Indicados na Pesquisa de Portadores de** *Corynebacterium diphtherie.*

José Borges de Sales recebeu da Universidade Federal do Ceará em 1974 o diploma de *Doutor em Microbiologia* e em 1982 o de *Professor Emérito*, tendo também sido agraciado em 2000 com o diploma de *Honra ao Mérito Médico Nacional* e em 2003 com a outorga da Medalha Capistrano de Abreu, pela Academia de Ciências e Letras do Rio de Janeiro.

Sua trajetória como profissional da área médica foi longa e vitoriosa, que poderia me estender muito além do que estas poucas linhas, mas seria tomar muito o tempo de nossos distintos leitores, já que muito há sido registrado em livros e documentos

sobre tão distinta e honrada figura de nossas letras, história, geografia e antropologia cearenses.

Entretanto, ficaria dentro de mim um grande vazio se não fizesse aqui neste espaço a memória de um lamentável acidente que ocorreu nesta cidade de Fortaleza no ano de 1961, o qual acompanhei atentamente pela imprensa falada e escrita da época.

Chocou-me muito como farmacêutico recém-formado e residindo no interior do Ceará, onde exercia a função de biologista do DNOCS e chefe da Seção de Estudo das Águas, a reportagem do jornal *Le Figaro*, de Paris, França, republicada pela revista de maior circulação nacional da época, *O Cruzeiro*, que mediante ilustração fotográfica mostrava pessoas nas ruas de Fortaleza armadas de paus e pedras correndo atrás de cães raivosos para matá-los.

Este terrível flagrante de repercussão internacional que guardo na memória, ocorreu por motivo do trágico episódio da vacinação anti-rábica que ceifou vidas humanas, sobre o qual José Borges de Sales, chefiando uma Comissão de Inquérito instituída pelo governo do estado do Ceará para esclarecimento de suas verdadeiras causas, soube desincumbir-se de sua missão.

Passados já 45 anos do fato acontecido, só me resta destacar a dignidade e a honradez dos que participaram deste triste evento, na certeza de que somente Deus é quem os julgará.

Fortaleza, 11 de janeiro de 2007

Portaria Nº 01/Presid, de 6 de março de 2023

Institui o Conselho de Ex-Presidentes do Instituto do Ceará.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO CEARÁ (Histórico, Geográfico e Antropológico), no uso da atribuição que lhe confere o art. 49, letra e), do Estatuto do Instituto do Ceará, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de maio de 2012,

RESOLVE

Art. 1º Fica instituído o Conselho de Ex-Presidentes do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) com a finalidade de assessorar e fazer recomendações, em complemento e sem prejuízo às finalidades do Conselho Superior Consultivo previsto no art. 39 do Estatuto, às deliberações da Diretoria aprovadas em Assembleia Geral.

Art.2º O mandato dos conselheiros poderá ser renovado a cada eleição, por se constituir em um conselho de caráter transitório, conforme o previsto no art. 49 do Estatuto.

Art.3º Fica constituído o **Conselho de Ex-Presidentes do Instituto**, a funcionar em igual período da Diretoria eleita para o biênio 4 de março de 2023 a 4 de março de 2025 com os associados: ***José Augusto Bezerra e Lúcio Gonçalo de Alcântara.***

Parágrafo único – Também integrará o Conselho o associado ***Osmar Maia Diógenes***, por ter exercido, como 1º Vice Presidente, a Presidência do Instituto, no final da gestão do biênio 2019/2021.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor em vigor, na data de sua expedição.

Júlio Lima Verde Campos de Oliveira
Presidente do Instituto do Ceará

***

Portaria Nº 02/Presid, de 4 de setembro de 2023

Nomeia o Curador do Acervo de Capistrano de Abreu e da Sociedade Capistrano de Abreu

O Presidente do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), no uso das suas atribuições estatutárias, e em conformidade com o Art.49º, letra e), considerando que se encontra sob a guarda e titularidade do Instituto do Ceará o ***Acervo de Capistrano de Abreu e da Sociedade Capistrano de Abreu***; considerando ser de fundamental importância para a Cultura Histórica do Estado do Ceará a preservação desse Acervo,

RESOLVE

Art. 1º. Atribuir ao sócio efetivo **José Eurípedes Maia Chaves Júnior** a responsabilidade de administrar, até 4 de setembro de 2025, a ***Curadoria do Acervo de Capistrano de Abreu e da Sociedade Capistrano de Abreu,*** criada pela Portaria nº 02/2015, de 9 de março de 2015;

Art. 2º. Delegar competência à Secretaria Geral e às suas duas Secretarias, para coordenar o apoio logístico à ***Curadoria do Acervo de Capistrano de Abreu e da Sociedade Capistrano de Abreu.***

Júlio Lima Verde Campos de Oliveira
Presidente do Instituto do Ceará

***

Portaria Nº 03/Presid, de 11 de setembro de 2023

Estabelece a Comissão dos 170 Anos de Nascimento de Capistrano de Abreu

O Presidente do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), no uso das suas atribuições estatutárias, e em conformidade com o Art.49º, letra e), considerando que se encontra em pleno andamento o planejamento das comemorações dos ***170 Anos de Nascimento de Capistrano de Abreu***; considerando ser de fundamental importância que fique registrado a existência da Comissão responsável pelas ações do Instituto do Ceará e seu relacionamento com outras Instituições,

RESOLVE

Art. 1º. Atribuir aos sócios efetivos abaixo, **juntamente com este Presidente**, o encargo de comporem a ***Comissão dos 170 Anos de Nascimento de Capistrano de Abreu***, a transcorrer em 23 de outubro do corrente ano:

- **Paulo Elpídio de Menezes Neto,** nas ações junto à Universidade Federal do Ceará; e

- **José Eurípedes Maia Chaves Júnior,** nas ações ligadas ao *Acervo de Capistrano de Abreu e da Sociedade Capistrano de Abreu,* como Curador dos acervos.

Art. 2º. Participam ainda, da Comissão, **como autores** de artigos a serem publicados em volume especial alusivo à efeméride, os sócios efetivos **Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes e Gisafran Nazareno Mota Jucá.**

Art. 3º. Incluir como apoio à Curadoria dos Acervos, a sócia efetiva **Ana Paula Cavalcante Alencar da Silva** e a Diretora Administrativa do Instituto do Ceará, **Maria Ignês Alves Feitosa**.

Júlio Lima Verde Campos de Oliveira
Presidente do Instituto do Ceará

***

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO EM 2006

Relatório da secretaria do Instituto do Ceará

Atendendo as normas estatutárias artigo 22, letra B, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) apresenta na primeira sessão o relatório das atividades correspondente a 2006.

Edifício Sede

Concluindo a restauração do prédio e arranjo de grande parte de seus pertences, a catalogação dos livros e documentos continua a ser realizada graças à colaboração da diretoria, tendo à frente o dinâmico presidente Manuel Eduardo Pinheiro Campos, a boa vontade de seus colaboradores, liderados pela profª Marineide Alves e a orientação da bibliotecária Madalena Figueiredo

Assim sendo, podemos dizer orgulhosamente que a Casa do Barão de Studart, é hoje admirada por aqueles que nos visitam e procuram a valiosa documentação histórica e o acervo bibliográfico e arquitetônico.

Diretoria

As dificuldades financeiras que a diretoria eleita em 4 de março de 2004, encontrou no primeiro ano de sua administração, continuam; verbas insuficientes para despesas com o pagamento dos funcionários, serviço de segurança do prédio, luz, água, telefone e outras necessidades acrescidas agora com a instalação de novos equipamentos eletrônicos.

Continuamos sem nenhum auxílio público. Contamos hoje apenas com o aluguel do pequeno estacionamento do prédio anexo, algumas pequenas doações de terceiros, a contribuição dos sócios efetivos e a venda de livros, doados pelos sócios, na livraria "O Sebo da História".

Apesar das referidas dificuldades, o Instituto neste período, conseguiu realizações especiais. a maior delas foi a conclusão do projeto de resgate dos recursos culturais do Instituto, que, contemplado com a Lei Rouanet (Ministério da Cultura) e o apoio

financeiro das empresas Sousa Cruz e Fábrica Fortaleza. Foram resgatadas importantes informações sobre o Ceará, realizações que há muito se faziam necessárias.

Através do projeto de digitalização e disponibilização do Acervo Documental do Instituto do Ceará, ingressa a Casa do Barão no que há de mais novo em termos de oferta de informação ao público, através do instrumento mais democrático já criado pelo homem – a internet.

No citado projeto foram realizados: a) limpeza e catalogação da Coleção Studart; b) digitalização e fotografias das atas da Câmara Municipal de Fortaleza (existentes no Instituto); c) montagem e catalogação da Hemeroteca; d) limpeza e catalogação da Biblioteca Eurico Facó; e) limpeza e conclusão da catalogação da Biblioteca Capistrano de Abreu, f) digitalização e disponibilização na internet das *Revistas do Instituto do Ceará*.

O projeto também contemplou a compra de equipamentos necessários para nossa dinâmica digital.

Biblioteca

A Biblioteca foi o setor mais beneficiado com a realização do projeto. Foi reorganizada a correspondência do historiador Capistrano de Abreu (5.200 cartas); documentação do Barão de Studart, correspondência a 55 volumes, atas antigas da Câmara Municipal de Fortaleza, assim como os livros da Biblioteca Eurico Facó e Capistrano de Abreu, e catalogação de pelo menos 9.600 livros, que se encontravam há algum tempo sem identificação. Sem falar no escaneamento de duas matrizes em CDs que disponibiliza para o público as l27 revistas publicadas pelo Instituto.

A Biblioteca registrou no ano de 2006 uma freqüência de 1050 consulentes leitores e pesquisadores, a maioria com o objetivo de elaboração de dissertações e teses para obtenção de grau de mestre ou doutor.

Atividades Culturais

O Instituto em 2006 além das sessões ordinárias, realizou várias sessões solenes, destacando-se homenagens póstumas do primeiro aniversário de morte do sócio e presidente de honra, Ge-

raldo da Silva Nobre, as comemorações do centenário de nascimento do governador Plácido Aderaldo Castelo, a sessão solene comemorativa dos 119 anos da fundação do Instituto do Ceará e o sesquicentenário do Barão de Studart, quando foi entregue ao Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco o diploma de Sócio Benemérito do nosso Sodalício; a sessão de lançamento do n. 119 da *Revista do Instituto do Ceará* referente ao ano de 2005, a sessão em comemoração da finalização do Projeto de Disponibilização do Acervo Documental do Instituto quando o professor Gildácio de Almeida Sá, responsável pelo desenvolvimento multimídia do projeto, fez explanação do mesmo; por último a sessão solene da posse do sócio efetivo Ednilo Soárez.

Quadro Social

Em 2006 o Instituto sofreu a perda do sócio Dr. José Borges de Sales, médico de reconhecido renome e assíduo amigo do Instituto. Foi eleito para ocupar sua vaga o prof. Ednilo Brasil Soárez.

Registro Bibliográfico

João Alfredo de Sousa Montenegro
A Mística Redeviveade Clarice Lispector (A paixão segundo G. H.).

Aroldo Mota
República. Partidos Políticos. Atas.

Pedro Sisnando Leite
Questão Econômica e Acadêmica.
Em busca do Desenvolvimento Rural do Ceará Agrário.
Devoção a Santa Face de Jesus.
Natureza e Sociedade no semi-árido (co-autoria).
A luta pelo desenvolvimento Regional e Rural no Mundo.
Desenvolvimento com Eqüidade e Redução da Pobreza – O caso do Ceará (co-autoria).

Valdelice Carneiro Girão
Museu do Ceará e Outras Memórias – Coleção Outras Histórias / Museu do Ceará.

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

O Pensamento Brasileiro de Clássicos Cearenses II. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate. 2006.

Co-autor, com o capitulo "Fortaleza, Espaço Simbólico e de Memórias: Mutações", in VELOSO, Patrícia & CAPELO, Peregrina (Orgs.): Fortaleza (1850-1950). Fortaleza Terra da Luz. Editorial, 2006, p. 80-86.

Gustavo Barroso - Um Cearense Ariano. Coleção. Outras Histórias - Fortaleza: Museu do Ceará , 2006.

Co-autor, com o capitulo "Imaginário e Horizonte Cultural nos Sertões Semi-Áridos" in SOUSA FILHO, Francisco de Assis de & MOURA, Antonio Divino (Orgs). *Natureza e Sociedade nos Semi-Áridos*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil / Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos.

Co-autor, com o Capitulo "Alencar , Machado e Poe: a gênese de Iracema", in *Ceará Governo*. Gabinete do Governador: *Iracemas* – Imagens de uma Lenda. Fortaleza: Barbarela B. Comunicações, 2006, p. 157-179[Livro em grande formato, iconografia e textos; edição comemorativa dos 140 anos do romance *Iracema*, de José de Alencar].

Co-autor com o estudo crítico "O Gaúcho – Sua posição na obra de José de Alencar: como lê-lo hoje?" in ALENCAR, José: *O Gaúcho*. Edição especial comentada. Fortaleza: Grandene/Secretaria de Cultura do Estado.

Co-autor, com o capítulo "Literatura 7 História" (Notas e Bibliografia Comentada), no livro *Academia Cearense de Letras*: Panorama.

Literário. Fortaleza: Academia Cearense de Letras.

José Caminha Alencar Araripe

Bárbara e a Saga da Heroína – José de Alencar e o Desafio da Escravidão – ABC Editora 2005.

Concessão de títulos

Pedro Sisnando Leite

Placa recebida da Assembléia Legislativa em reconhecimento aos relevantes serviços prestados a agricultura do estado do Ceará.

Valdelice Carneiro Girão

Agraciada pela Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro, com a medalha e diploma de Mérito Cultural Barão de Studart.

Agraciada com troféu como uma das 40 personalidades das artes e da cultura do Ceará, na área de memórias, nas comemorações dos 40 anos de criação da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará.

Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez).

Nas comemorações dos 40 anos de criação da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, foi agraciado com troféu, como uma das 40 personalidades das artes e cultura do Ceará, na área de memórias.

Premiado pela prefeitura de Fortaleza como uma das Personalidades responsável por Acervo de Memória.

Paulo Ayrton Araújo

Agraciado pela Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro, com a Medalha e Diploma de Mérito Cultural Barão de Studart.

Agraciado com a Medalha do Mérito Histórico e Militar Terrestre da Academia de História Militar Terrestre do Brasil no grau de Oficial.

Melquíades Pinto Paiva

Sócio Honorário Brasileiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Cidadão Honorário de Camocim.

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

Agraciado com a Medalha do Mérito Cultural pela Universidade Estadual do Ceará nas comemorações dos 30 anos da fundação desta universidade.

Valdelice Carneiro Girão

Secretária geral e Sócia Efetiva do Instituto do Ceará